

1º Encontro da Rede de Estudos Rurais

04 e 07 de junho de 2005. UFF, Niterói - RJ

ANAIIS

Edição: Volume 1 - 2005
ISSN 2764-3891

REALIZAÇÃO:



1º Encontro da Rede de Estudos Rurais

APRESENTAÇÃO

O objetivo central do Encontro é aprofundar o debate sobre temas relacionados ao meio rural brasileiro, num momento em que ele emerge como uma questão social e política fundamental, o que é indicado, por exemplo, pela escolha do Brasil como espaço de realização da Conferência Mundial sobre Reforma Agrária da FAO (Porto Alegre, março de 2006), pela permanência da luta por terra e de uma situação conflitiva no campo, pelas disputas políticas em torno do significado e importância do agronegócio, pelas constantes denúncias sobre a presença de trabalhadores em situações análogas à da escravidão, pela emergência de diferentes formas de organização, a crise urbana etc.

Além da discussão de temas como esses, o I Encontro da Rede de Estudos Rurais também objetiva:

- a) divulgar a Rede e seus objetivos;
- b) trazer novos pesquisadores para a Rede;
- c) experimentar novos formatos de debate;
- d) discutir as possibilidades de integração entre fóruns virtuais presenciais;

Para atender a esses objetivos, o I Encontro da Rede de Estudos Rurais tem a seguinte estrutura:

- mesas redondas temáticas, voltadas para a abertura de temas, mas também de agregação de pesquisadores;
- grupos de trabalho, onde serão recebidos trabalhos de pesquisadores estudiosos do tema;
- assembleia, visando institucionalizar a Rede.



Coordenação Provisória da Rede Rural

Delma Pessanha Neves

Leonilde Servolo de Medeiros

Maria Nazaré Wanderley

Sonia Bergamasco

Coordenação Local do Encontro

Ana Maria Motta Ribeiro

Delma Pessanha Neves

Eliane Cantarino O'dwyer

Marcelo de Carvalho Rosa

Márcia Menendes Motta

Secretária do Encontro

Maria das Graças Reis Gonçalves

1º Encontro da Rede de Estudos Rurais

SUMÁRIO

GT1. A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA	10
A AÇÃO DA FETAG NOS CONFLITOS DE TERRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	11
A CRÍTICA DE JOSE DE SOUZA MARTINS AOS GRUPOS DE MEDIAÇÃO POLÍTICA DOS MOVIMENTOS DE TRABALHADORES DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO (1950-2003)	22
A LUTA PELA TERRA EM GOIÁS COMO UM PROCESSO DE REINVENÇÃO DO RURAL.....	33
A TRAJETÓRIA DE VIDA DOS TRABALHADORES DO ACAMPAMENTO MÁRIO LAGO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO-SP.....	47
A TUTELA JURÍDICO-PROCESSUAL NOS CONFLITOS AGRÁRIOS DE LUTA POR REFORMA AGRÁRIA	57
AGRICULTURA FAMILIAR NA ATUALIDADE: ESTUDO DE CASO EM ASSENTAMENTOS RURAIS DA MATA SUL PERNAMBUCANA.....	67
AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A VIDA NO ACAMPAMENTO MÁRIO LAGO DE RIBEIRÃO PRETO, SP: UM ENFOQUE NA PERSPECTIVA INTERGERACIONAL	77
CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO RIO PARANÁ, EM CASTILHO (SP).....	90
CINQUENTA ANOS DE LUTA NA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA: MOVIMENTOS E POLÍTICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO (1946 - 1996)	107
DA SENZALA AO QUILOMBO. A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS ALTERNATIVOS A ESCRAVIDÃO NO RIO TROMBETAS – PA	133
DE POBRE E SEM-TERRA A POBRE COM-TERRA E SEM-SOSSEGO: TERRITORIALIZAÇÃO E TERRITORIALIDADES DA REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO.....	148
DESCOBRIR O ENCOBERTO. RELAÇÃO DO DIREITO ESTATAL COM O FATO DO PLURALISMO JURÍDICO – A DISPUTA DE PROJETOS NO JOGO DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO BRASILEIRO.....	167

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL. MUDAR PARA QUE NADA MUDE	182
DISCUSSÃO METODOLÓGICA SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA E PESQUISA A AGRICULTORES EM SITUAÇÃO DE LUTA PELA TERRA.....	199
DISPUTAS PELA TERRA E NOVAS RURALIDADES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: O CASO DO VALE SÃO JOÃO	213
ESTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO NO RIO DE JANEIRO – ETNOGRAFIA DE UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA.	229
EX-MORADORES DE RUA COMO CAMPONESES NUM ASSENTAMENTO PELO MST	245
JUSTIÇA AGRÁRIA E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À TERRA NO BRASIL	262
O ESTATUTO DA CIDADE E O PLANO DIRETOR COMO INSTRUMENTOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL “INTEGRAÇÃO URBANO-RURAL NAS REGIÕES DOS VALES DOS RIOS DOS SINOS E PARANHANA/ENCOSTA DA SERRA”	274
O MEIO RURAL E A COMPREENSÃO CONFORMADA DA REALIDADE	290
O PARLAMENTO E A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA:UM BALANÇO DA CPMI DA TERRA	305
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: UMA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	328
QUESTÕES POLÍTICAS NA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO: OTIMIZAÇÃO, “CLONAGEM” E “AUTOFAGIA”	344
RESISTÊNCIA A UM PROJETO DE BARRAGEM E DEFESA DO LUGAR.....	356
SINGULARIDADES MEDIADAS PELOS AGENTES DA REFORMA AGRÁRIA.	371
UM BALANÇO DA LUTA PELA TERRA EM SERGIPE - 1985/2005.....	381
UM OLHAR SOBRE OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL.....	398
VIRAR SEM TERRA. NOTAS SOBRE O MOMENTO DE ADESÃO AO MST DE ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO CARLOS LAMARCA, ITAPETININGA, SP	411
GT2. INTERFACES ENTRE A QUESTÃO AGRÁRIA E A QUESTÃO AMBIENTAL	431
A AGROECOLOGIA NO ESTADO DO RS: PERSPECTIVAS E RESULTADOS NO RIO GRANDE DO SUL (2002 A 2004).	432
A EXPANSÃO DO MONOCULTIVO DE SOJA EM SANTARÉM E BELTERRA (PA): INJUSTIÇA AMBIENTAL E AMEAÇA À SEGURANÇA ALIMENTAR.	446
A PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA NUMA ABORDAGEM SOCIAL	460

A QUEM PERTENCE O ESPAÇO RURAL? MUDANÇAS NA RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA E A DIMENSÃO PÚBLICA DO ESPAÇO RURAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA -PARANÁ	473
AGROTÓXICOS E REFORMA AGRÁRIA: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTES EM VIRTUDE DO USO DE AGROTÓXICOS NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES	486
ALÉM DA TÉCNICA: AGRONEGÓCIO, AGROECOLOGIA E CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS NO BRASIL	503
ATUALIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE RECURSOS FLORESTAIS POR CAMPONESES NA REGIÃO DE MARABÁ – PA.	515
COLAPSO E RRECONSTRUÇÃO DOS REGIMES DE PROPRIEDADE E O MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO	530
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DA CADEIA PRODUTIVA DO VIME EM CAMPO MAGRO, PARANÁ.....	544
DESTERRITORIALIZAÇÃO E (RE)TERRITORIALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA NA CAMPANHA GAÚCHA	557
DIREITO À TERRA ENTRE REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO VALE DO RIBEIRA DE IGUAPE: DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIAIS EM FACE DE POLÍTICAS AMBIENTAIS E PROJETOS DE BARRAGENS.....	575
ECONOMIA POLÍTICA DO RESENTIMENTO: CONTINGENTE OU NECESSÁRIA?	592
EXPROPRIAÇÃO DE GRUPOS ÉTNICOS, MODELO NATIVO DA NATUREZA E CRISE ECOLÓGICA.....	608
O SIMBÓLICO E O ECONÔMICO NA ADEÇÃO À AGRICULTURA ECOLÓGICA	625
POPULAÇÃO TRADICIONAL RIBEIRINHA E DILEMAS AMBIENTAIS: ANALISANDO O ASSENTAMENTO AGRO-EXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO.	643
REFORMA AGRÁRIA X PRESERVAÇÃO AMBIENTAL? A LUTA PELA TERRA E SUAS ROUPAGENS INSTITUCIONAIS	655
RELATÓRIO DE VIAGEM NA REGIÃO DAS AREIAS NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES – EXPEDIÇÃO ABELHAS NATIVAS.....	669
RISCO ALIMENTAR E PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	687
RURBANIZAÇÃO COMO ESTILO DE DESENVOLVIMENTO EM GILBERTO FREYRE	701
TURISMO RURAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	717
UM ENSAIO SOBRE A GESTÃO TERRITORIAL NO ESTADO DO AMAZONAS: INTERFACES ENTRE POLÍTICA AGRÁRIA E AS POLÍTICAS AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA	734

UM ESTUDO SOBRE SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS	749
USO COMUM: SISTEMAS DE DIREITOS COMBINADOS E TERRITORIALIDADE	760
GT3. CANAIS E FORMAS DE EXPRESSÃO DE GRUPOS SOCIAIS	774
A ABORDAGEM TERRITORIAL E AS INSTITUIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	775
A PRESENÇA DE ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DE CAPITAL SOCIAL NOS ASSENTAMENTOS SÃO BENTO E SANTA CLARA/CHE GUEVARA – PONTAL DO PARANAPANEMA-SP	798
ALGUMAS QUESTÕES PARA SE PENSAR O ENVELHECIMENTO NO CAMPO: AS EXPERIÊNCIAS DOS IDOSOS DE SANTA RITA DE MINAS/MG	813
ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO PROJETO CINTURÃO VERDE DE ILHA SOLTEIRA: ATORES E MEDIADORES ENTRE A AUTONOMIA E A DEPENDÊNCIA	829
COMUNICAÇÃO, CULTURA E PARTICIPAÇÃO. REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA REGIÃO SISALEIRA DA BAHIA.....	846
CONSELHO, ESTRADA E VOTO: FORMAS DE PENSAR A POLÍTICA EM UMA COMUNIDADE RURAL	859
CONSELHOS MUNICIPAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: INDAGAÇÕES EM TORNO DOS PAPÉIS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA AGRICULTURA	873
COOPERAÇÃO, COOPERATIVISMO CORONELÍSTICO, COOPERATIVISMO POPULAR.....	892
INTEGRAÇÃO RURAL-URBANA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: NOVOS RUMOS, NOVAS PERSPECTIVAS EM OUTRA LÓGICA DE EXPRESSÃO DE GRUPOS SOCIAIS	905
JUVENTUDE RURAL: DISCUTINDO A CONSTRUÇÃO DESSA IDENTIDADE.	915
ORGANIZAÇÃO E PLURIATIVIDADE: O RURAL CONTEMPORÂNEO E AS SUAS PERSPECTIVAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL	929
PARA ALÉM DO “GÊNERO”: UMA REFLEXÃO SOBRE OS MOVIMENTOS DE MULHERES NO CAMPO.....	944
RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO - COMUNIDADE DOIS IRMÃOS, SÃO MATEUS DO SUL, PR.....	957
ROMARIAS DA TERRA E DAS ÁGUAS: NOVAS EXPRESSÕES DAS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS.....	968
SOU QUILOMBOLA, MAS NÃO QUERO A DEMARCAÇÃO. ASPECTOS POLÍTICOS DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SIBAÚMA-RN	976

UMA TRADIÇÃO SILENCIADA: A PRODUÇÃO ARTESANAL DA CORDA DE SISAL.....	986
GT4. AGRICULTURA FAMILIAR E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	996
A “MASCULINIZAÇÃO” DA PRODUÇÃO DE LEITE	997
A AJUDA MÚTUA RURAL, ENTRE INTERCÂMBIO E RECIPROCIDADE	1011
AGRICULTURA FAMILIAR: DE CATEGORIA ANALÍTICA À PROJETO SOCIAL?	1027
AGRODIVERSIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR: O PAPEL DAS AGROINDÚSTRIAS CASEIRAS E DO ARTESANATO TRADICIONAL NO MEIO RURAL.....	1043
COOPERATIVA OU COOPERAÇÃO: RECRIANDO FRONTEIRAS SIMBÓLICAS EM UM PROCESSO DE ASSENTAMENTO RURAL	1058
GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS: CRITÉRIOS ADOTADOS PELO PEQUENO PRODUTOR FAMILIAR DE CITROS DE BEBEDOURO-SP	1073
JOVENS RURAIS E AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS PARA A MODERNIDADE	1090
MODOS DE VIDA E HETEROGENEIDADE DAS ESTRATÉGIAS DE PRODUTORES FAMILIARES DE PÊSSEGO DA REGIÃO DE PELOTAS.....	1105
MUDANÇAS NO EMPREGO E NAS FORMAS DE OCUPAÇÃO NO MEIO RURAL BRASILEIRO: ANÁLISE COMPARATIVA DA DINÂMICA OCUPACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS REGIÕES SUL E NORDESTE DO BRASIL ..	1121
NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO: UMA REFLEXÃO SOBRE O CULTIVO DE MACONHA NO BRASIL.....	1148
PLURIATIVIDADE: REFLEXO DA DEFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL.....	1166
POBREZA, QUALIDADE DE VIDA E SEGURANÇA ALIMENTAR: AS FAMÍLIAS RURAIS NORTE-RIO-GRANDENSES	1175
REVALORIZANDO A AGRICULTURA TRADICIONAL NO NORDESTE PARAENSE	1190
GT5. PROCESSO DE TRABALHO, TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA E DIREITOS SOCIAIS	1199
(DES)REALIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO E OS LIMITES DA TEORIA (REPENSAR CRÍTICO SOBRE A CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL) ...	1200
EM BUSCA DE UMA SOMBRA: UM ESTUDO SOBRE O CORTADOR DE CANA-DE-AÇÚCAR NO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL NORTE FLUMINENSE	1217
O TRABALHADOR RURAL NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO DO ASSALARIADO FLORESTAL DE MINAS GERAIS: O CASO DO DISTRITO DE BAIXA VERDE	1231

PRESOS EM NOME DA LEI? ESTADO PENAL E CRIMINALIZAÇÃO DO MST	1252
PROCESSO DE TRABALHO. TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS E DIREITOS SOCIAIS. A ASSISTÊNCIA FAMILIAR NOS CONTRATOS DOS SOLDADOS DA BORRACHA DURANTE O GOVERNO VARGAS. UMA APROXIMAÇÃO À DISCUSSÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES	1269
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO CERRADO BRASILEIRO	1287
GT6. SABER E PODER NO CAMPO	1301
A “CONSTRUÇÃO” DO HOMEM RURAL: INTELECTUALIDADE E DIAGNÓSTICOS SOBRE A NACIONALIDADE BRASILEIRA.	1302
A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E A EXTENSÃO RURAL NO PERÍODO FORDISTA R PÓS-FORDISTA. UMA REFLEXÃO ACERCA DO CARÁTER TUTELAR DA EXTENSÃO RURAL	1317
A PESQUISA NO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU COMO SUBSÍDIO PARA O ESTÁGIO JURÍDICO-SOCIAL	1326
COMO AVALIAR A CONTRIBUIÇÃO DE UMA FORMAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL? REFLEXÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE CAMPONESA NO TERRITÓRIO DO CARIRI PARAIBANO	1336
CONSTRUÇÃO DO SABER E EMPODERAMENTO: A EXPERIÊNCIA DA ASA/PB	1352
CULTURA ORGANIZACIONAL E ASSESSORIA TÉCNICA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	1362
DA SENZALA AO QUILOMBO. A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS ALTERNATIVOS A ESCRAVIDÃO NO RIO TROMBETAS – PA	1375
DO ESPÍRITO PIONEIRO AO EMPREENDEDOR: O CASO DO MIGRANTE “GAÚCHO” EM MATO GROSSO.....	1390
EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA, CONTROLE SOCIAL E COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL: UMA AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE FEIRA DE SANTANA – BAHIA.....	1409
ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL NA FORMAÇÃO DA COLÔNIA PORTO NOVO.....	1421
MEDIAÇÕES CULTURAIS: TELEVISÃO E AGRICULTURA FAMILIAR EM DOIS VIZINHOS	1430
MENINO DO ENGENHO: UMA ANÁLISE SOCIOANTROPOLÓGICA DA SOCIEDADE RURAL DO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	1442
MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES DO CAMPO E A AFIRMAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO: UMA QUESTÃO QUE ENVOLVE SABER E PODER	1453
NÚCLEO AGRÁRIO “TERRA E RAIZ” (NATRA): UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA MILITANTE	1464

O ACESSO ÀS INOVAÇÕES NOS SISTEMAS DA AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL E EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA	1472
O DEBATE SOBRE A EDUCAÇÃO NAS ÁREAS RURAIS: CRÍTICAS E PROPOSTAS PARA A ESCOLA PRIMÁRIA	1481
O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL À LUZ DA PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR	1489
OBSERVAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE UMA SOCIEDADE RURAL DO RIO GRANDE DO SUL: UM OLHAR SOBRE AS SUBJETIVIDADES DE UMA AÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA	1506
PERCEPÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE UMA INTERVENÇÃO TÉCNICA: ROÇA SEM QUEIMA	1523
SABERES RURAIS: O CASO DA FAZENDA MODELO E DAS ESCOLAS RURAIS DO SERTÃO CARIOCA.....	1543
SOLTANDO AS AMARRAS: A EXPERIÊNCIA DE ATER DOS ALUNOS DE RESIDÊNCIA AGRÁRIA	1559
UNIVERSIDADE E PROFESSORES DESCOBRINDO NOVAS REALIDADES DO ESPAÇO AGRÁRIO.....	1576

1º Encontro da Rede de Estudos Rurais

GT1

A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

COORDENADORES

PAULO ROBERTO RAPOSO ALENTEJANO (UERJ)

VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE (UNIARA)

A AÇÃO DA FETAG NOS CONFLITOS DE TERRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO¹

Fernando Henrique Guimarães Barcellos
fernando.barcellos@globo.com

Resumo

O presente trabalho objetivo aprofundar a reflexão sobre as formas de ação e organização da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, em especial no que se refere à luta por terra e seus desdobramentos, buscando refletir sobre suas diretrizes e sobre sua capacidade de representar uma diversidade de interesses e identidades que se conformam no meio rural. O recorte temporal que se pretende utilizar é demarcado por alguns casos de conflito por terra que marcaram o período compreendido entre 1964, ano do golpe militar até meados dos anos 80, quando se inicia a Nova República.

Este trabalho foi construído com base em informações coligidas no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referencia sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, CPDA / UFRRJ, e também na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa foi desenvolvida com base em ofícios, relatórios, notas à imprensa e boletins produzidos pela FETAG, além de entrevistas com alguns de seus dirigentes.

Introdução

Já não é de hoje que os conflitos no campo tornaram-se objeto de atenções, percebido como área de graves problemas, situações de tensão e conflitos, muitas vezes extensos e violentos. O Estado do Rio de Janeiro, com uma ocupação que se vincula a própria colonização do país, sofrendo um intenso processo de urbanização, vendo sua agricultura passar por um esvaziamento econômico e populacional, observa juntamente com esses conflitos, a projeção das organizações de trabalhadores no campo para o centro do cenário político, com efeitos sobre os demais atores, sobre o sistema de

¹ Os dados deste trabalho são oriundos da minha dissertação de mestrado, intitulada *A ação da FETAG nos conflitos de terra no Rio de Janeiro (1964-1985)*, em curso junto ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da UFRRJ, sob orientação da professora Leonilde Sêrvolo de Medeiros.

tomada de posição, sobre o espaço de produção de análises políticas, jurídicas, jornalísticas, técnicas, religiosas e científicas.

O sindicalismo rural, regulamentado em 1962, aparece, sobretudo, como forma oficial de reconhecimento de entidades de representação dos trabalhadores. A ação sindical inscreve-se em um contexto de continuidade e acirramento dos conflitos que vieram também pela intensificação da disputa pela representação dos trabalhadores rurais. Além disso, a força e a recorrência com que são feitas referências aos movimentos sindicais se deve, em grande parte, ao fato de que eles se afirmaram como um dos principais espaços das lutas políticas e sociais em torno da terra.

O período que se sucedeu ao golpe militar de 1964 foi, no Rio de Janeiro, marcado por uma intensa intervenção nos organismos sindicais e repressão direta aos focos de conflito por terra. Entretanto, se alguns movimentos foram duramente reprimidos, isso não significou que os sindicatos e as federações, enquanto instituições, tenham desaparecido. No decorrer deste período, progressivamente vai sendo identificado no cenário político do estado do Rio de Janeiro, através da emergência de diferentes formas de conflito no campo, a atuação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG) como representante dos trabalhadores nos conflitos por terra.

Num breve quadro sobre o período que sucedeu ao golpe militar, é possível dizer que os OOOOOOOOconflitos no campo, desde os anos 40, tem se apresentado como um tema constante na agenda política do estado do Rio de Janeiro. Em 1948, no município de Duque de Caxias, foi criada a Associação dos Lavradores Fluminense, como órgão de organização e defesa dos posseiros. Além disso, nesse contexto ocorreu a II Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Rio de Janeiro, em 1956. Na sua pauta constavam as formas de luta e organização dos trabalhadores e o tema da reforma agrária ganhava força no interior das lutas. No início dos anos 60, a luta pela terra não só se intensificou como mudou suas táticas. A resistência dos trabalhadores rurais começou a se fazer também com o recurso às armas e a ocupação de terras. Um dos casos de resistência armada à investida dos grileiros se deu na Fazenda São Lourenço, no município de Duque de Caxias. Além disso, vale a pena destacar que, em abril de 1963, os trabalhadores rurais fluminenses ocuparam as terras da fazenda Imbé, no município de Campos. Essa ação foi planejada por José Pureza da Silva, dirigente da Federação das Associações de Lavradores do Rio de Janeiro e tesoureiro da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil (ULTAB).

O período que se sucedeu ao golpe militar de 1964 foi, no Rio de Janeiro, marcado por uma intensa intervenção nos organismos sindicais e repressão direta aos focos de conflito por terra. Entretanto, se os movimentos foram duramente reprimidos, isso não significou que os sindicatos e as federações, enquanto instituições, tenham desaparecido. No decorrer deste período, progressivamente vai sendo identificado no cenário político do estado do Rio de Janeiro, através da emergência de diferentes formas de conflito no campo, a atuação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG) como representante dos trabalhadores nos conflitos por terra.

O aparecer da Federação no período foi um processo extremamente tenso. Através dos conflitos em que se envolveu e das representações que os tornou visíveis para a sociedade, emergiram não só debates políticos, mas também determinados parâmetros de ação e atuação. A FETAG/RJ constituiu, assim, um lugar das tensões sociais em curso nesse período, impondo-se como participante dos debates que se travaram em torno da luta pela terra no Rio de Janeiro. Além disso, deu novo perfil a um embate, recorrentemente tenso, muitas vezes marcado pela violência onde havia conflito por terra, mediado quer pelo recurso às regras costumeiras, quer à legislação disponível o que, muitas vezes, também contribuiu para moldar socialmente estes agentes.

A ótica mais geral que me parece adequada para desenvolver o trabalho é a de que o aparecimento político da FETAG/RJ pode ser lido como um processo de inserção num campo da política. Em Bourdieu (1989; 1997) podem ser encontrados os suportes básicos para a utilização dessa noção de forma a entender a ação política e as iniciativas políticas. Para esse autor, dentro do campo da política há representação política, relação histórica que produz e reproduz a separação entre os agentes politicamente ativos e os agentes politicamente passivos. Entretanto, a análise do autor rejeita tanto a idéia de campo, com fronteira fechada, quanto a idéia de que os atores políticos seriam, de certo modo, títeres. Ou seja, seria um erro subestimar a autonomia e a eficácia propriamente simbólica da representação e mobilização que acontece no campo político. Para Bourdieu, é nessa tensão que a representação política se constitui enquanto sujeito da ação.

Refletir sobre a atuação da Federação coloca em plano relevante a temática dos direitos. É possível considerar que o processo de atuação sindical é também o de constituição de um conjunto de direitos (novos direitos, em relação ao arsenal presente

ou reinterpretado, sob novas bases, de direitos existentes), onde se disputa a definição e a forma de tratamento do que parece socialmente como problema a ser equacionado.

Nessa perspectiva, pretendo acompanhar a percepção e definição do que pode ser qualificado como legítimo de reivindicar em cada momento histórico, as formas que se consideram legítimas de serem usadas para encaminhar essas demandas e a definição dos interlocutores privilegiados. Pretendo ainda verificar a construção de identidades políticas, quem era abarcado nas diversas categorias que compunham as lutas que a FETAG/RJ se envolveu, que propostas emergiam e que formas de luta eram valorizadas a cada conjuntura particular.

Formas de luta

Uma das formas recorrentes de ação da FETAG se deu nos conflitos por terra. No levantamento através de ofícios, notas, relatórios, boletins e etc, encontrei referencia a milhares de documentos expedidos durante o período que vai de 1964-85.² Normalmente os documentos eram encaminhadas pela Federação à CONTAG, para que lhes desse encaminhamento no nível das esferas federais. Quando se tratava das instâncias de poder a nível estadual, era a FETAG quem o fazia.

A ação da FETAG no decorrer deste tempo não foi homogênea. Foi possível perceber uma concentração em alguns momentos, mas nem por isso deixaram de ocorrer em todo o período pesquisado. O primeiro conflito de terra a que a pesquisa teve acesso foi em 1965, na fazenda Campos Novos, ano da eleição para a Diretoria da FETAG e participação, em São Paulo, de um Congresso em que se discutiu principalmente previdência social e legislação para o campo. A Federação concentrou suas atividades em Magé, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias e Cabo Frio, onde foram noticiados casos de prisão de posseiros e tentativa de expulsão das terras ocupadas antes do Golpe.

Um novo ciclo de atividades ocorreu em 1966-67, ocasião em que o IBRA fez um convenio com a Federação para a assistência jurídica dos lavradores e contratou advogados para atuar nos conflitos de terra. Entretanto, o trabalho de atração para o sindicato foi lento e nele acabou por exercer papel importante a atuação de Acácio Fernandes nas comissões de transferência de ocupantes de áreas em conflito para os

² Embora a pesquisa não tenha tido acesso a todos os documentos produzidos segundo consta nos relatórios da FETAG, referencias das fontes disponíveis consultadas estão no final da presente dissertação.

Núcleos de Colonização do IBRA nos municípios de Cachoeiras de Macacu, Caxias e Itaboraí.

A grande maioria dos conflitos registrados ocorreu nas áreas que no início da década de 70 são incorporadas ao processo de valorização e expansão imobiliária, processo já presente nos conflitos que se iniciaram na Baixada da Guanabara nos anos 50 e 60, envolvendo os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Magé. A construção da BR-101, no início dos anos 70, valorizou as terras cortadas pela estrada, principalmente para investimento para o turismo. Daí grande parte dos conflitos em Angra dos Reis, Parati, Região dos Lagos e Vale do São João, que compreende os municípios de Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Araruama, Macaé e Rio Bonito. Cabo Frio, Rio das Ostras e São Pedro da Aldeia tiveram presença crescente, relacionada ao forte investimento da FETAG nos sindicatos desses municípios, especialmente nas áreas dos “posseiros”. Um outro município que merece destaque é Parati, que teve dois momentos importantes de atuação da FETAG nos conflitos. A partir de 1974, relacionados a construção da Rio-Santos e outro, em fins dos anos 70 e início dos anos 80, quando houve um crescimento mais generalizado das tensões sociais no campo, inclusive com o IBDF aparecendo como um dos agentes de maior antagonismo aos posseiros.

Dos mais de 70 conflitos registrados entre os anos de 1964 a 1985, em mais de 50 há referencia a alguma forma de intervenção, colaboração e participação da FETAG nas reivindicações que aparecem formuladas pelos sindicatos dos municípios. Quando a FETAG documentava os conflitos, começavam com uma referencia a “trabalhadores rurais” e passavam, no momento de descrição do evento, a falar em “posseiros”, “arrendatários” ou em “parceiros”. A contabilização dos conflitos passava pelo número de famílias, e em algumas situações, havia referencia à ação conjunta de diferentes categorias. É o caso por exemplo da Fazenda Porto Velho, na época município de Cabo Frio. A documentação embora classificasse como “parceiros” ou “arrendatários” os envolvidos, em diversos momentos referia-se a eles como “posseiros”. Havia ainda uma referencia a “meeiros” em Parati, na Fazenda Banco–Cachoeirinha, onde as demandas envolviam o reconhecimento pelas autoridades destes casos de contrato e ocupação. No caso da Fazenda Italva em Campos, a FETAG pressiona o INCRA contra despejo de “colonos” com mais de 10 anos no local.

Destes traços, é possível, pois, tirar elementos para reforçar aspectos no sentido de precisar a que categoria social a FETAG se referia quando mencionava

“trabalhadores rurais” e às vezes “lavradores”. Na verdade, tratava-se de um emaranhado de situações distintas, onde não estava descartado um forte vínculo com a terra. Indicava-se assim não só relações de posse e uso da terra em processo de transformação, mas a constituição de um agente histórico, os trabalhadores do campo. É, no entanto o grileiro, como é conhecido pelo movimento sindical, que ao longo das décadas em estudo que se constituiu também como agente antagônico e agressor para os trabalhadores rurais. Através de vários expedientes utilizados, os grileiros ampliam o seu domínio sobre uma determinada área. Em muitas vezes, a FETAG mencionou a manipulação dos instrumentos legais a favor dos grileiros, frente os órgãos estatais ligados à questão agrária. Em outras vezes, os conflitos e disputas judiciais também foram encaminhadas pela FETAG e os STRs contra grandes empresas imobiliárias, indústrias nacionais e multinacionais, além de empresas municipais de turismo, a EMBRAPA, o IBDF, juízes ou mesmo com alguns proprietários da terra reconhecidos pelo próprio posseiro.

Razões das tensões e dos conflitos

Muitos documentos que a pesquisa teve acesso mencionavam os conflitos brevemente, sem dar maiores informações nos ofícios. Quando as razões apareciam explicitadas, mostravam-se majoritariamente contra os despejos e os jagunços que ameaçavam, destruíam e matavam como forma de coagir os posseiros. Na maior parte dos casos, a reivindicação girava em torno da necessidade de desapropriação das áreas. A partir de meados dos anos 60, a referencia tornou-se um conjunto de demandas qualificadas como direitos, incluindo decretos desapropriatórios anteriores, que já haviam caducado, além do assentamento de trabalhadores. Remetia-se a lei e, para tanto, impetravam medidas legais cabíveis (ações de manutenção ou reintegração de posse), configurando o esforço de enquadrar os trabalhadores no patamar da legislação voltada estritamente sobre a posse da terra: o Estatuto da Terra³.

A ênfase na referencia legal pode ser ilustrada com o caso da Fazenda Conceição de Suruí, localizada no município de Magé, a FETAG destaca que 58 famílias de lavradores poderão ser despejados “a partir de segunda-feira” de uma terra tradicionalmente considerada devoluta. A nota de um modo geral historia que as terras

³ A nova legislação impôs um novo recorte da realidade, criou categorias normativas para o uso do Estado e da sociedade, capazes de permitir modalidades de intervenções antes impensáveis de intervenção. O Estatuto da Terra estabelece categorias e conceitos como latifúndio, minifúndio, empresa rural, assalariados, parceiros, posseiros, arrendatários, pequenos proprietários e meeiros, o que implicava em reivindicações bastante distintas.

pertencentes a Cia América Fabril foram desapropriadas pelo Gov. do Estado, mas o depósito não foi efetuado e a desapropriação caducou e a Cia ingressou em juízo para reaver as terras. Nesse ínterim, decorridos mais de oito meses da comunicação do juiz, como o INCRA não efetuou a desapropriação, o juiz marcou o despejo, porém o Sr. Adriano G. Pereira alegando serem suas as terras ali localizadas, pretendendo desapropriar todos os moradores de Suruí. O texto destaca que a tensão social existente provocou a realização de levantamento do INCRA (na época IBRA), no qual se concluiu que, para solucionar os problemas pertinentes aos imóveis denominados Fazenda Rio D'Ouro (América Fabril), Covap, Santa Rosa, Conceição de Suruí, deveriam ser desapropriados 632.000ha em Magé. Nesse caso, é possível perceber que as denúncias, os processos e a tentativa de fazer valer leis, continuou sendo utilizado como legitimador de um discurso legal que estava sendo descumprido, e como instrumento também de resistência contra a violência.

Nos diversos relatórios sobre a Fazenda Campos Novos, que é composta de glebas nos municípios de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio, a FETAG destaca as autoridades às “violências cometidas contra os trabalhadores”. Consta histórico da situação da área quando os ocupantes lá chegaram, construindo suas casas, lavouras e outras benfeitorias, constituindo-se como posseiro, afirmam. Em 1966, historia o relatório que o juiz concedeu liminar reconhecendo que fora cometido turbacão contra os mesmos, sendo que alguns lá residiam a mais de 30 anos. Consta também que através da FETAG, várias autoridades tomaram conhecimento dos problemas. Em 1968 o INCRA iniciou levantamento dos posseiros existentes.

Este foi um outro ponto ressaltado constantemente, e que estava longe de esgotar a pauta que a FETAG demandava às autoridades. Um fato que chama a atenção quando se procura verificar a atuação da FETAG junto aos conflitos é o grande número de relatórios sobre as circunstâncias que envolvem as diversas situações de tensão. Em 1976, a FETAG encaminha para a CONTAG um relatório onde destaca que o problema vem se arrastando e que os posseiros estão ameaçados de despejo, não só por via legal, mas também de forma arbitrária de que se vale o proprietário da Fazenda. Há destaque para a maneira violenta com que são executados os despejos, com casas saqueadas, destruição de plantações e etc., o que vêm arruinando os meios que os lavradores usam para assegurar suas culturas que lhes garantem a sobrevivência. Por fim, concluem que jagunços a margem da lei, espancando e danificando, estão tripudiando os posseiros e as autoridades e leis.

Esse relatório, dos anos que se passaram, indica a luta cotidiana das lideranças contra as práticas que inviabilizavam despejos. Foram enviados vários relatórios ao INCRA solicitando o desarquivamento do processo e a desapropriação da área, além do acompanhamento dos advogados da FETAG ao depoimento dos posseiros da área. Fica clara a ordem de dificuldade com que qualquer esforço de organização precisaria se defrontar, vendo que a lei caminhava lentamente e era cada vez mais, na prática, contrária a seus interesses.

A partir disso, parece pertinente crer que as denúncias, os processos, as tentativas de fazer valer leis cada vez mais carcomidas diminuía. Mas não foi isso que aconteceu. O fato é que quanto mais se avançava o regime militar, a Federação não desvalorizava as lutas legais. Há um repertório de ação que se transforma, reutilizando a legislação em vigor, pra fazer determinada composição de direitos e costumes valer na arena central ao longo do conflito. Merece destaque o fato de que em Marica a Federação conseguiu uma importante vitória. Na Fazenda Cassorotiba o comprador, na época cunhado do Ministro da Guerra, registrou a escritura em R\$ 6.000,00, valor subdimensionado segundo a FETAG, e quis despejar os ocupantes. Entretanto, a FETAG valendo-se de um recurso legal, entrou com ação de preferência e depositou este dinheiro. Num acordo, a Federação conseguiu indenização aos posseiros e ainda ficou com uma área que em momento posterior virou o CENFESIR.

Um último exemplo é emblemático. Das diversas notas que a FETAG soltou à imprensa, uma ganhou destaque na Folha de São Paulo. Nesta nota a FETAG, o STR Angra dos Reis e a CPT do Rio de Janeiro vinham a público denunciar os atos cometidos pela Empreiteira a serviço da Cia. Metalúrgica Bárbara contra os posseiros da Fazenda Japuíba. Nesta, o movimento sindical exigia das autoridades estaduais e federais a desapropriação da área, única medida considerada capaz de estabelecer a paz social. O texto destaca que é incrível que num momento de grave crise de abastecimento sentida por toda a população do Estado, patente nas filas para o feijão, tratores se transformem em armas para destruir lavouras.

A nota historia que a Cia vem destruindo as lavouras sem qualquer amparo legal, visto que há uma liminar a favor dos lavradores. Ressalta-se que todo o município é área prioritária para fins de reforma agrária. Além disso, no texto consta que além das medidas cabíveis já tomadas pelo Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, os lavradores foram à sede do município e deixaram claro que pretendem exercer seu

legítimo direito de defesa, que contou com o apoio de um Bispo e de diversos vereadores, que já instalaram uma CPI para apurar a questão.

As formas de organização

Quando relatam a história da organização da FETAG, quer os documentos disponíveis, quer os depoimentos dos antigos dirigentes, destacam que a Federação se defrontou com um outro tipo de trabalho nesse período: a reorganização dos sindicatos.

Num primeiro momento, elas se concentraram na eleição para a Diretoria da FETAG, em 1965. O número e os sindicatos que tiveram condição de voto são não exatos. Bruno Nogueira cita Campos, Itaboraí, São Gonçalo, Barra Mansa e Caxias. Já Agostinho José acrescenta Valença. No geral, as menções afirmam que ele começou a se desenvolver em São Gonçalo, município em que Acácio Fernandes tinha forte influencia. Itaboraí teve uma presença crescente, relacionada a forte utilização de pessoas do Circulo Operário na Junta Governativa e a presença do antigo Presidente do STR, que tinha influencia com os trabalhadores das fazendas de laranja. Em Pirai, segundo Bruno Nogueira, que assumiu a Junta Governativa foi um contador que não tinha nada a ver com as lutas, e teve pouco poder de mobilização nos conflitos. Em Campos, São Fidelis e Porciúncula, a aproximação da FETAG começou em 67-68, tentando regularizar a situação desses STRs e procurar através dos advogados evitar os despejos.

No entanto, em 1968 já havia um numero razoável de sindicatos. As lutas deste momento ocorreram de modo generalizado em diversos municípios do Estado, mas a dificuldade da Federação em estar atuando foi muito grande. Em grande parte dos municípios a Federação era desacreditada pelos trabalhadores e por suas antigas lideranças, afinal estes eram pouco conhecidos nas lutas anteriores que se desenvolveram no estado. Nas atividades de maior dimensão da Federação, em que está participou da seleção e remanejamento dos ocupantes dos núcleos e pretendentes, a FETAG se transformou no próprio sindicato, porque tinha que atender os interessados receber notificações e recursos, controlar o trabalho jurídico e depois produzir os relatórios.

Esse processo correspondia a uma articulação dos espaços sindicais pela CONTAG, de configuração de formas de organização mais estáveis, bem como a constituição de reivindicações mais abrangentes, que ultrapassavam as questões estritamente locais e apontavam para propostas de modelos de desenvolvimento e de

alianças políticas no interior de um amplo campo de disputas, envolvendo forças distintas que definiam e sustentavam politicamente as direções da FETAG e dos STRs.

Também posso citar a transformação na visão da Igreja Católica sobre a questão agrária. Durante as décadas de 1950 e 60, a intervenção da igreja foi assistencialista, visando, sobretudo a evitar a penetração do “perigo vermelho no coração pacato dos pobres trabalhadores”, e defendendo formalmente uma reforma agrária crista (sem luta com os patrões). Mas depois de 1968, as novas motivações episcopais se alinham na mediação das lutas no campo pela reforma agrária.

No plano da cultura política e institucional do país, prevalecia ao descrever as relações sociais aos quais o sindicato se relacionava com o mundo social, as formas de percepção que eram estratégicas do ponto de vista metodológico para se entender as condições sociais em que atuava o sindicato. No Rio de Janeiro a continuidade do sindicalismo passou por uma “visão pedagógica dos conflitos”. A “Federação tinha que servir a dois senhores: os interesses do regime militar e o direito do trabalhador, o Estatuto da Terra”.

Conclusão

Nos documentos que historiam os conflitos de terra, a ação da FETAG aparece como fundamental na projeção das lutas para fora delas mesmas; como revolta contra determinadas situações que ameaçavam suas condições de existência; como luta em busca de melhores condições de vida e trabalho; como política para articular alianças; como vinculador da realidade dos trabalhadores do campo com os projetos de desenvolvimento do país; como sinônimo de resgate da cidadania para os trabalhadores do campo e condição para a democratização do país, a ação sindical também já esteve historicamente associada ao tema da natureza das relações sociais no campo, as transformações das relações sociais no campo e as relações de trabalho e de posse da terra, os perfis dos movimentos de trabalhadores do campo, as disputas em torno de propostas sindicais distintas, as novas experiências de organização que concretizam algumas destas propostas e suas bandeiras de luta.

Assim, a documentação que abordou os conflitos no campo, ao priorizar as relações sociais, revelaram que a ação sindical, em sua trajetória, assumiu distintos significados, em diferentes momentos, para diversos agentes sociais, adequando-se às novas questões que foram sendo colocadas para e pelas forças sociais em presença, quer em função de alterações estruturais e de conjunturas específicas que, impuseram alguns termos para a discussão, quer porque os próprios agentes dos conflitos sociais no campo

(sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos de luta pela terra, empresários e proprietários de terra, agências do Estado, etc) também sofreram mudanças.

9.0. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, Eliane Cantarino O'Dwyer Gonçalves. *Reconstituição do conflito da Boa-Morte*. Rio de Janeiro, PPGAS / UFRJ, (?). (mimeo.)
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.
- _____. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1997.
- ESTERCI, Neide. Sindicalismo e luta por terra. In Cadernos do Cedi. *Sindicalismo no Campo: reflexões, balanços e controvérsias*. Rio de Janeiro: CEDI, 1991.
- GRYNSPAN, Mário. *Movimentos sociais no campo no Estado do Rio de Janeiro*. (Projeto de Pesquisa) – CPDA / EIAP / FGV, 1980. (mimeo)
- _____. A mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro. (Dissertação de Mestrado). Museu Nacional, 1987.
- _____. Conflitos agrários e acesso a terra. In: CARNEIRO, Maria José et al. (orgs.) *Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvo. Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro. (Relatório de Pesquisa) *Dez anos de luta pela terra: 1969-1979*. CEDEC/ABRA/CPDA-UFRRJ, 1983. (mimeo)
- _____. *Lutas sociais no campo no Rio de Janeiro*. (Relatório de Pesquisa) – CPDA / UFRRJ, 1984. (mimeo)
- _____. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvo. *Lavradores, trabalhadores agrícolas e camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. (Tese de Doutorado) – UNICAMP, 1995.
- RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

A CRÍTICA DE JOSE DE SOUZA MARTINS AOS GRUPOS DE MEDIAÇÃO POLÍTICA DOS MOVIMENTOS DE TRABALHADORES DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO (1950-2003)

GUILHERME MARINHO MOITA
Professor orientador: Raimundo Nonato Santos

Introdução

Nesse trabalho, temos como interesse estudar os textos nos quais o sociólogo José de Souza Martins aborda as idéias e as ideologias presentes em processos de mediação política ocorridos no campo brasileiro desde a década de cinquenta do século passado, período em que os camponeses entraram na cena política nacional. A categoria *agentes de mediação* estaria relacionada a grupos e instituições, desvinculadas do Estado, que teriam uma atuação significativa para a viabilização do protesto indígena e do protesto camponês (Martins, 2000: 193).

Os textos de Martins são elaborados em meio a debates com intelectuais dedicados ao estudo dos processos sociais, políticos e econômicos existentes no campo brasileiro. Intervindo nesses debates ou respondendo as críticas de acadêmicos e/ou militantes políticos, o sociólogo paulista elaborou um grande número de livros e artigos dedicados ao desvendamento dos processos existentes no meio rural brasileiro como passo, para, em última instância, propor novo tipo de relação entre os mediadores dos movimentos sociais e os trabalhadores que eles afirmam representar.

Apresentaremos alguns textos expondo a argumentação de Martins sobre o que, a nosso ver, constitui um resgate das lutas do campesinato brasileiro. O exercício de conferir fundamento teórico as lutas camponesas daqueles anos oitenta contribuiu para o processo de formação de movimentos sociais, tais como CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Como veremos a seguir, o principal grupo político abordado pelo autor no *pré-64* foi o PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Numa segunda parte, realçaremos as críticas de Martins aos grupos de mediação presentes no campo brasileiro na segunda metade dos anos noventa. Nesse período, ele critica as mobilizações lideradas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

A crítica aos mediadores políticos e a defesa dos camponeses como classe social do presente capitalista

No período compreendido entre os anos de 1978 e 1989, Martins participou de uma forma ativa dos debates acadêmicos e políticos relacionados à questão agrária e a luta pela terra no Brasil. Como assessor da CPT, manteve uma relação estreita com os movimentos populares atuantes no campo brasileiro de então, sempre atentado para as atribuições específicas de sua função de sociólogo. Essa proximidade em relação aos movimentos sociais em questão explícita a valorização conferida pelo sociólogo da USP ao trabalho de campo, e não somente no *campus*, tendência hegemônica no meio acadêmico criticada pelo sociólogo da USP ao longo de seus trabalhos.

Nos anos 1980, Martins era uma voz quase isolada na academia a defender a luta dos posseiros afetados pela modernização conservadora da agricultura brasileira. Ele criticou os partidos políticos de esquerda – em especial o PCB – por não terem tido a capacidade de traduzir as demandas camponesas num projeto nacional-popular, sendo, segundo Santos, depois de Caio Prado Júnior (que interpelou o seu próprio partido por ter viés camponês), o autor que critica os comunistas de modo mais amplo. Entretanto, ao contrário de Caio Prado, Martins direciona essas críticas por eles não valorizarem os camponeses (cf. Santos, 1998).

No período denominado como de *redemocratização*, tivemos uma redefinição do papel dos movimentos sociais na vida política nacional, como resultado da ação dos trabalhadores da cidade e do campo. Tal quadro trouxe a necessidade de um novo olhar sobre a atuação política dos trabalhadores no país, pois as antigas concepções centradas na delegação de poderes haviam perdido sentido frente as crescentes mudanças na realidade. As pesquisas cuidadosas sobre as relações econômicas e sociais existentes no campo brasileiro – aliadas ao estudo aprofundado do marxismo naqueles anos oitenta – fizeram com que Martins passasse a valorizar os movimentos sociais surgidos naquele período. Ele elaborou seus textos após a realização de trabalhos de campo em diversas regiões do território nacional.

Os textos de Martins e as ações camponesas daqueles anos oitenta indicam a percepção de que poderes e órgãos institucionais estariam sob contestação por meio da prática dos denominados novos movimentos sociais. Segundo o autor, a preocupação das lutas políticas empreendidas pelos movimentos sociais naqueles anos oitenta era *contra o poder*, e não mais *pelo poder*. Elas expressariam a mudança de um paradigma

de *marxismo vulgar* para um outro em que se destacava as movimentações próprias da sociedade civil. Tais ensaios defendiam que, o Estado teria perdido para a sociedade civil o papel de mediador dos conflitos relacionados com a luta pela terra.

O sociólogo paulista enxergava aquelas ações como tentativas dos camponeses de alcançar sua autonomia enquanto grupo social dotado de especificidades e demandas, e não como uma classe-apoio para a viabilização de outros projetos de poder. Para ele, ao utilizar a *sua própria voz*, os camponeses estariam desafiando o lugar a eles concedido pelos demais grupos políticos existentes no país. Na tradição política brasileira, o lugar ocupado pelos camponeses sempre foi uma posição de subordinação a outras classes sociais, na melhor das hipóteses com a delegação de poderes políticos a representantes do poder.

Martins contesta a concepção segundo a qual os camponeses pertenceriam ao passado, estando, por isso, fadados ao desaparecimento. Para ele, os camponeses seriam uma classe social do presente capitalista no Brasil. É no contexto do dinamismo e da vitalidade dos nascentes movimentos sociais e do descompasso em relação às teorias hegemônicas sobre o destino dos camponeses, que nascem as suas preocupações em estabelecer um novo olhar sobre as lutas sociais travadas no campo, tentando sempre desvendar os processos sociais não percebidos num primeiro olhar.

Para Martins, o trabalhador rural seria um novo sujeito histórico que desequilibrava o pacto político entre a tradição militar centralizadora e desenvolvimentista e a tradição oligárquica mercantil-agrarista. Esse sujeito histórico que surge na década de 1950 em diferentes regiões do país compromete definitivamente o modelo político autoritário fundado na propriedade da terra e na renda tributária – fonte especulativa e improdutiva de riqueza em que a natureza rentista da classe dominante impõe ao país um modelo capitalista de natureza tributária (Martins, 1981: 78).

Os movimentos sociais que atuavam no campo nos anos oitenta destacavam a defesa do direito ao trabalho, característica comum aos movimentos existentes no *pós-64*. Os trabalhadores lutavam pela defesa de seus modos de vida, com a valorização da família, do trabalho comunitário, da religião e da comunidade. A resistência local – baseada nas instituições tradicionais anteriormente citadas – foi à forma encontrada pelos trabalhadores rurais de explicitar suas demandas para os órgãos institucionais e para a sociedade civil. Isso porque tais movimentos deparavam-se com instituições

políticas fechadas para as suas reivindicações, exigindo a adoção de um conjunto de categorias capazes de responder as demandas por eles enfrentadas.

Diante de realidades regionais distantes de quaisquer características próximas a um modelo liberal-democrático, percebe-se a posição menos crítica de Martins em relação às experiências camponistas anteriores, como, por exemplo, aquela das Ligas Camponesas. Entretanto, quando analisa a ação dos movimentos sociais a partir da segunda metade dos anos noventa, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, percebemos sua crítica a movimentos como a CPT e o MST. Isso porque, tais movimentos não teriam entendido a oportunidade histórica para a realização de um processo de reforma agrária em parceria com o governo federal. O contexto democrático foi uma característica fundamental considerada pelo autor para a crítica a CPT e ao MST, por não terem compreendido as transformações ocorridas no mundo e no Brasil nas últimas décadas.

Para Martins, a característica unificadora dos movimentos camponeses existentes nos mais diferentes pontos do país seria a luta contra a renda da terra – resultante da valorização da propriedade gerada com a expansão capitalista. A valorização significava a expulsão dos trabalhadores rurais das terras ocupadas com o cultivo de gêneros de subsistência e a conseqüente desorganização de seus modos de vida.

Uma outra contribuição de Martins aos estudos sobre a questão agrária e a ação política no Brasil constitui-se no apontamento das especificidades das lutas sociais travadas no campo, em relação aquelas ocorridas nas grandes cidades. Enquanto nas últimas prevalecia o processo de exploração – com as relações contratuais e a representação sindical como formas hegemônicas a serem consideradas –, no campo prevalecia o processo de expropriação, com os trabalhadores em migrações constantes, sendo constantemente expulsos das terras em processo de valorização.

Martins sugere ao longo de sua obra a necessidade dos grupos mediadores realizarem esforços no sentido de captar as aspirações dos trabalhadores em luta. Para ele, os grupos de mediação deveriam estabelecer uma interpretação da história do Brasil e das mudanças ocorridas no cenário mundial que pudesse contribuir com as lutas dos trabalhadores rurais, e não inserir demandas estranhas aos mesmos.

O grupo de mediação interpelado com um maior rigor por Martins foi o PCB. Isso porque este partido foi o principal grupo político com atuação no campo brasileiro, pelo menos desde a década de cinquenta. No início dos anos oitenta, estava em fase

terminal a substituição da interpelação dos camponeses através da política – própria do PCB –, por outra baseada nos valores sociais – com a valorização de elementos presentes no cotidiano daqueles diretamente relacionados com a luta pela terra (cf. Santos, 2001).

Embora reconhecendo a contribuição do PCB para a *entrada dos camponeses na cena política nacional*, Martins critica esse partido por colocar os camponeses em seu projeto de transformação da sociedade brasileira sem a quebra da dependência dos mesmos em relação aos demais grupos sociais e políticos atuantes campo. Além do PCB, ele concebe o *Trabalhismo de João Goulart* – através da proposta do Estatuto do Trabalhador Rural – como outra tendência política que teria esvaziado as lutas camponesas. O elemento unificador de todos esses grupos políticos, no sentido de desvalorizar as ações camponesas estaria, no entender de Martins, na preocupação com o crescimento do mercado interno. Para ele, essa visão de mundo – burguês, urbana e de classe média – descaracterizava os movimentos de defesa dos interesses dos trabalhadores rurais, pois inseria temas estranhos a realidade desses trabalhadores, numa pauta de interesses privilegiando a reprodução dos assalariados urbanos a baixos custos.

Os mediadores interpelados por Martins entendiam que as demandas camponesas pertenceriam a um passado em extinção, e aquilo que os trabalhadores rurais necessitariam *à priori* seria a implementação de uma reforma agrária distributivista. Esses grupos políticos que exerciam funções de mediação dos movimentos camponeses possuíam seus projetos de transformação social, e tinham em mente o modelo clássico de reforma agrária. Entretanto, ao realizar as suas pesquisas, o sociólogo da USP constatou uma diversidade de demandas entre os trabalhadores do campo que não caberiam em um projeto de reforma agrária distributivista.

Em *Caminhada no Chão da Noite* (1989), o professor da USP sugere aos preocupados em interpretar as lutas dos trabalhadores rurais a realização de pesquisas sistemáticas buscando compreender os elementos presentes na cultura das classes subalternas que possibilitariam ou bloqueariam as transformações na estrutura agrária, e não permanecer com modelos de análise economicistas e sem relação com a realidade do campo brasileiro.

Anos noventa, democratização e a crítica a CPT e ao MST

A partir dos anos noventa, em especial com a publicação do livro *O Poder do Atraso* (1994), Martins volta a tratar dos impasses para a modernização do país. No

citado livro, temos uma problematização da história brasileira, através da análise das formas de relação política existentes no país, tais como o clientelismo e o paternalismo.

Os três livros lançados no período anteriormente citado¹ trazem, em nosso entendimento, um balanço de sua obra. Notamos nos mesmos, um exercício para o entendimento dos processos relacionados à questão agrária e a ação política no campo brasileiro, tendo como parâmetro os debates sobre os impasses para o desenvolvimento nacional, nos quais ele próprio se destacou, sobretudo desde os anos 1970.

É evidente nesses livros, como em toda a sua obra, a preocupação com o apontamento das especificidades próprias ao processo de constituição e desenvolvimento político e econômico do país. Esse tema é desenvolvido em *O Poder do Atraso*, através da sugestão para os cientistas sociais da incorporação da noção de *história lenta* em suas pesquisas.

No conjunto de ensaios contidos nesse livro – em especial em sua primeira parte –, Martins retoma a preocupação com a concepção weberiana de *possibilidade objetiva* para o desenvolvimento do *historicamente possível*, inscrito no destino de diferentes sociedades, de diferentes formas. Tal preocupação constituiu o ponto comum entre as diferentes pesquisas desenvolvidas pela denominada Escola de Sociologia da USP liderada por Florestan Fernandes.

Nos três livros em questão, Martins retoma a sua dissertação sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo no país, com sua defesa da centralidade da questão agrária para o entendimento da natureza do mesmo. Em tal contexto, notamos três características, que consideramos constituir-se um *fio condutor* de todo o conjunto de sua obra.

Em primeiro lugar, temos a importância da compreensão das especificidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em comparação com os casos clássicos. A valorização da cultura popular como *ponto de partida* para a elaboração de projetos políticos que contemplem o campesinato seria um segundo ponto. Em terceiro lugar, temos a crítica ao entendimento estrangeiro sobre o destino dos camponeses, que teria suas raízes em valores próprios ao meio urbano.

O tema que perpassa os pontos acima citados – e que consideramos constituir-se a principal contribuição do conjunto da obra de Martins para a produção de conhecimento sobre o mundo rural e a natureza do capitalismo brasileiro – está

¹ Os livros são os seguintes: *O Poder do Atraso* (1994), *Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a história possível* (2000) e *O Sujeito Oculto* (2003).

relacionado ao estudo do papel dos mediadores na ação dos movimentos sociais camponeses.

Em fevereiro de 2000, a revista *Tempo Social* publica o artigo *Reforma Agrária: o Impossível Diálogo sobre a História Possível*, posteriormente distribuído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, e, finalmente, originando o livro formado com outros textos e chamado *Reforma Agrária – O Impossível Diálogo*. Neste conjunto de ensaios Martins se propõe a realizar uma reflexão crítica da ação social, através do apontamento da importância da reflexão sociológica e teoricamente fundamentada por parte daqueles que se inquietam com o destino da sociedade e o seu lugar na história.

No livro *O Sujeito Oculto* (2003), Martins agrega aos seus estudos o que ele chama de *sujeito oculto da reforma agrária*, aquele *sujeito vivencial* que está na prática cotidiana da reforma agrária. Esse – sujeito gerado no próprio processo social – recebeu tal denominação pelo fato de não ser enxergado pelos demais sujeitos analisados ao longo de suas obras. A necessidade da incorporação do tempo lento próprio ao *sujeito oculto* – aquele “tempo ditado pela prática e pelo modo de pensar o problema e a solução que deles têm as vítimas da questão e os próprios signatários da reforma” (Martins, 2003: 17) – é defendida neste livro como condição essencial para a elaboração de projetos e intervenções políticas de reforma agrária.

Percebemos em *O Sujeito Oculto* a principal característica dessa última fase da obra de Martins. A preocupação com o apontamento da necessidade de se refletir sociologicamente para interpretar as ocultações próprias do processo social seria, em nosso entendimento a principal preocupação que permeia o citado livro.

Para Martins, as disputas centradas no tema da terra travadas nos últimos anos, apontariam para os pesquisadores a necessidade de um exame cuidadoso da ação dos *agentes de mediação*.

Embora reconheça a CPT e o MST como as principais organizações responsáveis pela introdução da questão agrária na agenda política do Estado brasileiro nos anos noventa, Martins considera que as mesmas perderam uma oportunidade histórica de participar de um projeto de transformação do campo brasileiro, em virtude de uma interpretação maniqueísta e reducionista sobre a política, que não ofereceria as condições para o conhecimento das diferenciações entre os fenômenos político e partidário (idem: 21).

O cerne das críticas de Martins ao MST está relacionado ao fato de que, a principal frente de luta e as principais lideranças da luta pela reforma agrária pertencem a “setores médios desenraizados”. Citando o autor:

“geralmente, as transições sociais lentas, como as nossas, tendem a chegar fora de hora à consciência dos setores médios desenraizados, que se sentem impelidos, não raro tardiamente, a radicalizar as mudanças para acelerá-las”. (Martins, 2001: 22).

Como consequência dessa hegemonia de setores da classe média nos quadros dos movimentos agrários, temos a proposta de reforma agrária radical desconectada das possibilidades de realização no atual momento histórico. Para o autor,

“este não tem se mostrado o momento histórico de uma reforma agrária que se ponha radicalmente em questão as origens das nossas injustiças sociais e que propicie uma revisão radical dos nossos rumos históricos” (idem: 20).

Partindo do descompasso entre a luta pela reforma agrária tal como a conduzem as agências de mediação e a realidade da luta pela terra, Martins elaborou os livros em questão como uma proposta de compreensão crítica dos problemas do conhecimento no trabalho popular da CPT e do MST. A crítica ao que se tornou o MST a partir dos últimos anos oitenta constitui-se, em nosso entender, um fio condutor coerente com toda obra de Martins, pois, desde o final da década de 70, este autor já criticava no leninismo aquilo que ele então chamava de colocação dos camponeses nos “projetos dos outros”, postura que ele atribuía então ao PCB, como vimos na seção anterior.

Embora considere que a dimensão propriamente política da questão agrária esteja nos discursos dos agentes mediadores oriundos da classe média – reduzindo as ricas virtualidades sociais e políticas da luta pela terra aos aspectos fundiários –, Martins constata a continuidade das mediações como responsável pela entrada e permanência do campesinato no cenário político brasileiro:

“não obstante a descontinuidade das demandas efetivas e dos protagonistas, o campesinato tem tido uma contínua visibilidade política. As mediações asseguraram que a diversidade das tensões sociais e das respectivas demandas, derivadas de causas desconstruídas e desiguais e de relações entre si diversas com a posse da terra, convergissem para o tema único da reforma agrária” (Martins, 2000: 224-225).

A importação por parte das esquerdas de idéias de outros contextos espaço-temporais para “despertar o sujeito histórico diluído e adormecido nas indefinições de um processo de realizações históricas parciais e incompletas”, desconsiderou a condição heterogênea da realidade histórica brasileira numa perspectiva de longo curso.

Em tal realidade, devemos considerar a existência de *campesinatos brasileiros*, ao invés de um homogêneo campesinato brasileiro (idem: 226-227).

Os mediadores oriundos da classe média ainda teriam uma concepção e mundo oriunda da guerra fria, na qual a luta pela reforma agrária acontecia no terreno da luta de classes. Martins desconstrói tal concepção com três argumentos:

“Em primeiro lugar, pela diversidade dos grupos sociais e das correspondentes identificações que participam da luta pela terra e dos desencontros com a luta pela reforma agrária propriamente dita. Em segundo lugar, pelo tipo esvaziamento que a reforma promove nos quadros dos que da luta participam. Em terceiro lugar, pela múltipla disponibilidade de ação das diferentes agências de mediação na reforma agrária” (idem: 231).

Para Martins, as populações do campo estariam emergindo como sujeito social através da agricultura familiar. A ação deste sujeito social teria a *economia moral* (Thompson, 1993) como referência. O núcleo de valores que daria sentido aos movimentos camponeses no Brasil, estabelecendo a contradição da afirmação do moderno por meio da tradição conservadora, estariam relacionados à família – que constituiria o núcleo da demanda por terra –, a comunidade, o trabalho, a terra e a religião.

A afirmação do agricultor familiar como sujeito social seria a novidade dos últimos anos apontada por Martins. Entretanto, o pobre arsenal teórico das agências de mediação as impede de compreender as transformações ocorridas na sociedade brasileira, e no campo em especial. Ao contrário das teorias anticapitalistas em relação à ação camponesa, Martins afirma o agricultor familiar como um sujeito do mundo capitalista que desafiaria a si próprio e a diferentes setores da sociedade e do Estado:

“no fundo, um sujeito que afirma e confirma o capitalismo, transformando-o por meio da abertura de um espaço político essencial à sua incorporação como agente não-típico de desenvolvimento econômico, em conflito com a amplitude destrutiva da racionalidade coisificadora do capital” (idem: 232).

As críticas realizadas nos últimos anos por Martins em relação a CPT e ao MST também poderiam ser encaradas no sentido daquelas dirigidas ao PCB. Isso porque nos dois exercícios, Martins conclama os mediadores a realizarem esforços para compreenderem as demandas dos trabalhadores rurais diretamente interessados na transformação da estrutura agrária no Brasil. Além disso, o sociólogo da USP critica o uso indiscriminado de categorias elaboradas para a interpretação de outras realidades espaço-temporais. Neste sentido, o estudo do conjunto de sua obra é importante para

todos aqueles dedicados em desvendar os impasses gerados no processo de ação política no espaço agrário brasileiro.

Ao apontar questões pouco usuais ao marxismo e ao que ele chama de economicismo burguês – como a importância da consideração dos valores culturais dos camponeses –, o autor em questão abriu um leque de temas escamoteados pelo voluntarismo militante dos mais diferentes tipos de mediadores que operam nos movimentos populares existentes no campo brasileiro. Além disso, ao tratar de questões além da dimensão estritamente econômico-produtiva, como a imposição da ideologia urbana no meio rural, Martins propõe uma análise que transcenda as noções tradicionais e meramente economicistas (*marxismo vulgar*) de luta de classes. A obra do autor abre horizontes para o estudo da expansão da ideologia urbana no campo, ou, ainda, para pesquisas relacionadas às diversas formas de ruralidade presentes nas grandes cidades brasileiras.

Percebemos nas obras de Martins uma nítida preocupação na consideração de aspectos relativos tanto à periferia econômica – expressa em suas abordagens sobre a viabilidade da agricultura familiar – quanto da periferia social – com a sugestão para que os cientistas sociais considerem o que sempre foi encarado como *não-fontes*, como as crianças, as donas de casa e os idosos. Tal preocupação metodológica em trazer para as pesquisas acadêmicas aqueles *que não têm voz dentre os sem voz*, inserindo nas mesmas temáticas do cotidiano, faz de Martins um crítico da concepção liberal, utilizada tanto por técnicos quanto por mediadores políticos oriundos da classe média.

A preocupação acima citada pode ser percebida através da análise dos títulos de algumas de suas obras de diferentes períodos. Podemos citar como exemplos *Caminhada no Chão da Noite – Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais do Campo (1989)* e *O Sujeito Oculto (2002)*. Isso porque enquanto muitos pensam representar os trabalhadores rurais com suas ações, na verdade contribuem para a reprodução de sua posição de subordinação no cenário político brasileiro – á exemplo do que foi constatado pelo sociólogo da USP em relação aos processos de mediação dos movimentos de trabalhadores do espaço agrário brasileiro.

Bibliografia

Martins, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981^a
_____. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.

- _____. *O poder do atraso. Ensaaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a história possível*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.
- _____. *Reforma Agrária. O Impossível Diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000b.
- _____. O Sujeito Oculto.
- Santos, Raimundo. *Camponeses e democratização no segundo debate agrarista*. In Da Silva, Santos, Costa. Rio de Janeiro, 1998.
- _____. Caio Prado Jr. *Na Cultura Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad / Faperj, 2001.
- _____. “O agrarismo brasileiro na interpelação de Caio Prado Jr.”. In Carvalho Costa e Santos (orgs.) *Política e reforma agrária*, Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1998b.

A luta pela terra em Goiás como um processo de reinvenção do rural

Sérgio Sauer*

As reflexões e elaborações sobre a modernidade e a globalização têm exacerbado a dicotomia entre campo e cidade, especialmente através do estabelecimento de uma estreita identificação entre urbano e moderno, de um lado, em oposição ao rural e tradicional, de outro. Muitas tentativas de interpretar o processo recente de globalização aprofundaram esta dicotomia, cunhando expressões totalizadoras e conceitos como “cidade global” (Ianni, 1997; Ortiz, 1997) ou “cidade mundo” (Auge, 1997) e funcionando como uma lógica explicativa fundante da realidade social, que ora contrapõe os dois pólos, ora subordina, incondicionalmente, o rural ao urbano.

A Idade Média (ocidental e européia) centrou o poder político na propriedade da terra, criando uma sociedade baseada na “soberania fundiária e militar sobre o solo ocupado por comunidades subjugadas” (Lefebvre, 2001, p. 41). O desejo de vencer este domínio abriu espaço para a representação da cidade como o lugar de liberdade ou, no dizer próprio da época, “os ares da cidade libertam”. O encantamento pela efervescência dos espaços urbanos e suas possibilidades (Auge, 1997) relegou o rural ao esquecimento ou a uma posição de antítese, de oposição à cidade, ao urbano e ao moderno (como o lugar de manutenção de resquícios feudais).

A luta pela terra é também uma luta por um lugar que contrasta com os processos constantes de mobilidade geográfica e identitária, interpretadas como características da sociedade globalizada. A globalização tem provocado mudanças nas representações de tempo e espaço, estabelecendo novas relações entre o local e o global (Giddens, 1991), dando novos significados a histórica luta camponesa. Estas reflexões – a partir da importância da territorialidade e da espacialidade na experiência cotidiana – procuram explicitar processos de reinvenção do rural, o que vem ocorrendo na luta pela terra inclusive rompendo com a “ruralidade de espaços vazios” (Wanderley, 2001).

1 – A terra no mundo contemporâneo

Segundo Lefebvre, o papel secundário e residual do rural já está presente nas reflexões de Marx sobre o desenvolvimento do sistema capitalista ocidental (Lefebvre, 2001). A partir de releituras de textos de Marx como, por exemplo, os *Manuscritos de 1844*, Lefebvre afirma que este aponta a necessidade de superar a relação pessoal do dono com a propriedade – característica do sistema feudal na Idade Média – dando à terra status de mercadoria. Para Marx, esta superação aconteceu com o processo de industrialização (na Inglaterra), a qual deu um novo impulso à cidade.¹

* doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Filosofia da Religião pela Universidade de Bergen/Stavanger (Noruega), é professor da Universidade Católica de Brasília (UCB) e trabalha como assessor da Senadora Heloísa Helena (PSOL/AL).

¹ Esta releitura de Lefebvre reconhece que o próprio Marx não tratou diretamente (ou extensivamente) sobre a questão urbana, mas “as numerosas considerações emitidas por Marx só têm sentido e importância em um contexto social: a realidade urbana. Ora, Marx não fala disso. Uma ou duas vezes somente, mas de uma

Lefebvre sustenta que há uma centralidade da noção de cidade e da oposição desta com o campo no pensamento de Marx. Esta oposição dá-se, por exemplo, na divisão do trabalho social onde ocorre, primeiro, uma separação entre trabalho industrial e comercial (dentro do espaço urbano) e, segundo, destes com o trabalho agrícola (Lefebvre, 2001, p. 39), materializando a divisão e a oposição entre campo e cidade.

Em sua releitura da obra *A Ideologia Alemã*, Lefebvre é ainda mais incisivo afirmando que Marx e Engels teriam colocado “a cidade como sujeito da história” (2001, p. 48). Neste texto, o “Sujeito da história é incontestavelmente a Cidade” (idem, p. 49), pois Marx deixa clara a divisão entre cidade e campo, a supremacia da primeira sobre o segundo e a necessidade de superar tal divisão.² Segundo Lefebvre,

O campo, em oposição à cidade, é a dispersão e o isolamento. A cidade, por outro lado, *concentra* não só a população, mas os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, os prazeres. Logo, tudo o que faz com que uma sociedade seja uma sociedade. É assim porque “a existência da cidade implica simultaneamente a necessidade da administração, da polícia, dos impostos, etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunal, portanto, da política em geral” (2001, p. 49 – ênfases no original).

A separação e oposição entre cidade e campo – fruto da divisão social do trabalho – bloqueiam a totalidade social (Lefebvre, 2001, p. 49), relegando um “trabalho material desprovido de inteligência” ao campo (idem, p. 49). Esta separação resulta na divisão de classes e na alienação e, conseqüentemente, deve ser superada. A superação (como fruto do processo histórico e da práxis da sociedade) desta oposição “...é uma das primeiras condições da comunidade” (idem, p. 50).

Segundo Lefebvre, a oposição ou conflito (dialético) entre cidade e campo abarca uma certa unidade, criando dificuldades para apreender, teoricamente, a relação entre unidade e contradição (2001, p. 55). Esta dificuldade estaria na base da ambigüidade com que Marx e Engels “trataram do fim da cidade”,³ pois o surgimento da grande indústria fez com que a cidade deixasse de ser o “sujeito do processo histórico” (idem, p. 63).

A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano” não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo (Lefebvre, 1999, p. 17).

Partindo da premissa de que o desenvolvimento capitalista na pós-modernidade abarcou todas as esferas da vida (inclusive a natureza e o inconsciente), Fredric Jameson aponta na mesma direção de Lefebvre afirmando a “superação” do rural porque “a modernização está, mesmo que relativamente, completa” (1997, p. 26). Diferente do

maneira decisiva, ele traz o encadeamento dos conceitos para esse contexto, no entanto continuamente implicado” (Lefebvre, 2001, p. 32).

² Segundo Soja, as preocupações de Lefebvre se estendiam muito além de uma simples compreensão ou defesa da cidade, pois para ele “a urbanização era metáfora resumida da *espacialização* da modernidade e do ‘planejamento’ estratégico da vida cotidiana, que haviam permitido ao capitalismo sobreviver, reproduzir com êxito suas relações essenciais de produção” (Soja, 1993, p. 65 – ênfases no original).

³ Lefebvre defende que há uma lacuna no pensamento de Marx e Engels porque “não exploraram a cidade como lugar de nascimento, quadro social e condição de uma seqüência de ideologias e de conhecimentos...” (2001, p. 65). Segundo ele, “a cidade não acaba no campo, mas na superação simultânea do campo e da cidade. Isso deixa um vazio que pode ser preenchido pela imaginação, pela projeção e pela previsão teórica” (idem, pp. 72s).

período moderno, as pessoas já não têm nenhuma possibilidade de se contraporem ao rural, ao residual porque “...aquela satisfação mais profunda de ser ‘*absolument moderne*’ se dissipa quando as tecnologias modernas estão em toda parte...” (idem, p. 26).⁴

Jameson avalia que houve uma completa assimilação do rural pelo processo de industrialização da sociedade ocidental. A implantação da Revolução Verde, da industrialização da agricultura, em um primeiro estágio, “...reteve um modo de produção pré-capitalista na agricultura, mantendo-o intacto, explorando-o de maneira tributária, obtendo capital de relações essencialmente pré-capitalistas...” (Jameson, 1997, p. 40). O novo estágio do capital abarcou todas as esferas da vida, inclusive a agricultura, eliminando as diferenças e tornando-a parte da própria exploração industrial (idem, p. 40).

Diferentemente de Lefebvre, no entanto, Jameson afirma que este processo de assimilação capitalista da agricultura (e da natureza) acaba deteriorando o “outro termo da oposição binária”. Segundo ele, “o desaparecimento da Natureza – a mercantilização do campo e a capitalização da própria agricultura em todo o mundo – começa agora a desgastar o seu outro termo, o que antes era o urbano” (Jameson, 1997, p. 42), provocando um processo de deterioração da vida nas cidades.

O processo de desenvolvimento capitalista dos anos 50 e 60 forjou uma concepção de progresso baseada em uma relação linear entre modernização – industrialização – urbanização.⁵ O desenvolvimento econômico e social mundial não teria outro caminho a não ser um processo crescente de industrialização, atraindo as pessoas para os aglomerados urbanos. Lefebvre sugere então que o caráter essencial da “sociedade industrial” é, acima do crescimento quantitativo da produção material, o desenvolvimento da sociedade urbana.

É a vida urbana que dá sentido à industrialização, que a contém como segundo aspecto do processo. É possível que a partir de certo ponto crítico (onde podemos nos situar), a urbanização e sua problemática dominem o processo de industrialização. O que resta como perspectiva à “sociedade industrial”, se ela não produz a *vida urbana* em sua plenitude? Nada mais que *produzir por produzir* (Lefebvre, 1991, p. 55).

Nesta perspectiva, o fenômeno da urbanização, como uma realidade mundial e inevitável, se transforma na grande aventura da humanidade. A cidade, em contraposição ao atraso do meio rural, é considerada o espaço fundamental para o desenvolvimento econômico e a construção da cidadania (Wanderley, 2001, p. 2).⁶ Modernização significa então um processo histórico de generalização de um padrão cultural urbano, sinônimo de emancipação, autonomia, desenvolvimento, progresso e cidadania.

Estas concepções levam a interpretações que afirmam a diluição das contradições e diferenças entre o rural e o urbano (Ianni, 1997; Silva, 1996), pois o tecido urbano domina toda a sociedade porque a modernização capitalista está relativamente completa (Jameson,

⁴ A preocupação e a crítica de Jameson à sociedade contemporânea é a lógica e a estratégia de eliminar qualquer tipo de “diferença” em busca da homogeneização (espacial) e estandarização (do consumo) global (Jameson, 1997, p. 41).

⁵ A promoção do modelo de desenvolvimento, a partir dos anos 50 e 60, foi baseada e aprofundou a contraposição teórica entre as “economias agrárias atrasadas” e as “sociedades modernas”. Os sociólogos idealistas norte-americanos definiram o termo “modernização” como um processo no qual as sociedades atrasadas e tradicionais se “desenvolveriam” em direção a sociedades modernas.

⁶ Em um diálogo com Walter Benjamin e outros teóricos, Michel Maffesoli reproduz parte significativa das concepções sobre a cidade e a importância das experiências (fundantes do ser urbano) de viver à “deriva”. A cidade é considerada um território de aventuras capaz de suscitar encontros e proporcionar novas vivências, transformando a existência em uma espécie de obra de arte (Maffesoli, 2001).

1997). Não há mais espaços geográficos e sociais para a existência de valores e modos de vida “tradicionais”, distintos, porque este tecido urbano consumiu todos os resíduos da vida agrária (Lefebvre, 1999).

...faz tempo que a cidade não só venceu como absorveu o campo, o agrário, a sociedade rural. Acabou a contradição cidade e campo, na medida em que o modo urbano de vida, a sociabilidade burguesa, a cultura do capitalismo, o capitalismo como processo civilizatório invadem, recobrem, absorvem ou recriam o campo com outros significados (Ianni, 1997, p. 60).

Este processo civilizatório capitalista abarca todas as esferas da vida e da sociedade, integrando, modernizando e mesmo diluindo o mundo agrário. Este perde as suas características (inclusive a sua base econômica passa a ser de atividades não agrícolas) deixando de ser o lugar de manutenção e reprodução de valores tidos como “tradicionais”, a exemplo do comunitarismo e do familismo. O processo de urbanização do campo traz consigo secularização, individualização e racionalização, destruindo os últimos resquícios que poderiam diferenciar o espaço rural do urbano.

O que permanece é o bucólico, a nostalgia da natureza, a utopia da comunidade agrária, tribal, indígena, passada, pretérita, remota, imaginária. (...) A própria cultura de massa, agilizada pela indústria cultural, retrabalha continuamente a nostalgia da utopia bucólica. Tanto pasteuriza como canibaliza elementos presentes e pretéritos, reais e imaginários do mundo agrário. Reinventa o campo, *country*, *campagna*, *champ*, sertão, deserto, serra, montanha, rio, lago, verde, ecologia, meio ambiente e outras formulações, aparecidas no imaginário de muitos como sucedâneos da utopia do paraíso (Ianni, 1997, p. 63).

Muitas objeções poderiam ser feitas a estas concepções de rural e do desenvolvimento atual do mundo contemporâneo. O padrão de modernização, por exemplo, não é um dado que abarca o conjunto da sociedade de forma igual, como entende Jameson. Por outro lado, a modernização agropecuária no Brasil é implantada de forma desigual, possibilitando um profundo descompasso social e político e a convivência de situações e valores plurais, quando não contraditórios, frutos de uma “produção capitalista baseada em relações não-capitalistas” (Martins, 1988).

Por outro lado, há um movimento social e político de “recriação” do campo através da luta pela terra no Brasil (Martins, 2000). Este movimento agrário – gestado como resistência ao aprofundamento da expropriação e exploração das populações rurais com a implantação da modernização agropecuária – recoloca a importância da realização de uma reforma agrária no País, a partir de uma perspectiva que transcende a mera implantação de políticas governamentais compensatórias.

2 – A luta pela terra como uma práxis espacial

A luta pela terra – como um processo social de resistência ao modelo agropecuário e à “ruralidade de espaços vazios” (Wanderley, 2001) – se transforma em uma luta política, social, cultural, pela construção e realização da cidadania das populações rurais (Martins, 1994). Está em curso uma “práxis espacial emancipatória” (Soja, 1993), ou seja, um processo social de “reinvenção” do rural no Brasil sendo que a luta pela terra materializa esta “recriação”, agregando novos elementos e perspectivas à vida no meio rural, criando uma nova ruralidade.

Esta “práxis espacial emancipatória” (Soja, 1993) se materializa em embates sociais e políticos contra a concentração da propriedade fundiária e o latifúndio, instrumento e local de exercício de poder e dominação. Mais do que falta de eficiência econômica, o latifúndio – como promotor do deslocamento geográfico através do êxodo rural – é símbolo, instrumento e lugar de exclusão social e marginalização política. Grandes extensões de terras são representadas como “não-lugares” (Augé, 1994) que geram a “ruralidade de espaços vazios”, ou seja, espaços que materializam ausências e são representados como “vazios identitários” para milhões de pessoas.

A luta pela terra é um processo social, político e econômico que abarca um conjunto de transformações no campo, redistribuindo a propriedade da terra e o poder, redirecionando e democratizando a participação da população rural no conjunto da sociedade brasileira. As experiências de luta e de acesso à terra, além de garantir bem estar social e melhoria das condições de vida, são também impulsionadoras de transformações culturais, simbólicas e representacionais.

As experiências de luta, privações, desejos e sonhos – associadas às histórias de vidas, verdadeiros itinerários biográficos de deslocamentos⁷ em busca de sobrevivência – forjam novas identidades e perspectivas de vida. Este processo social de luta e acesso à terra gesta valores e representações sociais, dando novas perspectivas ao mundo rural, permitindo inclusive transformações nas relações com o meio ambiente, com o lugar e entre as pessoas (Novaes, 1997).

Esta luta não pode ser compreendida como uma “volta ao passado”, nem como uma tentativa de preservar “resquícios bucólicos” (Ianni, 1997) ou de construir a “utopia da comunidade agrária” (Carvalho, 2002). Não se trata, no entanto, de simplesmente identificar processos sociais e simbólicos, decorrentes da mobilização e da luta pela posse da terra, com transformações recentes no contexto da modernidade. A luta pela terra constitui sujeitos históricos, impedindo que seja classificada como um movimento social arcaico ou antimoderno.

A luta pela terra é um processo social de reforço de vínculos locais e de relações de pertencimento a um determinado lugar, se constituindo em um processo de reterritorialização (Ortiz, 1997) que situa as pessoas em um espaço geograficamente bem delimitado. O assentamento (e as próprias parcelas e lotes) é caracterizado por limites e fronteiras, resultado de conflitos e lutas sociais que dão identidade e sentimentos de familiaridade a seus habitantes. Isto não representa necessariamente uma contradição com a globalização, mas é uma revalorização da importância do lugar e do local (Giddens, 1995) e a uma reterritorialização.

Apesar das dificuldades e problemas, os assentamentos – grandes propriedades fundiárias repartidas – são a materialização de uma espacialidade efetivamente vivida e socialmente construída (Soja, 1993). Resultado de conflitos e disputas, os assentamentos são territórios, social e politicamente demarcados, resultados do exercício do “poder de di-visão” (Bourdieu, 1996), ou simplesmente “contexturas das práticas sociais” (Soja, 1993). Pensados como “encruzilhadas sociais” (Carvalho, 1999), os acampamentos e assentamentos são lugares de sociabilidade, diferenciados entre si basicamente pela oportunidade de acesso à terra.

⁷ Os relatos biográficos das pessoas acampadas e assentadas são verdadeiros itinerários de deslocamentos em busca de sobrevivência ou simplesmente “sintaxes espaciais” (Certeau, 2000) e revelam uma série de desejos, imagens, sonhos e representações que desvelam a realidade social e política da luta pela terra em Goiás, influenciadas pelos processos ampliados de transformações na sociedade brasileira.

A criação dos assentamentos gera uma nova organização social, econômica e política. Segundo Martins, os projetos de assentamentos são “uma verdadeira reinvenção da sociedade” como “uma clara reação aos efeitos perversos do desenvolvimento excludente e da própria modernidade” (2000, p. 46s).⁸ Nessa mesma perspectiva, Carvalho (1999) trata os assentamentos como “um processo social inteiramente novo”.

Nesse espaço físico, uma parcela do território rural, plasmar-se-á uma nova organização social, um microcosmo social, quando o conjunto de famílias de trabalhadores rurais sem terra passarem a apossarem-se formalmente dessa terra. Esse espaço físico transforma-se, mais uma vez na sua história, num espaço econômico, político e social (Carvalho, 1999, p. 7).

Os acampamentos e assentamentos são lugares fundamentais no processo de constituição de identidade e re-significação do mundo. A diferença mais significativa entre estes dois lugares é terra, ou seja, o sonho e o desejo da terra (acampamento) e a realidade do acesso à mesma (assentamento). A luta e a construção simbólica colocam a terra como um **lugar** de vida, uma moradia, capaz de acolher e dar sentido à existência. Diferentemente dos processos de deslocamento do espaço do lugar (Giddens, 1991), a terra é representada como um local, geograficamente localizado, que possibilita trabalho e moradia.

A luta pelo acesso a terra significa ainda um processo de construção de alternativas à realidade atual, portanto, uma construção simbólica da terra como uma heterotopia, ou seja, um lugar, simultaneamente real e imaginário, de oposição às tendências de homogeneidade do espaço da modernidade (Foucault, 1984). A terra passa a ser representada como “outros lugares”, ou seja, lugares qualitativamente diferentes que, simultaneamente, reproduzem e contestam (alternativas) às práticas espaciais da sociedade ocidental contemporânea.

O Estado de Goiás – fronteira agrícola e palco histórico de lutas camponesas – tem experimentado este processo de reinvenção social que não se restringe aos seus aspectos econômicos e políticos, mas se traduz em vivência e produção de sentido. As famílias acampadas e assentadas, como agentes sociais, apreendem o mundo real e concreto, organizando imagens, linguagem e representações sociais para que este mundo faça sentido. Os acampamentos e assentamentos do Estado são espaços de “reinvenção da sociedade” através das interações sociais das diferentes biografias na busca de um lugar de vida, trabalho e cidadania.

Conseqüentemente, a terra não significa somente a sustentabilidade física da vida humana, não tem apenas um significado real de cunho político, econômico e social, mas tem também um sentido simbólico. Terra é vida, portanto, lugar e meio de produção e reprodução social. A luta dos sem terra é uma luta por uma heterotopia (Foucault, 1984), um “outro lugar” qualitativamente diferente e de resistência ao processo de desterritorialização, forçada pelo modelo agrário e agropecuário implantado no Brasil.

⁸ Segundo Martins, o processo de re-socialização modernizadora nos acampamentos resulta que, nos assentamentos “...a sociedade é literalmente reinventada, abrindo-se para concepções mais largas de sociabilidade e, ao mesmo tempo, fortalecendo as concepções ordenadoras da vida social provenientes do familismo antigo” (2000, p. 47).

3 – A terra como lugar de trabalho e fartura

Os relatos⁹ deixaram claro que o objetivo fundamental de todas as pessoas acampadas é “a conquista da terra própria” (Carvalho, 1999, p. 15).¹⁰ Esta conquista é entendida como a condição *sine qua non* para realizar o que Godói denominou de “projeto de autonomia”, com especial destaque para o “trabalhar para si” (2000, p. 2).

O trabalho é o valor, real e simbólico, mais importante no processo de luta pela sobrevivência e resistência à exploração em busca da “terra prometida”. O direito ao trabalho é parte fundante do processo de luta e da construção de representações que explicam e justificam a realidade e as ações dos sem terra. A conquista da terra é uma benção ou graça alcançada, mas mediada pelo trabalho, pela atividade humana que, junto com a fertilidade da terra, faz ela produzir.

A terra é para aquele que quer trabalha na terra! Não é uma coisa de hobby, de fim de semana e tal, como é no Brasil, não! A terra tem que ser para quem quer trabalhar nela! (Nelson José da Silva – assentamento Che).

A busca por trabalho é resultado direto das experiências e da realidade (inclusive urbanas) de desemprego, subemprego e baixa remuneração. As pessoas buscam formas para superar a condição de desempregadas ou de exploração (empregados, meeiros, etc.) construindo alternativas (inclusive do ponto de vista simbólico), onde o sonho da “terra prometida” é a perspectiva fundamental, capaz de garantir – através do trabalho e da produção – a sobrevivência e a continuidade da vida.

Antes eu, eu vivia... não trabalhava porque, na minha idade ninguém quer mais empregar! (...) Aí eu achei por bem tê vindo prá cá pá pegá uma terra prá mim trabalhá! (Antônia Oliveira Costa – acampamento Dom Helder).

Quando eu decidi acampar, eu esperava de ter mesmo um pedacinho de terra. Que eu tinha vontade... eu tinha muita vontade de ter um pedacinho de terra prá trabaiá. (...) (Josias Barbosa Lagares – assentamento São Carlos).

Ser livre, concretizar o “projeto de autonomia” significa, antes de qualquer coisa, exercer o direito ao trabalho. O acesso à terra é a possibilidade real de se construir como um trabalhador ou trabalhadora, dando centralidade ao trabalho na constituição ontológica do ser (Lukács).¹¹ Se as mudanças tecnológicas deslocaram o caráter e a centralidade do trabalho para amplas camadas da população não atingiram as concepções e representações das pessoas acampadas e assentadas.

...o objetivo de todos nós: ter um pedaço de chão pá trabaiá prá nós mesmo! Sem latifundiário prá tomá o que a gente prantá! (Olegário José de Oliveira – acampamento Dom Helder).

⁹ Os relatos que seguem são frutos das entrevistas (pesquisa de campo para a elaboração da tese de doutoramento) feitas, em 2001, com pessoas acampadas e assentadas no Estado de Goiás.

¹⁰ As histórias e representações das pessoas acampadas e assentadas são permeadas por viagens e aventuras em busca de um lugar para viver e trabalhar. Privações, exclusão e ausências impulsionam para constantes deslocamentos geográficos e identitários, forçando errâncias e processos de desenraizamentos.

¹¹ De acordo com Antunes, Lukács entendia o trabalho como uma especificidade do ser social e uma relação metabólica entre este e a natureza. O trabalho exerce um papel ontológico na constituição do ser social (Antunes, 1999) porque altera a natureza e transforma o próprio ser que trabalha. Segundo Antunes, “o trabalho tem, portanto, quer em sua *gênese*, quer em seu *desenvolvimento*, em seu *ir-sendo* e em seu *vir-a-ser*, uma intenção ontologicamente voltada para o processo de *humanização do homem em seu sentido amplo*” (idem, p. 142).

Ah! O meu sonho era pessui uma terra prá mim trabaiaá prá mim mesmo, né?
(...) E trabaiaá sem sê mandado por ninguém! (Devair Martins Brito –assentamento Che).

Este desejo ou sonho não se materializa em qualquer tipo de trabalho, ou seja, a terra significa mais do que um simples emprego assalariado e a possibilidade de ganhar algum dinheiro. A terra representa uma alternativa ao desemprego e à baixa remuneração dos trabalhos assalariados, mas não se reduz a isso. A busca não é por qualquer tipo de trabalho, mas por um “trabalho livre”. O acesso à terra significa trabalho e liberdade – especialmente porque possibilita o “trabalhar para si” –, que deve produzir fartura, garantindo as condições de sobrevivência da família.

Eu quero ter a minha liberdade! Que, até agora, com 61 ano, eu não tive minha liberdade!... Desde a idade de 11 ano trabalhando! Agora que eu quero ter a minha liberdade! Tê uma propriedadezinha prá prantá, criá, produzi! (Eurípedes Félix dos Santos – acampamento Dom Helder).

O desejo de liberdade e autonomia ficou muito explícito em diversos relatos, que estabeleceram uma relação direta entre o acesso à terra e a busca de um “trabalho livre”.¹² A terra é entendida e representada como um “meio e um lugar de trabalho” capaz de proporcionar a sobrevivência e a reprodução familiar (Martins, 1988), sendo que a sua posse ou propriedade é a condição necessária para a liberdade e o exercício autônomo de atividades agrícolas (Pessoa, 1999).¹³

A gente tá lutando, batalhando... o que a gente qué é adquiri essa terra agora; e eu não quero mais pensá naquela vida que eu tive antes! Aquela vida de dificuldade. (...) A gente tem que tê mesmo um pedaço de terra e trabalhá prá gente mesmo; e a vida da gente independentemente, né? (Gloraci Moreira Fernandes e Silva – acampamento Palmeira).

De acordo com Woortmann e Woortmann, “ser sitiante, ser dono da terra é condição básica de ser liberto, juntamente com o domínio tanto cognitivo como simbólico do saber que orienta o processo de trabalho” (1997, p. 44). Trabalho livre é uma atividade sem os problemas e dificuldades do trabalho assalariado; é o exercício de uma atividade “sem os mandos e desmandos do patrão”. Esta liberdade se materializa, em primeiro lugar, através do domínio da força de trabalho, ou seja, do próprio corpo e do próprio tempo.

Ocê nunca é dono nem do corpo da gente, porque a gente não manda na gente, quando a gente é empregado. (Valdevino Rosa de Oliveira – assentamento São Carlos).

...aqui a gente tá livre! Porque quando a gente tá trabalhando, é aquele sufoco. Você tem horário prá tudo; tem dia marcado; tem o dia da folga. Aqui não! Aqui você vai a hora que você quer!... parece que ficou com mais liberdade! (Ana Carolina Moitinha – assentamento Che).

¹² Martins estabeleceu uma distinção entre “terra de negócio” e “terra de trabalho”, retirando da segunda a noção clássica da propriedade privada. Segundo ele, “...a luta pela terra não pode levianamente ser confundida com uma luta em defesa da propriedade e da forma atual que o direito de propriedade reveste nesta sociedade. É antes uma clara luta pela terra de trabalho” (1988, p. 100).

¹³ O acesso ou aquisição estabelece uma “mútua dependência entre ter e ser” (Simmel, 1978, p. 306) porque a posse da terra é representada e valorada como algo “mais do que uma questão do sentido jurídico de propriedade” (idem, p. 307). Esta influência mútua permite que a intensidade do valor da posse de um objeto (sua utilidade e apreço de quem o possui) provoca, proporcionalmente, a mesma intensidade de efeitos na natureza interna e externa do sujeito (idem, p. 307).

Trabalho livre significa ter domínio sobre todo o processo produtivo porque não há uma separação entre os meios (inclusive o conhecimento) e os resultados da produção. Isto fica mais evidente nas falas das pessoas que trabalhavam como meeiros ou arrendatários, mas a importância dada ao controle (ser dono e “não repartir com ninguém”) dos frutos da terra foi recorrente em diversos depoimentos.

Antes do acampamento eu trabaiava de a meia com os otro, trabaiava a meia nas fazenda, né? Então, tudo que a gente fazia era partido pro meio. Então ali a gente, como diz o caso, era um braço prá gente e otro pro fazendeiro. Aí aquilo era uma coisa muito... muito rara de bondade. (Josias Barbosa Lagares – assentamento São Carlos).

Seguindo a trilha de Lukács, Antunes estabelece uma conexão direta entre trabalho e liberdade. O acesso à terra é a condição fundamental para o exercício do direito ao trabalho, especialmente porque “o sítio é o lugar do trabalho por excelência” (Woortmann e Woortmann, 1997, p. 27). O exercício deste direito é o caminho para a auto-representação e constituição da identidade de trabalhadoras e trabalhadores livres.¹⁴ O trabalho realizado na terra, no próprio lote, é constitutivo de uma situação de liberdade, segurança e fartura.

A produção (resultado da ação humana e da dádiva da terra) é a mediação para o reconhecimento social, mas esta deve estar “sob o controle” das pessoas que trabalham e produzem, como condição que as diferenciam das situações anteriores de exploração (trabalho assalariado) e expropriação (dividir o fruto do trabalho com o proprietário de terra). A produção (fruto que dá significado ao trabalho) é a materialização da condição de ser sujeito (reconhecimento social) e liberto (ser dono dos frutos do próprio trabalho).

A cidade é boa! Mas cidade é boa, mas tudo da cidade depende da balança! Se tem dinheiro veve, se não tem dinheiro sofre! Então, vida no campo é tudo mais favorável (...) A roça é uma mãe! A roça é uma mãe! (José Alves de Sena – acampamento Dom Helder).

Chega! Prá uma pessoa da minha idade, chega! Com 62 anos, vou fazê 63, chega! Vô caçá meu abrigo que é a terra! (...) Vô consegui a terra pá eu podê vê a fartura que já vi na minha casa! (Uraina Pereira de Matos – acampamento Dom Helder).

O desejo de uma “vida com fartura” é recorrente na esmagadora maioria dos relatos e expressões de sonhos das pessoas acampadas e das conquistas entre as pessoas assentadas. A produção farta de alimentos materializa uma nova condição,¹⁵ diferente da situação anterior, resultado direto da interação entre o trabalho livre (autônomo, produtivo, com significado) e a terra fértil.

Esta interação deve, antes de qualquer coisa, resultar na produção de alimentos, garantindo uma situação sem fome, sem privação do alimento diário. Por mais que as pessoas encontrem dificuldades nos assentamentos (e há plena consciência destas dificuldades), o acesso à terra propicia uma realidade nova, uma “mesa farta” e a

¹⁴ “Isso porque, pelo trabalho, o ser social produz-se a si mesmo como gênero humano; pelo processo de auto-atividade e autocontrole, o ser social salta da sua origem natural baseada nos instintos para uma produção e reprodução de si mesmo como *gênero humano*, dotado de autocontrole consciente, caminho imprescindível para a realização da liberdade” (Antunes, 1999, p. 145).

¹⁵ “A produção é central para a reprodução do grupo, visto como um todo e para cada grupo doméstico específico que a realiza, que é também a unidade de reprodução da força de trabalho. Se a produção é central para a reprodução, e se é pelo trabalho que se constrói a família, é pelo saber ‘técnico’ que ela se faz e é o controle sobre esse saber que faz a hierarquia do grupo doméstico” (Woortmann e Woortmann, 1997, p. 12).

possibilidade de reprodução familiar (consequência de uma “visão familiarística” do mundo – Martins, 2000).

O significado da terra prá mim é fartura! Fartura! Porque a gente – tendo a terra prá gente trabalhar – significa que nós vamos enche os nossos celeiros, né? Nós vamos ter uma vida digna! (Gloraci Moreira Fernandes e Silva – acampamento Palmeira).

Liberdade e autonomia são elementos fundantes das concepções e valores modernos nos processos de constituição de sujeitos políticos. Seu resultado é que as pessoas podem “construir suas próprias biografias” (Giddens, 1991). A luta pela terra, como uma luta por liberdade, constitui sujeitos e permite a construção de cidadania no meio rural, porque cria possibilidades e capacidades para que as pessoas sejam “sujeitos de seus próprios destinos” (Beck, 1999), como trabalhadores e trabalhadoras livres e donos do fruto do trabalho.

4 – A terra como um lugar de vida e moradia

A preocupação com a produção contrasta com as interpretações da sociedade capitalista ocidental, baseadas apenas na lógica que enfatiza a reprodução do capital (Jameson, 1997). Nas representações das pessoas acampadas e assentadas, o trabalho e o seu fruto (produção) permanecem centrais na construção de uma vida digna e com significado. O trabalho permanece fundamental na constituição e representação da identidade social e a produção na construção de meios de vida e “garantia de futuro” (condição básica para a reprodução social).

A terra, no entanto, não é representada apenas como um meio ou instrumento de trabalho ou de produção. O processo de luta e a construção simbólica colocam a terra também como um lugar de vida, uma moradia, capaz de acolher e dar sentido à existência. Diferentemente dos processos de deslocamento do espaço do lugar (Giddens, 1991), a terra é representada como um local, geograficamente localizado, que possibilita trabalho e moradia, materializando um lugar identitário, relacional e histórico (Auge, 1997).

Milton Santos dá uma ênfase especial ao status do lugar como espaço de “exercício da existência plena” (2001, p. 114). Segundo ele, o lugar não se constitui apenas na base geográfica para ações programáticas, mas é constituído por uma identidade, ou seja, um “sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (idem, p. 96). Esta busca por um lugar existencial e de pertencimento está bem presente nas pessoas que lutam pela terra.

...a esperança da gente é que aqui a gente consegue um pedaço de terra prá gente viver o resto da vida; trabalha no que é da gente, né? (...) O nosso canto! O nosso canto que a gente manda e desmanda, né? (Helena Alves de Souza – acampamento Dom Helder).

A terra hoje significa prá mim é aonde que eu tenho um lugar de morada; aonde eu posso criar meus filhos com liberdade. E é o lugar que eu possa adquirir o pão de cada dia mais fácil (Gervásio Cardoso Gomes – assentamento São Carlos).

Este desejo de “localização” não tem como objetivo primordial construir contraposições a uma universalização.¹⁶ Reflete apenas a importância da dimensão do

¹⁶ Geertz, apesar de definir “local” como um termo “relativo” e evitar “oposições entre local e universal” (2001, p. 124), afirma a importância do “saber local” (1998), porque “a maioria dos universais (ou todos segundo podemos supor) é tão geral que não tem força ou interesse intelectual, é uma grande banalidade à

local, como pertencimento, na construção real e simbólica do ser, um vir-a-ser que é estar em um lugar. Neste sentido, Milton Santos define o lugar como

...o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (1997, p. 258).

Esta busca do lugar e suas representações são frutos de situações marcadas pela falta de um “canto” para viver e morar. As pessoas são forçadas – pela falta de trabalho, pela instabilidade do trabalho sazonal, ou das vontades dos proprietários de terras – a constantes deslocamentos. As histórias de vida são verdadeiros “itinerários biográficos”, impostos e não livremente assumidos, gerando desejos e reforçando representações em que a casa e o lugar de moradia são um “porto seguro”.

...as pessoas não têm casa, não têm prá onde ir. Passam por várias necessidades. (...) O que traz as pessoas aqui é a vontade de ter o próprio pedaço de chão! E também porque não têm prá onde irem... (Paulo Cesar da Silva – acampamento Dom Helder).

Esta categoria de lugar surge nas representações como o resultado de uma vida marcada pela mobilidade geográfica em busca de sobrevivência. Os deslocamentos e errâncias, diferentemente das noções de Maffesoli (2001), são vistos, sentidos e representados como sinônimos de insegurança, de falta de perspectiva em consequência do “desenraizamento”.

As pessoas se “des-locam” em busca de trabalho e a possibilidade de “enraizamento” materializa segurança,¹⁷ porque estabelece um ponto de referência (um endereço) e uma localização geográfica, dando perspectiva para o pertencimento. Possuir um lugar se transforma (em um lugar existencial, fundante do ser) na referência que contrasta com a ausência de um local para morar ou com as incertezas de um acampamento.

O futuro da reforma agrária é que o povo habite, né? Seja habitado nas agropecuárias (...) Que essas pessoas tenham aonde elas habitá! Se a reforma agrária não for prá frente como esse povo vai vivê sem habitação, sem morada, sem moradia, sem nada? (Pedro João Coelho Nascimento – acampamento Dom Helder).

As preocupações por “garantias” não se referem apenas a uma luta imediata (ter uma casa porque não podem pagar aluguel, por exemplo), mas ao desejo de conquistar um lugar, capaz de “garantir o futuro”, tanto no sentido da reprodução social (sustentar e criar a família) como existencial de seguridade para a velhice. A busca de uma segurança para o futuro inclui então a representação da terra como um bem capaz de sustentar a vida mesmo diante da incapacidade para o trabalho.

qual faltam minuciosidade ou surpresa, exatidão ou revelação, e que, portanto, tem pouquíssima serventia” (2001, p. 125).

¹⁷ Renato Ortiz afirma que as representações do “local” o identificam com proximidade, cotidiano, presente e familiaridade, contrastando com o distante e o desconhecido, resultando que “...o que está em causa é a busca das raízes, o ponto de inflexão entre a identidade idealizada e o solo no qual ela se introduz. A idéia de raiz é sugestiva. Ela revela uma relação social colada ao terreno no qual viceja. O desenraizamento é visto, portanto, como uma perda, um perigo, uma ameaça” (1997, p. 54).

Mas cada roça que a gente tocava, tocava um ano, dois anos, nos três o dono jogava o capim! Aí tinha que saí com a mala nas costas pró outro canto! E aonde a gente vai só ficando mais velho, fraquejando, as força vai acabando e agente nunca dá conta de comprar um pedaço de chão... (José Alves de Sena – acampamento Dom Helder).

Esta busca por “garantia de futuro” e a constituição de uma vida digna incluem não apenas a reprodução familiar, mas a própria sobrevivência pessoal. A terra passa a ser vista também como uma segurança existencial, uma garantia de aposentadoria, de uma vida tranqüila na velhice. As pessoas se “aventuram” na luta pela terra porque esta representa uma “garantia” de sustento presente e futuro, independente das condições de produção e trabalho.

É trabalhar aqui pra garantir um sussego mais tarde na nossa velhice. O prano nosso prá o futuro aqui, que nós vimos hoje é prá tranqüilidade. Muito tem isso aqui mesmo hoje a gente num temos aquela... (Gervário Cardoso Gomes – assentamento São Carlos).

... meu sonho, toda vida, é possuir uma terra, prá mim ter a minha velhice, o meu final de vida tranqüilo na roça! (Olegário José de Oliveira – acampamento Dom Helder).

Além de um lugar de trabalho, a terra assume uma perspectiva existencial de seguridade social, ou seja, a busca por uma garantia de futuro inclui o desejo de uma “poupança” ou uma aposentadoria para a velhice. Certamente, este desejo é mais evidente nas falas das pessoas mais velhas, mas revela as diferentes dimensões simbólicas, abarcadas nos processos sociais de luta pela terra. As pessoas projetam e constróem representações capazes de justificar ou satisfazer as diversas necessidades sociais e existenciais.

...meu sonho é de... Era que eu teja meu cantinho para que, no fim da vida, eu tenha meu cantinho sem precisar d’eu tá sendo jogado pro lado pro outro e aonde eu pudesse ficá com minha família (Valdevino Rosa de Oliveira – assentamento São Carlos).

A conquista simbólica da terra se transforma em um processo existencial que inclui o direito ao trabalho, mas também a posse dos frutos deste trabalho. A nova situação inclui ainda a certeza de um futuro através da auto-sustentação, reprodução social e “sossego” na velhice. A terra, lugar de trabalho e de moradia (referência e pertencimento), é representada também como uma “poupança”, um bem capaz de garantir segurança e descanso quando a velhice chegar.

Estas concepções da terra – não apenas como um instrumento de trabalho, mas como um lugar – recolocam a questão da territorialidade como resultado de uma organização complexa, muito além de uma simples base física que sustenta relações sociais. Esta noção de território abarca concepções, representações e experiências vivenciadas em um lugar, geograficamente situado, permitindo a construção simbólica da ruralidade. Esta é resultado de um processo social e político que localiza as histórias, lutas e aventuras em torno da busca de um lugar para viver, trabalhar, produzir e reproduzir.

Conclusão

O Estado de Goiás tem sido palco deste processo de “re-invenção” ou “recriação” do rural através da luta pela terra. O sonho de possuir um lugar para viver, morar e

trabalhar tem levado muitas famílias a ingressarem na luta por um pedaço de chão, saindo inclusive das cidades do Estado, em um movimento de “retorno” ao campo.

No contexto de globalização, a luta pela terra materializa a luta por um lugar, buscando melhores condições de vida (cidadania) e trabalho, transformando as conquistas em processos de apropriação de territórios, ou seja, em reterritorializações. As mobilizações, articulações e lutas dão protagonismo social e político às organizações agrárias. Este protagonismo representa também um processo pedagógico que transforma as pessoas em atores e sujeitos de suas próprias biografias que lutam na construção de um lugar de vida.

As mobilizações e lutas pela terra constroem sujeitos e transformam a realidade rural possibilitando a emergência de uma nova ruralidade. Baseada em valores e pressupostos diferentes do atual padrão de modernização e desenvolvimento, esta ruralidade se constitui na materialização da modernidade no campo. A luta pela terra é, portanto, a passagem para esta modernidade porque implica em uma série de mudanças, reais e simbólicas, que alteram as condições de vida, produção, relações com a natureza, etc., no meio rural brasileiro e em Goiás.

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, Papirus Editora, 1994.

_____. **Por uma antropologia dos mundos contemporâneos**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

BECK, Ulrich. **O que é globalização? Equívocos do globalismo, respostas à globalização**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

_____. **A economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1996.

CARVALHO, Horário Martins de. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba, Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento (NEAD), 1999, disponível no site www.nead.gov.br.

_____. **Comunidade de resistência e de superação**. Curitiba, fevereiro de 2002 (mimeo).

FOUCAULT, Michel. What is enlightenment? In.: RABINOW, Paul (ed.). **The Foucault reader: An introduction to Foucault's thought**. London, Penguin Books, 1984.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional In.: GIDDENS, Anthony, BECK, Ulrich e LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo, Editora Unesp, 1995, pp. 73ss.

- _____. **As consequências da modernidade.** São Paulo, Editora UNESP, 1991.
- IANNI, Octavio. **A sociedade global.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.
- JAMESON, Fredric. **As sementes do tempo.** São Paulo, Editora Ática, 1997.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo, Editora Ática, 1991.
- _____. **A revolução urbana.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.
- _____. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2001.
- MAFFESOLI, Michel. **Sobre o nomadismo: Vagabundagens pós-modernas.** Rio de Janeiro, Editora Record, 2001.
- MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão: O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo.** 2a. ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1988.
- _____. **O poder do atraso: Ensaios de sociologia da história lenta.** São Paulo, Editora Hucitec, 1994.
- _____. **A sociabilidade do homem simples: Cotidiano e história na modernidade anômala.** São Paulo, Editora Hucitec, 2000.
- NOVAES, Regina. A trajetória de uma bandeira de luta. In.: COSTA, Luiz Flávio Carvalho e SANTOS, Raimundo (org.) **Política e reforma agrária.** Rio de Janeiro, Editora Mauad, 1998, pp. 169ss.
- ORTIZ, Renato. **Um outro território: Ensaios sobre a mundialização.** São Paulo, Editora Olho d'água, 1997.
- PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa,** Goiânia, Editora da UFG, 1999.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo - razão e emoção.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- SIMMEL, Georg. **The philosophy of money.** Londres, Routledge & Kegan Paul Ltd., 1978.
- SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro.** Trabalho apresentado no 24º. Encontro Nacional de Economia Agrária, Águas de Lindóia, São Paulo, 1996.
- SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In.: GIARRACCA, Norma (coord.). **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires, CLACSO, 2001, pp. 31ss.
- WOORTMANN, Ellen F. e WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília, Editora da UnB, 1997.

A trajetória de vida dos trabalhadores do Acampamento Mário Lago do município de Ribeirão Preto-SP.

Vivien Marques do Nascimento¹

Raquel Santos Santa'Ana².

vivienmarques@yahoo.com.br

O presente artigo traz um estudo sobre a trajetória de vida dos trabalhadores do Acampamento Mário Lago, SP. Parte-se da compreensão da questão social como decorrente do modelo de sociedade vigente. Com isso, busca-se apreender a centralidade do trabalho na vida do sujeito que participa do movimento de luta pela terra, mediante o relato de vida dos trabalhadores do Acampamento Mário Lago. Para a compreensão desta problemática, antes se faz necessário pontuar alguns elementos.

O capitalismo, sistema econômico vigente, é baseado na propriedade privada e visa essencialmente a obtenção de lucro, e sob a hegemonia do capital financeiro, possibilitou que as grandes conquistas tecnológicas e científicas acontecessem de maneira a alterar o modelo de produção e as relações sociais.

Face à globalização da economia, a modernização e a informatização dos setores de produção agrícola, industrial e científica houve grandes modificações na realidade brasileira, principalmente no que diz respeito ao mundo do trabalho, de modo a acentuar a exclusão social devido à diminuição de postos de trabalho e o aumento crescente do desemprego estrutural. Nesse sentido, afirma Ianni:

O modo pelo qual o neoliberalismo se instala, difunde, prolifera e enraíza pelo mundo, ao mesmo tempo provoca o desenvolvimento de desigualdades de todos os tipos. Em lugar do fim da geografia e do fim da história, o que há é um novo mapa do mundo, atravessado pelos fluxos do capital, da tecnologia e da mercadoria, envolvendo a produtividade, a reengenharia, a engenharia genética, a qualidade total e, principalmente, a lucratividade, sempre em benefício da grande corporação transnacional. O mesmo desenvolvimento do capitalismo em escala mundial desenvolve as desigualdades sociais, econômicas, política e culturais. (1996, p.299).

Assim, este modelo de produção gera também flexibilidade na organização e nas formas de contratação do trabalho, dos produtos e padrões de consumo tendo como base essencial a exigência de agilidade e eficiência dos trabalhadores, com forte tendência

¹ Discente do Curso de Serviço Social da FHDSS, Unesp-Franca.

² Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da UNESP de Franca.

para subcontratação e a terceirização de serviços utilizados para reduzir os custos, o que gera a informalidade e deixa os trabalhadores desprotegidos de seus direitos trabalhistas.

No Brasil, a desigualdade entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, evidencia a concentração e centralização de capitais de uma minoria, em contrapartida, aumenta a pobreza de segmentos majoritários da sociedade, fazendo crescer a exclusão social, econômica e cultural de milhares de pessoas. Na perspectiva de Iamamoto, “Exclusão social esta que se torna, contraditoriamente, o produto do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, dos meios de comunicação, da produção e do mercado globalizado”.(2005, p.18).

A questão social decorrente deste processo produtivo é manifestação do embate capital-trabalho, e expressa-se na exclusão das pessoas, tanto no âmbito da produção, quanto da apropriação de seus frutos, materializados em bens e serviços necessários para sua própria reprodução.

A questão social é indissociável ao processo de acumulação capitalista e seus reflexos não se limitam à zona urbana, também se manifestam na zona rural mediante a questão agrária.

De acordo com Fernandes:

A questão agrária é um elemento estrutural do capitalismo. Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, a propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária, aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses assalariados, à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra, à violência extrema contra trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar, aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, as políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e a cidade, a qualidade de vida e dignidade humana. (2001, p.23).

Na década de 1960, a penetração e a expansão do capitalismo no setor agropecuário brasileiro, foi denominado de modernização. Contudo, provocou alterações nas práticas de cultivo e de criação, na organização da produção e do trabalho e no tipo de insumos utilizados. Acentuou a monocultura de produtos agropecuários para a exportação em grandes áreas, a concentração de terra (riqueza) e renda. Como consequência milhares de pequenos e médios produtores perderam suas propriedades e elevou-se o número de trabalhadores assalariados e temporários mais conhecidos como volantes ou bóias-frias. Ainda agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios.

Russo (2003, p.17) afirma que “Historicamente, desde os tempos da colonização e da escravidão, o Brasil tem sido palco de graves conflitos sociais envolvendo índios, negros e brancos - garimpeiros, seringueiros e trabalhadores rurais”. Estes conflitos e disputas de terras no Brasil refletem a formação histórica da estrutura fundiária marcada por forte concentração de terras, grilagem, expropriação indígena e exploração de trabalhadores rurais.

Em nosso país, a desigualdade do acesso a terra é maior ainda que a desigualdade da distribuição de renda. Segundo o índice de Gini³ a concentração de terras é elevada, calculada em 0,843. O Estado de São Paulo, cujo índice é de 0,763 (dados de 1998) ocupa a 13ª posição de concentração fundiária.⁴

A combinação de estrutura fundiária concentrada, políticas agrícolas e padrão tecnológico excludente, durante os governos militares (pós-1964), produziram o empobrecimento dos pequenos e médios agricultores, que em muitos casos resultou na perda de suas propriedades, onde obtinham não apenas parte de sua alimentação, como também era fonte de trabalho e renda.

Diante da crescente pobreza e as respectivas reivindicações de parcelas da população, as políticas públicas e sociais vêm constituir em estratégias que o Estado se utiliza para dar resposta às necessidades da população, de forma assistencial, clientelista e paliativa, reproduzindo a subordinação dos mais pobres às elites e mantendo o trabalhador na condição de favorecido pelo Estado. E por outro lado, também representa a materialização das reivindicações da população em forma de políticas como uma maneira de garantir que os direitos básicos sejam atendidos como: acesso à moradia, alimentação, saúde, trabalho e lazer.

Outra situação relevante e que causou grande impacto na sociedade foi o brusco e intenso processo de urbanização advindo da industrialização e da expansão do capitalismo.

³ O índice de Gini varia de zero a um, sendo que o valor zero representa uma situação hipotética em que todos possuem exatamente mesma quantidade de terra, e o valor um significa a situação em que todas as terras estariam concentradas nas mãos de uma única pessoa. Dessa forma, quanto mais próximo de um, maior será a concentração de terras.

⁴ Guia de Reforma Agrária em São Paulo: Introduções às questões agrárias e fundiárias do estado de São Paulo- INCRA-SP, 2005.

De acordo com um estudo realizado por Durham⁵ “A expansão do capitalismo industrial tem sido marcada, em todas as partes, por um movimento de urbanização que tende a concentrar uma proporção crescente da população em grandes metrópoles industriais”.(1984, p.19). Além disso, acrescenta que a urbanização está associada a dois fenômenos complementares: as desigualdades/disparidades regionais e a constituição de grandes metrópoles. Tanto um quanto o outro implica na formação de grandes movimentos de migração interna. Porém, não podemos desconsiderar que tais processos migratórios e conseqüentemente o crescimento das cidades vêm acompanhados por transformações da própria estrutura da rede urbana.

Por muito tempo e até hoje, acredita-se que a indústria e a urbanização são sinônimas de modernidade e progresso por disporem de estrutura e mecanismo de atração como rede de serviços e empregos (salário mínimo). Em contraponto, o campo é sinônimo de atraso. Somado a isso, características como a concentração fundiária e o intenso processo de mecanização juntamente com a fascinação da cidade constituíram fatores que impulsionaram a expulsão e a migração de muitos trabalhadores do campo.

Assim, estes trabalhadores vão traçando sua trajetória em outros espaços geográficos, saindo de sua terra natal e migrando para locais onde imaginam que a oferta de trabalho e o acesso à moradia, a alimentação, a bens e serviços sejam mais facilitados. Utilizam-se de estratégias, aqui concebida conforme Antuniasse et. all. (1993), enquanto capacidade de buscar outras alternativas em um novo contexto de vida, diferentes das já vivenciadas, como as situações de grande dependência, recursos escassos, bens limitados com pouca ou nenhuma liberdade de escolha.

O destino quase sempre escolhido é a cidade grande, e que na maioria das vezes, o migrante sem a qualificação exigida pelo mercado de trabalho, não encontra outra opção a não ser trabalhar na informalidade e habitar a periferia da cidade.

De tal modo, o trabalho tem centralidade na vida humana influenciando tanto na sua vida objetiva quanto subjetiva, como ressalta Iamamoto:

A vivência do trabalho tem centralidade na vida dos indivíduos sociais. Extrapola o ambiente de produção e se espraia para outras dimensões da vida, envolvendo as relações familiares, a fruição dos afetos, o lazer e o tempo de descanso, comprometendo a reposição das energias físicas e mentais, a duração da vida e os limites da noite e do dia. (2001, p.17).

⁵ DURHAM, Eunice R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. 3º ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

Logo, o trabalho constitui em eixo estruturador na vida do indivíduo e determina de certa maneira suas possibilidades, inclusive em dar respostas perante suas necessidades, refletindo assim em várias dimensões de sua vida como: o acesso a alimentos, a manutenção da saúde, a aquisição de produtos/mercadorias, grau de escolaridade, classe social e outros.

A esse respeito, destaca ainda Antunes:

O fato de buscar a produção e a reprodução de sua vida societal por meio do trabalho e a luta por sua existência, o ser social cria e renova as próprias condições de sua reprodução. (1999, p.136).

A não inserção no mundo do trabalho e o crescente processo de empobrecimento de grande parte da população estão intimamente relacionados.

No meio rural, a impossibilidade de acesso e permanência na terra, somada a inexistência de políticas públicas eficientes, a falta de oportunidades nos centros urbanos, a existência de trabalhadores empregados cuja remuneração não é suficiente para assegurar a manutenção de sua família e lhes proporcionar uma vida digna, incita muitas pessoas a buscarem outras estratégias de sobrevivência.

As tensões sociais geradas e agravadas por esse quadro, impulsionam os indivíduos a buscarem seus direitos sociais e políticos. E somado à determinação de lutar por eles, se materializam em manifestações de protestos e reivindicações coletivas. Assim, dependendo da forma do encaminhamento e da relação de poder entre as forças políticas vão se dar diferentes situações de lutas.

Segundo Gohn (1997, p. 250):

As lutas são organizações da sociedade que tem possibilidade de romper com o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, expõe a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos indivíduos sociais enquanto sujeitos históricos e coletivos. Além disso, dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos referentes ao trabalho, concretizados em serviços e políticas sociais.

Neste sentido, os movimentos sociais têm um caráter político e suas ações se constituem a partir de problemáticas que podem ser de origem social, político e cultural. São construídos por indivíduos sociais coletivos articulados em determinados cenários da conjuntura política, econômica e social de um país. E sua ideologia corresponde ao conjunto de crenças, valores e ideais que fundamentam suas reivindicações. A ideologia

presente no projeto sócio-político do movimento é fundamental para a construção de sua própria identidade.

As mobilizações e ocupações do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - são formas legítimas de manifestação que exigem do poder público a efetivação do artigo 184 da Constituição Federativa de 1988, o qual prevê o cumprimento da função social da propriedade rural, definido no artigo 186:

“A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, os seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.”⁶

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social de luta pela terra, com ação desde janeiro de 1984. Não lutam exclusivamente por terra, mas também por Reforma Agrária e mudanças sociais para o Brasil.

O MST enquanto movimento social continua organizando não só os camponeses⁷, mas também os pobres em geral marginalizados e excluídos do campo e das cidades. Através de ações como manifestações, caminhadas, ocupações e acampamentos, contribui para a conscientização dos direitos dessa população, mobilizando-os para que lutem por mudanças sociais em favor de uma sociedade mais igualitária e democrática.

De tal modo, a ocupação de terras é uma ação que busca pressionar o governo a realizar Reforma Agrária, a medida que traz a público e evidencia a estrutura agrária do país. De acordo com Fernandes:

A ocupação é um dos principais momentos da luta pela terra. O futuro do assentamento possui suas raízes neste processo. E este é um processo violento, em todos os sentidos, para as pessoas que dele participam. É a violência da fome, do frio, da sede, da polícia, da justiça, dos jagunços, da falta de apoio, em que colocam em risco suas próprias vidas, etc. (1999, p. 240).

⁶ Capítulo III Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária

⁷ Entendidos aqui no sentido de diferentes grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Em seguida a ocupação, institui-se o acampamento, espaço de luta e resistência. É a chamada fase de lona preta, em alusão as lonas que são construídas os barracos. A esse respeito, observa Caldart:

Junto às ocupações de terra vieram também os acampamentos, que de caráter provisório ou permanente, antecedendo ou permeando as ocupações, também se tornaram pouco a pouco, um dos fortes símbolos da presença dos sem-terra, através das chamadas cidades de lona preta, bem como um dos seus principais espaços de formação. (2000, p.82).

É também onde acontecem de forma direta o enfrentamento com o Estado e os latifundiários. É neste período que as famílias enfrentam inúmeras adversidades como ausência de infra-estrutura, saneamento básico, além da repressão e violência tanto por parte do Estado, quanto de pistoleiros a mando de fazendeiros.

A vida no acampamento do MST possui uma lógica diferente dos grandes centros urbanos. Valoriza-se o indivíduo enquanto sujeito social e participativo. Desta forma, tendo em vista a participação ativa de homens e mulheres no processo de decisões sobre os rumos do movimento, o que se refere à vida no acampamento e seu bom funcionamento é decidido coletivamente através de assembléias.

Em relação ao MST, Caldart define:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem uma pedagogia que reflete sobre como os movimentos sociais se constituem como matriz pedagógica à medida que atuam como educadores ou como sujeitos pedagógicos da formação de novos sujeitos sociais, capazes de interferir de alguma forma no cenário político da sociedade atual. Esta pedagogia tem basicamente três dimensões principais: o resgate da dignidade, quando aos poucos vão se tornando sujeitos de direitos; a construção de uma identidade coletiva, quando ao participar do movimento assume a identidade Sem Terra; e a construção de um projeto educativo que se preocupa com a escolarização e está baseado na humanização, formação e valorização do saber dos sujeitos. (2003, p.53).

Também faz parte da pedagogia do movimento a mística, uma particularidade do movimento, que constitui em um ato cultural em que suas lutas e esperanças são representadas, traduzidas em cantos, símbolos, fotos, etc.

Com a efetiva organização do MST e sua territorialização, e claro, levando em consideração a conjuntura política, econômica e social do nosso país, o número de ocupações e acampamentos vem crescendo mediante sua coordenação. Em 2001, eram 585 acampamentos com um total de 75.730 famílias. Já em 2003, o número foi de 632 acampamentos abrangendo um total de 116.382 famílias. Neste mesmo ano no Estado

de São Paulo, a presença de 51 acampamentos contava com 7.914 famílias⁸ que estavam envolvidas com o movimento.

No interior do Estado de São Paulo, mais especificamente no município de Ribeirão Preto, situa-se o Acampamento Mário Lago, que através da organização e coordenação do MST, possui atualmente aproximadamente 400 famílias.

O acampamento Mário Lago é dividido em 21 núcleos, sendo que cada um deles contém aproximadamente 20 barracos/famílias. Cada núcleo possui coordenadores dos seguintes setores: saúde, formação e gênero, coordenação, educação, ciranda, segurança, esporte, cultura e lazer.

Para o MST a organização é fundamental para a vida das famílias acampadas. Por isso, existe uma estrutura organizacional para a sua manutenção, que varia de acordo com as especificidades e necessidades de cada acampamento.

Para Roberto Baggio, da Coordenação Nacional do MST no ano de 2003:

O povo brasileiro precisa romper com a herança da colonização dependente, estruturada na grande propriedade da terra, na monocultura agroexportadora e na super exploração da mão-de-obra, que transformou a terra em monopólio econômico e político exclusivo da elite escravocrata que compõe a burguesia brasileira.

[...] somente com um governo popular com vontade política, aliada a grande mobilização e pressão popular, será possível fazer uma corajosa reforma agrária que elimine o latifúndio e democratize o acesso a terra em nosso país.⁹

Em presença de tantas dificuldades enfrentadas, estes trabalhadores através da sua participação, organização e mobilização com base em reivindicações concretas vêm nos movimentos sociais, especialmente o de luta pela terra, uma possibilidade de (re)construção de suas vidas com vistas a ter acesso a direitos básicos previstos na Constituição Federal como moradia, trabalho, alimentação e saúde. As vivências na luta pela terra são experiências que promovem a consciência do indivíduo, no sentido de desenvolver ações orientadas para finalidades que vão além de suas particularidades e individualidades.

Deste modo, a relevância de tal estudo se faz à medida que contribui para as reflexões acerca da questão social, da questão agrária e sobre a política de assentamentos vigentes em nosso país. Para o Assistente Social que atua nas diversas manifestações da questão social, é fundamental apreender o trabalho como um elemento

⁸ <http://www.mst.org.br>. Atualizado em 05/08/2003.

⁹ Revista Sem Terra. Ano V, nº 19, Abril/Junho, 2003.

estruturador na vida dos sujeitos. É na relação estabelecida ou não, entre este sujeito e mundo do trabalho que determinará a sua trajetória de vida.

Neste sentido, torna-se necessário que o Assistente Social compreenda a conjuntura política, social, econômica e histórica na qual estes trabalhadores estão inseridos, se posicionando a favor da autonomia e emancipação dos sujeitos sociais que sofrem e lutam contra o processo de exclusão social através da luta pela terra, com vista à construção de uma nova ordem societária, onde sejam eliminadas todas as formas de opressão, tendo como orientação o projeto ético-político da categoria profissional. Espera-se que o Assistente Social não só apreenda essa realidade, mas também consiga articular e dar respostas em seu cotidiano profissional trabalhando em defesa e ampliação dos direitos e de cidadania da grande massa excluída na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICA

- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha et all. De sitiante a assentado: Trajetórias e estratégias de famílias rurais. São Paulo em perspectiva. Revista Fundação SEADE. V. 7, nº 3 Julho/Setembro, 1993.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2004.
- BUARQUE, Cristóvão. O colapso da modernidade brasileira: e uma proposta alternativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CALDART, Roseli Salete. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, p. 50-59, Jan/Jun 2003.
- _____. Pedagogia do movimento sem terra: escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- CARMO, Paulo Sérgio do. O trabalho na economia global. São Paulo: Moderna, 1998.
- DURHAM, Eunice R. A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo. 3º ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. MST-Formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1999.
- FURTADO, Celso. Latifúndio emperra o desenvolvimento do país. Revista Sem Terra. Ano V, nº19. Abril/Junho de 2003.
- GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Cortez, 1997.

- IAMAMMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2001.
- IANNI, Octávio. A era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- SANTOS, Sueli Auxiliadora dos. Acampados: o retrato do Brasil real em luta. Revista Sem Terra. Ano V, nº19. Abril/Junho de 2003.
- SILVA, José Graziano. O que é questão agrária. 11ªed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SILVA, Maria Aparecida Moraes. Errantes do fim do século. São Paulo: Fundação editora Unesp, 1999.
- _____. A luta pela terra: experiência e memória. São Paulo: Unesp, 2004.
- THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

A TUTELA JURÍDICO-PROCESSUAL NOS CONFLITOS AGRÁRIOS DE LUTA POR REFORMA AGRÁRIA

Danilo Uler Corregliano

Discente do 3º ano de Direito da UNESP/ Franca

padre_unesp@yahoo.com.br

1. A contradição na formação da estrutura agrária brasileira 2. O fenômeno da ocupação de terras 3. A proteção dos direitos humanos fundamentais nos conflitos agrário possessórios 4. Bibliografia

1. A contradição na formação da estrutura agrária brasileira

A estrutura agrária brasileira é revelada a partir do movimento histórico que se inicia com a colonização (leia-se invasão e dominação) européia na passagem para a Idade Moderna até os dias de hoje. Tal movimento é caracterizado inicialmente pela implementação das capitânicas hereditárias, garantindo-se à coroa portuguesa a posse e colonização do novo território sem a necessidade de despesas. O modelo introduzido previa o Regime de Sesmaria, na qual o donatário e seus sucessores, através da carta de doação e do foral da capitania, poderiam transferir a posse de pequenas glebas de terras aos sesmeiros a fim de proteger e explorar as terras.

As concessões desobedeceram às determinações legais do Instituto da Sesmaria, que obrigavam o sesmeiro residir nas povoações e que exigiam o tamanho das datas de terra adequado ao trabalho. De fato, nos séculos XVII e XVIII, essas concessões transformam-se em fonte de criação de latifúndios distribuídos entre a elite por ela própria, como exercício de poder e dominação sobre os trabalhadores sem terra.

A partir deste momento é que se dá a apropriação privada da terra no Brasil, constituído, até então, por uma sociedade organizada a partir de uma estratificação de chefia indígena, que não limitava o acesso à terra e aos bens do trabalho e não visava o lucro, pois alicerçava-se no princípio da distribuição. Houve um enfrentamento de dois mundos, pois a realidade européia era baseada no princípio da acumulação de riquezas, da exclusão e do lucro.

As consequências desse choque foram terríveis para os nativos brasileiros, que foram subjugados pelos europeus. A população indígena brasileira de aproximadamente 5 milhões de pessoas é, dizimada pelo trabalho escravo, pelas epidemias de pestes mortais e pelas guerras de extermínio, engendradas pelos europeus e motivados pela idéia de heroísmo civilizador. Durante todo o primeiro século de colonização, em que predominou a escravidão indígena sobre a negra, realizou-se um sistema cruel de apresamento indígena para constituir mão-de-obra escrava e aniquilaram-se os grupos que se hostilizaram no interior para não serem escravizados.

A partir do segundo século de colonização, a escravidão dos trabalhadores africanos trazidos através do tráfico negreiro superou definitivamente a escravidão indígena. Desde a primeira metade do século XVI, contingentes de africanos eram trazidos para serem escravos no Brasil, entretanto, somente com o desenvolvimento da economia açucareira implementada por Portugal principalmente no Nordeste que o tráfico negreiro aumentou e constituiu-se como a principal fonte de mão-de-obra para os colonizadores.

Caio Prado Júnior¹ aponta que a ambição dos pioneiros por grandes propriedades de terra somada à viabilidade econômica da produção da cana-de-açúcar somente em grandes volumes, com grandes plantações, resultou na configuração de dois elementos correlatos da estrutura agrária brasileira: a monocultura e o latifúndio. Tudo isso sustentado pelo tráfico negreiro, que passa a ser o grande negócio dos europeus, que investiram incalculável quantidade de capital no “empreendimento” e conseguiram reter, segundo Darcy Ribeiro, “pelo menos metade do valor do açúcar e, depois, do ouro”.²

Com a “independência” e a Constituição de 1824, o instituto da sesmaria foi suprimido, mas seus efeitos na representação da terra como sinônimo de poder político e na supremacia do título de propriedade sobre o trabalho se manifestam até os nossos dias, fazendo com que o ordenamento jurídico atual privilegie o documento da terra sobre o seu produto ou sua função.³

A Lei Eusébio de Queiroz de 1850, que proibia o tráfico negreiro por pressão inglesa, faz com que os escravos sejam substituídos progressivamente pelos imigrantes

¹ PRADO JUNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. Brasília: Brasiliense, 1981. p. 32-33.

² RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 160.

³ MARÉS, Carlos Frederico. *A função social da terra*. Porto Alegre: Fabris, 2003.

europeus nas lavouras de café. A fim de impedir os ex-escravos e imigrantes de adquirir terras para seu próprio sustento e, assim, desfalcas a oferta de mão de obra nas grandes propriedades, instaura-se a Lei 601/1850, conhecida como Lei de Terras de 1850.

A Lei de Terras consolida a propriedade privada da terra e elege o documento de compra e venda como o instrumento de sua apropriação. As sesmarias foram admitidas como propriedade privada e a posse de terras em que o ocupante tivesse moradia fixa e produção adequada às exigências do mercado foi legitimada. Todas as áreas que não se enquadravam nessas categorias eram consideradas sem ocupação, mesmo se usadas por quilombolas, pescadores ou famílias de camponeses. Estas terras foram consideradas devolutas⁴.

A elite que tinha acesso aos cartórios de registro oficiais – porém controlados – passa a deter extensões imensas de terras, até então ocupadas por escravos e camponeses, constituindo-se um processo denominado “grilagem oficializada”.

As mudanças trazidas pela República, que aparentemente democratizariam o poder, não superam as estruturas de dominação e opressão do trabalhador rural, já consolidadas no decorrer do processo histórico.

Percebe-se, pois, que a atual estrutura agrária brasileira deita suas raízes no movimento histórico de construção das relações sociais no campo, na forma de apropriação da terra e nos moldes de exploração da mão-de-obra. A contradição apresenta-se no trabalhador rural apartado da propriedade de terra que, concentrada, transformou-se numa expressão de poder econômico, político e cultural da elite agrária. Os latifúndios ainda dominam o cenário fundiário nacional, que mantém os mesmos elementos característicos: grandes propriedades de terras, monocultura, produção voltada para o mercado externo e degradação do trabalho. Porém, agora, revestem-se sob a nova roupagem denominada “agronegócio”.

4 O sentido original de terra devoluta indica a caracterização da terra que, por não ser devidamente aproveitada, retorna ao doador. Esta idéia foi construída enquanto vigorou no Brasil o regime de sesmarias, que deveriam voltar para a Coroa Portuguesa quando não fossem cultivadas. Mesmo depois de 1822, ano do fim desse regime, o termo continuou a ser usado como sinônimo de terra não aproveitada, não apropriada ou de patrimônio público.

2. O fenômeno da ocupação de terras

Frente à progressiva e violenta expulsão do homem do campo, os excluídos tomam consciência de sujeitos históricos que são e passam a se organizar. Sobretudo a partir dos anos 50, os trabalhadores despojados de direitos básicos fundamentais começam a realizar ocupações de terras reivindicando a efetivação da Reforma Agrária. Tais atuações escancaram os conflitos históricos pela posse no Brasil, evidenciando as contradições da estrutura agrária brasileira. Polarizam-se o poder proprietário e os direitos humanos, o direito *de* propriedade e o direito *à* propriedade, a utilização da terra para renda e a utilização para trabalho, a monocultura e a policultura, o agronegócio e a produção familiar, etc.

As ocupações de terras realizadas por diversos movimentos e organizações sociais do campo visam denunciar essa contradição, que apresenta de um lado a existência de milhares de famílias que necessitam da terra para sobreviverem e de outro uma área que, não cumprindo a sua função social, deve ser desapropriada para fins de Reforma Agrária. Assim, torna-se impossível conceber o meio rural olvidando-se este elemento característico de luta: a ocupação de terras.

Acerca destas organizações de trabalhadores do campo, destaca-se o MST por sua territorialidade e relevância nacional, que organiza os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e os mobiliza para lutarem por mudanças no meio rural. Além disso, já se acena para a construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade da pessoa humana.

Compreende-se que a atuação do MST pode ser considerada um legítimo instrumento de consolidação da democracia, no sentido desvendado por Marilena Chauí como

o único regime político que *considera o conflito legítimo* [...] onde os indivíduos e grupos organizam-se em associações, movimentos sociais e populares; classes se organizam em sindicatos e partidos, criando um *contrapoder social* que, direta ou indiretamente, limita o poder do Estado.⁵

A práxis desempenhada pelo MST busca a efetivação da declaração dos direitos humanos fundamentais prefigurados em nossa Constituição, ou seja, transformar a

⁵ CHAUÍ, Marilena. A sociedade democrática. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de (Org.). *Introdução Crítica ao Direito Agrário*. Brasília: UnB, 2002. p. 336.

promessa constitucional em realidade. A simples anunciação da dignidade humana como princípio constitucional basilar não tem significado ou conteúdo se os movimentos populares organizados não lutarem por sua efetivação. Inseridos no processo histórico, os movimentos sociais agem como verdadeiros criadores do Direito, que deixa de ser mero reflexo do cinismo capitalista e passa a ter um escopo libertador. Nesse sentido, dispõe Elisabete Maniglia:

Construir a democracia não é simplesmente criar leis e deixá-las a guisa do judiciário. *Democracia é participação, é igualdade de oportunidades, é luta constante para a efetivação de direitos, que são conquistados por um povo que pensa e sabe o que é conveniente para ele.* Construir democracia no campo é fazer valer do cumprimento da Magna Carta, no seu teor máximo, no cumprimento da distribuição da justiça, na reforma agrária que não só divide terras, mas sim reforma que oferece oportunidade de fazer o homem permanecer nessa terra, com dignidade.⁶

Para se atender aos princípios democráticos de nossa Constituição Federal, a estrutura agrária deve ser radicalmente transformada. Fala-se de uma conjuntura agrária onde, segundo o Atlas Fundiário do Governo Federal, 1% da população detêm a posse de 43% das terras. Caso se utilize o critério utilizado universalmente pela ONU, o índice GINI, que mede a concentração fundiária entre os coeficientes 0 e 1, o Brasil se situa entre os maiores do mundo despontando com 0,8278, perdendo apenas para o Paraguai.

A concretização do art. 186 da Constituição, que garante a função social da propriedade da terra, e do art. 184, que prevê a desapropriação para fins de Reforma Agrária das propriedades que não a cumprem, é fundamental para a garantia dos direitos humanos dos não proprietários e para a consolidação da democracia. Além disso, o decreto presidencial de desapropriação para fins de Reforma Agrária só pode se dar com a pressão dos movimentos sociais através das ocupações de terras.

A esse respeito, a possibilidade de tipificação da ação do MST como crime de esbulho possessório (art. 161, II, CP) é completamente afastada. Pois como demonstrou Elisabete Maniglia em sua dissertação de mestrado, a ocupação de terra realizada pelo MST

não é crime porque não se configura nos três níveis descritos para configuração do delito: tipicidade, ilicitude, culpabilidade; falta, na vontade do

⁶ MANÍGLIA, Elisabete. Direito Agrário e Cidadania – Construindo a Democracia no Campo. *Revista de Estudos Jurídicos da Unesp*, Franca, a. 7, n. 11, p. 163-172, 2002. p. 171. (grifo nosso).

agente, a culpabilidade, que não é de quem pratica o tipo e, sim, de quem promove a situação de desigualdade da terra.⁷

Essa posição doutrinária foi inovadora e posteriormente fundamentou a decisão da 6ª Câmara do Superior Tribunal de Justiça, que, por unanimidade, reconheceu que as ações de ocupação realizadas pelo MST não constituíam crime de esbulho, pois conforme sustentação do Desembargador Vicente Cernichiara, o país é o verdadeiro responsável pela grande dívida social que temos com os miseráveis afastados do bem da vida.

Ainda defendendo a legitimidade da ocupação de terras, tomando-a em seu sentido de democratização, tem-se a declaração do senador da República e ex-desembargador do TJRS José Paulo Bisol:

“Gostaria de declarar aqui um compromisso pessoal perante a minha Pátria. O ato de ocupar os latifúndios é Justo. É necessário para fazer avançar a reforma agrária. É nobre e nos aproxima de Deus. Pois através disso vamos lutando pela Justiça aqui na terra. Que os sem-terras continuem ocupando todos os latifúndios. Se não fosse o MST, os sem-terras não passariam de uns párias da nossa pátria. É só através dele que os sem-terras conseguem ser cidadãos”.⁸

Por fim, o fenômeno da ocupação de terras não pode ser reduzido a uma ameaça ao direito individual de propriedade, como ainda faz a maioria dos operadores do direito, pois constitui verdadeiramente um conflito social histórico. A luta do MST através da ocupação de terras que não cumprem função social é pela terra de trabalho, pela concretização dos direitos básicos de moradia e alimentação que emanam da terra. A Reforma Agrária programada na Constituição Federal de 1988 prevê a efetivação do Estado Democrático de Direito e, em última análise, o resgate da dignidade dos milhões de “desgarrados” da terra, órfãos de direitos, que foram historicamente expulsos da terra.

3. A proteção dos direitos humanos fundamentais nos conflitos agrário possessórios

Os direitos humanos fundamentais são aqueles originados historicamente, decorrentes de lutas por liberdades contra velhos poderes. Por serem históricos, aparecem de modo gradual e não linearmente.

⁷ MANÍGLIA, Elisabete. O esbulho possessório e as ocupações rurais. In: STROZAKE, Juvelino José (Org.). *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 367.

⁸ MST. *Opinião dos juristas*. Disponível em <<http://www.mst.org.br/setores/dhumanos/legitimi/juristas.html>>. Acesso em 26 de abril de 2006.

Costuma-se agrupá-los em três gerações determinadas por momentos históricos específicos⁹. A primeira geração é aquela derivada das lutas burguesas do século XVIII e proclamada em 1789 na Declaração dos Direitos do Homem. A preocupação principal do ideário burguês era a universalização da liberdade – compreendida em seu sentido amplo, de liberdade de escolha fundada na autonomia da vontade – como um valor supremo. Entretanto, a liberdade foi declarada formalmente apenas, não se atendo à sua concretização, o que sustentou ideologicamente a desigualdade material, pois a liberdade era usufruída somente entre os cidadãos, ou seja, proprietários.

A segunda geração de direitos começa questionando a liberdade formal, e seu eixo gira em torno do princípio igualdade, entendida em seu sentido material. Provêm das denúncias socialistas que pressionam os burgueses a cederem e positivarem os direitos econômicos e sociais (saúde, trabalho, seguridade social). São vilipendiados a partir dos anos 80 com as ondas neoliberais.

A luta dos movimentos sociais contra o individualismo e o universalismo engendra a tutela dos direitos difusos e coletivos ao redor do valor solidariedade. São preocupações dessa terceira geração de direitos o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. São fomentados pelos estudos neomarxistas dos anos 60 e 70 que asseveravam que o discurso da universalização dos direitos humanos consolidava esse modo de produção social injusto.

A Carta Magna anuncia a evolução dos direitos humanos dessas três gerações, apontando para a construção de uma sociedade materialmente democrática, pautada no princípio basilar da dignidade da pessoa humana.

Na esteira das consagrações dos direitos humanos e, sobretudo a partir da segunda geração, atenta-se para o princípio da função social da propriedade de terra alinhada à dignidade da pessoa humana. Assim, a terra deve ser utilizada adequadamente e respeitar os direitos dos não proprietários num contexto de pobreza e desigualdades. A função social há de ser entendida a partir dos direitos dos não proprietários de terem acesso à terra, à alimentação, ao trabalho, à moradia e ao meio ambiente saudável.

Observa-se na sociedade contemporânea a inerência do princípio da função social ao direito de propriedade. Aquele não seria um simples limite ao exercício deste, senão um elemento essencial sem o qual impossível será a proteção possessória.

⁹ BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p.5.

A proteção possessória se dá através das ações possessórias que asseguram o fato posse como exercício da propriedade e está disposta no Livro IV, artigos 920 a 932 do Código de Processo Civil como um procedimento especial de jurisdição contenciosa. Cabem-se as ações de interdito proibitório (quando da ameaça à posse), de manutenção de posse (em se tratando de turbacão) ou reintegração de posse (no caso de esbulho).

É possível a expedição de mandado liminar de manutenção ou de reintegração, conforme os arts. 924 e 927, quando a petição inicial for devidamente instruída dentro de prazo de ano e dia, após o autor ter provado a sua posse, turbacão ou esbulho, a data da turbacão ou esbulho e a continuação ou perda da posse.

Porém, lembrando-se dos princípios norteadores da dignidade humana e da função social no Estado Democrático de Direito, segue-se que a posse, enquanto exercício de propriedade, deve necessariamente cumprir função social para obter tutela jurídica. Nesse sentido, elucidativo é o parecer de Eros Roberto Grau:

O perfil do direito de propriedade é, no Brasil, após 1988, tragado pela Constituição, sendo certo que apenas e tão-somente a propriedade rural que cumpra função social é objeto de proteção jurídica [...] a propriedade rural que não cumpra sua função social não goza da proteção possessória assegurada pelo Código Civil, visto ter ela como pressuposto o cumprimento da função social da propriedade.¹⁰

O mais importante a ser observado é que o conflito agrário possessório envolvendo trabalhadores rurais sem terra de movimentos sociais possui natureza de conflito histórico, e não mera ameaça à posse ou esbulho possessório. Não podem ser compreendidos em si mesmos, apartados da dinâmica social e histórica, pois se antagonizam o direito de propriedade e os direitos humanos fundamentais.

A legislação processual, se não concebida sistemicamente, em consonância com o imperativo constitucional¹¹, torna-se ineficaz na solução de conflitos desta natureza. A utilização do código processual individualista de 1973 é útil nos conflitos individuais, como na demarcação de divisas. Não abarca os conflitos sócio-históricos que carecem de proteção dos direitos indisponíveis.

¹⁰ STROZAKE, Juvelino José (Org.). *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p.201.

¹¹ Ao se referir a uma interpretação alinhada à Constituição, quer-se que as normas sejam compreendidas como num sistema, em que a força da Constituição, sob a plataforma da dignidade da pessoa humana, subordina as normas de inferior hierarquia. Trata-se do fenômeno da constitucionalização, atenta ao princípio da função social.

Daí decorre a impossibilidade de decisões liminares em conflitos agrário possessório envolvendo movimento social. A interpretação do artigo 928 do CPC deve excluir da proteção liminar quando se tratar de conflitos coletivos envolvendo direitos humanos fundamentais, cujos protagonistas são sujeitos historicamente expulsos da terra que encamparam a luta pela Reforma Agrária prevista na Constituição.

Essa concepção está respaldada na interpretação conjugada com o art. 5º da Lei de Introdução do Código Civil, que condiciona a aplicação da lei pelo juiz atendidos aos fins sociais a que a lei se dirige. Além do preceito constitucional que assenta o princípio da dignidade da pessoa humana.

Além disso, as medidas liminares devem ter embasamento no *fumus boni iuris* e no *periculum in mora*, que remetem respectivamente a um provimento favorável ao autor e ao resguardo de possíveis danos a esse direito com a lentidão do processo de conhecimento. Ao se aceitar uma hermenêutica constitucional, tais requisitos não de ser afastados, pois a propriedade rural deve cumprir sua função social (art. 184 CF) e um acampamento de trabalhadores rurais na propriedade não viola o direito de propriedade, pois está desprovida de seu elemento constitutivo: a função social.

Urge-se, portanto, uma sensibilidade dos operadores do Direito à problemática exposta, por se tratar de seres humanos cuja única esperança é ter um pedaço de chão para atingir seus valores existenciais da vida. Faz-se necessária a construção de um outro discurso jurídico que rompa com o poder proprietário e transforme a realidade agrária brasileira.

4. Bibliografia

- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- MANÍGLIA, Elisabete. *Direito Agrário e Cidadania – Construindo a Democracia no Campo*. Revista de Estudos Jurídicos da Unesp, Franca, 2002.
- MARÉS, Carlos Frederico. *A função social da terra*. Porto Alegre: Fabris, 2003.
- PRADO JUNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. Brasília: Brasiliense, 1981.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de (Org.). *Introdução Crítica ao Direito Agrário*. Brasília: UnB, 2002.

STROZAKE, Juvelino José (Org.). *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

AGRICULTURA FAMILIAR NA ATUALIDADE: ESTUDO DE CASO EM ASSENTAMENTOS RURAIS DA MATA SUL PERNAMBUCANA.

Hersília M. Cadengue¹

Mariomar Almeida²

José Nunes da Silva³

Resumo

O presente texto tem por finalidade apresentar o desenvolvimento da agricultura de subsistência e familiar, com seus obstáculos e estímulos desde o princípio da colonização, já que o reino favorecia a agroindústria através da monocultura da cana, restringindo, por exemplo, o plantio para própria subsistência dos colonos.

Dessa forma, apresentamos um estudo de caso de assentamentos do Cabo de Santo Agostinho, onde as famílias assentadas vivem da agricultura de subsistência e familiar, tirando da terra o seu alimento e gerando com o seu excedente uma renda monetária para os assentados, o que representa a busca da diminuição da pobreza existente nos assentamentos estudados.

Breve histórico

Desde o descobrimento do Brasil, em 1500, o principal objetivo do colonizador foi à exploração da terra em busca do ouro para o enriquecimento de Portugal. Porém, depois da frustração por não haver encontrado ouro na colônia, e, haja vista a existência exuberante de madeira pau-brasil, à época, houve o estímulo ao desmatamento da terra para extração e expedição daquela madeira a Portugal. Após a terceira expedição do pau-brasil, a colônia estava sendo muito custosa ao império português o que levou o rei D. Manuel a firmar contrato com Fernão de Loronha, com a finalidade de arrendar as terras da nova colônia (FURTADO, 2000).

¹ Mestre em Serviço Social e Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

² Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e Assistente em C&T da Fundação Joaquim Nabuco, instituição federal de pesquisa, em Recife – Pernambuco - Brasil.

³ Mestre em Extensão Rural e Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Por intermédio da ordem de D. João III, em 1530, Martim Afonso de Sousa com sua família foram enviados ao Brasil, com a missão de colonizar 100 léguas da costa brasileira. Fundador da Vila de São Vicente (SP), em 1532, sendo também o pioneiro a trazer muda de plantas, gados e escravos para desenvolver o *regime sesmarial*, em que a terra era domínio do rei, devendo sair produtos para o donatário e tributos para a coroa, onde as terras eram cedidas. Os que não cumprissem a ordem de apropriação adequada, a terra era devolvida ao rei e redistribuída a quem pudessem usufruir e pagar os impostos devidos (FURTADO, 2000; MARTINS, 2002).

Porém, como cita Martins (2002, p. 164):

Só podia ser sesmeiro o homem livre e, até meados do século XVIII, puro de sangue e puro de fé. Aos índios aculturados e aos mestiços era, no geral, vedada a concessão da sesmaria, porque classificados na categoria de administrados, isto é, tutelados por um senhor branco e livre.

Apesar do interesse de plantar cana-de-açúcar para exportação, a Vila São Vicente não tinha terra adequada para o plantio. Em uma das viagens de prestação de contas ao império, Ana Pimentel, esposa de Martim Afonso de Sousa, assumiu administrativamente e politicamente o controle da capitania, doando um pedaço de terra a Brás Cubas para construir e hospedar os homens do mar. Também franqueou, aos colonos, terras férteis, estimulando-os a realizar o plantio de laranja, arroz, trigo e criação de gado (FURTADO, 2000; TELES, 1999), ou ainda, os que pudessem gerar o mínimo de subsistência dentro da colônia. Como cita Holanda (1995, p. 100):

Em São Vicente, a notícia da derrogação, em 1554, pela esposa do donatário, dona Ana Pimentel, da proibição feita pelo seu marido aos moradores do litoral de irem tratar nos campos de Piratininga, provocou tal perplexidade entre os camaristas, que estes exigiram lhes fosse exibido o alvará em que figurava a nova resolução. Tão imprudente deve ter parecido a medida, que ainda durante os últimos anos do século XVIII era ela acerbamente criticada, e homens como frei Gaspar de Madre de Deus ou o ouvidor Cleto chegaram a lamentar o prejuízo que, por semelhante revogação, vieram a sofrer as terras litorâneas da capitania.

Ainda na Vila de São Vicente, com o apoio dos jesuítas da Companhia de Jesus — após observarem que os índios não tinham resistência física para trabalhos pesados e forçados —, os índios identificaram-nos como seus maiores defensores para não serem escravizados fisicamente, e, em contrapartida, os jesuítas empunhavam seus hábitos, costumes e, principalmente, a religião. Foi nessa vila que os índios transmitiram suas técnicas de agricultura de subsistência para os brancos, sendo na sua maioria, índios da tribo Tupi que praticavam a agricultura, e tendo como principal força de trabalho, as mulheres que plantavam e colhiam as culturas da mandioca, milho, feijão, amendoim,

cará, abóbora e guaraná (TELES, 1999; ADAS, 1995 e 1998; CÁCERES, 1980; FURTADO, 2000).

Os indígenas contribuíram ainda mais na economia colonial brasileira, conforme citação de Furtado (2000, p. 37-38): “Na cultura do algodão; na economia extrativista; na implantação da construção naval; na economia pecuária, em tarefas de campo; na economia mineradora e na economia artesanal.”.

Além de: “Utilização da flora medicinal; emprego de fibras têxteis (junco, tucum e embira); aplicação de folhas, principalmente de palmeiras, na cobertura de casas e fabricação de utensílios domésticos (pilões, vasos, cuias e samburás).”

Com a chegada dos negros, que possuíam maior resistência física, houve aprimoramento de trocas e acréscimos de outros conhecimentos de agricultura (FURTADO, 2000).

Porém, a agricultura de subsistência desenvolvida não era suficiente para toda a colônia, além de possuir leis vindas do império, intimidando tudo que gerasse uma redução de importação de produtos europeus, até mesmo grãos e outros alimentos que poderiam ser plantados na colônia em sua vasta terra. Como descreve Romeiro (2000, p. 118):

As características de mais de quatro séculos de desenvolvimento agropecuário no Brasil podem ser assim resumidas: de lado, grande sucesso comercial das culturas de exportação e, de outro, escassez relativa de gêneros alimentícios, exploração predatória da natureza, escravização da mão-de-obra, seguida de precárias condições de acesso à terra e de emprego, escassez relativa de alimentos e excedente estrutural de mão-de-obra, num país com a maior área agrícola potencial do planeta.

Ao descrevermos sobre o Brasil e o meio rural, é importante enfatizar a citação de Wanderley (1998a, p. 12 e 13) que

com efeito, no Brasil, o meio rural foi, historicamente, percebido como sendo constituído por espaços diferenciados, que correspondem a formas sociais distintas: as grandes propriedades rurais — fazendas e engenhos — e os pequenos agrupamentos — povoados, bairros rurais, colônias, etc. Estes espaços, juntamente com as pequenas cidades tiveram um importante papel na História do povoamento brasileiro.

O interesse da agricultura de subsistência, que normalmente utiliza métodos tradicionais de plantação, quando bem organizado, utilizando-se da mão-de-obra familiar ou de poucos contratados, ao possuir o excedente dessa colheita, gera não só a sobrevivência de quem planta, mas também uma fonte de renda para a família, seja por troca de produtos, moeda corrente ou por serviços prestados, tornado-se uma agricultura familiar. Tal fato ocorre, não só com pequenos e médios proprietários rurais, mas também no interior dos assentamentos rurais.

Agricultura familiar no Brasil

No Brasil, a agricultura familiar conhece uma marginalização histórica considerável, tendo sido durante muito tempo relegada ao segundo plano e até mesmo esquecida pelas políticas públicas. Tal fato pode ser observado desde a época da colonização, cujo modelo de propriedade agrícola, exposto sucintamente anteriormente, era baseado na grande exploração monocultural de exportação, estando assim os recursos priorizados para o favorecimento desta (WANDERLEY, 1999).

A consequência desta desigualdade repercutiu diretamente na agricultura familiar e na sua base fundiária, a pequena propriedade. Durante muito tempo, a agricultura familiar foi vista como sinônimo de pobreza e de subdesenvolvimento, e o homem do campo, agricultor familiar, considerado pouco inteligente e incapaz de tomar decisões eficazes no gerenciamento do seu negócio.

Segundo WANDERLEY (1999), os agricultores familiares são portadores de uma tradição, tanto no trabalho com a terra, quanto em seu modo de vida. Tal tradição inclui uma relativa autonomia, e uma organização familiar que compreende, dentre outros aspectos, o trabalho da família na propriedade; a produção de alimentos para consumo próprio, a produção destinada ao mercado; e uma forma de sociabilidade centrada nas comunidades rurais. Assim a agricultura familiar é entendida, neste estudo, como aquela que combina a propriedade da terra, com uma mão-de-obra familiar, e que se organiza, em torno da e para a família, por uma lógica que reúne saberes e valores que asseguram a reprodução da unidade familiar e de produção e a permanência do patrimônio (TEDESCO, 1999).

A terra tem um significado especial para os agricultores, de tal modo que, mesmo havendo a possibilidade de se manter, de progredir, através do exercício de atividades não agrícolas na unidade doméstica, e fora dela, a terra não perde seu sentido, continua sendo a base do patrimônio familiar sobre a qual se constrói a família e o trabalho.

Apesar das restrições ao funcionamento da agricultura familiar no Brasil, dentre as quais se pode destacar o próprio acesso à terra, ou ainda, a fragilidade no acesso a recursos financeiros, além do modelo de modernização conservadora a que foi submetida (WANDERLEY, 1999), esta vem sendo considerada um setor de grande importância social e econômica para o país.

Desde os anos 1990, tem-se observado um crescente interesse por esse tipo de produção. Tal interesse se materializou em políticas públicas, como a criação do

Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, além do revigoramento da Reforma Agrária. A formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu, em boa medida, às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados.

A agricultura familiar é hoje, de grande importância para essa revalorização do meio rural, uma vez que tem demonstrado ser possível unir a eficiência econômica com a “eficiência social” (GUANZIROLI et al, 2001), contribuindo para construção de melhores condições de vida (MARQUES, 2002), pois incorpora em sua gênese, atributos, cuja natureza envolve a adesão a valores éticos e morais. Ela também está associada à dimensão espacial do desenvolvimento, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal, normalmente vinculada à monocultura, que gera grandes vazios populacionais.

Deve-se ter claro que a agricultura familiar não é um segmento homogêneo, mas um universo extremamente diversificado em sua composição. Apesar da lógica de reprodução das unidades de produção familiar ser essencialmente a mesma, o nível em que opera esta lógica, as expectativas e a própria dinâmica subjacente às práticas adotadas pelas famílias rurais, revelam diferenças marcantes. É em decorrência das capacidades de adaptação às situações próprias de cada uma dela – por exemplo: lugar, clima, cultura, tamanho da familiar e da propriedade, etc.- que tais unidades vão definir as suas estratégias de produção e reprodução.

Estudo de caso em assentamentos do Cabo de Santo Agostinho e a agricultura familiar atual

Os três assentamentos ora estudados são: Potozi, Arariba da Pedra e Arariba de Baixo, situados no Cabo de Santo Agostinho, Mata Sul de Pernambuco. Frutos de lutas de instituições diferenciadas, como: Potozi – MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), Arariba da Pedra – Assentamento criado pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e Arariba de Baixo –PCB (Partido Comunista do Brasil).

Os dados que dão subsídio a este trabalho foram coletados a partir de questionários e entrevistas junto ao corpo técnico do CMC; da observação e análise de

reuniões ordinárias e coletivas⁴ dos assentados e assentadas dentro dos assentamentos, tendo sido duas reuniões em cada assentamento, resultando em seis reuniões; da análise de 52 questionários outrora aplicados pelos técnicos do CMC e da realização de três entrevistas individuais com cada assentado e assentada participante do projeto dentro dos seus assentamentos, resultando em nove entrevistas. De posse dos dados, foi efetuada sua análise, tomando como fio condutor à luz do problema da pesquisa, confrontando as falas entre si, com o marco teórico e com as observações do diário de campo.

Medeiros (2003, p. 82) nos estudos sobre assentamentos e reforma agrária, faz citações que se enquadra aos assentamentos aqui apresentados que

muitas vezes as áreas desapropriadas foram, por vários anos, objeto de exploração agrícola por meio de monoculturas ou de uso com pecuária, tornando as terras degradadas, sem cobertura, com redução e/ou poluição dos recursos hídricos. Normalmente, nesses casos, a utilização depende de uma recuperação de fertilidade, exigindo investimentos.

As 52 famílias dos assentamentos apresentados estão realizando muito mais agricultura de subsistência, do que uma agricultura comercial, voltada em maior parte para o mercado, o que seria mais almejada, pois “o produto familiar, quando recebe apoio suficiente, é capaz de produzir uma renda total, incluindo a de consumo próprio, superior ao custo de oportunidade do trabalho” (GUANZIROLI; ROMEIRO; BUAINAIN; SABBATO; BITTENCOURT, 2003, p.317). O maior interesse daquelas famílias é plantar para vender, entretanto, o que citamos de Medeiros, não se diferencia nesses assentamentos, dificultando tal tipo de produção.

Os assentamentos cultivam as seguintes culturas:

	Famílias / Potosi	Famílias / Arariba da Pedra	Famílias / Arariba de Baixo	Famílias / Total
Cana-de-açúcar	3	5	11	19
Maracujá	-	8	11	19
Côco	1	-	4	5
Caju	-	-	1	1
Feijão	7	2	-	9
Milho	15	2	-	17
Graviola	-	-	1	1

⁴ Reunião ordinária é aquela situação em que se reúnem sejam os integrantes do CMC, sejam os integrantes dos assentamentos; reunião coletiva é a situação em que estão presentes os integrantes do CMC e os assentados e assentadas.

	Famílias / Potosi	Famílias / Arariba da Pedra	Famílias / Arariba de Baixo	Famílias / Total
Batata	3	1	3	7
Inhame	3	-	2	5
Macaxeira	14	2	-	16
Banana	16	5	10	31
Melancia	-	-	1	1
Abacaxi	3	-	1	4
Mandioca	2	-	1	3
Pepino	2	-	-	2
Jiló	6	-	-	6
Mamão	3	-	-	3
Manga	3	-	-	3
Laranja	2	-	-	2
Fava	2	-	-	2
Cajá	1	-	1	1
Jaca	5	-	-	5
Verduras variadas	1	2	1	4
Frutas variadas	1	2	1	4
Não Cultiva	-	-	4	4

Fonte: Centro da Mulher do Cabo de Santo Agostinho/CMC (2004).

Apenas 32 famílias fazem criação nos seus lotes, sendo:

	Famílias / Potosi	Famílias / Arariba da Pedra	Famílias / Arariba de Baixo	Famílias / Total
Jumento	-	1	2	3
Galinha	9	2	3	14
Gado	3	-	6	9
Cabra	6	-	2	8
Cavalo	11	1	6	17
Égua	-	1	2	3
Peixe	-	-	2	2
Peru	3	-	-	3

A maior dificuldade dos assentados, que até podemos chamar de insegurança, é na comercialização de seus produtos. Das 52 famílias assentadas, apenas 24 delas conseguem comercializar os seus produtos, diretamente com o consumidor ou não, conseguindo retirar por mês, de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 200,00 (duzentos reais). O Centro das Mulheres do Cabo de Santo Agostinho, organização não-governamental que trabalha há 21 anos na região, por meio de convênios firmados com organizações internacionais, promoveu vários treinamentos e assistência técnica aos assentamentos citados, reduzindo o problema apresentado, porém, não o extinguindo completamente. Este é um processo mais longo do que imaginamos, pois perpassa a auto-estima de cada assentado, sendo construída num prazo muito mais individual.

Iniciariamos um debate que a reforma agrária é algo negativo? Não, mesmo essas famílias não se suprimindo financeiramente, elas têm suas terras e tiram no mínimo o seu alimento, voltando aí para a agricultura de subsistência. Concordando com Medeiros (2003, p 95) que diz:

Reforma agrária não é, como muitos de seus opositores têm afirmado sinônimo de atraso, ameaça de desestruturação de sistemas produtivos, mas simplesmente uma das faces da luta contra a desigualdade econômica e social e, portanto, uma das ferramentas da construção de uma efetiva democracia, baseada na possibilidade de contínua expansão e criação de direitos. Sob essa perspectiva, sua permanência no vocabulário das lutas sociais deve ser entendida não como resquício do velho, mas, por sua plasticidade, como uma palavra capaz de abrigar o novo. Em nosso país, o velho a ser superado no campo é o recurso à violência, a formas indignas de trabalho, o não-reconhecimento de direitos.

A agricultura familiar é primordial para os pequenos proprietários de terras, nesse item, se enquadra os assentados, já que o estado brasileiro, desde sua colonização é responsável em grande parte pelo não investimento em educação neste país, criando assim uma única opção para pessoas que não estão bem preparadas para outras atividades econômicas, ou seja, excluídas do mercado. E ao se ler sobre as políticas agrárias do país, vê-se também do seu início muito mais um estímulo à agricultura de exportação, excluindo até mesmo, agricultura de subsistência. Segundo Mendonça Apud Assis Brasil (1997, p. 30)⁵ em 1898 a “vergonhosa situação do país que dispende de uma enormidade de terreno fértil, não tem sequer a independência do próprio estômago e vai pedir ao estrangeiro os gêneros mais necessários à vida”. Quem ditava as regras do que plantar era o próprio governo, chegando até a interferir em diversos fatores relacionados à economia, política, sociedade, etc. Em consequência desses fatos é que o Brasil vem pagando impostos exorbitantes, do passado até hoje.

⁵ MENDONÇA, Sonia apud BRASIL, Assis.

Estamos aqui longe de querer um governo assistencialista ou paternalista, como em sua maioria se apresenta principalmente em período eleitoral. Wanderley (1998b, p. 30) sabiamente cita:

O Estado constitui um agente de principal importância, cuja atuação se orientou ora no sentido de exclusão econômica e social de parcelas importantes da população camponesa, ora no sentido inverso, de inserção de outras parcelas, ora ainda com objetivos clientelístico, através de medidas assistencialistas, em muitos casos meras reprodutoras da miséria rural e urbana.

Como resolver tantos sérios problemas rurais, principalmente dentro dos assentamentos? Os problemas existentes não acontecem somente entre os assentados e instituições de governos municipal, estadual e federal. Muitos dos assentados deixam até de se identificar com organizações não-governamentais que lutam pela terra. Na verdade, eles perdem até seu próprio referencial, tendo conflitos entre si, apenas ficam unidos pelo sonho de possuir sua própria terra. Mas a falta de experiência com a própria terra, em alguns casos, ou até mesmo de ainda não se sentirem donos da terra, dificulta sua própria identificação. Sabendo-se que, por experiências de terceiros dentro dos assentamentos, não vale a pena desistir das terras, pois, inexoravelmente, o próprio mercado exclui pessoas despreparadas (poucos assentados tem primeiro grau, na sua maioria só sabe assinar o nome) dele mesmo.

O que se dá é uma falta de pertencimento, e mesmo que o social influencie um grupo, é na subjetividade de cada indivíduo que filtra o acontecimento social, fazendo gerar ou influenciar o próprio meio que se encontra. Pertencer e participar estão próximos, unidos no papel humano e na sua identidade, sendo o pertencer e participar importantes ferramentas na formação da sociedade, construindo assim sua identidade e, conseqüentemente, sua cidadania⁶.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAS, M. *Panorama Geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafio*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 1998.

_____. *Panorama Geográfico do Brasil: aspectos físicos, humanos e econômico*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1985.

CÁCERES, F. *História da América*. São Paulo: Moderna, 1980.

CASTELLS, M. *O poder da identidade - a era da informação: economia, sociedade e cultura*, 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.

⁶ Anotações feitas em discussões da aula de Antropologia e Identidades culturais da Prof. Hulda Stadtler PhD.

- FURTADO, M. B. *Síntese da Economia Brasileira*. 7 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond. 2001.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MARQUES, P. E. M. Reflexões sobre os impactos das intervenções da linha infraestrutura do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: **Anais do VI congresso da associação Latino-Americana de Sociologia Rural**. p.1911-1921. Porto Alegre, 2002 (CD-ROM).
- MARTINS, J. de S. *A sociedade vista do abismo – novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MEDEIROS, L. S. de. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- MENDONÇA, S. R. de. *O ruralismo brasileiro (1988-1931)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- ROMEIRO, A. R. Reforma agrária e distribuição de renda In: STÉDILE, J. P. (Coord.) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA). p. 105-136.
- TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família** – racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- TELES, M. A. de A. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- WANDERLEY, M. de N. B. *O lugar dos rurais: estudo sobre a ruralidade no Brasil Moderno*. Recife. 1998a. Projeto de Pesquisa.
- WANDERLEY, M. DE N. B. O Brasil: agricultura familiar ou latifúndio? In: LAMARCHE, H. (Coord.) *Agricultura familiar: comparação internacional - do mito à realidade*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998b. p. 27-45. v. 2.
- _____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (Org) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

As representações sobre a vida no acampamento Mário Lago de Ribeirão Preto, Sp: um enfoque na perspectiva intergeracional.

Raquel S. Sant'Ana¹

Ariane C. Brughara²

Priscila S. Oliveira³

Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Unesp/ Campus Franca.

pris_essav@yahoo.com.br

1-Introdução.

A pesquisa “As representações sobre a vida no acampamento Mário Lago de Ribeirão Preto: as diferentes gerações definindo a luta pela terra” vem sendo realizada desde o ano de 2004 pelas autoras desse artigo.

O objetivo deste estudo é mostrar as diversidades e homogeneidades que vão se estabelecendo no processo de luta e consolidação de um acampamento rural; diversos fatores contribuem para criar identidades e conflitos; neste estudo analisaremos a influência dos fatores inter geracionais.

As representações de crianças, jovens, adultos e velhos que foram sujeitos da pesquisa está hoje mediada pelo acampamento; são trajetórias que se homogeneizam e se diversificam no espaço concreto do acampamento e que constróem referências importantes para um futuro assentamento

As representações sociais expressam a subjetivação do real por parte dos sujeitos e, estão diretamente relacionadas à forma como a totalidade se constitui:

As representações, portanto, realizam a função de organizar significativamente a realidade para os que a vivenciam. Contém um “modelo” de homem e de sociedade, explicam o real e respondem a necessidade de criação de uma identidade social, onde a questão da diferenciação social aparece, muitas vezes, como elemento organizador e justificador dos comportamentos. (Yazbek, 1992, p.86-87)

As representações do mundo social são construídas individual e coletivamente, por meio de ações, quanto de sentimentos e emoções.

¹ Professora doutora do Departamento de Serviço Social da Unesp de Franca.

² Assistente social formada pela FHDSS – Unesp/ Franca e bolsista CNPq nesta pesquisa de 2004 a 2005.

³ Discente do Curso de Serviço Social e bolsista Cnpq.

La representacion no puede reducir-se a sombra, al eco, al reflejo. No contiene menos que lo representado, sino más (salvo el empobrecimiento por la reflexión). No define como el doble (em la conciencia) del objeto. Lo acentua, lo vuelve intenso vinculándolo a los afetos. (Lefevbre, apud Yazbek, 86-87)

As representações sobre a luta pela terra e o próprio significado que esta adquire para os moradores do acampamento são formuladas a partir da experiência concreta vivenciada pelos vários segmentos etários. Diversas mediações concorrem para a construção de representações positivas ou negativas da vida compartilhada, do trabalho coletivo, da democracia interna, da participação política junto ao MST ou mesmo junto a outras instâncias de embate na luta pela terra.

Como afirma Caldart, 2004, p. 325:

[...] é ele [o MST] o sujeito educativo principal do processo de formação dos sem-terra, no sentido de que por ele passam as diferentes vivências educativas de cada pessoa que o integra, seja em uma ocupação, um acampamento, um assentamento, uma marcha, uma escola.

O acampamento é, portanto, considerado um *lócus* importante de formação política, espaço de construção de uma nova sociabilidade calcada em valores mais humanos voltados para a cooperação e a solidariedade. A sua importância na forma como os assentamentos vão se organizar é, portanto, um elemento a ser considerado.

É evidente que não é possível pensar o acampamento como um espaço edílico de homogeneidades, porém é inegável que este é um *lócus* propício para a formação política e a construção de novas representações; o maior ou menor êxito deste empreendimento passa, inclusive, pelo respeito aos elementos que compõem heterogeneidades. Diversas são as possibilidades de confronto e os embates resultantes de diversos fatores. Há de se considerar, inclusive, a introjeção de valores ideologizados por parte daqueles que chegam para participar do movimento e ali permanecem.

No mundo reificado pelo capital, a ideologia dominante se espalha nos diversos interstícios de reprodução da vida e do trabalho e reforça o que Silva, 1999, p.17 chama de eixo de exploração/ dominação o qual inclui três organizações sociais que entrecruzam a vida em sociedade: classe, gênero e etnia. A estes eixos, não numa relação de antagonismo, mas de hierarquia, pode-se acrescentar, segundo Saffioti, o adultocentrismo, ou seja, a sobreposição do ponto de vista do adulto sobre o da criança.

Nesta pesquisa procurou-se dar destaque ao fator intergeracional para tentar apreender como as diferentes gerações estão vivenciando esta experiência do acampamento.

O acampamento Mário Lago de Ribeirão Preto é um importante foco da luta pela terra no Estado de São Paulo, pois está situado no município Ribeirão Preto que é a sede de uma macro-região onde a agroindústria canavieira, com alto padrão tecnológico, tem predominância absoluta.

O acampamento Mário Lago é organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e possui cerca de 400 famílias, subdivididas em 20 núcleos de moradia; estão dentro da área que reivindicam: a fazenda da Barra já desapropriada pelo Governo Federal em janeiro de 2005 para fins de reforma agrária, localizada às margens da rodovia Anhanguera. Isto trás uma condição importante para a vivência no acampamento: estão em contato direto com a área que provavelmente será a eles destinada; podem plantar, criar animais, enfim, retiram da terra parte de seu sustento.

A presença das pesquisadoras no acampamento ocorreu desde a sua instauração em agosto de 2003, quando os trabalhadores ocuparam a sítio Bragheto, ao lado da Fazenda; o contato se dá através da extensão universitária realizada pelo Núcleo Agrário Terra e Raiz⁴.

A pesquisa de campo prevista inicialmente já foi concluída, porém no processo de sua realização acrescentaram-se algumas entrevistas que ainda serão realizadas (alguns depoimentos individuais com jovens e adultos). Até o momento foram realizadas 6 reuniões envolvendo crianças, jovens e adultos; ocorreram 2 reuniões com cada segmento etário sobre os temas: a vida no acampamento e o significado da terra; com as crianças e em uma das atividades com os jovens foram utilizadas atividades lúdicas, dinâmicas e brincadeiras para a abordagem dos temas. Procedeu-se ainda 5 entrevistas para coleta de fragmentos de histórias de vida com 5 trabalhadores com mais de 60 anos de idade. Os dados ainda estão em processo de análise, conforme maiores detalhes descritos no próximo item que trata da metodologia da pesquisa.

2-Metodologia da pesquisa realizada.

As autoras dessa pesquisa desenvolvem atividades quinzenais de extensão universitária no acampamento e, portanto, possuem vínculos com a população acampada, inclusive com as crianças. Este fato viabilizou a realização de reuniões com os três segmentos etários especialmente para a coleta dos dados. Ao chegar no

⁴ O Núcleo Agrário Terra e Raiz (Natra) é um grupo de extensão universitária da Faculdade de História, Direito, Serviço Social (e Relações Internacionais) da Unesp de Franca; possui cerca de 40 integrantes

acampamento era possível reunir as crianças de um núcleo com facilidade, marcar com o setor de jovens um encontro para a próxima semana, enfim as condições para a realização da pesquisa foram muito adequadas. Só para ilustrar: uma das reuniões com as crianças foi realizada embaixo de uma grande árvore, ao lado da sede. Foi feito um círculo, numa área de terra revolvida e todos se sentaram no chão; nessas condições foi muito fácil realizar as discussões e brincadeiras sobre a terra.

Participaram das reuniões 25 crianças, 27 adultos e 38 jovens. Pela grande extensão da área que estão ocupando, optou-se por reunir os acampados do núcleo mais próximo à sede, o Dom Heder Câmara. Isto foi feito com os adultos e as crianças. Com os jovens reuniu-se acampados de vários núcleos, pois a reunião para a coleta dos dados foi feita um pouco antes das atividades do setor de Jovens do acampamento que reúne todos os núcleos.

Cada reunião, em média durou de 30 a 60 minutos e, ocorreu com bastante êxito, conseguindo atingir seu objetivo; a única exceção foi uma das reuniões com o grupo de jovens que a presença de alguns líderes do setor inibiu um pouco a fala dos mais jovens.

Durante as reuniões os acampados falaram de suas expectativas, da vida no acampamento, do trabalho, do lúdico; o destaque para os elementos positivos foi muito grande. Alguns elementos difíceis que a comunidade enfrenta não aparecem nas falas do acampados. No início avaliou-se que seria a presença do coletivo, depois se somou a isso o momento vivenciado pela comunidade acampada que era de grande euforia devido o decreto presidencial de desapropriação da área que havia ocorrido em período recente.

A segunda fase da pesquisa incluiu entrevistas individuais com pessoas com mais de 60 anos. Foram feitas 5 entrevistas para coleta de fragmentos de história de vida. Nestes o eixo trabalho como organizador da vida se evidencia de forma explícita, conforme apontam os resultados que serão apresentados a seguir.

Além das entrevistas foram realizadas fotos do acampamento e daqueles que prestaram depoimentos individuais.

3-Resultados parciais.

Embora a pesquisa de campo prevista inicialmente já tenha sido concluída no mês de janeiro de 2006, as transcrições das fitas, organização das fotografias, a análise

dos 04 cursos da Faculdade, atua de forma interdisciplinar e tem como objetivo o apoio à luta pela terra na região de Ribeirão Preto, Sp.

dos dados ainda estão em processo. A análise preliminar destacou, inclusive, a necessidade de se acrescentar alguns depoimentos individuais com jovens e adultos para que, num espaço mais reservado, algumas questões pudessem realmente se evidenciar, como é o caso, das tensões existentes entre o Movimento e a organização dos jovens no acampamento. Estes depoimentos serão coletados nos meses de junho e julho de 2006.

3.1-Uma breve caracterização do universo da pesquisa: o acampamento Mário Lago.

O acampamento “Mário Lago”, como já foi dito, congrega cerca de 400 barracos e internamente se organiza em núcleos. Hoje, o acampamento tem 20 núcleos de 15 a 25 barracos cada. Em cada núcleo existe, necessariamente, um coordenador e uma coordenadora geral que são responsáveis pelos encaminhamentos e organização de cada um. Concomitante a isso existem os coordenadores de segurança, saúde, educação, ciranda infantil, esporte, cultura e lazer, jovens e produção. Cada uma dessas coordenadorias é exercida, necessariamente, por um homem e uma mulher.

Cada coordenadoria se reúne toda semana e decidem, em cada caso, as providências necessárias de serem encaminhadas. Os Coordenadores de Segurança organizam os turnos e as pessoas que poderão ficar nas guaritas durante a manhã, a tarde, a noite e a madrugada como forma de efetivar a segurança de quem fica no acampamento, ou seja, controlam quem entra e quem sai da área.

Os Coordenadores da Saúde são responsáveis em auxiliar, com os produtos que eles próprios produzem dentro do acampamento – horta medicinal -, as pessoas que sofrem ferimentos leves ou que estão com algum mal estar. Mas se houver algum problema mais grave que não pode ser resolvido dentro do acampamento, o setor de saúde é responsável por encaminhar essa pessoa ao Posto de Saúde ou ao Hospital. Nesse último caso, os acampados contam também com a solidariedade e companheirismo existente entre eles próprios, pois se for algo urgente, eles poderão ser encaminhados aos Postos de Saúde ou Hospitais sem necessariamente ter que comunicar aos coordenadores da saúde do núcleo.

O Setor de Educação tem a responsabilidade de fazer um levantamento das crianças, adolescentes e adultos que estudam ou pararam de estudar e providenciar vagas nas escolas do município, além de acionar a Prefeitura Municipal para garantir o meio de transporte até a escola. Procuram também, atender ao déficit daqueles que pararam de estudar mas não podem sair do acampamento, ou seja, com o auxílio de

voluntários fazem a alfabetização dentro do próprio acampamento. Estão realizando o EJA – Educação de Jovens e Adultos – e estão organizando a Pré-escola no mesmo local. A Pré-escola mostrou-se necessária devido a atual administração pública não se responsabilizar pelo transporte de crianças de até sete anos.

O Setor da Ciranda Infantil tem outra forma de organização dentro do acampamento. Este conta com a participação de uma coordenadora geral e 20 educadores dos demais núcleos incluindo homens e mulheres. Eles ficam encarregados de reunir as crianças de 1 a 6 anos. Aos sábados, a partir das 14h realizam brincadeiras junto às crianças como forma de construir, principalmente, a identidade com a terra.

O Setor de Esporte, Cultura e Lazer é responsável por organizar as “noites culturais” feitas aos sábados, além de espaços de socialização entre os acampados. Está organizando um espaço que terá quadras de vôlei e um campo de futebol.

O Grupo de Jovens têm a incumbência de colaborar com o Setor de Esporte, Cultura e Lazer e também com a Ciranda Infantil.

O Setor de Produção discute como plantar e o que plantar, incentivando a produção coletiva, orgânica e agroflorestal. Este acampamento começou a discutir coletivamente, ao final do primeiro semestre do ano de 2005, como será o futuro assentamento, desde sua organização, produção e disposição.

Atualmente foi iniciado o “banco de sementes”, como forma de garantir a qualidade da produção além de poder contribuir com outros acampados e assentados da região. Além dessa experiência, foi construído um espaço, na Sede desta Fazenda, onde podem produzir caldo de cana e rapadura no próprio acampamento.

3.2-Os depoimentos dos acampados

Os dados coletados ainda estão em fase de descrição e análise, porém alguns elementos podem ser destacados por segmento etário.

3.2.1-Crianças: brincando no acampamento

Nas reuniões realizadas com as crianças o que se destaca é o espaço do acampamento como o de liberdade: podem brincar, correr, subir em árvores, nadar no rio, compartilhar de diversas brincadeiras conjuntas realizadas pela ciranda infantil do MST e participar dos jogos.

É o que relata José de 12 anos: “Eu brinco com os meus colegas de futebol, de pular da árvore, de pega-pega... no acampamento é melhor pra brincar, você se sente solto, assim, você se sente mais legal, entendeu?”

Mesmo as meninas, que devido às questões de gênero são mais controladas pelos pais, dizem ter mais liberdade no acampamento. Luana, 10 anos diz: “aqui tem mais crianças pra gente brincar, tem animal, aqui eu ando de cavalo, vou no “corguinho”.

A liberdade destacada pelas crianças vem, na maior parte das falas em contraposição ao que vivenciavam na cidade: sendo a maioria residente nas periferias urbanas falaram muito da presença da violência no cotidiano de onde vieram.

É o que diz Luiz, de 10 anos: “Por causa que lá, só vê aqueles muleque fumando droga, muita violência. Lá não tem nada pra fazer, é perigoso você sair na rua.”

Comparam o acampamento e a cidade e dizem que é melhor no acampamento. Luiz coloca:

“Várias coisas! A gente faz balanço em árvore, brinca de pega-pega. Antes nós brincava soltando pipa, jogando bola na rua, os outro xinga quando a bola cai dentro de casa [refere-se a cidade], se cai na casa eles podem até furar. Furam a bola. Jogar bola na cidade é perigoso, eles soltam os cachorros na rua, perigoso o cachorro te avançar...”

Cláudia de 9 anos diz: “Ah, porque no acampamento a gente pode correr, brincar, ir lá na Sede, chupar manga, ir pro riozinho tomar banho, e lá não, a gente fica preso dentro de casa ..., não pode sair pra brincar.”

A presença do desemprego e as dificuldades vivenciadas na cidade pela família também são percebidas pelas crianças:

“Meu pai resolveu vim, porque na cidade ele não tá arrumando emprego, tá muito difícil, ele também já tá com cinquenta e três anos e tá muito difícil arrumar emprego na cidade. Aí ele veio pra cá pra plantar.” (...) Porque na cidade você não tá arrumando emprego, assim... aí eles vão pra lá melhorar, pra ter alguma coisa pra fazer, ganhar um dinheiro vendendo as coisas que você planta.”

Algumas preocupações demonstradas pelas crianças são típicas do mundo adulto, porém são parte da realidade vivenciada por elas desde muito pequenas. A violência e a precariedade das condições de vida devido à ausência do emprego dos pais são elementos muito marcantes na vida das famílias de baixa renda e, em especial das famílias dessa região onde o emprego na agroindústria canavieira traz a sazonalidade do trabalho e o baixo rendimento, agravados com o desemprego aberto quando a pessoa tem mais que 45 anos.

⁵ As crianças convidadas para a reunião tinham entre 7 e 12 anos pois o critério era estar em idade escolar.

A presença da educação veiculada pelo MST, principalmente através de suas atividades da Ciranda Infantil, é clara na forma como as crianças se referem à terra: “A terra serve pra plantar, produzir, colher e para alimentar o povo Sem-terra, pra alimentar a natureza, só.”

E uma outra complementou: “A terra serve também pra plantar, ajudar os outros, produzir no futuro das crianças também, só.”

E ainda quando perguntamos às crianças porque seus pais queriam ser assentados, e o que elas queriam num assentamento, responderam: “Pra ter um pedaço de chão, pra no futuro das criança, é... plantar na terra e também colher, e alimentar quem não tem.”

“Pra plantar, colher, repartir e produzir, só, tá bom!”

3.2.2-Os adultos: dividindo o sonho.

Os adultos são aqueles que tomam a decisão de ir ao acampamento reivindicar a terra e, conseqüentemente, são eles que assumiram a responsabilidade de gerenciamento e da tomada de decisão. São eles que participam organicamente dentro do acampamento pois necessitam, necessariamente, de assumir as coordenadorias, de participar das decisões em assembléia, em reuniões de grupos e núcleos.

Os adultos entrevistados são todos do núcleo Dom Helder Câmara, conforme já foi colocado. Este núcleo é o que tem um maior número de integrantes que estão desde o início do acampamento e, portanto, já acompanham a dinâmica do MST há mais tempo.

O principal elemento de destaque das falas é a grande expectativa do acesso à terra. Nesse período, as normas existentes no acampamento são vistas como necessárias e as atividades coletivas como fundamentais para a formação daquilo que eles denominam como “uma grande família”. É o que coloca Maria:

“Em toda minha vida meu sonho era comprar uma terrinha, ter um sítio. E aqui eu tenho a minha terrinha, tenho minhas galinha. Aqui é bom demais, a companheirada é muito boa. Nós tem regulamento, ordem, mais amizade e tá ótimo aqui... não quero sair daqui, é bom de mais! (...)O regulamento é bom, tem que acompanhar... se não tivesse o regulamento, a gente não seria uma família.”

Jurandir, um dos participantes afirma:

“Aqui é uma grande experiência de vida. A gente aprende muito. A melhor vida que tem é viver coletivamente, dividir as coisas com os companheiros. O coletivo é muito importante. A gente aprende com o MST. Eu já lutei muito em outros movimentos, aqui no MST é coletivamente as conquistas, a

solidariedade. Aqui tem solidariedade, companheirismo. A melhor coisa foi conhecer a companheirada, e a conquista maior é você ter essa família. Na hora difícil você pode contar com as pessoas. Aqui todo mundo presta atenção e você sabe o que aconteceu com todo mundo. As pessoas estão dispostas a te servir e com carinho. Eu sou muito feliz com a companheirada. Minha irmã é acampada há 12 anos e eu trabalhava com máquina agrícola e era peão de rodeio. Eu percebi que você tem que ter um companheiro pra te dar a mão. O movimento fez com eu visse que tem uma grande comunidade... que sozinho a gente não consegue nada. Na cidade não tem essa solidariedade e hoje vejo a minha companheira, me orgulho muito. A gente luta pra construir um mundo diferente e a gente vai conseguir. Todo mundo luta junto, é muito bom conseguir quando tá junto. Aqui é uma grande comunidade, é como irmão, no nosso núcleo isso funciona”.

A presença do Centro Regional Dom Helder Câmara do MST instalado em Ribeirão Preto permite maior acesso dos acampados do Mário Lago em cursos e atividades do Movimento, que auxiliam na formação de uma identidade Sem Terra; é inegável também que contribui para isso o fato de estarem ainda no acampamento, pois quando o assentamento se instaura diversos conflitos de interesses podem ocorrer; às vezes até situações já existentes no próprio acampamento e que no atual contexto não têm força suficiente para instaurar discórdia. Um dos elementos que mais traz problemas refere-se à organização da produção, porém no acampamento, apesar das freqüentes reuniões para tratar do assunto, isto não tem ainda a importância que terá na fase de assentamento.

Um elemento de grande destaque nas falas dos adultos foi a melhoria da saúde depois que vieram para dentro da fazenda. Dizem que quando moravam na cidade tinham diversos problemas (geralmente doenças nervosas e respiratórias) e que, ao morar na fazenda, foram desaparecendo. Elis relata que seus filhos tinham diversos problemas, mas que no acampamento eles estão muito bem e, ainda reforça:

“Meus filhos chegaram jogando terra pra cima, rolando pra lá e pra cá... a gente gostou de vir pra cá porque a gente vivia pagando aluguel. Costurando sapato até as 3 horas da manhã e judiava até da minha filha, pois ela tinha que ajudar... aqui tudo mudou, tem livre acesso a saúde. Lá os filhos viviam doentes, aqui não. Eu saí daqui pra ter filho e agora que voltei não quero sair mais daqui.”

3.2.3-Os jovens: entre o urbano e o rural

Nas duas reuniões realizadas com os jovens constatamos que não são todos os jovens que realmente se identificam com a vida no acampamento, alguns sentem falta da cidade por ter energia elétrica e por muito mais coisas para fazer: “É... é a falta de coisa pra fazer, a falta de energia, fora isso é legal...”

Daniela de quinze anos complementa: “É legal mais ou menos, algumas partes. (...) é bom em dia de semana e ruim no final de semana.”

Durante a primeira reunião disseram que faltam atividades para os jovens dentro do acampamento, e que embora tenham o grupo de jovens faltava um espaço de socialização para eles. Assim como nos contou o Mateus:

“A vida no acampamento, ela é muito legal, tal. Mas só que precisa ter mais atividade aqui dentro, porque os jovens tão muito parado. Mas fora isso, é que é muito legal mesmo. Tem o que fazer, aprende mais sobre a terra e eu dez vezes eu prefiro tá aqui dentro.

E também o Mauricélio:

“Ah, eu acho que falta mais gente... vamo se dizer assim mais união dos jovens. Quanto mais o jovem se unir, conversar, debater. Ter que ter interesse de tudo, né?!”

Aqueles que preferem morar no acampamento referem-se à cidade como um espaço violento e de exclusão:

“Com certeza eu prefiro aqui, porque na cidade a gente aprende só coisa que não presta. É drogas, violência é demais na cidade. Então aqui a gente se livra disso. E aqui é muito mais melhor que na cidade.”

Um outro também se posiciona:

“Ah, eu acho muito bom viver aqui no acampamento porque você aprende, você aprende bastante coisa sobre a terra, você fica longe da cidade que lá você só aprende coisas erradas, só faz coisas erradas, n/é? Ah e é isso aí.”

Revelaram também durante a primeira reunião que seus pais optaram por lutar pela terra devido à falta de empregos na cidade:

“Daqui você pode tirar até seu próprio sustento, porque na cidade você tem que ralar e você não arruma emprego, é muito difícil. Os meus pais tão saindo de lá e vindo aqui por causa disso, pra poder dar mais condições pra ele e pra sua família.”

Na segunda reunião realizada para discutir o tema “o significado da luta pela terra”, a presença de alguns jovens que participam como lideranças do MST inibiu a espontaneidade daqueles que tem menor idade e menor envolvimento com o Movimento.

No setor de jovens é prática do MST colocar pessoas mais jovens (porém não adolescentes) na coordenação das atividades do setor. Na realidade, essas pessoas passam a tomar iniciativas na área e tornam-se referência para os próprios jovens. Por terem um contato maior com o Movimento o discurso que possuem está em sintonia com as proposições do MST, o que nem sempre acontece com os adolescentes que estão

no acampamento. Por exemplo: no início dessa segunda reunião foi feita uma dinâmica em que os participantes deveriam escrever num cartaz alguma palavra para se referir à terra; o líder iniciou o processo escrevendo a palavra “latifúndio”. Outros o seguiram também numa perspectiva bastante engajada (principalmente se considerarmos as resistências manifestas pelos jovens na primeira reunião). Só duas palavras foram escritas demonstrando certa contrariedade: mato e poeira.⁶

3.2.4-Os idosos: o trabalho como eixo estruturador da vida

As falas dos idosos trazem-nos o resgate de suas trajetórias de forte vínculo com a terra, entretanto, marcadas pela expropriação e a exploração da força de trabalho destes sujeitos. Neste sentido, evidenciam o trabalho como eixo estruturador da vida: as constantes migrações, a organização da vida antes do acampamento e agora, a decisão de ocupar terra e, principalmente, o sonho da conquista da terra.

O relato de senhor Elias retrata bem a situação, em geral, vivenciada por estes trabalhadores. O marcante em sua história é o fato de ter vivido durante dezessete anos na Fazenda da Barra, local onde hoje se encontra o acampamento. Juntamente com sua família, aí chegou quando tinha dez anos de idade, e permaneceu trabalhando nestas terras durante boa parte do tempo em que aí esteve. A “expulsão” de sua família, como de tantas outras, se deu a partir do arrendamento destas terras para uma usina de cana-de-açúcar, o que implicou na derrubada da vegetação aí existente e na transformação radical na organização do cultivo e trabalho nesta propriedade. Privados de trabalhar na Fazenda, sua família acabou por ter que morar na cidade e buscar novas formas de trabalho por não poder comprar seu pedacinho de chão. Hoje, quanto à possibilidade de retorno para as terras que conhece “a palmo”, senhor Elias diz:

“(...)Nossa!... pra mim, agora, eu acho que to é no céu, porque a gente vivia na cidade mas a gente não é de cidade, sabe? (...) pra mim, pode ficar ciente que, eu acho que meu lugar é aqui mesmo, é aqui na terra, se Deus quiser, é.”

Senhor João, 60 anos, relata a situação precária de vida e trabalho por ele enfrentada também após a saída da fazenda na qual trabalhava. Morando na cidade, passa a exercer a atividade de “bóia-fria” e, a respeito desta, se expressa: “Ah, bóia-fria, filha de Deus, bóia-fria não dá uma camisa pra ninguém.”

⁶ Como citado anteriormente iremos acrescentar algumas entrevistas individuais com este segmento e com os adultos para aprofundar algumas questões mais delicadas de serem tratadas no coletivo.

Neste segmento pode-se identificar como passado e futuro se entrelaçam na representação da terra para estes sujeitos. Na maioria das falas, o passado de vínculo com a terra quando da habitação e trabalho, seja em forma de parceria ou arrendamento, está intimamente ligado à idéia de fartura, ainda que reconhecidamente observem em suas trajetórias as marcas da expropriação e exploração aqui já referidas.

Quanto ao futuro, o sonho da terra como segurança de um futuro melhor. Sr. Samuel, acampado há um ano e meio, em momentos distintos da entrevista, revela o sonho, o desejo e esperança de viver da terra: “Nossa Senhora! Eu porque... o sonho meu toda vida era um pedacinho de terra.” e ainda “(...) E pra mim uma hectare pra mim trabalhar, plantar o que eu tenho vontade, dá pra mim viver o resto da vida. E ficar sossegado, quietinho aqui porque só de eu ficar aqui, pra mim...”.

Assim, uma grande marca deste segmento é a de que este trabalhador a vida toda (ou parte dela) cultivou a terra, se relacionou com ela na condição de sem terra e, só agora, como acampado, está tendo a possibilidade de vislumbrar algo que o trabalho não lhe permitiu: ter terra para plantar e poder desfrutar do sonho da autonomia, da segurança e da “fartura” tão almejada e tão pouco conseguida.

4-Considerações Finais

A identificação do acampamento como foco da luta pela terra na região de Ribeirão Preto e resultante dos embates da relação capital/trabalho na chamada capital do Agronegócio é um dos pontos de destaque desta pesquisa. Mostra a organização dos trabalhadores e a condução dada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na construção do que chamam de organicidade do processo de construção da luta pela terra.

Os dados ainda estão em processo de análise, principalmente o significado dos elementos intergeracionais. Para proceder esta análise ainda ouviremos mais sujeitos (adultos e jovens).

A análise parcial, no entanto, nos traz algo fundamental: a centralidade do trabalho como eixo estruturador da vida nas representações dos jovens, adultos e idosos: a vida se estrutura a partir do mundo do trabalho.

Outro elemento importante é a liberdade vivenciada pelas crianças no acampamento: as brincadeiras no rio, subir em árvores, participar da Ciranda Infantil.

O contato com a natureza e o espaço de vida ampliado trouxeram melhorias para a saúde física e mental dos acampados. As mães relataram que apesar da precariedade

da vida no acampamento do ponto de vista da infra-estrutura, ainda assim a saúde das crianças havia melhorado muito; diversos depoentes disseram ter se livrado de depressões e doenças cardiovasculares. Enfim, para uma população que experimentava um cotidiano difícil, grande parte nas periferias da cidade, trabalhando longas jornadas, praticamente sem nenhum lazer, sem perspectivas, o acampamento e a sua identificação com o MST fizeram com que estes sujeitos dessem um salto qualitativo em suas vidas. A análise mais ampla do significado disto para as diversas gerações trará mais elementos, mesmo que modestos, para pensar reforma agrária neste país.

Referências Bibliográficas

- Caldart, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular. 3ª ed.2004.
- Saffioti, Heleieth, *Introdução - a síndrome do pequeno poder*. Azevedo, Maria Amélia, Guerra,Viviane Nogueira de Azevedo: *Crianças Vitimizadas- a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu.1989.
- Silva, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999- (Prismas).
- Yazbek, M. C. *A assistência social na conformação da identidade subalterna*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1992. 248p
- _____. *Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil*. Temporalis, ano2, nº3-(jan. -jun, 2001). Brasília: ABEPESS, Grafile,2001. 9-32.

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO RIO PARANÁ, EM CASTILHO (SP).

Antonio Lázaro Sant'Ana¹

Juliana Chaves Buozo²

Francine Vercese²

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no Assentamento Rio Paraná, no município de Castilho (SP). Esta pesquisa está inserida em um Projeto mais amplo denominado “Assentados da região de Andradina (SP): projetos de vida, inserção econômica e políticas públicas.” que está estudando as experiências de famílias e grupos de produtores de quatro assentamentos da região de Andradina (SP) em relação a processos de produção e/ou de comercialização que têm sido importantes para a realização dos seus projetos de vida, seja por meio da elevação da renda e/ou da evolução de outras variáveis que na percepção das famílias (ou grupos) resultaram na melhoria de seu bem estar.

As pesquisas sobre assentamentos rurais, que tratam da organização da produção e da comercialização, têm demonstrado que é enorme a variedade de experiências, mas mostram também que, na grande maioria dos casos, essas tendem a não se sustentar ao longo do tempo em função de problemas técnicos e/ou de comercialização e/ou de organização, com reflexos diretos na rentabilidade econômica e nas relações sociais.

Este trabalho tem como objetivo realizar a caracterização das atividades produtivas e de comercialização de 28 produtores (30% do total) do Assentamento Rio Paraná, como ponto de partida para uma reflexão sobre as estratégias que estão sendo utilizadas pelas famílias para se manter na terra e gerar renda.

2. ALGUNS DADOS SOBRE OS ASSENTAMENTOS RURAIS

A partir de meados da década de 90 intensificou-se a criação de assentamentos rurais no Brasil, embora o número de famílias assentadas seja motivo de controvérsias, em função de discrepâncias entre os próprios dados oficiais (especialmente quando

¹ Professor Assistente Doutor, docente da UNESP Campus de Ilha Solteira. E-mail: lazaro@agr.feis.unesp.br

ocorre mudança de governo) e entre estes e aqueles divulgados pelos d movimentos sociais. Na gestão Fernando Henrique Cardoso foi anunciado o assentamento de 524.380 famílias entre 1995 e 2002 (INCRA, 2004). Ferreira (2005), citando dados do Sistema Sipra/Incra referentes a maio de 2005, menciona que estavam em execução 6.451 projetos de assentamento com 552.709 famílias efetivamente assentadas, embora o potencial de lotes disponíveis fosse de mais de 767 mil. O Governo Lula que projetava até 2006 o assentamento de 500 mil famílias, revisou esta meta para 400 mil (INCRA, 2005a) e de acordo com o Boletim da Reforma Agrária, divulgado no *site* oficial do órgão, assentou nos dois primeiros anos 117.555 famílias em 765 novos projetos de assentamentos (INCRA, 2005b).

As dificuldades do Governo Lula em cumprir as metas estabelecidas, de acordo com Ferreira (2005), decorre em grande parte devido a problemas impostos pelo próprio governo, como restrições orçamentárias, insuficiência do quadro técnico, legislação desatualizada, dentre outros.

Embora tenha evoluído significativamente o número de famílias assentadas, a necessidade de intensificar o processo pode ser constatada quando se avalia a demanda potencial: somente considerando os produtores sem terra (arrendatários, parceiros e posseiros), segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 1995/6, estes são mais de 3,3 milhões. Diagnósticos mais recentes sintetizados por Sampaio et al. (2005) mostram que o público potencial da reforma agrária estaria entre 3,3 e 6,1 milhões, sendo que o número de famílias demandantes por terra é de mais 2,2 milhões. Estes dados indicam que seriam necessárias várias dezenas de anos para completar o processo de reforma agrária, mesmo considerando o ritmo mais intenso observado após 1995. Há ainda a agravante de que muitos produtores familiares continuam sendo expulsos do campo, sem ter perspectivas de obter condições adequadas de vida nas cidades.

A demanda explícita e imediata, avaliada a partir do número de famílias acampadas em 2005, é de 170 mil segundo avaliação do Incra e 240 mil famílias, de acordo com as entidades que organizam ações de sem-terra (FERREIRA, 2005).

Uma consequência prática desta incapacidade institucional de realizar a reforma agrária é que a quase totalidade dos assentamentos são resultados de mobilizações e lutas empreendidas pelos movimentos sociais, ou seja, não foram constituídos em função de uma política pública planejada. Leite et al. (2004), em pesquisa que abrangeu

² Graduandas do curso de Zootecnia da Unesp Campus de Ilha Solteira. E-mail: juliana_buozo@hotmail.com; francinevercese@yahoo.com.br

92 projetos em várias regiões do país³, constatou que 96% dos assentamentos implantados envolveu situações de conflito, e apenas 10% das desapropriações foram requeridas pelo Incra.

A grande maioria das famílias, mais de 80%, já vivia na zona rural do mesmo município ou do município vizinho e 94% dos responsáveis pelos lotes já tinham tido experiência agrícola ao longo da vida. O tipo de experiência agrícola mais freqüente é o de assalariamento, totalizando 46% dos responsáveis por lotes; seguida pelo arrendamento/parceria que compunha a experiência de 34% dos titulares de lote (os dados de campo da pesquisa, neste caso, são do ano agrícola 1998/99) (LEITE et al, 2004).

De acordo com os dados da referida pesquisa o solo foi considerado de boa fertilidade por apenas 23% dos produtores pesquisados. Sobre as atividades produtivas a forma de organização que prevalece é a individual/familiar em 78%. As condições de infra-estrutura mostram que há limitações para o desenvolvimento dos projetos: embora cerca de três quartos das famílias tenham sido atendidas pelos três créditos (fomento, alimentação e habitação) indispensáveis para dotá-las de um mínimo de condições iniciais para sua inserção social, econômica e produtiva, a liberação destes recursos demorou em média de 4 a 5 anos após a entrada das famílias na área (LEITE et al, 2004).

Artigo publicado por Heredia et al. (2002), sobre a mesma pesquisa coordenada por Sérgio Leite, mostra que em 78% dos projetos (e não dos lotes) pesquisados há disponibilidade de energia elétrica, 86% possuem escolas (77% delas multi-seriadas); mas 46% dos lotes enfrentavam problemas com a água (falta ou baixa qualidade) e somente em 18% dos assentamentos todos os lotes são acessíveis o ano todo. Além disso, os atrasos na liberação do crédito de custeio e o baixo índice de assistência técnica regular, vinham comprometendo a produtividade das culturas.

Ferreira (2005), com base em dados do Incra, confirma esta situação de precariedade dos assentamentos: três de cada quatro projetos ainda dependem de providências essenciais para sua consolidação, muito embora tenham sido criados há vários anos.

³ As regiões pesquisadas, denominadas *manchas*, por concentrarem grande número de assentamentos foram o entorno do DF - GO e MG; o sertão do Ceará; o sudeste do Pará; o oeste de Santa Catarina; sul da Bahia e zona canavieira do NE (AL, PB e PE), totalizando 39 municípios.

Apesar destas deficiências em 42% dos assentamentos pesquisados a produtividade é superior à média municipal (para um produto significativo para aquele assentamento); em 10% obtiveram produtividade igual; e em 48% apresentaram menor produtividade do que a média dos estabelecimentos do município (LEITE et al., 2004).

Há vários estudos, como o da FAO/PNUD (1992); Ferrante, Barone e Bergamasco (2005); Leite et al. (2004) e Medeiros e Leite (2004) que destacam a melhoria da condição de vida das famílias após o assentamento, tanto do ponto de vista objetivo, como em termos de percepção da grande maioria dos assentados.

Além da melhoria nos rendimentos que vêm obtendo, há melhorias nas condições de habitação, tanto objetiva como subjetivamente, uma vez que permite acesso à casa própria e o desenvolvimento de amplas ações comunitárias. A alimentação ganha em qualidade pois passaram a dispor de mais e melhores alimentos (FERRANTE, BARONE E BERGAMASCO, 2005, p. 52)

O desempenho dos assentamentos, no entanto, não pode fundar-se numa análise que se limita aos aspectos monetários e econômicos e nem mesmo ao exame de dados estatísticos sobre as condições de vida. Os assentamentos apresentam uma realidade complexa e dinâmica, em constantes mutações, onde diferentes projetos são construídos e expectativas geradas, estratégias familiares são redefinidas e uma série enorme de fatores ligados ao contexto regional, às políticas públicas, à organização interna, aos mediadores e aos recursos naturais; fatores estes que nem sempre são passíveis mensuração ou apresentam dificuldades de serem identificados adequadamente naquelas análises (BERGAMASCO e FERRANTE, 1998).

3. METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA

A metodologia deste trabalho tem como pressuposto a avaliação de que as experiências desenvolvidas nos assentamentos rurais não devem ser examinadas apenas em termos de seus resultados econômicos (e menos ainda quando estes são reduzidos aos ganhos monetários) ou a partir do progresso material das famílias assentadas. Embora resultados econômicos positivos e melhoria das condições de vida sejam desejáveis, não se deve desqualificar a priori experiências que não tenham destaque nestes aspectos. Algumas experiências que permitem a sobrevivência da família (diversificação da produção, aumento o autoconsumo; deslocamento de parte da mão-de-obra para atividades não agrícolas) ou reforçam um modo de vida, dão maior segurança à família, embora possam resultar em um processo de acumulação mais lento.

O Itesp realizava um levantamento anual da produção nos assentamentos denominado “Caderneta de Campo”, mas este deixou de ser feito e os resultados completos mais recentes para o Estado de São Paulo referem-se à safra 99/00. Em função deste fato, para levantar as características gerais do Assentamento Rio Paraná buscou-se complementar estes dados secundários com informações colhidas juntos ao técnico responsável pelo acompanhamento do assentamento. Para levantamento dos dados de campo adotou-se um questionário que foi aplicado a um total de 28 famílias do Assentamento Rio Paraná (30% do total). O número de famílias pesquisadas não foi definido por critérios estatísticos, mas se buscou abranger uma quantidade de famílias que fosse suficiente para expressar a diversidade de experiências existentes no assentamento.

O questionário levantou os dados sobre a família, a infra-estrutura do lote, a produção, a tecnologia e os canais de comercialização utilizados pelos produtores, além de verificar o acesso ao crédito, à assistência técnica e outras formas de apoio recebidas. A fase posterior consistirá na realização de entrevista gravada para complementar e aprofundar as informações obtidas, visando compreender as estratégias dos produtores, as suas motivações e as dificuldades que encontram.

Para a definição de quais famílias seriam pesquisadas nessa primeira fase (aplicação dos questionários) solicitou-se ao técnico do Itesp responsável pela assistência técnica no Assentamento Rio Paraná que elaborasse uma lista dos assentados que vinham desenvolvendo alguma atividade produtiva; viviam há pelo menos três anos na área e não apresentassem irregularidade grave junto ao Incra (como ter abandonado o lote ou estar arrendando a área para pessoas externas ao projeto de assentamento). Sempre que possível o técnico acrescentava alguma informação sobre o motivo de escolha da família (“produção de leite significativa”; “produção diversificada”; “agrega valor ao produto”; “produz olerícolas”, etc.). Para a definição dos produtores, além das informações do Itesp, também manteve-se contato com representantes sindicais e de movimentos sociais (como MST) da região, para confirmar dados e apreender outros aspectos relevantes não contidos no material do Itesp e nas indicações de seus técnicos.

A partir desta lista, que era maior do que o número de famílias que deveriam responder o questionário, foi realizada a pesquisa, procurando contemplar as diferentes atividades existentes e, atendido este critério, a escolha foi de forma aleatória.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Características gerais do Assentamento Rio Paraná

O Assentamento Rio Paraná localiza-se no município de Castilho, possui área total de 2208,7ha e área agricultável de 1693,7ha. Nesta área foram assentadas 92 famílias em lotes que variam de 13,2 a 21,9ha, sendo que mais de 70% dos lotes tem pouco mais de 15ha.

Parte das famílias assentadas é proveniente de um acampamento próximo à Usina de Três Irmãos (onde ficaram 2 anos) e depois ocuparam a área do atual assentamento, onde permaneceram durante 3 anos, até a fazenda ser desapropriada. O Assentamento foi implantado em outubro de 1990 com as famílias originalmente acampadas e os trabalhadores da fazenda, mas como o número de famílias era insuficiente para toda a área disponível, no ano seguinte foram assentadas mais 35 famílias que haviam se cadastrado (via correio) no município de Castilho e em 1993 outras 10 famílias se incorporaram ao assentamento em uma área remanescente.

O Assentamento possui três organizações formais de produtores: a Associação 24 de Outubro do Assentamento Rio Paraná que atualmente tem como principal atividade a prestação de serviço de motomecanização aos associados e outros produtores do Assentamento; a Cooperativa Agropecuária Rio Paraná de Castilho que basicamente trabalha com a recepção da produção de leite dos assentados do Assentamento Rio Paraná e do Reassentamento Jupiá (criado pela CESP); e a Associação da Agricultura Familiar do Assentamento Rio Paraná que foi fundada por um grupo de mulheres, em princípio para comercializar produtos artesanais, mas que hoje tem como principal função também a comercialização do leite.

4.2. Características das famílias pesquisadas

A caracterização das famílias pesquisadas no Assentamento Rio Paraná será realizada a partir de algumas variáveis como a faixa etária, número de filhos que moram no lote, escolaridade, tipo de trabalho exercido anteriormente à entrada no assentamento e cidade de origem.

Assim como em outros assentamentos da região, a faixa etária do casal titular de lote (ou de apenas um deles, no caso de ausência de um dos cônjuges) é avançada: 83% dos homens possuem mais de 50 anos e dentre as mulheres cerca de 2/3 delas (Figura 1). Embora o tempo decorrido desde a formação do assentamento (em torno de 15 anos)

explique em parte esta característica, o fato é que muitas destas famílias, demandantes de terra na época, entraram no lote já com mais de 40 anos.

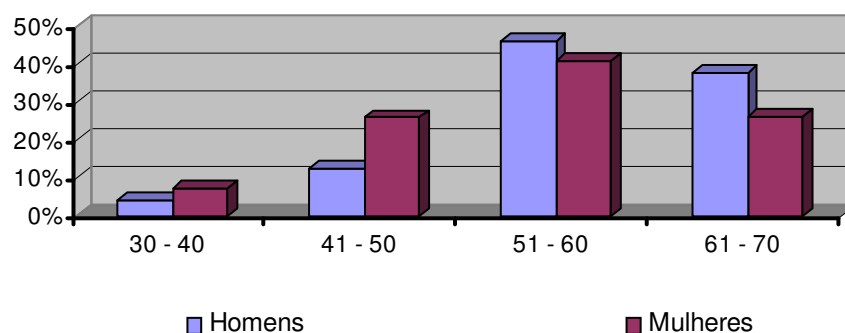


Figura 1: Faixa etária dos responsáveis (ou apenas do pesquisado, se não há cônjuge) pelos lotes do Assentamento Rio Paraná.

Fonte: Dados da pesquisa, 2006.

Em relação ao número de filhos, observou-se que o maior percentual, quase 40% das famílias, não possuem filhos residindo no lote. Quando estão presentes, na grande maioria das famílias são até dois filhos; somente em três lotes (10,7%) há três ou mais filhos com a família, mas nestes casos parte deles não depende da renda gerada na propriedade. Esta situação confirma a constatação de Brumer (2005) de que a reprodução social nos assentamentos não se estende a mais de uma geração, mas de certa forma, considerando o tamanho dos lotes e os sistemas de produção predominantes, esta é uma situação previsível, assim como ocorre com os produtores familiares com pouca terra. A solução encontrada pelas famílias, além de buscar dar um nível de escolaridade melhor para os filhos, visando o trabalho não-agrícola, é buscar uma nova terra. Há vários casos de filhos que estão engajados na luta por terra na região, acampados ou instalados nos assentamentos recém criados.

O grau de escolaridade é muito precário, 20% dos homens e 18% das mulheres titulares de lote são analfabetos, um percentual maior do que a média dos municípios da região. Do total de entrevistados 84% dos homens e 80% das mulheres estudaram no máximo até a quarta série do ensino fundamental (Figura 2). Os filhos que possuem maior escolaridade, como foi visto, em muitos casos não estão na propriedade e não podem ajudar em situações de dúvida, que exija a leitura de rótulos e instruções escritas mais complexas.

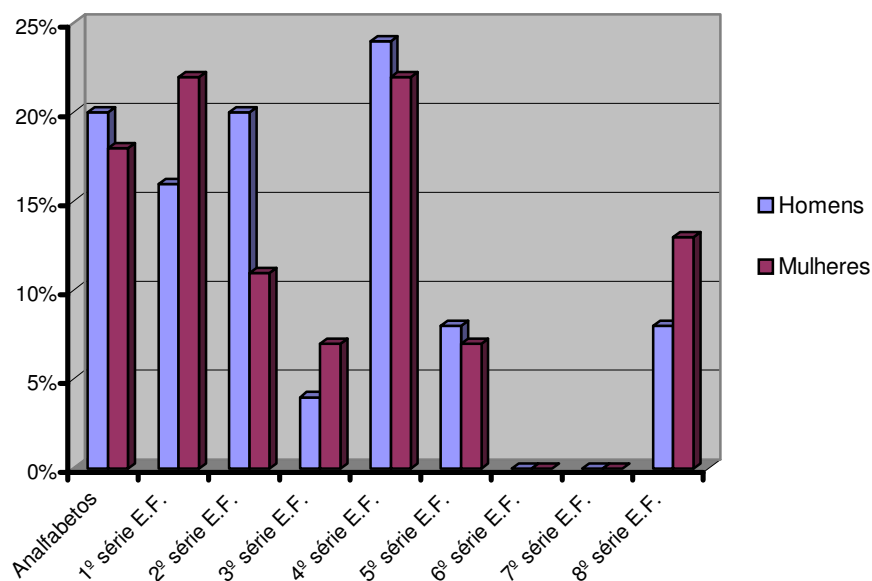


Figura 2: Grau de escolaridade dos responsáveis (ou apenas do pesquisado, se não há cônjuge) pelos lotes no Assentamento Orlando Molina.

Fonte: Dados da pesquisa, 2006.

O Assentamento Rio Paraná foi formado a partir de uma mobilização predominantemente local e embora as famílias acampadas não fossem suficientes para ocupar todos os lotes, o Incra optou por fazer o recrutamento complementar dentre as famílias que haviam feito inscrição via correio e residiam no município. Dentre os entrevistados mais de 71% moravam em Castilho antes de serem assentadas e pouco mais de 21% eram do município vizinho (Andradina).

Na Figura 3 observam-se as ocupações do titular do lote, na maior parte dos casos o homem, antes de ser assentado (alguns entrevistados citaram mais de uma ocupação). O que se constata é que a maioria (53,8%) trabalhava no setor agrícola como empregado (bóia-fria, trabalhador rural mensalista, tratorista), mas um percentual significativo (26,7%) já tinha exercido atividades agrícolas que incluíam, ao menos parcialmente, a administração da produção (administrador de fazenda, arrendatário e parceiro). Somente 15,4% tinha experiência em trabalhos não-agrícolas.

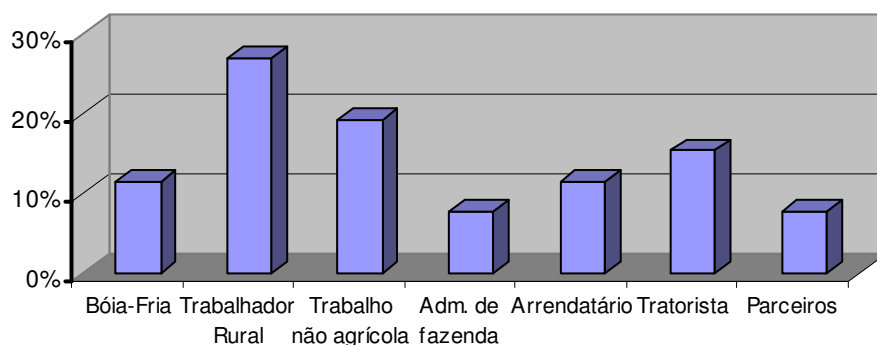


Figura 3: Ocupações anteriores do entrevistado (responsável pelo lote) do Assentamento Rio Paraná.

Fonte: Dados da pesquisa, 2006.

4.3. Infra-estrutura e características da produção

A infra-estrutura dos lotes em termos de benfeitorias, máquinas e equipamentos dos lotes pesquisados no Assentamento Rio Paraná pode ser vista na Figura 4. Nos lotes pesquisados 82% possuem casas de alvenaria, enquanto as demais são de madeira. No total são 35 casas, pois em cinco lotes há duas residências e em um são três famílias morando na área. O tamanho da residência principal varia de 60 a 190 m². Cerca de 90% dos lotes tem curral e destes pouco mais de 2/3 são cobertos e quase 80% são cercados com madeira, mas dois produtores de leite não mencionaram nenhuma estrutura específica para ordenhar as vacas. O triturador que é um equipamento essencial para fornecer volumoso no cocho na época da seca está presente em 20 lotes (74% dos 27 que produzem leite). Em todos os lotes há ao menos uma benfeitoria destinada ao depósito da produção e insumos e guarda de equipamentos e máquinas (depósito, paiol ou galpão), embora em vários deles não haja ambientes separados para estes diferentes materiais. Pouco mais da metade (53,6%) das famílias possuem algum tipo de veículo automotor, sendo que 42,9% possuem carro e 10,7% motocicletas. A grande maioria dos assentados recorre aos serviços da Associação que possui tratores para o preparo do solo e outros serviços, somente três produtores possuem trator próprio. Ordenhadeira mecânica, estufas e equipamento de irrigação, embora estejam presentes em poucos lotes, são indicativos importantes do esforço de tecnificação e das alternativas que estão sendo buscadas pelos produtores deste Assentamento.

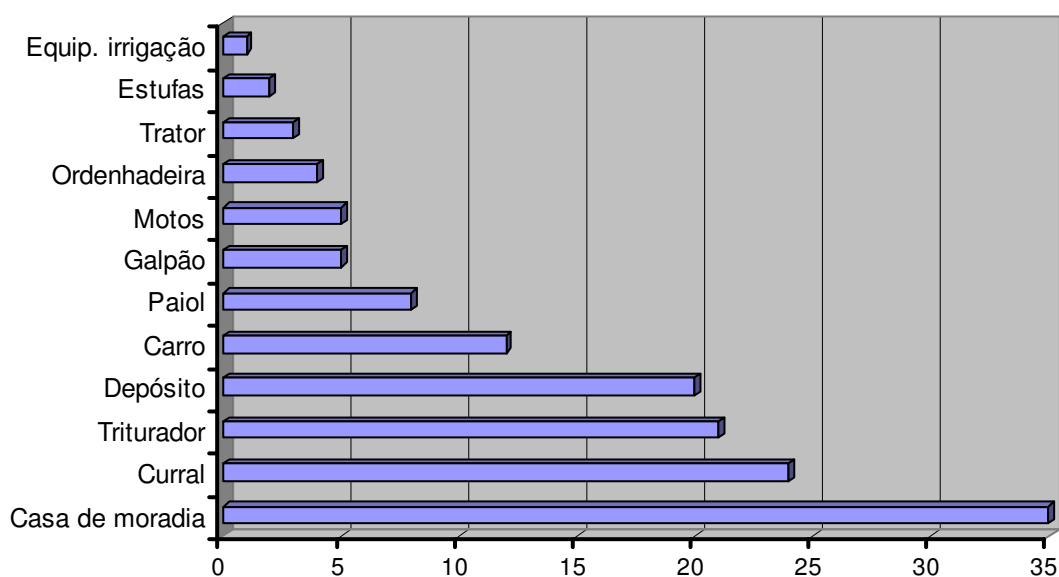


Figura 4: Benfeitorias, máquinas e equipamentos dos produtores pesquisados do Assentamento Rio Paraná. Fonte: Dados da Pesquisa, 2006.

Em relação às atividades produtivas, a pecuária leiteira é a principal fonte de renda dos produtores do Assentamento Rio Paraná, assim como nos demais assentamentos da região. Dentre os produtores pesquisados todos possuem bovinos e apenas um não produz leite.

O tamanho do rebanho da maioria dos produtores pesquisados situa-se entre 20 e 40 cabeças (53,6%) e até 60 cabeças encontram-se 78,5% deles. Quatro produtores (14,2%) declararam possuir mais de 100 cabeças, o que exige o aluguel de pastos, quase sempre de outros assentados que estão com pequenos rebanhos. Vários produtores mencionaram que este número relativamente grande de animais deve-se, em parte, à dificuldade de comercialização (Figura 5).

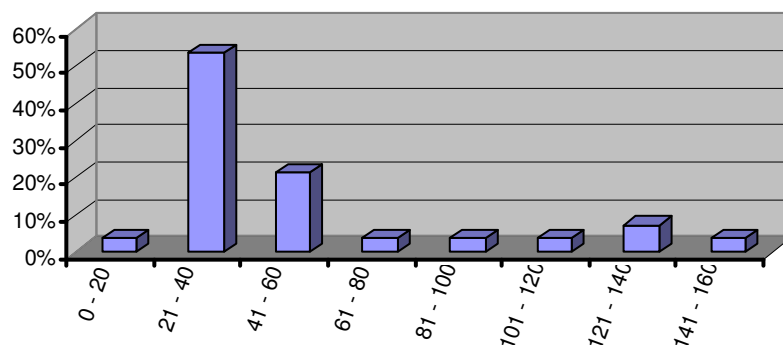


Figura 5: Percentual de produtores pesquisados do Assentamento Rio Paraná de acordo com o tamanho do rebanho bovino. Fonte: Dados da pesquisa, 2006.

A exigência da agroindústria de granelização do leite em princípio foi apontada como um fator de exclusão do pequeno produtor, mas nos assentamentos rurais da região levou a criação de vários grupos informais e depois associações ou cooperativas em torno de tanques de expansão (que mantém resfriado o leite). O incentivo para formação destes grupos, além permitir a divisão dos custos de implantação do tanque de expansão, é que os produtores se beneficiam do adicional pago pela agroindústria em função do volume da produção (pois a cooperativa/associação é considerada um único fornecedor).

No Rio Paraná os produtores destinam a produção de leite para Cooperativa Agropecuária Rio Paraná de Castilho, para a Associação da Agricultura Familiar do Assentamento Rio Paraná (ambas formadas por assentados do próprio Assentamento) e para a COAPAR (Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo) que possui atuação regional. Em outros assentamentos da região, é comum uma agroindústria colocar tanques de expansão para concorrer diretamente com cooperativas de produtores (indiretamente também com a outra agroindústria que recebe o leite da cooperativa).

Na época da pesquisa (janeiro/2006), que corresponde ao período das águas, a quantidade de leite diária produzida variou bastante, de 10 a 200 litros/dia por produtor. A grande maioria (mais de 70%) produz até 60 litros/dia, sendo que a faixa com maior percentual de produtores é a de 20 a 40 litros/dia. No outro extremo, encontram-se cerca de 15% (os mesmos produtores que apresentam maior rebanho) com produção diária acima de 120 litros (2 produzem 200 litros por dia) (Figura 6).

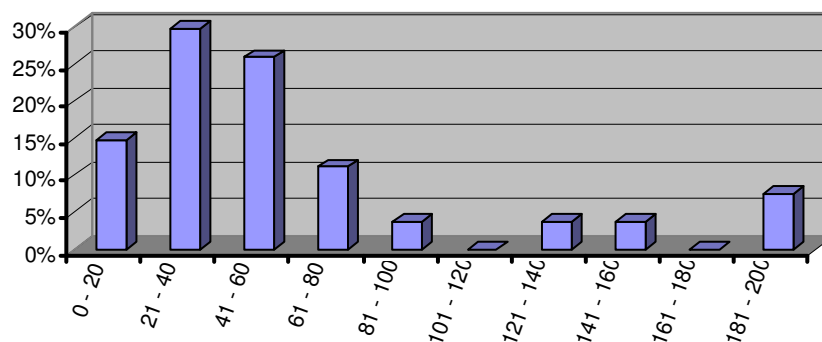


Figura 6: Percentual de produtores de acordo com a produção diária de leite na época da pesquisa (janeiro 2006) dentre os entrevistados do Assentamento Rio Paraná.

Fonte: Dados da pesquisa, 2006.

Quanto à produtividade da pecuária leiteira, o maior percentual de produtores (41%) encontra-se com uma média de 5,1 a 6,0 litros/vaca/dia que é semelhante a dos produtores do Estado de São Paulo (NEHMI, NEHMI FILHO e FERRAZ, 2005, p. 187), mas quase o mesmo percentual (cerca de 37%) apresenta produtividade igual ou menor do que 5,0 litros/vaca/dia (Figura 7).

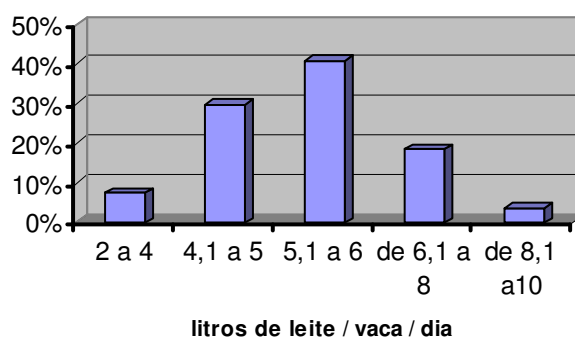


Figura 7: Percentual de produtores de acordo com a produção diária de leite por vaca, em janeiro de 2006, dentre os entrevistados do Assentamento Rio Paraná. Fonte: Dados da pesquisa, 2006.

Em relação à produção vegetal, a principal cultura semeada dentre as famílias pesquisadas no Assentamento Rio Paraná é o milho (18 produtores e 49,9ha), já que esta cultura está integrada à criação animal, no fornecimento de suplementação alimentar dos bovinos na seca na forma de silagem e *rolão* (milho seco triturado junto a palha e sabugo) e na forma de grãos para tratar pequenos animais como suínos, galinhas e outras aves. Mais de 82% dos produtores também possui uma área (em média menor do que um hectare) com cana-de-açúcar que também é destinada à suplementação do gado

na seca, combinada ou não com o capim napier (6 produtores e 3,0ha). Outras culturas como o feijão e a mandioca são plantados em pequenas áreas por um número significativo de famílias para a subsistência, mas alguns comercializam a produção para agroindústria (há uma *fecularia* no município) ou direto ao consumidor. O algodão vinha aumentando sua área plantada nos assentamentos da região, mas os resultados ruins em termos de preços da safra 2004/2005 praticamente levou ao desaparecimento desta cultura na safra seguinte (apenas 2 produtores plantaram pequenas áreas, dentre os pesquisados). A área com fruticultura é insignificante e tem decrescido ao longo dos anos, seja devido às doenças como o cancro cítrico ou a problemas de comercialização, como o caso da manga (Tabela 1).

Tabela 1: Número de produtores e área das principais culturas plantadas pelos entrevistados do Assentamento Rio Paraná.

<i>Cultura</i>	<i>Nº de produtores</i>	<i>Área (ha)</i>
Braquiária	28	275,2
Milho	18	49,9
Feijão	11	22,9
Mandioca	14	21,3
Cana	23	19,5
Eucalipto	7	4,0
Napier	6	3,0
Algodão	2	2,4
Tangerina Poncã	2	1,0
Coco	2	1,5
Outras frutas (manga, limão, pinha)	3	1,6

Fonte: Dados da Pesquisa, 2006.

Em termos de técnicas de produção, embora a maioria utilize sementes certificadas e adubo mineral, somente cerca de 35% faz análise de solo (em quase todos os casos a análise foi feita pela Unesp Botucatu por meio de convênio com o Incra como condição para o assentado receber calcário). Somente 7% (2) dos produtores utilizam irrigação. Quanto a conservação do solo o fato do Incra ter realizado terraços em todos os lotes é um fator um fator positivo.

A Figura 8 traz o destino da produção dos produtos de origem vegetal e animal dentre as famílias pesquisadas no Assentamento Rio Paraná. Embora não mostre o volume de produção comercializado e a relevância em termos econômicos de cada um dos canais de comercialização pode-se observar que no caso dos produtos de origem

animal é mais freqüente a comercialização via cooperativa ou associação (todos os 28 produtores entregam leite para uma das organizações de produtores do Assentamento ou para a COAPAR) e intermediários (venda de bezerros e animais de descarte). Cabe destacar também a importante participação da venda direta ao consumidor, realizada por 61% (17) das famílias pesquisadas (em alguns casos de forma eventual), um percentual superior a outros assentamentos e ao que foi constatado por outras pesquisas⁴, como a de Leite et al. (2004). Deve-se destacar também que todos os produtores deixam parte (ou a totalidade em alguns casos de aves e porcos) da produção animal para o autoconsumo.

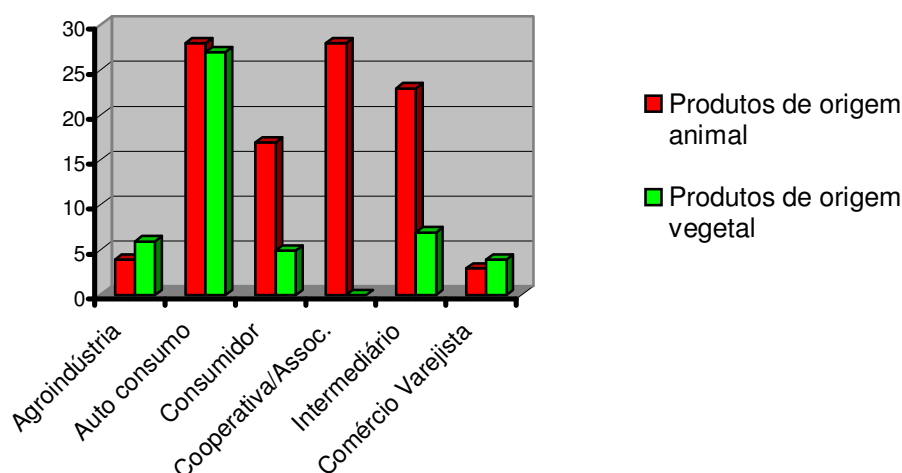


Figura 8: Destino da produção dos produtos de origem animal e vegetal das famílias pesquisadas do Assentamento Rio Paraná.

Fonte: Dados da Pesquisa.

No caso de produtos de origem vegetal nenhum canal de comercialização se destaca em termos de freqüência, indicando que o destino mais comum destes produtos é o autoconsumo da família ou das criações presentes no lote.

Quando analisamos mais detalhadamente a produção para o autoconsumo, verificamos que esta é muito importante para todos os produtores. Em média a metade dos entrevistados destina de 5 a 6 produtos (de origem animal ou vegetal) para o autoconsumo da família e/ou das criações, sendo que em alguns casos são de 9 a 10 produtos (Figura 9). É uma quantidade significativa, pois não se levantou a produção do quintal no caso de produtos vegetais, quando esta não era comercializada.

⁴ Leite et al. (2004, p. 173) somente observa uma participação relevante da comercialização direta nos assentamentos do entorno do Distrito Federal.

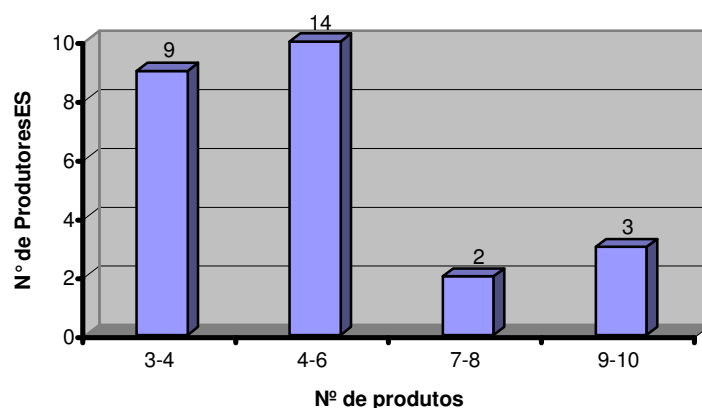


Figura 9: Número de produtos destinados ao autoconsumo (humano e animal) dentre as famílias entrevistadas no Assentamento Rio Paraná. Fonte: Dados da pesquisa, 2006.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta caracterização das famílias pesquisadas do Assentamento Rio Paraná mostrou que para a maioria dos produtores o acesso à terra significou uma melhoria importante nas suas condições de vida, pois vinham exercendo trabalhos de baixa remuneração e/ou precários como o de assalariado temporário (bóia-fria) e o de empregado rural em fazendas do município/região.

A pecuária leiteira é principal atividade desenvolvida no Assentamento Paraná. A maioria dos produtores possui entre 20 e 60 cabeças de bovinos, o que significa uma evolução importante do patrimônio destes produtores. A produtividade média de leite por matriz é baixa, mas os produtores têm procurado melhorar sua eficiência produtiva, investindo na melhoria da alimentação do rebanho na seca e em sistemas de rotação de pastagens mais intensivos. No Assentamento Rio Paraná toda comercialização é realizada por meio de organizações criadas e dirigidas por assentados (cooperativas e associação) o que permite ter volume de produção capaz de garantir uma melhor remuneração em relação à venda individual e evita a concorrência direta entre as cooperativas de produtores e a agroindústria, como ocorre em outros assentamentos da região.

A forte dependência de uma só atividade para os agricultores familiares é preocupante, mas algumas tentativas de diversificação da produção têm se mostrado problemáticas, devido a problemas como grandes oscilações de preços (algodão), dificuldade de comercialização (manga) e doenças (cancro cítrico no caso do limão e poncã). As alternativas mais promissoras estão ligadas às formas diferenciadas de comercialização, especialmente de produtos de origem animal e olerícolas vendidos

diretamente ao consumidor ou ao comércio varejista (embora em alguns casos ainda sejam vendas eventuais).

O trabalho mostrou ainda que a produção para o autoconsumo da família e das criações do lote abrange vários produtos e é muito importante para todas as famílias pesquisadas, não só em termos de subsistência, mas porque constitui-se em uma estratégia de redução dos custos de produção de um produto comercializável, como o leite.

6. REFERÊNCIAS

- BRUMER, A. As dimensões de gênero e idade em assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V. L. S. B., ALY JUNIOR, O. *Assentamentos Rurais: impasse e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. São Paulo: INCRA, 2005, p. 351-371.
- BERGAMASCO, S. M. P. P., FERRANTE, V. L. S. B. No reino da modernização: o que os números do Censo da reforma agrária (não) revelam. In: Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 170-204.
- FAO/PNUD/MARA Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária. Brasília: Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, v. 1, 1992.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Agropecuário de 1995/96. Rio de Janeiro (RJ): FIBGE. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br, acesso em: 03 de junho de 2003.
- FERRANTE, V. L. S. B., BARONE, L.A., BERGAMASCO, S. M. P. P. A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. In: FERRANTE, V. L. S. B., ALY JUNIOR, O. *Assentamentos Rurais: impasse e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. São Paulo: INCRA, 2005, p. 37-69.
- FERREIRA, B. A reforma agrária no governo Lula. Balanço: 2003 a 2005. *Reforma Agrária*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 11-35, 2005.
- HEREDIA et al. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 18, p. 73-111, 2002.
- INCRA *Balanço Global de Gestão – dezembro de 2002*. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em 21/01/2004.
- _____. *Caderno do II PRNA* Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em 20/09/2005(a).
- _____. *Boletim da Reforma Agrária*. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em 28/10/2005(b)

INSTITUTO DE TERRAS DO EST. DE S. PAULO Disponível em www.itesp.sp.gov.br. Acesso em 24/10/2005.

LEITE, S. et al. *Impactos dos Assentamentos*: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004. 392p.

MEDEIROS, L.S., LEITE, S. Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. 308p.

NEHMI, I. M. D.; NEHMI FILHO, V. A.; FERRAZ, J. V. (Coords.) ANUALPEC 2005: Anuário da Pecuária Brasileira. São Paulo: Instituto FNP, 2005, p. 187.

SAMPAIO, P. A. et al. Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária. *Reforma Agrária*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 109-186 (Anexo), 2005.

CINQUENTA ANOS DE LUTA NA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA: MOVIMENTOS E POLÍTICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO (1946 - 1996)

Clifford Andrew “Cliff” Welch
Docente, Departamento de História
Grand Valley State University, EUA
Pesquisador, Departamento de Geografia
NERA, UNESP/PP
welchc@gvsu.edu

“É a segunda vez que o Sr. José Rainha Júnior e Sr. Roosevelt Roque dos Santos compareceram para debater no Canal Rural e estamos muito gratos por sua presença e por seu comportamento tão civilizado aqui.”

Fábio Pannuncio, Canal Rural (3/12/1996)

At one point in the televised debate, the landless-militant José Rainha Júnior turned away from the camera and looked directly at the landed-militant Roosevelt Roque dos Santos. They were talking about guns and civil disobedience in the conflict-ridden region of São Paulo state called the Pontal do Paranapanema and they were talking over one other for the first and only time in their two-hour long debate. Roosevelt claims the guns were used for self-defense, Rainha proclaims that there is no justification for violence. Roosevelt, a cattle rancher, equates the use of guns in self-defense with the land occupations practiced by Rainha’s organization, the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST. “*É violência para nós defender contra a violência do MST*”, says Roosevelt. He calls them both “attitudes medievais.” Rainha, a rural worker turned organizer, seems to not believe what he is hearing, his eyes shoot daggers at Roosevelt, president of the reactionary landlord political organization, the União Democrática Ruralista-UDR. But Rainha holds his tongue, turns back to face the camera and in a very calm voice, he says, “*Não concordo com qualquer violência que poderia acabar com uma vida, a vida é a mais sagrada coisa que temos. Então,...*” Rainha continues, “*...também não estou de acordo com violência defensiva.*” It was December, 1996: the MST was a household name and polls demonstrated vast and broad support for agrarian reform and deep skepticism about Roosevelt and the UDR. Something had changed in Brazilian society (Notícias - Canal Rural 1996).

The change I wish to examine in this paper is that in the relationship between the landless and the landed in Brazil, between the Rainhas and the Roosevelts, and how that relationship was affected by rural social policy. So, the role of the state in relation to these groups is also in focus here (Thompson 1993, Chap 2). These relationships have attracted a good bit of attention in recent years due, I think, to the increased class consciousness of the landless. They or their agents persuaded the majority that agrarian reform could reverse the process of immiseration suffered by most Brazilians in the context of worldwide capitalist expansion. A relationship once thought to be almost a thing of nature, characterized by a certain familial cordiality, reinforced by an authoritarian state, has come to have a critical, conflict-ridden presence on the world stage. The very act of presenting Rainha and Roosevelt as equals in a debate on national television indicated a dramatic change in a relationship traditionally characterized by deference and domination. The two men, passionate class proponents, presented their views in a nearly dispassionate discussion. For the viewing public they were the image of modern TV men, controlling their tempers and working to persuade the audience to support their side. They practiced good manners, careful to not alienate viewers. They were, as the moderator commented, models of civility.

Cordiality obfuscates social relations of patriarchy, a term which disguises class relations in the apparel of fathers and sons, wives and daughters. Dictatorships that persevere often include elements of familial social relations under the stern father model. The Brazilian military regime (1964 to 1985) incorporated some features of cordiality but, in the countryside, the bureaucratic-authoritarian model of capitalist development strained class relations and brought a cold-hearted barbarity at worst, confusion at best. The sons and daughters of the patria, whose Brazilian *raízes* were uprooted by the military regime's "painful modernization" policies counted in the millions. The rural exodus flooded the cities as commodity prices fell, rural employment dropped, machines replaced workers on old estates, and new estates displaced peasant farms on an expanding agricultural frontier. Resistance to change meant confrontation with private and state violence. These developments intensified processes of change underway since the 1930s, and the São Paulo rural population shrunk from about 44 percent in 1940 to less than 7 percent in 2000 (D'INCAO 1975; DA SILVA 1982; MARTINE 1987; KAGEYAMA 2003).

Drifting to the towns and cities, the rural working classes found care in churches, unions, and some social service agencies. These institutions provided

temporary relief but not the kind of support promised by the cordial patriarch. In this space, I argue, social movements like the MST arose, eclectically intermingling ideas and tactics from a rich past of rural labor mobilization, slogans and organizations such as the União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), from which the MST derived the necessity for a diverse geographical presence; from the sindicatos de trabalhadores rurais (STR), from which came an emphasis on the value of negotiation and member services; and from the Catholic Church, scholasticism and a passion for moral justice (MARTINS 1989; MEDEIROS 1989; BOGO 1999; STÉDILE and FERNANDES 1999; BRANFORD and ROCHA 2002).

To tell this story of change and continuity in the landless-landed relationship during the last half of the 20th century, this paper describes three moments in the history of social and state relations in the much disputed Pontal do Paranapanema region of northwestern São Paulo. It examines disputes in three widely-recognized political periods of the era: 1945 to 1964, 1964 to 1985, and 1985 to 1996, arguably a sufficiently distant marker for discussion of the New Republic (1985-2002).

“O povo brasileiro precisa é de chicote e não de democracia.”

Sheriff Roque Calabrese (Santo Anastácio, Jun-1946).

With these words, reported in the Communist press, Sheriff Roque Calabrese indicated how difficult it would be to construct civil society in the Pontal do Paranapanema. The Pontal remains one of Brazil’s most conflict-ridden regions to the present day. Sheriff Calabrese made his statement in the context of repressing the Santo Anastácio Liga Camponesa – one of hundreds of “peasant leagues” established by the Communist Party of Brazil (PCB) to mobilize small farmers and rural workers in the aftermath of World War II. The leagues responded, in part, to a new set of social and political rights established in law by the recently ousted regime of Getúlio Vargas. The leagues helped many peasants register to vote and swelled the ranks of the PCB. They also acted as representative class organizations, seeking to help members appeal for government assistance in questions related to land rents, farm production and income. The PCB saw the leagues as a means to enhance the party’s political clout while empowering squatters, rural workers, and small farmers, an unrepresented, generally neglected segment of Brazilian society. The leagues also served as a pressure group to help PCB delegates argue the agrarian question in the 1946 Constituent Assembly. They

can help us understand the relationship between the landless, the landed, and the state before the military regime. For Sheriff Calabrese, representative of landed interests, the league obviously represented a threat to the proper order of this relationship (BARRIGUELLI 1981, 211-12; WELCH 1999, 98-118).

The Pontal was still a frontier region of São Paulo in the 1940s. This western-most “point” of the state forms a natural triangle, bounded by the rivers Paraná and Paranapanema, which mark state boundaries between São Paulo, Mato Grosso do Sul and Paraná. A high plain, the rains collect and gradually drain through rolling hills to the flatlands and flood plane along the river banks and eventually feed the Atlantic Ocean via the Rio de la Plata. Starting in the mid-1800s, rival *coroneis* claimed title to the region. They used the process called *grilagem* and influence over bureaucrats and clergy to make historic claims to the land. They started land colonization and development companies to attract immigrants, developed settlements, and sold land titles that appeared legitimate but actually were false. The questioning of false land claims was as constant as the quick turnover of falsified titles. In 1932, for example, the state agricultural secretary emitted a public notice saying it was “*perigosa a aquisição de terras na Alta Sorocabana.*” All the same, the area under Brazilian control, as opposed to that of the indigenous nations that occupied the area into the 20th century, slowly expanded, despite questionable titles. A train line reached the settlement of Presidente Prudente in 1917 and the banks of the Rio Paraná at the port of Presidente Epitácio in 1922. The 1940 census showed that over 275,000 people lived in the Alta Sorocabana region, 81 percent in rural areas. This meant that the colonization companies succeeded in attracting immigrants and that many others, hearing about the questionable ownership of the land, had ventured there in hopes of obtaining some for themselves. Although virgin Atlantic forest covered much of the region into the 1950s, the arriving migrants were encouraged to cut down the trees to mill and sell the wood and create farms and pastures. They did so at a fantastic rate. By 1975, using hand tools, only a small portion of forest remained around a peculiar land formation known as the Morro do Diabo (Devil’s Hill), today the region’s only surviving protected ecological reserve (LEITE 1998; CALLADO 2003).

Established as an incorporated municipality in 1925, Santo Anastácio had long been an important settlement in the Pontal. A tributary gained the saint’s name in May 1769 when a Portuguese troop stumbled upon it and a vila gradually took root there. It became the region’s second incorporated municipality in 1925. As the train tracks were

constructed to the Paraná river¹, Santo Anastácio became the setting of a busy train yard and hundreds of Spanish and Italian immigrants came to live and work in the area. This gave the backlands town a surprisingly cosmopolitan feel and created a fertile base for PCB organizing (LEITE 1998; GUERRA 2004). While Ligas Camponesas were also established in the Pontal towns of Presidente Prudente and Presidente Bernardes, the landless-landed relationship in Santo Anastácio received more attention from the press. In a 1945 report, the migrant worker João Rayo Crespo appealed to the state labor department and local judicial authorities to demand the fulfillment of contractual terms by landlord Manoel Ortega, apparently without success (BARRIGUELLI 1981, 137, 147, 207-08). Josè Alves Portela, who migrated to Santa Anastácio from Sergipe in the northwest to work as a cotton sharecropper, also complained about exploitation when the commodities market collapsed after World War II and his landlord forced him, nevertheless, to pay his full land rent (PORTELA 1988). Stories of brutalities perpetrated against the landless by landlord enforcers like the jagunços Juventino Nunes and Zé Mineiro were legendary in the region (LEITE 1998, 101-12).

The Peasant League established in Santo Anastácio in April, 1946, responded to a wealth of problems among the landless and small farmers. More than 200 “camponeses, em sua maioria arrendatários, sitiantes, meeiros, e terceiros” attended the meeting, according to the story that appeared in the PCB-daily *Notícias de Hoje*. The league was to serve “orientar a luta dos trabalhadores em busca de melhoria das condições de vida dos trabalhadores da terra.” Antônio Valero Valdeviesso, whose biography remains obscure, gave a “*clara exposição*” on the theme and read the statutes. Those present “democratically elected” the league’s board of directors, with Nestor Vera becoming president and another eleven officers and substitutes named in the report. Various speakers addressed the issues that would animate the league: demands for lower land rents, road maintenance, schools, and clinics. In other words, the landless found much at fault in the landed’s sense of responsibility toward the broader community and they reached out to the state for help. Rents were too high, roads abandoned, the health and education of their children left to chance (BARRIGUELLI 1981, 155-56).

At another meeting later in the month, the directors prepared a petition to send to state secretary of agriculture Francisco Malta Cardoso, a planter and lawyer with a history of involvement in efforts to address rural social questions. Cardoso and fellow militant landlord João Carlos Fairbanks—a Presidente Prudente lawyer considered by

Leite to be the Pontal's "*defensor permanente de possuidores de títulos de posse ou de domínio*" — had participated in drafting recommendations for rural social legislation at the Social Rights Conference held at the behest of Getúlio Vargas in 1941. For Cardoso and Fairbanks, plantations were "formed through the great solidarity of economic interest and intimate contact between boss and worker. Fairbanks suggested that the landless often had more cash on hand than the landed. Cardoso described the landless and landed as "*companheiros de trabalho*." For Fairbanks, the condition of being a landless wage-worker was only a temporary stage on the road to being landed. "It has to be understood as a provisional situation", he commented, "a preparatory and provisional status on the road to landowner." Landless and landed had "convergent and complementary interests" and formed, in the words of a third colleague, the "*clã fazendeiro*", akin to the agrarian family that Sérgio Buarque de Holanda saw as a foundation of Brazilian society (BARRIGUEILLI 1981, 178; WELCH 1999, 75-79; LEITE 1998, 47; HOLANDA 1995, 146-51).

At least 150 landless peasants disagreed with these three men. That is how many trusted the new democracy following the fall of the Estado Novo dictatorship enough to sign their names to the Santa Anastácio league petition. "Os latifúndios devem ser divididos gratuitamente aos que querem plantar", the petition begins. "*Os nossos produtos não valem nada, mas o que consumimos custa-nos os olhos da cara*", it went on. "*Sem terra, sem direitos, nossos filhos sofrem de maleita, amarelão, tuberculose, raquitismo, frio e fome*", the petitioners complained. "*Por este pequeno relatório vimos a presença de V. Excia para relatar-lhe a atual situação precária que há anos vamos passando*", the document began. In addition to the demand for radical agrarian reform, the appeal for policies that would help them retain more profits from their production in order to care for their children, the petition criticized the landed for charging rents for poor lands, rents often higher than the land's sale price. The result was not only a super-exploitation of the landless but a tendency for them to abandon the countryside and move to the cities in search of "*melhores condições de existência*."

A final clause supports the need for the peasants, as well as rural wage workers, to have their own representative organizations (BARRIGUEILLI 1981, 178-79). The Communist press documented further Santo Anastácio peasant dissent in May when the director of the Cooperativa Agrícola Mista de Santo Anastácio denounced the precarious condition of the more than 800 peasant-family co-op members. He supported the need for the league given the "*miserável... vida que os meeiros e arrendatários*

levam... porque o rendimento do seu trabalho vai todo parar nas mãos do latifundiário” (BARRIGUELLI 1981, 189-90). If the relationship between the landed and the landless can be compared to a family or clan it was superbly dysfunctional in 1946.

The state responded to the pleas of these uppity children by cracking down on the Santo Anastácio peasant league in June 1946. The size of the organization must have been too much for the landed’s private militias to handle. Even the region’s most influential landlord, the coronel Alfredo Marcondes Cabral, infamously quoted as believing that “*terra empapada de sangue é terra boa*”, did not have the forces to cripple such a movement (LEITE 1998, 53). Indeed, the timing of the June 1946 crack down links Sheriff Calabrese’s action to local interests by isolating it from larger trends. The Cold War-influenced decision to suppress the PCB and shut-down front organizations like the peasant leagues would wait nearly a year, until May 1947, to be put into place. League president Nestor Vera protested the action in telegrams to President Eurico Gaspar Dutra and the heads of each of the political parties participating in the Constituent Assembly. “*A polícia local fechou a Liga Camponesa*”, Vera wrote, “*apreendendo seus arquivos e impedindo o direito de organização aos pacíficos trabalhadores do campo*” (BARRIGUELLI 1981, 208-10).

Vera put the sheriff, an authority beholden to the local power structure, in the central role. Calabrese had warned them to formalize the founding of the league, so Vera had the founding statutes published in the *Diário Oficial* and filed the papers with the local notary. But his moves to strength the league only seemed to make it more threatening to the landed. “*As justas reivindicações [dos camponeses] em torno dos problemas mais sentidos do nosso camponês fortaleciam sua estrutura*”, Vera told a *Notícias de Hoje* reporter, “*devendo ser, este o motivo principal que levou a polícia e demais autoridades a determinar o seu fechamento*” (BARRIGUELLI 1981, 211-12). What happened in the Pontal reveals truths about the relationship between the landless and the landed and the incapacity of either the landed or the state to treat the landless with respect. As Calabrese said, it was a whipping not democracy that the peasants needed. The implied violence of his attitude reflects the arousal of heartfelt hatred toward those who denied the landed their claimed superiority, who dared not to defer to these malignant father figures. This was the ugly side of cordiality.

“Capangas do fazendeiro percorrem a área, intimidando os posseiros e ameaçando suas famílias, acompanhados de policiais que, segundo os posseiros, estariam sendo pagos por [o grileiro] Justino para ‘legalizarem’ as ameaças.”

Landless rural workers Néelson de Almeida Alves and Silvério da Silva (Santa Rita do Pontal, 1/10/1977).

Numerous studies have shown how the military regime that took power in 1964 pursued an agrarian development policy most aptly described as “*doloroso*”, especially from the perspective of the landless (DA SILVA 1982; GONÇALVES NETO 1997; LINHARES and DA SILVA 1999, 182-95). The new elite, which looked very much like the traditional elite in olive drab, supported radical change that benefited an incipient agro-industrialization process. These policies both intensified production and extended the agricultural frontier. The former involved mechanization that deskilled agricultural processes and reduced the number of stable, full time workers needed to produce commodities, increasing the instability and insecurity of rural work. The latter generated another phase of enclosure and land concentration that threw millions of peasants into a flooded labor market (DA SILVA 1981, 82-100; MARTINE 1987; GOODMAN 1989). This interpretation is confirmed by examination of land disputes in the Pontal. A case in point is that of the Gleba Santa Rita, located just north of the Paranapanema river in the municipality of Teodoro Sampaio, which was incorporated in February, 1964.

The story of the Gleba Santa Rita begins in 1954 with a land scheme orchestrated by the powerful São Paulo politician Adhemar de Barros. In collusion with the Sorocabana Railroad and the Camargo-Correia construction company, he used insider information to help political associates buy land in the Pontal that promised to explode in value with the construction of a new track called the Dourados branch. One of the beneficiaries was Justino de Andrade, then mayor of Presidente Bernardes. Andrade created a colonization company and anticipated building a town called Santa Rita do Pontal, subdividing the 10,000 hectare area among migrants, profiting from the train traffic, lumber production, and farm produce (LEITE 1998, 100).

Although Barros won election as governor during the 1940s (1947-51) and 1960s (1963-66), Andrade’s dream remained unrealized. The train line was never built and Andrade’s town rose and fell, never hosting more than two dozen houses. In fact,

the land should never have been sold to him by the Sulamericana land company. The acreage, like the vast majority of Pontal land, belonged to the state not the grileiros who claimed title to it. Despite repeated warnings about the dubious legality of land titles in the region, Andrade acted as though the land was his and to make something of it he depended on a classic land development scheme. In 1967, he let about 1,000 hectares of Santa Rita's forested land to a cotton-gin and trucking-company owner from Martinópolis, São Paulo, named Francisco Pereira Telles. In turn, Telles sublet the land to some 400 families in 1968. The details of these arrangements were typically murky. Andrade later claimed that Telles was to return the land converted into cattle pasture within three years. Telles claimed that land was not Andrade's to rent, that he had gotten the permits to clear the forest, attracted the families, and organized the production of cotton farming, doing everything by the book, as defined in the 1964 Land Statute. In a 1978 newspaper article, Andrade essentially corroborated Telles' version, complaining that while he received almost nothing, Telles had gained shares of the cotton produced and encouraged the tenants to defy him by telling them the land belonged to the state (LEITE 1998; CORREIA 1977; Sem autor 1977; Sem autor 1978).

The accumulation of wealth from the Gleba Santa Rita proceeded primitively, a coarseness reflected in the landless-landed relationship. While Telles, technically, was himself a renter, his status as a significant property owner is unquestioned, although he does not seem to have controlled as much land or benefited from as much clout as Andrade. Such intermediaries were an essential part of the expanding agricultural frontier in Brazil. They applied their capital and organizational skills to the first stages of converting virgin land into a commodity. Adequate records have not yet emerged to document the entire process. Telles claimed to the press that he spent Cz\$ 365,000 to develop the land he rented from Andrade. Andrade told the papers that he had gained nothing; in fact, it was the landless families who were getting rich since they did not pay rent after Telles abandoned them in 1972 and he frequently sued Telles for damages, never winning the question, largely due to the questionable legality of his title (CORREIA 1977; Sem autor 1977; SANTOS 1980).

Telles defended himself in the press, wrapping himself in the law and blaming Andrade for his own misfortunes. The *Estado de S. Paulo* summarized his arguments in a 1977 article.

Telles diz que fez tudo conforme o Estatuto da Terra e que além de sementes e defensivos, fornecia [os lavradores] até assistência medica e

hospitalar. Mas, quando acabaram com o desmatamento, ele falou, “deixei de dar emprego às 400 famílias no Pontal por um questão social e aquele pessoal começou passar fome. Embora que seja, não me sinto responsável porque as famílias que eu coloquei, mais da metade daqueles que me consideravam, saíram da gleba, com o término do contrato. Mas Justino deveria manter melhor vigilância em sua propriedade, para impedir a invasão de outras famílias” (CORREIA 1977).

Despite the traditional form of the labor process – tearing out a native forest with hand tools, a grueling job to say the least – the relation between landed and landless is governed by modern criteria. There’s the Land Statute that the armed forces proudly described as a revolutionary achievement of their regime. There’s the provision of seeds and health care. There’s the contract to clear the trees and open the fields: job done, relationship done. The landless needed to move on, though perhaps some chose not to go. Others may have trespassed, but both suffered due to their own accord. In other words, the landed characterized themselves as victims, explained how they selflessly gave of themselves so that the landless might benefit, and claimed innocence about the primitive accumulation process. Telles seemingly felt no obligation to be civil toward the landless who insisted on staying on the land after the work was completed.

The documented history of the 400 landless families begins, in all but one case, with their resistance against savage capitalism. Their resistance testifies to a contrasting perspective on the supposed cordiality of their relationship with the landed and the state. They entered the scene in silence, accepting without apparent question the offer to clear the forest and plant cotton for shares. Only when this arrangement ended and they were asked to leave the land and join the roving, insecure agricultural labor market, did the media capture their voices for the public record. The one exception was a posseiro named Jenival who was interviewed by the Rio-based writer Antônio Callado in November, 1984. Callado was then visiting the region on assignment for the São Paulo energy company (CESP), to write about state’s agrarian reform projects there. (The subtitle of Callado’s book – *“ensaio sobre a reforma agrária brasileira, a qual nunca foi feita”* – must not have helped CESP marketing.) In meeting Jenival on the Gleba Santa Rita, Callado discovered a curious fact: this landless family had been living in the same house for 17 years. “Para um lavrador brasileiro”, Callado wrote, “ele é uma pessoa de uma vida extraordinariamente estável” (CALLADO 2003, 39). This one case throws into question the characterization of landed and landless. If neither Jenival nor Andrade nor Telles held legal title to the land, none could be considered landed in the

context of capitalism. In fact, legal tradition in Brazil as well as other western world settings would typically have given the title to Jenival due to his effective, prolonged possession and usage of the land. But in practice, Jenival's relative poverty and lack of connections to power as compared to Andrade's relative wealth and connections made the former landless and latter landed (HOLSTON 1991; WRIGHT & WOLFORD 2003, 19-27).

In a 1975 event that also defied the spin of Andrade and Telles, thirty- three landless families walked 65 kilometers from Santa Rita to Teodoro Sampaio and disrupted the peace of the town with their demands for help. *“Com o solo preparado, mas sem sementes, que não podem comprar face à impossibilidade de obterem financiamentos bancários, os posseiros dirigiram-se a Prefeitura. Diante das recusas em atendê-los, eles se revoltaram, tentando conseguir à força ao menos alimentos.”* At least a portion of these allegedly well-treated families were starving to death; to keep the peace, the mayor eventually arranged to feed them a meal at the Hotel Comercial, while the military police sent reinforcements to defend public order (Sem autor 1975).

The military police learned to know the Santa Rita landless almost as well as anyone during the 1970s. Between 1973 and 1980, they joined Andrade's jagunços and other authorities four times to fulfill expulsion orders from judicial authorities. The worst cases occurred in 1973 and 1974 when they forced 63 families from land they had cleared and made productive. To make the action stick, they burned down the peasants' homes and sheds, tore up their crops, and killed their livestock (Sem autor 1977; Sem autor 1978). In 1977, jagunços poisoned some wells and livestock died. At the time, two of the landless gave the press the impression that *“Capangas do fazendeiro percorrem a area, intimidando os posseiros e ameaçando suas famílias, acompanhados de policiais que, segundo os posseiros, estariam sendo pagos por Justino para ‘legalizarem’ as ameaças”* (Sem autor 1977). In 1982, jagunços randomly shot at them and in 1984, cattle were stampeded into their crops. For thirteen years, the families lived under intense pressure, with new threats of violent expulsion regularly directed at them, hopes of permanence shattered again and again. The majority of the original families slowly gave up but reinforcements arrived as displaced rural laborers sought stability and opportunity on this ill-fated land. Through expulsion actions, court orders, the intervention of state governors, death threats, and the organization of vigilante violence, the landless hung on. In 1979, Andrade was 70-years-old, blind in one eye, barely able to speak but *“não está disposto a ceder. E seus advogados também não, pois segundo*

eles os lavradores são intrusos” (Sem autor 1979). Seven years later, in August, 1986, he had to give up. Brazil’s first civilian president, José Sarney, expropriated the land using the 1964 Land Statute, bringing to something of a just close this tragic story.

The resilience of the landless in the face of such intense and prolonged pressure seems to defy the logic of the military era. This was the same period that saw the dictatorship send three military missions to the Araguaia river basin in order to exterminate a small PCdoB guerrilla hideaway and facilitate the development of commercial agriculture. Since this story of occupation and repression dominates representations of the military relationship with peasants and rural militancy, one might have expected the security apparatus to have eliminated the Gleba Santa Rita landless within a few days. But the military could not rule by violence alone. Machiavelli, Gramsci, Arendt, Skocpol, and other theorists of state-power help us understand the necessity of consent for the longevity of even the most brutal regime. Even as the hard-liners deepened their grip on the regime and intensified the repression, they found ways to win the hearts and minds of the working class.

The early 70s were relatively good years for the Brazilian economy. The so-called “economic miracle” of the “rising cake” provided a basis for the popularity of President Emilio Garrastazú Médici (1969-74), despite a concomitant investment in repression. In a 1997 interview, Workers’ Party (PT) leader Luís Inácio Lula da Silva analyzed the Médici period,

Hoje a gente pode dizer que foi por conta da dívida externa, milagre brasileiro e tal, mas o dado concreto é que, naquela época, se tivesse eleições diretas, o Médici ganhava. E foi no auge da repressão política mesmo, o que a gente chama de período mais duro do governo militar. A popularidade do Médici no meio da classe trabalhadora era muito grande. Ora, por que? Porque era uma época de pleno emprego.

The relative prosperity of the period brought support for the regime and its popularity extended to the countryside. In his study of Brazilian citizenship, the historian José Murilo de Carvalho comments that “[o] *eleitorado rural... apoiou [o regime militar] em todas as eleições.*” This tendency can not be explained away as a byproduct of rural conservatism or the manipulation of voters by powerful rural bosses. To the contrary, the consent of the landless was rational when one considers that Médici approved the most sweeping reform in the history of Brazilian rural social relations, the PRORURAL law of May, 1971. This law for the first time extended retirement benefits to rural workers and small farmers, eventually becoming one of the largest rural social programs in the world. Through the Fundo de Assistência Rural (FUNRURAL), the law helped rural communities establish health care facilities and other social services. The military empowered the rural labor unions to administer these programs, stimulating a boom in rural labor union formation around the country

(COUTO 1999; CARVALHO 2004, 172; GARPARI 2002, 210). Into the 21st century, measures based on these policies continued to support hundreds of towns and millions of people.

The growth of the rural labor union movement, with its Church connections and state-sponsored social assistance services, provided the “lhaneza no trato” of military rule in the countryside. For Holanda, this was the essence of cordiality and the concept helps us examine how coercion and consent worked in the Brazilian countryside. In the specific case of the Santa Rita landless, it is important to note that problems erupted with the landed in the same year the Teodoro Sampaio rural labor union was founded, 1973. According to Divanil José Cruz, who ran the union with his father José Ferreira Cruz from 1973 until the 1990s, it was Mayor José Natalicio dos Santos who initiated the process of founding the union. Teodoro Sampaio was only about ten years old and had no medical services, he explained. Taking advantage of FUNRURAL financing, Teodoro Sampaio could gain a clinic, with a doctor and dentist. The Cruzes had been involved with a rural union in Paraná before moving to the Pontal. A priest there had impressed upon these farmers the need to be involved in the union movement. In Teodoro Sampaio, their efforts paid off. It was not long before the union had around 1,500 paying members and – along with the Church – it quickly became one of the town’s chief social institutions. Confirming Lula’s impression of working class political behavior at the time, Cruz became a member of the pro-regime party, ARENA, and expressed nostalgia during the interview for military rule due to the support rural unions then received (HOLANDA 1995, 146; CRUZ 2004).

Carvalho argues, like many critics, that FUNRURAL helped co-opt the rural labor movement. “*As tarefas de assistência agora a eles atribuída, contribuiu muito para reduzir sua combatividade política e gerou dividendos políticos para os governos militares.*” The sociologist Claudnei Coletti was harsher in his criticism of union officers like Cruz. “*O assistencialismo transforma-se, assim, em poderoso instrumento de controle político-social nas mãos dos governantes, permitindo a expansão do peleguismo no movimento sindical.*”. Both concede that positive results were possible. The case of Teodoro Sampaio confirms Carvalho’s suspicion that some towns had medical services due solely to the union’s administration of the FUNRURAL. Coletti says that a combative union leadership could convert the FUNRURAL into a base for organizing greater negotiating power for rural labor. Analysts Regina Novaes and Biorn Maybury-Lewis emphasized these positive aspects of the military’s strategy and sought to understand “the politics of the possible.” It is in this vein, I believe, that the Santa

Rita conflict is best understood. Without considering the possible positive-role of the Teodoro Sampaio union, it is difficult to understand the resilience of the landless (CARVALHO 2004, 172; COLETTI 1998, 85; NOVAES 1997; MAYBURY-LEWIS 1994).

In August 1973, eighty military police fulfilled the first judicial expulsion order without interference. In January, another sixteen families were forcefully removed but further action by the police was contained by Zelmo Denari, the recently appointed regional state prosecutor (subprocurador). Born in Presidente Bernardes in 1935, Denari was the son of a large landholder. Guerra, the Communist physician, was the family doctor and Denari told me that he had been impressed by the spirited debates Guerra and his father had as he grew up. He claimed the Guerra children as best friends and credits the Guerra family for shaping his value-system. In the late 1950s, Denari left the area to attend college and make his career in São Paulo. When he returned, he found that his role as defender of São Paulo state's interests had the potential of placing him in conflict with the landed. To do his job well, meant resurrecting the disputed title claims and the expulsion of the Santa Rita landless challenged both his vocation and his values. The presence and participation of Bishop José Gonçalves da Costa helped him turn the tide. The bishop declaimed the police action and treatment of the landless as "inhumane", drawing attention to their plight. Denari entered the fray, contending that the land did not belong to Andrade and that the landless should be allowed to stay until proper ownership was established. This act, and Denari's consistent struggle to prove the land belonged to the state, proved crucial. The decompression of Gen. Ernesto Geisel's administration had begun but Denari reported that he received threats from police and landlords, causing enough fear to make him loose control of his bladder in his sleep (Sem autor 1977; Sem autor 1978; DENARI 2004; GUERRA 2004).

In 1975, the press began to cover the Santa Rita dispute and until about 1985, the Teodoro Sampaio rural union appears as a regular advocate for the landless. It appeared first as a provider of social assistance, a relief agency of sorts, expected to help the landless survive once expelled from the land. From the perspective of the regime, and critics of *assistencialismo*, this should have been the beginning and end of the union's involvement. The papers quoted Divanil as complaining that the union did not have enough resources to deal with so many displaced families. He noted that membership dropped with the end of the planting season and that workers did not make enough to afford dues. This, in and of itself, was a harsh criticism of the regime.

Reporters were directed to document rural labor conditions. The “bóia-fria” Antônio Albano dos Santos was quoted as saying,

Enquanto estão na terra, mesmo a falta de credito junto aos fornecedores, a impossibilidade de obterem financiamentos bancarios e a desnutrição e até as mortes por falta de remedios não são motivos para queixas por parte dos lavradores. Eles aceitam tudo normalmente porque qualquer protesto pode significar a dispensa” (Sem autor 1975).

Ten years later, such stories would be common fare but this one exposed a fissure as yet unrecognized in the reflection of the “economic miracle.” The Cruzes regularly exploited the attention attracted by the Santa Rita land struggle to expose rural distress and document their efforts to address problems. The union reportedly worked with the mayor and church to create shelters and raise money to feed and clothe the landless kicked off the Santa Rita lands.

These two roles – as relief agency and propagandist – were consistent throughout the period. Two other roles were also typical of the Teodoro Sampaio rural labor union. One was as interlocutor, the other as legal advocate. The role of intermediary put the union in the press as representative of the landless before executive and judicial authorities. Both were classic union jobs, and clearly the regime accepted these functions. As interlocutor, José Ferreira Cruz in particular appeared to be ready, willing and able to lobby executive authorities on behalf of the landless. To facilitate this work, he also wore the hat of an organizer, to help attract attention to the cause of the landless and give him more bargaining power with the authorities (Sem autor 1980). During this time, he helped organize several rallies and spoke privately with three governors, helping to buy more time from each. In 1977, he spoke with State Intervener Paulo Egydio Martins when he visited nearby Andradina. “*Uma coisa posso garantir...*”, Egydio said after the interview, “*...tocar em vocês, ninguém vai tocar. Isso eu garanto*” (Sem autor 1977). In April, 1979, Cruz spoke with Paulo Maluf, the military’s new intervener, and publicity surrounding the appeal apparently forced Maluf to stop another expulsion action later that month, arguing for the “*permanência dos posseiros ‘a fim de impedir injustiças e o caos social’ atraves de desapropriação*” (Sem autor 1979; SANTOS 1979). In 1983, Cruz organized a caravan of Santa Rita landless to go to the state capital to appeal to São Paulo’s first elected governor since the golpe, Franco Montoro, the former labor minister who had helped found dozens of rural labor unions aligned with the Church in 1962. In 1984, Montoro expropriated the land and

ordered it distributed among the landless, a job Denari was to manage (Sem autor 1983; Sem autor 1984; Sem autor 1984).

In the world of the cordial man, it was as if Cruz were the protective older brother of siblings about to be disinherited. In a last ditch effort, he appeals to the patriarch for benevolence. The patriarch consents, demonstrating his kindness to the world. The system functions in a way that confirms power relations and preserves the social order. For the Santa Rita landless, however, it seems to have produced results long sought.

While Cruz worked on the patriarch, lawyers worked on the courts. From the Common Law perspective, the Brazilian judicial system appears to be extremely dysfunctional but it provided a means of addressing grievances that also bought time for the landless (TAYLOR 2004). The Teodoro Sampaio union did not have its own lawyer until 1980 (CRUZ 2004). In 1977, CONTAG and FETAESP lawyers advised Cruz on the legal rights of the landless. In 1979, Cruz revealed his frustration with the legal strategy, suggesting that *“já estivessem quase esgotados os meios legais capazes de beneficia-los”* (Sem autor 1979). But the following year, the attorney Emidio Severino da Silva started to work for the union. He joined Zelmo Denari and his assistant attorney Gilberto Lima in their judicial appeals.

In contradistinction to Cruz's belief, the courts were an essential battleground in the land struggle since a key issue was the legal status of Pontal lands. While everything else was going on, judges in various jurisdictions and at various levels worked to resolve the question of the land's rightful ownership. Justino de Andrade's lawyers defended his title tooth-and-nail while the state prosecutor in particular fought to demonstrate that the land properly belonged to the state. The labor movement joined the state's case but also used the courts to defend the rights of the landless under the land statute, the rural labor statute, and other laws that gave them leverage. Under the land statute, for example, contracted Santa Rita tenant farmers had rights to permanence on the land until the end of the harvest season. They also had the right to be compensated for the structures they had built so the police were accused of violating the law when they destroyed their property. The complexity of the Brazilian judicial system allowed lawyers to seek out sympathetic judges to issue last minute stays. These cases disrupted the easy application of class power on the part of the landed and their allies in the military and helped extend the stay of the landless until the end of the regime. It was only then, with expropriation decreed by civilian president José Sarney in August, 1986,

that the landless of Santa Rita do Pontal became landed, reversing the social order (Sem autor 1986).

In evaluating the landless-landed relationship during military rule, the Santa Rita case reveals a remarkable lack of order in what was billed to be a disciplined regime. Only the first expulsion of the landless fits expectations for a dictatorship. In that August 1973 incident, the military police violently forced out 47 families and destroyed their property. From then on, state and federal authorities seemed to have many masters, one little more commanding than the other. Whatever political clout Andrade had in the 1950s, seemed lost by the mid-1970s. With some justification, he saw himself as a victim since other *grileiros* in the Pontal, such as the family of his old benefactor Adhemar de Barros, were not being bothered (Santos 1980). In fact, other suspect landlords in the Pontal – and other regions of the county – were being bothered, and in quite similar ways. Each case has to be researched to reveal the reasons. Based on Andrade's case, it would seem that agricultural modernization policies, the dubious status of the land titles, the activism of the state prosecutor, the diligence of the union and the press, and the discourse of transition toward democracy all conspired against the old landlord.

But other factors have to be taken into consideration. Some ambivalence about the nature of capitalist development in the region may have contributed to the apparent cross-purposes of authorities. Plans were underway in the 1970s to take advantage of the region's river system and proximity to major population centers to build dams and energy generation stations. The state energy corporation (CESP) increased investments in the Pontal and needed to attract workers to build the power plants. Farming was more compatible than cattle ranching with this model. Growing towns like Teodoro Sampaio were divided about the change – some liked the idea of concentrated wealth implied by cattle ranching, others saw benefit in the increased population implied by farming. Mayor Natalício dos Santos favored land distribution and demographic growth but chief rival Walter Ventura Ferreira charged that “*trabalhadores rurais nada sabem fazer, além de lavar manualmente a terra*” (Sem autor 1975). Indeed, statistically speaking, the landed gained the upper hand. Between 1970 and 1978, Teodoro Sampaio lost 78 percent of its rural properties. The number of minifundio, farms with less than 20 hectares, dropped by 1,659 properties, from 1,862 to 203. On the other hand, only two new mega properties with more than 10,000 hectares appeared during this period and the number of farms between 20 and 100 hectares grew by 20 percent. Leite connected

the dramatic decline in minifundio to the end of the lumber cycle, as nearly all the remaining lumber mills closed in the 1970s with the disappearance of the forest reserve. The lumbermen, many of whom lived on small subsistence plots without title, were left without paid work and forced to migrate away. The result was a decline in cultivated area of nearly 10,000 hectares during the period. In 1979, the state planning department issued a development plan that confirmed CESP's intentions and added a sugarcane alcohol mill, promising further land concentration with the expansion of sugarcane cultivation on 15,000 hectares (LEITE 1998, 184-89).

Despite the counter-example offered by the somewhat positive conclusion of Santa Rita case, the military era ended poorly for the landless of the Pontal. The Teodoro Sampaio rural labor union, state-sanctioned to defend their interests, had done much for them both within and beyond the politics of the possible. In coalition with other individuals and institutions, the union had helped make their dreams of land possession a reality. But the opposition had been fierce and the experience of insecurity sustained and overwhelming. This was a family ruled by a malignant patriarch whose good-hearted, hard-working older son managed a few acts of kindness against the odds. Outside the advocacy of the Cruzes and Denari, it is very hard to find in the government's actions evidence of the Brazilian contribution to civilization, cordiality. Doubts about the existence of cordiality in the military-era relationship between landless-landed-state are definitively removed by the statistical reality cited above. Land concentration was the wave of the future, all kindness aside.

Uma das saídas para a crise econômica é fazer a REFORMA AGRÁRIA, pois criará milhões de empregos...por isso, reivindicamos...UMA POLÍTICA AGRÁRIA QUE FAVOREÇA O PEQUENO PRODUTOR, OU ENTÃO SEREMOS OBRIGADOS A OCUPAR ESSAS TERRAS PARA PODERMOS SUSTENTAR NOSSOS FILHOS E CONTINUARMOS SOBREVIVENDO.
(emphasis in original)

Movimento dos Sem Terras do Oeste de São Paulo (Andradina, 4/06/1983).

“Os acampados vão ocupar o que é deles, plantar, construir casas. As ocupações vão continuar até que os 350 mil hectares

grilados no Pontal estejam nas mãos dos trabalhadores.”

José Rainha Júnior (Teodoro Sampaio, *O Estado de S. Paulo*, 1 de julho de 1991)

Before military rule ended and President Sarney expropriated the Gleba Santa Rita, two new organizations began to participate in the conflict. These were the Comissão Pastoral da Terra (CPT) and the Movimento dos Sem Terras do Oeste de São Paulo. The CPT, an agency of the Catholic Church, sanctioned by the Brazilian council of bishops (CNBB) in 1975, was the first of the two to participate.

As described above, the regional Church became involved in the Santa Rita struggle through the manifestations of Bishop José. But the hierarchy transferred the bishop to Rio de Janeiro in 1974 and his replacement, the far more conservative Bishop Antônio Agostinho Marochi, was no friend of liberation theology. His priests were permitted to provide traditional services of relief and comfort to their flock, whether landless or landed, but little more. As pressure built toward another expulsion in 1977, for example, the newspaper reported that Teodoro Sampaio's priest was ready to “oferecer ajuda aos posseiros se o despejo for executado” (Sem autor 1978). This situation changed for a brief period in the early 1980s after the São Paulo state chapter of the CPT was established. Father José Domingo Bragheto of the Jardimópolis, São Paulo, diocese became coordinator but he rarely managed to penetrate Bishop Agostinho's turf. In 1982, the FETAESP publication *Realidade Rural* reported Bragheto's “solidariedade aos posseiros” and revealed that he had recently visited the landless of Teodoro Sampaio. An unidentified priest from the diocese was quoted as saying, “a Igreja, consciente de que sua vocação e seu papel se realizam em favor dos pobres, não pode deixar de tão grave problema, como é o da terra na região do Pontal do Paranapanema.”. In the name of the CPT, Bragheto wrote letters denouncing the landless's plight and calling for land reform (Sem autor 1982). In 1983, Teodoro new priest, José Antônio de Lima, told the press that the CPT was not active in his parish (Sem autor 1983). The militant Bragheto was forced to resign in 1986 and in 1989 Bishop Agostinho helped influence the CNBB to create rules requiring the CPT to gain a bishop's permission before operating within his diocese. The landed liked Dom Agostinho, the UDR's Roosevelt Roque dos Santos told me in a 2004 interview (JUNANDIR 2004; PEREIRA 2004; LIMA 2004; BRAGHETO 2004; SANTOS 2004).

The history of the Movimento dos Sem Terras in the Pontal directly reflects the limitations experienced by both the CPT and the STR in the region. While cultural and structural parameters like the bishop and corporatism restricted the militancy of the latter institutions, the former suffered few such hobbles. It can be argued that Dom Agostinho merely reflected the fairly traditional conservative culture of the rural Church in limiting the activism of his priests. Some, such as fathers José Antônio and João Pereira, slyly worked around him but the CPT itself only came to have an institutional existence in the Pontal after Dom Agostinho retired in 2003. The structural nature of the CPT – as an agency of the Church, its legitimacy naturally demanded such basics as office space and telephone privileges – made its effectiveness dependent upon the diocesan hierarchy. What I want to note here is that the landless of the Pontal did not find in the Church the cordial face of the patriarch or the big brother they needed to help them contend with the landed and the military state.

The first basis of support for the Movimento dos Sem Terras in northwestern São Paulo came from a former priest, the Frenchman René Parren and his Brazilian wife Lúcia, who lived in Andradina, a city located to the southeast of the Pontal. Inspired by Liberation Theology, Parren became frustrated with the church hierarchy and so engaged in the temporal world that he lost his vocation. The object of his engagement was to be found in a land struggle that resulted in the creation of a land reform settlement in Andradina known as the Fazenda Primavera. This was the launching pad for establishing the landless movement in the region. Pontal lands, with their questionable legal status and militant residents, proved fertile soil for the movement's expansion in the 1980s. Parren and movement activists from Andradina first turned to the Teodoro rural labor union to build an alliance to help the Santa Rita landless. In April, 1983, the movement and the union presented a petition to Governor Montoro signed by 4,000 landless workers from the northwest interested in obtaining land in the state. In June, the movement submitted a follow-up letter threatening land occupations if the governor failed to act quickly by expropriating and distributing land to the landless. "Uma das saídas para a crise econômica...", read the letter, "...é fazer a REFORMA AGRÁRIA, pois criará milhões de empregos... por isso, reivindicamos... UMA POLÍTICA AGRÁRIA QUE FAVOREÇA O PEQUENO PRODUTOR, OU ENTÃO SEREMOS OBRIGADOS A OCUPAR ESSAS TERRAS PARA PODERMOS SUSTENTAR NOSSOS FILHOS E CONTINUARMOS SOBREVIVENDO." A handwritten note on the letter, signed by Parren, explains that he took advantage of a

gubernatorial visit to the Pontal to organize a caravan of rural workers to deliver the letter to Montoro and agriculture secretary José Gomes da Silva in Presidente Epitácio (FERNANDES 1996, 85-114; BRAGHETO 2004; Movimento dos Sem Terras do Oeste de São Paulo 1983; PARREN 2005).

The strategy of appealing to the governor and organizing caravans of landless workers to increase the pressure and personalize the appeal were tactics José Ferreira Cruz and the Teodoro union already tried. Some analysts criticize the unions as old social movements for just these sorts of tactics as well as for depending on letter writing – for being “*sindicatos de correspondência*” (COLETTI 1998). The Movimento’s letter celebrated the labor movement’s 1979 national congress which had confirmed agrarian reform as a central demand. Indeed, for nearly two decades CONTAG’s word of order was “*Reforma agrária: terra para quem nela trabalha.*” As we have seen, the language of union appeals also used the desperate situation of rural workers and the landless to morally challenge the state, protested the economic crisis suffered by the class, and presented agrarian reform as a key solution to Brazil’s political and economic challenges. The distinction between the old and new representatives of the landless lay in their relationship to the law. The unions were part of the corporatist state structure and depended significantly on the skilled use of existing procedures and processes, all observed within the law, even if radically interpreted at times. The Movimento’s letter to Montoro expressed an ultimatum based on the movement’s willingness to violate the law. If the governor were to delay in implementing policies favoring small farmers, they wrote (and in capital letters!), they would be obliged to occupy – to take – the lands in question to feed their children and persevere. This new tactic was different from what the unions had, could, or would practice and it would remain a defining characteristic of the MST that grew out of the Movimento dos Sem Terras and other regional groups from around the nation in January, 1984 (FERNANDES 1996; BRANFORD & ROCHA 2002; WRIGHT & WOLFORD 2003).

The first land occupation in the Pontal started on November 15, 1983 when several hundred landless crossed the fence line onto Teodoro Sampaio property owned by the Camargo Correia conglomerate. The Movimento did not initiate this action but it and the CPT celebrated and tried to build off it. The union worked with the Church to help the families and negotiate a solution with the state. The occupation, which grew with the arrival of thousands of landless workers from Paraná and other states, helped pressure the state government to finally expropriate and distribute lands in the

municipality. Following Montoro's expropriation ceremony in March, Cruz commented that now some 8,000 landless would become landed: "*o contingente de lavradores a espera de terra em Teodoro Sampaio atinge hoje, 5 mil pessoas. Somando-se aos outros 3 mil trabalhadores volantes, temos hoje 8 mil pessoas felizes*" (Sem autor 1984). But the courts overturned Montoro's action in May, 1985, and the MST took the law into the hands of the landless: they occupied Santa Rita in solidarity with the families already there (Sem autor 1985; Sem autor 1985). Cruz claims he suffered death threats from the newly formed União Democrática Ruralista (UDR), despite his lack of connection to the occupation. He then condemned the invasion and reported, in the name of INCRA, that the Pontal would not be accepting applications for land from Paraná and other out of state immigrants (Sem autor 1985; Sem autor 1985). The pattern of distinction between the two groups, one functioning within the law, one functioning outside the law, was confirmed.

The law had always been important to the rural labor movement. Lyndolpho Silva, the national head of PCB rural labor organizing in the 1950s and CONTAG's first president, noted the power of promising rural workers that "*isso aí é da lei.*" "Peasants and rural workers were men who put a lot of faith in the law", he told me in a 1988 interview. "They were educated that way. What's outside the law, scares them." This was an intriguing conclusion when one considers literature about how Brazilian culture tends to denigrate the law in favor of personalism and considers the growth of the MST at the time of Silva's interview. The quote reflects the modernist faith and progressive historical vision of the PCB (WELCH 1999, 210; CUNHA 2004). By the 1980s, however, many rural workers had experienced the poverty of progress and the long saga of the Santa Rita landless demonstrates the limiting qualities of the law more than any emancipating quality. The landed consistently got the upper hand in the judicial process, the landless lost again and again, their occasional victories proving almost Pyrrhic. This recalls another truism of Brazilian social relations and the role of the state, the phrase attributed to Getúlio Vargas: "Aos amigos tudo; aos inimigos, a lei" (DAMATTA 1991, 137-197).

Cordiality was the term used by Holanda, and analyzed by so many others, to understand the personalistic nature of Brazilian public life during the transition to democracy following dictatorship and military rule. Cruz certainly used personalism in making his appeals to governors and presidents. He was bound by a system intentionally defined by legal parameters, boundaries that, under military rule, became

linked to the clientelism expressed in Vargas's phrase rather than the emancipatory expectations envisioned by Silva. The MST, a movement defined by the landless themselves, saw the law as oppressive and decided to challenge it with a discourse of moral supremacy. Was it moral – was it cordial – to accept a social order that allowed thousands if not millions to work had all their lives for absolutely no gain, comfort, or security? They also used the nation's highest law – the Constitution – to challenge judicial and executive actions. Television moments like that of Rainha's with Roosevelt Roque dos Santos demonstrated to the modern world, the world of rules and law, the movement's capacity for poise and civility. By sticking to these strategies, blending the cordial with the civil, the movement proved its resilience overtime and gained clout and authority through its plucky independence. Leaders like Rainha became, I think, the realization of the *homem cordial* for many landless and landless turned landed-small farmer. It initiated a new stage in their relationship with the landed and the state has been forced to contend with both in different ways. This new player has become one of the world's largest peasant organizations and its links to traditional cultural forms like patriarchy warrant further scrutiny (GALJART 1964).

Referências

- BARRIGUELLI, José Cláudio, Organizador. Subsídios à história das lutas no campo. In. Vol. II: **Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956)**. São Carlos, SP: Arquivo de História Contemporânea, Ufscar, 1981.
- BOGO, Ademar. **Licões da luta pela terra**. Salvador, Memorial das letras, 1999.
- BRAGHETO, Pe. José Domingos. **Entrevista**. 13 de setembro 2004. São Paulo, SP. Concedida a WELCH, Cliff.
- BRANFORD, Sue, e ROCHA, Jan. **Cutting the Wire: The Story of the Landless Movement in Brazil**. London, Latin American Bureau, 2002.
- CALLADO, Antônio. **Entre o Deus e a vasilha: ensaio sobre a reforma agrária brasileira, a qual nunca foi feita**. 3. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2003.
- CARVALHO, José de Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2004.
- CRUZ, Divanil José. **Entrevista**. 7 de agosto 2004. Teodoro Sampaio, SP. Concedida a WELCH, Cliff.

- CUNHA, Paulo Ribeiro da. **O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva**. São Paulo, Instituto Astrojildo Pereira, 2004.
- D'INCAO Maria Conceição. **O 'bóia-fria': acumulação e miséria**. 8. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.
- DA SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Zahar, 1982.
- DA SILVA, José Graziano. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo, Editora Hucitec, 1981.
- DAMATTA, Roberto. **Carnivals, Rogues, and Heroes: An Interpretation of the Brazilian Dilemma**. Notre Dame, IN, University of Notre Dame Press, 1991.
- DENARI, Zelmo. **Entrevista**. 26 de julho 2004. Presidente Prudente, SP. Concedida a WELCH, Cliff.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.
- GALJART, Benno. Class and 'Following' in Rural Brazil. **América Latina**, v. 7, n. 3, julho-setembro, 1964.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980**. São Paulo, Editora Hucitec, 1997.
- GOODMAN, David. Rural Economy and Society. In: Bacha, Edmar L., e Klein, Herbert S., orgs. **Social Change in Brazil, 1945-1985: The Incomplete Transition**. Albuquerque: The University of New Mexico Press, 1989, 49-98.
- GUERRA, Dr. Pedro Paulo. **Entrevista**. 4 de setembro 2004. Alphaville, SP. Concedida a WELCH, Cliff.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLSTON, James. The Misrule of Law: Land and Usurpation in Brazil. **Comparative Studies in Society and History**, v. IV, p. 695-725, 1991.
- JUNANDIR, Padre. **Entrevista**. 22 de julho 2004. Alvares Machado, SP. Concedida a WELCH, Cliff.
- LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo, Editora Hucitec, 1998.
- LIMA, Pe. José Antônio de. **Entrevista**. 4 de agosto 2004. Presidente Prudente, SP. Concedida a WELCH, Cliff.

- LINHARES, Maria Yedda, e DA SILVA, Francisco Carlos. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1999.
- MARTINE, George. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, George, e GARCIA, Ronaldo Countinho, orgs. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caetes, 1987, 59-79.
- MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo, Editora Hucitec, 1989.
- MAYBURY-LEWIS, Biorn. **The Politics of the Possible: The Brazilian Rural Workers' Trade Union Movement, 1964-1985**. Philadelphia, Temple University Press, 1994.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro, FASE, 1989.
- NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro, Graphia Editorial, 1997.
- PARREN, René. **Entrevista**. 11/outubro 2005. Andradina. Concedida a WELCH, Cliff.
- PORTELA, José Alves. **Entrevista**. 23 de agosto 1988. São Paulo, SP. Concedida a WELCH, Cliff.
- SANTOS, Nelson Pereira dos. **Raízes do Brasil**, 2004.
- Sem autor. Depois de 15 de agosto, Montoro deverá entender-se com Venturini sobre Pontal. **Realidade Rural**, v. VIII, n. 9, p. s.p., 15 agosto, 1983.
- Sem autor. Mais uma vez o Sindicato impede despejo (sic). **Realidade Rural**, v. IV, n. 6, p. 6, maio, 1979.
- Sem autor. Religiosos de Presidente Prudente, os novos aliados dos posseiros de Teodoro Sampaio. **Realidade Rural**, p. s.p., outubro, 1982.
- STÉDILE, João Pedro, e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 1999.
- TAYLOR, Matthew M. The Riddle of High-Impact, Low-Functionality Courts: The Federal Judiciary and Public Policy in Brazil, Brazilian Studies Association (BRASA), Rio de Janeiro, 9-12/June, 2004.
- THOMPSON, E. P. **Customs in Common: Studies in Traditional Popular Culture**. New York, The New Press, 1993.
- WELCH, Cliff. **The Seed was Planted: The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1964**. University Park, PA, The Pennsylvania State University Press, 1999.

WRIGHT, Angus, e WOLFORD, Wendy. **To Inherit the Earth: The Landless Movement and the Struggle for a New Brazil.** Oakland, CA, Food First Books, 2003.

DA SENZALA AO QUILOMBO

A Construção de Territórios Alternativos a Escravidão no Rio Trombetas – PA

Luiz Jardim de Moraes Wanderley*
Programa de Pós-graduação em Geografia – UFRJ
lulajardim@click21.com.br

Introdução

Apesar de haver ocorrido algumas incursões religiosas, militares e científicas no rio Trombetas, considerava-se este um dos afluentes do Amazonas menos explorado e conhecido pelos colonizadores, devido à existência de difíceis barreiras naturais (cachoeiras, corredeiras e densas florestas) a serem enfrentadas. Foram os índios e, posteriormente, os negros, escravos fugidos, quem transpuseram tais obstáculos e ocuparam os terrenos encachoeirados, que na atualidade ainda contém ínfima densidade populacional (ANTUNES, 2000).

O vale do Trombetas não chegou a presenciar uma densa ocupação capitalista até o fim do século XIX. O processo de ocupação do Trombetas ocorreu de forma lenta, gradual, e em épocas e por grupos étnicos distintos. Sobreposição e conflitos territoriais foram feições características neste espaço. O vale do rio Trombetas primeiramente foi ocupado por índios, que pressionados pela ocupação e perseguição dos colonizadores europeus fugiram das proximidades do baixo vale do rio Amazonas e se reterritorializaram nas regiões mais afastadas, nas terras firmes e protegidas dos rios tributários. A segunda territorialização se deu por grupos de escravos fugidos das senzalas das fazendas de cacau e gado localizadas nas proximidades do rio Amazonas. Os negros temendo as expedições de captura se juntaram aos índios nas áreas mais protegidas pelos sítios acidentados. Tal contato resultou em respostas variadas. Em alguns casos houve o convívio mútuo entre os dois grupos étnicos no mesmo território. Em outros provocou o afastamento ainda maior dos índios em relação ao Amazonas. O Baixo e Médio vale do rio Trombetas foram regiões pouco ocupadas até meados do século XIX. Nesta região existiam poucos e esparsos povoados de negros, que se intensificaram com o descenso destes das partes altas dos rios, no século XIX. No mesmo período, iniciou-se a ocupação branca no vale do Trombetas. Os brancos se

* Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestrando do Cursos de Pós-graduação em Geografia da UFRJ.

limitaram a ocupar a parte baixa do rio, onde fundaram, em 1877, a cidade de Oriximiná. Mais tarde se expandindo para o Médio Trombetas e sobrepuseram aos territórios negros, levando à transformação da organização sócio-territorial através da criação de fazendas locais.

O Sistema Escravista Cacaueiro

A colonização portuguesa no Brasil, diferentemente dos outros tipos de domínios europeus até então existentes, não se limitou à exploração comercial através de feitorias ou de extração de riquezas minerais. Portugal, segundo Freyre (1975), desenvolveu na colônia do Brasil e na Amazônia um novo tipo de colonização, a '*colônia de plantação*'. Formou-se então uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica e híbrida de índio, branco e negro na composição (FREYRE, 1975). Entretanto, nesta sociedade os europeus se embasaram no determinismo geográfico para defender a existência da superioridade racial branca, tanto em relação ao negro quanto ao índio (MACHADO, 2003). Essas disparidades raciais, segundo argumentavam, eram causadas por certa influência patogênica peculiar, em caráter ou intensidade, ao clima tropical (FREYRE, 1975).

O colonizador português do Brasil foi o primeiro dentre os colonizadores modernos a deslocar a base da colonização tropical da pura extração da riqueza mineral, vegetal ou animal – o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim – para a de criação local de riqueza. Ainda que riqueza – a criada por eles sob a pressão das circunstâncias americanas – à custa do trabalho escravo: tocada, portanto, daquela perversão de instinto econômico que cedo desviou os portugueses da atividade de produzir valores para a de explora-los, transporta-los ou adquiri-los (FREYRE, 1975, p.17).

A partir de meados do século XVIII, alterou-se o movimento de ocupação do Baixo Amazonas, até então caminhando em marcha lenta. Foram as novas políticas coloniais implementadas por Marquês de Pombal (1750 – 1771), que transformaram a idéia de ocupação e desenvolvimento das colônias portuguesas e reorganizaram o espaço colonial do Estado do Grão-Pará. Pombal compreendeu a necessidade de ocupar física e economicamente a Amazônia, não se limitando às fortificações e as estratégias militares de defesa, para então não vir a perder territórios para outras potências. Sendo assim, desenvolveu políticas de ocupação territorial e econômica na região, formando cidades e promovendo atividades produtivas, de modo a constituir um território luso-amazônico.

No século XVIII, a vila de Óbidos era um aglomerado inexpressivo, cuja função estava relacionada à fortaleza construída pela Coroa nos primeiros tempos de penetração na região amazônica. Todavia, por seu caráter estratégico se destacava como importante aglomerado humano na região ao lado de Santarém. Essa região (conhecida no período como região de Santarém, se refere ao noroeste do atual Estado do Pará, também conhecida como região do Baixo Amazonas). , composta pelas freguesias de Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Faro e Santarém, bem como parte do restante do Grão-Pará, começou a ser ocupada no fim do século por plantações de cacauais nativos e cultivados, visando o mercado europeu, e criações de algumas cabeças de gado. Para auxiliar o desenvolvimento destas novas atividades foram sendo adquiridos, em diversas localidades da África, trabalhadores negros, escravizados nas fazendas e cidades do Estado do Grão-Pará. Os negros apesar de pouco numerosos foram sendo introduzidos pouco a pouco, mas em escala crescente e com apoio das instituições religiosas, formando com os reduzidos escravos indígenas a base do sistema de produção colonial (SALLES, 1971).

A escravidão não teve origem nas colônias européias. Sua primeira expressão foi em Roma Antiga. Porém, o que foi específico na relação social e de poder entre o negro africano e o escravizador europeu, foi que o primeiro estatuiu a exclusividade de sujeição ao negro, estigmatizando-o como “inferiores” ao branco (COQUERY-VIDROVITCH, 2004). Na África negra também houve escravidão antes da chegada dos árabes e europeus. Como inexistia a noção de propriedade da terra, a única fonte de riqueza era homens e mulheres capturados em guerras tribais ou adquiridos via comércio. Essa atividade foi estimulada pela demanda externa dos árabes desde o século XI e dos europeus a partir de século XVI. Transformou-se, então, o capturado em ‘gado humano’ e moeda de troca, posteriormente, deportado para o mundo árabe e além-atlântico. Os escravos eram requisitados principalmente para trabalharem em plantações. O Brasil, segundo Frédéric Mauro (apud FERRO, 2004), até 1800 recebeu aproximadamente 2,25 milhões, em 1870 a cifra chegara à 4 milhões. O fluxo e o preço dos escravos se elevaram muito nos séculos XVIII e inícios do XIX, atingindo 80 mil/ano, em 1780. Contudo, a grande magnitude do fluxo de escravos não oferece os dados exatos de quantos negros foram retirados da África. Os principais países fornecedores eram Golfo da Guiné, Biafra, Angola e Congo. Eles não se limitavam aos prisioneiros de guerra e promoviam expedições de capturas no interior (FERRO, 2004).

O tráfico negreiro teve maior expressão no Brasil e na Amazônia por causa das lutas dos Jesuítas pelo controle e proteção dos povos indígenas. Essa luta culminou com a lei

colonial de 1755, que decretou a liberdade aos índios, dava aos religiosos o poder de gerir e fundar aldeamentos indígenas e a função de proteger e fiscalizar o trabalho dos nativos, não permitindo a escravidão (ACEVEDO e CASTRO 1998; ANTUNES, 2000). Por não ser a região amazônica suficientemente provida de comércio de escravos africanos, neste período, a lei de 1755 e as ações dos jesuítas eram mal vistas pela sociedade colonial. Outro elemento estimulador do tráfico negreiro foi a capacidade desta atividade de gerar vultuosos lucros à Metrópole portuguesa, por meio da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A entrada da Companhia resolvera o problema de oferta de mão de obra escrava e de escoamento da produção para Europa (ACEVEDO e CASTRO 1998).

Em três séculos de comércio escravista europeu para as Américas retiraram-se africanos de várias regiões do continente, sendo incerto precisar quais as origens geográficas e étnicas dos grupos escravizados. Para o Brasil, estima-se que os fluxos de escravos tenham origem, desde o século XVI, na região do Golfo da Guiné (correspondente hoje a países como: Serra Leoa, Guiné, Guiné-Bissau e Gâmbia), nos dois séculos seguintes ampliando-se para Costas da Mina e de Angola (Costa da Mina corresponde a: Gana, Togo, Benin, Nigéria e Camarões; e a Costa da Angola corresponde a: Angola, Gabão e Guiné Equatorial) e por fim, no século XIX, incluindo a região de Moçambique e Madagascar (ANJOS, 2005). A proximidade geográfica e as rotas marítimas indicam que os escravos da região amazônica são possivelmente oriundos do Golfo da Guiné e da Costa da Mina.

Na colônia escravista do Grão-Pará, a relação entre desenvolvimento produtivo e escravidão se estabelecia de forma direta, ou seja, o aumento da produção de cacau acompanhava o crescimento da população escrava. Todavia, as constantes fugas também poderiam levar à instabilidade da atividade. As plantações de cacau também influenciaram o aumento do cultivo de produtos alimentícios básicos para sustentabilidade da colônia como arroz, café, milho, feijão e algodão. Em 1823, devido aos altos índices comerciais, a região de Santarém exercia um papel importante na ocupação portuguesa no espaço Amazônico, representado pelo segundo maior povoamento do Grão-Pará. A população escrava regional, concentrada em Santarém e Óbidos, estava entre as mais elevadas, perdendo apenas para região de Belém. Em 1823, a população absoluta da região de Santarém encontrava-se em torno de 23.845, 18,6% da população total do Estado do Grão-Pará, a população escrava total estava em 3.657, 13% do total do Estado, este contingente estava apenas abaixo da região de Belém com 27,1% da população total e 55% da população escrava total (ACEVEDO e CASTRO, 1998).

Foi a exploração do cacau, segundo Dauril Alden (apud ACEVEDO e CASTRO, 1998), que promoveu a colonização amazônica durante o século XVIII. Contudo, os proprietários de sesmarias foram sendo afetados pelas variações do preço do cacau, pela concorrência no mercado internacional, pela pesada relação entre credor e devedor, pelo precário nível tecnológico e pelas dificuldades com a mão de obra escrava. Como reflexo houve a decadência da produção de cacau e o aumento da fuga de escravos, que conseqüentemente aprofundou ainda mais a crise dos fazendeiros e do regime escravista, no início do século XIX. Outros elementos que abalaram a sociedade escravocrata amazônica foram o movimento por Independência (1822) e a Cabanagem (1831-1835).

A fuga – da Senzala ao Quilombo

No fim do século XVIII e durante o XIX na Amazônia (intensificando-se no período da Cabanagem), os negros em reação às condições desumanas de vida, aos maus tratos do senhor, à falta de autonomia individual e, sucessivamente, em contraposição ao sistema escravista intensificaram as fugas e a formação de aglomerados alternativos e livres da escravidão, conhecidos como quilombos ou mocambos (denominação na região amazônica). Portanto, os atos de fuga e construção dos quilombos significavam ao mesmo tempo a luta por sobrevivência e resistência ao sistema. Os quilombos propunham fornecer uma possibilidade de liberdade e autonomia no interior do sistema escravista, e também se tornaram elemento de pressão dos escravos por melhores condições. No entanto, essa alternativa de sobrevivência era bastante difícil e arriscada, por causa dos perigos da floresta, das dificuldades de sobreviver nas matas e das freqüentes e violentas expedições dos capitães-do-mato.

Os mocambos eram territórios formados majoritariamente por escravos fugidos, mas incluíam indivíduos de outros grupos excluídos da sociedade escravista, como indígenas, desertores ao tempo de recrutamento compulsório, criminosos etc. (SALLES, 1971; ACEVEDO e CASTRO, 1998). Localizavam-se geralmente em sítios estratégicos como regiões de topografia acidentada (chapadas, áreas de cachoeiras e serras) e/ou vales florestados e férteis com sistema de vigilância nas áreas mais altas ou na entrada do vale (ANJOS, 2005). Esses posicionamentos visavam uma maior proteção territorial e condições próprias ao cultivo de alimentos. O quilombo representava o território vital construído pelos negros fugidos. Isto é, o território que lhes permitia satisfazer suas necessidades básicas, como as de se alimentar, habitar e reproduzir, onde a sobrevivência social encontra-se

subordinada às condições territoriais, permitindo um maior ou menor enraizamento no solo – território (RATZEL, 1990). Os negros organizavam-se de forma unida, coletiva, em sociedades relativamente fechadas, regidas por leis socialmente construídas, administradas autonomamente e governadas por representantes eleitos.

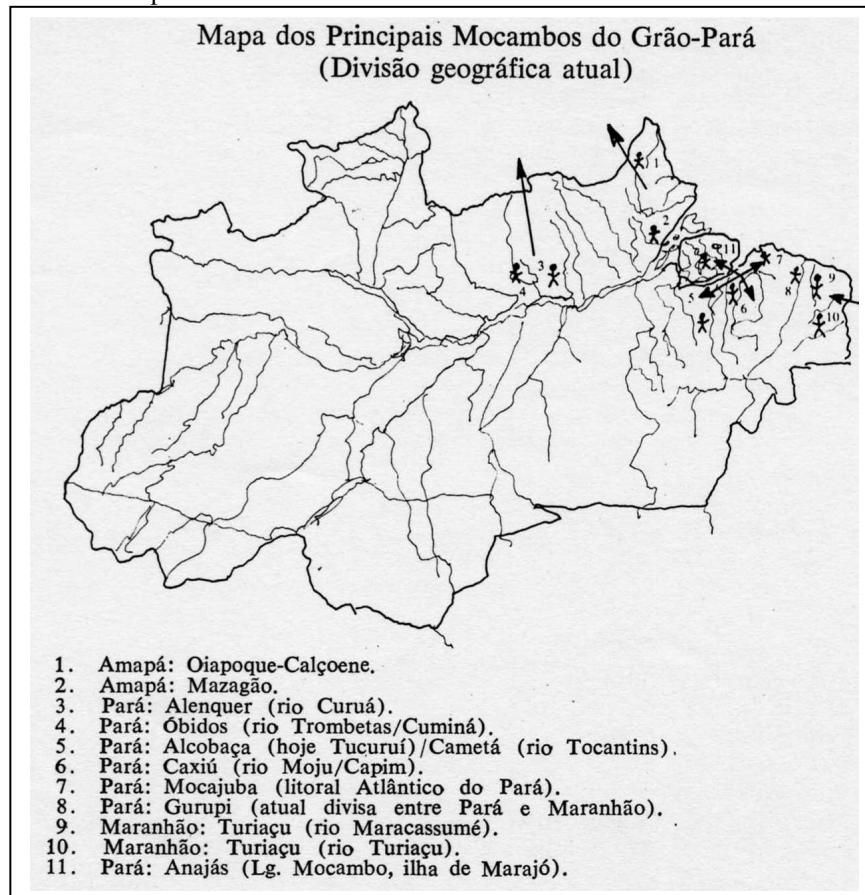
Os quilombos se espalharam por várias regiões do Brasil e da Amazônia. Os principais na região Amazônica estão nos atuais, estados do Pará: nas cabeceiras do rio Trombetas no município de Óbidos, no rio Curuá em Alenquer, no rio Anajás no Marajó, na margem do Tabatinga em Cametá, no Alcobaça (hoje Tucuruí), nas Margens do rio Guamá, Moju e Capim (Caxiú), em Mocajuba (litoral atlântico) e em Gurupi (divisa co Maranhão); do Amapá: nas regiões de Oiapoque-Calçoene e Mazagão; e do Maranhão: em Turiaçu nos rio Turiaçu e Maracassumé (SALLES, 1971, ver mapa 1).

As fugas dos negros em direção ao vale do rio Trombetas e seus tributários começaram nas primeiras décadas do século XIX, com a decadência do cultivo de cacau em Alenquer, Óbidos e Santarém, cidades que possuíam bom número de escravos. O período de fuga dos escravos, de forma individual ou coletiva, geralmente encontrava-se relacionado à época de cheia dos rios – de dezembro a maio –, quando a navegabilidade por atalhos era facilitada, e nos períodos de festividades – juninas e natalinas – quando a fazenda estava preocupada com outras atividades (FUNES, 2000). Os quilombos do Trombetas tiveram importâncias significativas na luta dos escravos na Amazônia, por ter sido um dos maiores e mais difíceis de ser destruído. Eram considerados o ‘*Palmares*’ amazônico (em referência ao maior quilombo formado no nordeste Brasileiro em Alagoas) e estima-se que tenham abrigado mais de 2 mil indivíduos. Os quilombos da bacia do Trombetas são originários do re-agrupamento dos quilombos *Inferno e Cipotema*, destroçados, em 1812, pela expedição punitiva no rio Curuá em Alenquer (SALLES, 1971; ANDRADE, 1995; ACEVEDO e CASTRO, 1998).

Segundo relatos de viajantes, em 1821, existia no vale do Trombetas o que poderia ser o primeiro quilombo, um aglomerado de negros do devastado mocambo do Curuá localizado no lago conhecido como Lago do Mocambo. Neste mesmo período, havia chegado fugido de Santarém um grupo de escravos que se abrigara acima das cachoeiras no rio Erepecuru, onde teve o primeiro contato com os índios (ANDRADE, 1995). Em 1822, registrou-se uma expedição punitiva bem sucedida no Trombetas, que resultou na destruição de um quilombo. Mas essa relativa derrota não inibiu a reprodução de outro e o aliciamento de novos camaradas para integrar os mocambos. Nesta época o bom relacionamento com

índios e desertores possibilitaram aos negros aprimorar as fugas, alcançado maior sucesso e menos riscos. Em 1827, outra excursão foi promovida com algum sucesso para as tropas. A constante pressão das tropas de captura obrigou os negros a abandonar as águas calmas do Trombetas e organizarem novos territórios em sítios mais defensivos acima das cachoeiras.

Mapa 1



Fonte: Salles, 1971: p.219.

Os Territórios sob proteção das Cachoeiras

Como estratégia de fuga das senzalas e das expedições de milícias os negros ocuparam os espaços acima das cachoeiras nos rios Trombetas e Erepecuru, fundando lá novos territórios de escravos fugidos. O curso estreito dos rios, a floresta densa e as grandes quedas d'água permitiram aos negros adquirirem maior proteção. Essas características físicas do território dificultavam a chegada das milícias, facilitavam a vigilância no sopé das cachoeiras, permitindo que os negros evacuassem os quilombos antes de serem surpreendidos pelas tropas. Outra estratégia era não se concentrar numa única localidade, erguendo diferentes mocambos às margens do rio principal e seus tributários. As posições eram escolhidas de forma estratégica a fim de exercer um maior controle sobre o território.

Costumavam ocupar os terrenos altos às margens do rio (terra firme), fora do alcance das enchentes e oculto da visão de quem por rio chegasse. Deste modo, exerciam total poder sobre o espaço, ao ver a chegada do inimigo e não ser visto e por ter o conhecimento total das redes de circulação, lhes permitindo o controle de entrada e assegurando as rotas de fuga. Os territórios também forneciam abundante quantidade de alimentos no interior da mata e solo fértil, possibilitando a sobrevivência e a autonomia dos quilombos.

Os africanos se adaptaram às condições ecológicas da Amazônia. Adequando-se aos diversos recursos alimentícios e suas sazonalidades, construindo aos poucos um calendário extrativo. No sentido de possibilitar sua reprodução, os negros se organizaram de forma coletiva no uso e na apropriação do território, fixando normas elaboradas em consenso e construindo uma identidade comum, por meio de práticas, concepções e princípios (ACEVEDO e CASTRO, 1998). Há então a concretização de uma territorialidade, cuja ligação entre solo e sociedade é essencial. O espaço vital, da satisfação das necessidades básicas, se transforma em espaço vivido, das práticas, dos símbolos, dos mitos, da história e da identidade para com o território. O espaço vivido é a expressão do profundo enraizamento territorial dos negros, ou seja, a construção de uma territorialidade.

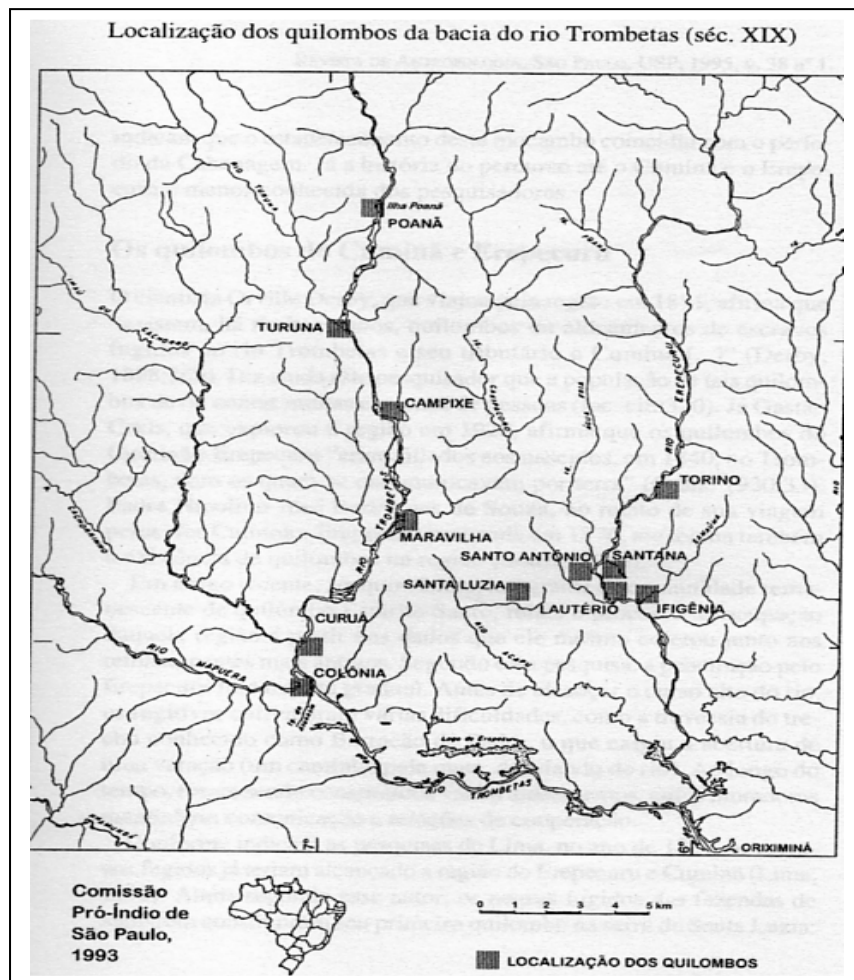
Durante o movimento cabano os negros desceram os rios para engrossar o contingente revoltos e lutar por liberdade. A presença dos escravos libertos e dos índios demonstrava as raízes populares do movimento. Os escravos aproveitaram as mortes e fugas dos senhores para fugirem e se reorganizarem nos mocambos no Trombetas, elevando ainda mais a população aquilombada.

Por ocasião da Cabanagem, esses negros se colocaram ao lado dos revoltosos, auxiliando-os. A revolução de 1835 foi extraordinariamente propícia aos mocambeiros. Os negros, aproveitando-se da morte ou fuga dos senhores, reorganizaram-se e fundaram acima da décima quinta cachoeira, denominada esta de Caspacura, uma povoação por eles mesmos denominada *Cidade da Maravilha* (SALLES, 1971, p.234).

Cidade da Maravilha se tornou o maior quilombo da região, atingindo número superior a 2.000 escravos fugidos (ver mapa 2) . Ao mesmo tempo, virou a ira dos senhores de Óbidos e Santarém, que cobravam do poder público o uso dos aparelhos policiais para captura e destruição dos mocambos. Desta forma, garantindo o retorno da propriedade privada dos cidadãos, o escravo, e zelando pela segurança pública. A partir de 1854, várias expedições constituídas por policiais, pela Guarda Nacional e por índios *Mundurucus*, que serviam como guias, subiram o Trombetas pretendendo acabar com o quilombo. Numa destas tentativas, antes da milícia chegar à *Cidade da Maravilha*, esta já havia sido queimada pelos

próprios negros, que fugiram. Acredita-se que os delatores do ataque ao quilombo tenham sido os regatões (comerciantes nômades), que pretendiam não ver destruído seus lucrativos negócios com os negros.

Mapa 2



Ainda temerosos com as incursões de captura, socialmente justificadas pela ideologia do modelo escravocrata e intensificadas com o fim do tráfico negreiro e pelo déficit de escravos, os fugidos subiram ainda mais cachoeiras para ocupar terrenos com maior proteção. Os negros deixaram de se organizar de forma nucleada, como no caso do mocambo *Cidade da Maravilha*, e voltaram a se dispersar espacialmente pelo território, porém no entorno de dois núcleos maiores (SALLES, 1971). Tal estratégia almejava facilitar as fugas e propiciar maior resistência às investidas dos inimigos. Este processo de reterritorialização da população negra avançou sobre territórios indígenas empurrando-os cada vez mais para norte.

As Redes de Relações Sociais dos Mocambeiros

As relações entre negros e índios era dúbia e conflituosa. Por um lado os negros eram temidos pelos indígenas, e vice versa, pelo fato de serem violentos e invadirem seus territórios, muitas vezes para seqüestrar índias – consequência da relativa ausência de mulheres nos quilombos. Tais conflitos causaram o deslocamento dos indígenas para o norte e delimitaram novas fronteiras mutuamente respeitadas (como a cachoeira da Fumaça limite entre a ocupação negra, abaixo da cachoeira, e dos indígenas, acima). Por outro lado, a relação entre eles, em alguns casos, podia ser bem amistosa, levando até mesmo a convivência conjunta, a ajuda nos atos de fuga e a proteção do território. A heterogeneidade étnica das sociedades dos quilombos proporcionou o processo de miscigenação etno-cultural, que pode ser observada ainda hoje pelo biótipo das populações quilombolas e em suas manifestações culturais. Foi o contato com os índios que deu condições aos negros de sobreviver na mata, a partir do ensinamento dos conhecimentos sobre os recursos naturais e do território.

Esse mesmo processo de povoamento de escravos, fugidos das crueldades de seus senhores a procura de asilo e liberdade na espessidão da selva amazônica, foi identificado por viajantes no Cuminá (tributário do Trombetas) e em vários outros rios da Amazônia (ver mapas 1 e 2). A presença de palhoças humildes, contendo indispensavelmente o pilão, podia ser encontrada facilmente nas regiões consideradas mais inóspitas e insalubres na vizinhança de terras indígenas.

Os quilombos que por aqui (*vale do rio Cuminá*) existiam e, segundo consta, ficavam acima da cachoeira do Cajual e do rio Penecura, eram filiados aos nascidos, em 1840, no Trombetas, com os quais se comunicavam por terra. Aliás quase todos os rios da Amazônia tiveram desses refúgios de escravos e até no alto Içá, Crevaux foi surpreender a choça de uma preta velha. Parece que tanto no Trombetas como no Cuminá, os mocambeiros, temendo o gentio, nunca se localizaram muito acima das primeiras cachoeiras. Contudo, diz-se que eles acabaram por manter relações com os selvagens e há quem adiante que, por meio das tribos Ariquena, Charuma e Tunayana, através dos Tiriôs da Guiana, e passando pelos Pianacotós, eles chegaram a estabelecer contactos com seus irmãos, os negros da mata (*bush-negroes*) de Suriname, também escapos ao cativeiro (CRULS, 1930, p. 33-34).

As redes de relação social da sociedade aquilombada não se limitavam aos segmentos excluídos da sociedade amazônica. Os ex-escravos mantinham relações próximas com os regatões com quem trocavam e vendiam, de forma clandestina, produtos plantados e coletados na floresta, como farinha, madeira, tabaco e gêneros da floresta, principalmente a castanha-do-pará. Os negros também promoviam empreitadas, na calada da noite, em

direção aos portos de Óbidos e Oriximiná, desejando vender e comprar mercadorias com os comerciantes. Os comerciantes faziam parte da importante rede de informação contida na estratégia de defesa do território dos quilombos. Era através destes que chegavam as informações relativas ao movimento de perseguição aos mocambos. Por fidelidade aos seus interesses mercantis, os regatões também negavam informações aos perseguidores (SALLES, 1971). O papel exercido pelos quilombos na economia local e as relações com os comerciantes, homens que ocupavam cargos públicos e com prestígio político, permitia aos mocambos gozar de certa legitimidade. Esta legitimidade era expressa na relativa inserção destes territórios na sociedade local, nas visitas de cientistas, viajantes, negociante e religiosos e majoritariamente pelo fato de se extinguirem as expedições punitivas ao Trombetas ainda na década de 1860 (FUNES, 2000). O fim da caça aos escravos foi também resultado da decadência e do enfraquecimento dos donos de escravos por meio de leis. Em importante aponta que apesar de não ter havido, após a década de 1860, mais nenhuma incursão de capitães-do-mato no Trombetas, em 1870, o então presidente da província assinou uma lei autorizando a destruição dos mocambos do Trombetas e em 1876 ocorreu a expedição que destruiu o mocambo do rio Curuá, vizinho ao rio Trombetas

A aproximação com os regatões e com a igreja Católica é mais um elemento à comprovar que os quilombos não eram territórios completamente fechados e intransponíveis (O'DWYER, 2002). A relação com a entidade religiosa só foi possível devido ao maior contato dos ex-escravos com a cidade e pelas missões religiosas, em 1877, 1878 e 1888, lideradas pelo padre José Nicolino de Souza, da ordem dos Franciscanos. Os Franciscanos eram os encarregados pela Coroa portuguesa de catequizar os índios localizados na margem direita do rio Amazonas. Tais missões objetivavam catequizar os índios e alcançar os campos gerais. A Igreja Católica exerceu uma função importante no controle dos quilombos, possibilitando aumentar o contato econômico e social dos negros com a sociedade regional. Ela substituiu o relacionamento imposto pela força das expedições de captura pelo processo de pacificação e cristianização dos mocambeiros. Foi o próprio padre Nicolino, que durante suas missões religiosas, desbravou a terra firme na margem esquerda do rio Trombetas, em 1877, onde fundou o povoado de Uruáa-Tapera, futura cidade de Oriximiná.

Descenso – o Processo de Reterritorialização

No terceiro quartel do século XIX e primeiro do XX, o aumento da aceitabilidade da existência dos quilombos, o melhor relacionamento social com a sociedade urbana regional, o fim das expedições de captura e posteriormente a abolição da escravidão, permitiram que os negros descartassem a proteção das cachoeiras e começassem a descê-las para ocupar as margens dos lagos abaixo delas. O descenso tinha a finalidade de se aproximar de Óbidos para facilitar o comércio clandestino e de montar bases para vigiar possíveis invasões aos quilombos acima das cachoeiras. Apesar dos principais mocambos se localizarem acima das cachoeiras, os pequenos quilombos que se formavam abaixo delas, nos lagos e igarapés, como Cachoeira Porteira, Mocambo, Conceição, Macaxeira, Abui, Tapagem, Erepecú e Moura, funcionavam como apóio ao comércio e a proteção dos situados acima, sendo fundamentais para resistência, reprodução e sobrevivência daquela sociedade (FUNES, 2000). Por volta de 1866 frente a promessa de liberdade do governo Imperial, os mocambeiros fundaram o quilombo *Colônia*, localizado nas proximidades de Cachoeira Porteira (ver mapa 2), contudo não se atreveram a descê-la por completo, neste momento (ANDRADE, 1995).

Primeiro só foi possível descer as cachoeiras e se posicionar na parte baixa do rio os ex-escravos cuja liberdade estava assegurada e os que mantinham relações amigáveis com seus antigos senhores. No entanto, o posicionamento no interior dos lagos e o fato de não se localizarem abaixo do encontro do Trombetas com o Cuminá fazem parte da cautela dos negros ainda temerosos de alguma possível represália. A proximidade dos recursos naturais da terra firme e dos lagos também foi um elemento determinante na escolha da ocupação. Pouco a pouco os mocambeiros foram abandonando os antigos territórios das cachoeiras e ocupando as margens do Médio Trombetas, se reterritorializando nos espaços ocupados por eles até a atualidade. Nos novos territórios os ex-escravos e seus descendentes mantiveram as relações com o meio aprendidas nos tempos de fuga e que lhes permitiu alcançar certa autonomia, baseada na caça, na pesca, na agricultura e na extração de recursos da floresta, tanto com fins alimentícios, como comerciais. Apesar de ser um ator importante na economia local, de frequentar e circular livremente pela cidade de Óbidos e Oriximiná, de se relacionar com comerciantes, religiosos e até mesmo com seus antigos senhores, os mocambeiros permaneciam à margem da sociedade amazônica e muitas vezes tendo seu território ignorado pelos brancos, por ainda serem vistos como inferiores e vagabundos.

Na segunda metade do século XIX, a economia cacauífera é ultrapassada pela de produtos naturais extrativos como a salsaparrilha, cravo-do-maranhão, borracha, peixe seco, madeira, castanha-do-pará etc. na região do Baixo Amazonas, que se tornaram as novas mercadorias de exportação. Foram a economia extrativista e a agropastoril que recuperaram a economia da região em crise com o cacau. Cobiçados pelos lucros da atividade extrativa, os colonizadores brancos iniciaram o processo de ocupação das terras ricas em castanha-do-pará, madeira e outros produtos da floresta no Baixo e Médio Trombetas, até então ocupadas e sob controle dos negros. (ACEVEDO e CASTRO, 1998). Sendo assim, o processo de descida dos negros se chocou com o de privatização das terras públicas, juridicamente devolutas, por compradores urbanos interessados na economia extrativista da castanha. As *terras de preto*, recém ocupadas no Médio Trombetas começaram a ser sobrepostas pelas titulações dos brancos que subiam os rios. Até porque os negros não se pautavam no direito burguês de propriedade privada, mas sim na relação de trabalho e uso coletivo da terra.

Considerações Finais

Os quilombolas ainda hoje localizados na bacia do rio Trombetas, no município de Oriximiná, estado do Pará são exemplos remanescentes da existência passada da organização sócio-territorial dos escravos fugidos e dos reflexos dos impactos das transformações espaço-temporais sofridos por esse grupo social, que provocaram uma contínua saga de lutas da senzala até os dias atuais. As lutas territoriais desenvolveram no espaço do Trombetas um grande campo de força composto por redes de relações sociais e de poder (RAFFESTIN, 1993). A formação das redes condicionou nos diferentes períodos quem exercia o poder sobre o espaço, a população e os recursos.

As lutas sociais dos negros no Trombetas iniciaram-se no século XVIII, quando os negros escravizados fugiram das fazendas de cacau e gado do Baixo Amazonas e formaram quilombos no alto das cachoeiras. Os embates entre as milícias de captura (Capitães-domato) e os negros aquilombados foram as primeiras disputas pelo território. Eles enfrentaram militares armados, aprenderam como promover evasões eficazes, promoveram redes de comunicação e informação que lhes permitiam preceder os ataques e tiveram em alguns casos seus territórios destruídos.

Neste contexto conturbado de opressão, este grupo social tão heterogêneo – composto por negros de origens distintas no território africano, por indígenas e por brancos

excluídos do sistema escravocrata – criando uma identidade, uma sociedade e um território próprio. Foi por causa da característica diversificada da sociedade do quilombo que se possibilitou resistir às constantes invasões territoriais por meio da aliança de conhecimentos dos indígenas, dos negros e dos brancos excluídos. Deste modo, conseguiram se consolidar no espaço e no tempo, sobrevivendo à exclusão social e as ideologias da sociedade escravocrata, desenvolvendo uma relação íntima e recíproca entre sociedade e território que se enraizava cada vez mais por meio da cultura.

Aos poucos os ex-escravos integraram-se a sociedade amazônica através da comercialização do extrativismo. Os mocambeiros ou quilombolas se estruturam sobre um modo de organização social específico, onde se vivia de forma coletiva e socializada, dividindo entre as famílias os trabalhos sobre terras comuns (ALMEIDA, 1989). Criou-se assim uma forma de resistência e de alternativa para os escravos contra o sistema escravista vigente até o fim do século XIX.

Referências Bibliográficas

- ACEVEDO, R. & CASTRO, E. **Negros de Trombetas**: guardiões de matas e rios. 2 e.d.. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.
- ALMEIDA, A. W. B. Terra de Preto, Terra de Santo, Terra de Índio – Uso comum e conflitos. In: CASTRO, E. & HÉBETTE, J. (Org.) **Na Trilha dos Grandes Projetos**: Modernização e conflitos na Amazônia. Caderno NAEA, No. 10. Belém: UFPA/NAEA, 1989
- ANDRADE, L. Os Quilombos da Bacia do Trombetas: Breve Histórico In: **Revista de Antropologia**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Volume 38 No 1, 1995. p. 79-99.
- ANJOS, R. **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil**: Primeira configuração espacial. 3ª ed. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2005.
- ANTUNES, J. C. dos R. **A Missão nos Quilombos de Oriximiná**. VERBUM SVD, 2000.
- COQUERY-VIDROVITCH, C. postulado da Superioridade Branca e da Inferioridade Negra. In: FERRO, M. (Org.) **O Livro Negro do Colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 748-787.
- CRULS, G. **A Amazônia Que Eu Vi**. Rio de Janeiro, 1930.
- FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 17ª edição. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1933. Reedição 1975.

- FERRO, M. Sobre o Tráfico e a Escravidão. In: _____ (Org.) **O Livro Negro do Colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 118–135.
- FUNES, E. **Comunidade Remanescente dos Mocambos do Alto Trombetas**. São Paulo: Fundação Pró-Índio, 2000.
- MACHADO, L. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870 –1930) In Castro et al. (Orgs) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 309-352.
- O` DWYER, E. C. Remanescentes de Quilombos na Fronteira Amazônica: A etnicidade como instrumento de luta pela terra. In: **Boletim Rede Amazônia: Diversidade Sócio cultural e Políticas Ambientais**, Ano 1 n. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p. 77-86.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, F. O povo e o seu território. In: MORAES, A. **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, 1990. p. 73-82.
- SALLES, V. **O Negro no Pará**, Sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e Universidade Federal do Pará, 1971.

DE POBRE E SEM-TERRA A POBRE COM-TERRA E SEM-SOSSEGO: TERRITORIALIZAÇÃO E TERRITORIALIDADES DA REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO

Eraldo da Silva Ramos Filho¹

Introdução

No início de 2003 presenciamos, na sociedade brasileira, a retomada das esperanças por alterações sociais, direcionadas para a redução das desigualdades e para o resgate e garantia da cidadania para uma parcela maior da população. Um importante fator nutrente deste sentimento foi a eleição e posse (em janeiro de 2003) na Presidência da República do ex-líder sindical Luiz Inácio *Lula* da Silva.

Uma parcela destes anseios emergia da expectativa de ações e implementação de políticas públicas que caminhassem na direção do cumprimento do II Plano Nacional de Reforma Agrária, conquistado mediante pressão, pelos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária no Brasil, em novembro de 2003.

Decorridos dois anos do referido Plano e três anos do mandato, nenhuma das metas foi cumprida, a violência no campo contra os trabalhadores e suas lideranças mantêm-se implacáveis, a política econômica continua voltada para a redução dos gastos públicos e estímulo à produção e exportação de commodities com vistas à manutenção de uma balança comercial superavitária e cumprimento dos serviços da dívida externa.

Dado o ajustamento deste à lógica neoliberal, verifica-se a concretização da internacionalização das políticas públicas para o campo, mediante: a difusão da concepção de alívio da pobreza rural, da substituição da questão agrária pelas políticas de desenvolvimento rural sustentável, do fortalecimento do agricultor familiar e negação da existência do camponês, assim como a implementação de diferentes modalidades de crédito fundiário.

Tais intervenções políticas do Estado partem de concepções teóricas inspiradas

¹ Professor Assistente do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe – UFS, doutorando em Geografia na Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente, Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, endereço eletrônico

nos documentos de agências financeiras supranacionais, como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a União Européia (UE).

Neste texto, tenho como objetivo contribuir com elucidação do significado das políticas públicas neoliberais de recriação do campesinato por meio do capital, discutindo os impasses atuais. Problematizo o processo de territorialização da reforma agrária de mercado (RAM) no Brasil no último quinquênio e apresento sua intensidade.

O artigo está dividido em 7 partes. Na primeira apresento os interesses do BM com sua política de terras. Na segunda, delimito o conceito de reforma agrária e discuto a concepção vigente no BM. Na terceira sessão, exponho a configuração da RAM no governo LULA. Na quarta, problematizo a territorialização da RAM no Brasil e, na quinta sessão faço o mesmo para o Estado de Sergipe. Na sexta parte discuto a territorialidade da RAM em Sergipe. E, por fim, remeto as considerações finais.

A “reforma agrária” do Banco Mundial

Os últimos 15 anos têm sido marcados por uma mudança de postura do BM frente às políticas de terras. Após os ajustes estruturais, imposição de medidas neoliberais de todo o tipo e financiamento de infra-estrutura e megaprojetos, a instituição passou a enfatizar a questão da terra como estratégia de desenvolvimento rural. Nesta política setorial, a reforma agrária tornou-se central, expressão de certa forma proibida em muitos países há vinte anos, que precisa ser melhor situada nos programas do Banco.

Esta mudança de postura deriva de pelo menos três motivos. O primeiro diz respeito à observação do resultado de um conjunto de pesquisas realizadas pelos think tanks (Bourdieu, 2001) do órgão que apontou que nas nações onde a distribuição da terra é muito desigual há um retardamento nas taxas de crescimento econômico. E como este é a menina dos olhos do BM, as políticas voltaram-se para ações que pudessem promover alguma desconcentração deste bem a fim de contribuir nesse sentido.

Outra motivação diz respeito aos baixos investimentos realizados no meio rural na América Latina, África e Ásia, logo nada mais oportuno que promover programas voltados para a atração de investimentos privados para essas áreas rurais que se articulem. Por fim, a preocupação, meramente retórica de redução ou alívio da pobreza (e não com sua eliminação).

A fim de contextualizar a reforma agrária do BM, tomei como referência o estudo de Rosset (2004) para discorrer sobre o receituário que tem sido imposto a diferentes países, seguindo uma mesma seqüência de políticas setoriais rurais.

O primeiro conjunto de políticas visa conhecer a posse das terras, organizar os negócios, reduzir o caos para que, em um futuro próximo, possa entrar em operação o mercado de terras. O Banco denomina tais projetos de *administração da terra* e em diferentes países podem ser chamados de titulação, registro ou mapeamento.

A defesa (questionável) é a de que sem a existência de um mercado de terras não haverá transferência de terras para os mais pobres, nem investimentos nas áreas rurais. Para o Banco, os produtores precisam da garantia dos empréstimos da mesma forma que os investidores precisam da garantia dos pagamentos. Portanto é importante a segurança do direito de propriedade a fim de que a terra seja a ofertada como garantia e/ou estímulo nas operações financeiras.

Com a *administração da terra* é possível fazer um balanço da sua oferta e procura. Tal medida dá suporte a uma segunda política que é a de privatização de terras públicas e comunais, implementada sob a forma de concessões a corporações que se comprometem a realizar investimentos nas áreas rurais e/ou realizar um tipo de *reforma agrária* orientada pelo Banco.

A terceira política institui o direito legal de vender, alugar, arrendar ou hipotecar as terras como garantia de empréstimo. Como os títulos da terra passam a ser alienáveis, caso o camponês não consiga pagar os empréstimos pode perder a terra.

A terra pode ainda servir como moeda em um empreendimento, no qual os capitalistas entram com os investimentos e o camponês com a terra. No caso do fracasso do empreendimento todos perdem. O capitalista o montante investido e o camponês a terra.

Com este tipo de posse, frente aos períodos de alta dos preços da terra ou de baixas da safra, os camponeses podem vender suas terras. Ocorre que, ao vender este bem, tão logo o dinheiro acaba, ficam sem a terra e sem emprego, portanto mais empobrecidos.

Formado o mercado de terras forjam-se, agora, as condições necessárias para a implementação de uma política geral de crédito: os chamados *bancos da terra* ou *fundos de terras*. Estes, por sua vez, consistem em fundos estimulados pelo BM e outros doadores nos países onde se verifica uma má distribuição fundiária e, portanto, dificuldade de crescimento econômico.

Uma vez realizados os financiamentos, os países credores devem criar (ao longo do tempo) seus próprios fundos creditícios com a finalidade de conceder créditos fundiários aos sujeitos sociais que demandam terras, para que estes possam comprá-la no mercado já em funcionamento.

Este modelo de endividamento externo, voltado à geração de fundos para financiamento de compra e venda de terras, foi denominado pelo Banco de *reforma agrária dirigida pelo mercado, reforma agrária assistida pelo mercado* ou *reforma agrária baseada na comunidade*.

Esta política de *reforma agrária* neoliberal busca a resolução do conflito histórico entre sem-terra e latifundiários em países que a concentração fundiária é exacerbada.

Segundo o Banco, a *reforma agrária tradicional*², via desapropriação, não é possível no momento atual porque as elites econômicas resistem à reforma e isso gera muito conflito. O objetivo não é incomodar as elites mediante as medidas desapropriatórias, mas comprar as terras daqueles que estão dispostos a vendê-las pelo preço que pedirem.

Por outro lado,

Os “beneficiários” desse programa adquirem uma pesada dívida com crédito usado para comprar a terra. O tamanho dessa dívida é baseado no preço pelo qual a terra é vendida. (...) Observamos que a terra comprada por pessoas pobres não é apenas de má qualidade, mas também superavaliada. Em alguns casos, esses programas têm contribuído para uma tremenda inflação no preço da terra. Então, é provavelmente seguro dizer que a “reforma agrária de mercado” tem sido mais benéfica para os latifundiários, que podem vender terras de pouca qualidade a altos preços. (ROSSET, 2004, p. 23)

Tal pacote de políticas de *desenvolvimento* já se encontra em curso em diferentes países, com roupagens e impactos variados. Na África, podemos citar os casos da África do Sul, Malawi e Zimbábue, na Ásia, está implantado na Indonésia, Tailândia e Índia, e, por fim, na América Latina, evidencia-se o caso da Guatemala, Honduras, El Salvador, México, Colômbia e do Brasil.

As formas de financiamento de terras difundidas pelo BM reivindicam o caráter de reforma agrária. Porém, conforme discutirei em seguida, não passam de mero sofisma.

² No caso brasileiro este conceito assume a intenção de esvaziar o caráter punitivo da reforma agrária prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei 8.629 de 25/02/1993).

A tentativa de dissimulação da Reforma Agrária

A Reforma Agrária (RA) é uma política pública, de competência do Estado, expressa por meio de um plano, que visa à desconcentração fundiária, tendo a obtenção de terra prioritariamente por meio da desapropriação, para criação, a recriação do campesinato, garantido o acesso e permanência na terra.

É preciso considerar ainda que a reforma agrária deve ser acompanhada de projetos de políticas que contemplem o crédito, educação, saúde, moradia, infraestrutura comunitária, transporte, produção, assessoria técnica social, ambiental, tecnologia, etc.

Outra questão central reside na perspectiva de ruptura com a lógica rentista e não produtiva da propriedade da terra, que tem sustentado o latifúndio em nosso país e penalizado o conjunto da população brasileira desde, pelo menos, a Lei de Terras de 1850.

As políticas públicas são de competência do Estado, mas a sua formulação e sua implementação depende do jogo de interesses, da correlação de forças estabelecida entre os movimentos sociais, o capital e o mercado.

O ator que apresentar maior força política em dado momento histórico determina a elaboração da política pública. Uma outra dimensão de conflitos é para garantir que a política elaborada será implementada, e nos moldes do segmento social que a emanou ou conquistou, alterando a realidade conforme os interesses das classes.

Nesse contexto, até os dias atuais não podemos nos referir à existência de uma política de reforma agrária. As relações sociais em diferentes momentos negaram a necessidade da realização de uma política de reforma agrária ou simplesmente não permitiram que tais políticas fossem implementadas.

Mas, permanecem na contramão desta história oficial os trabalhadores rurais, organizados em cerca de 57 movimentos sociais lutando pela terra e realização da reforma agrária.

Nas últimas décadas, destaca-se a intervenção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e neste início de século o fortalecimento da Via Campesina na organização dos trabalhadores para o enfrentamento com o Estado, com os latifundiários, com o agronegócio e com o judiciário.

São variadas as formas de luta e ações de resistência dos trabalhadores contra os processos de expropriação e exclusão que perpassam: o trabalho de base, o

enfrentamento com os latifundiários, a construção de acampamentos, a ocupação de prédios públicos, a realização de marchas, as negociações com o governo, a conquista de assentamentos, reivindicação de políticas agrícolas, implantação de escolas e outros recursos básicos.

Historicamente a política de assentamentos tem se sido exclusivamente resultado da intensidade e alcance destas lutas por terras, realizadas de diversas formas pelos trabalhadores e não das políticas governamentais.

A luta pela terra faz parte de uma dimensão das lutas contra o capital que deseja da terra sua reprodução ampliada e a manutenção de sua estrutura de poder. À medida que o capital se reproduz ampliadamente, agrava cada vez mais o quadro de desigualdades que o sustenta, mediante a exclusão. E como o número de excluídos é cada vez maior, a luta contra o capital tende a um crescente.

Neste bojo, com o intuito de forjar um consenso social em torno da solução para os conflitos no campo, o governo FHC criou a Reforma Agrária de Mercado. Suas três modalidades foram os programas: Projeto Piloto Cédula da Terra (1998), Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra (1999), Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (PNCF).

Segundo o BM e o governo brasileiro, a reforma agrária de mercado: a) é capaz de substituir o confronto por uma atitude colaborativa dos grandes proprietários de terra com a reforma agrária; b) elimina a burocracia e disputas judiciais típicas dos processos desapropriatórios por interesse social e agiliza a realização da *reforma agrária*; c) estimula o mercado de terras através da compra e venda; d) apresenta um menor custo que a *via tradicional* possibilitando ampliação da abrangência do programa. Já Navarro (1998), afirma haver a possibilidade de completa transparência na transação de compra e venda de terras.

É evidente a concepção ideológica do Banco acerca da questão agrária brasileira e das soluções constitucionais previstas. A propositura de uma solução sem conflitos (ou seja, não coercitiva *para os proprietários*), desconsidera o caráter histórico da concentração fundiária no país e a legitimidade da organização dos movimentos sociais representativos das trabalhadoras e trabalhadores do campo brasileiro.

A partir do momento em que a reforma agrária passa a ser regulada pela lei da oferta e da procura de terras, o Estado brasileiro dilui o seu estratégico poder de comandar o processo de democratização da propriedade fundiária. Transfere para os proprietários a autonomia de determinar a escala, o preço, o espaço e o tempo da

reforma agrária. Enquanto isso, ao Estado cabe apenas o papel de financiar, conceder assistência técnica e avaliar os projetos criados.

Nos três programas, há ainda a previsão legal de transferência de poderes do governo federal para a esfera local, mediante o estabelecimento de acordos com os governos estaduais, transferindo para estes a atribuição de implementação dos programas. Este conjunto de ações explicita a obviedade da estratégia de desfederalização das ações políticas de reforma agrária.

A ruptura com a lógica rentista e não produtiva da terra é a questão central da reforma agrária no Brasil cuja eliminação passa pela desapropriação dos latifúndios. O pagamento da terra em dinheiro, à vista, ao proprietário de terras e o financiamento da dívida para os camponeses sem-terra ou com pouca terra, somente reafirma o caráter rentista e financeiro do sistema econômico, fortalecendo politicamente lideranças políticas locais, economicamente proprietários de terras, bancos federais, atravessadores, etc.

A persistência da Reforma Agrária de Mercado no governo Lula

No governo Lula, mediante a pressão dos movimentos sociais que lutam pela terra, foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) intitulado *Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural*.

Indubitavelmente, este plano representa, em parte, uma ruptura com a postura anteriormente adotada frente à questão agrária já que estabelece metas a serem cumpridas até o final do mandato, no tocante a diferentes dimensões do campo a exemplo da implantação de novos assentamentos e a recuperação dos já existentes, valorização das relações étnicas, de gênero e diversidade cultural, regularização fundiária assim como investimentos em ações voltadas para a educação do campo, assistência técnica e créditos.

Reconhece-se, ao menos relativamente, o protagonismo dos movimentos sociais que atua na luta pela terra e pela reforma agrária, bem como, se estabelece uma interlocução entre o governo e os mesmos, embora suas reivindicações não venham sendo atendidas.

Uma continuidade neste governo é a manutenção no II PNRA do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Contraditoriamente está previsto até 2006 o assentamento de 400.000 (quatrocentas mil) famílias via reforma agrária e 130.000 (cento e trinta mil) pelo PNCF.

Evidencia-se que a meta de famílias a serem atingidas pelo crédito fundiário representa 32,5% do efetivo de famílias previstas para assentamento via desapropriação. Representa também 24,5% do total de famílias previstas para assentamento no período.

Se compararmos com o governo Cardoso, que de 1995 a 2002 assentou cerca de 338.191 famílias através da desapropriação e 39 mil famílias via os programas da reforma agrária de mercado, constatamos que este montante representa apenas 12% das famílias assentadas via desapropriação.

Conclui-se, portanto, que o governo Lula não só incorporou este modelo de *desenvolvimento* rural, como também apresenta metas para sua ampliação. Com esta finalidade, este governo já aprovou junto ao Banco Mundial novos empréstimos, a juros de mercado internacional, de forma a viabilizar mais duas etapas do crédito fundiário no Brasil. (PEREIRA, 2004)

Embora tenha havido a extinção dos projetos Cédula da Terra e Banco da Terra, um novo arranjo foi articulado garantindo a criação de projetos substitutos. Atualmente esta política é denominada de Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e constituída de três projetos:

1. Combate à Pobreza Rural – CPR (o ingresso dos mutuários se dá mediante a formação de associações e apresenta como principal locus de implementação os estados da região Nordeste – equivale ao extinto Cédula da Terra);
2. Consolidação da Agricultura Familiar – CAF (o acesso dos mutuários se dá individualmente e está voltado para os estados da região Sul e Sudeste – substituiu o Banco da Terra);
3. Nossa Primeira Terra – NPT (programa voltado para jovens sem-terra, agricultores e filhos de agricultores, e/ou egressos das escolas agrotécnicas, escolas rurais dentre outras, que se encontrem na faixa etária de 18 a 24 anos, dentre outros critérios de elegibilidade).

A territorialização da reforma agrária de mercado

O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo na agropecuária tem demonstrado historicamente que o exercício de poder para apropriação do espaço, seja ele material ou imaterial, é central para a produção do capital e para sua reprodução ampliada.

A apropriação da terra é tida como trunfo para o controle das políticas e dos modelos de desenvolvimento econômico, da formulação, interpretação e execução do

aparato jurídico-legal, enfim para o controle da sociedade.

É a partir da apropriação/dominação do espaço por uma dada relação social, por/a partir do exercício de uma forma de poder que se forma o território. É a apropriação/dominação material ou imaterial do espaço geográfico que promove sua fragmentação, cujo processo desemboca em conflitos. Neste raciocínio, o território é uma concessão para aqueles que nele podem entrar e uma confrontação para os que ficam de fora.

Os empreendimentos de crédito fundiário foram criados sob a lógica do mercado e do agronegócio. Não há espaço para o protagonismo do campesinato em seu processo de recriação mediante as lutas para entrar e ficar na terra. O caráter de classe é enfraquecido mediante a fragmentação destas lutas e o camponês converte-se em mero coadjuvante de sua recriação.

As frações do território compradas constituem a materialidade do processo de territorialização da RAM. Inscreve-se na esfera dialética o processo de construção dos territórios. Está condicionado pela busca do controle de porções de espaço, mediante a conflitualidade exercida por/entre atores/sujeitos que o constroem.

Acompanha-se permanente e concomitantemente de outros dois processos contrários e constituintes: a desterritorialização e a reterritorialização. Compõe este processo o movimento territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R).

A territorialização pode ser compreendida, sob pelo menos duas óticas. A recriação do campesinato pelo capital neste programa propala a territorialização do campesinato, à medida que o mesmo adquire fração do território. Todavia é o capital financeiro que detém o controle efetivo do território até que o camponês integralize o pagamento de todas as parcelas do financiamento. Logo, este é o ator que realmente se territorializa nesta política.

A desterritorialização dos proprietários ocorre apenas no plano material, com a venda de pequenas porções de terras mal localizadas e de qualidade duvidosa. Sua reterritorialização pode ser evidenciada no plano econômico, mediante investimentos em outros locais e/ou setores de atividade com os recursos advindos da transação de venda da terra.

**QUADRO 01 – BRASIL: FAMÍLIAS E EM EMPREENDIMENTOS DE
CRÉDITO FUNDIÁRIO POR ESTADO (2000 – 2004)**

Estados	Nº de empreendimentos	Famílias	Área
Maranhão	188	4.995	162.375
Santa Catarina	4.724	4.774	27.534
Pernambuco	189	4.494	43.536
Bahia	116	4.232	84.284
Minas Gerais	270	3.901	139.890
Piauí	207	3.822	96.347
Ceará	211	3.241	109.731
Mato Grosso	379	3.214	645.766
São Paulo	95	2.112	14.297
Rio Grande do Norte	94	1.678	26.052
Paraíba	155	1.577	36.502
Alagoas	60	1.350	13.963
Mato Grosso do Sul	60	1.212	14.869
Sergipe	226	1.205	12.479
Espírito Santo	80	1.015	99.493
Rio Grande do Sul	794	816	20.151
Paraná	206	783	9.058
Goiás	120	715	11.085
Tocantins	14	382	9.567
Rio de Janeiro	41	349	4.371
Total	4.560	42.488	1.642.528

Fonte: MDA/Programa Nacional de Crédito Fundiário

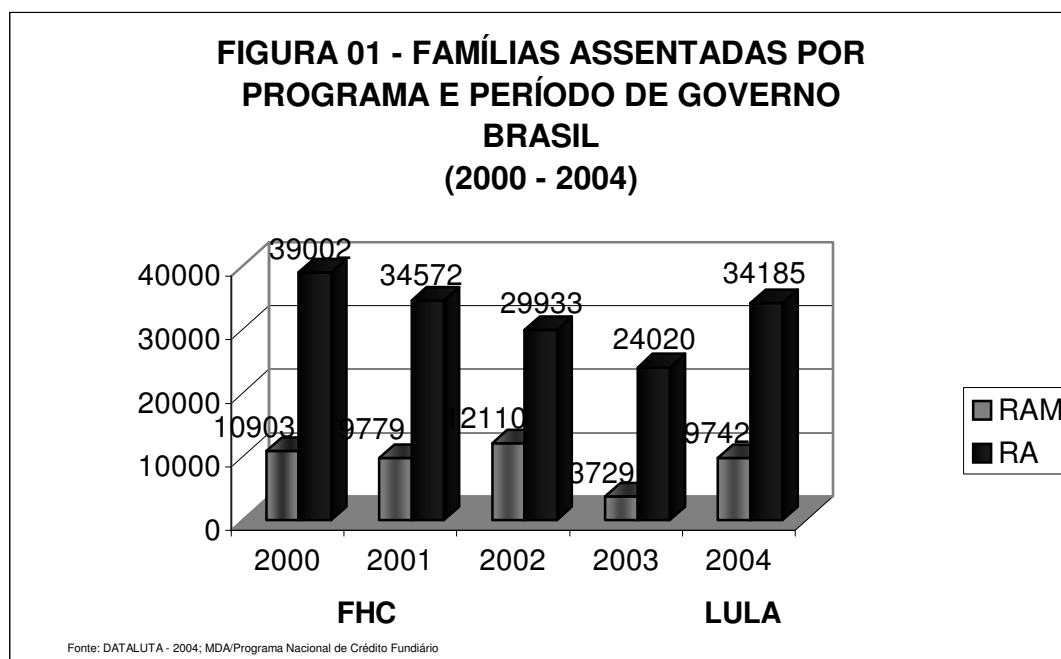
No Brasil, o PNCF já se territorializou por 20 estados brasileiros conforme pode ser observado no quadro 1. Apenas no quinquênio 2000 a 2004 cerca de 4.560 empreendimentos foram criados, financiando cerca de 1.642.528 ha para 42.488 famílias.

Chama-nos a atenção a relação número de projetos, número de famílias e área, especialmente no Estado de Santa Catarina. Neste, o número de empreendimentos é quase o mesmo de famílias mutuárias, ficando a área média adquirida em torno de 5,76 hectares por família. Isto ocorre em virtude de nos estados da região sul a linha de crédito implementada ter sido o Consolidação da Agricultura Familiar.

Segundo técnicos do referido programa, novas solicitações de compra de terras

estão tramitando, e negociações com vistas a garantir a expansão do PNCF para os estados de Rondônia, Amazonas e Pará estão em curso.

A figura 01 nos permite compararmos os quantitativos de famílias em RAM e RA no período proposto acima, assim como, visualizar suas performances por períodos de governo. Observa-se que em todo o período aqui em análise, a reforma agrária é predominante se comparada com o número de famílias em empreendimentos de crédito fundiário.



Contudo evidencia-se um processo de declínio do número de assentamentos de reforma agrária de 2000 a 2003 que pode ser compreendido, sobretudo, no intervalo de 2001 a 2002, como o período em que o governo FHC coloca em prática suas medidas provisórias de criminalização da luta pela terra, provocando um arrefecimento desta última.

Conforme mencionado alhures, os assentamentos de reforma agrária resultam em sua grande maioria dos processos de ocupação da terra. A repressão destas contribuiu, dentre outras questões, para este processo de declínio do número de assentamentos.

Embora haja uma retomada do processo de ampliação do número de assentamentos no governo Lula, o seu efetivo ainda é muito menor que o do governo anterior e muito abaixo das metas previstas no II PNRA. O governo Lula corre o risco de assentar um número de famílias inferior ao governo passado.

No tocante aos empreendimentos de crédito fundiário, verifica-se no período do

governo FHC uma ampliação da participação relativa das famílias atingidas pela RAM em relação às famílias em RA. De modo que em 2000 a RAM representava 27,95% das famílias em RA, em 2001 28,28% e em 2002 atingiu 40,45%.

No governo Lula, embora haja uma redução significativa do número de famílias em RAM, não se pode falar em abandono deste modelo neoliberal de reforma agrária. O início do mandato foi marcado pela necessidade de ações voltadas à re-pactuação dos convênios do governo federal com os governos estaduais, visando à implementação dos programas de crédito fundiário.

No ano de 2004, quando muitos dos arranjos institucionais já estavam encaminhados, verifica-se uma gradativa elevação do número de famílias ingressante nestes projetos. Assim, em 2003 as famílias em RAM representavam 15,52% daquelas em RA e em 2004 este percentual já atingia o patamar de 28,49%.

Considerando o andamento do programa e sua territorialização no Brasil, a garantia de recursos para implementação das metas previstas no II PNRA, assim como, o apoio político e operacional de dois importantes movimentos sindicais do campo brasileiro (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF – Brasil) acredito que somente questões de ordem macro-econômica, como contingenciamento de verbas e/ou a intensificação da luta política contra este modelo de acesso à terra, poderá, ao final do governo Lula, resultar no descumprimento das metas de ingresso de 130 mil famílias na terra pelo PNCF.

A territorialização da Reforma Agrária de Mercado em Sergipe

Em Sergipe, a ação dos movimentos sociais de luta pela terra conduziu à conquista de 114 assentamentos de reforma agrária, beneficiando 7.433 famílias e reformando um total de 103.648 ha. (DATA LUTA, 2004) desde a conquista do primeiro assentamento de reforma agrária, o PA Santana do Frades, em 1982.

Na contramão, avançam os empreendimentos de crédito fundiário mediante a implementação das linhas de crédito Banco da Terra e Combate à Pobreza Rural. O primeiro, segundo a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe - EMDAGRO, operou entre 30/01/2001 e 22/07/2003, período em que financiou um total de 48 projetos, envolvendo 740 famílias e 10.104,44 ha.

Com o apoio político-operacional da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Sergipe – FETASE (entidade federada à Confederação dos

Trabalhadores da Agricultura – CONTAG) e sob a gerência da Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe (PRONESE), as políticas de Crédito Fundiário têm garantido recursos federais para a sua expansão. A meta é de entrada de 1.000 famílias até o final do governo Lula. Isso indica uma forte tendência de superação do montante implantado pelo Banco da Terra em curto período. (RAMOS FILHO, 2004)

Esta modalidade de recriação do campesinato pelo capital já se encontra territorializada em 34,21% dos municípios sergipanos, ou seja, em 26 dos 76 municípios de Sergipe. Para tanto, entre 2001 e agosto de 2005, investiu-se cerca de R\$ 22.083.938,00 na transação de compra e venda dos imóveis rurais e implantação (ao menos em tese) de infra-estrutura comunitária e produtiva. (Quadro 02)

QUADRO 02 – TERRITORIALIZAÇÃO DA RAM NO ESTADO DE SERGIPE (2001-2005)

Município	Nº de famílias	Área (ha)
Simão Dias	78	758
Tobias Barreto	17	181
Graccho Cardoso	21	303
Lagarto	478	3.451
Salgado	68	431
Itabaiana	25	187
Campo do Brito	11	75
Pedra Mole	20	308
Carira	50	736
Frei Paulo	2	44
Nossa Senhora Aparecida	30	485
Nossa Senhora da Glória	195	4.900
Monte Alegre de Sergipe	145	2.189
Porto da Folha	192	1.742
Poço Redondo	60	430
Santo Amaro das Brotas	32	472
Itaporanga D'Ajuda	34	244
Estância	90	552
Santa Luzia do Itanhy	60	656
Indiaroba	22	151
São Cristóvão	55	318
Riachão do Dantas	25	266
Areia Branca	20	101
Malhador	4	23
Pacatuba	30	400
Japoatã	12	88
Total	1.776	19.491

Fonte: Programa Nacional de Crédito Fundiário (situação agosto de 2005)

Ao compararmos os resultados obtidos ao longo dos 22 anos de luta pela terra e os 5 anos de implementação da reforma agrária de mercado, constata-se que o número de famílias, nesta última, já representa 19,28% do total de famílias assentadas em Sergipe.

Faz-se necessário enfatizar para o leitor que grande parte dos imóveis foram comprados por famílias individualmente, especificamente pela modalidade Banco da Terra.

A concentração dos imóveis adquiridos da área comprada e dos mutuários está na zona do sertão semi-árido, em especial o sertão do São Francisco. Lócus de maior intensidade das lutas no campo e de condições edafoclimáticas limitantes à agropecuária, em virtude da ocorrência de longos períodos de estiagem.

Ao compararmos o quantitativo da territorialização da reforma agrária e da reforma agrária de mercado, no interstício 2001 – 2004 em Sergipe, verifica-se o comportamento semelhante ao do Brasil. A reforma agrária predomina em todo o período tanto em termos de área quanto em número de famílias. (Quadro 3)

QUADRO 03 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS E ÁREA DE RA E RAM – SERGIPE – 2001 – 2004

		Nº de famílias		Área (ha)		Valor contratado (R\$)	
		RA	RAM	RA	RAM	RA	RAM
Governo FHC	2001	111	578	645	4.682	-	8.519.920,00
	2002	1.473	345	22.083	6.734	-	5.673.988,00
Governo Lula	2003	52	242	420	1.819	-	2.432.986,00
	2004	225	418	1.281	4.469	-	3.497.076,00
Total		1.861	1.005	24.429	17.704	-	20.123.970,00

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA – Assentamentos e MDA/Programa Nacional de Crédito Fundiário. Os valores de contratação da RA não foram acessados pelo autor.

Todavia a implementação dos assentamentos de reforma agrária sofreu em Sergipe, assim como no Brasil, uma redução, tanto em área quanto em número de famílias beneficiadas se compararmos os números do governo Cardoso e Lula, em que pese uma intensificação da luta pela terra no mesmo período praticada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Observando os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, constata-se que só em 2003 a luta pela terra alcançou o efetivo de 4.494 famílias acampadas por todo estado. Enquanto que no mesmo período o governo assentou somente 53 famílias, sendo 13 em novas terras e 40 em assentamentos já existentes.

Já a linha de crédito Combate à Pobreza Rural (CPR) financiou a compra de terras para 170 famílias, enquanto 72 famílias compraram um lote pelo Banco da Terra,

totalizando 242 famílias contempladas com os programas de crédito fundiário.

Este ano de 2003³ foi marcado por um retrocesso da reforma agrária e pelo avanço da RAM em Sergipe, mesmo com a intensificação da luta pela terra mediante a concretização de 15 ocupações. A reforma agrária no estado foi realizada mediante a implantação de 01 projeto de Reforma Agrária contra 07 projetos do Banco da Terra e a compra de 8 (oito) imóveis pelo CPR.

Neste ano, o governo do estado, de um lado, reprimiu violentamente as lutas por terra, despejando violentamente dezenas de famílias das margens das rodovias estaduais e federais (ignorando a objeção do ouvidor agrário nacional, presente em algumas destas ações), dispersou com armas de fogo protestos de camponeses no sertão sergipano e prendeu sem plausível justificativa lideranças camponesas.

Por outro lado, utilizou-se do aparato midiático para difundir junto à sociedade a implementação *bem sucedida* (em seguida discuto esta condição) dos empreendimentos de crédito fundiário e combate à pobreza rural.

Retornando minha interpretação do Quadro 2, se compararmos o desempenho da RAM entre os governos, constata-se a redução do número de famílias e área incorporada a esta política. Porém é preciso considerar que o primeiro ano do atual governo destinou-se a um processo de rearticulação com os estados do programa, fato que causou um certo atraso na execução do mesmo.

É explícita a tendência de ampliação dos resultados na implementação no ano seguinte. Esta evidência se fortalece quando nos debruçamos sobre os relatórios de desempenho do programa, de janeiro a agosto de 2005, que indica a entrada no programa de mais 193 famílias que assumiram o financiamento de 1.787 ha.

A afirmação dos técnicos do PNCF de que há tanto recurso disponível quanto for a demanda para a implementação do programa no Brasil, faz-me acreditar que a meta para Sergipe será cumprida com tranquilidade, com a possibilidade de ultrapassar a performance do governo Cardoso.

Territorialidades da Reforma Agrária de Mercado em Sergipe

Esta dinâmica estabelece, no campo sergipano, uma territorialidade instável (RAFFESTIN, 1993) à medida que, promove céleres alterações, pelo menos, nas

³ Marca o retorno ao governo do Estado de Sergipe, para o terceiro mandato o pefelista João Alves Filho.

famílias envolvidas e nos espaços partícipes desta política.

Trabalho de campo realizado em 8 empreendimentos da RAM no estado em foco revelou que em 7 empreendimentos, pelo menos um membro da família necessita trabalhar fora do lote de produção, principalmente na condição de trabalhador rural diarista (bóia-fria), com vistas, em alguns momentos, a viabilizar a subsistência da família e, em outros, a alimentar o gado e sua família.

Emblemático desta situação é o seguinte depoimento

A gente tá trabalhando nas roça dos fazendeiro, tamo trabalhado fora. Ninguém recebe uma cesta básica, ninguém recebe nada aqui! Nada! Nada!Nada! (...) É disso que a gente vive. Todos que tá aqui assentado vive da roça dos outro. (...) a gente vive trabalhando fora pra pagar o aluguel do gado! Alugando os pasto dos outros, pagando aluguel. Aluguel de R\$ 20,00 entendeu? Como é que a pessoa vai pra frente desse jeito? (Entrevista Seu J., Tobias Barreto)

Este mesmo número de empreendimentos situa-se distante das respectivas sedes municipais, onde foram implantados. As vias de aceso são precárias como a maioria das estradas do meio rural brasileiro. Alguns empreendimentos são interligados às cidades por estradas que na época das chuvas são cobertas por rios e/ou córregos, impedindo completamente o acesso.

Quanto à infra-estrutura comunitária, nenhuma das áreas visitadas possui no interior do projeto escola ou posto de saúde, quiçá a perspectiva de sua implantação. Disto decorre a realização de difíceis e longos percursos a pés ou no lombo de animais na busca destes serviços essenciais.

Sobre o preço de compra da terra um mutuário relatou que

O que eles [fazendeiros] queria era que a terra fosse adquirida com um preço bom, com um preço acima da média, né? Só que quem tem terra hoje...você é fazendeiro hoje você tem pra especulá, é claro, né? Se você tem uma fazenda dessa de 1.300 tarefa, toda cercada e, você tem mais pra especulár, né verdade? Você não vai vendê ao governo, sabendo que é dinheiro do governo, que eles pensa que a gente não paga. Ele não vai querê vendê abaixo do preço. Quanto mais for caro é que ele vai vendê. O valô era tão alto que não dava pra comprá menos de 29 famílias, porque não ia dá pra comprá e fazê as casa. (Entrevista Seu R., Porto da Folha)

Este depoimento contraria a afirmação de Navarro (1998) de que é possível completa transparência nas relações de compra e venda de terras. Esta argumentação não se sustenta uma vez que o mercado é um espaço do capital. E como tal, as relações não são totalmente transparentes ou equânimes. Estas se apresentam sempre mais favoráveis para os fortes. Portanto, os mutuários, camponeses pobres e com reduzido acesso à informação dificilmente dispõem das condições ótimas para negociar com os

proprietários a terra.

Nos empreendimentos do Banco da Terra, mais antigos no Estado, a implantação incompleta do projeto torna corriqueiro o abandono do lote comprado ou sua transferência para outros camponeses. Em nenhum dos projetos visitados, onde o período de carência tenha se esgotado, há famílias que tenham quitado o débito referente a anuidade com o Banco do Nordeste. Este é o caso dos mutuários da Associação Fruto da Terra Simão Dias, onde a primeira parcela venceu no mês de abril de 2005 e a cobrança do banco chegou para cada um dos mutuários no mês seguinte.

Nesta localidade, as famílias mostraram total desconhecimento do preço de aquisição do imóvel, das regras de financiamento, bem como das penalidades pelo não pagamento. Tal perfil de conhecimento pode ser estendido para o conjunto dos mutuários do estado.

O sentimento do camponês frente a esta situação de desinformação, insegurança é endividamento e sintetizado na seguinte afirmação

... Não tinha terra, era sem terra. Hoje é com pouca terra e sem sossego, porque deve, né? (...) e com fome também! Porque você pegá essas terra numa área semi-árida que nem o sertão, sem chuva, pra você pagá é inviável! Não tem como você pagá! (...) Não se pode conseguí mais nada que seja reembolsave. A gente aqui já tá muito endividado, não tem meio de conseguí mais recurso porque a gente vai se endividar mais, então não vai ter condição de pagar. (Entrevista Seu R., Porto da Folha)

A partir da realidade sergipana, as territorialidades da RAM apontam para o agravamento da pobreza e da subordinação de parcela do campesinato brasileiro. Este fato me motiva a envidar maiores esforços de análise no campo geográfico, com o intuito de contribuir com a construção da autonomia desta classe social que está certa de que na política em foco

“Alguém tá se beneficiando com isso, a verdade é essa! A reforma agrária no país eu tenho certeza que alguém tá levando vantagem nisso, agora o pequeno tá sofrendo! Ele não tá conseguindo o que devia conseguir.” (Entrevista Seu R., Porto da Folha.)

Considerações finais

A partir dos dados acima apresentados, é possível inferir que a reforma agrária prevista na constituição de 1988 e na Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 ainda caracteriza-se como o principal mecanismo que possibilita a criação e recriação do campesinato no país.

Porém duas considerações precisam ser tecidas: a primeira diz respeito ao protagonismo dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária no exercício de diferentes formas de pressão para que a lei seja cumprida.

Outra consideração é que não devemos perder de vista que nos últimos 8 anos os governos têm incorporado as políticas liberais de terra propagadas pelo Banco Mundial. O PNCF é apenas uma destas dimensões.

É importante reconhecer que o número de famílias que compraram terras por uma das diferentes modalidades da reforma agrária de mercado já é proporcionalmente expressivo no Brasil se comparados ao montante de famílias assentadas pela política de assentamentos e a gravidade de seus impactos já pode ser constatada, a exemplo do que procurei expressar nas territorialidades em Sergipe.

A institucionalização da RAM, mediante a lei complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, evidencia a intencionalidade de tornar esta forma de acesso à terra uma política permanente.

Se o ritmo vertiginoso de crescimento e territorialização destes programas se mantiver, o apoio político dos movimentos sociais for ampliando e não se construir e intensificar um campo de luta política na contra-mão destes projetos, vislumbro a possibilidade de ampliação do número de famílias neste processo.

Como o mercado é um espaço do capital, no qual o campesinato não dispõe de autonomia, vejo a possibilidade de agravamento dos problemas do campo brasileiro. Não será no espaço do capital que o Estado conseguirá combater a pobreza, até porque esta faz parte da contradição do próprio capital.

Bibliografia

BOURDIEU, P. **Contrafogos II**: por um movimento social europeu. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Presidente (2003 – 2006: Lula). **Plano nacional de reforma agrária**: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília: Nov. 2003.

NAVARRO, Z. **O projeto-piloto “Cédula da Terra”** – comentário sobre as condições sociais e político-institucionais de seu desenvolvimento recente. 1998, Disponível em: <[http:// www.nead.org.br](http://www.nead.org.br)> Acessado em 04 de abr. 2004.

RAMOS FILHO, E. da S. Notas sobre a reforma agrária e o mercadode terras em sergipe. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17, 2004,

Gramado. **Tradição X tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro.** Porto Alegre: UFRGS, 2004. 1 CD-ROM.

ROSSET, P. O bom, o mal e o Feio: a política fundiária do Banco Mundial. In: MARTINS. M. D. (org.). **O Banco Mundial e a Terra:** ofensiva e resisitência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004, p.16-24.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **DATALUTA:** Banco de dados da luta pela terra. (Relatório 2004). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2004 <Disponível em: www.prudente.unesp.br/dgeo/nera> Acessado em: 29 mar. 2006, 16:37.

DESCOBRIR O ENCOBERTO

Relação do direito estatal com o fato do pluralismo jurídico – a disputa de projetos no jogo do desenvolvimento do Estado brasileiro.

Larissa Ambrosano Packer

laricapacker@yahoo.com.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Direito, História, Serviço Social e Relações Internacionais.

UNESP-FRANCA.

*“Contemplamos o mundo a partir das grades
de nossa cela e cremos que são as grades onde
estão encerrados os outros”.*

(Enrique D.Dussel)

A partir da constatação da descrença popular nas possibilidades do direito oficial, o estudo recai sob sua decorrente reação: insurgentes manifestações de pluralismo jurídico fruto das contradições do sistema capitalista. A incapacidade do direito estatal em proporcionar soluções adequadas para os conflitos sociais, por este não refletir os interesses da maioria da população, mas de alguns grupos de interesse hegemônicos presentes nas estruturas do estado, como o poder legislativo; gera uma multiplicidade de práticas jurídicas verificadas num mesmo espaço sócio-político. Afirmar-se, portanto, o pluralismo jurídico como um fato, a partir da constatação da existência de diversas normatividades extra-estatais na materialidade histórica, as quais convivem com a juridicidade formal. Desta forma, a partir da desmistificação do monismo de um Estado detentor do monopólio da produção e distribuição do direito; a pesquisa pretende verificar a relação existente entre a normatividade estatal e uma das normatividades não-estatais. Para tanto o estudo tem como objeto o surgimento de uma juridicidade construída no seio de um movimento social, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Através do estudo de caso do pré-assentamento “Mário Lago”, no município de Ribeirão Preto-SP, analisa-se os principais pontos de conflito entre a normatividade estatal – nas formas de ações possessórias e ação de desapropriação – e extra-estatal – processo de ocupação da terra

e composição de acampamentos. Dessa forma procura-se investigar quais os principais reflexos desta relação complexa entre juridicidades tomando-se a ocupação de terra enquanto um ato processual não-estatal que pode culminar em reação processual estatal – ações possessórias assim como na própria ação de desapropriação.

Modificando a relação entre tais juridicidades de uma visão eminentemente punitiva pra uma relação processual reivindicatória, o processo de ocupação de terra poderia ser visto enquanto uma verdadeira “petição inicial” no processo desapropriatório?

Para estabelecer tal entendimento faz-se necessária uma abordagem a partir de uma visão ontológica da realidade, concebendo que o fato do pluralismo jurídico, apesar de ocultado pelas estruturas ideológicas do Estado moderno, está presente historicamente nos processos de organização das sociedades. Vezes mais outrora menos, esta pluralidade se acirra, como no caso da organização feudal – vários centros produtores de normas num mesmo espaço sócio-político, após esfacelamento do império romano, – e como vem acontecendo com as atuais organizações que insurgem no bojo das profundas contradições do modo de produzir a vida nas sociedades capitalistas. Desta forma claro fica que a partir da correlação de forças de determinada fatia da sociedade, ligada por interesses comuns, é possível instaurar um projeto hegemônico mais ou menos apto a se projetar sobre as demais formas de praticar a vida.

Aborda-se, portanto, o processo de desenvolvimento do Estato brasileiro a partir da disputa entre projetos presentes neste território. A partir das demandas do contexto europeu de desenvolvimento – acumulação de capitais, ampliação de mercados e terras, importância das cidades na organização produtiva, formação e fortalecimento dos Estados nacionais, consolidação da ciência positivista, organização monista-centralizadora político-jurídica, a partir de aliança tática entre burguesia, Estado nacional e igreja para construção e concretização do projeto de expansão mercantil-cristão, instaura-se em terras brasileiras um Estado apto a executar tais interesses, tal projeto. Da mesma forma, como tudo não é sem sua imediata contradição, os povos aqui existentes sempre lutaram pela manutenção de seu modo de produzir a vida, a partir da organização coletiva da produção, de seus direitos e cultura.

O instituto jurídico das sesmarias, legitimadas pelas ordenações do reino de Portugal, instaurou no Brasil a primeira forma estatal de aquisição da propriedade. A partir de concessões estatais nobres portugueses tinham direitos e deveres perante os territórios doados, facultado ainda a divisão deste território pra outros sesmeeiros.

Inicia-se o processo de concentração de terras no Brasil, assim como concentração de expropriados da terra. Com a instalação do projeto europeu nas terras brasileiras, a *terra de trabalho* converte-se na *terra mercadoria*, mais um objeto de troca na relação mercantil capitalista, terra própria para a extração e posteriormente para cultivo de monoculturas de verão – *plantations* – para o abastecimento do mercado europeu – cana-de-açúcar, algodão, café, soja etc.

A fim de garantir tal projeto forja-se um Estado respaldado por uma juridicidade estrangeira, que incute o conteúdo de propriedade privada dos meios de produzir a vida nos seu sistema e institutos jurídicos, legando os autóctones – que tinham a concepção da produção social da vida-, a condição de não-proprietários, portanto, mão-de-obra, instrumentos para execução desse novo Estado que estava para ser implementado. Assim, a concepção de posse civil embasada no justo título e boa fé se cristaliza enquanto legítimo direito de propriedade, uma ficção jurídica capaz de determinar a estruturação político-econômica de uma organização social. A partir da tutela jurídica da propriedade absoluta do direito estatal português, aqueles que não receberam o justo título real de donatário ou sesmeeiro, passou, a partir de 1530, a ser um despossuído da terra, tendo apenas seu próprio trabalho para lhe prover o sustento, mas trabalho realizado na terra de outrem, já que cercou-se a terra do instituto da propriedade privada. Aqueles que trabalhavam na terra, conservando relação de fato com ela, seriam no máximo posseiros ilegais, detentores, exterioridade ao sistema, mas não proprietários. A legitimidade desses povos indígenas em trabalhar a terra para sua sobrevivência, foi reduzida a uma legalidade estatal, o que então lhes era direito passa a ser um crime perante o recém nascido Estado brasileiro. O estudo pretende trabalhar como se dá esta relação entre o direito Estatal instituído e o movimento instituinte de direitos desses despossuídos, dessa exterioridade que foi construída paradoxalmente à construção deste Estado. Principalmente a relação jurídico-processual da juridicidade estatal – ações possessórias e de desapropriação – e extra-estatal – ocupação de terra.

O pluralismo que será o enfoque desta pesquisa trata-se daquele gerado pelas contradições inerentes a um modo de produção da riqueza e pelo processo dialético de necessidades geradas pelos agentes históricos¹. Ao passo que se amplia o fosso entre a racionalidade formal e a material, ou seja, entre as estruturas político-jurídicas do Estado – propriedade privada – e as reais necessidades do todo social – direitos

¹ Wolkmer, Antônio Carlos. Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito. Ed. alfa-Omega. 1997.

fundamentais –, emergem formas de pluralismo que vêm disputar o espaço sócio-político com a estrutura hegemônica posta. Este fenômeno se agrava ainda mais nas condições sócio-econômicas dos Estados de capitalismo periférico, que vivem grave crise de caráter econômico e político. Sua política econômica prioriza, a partir de sua origem colonial, a remuneração do capital financeiro em detrimento das necessidades dos autóctones, submetendo a econômica interna às flutuações do capital externo, vindo um país como o Brasil – dono de riquezas minerais e grande extensão de terras cultiváveis – iniciar algum desenvolvimento de renda interna apenas em fins do século XIX² – com o fortalecimento das pequenas propriedades produtoras de alimentos necessários para o abastecimento interno, devido ao aumento populacional e derrocada da monocultura de cana com o ciclo da mineração.

Expande-se, agora no século XXI, a histórica crise social vivida por economias dependentes, já que as necessidades da maioria da sociedade aumentam com falta de terra, emprego, renda, escolas e cultura. Vive-se, ainda, uma grave crise de cunho político, já que o povo não mais legitima suas instituições enquanto Estado, como o parlamento e o judiciário, exigindo uma profunda reestruturação político-jurídica que garanta maiores canais de acesso a população, em busca do fortalecimento de uma democracia direta. Desta forma, constata-se que o momento histórico atual, vem gerando contradições que se condensam na criação de espaços sociais, mais ou menos segregados, no seio dos quais se geram litígios ou disputas processadas com base em recursos normativos e institucionais internos.

O processo de constituição das normas no Estado Moderno, a partir das teorias contratualista e da tripartição dos poderes, passa a ser legitimado se compatível com os procedimentos tecno-processuais postos pelo legislador em leis e códigos. O poder constituinte, povo, passa a ser uma categoria apenas, sendo este confundido por seus representantes. Estes, a partir de determinados grupos de interesse da sociedade pontuam sua representação. Desta forma, a partir dos interesses sócio-econômicos hegemônicas de determinado momento histórico, a legislação se movimentou para poder recepcionar tais demandas, fazendo com que a sociedade funcione de maneira subordinada àqueles que detêm o poder sobre as instituições. A insurgência de movimentos que atentam contra as estruturas político-econômicas dominantes é sempre alvo do braço coator do Estado, garantidor da aplicação do mandamento legal. A

² Furtado, Celso. Formação Econômica do Brasil.

avaliação das condutas tipificadas enquanto crime varia de acordo com tais interesses dominantes, atenta-se, portanto, como o conceito entre o legal e o ilegal se modifica de acordo com a conjuntura hegemônica de determinado momento-histórico. Assim faz-se necessário conceber o Estado enquanto estrutura que já nasce descolada da sociedade, enquanto uma categoria, uma idealização, que não conseguiu desenvolver estruturas para acompanhar as demandas das massas, das exterioridades que acabam sendo criadas com o desenvolver de determinado projeto hegemônico (im)posto.

O sistema jurídico plural como o da idade média – o senhorial (função militar, sentimento de fidelidade), canônico (baseado nos princípios cristão), o real (pretensões de incorporar as demais, em nome da centralização política) e burguês (calcado na atividade econômica) – veio gradualmente sofrendo um processo de dissipação com o fortalecimento deste último segmento, o burguês (exterioridade no então sistema feudal).

Este segmento costurando uma estratégica aliança com os demais consolida o Estado-nação e diversas outras formas de organização político-jurídica do Estado moderno (Estado absolutista, Liberal, intervencionista e neoliberal) de acordo com a dialética de necessidades do capital e das massas cada vez mais excluídas e coisificadas no desenvolver deste paradigma. Desta forma passa-se de um sistema pluralista-medieval-teocêntrico para uma cultura monista-positivista-antropocêntrica constituída com o advento do Estado moderno.

A estatalização do direito vem a se consolidar encobrimdo as diversas expressões de práticas político-jurídicas pretendendo ser a única expressão de direito existente na sociedade ocidental ao passo que se desenvolve o Estado moderno capitalista. Desta forma um direito de classe se universaliza enquanto direito coletivo.

Tal universalização se dá a partir do desenvolvimento de estruturas ideológicas produzidas pelo paradigma moderno. O resgate histórico destas totalidades ideológicas a partir da exterioridade, ou seja, daqueles que foram postos à margem do desenvolvimento da sociedade capitalista, vem a ser a denúncia de como a consolidação e solidificação do Estado moderno veio gradualmente construindo também sua exterioridade, sua negação, seu paradoxo. Com a construção da totalidade econômica – capitalismo monopolista concorrencial –, constitui-se exterioridade – formas não-alienadas de produzir a vida –; a partir da totalização do trabalho – enquanto mercadoria – lega-se à margem do cotidiano o trabalho – enquanto materialização da vida –; a partir da totalidade pedagógica – conhecimento científico –, rotula-se de – conhecimento

“vulgar” – outras formas de conhecimento ; da totalidade machista – a mulher³; a totalidade política – centralidade burocrático representativa indireta –, lega-se à sombra formas – descentralizadas, diretas e participativas – de se relacionar com a pólis; da totalidade ambiental – o “não-ser” são as gerações futuras; por fim da totalidade jurídica – monista, individualista, formalista –, a exterioridade se constitui da juridicidade – pluralista democrático-participativa.

Para tanto se engendra um processo de uniformização das diversas vivências cotidianas. No âmbito político constitui-se uma estrutura burocrática centralizadora, enquanto primeiramente Thomas Hobbes, e posteriormente – início do século XX – Hans Kelsen, servem de marcos para a construção monista da realidade sócio-jurídica, ao passo que a teoria iluminista resgata princípios jusnaturalistas do direito natural revestindo-os com uma nova roupagem, os direitos humanos –liberdade igualdade e fraternidade –, vindo a reboque da necessidade econômica liberal burguesa.

No entanto, é a partir da “Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão” da sociedade pós- revolucionária francesa na qual se igualam todos os homens perante apenas uma legislação nacional (Código Civil napoleônico de 1824), que vem a se consolidar o imaginário totalizante, o “mito” da unicidade da produção normativa respaldada pela teoria da soberania nacional. O contratualismo de Rousseau, Voltaire e Montesquieu são tomados enquanto referencias para a constituição do Estado Liberal. É também a primeira declaração que dizia respeito tanto ao homem francês (cidadão) quanto aos homens em geral, uma vez que se trata de uma declaração universal. A partir daí, tais direitos passaram a compor todas as Cartas constitucionais ocidentais modernas, orientando seus Estados e perpetuando o sabor “libertário” dos direitos conquistados. Direitos estes que, a partir da exterioridade, são vistos enquanto direitos óbvios, uma barganha utilizada com roupagens diversas para produzir efeito encantatório nas massas em momentos de constante tensão. Assim o projeto hegemônico classista adquire proporções universalizantes, idéias e direitos próprios a uma determinada fatia da sociedade são encarados como direitos de todos, já que se concretiza em papel

(constituições, leis e declarações) as demandas históricas da materialidade social por direitos existenciais; os direitos óbvios se estendem, formalmente, a todos.

³ “o falo é a vagina não é, o primeiro – constituinte e ativo –, a segunda constituída e passiva. Dussel, Henrique D. Filosófica da libertação na América Latina.

Portanto, esta sociedade governada por demandas estatais a partir de interesses de capital financeiro, vem historicamente desenvolvendo-se a partir de diversas estruturas ideológicas criadas .

Para tanto vicia-se o pensar-agir dos sujeitos, produzindo-se um conhecimento a-histórico, descolado do movimento da realidade histórica, pensa-se esta sem seus elementos constitutivos espaço-temporais. Para conferir tal homogeneização há que se descolar as idéias do modo de produção dos produtores de tais idéias, a burguesia legitima um Estado de direito, encobrindo simultaneamente a história, a tradição e a cultura dos outros grupos ou setores da sociedade, legando-os ao “não-ser”, à sombra, à exterioridade criada a partir da fixação deste projeto de desenvolvimento “moderno”. Assim, um povo sob determinado território deve observar determinadas condutas pré-estabelecidas pela sociedade através do contrato social, sob o jugo do poder coator privatístico do Estado.

Desta forma a racionalidade formal passa ser a apta a produzir entendimentos sobre a realidade, esta sendo pensada a partir de categorias. Assim, a ciência constituiu “a” verdade representada por categorias puras; ocorrendo o mesmo com os conceitos jurídicos que constituem um fim em si, assim como a validade e eficácia das normas em uma legitimação puramente tecno-processualista, afastada de qualquer legitimidade material. Para conferir a necessária universalidade desenvolveu-se uma unidade metodológica, uma linguagem observacional e teorização “neutras”, produzindo um conhecimento pretensamente certo e objetivo da ciência. Desta forma quaisquer elementos que não se afinem com esta forjada representação de mundo é sombra, “não-é”, é conhecimento “vulgar”, inepto para ser ouvido enquanto “ser”. Desta forma, representações outra de juridicidades, muitas vezes são consideradas crime apenas por divergir de interesses hegemônicos postos, caso das ocupações de terra, da interpretação civilista da posse agrária e visão meramente tecnicista do processo.

Assim com a necessidade de exercer o controle político e econômico, a burguesia utilizando-se de diversas totalidades da realidade – econômica, política, jurídica e científica – gradualmente restringe e encobre uma pluralidade de vivências do cotidiano, apresentando seu projeto de mundo enquanto único possível. No entanto é um projeto que durante sua aplicação se deparou com as exterioridades que criava conforme estas se articulavam em torno de suas necessidades transformando-as em reivindicações. É desta forma que grandes saltos democráticos se deram, abarcando diversas expressões das massas em momentos de embate das necessidades, desta forma se deu a

Constituição de 1988, um marco histórico inegável para o direcionamento do Estado Brasileiro rumo a um Estado Democrático de Direito no Brasil.

A partir do exercício de se “descobrir o encoberto” pelo imaginário totalizante, observando a realidade histórica a partir do pluralismo jurídico, ou seja, das exterioridades criadas, detecta-se as diversas normatividades extra-estatais existentes na realidade, fruto das debilidades do próprio sistema. Formas como o narcotráfico governando as práticas político-jurídicas em espaços onde o Estado disputa uma guerra civil com o poder “paralelo”, movimentos de libertação nacional⁴ como EZLN, IRA, ETA, assim como outras organizações sociais que se aglutinam em torno de práticas político-jurídicas.

O processo de constituição do Estado vem demonstrando que as bases para seu desenvolvimento gerou também o desenvolvimento da pobreza e miséria, o que vem forçando inúmeros setores da sociedade a organizarem suas necessidades e carências em torno de direitos e reivindicações frente a um Estado que nunca foi construído enquanto nação, nunca apto a solucionar as demandas de seus cidadãos. O pluralismo jurídico construído por inúmeros coletivos sociais demonstra a atual fase de profunda debilidade do modo de organização da civilização capitalista e vem disputar seu conteúdo e abrangência.

A partir da exterioridade geopolítica – América Latina, especificamente Brasil, onde estão inseridos os sujeitos desta pesquisa, o estudo opta por investigar uma das exterioridades produzidas pelas incongruências do sistema que se articulam em torno de suas necessidades, os movimentos sociais. Exterioridades que o estudo considera guardarem maior potencialidade em produzir práticas emancipatórias, e que através da pesquisa de campo da realidade de um movimento específico, pretende investigar como se dá a relação destas prática jurídico processuais com as exercidas e aplicadas pelo Estado.

A pesquisa se dá em um dos espaços sócio-políticos desenvolvidos pelo Movimento dos trabalhadores rurais sem terra, o Acampamento Mário Lago, inserido na realidade da cidade de Ribeirão Preto. Esta opção se deu pelo processo de estabelecimento do acampamento ter sido um exemplo de reconhecimento de práticas

⁴ Estes não fruto apenas das necessidades impostas pelo sistema, mas produzidos pelo paradigma moderno homogeneizante que impõe determinadas condutas a serem seguidas a um todo social sob determinado território por força do poder coator do Estado.

político-jurídicas extra-estatais pelo Estado, através do judiciário – e principalmente pelo Ministério Público de Ribeirão Preto.

Nesta etapa o estudo, primeiramente, procura resgatar o processo de luta pela terra no Brasil, desde as primeiras estruturas de proteção ao domínio sobre a terra – sesmarias– até as atuais instituições jurídicas que conferem proteção legal a posse e propriedade. Esta abordagem também se desenvolve a partir dos movimentos que se coletivizavam contra a estrutura econômico-fundiária posta, dentre eles o movimento dos quilombolas, canudos e ainda a formação das ligas camponesas. Encerra-se o foco na região de Ribeirão Preto ao discorrer acerca do primeiro movimento de greve rural insurgido no Brasil, as rebeliões dos trabalhadores de corte de cana no município de Guariba. Movimento baseado em estrutura sindical que requeria melhores condições de trabalho e renda frente à expansão da monocultura de cana-de-açúcar na região. Um dos movimentos de reivindicação pela aplicação do já positivado⁵ – que posteriormente veio a se somar à disputa do processo de redemocratização do país com outras forças presentes na sociedade – Fundação do PT, CUT, MST, sindicatos urbanos e rurais, o que acabara culminando na Carta Constitucional de 1988. Participando inexoravelmente deste contexto conflituoso de lutas, amplia-se a discussão de concepções mais próximas às demandas sociais dentro das áreas do conhecimento, como o Movimento de Direito Alternativo dentro do campo jurídico ou a filosofia da libertação na América Latina no campo filosófico.

Feita a contextualização nacional e regional da questão agrária no Brasil, principalmente em período de ascensão democrática pós ditadura militar, o estudo parte para a investigação das práticas político-jurídicas desenvolvidas atualmente nos espaços sócio-econômicos construídos pelos trabalhadores rurais sem-terra, especificamente no acampamento Mário Lago. Tal investigação dá-se nos diversos âmbitos da vida social, nas totalidades pedagógico-metodológica, econômica, política, e principalmente jurídica, a fim de verificar as bases legitimadoras das produções normativas construídas, para que se discuta como as necessidades e carência de um coletivo se transformam em direitos, aplicados e verificáveis. A partir do conhecimento destas práticas processuais aplicadas no interior deste espaço geo-político, a investigação se direciona para a análise da relação desta normatividade não estatal com o Estado – principalmente com o judiciário e o MP. Portanto o projeto tenta evidenciar a disputa do significado e

⁵ No caso específico de Guariba, a reivindicação baseada em normas constitucionais e infra – Estatuto do trabalhador rural de 63⁵, Estatuto da Terra – Lei n° 4.504 de 64, além da Lei 5889/73.

abrangência do conteúdo normativo realizado pelo Movimento dos trabalhadores rurais sem terra, mormente acerca dos conceitos de posse – propriedade e função social da propriedade.

A partir da disputa do significado e abrangência do conteúdo normativo entre MST, grandes proprietários e o Estado – mormente acerca dos conceitos de posse e propriedade –, frente a atual interpretação e aplicação da legislação agrária estatal, o estudo vem verificando como se dá este embate ao acompanhar o processo de ocupações – direito exercido pelo MST – e de reintegrações de posse até ação de desapropriação – direito realizado pelo Estado. A partir de um estágio de vivência no acampamento Mário Lago, como também por um estágio informal realizado no Ministério Público na pasta de conflitos fundiários, foi possível acompanhar os atos processuais dos atores dentro do processo nº 2.259/03 da 5ª vara cível da comarca; assim como a investigação de um processo mais amplo, jurídico-sociológico – de tensão entre a normatividade estatal e a extra-estatal, desenvolvida a partir das necessidades de uma coletividade organizada. Observa-se de acordo com a forma de estruturação das categorias jurídicas positivistas, das normas postas em códigos de processo e a estrutura dos órgãos jurisdicionais estatais, que o caminhar das lides jurídicas acabam não alcançando sua finalidade democrática, qual seja, o acesso à justiça. A partir de uma ocupação de terra, o juiz de ofício, pode proferir uma reintegração de posse se o autor comprovar ser o proprietário ou posseiro (art. 928 do CPC)⁶, sem que haja análise se esta propriedade cumpre sua função social, ou seja, se possui ou não tutela jurídica (arts. 184 e 186 da CF). Uma reação processual estatal como a reintegração de posse, por exemplo, materialmente implica no despejo de todas essas famílias da área ocupada, o que ocorreu por quatro vezes com o então acampamento “Mário Lago” que de 600 famílias chegou a 80 apenas, retornando estas para os bolsões periféricos de pobreza do município.

Este embate interpretativo dos atores envolvidos – MST, judiciário, advogados de defesa dos proprietários, como também do Ministério Público (agente efetivo durante o decorrer do processo), será abordado a partir dos arts. 184, 185 e 186 da CF/88, como também pelos arts. referentes à posse e propriedade do CC/02, e suas ações protetivas – arts. 920 a 933 do CPC.

⁶ Art. 928 CPC “Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, **sem ouvir o réu**, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração de posse (...)”

A fim de estabelecer uma sistematização de quais os pontos mais conflitantes entre as juridicidades estatal e sua aplicação e a normatividade extra-estatal desenvolvida pelo MST, o estudo abordará a formação de novos direitos, e a interpretação e reivindicação de direitos já positivados a partir de três categorias desenvolvidas pelo Movimento de Direito Alternativo insurgente no Brasil ⁷ – instituinte, instituído relido, e instituído sonogado.

A partir da reivindicação do art. 186, assim como do Estatuto da Terra e o art.1.228 do CC/02 em seus respectivos incisos, o MST passa a exigir a aplicação das normas que identifica como direito, que guardam o valor de justiça. Clama pela democratização de terra e renda exigindo a Reforma agrária a partir das desapropriações de propriedades que não cumprem sua função social – exercendo, portanto, o “instituído sonogado” ou “positividade combativa” ao reivindicar o já instituído, porém sonogado, não interessante em ser aplicado.

Da mesma forma utilização do “instituído relido” ou “uso alternativo do direito” quando a partir de suas necessidades e carências força a sociedade, inclusive juristas, a uma reinterpretação da aplicação do direito Estatal. Devido ao intenso embate acerca da Reforma agrária entre a bancada ruralista e movimentos de luta pela terra, a Constituição Federal de 1988 constitui-se em uma mescla de interesses de grupos e facções que integraram o jogo político que conduziu a sua elaboração. Desta forma ocorre uma disputa interpretativa do ordenamento jurídico, que em matéria agrária, se evidencia nos arts. 185 e 186 CF. Os movimentos de luta pela terra vêm denunciar a inaplicabilidade da hermenêutica civilista que embasa as ações possessórias frente à natureza dos conflitos fundiários coletivos, visto que são interesses de direito público, já que tratam de direitos fundamentais da pessoa. Desta forma abarca-se como elemento constitutivo do direito a propriedade sua razão de existir, ou seja, sua função social; só havendo tutela jurídica a relação possessória que cumpra sua razão existencial. A juridicidade extra-estatal exercida pelo MST, reivindica a posse agrária e não relação

⁷ O MDA é um movimento não homogêneo, que acabou se inserindo mais efetivamente no Brasil, sendo pensado e aplicado, a partir da década de 80. Tanto o uso alternativo do direito a partir do movimento “magistratura democrática” de origem italiana, assim como a perspectiva de pluralismo jurídico, a partir do “direito de pasárgada” desenvolvido em pesquisa de campo pelo sociólogo português Boaventura de Souza Santos são posturas outras diante do direito posto, que acabaram sendo aglutinadas em torno de um movimento por alguns núcleos ou Escolas existentes em todo o Brasil como a Crítica do direito – de origem francesa a partir da pós-graduação da UFSC –, a Nova Escola Jurídica Brasileira – encabeçada por Roberto Lyra Filho na UNB, assim como o Direito Insurgente – no Rio de Janeiro, liderada por Miguel Presburger. Mesmo com o desenvolvimento de diversas matizes é possível identificar os pressupostos de um enfoque crítico do direito, e suas possibilidades de efetivação.

possessória civil, além da utilização do processo em sua visão publicística, cobra uma visão ampla, processual – sociológica. Utilizando-se das contradições, ambigüidades e lacunas do ordenamento jurídico posto, o Movimento, através do “instituído relido” ou “uso alternativo do direito”, disputa o conceito, conteúdo, limites e abrangência do direito à propriedade e de propriedade, denunciando assim as ações possessórias como respostas coercitivas estatais num esforço de manutenção da concentração da terra⁸.

A partir de suas necessidades e carências por direitos óbvios, tomando como referencial a realidade histórica brasileira – que encerra uma das maiores concentrações de renda e terra no mundo⁹ – o MST constrói práticas político– jurídicas, como o direito de ocupar terras não produtivas – “instituinte sonogado” ou “pluralismo jurídico em sentido estrito”.

A partir da convivência dentro do acampamento, a pesquisa vem verificando como se dá o processo de construção de novos direitos por este sujeito coletivo – ou o “instituinte sonogado” –, como a ocupação de terra, e qual é sua legitimidade material. Assim como observa quais os métodos dos trabalhadores rurais sem terra para construir normas de convivência entre os seus, como também os processos de decisão acerca de ocupações e outras atividades que impliquem o relacionamento com o direito estatal.

A partir das reações processuais estatais – ações possessória – pode-se admitir que o processo jurídico-estatal não admite o fato da plurinormatividade, não reconhecendo os acampamentos construídos a partir de uma ocupação enquanto um meio processual a fim de atingir um direito objetivo coletivo.

Os acampamentos e assentamentos do MST mostram-se potenciais territórios privilegiados para a construção de novos direitos, impulsionados principalmente pela incapacidade do ordenamento estatal, que através do privilégio de procedimentos técnicos formais na relação processual, muitas vezes obstam a materialização do acesso à justiça

⁸ Já que segundo o CPC, se o autor da ação possessória provar sua posse, a turbacão ou esbulho praticado pelo réu e a data em esta ocorreu, ou se na ação de manutenção de posse, provar a continuação na posse, embora turbada, ou ainda provar perda da posse na ação de reintegração, e se a inicial estiver devidamente instruída, o **juíz deverá, sem ouvir o réu**, expedir mandado liminar de manutenção ou de reintegração de posse. Desta forma confunde-se posse e propriedade, ambos embasados em legitimidade formal, qual seja a matrícula de propriedade ou contrato de compra e venda, sendo suficiente para as ações tais documentos, distanciados de qualquer conceito de função social da propriedade.

⁹ Oito bancos controlam 72 por cento dos ativos financeiros e 76 por cento dos depósitos totais do país. Nos últimos anos os bancos estrangeiros aumentaram sua participação de 14 para 55 por cento.(...)Menos de 1 por cento dos proprietários (que têm mais de 1.000 há) controlam 44 por cento da área agrivultável, enquanto 53 por cento (que têm propriedades de menos de 10 há.) não chegam a controlar 3 por cento. Não computados aí os trabalhadores rurais sem nenhuma terra, que se contam aos milhões.

em detrimento de um reduzido número de grupos de interesse. Observa-se, portanto, uma disputa entre as juridicidades estatal e extra-estatal sob o conteúdo e abrangência normativo, enquanto o rito possessório, seguindo uma característica comum do processo estatal, se mostra distanciado da realidade social, os ofendidos por este procedimento, através das ocupações de propriedades, transformam carências e necessidades em novos direitos. Desta forma o direito monista vem dando sinais de extrema caducidade, já que embasado naqueles pressupostos universalizantes que respaldam o Estado capitalista, quais sejam, a racionalidade formal, jurisdição individualista-tomista e distanciamento dos reais conflitos da sociedade, o Movimento propõe a aplicação do texto constitucional, assim como cobra uma relação possessória agrária e não civilista por parte da jurisdição estatal, além de um repensar publicístico do processo, reivindicando sua instrumentalidade não só técnica, mas essencialmente ética, pautando-se pelo método do acesso à justiça. Há, portanto, um embate acerca da instrumentalidade do processo dentro de um Estado Democrático de Direito. A partir da condicionalidade do direito à propriedade ao dever da mesma em cumprir sua função social, só havendo propriedade se houver o devido retorno social, os sem-terra legitimam a ocupação de terras como direito, um legítimo direito de ação – petição inicial – que impulsiona o processo na busca por seu direito objetivo de reforma agrária, seus direitos óbvios-fundamentais. No entanto, por não compor o rol de normas estatais, a ocupação é criminalizada pelo Estado. Assim, constata-se que a relação entre o direito estatal e a normatividade alternativa é de confronto dialético, que só tende à superação se tal relação abarcar o fato da plurinormatividade, assim como a potencial produção de direitos pela sociedade civil, o que implica na contestação da doutrina monista que rege os Estados ocidentais.

Portanto, evidenciando uma perspectiva não apenas tecno-jurídica do processo, mas dialético– sociológica, entendendo-o a partir de um enfoque materialista, não formalista, o processo precisa ser entendido na realidade histórica para que se modifique a atual relação punitivo-criminalizadora do direito estatal para com outras juridicidades. Legitimando desta forma o interesse processual de atores organizados da sociedade em busca da realização de direitos indisponíveis e difusos, como o direito à reforma agrária.**Bibliografia**

ARNAUD, André-Jean. *O direito entre a modernidade e a globalização: lições de filosofia do direito e do Estado*. Trad. Patrice C. Wuillaume. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos F. Moisés e Ana M. L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que são direitos da pessoa*. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DORNELLES, João R. W. *O que são direitos humanos*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- DUSSEL, Henrique D. *Filosofia da Libertação na América latina*. São Paulo: Alfa ômega, 1973.
- FREITAG, Barbara. *A teoria crítica: ontem e hoje*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- FREIRE, Paulo Francisco Soares. *A incompatibilidade do rito das ações possessórias (arts. 920 a 932 do CPC) frente à natureza dos conflitos coletivos fundiários no Brasil*. Trabalho de conclusão de curso apresentado à FHDSS – Unesp/Franca.
- KONDER, Leandro. *O que é dialética*. 27.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- LLANOS, Alfredo. *Introdução à dialética*. Trad. Cid silveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*. 17.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARQUES NETO, Agostinho R. *A ciência do direito: conceito, objeto e método*. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- RIBEIRO JUNIOR, João. *O que é positivismo*. Coleção primeiros passos-nº72, 4ªed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crise do paradigma*. In SOUSA JÚNIOR, José Geraldo (org), *O direito achado na rua*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.
- _____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. *As tensões da modernidade*.
- .WOLKMER, Antônio C. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. *Elementos para uma crítica do Estado*._____. *Ideologia Estado e Direito*.2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais,1995._____. *Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*.São Paulo:

Alfa Ômega,1994

<http://www.mst.org.br>

<http://www.antroposmoderno.com/textos/astensoes.shtml>. Acesso em: 29 ago. 2002

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL.

Mudar para que nada mude

Montenegro Gómez, Jorge R.*

A partir de 2003, começa a elaborar-se e a implementar-se no Brasil um novo enfoque de política de desenvolvimento para o meio rural, o desenvolvimento territorial rural. Trata-se de uma proposta caracterizada por: reconhecer a importância do território como integrador de múltiplas dimensões (econômica, social, cultural etc.) e atividades (não só agropecuárias, mas também industriais e de serviços), e por colocar a ênfase na participação social e na criação de relações mais estreitas entre as instituições envolvidas no processo. Isso, no mínimo, segundo o discurso oficial.

Por trás desse discurso e da ênfase na novidade que o desenvolvimento territorial rural afirma representar, existem continuidades vigorosas que atrelam esse “novo” enfoque ao “núcleo duro” do desenvolvimento econômico capitalista que se propõe como diretriz ao mundo nos anos 1940: ênfase na melhora dos mecanismos de mercado; crescimento como passo prévio para o desenvolvimento; idéia ocidental de progresso, nos moldes dos países denominados desenvolvidos; e controle do processo nas mãos desses países.

Neste texto, propomos uma leitura do desenvolvimento territorial rural a partir dessas continuidades essenciais. Não se trata, portanto, de uma avaliação de seu desempenho nos três anos de vigência no Brasil, iniciativa impensável em virtude do escasso tempo de implementação, trata-se de uma análise direcionada a levantar os precedentes (históricos e geográficos) dessa proposta. Para tanto, propomos duas escalas temporais e duas escalas geográficas: por um lado, traçamos um breve esboço do que foram as principais propostas de desenvolvimento rural promovidas pelas instituições internacionais a partir dos anos 1950 no mundo (Revolução Verde,

* Doutorando em Geografia na FCT/UNESP de Presidente Prudente. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Endereço eletrônico: <jorgemon00@hotmail.com>.

desenvolvimento rural integrado, desenvolvimento rural com base local e desenvolvimento territorial rural); por outro lado, focamos os últimos dez anos de políticas de desenvolvimento para o meio rural no Brasil, ao longo dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso e dos primeiros três anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Começamos, no primeiro item, com um panorama resumido do que foram os últimos 50 anos de desenvolvimento rural no mundo, no intuito de oferecer os precedentes do desenvolvimento rural que vemos hoje tomar conta do meio rural. No segundo item, focamos os oito anos (1995-2002) do governo de Fernando Henrique Cardoso, e a influência das diretrizes estabelecidas pelas instituições internacionais (especialmente, Banco Mundial) na conformação de sua política para o meio rural. Por último, no terceiro item, apresentamos a proposta do governo de Luiz Inácio Lula da Silva de desenvolvimento territorial rural e a analisamos a partir dos antecedentes levantados nos itens primeiro e segundo.

1. Quatro enfoques de desenvolvimento rural: 50 anos do “mesmo” desenvolvimento

O desenvolvimento não desenvolve. Esse enunciado paradoxal é nosso ponto de partida e reflete a acusação de que a urdidura de discursos, práticas e instituições que sustenta o desenvolvimento a partir dos anos 1940 fracassou estrondosamente no seu declarado objetivo de levar a todos os países os níveis de vida dos países denominados desenvolvidos¹.

Todavia, o desenvolvimento cumpre uma função essencial para o sistema capitalista: a função de controle social. Respalado por uma rede de saberes e poderes de grande penetração e difusão, o desenvolvimento consegue se impor, com sutileza, como um objetivo desejado por todos e necessário para todos, um objetivo legítimo e inquestionável. Vejamos, a partir da desconstrução de quatro enfoques de desenvolvimento rural nos últimos 50 anos (Revolução Verde, desenvolvimento rural integrado, desenvolvimento

¹ Nas obras de Sachs (2000 [1992]), Escobar (1998 [1995]) e Rist (2002), encontramos uma crítica profunda ao desenvolvimento nestes termos, isto é, a partir da corrente teórica denominada *pós-desenvolvimento*.

rural com base local e o desenvolvimento territorial rural), como se dá esse processo.

A Revolução Verde, modernização agrícola de base industrial dos anos 1950 e 1960, foi promovida como uma forma de incorporar os países pobres na trilha da alta e eficiente produção agropecuária, seguindo modelos formulados nos países ricos. O discurso da Revolução Verde estava repleto de uma perspectiva ocidental sobre a ciência, o progresso e a economia, que deviam promover-se (impor-se, se for preciso) nos países do chamado Terceiro Mundo. Em consonância com a teoria da modernização, que era o modelo de desenvolvimento próprio desses anos, a Revolução Verde identificava no Terceiro Mundo uma série de carências que deviam ser satisfeitas, à base de aumentar quantitativamente os bens e os serviços. Ao mesmo tempo, essa febre produtivista, que em teoria beneficiaria os países pobres, servia tanto para aumentar a produção de matérias-primas baratas, destinadas às agroindústrias do denominado Primeiro Mundo que as beneficiavam, incrementando seu valor, como para aumentar a produção de maquinário e insumos químicos desses países ricos que vendiam para os países pobres.

Escolas, moradias, infra-estruturas de transporte ou eletricidade se somavam à tarefa de disponibilizar um amplo pacote tecnológico de variedades de sementes e de insumos, na perspectiva de aumentar a produção e salvar da pobreza, do atraso, da fome, dos costumes selvagens [sic] e do desespero as populações excluídas dos países em vias de desenvolvimento que poderiam desembocar em instabilidade social². Pelo menos, essa era a propaganda.

A Revolução Verde expande o capitalismo para o meio rural e, ao mesmo tempo, se desdobra em um duplo mecanismo de controle social que veremos repetir-se, com pequenas adaptações, até nossos dias:

1. Disciplinar, através do estreitamento das opções, no sentido de construir um ambiente ideal, normalizado e homogêneo, em que a economia de mercado modelada pela lógica do capitalismo ocidental possa ser recriada *ad infinitum* e em todos os lugares.

² Em Escobar (1998 [1995]) podemos encontrar uma análise do discurso do “pai” da Revolução Verde, Norman Borlaug, no qual é patente a dimensão normatizadora dessa proposta.

2. Disciplinar, através do medo às conturbações sociais e políticas que coloquem em perigo o sistema vigente.

Os fracassos e contradições da Revolução Verde, em todo o mundo, e de toda a visão explicitamente quantitativista do desenvolvimento, demandam das instituições internacionais de controle (Banco Mundial, FMI, ONU etc.) novas respostas, novas esperanças, enfim, algo que revigore a crença no desenvolvimento. No caso do meio rural, a alternativa vai ser o desenvolvimento rural integrado dos anos 1970 e 1980.

De forma breve, podemos resumir a estratégia que os “expertos” formulam sob a denominação de desenvolvimento rural integrado como um intento de corrigir as distorções criadas pela Revolução Verde. Contudo, não se trata de nenhuma mudança substancial, mas de estender a Revolução Verde para os pequenos proprietários.

Nesse sentido, em 1973, o Banco Mundial, apresenta o desenvolvimento rural integrado como a fórmula para duplicar a produção anual dos pequenos agricultores em um período de 15 anos. Com esse objetivo, a estratégia que se propõe era clara: transformar os pequenos agricultores, que até então apareciam como um grupo social sujeito à desapareição, absorvido pela economia urbano-industrial, em pequenos empresários, treinando-os nas técnicas mercantis do máximo lucro e da concorrência.

Podemos perceber que, pela primeira vez, o desenvolvimento se dirige a um grupo concreto, os pequenos proprietários, objetivando-o dentro das coordenadas “economicistas e tecnologizantes” que dominam o discurso desenvolvimentista e ajustando-o à estratégia de controle social, já esboçada na Revolução Verde. Como afirma Escobar (1998 [1995]):

Incorporar as pessoas no discurso, como acontece no desenvolvimento, equivale a atribuí-las a campos de visão. Também significa exercer “o truque onipotente de ver tudo desde um ponto indefinido” [...] O discurso do desenvolvimento enquadra as pessoas em certas coordenadas de controle. A intenção não é simplesmente disciplinar aos indivíduos, mas também transformar as condições nas quais vivem em um ambiente social normalizado e produtivo. (p. 298, tradução nossa)

Propostas como o desenvolvimento rural integrado prestam um serviço essencial para manter a ordem social no campo, disciplinando a massa de pequenos produtores por meio do mercado e combatendo com a marginalização outras propostas de organização social realmente alternativas.

Depois da modernização do campo nos moldes industriais, com a Revolução Verde, e da incorporação dos pequenos agricultores ao mercado, do desenvolvimento rural integrado, chega a vez dos enfoques que sublinham a importância das variáveis espaciais: o desenvolvimento rural de base local e o desenvolvimento territorial rural, duas propostas que compartilham de um bom número de premissas, objetivos e instrumentos para pensar o desenvolvimento no meio rural.

O desenvolvimento local, proposto nos anos 1990, representa uma opção que secunda o debilitamento do Estado nacional e a descentralização. Apesar de sua indefinição manifesta, que permite a propostas diversas serem consideradas como desenvolvimento local, diante da literatura consultada³, podemos estabelecer dois pólos entre os quais se inserem as diversas tendências do desenvolvimento local: a) o desenvolvimento local como opção de fortalecimento de um local para concorrer, a partir, sobretudo, de recursos endógenos, com outros locais no mercado global; b) o desenvolvimento local como potenciador de uma integração diferenciada (mais humana) na dinâmica capitalista, a partir de valores comunitários.⁴

Em todo caso, para além das diferenças, o desenvolvimento local funciona como conceito operativo, “serve para atuar, é um método para induzir a ação” (Rodríguez Gutiérrez, 1996, p. 71, tradução nossa). Não é uma nova teoria sobre o desenvolvimento que o perceba desde posicionamentos qualitativamente diferentes. Ao contrário, o desenvolvimento local, em suas diferentes versões, alinha-se com o núcleo duro do desenvolvimento (ainda que com aparência mais neoliberal ou mais humana). Como instrumento para a ação, não se questiona que desenvolvimento é esse ou que local é esse. É

³ Vachon (2001[1993]), Rodríguez Gutiérrez (1996), Campanhola e Graziano da Silva (1999), De Janvry e Sadoulet (2000), Brose (2000), Vázquez Barquero (2000), Carpio Martín (2000), Buarque (2002) e Schejtman e Berdegú (2003).

⁴ Vázquez Barquero (2000) e Carpio Martín (2000), respectivamente, podem servir como exemplos desses dois discursos extremos.

uma ferramenta de ajuste, de reforma, não de ruptura ou de mudança estrutural, a despeito do discurso transformador e até milagreiro que emprega, em algumas ocasiões.

O desenvolvimento local, em suas diversas expressões, continua entendendo: a) o mercado capitalista (regulado pelo Estado ou não) como ente diretivo dos processos sociais; b) o território local, a população e as instituições como capital que deve ser continuamente melhorado, para enfrentar a concorrência entre locais, cada vez mais acirrada; c) a participação como via de inclusão social no capitalismo e não como questionamento profundo das desigualdades, desequilíbrios e injustiças que gera.

O desenvolvimento rural com base local não acrescenta nenhuma novidade ao quadro de dominação do capital. Na sua proposta, escamoteia a realidade em que se assenta: a conformação de um capitalismo baseado na precarização, flexibilização e reduzida remuneração do trabalho; a impossibilidade de uma participação equilibrada e igualitária de toda a sociedade, nas decisões, pela existência de fortes assimetrias de poder; a falta de um arranjo institucional que se coloque ao serviço da melhora da qualidade de vida geral e não só dos grupos dominantes.

Uma vez mais nos deparamos com um discurso que está muito longe do que consegue alcançar. Até mesmo porque seu ponto de partida, na verdade, não lhe permite atingir o que se propõe. No entanto, sua função de controle social se cumpre com rigor. Os recursos financeiros, os estudos, as pessoas etc. envolvidos em promover o desenvolvimento rural com base local abrem uma esperança para muitos “locais” e, ao mesmo tempo, criam todo um corpo de saberes que permitem a sustentação, a renovação e a continuidade da reprodução do capital, pelo menos até a próxima crise ou até a formulação de uma nova política de desenvolvimento, que sirva para paliar os poucos resultados da anterior.

Nos últimos quatro ou cinco anos, muito próximo ao desenvolvimento rural com base local, começa a aparecer outra denominação para um desenvolvimento rural de enfoque territorial: o desenvolvimento territorial rural.

No trabalho *Desarrollo territorial rural*, de Schejtman e Berdegué (2004), os autores listam três críticas eloqüentes aos enfoques de desenvolvimento

anteriores: a) desconhecimento do território, implementando políticas padrão que não têm em conta as características de cada território; b) falta de uma institucionalidade capaz de imbricar o público e o privado, na consecução do mesmo objetivo; c) rigidez na circulação de informações, estagnidade entre as diferentes instâncias que elaboram e implementam as políticas de desenvolvimento para o meio rural.

Diante dessas críticas, busca-se conformar uma outra proposta de desenvolvimento rural, que “permita propor mudanças significativas nas estratégias de desenvolvimento rural e de superação da pobreza” (SCHEJTMAN; BERDEGUÉ, 2004, p. 30, tradução nossa). As ações propostas por esses autores seriam: a) incorporação da dimensão territorial nas propostas de desenvolvimento, considerando que o âmbito da ação é maior que o setor agrícola; b) introduzir nos enfoques os agentes que têm presença importante no meio rural e não só as famílias rurais pobres; c) considerar, nas propostas de aumento da produtividade, os empregos agrícolas e não agrícolas; d) articular os setores agrícola, industrial e de serviços; e) propor como relevante a interação rural-urbano; f) considerar a relevância do componente institucional no desenvolvimento rural (SCHEJTMAN; BERDEGUÉ, 2004, p. 30).

Sob esse anúncio de transformações importantes, fruto, em princípio, de uma crítica aguda e de um aprendizado intenso, no entanto, o que encontramos é uma série de aspectos que já vinham fazendo parte da metodologia do desenvolvimento local: fundamentalmente, a dimensão territorial além do meramente setorial, incorporando atividades e setores produtivos para além do agrário, e a necessidade de fortalecer as articulações institucionais. Aspectos teoricamente indiscutíveis, mas de difícil implementação, que em nenhum caso, foram adequadamente contemplados e promovidos nas propostas anteriores e que a nova proposta continua reservando o caráter de declaração de intenções.

O desenvolvimento territorial rural, apesar de seu discurso de novidade, de supostamente inaugurar uma nova época de esclarecimento acerca dos problemas de que o meio rural padece e de ter na mão as técnicas e instrumentos que devem trazer a prosperidade para o meio rural, de fato, não

constitui nenhuma novidade essencial para reformular a articulação entre mercado, institucionalidade e participação, que vem sendo forjada desde a gênese do desenvolvimento, em finais dos anos 1940: maior e melhor integração no mercado, apoiada num arranjo entre instituições e legitimada por uma participação reificada e limitada ao papel decorativo de ratificar o que se apresenta como “possível” e “necessário”.

2. A questão do desenvolvimento no meio rural brasileiro a partir de 1995

50 anos de enfoques de desenvolvimento para o meio rural no mundo nos mostram que a continuidade e a salvaguarda do núcleo duro do desenvolvimento capitalista são características básicas de todos eles. Apenas sofrem atualizações periódicas e cosméticas para manter sua pátina de legitimidade.

Quando mudamos para a escala nacional, essas tendências gerais ganham em detalhes. Neste item e no próximo, vamos analisar a proposta de desenvolvimento rural que se aponta no Brasil desde 1995. Em primeiro lugar, um desenvolvimento rural com base local, durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e, no seguinte item, um desenvolvimento territorial rural nos três primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2005).

A proposta de desenvolvimento rural que começa a se conceber no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) e que se consolida no segundo (1999-2002), está fortemente direcionada pelas orientações do Banco Mundial. No relatório nº 11783-BR, de 31 de julho de 1994 (dois meses antes da eleição), intitulado *Brazil: the management of agriculture, rural development and natural resources* (1994), aparecem várias sugestões que serão fielmente seguidas ao longo dos oito anos seguintes⁵:

1. Colocar num primeiro plano o mercado e o senso empresarial como elementos diretores da nova dinâmica e reduzir o papel do Estado a, por um lado, melhorar a infra-estrutura e preparar melhor sua

⁵ O trabalho de Vilela (1997) oferece um estudo aprofundado desse relatório e suas consequências para a política rural brasileira.

população (mais saúde, mais educação...), com o objetivo de oferecer à iniciativa privada a possibilidade de maiores retornos, nos seus investimentos, e, por outro lado, reduzir as distorções e falhas criadas pelo próprio funcionamento do mercado, como a pobreza e os problemas do meio ambiente.

2. Modificar a política de Reforma Agrária, abandonando a desapropriação e adotando mecanismos de mercado.
3. Ação em favor da integração no mercado dos pequenos e médios proprietários familiares (agricultura familiar), os quais seriam os atores principais da revitalização econômica do meio rural.

Oportunamente, esse relatório foi publicado dois meses antes das eleições presidenciais de 1994 e o candidato vencedor, Fernando Henrique Cardoso, assumiu plenamente, já desde o primeiro ano do seu mandato, todas essas indicações do Banco Mundial.

Depois de serem implementados vários programas nessa linha (PRONAF, Banco da Terra etc.), em 1999 o governo de Fernando Henrique Cardoso, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), apresenta para o debate o documento “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural. Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado”, também conhecido como *Novo Mundo Rural*, no qual se encaixam todos os programas que vinham funcionando, dentro de uma proposta geral que sintetiza e sistematiza a orientação governamental para a política agrária, agora, como aparece no título do documento, convertida em política de desenvolvimento rural com base local.

Utilizando os próprios termos do documento, seu objetivo principal se centrava em

[...] promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais —que compreendem pequenos e médios centros urbanos—, usando como vetores estratégicos o investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação e no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas (MDA, 1999, p. 2).

A política agrária dos anos anteriores, ancorada no paradigma da questão agrária, é substituída, ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso, por uma política de desenvolvimento rural. A questão agrária, impossível de se resolver, no interior do sistema capitalista, é desconsiderada, e se substitui, como paradigma de implementação de políticas públicas e de interpretação dos problemas do meio rural, por uma *questão do desenvolvimento*, afinada com o capitalismo, que se enuncia em termos muito diferentes: diversificação produtiva; pluriatividade; transformação do pequeno produtor em empresário rural, capacitando-o para contribuir melhor com a acumulação do capital; implementação de políticas de desenvolvimento baseadas em mecanismos de mercado; busca de consensos entre classes sociais; participação popular; e substituição de enfoques setoriais por outros territoriais.

Um salto adiante que tem como corolário um contundente ataque aos movimentos sociais de luta pela terra. Nesse novo paradigma do desenvolvimento, os conflitos fundiários não teriam sentido. Como insistia uma propaganda oficial veiculada na televisão, “para que forçar a entrada se a porteira está aberta?” Para que sofrer ocupando, se você pode conseguir a terra que deseja negociando diretamente com os proprietários? Para que fazer caminhadas ou ocupar prédios públicos em busca de liberação de recursos, quando o PRONAF o tornará um agricultor familiar capaz de concorrer no mercado e fará do seu município um lugar harmônico com um alto grau de desenvolvimento? O conflito social, elemento essencial para entender o meio rural brasileiro, extirpa-se do novo enfoque de desenvolvimento rural com base local que promove o governo de Fernando Henrique Cardoso. A dimensão de controle por meio da normalização mercantil e da extirpação do conflito, que vimos já na Revolução Verde, continua sendo uma estratégia central no âmbito do desenvolvimento.

3. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: primeiros passos de um projeto sempiterno

Em outubro de 2003, o MDA elabora, com o apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), um texto para o

debate, intitulado: *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável* (2003). Posteriormente, a partir dessas referências, será elaborado o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), que articula a política de desenvolvimento territorial do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Nos argumentos utilizados ao longo do documento, podemos perceber uma ampla sintonia com as propostas difundidas nos últimos anos, na América Latina, a partir de instituições como o mesmo IICA, a CEPAL, a Rede Internacional de Metodologia de Investigação de Sistemas de Produção/Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural (RIMISP) etc., e que no primeiro item comentávamos a partir do trabalho de Schejtman e Berdegué (2004).

Questões como a integração entre territórios, atores sociais, mercados e políticas públicas; o estabelecimento de arranjos produtivos e distritos industriais a agroindustriais; o combate à pobreza, o respeito à diversidade etc., que já formavam parte da proposta feita por Schejtman e Berdegué (2004) para América Latina, integram a iniciativa do MDA para o Brasil a partir de 2003⁶.

Nos termos do documento de 2003, segundo o MDA, os desafios da política de desenvolvimento territorial rural seriam,

[...] reconhecer a importância da agricultura familiar e do acesso à terra como dois elementos capazes de enfrentar a raiz da pobreza e da exclusão social no campo, mas também compreender que uma nova ruralidade está se formando a partir das múltiplas articulações inter-setoriais que ocorrem no meio rural, garantindo a produção de alimentos, a integridade territorial, a preservação da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais, a valorização da cultura e a multiplicação de oportunidades de inclusão. (MDA, 2003, p. 11)

Ao mesmo tempo, o parágrafo seguinte avisa: “Mas, para ser valorizado, o rural precisa cumprir com os requisitos da produção, da otimização de seus

⁶ Uma esclarecimento sobre as datas dos documentos: o texto de Schejtman e Berdegué teve uma primeira versão de fevereiro de 2003, com o mesmo título e com um conteúdo praticamente idêntico à versão de 2004. Por outra parte, o MDA em 2005 lança outro documento de título similar ao lançado em 2003, *Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais* (2005), com um teor mais próximo do documento de Schejtman e Berdegué, onde aponta encaminhamentos para sustentar o PRONAT.

recursos e da geração de riquezas” (MDA, 2003, p. 11). Em geral, esta vai ser a dinâmica do texto, ou seja, o destaque para o combate à fome e à miséria, e a construção de uma orientação para o desenvolvimento territorial do meio rural em que um leque amplo de aspectos (cultura, recursos naturais, biodiversidade, território, inclusão social) entram como promotores privilegiados de um desenvolvimento econômico que se deve conseguir via “geração de riquezas”, isto é, via crescimento econômico. E tudo, ignorando os conflitos existentes e imaginando que as partes em confronto, de mãos dadas, aceitem impulsionar um projeto como esse, apresentado como intrinsecamente bom para todos, mas enviesado pelos interesses dos mais poderosos.

As idéias de mercado e pobreza aparecem de novo inter-relacionadas, no enfoque do desenvolvimento territorial rural, como já apareciam nas propostas do Banco Mundial de 1994, na orientação das políticas públicas do governo de Fernando Henrique Cardoso ou nos enfoques de desenvolvimento rural desde a Revolução Verde.

Contudo, o que encontramos no documento do MDA é um reiterado exercício de “amnésia” sobre os efeitos negativos provocados historicamente por essas políticas de desenvolvimento que sempre enfatizaram o mercado e criaram um círculo vicioso até hoje não resolvido: pobreza rural → implementação de políticas de desenvolvimento de base mercantil → aumento da concorrência → aumento das desigualdades → mais pobreza rural. Nada novo sob o sol do desenvolvimento!

Há mais continuidades do que rupturas, nas propostas de políticas públicas para o meio rural, no Brasil, nos últimos 10 anos. Sejam aquelas resultantes dos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, sejam as indicações iniciais do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, observamos que o modelo de desenvolvimento em que se baseiam essas propostas não difere, no essencial, das “sugestões” que o Banco Mundial fez ao governo brasileiro, no início da década de 1990, para modificar a política agrária: prioridade para o pequeno e médio produtor, alívio da pobreza existente no meio rural e predomínio do papel regulador dos mecanismos de mercado sobre a atuação do Estado. Com maior ou menor ênfase, esses três elementos vão se converter na base da elaboração das políticas públicas para o meio rural dos dois últimos

governos do país, tanto de Fernando Henrique Cardoso como de Luiz Inácio Lula da Silva, que vão incluindo nas suas propostas as novas “modas” do desenvolvimento (local, territorial, participação, identidade, comunidade, cooperação etc.), mas que no fundo, continuam atreladas ao fortalecimento da reprodução do capital e ao controle social que os discursos e as práticas do desenvolvimento têm como objetivos fundamentais.

Considerações finais: mudar para que nada mude

Através da participação (que, em princípio, incorporaria a todos na construção do desenvolvimento) e da sobre-utilização da figura do território (que, aparentemente, elimina a disputa entre grupos sociais, para privilegiar a melhora comum do território comum), o desenvolvimento territorial rural faz parte de um controle social mais próximo ao ideal: o auto-controle.

Grandes proprietários de terras, políticos e empresários locais, sem-terra, todos juntos, unidos em prol do desenvolvimento do seu território e em concorrência com outros territórios. Esse é o lema do desenvolvimento territorial rural. Com isso, o controle desloca o conflito para o exterior (já não mais um conflito entre grupos sociais de um mesmo território), direcionando-o a competir com outros territórios por quotas de mercado. Ao mesmo tempo em que se elimina (sem solucionar) esse conflito interno entre grupos sociais e se desloca para um conflito com outros territórios, eleva-se o consenso entre todos os grupos, já não mais dilacerados internamente, mas unidos frente a um “inimigo” comum externo.

Por um lado, sob essa aparência de harmonia social que as novas políticas de desenvolvimento rural vendem, os conflitos entre grupos continuam, porque os desequilíbrios permanecem e, geralmente, se acirram. A integração no mercado e a concorrência com outros territórios não servem como mecanismos amplos de incorporação ao sistema, para a grande quantidade de excluídos e em fase de exclusão existentes. O capitalismo é um sistema que se fortalece na criação e recriação de desigualdades.

Por outro lado, a construção do consenso se realiza a partir de mecanismos de participação reificada, que desconsideram a assimetria de poder entre os partícipes. Essa participação, na verdade, não serve para

encontrar soluções mais plurais aos problemas que assolam o meio rural: os limites das ações já estão dados, embutidos na lógica do capital. A participação promovida por enfoques como o desenvolvimento rural de base local ou o desenvolvimento territorial rural serve como palco privilegiado para conhecer os discursos de todos os grupos, como mecanismo que dê visibilidade a todos os grupos e assim poder chegar a controlar melhor todas suas dimensões. *Fazer falar, para melhor gerir*. O poder, por meio da participação, conhece quem fala, seus pontos de vista. O poder não só recusa, bloqueia ou desqualifica, como habitualmente se coloca. Na sua dimensão de poder produtivo, também incita e intensifica (FOUCAULT, 2001[1976], p. 17).

Os Conselhos de Desenvolvimento Rural (CDRs), criados no governo de Fernando Henrique Cardoso, ou as Comissões de Implantação das Ações Territoriais (CIATs), instaladas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no âmbito do PRONAT, entre outras entidades instituídas para favorecer a participação no meio rural brasileiro, visibilizam os problemas do meio rural, não tanto para solucioná-los como para geri-los melhor. São fontes de informação de primeira mão para conhecer o que se passa no meio rural, porém não mais que isso, já que as soluções que passam por reformas estruturais do sistema não entram nos planos e nas possibilidades dessas entidades e menos das instituições que as controlam.

O desenvolvimento, suas políticas e instituições têm a finalidade de normalizar, são impositivos, porém se utilizam de técnicas que transformem decisões necessárias para o sistema em decisões dos grupos sociais envolvidos: o controle é mais eficiente quando é interior.

O projeto do desenvolvimento é um projeto de controle atento às transformações de todo cunho que acontecem na sociedade de modo que, apesar de seus fracassos, não seja questionado e talvez banido. Através de autocríticas realizadas no âmbito da rede institucional que sustenta o desenvolvimento (organizamos internacionais, fundações, institutos de estudos etc.), ele se fortalece. Por meio das críticas realizadas pelos grupos sociais que participam das instâncias destinadas a esse fim, mantém-se informado sobre os problemas que deve enfrentar e acumula informação para propor novos rumos. Contra os grupos sociais que resistem à dominação que o

desenvolvimento supõe (movimentos sociais, grupos de intelectuais críticos etc.) e que pretendem reformá-lo estruturalmente ou eliminá-lo, a aparelhagem institucional do desenvolvimento emprega seus instrumentos de confronto (publicidade, estudos e informes, “expertos”, mídia, recursos etc.) ou deixa que outras instâncias, com métodos mais contundentes, se encarreguem da tarefa.

Fazendo um balanço dos enfoques do desenvolvimento para o meio rural, tanto na escala global nos últimos cinquenta anos, como na escala nacional, na última década, entendemos que os programas de desenvolvimento, propostos e implementados pelos organismos internacionais, a partir da Revolução Verde, revelam que a estratégia que realmente funciona vai ser a de controle social, e não a de levar o desenvolvimento para todos os pobres da face da terra, como afirmam nos seus objetivos.

Continua-se tentando resolver a difícil equação entre a pobreza, as desigualdades e os desequilíbrios, mediante mecanismos de mercado. Como se, aprimorando o funcionamento do mercado e seguindo-se fielmente seus princípios, fosse possível solucionar os problemas do meio rural.

Entretanto, a estratégia que verdadeiramente teve sucesso até agora é a gestão do conflito que o desenvolvimento promove, com base, por um lado, em promessas nunca cumpridas, mas sempre renovadas, e, por outro lado, reconduzindo as críticas e reivindicações a soluções aceitáveis, no interior da ordem vigente. Enfim, podemos afirmar que o desenvolvimento rural insiste numa política de “mais do mesmo”, nos últimos cinquenta anos, e que, hoje, o desenvolvimento territorial rural promove pequenas mudanças, “para que nada mude”.

Referências Bibliográficas

BANCO MUNDIAL. **Brazil - The management of agriculture, rural development and natural resources** (Report n. 11783-Br). Washington: Banco Mundial, 1994.

- BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local:** 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CAMPANHOLA, Clayton e GRAZIANO DA SILVA, José. **Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro:** incorporando a noção de desenvolvimento local. 1999. Disponível em: <<http://www.dataterra.com.br>>. Acesso em: 16 set. 2001.
- CARPIO MARTÍN, José. Desarrollo local para um nuevo desarrollo rural. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**, n. 20, p. 85-100, 2000.
- DE JANVRY, Alain; SADOULET, “Novas” aborgagens a respeito do desenvolvimento rural na América Latina. 2000. Disponível em: <www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=52> Acesso em: 5 mar. 2004.
- ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo.** Construcción y deconstrucción del desarrollo. Santafé de Bogotá: Norma, 1998 [1995].
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001 [1976].
- MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **O Novo Mundo Rural -** projeto de reformulação da reforma agrária em discussão pelo governo. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentoagrario.gov.br>>. Acesso em: 06 jun. 2001.
- MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável.** Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=253>>. Acesso em: 2 fev. 2004.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Brasília: SDT/MDA, 2005.
- RIST, Gilbert. **El desarrollo:** historia de una creencia occidental. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2002.

- RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, Fermín. El desarrollo local, una aplicación geográfica. Exploración e indagación sobre su práctica. **Ería**, n. 39-40, p. 57-73, 1996.
- SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio A. Desarrollo territorial rural. **Debates y temas rurales**, Santiago de Chile, n. 1., 2004. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=870>>. Acesso em: 31 jul. 2004.
- VACHON, Bernard. **El desarrollo local**. Teoría y práctica. Reintroducir lo humano en la lógica del desarrollo. Gijón: Trea, 2001 [1993].
- VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. Desarrollo económico local y descentralización: aproximación a um marco conceptual. **Proyecto CEPAL/GTZ “Desarrollo económico local y descentralización em América Latina”**. Santiago de Chile: CEPAL/GTZ, 2000.
- VILELA, Sergio Luiz de Oliveira. Qual política para o campo brasileiro? (Do Banco Mundial ao PRONAF: a trajetória de um novo modelo?). In: CONGRESSO DA SOBER, 35., Natal, 1997.

DISCUSSÃO METODOLÓGICA SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA E PESQUISA A AGRICULTORES EM SITUAÇÃO DE LUTA PELA TERRA

Fernando Garcia de Oliveira
Professor da Universidade Federal de Campina Grande
aquiri@uol.com.br

Resumo

Este trabalho reporta-se a uma experiência de assessoria e pesquisa desenvolvida junto a um grupo de agricultores, *moradores* de um conjunto de imóveis localizados em 3 municípios do estado da Paraíba. O objeto de estudo se constrói a partir desta particular forma de inserção na luta dos trabalhadores. No estudo, do qual se apresenta aqui parte da discussão metodológica, entrelaçam-se quatro temas, a saber: luta pela terra; processo de transformação do latifúndio no Nordeste; reforma agrária; produção agrícola familiar. O processo de transformação da grande propriedade estudada se desenvolve ao longo de todo o século XX. Neste período, um grande latifúndio experimenta um processo de sucessivos fracionamentos até que, por fim, dá origem a vários assentamentos de reforma agrária.

1 - Primeiras palavras

Entre 1991 e 1996, participo, como assessor, da luta dos trabalhadores de áreas de conflitos localizadas em 3 municípios do brejo Paraibano. De forma intencionalmente relacionada, desenvolvo durante o mesmo período, atividades de pesquisa sobre a temática agrária.

A característica principal do meu trabalho nesta fase deriva, portanto da prioridade absoluta que a busca da conquista terra possui. Neste sentido, assessoria e pesquisa colocam-se à disposição daquele objetivo principal.

O trabalho de assessoria e pesquisa se concentra numa situação de conflito fundiário que envolve cerca de 150 famílias de antigos *moradores* da propriedade. Tracemos rapidamente os antecedentes deste conflito.

Torna-se necessário retornar ao tempo do Coronel E. de A. C. originário do vizinho estado de Pernambuco, que se torna um grande latifundiário, detentor de um imóvel rural com cerca de 7.000 hectares no Brejo Paraibano e de um outro com cerca de 3.000 hectares no Cariri. Este

importante Senhor de Engenho foi assassinado, por vingança, pelo filho de um de seus moradores em 1923.

Ao morrer, o coronel deixa quatro herdeiros, sendo três homens e uma mulher. Sua única filha viria a se casar com um comerciante de origem portuguesa – J. S. A. - que morreu em 1973. Este casal teve seis filhas que, junto com sua mãe são instaladas em Olinda, onde todas elas farão estudos universitários, mantendo-se afastadas da terra. Cinco destas filhas herdarão, cada uma, uma parcela de terra de 527 ha¹. Estas terras, totalmente ocupadas por moradores, são praticamente abandonadas pelas herdeiras. No final da década de 80, inicia-se um processo de venda - com caráter claramente especulativo - para comerciantes de Campina Grande. Deve-se registrar que não prevalecem os direitos de legais de preferência na compra que os moradores tinham. Neste quadro, sucintamente apresentado, desenrola-se o conflito fundiário, acompanhado entre os anos de 1991 e 1996, que envolvia as 150 famílias já citadas e que dará origem à criação de dois assentamentos de reforma agrária, após a desapropriação integral da terra por parte do Incra, onde todas as famílias serão definitivamente fixadas. Esta situação é chamada, para maior clareza, de *situação 1*.

Mas retornemos ao Coronel E. de A. C. e ao seu latifúndio, que daria origem a uma outra situação. Seu filho caçula, N. de A. C., herda uma parte do patrimônio fundiário que é transmitida a seus três filhos, dentre os quais J. C., que foi um dos nossos informantes, e que viria a ter um papel decisivo no processo de negociação que envolveu os moradores da *situação 1* e o conjunto de proprietários. Neste segundo grupo de imóveis, denominado de *situação 2*, os proprietários negociam diretamente com o Incra, vindo a obter a desapropriação parcial do imóveis, atingindo portanto seu duplo objetivo: evitar um provável conflito com os moradores e guardar para si a parte dos imóveis. Em todo este processo (*situação 2*) os moradores não tiveram nenhuma participação.

O estudo procura dar conta deste processo de transformação daquela grande propriedade, concentrando-se na análise das duas *situações*, que correspondem a formas distintas de obtenção da titularidade das terras, evidenciando que a ação de reforma agrária pode se operar segundo processos diferenciados.

Entre os anos de 1991 e 1996, o envolvimento direto com a organização dos trabalhadores - e com todas as dimensões de sua luta - exclusivamente com os agricultores da *situação 1*,

¹ A parte de terra herdada pela sexta filha, após o estabelecimento de um conflito com os moradores e desapropriação pelo Incra, corresponde ao assentamento Cajá, criado em 1986, onde estão instaladas 36 famílias.

fundamentalmente porque os trabalhadores da *situação 2* não conseguem se organizar, razão pela qual a assessoria, potencialmente disponível, não consegue se fazer presente.

Naquele período (de 1991 a 1996), os agricultores (*situação 1*) são obrigados a se bater em 04 (quatro) “*frentes de luta*”, de forma praticamente simultânea, conforme discriminação a seguir apresentada.

- Luta pela manutenção do controle do território, no interior dos imóveis;
- Enfrentamento dos proprietários na esfera judicial;
- Participação do processo de negociação, sob a mediação do Interpa (Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba), no início do 2º semestre de 1991;
- Luta pela obtenção da atenção do Incra para este caso de conflito fundiário.

Das 04 (quatro) frentes de luta listadas, apenas a que se refere ao processo de negociação se desenvolve num curto espaço de tempo. As outras 3 (três) prolongam-se ao longo de todo o período considerado. Portanto, entre 1991 e 1996, os agricultores tiveram que se organizar para lutar naquelas diferentes esferas. Na verdade, o período é ainda maior uma vez que a luta pela atenção do Incra começa em 1985 quando os agricultores tentam, pela primeira vez obter a desapropriação dos imóveis. Deva-se acrescentar também que, na esfera judicial, haverá fatos e eventos posteriores a 1996.

Ao longo do primeiro período, o trabalho de assessoria se dá através da participação na equipe de assessores aos trabalhadores em luta pela conquista da terra. A condição de membro da comissão de assessoria aos trabalhadores implicava na participação em todos os momentos do processo de organização dos agricultores.

Após a conquista da terra, e a criação dos assentamentos rurais, assumo a supervisão de um projeto de assistência técnica governamental. Portanto, a partir 1996, a atuação será nas duas situações, ou melhor, junto aos 4 (quatro) assentamentos criados, uma vez que - após a intervenção governamental - não faz mais sentido falar em situações 1 e 2. Apenas deve-se registrar que 2 (dois) dos assentamentos criados resultam de um processo de organização e luta (*situação 1*), enquanto que os outros dois (*situação 2*) resultam da atitude de seus proprietários que decidem oferecer as terras ao Incra.

2 - Assessoria e pesquisa

O trabalho é marcado por ter duplo caráter: ter sido uma assessoria aos trabalhadores em processo de luta pela conquista da terra e ter sido pensado, desde o primeiro instante, também como atividade de pesquisa. São estas declaradas intenções que irão conformar todo o trabalho intelectual na relação com os trabalhadores, com outros assessores, com os sindicalistas, com os funcionários públicos dos organismos de terra e mesmo com os proprietários dos imóveis nos quais se desenrolam as disputas.

José de Souza Martins coloca com propriedade a legitimidade do trabalho de assessoria, desempenhando por sociólogos (e por intelectuais, de uma forma geral) quando colocam-se à disposição de determinados grupos.

“Não vejo porque possa haver incompatibilidade entre a condição de sociólogo e a de assessor de grupos populares e de grupos indígenas, uma vez que tal incompatibilidade não é mencionada quando sociólogos e antropólogos da Universidade assessoram empresários e cientistas políticos, assessoram partidos e governantes.” (MARTINS, 1993:42)

Expressa-se nos termos de Martins a naturalidade com que é avaliada a regular e habitual assessoria que os intelectuais prestam a empresários e a instâncias governamentais, com todo o conjunto de implicações presentes nesta “*prestação de serviço*” aos interesses daqueles que situam-se nas posições de mando na sociedade.

E o mesmo autor nos coloca a instigante questão do comprometimento, da qualidade científica, nas seguintes formas:

“Por que o cientista social estaria comprometendo a qualidade científica do conhecimento quando assessor o pobre, se a comunidade científica já estabeleceu, com razão ou não, que tal comprometimento não existe quando assessor o rico e poderoso?” (MARTINS, op. cit, p. 42)

Percebe-se que não há conflito entre assessoria e pesquisa. Muito ao contrário. Assessorar os trabalhadores proporciona uma forma privilegiada de fazer pesquisa. Por seu turno, ter a preocupação com a pesquisa, isto é, de conhecer melhor aquela realidade realimenta a assessoria. Utilizando uma formula algo simplista pode-se sintetizar. Trata-se de assessorar pesquisando e de pesquisar assessorando.

A questão que se colocou para o professor universitário, que aceitou o convite, e o desafio, de se integrar ao grupo que assessorava os trabalhadores, foram as seguintes:

Que contribuição específica poderia ser dada por um intelectual que se colocava a serviço dos interesses daqueles trabalhadores? Que especificidade poderia ter o seu trabalho, naquelas circunstâncias? Ou em outros termos: Como contribuir com algo que lhe fosse próprio? Neste sentido, uma vez havendo o comprometimento com a luta dos trabalhadores, que é a condição prévia, a questão também pode ser colocada nos seguintes termos: Que resultado se poderia ter a partir do engajamento daquele profissional? Ou ainda: De que maneira a específica formação profissional poderia ser utilizada para contribuir com a causa dos agricultores?

O meu trabalho partia da perspectiva que eu deveria buscar construir algo que resultasse da minha condição de professor universitário, especializado na área de economia rural e estudioso da questão agrária.

Havia portanto o objetivo de proporcionar ao movimento dos trabalhadores algo que não se confundisse com o trabalho feito pelos sindicalistas, que se diferenciasse do trabalho dos advogados que prestavam assessoria jurídica e que também não fosse igual ao que era realizado pelos membros da CPT (Comissão Pastoral da Terra), que também integravam o grupo de apoio à organização dos trabalhadores.

Parte das atividades de pesquisa, cujo desenvolvimento deram-se de forma concomitante com o trabalho de assessoria, desenvolveu-se sempre a partir daquilo que era suscitado como necessidade do movimento dos produtores agrícolas. Produtores em processo de mobilização e luta, única forma disponível para manterem a condição que depois de algumas gerações ostentavam. Com efeito, a luta afigura-se como a única alternativa para continuarem a ser produtores agrícolas, uma vez que o que os proprietários pretendiam fazer com as terras representava uma clara e expressa ameaça à sua condição de produtores agrícolas.

Neste sentido, este trabalho pretende discutir as questões colocadas pela presença de assessorias a produtores agrícolas.

A prática de experiência de “*pesquisa a serviço da ação*” permite discutir algumas questões presentes no debate sobre a pesquisa em ciências sociais.

Em primeiro lugar, supera-se de entrada a questão da neutralidade científica. Neste contexto, na condição de assessor, o pesquisador coloca o poder derivado de seus conhecimentos técnicos a serviço do segmento social que luta para atingir determinados objetivos. Há um claro e exposto “*parti pris*”. Não se pode descurar, evidentemente, da carga simbólica que adquire a presença daquele personagem inesperado num lugar não habitual.

Barbier recorda um ponto de partida conceitual para pesquisa-ação.

“Il s’agit de recherches dans lesquelles il y a une action délibérée de transformation de la réalité; recherches ayant un double objectif; transformer la réalité et produire des connaissances concernant ces transformations.”
(BARBIER, 1996: 7)

Neste contexto, o pesquisador está a serviço da causa dos dominados, tanto através dos resultados da pesquisa quanto de sua prática, enquanto pesquisador engajado.

Ao discutir as relações entre movimentos sociais e educação popular, Souza (1995) nos fornece uma interessante pista para tentar compreender as inúmeras situações nas quais grupos de advogados, religiosos e outros intelectuais, no mais das vezes associados a sindicalistas, colocam-se à disposição de grupos que lutam para superar situações desvantajosas no confronto com outros segmentos sociais ou mesmo com instâncias do governo. Em seus termos:

“De um lado, pessoas com formação escolar mais ampla, portadores de um pensamento crítico, de projetos políticos mais ou menos esboçados e uma lógica específica. Estas se fazem no processo agentes sociais. Denomino-as, genericamente, de intelectuais. De outro, pessoas que sofrem determinadas situações de exploração, dominação, subordinação, discriminação, situações sociais deprimentes. Geralmente com pouca escolarização, com uma lógica própria e quase sempre sem projetos políticos esboçados. Estas, no decorrer do processo se transformam em autores sociais. Denomino-as de segmentos das camadas da classe trabalhadora.” (SOUZA, 1995: 79)

A situação empírica configura-se como absolutamente compatível com o que o autor em questão anuncia:

“Esses dois sujeitos potenciais (pessoas de pensamento crítico ou intelectuais e pessoas das camadas da classe trabalhadora), pelas razões mais diversas e circunstâncias mais inusitadas, se encontram, vão confrontando seus pontos de vista e se transformando em sujeitos coletivos, expressão de movimentos sociais populares.” (ibid)

Compreensão que pode ser complementada com termos a seguir apresentados.

“Le chercheur en recherche-action n’est ni un agent d’une institution, ni un acteur d’une organisation, ni un individu sans appartenance sociale, par contre il accepte éventuellement ces différents rôles à certains moments de sa action et de sa réflexion. Il est avant tout un sujet autonome et plus encore un auteur de sa pratique et de son discours.” (BARBIER, op. cit. p. 8)

Torna-se necessário, portanto, que - confrontado a determinadas situações - o pesquisador saiba bem utilizar a “caixa de ferramentas” de que ele dispõe. Esta é a idéia: é preciso

primeiro dispor de uma “*caixa de ferramentas*”. E, segundo: ter sensibilidade para saber que ferramentas utilizar, nos diferentes momentos.

“Le chercheur joue alors son jeu professionnel dans une dialectique qui articule sans cesse l’implication et la distanciation, l’affectivité et la rationalité, le symbolisme et l’imaginaire, la médiation et le défi, l’autoformation et l’hétériformatio, la science et l’art.” (ibid)

Surgem, portanto, diferentes possibilidades nas situações particulares, diversos encaminhamentos podem ser vislumbrados, mas dependendo da dinâmica dos processos, e de determinadas intervenções oportunas, tomam-se determinadas direções a partir da análise das alternativas concretas.

“Sem essa inter-influência e interferência mútua, sem esse questionamento permanente da situações, das condições existentes, a necessidade de transformação social não é formulada nem se transforma numa prática histórica nem cria sujeitos da ação coletiva transformadora. Sem esse confronto, não temos práticas sociais transformadoras, não teremos ações coletivas inovadoras.” (SOUZA, op. cit., p.80)

Nos momentos iniciais, as circunstâncias, e as formas reais, do desenrolar do processo todo ainda não estavam - nem poderiam estar - estabelecidas. Elas iriam se definir - com o passar do tempo - no decurso do processo, inclusive pelo entrechoque dos interesses, e dos pontos de vista em presença, havendo interferência de todos os atores envolvidos. O desenrolar deste processo resulta, neste caso - de forma muito clara - do poder relativo dos diversos atores.

Nem mesmo a idéia de que haveria um processo de negociação estava dada; nem se tinha também total clareza das limitações da época quanto às possíveis ações do INCRA; nem eu mesmo tinha conhecimento das ações judiciais que ameaçavam alguns trabalhadores; nem tampouco se sabia, a priori, que conformação teria o comitê assessor - nem mesmo se haveria um comitê assessor; etc.; etc.

A ninguém era dado antecipar o que viria a ser o exercício de ser assessor dos trabalhadores naquele processo.

Barbier também aponta estas características como freqüentes nas experiências de pesquisa-ação.

“C’est alors qu’on fait appel à une aide extérieure (des chercheurs professionnels en recherche-action) souvent parce qu’au moins un membre du groupe a déjà eu des relations avec les chercheurs.” (BARBIER, op. cit., p. 84)

A participação nas diversas reuniões do processo de organização dos trabalhadores, e nas rodadas do processo de negociação, no segundo semestre de 1991, iria proporcionar uma primeira definição do que poderia vir a ser o meu trabalho.

“Or c’est seulement durant le processus de recherche que le vrai objet (le besoin, la demande, les problèmes) émerge et que les participants sont capables de le saisir progressivement, de le nommer et de le comprendre.”
(BARBIER, *op. cit.*, p. 33)

A primeira oportunidade foi dada pela existência dos levantamentos do Interpa, sobre a situação dos posseiros dos imóveis rurais que estavam em discussão no processo de negociação. A disponibilidade daqueles dados permitiria a elaboração de um “*parecer técnico*” sobre a situação dos trabalhadores.

A organização dos trabalhadores pôde então inserir, como um dos elementos do processo de negociação, um documento que analisava algo essencial no tocante à oposição de interesses entre proprietários e trabalhadores. Especificamente, o parecer técnico quantificou o valor dos bens dos trabalhadores e comparou com o valor da terra nua. A principal conclusão daquele parecer técnico foi que o que pertencia aos trabalhadores equivalia ao dobro do valor da terra nua, único bem detido pelos proprietários.

A conclusão apresentada terá incidência nas disputas judiciais, estará presente ao longo do diálogo com o Incra, e será também decisiva - após a realização de nova pesquisa sobre a situação dos posseiros - para o equacionamento definitivo do conflito fundiário, a partir de junho de 1995.

Relaciona-se a seguir quais viriam a ser, em conjunto, as atividades realizadas.

1. Elaboração de um parecer técnico, a partir dos dados coletados pelo Interpa;
2. Acompanhamento da tramitação no Congresso Nacional dos Projetos de Lei relativos aos artigos da Constituição de 1988 que tratam de reforma agrária²;

² A Constituição de 1988 modifica a legislação agrária, mas não ocorre a regulamentação dos artigos que tratam de reforma agrária. A consequência é que o país deixa de dispor, durante 5 (cinco) anos, do arcabouço jurídico necessário às desapropriações para fins de reforma agrária. Os boletins mensais de uma ONG, INESC, que faz o acompanhamento parlamentar no congresso Nacional permitiria que eu acompanhasse a tramitação dos projetos de Lei objetivando regulamentar os citados artigos da Constituição. As análises feitas alimentavam o movimento dos trabalhadores no tocante a esta decisiva questão.

3. Participação na reflexão sobre “*análise de conjuntura*”, onde se destacam os elementos relativos aos planos e programas de reforma agrária, e à evolução da luta pela reforma agrária no país;
4. Acompanhamento da tramitação dos processos de desapropriação, e de compra, dos imóveis existentes no Incra;
5. Acompanhamento das ações judiciais impetradas contra os trabalhadores;
6. Coordenação de pesquisa sobre a situação dos posseiros, cujos resultados incidiriam favoravelmente na solução do conflito.

Então, quais são mesmo as contribuições que os intelectuais podem apostar aos movimentos sociais? E a sua proposição vem em seguida: aos intelectuais compete pesquisar, que isto é seu “*savoir faire*” pertinente.

“O que podemos fazer é criar não um contra-programa, mas um dispositivo de pesquisa coletivo, interdisciplinar e internacional, associando pesquisadores, militantes, representantes de militantes, etc., tendo os pesquisadores um papel bem definido: eles podem participar de maneira particularmente eficaz, pois é sua profissão, de grupos de trabalho e de reflexão, em associação com pessoas que estão em movimento.” (BOURDIER, 1998: 76)

Neste ponto, é importante registrar que esta específica forma de aproximação dos grupos sociais (de “*estar junto*”) propicia elementos ímpares, únicos, do ponto de vista do processo de pesquisa. Impensáveis quando o pesquisador - munido de sua pretensa neutralidade - trata os atores sociais como “*objeto*” de investigação. Nos contextos clássicos de pesquisa social não se estabelece reciprocidade, não estão presentes os níveis de confiança - de cumplicidade mesmo - que se estabelecem quando do engajamento dos pesquisadores às lutas dos trabalhadores.

Especificamente, na experiência vivenciada houve uma outra dimensão - fortuita, talvez - propiciada quando das “*rodadas*” do processo de negociação entre trabalhadores e proprietários, onde foi possível observar e testemunhar os posicionamentos, as atitudes e os encaminhamentos propostos pelos proprietários. Naquelas oportunidades, manifestavam-se de forma clara, em defesa de seus interesses.

Este é o exato momento para que eu me reporte a algo que considero essencial. Na Paraíba, ocorrem algumas centenas de casos de luta pela terra, No Brasil, ocorrem alguns milhares. Embora existam aspectos comuns, cada caso tem suas especificidades. Neste sentido, cada

caso de luta pela terra é um evento único, com início, meio e fim. Isto é, os eventos ocorrem em locais e espaços determinados.

Este trabalho tem a pretensão - correndo todos os riscos que uma empreitada desta natureza encerra - de fazer a discussão da assessoria prestada aos trabalhadores rurais (produtores agrícolas a gerações), que encetam um processo de luta para assegurar-lhes a permanência definitiva na terra.

Os riscos, e as armadilhas do caminho, derivam do fato de que, em boa medida, estará sendo apresentado, descrito e analisado todo um processo do qual o autor deste trabalho fez parte. Foi talvez um de suas personagens. Mas, com honestidade de propósito e procurando trazer uma contribuição para a reflexão de questões presentes em contextos similares, espera este autor superar as dificuldades inerentes a trabalhos do gênero.

Bourdieu ressalta a importância do exercício (e da prática) de uma “... *solidariedade real para com os que hoje lutam para mudar a sociedade...*” e valoriza, redefinindo-o, o trabalho dos intelectuais enquanto portadores de uma característica exclusiva: a capacidade de realizar trabalho científico.

As proposições do autor são claras. Explicitam um lugar para os intelectuais - na luta solidária com segmentos dos dominados - no processo de busca por uma transformação social, objetivando atingir um mundo melhor.

“Aquilo com que nós pesquisadores poderíamos sonhar é que uma parte de nossas pesquisas pudessem ser útil ao movimento social...” (BOURDIER, op. cit., pp. 78,79)

3 - A título de Conclusão

O conflito fundiário discutido - *situação 1* - esteve marcado por sucessivas situações de *impasse*. Este caso permite que se extraia a lição de que a ocorrência de situações de *impasse* não devem ser percebidas, necessariamente, como algo negativo. Ao contrário, os contextos de *impasse* podem significar que as condições para o equacionamento do conflito ainda não estão dadas, portanto está indicado pela própria ocorrência do *impasse* que é preciso continuar lutando, para levantar todas as restrições, os condicionantes, tudo aquilo que ainda não permite o equacionamento definitivo, possível apenas com a obtenção das condições satisfatórias.

Há ainda um outro significado dos *impasses*. A simples existência dos mesmos é por si só uma indicação de que os agricultores estão obtendo êxito, ainda parcial, em suas lutas. A assertiva deriva do fato de que, normalmente, são os proprietários que obtém êxito em suas iniciativas contra os trabalhadores. Portanto, na maioria dos casos - nos processos de expulsão dos trabalhadores rurais dos imóveis nos quais eles vivem e trabalham - não se produz nenhum *impasse*, uma vez que a regra é a saída dos trabalhadores sem reclamar. A não existência de *impasse* é a derrota antecipada, derivada do fato de não haver luta, equivale a *morrer em vida*, termos aproximados das palavras de um agricultor, na primeira reunião de que participei, em 20 de agosto de 1991, na casa de farinha do assentamento Cajá de Alagoa Nova.

Para que se tenha uma visão de conjunto, sintetizam-se os diversos *impasses* percorridos ao longo da luta daqueles agricultores.

- *Impasse natural*. Nenhum dos contendores tinha força para poder afastar o adversário de cena. Nenhum era suficientemente forte para, apenas com seus próprios recursos, sair-se vitorioso!

A existência do *impasse natural* faz com que os proprietários tomem algumas iniciativas na busca de atingirem seus objetivos. Tentam agir no interior dos imóveis, procurando promover acordos com os agricultores e procurando fazer valer sua condição de donos, com hostilizações àqueles que não se sensibilizavam com suas propostas. Paralelamente, tomam iniciativas junto aos órgãos públicos ligados à questão fundiária e acionam os trabalhadores judicialmente.

Os agricultores recorrem ao sindicato e são apoiados pela CPT, deflagrando-se assim um processo de resistência e de organização. Tem-se então montado o quadro para as ações coletivas dos trabalhadores, que se farão presentes em todas as *frentes de luta*.

- Impasse na justiça. As ações judiciais, interpostas pelos proprietários contra os posseiros não tinham possibilidade de proporcionar uma solução para o conflito fundiário. Em outros termos, no plano judicial não havia, naquele contexto, possibilidade de equacionamento para o conflito.

A percepção, da organização dos trabalhadores, era que a eventual superação do impasse existente na *frente de luta* judicial não poderia ser favorável aos trabalhadores, uma vez que no campo jurídico, não há possibilidade de ganho de causa, de forma definitiva, para os trabalhadores, em situações como aquela. Diante desta constatação, era necessário acionar outras instâncias, nas quais se poderia ter uma solução favorável aos trabalhadores. A estratégia passa a ser: procurar postergar as decisões judiciais para dar tempo ocorrer a intervenção governamental, através do Incra.

- Impasse nacional. No início das negociações, em agosto de 91, tinha-se uma situação de paralisação das ações desapropriatórias do governo federal, o que configurava uma situação de *impasse geral* para os diversos conflitos fundiários, em todo o país.

A situação de impasse no contexto nacional resulta da falta de vontade política do governo Collor de promover a regulação dos artigos da Constituição Federal de 1988, sem o que não era possível haver desapropriação de imóveis para fins de reforma agrária. Havia, portanto uma *frente de luta nacional*, levada à frente pelo *pool* de movimentos e entidades na luta em prol da reforma agrária. No plano local, a situação nacional se constituía no mais decisivo elemento da conjuntura a ser levado em conta.

- Impasse na ação do Interpa, em 91. Nas *rodadas* de negociação, apesar de todas as pressões, os trabalhadores decidem não sucumbir às propostas apresentadas e não se chega a nenhum acordo.

O não equacionamento, nos termos apresentados no processo de negociação não significou um problema, bem ao contrário, os agricultores haviam conseguido barrar a pseudo solução encaminhada. No bojo das discussões - e no processo de fortalecimento da organização - os agricultores estabelecem coletivamente três questões essenciais para toda a luta, quais sejam: não estavam de acordo com soluções que implicassem em remoções de quem fosse; consolida-se a firme determinação de não permitir que os proprietários também explorassem

as terras e constróem a compreensão de que apenas a desapropriação integral dos imóveis solucionaria o conflito.

- Impasse no 1º acordo mediado pelo Incra, em 92. O impasse se estabelece quando os proprietários não aceitam os preços a serem pagos pelas terras, conforme definição da vistoria realizada pelo Incra nos imóveis, após a celebração de um acordo, em 14 de abril de 1992, no teatro municipal da cidade de Alagoa Nova, Pb.

Na hipótese do Incra ter concordado com o preço da terra, constante da proposta dos proprietários, talvez a organização dos trabalhadores não tivesse tido meios para barrar a concretização da compra da terra. Na época estava havendo acompanhamento desta questão e os trabalhadores sabiam que preço elevado da terra vinha em seu desfavor, uma vez que posteriormente eles teriam que pagar pelas terras. Mas, isto não se verificou... Aquela postura conjunta dos proprietários, entretanto, escondia uma fissura entre eles, dada pela pressa que os proprietários de um dos imóveis tinham pela solução de sua situação. Daquele impasse, surge portanto a primeira possibilidade efetiva de solução, dada pelo encaminhamento - em separado - da desapropriação do 1º imóvel. O êxito desta iniciativa só se tornara possível graças à superação do impasses nacional, que tornara novamente possível as desapropriações.

- Impasse decorrente do desmembramento das terras. O novo líder dos proprietários promove, artificialmente, o desmembramento da titularidade dos imóveis com a expressa finalidade de deixá-los com área inferior à que o Incra poderia desapropriar.

Este *impasse* que se afigurava como o mais complicado porque excluía toda possibilidade de negociação, e bloqueava a única possibilidade de solução, através da ação do Incra. Este novo impasse parecia, de fato, mais difícil de ser superado, inclusive porque as atitudes deste novo ator - tanto no interior dos imóveis, quanto no âmbito judicial - indicavam claramente que sua determinação era obter uma solução baseada na força, contemplando exclusivamente os seus interesses.

Naquele contexto, a organização dos trabalhadores não teve alternativa que exercer sua força coletiva para impedir as investidas do novo proprietário para se estabelecer nas terras.

A organização soube também construir um caminho para a solução do impasse, através do recurso a uma possibilidade presente em sua assessoria.

Registre-se que com este proprietário - a rigor - não houve negociação, apenas confronto - salvo quando da reunião que determinaria a superação definitiva do impasse, abrindo espaço

para a desapropriação integral dos imóveis. Naquela reunião, o proprietário negociou quando percebeu que não lhe restava alternativa.

Conforme já apresentado, obtém-se finalmente o equacionamento para mais um caso de regularização fundiária que, para Martins (2.000: 19), “*se constitui, na maioria dos casos, em legítimo ato de reforma agrária*”.

➤ Reforma agrária como solução de um tipo específico de *impasse*: “*reforma agrária é todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade.*” (MARTINS, op. cit., p.19)

4 - Bibliografia citada

MARTINS, José de Souza, A chegada do estranho, São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

BARBIER, René, La Recherche Action, Paris: Ed Economica, 1996.

SOUZA, João Francisco, ‘Educação e Movimentos Sociais’ in Memórias do IV Seminário Internacional: Universidade e Educação Popular, João Pessoa, 26 a 30 de julho de 1994 - João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1995.

BOURDIEU, Pierre, Contrafogos, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

DISPUTAS PELA TERRA E NOVAS RURALIDADES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: O CASO DO VALE SÃO JOÃO

Flávio Alves Serafini

Diferentes trabalhos acerca da questão rural tem trazido para o debate diversas leituras e perspectivas na maneira de se entender as formas de relação do homem com a terra e seus diferentes significados. Categorias como multifuncionalidade, pluriatividade, neoruralismo vêm se somando às de campesinato, agronegócio, latifúndio, etc. na tentativa de compreender a enorme diversidade do meio rural brasileiro.

No ano de 2002, quando ainda na condição de bolsista CNPq tive a oportunidade de conhecer o Vale São João, no estado do Rio de Janeiro, fiquei instigado com a multiplicidade de significados que a terra adquiria para a ação dos diferentes grupos sociais que a disputavam. Nesta ocasião, tive a oportunidade de participar da equipe de sociologia, que coordenada pela professora Ana Motta elaborou juntamente com equipes da engenharia agrícola, do direito e da geografia Laudo Técnico acerca da possibilidade de convivência harmoniosa entre trabalhadores rurais e a Reserva Biológica de Poço das Antas. Em 2004, trabalhando na área, agora com o objetivo de analisar a ação dos movimentos sociais na luta por reforma agrária, como parte de meu trabalho de conclusão de curso, mais uma vez me senti instigado em me debruçar mais especificamente sobre a questão dos diferentes significados buscados pela apropriação da terra. Enfim, a partir deste trabalho, começo a sistematizar algumas questões sobre esta temática que acredito poderão ser tema de trabalhos futuros.

Buscando uma maior explicitação da natureza e dos diferentes fatores refletidos nas disputas por terra no Vale São João, levantaremos alguns elementos sobre a questão agrária no estado do Rio que acreditamos são necessárias para a compreensão dos conflitos estudados. Posteriormente, tentaremos entender a ocupação do Vale São João verificando particularidades e identidades com o processo de ocupação do território fluminense.

1-A QUESTÃO AGRÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

No início do século XX, segundo Alentejano (2003), o estado do Rio de Janeiro, assim como grande parte do país, tinha como principal fator de organização espacial o capital agrário, que se distribuía pelo estado, colaborando na definição das diferentes regiões: O Vale do Paraíba, onde predominava a produção cafeeira; a região das Baixadas, estendendo-se a leste da Baixada Guanabara até o limite com o Espírito Santo onde predominava o cultivo da cana; Baixada Guanabara, situada ao redor da Baía com uma boa produção frutífera e destacada importância comercial por se tratar de uma área de escoamento da produção; e a Região Serrana, uma vasta região de topografia acidentada que por não ser hegemônica por nenhuma fração do capital agrário, se configurava como região de fronteira e portanto, de reprodução do campesinato, dentre eles ex-escravos e principalmente imigrantes alemães e suíços.

A produção do café, da cana e da laranja, foram historicamente as principais culturas comerciais do estado do Rio, e em sua decadência, se revelam algumas das principais tendências da disputa pela terra no Rio de Janeiro, com grande destaque para a incorporação de novas áreas ao tecido urbano e a manutenção da terra enquanto reserva de valor.

A CRISE DA CAFEICULTURA

Ainda no início do século XX, como consequência do fim da escravidão e do desgaste das terras com as sucessivas colheitas de café, esta cultura entra em crise na região do Vale do Paraíba e o capital cafeeiro migra em busca de novas terras no estado de São Paulo deixando para trás um cenário de abandono. Santos e Mendonça (1986), nos mostram como desde a metade do século XIX, quando se aproximava o fim da escravidão, e os produtores da região viam a produtividade de suas terras diminuir pelo desgaste, usavam o “discurso da decadência” para pressionar o governo na definição de políticas públicas que garantissem a oferta de mão de obra para a agricultura. Como destaca José de Souza Martins (1986), as facilidades de crédito no estado de São Paulo eram maiores assim como as terras eram melhores, e por isso o capital migrou para lá.

Destacamos, conforme nos mostraram Santos e Mendonça a presença do discurso da decadência, pois embora o café fosse a principal cultura do estado não era a única e sua crise era localizada. O cenário de abandono que se seguiu, não significou o

desmembramento das propriedades, que ficaram preservadas representando reserva de valor. Apesar da crise e da migração do capital, não houve uma alteração em sua estrutura fundiária.

No escopo da crise do Vale do Paraíba, o Noroeste do estado experimentou um crescimento desta cultura, embora nem de perto se assemelhasse ao do Vale do Paraíba.

DESRURALIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO

Até os anos 1940 as características das diferentes regiões do estado de uma maneira geral vão se manter. Neste período vão se dar importantes processos na reconfiguração territorial do espaço agrário fluminense, onde se destacam: a expansão da urbanização sobre a Baixada Guanabara forçando sua incorporação à metrópole; o início de industrialização no Vale do Paraíba; e o declínio da produção cafeeira do Noroeste, que acabou repetindo com décadas de atraso a história de decadência do Vale do Paraíba.

É importante destacarmos o papel cumprido pelas ações do governo neste período, pois de um lado foi com a abertura da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e com o desenvolvimento da infra-estrutura necessária que o governo impulsionou a revitalização do Vale do Paraíba, agora como área industrial; e por outro, foi a dragagem da área da Baixada Guanabara que terminou por criar condições para a expansão da urbanização nesta região. Compreende-se destes fatores, que por mais que a dragagem da área da Baixada não tivesse como objetivo a ampliação da metrópole, seu resultado acabou sendo este, e fundamentalmente, depreende-se nos dois casos, que o papel desempenhado pelo governo na organização espacial do estado girava ao redor de projetos de urbanização.

Ambos os processos são interessantes de se analisar, pois se de um lado, por mais adequadas tecnicamente que a região do Vale do Paraíba pudesse ser para a instalação da CSN, tratava-se de um região eminentemente rural, e a ação do governo não só alterou as características da região, como também garantiu uma elevação dos preços das terras e acabou obstruindo a possibilidade de desenvolvimento de formas alternativas de ocupação do solo. Por outro lado, a dragagem da região da Baixada sem que antes tivesse havido um projeto de reestruturação fundiária, propiciou um aquecimento no mercado de terras, que impulsionado pela proximidade com a capital expandiu os loteamentos urbanos e expulsou os trabalhadores da terra. Como destaca

Medeiros (1989), a resistência dos trabalhadores alcançou tamanha dimensão que o estado do Rio apareceu no cenário nacional como uma das regiões onde os conflitos no campo eram mais intensos.

Durante este período, a região serrana teve um crescimento da atividade turística, tendência que de alguma maneira se manteria até o fim do século, enquanto o litoral sul, assim como as Baixadas Leste e Norte seguiram sem grandes transformações.

DESRURALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO

O período que se inicia a partir do golpe militar de 1964 é marcado por um aprofundamento da tendência de esvaziamento do meio rural fluminense, acompanhado por um processo de urbanização em diferentes áreas do estado onde se destacou a ação do capital imobiliário ligado principalmente ao avanço da atividade turística. O governo militar induziu um tipo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que foi marcado por um lado pela realização de grandes obras de infra-estrutura, e por outro por um impulso na modernização da agricultura que preservou a concentração fundiária e expulsou trabalhadores do campo. No estado do Rio, mais uma vez a ação do Estado foi fundamental para a definição de territorialidades, onde destacamos três motivos principais:

- 1- a repressão aos movimentos sociais que organizavam a luta dos trabalhadores em deixar a terra e colocavam em pauta a reforma agrária,
- 2- a política de modernização agrícola que alterou principalmente a organização do cultivo da cana principal lavoura do estado e
- 3- realizou grande obras de infra-estrutura, que tanto viabilizaram a urbanização de regiões como o Litoral Sul e a Região dos Lagos como modificaram características locais que valorizaram terras como no Vale São João como bem aponta Binsztok (1993).

Como nos mostra a tabela 1, durante o regime militar se dá o grande salto na desruralização do estado do Rio, havendo não somente aumento relativo da urbanização, mas também acentuada diminuição da população rural em termos absolutos. Diferente da tendência a metropolização que se destacou no período anterior, a tendência verificada agora foi de urbanização de diferentes cidades do interior, com ampliação da oferta de serviços impulsionada pelo turismo e o desenvolvimento da indústria em outras áreas.

Tabela 1: Distribuição Rural-Urbana da População – Rio de Janeiro – 1950-2000

	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Total	4.674.645	6.649.646	8.994.802	11.291.520	12.807.706	13.406.379	14.391.282
Urbana	3.392.591	5.252.631	7.906.146	10.368.191	12.199.641	12.806.448	13.821.466
%	72,58	78,90	87,90	91,82	95,25	95,6	96,04
Rural	1.282.054	1.397.015	1.088.656	923.329	608.065	599.891	569.816
%	27,42	21,01	12,10	8,18	4,75	4,44	3,96

Fonte: Censos demográficos do IBGE

Dentre os fatores impulsionadores do turismo, se destaca a construção da BR-101, que cortando o Litoral Sul e as Baixadas Leste e Norte possibilitou um significativo avanço do turismo e da especulação imobiliária. O avanço da especulação imobiliária significa em primeiro lugar o abandono da atividade agrícola, ou a desagregualização, e o avanço do turismo, neste caso representou urbanização, com crescimento das cidades e do setor de serviços.

Nas Baixadas Leste, hoje conhecidas como Baixadas Litorâneas ou Costa do Sol, incrementou-se muito o turismo. Já na área interiorana, no Vale São João, diferentes intervenções governamentais como a drenagem e a canalização do Rio São João, valorizaram terras e tiveram grande impacto na organização espacial da região afastando o trabalhador da terra de diferentes maneiras, conforme analisaremos mais adiante.

A Tabela 2 confirma esta tendência, pois se a urbanização do estado foi contínua, se acentuando nas décadas de 1960 a 1980 e permanecendo nas décadas seguintes conforme mostrou a tabela 1, a tabela 2 mostra que em um primeiro momento o crescimento populacional esteve mais concentrado na região metropolitana, além do Vale do Paraíba, e no segundo momento, de 1970 a 2000 se deu de forma mais equilibrada em todas as regiões do estado.

Tabela 2: População residente segundo as regiões de governo 1940-2000- Estado do Rio

População residente e taxa de crescimento					
Regiões de governo	1940	1970	Crescimento 1940-1970 (%)	2000	Crescimento 1970-2000 (%)
Estado	3.611.998	8.994.802	149	14.367.083	60
Região metropolitana	2.231.527	6.891.521	209	10.872.768	58
Noroeste Fluminense	305.066	245.561	-20	297.512	21
Norte Fluminense	344.053	471.038	37	696.988	48
Serrana	285.646	467.159	64	751.428	61
Baixas Litorâneas	136.387	238.725	75	560.298	135
Médio Paraíba	159.496	446.835	180	784.813	76
Centro Sul	121.567	177.753	46	254.575	43
Baía da Ilha Grande	28.256	56.210	99	148.701	165

Fonte: Censos demográficos do IBGE

Na Região Norte, a partir de incentivos fiscais do governo militar através de programas como o Pró-Álcool e o Programa de Apoio a Agroindústria Açucareira, se deu

um processo de reestruturação produtiva, como destaca Neves (1997), com modernização da fase da produção e alteração das relações de trabalho. As alterações das relações de trabalho tiveram como marca principal a expulsão dos trabalhadores da lavoura, transformando-os em bóias-frias e moradores da periferia das cidades.

UM BREVE PARÊNTESIS SOBRE A QUESTÃO DA “DECADÊNCIA”

As diferentes ações do governo, que como pudemos destacar tiveram implicações diretas na configuração espacial do estado do Rio, em geral, se deram no sentido de viabilizar o processo de industrialização/urbanização. Evidente que o estímulo à industrialização era necessário, assim como os investimentos em infraestrutura eram e continuam sendo fundamentais. O que é necessário destacar é o fato destas intervenções no estado do Rio em geral estarem relacionadas com o avanço da urbanização.

Como destacamos no caso da crise da cafeicultura (SANTOS, MENDONÇA 1986), as elites agrárias utilizavam o discurso da decadência para pressionar o governo em busca de créditos. Geiger (1956) ao analisar a questão rural na região das Baixadas do final do século XVIII à metade do XIX, também se contrapõe ao discurso da decadência, afirmando:

“o que houve neste período foi uma série de transformações que significaram decadência de certos grupos sociais, como o dos senhores de engenho, e geograficamente, nova distribuição da ocupação e utilização da terra...”

O debate que este autor está fazendo na metade dos anos 1950, se referindo as primeiras décadas do século anterior, já é o de contraposição ao discurso da decadência, apontando que a crise da grande propriedade agrícola não significa necessariamente decadência ou perda de vocação rural. O que nos parece, analisando a questão agrária no estado do Rio é que o discurso da decadência ou da falta de vocação rural, em geral esteve associado ao discurso das elites agrárias em crise ou dos setores do capital imobiliário como forma de legitimar o avanço da urbanização e a expulsão dos trabalhadores de suas terras. A assimilação da Baixada Guanabara à metrópole foi bastante significativa neste sentido, como destaca Grynsman (1987), o discurso da decadência agrícola não se referia à agricultura, mas a grande lavoura, modelo de exploração da terra que sempre foi valorizado no país.

Romeiro, se contrapondo a tese da suposta decadência agrícola do estado do Rio, destaca como entre 1975 e 1985 a agricultura fluminense cresceu e se modernizou, num nível de mecanização produtiva só inferior no sudeste ao da agricultura paulista, e afirma:

“... se o potencial agrícola do estado do Rio está longe de ser totalmente bem utilizado, por outro lado, tudo indica que a agricultura fluminense ao contrário do que se supunha é bastante dinâmica e eficiente.”

Cabe ressaltar, entretanto, que esta modernização se deu principalmente na Região Serrana, área de ocupação tradicional de pequenas e médias propriedades e que tem se destacado na produção de olerícolas. Sendo assim, acreditamos como destaca Alentejano (1997) que:

“Na realidade a imagem da decadência é contruída por oposição à imagem idealizada da agricultura brasileira nas últimas décadas, a de grande produção modernizada que se espalha em estados como São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul pelas margens das rodovias. Como no Rio de Janeiro as grandes produções- café e cana- faliram ao longo do século, as terras situadas ao longo das rodovias são improdutivas...”

REGRESSÃO DA DESRURALIZAÇÃO E RETOMADA DA LUTA POR REFORMA AGRÁRIA

O início dos anos 1980, foi marcado pela modificação de algumas tendências que marcaram o período anterior. Em primeiro lugar, com o enfraquecimento do regime militar e o arrefecimento da repressão, os conflitos por terra voltaram a ocorrer impulsionados também por outros fatores, como a saturação das grandes cidades e posturas mais favoráveis do governo estadual.

Neste período, a luta por reforma agrária ganha outro contorno, pois não se trata mais de lutar contra a expulsão da terra, mas sim por alternativas de sobrevivência. Como destaca Medeiros (1999), o acampamento Campo Alegre é bastante emblemático neste sentido, pois criado no início dos anos 1980 é composto em grande parte por trabalhadores urbanos, demonstrando que não se trata de recriar o modo de vida “camponês”, mas de buscar uma sobrevivência estável conjugando o trabalho agrícola com outras atividades ou rendas.

Neste período, outra mudança importante foi a intensificação da extração do petróleo no Norte Fluminense, pois tem criado uma nova hegemonia econômica e devido a repartição dos royalties movimentado bastante a economia da região (ALENTEJANO 2003). As demais regiões do estado mantiveram as tendências anteriores, tendo a Região dos Lagos e o Litoral Sul se consolidado como áreas de

grande atração turística e o Vale do Paraíba iniciado um processo neste sentido através do turismo rural.

AS NOVAS RURALIDADES

Observando a tabela 1, percebemos que durante a década de 1990 a população rural do estado do Rio continuou diminuindo tanto em termos relativos como em termos absolutos, fato que a princípio contraria a perspectiva de um novo processo de ruralização. O fato de diferentes áreas do estado terem desenvolvido uma significativa estrutura urbana para receber o turismo, e da Região Norte continuar sendo impulsionada pela indústria petrolífera ao mesmo tempo em que o cultivo da cana segue em decadência, também contrariam esta tese. Entretanto, os números da tabela 1 também mostram que a intensidade desta diminuição se reduziu bastante, e por outro lado, diferentes processos têm colaborado para configuração de uma nova dinâmica na relação rural-urbano, pois tem delineado a existência de fluxos, que de alguma maneira podem significar uma revalorização do meio rural.

Os dois principais fatores que têm colaborado para esta perspectiva da revalorização do meio rural foram, por um lado; a intensificação das ocupações e dos assentamentos de reforma agrária no estado, e por outro, uma tendência de diferentes pessoas da classe média e alta se mudarem para o campo buscando uma vida mais bucólica, em contato com a Natureza, desenvolvendo atividades produtivas de alto valor agregado como scargot por exemplo, ou investindo no ecoturismo, como forma de fugir do caos das grandes cidades.

Giuliani (1990), ao discutir esta tendência dos setores de classe média e alta irem ao campo, que ele chama de neo-rurais, faz questão de diferenciá-la do movimento de trabalhadores por reforma agrária uma vez que a caracterização destes é a seguinte:

“Essas formas de ida ao campo nada têm a ver com o neo-ruralismo, já que o motor desses processos é o velho motor da necessidade, da busca dos meios de sobrevivência onde estes estiverem, na cidade no campo em qualquer lugar.”

Enquanto para os neo-rurais:

“O que faz reviver os valores próprios do mundo rural, transformando-os em força crítica das formas em que a sociedade inteira se desenvolve, é uma escolha bem precisa e particular. Isto é, quando as pessoas decidem não mais morar nas cidades e não mais trabalhar em profissões urbanas, resolvendo se mudar para o campo e trabalhar na agricultura ou na criação de animais.”

O trabalho de Giuliani é pioneiro em apontar esta tendência, em estudo que destaca a região serrana como espaço de desenvolvimento de atividades como a produção de: scargots, rãs, queijo de cabra, ervas finas e outros produtos de alto valor agregado. Outros trabalhos mais recentes têm demonstrado que outras atividades ligadas ao turismo ecológico ou ao agroturismo têm se desenvolvido em outras regiões do estado como o Vale do Paraíba ou o Vale São João. Embora não necessariamente estas atividades estejam relacionadas à questão agrícola, elas representam uma revalorização do rural, de um certo modo de vida ligado a terra, a natureza. Weichert (2003), ao falar da agricultura orgânica, destaca que o estado do Rio de Janeiro é um dos principais estados do país a desenvolverem este tipo de produção de alto valor agregado, contando com 120 produtores certificados e ficando atrás somente do Paraná, do Rio Grande do Sul e de São Paulo. A “Associação de Agricultores Biológicos” do estado do Rio de Janeiro, a ABIO conta com cerca de 180 associados em mais de 10 municípios¹.

Os assentamentos de trabalhadores rurais, outra vertente que acreditamos esteja recolocando a valorização dos rurais em nosso estado têm adquirido cada vez mais importância devido principalmente a proporção que tem alcançado. Em alguns municípios, como é o caso de Seropédica os assentamentos de reforma agrária tem dado um novo panorama à cidade (MEDEIROS, LEITE 2004). Ao todo no estado, seriam cerca de 70 assentamentos, que segundo Alentejano (2003) representariam cerca de 15% da população ocupada e 7% do total da população rural. Este conjunto de movimentos em relação ao meio rural que estaria sendo chamado de reruralização (ALENTEJANO, 1997).

2- UM PANORAMA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO VALE SÃO JOÃO

A micro-região do Vale São João, fica situada na macro-região das Baixadas Litorâneas no estado do Rio de Janeiro, compreendendo os municípios de Silva Jardim e Casimiro de Abreu, somando uma área de 2.078 Km². Sua ocupação, segundo Lamego (1974), data do século XVIII, atuando como via de escoamento de produção através dos rios que a cortavam. Posteriormente, a ocupação da região foi vagarosa, sem haver nenhum grande ciclo de desenvolvimento econômico.

O Vale São João, está situado entre a capital do estado e Campos, os pólos mais dinâmicos da economia do estado no início do século XX. A distância para estes dois

¹ Dados da própria ABIO, publicizados no site www.abio.org.br.

pólos, segundo Geiger (1956), pode ajudar a explicar o baixo dinamismo da produção local. Tendo alguma plantação de café, e alguma coisa de cana, a principal exploração econômica da região nas primeiras décadas do século, seria a extração de lenha de suas abundantes matas. A exploração da cana e do café, embora não lograssem alcançar bons níveis de produtividade, eram caracterizadas pela grande propriedade. Um dos exemplos da pouca importância da cana nesta região, era o fato dela não possuir engenhos, somente alambiques, o que segundo Geiger (1956), mostrava como sua produção era secundária. A criação de gado, outra produção da região, também se caracterizava pela baixa produtividade, atividade que em geral seguia a exploração da floresta e provavelmente servia para garantir a ocupação da terra.

A crise da cafeicultura e da função portuária, levaram a região a uma situação de abandono, que se agravou devido a um surto de malária (LAMEGO, 1974). Geiger (1956), chega a apontar a existência de pequenos proprietários em Silva Jardim, mas assim como Binsztok (1993) acredita que com a crise deram-se lembramentos que ajudam a explicar o atual predomínio de grandes propriedades na região. Os preços das terras e os salários da região eram os mais baixos do estado, e a região era tão pouco atrativa que nos anos 1940 e 1950 chegou a ter diminuição absoluta da população.

Tabela 3 – População rural-população total

Municípios/anos	População Rural		População Total	
	1941	1950	1940	1950
Casimiro	8.097	6.190	9.183	8.008
Silva Jardim	13.210	10.360	14.120	11.194

Fonte: Censos demográficos IBGE

Estas características demonstram como a área não despertava nenhum interesse do setor produtivo do grande capital, contando com uma grande reserva de matas e alguns latifúndios de pouca produtividade, onde se extraía madeira e se deixava algumas cabeças de gado soltas no pasto, que funcionava como reserva de valor. Geiger (1956), afirma que mesmo a produção de gado não representava um investimento para a exploração da área, servindo muito mais para mascarar a improdutividade das terras. O censo agropecuário do IBGE, confirma esta avaliação mostrando que municípios voltados para outros tipos de produção como Campos e Macaé com a cana possuíam rebanhos muito mais consideráveis.

Sendo assim, segundo Binsztok (1993),

“até o advento do programa incorporatório da década de 70, podemos afirmar que o Vale vivenciou uma economia quase fechada, produzindo o carvão extraído de suas matas residuais de restingas e de capoeirões encontrados no morro do São João”.

A EXPANSÃO CAPITALISTA DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

Uma das principais características da política agrária dos governos militares foi a expansão da fronteira agrícola nas regiões centro-oeste e amazônica. Esta expansão da fronteira, diferente do que aconteceu nos Estados Unidos, não esteve reservada a expansão do campesinato, ao contrário,

“as autoridades econômicas do período (em especial Delfim Netto) rapidamente buscaram atrair grandes capitais nacionais e internacionais por meio de incentivos fiscais para implantar pastagens onde havia floresta equatorial.” (GARCIA, PALMEIRA, 2001).

A grande quantidade de mata ainda preservada e a grande extensão de terras que poderiam ser incorporadas ao empreendimento agropecuário capitalista, fizeram com que o Vale São João fosse considerada como área para a intervenção do governo militar priorizando o desenvolvimento da fronteira agrícola. É importante destacar que a área até então era considerada zona prioritária para fins de reforma agrária pelo governo federal, portanto, esta alteração nos planos do governo militar para a região, significou abandono da possibilidade de democratização do acesso a terra naquela região, ao menos naquele período.

Segundo Binsztok (1993), a primeira medida a reduzir o isolamento da região, foi a abertura da Rodovia Amaral Peixoto, que se constituiu no primeiro fator de urbanização da região que veio se expandir com a pavimentação da BR. 101 e a construção da ponte Rio-Niterói. Paralelamente a estas obras que mudaram a estrutura de transportes do estado do Rio, se deu um breve período que antecedeu a execução de obras do DNOS, a aquisição de grandes extensões de terra pelos segmentos do grande capital fluminense, transformando tais empresários em grandes beneficiários pelo conjunto destas intervenções estatais.

Estas intervenções, drenaram áreas, modificaram o leito dos rios São João e Macaé e seus adjacentes, além de prepararem a área para a prática da agricultura, removendo o conteúdo emblemático de insalubridade que caracterizou o passado do Vale São João. Dentro da perspectiva do desenvolvimento da exploração capitalista do campo brasileiro, a produção na área foi pensada a partir do modelo de grandes

propriedades com altos índices de mecanização. O clima quente e úmido, além das possibilidades de irrigação, levava a acreditar que seria possível desenvolver a cultura de arroz na área. O sistema, foi o de arrendamento capitalista, baseado em grandes áreas, bem acima dos padrões praticados na agricultura fluminense, e na monocultura, no caso de arroz.

Entretanto, o impulso especulativo que caracterizou a exploração do Vale São João não permitiu que fossem feitos os estudos necessários para a adequação da rizicultura à região. Sendo assim, segundo Binsztok, o modelo de drenagem seguindo os parâmetros urbanos, a falta de manejo adequado do solo, a utilização de máquinas pesadas demais trazidas pelos arrendatários gaúchos e a dificuldade na obtenção de insumos adequados, inviabilizaram a exploração da rizicultura na região nos moldes preconizados. Os arrendatários desistiram da empreitada e abandonaram a região.

Ainda durante o regime militar, outras ações importantes colaboraram para dar novos significados na relação com a terra na região. No ano de 1975, foi construída uma barragem na lagoa de Jurtunaíba, inundando parte da região, e neste mesmo ano, cedendo as pressões de diferentes organizações ambientais nacionais e internacionais o governo federal criou a Reserva Biológica Poço da Antas (REBIO), que tinha como principal objetivo preservar a espécie do mico leão dourado do perigo de extinção. Ambas as ações tiveram grande impacto na região, a primeira principalmente ambiental, e a segunda, além de expulsar trabalhadores de diferentes áreas, colocou a região como uma das principais áreas de preservação do estado.

O panorama posterior ao fracasso dos arrozaais, foi marcado ainda pela relação da terra como reserva de valor. Nos anos 80 ainda era possível acessar créditos e manter a terra improdutiva como forma de aplicação. Neste sentido, o gado retomou o pasto e o latifúndio não se dividiu.

3-AS NOVAS RURALIDADES NO VALE SÃO JOÃO

Algumas das transformações ocorridas nas décadas anteriores, fizeram com que desde o início dos anos 90, algumas novas tendências comesçassem a se verificar na configuração do território na região. A infra-estrutura de transportes “aproximou” a região dos centros urbanos, a criação da REBIO colaborou para a construção de uma certa identidade ambiental na região e a crise da rizicultura, seguida na mudança de créditos do governo federal para o campo, reduziram as possibilidades de se ganhar

dinheiro simplesmente com a terra desocupada. Este conjunto de fatores, juntamente com a retomada da luta por reforma agrária ajudaram a se desenvolver novas práticas e novos significados para o uso da terra na região.

Brincando durante uma entrevista um fazendeiro², diretor de um sindicato agropecuário da região, deixa transparecer algo que é recorrente na discussão sobre o campo atualmente: “*O turismo vai me expulsar, o governo tá dando muita ênfase ao turismo*”. Falando como dirigente de uma corporação de produtores rurais afirma que será expulso pelo turismo, mas em seguida, como proprietário de grande extensão de terras, fala de seus planos para construir um hotel fazenda em um pedaço delas. Foi recorrente durante a entrevista a reclamação em relação a falta de “ajuda” do governo. Segundo o entrevistado, o governo: “*antes ajudava mais*”.

Esse movimento é sintomático da parte das elites rurais locais, e possível de ser enquadrado, como uma expressão da “nova” ruralidade, que irá transportar produtores rurais para o setor de serviços.

A noção de multifuncionalidade, originada a partir da realidade francesa, permite, entre outras coisas, explicar como a reprodução da paisagem com a agricultura pode representar uma mercadoria de alto valor cultural e identitário. Ao ampliar o campo de funções sociais da agricultura, deixando de ser mera produtora de bens agrícolas, destacamos: a conservação dos recursos naturais (água, solos), o patrimônio natural (paisagem), a qualidade de alimentos e o agroturismo.

“Essa busca da natureza e o desejo dos cidadãos em transformá-la em mais um bem de consumo toma a forma de turismo, alterando o ritmo da vida local. Pequenas pousadas são construídas e tendem a substituir, em grau de interesse e de rendimento, a unidade de produção agrícola que nela funcionava. A agricultura, nesses casos, passa a ser um complemento...” (CARNEIRO, 1998)

Atualmente, no Vale São João é possível perceber a expansão do turismo de duas formas distintas: uma no distrito de Barra do São João, em Casimiro de Abreu, onde se desenvolve um turismo mais litorâneo, conjugado com um processo de urbanização; e outro em seu interior, ligado a apreciação da natureza, aproveitando-se da preservação das matas e da existências de rios e cachoeiras. Este tipo de turismo, voltado para a apreciação da natureza é conhecido como ecoturismo, e é também a principal característica desta atividade no município de Silva Jardim, onde se destaca o distrito de Aldeia Velha como área preferida dos visitantes para a realização de trilhas e

² Entrevista realizada em 2002, quando da construção do laudo (UFF).

passeios ecológicos. Esta forma de ocupação da terra, faz transparecer uma nova visão sobre a natureza, onde ao mesmo tempo em que ela é valorizada, ela também é vista enquanto estranha ao homem.

Paralelamente ao desenvolvimento do turismo e da ampliação do setor de serviços, os movimentos sociais e os trabalhadores da região colocam em pauta outro projeto na definição do território: a reforma agrária. A área que já contava com o assentamento Aldeia Velha, a partir de 1995 com a criação do assentamento Cambucaes e de 1997, com a ocupação da área chamada de Brejão, passou a contar com mais um assentamento e um acampamento, colocando definitivamente a questão dos assentamentos de trabalhadores rurais no centro das disputas pelo acesso a terra na região.

Cabe destacar que estes diferentes assentamentos têm naturezas distintas, enquanto os assentamentos Aldeia Velha e Cambucaes, foram motivados pela regularização de pessoas que já residiam e trabalhava no local, o assentamento e o acampamento Sebastião I e II foram fruto da luta por reforma agrária organizada pelo movimento social, nestes casos, o MST. Em pesquisa realizada pela UFF, no Assentamento e no Acampamento Sebastião I e II, pudemos perceber, que a maior parte dos participantes da ocupação que originou a ambos, era residente ou no próprio Vale São João ou em municípios de seu entorno, como Macaé e Cabo Frio. Isto reforça a idéia de que o papel do movimento social foi de organizar uma demanda, em municípios onde a renda e escolaridade tem índices bastante baixos e provavelmente as alternativas de sobrevivência são limitadas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DISPUTA PELA TERRA NA REGIÃO

Ao analisarmos a disputa pela terra no estado do Rio, destacamos como o “discurso da decadência”, muitas vezes aparece para legitimar opções dos fazendeiros ou políticas governamentais. No caso do Vale São João, talvez até por nunca haver se verificado um ciclo de grande desenvolvimento econômico, este discurso não está presente, entretanto, na busca por legitimar as diferentes formas de apropriação da terra outros discursos aparecem tentando justificar projetos e interferir nos rumos das políticas públicas. Destacamos neste sentido, a atuação da ong do mico leão dourado (AMLD), que atuando em conjunto com o IBAMA vem fazendo um discurso de deslegitimação da presença dos trabalhadores rurais no entorno da reserva. O

acampamento Sebastião Lan II, que somente agora parece estar em vias de se transformar em assentamento, foi fruto de disputa jurídica entre o INCRA e o IBAMA, o primeiro querendo fazer o assentamento em uma área que até então era grilada por um fazendeiro local, e o segundo querendo inviabilizá-la alegando riscos para a REBIO.

Evidente que um conflito como estes tem em sua natureza o próprio papel de cada um destes órgãos junto a sociedade, entretanto, o discurso do IBAMA, ao mesmo tempo que parece defender a REBIO, tenta deslegitimar um determinado tipo de ocupação do solo. Compreendendo a ideologia como uma visão de mundo e toda visão de mundo como uma prática, este discurso do IBAMA tem servido para legitimar uma redefinição das ruralidades na região, mais uma vez excluindo de seu arcabouço a pequena propriedade rural. Enquanto com os assentamentos rurais a disputa pela terra chega a alcançar o limite da disputa jurídica, com os proprietários de terra a relação de dá em outro patamar como pudemos verificar em panfleto publicado em conjunto com a AMLD, o IBAMA-RJ divulga as vantagens da legislação para os fazendeiros:

“Garantia de propriedade privada preservada; Isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) referente à área reconhecida como RPPN”; Prioridade na análise dos projetos, pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, objetivando a concessão de recursos necessários à implantação e gestão da RPPN; Preferência na análise de pedidos de concessão de crédito agrícola junto às instituições oficiais de crédito; Possibilidade de cooperação com entidades privadas ou públicas na proteção da RPPN; e, Permissão mediante plano aprovado pelo órgão que instituiu a RPPN para realizar, na área reconhecida, atividades de recreação, lazer, educação, pesquisa e cultura”.

Sendo assim, ao que parece a disputa destas novas ruralidades não deixa de estar associada também a uma disputa entre os diferentes grupos sociais na apropriação pela terra e na configuração do território. Ao que parece, os diferentes setores têm disputado tanto a posse da terra como o direcionamento que o estado vai dar para a mediação do conflito na região. Os projetos de reruralização ligados ao turismo e a conversão de antigas propriedades em pousadas parece estar relacionado com a possibilidade de reprodução social das elites agrárias locais associadas a setores da classe média urbana que busca uma nova forma de se relacionar com a natureza, enquanto por outro lado, a reforma agrária aparece como alternativa de sobrevivência para setores da população aparentemente excluídos do processo produtivo no atual momento do capitalismo brasileiro.

4-BIBLIOGRAFIA:

- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. *Reforma e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)- Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1997.
- _____. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no rio de Janeiro*. 2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)- Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.2003.
- BINSZTOK, Jacob. Capitalismo autoritário e a questão ambiental no espaço agrícola do estado do Rio de Janeiro- Vale do São João.1993. Tese(professor titular de geografia humana)-Universidade federal Fluminens, Niterói.1993
- CARNEIRO, Maria José.*Ruralidade: novas identidades em construção*.in Estudos Sociedade e Agricultura, outubro 1998, número 11 .
- GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Transformação Agrária in: SACHS, Ignacy; et all (orgs). Brasil: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GEIGER, Pedro Pinchas; MESQUITA, Myrian Gomes Coelho. *Estudos rurais da Baixada fluminense (1951-1953)*. Rio de Janeiro: Instituto brasileiro de Geografia e Estatística, 1956.
- GIULIANI, Gian Mario. *Neoruralismo: o novo estilo dos velho modelos*. Revista brasileira de Ciências Sociais, v.14, 1990.
- GRYNSPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Museu nacional, UFRJ, Rio de Janeiro.1987.
- LAMEGO, Alberto. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: Lidador, 1974.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 3 ed. São Paulo:Hucitec, 1986.
- MEDEIROS, Leonil Servolo. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- _____. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003 (coleção Brasil urgente).
- MENDONÇA, Sônia regina. Agricultura poder e estado no Brasil:um projeto contra-hegemônico na Primeira República. In MENDONÇA, Sônia; Motta, Márcia (orgs)n Nação e poder: as dimensões da história. Niterói: Eduff, 1998.

Estado e movimentos sociais no campo no Rio de Janeiro – etnografia de uma audiência pública.

Marcelo Hernandez

1. Introdução

Em dezembro de 2003, defendi junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS/UERJ) minha tese de doutorado, que consistiu numa etnografia de um acampamento organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no norte do estado do Rio de Janeiro, denominado “Zé Pureza”.¹ No dia 18 de março de 2003, quando já tinha dado por encerrada minha pesquisa de campo para o referido trabalho, resolvi abrir um parêntesis nessa decisão. Ao longo desse dia, num mesmo espaço físico, estiveram reunidos representantes de diversas instituições que participaram das disputas envolvendo o acampamento Zé Pureza. Esses representantes estiveram reunidos para manifestar as posições de suas respectivas instituições sobre a situação dos acampados em uma audiência pública ocorrida na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

Este evento revestiu-se de grande importância para a compreensão dos fenômenos relacionados ao acampamento “Zé Pureza”, pois ele sintetiza as posições e relações estabelecidas entre os representantes das diversas instituições envolvidas nessa disputa agrária. Por isso, dediquei um capítulo da minha tese à sua análise. Este texto consiste numa revisão resumida desse capítulo da tese, ou seja, numa pequena etnografia da audiência pública que reuniu representantes das diversas instituições relacionadas ao acampamento Zé Pureza. Vale ressaltar que as transcrições dos depoimentos só foram possíveis porque filmei o evento.²

Dentre os diversos aspectos relacionados às disputas agrárias destacados no evento, estarei interessado em discutir aqui as relações estabelecidas entre agentes do Estado e representantes dos movimentos sociais. Nessa análise, apresentarei as funções e a relevância que cada uma das partes vem assumindo na resolução de disputas agrárias e no encaminhamento de políticas públicas nessa área.

¹ A tese de doutorado, intitulada “Zé Pureza – etnografia de um acampamento no norte fluminense”, orientada por Karina Kuschnir (UERJ/PUC-RJ) e co-orientada por Lygia Sigaud (Museu Nacional/UFRJ), encontra-se disponível para consulta nas bibliotecas do PPCIS/UERJ e Museu Nacional/UFRJ.

² O evento foi filmado porque, paralelamente à tese, realizei um filme documentário que narra a saga dos acampados no Zé Pureza. O filme, intitulado “Zé Pureza” está sendo lançado agora, em meados de 2005.

É necessário ressaltar que, no período da pesquisa (2000 a 2003), estavam em vigor medidas provisórias que impediam a vistoria em terras ocupadas e criminalizavam as famílias que participavam de ocupações. Essas medidas provisórias tinham como objetivo frear a escalada de ocupações de terra no Brasil, o que acabou sendo parcialmente obtido, dada a redução do número de ocupações após suas edições. Essa legislação ofereceu novos contornos para as ações de ocupação de terras, principal meio de reivindicação acionado pelos movimentos sociais. Em vez de entrarem nas fazendas, os trabalhadores utilizaram como estratégia acampar em terrenos próximos ou estradas vicinais às fazendas, como foram os casos das ocupações da Fazenda Amazonas e da Fazenda Progresso, locais nos quais as barracas do acampamento Zé Pureza foram montadas em estradas municipais. Além de criarem mais empecilhos jurídicos para o acesso ao interior das fazendas, as medidas dificultaram a subsistência dos acampados, pois restringiram os espaços para as suas plantações. A partir dessas medidas, criou-se a contraditória situação de os proprietários realizarem esforços para provar que suas fazendas haviam sido ocupadas, o que as incluiria na lista de fazendas impedidas de vistoria, como foi o caso da discussão jurídica – que se prolongou por meses – envolvendo a ocupação da Fazenda Progresso.

2. A audiência pública

O ônibus com cerca de 50 manifestantes do acampamento Zé Pureza chegou ao centro do Rio de Janeiro às 9h da manhã. Quando cheguei, por volta das 11h30min, as barracas de lona preta já estavam montadas. Eram três barracas em formato triangular, grandes em comprimento e sustentadas por varas de bambu. Armadas uma ao lado da outra, quando olhadas a partir de uma de suas extremidades davam a idéia de um grande corredor escuro com dois pontos de luz intermediários. Na extremidade direita desse corredor, mais distante da porta do Fórum, a acampada Lourdes, junto com algumas auxiliares, preparava o almoço do grupo em imensas panelas. Enquanto alguns manifestantes descansavam da noite mal dormida deitados no chão, mães amamentavam e trocavam seus filhos pequenos dentro de outras barracas. Do lado de fora, com cartazes de protesto pendurados em seus corpos, pequenos grupos de acampados e curiosos conversavam e observavam a movimentação no centro nervoso da metrópole. Algumas crianças acampadas, agitadas, corriam em volta das barracas como se quisessem fugir daquele tumulto. Ao redor das barracas, nos postes e em varais estendidos pelos acampados, avistavam-se várias bandeiras do MST e cartazes de protesto e com as diretrizes do movimento.

No centro dos cartazes de protesto aparecia o símbolo da Justiça, uma mulher com os olhos vendados equilibrando uma balança. Em cima e, continuando abaixo do desenho, aparecia escrito "Justiça contra a reforma agrária, até quando?". A manifestação organizada pelos *militantes* do MST e acampados do Zé Pureza protestava contra a morosidade e parcialidade dos órgãos de justiça. O alvo principal era uma liminar de despejo concedida por um desembargador do Tribunal de Justiça (TJ) àqueles acampados. O texto distribuído pela internet para divulgar a manifestação resumia a versão do MST sobre o conflito jurídico:

"O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA/RJ vem a público denunciar o Poder Judiciário por diversas decisões em prejuízo dos trabalhadores.

Em Conceição de Macabu, o Juízo de 1ª Instância, pressionado pelo Tribunal de Justiça, reconsiderou a decisão que tomara em favor de 130 famílias e determinou o despejo delas de uma estrada municipal.

Muitos processos de desapropriação para fins de reforma agrária encontram-se paralisados na Justiça.

Ações por não-pagamento de impostos movidas pela União contra proprietários de imóveis rurais no Rio de Janeiro não são executadas. Assim, a Justiça impede que a União arrecade terras sem custo para a reforma agrária.

Lenta quando se trata de ações judiciais contra latifundiários, a Justiça mostra-se ágil quando se trata de ações de despejo.

Entre as decisões mais injustas tomadas recentemente está o despejo de cerca de 130 famílias que, em maio do ano passado, ocuparam uma estrada municipal em Conceição de Macabu.

Esta estrada cruza a fazenda Progresso, cujo proprietário entrou com pedido de reintegração de posse alegando ser dono também da estrada.

A Prefeitura local apresentou provas de que a área ocupada pelas famílias é uma estrada municipal. O Incra, após vistoria também comprovou que as famílias não se encontram na fazenda Progresso e sim na estrada municipal. Assim mesmo o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu a favor do fazendeiro, obrigando o juiz local a executar o despejo das famílias nos próximos dias.

Essa decisão é uma verdadeira distorção da justiça e demonstra que o poder judiciário está comprometido com o latifúndio.

Esperamos contar com a sua presença neste ato pela Justiça e pela Reforma Agrária!"

Os advogados do MST haviam conseguido suspender por 60 dias a execução da liminar de despejo concedida pelo TJ, mas o prazo já estava esgotando-se. Caso não conseguissem reverter aquela decisão, os acampados poderiam ser despejados dentro de 20 dias, a partir de 5 de abril. No mesmo dia da manifestação, em regime de urgência, os advogados do MST solicitaram ao TJ um

mandado de segurança contra a decisão sobre o despejo. O pedido logo chegou às mãos do desembargador encarregado de julgar a ação. Segundo os advogados do MST, foi despachado com uma rapidez jamais vista e sobre ele circularam vários comentários dentro do fórum, exaltando o momento político favorável a decisões pró-MST (início do governo Lula).

O ato público começou no horário marcado, às 13h. A infra-estrutura contava com uma Kombi de som, com megafone e auto-falantes relativamente potentes, cedidos por um sindicato. Após a introdução de um *militante*, a palavra foi passada a um professor de direito da UERJ, que exaltou a importância das ocupações de terras promovidas pelo MST e estimulou os participantes a prosseguirem seu percurso de "lutas". Em seguida, o padre Jorjão (o mesmo que coordenou as orações na primeira ocupação do grupo Zé Pureza, na Fazenda Sertão), de Nova Iguaçu, que acompanha as ações do MST no estado do Rio de Janeiro, cantou uma música e realizou orações. Entre uma fala e outra, os *militantes* puxavam gritos de ordem repetidos pelos acampados.

A manifestação encerrou-se por volta das 15 horas. Ficamos então aguardando o retorno de uma comissão que havia solicitado uma audiência com o desembargador encarregado de julgar a solicitação jurídica impetrada pelo MST. No final da tarde, quando partimos para uma audiência pública na Assembléia Legislativa, essa comissão ainda não havia retornado. Nesse longo espaço de tempo, conversei com os acampados e com repórteres do Jornal O Dia, interessados em saber sobre o acampamento e o documentário que eu fazia. Sentados ao longo da parede externa do Fórum, os acampados e *militantes* conversavam entre si, ansiosos pela chegada da comissão e pelos resultados do julgamento do processo que decidiria os rumos a serem tomados. Em caso negativo, ouvi entre os acampados cogitações tanto sobre uma nova ocupação antes do despejo, como sobre tentar permanecer à força no local, resistindo às investidas policiais.

"Viemos buscar uma solução. Eles estão despejando a gente de lá onde nós estamos, na beira da estrada, pra outro lugar. Nós não vamos sair não. Nós queremos a terra. Só saímos dali para entrar na terra." (acampada no Zé Pureza).

O grupo saiu em fila com suas bandeiras para a audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Alerj, presidida pelo deputado José Alberto³, do Partido dos Trabalhadores. Formou-se uma certa confusão na sala de recepção da Alerj devido à necessidade de todos identificarem-se. O grupo com cerca de 50 pessoas ficou espremido no pequeno espaço entre a porta de vidro e o detector de metais até que o fluxo se normalizasse após a entrada dos primeiros acampados. A segurança local permitiu a entrada de pessoas com calção e chinelos, mas barrou os

³ Todos os nomes citados nesse texto são fictícios.

mastros de madeira das bandeiras, que tiveram de ser deixados no andar de baixo. Enrolados nos panos das bandeiras, aos poucos os acampados subiram até o auditório, no sexto andar.

"Declaro aberta a primeira audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj (...) Com a seguinte ordem do dia: 'Debate sobre a decisão do Tribunal de Justiça de despejar 130 famílias participantes do MST acampados em estrada municipal do município de Conceição de Macabu, com a presença de autoridades governamentais e representantes da sociedade civil (...) O objetivo, portanto, é discutir essa decisão. Essa audiência foi solicitada pelo MST... Para isso eu gostaria de convidar para compor a mesa o Dr. Heraldo Gomes, juiz auxiliar do presidência do Tribunal de Justiça do RJ; gostaria de convidar também o representante do MST, Aílton Rodrigues; o Sr. Jamir Leal, chefe do departamento de comunicação social do Tribunal; Dr. Carlos Martins, promotor de justiça aqui representando o Ministério Público; o Dr. João Mello, procurador geral do município de Conceição de Macabu, e o Sr. Lívio Gama, representante do Incra, e Antônio Seixas, representando o Incra, e a Sra. Olívia Castro, também representando o MST."

Cada representante teria dez minutos para falar. O primeiro foi Aílton (ex-coordenador do acampamento), representante do MST. Vejamos o início do seu discurso:

"Esse acampamento já sofreu desgaste de três anos. Hoje as 130 famílias contam com o apoio e o respaldo da sociedade local, onde já é uma conquista a manutenção desse acampamento e a coragem desses companheiros de tarem lutando, levantando essa bandeira em Conceição de Macabu. Esse apoio da sociedade vem onde os laços dos companheiros que vivem e têm um convívio com a sociedade local. Isso faz com que o acampamento tenha uma força de pressão local e também mostra que o MST hoje é uma realidade do Município de Conceição de Macabu."

O militante prosseguiu ressaltando o desgaste dos acampados decorrente dos mais de dois anos de acampamento, reclamou ao Incra a vistoria da Fazenda Progresso e repudiou a reintegração de posse da referida fazenda concedida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Em seguida, falou João Mello, procurador geral do município de Conceição de Macabu:

"(...) Entre a discussão do MST e o fazendeiro consideramos que, sendo a estrada uma estrada municipal, essa discussão interessa ao município sobremaneira (...) Verificando a divergência entre o fazendeiro e os acampados, nós entramos judicialmente como oposição, conforme manda a lei, porque a área é de domínio do município e não pertence a ninguém que não seja o município. Essa é a posição da administração e é isso que tentamos garantir (...) Tivemos uma garantia do pessoal do movimento que eles em nenhuma hipótese impediriam o trânsito de bens e pessoas, compromisso esse que eles têm mantido permanentemente até o presente"

Em seguida falou o promotor público Carlos Martins. Ele afirmou ter sido procurado por Aílton porque o MST soube da intervenção do ministério público no processo.

" (...) e eles me garantiram que o interesse do movimento era exclusivamente pressionar o Incra a realizar a vistoria para efeitos de reforma agrária e garantiram que a ocupação era pacífica, que não havia nenhum interesse de invadir a propriedade, de causar danos à propriedade, de causar qualquer prejuízo às atividades que por ventura estivessem sendo feitas na propriedade, atividades agrícolas, pecuária, ou qualquer outra; e eu estive lá no

local e não vi com os meus olhos atividade alguma. Pode ser que a propriedade seja tão ampla que em algum canto desta propriedade existam atividades, mas, do local onde nós estivemos, não é visível nenhuma atividade econômica na propriedade. (...) Então foi marcada uma vistoria (...) e, diante de nós todos, os técnicos provaram que realmente os assentados estavam na rodovia e não dentro da propriedade, a não ser uma estaca que adentrava 70cm da propriedade e eu pude verificar que a estaca estava ali por um erro dos próprios assentados que não tinham interesse nenhum de colocar aquela estaca e disseram que, se o problema fosse aquela estaca a gente retira imediatamente, como de fato retiraram."

O próximo a falar foi um dos representantes do Incra. Ele afirmou que o Incra acompanhava as posições da Prefeitura e do Ministério Público, reconheceu que os acampados estavam fora da propriedade e disse que, tão logo houvesse uma definição sobre a demanda judicial que estava havendo, o órgão estava preparado para executar a vistoria nas terras solicitadas pelo MST, as quais apresentavam indícios de serem improdutivas. Em seguida, a palavra foi passada ao representante do poder judiciário, Dr. Heraldo Gomes:

"Esse tema é interessante, porém eu acho que a temática escolhida para essa audiência pública não foi precisamente escolhida. Eu acho que nós não podemos estar aqui para discutir uma decisão judicial. Porque muito pouco podemos fazer em termos da discussão judicial, uma vez que ela já está tomada. O que nos interessa é a solução do problema. Num primeiro momento nós temos uma gestão política, que é a que está sendo feita aqui, através dessa audiência pública, tendo como interlocutor o deputado José Alberto. A segunda linha de atuação para a solução do problema é a gestão administrativa, que já está sendo também promovida, com a presença do Incra, que já está inteirado do problema, através da recente posse do procurador, que certamente caminhará para abreviar a solução do problema. A terceira linha não é discutir a decisão judicial, mas buscar os caminhos processuais, os caminhos jurídicos, para que a solução do problema. Defendi, como defensor público, vários casos envolvendo interesses de comunidades e, modéstia à parte, obtive êxito em todos porque eu não me apegava em mero discurso. Eu não chegava para o juiz e dizia 'coitadinhas dessas pessoas... elas precisam... tem crianças, tem velhinhos'; isso não comove porque o juiz olha o mundo do processo através dos olhos dos advogados que estão ali presentes. Ele não sabe qual é a realidade, e é bom que não saiba, porque ele tem que confrontar todos os argumentos, ele tem que levar em consideração todos os fatores envolvidos, ele não pode simplesmente admitir como verdade absoluta o argumento de uma parte. Ele tem que levar em consideração os argumentos da outra parte também. Isso é fundamental. (...) Me parece evidente que acampar ao longo e na beira de uma propriedade, não é o melhor caminho. Pressiona politicamente, pressiona administrativamente, mas gera conflito porque o proprietário recebe aquilo como uma ameaça; a lei interpreta aquilo como ameaça porque como todo mundo aqui sabe, o MST tem invadido várias propriedades e a primeira coisa que eles fazem é acampar na beira da propriedade, depois invadem. Todos estão de acordo com isso. Tem sido assim..."

A platéia manifestou-se, interrompendo o juiz e negando que fossem essas as práticas adotadas pelo MST. "Então a imprensa não tem divulgado os fatos como...", argumentou o juiz em meio ao burburinho geral. Ocorreu nova interrupção da sua fala, com risos e burburinho causados pelos comentários paralelos, os quais apontaram o caráter parcial da imprensa.

"Só um minutinho. Eu conheço os fatos pela imprensa. Eu não estou no Amazonas, eu não estou em Goiás, eu conheço os fatos pela imprensa, e acredito que todos os cidadãos

conheçam os fatos... ele não está no local, ele não está envolvido no conflito, ele não conhece os fatos. Então, o fato de acampar numa área limítrofe à propriedade, mesmo que essa área seja pública, no mínimo, para o juiz que está ali com um processo de um proprietário que diz ter o seu direito ameaçado e o faz com o amparo da lei, o juiz vai sopesar o que determina a lei e não vai fazer caridade, ele não vai fazer favor, ele vai apenas fazer cumprir o que determina a lei. (...) Houve invasão de 70 cm, por engano, por erro, mas o juiz vai levar em consideração que se entrou na terra de alguém por 70 cm. É irrelevante do ponto de vista de metragem? É. Mas pode não ser do ponto de vista de intenção. Então, eu só quero que os senhores vejam, eu não estou querendo convencer ninguém, é que o juiz precisa levar em consideração todos os argumentos. Por mais que num primeiro momento possa parecer injusto. Agora, queremos a solução. Qual é a solução? Em primeiro lugar, a causa tem que ser bem conduzida do ponto de vista técnico-processual. Vocês precisam estar bem defendidos do ponto de vista técnico-processual. Vocês precisam estar bem defendidos por um advogado ou por um defensor público. Não basta simplesmente mostrar para os senhores: 'Olha aqui, entrei com um mandado de segurança (levanta um pedaço de papel)', quando o mandado de segurança não cabe naquele caso específico. Esse mandado de segurança ele vai nascer morto, ele não vai produzir qualquer efeito. Ele não vai alterar a decisão que outro magistrado proferiu. Não é o caminho processual. Então, os senhores têm que ter os olhos bem abertos, os ouvidos bem apurados, para tentar perceber o que está acontecendo e saber selecionar o melhor caminho para a solução do problema. O problema me parece de simples solução. Eu não estou vendo grandes... questões envolvidas. O Tribunal mandou reintegrar, o que é reintegrar? É devolver aquilo que está com alguém. Foi somente 70cm, assume-se a decisão judicial e reintegra-se somente 70cm de terra. E a decisão judicial terá sido fielmente cumprida porque ela foi de reintegração. Ela não mandou retirar a comunidade da área pública. Ou mandou?"

Iniciou-se a partir daí uma discussão sobre os termos da liminar, se esta indicaria ou não o despejo das famílias. Durante o restante da audiência pública, as figuras centrais do debate foram a advogada Roberta (presente desde o início, embora não apresentada no início da audiência pelo deputado José Alberto) e o juiz Heraldo, com rápidas intervenções do promotor público Carlos Martins e da outra advogada do MST presente, Olívia Castro. Se até então a platéia só havia-se manifestado no momento em que o tema da imprensa foi levantado, a partir dessa parte houve em alguns momentos murmúrios apoiando a fala de Roberta e contestando os depoimentos do juiz Heraldo Gomes. Seguem os principais trechos do debate entre os dois:

Juiz: Se o proprietário tem a propriedade, tem a posse, e se ele se sentir ameaçado e demonstrar que a sua propriedade está sendo ameaçada, cabe a ele entrar com uma ação e o direito de ação é público"

Roberta: Dr., a questão não é essa, a questão é que existe uma pessoa que não detém nem a posse e nem a propriedade, porque a estrada é municipal, ainda assim, o tribunal sabendo disso, o Dr. Cícero Dantas [desembargador que concedeu a liminar de reintegração de posse ao proprietário da Fazenda Progresso] sabia disso (...) Ainda assim, com a prefeitura dizendo "essa estrada me pertence; essa estrada é municipal" (...) ainda assim, o desembargador diz "essa estrada não é municipal. Essa estrada pertence a um particular" Então, na verdade, não se trata de uma questão de propriedade, de posse que foi atacada; o que nós temos aqui é para além dos fatos, porque no mundo jurídico os fatos são provados. Apesar da prova, apesar da documentação, apesar da prefeitura, que goza de fé pública e pelo desembargador não goza mais; o particular é que goza de fé pública... se ele for latifundiário ele tem fé pública, se ele

for sem-terra ele tem cadeia. Então, apesar disso tudo, o desembargador decide pelo proprietário; então é impossível a gente não discutir essa decisão. Ela é teratológica; ela é monstruosa porque ela inverte toda a ordem legal!" (...)

Juiz: O despejo pressupõe existência de locação, então nós temos que argumentar em termos técnicos (...) Esse tipo de discurso não vai levar à solução. (...) Não é argumentando que a decisão é doente, que a decisão é absurda, mas sim levando argumentos que levem ao convencimento (...) Não é com argumentos desse tipo, porque não comovem (...). Dr^a, a senhora está equivocada. O juiz mandou reintegrar a posse e o tribunal mandou cumprir essa liminar. Se são os 70 cm, o juiz certamente conhece a causa, basta convencê-lo disso (...) Por isso que eu disse que a solução é fácil.

Roberta: Na verdade, eu volto a dizer... Eu tenho uma certa paixão por esse caso... Quem estuda Direito, quem vive nesse mundo jurídico sabe que o discurso do poder judiciário é construído na lógica da neutralidade um poder imparcial (...) Eu acho que esse caso é emblemático porque ele demonstra que essa venda já saiu dos olhos do judiciário há algum tempo, né? Porque qual é o caso? O proprietário alega ser proprietário da estrada municipal, entra com a reintegração (...) Três anos numa estrada é muito desumano porque eles não podem plantar (...) Eles estão há três anos com a expectativa de que um dia aquela terra improdutiva, que leva milhões à fome, vai se tornar produtiva. E eles lutam com a esperança de que seu direito, essa justiça, vai ser efetivado (...) É absurdo e monstruoso e ataca qualquer conceito de ordem legal quando se tem desembargador que diz que uma propriedade municipal, na verdade, pertence a um particular e isso não é uma mera questão processual, isso não é uma mera questão legal, isso é mais, isso demonstra um comprometimento de um poder judiciário que deveria estar independente (...) com o latifúndio improdutivo. Isso é gravíssimo, Dr., porque isso mancha a imagem do judiciário. Qual é a expectativa dessas famílias hoje com relação ao judiciário? Eu imagino que nenhuma. Se for depender de mim pra ter essa expectativa, eles não vão ter. Porque a gente sabe que esse judiciário vem a cada dia recebendo maior quantidade de demandas sociais e ainda não teve a capacidade de responder à altura essas demandas. Esse é o conflito do judiciário (...) Estamos em 2003 e ainda estamos discutindo a função social desse judiciário que se apega na lei como bastião, e a gente sabe que não é a lei o bastião, porque, se fosse pela lei, então eu prefiro utilizar o Código Civil, que garante que um juiz ao apreciar uma causa tem que olhar os efeitos sociais da sua decisão. Isso não é aplicado quando se trata do MST. Isso pode ser aplicado quando se trata do latifúndio, e aí não é uma questão de propriedade ou posse não, é uma questão de justiça. Na verdade, o que nós temos é uma ação possessória onde uma pessoa que nem é o possuidor e nem é proprietário consegue no tribunal uma decisão favorável. Isso pra mim é absurdo. Isso me choca. Eu já falei para o pessoal... Eu já peguei o meu código de processo e mandei queimar porque, na verdade, é isso que acontece quando se trata do MST. Isso implica num comprometimento. Como é que se rompe com o comprometimento? Com ocupação, Dr.. É ir para o espaço público e dizer "olha, existe um comprometimento"; não são todos, eu tenho clareza disso (...) Eu brinco com o Dr. Carlos dizendo "ele tem uma expectativa", eu não tenho essa expectativa do Dr. Carlos. Eu confio muito no Dr. Carlos porque ele me mostrou com ação que ele é uma pessoa comprometida, não com a lei, mais do que isso, com a justiça, porque é isso que nós temos que defender; é isso que a gente está querendo resgatar. Essa audiência me parece que também tem esse objetivo. É a gente resgatar essa categoria que parece que está desaparecendo em nome dos interesses econômicos; em nome do latifúndio improdutivo, daqueles que podem oferecer mais. É essa categoria que nós temos que resgatar e se o judiciário não percebe isso; se o judiciário não se humaniza (...) Eu não acredito em nenhum poder que não seja capaz de olhar a dor alheia e não se solidarize com essa dor. Eu não acredito. Eu não acredito numa justiça que não seja capaz de ver 130 famílias morando há três anos numa estrada e não diga "isso é um absurdo". Eu não acredito. A minha luta é pra

que um dia o judiciário diga "a situação de vocês é tão absurda que vocês vão ter o direito a essa terra". Porque é esse judiciário que nós estamos construindo e não um judiciário que diz "a lei é dura, mas a lei é lei". Porque essa lei que está aí não foi feita para os que estão aqui. Os que estão aqui sofrem os efeitos dessa lei, mas quem está construindo ela não somos nós. Nós só estamos recebendo um produto acabado onde o poder econômico é muito mais presente do que o social. Então, eu não tenho esse amor à lei. Eu não consigo trabalhar com esse fetiche "a lei" porque eu acho que o Direito é construção social, você vai construindo à medida que você se relaciona. É essa a luta do MST e é por isso que eu tenho verdadeira paixão pelo movimento, porque o movimento me dá esperanças. Hoje a gente está ameaçado de despejo, mas ele continua resistindo; amanhã eu tenho certeza que a gente pode conseguir aquela terra. E é mais... O MST não quer só terra. O MST é tão grandioso que ele tá querendo construir um país justo, não só pra eles, pra todos que estão aqui, inclusive para o Dr. Desembargador Cícero Dantas (...) Eu acho que, mais do nunca, e isso eu estou falando pra vocês [vira-se para a platéia], eu digo "Viva o MST, viva vocês que lutam, que dão oportunidade de advogados como eu realizar esse direito que um dia vai ser o direito que vai estar determinando os rumos dessa sociedade".

Aplausos da platéia. Uma acampada levantou-se com a bandeira do MST e disse: "Nós não vamos desistir do nosso sonho". Após perguntar se alguém mais gostaria de manifestar-se, o deputado José Alberto encerrou a audiência pública, afirmando que aquele fórum sempre estaria aberto para discutir temas relevantes para a sociedade civil e para os movimentos sociais. Os acampados retornaram para o local onde haviam montado o acampamento, em frente ao Fórum. O procurador João Mello e o promotor Carlos Martins foram até lá e conversaram com *militantes* e acampados. Já eram cerca de 21h e o fórum já estava fechado. O julgamento do mandado de segurança havia ficado para o dia seguinte, segundo informaram representantes da comissão de *militantes* e acampados que subira para conversar com os desembargadores. Mesmo com a situação ainda indefinida, os *militantes* decidiram que não valeria a pena permanecer com o acampamento em frente ao Fórum, pois o grupo já havia avançado o suficiente e o possível em relação às suas reivindicações junto ao Tribunal de Justiça. Os *militantes* recomendaram aos acampados que, por meio de manifestações públicas, fizessem pressão junto ao juiz local de Conceição de Macabu para que este não despejasse as famílias. Após jantar, o grupo retornou ao município de Conceição de Macabu no ônibus cedido pela Prefeitura.

Na semana seguinte à audiência pública, houve uma reunião do MST/RJ com o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para debater novamente a situação do acampamento Zé Pureza. Segundo relatos de um *militante*, de modo inesperado, a reunião ocorreu em clima de enorme cordialidade, com pose para fotos de juízes ao lado da bandeira do MST e propostas (dos próprios juízes) para organização de visitas dos magistrados aos acampamentos e assentamentos. Houve a promessa que haveria contato com o juiz local para recomendações no sentido de evitar o

despejo das famílias, e que a liminar de reintegração de posse ficaria retida até o julgamento do processo. O juiz Heraldo, apesar de presente nessa reunião, não se manifestou.

Em primeiro lugar, gostaria de analisar os significados desse evento para os acampados. Diferente da maioria das manifestações públicas promovidas pelo MST/RJ – caracterizadas pelo discurso unilateral dos *militantes* e simpatizantes, os quais enviam representantes para debates com seus interlocutores, como vimos na manifestação ocorrida na porta do Fórum –, esta proporcionou aos acampados a oportunidade de um debate aberto entre os militantes e os representantes das instituições relacionadas ao acampamento. Em primeiro plano, pelo fato de ter promovido a audiência pública, o MST apresentou aos acampados seus recursos de poder e sua representatividade institucional, o que contribuiu para aliviar a sensação de abandono político e aumentar a auto-estima dos acampados.

Mesmo considerando a especificidade de cada contexto etnográfico e dos grupos nele inseridos, esse evento pode ser analisado à luz dos argumentos de Hobsbawn (1973:5-7), quando este aponta para a dificuldade dos camponeses para representar aquilo que está entre o local e o nacional, ou ainda de Bourdieu (1977), o qual percebe os camponeses como classe-objeto devido às suas dificuldades para objetivar suas próprias realidades. Seguindo essas pistas, é plausível argumentar que, por não dominarem os códigos necessários para a inteligibilidade dos discursos, o evento pode ter contribuído para aumentar ainda mais a distância entre os universos em contato (o jurídico/nacional e o informal/local) e a sensação de incapacidade por parte dos acampados de exercer influência no campo jurídico de maneira autônoma. Assim, o evento teria contribuído para aumentar a sensação de dependência dos acampados em relação aos seus representantes e ao poder público. Segundo a avaliação posterior de um *militante*, o discurso técnico do juiz Heraldo Gomes no evento não teria sido "bom para o moral do grupo".⁴

Seguindo a direção oposta, pode-se considerar que a audiência constituiu um até então raro exercício de objetivação da realidade institucional para esse grupo. Os acampados não só puderam reconhecer as posições políticas de cada instituição, mas também tiveram acesso aos seus principais argumentos, mesmo que não dispusessem de todos os códigos para compreender cada um dos discursos elaborados. Podemos argumentar que, pela promoção da auto-estima do grupo, lhes foram proporcionados instrumentos para a obtenção de autonomia em relação àqueles que detinham a

⁴ Vale lembrar que a dificuldade para a compreensão do discurso jurídico não é exclusiva dos sujeitos em questão (os acampados). Foucault (1999) talvez seja aquele que melhor nos mostra como o discurso jurídico produz efeito de poder nas sociedades ocidentais.

prerrogativa de organizá-lo. Aos poucos, à medida que estes instrumentos sejam acumulados, podem despertar o desejo sobre essa autonomia e viabilizá-la.⁵

No que se refere aos argumentos apresentados no debate, vale apontar a preocupação de Aílton em legitimar a atuação do MST/RJ como mediador a partir do "respaldo da sociedade local". Percebe-se nesse argumento o desejo de que a instituição não venha a ser reconhecida como um "agente externo", mas sim como intrínseca à vida daquele município ("o MST hoje é uma realidade de Conceição de Macabu"). Aílton sugere que haveria uma mobilização da sociedade local a favor dos acampados, o que forneceria fundamento para a atuação do Movimento.

Em relação ao discurso do Procurador do Município de Conceição de Macabu (João Mello), se, por um lado, houve a tentativa de capitalizar politicamente as últimas ações sociais da Prefeitura, por outro, percebe-se a tentativa de esvaziar o conteúdo político do apoio aos acampados para evitar percepções de cumplicidade com as ações do MST. João Mello afirmou que a intervenção da Prefeitura ocorreu por necessidade legal – "como manda a lei" – e argumentou que o proprietário não poderia pedir o despejo das famílias de uma área municipal e, por isso, a Prefeitura teria entrado com uma ação judicial contra o pedido de reintegração de posse. No entanto, não haveria qualquer repercussão jurídica a aceitação do despejo das famílias, o que torna claro o viés político da ação da Prefeitura. A simples participação do procurador no evento, com o seu deslocamento até a cidade do Rio, indicou a importância que o prefeito atribuiu ao apoio político aos acampados naquele momento.

O que o evento torna evidente acima de tudo é que a emergência dos acampamentos e assentamentos cria novos espaços nas arenas políticas locais. Estes espaços são ocupados por líderes dos acampamentos e assentamentos, por outros políticos locais que desejam associar sua imagem a essa esfera e por agentes que atuam a partir de sua inserção no aparelho do Estado. Medeiros *et alli* (2002:195), em um artigo que analisa os efeitos políticos locais dos assentamentos por meio de um estudo comparativo em quatro assentamentos no estado do Rio de Janeiro, afirmam o caráter central ocupado pelas prefeituras na consolidação dos assentamentos. Desde o início de cada conflito, com a ocupação de uma área e a instalação de um acampamento, um conjunto de demandas passa a direcionar-se às prefeituras, tornando-a objeto de disputas e negociações políticas.

⁵ Carvalho (2002: 250), ao responder às críticas de Navarro (2002:268) sobre a recusa às mediações formais de representações de interesses por parte do MST, indica que as audiências e reuniões com autoridades governamentais, nas quais sempre compareceriam dezenas de sem-terra, seriam práticas políticas que viriam sendo adotadas com frequência pelo Movimento.

Da parte do Promotor Carlos Martins, houve também a tentativa de esvaziar o conteúdo político do seu apoio, já que seu depoimento começou com a citação de leis que prevêm a intervenção do Ministério Público em conflitos agrários. Percebeu-se também na atuação do Promotor a tentativa de harmonizar os discursos. Carlos pareceu reparar que o estremecimento das relações com o Judiciário não seriam benéficas para a resolução do problema dos acampados. Nesse sentido, utilizou como retórica o reconhecimento da validade de alguns argumentos apresentados pelo juiz e, sobretudo, evitou tratar o Judiciário de modo homogêneo, como faziam até então os representantes do MST. Carlos argumentou que o Desembargador que concedeu a liminar de despejo seria representante de setores mais conservadores do Judiciário, mas que os novos juízes seriam menos preconceituosos e teriam melhor noção sobre as dimensões sociais envolvidas nos conflitos agrários. Ao sugerir que havia a "boa" justiça e a "má" justiça, Carlos ofereceu ao Judiciário a oportunidade de rever sua decisão sem que sua legitimidade institucional fosse colocada à prova. Vale também lembrar que Carlos conferiu legitimidade ao pleito do MST quando afirmou não ser "visível qualquer atividade econômica naquela propriedade".

Em relação à participação do Incra/RJ, os argumentos para não realizar a vistoria foram os empecilhos legais criados a partir do pedido de reintegração de posse por parte do proprietário, o qual gerava uma indefinição jurídica sobre a ocupação da propriedade. Caso a propriedade fosse considerada ocupada pela justiça, não seria passível de vistoria segundo MP em vigor. Não obstante, conforme já apontou o Promotor Carlos durante a audiência, não havia empecilhos jurídicos para a realização da vistoria nessa situação de indefinição. Pelo contrário, a realização da vistoria poderia vir a ser um fator que forneceria não só mais agilidade ao processo, como também legitimidade ao pleito dos acampados. O silêncio dos representantes do Incra diante dos argumentos do promotor Carlos – que chegou a brincar sugerindo que os acampados deveriam ocupar o Incra antes do fórum, por sua inoperância – favoreceu representações daquele mediador como "vilão" (ao lado do Judiciário) entre os presentes.⁶

Embora o evento não evidencie, fica latente a incapacidade da máquina pública para exercer as políticas que lhe cabem. Na área de políticas agrárias, a cargo do governo federal, não existe no INCRA um número de técnicos que possa dar conta de maneira ao menos razoável das vistorias de terras e projetos de assentamento. Esse fenômeno não é exclusivo da área de políticas agrárias, mas está inserido num contexto de enxugamento do aparelho do Estado iniciado no Governo Collor de

⁶ Na semana seguinte, quando realizei entrevistas no Incra/RJ, verifiquei que o depoimento do promotor Carlos havia causado uma repercussão negativa naquele órgão: os técnicos reclamaram da sua proposta de ocupação.

Melo e aprofundado nos oito anos da gestão FHC. Nesse processo, o Estado vem perdendo sua capacidade de planejar e administrar políticas públicas, passando cada vez mais a gerenciar a partir de situações de crise, ou seja, só são tomadas providências quando as demandas são levadas ao público em caráter emergencial, como podemos ver no caso em questão.

A descrição do evento e as reclamações dos acampados em relação à atuação do Incra podem insinuar uma situação de distanciamento político entre este órgão e os movimentos sociais. Não obstante, podemos dizer que essa relação vem sendo mais marcada pela cooperação do que pelo conflito. O conjunto de pesquisas que temos desenvolvido sobre ocupações de terra⁷ vem evidenciando que o Incra não só reconhece a legitimidade dos movimentos sociais e de suas demandas, como muitas vezes trabalha a partir das informações fornecidas por estes. Na maioria das vezes, são os próprios movimentos que, por meio das ocupações, indicam ao Incra as áreas a serem vistoriadas; um dos instrumentos de trabalho do Incra são tabelas contendo dados básicos sobre os acampamentos (número de famílias acampadas, situação jurídica da área reivindicada, movimento que organizou a ocupação etc); são os próprios movimentos que, na maioria das vezes, indicam ao Incra quais as famílias que devem ser assentadas. Enfim, por trás da aparência de uma relação conflituosa, entre Incra e movimentos sociais, principalmente num contexto de gerência por crises, jaz um cenário de negociação e cooperação para o atendimento das demandas dos acampados e assentados.

A atuação do juiz Heraldo teve como primeiro passo a preocupação em oferecer autonomia e neutralidade ao discurso jurídico. Ao separar as "gestões" administrativa e política da jurídica, o juiz demarcou as fronteiras do seu campo de atuação, classificando o discurso jurídico como diferente dos demais. Ao contrário do discurso jurídico, marcado pela neutralidade, o discurso político, ao estabelecer compromissos com grupos sociais, seria marcado pela parcialidade. E, ao sugerir a parcialidade dos fóruns políticos, ele tentou retirar a legitimidade daquele fórum para a discussão de questões relativas ao campo jurídico, já que o que estaria ocorrendo ali seria uma "gestão política". Para ele, uma decisão judicial não seria passível de discussão fora da esfera judicial. Somente o próprio Judiciário, em instâncias e por meio de instrumentos adequados, seria capaz de discutir e rever suas decisões. O argumento da especialização serve aos princípios da autonomia e neutralidade (Bourdieu, 1989:215).

⁷ Este conjunto de pesquisas, coordenadas pela professora Lygia Sigaud (Museu Nacional/UFRJ) e iniciadas em 1997, inclui a produção de diversos artigos, algumas teses de doutorado, uma exposição sobre os acampamentos em Pernambuco e, mais recentemente, uma pesquisa sobre a sócio-gênese das ocupações de terra no Brasil.

O segundo passo do juiz teve dois objetivos: afirmar o direito formal em detrimento do direito material (Weber, 1999:100) e (Bourdieu, 1989:209) e, a partir daí, desqualificar os argumentos da advogada Roberta, procurando enfraquecê-la como mediadora dos acampados. Heraldo advogou que a esfera jurídica deve ser tratada sob o ponto de vista técnico. E, segundo esse ponto de vista, mesmo que tenhamos de "levar em consideração todos os fatores envolvidos", como ele diz, não faria parte desses "fatores" a situação social dos atores envolvidos. Ao contrário do que ocorreria nas outras esferas, o Judiciário atuaria com os olhos vendados para a posição social dos atores. Caberia às esferas política e administrativa esse tipo de observação. Para o judiciário, o que valeria seria a forma da lei. Nesse sentido, ao desconhecer os "caminhos técnico-processuais adequados", a advogada Roberta não seria uma representante capaz de defender os direitos dos acampados ("os senhores tem que ter os olhos bem abertos, os ouvidos bem apurados, para tentar perceber o que está acontecendo e saber selecionar o melhor caminho para a solução do problema").

Demonstrando total desconhecimento sobre as práticas relacionadas aos conflitos por terra (refiro-me aqui às afirmações do juiz sobre a prática do MST de primeiro ocupar as margens da fazenda e depois entrar na propriedade) e da própria legislação sobre o assunto (medidas provisórias que impedem a vistoria em terras ocupadas e incriminam seus autores), Heraldo procurou também tirar a legitimidade das ações de ocupação de terras quando sugeriu ser relevante juridicamente a avaliação das "intenções" do grupo ao ocupar aquela estrada municipal. Em suma, para o juiz não eram legítimos aquele fórum, a advogada dos acampados e as ações de ocupação; era legítima a lei, o direito à propriedade, independente de sua produtividade e, por isso, a demanda pela reintegração de posse.

A discussão entre Roberta e Heraldo manifestou uma oposição entre duas formas de conceber o direito. De um lado, o direito que faz justiça social, chamado por Weber de "direito material" e, de outro, aquele que coloca a forma da lei acima de tudo, dizendo-se cego para as posições sociais das partes em disputa, o "direito formal". Segundo este autor, a aliança entre interesses principescos e burgueses e a especialização do trabalho seriam as principais forças motrizes para a racionalização formal do direito. Em contrapartida, as idéias envolvendo os direitos naturais impulsionariam demandas sobre a materialização do direito. Até o momento em que escreveu o autor, no entanto, "o positivismo jurídico estaria avançando de maneira irrefreável" (Weber, 1999:140). O desaparecimento das idéias em torno do direito natural teria aniquilado a possibilidade de um direito "supra-empírico".

Segundo Vianna *et alli* (1999), o movimento neo-jusnaturalista, que culminou com advento do *welfare-state*, "ao introduzir na legislação um direito promocional prospectivo, deslocando o direito do tempo passado para o futuro, quando a promoção social estipulada pela lei deverá ser realizada por meio da intervenção do Estado", legitimou a desneutralização do Judiciário (Viana *et alli*, 1997:27). No constitucionalismo contemporâneo, o direito público passaria a internalizar a concepção do justo, conformando um processo reconhecido pelo autor como "judicialização da política", segundo o qual o judiciário passaria a ser reconhecido como mediador capaz de garantir os direitos fundamentais.

A pressão exercida sobre os representantes do Judiciário ocorrida na audiência pública, pode ser analisada segundo o processo de "judicialização da política" identificado por Vianna. Se eventos como esse fazem parte de um processo em curso ou configuram uma tendência, pode-se crer que serão aprofundados os debates sobre a oposição entre direito material e formal na sociedade e dentro do poder judiciário, conferindo maior visibilidade e importância às ações nesse campo.

3. Considerações Finais

A audiência pública evidenciou, acima de tudo, a relevância do Judiciário como instância de decisão sobre os conflitos agrários. Ao contrário do que vem aparecendo para os olhos do grande público, nos jogos de poder disputados entre organizações que ocupam terras e proprietários, a influência do Judiciário sobre os resultados finais tende a ser maior do que a do Executivo. Ao deter a prerrogativa de julgar os inúmeros recursos impetrados pelos proprietários para conter os avanços administrativos dos processos de desapropriação, o Poder Judiciário é aquele que vem acumulando mais possibilidades de indicar o tempo e o rumo dos acontecimentos. Utilizando como base para meu argumento os dados apresentados por um técnico do Incra/RJ que também defendeu essa posição, caso o Poder Judiciário julgasse todos os processos envolvendo conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro com decisões favoráveis às desapropriações, seria aberto um número de vagas suficiente para o assentamento de todas as famílias atualmente acampadas no estado.

Nesse sentido, vem à tona novamente uma discussão clássica dentro da Sociologia do Direito: a oposição entre o "direito formal" e o "direito material" (Weber, 1999). Como os magistrados devem atuar, aplicando com rigor as regras jurídicas, independente da posição política e social das partes em questão, ou no sentido de garantir os direitos mais básicos da população, atentando para as consequências políticas e sociais de suas decisões?

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre (1977). "Une Class Objet". In *Acte de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, nº17-18, pp. 2-5.
- _____. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa, DIFEL.
- CARVALHO, Horácio Martins de (2002). "A emancipação do movimento no movimento da emancipação (resposta a Zander Navarro)". In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- FOUCAULT, Michel (1999). *A verdade e as formas jurídicas*. 2ª ed., Rio de Janeiro, NAU
- HOBBSBAWM, Eric J. (1973). "Peasant land occupations". In *Past & Present*, Oxford, nº 62, fev., pp. 120-152.
- _____. (1978). "Os camponeses e a política". In *Ensaio de opinião*, Rio de Janeiro, V.8, pp. 42-56.
- MEDEIROS, Leonilde S. *et alii* (2002). "Os efeitos políticos locais dos assentamentos rurais: reflexões a partir do Estado do Rio de Janeiro". In COSTA, Luiz Flávio C. e MOREIRA, Roberto José (orgs.). *Mundo Rural e Cultura*. Rio de Janeiro, Mauad, pp. 179-204
- VIANNA, Luiz Werneck *et alii* (1997). *Corpo e alma da magistratura brasileira*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Revan.
- WEBER, Max (1963). *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1999). *Economia e Sociedade*. Brasília, v. 2, Universidade de Brasília.

EX-MORADORES DE RUA COMO CAMPONESES NUM ASSENTAMENTO PELO MST ¹

Marcelo Gomes Justo
Centro Universitário Senac/SP
mgjusto@hotmail.com

Um assentamento pelo MST com moradores de rua: contexto e problematização

Este artigo trata das principais questões decorrentes da análise dos conflitos internos num assentamento de reforma agrária em que há uma parcela de ex-moradores de rua. O assentamento estudado localiza-se na região sudoeste do estado de São Paulo e a organização para conquista da terra deve-se ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O caso insere-se num contexto em que a Fraternidade Povo da Rua aproxima-se do MST, nos anos 1990, e começam a levar moradores de rua da cidade de São Paulo para a luta pela terra. Essa aproximação gerou a regional grande São Paulo do MST.

O objeto empírico do trabalho constitui-se dos conflitos internos relativos à organização da vida coletiva² no assentamento. Conseqüentemente, trata-se da possibilidade de formação de um espaço público no assentamento.

A peculiaridade desse assentamento é ter pessoas que estavam morando nas ruas da cidade de São Paulo. No caso tratado, inicialmente cerca de 250 famílias compunham essa luta, sendo que 27 indivíduos desse total moravam nas ruas. Do grupo original, cerca de 80 famílias ocuparam a fazenda Monte e lá permaneceram 63. Com a desapropriação de 920,5 ha, apenas 47 famílias puderam ser assentadas no local. Destas, permaneceram 12 pessoas que são ex-moradores de rua. A relação entre a trajetória de vida daqueles que vieram das ruas e o MST também é objeto de pesquisa.

O recorte temporal do trabalho de campo cobre os anos de 2001 a 2004. Retrata-se a vida e os conflitos vividos nesse período. Recorre-se a relatos orais e a documentos para cobrir o período anterior necessário para se compreender a situação atual.

¹ O artigo consiste das questões principais da tese de doutorado: "Exculhidos": ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST, defendida no departamento de geografia da FFLCH/USP em agosto de 2005, sob orientação do Prof. Dr. Ariovaldo U. de Oliveira. A banca foi composta, além do orientador, pelos professores doutores: Regina Sader, Mirian Simonetti, José Juliano de Carvalho e Zilda Iokóí, aos quais sou profundamente grato pelas críticas e sugestões. Algumas daquelas sugestões foram incorporadas no presente artigo.

² Quando se enfatiza que o objeto de estudo é conflito interno relativo à organização da vida coletiva, está-se excluindo do tema os conflitos interpessoais, como as brigas de vizinhos, por exemplo, mesmo sabendo que, às vezes, não há limite entre esses dois tipos de conflitos.

Desde abril de 1996, membros da organização pastoral católica Fraternidade Povo de Rua e militantes do “coletivo do Brás” do MST promoviam conversas com 45 moradores de rua sobre as ações de ocupação de terras e conseguiram articular um grupo de 27 pessoas disposto a se unir a outros interessados em lutar por terra.

Em 2 de setembro de 1996, esses 27 moradores de rua e mais dezenas de famílias partiram para as imediações de dois municípios da região sudoeste do estado. Ao todo eram mais de 200 famílias, sendo uma grande parte proveniente da capital e da região de Campinas, de municípios como Hortolândia e Sumaré, e outras da região de Sorocaba organizadas pelos respectivos núcleos do MST destas três regiões.

Após um ano e meio de luta e sete acampamentos distintos, em fevereiro de 1998, de cerca de cento e poucas famílias que estavam acampadas na beira da estrada, em torno de 80 decidiram ocupar a fazenda Monte. O restante de trinta e poucas famílias continuou acampado na beira da estrada aguardando por situação mais definida³. A ocupação dessa fazenda deu origem ao assentamento. O governo federal desapropriou a fazenda um mês depois, em março de 1998. Restaram na fazenda 63 famílias⁴.

Em 18/12/1998, foi assinado pelo governo federal o projeto de crédito fomento⁵. Os técnicos do INCRA verificaram, inicialmente, a capacidade de assentar 41 famílias, dadas a baixa fertilidade do solo e a localização afastada da fazenda, o lote mínimo deveria ter 12 ha. Em assembléia do projeto de assentamento de 14/12/1998, os presentes, já sabendo da liberação da verba de fomento, decidiram sobre a partilha do montante entre todos que participaram da luta mesmo que não fossem assentados ali. Decidiram que o dinheiro, que viria para 41 famílias, seria dividido entre as 63 e que as 22 excluídas da lista do INCRA devolvessem o dinheiro quando fossem beneficiadas pelo mesmo tipo de financiamento. Esta partilha do crédito de fomento gerou, três anos depois, um grande conflito no assentamento.

Posteriormente, o INCRA decidiu assentar 47 famílias e fez uma lista homologando as mesmas. Nessa época, estavam morando 61 famílias, sendo que as 14 não homologadas pelo instituto dividiam a área com outras. Alguns indivíduos sozinhos cansaram da espera pela divisão dos lotes e desistiram da luta ou foram para outros assentamentos.

³ Segundo Feliciano (2003: 168), um grupo de famílias que estava acampado na beira da estrada partiu para uma ocupação no Núcleo Colonial Monções, no município de Iaras/SP, em 15/08/98.

⁴ Utiliza-se o termo “família”, mas há também indivíduos sozinhos que recebem um lote. Nem todos os indivíduos sozinhos são ex-moradores de rua e nem todos os que vieram das ruas vivem sozinhos.

⁵ Cada família tinha direito a R\$ 1.425,00 para instalação no lote e primeiro plantio, a fundo perdido.

O clima entre os pré-assentados naquele período era muito tenso e havia ameaças pessoais. Uma parte queria o trabalho coletivo e moradia em agrovila e outros preferiam morar e trabalhar em lotes individuais. A espera pela demarcação dos lotes causava uma animosidade entre os moradores.

Da desapropriação, em março de 1998, até a divisão dos lotes, em janeiro de 2000, a grande maioria das famílias estava morando numa espécie de agrovila e trabalhando coletivamente numa estufa de pimentões. Outros poucos estavam morando em áreas mais afastadas. Os moradores decidiram a divisão dos lotes por meio de sorteio, em assembléia geral de 9/1/2000.

Hipóteses e metodologia

Foram comprovadas duas hipóteses. Na primeira, foi assumido que a mudança para o campo constitui-se como uma alternativa para um problema vivido na cidade, a condição de morador de rua. A noção de “alternativa” é entendida em contraposição ao mundo do emprego assalariado, base do modo de produção capitalista, no sentido colocado por Singer (1998 e 2002). Procurou-se enfocar como se pode construir uma economia solidária no assentamento, no sentido de mostrar quais são os avanços e as limitações na realização desse processo.

A segunda hipótese coloca que, numa fração de território potencialmente alternativa ao modo de produção capitalista, desenvolvem-se formas de gestão pública dos conflitos sociais internos referentes à vida coletiva no assentamento. Basicamente, a diferença entre a gestão pública e a estatal consiste no seguinte. A gestão estatal dos conflitos não é realizada pelo público envolvido, mas por técnicos operadores da lei distantes do cotidiano gerador do conflito, e, principalmente, o controle social exercido pelas leis baseia-se em distinções sociais (Cf. BLACK, 1998). A gestão pública dos conflitos diz respeito ao controle social e à apropriação do espaço feita pela população de um dado local, no caso um assentamento de reforma agrária. É este movimento que transforma o espaço em território, no sentido definido por Raffestin (1993).

Para o estudo da dinâmica dos conflitos internos no assentamento, a posição expressa por Raffestin (1993 [1980]) é fundamental. Esse autor faz a crítica da geografia política clássica de Ratzel, entre outros, para se contrapor à noção de que o poder refere-se exclusivamente ao Estado. Com base no princípio de que a verdadeira geografia só pode ser uma análise dos poderes, segue a definição foucaultiana de poder:

1) algo que não se adquire e é exercido a partir de inúmeros pontos; 2) é imanente a todas as relações; 3) vem de baixo e não há oposição entre dominante e dominado; 4) tem intencionalidade e não subjetividade; 5) onde há poder há resistência e esta não é exterior àquele. A partir disso, o autor coloca que o poder não é influência nem autoridade e que, portanto, está ligado à manipulação dos fluxos de energia e informação, como duas variáveis inversamente proporcionais. Assim, população, território e recursos são trunfos do poder.

Para Raffestin, “território” é um conceito que se diferencia da noção de espaço. Aquele é resultado da ação de um ator social que quando se apropria de um espaço, o territorializa. Porém, o conceito de território não é suficiente sem o de rede, que o complementa. Junto ao território, nos lugares do poder há nodosidade, centralidade e marginalidade. Ou seja, há lugares que apresentam densidades mais fortes ou mais fracas de relações, como aspecto das redes. Segundo Raffestin, do território surgem tessitura, nó e rede; portanto, deve-se levar em conta este conjunto de superfícies, pontos e linhas. Podemos apoiar-nos nesse geógrafo para colocar um assentamento de reforma agrária como sendo um território (dentro de outro maior) em que os lotes são nós (pontos) e as redes são as linhas que unem os pontos, ligando fragmentos (gastando energia e informação) e, assim, compondo tessituras.

Quanto às redes, em que nodosidade, centralidade e marginalidade estão implicadas, interessa que tanto na circulação quanto na comunicação – processos simultâneos - os atores sociais confrontam-se com elas. Para o autor, as redes são móveis e inacabadas e por isso têm a força de adaptar-se ao espaço e ao tempo. O geógrafo francês embasa-se na seguinte definição dada por Michel Serres: “A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o ‘instrumento’ por excelência do poder” (SERRES, *apud* RAFFESTIN, 1993: 204). A noção de rede é aprofundada com os textos de Latour.

Assim como Raffestin, Latour (2000) retira a noção de rede dos trabalhos do filósofo francês Serres, entre outros autores. “Rede”, segundo Latour, é a capacidade de conectar e de separar, de produzir espaço e tempo, que mesmo sendo ampla continua a ser local em seus nós.

Referenciais teóricos

Em primeiro lugar, verifica-se como a modernidade trata o campesinato e a mendicância e quais os potenciais contidos neste tema de pesquisa. O pensamento moderno de autores como Comte (1983), Ratzel (1990), Marx (1978 e 1985) e Reclus (1985) apresenta ambigüidades e ambivalências sobre camponês e morador de rua. Oscila entre a extinção ou a não extinção do campesinato e entre colocar a mendicância como um fenômeno social ou natural. Com base no trabalho de Santos (2000), pode-se classificar Comte e Ratzel como representantes do conhecimento-regulação e Marx e Reclus, do conhecimento-emancipação. São duas metades do pensamento moderno, porém o modo de produção capitalista tornou dominante o conhecimento-regulação em detrimento da emancipação. Para Santos, é preciso reinventar o projeto emancipatório. Cabe a nós encontramos formas potencialmente emancipatórias. Apropriando-se da idéia, vale mencionar que conhecimento-regulação trabalha com uma concepção espacial vertical, pois hierarquiza o mundo, e o conhecimento-emancipação, ao visar a igualdade, horizontaliza o mundo.

Num outro registro, a posição não-moderna de Latour (2000) permite um posicionamento epistemológico de colocar camponês e morador de rua como pontos centrais para explicar a sociedade e os processos de exclusão. O enfoque do autor é o estatuto do conhecimento científico na sociedade moderna. Ele mostra que esse conhecimento traça redes, assim como as demais formas de conhecimento. A diferença entre as formas de conhecimento depende do tamanho das redes que mobilizam. Para o autor, a ciência caminha por redes e não pela busca de essências. Neste sentido, o registro epistemológico do trabalho de Latour permite a contraposição a visões que buscam a essência do campesinato. Pois, o presente trabalho dedica-se ao desafio de lidar com aqueles que vieram das ruas sem cair na defesa de uma essência para a permanência na terra. A possibilidade de permanência no terra é condicionada pelas redes.

Quanto às pesquisas sobre assentamentos de reforma agrária, elas foram classificadas em quatro temas centrais: território e territorialização (FERNANDES, 1996 e 1999; SIMONETTI, 1999; MARQUES, 2000; BOMBARDI, 2001; MITIDIERO, 2002; FELICIANO, 2003; ALMEIDA, 2003; FABRINI, 2003; GONÇALVES, 2004); conflitos sociais internos e externos ao assentamento (D'INCAO e ROY, 1995; MIRANDA, 1998 e 2003; SCHREINER, 2002, e, MITIDIERO, 2002);

ethos camponês e condições para permanência como assentado (MIRANDA, 1998; MARQUES, 2000, PEREIRA, 2000, SCHREINER, 2002); cooperativismo, gestão, organização e sociabilidade nos assentamentos (CARVALHO, 1998 e 1999; SIZANOSKI, 1998; SOUZA, 1999; CHRISTOFFOLI, 2000; FABRINI, 2003, e, FELICIANO, 2003). Os trabalhos abordam um ou mais temas. A maioria dos trabalhos sobre assentamentos resultantes da luta do MST é da área de geografia, por isso, a centralidade do tema da territorialização. Da discussão sobre território camponês, pode-se colocar que ele é moldado pelos conflitos internos, como se estes dessem “conteúdo” àquele. Acrescenta-se que o território possibilita a formação de relações não-capitalistas, mas não as garante sem maiores aprendizados.

Sobre os conflitos internos, há a contribuição da noção das “invalidações recíprocas” (Cf. D’INCAO e ROY, 1995) e a dos trabalhos que realizam a crítica aos preconceitos contra “camponês” expressos pela cúpula do MST e que mostram a existência de uma diversidade de formas de organização política e econômica no interior dos assentamentos, que ultrapassam as antigas coletivizações “forçadas” pelo Movimento (Cf. MIRANDA, 1998 e 2003; SIMONETTI, 1999; SCHREINER, 2002). Com o presente trabalho, acrescenta-se que o *ethos* camponês virou objeto de disputa no assentamento. Diferentes grupos ou indivíduos querem definir quem merece ou não ficar no assentamento.

Como a revisão das pesquisas mostrou que os conflitos são comuns nos assentamentos, as contribuições do presente trabalho são a de que a opção pelos lotes individuais é uma forma de gerir conflitos e se constata que há um ritmo da conflituosidade nos assentamentos, pois, entre os dois e os cinco anos de formação de um assentamento ocorre uma intensidade maior de união e desunião: coletivos são desfeitos, cooperativas são abandonadas ou dão origem a associações e famílias sozinhas unem-se em associações. Quanto à gestão dos assentamentos, verificou-se na literatura que as associações têm papel central (Cf. CARVALHO, 1998), que as cooperativas variam entre mais e menos democráticas (Cf. CHRISTOFFOLI, 2000) e que elas representam ganhos políticos, mais do que econômicos (FABRINI, 2003).

Cabe colocar que o ponto central da questão da gestão dos conflitos no assentamento é a possibilidade de, juntamente com a consolidação de uma economia solidária, existir uma gestão pública, ou democrática, dos mesmos.

Em campo união, desunião e reunião: a convivência de aspectos modernos e tradicionais

O enfoque empírico esteve no movimento de união, desunião e reunião entre os assentados, que vai do momento em que a maioria deles vota pela moradia em lotes individuais, ao invés de agrovila, em 1999-2000, até a formação de grupos e associações a partir de 2002. A paisagem é moldada pelos conflitos: os lotes individuais, a formação de grupos etc. Pela interlocução com os assentados, observou-se a dinâmica de alianças e de ataques no assentamento.

A partir de 2001, houve no assentamento uma desunião entre os moradores, em que muitos deles passaram a se isolar devido aos conflitos e quase deixou de haver reuniões ou assembléias. No entanto, de 2002 para 2003, surgiram duas associações e grupos de trabalhos com estufas.

Entre as associações, houve a primeira tentativa dos “Exculhidos”, que durou quatro meses e onde se encontram alguns ex-moradores de rua. Depois, com algumas variações reúnem-se para a formação da Compartilha, em duas tentativas, até a formalização em 2003. Porém, em 2004, essa associação sofreu um enfraquecimento. Essa associação formou-se em contraposição aos antigos coordenadores do pré-assentamento, que foram acusados como supostos responsáveis pelo não reembolso do dinheiro do fomento, de 1998. Walter, ex-morador de rua e um dos principais articuladores das associações “Exculhidos” e Compartilha, tem como prática a luta em conjunto e fazer alianças, mas faz muitos ataques aos seus inimigos políticos e cria cisões.

Relacionada à trajetória dos “Exculhidos”, além de oposição aos ex-coordenadores do assentamento pelo não reembolso do fomento, há um segundo caso de conflito. Um membro desse grupo fez denúncias de supostas irregularidades no assentamento e pretendia vender as benfeitorias do lote onde mora. Os moradores conseguiram gerir coletivamente o conflito, enquanto aguardavam o INCRA. Em setembro de 2003, aquele membro dos “Exculhidos” enviou uma carta a um jornal local do município, que publicou uma matéria com o conteúdo da carta em que são feitas denúncias como: obtenção irregular de financiamento, arrendamento de lotes para plantio e pastagem, não produção nos lotes, venda irregular de madeira e venda de lote. Um parcela dos assentados reuniu-se e posicionou-se contrária a “venda” do lote e redigiu uma carta resposta ao jornal. Cabe ao INCRA fiscalizar e controlar a tentativa

de comercialização de benfeitorias, porém o órgão, notificado pelos moradores, simplesmente se omitiu.

Os três ex-coordenadores do assentamento encabeçaram uma associação e grupos de produção em estufas. A associação Agro União, que iniciou em 2003 e se oficializou em 2004, começou com 12 famílias e, em 2004, entraram mais duas. Os grupos das estufas são compostos por três semi-coletivos que se formaram a partir de 2002. Essa segunda associação e os grupos das estufas são os moradores que estão em melhores condições materiais no assentamento e unem-se compondo um grupo majoritário. Os membros da Agro União e dos grupos das estufas destacam-se como pessoas que convocam assembléias para tentativas de gestão do assentamento. Em 2004, acirrou-se a separação entre essa maioria (Agro União e grupos das estufas) e os membros da associação Compartilha. Houve naquele ano um terceiro caso de conflito envolvendo o assentamento. Tratam-se das complicações decorrentes da “venda” e abandono de um lote de um morador associado à Compartilha. Uma comissão de moradores foi formada como uma instância pública de gestão dos conflitos e/ou irregularidades do assentamento. Apesar da comissão ser aberta a todas os grupos do assentamento, há um grupo majoritário que está contrária e cansada das acusações e brigas com as pessoas da associação Compartilha. É uma rede se contrapondo a outra.

Constata-se, por um lado, o conhecimento-regulação criando uma configuração espacial vertical em decorrência da assimetria e divergências entre os grupos e, por outro, um conhecimento-emancipação que permite pessoas se associarem e manterem relações horizontais.

Ethos camponês

Para tratar o tema de ex-moradores de rua como camponeses, foi preciso lidar com a questão do *ethos* campesino. Foi feito um levantamento das categorias de acusação entre os assentados e verificou-se a construção e a disputa pelo *ethos*. Eles acusam-se mutuamente de ser “vagabundo”, de “não ser digno” de estar assentado e de ser “mentiroso”.

Deduz-se que nas acusações recíprocas está em jogo a manipulação da definição de camponês. Com base em distintos trabalhos sobre o tema, é possível estabelecer uma síntese do que consiste a campesinidade: a ligação simbólica com a terra, o trabalho familiar e a religiosidade. São três elementos interconectados: a terra é trabalhada pela e

para a família e o sentido simbólico do arar, semear e colher os frutos constitui e é constituído pela religiosidade. À parte a relevante discussão sobre classe social e subordinação ao capital, a ordem moral também é um elemento marcante do camponês. Portanto, vê-se nas categorias mencionadas um peso dado pelas acusações morais: a preguiça, a mentira e a honra. No uso generalizado do termo “vagabundo”, afirma-se uma identidade de trabalhador por oposição ao outro que é não-trabalhador. Ao se apontar uma alteridade da vagabundagem, se está afirmando uma identidade marcada pela moral do trabalho; é um “eu” camponês latente.

Se um elemento da campesinidade é a família, os homens sozinhos estariam fora deste registro. Por isso, assentá-los foi uma fonte de tensão, que reverbera até hoje. No entanto, há homens sozinhos que, aos poucos, constroem famílias, outros que configuram seu lote com as características de um típico sítio camponês e alguns que não conseguem trabalhar o lote todo. Mas, este último caso não é exclusividade dos homens sozinhos. Portanto, o *ethos* camponês pode ter elementos que fortalecem e outros que enfraquecem a complexidade vivida num assentamento de reforma agrária. No exemplo do morador que critica alguns assentados que são indivíduos sem famílias de serem “vagabundos”, é o caso de um tipicamente “camponês” definindo, por oposição, o seu *ethos*. Se depender da posição dele, quase todas as pessoas ligadas à associação Compartilha ficariam de fora da definição de agricultor “honesto e trabalhador”. Evidencia-se um conhecimento, ou visão de mundo, cuja configuração espacial decorrente é vertical, pois cria assimetrias entre os “mais” e os “menos” camponeses.

Na associação Agro União ou nas famílias que trabalham juntas na produção de pimentões em estufa encontram-se as marcas camponesas explícitas: a luta pela terra tem um sentido comunitário cristão e a unidade de produção é voltada para a família. No entanto, ficar preso a determinantes de campesinidade, sejam quais forem (econômicos e/ou culturais) mostra-se como uma armadilha, porque eles são ruídos ouvidos constantemente de todos os lados no assentamento que reproduzem brigas e divisões. Quem resolveu ir para a terra é camponês. O *ethos* camponês não deveria ser postulado como a essência⁶, mas como uma situação: este é um ponto de partida deste trabalho. “Dar certo” no assentamento vai depender do jogo entre isolamento e redes. Conclui-se que a busca de determinantes de campesinidade, sejam econômicos e/ou culturais, como aparece em trabalhos sobre assentamentos, são armadilhas, porque

⁶ Chayanov (1974 [1925]: 34-40), por exemplo, baseia seu trabalho na compreensão da “essência” organizativa do trabalho familiar. Mas, faz a ressalva que sua teoria não tem pretensão de aplicação universal e de abarcar todas as formas de empreendimentos camponês.

reproduzem brigas e divisões internas. O que não nega que no assentamento há a oportunidade para se (re)construir o *ethos* campesino e as relações não-capitalistas. Então, a possibilidade de se adaptar à vida na terra estaria mais ligada a estar numa rede do que a aptidão para ser agricultor.

Vale observar que os assentamentos são porções do território do Estado, pois, ao desapropriar uma área privada, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) é imitado na posse do imóvel. Porém, nessas frações de território camponês, como denomina Oliveira (1997), encontram-se dinâmicas de poder distintas em relação ao controle estatal. Estas dinâmicas moldam a tessitura, os nós e as redes do território, conforme Raffestin (1993) trabalha. Portanto, a dinâmica das redes, presente nos conflitos e na formação de grupos, além de configurar a fração de território, permite que esta não se isole e que os grupos estejam conectados a redes mais amplas: a cidade, o estado, a região, o país, o poder do Estado, o mundo, o MST, as ONGs etc.

Conclusões: as redes e a economia solidária

Quanto à primeira hipótese levantada, foi possível constatar que o MST é uma alternativa aos moradores de rua; porém, é preciso que essa união do Movimento com a população de rua possibilite a formação de redes para que esta não caia no isolamento e na reprodução da miséria. Quando estão nas ruas, os “sem teto” conseguem estar inseridos em redes, geralmente conectadas ao trabalho da pastoral católica. No assentamento, esse contato não perdura ou muda de caráter (voltando-se mais para financiamentos e menos para a articulação política). Com as pessoas morando e produzindo em seus próprios lotes, os ex-moradores de rua e os homens sozinhos, em geral, carecem de mão-de-obra familiar e a falta de família é, muitas vezes, vista como uma oposição ao caráter camponês. Os apoios da direção do MST, da Igreja e de outros militantes podem servir para que essas pessoas cheguem ao assentamento com o potencial de formar um grupo voltado para formas de economia solidária, de acordo com a concepção de Singer (2002). É fato que não dá para se conceber o morador de rua com potencial de ser incluído no mercado formal de trabalho, resta a ele a alternativa da economia solidária.

A disputa pela campesinidade no assentamento manifesta-se na polarização entre as famílias versus homens sozinhos. Se a base da campesinidade está no valor moral da família, o homem sozinho estaria destituído dela. Desde o início do assentamento,

houve uma tensão entre lideranças que não queriam homens sozinhos assentados e outras que defendiam o direito de todos permanecerem, pois a conquista da terra foi em conjunto. Consta-se que uma noção de campesinidade presente entre uma parcela dos assentados discrimina os homens sozinhos, porque não seriam capazes de trabalhar todo o lote. A negação do *ethos* não recai diretamente sobre o ex-morador de rua, mas sobre aqueles que vivem sós.

Aqueles que vieram da rua não pertencem aos maiores grupos do assentamento estudado. Morar num lote proporciona-lhes teto, comida, trabalho, possibilidade de (re)constituir família; mas, há uma situação de relativa pobreza material e de sociabilidade. Aqueles que formaram família ou lutam para estar em grupo conseguem manter-se mais facilmente do que aqueles que se isolaram. Um ex-morador de rua que não se manteve unido à associação Compartilha, acabou deixando o assentamento em 2004. Antes do início do trabalho de campo, houve dois casos de ex-moradores de rua que viviam sozinhos e desistiram de permanecer no assentamento. Poderia ser diferente se eles fossem para a luta pela terra com uma maior correlação de forças em relação às demais famílias, se formassem um bloco mais coeso e/ou se tivessem representantes ou apoiadores que auxiliassem na organização deles como um grupo. De certo modo, os ex-moradores de rua e os homens sozinhos são vistos no assentamento como pessoas pouco afeitas ao trabalho. As redes, para todos os assentados e – principalmente - para os ex-moradores de rua, são formas de ultrapassar o isolamento dos lotes e estar em comunicação com o mundo exterior ao assentamento para garantir aquilo que não é produzido no sítio.

Retomando, o assentamento propiciou conquistas aos ex-moradores de rua: ter um pedaço de terra para morar, plantar e garantir parte da alimentação, formar ou reencontrar família, estar atado a redes e manifestar habilidades paralelas ao cultivo da terra. Porém, a alternativa socialista ao modo de produção capitalista ainda é algo incipiente entre eles. Há elementos que se aproximam da conceituação de economia solidária na associação Compartilha e também na Agro União e nos semi-coletivos das estufas.

Dada essa discussão, foi possível problematizar um tema central na geografia da luta pela terra que é a questão do território camponês. Este território possibilita que não haja relações de produção capitalista, mas não garante que se construa uma economia solidária no assentamento. Por definição, o modo de vida e de produção camponês baseado na mão-de-obra familiar não é capitalista. Porém, só o fato de haver terra para

frutificar essa forma de produção, não quer dizer que ela se tornará uma economia solidária (socialista). É preciso que o assentamento esteja inserido na rede da economia solidária e que os grupos voltem-se para a gestão democrática (ou auto-gestão) da produção e dos conflitos sociais para o que o socialismo (ou formas de sociabilidade e de produção livre, igualitária e eqüitativa) seja algo vivido desde já, nos interstícios do modo de produção capitalista. Pode-se dizer que, potencialmente, os grupos e associações mais fortes podem atrair aqueles que estão num grupo mais fraco, desde que não se consolide uma polarização entre os grupos. O trabalho de campo revela que a mobilidade de união e desunião entre os assentados é maior do que a tendência à polarização entre grupos.

O paradigma da reprodução do campesinato pela expansão do modo de produção capitalista permite que camponês seja um personagem moderno. Portanto, o camponês reivindica a tradição da família e do território (como uma concepção espacial vertical da vida em sociedade), e também a modernidade, no sentido da crítica e da possibilidade de superação daquele modo de produção (numa concepção horizontal do espaço social). Ou seja, encontra-se no campesinato um repertório de *ethos* familiar e de luta por justiça social e por um modo de vida e de produção não-capitalista (quicá socialista).

Quanto à segunda hipótese do trabalho, a principal constatação é que as associações e os grupos tendem a ser os mediadores da gestão pública dos conflitos internos no assentamento. No entanto, a gestão dos conflitos vive uma tensão entre depender do Estado e buscar autonomia, o que demonstra uma dificuldade de consolidação dessa gestão pública como algo que é de responsabilidade de toda a comunidade. O presidente da associação Agro União, por exemplo, é um dos organizadores das reuniões no assentamento, desde 2003.

Foram encontradas três formas de gerir os conflitos. Uma delas é a busca da arbitragem estatal (uma ação civil contra os ex-coordenadores do assentamento decorrente de uma partilha de dinheiro), outra é a gestão pública restrita ao conflito específico (tentativa de “venda” de lote) e a gestão pública que trabalha com o apoio do Estado (“venda” e abandono de lote e formação de uma comissão interna para apurar irregularidades). Vale ressaltar que é relativamente comum nos conflitos pessoais entre vizinhos (briga por causa de gado que derruba cerca, por exemplo) o recurso a formas judiciais de gestão. Porém, houve somente um caso de ação judicial envolvendo o assentamento como um todo. Num momento em que não havia associações registradas

(2002) e havia poucas reuniões e assembléias, a forma judicial apareceu como gestão de um conflito relativo ao coletivo.

Em dois casos de conflito em que houve gestão pública, via reuniões e formação de comissão de assentados, verificou-se que a presença de instâncias democráticas, como assembléias, em que cada um tem direito a voz e voto.

O assentamento é uma fração de território camponês plasmado pelo conflito. As alianças, as controvérsias e os ataques são redes que configuram aquele local. As redes são formadas internamente, em alguns momentos cristalizam-se em organizações e permitem a comunicação, a troca de informações e a obtenção de recursos externos. Na fração territorial que é o assentamento, os lotes são nós; assim, a movimentação de ataques e alianças entre os moradores formando grupos e associações é a rede que o atravessa e permite fluxo com o exterior: venda, compra, financiamento e informações.

Uma das principais conclusões deste estudo é de que há um incipiente aprendizado da gestão democrática dos conflitos. Consolidando-se um modo de produção solidário, os assentados podem desenvolver formas solidárias e democráticas de gerir os conflitos. Há certa tendência nesse sentido, pois os moradores, por exemplo, fazem reuniões públicas e criam comissões para cuidar dos problemas do assentamento. Assim, é possível virar uma prática regular e se criar um ambiente de aprendizado de que é no espaço público onde se resolvem os conflitos. Porém, é preciso que as comissões, por exemplo, não façam discriminações entre os assentados para que todos se sintam parte do processo e aprendam a ver as reuniões e assembléias como espaço de todos. Nesse sentido, o enfoque nos conflitos, nos micro-poderes e nas redes, proporcionou mostrar como é possível e quais são as limitações de formação e do potencial de aprendizado de relações horizontais de gestão dos conflitos e de produção. O aprendizado na prática de relações democráticas e solidárias de convívio e de produção é uma maneira de viver o socialismo aqui e agora e não de esperar uma mítica revolução que inicie uma sociabilidade livre, igualitária e eqüitativa.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Rosemeire Ap. (2003). Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. Pres. Prudente/SP, Tese de doutoramento em Geografia, FCT/Unesp.

- BLACK, Donald (1998). *The Social Structure of Right and Wrong*. San Diego: Academic Press [versão revisada de original de 1993].
- BOMBARDI, Larissa M. (2001). O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa. São Paulo, Dissertação de mestrado apresentada ao Depto. de Geografia, FFLCH/USP. [Publicada em 2004 com o mesmo título pela editora Annablume, São Paulo.]
- CARVALHO, Horácio M. (1998). Formas de Associativismo Vivenciadas pelos Trabalhadores Rurais em Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil. In: www.nead.org.br, acessado em dez/2004.
- CARVALHO, Horácio M. (1999). Interação Social e as Possibilidades de Coesão e de Identidade Sociais no Cotidiano da Vida Social dos Trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil. In: www.nead.org.br, acessado em dez/2004.
- CHAYANOV, Alexander V. (1974 [1925]). *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nova Visão.
- CHRISTOFFOLI, Pedro I. (2000). O Desenvolvimento de Cooperativas de Produção Coletiva de Trabalhadores Rurais no Capitalismo: Limites e Possibilidades. Curitiba, Dissertação de mestrado apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-graduação em Administração, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR.
- COMTE, Auguste (1983 [1852]). Catecismo Positivista, in: *Comte*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 2ª. ed.
- D'INCAO, Maria da Conceição & ROY, Gerard (1995). *Nós Cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FABRINI, João E. (2003). *A Resistência Camponesa nos Assentamentos de Sem-Terra*. Cascavel/PR: Edunioeste.
- FELICIANO, Carlos A. (2003). O Movimento Camponês Rebelde e a Geografia da Reforma Agrária. São Paulo, Dissertação de mestrado apresentada ao Depto. de Geografia, FFLCH/USP.

- FERNANDES, Bernardo M. (1999 [1996]). *MST – Formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 2ª. ed.
- FERNANDES, Bernardo M. (1999). Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro – Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, 1979-1999. São Paulo, Tese de doutorado apresentada ao Depto. de Geografia, FFLCH/USP.
- GONÇALVES, Sérgio (2004). O MST em Querência do Norte – PR: da luta pela terra à luta na terra. Maringá/PR, Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Geografia, UEM.
- JUSTO, Marcelo Gomes (2001). Entrevista com M. A. S. [morador de assentamento de reforma agrária e militante do MST]. In: www.ces.fe.uc.pt/emancipa/pt/voices/gen/miguelsantos.html. Projeto Vozes do Mundo, inserido na pesquisa Reinventando a Emancipação Social, sob orientação do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, Centro de Estudos Sociais (CES), Coimbra – Portugal, 2 p. [Versão integral no prelo.]
- JUSTO, Marcelo Gomes (2002). *Capim na Fresta do Asfalto: conflito agrário violento e justiça*. São Paulo: Humanitas/FAPESP.
- LATOUR, Bruno (2000). *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo: Editora 34.
- MARQUES, Marta Inez M. (2000). De Sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO. São Paulo, Tese de doutorado apresentada ao Depto. de Geografia, FFLCH/USP.
- MARX, Karl (1978 [1852]). O 18 Brumário de Luís Bonaparte, in: *Marx*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 2ª. ed.
- MARX, Karl (1985). *O Capital*, Vol. I e II, Col. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural.
- MIRANDA, Maria Elena (1998). Análise de uma situação de conflito entre os assentados e o MST. São Paulo, Dissertação de mestrado apresentada ao Depto. de Antropologia, FFLCH/USP.

- MIRANDA, Maria Elena (2003). Os Assentados Frente aos Desafios Legais. Uma interpretação antropológica das relações jurídicas no assentamento de Promissão. São Paulo, Tese de doutoramento apresentada ao Depto. de Antropologia/FFLCH/USP.
- MITIDIERO Jr., Marco Antônio (2002). O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e as Contradições da Luta pela Terra no Brasil. São Paulo, Dissertação de mestrado apresentada ao Depto. de Geografia, FFLCH/USP.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. (1995). *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Ática.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. (1997). A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência. São Paulo, Tese de Livre Docência apresentada ao Depto. de Geografia, FFLCH/USP.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. (2002). “A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro”, in: CARLOS, Ana F. (Org.). *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, pp. 63-110.
- PEREIRA, José Roberto (2000). De Camponeses a Membros do MST: os novos produtores rurais e sua organização social. Brasília/DF, Tese de doutorado apresentada ao Depto. de Sociologia, ICS/UnB.
- RAFFESTIN, Claude (1993 [1980]). *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática.
- RATZEL, Friedrich (1990). *Ratzel*, Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.
- RECLUS, Élisée (1985). *Élisée Reclus*, Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.
- SANTOS, Boaventura S. (2000). *Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, Boaventura S. [Org.] (2002). *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- SCHREINER, Davi F. (2002). Entre a Exclusão e a Utopia. Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná). São Paulo, Tese de doutorado apresentada ao Depto. de História, FFLCH/ USP.
- SIMONETTI, Mirian Claudia L. (1999). A Longa Caminhada – a (re)construção do território camponês em Promissão. São Paulo, Tese de doutorado apresentada ao Depto. de Geografia, FFLCH/USP.
- SINGER, Paul (1998). *Globalização e Desemprego – diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto.
- SINGER, Paul (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo.
- SIZANOSKI, Raquel (1998). O Novo dentro do Velho: Cooperativas de Produção Agropecuária do MST (Possibilidades e limites na construção de outro coletivo social). Florianópolis/SC, Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Sociologia Política, CFCH/UFSC.
- SOUZA, Maria A. (1999). As Formas Organizacionais de Produção em Assentamentos Rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais – MST. Campinas/SP, Tese de doutorado em Educação, FE/Unicamp.
- WOORTMANN, Klass (1990). “Com Parente Não se Neguceia” O Campesinato Como Ordem Moral. In: *Anuário Antropológico/87*. Brasília/DF: Ed. UnB, pp. 11-73.

Justiça agrária e a democratização do acesso à terra no Brasil.

Mariana Trotta Dallalana Quintans.

Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio.

Introdução

Na presente pesquisa buscamos apresentar alguns elementos que possam contribuir com o debate sobre as Varas Agrárias, instituto introduzido na Constituição Federal de 1988 com a Reforma do Judiciário aprovada no Congresso Nacional em 2004.

Pretendemos analisar diversos aspectos relativos ao tema e refletir sobre o potencial do novo instituto em produzir avanços para a democratização do acesso à terra no Brasil.

1. A Reforma do Judiciário e as Varas Agrárias.

O debate sobre a implantação de Varas Agrárias na Justiça brasileira não é recente, ele esteve na pauta política do país em diferentes momentos.¹

Na Assembléia Nacional Constituinte de 1987 as Varas Agrárias foram amplamente debatidas junto a outros temas relativos à questão agrária no Brasil. Diversos segmentos da sociedade, inclusive setores populares ligadas à luta pela terra, defenderam a proposta da criação de uma Justiça especializada para atuar nos conflitos agrários. O novo ramo teria competência para julgar todos os conflitos decorrentes das relações no campo e, sua organização Judiciária era pensada aos moldes da Justiça Trabalhista e Eleitoral, com estrutura própria composta de Superior Tribunal, Tribunal Regional e, Juntas de Conciliação e Julgamento.

Como relata o jusagrarista Otávio Mendonça,

“durante a Constituinte de 87/88, a Justiça Agrária sofreu altos e baixos. Surgiu desde a Comissão *Afonso Arinos*, ora como órgão autônomo do judiciário, ora dentro da competência da Justiça Federal, ora finalmente dentro da Justiça Comum estadual, apenas com juízes de entrância especial, designados pelos Tribunais de Justiça, permitindo seu deslocamento aos locais de litígio. Assim diz

¹ Interessante trabalho sobre propostas anteriores relativas a Justiça Agrária na Brasil e, experiências em outros países ver (MENDONÇA, Otávio. Caminhos para uma Justiça Agrária no Brasil. In: LARANJEIRAS, Raymundo. Op.Cit.)

o art. 126, notoriamente restrito, prêmio de consolação aos juristas insatisfeitos(...).”²

O texto aprovado ao final, incorporado à Constituição Federal de 1988, incumbiu aos Tribunais decidir sobre - a necessidade ou não, de acordo com a demanda - do estabelecimento de juizes com competência específica para julgar conflitos agrários. Em decorrência deste dispositivo constitucional, os Tribunais de Justiça de alguns estados brasileiros estabeleceram juízos agrários, como no Pará, Minas Gerais, Paraíba, Santa Catarina. Também, foram estabelecidos juízos especializados na Justiça Federal nos estados da Bahia, Pará, Maranhão, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

A Reforma do Judiciário veio, justamente, alterar o art. 126 da CF/88 que, passou a determinar: “para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.”

2. As dificuldades na definição da competência das Varas Agrárias.

Ao novo dispositivo podem ser dadas diferentes interpretações. Pode-se depreender da leitura do texto constitucional que, - “para dirimir conflitos fundiários” serão criadas varas agrárias - o legislativo quis limitar a atuação de tais varas, as atribuindo apenas competência para julgar as ações decorrentes de conflitos fundiários, que correspondem apenas aos conflitos pela posse ou propriedade da terra. Dessa forma, não compreenderiam as novas varas, todas as matérias relativas à questão agrária, ou seja, todas as relações decorrentes do solo (agro).

Por outro lado, o art. 126 da CF/88 poderá ser interpretado de forma sistemática, através da qual a primeira parte do dispositivo não será entendida como uma limitação ao alcance das varas especializadas, mas como mera exemplificação. Neste sentido, a nova redação constitucional teria atribuído as varas agrárias competência para julgar todos os casos relativos à questão agrária.

O problema que se coloca é a falta, no ordenamento jurídico brasileiro, de uma sistematização da legislação agrária – não possuímos um Código Agrário ou uma Consolidação das Leis Agrárias - que defina quais as matérias relativas ao tema e, portanto, qual a competência das Varas Agrárias.³

² Ibid. p. 806

³ Mesmo existindo previsão constitucional da autonomia do direito agrário, até hoje não teve êxito nenhum projetos de organização da legislação agrária. Sobre os projetos de sistematização do Direito Agrário ver (MIRANDA NETO, Mario da Silva. QUINTANS, Mariana Trotta D. Direito Agrário. In: MOTTA, Marcia Maria Menendes. *Dicionário da Terra*, Ed. Civilização brasileira, 2005.)

Atualmente, a competência das varas agrárias existentes é determinada pelo próprio Tribunal de Justiça. Existindo casos em que foi atribuído a vara agrária a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida decorrentes de conflitos agrários. Entretanto, a competência sobre esta matéria é estabelecida constitucionalmente como do Tribunal do Júri e com a Reforma do Judiciário a possibilidade de federalização do julgamento quando se tratar de ofensa aos direitos humanos.

Outro aspecto relevante sobre este tema que devemos chamar atenção, diz respeito aos casos dos conflitos fundiários, decorrentes das ocupações coletivas realizadas por trabalhadores sem-terra, a atuação pontual das varas agrárias na resolução da ação possessória, não se apresenta como solução para o problema, pois apenas combate o efeito e não a causa, ou seja, dissolve a tensão social sem realizar a Reforma Agrária.

Em todas as declarações do atual Governo Federal sobre a importância da criação das varas especializadas, estas são apontadas como solução para os violentos conflitos fundiários que vêm eclodindo no país - não no sentido de resolver o problema da terra - mas de pulverizá-los. Deslocando-se, assim, o foco político da luta pela terra para o judiciário, buscando neutralizar o conflito.

Por tal motivo, devemos ponderar se não seria o caso destas varas especializadas receberem a competência para julgar as ações desapropriatórias⁴ junto das ações possessórias. Neste sentido, as ações teriam que correr na Justiça Federal já que as desapropriações são ações propostas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária, órgão ligado a estrutura do Poder Executivo Federal. E, como determinado pela Constituição Federal de 1988 cabe a Justiça Federal julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública forem autoras, rés, assistentes ou oponentes.

Atualmente, nos estados onde não existem varas agrárias, as ações possessórias tramitam na justiça comum por se tratar de matéria determinada pelo Código de Processo Civil. No estado do Rio de Janeiro, o INCRA vêm atuando como uma espécie de terceiros interessado nestas ações possessórias sobre áreas em processo de desapropriação. Nestes casos, tais ações são remetidas para a Justiça Federal.

⁴ Após a realização pelo INCRA do processo administrativo de desapropriação - que engloba a notificação, vistoria da propriedade a ser desapropriada, emissão do decreto de desapropriação pelo Presidente da República, avaliação da propriedade e de suas benfeitorias - o INCRA tem que ajuizar ação

3. O perfil dos magistrados.

Sobre as varas agrárias, também, devemos destacar que um ponto que vêm preocupando diferentes setores - dos ruralistas aos movimentos populares – diz respeito ao critério de seleção de magistrados para as varas especializadas.

Pois, o texto normativo como qualquer outro texto ou palavra permite diferentes leituras. Dessa forma, em cada julgamento cabe ao magistrado escolher um dos sentidos possíveis de cada texto normativo para solucionar o caso concreto – o texto normativo atua apenas como uma moldura que deverá ser preenchida pelo interprete.⁵ Apresentando-se para o interprete, como guia para tal tarefa, suas posições políticas e ideológicas.

Podemos observar a pluralidade de sentidos dos textos normativos citando três decisões judiciais proferidas por magistrados fluminenses em casos de conflitos possessórios envolvendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

A primeira decisão diz respeito a uma ocupação do MST no Município de Italva em agosto de 2003. Trata-se de uma decisão paradigmática, em que foi negada a liminar de reintegração de posse pleiteada pelo autor, sobre área improdutiva decretada pelo Executivo Federal para fins de Reforma Agrária. Destacamos alguns trechos da decisão⁶:

“(...) Discutem-se os métodos do MST, mas, com a devida venia, não há como qualificá-los de ilegítimos. A bifurcação que se apresenta pode levar a dois caminhos, e a escolha revelará o quão justa é a sociedade em que vivemos ou que queremos viver: o bem patrimonial inexplorado, moribundo, objeto apenas de uma dominação quase feudal, ou a atividade vinculada à vida no campo, à fixação da família em terras capazes de gerar riquezas e subsistência sem a qualificação de ‘latifúndio improdutivo’.”

Posição diferente foi a adotada pelo Juiz da 2ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes, na ação possessória sobre outra fazenda ocupada pelo MST no ano de 2004. Tratava-se de área vistoriada pelo INCRA e considerada improdutiva. Mas, que como em inúmeros outros casos o “produtor rural” ingressou com ação de nulidade do laudo de vistoria, paralisando judicialmente o procedimento desapropriatório.

Neste caso o magistrado entendeu pela reintegração de posse e pela ilegalidade da ocupação, considerando tal prática como crime de esbulho possessório⁷:

de desapropriação na Justiça Federal. Apenas com a sentença transitada em julgado nesta ação é que a propriedade passa a pertencer ao Estado.

⁵ Kelsen, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

⁶ processo nº 5018/03

⁷ Processo nº 2004.5103000888-0.

“(...) O processo de reforma agrária, em uma sociedade estruturada em bases democráticas, não pode ser implementado pelo uso arbitrário da força e pela prática de atos ilícitos de violação possessória, ainda que se cuide de imóveis alegadamente improdutivos, notadamente porque a Constituição da República ao amparar o proprietário com a cláusula de garantia do direito de propriedade (CF, art. 5º, XXII) – proclama que ‘ninguém será privado (...) de seus bens, sem o devido processo legal’ (art. 5º, LIV).”

Passemos a análise da decisão do Juiz (titular a época) da 2ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes, sobre a Fazenda Desejo Azurara ocupada por famílias sem-terra, em 2004.⁸ Esta Reintegração de posse corre em apenso a ação de desapropriação⁹ onde discute-se o índice de Produtividade do imóvel na época da primeira vistoria realizada pelo INCRA.

Nesta decisão paradigmática, o magistrado elaborou uma solução alternativa para o conflito possessório, optando por manter os sem-terra numa pequena parcela da fazenda, por eles já ocupada, enquanto não se encerrasse a ação desapropriatória. Transcrevemos abaixo parte da decisão:

“(...)No caso em tela, não vislumbro maiores problemas em determinar que as partes aguardem a realização da perícia determinada nos autos da Ação de Desapropriação 2001.5103002261-9, tendo em vista que não haverá prejuízo para o arrendatário, eis que a parte ocupada não ultrapassa 02 (dois) hectares de terra dentre os 610,9988 há (seiscentos e dez hectares noventa e nove ares e oitenta e oito centiares) que integram o imóvel objeto do litígio e, também, não há prejuízo às famílias que ora ocupam pequena área.

Em assim sendo e com base nos argumentos acima delineados, INDEFIRO O PEDIDO LIMINAR requerido pelo autor e determino que as famílias ora ocupantes de parte do imóvel denominado "Fazenda Desejo e Azurara" permaneçam apenas e tão somente, nos 02 (dois) hectares até então ocupados até que sejam ultimadas as diligências na realização da perícia determinada nos autos da ação de Desapropriação."

Devido a esta discricionariedade judicial, os “produtores rurais” preocupam-se com o perfil político-ideológico dos magistrados que atuarão nas varas especializadas. Temem que as varas agrárias tenham como titular juizes progressista, ou “recrutados na escola chamada justiça alternativa”¹⁰ o que contrariaria seus interesses.

Por outro lado, os movimentos populares também se preocupam com o perfil dos magistrados que titularão nas varas agrárias. Pois, o juiz ao interpretar um texto normativo goza de certa liberalidade, fato que permite a produção de diferentes decisões para situações semelhantes, variando de acordo com a visão de mundo de cada julgador.

⁸ Proc. n. 2004.5103000757-7

⁹ Proc. n. 2001.5103002261-9

¹⁰ LOPES, Gregorio Vivanco. Nova Justiça Agrária – A quem aproveita? – publicado no sítio da internet www.tfp-fundadores.org.br, em 7 out.2004.

Como destacado por Wolkmer,

“o juiz possui papel bem maior do que lhe é atribuído, exercendo ideologicamente uma extraordinária e dinâmica atividade recriadora. (...) A atividade do Juiz, em relação à lei, não se caracteriza jamais pela passividade nem tampouco será a lei considerada elemento exclusivo na busca de soluções justas aos conflitos; a lei se constitui em um outro elemento, entre tantos que intervêm no exercício da função jurisdicional.”¹¹

Atualmente, nas regiões onde já existem varas especializadas, a experiência tem sido diferente de região para região. Como exemplo, podemos citar o estado de Minas Geras, onde o Juiz Agrário localizado na Capital, desloca-se para a região do conflito possessório, realiza audiências entre o fazendeiro, os trabalhadores sem-terra e as autoridades públicas responsáveis pela questão agrária no estado.

Este Juiz Estadual da Vara de Conflitos Agrários, “quando ocorrem ocupações de terra, prioriza a negociação com os fazendeiros, ao invés de determinar imediatamente a reintegração de posse.”¹²

Vemos, dessa forma, que a Vara Agrária em Minas Gerais vem atuando apenas nas ações possessórias, não possui competência para intervir nas ações desapropriatórias, de competência da Justiça Federal. Como o próprio nome já diz, trata-se de uma Vara de Conflitos Agrários. Portanto, a vara especializada atua na mediação dos conflitos, não enfrentando o problema da efetivação da Reforma Agrária.

Por outro lado, a Vara Federal especializada na questão agrária julga de forma lenta as ações de desapropriação propostas pelo INCRA.

O Estado da Paraíba já experimentou a proposta das Varas Agrárias (atualmente ela encontra-se desativada). Tal experiência não foi positiva para os movimentos que lutam pela democratização do acesso à terra na região, apresentando-se inclusive como um recuo para a questão agrária.

No Pará, após a passagem de alguns magistrados conservadores pela Vara Agrária, assumiu a titularidade da mesma um juiz progressista, que entendia como necessária a proteção possessória o cumprimento da função social pela propriedade. Entretanto, pela pressão política dos “produtores rurais” da região este juiz foi removido da vara especializada. Hoje, o juiz que assumiu a titularidade adota posturas conservadoras.

¹¹ WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideologia, Estado e Direito*. Op.Cit. p. 186.

¹² LARCHER, Andre. *A justiça agrária ajuda ou atrapalha?* In: Revista SEM TERRA, jul-ago. 2005, ano VII, n. 31, p.18.

Vemos, assim, os riscos da implementação das Varas Agrárias e a preocupação com os magistrados que as titularão. As varas especializadas, que concentrarão todos os processos relativos aos conflitos agrários, poderão submeter as partes - como ocorre em cidades pequenas que possuem uma vara única - a uma relação mais pessoal, com magistrados mais sensíveis aos interesses envolvidos.

4. O Poder Simbólico do Campo Jurídico: a hegemonia do discurso proprietário.

Levando-se em conta que ao não ser prevista uma organização judiciária própria, as varas agrárias estarão inseridas na dinâmica dos Tribunais de Justiça. As novas varas farão parte da estrutura do Poder Judiciário, devemos destacar que este campo social apresenta como pensamento hegemônico o discurso proprietário, acabando por defender o interesse dos ruralistas.

Neste sentido, por mais que as varas agrárias sejam ocupadas por magistrados que rompam com o discurso hegemônico, suas decisões poderão ser reformadas em Segunda Instância, mantendo-se a posição conservadora.

Adentrando no debate sobre o discurso hegemônico do judiciário, podemos tomar como exemplo o Estado do Rio de Janeiro, onde das trinta e quatro ocupações de terra, em vinte delas o proprietário obteve a liminar de reintegração de posse pleiteada judicialmente e apenas em cinco casos sua concessão foi negada pelo magistrado competente.¹³

A partir destes dados obtidos em outra pesquisa¹⁴, podemos afirmar que o Poder Judiciário fluminense vêm adotando hegemonicamente o discurso proprietário que prioriza os interesses dos “produtores rurais” e criminaliza os movimentos populares. Analisando de forma qualitativa as decisões judiciais sobre os conflitos possessórios nos demais estados brasileiros, podemos ampliar esta constatação.

Devemos investigar a origem deste discurso conservador ponderando sobre a formação do pensamento jurídico brasileiro.

As primeiras faculdades de direito do Brasil, criadas em 1827, foram instaladas em São Paulo e Olinda, tendo esta última sido transferida para Recife em 1854. Ambas

¹³ Dessas trinta e quatro ocupações realizadas pelo MST no território fluminense, entre os anos 1996 e 2006, não temos informações processuais sobre quatro e em dois casos o proprietário não ingressou com ação possessória.

¹⁴ QUINTANS, Marrana Trotta Dallalana. *A Magistratura Fluminense: seu olhar sobre as ocupações do MST*. Dissertação de Mestrado, PUC-Rio, 2005.

eram escolas particulares e seus alunos vinham das classes dominantes. José Murilo de Carvalho chama atenção ao fato de que,

“de modo geral, os alunos das escolas de direito provinham das famílias de recursos. As duas escolas cobravam taxas de matrícula (...) Além disso, os alunos que não eram de São Paulo ou do Recife tinham que se deslocar para essas cidades e manter-se lá por cinco anos. Muitos, para garantir a admissão, faziam cursos preparatórios ou pagavam repetidores particulares. Esses custos eram obstáculos sérios para alunos pobres, embora alguns deles conseguissem passar pelo peneiramento. Menciona-se, por exemplo, a presença de estudantes de cor já nos primeiros anos da Escola de São Paulo, aos quais, por sinal, um dos professores se recusava a cumprimentar alegando que negro não podia ser doutor.”¹⁵

A professora Gizlene Neder relata que a ideologia liberal, necessária à emancipação do país do monopólio político da Metrópole e ligada aos grandes proprietários rurais da época, esteve diretamente vinculada à criação dos primeiros cursos jurídicos brasileiros. No Brasil, o liberalismo foi adotado pelos grandes latifundiários e escravistas, garantindo-se, entretanto, os direitos à propriedade privada de forma absoluta e à utilização da mão-de-obra escrava.¹⁶

Vê-se, então, que desde sua origem os cursos de direito no Brasil estiveram ligados às classes dominantes e à formação das elites políticas do país. Mesmo com todas as mudanças introduzidas por reformas no sistema universitário, como a criação de faculdades públicas e diversas alterações curriculares, não se conseguiu alterar significativamente o caráter elitista das faculdades de direito.

Em 1972 foi introduzida nas grades curriculares a disciplina de Direito Agrário, por norma do conselho Federal de Educação. Entretanto, foram poucas as faculdades que efetivamente inseriram a disciplina em seus programas. Em alguns casos tal disciplina, que deveria ser ministrada em consonância com o princípio da função social da propriedade, adotou a ótica civilista e o discurso proprietário

Desta forma, o pensamento sedimentado nas escolas de direito e adotado pelos profissionais do direito no campo jurídico tem suas raízes na defesa dos interesses das elites de proprietário rurais e posteriormente urbano.

Podemos ainda destacar que o próprio princípio da separação dos poderes proposto por Montesquieu teve sua base na idéia de governo misto de Políbio, na qual o

¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 74-75

¹⁶ NEDER, Gizlene. *Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995, p. 103.

Poder Judiciário correspondia ao governo aristocrático, ou seja, o governo de uma pequena elite.

Portanto, o judiciário surge ligado a elite dominante econômica e politicamente. E, mesmo com as tentativas de democratização deste Poder, como por exemplo com a adoção de concurso público na seleção de seu corpo técnico, não se conseguiu diversificar o discurso jurídico de forma significativa.

Tentamos buscar as explicações para este fato nas teses do filósofo francês Pierre Bourdieu sobre o poder simbólico do Poder Judiciário.

“(...) por mais que os juristas possam opor-se a respeito de textos cujo sentido nunca se impõe de maneira absolutamente imperativa, eles permanecem inseridos num corpo fortemente integrado de instâncias hierarquizadas que estão à altura de resolver os conflitos entre os intérpretes e as interpretações. E a concorrência entre os intérpretes está limitada pelo facto de forças políticas a medida em que apresentem como resultado necessário de uma interpretação regulada de textos unanimemente reconhecidos: como a Igreja e a Escola, a Justiça organiza segundo uma estrita hierarquia não só as instâncias judiciais e os seus poderes, portanto, as suas decisões e as interpretações em que elas se apóiam, mas também as normas e as fontes que conferem a sua autoridade a essas decisões.”¹⁷

Dentro deste quadro, a atuação dos juízes de primeira instância encontra limites na hierarquia dos Tribunais e, portanto, nas decisões dos magistrados de segunda instância. A promoção dos magistrados depende dos critérios de antiguidade, merecimento¹⁸ e da participação constante em cursos, seminários e palestras de atualização oferecidos pela Escola de Magistratura, que freqüentemente são ministrados por desembargadores restringindo “o caráter inovador e crítico desses cursos”.¹⁹

Diante deste quadro, é comum que indivíduos com diferentes vivências sociais e oriundos de diversas classes, quando ingressam neste aparelho, passam a incorporar a postura e o discurso hegemônico nele presente. Pois, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.”²⁰

Desta forma, muitas vezes os magistrados não percebem que sua atividade profissional lhes permite diferentes interpretações da lei e a descoberta de novas formas

¹⁷ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004, p. 213-214.

¹⁸ “Reforçando a adaptação dos novos magistrados à cultura organizacional do Poder Judiciário, o próprio sentido de hierarquia - estritamente vinculado à política de promoção por mérito - funciona como mecanismo para reduzir a renovação da jurisprudência. Para o juiz preocupado com sua carreira é fundamental estar de acordo com o Tribunal e estar de acordo com a jurisprudência dominante, de forma a não Ter suas sentenças sistematicamente revogadas.” (JUNQUEIRA, Eliane Botelho [*et ali*] *Juízes retrato em preto e branco*. Rio de Janeiro: editora Letra Capital, 1997, p. 164)

¹⁹ DALLARI, Dalmo de Abreu. *O Poder dos Juízes*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1996, p. 34.

de mediação de conflito. Acabando por reproduzir as posições majoritárias, adotando-as como “verdades absolutas”.

Como explicado por Terry Eagleton, “qualquer campo social é necessariamente estruturado por um conjunto de regras não enunciadas para o que pode ser dito ou percebido validamente dentro dele, e essas regras, portanto, operam como um modo do que Bourdieu denomina ‘violência simbólica.’ Como a violência simbólica é legítima, geralmente não é reconhecida *como* violência.(...)”²¹

É neste sentido que percebermos porque juízes novos e de diversas classes sociais, ao ingressarem na magistratura passando a atuar dentro da dinâmica do campo judiciário, incorporam o discurso conservador, sem perceber, muitas vezes, que estão sujeitos à violência simbólica, já que tal discurso aparece dotado de legitimidade.

Também devemos registrar que os magistrados, principalmente nas cidades do interior, encontram como espaço de socialização as mesmas festas, restaurantes, clubes, academias de ginástica das classes e frações da classe dominante.

Como destaca Bourdieu, “a proximidade dos interesses e, sobretudo, a afinidade dos *habitus*²², ligada a formações familiares e escolares semelhantes, favorecem o parentesco das visões de mundo.”²³

Por esse motivo, na maior parte dos casos torna-se mais fácil a adesão dos magistrados as teses dos proprietários do que a aceitação dos argumentos que levam trabalhadores sem-terra a promoverem a ocupação de uma propriedade privada.

5. A melhora na capacitação dos magistrados na questão agrária.

Um lado positivo na criação destas varas, entretanto, diz respeito a possibilidade do investimento na formação e especialização dos magistrados que titularão as varas agrárias.

Dessa forma, chamar-se-á atenção para a necessidade de cursos de direito agrário, pouco oferecidos nas faculdades de direito. Estes cursos deverão ser pautados não à luz do velho direito de propriedade absoluto, mas sobre o princípio da função social da propriedade e da necessidade de Reforma Agrária para o país.

²⁰ Ibid. p. 7-8.

²¹ EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Ed. UNESP/Boitempo, 1997, p.141.

²² Lado ativo de um conhecimento adquirido. (BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 61). Terry Eagleton irá explicar o conceito de *habitus* como a “inculcação nos homens e nas mulheres de um conjunto de disposições duráveis que geram práticas particulares.” (Op.Cit. p.141).

²³ *Poder Simbólico*, Op.Cit. p. 242.

6. Considerações finais.

Vemos que o debate sobre a justiça agrária no Brasil ainda está em aberto, existindo posições diferentes sobre o assunto. Mesmo tendo sido introduzido na Constituição Federal de 1988 o instituto das varas agrárias em nossa organização judiciária, muito ainda deve ser discutido.

Pois, corre-se o risco de que a criação destas varas especializadas não signifique avanço para a democratização do acesso à terra, causa dos intensos conflitos no campos brasileiro.

Assim, estar-se-ia apresentando mudanças no poder judiciário mas, mantendo-se a injusta estrutura agrária brasileira concentracionista e elitista.

7. Bibliografia:

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004, p. 213-214.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O Poder dos Juízes*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1996, p. 34.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Ed. UNESP/Boitempo, 1997, p.141.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho [et ali] *Juízes retrato em preto e branco*. Rio de Janeiro: editora Letra Capital, 1997, p. 164

KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LARCHER, Andre. *A justiça agrária ajuda ou atrapalha?* In: Revista SEM TERRA, jul-ago. 2005, ano VII, n. 31

LOPES, Gregorio Vivanco. Nova Justiça Agrária – A quem aproveita? – publicado no sítio da internet www.tfp-fundadores.org.br, em 7 out.2004.

MENDONÇA, Otávio. Caminhos para uma Justiça Agrária no Brasil. In: LARANJEIRAS, Raymundo.)

MIRANDA NETO, Mario da Silva. QUINTANS, Mariana Trotta D. Direito Agrário. In: MOTTA, Marcia Maria Menendes. *Dicionário da Terra*, Ed. Civilização brasileira, 2005.

NEDER, Gizlene. *Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.

QUINTANS, Marrana Trotta Dallalana. *A Magistratura Fluminense: seu olhar sobre as ocupações do MST*. Dissertação de Mestrado, PUC-Rio, 2005.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideologia, Estado e Direito*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2003.

Processos analisados:

- Processo nº 5018/03
- Processo nº 2004.5103000888-0.
- Proc. n. 2004.5103000757-7
- Proc. n. 2001.5103002261-9

O ESTATUTO DA CIDADE E O PLANO DIRETOR COMO INSTRUMENTOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

“Integração urbano-rural nas Regiões dos Vales dos Rios dos Sinos e Paranhana/Encosta da Serra”

BALDISSERA, Claudinei Moisés¹

BALDASSO, Nelson Antônio²

MENA BARRETO, Heitor³

Resumo

Os processos de intensificação em termos de ocupação do espaço territorial, do uso do solo, da industrialização, da urbanização e do crescimento populacional passaram a exigir uma postura diferenciada do Administrador Público. Postura esta que fez o Legislador Constituinte reservar espaço especial na Constituição Federal de 1988 para tratar da Política Urbana. O mesmo se observa no ano de 2001, a partir da edição de uma norma de natureza infraconstitucional, denominada de “Estatuto da Cidade”, editada através da Lei Federal 10.257/01, com o propósito de regulamentar o disposto nos artigos 182 e 183 da Carta Magna. Embora existirem mecanismos jurídicos bem elaborados e suficientes para tratar da matéria, as instâncias e fóruns especializados, se apresentam confusos ou inexistentes para o conjunto da sociedade. Sofrem o condicionamento de uma visão de “urbanismo” como *artificialização* do espaço. O presente artigo analisa a ocupação territorial no Vale do Rio dos Sinos e Paranhana/Encosta da Serra e sugere alternativas e estratégias que possam subsidiar o Poder Público e os agentes sociais na aplicação do “Estatuto da Cidade” e na elaboração de “Planos Diretores” e “Projetos Territoriais” que redefinam e equilibrem a ocupação do espaço nos Municípios e Regiões, buscando a integração e complementaridade entre atividades urbanas e rurais.

Palavras-chave: desenvolvimento, territorialidade e legislação.

¹ Advogado e Téc. em Agropecuária. Extensionista Rural da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS. Escritório Municipal de Campo Bom. Av. Independência, 800, 1º andar, CEP 93700-000, Campo Bom - RS. Fone (051) 598-8696. E-mail: emcampob@emater.tcche.br

² Eng.º Agrônomo, Mestre em Economia Rural. Extensionista Rural da EMATER/RS - Escritório Regional Porto Alegre. Rua Botafogo, 1051 – CEP 90.04-153. Fone: (051) 3233-3144. Porto Alegre/RS. E-mail: baldasso@emater.tcche.br

³ Engenheiro Agrônomo. Extensionista Rural da EMATER/RS. Escritório Municipal de Dois Irmãos - RS - emdirmao@emater.tcche.br

Contextualização

As regiões objeto deste estudo correspondem à área de abrangência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento⁴ (COREDES) dos Vales dos Rios dos Sinos e Paranhana/Encosta da Serra. A Região do COREDE Vale dos Sinos está situada na Região Metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul - Brasil. É formada por uma população de 1.231.261 habitantes, sendo 1.205.565 residentes em zona urbana e 25.969 habitantes da zona rural. Sua extensão territorial compreende 1.405,94 km², sendo 469,31 km² de áreas urbanas e 936,63 km² de áreas rurais, conforme demonstrado no Quadro I.

Parte do território da Região do Vale do Rio dos Sinos apresenta cenário fortemente homogeneizado, constituindo consolidado urbano, interligado com as áreas dos COREDES Metropolitano Delta do Jacu, evidenciando a prevalência da economia urbano-industrial e de prestação de serviços, gerando uma pujança e dinâmica econômica concomitante à falta de segurança pública, desigualdade social, ocupação desordenada do espaço e uso do solo, além da degradação ambiental como a contaminação do solo, dos mananciais e corpos hídricos, e poluição atmosférica.

Ao Norte e Nordeste, esta região é circundada pelos municípios do COREDE Paranhana/Encosta da Serra, a qual é composta por 10 (dez) municípios e possui 207.128 habitantes, sendo 184.531 habitantes residentes em zona urbana e 24.754 habitantes residentes em zona rural. Sua extensão territorial compreende 1.691,85 km², sendo 522,36km² de áreas urbanas e 1.159,89 km² de áreas rurais, conforme demonstrado no Quadro 2.

Esta região é influenciada pela mono-economia coureiro-calçadista, porém com remanescentes importantes das atividades agroflorestais e de estilos de vida originais remontantes ao período de colonização.

Considerando-se o conjunto dos municípios das duas regiões, deve-se destacar a relativa coincidência com o desenho dos limites da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, onde a região Paranhana/Encosta da Serra, com suas encostas íngremes, detém significativamente os maiores e mais qualitativos mananciais de água, bem como a possibilidade de diversificação da produção de matérias-primas e agroindustriais.

Os quadros a seguir apontam os indicadores sócio-demográficos das regiões Vale dos Sinos e Paranhana e Encosta da Serra, com o propósito de traçar comparativos entre os limites urbanos e rurais, no tocante à população, extensão territorial dos municípios.

⁴ Instituídos pela Lei Estadual n.º 10.283/94.

Quadro 1 - Indicadores sócio-demográficos dos Municípios da região do Vale do Rio dos Sinos.

Municípios	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)	População Total (hab.)	Área Urbana (km²)	Área Rural (km²)	Área Total (km²)
Araricá	3.718	539	4.257	10,60	25,26	35,86
Campo Bom	53.130	2.180	55.310	23,00	39,50	62,50
Canoas	313.844	0	313.844	62,10	69,01	131,11
Dois Irmãos	23.900	163	24.063	51,80	15,00	66,80
Estância Velha	35.828	765	36.593	31,95	18,30	50,25
Esteio	81.960	87	82.047	23,50	9,00	32,50
Ivoti	14.656	1.533	16.189	12,00	54,59	66,59
Nova Hartz	13.987	2.192	16.179	8,38	51,85	60,23
Nova Santa Rita	12.786	4.200	16.986	11,50	208,29	219,79
Novo Hamburgo	238.412	4.204	242.616	78,84	144,66	223,50
Portão	20.905	4.839	25.744	17,44	139,96	157,40
São Leopoldo	198.290	652	198.942	81,10	19,40	100,50
Sapiranga	68.577	3.404	71.981	16,00	125,91	141,91
Sapucaia do Sul	125.572	938	126.510	41,10	15,90	57,00
TOTAL	1.205.565	25.696	1.231.261	469,31	936,63	1.405,94

Fontes: IBGE Censo 2000, METROPLAN, EMATER/RS e Prefeituras Municipais.

Quadro 2 - Indicadores sócio-demográficos dos Municípios da região do Vale do Rio Paranhana/Encosta da Serra

Municípios	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)	População Total (hab.)	Área Urbana (km²)	Área Rural (km²)	Área Total (km²)
Igrejinha	29.448	1.237	30.685	32	130	162
Lindolfo Collor	4.225	996	5.221	3	30	33
Morro Reuter	4.634	828	5.462	57	25	82
Parobé	1.062	1.095	2.157	6	43,72	49,72
Presidente Lucena	51.446	1.337	52.783	62,48	41,52	104
Riozinho	2.955	1.543	4.498	90	155	245
Rolante	16.704	3.923	20.627	23,40	280,13	303,13
Stª Mª do Herval	4.655	1.732	6.387	65,48	81,52	157
Taquara	49.614	9.700	59.314	37	353	390
Três Coroas	19.788	2.363	22.151	146	20	166
TOTAL	184.531	24.754	207.128	522,36	1.159,89	1.691,85

Fontes: IBGE Censo 2000, METROPLAN, EMATER/RS e Prefeituras Municipais.

A partir dos indicadores apresentados no Quadro 1, observa-se que 66,62 % da área geográfica da região do Vale dos Sinos é formada por áreas rurais, que são habitadas por 2,09 % da população total da região, o que resulta em uma densidade demográfica de 27,43 habitantes por km². Os restantes 33,38 % da área são destinados à ocupação urbana, habitada por 97,91 % da população, o que apresenta uma densidade demográfica de 2.568,80 habitantes por km².

Nos municípios da região Paranhana/Encosta da Serra, apresentados no Quadro 2, verifica-se que 68,56% da área geográfica é constituída de áreas rurais, que são habitadas por 10,90% da população total, o que resulta em uma densidade demográfica de 21,34 hab./km². Já 31,44% de toda a área geográfica é constituída de áreas urbanas, que são ocupadas por 89,10% de toda a população, representando uma densidade demográfica em zona urbana de 353,26 hab./km².

Traçando um comparativo entre as duas regiões em estudo, é possível concluir que muito embora a extensão de ocupação geográfica na sua totalidade seja semelhante entre as regiões, a população urbana apresenta universos distintos; ou seja, enquanto que a região do Vale do Rio dos Sinos possui 1.205.565 habitantes residentes em zona urbana, a região do Paranhana/Encosta da Serra possui 184.531 habitantes residentes em áreas urbanas. O dado que chama atenção é quanto a área de ocupação geográfica, onde o Vale dos Sinos possui área urbana de 469,31 km² e o Paranhana/Encosta da Serra apresenta área de 522,36 Km². Esta informação indica que a densidade demográfica do Vale dos Sinos é bastante concentrada, enquanto que a Região Paranhana/Encosta da Serra possui áreas urbanas não ocupadas, resultando em baixa densidade demográfica.

Por outro lado, a análise comparativa das áreas rurais entre as duas regiões apresenta números de extensão territorial e população bastante semelhantes; ou seja, a região Vale dos Sinos possui 936,63 Km² para uma população de 25.696 habitantes, e a região Paranhana/Encosta da Serra é formada por 1.159,89 km², habitados por 24.754 habitantes.

As áreas urbanas estão sob a tutela jurisdicional dos municípios, conforme determina o Capítulo II da CF/88, cabendo a estes a aplicação da política de planejamento, organização e desenvolvimento urbano, seguindo as diretrizes gerais fixadas em lei.

As áreas rurais estão sob a tutela jurisdicional da Lei Federal 4.504/64, o Estatuto da Terra, e compete a União legislar sobre áreas rurais, na forma que determina o Capítulo III da Constituição Federal de 1988. No entanto, nada impede que os municípios planejem o

conjunto do seu território como um todo, estabelecendo e definindo, por exemplo, as áreas rurais e redutos naturais que desejam preservar.

Cabe salientar que os indicadores de população rural não refletem de forma precisa a realidade de muitos municípios em estudo, principalmente os mais urbanizados e de menor extensão territorial rural. Nestes⁵, deve-se levar em conta um número considerável de famílias de agricultores, e população rururbana, que exercem atividades no setor primário; e, por estarem situados em áreas urbanas, são considerados pelo IBGE, como população urbana. Porém, devido à falta de levantamentos que permita traçar indicativos para esta faixa populacional, não é possível quantificá-los (BALDISSERA, 2004).

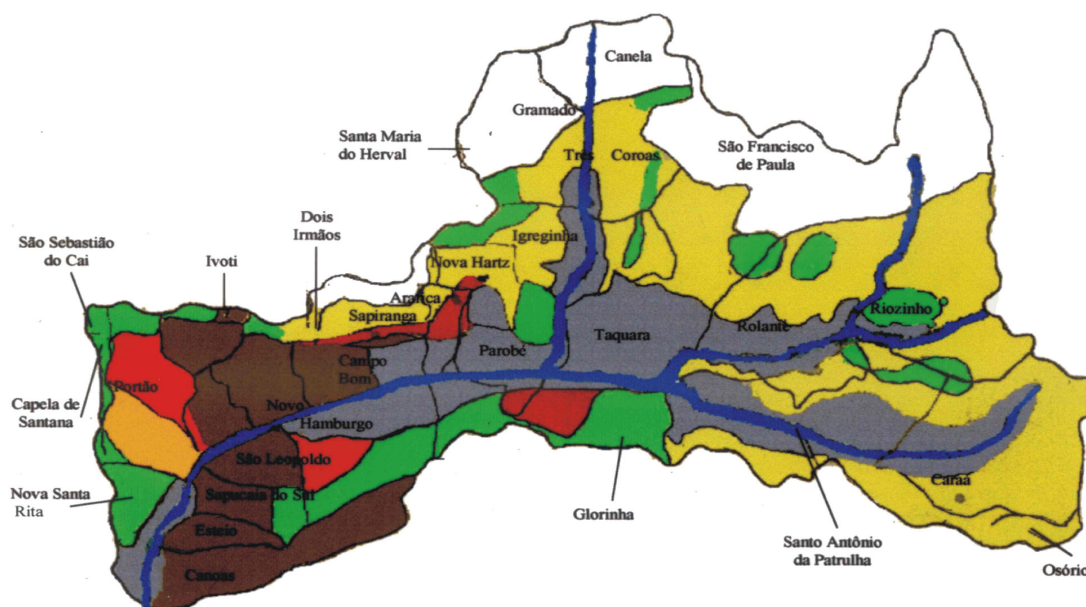
Assim, segundo Toshio Mukai (1988), o mencionado fenômeno da industrialização, auxiliado pelo desenvolvimento dos meios de transportes, provocam violentas modificações nas antigas e equilibradas relações entre o meio rural e o meio urbano. A intensa urbanização, fenômeno conseqüente do primeiro e que significa a criação de novas áreas urbanas e intensificação do gênero urbano de vida de todas as áreas já existentes, é acontecimento típico da era que se seguia à Revolução Industrial. Da necessidade de impedir o aparecimento inevitável de inúmeros males, ligados ao crescimento desordenado, começou a surgir uma especialização nova que visa não só ordenar a cidade, mas, agora com a preocupação de maior alcance, qual seja a de disciplinar e conseguir estabelecer técnicas de intervenção no processo de ocupação do espaço.

A figura que segue apresenta o mapa da atual configuração da paisagem urbano/rural da Bacia Hidrográfica do Vale do Rio dos Sinos, a qual abrange os municípios dos COREDES Vale dos Sinos e Paranhana e Encosta da Serra.

⁵ Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, São Leopoldo e Sapucaia do Sul.

Figura 1

MBH SINOS - Leitura de Paisagem



Legenda:

- Várzeas, sedes municipais, loteamentos, arroz, pecuária de corte e leite, piscicultura, hortigranjeiros, viveiros;
- Platôs com encosta íngremes, nascentes, organização em comunidades, agroindústrias, turismo rural, hortigranjeiros;
- Relevo acidentado, baixa densidade populacional, cachoeiras, matas nativas e exóticas, cultivos e criações de subsistência, roteiros turísticos;
- Consolidado urbano-industrial, hortigranjeiros, campo nativo, pecuária e eucalipto;
- Aglomerados rurubanos, pressão imobiliária, assalariados, extração mineral, pequenos cultivos e criações de subsistência

Da leitura e interpretação do mapa, resta evidente a prevalência de uma paisagem em que predomina a forte influência da urbanização e o avanço desta sobre as áreas rurais na região do Vale dos Sinos, reduzindo e descaracterizando gradativamente o ambiente rural e natural desta região. Enquanto que na região Paranhana/Encosta da Serra predomina menor ocupação do espaço com áreas urbanizadas, onde a presença do ambiente rural e suas organizações sociais, assim como a preservação do ambiente natural formam paisagem características desta região.

Ocupação territorial e urbanização: Breve histórico

A chegada das famílias açorianas ocorreu entre os anos de 1780 e 1823, atraídas pela oferta de terras para produção e extração de subsistência às margens do Rio dos Sinos, sobrepondo-se à população nativa, composta pelos índios coroados e minuanos, cujos hábitos consistiam na caça e pesca, decorrentes das condições do ambiente onde predominavam os campos e matas nativas.

No período de 1824 e 1885, as famílias alemãs imigrantes, originárias da antiga Rússia, ampliaram a ocupação dos Vales e também das encostas através da abertura de “picadas”, com um desenho peculiar de demarcação de terras e organização da infra-estrutura física e social. O Rio dos Sinos era usado como canal de transporte da produção, madeiras resultantes do desmatamento, mantimentos não produzidos pelas famílias (tecidos, café, etc) e de pessoas.

A partir de 1886, o Vale do Rio dos Sinos vive um período colonial caracterizado pelo desenvolvimento das agroindústrias, entre elas, atafonas e alambiques e expansão do transporte ferroviário de Novo Hamburgo até Taquara. O transporte feito por tração animal foi substituído por ônibus e pequenos caminhões, intensificando a comercialização e troca de produtos coloniais (BALDISSERA, 2004).

Ao final dos anos 40 a região passa a concentrar diversos segmentos industriais tais como a metalurgia, o curtimento do couro, o refino do petróleo, a produção de substâncias químicas, olarias, resultando na expansão de áreas urbanas. Tanto a ocupação da mão-de-obra, como o espaço territorial que até então eram dominados pela agricultura familiar e por áreas de preservação ambiental passaram a ceder espaço para a urbanização e contribuir com o crescimento da indústria. O resultado desta intensa ocupação urbana fez com que a agricultura familiar, existente no meio rural, e a preservação ambiental fossem relegados a segundo plano.

Entre os anos de 1960 a 1985, acompanhando o processo de industrialização nacional, o Vale dos Sinos absorve a mão-de-obra que passa a exceder do rural, em face às inovações tecnológicas, mecanização e inapropriação das terras declivosas dos municípios do Paranhana/Encosta da Serra bem como de outras regiões do Rio Grande do Sul.

Neste período, além da concentração da matriz econômica no setor calçadista, acelera-se o crescimento das zonas urbanas, no formato de vilas e sub-habitações, levando à forte

pressão imobiliária sobre a zona rural e deixando como saldo negativo, o desmatamento das encostas, a ocupação de áreas ribeirinhas e a poluição de mananciais hídricos.

De 1986 em diante, o Vale do Rio dos Sinos enfrenta transformações de ordem econômica e social, configurando um novo *status* à região. A indústria calçadista, adequando-se às exigências de mercado, tecnificou suas linhas de produção, gerando excedente de mão-de-obra e refletindo em desemprego de trabalhadores. A partir da configuração deste cenário, surgem novas alternativas de diversificação da economia. O crescimento urbano e industrial, com pressão imobiliária sobre as zonas rurais dos municípios permanece fazendo parte no cenário, determinando a configuração deste período. Acentuaram-se problemas de degradação ambiental, com conseqüências graves na qualidade da água, na subtração de cobertura vegetal para fins de expansão urbana, e em ocupações de elevação arenítica, objeto de preservação permanente, onde se situam grande parte das nascentes que formam arroios afluentes do Rio dos Sinos (BALDISSERA et al, 2003).

Por outro lado, a emancipação político-administrativa de alguns distritos de municípios e o esgotamento da mono-economia calçadista, levou à busca do aperfeiçoamento nos sistemas de produção em cultivo de hortaliças e flores, por exemplo, com a finalidade de abastecer o expressivo mercado consumidor. Estas mudanças repercutiram positivamente nas rotinas diárias do meio rural, tendo em vista o surgimento de novas alternativas, que passam a constituir uma matriz econômica diversificada para os municípios e região. A produção agropecuária também se organizou visando a atender as exigências do mercado.

Atualmente, as áreas rurais sofrem pressão intensa da ocupação urbana, e como conseqüência deste processo, problemas econômicos, sociais e ambientais são situações constantes em todos os municípios.

O Estatuto da Cidade e o plano diretor no plano constitucional

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 o ordenamento jurídico do país ressentia-se da edição de normas legais de natureza infraconstitucional para disciplinar os artigos 182 e 183 da Carta Magna, que tratam da política urbana.

Em 2001, após mais de dez anos de discussão, foi publicada a Lei n.º 10.257/01, chamada de Estatuto da Cidade.

Segundo Nelson Saule Júnior (2004), o Estatuto da Cidade é uma lei inovadora que abre possibilidades para o desenvolvimento de uma política urbana com a aplicação de instrumentos de reforma urbana voltados a promover a inclusão social e territorial nas cidades brasileiras, considerando os aspectos urbanos, sociais e políticos, visando também a integração do campo e da cidade.

Por cidade, no entanto, não deve ser entendida apenas a sede do município, mas toda a aglomeração de edificações, delimitada por um perímetro fixado mediante lei, ainda que chamada de vila. Assim a incidência dessa lei há de ser tanto sobre a cidade como sobre as vilas. A política urbana deve ser desse modo ampla, sem, por óbvio, incluir a área rural, mesmo que o plano diretor tenha essa abrangência. Com efeito, prescreve o § 2º do art. 40 desse diploma legal que: O plano diretor deverá englobar o território do município como um todo. Assim deve ser para possibilitar a integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento sócioeconômico do município e do território sob sua área de influência, sem, no entanto, que a política urbana deva alcançar a zona rural (GASPARINI, 2002).

Entre as diretrizes gerais da política urbana previstas no Estatuto da Cidade, dispostas no artigo 2º da Lei 10.257/01, cabe destacar na forma do inciso VI, VII e XII de que a política urbana tem por objetivo, ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante a “Ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a utilização inadequada dos imóveis urbanos; o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana; a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; a deterioração das áreas urbanizadas”; a integração e complementaridade entre atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento sócioeconômico do município e do território sob sua área de influência; “Proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico”. Não obstante, a adoção de tais diretrizes, por certo, refletirá na proteção e preservação do ambiente rural situado no entorno de cada cidade.

Igualmente, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul destinou o Capítulo IV do Título VI para tratar da política urbana, definindo nos termos do artigo 176 que os municípios definirão o planejamento e a ordenação de usos, atividades e funções de interesse local, visando a melhoria da qualidade de vida nas cidades (inciso I); promoção da ordenação territorial, integrando as diversas atividades e funções urbanas (inciso III); integração das

atividades urbanas e rurais (inciso VI); e impedir as agressões ao meio ambiente, estimulando ações preventivas e corretivas (inciso VIII).

Mesmo em vigor o Estatuto da Cidade não adquire eficácia plena, pois sua aplicabilidade autônoma é restrita. Dependerá para sua total aplicabilidade do advento de leis da competência do município, principalmente a *Lei do Plano Diretor* e de certas leis específicas ou gerais exigidas. Somente com essas e com outras leis, esse diploma legal poderá alcançar seus fins e produzir os efeitos para os quais preordenara. Mesmo para os municípios dotados dessa legislação a eficácia não é plena, pois a Lei do Plano Diretor deve ser compatibilizada com as exigências do *Estatuto da Cidade*. O mesmo deverá ocorrer com o plano municipal de governo, plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e com a lei orçamentária anual, que deverão estar compatibilizadas com o *Estatuto da Cidade*.

No mesmo sentido, o Código Florestal instituído pela Lei n.º 4.771/65, a Política Nacional do Meio Ambiente instituída pela Lei n.º 9638/81 e o Sistema Nacional de Recursos Hídricos são dispositivos legais, que em conjunto com o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor estão a disposição da Administração Pública e da sociedade para a construção do desenvolvimento sustentável das Regiões em estudo.

O plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental

A Constituição da República de 1988 incluiu no título “Da Ordem Econômica e Financeira” o Capítulo II, dedicado à “Política Urbana”, em que o plano diretor, que possui natureza de Lei, passa a ser elemento essencial para o desenvolvimento urbano sustentável e requisito para a definição da função social da propriedade, qualidade essa exigida nos termos do artigo 5º, XXIII, o qual define que “a propriedade atenderá a sua função social”.

No ensinamento de Hely Lopes Meirelles (1996), o plano diretor deve ser o complexo de normas legais e diretrizes técnicas para o desenvolvimento global e constante do município, sob os aspectos físico, social, econômico-administrativo, desejado pela comunidade local. Deve ser a expressão das aspirações dos munícipes quanto ao progresso do território municipal no seu conjunto cidade-campo. É o instrumento técnico-legal definidor dos objetivos de cada municipalidade, e por isso mesmo, com supremacia sobre os outros, para orientar toda a atividade da Administração e dos administrados nas realizações públicas e particulares que interessam ou afetam a coletividade.

O Estatuto da Cidade trata do plano diretor em seu Capítulo III, assim definindo na forma do art. 40 que o plano diretor, aprovado por lei municipal, é instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Os §§ 1º e 2º do mesmo artigo, determinam que “o plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas” e, “o plano diretor deverá englobar o território do município como um todo”, respectivamente.

O artigo 41 do Estatuto da Cidade, combinado com o artigo 182 da CF/88 determinam que o plano diretor é obrigatório para as cidades: “Com mais de vinte mil habitantes” (inciso I); “integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas” (inciso II); “onde o Poder Público Municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do artigo 182 da Constituição Federal” (inciso III); “integrantes de áreas de especial interesse turístico” (inciso IV); “inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional” (inciso V).

Abrangência do plano diretor sobre a zona rural do município

Segundo Lesley Gasparini Leite (1991), não se pode assegurar que o plano diretor só deve considerar a zona urbana, já que o desenvolvimento desta depende daquela, ou seja, da zona rural. Assim o município pode e deve considerar todo seu território para promover o seu ordenamento e o seu desenvolvimento urbano. Não é possível considerar somente a zona urbana para a elaboração de um plano diretor. Deve-se considerar todo território, sem invadir a competência da União para regular o uso da zona rural. Desta forma, o fato de se considerar todo território do município para elaborar um plano diretor não afronta a Constituição Federal.

No entanto, a regra há de ser bem compreendida. Não é porque o plano diretor deve abranger toda a área do município, inclusive a rural, que o legislador municipal, no exercício de sua competência específica, vai prescrever políticas agrárias ou disciplinar o uso de imóveis rurais. Se assim o fizesse, estaria efetivamente usurpando competência legislativa exclusiva da União.

Quando o Estatuto da Cidade prevê a abrangência do plano diretor para área de todo o município, parte do pressuposto de que tal competência será exercida no âmbito da atuação

legítima do legislador municipal, que, em relação ao citado plano, deve se ater a aspectos urbanísticos.

De acordo com o artigo 182, parágrafo 1º da CF/88, “o plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”. Por esse dispositivo, visto de forma isolada, não fica claro qual deve ser a abrangência territorial do plano diretor uma vez que fica a impressão deste instrumento se restringir somente à região urbana deixando de lado a região rural.

Como a hermenêutica jurídica deve buscar a compreensão da norma dentro do sistema jurídico, no caso deve ser identificada qual a finalidade do plano diretor, com base nos diversos dispositivos constitucionais relacionados com a política urbana. A Constituição Federal, ao prescrever que a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes não diferencia os habitantes situados na zona rural dos que estão situados na zona urbana. A realidade das cidades demonstra, cada vez mais, uma estreita ligação entre as atividades promovidas na zona rural com as atividades urbanas.

Grande parte da população que vive na zona rural tem seu emprego e trabalho na região urbana, sem contar a utilização da infra-estrutura, e serviços urbanos como transporte coletivo, escolas, postos de saúde, hospitais, comércio e lazer. A política de desenvolvimento urbano, fundamentada no princípio de desenvolvimento sustentável, significa um modelo de desenvolvimento baseado na garantia do meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. O desenvolvimento da cidade nesses termos depende do desenvolvimento e preservação da região rural.

Neste aspecto encontra-se algumas disfunções entre o papel e a atuação das três instâncias: Município, Estado e a Federação. Como demarcar e reconhecer as interdependências entre os municípios, que não seja unicamente por critérios de poder econômico, ou de uma política de investimento Estadual ou Federal ?

Apesar dos avanços em termos de orçamentação e planejamento, há muito que conquistar em termos de políticas compensatórias e/ou distributivas.

Não há dúvida que a competência sobre a política agrícola e agrária é da União (pelo artigo 22, I, CF/88 é competência privativa da União legislar sobre direito agrário), mas é necessário haver uma nítida integração entre a questão urbana e a questão agrária. A dimensão do crescimento urbano nas regiões em estudo, demonstra a necessidade de modificar as

relações sociais e econômicas para a promoção do desenvolvimento econômico em consonância com os ditames da justiça social.

De acordo com Toshio Mukai (1988), a disciplina do uso do solo urbano e rural visa, atualmente, ao desenvolvimento integrado das comunidades. Não mais como antigamente, seu objeto deixou de consubstanciar no arranjo físico-territorial das cidades. Passou a ser componente essencial da proteção do meio ambiente, do desenvolvimento econômico-social, nacional, regional e, especialmente local.

Por fim, vale lembrar que as instâncias e fóruns que debatem e influenciam nas decisões sobre o desenho da ocupação territorial que são o Comitê de Bacia Hidrográfica do Vale dos Sinos, as Câmaras de Vereadores e os órgãos de fiscalização ambiental são fortemente influenciados por um “determinismo urbano” caracterizado pela intensa artificialização do ambiente, constituindo-se em aterro de áreas úmidas e banhados, canalização dos córregos e rios e impermeabilização do solo. E, este mesmo determinismo acaba reservando para o rural o papel de preservação total, sem, no entanto apresentar proposta de políticas compensatórias.

Considerações finais

Mesmo considerando a predominância do bom nível de qualidade de vida nos municípios enfocados, as áreas mais urbanizadas apresentam problemas comuns a outras metrópoles do País, em relação à ocupação do espaço territorial. Assim, toda proposta de ampliação do espaço de debate sobre este complexo tema, que é o planejamento da ocupação do espaço, ocorre em um ambiente conflituoso, onde os segmentos com maior poder político e econômico relutam em não perder os privilégios dos ganhos especulativos.

Do exposto no presente estudo, verifica-se que o Estatuto da Cidade está destinado a ser o instrumento pelo qual a Administração Pública Municipal, atendendo aos anseios da coletividade, poderá determinar quando, como e onde edificar, de maneira a melhor satisfazer os interesses públicos, sociais e ambientais, em lugar do puro e simples apetite dos especuladores imobiliários.

Com efeito, cabe concluir que os 14 (quatorze) municípios do Vale Rio dos Sinos e parte dos 10 (dez) municípios do Paranhana/Encosta da Serra estão obrigados, na forma de que dispõe o artigo 41 do Estatuto da Cidade, seja pelo critério do *inciso I*, ou pelo critério do

inciso II, que exigem das cidades com mais de vinte mil habitantes e integrantes de regiões metropolitanas, respectivamente, a possuírem seu plano diretor, tendo em vista que os municípios da região na sua grande maioria possuem mais de vinte mil habitantes ou estão situados dentro de região metropolitana.

A atualização do planejamento de cada cidade deve visar à integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, considerando o desenvolvimento sócioeconômico do município e do território sob sua influência, compreendendo o seu conjunto cidade-campo.

No âmbito das realidades enfocadas, observa-se que em linhas gerais, a região periférica do Paranhana/Encosta da Serra, apresenta indicadores sócio-ambientais favoráveis, comparativamente ao Vale dos Sinos, quais sejam, preservação da flora e fauna, qualidade da água e do ar e espaços de vida e lazer.

Adotando-se a premissa do crescimento econômico sem o devido questionamento dos atuais condicionantes político-econômicos como a tributação, sonegação fiscal, burocracias complexas, corrupção e projetos segmentados; corre-se sério risco de agravar os problemas sócio-ambientais.

Como alternativa, poder-se-ia aprofundar, progressivamente, a noção de ampliação da densidade econômica e ocupação territorial com base em programas locais de viabilização dos diversificados sistemas de produção, bem como através do fortalecimento das incontáveis sub-cadeias produtivas locais e microrregionais.

Esta noção nos parece potencialmente mais compatível com a “equidade social” uma vez que adotasse como pressuposto, o resgate das habilidades e das culturas locais, com as devidas adaptações tecnológicas. Desta forma, através de tecnologias mais brandas e adaptadas e diminuição da dependência de insumos e investimentos externos, torna-se possível viabilizar estilos de produção e consumo de baixo impacto ambiental.

Neste aspecto, deve-se ressaltar a existência de alguns complicadores tais como: **a) O desentrosamento** entre as instituições de suporte, que são a Administração Pública, Instituições de Ensino e Pesquisa, Órgãos de Assistência Técnica, Representações Sociais; **b) O financiamento**, nas diversas esferas, de projetos curiosos, mas desconectados da realidade e sem aplicação prática e sem benefícios diretos à sociedade (estudos, diagnósticos e rediagnósticos) que servem mais à modismos, empreguismos e sobrevivência de consultores; **c) Financiamento** de entes “não governamentais”, não raramente com afinidade político-partidária com a fonte liberadora do recurso, em detrimento aos movimentos e canais de

participação já instituídos e reconhecidos, tais como os Conselhos Municipais; **d) Complacência** com a inoperância de órgãos públicos, cargos e funções, responsáveis pelos serviços essenciais;

Estes e outros fatores funcionam como potentes entraves, que adiam as conquistas e deseducam a sociedade, perenizando a desconfiança e o descrédito, ingredientes fundamentais a processos sustentáveis. Da mesma forma, funcionam como um sugador de recursos, na medida que amplia gastos sem retorno e desmobilizam a sociedade.

Assim, o setor agropecuário e a agricultura familiar que predominam na ocupação do espaço territorial rural e uso do solo nos municípios em estudo sofreram impactos diretos, reduzindo e descaracterizando o meio rural, ao passo que a ocupação de áreas de encosta, banhados, morros e áreas ribeirinhas acaba sendo determinante para a degradação ambiental.

No mesmo sentido, as zonas rurais, especialmente aquelas limítrofes com as áreas urbanas, que são redutos de proteção ambiental ou de absorção do impacto do processo de urbanização, ainda são vistas como simples reserva estratégica da expansão urbana ou industrial.

A falta de uma concepção e visão regionalizada para o entendimento das zonas rurais e suas potencialidades repercute na despreocupação dos administradores acerca da elaboração de planos municipais que deveriam prever também o desenvolvimento rural dos municípios e Região, integrados com a cidade; sem contar, as ausências efetivas de planejamento, integrando cidade-campo, prevista nos planos diretores em vigência.

Com efeito, há que se destacar que existe nos municípios destas regiões uma deficiente interpretação, por parte do administrador público municipal, sobre a “cidade-município que temos” e a “cidade-município que queremos”. Da mesma forma que acontece com a noção e desejo de integração do planejamento municipal que vise ao desenvolvimento global e constante do município e regiões no seu conjunto cidade-campo, quanto ao seu progresso, sob os aspectos físico, social e econômico, desejados por toda a comunidade, com a finalidade de haver uma nítida integração entre a questão urbana e a questão agrária, haja vista a relação estreita entre as questões urbanas, rurais, ambientais e sociais.

Vale ressaltar que o processo desenhado neste artigo encaixa-se menos como uma fórmula e mais como uma proposta de abordagem para o desenvolvimento equilibrado e sustentável dos diversos segmentos e estratos da população, que pode e deve ser aplicada em todos os municípios das Regiões do Vale do Rio dos Sinos e Paranhana/Encosta da Serra, adaptada às realidades e peculiaridades de cada localidade.

Referências

BALDISSERA, C. M.; BALDASSO, N. A.; CALCANHOTO, F. A; MENA BARRETO, H. A ocupação do espaço na região do Vale do Rio dos Sinos. In: **II Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental**, 2003, Itajaí/SC. UNIVALE, 2003.

BALDISSERA, Claudinei Moisés. **O Estatuto da Cidade e o Plano Diretor como instrumentos de ordenamento da ocupação territorial e desenvolvimento sustentável dos municípios da região do Vale dos Sinos**. Novo Hamburgo: 2004. 100 p. Monografia (Graduação em Direito) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, FEEVALE, 2004.

BENEMANN, Saul. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul** (anotada e comentada). Porto Alegre: Sulina, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

CONSINOS. Conselho de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio dos Sinos. **Um olhar sobre o Vale**. Novo Hamburgo: Gráfica e Editora Hamburgo, 1999. 80 p.

GASPARINI, Diogenes. **O Estatuto da Cidade**. São Paulo: Editora NDJ, 2002.

IBGE - [http:// <www.ibge.gov.br/cidadesat/default.pbp>](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.pbp) – Dados do censo de 2000. Acessado em 23/04/2004.

LEITE, Lesley Gasparini. Plano Diretor: Obrigatório por Força de Lei Orgânica. **Caderno de Direito Municipal**, Rev. de Direito Público, n.º 91, jan./mar 1991.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. 8ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 1996. 658 p.

METROPLAN - <http://www.metroplan.rs.gov.br/atuarmpa.asp>. Acessado em 08/04/2004.

MUKAI, Toshio. **Direito e Legislação Urbanística no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1988. 307 p.

_____. **O Estatuto da Cidade: anotações a Lei nº 10.257, de 10-7-2001**. São Paulo: Saraiva, 2001. 186 p.

SAULE JUNIOR, Nelson. **Novas perspectivas do direito urbanístico brasileiro. Ordenamento constitucional da política urbana**. Aplicação e eficácia do plano diretor. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1997. 336 p.

O MEIO RURAL E A COMPREENSÃO CONFORMADA DA REALIDADE¹

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira Mazzini²

*“Nem sempre a fraqueza que se tem quer dizer que a gente não tem força”
Gabriel Pensador*

Apresentação

O meio rural tem sido alvo de muitos estudos, debates e controvérsias, daí a necessidade de se criar um fórum permanente de debate a fim de suscitar respostas para muitas das questões que permanecem até hoje sem respostas.

Compreender o papel exercido pelo meio rural no processo de desenvolvimento do país, as estratégias de sujeição de todas as forças produtivas sob o modo de produção capitalista e as formas de resistência encontradas neste meio pelo camponês são alguns questionamentos que pretendemos abordar neste artigo.

Na primeira parte abordaremos a questão do desenvolvimento territorial rural, enfocando a ilusão criada em torno da possibilidade de mobilidade social, sendo esta uma das formas mais sutis de controle social e de reprodução do modo de produção capitalista.

Na segunda parte, abordaremos o papel dos assentamentos rurais no meio rural enquanto materialização de territórios de luta pela terra através do emprego de categorias de análise geográficas.

O papel do meio rural no processo de desenvolvimento do país

É bastante questionável a idéia de que possa existir um projeto de desenvolvimento rural para o país, ou mesmo uma base para isto em curso, como afirmam instituições que "promovem" o desenvolvimento em diferentes escalas

¹ Artigo apresentado aos Coordenadores dos grupos temáticos do I Encontro da Rede de Estudos Rurais? Niterói-UFF (Campus de Gragoatá) a realizar-se de 4 a 7 de julho de 2006

GRUPO DE TRABALHO: A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

² Aluna do Curso de Pós em Geografia na FCT/Unesp – campus de Presidente Prudente.

elianemazzini@yahoo.com.br

Orientadores: Encarnita Salas Martin e Bernardo Fernandes Mançano

espaciais como o Banco Mundial, a ONU, o BID, o IICA, o RIMISP, o MDA, o CIAT entre outros.

Atualmente, existem algumas linhas de pesquisa repensando a questão do espaço rural através da valorização do território como instrumento de planejamento, apreço nesta discussão, como ressalta Abramovay, 2000, a questão da valorização do *capital social* e a montagem de redes visando ações cooperativas que incluam a conquista de bens públicos capaz de enriquecer o tecido social de uma certa localidade.

Percebe-se neste discurso o que Alentejano, 2006³ *chama de questão da participação com o caráter ilusório de formas de controle*, no entanto, não podemos negar que ao mesmo tempo que existe a dimensão do controle, existe também uma dimensão contraditória, uma vez que fomentar a criação de espaços de organização coletiva, pode-se alcançar a percepção da realidade e a construção de críticas.

Pensadores desta linha⁴, baseados em experiências de países desenvolvidos acreditam, ou querem fazer acreditar que para o desenvolvimento de um dado território seja necessário, a existência de três traços básicos: 1- a existência, num certo território de um conjunto diversificado de empresas de porte familiar; 2- ambiente de inovação e de troca onde a colaboração seja mais importante que a concorrência e por último a integração entre empresas e indivíduos do meio urbano e rural. (Abramovay, 2000; 10) Tais ações deverão ser implementadas através de um pacto territorial.

Segundo o mesmo autor *um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico*. (Abramovay, 2000: 07)

A idéia de Desenvolvimento Territorial utilizada por Abramovay, discute conceitos como *redes* (no sentido de criação de redes de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas empresariais urbano e rurais, agrícolas e não agrícolas), *meios inovadores* (criatividade e empreendedorismo) e efeitos de *proximidade social* (que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam, convertendo-o em base para empreendimento inovadores).

Partindo deste pressuposto é claro que o desenvolvimento continua sendo pensado dentro da lógica de produção capitalista camuflada de aparente harmonia e

³ Paulo Alentejano em Palestra proferida no Campus da Unesp/Prudente em 03/03/2006

⁴ Sachs (2004), Veiga (2005), Abramovay (2000), Putnam (1996) entre outros.

cooperação. Percebe-se que neste contexto é desprezando a existência do conflito como se fosse algo a parte do processo, quando não é. É ilusória a idéia de que se possam criar territórios sem conflito. A correlação de forças é muito grande e neste jogo de interesse os detentores do capital sempre estarão em vantagens sobre a grande massa de trabalhadores. Não se fala em luta de classes, interesses antagônicos, heterogeneidade. Trata-se de imprimir uma visão conformada da realidade. No qual se usa o discurso e a prática do possível e do necessário, todas as possibilidades apontam para um único caminho, e uma só possibilidade que seria a inserção formal no mercado (a proletarização ou a capitalização). Este desenvolvimento possível revela-se muito estreito e limitado, de modo que a realidade permitiria outras formas de desenvolvimento. Nesta realidade conformada as pessoas aceitam o intolerável por parte dos governantes: de não se cumprir o que se promete, dizer que faz e não fazer e ainda ser aceito socialmente no nosso “democrático” sistema eleitoral.

Visivelmente, através do discurso de desenvolvimento territorial rural, tenta-se homogeneizar a sociedade, colocando-a dentro de padrões de funcionamento que possibilitem o avanço do capital, no qual o discurso de desenvolvimento demonstra ser uma estratégia cada vez mais sutil de controle social. Sutil porque ele vem não de fora para dentro como algo imposto, ele vem de dentro para fora, é o próprio indivíduo que se controla e tenta "remar a favor da maré", sendo mais fácil se adequar ao sistema, que tentar mudá-lo.

Existe uma sedução pela possibilidade de desenvolvimento social que o sistema capitalista, diferente de outros modos de produção que já existiram, permite. Ele cria a expectativa de um desenvolvimento possível, e esta expectativa é alimentada à medida que possibilita que alguns se desenvolvam - usando uma outra estratégia - e outros não. Assim, tanto o ônus do fracasso, quanto do sucesso compete ao sujeito e não ao sistema injusto e excludente do qual fazemos parte.

O desenvolvimento é uma forma de pensar mudanças no mundo – aparentemente para melhor - que serve a interesses de classe, se visto deste modo, como nos colocou Richard Peet, no II Simpósio de Geografia Agrária, realizado em Presidente Prudente em 2005, o desenvolvimento é um pensamento em benefício de uma classe. No entanto, se o objetivo do desenvolvimento passar a ser gerar renda e melhores condições de vida para a maioria da população, então isto exigirá uma forma diferente de imaginar o conceito de desenvolvimento.

Acreditamos que mais que atender aos interesses de uma classe, o desenvolvimento deverá ser um processo multidimensional, não pode privilegiar apenas o aspecto econômico como condição para se garantir o avanço nas demais dimensões: política, social, cultural e ambiental, por que não garante. Ao se optar pelo econômico todas as demais dimensões são subjugadas.

Quando se privilegia o capital em detrimento da força humana e dos valores e costumes de cada geração, corre-se o risco de se utilizar o argumento da busca do desenvolvimento para fazer avançar um sistema que em sua essência é contraditório e promove em escala geral muito mais o subdesenvolvimento que o próprio desenvolvimento. É neste âmbito que devemos parar e questionar: desenvolvimento para quem?

Não queremos afirmar com isto que o desenvolvimento seja tão somente uma utopia, uma ilusão a favor de uma classe. Em nosso entender, o desenvolvimento existe e é diferenciado, não há uma forma específica, variando em escalas espaciais (local, regional, nacional, mundial), em tipos (cidade, campo, floresta, geleiras), em escalas temporais (cada geração terá seu modo próprio de apreender o que é desenvolvimento e cumprem uma função social na história da humanidade), cultural e socialmente. E estas diferenças devem ser consideradas, uma vez que elas existem no mundo real, seja numa tribo indígena onde desenvolver seja simplesmente manter-se sob um determinado espaço com reservas suficientes para alimentar a todos, seja numa comunidade quilombola, seja num bairro rural dentro de um assentamento ou no meio urbano numa grande empresa multinacional.

O conceito de desenvolvimento deve mudar de acordo com as características sócio-espaciais e culturais de cada povo. O que não se pode é permitir que apenas uma ala desde modo de pensar o desenvolvimento perpetue sua opinião, construindo territórios de domínio ideológico que dita à toda sociedade seu modo de viver, vestir e pensar indo de encontro aos interesses da reprodução ampliada do capital. È com este fim que surgem os modismos, os consumismos, a cultura do ter e do descartável... na maioria das vezes muito distantes dos verdadeiros anseios do ser humano.

Não são apenas as Instituições que podem "promover o desenvolvimento" e aí devemos prestar muita atenção no que se chama de desenvolvimento.

Se Neil Smith (1998) coloca que o desenvolvimento é desigual à medida que o capital se movimenta sobre os diferentes espaços geográficos num vaivém constante que tenta aproveitar as vantagens do desenvolvimento, fugindo dos malefícios do subdesenvolvimento, também significa dizer que é o capital que promove o desenvolvimento e também o subdesenvolvimento. É uma contradição.

No entanto, não podemos confundir as forças produtivas do homem com as forças produtivas do capital, só o homem é capaz de produzir valores e só ele pode definir o que tem valor ou não, portanto, o desenvolvimento pode ser considerado uma condição, um estado de ser. A ausência do capital não gera o subdesenvolvimento, são as relações sociais que moldam a construção do espaço e dos territórios gerando o subdesenvolvimento ou o desenvolvimento, o qual pode estar presente na harmonia de algumas sociedades pré-capitalistas e estar muito distante da vida agitada que leva um empresário de sucesso subordinando sua vida à reprodução do capital, deixando de lado prazeres puros e simples do dia a dia.

O desenvolvimento rural não acontecerá espontaneamente como resultado da dinâmica das forças de mercado, nesta lógica só os detentores de capital conseguem gerar lucros se apropriando do trabalho do camponês e do proletário, reservando para estes apenas o essencial para sua reprodução, afim de que o mesmo continue cumprindo seu papel dentro do sistema de produção capitalista.

Não acreditamos que através da elaboração de políticas públicas poderemos resolver as mazelas presentes no campo e na cidade como afirmam Abramovay, Sachs, Veiga, entre outros. Apesar de serem fundamentais, se o povo não se apropriar delas, as mesmas serão inertes. Precisamos sim, investir em educação para que se transformem as expectativas que se têm a respeito do meio rural em sua interrelação com o meio urbano.

Num país onde o meio rural ainda é visto apenas como produtor de alimentos para abastecer as cidades e de mão de obra barata, não se pode avançar para discussões mais amplas que ponha em cheque o papel minoritário por ora atribuído ao meio rural, disvinculando a importância do saber do trabalho rural.

Classificado como atrasado e possuindo em seu interior o maior índice de analfabetismo espalhado demograficamente pelo país, os produtores caminham desorientados. E as políticas que para este fim são feitas é para que esta condição não mude, daí a persistência da ideologia que reforça o atraso do meio rural e a desestimulação da permanência no campo daqueles que têm acesso a um nível maior de

instrução. Exatamente para evitar a tomada de consciência e a possibilidade de um salto qualitativo no meio rural que permita vislumbrar que a produção de alimentos é a base da sobrevivência de qualquer sociedade. Pela lógica este setor (o primário) deve ser mais importante que os setores subsequentes que vivem a partir deste e não ao contrário.

Repetimos novamente que o desenvolvimento rural não acontecerá como resultado da dinâmica das forças de mercado, mas ela também não será fruto das políticas públicas, a mola mestra desta transformação está no campo e são as próprias pessoas, falta informações, falta mobilização, falta união.

A miséria no campo e na cidade são frutos do mesmo processo que concentrou terra e riqueza na mão de poucos, de modo que os grandes latifundiários de hoje são também os grandes empresários capitalistas. Somente a organização dos excluídos do campo e da cidade articuladamente se poderá fazer a transformação.

O que ocorre hoje com o produtor? Ele se vê encurralado numa armadilha criada pelo sistema de produção capitalista, sendo esta necessária à sobrevivência deste sistema. Ele é obrigado a produzir com o mínimo de recursos possível o necessário para manter a sociedade e suas elites e deve se conformar com isto.

O discurso que se tenta imprimir sobre a busca do desenvolvimento territorial rural, que julga o "capital social" como um aspecto da estrutura social que pode facilitar as ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura, permitindo atingir objetivos conjuntos que não seriam atingidos individualmente (Abramovay, 2000: 06) , confunde as ações dos trabalhadores quando se fala de organização. Se fala na acumulação do capital social como um processo de aquisição de poder e até de mudanças de forças no plano local, uma vez que não dispondo de bens materiais para dar em garantia, os participantes devem empenhar suas relações sociais (Putnam, 1996: 179). Neste sentido se fala de uma organização com fins a se enquadrar dentro do mercado formal, atendendo as exigências do modo de produção capitalista.

Ora, existem duas formas de se conceber a inserção do camponês no mercado: uma que prevê sua proletarização (da grande maioria) ou sua capitalização (uma minoria de sujeitos "empreendedores") e outra corrente que fala da reprodução contraditória do camponês dentro do capitalismo, a medida que ao longo do tempo tem conseguido desenvolver estratégias diferentes de sobrevivência e reprodução dentro deste sistema. Sendo estes os dois grandes eixos da análise do campesinado que originamram das reflexões de Alexander Chayanov e Karl Kautsky.

Dentro desta segunda corrente da qual compactuamos, a conscientização e a organização são fundamentais. Acreditamos na unidade na diversidade, valorizando a cultura de cada povo, contra a homogeneização da sociedade.(...) Uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do **espaço que ela produz** (Corrêa, 2003; 26-27) ou permite que seja construído.

Enquanto cientistas sociais não podemos nos omitir da discussão dos rumos que a sociedade pode tomar sob a lógica do modo de produção capitalista, que visa subordinar todas as coisas sob esta lógica. As questões ligadas ao meio rural e em especial a agricultura sempre foi um desafio e um obstáculo para o avanço do capital, uma vez que sempre esteve subordinada à lógica da própria natureza, segundo o curso da reprodução natural das espécies. Mas isto também deve ser superado pelo capital, a que preços, todos nós sabemos.

“A Geografia, então tem um compromisso político que deve ser explícito: ou servirá para conservar a realidade social como está, ou contribuirá para transformá-la qualitativamente para melhor”. (Silva, 2003; 29) E para isto deverá apontar caminhos, cujo passo inicial é revelar que a formação sócio-espacial capitalista é uma formação de múltiplos espaços desiguais, no qual a homogeneidade, e a ilusão de uma harmonia permanente não existem.

Segundo Alentejano, em palestra proferida no campus da Unesp/ Presidente Prudente em 2006, as estratégias para o desenvolvimento rural estão bem traçadas pelo capital:

- 1- Desenvolver a biotecnologia na agricultura, com o avanço dos transgênicos, das espécies melhoradas geneticamente, da clonagem, entre outros. Que tem em vista dois objetivos muito práticos; reduzir o tempo de produção para aumentar a rentabilidade do capital. Controlar o domínio das sementes e aniquilar o saber do camponês, fator essencial para sua produção, reprodução e resistência;
- 2- Avanço da globalização, com a liberação comercial ampla e plena no plano internacional, aliada ao protecionismo nacional de certos produtos estratégicos. Objetiva entre outras coisas fragilizar o protecionismos em países onde já são frágeis e manter forte onde este também é forte. Tal medida favorece o controle da agricultura no mundo a partir das grandes corporações;
- 3- Modernização e tecnificação da produção através de maquinários e equipamentos cada vez mais sofisticados, que diminuem a utilização de mão de obra humana. Sendo a oferta de trabalho menor que a procura, a tendência é

subordinar e explorar cada vez mais e em escalas cada vez maior a classe trabalhadora;

4- Em especial no Brasil, a fim de desmobilizar a luta pela terra e por Reforma Agrária que hoje constitui um dos eixos mais organizados da camada popular, tenta-se implantar a Reforma Agrária de mercado, esvaziando o caráter conflitivo da questão agrária, colocando-a como meta para o desenvolvimento rural.

Diante destas estratégias que pouco a pouco vão se materializando, não podemos nos calar e mais do que nunca, carecemos de estratégias concretas que favoreça o caminho inverso, e isto certamente não se dará em escala local, uma vez que o próprio capital está organizado em escala global. Neste sentido é louvável a iniciativa de instituições como a Via Campesina que já ultrapassou a fronteira nacional.

Se tivéssemos mais coragem dentro da própria academia de questionar o sistema que aí se encontra sem tentar criar teorias que o justifique, ou sem narrar apenas o óbvio do que ocorre no mundo real, poderíamos assumir com mais naturalidade que ainda estamos buscando um caminho, que ainda não temos estratégias prontas, avançando apenas nas brechas geradas pela contradição do próprio sistema.

Sem educação e informação o campo padece de uma anestesia profunda que pouco a pouco o coloca em coma. Observando a produção nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, observamos que a maioria absoluta dos assentados tiram sua fonte de renda da pecuária leiteira e se encontram hoje endividados e inadimplentes com as linhas de crédito e amarrados à política de cartel dos laticínios locais, regionais e interestaduais. Aqueles que conseguem se desvincilhar desta realidade são os que diversificaram a produção, isto porque buscam saídas isoladas para problemas comuns.

É preciso mudar a forma de pensar o rural brasileiro. Parece uma grande engrenagem enferrujada pelo tempo, que está esmagando o princípio de seu sustentáculo.

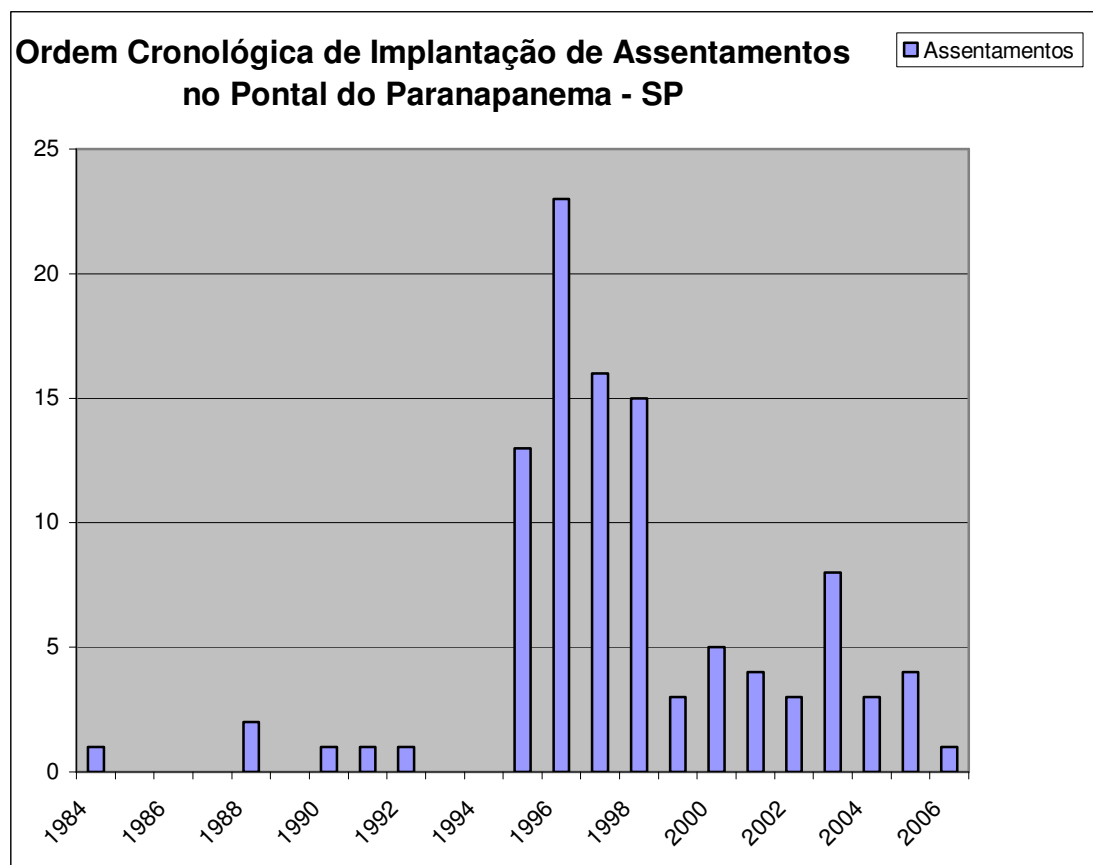
É preciso observar e valorizar toda e qualquer forma de resistência que é criada no meio rural, não somente para descrevê-las mas para apreender sua função social neste emaranhado de dúvidas que ainda nos aponta poucos caminhos e respostas. Sem dúvida a formação dos assentamentos rurais devem ser tomados com este fim.

A inserção dos assentamentos rurais e seu papel no meio rural

Desde as primeiras ocupações que ocorreram no final da década de 1970 e início dos anos 80 (Fazenda Macali - Rio Grande Sul 1979, Fazenda Primavera – SP 1980, Fazenda Burro Branco – SC e Gleba XV de novembro – SP em 1984) que a organização da luta pela terra ganhou força e uma nova dimensão.

Através das ocupações, o movimento de territorialização e luta pela terra passou a se materializar através da implantação dos assentamentos rurais, que a partir de então, eclodiram no país inteiro, fruto, sobretudo da pressão sincronizada destes movimentos em especial do MST, sem esquecer, o papel fundamental desempenhado por seus precursores dos quais Canudos e as Ligas Camponesas são os mais representativos.

Um breve histórico do contexto no qual os assentamentos foram criados no país demonstra que "o Estatuto da Terra foi a primeira legislação a estabelecer uma sistemática de intervenção e de desapropriação, e a prever a indicação de “áreas prioritárias de reforma agrária”, mas elas não se tornaram realidade durante o período militar. Uma certa perspectiva de alteração desse quadro surgiu com a redemocratização, em 1985. A proposta do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, pautado sobre o Estatuto, propunha o estabelecimento de zonas prioritárias de reforma agrária. No entanto, a reação das forças anti-reformistas levou ao abandono dessa idéia. O que houve daí para frente foram desapropriações não sistemáticas, não planejadas, que, embora bem mais frequentes do que no regime militar, ocorreram na esteira dos conflitos e das mobilizações sociais que, com o arrefecimento da repressão, desenvolveram-se mais rapidamente. As medidas que resultaram na criação dos assentamentos do período democrático, sem estarem orientadas para a realização de uma reforma agrária “massiva”, como exigiam os movimentos de trabalhadores, mas adotadas sob pressão desses, foram potencializadas por uma certa simultaneidade (“pacotes” de desapropriações) e por sua concentração nas áreas em que os movimentos atuavam, mesmo não atingindo necessariamente áreas contíguas. A percepção do sucesso do caminho adotado estimulou trabalhadores das cercanias a seguirem na mesma linha, novas desapropriações sendo feitas, adensando-se os assentamentos em determinadas áreas e levando os movimentos a tentarem repetir a experiência em outras tantas. Assim foram surgindo como que “áreas reformadas”, *a posteriori*." (HEREDIA, 2001; 06),



No Pontal do Paranapanema a lógica cronológica de implantação se deu como mostra o gráfico abaixo, cujo período mais expressivo foi entre os anos 1995 a 1998.

Fonte: Itesp, março de 2006 – organização Eliane de Jesus Teixeira Mazzini

Tentar compreender esta nova configuração espacial através da ação da sociedade moldando a superfície terrestre é um desafio que nós geógrafos nos propomos estudar, utilizando para tanto os conceitos-chave desta ciência: paisagem, região, espaço, lugar e território.

Quais as mudanças imprimidas na paisagem?

Qual o impacto regional em seus aspectos político, econômico, social e ambiental?

Quais as práticas sociais revestiram os espaços dos assentamentos de nova forma, função, estrutura e processo?

O lugar conhecido era a fazenda, agora são vários sítios, não foi apenas a paisagem e o lugar que mudaram. Alteraram-se por completo todas as relações.

Pode-se afirmar que através da análise dos assentamentos rurais a partir destes conceitos da geografia, torna-se mais didático perceber a importância de sua inserção, seja porque a paisagem foi transformada, o espaço se revestiu de novo valor, o lugar ganhou vida e um território de luta e resistência se materializou.

Não foi apenas o espaço que foi modificado, alteraram-se os vínculos e as relações de trabalho. Pessoas historicamente perderam seus meios de produção e recuperaram através de seus descendentes.

Suprimir a discussão aos sucessos e fracassos desta ação é desconsiderar que os assentamentos nasceram do conflito, à custa de muitas vidas. Nasceram, não para resolver o problema de acesso à terra e da distribuição de riquezas, seu papel é totalmente inverso: tornaram-se estratégias de controle social, capaz de desmobilizar toda uma luta pela Reforma Agrária no Brasil.

Os assentamentos rurais surgem a partir de uma luta desigual, onde a ação governamental reflete escolhas em um quadro de conflitos. Ainda que não represente um amplo programa de desenvolvimento regional, a política de implantação de assentamentos rurais foi a única, na Região do Pontal do Paranapanema, capaz de distribuir renda, desconcentrar a propriedade da terra e gerar emprego e sustento no meio rural, com reflexos diretos e indiretos sobre o meio urbano.

Numa discussão no primeiro seminário sobre assentamentos rurais em 1992 colocava-se que *“Pensar a reforma agrária através das múltiplas dimensões das experiências existentes – os assentamentos - significa descortinar possibilidades de repensar a questão agrária, não em termos abstratos, mas considerando projetos em andamento, forças concretas em disputa e toda a gama de relações intervenientes no processo”* (MEDEIROS,1994;12). Era isto que se pensava há mais de 10 anos atrás, e hoje o que a discussão sobre assentamentos nos trás de novo?

1- Os assentamentos rurais são produtores de novas feições e organizações espaciais;

2- Hoje já podemos perceber com mais clareza que ação das lideranças dos movimentos de luta pela terra são distintas da ação dos trabalhadores rurais que engajados nesta luta conseguem um lote em um assentamento rural. Enquanto os primeiros disputam territórios os segundos estão mais preocupados com a conquista do espaço absoluto – a terra. Mesmo quando o resultado destas ações integradas revela a construção de novos territórios de luta e resistência. Os assentados, na maioria das vezes, estão preocupados em se manter na terra, em produzir, em se desenvolver economicamente seduzidos pela ideologia da possibilidade, distantes muitas vezes do caráter participativo da luta por terra daqueles que ainda aguardam sua vez para adquirir um lote.

3- Hoje, dada a dificuldade e os obstáculos criados para novamente expulsar os assentados das terras conquistada confirma sua tendência controladora, de modo que todas as nossas reflexões nos indicam que as políticas de assentamentos rurais são antes de tudo *políticas de controle social*, não a consideramos no âmbito das políticas compensatórias porque acreditamos que estas ocupam outra função. No entanto, mesmo quando todas as análises apontam as políticas de assentamento como forma de controle social, uma vez que nascem a partir da pressão, mobilização e organização dos movimentos sociais, estes assentamentos se revelam como territórios nos quais se materializa a luta pela terra e o acesso aos meios de produção.

"Nesses enfrentamentos, os movimentos de trabalhadores têm conseguido definir “áreas prioritárias” para as intervenções do Estado e têm sido hegemônicos no desenhar modelos de “assentamento”, vale dizer, de padrões de relacionamento social que, se não são aqueles idealizados pelas propostas dos movimentos, estão em todo caso muito mais próximos do que é valorizado pela “cultura camponesa” do que daquilo que é propugnado pela duvidosa racionalidade dos planejadores estatais." (HEREDIA, 2001)

Não consideramos os assentamentos, como se pensou há 10 anos atrás, como materialização de projetos de reforma agrária. Uma reforma agrária deve necessariamente trazer mudanças na estrutura fundiária e na política agrária de um país que se propõe implementá-la. E não é a falta de leis que não o permitem implementar, no Estatuto da Terra escrito em 1964, quando historicamente perdemos a chance de implementá-la, *“Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social e ao aumento da produtividade.”*

Ao observarmos a região do Pontal do Paranapanema na qual estão implementados mais de 100 projetos de assentamentos rurais, sendo este o maior número por região no Estado de São Paulo, percebemos através de simples comparação de números e também através da observação da paisagem que não foi alterado significativamente o regime de posse e de uso da terra.

Por outro lado, qualquer projeto, cujo fim máximo seja o controle social, obviamente não oferecerá os recursos necessários para sua real implementação e desenvolvimento, daí este chamado *conjunto de medidas* que deveria ser promovido pelo Estado através de um conjunto de organismos públicos, tal qual prevê o Estatuto da Terra, não acontecem concomitantemente.

O que assistimos atualmente é a luta revelada entre as classes: de um lado famílias assentadas que desenvolvem, na maioria das vezes, por conta própria a partir de sua criatividade e estratégias de sobrevivência no campo, uma vez que as políticas públicas que deveriam dar suporte a este desenvolvimento (como as políticas de crédito, saúde, educação, habitação e saneamento) não são implementadas devidamente. E do outro lado grandes empresários (rurais e urbanos) detentores dos meios de comunicação de massa que além de articularem contra o sucesso das famílias assentadas, também influenciam a opinião pública nesta torcida. Não porque são inimigos natos declarados dos camponeses, mas porque o que está em jogo é a luta por territórios, para aumentar a renda do camponês, a renda dos atravessadores, comerciantes, empresários entre outros deve diminuir.

“Entretanto, é inegável que cada modo de produção reproduz também o modo de pensar da sociedade que o envolve. Nestes termos, o modo capitalista de produção vai engendrar também um modo capitalista de pensar. (...) Não se refere estritamente ao modo como pensa o capitalista, mas ao modo de pensar necessário à reprodução do capitalismo, a reelaboração de suas bases de sustentação ideológicas e sociais.” (Silva, 2003; 24 – 25)

Se comprovado for o sucesso das famílias assentadas, a tendência é que aumente paulatinamente a pressão popular por mais desapropriações, com vistas à implantação de assentamentos. Por outro lado, se comprovado for o seu fracasso, fortalecida fica a ideologia que fortalece o discurso contra a reforma agrária e a favor da conformação e sujeição.

Como vimos acima, os desafios impostos pela ofensiva da ideologia de mercado, em nível global, provoca desarranjos estruturais sobre porções cada vez maiores do planeta, colocando em risco sua própria capacidade de sustentação da vida.

Não podemos embasar nossas preocupações com a questão agrária no âmbito da disputa pela terra como se as relações de domínio e territorialização fossem simplesmente uma questão de estar sobre, usa-la. “A propriedade da terra é básica e fundamental para a existência desta forma de exploração da agricultura. Daí deriva a luta pela posse/propriedade da terra travada pelos camponeses expropriados ou que nunca tiveram acesso a terra no Brasil. Esse processo como se vê está assentado no processo contraditório de desenvolvimento do capital que ao mesmo tempo em que expropria, abre a possibilidade histórica de retorno à terra ... (OLIVEIRA, 1991, P. 5)

O acesso à terra permite às famílias assentadas maior estabilidade e possibilidades da criação de estratégias de reprodução familiar que resultam, em uma melhoria dos rendimentos e das condições de vida, especialmente quando se considera a situação de pobreza e exclusão social que caracterizava muitas dessas famílias anteriormente a sua vinda para o assentamento.

O que nem os acadêmicos e os assentados podem esquecer é que os assentamentos são determinados estruturalmente sob o poder do Estado, revelando em seu interior a contradição da união fragmentada e hierarquizada, revelando em seus meandros as mesmas ciladas da concentração de poder. (HEREDIA, 2001) Construir a unidade na diversidade destes espaços só será possível a partir do momento que se buscar a organização interna, construindo estratégias de autosustentação, para tanto, é preciso desvencilhar-se das armadilhas dos créditos, é preciso construir as próprias estratégias de desenvolvimento. Uma vez que não acreditamos que os assentamentos foram construídos e "permitidos" para funcionar, os assentamentos fazem parte daquelas brechas de contradição criadas dentro do sistema de produção capitalista, a partir da qual deve-se criar novas estratégias de resistência.

“... O espaço geográfico é multidimensional. Aceitar esta multidimensionalidade é aceitar práticas sociais distintas, que como Harvey (1973) se refere, permitem construir diferentes conceitos de espaço. Torná-lo inteligível é, para nós geógrafos, uma tarefa inicial. Decifrando-o, como diz Lefebvre (1974), revelamos as práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam, sonham, enfim, vivem e fazem a vida caminhar...” (Corrêa, 2003; 44)

Não podemos fixar nossa observação dos assentamentos apenas em sua forma, correríamos o risco de ver apenas a aparência, abandonando a essência e as relações entre estas e a aparência. Do mesmo modo, é preciso compreender sua função, se foram criados como estratégia de controle social é preciso, também compreender que foram fruto da luta de uma classe. É preciso analisar sua estrutura na qual formas e funções são criadas e justificadas e não podemos deixar que esta estrutura seja condicionada e moldada somente pelos apelos mercadológicos, existe uma matriz social aí presente.

Por último, faz-se necessário compreender o processo, que são as transformações necessárias e possíveis que resultam das contradições internas promovendo um movimento de transformação, onde o conflito gera as rupturas necessárias para o avanço.

“Todas estas categorias de espaço – forma, função, estrutura e processo – se tomadas individualmente, representam apenas

realidades parciais, limitadas do mundo. Considerados em conjunto, porém e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade.”(Santos, 1985, p. 52)

Olhar a totalidade hoje, significa abordar o contexto, desconstruir os discursos, que aparentemente são bem intencionados, ir além da lógica do capital e construir, ou resgatar formas de desenvolvimento que valorize a vida em primeira instância, o bem estar coletivo e a liberdade.

“Há que se cuidar do broto, para que a terra nos dê flores e frutos.”

Milton Nascimento

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Revista Economia Aplicada - VI 04, nº 2, 2000.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço, um conceito chave da geografia*. In: CASTRO et all. *Geografia, conceitos e Temas*. 5ª Ed, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro 2003; pg. 15 - 48
- HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; LEITE, S.; CINTRÃO, R. (Coords.) (2001). Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ-Nuap/PPGAS/UFRJ (mimeo), 479pp.
- LEI nº 4.505 de 30/11/1964 – Estatuto da Terra (1º Artigo)
- MEDEIROS, Leonilde... et al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. Editora da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 1994. (Prismas)
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo; Nobel, 1985.
- SILVA, Silvio Simione da. *Na fronteira agropecuária acreana*. UFAC – LEUPAG – Departamento de Geografia [Tese de Mestrado]. Acre – Presidente Prudente, 2003
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Bertrand Brasil - Rio de Janeiro, 1988.
- OLIVEIRA, A. U. *A agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia – A experiência da Itália Moderna*. Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.

O Parlamento e a criminalização dos movimentos de luta pela terra: um balanço da CPMI da Terra

Sérgio Sauer *

Universidade Católica de Brasília (UCB)
Gabinete da Senadora Heloísa Helena
sauer@senado.gov.br

Marcos Rogério de Souza **

Gabinete do Deputado João Alfredo – Câmara dos Deputados
mrsouzasp@yahoo.com.br

Nilton Tubino ***

Gabinete do Deputado Adão Pretto – Câmara dos Deputados
nilton.tubino@camara.gov.br

Introdução

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana representou um dos mais importantes componentes da recente conjuntura agrária brasileira. Criada em setembro de 2003, a chamada CPMI da Terra concluiu suas atividades em novembro de 2005, rejeitando o parecer do relator oficial da Comissão, Deputado João Alfredo (PSOL/CE), e aprovando um voto em separado apresentado pelo Deputado ruralista Abelardo Lupion (PFL/PR), que dificulta o avanço das políticas de reforma agrária e criminaliza a luta pela terra, materializada na atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O voto em separado é tão reacionário que chega a recomendar a aprovação de dois projetos de lei que tipificam as condutas de quem ocupa terras como crime hediondo e ato terrorista.

O relatório aprovado representa mais um capítulo do processo de criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra. O diferencial, porém, é que o ataque a movimentos sociais e a defensores da reforma agrária parte do Congresso Nacional. Dito de outra maneira, a perseguição aos sem-terra, que antes era promovida por setores dos Poderes Executivo e Judiciário, alcança também o Legislativo, tornando ainda mais complexa a superação da chamada questão agrária brasileira.

* Sérgio Sauer é doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília e assessor da Senadora Heloísa Helena (PSOL/CE).

** Marcos Rogério de Souza é mestrando em Direito pela UNESP (Campus de Franca) e assessor do Deputado João Alfredo (PSOL/CE). Foi assessor da relatoria da CPMI da Terra.

*** Nilton Tubino é assessor do Deputado Federal Adão Pretto (PT/RS).

O voto vencedor reflete, com grande fidedignidade, a atuação de um segmento parlamentar, acertadamente caracterizado como Bancada Ruralista. Essa bancada atua acima do recorte partidário, formando um dos mais influentes grupos de interesse do Congresso Nacional.

O objetivo deste texto é resgatar a história e atuação dessa CPMI e analisar o conteúdo dos relatórios vencido e vencedor. Busca ainda explicitar a lógica e ação da Bancada Ruralista que logrou êxito em usar o Parlamento para criminalizar a atuação dos que lutam por terra.

1. Histórico da CPMI da Terra

A CPMI da Terra foi criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, do Congresso Nacional, com o “objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores e de proprietários de terras e a identificação dos caminhos para a solução dos problemas que envolvem o tema”.

A CPMI nasceu como alternativa a dois requerimentos de criação de Comissão de Inquérito, um apresentado na Câmara e outro no Senado, defendidos por parlamentares especialmente do PFL e PSDB.¹ Basicamente motivados pelo episódio do uso de um boné do MST pelo Presidente Lula durante uma audiência de negociação, os objetivos eram simplesmente “investigar invasões de propriedades e prédios públicos realizadas pelo MST”. Estava explícita a intenção de utilizar um instrumento parlamentar de investigação para criminalizar um movimento social legítimo.

Os termos desses requerimentos e as diversas manifestações de apoio à instalação das CPIs deixaram claro que outro objetivo era criar um espaço de oposição às políticas – sociais, em geral, e agrárias, em particular – do atual governo, além de investigar e incriminar os movimentos sociais agrários, especialmente o MST. Conseqüentemente, além de oposição ao governo Lula, o terceiro objetivo das CPIs era criar condições para deslegitimar qualquer política de reforma agrária no Brasil. O artifício era atacar a um dos principais expoentes da luta pela terra – com acusações de promover a violência e desvio de recursos públicos – como forma de desacreditar e deslegitimar a reforma agrária.

¹ De acordo com a Constituição Federal (art. 58, § 3º), um requerimento de CPI necessita do apoio (assinaturas) de 1/3 dos membros da casa do Congresso Nacional onde a mesma será instalada. No Senado, uma CPI contra o MST foi defendida por parlamentares como o senador Álvaro Dias, defesa essa que lhe deu a presidência da CPMI da Terra.

Após um longo processo de negociação, o objeto de investigação dos dois requerimentos foi ampliado, incluindo um amplo diagnóstico do campo e dos conflitos urbanos pela posse do solo, dando vida a uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI). Sendo mista, a comissão contou com a participação de representantes das duas Casas do Congresso Nacional². Instalada em dezembro de 2003, foi presidida pelo Senador Álvaro Dias (PSDB/PR) e contou com a relatoria do Deputado João Alfredo, então no PT/CE. Em setembro de 2005, João Alfredo filiou-se ao PSOL/CE.

Nos dois anos de funcionamento, a CPMI realizou muitas reuniões (43 no total), audiências públicas e viagens (dez no total) para nove Estados da Federação, sendo que realizou duas viagens ao Pará, a segunda em consequência do assassinato de Irmã Dorothy em fevereiro de 2005. Foram visitados ainda os Estados de Pernambuco, Goiás, São Paulo, Rondônia, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso e Ceará, visitas motivadas pela existência de graves conflitos agrários.

Nessas reuniões e viagens, foram ouvidos 25 representantes de movimentos sociais de trabalhadores rurais e 24 representantes de organizações da sociedade civil e igrejas, inclusive João Pedro Stédile (MST), Manoel dos Santos (CONTAG) e Dom Tomás Balduino (CPT). Foram realizadas oitivas com 19 representantes de movimentos de proprietários rurais, entre eles Luiz Antônio Nabhan Garcia (presidente da UDR). Foram ouvidos ainda especialistas, pesquisadores, profissionais e agentes públicos ligados à questão agrária (56 no total), destacando-se o então Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto; o Ex-Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda; e o atual presidente do INCRA, Rolf Hackbarth.

Além das oitivas e audiências públicas para tomar depoimentos, os trabalhos investigativos da CPMI da Terra incluíram também a transferência dos sigilos fiscais, bancários e telefônicos de entidades e pessoas físicas (21 sigilos no total), inclusive de fazendeiros suspeitos de envolvimento no assassinato da Irmã Dorothy. A partir de requerimentos apresentados pela Bancada Ruralista, foram aprovadas quebras de sigilos bancários e fiscais da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) e do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), entidades ligadas ao MST.

² A CPMI da Terra foi composta por doze (12) senadores e doze (12) deputados titulares, com o mesmo número de suplentes para ambas as Casas do Congresso.

Por iniciativa de parlamentares defensores da reforma agrária, foram quebrados ainda os sigilos bancários, fiscais e telefônicos da União Democrática Ruralista (UDR nacional e do Pontal do Paranapanema/SP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/RS). O objetivo dessas quebras era investigar a aplicação e uso de recursos públicos provenientes de convênios firmados entre a União Federal e entidades de trabalhadores e de proprietários rurais, no período de 1998 a 2005.

Apesar dos discursos enfatizando o papel da CPMI de “investigar toda situação onde poderia haver desvio de recursos”, é importante observar que os parlamentares da Bancada Ruralista estavam mobilizados na proteção incondicional de entidades e lideranças patronais. Foram derrotados, por exemplo, requerimentos de quebra de sigilos fiscal e bancário do SENAR nacional, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e de Luiz Antônio Nabhan Garcia, presidente da UDR.³

Durante os trabalhos da CPMI, vários foram os temas geradores de embates entre a Bancada Ruralista e parlamentares defensores da reforma agrária. Apesar de participar apenas das audiências e reuniões de interesse direto – por exemplo, votação de requerimentos de quebra de sigilos das entidades populares ou de oitivas de proprietários rurais –, os deputados e senadores ruralistas negaram sistematicamente a existência de trabalho escravo no campo brasileiro. O principal argumento é que existe uma confusão tendenciosa com situações que não passam de descumprimento da legislação trabalhista como, por exemplo, o não registro em carteira e jornadas de trabalho prolongadas.

Outro tema que gerou vários embates foi a negação explícita da violência no campo. A negação se deu em várias ocasiões como, por exemplo, por meio da contestação frontal aos dados sistematizados e divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Isso aconteceu por ocasião do depoimento de Dom Tomás Balduino, quando a CPT foi acusada de instigar a violência divulgando dados tendenciosos que supostamente não passam de disputas entre os sem-terra. Aconteceu também durante a visita da CPMI ao Paraná, quando um “relatório alternativo”, resultado de “investigação independente”, foi apresentado colocando os próprios sem-terra como autores dos assassinatos registrados naquele Estado.

Uma das táticas utilizadas pelos ruralistas foi de vaziar para a imprensa dados que poderiam sinalizar malversação e uso indevido de recursos públicos. Em várias

³ Foram aprovadas apenas as quebras de sigilo da UDR e do SENAR/RS devido a casos de instigação explícita à violência, no primeiro caso, e de denúncias e investigações do TCU, no segundo caso, por má verção de recursos públicos.

ocasiões, antes de qualquer análise na CPMI, apareceram publicados na imprensa dados relacionados às entidades e movimentos agrários, sempre acompanhados de acusações diretas de desvios de recursos. Nenhuma das acusações foi provada, mas as suspeitas e acusações contribuíram para atingir a imagem das entidades dos trabalhadores sem terra.

É importante salientar que a CPMI da Terra foi prorrogada em dezembro de 2004, quando havia interesse da Bancada Ruralista na continuidade das investidas contra os movimentos agrários. Diante da apresentação de requerimentos, pedindo as quebras de sigilo bancário e fiscal de todos os 28 Sistemas Nacionais de Cooperativismo (SESCOOPs nacional e estaduais), da OCB e do SENAR nacional⁴, membros da Bancada Ruralista passaram a discursar sobre a necessidade de encerrar os trabalhos, os quais estariam sendo prorrogados desnecessariamente. Esses requerimentos não foram votados, impedindo que a CPMI investigasse o uso de recursos por parte dessas entidades.

Após a leitura do Relatório Final, elaborado pelo Deputado João Alfredo, ocorrida em 22 de novembro, foi apresentado um voto em separado assinado pelo Deputado Abelardo Lupion.⁵ A partir da leitura, vários parlamentares – especialmente o senador Sibá Machado (PT/AC) – iniciaram contatos e reuniões com líderes dos partidos nas duas Casas, e mesmo com Ministros de Estado, buscando construir um acordo que levasse à aprovação do relatório final do Deputado João Alfredo.

Na negociação foram abertas possibilidades ou mesmo propostas alterações e mudanças no texto apresentado pelo Deputado João Alfredo. Percebendo a conjuntura favorável no Congresso, além de ter a maioria dos votos na CPMI, a Bancada Ruralista e seus aliados se recusaram a qualquer tipo de negociação. Segundo informações de membros dessa Bancada, a única negociação “possível” seria aprovar o voto em separado do Deputado Abelardo Lupion.

No dia 29/11/2005, a reunião foi aberta com a apreciação do relatório do Deputado João Alfredo. Na discussão, os parlamentares da Bancada Ruralista teceram várias críticas ao relatório, mas o relator rebateu cada uma delas com muita firmeza. Mesmo assim, o texto foi derrotado por 13 votos a oito e uma abstenção. A derrota já

⁴ Os requerimentos foram motivados pela obtenção de novas informações sobre problemas na execução de convênios por essas entidades, inclusive cópias de procedimentos investigativos do TCU sobre a aplicação de recursos do SESCOOP em vários Estados.

⁵ Além de integrantes da CPMI partidários da reforma agrária, o texto do relator, Dep. João Alfredo, foi defendido pelos líderes do PT e do PSOL na Câmara, deputados Henrique Fontana e Luciana Genro, respectivamente.

era prevista, pois os parlamentares contrários à reforma agrária se recusaram a qualquer tipo de acordo e, desde o início, os parlamentares que apóiam os movimentos sociais eram minoria na CMPI.⁶

Mencionando a morte de mais um trabalhador rural na luta pela terra, ocorrida no dia da votação, no Estado de Alagoas, o Deputado João Alfredo afirmou que não se sentia derrotado. Emocionado, resumiu bem o momento e conteúdo do voto em separado:

Fizemos o que era para ser feito: o diagnóstico da situação fundiária brasileira, a análise dos processos de reforma agrária, dos movimentos sociais no campo. O relatório alternativo proposto é a antítese do nosso e sequer cumpre os objetivos desta CPMI; não valorizou as visitas aos estados, não reconhece os problemas fundiários nem apresenta propostas para resolvê-los. É um retrocesso de cem anos.

Vencido o seu relatório, João Alfredo anunciou que seu trabalho estava encerrado e que não ficaria na reunião para compactuar com um texto que criminaliza as vítimas dos conflitos agrários. Lembrou ainda que os que derrotaram seu relatório eram exatamente os mesmos parlamentares que vêm barrando a votação da Proposta de Emenda Constitucional nº 4387/2001, que prevê a expropriação de áreas onde for constatada a exploração de trabalho escravo. Na sequência, os parlamentares defensores da reforma agrária, após manifestações indignadas, acompanharam o relator e se retiraram da reunião.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT/PA) afirmou que o voto em separado era uma excrescência. Por ser do Pará, Estado com mais assassinatos de trabalhadores do campo, ela não poderia compactuar com aquela votação e, muito emocionada, rasgou o texto do Deputado Abelardo Lupion. A reunião continuou somente com os ruralistas e seus apoiadores. Os senadores Heloisa Helena (PSOL/AL) e Eduardo Suplicy (PT/SP) foram designados para permanecer na sessão, apresentando destaques para retirar algumas questões graves do voto em separado que criminalizavam o MST.

O voto em separado de Lupion foi aprovado com 12 votos favoráveis, tendo o voto contrário do Senador Eduardo Suplicy (integrante da CMPI que sempre votou com o Deputado João Alfredo).⁷ Na sequência, foram votadas as propostas de supressão

⁶ Votaram a favor deste relatório os deputados Zé Geraldo (PT/PA), Luci Choinack (PT/SC) e Jamil Murad (PCdoB/SP) e os senadores Ana Júlia Carepa (PT/PA), Eduardo Suplicy (PT/SP), Sibá Machado (PT/PA) e Valdir Raupp (PMDB/RO). Apoiaram o relatório, sem direito a voto, os deputados suplentes Adão Pretto (PT/RS), Anselmo (PT/RO) e Jackson Barreto (PTB/SE), bem como as senadoras suplentes Fátima Cleide (PT/RO) e Serys Shessarenko (PT/MT).

⁷ Votaram contra o relatório apresentado pelo relator e foram favoráveis ao voto em separado os senadores César Borges (PFL/BA), Flexa Ribeiro (PSDB/), Gilberto Goellner (PFL/), Juvêncio da Fonseca (PDT/MS), Mozarildo Cavalcanti (PTB/MT) e Wellington Salgado (PMDB/MG), bem como os deputados Abelardo Lupion (PFL/PR), Josué Bengtson (PTB/PA), Luiz Carlos Heinze (PP/RS), Max

apresentadas pelos senadores Eduardo Suplicy e Heloísa Helena, sendo que alguns foram acatados pelos parlamentares presentes.

O relatório recomendava, por exemplo, o indiciamento de cinco dirigentes nacionais do MST por “crimes de formação de quadrilha, extorsão e demais delitos ligados às práticas do Movimento (João Pedro Stédile, Gilmar Mauro, João Paulo Rodrigues, José Rainha Junir e Jaime Amorim)”. Essa recomendação foi retirada do documento final no momento da votação, permanecendo o indiciamento de dirigentes da ANCA e da CONCRAB.

As proposta de indiciamentos não vieram acompanhadas de indícios de materialidade ou de autoria dos delitos. Eram, portanto, frágeis, imprestáveis para alicerçar uma eventual denúncia criminal. Em primeiro lugar, várias pessoas acusadas nem foram ouvidas e não estavam sendo objetos de investigação pela CPMI. Em segundo lugar, não há qualquer acusação contra as mesmas ao longo do texto do relatório de Lupion. Conseqüentemente, o indiciamento teve um cunho exclusivamente político e ideológico, explicitando o desejo de destruir um movimento social legítimo por meio da criminalização de suas lideranças.

É preciso deixar registrado que vários representantes de movimentos de trabalhadores e dirigentes e funcionários da ANCA e da CONCRAB foram humilhados pelos parlamentares ruralistas durante os depoimentos prestados à CPMI da Terra. Em vários momentos, explicitando todo o preconceito a lideranças populares, parlamentares utilizaram palavras torpes e fizeram acusações inverídicas contra os depoentes, os quais se mantiveram calados. Diante da truculenta ofensiva da Bancada Ruralista, a maioria dos depoentes adotou o direito constitucional de não responder a nenhuma das questões ou acusações, porque entendiam que já haviam sido condenados pelos ruralistas e pela grande imprensa.

Usando a lógica de condenar, perante a opinião pública, por meio do vazamento de informações sigilosas para a grande imprensa,⁸ além dos dirigentes, vários empregados e ex-empregados da ANCA e da CONCRAB foram acusados de “laranjas” e de enriquecimento ilícito antes das oitivas para ouvi-los. Ao final, estas pessoas – gente pobre que trabalhou ou trabalha como office-boys e em serviços gerais nas

Rosenmann (PMDB/PR), Moacir Micheletto (PMDB/PR), Ônyx Lorenzoni (PFL/RS) e Xico Graziano (PSDB/SP).

⁸ Não se trata aqui de negar que as CPIs são também – além de fóruns investigativos – instrumentos de informação da sociedade e de formação da opinião pública (inclusive porque estas Comissões devem estar diretamente relacionadas com o interesse público), mas de uma tática de vazar informações sigilosas

entidades – não foram indiciadas, nem mesmo tiveram qualquer peso ao longo do relatório do Deputado Lupion.

O relatório vencido do Deputado João Alfredo⁹ foi encaminhado a várias instâncias do Estado como, por exemplo, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, à Procuradoria Geral da República, ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados. Uma cópia foi entregue à Relatora Especial da ONU sobre defensores de direitos humanos, por ocasião de sua missão ao Brasil, e relatórios foram enviados às embaixadas dos países solidários aos movimentos sociais que lutam pela terra no Brasil.

2. Conteúdo do relatório do Deputado João Alfredo

Elaborado e apresentado pelo relator da CPMI Deputado João Alfredo, o relatório final possui 750 páginas (além dos anexos), nas quais constam um amplo diagnóstico sobre a situação fundiária brasileira, as causas da violência no campo, os programas e ações de reforma agrária e a legislação existente na área. Um capítulo é dedicado à reforma urbana, com especial destaque ao despejo violento ocorrido em Goiânia, em 2005. Ao final, faz 150 recomendações aos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União (TCU).

O documento está dividido em cinco partes. A primeira destina-se a apresentar a CPMI da Terra: constituição, objetivos, prazos e composição, além de sintetizar as principais reuniões e viagens realizadas, indicar a documentação recebida e as pessoas ouvidas pela Comissão.

A segunda parte representa o momento analítico do relatório no que tange aos aspectos gerais da questão agrária, ocasião em que enfrenta um dos objetivos para o qual a CPMI foi constituída. O “diagnóstico da questão agrária brasileira” centra-se na problemática da estrutura fundiária, da violência no campo, do trabalho escravo, dos movimentos sociais trabalhadores, das organizações ruralistas e da reforma agrária e seu ordenamento jurídico. O relatório vencido afirma que a questão agrária brasileira é marcada pela concentração fundiária, pelos conflitos coletivos por terra e pela violência contra trabalhadores rurais. Revela que 1,6% dos proprietários com imóveis acima de mil hectares detêm 46,8% do total da área cadastrada pelo INCRA no País. Por outro

e não devidamente investigadas com o propósito de antecipar a condenação dos movimentos sociais e suas lideranças perante à opinião pública.

⁹ A íntegra deste relatório está disponível no site do Dep. João Alfredo (www.joaoalfredo.org.br) e uma versão está sendo publicada pelo Senado Federal sob o título “Reforma agrária quando? Relatório da CPI revela as causas da violência no campo”.

lado, afirma que mais de três milhões de famílias de trabalhadores rurais procuram um pedaço de chão para trabalhar.

Segundo o documento, a alta concentração da propriedade da terra dá origem a relações econômicas, sociais, políticas e culturais cristalizadas em uma estrutura agrária inibidora do desenvolvimento, entendido como crescimento econômico, justiça social, sustentabilidade ambiental e extensão da cidadania democrática à população do campo. O monopólio da propriedade e posse da terra por uma pequena parcela da população é a grande responsável pelo êxodo rural, o inchaço das grandes cidades e, acima de tudo, o alto grau de miséria e pobreza em que se encontram milhões de brasileiros.

A violência é analisada a partir dos números, origens e causas. O relatório fez uma distinção entre violência e conflito. O segundo é definido como fruto da luta histórica dos excluídos para trazer à esfera pública demandas reprimidas, enquanto a violência é a resposta (como uma reação ilegítima) ao conflito. Na raiz de ambos, no entanto, está a concentração fundiária e a impunidade.

Depois de asseverar que a concentração fundiária é a principal responsável pelos conflitos por terra ocorridos em todas as regiões do Brasil, assim como pelos altíssimos índices de violência existente no meio rural, o relatório sustenta que a impunidade dos assassinos estimula a prática da violência. Um dos exemplos citados é que, nas duas últimas décadas, 1.349 lavradores foram assassinados em decorrência da luta por terra, em 1003 ocorrências registradas. Apenas 75 dessas ocorrências resultaram em julgamentos; 64 executores foram condenados e 44 absolvidos. No caso dos mandantes, apenas 15 foram condenados.

De acordo com o relator, há várias modalidades de violência contra os trabalhadores. As mais comuns e visíveis são as praticadas por agentes públicos – sobretudo policiais – e as decorrentes da ação do poder privado. Nessas, incluem-se a pistolagem, as milícias privadas e as falsas empresas de segurança privada. Os proprietários rurais, ante à crescente mobilização dos trabalhadores sem terra, buscam proteger seus interesses por meio de medidas muitas vezes ilegais, tais como o uso de armas de fogo, inclusive de uso restrito, a pistolagem e a organização de milícias privadas, acirrando os conflitos e gerando a violência no meio rural brasileiro.

Na sequência, aborda a demanda por terra por parte de milhões de famílias. De acordo com dados do relatório, cerca de 170 mil famílias aguardam a realização da reforma em acampamentos à beira de rodovias ou em áreas ocupadas, enquanto aproximadamente 840 mil estão cadastradas pelo INCRA como possíveis beneficiárias.

A demanda potencial por terra, porém, é bem maior. Usando como referencial os trabalhadores sem acesso à terra, o montante é de 3,1 milhões de famílias.

O relatório parte da premissa de que os movimentos sociais e as organizações sindicais de trabalhadores rurais que pressionam os poderes públicos pela realização da reforma agrária são herdeiros de outras experiências de mobilização de lavradores e legatários da resistência indígena e negra. O documento afirma que essas pressões, manifestadas por meio de marchas, acampamentos à beira de rodovias e, principalmente, ocupações de imóveis rurais improdutivos, são legítimas e o melhor meio de evitá-las é implementar uma ampla e massiva reforma agrária.

De acordo com o documento, o Brasil possui disponibilidade de terra suficiente para assentar mais de um milhão de famílias. De acordo com o INCRA, as grandes propriedades declaradamente improdutivas totalizam cerca de 133,772 milhões de hectares, ao passo que a estimativa de terras devolutas chega ao número aproximado de 172,946 milhões. As terras públicas cadastradas por diferentes órgãos federais, e que poderiam ser destinadas ao assentamento de trabalhadores, somam 4,373 milhões de hectares.

As diferentes modalidades que poderiam ser disponibilizadas à reforma agrária totalizam 311,1 milhões de hectares, ou 36% do território nacional. Assim, a meta de assentar 400 mil famílias, traçada pelo Governo Lula no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), não deixaria de ser atendida por falta de terra. Tal meta, segundo o relatório, corre o risco de não ser atingida em função da manutenção da atual política econômica, que drena os recursos orçamentários para o pagamento dos serviços da dívida pública federal.

A lentidão do processo de reforma agrária decorre de vários fatores, entre os quais a inadequação da legislação. Por esse motivo, o relatório reuniu as reflexões suscitadas por especialistas ouvidos pela CPMI acerca dos marcos legais da reforma, tentando identificar os gargalos e principalmente as propostas para solucioná-los. O resultado foi a sistematização de um fértil conjunto de recomendações legislativas para agilizar o processo de reforma agrária. São sugestões de alteração da Constituição Federal, do Código de Processo Civil da Lei nº 8.629/93, da Lei Complementar nº 76/93, entre outras.

O relatório apresenta ainda um quadro sobre os movimentos sociais agrários e organizações ruralistas e faz um diagnóstico das políticas governamentais de reforma agrária, implementadas pelos diferentes governos desde João Goulart (1963-1964).

Dedica especial atenção às políticas governamentais recentes, ou seja, analisa os resultados dos programas de reforma agrária das gestões de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006).

A terceira parte do documento apresenta relatos extensos sobre as dez viagens que a Comissão realizou a nove estados brasileiros, incluindo a análise da estrutura fundiária, das relações de trabalho e sugestões de encaminhamentos específicas para cada caso. Destaca-se o Estado do Pará, inclusive pelo fato de ter ficado em evidência com o assassinato da Irmã Dorothy Stang, após esta ter comparecido à CPMI para denunciar a violência contra os trabalhadores rurais e suas lideranças naquele Estado. O documento trata também dos estados de Pernambuco, São Paulo (Pontal do Paranapanema), Rondônia, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso, Ceará e Amapá.

Realizando um de seus objetivos, o relatório dedica a quarta parte para descrever as atrocidades praticadas pela polícia durante o despejo violento de mais de 14 mil famílias de sem-teto da ocupação Sonho Real, em fevereiro de 2005, em Goiânia, do qual restaram três mortos e vários feridos.

A quinta parte do relatório destina-se às recomendações e encaminhamentos de natureza administrativa, legislativa, judicial, ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público. Todas visam a mesma coisa: coibir a violência e a impunidade e agilizar o processo de reforma agrária e urbana.

Entre outras recomendações, o relatório pede que o Poder Executivo garanta a integridade física dos defensores de direitos humanos ameaçados de morte. Além disso, recomenda a inclusão de 50 ativistas residentes no Estado do Pará no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

3. Conteúdo do relatório do Deputado Abelardo Lupion

O voto em separado, apresentado pelo Deputado Abelardo Lupion (PFL/PR), foi aprovado como relatório final da CPMI da Terra. É fundamental ter claro que o conteúdo do referido voto é a materialização do pensamento da Bancada Ruralista. O seu autor é um de seus mais aguerridos representantes e é conhecido no Parlamento¹⁰ por defender intransigentemente os caloteiros do crédito agrícola e grandes proprietários

¹⁰ Em março de 2006, o deputado Abelardo Lupion – antigo presidente da UDR do Paraná – foi eleito, como representante do PFL, presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados para a gestão 2006.

rurais, especialmente aqueles que defendem o uso da força e de armas para manter o direito absoluto de propriedade, muitos acusados de criar milícias privadas.

O voto em separado dedica mais de 200 de suas 365 páginas ao MST. Dois terços das páginas restantes descrevem as atividades da CPMI e reproduzem acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) que constataram superfaturamento em desapropriações e outras irregularidades na atuação do INCRA, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).¹¹ Na verdade, esse relatório é uma peça de acusação mal redigida, que tem como únicos objetivos criminalizar a luta pela terra materializada na atuação do MST e inviabilizar a implementação da reforma agrária.

Toda a problemática fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e o ordenamento jurídico da terra são tratados em menos de 40 páginas. Na verdade, o primeiro capítulo é uma cópia fiel de trechos do relatório do Deputado João Alfredo. Afirma inclusive que “este Relatório analisou os recursos federais repassados para o Serviço Nacional de Cooperativismo (SESCOOP) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)”. No entanto, não faz nenhuma referência a irregularidades detectadas nos repasses de recursos de entidades patronais, nem mesmo aquelas resultantes da quebra de sigilo do SENAR/RS.

O segundo capítulo apresenta dados estatísticos do IBGE que revelam a concentração fundiária existente no Brasil. Não faz, no entanto, qualquer discussão sobre as causas e conseqüências dessa concentração. Sem acrescentar nada de novo em relação ao anterior, o terceiro capítulo trata do panorama agrário regional e repete os dados da concentração fundiária em cada região.

O quarto capítulo trata das experiências recentes de reforma agrária, dedicando apenas sete páginas para relatar a história de programas de reforma agrária no Brasil. Sem falar em erros crassos como, por exemplo, definir como “nova república” o período anterior ao regime militar (p. 65), esse relatório afirma que o Governo FHC, de 1995 a 2002, assentou 635 mil famílias (p. 67), reforçando um dado que não é usado nem mesmo como peça de propaganda oficial do governo anterior.

O quinto capítulo é dedicado ao ordenamento jurídico da propriedade fundiária. Também é uma cópia resumida e distorcida do relatório apresentando pelo Deputado João Alfredo. O sexto capítulo, por sua vez, é a simples reprodução de dois acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) que versam sobre a atuação do INCRA. Os

¹¹ Curiosamente, o texto do relatório não informa que as irregularidades encontradas pelo TCU no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) são relativas à administração do Governo FHC (1995-2002).

acórdãos referem-se a irregularidades na atuação do órgão e a superfaturamento em “processos relativos a desapropriação de imóveis, formalizados no período de 1996 a 2000” (p. 109).

Formulado como uma análise da violência no campo nos nove Estados investigados pela CPMI, o sétimo capítulo é um acinte. Possui apenas 12 páginas, nas quais não há qualquer referência à morte de trabalhadores, trabalhadoras e lideranças populares. Apresenta apenas o ponto de vista das entidades ruralistas, ignorando completamente a existência de milícias privadas, trabalho escravo e grilagem de terras no meio rural brasileiro.

Sobre os estados de Pernambuco, por exemplo, cita somente a morte de um soldado da Polícia Militar, omitindo que, de 2003 a 2005, foram mortos 15 lideranças de trabalhadores rurais. No caso do Pará, não faz qualquer menção aos conflitos, depoimentos e denúncias feitas à CPMI, nem sequer menciona a morte de irmã Dorothy, motivo de uma segunda visita da Comissão ao Pará.¹² Quanto à situação no Estado do Paraná, desconhece denúncias contra fazendeiros e entidades ruralistas, a exemplo da UDR estadual, do Primeiro Comando Rural (PCR) e do Sindicato Nacional dos Produtores Rurais (Sinapro), reduzindo o relato à controvérsia envolvendo a desapropriação da fazenda Araupel, concluindo pela inviabilidade da implantação do assentamento.

É digno de registro que o Deputado Lupion foi um defensor incondicional do Cel. Copetti, ouvido duas vezes pela CPMI da Terra. Esse militar se encontrava preso no Paraná, acusado de tráfico de armas e formação de milícias para combater sem-terra com financiamento de fazendeiros – inclusive integrantes da UDR¹³ – no Estado.

O oitavo capítulo é reservado exclusivamente à análise do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O mais longo capítulo do relatório aprovado, com mais de 208 páginas (de um total de 360 páginas), faz uma infinidade de acusações ao MST sem qualquer preocupação com sua comprovação.

O principal argumento, repetido à exaustão, é que o MST é “um movimento revolucionário de esquerda” (pp. 147 e 151), e que “sua meta é revolucionária

¹² É importante lembrar que o Deputado Lupion, acompanhou apenas duas das 10 viagens realizadas pela CPMI, sendo que uma foi a seu próprio Estado, o Paraná.

¹³ Segundo registros da Polícia Militar do Paraná, Comando do Policiamento da Capital, algumas horas antes da oitiva no Paraná, realizada no dia 18/04/2005, o Cel. Copetti recebeu as visitas de Marcos Menezes Prochet (presidente da UDR estadual), Tarcisio Barbosa dos Santos (dirigente da FAEP) e Francisco C. Gomes, entre outros.

socialista” (pp. 150 e 167), que “a filosofia do MST é revolucionária de esquerda” (p. 167).

A Constituição Federal reafirma o Brasil como um “Estado democrático de direito” (art. 1º), portanto, tem como fundamento o “pluralismo político” (inciso V). Em seu art. 5º (sobre os direitos e deveres individuais e coletivos), a CF garante o direito de “livre manifestação do pensamento” (inciso IV) e assegura que “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica e política” (inciso VIII). Não constitui nenhum crime ou ilegalidade, portanto, ser socialista, acreditar na revolução, muito menos ter uma ideologia de esquerda.

Na verdade, o voto em separado está eivado por uma concepção autoritária, preconceituosa e fascista, pois afirma categoricamente que ser socialista ou de esquerda é crime e um “pensamento fora da lei”. Estabelece uma relação entre ser “um movimento revolucionário de esquerda” que “não reluta em desviar recursos, públicos ou privados” (p. 147). O documento aprovado estabelece uma ligação direta entre ser revolucionário e ser ladrão, mesmo sem provas de que houve desvio ou uso indevido de recursos por parte do MST.¹⁴

Nesse tópico, são reproduzidas partes de depoimentos prestados pelos representantes da ANCA, CONCRAB e ITERRA, entidades parceiras do MST, assim como os levantamentos iniciados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nos convênios firmados por essas entidades com órgãos e entidades federais. O documento aprovado pela CPMI trata os relatórios preliminares, elaborados pelos analistas de controle externo do TCU, como se fossem manifestações daquela Corte de Contas.

Desconsidera ainda que as normas internas do TCU estabelecem que os procedimentos de auditorias devem atender a várias etapas e que os relatórios enviados à CPMI não superaram a primeira etapa. Faz vistas grossas, por exemplo, a ofícios subscritos pelo próprio Presidente do TCU, Ministro Adylson Motta, que, ao encaminhar os relatórios à Comissão, assevera: “por oportuno, ressalto que, por tratar-se de informações preliminares, ainda não apreciadas conclusivamente por esta corte, são de caráter reservado”.

Ignorando a recomendação explícita do Ministro do TCU, ou mesmo a fragilidade das “conclusões” das investigações da CPMI da Terra, o relatório reforça a acusação de desvios e recomenda a suspensão imediata de todos os convênios – e a

¹⁴ O objetivo central das acusações e “investigações” da Bancada Ruralista – explicitando em vários discursos – era demonstrar que o MST usa recursos públicos para organizar e financiar “invasões” de terras e ameaçar a propriedade, o que não ficou demonstrado pelas investigações da CPMI da Terra.

conseqüente suspensão de novos repasses – além da devolução dos recursos públicos alocados nos trabalhos das entidades agrárias. A recomendação de cancelamento indiscriminado inviabilizaria vários programas sociais como, por exemplo, o PRONERA, voltado à alfabetização de jovens e adultos. Além da tática de desacreditar as entidades dos trabalhadores junto à opinião pública, essa recomendação visa inviabilizar financeiramente qualquer ação voltada para a melhoria das condições de vida da população pobre do campo.

Outro fato grave é que o voto em separado só faz menção aos convênios das entidades de trabalhadores. Não faz qualquer alusão aos convênios firmados pela Sociedade Rural Brasileira (SRB) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), nos quais o TCU também constatou várias irregularidades, muitas delas idênticas àquelas que apareceram nos convênios das entidades de trabalhadores. O documento aprovado possui um peso e duas medidas: condena açodadamente as entidades de trabalhadores e finge que não sabe, não viu, não conhece os mesmos problemas que envolvem as entidades patronais. Esse é mais um elemento que revela o objetivo de apenas criminalizar as entidades de trabalhadores e não “identificar caminhos para a solução dos problemas” no campo, conforme estabeleceu o requerimento que criou a CPMI.

A terceira parte do texto aprovado trata das recomendações e encaminhamentos. Reproduz algumas das recomendações contidas no relatório do Deputado João Alfredo, acrescentando outras visando criminalizar o MST e os defensores de direitos humanos ligados à reforma agrária. Isso acontece, por exemplo, quando o documento recomenda o indiciamento de um dirigente (Pedro Christófolli) e de um ex-dirigente da ANCA (José Trevisol) e do Presidente da CONCRAB (Francisco Dalchiavon, o Chicão).

O relatório aprovado chega ao cúmulo do reacionarismo ao recomendar a aprovação de dois projetos de lei que tipificam as condutas de quem “invade” propriedade alheia para “pressionar o governo a fazer ou deixar de fazer” alguma coisa como **crime hediondo** e **ato terrorista**. O texto do Deputado Lupion, ao classificar a ocupação de terras nesses termos, torna-se o primeiro documento oficial do Parlamento brasileiro que incorpora a “doutrina Bush de guerra contra o terror”.

Merece destaque os termos que justificam os referidos projetos de lei tipificando as ocupações de terras como crime hediondo. Após se referir equivocadamente a diversas motivações de atos de terrorismo no Oriente Médio e nos Bálcãs, os termos da justificação do projeto são:

O terrorismo, que é, eminentemente, um movimento político, se adapta à realidade social, econômica e cultural do local onde se exterioriza. No Brasil, tem se manifestado na forma do inclusionismo sócio-econômico, por meio do qual associações de trabalhadores rurais sem-terra, por exemplo, reclamam a falta de participação social e econômica em razão de uma suposta negação estatal de direitos garantidos constitucionalmente, e, por meio da violência, buscam pressionar o governo a transformar tais direitos abstratos em realidade concreta (pp. 369s – destaques nossos).

Estabelecer uma relação direta entre as reivindicações e lutas de movimentos populares legítimos por inclusão social e econômica com terrorismo é de um reacionarismo inaceitável. Representa, na verdade, a defesa, simples e explícita, da exclusão social, uma chaga da realidade brasileira, em nome do direito supremo de propriedade.

Classificando as ações do MST como atos terroristas que assustam os proprietários e reforçando a defesa incondicional da propriedade, o texto de justificação do projeto ainda afirma:

Esse tipo de terrorismo, próprio da realidade brasileira, não deve ser aceito e deve ser punido com o mesmo rigor que as outras formas de atos terroristas previstas em nossa Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170, de 1983), pois, de forma equivalente, afeta a ordem constitucional estabelecida, a integridade territorial, o regime representativo e democrático e o Estado de Direito (art. 1º, I e II, da Lei de Segurança Nacional). Enfim, tais ações fragilizam o Estado (p 370).

Sem sombras de dúvidas, a evocação da Lei de Segurança Nacional explicita o verdadeiro espírito do referido relatório. Materializando as concepções da Bancada Ruralista, o documento é uma elegia ao autoritarismo social e econômico, desconhecendo qualquer direito humano dos pobres do campo em nome do direito sagrado de propriedade.

O relatório afirma ainda que ANCA, CONCRAB e ITERRA são “a face jurídica do MST”, razão pela qual recomenda que sejam acionadas judicialmente para reparação de danos causados por ações do movimento. Além disso, reduz toda a problemática do campo brasileiro a possível “mau uso e desvio” de recursos da União repassados para entidades que possuem ligações com o MST (ANCA, CONCRAB e ITERRA). Além de não reconhecer problemas na estrutura fundiária e na existência de violência, trabalho escravo ou milícias privadas no campo, não faz qualquer recomendação voltada para a melhoria das condições de vida da população rural.

A concepção autoritária e preconceituosa albergada pelo relatório vencedor envergonha o Congresso Nacional brasileiro. Além de criminalizar os movimentos sociais de luta pela terra e os defensores de direitos humanos que atuam no meio rural, o

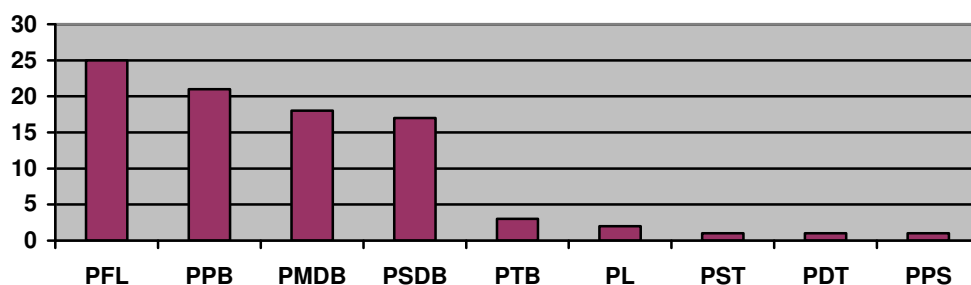
relatório representa uma ode à violência. É um verdadeiro manifesto do ódio dos ruralistas aos trabalhadores sem terra, representando mais um obstáculo no caminho da implementação da reforma agrária e da justiça social no campo brasileiro.

4. A Bancada Ruralista e a criminalização dos movimentos sociais no campo

O *modus operandi* dos ruralistas na CPMI da Terra é um bom exemplo da forma de atuação da Bancada Ruralista no Congresso Nacional. O voto em separado que se sagrou vitorioso não expressa apenas as opiniões do Deputado Abelardo Lupion. Reflete a visão que o conjunto dos parlamentares ruralistas possui sobre a questão agrária brasileira.

Em estudo sobre o caráter, o perfil e a composição da Bancada Ruralista na Legislatura 1999/2002, Edécio Vigna sustenta que os ruralistas integram um dos mais eficientes grupos de pressão no interior da Câmara dos Deputados.¹⁵ Segundo o assessor técnico do Instituto de Estudos Sócioeconômicos (INESC), os ruralistas representavam a terceira maior bancada de interesse, com 89 deputados (17,3%), atrás apenas dos empresários (143 deputados) e advogados (92 deputados).¹⁶

Bancada Ruralista e Partidos Políticos



Fonte: VIGNA, 2001, p.15.

Edécio Vigna afirma que os parlamentares que compunham a bancada ruralista pertenciam, majoritariamente, aos partidos que formavam a base de apoio do então governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Fonte: VIGNA, 2001, p.18.

¹⁵ A declaração das fontes de renda dos deputados foi utilizada para classificar os parlamentares como “ruralistas”. “O critério utilizado neste trabalho para classificar os parlamentares como ruralistas foi baseado na declaração dos deputados sobre suas fontes de renda, conforme expresso no Repertório Bibliográfico da Câmara dos Deputados. Foi considerado como componente potencial da Bancada Ruralista o deputado que declarou, entre as suas fontes de renda, alguma forma de renda agrícola” (Vigna, 2001, p. 9).

¹⁶ Estes dados são da legislatura passada, pois infelizmente não há estudos atualizados sobre a atual composição e perfil desta Bancada no Congresso Nacional.

O assessor do INESC afirma que

a bancada ruralista não se caracteriza constantemente como um grupo de interesse, de pressão ou de lobby, mas circula por esses estágios conforme intensifica ou não as suas ações. É notória, porém, a predominância do aspecto de “interesse”.

Para Vigna (2001, p. 13-14), o conceito “grupo de interesse” é o que melhor se amolda à Bancada Ruralista, uma vez que é “mais amplo que o de grupo de pressão ou de lobby”. “Os grupos de interesse, ao desencadear uma ação, se transformam em grupos de pressão. E o lobby é a operacionalidade da ação.”

Edécio Vigna (2001, p. 14) acredita que os ruralistas constituem-se como um conjunto suprapartidário de parlamentares que se articulam em defesa de interesses localizados, sujeitos às flutuações conjunturais, formando uma verdadeira “bancada”.

O grupo ruralista não se submete, necessariamente, a nenhuma regra, senão a da fidelidade aos seus interesses. Vota unificada somente nas proposições que possam afetar seus negócios no mercado. Nas votações que não envolvem seus interesses, cada deputado é “liberado” para seguir ou não as indicações das lideranças partidárias, invertendo a lógica do processo legislativo.

O assessor do INESC prossegue a caracterização da Bancada Ruralista nos seguintes termos:

Em resumo, a Bancada Ruralista condensa várias especificidades que encontramos compartimentadas nas organizações sociais. Ao conceituá-la a partir da sua atuação, é importante compreender que os ruralistas não compõem uma bancada partidária, mas um grupo de parlamentares suprapartidários. Uma bancada é uma forma de organização superior a de um grupo. Ela respeita certos regulamentos, tem uma instância burocrática e, nas votações, independente do conteúdo, segue majoritariamente a indicação do líder.

Na apresentação do estudo realizado por Edécio Vigna, o então Secretário Geral do INESC, Bizeh Jaime, asseverou:

Não há grupo de pressão mais eficiente, atuando no interior do Parlamento brasileiro, do que a bancada ruralista. Desde a Assembleia Nacional Constituinte, os ruralistas utilizam armas de convencimento típicas da elite agrária para negociar com o Executivo e o próprio Congresso.

Bizeh Jaime lembra que no processo Constituinte, os ruralistas apoiaram as propostas mais conservadoras e o mandato ampliado de cinco anos para o então presidente Sarney (1985-1989), em troca de um texto que dificultasse a desapropriação de terras para a reforma agrária. Desde o fim da década de 1980, a ação organizada dessa bancada volta-se para dois objetivos fundamentais: dificultar a tramitação de projetos de lei que visem facilitar a realização da reforma agrária e pressionar os

governos para que perdoem as dívidas dos grandes fazendeiros. Prossegue o ex-Secretário Geral do INESC:

Os ruralistas têm conseguido exercer seu poder de influência para obter vitórias. São eles que patrocinam as indicações para o Ministério da Agricultura e elege, a cada ano, o presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados. Com redutos estabelecidos, exercem a pressão com mais facilidade.

A CPMI da Terra pode ser tomada como um caso exemplar da atuação da Bancada Ruralista. Retrata com grande fidedignidade a forma de ação desse que é um dos mais influentes grupos de interesse do Poder Legislativo brasileiro. Além de ter sido criada por iniciativa do ruralistas, em associação com a oposição ao governo Lula, no já mencionado episódio do uso do boné do MST pelo Presidente da República, a maioria dos integrantes da Comissão era composta por ruralistas ou por parlamentares que seguiam sua orientação.

Um dos parlamentares mais influentes da Bancada Ruralista no Congresso Nacional é o Deputado Ronaldo Caiado (PFL/GO). Fundador da União Democrática Ruralista (UDR), em 1985, Caiado foi muito influente durante a Assembléia Nacional Constituinte. Em 1989, disputou a presidência da República pelo PDC, mas obteve votação inexpressiva. Em 1990, elegeu-se Deputado Federal pelo PFL, sendo reeleito em 1998 e 2002.

Caiado integrou a CPMI da Terra até fevereiro de 2005, quando a deixou para presidir a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. Este desligamento formal não representou abandono de fato da atuação na CPMI. Ao contrário, da presidência da Comissão de Agricultura, Caiado monitorou os trabalhos e foi um dos principais articuladores da estratégia ruralista, estando presente na reunião que aprovou o voto em separado apresentado pelo Deputado Lupion.

A atuação de Ronaldo Caiado nos bastidores e no plenário da CPMI revela que o Deputado Abelardo Lupion foi apenas o porta-voz da Bancada Ruralista. É possível afirmar que o voto em separado que, ao final, restou aprovado, expressa a opinião do conjunto dos parlamentares ruralistas.

É preciso compreender ainda que os propósitos dos ruralistas coincidiam com os objetivos da oposição conservadora ao governo federal. Os primeiros buscavam deslegitimar a reforma agrária e criminalizar o MST; os segundos pretendiam atacar a

gestão do Presidente Lula. A junção desses dois interesses forjou a lógica de atuação dos ruralistas e da oposição na CPMI: fazer oposição ao Executivo por meio da defesa das teses ruralistas, especialmente as que questionavam a viabilidade, necessidade e eficácia da aplicação de recursos públicos na reforma agrária, bem como as que atacavam o MST.

Assim, mesmo os parlamentares do PSDB e PFL que não são membros orgânicos da Bancada Ruralista, ora funcionavam como “franja” dessa – ou seja, como coadjuvantes – ora lideravam os ataques ao MST e ao governo. Em ambos os cenários, os ruralistas e a oposição conservadora eram aliados de primeira hora.

Tanto é assim que o Presidente da CPMI, Senador Álvaro Dias, integrante da Executiva Nacional do PSDB, colocou a assessoria direta de sua Presidência a serviço dos interesses dos ruralistas. Esses assessores formulavam as perguntas que os parlamentares ruralistas faziam aos representantes de entidades e movimentos sociais ligados aos trabalhadores. Foram eles também que elaboraram o voto em separado apresentado pelo Deputado Abelardo Lupion e aprovado na última sessão da CPMI.

A criação e desfecho da CPMI da Terra não representam atos isolados da Bancada Ruralista em sua constante luta por impedir qualquer avanço da reforma agrária. Inicialmente instalada como um mecanismo para bloquear a implantação de qualquer política governamental que respondesse, minimamente, às aspirações históricas das organizações agrárias, os dois anos de funcionamento da CPMI da Terra materializam a ideologia conservadora e reacionária desse segmento do Congresso Nacional.

Ao aprovar o relatório apresentado pelo Deputado Abelardo Lupion, com tal carga de reacionarismo, a Bancada Ruralista colocou o Parlamento brasileiro a serviço da criminalização da luta pela terra. A CPMI da Terra não foi a primeira comissão de inquérito instalada pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal para investigar os problemas fundiários brasileiros. Nos últimos 30 anos, quatro CPIs pautaram esse tema na Câmara dos Deputados. Em 1976, uma CPI analisou a violência no campo. Em 1993, a CPI da Pistolagem investigou o extermínio de trabalhadores rurais na região do Bico do Papagaio. Em 2000, uma outra CPI foi criada para investigar a atuação da FUNAI e, em 2001, a CPI da Grilagem investigou a ocupação de terras públicas na Região Amazônica.

Todas essas CPIs visaram apontar causas dos problemas fundiários e conflitos no meio rural. O diferencial da CPMI da Terra é que, pela primeira vez, o produto da Comissão – o relatório final – voltou-se exclusivamente para a investigação e responsabilização das vítimas. Vale dizer que as CPIs anteriores buscavam apontar causas da violência no campo para proteger as vítimas; na CPMI da Terra, as vítimas são apontadas como causa da violência.

No entanto, o fato do Presidente Lula ter recebido lideranças do MST, ter participado do Grito da Terra (organizado pela CONTAG), da assembléia da Federação de Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) e de vários eventos promovidos por organizações de trabalhadores se transformou em uma “ameaça” aos interesses da Bancada Ruralista. Também o fato do MDA e do INCRA celebrar convênios (prática adotadas já no governo anterior) com entidades de trabalhadores em diversas áreas, tais como cooperação agrícola, educação, saúde, ciência e tecnologia, cultura e direitos humanos, irritou os ruralistas. Isso tudo levou a Bancada Ruralista a usar o Legislativo e seus instrumentos de atuação como ferramenta de oposição aberta ao diálogo entre movimentos sociais organizados e o Executivo Federal e contra a implementação de qualquer tipo de política agrária. Em outras palavras, a ação organizada da Bancada Ruralista voltou-se para fazer do Parlamento Brasileiro mais um espaço de criminalização da luta pela terra.

Durante a gestão FHC, por exemplo, o processo de criminalização era promovido pelo próprio Poder Executivo, especialmente pelos órgãos encarregados de executar a reforma agrária. Ao perceber que o governo Lula, malgrado suas contradições, não assumiria uma postura autoritária para com os protagonistas da luta pela terra, os ruralistas engendraram o deslocamento do processo de criminalização do Executivo para o Legislativo. Com a CPMI da Terra, a perseguição aos trabalhadores sem-terra, antes promovida por setores dos Poderes Executivo e Judiciário, alcança também o Congresso Nacional.

Outro desiderato da Bancada Ruralista foi o de reforçar a tese de criminalização da esquerda, que vem sendo amplamente sustentada por diversos parlamentares do bloco de oposição ao Executivo. Nesse sentido, asseverou Marcos Rogério de Souza (2005, p. 2):

Qualquer semelhança com o movimento de criminalização da esquerda, em especial do PT, que vem sendo realizada pela direita brasileira por meio das CPIs dos Correios e dos Bingos e dos meios de comunicação, não é mera

coincidência. O relatório deixa explícito seu propósito de exterminar o MST, a esquerda e os socialistas. Ignora completamente que a Constituição Federal assegura a democracia, o pluralismo político e a livre manifestação do pensamento, razão pela qual não constitui nenhum crime ser socialista ou possuir ideologia de esquerda.

Cumpra consignar ainda que a CPMI da Terra não foi a única – nem o mais importante exemplo – atuação histórica da Bancada Ruralista no Congresso Nacional. Esse seguimento parlamentar marcou os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, em 1988, especialmente por interditar toda e qualquer proposta mais avançada de modificação na estrutura fundiária brasileira. Cite-se como exemplo a encarniçada oposição dos ruralistas à emenda popular que reivindicava a inclusão da reforma agrária na Carta Magna, com quase 1,5 milhões de assinaturas.

O que a CPMI da Terra teve de diferente foi que ela marca uma inflexão no sentido de usar um instrumento de investigação parlamentar (um instrumento da minoria) para atacar a sociedade civil organizada. Mais que isso, por meio dela a Bancada Ruralista produziu um relatório final, no qual consta a explícita criminalização dos movimentos sociais. Por mais desqualificado que seja, o relatório que não deixa de ser um documento do Parlamento brasileiro, que certamente será utilizado pelos ruralistas em sua guerra ideológica contra os trabalhadores em luta pela terra.

Conclusão

A CPMI da Terra se configurou em espaço aberto de uma luta ideológica, explicitando claramente a lógica e as intenções conservadoras que dominam o cenário do Congresso Nacional. Apesar de ter perdido, ao longo dos dois anos, o seu lugar como ferramenta privilegiada de crítica e disputa política da oposição com o atual governo, os representantes do agronegócio mantiveram uma atuação acirrada e reacionária a qualquer proposta voltada para a solução dos conflitos agrários.

Ao rejeitar um parecer substancial, consentâneo com a realidade fundiária e que apresenta propostas para agilizar a reforma agrária, a maioria dos integrantes da CPMI da Terra fez opção por não contribuir para a garantia dos direitos humanos dos trabalhadores em luta pela terra no campo e na cidade. Por outro lado, ao aprovar o relatório paralelo, essa mesma maioria escolheu o caminho da absolutização do direito de propriedade e da responsabilização das vítimas pela violência no campo. A aprovação de um relatório com tal carga de reacionarismo comprova que a Bancada

Ruralista continua sendo um dos grupos de interesses com maior força no Congresso Nacional.

O relatório aprovado é a expressão fidedigna da atuação da Bancada Ruralista. É, ele sim, hediondo. Em vez de contribuir com a solução da problemática agrária, é mais um obstáculo no caminho da implementação da reforma agrária e da justiça social no campo brasileiro.

Referências bibliográficas

LUPION, Deputado Abelardo. **Voto em separado – CPMI da terra** (substitutivo aprovado). Brasília, Congresso Nacional, novembro de 2005.

MELO, Deputado João Alfredo Telles (relator). **Relatório final da CPMI da terra (voto vencido)**. Brasília, Congresso Nacional, novembro de 2005.

MELO, João Alfredo Telles (ed.). **Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil**. Brasília, Senado Federal, 2006 (no prelo).

SOUZA, Marcos Rogério de. **Hediondos são o latifúndio e seus defensores**. In.: **Correio Caros Amigos**. São Paulo, editora Casa Amarela, 230ª edição, 6 de dezembro 2005, Disponível em: www.carosamigos.com.br. Acesso em 6/12/2005.

SADER, Emir. **Ruralistas merecem processo por quebra de decoro**. Disponível em: www.agenciartamaior.com.br. Acesso em 10/04/2006.

VIGNA, Edécio. **Bancada ruralista: um grupo de interesse**. Argumento nº 8. Brasília, INESC, 2001.

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: UMA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Fernando BASTOS¹
Aldenôr GOMES²

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa de “Avaliação do PAA no estado de Pernambuco”, enfatizando os aspectos mais relevantes na perspectiva de uma avaliação do ambiente institucional em alguns municípios selecionados para implantação do Programa.

O ambiente institucional tratado nesse trabalho é compreendido “*como um conjunto de organismos regras, convenções e valores, que, na medida em que intermedeiam a implementação de políticas públicas vis a vis demandas locais, condicionam determinados resultados na intervenção do Estado*” (BASTOS COSTA, 2005: 28). Neste sentido, dependendo da percepção dos atores quanto ao Programa, do *script* dos organismos, das formas como se estabelecem as parcerias, do nível de representação e da participação, um tipo de “governança” se efetiva, consolidando-se assim determinados resultados.

De fato, o sucesso e o fracasso da implementação do PAA em Pernambuco, não pode ser explicado apenas tomando como base o desempenho do arranjo institucional que apóia o Programa³. Diversos fatores influíram nesses resultados, fruto dos vínculos a tradicionais formas de intervenção de políticas públicas e da percepção que os beneficiários possuem de seus resultados e do grau de confiança que desperta nos atores, o que finda determinando também o desejo de cooperar ou de resistir. Putnam (1986) registra como a sujeição de grupos sociais a determinadas intervenções pode determinar também a natureza da participação de seus beneficiários. Para o autor, a obediência a determinada trajetória de resistência ou cooperação, seria uma consequência dessa submissão a determinadas políticas públicas.

¹ Economista; Dr. Ciências Sociais; Prof. do Programa de Pós-Graduação PRODEMA/UFRN; fbastos@ufrnet.br

² Engº Agrº; Dr. Economia; Prof. do PPGCS/UFRN. Bolsista Produtividade 2/ CNPq; aldenor@ufrnet.br.

³ Entendo-se arranjo institucional como um conjunto de organismos e de regras formais que apóiam uma determinada intervenção.

Essas intervenções públicas reproduzem também comportamentos dos grupos com significativa influência no transcorrer da sua operacionalização, como acentua Delgado et alii. (2005), referenciando Alberto Hirschman em “a Retórica da Intransigência” (1993), a propósito do pensamento conservador permeando esse processo, desqualificando os esforços de mudanças.

A reprodução de boatos sobre a indisposição dos beneficiários em cumprir os contratos celebrados com a CONAB, foi de muita relevância no transcorrer dessas operações, a ponto deste órgão ter promovido encontros entre os diversos mediadores, no sentido de “resolver o problema”. Esse “requisite de pensamento conservador”, no sentido dado por Delgado, pode ser resultado também da atuação de grupos estabelecidos, na perspectiva de estigmatizar grupos de excluídos com atributos relativos à marginalidade, à incapacidade de promoção, como tratam Norbert Elias e John L. Scotson em “Os Estabelecidos e os *Outsiders*” (2000).

Outros problemas institucionais relacionados com a natureza das regras do PAA *vis a vis* sistema convencional de crédito, particularmente do PRONAF, com desdobramentos na percepção dos atores e na operacionalização do Programa, teve também implicações muito significativas nos resultados alcançados. Assim ocorreu com as diferentes interpretações da compra antecipada, comparando-a com um financiamento de custeio agrícola e alimentando questionamentos a respeito dos valores concedidos diante dos custos efetivos das diversas práticas necessárias, do preparo de solo à colheita.

No Estado de Pernambuco foram realizadas entrevistas diretamente em três municípios e respectivas modalidades, tendo alguns desdobramentos com entrevistas realizadas em outros municípios:

- Recife: CDLAF (compra direta local da agricultura familiar). Visitas/entrevistas com a Superintendência da CONAB (Superintendente e assessor); Presidência da FETAPE (Federação dos Trabalhadores de Pernambuco); Prefeitura Municipal (Secretaria de Desenvolvimento de Pernambuco) – Assessoria da PMR e com dois assessores do Centro das Mulheres do Cabo e um dirigente da COPEAGRI – Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Cabo.
- Ainda no Recife, foram entrevistados os responsáveis administrativos por duas instituições beneficiadas com a modalidade CDLAF, organizada pela Prefeitura de Recife. No caso, o Hospital Infantil Maria Lucinda e do IASC – Instituto de Assistência Social e Cidadania.

- Santa Maria da Boa Vista: CAAF (compra antecipada da agricultura familiar). Foi visitado em Sta. Maria da Boa Vista, o Assentamento Safra, entrevistando-se o presidente da Cooperativa dos assentados e a assessoria técnica do assentamento. No Município de Lagoa Grande, foi visitado o assentamento José Ramos, entrevistando-se o ex-presidente do Sindicato Rural de Lagoa Grande;
- Para um melhor entendimento a respeito dos assentamentos visitados em Santa Maria da Boa Vista e em Lagoa Grande, foi realizada uma entrevista com um assessor do INCRA, em Petrolina.
- Catende: CAEAF (compra antecipada especial da agricultura familiar). Entrevistas com o responsável pela divulgação e articulação e com dirigentes da usina. Em seguida foi feita uma visita à fábrica e ao armazém, e posteriormente uma participação, como ouvinte, de uma reunião plenária, com a presença de todos dirigentes das associações de agricultores com os diretores da massa falida (usina).
- Também foi visitado o Município de Caruaru, onde foram entrevistados dirigentes do MST que mediam as operações do PAA nos municípios anteriores. Estes dirigentes estavam participando de um encontro no Centro de Educação Paulo Freire, neste município.

1. O PAA em Pernambuco

A Superintendência da CONAB do Estado de Pernambuco desenvolveu uma série de ações ligadas ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, desde o início de efetivação do programa no ano de 2003. Tendo como área de atuação os Estados de Pernambuco e Alagoas, a CONAB-PE, implementou nesses dois estados, as modalidades operacionais do PAA dirigidos à “aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF” (CONAB, 2004, p.3).

Como o interesse específico dessa pesquisa é analisar os impactos do PAA no estado de Pernambuco, apresentar-se-á, a seguir, um quadro demonstrativo das ações implementadas no estado, durante o período de vigência daquela política (2003-2005).

Antes, contudo, é preciso que se esclareçam algumas alterações que ocorreram quando da efetiva aplicação das diferentes modalidades do PAA. Ou seja, a própria CONAB, que deveria ser executora apenas das modalidades CDAF, CAAF e CAEAF, a partir das experiências anteriores com distribuição de produtos, fez algumas adaptações

na execução do PAA, chegando ao ponto de criar modalidades alternativas a esta política, de maneira que possibilitasse ações de doação direta da produção adquirida.

Sabe-se que, de acordo com a normatização do PAA, a modalidade que possibilitava doação era a Compra Direta Local da Agricultura Familiar – CDLAF – cuja execução deveria ficar a cargo dos Estados e Municípios, visando promover a articulação entre a produção da agricultura familiar e a destinação dessa produção.

Assim, na pesquisa de campo detectaram-se os seguintes re-arranjos à modalidade Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar – CAEAF, dependendo da finalidade a que era destinada a produção adquirida: a CAEAF-estoque e a CAEAF-doação.

As informações cedidas pela CONAB, mostram como foi tímido o início da implementação do PAA em Pernambuco (Tabela 1). Apenas uma modalidade foi utilizada, a CAAF, tendo sido disponibilizado pouco mais de 3 milhões de reais e beneficiando apenas 1.562 famílias.

Tanto em 2003 e 2004 a CAAF, que é dirigida especificamente para famílias assentadas e comunidades quilombolas, não se constatou um leque muito variado de produtos, concentrando-se apenas em culturas como: arroz, farinha de mandioca, feijão macaçar e um pouco de sorgo só em 2003 (Tabela 2). Isso soa com certo estranhamento diante da grande diversidade produtiva do estado de Pernambuco, o que denuncia o caráter restritivo no alcance do PAA no estado. Nesses dois anos de início da política, a CAAF teve como carro-chefe, tanto em número de famílias beneficiadas como na quantidade declarada, a farinha de mandioca e, em segundo lugar, o milho (Tabela 2).

Em 2004, o montante de recursos aumentou quase 60%, com a introdução de uma nova modalidade de operação do PAA, a CDAF, diversificada pelas duas nuances adaptadas ao nível local: a CDEAF – estoque e CDEAF – doação. Isso se deveu, principalmente, ao fato de que o aumento no volume de recursos liberados nesse ano não foi acompanhado pela variação em CAAF, cujo aumento ficou, apenas, em torno de 10 % (Tabela 1).

A entrada em cena da CDAF, em 2004, não trouxe muitos avanços para a implementação do PAA em Pernambuco. Foram tímidos os resultados tanto em torno das culturas atingidas, apenas milho e farinha de mandioca, quanto em número de famílias beneficiadas que ficou em torno de apenas duas centenas (Tabela 3).

O grande impulso do PAA no estado no ano de 2004, deveu-se à introdução da variante da CAEAF, especificamente para formação de estoque, mantendo esse

dinamismo no ano de 2005⁴ (Tabela 1). Com essa modalidade destacou-se a compra do açúcar cristal, principalmente com a “Massa Falida”/Usina, cujas associações de produtores situam-se, principalmente, nos municípios de Catende e Palmares (Tabela 4). Prova disso é que do total das operações realizadas no PAA no estado de Pernambuco, cerca de 50% da quantidade de produto, número de famílias beneficiadas e do valor creditado nas transações foram dirigidos para CAEAF – estoque (Tabela 1).

Contudo, vale salientar que apesar de todo esse avanço na difusão do PAA, via CAEAF-estoque, o número de 1.611 famílias beneficiadas em 2004, ainda está muito aquém do universo de 157.014 estabelecimentos rurais estimado como público-alvo do PRONAF B⁵, em Pernambuco. Esse total de beneficiários representa pouco mais de 1% desses estabelecimentos. E mais: se essa comparação fosse ampliada para o total do público do PRONAF (B, C e D), conforme é assegurado pela lei que regulamentou o PAA, o universo do público-alvo do PRONAF pernambucano passaria para 223.637 estabelecimentos, tornando mais evidente a pouca abrangência da política.

A Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar com a opção de doação, também não teve muita expressividade em Pernambuco, no ano de 2004 (Tabela 1). Somente foram beneficiadas 25 famílias e disponibilizado um valor de apenas R\$ 62.500,00. Produtos horti-fruti-granjeiros e castanha de caju foram os únicos incluídos nessa modalidade e também foi pouco expressivo o número de pessoas que foram beneficiadas com a doação dessa produção (Tabela 5).

2. AMBIENTE INSTITUCIONAL DO PAA

A implementação de política pública, enquanto intervenção externa na perspectiva de promover mudanças numa determinada realidade, carece do apoio de determinado arranjo institucional e seus resultados estão afetos ao ambiente institucional produzido pela ação dos diversos atores locais. No bojo desse espaço relacional estão contidos não apenas a interação dos mediadores e regras que compõem o arranjo, como também as atuações do público-alvo, cujas normas de conduta, valores, percepção da intervenção, relações de confiança, dentre outros aspectos, poderão influir nos seus resultados.

⁴ Os dados de 2005 não estavam ainda totalmente disponíveis, quando se realizou essa coleta, daí porque não serão aqui analisados com maiores detalhes.

⁵ SAF/MDA: Tabulações especiais do Censo Agropecuário do IBGE DE 1995-1996.

Tal está submetido a esse processo de mudança, a efetividade do PAA, além da importância da racionalidade de seus objetivos e da ação de mediação, se funda na cooperação ou resistência de seus beneficiários.

Público Alvo: numa ponta, os agricultores familiares não integrados ao mercado; e, na outra, as famílias mais pobres do meio urbano e rural, desempregados e subempregados, que, por não possuírem capacidade de sobrevivência, estão sujeitas a políticas. Assim, constituem beneficiários do PAA as famílias de assentados de Reforma Agrária, agricultores classificados como do Grupo B do PRONAF, acampados, remanescentes de comunidades quilombolas e demais agricultores familiares pobres que não acessaram o PRONAF. Na outra extremidade estão as famílias carentes, clientes potenciais de entidades assistenciais (hospitais, creches, centros de atendimento a menores, restaurantes populares, etc.), vítimas de catástrofes, etc.

Assim é que neste ambiente, os atores/mediadores entrevistados fazem a seguinte leitura:

Parcerias: De modo geral, as críticas quanto aos mediadores do PAA no campo se fixaram na atuação e no conhecimento de cada um no programa, obviamente, segundo o interesse do ator, sem maior contextualização quanto ao *script* do organismo vis a vis adequação às regras. Assim é que, para a CONAB, o arranjo funcionou relativamente bem, ressaltando-se atraso na emissão da DAP, por dificuldades internas do INCRA ou ausência de assistência técnica.

Para a FETAPE, são inúmeros os problemas desta esfera, desde a organização da produção, ensejando por parte do órgão a criação de uma estrutura de acompanhamento, passando pelo desconhecimento e inexperiência do agente financeiro para lidar com a AF, encaminhamento do processo de pagamento, quando mediado pela CONAB, ausência dos conselhos locais e disputa por espaço dos movimentos de representação dos agricultores.

A experiência da Prefeitura do Municipal do Recife (PMR) no PAA traz uma avaliação do arranjo institucional um pouco diferenciada, na medida em que as operações financeiras se davam internamente, sem necessidade da tradicional mediação do agente financeiro. Assim, as dificuldades da PMR foram afetas mais aos trâmites internos de sua estrutura de pagamento e aos problemas de logística, iniciando com os próprios agricultores, passando por deficiências da Prefeitura e complementando-se com as carências das entidades beneficiárias. No entanto, transpareceu em todo tempo as

dificuldades de mediação da assistência técnica para emissão das DAPs. Muitos problemas de mediação relativos à mobilização dos agricultores, ao cadastramento dos interessados e a disponibilização de documentação para venda, além de outras providências facilitadoras, se resolveram com a mediação do Centro das Mulheres de Cabo e da Cooperativa dos Agricultores de Cabo (COOPEAD). A recente criação do banco de alimentos da Prefeitura vem resolver em grande parte os trâmites burocráticos e dos problemas de logística.

Na avaliação do INCRA regional, as dificuldades das parcerias para equacionar os problemas decorrentes da frustração de safra com a conseqüente inadimplência dos agricultores perante a CONAB, e as exigências dos padrões de classificação para os produtos, são os aspectos mais frágeis do arranjo. No primeiro caso, a dificuldade para obter a cobertura do PROAGRO por deficiência de uma orientação mais precisa de agente financeiro e da assessoria técnica tem sido o maior óbice, enquanto no segundo, persiste uma incompatibilidade entre os padrões de qualidade e as reais condições de atendimento pelo público alvo, por falta de informação e por deficiência de logística, compreendendo-se como tal, desde acesso a práticas e insumos mais adequados, até o beneficiamento primário, como se evidenciou na qualidade da farinha de mandioca e no excesso de umidade do pouco arroz.

As entrevistas nos assentamentos vieram confirmar as limitações de assessoria técnica, desde a concepção das propostas aos problemas de calendário na liberação dos recursos e a pouca importância dada à logística na organização da produção. Revelou-se também importante o desconhecimento das regras que norteiam o Programa, confundindo-se sua natureza de comercialização voltado à segurança alimentar com um simples crédito de custeio.

A entrevista com integrantes do MST que mediarão este Programa na região de Sta. Maria da Boa Vista, foi bastante esclarecedora, pois mesmo reconhecendo a importância do Programa, os entrevistados foram unânimes ao apresentarem problemas no seu arranjo institucional. Assim, ocorreu com críticas a falta de estrutura da CONAB, a inexistência de AT pública e as dificuldades do agente financeiro. Para os entrevistados, o resultado disso é um sentimento de desânimo por parte dos agricultores diante das conseqüências que advêm da inadimplência. Para os mediadores, há um visível desentendimento entre os parceiros e muitas controvérsias na ação. Assim, todo um trabalho prévio com o público-alvo no sentido de assegurar resultados da política, findou se frustrando.

Excetuando a operação com a Usina Catende (Harmonia), com alguma experiência de duas operações realizadas através de um tipo singular de arranjo, em que problemas de mobilização e de logística nada representam, de modo geral, as parcerias são mal definidas e os tradicionais parceiros carecem de informações, de estrutura e de maior precisão nos papéis a desempenhar.

Infra-estrutura: De modo geral, a deficiência de infra-estrutura é uma forte limitação para o sucesso do PAA, exigindo uma permanente superação, mesmo quando é a CONAB a principal protagonista, haja vista que em Pernambuco, mesmo os armazéns existentes foram fechados, por problemas orçamentários e pela falta de tradição em produção de lavoura branca. A esse respeito, assim se expressou o superintendente entrevistado: “Existiu uma rede em Pernambuco da CAGEPE que tinha capacidade razoável [...] o Estado extinguiu porque não estava servindo para armazenar grão nenhum [...] uma safra a cada dez anos”.

De modo geral, predominam os problemas de deficiência no quadro técnico dos organismos, ausência de equipamentos adequados de atuação e de gestão comprometendo a capilaridade, fundamental para atendimento do público do PAA. Aí se revela com mais precisão a questão da logística, que numa ponta é indispensável para agregar qualidade aos produtos (beneficiamento primário), reunir e acondicionar os produtos em determinado ponto e prover a adequada distribuição. Esses problemas de logística que são próprios das condições socioeconômicas do público-alvo deveriam ser compensados pela mediação, principalmente dos organismos públicos, que ou não se envolveram localmente com o problema (prefeituras), ou padecem do mesmo mal (CONAB).

Da mesma forma, a ausência de logística vem limitando ou impedindo o recebimento de doações, a insuficiência de meios adequados à recepção dos alimentos (armazenamento e conservação) pelo lado dos que necessitam – entidades sociais, e as dificuldades da prefeitura (quando assume o programa) em atender a essa carência, findaram excluindo muitas beneficiárias ou limitando a quantidade dos produtos doados.

Além disso, mediadores importantes, como assistência técnica, carecem de recursos materiais e humanos para cumprimento de seu papel no arranjo institucional. No caso de Pernambuco, a estrutura de assistência técnica pública é deficiente, tanto na distribuição de técnicos pelo Estado, quanto no quadro de funcionários qualificados. Assim, afirmou um dirigente da FETAPE: “o Estado não tem assistência técnica [...]

tem apenas 70 profissionais, aproximadamente, em média, com 78 anos de serviço”. Dessa forma, como na organização da produção, se não dispõem de associações e cooperativas, as etapas seguintes ficam na dependência da capacidade de mobilização dos movimentos sociais.

Fluxo de operações: Quando operado através da CONAB, o fluxo de operações se inicia, a partir de uma expectativa com a definição de orçamento, a montagem de um banco de projetos, definição de preços, identificação de áreas e de problemas de comercialização, reunião com outros órgãos vinculados (parceiros), inclusive prefeituras, agente financeiro, cooperativas, movimentos sociais, ONGs, etc. Essa reunião, segundo o Superintendente, “é informal, porque não tem nenhum documento, mas nós chamamos o pessoal, [...] há uma participação de todos”. É feita uma coleta de amostras dos produtos da região para teste de qualidade e aguarda-se a formalização das DAPs para proceder à operação, receber o produto e providenciar o pagamento. Esse último se concretiza 72 hora após a emissão de nota de empenho, depois de atendida o que, segundo o entrevistado se constitui de “uma exigência burocrática mínima: nota fiscal, DAP, carteira de identidade e CPF”.

Se a operação não ocorre através da CONAB, tem o Estado ou o Município como principal gestor, com base num projeto é formalizado um convênio e os recursos são enviados à unidade gestora do Estado ou município, que deve fazer o trabalho de sensibilização, definindo parcerias para tratar da mobilização dos agricultores, cadastramento, DAP, articulação para transporte e armazenagem, compra, processo de pagamento e distribuição. Em alguns casos, como o da PMR e criado um banco de alimentos, que concentra as principais etapas de gestão e articulação das parcerias e entidades beneficiárias.

Tem sido recorrente a reclamação dos entrevistados quanto à insegurança dos recursos do PAA, como um forte inibidor da mobilização dos beneficiários e causador de persistentes frustrações, diante do desvinculamento com o calendário de produção, numa ponta, e, na outra – entidades sociais, impossibilitando qualquer planejamento para atendimento de suas necessidades.

Informação: Esta temática constitui-se também de um forte limitante a operacionalização do PAA, desde o fluxo das etapas necessárias à sua execução, passando pelo conhecimento dos objetivos do Programa pelos mediadores e público-alvo, no rural e no urbano, até a divulgação de seus resultados nos meios de comunicação. De modo geral, vem resumindo-se apenas a eventuais entrevistas nos

meios de comunicação, quase sempre dificultada pela orientação dos entrevistadores e por conta da inexperiência dos entrevistados em lidar com a informação. Segundo o Senhor Eude, eles estão satisfeitos com o programa mas não têm conhecimento sobre quem está operacionalizando. “As prefeituras têm ligado exigindo nossa presença, têm cobrado mais recursos, os sindicatos, a federação dos trabalhadores, mas eu penso que as informações não estão cristalizadas nas pessoas”.

Agricultores entrevistados na PMR (Centro das mulheres do Cabo e COOPEAD) afirmaram que nos municípios do interior a divulgação se deu através de reunião da CONAB com o conselho gestor, ocasião em que várias representações de entidades tomaram conhecimento. O representante da COPEAD afirmou que “toda primeira quinta-feira do mês, são 72 associações do município que participam do conselho municipal e tomam conhecimento do que vem acontecendo. Mesmo assim o Programa deveria ser mais bem divulgado pelo Governo Federal”.

De certa forma, a FETAPE corrobora com o que a CONAB já acentua: Os beneficiários (agricultores) não o conhecem e as instituições “não sabem que estão recebendo alimentos da agricultura familiar, principalmente num grande centro como Recife”.

Em se tratando das entidades beneficiadas pela PMR, essa não pareceu ser a opinião das pessoas entrevistadas, pois em várias ocasiões afirmaram que sabiam a origem das doações que recebiam. Assim é que, como a entrega foi feita diretamente dos agricultores para as entidades sociais, surgiram depoimentos interessantes a respeito do conhecimento que as pessoas têm do PAA, da parte dos agricultores e daqueles que receberam as doações. “Quando a gente chega no lugar e diz que é uma doação da agricultura familiar eles recebem muito satisfeitos e agradecem”. DA mesma forma, os depoimentos das entidades que receberam as doações, acentuaram a qualidade dos alimentos e origem (agricultura familiar).

Percepção dos atores: Este tema pode ser retratado no contexto da pesquisa realizada, ao menos sob dois aspectos: daqueles que se beneficiaram e dos mediadores. Nos primeiros, não há uma idéia do PAA e seus objetivos. Os agricultores o confundem em muitas oportunidades com um simples crédito de custeio “financiado” através da CONAB, enquanto as entidades sociais, mesmo com alguma informação, não repassam às pessoas que atende, excetuando-se o caso de Recife, em que as duas entrevistas demonstram uma certa apreensão da natureza do Programa através dos funcionários e dos agricultores encarregados da entrega dos alimentos. No que se refere aos

beneficiários – agricultores e clientes das entidades sociais, pareceu eficiente a entrega direta, na medida em que facilitou um contato mais direto entre quem produziu os alimentos e os consumiu.

Pelo lado dos mediadores, observa-se que, além do desconhecimento de muitos a respeito do Programa, prevalece um desconcerto geral quanto aos papéis. Isso tem raízes na ausência de uma sensibilização dos responsáveis pela implementação e na própria cultura desses órgãos, tradicionalmente impregnados do produtivismo, onde cabe pouco ou nenhuma importância à questão da segurança alimentar e ao tratamento especial que possa ser dispensado a produtores com precário controle sobre meios de produção.

As entrevistas atestam essas situações fruto evidentemente das experiências com o Programa. Enquanto um dos entrevistados (FETAPE) afirma que “os agricultores em momento algum perceberam pelo lado da segurança alimentar. O que era levado em conta era apenas o crédito” e que “as entidades não sabem que estão recebendo alimentos da agricultura familiar”; outros, como os que viveram a situação do Recife alegam: são projetos como esse que fazem a sobrevivência de uma causa como é a missão do Instituto, quando a sobrevivência é difícil e ainda recebemos alimentos com essa qualidade” (IASC)

Confiança: A questão da confiança tem sido um importante fator de adesão ou de fuga aos chamados das políticas públicas, por razões diversas, mas que podem ser resumidas naquilo que estudiosos da ciência política, como Putnam (1996), quando afirmam a obediência dos grupos sociais a determinadas trajetórias, fruto da sujeição a determinadas intervenções. De fato, o próprio PAA traz vícios em sua implementação que podem acentuar a tendência de resistência dos beneficiários. Dentre elas, o problema da inadequação da aplicação dos recursos é sem dúvida a mais relevante, porque frustra expectativas na oferta de alimentos e desestimula agricultores e mediadores, com resultado direto nos objetivos de um programa dessa natureza.

O próprio responsável dele PAA, afirmou: “quanto os agricultores de Cabo e de Pombos faziam mais uma entrega sem receber duas semanas anteriores (os pedidos eram semanais), imediatamente suspendiam o fornecimento. Eles forneciam uma semana e passavam quatro sem entregar (...) era o tempo que saia o pagamento da primeira (...) era uma desconfiança muito grande”.

A propósito disso, um dos assessores do Centro das Mulheres de Cabo afirmou que essa demora repercutia na comunidade porque “tem gente que trabalhava a favor e

outros que eram contra esse compromisso e diziam que o dinheiro nunca ia sair”. Outro entrevistado, o Presidente da cooperativa que mediava essas operações (COPEAD) falou que “enquanto uns diziam: essa é uma venda boa, porque o preço é bom e dá menos trabalho, outros diziam ”aquilo é um bando de caloteiros, não vão pagar (...) a realidade é que a desconfiança do cara que vive no mato não sai”. O representante do Centro das mUlheres ratificou isso dizendo: “não teve mais gente envolvida por desconfiança. O medo de não receber foi muito grande”.

Esses depoimentos demonstram a importância de um fluxo regular de recursos para a operacionalização do Programa, quase sempre prejudicado, seja por atraso na liberação das verbas e/ou por entraves burocráticos no processo de pagamento.

CONCLUSÕES

Problemas institucionais relacionados com a natureza das regras do PAA, *vis a vis* sistema convencional de crédito particularmente do PRONAF com desdobramentos na percepção dos atores e na operacionalização do Programa, tiveram implicações muito significativas nos resultados alcançados. Assim, ocorreu com as diferentes interpretações da compra antecipada, comparando-a com um financiamento de custeio agrícola e alimentando questionamentos a respeito dos valores concedidos diante dos custos efetivos das diversas práticas necessárias, do preparo de solo à colheita.

Se já não bastasse a confusão quanto ao entendimento dessas normas e seus desencontros entre o agente financeiro e os demais mediadores, foram produzidos rearranjos no próprio PAA no transcorrer da implantação, diferente do que estava previsto nos marcos legais. Assim ocorreu com a “criação” por parte da CONAB de mais duas modalidades: a CAEAF-doação e a CAEAF-estoque, as duas com alguma semelhança com a CDLAF, esta sim, formalizada no PAA como uma modalidade sem a mediação da CONAB, sendo o Estado e as Prefeituras municipais os principais protagonistas.

Não há dúvida que um dos gargalos que impedem a ampliação da base social do PAA esteja ligado aos precários canais de divulgação utilizados pelo Programa. A ineficiência de canais oficiais de divulgação tem gerado muitas contradições entre as informações que chegam aos beneficiários e as instâncias operativas do Programa. Exemplo disso foi a não percepção, por parte dos beneficiados, da vinculação das ações do PAA com o Programa Fome Zero. Permanece a clássica ambigüidade entre as funções distintas do PAA – de ‘política agrícola’ e de ‘política de segurança alimentar e nutricional’.

A não observação das normas legais e definidoras do PAA, por parte dos gestores do Programa, tem levado ao estabelecimento de situações muito confusas na operacionalização do mesmo, dificultando o enquadramento das operações de crédito nas diferentes modalidades do PAA, e por consequência uma avaliação mais precisa do Programa.

A respeito das parcerias, não parece ser problema a informalidade com que vem operando, mas a indefinição dessas parcerias e do papel dos atores, aliados com as deficiências desses organismos, principalmente os órgãos públicos, que como a própria CONAB, foram submetidos a um desmonte em sua estrutura física e em seus quadros de pessoal, durante muitos anos.

Por conta disso, a infra-estrutura, principalmente, é um óbice importante seja quanto a armazéns, meios de transporte e ao beneficiamento primário do produto. Além disso, a tradição do próprio Estado quanto à produção de lavoura branca⁶, mais precisamente feijão e arroz, resultou na extinção até mesmo dos armazéns existentes. Esses problemas poderiam ser reduzidos se não houvesse graves limitações econômicas do próprio público-alvo e dificuldades de mobilização para uma ação compartilhada.

Assim, para a CONAB, as dificuldades de operacionalização do PAA, à montante, fruto das deficiências do arranjo institucional e à jusante pela insegurança orçamentária, findaram acentuando atritos com agricultores e suas representações, exigindo uma permanente necessidade de negociação, atividade para a qual essa não possuía nenhuma experiência. Aliás, as operações se constituíram de um verdadeiro aprendizado para a CONAB, haja vista suas condições operacionais e a inexperiência em lidar com agricultores familiares, mormente os mais pobres, e os movimentos que os representam.

É curioso o fato de que sempre sejam citados como casos mais exitosos no PAA, as experiências com as modalidades de CAAF na Usina Catende (Harmonia) e na Colônia de Pindorama (AL), justamente duas operações em que o produto comercializado foi o açúcar, fato de princípio incomum à filosofia do Programa. Nestes casos, a organização dos agricultores familiares e a disponibilidade de uma infra-estrutura de industrialização e armazenamento foram os principais responsáveis.

⁶ Ver Dicionário da Terra (2005).

Outro sucesso sempre aventado – a CDLAF operacionalizada pela Prefeitura Municipal de Recife, se deveu a dois aspectos principais: o esforço da PMR e a mediação do Centro das Mulheres do Cabo e da COPEAD.

Por fim, preocupa o fato de que mesmo que o PAA tenha contribuído para a superação de perniciosos canais de comercialização ligados à agricultura familiar, como viciadas e retrógradas estruturas do capital comercial, ele tenha se mostrado incapaz de criar canais alternativos de mercados propícios a transações de produtos oriundos dessa categoria de agricultores, constituindo-se, pelo contrário, no único destino da produção estimulada pelo Programa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS

- BASTOS, Fernando. **Ambiente Institucional no Financiamento da Agricultura Familiar**. Natal: UFRN, 2005. (Tese de Doutorado).
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Ações desenvolvidas PAA**. Recife: SUREG-PE, 2004.
- DELGADO, Guilherme et alii. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Brasília, IPEA, 2005. (Texto para Discussão, 1145).
- DICIONARIO DA TERRA. Org. MOTTA, Márcia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os *Outsiders***. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2000.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1986.

**TABELA 1: SÍNTESE DAS AÇÕES DO PAA EM PERNAMBUCO,
2003-2005.**

Ano	Modalidades do PAA	Produção	No. Beneficiários	Valor R\$
2003	CAAF	6.568.387	1.562	3.342.558,00
2004	CAAF	4.881.858	2.100	3.674.691,54
	CAEAF Est	6.952.969	1.611	4.041.500,00
	CAEAF Doa	61.546	25	62.500,00
	CDAF	545.474	206	480.552,27
	Total	12.441.847	3.951	8.259.243,81
2005	CAEAF Est	-	2.790	7.000.000,00
	CDAF	-	-	40.001,29
	Total	-	-	7.040.001,29
TOTAL GERAL		31.452.081	12.236	26.901.046,91

Fonte: CONAB

**TABELA 2: COMPRA ANTECIPADA DA AGRICULTURA FAMILIAR-
CAAF.**

ANO	Produto	Produção Declarada (kg)	No. Beneficiários	Valor R\$ Creditado
2003	Arroz	1.333.125	273	680.203,78
	Farinha de Mandioca	2.136.025	664	1.633.750,07
	Feijão Macaçar	391.320	177	345.589,48
	Milho	2.599.917	430	653.113,31
	Sorgo	108.000	18	29.900,88
	TOTAL	6.568.387	1.562	3.342.558,00
2004	Arroz	128.750	34	85.000,00
	Farinha de Mandioca	3.934.050	1.918	3.239.100,00
	Feijão Macaçar	43.774	16	39.527,90
	Milho	775.284	141	311.063,64
	TOTAL	4.881.858	2.109	3.674.691,54
TOTAL GERAL		11.450.245	3.671	7.017.249,00

Fonte: CONAB-PE

**TABELA 3: COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR -
CDAF, Pernambuco.**

Ano	Produto	Quantidade (kg)	No. Beneficiários	Valor R\$
2004	Milho	63.059	14	22.102,12
	Farinha de Mandioca	482.415	192	458.420,15
	TOTAL	545.474	206	480.522,27
2005				40.001,29
TOTAL GERAL				520.523,56

Fonte: CONAB-PE

**TABELA 4: COMPRA DIRETA ESPECIAL DA AGRICULTURA
FAMILIAR CAEAF - FORMAÇÃO DE ESTOQUE. Pernambuco.**

Ano	Produto	Quantidade (kg)	No. Beneficiários	Valor R\$ Creditado
2004	Açúcar Cristal	6.922.413	1.600	4.014.000,00
	Castanha de Caju	30.556	11	27.500,00
	TOTAL	6.952.969	1.611	4.041.500,00
2005	Açúcar Cristal		2.790	7.000.000,00
	TOTAL GERAL		4.401	11.041.500,00

Fonte: CONAB-PE

**TABELA 5: COMPRA ANTECIPADA ESPECIAL DA AGRICULTURA
FAMILIAR. CAEAF - DOAÇÃO. Pernambuco, 2004.**

Produto	Quantidade (kg)	No. Beneficiários	Valor R\$ Creditado	No. Pessoas Atendidas
Hortalças	30.990	14	35.000,00	160
Castanha de Caju	30.556	11	27.500,00	5.664
TOTAL	61.546	25	62.500,00	5.824,00

Fonte: CONAB-PE

QUESTÕES POLÍTICAS NA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO: OTIMIZAÇÃO, “CLONAGEM” E “AUTOFAGIA”

Alessandra Silva de Souza

Aluna do 3º ano de Graduação em Geografia

UNESP – Campus de Presidente Prudente

alessandra_geounesp@yahoo.com.br

Orientador: **Profº Doutor Bernardo Mançano Fernandes**

Departamento de Geografia

UNESP – Campus de Presidente Prudente

bernardo@pesquisador.cnpq.br

Neste trabalho analisamos e demonstramos três questões políticas na criação de assentamentos de reforma agrária no Estado de São Paulo: otimização, “clonagem” e “autofagia”. Essas questões foram levantadas a partir do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, on detectamos algumas inconsistências que após análises concluímos que podem ser considerados como otimização, “clonagem” e “autofagia”. Esses conceitos estão sendo cunhados no NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

A conferência e análise dos dados sistematizados no DATALUTA nos permitiram verificar que Projetos de Assentamentos criados pelo INCRA e pelo ITESP foram registrados pelo INCRA com diferentes datas. Um exemplo é um assentamento registrado como criado em um determinado ano na década de 1980 e registrado novamente como criado em um determinado ano da década de 1990. Essa duplicação foi denominada como “clonagem” de assentamentos.

A otimização é a política que o Incra vem adotando de assentar famílias em lotes vagos em projetos de assentamentos de modo a atingir a capacidade total do assentamento. A partir dos elevados números na otimização de assentamentos verificamos a ocorrência da “autofagia”. Elaboramos este conceito para explicar o processo em que o número de famílias assentadas em assentamentos é maior que o número de famílias assentadas em áreas desapropriadas. Por meio desta política, a reforma agrária passa a alimentar-se de si própria e não mais da desconcentração de terras, o que a descaracteriza, já que não se cria de fato novos projetos de assentamentos. Com base nos dados do DATALUTA versão Assentamentos, verificamos o número de famílias assentadas e criação de novos projetos

de assentamentos nos anos de 2003 e 2004 e a otimização destes PA's que por si já é um indício de problemas na política de reforma agrária do país.

No ano de 2003, observamos que o governo Lula otimizou 411 famílias e assentou em quatro novos projetos de assentamentos de reforma agrária apenas 126 famílias. Ocorreu ainda a clonagem de outros dois assentamentos que haviam sido criados no ano de 2002, no governo FHC, mas que, no entanto, não havia registro de famílias assentadas e todas supostamente teriam sido assentadas no governo Lula. Evidentemente os lotes vagos devem ser completados, a esta política chamamos de otimização. Ocorre que quando o governo passa a assentar mais em projetos antigos e não são criados novos projetos de assentamentos, deixa de desconcentrar terras. Desse modo o assentamento de famílias predominantemente em projetos antigos cria um processo que denominamos de autofágico, porque não promove nenhum tipo de mudança na estrutura fundiária.

Verificamos que das 411 famílias assentadas em otimizações do governo Lula, foram realizadas em 94 PA's diferentes: dois do governo Itamar, e 92 no governo FHC. Destes 92 PA's criados pelo governo FHC e otimizados no governo Lula, conseguimos verificar que 64 eram clones de PA's já existentes: 51 clones de PA's criados pelo próprio governo FHC e 13 clones de PA's criados em outros governos. No ano de 2004 o INCRA lançou dados de criação de novos PA's em 2003 no governo Lula que não apareciam no relatório de 2003: são cinco PA's com capacidade para 229 famílias. Em 2004 foram criados seis novos PA's com a capacidade para 233 famílias, neste ano não houve clonagem, no entanto ocorreu a otimização de 380 famílias.

Estas famílias otimizadas estavam em 79 PA's, onde 73 são PA's criados no governo FHC e dos quais 50 foram clonados, 35 clonados pelo governo FHC criados no governo FHC e 14 clonados pelo governo FHC e criados em outros governos. Foram ainda criados seis projetos de assentamentos em governos anteriores ao governo FHC e dos quais três foram e clonados em governos anteriores ao governo FHC. Nestes seis PA's, 69 famílias foram otimizadas no governo Lula. Através dos gráficos 1 e 2, fica visível a situação relatada. Primeiramente com o recorte histórico entre os anos de 1995 e 2004 onde pudemos analisar os dois governos FHC e os dois primeiros anos do governo Lula, verificando deste modo os assentamentos criados e otimizados no governo Lula e clonados no governo FHC. Nas tabela 1 e 2, os dados em letra maiúscula são os assentamentos que foram clonados, com o nome dos PA's, ano de criação e ano de clonagem, o que nos permite verificar em que governo a clonagem aconteceu. Os dados de otimização são

apenas do governo Lula, na tabela 3 os dados de otimização em 2003 e na tabela 4 os dados de otimização de 2004.

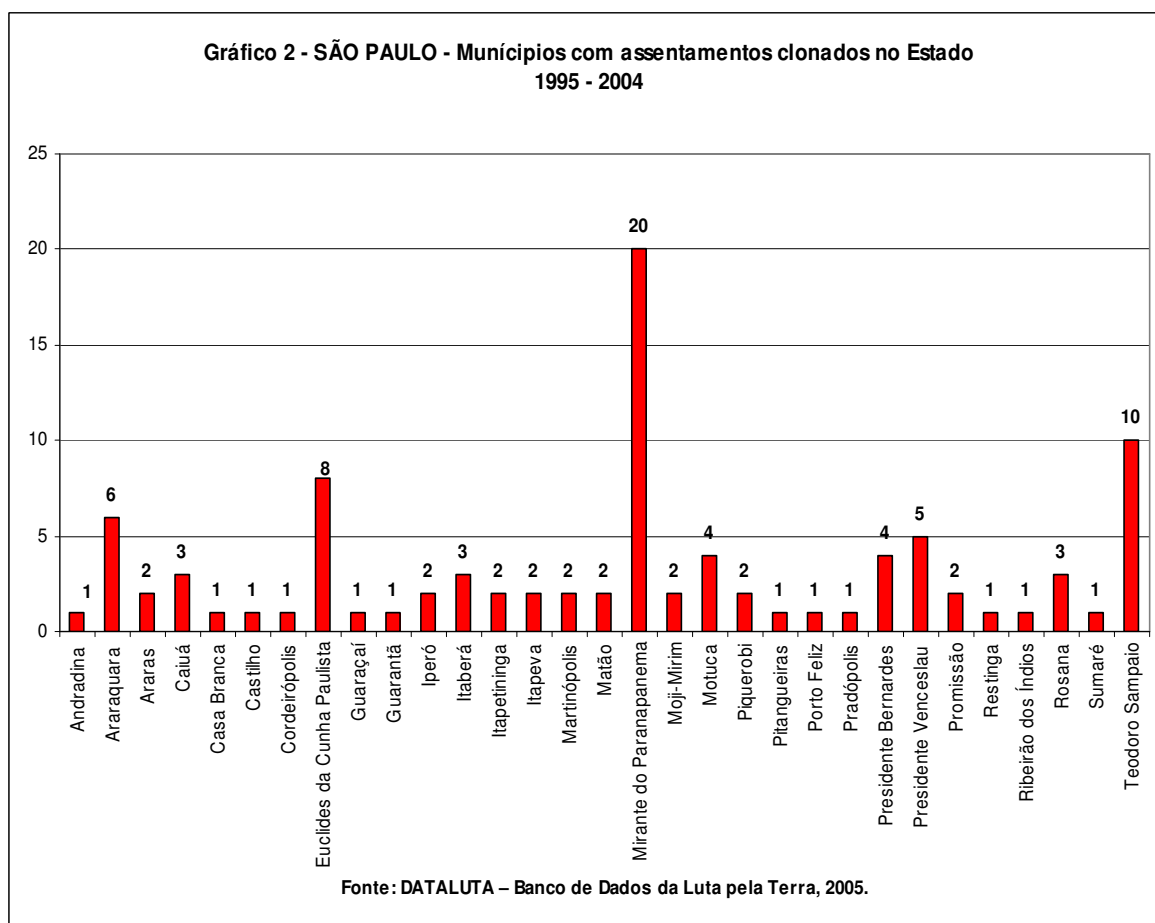
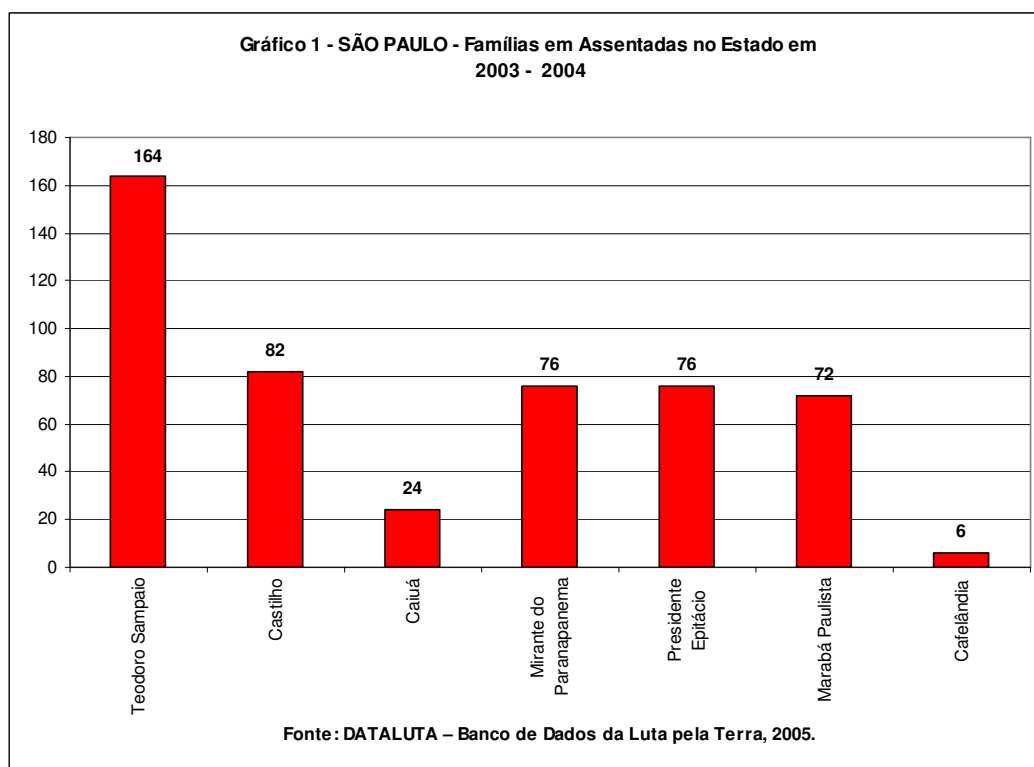


TABELA 1 – Clonagem de Assentamentos 1995 - 2004

				Famílias assentadas em PA'S já existentes - OTIMIZAÇÃO em 2003				
				NÚMERO DE FAMÍLIAS POR TRIMESTRE				
MUNICÍPIO	NOME DO ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS	ANO	I	II	III	IV	TOTAL
Marabá Paulista	PA Areia Branca	87	1988	1	0	0	1	2
Avaré	PA Santa Adelaide	34	1988	0	1	0	1	2
Martinópolis	PA Chico Castro Alves	87	1995	0	0	0	5	5
Tremembé	PA Tremembé	101	1995	0	1	0	1	1
Andradina	PA Timboré	178	1992					
ANDRADINA	PA TIMBORÉ	178	1995	0	0	1	0	1
Iperó	PA Ipanema	158	1993					
IPERÓ	PA IPANEMA	158	1995	0	1	0	0	1
Rancharia	PA Nova Conquista	174	1997	0	0	0	4	4
Presidente Venceslau	PE Santa Maria	85	1996					
PRESIDENTE VENCESLAU	PE SANTA MARIA	85	1999	3	0	0	0	3
Presidente Venceslau	PE Primavera I	82	1996					
PRESIDENTE VENCESLAU	PE PRIMAVERA I	82	1999	10	0	1	0	11
Presidente Venceslau	PE Tupaciretã	78	1996					
PRESIDENTE VENCESLAU	PE TUPACIRETÃ	78	1997	6	0	0	0	6
Presidente Venceslau	PE Radar	29	1996					
PRESIDENTE VENCESLAU	PE RADAR	29	1997	1	0	0	0	1
Presidente Venceslau	PE Primavera II	42	1996					
PRESIDENTE VENCESLAU	PE PRIMAVERA II	42	1999	3	0	0	0	3
Ribeirão dos Índios	PE Yapinary	40	1996					
RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS	PE YAPINARY	40	1997	8	0	0	0	8
Piquerobi	PA Santo Antônio da Lagoa	29	1996					
PIQUEROBI	PA SANTO ANTÔNIO DA LAGOA	29	1997	1	0	0	0	1
Mirante do Paranapanema	PE Flor Roxa	39	1995					
MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE FLOR ROXA	39	1997	0	1	1	1	3
Mirante do Paranapanema	PE Haroldina	71	1995					
MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE HAROLDINA	71	1997	1	0	2	2	5
Mirante do Paranapanema	PE Santa Carmem	37	1995					
MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTA CARMEM	37	1997	0	2	1	2	5
Mirante do Paranapanema	PE Arco Íris	105	1995					
MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE ARCO ÍRIS	105	1997	0	1	3	1	5
Mirante do Paranapanema	PE Santa Cruz	50	1995					
MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTA CRUZ	50	1999	0	1	0	0	1
Mirante do Paranapanema	PE Canaã	55	1995					
MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE CANAÃ	55	1997	0	0	2	1	3
Mirante do Paranapanema	PE King Meat	46	1995					
MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE KING MEAT	46	1997	0	0	1	3	4
Mirante do Paranapanema	PE Santa Apolônia	104	1996					
MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTA APOLÔNIA	104	1997	2	2	6	6	16
Mirante do Paranapanema	PE Santa Rosa I	24	1996					
MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTA ROSA I	24	1997	0	0	1	0	1

				Famílias assentadas em PA'S já existentes - OTIMIZAÇÃO em 2003				
				NÚMERO DE FAMÍLIAS POR TRIMESTRE				
MUNICÍPIO	NOME DO ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS	ANO	I	II	III	IV	TOTAL
Mirante do Paranapanema MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE Washington Luís	16	1996					
	PE WASHINGTON LUÍS	16	1997	1	0	0	0	1
Mirante do Paranapanema MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE Novo Horizonte	57	1996					
	PE NOVO HORIZONTE	57	1997	1	0	1	0	2
Mirante do Paranapanema MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE Santa Cristina	36	1996					
	PE SANTA CRISTINA	36	1997	0	1	0	0	1
Rosana ROSANA	PE Nova Pontal	122	1998					
	PE NOVA PONTAL	122	1999	1	0	0	0	1
Presidente Bernardes PRESIDENTE BERNARDES	PE Água Limpa I	31	1996					
	PE ÁGUA LIMPA I	31	1997	0	1	0	0	1
Presidente Bernardes PRESIDENTE BERNARDES	PE Estância Palú	44	1996					
	PE ESTÂNCIA PALÚ	44	1997	1	0	1	1	3
Presidente Bernardes	PE Rodeio	65	1997	1	1	3	1	6
Sandovalina	PE Bom Pastor	130	1997	11	1	1	2	15
Mirante do Paranapanema MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE Santo Antônio I	21	1996					
	PE SANTO ANTÔNIO I	21	1997	0	1	0	0	1
Presidente Bernardes PRESIDENTE BERNARDES	PE Água Limpa II	26	1996					
	PE ÁGUA LIMPA II	26	1997	0	1	0	0	1
Presidente Epitácio	PA Lagoinha	155	1998	3	0	0	0	3
Caiuá	PE Maturi	172	1998	6	0	0	1	7
Mirante do Paranapanema MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE Che Guevara	46	1995					
	PE CHE GUEVARA	46	1998	2	0	0	1	3
Mirante do Paranapanema MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE São Bento	182	1995					
	PE SÃO BENTO	182	1998	3	2	3	1	9
Mirante do Paranapanema MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE Estrela D' Alva	31	1995					
	PE ESTRELA D' ALVA	31	1998	0	1	1	0	2
Teodoro Sampaio	PE Santo Antônio dos Coqueiros	23	1997					
TEODORO SAMPAIO	PE SANTO ANTÔNIO DOS COQUEIROS	23	1998	2	0	0	1	3
Teodoro Sampaio	PE Santa Vitória	27	1997					
TEODORO SAMPAIO	PE SANTA VITÓRIA	27	1998	1	0	0	0	1
Teodoro Sampaio	PE Haidéia	27	1997					
TEODORO SAMPAIO	PE HAIDÉIA	27	1998	1	0	0	0	2
Teodoro Sampaio	PE Vale Verde	50	1997					
TEODORO SAMPAIO	PE VALE VERDE	51	1998	2	0	0	1	3
Teodoro Sampaio	PE Santa Rita da Serra	40	1997	1	0	0	1	2
Martinópolis	PA Nova Vida	37	1995					
MARTINÓPOLIS	PA NOVA VIDA	37	1997	0	0	0	5	5
Teodoro Sampaio	PE Cachoeira do Estreito	29	1997					
TEODORO SAMPAIO	PE CACHOEIRA DO ESTREITO	29	1998	0	0	0	1	1
Presidente Bernardes	PE Florestan Fernandes	55	1998	0	1	0	1	2
Presidente Bernardes	PE Santo Antônio II	24	1998	1	0	1	0	2
Teodoro Sampaio	PE Laudenor de Souza	60	1997					

				Famílias assentadas em PA'S já existentes - OTIMIZAÇÃO em 2003				
				NÚMERO DE FAMÍLIAS POR TRIMESTRE				
MUNICÍPIO	NOME DO ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS	ANO	I	II	III	IV	TOTAL
TEODORO SAMPAIO	PE LAUDENOR DE SOUZA	60	1998	2	2	0	0	4
Piquerobi	PE Santa Rita	26	1997					
PIQUEROBI	PE SANTA RITA	26	1998	5	0	0	0	5
Guarantã	PA Antônio Conselheiro	151	1998	3	0	0	0	3
Presidente Epitácio	PA Porto Velho	87	1998	2	0	0	0	2
Presidente Epitácio	PA Engenho	29	1998	2	0	0	0	2
Colômbia	PA Perdizes	36	1998	0	0	5	1	6
Rancharia	PA São Pedro	75	1999	0	0	0	7	7
Mirante do Paranapanema	PA Antônio Conselheiro II	65	1999	0	0	0	1	1
Rosana	PE Bonanza	33	1998					
ROSANA	PE BONANZA	33	1999	0	0	0	1	1
Presidente Bernardes	PE Quatro Irmãs	15	1998					
PRESIDENTE BERNARDES	PE QUATRO IRMÃS	15	1999	0	0	2	0	2
Teodoro Sampaio	PE Água Branca I	29	1998					
TEODORO SAMPAIO	PE ÁGUA BRANCA I	29	1999	2	1	0	0	3
Teodoro Sampaio	PE Vô Tonico	22	1998					
TEODORO SAMPAIO	PE VÔ TONICO	22	1999	2	0	0	3	5
Euclides da Cunha Paulista	PE Rancho Grande	101	1998					
EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PE RANCHO GRANDE	101	1999	1	0	0	1	2
Teodoro Sampaio	PE Alcídia da Gata	19	1998					
TEODORO SAMPAIO	PE ALCÍDIA DA GATA	19	1999	1	0	0	1	2
Ipeúna	PE Camaqua	47	2000	0	2	4	7	13
Bebedouro	PE Reage Brasil	83	2000	12	0	1	1	14
Teodoro Sampaio	PE Santa Zélia	104	1999	0	0	1	1	2
Euclides da Cunha Paulista	PE Santa Rosa	65	1992					
EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PE SANTA ROSA	65	1999	1	0	0	0	1
Iperó	PE Bela Vista	31	1998					
IPERÓ	PE BELA VISTA	31	1999	2	0	0	0	2
Moji-Mirim	PE Vergel	89	1998					
MOJI-MIRIM	PE VERGEL	89	1999	7	0	0	0	7
Restinga	PE Boa Sorte	157	1998					
RESTINGA	PE BOA SORTE	157	1999	1	0	0	0	1
Cordeirópolis	PE Cordeirópolis	21	1998					
CORDEIRÓPOLIS	PE CORDEIRÓPOLIS	21	1999	0	0	1		1
Sumaré	PE Sumaré I	26	1984					
SUMARÉ	PE SUMARÉ I	26	1999	2	0	0	0	2
Araras	PE Araras III	46	1997					
ARARAS	PE ARARAS III	46	1999	0	0	1		1
Porto Feliz	PE Porto Feliz	83	1985					
PORTO FELIZ	PE PORTO FELIZ	83	1999	5	0	0	2	7
Itapeva	PE Pirituba II Área 1	105	1984					
ITAPEVA	PE PIRITUBA II ÁREA 1	105	1999	2	0	0	0	2
Itaberá	PE Pirituba II Área 3	73	1986					
ITABERÁ	PE PIRITUBA II ÁREA 3	73	1999	1	0	0	0	1
Matão	PE Horto Silvania	19	1998					
MATÃO	PE HORTO SILVANIA	19	2000	1	0	0	0	1
Pitangueiras	PE Ibitiúva	43	1998					

				Famílias assentadas em PA'S já existentes - OTIMIZAÇÃO em 2003				
				NÚMERO DE FAMÍLIAS POR TRIMESTRE				
MUNICÍPIO	NOME DO ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS	ANO	I	II	III	IV	TOTAL
PITANGUEIRAS	PE IBITIUIVA	43	2000	7	0	0	0	7
Motuca MOTUCA	PE Monte Alegre I PE MONTE ALEGRE I	49 49	1985 1999					
Motuca MOTUCA	PE Monte Alegre II PE MONTE ALEGRE II	62 62	1985 1999	4	0	0	0	4
Motuca MOTUCA	PE Monte Alegre II PE MONTE ALEGRE II	62 62	1985 1999	6	0	0	0	6
Araraquara ARARAQUARA	PE Monte Alegre III PE MONTE ALEGRE III	81 81	1986 1999	4	0	0	0	4
Motuca MOTUCA	PE Monte Alegre IV PE MONTE ALEGRE IV	49 49	1986 1999	3	0	0	0	3
Motuca MOTUCA	PE Monte Alegre V PE MONTE ALEGRE V	34 34	1991 1999	4	0	0	0	4
Araraquara ARARAQUARA	PE Monte Alegre VI PE MONTE ALEGRE VI	96 96	1997 1999	10	0	0	0	10
Rosana ROSANA	PE Gleba XV PE GLEBA XV	572 572	1984 1999	6	0	5	10	21
Itapetininga ITAPETININGA	PE Capão Alto PE CAPÃO ALTO	18 18	1987 1999	0		0	0	
Euclides da Cunha Paulista EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PE Santa Rita do Pontal PE SANTA RITA DO PONTAL	49 49	1990 1999	2	0	0	0	2
Marabá Paulista	PE Santo Antônio	74	1999	1	0	0	0	1
Caiuá CAIUÁ	PE Santa Rita PE SANTA RITA	21 21	1998 1999	1	0	0	0	1
Pradópolis PRADÓPOLIS	PE Guarany PE GUARANY	270 270	1998 2000	7	0	0	0	7
Araraquara ARARAQUARA	PE Bueno de Andrada PE BUENO DE ANDRADA	31 31	1997 1999	3	0	0	0	3
São José dos Campos	PA Nova Esperança I	64	2001	3	4	0	0	7
Sandovalina	PE Guarany	68	2001	1	0	0	0	1
Guarantã	PA Pasto do Planalto	27	2001	0	27	0	0	27
Piratininga	PA Santo Antônio	34	2001	0	0	25		25
Caiuá	PA Luís Moraes Neto	70	2002	3	0	0	0	3
Caiuá CAIUÁ	PE Vista Alegre PE VISTA ALEGRE	22 22	2002 2003	0	22	0	0	22
Mirante do Paranapanema	PE Repouso	21	2003	1	0	0	0	1
Euclides da Cunha Paulista EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PE Guaná Mirim PE GUANÁ MIRIM	34 34	2002 2003	0	33	0	1	34
Caiuá CAIUÁ	PE Santa Angelina PE SANTA ANGELINA	23 23	2002 2003	0	23	0	0	23
Castilho	PA Terra Livre	41	2003	0	0	23	0	23
Castilho	PA São Joaquim	41	2003	0	0	26	15	41

Fonte : DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2005.

TABELA 2 – Clonagem de Assentamentos 1995 - 2004

		Famílias assentadas em PA'S já existentes - OTIMIZAÇÃO em 2004
		NÚMERO DE FAMÍLIAS POR TRIMESTRE

MUNICÍPIO	NOME DO ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS	ANO	I	II	III	IV	TOTAL
Marabá Paulista	PA Areia Branca	87	1988	0	1	0	1	2
Promissão	PA Fazenda Reunidas	629	1987					
PROMISSÃO	PA FAZENDA REUNIDAS	629	1988	8	42	8	3	61
Guaraçaí	PA São José II	39	1987					
GUARAÇAI	PA SÃO JOSÉ II	39	1988	0	1	1	0	2
Avaré	PA Santa Adelaide	34	1988	0	2			2
Castilho	PA Rio Paraná	94	1990					
CASTILHO	PA RIO PARANÁ	94	1992	1	0	0	0	1
Martinópolis	PA Chico Castro Alves	87	1995	4	0	0	0	4
Andradina	PA Timboré	178	1992					
ANDRADINA	PA TIMBORÉ	178	1995	0	0	1	18	19
Rancharia	PA Nova Conquista	174	1997	1	0	4	2	7
Presidente Venceslau	PE Primavera I	82	1996					
PRESIDENTE VENCESLAU	PE PRIMAVERA I	82	1999	0	0	3	0	3
Presidente Venceslau	PE Tupaciretã	78	1996					
PRESIDENTE VENCESLAU	PE TUPACIRETÃ	78	1997	0	0	1	0	1
Presidente Venceslau	PE Primavera II	42	1996					
PRESIDENTE VENCESLAU	PE PRIMAVERA II	42	1999	0	0	1	0	1
Presidente Venceslau	PE Yapinary	40	1996					
PRESIDENTE VENCESLAU	PE YAPINARY	40	1997	1	0	0	1	2
Piquerobi	PE Santo Antônio da Lagoa	29	1997	0	0	1	0	1
Mirante do Paranapanema	PE Haroldina	71	1995					
MIRANTE DO PARANAPANE MA	PE HAROLDINA	71	1997	2	1	0	1	4
Mirante do Paranapanema	PE Arco Íris	105	1995					
MIRANTE DO PARANAPANE MA	PE ARCO ÍRIS	105	1997	3	1	3	2	9
Mirante do Paranapanema	PE Santa Cruz	50	1995					
MIRANTE DO PARANAPANE MA	PE SANTA CRUZ	50	1999	0	1	0	0	1
Mirante do Paranapanema	PE Santana	29	1995					
MIRANTE DO PARANAPANE MA	PE SANTANA	29	1999	0	17	1	1	19
Mirante do Paranapanema	PE Santa Apolônia	104	1996					
MIRANTE DO PARANAPANE MA	PE SANTA APOLÔNIA	104	1997	2	1	3	1	7
Mirante do Paranapanema	PE Santa Rosa I	24	1996					
MIRANTE DO PARANAPANE MA	PE SANTA ROSA I	24	1997	0	1	0	0	1
Mirante do Paranapanema	PE Washington Luís	16	1996					
MIRANTE DO PARANAPANE MA	PE WASHINGTON LUÍS	16	1997	1	0	0	1	2
Mirante do Paranapanema	PE Novo Horizonte	57	1996					
MIRANTE DO PARANAPANE MA	PE NOVO HORIZONTE	57	1997	0	0	2	1	3

				Famílias assentadas em PA'S já existentes - OTIMIZAÇÃO em 2004				
				NÚMERO DE FAMÍLIAS POR TRIMESTRE				
MUNICÍPIO	NOME DO ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS	ANO	I	II	III	IV	TOTAL
MA								
Mirante do Paranapanema MIRANTE DO PARANAPANE MA	PA Vale dos Sonhos	23	1996					
	PA VALE DOS SONHOS	23	1997	0	0	1	0	1
Rosana ROSANA	PE Nova Pontal	122	1998					
	PE NOVA PONTAL	122	1999	1	0	0	0	1
Presidente Bernardes PRESIDENTE BERNARDES	PE Água Limpa I	31	1996					
	PE ÁGUA LIMPA I	31	1997	1	0	1	0	2
Presidente Bernardes PRESIDENTE BERNARDES	PE Estância Palú	44	1996					
	PE ESTÂNCIA PALÚ	44	1997	2	1	0	0	3
Sandovalina	PE Bom Pastor	130	1997	2	3	0	0	5
Mirante do Paranapanema MIRANTE DO PARANAPANE MA	PE Santo Antônio I	21	1996					
	PE SANTO ANTÔNIO I	21	1997	1	0	0	0	1
Mirante do Paranapanema	PE Nossa Senhora Aparecida	9	1997	0	0	1	0	1
Presidente Epitácio	PA Lagoinha	155	1998	0	0	0	5	5
Mirante do Paranapanema MIRANTE DO PARANAPANE MA	PE São Bento	182	1995					
	PE SÃO BENTO	182	1998	0	0	4	3	7
Teodoro Sampaio TEODORO SAMPAIO	PE Vale Verde	50	1997					
	PE VALE VERDE	50	1998	0	0	0	1	1
Teodoro Sampaio	PE Santa Rita da Serra	40	1997	1	0	0	0	1
Martinópolis MARTINÓPOLIS	PA Nova Vida	37	1995					
	PA NOVA VIDA	37	1998	0	0	0	2	2
Presidente Bernardes	PE Santo Antônio II	24	1998	0	0	1	0	1
Teodoro Sampaio	PE Laudenor de Souza	60	1997					
Piquerobi PIQUEROBI	PE Santa Rita	26	1997					
	PE SANTA RITA	26	1998	0	0	1	1	2
Guarantã GUARANTÃ	PA Antônio Conselheiro	151	1998					
	PA ANTÔNIO CONSELHEIRO	151	1999	0	0	8	0	8
Presidente Epitácio	PA Porto Velho	87	1998	0	0	1	1	2
Presidente Epitácio	PA Engenho	29	1998	0	0	1	1	2
Andradina	PA Orlando Molina	77	1998	0	0	1	0	1
Rancharia	PA São Pedro	75	1999	0	0	4	1	5
Mirante do Paranapanema MIRANTE DO PARANAPANE MA	PA Antônio Conselheiro II	65	1999					
	PA ANTÔNIO CONSELHEIRO II	65	2000	1	0	0	0	1
Euclides da Cunha Paulista EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PA Nova Esperança	98	1999					
	PA NOVA ESPERANÇA	98	2000	0	0	1	0	1

				Famílias assentadas em PA'S já existentes - OTIMIZAÇÃO em 2004				
				NÚMERO DE FAMÍLIAS POR TRIMESTRE				
MUNICÍPIO	NOME DO ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS	ANO	I	II	III	IV	TOTAL
Euclides da Cunha Paulista EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PE Rancho Alto	52	1998					
	PE RANCHO ALTO	52	1999	1	0	0	0	1
Presidente Bernardes PRESIDENTE BERNARDES	PE Quatro Irmãs	15	1998					
	PE QUATRO IRMÃS	16	1999	0	0	1	0	1
Teodoro Sampaio TEODORO SAMPAIO	PE Água Branca I	29	1998					
	PE ÁGUA BRANCA I	29	1999	0	1	0	0	1
Teodoro Sampaio TEODORO SAMPAIO	PE Vô Tonico	22	1998					
	PE VÔ TONICO	22	1999	1	0	0	0	1
Euclides da Cunha Paulista EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PE Rancho Grande	101	1998					
	PE RANCHO GRANDE	101	1999	1	0	0	0	1
Ipeúna	PE Camaqua	47	2000	1	0	1	2	4
Bebedouro	PE Reage Brasil	83	2000	0	0	0	2	2
Euclides da Cunha Paulista EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PE Santa Rosa	65	1992					
	PE SANTA ROSA	65	1999	0	0	1	0	1
Moji-Mirim MOJI-MIRIM	PE Vergel	89	1998					
	PE VERGEL	89	1999	2	0	1	1	4
Araras ARARAS	PE Araras III	46	1997					
	PE ARARAS III	46	1999	0	0	0	1	1
Porto Feliz PORTO FELIZ	PE Porto Feliz	83	1985					
	PE PORTO FELIZ	83	1999	0	0	1	0	1
Itapeva ITAPEVA	PE Pirituba II Área 1	105	1984					
	PE PIRITUBA II ÁREA 1	105	2002	0	1	0	0	1
Itaberá ITABERÁ	PE Pirituba II Área 3	73	1986					
	PE PIRITUBA II ÁREA 3	73	1999	0	1	0	1	2
Itaberá ITABERÁ	PA Pirituba II Área 6	52	1996					
	PA PIRITUBA II ÁREA 6	52	1999	0	0	0	2	2
Matão MATÃO	PE Horto Silvania	19	1998					
	PE HORTO SILVANIA	19	2000	0	0	1	0	1
Pitangueiras PITANGUEIRAS	PE Ibitiúva	43	1998					
	PE IBITIÚVA	43	2000	0	0	0	1	1
Motuca MOTUCA	PE Monte Alegre I	49	1985					
	PE MONTE ALEGRE I	49	1999	0	0	0	1	1
Motuca MOTUCA	PE Monte Alegre II	62	1985					
	PE MONTE ALEGRE II	62	1999	4	0	1	2	7
Araraquara ARARAQUARA	PE Monte Alegre III	81	1986					
	PE MONTE ALEGRE III	81	1999	2	0	0	1	3
Motuca MOTUCA	PE Monte Alegre V	34	1991					
	PE MONTE ALEGRE V	34	1999	0	0	0	1	1
Araraquara ARARAQUARA	PE Monte Alegre VI	96	1997					
	PE MONTE ALEGRE VI	96	1999	1	0	2	0	3
Rosana	PE Gleba XV	572	1984					

				Famílias assentadas em PA'S já existentes - OTIMIZAÇÃO em 2004				
				NÚMERO DE FAMÍLIAS POR TRIMESTRE				
MUNICÍPIO	NOME DO ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS	ANO	I	II	III	IV	TOTAL
ROSANA	PE GLEBA XV	572	1999	3	2	12	2	19
Itapetininga	PE Capão Alto	18	1987					
ITAPETININGA	PE CAPÃO ALTO	18	1999	0	0	0	1	1
Casa Branca	PE Casa Branca	24	1985					
CASA BRANCA	PE CASA BRANCA	24	1999	1	0	0	0	1
Promissão	PE Promissãozinha	8	1984					
PROMISSÃO	PE PROMISSÃOZINHA	8	1999	0	0	1	0	1
Marabá Paulista	PE Santo Antônio	74	1999	0	3	0	0	3
Pradópolis	PE Guarany	270	1998	2	0	1	2	5
Araraquara	PE Bueno de Andrada	31	1997					
ARARAQUARA	PE BUENO DE ANDRADA	31	1999	3	0	0	0	3
Mogi das Cruzes	PA Itapeti	24	1986	0	0	1	0	1
Teodoro Sampaio	PA Santa Terezinha da Água Sumida	50	1999					
TEODORO SAMPAIO	PA SANTA TEREZINHA DA ÁGUA SUMIDA	50	2001	0	1	0	0	1
São José dos Campos	PA Nova Esperança I	64	2001	0	1	0	0	1
Castilho	PA Anhumas	65	2001	0	1	0	0	1
Piratininga	PA Santo Antônio	34	2001	0	0	1	0	1
Paulicéia	PA Fazenda Santo Antônio	30	2002	0	30	0	0	30
Paulicéia	PA Fazenda Regência	33	2002	0	33	0	0	33
Caiuá	PA Luís Moraes Neto	70	2002	0	22	0	11	33
Castilho	PA Terra Livre	41	2003	8	0	0	0	8
Teodoro Sampaio	PE Fusquinha	43	2003	5	0	0	0	5
Caiuá	PE Malu	24	2003	17	0	0	0	17
Teodoro Sampaio	PE Padre Josimo	96	2003	85	6	3	2	96
Teodoro Sampaio	PE Santa Edwiges	25	2003	22	2	1	0	25
Pereira Barreto	PA Terra é Vida	39	2004	0	0	0	39	39
Mirante do Paranapanema	PE Roseli Nunes	55	2004	50	2	1	1	54
Marabá Paulista	PE Nossa Senhora Aparecida	17	2004	11	1	3	1	16
Cafelândia	PA Cafezópolis	6	2004	0	0	6	0	6
Presidente Epitácio	PE São Paulo	76	2004	0	0	0	63	63
Marabá Paulista	PE Santa Maria	40	2004	0	0	0	17	17

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2005.

Considerações Finais

Com este trabalho procuramos contribuir com os estudos da Geografia Agrária e compreender as políticas de reforma agrária que vem sendo executadas. Questionamos essas políticas, pois são formas de não realizar a reforma agrária. Essa análise a respeito do Estado de São Paulo, por meio dos dados do DATALUTA, mostra que essas políticas têm sido práticas comuns de diferentes governos. Ainda a replicação de dados se utilizados por pesquisadores sem o devido cuidado da conferência pode superestimar a realidade dos assentamentos de reforma agrária.

Bibliografia

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST**. 1ª.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. 315 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA, Presidente Prudente, v. 7, n. 04, jan/jul. 2004. Disponível em: <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/telas/nera_06.htm>. Acesso em: 23 fev. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento** territorial. Revista NERA, Presidente Prudente, Artigo do Mês. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/telas/artigo%20do%20m%C3%AAs.htm>>. Acesso em 23 fev. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Da “clonagem” a “autofagia”: o dilema da reforma agrária no Brasil**. Presidente Prudente, 2006. (Inédito)

GÖRGEN, Sérgio Antônio. **A improdutividade social do latifúndio**. MPA, São Paulo, 20 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.mpabrasil.org.br/index.php>>. Acesso em 09 mar. 2006.

RESISTÊNCIA A UM PROJETO DE BARRAGEM E DEFESA DO *LUGAR*¹

Márcia Pinheiro Ludwig²

1. RESUMO

Neste artigo apresento uma análise sobre uma área geográfica, caracterizada pela agricultura familiar, alvo de um projeto de empresas privadas multinacionais para construção de uma usina hidrelétrica. A forte oposição ao projeto, por parte dos atingidos, fez levantar a hipótese de aquele espaço era dotado de significados identitários, razão pela qual adquiria caráter de *lugar*. O trabalho parte do princípio metodológico de que um caso típico, ou extremo, coloca em evidência relações estruturais de todo um sistema e, assume a proposição que, na definição de políticas territoriais de uma sociedade democrática, interesses empresariais particulares não devem se sobrepor a interesses de coletividades. Ao se desenvolver, o trabalho se apóia em referências que chamam atenção para as contradições inerentes à modernização capitalista. Entende que esse processo, ao chegar a recantos quase esquecidos, é capaz de desterritorializar populações e, conseqüentemente, destruir relações sociais, desorganizar formas de vida longamente estabelecidas e romper identidades. Tomando como ponto de partida a paisagem, mas indo além, percebe-se a importância do lugar para as relações de produção e para as relações familiares e vicinais que, através do tempo, ligam gerações entre si ou mediam seus contatos com a sociedade mais ampla, o que torna possível entender seu sentido, essencial à vida em comunidade, e perceber a amplitude da ameaça de perda cultural contida no avanço incontrolado da acumulação capitalista.

2. INTRODUÇÃO

O problema de pesquisa que deu origem a este trabalho foi delimitado no contexto de uma situação limite em virtude da possibilidade de instalação da Usina Hidrelétrica de Pilar em uma área historicamente caracterizada pela propriedade rural. Consórcio entre as empresas FIAT/ ALCAN e a CEMIG(Centrais Elétricas de Minas

¹ Artigo extraído da tese de Doutorado em Arquitetura e urbanismo da FAUSP- São Paulo

² Professora Adjunta da universidade Federal de Viçosa- MG

Gerais), a usina seria situada na Bacia Hidrográfica do Alto Rio Doce e barraria as águas do rio Piranga, um de seus afluentes, numa área abrangida por parcelas territoriais dos municípios de Guaraciaba e de Ponte Nova, Zona da Mata Norte de Minas Gerais. No total seriam afetados 1.400 há o que iria comprometer 133 famílias de agricultores familiares.

No processo que visou à obtenção do licenciamento prévio que legitimaria o Projeto da Usina Hidrelétrica de Pilar³ evidenciavam-se interesses antagônicos por aquela área. Por um lado, as empresas proponentes, FIAT e ALCAN, visavam à sua apropriação, visto que, com a instalação da usina obteriam energia adicional para operação de suas fábricas, situadas em Betim e Ouro Preto, respectivamente; por outro, a população atingida mobilizou-se contra a construção da barragem, em defesa do espaço que seria submerso pela formação do lago.

Ao acompanhar o movimento de resistência dos atingidos, estabelecemos a pressuposição que aquele espaço era um lugar identitário e, por isso, dotado de significados para aqueles que o vivenciavam. Neste caso trabalhamos com a proposição que interesses capitalistas não deveriam se sobrepor ao coletivo.

Como essa proposição se originou no contexto de um projeto de construção de uma usina hidrelétrica, consideramos que aquele caso particular colocava em evidência as contradições da modernidade, tal como trabalhada por BERMAN⁴, a partir da teorização de Marx, sobre o dinamismo capitalista. Como o capitalismo é o próprio substrato da modernidade, a nossa convicção era de que o Projeto Pilar representava o estranho ao qual MARTINS⁵ se refere, ou seja, o capital que, comandado pelo processo de acumulação capitalista, é capaz de desestruturar o cotidiano, desterritorializar uma população, destruir relações sociais e romper identidades.

Conforme observa LEFF⁶, desde o surgimento do *homo sapiens* até a globalização do *homo economicus*, o ser humano deu sentido a suas formas de habitabilidade no planeta. Em todo o processo, o território, a geografia e a ecologia têm sido modificados pela intervenção do homem na ordem natural. Contudo, essa

³ O processo com vistas à implantação da UHE de Pilar tramitou de 1996 a 1998, quando, a FIAT se retirou do consórcio, a partir do parecer do Conselho de Política Ambiental (COPAM) que exigia revisões no projeto original, alegando questões técnicas na futura instalação da usina. Existem evidências de que o Projeto Pilar, ainda que com modificações, possa ser retomado pela ALCAN.

⁴ BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

⁵ MARTINS, J. S. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993

⁶ LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001, p.284.

transformação não poderia ser qualificada como um processo de destruição do espaço em que se forja a cultura, a não ser no momento em que emerge, no processo de civilização, uma forma particular de apropriação do espaço, que rompe os equilíbrios fundamentais entre cultura e natureza. Entretanto, de acordo com essa autora, o processo de desequilíbrio e ruptura adquire hoje dimensão global e planetária. Não é um processo circunscrito a um território e a uma cultura, mas um processo geral que planifica, acima das decisões, ações e percepções de cada cultura particular, destruindo seu hábitat e suas formas de organização social.

Essa é uma questão que, a cada dia, se torna mais presente não apenas nas ciências sociais, mas também em outras áreas do conhecimento. Com diferentes abordagens, as atenções se voltam para a eficiência tecnológica e para a maximização do lucro no curto prazo, as quais regem a economia globalizada e aceleram processos de uniformização da paisagem, de produção de monoculturas, de perda de diversidade biológica, de homogeneização cultural e de urbanização dos assentamentos humanos. Como apontam diferentes estudiosos, é o macrop processo da modernização que se impõe sobre a valorização da natureza e da vida, subjugando os potenciais ecológicos, destruindo formas de organização social, desterritorializando identidades, enterrando saberes práticos e *desarraigando* a cultura de seus referentes locais.

A questão da desterritorialização é relacionada, por HAESBAERT⁷, com a formação de *aglomerados de exclusão*. Segundo esse autor, parcelas cada vez mais expressivas do espaço têm sido moldadas por um padrão *ótimo* de funcionalidade e de utilitarismo, especialmente para os capitalistas em busca da máxima lucratividade. Contrariamente, esse processo que acelera a circulação da elite planetária gera uma massa de despossuídos, que não têm menores condições de acesso às benesses da modernidade e autonomia para definir seus *circuitos de vida*.

É o mesmo autor que também concorda com aqueles que relacionam modernidade com mobilidade e desterritorialização, mas discorda, porém, daqueles que a associam apenas ao enfraquecimento da atividade econômica do local. Conforme argumenta, embora a territorialização seja comumente associada às dimensões política e cultural, e a desterritorialização, à dimensão econômica, torna-se impossível separar essas esferas. Ambas devem ser simultaneamente e integradamente consideradas no exame desse processo, embora o caráter enraizador do território tenda a relacioná-lo

⁷ HAESBAERT, R. *Desterritorialização: as redes e os aglomerados de exclusão*. In: Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p.178-185.

mais com questões político-culturais de apropriação e controle, enquanto a desterritorialização seria mais relacionada com a dinâmica do capital, que é, por natureza, expansionista, errante e sem pátria.

No processo dinâmico que permeia o mundo na atualidade, já dizia Marx, *tudo que é sólido desmancha no ar*, as formas e funções espaciais também se transformam de maneira cada vez mais fugaz. Essa transformação é mais evidente nos grandes centros urbanos. As cidades, principalmente as maiores, estão sempre em processo de mudança. Expandem-se vias de circulação, adensam-se as construções verticalizadas, descaracterizam-se ou destroem-se bairros inteiros, *com isto transforma-se, constantemente, o lugar e produz-se o seu estranhamento pela perda das referências*.⁸ Esses são fenômenos que se vinculam à acumulação do capital, que faz do solo mercadoria inserida no processo de reprodução do capital e que subordina a produção e a reprodução ao espaço metropolitano. Contudo, esse é um fenômeno que não está restrito à metrópole, pois pode ser verificado até mesmo em áreas rurais dela distantes, como é o caso das comunidades rurais atingidas pelo Projeto Pilar.

Isto acontece porque os lugares constituem partes integrantes de uma totalidade espacial, o que significa que não são autônomos e dotados de vida própria, mas que se vinculam ao caráter social e histórico da produção do espaço geográfico total.⁹ Nesse sentido, podem passar por transformações que foram gestadas fora de seu âmbito, isto é, distantes daquele espaço físico que é submetido a mudanças, levando à desterritorialização de seus moradores e comprometendo a organização social e cultura destes.

Nesse contexto da razão econômica emerge outra maneira de conceber a globalização e a reconstrução do mundo, fundada nos saberes locais como ancoragem de condições de sustentabilidade e raizame de sentidos culturais.¹⁰ Nessa perspectiva, os lugares redefinem-se a partir da diversidade como sedes da diferença, da alteridade natural-sociocultural perante o projeto homogeneizador do espaço e da cultura, decorrente da globalização econômico-tecnológica.

Considerando-se as constantes reorganizações espaciais geradas na sociedade atual, impregnada do aparato técnico-científico, onde o fugaz e o efêmero se exacerbam,

⁸ CARLOS, A.F.A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996, p.58.

⁹ Ibidem, p. 33.

¹⁰ LEFF, E. Op cit., p.285.

a análise de um espaço que acreditávamos se manter como lugar/território, patrimônio de uma cultura que se constituiu ao longo do tempo, permitiria contrapor a tendência à homogeneização dos espaços e reafirmar os localismos como forma de resistência ao processo de globalização acelerado nos últimos tempos.

Não obstante, focalizar um lugar específico implicava considerar sua articulação com a totalidade espacial. É justamente nesse lugar que se concretiza o que ocorre no espaço mais amplo e onde se dão as contradições, os conflitos e as resistências; é onde se manifesta o choque entre o cotidiano historicamente estabelecido e as novas relações e funções que se pretende lhe atribuir. No caso estudado, a construção de uma barragem se apresentava como uma nova função para um espaço que hoje se define pela pequena propriedade rural, espaço que acreditamos constituir um lugar/território, pela transformação que lhe impingiram as diferentes gerações que ali construíram uma cultura própria, espaço humanizado, com significados compartilhados coletivamente.

Foi com base nessas considerações que nos propusemos a analisar o espaço-alvo do Projeto Pilar. A partir da proposição de que aquele espaço representava um lugar identitário, relacional e histórico, patrimônio de uma cultura, algumas questões se impuseram: Que lugar era este que os atingidos defendiam? Como teria sido o processo de construção social desse espaço transformado em lugar identitário? Como se poderiam explicar a identidade do lugar e a identidade habitante-lugar? Quais seriam os seus significados para aqueles que o vivenciavam nos dias de hoje.

Com base nessas questões, o trabalho orientou-se por algumas hipóteses:

- Ao produzirem e reproduzirem suas existências em suas relações com a natureza e em suas relações sociais, as diferentes gerações construíram, gradativamente, um lugar e uma cultura específicos.

- A identidade do lugar não pode ser explicada apenas pelas suas particularidades históricas, mas também pela forma como ele se insere na sociedade global.

- A valoração atribuída ao lugar por seus habitantes transcende a dimensão objetiva da reprodução de necessidades básicas, uma vez que incorpora outra dimensão – subjetiva e simbólica, identitária, afetiva e cultural – constituída pela prática social.

- O lugar que se materializa na paisagem, historicamente construído, é suporte para a memória coletiva daqueles que a ele se ligam no momento presente. Sua permanência possibilita aos moradores encontrar-se com eles próprios, situarem-se no tempo, ter acesso à história vivida. O espaço bruscamente transformado pela

implantação da barragem não poderá mais oferecer meios nos quais a memória possa apoiar-se, provocando o desenraizamento e a perda da identidade individual e coletiva.

- O desaparecimento do lugar não apenas faz desterritorializar os sujeitos que a ele se ligam, mas representa a perda de uma cultura que, aos poucos, vai deixando de existir com a acelerada urbanização do país, a qual é decorrente da racionalidade do desenvolvimento capitalista.

3. OBJETIVOS

Este estudo objetivou ultrapassar a paisagem de interesse do Projeto Pilar para apreendê-la como paisagem humana, histórica e socialmente construída, procurando revelar o lugar/território que nela se materializa, sua identidade e os significados que lhe são atribuídos por aqueles que nele vivem nos dias de hoje.

Especificamente, buscou-se:

- Reconstituir o processo histórico de formação socioespacial da Zona da Mata de Minas Gerais e do município no qual se insere a área de estudo, procurando mostrar o início de sua ocupação e povoamento, assim como as transformações ocorridas ao longo do tempo.
 - Descrever a área de estudo, tal como se encontra no presente, situando-a no contexto do município e da região na qual se acha inserida e destacando-se os aspectos naturais e construídos da paisagem.
 - Resgatar o processo de construção social e vivência do espaço/lugar, analisando-se as modificações e as permanências ao longo do tempo.
 - Analisar a paisagem como espaço vivido/lugar, focalizando as comunidades rurais de pequenos produtores rurais e enfatizando a forma como estes produzem e reproduzem sua existência com base em sua organização social e cultura.
 - Buscar apreender os significados que lhe são atribuídos por seus moradores.
- Procurar revelar o sentido do lugar a partir de suas particularidades históricas e como parte de uma totalidade socioespacial.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A reflexão sobre a construção social de um espaço e sobre o seu sentido como lugar leva, necessariamente, a considerar que estamos nos referindo a um espaço específico, onde vivem os pequenos produtores rurais atingidos pelo Projeto Pilar.

Quando falamos em espaço, fazemo-lo enquanto produto social e condição de produção e reprodução da existência humana.

Na visão marxista, produção e reprodução da existência não são apenas entendidas, pelo ângulo natural, como operação para satisfazer ao organismo, mas também, pelo ângulo social, como formas organizadas de atividade. Desse modo, o meio natural apareceria, de início, como o grande celeiro potencial que não seria utilizado indiferentemente, mas de acordo com a organização social e cultural do grupo, sob o estímulo de suas necessidades. Assim, *o meio torna-se um projeto humano nos dois sentidos da palavra: projeção do homem sobre suas necessidades e planejamento em decorrência destas, aparecendo plenamente, como queria Marx, como uma construção da cultura.*¹¹

Neste estudo, para explicar a construção social de um *lugar*, privilegiamos a transformação do espaço pelo trabalho daqueles que vivem na/da terra, criando-se a si mesmos enquanto grupo cultural, ou seja, como comunidade. Entendemos, assim, que no processo de produção e reprodução da existência construíram-se, socialmente, um espaço e o seu sentido como lugar.

Nesse contexto, a terra passa a ser mais do que um meio de produção por meio da qual o pequeno produtor extrai a sua sobrevivência, uma vez que engloba uma dimensão que é vivida e representada. Poder-se-ia, nesse contexto, associar a terra a *lugar*, não a um lugar qualquer, mas a um lugar construído como local de moradia, fundamento da sociabilidade, objeto de trabalho coletivo e meio de vida que garante a construção de uma rede de relações humanas com significados e sentidos específicos.

A categoria lugar, considerada central neste trabalho, remete a outras que se intercomunicam, principalmente espaço, território e paisagem.

Ao analisar o *espaço* como espaço do Homem, SANTOS¹² enfatiza que viver, para o homem, é produzir espaço e que a forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. Partindo, então, da consideração de que, ao falar em espaço, estamos nos referindo ao espaço do homem e tentando ampliar o conceito, aproximamo-nos das discussões da geografia, que se coloca como centro das contribuições das ciências sociais na discussão deste objeto.¹³

¹¹ CANDIDO, A.M. *Os parceiros do rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1977, p.28.

¹² SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1997.

¹³ BETANINI, T. *Espaço e ciências humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Como argumenta CARLOS ¹⁴, o espaço entendido como produto deixa de ser simples localização, o que leva não apenas a repensá-lo, mas também à idéia de homem e a maneira como ambos se relacionam. Nessa perspectiva, o homem ganha dimensão de ser histórico e social e, como parte integrante da natureza, toma a iniciativa de sua transformação. Desse modo, o espaço revela a história de como os homens, ao produzirem sua existência, fazem-no como espaço de produção, de circulação, de troca, de consumo, enfim, de vida, como obra de uma história contraditória, na medida em que na sociedade capitalista se realiza e se reproduz de forma desigual.

Nessa perspectiva, a paisagem tem sido tomada como ponto de partida para a aproximação do espaço, a qual apresenta, ao mesmo tempo, uma dimensão objetiva e uma subjetiva. Para SANTOS¹⁵, *a paisagem é materialização de um instante da sociedade; assim, o espaço seria a paisagem mais a vida nela existente*. Nesse contexto, o autor define paisagem como *tudo aquilo que nós vemos, o que a nossa visão alcança é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca*.¹⁶

Com essa definição o autor mostra que a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, aquilo que chega aos sentidos. Ao referir-se a diferentes espaços, esse autor observa que *tudo isso são paisagens, o seu traço comum é ser a combinação de elementos naturais e objetos fabricados, isto é, objetos sociais e ser a acumulação de atividades de muitas gerações*.¹⁷

Nesta colocação, fica evidenciado o sentido social da paisagem, visto que os componentes naturais são postos em relação de igualdade com os objetos sociais, ao mesmo tempo que aquela é considerada como resultado de um processo histórico.

Se o espaço se materializa na paisagem, ele também adquire concretude pela noção de lugar, o espaço localizado, nomeado, identificado (e, por extensão, vivido), restrito e delimitado, para o qual podemos nos reportar e nos situar e que possui identidade.

De acordo com CARLOS,

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e

¹⁴ Op. cit. p.36.

¹⁵ SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.p.71.

¹⁶ Ibidem. p.61.

¹⁷ SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. Op. cit., p.36.

cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida.¹⁸

Se o espaço apropriado e dotado de sentido é igual a lugar, este poderia ser identificado também como território. Como mostra GUATARI, *o território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente em casa. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação*¹⁹.

Conforme CORRÊA,

Etimologicamente, território deriva do latim terra e torium, significando terra pertencente a alguém. Entretanto, pertencente não se vincula, necessariamente, à propriedade da terra, mas a sua apropriação, que pode associar-se ao seu controle de fato ou associar-se a uma dimensão simbólica.²⁰

Ao produzir um espaço e tomar consciência dele, a sociedade ou grupo social transforma-o em lugar identitário, território. Neste sentido, RONCAYOLO²¹ considera que a territorialidade tem um sentido essencialmente coletivo, dependendo das relações entre os indivíduos ou grupos que expressam um estatuto, uma expectativa, definindo-se em função do *outro* grupo ou indivíduos.

Se o território tem como base o lugar, a desterritorialização poderia ser explicada pela própria estrutura do espaço global, o que pressupõe considerar o lugar como parte integrante de uma totalidade espacial fundamentada na divisão espacial do trabalho, como produto direto da morfologia social hierarquizada. No cerne da questão está o fato de que o processo de produção espacial é um processo desigual.

Com base nestas referências, buscamos analisar o espaço-alvo do Projeto Pilar como um espaço socialmente construído, dotado de significados para aqueles que o vivenciam, ou seja, um “lugar”, que têm particularidades históricas por meio das quais se desenvolveu um modo de vida específico, de acordo com uma organização social e uma cultura particular, mas também levando em consideração sua inserção na sociedade global.

¹⁸ CARLOS, A.F.A. *O lugar no/ do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996, p.21-22.

¹⁹ GUATARI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço e Debates*, São Paulo, n.16, ano V., 1985. p.110.

²⁰ CORRÊA, R.L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p.251-252.

²¹ RONCAYOLO, M. Território. In: *Enciclopédia Einaudi*: região. Porto: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, v.8., 1986.

5. EIXO METODOLÓGICO DO ESTUDO

Procuramos conduzir a pesquisa a partir de uma perspectiva qualitativa, mediante utilização de entrevistas semi-estruturadas e observação direta, aliados aos dados provenientes de fontes primárias e secundárias. De maneira geral, o estudo procurou aliar o trabalho de campo sincrônico à reconstrução histórica.

6. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Vizinha da área mineradora, a microrregião de Ponte Nova, na qual se insere a área de estudos foi ocupada e povoada após o declínio da mineração quando Ali foram concedidas sesmarias. Estas resultaram em fazendas para produção dos gêneros de subsistência, as quais logo passariam a se dedicar, predominantemente, ao engenho de rapadura, produto que, juntamente com o açúcar mascavo, era destinado principalmente a Mariana e Ouro Preto.

Na área específica da pesquisa, município de Guaraciaba, ocorreria o mesmo. Embora as antigas fazendas, a partir das quais estabelecemos o marco para reconstituição do lugar, fossem médias propriedades, o seu produto principal, até as primeiras décadas do século passado, era o mesmo e tinha também o mesmo destino.

A Fazenda Carioca, que empresta o nome a um dos povoados rurais que seriam atingidos pelo Projeto Pilar, é o marco a partir do qual os moradores mais antigos se referem às origens do lugar. Desta fazenda teriam se originado, pelo parcelamento de herança, a Fazenda Bom Jardim e a Fazenda Casa Nova (Figura1), que hoje denomina a comunidade a partir da qual os atingidos se fizeram conhecer.

Constatamos a existência de duas categorias sociais existentes na área da pesquisa: a dos descendentes de fazendeiros e a dos descendentes daqueles que, no passado, teriam sido agregados ou meeiros nas antigas fazendas. Relações matrimoniais endogâmicas explicam o parentesco, existente no lugar, tanto entre descendentes de fazendeiros quanto entre descendentes dos antigos agregados ou meeiros. Com relação aos primeiros, foram identificadas seis gerações na mesma área.

Ao longo do tempo, as antigas fazendas foram fracionadas pela herança, ao mesmo tempo que as propriedades foram sofrendo alterações na produção. Se a produção de rapadura e similares atendia à demanda externa, seriam também fatores externos que fariam com que deixasse de ser o principal produto.

Gradativamente, a paisagem do lugar foi sendo modificada. Vieram a decadência do engenho, o desmatamento com vistas na produção de carvão, que também atendeu à demanda externa, e, posteriormente, o café, que, embora não tenha sido uma cultura expressiva, teve o seu momento e seu ocaso, e, por último, as pastagens. Da mata vigorosa dos primeiros tempos restariam apenas manchas acanhadas nas partes mais altas. Figura 2

Os antigos fazendeiros deram lugar aos pequenos produtores do presente. São designados, na área, sitiantes, por aqueles que continuam a contar com suas áreas de terra para garantir a subsistência.

A produção de subsistência, presente desde os primeiros tempos, caracteriza hoje a produção nas propriedades. O leite e o queijo constituem, paralelamente àquela produção, alternativa para os pequenos produtores, que vêm nessa atividade uma maneira de obter *lucro*, embora tenha se percebido que os recursos arrecadados com a comercialização desses produtos propicie apenas a reposição do ciclo produtivo.

Em meio às transformações ocorridas ao longo do tempo, é visível o empobrecimento das famílias, o que se nota pelo fracionamento das propriedades ou, por exemplo, pelo tamanho das casas dos descendentes dos fazendeiros, que são, hoje, muito menores do que as de seus antecessores. Vê-se, também, maior dependência da cidade tanto de sementes e insumos empregados na agricultura, como de gêneros alimentícios e eletrodomésticos. Assim, se no passado havia significativa autonomia dos produtores rurais, cada vez mais, esta vai se tornando menor.

Apesar das dificuldades que têm enfrentado ao longo do tempo, os pequenos produtores continuam lutando para permanecer no lugar que foi construído por diferentes gerações, embora essa permanência não possa ser assegurada, já que este, por estar articulado com o espaço mais amplo, se vê influenciado, determinado, ou mesmo ameaçado pelo que ocorre além de suas fronteiras. A construção da barragem representa, nesse contexto, apenas mais uma ameaça de desterritorialização, que atende perfeitamente à lógica capitalista.

Se foi possível descrever e analisar esse lugar em suas particularidades históricas, viu-se também que é impossível entender sua significação sem sua inserção na totalidade, já que ele não tem autonomia de significação.²² Como todos os outros

²² SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 133.

lugares, participa da estrutura e da hierarquia do espaço global. Assim, ao mesmo tempo que sua significação é dada pela totalidade, muda conforme o movimento histórico.

Como área de agricultura de subsistência, o lugar não apresenta valor objetivo, a não ser para os próprios pequenos produtores. Entretanto, a partir do momento em que um atributo da natureza passa a ser visto como um potencial para expansão do capital, ele passa a ser valorizado também por aqueles que buscam alcançar objetivos particulares. Não importam as pessoas nem a cultura que ali foi construída, o que importa é o que dele se pode extrair, na lógica do mundo moderno. É a ordem global que busca impor a todos os lugares uma única racionalidade e que, por isso, é desterritorializadora. Como observa SANTOS²³, desterritorialização que, freqüentemente, indica outra palavra: estranhamento ou desculturização. É esse mesmo autor que também chamou atenção para o fato de que haveria de ser levado em conta pelo menos dois tipos de franquias a serem abertas a todos os indivíduos – os direitos territoriais e os direitos culturais, para que fosse assegurada a cidadania concreta.²⁴

Se o lugar não se explica por ele mesmo, foi possível também notar que, no processo de construção social desse espaço, foi constituída uma cultura que, embora tenha sofrido mudanças, ainda mantém muito de seus traços originais. O trabalho na terra, as relações de trabalho tipicamente familiares, o saber que informa esse trabalho ou que define, por exemplo, o desenho da casa, a religiosidade, a sociabilidade e a reciprocidade constituem exemplos de tradições que perpassam gerações e que continuam a existir mesmo numa época em se assiste a uma sociedade que, a cada dia, se torna mais tecnificada e homogeneizada e onde impera o individualismo.

Para os pequenos produtores, cujo espaço em que se inserem é *lugar*, são aqueles elementos aos quais se atribui valor. Por isso, quando dele falam, fazem-no a partir daqueles elementos, mostrando que o que é importante é o espaço da vida cotidiana, o espaço dotado de significados que só por eles são compartilhados e plenamente sentidos. Um espaço em que diferentes gerações deixaram suas marcas, projetaram suas utopias e seu imaginário e que, muito do que foi no passado ainda permanece, faz com ele tenha identidade, ao mesmo tempo que define a identidade habitante-lugar.

Para aqueles que sempre viveram no lugar, seu valor não é relativo, já que ele representa um patrimônio cultural construído a partir de suas próprias histórias de vida.

²³ Ibidem, p.262.

²⁴ SANTOS, Milton. *O espaço da cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987, p. 122.

Contudo, caberia perguntar se esse patrimônio cultural poderia ter valor para além do grupo específico que o procura preservar.

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procuramos mostrar, a construção social do espaço transformado em lugar identitário pelos seus moradores, pode ser tomada como referência da formação socioespacial da região norte da Zona da Mata Mineira e da cultura que ali se constituiu. Porém, no contexto da modernidade capitalista, que é capaz de romper costumes, práticas sociais e desestruturar modos de vida, um lugar que ainda preserva muito de sua tradição nos faz pensar sobre o tão propagado poder da modernidade sobre tudo e sobre todos. Se não se pode dizer que a modernidade ainda não chegou até o lugar, pode-se afirmar que ela ainda não foi capaz de comprometer a identidade entre espaço e habitante nem tampouco as relações sociais entre os indivíduos, o que muito já se perdeu principalmente nos grandes centros. Ali, o espaço vivido reveste-se de significados simbólicos porque, ao construírem suas histórias de vida, os moradores construíram também o lugar. Na paisagem estão impressas histórias individuais e coletivas, e as formas espaciais que nela se preservam ajudam a manter também a memória daquilo que foi vivido e construído. Ao mesmo tempo, as relações não se dão entre indivíduos, mas entre pessoas, o que propicia um sentimento de segurança e confiabilidade.

No contexto das sociedades globalizadas, o ponto de vista etnocêntrico tende a privilegiar o grau de *desenvolvimento* como modelo de *vida de qualidade superior, mais evoluída*. Na contratendência do etnocentrismo, tudo depende do ponto de vista de quem olha, uma vez que áreas consideradas em franco desenvolvimento, normalmente, tendem a se tornar *não-lugares*, pela perda de referenciais e pelo individualismo, que fazem com que haja um estranhamento entre os homens e entre estes e o espaço.

Desse modo, acreditamos que revelar um lugar que ainda preserva elementos caros à vida humana ajuda a refletir sobre o próprio modelo de desenvolvimento das sociedades modernas, *que, se são capazes de aniquilar os frágeis, nos fragiliza a todos, nos empobrece e nos mutila*.²⁵

O lugar focalizado ajuda a mostrar um país, muitas vezes, desconhecido, já que o rural vai se tornando distante, dado o acelerado processo de urbanização. Embora ele

²⁵ MARTINS, J. S. Op. cit., p.13.

esteja geograficamente inserido numa região e num estado específico, nele se pode vislumbrar parte da cultura que se construiu no país e que é capaz de ajudar a lhe conferir singularidade. Ao revelá-lo, acreditamos estar revelando um pouco de nossa memória cultural, que é rica e plural. Como observa VELHO²⁶, *a valorização de um pluralismo cultural é base para qualquer sociedade que se quer democrática*. Assim, não apenas as grandes obras ou monumentos de incontestado valor devem ser valorizados, mas também as tradições e a memória dos diferentes grupos, segmentos e minorias precisam ser reconhecidas como sustentação da vida social. Tudo isso permite assegurar a memória coletiva, que é apontada como o cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão que garante a permanência e a elaboração do futuro.

Acreditamos que o trabalho desenvolvido possa ajudar a repensar outras tantas situações em que um espaço de vivências, dotado de significados, se vê ameaçado de extinção no contexto da modernidade capitalista. Contudo, fazemos nossas as palavras de BERMAN: *o processo de modernização, ao mesmo tempo que nos explora e nos atormenta, nos impele a apreender e a enfrentar o mundo que a modernização constrói e a lutar por torná-lo nosso mundo*.²⁷

7. BIBLIOGRAFIA CITADA

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BETANINI, T. *Espaço e ciências humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CANDIDO, A. M. *Os parceiros do rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

CARLOS, A.F.A. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CARLOS, A.F.A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CORRÊA, R.L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C., CORRÊA, R.L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

²⁶ VELHO, G. In: CAMPOFIORINO, I. Enquete tendenciosa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1994, n. 23, p. 226.

²⁷ BERMAN, M. Op. Cit. p. 330.

- CORRÊA, R.L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p.251-252.
- FRÉMONT, A. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- FRÉMONT, A. *A região, espaço vivido*. Trad. Antonio Gonçalves Coimbra: livraria Almedina, 1980.
- GUATARI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço e Debates*, São Paulo, n.16, ano V, 1985.
- HAESBAERT, R. *Desterritorialização: as redes e os aglomerados de exclusão*. In: Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LEITE, M. A. F. P. A natureza e a cidade: rediscutindo suas relações. In: SOUZA, M. A. de; SANTOS, M.; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. (Org.). *O novo mapa do mundo – natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo, 1993.
- LEITE, R.P. de S. *Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife antigo*. (Tese de Doutorado). Campinas, 2001.
- MARTINS, J. S. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- NORBERG-SHULZ, C. *Existencia, espacio y arquitetura*. Barcelona: Editorial Blume, 1975.
- RONCAYOLO, M. Território. In: *Enciclopédia Einaudi: região*. Porto: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, v.8., 1986.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SILVA, A.C. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: O espaço interdisciplinar. São Paulo: Nobel, 1986.
- VELHO, G. In: CAMPOFIORINO, I. Enquete tendenciosa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1994.

SINGULARIDADES MEDIADAS PELOS AGENTES DA REFORMA AGRÁRIA*

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo
Universidade Federal Do Ceara
gema@ufc.br e gemaesmeraldo@yahoo.com.br

Pesquisas recentes¹ têm apontado para a necessidade de se considerar as singularidades que emergem nos assentamentos rurais tanto do ponto de vista de seus processos formativos como dos agentes e mediadores envolvidos.

Têm atentado para a importância de se perceber e se dar luminosidade às especificidades produzidas nessas experiências para uma melhor compreensão dos acontecimentos estudados e, pelo fato, de algumas análises de caráter generalista e classificatório, omitirem essas diferenças, embora possam esclarecer avanços e dificuldades encontradas nas áreas de assentamento rural.

Também, para conhecer os sentidos, os significados atribuídos pelos agentes diretamente envolvidos no processo e dessa forma, propor mediações, planejamento e execução de políticas públicas mais próximas dos interesses dos assentados.

Ao longo da história ocidental, o caráter singular das coisas, das pessoas, dos acontecimentos quando não se submete, ou se adequa a um modelo social e economicamente aceito, pode sofrer processos de desqualificação e de invisibilização por parte da sociedade hegemônica.

Deleuze (1974: 13-14-15) questiona a “lógica do sentido”. Sentido compreendido como plano determinado, como único caminho, como “bom sentido”, como “designação de identidades fixas”, como “associação de palavras para representar coisas”, como “relação da palavra com conceitos universais e como definidor e condição de verdade”.

O filósofo Deleuze propõe um olhar paradoxal, para articular os dois sentidos, para iluminar a fronteira das duas faces, os dois estados de sentido – aquele designado como significante, e o simulacro, que é eliminado pelo pensamento dualista, por não se enquadrar num bom modelo ou cópia. Também porque a idéia de paradoxo não se

* Texto contendo idéias trabalhadas na minha Tese de Doutorado em Sociologia/UFC, intitulada “O MST sob o signo de uma Economia Subjetiva. O Assentamento José Lourenço”.

¹ Consultar Martins (2003), Woortmann (2004), Medeiros & Leite (2004) e Leite et al (2004).

submete ao sentido de contradição, de oposição, porque abala a idéia de sentido determinável, inquestionável.

Sugere ainda Deleuze que realizar um olhar paradoxal pode potencializar um pensamento “que destrói o bom senso como sentido único [...] que destrói o senso comum como designação de identidades fixas” (Ibdem: 03) e pode forjar um pensamento que se alimente e alimente

“...os dois estados de sentido, de fato e de direito, a posteriori e a priori, um pelo qual o inferimos indiretamente do círculo da proposição, outro pelo qual o fazemos aparecer por si mesmo desdobrando o círculo ao longo da fronteira entre as proposições e as coisas.” (Ibdem: 23).

Sendo o sentido produzido, efeito de causas, de posições, de linguagem, de superfície, desvendar as faces múltiplas de um mesmo acontecimento, nos permite trazer à superfície, os vários sentidos. Uns que se cristalizam nos regimes e outros que são relegados ao simulacro, à exclusão.

Estudar assentamentos rurais na sua singularidade se coloca neste caso, como uma possibilidade de adentrar nas peculiaridades, nos diferenciados sentidos, intenções, vivências e experiências dos agentes envolvidos. Apresenta-se como um olhar paradoxal, que não se submete ao sentido único, ao sentido determinado, ao melhor sentido, mas, que articula e dá visibilidade aos vários sentidos atribuídos aos acontecimentos vivenciados na luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária e na gestão dos assentamentos.

Esse olhar pode iluminar conflitos que se geram nas relações sociais; pode indicar pontos de encontros e de afinidades entre os sujeitos sociais envolvidos; pode tornar visível interesses paradoxais que se forjam nas relações travadas entre os assentados e entidades não governamentais, órgãos públicos, setores da Igreja Católica e do movimento sindical e, pode ainda reorientar práticas de intervenção social.

Os assentamentos guardam inúmeras singularidades que podem ser identificadas e nesse sentido, construo perguntas para sugerir visibilidades:

Quem são os sujeitos que gestionam o assentamento? Qual o sexo dessas pessoas? Qual a etnia? A idade? De onde vieram? O que faziam antes? Qual a sua ocupação anterior? Qual a experiência anterior dessas pessoas? Qual a sua relação com a atividade de produção agrícola, com a cultura predominante do assentamento? Participavam anteriormente de alguma organização?

Pergunto ainda: De que forma essa terra foi conquistada pelos trabalhadores? Houve luta? Ocupação? Acampamento? Se houve ocupação e acampamento na terra, pergunto: Algum movimento social foi responsável pela organização da luta? Quais os apoiadores nessa luta? Quais os membros da família envolvidos?

Pergunto mais: Quais as motivações que levam as pessoas a desejarem residir num assentamento?

Para cada assentamento, cada uma dessas perguntas pode resultar em respostas distintas e pode indicar particularidades próprias de cada assentamento.

Neste estudo me proponho a trazer reflexões sobre algumas dessas especificidades. Pretendo trazer reflexões sobre a forma como a questão da **terra** e do **trabalho** é compreendida pelos trabalhadores envolvidos na luta pela conquista da terra. Considero que conhecer os sentidos atribuídos pelos trabalhadores à **terra** e ao **trabalho** é fundamental e ponto de partida para se compreender as novas configurações que se realizam e interferem na gestão do assentamento.

A terra, como também a propriedade da terra e o trabalho expressam uma significação específica e diferenciada para cada uma das categorias de trabalhadores rurais. Para os moradores, os meeiros, os rendeiros, a terra representa possibilidades de inclusão social, de produção de trabalho livre, de utilização de um saber-fazer histórica e culturalmente apropriado pelos trabalhadores e por membros da família. A conquista da terra, a sua transformação em assentamento rural representa a libertação da terra das mãos de um dono só, de um grande proprietário, para as mãos de vários trabalhadores, que remetem à representação da terra como dom de Deus, como um bem natural e que por isso não deveria ter dono. Remete ainda ao direito de usufruto (uso e posse) para aqueles que de fato trabalham e sobrevivem dos frutos da terra. Significa a conquista de trabalho livre, que indica a conquista da autonomia do trabalho, a libertação da figura do patrão e o domínio sobre toda a produção.

O sentido da conquista da libertação da terra e do trabalho é, em geral, apresentada pelos trabalhadores que têm uma relação próxima com a terra, que dela extraem o próprio sustento e o de suas famílias através do trabalho agrícola.

Essas categorias de trabalhadores levam para o assentamento, modos de produção, uma economia de trabalho, previamente existencializada, conhecida e apreendida historicamente pela via familiar. Levam um modelo de trabalho agrícola acumulado anteriormente através das relações de arrendamento, de parceria, de

moradia, que incorporaram no trabalhador o domínio de técnicas de trabalho, a apropriação de um saber-fazer próprio, uma formação agrícola.

São arrendatários de terra, moradores de fazendas, que desde a década de 1980, com a introdução de novos padrões voltados para a modernização das propriedades privadas e o crescimento organizacional dos trabalhadores em defesa de direitos trabalhistas, sofrem com o aumento das expulsões de moradores de fazendas, com a ampliação de demanda por terra de trabalho nos seus municípios de origem, devido a realização de constantes migrações intermunicipais e para centros industriais emergentes.

A compreensão desses trabalhadores sem terra acerca do significado da terra me remete a algumas discussões tratadas por MARTINS, J. (1986) e por Deleuze e Guattari (1976) que questionam, embora por caminhos diferentes, a qualificação da terra como capital, em análises realizadas sobre a ampliação do capitalismo no campo.

Cito MARTINS, J.:

O capital é produto do trabalho assalariado. Já a terra não é produto nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho. É um bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho [...]. A apropriação da terra não se dá num processo de trabalho, de exploração do trabalho pelo capital. Portanto, nem a terra tem valor, no sentido de que não é materialização de trabalho humano, nem pode ter a sua apropriação legitimada por um processo igual ao da produção capitalista. A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra (1986: 159-160).

MARTINS, J., sociólogo, pesquisador e estudioso dos camponeses e de diferentes categorias de trabalhadores rurais questiona a forma de apropriação e de transformação da terra em mercadoria pelo capital, argumentando que a terra não pode receber essa qualificação diante de sua condição de elemento natural, existente previamente na natureza, ou seja, porque não pode ser produzida pelo trabalho humano, nem pelo trabalho já apropriado pelo capital.

Assim é que, para o sociólogo, o capitalista cria uma apropriação monetária sobre a terra para fazê-la operar como capital, para subjugar-la e atuar sobre ela a partir de sua lógica, de seus pressupostos.

Deleuze e Guattari consideram que a terra é

A unidade primitiva, selvagem, do desejo e da produção, [...] ela é também a unidade única, indivisível, o corpo pleno que se rebate sobre as

forças produtivas e se apropria delas como pressuposto natural ou divino [...] Ela é a superfície sobre a qual se inscreve todo o processo da produção, registram-se os objetos, os meios e as forças de trabalho, distribuem-se os agentes e os produtos (1976: 178-179).

Se a terra é entendida pelos trabalhadores rurais como um habitat, um território natural a ser trabalhado para a produção de alimentos, para o provimento da vida, ao receber uma outra ação, uma outra função, para atender aos interesses não mais dos trabalhadores rurais, mas de um grupo que quer ressignificá-lo ao regime capitalista, para cumprir as exigências desse regime, ou seja, a produção de riquezas materiais, de valor monetário, de excedente, de lucro, de mais-valia, dentre outros, essa terra se desterritorializa na sua função social; no seu sentido original, primitivo; em relação a seus códigos, a sua filiação à natureza.

A luta pela apropriação da terra quando se dá pela ocupação e pelo acampamento parece indicar a tentativa de reterritorialização no sentido natural dessa terra. Não nos moldes do modelo capitalista, mas numa perspectiva de retorno ao seu sentido original, enquanto “máquina territorial [...] primeira forma de socius, [...] máquina de inscrição primitiva” (Ibidem: 179). Enquanto território voltado para cumprir uma função social, de provisão de vida, de existência.

Na sua análise MARTINS, J. (1986) traz questionamentos ao formato da ressignificação ao território-terra trazido pelo regime capitalista. Neste regime, a terra recebe novos códigos, novos fluxos e adquire o status de meio de produção, perdendo a sua função social onde o trabalho do agricultor se reterritorializa em renda ou em salário.

Como a terra, o trabalho possui também vários significados para as diferentes categorias de trabalhadores rurais.

Para as categorias de arrendatários e de moradores de fazendas, é nos espaços dos roçados que os trabalhadores aprendem, adquirem uma profissão, um ofício, um saber-fazer.

Como afirma Woortmann, “a transmissão do saber para o trabalho faz-se no próprio trabalho – pois o saber é um saber-fazer, parte da hierarquia familiar – subordinado ao chefe de família, via de regra o pai” (1997: 11). Se é o pai quem dirige e administra o trabalho agrícola, é ele o responsável pelo *fazer-aprender*.

Para essas categorias de trabalhadores rurais, refiro-me aos arrendatários e moradores é pelo trabalho agrícola que se engendram sociabilidades, que os homens

constroem suas representações de masculinidade, cujos modelos se gestam coladas ao trabalho. É através do trabalho que os homens se fazem representar como provedores, se credenciam para o casamento e se fazem respeitados pela família. É pelo trabalho que alimentam desejos, sonhos, que iluminam a vida, dão sentidos à existência humana.

Se para o grande proprietário de terra, o trabalho do morador, e do arrendatário é apenas um elemento no meio de um conjunto de fatores que reunidos lhe proporcionam renda; para o trabalhador sem terra, que mantém contatos diários, por horas, com a terra, que atribue outros significados à chuva, à semente, ao produto da colheita, a relação com o roçado se reveste de outros significados.

Plantando alimentos para abastecer a mesa da família (como o arroz, o feijão, o milho, a mandioca, a fava, etc), esses são muito mais que um mero produto final de trabalho.

Através de um saber-fazer adquirem habilidades e domínios sobre o ciclo produtivo e o calendário agrícola e desenvolvem capacidades de planejamento, de decisão, de negociação e aquisição de sementes, da venda da produção no mercado. Planejam o uso do espaço e do tempo num horizonte temporal anual.

O trabalho materializado na exploração de culturas alimentares é provisão de vida, é afirmação positiva de sujeitos sociais. Nessa relação não circulam apenas interesses econômicos, ou de reprodução familiar.

Circula algo mais significativo para os trabalhadores. Transitam elementos de uma ordem subjetiva, inseridos no plano dos afetos, dos sentimentos, das interações, que o patrão e o gerente da fazenda não vivenciam. O trabalho realizado pelo trabalhador sem terra se ressignifica e adquire um valor imaterial, carregado de elementos simbólicos.

Mas nem todos os assentados possuem as mesmas origens, a mesma relação de trabalho com a terra agrícola. Chegam no assentamento, trabalhadores de periferias de cidades que já não possuíam relações de trabalho com a terra, que trabalhavam de biscateiros, de vendedores ambulantes, de assalariamento (caso de trabalhadores contratados sazonalmente para a colheita da castanha de caju, da cana-de açúcar, dentre outros produtos).

Adentram o assentamento trabalhadores assalariados que vendiam a sua força de trabalho e realizavam uma outra relação trabalhista e empregatícia, cujo trabalho se limitava a realizar tarefas definidas pelo patrão, ou gerente, com pagamento mensal, ou quinzenal.

Aqueles trabalhadores oriundos de periferias de pequenas cidades, trabalhadores assalariados, que já não trabalham em todo o processo produtivo, que não decidem sobre o que produzir, o tempo e forma de colheita, sobre a comercialização dos produtos agrícolas; não possuem o domínio de todo o processo produtivo, de suas variadas etapas e técnicas; não se habitua a realizar planejamento de longo prazo; a lidar com as condições climáticas, de solo, de guardar semente para a próxima safra, possuem uma outra relação com a terra, atuando apenas no trabalho agrícola de forma mecânica, no cumprimento de tarefas pré determinadas pelo gerente.

A terra é compreendida como lugar de trabalho material e pontual, e se realiza de forma superficial e imediatista, onde incorpora-se uma outra lógica próxima dos moldes capitalista. Adaptados a planejar o orçamento familiar para um curto período de quinze ou de trinta dias; a adquirir no mercado os produtos para suprir as necessidades básicas da família, não constroem a lógica do planejamento de longo prazo, como as categorias dos arrendatários, dos rendeiros, dos meeiros, que planejam as atividades de todo o ciclo produtivo, necessárias à aquisição dos alimentos com vistas à satisfação de suas necessidades de sobrevivência.

Para estes trabalhadores assalariados, e outros que nunca trabalharam a terra para dela retirar os alimentos da própria sobrevivência, a terra já não possui uma função social, de provisão da vida, da existência humana. Está mais próxima da lógica construída pelo capitalismo, de terra-mercadoria. É ela capital e vai ser operada para produzir salário e renda.

Assim, instalam-se no assentamento trabalhadores com visões e sentidos diferentes atribuídos à terra e ao trabalho, que refletem-se nas definições do uso, da ocupação, da distribuição da terra e das relações de trabalho que vão se configurar na gestão do assentamento.

O assentamento configura-se como um espaço a ser produzido, onde trabalhadores vão se inscrever, se instituir como sujeitos de direitos, autônomos e em processo de emancipação. Para isso, qualquer definição posterior a Imissão de Posse do assentamento quanto ao uso, ocupação e distribuição da terra, requerem considerar a origem, a história de vida anterior, o saber-fazer acumulado pelos trabalhadores nas suas experiências passadas, nas suas práticas com a terra e o tipo de relação de trabalho realizado com a mesma. Se não existem sujeitos homogêneos, não se pode esperar que realizem práticas comuns no processo produtivo.

Para falar sobre a complexidade que se instala no processo produtivo no interior do assentamento, é necessário lembrar que, cada tipo de exploração econômica traz aos assentados novos desafios: o conhecimento e o domínio de técnicas específicas relacionadas ao ciclo produtivo dessa cultura; a elaboração de um novo calendário agrícola que incorpore de forma concomitante as atividades diferenciadas para a exploração das culturas alimentares e da cultura de caráter econômico; o debate e a decisão por um tipo de sistema de produção que considere a preservação da natureza e também a produtividade; o armazenamento, o aproveitamento e a comercialização da produção; o beneficiamento dos mesmos pelos próprios assentados; o conhecimento do funcionamento do mercado local e regional; a construção de novas parcerias para a realização das várias atividades exigidas no processo produtivo, dentre outras questões.

A lógica do trabalho que se instala no assentamento vem acompanhada de novas dinâmicas, que se constroem e se definem a partir de incorporação de novos agentes que passam a compor o quadro de mediadores envolvidos na gestão do assentamento. A terra conquistada adquire status legal, se institucionaliza, como assentamento e passa a receber a ação das forças do governo e a ser foco de suas políticas públicas.

Também as organizações de trabalhadores que se aliam durante os acontecimentos da ocupação e do acampamento se reorganizam após a conquista da terra para uma atuação autônoma junto aos assentados.

A pretensa representação de unidade e de homogeneidade vivenciada pelas organizações sociais nos espaços da ocupação e do acampamento é momentânea e provisória. Com a conquista da terra, essas organizações querem se assumir nas suas diferenças, construir a própria identidade no interior do Assentamento e se libertar da condição de apoiadores do movimento social que se hegemonizou durante a luta pela desapropriação da terra.

O espaço do assentamento é profícuo em abrir brechas para criar e ampliar novas relações. Configura-se como um espaço a ser produzido social e institucionalmente.

A sua gestão é desafiada pela entrada de novas problemáticas, de novas temáticas que passam a fazer parte de seu cotidiano, de seus interesses mais imediatos. A questão da distribuição da terra, das formas de produção, do debate sobre a exploração agrícola em bases sustentável e agro-ecológica, a criação de redes de comercialização em bases justas, a garantia de assistência técnica, de serviços de saúde, de saneamento, de educação, a participação da mulher, do jovem, são questões que emergem nos Assentamentos e se inscrevem no plano de suas possíveis ações. A

diversidade de seus temas e de seus interessados estimula a formação de novas parcerias e a necessidade de se considerar as diferenças no interior do assentamento.

Não há uma identidade homogênea no assentamento. Se esta tenta se impor através das associações, de grupos, de indivíduos, de técnicos; os conflitos, as dissidências surgem como resistência, como necessidade de gestão das diferenças, das singularidades que emergem do coletivo.

Tratar o assentamento nas suas diferenças é considerar que esse espaço traz uma transgressividade, uma possibilidade de mudanças, de construção do novo, de gestão de formas de convivência, que acolham as diferenças.

Os conflitos são a face de uma sociedade não homogênea. E considerar o conflito, como um exercício de afirmação da autonomia, da alteridade, da legitimidade é possibilitar a superação do pensamento igual, da sociedade do mesmo, do lugar da domesticação.

É considerar, por exemplo, que o trabalho vai se dar em outras bases, que não se aprisiona no trabalho material, nem se limita ao trabalho intelectual. Avança para a criação e cooperação produtiva, atinge não só o corpo dos trabalhadores, e o seu intelecto, mas adentra seus afetos, seus desejos, sua linguagem. Promove rupturas que passam a atuar com processos de produção de saber, de poder, de riquezas, de afetos; que utilizam estratégias de organização, de conexões com redes, para se fazer visível, para se empoderar, se autonomizar econômica e politicamente.

No assentamento, o trabalho a ser realizado pelos assentados cada vez mais se distancia do clássico conceito de trabalho, entendido como trabalho criado pelo capital, visto como emprego em estruturas que submetem o trabalhador a relações de trabalho assalariado, que o segmentam e homogeneízam.

Para finalizar trago questões para pensar, que tem o intuito de trazer problematizações para as práticas e pensamentos calcificados e instaurados em bases homogeneizadoras, universalizantes:

Como tratar as diversas modalidades de trabalho que emergem no assentamento em função dos sentidos originalmente a ele atribuídos pelas diferentes categorias de trabalhadores e trabalhadoras que ingressam e assumem a gestão do assentamento?

Como empoderar os assentados em conhecimentos tecnológicos, em formação, levando em consideração os saberes e visões diferenciadas e acumuladas histórica e culturalmente por cada família assentada?

Como fortalecer os grupos, as associações que tratam de consolidar os sujeitos, a força coletiva, sem contudo incorrer em exclusão do que parece se colocar no campo da diferença, da desordem?

Como aceitar e enxergar nos conflitos a tentativa de emergência do novo que quer se afirmar e romper com paradigmas excludentes?

Como tratar as demandas das mulheres, dos jovens, dos negros, dos índios?

Como gestionar as diferenças, as singularidades e reconhecer a sua importância na construção de um projeto democrático, libertário e de convivência solidária?

Referências Bibliográficas:

DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1974.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo**. Rio de Janeiro: IMAGO, 1976.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos**. Um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA: NEAD; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. (Coord.). **Travessias**. A vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MEDEIROS, Leonilde & LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos Rurais. Mudança Social e Dinâmica Regional**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004.

WOORTMANN, Klaas. **O Trabalho da Terra: A Lógica e a Simbólica da Lavoura Camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, Ellen F. (Org.). **Terra**. Significados da Terra. Brasília: Editora UNB, 2004.

UM BALANÇO DA LUTA PELA TERRA EM SERGIPE - 1985/2005

Eliano Sérgio Azevedo Lopes¹

A intensificação dos conflitos agrários no campo brasileiro, no período contemporâneo, tem se revelado como um dos fenômenos políticos da mais alta relevância.

Conduzidas por organizações e movimentos sociais, onde se destaca o MST, as ocupações de latifúndios improdutivos são observadas em todo o território nacional, atingindo desde as áreas de expansão de fronteira agrícola até regiões populosas e industrializadas, como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais.

Quase sempre, os conflitos de terra têm como principal característica a violência, praticada pelos latifundiários e seus jagunços contra os ocupantes, com o beneplácito, conivência ou omissão da Justiça.

Retrato de um país historicamente dominado por uma elite preocupada apenas com os seus interesses e com a manutenção de seus privilégios que, através do tripé grande propriedade – monocultura – braço escravo, ainda no período colonial, criou as bases para o desenvolvimento de um capitalismo agrário cujas principais marcas são a alta concentração fundiária, péssima distribuição da renda e da riqueza e exclusão social, e cujos resultados mais visíveis são o desemprego, a fome e a miséria e a contínua expulsão de pequenos agricultores e trabalhadores rurais do campo.

Tentar compreender na sua inteireza e profundidade os conflitos agrários que vêm ocorrendo em Sergipe implica vê-los não como um acontecimento local, particularizado, mas como elemento constitutivo de um fenômeno sócio-político de âmbito nacional.

Neste artigo, procuraremos mapear os conflitos de terra que vêm ocorrendo no campo sergipano nas últimas duas décadas, destacando os principais locais onde eles têm acontecido, os principais atores envolvidos e a maneira como têm sido tratados pelo Estado.

Segundo dados do INCRA, em 1991 o estado de Sergipe tinha 86.534 imóveis rurais, com uma área total de 2.170.918 hectares. Destes, 81,4% tinham menos de 25 hectares (66,4% dos quais com área inferior a 10 hectares) e ficavam com 17,9% da área total cadastrada. Em contrapartida, os imóveis com mais de 500 hectares, embora representassem menos de um por cento dos imóveis, se apropriavam de 23,4% da área. Essa situação de elevada concentração fundiária é confirmada também pelos dados censitários do IBGE de

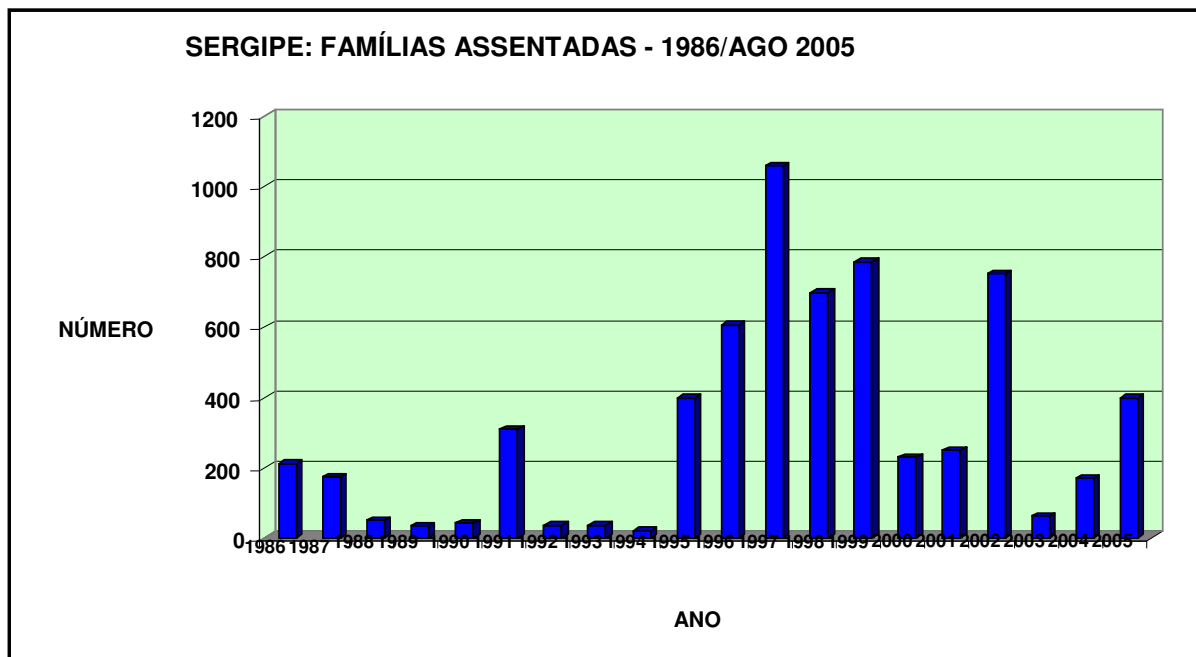
¹ Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ, Professor do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: eliano@ufs.br

1995. Nesse ano, existiam no estado 99.774 estabelecimentos agropecuários, com uma área total de 1.702.628 hectares. Destes, 78,4% tinham menos de 10 hectares e se apropriavam de 10,2% da área total recenseada. Em contrapartida, as propriedades com mais de 100 hectares, embora representassem apenas 3,2% dos estabelecimentos, detinham 57% da área total dos mesmos (*Censo Agropecuário do IBGE - 1995/96*).

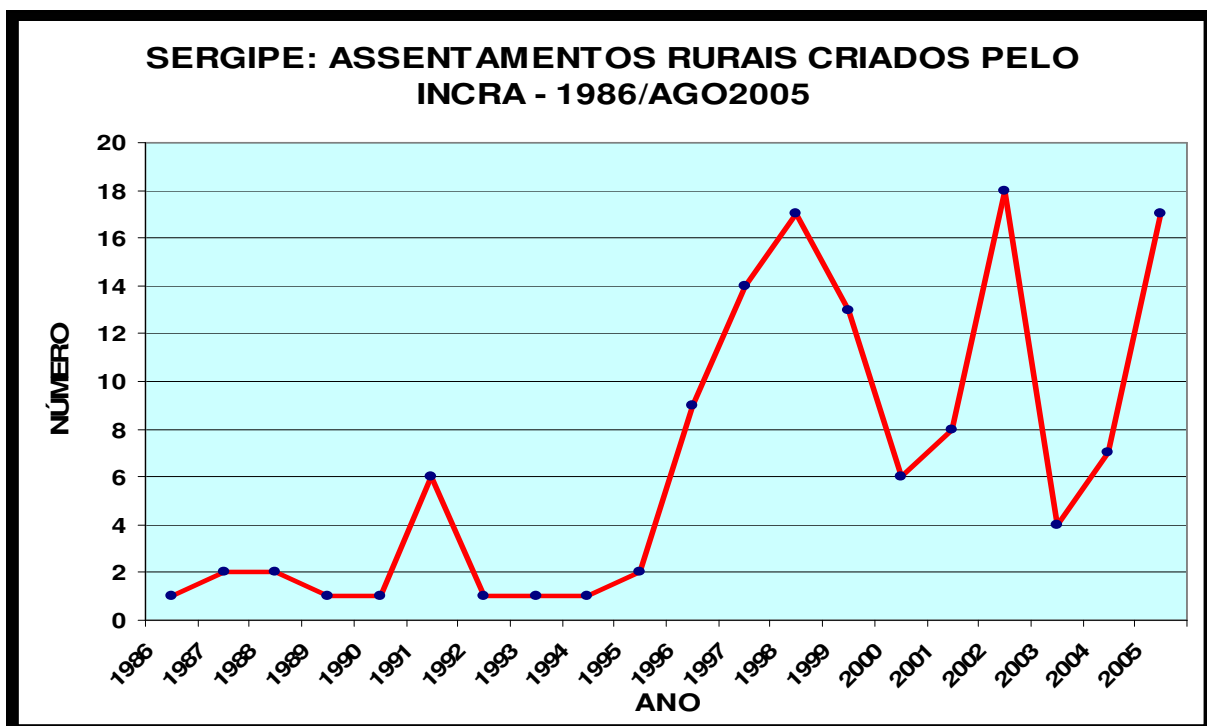
O Índice de Gini, utilizado para medir a concentração da terra, permaneceu praticamente inalterado nas últimas décadas: 0,81 em 1980, 0,82 em 1985 e 0,81 em 1995, números que expressam uma desigualdade na distribuição da posse da terra no estado, ainda bastante acentuada.

Mesmo levando-se em conta a criação de 131 assentamentos rurais pelo INCRA e 6.329 famílias assentadas, no período 1986/2005, os resultados da “reforma agrária” em Sergipe, vistos globalmente, pouco modificaram a alta concentração da terra que existe no estado, embora localmente uns poucos municípios, entre eles Santa Luzia do Itanhy e Japaratuba, tenham apresentado uma queda na concentração da terra no período.

Em agosto de 2005, o INCRA contabilizava 130 conflitos de terra, envolvendo 10.323 famílias, de um total de 30 mil famílias de trabalhadores rurais sem-terra que se estima existir em Sergipe,



Fonte: INCRA/SE



Fonte: INCRA/SE

1 - Organizações e Movimentos Sociais no Campo

Tomando emprestada a noção desenvolvida por Grzybowski (1987), os movimentos sociais no campo “*são ações coletivas de mobilização e organização dos trabalhadores rurais, visando o seu reconhecimento enquanto sujeitos de sua história*”. Por outro lado, a natureza de tais movimentos reflete um caráter temporário, sem hierarquização e existência de estrutura burocrática.

Os movimentos sociais, assim considerados, “*são forjadores de cidadania e espaço de construção da democracia, entendida como um processo de conquista e consolidação de organizações e práticas democráticas na chamada sociedade política, e processo de ampliação da participação e de autonomia da sociedade civil, criando condições de maior igualdade econômica e política, enfim, processo de criação de uma nova legalidade*” (Grzybowski, 1987).

Do ponto de vista da situação concreta do campo brasileiro, a constituição dos movimentos sociais, no período recente, pode ser vista como resultado das consequências estruturais do processo de modernização da agricultura: deterioração das condições de vida das populações rurais; expulsão de camponeses e trabalhadores agrícolas; manutenção especulativa de áreas inexploradas; aumento do número dos agricultores sem terra, enfim, pela atualização da violência costumeira, nas palavras do professor José Vicente Tavares dos Santos (1998).

Outros elementos que propiciaram, aqui e ali, nesses anos todos, que a privação das classes subalternas do campo resultasse em consciência, que a revolta individual cotidiana se transformasse em luta social foram, segundo aquele autor, 1) as variadas respostas que o Estado tem dado às reivindicações dos camponeses e trabalhadores rurais, 2) as maiores ou menores possibilidades de organização autônoma das forças sociais transformadoras, no campo e na cidade e 3) a amplitude e articulação dessas forças sociais, confrontadas com o estilo de atuação das classes sociais que têm empalmado o poder do Estado.

Para Tavares dos Santos (1998), “os movimentos camponeses expressam a indicação da presença social e política dos camponeses e trabalhadores rurais nas transformações contemporâneas da nossa sociedade”.

Não se pode falar em movimentos sociais no campo em Sergipe, no período contemporâneo, sem que se coloque num plano de destaque a Igreja Católica, como a principal indutora e/ou apoiadora da criação de entidades de representação sindical rural e dos movimentos de organização de trabalhadores rurais.

Desde a sua primeira intervenção, em 1976/79, na luta dos “meeiros” de arroz expulsos das terras que ocupavam as margens do rio São Francisco para dar lugar à implantação do projeto de irrigação Betume, desdobrando-se posteriormente no combate aos projetos Cotinguiba-Pindoba (1981/83) e Propriá (1986), todos da CODEVASF, e no apoio ostensivo aos posseiros de Santana dos Frades (1982), a Diocese de Propriá foi o divisor de águas entre uma situação historicamente caracterizada pela resignação e pela acomodação dos pobres do campo à exploração das oligarquias rurais e um novo horizonte que surgia, colocando-os na cena política como atores sociais importantes e sujeitos de direitos.

Mediadora respeitada - e temida - pelas autoridades públicas estaduais e federais e latifundiários de Sergipe, que não raro procuravam desqualificá-la, a Diocese continuou, mesmo com o advento da redemocratização do Brasil, em 1986, a ter um papel fundamental na mobilização e organização dos trabalhadores rurais de Sergipe na luta pela conquista da terra.

Entretanto, com a morte de Dom José Brandão, arcebispo da Diocese e ferrenho defensor das lutas dos trabalhadores rurais, a linha de atuação da Diocese de Propriá sofreu uma profunda modificação, passando da ação mais combativa e direta no apoio às lutas dos trabalhadores rurais, a uma postura mais conservadora.

A FETASE e os STR's sempre estiveram mais preocupados em reivindicar medidas de alteração na política agrícola e solicitar ajuda do governo estadual na concessão de crédito, sementes e outros insumos para os pequenos produtores rurais do estado que já dispõem de

terra; eventualmente procuram mobilizar seus associados para a luta política, quiçá para a ocupação de terras. Nesse quadro, assume solitariamente a luta pela reforma agrária no estado, o MST.

Embora presente nas lutas desde 1985, a sua importância como ator social e político em Sergipe se dá a partir das primeiras ocupações que organiza em 1987, e, o reconhecimento de seu papel como o principal - senão o único - interlocutor credenciado dos trabalhadores rurais sem-terra sergipanos, só vem de fato se consolidar em 1990. É o MST quem não apenas sustenta e procura dar maior visibilidade à luta pela terra no estado, exercendo pressões sobre o INCRA e o governo estadual, como busca estabelecer uma aproximação com a academia, visando o apoio à implantação de projetos nas áreas de educação e saúde, por exemplo.

Até 1988, as áreas de atuação dos movimentos sociais no campo sergipano eram bem definidas, os municípios do Alto Sertão e do Baixo São Francisco estavam sob a influência direta da Diocese de Propriá, e o norte do estado e a região sul, sob a orientação da FETASE. Nessa época, o MST estava começando a criar uma base entre os trabalhadores rurais sergipanos para daí em diante passar a atuar de forma autônoma, como condutor dos processos de mobilização e organização de trabalhadores nas ocupações de terras.

No início, o MST tentou encaminhar algumas lutas junto com a Diocese de Propriá, porém, pouco a pouco, dela foi se afastando, em virtude de divergências políticas e desentendimentos quanto às estratégias de luta pela terra, culminando com o rompimento total durante a ocupação da fazenda Monte Santo, em Gararu. Daí em diante, o MST assumiu a liderança das ocupações de terras no estado, num primeiro momento atuando em regiões onde o movimento sindical estava vinculado a FETASE, cujo comportamento em relação à reforma agrária jamais passou de tímidas reivindicações ao INCRA, posicionando-se, inclusive, várias vezes, contrária às ocupações de terra.

Procurando evitar que suas relações com a Diocese de Propriá piorassem, o MST optou por avançar sobre as regiões sul e norte do estado, realizando todo um trabalho de convencimento e arregimentação de trabalhadores rurais para realizarem novas ocupações, ampliando consideravelmente as ações de luta pela terra em Sergipe.

Por outro lado, a FETASE só passa a participar de ocupações de terras a partir de 1995, muito mais como forma de marcar posição no cenário das lutas no campo e, assim mesmo, obedecendo a uma orientação nacional da CONTAG de não deixar o MST como o único movimento de representação nacional na luta pela reforma agrária. Até porque as ocupações que a FETASE comandou em Sergipe têm uma marca curiosa: a de “prestar contas”, antecipadamente, do que pretende realizar, no caso, a ocupação, ao INCRA.

abdicando de sua independência e autonomia frente ao governo, dada a sua condição de entidade de representação dos trabalhadores rurais, ao contrário do que faz o MST.

Atualmente, o MST vem atuando em todas as regiões do estado, inclusive naquelas onde por quase duas décadas a igreja progressista de Propriá reinou soberana, através de cinco Coordenações Regionais: Metropolitana, Sertão, Sul, Norte e Centro-Sul.

No curso de 20 anos, o MST transformou-se na mais importante entidade de representação dos trabalhadores rurais existente no estado. Além dele, continuam presentes no meio rural a Diocese de Propriá, a FETASE e os STR', o MST, o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e o MLC (Movimento de Luta Camponesa), dissidência do MST no estado e detentor de pouca expressão política.

Outras entidades de assessoria aos trabalhadores do campo, como o Centro Dom José Brandão de Castro, também têm tido uma atuação importante, seja no processo de mobilização e organização dos camponeses e sem-terra, seja como mediadores entre eles e o Estado.

2 - Os Conflitos de Terra

A história recente da luta pela terra em Sergipe tem sido marcada, na maioria dos casos, pela violência, seja dos jagunços contratados pelos latifundiários que tiveram suas terras ocupadas, seja pela polícia, em obediência à decisão judicial de reintegração de posse reclamada pelo dono da terra.

Os exemplos são inúmeros, indo da luta dos índios Xocó, dos meeiros de arroz expulsos pela CODEVASF no Baixo São Francisco e dos posseiros de Santana dos Frades, no início dos anos 80 do século XX, até as ocupações feitas pelo MST, Sindicatos de Trabalhadores Rurais (em menor número) e outras organizações sociais, desde 1985.

Nesse ano, ocupantes da fazenda Barra da Onça, no município de Poço Redondo, foram expulsos violentamente da terra por mais de uma vez, tiveram seus barracos derrubados e suas principais lideranças (Guido e Rubens) foram presas e torturadas pela polícia do município de Nossa Senhora da Glória, para onde foram levadas.

No dia 25 de março de 1991, na fazenda Lagoa Nova, em Pacatuba, jagunços contratados por um fazendeiro e ex-deputado federal deram um tiro na boca no dirigente sindical Deusdeth Santos e agrediram fisicamente o teólogo José Martins da Rocha e a freira Hermínia Pereira Chaves, ambos da CPT/SE.

Na fazenda Santa Clara, município de Capela, um acampado foi assassinado no dia 14 de abril de 1996, com tiros de escopeta e até agora não se sabe quem foi o autor do crime.

Dirigentes estaduais do MST/SE, entre os quais Zé Roberto e Zenaide, foram presos pela polícia, enquanto os outros ocupantes eram retirados à força da área da Fazenda Tingui..

Na fazenda Quissamã, o principal dirigente do MST em Sergipe, João Daniel, ficou vários dias preso na delegacia do município de Nossa Senhora do Socorro, acusado de incentivar o roubo de gado, supostamente feito pelos acampados na mencionada propriedade.

Queima de barracos aconteceu na fazenda Queimada Grande, em Canindé do São Francisco, onde jagunços contratados pelo latifundiário tocaram fogo nos barracos de 150 sem-terra que ocupavam a área.

Os jornais semanários Ação Popular (edição de 31/10/99, com a manchete: “Polícia toca fogo em sem-terra”) e CINFORM (edição de 01/11/99, com a manchete: “Delegado é acusado de tocar fogo em barracos”) noticiaram que o delegado de polícia de Santo Amaro das Brotas mandou tocar fogo nos barracos do acampamento Campo Grande, naquele município, onde 60 famílias de sem-terra, mobilizados pela FETASE, estavam acampadas dentro de uma área desde o dia 01/10/99. As chamas chegaram a atingir, inclusive, um dos acampados.

Somente durante um curto intervalo de tempo, os conflitos de terra em Sergipe tiveram por parte das autoridades governamentais um tratamento menos brutal e agressivo. Foi na época em que o Secretário de Segurança era um ex-comunista, dirigente do PPS, que chegou inclusive a criar um cargo de negociador de conflitos rurais no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, ocupado na época por um capitão da Polícia Militar.

Quando esse secretário foi demitido, por pressão das oligarquias que dominam o Estado, a violência costumeira contra os trabalhadores voltou à tona, a exemplo do despejo dos sem-terra da Fazenda Sapucaia, em Umbaúba, ocorrido em dezembro de 1998, que tiveram seus barracos queimados, fato denunciado num cartaz distribuído por toda a cidade de Aracaju,

A expulsão de sem-terras das áreas que ocupam, a queima de barracos e a destruição dos acampamentos continua a fazer parte da rotina do que ocorre no campo sergipano, mesmo no governo Lula.

Em agosto de 2003, por exemplo, cerca de 300 policiais militares, fortemente armados e usando bombas de gás lacrimogêneo, destruíram o acampamento Milton Santos, com 500 famílias de sem-terras, localizado no município de Estância, às margens da Rodovia SE 175, entre os municípios de Nossa Senhora da Glória e Nossa Senhora Aparecida. Isto aconteceu na presença dos Ouvidores Agrários Nacional e Regional do INCRA e de um Representante

da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SE. Situações como essa se repetiram ao longo de 2004 e 2005.

A Ouvidoria Agrária Regional do INCRA em Sergipe, num fax encaminhado ao Ministro da Justiça, Márcio Tomás Bastos, em 26/08/2003, denuncia que os trabalhadores sem-terra estão sendo vítimas de abusos cometidos pelas autoridades estaduais, inclusive com decisões judiciais que afrontam a legislação vigente, quando do cumprimento de liminares de reintegração de posse.

Afirma que a retirada dos sem-terras acampados as margens das rodovias estaduais tem sido feita ao arrepio da lei e com a “utilização de um aparato policial militar inadequado e ostensivamente agressor aos direitos dos trabalhadores”. Ressalta que nas “desocupações foram utilizadas armas de grande poder letal, como escopeta de repetição, Fuzil FAL (de uso exclusivo do exército), submetralhadora, além de pistola e revólver – tudo com munição real”.

Até mesmo os pertences e documentos dos trabalhadores, em algumas das reintegrações, têm sido destruídos pelas máquinas do DER, relata a Ouvidora, que “sempre destroem as construções, mesmo aquelas utilizadas como escolas de alfabetização”. Cita como exemplo, a reintegração da Rodovia SE-290, às margens da propriedade conhecida como Santa Rita do Gavião, no município de Umbaúba, onde foram “destruídas todas as acomodações dos trabalhadores, incluindo uma escola, que já existiam há, aproximadamente, três anos”,

No caso da reintegração de posse na Fazenda Monjolo, os trabalhadores já haviam sido despejados das margens da rodovia próxima à fazenda, em 08/08/2003, voltaram para dentro do imóvel e, novamente, foram expulsos no dia 25/08/2003. Enquanto os empregados da Fazenda destruíam barracos de lona, os policiais ficavam assistindo. Segundo os trabalhadores, não lhes foi permitido retirar seus pertences. Tudo foi destruído.

Chama-se atenção para o fato de que, até então, a destruição dos acampamentos dos sem-terras só se verificava naquelas situações em que os trabalhadores haviam construído seus barracos no interior da propriedade por eles ocupada. Tanto era assim que, após o despejo, procuravam reconstruir o acampamento às margens de rodovias próximas ao local de onde haviam sido expulsos.

De 2003 em diante, mesmo essa alternativa lhes tem sido negada. Tanto o governo estadual, via o seu Departamento de Estradas de Rodagem – DER, como o governo federal, por intermédio do DNIT, movidos por uma suposta e discutível preocupação com a vida das pessoas que estão acampadas às margens das rodovias, têm sido os principais algozes dos trabalhadores rurais sem-terra, acionando imediatamente a justiça com o pedido de

reintegração de posse das rodovias. Resultado, além de serem impedidos de se manter no interior das fazendas ocupadas, agora também não podem se abrigar nas proximidades do imóvel, às margens das estradas estaduais e federais, sob pena de terem seus barracos destruídos.

3 – Os números das ocupações de terra em Sergipe: 1985/2005

Os dados brutos apresentados são oriundos de cadastramentos feitos diretamente pelo INCRA/SE e pelo MST nas áreas ocupadas.

No caso da série histórica que mostra os dados sobre os conflitos/acampamentos, no período 1985/2005, os números referem-se ao ano em que a ocupação foi efetuada, ao passo que a posição dos conflitos de terra em agosto de 2005, diz respeito à situação presente, ao quadro atual dos conflitos, independentemente do ano em que os mesmos ocorreram.

Atente-se para o fato de que o número de acampados se refere àquele que foi constatado na data do cadastramento, logo, não pode ser visto como imutável. É possível que trabalhadores sem-terra que estavam nos acampamentos, na época em que foi feito o cadastro, atualmente não estejam mais no local, ou que alguns acampados tivessem se ausentado provisoriamente da área (tinham ido à cidade, estavam trabalhando fora, etc.). É possível também que outros trabalhadores tenham chegado à área depois de o INCRA ter feito o cadastramento.

Para além desses fatos, existe ainda um aspecto mais geral a ser considerado sobre a questão das ocupações de terra no meio rural, isto é, o seu caráter político e o uso que se faz disso, numa guerra de números que visa criar, junto à opinião pública, manifestação favorável a um dos lados em disputa: os latifundiários e os trabalhadores rurais, cada um deles tentando “puxar a brasa para a sua sardinha”, tendo o Estado como o responsável por dar solução ao conflito, seja desapropriando o imóvel, seja descartando-o, por considerá-lo produtivo e, portanto, não passível de desapropriação para fins de reforma agrária.

Explica-se: os grandes proprietários de terra, que têm os seus latifúndios improdutivos ocupados, muitas vezes minimizam a magnitude da ocupação, reduzindo o número de ocupantes existentes no imóvel, com isto procurando desqualificar os números esgrimidos pela outra parte (os sem-terra e suas organizações, como o MST). Daí porque os dados levantados pelo INCRA geralmente divergem daqueles que o MST e/ou outras organizações sociais à frente das ocupações realizadas fazem questão de divulgar na mídia.

Entretanto, mesmo considerando que muitas vezes possa existir uma superestimação do número de ocupantes de um determinado latifúndio improdutivo, divulgado pelas entidades ligadas aos sem-terra – na ocupação da terra, por exemplo, trabalhadores rurais já

assentados e/ou sem-terra acampados em outras áreas podem ser arregimentados, de modo a engrossar o número dos ocupantes – isto não faz desaparecer ou torna menor o problema das ocupações no meio rural.

No período que vai de 1985 a agosto de 2005, ocorreram em Sergipe 136 ocupações de terra, envolvendo um total de 19.526 famílias de trabalhadores rurais (Tabela 1). No governo Sarney, foram 20 ocupações, passando a 60 nos dois mandatos de FHC e chegando a 58 conflitos nos dois anos e oito meses do governo Lula. Enquanto na era FHC a média de ocupações de terra foi de 7,5 ao ano, no governo Lula ela subiu para 20,7 ou três vezes mais. O que é normal, em se tratando de um governo que historicamente sempre se colocou ao lado dos trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária.

Entre 1990 e 1994 foram registradas poucas ocupações de terra em Sergipe, ao contrário de 1999 em diante, quando houve um aumento do número de conflitos, atingindo o seu maior ponto em 2004, com 29,5% do total de ocupações registradas nos últimos 20 anos.

TABELA 1
SERGIPE - OCUPAÇÕES DE TERRAS NO ESTADO DE SERGIPE – 1985/AGO 2005

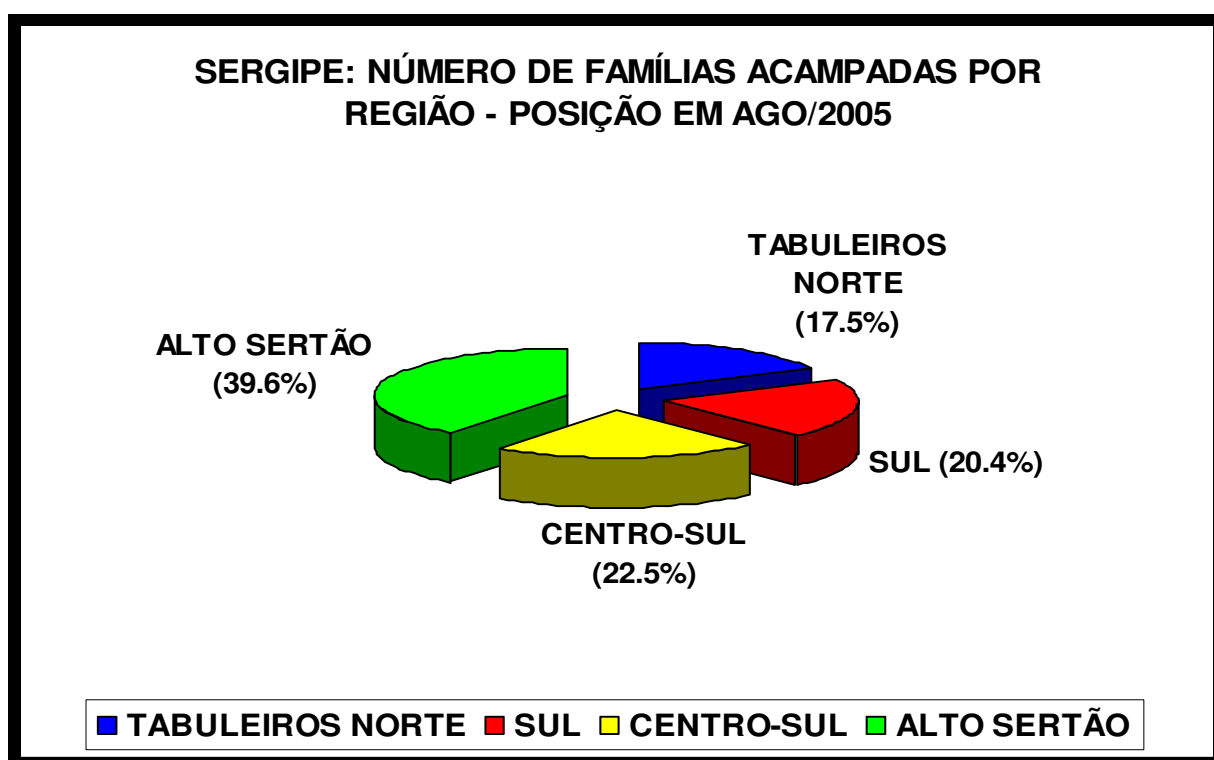
ANO	OCUPAÇÕES	
	NÚMERO	FAMÍLIAS
1985	2	213
1986	7	598
1987	3	112
1988	1	400
1989	7	859
1990	1	80
1991	1	150
1992	2	135
1993	2	64
1994	3	208
1995	5	1.552
1996	16	4.671
1997	9	545
1998	1	32
1999	6	347
2000	9	555
2001	6	1.231
2002	9	2.089
2003	14	2.454
2004	36	2.764
2005	8	467
TOTAL	136	19.526

Fonte : INCRA/SE

Em agosto de 2005, contabilizavam-se 130 conflitos/acampamentos, envolvendo 10.323 famílias, em 34 municípios dos 75 que compõem o estado. A maioria dos conflitos estava localizada na região semi-árida, justamente numa região onde há problemas climáticos

(secas periódicas), terras com baixa fertilidade natural, muito distante dos principais mercados, dotadas de infra-estrutura física e de serviços precários, entre outros. Na minha opinião, a região menos indicada para se priorizar as ocupações, com o que parece não concordar o MST, pois, de 1995 para cá, o semi-árido tem sido o lócus por excelência de sua atuação.

No período 1995/1999, 37% das ocupações feitas em Sergipe estavam concentradas em 6 municípios do semi-árido, sendo Poço Redondo e Canindé do São Francisco os que apresentavam o maior número dos conflitos sociais agrários, com cinco ocupações cada. Essa porcentagem subiu para 40,8%, em agosto de 2005, tendo os municípios de Poço Redondo, com 21 conflitos, Canindé do São Francisco, com 12, Nossa Senhora da Glória, com nove e Monte Alegre de Sergipe com sete, como os principais concentradores das áreas de conflitos. Fora dessa região, apenas Estância, na região Centro-Sul do estado, aparecia com 13 ocupações, constituindo-se no segundo município com maior número de ocupações.



Fonte: INCRA/SE

Por outro lado, o número de trabalhadores rurais que se encontravam acampados em agosto de 2005, da ordem de 10.323 famílias, representava quase o dobro das 6.329 famílias assentadas pelo INCRA em Sergipe, nos últimos 20 anos.

3.1 - Onde ficam os acampados

Dados de 1999 revelam que em 60,9% do total de ocupações de terra existente naquele ano, os sem-terra construíram o acampamento no interior da propriedade ocupada;

19,6%, em local próximo a ela; e 10,9%, em um povoado vizinho. Ressalte-se que, em apenas 2,2% dos casos, os barracos de madeira cobertos por lona de plástico foram armados na beira de uma estrada ou em área cedida provisoriamente por trabalhadores já assentados, localizado próximo ao imóvel ocupado, e, em 4,3% das ocupações, eles ficaram “arranchados” em área cedida por pequenos sitiantes que, sensibilizados com sofrimento desses companheiros, os convidam para ali permanecer, enquanto tratam de resolver a questão da desapropriação junto ao INCRA (Tabela 2).

Esses casos representam o desdobramento de um quadro inicial de expulsão ou despejo dos ocupantes – geralmente por meio de violência da polícia –, onde a solidariedade de outros assentados ou pequenos proprietários de terras impedem que ocorra dispersão dos sem-terra e, conseqüentemente, o enfraquecimento da luta pela conquista da terra.

TABELA 2
SERGIPE - LOCAL ONDE OS SEM-TERRA MONTAM ACAMPAMENTO - 1999

LOCAL	NÚMERO	%
DENTRO DO IMÓVEL	28	60,9
PRÓXIMO AO IMÓVEL	9	19,6
POVOADO	5	10,9
DENTRO DE ASSENTAMENTO	1	2,2
ÁREA CEDIDA	2	4,3
BEIRA DA RODOVIA	1	2,2
TOTAL	46	100,1

Fonte INCRA/SE

No entanto, os dados de 2001 mostram uma reviravolta nesse quadro. Naquele ano, 50,0% dos acampamentos foram construídos próximo ao imóvel, 35,7% no interior da área ocupada, 12,5% em assentamentos já criados e apenas 1,8% em povoado próximo. E, a partir de 2003, como já mencionamos anteriormente, essa situação modificou-se ainda mais, haja vista a violenta repressão de que têm sido vítimas os sem-terra. Agora, não apenas sendo expulsos das propriedades que ocupam, mas também das margens das rodovias onde reconstruíam os acampamentos destruídos pela ação da polícia e/ou dos jagunços.

3.2 - Quem está à frente das ocupações

É inquestionável a presença fortíssima do MST na condução da luta pela terra em Sergipe, sendo o mesmo responsável por 70% das ocupações ocorridas entre 1991 e 1999, e de 90% das 130 ocupações de terra registradas pelo INCRA em agosto de 2005, o que não significa necessariamente que ele mantenha a mesma influência após o assentamento dos sem-terra. Os “rachas” ocorridos depois do assentamento das famílias têm sido freqüentes, e o MST, na esmagadora maioria dos casos, tem ficado com a minoria dos assentados, sob o seu controle ou influência.

As ocupações restantes foram promovidas pela FETASE (Mochila, no município de Itaporanga D'Ájuda, Jacarecica I/Novo Escuta, em Riachuelo, Santa Rita, em Siriri, e São Cristóvão, no município de Carira) e pela Cáritas (Santo Antônio, em Propriá, São João Batista, em Cedro de São João, São Francisco de Assis, no município de São Francisco, e Dona Paqueta Piloto, em Canhoba), cada uma delas com quatro casos, vindo a seguir o MLC, com três casos (Montes Claros, em Cedro de São João, 24 de Julho, em Propriá, e Limoeiro, no município de São Francisco) e a Fundação Palmares, em duas áreas quilombolas (Mocambo, em Porto da Folha, e Lagoa do Campinho, no município de Amparo do São Francisco) (Tabela 3).

TABELA 3
SERGIPE: ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELAS OCUPAÇÕES – AGO2005

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO	%
MST	117	90,0
FETASE	4	3,1
CÁRITAS	4	3,1
MLC	3	2,3
FUNDAÇÃO PALMARES	2	1,5
TOTAL	130	99,9

Fonte : INCRA/SE

Se, do ponto de vista político, o MST constitui o canal mais importante dos sem-terra e dos assentados, seja na interlocução com as autoridades públicas, seja no enfrentamento direto na luta pela terra, o mesmo não ocorre no âmbito interno dos assentamentos. Geralmente são os filhos dos assentados os que mais se identificam com o Movimento e participam ativamente de suas ações, e não os seus pais. Estes reconhecem a importância do MST na luta pela terra, são gratos a ele por estarem hoje ali, mas não se reconhecem como integrantes do Movimento. Não raro, questionam a presença de representantes do assentamento em atos políticos promovidos pelo MST e a razão porque têm que arcar com as despesas de deslocamento das pessoas para participar desses eventos.

As ocupações de terra realizadas nos últimos 20 anos, conduzidas pela Diocese de Propriá ou pelo MST, na sua esmagadora maioria, foram realizadas por trabalhadores rurais dos próprios municípios onde estava localizado o latifúndio e residentes de outros municípios vizinhos. Exceção a isso foram os casos de uma gigantesca ocupação feita pelo MST em 1989, na fazenda Cruiri, reunindo mais de mil famílias acampadas em diversas áreas do estado, e da ocupação do alojamento da CHESF, na Hidrelétrica de Xingo, município de Canindé do São Francisco, realizada por cerca de três mil famílias de sem-terra vindos de

diversas regiões do estado, como forma de pressionar o INCRA para agilizar a desapropriação de inúmeros imóveis ocupados.

Um outro aspecto importante diz respeito ao número de ocupações de terras que posteriormente foram desapropriadas e transformadas em assentamentos rurais. Qualquer que seja a comparação que se faça, o resultado será sempre o mesmo: o número de ocupações realizadas num ano é sempre maior que o de assentamentos criados. Em outras palavras, o ritmo das ocupações ocorre em progressão geométrica enquanto a criação dos assentamentos “anda a passos de cágado” e o número de ocupantes é sempre maior do que a capacidade de assentamento do INCRA.

A explicação para isso é a demora entre a data em que a ocupação é feita e o tempo que o INCRA leva para criar o assentamento, bem como a lentidão do órgão em responder com rapidez à demanda por terra, de modo a acomodar todos os acampados. Assim, ocupações de terra feitas em um determinado ano podem levar vários anos até que o imóvel desapropriado chegue às mãos dos sem-terra, ou ainda, em muitos casos, ser descartada ou ficar de “molho”, ou como dizem as lideranças dos sem-terra, “o INCRA fica empurrando com a barriga”. Exemplo disso é a Usina Santa Clara, no município de Capela, ocupada há quase 10 anos pelo MST. Apesar da pressão dos seus ocupantes e do esforço do MST junto ao INCRA, não se vislumbra, em curto prazo, solução à vista, posto que os seus proprietários são herdeiros de uma das oligarquias locais, e têm conseguido impedir a desapropriação.

Por outro lado, a importância das ocupações pelos trabalhadores rurais sem-terra, no sentido de fazer andar a “reforma agrária” do governo federal, é inquestionável. Dos 131 assentamentos rurais do INCRA existentes em Sergipe, em agosto de 2005, mais de 90% deles foram resultado de conflitos sociais agrários. O que explica o porquê da necessidade de os movimentos sociais, principalmente o MST, não apenas continuar a realizar ocupações de terras como intensificá-las mais ainda.

Nos últimos 20 anos, apesar dos discursos oficiais, o acesso a terra tem se dado muito mais pela pressão dos trabalhadores sem-terra e suas organizações do que por livre iniciativa dos governos. São as ocupações de terra que têm obrigado o governo a agir, sem elas, dificilmente chegar-se-á a números que atendam efetivamente à demanda por terras na magnitude reclamada pelos trabalhadores rurais.

4 – À Guisa de Conclusão

O balanço das lutas pela terra em Sergipe, nos últimos 20 anos, mostrou a importância fundamental que teve a Igreja Católica, através da Diocese de Propriá, nas conquistas obtidas pelos trabalhadores rurais no diz respeito ao acesso a terra.

Posteriormente, esse lugar foi ocupado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, atualmente o mais significativo e combativo movimento social, com atuação em todas as regiões do estado.

A intensificação das ocupações e a sua expansão por quase a metade dos 75 municípios sergipanos, com a concentração dos conflitos na região semi-árida, é outro aspecto relevante a ser ressaltado.

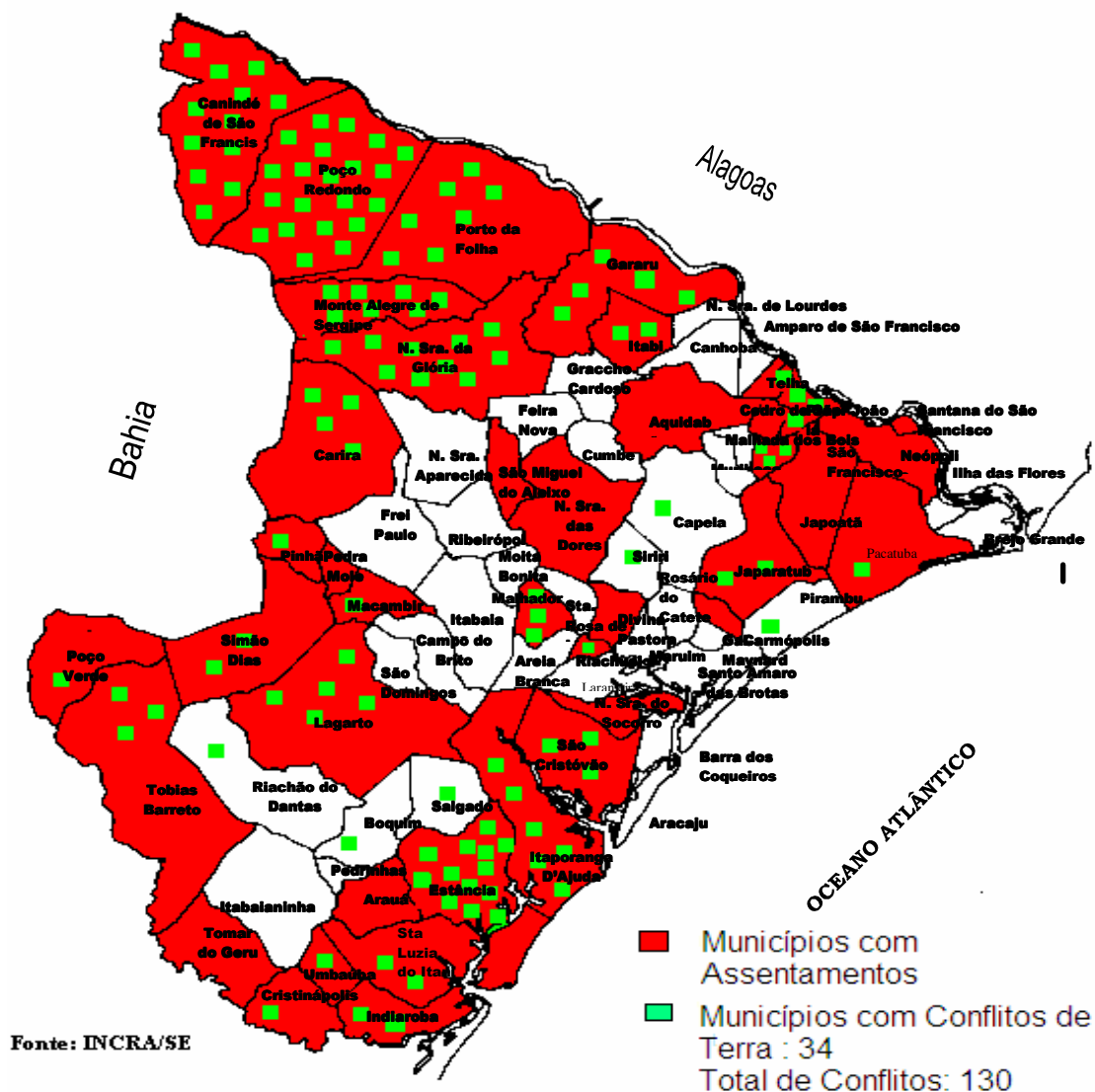
Ficou patente a violência com que os trabalhadores sem-terra têm sido tratados pelo poder público que, ao invés da negociação, prefere recorrer à força das armas para expulsá-los das áreas ocupadas, destruindo tudo o que encontram pela frente.

Também merece ser destacada a tendência que vem sendo observada nos últimos anos no que tange ao tamanho cada vez menor das propriedades que estão sendo desapropriadas pelo INCRA, resultando numa baixa capacidade de assentamento de famílias por imóvel.

As dificuldades operacionais do INCRA/SE são outro problema que tem contribuído para a lentidão do processo de assentamento, favorecendo a intensificação dos conflitos. Como ele desconhece o estoque de terras passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, atua atendendo as demandas que lhe chegam.

Por último, o programa de crédito fundiário, combatido pelo MST e menina dos olhos da FETASE, vem assumindo em Sergipe, nos últimos anos, o papel de principal instrumento de acesso a terra aos trabalhadores rurais, numa completa inversão de valores. A arrecadação de terras via desapropriação para fins de reforma agrária, a cada ano, vem cedendo lugar para os financiamentos visando à aquisição de terras, proporcionados pelo crédito fundiário.

SERGIPE: LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS E ÁREAS DE CONFLITOS/ACAMPAMENTOS - POSIÇÃO EM AGO/2005



Referências bibliográficas

- CINTRA, Maria da Conceição B. *A Trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Sergipe – 1985/1997*. UFPE, 1999 (Dissertação de mestrado).
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes/FASE, 1987.
- INESC. *Observatório*. Informativo bimestral do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos. .Ano II. Número 17. 15 de Março de 2000. Brasília, D.F.
- INCRA/SE. *Cadastramento dos acampamentos/conflitos de terra em Sergipe – out/99*. mimeo.
- INCRA/SE. *Relação dos Conflitos/Acampamentos de terra em Sergipe – ago/2005*.

- LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Estrutura Agrária e Produção de Alimentos em Sergipe. Caderno de Extensão – Série Estudos Rurais. PROEX/UFS, Aracaju (SE), 1995.
- _____. História dos Movimentos Sociais no Campo em Sergipe: uma abordagem preliminar. ADUFS. Revista Candeeiro, Ano VI, v. 9 e 10. Aracaju, Outubro de 2003.
- MEDEIROS, Leonilde et alii. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos (Coordenador). *Conflitos sociais agrários*. Relatório Final. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Novembro de 1998.
- SILVA, Rosemiro Magno da & LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. *Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe*. Editora UFS. 1996.
- SILVA, Rosemiro Magno da. Assentamento de Pequenos Produtores Rurais em Sergipe – 1945/1992. Secretaria de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação. Aracaju, 1996.

UM OLHAR SOBRE OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

Marcelo Leles Romarco de Oliveira,
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ).
Bolsista da CAPES.
mlromarco@yahoo.com.br

1. Introdução

Esse texto, procura levantar algumas reflexões à cerca de assentamentos rurais no entorno do Distrito Federal¹, especificamente no município de Padre Bernardo em Goiás, o trabalho iniciou-se a partir da convivência com assentados na época da elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA)², em assentamentos dos municípios de desta região. Para a coleta das informações foram utilizados dados secundários (relatórios do Incra, recorte de jornais, portarias e outros documentos), relatos orais e da observação participante que permitiu acumular um grande número de informações com diferentes informantes, observando-se práticas e dinâmicas sociais no dia-a-dia. Malinowski (1978), expressou que através da convivência diária, da capacidade de compreender o que está sendo dito além de participar das conversas e acontecimentos do cotidiano do objeto de estudo, é possível coletar uma quantidade maior de dados.

Elias (2000) outro autor que, guardadas as devidas especificidades, nos faz refletir acerca de estudos mais localizados. Ele aborda que um dos benefícios de uma investigação intensiva numa comunidade seria entender melhor a natureza dos fenômenos pesquisados.

Esses dados permitiram observar que na região do entorno do Distrito Federal, a luta pela terra se da, sobretudo, por causa da sua localização estratégica, da estrutura fundiária que

¹ Segundo Guimarães e Leme (2001), a Região do Entorno de Brasília é composta por 22 municípios e foi instituída oficialmente em 19/02/1998. Além do município de Brasília, que é territorialmente delimitado pela área do Distrito Federal, a região abrange 19 municípios do Estado de Goiás (Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, **Padre Bernardo**, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa) e dois outros municípios de Minas Gerais (Buritis e Unaí).

² O PDA, elaborado pela equipe na qual eu fazia parte tinha a finalidade de elaborar, com a participação dos assentados, um plano que definiria as diretrizes para o assentamento no curto, médio e longo prazo. A coordenação dos trabalhos era feita pelo Grupo de trabalho de reforma agrária da Universidade de Brasília.

beneficia os grandes especuladores de terras e a da monocultura modernizada associada à pecuária melhorada que beneficiam as grandes propriedades.

Em outubro de 2004, na posse do Superintendente Regional do Incra SR (28), o presidente do Instituto, em seu discurso³ afirmou que a região do entorno do Distrito Federal é considerada uma das regiões mais delicadas do país e um dos principais desafios a serem enfrentados pelo Incra,

“Com o avanço dos grãos, a valorização do preço da soja, os complexos agroindústrias estão atraindo muita gente pra cá. (...) Todos os dias milhares de pessoas chegam na Rodoferroviária em busca de terras” (Presidente do Incra, Rolf Hackbart, outubro de 2004).

Ainda em seu discurso Rolf considera o entorno do DF como uma região “explosiva⁴”, o que favorece em muito os conflitos agrários na região. Isso se deve principalmente por causa da estrutura fundiária, da grande valorização das terras através de especulação imobiliária, da monocultura dos grãos e da intensa migração de pessoas em busca de trabalho e terras na região. Nesse sentido, estudos realizados por Aguiar et al (1994) mostraram que as regiões do entorno, principalmente os municípios de Cristalina e Padre Bernardo que têm uma agricultura centrada na monocultura, têm causado sérios danos ao meio ambiente pelo uso excessivo de agrotóxico e, pelo manejo inadequado e pela utilização de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, forçando o deslocamento da população rural para as áreas urbanas do entorno. Paralela a essa situação, segundo os mesmos autores, é cada vez mais freqüente os sítios de finais de semana que substituem áreas de agricultura de subsistência, consideradas essenciais, por manterem um equilíbrio mais compatível com o meio ambiente. Além disso, com o estabelecimento dos sítios de lazer ou de final de semana, parte da população se desloca para os centros urbanos em busca de emprego.

Para Leite et al (2004), a associação entre migração, concentração fundiária e modernização conservadora da agricultura da região favoreceu a abertura de três modalidades de conflitos:

“Uma entre posseiros e grileiros, ambos interessados em ampliar o controle sobre as terras valorizadas pelo processo de modernização; outra entre colonos e moradores, de um lado, e proprietários, de outro, resultante do rompimento de contratos de parceria; e uma terceira, provocada pela intensificação da presença de trabalhadores rurais sem terra e sem trabalho nas periferias das cidades da região” (idem, 2004:50).

Esses elementos associados ao processo de redemocratização do país possibilitaram um cenário político-social favorável à reforma agrária. E a partir dos anos de 1970, mediadores

³ O pesquisador estava presente na posse do novo Superintendente da SR (28), o senhor Renato Lordello, que aconteceu no dia 18 de outubro de 2004, na sede da Superintendência em Brasília.

⁴ Em seminário realizado em maio de 06, no CPDA, Rolf reinteirou a problemática da região do entorno, definindo-a como *explosiva e delicada*.

ligados principalmente à igreja católica e posteriormente com o movimento sindical nos anos 1980, a bandeira por reforma agrária passou a ganhar força e culminou com a ocupação de áreas improdutivas nos estados de Goiás e Minas Gerais, próximas ao entorno do Distrito Federal. No final da década de 1980, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras (MST) passou a ter também uma participação efetiva na luta pela terra na região.

Segundo Oliveira (2002), o aumento do número de ocupações de terras na região e as pressões dos movimentos de luta pela terra, favoreceram que o Ministério Extraordinário de Política Fundiária e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a criarem, em dezembro de 1997, a Superintendência Regional do Distrito Federal e entorno - SR(28), por considerarem:

“(...) a incontestável exigência, decorrente da falta de estrutura e os conflitos agrários existentes que em muito vem prejudicando os processos de Reforma Agrária na Região do Distrito Federal e entorno” (Incra, 1997).

Com esse ato, o governo criou uma Superintendência com mais “autonomia”, com objetivo de amenizar a situação fundiária da região. A Superintendência “adotou” municípios pertencentes à região do entorno no estado de Goiás e municípios da região noroeste de Minas Gerais: Arinos, Buritis, Formoso e Unaí.

Em fevereiro de 2006, eram 139 assentamentos com 9.312 famílias assentadas, sob jurisdição da SR (28), divididos da seguinte forma: 84 assentamentos no Estado de Goiás e 55 assentamentos no estado de Minas Gerais. Em Goiás, o maior número de assentamentos fica no município de Flores de Goiás com 26.58% do percentual do estado. Já em Minas Gerais o município de Unaí se destaca com 45.23% dos assentamentos sob a jurisdição da SR 28. Os demais dados dos outros municípios podem ser observados na tabela 1 logo abaixo.

Tabela 1. Municípios, assentamentos e percentual por Estado da federação**

Municípios de Goiás*	Número de Assentamentos	Famílias assentadas	(%) por Estado
Água Fria de Goiás	4	186	4,76
Alto Paraíso de Goiás	2	210	2,38
Alvorada do Norte	2	150	2,38
Brasília	11	715	13,10
Cabeceiras	2	56	2,38
Cavalcante	1	36	1,19
Cidade Ocidental	1	57	1,19
Cristalina	4	539	4,76
Colinas do Sul	1	20	1,19
Cocalzinho de Goiás	1	168	1,19
Divinópolis de Goiás	1	85	1,19
Flores de Goiás	10	1262	11,90

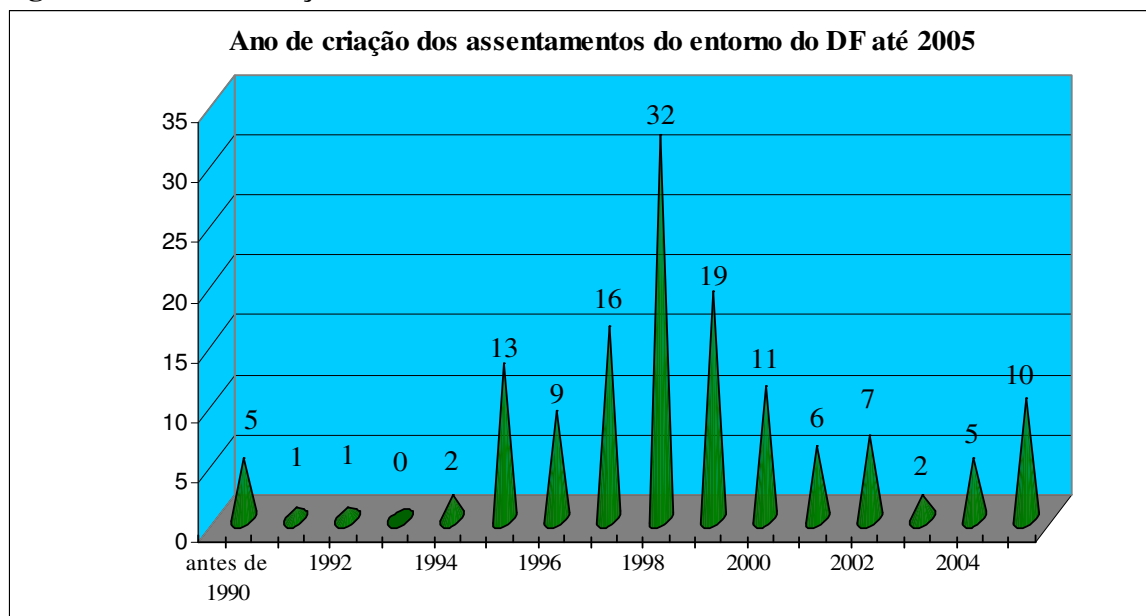
Municípios de Goiás*	Número de Assentamentos	Famílias assentadas	(%) por Estado
Formosa	8	735	9,52
Guarani de Goiás	2	72	2,38
Luziânia	2	108	2,38
Mambai	6	191	7,14
Monte Alegre de Goiás	1	49	1,19
Nova Roma	1	64	1,19
Padre Bernardo	8	588	9,52
Planaltina	4	163	4,76
Posse	1	94	1,19
São Domingos	2	100	2,38
São João D'Aliança	6	472	7,14
Simolândia	1	49	1,19
Sítio D'Abadia	1	52	1,19
Teresina de Goiás	1	49	1,19
Total de Goiás	84	6270	100,00
Municípios de Minas Gerais*	Número de Assentamentos	Famílias assentadas	(%) por Estado
Arinos	22	771	40,00
Buritiz	16	526	29,09
Formoso	5	388	9,09
Unaí	12	1357	21,82
Total de Minas Gerais	55	3042	100,00
Total Geral	139	9312	

Fonte: SR(28) fevereiro de 2006. * Sob jurisdição da Superintendência do Entorno e Distrito Federal-(SR28).

** Nessa tabela não estão computados dados de assentamentos oriundos do Banco da Terra. Tabela elaborada pelo autor.

Na figura 1, podemos observar que na região do entorno do DF existe um número expressivo de assentamentos, criados principalmente na segunda metade da década de 1990, com destaque para o ano de 1998, com 32 assentamentos novos.

Figura 1. Ano de Criação dos assentamentos do entorno do Distrito Federal. SR 28



Fonte: Incra, SR (28), fevereiro de 2006, elaborado pelo autor.

A partir dos dados apresentados, podemos formular algumas hipóteses que favoreceram a criação de vários assentamentos, na década de 1990 na região, a saber,

1. À grande presença de movimentos sociais na região, principalmente a do MST, que promoveu uma campanha nas cidades satélites do DF, convidando as pessoas a ocuparem terras. É interessante ressaltar que, na década de 1990 Brasília passou uma grave crise relacionada à falta de emprego. Isso favoreceu que aquelas pessoas que estavam desempregadas ou que tinham acabado de migrar para Brasília entrassem na luta pela terra e visse na ocupação de terras uma modalidade de emprego;
2. À criação de uma superintendência em 1997 para agilizar a reforma agrária na região, atrelada, ao plano de metas da superintendência. Segundo os técnicos do Incra, na época do governo Fernando Henrique, ficou definido que nas fazendas desapropriadas deveriam ser assentadas o maior número de famílias possíveis, não importando como fosse as condições que essas famílias fossem assentadas.

Todavia, em pesquisa de campo realizada em 2004 e 2006, ficou evidente que o grande número de assentamentos criados na região não significou a qualidade para eles. Isso fica claro principalmente no que tange a infra-estrutura como água, estradas, energia elétrica⁵ e assistência técnica. Para muitos desses assentados, a reforma agrária ainda não aconteceu. Como podemos perceber nas falas de alguns entrevistados,

“(...) do tempo do acampamento até agora [assentamento] já são seis anos e até hoje eu tenho que buscar água longe. Furaram um poço artesiano ali, mas não foi

⁵ Na região a eletrificação rural chegou no final de 2005 e início de 2006, através do Programa Luz para Todos do Governo Federal em Parceria com a Companhia Elétrica de Goiás.

suficiente para jogar água pra todas as casas e a maioria tem que buscar de carroça ou pagar o carreto que cobra até R\$ 4,00 por um galão de 200 litros. Sem contar que para o poço funcionar é a gente que tem que pagar o diesel. Ai é uma briga danada porque uns paga e outros não. O Incra foi incapaz de colocar um gerador de luz para evitar esses problemas” (Sr. H. assentado no Vereda I, Pe Bernardo-GO, 2004).

“Aqui a gente não tem luz, água. Quando chove, as estradas do assentamento fica intransitável, falta posto médico se uma pessoa adoece é perigoso pode até morrer por falta de socorro. (...), a assistência técnica não existe. Quando tem é a SINUELO [empresa privada], que faz de conta que presta a assistência, mas na verdade vive passando a perna nos assentados, faz o projeto pega o seu dinheiro e vai embora e o assentado que se dane. O Incra sumiu daqui tem muito tempo que a gente não vê o pessoal do Incra aqui. Eles nem vieram fiscalizar, para saber o que a gente fez com o dinheiro dos créditos (...) na verdade, Marcelo, estamos entregues a própria sorte” (Sr. A. assentado no Vereda II, Pe Bernardo-GO, 2004).

“Sei que estamos aquém das nossas capacidades, faltam veículos, um plano de carreira para os nossos funcionários, faltam funcionários para atender todos os nossos assentamentos”. (Presidente do Incra, Rolf Hackbart, outubro de 2004).

As condições e as dificuldades em que assentados se encontram é de certa forma reconhecidas pelos agentes do Incra. Assim, podemos observar que os interesses para a criação desses assentamentos estavam atrelados a uma política do Incra na gestão do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que estava preocupada apenas com geração de números ou a estatísticas positivas sobre a quantidade de assentamentos criados, o que, infelizmente, não refletiu na qualidade dos assentamentos.

2. Os atores sociais dos assentamentos no entorno do Distrito Federal

A região do entorno do Distrito Federal, é por excelência uma região constituída principalmente por migrantes, que vieram para a região em busca de *oportunidade melhor*⁶. Com a criação dos assentamentos rurais na região, ocorreu a possibilidade dos trabalhadores locais e principalmente desses migrantes que ora tinham vindo das diversas regiões do país para Brasília, de terem acesso a terra e a trabalho. Isso tem permitido que muitos trabalhadores que viviam na cidade voltassem ao campo. “*Aqui pelo menos eu tenho uma casa, planto o meu milho, tenho as minhas galinhas e bodes têm dificuldades, mas não passo fome, na cidade foi muito difícil*” (Sra. Or, assentamento Vereda I 2004).

Dessa forma, muitos desses trabalhadores depois de anos ou até décadas morando na cidade descobrem que lá era muito difícil de alcançar seus objetivos, sobretudo por causa das transformações ocorridas no mercado de trabalho e da violência na cidade. Desta forma, resolvem buscar por meio da organização de movimentos populares como os que lutam por

⁶ Na fala de alguns entrevistados, quando perguntei porque vieram para Brasília a fala mais recorrente era a busca de oportunidade melhores, que para eles significava ter emprego, moradia e não passar fome.

reforma agrária (MST), condições mínimas de cidadania e, assim, muitos ingressam na luta pela terra. Isso nos conduz a observações similares elaboradas por Sousa (1999),

“Esses trabalhadores após alguns anos de convivência na cidade, acabam entrando em contato com outros moradores, os quais já perceberam que devem suas condições de vida à organização excludente da sociedade e que, para mudarem de vida, devem se organizar junto a movimentos sociais. (...). Como resultado essas pessoas provenientes do êxodo rural vão se juntar a esses grupos indo engrossar o movimento dos sem-terra, ao encontro do sonho” (idem, 1999:606).

Martins (2003) chama atenção que a reforma agrária surge para essas pessoas permitindo transformar o marginalizado em cidadão, possibilitando a construção de uma nova realidade social. Assim, lutar pela terra, em boa parte, significa lutar pelos direitos de moradia, uma possibilidade que se apresenta na reforma agrária, é,

“Na morada que se encontram os mecanismos de reprodução da família e sociabilidade familiar, que se renova na sacralidade dos laços de família e a mística da relação com a terra” (idem, 2003: 21).

Apesar de todas as dificuldades de se viver nos assentamentos, muitas pessoas preferem essa condição a vida difícil que levaram nos seus locais de origem ou até mesmo em Brasília, onde para muitos o sonho do *eldorado*⁷ acabou não acontecendo e os desencontros da vida os levaram a percorrer um caminho para áreas de conflitos, em busca de terra, passando a viver em barracos de lona preta, sem condições mínimas de sobrevivência. Isso ficou evidente, para mim ao realizar pesquisas em assentamentos rurais na região com migrantes com trajetórias campo-cidade-assentamento. Essa pesquisa me permite formular alguns elementos que possam auxiliar e entender porque essas pessoas deixaram Brasília e entraram na luta pela terra na região.

Assim, elementos como trabalhar no que é seu, moradia e terra própria, algo importante para muitos, além da possibilidade de fugirem da violência das cidades satélites, foram decisivos para que essas pessoas partissem para um acampamento e, posteriormente, um assentamento. Dessa forma, pude mapear três elementos relevantes para essa decisão, a saber,

1. Como pode ser constatado que a maioria dessas famílias assentadas na região vinham do Distrito Federal, cidade em que o desemprego e a falta de perspectiva em relação ao mercado de trabalho que passava por um processo de reestruturação contribuiu para a exclusão, sobretudo, dos mais velhos e dos com menos qualificação, ou seja, a pessoa com idade avançada e sem estudo *não presta mais para arrumar emprego* (Sr. C, assentamento Angicos, 2001).

⁷ O termo **eldorado** foi cunhado por migrantes que tive a oportunidade de entrevistar em assentamentos rurais no entorno do Distrito Federal. Para muitos o termo se refere ao sonho que tinham com a cidade no caso aqui Brasília de encontrar uma “vida melhor e ficarem ricos”. “Eu achei que ia chegar aqui [Brasília] e ficar rico ganhar muito dinheiro e ajudar a minha família. Todo mundo naquela época falava que aqui era o eldorado” (Sr. D, Vereda I, 2001).

“Teve uma vez que eu cheguei lá e fiz uma ficha num abatedor de frango, em Brasília, quando eles descobriram a minha idade, eles mandaram embora na mesma hora. Eu tinha 55 anos na época. A vida lá é muito sofrida” (Sra. Or, assentamento Vereda I, 2001).

“O cara com mais de 40 anos é muito difícil, você vê como o pobre sofre na cidade. Você com mais de 40 anos, não arruma emprego, o governo vem aposentar o cidadão com 60 a 65 anos. Quer dizer que nesse período ele tem que ralar. Ele vai comer o que, pedra?” (Sr. B, assentamento Vereda I, 2004).

A questão do desemprego também pode ser apontada como um elemento incentivador para essas famílias irem para um assentamento. Isso fica evidente ao analisar as taxas de desemprego do Distrito Federal nos anos de 1990, onde a região passou quase toda a década com taxas muito elevadas de desemprego, com destaque para o ano de 1998, em que a taxa de 19,50% foi a maior de todo o período.

2. Outro elemento é a violência que vem crescendo em Brasília tem assustado muitos moradores: *“nós moradores era quem ficava preso em casa assustados com a bandidagem”*. Nesse sentido, Martins (1999) chama atenção que Brasília tem se tornado de ilha da tranquilidade e da fantasia em império do medo e do pavor.

“Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do DF, no primeiro semestre de 1998, ocorreram 172 estupros, 23 a mais do que em igual período, 242 homicídios, 484 roubos de carros e 448 arrombamentos de residências” (idem, 1999:71).

Essa violência contribuiu para que muitos fossem para o assentamento, em busca de um lugar mais tranquilo,

“Eu nem quero mais saber de cidade. Hoje até os jovens estão desempregados e outra é porque na cidade tem muito vagabundo. Nós dormimos presos e eles ficam soltos, porque nas casas tem que ter tudo com grade e trancado de cadeado” (Sr. D, assentamento Vereda I, 2001).

“Em 1995 eu vinha do serviço e vinha na frente. Eu peguei uma carona com um colega. Aí foi quando os vagabundos me pegaram para assaltar e na época me levaram uns 20 contos. Acho que na época era R\$ 20,00. Eu usava uns cordões de michelin. Levaram e me deram um tiro no pescoço e depois deram mais dois tiros. Não morri mesmo porque não chegou o dia” (Sr. F, assentamento Vereda I, 2001).

3. Por último, a vontade de possuir um “pedaço” de terra, ter uma *chácara*⁸ ou até mesmo uma moradia própria está presente desde o início do processo migratório dessas pessoas. A possibilidade de realizar o sonho de conseguir o “pedaço” de terra acontece a partir do ano de 1998, quando o MST começou a organizar os trabalhadores nas cidades satélites de Brasília para ocupações de fazendas improdutivas em municípios do entorno

⁸ *Chácara* é uma categoria nativa que para os assentados. Significa uma parcela de terra maior que um lote e menor que uma fazenda, onde cada família ocupa a extensão total de 20 hectares, incluindo a moradia e a área de terra que se dispõe para o plantio.

do Distrito Federal, entre estes, o município de Padre Bernardo. Com a possibilidade de “ganhar um pedaço de terra” através das ocupações, estes migrantes resolveram acompanhar o *movimento* para realizar o sonho de ter a terra.

“Rapaz eu trabalhei muito na cidade no ABC em São Paulo em Brasília, mas o que eu gosto é mesmo da roça, aqui eu fico mais feliz, apesar das dificuldade que a gente tá passando por falta de créditos e essas coisas” (Sr. J, assentamento Mambai, 2004).

“Eu sempre fui da roça, vim pra Brasília porque em Pernambuco não tinha condições de sobreviver, mas sofri muito em Brasília, eu não tinha estudo o meu estudo é só dedo. Trabalhei de empregada doméstica, garçone e lavadeira, aí a gente vai ficando velha o sr, já viu ninguém que dar emprego. Aí quando surgiu a oportunidade de vim para o acampamento para ganhar um pedaço de terra, eu logo falei com o meu velho vamos pra lá com os sem-terras? Aí o meu velho aceitou e a gente tá aqui, feliz com as minhas galinhas” (Sra. Or, assentamento Vereda I, 2001).

Dessa forma, a possibilidade de ganhar uma *chácara* fez com que esses trabalhadores se aproximassem do MST, engrossando, assim, o movimento de luta pela terra na região. Além disso, a ocupação de terras para alguns surge como uma possibilidade de conseguir ocupação. Para muitos, o MST era um movimento que conheciam, até então, apenas pela imprensa televisiva, especialmente, através do acontecimento de Eldorado dos Carajás, em 1996. E o que eles faziam não era correto, “invadir” terras dos outros, mas depois que entraram no movimento passaram a entender o que era reforma agrária e quais eram seus direitos.

“Rapaz, eu tinha um medo daquilo [das ocupações]. Medo demais, porque a gente via as brigas, principalmente naquele lugar que teve as mortes, no Pará, em Eldorado, onde matou um ‘mucado’ de gente lá. Então aquilo ali me deixou como medo” (Sr. G, assentamento Vereda I, 2001).

“No movimento eu ouvi falar, naquela ocasião, que teve aquela briga lá no Pará, onde mataram o Chico Mendes, era negócio dos sem-terras. E eu ficava pensando, será que eu vou para os sem-terras, será que vai acontecer comigo desse jeito também?” (Sr. D, assentamento Vereda I, 2001).

Olhando para os relatos acima fica evidenciada a presença de elementos importantes tais como: a relação com a terra caracterizada pela origem rural dessas pessoas, o desconhecimento sobre a própria reforma agrária, ou seja, as informações que chegavam até eles eram aquelas passadas pela televisão e que mostrava uma idéia de que as pessoas que participam de ocupações são desordeiros. E por fim, a idéia de que a terra que é ocupada é ganha, pois, antes de virem para as ocupações os boatos que corriam na região era que o governo estava dando terras.

Sobre essa questão ao abordar alguns entrevistados sob o porquê deles falarem que a terra era dada mesmo sabendo que eles teriam que pagar, os assentados responderam que por um lado, quando eles vieram para o acampamento que não precisaria pagar a terra, depois que descobriram que teriam de pagar eles resolveram não desistir, pois já tinham resolvido acampar

e iriam até o final. E por outro, eles se sentiam ganhadores porque lá no acampamento chegou a ter quase 1000 famílias acampadas e só 450 famílias seriam assentadas, e eles eram uma dessas famílias que tinham sido contempladas.

“Eu sei que vou pagar um pouquinho pela terra, mas eu acho que é dado porque era muita gente querendo e só alguns ganharam como um concurso, muitos se inscrevem e poucos passam. (...) Uma vez eu ganhei um lote no Recanto das Emas e foi a mesma coisa, tinha muita gente querendo e só alguns conseguiram” (Sr. B, assentamento Vereda I, 2001).

A noção de “terra dada” mostra um sentimento de obrigação e favores, que muitos atribuem a situação vivida por eles em Brasília, onde alguns tinham “ganhado” um lote do Roriz assim,

“Eu ouvi falar que estava dando lote em Brazlândia [cidade satélite], aí fiz a inscrição para ganhar um lote. Aí eu ganhei o lote que foi dado pelo Roriz (sic). Isso foi no período da saída do outro governo do Roriz, em 1994. O Roriz, pra mim, sempre foi um ótimo governo, porque tinha gente que nunca teve um lote e ele deu (...) se ele for candidato no ano que vem eu voto nele de novo” (Sra. Or, assentamento Vereda I, 2001).

“Desde que eu cheguei a gente mudou duas vezes, morei de 1971 até 1974 em Taguatinga Centro e, de 1974 até 1978 morei em Taguatinga norte. Depois de 1979 mudei para Guarapiranga, Ceilândia Sul. Essa casa eu ganhei, acho que foi do governador Zé Ornelas. A casa foi o governo que me deu antes eu estava morando de aluguel, esse governador foi e me deu a casa, que eu pagava pouquinho de prestação” (Sr. D, assentamento Vereda I, 2001).

Gouvêa (1998) chama atenção para a estratégia de distribuição de lotes em Brasília, como o Programa PROMORAR⁹ que estava atrelado a interesses eleitoreiros e de desmobilização de movimentos de trabalhadores que buscavam melhores condições de habitabilidade. Nesse sentido, Borges (2003) chama atenção que em sua pesquisa na cidade satélite do Recanto das Emas, a autora constatou que dentre as várias exigências que se tinha para concorrer a um lote em Brasília uma delas era que a pessoa pretendente ao lote fosse eleitora do Distrito Federal, ou seja, teria que transferir o seu título para Brasília. Ainda segundo a autora

“Ao interesse de alguns políticos pela expansão territorial e populacional, vem calhar a disposição de certas famílias em morar nesses locais novos, transferindo suas vidas (e seus títulos de eleitor) para lá” (Borges, 2003:49).

⁹ “O Programa PROMORAR, em Brasília, era utilizado como instrumento para legitimar, junto à população, a candidatura do governador José Ornelas ao Senado Federal, o que de fato ocorreu em 1986” (Gouvêa, 1998:89).

Essa maneira de fazer política demonstra uma relação de clientelismo que está por traz da “distribuição” de lotes em Brasília. Uma vez que essas pessoas (beneficiadas) acabam servindo como *pessoas que fornecem a energia social necessária à expansão do poder político*. (Borges, 2003).

Outro elemento que foi possível de identificar com assentados da região foi a possibilidade que muitos viram nas ocupações de terras uma oportunidade de ganhar “algum dinheiro” através da venda da *chácara*¹⁰ ou até mesmo de pegarem o crédito do PRONAF e desviar do objetivo principal, ou seja, que seria aplicar na propriedade.

“Aqui teve gente que só esperou que os créditos saíssem, pra gastar o dinheiro com bobagem (...) comprou carro velho, foram pra zona gastou com mulher e depois de não terem mais dinheiro, venderam a *chácara* e sumiram no mundo. Pelo menos uns três fizeram isso” (Sr. I assentamento Vereda I, 2004).

“Teve gente que o crédito saiu num dia e no outro tirou os filhos da escola, não esperou nem o ano letivo terminar, vendeu a *chácara* e foi logo embora” (Funcionário da Escola do assentamento Boa Vista, 2004).

“A gente sabe que tem muita gente que usa o crédito errado ou desvia, isso é motivo de muitas denúncias, mas para gente é difícil de fiscalizar porque faltam funcionários, carros e diárias” (Técnico do Incra, 2004).

As falas que retratavam os desvios dos recursos da reforma agrária foram recorrentes em outras entrevistas realizadas em 2004. Para muitos, a conclusão é que a falta de fiscalização do Incra em relação à aplicação dos recursos e a ausência do órgão nos assentamentos, são os principais elementos que favorecem os assentados a desviarem os recursos. “*Em todo lugar tem gente desonesta você sabe (...) O pessoal desvia os créditos porque o Incra sumiu tem mais de seis meses que um técnico não vem aqui no assentamento, mesmo assim quando vem e para arrumar intrigas*” (Sra. L, assentamento Vereda II, 2004).

É importante ressaltar aqui, que o meu papel de pesquisador é não fazer pré-julgamentos desses assentados, que tenha por ventura, utilizado o crédito de outra forma, e sim procurar retratar esses, fatos. Pois, acredito que, para entender a atitude desses assentados seria necessário um investimento em trabalho de campo com os mesmos procurando entender quais os motivos ou as razões que tenham levados a utilizar o crédito para outros fins ou até mesmo vendido suas parcelas.

¹⁰ Aqui é importante ressaltar que essa venda da *chácara* é um negócio proibido e segundo um funcionário, do Incra quando o negócio é descoberto quem comprou tem que desocupar a área comprada e quem vendeu fica “sujo” com o Incra. “O cabloco fica impossibilitado de tirar terra em qualquer unidade da federação, pois o nome dele fica registrado no SIPRA, e se ele tentar tirar um lote em outra superintendência o cadastro aparece, que ele já tirou lote aqui. (...) quem comprou fica no prejuízo principalmente se ele não tiver perfil da reforma agrária. É a mesma coisa que comprar um carro roubado” (Técnico do Incra, 2004).

3. Observações finais

Por meio deste trabalho, procurei apresentar algumas reflexões sobre os assentamentos rurais no entorno do Distrito Federal, procurando apontar alguns elementos, sobretudo no que diz respeito à política de reforma agrária e dos possíveis atores presentes nestes assentamentos.

Em se tratando de política de reforma agrária na região fica claro que os assentamentos criados na década de 1990 e nos anos subsequentes estiveram, por um lado, atrelado a uma política do quanto “*mais melhor*”, ou seja, quanto mais assentamentos fossem criados não importando com as questões de infra-estrutura, assistência técnica e outros eram necessários. Essa medida serviria para diminuir a pressão exercida pelos movimentos sociais na região, além de cumprir as metas da nova Superintendência SR(28). E por outro, na grande maioria dos assentamentos foi assentado um grande número de famílias, excedendo a capacidade física de cada fazenda, o que acarretou num grande número de parcelas improdutivas.

No caso dos atores sociais presentes nesses assentamentos, se considerar dois momentos na vida desses assentados, ou seja, local de nascimento e o anterior ao assentamentos, podemos observar que a grande maioria realizou uma migração longa. Para isso tomo como exemplo, dados dos chefes de família do assentamento Vereda I, no município de Padre Bernardo, neste assentamento foi possível constatar que todas as famílias não eram do município onde tinham sido assentadas, mas em sua grande maioria tinham uma origem rural cerca de 82,86%. Entretanto, cerca de 81,43% tinham vivido na cidade por um período médio de 10 anos, antes de migrarem para o assentamento. Muitos destes assentados vieram de Estados do nordeste, de Minas Gerais, de Goiás e de outras regiões do Brasil. E depois de muitos deslocamentos vieram parar no assentamento. Esses dados mostram, que esses trabalhadores carregam um elemento comum ao campesinato brasileiro, ou seja, o seu desenraizamento.

No assentamento muitos irão reproduzir diversos valores que foram acumulados ao longo da trajetória de suas vidas. Dessa forma, fica a seguinte questão: o assentamento poderá ser um ponto final¹¹ para essas famílias migrantes? Acredito que é necessário relativizar esse questionamento do ponto final, pois é preciso refletir na idéia de que o assentamento pode ser visto como relativo para essas famílias, uma vez que o assentamento pode ou não garantir alguma permanência delas na localidade em que se alcançou uma das etapas da luta pela terra.

¹¹ Tal reflexão do ponto final surgiu, das contribuições dos colegas e da professora Leonilde Medeiros, durante a disciplina de Seminário de Tese ministrada no primeiro semestre de 2004.

4. Referências bibliográficas

- AGUIAR, Tereza Coni; MAGUAGO, Angélica Alves; BARRUCHO, Roberto de Castro Nóbrega; et al. O entorno do Distrito Federal: no espaço e desordem ambiental. In: **Anais do IX Encontro**, 1994, v.2. pp.131-141. Disponível em: <www.abep.org.br> Acesso em out./2001.
- BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília: Etnografando lugares-eventos da política**. Rio de Janeiro, Relumê Dumará-NUAP/UFRJ. 2003.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno-SR/28. Laudo n. 084, de 14 de setembro de 1998. Avalia o imóvel rural denominado “Vereda ou Boa Vista”, eleito para servir como área de aquisição para fins de Reforma Agrária e Interesse Social. Relator: Benemilson Oliveira dos Santos. **INCRA**, Brasília.
- ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed. 2000.
- GOUVEA, Luiz Alberto. “A capital do controle e da segregação social” In: PAVIANI, Aldo (Org) **A conquista da cidade movimentos populares em Brasília**. Brasília, UnB. 1998. pp75-96.
- GUIMARÃES, Eduardo Nunes; LEME, Heládio Jose de Campos. A região metropolitana de Brasília no contexto. In: HOGAN, Daniel. et al (orgs). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População, UNICAMP, 2001. pp 75-107.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Resolução nº. 138, 22 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a criação da Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno-SR(28), com jurisdição abrangendo as áreas de atuação do Distrito Federal e municípios do Entorno. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, n.52, p.30863, 23 dez. 1997. Seção 1.
- LEITE, Sergio. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo, Editora da UNESP. 2004.
- MALINOVISKI, Bronislaw Kasper. Argonautas do Pacífico Ocidental. In. **Os pensadores**. São Paulo. Abril cultural. 1978.
- MARTINS, José de Souza. “O sujeito da reforma agrária (estudos comparativo de cinco assentamentos)”. In: MARTINS, José de Souza (org). **Travessias a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003. pp 7-52.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. segunda parte pp 184-318.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões. **Caderno Temático**, Rio de Janeiro, 1994. nº. 01, 59 p.
- PEREIRA, José Roberto. **De camponeses a membro do MST: os novos produtores rurais e sua organização social**. Brasília, UnB, 2000. 221p. (Tese - Doutorado em Sociologia).
- SOUZA, Regina Sueli. Terra o calcanhar de Aquiles do Brasil? In: **Estudos** Revista da Universidade Católica de Goiás. Volume 26, nº 4. 1999. pp 591-612.

VIRAR SEM TERRA

Notas sobre o momento de adesão ao MST de assentados do

Assentamento Carlos Lamarca, Itapetininga, Sp.

Danilo Paiva Ramos

Orientador: John C. Dawsey

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo

Resumo

O drama social da adesão ao movimento coloca-se como tema central do presente artigo. Tomando como referência as narrativas de assentados sobre o momento em que se deu tal decisão, tento entender a centralidade que momentos de crise familiar, no trabalho e na moradia tiveram para que alguns trabalhadores se tornassem “sem terras”. A questão mostrou sua importância quando, ao analisar interpretações políticas e histórias de assombração dos assentados foi percebendo como as imagens do sofrimento, super-exploração no trabalho, conflitos familiares eram evocadas para permitirem uma maior compreensão da trajetória de luta política. O modelo teórico pensado por V.Turner(1982) do drama social vai permitindo tecer uma linha comparativa às diferentes trajetórias analisadas. Nelas, o despertar para uma consciência mínima da situação de exclusão, e a posterior luta coletiva vão levando os acampados à constituição daquilo que G.Lukács(1922) denomina consciência de classe. Nesse processo, o corpo do trabalhador passa a ser o lócus onde cresce a revolta contra o cansaço, a desmoralização e a violência.

Entre dois morros, estende-se o Assentamento Carlos Lamarca. A região serviu de refúgio para o guerrilheiro assassinado na época da ditadura. Carlos Lamarca foi homenageado pelos acampados e assentados que constituíram suas casas e plantações nessa região. Dois pequenos rios cortam o assentamento e deságuam no grande rio Itapetininga. As cercas dividem os lotes, também chamados de sítios por alguns assentados. Nesses, as plantações de cana, milho, melancia, mandioca, pimentão, disputam espaço com o pasto do gado. Há poucas árvores nos lotes e às margens das ruas que cortam o assentamento. O sol forte e o vento castigam qualquer um que caminhe por lá. Os bonés e chapéus são indispensáveis. É comum ainda se ver assentados usando bonés vermelhos do MST para irem trabalhar em suas roças e pastos. Algumas casas conservam também bandeiras do movimento na parede da sala de visitas. A área comum do assentamento estabelece-se

nos quatro hectares que compõem a sede da antiga fazenda e o posto de saúde. Os lotes possuem em média onze hectares. A medida dos lotes foi estipulada pelo Incra e pelo Itesp, após terem feito testes na terra, verificando sua baixa produtividade. A topografia realizada pelos órgãos do governo homologou apenas quarenta e sete das sessenta e três famílias acampadas. A criação de gado foi indicada pelo Incra como sendo a solução produtiva para os assentados. Hoje, há uma associação de doze famílias produtoras de leite. As outras dividem-se em famílias associadas que produzem pimentão, aquelas que produzem isoladamente não vendendo muito da produção, e aqueles assentados, geralmente solteiros, que não plantam em seus lotes. Como o dinheiro do financiamento para habitação do governo não foi suficiente para o término das casas, muitos assentados conservam suas casas de madeira ao lado das casas de alvenaria ainda não terminadas. Há também um assentado que mantém sua casa feita com a lona preta dos tempos de acampamento. Cerca de trinta por cento da área do assentamento foi destinada à preservação ambiental, da qual fazem parte as matas ciliares dos rios.

As terras sobre as quais se constituiu o Assentamento Carlos Lamarca compunham a antiga Fazenda Monjolo. A propriedade ocupada pertencia aos descendentes de uma família que teve papel político e econômico importante no interior e capital paulistas. Os Almeida Prado possuíam as terras dessa fazenda e dos arredores desde o “tempo dos escravos” como dizem os assentados. Ainda hoje os moradores percebem as marcas deixadas pela produção de café, amendoim e algodão por grandes valas que separavam as culturas e que cruzam o assentamento. Após dois anos realizando ocupações e acampamentos que resultaram apenas na expulsão dos sem terra das terras ocupadas, a entrada na Fazenda Monjolo culminou num processo de emissão de posse de certo modo rápido e não violento. Segundo alguns assentados, isso se deve ao fato dos filhos do falecido fazendeiro já estarem querendo desfazer-se da propriedade.

Entretanto, a relativa facilidade na ocupação e conquista das terras dessa fazenda contrasta com a difícil trajetória das famílias. Originárias das zonas rurais de Minas Gerais, Paraná, interior paulista, Pernambuco, Alagoas, e outros estados, essas famílias foram marcadas por aquilo que J.Souza Martins(1991) denomina “expropriação da terra”. Assim, houve a perda da terra

seja para grandes fazendeiros de suas regiões, para usineiros ou para buscar melhores condições de vida e trabalho tanto no interior paulista, quanto nas grandes cidades do estado. São Paulo, Campinas e Sorocaba absorveram sua mão de obra migrante levando essas famílias a habitarem as periferias, favelas e até mesmo as ruas urbanas. A violência, o desemprego, as más condições de vida e trabalho foram muitas vezes as causas de um drama comum aos assentados, tornar-se Sem Terra. Tomando o modelo teórico pensado por V.Turner (1982), acredito ser possível ver esse momento crucial da adesão ao movimento como algo semelhante a um drama social. Para o autor, esse modelo daria conta de um tipo de experiência específica onde conflitos e tensões sociais são exacerbadas. O drama social é formado por algumas fases. A primeira delas é a separação ou ruptura (“quebra” de relacionamento essencial para o grupo), seguida pela crise e intensificação da crise (“clivagem social”), sucedida pela ação remediadora entre os grupos envolvidos, que pode ser por fim reintegração, ou cisão de uma das partes envolvidas no conflito. No cotidiano, tido pelo autor como estrutura social, diversos conflitos e crises emergem no processo social, gerando dramas sociais, momentos extra-cotidianos, sendo esses anti-estruturais. Nestes momentos anti-estruturais, gerados pela própria estrutura, um distanciamento e uma reflexividade são possíveis. Suponho que a crise num determinado modo de trabalho e vida tenha levado esses assentados a um distanciamento quanto à estrutura social que situava seus papéis nas margens, nas periferias, em meio à exploração, à violência e à pobreza cada vez mais agudas.

Acredito que para entender as camadas de história que se sobrepõe antagonicamente nas terras da Fazenda Monjolo transformada em Assentamento Carlos Lamarca, seja necessário olhar inicialmente para esse momento central na vida dessas pessoas. A decisão de aderir ao MST implicou muitas vezes no abandono da casa, da família, da vida em cidade, para sujeitar-se aos desafios e perigos da vida em acampamento, embaixo da lona preta. Sem terem garantia nenhuma da conquista da terra, esses assentados viveram dois anos na beira de estradas, em difíceis condições de moradia, sempre ameaçados pela polícia e pelos jagunços dos fazendeiros. Acompanhar mais atentamente esse momento em algumas trajetórias de vida permite visualizar melhor o difícil drama de “virar sem terra” assumindo todos

os atributos que revestem a pessoa do “ser sem terra”. Atributos esses marcadamente políticos e ideológicos que levam a uma relação de identidade para com outros membros do MST e de outros movimentos sociais, e de alteridade quanto ao Estado e aos Latifundiários. Talvez a análise dos relatos de assentados sobre a decisão de aderirem ao movimento ajude a visualizar melhor os contornos dessa *persona* (M.Mauss;2003) que cobre o rosto dos Sem Terra.

O acampamento Carlos Lamarca teve início com o trabalho de base de militantes que compunham a regional de Sorocaba. Esses militantes atuaram na periferia das cidades de Sorocaba, Campinas e São Paulo. As reuniões para formar os coletivos que realizariam as primeiras ocupações foram realizadas nos salões de igrejas. Dessas reuniões participavam principalmente trabalhadores desempregados ou que se encontravam em situação difícil nos centros urbanos. Além das pessoas que foram direto para o acampamento Carlos Lamarca, alguns vieram de outros acampamentos, formados pelo trabalho de base em cidades do interior paulista. Esse foi o caso de Dona Cândida que trabalhava na cidade de Américo com a filha e enteadas na colheita de laranja. Devido à situação difícil pela exploração no trabalho, tinha dificuldade até para alimentar suas filhas. Dona Cândida conta da seguinte forma esse momento de sua vida:

“Então aí foi o tempo que eu conheci o movimento sem terra... Em Américo, eu trabalhava pra usina... Sozinha. Com os filhos sozinha. Aí, nós foi pegar laranja, né... É, colhia laranja lá, subia na escada, caía, se furava todo com o espinho. Quase perdi minhas impressões digitais, colhendo laranja. O sumo da laranja ele come, se entendeu. Até hoje eu tenho um problema de rachadura nas mãos por causa da colheita de laranja. Entendeu? Aí nós colhia laranja a semana inteira, eu e minhas duas meninas. E quando chegava no final de semana, a gente pegava aquele cheque e passava de frente o açougue (risos). Hoje eu dou risada, né, naquele tempo eu chorava. Passava em frente ao açougue, olhava frango, olhava aquelas carnes assim dependuradas. Só olhava e ia embora pra casa. E a revolta dentro só crescendo... Ganhava pouco, você se matava, mas ganhava pouco... Por dia, por quanto colhesse. Você se matava e não conseguia nada. Quando era laranja boa ainda dá, mas quando era laranja ruim, aí pronto! Daí quando eu cheguei em casa, cheguei revoltada. Paguei o aluguel, água, luz. Não consegui comprar nada. Comprei acho que uns três quilos de arroz assim. Ovo. E um cortado de abóbora que a gente colhia lá. Assim, nas leiras, sempre achava. Abóbora, cachi... Daí fiz um cortadinho pra levar. Mas revoltada falei: - Eu não aceito essa vida mais não, meu pai. De jeito nenhum. Sou tua filha, o senhor é meu pai, sou tua herdeira... fiz uma oração à noite . No outro dia tava uma chuva. E elas levantaram bravas. A Bia e a Márcia

levantaram bravas. É, por que a gente trabalha, trabalha e não agüenta essa vida, não sei o que e tal... Falei, vamos lá, filha, vamos. Dentro do ônibus, entrou uma moça e distribuiu uns panfletos. Aí a moça pegou e ainda falou assim: - Ah, isso daqui eu vou pegar pra limpar... Aí aquela moça distribuindo os panfletos, né, e não chegou até o fundo. Onde nós estávamos, por que eu sentava sempre na última cadeira. Aí a moça que pegou o papel mostrou pro outro do lado: - Olha, eu vou levar pro banheiro, e começou a falar besteira, que ia limpar não sei o que e tal. Aí eu ergui a cabeça e dei uma olhadinha assim por cima daquele papel, por cima da mão dela. Eu falei assim:- Que papel é esse? - Ah, um papel aqui, eu acho que é dos sem terra. -Acha! Aí eu falei: - Dá pra mim. Aí ela me deu. E o papel eu peguei, passei pra mão da Mi, a Mi ficou assim olhando... Aí eu peguei o papel, dobrei e guardei. Trabalhei o dia todo com aquele papelzinho. Quando foi de tarde que eu cheguei em casa. Tomei banho bem rapidinho. E desci lá pra onde tava o endereço ali. Lá no salãozinho da igreja. Cheguei lá, participei da reunião, e tal. Aí conheci o Paulinho, o Lavrate, a Keli, Fátima... Aí voltei. Voltei e voltei toda contente... Aí cheguei em casa e comecei a arrumar as coisas. E aí veio parente de tudo quanto era lugar. Eu falei: - A hora que eu tava precisando, ninguém ia lá. Depois que eu decidi vim pros Sem terra todo mundo enxergou a minha casa. Ia lá e falava. Não vai que você vai morrer lá, você sofre de pressão, ficar debaixo daquela lona, vai passar fome. Eu falei: - Ué, fome eu já estou passando aqui na cidade. Eu passo uma fome de cachorro vocês acham que eu não vou na casa de vocês pedir por que eu to passando fome. Passando fome, passando humilhação. Vou ser despejada. Daí eu liguei pros meus irmãos... Aí a Mi falou assim: - Oh, mãe, se a senhora não for eu vou. E arrumamos nossas coisas. Três horas da manhã era pra estar lá no ponto. Tava até chovendo. Pegamos nossas coisas... um fogão, umas caixas, umas coisinhas... Daí eu fui mais a Mi.”(Cândida, 16/12/2004)

O trabalho na colheita de laranja levava dona Cândida a sentir uma revolta dentro de si cada vez mais profunda. A revolta era percebida, por um lado, pelo esgotamento e aniquilação corporal. Tomando o conceito de *drama social*, é possível dizer que as tensões sociais cresciam no desempenho do papel de bóia fria. Ganhando pouco, ela não conseguia comprar mais carne para garantir a alimentação da família, ficava só olhando o açougue. Por outro lado, a revolta crescia à medida em que ela perdia suas impressões digitais, se matava de trabalhar e não ganhava nada. Pensando com G.Lukács (1923), a crescente exploração da força de trabalho de Cândida fez com que apenas uma de suas habilidades, o catar laranja, fosse requerida em detrimento de outras, em detrimento de sua totalidade como pessoa(:202). Segundo o autor, a fragmentação do sujeito do trabalho aniquila sua subjetividade, estilhaça sua personalidade e, separando suas propriedades psicológicas, leva à atomização, com a ruptura dos laços que unem os trabalhadores (: idem). As impressões digitais são a marca de um individualismo que não percebe mais

no nome a singularidade da pessoa. Pode-se entender o grau da revolta de dona Cândida. Nascida e criada num quilombo no sertão da Bahia, próximo à cidade de Bom Jesus da Lapa, Cândida sempre foi conhecida em sua cidade por ser muito amável, respeitada por todos, engajada na luta contra os fazendeiros e empenhada em assegurar a continuidade da comunidade quilombola. A vinda para tentar melhores oportunidades de trabalho em São Paulo acarretou na perda dessas relações pessoais e de reconhecimento.

Quando até as digitais aniquilam-se com o trabalho, quando a fome começa a vigorar junto ao protesto das filhas, Cândida sente sua revolta crescer dentro de si. A dramática oração feita a Deus salienta o reconhecimento da paternidade e herança, mas a não aceitação do destino trágico. Semelhante ao que afirma G. Lukács, a crescente exploração da mão de obra de Cândida não é percebida por ela como algo meramente quantitativo. Dessa percepção surge uma consciência mínima dessa trabalhadora, a consciência de seu ser social, ou nas palavras do autor, a consciência de si mesma como mercadoria(: 340). A revolta que nasce dentro de Cândida culmina numa postura ativa quanto ao seu trabalho e a seu lugar no mundo, na estrutura social. Para G. Lukács, “esse conhecimento realiza uma modificação objetiva e estrutural no objeto de seu conhecimento”(:342). É interessante salientar que tais alterações, no caso de Cândida, são percebidas através de percepções corporais, seja na perda das digitais, ou na fome constante.

O panfleto do MST distribuído no ônibus aparece em sua narrativa como um milagre, uma saída, que não poderia ser motivo de riso. Cândida trabalhou o dia inteiro com o papel guardado, tomou banho, foi para a reunião no salão da igreja e voltou para casa toda contente. A revolta que crescia dentro de Cândida veio em meio à percepção da crescente aniquilação corporal e pessoal que a atingia. A *crise* pela qual passava levou-a a pegar o panfleto e a ir às reuniões com o MST na igreja. Fato esse que geraria profundas mudanças em sua vida e na de sua família. Ao aceitar o panfleto e participar das reuniões, Cândida busca superar seu isolamento tecendo laços para com outros trabalhadores que, ao perceberem o caráter mutável da realidade, buscam unir-se para transformarem suas vidas e a estrutura social mais ampla.

Pensando com V.Turner(1982), há uma profunda *ruptura* que leva Cândida a deixar sua casa, trabalho e laços de parentesco.

Um vídeo mostra a primeira ocupação feita pelo acampamento Carlos Lamarca. Depois de entrarem nas terras da fazenda na cidade de Alambrari, os acampados e militantes começaram a procurar madeira para construírem seus barracos de lona preta. Enquanto a maior parte dos acampados cuidava da construção de suas moradias, um grupo preocupava-se em encontrar troncos de madeira grandes e grossos para construírem uma grande cruz a ser colocada na entrada do acampamento. As imagens mostram também os militantes instruindo os novos sem terra, e uma freira, Irmã Alberta, ajudando a carregar a madeira e a montar os barracos. As imagens religiosas são muito fortes nesses momentos iniciais do acampamento. As reuniões realizadas no salão das igrejas culminariam numa grande mudança na vida dessas pessoas. A frequência com que o vídeo foca as imagens de irmã Alberta e da cruz evidencia um certo teor sagrado semelhante àquele que levou Cândida a orar e a encontrar, no panfleto do movimento, a resposta dada por Deus à sua oração. Construindo conjuntamente o acampamento, os sem terra estavam tecendo também laços entre si num momento de perigo. As frágeis barracas de lona, o medo da repressão policial, dos fazendeiros, da fome compõe agora a realidade daqueles que optaram por um tipo de engajamento que requisita uma transformação total em suas vidas. Os acampados deixaram suas moradas e trabalhos, quando tinham, em busca de melhores condições de vida e trabalho. Há nesse gesto algo semelhante à imagem da felicidade indissolivelmente ligada à imagem da salvação, relação pensada por W.Benjamin(1940). Construir uma cruz para ficar exposta na entrada do acampamento ao mesmo tempo em que se constrói as novas moradias, os barracos de lona, diz algo sobre a centralidade que o sagrado assume nesses períodos iniciais. As imagens religiosas focadas pelos olhos de um cinegrafista sem terra salientam a “força messiânica” que se mescla à adesão política. A redenção buscada por esses trabalhadores talvez seja como a buscada por Cândida, a redenção do sofrimento, em meio a um engajamento repleto de carga religiosa, já que o trabalho de base se dá em igrejas, sempre apoiado por padres e freiras.

A atuação do movimento junto às igrejas contou com o apoio do padre Navin e da Irmã Alberta em São Paulo. O trabalho de base realizou-se em

favelas e em albergues que abrigavam moradores de rua. A família de dona Arlinda morava na favela do Jardim Elba quando começaram os anúncios de reuniões com o MST para a formação de um novo acampamento. Arlinda, que morava com seus cinco filhos, o marido, a irmã e os sobrinhos numa casa na favela, narra da seguinte forma esse momento:

“Aí a polícia chegou e falou: ... - Olha, nós veio trazer aqui pra senhora dar uns conselhos pra ele por que ele tava lá embaixo fumando droga que é cum um rapazinho que morreu, né. Everaldo. Eles tavam lá embaixo fumando maconha. Nossa senhora, eu peguei o Clodoaldo. Aquele dia eu fiquei cega, eu não vi nada. Eu quase matei de bater nele, eu tirei sangue do nariz dele, quando eu vi quando eu dei conta assim, nós tava no sofá e a casa tava cheia de gente. Eu peguei, não sei onde é que eu achei força, ele tava com uma camisa dessas de malha boa do Santos, né. Eu enfiei a mão assim por baixo e cadê quem tirar, e cadê quem soltar. E dando murro na cara dele, na cabeça. O sangue lavava do nariz dele, e eu dando só murro, murro, murro. Aí quando eu vi, uma mulher, uma mulher que era vizinha nossa, a mulher do Elio lá. Chegou, ela tirou, conseguiu tirar o braço dele, mandou ele pro banheiro tomar banho e aí ela com um copo de água e passando a mão na minha cabeça: - Dona Arlinda, não fica assim não, por que a senhora não vai dar jeito em nada, só Deus dá. Só Deus que dá jeito nisso aí, a senhora bater nele, tirar sangue dele não vai adiantar nada. E eu chorando, aí fui chorar. Chorei, chorei, chorei. Antônio tava no hospital com a Maria, né, tava só eu aqui em casa. Tava só eu e eles em casa. Aí quando foi um dia chegou, o Silvester que tava trabalhando aqui dos sem terra, fazendo trabalho de base. Aí chegou em casa. Falou pra gente que tava saindo ocupação, que se a gente quisesse vim. Começou a explicar, como é que eram os sem terra. Que era melhor do que lá. E eu com aquele sacrifício com aqueles meninos. Era muito melhor do que lá. Aí, fui falar pra Antônio, cadê Antônio querer vim. F: - Eu ir lá pra esses sem terra, se é louca, se não vê o que é que passa na televisão. Que os fazendeiros mandam os jagunços matar gente lá. Deus me livre de... eu não vou pra lá nem... Aí passou, quietou. Eu falei pra minha irmã, quietou... Ficou bravo, ficou nervoso em casa. Ficou, ele ficou nervoso. Ficou bravo comigo. Aí, meu Deus, eu falei: - Aí, meu Deus, o que quê eu faço? ... Aí depois passados uns dias o Silvester foi lá de novo. Eu falei pra ele, encontrei com ele, falei o que Antônio tinha feito. Foi naquele tempo em que aconteceu aquele negócio lá em Eldorado dos Carajás, lá, aquela morte lá. Ele ficou mais apavorado ainda. Aí o Silvester começou a conversar com ele, a falar: - Seu Antônio, aqui o senhor pode contar que aqui acontece mais conflito do que lá nos sem terra. É bem organizado e começou a contar. Não acontece nada disso. Aconteceu em Eldorado dos Carajás por que o fazendeiro que mandou, mas lá não tem nada disso, o senhor pode ver. Na nossa região lá não tem. E começou a conversar com ele, conversou... Larguei tudo, a mudança inteirinha dentro da casa, a cama, luz ligada, televisão na estante, que era uma estante maior do que essa televisão a cores bonita. Larguei tudo lá. Luz acesa, cama arrumada, o quarto deles. Tudo arrumadinho. E o ônibus chegou, ele chegou já de noite. Nós tava na janta. Tinha uma janta pra sair de lá. Confraternização. Na igreja até. Numa igreja pequena. Todo mundo ajudou, comemos a janta. Foi muito bom. Encheu de gente. Aí, oito horas chegou o ônibus, que nós vinha pro Brás, pra de lá juntar com

a turma do padre Navim pra vim pra cá... Aí viemos, graças a Deus, na fazenda cercadinho, aquela fazenda lá que foi a primeira ocupação.”(Arlinda, 28/2/2005)

A vida na favela começava a ser cada vez mais difícil para Arlinda. Seus dois filhos mais velhos e seu sobrinho começaram a envolver-se com o consumo e tráfico de drogas. Sempre quando lembra desses momentos diz que viviam num inferno. O dia em que a polícia trouxe Clodoaldo, pego fumando maconha, Arlinda esmurrou seu filho até tirar sangue. O envolvimento dos filhos nas drogas e no crime trazia o medo também de suas mortes. Sempre quando lembram dos amigos da favela, seus filhos contam que eles já estão mortos. Dessa forma, o medo de Antônio de morrer no acampamento passa a ser infundado quando o militante disse que no acampamento havia menos conflito que na favela. Arlinda junta sua família, abandona sua casa toda arrumada e parte para tornar-se uma sem terra. O ato de esmurrar o filho revela aprofunda ruptura que distancia os laços entre essa mãe e seus filhos. Se, como aponta G. Lukács(1923), no modo de produção capitalista ocorre a fragmentação do sujeito. No caso de Arlinda, após dezessete anos de vida na cidade de São Paulo, esse processo de fragmentação gerou nela uma forte *crise*. A *crise* do salário insuficiente do marido, da violência na favela, do envolvimento dos filhos nas drogas e na criminalidade, a ruptura dos laços familiares que constituíam parte central de sua personalidade. Enquanto seu marido trabalhava e não convivia com os filhos, esses se inseriam no meio lucrativo e arriscado do tráfico de drogas. Na cotidiana relação com os filhos, Arlinda percebe a *ruptura* de tais laços e a impossibilidade de continuar a educá-los naquele lugar.

Como Cândida, a família de Arlinda passava por uma difícil situação financeira. Apenas Antônio estava trabalhando. O medo da morte e envolvimento dos filhos com a criminalidade podem ser vistos como os fatores que levaram Arlinda a encorajar a família a ir para a ocupação e a viver no acampamento. Pensando com V.Turner(1982), percebe-se que o acúmulo de tantas tensões leva à ruptura com o lugar ocupado pela família na estrutura social. Transparece em suas palavras a difícil situação de deixar a casa, o lugar onde se mora em direção à incerta vida nos acampamentos. A fé também aparece em seu relato quando, depois de ter batido no filho, a vizinha diz que

só Deus daria jeito naquilo. Logo, surge a imagem do militante que ajudaria a mudar a difícil vida de dona Arlinda e sua família. Hoje, na estante da sala de sua casa no assentamento, Arlinda conserva fotos de momentos importantes da participação de sua família no movimento. Na mesma estante há fotos dos casamentos, das crismas e dos batizados, junto às imagens de santos. Na parede da sala ainda há a bandeira do movimento. Maria, uma de suas filhas, hoje é militante e participa do setor de comunicação. Seus filhos ajudam o pai com a plantação de pimentão e com o gado. Quando podem ainda participam dos encontros do MST. Em seu relato, a busca pela superação da fragmentação dos laços familiares e a esperança crescente numa forma diferente de vida mesclam a fé religiosa à confiança nas palavras do militante.

A fome e a aniquilação corporal no caso de Cândida e o medo da perda dos filhos e as dificuldades financeiras de Arlinda demarcam os momentos limites de uma vida marcada pelo trabalho duro, pelo medo e pelo sofrimento. A imagem das digitais que vão sumindo e da fome, num caso, e do espancamento do filho e do medo da morte no outro mostram como essas mães vão perdendo seus papéis, sua moral, à medida que suas próprias famílias vão ruindo. Nesses momentos, a revolta é sentida no corpo seja pelo esgotamento que extingue as forças, ou pela força tirada do nada para impedir que os filhos morram. O corpo torna-se o limite das dadas situações e o *locus* onde brota a revolta dessas mulheres que faz com que decidam participar das reuniões e engajar-se no movimento. Para W. Benjamin (1929), é somente quando o “materialismo político e a criatura física partilham entre si o homem interior” (:35), é que a realidade poderá superar-se. A revolta sentida por essas trabalhadoras no momento em que afloram as tensões corporais as leva não só à adesão ao movimento, mas ao abandono de bens materiais e posição no mundo para uma “vida essencial”, onde possuem apenas o barraco de lona, suas relações de parentesco e amizade, e poucos bens materiais.

Em diferentes acampamentos, as famílias de Cândida e Arlinda começaram a engajar-se nos coletivos do movimento. Cândida foi coordenadora de arrecadação de alimentos passando a ser posteriormente uma liderança importante na região de Barretos. Por fim, casou-se com Elias que militava no acampamento Carlos Lamarca e assentou-se num lote de 11 hectares onde cria gado, planta cana, napie, melancia, milho, etc. Atualmente,

participa sempre dos encontros do movimento e é ligada ao coletivo das mulheres sem terra. Arlinda também participa dos encontros desse coletivo. Durante o acampamento orgulhava-se de muitas vezes ser eleita cozinheira para preparar a refeição em dias oficiais. Seu barraco de lona preta, por ser o mais arrumado e limpo, sempre recebeu as pessoas de fora. Padres, freiras, militantes, estrangeiros, além de muitos acampados visitavam sua casa e comiam de sua comida. Até hoje sua casa no assentamento é uma casa que recebe pessoas de fora e que congrega diferentes moradores do assentamento. De todo modo, nesse espaço *liminar* (Turner, 1984) em que se constitui a luta política, ambas começaram a tecer laços sociais para com outros acampados e militantes. A partir da *crise* (:idem) gerada pelas condições de vida e trabalho, Cândida e Arlinda iniciam um processo de conhecimento que parte de si, para depois estender-se a uma compreensão do coletivo do qual fazem parte, como sustenta G. Lukács (1922) para compreender o movimento proletário na Hungria na década de 1920. Essa compreensão da própria condição social que se assemelha à de outros trabalhadores, no acampamento, leva à constituição de importantes laços de amizade e mesmo de parentesco entre os trabalhadores que agora se autodenominam “companheiros”.

Atualmente, Arlinda e sua família moram na chamada “vilinha” do assentamento junto à família de Zé André, um dos ex-coordenadores do acampamento. Desde o início Arlinda e sua família participaram do coletivo coordenado por Zé André, estabelecendo uma grande amizade com sua família. Hoje, as famílias trabalham juntas numa associação de produtores de pimentão incentivada pela Pastoral Santa Fé. Além disso, depois da proposta da agrovila ter sido derrotada em assembléia, as duas famílias decidiram construir casas conjuntas no lote da filha de Zé André, Pedralina. Lá estão também as estufas coletivas que garantem o sustento dessas famílias. Sandra, filha de Arlinda, casou-se com Leo, filho de Zé André, e vive hoje com o marido e o filho numa casa na “vilinha”. Pedra é casada com o sobrinho de Arlinda e também vive lá. Aos poucos os laços de parentesco foram unindo essas duas famílias que desde os tempos de acampamento sempre foram muito ligadas ao movimento.

A família de Zé André viveu muitos anos em Minas Gerais onde possuíam algumas terras. Tendo dificuldades com a plantação por causa da seca, decidiram migrar para o Paraná e depois para a zona rural de outras cidades do interior paulista. Zé André sempre foi ligado à igreja, tendo se tornado capelão. Da mesma forma, sempre foi ligado à política. Membro do sindicato dos trabalhadores rurais, participou do período de formação do Partido dos Trabalhadores (PT). Seus filhos cresceram em meio ao trabalho na roça, à migração constante, à participação na igreja e na política. Devido às dificuldades de trabalho no campo a família mudou-se para a periferia de Sorocaba, onde Zé André havia encontrado emprego numa montadora de automóveis. Seu filho mais velho, Zé Erculano, já tinha esposa e filhos quando deixou o trabalho numa fazenda para ir morar perto do pai em Sorocaba. Zé Erculano conseguiu emprego na fábrica da Coca Cola. Nesse meio tempo, seu pai ficou desempregado e ele acidentou-se no trabalho. Zé Erculano narra assim esse momento difícil na cidade:

“Ah, na Coca eu era uma pessoa que tinha facilidade em qualquer serviço que eu entrasse. Sempre chegava... se começa do mais bruto. Mas logo logo já era, já ia passando pra frente. Aprendia rápido o serviço. Então, eu entrei de ajudante, de auxiliar de engarrafamento. Eu trabalhava carregando caixa, caixa de bebida. Com o tempo eu já entrei de operador também. Acabei acidentando lá. Não cheguei nem a ser classificado. Aí, acabei acidentando, fiquei noventa dias encostado... A máquina deu defeito, eu chamei o eletrecista. E eu fui... acertar um censorzinho da máquina lá. O cara mexeu na chave que tinha lá, então, ela cola o plástico pra poder embalar. E é uma faca, e ela é aquecida a cento e setenta graus de calor. Na hora que ele apertou aquela chave prendeu o braço. Essa cicatriz... Me levaram pro pronto socorro e eu fiquei noventa dias lá. Só que eu sabia que era ele que tinha apertado, por que eu conhecia bem a máquina. Eu não falei na hora... o pessoal da CICA veio. Por que até o momento o cara era gente fina. Eu nunca tive o que reclamar dele. Eu não vou ferrar com o cara, né. O cara também precisa. Só que daí quando eu voltei, quem quis ferrar comigo foi ele... Por que eu era ajudante. Então, como eu passei a trabalhar, eu ia ser classificado operador de máquina. Eu ia ganhar mais um pouco, o salário seria melhor. Aí, fiquei uns dois meses lá. Aquela época o pai já tava desempregado. Daí, quando foi um dia, o pessoal passou anunciando no rádio lá que ia Ter uma reunião com o pessoal do MST . A reunião seria bem no barracão comunitário lá da igreja. A gente conhecia bem. Aí, falamos: - Ah, nós vamos participar dessa reunião. Nós pegamos e fomos... Eu e o pai. Só que daí, um ano atrás eles já tinham passado lá, fazendo essas reuniões. Só que não deu certo da gente ir. Depois de um ano que eles passaram lá eu falei pro pai: - Ah, dessa vez eu vou! O pai falou: - Ah, não pensa duas vezes não, se o pessoal lá em casa não quiser ir, por que as meninas não tavam querendo ir, se pega e vai. Quando foi acontecer a ocupação, eu tava trabalhando ainda na Coca.

Como era um final de semana eu peguei e fui pra ocupação. Fiquei um dia lá. Vim embora, perdi o dia de serviço na Segunda feira. Eu fiquei lá no Domingo e vim embora na Segunda. Aí, trabalhei uma semana, a semana toda e pedi a conta... Eu pedi a conta e fui pro acampamento. E a Lucia ficou em casa. Naquela época eu tinha já uma casinha lá".(José Erculano, 2/3/2005)

O acidente de trabalho fez Zé Erculano perceber as dificuldades do trabalho na fábrica da Coca-Cola. O fato de "ir pegando rápido" o serviço ameaçava a posição dos superiores. O acidente causado pelo encarregado servia para mantê-lo em seu posto originário, a limpeza. A cicatriz em seu braço causada pela máquina era também a marca da concorrência entre os próprios funcionários da fábrica e da desunião. Zé E. não quis contar a todos que a culpa havia sido do encarregado por solidarizar-se com ele. O outro, no entanto, mesmo depois de Ter causado o acidente ainda queria prejudicar mais o concorrente. Em meio a toda essa crise, as reuniões com o MST surgem como uma solução tanto para seu pai quanto para ele. Zé E. abandona o trabalho na fábrica e vai viver longe da esposa e dos filhos no acampamento. A princípio suas irmãs não queriam fazer parte da ocupação. Com o tempo toda a família foi morar no acampamento, passando a ser uma das famílias mais vinculadas ao movimento e à sua ideologia.

As reuniões realizadas pelo movimento nos salões das igrejas apresentam as soluções de fazer parte da ocupação e de "tornar-se sem terra", como *alternativas à crise* (Turner; 1984). Para B.Fernandes(1994), o movimento geraria espaços de socialização política onde os trabalhadores vão, por meio da educação política, concientizando-se de seus direitos e da necessidade da luta. Para isso é preciso lançar-se num tempo de incertezas, deixando para trás a casa, o trabalho, a família e todo um papel e lugar social já construído. Postos à *margem* (Turner;1984) nos acampamentos, esses trabalhadores vão aos poucos assumindo novos papéis sociais e vendo o mundo com olhos diferentes. A "cicatriz" que até hoje Zé E. carrega no braço foi o limite da situação de crise no trabalho que era cada vez mais difícil de contornar. A "fome e a perda das digitais" (Cândida) e o ato de "espancar o filho" (Arlinda) constituem igualmente limites corporais para a trágica situação pela qual passavam. A concorrência entre operários, a criminalidade e o tráfico de drogas na favela, e a super-exploração do trabalho na colheita inseriam

esses trabalhadores em ambientes marcados pela violência e pelo medo da morte. O espaço do corpo, *locus* da revolta, e o espaço do acampamento, *locus* dos revoltados, mesclam-se na ação desse coletivo que busca atuar contra uma estrutura social que gerava o sofrimento individual e o sofrimento dos agora “companheiros”. Se o conceito de classe, do ponto de vista de G.Lukács (1922), supõe a abolição do isolamento e a luta contra a atomização reinante na sociedade capitalista (:212), acredito que a vida e convívio em acampamento levam à centralidade da ação, da prática para alimentar o processo de compreensão crescente da realidade. As ocupações, acampamentos, marchas e atos públicos assumem o caráter de intenção não só para a transformação da própria vida, mas da estrutura social como um todo. A possibilidade de mudança e de uma nova vida que se abriram nas reuniões com os militantes fez com que esses trabalhadores perdessem o medo da morte no campo e com que superassem o preconceito e a incompreensão dos parentes. Entretanto, como aponta M.Turatti(1999), apesar de tecerem-se laços coletivos nos acampamentos, não há a homogeneidade e harmonia. São comuns os conflitos entre acampados e desses para com as lideranças. Penso que tais diferenças sejam oriundas tanto de suas diferentes experiências de vida e trabalho, quando das diversas inserções nos quadros do movimento.

Além de congregar os moradores da periferia de grandes cidades, o acampamento Carlos Lamarca integrou um grupo de ex-moradores de rua. Esses dormiam em albergues na região do Brás, em São Paulo. Com o desemprego e a falta de dinheiro para pagarem os aluguéis, esses trabalhadores acabaram indo viver na rua. Algumas noites encontravam abrigo em albergues. Com a ajuda do padre Navim e de um grupo de pessoas ligadas à igreja, esses moradores de rua tiveram alimentação e moradia garantidas. A ligação do grupo coordenado pelo padre e pelo MST fez com que militantes realizassem trabalho de base com esses ex moradores de rua. Em sua maioria, migrantes das regiões norte e nordeste do país, vieram para o estado de São Paulo em busca de melhores condições de vida e trabalho. No entanto, depararam-se com a dura realidade do desemprego e da vida na rua. Aparecido Soares que trabalhava como pedreiro em São Paulo com o tempo não foi mais conseguindo emprego. Sem poder pagar aluguel, dormia uma

noite num hotelzinho barato e outra na rua, até que perdeu seus documentos. Sem contato com a família acabou indo viver na rua, encontrando repouso e alimentação numa casa de convivência. Ele narra assim esse momento:

“Quando eu entrei no movimento sem terra... Por que quando eu comecei com os padres. Eu fui cadastrado pelo padre Gonta. Lá em São Paulo, lá na casa de convivência. Eu trabalhava em São Paulo. Trabalhava de pedreiro. Trabalhei pra Samara, que é uma firma temporária. Depois, fui trabalhar em outras firmas lá, que eu até me esqueci, por que temporária, em São Paulo, você sabe que é ali o que tem. É muita... Eu sei que eu só lembro que eu tava trabalhando na Samara, quando eu fui mandado embora e encarei outras temporárias lá, mas eu nem lembro mais. Mas aí a gente já estudava lá a organização de partir pra cá pra poder lutar pela terra. Por que nós fiquemos uns, o padre Gonta cadastrou a gente, naquele tempo, quando ele cadastrou, mais é na casa de convivência. Então, era uma casa que a gente pegava uma alimentação pra sobreviver e durante... por que a gente não tinha casa, fogão, cozinha. Então, muitas coisas a gente tinha que pegar nas pensões. Tudo o que você não tinha: a casa, o fogão e tal, então a gente ia pra lá. Por que a gente tava lá desde a época do governo. A migração é ainda do governo. Mandada pelo governo, pelo Estado. Então, eu habitei algumas vezes lá na migração. Fiquei morando lá. Eu dormia e comia por lá. Mas já depois dessa vez que eu consegui lá que foi quando eu dormia lá na migração e dali eu vim aqui pro Brás, o início da Celso Garcia que é onde tá a Igreja Católica, lá. A gente entrava ali no meio do povo, tinha missa, tinha palavra, tinha discussão, estudo, palavra, estudar as formas, o que o cara passava no passado, quando que a pessoa passava como que ele... onde ele nasceu sobrevivia... Eu fiquei mais de seis meses nisso aí. Trabalhando biscatamente, fazendo aquilo que se chama de bico, né. Nas temporárias ali, por que era noventa dias, um mês, dois meses de cada temporada. Tá tudo aí nas carteiras minhas os esquemas, tudo aí. Mas aí eu continuava dormindo no gasômetro e todo domingo, nós participávamos da reunião na igreja ali da Celso Garcia, no Brás. E foi participando até chegar o dia de partir pra luta da terra aqui. Que nós lutamos, acho que já tá fazendo dez anos que nós rodemos a baiana aqui, na região, mas foi rodar a baiana. Quem tá aqui até hoje é por que rodou a baiana. Por que a gente era pobrezinho. Eu quando eu vim pra luta, eu não tinha nada. Eu recebi umas doaçõezinhas de enxada, de foice, um facão. A lona eu comprei com o meu dinheiro. A lona de arma. E então,... nós partimos pra cá. Agora, no meio, tinha as pessoas que tinham as coisas. Mas eu mesmo sei que eu não tinha nada. Eu vim pra cá com uma lona nas costas. Eu digo, ói, fazer o quê? Fazer o que Deus quiser. Por que eu já tinha jogado umas formas aí e não tava dando certo. Comprei um terreno aí, não deu certo, perdi o terreno. Comecei a construir em São Paulo também eu perdi a construção. Aí, eu, digo : - Ói, não tem jeito. Por que apelar pra justiça, a justiça fica mandando esperar, esperar, esperar, não resolvia. Eu digo: - Ói, o meu fim é justamente o movimento sem terra. E foi até que no cadastro que fez o padre Gonta eu disse: - Ói padre, o negócio é o seguinte, eu acho que eu vou é embalar mais você nessa luta. (Aparecido Soares 20/02/05)

Trabalhando como pedreiro em São Paulo Aparecido S. não conseguiu construir sua própria casa. Por ter sido mandado embora da empresa onde trabalhava, não conseguiu mais pagar o aluguel e passou a alternar as noites em que dormia na rua àquelas em que dormia na casa de convivência. Aos domingos, participava com outros moradores de rua de reuniões que “preparavam para a luta”. A dureza da vida na cidade transparece na diferença que sentia com relação aos outros acampados. O grupo de seu Aparecido S. era formado de “pobrezinhos”, pessoas que não tinham nada além de uma lona nas costas. As doações de enxada, facão e foice são evocadas por esse pedreiro que não possuía os mínimos instrumentos de trabalho necessários a um trabalhador rural. Com esses instrumentos e a lona preta ele ajudou a “rodar a baiana” na luta pela terra. Acredito que o fato de Aparecido S. entrar para o movimento, ou “partir pra luta”, tenha permitido a ele contornar, de certo modo, uma situação de completa exclusão social. Os encontros de Domingo, quando Aparecido S. misturava-se ao povo e discutia, estudava, vão dando um sentido alternativo à dificuldade de viver fazendo bicos em São Paulo e de torna-se morador de rua. Os atos de “partir pra luta” e “rodar a baiana” foram possibilitando a Aparecido S. apropriar-se de um novo papel social, encontrando um novo valor para sua atuação no mundo. Dotando sua ação e a de seus companheiros de características como a coragem e a bravura, o narrador constrói a imagem de alguém que não possuía nada e que com a luta reverteu sua situação de não Ter nem casa. Sair da completa miséria, lutar e vencer são aspectos marcantes de sua narrativa que ressalta sempre a ajuda dos padres e do movimento na construção de um novo sentido para sua vida.

O grupo reunido pelo padre Navim resultou em dez assentados, dentre os quais alguns são solteiros e outros possuem famílias. Apesar de terem montado, por duas vezes associações de pequenos produtores, houve grande dificuldade nas relações dos associados entre si e deles para com a produção. Como lembra M.Justo(2005), havia também um grande desmerecimento moral desses trabalhadores, já que a constituição da identidade de camponeses de outros assentados era construída em oposição ao “povo da rua”. Esses seriam “vagabundos”, “criadores de caso”, “bêbados”, etc, estando assim excluídos de boa parte da vida social e de alianças de trabalho do assentamento. Em 2005, toda a produção de mandiocas da associação para produção de mandioca foi

perdida por não haver compradores para o produto. Esse grupo é chamado até hoje de “povo da rua”. O fato desses ex-moradores de rua terem vivido por um tempo maior em São Paulo e terem trabalhado como pedreiros, vendedores e nos chamados “bicos” fez com que realmente tenham maior dificuldade para com o trabalho na roça. Seus lotes são responsáveis por uma pequena parcela da produção total do assentamento. O fato de não possuírem parentes assentados e de não conseguirem se associar ou se vincular a outras associações já existentes torna cada vez mais difícil a participação produtiva e social desses ex-moradores de rua que vivem hoje de subsistência, auxílios do governo e do arrendamento de pasto. M. Justo aponta também que “tornar-se sem terra” para esses trabalhadores surge como a “única alternativa que apareceu. Na falta de alternativa, ter um pedaço de terra era uma saída” (:146). A total exclusão sentida por A. Soares é reeditada nessa diferença sentida pelo “povo da rua” no acampamento e no assentamento.

As trajetórias de Cândida, Arlinda, Zé E. e Aparecido S. são semelhantes às de outros assentados e auxiliam a entender como o momento de “torna-se sem terra” é fundamental na compreensão dos desdobramentos da história do próprio assentamento. A situação de exclusão vivida por Cândida, sua filha e enteadas revela a exploração do trabalho na colheita da laranja. É na perda das impressões digitais e na fome sentida que elas começam a perceber uma revolta crescente dentro de si. Essa revolta nutre a vontade de mudar de vida e de “tornar-se sem terra”, mesmo que para isso seja preciso abandonar tudo, brigar com os parentes e passar dificuldades nos acampamentos. Já Arlinda percebe no ato de “esmurrar o filho” todo o medo de perder os filhos, da insegurança financeira e da incerteza da vida na cidade. Arlinda convence a família e abandona sua casa para virar “sem terra” e viver os riscos da vida em acampamento. Para Zé E. a concorrência e desonestidade nas relações entre os próprios trabalhadores veio à tona quando machucou o braço na máquina, por culpa do encarregado. Ele deixa o emprego e vai com o pai tentar a vida de “sem terra”, ainda que parte da família não concordasse. Por fim, Aparecido S. não tinha mais família, casa ou trabalho. A comida e o lugar de repouso eram garantidos pela igreja. Esses assentados passaram por situações em que o corpo faminto, desabrigado, machucado, tenso pelo medo da violência e da morte fez-se o *locus* onde crescia a revolta.

O MST e a Igreja Católica permitiram a superação do isolamento social e político que atingia essas pessoas. No acampamento, os novos “sem terra” foram adquirindo novos papéis sociais, um modo diferente de ver a sociedade e de atuar para transformá-la, à medida que iam construindo uma história coletiva de luta contra os latifundiários e contra o Estado. Nesse processo fazem-se vivas as palavras de W. Benjamin(1929), quando o pensador aponta que o coletivo é corpóreo, e que na intenção de transformar as inervações desse corpo coletivo em tensões revolucionárias e em transformar as tensões revolucionárias em inervações do corpo coletivo é que se abre a possibilidade da realidade superar-se a si mesma(:35). Acredito que essa oposição e combate coletivos aos “inimigos que não tem cessado de vencer”, personificados pelo Estado e fazendeiros, contribua para inervar esse corpo coletivo. Entretanto, há diferenças que marcaram a opção por “tornar-se sem terra”, que mostram a não homogeneidade desse “coletivo corpóreo”. Aparecido S. percebe haverem no acampamento aqueles que possuíam mais que outros. Suponho que tal desigualdade faça com que o “coletivo corpóreo” do acampamento enerve-se tanto na luta contra os inimigos externos, quanto nas disputas marcantes ao convívio desses “companheiros”. M.Turatti(1999) analisou relações sociais em acampamentos do MST no estado de São Paulo. Para a autora, no convívio diário uma série de conflitos emerge, marcando a heterogeneidade que há entre os acampados e desses para com as lideranças. Sua pesquisa aponta da uma diferença grande entre a formação e participação política da base e aquela da liderança. Assim, expostos a diferentes graus de exploração e violência, esses trabalhadores unem-se em prol de transformações na estrutura social e de mudanças em suas vidas. Mas suas diferentes experiências e inserções no movimento geram conflitos. No caso do Acampamento Carlos Lamarca, acredito que, ao conquistarem a terra, as diferenças entre esses acampados, minimizadas no processo de luta, recobram sua força e suscitam interesses diversos e conflitos entre os assentados.

Apesar das dificuldades no convívio, a vida em acampamento garantiu um espaço onde esses trabalhadores podiam unir-se e expressar suas diferentes revoltas. Cândida encontrou um espaço para lutar contra a fome e contra a aniquilação dos atributos de pessoa. Passa a ser responsável pela arrecadação de alimentos e depois coordenadora de acampamento. Arlinda

consegue superar a crise pela qual passava sua família unindo-a em torno da luta política. Zé E. e seu pai vão para o acampamento para poderem voltar ao trabalho no campo, para não terem que concorrer e disputar com outros trabalhadores. Aparecido S. buscava superar a situação de miséria e derrota que o aniquilavam como pessoa. A revolta que cresceu dentro de cada um desses narradores levou-os a unirem-se em um dado momento, mas a optarem por diferentes caminhos depois da conquista da terra. Dona Cândida e seu marido fazem parte da associação de produtores de leite “Agrosul Paulista”, composta por doze famílias. A associação tem como foco a produção de leite e a parceria com uma Ong italiana. Possui também grande assistência por parte do ITESP. De modo diferente, as famílias de Arlinda e Zé E. continuam muito vinculadas ao movimento e à Pastoral Santa Fé. Com o apoio da entidade organizaram uma associação de produtores de pimentão. Participam de encontros e passeatas do MST, tendo alguns jovens viraram militantes, atuando em setores do movimento. Por fim, o grupo do qual Aparecido S. faz parte mantêm-se à parte da ajuda do ITESP, dos vínculos com a igreja e com o movimento. Dessa forma, apresentam grande dificuldade em produzir e em unir-se entre si.

O *drama* de “tornar-se sem terra” tem início na aguda *crise* pela qual passavam esses trabalhadores. No cotidiano, a rotinização da violência, da super-exploração da mão de obra, a desarticulação da família, o desemprego, a desunião entre os trabalhadores foram fatores que permitiram a constituição de uma consciência crítica inicial acerca da situação social na qual se inseriam. A revolta que cresce dentro do corpo machucado, cansado, faminto, tenso, alimenta a vontade de lutar pela terra, de lutar por uma vida diferente, de lutar contra tudo aquilo que gera essa revolta. A *ruptura* com o lugar ocupado na estrutura social emerge através da luta contra os inimigos comuns. Vem carregada de tensões e mescla-se a imagens religiosas de esperança e fé. Ao unirem-se num momento e espaço *liminares*, esses novos sem terras traçam laços de igualdade e comunhão para traçar uma história coletiva de transformação da vida e da estrutura social, os sem terra apropriam-se de reminiscências imagens da perda das digitais, da fome, da ferida como elas relampejam no momento de perigo. A força messiânica que combina as imagens da luta política às imagens religiosas talvez, como salienta

W.Benjamin(1940), esteja na intenção para a felicidade, para a salvação e para o passado, para essas reminiscências que fazem desses corpos fatigados o *locus* da revolta, da união e do conflito.

Bibliografia

Benjamin, Walter.(1929)“O Surrealismo”.In. “Magia e técnica, arte e política”, In. “Obras escolhidas” vol.I. São Paulo, ed. Brasiliense, 1993.

_____.(1940) “Teses obre o Conceito de História”.In. “Magia e técnica, arte e política”, In. “Obras escolhidas” vol.I. São Paulo, ed. Brasiliense, 1993.

Fernandes, B.M. “Espacialização e Territorialização da luta pela terra”.

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP, São Paulo, 1994.

Justo, Marcelo. “Exculhidos”. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, dep. Geografia, 2005.

Lukacs, Georg.(1919) “História e Consciência de Classe”.São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2003.

Martins, José de Souza. “Expropriação e Violência”, São Paulo, ed.Hucitec, 1991.

Mauss, Marcel.(1923). “As técnicas do corpo”.In. Sociologia e Antropologia, São Paulo, Cosac & Naify, 2003.

_____.(1938). “Uma categoria do Espírito Humano: a noção de Pessoa, a de ‘Eu’ ”.In. Sociologia e Antropologia, São Paulo, Cosac & Naify, 2003.

Turner, Victor.(1969). “O Processo Ritual”.Petrópolis, Ed. Vozes, 1974.

_____. “ From ritual to theatre”. New York, Paj publications, 1982.

Turatti,M. “Os filhos da lona preta”. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da FFLCH-USP, São Paulo, 1999.

1º Encontro da Rede de Estudos Rurais

GT2

INTERFACES ENTRE A QUESTÃO AGRÁRIA E A QUESTÃO AMBIENTAL

COORDENADORES

ALFIO BRADENBURG (UFPR)

LUIS CARLOS MIOR (EPAGRI/SC)

NEIDE ESTERCI (IFCS/UFRJ)

A Agroecologia no Estado do RS: perspectivas e resultados no Rio Grande do Sul(2002 a 2004).

Eraida Kliper Rossetti¹

Judite Sanson de Bem²

Resumo: A agroecologia representa uma forma de agricultura que incorpora práticas e métodos que harmonizam-se ao meio ambiente, independente da filiação a correntes ou escolas de agricultura(orgânica, biodinâmica, permacultura ou outras), cujas variações dependem das matizes que lhes conferem seus autores e da forma como seus seguidores as interpretam. Esta nova sistemática tem sido difundida, na América Latina e no Brasil, como um padrão técnico-agronômico cujo objetivo é ser sustentável e produtivo, no sentido de alimentar a crescente população humana ao longo do tempo mantendo a qualidade e a quantidade adequada a necessidade do mercado. Mediante metodologia teórico-descritiva e estatística o trabalho se propõem a fazer uma revisão conceitual sobre o que se entende por agroecologia, e mostrar os resultados alcançados no estado do RS no período de 2002 a 2004.

Palavras-chave: Agroecologia; agricultura sustentável; Estado do Rio Grande do Sul

Abstract: The agroecologia represents a form of agriculture that incorporates practical and methods that harmonize it the environment, independent of the filiation the chains or schools of agriculture (organic, biodynamics, permacultura or others), whose variations depend on the shades that confer them its authors and on the form as its followers interpret them. This new systematics has been spread out, in Latin America and Brazil, as a standard technician-agronômico whose objective is to be sustainable and productive, in the direction of feeding the increasing population human being throughout the time keeping the quality and the adequate amount the necessity of the market. By means of theoretician-descriptive methodology and statistics the work if considers to make a conceptual revision on what it is understood for agroecologia, and to show to the results reached in the state of the RS in the period of 2002 the 2004

Word-key: Agroecologia; agriculture; sustainable; Rio Grande do Sul

1. INTRODUÇÃO

A agroecologia tem sido difundida, na América Latina e no Brasil, como sendo um padrão técnico-agronômico, capaz de fazer frente a um duplo desafio: ser sustentável(um objetivo social e produtivo que traga a adoção de um modelo tecnológico que produza o menor impacto possível ao meio ambiente, através do uso não predatório dos recursos naturais) e produtiva, no sentido de alimentar a crescente população humana.

Mas o que se entende por agroecologia? São estilos de agricultura “[...] menos agressivos ao meio ambiente, capazes de proteger os recursos naturais e que sejam duráveis no tempo, tentando fugir do estilo convencional de agricultura [...]”(CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 7)

¹Especialista em Planejamento Econômico pela Universidade de Caxias do Sul; Especialista em Gestão Organizacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS-; Mestranda em Administração na Universidade de Caxias do Sul – UCS; Professora do Curso de Ciências Econômicas da Universidade de Caxias do Sul - UCS.

² Mestre em Economia Rural pela Universidade de Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS -; Doutora em História Íbero Americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; Professora e pesquisadora do Curso de Ciências Econômicas da Universidade de Caxias do Sul.

Refere-se à transição de uma agricultura que incorpore uma base ecológica – independente do contexto em que se trata – não deveria ser entendida como um retorno romântico à tecnologias “primitivas” de baixo rendimento. No entanto, entende-se que estas tecnologias agrícolas tradicionais possam contribuir, de forma significativa, na geração de novos conhecimentos orientados ao desenvolvimento de uma agricultura assentada em bases ecológicas, quiçá, menos dependentes de “inputs” industriais intensivos de capital.

“A ecologização da agricultura não cria obstáculos para o avanço científico e o progresso tecnológico” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 42)

Disto resulta que a agricultura de base ecológica tem como propósito um modo de agricultura que derive em um maior grau de sustentabilidade, no médio e longo prazos, sendo diferenciada do modo convencional (baseada no uso de agroquímicos).

No entanto a FAO propõem a transição para uma agricultura mais sustentável mediante uma integração equilibrada de ambos os sistemas.

O Objetivo deste trabalho é relatar o que se entende por agroecologia, sua introdução/difusão no Estado do RS. Apresentar-se-á um conjunto de dificuldades para sua maior implementação junto a um número maior de agricultores e os resultados parciais(2002/2004) obtidos na produção de lavouras permanentes, temporárias e produção pecuária.

2. A TRAJETÓRIA EM BUSCA DE UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

A busca por formas mais sustentáveis de agricultura fez com que surgissem distintas propostas não convencionais de agricultura, que poderiam ser chamadas de correntes ou escolas. A agricultura orgânica, por exemplo, surgiu com os trabalhos pioneiros do agrônomo inglês Albert Howard, a partir de suas pesquisas e experiências de campo junto a agricultores na Índia, onde desenvolveu um método de compostagem em grande escala, que ficou conhecido como Método de Indore. Da mesma forma, a agricultura biodinâmica surgiu a partir de uma seqüência de cursos realizada por Rudolf Steiner, na Alemanha, na década de 1920, que desenvolveu uma concepção mais ampla de relação ser humano-natureza, denominada Antroposofia. A agricultura biodinâmica trabalha com o uso de preparados biodinâmicos. Existem ainda outras denominações, como: a permacultura, numa referência a uma agricultura mais permanente, integrando diferentes espécies e extratos verticais, a agricultura biológica, etc. A Agroecologia,

propõe um campo de conhecimentos científicos que oferece um conjunto de princípios e metodologias para o manejo ecológico dos agroecossistemas, que não devem ser confundidos com determinadas normas ou regramentos específicos de produção³.

Utilizar-se-á o uso do termo “*agricultura de base ecológica*”, significando que nos referimos indistintamente a formas de agricultura que incorporam práticas e métodos sustentáveis para produzir de forma mais harmoniosa com o ambiente, independente da filiação a correntes ou escolas de agricultura (orgânica, biodinâmica, permacultura ou outras), cujas variações dependem dos matizes que lhes conferem seus autores e da forma como seus seguidores as interpretam. O mais importante não são as denominações, mas a incorporação do conhecimento ecológico (interdependência, interações entre organismos, ciclos biogeoquímicos, etc.) para alcançar maior sustentabilidade, do ponto de vista técnico-produtivo, assim como, em uma perspectiva mais ampla - que envolve outras dimensões (como a econômica, a social, a ética e a política) -, a construção de contextos de sustentabilidade, de forma participativa.

No Rio Grande do Sul(RS) as ações de cunho científico e mais abrangentes especialmente, quanto a agroecologia, adquiriram maior consistência a partir do final da década de 1990, mais precisamente no período de 1999 a 2002, quando houve a inclusão do tema na pauta de ações/objetivos da EMATER-RS. Naquele momento histórico conjugaram-se dois fatores positivos para tal tomada de decisão: tomava posse no governo do Estado o Sr. Olívio Dutra, primeiro governador Petista do RS, estado tradicionalmente conservador em termos políticos, e retornavam ao estado dois técnicos do quadro de carreira da Emater, extensionistas/ pesquisadores, com formação em programas de doutorado na área do desenvolvimento sustentável. Estes foram convidados a fazer parte da elaboração dos Projetos de Decisão quanto a agricultura familiar e a busca ou tentativas de melhorias do meio ambiente em que as mesmas viviam.

³ Da mesma maneira que não se deve confundir microbacia com terraço. A palavra ‘microbacia’, passou a ser entendida por muitos, inclusive por técnicos da área agrônômica, como sinônimo de práticas de conservação do solo e da água ou, mais estritamente, de terraceamento. Expressões como *fazer microbacias*, tornaram-se comuns, como se isso de fato fosse possível, como se elas já não existissem há milhares ou milhões de anos, desde a conformação do relevo que delineou os divisores de água e a confluência desta para um mesmo curso de vazão.

Disto resultou um novo modo de pensar técnico sobre o que é a extensão rural e quais deveriam ser suas atribuições, sobretudo sua relação com a manutenção dos ambientes.

Porém, a construção de uma agricultura baseada no modelo agroecológico exige uma forma diferenciada de ação dos extensionistas rurais. A agroecologia, devido às suas premissas, necessita de um novo perfil profissional, onde além de conhecimentos técnicos, o extensionista deverá ter conhecimentos metodológicos, humanistas e, antes de mais nada, um compromisso social com a transformação. (BALEM e DONAZZOLO, 2003, p. 1)

Houve, neste período, não que a posteriori tenham deixado de existir, a incorporação de um conjunto maior de tecnologias, aliadas a um processo de tentativa de organização e participação social dos agricultores familiares.

A partir de então ocorreu um estímulo e orientação institucional para a promoção da transição agroecológica, com base nos princípios da Agroecologia.

"[...] na Agroecologia, é central o conceito de transição agroecológica, entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através dos tempos, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como etapa a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica." (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 12)

Ao mesmo tempo, considerando a formação tradicional dos extensionistas rurais da Instituição (EMATER), foi iniciado um processo de formação técnico social destes, com ênfase no uso de metodologias participativas.

Para efeito de identificação do grau ou "estágio" de transição agroecológica adotou-se a noção de níveis de transição, adaptados da proposição de Gliessman (2000)⁴.

Assim, os agricultores assistidos, no período (2001 e 2002) de acordo com Dulphe e Gervásio (2005) estavam distribuídos entre as principais culturas de grãos (milho, soja, feijão, trigo e arroz), olerícolas (alho, batata, cebola e tomate), e frutíferas (banana, bergamota, figo, laranja, morango, pêssego e uva) da seguinte forma:

a) Produtores convencionais – aqueles que incluem, também, agricultores que vêm, simplesmente, reduzindo o uso de insumos químicos, por razões econômicas

⁴ Este autor propõe três níveis, assim caracterizados: a) Nível 1: Racionalização do uso de insumos. Neste nível, a ênfase recai sobre o aumento da eficiência no uso e consumo de insumos convencionais, b) Nível 2: Substituição de insumos: Neste nível a meta é substituir práticas convencionais por práticas e insumos alternativos, c) Nível 3: Redesenho de Agroecossistemas. Trata-se de um estágio mais avançado de transição, com a adoção de um conjunto de técnicas integradas que permitem fazer o redesenho do agroecossistema, de forma que ele funcione em um novo conjunto de processos ecológicos.

ou outras, sem preocupar-se com a adoção de insumos ou práticas alternativas de produção e/ou conservação ambiental;

b) Produtores em transição - agricultores que vêm realizando processos de substituição de insumos químicos (adubos químicos e agrotóxicos) por insumos alternativos de base ecológica;

c) Redesenho - Agricultores que, além do processo de substituição de insumos, vêm realizando o redesenho de suas propriedades, a partir de um enfoque ecológico e sistêmico (que estão realizando simultaneamente e de forma integrada, diversos processos, tais como: manejo ecológico do solo, rotação e diversificação de culturas, integração de sistemas agrícolas e de criação animal, florestamento e reflorestamento conservacionista, manejo de sistemas agroflorestais, entre outras técnicas e práticas agrícolas de base ecológica).

Também houveram agricultores dedicados à produção animal (bovinocultura de leite) e algumas ações voltadas à promoção da cidadania e qualidade de vida, que se engajaram na nova percepção de agricultura e meio ambiente.

No entanto a manutenção deste modelo, a partir do ano de 2002, sofreu revezes, pois houve uma diminuição de ênfase quanto a sua adoção. Fatores diversos estiveram na base desta performance, sobretudo aqueles que decorreram de problemas de formação da mão-de-obra (extensionistas) que detinham conhecimento, em sua maioria, tradicional e que portanto a volta aos antigos padrões se tornaria mais fácil face a necessidade de freqüente adaptação e a disponibilidade desta em fazê-lo.

De Acordo com EMATER(2002,p.18)

Estas mudanças encontram-se, presentemente, em fase de consolidação e constituem aspecto emblemático deste período, que pode ser resumido como segue: O período 2001-2002 caracteriza-se por empenho em instrumentalizar, difundir e consolidar a Nova ATER, cuja ênfase está apoiada nos princípios da Agroecologia⁵. A partir destes, as ações da EMATER/RS estimularam processos que permitiram ao Rio Grande do Sul constituir-se em espaço territorial privilegiado, onde existem referências concretas, divulgadas internacionalmente, quanto ao processo de transição agroecológica.

A implantação da agricultura ecológica está baseada num conjunto de conhecimentos, tanto os transmitidos pelos extensionistas, quanto a experiência de

⁵ A agroecologia traz a idéia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de beneficiar ao meio ambiente e às populações nele estabelecidas, superando orientações tais, associadas a uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente e excludente do ponto de vista

vida dos agricultores, além de perspectivas de retornos econômicos, sociais e ambientais.

A modificação de padrão, da agricultura convencional, para o redesenho, apresenta-se de maneira disforme no RS, pois algumas culturas são mais propícias que outras. Segue-se que alguns objetivos podem não ser alcançados no curto prazo, ou mesmo dificultam a permanência do produtor.

PERSPECTIVAS COM A IMPLANTAÇÃO COM A IMPLANTAÇÃO DE UM PROJETO DE AGRICULTURA ECOLÓGICA

Além de melhorias no padrão econômico dos produtores rurais, melhor preservação dos recursos naturais e demais reflexos quanto a objetivos sociais, a valorização da agricultura ecológica, do produto limpo à qualidade ambiental mais global, os resultados esperados podem ser sentidos micro ou macroeconomicamente, das seguintes formas:

- Dinamização da economia da região através do aumento da diversificação de culturas, criações, atividades e da produção ecológica;
- Geração de matéria prima ecológica para fomentar a agroindustrialização de produtos ecológicos;
- Preservação e saneamento ambiental da propriedade rural e região em questão;
- Melhoria da qualidade de vida no campo e na cidade;
- Transformação da região em polo de referência em agricultura ecológica através da geração local de tecnologias apropriadas e promoção de cursos e treinamentos para técnicos e agricultores de outras regiões;
- Auto-abastecimento da propriedade rural e das cidades com produtos ecológicos;
- Redução da dependência do agricultor em relação ao sistema agribusiness;
- Sustentabilidade e estabilidade da produção e da família rural;
- Resgate, preservação e multiplicação de recursos genéticos locais.

A possibilidade de articular interesses do agroecoturismo, com a agroecologia e o desenvolvimento da agricultura familiar, além de contar com a orientação da Emater RS, foi estimulada, por um modelo de política e incentivos públicos, no Rio Grande do Sul, os quais trouxeram resultados e o surgimento de oportunidades aos envolvidos.

4 RESULTADOS ALCANÇADOS NO RS (2002, 2003 E 2004)

Entre as culturas que mais se apropriam à produção de agroecológicos estão os hortigranjeiros., sobretudo na Serra do Sudeste, e cujos produtores comercializam sua oferta nas feiras da Cooperativa Coolméia, em Porto Alegre, ou mesmo nos municípios de origem. Tanto as frutas ecológicas quanto outros produtos como uva e vinhos(Ipê, Antônio Prado, Sarandi), além de frutas subtropicais como mangas, banana, abacaxis, mamão, maracujá, ameixa pêras e pêssegos, já fazem parte da oferta de municípios do Noroeste e do Alto Uruguai.

Quanto à demanda estas tem sido concentradas em feiras (Cooperativa Coolméia nas quartas-feiras e sábados), Cooperativa de Consumidores de Produtos Ecológicos Três Cachoeiras – COOPET. Há ainda a Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres (ACERT), a Rede Ecovida, e a Cooperativas de Consumidores de Produtos Ecológicos(COOPET). (MESQUITA, 2003)

A tabela 1 apresenta uma síntese da produção de agroecológicos no RS nos anos de 2002 a 2003.

Tabela 1 Produção de Culturas Agroecológicas no RS – 2002 e 2003

Cultura	Produtores (n.)			Área (há)		
	Convencional	Transição	Redesenho	Convencional	Transição	Redesenho
Milho	62.645 45.575	14.738 8.260	1.952 1.795	254.124 218.204	52.332 30.439	7.064 5.765
Soja	27.437 22.198	6.326 3.406	987 479	331.039 298.785	72.967 29.083	7.168 1.606
Feijão	15.836 13.797	5.653 3.733	1.556 1.360	18.791 18.435	5.636 3.738	1.742 1.054
Trigo	6.994 6.125	2.111 1.698	236 202	58.014 53.649	14.835 8.823	715 711
Arroz	1.997 2.012	276 673	66 224	31.360 23.152	3.990 3.768	256 327
Bergamota	1.126 1.079	1.008 1.140	252 285	2.235 2.382	1.591 1.684	478 639
Laranja	2.470 168	2.001 1.915	348 518	3.180 4.828	3.132 2.399	499 788
Morango	302 67	190 216	67 71	106 158	59 47	20 18
Figo	352 58	279 270	32 69	264 293	225 299	26 54
Pêssego	1.211 97	791 693	139 77	2.210 2.061	1.197 1.306	129 59
Alho	693 705	128 276	17 89	898 710	130 45	4 12
Batata	2.250 41	551 514	138 149	2.980 1.944	224 160	81 60
Cebola	3.338 48	1.161 520	267 371	3.966 902	239 198	34 58
Tomate	1.037 113	383 412	207 285	527 559	120 93	59 57

Fonte: EMATER, 2005

Bovinos de Leite

Produtores Assistidos: 37.020 27.769-294

Com Leite à pasto: 14.425 11.695

Que usam homeopáticos/fitoterápicos: 6.129 6.169

Suinocultura

Produtores Assistidos: 7194 4.074

Criações sobre cama: 291 226

Plantas Medicinais

Famílias envolvidas: 25.235 18.519

Área utilizada: 286 ha

Hortos: 3.019

Programas de Educação Ambiental

Famílias: 78.562 54.301

Escolas : 1.812 1.574

Comunidades: 3.010 2.647

Manejo de Água e Dejetos

Melhoria da qualidade da água Melhoria da destinação

(famílias envolvidas): (Famílias dos esgotos domésticos envolvidas):

52.05821.217

36.52521.132

De acordo com Azambuja, Martins e Ferreira(2003) no período de 2000 até fevereiro de 2003 foram investidos, no programa Rio Grande Ecológico, R\$ 1.822.013,14, sendo divididos entre: R\$ 1.636.323,74 em investimentos e R\$ 185.689,40 para custeio.

Segundo dados do Sistemas de Informações de Resultados em Agroecologia Aplicada,(SISRAP) EMATER/RS-ASCAR os resultados alcançados nas lavouras permanentes ou temporárias, criação pecuária e demais atividades de assistência e cidadania, referentes ao ano de 2004:

- Na área de lavouras de grãos, incluindo as culturas de arroz, feijão, milho, soja e trigo, 14.151 agricultores, correspondendo a 21,60% do total de agricultores assistidos pela Emater-RS/Ascar e a 17,00% da área assistida, estão em processo de transição ou redesenho dos agroecossistemas;

- Em relação à olericultura, considerando-se as quatro principais espécies olerícolas: alho, batata, cebola e tomate, 12.429 agricultores, correspondendo a 58,65% dos agricultores assistidos pela Emater-RS/Ascar e a 22,80% da área assistida, estão em processo de transição ou redesenho dos agroecossistemas;

- No caso da fruticultura, tomando-se as culturas do abacaxi, banana, bergamota, figo, laranja, limão, melancia, morango e pêssego, 8528 agricultores assistidos estão em processo de transição ou redesenho, correspondendo a 11780 ha ou 45,40% da área assistida;

- No caso das criações, merece destaque a com produção de leite à base de pasto (pastoreio rotativo), com 10.213 produtores que adotam essa prática, além de 5.681 que usam produtos fitoterápicos ou homeopáticos.

Tabela 2 Produção das Principais Espécies Olerícolas (Alho, Batata, Cebola, Tomate)

	N. Produtores			Área (ha)			Produção		
Produto	Conven-cional	Transi-ção	Rede-senho	Conven-cional	Transição	Redesenho	Conven-cional	Transi-ção	Rede-senho
ALHO	1107	879	759	1801,37	16380,64	66037,63	412959,71	58148,56	39184,97

BATATA INGLESA	1808	384	161	1254,1	134,63	37,3	10797,5	1043,34	305,8
CEBOLA	1929	657	328	535,8	258,95	111,26	10595,25	6743,1	1872,82
TOMATE (MESA INDÚSTRIA)	1589	365	240	462,5	120,24	73,9	25637,7	14058,7	2595,66
TOTAL	6433	2285	1488	4053,77	16894,46	66260,09	459990,16	79993,7	43959,25

Fonte: SISRAP (2004)

Tabela 3 Produção das Principais Espécies de Lavouras (Arroz, Feijão, Milho, Soja e Trigo)

Pro	N. Produtores			Área (ha)			Produção		
	Conven-cional	Transi-ção	Rede-senho	Conven-cional	Transi-ção	Rede-senho	Conven-cional	Transi-ção	Rede-senho
ARROZ Total	1478	325	110	26007,2	4734,8	228,7	151556,9	25367,51	956,4
FEIJÃO Total	7365	1499	433	8749	1420,3	373,3	125876,51	19979,49	5919,08
MILHO Total	34888	6035	1044	148561,6	21769,5	3026,2	1649020,93	373168,98	155519,6
SOJA Total	17881	2836	255	216064,1	31095	2001,5	597849,52	1005351,66	32960,72
TRIGO Total	3812	1450	164	39390,5	9022,2	461,15	72311,12	17130,86	657
Total Global	65424	12145	2006	438772,4	68041,8	6090,85	2596614,98	1440998,5	196012,8

Fonte: SISRAP (2004)

Tabela 4 Produção das Principais Espécies Frutíferas (Abacaxi, Banana, Bergamota, Figo, Laranja, Limão, Melancia, Morango, Pêssego, Uva)

Produto	N. Produtores			Área (ha)			Produção		
	Conven-cional	Transi-ção	Rede-senho	Conven-cional	Transi-ção	Rede-senho	Conven-cional	Transi-ção	Rede-senho
ABACAXI Total	25	26	8	19,2	14,6	3,55	224036	173083	45006,5
BANANA Total	154	213	133	431,3	1630,6	314,2	5111,4	5579	2195,1
BERGAMOTA Total	1047	1111	429	6902,35	1477,9	878,5	27487	15803,8	6328,4
FIGO (MESA/INDÚSTRIA) Total	166	422	25	130,3	236,68	29,3	711,05	1207,97	124,7
LARANJA Total	2292	1443	283	2191,2	1253,3	205,5	20017,8	16755,15	2528
LIMÃO Total	133	144	27	62	104,1	10	608,1	1502	151
MELANCIA Total	119	62	10	1433	63,55	5,9	29642	1286,1	105,1
MORANGO Total	247	186	43	82,31	118,93	31,48	11493,25	10436,06	2336,45
PÊSSEGO (MESA/INDÚSTRIA) Total	1679	491	137	2346,3	1008,8	118,2	34093,7	9588,05	1012,4
UVA Total	6880	2684	651	12362,2	3791,3	483,9	4717469,08	87819,3	20382,71
Total Global	12742	6782	1746	25960,16	9699,76	2080,53	5070669,38	323060,43	80170,36

Fonte: SISRAP (2004)

PRODUÇÃO ANIMAL

Criações

Bovinocultura de Leite:

- 22.244 produtores assistidos em, dos quais:
10.213 com produção de leite à base de pasto (pastoreio rotativo)
5.681 usam produtos fitoterápicos ou homeopáticos

Suinocultura:

- 3295 produtores assistidos, dos quais:

643 fazem a terminação em cama sobreposta
Ovinocultura:

- 428 produtores assistidos, dos quais:
51 fazem consorciação com a fruticultura

(Fonte: SISRAP (2004))

Ações em Cidadania e Qualidade De Vida

- Envolvimento em ações de combate ao desperdício de alimentos produzidos: 36113 famílias
- Envolvimento em ações de documentação: 45 famílias; 215 eventos; 8048 mulheres beneficiadas
- Envolvimento em ações de melhoria da destinação dos esgotos domésticos: 19100 famílias
- Envolvimento em ações de melhoria da qualidade da água para consumo doméstico: 31676 famílias
- Envolvimento em ações de utilização de produtos da agricultura familiar para auto-consumo: 55223 famílias
- Envolvimento em programas de controle mecânico/biológico de vetores/simulídeos: 26415 famílias; 400 escolas; 1179 comunidades
- Envolvimento em programas de educação ambiental: 61774 famílias, 1473 escolas e 2331 comunidades
- Envolvimento na utilização de produtos da agricultura familiar na composição da merenda escolar: 794 escolas; 54571 escolares
- Envolvimento no cultivo de plantas medicinais: 17.695 famílias; 153 hectares e 7292 hortos

(Fonte: SISRAP (2004))

5 DIFICULDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA AGROECOLÓGICA

Existem, no entanto, fatores que dificultam o desenvolvimento da agricultura ecológica. Entre eles Claro (2005) cita:

- a) a falta de domínio, conhecimento científico e tecnologias em sistemas de cultivo agroecológico por parte dos agricultores e dos profissionais que ensinam, pesquisam e difundem conhecimentos sobre agricultura e pecuária;
- b) a agroecologia deve desenvolver-se como fruto da nova compreensão dos agricultores, motivada pela sua realidade, e não somente a partir da visão dos agentes externos(DONAZZOLO e BALEM, 2003a)
- c) na ânsia de melhorar a realidade dos agricultores busca-se resultados no curto prazo;
- d) ameaça à interesses econômicos;
- e) acomodação, apatia e insensibilidade aos efeitos negativos do sistema convencional;
- f) limitação de mão-de-obra no meio rural;

- g) deterioração química, física e biológica do solo, bem como carência de cultivares apropriados e baixo nível de controle biológico natural gerado pelo sistema convencional;
- h) falta de máquinas e equipamentos apropriados e, ainda, carência de pesquisas e programas governamentais para alavancá-las;
- i) a falta de apoio governamental, pois não se percebe a intenção “[...] do Estado em modificar as bases da agricultura ou reconhecer que há outras formas de produção, o que dificulta o desenvolvimento e a inserção da agroecologia em nível macro”. (DONAZZOLO e BALEM, 2003a, p.3)
- j) Concomitante ao item acima, há a falta de apoio governamental à geração de conhecimentos, “[...] pois a todo o momento estamos(extensionistas e agricultores) esbarrando em dúvidas e questionamentos que não conseguimos solucionar, visto não dispormos da pesquisa ao nosso lado[...]” (DONAZZOLO e BALEM, 2003a, p. 3)
- k) Adiciona-se aos demais fatores a situação financeira do agricultor, assim como sua necessidade imediata de obtenção de renda e, também, o complexo processo que é a comercialização.

6. SUGESTÕES PARA O SUCESSO DOS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DA AGRICULTURA AGROECOLÓGICA

Diante de tais entraves, pode-se sintetizar, da literatura pesquisada, que há um conjunto de sugestões/medidas para o sucesso em agricultura ecológica, ou seja:

- treinamentos para sensibilização e capacitação de técnicos e agricultores em sistemas de cultivo e produção ecológica, para que os mesmos adquiram confiança e acreditem neste sistema;
- aplicar os fundamentos básicos da agricultura ecológica, inicialmente em pequenas áreas de cultivo e, gradualmente, convertendo toda a área para o sistema agroecológico. Esta passagem por etapas ocorre à medida que o agricultor for adquirindo habilidade, confiança e obteve êxito nas áreas menores;
- agregar valor aos produtos ecológicos com agroindústrias, domésticas, ou cooperativas ou mesmo vendendo sua produção, evitando-se a perda de parte da produção que não apresenta boa qualidade visual para venda *in natura*, principalmente com culturas mais delicadas (tomate, pêssego) e, sobretudo, no período de transição;

- fazer um marketing do produto ecológico, mostrando ao consumidor as vantagens do mesmo;
- organização dos agricultores em formas associativas para produzir, agroindustrializar e comercializar.
- Por fim, buscar a co-responsabilização dos técnicos de assistência técnica e extensão rural com a proposta agroecológica para que o trabalho com os agricultores seja acompanhado de entusiasmo, confiança, determinação e continuidade.

7.CONCLUSÃO

Um estilo de agricultura de base ecológica exige um conjunto complexo de conhecimentos por parte de técnicos e agricultores, maior ou igual aos sistemas convencionais de produção. Por isso, a geração e validação de conhecimentos que se traduzem em formas tecnológicas específicas, de acordo com a realidade dos agricultores e as características biofísicas dos distintos agroecossistemas, assume um papel fundamental na transição agroecológica.

A agroecologia procura indicar práticas de produção, manejo do sólo e do meio social, capazes de encontrar caminhos para uma solução viável e sustentável, pois trata-se de uma outra ótica de produção preocupada com as presentes e futuras conseqüências dos recursos e do meio ambiente.

Quanto ao futuro da agricultura ecológica, as perspectivas mostram-se positivas para o agricultor, porque a demanda por seus produtos tem sido crescente, dado que o consumidor está cada vez mais preocupado com sua saúde, e os países importadores de alimentos estão mais rigorosos quanto aos índices de resíduos tóxicos.

A agroecologia, os controles de qualidade, métodos racionais de produção, redução de desperdícios, entre outros, são compatíveis com os padrões de qualidade total, além de serem economicamente viáveis, ambientalmente desejáveis e tornaria a produção socialmente mais justa, pois reduziria a dependência de capitais do modelo convencional.

No RS a Emater desempenhou um papel importante na divulgação das práticas e na assistência ao produtor. No entanto percebe-se que o modelo convencional ainda prevalece, fruto dos problemas anteriormente descritos e de outros.

Quantitativamente, no período de 2002 a 2004 percebe-se que são os hortigranjeiros que concentram a maior variedade de produtos oferecidos na forma

agroecológica, embora em número de produtores seja o feijão o milho e a soja aqueles que mais aderiram ao processo.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZAMBUJA, S; MARTINS, C. H.; FERREIRA, C. H. Agricultura Sustentável: contextualização, análise e situação atual do programa de fomento Rio Grande Ecológico. In: **I CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA; IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA; V SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE AGROECOLOGIA**. 2003, Porto Alegre. **Anais** 1 CD
- BALEM, T. A ; DONAZZOLO, J. Agroecologia e extensão rural: reconstruindo as bases da ação extensionista. In: **I CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA; IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA; V SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE AGROECOLOGIA**. 2003, Porto Alegre. **Anais** 1 CD
- BONILLA, José A . **Fundamentos da agricultura ecológica**: sobrevivência e qualidade de vida. São Paulo: Nobel, 1992.
- CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004, 24p.
- _____. **Agroecologia e extensão rural**: Contribuição para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: MDEA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CLARO, Soel Antônio. **Pesquisa e produção agroecológica na Região Centro-Serra do RS**: história e Perspectivas. EMATER: Sobradinho. Disponível por email: soelclaro@viavale.com.br. Recebido em: setembro de 2005.
- COSTABEBER, J. A, **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba, 1998. 422p, (Tese de Doutorado) Programa de Doctorado en Agroecologia, Campesinado e Historia, ISEC-ETS1AN, Universidad de Córdoba, Espana, 1998.
- DONAZZOLO, J; BALEM, T. A . Limitantes de uma agricultura com base agroecológica: a experiência da produção de uma em Sarandi. In: **I CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA; IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA; V SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE AGROECOLOGIA**. 2003a, Porto Alegre. **Anais** 1 CD
- ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/RS – ASCAR. **Relatório de Gestão 1999 a 2002**. Porto Alegre: EMATER/RS - ASCAR, 2002, 108p.
- _____. **Categorias de Públicos assistidos nas culturas**. 2005 .Mimeo.
- _____. **Resultados 2002/2003**. Porto Alegre: EMATER/RS – ASCAR, 2005. Mimeo.
- GLIESSMANN, S. **Agroecología**: Processos ecológicos para uma agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000, 653 p.
- MELGAREJO, Leonardo. A agroecologia e a segurança. In: **I CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA; IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA; V SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE AGROECOLOGIA**. 2003, Porto Alegre. **Anais** 1 CD
- MESQUITA, Zilá. Agricultores e consumidores de produtos orgânicos: uma aproximação necessária. In: **I CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA; IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA; V SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE AGROECOLOGIA**. 2003, Porto Alegre. **Anais** 1 CD

NETO, Dulphe Pinheiro Machado e PAULUS, Gervásio. **A Extensão Rural e a transição Agroecológica no Estado do Rio Grande do Sul**. EMATER/RS-ASCAR: Porto Alegre. Obtido via email: dulphe@emater.tche.br Recebido em outubro de 2005.

PAULUS, Gervásio. **Do padrão moderno à agricultura alternativa**: possibilidades de transição. 1999, UFSC: Florianópolis. Disponível na internet: <http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0811810011.pdf> Acessado em: 18/04/2006

PAULUS, Gervásio. **Síntese de Ações em Agricultura de Base Ecológica**. EMATER/ASCAR. Porto Alegre. Informação por correio eletrônico recebido de: gpaulus@emater.tche.br, em 31/03/2006.

PRIMAVESI, Ana. **Agroecologia**: ecosfera, tecnosfera e agricultura. São Paulo: Nobel, 1997.

A EXPANSÃO DO MONOCULTIVO DE SOJA EM SANTARÉM E BELTERRA (PA): INJUSTIÇA AMBIENTAL E AMEAÇA À SEGURANÇA ALIMENTAR.

Vânia de Carvalho e Letícia Tura (FASE-Amazônia)
vaniac@fase-pa.org.br; Leticia@fase-pa.org.br

Introdução

Este artigo tem o objetivo de contribuir na discussão sobre processos econômicos em curso na Amazônia que ameaçam os ecossistemas e os modos de vida das populações, apoiados por políticas públicas que não levam em conta nem as proposições dos movimentos sociais e organizações não governamentais, nem os alertas de instituições acadêmicas do perigo e inadequação da monocultura da soja para o meio ambiente e populações na Amazônia¹.

Os municípios de Santarém e Belterra foram escolhidos para este estudo por sua importância no Pará como principais pólos de expansão de soja, detendo 44% da produção do Estado em 2004, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Produção Agrícola Municipal. Em termos populacionais, Santarém é o terceiro município do Pará, com 4% da população paraense, segundo o Censo Demográfico de 2000. Entre os Censos de 1991 e 2000, a taxa de crescimento da população de Santarém foi negativa (-1%), mas segundo a estimativa do IBGE para 2004 o município sofreu um crescimento de 3,7% de 2000 a 2004. Por sua vez, Santarém e Belterra fazem parte de uma das ultimas fronteiras de reservas florestais do Pará, com grandes Unidades de Conservação, como a Floresta Nacional do Tapajós e a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, assim como são importantes pólos agrícolas e produtores de frutíferas, com 4,6% do total dos estabelecimentos agropecuários do Pará², tendo a frente a produção familiar diversificada e consolidada há décadas, representada por segmentos sociais também diversificados que já tem uma tradição na

¹ Este artigo faz parte de uma pesquisa que a FASE-Amazônia está desenvolvendo sobre a expansão do monocultivo da soja, “Conflitos socioambientais, demandas sociais e políticas públicas: impactos do avanço da soja em Santarém e Belterra”. A pesquisa também integra um estudo mais amplo da FASE, “Projeto Soja, Sociedade e Meio Ambiente”, com estudos de caso no Pará, no Mato Grosso, no Amazonas, no Maranhão e no Tocantins que dialogam com um estudo geral, a partir de informações nacionais e internacionais sobre a produção, consumo e comércio internacional da soja, que envolve outras unidades da FASE, o Núcleo de Relações Internacionais, o Projeto Brasil Sustentável e Democrático, o Programa Nacional Agroecologia e Segurança Alimentar e o Programa Regional Mato Grosso.

² O Município de Belterra foi emancipado somente em 1995. No ultimo Censo Agropecuário (1996) foi registrado como integrante do Município de Santarém.

região, como as famílias de migrantes nordestinos, que vivem do roçado, da produção de farinha e da fruticultura, as comunidades ribeirinhas e quilombolas, que vivem do extrativismo, da pesca. Essa riqueza está ameaçada pelo avanço da monocultura da soja neste território.

Os depoimentos de lideranças de trabalhadores e trabalhadoras rurais, religiosos, ambientalistas e acadêmicos, especialistas que atuam na Região de Santarém, e alguns dados estatísticos, revelam que a expansão da monocultura da soja tem gerado um processo cruel de grilagem e venda de terras, concentração fundiária, violência, expulsão de famílias de agricultores familiares, desaparecimento de comunidades rurais, assim como o desmatamento de florestas primárias e secundárias, a redução da população de animais silvestres, de plantas nativas, da produção de frutíferas e culturas anuais, assoreamento e a contaminação de rios e igarapés pelos agrotóxicos e fungicidas que a soja requer. Esses impactos precisam ser mais divulgados e discutidos com representantes dos governos, para que não se reproduza na mesorregião do Baixo Amazonas situações de injustiça ambiental³ que ocorrem em regiões onde a soja se consolidou, como no estado do Mato Grosso⁴, um panorama de destruição e morte do cerrado, desaparecimento de suas populações tradicionais e concentração fundiária⁵.

Neste artigo iremos nos concentrar nos dados referentes a “segurança alimentar”, entendida como a “realização do direito de todos a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares promotoras de saúde, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e nem o sistema alimentar futuro, devendo realizar-se em bases sustentáveis”⁶, recorrendo aos seguintes indicadores para analisar o impacto do crescimento do monocultivo da soja sobre os produtos básicos da dieta do paraense:

³ As desigualdades sócio-econômicas e políticas existentes na sociedade se refletem na dimensão ambiental e produzem situações de grande injustiça ambiental, ou seja, situações em que se observa que a carga dos danos do ‘desenvolvimento’ recaem principalmente sobre as populações de baixa renda, os grupos raciais discriminados, os povos étnicos tradicionais, as populações marginalizadas e vulneráveis, do campo e da cidade. Sobre o assunto ver Acselrad, Henri; Herculano, Selene; e Pádua, José Augusto (org.), *Justiça Ambiental e Cidadania*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, Fundação Ford, 2004; e o sítio da Rede Brasileira de Justiça Ambiental: <http://www.justicaambiental.org.br>.

⁴ Ver Fernández, Antonio João Castrillon, *Estudo de Caso sobre a Soja no estado de Mato Grosso: município de Sorriso*, FASE-MT, 2006, mimeo.

⁵ Ver Relatório *Relação entre o cultivo de soja e desmatamento. Compreendendo a dinâmica*, do Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), Grupo de Trabalho de Florestas, ISA, IMAFLORA, Instituto Centro Vida, WWF-Brasil, 2004.

⁶ Carta de princípios do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e nutricional.

- Evolução da área plantada (hectares) e da produção (toneladas) com soja na Amazônia Legal, microrregião de Santarém, Mesorregião do Baixo Amazonas e municípios de Belterra e Santarém, Fontes: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Taxa de crescimento da produção de soja e outros produtos;
- Relação da evolução da produção de soja e a produção de feijão, milho, limão e laranja para os municípios de Belterra e Santarém;
- Taxa de participação na produção de soja, feijão, milho, limão e laranja dos municípios de Belterra e Santarém em relação ao Pará e este em relação à Amazônia Legal e Região Norte.

I. A Expansão da Monocultura da Soja no Estado do Pará

A produção de soja no Brasil, sobretudo nos últimos anos, vem crescendo de forma acelerada. De 21,6 milhões de toneladas, em 1996, passou para 49,5 milhões de toneladas em 2004, segundo o IBGE⁷, tornando o país o maior exportador mundial e o segundo maior produtor, depois dos Estados Unidos.

Estudos mostram que o “complexo soja” - composto de grão, farelo e óleo - em 2004, ganha grande importância nas exportações brasileiras, atingindo 12%, o que corresponde a 10 bilhões de dólares. Esses produtos também representaram, nesse período, mais de um terço de toda a soja comercializada no mercado internacional. O que explica o grande crescimento da produção de soja no mundo e no Brasil é a ampla utilização do farelo de soja na ração de animais criados em regime de confinamento, principalmente frangos e porcos⁸.

O crescimento da produção de soja na Amazônia Legal tem sido constante bem como sua importância em nível de Brasil. Os únicos estados da Amazônia Legal livres da soja são o Acre e o Amapá. Segundo a CONAB, na safra 2004/2005⁹, 39% da soja produzida no Brasil saíram dos Estados da Amazônia Legal, principalmente do Mato Grosso, do Maranhão e do Tocantins, responsáveis por 88%, 5% e 4,5% da produção da Região. O Pará, Rondônia e Roraima não têm grande importância no volume da

⁷ A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) registrou na safra 2003/2004, que o Brasil produziu 49,8 milhões de Toneladas de soja.

⁸ Schlesinger, Sergio (2005), *Soja: o grão que cresceu demais e os impactos deste crescimento sobre a sociedade e o meio ambiente*, FASE, Projeto Brasil Sustentável e Democrático, no prelo.

⁹ Dados preliminares, sujeitos a mudanças.

produção de soja na Amazônia. O que preocupa é a velocidade do crescimento da implantação do monocultivo nesses estados nos últimos anos.

Em termos de Região Norte é mais visível a participação do Pará na área plantada com soja. Segundo o IBGE, no levantamento sistemático da produção agrícola, até o ano 2000 o estado representava em torno de 3% do total da área plantada com soja na região. Em 2003 atinge 7% e, em 2004, 10% (Tabela 1).

Tabela 1 - Área Plantada (há) com soja na Região Norte, 2000, 2003 e 2004

Estados	ANOS					
	2000	%	2003	%	2004	%
Rondônia	11.800	16	41.600	20	56.443	16
Amazonas	1.060	1	2.306	1	2.306	1
Roraima	0	0	0	0	12.000	3
Pará	2.225	3	15.310	7	35.219	10
Tocantins	57.919	79	153.048	72	253.466	71
Total	73.004	100	212.264	100	359.434	100

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2000, 2003 e 2004

A expansão desta monocultura no Pará tem contado com o incentivo da estrutura dos governos, fornecendo-lhe bases tecnológicas, financiamentos e infra-estrutura. O Governo Paraense e instituições federais, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/Amazônia Oriental), forneceram as bases tecnológicas para seu desenvolvimento. O Banco da Amazônia, por sua vez, tem financiado fazendas de soja e processadoras de grãos em Santarém.

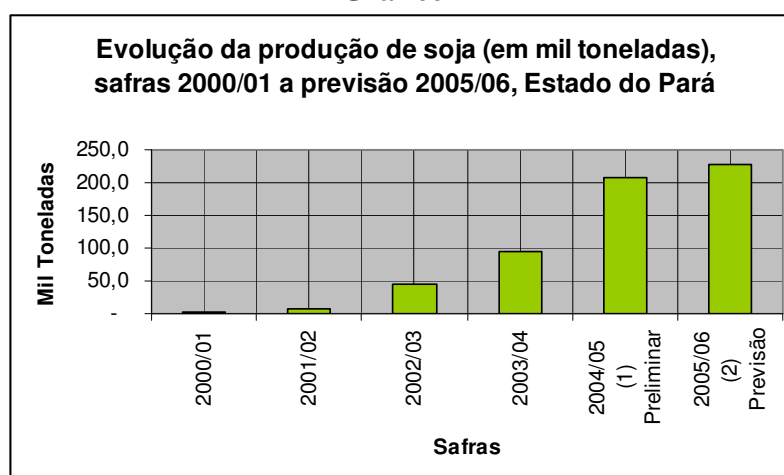
No site do Governo do Estado do Pará se observa a estratégia de implantação do monocultivo, no final da década de 90, disponibilizando créditos aos interessados em investir na produção de soja. Para o desenvolvimento do monocultivo no Pará o governo contou com o apoio do Prodecir - Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento de Cerrados, a partir de investimento na ordem de 70 milhões de dólares. O Governo do Estado do Pará indica a disponibilidade de 6,2 milhões de hectares para a soja no Estado e a parceria com a EMBRAPA, através dos pólos de pesquisa experimental. As pesquisas recomendaram o plantio da cultura no estado em função da sua produtividade, acima da média nacional, e das possibilidades de correção de solos degradados¹⁰. Em 1995 foi criado o Pólo de Paragominas, no Nordeste Paraense e, logo em seguida, o de Redenção, no Sul do Pará. O argumento do governo estadual é que o monocultivo de soja seria implantado em áreas alteradas e desmatadas. Entretanto, no caso do Oeste

¹⁰ Fonte: <http://www.cdpara.pa.gov.br/economia/agropec/soja2.html>

paraense, a expansão do monocultivo tem ocorrido em áreas dos sítios diversificados da produção familiar e em áreas de florestas¹¹.

Entre as safras 2001/02 e 2002/03 ocorreu a maior expansão da produção no Pará, um aumento de 505,5% e, entre 2002/03 a 2003/04, de 114,9%, atingindo 95 mil toneladas (Gráfico 1). Os dados preliminares da safra 2004/05 confirmam a previsão de crescimento de mais de 100% chegando a 207 mil toneladas, mas a previsão para a safra 2005/06 indicam crescimento de apenas 10,4%.

Gráfico 1



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Série histórica de produção
(1) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças; (2) Dados Estimados: sujeitos a mudanças.

A expansão da área plantada cresceu 478%, entre as safras 2001/02 a 2002/03, e 127%, entre as safras de 2002/03 a 2003/04, chegando a 35,2 mil hectares. Na safra 2004/05 atinge 69 mil hectares e está previsto, para a safra 2005/06, 80,2 mil hectares de soja no estado do Pará (Tabela 2).

Tabela 2 - Evolução da produção (em mil toneladas) e da área plantada de soja, safras 2000/01 a previsão 2005/06, Estado do Pará.

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05 ⁽¹⁾ Preliminar	2005/06 ⁽²⁾ Previsão
Produção (Mil toneladas)	1,5	7,3	44,2	95,0	207,0	228,6
Área Plantada (Mil hectares)	0,7	2,9	15,5	35,2	69,0	80,2

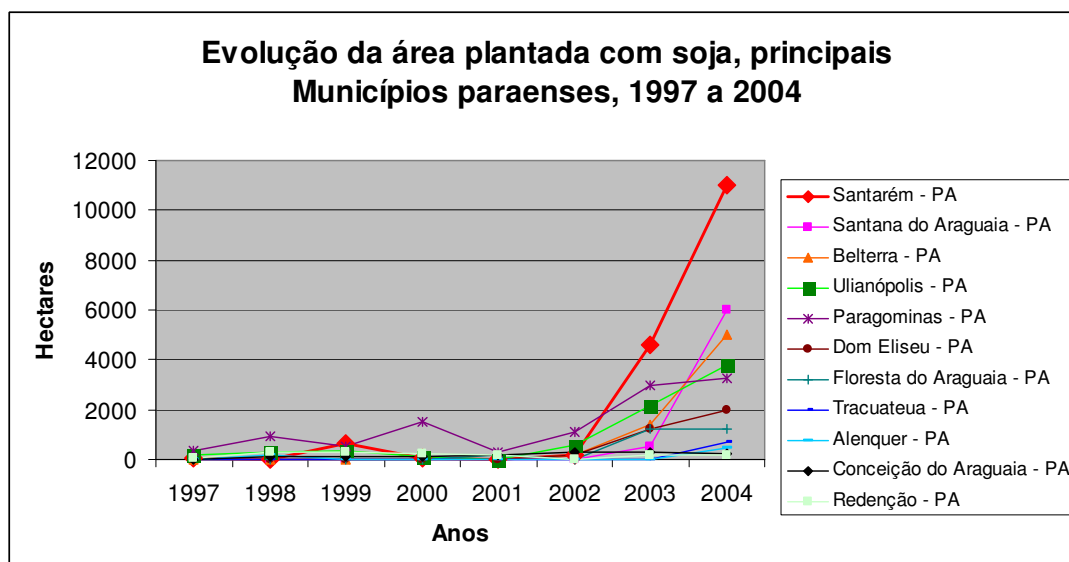
Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Série histórica de produção
(1) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças; (2) Dados Estimados: sujeitos a mudanças.

No início da implantação do monocultivo no Pará, a partir de 1997, os municípios de Paragominas e de Ulianópolis, no Nordeste Paraense, foram os pólos mais importantes nesse período. Em 1998, os municípios de Redenção e Conceição

¹¹ Cohenca, Daniel (2005), *A expansão da fronteira agrícola e sua relação com o desmatamento detectado em imagens Landsat TM e ETM+ na região norte da BR-163, Pará entre os anos de 1999 a 2004*, Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Florestais da Universidade Federal de Lavras.

Araguaia, no Sul do Pará, passam a incorporar o produto. Em 1999 a soja chega ao município de Santarém. Mas é a partir de 2002 que ocorre a grande expansão da área plantada e da quantidade produzida com a monocultura da soja, passando a ser o município mais importante do Pará. Nesse período o município de Belterra também passa a produzir soja, com grande crescimento a partir de 2003, tornando-se o terceiro município paraense (Gráfico 2).

Gráfico 2



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal, 2005.

Em 2004, os seis municípios mais importantes em quantidade produzida no Pará foram Santarém (30%), Santana do Araguaia (18%), Belterra (14%), Ulianópolis (12%), Paragominas (10%) e Dom Eliseu (7%), concentrando, juntos, 91% de toda a produção do Estado. Nota-se que 44% de toda produção paraense se concentra em Santarém e Belterra (Tabela 3).

Tabela 3 - Quantidade produzida de soja em grãos, no Estado do Pará por municípios, 2004.

Municípios	Toneladas	%
Santarém	29.700	30
Santana do Araguaia	18.000	18
Belterra	13.500	14
Ulianópolis	11.570	12
Paragominas	9.777	10
Dom Eliseu	6.600	7
Outros municípios	10.290	9
Total	99.437	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal, 2005.

II. O monocultivo da Soja na Mesorregião do Baixo Amazonas, nos Municípios de Santarém de Belterra

Como pudemos ver nos dados acima, Santarém, na mesorregião do Baixo Amazonas, é a principal área de expansão recente do monocultivo da soja. Esse processo vem ameaçando produtores familiares e o meio ambiente, em função da velocidade de sua expansão e da larga utilização de agrotóxicos, entre outras questões que veremos abaixo.

Segundo o IBGE, a Mesorregião do Baixo Amazonas é composta pelas Microrregiões de Santarém e Almerim. A primeira possui dez municípios (Alenquer, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha e Santarém) e a segunda dois (Almerim e Porto de Moz). Em 2004 já havia área plantada com a monocultura da soja em seis desses municípios, principalmente na microrregião de Santarém (Tabela 4).

Tabela 4 - Evolução da área plantada (há) com soja no Baixo Amazonas, por Microrregiões e Municípios, 1997 a 2004

Municípios	1 997	1 998	1 999	2 000	2 001	2 002	2 003	2 004	Participação no Baixo Amazonas em 2004 (%)
Microrregião de Santarém									
Alenquer	0	150	0	0	0	0	0	475	2,8
Belterra	0	0	0	0	0	150	1.400	5.000	29,4
Curuá	0	0	0	0	0	0	400	400	2,4
Santarém	50	0	620	50	25	200	4.600	11.000	64,8
Monte Alegre	0	0	0	0	0	0	0	100	0,6
Faro	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
Juruti	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
Óbidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
Oriximiná	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
Prainha	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
Microrregião de Almerim									
Almerim	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
Porto de Moz	0	0	0	0	0	0	0	10	0,1
Total	50	150	620	50	25	350	6.400	16.985	100,0

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.

Nesta microrregião, a soja vem sendo implantada com muita velocidade, principalmente nos municípios de Santarém e Belterra, que dominam 64,6% e 29,4% do total da área plantada no Baixo Amazonas. Nesses municípios a plantação do monocultivo da soja ocorre em rotação com o arroz.

Observa-se, ainda, que Santarém e Belterra foram os primeiros municípios da mesorregião do Baixo Amazonas a implantar a monocultura da soja. Posteriormente, em menores proporções, foi registrada produção em Alenquer, Curuá e Monte Alegre. Em

Porto de Moz foi registrada produção de soja a partir da safra 2003/2004, com 25 toneladas em 10 hectares (Tabela 5).

Tabela 5 – Expansão da Produção de Soja, Microrregião de Santarém e Municípios, Estado do Pará, 2001-2004

	Produção (Toneladas)			PRODUÇÃO			
	SAFRA 2001/2002	SAFRA 2002/2003	SAFRA 2003/2004	VARIAÇÃO (%)		PARTICIPAÇÃO 2004	
				2002 A 2003	2003 A 2004	MRH (1) (%)	UF (2) (%)
Total do Pará	7.580	43.251	99.437	470,59	129,91		100
Alenquer			1.283			2,8	1,29
Belterra	450	3.780	13.500	740	257,14	29,4	13,58
Curuá		1.200	1.200		0	2,6	1,21
Monte Alegre			270			0,6	0,27
Santarém	600	12.420	29.700	1.970,00	139,13	64,6	29,87
<i>Total da Micro</i>	1.050	17.400	45.953	1.557,14	164,1	100	46,21

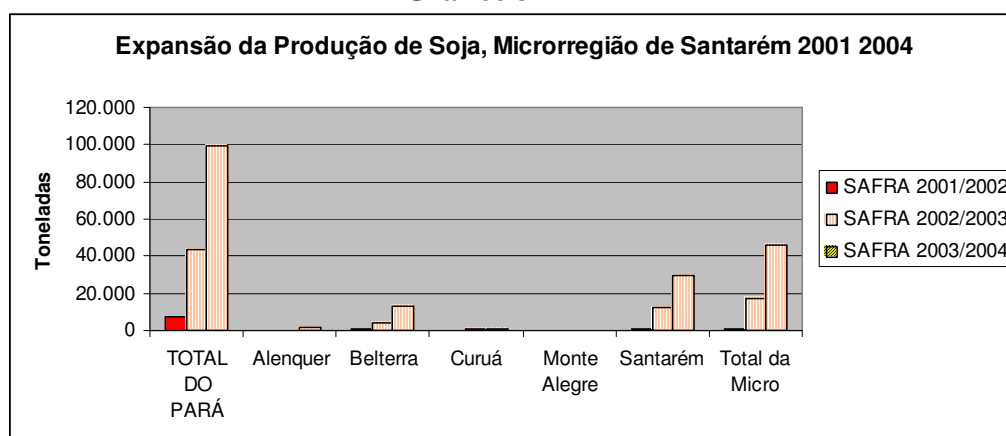
Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

(1) Distribuição na Microrregião Homogênea

(2) Percentual em relação ao Estado do Pará

Os dados da tabela 4 acima nos apontam uma grande velocidade da expansão da produção de soja nesses municípios, a partir de 2002, principalmente nas safras 2002/2003 e 2003/2004, como podemos observar também no gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Dezembro de 2004

Os informações relativas a evolução da área cultivada também demonstram o avanço deste monocultivo neste mesmo período, principalmente em Santarém e Belterra (Tabela 6).

Tabela 6 - Expansão da área cultivada com soja, Municípios da Microrregião de Santarém, 2001/2004

	SAFRA 2001/2002	SAFRA 2002/2003	SAFRA 2003/2004	Participação	Safra 2003/2004	Variação 2002 a 2003	Variação 2003 a 2004
	Área (hectares)	Área (hectares)	Área (hectares)	MRH (%)	UF (%)	(%)	(%)
Total do Pará	2.648	15.310	35.219		100,00	478,17	

	SAFRA 2001/2002	SAFRA 2002/2003	SAFRA 2003/2004	Participação	Safra 2003/20 04	Variação 2002 a 2003	Variação 2003 a 2004
	Área (hectares)	Área (hectares)	Área (hectares)	MRH %	UF %		
Alenquer	-	-	475	2,80	1,35	0,00	0,00
Belterra	150	1.400	5.000	29,46	14,20	833,33	257,14
Curuá	-	400	400	2,36	1,14	0,00	0,00
Monte Alegre	-	-	100	0,59	0,28	0,00	0,00
Santarém	200	4.600	11.000	64,80	31,23	2.200,00	139,13
Total da Micro	350	6.400	16.975	100,00	48,20	1.728,57	165,23

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), DEZEMBRO 2004

O impacto do crescimento da produção com o monocultivo da soja sobre a produção de outros cultivos, ameaçando a segurança alimentar nestes municípios veremos a seguir.

III. A Insegurança Alimentar da Expansão da Soja em Santarém - quanto mais soja, menos feijão, milho e frutíferas

No município de Santarém, a maioria dos depoimentos de agricultores/as e lideranças sindicais contém a preocupação com a grande frequência de vendas de terras de produtores/as familiares ao agronegócio da soja levando ao esvaziamento e desaparecimento de diversas comunidades rurais. O Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais realizou uma grande campanha para impedir a continuidade do processo de vendas de terras, mas não conseguiu evitar a compra de terras por plantadores de soja. Os dados estatísticos da produção agrícola municipal parecem corroborar os depoimentos.

Segundo o IBGE, entre 2003 e 2004 o município de Santarém sofreu um processo de diminuição da produção de culturas temporárias, necessárias à dieta básica da população, como o feijão e o milho, bem acima das perdas em nível nacional e regional, no mesmo período da grande expansão na produção da soja. Essas culturas são produzidas, principalmente, por agricultores com base no trabalho familiar. Na produção do feijão, Santarém perdeu 17,7%. O Brasil sofreu uma perda de 10% e a Região Norte, 6%. No Pará ocorreu uma queda de 7%, na Mesorregião do Baixo Amazonas 3% e na microrregião de Santarém 3,5% (Tabela 7).

Tabela 7 - Evolução da produção de feijão em Toneladas, Brasil, Região Norte, Estado do Pará, Baixo Amazonas e Microrregião de Santarém, 2000 a 2004

	2000	2001	ANOS 2002	2003	2004	Variação 2003 a 2004 (%)
Brasil	3.056.289	2.453.681	3.064.228	3.302.038	2.965.484	-10,2

	2000	2001	ANOS 2002	2003	2004	Varição 2003 a 2004 (%)
Região Norte	110.496	113.193	107.651	134.710	126.422	-6,2
Estado do Pará	46.959	51.277	56.864	68.772	63.829	-7,2
Mesorregião do Baixo Amazonas	5.050	7.749	9.312	8.839	8.593	-2,8
Microrregião de Santarém	4.608	7.238	8.642	8.280	7.992	-3,5

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal

A maioria dos municípios da microrregião de Santarém apresentou, entre 2003 e 2004, uma estabilidade ou crescimento de sua produção de feijão, sendo os que mais perderam na produção do feijão foram Belterra (-17,6%) e Santarém (-16,7%), coincidentemente os que mais cresceram em relação à produção de soja no mesmo período. De 2000 a 2004 o município de Santarém perdeu 47% de sua produção de feijão (Tabela 8).

Tabela 8 - Evolução da produção de feijão em toneladas, Municípios da Microrregião de Santarém, 2000 a 2004

Municípios da microrregião de Santarém	2 000	2 001	2 002	2 003	2 004	Varição 2 003 a 2 004 (%)
Alenquer	1.096	787	884	1.044	1.280	22,6
Belterra	144	238	210	476	392	-17,6
Curuá	35	20	30	30	30	0,0
Monte Alegre	1.800	3.660	4.754	5.200	4.880	-6,2
Placas	309	435	290	290	290	0,0
Prainha	88	88	260	520	520	0,0
Santarém	1.136	2.010	2.214	720	600	-16,7
Total da micro	4.608	7.238	8.642	8.280	7.992	-3,5

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal

Em relação à área plantada com feijão, entre 2003 a 2004, há uma queda um pouco menor do que a quantidade produzida desta cultura no Brasil e na Região Norte, -1,3%. Contudo, o estado do Pará, a mesorregião do Baixo Amazonas e a microrregião de Santarém apresentam índices superiores a média nacional e regional, -5,6%, -3,5% e -4,1%, respectivamente (Tabela 9).

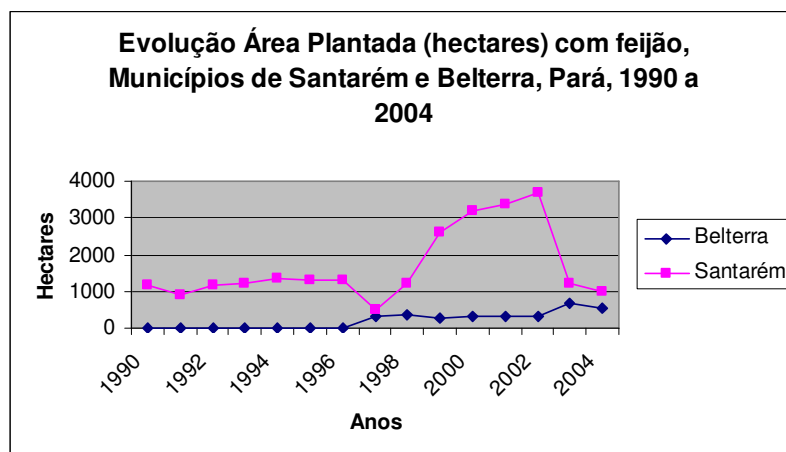
Tabela 9 - Área plantada, feijão, 2000 a 2004 (em Hectares)

	2000	2001	Ano 2002	2003	2004	Varição 2003 a 2004
Brasil	4.441.431	3.879.069	4.321.809	4.378.213	4.323.347	-1,3
Região Norte	187.790	168.842	160.802	172.624	170.446	-1,3
Estado do Pará	76.733	73.134	76.022	81.487	76.906	-5,6
Mesorregião do Baixo Amazonas	8.755	10.582	12.610	11.355	10.955	-3,5
Microrregião de Santarém	7.992	9.706	11.485	10.295	9.870	-4,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal

Na microrregião de Santarém, os municípios de Belterra e de Santarém seguem com a mesma tendência de queda da área plantada com feijão, -17,6% e -16,7%, respectivamente. É interessante observar, pelo gráfico 4 que, na última década, no município de Santarém ocorria um processo de crescimento da área plantada com feijão, a partir de 1998, mas que esta curva ascendente sofre uma queda drástica a partir de 2002.

Gráfico 4



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal

A produção de outras culturas que fazem parte da alimentação básica da população, como o milho, também tem diminuído, sobretudo no município de Santarém, que sofreu uma queda de 12% na sua quantidade produzida, entre 2000 e 2004. A sua maior queda se dá entre 2003 e 2004 (-22%), passando de 2.700 toneladas para 2.100 toneladas. Em Belterra, entretanto, há um crescimento da produção do milho de 14% entre 2003 e 2004 (Tabela 10).

Tabela 10 - Evolução da produção de milho em toneladas, Municípios da Microrregião de Santarém, 2000 a 2004

Municípios da micro de Santarém	Anos					Variação 2003 a 2004
	2 000	2 001	2 002	2 003	2 004	
Alenquer	10.290	12.081	12.915	7.760	8.940	15,2
Belterra	1.620	2.490	3.240	5.040	5.760	14,3
Curuá	420	300	300	300	1.152	284,0
Monte Alegre	34.250	68.000	68.000	81.700	76.400	-6,5
Placas	1.050	2.352	2.058	2.520	2.650	5,2
Prainha	1.065	1.057	1.008	2.880	19.200	566,7
Santarém	2.380	2.760	2.400	2.700	2.100	-22,2
Total da micro	51.075	89.040	89.921	102.900	116.202	12,9

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal

“(…) Nós tivemos uma diminuição, principalmente de frutas, a laranja, porque grandes laranjais foram dizimados. A gente tem como exemplo a região de uma comunidade de nome Ramal da Moça, que ela era um dos grandes produtores de laranja, na Santarém Curuá-Una, logo após a Boa Esperança [vila]. E nós tivemos lá, e ficamos surpresos com o laranjal que tinha lá, tudo virado

com a raiz pra cima, para plantar soja. Esse povo de lá, todo ano traziam grande quantidade de laranja, e esse ano não veio quase nada de lá.” (Presidente da Associação dos Produtores Rurais de Santarém-APRUSAN, junho de 2005).

Em relação à produção de laranja, a queda é muito grande em toda microrregião de Santarém, que em 2003 representava 11% da produção paraense e em 2004 passa para 6,8%. De 2001 a 2004 a microrregião perde 38,7% de sua produção, o município de Santarém perde 61,1% e Belterra mantém a mesma produção. No Baixo Amazonas há uma queda de 34,5% na quantidade produzida de laranja. Por sua vez, no Brasil há um crescimento de 7,8%, na Região Norte (0,6%) e no Pará (3,4%) (Tabela 11).

Tabela 11- Evolução da quantidade produzida de laranja, em Toneladas, Municípios da Microrregião de Santarém, 2001 a 2004.

Municípios da microrregião de Santarém	2 001 (1)	2 002	2 003	2 004	Variação 2001 a 2004
Alenquer	3.990	3.990	3.990	3.990	0,0
Belterra	1.280	1.280	1.280	1.280	0,0
Curuá	270	270	270	240	-11,1
Monte Alegre	4.920	4.800	3.600	3.600	-26,8
Placas	72	72	72	72	0,0
Prainha	570	570	570	570	0,0
Santarém	13.200	13.200	13.200	5.136	-61,1
Total da micro	24.302	24.182	22.982	14.888	-38,7

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal.

(1) Os dados de produção de frutíferas são utilizados a partir de 2001 porque o IBGE até o ano 2000 contabilizou como Mil Frutos e somente a partir de 2001 em Toneladas.

A queda da produção de limão na microrregião de Santarém é especialmente preocupante para a segurança alimentar no Pará e Região Norte. Santarém é uma das principais microrregiões produtoras do Estado do Pará. Em 2003 e em 2004 foi responsável por 55% da produção paraense. Por sua vez, nesse mesmo período, o Pará detinha em torno de 56% de toda a produção de limão da Região Norte. De 2001 a 2004 a microrregião de Santarém perde 5% de sua produção, contudo, enquanto no município de Belterra deixa de ser registrada a produção, no município de Santarém cresce 83% de sua produção, sendo que nos últimos três anos a produção fica estacionada em 1.320 toneladas (Tabela 12).

Tabela 12 - Evolução da quantidade produzida de limão, em Toneladas, Municípios da Microrregião de Santarém, 2001 a 2004.

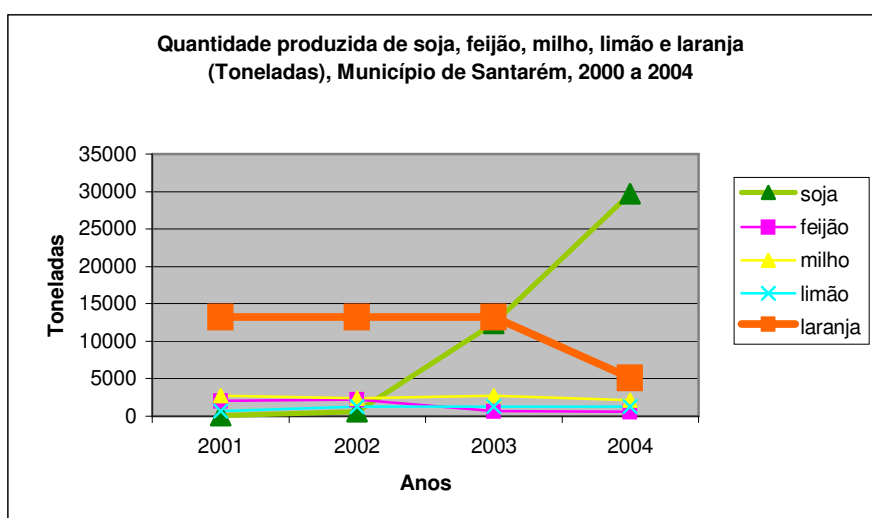
Municípios da microrregião de Santarém	2 001	2 002	2 003	2 004	Variação 2001 a 2004
Alenquer	184	184	0	0	-100,0
Belterra	800	0	0	0	-100,0
Curuá	40	0	0	0	-100,0
Monte Alegre	750	1.200	1.200	1.200	60,0

Municípios da microrregião de Santarém	2 001	2 002	2 003	2 004	Variação 2001 a 2004
Prainha	160	240	0	0	-100,0
Santarém	720	1.320	1.320	1.320	83,3
Total da micro	2.654	2.944	2.520	2.520	-5,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal.

Enfim, observa-se que pode estar ocorrendo uma relação entre a queda e/ou estagnação da produção do feijão, do milho, do limão e da laranja e o crescimento da soja no município de Santarém (Gráfico 5).

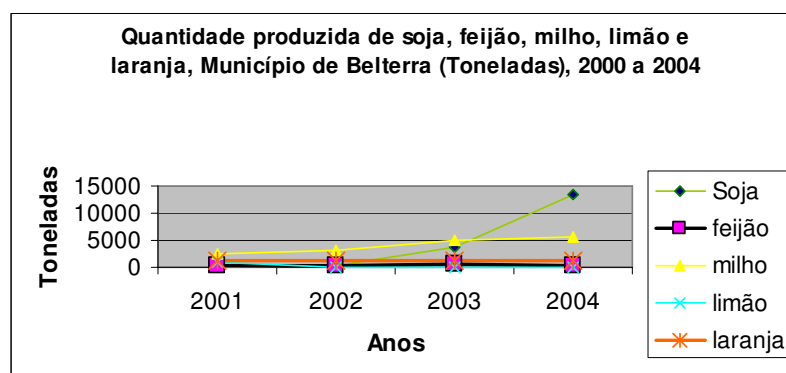
Gráfico 5



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal.

O mesmo processo é possível se observar no município de Belterra, com o grande crescimento do monocultivo da soja e a estagnação ou o desaparecimento dos outros produtos (Gráfico 6).

Gráfico 6



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal.

Considerações Finais

A análise dos indicadores acima nos aponta que a expansão do monocultivo da soja em Santarém e Belterra tem ocorrido em detrimento da produção familiar rural e da

floresta, homogeneizando grande parte da paisagem e ameaçando a biodiversidade existente, como também a produção de alimentos básicos para a população, colocando em risco nossa segurança alimentar.

As várias organizações e movimentos sociais ligados à produção familiar na região, que inclui agricultores migrantes do nordeste, ribeirinhos, extrativistas, pescadores, quilombolas, têm propostas de desenvolvimento para a Amazônia, com base em princípios sustentáveis e democráticos. Defendem a implementação imediata das propostas de políticas públicas já entregues aos governos, nos gritos, nas marchas, sobretudo as referentes à regularização fundiária com a participação dos trabalhadores, assentamentos agroextrativistas, Projetos de Desenvolvimento Sustentável e fomento a produção familiar. A Organização de Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas (AOMT-BAM) demanda políticas específicas para as mulheres no campo, na área de saúde, como acesso e agilidade nos resultados de exames básicos como o Preventivo ao câncer uterino (PCCU), acesso a crédito com o PRONAF mulher, menos burocracia nos financiamentos do Banco da Amazônia, agilização da regularização fundiária, educação adequada aos jovens do campo.

Entretanto, a rapidez e a forma violenta como a monocultura da soja está se espalhando no Pará mostram que predomina na política agrícola a irracionalidade do modelo de desenvolvimento baseado na herança maldita da monocultura, do latifúndio e da exportação a qualquer custo. As principais vítimas continuam sendo as populações tradicionais, extrativistas, quilombolas, indígenas, agricultores familiares e das cidades que, cada vez mais, se vêem ameaçadas, ou com a perda de suas terras ou com a diminuição da oferta de produtos essenciais e a conseqüente subida dos preços. Nesse processo, se observa grande incentivo dos governos ao agronegócio, fornecendo bases tecnológicas e subsídios aliado a uma política frágil de regularização fundiária e de ordenamento territorial, de controle do desmatamento e de segurança pública, assim como, de saúde, de educação para a maioria da população.

A PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA NUMA ABORDAGEM SOCIAL

Cynthia Xavier de Carvalho
Doutoranda do PPGS/UFCG, Professora da UNICAP,
cynthia_xavier@hotmail.com;
Edgard Afonso Malagodi
Professor do PPGS/UFCG, doutor em Sociologia
emalagodi@uol.com.br

Resumo

No texto que segue tenta-se realizar uma aproximação da Agroecologia, explorando a diversidade de concepções e abordagens que tem envolvido esse tema. Discutem-se questões filosóficas, como as preocupações epistemológicas, em especial a partir das compreensões de Boaventura de Souza Santos, Maria Paula Meneses e João Arriscado Nunes. O objetivo do texto é possibilitar entender o enfoque agroecológico em relação a paradigmas teóricos das ciências sociais, ao mesmo tempo em que se adota uma atitude questionadora destes paradigmas e que se fazem considerações acerca de políticas públicas. Além de outros aspectos, cabe destacar que, dentre os paradigmas que acompanham o aparecimento da agroecologia, está presente uma discussão que perpassa o tema da agricultura familiar, e envolve noções teóricas e analíticas como a noção de economia moral, conectando o debate às questões que implicam em uma avaliação dos padrões dominantes de economia, ou seja, da economia de mercado.

Palavras-chave: Agroecologia; Agricultura familiar; Movimentos sociais; Economia moral.

1. Da crise da modernização à difusão da sustentabilidade agrícola

Antes de tecer maiores considerações sobre os princípios agroecológicos, cabe enfatizar que as preocupações em vencer o baixo nível de desenvolvimento, por parte de países como o Brasil, e em buscar os resultados alcançados por outros povos, tomaram o lugar de primazia da ciência no século passado, valorizando a transferência tecnológica fundamentada na invenção (ciência), inovação (técnica) e difusão (democracia) (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005). Esse ponto de vista esteve presente no padrão de desenvolvimento que envolveu o setor rural brasileiro, na segunda metade do século XX, com o modelo de modernização também chamado de *Revolução Verde*.

Não muito diferente do que ocorreu em diversos países, as altas taxas de produtividade, proporcionadas por esse modelo, desdobradas na mudança da base técnica e das relações sociais na agricultura, tiveram graves consequências sócio-econômicas, entre elas: pobreza, êxodo rural, favelamento e crescimento descontrolado das metrópoles. Com a emergência desses problemas, tem-se uma crise do próprio modelo sócio-econômico, que tinha como base um tipo determinado de acumulação de capital, na perspectiva da modernização. No entanto, tal modelo trouxe ademais um componente ambiental muito grave com consequências sócio-econômicas igualmente graves. Assim, o modelo da *Revolução Verde*, que, no momento da sua introdução

apresentava aspectos considerados na época como francamente positivos, não tardou a ser identificado como portador de vários equívocos, de caráter agrônomo mas também comercial e alimentar, e a ser alvo de críticas a partir daí.

No entanto, o impacto sócio-econômico desta crítica a esse tipo de desenvolvimento da agricultura, em especial sobre a agricultura familiar, somente em anos recentes vem sendo identificado e questionado pela literatura. O que tem ocorrido também em decorrência de vários efeitos de ordem ambiental, afetando a cadeia e a segurança alimentar de milhões de consumidores¹, e em decorrência, a situação dos produtores rurais. Tantos uns como outros passaram a conviver com uma escala de riscos, gerando vários fatores de incerteza e abrindo espaço para a busca de alternativas aos padrões técnicos difundidos pela revolução verde.

O impacto ambiental negativo, por exemplo, manifesta-se, do lado dos produtores familiares, na deterioração dos solos produtivos, na contaminação das vertentes hídricas, na devastação das florestas, e em problemas de saúde pública e desertificação dos solos (GUIVANT, 1998; 101). Este conjunto de fatores acabou contribuindo para a criação dos movimentos ambientalistas, com reações políticas e pressões sobre o Estado, caracterizando, basicamente, um movimento social. Ainda do lado dos produtores verificaram-se questões graves do tipo: acidentes de trabalho decorrente do uso incorreto de agrotóxicos, fragilidades do processo produtivo e custos elevados da produção. Do lado dos consumidores, a insatisfação com relação aos riscos de produtos contaminados por agroquímicos provocou efeitos no mercado.

Pode-se traçar algumas reflexões acerca desse contexto, por exemplo, a partir de algumas idéias trabalhadas por Ulrich Beck (1997), que introduz uma reflexão ecologista da sociedade, a partir de uma crítica ao industrialismo, embora seu foco de trabalho tenha sido para a realidade de economias desenvolvidas. Em seu livro “*La sociedad del riesgo*”, a tese central é o conceito de *modernidade reflexiva*, que tem, para o autor, o papel de produzir uma crítica à própria modernidade. Beck parte do princípio que a modernidade tem gerado riscos, e, em consequência, tem forçado os indivíduos a uma atitude de crítica, o que tem tido o efeito de um processo de politização e de autocrítica da sociedade, cujo resultado tem sido a formação de *cidadãos críticos*, ou seja, *conscientes do risco*.

¹ Em artigo da Folha online foi divulgado resultado de pesquisa do IBGE, revelando que 13,921 milhões de pessoas passaram fome no Brasil em 2004, dados coletados no suplemento sobre Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004 (Disponível em www.folha.uol.com.br/fofha/dinheiro/ult91u107755.shtml. Acesso em 17/05/2006)

Levando em consideração que o Brasil não só apresenta estes novos riscos, ressaltados por Beck para as sociedades desenvolvidas (riscos decorrentes do uso da energia nuclear, por exemplo), como, também o efeito das “velhas” formas de poluição decorrentes do capitalismo industrial, pode-se salientar que essa concepção talvez não seja adequada à sociedade brasileira. Contudo, para determinados segmentos e situações, a sociedade pode contribuir para a construção da massa crítica e para a troca de paradigmas, em cujo contexto seria talvez possível incluir as abordagens sobre a agricultura familiar.

Quando se têm, de um lado, os *riscos* trazidos pelas técnicas convencionais e, de outro, a insatisfação desencadeada em uma parte significativa do segmento da agricultura familiar, tem-se, por um lado, a noção do risco sentido vagamente pela população, mesmo que de forma difusa, o que tem direcionado esse segmento para uma busca por produtos obtidos através de um outro modelo, ou seja, por uma agricultura não sujeita a este tipo de *risco*. Esta sensibilização pela população consumidora em relação ao risco presente a um determinado padrão técnico – risco de contaminação por agrotóxicos – tem levado a população a demandar produtos agrícolas obtidos por modelos agrícolas alternativos. Abre-se aqui um amplo espaço para o que pode ser chamada de agricultura sustentável. É neste nicho de mercado, cada vez mais amplo, que se coloca a agroecologia.

A idéia trabalhada por Beck (1997; 22), e que pode contribuir para a reflexão introduzida aqui, é a de que “*a sociedade de risco é tendencialmente também uma sociedade autocrítica*”. Beck comenta sobre a construção dos indivíduos através de uma interação discursiva que contribui para o desenvolvimento de *subpolítica*. Para o autor “*a subpolítica (sub-politics) distingue-se da “política” porque se permite que os agentes externos ao sistema político ou corporativo apareçam no cenário do planejamento social (...)*” (p. 34). Subpolítica seria, “*moldar a sociedade de baixo para cima*”, dando oportunidades de voz e participação no arranjo da sociedade para cidadãos, movimentos sociais, trabalhadores, entre outros. A sociedade passa, então, a estar composta de uma outra instituição política com cidadãos conscientes dos seus direitos e dispostos a participação.

Pode-se inferir que a participação mais efetiva da agricultura familiar na construção da sociedade, com capacidade de inserir mudanças positivas para esse segmento, estaria no movimento social.

Se alargarmos esta consideração para as formas de institucionalização das relações sociais, presentes nestes contextos onde predomina a agricultura familiar, vemos, conforme expõe Monteiro da Fonte (2002; p. 239), que “*a preocupação dos camponeses com riscos e incertezas e os benefícios econômicos de corretivos institucionais para estes problemas são ignorados pelas análises centradas no mercado*”. Essa consideração ilustra a problemática ressaltada por Popkin (1988b: 246 *apud* Monteiro da fonte, 2002), ao comentar que teorias de mercado dão aos economistas meios para se discutir política econômica, mas que eles não dão maiores atenções ao papel de outras instituições que não o mercado. Ressalta-se, que embora alguns pesquisadores de campo voltem-se para o estudo de instituições tradicionais, a exemplo das pesquisas enfocando camponeses e seu papel sobre a economia, quando o foco é nas forças do mercado, pode-se ter uma análise limitada e dificuldades quanto ao alcance de políticas públicas².

Para este autor, a perspectiva de análise centrada no mercado não é suficiente para a compreensão das dinâmicas sociais aí presentes. Esta percepção é correta, e tem razão de ser porque os produtores são camponeses, quer dizer, agricultores familiares que, especialmente em países em desenvolvimento, não contam com Estados eficientes e provedores de instituições e políticas públicas capazes de dar respostas institucionais a mudanças decorrentes da própria transformação do padrão técnico de produção.

Deste modo, em suas decisões econômicas e produtivas, os camponeses precisam buscar novos mecanismos de segurança contra os riscos e incertezas do padrão produtivo convencional. Na falta de bens públicos, institucionalizados pelo Estado nacional, os indivíduos tenderiam a buscar nas organizações locais e nos movimentos culturais e sociais a solução de problemas comuns. *Abre-se aqui para a ciência social, portanto, a perspectiva do enfoque da agroecologia como movimento social.*

Na verdade, diante das fragilidades do modelo convencional, a questão posta está no fato de que o meio rural passa a solicitar uma outra forma de visão, não mais

² Em artigo publicado na Revista Conjuntura Econômica (FGV), sobre a agricultura familiar no Brasil, tem-se um exemplo de análise centrada em variáveis de mercado e que pode ser alvo de alguns questionamentos, em especial, se o foco de análise não estaria limitando a compreensão da complexidade e lógica própria desses agricultores. A conclusão remete à chamada da matéria, que aponta para “*a ineficiência da agricultura familiar*”. Utilizando a base de microdados do Censo Agropecuário e critérios do PRONAF para delimitação da agricultura familiar, comenta-se que parcela numerosa da agricultura familiar “*produz praticamente para autoconsumo e não geram receita no estabelecimento. Se sobrevivem de outras fontes de renda, como aposentadoria, doações e trabalho fora do estabelecimento, ainda não levantadas pelo Censo Agropecuário, seria justificável tipificá-lo como residentes rurais e assisti-los com políticas sociais e de combate à pobreza, como é comum em outros países*” (Lopes e Rocha, 2005; 31).

atrelada ao dualismo moderno/atrasado. Ao contrário, sente falta de uma outra abordagem capaz de legitimar a heterogeneidade dos espaços rurais e a diversidade de estilos de vida. Surge então um novo tipo de demanda pela valorização do agricultor familiar ou camponês, como principais atores do meio rural, justamente porque seriam capazes de manter e ampliar esta diversidade.

Essa nova visão tem efeitos sobre a constituição do modelo agrícola, reforçando o papel da agricultura familiar, e exigindo uma redefinição da pesquisa, dos serviços de assessoria técnica e da política agrícola. Assim, começam a surgir “novos” paradigmas da agricultura, como processos de mudanças necessárias para a sobrevivência dos modelos agro-técnicos, sustentados pela diversidade de agricultores, com pesquisas visando alternativas, em especial para as pequenas unidades, no sentido de se estudarem práticas agrícolas sustentáveis.

2. Por uma agricultura sustentável

Para entender o domínio das práticas agrícolas sustentáveis, é importante lembrar que o conceito de sustentabilidade agrícola esteve vinculado à estratégia de desenvolvimento global quando, nos anos 70 e 80 do século passado, foi chamada de *ecodesenvolvimento*. Como é sabido, o objetivo propalado é garantir a satisfação das necessidades atuais, sem comprometer as possibilidades de atendimento às gerações futuras, viabilizadas por processos de mudanças na exploração dos recursos naturais, na orientação dos investimentos, nos rumos do desenvolvimento tecnológico e das estruturas institucionais (GUIVANT, 1998; p. 102).

Quanto à agricultura familiar, segmento que foi muito fragilizado, não só no que diz respeito aos aspectos descritos no âmbito da Revolução Verde e do processo de modernização, como também de todo o procedimento interno característico da agricultura brasileira nos últimos anos, Caporal e Costabeber (2004), evidenciaram o aparecimento de um processo de transição da agricultura convencional para uma agricultura sustentável, que vem adotando como essência, o processo de “ecologização”.

Esse processo de “ecologização” é ilustrado pelos autores como um *continuum*, no qual se poderia imaginar próximos a um dos pólos as formas de “agricultura alternativa”, que vêm se conformando à margem do modelo produtivista convencional, com a agroecologia representando um dos modelos alternativos, situada no extremo desse pólo. Por outro lado, em direção ao pólo oposto, estariam as formas agrícolas

intensivas, próximas ao padrão tecnológico dominante, mesmo que incorporando certo grau de “ecologização”. Um processo que indica que não existe tipo puro de transição, apresentando, entre os extremos do continuum, agriculturas que combinariam características das duas. Um processo não necessariamente unilinear, mas que incorpora distintos enfoques e distintas vias de transição.

Antes de iniciar maiores considerações acerca da perspectiva agroecológica, é relevante ressaltar, que ao se introduzir a questão da sustentabilidade agrícola e a agroecologia, através dos autores citados acima, pode-se colocar dois comentários adicionais. *Primeiro*, sobre o conceito de agricultura sustentável, não se tem uma opinião única, por exemplo, o agroecológico se apresenta como palco da sustentabilidade, mas a agricultura convencional também poderia ser considerada sustentável da mesma forma, em especial com a emergência da biotecnologia. Aqui há necessidade de uma discussão. A agricultura agroecológica representa uma crítica ao modelo convencional e uma crítica a qualquer noção de sustentabilidade que não se coloque nos moldes agroecológicos. A noção de sustentabilidade surge, então, como um campo de conflito, no sentido de que há uma disputa para saber quem é e como é sustentável. Há interesses divergentes, que passam a ser disputados nesse espaço em que a sustentabilidade agrícola passa a ser vista diferentemente por estes dois lados.

Segundo, a busca pela sustentabilidade perpassa por diversos âmbitos da sociedade: ambiental, econômico, cultural e social. A dificuldade que deve ser levada em consideração é que a noção de sustentabilidade pode evidenciar campos de conflitos nos âmbitos descritos. Ou seja, na busca por objetivos econômicos, pode-se priorizar a eficiência, o que pode gerar desigualdade social, gerando um campo de disputa com o social, bem como perdas ambientais e culturais, com respectivos campos de disputa com o econômico. Da mesma forma, a ênfase no social, na busca por equidade, pode fazer com que se perca em eficiência econômica, assim como o ambiental e o cultural podem apresentar conflitos de interesses com cada um dos outros segmentos. Surgem, portanto, campos diversos de conflitos, refletindo os conjuntos de interesses divergentes, tornando a tomada de decisão a forma de um desafio.

3. O que a agroecologia traz de novo?

A idéia do que é agroecologia tem sido trazida para a academia por muitos autores, configurando contrastes entre estruturas conceituais diversas, que foram construídas para explicar as mudanças de paradigmas na agricultura na atualidade. Em

especial, trata-se de demarcar as diferenças frente à chamada “agricultura convencional”.

Segundo Caporal e Costabeber (2004; p. 45), mais recentemente, a agroecologia tem sido apresentada como um enfoque teórico que proporciona as bases científicas para o desenvolvimento da agricultura alternativa, partindo da concepção de que é necessário entender o funcionamento dos ecossistemas naturais e revalorizar os conhecimentos e capacidades dos atores locais para construir modelos agrícolas sustentáveis.

Miguel Altieri, um outro autor que vêm pesquisando sobre o tema, em entrevista concedida durante visita a Montevideu no período do Fórum sobre “*Los transgênicos em la agricultura y la alimentación*”³ defendeu para a agroecologia o status de uma ciência que pleiteia um novo paradigma para o desenvolvimento da agricultura. Segundo este autor, a Agroecologia não se baseia apenas nos elementos da ciência moderna, mas também no conhecimento dos próprios agricultores, numa combinação de saberes com uma multidão de cosmovisões diferentes. Disto deveria resultar uma série de princípios e diversidades ecológicas, contribuindo para a geração de novas tecnologias (a exemplo da policultura e da rotação de cultivos). Trata-se de um ponto de vista que reaviva a pluralidade epistemológica da ciência, tema que será trabalhado mais adiante, e que se constitui também em mais um desafio.

Muitas questões vêm sendo feitas quanto às diferenças entre a agroecologia e outras estruturas conceituais, a exemplo da *agricultura orgânica*. Nesse sentido, a pergunta que se faz é: o que a agroecologia traz de novo?

Segundo Altieri⁴, em algumas localidades como os Estados Unidos, grande parte do cultivo orgânico baseia-se na substituição de um tipo de insumos por outro tipo, que seguem, porém, os mesmos padrões que a agricultura convencional e o viés ideológico da *Revolução Verde*. A deficiência no caso, observada por este autor, estaria em suprimir em parte o conhecimento acumulado pelas comunidades durante milênios, e tornando-os igualmente dependentes do modelo tecnológico e comercial.

Outro aspecto, ressaltado por Altieri, é que muitos dos chamados agricultores orgânicos têm adotado um sistema de monocultura de abastecimento de mercados elitistas, que transforma o produto uma simples etiqueta que diz “*sem uso de agrotóxico*”, mas que não é feito em um plantio sustentável, pois deixa de lado os

³ Disponível em: <http://www.uc.org.uy/ambiente/noti1101h.htm>. Acesso em 23/01/2006.

⁴ Disponível em: <http://www.uc.org.uy/ambiente/noti1101h.htm>. Acesso em 23/01/2006.

aspectos sociais, também relevantes para este autor. Para Altieri a diferença consiste em considerar que, com a agroecologia, há a tentativa de se criar um modelo menos dependente e que atenda à equidade social, à segurança alimentar e à superação da pobreza.

O que a agroecologia traz de novo é, que independente do local de aplicação dos seus princípios, seja nos Andes ou em outras partes da América Latina, há a construção de uma dinâmica particular na própria localidade (isto é, no microambiente). Segundo Altieri, não se trabalha com receitas ou pacotes tecnológicos, mas por intermédio de uma investigação com a participação de agricultores, universitários e técnicos especializados, instituindo uma verdadeira troca de paradigmas científicos, ao mesmo tempo em que resgata a prática e as relações com a terra e o produto delas, formando alguns diferenciais frente à ciência atualmente hegemônica.

Vê-se, portanto, que, ainda que o debate se faça em grande parte quanto às formas como a agroecologia se relaciona com o mercado ou com a comunidade envolvente, ou com as fontes do saber (ciência oficial ou saber do agricultor), a análise sociológica da agroecologia não pode prescindir do contexto social em que é introduzida. E aqui se trata de interesses diferentes que se encaixam – ou se chocam – mas que não se confundem com os argumentos com que estes interesses são defendidos e debatidos. Neste sentido, pensar a agroecologia como movimento social pode viabilizar a sua análise e compreensão pelos cientistas sociais.

4. A agroecologia e a perspectiva teórica da “Economia Moral”

Mais recentemente, a agroecologia vem contribuindo para ampliar o debate acerca de uma diversidade de concepções. Entre elas, cabe destacar, em primeiro lugar, as vertentes da noção de *Economia Moral* em Thompson e James Scott.

A abordagem da Economia Moral foi enfatizada por Caporal e Costabeber (2000), como perspectiva teórica que veio recuperando a necessidade de conservação da biodiversidade ecológica e cultural.

Mas é importante também atentarmos para outras noções que vem sendo utilizadas para incluir relações sociais e bens culturais que foram consideradas marginais no âmbito da Ciência Econômica oficial. Destaca-se, em primeiro lugar, a noção do dom ou dádiva, que vem sendo desenvolvida por muitos autores contemporâneos, na senda teórica de Marcel Mauss. Vem, em seguida, a noção de reciprocidade. Também se enquadra nesta perspectiva a abordagem da economia

solidária, que no Brasil tomou força pelas políticas públicas redistributivas que se introduziram, mesmo antes do governo Lula.

Todas estas noções têm o papel de enriquecer o debate e evidenciar os limites da abordagem que não apenas prioriza, mas reduz tudo à economia de mercado. Assim, estas noções, resultantes das contribuições da História (economia moral, Thompson), da Antropologia (dom ou a dádiva, que celebrou Marcel Mauss), ou a Economia Solidária (Sociologia e Antropologia) fazem ampliar o debate e permitem tratar a economia em seu sentido amplo, o que permite repensar as relações econômicas e fomentar o aparecimento de uma percepção teórica mais eficaz face aos problemas tratados.

Quanto ao conceito de Economia Moral, Thompson o formulou a partir de um estudo sobre a Economia Moral da multidão nos motins da fome na Inglaterra do século XVIII, buscando trabalhar com a mentalidade ou cultura política, expectativas, tradições e superstições dos trabalhadores que se envolviam nas ações no mercado, investigando imperativos econômicos alternativos aos do “sistema” capitalista de mercado. O autor denominou de Economia Moral, uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais e das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, não necessariamente propondo uma segregação absoluta entre a economia moral e economia de mercado.

Segundo Thompson (1988), é nas discussões teóricas que ocorrem na área dos estudos camponeses que a Economia Moral está agora no centro das controvérsias, destacando a contribuição de James Scott.

Para Scott, conforme exposto por Thompson (1988), o que está no centro da análise, mais do que a venda de alimentos, são os costumes relativos ao uso da terra e ao direito de acesso aos seus produtos por parte dos agricultores. O costume é visto como algo que perpetua imperativos de subsistência e usos que protegem a comunidade contra riscos em caso de crise. Esses imperativos são expressos, tanto pelas concepções camponesas de justiça social, direitos, obrigações e reciprocidade, como pelas resistências às inovações técnicas e às racionalizações do mercado. Scott levou todo esse debate adiante, ao entrar no território formado, não apenas por formas tenazes de resistência, como, também, pelos limites que os fracos podem impor ao poder.

Em literaturas que abordam a agroecologia, resumidamente expostas ao longo deste trabalho, percebe-se que esse enfoque, ao surgir com propostas de novas interpretações da agricultura, numa concepção ampla do saber, pode vir a possibilitar o

crescimento da capacidade de resistência da agricultura familiar frente às dificuldades que lhe são impostas pelo mercado, sem se segregar totalmente do mesmo. O saber-experiência do agricultor será considerado imperativo para sobrevivência dos camponeses em caso de crises, muitas vezes formando resistências, a partir das associações e lutas políticas em suas localidades e movimentos em prol de uma transformação no paradigma tecnológico da agricultura.

5. A agroecologia e a sua contribuição ao debate da pluralidade epistemológica.

Como se fez referências anteriormente, parcela do que se tem convencionado chamar de agricultura orgânica vem adotando um sistema que tem sido criticado por alguns defensores da agroecologia, a exemplo de Miguel Altieri, por ignorar aspectos sociais, inserindo novos paradigmas tecnológicos dominantes, a exemplo da biotecnologia.

Esse processo pode levar ao desaparecimento de diversos enfoques e a manutenção de um exclusivismo epistemológico, legitimando a subordinação dos grupos sociais menos favorecidos, em especial dos países periféricos, quando em sua maioria apresenta características, conhecimentos e dinâmicas históricas diferentes, contribuindo para as ciências sociais, ainda que remetidas para as margens destas (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005). É preciso entender que na sociedade atual, por exemplo, o desenvolvimento tecnológico e os problemas decorrentes, envolvem todos os atores e dá espaço para outras formas de conhecimento, em função da relevância da situação.

Passa-se, então, a ter uma maior abertura para outras formas de conhecimento que permite o surgimento de ecologias de saberes, reconhecendo-se as diferenças culturais e de conhecimentos, superando o que Santos, Meneses e Nunes (2005) chamam de colonialidade do saber.

Na verdade, segundo estes autores, o fim do colonialismo político não significou o fim do colonialismo como relação social (colonialidade do poder e do saber), sinônimo de empobrecimento de saberes. No colonialismo, a violência se exerceu sobre os nativos, destruindo seus conhecimentos e sobre a natureza, transformando-a em recurso natural disponível, devido às exigências do sistema econômico. A separação da natureza do ser humano e da sociedade, dificultou o alcance de equilíbrios e formulação de limites, motivo pelo qual a ecologia não conseguiu se afirmar, senão por via da crise ecológica, aparecendo como uma concepção de mundo que concebe a natureza como

parte de um universo único, incluindo os seres humanos e a sociedade (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005).

Ao questionar a concepção hegemônica do saber-científico, a agroecologia reaviva a pluralidade epistemológica da ciência. Vale a pena, nesse ponto, colocar algumas questões levantadas por Santos, Meneses e Nunes (2005; 53): *“por que todos os conhecimentos não-científicos são considerados locais, tradicionais, alternativos ou periféricos? Por que permanece a relação de dominação apesar de mudarem as ideologias (progresso, civilização, desenvolvimento, modernização, globalização)?”*.

Assim, enquanto o modelo convencional é autoritário e colonialista, o modelo alternativo se alimenta de outra prática. Esse último descobriu o nicho e tenta desenvolver a idéia. Porém, o modelo alternativo precisa ser construído como alternativa política, na medida em que não basta apenas declarar que quer o modelo, há a necessidade de construí-lo.

Segundo Santos; Meneses e Nunes (2005; 56),

Quando as soluções técnicas se chocam com o conhecimento prático e a experiência sociocultural dos cidadãos envolvidos, e esse choque é politizado por via da mobilização organizada dos cidadãos, é freqüente que essas soluções sejam admitidas por alguns cientistas e técnicos, dando testemunho da pluralidade das ciências. Este fato está na origem das vertentes da democratização da ciência, que consiste na luta por um diálogo maior entre cientistas e cidadãos. Não se trata de eliminar a distinção entre conhecimento técnico e não-técnico, mas de a tornar mais complexa a partir do pressuposto de que a própria fronteira entre o técnico e o social é móvel e deve ser redefinida em função da situação e do problema, mediante contribuição de todos os atores envolvidos e que terão de viver com as consequências das decisões que forem tomadas.

6 - Considerações Finais

Percebe-se que a agroecologia tem contribuído para o retorno às discussões sobre as legitimidades dos diferentes saberes e diferentes estilos de vida. Pelo que foi exposto ao longo do texto, permite apreender que é uma postura que amplia a reflexão epistêmica, produtiva, sociológica, econômica e ambiental acerca da agricultura familiar e as dificuldades apresentadas por esse segmento, o que pode possibilitar a busca pelo desenvolvimento por outros caminhos, e, seguindo as idéias trabalhadas por Santos, Meneses e Nunes (2005), valorizando o local como espaço não apenas receptor, mas propulsor de mudanças.

Esse procedimento pode vir a contribuir para o aumento da participação dos cidadãos nos debates sobre agricultura familiar, na medida em que o saber experiência é

valorizado nesse processo. Aqui, a mobilização dos agricultores em torno de organizações, associações, laços familiares, no esforço de assegurar melhorias para o agricultor, leva a que esses agricultores tenham maiores condições e oportunidades de voz e de participação no arranjo da sociedade, como já exposto anteriormente, colocando a agroecologia como uma ferramenta de transformação social no campo.

A importância desse debate está no amadurecimento de questionamentos quanto à perspectiva de desenvolvimento da agricultura familiar, a partir do resgate de valores esquecidos pelo processo de modernização, caracterizando movimentos sociais no campo.

Bibliografia

BECK, U. **La sociedad Del riesgo: hacia una nueva modernidad**. – Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós Básica, 2002.

BECK, U. **Modernização Reflexiva: uma política, tradição e estética na ordem social moderna**. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuição para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER – IICA, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e sustentabilidade. Base conceptual para uma nova Extensão Rural**. In Word Congress of Rural Sociology, 10. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: IRSA, 2000. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/13.pdf>>. Acesso em 24/03/2005.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agricultura sustentáveis**. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabCaporalCostabeber.htm>>. Acesso em 24/03/2005.

CHATTERJEE, P. **Colonialismo, Modernidade e Política**. – Salvador: EDUFBA, CEAO, 2004.

GUIVANT, J. S. **Agricultura sustentável nas ciências sociais**. In Viola, E. J. et all. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais. 2ª edição – São Paulo: Cortês Editora; Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

LOPES, I. V; ROCHA, D. de P. **Agricultura familiar: muitos produzem pouco. Conjuntura Econômica**. – Vol. 59, Nº 2 (fev. 2005).- Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005 (páginas 30 a 35).

MONTEIRO DA FONTE, E. M. **Novo Institucionalismo: uma abordagem alternativa para análises da intervenção do Estado no Desenvolvimento.** – Raízes, Campina Grande, vol. 21, n° 02, p. 233 – 245, jul/dez 2002.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. G. de; NUNES, J. A. **Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo.** In SANTOS, B. de S (org.) Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. – (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; volume 4). Páginas 13 a 121.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Capítulos 4 e 5. Páginas 150 a 266.

Sites consultados:

<http://www.uc.org.uy/ambiente/noti1101h.htm>

<http://www.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u107755.shtml>

A quem pertence o espaço rural? Mudanças na relação sociedade e natureza e a dimensão pública do espaço rural na Região Metropolitana de Curitiba -Paraná

Osmar Tomaz de Souza

(Unochapecó – Universidade Comunitária Regional de Chapecó – SC)

e-mail: Thomaz@unochapeco.edu.br.

1. Introdução

O rural brasileiro, tido por muito tempo como sinônimo de atraso e de problemas, vem recebendo o status de *portador de soluções*. Da mesma forma que em outros países, a questão rural se coloca no país com uma insistência particular. Diferente da visão que foi se estabelecendo por várias décadas de que ele (o rural) vivia um “inevitável declínio”, na atualidade vai observando seu “surpreendente renascimento”. Há trinta ou quarenta anos visto mais como um espaço de produção de alimentos, de geração de divisas e depositário de mão de obra potencial para o desenvolvimento urbano e industrial o rural vê emergir a multiplicação de suas “funções”.

Esta mudança de percepção sobre o mundo rural do país passa por uma transformação importante que pode ser apresentada da seguinte forma: o rural, antes tido como um “espaço privado” onde se realizava a produção e a reprodução de um certo grupo social, começa a ser identificado como um “espaço público”, cumpridor de múltiplas “funções” (de preservação do meio ambiente e da paisagem, de turismo e lazer, de preservação do patrimônio cultural, de manutenção do tecido social, etc.). O reconhecimento dessas novas “funções”, que consiste no elemento mais original e significativo sobre a questão rural brasileira na atualidade, reacendeu o debate sobre o tema e, desta vez, com elementos bem mais complexos do que aqueles que permearam a discussão sobre o desenvolvimento da agricultura e do rural brasileiro no século passado e resultaram no “pacote de modernização” implementado a partir dos anos sessenta. Tal novidade é resultante de mudanças na relação entre a sociedade e a natureza, o que vem influenciando significativamente as demandas sociais concernentes ao agrícola e ao rural e apresentando novas implicações para a agricultura familiar, em especial aquela da Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

A RMC é considerada pelo IBGE como aquela que possui a maior área rural dentre as regiões metropolitanas do país. Está situada a leste do Estado do Paraná, no chamado

Primeiro Planalto Paranaense, consistindo numa região marcada por elevada heterogeneidade geofísica e ambiental onde se destacam tanto a Serra do Mar e uma expressiva faixa bem preservada da floresta atlântica, além da Serra Geral. Possui área total de 15,5 mil quilômetros quadrados (2/3 desta consiste a área rural metropolitana) e uma população de 2,7 milhões de habitantes, distribuída em 26 municípios. Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000, 91% dessa população é urbana e 8,8% rural, embora em vários municípios essa população rural supere os 80% (SOUZA, 2006). Existem na região aproximadamente 30 mil estabelecimentos agropecuários, dos quais 84% possuem área inferior a 25 hectares. A produção agropecuária regional é importante também quando avaliada no âmbito estadual, respondendo pela maior parte da produção de olerícolas do Estado do Paraná, além de parte significativa da produção de frutas e aves (SOUZA, 2006).

Apesar destes números, pouquíssimos são os dados e trabalhos (acadêmicos ou não) bem como as políticas públicas direcionadas a esse rural metropolitano, o que o relega a uma certa “invisibilidade” no âmbito do planejamento e das políticas metropolitanas. Apesar dessa “invisibilidade”, que é principalmente um olhar institucional, vale destacar que este consiste um rural que enfrenta problemas tão concretos quanto aqueles verificados em outros espaços rurais do país e que, além destes, é obrigado a lidar com uma série de imposições e demandas oriundas da mudança de percepção sobre o rural e as novas “funções” a ele delegadas pela sociedade.

O objetivo neste trabalho é apresentar algumas reflexões acerca das mudanças recentes no olhar da sociedade brasileira sobre os espaços rurais e, principalmente, algumas de suas implicações no que se refere à reprodução da agricultura familiar inspiradas na realidade verificada na RMC. As idéias aqui discutidas consistem em parte de uma pesquisa interdisciplinar que envolveu pesquisadores das áreas de Economia, Sociologia, Biologia, Agronomia e Geografia, realizada em municípios da região, além de 94 famílias de agricultores familiares em três comunidades rurais dos municípios de Mandirituba, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul, todos integrantes da RMC. Dados os limites do presente texto, privilegiou-se as idéias e questões mais gerais em detrimento daquelas específicas dos estudos de caso, entendendo que tal estratégia pode aproximar o debate aqui apresentado com outros estudos que tratam da realidade da agricultura familiar em outras regiões do país.

2. As mudanças na relação sociedade e natureza e a emergência da dimensão pública dos espaços rurais

É sabido que no Brasil, a opção política pela modernização agrícola a partir dos anos 1960 foi profundamente marcada pelo diagnóstico dos economistas acerca do rural nacional e, principalmente, pela visão que se tinha do papel ou das “funções” da agricultura no processo de desenvolvimento econômico (em especial as “funções” de produzir alimentos baratos, gerar divisas, liberar mão-de-obra, se constituir em mercado consumidor para produtos da indústria, etc.). Os problemas na agricultura só eram reconhecidos se suas “funções” não estivessem sendo cumpridas e os investimentos deveriam garantir a “combinação ótima” entre a força de trabalho e as máquinas, cabendo à indústria absorver o excedente de mão de obra da agricultura (MALUF, 1997). Com isto, o aprofundamento das relações entre a agricultura e a indústria e de ambos com o setor externo era visto como um resultado “natural” das políticas de modernização. Já a relação entre a agricultura e a natureza (relação com as “qualidades” de uma região, de um território) praticamente não existiam naquela orientação predominantemente econômica das políticas públicas voltadas ao agrícola e ao rural. Tratava-se de um processo de “desterritorialização” da produção, no sentido de que ela poderia ser realizada em qualquer espaço físico passível de ser adequado às necessidades do processo produtivo agrícola.

Em outras palavras, as transformações técnicas induzidas pela modernização, cujo foco estava na produção agrícola e não no rural em sentido mais amplo, buscaram dissociar a “natureza” do processo de produção, mesmo porque, por aquela visão, a “natureza” sempre poderia ser “corrigida” de forma a se ajustar às exigências da produção agrícola. A partir dos anos 1980, esta realidade começa a mudar com a re-inserção ou o retorno da “natureza” na questão da produção agrícola. Isto vai ocorrer porque além da persistência da intenção de se proteger a natureza em espaços públicos (como parques e outras áreas de proteção), começa a tomar corpo a discussão sobre a necessidade de se fazer a gestão da mesma, inclusive nos espaços privados, como aqueles destinados à produção agrícola. Esta mudança de orientação que se verifica principalmente na Europa e se fortalece ao mesmo tempo em que aumenta a pressão internacional pela redução dos subsídios agrícolas naquele continente, vai representar um movimento oposto ao observado no processo de modernização agrícola (que acima identificamos como “desterritorialização”), ou seja,

vamos vivenciar um processo de “territorialização” da produção. Este processo de “territorialização” recoloca a natureza como mediadora das relações sociais, inclusive relações de produção, evidenciando as qualidades de cada região, de cada território, buscando reforçar as identidades regionais e territoriais. Trata-se de uma representação mais plural da natureza que traz consigo alguns elementos inéditos e que, ao ganhar visibilidade, muda profundamente o olhar que a sociedade lança sobre o mundo rural. Vai se verificar tanto uma nova qualificação dos espaços (regiões, territórios) quanto um processo de complexificação das suas funções com base nos seus diferentes usos.

Da mesma forma, vai se observar o início de uma sobreposição das prerrogativas nas diferentes áreas como é caso, no Brasil, das atribuições dos Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, etc. com o mesmo espaço sendo “sobrecarregado” pela ação de diversas políticas, por vezes, de caráter conflitivo. Talvez a mudança de fundo mais profunda e mais significativa seja aquela observada no binômio “natural-cultural” em que a noção de “patrimônio”, em geral ligada ao passado, passa a se articular com a noção de sustentabilidade, em geral ligada à durabilidade e ao futuro.

Pode-se dizer que há uma reintrodução do político no econômico no sentido de que a introdução de outros aspectos que não apenas o aspecto produtivo da agricultura e do meio rural no debate sobre as políticas públicas agrícolas consiste, certamente, numa escolha política. Em resumo, esta é a mudança de foco do desenvolvimento agrícola para o desenvolvimento rural, sobretudo o desenvolvimento rural sustentável, que vai representar novos desafios tanto para a compreensão das complexas “funções” do rural e dos territórios quanto para a formulação das políticas públicas que possuem a incumbência de dar conta de toda esta complexidade. E são inúmeros os aspectos de tal complexidade, que envolve processos de ajuste ou concertação que não estiveram na pauta do debate sobre o desenvolvimento até os anos 1980. É o caso dos ajustamentos técnicos (produção e preservação), de normas (produção-preservação e reprodução social), de escalas (local, regional, global) e as dificuldades de articulação entre elas. No que trata do espaço rural, os dilemas no que trata dos ajustes ou da concertação são comuns. A natureza que se apresenta como patrimônio não é a mesma que se apresenta como paisagem. Se parece razoavelmente fácil o consenso sobre a importância de espaços naturais como o pantanal mato-grossense, um complexo estuário ou a floresta atlântica como patrimônios naturais a serem

preservados, o mesmo pode não se verificar quanto à definição de um “patrimônio” a ser preservado. Em outras palavras, o reconhecimento de que certas práticas e hábitos ligados ao mundo rural consistem um patrimônio cultural que merece ser preservado passa por uma construção de argumentos e pela definição de consensos sobre o que consiste um “patrimônio” que merece ser preservado. Ou seja, é um processo permeado de embates, de construção de consensos sobre o que é relevante e sobre prioridades. E, nesse contexto, estamos falando de um processo de ajustes e de concertação, que é essencialmente político e que assume caráter fundamental na discussão sobre a importância dos espaços rurais.

Esse movimento, esse processo multiforme, vai colocar em pauta um novo tipo de modernização ou uma nova modernidade para a agricultura, que nos países desenvolvidos vai se constituir num problema fundamental, que inclui até mesmo o papel dos investimentos privados em tecnologias menos químicas e menos agressivas ao meio ambiente. As exigências sobre o meio rural ultrapassam a simples função daquilo que o rural pode produzir e ficam mais centradas naquilo que a sociedade quer que ele produza, o que traz implicações tanto para a concepção das políticas públicas rurais quanto para a reprodução da agricultura.

Em relação à ação do Estado, isto vai se refletir numa corrida à expertise (ou aos experts) como forma de garantir bases teóricas “científicas” e “universalmente” aceitas para as políticas públicas de desenvolvimento rural, sobretudo em função do debate sobre a liberalização do comércio internacional e da redução dos subsídios agrícolas. Diferente das orientações gerais que se estabeleceram desde a implementação do pacote tecnológico, - o próprio corpo teórico da Economia Neoclássica (a alocação “ótima” dos fatores), a Economia da Regulação (a regulação setorial da agricultura) ou os simples preceitos liberalizantes do comércio internacional – para esta nova orientação das políticas agrícolas não existe um arcabouço teórico mínimo, capaz de obter consenso internacionalmente. Com isto, a utilização de instrumentos mais amplos de política agrícola, sobretudo por parte dos países desenvolvidos, vem sendo amplamente questionada, principalmente por parte dos países em desenvolvimento. Estes identificam-nos simplesmente como uma forma disfarçada de manter uma política de subsídios agrícolas. Este é um elemento crucial na discussão sobre o desenvolvimento dos espaços rurais na atualidade e o retomaremos no último capítulo deste trabalho.

Se, por um lado, é possível identificar nestas novas orientações o reconhecimento de especificidades regionais ou locais da agricultura, de forma a não submetê-la somente às regras gerais, por outro, também se verifica as dificuldades de colocar em prática tais orientações. Há dificuldades inerentes à heterogeneidade dos espaços rurais e do recorte espacial a ser utilizado, às competências das esferas político-administrativas, às exigências para o estabelecimento de um contrato que, mesmo que inclua apenas critérios mínimos, é difícil de ser estabelecido dada a heterogeneidade dos espaços em questão, etc.

Também cabe lembrar que nessa nova orientação, a agricultura vai ser chamada a “produzir” a biodiversidade, ao mesmo tempo em que continua submissa ao mercado. Mesmo que a submissão ao mercado não seja uma verdade inquestionável (como pode ser o caso da relativa autonomia e independência do agricultor familiar de tradição camponesa já destacada previamente) o novo papel que a sociedade identifica ao rural tem consequências para a autonomia e a independência do agricultor enquanto proprietário dos meios de produção. Afinal, para este agricultor, qual a autonomia possível num cenário em que um rural antes cumpridor de uma “função” produtiva, passa a ser visto como “paisagem” e “patrimônio” de interesse coletivo, com múltiplas “funções” e que incorpora características de espaço público?

Em outras palavras, o que estamos dizendo é que o rural, em diversas situações, além de se apresentar como um *espaço privado* (produção e reprodução de uma determinada parcela da população) passa a se constituir também como um *espaço público* (preservação da paisagem e do patrimônio, segurança e soberania alimentar, manutenção do tecido social). E aqui cabe elucidar bem esta questão porque ela vai estar no cerne de várias situações de conflito de interesses, sobretudo nos quadros da Região Metropolitana de Curitiba.

A ruptura cultural e política que estava implícita na passagem da condição de camponês para a de agricultor envolvia, em primeiro lugar, o fornecimento de matérias primas para mercado. Em oposição à condição “camponesa” e ao modo de vida a ela associada, colocava-se a condição de “agricultor” que, a rigor, identificaria apenas uma categoria profissional e não mais um conjunto de características sociais e culturais capazes de a diferenciar significativamente de qualquer outra. Em suma, uma agricultura que estaria integrada a um complexo sistema produtivo, com uma “função” bem definida e cuja

atenção estaria muito menos ligada ao patrimônio agronômico, físico, geográfico, social, cultural, etc. do que aos rendimentos. Nesse sentido, aquela parte não cultivada do território aparece como improdutiva, inútil ou facultativa aos olhos da produção agrícola (HERVIEU, 2002).

A mudança de visão sobre o espaço rural que coloca em evidência a visão do espaço rural não apenas como espaço de produção de matérias primas, mas também como uma paisagem, em espaço cultural e simbólico, envolve uma profunda inversão de prioridades na gestão daquilo que “não é cidade” (HERVIEU, 2002). Em suma, isto se dá porque o campo, ao ser reconhecido como um patrimônio nacional e coletivo, vai se colocar num patamar semelhante ao de outros patrimônios coletivos como as áreas de preservação (Amazônia, Pantanal, Floresta Atlântica, etc.), os monumentos históricos e arquitetônicos, etc.

Assim, a gestão (pública ou coletiva) dos espaços rurais quando estes assumem características de espaços públicos tende a retirar do agricultor e do trabalho da terra a legitimidade de “senhores” da organização do espaço (rural). Se os agricultores percebem o espaço rural como a sede de uma atividade agrícola, todas as outras categorias sociais e, sobretudo, todas as outras categorias de habitantes dos espaços urbanos percebem o campo como um espaço muito mais complexo do que um simples espaço de produção. Os espaços rurais da RMC são ilustrativos desta condição e se enquadram numa realidade como aquela apresentada por PERRIER-CORNET (2002), que trata do rural marcado por três figuras ou representação distintas.

A primeira delas é a do campo “**Recurso**”, consistindo num espaço rural que é, antes de tudo, um espaço produtivo. Esta representação repousa sobre a imposição de um valor econômico aos recursos ali localizados e delega à agricultura um lugar central. Nos três municípios e, em especial, nas três comunidades onde foi realizada esta pesquisa o rural se apresenta como um espaço produtivo, onde a atividade agrícola é crucial para a reprodução das famílias agricultoras e da própria comunidade.

A segunda representação identificada por PERRIER-CORNET é a do campo “**Quadro de vida**”, cuja ênfase está nos usos residenciais e recreativos do espaço rural, para os quais os baixos custos de acesso, a beleza e a qualidade das paisagens, enfim, as “amenidades” rurais são os elementos mais importantes. Nesta figura, se sobressai a

concepção do campo como um espaço consumido o que também é uma situação verificada nos nossos estudos nas comunidades rurais metropolitanas.

A terceira figura é aquela que se mostra a mais representativa no rural metropolitano ao primeiro olhar, como já frisamos repetidas vezes. Trata-se do campo “*Natureza*”. O autor reforça que não se trata apenas de uma natureza de “amenidades”, mas uma natureza “objetiva” que inclui os recursos (água, solo, etc.), os ciclos próprios de funcionamento (ecossistema) e as funções de regulação climática. Este espaço “natureza” não é nem espaço de produção, nem espaço de consumo e corresponde aos objetivos de preservação, de conservação, de não utilização, para o bem estar das gerações futuras, ligando-se assim ao ideal de um desenvolvimento sustentável.

As três figuras acima estão estreitamente associadas à idéia de que o agrícola, por si só, não faz mais o rural. Como já deve ter ficado razoavelmente claro a esta altura de nossa discussão, o campo “natureza”, apesar de ser mais recente, é o que mais identifica o rural da RMC no campo das políticas públicas regionais e o que se coloca no coração das preocupações contemporâneas sobre o seu desenvolvimento.

Um detalhe importante, conforme lembra ainda PERRIER-CORNET (2002), é que as três figuras acima estão profundamente imbricadas, que elas são interdependentes e, com frequência, são concorrentes, visto que elas “utilizam” o mesmo espaço e os mesmos recursos. Fundamentalmente, elas estão em “tensão”.

Neste contexto é que podemos associar uma dimensão pública importante à questão das múltiplas “funções” do campo e dos espaços rurais. Isto porque, se de um lado, um bem suporte essencial do espaço rural (o solo) está inserido no regime da *propriedade privada* ele é também o suporte de bens com uma forte *dimensão coletiva e pública* – as paisagens e as amenidades rurais, a biodiversidade e os bens ambientais que são bens coletivos. Se voltarmos ao exemplo da Região Metropolitana de Curitiba, veremos que o crescimento recente das figuras “quadro de vida” e “natureza” se dá em paralelo com a importância crescente desses “bens públicos” (paisagens, biodiversidade, amenidades rurais, etc.), que possuem um papel muito importante nas dinâmicas dos espaços rurais da região. Este processo é chamado de “publicização” dos campos pelo mesmo autor.

Nos termos de nossa pesquisa, este tema pode ser abordado por dois lados: pelo lado dos bens públicos e pelo lado das políticas públicas. Em ambos, as implicações são

diversas. Do lado dos bens públicos, a interação entre os atores vai ser permeada de tensões e conflitos, resultante da utilização concorrente de um espaço reconhecido como “multifuncional” e, principalmente, dos seus recursos. É uma tensão latente entre a produção e a reprodução dos agricultores e as exigências ligadas à preservação ambiental ou ainda à ocupação do espaço pelos “urbanos” (moradia, lazer, etc.). Quanto às políticas públicas, a questão que se sobressai é sobre em que medida a sua gestação e a sua ação levam em conta estas transformações e como as gerencia. Em outras palavras, quais são as opções políticas (e por quais políticas) da sociedade diante dos espaços rurais? Ou ainda, como os atores rurais e as instituições públicas gerenciam este novo “direito” que o conjunto da sociedade entende cada vez mais portar sobre o rural?

Estas questões podem ser analisadas sob diversas óticas. BELRHALI et al. (2002), por exemplo, analisam a questão dos bens rurais sob a ótica do Direito, de forma a compreender a confrontação entre a reivindicação de acesso do público aos espaços rurais e a proteção do direito de propriedade e a exigência da preservação ambiental. Eles se perguntam se seria possível levantar efetivamente a hipótese de um enfraquecimento do direito de propriedade em relação ao direito de acesso do público aos bens rurais. Contudo, existem dificuldades concretas neste campo. Primeiro, porque não existe uma definição global de “bens rurais” e, segundo, porque os bens em questão podem pertencer tanto ao domínio privado quanto ao domínio público. Para eles, as leis recentes buscam facilitar o acesso do público aos bens de pessoas privadas nos espaços naturais e rurais, como é o caso do acesso à água na RMC. De forma semelhante, o reconhecimento dos usos residenciais e recreativos do rural conduzem efetivamente ao favorecimento do acesso público a este domínio. Ou ainda, a tomada de consciência crescente sobre a necessidade de preservação do meio ambiente resulta nas regulamentações que buscam restringir o acesso público a certas áreas de domínio público, casos das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) que trazem implícito a percepção de que a boa gestão de certos bens ambientais supõe a restrição do seu uso pelo público. Entretanto, os autores identificam que é nos espaços rurais que a confrontação do direito de propriedade e de acesso do público vai evidenciar conflitos de uso particularmente agudos.

Já no âmbito da Economia, estes conflitos têm sido tratados a partir de quadros interpretativos ligados à Economia Neoclássica e ao conceito de “externalidade”, entendida

como uma interação direta entre as funções de produção e/ou utilidade dos agentes econômicos, interação esta que não é mediada pelo mercado. Nos quadros da Economia Neoclássica, sabemos que a condição básica de que os custos privados e os benefícios de qualquer ação para o indivíduo (medida pelo preço de mercado) se reflitam nos custos e benefícios para a sociedade é fundamental ao modelo de equilíbrio geral e do bem estar (RIANI, 1997). Entretanto, as ações de determinadas unidades podem acarretar perdas ou ganhos nas ações de outras unidades ou “externalidades” que podem ser negativas ou positivas e que podem existir tanto nas unidades de consumo quanto nas unidades de produção. VIVIEN (1994) lembra o exemplo clássico do curso de água utilizado por duas empresas, “A” e “B”. Se a empresa “A” lança os resíduos de sua produção no curso de água e isto traz consequências negativas para a empresa “B” (queda de produtividade e custos suplementares, por exemplo) e não existe um “contrato” entre ambas que defina uma compensação, não existe a mediação do mercado. Como o mercado ocupa um lugar central na mediação dos conflitos de interesse nos quadros da Economia Neoclássica e da livre concorrência, uma situação tal caracterizaria uma “falta” de mercado. Para a solução de situações como estas, semelhantes aquelas envolvendo a questão da utilização dos espaços rurais, a Economia tem apresentado três grupos de soluções.

A primeira prega a taxação ao autor (agente emissor), nos termos do custo que sua atividade faz os outros “suportar”. Esta é conhecida como a solução “pigouviana”¹, que se baseia na intervenção do Estado e a legitima. Ainda que a tradição da Economia Liberal seja a defesa da não intervenção pública na economia, para alguns economistas liberais sua atuação seria necessária nos casos em que o livre jogo de interesses não consegue se estabelecer.

Uma segunda linha de soluções para os conflitos de uso é aquela que envolve a negociação ou o arranjo institucional entre as partes, também conhecida como a solução “Coasiana”². Tal abordagem não postula, a priori, nem que o agente emissor deva suportar sozinho o custo de resolução do problema, nem que o poder público deva intervir (CARRON & TORRE, 2002; VIVIEN, 1994). Nesta linha, entende-se que existe interesse econômico em que se instale uma negociação entre poluidor e vítimas da poluição e se

¹ Em referência à uma primeira tradição da Economia do Meio Ambiente, inaugurada por Arthur C. Pigou.

² Em referência ao economista Ronald Coase, ligado à Universidade de Chicago e autor de um artigo que, em 1960, inaugurou esta abordagem.

estabeleça um nível de poluição aceitável. A exigência indispensável para que o acordo entre os protagonistas aconteça é que os direitos de propriedade estejam estabelecidos o que não é tão simples, como já mostramos anteriormente. Mesmo assim, no exemplo das empresas “A” e “B” acima, caberia definir qual dos dois agentes detém direito de propriedade sobre o riacho para, então, definir quem deve pagar e quem deve receber. Lembra VIVIEN (1994) que, aos olhos destes teóricos, o problema repousa muito mais sobre o quadro legal do que sobre as falhas de mercado.

O terceiro grupo de soluções envolve a criação de “mercados de direitos de uso”, sobre os quais serão negociados os direitos de poluir - a solução pelo mercado (mercadológica). Neste caso, a atuação do Estado é crucial, pois é a este que cabe o papel de fixar os níveis de poluição aceitáveis e proceder a repartição dos “direitos de poluir” (VIVIEN, 1994; CARRON & TORRE, 2002). Observe-se que, em todos os três grupos de soluções, a valorização ou a definição de um valor econômico é um fator determinante o que, por seu lado, vai representar um outro fator crítico, sobretudo quando envolve o estabelecimento de valor econômico ao meio ambiente, à paisagem ou a outras amenidades.

CARRON & TORRE (2002) acrescentam ainda uma quarta solução para os conflitos de uso: a regulamentação da ocupação do espaço. Segundo eles, esta é uma solução resultante das dificuldades em conciliar os interesses contraditórios das diferentes “funções” do território. Esta solução comporta dois tipos de medidas. A primeira está relacionada à constituição de zonas dedicadas à atividades específicas, sejam elas produtivas, residenciais, industriais, recreativas, agrícolas, etc. Este é o caso dos zoneamentos elaborados com a finalidade de regulamentar a ocupação do espaço, diminuindo a fonte de conflitos por uma via institucional, neutralizando os efeitos da proximidade geográfica, que é, por natureza, uma fonte potencial de conflito. As áreas industriais da Região Metropolitana e as diretrizes para uso e ocupação do solo definidos no PDI - 2001 (COMEC, 2003), se enquadram neste tipo. Um segundo tipo identificado pelos autores é aquele do planejamento urbano, ligado à permissão de construir.

Nesta última linha de soluções para os conflitos, as reflexões recaem sobre a proximidade geográfica e a importância que a proximidade “organizacional” pode ter na solução das “externalidades” negativas que são ligadas aos inconvenientes da proximidade geográfica. Entretanto, no que tange aos espaços rurais em debate, a proximidade

geográfica nem sempre é o fator mais relevante no surgimento das tensões. Na mesma linha, os espaços rurais e os conflitos de interesses já estão estabelecidos anteriormente à constituição das zonas que regulamentam a ocupação do território. Entretanto, qualquer elaboração neste sentido deverá então ser feita a posteriori o que, certamente, traz mais complexidade à questão.

3. Considerações Finais

Diante do exposto, persiste uma questão crucial: como as políticas públicas devem se equipar (ou se ancorar científica e teoricamente) para comportar esta complexidade e os conflitos de interesses resultantes dessa nova visão da sociedade sobre os espaços rurais?

Afinal, as referidas mudanças na percepção da sociedade sobre a natureza, esta “passagem” da noção de natureza pura e intocada para uma noção de natureza “fabricada”, na qual podem estar incluídos os espaços rurais, colocam estes últimos como alvos de todo um novo aparato de instrumentos de políticas e de ação pública, diferente dos tradicionais instrumentos de política agrícola. Olhado a partir da realidade do rural da Região Metropolitana de Curitiba (o que de resto pode ser a realidade de um sem número de regiões no Brasil), estas mudanças e demandas sobre o mundo rural recolocam o debate acerca das políticas de desenvolvimento rural num outro patamar, obrigando-as a serem rediscutidas tanto no que trata do aparato teórico que lhe dá suporte quanto no ambiente institucional onde são elaboradas e/ou implementadas.

Ou seja, essas “novas dimensões” do rural exigem a produção e a elaboração de novas abordagens (ou, no mínimo, forcem os instrumentos existentes a se adaptarem) que sejam capazes de criar *instrumentos válidos* (pelo menos reconhecidos como tal, como razoáveis e aceitos cientificamente) e que sejam *operacionalizáveis*.

Dentre os diversos impactos que esse renascimento do rural associado à mudança sociedade na sua percepção da natureza, um dos mais interessantes talvez tenha sido a sua capacidade de induzir ou produzir uma nova conformação institucional e política e de impulsionar mudanças nos espaços de concertação no que se refere às políticas públicas rurais. Isto porque, se por um lado, um rural de reconhecidas “funções” múltiplas - ou multidimensional – é um elemento de tensão e conflitos, por outro, exige um novo aparato

institucional e político capaz de gerenciar os acordos e consensos que devem ser construídos a fim de contorná-los.

São grandes os embates que emergem desse quadro. São exigências quanto à (a) definição do que consiste uma natureza relevante ou de um patrimônio digno de ser preservado, (b) à aceitação social de tais definições (concertação), (c) à competência (ou a definição de quem faz o quê), (d) à emergência de novos atores que se localizam em posições diferentes e se confrontam e (e) dos níveis e escalas (local, regional e global).

4. Referências Bibliográficas

- BELRHALLI, H.; BERNARD, S.; VIDELIN, J-C. L'Accès du public aux biens ruraux face au droit. In: **PERRIER-CORNET, Philippe (directeur d'ouvrage). À qui appartient l'espace rural?. La Tour d'Aigues (France): L'aube Datar, 2002.**
- CARRON, A. & TORRE, A. Les conflits d'usages dans les espaces ruraux: une analyse économique. In: **PERRIER-CORNET, Philippe (directeur d'ouvrage). À qui appartient l'espace rural?. La Tour d'Aigues (France): L'aube Datar, 2002.**
- COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC). **PDI – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba 2001: Documento Síntese para Discussão.** Curitiba, 2003. 79 p.
- HERVIEU, Bertrand. Espace multiple. In: **PERRIER-CORNET, Philippe (directeur d'ouvrage). À qui appartient l'espace rural?. La Tour d'Aigues (France): L'aube Datar, 2002.**
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- MALUF, Renato S. Planejamento, **desenvolvimento e agricultura na América latina: um roteiro de temas.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997. Série Debates, CPDA, no. 3, nov/97.
- PERRIER-CORNET, Philippe (directeur d'ouvrage). **À qui appartient l'espace rural?. La Tour d'Aigues (France): L'aube Datar, 2002.**
- RIANI, Flávio. **Economia do setor público – uma abordagem introdutória.** 3^a. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- SOUZA, Osmar Tomaz. **Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento rural em cenários de heterogeneidade socioeconômica e ambiental: casos ilustrativos na região metropolitana de Curitiba.** Curitiba: MADE/UFPR, 2006. Tese de doutorado.
- VIVIEN, Fanck-Dominique. **Économie et écologie.** Paris: Éditions La Découverte, 1994. Collection Repères.

AGROTÓXICOS E REFORMA AGRÁRIA: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTES EM VIRTUDE DO USO DE AGROTÓXICOS NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES

Silvia Lima de Aquino¹,

Marcos A. Pedlowski¹,

Maria Cristina Canela²,

Isabela Leão Amaral da Silva².

¹Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico, CCH, UENF,

²Laboratório de Ciências Químicas

silvia.aquino@gmail.com

Resumo: A partir da Revolução Verde iniciada na década de 60 do Século XX as atividades agrícolas passaram por uma profunda transformação, que foram causadas em grande parte por causa dos avanços conseguidos na indústria química. O amplo uso de agrotóxicos na agricultura aconteceu na maioria dos países do mundo e, conseqüentemente, também atingiu o Brasil, tanto em grandes plantações como em pequenas propriedades familiares. Diferentes estudos têm apresentado evidências de que no interior dos assentamentos de Reforma Agrária, os agricultores estão envolvidos numa crescente utilização de agrotóxicos. Neste sentido, o objetivo do presente estudo foi o de analisar a utilização de agrotóxicos num assentamento de reforma agrária, localizado no Norte Fluminense. Além disso, buscou-se avaliar os possíveis impactos sócioambientais causados pela utilização destes produtos pelos assentados. Os resultados deste estudo demonstram que o paradigma tecnológico difundido pela Revolução Verde se estendeu ao assentamento de Reforma Agrária, o que foi evidenciado pela intensa utilização de agrotóxicos na área de estudo. A ampla difusão de agrotóxicos no assentamento reflete uma ruptura nas formas tradicionais de produção e disseminação de conhecimentos, influenciando as atividades agrícolas desenvolvidas pelos assentados.

Introdução

Durante as últimas décadas o mundo vem passando por diversas inovações tecnológicas, com isso, setores da economia mundial estão sofrendo as influências

advindas de tais inovações, um destes é a agricultura (Chaim, 1999). A agricultura foi atingida especialmente por causa dos avanços conseguidos na indústria química. Estes avançados foram intensificados em virtude do processo de Globalização econômica ocorrido a partir da década de 90 do século XX, o que contribuiu para o aumento na disponibilidade de agrotóxicos em regiões onde anteriormente o seu consumo era impossibilitado por uma série de razões econômicas e políticas.

Ainda que a difusão de novas tecnologias agrícolas tenha ocorrido inicialmente em países desenvolvidos, os impactos promovidos por essas inovações também foram sentidos nos chamados países em desenvolvimento, e o Brasil não foi exceção. Em consequência das pressões produtivas oriundas da Globalização, os países em desenvolvimento se tornaram altamente dependentes do uso de agrotóxicos em sistemas agrícolas que paulatinamente incorporaram a lógica produtiva disseminada pelos países desenvolvidos. Um fato de extrema importância para a cristalização de tal dependência foi à implementação da chamada Revolução Verde a partir da década de 60. A Revolução Verde era na prática constituída por um grande “pacote de insumos” elaborado pelos países desenvolvidos e difundido em todo o mundo. O pacote tecnológico da Revolução Verde era composto de sementes melhoradas, sistemas de irrigação e maquinários modernos, acompanhados da adoção de uma ampla gama de agrotóxicos. O suporte ideológico da Revolução Verde era o de que a mesma tinha objetivo central aumentar a produção de alimentos para erradicar a fome que assolava (e assola) diversas regiões do planeta.

No Brasil, a Revolução Verde também foi iniciada na década de 60. No momento inicial da Revolução Verde, o governo brasileiro oferecia aos agricultores interessados em adotar o pacote tecnológico oferecido, um financiamento destinado à compra de sementes. Uma pré-condição para que um agricultor recebesse financiamentos associados à adoção dos princípios da Revolução Verde era o direcionamento de uma parte dos recursos concedidos para a aquisição de adubos e agrotóxicos. De acordo com Fier (1999), esse tipo de medida adotada pelo governo federal brasileiro incentivou a prática da monocultura voltada para exportação, e promoveu altos índices de degradação e contaminação ambiental. Neste sentido, Ecobichon (2001) afirma ainda que os objetivos da Revolução da Verde impuseram uma grande diversificação dos agrotóxicos, que acabaram incluindo pesticidas, herbicidas e fungicidas. Atualmente, passadas algumas décadas do início da adoção do pacote de insumos promovidos pela Revolução Verde no Brasil, surgiram grandes

preocupações relacionadas aos problemas sócio-econômicos e ambientais provocados por este modelo, que deixou como herança uma prática agrícola calcada na utilização maciça de fertilizantes químicos e agrotóxicos.

Diante disso, uma questão de interesse é estimar até que ponto os assentamentos de Reforma Agrária estão inseridos neste contexto de adoção de um processo produtivo calcado na adoção dos princípios da Revolução Verde. Os assentamentos de reforma agrária possuem uma especial relevância nesta análise porque diferentes estudos têm apontado que nestas áreas as atividades agrícolas estão concentradas na produção de alimentos e que, por isto, possuem um impacto direto no consumo interno. Por outro lado, o estudo da adoção de agrotóxicos por assentados de reforma agrária é importante porque a maioria de seus beneficiários possui um baixo nível educacional e não costuma receber o devido treinamento para o manuseio de substâncias químicas por parte de agências governamentais de extensão rural. Nesta perspectiva, o objetivo do presente estudo foi analisar a utilização de agrotóxicos em um assentamento de Reforma Agrária. Para tanto, o Projeto de Assentamento (PA) Zumbi dos Palmares, localizado no município de Campos dos Goytacazes, foi utilizado como área de estudo. Este estudo visou identificar tanto os possíveis impactos sócio-econômicos como os epidemiológicos causados pelo uso dos agrotóxicos.

O Uso de Agrotóxicos pela Agricultura Contemporânea

Um panorama histórico acerca do desenvolvimento da sociedade humana forçosamente indica que o mesmo sempre esteve intimamente ligado à obtenção de alimentos, que, por conseguinte, gerou uma atividade fundamental para a produção alimentar direcionada a população em crescimento, que é hoje denominada de agricultura. O crescimento da população humana alcançou um nível sem precedentes após o advento da Revolução Industrial que, como em outras áreas produtivas, também teve forte impacto sobre a atividade agrícola ao permitir a inserção de implementos, fertilizantes e agrotóxicos na agricultura. Em consequência da exigência de uma demanda cada vez maior de alimentos, práticas agrícolas apoiadas na adoção de monoculturas em grandes extensões foram amplamente utilizadas como estratégia para fornecer alimentos para os grandes mercados urbanos. Entretanto, com o passar do tempo, juntamente com a monocultura, o que ocorreu foi uma constante e crescente utilização de fertilizantes químicos e agrotóxicos. (Chaim 1999).

O uso de agrotóxicos é uma prática que remonta aos antigos romanos, que se valiam da fumaça proveniente da queima do enxofre para combater insetos que atacavam a lavoura e aos chineses, que no início do século XIX, também utilizavam meios para combater pragas que atacavam as plantações e, para tanto, preparavam uma mistura de água e arsênico. Entretanto, foi somente em 1874 que o composto orgânico conhecido como DDT (Dicloro difenil tricloroetano) foi sintetizado por Othomar Zeidler. Contudo, foi mais precisamente durante a Primeira Guerra Mundial, que os estudos sobre a produção de agrotóxicos tiveram um grande salto e, já na Segunda Guerra Mundial, os agrotóxicos foram amplamente utilizados, não como ferramenta para o aumento da área em produção, mas como arma química (Fier, 1999).

E foi exatamente após o término da Segunda Guerra Mundial, que os agrotóxicos foram definitivamente inseridos na agricultura. Após o conflito armado, os países vitoriosos tinham o objetivo de expandir seus negócios e, para tanto, deram grande ênfase à produção industrial. Uma área que recebeu especial atenção no pós-guerra foi a indústria química que precisava escoar a matéria-prima que não fora usada durante a Segunda Guerra. Desta forma, nas décadas seguintes observou-se na agricultura a introdução de um grande número de agrotóxicos, cada vez mais específicos e baseados num entendimento científico acerca dos mecanismos químicos, físicos e biológicos que controlam a existência dos seres vivos. O resultado desta associação entre a indústria química e a produção agrícola foi à difusão de milhares de formulações no mercado internacional de insumos voltados para a agricultura, o que culminou na já mencionada Revolução Verde. Assim, em menos de 40 anos, os agrotóxicos transformaram-se em elementos fundamentais para a maioria dos agricultores. (Peres, 1999).

A Utilização de Agrotóxicos e os Possíveis Impactos Causados A Saúde Humana

Segundo o World Resources Institute, a maioria dos agrotóxicos comercializados nos países subdesenvolvidos consiste de organoclorados e carbamatos, e que são conhecidos por sua alta toxicidade (WRI, 1998). De acordo com Waichman *et al.* (2003), a alta toxicidade de tais produtos associada à falta de informações sobre possíveis riscos envolvidos na sua utilização e à carência de informações acerca da maneira correta de aplicá-los tem sido responsável por altos graus de contaminação ambiental, além de causar diversos danos à saúde (Waichman *et al.*, 2003).

Neste sentido, o Manual de Vigilância da Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, produzido pela Organização Pan-Americana de Saúde (1996) classifica os problemas à saúde causados pela utilização dos mesmos em três níveis de intoxicação: aguda, subaguda e crônica. Ainda de acordo com o OPAS os danos causados por estas intoxicações têm uma alta variabilidade em virtude de fatores como às características fisiológicas do indivíduo exposto, os atributos químicos dos produtos e as condições de exposição. Por isso, a combinação destes fatores dificulta a imediata identificação destes danos como sendo resultado da intoxicação provocada pelo uso de agrotóxicos. Neste sentido, diante da dificuldade de diagnóstico, Reeves *et al* (1999), ressaltam a dificuldade de se identificar principalmente os efeitos causados pela intoxicação crônica em virtude da exposição aos agrotóxicos. Isso ocorre porque os efeitos deste tipo de intoxicação manifestam-se através de doenças como câncer, defeitos de nascimento e danos ao sistema nervoso, que são enfermidades que podem se desenvolver passados longos períodos decorridos da exposição aos agrotóxicos, mas que também podem surgir por motivos totalmente distintos.

Além dos impactos diretos causados em virtude da aplicação de agrotóxicos, o uso destes produtos pode contaminar os alimentos obtidos nos sistemas agrícolas onde são aplicados, visto que seus resíduos podem permanecer nos alimentos, causando prejuízos à saúde de seus consumidores. Desta forma, as populações consumidoras de alimentos contaminados por agrotóxicos muitas vezes serão acometidas por doenças. O problema encontra-se novamente no fato de ser muito difícil relacionar a origem de tais doenças à contaminação por agrotóxicos, pois na maioria dos casos o contato é pequeno ou moderado, e os efeitos se expressam através de dores de cabeça, tonturas, mal-estar, que são problemas corriqueiros na vida dos seres humanos.

No Brasil, a classificação toxicológica dos agrotóxicos está a cargo do Ministério da Saúde. A Legislação Brasileira determina que todos os produtos classificados como agrotóxicos devem apresentar nos rótulos uma faixa colorida indicativa de sua classe toxicológica. A OPAS (1996), também estabelece tal classificação, bem como as doses fatais de agrotóxicos para seres humanos (Tabela 1).

Tabela 1 - Níveis de Toxicidade, Dose Fatal e Cor da Faixa dos agrotóxicos.

Grupos	DL50	Dose capaz de matar uma pessoa adulta	Faixa
Extremamente tóxicos	≤ 5mg/kg	1 pitada – algumas gotas	Vermelha
Altamente tóxicos	5-50	Algumas gotas – 1 colher de chá	Amarela
Mediamente tóxicos	50-500	1 colher de chá – 2 colheres de sopa	Azul
Pouco tóxicos	500-5000	2 colheres de sopa – 1 copo	Verde

Fonte: OPAS, 1996

Em função do contato contínuo com agrotóxicos, Reeves *et al.* (1999) ressaltam que o trabalho na agricultura pode ser considerado como uma modalidade de alta periculosidade. Para tanto, Reeves e seus colaboradores argumentam que basta analisar o exemplo dos Estados Unidos, onde a taxa de mortalidade entre os trabalhadores rurais em 1996 foi estimada em 20,9 em cada grupo de 100 mil trabalhadores, enquanto no mesmo período tal taxa nas indústrias não passou de 3,9. É importante enfatizar que esta situação é agravada porque muitos agricultores consideram os sintomas provocados pelos agrotóxicos na sua saúde como partes intrínsecas ao seu trabalho.

Os Impactos Ambientais Causados pela Contaminação através de Agrotóxicos

De forma a diminuir os impactos ambientais causados pelos agrotóxicos existe uma preocupação mundial com a caracterização do potencial de periculosidade ambiental dos agrotóxicos antes que um dado produto possa ser disponibilizado no mercado. No Brasil é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que estabelece tal classificação. As tipologias existentes baseiam-se em uma série de parâmetros que incluem: a taxa de bioacumulação, a persistência dos agrotóxicos ou seus componentes no meio ambiente, o tipo de transporte, o nível de toxicidade para diversos organismos, os potenciais mutagênico, teratogênico, carcinogênico. Com base nestes parâmetros os agrotóxicos são divididos em quatro classes: I - produto altamente perigoso; II - produto muito perigoso; III - produto perigoso; e IV - produto pouco perigoso.

Em função do seu potencial de periculosidade ambiental, a presença de agrotóxicos no ambiente pode afetar um grande número organismos vivos e não simplesmente as pragas agrícolas. Neste sentido, de acordo com Uska (1987), há várias formas de contaminação ambiental por agrotóxicos, mas que podem ser divididas em dois grandes grupos: contaminação direta e contaminação indireta. A contaminação direta resulta da aplicação do agrotóxico para controle de pragas agrícolas e a indireta deriva de outras fontes não resultantes da aplicação direta para o controle de pragas. Alguns exemplos de contaminação indireta são: os resíduos industriais contendo agrotóxicos lançados diretamente nos rios, às partículas de agrotóxicos suspensas após pulverização, o descarte de sobras de agrotóxicos, a lavagem dos aplicadores em córregos, valas e o lançamento de agrotóxicos em esgoto doméstico. Desses dois tipos

de contaminação derivam os mais variados problemas ambientais que incluem a poluição do ar, dos solos e das águas.

Metodologia

Área de Estudo

A área de estudo do presente trabalho foi o Projeto de Assentamento (PA) Zumbi dos Palmares que se localiza entre as coordenadas $21^{\circ} 32'$ e $21^{\circ} 45'$ S e $41^{\circ} 11'$ e $41^{\circ} 16'$ W, englobando território dentro dos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana (Figura 1).

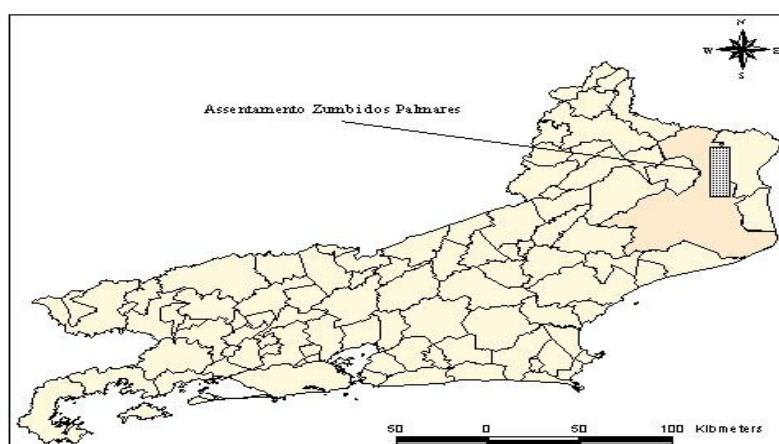


Figura 1. Localização do Assentamento Zumbi dos Palmares no Município de Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro.

O Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares foi resultado da ocupação organizada pelo MST em 12 de Abril de 1997 no complexo de terras da Usina São João, que havia entrado em processo falimentar alguns anos antes. A área de aproximadamente 8.500 ha. havia sido usada historicamente para o plantio de cana e para a prática da pecuária. Apesar disto, no interior da área ainda existem fragmentos de mata atlântica, bem como um grande número de lagoas que tem sofrido impactos a partir da ação antrópica, especialmente pela deposição de matéria orgânica de esgotos residenciais in natura, e muito possivelmente pela contaminação por agrotóxicos comumente usados na cultura da cana-de-açúcar e nas diversas práticas agrícolas hoje empreendidas pelos assentados.

A posse de terras ocupadas pelo MST foi transferida para o INCRA em Outubro de 1997 e o órgão começou a cadastrar os futuros assentados em Novembro de 1997, e novas famílias entraram no Zumbi dos Palmares para se juntar às famílias trazidas pelo MST. Dentre as famílias que formaram o contingente inicial de ocupantes estavam

membros do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Francisco de Itabapoana que foram incluídos no cadastro de assentados pelo INCRA, como uma forma de contrabalançar (e mesmo opor) a influência do MST sobre os assentados. Um terceiro grupo de ocupantes era formado por ex-trabalhadores da Usina São João (muitos já residindo previamente na área), que foram orientados por seus advogados a se alinharem aos novos ocupantes. Em 1998, por inspiração do MST, a área foi dividida em cinco núcleos, de acordo com a decisão de uma assembléia geral dos assentados para acomodar um número estimado de 504 famílias (FAO/INCRA, 1999).

Métodos e instrumentos de coleta de dados

A coleta de dados para esta pesquisa foi feita através de um questionário projetado especificamente para este estudo. O questionário incluiu as perguntas abertas e fechadas e visava obter informações sobre as características demográficas, socioeconômicas, os principais sistemas agrícolas que estão sendo adotados, a utilização de equipamentos de proteção por parte dos agricultores assentados, os tipos de agrotóxicos utilizados, as evidências dos problemas de saúde causados pela manipulação dos agrotóxicos e possíveis problemas ambientais. Os questionários foram aplicados a cem famílias entre julho 2003 e janeiro 2004. Os agricultores foram selecionados aleatoriamente, e amostra foi estratificada espacialmente para incluir assentados de todos cinco núcleos do assentamento. Os dados coletados mediante aplicação de questionários foram tabulados e arquivados num computador. Para permitir uma tabulação consistente e sem erros foi elaborado um livro de códigos para as perguntas fechadas. Já as perguntas abertas foram categorizadas e depois codificadas. No que se refere ao tratamento estatístico dos dados, no âmbito do presente trabalho foram apenas utilizadas técnicas descritivas.

Apresentação dos Resultados

Caracterização demográfica e educacional dos assentados

A primeira parte do questionário utilizado para a coleta de dados do presente trabalho, incluiu um levantamento demográfico da família dos entrevistados. Neste primeiro segmento, as principais variáveis mensuradas foram a faixa etária, sexo e o nível de escolaridade das unidades familiares que participaram do estudo. Estas variáveis são fundamentais para compreendermos como o trabalho dentro lote é

organizado, bem como a disponibilidade de mão-de-obra familiar. No caso da utilização de agrotóxicos, estas variáveis apoiarão a explicação de como estes produtos estão sendo assimilados dentro dos sistemas agrícolas praticados pelos assentados. No que se refere à composição etária dos assentados do Zumbi dos Palmares incluídos na amostra, identificamos que a população é composta majoritariamente por pessoas adultas, ainda que o grupo etário com maior número de indivíduos seja o de 0 a 8 anos (Figura 2).

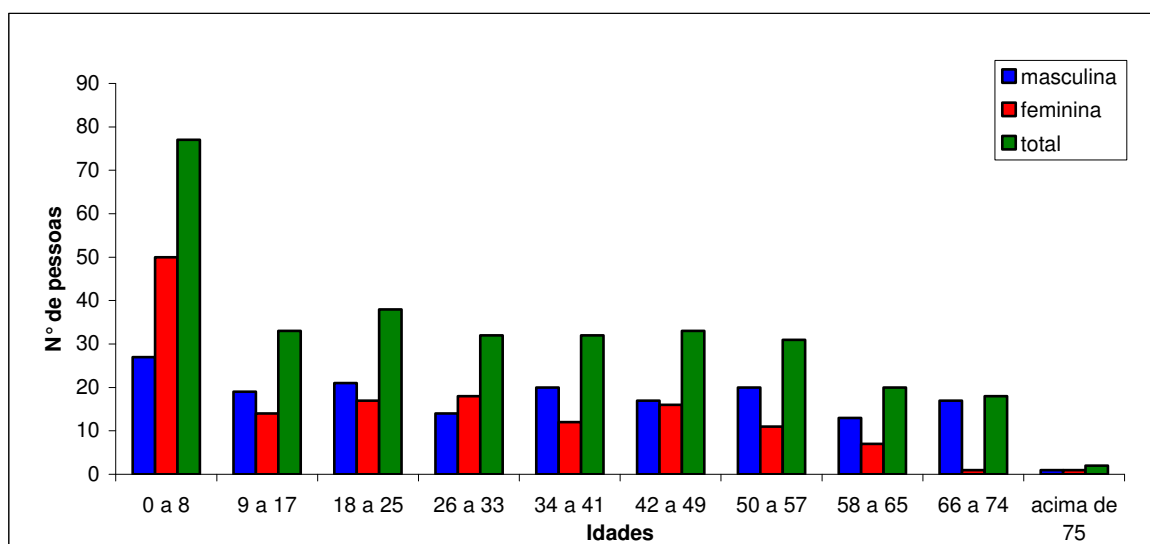


Figura 2. População do P.A. Zumbi dos Palmares, distribuição sexo por faixa etária.

Segundo Andrade e Pierro (2004), nos assentamentos da Reforma Agrária distribuídos pelo Brasil vivem hoje mais de quinhentas mil famílias que demandam a efetivação do direito constitucional a uma educação básica que atenda suas necessidades para alavancar o desenvolvimento sócio-econômico e cultural das comunidades de modo sustentável. Entretanto, na prática, o nível de escolaridade no campo e, consequentemente, entre os assentados é visivelmente baixo em todo país. No Assentamento Zumbi dos Palmares os dados indicam uma situação semelhante ao cenário nacional, pois mais de 60% dos entrevistados e seus familiares residentes no assentamento cursaram apenas os primeiros anos escolares (Figura 3).

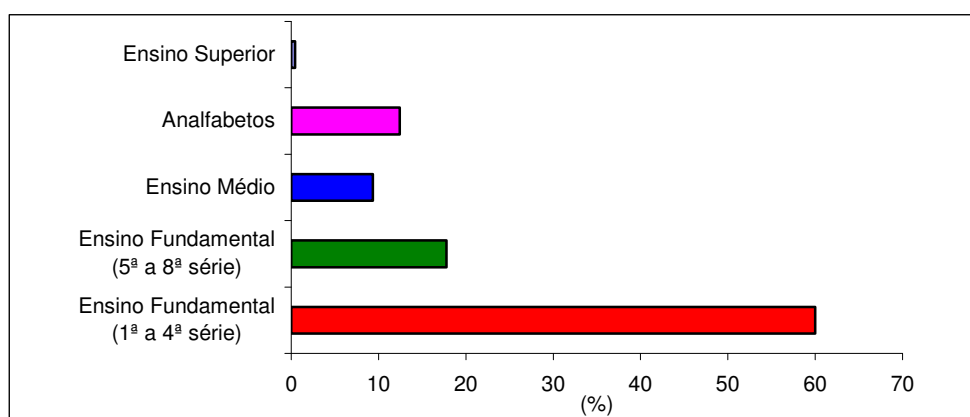


Figura 3. Nível de Escolaridade dos Assentados.

A hipótese derivada da análise destes resultados é a de que a baixa escolaridade contribuirá para o despreparo no manuseio e utilização dos agrotóxicos. Esta inferência se baseia no fato de que na condição de portadores de um nível de educação relativamente baixo, a maioria dos agricultores não compreenderá os símbolos existentes nos rótulos dos produtos que utilizam e, tampouco seguirão corretamente as orientações ali oferecidas acerca das dosagens adequadas que deveriam aplicar. Neste sentido, a relação entre o baixo nível de escolaridade e a falta de preparo para o manuseio e utilização dos agrotóxicos acaba potencializando uma situação de alto risco no que se refere ao uso de substâncias de alta toxicidade ambiental e para a saúde humana.

Intensidade e Distribuição Espacial da Utilização de Agrotóxicos

No que se refere à utilização de agrotóxicos pelos assentados, o questionário utilizado procurou identificar não apenas os tipos de agrotóxicos utilizados, mas também quais culturas eram aspergidas e os cuidados adotados pelos envolvidos em sua utilização. Os dados coletados permitiram estabelecer que 46% dos agricultores estudados fazem uso dos agrotóxicos em seus sistemas agrícolas. Esta é uma quantia significativa que reflete a intensidade do uso de agrotóxicos no assentamento. Além disso, entre os 54% dos entrevistados que declararam não utilizar agrotóxicos no Zumbi dos Palmares, um número alto declarou que só não faziam uso dos produtos por falta de condições financeiras para adquiri-los, e que pretendiam utilizá-los futuramente, caso acumulassem o capital necessário para este tipo de investimento.

Por outro lado, quando perguntados sobre o porquê da utilização de agrotóxicos, 30 % dos assentados afirmaram que um dos motivos seria o combate as ervas daninhas, o que proporcionaria a diminuição do trabalho com a capina do lote, trabalho este, que

despenderia muito tempo e esforço físico. Assim, a solução mais viável, segundo os assentados, seria utilizar uma grande quantidade de herbicidas que, num curto espaço de tempo permitiriam o extermínio de todas as ervas daninhas sem a exigência de um trabalho braçal intenso. Em função desta característica, o uso de agrotóxicos está distribuído em um grande número de culturas (Figura 4).

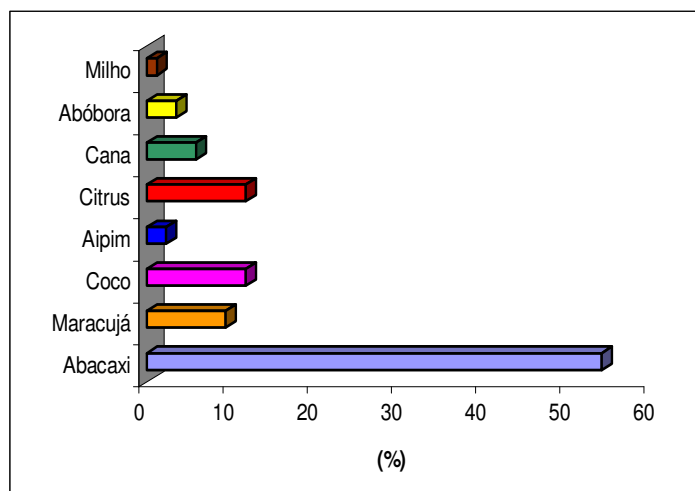


Figura 4 Destino dos agrotóxicos utilizados no Assentamento Zumbi dos Palmares.

Um fator que contribui para a intensa utilização de agrotóxicos por parte dos assentados é a existência de extensos plantios de abacaxi no assentamento, uma vez que de acordo com os assentados, esta é uma cultura que requer a utilização de agrotóxicos em todas as fases do seu cultivo para que possa ser uma atividade economicamente viável. A relação entre os plantios de abacaxi e o uso de agrotóxicos possibilitou ainda a identificação de lotes onde há aplicação concomitante de diversos produtos. Assim, a utilização de agrotóxicos no Assentamento Zumbi dos Palmares está concentrada entre assentados que residem nos núcleos IV e V do assentamento, cujos sistemas agrícolas incluem extensas áreas de maracujá e abacaxi. A abrangência e variedade de culturas onde os agrotóxicos são utilizados demonstram que estes produtos se tornaram uma peça chave pra viabilizar sistemas agrícolas tradicionalmente marcados pelo baixo uso de tecnologia, o que pode estar relacionada a uma mudança nos mecanismos de geração de renda que regem o trabalho agrícola em pequenas propriedades rurais.

Os Mecanismos de Financiamento e a Mão-de-obra utilizada

No que se refere ao financiamento para a aquisição de agrotóxicos, 89% dos assentados afirmaram ter adquirido os produtos através dos recursos próprios, que foram obtidos com a comercialização de sua produção agrícola, e o restante utilizou

recursos obtidos com o financiamento PRONAF. Uma justificativa quase unânime para essa situação entre os assentados é a de que os recursos financeiros obtidos com o PRONAF seriam muito escassos, o que não permitiria seu uso para a aquisição de agrotóxicos. Estes resultados indicam que os conceitos da Revolução Verde realmente estão inseridos entre os beneficiários da reforma agrária, o que é demonstrado pelo fato de que apesar de não contar com o mesmo tipo de apoio governamental das décadas iniciais no que tange ao financiamento voltado para a compra de agrotóxicos, os assentados estão comprando agrotóxicos com recursos próprios. No tocante à mão-de-obra utilizada na aplicação de agrotóxicos, apenas 20 % dos assentados contrata mão-de-obra extra-familiar para a tarefa, ao passo que o restante utilizou mão-de-obra familiar para realizar as atividades relacionadas ao manuseio, utilização e descarte de vasilhames. Um fato interessante é que esta alta preponderância de mão-de-obra familiar ocorre num contexto em que a maioria dos usuários reconhece indiretamente que a exposição constante ao produto pode resultar em danos à sua saúde, na medida em que muitos declararam que evitam comer frutos e legumes oriundos dos plantios cultivados com auxílio de agrotóxicos.

Principais tipos, funções e culturas onde agrotóxicos estão sendo utilizados.

No presente estudo, após a identificação dos agrotóxicos encontrados nos assentamentos, os produtos foram classificados quanto sua função, praga a ser combatida e, por último, cultura aspergida. Os resultados demonstram que no que se referem às funções, os produtos utilizados no Zumbi dos Palmares englobam uma ampla gama de tipos, que se destinam a combater ervas daninhas, fungos e insetos (Tabela 2).

Tabela 2 - Agrotóxicos encontrados no assentamento Zumbi dos Palmares e suas funções.

Função	Praga	Produto	Cultura aspergida
Espalhante adesivo Fungicida	Ervas daninhas Brocas e Fungos	Herbitensil Benlate, Bravic 600, Cercobin, Folicur, Folidol Folisuper e Orthocide 500	Abacaxi Abacaxi, Abóbora e Cítricos
Herbicida	Ervas daninhas	DMA 806 BR, Gesapax Glifosato (Roundup), Karmex Krovar, Padron, Tordon, Velpar	Abacaxi, Cana-de- açúcar, Cítricos e Pastagem
Inseticida	Brocas, Lagartas, Formigas e Insetos em Geral	Decis 25 CE, Dipterex, Expurgran, Lebaycid Nor-trin, Tamaron BR, Trigard	Abacaxi, Abóbora, Aipim, Coco, Feijão, Maracujá

Função	Praga	Produto	Cultura aspergida
Inseticida/Acaricida	Lagartas, Ácaros	Hostation	Cítricos, Milho
Regulador de Crescimento	-	Ethrel	Abacaxi

Por outro lado, como já foi discutido anteriormente, o abacaxi foi a cultura que mais recebeu a aplicação da maior quantidade de tipos de agrotóxicos no P. A Zumbi dos Palmares, o que evidencia não só a dependência existente em relação ao uso de substâncias químicas em todas as suas fases, como também que tal cultura é a que os assentados demonstraram estar mais dispostos a investir. Contudo, além da categorização das funções dos agrotóxicos encontrados, separamos os produtos levando em conta sua classificação toxicológica e sua classificação ambiental. No que se refere à classificação toxicológica, dentre os agrotóxicos encontrados no P. A Zumbi dos Palmares há uma prevalência de produtos situados na faixa III. Produtos classificados na Faixa III são moderadamente tóxicos para a saúde humana. Por outro lado, encontramos também produtos de Faixa I que são considerados altamente perigosos para a saúde humana. (Tabela 3).

Tabela 3 - Classificação Toxicológica Humana e Ambiental dos produtos identificados no Assentamento Zumbi dos Palmares.

Produto	Toxicidade Humana	Toxicidade Ambiental
Benlate	-	-
Bravic 600	I	* - Registro Decreto 24.114/34
Cercobin	IV	II
Folicur	III	II
Folidol	II	II
Folisuper	I	* - Registro Decreto 24.114/34
Herbitensil	IV	* - Registro Decreto 24.114/34
OrthocIde 500	III	* - Registro Decreto 24.114/34
2,4 D	I	III
DMA 806 BR	I	* - Registro Decreto 24.114/34
Gesapax	IV	II
Glifosato, Roundup	IV	III
Karmex	III	II
Krovar	III	II
Padron	III	II
Tordon	I	* - Registro Decreto 24.114/34
Velpar	III	* - Registro Decreto 24.114/34
Decis 25 CE	III	I
Dipterex	II	III
Ethrel	III	III
Expurgran	III	III
Hostation	I	II
Lebaycid	II	II
Tamaron BR	II	II
Trigard	IV	III

A presença destes produtos no Zumbi dos Palmares tem seu potencial de risco agravado pelo que foi discutido em relação ao nível de escolaridade dos assentados e o conseqüente impacto sobre a habilidade dos agricultores em manuseá-los de forma segura. Já quanto à classificação da toxidade ambiental, a maioria dos produtos enquadra-se na classe II, ou seja, são produtos considerados muito perigosos ao meio-ambiente. Tal fato representa um aspecto potencialmente grave para a saúde dos assentados, uma vez que observamos que as embalagens desses produtos estão sendo descartadas de forma inadequada, o que poderia promover a contaminação do solo e dos recursos hídricos do assentamento. Além disso, muitos produtos utilizados no Assentamento Zumbi dos Palmares pertencem ao grupo dos organofosforados, ou seja, são compostos orgânicos derivados do ácido fosfórico, do ácido tiofosfórico ou do ácido ditiofosfórico, que segundo o Manual de Vigilância da Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (1996), é o grupo de agrotóxicos responsável pelo maior número de intoxicações e mortes no país. Produtos cujos nomes fantasias são Folidol e Tamaron, e que são muito utilizados nas lavouras de abacaxi e maracujá pertencem a este grupo.

Treinamento para Uso e Manuseio de Agrotóxicos e Utilização de Equipamentos de Proteção

No que se refere à participação de cursos ou treinamento para o manuseio e utilização de agrotóxicos, cerca de 80% dos assentados declararam nunca ter participado deste tipo de atividade. Além disso, os assentados afirmaram desconhecer as leis que controlam o manuseio e uso de agrotóxicos. Isto se deve em parte ao fato de terem grande facilidade de adquirir agrotóxicos nas lojas de artefatos agrícolas existentes no município de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana, onde também através de trabalho de campo foi observado que diversos aspectos importantes da legislação que regula o uso de agrotóxicos não são cumpridos (ex., orientações e informações técnicas sobre a utilização dos produtos por parte dos comerciantes, recebimento de vasilhames vazios).

Devido o seu baixo nível de educação e informação sobre os perigos envolvidos no uso de agrotóxicos, como já assinalado anteriormente, os assentados acreditam que somente o consumo das frutas, legumes e verduras cultivados com o auxílio de agrotóxicos pode causar males a saúde humana. Assim sendo, um número significativo assentados declarou que cultivam áreas para consumo próprio sem a utilização dos

agrotóxicos. Entretanto, quando o assunto é equipamento de proteção para a aplicação dos agrotóxicos a maioria declarou não utilizar nem os equipamentos de segurança mais básicos simples como luvas, botas e máscara (Figura 5).

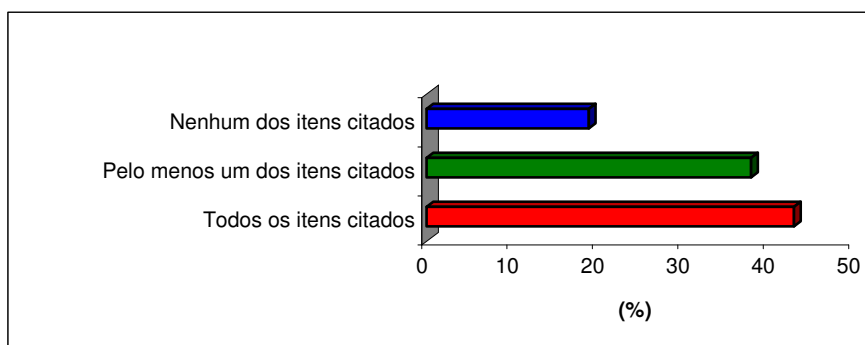


Figura 5. Utilização de Equipamentos de Proteção para aplicação de agrotóxicos pelos assentados / *Itens citados: Luvas, botas e máscara.

Deste modo, ainda que não tenhamos realizado nenhum tipo de exame de sangue ou mesmo exames fisiológicos, a possibilidade de que os assentados dos Zumbi dos Palmares envolvidos estejam propensos a sofrer impactos em sua saúde como resultado da utilização dos agrotóxicos nos parece significativamente alta.

Conclusões

Ao fim deste trabalho é possível concluir que de fato o paradigma tecnológico difundido pela Revolução Verde se estendeu ao assentamento de Reforma Agrária estudado, o que foi evidenciado através da intensa utilização de agrotóxicos pelos assentados. O impulso dado à utilização de agrotóxicos acontece atualmente de forma muito mais sutil do que no início da Revolução Verde, cujos exemplos são a pressão do mercado por produtos esteticamente mais atrativos; a propaganda das grandes corporações que fabricam os agrotóxicos e a falta de auxílio técnico adequado nos assentamentos. Por outro lado, apesar do incentivo ao consumo de agrotóxicos dado por estas esferas, os agricultores que foram o objeto do presente estudo não contam com assistência técnica permanente, capaz de orientá-los a promoverem uma utilização mais segura dos agrotóxicos, ou mesmo desenvolverem e valorizarem uma atividade agrícola sustentável. O resultado deste processo de assimilação tecnológica por uma população sem o devido preparo pedagógico é que a ampla difusão de valores associados à modernização da agricultura desencadeou uma ruptura nas formas tradicionais de produção e disseminação de conhecimentos, influenciando diretamente as atividades desenvolvidas pela agricultura familiar. Assim, a força ideológica das informações produzidas pela Revolução Verde interferiu no próprio imaginário dos agricultores

assentados que assumiram uma relativa descrença nas formas tradicionais de produção, como a rotação de culturas, os métodos preventivos de combate às pragas; a capina para eliminação de ervas daninhas, etc.

Finalmente, diante da intensa e inadequada utilização de agrotóxicos verificada neste estudo, fica demonstrada a existência de um descompasso entre o que realmente acontece nos assentamentos de reforma agrária e a agenda ecológica preconizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que por sua vez defende a utilização de técnicas de conservação ambiental, o combate ao uso de agrotóxicos, o desenvolvimento e aplicação de métodos alternativos de produção e de controle de insetos, enfim, a produção de tecnologias agrícolas não agressivas ao meio-ambiente e a saúde humana. Este descompasso revela a dificuldade que os movimentos sociais atuando no campo enfrentam na luta pela implementação da reforma agrária, na medida em que têm de se defrontar com a lógica produtivista que é fomentada a partir do governo federal.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Marcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara. **A Educação na Reforma Agrária em perspectiva: Uma avaliação do programa nacional de Educação E Reforma Agrária**. São Paulo: Ação Educativa, 2004. 200 p.
- CHAIM, Aldemir.. **O passado e o Presente da Tecnologia de Aplicação de Agrotóxicos**, 1999. Disponível em, http://www.radiobras.gov.br/ct/artigos/1999/artigo_011099.htm. Acesso em: 8 de abril de 2004.
- ECOBICHON, D.J.. **Pesticide Use in Developing Countries**. **TOXICOLOGY** 160:27-33., 2001.
- FIER, Florisvaldo. **Agrotóxicos: O Veneno Nosso de Cada Dia**. Disponível em: <http://www.quimica.ufpr.br/~ssta/noticia2.htm>. Acesso: 5 de janeiro de 2004.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DASAÚDE (OPAS/OMS). **Manual de vigilância da saúde de populações expostas a agrotóxicos**. Brasília: 1996. 72p. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/livro2.pdf>>. Acesso em: 18 de abril de 2003.
- PERES, Frederico. **É veneno ou remédio? Os desafios da comunidade rural sobre agrotóxicos**. 1999. 178 f. Tese (Mestrado em Ciências, área de Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública.

- REEVES, M.; SCHAFER, K.; HALLWARD, K.; KATTEN, A. **“Campos Envenenados: Los trabajadores agrícolas y los pesticidas en California”** - Resumen Ejecutivo. 1999.
- UASKA, Ângela do Rocio *et al.* **O uso indiscriminado de agrotóxicos: Uma reflexão sobre o município de Morretes** -.. (PUCPR), Curitiba. 1987.
- WAICHMAN, A., Römbke, J., Ribeiro, M.O.A., Nina, C.S.. Use and Fate of Pesticides in the Amazon State, Brazil. **Environmental Science And Pollution Research** (Online First) 1-6. 2002
- _____. Nina, N., Römbke, J. **Agrotóxicos: Elemento Novo na Amazônia.** CIÊNCIA HOJE 32(190): 70-73. 2003
- WORLD RESOURCES INSTITUTE 1998. **World Resources, 1998/1999.** Oxford University Press.

ALÉM DA TÉCNICA: AGRONEGÓCIO, AGROECOLOGIA E CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS NO BRASIL

Canrobert Costa Neto

Introdução

Neste capítulo, nos propomos a analisar e interpretar teoricamente alguns aspectos das relações existentes entre o agronegócio de produtos orgânicos e a agroecologia social no Brasil, indo além do alcance das tecnologias empregadas em ambas as propostas, mas avaliando as implicações político-sociais das mesmas.

Consideramos que a agroecologia social não se restringe a um receituário de aplicação de técnicas alternativas na agricultura, mas vai além no sentido de definir-se sócio-cultural e politicamente em direção a uma determinada opção de desenvolvimento rural. Algo semelhante ocorre em relação ao agronegócio de produtos orgânicos. A diferença essencial entre agronegócio e agroecologia não reside, a nosso ver, em determinadas referências tecnológicas, mas na opção, diametralmente oposta entre elas, de desenvolvimento rural no país.

Em síntese, vamos procurar demonstrar, neste capítulo, que mesmo havendo uma verdadeira identificação, em termos técnicos, entre agroecologia social e agronegócio orgânico¹, qualquer aproximação entre eles deve ser sempre problematizada se for avaliada à luz dos alcances socioculturais e políticos da noção de desenvolvimento rural aplicada a cada uma das noções em questão.

Agroecologia e agronegócio tornam-se incompatíveis quando se constata que a agroecologia desde a fase de transição tecnológica até seu pleno amadurecimento social

¹ Tecnicamente falando, seria possível pensar em uma normatização certificadora de base agroecológica pois, de acordo com Gliessman (2000), as práticas usuais da agricultura orgânica coincidem, de modo geral, com as da agroecologia. São elas: a conservação do solo, através da utilização de adubos orgânicos e de leguminosas ou gramíneas forrageiras (chamadas de “adubos verdes”), além da reciclagem de nutrientes através do aproveitamento de restos culturais e resíduos da produção animal e de técnicas como a compostagem. Outras práticas são: a integração entre pecuária e agricultura dentro da propriedade, o manejo integrado e biológico de pragas e ervas daninhas (sem a utilização de agrotóxicos), a realização de policultivos, a rotação de culturas e a conservação da biodiversidade local, através da preservação de fragmentos florestais e dos ecossistemas existentes. Gliessman destaca que estas práticas significam a revalorização do conhecimento tradicional armazenado pelos agricultores ao longo de séculos e que vem recuperados e compilados nas universidades e institutos de pesquisa como parte acervo interdisciplinar agroecológico.

produtivo, em situações concretas, prevê uma política de entrelaçamento produtivo-cultural com a produção familiar camponesa e visa continuamente a sustentabilidade socioambiental.

Por outro lado, o agronegócio dos produtos orgânicos, mesmo rompendo com as técnicas agrícolas convencionais da “revolução verde”, tende inevitavelmente à produção em larga escala, agregando valor industrial aos produtos e distanciando-se da produção agrícola familiar camponesa, descapitalizada.

Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável

O termo Agroecologia vem provocando polêmicas em torno de sua efetiva definição. Tomando-se as primeiras construções teóricas a respeito do tema, verifica-se que a Agroecologia, tal como foi concebida conceitualmente, é um enfoque teórico e metodológico calcado em disciplinas científicas diversas voltadas para a compreensão da atividade agrária sob o prisma ecológico. Assim sendo, a Agroecologia é uma visão científica produzida a partir de diversos campos de conhecimento, estabelecidos em torno da noção de ecologia e aplicados a unidades de análise (agroecossistemas), visando apoiar o processo de transição de uma agricultura convencional (baseada nos preceitos tecnológicos e socioculturais da "revolução verde") para uma agricultura ecologicamente sustentável. Atualmente, a noção de Agroecologia tem sido empregada para significar um modelo de agricultura que resulte na chamada produção "limpa", de características ecológicas, "alternativas" aos produtos da "revolução verde". A agricultura ecológica, decorrente da noção de Agroecologia aqui empregada, não pode ser reduzida a um estilo de agricultura que renega ou desconhece, pura e simplesmente, a utilização de agrotóxicos ou fertilizantes químicos. A opção pela não utilização destes recursos tecnológicos na agricultura tem

estado associada, muitas vezes, a posições mercadologicamente pragmáticas no sentido da obtenção de espaços determinados de mercado (os chamados "nichos"), valorizados pela atitude de consumidores mais bem informados acerca dos perigos resultantes da ingestão de produtos oriundos da agricultura convencional. Este é o caso, dentre outros produtos "alternativos", da denominada produção orgânica. A agricultura orgânica diferencia-se, portanto, das tecnologias convencionais, ao valorizar a utilização de insumos "alternativos" em detrimento dos convencionais, dependentes do uso de

agrotóxicos. Porém, como vimos, o alcance da agricultura orgânica, para além das técnicas utilizadas, pode coincidir com o

alcance da agricultura convencional em termos da disputa por mercados agrícolas mais recentes e sofisticados e, por isso mesmo, quase sempre mais bem dotados financeiramente. Assim sendo, a agricultura orgânica, por si só, não estaria contribuindo efetivamente para a transição agroecológica, na busca por uma agricultura ecológica que superasse os limites da agricultura convencional não apenas em termos da "revolução tecnológica" mas, fundamentalmente, no plano sociocultural.

Eduardo Sevilla Guzmán assinala que a integralidade do enfoque da agroecologia requer a articulação de suas dimensões técnica e social (Sevilla Guzmán, 2005: 103). Ele adverte para o fato de que “nos últimos anos, a agroecologia está virando moda, ao ser utilizada como mera técnica ou instrumento metodológico para compreender melhor o funcionamento e a dinâmica dos sistemas agrários e resolver a grande quantidade de problemas técnico-agronômicos que as ciências agrárias convencionais não conseguem esclarecer”. O referido autor vai além, afirmando: “essa dimensão restrita (da agroecologia)-como um saber essencialmente acadêmico -carece totalmente de compromissos socioambientais”. Sevilla Guzmán registra a existência de uma adulteração da agroecologia, ou agroecologia fraca, que não se diferencia muito da agronomia tradicional.

Para Sevilla Guzmán, a agroecologia (“forte”) possui uma dimensão integral, na qual as variáveis sociais ocupam um papel relevante, partindo da dimensão técnica no nível de análise da propriedade agrária, pretende-se compreender as múltiplas formas de dependência que o funcionamento atual da política e da economia provoca nos agricultores. “Os outros níveis de análise da agroecologia consideram como central a matriz sociocultural que proporciona uma práxis intelectual e política à sua identidade local e à sua rede de relações sociais”. (Sevilla Guzmán, op.cit.: 104).

Ainda de acordo com Sevilla Guzmán, a agroecologia pretende que os processos de transição da agricultura convencional para a agricultura ecológica se desenvolvam no contexto sociocultural e político da unidade de produção agrícola e suponham propostas coletivas que transformem as relações de dependência deste produtor. Em síntese, o mencionado autor afirma que “a agroecologia aparece assim como desenvolvimento (rural)

sustentável, ou seja, a utilização de experiências produtivas em agricultura ecológica na elaboração de propostas para ações sociais coletivas que demonstrem a lógica predatória do modelo produtivo agroindustrial hegemônico, permitindo sua substituição por outro que aponte para uma agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada”. Neste sentido, Sevilla Guzmán assinala que a agroecologia supõe um forte compromisso ético com a solução dos problemas ambientais, mas também dos sociais, como forma perdurável de eliminação. Não é de se estranhar, portanto, que a agroecologia tenha surgido precisamente por meio de uma interação entre os produtores – que rebelam-se diante da deterioração da natureza e da sociedade provocada pelo modelo produtivo hegemônico- e os pesquisadores e professores mais comprometidos na busca de alternativas (Sevilla Guzmán, op. cit.: 104/105).

Maria Fernanda Fonseca (2005: 220), citando Altieri (1998) afirma que “a agroecologia é especialmente enraizada na experiência dos países do sul (particularmente América Latina), contendo um componente social mais explícito do que o enfoque orgânico, cujo foco(atualmente), está mais sobre as normas técnicas verificáveis, tendência industrial nos termos de Sylvander (1997). Além disso, a pesquisa agroecológica é mais fortemente orientada em direção às ciências sociais², incorporando um enfoque ecológico humano”.

Segundo Fonseca a pesquisa agroecológica é mais culturalmente específica e mais explicitamente adota a filosofia *farmer list*, priorizando o agricultor como protagonista, esquecendo-se, de acordo com a referida autora, por vezes, de que a agroecologia deve envolver também os consumidores e outros segmentos da sociedade.

² “Canrobert Costa Neto desenvolve o capítulo *Discutindo referências para a construção de saberes socioambientais. Sociologia e desenvolvimento rural sustentável.A alternativa agroeco-socio-lógica*. O trabalho tem como objetivo estabelecer conexões entre as noções de desenvolvimento rural, sustentabilidade, meio ambiente e Agroecologia, buscando demonstrar a possibilidade de construir interpretações sociológicas sobre estas correlções. Para muitos cientistas, estas relações não pertencem ao objeto sociológico de pesquisa. Frequentemente eles se orientam ao estudo dos movimentos sociais ou políticas ambientais, conservando-se em território conhecido, ou seja, a explicação apenas pelo social. O contrponto a esta posição é a consideração de que a agroecologia constitui uma agroeco-socio-logia que tem referência básica na sociologia: ‘partimos do pressuposto pelo qual a ciência agroecológica (ou agroeco-socio-logia) articula-se teoricamente em torno de vertentes sociológicas em formação, complementares entre si, que denominamos: Sociologia do Desenvolvimento Ideológico/Utopista; Sociologia da Modernidade Alternativa; Sociologia Ambiental do Conhecimento Pós-Construtivista”. Deste modo, a Agroecologia se vincula a modelos agrários alternativos de natureza ecológica e pretende gerar propostas de desenvolvimento sustentável utilizando como elemento central o conhecimento local. Para o autor, a aplicação rígida da ciência social é um impedimento à apreensão da causalidade sociológica dos problemas ambientais que obstaculiza uma práxis orientada à construção de uma nova racionalidade social. Frente a essas limitações do pensamento sociológico, urge a necessidade de ‘analisar os processos sociais emergentes vinculados à problemática ambiental, à mudança global e à gestão social dos recursos naturais’.(Canuto, 2004)

Fonseca (op.cit.:220) vai além, dizendo que “entretanto, sistemas agroecológicos ainda não fornecem normas reconhecidas internacionalmente.³ Portanto, não fornecem as mesmas oportunidades para atrair prêmios no mercado como os sistemas certificados orgânicos. Embora haja alguma tensão entre o enfoque direcionado pela norma de produção orgânica, e o enfoque mais culturalmente relativista da agroecologia, praticantes e defensores do dois enfoques dividem uma ampla filosofia e uma agenda comum, em muitos casos, trabalham juntos”.

Ainda de acordo com Fonseca (op.cit.:221) a proposição agroecológica surgiu (e ainda se apresenta) como aspiração geral a outra forma de desenvolvimento. Ao mesmo tempo que surgem e tentam afirmar novas noções, as ações e os agentes agroecológicos visam colocar em prática um novo tipo de movimento coletivo.

Para Fonseca, “a condição de marginalização e de exclusão de certos grupos sociais – e a necessidade urgente de se obter resultados imediatos no plano da reprodução social-constituem fatores contrários à capacidade de afirmação dessas novas idéias, pelo menos em curto e médio prazo” (Fonseca, op.cit.221).

O agronegócio orgânico, a agricultura ecológica de mercado e o papel das empresas de certificação no Brasil

A chamada “agroecologia fraca”, isto é, o enfoque reducionista técnico-agronômico da agroecologia social se confunde não só com os modelos de agricultura convencional, como também com a agricultura ecológica de mercado.

Wilson Schmidt (2001: 70) detecta “uma preocupação com a formação de um ‘agri-organic-business’ no campo brasileiro. Efetivamente, em março de 2002 foi criada a AECO (Associação do Agronegócio Certificado Orgânico), com o objetivo de congregar diversos segmentos da cadeia agroindustrial de produtos orgânicos (Felicônio, 2002: 74). A AECO foi composta por representantes de algumas empresas comercializadoras de orgânicos dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Do ponto de vista legal, a criação da AECO permite

³ Efetivamente não há uma normatização agroecológica, no sentido de um sistema certificador. A agroecologia social (ou agroecologia “forte”) opõe-se a normatizações certificadoras que excluem os produtores do grupo de inspetores para controle interno das unidades produtoras e apóia politicamente a participação de agricultores familiares e agroextrativistas e na composição de instâncias reguladoras, contrariando o posicionamento de técnicos e representantes dos agricultores patronais e dos órgãos públicos e privados no Brasil.

a inserção e a participação oficial de empresas comercializadoras nos Colegiados Estadual e Nacional, considerando que entidades não-governamentais podem participar na proporção de 50% dos quadros dos Colegiados (Felicônio, op.cit: 75).

Segundo Felicônio, “a entrada desses novos atores em instâncias de decisão política sugere mudanças na imagem do movimento das agriculturas de base ecológica no sentido de promover a agricultura orgânica como um ramo do agronegócio e, conseqüentemente, como uma atividade sujeita às mesmas leis de mercado que regem os comércios nacional e internacional de alimentos. Em outras palavras, isso significa que mesmo dentro de um ‘nicho’ garantido pela rotulagem de ‘orgânicos’, os produtos passam pelos mesmos canais de distribuição e comercialização reservados aos ‘não-orgânicos’, regidos pela lógica da grande escala e da circulação planetária de mercadorias, do anonimato, da homogeneização dos processos produtivos” (Felicônio, op.cit.: 75).

Trata-se, sem dúvida, ao que se refere Canuto como sendo Agricultura Ecológica de Mercado (AEM) caracterizada pela aglomeração de estilos de agricultura voltados prioritariamente para o mercado. Neste caso, “com a maior visibilidade da questão ecológica, alguns aspectos específicos da agricultura, como os resíduos tóxicos nos alimentos, acabaram por criar nichos de mercado para produtos ecológicos. Portanto, o importante é garantir a qualidade interna do produto para os consumidores esclarecidos, geralmente provenientes das classe média e alta (Canuto, 1998: 34).

Felicônio (op.cit.:23), citando Canuto, diz que no que concerne à dimensão tecnológica, as inovações visam atender a demanda dos consumidores pela utilização de processos mais limpos de produção. Foi desenvolvida uma série de insumos e equipamentos específicos para as formas ecológicas de agricultura, que utilizam, de forma padronizada, esses recursos tecnológicos. Existiria também, de acordo com Felicônio, uma preocupação intensa em obedecer a normas técnicas bastante específicas, que estipulam os procedimentos e os limites de uso para cada insumo, condição básica para a obtenção de selos de qualidade específicos para a produção ecológica de alimentos e para a conquista de preços diferenciados.

Felicônio enfatiza, ainda, segundo Canuto, que os estilos da Agricultura Ecológica de Mercado ainda que apresentem mais vantagens do ponto de vista ecológico quando comparadas à agricultura convencional, continuam a privilegiar a dimensão mercantil,

sendo que este grupo não apresenta, num primeiro momento, uma preocupação socioecológica, havendo apenas a constituição e organização de grupos de ação coletiva de caráter mercantil. Para Felicônio, nos sistemas de produção de alimentos a agricultura ecológica, voltada prioritariamente para o mercado, não possui nenhuma preocupação com a preservação de valores socioculturais.

Canuto (1998: 136), afirma que na Agricultura Ecológica de Mercado “não se estabelecem compromissos locais ou comunitários, essenciais ao campesinato, ainda que se alimentem de elementos tradicionais, especialmente de suas bases genéticas e tecnológicas”.

O agronegócio de produtos orgânicos, baseado na agricultura ecológica de mercado, possui como base de sustentação e legitimação a rede de empresas certificadoras que avalia e ajuda a precificar sua produção.

Fonseca (2005 :220) identifica a produção orgânica certificada, inspecionada e verificada como produzida organicamente, tendo em vista a eficiência dos processos de certificação. De acordo com a autora, para os produtores orgânicos certificados, o que interessa primordialmente nesse processo de certificação é a obtenção do selo, que dará a ele a credibilidade para a venda, ao mesmo tempo em que os consumidores terão garantia na compra de um produto certificado segundo regras conhecidas e estabelecidas pelas instituições participantes.

Fonseca (op.cit. 222) admite que “por ter um papel tão determinante nesse mercado (de produtos orgânicos) e pelo vulto que esse mercado vem tomando, a própria certificação também virou um negócio, que já chega a valores em torno de US\$ 200 milhões por ano, quantia correspondente ao valor médio de 1% do faturamento das unidades produtivas cobrado pelo uso do selo dos organismos certificadores nos produtos orgânicos”.

Este é o caso da certificação em condições de agricultura ecológica de mercado. Felicônio (op.cit.:23), baseando-se em Canuto diz que nem sempre o agricultor que pratica a AEM pode ser identificado com a figura do empresário. “O critério fundamental é verificar se ele está voltado para o atendimento do mercado, o que permitiria incluir neste grupo tanto os empresários propriamente ditos, como microempresários e agricultores capitalizados, que tem em comum o fato de possuírem condições materiais num patamar

muito maior do que agricultores que buscam de modo mais imediato manter ou expandir as condições de reprodução de sua família”.

No caso brasileiro, Schmidt (op.cit.: 2001) destaca que o Ministério da Agricultura e do Abastecimento estabeleceu, através da Instrução Normativa (IN) 007, de 17 de maio de 1999, “as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal. Pela IN 007, “os produtos de origem vegetal ou animal, processados ou in natura, para serem reconhecidos como orgânicos devem ser certificados por pessoa jurídica, sem fins lucrativos, com sede no território nacional, credenciada no Órgão Colegiado Nacional.

Revela ainda Schmidt que a denominação “produto orgânico” deverá ser mencionada no rótulo e deve constar da embalagem um “selo de qualidade” da entidade certificadora credenciada. Por esta Instrução Normativa, foi criada a certificação por auditoria, pela qual são empresas que não se envolvem diretamente com a formação, a organização e o assessoramento aos agricultores, porque fazem oferta gratuita. Geralmente, atuam em mercados para a exportação, e em grandes empreendimentos. (Fonseca, op.cit.: 227). Em 2002, outra IN, a de número 006 reafirmou o processo de auditoria como aquele a ser utilizado para as certificações de produtos orgânicos. Em dezembro de 2003, o Congresso Nacional sancionou a Lei 10.831, que define os produtos orgânicos e dispõe sobre sua comercialização e certificação, dando força de lei à Instrução Normativa 007/99 (Neves, 2005: 251).

Fonseca (op.cit.:229) assinala que grande parte das exportações orgânicas dos países de baixa renda é certificada por organismos certificadores internacionais, com confiabilidade e credenciamento no exterior, elevando os custos. O sistema IFOAM⁴ só é possível para os sócios, diferente do sistema ISO (que é aberto). Mesmo assim, o custo de se tornar membro é alto para os pequenos produtores organizados dos países de baixa renda, o que leva a IFOAM a ter um forte viés dos países de alta renda.

⁴ “(...) um marco mundial para as correntes da agricultura que questionavam o paradigma hegemônico dentro das Ciências Agrárias é o ano de 1972 quando em Versalhes, na França, é fundada a IFOAM (Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica) reunindo cerca de quatrocentas organizações. Suas atribuições consistiam em promover a troca de informações entre as organizações associadas e harmonizar as normas entre as agências certificadoras, a fim de facilitar o comércio internacional de produtos orgânicos. Trata-se de uma associação não apenas de produtores mas de todas as pessoas envolvidas na rede alimentar de produtos orgânicos, tendo credenciada em seu programa um total de 14 entidades certificadoras, grupo que no Brasil possui o Instituto Biodinâmico (IBD) como ONG associada” (Felicônio, op. cit.: 39).

Segundo Fonseca (op.cit.:230), os principais entraves à adoção da certificação dizem respeito, dentre outros fatores, à complexidade técnica e burocrática, ao não-financiamento do período de conversão, às logísticas do Sistema Agroalimentar, à concentração da competência nos países do Norte, à insensibilidade às práticas locais, à pouca consideração aos critérios sociais etc.

Alguns organismos certificadores, de acordo com Fonseca (op.cit.:230) cobram percentuais sobre o faturamento do empreendimento, ou valor pelo uso da marca, tornando-se, na visão de alguns, “sócios” do empreendimento. Para a autora, essa prática vem sendo motivo de tensões no segmento da agricultura orgânica. Fonseca (op.cit.: 230) destaca ainda a existência “dos importadores ou de indústrias de linhas orgânicas, que pagam o custo da certificação por auditoria, para terem acesso à matéria prima orgânica certificada nos países de baixa renda. Na União Européia, também houve apoio aos processos de certificação por auditoria”.

Foster (1997, citado por Feliconio, op.cit.: 47) detecta a existência de um descompasso entre o ritmo da expansão do mercado de alimentos orgânicos e o de desenvolvimento de normas éticas sobre o comércio orgânico ou a política comercial, coerentes com os interesses da segurança alimentar regional.

Neste sentido, para Goodman, com a regulação nacional, a produção de alimentos e matérias-primas orientada pelo arcabouço teórico da agroecologia pode vir a se tornar parte do esquema industrial, que por sua vez define barreiras de entrada e oferece rendas diferenciadas para produtores certificados ou com terras agrícolas potencialmente elegíveis.

Feliconio (op.cit.: 48) assinala, apoiando-se em Altieri (2001: 07) que, como consequência dessa submissão plena às leis de mercado, dentro do qual prevalecem os interesses de oligopólios comerciais, o cumprimento das diretrizes da produção de alimentos orgânicos através da certificação pode se limitar ao atendimento de alguns atores que apenas desejem conquistar segmentos diferenciados do mercado através de um selo próprio.

Foster (1997, citado por Feliconio, op.cit.: 48/49) resume a questão afirmando que “uma das maiores críticas feitas ao desenvolvimento de normas e programas de certificação para a agricultura orgânica é que, ao mesmo tempo em que facilita o comércio nacional e internacional, as novas convenções e relações que se estabelecem entre indústria e governo

privilegiam o desenvolvimento do mercado, deixando em uma espécie de 'marginalidade' os interesses de produtores mais descapitalizados e dos consumidores em geral.

Em sua Dissertação de Mestrado, Feliconio (2002: 122/123) conclui que, no caso da certificação unitária (por auditoria, como vimos), com o aumento da produção de commodities em sistemas não-convencionais, abre-se um amplo espaço de trabalho que representa, do ponto de vista do credenciamento, um nicho de mercado onde só as certificadores que atendem às exigências dos países exportadores têm condições de conquistar. A concorrência neste caso para as ONGs nacionais como o IBD, é representada pelas empresas estrangeiras com fins lucrativos que montam equipes no país para conquistar este conjunto de projetos de maior aporte financeiro (normalmente são projetos de grupos industriais ou de empresas processadoras das culturas de exportação). Como a atuação dessas empresas até o momento não foi inspecionada pelas instâncias competentes em território nacional, a confiabilidade do processo dirigido por tais empresas é garantida pelas auditorias feitas por membros da IFOAM, que atuam a partir de diretrizes gerais, muitas vezes insuficientes para garantir o atendimento satisfatório das múltiplas realidades brasileiras.

Fizemos, anteriormente, distinções essenciais entre agricultura ecológica, como processo de transição agroecológica e agriculturas "alternativas", dentre elas a produção orgânica. Veremos agora como a produção orgânica, dissociada da noção processual transitória de agricultura ecológica, vincula-se à questão da soberania (e segurança alimentar). Se compreendemos a agricultura orgânica como sendo não mais do que um conjunto de técnicas "alternativas" às técnicas convencionais, originárias da "revolução verde", vemos que a produção orgânica ou "alternativa" em nada se diferencia da produção não orgânica ou convencional, em termos da disputa por mercados consumidores para seus produtos, estejam estes mercados, ou nichos, onde estiverem, desde que remunerem da melhor forma possível seus fornecedores. Tudo pode então se resumir a uma concorrência mercadológica entre produtos tecnologicamente diferenciados. Em termos técnico-ambientais esta diferenciação pode até fazer algum sentido, na medida em que os consumidores podem optar entre produtos orgânicos "limpos" ou convencionais contaminados (embora nem mesmo esta distinção esteja assegurada, pois a substituição de agroquímicos por adubos orgânicos mal manejados pode levar a outras formas de

contaminação), mas do ponto de vista sociocultural a diferença entre orgânicos e convencionais resulta absolutamente diluída. Este é o caso da soberania e segurança alimentares. Consideramos que somente interpretando a agricultura ecológica para além das técnicas de produção, como processo de transição agroecológico multidimensional, incluindo necessariamente o elemento sociocultural, que reveste a lógica da produção agrícola, é possível distinguir entre segurança e soberania alimentares, de um lado, e carência alimentar aguda e fome crônica de outro. Ou seja, a produção orgânica voltada para o mercado amplo, em disputa por nichos cativos com a agricultura convencional, não se coaduna com a perspectiva, anteriormente assinalada, de alcance de novos patamares no terreno da inclusão alimentar (necessariamente social) nem no da regeneração e preservação das formas culturais (étnicas, nacionais, locais) de produção e consumo alimentares.

Referências Bibliográficas

- ALTIERI, Miguel . Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.
- ALTIERI, Miguel. A sustentabilidade da agricultura orgânica. Agroecologia Hoje. Ano 2, n.7, fev/mar 2001. p.5-7.
- AQUINO, Adriana M. de & ASSIS, Renato L. de (org). Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, EMBRAPA, 2005.
- CANUTO, João Carlos. Introdução. In: CANUTO, J. C & COSTABEBER, João Antônio (org). Agroecologia: conquistando a soberania alimentar. Pelotas, EMATER/ASCAR, 2004, p. 11-20.
- CANUTO, João Carlos. Agricultura ecológica en Brasil. Perspectivas socioecológicas. Tesis Doctoral. Córdoba: Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos/ Programa de Doctorado en Agro ecologia, Campesinato e Historia, 1998.
- COSTA NETO, Canrobert. E COUTINHO, Janailton. Agroecologia, Agricultura Orgânica e Soberania (e Segurança) Alimentar. Anais do I Congresso Brasileiro de Agroecologia. Porto Alegre, PUC-RS, Emater-RS, 2003, p.1-4.
- FELICÔNIO, Ana Elisa G. Certificação de sistemas de produção não convencionais da agricultura orgânica à agroecologia. Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ, 2002.

- FONSECA, Maria Fernanda de A. C. & NOBRE, Fabiana GT. De A. Tensões, Negociações e Desafios nos Processos de certificação na Agricultura Orgânica. AQUINO, Adriana M. de & ASSIS, Renato L. de (org)., 2005, p.215-236.
- FOSTER, Thomas. Luzes e Sombras na comercialização de produtos ecológicos. Rio de Janeiro, AS-PTA. Atualização em agroecologia, n.31/32, p. 64-67, out 1997.
- GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos agroecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- GOODMAN, David. Regulação na agricultura orgânica nos Estados Unidos: uma vitória arrasadora? Meio ambiente & Agricultura. Jaguariúna, EMBRAPA, v. 3, n. 30, abr/mai/jun, 2000.
- NEVES, Maria Cristina P. Certificação como garantia da qualidade dos produtos orgânicos. AQUINO, Adriana M. de & ASSIS, Renato L. de (org), 2005. p. 237-256.
- SCHMIDT, Wilson. Agricultura orgânica: entre a ética e o mercado? Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável vol.2, no. 1, Porto Alegre, Jan/Mar 2001.
- SEVILLA GUZMAN, Eduardo. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, Adriana M. de & ASSIS, Renato L. de (org), 2005. p. 101-132.
- SYLVANDER, B. Le rôle de la certification dans les changements de régime de coordination: l'agriculture biologique du réseau à l'industrie. Revue d' Economie Industrielle. Paris, n. 80, 1997, p.47-66.

ATUALIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE RECURSOS FLORESTAIS POR CAMPONESES NA REGIÃO DE MARABÁ – PA.

Fernando Michelotti¹

1. Introdução

Esse artigo tem como ponto de partida a crítica a uma visão polarizada, comum no tratamento do rural amazônico, entre as chamadas ‘populações tradicionais’ e outras expressões mais agrícolas do campesinato, normalmente tratadas como pequenos produtores, posseiros, colonos, agricultores familiares ou trabalhadores rurais. Mais recentemente, essa polarização tem sido reafirmada na diferenciação de expressões como “desenvolvimento da floresta” em oposição ao “desenvolvimento do campo”, ou ainda, na “educação da floresta” em oposição à “educação do campo”.

Nessa perspectiva, as ‘populações tradicionais’, representadas por indígenas, ribeirinhos e extrativistas são identificadas como portadores de um padrão produtivo favorável a preservação da cobertura florestal e, por isso mesmo, valorizados nas alianças com o movimento ambientalista. As expressões mais agrícolas do campesinato, ao contrário, são identificados como portadores de um padrão produtivo que pressupõe a destruição do ecossistema original, o que os aproximaria de fazendeiros e latifundiários no tocante a relação com a natureza. Por isso mesmo, muitas vezes acabam excluídos da rede de alianças com o movimento ambientalista (Costa, 1992).

Essa polarização, assenta-se em dois problemas essenciais. O primeiro, de ordem teórica, está relacionado aos conceitos utilizados para proceder as diferenciações adotadas. Quando as chamadas “populações tradicionais” amazônicas são analisadas a partir do conceito de campesinato verifica-se que a polarização acima descrita não se sustenta, pois estruturalmente não se verificam as diferenças preconizadas. Shanin (1980), ressalta que na definição de camponês está inserida a sua imensa heterogeneidade, seja num contexto regional, social ou histórico. Isso muitas vezes

¹ Professor do Colegiado de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Pará – UFPA / Campus de Marabá e Pesquisador Associado ao Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins – LASAT. Email: fm@skorpionet.com.br

implica, inclusive, na necessidade de taxonomias adicionais que melhor explicitem certas especificidades.

Nessa perspectiva, Costa (1992) utiliza uma diferenciação conceitual entre camponeses extrativistas / caboclos e camponeses agrícolas, porém preservando, como uma questão fundamental, uma identidade geral camponesa nessas diferentes frações. Na mesma direção, Carvalho (2005: 19) afirma que existe uma identidade comum entre camponeses proprietários de terras, posseiros, pescadores artesanais lavradores, diversas categorias de extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas camponeizados entre outros, dada pela sua ‘racionalidade camponesa’.

Essa racionalidade camponesa é delimitada por Costa (2000: 114-118) por duas questões essenciais: (i) o objetivo da produção rural, ou seja, a combinação de atividades extrativistas, agrícolas e não-agrícolas que tem sua ênfase na reprodução da família como um todo e não no lucro. Isso não exclui o lucro do seu horizonte, porém significa que o atendimento das necessidades reprodutivas assume caráter prioritário, mesmo que as expectativas de lucro se frustrem ; (ii) o processo decisório da unidade de produção que se dá num universo que não diferencia os que decidem sobre a alocação do trabalho daqueles que sobrevivem do resultado desse trabalho, constituindo assim uma unidade indissociável entre a esfera da produção e do consumo.

Essa racionalidade produz diferenças significativas entre a produção camponesa e a produção capitalista, inclusive nas formas de se relacionar com a natureza. Chesnay & Serfati (2003) reforçam essa diferenciação ao analisarem alguns traços centrais da formação do modo de produção capitalista. Sua origem está baseada na expropriação camponesa na Inglaterra e nas primeiras colonizações subordinadas ao imperialismo, tratadas por Marx como acumulação primitiva. Essa forma de acumulação mantém-se, até a atualidade, através de ondas sucessivas de expropriação dos camponeses em proveito de formas concentradas de exploração da terra (desflorestamento, plantações, pecuária extensiva, etc). para exportação aos países capitalistas centrais, configurando uma acumulação primitiva permanente e uma associação forte entre a questão social e a questão ecológica.

Essa vinculação, segundo os autores, se exprime na relação do capital com os recursos naturais. O capital só se interessa por um recurso natural se ele puder ser ‘multiplicado’, ou seja, produzido com lucro ou gerar renda, em função de uma dupla condição: escassez e apropriação privada e/ou controle do seu acesso. Subordinada à produção com lucro, a forma do capital se apropriar dos recursos naturais é

essencialmente destrutiva, agravada pela lógica da homogenização da natureza, reflexo do padrão industrialista do desenvolvimento capitalista. Do ponto de vista social, a expropriação do campesinato tem na sua raiz a busca tanto da apropriação privada da natureza, como da eliminação do controle pelos produtores diretos de suas condições de produção, transformando-os em força de trabalho assalariada.

Por isso, as diferentes expressões do campesinato possuem em comum tanto uma luta de resistência à expropriação, como uma forma distinta de relacionamento com a natureza. Tepicht (1973) relaciona essa diferenciação a duas características endógena principais. Uma delas em função da existência de um auto-consumo produtivo significativo, que reforça o caráter polivalente da exploração camponesa e inibe sua especialização. A outra refere-se às relações entre o trabalho camponês e a sua renda, uma vez que para aumentar a renda total, a família tende a investir o trabalho de todos os seus membros. Muitas vezes, o trabalho de certos membros da família, que o autor chama de forças produtivas marginais, é direcionado a atividades complementares às principais produções voltadas para a comercialização, reforçando o caráter diversificado dessa forma de produção. O caráter polivalente e diversificado da produção camponesa tende a favorecer uma relação com os recursos naturais e com a natureza não destrutiva, posto que lida melhor e até favorece a diversidade e a heterogeneidade biológica da mesma².

O segundo problema da polarização entre “populações tradicionais” e frações agrícolas do campesinato é de base empírica. Costa (1992: 57 – 59) ilustra muito bem que a vinculação estática entre o extrativismo dos primeiros e a agricultura dos segundos, presente na raiz da polarização preconizada, carece de base histórica, pois ambos não são atividades isoladas, nem estáticas, posto que estão atrelados a determinadas dinâmicas sociais. Empiricamente, tanto os camponeses extrativistas como os camponeses agrícolas não praticam atividades isoladas, encontrando complementação entre o extrativismo vegetal e animal, a agricultura e a criação de pequena escala.

Inclusive, cada vez mais têm se verificado esforços entre as diferentes frações do campesinato amazônico, sejam extrativistas ou agrícolas, de complexificação de seus sistemas de produção com a introdução de técnicas de manejo da floresta e introdução de sistemas agroflorestais, combinando a agricultura de corte e queima tradicional com

² Uma análise mais ampla dessa questão foi tratada por mim em Michelotti, 2002.

o cultivo de culturas perenes consorciadas. A força dessa iniciativas levaram Gonçalves (2001: 144 – 147) a afirmar que está em curso a construção de uma “identidade agroflorestal” pelo campesinato na Amazônia, combinando agricultura e extrativismo em diferentes proporções e de distintas formas técnicas.

2. Iniciativas Pioneiras de Gestão de Recursos Florestais por Camponeses Agrícolas na Região de Marabá – Pará

Frente a argumentação apresentada foi importante a iniciativa do Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins – LASAT, vinculado a Universidade Federal do Pará – UFPA pelo fato de ter se engajado numa iniciativa pioneira de gestão de recursos naturais por camponeses agrícolas no Sudeste Paraense através de parceria com os STR's de Marabá, Itupiranga e Jacundá. Iniciada no início da década de 90, essa iniciativa teve dois méritos principais: (i) mostrar que a importância e a pertinência da incorporação de perspectivas sustentáveis de gestão dos recursos naturais não era exclusividade do campesinato extrativista ; (ii) que o campesinato agrícola, contrariando as visões polarizadas, não era necessariamente contrário às possibilidades de produção mais sustentáveis em relação ao meio ambiente, inclusive no que tange à preservação da floresta.

Essa iniciativa foi formulada a partir de um diagnóstico sobre a dinâmica agrária regional realizado no início da década de 90, numa perspectiva de dinâmica de fronteira, que evidenciou a importância da sustentabilidade do uso dos recursos naturais para a estabilização do campesinato. Dentre os diversos aspectos da relação com os recursos naturais apontadas, a relação mais específica com os recursos florestais aparecia nesse diagnóstico em dois momentos cruciais das trajetórias de ocupação da fronteira: no início da ocupação e na fase de estabilização da pecuária.

No início da instalação das famílias camponesas migrantes, normalmente descapitalizadas, a floresta é utilizada para venda de madeira para serrarias que, embora pagam preços extremamente baixos, garantem algum recurso inicial e a abertura de ramais para escoamento das madeiras que, ainda que precários, facilitam o escoamento da produção agrícola e o acesso à cidade (Muchagata et al., 1996: 24). Além disso, nessa fase a floresta ainda é importante para a caça e coleta de frutos. Ao mesmo tempo, é a derrubada e queima da floresta que garante a fertilidade das novas lavouras

temporárias e a possibilidade de implantação de pastagens nas áreas de lavouras já exploradas (Reynal et al., 1995: 26).

Esse diagnóstico completava-se com uma perspectiva de evolução dos sistemas de produção cuja constatação central era de que a pecuária apresentava uma maior produtividade e uma otimização da utilização da força de trabalho familiar, quando comparada com a agricultura. Esse quadro levava ao surgimento de um segundo momento crítico da relação com os recursos florestais, uma vez que a rápida expansão das pastagens estimulava o desmatamento total do estabelecimento e a especialização da produção na pecuária. Nesse ponto, tenderia a haver uma ‘crise’ do sistema, uma vez que a renda não contaria mais com as culturas alimentares, dependeria totalmente do gado, que por isso precisaria continuar crescendo, porém sem possibilidades de formação de pastagens adicionais. A sobre-lotação das pastagens e a sua conseqüente degradação, completaria o problema, constituindo o que os autores chamaram de ‘crise das pastagens’ (Reynal et al., 1995).

Esse diagnóstico, em seu quadro mais geral, apresentou alguns limites críticos, sobretudo em relação a três pontos básicos (Hurtienne, 2001 ; Michelotti & Rodrigues, 2004). Primeiro, para o risco da generalização feita pelo diagnóstico de que a tendência verificada de “pecuarização” dos estabelecimentos familiares levasse necessariamente a uma inviabilidade das unidades camponesas, forçando o chamado ‘ciclo de fronteira’ (reconcentração de terras e migração camponesa para novas fronteiras). Segundo, pela não observação da possibilidade de reversão da ausência de políticas públicas de regularização fundiária, crédito e assistência técnica, o que de fato se verificou a partir de 1995. Terceiro, pela ausência de discussão sobre a possibilidade de complexificação dos sistemas de produção, sobretudo através de cultivos perenes, como ocorrido em outras áreas de fronteira amazônica, por exemplo o Nordeste Paraense, a Transamazônica e Rondônia.

No entanto, essas limitações mais gerais da análise da dinâmica agrária, não reduzem a importância da ênfase na centralidade da busca da sustentabilidade dos sistemas de produção camponeses para sua estabilização. Para tanto, Reynal et al. (1995: 51 – 52) previam que, para aqueles estabelecimentos que ainda não estivessem vivendo a ‘crise das pastagens’, deveriam ser criadas algumas estratégias para evitar a especialização absoluta na atividade pecuária.

Os autores identificavam 2 situações distintas: (i) aqueles estabelecimentos com fraco capital de produção (normalmente, estabelecimentos de ocupação recente) seria

importante um apoio para a valorização máxima do conjunto dos produtos do estabelecimento que pudessem ser comercializados, como o arroz (produto típico das primeiras lavouras) e os produtos florestais. Dessa maneira, a acumulação inicial se daria de maneira mais rápida, facilitando o início da pecuária, com todos os benefícios econômicos que essa atividade traria ; (ii) aqueles estabelecimento em fase inicial do gado o mais importante seria valorizar ao máximo os recursos disponíveis – tanto florestais, como das lavouras e das criações – garantindo assim um interesse pela diversificação e não pela especialização.

Em ambos os casos, a valorização através de melhores estratégias de comercialização de produtos florestais pelos agricultores foi identificada como um ponto chave para a promoção de uma gestão mais sustentável desses recursos. A busca dessas melhores estratégias de comercialização foi tentada com diversos produtos como a castanha-da-amazônia, o cupuaçu e a madeira. No caso da madeira, essas tentativas deram-se em dois momentos. Inicialmente, através de um teste de comercialização direta pelos agricultores de parte da madeira oriunda da derrubada da floresta para instalação de roças. Posteriormente, incorporando a elaboração de planos de manejo florestal sustentáveis, aprovados junto ao IBAMA, para a exploração permanente da madeira de uma parte dos estabelecimentos de agricultores destinadas para tal fim.

No primeiro caso, a experiência ocorreu no ano de 1994, em uma localidade situada a 250 Km de Marabá (localidade Josinópolis). Nesse teste, os agricultores venderam árvores de mogno e cedro oriundos das áreas derrubadas para roçado diretamente para empresas madeireiras localizadas na sede do município de Marabá. Uma parte da madeira foi comercializada em tora e outra parte foi desdobrada a partir do aluguel de uma serraria e comercializada como madeira serrada (Muchagata et al., 1996: 31-32).

Depois da avaliação desse teste, a equipe do LASAT junto com os Sindicatos parceiros preparou um projeto bem mais complexo, envolvendo 3 localidades distintas (Josinópolis em Marabá, Sítio Novo em Itupiranga e Vila Limão em Jacundá) e um grupo de 41 agricultores. Cada um deles deveria destinar uma área específica de seu lote para a realização de inventário e plano de manejo florestal para exploração de madeira e desdobramento através de um serraria móvel que se deslocaria até as comunidades. As dificuldades de operacionalização desse projeto foram bem maiores. Com início em 1996, apenas em 2003 a primeira localidade (Sítio Novo) terminou seu primeiro ciclo de exploração, com o desdobramento e comercialização de madeira.

Nas duas formas de valorização testadas, ou seja, tanto no aproveitamento da madeira derrubada para a abertura de roças, como na madeira oriunda dos planos de manejo da floresta por camponeses agrícolas no Sudeste do Pará, buscou-se primeiramente a comercialização diretamente com empresas madeireiras locais (Muchagata et al., 1996: 32). Em ambos os casos, no entanto, a comercialização dos produtos encontrou dificuldades de obter preços diferenciados que cobrissem os maiores custos do projeto, quando comparados com os custos da exploração predatória ilegal. Isso levou a criação de uma expectativa de se buscar canais de venda direta da madeira para mercados de outras regiões do país e até internacionais, inclusive com certificação florestal. No entanto, a pequena escala e a irregularidade da exploração não permitiu que tais perspectivas avançassem.

Uma vez que a principal hipótese do projeto é que a incorporação de uma maior sustentabilidade na gestão dos recursos florestais por camponeses agrícolas se dá a partir da sua valorização econômica, o sucesso da comercialização torna-se uma condição crítica para o próprio sucesso da iniciativa, tal como ela foi formulada. Nessa perspectiva, será apresentado um diagnóstico das serrarias que estão atuando no município de Marabá, buscando elementos que permitam refletir sobre a possibilidade dos camponeses, que decidirem manejar seus recursos madeireiros, encontrarem mercados vantajosos na própria região.

3. Trajetória da Indústria Madeireira na Amazônia e no Pará

Até a década de 1960, no Pará, a atividade madeireira era quantitativamente muito pequena e concentrada nas florestas de várzeas dos grandes rios, para facilitar seu transporte por jangadas (Veríssimo et al. 2002: 15). A partir dos anos 70, com a exaustão das florestas do sul e sudeste brasileiro, a Amazônia recebeu forte migração de indústrias madeireiras daquela região, graças à abertura de rodovias federais como a Belém-Brasília. Essas indústrias mantiveram-se no mesmo padrão de produção, ou seja, exploração predatória da floresta nativa como base de suprimento de matéria prima e comercialização voltada sobretudo para o mercado doméstico pouco exigente (Scholz, 2000: 75). O papel da atividade florestal era visto muito mais como uma oportunidade transitória de aproveitamento dos recursos, vinculados à idéia de desenvolvimento via a substituição da floresta por atividades agropecuárias e minerais, do que uma atividade com possibilidades de longo prazo.

Com a recessão econômica dos anos 80, que reduziu a demanda por madeira serrada no mercado interno, houve uma diferenciação do setor madeireiro na Amazônia: parte das empresas buscou o mercado externo, sobretudo especializando-se em madeiras nobres como o mogno, enquanto outra parte manteve-se produzindo madeira de pior qualidade para o setor de construção nacional. Em ambos os casos, manteve-se a perspectiva transitória da atividade.

A opção pelo mercado externo, a partir da década de 90, encontrou algumas dificuldades adicionais. O crescimento com a preocupação ecológica em geral e com o desmatamento da Amazônia em especial passou a exercer preferência por madeiras certificadas pela mercado e pressão pela ampliação da fiscalização e controle pelo poder público. Além disso, cresceu a substituição da madeira tropical por pranchas de fibra de madeira, conhecidos por MDF (Scholz, 2000: 75). Tudo isso, agravado pela perda de competitividade das empresas madeireiras exportadoras, no contexto de valorização cambial ocorrida com o 'Plano Real' (Santana, 2001). Esse quadro levou a uma redução das exportações e fechamento de várias empresas.

Dados mais recentes apresentados por Lentini et al. (2005: 65-66) indicam que, entre 1998 e 2004, houve uma retomada do crescimento das exportações de madeira amazônicas. As principais causas desse aumento das exportações, segundo os autores seriam (i) a melhoria na taxa média de câmbio, que passou de 1,16 R\$/Us\$ em 1998 para 2,92 R\$/Us\$ em 2004 e (ii) o aumento da demanda nos mercados europeu, norte americano e asiático. Esse crescimento foi de 146,7% em termos de volume e de 147,7% em termos de valor. Houve também uma mudança qualitativa na exportação madeireira amazônica, com os produtos beneficiados³ assumindo um papel mais significativo, passando de Us\$ 12,5 milhões em 1998 para Us\$ 178,2 milhões, ou seja, de uma participação de 3 % nas exportações em 1998 para 19% em 2004. No caso particular do Pará, esse crescimento foi ainda mais significativo.

Segundo Lentini et al. (2005: 99) o crescimento da exportação de madeira beneficiada teve forte influência do aumento da demanda da China por produtos como pisos e decks. Mesmo que essa demanda do mercado internacional esteja tendo um efeito positivo para que as empresas exportadoras de madeira inovem no processamento da madeira, parece que não está surtindo um efeito semelhante na outra ponta do processo, ou seja, na exploração florestal. Lentini et al. (2005: 99 – 100) constataram

³ Descritos por Veríssimo et al. (2002: 28) como assoalhos, lambris, forros, rodapés, etc. Diferem-se, portanto, da madeira apenas serrada na forma de tábuas, caibros e outras peças de madeira quadrada.

que, enquanto 68% das empresas madeireiras da Amazônia afirmam que a principal exigência do mercado internacional refere-se a qualidade do produto, apenas 2% dessas empresas afirmam que a principal exigência é com a certificação florestal. Portanto, o crescimento da pressão ecológica do mercado internacional, observado na década de 90, parece não estar tendo a mesma expansão.

Fazendo um recorte para a chamada Zona Madeireira Sul do estado do Pará, composta pelos pólos madeireiros de Marabá, Itupiranga e Redenção/São Félix do Xingu, segundo a classificação de Veríssimo et al. (2002: 23), a situação está diferente. Esta, que é considerada uma fronteira madeireira velha, já se verificou o esgotamento das reservas de mogno, em meados da década de 90. Por isso, predominou nos últimos 10 anos uma indústria madeireira trabalhando com espécies ‘menos nobres’ voltadas para o mercado interno. Veríssimo et al. (2002: 70) indicam que em 1998, apenas 17% da produção de madeira serrada na Zona Sul do estado era exportada, enquanto 83% era comercializada no mercado nacional, sobretudo do Sudeste e Sul (74%).

Fazendo uma comparação dos dados de 1998 sobre a atividade madeireira no Pólo Marabá e no estado do Pará como um todo com dados atualizados para 2004 (Lentini et al., 2005), percebe-se que o Pólo Marabá sofreu uma redução nesse período (tabela 1). O número de empresas sofreu ligeira redução de 4,5% e uma redução bem mais expressiva na atividade produtiva, que apresentou queda de 33,3% no consumo de madeira, de 28,0% na produção, de 20,4% na renda bruta e de 6,8% nos empregos diretos. Isso reforça a idéia de que está havendo uma perda de dinamismo da atividade madeireira na região.

Tabela 1: Setor Madeireiro no Pará e no Pólo Marabá em 2004.

	Empresas	Consumo	Produção	Renda Bruta	Empregos Diretos
	unid.	milhares de m3	milhares de m3	milhões Us\$	unid.
Marabá	21	240	102,2	26,5	1.470
Pará	1.592	11.150	4.628,1	1.113,6	60.107
Variação 2004 / 1998					
Marabá	-4,5%	-33,3%	-28,0%	-20,4%	-6,8%
Pará	31,6%	-1,2%	8,8%	8,5%	10,1%

Fonte: Michelotti et al. (2006) a partir de dados de Veríssimo et al. (2002) e Lentini et al. (2005).

Frente ao cenário exposto, procurou-se fazer levantamentos de campo que permitisse compreender como os agentes envolvidos com a atividade madeireira em

Marabá estão buscando lidar com as suas principais dificuldades. Estas podem ser caracterizadas como um círculo vicioso onde a produção é de baixa qualidade e por isso tem que ser direcionada para mercados pouco exigentes, com baixa remuneração. Nesse quadro, a produção viabiliza-se apenas graças à exploração predatória das matérias primas, com mais baixo custo. No entanto, essa estratégia inibe a formação de sistemas inovadores que permitiriam uma produção mais qualificada, com possibilidades de aceitação em mercados mais promissores e melhores remunerações para os recursos florestais.

4. Diagnóstico das Serrarias em Operação no Município de Marabá

O levantamento de campo realizado fez parte de um diagnóstico mais amplo de um conjunto de ‘Arranjos Produtivos Locais’ considerados estratégicos para o desenvolvimento da Amazônia. O diagnóstico foi realizado através de uma parceria entre Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA e Universidade Federal do Pará – UFPA⁴. O diagnóstico baseou-se nos conceitos e metodologias desenvolvidos pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – Redesist, ligada ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ⁵.

O conceito de Arranjos Produtivos Locais orientou-se pela definição de Lastres e Cassiolato (2005), segundo os quais os Arranjos e Sistemas Inovativos e Produtivos Locais – SPILs caracterizam-se como um “conjunto de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e com vínculos expressivos de produção, interação, cooperação e aprendizagem”. Os SPILs estão normalmente associados a processos históricos de longo prazo de construção de identidades e formação de vínculos territoriais, que criam ambientes propícios a interação, cooperação e confiança entre os agentes, favorecendo processos de aprendizado e inovação que permitem a criação de vantagens competitivas duradouras.

O levantamento de campo baseou-se em dois tipos de entrevistas. Entrevistas abertas aplicadas a informantes-chaves previamente selecionados, sendo um funcionário do IBAMA, um representante de vendas de uma empresa madeireira e um dirigente da Associação dos Madeireiros de Marabá e Região – ASSIMAR. Estas foram realizadas

⁴ O relatório completo dessa pesquisa encontra-se em Michelotti et al. (2006).

⁵ Maiores detalhes sobre a Redesist e sua metodologia e pressupostos de pesquisa podem ser encontrados em www.ie.ufrj.br/redesist

em agosto de 2005 e ao final do trabalho, em março de 2006, foi feita mais uma entrevista com um ex-diretor da ASSIMAR, que melhor esclareceu sobre as idéias iniciais da associação. Também foram realizadas entrevistas com um questionário fechado, elaborado pela Redesist. Estes foram aplicados entre outubro e dezembro de 2005 junto as serrarias que estão operando em Marabá.

A identificação inicial das serrarias atuantes no município foi feita através de levantamento junto ao escritório local do Ministério do Trabalho das empresas classificadas sob o CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas número 20109 que corresponde a ‘desdobramento de madeira’. Esse levantamento indicou o registro de 61 empresas, porém dessas empresas só foram encontradas em operação 25 delas e, destas, apenas 22 concederam entrevistas. Essa diferença reforça a argumentação de que muitas empresas, embora ainda não tenham sido oficialmente encerradas, pararam de operar dada a decadência da atividade na região.

Uma das questões priorizadas no levantamento de campo foi sobre o enraizamento da atividade madeireira gerando uma perspectiva produtiva de longo prazo. Estes são fatores chave na criação de uma identidade territorial e de uma dinâmica de inovações que permitam uma maior sustentabilidade econômica e ecológica da atividade. Os dados colhidos junto às serrarias, no entanto, mostram um grau de enraizamento muito baixo. Nenhuma das empresas entrevistadas apontou a incorporação de inovações em termos de manejo florestal da mata nativa ou de reflorestamento bem sucedido. Nesse último caso, a associação dos madeireiros locais, tentou estruturar um projeto de reposição florestal que mostrou-se inviável, frustrando muitas expectativas dos empresários.

Com isso, continua uma tendência de mobilidade das serrarias atrás das áreas com maior abundância de recursos naturais. Das 22 serrarias entrevistadas⁶ percebe-se que 50% das micro empresas e 93,3% das pequenas empresas tem 09 anos ou menos de existência, ou seja, podem ser consideradas empresas novas. Segundo informações de um representante de vendas de empresas madeireiras, uma empresa nova começa a operar retirando madeira num raio de 20 a 30 Km. Nessa primeira fase, predominam as melhores espécies (ex.: Ipê, Amarelão, Jatobá, Tatajuba, Angelim Pedra, Muiracatiara, Cedroarana e Curupira). Dado o caráter predatório da exploração, essas madeiras vão escasseando e a empresa vai aumentando seu raios de exploração. Com cerca de 10

⁶ Dessas, 06 são micro empresas, 15 são pequenas empresas e 01 é média empresa.

anos, o raio de exploração vai estar entre 150 a 200 Km, que se configura como o limite econômico de operação em função dos custos do transporte das toras. Nesse momento a serraria pode mudar de lugar, iniciando suas atividades mais pra dentro da floresta ou manter a serraria velha e começar o 2º ciclo de exploração na área antiga, serrando espécies de mais baixa qualidade (ex: Melancieiro, Faveira, Sumaúma). O fato da maioria das micro e pequenas empresas terem uma idade menor que 10 anos, indica que elas ainda estão nesse 1º ciclo de exploração, porém sem indícios de que estão se preparando para reverter a tendência de esgotamento dos recursos.

Estudando a localização das serrarias no município de Marabá, percebe-se dois focos de concentração. Um, na sede do município, onde se concentram as empresas mais antigas, estabelecidas entre 1980 e 1996, portanto com 10 ou mais de idade. Outro foco, mais disperso ao longo da Estrada do Rio Preto que parte da sede do município em direção ao município de São Felix do Xingu, à oeste. Estas serrarias, todas com menos de 10 anos são consideradas novas e indicam um possível movimento de migração das empresas em direção as regiões mais centrais da Amazônia, menos exploradas em termos madeireiros.

Do ponto de vista da localização, a principal externalidade indicada foi a proximidade com os fornecedores de insumos e matérias primas, cuja aquisição é a principal transação realizada localmente. Isso confirma que a atividade é fortemente dependente da existência de recursos florestais disponíveis na região. A escassez desses recursos inviabiliza a continuidade da atividade madeireira, obrigando as empresas a uma mudança para uma nova localidade onde o recurso seja abundante.

Outro possível benefício da localização, a cooperação entre os diferentes agentes locais, no entanto, não é visto como uma vantagem significativa. A cooperação produtiva é pequena e a cooperação tecnológica muito fraca. Onde ela mais ocorre é na apresentação de reivindicações comuns, que vão desde a melhoria de infra-estrutura (estradas, por exemplo) até as questões de uma maior legalização da atividade. Nesse campo, no entanto, percebeu-se forte desconfiança entre os principais agentes envolvidos, sobretudo entre empresários e IBAMA e pouca cooperação entre os mesmos, acrescida da ausência de políticas públicas de financiamento e capacitação para o setor.

Não se tem atualmente um projeto claramente definido, nem pelos empresários, nem pelo órgão ambiental, de como superar as limitações ambientais e econômicas da atividade. Tampouco há uma estrutura de coordenação do arranjo, seja uma empresa

líder, a associação de empresários ou um órgão governamental capaz de promover a definição e operacionalização de um projeto dessa natureza. A principal aposta de superação tem sido na criação de uma Câmara Técnica Florestal que, no entanto ainda não existe.

As dificuldades legais de operação e a falta de perspectiva de médio-longo prazo inibem a adoção de dinâmicas de inovação também nas outras fases do processo produtivo. Na fase industrial, verificou-se uma relativa maior dinâmica de inovação, porém ainda muito tímidos. Os resultados mais significantes foram na incorporação do aproveitamento de resíduos de serraria, com a produção de artefatos de madeira e com a produção de carvão. Mesmo assim, poucas empresas conseguiram superar os limites da produção principal de madeira serrada, com baixíssima capacidade de inovação em direção à produção de madeira beneficiada, mais promissora e com melhor valor de mercado.

Por isso não houve na região, o crescimento das exportações que a média do estado do Pará apresentou nos últimos anos. As micro e pequenas empresas vendem basicamente para o mercado local e nacional. A exportação é feita apenas por 03 pequenas empresas, correspondendo a 18,0% das vendas totais desse segmento e pela média empresa, que trabalha predominantemente com exportação. Continua, portanto, vigorando uma produção de madeira com baixo grau de agregação de valor, ou seja, sem beneficiamento, obtida a partir de exploração ilegal e predatória e voltada para mercados menos exigentes e menos promissores em termos de remuneração dos produtos.

5. Considerações Finais

A análise dos dados secundários sobre a atividade madeireira na região de Marabá e os dados obtidos com o levantamento de campo junto às serrarias que estão em atividade no município mostram uma baixo dinamismo da produção, agravado por uma ausência de projeto de superação do círculo vicioso em que os empresários se encontram. Este caracteriza-se por uma baixa capacidade competitiva que só é compensada pela exploração predatória e ilegal dos recursos naturais com custo menor.

Nesse quadro, as possibilidades dos camponeses que se interessarem por manejar de forma sustentável suas florestas encontrarem mercados locais que cubram os custos mais elevados desse tipo de produção é remota. Esse quadro inviabiliza a

principal premissa da iniciativa do LASAT e dos STR's parceiros, qual seja, de estimular a adoção de uma gestão dos recursos naturais por camponeses agrícolas graças a uma maior valorização dos recursos manejados.

Essa reflexão exige dos envolvidos no projeto uma reformulação em suas bases técnicas e organizacionais, buscando criar as condições de escala para comercializar diretamente com mercados externos ou assumir localmente o desafio do beneficiamento da produção, por exemplo através da produção de móveis e artefatos de madeira. Nenhuma das alternativas apontada é de fácil operacionalização e exige investimentos no acúmulo de competências novas pelos técnicos e agricultores envolvidos.

Em que pese as dificuldades existentes para a continuidade da iniciativa de gestão de recursos florestais na região de Marabá, esta continua uma questão importante para a estabilização do campesinato local. Não como uma questão isolada, mas sim vinculada às perspectivas de maior integração entre extrativismo e agropecuária, reforçando a identidade agroflorestal do campesinato amazônico e as suas possibilidades de diversificação produtiva.

6. Referências Bibliográficas

- Carvalho, H. M. de (2005) Campesinato e a Democratização da Renda e da Riqueza no Campo. Curitiba: mimeo.
- Chesnay, F. ; Serfati, C. (2003) "Ecologia" e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. Crítica Marxista, n° 16: 39 – 75.
- Costa, F. de A. (1992) Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia. Série Estudos SEPEQ, 1. NAEA/UFPA. Belém, PA. 1992.
- _____ (2000) Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: UFPA-NAEA.
- Gonçalves, C. W. P. (2001). Amazônia, Amazôniaas. São Paulo: Ed. Contexto.
- Hurtienne, T. (2001) Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável na Amazônia. In: Estado e Políticas Públicas na Amazônia – Gestão do Desenvolvimento Regional. Coelho, M. C. N. et al. (org.). Série Estado e Gestão Pública n° 2. Belém: Editora Cejup. 177 – 283 p.
- Lastres, H. M. M. ; Cassiolato, J. E. [coord.] (2005) Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. 5ª revisão, março de 2005. Documentos da Redesist, 2005. Disponível em www.ie.ufrj.br/redesist

- Lentini, M. ; Pereira, D. ; Celentano, D. & Pereira, R. (2005) Fatos Florestais da Amazônia 2005. Belém: Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON.
- Michelotti, F. (2001) A Cooperativa Agroextrativista de Xapuri: trajetória de organização e gestão. Dissertação de Mestrado. Belém: NAEA-UFPA.
- Michelotti, F. ; Albuquerque, E. da S. ; Cruz, W. P. da (2006). Relatório de Pesquisa: Arranjo Produtivo Madeireiro de Marabá. Marabá: mimeo.
- Michelotti, F ; Rodrigues, F. N.C. de V. (2004) Desafios para a sustentabilidade ecológica integrada a trajetórias de estabilização da agricultura familiar na região de Marabá. Papers Apresentados no GT05 do II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS. Indaiatuba: ANPPAS. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/papers/papers.html#5>
- Muchagata, M.G. ; Ferreira, S. ; de Reynal, V. ; Barreto, S. (1996) Em Busca de Alternativas ao Uso Predatório dos Recursos Florestais na Fronteira Amazônica. Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, v.1, n.1. Belém: UFPA/CAP/NEAF.
- Reynal, V. de et al. (1995) Agriculturas Familiares e Desenvolvimento em Frente Pioneira Amazônica. Belém: LASAT/CAT – GRET – DAT/UAG.
- Santana, A. C. de. (2001) A indústria de madeira do Estado do Pará: análise de competitividade. Novos Cadernos do NAEA, v. 4, n. 2. Belém: NAEA/UFPA.
- Scholz, I. (2000) Manejo de Recursos Naturais e Capacidade de Inovação Empresarial: o caso da indústria madeireira do Pará. Novos Cadernos do NAEA, v. 3, n. 1. Belém: NAEA/UFPA.
- Shanin, T. (1980) A Definição de Camponês: conceituações e desconceituações. In: Trabalho e Dominação. Estudos CEBRAP. Rio de Janeiro: Ed. Vozes. 43 – 80 p.
- Tepicht, J. (1973) Marxism et Agriculture: le paysan polonais. Paris: Librairie Armand Colin.
- Veríssimo, A. ; Lima, E. ; Lentini, M. (2002) Pólos Madeireiros do Estado do Pará. Belém: IMAZON.

Colapso e reconstrução dos regimes de propriedade e o manejo dos recursos naturais em áreas de assentamento¹

Luis Henrique Cunha²

Aldo Manoel Branquinho Nunes³

Roberto de Sousa Miranda⁴

A criação de um Projeto de Assentamento (PA) de reforma agrária, como muitos pesquisadores já explicitaram, desencadeia processos de transformação econômica, política, social e ambiental (Leite et al., 2004). Estas transformações têm sido interpretadas, normalmente, como dinâmicas de construção de novos territórios de vida, de trabalho e de intervenção dos poderes públicos. Os processos de desestruturação associados à implantação de um assentamento, no entanto, têm recebido pouca atenção nos estudos realizados, ainda que possam influenciar decisivamente diferentes esferas da vida das populações assentadas.

A desapropriação de terras para fins de reforma agrária significa, por exemplo, o colapso dos regimes de propriedade que regulavam o acesso e o uso do solo e de outros recursos naturais nas áreas em que se instalam os projetos de assentamento. Como resultado deste colapso, muitos PA's são palco, nos primeiros anos de existência, de diferentes conflitos ambientais referentes à exploração não controlada dos recursos naturais. O enfrentamento destes conflitos e as ações voltadas para evitar a degradação da base de recursos apropriados coletivamente pelas famílias assentadas fazem emergir novos regimes de propriedade e novas regras (na forma de acordos coletivos) para a regulação do uso e acesso (manejo) dos recursos comuns do novo assentamento.

O hiato entre o colapso das antigas formas de apropriação dos recursos naturais e a emergência dos novos arranjos institucionais que vão orientar o manejo do solo e de outros recursos do assentamento criam um ambiente de grande incerteza sobre os direitos e

¹ A pesquisa de campo que fundamenta as conclusões deste trabalho foi financiada com recursos do CNPq, no âmbito do projeto "Manejo e conservação de recursos comuns, desempenho institucional e implementação dos planos de desenvolvimento em assentamentos do semi-árido nordestino".

² Doutor em desenvolvimento sócio-ambiental, professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPB/UFCG). luishcunha@uol.com.br

³ Graduando em Ciências Sociais pela UFCG, bolsista de iniciação científica (PIBIC/UFCG/CNPq).

⁴ Mestrando em Sociologia (PPGS/UFPB/UFCG).

deveres relacionados à apropriação destes recursos, configurando-se como situações de acesso livre (*open access*) e abrindo o caminho para a concretização da “tragédia dos comuns” prevista por Hardin (1980). Uma das principais fontes de incerteza reside na morosidade em se definir quais serão as áreas ocupadas por cada família (através da definição da forma de loteamento e de que lotes serão destinados a que famílias), impedindo que se distribuam responsabilidades acerca do controle e monitoramento do uso dos recursos.

Neste artigo, analisamos as relações entre regimes de propriedade e a gestão de recursos naturais a partir da análise do processo de colapso e reconstrução do regime de propriedade que regula o uso, acesso e controle dos recursos comuns na área do PA José Antônio Eufrausino, localizado no município de Campina Grande, em sua porção semi-árida. Buscamos demonstrar como o processo de construção do assentamento pelas famílias assentadas teve que passar, necessariamente, pela desestruturação e reorganização dos direitos de propriedade e qual o efeito deste processo de mudança sobre a base de recursos naturais.

Partimos do pressuposto que os conflitos existentes em muitos assentamentos espalhados pelo Brasil relacionados à exploração dos recursos naturais, particularmente aqueles de uso comum, não resultam da falta de uma consciência ambiental por parte dos assentados, nem simplesmente da precariedade de suas condições de vida que os forcem a explorar intensivamente alguns recursos (principalmente madeira e pastagens, no caso dos assentamentos do semi-árido) para garantir a sobrevivência de suas famílias. A recusa destas “visões românticas” é essencial para que se busquem meios de reduzir o período de incerteza sobre os regimes de propriedade que caracteriza a etapa de instalação dos projetos de assentamento no Brasil e que compromete a conservação de seus patrimônios naturais.

As formas legais de regulação do acesso e do uso de recursos naturais previstas para os assentamentos (através da delimitação de áreas de reserva legal e de preservação permanente) não são suficientes para se evitar a “tragédia dos comuns”. É preciso que se desenvolvam novos arranjos institucionais comunitários que garantam esta regulação por parte do conjunto de famílias assentadas, num processo bastante complexo de negociação, resistência e disputas de poder entre grupos internos e externos ao assentamento.

1. Regimes de propriedade e manejo de recursos comuns

Os recursos naturais podem ser apropriados sob diferentes arranjos institucionais. Propriedade faz referência a um conjunto de direitos de apropriação sobre um recurso. Direitos de propriedade são determinados através do processo político e são assegurados pelos contratos ou acordos, os quais conferem algum controle sobre o recurso ((Feeny et al, 1990; Acheson, 1994).

Quatro tipos básicos de propriedade podem ser identificados:

- a) acesso livre (*open access*),
- b) propriedade privada (*private property*),
- c) propriedade comum (*common property* ou *communal property*) e
- d) propriedade estatal (*state property*).

Regimes de acesso livre são aqueles em que não há direitos de propriedade bem definidos. O acesso ao recurso não é regulado e é aberto para todos. No caso da propriedade privada, os direitos de acesso e uso do recurso pertencem a um proprietário individual ou a uma corporação, que tem ainda a oportunidade de transferir este direito a uma outra pessoa. Em regimes de propriedade comum, o recurso é apropriado por uma comunidade de usuários bem definida e estes usuários têm o poder de excluir outros usuários ao mesmo tempo em que regulam o acesso e uso interno. Finalmente, a propriedade estatal refere-se a situações em que o recurso é controlado por um governo central, seja em âmbito nacional, regional ou local; nestes casos, é o estado quem regula o acesso e uso do recurso. A classificação destes quatro tipos de regime de propriedade é simplista, mas analiticamente importante. Na prática, encontramos diferentes combinações das formas de propriedade acima mencionadas (Feeny et al, 1990; Acheson, 1994).

Na perspectiva do novo institucionalismo, a criação de direitos de propriedade é uma resposta ao problema da produção de externalidades (Bates, 1994). Uma idéia dominante nesta literatura é que a propriedade privada é o arranjo institucional mais eficiente em situações de competição por recursos. Quando o recurso é abundante, não há competição por ele. Em tais circunstâncias, todos os membros de um dado grupo social têm acesso aos recursos, direito este que é garantido pela estrutura social do grupo. E mesmo pessoas estranhas ao grupo podem ganhar acesso ao recurso, seja estabelecendo relações de

amizade ou parentesco, seja pagando pelo acesso. Quando se intensifica a pressão sobre o recurso, no entanto, aumenta a competição entre os usuários e, assim, cresce também a incidência de externalidades entre eles (Baland e Platteau, 1998).

Uma primeira decisão diante da pressão sobre o recurso, seguindo esta linha explicativa, é restringir o acesso ao recurso a pessoas estranhas ao grupo. Esta estratégia, no entanto, tem eficiência apenas temporária e, com o tempo, dois arranjos institucionais distintos podem evoluir: a) a regulação coletiva do acesso e uso do recurso ou b) a divisão do recurso e a emergência de direitos individuais. As duas estratégias vão responder aos desafios de se evitar a perda na eficiência na exploração do recurso ou sua degradação. Na ausência de custos transacionais, as duas opções seriam teoricamente equivalentes (Baland e Platteau, 1998).

Normalmente, os regimes de propriedade, para serem efetivos, devem ser garantidos pelo Estado ou outra instituição de governo. Entretanto, como afirma Acheson (1994), os direitos de propriedade nunca são completamente garantidos e alguns direitos sempre são retidos pelo Estado ou pela comunidade. A legislação brasileira tem exemplos de constrangimento aos direitos de propriedade (entendido como instituições que regulam acesso e uso de um recurso) quando, por exemplo, impede desmatamento de um determinado percentual de área a ser preservada em cada propriedade rural; quando estabelece regras de construção em terrenos urbanos; quando exige que se obtenha autorização para explorar minérios no subsolo; entre outros.

Em geral, concorda-se que regimes de livre acesso levam a super-exploração do recurso e à ruína ambiental e social nas situações em que a taxa de exploração é maior do que a de regeneração. Não é necessário polemizar quanto a este ponto. Para Feeny et al (1990), embora o regime de propriedade seja uma variável importante para entender o comportamento e os resultados em relação ao manejo de recursos comuns, é preciso dar atenção aos arranjos institucionais que governam o acesso e o uso do recurso.

Estes arranjos institucionais (na forma de regras que regulam comportamentos dos indivíduos) ajudam a superar os chamados dilemas sociais (contradição entre racionalidade individual e coletiva) e evitar a ação de aproveitadores ou oportunistas (*free-riders*) (Cunha, 2004).

2. Mudanças nos regime de propriedade em projetos de assentamento

A desapropriação de terras com fins de reforma agrária normalmente resultam em importantes transformações nos regimes de propriedade. De propriedade privada, a terra é transformada numa combinação de propriedade estatal (formalmente é propriedade do estado brasileiro, sendo controlada pelo INCRA) com propriedade comum ou coletiva (alguns direitos e deveres são repassados às famílias assentadas).

Em muitos latifúndios, a propriedade privada se exercia de maneira concreta e efetiva quanto à regulação do acesso e uso dos recursos naturais (muitas vezes recorrendo inclusive à força e à violência). Esta situação faz com que muitas áreas sejam desapropriadas com um estoque de recursos naturais razoavelmente preservados, principalmente quando em comparação com pequenas propriedades e minifúndios das áreas de entorno. A desapropriação do latifúndio, no entanto, tem em muitos casos levado a uma exploração acelerada dos recursos naturais.

Isso ocorre porque ao anular os direitos da apropriação privada pelo latifundiário, os processos de desapropriação de terras instala apenas formalmente a regulação estatal combinada com a regulação coletiva. A dificuldade do INCRA em exercer a regulação efetiva e a indefinição (que pode durar meses e anos) sobre os beneficiários da reforma agrária e os lotes que vão ocupar cria uma situação que, na prática, se aproxima do acesso livre. E, como vimos, nos casos em que há competição por recursos, os regimes de acesso livre (ou seja, a ausência de direitos de propriedade e de uso de recursos) levam à degradação ambiental.

No caso das propriedades rurais no Brasil, mesmo as privadas, a legislação estabelece limites quanto ao uso e acesso aos recursos florestal. Estes limites são definidos pela delimitação de Áreas de Proteção Permanente (APP) e de Reserva Legal. Entende-se por Área de Preservação Permanente a área coberta por vegetação que pode ser tanto nativa quanto exótica que exerça a função de preservar os recursos hídricos, paisagísticos, a estabilidade geológica, a biodiversidade, a reprodução da fauna e flora, a proteção do solo e do bem-estar das populações humanas (inciso II do artigo 1º da lei 4771/65).

O artigo 2º da mesma lei estabelece que as florestas e outras formas de vegetação localizadas ao longo de qualquer curso de água seja considerada APP e tenha no mínimo

trinta, cinquenta, cem, duzentos ou quinhentos metros em faixa marginal variando conforme a largura do rio. Determina ainda que deverá existir APP ao redor das lagoas ou qualquer reservatório de água natural ou artificial; nas nascentes ou olhos d'água ainda que intermitentes (mínimo de cinquenta metros), no topo e nas encostas de morros, montes, montanhas e serras; entre outros casos.

A vegetação de uma APP só poderá ser suprimida com autorização do Poder Público em caso de utilidade pública ou interesse social, se não houver alternativa técnica ao empreendimento e se for bem caracterizado e motivado (art. 4º do Código Florestal). Estas áreas não deverão entrar na divisão dos lotes para agricultura em planos de colonização e reforma agrária (art. 8º do Código Florestal).

O reconhecimento de áreas de preservação permanente não implica em isolamento dessas áreas nem em proibição total do acesso humano, até porque este não é o fim a ser alcançado, é apenas o meio. O objetivo real é garantir a manutenção dos recursos hídricos e paisagísticos; preservar a estabilidade dos solos e da geologia; assegurar a existência e a reprodução da biodiversidade. A própria lei prevê casos em que é permitido o acesso humano a essas áreas, como por exemplo do parágrafo 7º do artigo 4º do Código Florestal que assegura a entrada de pessoas e animais não silvestres para obtenção de água contanto que não comprometa a regeneração e manutenção da mata nativa a longo prazo e não exija sua supressão.

O inciso III do artigo 1º do mesmo código define Reserva Legal como espaço localizado no interior de uma propriedade ou posse rural, computando-se a área de proteção permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à manutenção da biodiversidade protegendo a fauna e a flora nativas. No semi-árido nordestino, 20% da área propriedade deve ser destinada à Reserva Legal.

A proibição quanto à supressão da massa vegetal não significa restringir o acesso e o uso do recurso, pelo contrário, o mesmo dispositivo permite tanto o acesso quanto o uso dentro de limites estabelecidos: a vegetação só pode ser utilizada sob o regime de Manejo Florestal Sustentável obedecendo a critérios técnicos e científicos estabelecidos no regulamento.

3. O projeto de assentamento José Antônio Eufrausino

O PA José Antônio Eufrausino foi criado no ano de 2001, quando da desapropriação das fazendas Monte Alegre, Castelo, Bonfim e Logradouro, ofertadas ao INCRA pelo antigo proprietário. A ocupação das fazendas foi encabeçada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e ocorreu de forma pacífica, pois o processo de desapropriação já estava em curso, com a etapa de vistoria já concluída.

Muitas das famílias que ocuparam a área estavam acampadas em um outro assentamento (Venâncio Tomé de Araújo), nas antigas fazendas Quixaba e Trapiá, e se deslocaram para as áreas das fazendas Monte Alegre, Castelo, Bonfim e Logradouro depois de um acordo com o INCRA. As famílias ligadas ao MST haviam sido mobilizadas e recrutadas pelo chamado “trabalho de base” feito nos sítios vizinhos e nos bairros periféricos de Campina Grande. As famílias ligadas à FETAG ou já moravam nas fazendas que seriam desapropriadas ou eram filiadas ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campina Grande.

Inicialmente, a ocupação contou com 200 famílias. Atualmente, o assentamento possui 100 famílias assentadas. Essas famílias, em sua maioria (65,8%), são oriundas das periferias da zona urbana de Campina Grande, enquanto 18,4 % delas vieram da zona rural do mesmo município e 15,8% têm sua origem na zona rural ou urbana de pequenos municípios circunvizinhos, geralmente das regiões do Cariri e Curimataú, no semi-árido paraibano.

A economia do assentamento é baseada principalmente na agricultura – sendo o milho, o feijão e a batata-doce os principais produtos para comercialização e subsistência das famílias assentadas – e na criação de animais (aves, bovinos e eqüinos, principalmente). Em média, a área cultivada por cada família no ano de 2005 era de dois a quatro hectares.

Os assentados estão vinculados a duas associações. Uma que conta com 73 famílias associadas e é ligada ao MST e outra composta por pessoas ligadas ao Sindicato de Trabalhadores Rurais e que tem 17 famílias associadas. A instância máxima de decisão,

oficial, é a Assembléia Geral que conta com a participação dos membros das duas associações.

Devido a grande extensão do assentamento, a organização interna é feita por quatro grupos criados por iniciativa do MST, correspondendo a cada uma das antigas fazendas: Logradouro, Bonfim, Castelo e Monte Alegre. Dessa maneira, na prática, a ação das associações limita-se à oficialização das decisões tomadas no âmbito dos grupos, ou seja, quando é exigido, principalmente pelos órgãos externos (INCRA, IBAMA, bancos), certas formalidades e ritos para que essas decisões sejam reconhecidas como legais.

Em 2003, foi realizado um pré-parcelamento no assentamento pelos próprios assentados, em que cada família ficou com uma área individual de aproximadamente 10 hectares. Foram respeitadas as áreas de Reserva Legal e as de Preservação Permanente e o restante da terra (cerca de 1.000 ha, já computadas as APP, as estradas, os açudes e barreiros) não foi dividida, foi cercada e utilizada como área de pastagem coletiva.

O parcelamento definitivo foi aprovado apenas em 2005, ficando cada família com uma área de cultivo individual de 18 hectares, já descontadas as áreas de Reserva Legal, Preservação Permanente, as estradas, os açudes e barreiros, e as benfeitorias das antigas fazendas que serão de uso coletivo. Não mais existirão as áreas de pastagem coletiva, apenas algumas áreas impróprias para cultivo permanecerão sob o domínio coletivo (ex.: áreas com alto grau de devastação, os pátios das casas-sede e as próprias casas que poderão ser utilizadas como escolas, postos de saúde, bancos de sementes, armazéns, etc).

Das duas áreas de reserva legal (“reserva da serra” e “reserva do açude”) é extraída madeira como fonte energética para cozinhar, varas e estacas para infra-estrutura do lote. Estas áreas também são utilizadas como pastagem para animais.

Existem, no que é intitulado como área comum, trinta e dois reservatórios de água entre açudes, barreiros e tanques naturais e cinco poços, dos quais dois estão desativados. Além de fornecer a água consumida no assentamento, esses reservatórios possuem peixes que são utilizados como reserva protéica na alimentação das famílias. O maior açude do assentamento está localizado na área do Bonfim e possui um espelho d’água de aproximadamente 17 hectares. A água do “açude grande” do Bonfim é imprestável para o consumo humano devido a sua salinidade, e só serve para o uso doméstico nas épocas chuvosas, quando o grau de salinidade está mais baixo.

4. Conflitos ambientais e a emergência de novos regimes de manejo dos recursos

Entre 2000 e 2003, vários conflitos relativos ao acesso e uso dos recursos naturais eclodiram no PA José Antônio Eufrasino, envolvendo os próprios assentados e pessoas não pertencentes ao assentamento. Estes conflitos levaram a uma exploração intensiva de alguns recursos, principalmente da madeira e das pastagens naturais.

As causas desses conflitos podem facilmente ser associadas à incerteza dos direitos de propriedade existentes naquele momento. Apesar de a área ser de propriedade estatal, constatou-se um estado de livre acesso (sem regulação de uso e de acesso aos recursos) em que não se sabia quais famílias iriam ficar, demonstrando uma situação em que várias pessoas com ou sem interesse em se assentar tiveram acesso aos recursos argumentando que aquela área era do governo, portanto, era de “todo mundo”. Muitas pessoas passaram a explorar os recursos indiscriminadamente. Os órgãos estatais (INCRA e IBAMA), por outro lado, não foram capazes de garantir a regulação do acesso e o uso dos recursos.

A situação só começou a mudar com a iniciativa dos próprios assentados de realizarem um pré-parcelamento da propriedade, definindo quais as áreas a serem ocupadas pelas famílias assentadas. E, também, pela emergência de arranjos institucionais particulares que regulavam o acesso e o uso de recursos como madeira, pastagens, peixes e animais silvestres.

4.1 A exploração da madeira nas áreas de preservação

O caso mais sério de sobre exploração foi o da extração de madeira das áreas de preservação (Reserva Legal e APP), feita tanto por alguns assentados que a comercializavam diretamente ou a utilizavam para a fabricação de carvão, quanto por atravessadores que contratavam mão-de-obra para o corte, transportavam a lenha em caminhões para padarias em Campina Grande e vendiam as estacas e mourões para fazendas da região. Isso era feito sem autorização do coletivo dos assentados e sem o conhecimento do IBAMA. Alguns assentados relatam que a retirada da madeira foi tão intensa que hoje dificilmente se encontra, nas áreas de reserva, árvores que sirvam para estaca.

Essa situação dos atravessadores foi resolvida por sucessivas denúncias feitas pelos assentados ao IBAMA, que esteve presente na área do assentamento em algumas oportunidades, como também pela fiscalização das lideranças e famílias assentadas, que se sentiram prejudicadas com a devastação da mata. Constatamos que um fator fundamental que contribuiu para o fim da exploração da vegetação nativa das áreas de reserva foi o pré-parcelamento que deu uma nova configuração ao regime de propriedade e facilitou a inspeção feita pelos próprios assentados.

A exploração da madeira das áreas de preservação continua ainda a ser realizada, na medida em que a lenha é a principal fonte de energia utilizada para cozinhar. Um levantamento exploratório feito no assentamento revelou que cada família consome, em média, uma carroça de lenha (aproximadamente meio metro cúbico) a cada dez dias. Uma família com 04 pessoas utiliza aproximadamente dois metros cúbicos de lenha por mês.

Os assentados aprovaram, em assembléia, que só poderia ser retirada lenha de árvores mortas, mas não há mecanismos de monitoramento sobre o cumprimento desta determinação. Por outro lado, dois incêndios registrados no assentamento, provavelmente criminosos, causados por indivíduos insatisfeitos com as proibições adotadas quanto ao uso de alguns recursos naturais, causaram a morte elevada de árvores. O uso da lenha não se baseia também em informações sobre o nível sustentável de exploração, não se sabendo se a taxa atual de exploração pode ser mantida sem implicar na degradação das áreas de preservação. As famílias costumam ainda retirar estacas e varas nas duas áreas de Reserva Legal, prática permitida apenas para uso do próprio assentada, sendo proibida a comercialização.

Atualmente, apesar de as famílias assentadas partilharem de regras claras de proibição do uso da madeira das áreas de preservação para fabricação de carvão e para a venda de estacas, estas regras eventualmente não são cumpridas. As pessoas que não cumprem as regras são repreendidas e advertidas nas assembléias ou nas reuniões de grupo.

4.2. A pesca e a caça

Os recursos pesqueiros do assentamento também sofreram, segundo relatos dos assentados, alto grau de exploração por sujeitos externos durante o período de acesso livre,

no início da ocupação. Pescadores profissionais ou amadores, para fins comerciais ou de lazer, entravam indiscriminadamente na área do assentamento e levavam consigo grandes quantidades de pescado sem remunerar aos assentados. As famílias se reuniram e tomaram uma série de providências para controlar a pesca, dentre elas a proibição definitiva da entrada de pessoas estranhas no assentamento com o objetivo de pescar. Assentados relatam que para que esta decisão fosse cumprida e respeitada, foi necessário algumas ações fortes, como por exemplo confisco do pescado e dos instrumentos de pesca de alguns pescadores.

Atualmente, a pesca é liberada em qualquer época do ano para os assentados em qualquer reservatório, mas entre o ano de 2004 e 2005 os assentados resolveram proibir a pesca por um período de seis meses porque foi colocado no “açude grande” alguns alevinos (carpa) e era necessário tempo para o crescimento e a reprodução dos peixes.

Da mesma forma que os peixes, os animais silvestres, durante a instalação do assentamento, foram alvos de caça predatória. Assentados que conheciam as áreas antes da oferta pelo proprietário expõem que existia uma grande variedade de animais e citam o exemplo da fartura das emas e aves de arribação que passaram por um decréscimo no número de exemplares. O período de acesso livre e da generalização da caça por pessoas externas cessou diretamente depois das denúncias ao IBAMA e indiretamente depois do pré-parcelamento. Iniciou-se então um período de maior fiscalização estatal e de auto-regulação por parte dos assentados.

4.3. A utilização das áreas de pastagem coletiva

Outro grande problema que ocorreu no assentamento em relação ao uso dos recursos comuns foi quanto à utilização da pastagem coletiva. Num primeiro momento (2001-2003), em que não havia sido feito o pré-parcelamento e não se tinha estabelecido a área coletiva que serviria de pastoreio, houve a entrada de muitos animais pertencentes a alguns fazendeiros do entorno que queriam se apossar de alguns lotes do assentamento.

Os assentados relatam o caso de um criador de gado que também é empresário em Campina Grande, que colocou cerca de 200 reses na área do assentamento e que destruiu boa parte da lavoura dos assentados. Ele chegou a iniciar o cercamento de uma área de 400

hectares. Os assentados denunciaram a ação do fazendeiro ao INCRA, que exigiu a retirada do gado, sem que a ação tenha surtido qualquer efeito. Os assentados, então, resolveram tomar medidas mais fortes: primeiro tentaram colocar o gado para fora do assentamento, o que também não funcionou. Concluíram que o fazendeiro só sairia dali quando tivesse algum prejuízo. Foi assim que os assentados abateram dois animais e distribuíram a carne entre as famílias.

Num segundo momento, já depois do pré-parcelamento, com a área de pastoreio coletivo definida, alguns assentados introduziam gado de fazendas vizinhas nas áreas coletivas e recebiam uma quantia em dinheiro referente ao aluguel do pasto. Cada família quis colocar uma quantidade ilimitada de animais para garantir uma renda extra, surgindo uma superpopulação de bovinos que chegou a três mil cabeças.

Quando apareceram os primeiros problemas de degradação ambiental causada pela superpopulação de bovinos (devastação da pastagem, compactação do solo e escassez de água), os assentados prejudicados, aqueles que também tinham animais que estavam competindo com o gado de estranhos, resolveram discutir e buscar soluções. Ficou proibido o aluguel do pasto e o acesso à pastagem coletiva ficou restrito a 500 cabeças de gado.

Com a nova configuração espacial no assentamento, depois de concretizado o parcelamento oficial, não existirá mais área de pastagem coletiva e os animais dos assentados terão que pastar nos próprios lotes. Nos períodos de invernada, o gado será colocado nas áreas de preservação.

5. Considerações finais

Os conflitos e os processos de reconstrução de regimes de propriedade em projetos de assentamentos são bastante complexos, implicando na necessidade de articular perspectivas teóricas que auxiliem no trabalho de descrição, explicação e interpretação dos processos sociais engendrados no assentamento, particularmente quanto ao acesso e uso dos recursos naturais.

A luta pela reforma agrária não acaba com a desapropriação de fazendas para assentamento de famílias de agricultores familiares. Os desafios a serem superados são

muito grandes também durante o processo de instalação dos assentamentos. Os conflitos e os dilemas sociais (em termos de conflitos entre interesses coletivos e individuais) envolvem os próprios assentados e as suas relações com o poder público (particularmente através dos técnicos do INCRA) e com outros atores sociais interessados na exploração da base de recursos existentes no assentamento.

No caso do PA José Antônio Eufrausino, a fase de desapropriação das fazendas e criação do assentamento foi marcada pela intensificação na exploração dos recursos naturais, tendo em vista que surge a partir desse momento um período de livre acesso, momento esse em que a ação de oportunistas (*free riders*) levou à degradação ambiental na área.

Esse impasse só foi e está sendo resolvido quando os assentados puderam assumir o controle dos recursos do assentamento, no processo ainda inacabado de instituição de novos regimes de propriedade. Este momento é percebido como um momento de definição de quem são os assentados, de quais são seus direitos e suas responsabilidades. Percebemos também que, nesse primeiro momento, um fator preponderante para a reorganização e regulação do manejo comunitário dos recursos naturais foi o pré-parcelamento dos lotes.

Atualmente, observa-se que apesar de o acesso aos recursos ser mais regulado, ainda persistem conflitos quanto à utilização dos recursos naturais causados pelo não cumprimento da legislação ambiental e das regras estabelecidas internamente por alguns dos assentados.

Para entender a lógica desses conflitos e dos dilemas da ação coletiva existentes entre assentados e/ou sujeitos externos, na utilização dos recursos naturais, não devemos admitir a existência de uma única causa determinante, mas de um conjunto de fatores que, inter-relacionados, influenciam na ocorrência desses dilemas. É importante lembrar que a solução para os conflitos no manejo sustentável de recursos naturais não pode ser encontrada em leis nem em manuais, essas soluções são construídas ao longo do tempo, através do intercâmbio de experiências entre os assentados, de conflitos de interesse e da cooperação para alcançar fins comuns.

6. Referências bibliográficas

- ACHESON, J. M. (1994) Welcome to Nobel country: a review of institutional economics. In: Acheson (ed.), Anthropology and institutional economics. University Press of America/ Society for Economic Anthropology.
- BALAND, J. e PLATTEAU, J. (1998) Division of the commons: a partial assessment of the new institutional economics of land rights. American Journal of Agricultural Economics, v. 80 (3): 644-650.
- BATES, R. H. (1994) Social dilemmas and rational individuals: an essay on the new institutionalism. In: Acheson (ed.), Anthropology and institutional economics. University Press of America/Society for Economic Anthropology.
- CUNHA, L. H. (2004) Da tragédia dos comuns à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. Raízes, v. 23 (01-02): 10-26.
- FEENY, D.; BERKES, F.; MCCAY, B. J. e ACHESON, J. M. (1990) The tragedy of the commons: twenty-two years later. Human Ecology, v. 18 (1): 01-19.
- LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M. E CINTRÃO, R. (2004) Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Editora UNESP.
- HARDIN, G. (1980) The tragedy of the commons. In: Daly (ed.), Econ Ecol Ethics. San Francisco: W. H. Freeman.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DA CADEIA PRODUTIVA DO VIME EM CAMPO MAGRO, PARANÁ

Dra. Irene Haydee Costas

José Antônio Ribas

Faculdade Internacional de Curitiba – FACINTER

Endereço: Av. Luiz Xavier, 103 – Centro – Curitiba Paraná

e-mail: nipea@facinter.br

O pólo produtivo de móveis e artefatos de fibras de Campo Magro concentra aproximadamente 1.200 artesãos, distribuídos em pequenas fábricas de móveis artesanais, como prestadores de serviço. A informalidade da atividade leva esses atores a abrir mão de direitos sociais, além de estimular a atuação de atravessadores e a evasão de renda do Município. Além do Vime, são utilizados como matéria prima o Junco e as Fibras Sintéticas. Apesar da importância econômica da atividade na geração de trabalho e renda, a cadeia de produção é desagregada, sem padronização e qualidade definida. Há necessidade de se desenvolver a cadeia produtiva do Vime segundo os princípios de sustentabilidade, promovendo o cultivo local, maximizando o uso de mão de obra, agregando valor à produção através da capacitação dos produtores, preservando as áreas de proteção ambiental e coibindo a evasão de receitas. A organização coletiva dos produtores de Vime e dos Artesãos e a adoção de selos de responsabilidade socioambiental e de origem dos artefatos produzidos, devem contribuir para a geração de renda e a inclusão social. A concertação da Cadeia Produtiva do Vime através de um Arranjo Produtivo Local alicerçado na definição de sustentabilidade do “Relatório Brundland” (“desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”) certamente contribuirá para um desenvolvimento local socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional Sustentável, Vime, Sustentabilidade, Móveis de Vime, Salix.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável deve estar incutido na tríplice visão do economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto e conceituado de acordo com a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas

(UNCED). Em seu “Relatório Brundland”, chamado Nosso Futuro Comum (Our Common Future), “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”.

O desenvolvimento regional sustentável é uma das grandes preocupações globais da atualidade. Em regiões onde a industrialização é precária, seja por falta de interesse de investidores, seja por sua localização ou acesso ou por estar localizada em áreas de proteção ambiental, essa preocupação se torna mais evidente. O diagnóstico das atividades desenvolvidas nessas regiões é necessário para a busca do desenvolvimento regional, buscando-se agregar valor em toda a cadeia produtiva; incentivando-se a manutenção das pessoas no seu local de origem, aprimorando-se os processos produtivos, capacitando as pessoas e tornando os produtos e serviços competitivos no mercado consumidor, sem se descuidar da responsabilidade social e ambiental.

Campo Magro, Município colonizado por imigrantes italianos dedicados à agricultura, principalmente à viticultura, desde o início de sua colonização recebeu a implantação da cultura do vime. No início, o vime foi utilizado na amarração das videiras, na confecção de cestos para a colheita da uva e de protetores para os garrafões de vinho; mais tarde, esse artesanato foi aprimorado para a confecção de outros objetos, como cestaria, artefatos de decoração e móveis. Mesmo com a expansão do uso do vime pelos artesãos, as culturas de vime da região foram dizimadas e o seu cultivo comercial deixou de ser realizado, passando a ser adquirido de outras regiões, principalmente do estado de Santa Catarina.

Atualmente, praticamente todo o vime consumido na região, por aproximadamente 1.200 artesãos, é adquirido de produtores do planalto lageano de Santa Catarina, estando os consumidores sujeitos ao custo de transporte, a preços estipulados pelos produtores ou pelos atravessadores que adquirem a produção no período de colheita para especular com o aviltamento de preços quando a mercadoria se torna escassa.

As condições climáticas da região são satisfatórias à produção do vime, reconhecendo-se a possibilidade de se produzir matéria prima para satisfazer toda a demanda local e substituir o consumo de fibras extrativas e fibras sintéticas pelo vime.

VISÃO

Desenvolver a sustentabilidade da cadeia produtiva do vime, na região de Campo Magro, Paraná, calcada no tripé “Economicamente viável, Ambientalmente correto e Socialmente responsável”.

MISSÃO

Promover o cultivo do vime, agregando todas as atividades da cadeia produtiva (plantio, manutenção, colheita, beneficiamento, armazenagem, artesanato e comercialização); incentivando o cultivo do vime em áreas marginais e utilizando mão de obra rural ociosa; proporcionando a capacitação de artesãos e a inclusão de pessoas carentes e com necessidades especiais na atividade artesanal; evitando o consumo de fibras sintéticas, fibras naturais extrativas e o uso de produtos químicos tóxicos e nocivos ao meio ambiente; buscando o desenvolvimento econômico-social sustentável dos habitantes da região.

PROBLEMA

Apesar de ser a principal matéria prima utilizada no pólo de artesanato em fibras de Campo Magro, todo o vime consumido é adquirido no estado de Santa Catarina. Além do vime, os artesãos utilizam fibras sintéticas, geradoras de resíduos prejudiciais ao meio ambiente, e o junco extraído das florestas do norte do Brasil, que, além de seu caráter extrativo, utiliza soda cáustica no seu beneficiamento, gerando resíduos maléficos ao meio ambiente.

O pólo de vime de Campo Magro concentra aproximadamente 1.200 artesãos, distribuídos em pequenas fábricas de móveis artesanais de fibras, como prestadores de serviço recebendo por tarefa, e a grande maioria desenvolvendo a sua arte de maneira informal. A informalidade da atividade leva esses atores a abrir mão de direitos sociais básicos, além de proporcionar grande evasão de renda do Município.

A cadeia de produção é desagregada, não havendo definição de uma linha de produção padronizada, voltada para a qualidade, a ergonomia ou o design das peças produzidas: esses fatores não permitem a identificação de origem da produção local.

A produção informal facilita a ação dos atravessadores no estabelecimento do preço do produto acabado; como não há sistema de associativismo, os artesãos estão sujeitos a essas injunções comerciais.

OBJETIVOS

Desenvolver a cadeia produtiva do vime segundo os princípios de sustentabilidade, promovendo-se o cultivo do vime na região de Campo Magro, incentivando-se o uso de terras marginais nas áreas rurais; maximizando-se o uso da mão de obra nas propriedades rurais, agregando-se valor à produção através da capacitação dos produtores para a atividade

artesanal; incluindo o artesanato em fibras naturais na grade curricular, da rede de ensino público municipal, na disciplina de educação artística; garantir a inclusão social de pessoas carentes e pessoas com necessidades especiais, através da capacitação artesanal, preservar as áreas de proteção ambiental locais, através da recomposição de mata ciliar com o cultivo de vime e a extinção do uso de produtos químicos nocivos ao meio ambiente; preservar o meio ambiente externo através da redução do uso de fibras naturais extrativas e de fibras sintéticas nas atividades artesanais e coibir a evasão de receita e de recursos financeiros do município, através da construção um arranjo produtivo local.

OPORTUNIDADES

A partir da observação pessoal da produção de artefatos de vime no Município de Campo Magro, avistou-se a possibilidade de criar um projeto de incentivo ao cultivo do vime, focando a sustentabilidade de toda a cadeia produtiva. Inclui-se nesse contexto: o cultivo do vime em áreas marginais das pequenas propriedades rurais; a capacitação dos produtores para a atividade artesanal; a qualificação dos atuais artesãos com ênfase na qualidade, no design e na ergonomia dos móveis; a substituição de materiais prejudiciais ao meio ambiente (junco e fibras sintéticas) pelo vime e a criação de selos de qualidade, procedência e preocupação ambiental para os produtos, com vistas ao mercado externo.

Essa visão da atividade praticada por muitos, durante muitos anos, sem a preocupação com a sua sustentabilidade, apresentou-se como uma grande oportunidade de implementar sistemas possíveis de transformá-la em atividade sustentável com alto valor agregado.

SITUAÇÃO

O vime é a principal matéria prima do pólo de artesanato de Campo Magro; toda esta matéria prima é adquirida no estado de Santa Catarina, chegando ao consumidor com preço elevado, considerando-se o custo de frete e o fato de se estar sujeito ao monopólio dos produtores catarinenses. Outro fator a ser considerado é o fato dos produtores catarinenses não possuírem capacidade de armazenamento, vendendo toda a sua produção logo que ela é colhida. Nesse caso, o produto fica concentrado na mão de atravessadores interessados em vendê-lo fora da época de colheita, aviltando consideravelmente os preços; ou os consumidores são obrigados a manter altas quantidades em estoque para não correr o risco de ficar sem matéria prima e, dessa forma, indisponibilizando grande parte de seu capital de giro.

CENÁRIO ATUAL

CAMPO MAGRO

Campo Magro, cidade metropolitana da grande Curitiba, limitando com a Capital do Paraná e com os Municípios de Campo Largo, Almirante Tamandaré e Itaperuçu, com aproximadamente 25.000 habitantes, foi desmembrado do Município de Almirante Tamandaré em 1997. Colonizado por imigrantes italianos e poloneses tem sua economia baseada na agricultura, no turismo rural e na atividade informal de artesanato de móveis e cestaria em fibras naturais e artificiais.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

O município está localizado em área de proteção ambiental, contendo em sua área territorial o aquífero do Rio Verde e o aquífero do Passaúna. Esta condição de proteção ambiental limita a instalação de indústrias no município, interferindo diretamente nas atividades econômicas locais.

Uma alternativa para essa deficiência econômica é a indústria do Turismo Rural que se encontra em franca expansão, criando uma fonte de geração de renda para os empreendedores a partir de suas propriedades originais, dispensando altos investimentos em estrutura e sofisticação.

PROPENSÃO

Acredita-se que, no futuro, o município de Campo Magro venha a se tornar uma região de residências de alto padrão, tendo em vista a sua proximidade da Capital, a qualidade de vida dos moradores e o seu perfil geográfico que oferece, além das belezas naturais, a opção de diversos esportes naturais e ecológicos.

EVASÃO DE DIVISAS

Grande parte da arrecadação municipal vem do ICMS ecológico gerado por se tratar de área de mananciais. Verifica-se uma grande evasão de divisas geradas pela atividade informal de artesanato de móveis e cestaria. Estes são confeccionados em Campo Magro por seus artesãos e transportados para Curitiba e outras regiões sem a geração dos tributos devidos. Destas áreas seguem para o mercado nacional como se fossem confeccionados nesses locais.

ARTESANATO

A atividade artesanal consome cerca de 400 toneladas de vime seco ao ano. Esta mesma quantidade é consumida em junco e fibras artificiais. Toda esta matéria prima é adquirida em outras regiões: o vime vem em sua totalidade do Planalto Lageano de Santa Catarina; o junco vem do Norte do Brasil e as fibras artificiais vêm da indústria nacional.

DANOS AO MEIO AMBIENTE

O beneficiamento do junco necessita do uso de soda cáustica no seu tratamento. Esse procedimento é realizado na propriedade dos artesãos e seus resíduos são jogados na natureza, sem a devida reciclagem e nenhuma preocupação com os danos causados ao meio ambiente. Da mesma forma a utilização de fibras sintéticas como matéria prima, gera resíduos prejudiciais ao meio ambiente.

O CULTIVO DO VIME

O vime foi cultivado em Campo Magro durante muitos anos pelos colonizadores italianos que o utilizavam na atividade da viticultura, na confecção de cestos utilizados para a colheita da uva, confecção de cestos para proteção dos garrafões de vidro e a utilização de galhos finos de vime para a amarração das videiras. Estas atividades artesanais foram derivando para outras, principalmente a confecção de móveis em vime e outras formas de cestaria para os mais diversos usos.

Apesar do alto consumo de matéria prima, as lavouras de vime da região foram abandonadas. Resta, atualmente, apenas uma pequena lavoura de vime produtiva, hoje com 37 anos de idade, sendo que toda a matéria utilizada vem de Santa Catarina.

ATIVIDADE AGRÍCOLA

As lavouras tradicionalmente cultivadas na região, principalmente o milho, o feijão e os hortigranjeiros, além de proporcionarem uma baixa rentabilidade por área cultivada, geram grande período de mão de obra marginal e áreas de terra ociosa nas propriedades.

DESORGANIZAÇÃO DOS ARTESÃOS

Há uma desarticulação generalizada na atividade artesanal da região. A produção é desorganizada e os artesãos se obrigam a acatar o preço ditado pelos atravessadores que

levam os produtos por preço vil, sem a geração de tributos para o Município. Isto faz com que a renda dos artesãos seja baixa e que haja, conseqüentemente, uma queda na qualidade do artesanato produzido.

VARIEDADES DE VIME

Estudos têm determinado a qualidade específica necessária para cada tipo de utilização do vime. Estes estudos orientam o cultivo de variedades adaptadas para esses determinados usos, maximizando a produtividade das áreas cultivadas.

METODOLOGIA

Os empreendimentos agrícolas, como o cultivo do Vime, são regidos pelas mesmas leis e critérios a que estão submetidos quaisquer investimentos econômicos. De um modo geral, a análise econômica resume-se a uma comparação entre custos decorrentes da atividade e as receitas obtidas com a venda dos produtos. Portanto, os critérios metodológicos empregados no presente trabalho, são os tradicionalmente citados e consagrados pela literatura econômica e financeira.

Os parâmetros de avaliação utilizados são os seguintes:

- Custo de Produção
- Taxa Interna de Retorno
- Valor Presente Líquido

CUSTO DE PRODUÇÃO

A Tabela 1.1. Demonstrativo de Custos para Implantação da Cultura por há. Representa o custo de implantação de 1,00 há de Vime, considerando-se inclusive o custo da terra.

TABELA 1.1 - DEMONSTRATIVO DE CUSTOS PARA IMPLANTAÇÃO DA CULTURA POR HA

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR(R\$)	TOTAL (R\$)
1. Implantação				
1.1 Preparo da área				
☐ Mão de Obra	h/h	72	2,50	180,00
☐ Máquinas e Equipamentos				
Microtrator	h/m	4	15,00	60,00
1.2 Plantio				
☐ Estacas	ct	1.000	8,00	8.000,00

TABELA 1.1 - DEMONSTRATIVO DE CUSTOS PARA IMPLANTAÇÃO DA CULTURA POR HA

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR(R\$)	TOTAL (R\$)
☐ Mão de Obra	h/h	120	2,50	300,00
2 Práticas Culturais				
☐ Mão de Obra	h/h	504	2,50	1.260,00
☐ Fertilizantes	sc	8	32,00	256,00
☐ Defensivos	l	2	60,00	120,00
3 Colheita				
☐ Mão de Obra	kg	10.000	0,05	500,00
☐ Máquinas e Equipamentos				
Trator + carreta	h/m	1	45,00	45,00
Subtotal				10.721,00
4 Pós Colheita				
☐ Beneficiamento	R\$/kg	3.300	0,15	495,00
Subtotal				495,00
5 Tributos				
☐ ICMS (18%)	kg	3.300	1,80	1.069,20
Subtotal				1.069,20
6 Custo da Terra				
☐ Imóvel	ha	1	1.240,00	1.240,00
Subtotal				1.240,00
Total				R\$ 13.525,20

OBSERVAÇÕES:

h/h = hora/homem
h/m = hora/máquina
ct = cento
sc = saco
l = litro
kg = quilo
ha =
hectare

CUSTO DE MANUTENÇÃO

A Tabela 1.2 – Demonstrativo de Custo de Manutenção Anual por ha, demonstra os custos de manutenção da cultura de vime nos anos subsequentes à sua implantação.

TABELA 1.2 - DEMONSTRATIVO DE CUSTOS DE MANUTENÇÃO ANUAL POR HA

ITEM	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6
1 Práticas Culturais					

TABELA 1.2 - DEMONSTRATIVO DE CUSTOS DE MANUTENÇÃO ANUAL POR HA

ITEM	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6
☐ Mão de Obra	1.260,00	1.260,00	1.260,00	1.260,00	1.260,00
☐ Fertilizantes	256,00	256,00	256,00	256,00	256,00
☐ Defensivos	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00
2 Colheita					
☐ Mão de Obra	1.000,00	1.500,00	2.000,00	2.250,00	2.250,00
☐ Máquinas e Equipamentos					
Trator + carreta	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00
Subtotal	2.681,00	3.181,00	3.681,00	3.931,00	3.931,00
3 Pós Colheita					
☐ Beneficiamento	990,00	1.500,00	1.995,00	2.250,00	2.250,00
Subtotal	990,00	1.500,00	1.995,00	2.250,00	2.250,00
4 Tributos					
☐ ICMS (18%)	2.138,40	3.240,00	4.309,20	4.860,00	4.860,00
Subtotal	2.138,40	3.240,00	4.309,20	4.860,00	4.860,00
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Total	5.809,40	7.921,00	9.985,20	11.041,00	11.041,00

VALOR PRESENTE LÍQUIDO**ANÁLISE ECONÔMICA – FINANCEIRA**

Após o levantamento de todos os custos de produção, receita operacional e demais despesas para a implantação do projeto, realizá-se a análise econômica – financeira do empreendimento conforme os seguintes itens:

FLUXO DE CAIXA

Com o cálculo do fluxo de caixa, com utilização de recursos próprios, conforme demonstração da TABELA 10, no primeiro ano haverá um déficit de R\$ 11.961,00, sendo projetado para os próximos 6 anos e chegando a uma disponibilidade líquida de R\$ 59.759,84 no último período. As TABELAS 11, 12 E 13 demonstram os valores utilizando-se recursos financiados através das linhas de crédito disponibilizadas para o empreendimento.

DETERMINAÇÃO DE UMA TAXA MÍNIMA DE ATRATIVIDADE

A taxa mínima de atratividade (TMA) demonstra o custo de oportunidade de capital para a o empreendimento, mostrando qual seria o ganho relativo se o capital não fosse

investido no empreendimento, ou seja, é a taxa de juros que deixa de ser obtida na melhor aplicação do capital próprio. Considerou-se como base o índice do CDB PARA PESSOAS FÍSICAS, divulgado pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN, no ano de 2004, QUE FICOU EM 13,87% ao ano.

TAXA INTERNA DE RETORNO

Foi apurada uma taxa interna de retorno – TIR, para a implantação do empreendimento com utilização de recursos próprios, de 59,39%, quando utilizou-se recursos do PRONAF “C”, obteve-se uma TIR de 153,20%, com recursos do PRONAF “D”, uma TIR de 152,89% e utilizando-se recursos do PRONAF “E”, uma TIR de 145,45%.

TEMPO DE RECUPERAÇÃO DO CAPITAL – PAYBACK

Para a implantação do empreendimento com utilização de recursos próprios chegou-se ao resultado de 3 anos e 5 meses e com recursos financiados através das linhas de crédito do PRONAF “C”, “D”, os resultados foram 2 anos e 8 meses, 2 anos e 11 meses para a utilização de recursos financiados através do PRONAF “E”.

O PAYBACK determina o período de tempo necessário para que a empresa recupere o valor inicialmente investido. Este método é amplamente utilizado pelas pequenas empresas, devido a sua facilidade de cálculo e ao apelo intuitivo. Sua regra básica é a seguinte: quanto mais tempo a empresa precisar esperar para recuperar o investimento, maior a possibilidade de perda; em contrapartida, quanto menor for o período de payback, menor será a exposição da empresa aos riscos.

A principal desvantagem é a de não considerar o valor do dinheiro no tempo, ou seja, não descontar os valores futuros do fluxo de caixa, sendo simplesmente um período de tempo máximo aceitável, determinado subjetivamente, através das entradas de caixa no momento em que ocorrem, e o fluxo alcançando seu ponto de equilíbrio (as entradas se igualam ao investimento). Outra desvantagem é a de que o payback não reconhece os fluxos de caixa que ocorrem após o período de recuperação do capital, portanto, ignorando todo o retorno projetado para o projeto.

Em termos práticos, o payback é o momento em que o saldo acumulado do fluxo de caixa se iguala ao valor do investimento inicial.

CONCLUSÃO

O município de Campo Magro/PR é grande produtor de artigos em vime (cestas, móveis, etc.).

A matéria-prima utilizada pelos artesãos é originária da região do planalto catarinense. Com um custo elevado, que com a queda atual do dólar americano se aproxima dos valores da importação do vime diretamente do Chile, a viabilização do plantio no próprio município torna-se evidente. Parte da matéria-prima alternativa, formada por fibras extrativas como o junco, além de terem um custo elevado devido à sua origem (região Norte do Brasil) agride o meio ambiente quando de seu beneficiamento.

A cultura do vime já existiu em Campo Magro, vinda com os imigrantes italianos que se estabeleceram na região há vários anos. O cultivo da planta foi abandonado, mas a produção artesanal que era, no início, apenas para fazer cestos e proteção de garrações de água e vinho, continua até hoje.

A localização do município, em área de preservação ambiental, com aquíferos em seu subsolo, oferece áreas marginais que não podem ser aproveitadas com outras culturas. Os produtores têm baixo retorno financeiro de suas terras exatamente por não poderem fazer muitas alterações em seus solos.

A preservação ambiental decorrente do cultivo do vime torna-se evidenciada quando consideramos um comparativo com outras matérias-primas, como o junco. Além do fato de não necessitar do manuseio de produtos químicos agressores do meio ambiente em seu beneficiamento, evita que fibras extrativas, sem possibilidades de replantio, sejam colhidas, o que prejudica, por sua vez, florestas nativas.

A produção local de artesanato em vime é feita totalmente de maneira desagregada. Cada produtor, de maneira isolada, adquire sua matéria-prima, produz suas peças e depois as comercializa. Não há uma unificação, ou pelo menos, uma concentração de produtores artesanais para que obtenham uma melhor negociação com fornecedores e clientes.

O momento político do município indica melhorias de infra-estrutura, seja de origem municipal ou estadual. A perspectiva de melhoria em sua rede viária, de ligação à Capital Curitiba, deixa antever um maior desenvolvimento à região. Com isso, a produção de artesanato local, bem como a exportação da produção de matéria-prima oriunda do município, passam a ser ainda mais promissoras.

Na situação presente, o município perde em arrecadação, pois quase toda sua produção de artefatos de vime é exportada para outras cidades, principalmente Curitiba (Santa

Felicidade), de maneira informal. A nível de conhecimento por parte do mercado, toda a produção de Campo Magro não existe, sendo considerada como originada no bairro italiano de Curitiba.

Considerando-se as informações acima expostas, podemos concluir que um projeto de sustentabilidade regional, ambientalmente exemplar, de implantação de uma cadeia de produção de vime em Campo Magro torna-se mais que viável. Vantagens econômicas, fiscais, sociais e ambientais garantem esta viabilidade. Produzir em áreas marginais não utilizadas; possibilitar um melhor retorno financeiro a produtores com baixo aproveitamento em suas terras; trazer maior arrecadação fiscal ao município, indicando claras possibilidades de um maior desenvolvimento; possibilitar trabalho a mão-de-obra não aproveitada; organização dos produtores artesanais locais; além do fato do vime ser ambientalmente correto; todos estes fatores, somados ao fato do desenvolvimento social como um todo que este projeto pode trazer, indicam o sucesso do projeto.

REFERÊNCIAS

- CASAROTTO FILHO, NELSON; PIRES, LUIS HENRIQUE. **Redes de Pequenas e Médias empresas e Desenvolvimento Local**. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2001.
- COSTAS, I. H. **Análise econômica da viabilidade do reflorestamento na província de Santiago del Estero** – Argentina. 1988, 149p. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal de Setor de Ciências Agrárias da Universidade federal do Paraná.
- COSTAS, I. H. *et al.* Modelo de Producción Agrosilvícola para Pequeñas Propiedades em el litoral del estado de Paraná-brasil. In: **El Manejo Sustentable de los Recursos Forestales** – Desafio del Siglo XXI, Primer Congreso Latinoamericano IUFRO, Valdivia, Chile, 1998.
- IBGE – **Manual técnico da vegetação brasileira**. Série manuais técnicos em Geociências, nº 1, 92 p. 1991.
- KAIMOWITZ, D. **La investigación sobre manejo de recursos naturales para fines productivos en América Latina**. Washington, D. C. 61p. División de Medio Ambiente, Banco Inteo de Desarrollo. 1996.
- MARCHIORO N. DE PAULA X. **A sustentabilidade dos sistemas agrários**. Meio Ambiente e desenvolvimento do Paraná: diagnóstico / Organizadores: Renato Eugenio de Lima, Raquel R. B. Negrelle. – Curitiba: Editora, UFPR, Brasília: CNPq, c1988 258p. 1998.
- MARMILLOD, D.; VILLALOBOS R.; ROBLES G.; **Hacia el Manejo Sostenible de Especies Vegetales del Bosque Productos no Maderables: las Experiencias de**

CATIE en esta Década. Trabalho Especial apresentado no Primer Congreso latinoamericano IUFRO, Noviembre Valdivia Chile, 1998.

RODIGHERI, H. R. Rentabilidade econômica comparativa entre plantios florestais e sistemas agroflorestais com erva-mate, eucalipto e pinus e as culturas do feijão, milho, soja e trigo. Colombo: EMBRAPA-CNPf, 26 p. (EMBRAPA-CNPf. Circular Técnica, 26). 1997.

DESTERRITORIALIZAÇÃO E (RE)TERRITORIALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA NA CAMPANHA GAÚCHA

Rosa Maria Vieira Medeiros

UFRGS

rmvmedeiros@yahoo.com.br

Denir de Oliveira Sosa Junior

UFRGS

Demonstraremos como o pequeno produtor familiar vem se (re)territorializando na Campanha Gaúcha, quais as formas produtivas-econômicas-sociais implantadas e quais as transformações que as mesmas empregaram ao território.

A abordagem introdutória será feita a partir dos conceitos de espaço, território, desterritorialização, (re)territorialização.

As formas de produção e os sistemas de créditos utilizados pelos produtores rurais no Rio Grande do Sul, serão relacionadas à produção, à formação sócio-política e ao território.

O território será analisado através do embate entre duas forças (latifundiários e assentados) que disputam através do discurso, da política, dos costumes, dos hábitos, de símbolos, mas principalmente através da viabilidade de suas formas produtivas uma certa porção territorial que em última instância reverte-se em sinônimo de poder.

Desta forma concordamos com RAFFESTIN (1993:43) que coloca que:

“O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço. [...] o território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder.”

As concepções sobre o território podem, ainda ser agrupadas em três vertentes: “a) jurídico política; b)cultural(ista); c)econômica”. (HAESBAERT 2001:1770)

Uma análise parcial do território “[...] está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros do poder”.(id.). Uma análise abrangente do território

leva o autor a afirmar que o “[...] território deve ser visto na perspectiva de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou da classe social a que nos estivermos nos referindo, afetiva”.(HAESBAERT, 1997:41)

Dessa forma “[...] o território é ao mesmo tempo um recurso ou um instrumento de poder e um valor, valor este que vai além do simples valor de uso ou de troca, estendendo-se pela valorização simbólica, identitário-existencial.” (HAESBAERT, 2001:1771)

O processo de desterritorialização nega a fixação do grupo social, da população, do indivíduo a uma base física além de fazer com que percam ou pelo menos deixem adormecidos seus costumes, suas relações interpessoais, seu cotidiano. Perde-se a identidade territorial existente, partindo do pressuposto que “toda a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma noção de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social.” (HAESBAERT, 1999:172)

De certa forma, o processo de desterritorialização apresenta um viés econômico muito forte à medida que nega a reprodução de um determinado grupo em uma porção específica do território, fazendo com que ocorra seu deslocamento e a tentativa de (re)territorialização (econômica, política, social, cultural) em outro lugar. Em ambos os processos (desterritorialização/(re)territorialização) forças sociais, econômicas, políticas atuam como elementos de manutenção, expulsão ou atração (quando no processo de (re)territorialização) de grupos envolvidos.

A partir destes processos demonstraremos por quais vias e como os pequenos produtores familiares foram, em um primeiro momento desterritorializados, e em um segundo (re)territorializados em um espaço do Rio Grande do Sul onde ainda se configura como domínio da pecuária/latifúndio.

OCUPAÇÃO, FORMAS PRODUTIVAS E FORMAÇÃO TERRITORIAL

A construção do território riograndense não pode ser compreendida sem que se leve em consideração o caráter fronteiriço do mesmo, esta peculiaridade empregou ao território a necessidade de uma intensa militarização e a formação de

uma ideologia conservadora de defesa e manutenção dos valores dominantes na época. (HAESBAERT, 1988)

A intensa movimentação fronteiriça devido às constantes lutas pela demarcação territorial fez com que a ocupação fosse “diferenciada” das demais regiões brasileiras. Aqui, a ocupação territorial se deu via sesmaria com fins de manutenção de território, voltada à pecuária. Esta base econômico-social formada através do latifúndio pecuarista emprega ao território riograndense feições que com o decorrer dos tempos são vistas como “negativas” junto ao poder central uma vez que não proporciona o adensamento populacional desejado, além disto à pecuária ocupava uma área geográfica específica, os campos, ficando as áreas de matas subaproveitadas.

Esta especificidade geográfica/econômica fez com que o governo central, desde 1748, empregasse esforços em direção à colonização das áreas não ocupadas pela pecuária. Tais esforços se davam visto que a atividade ligada à pecuária não abastecia de gêneros alimentícios à população local.

A colonização das áreas de mata se efetua a partir de 1824 com a chegada dos alemães ao estado, e em 1874-75, com os imigrantes italianos.

Os grandes proprietários foram agentes modeladores do espaço colonial à medida que influenciaram e definiram quais áreas seriam ou não ocupadas por tal processo, mas mesmo tendo participado do processo este não seguia/servia apenas às necessidades dos grandes pecuaristas, este também tinha por objetivo diversificar sócio-politicamente a área dominada unilateralmente pelos latifundiários pecuaristas. (HAESBAERT, 1988:42)

A coexistência dos dois tipos de ocupação da terra (latifúndio pecuarista e minifúndio policultor) a partir de 1870 é explícita, bem como a existência de um “novo” gênero de vida e de forma de produção. Isto, porém, não significa que o espaço social da colônia tenha ocupado uma posição privilegiada frente à classe latifundiária pecuarista uma vez que a “multiplicidade sócio-econômica” do estado era buscada sem que a força do latifúndio pecuarista fosse abalada. (BERNARDES, 1963; HAESBAERT, 1988)

SANTOS (1997: 109) coloca que

“(...) cada momento histórico muda a divisão do trabalho. É uma lei geral. Em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença de restos do

trabalho anterior. Isso distingue cada lugar dos demais, essa combinação de temporalidades diversas”.

O que ocorre no espaço riograndense é a justaposição ou coexistência de dois tipos de ocupação da terra e de formas de produção, onde o primeiro (latifúndio pecuarista) se mantém independente da expansão do segundo (pequena propriedade familiar).

Seguindo esta orientação podemos afirmar que devido aos tipos de ocupação e às formas de produção, o território riograndense fraciona-se a grosso modo em duas regiões (norte/sul) que podem perfeitamente ser identificadas segundo a sua produção, os tipos sociais, a cultura, o desenvolvimento econômico, etc.

AS FEIÇÕES DO TERRITÓRIO ATRAVÉS DAS FORMAS DE PRODUÇÃO

Analisar o território através de suas formas de produção é relevante à medida que acreditamos que estas estruturam e são estruturadas pelo território onde se fixam, fazendo assim com que a dinâmica econômica, social e política gravitem em torno das formas ou atividades exercidas.

As formas de produção segundo MEDEIROS (1988:20)

“[...] encontram-se em uma escala muito mais reduzida que aquela dos Modos-de-Produção, portanto, estas formas de organização não podem ser designadas pelo mesmo conceito de M de P. Assim, quando se considera uma fazenda capitalista, não está se considerando todo o capitalismo, mas apenas uma parte dele. [...] Esta fazenda, então, não é um Modo-de-Produção, mas apenas uma Forma de Produção (grifo no original)”

As formas de produção podem modernizar, fracionar, concentrar, estagnar ou dinamizar o território, isto sempre levando em consideração o tempo histórico que está sendo analisado, ou seja, a forma de produção de hoje que é sinônimo de dinamismo em um determinado território pode amanhã ser um fator de estagnação para o mesmo.

MEDEIROS (1988) faz uma regionalização do estado segundo suas formas de produção, onde cada uma delas tem o seu histórico descrito e analisado. Com isto consegue aliar produção, condicionantes naturais, tipos sociais e formas históricas de ocupação do espaço.

Segundo a autora as formas de produção podem ser as seguintes:

- a) Fazenda tradicional: ligada ao grande domínio (desenvolvida na área de campo do Estado) dedicado à pecuária;

Esta forma produtiva foi a primeira a ser instalada no estado, devido as suas características BROSE (2000:22) coloca que foi a geradora da “pobreza estrutural pela restrição de acesso à terra para a maioria da população que vaga pelos pampas em busca de uma ocupação” o autor ainda coloca que “este processo de ocupação foi completado a partir dos meados do século XX com a introdução do arroz irrigado nestas grandes propriedades”

- b) Fazenda modernizada: resultante da transformação da fazenda tradicional diante das forças do capitalismo, dedicada a produtos dinâmicos (soja, trigo e arroz em conjunto com o gado);

A produção via fazenda modernizada no Rio Grande do Sul já na metade do século passado configurava-se como sendo uma das mais modernizadas do país. A cultura do arroz impulsionada pela utilização intensiva de maquinário e produtos químicos em conjunto com o incentivo governamental dado à cultura do trigo dinamizam o processo de mecanização/quimificação e ampliação da gestão empresarial na agricultura gaúcha. (brose: 2000)

- c) Pequena Produção Funcional: ligada à fazenda tradicional através do fornecimento de mão-de-obra, geralmente semiproletário e que produz alimentos para o autoconsumo, principalmente;
- d) Pequena Produção Tradicional Colonial: ligada ao pequeno domínio e desenvolvendo uma agricultura de subsistência, mas não ligada funcionalmente ao grande domínio;
- e) Sítio Modernizado: gerado no pequeno domínio e dedicado a uma agricultura moderna, não mais de subsistência.

As formas de Produção, tradicional colonial e sítio modernizado estão ligadas à colonização alemã e italiana. Têm como características o domínio da pequena propriedade e da mão-de-obra familiar. Nas áreas de maior mecanização a queda nos postos de trabalho foi acentuada bem como a contratação de trabalhadores em período parcial, sem a assistência social necessária. A concentração de terras nestes domínios também ocorreu, bem como, a auto-exploração e a migração da força de trabalho jovem para o suprimento de vagas no setor industrial nascente na área rural (coureiro-calçadista), que se instalava nestes locais por serem os jovens mais propensos a longas jornadas de trabalho e avessos a atuação em sindicatos (Brose:2000)

DINÂMICA DO TERRITÓRIO SEGUNDO AS FORMAS DE PRODUÇÃO

Segundo as formas de produção podemos identificar no espaço riograndense uma dinâmica diferenciada de desenvolvimento territorial, ligada às atividades

econômicas que são desenvolvidas. Dessa forma a dinâmica de desenvolvimento e organização territorial acompanham (até certo ponto) a dinâmica das formas de produção. Mesmo não sendo essas formas de produção as únicas responsáveis pelo ordenamento sócio-territorial, podemos afirmar que estas contribuem muito para a estruturação do mesmo.

A sócio-economia do Rio Grande do Sul fica assim organizada: de um lado predomina o latifúndio pecuarista, com um caráter altamente concentrador com uma economia centrada principalmente no setor agropecuário onde, as lavouras (principalmente de arroz) apresentam altos índices de mecanização, produção e produtividade (mesmo que em geral apresentem índices menores que as demais regiões) justificando assim a sua existência. Esta “especialização” da pecuária extensiva e do arroz faz com que a dinâmica produtiva da metade sul fique extremamente vulnerável a abalos econômicos, além disto o setor produtivo é monopolizado por um pequeno grupo de atores.

De outro lado, temos a região de colonização alemã e italiana (metade norte) que é predominantemente ocupada pela pequena propriedade familiar e que tem um desenvolvimento diferenciado da metade sul. Nesta, há um grande número de pequenas propriedades e de investimentos, com diversificação da produção em parte das propriedades.

A dinâmica histórica de ocupação do território riograndense aliada à estratégia de desenvolvimento para o país na década de 50, em especial para o setor agropecuário após 1960, deixa claro que o aumento do número de excluídos do campo e da pobreza no estado era inevitável.

Podemos identificar a década de 50 como um marco inicial para o planejamento sistemático da economia brasileira. Tal planejamento tem orientações norte Americanas e nas estratégias de desenvolvimento formuladas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), tais orientações colocavam o setor industrial como prioridade de investimentos e como fator de desenvolvimento da economia nacional.(SILVA, 1999:87)

As transformações no foco de investimentos do governo brasileiro mostram mais fortemente os seus reflexos no setor agropecuário a partir do final da década de 60 e início da 70. A partir deste momento, o setor não pode mais ser pensado de forma separada dos demais setores econômicos nacionais, ele tem que ser pensado

a partir do domínio do “capital industrial e financeiro” e dentro de um processo global de acumulação.

Políticas públicas como o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965; a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), criada na década de 80; e as novas formas de financiamento, como o sistema de equivalência em produto, operações nos mercados futuros, certificado de mercadoria, cédula de produtor rural, além da substituição das fontes provindas do Tesouro Nacional e dos bancos para novas fontes do setor privado e por iniciativas dos governos estaduais e municipais, criadas a partir da década de 90 mostram-se excludentes à medida que beneficiam diferentemente produtos e produtores. Tais créditos geralmente eram concedidos a culturas que detivessem um maior valor no mercado ou aquelas que utilizavam maior carga de insumos provindos do setor industrial. (SZNRECSÁNY e RAMOS, 1994: 70)

A noção de desenvolvimento agropecuário voltado à produção em grande escala e ao suprimento das necessidades do mercado deixam grande parte dos produtores rurais de fora do processo de modernização e da maioria das políticas públicas voltada ao setor. Seguindo esta lógica, outras formas de produção no campo foram deixadas de lado e até abandonadas a própria sorte, assim sendo os pequenos proprietários rurais que tem na mão-de-obra familiar a sua força de trabalho se vêem cada vez mais pressionados a abandonar a atividade no campo.

Desta forma o processo modernizante da economia nacional traz a reboque o campo brasileiro. Para isto são feitos inúmeros esforços onde é buscada a metamorfose do crescimento em desenvolvimento. Isto fez com que debates referentes à questão agrária, ambiental e cultural entre outras fossem encaradas diferentemente pelos diversos grupos/intelectuais que pensavam/organizavam o campo brasileiro, ou seja, a questão agrária poderia ser tratada tanto na esfera ético-social como puramente ligada à questão econômica, que por sua vez priorizava a questão funcional de oferta agrícola.¹

A via integradora que se caracteriza pela mudança na base técnica produtiva utilizada pela agricultura (e desenvolve-se de 1965 até início da década de 80) é tomada como sendo o período de desenvolvimento onde se consolida a utilização de

¹ DELGADO, C.D. Expansão e Modernização do Setor Agropecuário no Pós-Guerra: um estudo da reflexão agrária. Texto utilizado pelo prof. Drº Sérgio Schineider no Seminário de Pesquisa sobre agricultura no PGDR.

insumos industriais voltados à agricultura bem como os maquinários que dariam todo um suporte ao trabalho no campo.

Crescimento/desenvolvimento entram na pauta de discussões das diferentes sociedades pós Segunda Guerra², e o Brasil não foge à regra do cenário internacional.

Seguindo esta lógica o desenvolvimento do campo no Brasil se dá via consumo de elementos produzidos fora da propriedade, dessa forma a “(...) modernização da agricultura reflete-se, antes de mais nada, no crescimento do seu consumo intermediário, que indica a crescente dependência da agricultura de compras de ‘insumos’(de fora do setor ou mesmo intra-setorial) para a produção de suas mercadorias”.³

A modernização do campo e a sua inserção em uma lógica competitiva facilitam a entrada em uma racionalidade que reorganiza territórios “aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais.” (SANTOS, 1996)

Segundo SANTOS (1996: 243):

“Neste mundo rural assim domesticado, implanta-se um império do tempo medido, em que novas regularidades são buscadas. Muitas delas só se tornam possíveis quando tem êxito à vontade de se subtrair às leis naturais. O respeito tradicional as condições naturais (solo, água, insolação, etc) cede lugar em proporções diversas segundo os produtos e as regiões, a um novo calendário baseado na técnica e no conhecimento.”

O período do tempo medido “não suporta” atividades atrasadas, fora do “seu tempo”, por estes motivos vários produtores familiares, pequenos produtores, são alijados do processo produtivo, ou seja, suas formas de produzir não conseguem mais suprir as suas necessidades básicas, com isto a desterritorialização se dá e ao mesmo tempo impele a busca de um novo lugar onde sua forma de produção, como já foi colocado anteriormente, se mostre mais “eficiente”.

Os assentamentos da campanha buscam a volta ao processo produtivo do qual foram excluídos. Procuram uma nova forma de produzir e de organização no campo, de se relacionar com o ambiente, de resgatar conhecimentos esquecidos e de retomar através da produção, da cultura e da organização político-econômico-social de seu território uma autonomia que lhes foi “tirada”.

² NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Revista Estudos Avançados, vol.15, nº 43, São Paulo: USP, dezembro de 2001.

³ Idem. pg. 92

Assim sendo, podemos dizer que a história dos pequenos agricultores assentados na regional de Bagé é uma expressão do processo de territorialização do capital no campo, simultâneo à desterritorialização dos pequenos produtores familiares. Em decorrência temos o processo de (re)territorialização, a medida que nesta mesma área se expressam diversas estratégias alternativas para a manutenção das famílias no campo e em busca de sua autonomia frente ao mercado.

OS ASSENTAMENTOS DA REGIÃO DA CAMPANHA GAÚCHA

Os assentamentos realizados na região da campanha gaúcha (mais especificamente os realizados na regional de Bagé), no final da década de 1980 e início da década de 1990, diferenciam-se dos demais por possuírem uma dinâmica própria de implantação. Estes assentamentos foram organizados pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul e não via Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Este diferencial impõe uma série de dificuldades econômicas, estruturais, locacionais e políticas ao conjunto de assentamentos implantados na região.

O processo de (re)territorialização na região foi dificultado pelo trabalho político realizado pela União Democrática Ruralista – UDR - junto à população próxima aos assentamentos. Com isto a chegada dos assentados foi vista como uma ameaça à segurança pública e fez com que os latifundiários conseguissem o apoio popular para defender o latifúndio pecuarista, o seu *curral eleitoral*.

O processo de (re)territorialização em um espaço estranho ao indivíduo por si só já é carregado de uma série de dificuldades tanto econômicas, quanto pessoais e emocionais. Isto porque, o processo de desterritorialização é marcado como uma etapa muito penosa na vida do agricultor sem terra; é o momento em que o agricultor é expropriado não só de seus bens materiais, mas de toda uma identidade construída a partir do trabalho com a terra, que na maioria dos casos era a única por eles conhecida. Neste momento sua identidade territorial sofre um grande impacto, chegando em certos casos a ocasionar o abandono da luta e a volta a “*seu lugar de origem*”. Por este motivo, o conflito de forças com a UDR, nos primeiros momentos de *vida* dos assentamentos na região da campanha, contribuiu para o agravamento das dificuldades impostas aos agricultores assentados.

Estes agricultores passaram por uma série de dificuldades, transformadas em motivo de lutas e reivindicações, que contribuíram para o atraso no desenvolvimento dos assentamentos na região. A falta de apoio por parte do governo Estadual e Federal, foi um dos principais obstáculos para desenvolver os assentamentos. Não foram liberados recursos para a alimentação, auxílio moradia, obras públicas, e obras de infra-estrutura.

As más condições das estradas fizeram com que o MST, em 1993, juntamente com os agricultores assentados, ocupassem o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) de Bagé por dois dias. Logo após houve manifestações em frente ao Centro Administrativo de Bagé e a ocupação da BR 392 no trecho que liga Hulha Negra a Pelotas.

Essas manifestações permitiram a liberação de R\$ 100.000,00 do INCRA para obras na estrada que ligava os assentamentos a sede do município de Hulha Negra. Em 1997 foram destinados mais R\$ 300.000,00 para a manutenção da estrada. Importante salientar que estas reivindicações por obras, nos assentamentos de Hulha Negra, se tornaram bandeiras de lutas na região.

O impasse criado entre o governo Estadual e Federal ocasionou uma série de dificuldades aos assentamentos da regional de Bagé. A não liberação das verbas destinadas a implantação dos assentamentos fez com que os agricultores assentados transformassem a questão da produção em um ponto de extrema importância, tanto no que se refere a sua reprodução imediata, como no que se refere à questão política. A viabilização econômica sem o auxílio do governo viria a demonstrar a força do pequeno produtor frente às dificuldades que lhes são impostas.

Mesmo sem o auxílio dos órgãos competentes os assentamentos de Hulha Negra começaram a produzir alimentos para a subsistência e para o comércio. Os pequenos produtores em um período de tempo curto demonstraram através do aumento da produção e da produtividade a sua importância para a região.

A implementação de novas estruturas tanto na área rural como na urbana devem muito ao processo reivindicatório e ao espírito cooperativista que vinham se desenvolvendo dentro dos assentamentos.

O processo cooperativo sempre teve grande importância dentro dos assentamentos do MST, isto porque o incentivo a diferentes formas de organização é colocado como uma das formas de viabilização e manutenção do pequeno

produtor no campo. Busca a adaptação e/ou utilização de diversas formas de cooperação dos integrantes do movimento nos diferentes espaços que ocupam, considerando a história de vida de cada grupo. O pressuposto que se mantém a todos os assentamentos, independente de suas especificidades, é que somente através da cooperação será possível o desenvolvimento do pequeno agricultor, tendo em vista que o processo cooperativo permite o acesso a novas tecnologias, melhorias na infra-estrutura dos assentamentos, acesso a créditos governamentais e não governamentais, enfim um sem número de facilidades que seriam negadas a agricultores individuais. (STÉDILE, 1999)

Os assentamentos estudados apresentam três momentos importantes dentro do processo cooperativo da região. Estes momentos estão ligados à fundação da COPTIL (Cooperativa de Produção Trabalho e Integração LTDA) em 1990, a COPAUL (Cooperativa de Produção Agropecuária Libertadora) fundada em 1991 e a fundação da COOPERAL (Cooperativa Regional dos Assentados) em 1992. (SOSA JR:2000)

A cooperação agrícola teve início com a fundação da COPTIL no assentamento Conquista da Fronteira. Neste momento os assentados decidiram por montar uma Cooperativa de Produção Agrícola, organizados em um quadro formado por 41 famílias para trabalhar a terra de forma coletiva, sendo todos os instrumentos de produção utilizados pela coletividade.

Os trabalhos neste primeiro momento eram definidos por setores. Entre eles estavam: administração, transporte, horta, gado leiteiro, sementes, frangos, máquinas, creche e refeitório. Esta estrutura manteve-se até o ano de 1994, quando limitações referentes a diferenças culturais da região de origem dos assentados, deficiências estruturais, distância do comércio local e péssimo estado de conservação da estrada de acesso ao mercado consumidor, fizeram com que houvesse em determinados períodos ociosidade de mão-de-obra, gerando assim um custo alto e retorno muito baixo à cooperativa.

Em 1994, o quadro social da cooperativa foi reduzido ao número de 29 famílias associadas. Sua forma organizacional foi alterada deixando de ser uma cooperativa de produção coletiva para tornar-se uma cooperativa de prestação de serviços e de comercialização.

A nova organização operacional da cooperativa mostra-se mais eficiente à medida que começa a prestar serviços a produtores que não fazem parte de seus

quadros, conseguindo com isto investir em novos maquinários e reinvestir o restante na cooperativa.

A cooperativa, no ano de 2000, possuía ensiladeira, colheitadeira, tratores de grande porte e equipamentos para a produção de sementes de olerícolas para a prestação de serviços junto à produção dos assentados. Além destes materiais a cooperativa é atualmente proprietária de um mercado em Hulha Negra; possui duas casas residenciais, onde moram os funcionários do mercado (produtores deslocados de suas atividades no campo para gerenciarem as estruturas montadas). A cooperativa também é proprietária de um caminhão que serve ao mercado e presta serviços no período de safra de arroz. Em sociedade com a COOPERAL, montaram um frigorífico na cidade de Hulha Negra, para o abate de suínos e bovinos.

Fora da COPTIL, as famílias de assentados começaram a se organizar em grupos informais e associações com a finalidade de aumentar a produção através da compra de máquinas e implementos agrícolas. Dentro desta proposta foram organizadas 23 associações, que através de reuniões e conversas de suas principais lideranças resolveram se organizar em uma grande associação.

Com o objetivo de montar uma grande associação que pudesse congregiar todos os grupos existentes nos assentamentos da região foi que em 1991, após a união das associações existentes, foi fundada a Cooperativa Agrícola Libertadora (COPAUL). Esta cooperativa organizou as suas atividades em setores que seguiam as mesmas linhas da COPTIL. No entanto, devido a problemas referentes a frustrações de safras, aos gastos excessivos com a manutenção das famílias e à fragilidade no processo gerencial administrativo teve o seu período de existência curto. Em 1993 sofreu um processo de esfacelamento irreversível. E em um período posterior o quadro restante da cooperativa decidiu diluí-la e entregar o seu patrimônio para saldar as dívidas existentes.

Após a criação das duas CPAs, mesmo passando por estas dificuldades, ocorreu dentro dos assentamentos uma divisão entre famílias organizadas em cooperativas e famílias que optaram por trabalharem de forma individual. Esta divisão fez com que os trabalhadores não cooperativados tivessem problemas para acessarem as linhas de créditos. O principal argumento dos agricultores era que a cooperativa mantinha pessoas liberadas da produção para este fim podendo com isto acompanhar os trâmites necessários à liberação de verbas e de projetos referentes à produção na pequena propriedade.

Com a necessidade de acesso à crédito por parte de todos assentados independentemente de condição de cooperativado ou não, começou a ser pensada uma forma de congregar os produtores. Seguindo estas orientações, foi que em julho de 1992, foi constituída a COOPERAL, com um quadro que congregava cerca de 450 famílias pertencentes a todos os assentamentos. Com isto todas as famílias puderam encaminhar projetos para a obtenção de recursos destinados à produção.

A cooperativa organizou as suas linhas de atuação em 1993 quando através de negociações feitas com o governo federal, foram liberados recursos para a construção de um silo-secador. Isto permitiu a cooperativa secar e armazenar os grãos produzidos por seus associados. As linhas de atuação da cooperativa também previam a construção de uma rota de transporte de leite e a organização do setor técnico, dando ênfase à produção de sementes de olerícolas.

No entanto, uma grande crise econômica faz com que em 1994 a direção da cooperativa fizesse uma análise do custo para a manutenção das linhas de atuação que haviam sido definidas. Esta análise dos gastos efetuados fez com que, em 1995, a cooperativa contratasse recursos vindos do governo Federal dando assim novo fôlego na produção dos assentamentos. Esta dificuldade fez com que as atividades produtivas fossem organizadas dentro das matrizes produtivas da região. Além disso, a cooperativa inaugura, em 1996, no assentamento Conquista da Fronteira um novo mercado para abastecer os assentados de alimentos, ferragens, produtos escolares, produtos veterinários e farmacêuticos.

Devido a estas características da produção desenvolvidas nos assentamentos (mecanização/agroquímicos, integração) começam a discussão sobre os motivos que provocaram sua expropriação, seu reassentamento, sua (re)territorialização neste novo espaço. A planificação das técnicas é vista por uma parcela dos assentados como uma forma de submissão do agricultor à agroindústria. Sua discussão ainda passava pela análise de suas aspirações e desejos, muitas vezes distantes de sua realidade. Agora diferentemente desses períodos anteriores, os desejos e aspirações seguem racionalidades exteriores que necessitam de uma organização diferenciada e que nem sempre se encontra em consonância com o lugar aonde irá/serão implantadas.

Esta racionalidade tende a servir com maior eficiência os capitais internacionalmente estabelecidos. Estes, instalados em um determinado lugar,

tendem a criar estruturas (fixos e fluxos)⁴, com a função de otimizar o retorno de seus investimentos.

Sobre a razão técnica e a sua atuação frente à natureza GONÇALVES (1993, p. 118) coloca que *A 'razão técnica' está preocupada com o agir-com-vistas-a-um-fim-imediato*. Está ligada à intervenção do homem na natureza, aos processos de trabalho. (...) No entanto, como vivemos numa sociedade marcada pelo produtivismo, a 'razão técnica' tornou-se a 'única razão'. [grifos do autor]

Questões referentes ao meio ambiente/ natureza só são pensadas em primeiro plano quando a sua degradação chega a níveis críticos (grandes desastres), e principalmente quando a degradação influencia em outras atividades produtivas. Neste momento ocorre uma união com um objetivo comum – restaurar o lucro que está prejudicado – que em muitas vezes necessita da preservação da natureza.

A percepção da degradação só se esboça quando de alguma forma afeta o lucro do capital empregado, quando isto não ocorre à degradação é consentida e controlada através de órgãos ambientais sucateados e com aplicação de multas irrisórias que em inúmeros casos são contestadas na justiça e não raras às vezes suspensas.

É neste contexto que surge a proposta formulada pelo MST de modificações na forma de produzir nos assentamentos se contrapondo a perpetuação do atrelamento do pequeno produtor às grandes empresas produtoras de maquinários e de agrotóxicos. Desenvolver tecnologia adequada à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável; buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos. (A vida no assentamento, 1997, p. 6)

Partindo destes pressupostos foi que em 1997 a COOPERAL priorizou nos assentamentos formas de produção sustentável, tendo como carro chefe na região a produção das sementes agroecológicas BIONATUR. A produção deste tipo de sementes trás consigo uma nova racionalidade contrariando assim as grandes empresas que monopolizam o mercado deste produto, isto porque preconiza a não utilização de insumos que possam ser agressivos ao ser humano e ao meio

⁴ Os fixos são os instrumentos de trabalhos e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens; os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também a explicação dos fenômenos de distribuição e do consumo. Maiores explicações sobre fixos e fluxos consultar SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo, Hucitec, 1988.

ambiente, e também por que buscam a autonomia do produtor frente à agroindústria. Esta modificação na forma de produzir proporcionou a introdução do conceito de agroecologia em todas as áreas da produção. Assim mesmo, este tipo de produção, sofreu no seu primeiro ano de implantação uma certa restrição devido ao fato de ir contra as formas de produzir já cristalizadas no cotidiano dos produtores.

A aceitação desta nova forma de produzir no campo foi dando espaço para a introdução de várias outras técnicas que vem a somar esforços para a introdução cada vez mais abrangente do conceito de agroecologia, de desenvolvimento sustentável e de cooperação nos assentamentos.

Isto pode ser vislumbrado no depoimento dado por Leandro Konzem⁵ que é técnico agrícola e um dos responsáveis pela manutenção das lavouras de sementes agroecológicas nos assentamentos, quando coloca que:

“Quando eles aceitaram a tecnologia, esta forma de produzir que eles não conheciam esta forma, que era novidade depois foi tudo uma seqüência que ai foi desencadeando outros processos como agora estamos conseguindo não só não aplicar o fungicida ou inseticida enfim, e sim fazer um fermentado que é um adubo que é o biofertilizante que a gente faz e faz também chás tipo assim do cinamomo para controlar o pulgão e etc, etc. Então se começou este trabalho no primeiro ano e agora estamos fazendo quebra vento, adubação verde e outras coisas mais que vem na verdade a somar na questão da lavoura agroecológica . . .”

Este projeto iniciado em 1997 coordenado por João Rockett abrangia um universo de 12 famílias assentadas; três anos depois já contava com 55 famílias trabalhando de forma individual, e algumas outras trabalhando de forma coletiva na produção de sementes. O processo de produção coletiva vem a reforçar o caráter cooperativo que existe nos assentamentos, já que conforme Leandro Konzem nós queremos é dividir o pão, as empresas capitalistas querem o lucro [...] nós não nos queremos é dividir o pão.

Fora o projeto de sementes agroecológicas, que é uma experiência única na América Latina, ainda se tem experiências ligadas à área de permacultura, que trabalha com soluções auto-sustentáveis e modelos de ecovilas. Este projeto é importante para o MST à medida que se pretende caminhar em direção a uma proposta de assentamentos onde as soluções empregadas para resolver os problemas da propriedade seguem linhas ecológicas.

⁵ Depoimento prestado no ano de 2000 no acampamento do Quebracho junto a estrada que liga Hulha Negra a Bagé, Leandro Konzem hoje é assentado na região.

Ainda seguindo esta linha voltada à ecologia está o tratamento veterinário que tenta implementar uma nova racionalidade no tratamento com os animais. Isto ocorre, pois dentro de uma proposta agroecológica é necessário que todo o tipo de produção que é desenvolvida dentro da propriedade tenha um direcionamento que melhore as condições de vida do agricultor, diminua os custos operacionais, e leve em consideração o ambiente. Segundo o veterinário Luiz Carlos Alves responsável pelos assentamentos de Hulha Negra:

“No nosso trabalho diário existe uma resistência muito grande do agricultor em trabalhar com plantas, o próprio sistema já condicionou ele a usar o medicamento, a gente trabalha muito a questão de dias de campo colocando a importância das plantas em função dos sintomas que aparecem mais na região, e esta questão da fitoterapia se encaixa na questão da agroecologia, na região no bloco da Hulha Negra já está bem difundida tem vários produtores que trabalham só com plantas, pra nós que somos técnicos é interessante porque nós não temos essa formação na universidade. Nós trabalhamos muito a questão do resgate popular...”

É importante salientar que mesmo sofrendo alguma resistência, o projeto traçado pela cooperativa, em conjunto com técnicos e alguns cooperados na área da agroecologia, está sendo desenvolvido em todas as áreas da produção nos assentamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do espaço agrário brasileiro montado na concentração de terras e na exclusão do pequeno produtor do campo é uma característica que se mantém ao longo dos períodos no cenário nacional.

Os assentamentos na campanha gaúcha surgem em um lugar onde o latifúndio pecuarista detinha a primazia territorial e política, por este motivo sofrem uma pressão muito grande nos períodos iniciais a sua implantação. A nova forma de produção preconizada coloca em cheque o poder dos latifundiários pecuaristas da região, que cada vez mais se organizam para deter a territorialização dos assentamentos no que seria o lugar do latifúndio pecuarista na região.

A implantação e desenvolvimento de assentamentos na campanha gaúcha, mais especificamente no município de Hulha Negra, não sucumbem aos esforços feitos pelos latifundiários locais para o seu fracasso, ao contrário utilizam-se das dificuldades impostas para reforçar os seus objetivos e suas reivindicações frente a sociedade.

Com isto demonstram que a forma de produzir baseada no minifúndio é viável e desenvolve-se satisfatoriamente em períodos de conflitos, isto é colocado porque a pequena propriedade é vista como frágil frente aos inúmeros problemas ligados a produção no campo, o seu desenvolvimento em um lugar onde conflitos políticos são somados a dificuldades no setor produtivo derruba o mito da fragilidade da pequena propriedade.

Além da superação das dificuldades impostas pelo latifúndio, os pequenos proprietários assentados da regional de Bagé através de sua organização no setor político e econômico implantam na região uma nova forma de produzir baseada na agroecologia e na preservação do meio ambiente local, fazendo assim que os pequenos produtores assentados da região aos poucos se desliguem da forma tradicional de produzir (uso de agrotóxicos, maquinário pesado etc.) que em muitos casos foi o fator que os inviabilizou como pequenos produtores.

Consideramos que a forma de desenvolvimento no campo proposta pelo MST e exposta neste trabalho mostra-se como uma alternativa viável a (re)territorialização daqueles que desterritorializados buscaram novas formas para se enraizarem à terra. São novos territórios virtualmente mais abertos e multiculturais, proporcionando assim maior liberdade de opções e de manifestações de pluridentidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDES, Nilo. Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul. Separata do Boletim Geográfico, ns. 171 novembro/dezembro de 1962 e 172 janeiro/fevereiro de 1963, IBGE – Conselho nacional de geografia, Rio de Janeiro 1963.

BROSE, Markus. Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, 2000 (reimpressão).

COCEARGS. A vida no Assentamento. Porto Alegre, 1997.

GONÇALVES, C. W. P. Os (Dês) Caminhos do Meio Ambiente. São Paulo, 4. ed., Contexto, 1993.

HAESBAERT, Rogério. Latifúndio e identidade regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. Da desterritorialização a multiterritorialidade. In: Anais do IX Encontro da ANPUR. Vol. 3, Rio de Janeiro, 2001.

- MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. As formas de produção e a emigração rural no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, dissertação de mestrado, 1988.
- Sérgio Leite. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. (trad.) Maria Cecília França, São Paulo, Ed. Ática, 1993.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Efeitos Sociais da Modernização da Agricultura. In: SZMRECSÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (org.). História Econômica do Brasil Contemporâneo. São Paulo, Hucitec, 1997, p 251-263.
- SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico. São Paulo, Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- STÉDILE, João Pedro. (org.) A Questão Agrária Hoje. Porto Alegre, editora da Universidade/ UFRGS, 1994.
- STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente – A Trajetória do MST e a Luta Pela Terra no Brasil. São Paulo, ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Pequena História da Agricultura no Brasil. São Paulo, Contexto, 1990.
- SZMRECSANY, Tamás; RAMOS, Pedro. o papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: História e Perspectivas. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1994.
- SILVA, José Graziano da. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

DIREITO À TERRA ENTRE REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO VALE DO RIBEIRA DE IGUAPE: DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIAIS EM FACE DE POLÍTICAS AMBIENTAIS E PROJETOS DE BARRAGENS

Renata Medeiros Paoliello
Fundação Santo André – FAFIL
reluz8@uol.com.br

RESUMO: Os sitiantes posseiros do Vale do Ribeira, historicamente inseridos em redes de relações de parentesco, comerciais e políticas, que sustentam seu direito a patrimônios territoriais, em geral constituído por apossamento, em face de políticas ambientais e de pressões ligadas à construção de barragens, vêm atualizando uma “condição camponesa”, buscando repor o vínculo entre terra e trabalho, por meio da incorporação de uma identidade quilombola, quando esta lhes é atribuível, nos termos do dispositivo constitucional 68. Nesta recomposição de uma ruralidade, novos sentidos adquire o rural, na medida em que atualizam também, no presente, suas redes políticas e de atividades, para as quais dirigem suas estratégias individuais e familiares, em busca de alternativas de produção e de trabalho complementar, urbano ou rural, de inserção na arena política, bem como de agenciamento de seu patrimônio cultural para consumo ecoturístico.

PALAVRAS-CHAVE: ruralidade – condição camponesa – pluriatividade – remanescentes de quilombos – políticas ambientais - estratégias reprodutivas

Introdução

A partir de uma etnografia de um conjunto de “bairros rurais”, distribuídos em dois municípios do Vale do Ribeira paulista – Eldorado e Iporanga -, hoje definidos como remanescentes de quilombos¹, o que se pretende aqui é esboçar uma interpretação dos processos sociais que os vêm re-configurando. E, com isto, levantar algumas questões pertinentes aos estudos sobre o espaço rural brasileiro contemporâneo, especialmente no que toca a um mapeamento de sua diversidade empírica, para sugerir, a partir dela, algumas linhas de comparação em face de outros contextos, que também

¹ Ao longo da estrada que liga Eldorado a Iporanga, margeando o rio Ribeira à direita e passando pela Caverna do Diabo, localizam-se vários “bairros de pretos”: Sapatu, André Lopes, Nhunguara, e Castelhana. E Ivaporunduva, Pedro Cubas, São Pedro e Pilões na margem esquerda, ao lado de outros, rio acima, já em direção ao alto Ribeira, que configuram particularmente a situação aqui abordada.

compartilham, além da condição de remanescentes, a incidência das políticas conservacionistas, bem como de interesses ligados à captação de recursos hídricos.

O que se visa, especialmente, é uma reflexão sobre se e como uma “ruralidade”, no contexto regional em foco, vem se processando e modificando, e como ali se atualizam identidades. Esta trajetória se desenrola pontuada por intervenções governamentais visando a regularização fundiária e a reforma agrária, nos anos 80, pela recorrente possibilidade de construção de quatro barragens no Ribeira², e por restrições ambientalistas incidentes sobre as formas usuais de apropriação e uso da terra e dos recursos naturais na “última reserva de Mata Atlântica” do estado.

O Vale do Ribeira, abrangendo o sudeste de São Paulo e o nordeste paranaense, costuma ser apontado como região em crônico atraso relativamente ao desenvolvimento agro-industrial paulista. Um dos fatores pelos quais se costuma explicar esse descompasso, entre outros, relativos a solo e clima, é a indefinição fundiária. Esta indefinição pode ser acompanhada em um trajeto histórico no qual o Vale, já no século XIX, deixa de integrar-se à economia cafeeira, sofrendo a drenagem do braço escravo para as regiões do planalto, e o abandono de terras, dadas de sesmaria e/ou ocupadas por posse.

Este quadro conforma aquilo que alguns entendem como processo de “caipirização”, ou seja, o refluxo para uma agricultura “de subsistência” (Muller, 1980), itinerante, ou “de coivara” (Petrone, 1961, 1966). Do ponto de vista das relações sociais, esta prática se sustenta numa dinâmica constante de re-apossamentos e de reconstituição de “pequenos” patrimônios territoriais, em face da disponibilidade de terras. E se processa precisamente a partir do período de vigência da Lei de 1850, cujas exigências de divisão geodésica e de registro de propriedades até então constituídas por posse, nesta, como em outras regiões do país, não são acessíveis aos pequenos sítiantes.

Emerge daí um perfil de indefinição do que é propriedade particular ou terra devoluta, e de imprecisão de divisas e de títulos, agravado pelo dispositivo da Constituição de 1891 que transfere o devoluto aos estados, Bem como pelo decreto 19924, de 1931, que veta a apropriação da terra devoluta por posse, e dá suporte à política de discriminação de terras, em particular do governo do estado de São Paulo, por meio de ações discriminatórias, de resto até hoje inconclusas.

² As barragens projetadas são quatro: Batatal, Funil, Itaoca e Tijuco Alto, envolvendo interesses da Companhia Brasileira de Alumínio, empresa do Grupo Votorantim

A indefinição fundiária, no Vale, vem, assim, sendo alimentada desde os anos 30, por uma política “patrimonialista” do governo estadual, embora se tenha tentado promover a regularização (GEAF/SEAF, 1987). Vem se constituindo, portanto, como terreno fértil para a especulação imobiliária e para conflitos por posse e domínio. Este é o cenário da intervenção para regularização e reforma agrária, na segunda metade dos anos 80.

A intervenção logo se dilui, substituída pelo preservacionismo, em face da mudança de prioridades na agenda política. A política ambientalista atinge, entre outros, os pequenos posseiros e suas formas correntes de apropriação e cultivo da terra, além de traçar as divisas de parques estaduais principalmente sobre a terra devoluta, nas quais se localiza boa parte das áreas de posse, impedindo sua expansão. Esta limitação à disponibilidade de terra é significativa, mesmo nos casos de recuo das divisas de parques em função do reconhecimento como remanescentes de quilombos³.

Agrega-se ao risco implicado na política ambientalista, um outro, projetado desde os anos 60, retomado e confrontado com ela: o da construção das barragens, sob a justificativa da promoção do desenvolvimento regional e da ampliação da oferta de postos de trabalho (DAEE/BRASCONSULT, 1966; Queiroz, 1967), conformando um quadro de disputas que envolve vários agentes, movimentos sociais e redefinições de alianças.

Ao problema fundiário, nunca solucionado, sobrepõem-se então a política ambientalista e os interesses envolvidos nas barragens. Em face desse quadro, os moradores dos bairros que são o alvo direto dessas incidências – em particular os sitiantes posseiros do médio e alto Ribeira – encontram no artigo 68 da Constituição, quando podem invocá-lo a seu favor, a possibilidade de assegurarem seus patrimônios territoriais, compondo estratégias jurídico-políticas de reafirmação de um direito à terra.

Este direito é o que uma etnografia permite entender como historicamente construído, oriundo do apossamento, da abertura da mata ao cultivo, que constitui a condição de sitiante, a autonomia de “dono”. “Posseiro”, nesse sentido, é categoria que atualiza, nos contextos mais recentes de disputa, “dono”, fundada no ato que inaugura o patrimônio, exprimindo no espaço e no tempo, pelo parentesco e pela herança, o vínculo familiar, não só referido a conjugalidade e filiação, mas também a uma genealogia bilateral que pode assegurar direitos em outros sítios e bairros. Esta é a rede que

³. É o caso do Parque Estadual Intervales, que fechou os fundos de bairros como Ivaporunduva, São Pedro e Galvão, à margem esquerda do Ribeira, entre os municípios de Eldorado e Iporanga.

constitui os bairros e seus conjuntos, conformando as possibilidades de trânsito entre um e outro. Mas a condição de dono, e de sucessor, que deriva dessa rede, define antes de tudo um lugar social que ultrapassa o local, uma identidade que se projeta na vida pública, nas cidades, na cena política. Não por outro motivo, mais recentemente, a alegação do direito possessório, nos planos jurídico e político, manifesta-se como um valor forte na orientação de estratégias em situações de conflito (Paoliello, 1998; 1999).

Esses aspectos, que se manifestam nos remanescentes, são compartilhados com outros, não remanescentes, incluindo, além da condição possessória, formas organizativas relativas ao parentesco, à sociabilidade, crenças, vínculos extra-bairro, mobilidade territorial e práticas de cultivo, entre outras. Embora manifestem uma gama de origens e arranjos distintos, um traço é comum: o direito de posse é concebido como individualizado na pessoa do “dono”, que, ou abriu a mata, fundando o direito, ou o recebeu por compra ou herança. Em face desse *ethos*, a presença de interesses ligados às barragens, por um lado, e ao ambientalismo, por outro, surge como ameaça à expectativa, sempre reposta e sempre frustrada, do reconhecimento do direito à terra, vindo do apossamento, da abertura da mata ao cultivo, que constitui a condição de sitiante, a autonomia de “dono”, transmissível aos herdeiros.

No entanto, um aspecto importante que este campesinato propicia destacar é o de que o vínculo com uma parcela fixa de terra não é tão decisivo quanto em outros contextos rurais, mesmo em face da recente restrição à disponibilidade de terras na região. Estudos como os de Pereira de Queiroz (1973a; 1973b) e Candido (1979) permitem relacionar esse aspecto à mobilidade histórica de um campesinato autônomo, para o qual ela é um fator decisivo na incorporação da terra às relações sociais, a princípio como patrimônio. É esta mobilidade que se atualiza, abrindo possibilidades de trânsitos, retornos e fundações de novos sítios e bairros, sustentados pelas redes de parentesco que se projetam no espaço, constituindo conjuntos de bairros, à medida que, para o recém-aberto, chamam-se os parentes para constituírem vizinhanças. Estas dinâmicas se conformam, assim, em redes móveis, mais importantes que a terra, ela própria móvel, sendo o parentesco o instrumento de sua reposição.

As práticas de movimentação, orientadas para a reposição dos patrimônios territoriais, seja em locais já estabelecidos, seja pela abertura de novos espaços, favorecem estratégias diversas e recorrentes de atualização da condição de sitiante. Inclui-se aí a destinação dos patrimônios a reserva de valor, para eventualmente serem revertidos em dinheiro, para que se adquira terra em outro local, mais terra, ou mesmo

moradia urbana, quando a escolha é a de saída, total ou parcial, da terra. Na situação presente, de quase ausência de alternativas de produção e de baixa oferta de trabalho, e de risco de fechamento da terra, procuram-se redefinir estratégias de acesso a ela, acionando-se uma gama de possibilidades que essa menor fixação e a mobilidade propiciam: novos apossamentos, compras, arrendamentos, bem como a reivindicação de um direito como remanescente de quilombo, podendo-se sugerir que aí opera um *habitus* aberto à mudança.

Esses processos levam a repensar os sentidos atribuídos à terra. Patrimônio herdável, mas também divisível e negociável, certamente um capital simbólico, já que é o atributo de “dono”, pode tornar-se reserva de valor. No limite, sua venda assegura a passagem à vida urbana, quando este é o caminho escolhido. A terra-patrimônio pode ser re-significada sob todas estas modalidades. E é aí que o direito a ela pode se converter em demanda de inserção nos campos jurídico e político.

Na situação presente, focalizar as possíveis reconstruções de uma ruralidade, a partir de tais mecanismos e estratégias, implica em considerar a variedade de arranjos para fazer face às dificuldades produtivas e ao vínculo não legalizado com a terra, cuja precariedade é percebida. Em particular diante das incertezas quanto ao futuro do patrimônio, que conduzem a mudanças de expectativas e projetos, especialmente no que toca ao destino das novas gerações. Formulam-se nesta situação, estratégias familiares, em particular as voltadas ao trabalho não agrícola, e/ou fora do sítio ou bairro, para que se obtenham ingressos monetários que assegurem a continuidade do patrimônio, freqüentemente destinado, hoje, a moradia.

Nesse sentido, devem-se levar em conta tanto os aspectos compartilhados entre os remanescentes e os não remanescentes - quais sejam, a condição possessória e as formas organizativas relativas ao parentesco, à sociabilidade, à mobilidade territorial, aos vínculos extra-bairro e a práticas político-culturais orientadas por um *ethos* cujo núcleo é o reconhecimento do direito à condição de “dono” de um patrimônio territorial - como aqueles específicos aos remanescentes. Tendo em vista que uma identidade quilombola é ali acionada estrategicamente em face da possibilidade de permanência assegurada por um instrumento legal, cabe refletir a respeito de como uma ruralidade pode assumir, nesses contextos, inflexões particulares. Além disso, apresentam alguns diferenciais quanto a suas origens, seus arranjos, e a situações mais recentes de risco de perda dos patrimônios e de intervenção estatal. São estes aspectos que se visa sistematizar, levando em conta a incorporação de uma identidade estratégica e seus

trajetos. No momento reconhecidos como remanescentes de quilombos, ou em vias de o serem, os moradores dos bairros se articulam ao cenário macro-político, opondo-se às barragens, que atingiriam principalmente suas áreas de cultivo, e às interdições ambientais, que inviabilizam o uso dos recursos e fecham as áreas de expansão com as divisas de parques.

Por outro lado, se no presente ganha força a avaliação negativa da implantação das barragens, porque o risco de perda da terra sem indenização se sobrepõe ao discurso do desenvolvimento e da oferta de emprego, com relação ao ambientalismo, uma primeira hostilidade agora parece abrandada: os ecologistas podem ser aliados contra as barragens, e as atividades ligadas ao eco-turismo surgem como possibilidades que não atingem o direito ao patrimônio. Isto parece dever-se tanto a um momento mais confortável relativamente ao reconhecimento como remanescente, que reforça a oposição às barragens, e no limite viabiliza exigir indenização pela terra inundada. Como também, diante de condições reprodutivas que refletem a crise por que passa o principal produto comercial da região – a banana -, abre nova perspectiva de atividade rentável, fundada justamente no direito a um patrimônio que ultrapassa o estritamente territorial, comportando dimensões culturais que podem funcionar como capital simbólico no circuito eco-turístico.

Em face de tais limites e desafios quanto a condições produtivas, situação fundiária e políticas públicas, a pluriatividade vem se constituindo como um aporte decisivo, integrando-se a redes de relações que o parentesco prefigura, mas que o ultrapassam e englobam, levando a reconsiderar as especificidades do espaço rural, e indagar, do ponto de vista das estratégias familiares e individuais, e das reformulações identitárias, a respeito de como se atualiza ali uma ruralidade, envolvendo aspectos não territorializados das dinâmicas localizadas, diante desse contexto, em que múltiplas experiências, estratégias e identidades se organizam, e se entrecruzam com uma identidade político-territorial decisiva para a manutenção da terra. Trata-se de acompanhar os possíveis desdobramentos dessa experiência, qual é o sentido da terra no presente, o que significa ser, nessas circunstâncias, remanescente de quilombo, e quais as expectativas e projetos envolvidos nessa escolha.

Assim, o destaque à tendência à organização familiar pluriativa, como fenômeno marcante no espaço rural contemporâneo (Schneider: 2003), permite abordar as identidades formuladas pelos agentes sociais enquanto relacionais e políticas (Cunha: 1986), bem como ficar atento a uma flexibilidade de suas categorias culturais e de suas

práticas, favorável a ajustes que, mais do que orientados para a reafirmação de um modo de vida particular, procuram reconstruir um espaço social de existência que demanda inclusão jurídica e política, através do reconhecimento de direitos.

A pluriatividade, portanto, é o fenômeno privilegiado como ponto de partida revelador de uma dinâmica de redes cujo núcleo é a família, unidade que procura agregar terra e trabalho, mas que também se move em relação a níveis crescentemente ampliados de parentesco e de atividades, culturais, políticas e econômicas. São estas redes de relações que se considera como propícias a uma visão sistemática dos processos econômicos, sociais, culturais e políticos em curso neste espaço rural. Pode-se, assim, deixar de lado a pré-construção que opõe rural e urbano, e dificulta a apreensão de interações cujo epicentro é o espaço urbano (Garcia & Grynspan: 2002). Em busca dessas redes, a observação recai sobre os indivíduos e seus movimentos atravessando fronteiras entre espaços, em direção a campos de ação crescentemente ampliados, para apanhar a organização de seu fluxo (Vincent:1987).

O foco sobre as famílias, assim, não prioriza o aspecto de sua fixação em uma determinada unidade territorial, pois, para o contexto em questão, a mobilidade territorial é a tônica. Ela pode ser interpretada como um *habitus* ligado à posse, fundamental para a autonomia, valor relevante do ponto de vista desses agentes. A mobilidade, como vimos, é o instrumento constitutivo e reconstitutivo dos patrimônios territoriais, projetando no espaço físico as redes de parentesco. Mas também é suportada por outras redes de atuação, complementares, que se projetam a partir do âmbito do parentesco, dirigindo-se a outros níveis de relações sociais, agregando-lhe uma dimensão política, na medida em que a partir dele se definem direitos, e, portanto, tomadas de posição frente a outros grupos e interesses, ao mercado e ao Estado. Assim, a noção analítica de que lanço mão para pensar as relações e processos sob observação é a de “condição camponesa” (Bourdieu: 1987, 4), tal como pode ser posta no contexto presente destes remanescentes.

Entre os agentes em pauta, esta condição, do ponto de vista histórico, carrega uma auto-representação como possuidores de um direito à terra, constituído principalmente porque têm o papel de abri-la ao cultivo. Direito este a ser reconhecido e legitimado, assegurando-lhes um lugar nessa estrutura, pelo que sua identidade manifesta seu cunho político. Como visto, esta condição se atualiza, orienta-se por um senso prático (Bourdieu: 1980). O que significa que incorpora novas determinantes e orientações estratégicas diante de mudanças, re-significando práticas e representações.

Tal abordagem, supõe-se, propicia a análise das estratégias do *habitus*, de seus desajustes e reajustes em face de condições objetivas que se modificam.

Assim, o que se procura traçar é um perfil em movimento dos sitiantes posseiros do Vale do Ribeira, em particular daqueles que lançam mão de uma identidade quilombola, articulada a outras, conformando distintas estratégias de ingresso na arena política. Tais identidades e estratégias, como vimos, adquirem seus sentidos por referência a expectativas, projetos e arranjos familiares, orientados por possibilidades e limites variáveis no que toca à produção, às condições de mercado, à disponibilidade de terra, à oferta de trabalho, às perspectivas de destinação das novas gerações à vida urbana.

Considerando esse quadro, e o conjunto de estratégias que o caracteriza, com o objetivo de problematizar a discussão em torno dos conceitos aproximando-a do empírico, cabe retomar brevemente o traço distintivo dessas situações, a tendência a uma organização familiar pluriativa. De saída, é preciso, para justificar a escolha de um foco voltado à família, portanto a sua relação com a “unidade de produção e consumo”, que também é o “sítio”, dentro do “bairro”, o patrimônio fundado ou herdado, ressaltar a dinâmica presente, marcada pela dificuldade produtiva e de mercado, pela limitação da terra disponível, e da atividade agrícola, o que em geral vem transformando as unidades em local de moradia. Em suma, à medida que produção e consumo atravessam um momento crítico, estratégias alternativas entram em ação, conformando o que se está reconhecendo como pluriatividade.

Não se pode esquecer de assinalar aqui o aspecto comunitário dessas situações de “bairros”, como importantes análises do meio rural brasileiro destacam (Candido: 1979; Woortmann: 1983, 1995; Queiroz: 1973). No entanto, no caso do Vale, percebe-se uma tendência à individualização dos sítios, que se expandem a partir de um núcleo central, como patrimônios de famílias conjugais que avançam para o sertão, para o “comum”, na medida em que a divisão hereditária se inviabiliza na área originária dos “bairros”, e que os limites da terra disponível são difusos. É isto que constitui a mobilidade, a rede móvel que multiplica os bairros, estabelecendo a complementaridade bairro/sítio, que viabiliza o apossamento e funda o direito de quem abriu a terra (Paoliello: 1999). No caso dos territórios negros, essa dinâmica opera igualmente, mas se especifica fortemente, em particular hoje, na vigência do artigo 68, pela referência a uma terra ancestral de um grupo de parentes (Pereira de Carvalho: 2006).

Porém, considerando essa tendência histórica à autonomização e à individualização do patrimônio familiar, que marca esse contexto de campesinato livre e posseiro, bem como o momento presente, em que simultaneamente a terra se restringe, a produção agrícola se enfraquece, e as alternativas ocupacionais não deixam de se oferecer, embora escassas, o que se vê é uma rarefação dos laços comunitários. Isto em virtude de uma avaliação desfavorável dos custos das formas tradicionais de cooperação, da possibilidade de compra de trabalho eventual e, acima de tudo, da possibilidade de assalariamento complementar, inclusive não agrícola, e de outras atividades, como o pequeno comércio, serviços, emprego público, etc.

Tudo isto conduz a uma reformulação das orientações culturais, reforçando estratégias de individualização e de organização interna às famílias. Mais do que isto, o declínio da atividade agrícola leva a uma re-significação do patrimônio, que não mais é visto apenas como lugar de trabalho e de vida. Como já dito, novos sentidos se sobrepõem, e ele se torna também local de moradia e objeto de valorização econômica. A referência aos sentidos tradicionais converte-se em demanda política e ponto de articulação da identidade.

Cabe então entender como a reposição do vínculo entre terra e trabalho, que essa identidade reivindica, alimenta a recomposição de uma ruralidade que, ao mesmo tempo, opera segundo estratégias que incorporam a atividade não agrícola, podendo-se inclusive lançar mão da referência ao patrimônio como bem de consumo cultural revestido de privilégios jurídicos, para a permanência na terra.

O foco na família e na orientação pluriativa, então, faz-se relevante para abordar essa dinâmica, econômica, cultural, política e territorial – e território aqui agrega todas essas dimensões –, e não pretende assumir uma feição estritamente econômica na abordagem do vínculo entre terra, trabalho e família. Como é possível perceber, tal enfoque não é suficiente para o entendimento dos processos sociais que estes contextos acionam. Especialmente, trata-se de entender o sentido das práticas pluriativas como meio de repor um vínculo com o patrimônio, territorial e cultural (Wanderley: 2001, 35).

Resta, contudo, relembrar as re-significações desse patrimônio no contexto dos quilombos, tensas, na medida em que opõem patrimônios familiares e patrimônio coletivo, em face do dispositivo legal que impõe a titulação do conjunto territorial em

nome das associações de moradores, e torna a terra inalienável ⁴. E ressaltar que a observação de estratégias familiares de organização do fluxo de pessoas, ao longo de redes que atravessam espaços sociais, é central para que se possa pensar se e como se recompõe um rural. Bem como a incidência disto sobre dinâmicas territoriais que, no caso dos quilombos, atualizam tensões internas, relativas a direitos especificados e distintos, à sucessão hereditária (Pereira de Carvalho: 2006) e à titulação da “terra-território” em nome de uma associação, e de modo inalienável, além de não se conformar como título de propriedade. Como hipótese, constitui-se, aí, um mecanismo de “exclusão” de herdeiros, e de reforço do trânsito de pessoas para atividades assalariadas e/ou não agrícolas, de reativação de práticas de apossamento, de migrações, e mesmo de reorientação dos valores familiares e de pertencimento ao grupo de parentes.

A importância deste enfoque está no destaque que dá à família, mais do que à comunidade, como estrutura de inserção no contexto englobante contemporâneo, o que, como já comentado acima, constitui uma linha de força nas situações de quilombo aqui focalizadas, como a organização pluriativa e a dinâmica de redes que ela alimenta indicam, apontando para as formas de mediação que se reconfiguram no presente, e que não passam mais prioritariamente pelos poderes locais, pelos centros urbanos mais próximos. As estruturas mediadoras, hoje, estão em um plano mais macro, relacionado à produção, à ordenação fundiária, ao mercado, à política, aos valores que se incorporam, etc., como nota Schneider (: 2003). Tenha-se em conta o próprio efeito do dispositivo constitucional, e da presença efetiva das agências estatais de diversos escalões, bem como de agências não governamentais, incluindo aí as ambientais, e os movimentos anti-barragens, nas reafirmações locais de um direito à terra.

São essas mesmas mediações que apontam para uma apreensão de arranjos em movimento. Para as situações em questão, isto se orienta para a análise de trajetórias de dissolução e/ou de recomposição de um rural. E não só as mediações sugerem uma abordagem processual, mas também aquela mesma “lógica familiar”, ou um *habitus* de mobilidade ao longo de redes – de parentesco, comerciais, políticas e territoriais – já inscritas numa “tradição” que se pode considerar aberta à mudança.

⁴ . De acordo com o artigo 2º da Lei estadual nº 9757/97, o título de legitimação de posse deve ser expedido a cada associação representante da coletividade remanescente, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade (grifos meus)

Com isto não se quer negar a vigência de um *ethos* camponês em qualquer momento dessa trajetória, ou fechar os olhos para os momentos dramáticos em que estes contextos sofreram rupturas, mas apenas sugerir que este *ethos* – que afinal não necessariamente exclui, aqui como alhures, atividades variadas e não agrícolas - agrega uma flexibilidade decisiva para as atualizações de um “modo de vida”, comportando inclusive riscos à sua permanência, acoplados às próprias escolhas familiares que procuram afastar o risco de perda da terra e da condição (Sahlins: 1990). E que esta flexibilidade se liga aos dinamismos que articulam esses contextos ao contexto mais geral.

São essas dinâmicas que a orientação pluriativa propicia acompanhar, na medida em que opera, como visto, compondo estratégias de permanência na terra, reforçando a reivindicação territorial, que se viabiliza pelo reconhecimento como remanescente de quilombo, e projetando como possível a recomposição de um rural. A partir dessas estratégias fica visível a re-significação do patrimônio territorial, que condensa hoje, como antes, as dimensões econômica, política e cultural de uma experiência social, mas que sobrepõe a ela novos sentidos, na medida em que, envolvidos em um espaço de relações ampliado e em seus processos, seus agentes incorporam novos valores e práticas, pelos quais orientam suas escolhas e fazem sua história, redefinindo sua condição.

Indagar sobre a reconstrução de uma ruralidade a partir dos contextos de sitiantes posseiros do Ribeira implica situar o tema nesse universo concreto de significações e de práticas que se orienta, dentro de seus possíveis, para atualizar um espaço de existência, em particular na condição de remanescente de quilombo. Se, nesses processos, uma ruralidade pode estar sendo reposta, isto provavelmente acontece informado por aquele “modelo móvel” de vida social, de trânsito através de redes de relações, estratégico para esses agentes, na sua incorporação localizada de transformações econômicas, políticas, culturais e técnicas. Acompanhar mais de perto este movimento permite sopesar os limites e possibilidades dessas estratégias.

Nunca é demais ressaltar que o mote dessa movimentação é repor condições de existência, é buscar saídas para as dificuldades reprodutivas, e para a precariedade do vínculo não legalizado com a terra. Mas há outros canais que não os estritamente políticos, para organizar a vida e minimizar o risco de perda do patrimônio, ou a ausência de chance para recompô-lo: a busca de atividades complementares para o ingresso de renda monetária e permanência na terra.

Esta está sendo abordada aqui, na medida em que, como dito antes, ela reforça as situações territorializadas, mas também pode mostrar caminhos de saída da terra para muitos. Em vários casos, é também reveladora de projetos de futuro. Olha-se, assim, para as estratégias familiares e individuais pelas quais a movimentação de pessoas, particularmente mulheres, jovens e não possuidores de terras, organiza-se nas redes de relações, procurando-se perceber se e como ali se delineiam projetos, particularmente para as novas gerações, em função de avaliações quanto às possibilidades presentes, no que toca a educação, acesso à terra, produção, participação política, ingresso na esfera pública, etc., e em que medida isto altera as próprias relações no âmbito privado, familiar.

Isto certamente produz efeitos na dinâmica territorial, inclusive excluindo herdeiros e repondo a mobilidade em outros locais, num momento crítico da trajetória desse campesinato para o qual ela vem sendo central, como já dito. Em suma, esses efeitos modificam a sucessão patrimonial, exigindo a definição de quem sai e quem permanece, e produzindo também outras formas de mobilidade, de incorporação de outros patrimônios, não territoriais, de capitais simbólicos que redefinem expectativas e projetos, inclusive quanto à condição “camponesa”.

Do ponto de vista das estratégias familiares, a partir das quais as diferentes categorias de agentes delineiam seus trajetos, tudo depende do grau de incerteza quanto ao futuro do patrimônio, estreitamente ligada à expectativa quanto ao futuro dos filhos. Em função das dificuldades reprodutivas e da exigüidade da terra a ser partilhada, o trabalho fora da unidade se delineia como alternativa. Um cálculo orienta a ação, procurando-se sempre redimensionar recursos, tanto destinados ao consumo quanto a um projeto de acumulação, ainda que parca. Este cálculo não se restringe aos recursos materiais. Capitais simbólicos, como educação, inserção política, etc, são valorizados. O que se almeja é contornar o fechamento efetivo da terra, inevitável, mas ainda adiável, quando se consegue utilizar estrategicamente os patrimônios, para produzir, morar ou negociar.

O reconhecimento como remanescente, como já mencionado, altera algumas dessas dinâmicas. Em particular a negociação de terras, que ocorre até um momento recente, envolve tensões internas quanto a direitos diferenciados atribuídos às famílias, e introduz estranhos, “fazendeiros”, que se aproveitam da indefinição de divisas geodésicas para promover “grilagens”. São os casos do Nhunguara (Paoliello: 1999) e do São Pedro (Pereira de Carvalho: 2006), por exemplo. Também se modifica a prática

da abertura de novas roças e sítios, porque a terra-território é demarcada, além de ficar confinada pelas áreas de parques que a circundam. Isto acontece no Nhunguara - que perde grande parte de sua área para o Parque Estadual de Jacupiranga, além da que já havia perdido para o fazendeiro para quem um de seus moradores vendeu uma parcela ⁵ -, como nos bairros à margem esquerda do rio, que a perdem para o Intervales e para o Parque Estadual do Alto Ribeira, embora, no caso destes, as divisas dos parques tenham sido parcialmente recuadas em face do reconhecimento da condição quilombola ⁶.

Essas duas modificações se juntam ao fato, já mencionado⁷, de que a titulação da terra impõe restrições a sua apropriação e a seu uso. Isto sem esquecer que se remontam às restrições ambientais incidentes não só sobre as práticas extrativas e de cultivo como às derrubadas para formação de novas roças e sítios. Demarcar a terra-território, e prescrever a natureza coletiva e inalienável do direito que a recobre, ao lado da proteção e da estabilidade que introduz, restringe e fixa a extensão territorial e fecha a possibilidade de expansão. Traz à tona, ainda, tensões internas quanto aos direitos diferenciados de uso e apropriação familiar frente ao comum, que é a moldura desses direitos específicos. Esse conjunto de limitações pode produzir o que já foi apontado acima, um processo de “exclusão” de alguns, para os quais a terra não será suficiente.

Nesse processo, certamente se formularão práticas compensatórias, de resto já vigentes, relativas a direitos de herdeiros, tais como ajuda para a continuidade dos estudos⁸, ou para aquisição de moradia ou terra em outro local. Mas também se reforçarão estratégias individuais, incluindo o abandono da atividade agrícola e da terra. Por outro lado, também arranjos no sentido de reforço a uma organização pluriativa, em que alguns permanecerão morando na unidade familiar, contribuindo com ingressos oriundos de suas variadas atividades, como também já acontece. Mais importante, o que essa compensação pode oferecer aos “deserdados” é justamente o capital simbólico que as redes de relações em que as famílias se inserem significam, em termos de oportunidades de circulação e de trabalho.

⁵ . A reivindicação dominial deste fazendeiro é contestada pelo estado, que considera sua área pertencente ao parque.

⁶ . O PETAR – Parque Estadual do Alto Ribeira – produz um grande impacto nas áreas rurais do município de Iporanga, incidindo sobre as condições produtivas e a oferta de trabalho, e gerando uma queda demográfica acentuada, na medida em que as pessoas têm deixado o município em busca de emprego.

⁷ . ver a nota 4, acima.

⁸ . Nos bairros, há ensino fundamental. Para o ensino médio, os jovens se dirigem a núcleos urbanos próximos, ou às cidades.

Em síntese, o que esta mudança introduzida por um instrumento legal pode acarretar é o reforço a esta permeabilidade de fronteiras entre o rural e o urbano, que as estratégias pluriativas, e a inserção em campos crescentemente ampliados de atuação política, social e cultural já vêm trazendo. E isto tanto no âmbito de quem se dirige ao espaço urbano, como no de quem permanece no espaço rural, e converte seu patrimônio em bem de consumo cultural, uma das possibilidades que se abrem para esses contextos⁹, ao incorporarem uma identidade quilombola, e ao valorizarem seus saberes tradicionais relativos a recursos naturais.

Do ponto de vista das estratégias descritas acima, foi possível reconstruir alguns caminhos pelos quais se atualiza o que está sendo referido aqui como uma condição “camponesa”; ou, de como se recompõe uma ruralidade nesse contexto concreto, envolvendo dinâmicas não territorializadas: a desvinculação, total ou parcial, de membros das famílias relativamente ao patrimônio, pela limitação das áreas de expansão, pela divisão hereditária, pelo acesso ao assalariamento e aos serviços, à atividade não agrícola, à educação e ao emprego urbano, abertos especialmente para as novas gerações, reforça a incorporação de valores e práticas urbanos, ampliando as referências culturais. Tudo isto, pode-se perceber, oscila em função das conjunturas do mercado, e das variações na agenda político-institucional.

No que toca às dinâmicas de reforço à territorialização, as estratégias ligadas à condição de remanescentes de quilombos são centrais, e encontram respaldo nas estruturas macro-políticas em que as situações específicas se inserem. E que, como já dito, definem orientações variáveis quanto ao reconhecimento e à titulação das terras, mas fixam numa forma legal o conteúdo do direito titulado, produzindo inflexões restritivas às dinâmicas territoriais localizadas e exclusões na sucessão territorial. Isto tem um efeito de retorno e de reforço sobre as dinâmicas de desterritorialização, na medida em que alimenta trânsitos em direção a campos de ação ampliados para além do local e da atividade agrícola, sem, no entanto, eliminar este nível de experiência. Com efeito, as atividades exercidas nesses campos revertem ao território e aos patrimônios, na forma de renda, que fortalece a permanência na terra, e de aportes culturais e políticos.

⁹ . Em Ivaporunduva, acabou de ser construída uma pousada para receber turistas. Além disto, registra-se a presença de conhecida empresa de cosméticos em alguns bairros, em busca de saberes tradicionais a respeito de espécies nativas.

Em suma, são estes os dinamismos pelos quais os sitiantes remanescentes de quilombos do vale do Ribeira atualizam as redes sociais que lhes são vitais na reconstrução de seu espaço de existência. E o fazem inserindo-se, hoje, em circuitos ampliados, econômicos, políticos e culturais. Pode-se dizer que estes dinamismos pautam-se pela complementaridade entre dois conjuntos de estratégias. Um primeiro, alicerçado no reconhecimento legal da condição de remanescente, pelo que se atribuem uma identidade quilombola, reafirmando, em um novo contexto, o caráter “tradicional” de seu “modo de vida”, mas que leva a alterações nas formas até então correntes de incorporação de terras às relações sociais, de produção e organização do trabalho e de transmissão sucessória de seus patrimônios territoriais. E outro, que se reforça a partir dessas mudanças e das “exclusões” de herdeiros que pode gerar, no sentido de uma organização pluriativa, por seu turno com efeito de retorno sobre a condição quilombola, reforçando, com aportes econômicos e culturais, as possibilidades de permanência na terra.

São estas as condições sociais de emergência de novas, e múltiplas, identidades, das quais uma mesma pessoa pode lançar mão, conforme o contexto, para seus trânsitos ao longo de relações que ultrapassam o local e que permitem re-inseri-lo em um universo ampliado.

Olhar para este contexto dos quilombos do Ribeira propicia uma reaproximação à diversidade de situações no campo brasileiro contemporâneo, e que compartilham processos de mudanças em que a fronteira entre o rural e o urbano se torna permeável. O que se procurou aqui delinear, a partir de um concreto, foi uma discussão que favoreça aproximações a outras situações rurais, ou de “comunidades tradicionais”, que historicamente encontram pontos de convergência com a aqui descrita, quanto à constituição e funcionamento do patrimônio, e quanto à condição de terra de quilombo. Pode-se dizer que todas se marcam por experiências de transformações sociais em que os agentes se empenham ativamente, fazendo sua própria história, compartilhada no âmbito político, na medida em que agregam ao geral, demandas específicas. É nessa senda que se pode ter uma preocupação comparativa, visando acompanhar novas possibilidades e limites, particularmente políticos e legais, de recomposição de uma “condição” para a qual a demanda de reconhecimento de direitos específicos supõe o reconhecimento de um direito maior, de inserção jurídico-política, de inclusão e cidadania.

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre. 1987. "Campo do Poder e *Habitus* de Classe" *in* *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo. Perspectiva, pp. 3-25.
- _____. 1980. *Le Sens Pratique*. Paris. Ed. du Minuit
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 1986. "Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível". In: *Antropologia do Brasil*. São Paulo. Brasiliense/EDUSP, pp. 97-108.
- CARVALHO, M. Celina Pereira de. 2006. *Bairros Negros do Vale do Ribeira: do "escravo" ao "quilombo"*. Campinas. IFCH/UNICAMP, pp. 199, tese de doutoramento em ciências sociais, antropologia social.
- GARCIA Jr., Afânio & GRYNZPAN, Mário. 2002. "Veredas da Questão Agrária e Enigmas do Grande Sertão". In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*. São Paulo/Brasília. ANPOCS/Ed. Sumaré/CAPES, vol. 4, pp. 311-348.
- MULLER, Geraldo. 1980. "Estado, Estrutura Agrária e População: Ensaio sobre Estagnação e Incorporação Regional". *Cadernos CEBRAP*. Petrópolis. Vozes/CEBRAP, nº 32.
- PAOLIELLO, Renata Medeiros. 1999. *As Tramas da Herança: da reprodução camponesa às atualizações dos sentidos da transmissão da terra*. São Paulo. FFLCH/USP, pp. 500, tese de doutoramento em antropologia social.
- _____. 1998. "Estratégias Possessórias e Constituição de Espaços Sociais no Mundo Rural Brasileiro: O Contexto da Baixada do Ribeira". In: NIEMAYER, Ana Maria & PIETRAFESA DE GODOI, Emília (orgs.). *Além dos Territórios: Para um Diálogo entre a Etnologia Indígena, os Estudos Rurais e os Estudos Urbanos*. Campinas. Ed. Mercado de Letras, pp. 201-227.
- PETRONE, Pasquale. 1966. "A Baixada do Ribeira: Estudos de Geografia Humana". *Boletim de Geografia*, São Paulo. FFLCH/USP, nº 283.
- QUEIROZ, M. Isaura Pereira de (org.). 1967. *Vale do Ribeira: Pesquisas Sociológicas*. São Paulo. DAEE/USP. Relatório de Pesquisa.
- _____. 1973. *Bairros Rurais Paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo. Livraria Duas Cidades.

- SCHNEIDER, Sérgio. 2003. *A Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre. Ed.UFRGS.
- WANDERLEY, M. Nazareth Braudel. 2001. “A Ruralidade no Brasil Moderno. Por um Pacto Social pelo Desenvolvimento Rural”. In: GIARRACCA, Norma (comp.). *Una Nueva Realidad em América Latina?* Buenos Aires.CLACSO/Asdi.
- WOORTMANN, Ellen F. 1983. “O Sítio Camponês”. *Anuário Antropológico* 81. Rio de Janeiro. UnB/TB, pp. 164-203

ECONOMIA POLÍTICA DO RESENTIMENTO: CONTINGENTE OU NECESSÁRIA?

Ronaldo Lobão
Nufep/UFF

Introdução

Neste texto pretendo sugerir que pode haver um outro signo para o resultado entre as interfaces da questão agrária e a questão ambiental. Principalmente nas relações entre o ideário de “sociedade sustentável” e saberes e fazeres “tradicionais”. E ele não seria positivo. Este signo é representado por uma Economia Política do Ressentimento (Lobão, 2006) que evidencia uma das faces das trajetórias das lutas de grupos sociais minoritários por sua reprodução social em espaços sociais naturais. Está vinculado a déficits de reconhecimento (Cardoso de Oliveira, 2002, 2004) que uma nova identidade e uma nova relação com os espaços sociais vivenciados podem produzir sob égide de um sistema de dominação “exótico” produzido por uma Cosmologia Política do Neocolonialismo (Lobão, 2006).

Nessa cosmologia tempo e espaço são manipulados de fora para dentro através de conceitos e idéias tais como Unidades de Conservação, Áreas Protegidas, Biodiversidade, Desenvolvimento Sustentável, Empoderamento, Gestão Participativa, Associativismo entre outros. Histórias de vida que são sustentadas por tradições locais e pela probabilidade, são colocadas frente a frente com saberes que são orientados para o futuro, universalidade e para a previsão – marcas de nossa ciência ocidental. Lugares que são vivenciados afetivamente (Tuan, 1977), onde o *habito* está associado ao *diligo* (Mello e Vogel, 2004) são transformados em Áreas Protegidas, em Meio Ambiente, em Unidades de Conservação, espaços indeterminados, bens sujeitos aos interesses difusos de uma sociedade envolvente. A imagem de *Gaia*, um espaço indiferenciado, se sobrepõe à de *Réa*, o espaço vivido (Vernant, 2000; Lobão, 2006).

Para habitar os novos espaços é necessário incorporar identidades distintivas do todo nacional. Em Áreas Protegidas (Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação) somente é permitido a presença de grupos étnicos – índios ou quilombolas – e de “populações tradicionais”¹. Além de uma “nova” identidade,

¹ Mais adiante discuto este conceito.

mesmo que construída ao abrigo do Decreto 5.051/2004², os grupos locais candidatos a permanecer em Áreas Protegidas tiveram, e os novos também terão, que incorporar novos discursos, novas formas de organização social e novas práticas produtivas, voltadas para o futuro e controladas pela Ciência da Conservação, em todas as suas vertentes.

Essas sugestões provêm do acompanhamento e reconstrução da trajetória das Reservas Extrativistas – Resex – até sua concepção atual, vinculadas à Diretoria de Desenvolvimento Sócio-Ambiental – DISAM – do Ibama. O argumento e seu desenvolvimento foram objeto de minha tese de doutorado defendida no PPGAS/UnB em fevereiro de 2006. Apresento a seguir uma breve compilação da síntese lá apresentada, para finalizar com uma tentativa de resposta ao título deste texto.

Uma versão para a trajetória das Reservas Extrativistas

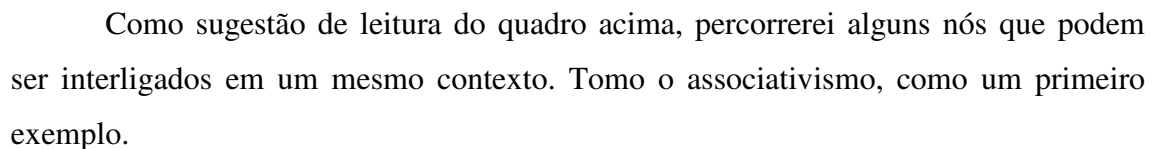
A reconstrução aqui apresentada foi construída a partir de relatos de alguns dos intérpretes presentes desde os primeiros momentos de formação da política até as Reservas Extrativistas chegarem a Arraial do Cabo, em 1995. A partir de 1996, entrou em cena o etnógrafo e autor deste texto. O foco inicial foi o vale do Xapuri, no Acre. Outros cenários foram importantes para o desenho da política, como Rondônia e o Vale do Juruá, mas para a reconstrução efetuada, a centralidade em Chico Mendes, permitiu uma abrangência maior para o desenho do mosaico de influências e seus efeitos.

Na representação gráfica busquei considerar as esferas de interlocução, ou esferas sociais, que se formam em cada encontro que se estabeleceram e que exerceram um alcance diferenciado nos níveis micro, meso e macro (Apel *apud* R. Cardoso de Oliveira, 2000, p. 175)³. A apresentação bidimensional considera no eixo vertical o afastamento espacial e no eixo horizontal a evolução temporal. O tamanho dos “nós” não está vinculado a uma avaliação de sua importância. Muitas vezes é apenas correspondente ao texto que o identifica. O tempo também se “acelera” – como na representação de Sahlins para o campeonato de baseball em 1951 (Sahlins, 2004, p. 131) – em torno do biênio 1988-1989, quando foram criadas as primeiras Resex, e em torno

² Que ratificou entre nós a Resolução 169 da OIT. O decreto brasileiro fala em “consciência de identidade”, a versão inglesa em *self-identification* e a versão francesa em *sentiment d'appartenance*. Apesar de possuírem o mesmo valor legal, em minha opinião, as três expressões expressam processos de expressão do eu e da necessidade de reconhecimento distintos.

³ K.-O. Apel, A necessidade, a aparente dificuldade e a efetiva possibilidade de uma macro ética planetária da (para a) humanidade, in Revista da Comunicação e Linguagem, n^{os} 15-16 – Ética e Comunicação -, 1992, pp. 11-26.

Figura 1: Representação gráfica da trajetória das Resex



Não devemos esquecer que, além do contexto político do país, esses processos representavam uma reação ao modelo de desenvolvimento de então, contra a expansão

594

da fronteira agrícola, contra o rodoviarismo⁵ e em defesa do extrativismo nas matas da região.

O primeiro resultado dessas lutas foi a consolidação de uma Aliança dos Povos da Floresta que propiciou a organização dos povos indígenas para a defesa de seus interesses na Assembléia Nacional Constituinte e a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros. Nesse momento, fazia-se sentir nos contextos locais a movimentação de organizações internacionais em defesa dos povos indígenas e da Floresta Amazônica, que entraram em franco litígio com as agências de financiamento internacionais. No cenário internacional afirmou-se um conceito de Meio Ambiente, com um sentido de resgate do paraíso perdido (Merchant, 2003) e do Desenvolvimento Sustentável (Ribeiro, 1992) como uma utopia.

O CNS se posicionava fortemente contra a política fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA –, principalmente no que tocava ao fracionamento e à titulação individual das terras (Allegretti, 2002). Defendiam o domínio da União sobre as terras e o usufruto das colocações à população local. Neste sentido os Projetos de Assentamento Extrativista – PAE – não foram respostas adequadas ao movimento. Foi na Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA – que as Resex encontraram acolhida, na forma de Unidades de Conservação de Interesse Ecológico e Social.

Os acontecimentos da segunda metade da década de oitenta foram decisivos. A projeção de Chico Mendes e do movimento, o seu assassinato, a nova Constituição, a criação do Ibama se sucederam em alta velocidade. Mas foi a conjuntura política da sucessão do governo de José Sarney determinante para a criação das quatro primeiras Resex, no início de 1990 (Cunha e Almeida, 1999, 2000)⁶.

Os preparativos para a Rio-92 trouxeram novos elementos para o desenvolvimento das Resex. Em 1992 foi criado o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT – ligado diretamente à direção do IBAMA. O CNPT consolidou a ênfase no extrativismo “moderno” e trouxe

⁵ Ver Costa, Alonso e Tomioka, “A re-significação das tradições: o Acre entre o rodoviarismo e o socioambientalismo” (1999).

⁶ Eliane C. O’Dwyer lembra que as ações do Ministério Público Federal na defesa do direito dos seringueiros do Alto Juruá em não “pagar renda” aos patrões também teve papel importante na definição da política na região (O’Dwyer, 1998).

dois conceitos novos para a política: o “desenvolvimento sustentado” e “populações tradicionais”⁷.

Os beneficiários da política passaram a ser não apenas os seringueiros ou castanheiros. Enquanto populações tradicionais dedicadas ao extrativismo, o leque de grupos sociais que puderam reivindicar o abrigo na política cresceu exponencialmente. Manteve-se, entretanto, a centralidade do modelo extrativista no saber local, com um documento sintetizando as práticas tradicionais e novos acordos de gestão dos recursos naturais renováveis existentes no interior das Resex: o Plano de Utilização, um documento “administrativo” que era apresentado pela população local ao Ibama que o oficializava como portaria (CNPT, s.d.).

Esse documento era construído no interior das Associações da Reserva, uma entidade criada especialmente para realizar a co-gestão da unidade de conservação. Em seus estatutos estava definido o critério de pertencimento e conseqüente “autorização” para usufruto dos recursos de cada Resex⁸. Em muitos casos esta associação confundia-se com a associação de moradores, mas à medida que a política foi sendo aplicada a outros espaços que não os amazônicos, ou com uma história de organização local enraizada, ela mesma passou a ser um problema.

Ao mesmo tempo, consolidou-se na “*development community*” (Peter Fry, 2005) alguns novos conceitos para a obtenção de créditos junto ao Banco Interamericano para o Desenvolvimento – BID – ou ao Banco Mundial. Foram os conceitos de *stakeholder*, *empowerment*, gestão participativa, entre outros, e do modelo de apoio que teve a feliz denominação por Carol Pareschi de “Projetismo” (Pareschi, 2002).

Na gestão da política, a ênfase havia se deslocado do extrativismo para a conservação da biodiversidade, da conservação do Meio Ambiente. A lei do SNUC veio apenas consagrar a vitória dos conservacionistas. O Plano de Utilização, documento administrativo, passou a ser o Plano de Manejo, um documento técnico. A gestão das

⁷ A denominação do CNPT é por si só emblemática dos efeitos que as diversas ideologias tiveram sobre o processo. De sua denominação original, passou, em 2002, a se chamar Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais e, em 2005, Centro Nacional das Populações Tradicionais e do Desenvolvimento Sustentável. Em outro lugar aprofundo esta questão, mas gostaria de destacar a mudança do sufixo do termo “sustent”: começou como sustentado, cuja interpretação poderia ser que as práticas presentes das populações tradicionais eram sustentadas. Ao passar para sustentável sugere que tais práticas somente serão sustentáveis, no futuro, o que parece indicar a necessidade de introdução de outras práticas e saberes junto às populações tradicionais (Lobão, 2006) Volto ao conceito de “populações tradicionais mais adiante.

⁸ Em Arraial do Cabo, o critério previsto no Plano de Manejo aprovado, em 1997, foi “pescar há mais de dez anos e votar há cinco anos em Arraial do Cabo” (Ibama/MMA, 1997).

Resex passou a ser feita em parceria com um Conselho Deliberativo, onde a população local, na maioria das vezes não plenamente reconhecida.

No lado do financiamento, apesar da dependência dos recursos de projetos já ter sido alcançada, o fluxo dos recursos internacionais migram para outros motes protecionistas como o combate ao efeito estufa e os acordos para negociação de créditos de carbono.

Na esteira da diminuição dos recursos o Incra contra-atacou. Para a obtenção de créditos do Programa Nacional de Agricultura Familiar em uma faixa mais favorável, a população tradicional das reservas extrativistas deveriam aderir ao programa fundiário do órgão e a área da Resex titulada nominalmente às famílias moradoras. A população local ganharia o crédito, mas perderia a gestão patrimonial de suas terras e das terras comunais⁹.

No final do ano de 2004, o governo federal instituiu a Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais¹⁰. Havia a intenção de que houvesse paridade entre os representantes de vários órgãos governamentais e os representantes das “comunidades tradicionais”. Diante da indefinição de quem seriam as “comunidades”, os “povos” (Little, 2004) ou “populações” tradicionais, a ampliação da política chegara a um momento de definição crítico. Quais os beneficiários, quais os grupos detentores de direitos e deveres sobre o uso de recursos naturais renováveis em unidades de conservação ou quais estariam abrigados em políticas redistributivas ou compensatórias? Foi organizado um Encontro para a definição quanto ao preenchimento das vagas das “comunidades” na Comissão. É o que passo a descrever resumidamente.

Um Encontro Paradigmático

O I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais¹¹, cujo tema foi “Pautas para Políticas Públicas” teve a oportunidade de definir parâmetros para uma definição sobre o conceito das “populações tradicionais”, que serviria para orientar políticas

⁹ Não há dúvida que as implicações desta política são profundas. No Quilombo Bela Aurora, no Pará, apesar do contentamento local pelo acesso ao crédito, várias famílias reclamavam que não poderiam mais abrigar, “dar” terras a familiares que voltavam a viver no quilombo (Carlos Alexandre Barbosa, comunicação pessoal). Será que as implicações de uma titulação quilombola, da inclusão no Programa Nacional de Assentamentos Extrativistas são discutidas com os grupos locais? Discuto estas questões mais adiante.

¹⁰ Destaque-se a terminologia “comunidades” e não “populações” que já havia sido consagrada pelo SNUC. Quanto à definição do SNUC, ver minha discussão em Lobão, 2005.

¹¹ O evento aconteceu nos dias 17, 18 e 19 de agosto de 2005, no centro de Formação do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, localizado na cidade de Luziânia, no entorno de Brasília.

públicas, mas também permitir que grupos sociais se reconhecessem como detentores de direitos ao exercício de suas distinções. Entretanto, teve como resultado apenas o preenchimento das vagas relativas à “sociedade civil”¹² na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e a indicação de um conjunto de reivindicações que são de praticamente toda a população brasileira.

Havia outros objetivos, tais como o expresso no mote do encontro, “Pautas para Políticas Públicas”, detalhados na organização do evento:

“a) promover a troca entre comunidades, b) dar-lhes maior visibilidade pública, além de c) envolvê-las na construção participativa do conceito de “comunidades tradicionais”, d) na articulação entre demandas e ofertas, do ponto de vista das políticas públicas já existentes e, por fim, e) na definição de seus representantes no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais” (Nogueira, 2005).

Alguns documentos circularam pela Internet após a publicação do decreto, procurando problematizar os objetivos da Comissão. Dois antropólogos, vinculados aos dois órgãos públicos que assinaram o decreto em conjunto com o Presidente da república, O Ministério do Meio Ambiente – MMA – e o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS¹³ - procuraram problematizar a identificação dos grupos sociais que seriam considerados “comunidades tradicionais”.

A sétima reunião da Comissão contou com a presença de representantes da “comunidade científica”, todos antropólogos, embora nem todos vinculados a universidades. Nela foram apresentadas algumas questões balizadoras para o trabalho da comissão e da realização do evento. Um resumo da discussão dos “assessores” dos movimentos sociais reuniu as seguintes observações:

- “- Comunidade é um grupo que interage diretamente, face a face e que é capaz de agir coletivamente a partir destas interações.
- Comunidades tem de ser ecológicas, conservacionistas, etc.
- Tradição é um processo coletivo, [...] um laboratório verbal.
- O Fundamental é o Estado entrar com a Garantia de Território, mas não parar por aí. [...] assistência técnica mais ou menos ecológica [...] escoamento para o mercado em bases mais justas, ajudar na organização etc.

¹² Não pretendo aqui aprofundar a discussão sobre este conceito, apenas mantenho-o entre aspas para indicar meu estranhamento sobre ele.

¹³ Do MMA, tive acesso à nota técnica de Heber Grácio, assessor da Carteira de Projetos Indígena, e do MDS, a um texto reflexivo de Aderval Costa Filho.

- Qual é a categoria de auto-definição utilizada; qual é o movimento social que representa essa categoria; qual é o ato ou dispositivo de poder que a reflete (constitucionais e infraconstitucionais). Os conhecimentos também são materializados em dispositivos de ação, em regras, em normas, em formas de reconstruir a natureza.

- Não é que não era e passou a ser, é que essas identidades são mesmo efeito de processos políticos ligados com território, mas também com a autonomia política.

- O contexto atual dos conflitos socioambientais é propício para visibilizar identidades, para ampliação dos movimentos de resistência.

- A releitura do econômico não só é essencial do ponto de vista do entendimento também simbólico, cultural ou que tenha a economia, mas que também do lugar da mulher.

- Por que isso nos liberta da responsabilidade [...] não somos nós que [...] porque senão nós podemos produzir limpezas étnicas e virar classificadores.

- A gente sempre cai num problema praticamente insolúvel quando a gente tenta fazer uma definição substantiva do que é em si uma comunidade tradicional.

- Comunidade é um pressuposto da ação, ela é o foco, mas ela é o resultado esperado da ação ao mesmo tempo.

- Na hora de organizar isso talvez não seja por bioma, mas por grau de vulnerabilidade que esses grupos têm em relação a acesso a terra e a recursos naturais. [...] importa a luta comum que eles estão tendo para manter ou reconquistar recursos que eles perderam por força do avanço de fronteira, externalidades negativas de processos econômicos, que estão se dando ali localmente, do qual eles não são atores, mas vítimas.” (Bocato, 2005)

Como se vê, nessa reunião não se atingiu um conceito “amplo”, “dinâmico” para a identificação das “comunidades tradicionais”. Os organizadores do evento decidiram contratar um consultor para sistematizar as propostas, apresentá-las no Encontro e conduzir as discussões sobre o conceito de comunidades tradicionais.

Outra questão que teve que ser enfrentada dizia respeito aos participantes do evento. A fórmula adotada foi a indicação dos grupos pela “comunidade científica” e Organizações Não Governamentais – ONGs – “parceiras” dos órgãos públicos, que através de suas entidades e associações indicaram os nomes dos seus representantes no evento.

No evento estavam presentes, além dos representantes das “comunidades tradicionais” e de diversos órgãos públicos federais, praticamente todos os antropólogos que haviam participado da reunião anterior. Não resisto dizer que quase todos estão presentes na bibliografia de minha tese... Alguns poucos observadores, como eu.

Após a abertura do evento pelas autoridades presentes, o primeiro ponto de pauta foi a apresentação sobre o conceito de “comunidades tradicionais”, “povos tradicionais” ou “populações tradicionais”. Foi apresentado um conjunto de possíveis critérios que envolviam os seguintes conceitos:

“Uso sustentável da Terra: ciclos naturais e práticas produtivas; uso de recursos naturais renováveis; práticas de uso comunitário dos recursos; conhecimento profundo do seu ecossistema; tecnologias de baixo impacto ambiental.

Destino da produção: venda para o mercado não é o único fim da produção; parte da produção é usada para manter laços sociais; parte da produção é para auto-consumo.

Vínculo territorial: noção de pertencimento; condutas de territorialidade; memória coletiva vinculada ao território; identificação com um ecossistema específico.

Situação fundiária/jurídica: qual a categoria fundiária do grupo? (Posse permanente, uso comum, usufruto, etc.); existe reconhecimento jurídico?; houve situação de expropriação, redução, expulsão?

Organização Social: importância da família extensa na organização comunitária; relações de parentesco baseadas na unidade doméstica; existência de regras ou costumes para o uso comunitários dos recursos.

Expressões Culturais: particulares do grupo; mitos e ritos associados ao extrativismo; palavras ou expressões lingüísticas próprias; transmissão oral geracional do conhecimento cultural e ambiental.

Interação com outros grupos: o grupo se considera diferente da maioria da população da região?; quais os termos usados para marcar esta distinção?;

Auto-Identificação.” (Anotações pessoais).

Não há dúvida que este conjunto de questões reflete o que vem se discutindo sobre o conceito de “populações tradicionais”. Entretanto, tomados em conjunto há que se notar que muitos são contraditórios entre si, ou acabam por promover exclusões, ou “limpezas étnicas”. Mas vou deixar a discussão para as conclusões, e continuar com a descrição do evento.

A recomendação foi no sentido dos vários grupos se reunirem e buscarem responder, caracterizar suas práticas nos termos de um roteiro proposto, que seguia os itens acima. A forma de organização dos grupos seguiu um processo prévio de auto-identificação. Ou seja, os representantes das entidades indígenas se reuniram entre si, os representantes dos quilombolas da mesma forma, pescadores artesanais, etc. Se bem que alguns grupos havia uma indefinição e/ou uma singularidade de identidades evidente. No caso do grupo que reuniu “pescadores artesanais”, que se reconheciam como tal, estavam presentes representantes que se denominavam “pantaneiras” e “caiçaras”. Não que não pescassem, mas em suas identidades, e reivindicações traziam questões particulares, por um lado, e gerais por outro.

Na parte da tarde, quando os grupos foram apresentar suas conclusões sobre o processo de reconhecimento identitário, visando uma possível reorganização dos trabalhos e já apontar para a definição dos representantes da Comissão Nacional, algumas falas foram emblemáticas. A facilitadora encontrava dificuldades para enquadrar os presentes nas categorias “produzidas”. Foi quando uma mulher negra levantou-se e disse: *“olha, eu sou mulher, negra, quilombola, extrativista, quebradeira de coco de babaçu. Eu estou no que a Ministra Marina Silva falou pela manhã, na transversalidade identitária”*. Em seguida, um senhor pediu a palavra e disse: *“a classificação deve ser por bioma; os nativos devem se reunir para defender os biomas contra o agronegócio. Se não fizermos isto, daqui a pouco acaba o cerrado, acaba o pantanal”*.

O segundo dia foi reservado para o diagnóstico dos problemas das comunidades visando a construção de políticas públicas que seriam discutidas na Comissão Nacional do Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. O terceiro dia definiu um conjunto de demandas e os representantes dos grupos na Comissão, que foram os seguintes¹⁴:

Coletadores de Produtos não Madeireiros (Grupo de Trabalho Amazônico –); Sertanejos (Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas); Quilombolas (Coordenação Nacional de Quilombos); Povos Indígenas (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira); Quebradeiras de Coco de Babaçu (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu); Pescadores Artesanais (Movimento Nacional dos Pescadores); Caiçaras (Rede Caiçara de Cultura); Geraizeiros (Rede Cerrado); Comunidades de Terreiro (Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu); Pantaneiros (Fórum Mato-Grossense

¹⁴ Entre parênteses está assinalada a entidade representativa.

pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento – FORMAD); Ciganos (Associação de Preservação da Cultura Cigana – APRECI); Seringueiros (Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS); Pomeranos (Associação dos Moradores e Amigos Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas Branca – AMAPPPAB); Comunidade de Fundo de Pasto (Coordenação Estadual de Fundo de Pasto); Faxinais (Rede Faxinais).

A sistematização das demandas prioritárias contemplou os seguintes itens:

“Regularização fundiária e garantia de acesso aos recursos naturais; educação diferenciada, de acordo com as características próprias a cada um dos povos tradicionais; reconhecimento, fortalecimento e formalização da cidadania (exemplo: documentação civil); não criar mais UCs de proteção integral sobre territórios dos povos tradicionais; resolução de conflitos decorrentes da criação de UCs de proteção integral sobre territórios de povos tradicionais; dotação de infra-estrutura básica; atenção diferenciada à saúde dos povos tradicionais, reconhecendo suas características próprias, valorizando suas práticas e saberes; reconhecimento e fortalecimento de suas instituições e formas de organização social; fomento e implementação de projetos de produção sustentável; garantia de acesso às políticas públicas de inclusão social; garantia de segurança às comunidades tradicionais e aos seus territórios; evitar os grandes projetos com impactos diretos e/ou indiretos sobre territórios de povos tradicionais e, quando inevitáveis, garantir o controle e gestão social em todas as suas fases de implementação, minimizando seus impactos sociais e ambientais.” (fonte: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2080>)

Como sugestão para comparação, apresento um extrato das deliberações do I Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em 1987, no município de Ariquemes, em Rondônia:

“Desenvolvimento da Amazônia: exigimos uma política de desenvolvimento para a Amazônia que atenda aos interesses dos seringueiros e que respeite os nossos direitos. Não aceitamos uma política para o desenvolvimento da Amazônia que favoreça as grandes empresas que exploram e massacram trabalhadores e destroem a natureza; não somos contra a tecnologia, desde que ela esteja a serviço nosso e não ignore nosso saber, nossas experiências, nossos interesses e nossos direitos. Queremos que seja respeitada nossa cultura e que seja respeitado o modo de viver dos habitantes da floresta amazônica; exigimos a participação em todos os projetos e planos de desenvolvimento para a região (Planacre, Polonoroeste, Asfaltamento da BR 364, entre outros), através de nossos órgãos de classe, durante sua formulação e execução; reivindicamos que todos os projetos e planos incluam a preservação das matas ocupadas e exploradas por nós, seringueiros; não aceitaremos mais projetos de colonização do Incra em áreas de seringueiras e castanheiras; queremos uma política de desenvolvimento que venha apoiar a luta dos trabalhadores amazônicos que se dedicam ao extrativismo, bem como às culturas permanentes e às outras culturas do seu interesse, e que preserve

as florestas e os recursos da natureza. Queremos uma política que traga benefícios a nós trabalhadores e não aos latifundiários e empresas multinacionais. Nós, seringueiros, exigimos sermos reconhecidos como produtores de borracha e como verdadeiros defensores da floresta.

Reforma Agrária: desapropriação dos seringais nativos; que as colocações ocupadas pelos seringueiros sejam marcadas pelos próprios seringueiros, conforme as estradas de seringa. não divisão da terra em lotes; definição das áreas ocupadas por seringueiros como reservas extrativistas, assegurado seu uso pelos seringueiros; que não haja indenização das áreas desapropriadas, não recaindo seu custo sobre os seringueiros; que sejam respeitadas as decisões do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, no que diz respeito a um modelo específico de Reforma Agrária para a Amazônia, que garanta um mínimo de 300 hectares e um máximo de 500 hectares por colocação, obedecendo à realidade extrativista da região; que os seringueiros tenham assegurado o direito de enviar seus delegados à Assembléia Nacional Constituinte pra defender uma legislação florestal e fundiária de acordo com suas necessidades específicas.” (fonte: Allegretti, 2002)

Em busca de uma resposta

Para concluir, apresento duas reflexões, a primeira sugerindo uma interpretação diacrônica do processo e a segunda tentando responder ao título deste texto. Ambas estão longe de estarem acabadas. Aliás acredito que nunca estarão. Mas pretendem ser um alerta – que poderá ser não só refutado, como ignorado – uma vez que acredito que algumas forças agindo sobre essas trajetórias não estejam sendo percebidos por atores dos mais variados níveis. Estejam envolvidos nos processos de desenho, construção, assessoramento ou implementação de políticas públicas ou governamentais.

Minha leitura sobre a trajetória até percorrida pelo conceito de “extrativistas”, “população tradicional” ou “comunidade tradicional”, mostra a presença de antropólogos em todas as suas etapas. No Acre, nos movimentos sociais em várias regiões, no Congresso Nacional e no evento em Luziânia.

Entretanto, ao fugir do papel de classificador, ou buscar não produzir limpezas étnicas, acabamos por associar grupos às nossas concepções sobre direitos e deveres, classificando por adesão e excluindo por omissão.

Não tenho dúvidas que o encontro em Luziânia produziu um processo de identificação tautológica. Os convidados definiram as definições necessárias para receber os convites! Em outras palavras, cada grupo indicado definiu seu pertencimento ao conceito de “comunidade tradicional” por sua presença no evento. E esta presença foi

assegurada por indicação dos antropólogos, entidades assessoradas por antropólogos ou ONGs dirigidas por antropólogos.

Os resultados desta atuação deixam de ser contingentes para serem necessários, e com efeitos de construção de uma Economia Política do Ressentimento. Ressentimento seja fruto da exclusão, ou de omissão na inclusão, ou por uma inclusão que impõe uma nova história aos grupos locais, e sobre a qual não são mais os principais protagonistas de seus saberes e práticas.

Volto ao I Encontro Nacional das Comunidades Tradicionais e sua construção. Não tenho dúvidas que muitos antropólogos que lá estiveram ou que participaram do processo o fizeram para garantir que grupos ou movimentos sociais com os quais têm ligação não ficassem de fora, nem da Comissão nem ao abrigo das políticas. Uma ação louvável, não há dúvida. Mas seria esta a única forma? Seria esta a forma mais adequada aos conceitos e teorias antropológicas que serão escritas no futuro? Tenho certeza que não.

Não foram construídas as condições para que outros grupos, que não tiveram acesso, não souberam, não tiveram “padrinhos” e não foram convidados tivessem acesso ou possam vir a reivindicar seus direitos potenciais.

Alguns representantes apresentaram um grau de domínio de categorias, terminologia sobre processos sociais ou ecológicos que fazem parte não de um saber tradicional, mas de um saber acadêmico da mais alta sofisticação. O domínio discursivo está no grupo ou naqueles representantes? Ou está nas relações que foram construídas com seus “parceiros”?

Como disse, não tenho respostas. Mas um forte sentimento que foi cometido um grande equívoco, ou se perdeu uma grande oportunidade. Pois o que vi foi uma reunião de uma projeção de grupos sociais construídas por antropólogos, instituições, ONGs, sob o argumento que isto potencializa os movimentos sociais frente ao arcabouço jurídico nacional. Mas não posso deixar de lembrar uma advertência de Jürgen Habermas:

“aqueles a quem as leis são dirigidas somente podem tornar-se autônomos (no sentido kantiano) na medida em que podem ver-se a si

mesmos como autores das leis às quais estão submetidos como pessoas jurídicas privadas” (Habermas, 1994, p. 112)¹⁵.

Gostaria que se percebesse o que se produz ao ancorar direitos, desejos e paixões em identidades étnicas ou sociais. O que se faz quando se incentiva a incorporação de determinados discursos que não são “nativos” – nem nós nem nos grupos – e que nós mesmos não os conhecemos, nem os dominamos integralmente.

Mesmo quando se é o “autor” de um conceito, não se deve projetá-lo no futuro de outras pessoas. Basta lembrarmos que temos uma trajetória distinta, que nossos interesses são diferentes e que nossas paixões são únicas. Não se deve continuar a trabalhar em prol de uma Economia Política do Ressentimento, em uma negação da temporalidade do outro e das suas relações espaciais particulares.

Já se utilizou o Tempo para construir a “razão de ser” da Antropologia (Trouillot, 2003). O “Outro” foi feito através da negação de sua própria historicidade, colocando-o em uma situação de alocronia; foi-lhe negado ser coetâneo ao Eu(ropeu) (Fabian, 1983). Não se estaria promovendo, agora, a inclusão do “Outro” em nossa própria temporalidade? Sua historicidade particular continua negada. Buscam-se candidatos para desempenhar os vários personagens que foram desenhados em nossa história particular.

E é em função de uma perspectiva histórica adotada no presente que se define novas identidades culturais – ou mesmo étnicas – que fazem parte de um elenco de possibilidades dos grupos. Entretanto, Mas esses novos personagens são necessariamente secundários na trama que é desenvolvida, até porque são incorporados como hipossuficientes (Mota, 2003), o que já faz muito sentido. Decerto que todos são agentes de si mesmos, mas às vezes combinar melhor, avisar dos riscos e preços que serão pagos, pode fazer uma grande diferença.

¹⁵ O texto em inglês é: “those to whom the law is addressed can acquire autonomy (in the Kantian sense) only to the extent that they can understand themselves to be the authors of the laws to which they are subject as private legal persons”. A tradução é minha.

Bibliografia

- Allegretti**, Mary Helena. 2002a. A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. Tese de Doutorado apresentada ao CDS/UnB.
- Boccatto**, Alan. 2005. Resumo das discussões na 7ª Reunião da Comissão Nacional de Comunidades Tradicionais com Representantes da Comunidade Científica. (xerox)
- Cardoso de Oliveira**, Luís Roberto. 2002. Direito legal e Insulto Moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Núcleo de Antropologia da Política.
- _____. 2004. Honra, Dignidade e Reciprocidade. In: Direitos Negados: questões para uma Política de Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Pesquisa da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Rio de Janeiro; Booklink.
- Cardoso de Oliveira**, Roberto. 2000. O Trabalho do Antropólogo. (2ª ed.) Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP.
- CNPT**. s.d. a. Roteiro para a criação e legalização de Reservas Extrativistas. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/resex/textos/c1.htm>. [Acesso em 15/12/2004]
- Costa**, Sérgio; **Alonso**, Ângela & **Tomioka**, Sérgio. 1999. A re-significação das tradições: o Acre entre o rodoviarismo e o socioambientalismo. Rio de Janeiro: UFRJ, Cadernos IPPUR, vol. XII nº 2, ago./dez.
- Cunha**, Manuela C. & **Almeida**, Mauro B. W. 1999. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Brasília: Instituto Socioambiental; Estação Liberdade.
- _____. 2000. Indigenous People, Traditional People and the Conservation in the Amazon. In: Daedalus, v. 129, nº. 2.
- Fabian**, Johannes. 1983. The Time and the Other: how anthropology makes its object. New York: Columbia University Press.
- Fry**, Peter. 2005. A Persistência da Raça. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Habermas**, Jürgen. 1994. Struggles for Recognition in the Democratic Constitutional State. In: Charles Taylor (edição e introdução de Amy Gutmann), Multiculturalism: examining the politics of recognition. New Jersey: Princeton University Press.
- Ibama/MMA**. 1997. Plano de Utilização Resex Arraial do Cabo.
- Little**, Paul. 2004. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: Anuário Antropológico 2002-2003.
- Lobão**, Ronaldo. 2005. Uma análise comparativa de processos de construção de Unidades de Conservação de Uso Sustentável em Áreas de Várzea. In: Deborah

- Lima (org.), Diversidade Socioambiental nas Várzeas dos Rios Amazonas e Solimões. Brasília: IBAMA/Provárzea, pp. 313-336.
- _____. 2006. Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento. Tese de doutorado apresentada ao PPGAS/UnB.
- Mello**, Marco Antonio & **Vogel**, Arno. 2004. Gente das Areias: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro – Maricá/RJ – 1975 a1995. Niterói: EdUFF.
- Merchant**, Carolyn. 2003. Reinventing Eden: the fate of nature in Western Culture. New York: Routledge.
- Mota**, Fábio R. 2003. Nem muito mar, nem muita terra. Nem tanto negro, nem tanto branco: uma discussão sobre o processo de construção da identidade da comunidade remanescente de quilombos na Ilha da Marambaia. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGA/UFF.
- Nogueira**, Mônica. 2005. Plano Metodológico do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais. (xerox).
- O'Dwyer**, Eliane C. 1998. Seringueiros da Amazônia: dramas sociais e o olhar antropológico. Niterói: EdUFF.
- Pareschi**, A.C. 2002. Desenvolvimento Sustentável e Pequenos Projetos: entre o Projetismo, a Ideologia e as Dinâmicas Sociais. Tese de Doutorado apresentada ao PPGAS/UnB.
- Ribeiro**, Gustavo L. 1992. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado: nova ideologia/ utopia do Desenvolvimento. Revista de Antropologia, n. 34, pp. 59-101.
- Sahlins**, Marshall. 2004. Apologies to Thucydides: understanding history as culture and vice versa. Chicago: The University of Chicago Press.
- Trouillot**, Michel-Rolph. 2003a. Anthropology and the Savage Slot. In: Global Transformations: Anthropology and the modern world. New York: Palgrave-Macmillan.
- Tuan**, Yi-Fu. 1977. Topophilia: a study of environmental perception, attitudes and values. New York: Columbia University Press (Morningside Edition).
- Vernant**, Jean-Pierre. 2000. O universo, os deuses, os homens. São Paulo: Cia. Das Letras.

EXPROPRIAÇÃO DE GRUPOS ÉTNICOS, MODELO NATIVO DA NATUREZA E CRISE ECOLÓGICA

Maristela de Paula Andrade

Antropóloga, professora do Depto. de Sociologia e Antropologia
e do PPGCS-UFMA.

Coordenadora do GERUR – Grupo de Estudos Rurais e Urbanos da UFMA.

saudadem@elo.com.br

RESUMO

Este artigo analisa informações etnográficas sobre a crise ecológica provocada pelo remanejamento compulsório de que foram vítimas centenas de famílias camponesas, em Alcântara, Maranhão, para a implantação e expansão do Centro de Lançamento. Focaliza o sistema nativo de classificação dos recursos da natureza relativos à produção de alimentos, tomando como referência as noções de *fome*, *pobreza*, *riqueza* e *fartura*.

Apresentação

A tentativa de problematizar as noções de *fome* e de *pobreza*, entendidas pelos planejadores sempre do ponto de vista de necessidades a serem supridas¹, tem como origem a reflexão sobre como as entendem integrantes de grupos atingidos pela Base de Lançamentos de Alcântara, tanto os que foram remanejados compulsoriamente quanto os que permanecem sob a ameaça de expropriação. Esses trabalhadores, autodenominados *atingidos* pela Base Espacial de Alcântara, sofreram e ainda encontram-se ameaçados de sofrer as conseqüências diretas da ação oficial que os leva a encarar a *fome* e a *pobreza*. *Fome* e *pobreza* entendidas, aqui, do seu ponto de vista e não a partir daquele das agências oficiais, cujos programas e projetos calcam-se na idéia de falta, de carência, entendida como inerente à vida desses grupos e a ser suprida por meio da distribuição de alimentos ou da concessão das chamadas *bolsas* e *vales*.

O Movimento dos Atingidos pela Base, que congrega aqueles trabalhadores, encontra-se hoje discutindo com a Aeronáutica e um grupo executivo interministerial a ameaça de novos remanejamentos compulsórios, em função do acordo estabelecido pelo governo brasileiro com a Ucrânia. Esse acordo foi assinado no âmbito das atividades de expansão do Centro de Lançamento de Alcântara e da construção de mais quatro ou cinco plataformas de lançamento de artefatos espaciais em Alcântara. Os trabalhadores encontram-se mobilizados para acompanhar comitivas oficiais aos povoados ameaçados

¹ Sobre a produção da *fome* como discurso e como prática dos organismos financeiros internacionais, veja-se Escobar, 1996, pp199-294.

de perder suas áreas de trabalho, de pesca, de caça e de extrativismo, já que a Aeronáutica, agora, diante da resistência desses grupos, viu-se impedida de promover novos remanejamentos. Ao pensar os polígonos que conterão os locais de implantação desses novos sítios de lançamento, sem levar em conta as relações que esses grupos construíram com os diferentes ecossistemas que integram seus territórios, os militares visam desorganizar sistemas de produção profundamente enraizados em saberes locais.

Nos embates que opõem uma e outra posição – a nativa e a oficial – há vinte anos, e que se tornam agudos neste momento de tentativa de usurpação dos territórios de povoados como Mamuna e outros, em toda a faixa litorânea do município de Alcântara², emergem nos depoimentos dos trabalhadores, justamente, as noções de *fome* e *pobreza*. A análise das representações dos recursos alimentares e das práticas de manejo dos recursos básicos, assentadas sobre sistemas de classificação, por sua vez fruto da relação cotidiana com ecossistemas distintos, específicos dessa grande área onde se localizam mais de 150 povoados, identificados por Almeida (2002) como um território étnico, indica que esses grupos operam com categorias próprias acerca do que seja *riqueza* e *fatura*. É justamente essa *riqueza*, entendida do seu ponto de vista, que a Aeronáutica, segundo eles, deseja suprimir.

Exemplo do que entendem por essa *riqueza*, nos foram apresentados nas oficinas que realizamos, durante o processo de pesquisa. Um menino de 14 anos, de Samucangaua, povoado que tem sofrido a pressão sobre seus recursos alimentares, depois que centenas de famílias foram remanejadas para as agrovilas, nomeou 19 igarapés onde pescava. Outro trabalhador, do mesmo povoado, por sua vez, em outra ocasião, ditou-nos o nome de 70 igarapés por onde circulava em suas pescarias. Inventários de alimentos realizados pelos pesquisadores em Santana de Caboclos, Mamuna, Samucangaua, Trajano e Boa Vista, dão conta da existência de enorme variedade de peixes chamados *de couro*, *de escama*, além de vários tipos de crustáceos e moluscos, como *sapequara*, *maraquanim*, *aratu*, *caranguejo da praia*, *caranguejo do mato* (este usado somente como remédio), *caranguejo do mangue*, *siri azul*, *siri*

² Para maiores detalhes consultar Carta das Comunidades Quilombolas ao Grupo Executivo Interministerial, elaborada durante o Seminário “Traçando Estratégias de Defesa do Território Étnico de Alcântara”, realizado nessa cidade de 21 a 23 de dezembro de 2005 e carta da Agência Espacial Brasileira, assinada pelo Sr. José Roberto Neder, Coordenador do Centro de Lançamentos, de 16 de dezembro de 2005.

vermelho, *siri onça*, *sarnambi*, enfim, uma infinidade de espécies e de variedades, segundo a classificação nativa, como tentaremos demonstrar³.

As oposições terra-mar e água doce-água salgada como princípios centrais no sistema nativo de classificação dos recursos naturais

Os povoados a que nos referiremos e que constituíram o universo empírico da pesquisa em questão, são diferenciados pelos informantes a partir de duas categorias centrais no sistema nativo de classificação dos recursos naturais, quais sejam, as de *terra* e *mar*. Os rios, segundo essa classificação, pertenceriam à *terra*, pois, segundo os termos dos informantes, *nascem* nela. Deste modo, as localidades são classificadas em povoados de *beira de costa* ou *da beirada*, que têm acesso direto ao mar, e povoados chamados *de centro*, cujo acesso ao mar e a todos os recursos relacionados à *água salgada* se dá somente de modo indireto. Neste caso, via a existência de *igarapés*, por meio dos quais se faz a comunicação tanto com o oceano quanto entre povoados.

A proximidade do que qualificam como *salgado* indica maior ou menor condição de *centro* ou de *beirada*. Samucangaua, por exemplo, é apontado como estando *longe do salgado*: “pode-se dizer que fica no centro do mato”, dizem. Quanto mais o povoado seja considerado distante da *água salgada*, portanto, mais próximo do que classificam como *centro do mato*, o que nos faz relativizar, também, as noções de *perto* e *distante*⁴. Cardoso (2004) chama a atenção para fato de que, em Santana de Caboclos, outra localidade tomada para investigação no âmbito da pesquisa, embora o mar esteja próximo, segundo os parâmetros da pesquisadora, os informantes continuam afirmando que o povoado se localiza *longe* dele. Na realidade, as noções de espaço, neste caso, não se separam daquelas que distinguem *água salgada* de *água doce* e das que levam em conta o acesso direto aos recursos alimentares ligados a uma e a outra, conforme veremos. O espaço não é pensado em si mesmo, em termos puramente geográficos, mas atravessado por classificações outras, quais sejam as que envolvem a terra, o mar e o acesso aos recursos vegetais e animais a eles relacionados, passíveis de serem transformados em alimentos.

³ Para maiores detalhes sobre a infinidade de recursos alimentares inventariados nesses povoados no âmbito da pesquisa, consultar os relatórios de Gaspar, Rafael, 2004, Lobo; Janaína C., 2004; Dias, Suely, 2004; Gomes, Antonio M., 2004; Miranda, A.C. Pires, 2004 e Silva, L.de J., 2004.

⁴ Veja-se, a este respeito, a reflexão acerca das categorias de *beira* e *centro* estabelecida por Velho (1972, p.102) que, embora referida a outra situação empírica, nos ajuda a pensar o caso em questão.

Essa oposição - *água salgada e água doce* - aparece, então, como princípio central no sistema nativo de classificação da natureza e, sobretudo, dos recursos alimentares. Peixes, moluscos, crustáceos, frutas, aves, são categorizados conforme se reproduzam em ecossistemas próprios ao que entendem por *água salgada* ou *água doce*, existindo, ainda, o que chamam de *salobro*, resultado da influência da água salgada sobre rios, áreas inundáveis sazonalmente, como *campos*, ou perenemente úmidas, como *brejos*, *baixas* e *igarapés*. *Guajuru* e *murici*, por exemplo, são frutos classificados como de *água salgada* e sua ocorrência é observada em áreas de praia, enquanto os que ocorrem em locais alagados ou permanentemente úmidos, irrigados pelo que chamam de *fontes*, *olhos d'água* ou braços de rios, chamados *baixa* - como *juçara*, *buriti*, *bacaba* - são tidos como próprios da *água doce*. *Maçarico*, *guará*, *moari*, *siricora*, são aves que pertenceriam ao mar, enquanto outras, como *surulina*, *juruti*, *rolinha*, *tona*, seriam classificadas como *do mato* e, portanto, *da terra*. Os *peixes do mato* e *peixes do campo* são aqueles de *água doce* que se reproduzem nesses ambientes.

A relação entre povoados e com a capital, a circulação de alimentos e o manejo sustentável dos recursos.

Não por acaso esses grupos se apropriaram, há séculos, de áreas junto ao mar, aos igarapés e aos rios, onde a terra é fértil, permitindo o cultivo de arroz, feijão milho, mandioca. Aí, onde a água doce é abundante e o acesso à praia e aos recursos hídricos é livre, permitindo a comunicação entre povoados e destes com a sede do município ou com a capital, São Luís. Áreas onde se registram ecossistemas ricos em espécies vegetais e animais, manejados para produzir alimentos, sejam peixes, aves e outros animais de caça, muitas variedades de frutas nativas, além do babaçu, da juçara, do buriti, da mamona e outras.

Os alimentos circulam entre povoados, de tal forma que se observa um sistema generalizado de trocas de produtos, conforme uma especialização relativa à apropriação e manejo de ecossistemas distintos. Tal sistema de trocas de alimentos é mais perceptível nos momentos de festas e rituais⁵, embora ocorra durante todo o ano, envolvendo redes de parentes e afins e entrelaçando grupos de distintos povoados, conforme diferentes planos de organização social – o do parentesco, o dos rituais religiosos, o da comercialização e das distintas formas de intercâmbio de produtos

⁵ Ver, principalmente, relatórios de pesquisa de Rafael Gaspar, Janaína Lobo e Antonio Marcos Gomes, anteriormente referidos.

(Geertz, 1967). Em Itapuaú e Perizinho, por exemplo, não existem *baixas*, mas seus moradores têm acesso ao mar e, naquela região, há camarão em abundância, que trocam por *juçara* ou *buriti*, extraídos em Santana de Caboclos (GOMES, 2005).

Os alimentos circulam, ainda, entre esses povoados e bairros de São Luís como Camboa, Liberdade, São Francisco, Bacanga, Vila Embratel e outros, indicando que as fronteiras do território étnico, tal como descrito por Almeida (2002) extrapolam a baía de São Marcos, interligando parentes que se encontram no meio urbano e aqueles que permaneceram cultivando, pescando, produzindo e extraindo alimentos nos povoados. Essa constatação reforça a idéia de que certa dispersão de parte das famílias faz parte das estratégias de reprodução desses grupos étnicos. A estadia de parte dos grupos familiares, permanente ou temporariamente no meio urbano, tem facilitado, historicamente, o acesso principalmente à assistência médica, funcionando também como rede de apoio aos que estudam ou vêm comercializar sua produção na capital. É essa rede de parentes e compadres residentes no meio urbano, mormente em São Luís, que permite, em muitos casos, a manutenção de rituais como a festa de N.Sa. da Batalha, em Castelo, no mesmo município de Alcântara, conforme relata Silva (2005).

Um episódio que nos chamou a atenção nesse sentido foi o relato do desaparecimento de redes da praia de Mamuna. Vez por outra se ocorre de desaparecer algum apetrecho de pesca de moradores do povoado. Relatam que, nesses casos, costumam dirigir-se ao bairro do São Francisco, da Camboa ou da Liberdade, procurando o dono da embarcação que observaram ter passado no dia do desaparecimento do objeto, para reclamar sua falta. Explicaram que conhecem as embarcações do “outro lado”, referindo-se aos barcos pertencentes a pescadores de São Luís. Em uma das oficinas, assim explicaram: “eles conhecem as canoa tudinho pela forma, pelo pano... se ele fizer o mal, já sabe, foi o barco de seu fulano...”

Controlam, do povoado – assentado estrategicamente no alto, de onde avistam a praia – os que navegam em suas águas, os que aí estiveram ancorados (“encostou uma canoa motorizada de pescar no alto, da Camboa, e ficou lá três dias”) ou o horário em que por ali passaram, calculando quem possa ter levado o objeto desaparecido. Narram que conseguem recuperar muitos apetrechos desta forma. Mais uma vez, os relatos nos chamam a atenção para o fato de que a baía é vivida por eles como uma espécie de prolongamento de seus territórios. O que pode ser experimentado por muitos de nós como um obstáculo às vezes difícil de ser transposto – uma travessia sofrida aos não acostumados a mares bravios em certas épocas do ano – para os integrantes desses

grupos representa um espaço familiar, transitado, cruzado cotidianamente. Ir e vir a São Luís, observar o chamado “outro lado” muitas vezes como parte, como prolongamento de seus territórios ou como um mundo desconhecido – lá onde se encontram os conhecidos, os parentes, os comerciantes ou os poderosos os antagonistas – faz parte da vida desses grupos.

De que forma vivem uma e outra situação, que estratégias acionam num e noutro caso, é uma questão a ser perseguida por etnografias minuciosas. Tais estudos nos levarão, certamente, não apenas a relativizar a dicotomia rural-urbano, como a retomar a discussão sobre as estratégias a partir das quais os camponeses garantem seu modo de existência em situações em que o entrelaçamento entre o local e a sociedade mais ampla é dominante (KEARNEY, 1996) (VIOLA 2002). Estudos sobre situações localizadas nos conduzirão, ainda, quem sabe, a confirmar a idéia de que a identidade étnica se reforça justamente quando os membros do grupo cruzam fronteiras, transitam entre seus territórios e a cidade (BARTH, 1969) . Por ora, porém, nos interessa discutir o intercâmbio de alimentos entre povoados e entre estes e a capital, assim como a gravidade da ameaça que pesa sobre esses grupos caso a saída para o oceano seja fechada, em decorrência da ampliação do Centro de Lançamento para seu aluguel à Ucrânia e a outros países, como pretendem os militares, apoiados pelo governo federal.

As relações econômicas com a capital, para onde traziam sua produção, foram historicamente mantidas por esses grupos desde os séculos passado. Além de circular nos próprios povoados e na sede do município, grande quantidade e variedade de peixes, camarão, farinha e frutas sempre foi comercializada diretamente na capital, pelos barcos dos povoados, através de portos próprios. O barco de Mamuna, por exemplo, costuma transportar, além daquelas do povoado, também as cargas de Samucangaua. Deste modo, mesmo os povoados chamados *de centro* possuem portos nos igarapés e, por meio deles, comunicam-se com os da chamada *beirada* e, assim, com São Luís.

Estamos diante, portanto, de grupos que construíram, durante gerações, um complexo sistema de comunicação e de conhecimento dos recursos alimentares e que praticam um manejo *sustentável* da natureza. Esse manejo é ditado por regras pactuadas entre os membros desses grupos, envolvendo relações entre homens e meio biofísico e entre aqueles e meio sobrenatural, ou seja, os chamados *encantados*. Dona Antonia, *pajoa* de Trajano, relatou, em uma das oficinas, como pediu licença à *vovó*, um *encantado*, para pescar num poço também considerado *encantado*, oferecendo-lhe um

pouco de cachaça e explicando-lhe que precisava pescar para criar seus filhos. Conta que logrou pescar, enquanto outros pescadores apenas viam, maravilhados, os peixes sem conseguir capturar nenhum.

Discutindo as teorias sobre os modelos locais do mundo natural, Escobar (2000, p.178), citando Descola, ressalta:

“Así, los seres vivientes, los no vivientes y, a menudo, los sobrenaturales, no se consideran como constituyentes de dominios distintos y separados – desde luego, no dos esferas opuestas de la naturaleza y cultura – con lo que las relaciones sociales abarcan a algo más que a humanos. Descola, por ejemplo, argumenta que en tales **sociedades de la naturaleza** (grifos de Escobar), las plantas, los animales y otras entidades pertenecen a la comunidad socioeconómica, sujetos a las mismas reglas que los humanos’ (1996, Pág. 14)”.

Deste modo, as regras que unem homens entre si, com os recursos básicos e com os entes sobrenaturais conformam modelos da natureza que permitem a apropriação dos recursos alimentares de modo sustentável. Não apenas os recursos animais e vegetais são manejados desta forma, mas a apropriação de recursos hídricos também envolve manejo, por meio de regras consensualmente acatadas. Rios, fontes, poços, são utilizados a partir de regras pactuadas, permitindo que lavem os animais, apanhem a água para beber, se banhem, lavem roupas e vasilhas, coloquem mandioca de molho para produzir a farinha, sem que a água perca sua qualidade para consumo humano. Neste sentido, ainda é Escobar (2000, p. 171) que nos lembra que:

“Los investigadores y activistas de los estudios sobre el medio ambiente no sólo se confrontan con movimientos sociales que mantienen una fuerte referencia al lugar – verdaderos movimientos de apego ecológico y cultural a los lugares y los territorios - , sino que también lo hacen con la conciencia creciente de que cualquier acción alternativa debe tener en cuenta modelos de la naturaleza basados en los lugares, con sus correspondientes racionalidades y practicas culturales, ecológicas y económicas”

Tais grupos étnicos se apropriam da natureza para produzir alimentos, conforme uma cosmovisão específica, onde homens, meio biofísico, seres sobrenaturais estão conectados e de acordo com a forma pela qual essa conexão se manifesta em distintos lugares, nos territórios particulares, correspondente também a territorialidades específicas (ALMEIDA, 2002).

Povoados pobres e ricos e a verdadeira fome – relativizando conceitos

Os grupos não retirados de seus territórios permanecem, há vinte anos, na condição de populações terminais, pois, segundo a Aeronáutica, deveriam também ser remanejados compulsoriamente. Como têm resistido e permanecido em seus lugares,

prosseguiram com seus sistemas de conhecimento, de apropriação e manejo dos recursos básicos, embora à margem de qualquer benefício governamental, a não ser as referidas *bolsas*. Em Mamuna, as escolas funcionam precariamente; não havia telefone público até fim de 2005 e ainda hoje as estradas tornam-se praticamente intransitáveis no período chuvoso. Deste ponto de vista, poderiam ser considerados *pobres*, desprovidos do acesso aos direitos mais básicos de cidadania. Por outro lado, seus moradores afirmam em que sentido se entendem como *ricos* – de água doce, de abundância de estoques de recursos alimentares, sobretudo os provenientes do mar ou relacionados à água salgada, como o pescado, moluscos, crustáceos e frutos nativos.

No próprio ato de escolher os locais de pesquisa e, depois, no transcorrer do trabalho de campo, pudemos perceber a complexidade dos sistemas classificatórios e das práticas de manejo em jogo, de tal forma que passamos a relativizar nossas noções iniciais de *fome*, *fartura*, *escassez*, *pobreza*. Passamos a atentar para os contextos em que afirmam serem *ricos*, referindo-se a seus povoados. Quando comparam um povoado a outro dizem: “Santana é rica de frutas, mas é pobre de peixe. É pobre porque não tem beira de praia”. A *pobreza* e a *riqueza* são pensadas em relação ao acesso aos recursos alimentares que podem ser produzidos pelo trabalho familiar – a agricultura, a caça, o extrativismo, a pesca. Alguns locais são apontados como sendo *ricos* em *baixas*, como Santana de Caboclos. Outros, em igarapés, como Samucangaua. Neste povoado dizem: “nós vive menos do dinheiro que da água salgada”. Enfatizam que sobrevivem menos comercializando os produtos da lavoura que extraindo os alimentos da água salgada, principalmente crustáceos e moluscos como sururu e ostras das pedras da beira do igarapé e dos paus e da lama dos mangues. A extração do *sururu*, na lama do mangue, por meio da técnica chamada *sururu a punho*, assim como a das *ostras*, em Samucangaua, é retratada no documentário produzido pela ABA sobre os remanescentes de quilombo de Alcântara (SANATOS, 2003).

Os povoados sem acesso direto à chamada *beira de praia* ou *beirada*, por outro lado, em alguns contextos, são qualificados como *pobres*. No caso de Santana de Caboclos, como se consideram *distantes* do mar, dizem: “a pesca fica distante e fica naquela penúria”, confirmando a idéia de que os povoados desprovidos de acesso direto ao mar seriam considerados mais *pobres*, dada a dificuldade de obterem o alimento prontamente, sem se deslocar.

Interessante perceber que quando qualificam povoados mais *pobres* e menos *pobres* não está em jogo nenhum critério monetário ou de renda das famílias, mas o

acesso direto ou não aos recursos alimentares, passíveis de serem extraídos do mar ou de algum modo relacionados à água salgada. Ressalte-se que as noções de *pobreza* ou de *riqueza*, referem-se às possibilidades de obter alimentos diretamente do mar, com autonomia, como é o caso de Mamuna.

Por ser um povoado de *beira de praia*, Mamuna é representado sempre como um local de fartura de alimentos. Sendo assim, sempre que um dos pesquisadores situado em outro povoado comentava que nossa equipe ali se encontrava, diziam: “ah, estão comendo muito peixe!”, ainda que isto não estivesse ocorrendo, pois, acontecia de não haver peixe todos os dias.

A idéia da praia como *nossa feira*, recorrente nos depoimentos, o oceano representado como recurso sempre aberto e disponível a todos, é constantemente ressaltado, tal como aparece no depoimento da delegada sindical, Dona Fátima, de Mamuna, no vídeo já referido. A possibilidade de buscar o alimento a qualquer hora, de contar com esse recurso permanente distinguiria, basicamente, os povoados da chamada *beirada* e os de *centro*, no tocante ao estoque de alimentos.

De fato, em Mamuna, essa possibilidade existe e a fartura de pescado, embora seja idealizada muitas vezes, pode ser registrada. É lá que os funcionários da chamada Base (Centro de Lançamento) procuram peixe, como tivemos oportunidade de observar, e também é na Vila Itaperai⁶, onde residem, como nos conta Marcelo, pescador de Mamuna, que ele encontra seus principais fregueses:

Esta relação nos dá idéia da riqueza e da variedade de alimentos disponíveis aos moradores de Mamuna, fazendo refletir sobre o risco de insegurança alimentar a que podem estar submetidos, caso tenham impedido o acesso ao mar, como resultado da implantação de novas plataformas de lançamento em toda a faixa litorânea do município de Alcântara, conforme planejado pela Agência Espacial Brasileira.

Por outro lado, se o peixe pode ser abundante, ele não é consumido sem o acompanhamento da farinha d'água e, como dizem: “a verdadeira fome, a mais triste, é a fome de farinha”. A este respeito, narram como, nos anos 80, por ocasião de uma intensa estiagem, toda a região sofreu a falta da mandioca para produzir a farinha. Conheceram a *fome*, a chamada *fome de farinha*, pois não costumam ingerir os alimentos, como dizem, *simples*, sem esse acompanhamento. Os alimentos, sejam peixe, carne, frutas, são sempre acompanhados de farinha d'água. Sentir a denominada *fome*

⁶ Vila, em Alcântara, onde residem os militares que trabalham no Centro de Lançamento.

de farinha é situação apontada como uma das experiências mais dolorosas - “sentir fome de farinha é doído”, pois a farinha, como dizem “é a sagrada da mesa”, “é a da frente”, “é o pão da terra”, como diz seu Tenório, morador de Mamuna⁷. Comentam que as pessoas dizem “não quebrei o jejum”, quando não comem o que chamam de *pandu*, (farinha com café) ou: “tem gente que pode comer, mas não se satisfaz se não tiver a farinha”. E ainda: “quando a gente não come a farinha, fica aquela fineza no estômago”.

Siloca, uma trabalhadora de Santana de Caboclos, presente a uma das oficinas, relatou que, por ocasião dessa estiagem, guardaram a pouca farinha que possuíam para consumo das crianças, mas a cadela da família alcançou o depósito onde estava guardado o alimento, comendo-o. Seu marido, com raiva, e num momento de desespero, atirou no animal, pois as crianças, nessa época, choravam pedindo farinha.

É bastante comum, em muitas áreas do Maranhão, ouvir os trabalhadores rurais expressarem o que entendem por *vergonha*, ao relatarem que necessitaram comprar farinha. Comprar farinha, segundo os valores que orientam códigos de honra por eles compartilhados, coloca o chamado *pai de família* em uma posição incômoda perante os demais, visto que deveria garantir, via trabalho familiar, um estoque de farinha suficiente para alcançar o próximo ano agrícola. Ainda no vídeo, constantes vezes referido neste artigo, Dona Maria do Carmo, da agrovila Marudá, se refere a essa necessidade de comprar farinha todos os anos, dizendo: “quem vê pensa que ele (o marido) é um preguiçoso”.

Esses relatos nos dão a idéia do significado para esses grupos se verem privados de suas áreas de lavoura, impedidos de produzir mandioca, como ocorreu com os moradores das *agrovilas*, remanejados para áreas improdutivas, de areias, sendo a farinha d’água o principal alimento de sua dieta.

Remanejamento compulsório, desequilíbrio ambiental e insegurança alimentar

Após o esvaziamento compulsório dos antigos povoados, as famílias transladas compulsoriamente para as chamadas *agrovilas* tiveram, do dia para a noite, suprimidas não apenas suas condições materiais de existência, mas algumas situações chamam a atenção pelo grau de violência com que a retirada ocorreu. No povoado de Dona Leandra, Peptal, as famílias foram retiradas no meio de sua festa religiosa mais

⁷ Como já registrava MOURÃO SÁ (1975).

importante, sem que pudessem encerrá-la⁸. Alguns ainda conseguiram alcançar o chamado *lava pratos* – último dia do festejo – mas a chegada do caminhão veio surpreendê-los, intempestivamente, e tiveram que sair às pressas, deixando para trás não apenas suas casas, pomares, quintais e lavouras por colher, mas um ritual religioso interrompido⁹. Remanejadas, as famílias das agrovilas, passaram a dirigir-se à Mamuna, à Samucangaua e a outros povoados, onde se passou a observar uma extração intensiva de certos recursos como a ostra e o sururu .

O sururu, por exemplo, é um molusco extraído tanto da lama do mangue, quando é chamado *sururu a punho*, e *sururu de pasto* quando é encontrado em áreas próximas à praia. Os trabalhadores de Mamuna relatam que ali havia muito desse último tipo, mas tendo em vista a extração intensiva e desordenada a que se viram obrigados os trabalhadores das *agrovilas*, esse molusco desapareceu, conforme nos relata Marcelo, morador de Caiaua, no mesmo povoado:

P – E aqui tinha sururu de pasto?

M - Sururu de pasto dava muito no porto Caiaua, mas não dá mais. O povo das agrovilas vinha e tirava direto... ouvi dizer que onde mulher mija no sururuzal mata ou se muda... ele não se dá bem com a urina... elas iam tirar mais porque era no raso, com água no joelho, lá na Mamuna dava que ninguém dava conta de tirar...

P - E as mulheres mijavam? Elas não sabiam disso?

M - Elas não se lembravam nada disso...

As famílias de Samucangaua contam como, há gerações, vinham praticando o manejo das ostras. Relatam que extraíam uma parte do molusco e preservavam o que chamam de *caraca*, para futura reprodução, e como os moradores das *agrovilas*, premidos pelas necessidades impostas pelo remanejamento, retiram tudo que encontram, tanto para venda quanto para o consumo.

Deuzuíta - Nós era cultivado tirar só o miolinho da ostra e eles [os moradores das agrovilas] vão de saco, tiram tudo...

Submetidos a uma situação de carência de alimentos, os moradores das agrovilas partem em busca de recursos alimentares longe de suas casas ou se submetem a ingerir embutidos e enlatados vendidos por pequenos comerciantes. Marcelo, assim relata:

P – O que o pessoal das agrovilas gosta de comer?

⁸ Informação obtida por Ana Tereza Ferreira Rocha.

⁹ Esta situação vem sendo estudada por Ana Tereza Ferreira Rocha que, no momento, redige sua dissertação de mestrado para o PPGCS-UFMA. Sobre o mesmo tema, da mesma autora, ver Rocha, 2004.

M - São doido para comer a tainha pitiú, eles compram muito, 3,50 o quilo.

Eles são invocado atrás da pitiú, tanto faz assada, cozida, como frita, é o cumê deles, o feijão com o peixe frito...

P - E antes eles o que eles comiam?

M - Na época que eles se mudaram [para as agrovilas], eu ouvi falar que eles comiam mais era feijão, mas antes [de se mudarem para as agrovilas] era só peixe mesmo, era como a gente no interior, não morava na beira da praia, mas morava nas cabeceira, subindo pro rio...

Um tempo desses eles tão comendo muito é sururu... dá muito no igarapé do São João, Porto Alto... é duas horas de relógio para chegar lá no pesqueiro onde eles pescam, no igarapé do Pacuri, Peruaçu, que eles pescam, já é do outro povoado, não é deles não... que onde eles moram (na agrovila) não tem... até na Canavieira eles pescam, só de canoa... os mariscos que eles forem encontrando, que for de comer eles vão trazendo, é ostra, sururu, caranguejo... o que eles forem encontrando, vão trazendo... porque é longe, né dona Maristela, pra voltar sem nada... até o baiacu eles comem, frito... No verão é o que mais comem, peixe frito... e a salsicha demais... o comerciante até compra em Alcântara para revender... a salsicha e a galinha de granja...

P - E povo desses lugares não acha ruim de eles levarem tanta coisa assim?

M - Não, porque eles [do povoado] não tem tanto essa precisão de ta no igarapé toda hora pescando... acho que não acham ruim, não... **todo mundo tem a precisão de se alimentar....**

Como se pode perceber, embora o povoado ou os povoados citados recaiam sob a autoridade de grupo específico e muitas vezes, possam até ser considerados *de dono*, o uso desses recursos naturais é aberto. Este é um dos aspectos fundamentais da economia desses grupos pertencentes a esse grande território étnico. Os povoados encontram-se de fato interligados e seus moradores praticam o usufruto comum da terra (internamente a cada povoado) e dos recursos alimentares em toda a extensão do território.¹⁰

Com a extração, de parte dos remanejados, tanto para a alimentação quanto para a comercialização, verifica-se um desequilíbrio ambiental que vem provocando a insegurança alimentar desses grupos.

Por outro lado, recursos como a *sardinha*, abundantes em alguns locais, não tão valorizados por seus moradores, passaram a servir de alimento àqueles que foram assentados em locais sem acesso direto ao mar. Segundo os moradores de Mamuna, os das *agrovilas* acorrem ao povoado, em grandes grupos, deslocando-se de bicicleta, no chamado *tempo da sardinha*, para salgá-la em grande quantidade e, deste modo,

¹⁰ Para maior aprofundamento sobre território étnico, ver Almeida, 2002.

armazená-la. Esse pescado não é muito apreciado pelos moradores de povoados de *beira de costa*, onde outras espécies são abundantes e lhes permitem desprezar o seu consumo.

O sabor dos peixes obedece à complexa classificação na qual se baseiam as preferências, gostos e tabus alimentares. Em Mamuna, por exemplo, registra-se grande fartura de peixes de água doce, porém não são consumidos no povoado, onde preferem os de água salgada. Após a instalação das *agrovilas*, há vinte anos atrás, os que antes também preferiam peixes do mar, que igualmente desprezavam, por exemplo, a sardinha ou os peixes de água doce, hoje são levados a caminhar ou a ir de bicicleta, quilômetros e quilômetros, para obter os alimentos que antes não compunham sua dieta, conforme explica Marcelo:

M - Também eles comem muito peixe de água doce, eles pescam muito nos lagos... acará... no rio do Rio Grande, na baixa... no rio do Jardim, que é o terreno do Dr. Airton... pescam de caniço com a isca da minhoca... tanto faz mulher como criança, homem, tudo se viram... (...) Eles têm logo o trabalho de botar para cozinhar para tirar a polpa, como eu digo, e bota na geladeira, que quase todos eles têm geladeira e eles vão rendendo a comida, para fazer o trabalho e ter aquela comidinha.... quando não tem, vão pro feijão mesmo...

P - Quando só tem o feijão é ruim?

M - Comem o feijão com sardinha da lata... são louco pela sardinha salgada, que dá na maré... eles são louco... tempo da sardinha na Mamuna é dez, quinze bicicleta, passa até doze dias na Mamuna pescando sardinha... a gente come mas muito pouco a sardinha... porque a sardinha quando ta gorda ela enjoa...Eu acho que a sardinha é um quebra galho pra eles, porque ali não tem outra comida...

Como as distâncias são longas, são obrigados, agora, a salgar esses peixes, pois o acesso ao gelo e aos materiais de armazenamento também não lhes é facultado. Modalidades de pesca são acionadas por esses moradores das agrovilas, ex-pescadores, colocados em locais distantes do mar, como o mesmo Marcelo. nos explica:

P – E como fazem pra levar todo esse peixe?

M – Só levam salgado da Mamuna, noite e dia mulher consertando dentro do porto, é mês de maio para junho que dá a sardinha.... eles vão pescar levam as mulher deles, do lugar deles, e vão salgar e vão só no outro dia... pescam de tarrafa. Dormem no porto mesmo, lá naquele rancho... de quinze, vinte pessoa, muita bicicleta, quando não é, é no “pula”.... todo ano eles vão fazer essas pescaria quando a sardinha chega no igarapé no inverno... ela ta na barra, ta para todo lado, lá fora, no igarapé... eles pescam é muito na soqueira, de mão, o peixe ta acomodadinho debaixo dos pau, aí eles vão, agarra os peixe de mão, o bagre, a tainha, o Pacamão, peixe de igarapé, agora quando topa a moréia, morde eles, eles não garra mais... soqueira é um mangue, ele regoa para dentro do igarapé só fica aquele tronco dentro d’água, e a pessoa vai com a mão, sacudir e o peixe que não corre eles garram com a mão...

Modalidades de pesca, identificadas como próprias daqueles momentos caracterizados como *de precisão*, ou seja, de escassez de alimentos, passam a ser realizadas pelos moradores das agrovilas que se deslocam para Mamuna:

M - (...) Tem pescaria que eles fazem também no chuchu, lançante d'água... quando a maré lança, entra no mangue, os peixe entra no mangue para mariscar dentro do mangue, para comer os aratuzinho que ta subindo no mangueiro, eles balançam o chuchu dentro d'água e aí o bagre pensa que é o caranguejinho que ta mexendo... eles ficam trepado no mangue e não pode se mexer e quando o peixe vem eles chucha e aí desce e vai garrar com a mão, quebrar o esporão e botar dentro do cofo... gente da Mamuna ainda não teve essa precisão de pescar dentro do mangue.

Os padrões de produção e de consumo de alimentos foram, portanto, brutalmente alterados pela ação oficial, modificando drasticamente, de uma geração para outra, os níveis do que se poderia entender como segurança alimentar desses grupos. A este respeito, o mesmo pescador de Mamuna, nos diz:

M - Camurim não vende na agrovila, já traz para São Luís... vende a 6,50. Eles [moradores das agrovilas] não comem camurim porque é caro... pescada também não comem, porque é caro... de cinco kg em diante, porque já é caro para eles... eles comiam antes, no setor velho deles... pescada de sete kg, 8 kg...agora, a condição não dá para comprar... eles dizem logo: 'mais antes comprar carne'... é verdade... os que já nasceu lá já nem conhecem pescada grande, só quando parece vendendo lá mesmo é que olha...

Dona Leandra, da agrovila Peptal se manifesta a este respeito, ressaltando o que entende como sendo a riqueza desses povoados, em oposição à ausência de recursos alimentares das agrovilas:

L - A palavra das agrovilas é não. Na agrovila não temos nada... a palavra das comunidades dos povoados é a riqueza, a fartura, e a nossa, a do 'não temos'... esse prazer de dizer 'eu tenho', 'eu posso', 'esse prazer nós não temos'...(...) Mamuna ta rindo e nós ta chorando. Eles falam da riqueza do que eles têm.

Esses depoimentos, mais uma vez, indicam com quais noções de *riqueza* e de *pobreza* estão operando, quando a informante acima, destaca o que entende como riqueza, fartura dos povoados, em contraposição à falta, à inexistência de recursos a serem extraídos da natureza ou produzidos a partir do trabalho na terra, no caso das *agrovilas*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas áreas onde hoje estão colocadas as *agrovilas*, como no caso da atual Peptal, eram locais de trabalho de outros povoados, como Peru. As áreas de moradia e o chamado *cemitério velho* do antigo Peru, por outro lado, segundo informam os

trabalhadores, foram transformadas em área de depósito de lixo do Centro de Lançamento. Ou seja, a ação oficial vem promovendo a desorganização social, a devastação ambiental e o desequilíbrio do estoque de alimentos nos povoados; transformando compulsoriamente áreas de trabalho em áreas de moradia, áreas de moradia em áreas de uso exclusivo da Aeronáutica, cemitérios antigos em áreas de circulação proibida e, sobretudo, exterminando sistemas de conhecimento únicos, patrimônio imaterial desses grupos.

Tais sistemas de conhecimento calcam-se em cosmovisões nas quais homem e natureza não são entidades separadas e a partir dos quais desenvolvem práticas de produção de alimentos apropriadas a ecossistemas específicos. Não há, portanto, como separar o conhecimento local e as práticas culturais do lugar, no sentido sociológico (ESCOBAR, 2000, pp. 169-216), do território. Apartar esses grupos de seus territórios é desestruturar um modo de vida, um sistema de conhecimento apropriado ao ambiente em que vivem, condenando-os à pobreza. Pobreza aqui entendida como o impedimento do acesso aos recursos naturais que lhes permitem não apenas produzir alimentos, fazendo-os chegar também à periferia de Alcântara, às agrovilas, à capital do estado, como manter suas festas e rituais. O vídeo já referido (SANTOS, 2003), documenta a importância dos fundos cerimoniais (WOLF, 1976) e de que modo localidades distantes geograficamente, como as agrovilas e a Ilha do Cajual, podem estar ligadas por laços de parentesco acionados em momentos distintos de diferentes festas e rituais. Mostra, ainda, como se empobreceram esses rituais nas agrovilas, como é o caso de Marudá, para onde foram remanejados compulsoriamente cerca de duas dezenas de povoados, obrigados a celebrar suas festas religiosas – *de obrigação*, como as denominam – sem contar com recursos fundamentais: a farinha, a tapioca, o azeite de babaçu, a carne de porco, alimentos imprescindíveis para sua realização.

Fechar as portas do oceano a essas centenas de comunidades, sob quaisquer pretextos, é condená-las a pobreza e a perpétua insegurança alimentar que nenhuma política de distribuição de cestas básicas ou de bolsas poderá solucionar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo W.B. de – “Laudo Antropológico: Identificação das Comunidades Remanescentes de Quilombo em Alcântara (MA)”, setembro de 2002, mimeo.

BARTH, Fredrik – *Ethnic Groups and Boundaries*. London. George Allen. 1970

- CARDOSO, Maria Suely Dias – “Produção de Alimentos e Cultura Alimentar: avaliação das formas de obtenção e consumo de alimentos em Santana de Caboclos, Maranhão”. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq. São Luís. Grupo de Estudos Rurais e Urbanos. Mimeo.2004
- ESCOBAR, Arturo – “El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización y posdesarrollo”, in Viola, Andreu *Antropologia del desarrollo, Teorias y estudios etnográficos en América Latina*. Barcelona-Buenos Aires-México. Paidós. 2000. pp. 169-216
-
- La invención del tercer mundo - construcción y desconstrucción del desarrollo*. Barcelona. Grupo Editorial Norma. 1996.
- GASPAR, Rafael Bezerra – “Produção de Alimentos e Cultura Alimentar: avaliação das formas de obtenção e consumo de alimentos em Samucangaua, Maranhão”. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq. São Luís. Grupo de Estudos Rurais e Urbanos UFMA . Mimeo.2004
- GEERTZ, Clifford. “Form and variation in Balinese Village Structure” In: Potter, M. Diaz e G. Foster (Eds). *Peasant Society: a reader*. Boston, 1967.
- GOMES, Antonio Marcos - “Produção de Alimentos e Cultura Alimentar: avaliação das formas de obtenção e consumo de alimentos em Santana de Caboclos, Maranhão”, Mimeo. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq. São Luís. Grupo de Estudos Rurais e Urbanos UFMA. 2004
- LOBO, Janaína Campos - “Produção de Alimentos e Cultura Alimentar: avaliação das formas de obtenção e consumo de alimentos em Samucangaua, Maranhão”. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq. São Luís. Grupo de Estudos Rurais e Urbanos UFMA . Mimeo.2004
- KEARNEY, Michael – *Reconceptualising the Peasantry – Anthropology in Global Perspective*. Oxford. Westview Press. 1996
- MIRANDA, Ane Caroline Pires de – “Produção de Alimentos e Cultura Alimentar: avaliação das formas de obtenção e consumo de alimentos em Mamuna, Maranhão”. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq. São Luís. Grupo de Estudos Rurais e Urbanos UFMA . Mimeo.2004
- MOURAO SÁ, Laís – *O Pão da Terra* – dissertação de mestrado. PPGAS. Museu Nacional. 1975.
- ROCHA, Ana Tereza Ferreira .*Memória, identidade e lugar - ensaio sociológico a partir de uma experiência de pesquisa de campo*– monografia de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais – UFMA. 2004.
- SANTOS, Murilo – *Terras de quilombos – uma dívida histórica*. Vídeo. 52 min. São Luís. Associação Brasileira de Antropologia.2003
- SILVA, Flávio Pereira da – *A comunidade dos pretos do Castelo*. Dissertação apresentada ao PPGCS UFMA. São Luís. 2005.

Universidade Federal do Maranhão/Universidade Estadual do Maranhão – *Zoneamento Costeiro do Maranhão*. São Luís. outubro de 2003.

VELHO, Otávio Guilherme – *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária – estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro. Zahar Ed. 1972.

VIOLA, Andreu - “La crisis del desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo”, in Viola, A. (comp) *Antropología del Desarrollo – teorías y estudios etnográficos en América Latina*, Barcelona, Paidós, 2000, pp. 09-64.

WOLF, Eric - *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro. Zahar. 1976

O SIMBÓLICO E O ECONÔMICO NA ADEÇÃO À AGRICULTURA ECOLÓGICA

Valter Lúcio de Oliveira¹

1. Introdução

É certo que nas últimas décadas o debate sobre a questão ambiental se expandiu acentuadamente e a sensibilidade em relação a este tema fez com que os vários setores sócio-econômicos que integram a sociedade incorporassem em seus discursos e em suas práticas elementos que contemplassem tal preocupação. No campo das agriculturas este debate foi bastante profícuo e fez originar ou consolidar variadas formas de se fazer agricultura que atendessem aos princípios de proteção ambiental e social. Ao se reunir sob o manto da preocupação com o meio ambiente e outras questões sociais um número crescente de agricultores, técnicos, consumidores e outros agentes se viram imersos em uma dinâmica onde aspectos simbólicos de tal opção assumem uma significativa relevância.

Apoiada em dados empíricos, a análise apresentada neste artigo busca lançar um fecho de luz sobre o mercado simbólico que frequentemente esta oculto por detrás do mercado econômico e, ao mesmo tempo, colocar em relação estas duas dimensões que envolvem “as agriculturas alternativas”. Toma-se por base que o processo de constituição das “agriculturas alternativas”, formato este orientado por uma preocupação sócio-ambiental, se conforma ao longo do tempo e das relações sociais nas quais estão imersas, assumindo assim, feições forjadas nas lutas sociais simbólicas. Ou seja, ao se unirem na contraposição à agricultura de formato dominante, chamada convencional, se estabelece um processo de disputa denso em interesses diversos no qual os agentes envolvidos buscam construir a sua própria verdade. E, “s'il y a une vérité, c'est que la vérité dum monde social est un enjeu de luttes”, afirma Bourdieu (2002, p.249). Mas, como se verá, o espaço de disputas acionado pelas diferentes formas de se fazer agricultura é muito mais complexo do que os extremos convencional *versus* alternativo. Outras várias denominações buscam se consolidar enquanto um fazer legítimo e internamente a estas denominações fervilham disputas fundadas em variados

¹ Eng. Agrônomo, mestre em Desenvolvimento Rural – PGDR/ UFRGS e doutorando pelo CPDA/UFRRJ. E-mail: valterlu@yahoo.com.br.

jogos de interesses. Porém, sem adentrar nas minúcias desse emaranhado de denominações, interessa mais detidamente perceber como a dimensão ecológica alimenta um espaço de disputa simbólica tão relevante quanto o econômico. Isto é, subjacente a um produto adjetivado como orgânico, ecológico, biodinâmico etc, se oculta uma conjunção de elementos de um jogo de interesses centrado na prática e no discurso coerente com a forma mais adequada de se fazer agricultura e de ser agricultor. Busca-se assim, explicitar e problematizar determinadas questões que alimentam as práticas dos agentes envolvidos com tais propostas de se fazer agricultura.

Empiricamente, os agentes que estarão no foco destas análises serão os agricultores ecologistas organizados em uma determinada associação e os mediadores sociais vinculados a um ONG, ambas localizadas na região Sul do Brasil. Esta ONG oferece assistência técnica e organizacional à citada associação e, dessa forma, estrutura-se uma situação de interdependência, onde ambas se alimentam dos benefícios oriundos de tal relação.

2. Distinção e disputa entre as formas de se fazer agricultura

Desde que nasceu a agricultura foi palco de constantes transformações ao longo de sua história. Especialmente após a introdução da Revolução Verde² todas as instituições diretamente envolvidas com a agricultura e, sobretudo os agricultores, se viram imersos numa dinâmica onde a cada dia se apresentavam mudanças tecnológicas e processuais com vistas a gerar ganhos em produção e em produtividade. Na mesma proporção desses avanços, os impactos daí ocasionados foram se intensificando e passando a desafiar os pesquisadores a incorporar estas preocupações em suas agendas de pesquisas. Também diante dessas constatações, muitas pessoas e organizações passaram a desenvolver outras formas de se fazer agricultura que não necessitavam lançar mão desses insumos gerados segundo a lógica da Revolução Verde. Irão, então, ao longo do tempo, se consolidar essas “novas agriculturas”, estampando diferentes denominações: agricultura alternativa, agricultura orgânica, agricultura ecológica, etc que guardam entre si diferenças, por vezes bastante sutis. Deve ser

² O que está sendo referido com tal denominação diz respeito a uma estratégia de transformação tecnológica e processual iniciada, sobretudo, no começo da década de 1960, anunciando um aumento espetacular na produção e na produtividade agrícola. Essa estratégia nasceu como uma verdadeira panacéia que solucionaria, de uma vez por todas, os problemas da fome e do subdesenvolvimento no mundo. Porém, além de não atender ao esperado, produziu sérios problemas sócio-ambientais. Sobre este assunto veja, dentre muitos outros, Ehlers (1996) e Mooney (1987).

acentuado que todas elas se demarcam do pólo majoritário desse campo, que é genericamente identificado pela denominação de agricultura convencional³ a qual descreveremos brevemente na sequência.

A agricultura dita convencional é assim denominada por aqueles que se opõe a ela, ou seja, os preconizadores das formas alternativas de se fazer agricultura. Esse rótulo carrega consigo uma forte carga de negatividade, uma vez que remete àquela prática na qual se pressupõe que não está prevista uma preocupação com os impactos ocasionados pelo uso dos insumos sintetizados industrialmente. Portanto, não há o agricultor que se autodenomine de “convencional”⁴; ele sempre será assim denominado por aqueles agentes que se posicionam no pólo oposto. Isto é expressão de uma disputa e, por consequência, da auto-afirmação da identidade do agricultor não convencional. Fica evidente, desde já que o poder das palavras deve ser levado em conta nas lutas sociais. Conforme Bourdieu, a representação do mundo social

est déposéé dans lês mots communs, termes performatifs qui font lês sens du monde social autant qu’ils l’enregistrent, mots d’ordre qui contribuent à produire l’ordre social en informant la pensée de ce monde et en produisant lês groupes qu’ils désignent e qu’ils mobilisent. (Bourdieu, 2002, p.249).

O agricultor ecologista, por exemplo, valorizará a sua prática e a sua visão de mundo apontando os equívocos e os males inerentes à agricultura convencional. Esta agricultura é praticada por um agricultor que, conforme aqueles envolvidos com a agricultura ecológica, ainda não atingiu um suficiente estado de consciência para compreender os valores próprios da agroecologia:

(..) eu acho que é muito comodismo [é preciso consciência também...] consciência, comodismo, eu tô aqui na minha, não tenho crise de consciência. Eu vou continuar assim, que é mais garantido, não vou correr o risco. (E02 – AE5, entre colchetes está o comentário de seu irmão)

³ Nesse trabalho essa denominação também pode ser intercambiada por “agricultura moderna”, “agricultura clássica” ou “agricultura produtivista”. Deve-se considerar que na atualidade, com a implementação da biotecnologia (em seu sentido mais estrito, quase como sinônimo de transgênicos) emergiu mais um pólo de disputa complexificando ainda mais este campo da agricultura. O produtor convencional de soja, por exemplo, busca se distinguir daquele produtor de soja transgênica e, assim, colher os benefícios simbólicos e materiais dessa distinção. O mesmo pode-se dizer em relação a outros agentes que operam neste campo de disputas (políticos, cientistas, ativistas...).

⁴ Ainda que hoje em dia isso possa ser verificado, como já mencionado, quando o produtor convencional busca se distinguir daquele o agricultor que utiliza sementes transgênicas.

⁵ Nas citações das entrevistas as partes em negrito e itálico correspondem ao questionamento do entrevistador e nos códigos de identificação a letra E indica “entrevista” e é seguida por um número que corresponde simplesmente à sua ordem de organização; AE indica se o entrevistado é agricultor ecologista e MS indica se é um mediador social.

Por outro lado, o agricultor convencional, devido ao seu acentuado poder no campo da agricultura e perante a sociedade em geral, é aquele referido simplesmente como “agricultor” ou “produtor rural” e geralmente não está preocupado com estas discussões periféricas referentes às formas alternativas de se fazer e pensar a agricultura. Ou seja, a agricultura ecológica não está inserida na narrativa da agricultura dominante (a convencional). A narrativa da agricultura ecológica se dá a partir da periferia e se demarca dessa agricultura predominante como forma de se sustentar enquanto uma identidade própria. Porém, é plausível afirmar que, em certas circunstâncias, é conveniente a eliminação dessa fronteira, de forma a colocar todos sob uma única égide, a do “agricultor” sem adjetivos (familiar, grande, pequeno, ecológico...). Isto se dá especialmente em relação a certas ações reivindicatórias junto ao poder público em prol de uma agricultura como um todo unificado. Ou seja, em situações como esta, uma identidade não elimina a outra, mas se colocam em suspenso em uma identidade integradora. Neste caso, o agricultor ecologista é, acima de tudo e como os demais, simplesmente um agricultor. A distinção se fará oportunamente, quando for conveniente sua identificação (ecologista) e a identificação do outro (convencional).

Deve-se ressaltar que toda referência que se fará neste trabalho à agricultura convencional deverá ser entendida como sinônimo daquela prática que não está enquadrada por uma organização, ou movimento e sob a regência de normas de conduta em relação à utilização dos insumos e ao processo utilizado na produção agrícola, ainda que existam leis nacionais que regule esta agricultura.

Já do lado das agriculturas alternativas a “Agroecologia” é a denominação de maior expressão que vigora atualmente no Brasil e em vários outros países. Ela é herdeira do mesmo estatuto político-ideológico que deu forma ao movimento da agricultura alternativa⁶ e, portanto, se propõe ir além da transformação técnico-produtiva. Nesse sentido, há uma variedade muito grande de definições a respeito do que vem a ser a agroecologia. Entre os seus próprios proponentes, há uma visível disputa pela sua melhor definição, observando-se desde os que defendem a agroecologia como uma referência alternativa estritamente tecnológica e processual, até aqueles que a

⁶ Ver Oliveira (2004) onde há outras referências sobre o movimento da Agricultura Alternativa e sobre outras formas alternativas de se fazer agricultura.

aproximam mais da noção genérica de desenvolvimento, chegando a proposições tão amplas que extrapolam em muito o campo da agricultura⁷.

Os principais agentes estabelecidos neste campo de disputa que assumem o pólo representado pela agroecologia são as ONGs e, de forma menos acentuada, os representantes de instituições governamentais⁸. Ainda assim, a experiência conduzida pela Emater do Rio Grande do Sul, ao assumir a agroecologia como prioridade institucional, lhe conferiu uma grande visibilidade, pois foi a primeira instituição pública a assumir oficialmente esse modelo de agricultura como pilar de suas atividades. Ressalva-se, no entanto, que esta experiência foi desenvolvida ao longo da gestão de um governo (1999-2002, governo Olívio Dutra – Partido dos Trabalhadores) com características ideológicas de esquerda, o que determinou uma nova dinâmica tanto na disputa interna à agroecologia, quanto no campo da própria agricultura⁹. Contudo a pretensão de alçar a agroecologia para além de sua situação de marginalidade não teve o êxito esperado pelos dirigentes do governo estadual. Passada essa experiência, fica o reconhecimento de que são as ONGs as que mais concretamente desenvolveram um formato de agroecologia que, aplicado a um nível micro, criou as condições para que grupos de agricultores se sustentassem e se identificassem a partir de tal proposta.

É na Região Sul onde a agroecologia encontra sua maior expressão, ainda que se possa considerar que esteja nacionalmente difundida. Algo curioso a ser notado é que algumas das principais organizações sediadas no estado de São Paulo parecem ser as que mais claramente explicitam um certo desconforto com relação a esta dominação semântica da agroecologia enquanto aglutinadora das várias agriculturas “alternativas”. Esta consideração ficou evidente quando, num encontro sobre agricultura orgânica ocorrido na cidade de Piracicaba – SP¹⁰, foi apresentado uma nova denominação que nascia com a pretensão de substituir o papel que vinha sendo assumido pela

⁷ Ver Almeida (2003), Altieri (2001), Gliessman (2000).

⁸ Também no meio acadêmico a agroecologia tem ganhado expressão em tempos mais recentes. Sobre a disputa especialmente voltada para a problemática ambiental envolvendo os adeptos da agroecologia e outros agentes do campo tecnocientífico, ver Coelho (2002).

⁹ Isto pôde ser percebido, dentre outras várias evidências, pela intensa disputa em torno dos transgênicos. Esta disputa chegou a ganhar expressão internacional e esteve profundamente marcada pelo acirramento ideológico entre os representantes do governo e as representações dos produtores e das empresas produtoras dessas sementes geneticamente modificadas. Por outro lado, as ONGs que historicamente atuaram sob os princípios da agroecologia, dentre as quais a ONG aqui analisada, não se identificaram inteiramente com esta proposta conduzida pela Emater, acusando-a de reproduzir o mesmo formato difusionista e verticalista predominante ao longo de sua existência.

¹⁰ Trata-se do HORTIBIO: 1º Congresso Brasileiro de Horticultura Orgânica, Natural, Ecológica e Biodinâmica, realizado na Universidade Metodista de Piracicaba – SP no período de 26 a 29 de Setembro de 2001.

agroecologia: a Bioagricultura. Essa nova denominação não teve repercussão mesmo entre aqueles que não se identificavam com a agroecologia e o que se pode afirmar com segurança é que esta não logrou reunir o mínimo de adeptos necessário para legitimar-se no âmbito desse debate já constituído¹¹. Todavia, o que está subjacente a esta discussão é muito mais que uma divergência de fundo semântico. Ela explicita uma significativa diferença de caráter político-ideológico entre os grupos que, de maneira geral, gravitam ao redor do Instituto Biodinâmico (IBD) e outras certificadoras de produtos orgânicos e as ONGs especialmente organizadas na Rede Ecovida e envolvidas com a construção de uma forma de certificação que se propõe participativa. Vale dizer, mais objetivamente, que no primeiro caso se trata de um grupo envolvido com as dinâmicas e exigências do mercado e atua segundo uma lógica empresarial, ao contrário do segundo que construíram um discurso de maior envolvimento com as variadas dimensões nas quais está inserido o agricultor.

A citada Rede Ecovida nasce a partir da necessidade de coordenar uma ofensiva contra o processo que estava dominando a certificação de produtos livres de agroquímicos que consistia em conceder a uma “empresa” certificadora composta por inspetores, a prerrogativa de definir qual o produto poderia receber o rótulo de orgânico (ecológico). Este formato de certificação também passava a dominar, de forma quase que exclusiva, o âmbito da legislação e das políticas públicas. Assim, a Rede Ecovida emerge neste cenário e vem ganhando uma destacada visibilidade, propondo um formato de certificação denominado de “participativo”. Assim, a certificação que vem sendo propugnada por esta rede busca, da mesma forma que aquela conduzida por um inspetor, atender as exigências impostas pelo mercado com relação à garantia da procedência dos produtos comercializados. No entanto, a chamada certificação participativa foi gestada e vem se constituindo para romper com a centralidade e o alto custo da “certificação convencional”. Para isso, busca-se envolver representantes dos agricultores, consumidores e técnicos das ONGs que compõem uma comissão de inspeção e certificação e é exatamente em relação a esta compreensão e composição que consiste o participativo de sua denominação. Portanto, além das ONGs e das

¹¹ É justo afirmar que esta proposição foi totalmente inexpressiva e não há mais do que uma tímida referência em uma revista produzida pelo idealizador da Bioagricultura que traz na capa o sugestivo título: “Bioagricultura: o momento pede a união de todas as correntes que trabalham pela vida”. Ver Revista Agroecologia Hoje, n. 10 (2001).

Associações de agricultores, esta Rede é composta também por associações de consumidores¹².

Como se percebe, a emergência desta rede soma-se como mais um elemento na disputa que vigora entre os grupos que estão reunidos sob a mesma égide da agroecologia. O nível de politização dos grupos atuantes no Sul do Brasil fez com que se identificasse no formato predominante de certificação uma certa incoerência com aquilo que vinham construindo. Aliás, a própria exigência do selo como condição para que se confie na procedência do produto era algo questionado, como fica explícito na fala deste mediador que está vinculado à Rede Ecovida desde sua criação: “isto reagia muito forte dentro da gente, aquela discussão da necessidade até do selo! Quem tem que botar o selo é o produto convencional, ‘cuidado veneno¹³!’” (E03 – MS). Dessa forma, a alternativa encontrada para evitar “a presença de um inspetor que viesse com um caderno de normas debaixo do braço fiscalizar uma propriedade que, talvez a mais tempo do que ele era nascido, já fazia agroecologia” (E03 – MS) foi a construção dessa proposta denominada de “certificação participativa”. Atualmente tal proposta vem ganhando adeptos de outras regiões do país e, mesmo, a atenção de agentes de outros países envolvidos com este tema¹⁴.

Existem muitas outras denominações e expressões que são situadas como alternativas à forma convencional de se fazer agricultura, mas devido à limitação deste artigo e considerando que o seu propósito não será prejudicado, não se avançará sobre a caracterização dessas outras possibilidades. Destaca-se, no entanto, que a Agricultura Ecológica, denominação mais frequentemente utilizada pelos agentes pesquisados, é, de maneira geral, a principal vertente que fundamenta a ação dos agricultores e ONGs atuantes no Rio Grande do Sul. Excetuando certas nuances, que não serão abordadas aqui, no resto esta denominação pode ser intercambiada pelo que é denominado por agroecologia, o que significa dizer que adquire os mesmos contornos discutidos acima.

¹² Para conhecer melhor este processo ver o Caderno de Formação (2004).

¹³ Algo curioso a ser notado é que existe, especialmente entre os profissionais das ciências agrárias, sobretudo durante a sua formação universitária, um esforço para se valer de expressões que suavizem a idéia negativa subjacente, por exemplo, à palavra “veneno”, utilizado aqui por este mediador. “Defensivo agrícola” é o eufemismo mais utilizado nesse caso. Por outro lado, entre aqueles envolvidos com a agricultura ecológica se faz questão de utilizar e acentuar termos como “veneno” e “agrotóxicos”, expressando simbolicamente a diferença em suas visões.

¹⁴ Mais detalhes sobre a origem e o processo de constituição da Certificação Participativa, ver Santos (2002) e sobre a Rede Ecovida ver: www.ecovida.org.br.

3. As recompensas simbólicas e materiais de ser ecologista

Da explanação anterior, fica evidente a construção de variadas “di-visões” ao redor do “ser agricultor”. Já é possível depreender, portanto, que o que se gerou como discursos e normas e que vem a caracterizar aquilo que se denomina atualmente de agricultura ecológica nasce de um processo em que tanto os agricultores quanto os mediadores, influenciados por diversos outros agentes e fatores, contribuíram decisivamente para a sua construção. Isto também não significa dizer que essa construção é o resultado de uma valorização equânime das suas contribuições ou que estes agentes estejam numa relação com simetria de poder. Trata-se de um processo a partir do qual foi se constituindo um espaço social no qual veio a se estabelecer um jogo social em que os agentes agem movidos pela *illusio*¹⁵ que dá sentido às suas “jogadas”.

A agricultura ecológica é construída dentro de uma dinâmica relacional e é dessa forma, em um jogo de tensionamentos, que irá se aproximar de um formato com o qual agentes envolvidos possam se identificar. É nesse processo de construção de uma identidade coletiva que as identidades grupais e individuais também se constroem¹⁶. Os agentes que aqui estão sendo analisados se identificam como ecologistas, mas há uma clara distinção entre aquele grupo composto por agricultores que praticam uma agricultura ecológica e aquele outro composto por mediadores que integram a ONG em questão. Da mesma forma, há, internamente a estes grupos, variadas posições identitárias que os distinguem entre si. Portanto, há um amplo espectro de engajamento entre os grupos identificados com a proposta de uma agricultura ecológica e o tipo de envolvimento com tal proposta se delimita em função das trajetórias coletivas e individuais e dos interesses em jogo. Nesse sentido, essa referida construção se processa a partir de uma disputa tácita entre os vários agentes para delimitar a fronteira do que pode (ou não) ser rotulado como agricultura ecológica.

Algo que é relativamente comum se verificar entre os agricultores é a adesão à proposta da agricultura ecológica, munidos de uma racionalidade que lhe permite ser ecologista em uma parcela de sua propriedade e convencional na outra. Porém, o título

¹⁵ Este conceito sintetiza a constatação de que o jogo social somente tem sentido para os agentes interessados em tal jogo. *Illusio* é, portanto, “lo contrario de la ataraxia [impasibilidad]: se refiere al hecho de estar involucrado, de estar atrapado en el juego e por el juego (Bourdieu, 1995, p.80).

¹⁶ O que está sendo admitido nesta afirmação é que ao serem nomeados como ecologistas, enquanto uma coletividade que partilha de certos princípios, não se elimina a ocorrência de grupos menores que estão sob a égide dessa denominação, mas apresentam características identitárias diversas, o que da mesma forma se dá no plano individual.

de agricultor ecologista é, por si só, um elemento que interessa ao agricultor, pois informa àqueles com quem se relaciona uma distinção carregada de positividade. Os bens simbólicos e materiais subjacentes a este título motivam estes agricultores a se submeterem a tais regras, ainda que parte desses benefícios não seja conscientemente considerada por tais agentes. Nesse sentido, ao se gerar uma certa disputa em torno da definição do que vem a ser um agricultor ecologista, o que está em jogo é o estabelecimento de uma linha divisória que definirá quem está dentro e quem está fora. Se for lançado para fora dos limites desta agricultura, este agricultor perderá estas vantagens. Assim, alguns agricultores se situarão de forma a colher os benefícios de ambas formas de se fazer agricultura. Ao mesmo tempo, pela disputa que travarão, se promoverá uma série de reinvenções de regras que subvertem o arbitrário social definido pelo grupo dominante, lançando as bases para uma nova configuração arbitrária¹⁷.

O que deve ser considerado, neste caso, é a capacidade desses agricultores em desenvolverem determinadas estratégias que lhes criam melhores condições para se manterem enquanto agricultores ecologistas. É importante salientar, desde já, que nessa consideração não está subentendida, necessariamente, a adoção de práticas que comprometam aquelas características normativamente definidas como limitantes à classificação de um produto como ecológico ou não. Um exemplo simples, porém significativo do que aqui está sendo considerado pode ser identificado neste comentário que se segue, proferido por um mediador entrevistado:

Enquanto nós éramos motivadores da agricultura ecológica aqui em Ipê, enquanto a Emater eram motivadores, os grupos se formaram bem heterogêneos, no momento em que as lideranças das associações..., nenhum grupo mais se formou, entendeu?! Porque daí o pessoal já começou a estabelecer critérios pra ser agricultor ecologista. **Quer dizer que esta postura um pouco mais sectária é por parte dos próprios agricultores?** Muito...! Muito por parte dos agricultores. Eles são (...), pra ser agricultor ecologista o cara tem que ser bom. Porque eles já fizeram muitos cursos, já participaram de muita formação, então eles acham que não é assim, começar e já “mamar na teta”, tipo assim, “se eu já

¹⁷ A idéia de arbitrário aqui utilizada não quer indicar ausência de motivos para se impor determinadas normas, mas sim apontar para o fato de que toda construção social parte de inúmeras “bifurcações” de arbitrariedades. Ou seja, a definição, por exemplo, do que é atualmente um produto ecológico segundo o ponto de vista de um agricultor, pode não o ser na visão de um técnico e seguramente não o será no futuro, como não o foi no passado. Como salienta Bourdieu (1998a, p.80), “o único fundamento possível da lei deve ser buscado na história que, precisamente, aniquila toda a espécie de fundamento. No princípio da lei, nada mais há que a arbitrariedade (...) Quem quiser “examinar o seu motivo” a sua razão de ser, e sondá-la “até à origem”, quer dizer, fundá-la remontando até ao primeiro começo, à maneira dos filósofos, nunca descobrirá outra coisa senão esta espécie de princípio de desrazão suficiente. Na origem, há apenas o costume, ou seja, a arbitrariedade histórica da instituição histórica que se faz esquecer como tal tentando fundar-se em razão mítica (...)”.

passei por tudo isso, você tem que passar também”. Eles não facilitam nada pra ninguém... (E01 – MS).

O que se depreende desse relato é que os agricultores ecologistas consolidados nesse espaço social foram submetidos a um intenso processo de formação e cumprimento de normas para que pudessem chegar a um determinado nível de “pureza” para, a partir daí, exercerem o direito de reivindicar e ostentar a identidade de agricultor ecologista. Portanto, não terá um novato recém aderido a esta proposta o mesmo direito de se valer dos benefícios materiais e, sobretudo, simbólicos que este título propicia. Será necessário passar por um processo de iniciação até que tenha adquirido os capitais ali valorizados e demonstrado que é digno de tal identidade.

Faz-se mister acentuar que não existe uma essência inerente a um indivíduo ou a um coletivo que, inevitavelmente, o conduza a se identificar como tal, independente de tudo e de todos. Sendo assim, cabe observar que, por exemplo, só há o negro enquanto identidade na medida em que há a identidade branca; da mesma forma só pode haver um grupo identificado como “agricultores ecologistas” face aos “agricultores convencionais”. A identidade, portanto, se define mais propriamente na produção de uma fala recorrente ao outro e menos pela própria proclamação de uma dada identidade. Isto se processa no contraste estabelecido a partir da relação que vivencia com o outro e que se transforma em uma magnificação da imagem de si mesmo¹⁸.

Nesse processo de construção da identidade do agricultor ecologista, o capital simbólico é bastante valorizado. Essa espécie de capital “supõe a existência de agentes sociais constituídos, em seus modos de pensar, de tal modo que conheçam e reconheçam o que lhes é proposto, e creiam nisso, isto é, em certos casos, rendam-lhe obediência e submissão” (Bourdieu, 1996, p.173). Um evento que corrobora tais considerações pôde ser verificado, quando, durante uma assembléia da associação de agricultores, foram apresentados dois agricultores que desejavam integrar esta associação e, para isso, estavam vivendo um processo de conversão ao sistema produtivo e organizacional exigido para adquirir o *status* de agricultor ecologista. A apresentação neste caso, consistiu em uma breve referência às credenciais que conferia legitimidade a estes agricultores que buscavam tal integração. Estes postulantes a um posto de agricultor ecologista, “conhecem e reconhecem o que lhes é proposto” e já demonstraram disposição em render a este grupo de destacado poder simbólico

¹⁸ Ver Martin (2000).

“obediência e submissão”. Vale constatar que “a participação na superioridade de um grupo e em seu carisma grupal singular é, por assim dizer, a recompensa pela submissão às normas específicas do grupo” (Elias e Scotson, 2000, p.26).

Este “rito de instituição”, exigido pelos agricultores ecologistas, parece também ser uma maneira de consolidar um discurso e, ao mesmo tempo, a própria identidade do grupo. É necessário, primeiramente, se desfazer daquilo que o indivíduo era para assumir uma nova posição naquele novo espaço social. Pode-se falar de um processo de “homogeneização” de discursos e de práticas que leve a todos “falarem a mesma língua”. Em última análise, como já apontado, poderia se dizer de uma estratégia de resistência com vistas a não diluir os bens simbólicos adquiridos a tanto custo e os bens econômicos provenientes de um mercado de dimensões limitadas.

Pelo caráter acentuadamente político da associação de agricultores aqui analisada, os argumentos sobre os quais se apóiam e que devem ser expressos de forma destacada, referem-se a questões de conteúdo ético e político. Ou seja, se não há uma ampliação dos associados, isto é explicado pela percepção de que os desejosos em se associarem expõem de forma mais proeminente e determinante a atração pelas vantagens econômicas garantidas por tal nicho de mercado. Ou ainda, usam o argumento de que é mais eficiente para a causa maior da agricultura ecológica que estes interessados em tal prática se reúnam na formação de novas associações. Dessa forma, se atingirá uma maior quantidade de interessados e fará emergir novos militantes e lideranças que ampliarão a base de sustentação dessa causa maior que é a agricultura ecológica. Para destacar o que empiricamente se verificou a respeito dessa discussão, veja-se este comentário exemplar colhido de um agricultor:

Então quando aparece 2 ou 3 famílias interessadas, a gente faz uma discussão com eles, conversa com eles pra de repente eles formarem um grupo. Porque se não começa a inchar muito o grupo aí fica muito grande. A própria [associação] se nucleou [formando 3 grupos] pra ficar mais fácil de trabalhar, então tem que proporcionar outros grupos. Que nem o caso da [outra associação local], ela queria, porque queria entrar na associação, então a gente tinha uma certa resistência, não porque não queria eles, mas para proporcionar que outras pessoas se agregassem com eles ali. “Vamos deixar *ele* entrar na associação” aí a gente quer ajudar um mas acaba prejudicando o outro, né. A associação cresce demais e acaba desestruturando os outros grupos e a gente não quer que isto aconteça, a gente quer que todo mundo vá se fortalecendo. A gente até sofre críticas “a associação é uma panelinha, não deixa ninguém entrar, porque tem um mercado bom...”, então fica meio pesado... Mas a gente sabe, a gente tem consciência, não é por isso que a gente não aceita, é pra que eles cresçam também.... ***Realmente é vantajoso o comércio que vocês tem?*** O nosso mercado lá tem mais vantagens, ali é muito disputado. O espaço é limitado, não tem vagas para entrar novas bancas (...). É um modelo de feira, ali vende bem, tem um

público bom, gira muita gente ali, já é um público bastante consciente também (E11 – AE).

Não é intenção aqui refutar os argumentos apresentados, mas buscar compreender melhor esta dimensão econômica que é abordada, no mínimo, de uma forma ambígua e sua relação com a dimensão simbólica. Nenhum agricultor assume claramente que a questão do mercado é um componente decisivo para o ingresso na agricultura ecológica, ainda que no relato acima isto possa ser depreendido. Dito de outra forma, a ideologia na qual se originou este grupo e promoveu a cimentação entre seus componentes, fez construir um discurso no qual fica expresso uma certa abnegação em relação às questões materiais, buscando magnificar as questões de corte mais ético-político¹⁹. Portanto, é muito mais comum se escutar o argumento de que não ocorre uma ampliação no número de agricultores ecologistas devido à falta de consciência, ao comodismo, às dificuldades de se trabalhar em grupo, do que admitir que há um complicante estrutural que se refere aos limites do mercado. Nos termos de Bourdieu (1996, p.193),

a economia dos bens simbólicos apóia-se no recalque ou na censura do interesse econômico (no sentido restrito do termo). Conseqüentemente, a verdade econômica, isto é, o preço, deve ser escondida, ativa ou passivamente, ou deixada vaga. A economia dos bens simbólicos é uma economia fluida e indeterminada. Ela se apóia no tabu da explicitação (tabu que, por definição, a análise enfrenta, expondo-se assim a mostrar como calculistas e interessadas práticas que se definem contra o cálculo e o interesse).

Por contraste, esse discurso “politicamente correto” também tem o efeito de autovalorização e auto-afirmação de uma identidade. Ao elencar tais críticas, estarão, ao mesmo tempo, afirmando que eles “evoluíram” e atingiram um estado que deve servir de modelo para os que ainda não alcançaram tal grau de “evolução”. Tal unidade em torno da ocultação de certas dimensões e explicitação de outras, apenas se processa com a eficiência percebida “porque é coletivo e está fundamentado na orquestração do *habitus*”²⁰ daqueles que o põem em prática” (Bourdieu, 1996, p.193).

É perceptível a existência de uma crise entre uma economia do simbólico e uma economia do econômico, que resulta do fato de que o produto ecológico produzido pelos agricultores e com a marca legitimada pelos mediadores sociais da ONG está inserido no âmbito de um movimento que busca prioritariamente ir além das questões

¹⁹ Bourdieu (1996, p.166) considera que estes agentes que estão envolvidos com uma “economia dos bens simbólicos” gastam uma parte considerável de sua energia na elaboração de eufemismos, que é a atribuição de características que ocultem o cinismo próprio da economia das trocas econômicas.

²⁰ Estrutura subjetiva que constitui os “princípios geradores de práticas distintas e distintivas”. (Bourdieu, 1996 p.22)

de mercado e consolidar uma imagem normatizada por critérios que os distinguem dos outros grupos de agricultores. Isto expõe de forma bastante sensível (a partir da verificação empírica) certos constrangimentos quando se torna inevitável a discussão sobre o mercado. Normalmente, esta discussão se apresenta nos momentos em que é preciso definir os preços dos produtos, por sinal, um assunto sempre recorrente e conflitante. Nestas ocasiões, quase sempre se verifica uma polaridade entre os mesmos argumentos. Enquanto, de um lado, uns assumem a função de não permitir que o grupo se desvie dos objetivos e princípios iniciais, propondo, dessa forma, análises que envolvem a consideração dos diversos agentes com os quais se relacionam e com os quais comungam o sonho de uma sociedade diferente (trazem especialmente a figura dos consumidores que são aqueles mais diretamente atingidos por tais decisões, além, é claro, dos próprios agricultores), por outro lado, há aqueles que reivindicam o diferencial simbólico de seus produtos e buscam com isso justificar o preço diferenciado. Busca-se, assim, converter o capital simbólico em capital econômico. Os argumentos neste caso, ainda que carregados de eufemismos, seguem, muito mais explicitamente, a lógica do mercado, amalgamando elementos simbólicos e materiais a serem considerados na composição do preço de seus produtos, conduzindo seus argumentos para desembocar na máxima capitalista da “oferta e da procura”.

Não obstante esta racionalidade instrumental, determinada pela dimensão econômica e pelos limitantes do mercado²¹, os interesses que estão em jogo por parte desses agricultores estão também determinados, como já foi mencionado anteriormente, por uma economia dos bens simbólicos. Ser conhecido e reconhecido como agricultor ecologista se constitui na apropriação de um importante capital simbólico, que permitirá a este agricultor exercer importantes influências naquele espaço social em que este é um bem valorizado. Da mesma forma que se explicitou uma disputa velada pelo capital econômico, também neste caso pode-se extrair evidências de uma disputa pelo capital simbólico. Convém, nesse sentido, apontar mais algumas características desse capital²², que segundo Bourdieu (1996) é um

ente percebido, existente na relação entre propriedades que os agentes detêm e as categorias de percepção (...) que, enquanto tais, constituem e

²¹ Habermas, neste caso, chamaria a atenção para a evidência de uma colonização do mundo da vida pela dimensão econômica, o que vem a promover uma distorção em uma perspectiva fundada numa racionalidade comunicativa. Ver Habermas (1994).

²² A noção de capital simbólico é muito importante para as análises contidas nesse artigo e é, conforme a observação de Loïc Wacquant, “una de las más complejas que Bourdieu haya elaborado y su obra entera puede considerarse una búsqueda de sus diversas formas y efectos” (Bourdieu, 1995, p. 97).

constroem categorias (...) sociais fundadas na união (...) e na separação (...), ele está vinculado a grupos (...) e é, ao mesmo tempo, instrumento e alvo de estratégias individuais que visam adquiri-lo ou conservá-lo, através da união aos grupos que o detêm (...) e através da separação dos grupos desprovidos, ou pouco providos, dele (...) (Bourdieu, 1996, p.171-172).

Tais considerações de Bourdieu podem ser verificadas especialmente nas referências, quase nunca explícitas, ao grau de legitimidade com que certos agricultores se denominam ecologistas. Mais propriamente, há nestes casos uma nítida diferenciação que delimita níveis de fidelidade à proposta agroecológica. Veja-se, por exemplo, esses comentários:

Qualquer pessoa pode entrar na associação, só que ele tem que se igualar... igualar não, ela tem que entrar no ritmo. [Tem que ter a consciência] tem que ter a consciência para trabalhar, pra ti plantar, pra ti deixar de estar usando o veneno, o adubo químico. Dentro da nossa Associação nós temos quem trabalha ecológico e convencional, mas tem que ser bem diferenciada a lavoura. A nossa associação (referência ao núcleo da associação ao qual pertence), ela é 100%, é toda ecológica, não tem convencional no meio, *o que é ecológico é ecológico*. Cem por cento é o modo de dizer, porque o cara nunca é 100%, tu depende de comprar um negocio no armazém... [mas o que a gente planta é 100% ecológico] (E17 – AE, entre colchetes está a fala da esposa).

Agricultura ecológica tem que tomar estes passos certos, não colocar veneno, trabalhar toda a propriedade ecologicamente, se tu pega uma parte trabalha ecológico, a outra tá convencional, também não dá pra dizer que é agricultura ecológica, é parte da agricultura ecológica. Então nossa família, tudo que nós produzimos é ecologicamente, não tem nada com veneno, uma parte convencional, nós temos associados que ainda produz parte da lavoura ou parte da família está trabalhando convencional ainda. Então nós, aqui na nossa família, e tem mais famílias que é totalmente ecológica [alimentação é outra história...] Não é..., vamos dizer 100%, porque é muito difícil, você não consegue, às vezes acaba comprando coisas no comércio convencional que... sempre ecologicamente implica em consumir só produtos ecológicos, tem o natural também que é não consumir nada de produto químico (E02 – AE, entre colchetes está a fala da esposa).

A referência a agricultores que ainda utilizam práticas técnico-produtivas convencionais numa parcela de sua produção é um sinal de que estes estão em um patamar inferior e, portanto, não podem possuir o mesmo volume de capital simbólico que eles, “100% ecológicos”, possuem. Deve-se valorizar esta diferença, pois isto se constitui numa moeda simbólica no espaço social em que interagem. Da mesma forma, há um visível constrangimento quando estes referidos agricultores considerados acima como ecologistas, “mas nem tanto”, mencionam o tratamento convencional que dispensam em uma parcela de sua propriedade ou produção. Os comentários abaixo demonstram esta afirmação:

Estes dias nós conversemos, eu e a esposa e os filhos, fica com a consciência pesada, sendo ecologista estou lá fazendo uma roça e colocando veneno... é meio contraditório isto. Como é que eu vou caminhar para os 100%, ou então vou parar de plantar e sobreviver também daqui...mas também não ficar parado, plantar aquilo dali e deixar... então eu estou buscando outras técnicas, para aperfeiçoar, pra conseguir fazer orgânico e até convencer o pessoal que está lá ao redor de mim... tem todo um conjunto, é água... lá em cima já tem veneno, então não é ecológico, mas aí tem o seu lado difícil..., mas se daí eu não estou usando já é uma parte (E08 – AE).

Igual o meu marido, ele planta arroz, uma parte ele planta, ele que planta para mim, (...), a família que cuida do arroz orgânico também, mas daí pra tu ser 100% ecológico é difícil até falar isso. Então eu estou indo porque eu peleo muito, então no grupo que tu entra eles não querem que tu esteja nisto né, assim, esteja nos dois, às vezes dizem “ah, não pode” (E01 – AE).

Este visível dilema moral enfrentado por alguns agricultores é a expressão clara do valor simbólico que representa ser “cem por cento” ecológico ou apenas parcialmente ecológico. Vive-se, neste caso, um conflito de interesses. Ser ecologista lhe traz determinados benefícios materiais e simbólicos, porém lhe impõe um regime de vida bastante criterioso em função das normas que deve adotar. Longe de querer julgar esta relação, o que se deseja com tal análise é expor o quanto estes agentes incorporaram o discurso normativo do que vem a ser um agricultor ecologista e, de posse desse discurso, apontam para o mais e menos coerente com a proposta dessa agricultura, situando-se, ao mesmo tempo, frente a estes.

Dessa forma, cada agricultor estará mirando, interpretando e questionando tais normas conforme o grau de sua “pureza ecológica”. Enquanto uns ostentam que atingiram o grau máximo de produção ecológica, mesmo que “às vezes acabam comprando coisas no comércio convencional”, outros assumem uma postura marcadamente defensiva e consideram que “tu ser 100% ecológico é difícil até falar isso”.

Trata-se, portanto, de considerar que internamente ao grupo de agricultores ecologistas estudados ocorre, como já se viu, uma distinção entre aqueles que mais se aproximam do ideal da agricultura ecológica (ideal este construído e em construção), colocando na periferia deste processo aqueles que não são “exemplos” de dedicação e “pureza”: “dentro da nossa Associação nós temos quem trabalha ecológico e convencional, mas tem que ser bem diferenciada a lavoura (...) (aqui) não tem convencional no meio, o que é ecológico é ecológico” (E17 – AE). Tal distinção não ocorre apenas com relação à fidelidade técnico-produtiva, mas também com relação à dimensão político-ideológica:

Antigamente, quando a associação surgiu aqui no município via o ônibus²³ passar ‘ahh, lá vai a turma do PT’ (risos). *O que vocês acham?* Antes todos os agricultores ecologistas fossem PT, era um avanço, mas nem todos os agricultores ecologistas são PT... (E17 – AE).

Essa distinção, no entanto, não se expressa em uma exclusão objetivamente perceptível; ao contrário, há um esforço para externalizar uma homogênea e coesa unidade em torno de uma práxis coletiva. Este esforço é justificado, sobretudo, por causa de uma necessidade objetiva de serem acreditados enquanto grupo nos espaços sociais onde interatuam. Qualquer ambigüidade perceptível pode comprometer toda identidade social deste grupo. Dessa forma, a pressão estigmatizante é quase sempre dissimulada dentro do grupo, não chegando a ser uma ação deliberadamente articulada, pensada com vistas a uma possível exclusão – ainda que esta possibilidade não seja eliminada.

É interessante apontar, ainda que brevemente, a existência de uma delimitação entre o que é praticar uma “agricultura ecológica” e ser um “ecologista”. Como se percebe, a disputa que interessa para estes agentes se concentra claramente no campo das práticas agrícolas. O desafio de viver em coerência com uma proposta “ecologista”, ou seja, converter-se num indivíduo que polícia toda sua conduta cotidiana a partir dos princípios que orientam o “ser ecologicamente correto”, é algo considerado praticamente impossível. Mesmo que se verifique um consenso em relação a esta constatação, é comum se perceber um certo pesar em relação às impossibilidades de ser um ecologista em toda sua plenitude. Portanto, ser “cem por cento [ecologista] é o modo de dizer, porque o cara nunca é cem por cento” (E17 – AE) Nesse sentido, o que é factível ser considerado e cobrado, e o que de fato interessa na discussão que se processa entre os agentes nesse espaço social, é o desafio de praticar uma agricultura “cem por cento” ecológica. Dito de outra forma, o que se apresenta no discurso desses agentes e é um elemento na disputa, é a expectativa de que todos os agricultores sejam como aqueles que já podem ostentar o título de praticantes de uma “Agricultura 100% Ecológica”.

Deve-se, por fim, reafirmar que gozar dos benefícios (econômicos e simbólicos) de serem reconhecidos como praticantes de uma agricultura ecológica é o que motiva estes agricultores a construírem, interna e externamente, a legitimidade de poderem se autodenominar e, sobretudo, serem denominados como agricultores ecologistas. Para

²³ Referência ao ônibus que semanalmente transporta a produção e os agricultores até a feira em Porto Alegre.

ascender a tais benefícios, os agricultores, como um grupo heterogêneo, buscam compatibilizar seus interesses frente às normas (objetivas e/ou subjetivas) estabelecidas como requisito para serem considerados membros praticantes de uma agricultura ecológica.

4. Bibliografia

- ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v.24, n.02, p.479-498, 2003.
- ALTIERI, M. A. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.
- BIOAGRICULTURA: o momento pede a união de todas as correntes que trabalham pela vida. *Revista Agroecologia Hoje*, n. 10, 2001.
- BOURDIEU, P. Habitus, illusio y racionalidad. In: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *Respuestas, por una antropología reflexiva*. Mexico: Grijalbo, 1995, p. 79-99.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- _____. *Meditações pascalianas*. Oieras: Celta Editora, 1998.
- _____. Une classe objet. In.: BOURDIEU, P. *Le bal des célibataires : crise de la société paysanne en Béarn*. Paris : Seuil, 2002, pp. 249-259.
- CADERNO de formação: *Certificação participativa de produtos ecológicos*. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.
- CARVALHO, I. C. M. Os mitos do desenvolvimento sustentável. *Revista do Ibase*. Rio de Janeiro, p.17-21, nov/dez, 1991.
- COELHO, V. P. *Mediadores técnicos, tecnociência na agricultura e a definição legítima da problemática ambiental no campo tecnocientífico*. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado. Programa da Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- EHLERS, E. *Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa: complementos e estudios previos*. Madrid: Cátedra, 1994.
- MARTIN, D. Le choix d'identité. *Revue Francaise de Science Politique*. Paris, vol 51, n. 1-2, p. 582-593, février/avril, 2000.
- MOONEY, P. R. *O escândalo das sementes: o domínio na produção de alimentos*. São Paulo: Nobel, 1987.

- OLIVEIRA, V. L. *A impossível simetria: distinção, interdependência e poder na relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais*. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado. Programa da Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- SANTOS, L. C. R. *A certificação participativa de produtos ecológicos desenvolvida pela Rede Ecovida de Agroecologia: limites e desafios*. Florianópolis, 2002 Monografia. Curso de Especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, CCA – UFSC.

População tradicional ribeirinha e dilemas ambientais: analisando o Assentamento Agro-extrativista São Francisco.¹

Maria Lúcia da Silva Sodré²

RESUMO: Este estudo tem como objetivo apresentar como a população tradicional ribeirinha beneficiada pelo programa de Reforma Agrária se vê inserida neste “novo” espaço - o Projeto de Assentamento Agro-extrativista São Francisco e, quais os dilemas ambientais existentes entre os Projetos de vida dos assentados e os Projetos que foram elaborados pelo Estado/INCRA para a população. O assentamento foi definido a partir da *Regularização Fundiária*, o que lhe conferiu especificidade única no estado. Cabe considerar que esta população tem uma história camponesa associada ao espaço natural e a um modo de vida específico referenciados pelas formas de relações sociais, produção e pelo apego aos valores característicos de um campesinato tradicional. Este Projeto se encontra localizado em uma área de Reserva Permanente na região Oeste do Estado da Bahia às margens do Rio São Francisco, 11 comunidades compõe o Assentamento Agro-extrativista. Os primeiros resultados apontam que a maioria da família assentada no Projeto Agro-extrativista não se reconhece como um agro-extrativista, e este fato se constitui um dos principais problemas enfrentados no assentamento. Este fato é resultado das divergências entre os projetos do Estado e os das famílias, sobretudo, aos que limitam o uso dos recursos através de leis ambientais antes desconhecidas pela população. Este fato tem como uma das conseqüências o enfraquecimento da identidade do grupo.

INTRODUÇÃO

I – O assentamento Agro-extrativista São Francisco: caracterização e história

O Projeto de Assentamento Agro-extrativista São Francisco está situado na região

¹ Este texto está referenciado nas primeiras análises da pesquisa de campo para o desenvolvimento da Tese de Doutorado sob a orientação da Profª Maria de Nazareth Baudel Wanderley no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

² Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco – mlsodre@yahoo.com.br

Oeste do Estado da Bahia às margens do Rio São Francisco. Localiza-se entre os municípios de Serra do Ramalho e Caririnha – BA. Fica distante, aproximadamente, 600Km da Capital Federal e 900Km da Capital do Estado. Esse Projeto ocupa uma área de 20 820 ha, e é composto por onze (11) Comunidades totalizando um contingente populacional de 3.720 pessoas distribuídas em mais de 800 unidades familiares.

A maior parte da população ribeirinha que hoje ocupa esta área teve sua origem nas antigas fazendas situadas às margens do Rio São Francisco. Grande parte dessas famílias trabalhou como diaristas ou eram filhos de diaristas daquelas fazendas, que com o passar dos anos, foram expulsos pelos proprietários, o que obrigou estas famílias fixarem residência em ilhas e às margens do rio.

Os antigos fazendeiros foram indenizados pelo INCRA e deixaram a área. Entretanto, alguns trabalhadores permaneceram no local, anos depois outras famílias vizinhas ao assentamento também ocuparam a área do assentamento. Assim, a ocupação do Agro-extrativista se procedeu da seguinte maneira: pela população tradicional ribeirinha que resistiram às pressões dos antigos fazendeiros e ao processo de desapropriação; pelas famílias desapropriadas da Barragem do Sobradinho que optaram por não morarem no projeto de Colonização PEC construído para elas e por famílias que estavam em busca de uma vida melhor.

Relatos contaram que para as famílias que estavam acostumadas com a vida de ribeirinho não se adaptaram à vida longe do Rio, motivo pelo qual, migraram para a margem do São Francisco e vivem lá até hoje.

[...] as pessoas que moram à margem do Rio São Francisco por mais necessidade que sente a gente não morre de fome, porque é um rio farto, que tem uma água dessa, só de saber que eu moro no São Francisco sou uma pessoa feliz, eu não me acostumo na cidade, sinto falta do verde, aqui posso respirar um oxigênio melhor, meus filhos correm na mata, traz frutas, toma banho no rio, essa é a melhor convivência para qualquer ser humano (M^a Aparecida, 35 anos presidente da associação).

Este trabalho possibilitou o estudo um assentamento de Reforma Agrária que pela sua especificidade, se diferencia em relação aos demais Projetos implantados no Estado da Bahia. O Agro-extrativista tem uma particularidade única no Estado. Ele não se refere a um assentamento de luta pela terra, mas, de regulamento e, que não é apenas jurídica, mas, existe na área um tecido social já constituído, que vai ser reconhecido legalmente, daí o fato

de se estudá-lo sob a questão do campesinato. Entendemos que definir o tipo de agricultor assentado é condição essencial para definição de políticas e ações.

Este assentamento também outra particularidade, ele fica situado à margem do rio São Francisco em uma área de Reserva Ambiental.

Estudar o Agro-extrativista não é uma tarefa fácil, mas, é necessário que se faça um estudo mais detalhado da área e das famílias nele assentadas, por isso, concordamos com Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2004) quando afirma que:

[...] é urgente a necessidade de se realizar uma tipologia refinada para compreender a grande diversidade de situações de ruralidade no interior do próprio mundo rural brasileiro. (WANDERLEY, 2004, p. 61).

II - A Vida do Camponês Assentado no Agro-extrativista

Para se compreender o modo de vida das famílias assentadas no Projeto Agro-Extrativista, se faz necessário voltar à história de vida dessas famílias e a criação deste Projeto. As famílias que ali se encontram têm uma história de vida que retrata uma especificidade, o que torna necessária o entendimento de certas relações pré-existentes ao reconhecimento oficial pelo Estado/INCRA constituída em função da regularização fundiária da área.

Entende-se que estas famílias têm uma história camponesa que está associada ao espaço natural e a um modo de vida que se encontram referenciados através das formas de relações sociais, de produção e pelo apego aos valores que são característicos de um campesinato tradicional, que envolve o conhecimento sobre os ciclos naturais, a reprodução, o manejo dos recursos naturais, a conservação das espécies, etc., pois, sabemos que:

[...] de outro lado, está o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas que não apenas desconhece, mas despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado.” (DIEGUES; 2000, p. 71)

As formas de produção das famílias assentadas estão baseadas na gerência familiar que *"implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família e que orientam uma lógica de funcionamento específica"* (Wanderley, 2003, p.45). E que tem a capacidade de se integrar e adaptar-se às modernas condições de vida e de produção na sociedade englobante.

[...] aqui muitas famílias vivem de um plantio muito pequeno no fundo do quintal, além disso, tem o umbu que é uma fruta nativa, tem o maxixe, vão vender na feira, é isso” (M^a Aparecida, 35 anos presidente da associação).

A exploração do Projeto Agro-extrativista São Francisco fundamenta-se também na pecuária e pesca. Estas atividades estão interligadas. Em termos de alternativa de renda a pesquisa informou que a situação das famílias é bastante precária, pois, o tamanho da terra limita a ação de plantar, além disso, o peixe está cada vez mais escasso, por isso eles necessitam trabalhar como diarista nas fazendas vizinhas, ou ainda realizando trabalhos não ligados à agricultura como alternativa de manterem-se no projeto. As relações de *interconhecimento* também se constituem estratégia de sobrevivência.

Dessa forma, como coloca Maria de Nazareth Wanderley o camponês não tem uma profissão definida, mas "*é o seu modo de vida que articula dimensões de suas atividades*" (WANDERLEY, 2003, p.46).

O trabalho de campo tem demonstrado que estas famílias assentadas desenvolveram ao longo de sua existência um conhecimento, um saber próprio, onde a sua estratégia de reprodução e as formas de relações sociais e de produção dependem, sobretudo, desses saber - o saber tradicional, o saber camponês.

Almeida (1999) afirma que *o saber camponês* se insere na sociedade e se constitui como ferramenta fundamental de *resistência e auto defesa* dos camponeses na busca da conservação de suas *propriedades morais*.

O Rio São Francisco é para as famílias que lá residem às suas margens um fator que determina o espaço, a territorialidade de ribeirão, este fato ficou evidenciado em todas as entrevistas realizadas. As águas do São Francisco, *do velho Chico* é a responsável por marcar as histórias de vida destes ribeirinhos, pois, para esta população as memórias e as lembranças se constituem como referencial. Os valores, o seu modo de vida e a forma de entendimento do mundo são fundamentais para construção da identidade destas famílias, contrapondo-se, na maioria das vezes, às imposições do Estado.

Pertencer ao local, ser ribeirão, barranqueiro do São Francisco representa uma estabilidade às famílias que ali vivem, um referencial imbuído de valores que fazem parte e acompanha o modo de vida e de trabalho, o modo de perceber o mundo e que são passados entre gerações.

Este estudo trabalhou com a hipótese de que as famílias tradicionais ribeirinhas assentadas no Agro-extrativista São Francisco buscam mais do que apenas sobreviver, mas, sobreviver com dignidade e tendo como base um *modo de vida* específico referenciado pela luta de um *projeto de vida*, aqui entendido como um projeto de vida camponês. Portanto, defendemos neste estudo que o campesinato continua a se reproduzir nas sociedades atuais, integrando ao mundo moderno, mas, funcionando e reproduzindo em bases de uma tradição camponesa, tanto, em sua forma de produção (ou seja, a partir dos valores passados de pai para filho, entre geração) quanto na sua vida social como diz Mendras “*conservando sua autonomia e originalidade*” ainda que enfrentando os velhos e novos problemas.

III - População Tradicional Ribeirinha versus Dilemas Ambientais

Entre as diversas forma de assentamento, se encontra aquele, cuja atividade têm como base o extrativismo e a partir da concessão real de uso, conjuga-se a dimensão fundiária com a ambiental. Entretanto, neste caso específico, é fundamental ressaltar a importância da relação homem x natureza, neste contexto, para se entender a confluência dos projetos do Estados e dos assentados no Projeto Agro-extrativista São Francisco. Este novo modelo acabou *conferindo de forma implícita, uma nova função social para a terra... Destinada ao uso temporário de seus ocupantes mediante contrato que regula sua forma de exploração, e expressa uma ruptura radical com o modelo de reforma agrária instituída pelo INCRA* (MEDEIROS E LEITE, 1999, P.12).

A questão ambiental surge no contexto da reforma agrária com bastante força para a discussão de um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável, pois, não é possível se pensar em melhores condições de vida sem se preocupar com o ambiente no qual as pessoas vivem, assim como à valorização e o uso adequado dos recursos disponíveis.

Uma reflexão sobre a questão ambiental se faz necessário, uma vez que, o Projeto de Assentamento Agro-extrativista se localiza às margens do Rio São Francisco, em uma área de Reserva Ambiental, no qual os assentados estão submetidos a leis restritivas de uso agrícola, pecuária e extrativista, que se relaciona com a natureza, com o meio ambiente de uma forma particular.

Nesse sentido, é importante destacar as transformações pelas quais passam estes agricultores, quando submetidos a estas leis antes desconhecidas, e verificar as possíveis

tensões existentes entre o projeto de vida elaborado pelas famílias assentadas e o projeto imposto pelo Estado para compreender quais as mudanças que a população ribeirinha realiza ao interagir, com as novas imposições criadas pela legislação que regula o uso de seu território diferentemente do modo de exploração fundamentado através de conhecimentos transmitidos entre gerações.

Essa reflexão é também pertinente, pois pode contribuir para o desenvolvimento de estudo e pesquisa sobre a especificidade da população tradicional ribeirinha e sobre as transformações pelas quais passam estes agricultores, quando submetidos às leis antes desconhecidas por eles.

Portanto, acreditamos que a comunidade assentada possui características que descrevem aspectos importantes do modo de vida camponês, como: noção de território, que não permite a dissociação entre o *lugar de moradia e trabalho*; a reprodução social e econômica diferente da de outros grupos; a importância que é atribuída às atividades de produção assumidas pela família; o processo de sociabilidade; a relação de parentesco; e, sobretudo, a noção de pertencimento representada pela identidade camponesa e pela intrínseca relação com o meio ambiente e com as águas do *Velho Chico*. Além disso, é importante delimitar qual a posição do *saber tradicional* dos agricultores.

O fato de o INCRA ter implantado o assentamento numa área onde já havia um tecido social constituído, e que, segundo a comunidade, era dela de direito. Gerou tensões e conflitos entre as famílias e o Estado porque são dicotômicos em suas necessidades e expectativas. Sobretudo, pelos valores e pelas qualidades que são atribuídas à tradição, a terra, ao verde, ao rio, ao trabalho e às relações de parentesco e vizinhança, aspectos importantes na construção do modo de vida e identidade camponesas.

È característica deste estudo o fato do Projeto de assentamento Agro-extrativista São Francisco está localizado em uma área à margem do Rio São Francisco – em uma área de Reserva Ambiental. Mas, é fundamental destacar, neste estudo, a importância de se compreender que:

[...] as áreas naturais protegidas, sobretudo as de uso restritivo, mais do que uma estratégia governamental de conservação reflete, de forma emblemática, um tipo de relação homem/natureza." (DIEGUES, 1998, p. 163).

A afirmação de Carlos Rodrigues Brandão em *A partilha da vida* é de que “de alguma maneira o lugar da natureza abriga e se confunde com o lugar rural. Confunde-se

com o “campo”, com a “roça”, como lugar dos sítios e fazendas, dos bairros rurais e no seu extremo, com povoados...” (BRANDÃO, 1995, p.76), e neste estudo específico, se entende que a natureza, o meio ambiente se confunde com as comunidades assentadas no Agro-extrativista São Francisco.

Entendemos que no assentamento Agro-extrativista São Francisco a relação homem natureza é resultado de uma história construída ao longo das gerações, o que inclui também, as relações sociais estabelecidas, ou seja, é uma relação construída pelo ambiente físico, humano, mas também político, social e cultural. Neste sentido, a relação do homem com a natureza é mediada pelo aspecto cultural, pelas experiências ao longo das gerações destas populações tradicionais ribeirinhas, mas também, pela imposição dos valores políticos e sociais dos de fora.

No caso das Unidades de Conservação, como é o caso do Projeto em estudo, Diegues alerta sobre as interferências governamentais. Para ele, esse fato, além de alterar as relações sociais e culturais, a organização da produção, e a relação do homem com a natureza, impondo, por exemplo, o que pode e, o que não pode ser usado, quase sempre: *“visam simplesmente minimizar os conflitos potenciais ou existentes e não realmente oferecer alternativas viáveis de subsistência às populações”* (DIEGUES, 1998, p.20).

Nesse sentido, a relação homem natureza deve ser permeada por saberes múltiplos, que envolva, dentre outras iniciativas, o resgate do conhecimento das populações tradicionais ribeirinhas, para que envolvam não apenas de equilíbrio e preservação estritamente ambiental, mas, que, sobretudo, possibilite a afirmação da identidade da população do Agro-extrativista. Pois o “enfraquecimento” da identidade de ribeirinho foi um dos principais dilemas enfrentados pelas famílias.

Ou seja, que esta relação considere a experiência de toda uma história de vida, onde o meio ambiente, a natureza seja uma aliada desta comunidade e não colocada à parte, como se não fizesse parte de suas vidas. Em outras palavras, que haja interação entre o conhecimento tradicional dessa população e o conhecimento científico, dos de fora, possa garantir o processo de gestão dos recursos naturais.

A Violência Simbólica, tal como é colocada por Bourdieu (1990) se refere à forma pela qual uma classe que domina a outra, impõe a sua cultura se apropriando de valores culturais dos dominados, sem a preocupação com as especificidades da sua realidade, neste

caso, a realidade da população ribeirinha, que é entendida aqui como camponesas. Assim, é importante atentar para o fato de que o conhecimento científico, convencional, não leve à destruição do conhecimento local das famílias tradicionais que foi construído através da interação entre homem e a natureza, entre gerações, ao longo da vida, pela imposição, sobretudo, sociocultural.

Carlos Rodrigues Brandão, em *O afeto da terra* (1990), apresenta a importância dos “saberes camponeses” constituídos sobre si e o mundo em que vivem acerca da natureza que o envolve, para se definirem as suas práticas, na sua relação social e também na definição de sua identidade. Não obstante, estes aspectos só serão possíveis na medida de sua interação com os saberes da sociedade que o envolve.

É importante ressaltar que as famílias assentadas no Projeto Agro-extrativista têm que conviver com certas limitações quando à utilização dos recursos naturais seja eles para fins produtivos ou extrativismo, o que os impede quase sempre a sua sustentabilidade. Sendo necessário, portanto, uma nova adaptação às novas condições de vida e trabalho para as famílias. É importante observar ainda, que imbuídos neste processo estão os aspectos simbólicos, os *habitus*, e os significados culturais.

Cabe observar a situação das “populações tradicionais” situadas em áreas de preservação ambiental no Brasil, estudada por Diegues, segundo o autor, o problema é que a regulamentação das áreas de proteção ambiental e as unidades de conservação criam o que o ele denomina de *mito moderno da natureza intocada*.

Para Diegues, as populações originárias dessas áreas e, portanto, tradicionais, começaram a sofrer pressão do Estado para desocupá-las, tendo com justificativa a afirmação de que apenas através da desapropriação é que elas poderiam ser devidamente protegidas. O que constitui para Diegues, *um mito*. O que se deve observar, entretanto, é a ênfase no conflito, sobretudo, os que estão relacionados ao enfraquecimento da sua identidade e as restrições quanto ao uso dos recursos, realidade que atinge as populações tradicionais circunscritas às unidades de conservação (DIEGUES, 1998). Como é o caso das famílias assentadas no Agro-extrativista São Francisco.

Entendemos que muitas vezes o respeito às questões ambientais pode implicar a falta de atendimento à sobrevivência das famílias e a limitação de sua própria vida no assentamento.

A partir da regularização fundiária do assentamento Agro-extrativista foi possível a elaboração do Plano de Utilização da área do Projeto Agro-extrativista, conforme entrevista, foi ‘discutido’, ‘elaborado’ e ‘aprovado’ pelos moradores e referenciado pelo INCRA e IBAMA, este Plano foi a condição necessária para obtenção da concessão do direito real de uso pelas famílias atualmente assentadas. Conta neste plano todos os aspectos quanto ao uso da área.

Para se pensar no processo de Regulamentação Fundiária do Projeto Agro-extrativista São Francisco, podemos afirmar que ele se apresenta como uma “das manifestações mais típicas do monopólio da violência simbólica” que, segundo Bourdieu (1990), é constituído a partir da regulação e da nomeação oficial do Estado. Nas palavras do autor:

[...] a nomeação oficial, isto é, o ato pelo qual se outorga a alguém um título uma qualificação socialmente reconhecida é uma das manifestações mais típicas do monopólio da violência simbólica legítima do monopólio que pertence ao Estado ou a seus mandatários (BOURDIEU, 1990, p.164).

No Agro-extrativista a regulamentação das famílias na área foi fundamentada a partir do título que a comunidade ribeirinha recebeu, passando a ser “reconhecida” como Projeto de Assentamento de Reforma Agrária, o Agro-extrativista São Francisco, ou seja, atribuindo-lhe uma “identidade oficial”, ainda, que a maioria das famílias ribeirinhas assentadas, não se reconheçam como um Agro-extrativista. Conforme entrevistas abaixo:

“Eu sou ribeirinho e sou da Boa Vista, eu amo muito o meu lugarzinho, eu não pretendo morar em outro lugar” (Alcides 75 anos)

“Sou ribeirinho, eu nasci na comunidade do lado, cresci trabalhando na roça e pescando com meu pai” (Manoel pereira 41 anos)

Nesse sentido, os ribeirinhos assentados passam por uma “crise de identidade”, um processo de mudança que resultou no enfraquecimento das suas referências, da noção de pertencimento e da própria construção de identidade. Estes fatores eram os que permitiam a estes ribeirinhos estabilidades social e econômica.

O Projeto Agro-extrativista preconiza o cultivo da terra, como forma alternativa e complementar de subsistência e revela uma utilização de interesse social para a área no que concerne ao extrativismo pesqueiro. Visa a atender também as necessidades sociais e econômicas das famílias que vivem e trabalham na área, objetivando, a manutenção do equilíbrio ecológico ambiental.

A pesquisa de campo informou, como já informado, que o agricultor hoje não consegue viver apenas do pescado devido à escassez de peixes.

Dentre os motivos que contribuem para esta escassez, destaca-se a pesca predatória – o arrastão, a pesca em época da piracema, o assoreamento do rio, consequência do desmatamento das matas ciliares que causa também a falta de proteção dos barrancos do Rio. O assoreamento do rio é ainda agravado pela existência de estradas situadas às suas margens, além da poluição causada pelo lixo.

Cabe ressaltar, que embora o assentamento esteja localizado numa área de reserva ambiental, esta área apresenta-se bastante degradada fazendo-se necessário a sua revitalização, conforme proposta de alguns entrevistados.

A observação destas especificidades é importante, dentre outros aspectos, para identificar se as estratégias de intervenção política vinculam o problema ambiental à questão da reforma agrária, através da conservação e preservação do meio ambiente, “concebida como parte indissociável na redução do problema agrário do país” (PAULA, 1999, p. 258).

Considerações Finais

As considerações finais que se apresentam para este é que para as famílias assentadas no Projeto Agro-extrativista a terra, trabalho e família se constituem como um *tripé indissociável*, pois, estes assentados vivem e trabalham com e para a sua família, aspectos reafirmados no dia a dia, ainda que necessitem, como estratégia de reprodução, “sai do assentamento para permanecer”.

Assim, o fato de trabalhar e morar no lote - a casa, a roça e o Rio São Francisco se constituem como espaço de referência do camponês assentado o que lhe permite autonomia, ainda que relativa, e viabilizar a produção dos meios de vida, o ritmo de trabalho e de vida cotidiana, fatos que garantem o pertencimento à sociedade local e ditam as relações de sociabilidade.

Este artigo relevou que as estratégias dos agricultores familiares do Agro-extrativista estão baseadas em relações de *interconhecimento* próprias do modo de vida destes agricultores, as quais geram redes sociais, além dos trabalhos fora do assentamento.

A reprodução destes assentados se dá também em meio aos conflitos, sobretudo, pelas exigências do cumprimento da lei ambiental, a qual exige, além de transformações do modo de vida das famílias, favorece o enfraquecimento da sua identidade e as restrições quanto ao uso dos recursos. No entanto, as tensões geradas não geram rupturas.

Faz-se necessário à valorização e recuperação dos conhecimentos locais, com o objetivo de utilizá-lo como elementos que melhorem o nível de vida da população e fortaleça a sua identidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. (1999) *A construção social de uma nova agricultura: tecnologias agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- BOURDIEU, P. (1990). *Coisas Ditas*. São Paulo. Brasiliense.
- BRANDÃO, C. R., (1999). *O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sítiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- BRANDÃO, C. R., (1995) *A partilha da vida*. São Paulo, ed. Geic/Cabral.
- DIEGUES, Antonio C. S. (1998) *O mito moderno da natureza intocada*. 2ªed. São Paulo: Editora Hucitec.
- DIEGUES, Antonio C. S. (2000). *Etnoconservação – novos rumos para a participação da natureza nos trópicos*. São Paulo. Ed. Hucitec.
- MEDEIROS, L. S. de e LEITE, S. (org.) (1999) *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed da Universidade/UFRGS/cpda, p. 233 - 279.
- PAULA, E. A. de. A conquista da terra nas florestas do Acre. In: MEDEIROS, L. S. de e LEITE, S. (org.) (1999). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed da Universidade/UFRGS/cpda, 1999 p. 233 - 279.
- WANDERLEY, M. de N. B. (2003). Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedades e Agricultura*. Nº 21, out 2003. São Paulo.
- WANDERLEY, M. de N. B. (2004) Identidade social e espaço de vida. WANDERLEY, M.

de B. (org.) IN: *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES – UNICAMP.

REFORMA AGRÁRIA X PRESERVAÇÃO AMBIENTAL? A LUTA PELA TERRA E SUAS ROUPAGENS INSTITUCIONAIS

Janaína Tude Sevá*

Apresentação

Este trabalho aborda o amplo tema da luta pela reforma agrária, tendo como unidade de análise um conflito fundiário histórico envolvendo uma Unidade de Conservação (UC) – a Reserva Biológica Poço das Antas (Silva Jardim/RJ) e três comunidades de trabalhadores rurais assentados pelo INCRA e uma de acampados no seu entorno.

Apresenta-se como um recorte, e uma escolha, dentro da pesquisa mais ampla desenvolvida pelo Grupo de Trabalho EcoSocial da UFF, realizada ao longo de 2002. O objetivo da pesquisa era compreender como se davam as relações entre assentamentos rurais de reforma agrária no entorno de áreas de preservação ambiental e o Ibama na figura da administração da Rebio, além de produtores rurais, proprietários de terras, sindicatos patronais e de trabalhadores rurais, sedes municipais, dentre outros que se situam na zona de amortecimento da UC. Para tal privilegiei estudar as formas e os processos de ocupação e apossamento das terras pelos diversos atores sociais e as disputas que este processo envolveu, nas últimas três décadas, na luta pela terra.

Delimita-se em torno das forças sociais que atuaram na Região do Vale do São João, suas formas de atuação e de quais mecanismos de participação e intervenção foram lançados mãos por cada um dos grupos, na constituição desta estrutura fundiária. Objetiva indicar os elementos que apontassem para as contradições históricas incorporadas na atual configuração territorial.

Vale ressaltar que um dos ímpetus desta pesquisa foi o depoimento de uma trabalhadora rural acampada, que enfatiza a discriminação por parte do poder público sobre o movimento social e as formas históricas de apropriação do território e seus sujeitos. Sobre terras da União, griladas por fazendeiros da região e, posteriormente, ocupadas por trabalhadores rurais sem terra, afirmava a acampada: *“Para o IBAMA, quando eles (os fazendeiros) pisam é mato; quando a gente pisa, é Mata Atlântica”*.

* Bacharel em Ciências Sociais, pesquisadora do Observatório Fundiário Fluminense/UFF. Mestranda no CPDA/UFRRJ.

1. Um conflito fundiário no entorno da Reserva Biológica Poço das Antas

Em junho de 1997, um grupo de trabalhadores rurais e urbanos, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), reunidos nas regiões adjacentes e periferias dos municípios de Silva Jardim e de Casimiro de Abreu, ocupou¹ uma porção de terras da União na fronteira dos municípios supracitados, limites da Reserva Biológica de Poço das Antas.

Essas terras, alvo de inúmeras intervenções estatais, com vistas ao desenvolvimento regional e nacional, haviam sido griladas por proprietários rurais, cujas fazendas tiveram seus limites redefinidos a partir de uma retificação nas margens de dois importantes rios da região: o Rio São João² e o Rio Aldeia Velha³. Ambos foram canalizados, por obras de macro-drenagem, preparando a região alagadiça, de baixadas e manguezais para fins de saneamento (inicialmente nos anos 50), e de exploração econômica, através do plantio de arroz (a partir dos anos 80).

A porção de terras em questão, ocupada pelo movimento social organizado, encontrava-se sob domínio dos fazendeiros beneficiários ilegítimos das mesmas e abrigava pastagens, além de um extenso passivo de degradação ambiental e de luta pela terra. Nos anos 1970, um decreto de lei assinalava a região como área prioritária para fins de reforma agrária, processo que não aconteceu em função dos diversos motivos que tratei ao longo da pesquisa.

Um dos fatores iniciais foi, sem dúvida, a cessão de aproximadamente dois terços desta área para a criação da primeira unidade de conservação integral do país, a Rebio Poço das Antas, com tamanho atual de 5.000 ha. As justificativas de sua criação eram nobres – a preservação de uma espécie em vias de extinção, o mico leão dourado

¹Cf. Ribeiro et al, 2002. Grupo de aproximadamente 82 trabalhadores rurais sem terra ocupou uma área, à 2 km do Rio São João, na divisa do Município de Silva Jardim e Casimiro de Abreu.. Ali permaneceram em vigília por 8 dias. Neste período sofreram diversas formas de coação, barricadas e fechamento das porteiras a mando de grileiros e da polícia local. No décimo dia, uma ordem judicial designou a liberação das porteiras. A fim de publicizar a ocupação e sua luta pela terra, os trabalhadores organizaram uma marcha com saída de Casimiro de Abreu no dia 28 de julho, o percurso de 156 km, deu-se até a sede do INCRA no Rio de Janeiro. Ali permaneceram acampadas cerca de 3000 pessoas durante 17 dias. No dia 7 de agosto de agosto de 1997 retornaram ao acampamento batizado Sebastião Lan, em memória ao líder rural fluminense assassinado também na luta pela terra. Este confronto quase corporal pelo acesso ao acampamento perdurou até que a justiça determinasse a abertura de uma estrada de acesso à cidade. Entretanto a disputa territorial e a luta pela terra persistem há quase nove anos. Um grupo, mais reduzido, resiste até os dias atuais, produzindo e tornando seus lotes agricultáveis e arborizados. A maioria ainda, debaixo de suas lonas, estão impedidos de construir casas e fazer plantações por uma ação Civil Pública, munida no Ministério Público Federal pelo IBAMA e apoiada pela Associação Mico Leão Dourado.

² cujas nascentes se encontram na cumeeira da serra do mar, na região de Lumiar/Friburgo

³ que nasce no município de mesmo nome, localizado na mesma serra, atual Parque Ecológico Três Picos.

(*leontotithecus rosalia rosalia*), e a pauta internacional trazida pelo debate ambientalista e ecológico, em torno dos riscos eminentes de desastres ambientais cada vez maiores em função do processo rápido e intenso de degradação que vem sofrendo o Planeta. A Mata Atlântica, assim como o primata em questão, tornam-se símbolo, a um só tempo, tanto da devastação do meio ambiente, como da necessidade de sua preservação, condições necessárias à preservação da própria vida humana.

Ao serem definidos os limites da Reserva Biológica e seu estatuto de proteção integral, as propriedades que dispunham das terras para sua criação (mediante indenização em dinheiro) foram objeto tanto de investimentos em infra-estrutura, incrementando as benfeitorias a serem ressarcidas pela desapropriação; como tornaram-se objeto de exploração intensiva através da extração de toda lenha passível de comercialização e utilização imediata, bem como das madeiras de lei (que também possuíam alto valor comercial) e dos demais valores de uso e de troca que pudessem apresentar os remanescentes florestais da região.

Esta devastação fez com que o Decreto Federal n.º 73.791, de 11 de março de 1974, relativo à criação e delimitação original da Rebio, fosse substituído pelo Decreto Federal n.º 76.534, de 03 de novembro de 1975, alterando seus limites. A área, que já havia sido declarada de interesse social para fins de desapropriação (Decreto n.º 73.792, executado pelo INCRA) (ANEXO II), encontrava-se degradada e deveria ser cercada para a garantia da preservação das espécies animais existentes, o repovoamento de espécies vegetais, incluindo ainda preocupações do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) quanto às constantes invasões àquela unidade, por parte de caçadores da região.

Ocorreu então que os ecossistemas inclusos nas áreas inicialmente demarcadas para desapropriação foram fortemente modificados, perdendo sua finalidade de preservação ambiental e tornando-se muito dispendiosas economicamente, e por isso, tiveram que ser substituídas por outras áreas de maior interesse - agora ecológico. É importante ressaltar que este processo desapropriatório foi lento e, como demonstra a história da questão agrária no Brasil, disputada.

Além das iniciativas levadas a cabo pelos grandes proprietários das quatro fazendas⁴ desapropriadas para a criação da Rebio a fim de valorizar ainda mais suas propriedades com a construção de edificações e abertura de pastagens, moravam e

⁴ Fazenda Iguape, da Construtora Imbé S.A; Fazenda Aldeia Velha; Fazenda Bandeirantes e Fazenda Poço D'Antas, integralmente desapropriada.

trabalhavam em seu interior trabalhadores rurais, posseiros de suas benfeitorias e roças. Estes posseiros, 35 aproximadamente, foram deslocados e indenizados.

Consta, entretanto, em documentos⁵ da época, produzidos por Sindicatos de Trabalhadores Rurais afiliados e assessorados pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro (FETAG-RJ), um desacordo que gerou reclamações e reivindicações por parte desses trabalhadores quanto aos procedimentos, critérios e valores indenizatórios.

Os documentos acusam a disparidade entre valores atribuídos às suas benfeitorias e às dos fazendeiros, seus patrões; as dificuldades de reconhecimento por parte dos órgãos responsáveis do poder público (diga-se Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA - e IBDF) quanto à legitimidade da posse sobre a terra; e até mesmo as pressões e as violências físicas e psicológicas por eles sofridas, realizadas tanto por jagunços como por agentes do Estado.

Sabe-se que uma parte desses trabalhadores foi re-assentada em projetos de colonização e regularização fundiária promovidos pelo INCRA em áreas desapropriadas da Fazenda Aldeia Velha, criando em 1981 o Assentamento Aldeia Velha. Outros assentamentos de reforma agrária foram implantados nos anos de 1995 e 2000, no entorno da Rebio, sendo o Projeto Integrado de Colonização Assentamento Cambucaes/Gleba Olhos D' Água e o Assentamento de Reforma Agrária Sebastião Lan, respectivamente.

Outro fator que pressionou no sentido da descaracterização da região enquanto zona prioritária para reforma agrária, foi o crescente desenvolvimento econômico do Vale do São João, em virtude da construção da Estrada BR 101, ligando a metrópole à região norte do estado fluminense abastecedora dos grandes centros urbanos do mesmo. Acompanhando a reestruturação econômica deste eixo geográfico, já que a região de áreas inundáveis e pantanosas não apresentava características atrativas ao investimento de capitais, segue-se o movimento de especulação imobiliária sobre o mercados de terras, a construção da Barragem de Juturnaíba⁶, e os planos de recuperação de várzeas do norte fluminense com projetos de exploração agrícola e extrativista para o Vale.

⁵ Fonte: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo - Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, coordenado pela profª Drª Leonilde Sérvo de Medeiros.

⁶ Chamou a atenção desde o início, o fato de o decreto de criação da Barragem ter as mesmas datas que os decretos de criação da Rebio Poço das Antas. Importante ressaltar que a construção da Barragem ampliou em mais de 50% seu espelho d'água e inundando e impactando toda a região inclusive a Rebio.

Durante estas três décadas de existência (entre 1970 e 2000), certamente foram inúmeros os problemas enfrentados pela administração da Rebio e por aqueles que empunhavam a bandeira da preservação ambiental na região. A começar pelo impulso produtivista e pela lógica expansionista e desbravadora, expressa nos modelos de ocupação do solo adotados pelos latifundiários locais em articulação com as diversas esferas do poder público. O que, entretanto, nos chamava a atenção era justamente o fato do conflito dito “ambiental” (por Ministério Público Federal, Ibama, ambientalistas e parte da opinião pública) ter se tornado aberto apenas em 1997; momento em que o movimento social lança mão do conhecimento e da estratégia de atuação e pressão sobre a estrutura fundiária concentrada (característica em todo o Estado do Rio de Janeiro), passando a ocupar as terras da União, improdutivas e griladas por fazendeiros locais. Estes, os verdadeiros agentes da degradação do Vale do São João.

Como demonstra Jacob Binsztok, tal processo de intervenção carregava motivações de ordem geoeconômica, mas foi alavancando pelo o modelo da modernização “conservadora” e favorecido por procedimentos patrimonialistas de acesso e manutenção da terra (Binsztok, 1998:327-334). Nas palavras de Binsztok, a estrutura do empreendimento capitalista no São João engendrou um “fechamento do vale por um sistema latifundiário”⁷. A partir da presença do movimento social - que retorna num movimento de reruralização⁸ - esses atores se articulam na defesa de seus interesses, acusando os trabalhadores rurais de serem os responsáveis pelo perigo que paira sobre a Rebio Poço das Antas.

Com a pressão do movimento social, as entidades governamentais foram compelidas a tomar providências. O INCRA iniciou então o processo de cadastramento das famílias acampadas, abrindo a possibilidade de implantação de mais um assentamento no entorno da Rebio. O IBAMA, via-se ameaçado, diante da inexistência

⁷ “A ‘aliança’ do grande capital com os burocratas de estado e oligarquias locais dirigiu o ‘fechamento’ do Vale, excluindo outras forças produtivas do agro-fluminense, atestando a presença do monopólio comercial e industrial e da variante autoritária, que preside o desenvolvimento capitalista no espaço agrário fluminense” (Binsztok, 1998:330).

⁸ A luta por terra se configura numa dinâmica de “reruralização” ocorrendo basicamente por duas vias: uma enfatizando e reconstruindo o meio rural através do Eco-Turismo, das Reservas Particulares do Patrimônio Natural(RPPN), hortifuti-cultura orgânica. Sobre tudo a partir dos anos 80, aproximadamente, começa a ocorrer uma ocupação fundiária, geralmente conduzida por uma classe média, ligada à produção agrícola, e que realiza projetos de profissionais liberais que aportam no campo com aposentadorias polpudas, ou indenizações tipo Plano de Demissão Voluntária, e com um aporte simbólico, carregado de consciência ecológica e que se vincula à produção para nichos de mercados, etc, conhecida por ‘neo-rural’; outra, através das ocupações promovidas pelo movimento social organizado e outras iniciativas que acompanham estas estratégias de resistência. ” (Ribeiro, *in*: Motta, 2005).

de estudos de impactos ambientais e da proposição de um plano de manejo⁹ apropriado para aquela comunidade e para as demais anteriormente assentadas já que estas, necessariamente, iriam desenvolver atividades agrícolas numa zona considerada de amortecimento para a unidade de conservação.

De fato, era sabido que os modelos de assentamento até então implantados na região não correspondiam às demandas de preservação ambiental por falta de infraestrutura e de medidas de financiamento à produção¹⁰ adequadas.

Pautando os problemas apresentados nos projetos de assentamento instalados em seu entorno, a direção da Rebio (diga-se o IBAMA) respaldada pela Organização Não-Governamental (ONG) Associação Mico Leão Dourado (AMLD), e Associação de Amigos do Rio São João (ONG AMIRIO), oferece denúncias ao Ministério Público Federal, alegando a incompatibilidade de convivência entre esta Reserva Biológica e mais um assentamento rural de reforma agrária. Com base nestas denúncias, em 1998 o Ministério Público Federal (MPFED) impetra Ação Civil Pública (ACP nº 98.0010661-8), contra o INCRA, para impedi-lo de realizar mais um assentamento sem estudos de impactos ambientais no entorno. A ACP, deste modo, constituiu-se em uma peça de retardamento do processo de reforma agrária, provocando uma reflexão fundamental sobre as necessidades de subordiná-la aos mecanismos de preservação ambiental.

Em 2001, o projeto de preservação do mico leão dourado, coordenado pela AMLD, conseguiu, com o patrocínio da WWF e de outras entidades ambientalistas, que contavam com o apoio institucional do Instituto Brasileiro do Meio ambiente (IBAMA), alcançar a meta de reprodução de 1.000 indivíduos da espécie em extinção. Passo número um para sair do parâmetro de *em extinção* para *em vias de extinção*. Entretanto, a questão da inadequação dos ecossistemas selecionados para a preservação do mico leão dourado permanece nos dias atuais como um entrave à superação desta marca. A necessidade de expansão destas áreas onde a espécie possa estar vivendo e se

⁹ O estudo de impactos ambientais e o relatório de impactos ambientais (EIA/RIMA), assim como o plano de manejo, deveriam ser elaborados pelo INCRA e representa uma premissa para implantação de qualquer assentamento de reforma agrária. Esta obrigatoriedade tornou-se mais evidente a partir da aprovação das resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que consideram necessária, dentre outros aspectos, a criação de uma zona de amortecimento de impactos à qualquer unidade de conservação - em consonância com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - que, por sua vez, deve ser delimitada num raio de 10 km em seu entorno, a partir de suas fronteiras.

¹⁰ Em geral, esses financiamentos estão vinculados à pacotes tecnológicos que introduzem mecanização e insumos químicos, ambos de uso restrito ou teoricamente proibidos em áreas de preservação ambiental e seus entornos.

reproduzindo, sem o perigo existente da consangüinidade entre os indivíduos, é real e justificada.

Como a região havia sido muito devastada, restaram apenas remanescentes de matas, isolados, insustentáveis do ponto de vista ecológico, já que os ecossistemas encontram-se por demais fragmentados, alterados e enfraquecidos. Argumento este que reforça a necessidade de expansão da área interna da Rebio e, ao tratar das propostas para resolução deste impasse, pode levar a revelar interesses políticos, econômicos e especulativos, para além da sua urgência efetivamente sócio-ambiental.

Diante deste quadro de eminente fracasso de um projeto que dura mais de trinta anos, uma das alternativas que vem sendo proposta é a expansão da Rebio Poço das Antas sobre a área do Brejão¹¹ e a constituição nas fazendas do entorno das chamadas reservas particulares de patrimônio natural (RPPN).

Podemos perceber neste breve apanhado que não se trata apenas de um conflito especificamente ambiental, nem jurídico ou político, ou ainda institucional. Trata-se de um conflito, em sentido mais amplo, complexo e multidimensionado que se estabeleceu dinamicamente em torno de uma disputa fundiária histórica que é pilar fundante do que é o Vale do São João hoje. A possibilidade de convivência entre reserva biológica e assentamentos rurais de reforma agrária recupera uma série de princípios sociais, que engendram a necessidade de repensar este território como um todo heterogêneo, articulado e dialético.

2. Universidade e Sociedade: Território, Reforma Agrária e Meio Ambiente. Elementos metodológicos e fontes de investigação

Com o intuito de solucionar este conflito, os ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, resolveram criar um grupo de cooperação técnica, envolvendo as partes de uma das Ações Cívicas Públicas (movidas contra o INCRA pelo Ministério Público Federal, assistido por IBAMA e Associação Mico Leão-Dourado ONG AMLD), e as demais instituições públicas (prefeituras, secretarias municipais e

¹¹ O Brejão corresponde a área emersa posteriormente à retificação dos rios Aldeia Velha e São João, originalmente inundada e cujos processos de dragagem e drenagem permitiram sua exploração econômica. É uma área cujo solo de turfa emergiu das áreas de mata ciliar drenadas, rico em matéria orgânica e que produz o melhor aipim do CEASA, segundo um grande proprietário local em consonância com os depoimentos de vários trabalhadores rurais acampados, ao confirmarem as diversas possibilidades de cultura na terra, desde de que se trabalhe nela. Outra característica é o alto grau de combustão da terra, justamente pela quantidade de matéria orgânica que compõe o solo de turfa, o que representa um risco tanto para a Rebio como para os demais fragmentos de mata da região e para as lavouras dos trabalhadores.

órgãos de assistência técnica) e organizações civis (associações de moradores e de trabalhadores rurais dentre outras) presentes e atuantes na região¹².

Durante o processo de criação do Grupo de Cooperação Técnica, o Incra convidou a UFF - que anteriormente havia sido convocada pelo MP a produzir um laudo técnico sobre a possibilidade de convivência harmoniosa entre a Rebio e as comunidades do entorno - para coordenar os trabalhos e o encaminhamento de discussões, colaborando na elaboração de propostas, visando o solucionar os problemas sócio-ambientais locais em questão.

O material empírico que analiso - entrevistas, depoimentos e intervenções nas reuniões oficiais do protocolo de cooperação técnica, experiências de campo com o princípio da observação participante – aparecerá entremeadado pela análise teórica, na tentativa de um diálogo permanente entre sujeito e objeto do conhecimento¹³.

As reuniões oficiais do protocolo de cooperação técnica, totalizando cinco encontros, aconteciam em diversos lugares. Cada uma delas era organizada em conjunto pelo Grupo Coordenação, o GT EcoSocial¹⁴ da UFF, e as entidades que cediam os locais. Estas eram abertas ao público, tendo direito à voz todos os participantes diretamente envolvidos, enfatizando, porém, dentro de seu cronograma a exposição de projetos, atividades e iniciativas realizadas por cada uma das entidades responsáveis, com relação à preservação ambiental, à reforma agrária, ao desenvolvimento de políticas sociais de inclusão e formação de cidadania.

Havia, na verdade, um acordo coletivo que cada parte se encarregaria de promover as reuniões (local adequado, equipamentos a serem utilizados, refeições – já que as reuniões duravam o dia inteiro – e transporte para todos), com o intuito de atribuir responsabilidades e mobilizar os envolvidos em um processo participativo.

¹²INCRA/RJ, IBAMA/RJ, Prefeitura e Secretarias Municipais de Agricultura e de Meio Ambiente de Silva Jardim, Prefeitura e Secretarias Municipais de Agricultura e de Meio Ambiente de Casimiro de Abreu, MST/ Região dos Lagos, Fetag, AMLD, EMATER/RIO (Casimiro e Silva Jd), Consórcio Ambiental Lagos, CREA-RJ, Coletivo dos acampados Sebastião Lan, Associação de Pequenos Produtores Rurais do Acampamento Sebastião Lan, Assentamento Sebastião Lan, Assentamento Aldeia Velha, Assentamento Cambucaes, Assentamento Cambucaes/Gleba Olhos D'Água, APEDEMA, e UFF. Estiveram presentes em algumas reuniões o Ministério Público Federal de Niterói, a ONG Associação de Amigos do Rio São João, a Guarda Florestal do IBAMA, o Corpo de Bombeiros destacamento de Silva Jardim.

¹³ Em todas as experiências de campo, o fato de participar do GT e ser uma estudante de ciências sociais, estabelecia parâmetros de relacionamento entre cada um de meus “informantes”, determinando e condicionando o discurso produzido por cada um dos locutores.

¹⁴Grupo de Trabalho EcoSocial, composto por professores e alunos de quatro departamentos da UFF: Sociologia, Direito, Engenharia Agrícola e Geografia.

É importante destacar como a partir dos relatos nas plenárias, seja das secretarias municipais, prefeituras, ONGs, ou demais instituições, as posições se firmavam ou se modificavam. Considerando, segundo Baktin que “*A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir de seu próprio interior, a estrutura da enunciação*”¹⁵, estava criado um espaço de embate político e ideológico em que o direito e o respeito à voz de cada ator social demarcava e redesenhava a cada momento o campo de atuação política e da disputa de interesse.

Neste espaço “*O contexto social imediato determina quais serão os ouvintes possíveis, amigos ou inimigos para os quais serão orientadas e a consciência e a sensação (das reivindicações e queixas enunciadas)*”¹⁶.

Paralelamente a estas reuniões, tornou-se necessário fazer um estudo histórico e geográfico do Vale do São João para que se pudesse identificar os sujeitos históricos (objeto da pesquisa) da degradação ambiental local. Enfatizando a idéia de que é no território que os homens imprimem sua história, tornando-o “*registro de uma época e um documento de cultura*”¹⁷, esta tarefa tornou-se primordial para que pudéssemos perceber os interesses e projetos políticos que configuravam esta região do estado fluminense como campo em disputa.

O aspecto abandonado daquele domínio territorial, degradado após uma intensa e contínua utilização desordenada e desenfreada, era visível aos olhos de qualquer pessoa. Entretanto, diante da argumentação da direção da Rebio que afirmava ser o acampamento, e os demais assentamentos do entorno, os agentes impactantes sobre o meio ambiente, a dúvida permanecia quanto aos sujeitos e processos responsáveis por tamanha degradação ambiental. Esta nos parecia ser histórica; ou seja, característica de um certo tipo de apropriação econômica, e de projetos políticos oriundos das classes dominantes, não apenas daquela região como de todo o Brasil: neste caso, as oligarquias rurais locais que eram visivelmente responsáveis pelo processo tendia, porém, a ser obscurecido pela recente presença do movimento social e da “ameaça” representada pela reforma agrária, que estaria contra a preservação ambiental.

Diante deste quadro foi imediata a avalanche de questionamentos referentes aos processos de ocupação e de transformação daquele território. Traçando uma primeira relação entre sujeito e objeto do conhecimento, delinearam-se no “campo” imposições

¹⁵ Cf. Baktin, 2002: 113.

¹⁶ Cf. Baktin, op. Cit.: 114.

¹⁷ Cf. Moraes, 1988: 23.

no sentido de resgatar a história daquela região por meio das relações construídas entre os diversos atores sociais por meio da apropriação do território.

Assim, parti para um levantamento da formação sócio-ambiental da estrutura fundiária do Estado do Rio de Janeiro, o que me levou a uma reflexão mais refinada sobre a relação homem-natureza na sociedade ocidental moderna e que, por fim, acarretou uma leitura das origens do discurso ecológico e das contradições presentes na legislação ambiental do país. Neste sentido, recompor como pano de fundo destas leituras os paradigmas ambientais e de desenvolvimento em sua dialética e o jogo das representações sobre os conflitos e a história regionais, foi essencial para compreender o processo que estaremos chamando de cercamento da reforma agrária¹⁸.

Apesar deste levantamento, permaneciam ainda alguns questionamentos metodológicos pouco definidos, que no contato com o objeto e no posterior retorno a referências bibliográficas provenientes da Geografia, acabaram por se desenhar mais claramente. Foi então que, ao apreender a noção de território, tal como Milton Santos define, pode-se esclarecer uma articulação entre o processo de produção do conhecimento acadêmico e de sua instrumentalização, superando certas barreiras teórico-metodológicas o que favorecia a composição de uma argumentação mais convincente acerca dos conflitos estudados.

*“O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para análise social quando o consideramos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam. (...) O importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui todas as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual”*¹⁹

Desta forma torna-se possível conjugar os diversos discursos dos atores sociais pesquisados, através da elaboração de questionários para entrevista, com o processo necessário de identificação das idéias que estes fazem sobre o mundo concreto que produzem. Sendo

*“o mundo [aquilo] que permite que se estabeleça um discurso inteligível, um canal entre as disciplinas, todas as disciplinas tem sua relação com o mundo, que no seu movimento faz com que a minha disciplina se transforme. Tem-se assim, um discurso intercambiável, com a fertilização mútua de conceitos que, apesar dos jargões respectivos, não são impenetráveis”*²⁰

¹⁸ Essas etapas da pesquisa correspondem ao desenvolvimento da monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais da UFF, em fevereiro de 2004.

¹⁹ Cf. Santos, 2000: 22.

²⁰ Cf. Santos, *ibid* : 49.

Outros dois elementos que me levavam ao território como categoria de análise privilegiada são: em primeiro lugar, a relação e o caráter crítico e questionador²¹ do trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo GTECOSOCIAL, apontando que “a discussão é sobre o conteúdo do território, algo que é dinâmico e inclui toda a vida socioeconômica (não apenas o dado fiscal) e deveria ser a base da produção de uma outra política”²²; e, em segundo, a premissa epistemológica de abordagem do outro como sujeito do conhecimento . Conforme Santos:

*“o povo como sujeito é também o povo como objeto, sobretudo ao considerarmos o povo e o território como realidades indissoluvelmente relacionadas. Daí a necessidade de revalorizar o dado local e revalorizar o cotidiano como categoria não apenas filosófica e sociológica, mas como categoria geográfica, territorial. (...) O sujeito é também objeto. O sujeito é plural e o objeto diversificado. Partindo dessa idéia, depreendemos as diferenças estruturais e avaliamos o valor diferenciado das diversas ações dentro do todo”*²³

O território, é compreendido enquanto uma horizontalidade, em suas múltiplas dimensões, sobre as quais incidem novas problemáticas rearticulando suas redes e mecanismos de ordenação. Tomado como o lugar da dinâmica e da dialética que se configuram a partir de múltiplos usos e inserções. Definido como uma unidade de análise privilegiada, na medida em que permite identificar as bases da dominação e das formas de resistência, o território e seus usos informam sobre os diferentes projetos e visões de mundo em disputa, apontando os verdadeiros sujeitos da exploração humana e, conseqüentemente, da degradação ambiental. A partir deste conceito-chave apreende-se as relações sociais e, dentro delas, as relações homens-natureza.

Os sujeitos que atualizam a palavra de ordem da Reforma Agrária se renovam de acordo com a conjuntura apresentada, especificam as demandas e objetivam o embate político. A variação destes sujeitos se dá de acordo com os eixos geográficos e identidades distintas, o embate por reforma agrária se atualiza, e apresenta-se a cada período por um novo sentido e de acordo com os mecanismos de bloqueio de acesso a terra²⁴.

“Como vemos, há um uso privilegiado do território em função das forças hegemônicas. Estas, por meio de suas ordens, comandam verticalmente o território e a vida social, relegando o Estado a uma posição de coadjuvante ou de testemunha, sempre que ele se retira, como no caso brasileiro, do processo de ordenação do uso do território. Então, sob o jogo de interesses individualistas e conflitantes das empresas, o território

²¹ Postura que adotei também, desde a compreensão crítica sobre as noções de neutralidade axiológica e imparcialidade, ou a distinção-separação que se tenta ainda hoje estabelecer entre ciência e ideologia

²² Cf. Santos, *ibid* :121.

²³ Cf. Santos, *ibid* :121.

²⁴ Cf. Medeiros, 2002.

*acaba sendo fragmentado. Na ausência de uma regulação unificadora do processo social e político, o que se impõe é a fragmentação social e geográfica também como um processo social e político*²⁵

Assim, grandes temas e ideologias, como desenvolvimento sustentável, ecoturismo ou turismo rural, RPPNs, dentre outros, aparecem como alternativa viável à crise econômica e à ameaça da reforma agrária: de uma ou de outra forma a oligarquia rural decadente tece, cotidianamente, seu poder político na esfera local. Por sua vez, os trabalhadores rurais sem terra, assim como muitas organizações do movimento social, se apropriam criativamente da mesma imposição “ecológica”, para propor outras formas de sociabilidade, com base na demanda por distribuição e democratização de renda, de terra e, agora, de um ambiente limpo e saudável para si e para as futuras gerações.

Tendo em vista um levantamento da “situação da região” – a situação social e ambiental – é preciso considerar que as experiências concretas se cruzam em múltiplas direções. No caso, um dos objetivos centrais do Laudo Multidisciplinar era avaliar quais os impactos do acampamento à unidade de conservação e as possibilidades de uma “convivência harmoniosa” entre ambos.

Quando Sevá analisa os riscos ambientais e a questão hídrica no Estado do Rio de Janeiro, destaca que “*Precisamos ainda analisar as condições reais de vida nos seus locais de moradia, de trabalho, na sua comunidade, em seus trajetos, à começar pela qualidade do ar que respiram (...)*”²⁶. Esses fatores são importantíssimos para se compreender a que tipos de riscos ambientais coletivos estamos sujeitos, e por que causas. O mesmo autor lembra que

“(...) em muitos casos, os riscos são associados a obras que atravessam as terras de vários municípios são eixos de infra-estruturas, rodovias, dutovias, ferrovias, linhas de transmissão de eletricidade, obras hidráulicas e barragens (...) são prejuízos e alterações que permanecem, se agravam; muito desses efeitos são visíveis, testemunhos físicos na paisagem, os morros pelados, as vossorocas, os rios desbarrancados, ou são ausências biológicas (animais silvestres e peixes que viviam em certas áreas e que não existem mais). Mas, há provas que não são visíveis a olho nu, que deveriam ser detectados, mensurados, a começar pela própria saúde humana e dos animais que pode estar sendo comprometida por infestações ou por envenenamentos, e incluir itens vitais como a alteração da qualidade química das chuvas e dos solos contaminados pelos agroquímicos ou pelos lixões”²⁷

No caso do Estado do Rio de Janeiro, a região em que a Rebio Poço das Antas e os municípios de Silva Jardim e Casimiro de Abreu se encontram, corresponde a uma mancha urbana principal – um conjunto de áreas urbanas e suburbanas emendadas,

²⁵ Cf. Santos, 2000: 23.

²⁶ Cf. Sevá, 2002:2.

²⁷ Cf. Sevá, Ibid:2.

desde Maricá, a Leste, na Orla Oceânica de Niterói, separada do Rio de Janeiro pelo mar poluído da Baía de Guanabara; e indo até o Oeste, no eixo da Rodovia BR101, até Itaguaí. Esta mesma mancha urbana, a 2ª mais populosa do país, é também a 2ª colocada na lista das campeãs dos rios poluídos, do ar poluído, dos acidentes industriais e das calamidades coletivas: Região metropolitana do Rio de Janeiro.

Visando um quadro nacional mais amplo, os dados assustam, tanto na má distribuição de recursos e terras, quanto na devastação ambiental:

*“os recursos naturais e as condições de vida estarão alteradas em função dos estabelecimentos urbanos e rurais e de atividades econômicas em grande escala. Hoje, cerca de 80% das florestas que existiam desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul foram destruídas. O quadro da produção atual revela as possibilidades de esgotamento futuro. Os pastos devem chegar hoje a 100 milhões de hectares e as áreas cultivadas a 60 milhões de hectares. As grandes plantações (soja, laranja, cana) ocupam, cada uma, de 5 a 10 milhões de hectares. A área para produção de madeira, lenha, carvão e celulose chega a outros 1 a 2 milhões de hectares. Quase 5 milhões de hectares já foram inundados pela formação de lagos artificiais, para geração de eletricidade e captação de água potável. (...) Muitos desses lagos estão em processo de contaminação bioquímica, por causa do apodrecimento das águas e do acúmulo de poluição industrial, resíduos da agricultura e da mineração”*²⁸

Se, por um lado, criava-se uma reserva biológica, cujo objetivo principal se justificava pela a necessidade de preservação do primata em extinção e, por conseguinte, de áreas de mata atlântica para abrigar a esta espécie; por outro, inundava-se fragmentos de mata com o projeto da Barragem de Juturnaíba, restantes após a construção BR101, por sua vez, abrindo uma cicatriz nos remanescentes de Mata Atlântica existentes no estado. Ambas as empreitadas em nome do desenvolvimento regional. Alinhava-se de modo canhoto, uma intenção política de preservação ambiental atropelada por um projeto desenvolvimentista, sendo que ambos partiram da mesma fonte: a ação governamental.

Avaliando brevemente são perceptíveis as contradições e os questionamentos: mas que desenvolvimento é este que degrada para progredir e exclui para preservar? Considerando o movimento ideológico recente, embora calcado em determinações materiais da degradação, a presença da defesa ecológica passou a servir de cobertura para várias intenções políticas subjacentes.

Deste modo, aponta-se hoje para a necessidade de conjugação das questões agrárias e agrícolas com as questões ambientais, mas freqüentemente reafirma-se a tendência de subordinação das primeiras pelas últimas, limitado-as por uma concepção conservadora da preservação ambiental, calcada na oposição entre homem e natureza.

²⁸ Cf. Sevá, 1993: 16.

Tendo como pano de fundo um desenvolvimento agrário que sempre gerou danos ao trabalhador e à natureza, o conservacionismo transformou-se, numa das modalidades de bloqueio para a democratização fundiária neste país. Convém, agora, estudar localmente formas empíricas desse bloqueio que aqui denominamos como cercamento de terras para a reforma agrária no Vale do São João.

Referências bibliográficas

- ALENTEJANO, P. R. R. - Reforma Agrária, Território e Desenvolvimento no Rio de Janeiro. RJ: CPDA/UFRRJ, Tese de Doutorado, 2003.
- BAKTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. SP: HUCITEC,
- BINSZTOK, J. Capitalismo autoritário e a questão ambiental no Vale do São João. In: CARNEIRO, M. J. et all. (orgs.) *Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- MEDEIROS, L. S. *Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de Mercado no Brasil*. RJ: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.
- MORAES, A. C. R. Ideologias Geográficas. Espaço, Cultura e Política no Brasil. Ed. Hucitec. São Paulo, 1988.
- MOTTA, M. M. (org.) Dicionário da Terra. RJ: Civilização Brasileira, 2005.
- RIBEIRO, A. M. M. et all.- “ ‘Desagriculturalização’ e exclusão social ”. In Tempo e Presença (# 323, ano 24, maio/junho de 2002).
- SANTOS, M. Território e Sociedade. Ed. Fund. Perseu Abramo. São Paulo, 2000.
- SEVÁ Fº, A. O. “A Energia, a Indústria e as Aguas. Um roteiro para Estudo de Problemas Ambientais no Estado do Rio de Janeiro”. Agosto/2002.
- _____. “Crise Ambiental no final do Século” Escola Sindical 7 de Outubro, Departamento de Estudos e Pesquisas, 1993.
- UFF. *Laudo Multidisciplinar para convivência harmoniosa entre a Rebio Poço das Antas e assentamentos rurais do entorno*. Niterói/RJ: EdUFF, 2002.

Relatório de Viagem na Região das Areias no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – Expedição Abelhas Nativas

May Waddington Telles Ribeiro, Phd
Olga Maria Barroso Teixeira

1. Introdução

Entre os dias 7 e 13 de maio de 2006, foi executada a parte inicial da Expedição Abelhas Nativas, financiada pelo PPP-Ecos, que objetivou “a identificação de áreas críticas, onde normalmente se vêem pouco potencial de exploração econômica a não ser o turismo, para a implantação de arranjos produtivos ecossistêmicos por meio da meliponicultura...” (Drummond, Programação da Expedição, 2006). Assim, pretendia-se formar um diagnóstico do potencial de implantação de um projeto que simultaneamente gerasse renda e preservasse a flora local através da criação de abelhas nativas, sem ferir.

Na primeira etapa da Expedição, foram visitados os povoados de Tratada de Cima, São José dos Sacos, Lagoa Esperança, Buriti Grosso e Satuba, com uma rápida passagem por Massangano. Como a Expedição era pautada pela pesquisa biológica do potencial melífero da região com a identificação das espécies de abelhas e pasto melífero ocorrentes, tais localidades foram selecionadas por estarem situadas em meio à vegetação denominada de “campo” (restingas, em especial áreas de grande ocorrência de mirinzais, que produzem ótimos meles) e de seu encontro com os “carrascos” (vegetação que passa a predominar onde a areia cede ao barro, com alguma incidência de plantas do cerrado e possivelmente abelhas como a tiúba). Simultaneamente, eram levantados dados sobre a situação social dos povoados visitados, de forma a se avaliar o possível impacto e chances de sucesso do envolvimento da comunidade no futuro Projeto. Esperamos que os dados contidos nesse relatório possam ajudar a levantar questões que orientem visitas futuras.

O presente relatório pretende apresentar alguns dados preliminares sobre a organização social, métodos de produção tanto de subsistência como para o mercado e seu impacto no meio ambiente de seis de cinco comunidades visitadas, para posterior aprofundamento. O pouco tempo disponível para o estudo limitou a análise etnográfica, fazendo com que procurássemos manter uma consistência no método aplicado em todas as comunidades de forma a poder extrair mais dados e obter um pouco mais de profundidade na informação. Assim, enquanto a pedagoga Olga, representando a

dade na informação. Assim, enquanto a pedagoga Olga, representando a Articulação do Semi Árido – MA, aplicava questionários e levantava dados junto à escola, postos de saúde locais e comunitários, a antropóloga May colhia entrevistas com moradores idosos que descrevessem as mudanças mais óbvias sentidas ao longo de sua vida, identificando os principais fatores provocadores dessas mudanças e as principais instituições acessadas por tais povoados.

Para manter a consistência e tentar dar seqüência aos dados levantados entre os povoados, desenhamos croquis dos povoados junto aos moradores, descrevendo a disposição espacial das casas e seus moradores. Ao mesmo tempo em que este exercício elaborava um censo bastante preliminar dos moradores, nos ajudou a identificar padrões de distribuição das moradias de acordo com parentesco, o estabelecimento de casamentos entre povoados contíguos, assim como padrões de ocupação da terra com roças e cajuais, formas de manejo dos mesmos, e calendário das atividades. Dessa forma, embora o tempo fosse curto para uma descrição etnográfica mais detalhada, ao nos concentrar em traçar uma breve genealogia em Tratada de Cima, identificar as principais fontes de renda em São José dos Sacos, verificar o manejo e a distribuição dos roçados e cajueirais no entorno do povoado e sua relação com os grupos de parentesco em Lagoa da Esperança, elaborado calendários do extrativismo em Buriti Grosso e da agricultura em Satuba, pudemos manter alguma seqüência entre os povoados e mesmo identificar algumas diferenças entre os mesmos. As entrevistas com os mais velhos e os questionários ajudaram a identificar transformações profundas nas relações com políticas públicas, em especial a introdução de aposentadorias, bolsas famílias, estradas, acesso à saúde e educação. Também levantou questões quanto à pressão demográfica sobre a vegetação local e os recursos naturais como a caça e a pesca.

2. Descrição geral

A área visitada, no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com suas grandes dunas e lagos que coletam águas da chuva para o deleite de turistas, comprou-se de “campos” de restingas salpicadas de trechos de carrascos e capoeiras (carrascos já roçados). Comunidades antigas cuja memória raramente identifica a chegada o local e a origem em outras partes, se estabeleceram na região para a exploração de recursos naturais (exceção para um relato sobre Taboca, na qual, “segundo os mais velhos, há muitos anos atrás, os primeiros moradores vieram do Ceará no período de uma seca prolongada, procurando um local com água para morar, encontrando esse local cor-

tado de riachos, com muito peixe no rio”). Os mais velhos entrevistados se referem à antiga abundância de caça e pesca como a razão para morarem e gostarem de morar na região, e se queixam da escassez atual, culpando simplesmente o crescimento demográfico pela falta de peixes e pela destruição do carrasco para a abertura de roças.

Hoje em dia sobrevivem basicamente da castanhas de caju enquanto cash crop, vendido a atravessadores (patrões) locais, que mantêm complexas relações e compadrio e favores com os moradores. A memória local é dúbia em relação ao início da implementação dos cajueirais. Enquanto que em Tratada de Cima chegam a citar projetos de financiamento como “Boi e Caju” e um incremento maior em torno do final dos anos 70, em Buriti Grosso os informantes resistiram a essa noção e acreditam que os cajueirais existam há “mais de 150 anos”, o que certamente não confere com a inexistência do comércio das castanhas naquela época. Depoimentos que indicam a existência do plantio de caju “para alimentar os porcos” antes do plantio sistemático para a venda há 35 anos atrás (início dos anos 70) parecem ser mais válidos. Foi apontada também a existência anterior de um sistema de compra de tucum para a revenda para atravessadores (Seu Mundico Cosmo, falecido, e o ainda vivo Zé Cação em Barreirinhas) que os repassavam para compradores em Parnaíba com a finalidade de servir de ração animal.

A produção de castanhas de caju para o mercado é sem dúvida, a principal atividade econômica na região, complementada pela produção de farinha nas áreas de maior incidência de barro. Seu surgimento dependeu da formação da cadeia de comercialização que se estabeleceu após a abertura das estradas e da demanda internacional, com um pólo comprador principal se formando em Paranaíba, no qual “Cebite” – padrão do comprador de Barreirinhas, Dedé - compra para revender para as indústrias do “rei da castanha”, Cione, ou a indústria “Iracema”. Ambas exportam a maior parte da produção.

No entanto, a forma de manejo roça/caju que se estabeleceu se adaptou facilmente à vida local, se estabelecendo com um manejo tradicional (vide seção específica sobre o manejo da roça). As roças de subsistência nestes campos são bastante fracas, fornecendo feijão e “legumes” como abóbora, maxixe, e mandioca, parecendo representar mais uma forma de “conquistar a terra” para os cajueirais do que o sustento anual das famílias. As roças são mais fracas nos campos, a ponto de não fornecer mandioca capaz de produzir a farinha. Essa é produzida nas áreas onde o barro surge em meio à areia, na medida em que se afasta da zona de areia e do parque, no sentido oeste.

A Petrobrás é identificada em todas os povoados com um dos principais de mudança local. Em 1964 a empresa chegou à área para a pesquisa e sondagem de reservas

de petróleo, se utilizando de helicópteros para a distribuição de pessoal e seu abastecimento. Os helicópteros e as equipes de abastecimento acampavam em alguns povoados de mais fácil acesso, como Satuba, e de lá se dirigiam às clareiras abertas pelos mateiros, onde jogavam os víveres ou baixavam técnicos e mateiros. Após várias tentativas e erros, a Petrobrás introduziu o uso de Toyotas na região, que se tornaram o principal meio de transporte tanto da população residente e toda a sua carga, como do turismo. Nos anos setenta, a partir de 75, a Petrobrás abriu diversas estradas em linha reta na região do areais, que foram paulatinamente complementadas por ramais e veredas abertas pelos próprios moradores e, mais recentemente, pelas prefeituras de Barreirinhas ou de Santo Amaro.

O Turismo se intensificou com a abertura, em 2002, da estrada BR 402, a transitorânea que liga Barreirinhas a São Luís, reduzindo as oito ou nove horas de viagem pela antiga estrada empedrada via Urbano Santos, para 4 horas e meia de asfalto. Aliado à enorme divulgação das dunas do Parque dos Lençóis que a novela O Clone promoveu em 2002, o crescimento do turismo teve um forte impacto na economia local, fazendo com que a rede viária na região das areias aumentasse ainda mais. Embora o turismo não abranja a todas as áreas visitadas, atingindo principalmente Tratada de Cima (onde “o turismo é tão importante quanto o caju” – pelo menos para o comprador principal que atende aos turistas na área).

3. Parentesco e distribuição espacial

Em Tratada de Cima, onde procuramos levantar a genealogia local, pudemos observar uma certa repetição no padrão de distribuição de famílias em casas vizinhas. Um grupo de irmãos habita casas no entorno de um ascendente e os filhos desse grupo que se casam dentro da comunidade optam por habitar junto à família do pai ou do sogro. Um caso parece ter sido resolvido de forma muito satisfatória, com uma das filhas do informante Constantino residindo exatamente entre pai e sogro. Nessa comunidade, identificamos quatro núcleos principais de familiares/vizinhos. Esse padrão pareceu se repetir em todos os povoados visitados.

Em Lagoa Esperança, além de identificarmos um padrão semelhante, pudemos verificar que as áreas de “terra conquistada” pelos cajueirais parecem pertencer aos grupos de parentes/vizinhos e/ou se localizarem contiguamente também. Ao apontar, no croqui, estas áreas de cajueirais”, o informante José dos Santos indicava que tal grupo de parentes/vizinhos trabalhava em tal área (vide croqui). Indicou também, que um de-

terminado grupo havia vendido-lhe seus diversos trechos não contínuos mas espaçados, por estarem em determinado momento precisando muito de dinheiro (era “um povo escondidinho que já morava aqui antes dos outros chegarem, mais fraquinho”).

Outra observação que derivamos dessa primeira análise foi a da ocorrência de casamentos entre povoados vizinhos, sendo que na Tratada de Cima pareceu haver uma maior ocorrência entre esta e uma determinada família do Buritizal em especial. Ao perguntar ao entrevistado de São José (já nas áreas de barro) se conhecia moradores de Tratada ou se havia algum casamento entre moradores de Tratada e de São José, a resposta foi negativa exceto pelos principais compradores de castanha daquele povoado. Casamentos entre São José e povoados imediatamente vizinhos eram bastante comuns. No entanto, há exceções como o casal que entrevistamos na Lagoa Esperança, se constituiu do homem do campo conhecendo a mulher do barro (São José) na ocasião das visitas para a compra da farinha. É constante, portanto, o casamento entre povoados vizinhos e raro entre povoados mais distantes, até a presente data. É provável que com a maior circulação de moradores para as cidades de Barreirinhas, São Luis e Santo Amaro (veja abaixo), assim como a maior movimentação de estudantes para os pólos distritais de acordo com o serviço de transporte recentemente oferecido pela prefeitura, esse padrão se modifique.

Ficou claro, em todos os povoados, que um número mais do que expressivo de jovens e velhos deixou a localidade para residir em Barreirinhas, São Luis ou Santo Amaro. Isso pareceu pesar entre os velhos, que se ressentiam dessa ausência indicando-a como uma das principais diferenças no estilo de vida em relação ao “antigamente”, visto que seus pais contavam com os filhos e famílias maiores na velhice, quando “era tudo uma família só no povoado”. Mas isso parecia ser compensado, hoje em dia, pela aposentadoria que os mais antigos não recebiam. Uma questão interessante para um estudo futuro seria o alcance da distribuição dessas aposentadorias entre descendentes dos mais velhos, os laços de dependência/solidariedade reforçados por essa renda, e seu impacto na valorização do papel do idoso.

Os laços com os familiares distantes parecem se renovar principalmente nas férias e nos períodos das eleições, onde a maioria retorna ao povoado para votar. Muitos filhos estudam com parentes nas cidades acima citadas, e passam as férias com os pais no povoado, indicando que a rede de suporte entre parentes é bastante ativa. Dentro do povoados também localizamos um número muito expressivo de agregados (filhos de criação ou netos) que residem junto a outras famílias seja por morar longe demais para

vir à escola ou, muitas vezes, para dar suporte, fazendo pequenos serviços para a família hospedeira ou para os mais velhos. Crianças que prestam serviços domésticos são constantemente referidas como afilhadas ou “dadas” (em vários casos constatados, para avós idosas).

Em duas ocasiões foram citados parentes que partiam para o Rio de Janeiro e São Paulo, de quem só se tem notícia muito raramente e de quem não se tem muita informação. Há outros relatos sobre moradores que partiram para o Pará, Rio Grande do Norte, Bahia e Espírito Santo para trabalhar na extração de petróleo contratados pela Petrobrás. Entre estes, pareceu haver uma taxa de retorno ao povoado bastante significativa.

Observamos, também, um casal que retornou de uma vida aparentemente já estabelecida em São Luis - com emprego público e casa montada - ao “areal” em Buriti Grosso para “tomar conta das coisas que tinham para não perder” quando os velhos não tinham mais forças para administrar roça, cajual e propriedade. Interessantemente, como em alguns outros identificados, os mais velhos foram para a cidade. Nesse caso, especificamente, um casal jovem retornou ao areal para administrar o patrimônio, provavelmente por não haver nenhum outro ramo da família capaz de fazê-lo. Em outra instância, em Massangano, um produtor herdeiro indicou que seus irmãos se ressentiam dele ter ficado com as terras herdadas, enquanto que ele argumentava ter desenvolvido sozinho a propriedade (formado cajuais e criações). Seria interessante observar essas redes de suporte areal/cidade com maior profundidade, localizando as formas de apoio que existem e tentando identificar sua dinâmica assim como as mudanças de padrão em tempos recentes.

4 – As Instituições Presentes

Os povoados visitados se situam em dois municípios diferentes: Barreirinhas (Tratada de Cima, Lagora Espertança, São José dos Sacos, e Massangano) e Santo Amaro (Buriti Grosso e Satuba). Esse último se emancipou de Primeira Cruz em XXXXX. O Município se faz presente através da Secretaria de Educação e da Saúde, principalmente, através das escolas e professores e dos postos de saúde e agentes municipais de saúde.

Todos os povoados possuem escola até no mínimo a quarta série, e até a sexta série nos povoados considerados “pólo” da secretaria municipal de educação ou distritos eleitorais como Satuba, Buriti Grosso e Massangano, visitados. O transporte dos alunos

entre os povoados e esses pólos se iniciou há cerca de um ano, de acordo com a professora de Tratada de Cima, levando as crianças às cinco da tarde e devolvendo-as às 10 da noite, diariamente. Essa professora indicou ter havido uma mudança significativa na atenção dada às escolas do interior a partir de 2001/2002, quando “passaram a ser ‘enxergados’... terem ”acesso a planos de aula, boletins de aluno... quando o representante do pólo veio traçar um ‘projeto político pedagógico’. Os professores foram submetidos a cursos de Pró-formação e o nível superior lhes foi exigido (essa entrevistada, particularmente não o fez e pode perder o cargo dentro de um ano) e passou a lhes ser cobrada a adequação do material dos livros didáticos à realidade local, a diminuição das taxas de reprovação, etc. A qualidade e estado dos livros didáticos distribuídos entre os alunos parece ser boa.

Os agentes municipais de saúde prestam atendimento básico nos povoados, e o hospital de Barreirinhas é considerado melhor do que o de Santo Amaro. As informações, na ocasião em que uma neta de nosso anfitrião em São João dos Sacos foi conduzida ao serviço médico em Barreirinhas por ter entrado em convulsão devido a uma forte febre, seria a de que dificilmente haveria médico de plantão à noite, apenas enfermeiras. Relatos do motorista, guia e técnico local que nos acompanharam indicam que o atendimento nesse Município é bastante precário.

Em todos os povoados visitados, o sindicato se apresentou como a instituição mais próxima dos moradores, intermediando diversos interesses, desde aposentadorias e salários maternidade a financiamentos para a lavoura do caju (aparentemente mal sucedidos), à formação de Associações para a defesa dos direitos dos residentes de permanecerem no Parque após sua fundação. No caso dessa última mobilização, os sindicatos foram apresentados como os responsáveis por terem trazido vereadores e prefeitos às áreas para aprofundar as discussões em torno do Parque e da resistência à possível retirada de moradores do mesmo.

Alguns depoimentos indicam que o movimento sindical foi estimulado pelas CEBs e pela igreja católica. O auge da atividade parece ter sido em torno de 1986, dando surgimento a algumas associações desde então, como a Associação de São José dos Sacos e de Satuba. Nestes dois povoados, lideranças locais participaram bastante do movimento, tendo Graciano, de Satuba, sido eleito presidente do sindicato por três mandatos. Graciano é hoje vereador e presidente da Câmara em Santo Amaro, posição que chegou a ocupar simultaneamente ao cargo de presidente do sindicato..

O IBAMA também se faz presente, especialmente nas áreas visitadas dentro do Parque e no seu entorno. As comunidades dos povoados visitados demonstram estarem conscientes de uma série de limitação impostas pelo órgão, como a proibição às caçadas, e consideram que a fiscalização parece eficaz. Indicam ter havido uma modificação em relação à posição do IBAMA inicial, no período de formação do Parque, e a atual, em relação ao direito que essas comunidades têm de continuarem a residir no Parque e no seu entorno. Informam que, inicialmente, o Parque foi fundado sem que tivessem sido notificados (em 1981), de forma que os locais nem sabiam da questão de sua possível retirada da área. No início dos anos noventa, foram feitas sondagens e estudos, nos quais os moradores foram notificados da existência do Parque. Nesse momento, os sindicatos se mobilizaram e se articularam com autoridades municipais e entidades da sociedade civil, formando Associações de Moradores para lutarem contra a proposta de retirada dos moradores. Uma questão que se repetiu em diversas localidades parece indicativa do tipo de argumentação que se tentava estabelecer: o IBAMA queria que confirmassem que os buritizais eram nativos, e os locais insistiam que se havia buritizais na região isso se devia ao fato destes terem sido plantados e manejados pelas famílias locais. O estado atual dessa relação é descrito como “eles (o IBAMA) nunca mais falaram nisso”, parecendo a alguns moradores entrevistados que ainda existe a possibilidade de retomarem a proposta de retirada de moradores do Parque, mas isso não parecia alarmá-los muito. Fomos informadas por membros da equipe de pesquisa que mesmo os diretores locais do IBAMA não compartilham mais da visão inicial de que a administração do Parque deve excluir seus moradores tradicionais.

Os depoimentos colhidos não indicam grande uso de financiamentos ou fomentos agrícolas intermediados pelo Sindicato. Como exemplo, Constantino, de Tratada de Cima, informa que só tentou utilizar um financiamento para a limpeza do cajueiral uma única vez e teve dificuldades em pagar os juros, preferindo evitá-los daí em diante. É recomendável que se faça um levantamento dos tipos de fomento que já foram disponibilizados para o caju, se o Pronaf está sendo oferecido na região, etc.

O acesso a benefícios do INSS através do sindicato parece bastante razoável, sendo a maioria dos velhos aposentados, com algumas exceções detectadas como a família “escondidinha” de Lagoa Esperança e uma senhora em Buriti Grosso entrevistada que ainda não conseguiu transferir o provento de São Luís para Santo Amaro. Houve indicações de que mulheres se associam ao sindicato para não perderem o salário ma-

ternidade, e que aqueles que não se associam tem dificuldades em se aposentar, por terem que acessar diretamente a burocracia do INSS.

A maior parte da população se apresenta como católica, afirma celebrar as festas católicas, embora não tenhamos visto muitas igrejas nos povoados do interior. Muitas das festividades antes comuns a cada povoado deixaram de ser feitas, sendo substituídas por novenas (como as novenas de Maria em Tratada ou Lagoa da Esperança) mas outras continuam em vigor, como em Buriti Grosso (festas com dança de São Gonçalo, etc.) ou Boi bumbá em Buritizal, vizinho à Tratada. Em São José dos Sacos identificamos a presença física da igreja evangélica Adventista do Sétimo Dia e tivemos indicações de haver uma forte divisão na comunidade entre os crentes e os não crentes. Uma professora entrevistada se referiu negativamente àquelas pessoas que viviam juntas ao invés de serem casadas, e havia uma incidência maior de alcoolismo grave visível entre os moradores não crentes. Nesse povoado, o levantamento indicou maior taxa de analfabetismo, uma enorme presença de crianças adotadas (de criação) nas famílias, além dos entrevistadores sentirem um nível de pobreza grave nas casas visitadas. Não temos como aferir as causas desse maior desnível entre as famílias “ajeitadas” e as pobres, mas podemos recomendar que seja feita uma análise mais detalhada nesse povoado para tentar identificar os motivos de maior insegurança alimentar, migração de jovens que deixam os mais velhos desguarnecidos, dificuldades em obtenção de aposentadoria, etc.

A Atividade Econômica

A castanha de caju se tornou, então, o principal produto para o mercado, a partir do início dos anos setenta. A partir daí se iniciou o estabelecimento de uma cadeia de comercialização que hoje em dia se resume a inúmeros compradores nos povoados que vendem para o armazém do “patrão” Dedé, funcionário do “patrão” de Parnaíba, Cebite, que revende para as duas indústrias de Fortaleza, Iracema e do Cione. Entrevistas feitas no armazém de Dedé em Barreirinhas entre vários compradores locais lá reunidos em uma manhã de segunda feira, dia 15 de maio de 2006, revelaram diversos aspectos históricos e operacionais dessa cadeia produtiva.

O comprador de Sobradinho, José Maria da Costa e Silva, identifica o início da formação da cadeia em 73, após a abertura das estradas pela Petrobrás. Já havia, nas comunidades, uma rede de compra do tucum para servir de ração animal, cujos “patrões” também se situavam em Parnaíba. Em Barreirinhas, o negócio se concentrava na mão de uns três compradores “patrões”: Zé Cação, Mundico Cosmo, e Zé Mariano. Es-

ses compradores se tornaram os compradores iniciais da castanha, em épocas nas quais Cione veio em pessoa tentar estabelecer a rede a partir da região para a venda direta a Fortaleza. No entanto, inúmeras dificuldades se apresentaram, que vieram a dificultar a administração do negócio da castanha diretamente entre Fortaleza e esses antigos patrões locais, especialmente no que dizia respeito ao financiamento da operação. Principalmente no período Sarney, a inflação e os juros eram tão altos, que quando esses intermediários tentavam capitalizar junto a algum banco, faliam diante da política de juros de então. A especulação em torno do preço da castanha era a regra, e as tentativas de auferir grandes lucros faziam com que algumas pessoas resolvessem investir pontualmente, o que - de acordo com o grupo reunido no armazém de Dedé, naquela manhã de segunda-feira - parecia um tempo de atividade febril, com grandes perdas e alguns ganhos eventuais, com comerciantes pontuais chegando à área para abrir “negocinhos” que só duravam o tempo da colheita e compradores locais competindo pelos clientes. Esse tempo parece se apresentar também como distante, Os presentes pareciam concordar que “as coisas só se acalmaram com a vinda de Dedé” que chegou à região como funcionário de Cebite, e bancado por este, no final início dos anos oitenta. Assim, a cadeia de comercialização se consolidou com a inserção desse atravessador de Parnaíba que controla o comprador de Barreirinhas. A análise mais aprofundada do conjunto de capacidades especializadas apresentadas por cada ponto desta rede, assim como das possibilidades de modificação na cadeia de forma a conferir maior autonomia aos locais, seria muito importante.

É provável que essa rede comercial tenha se estabilizado mediante as diversas políticas econômicas a nível nacional que tentaram controlar a inflação e criar maior estabilidade monetária. É certo que o preço da castanha flutua de acordo com o dólar, conforme é reconhecido até pelo morador mais recôndito que entrevistamos. Mas para Dedé, o segredo do sucesso de seu papel como atravessador se deve “sinceridade, honestidade e pagamento do preço verdadeiro ao cliente.... (que São os fatores que geram) a fidelidade destes”. Dedé nos explica que inicialmente, seu patrão de Parnaíba, Cebite, comprava castanhas para estocar durante dois ou três anos até a espera do melhor preço de mercado.

Os compradores locais, nos povoados, competem localmente pelos clientes, e o ciclo de venda dessas castanhas parte de um preço baixo para o mais alto, dependendo “do preço do dólar”. Seguem, os locais, a mesma estratégia de reter o seu produto o máximo de tempo possível para poder alcançar um preço melhor no final da safra (que atu-

almente chega a variar entre 0,60 centavos a 1,00 ou 1,08). Embora exista a troca de castanhas por mercadorias, as castanhas são geralmente negociadas com os moradores locais em dinheiro vivo, chegando a virar, de acordo com Dedé, “a moeda local”. Existe a prática de adiantamentos dado com o interesse de “manter o cliente ou ajudar o compadre”. Em todas as comunidades visitadas os compradores indicaram que o que estabelece a lealdade do cliente fornecedor é a “amizade”, e a maioria destes indicou ter um número mais do que expressivo de afilhados e compadres (um deles tinha 50 afilhados). Mesmo esses informantes compradores locais reconhecem que a tal “amizade” consiste em práticas comerciais honestas que visam ao interesse econômico do fornecedor, a quem se referem como cliente. Todos os compradores locais que entrevistamos também produzem castanhas, e tendem inclusive a serem os maiores produtores de seus povoados. Chegamos a identificar compradores que vendem até 6 mil quilos de castanha por ano, e compram até 100 mil quilos em sua sub-região para a revenda a Dedé em Barreirinhas.

A estratégia do pequeno produtor é, então, a de segurar ao máximo sua produção, com a intenção de auferir o melhor preço possível. Como o produto da lavoura de subsistência é bastante fraco, especialmente nas áreas de campo ou restinga, dificilmente produzem o suficiente para abastecer a família por muitos meses do ano.

Em Satuba, região de barro e portanto boas roças, identificamos a insuficiência do plantio de subsistência para o abastecimento das famílias. Plantam duas roças anuais: a de janeiro, e a de São Miguel, plantada em agosto que além da farinha fornece feijão que “quase dá pro ano todo” mas que acabam vendendo um pouco e comprando mais; milho que apenas nos melhores anos abastece as pequenas criações, geralmente tendo que ser comprado; legumes como abóboras, maxixe, melância. Abandonaram o plantio de arroz, que só encontramos em duas localidades alagadas, por dizerem ser contra-produtivo, sendo mais barato comprá-lo. Plantam batata doce apenas nas beiradas da roça e indicam terem abandonado o cará e o inhame há alguns anos e mal tem alguma notícia de amendoim nas roças. A produção do quintal é bastante importante para o abastecimento das famílias, e incluem desde os “temperos” plantados no girau (tomate, palha de cebolinha, alfavaca, couve, coentro, pimentão e pimentinha e quiabo), a frutas tais como mangas, cajá, atas, limão, coco miúdo e coco graúdo, goiabas, amêndoas brancas e roxas, tucumã, abacaxis, etc. Os buritizais e as palmeiras do “riacho” são consideradas como bens coletivos. Todas as casas visitadas dependem fortemente da criação de galinhas, para a qual o milho plantado nos roçados é tão vital e só suficiente

nos anos de melhores invernos, e quase todas as famílias pescam em maior ou menor grau, sendo que algumas têm acesso difícil mais possível às pescarias marítimas.

As comunidades que residem nos povoados mais próximos ao asfalto e mais distantes da “morraria” (dunas) chegam a se denominar “povo da farinha” e parecem dar mais importância a esse último produto para a venda do que à castanha, embora esse dado precise ser mais verificado. Das comunidades que visitamos, São José dos Sacos e Satuba se enquadram nessa última categoria, sendo que na primeira a produção de caju por família parece ser maior (o informante de São José indicou vender 3 mil kgs ano) que na segunda, onde o informante afirmou com segurança que a farinha dava maiores proventos do que os 500 quilos de castanha que vendia por ano. Embora não identifiquem diferenças muito definitivas entre o “povo da Areia” e o “povo da farinha”, aqueles que residem nas áreas de maior ocorrência de barro ou “terra acochada” comentam que aqueles que vendem as castanhas “lá em baixo acabam tendo que vir comprar nossa farinha aqui em cima”, o que faz com que as atividades “dêem no mesmo”.

Nas regiões de campo, sem grandes manchas de carrasco, como Lagoa Esperança e Tratada de Cima, os cajueirais parecem se estender por grandes áreas contínuas. Um informante descreve a “conquista da terra” através da formação dos cajueirais da seguinte forma: abre-se uma roça no primeiro ano, no qual se planta feijão, milho, abóbora, maxixe e mandioca (mesmo quando o solo é bem fraco para tal). Em meio aos produtos da lavoura o cajueiral é plantado. A cerca no entorno destas roça é um dos custos altos do trabalho, e necessária para protegê-la dos animais da criação local. Não é possível plantar novamente neste local, levando uma capoeira 15 anos para voltar a constituir como terra lavrável. Colhem-se os “legumes” após o primeiro ano e a mandioca no segundo. No segundo ano, após a colheita da mandioca, deixam o mato tomar conta de forma a forçar o cajueiro a apontar para cima a sua copa e “não esgalhar para baixo”. A partir do terceiro ano precisam limpar o cajueiral todo ano, podando os galhos que buscam o solo, roçando também o mato. Na medida em que somam linhas de roça à anterior, o cajueiral cresce. No caso de Lagoa Esperança, José dos Santos indicou que a área que comprou dos vizinhos “escondidinhos”, que se comprazia de pequenos cajueirais não contínuos, se uniria para formar um cajueiral contínuo igual o outro que já havia “conquistado”.

José dos Santos é filho de uma agente de saúde municipal que agora reside em Barreirinhas e casado com outra agente de saúde, ambas recebendo um salário mínimo por mês. Ao ser indagado a respeito da diferença entre sua família e a dos “escondidi-

nhos” que lhe haviam vendido a propriedade, identificou essa renda mensal como o fator principal de sua maior capacidade de capitalização. Demonstrou, inclusive, a disposição de vender os cajueirais que comprar de volta para a mesma família, indicando saber, mesmo que os vizinhos não comentem, que eles não estavam satisfeitos por terem tido que vendê-los. Sua esposa informou que a sogra tentava incluir tal família no programa de bolsa família, e que estes não recebiam aposentadoria ou qualquer benefício social. Ao ser indagada se achava que o programa do Programa Bolsa Família parecia gerar algum impacto local, ela apontou como um dos resultados o aumento da diária que pagavam aos trabalhadores de seus cajueirais, de 8 para 10, reais após tal programa ter sido distribuído localmente.

O morador entrevistado em São João dos Sacos indica que gasta quase dois terços do faturamento em serviços do cajueiral, significando derivar uma renda de 1000 por ano, dos 3000 kgs que vende. Diz gastar a metade do que ganha com a farinha para sua produção. Dessa forma, esse morador lucraria 1500 anuais, em anos de produção razoável, em renda monetária. Sua esposa aufera um salário mínimo por mês como professora, o que representa praticamente o dobro do faturamento do marido. Com essa renda, essa família vive em casa de alvenaria que dispõe de geladeira, freezer, TV (sem parabólica) e um grande número de habitantes. O marido informou que a esposa gasta aproximadamente 130 reais no mercado sempre que vai à cidade receber o salário, e que ele gasta aproximadamente 30 reais por semana em compras para a casa. No entanto, parece haver alguma discrepância entre essa informação e o nível aparente de renda da família: um dos filhos/vizinhos, por exemplo, está construindo uma casa de alvenaria bem próxima, apesar de estar desempregado. Fomos informados que esse morador, antes de se converter ao evangelho, possuía uma radiola (sistema de som alugado para festas e eventos em povoados do interior do Maranhão, e é possível que tenha se capitalizado mais nessa época. Mas certamente não nos informou a respeito do lucro obtido com a revenda da castanha dos outros moradores.

Mesmo assim, a informação a respeito do lucro com a venda da castanha, após efetuados os gastos de limpeza do cajueiral, parece não conferir com as informações obtidas junto ao grupo de compradores reunidos no armazém de Dedé em Barreirinhas, na segunda feira pela manhã. Após acalorada discussão, os seis compradores locais (também produtores) presentes demonstraram divergir enormemente quanto à produtividade de seus cajueirais e quanto às despesas que efetuam na colheita. A medida comumente utilizada na região para medir a área plantada é a “linha” que consiste em “u-

ma braça quadrada”. Uma braça é um pouco mais do que um metro (me mostram a medida feita com um braço aberto e o outro marcando o ombro) mas passa dos 25 metros quadrados, pois todos parecem concordar que há 3,5 linhas em um hectare. Todos também indicam que a produção varia de ano para ano e de local para local, além da idade do cajueiro influir na safra. A enorme variação na safra indicada por cada, no entanto, me parece devida à dificuldade de se auferir numericamente os resultados. Assim, um produtor visivelmente confuso em relação a números, indicava auferir 500 kgs por linha. Ao ser interrogado de outra forma, com o cruzamento dos dados do Dedé quanto às quantidades compradas, constatamos que seus 30 hectares renderam 6 toneladas o que significa uma média de 61,53 kgs por linha. Outro já garantiu produzir 350 kgs por linha (os produtores reunidos analisaram sua informação e avaliaram que seus cajueirais eram novos, situados em uma ilha cercada de água, etc.). Já seu Bernardo de Fazendinha acabara de colher 314 kgs de 3 linhas, o que resultaria em 105 kgs por linha, e vários chegaram à conclusão de que colhem em torno de 50-80 kgs por linha. De forma que, em uma próxima visita à área, valeria à pena uma análise mais sistemática desse rendimento dos cajueirais.

Quanto às despesas para a produção, todos consideraram exageradas aquelas apontadas pelo comprador de São José dos Sacos. Um produtor chegou a avaliar que possivelmente Seu Domingos se referia à todas as despesas que já havia tido com a formação do cajueiral, desde seu plantio, cultivo inicial, feitura da cerca (item considerado custoso), etc. Os produtores reunidos no armazém de Dedé indicavam despesas de (Zé Maria) 200 reais para limpar dez linhas, enquanto que outro (Batista) gastava dava aos trabalhadores 100 kgs por cada 300 kgs coletados. O custo da “arrecadação” das castanhas, significando a coleta, também variava de acordo com diversos arranjos, desde 0,25 reais por kg arrecadado à parte do pacote dos 100kgs a cada 300 kgs. De qualquer forma que se analise, no entanto, as despesas com a safra não chegam a 2/3 da produção indicada pelo informante do São José dos Sacos.

O lucro sobre a compra das castanhas dos moradores locais é em torno de 10% do preço. Quando vendidas em pequena quantidade, contrariamente à lógica do varejo, os produtores auferem, atualmente, 90 centavos entregues no Dedé. Se vendem quantidades menores esse preço sobe para 1,00 R\$. Os compradores locais consultados indicam ficar com esses 10 centavos de sobre-preço, e que são pagos pelo Dedé e não pela população local.

O “patrão” Dedé presta serviços para seus compradores e clientes destes, como o transporte de mercadorias e tijolos para os povoados. Ele nega a troca de mercadorias por castanhas, mas seu armazém é cheio de sacas de sal, cimento e outras mercadorias consideradas básicas na região.

O Extrativismo: Não povoado de Buriti Grosso, localizamos uma forma de exploração de recursos naturais diferente da lavoura associada à exploração da castanha de caju. Nessa área vizinha à “morraria” (dunas), com vegetação predominantemente de *campos*, alta incidência de buritizais, mirinzais, muricizais e co-cais (de coco da praia, sem ser o anão), encontramos um comércio ativo dessas frutas nativas destinadas aos mercados de São Luis do Maranhão. Nessa localidade, entrevistamos seu Raimundo Xita, que organizou a rede de compra e revenda de polpa e doce de buriti (alega vender 500 kgs em um bom ano); sacos de murici, e cocos duros e coco ralado. O mirim é consumido localmente, mas essas outras frutas são vendidas em uma cooperativa em São Luis que centraliza a distribuição para os mercados como o João Paulo e o Mercado Central, de acordo com as seguintes informações:

O murici: é nativo, e os moradores o colhem, abafando as frutinhas em vasilhas ou sacos até que consigam retirar as “cabecinhas” (que as prendem aos caules). São então catadas e colocadas de molho até que o comprador, seu Xita, traga os saquinhos de plástico que serve de medida de litro. Seu Raimundo paga de 0,40 a 0,50 por litro da fruta até R\$ 1,00, e chegou a vender 50 mil litros no ano passado (considerado um bom ano). Seu Xita afirma que a produção de murici pode variar entre 15 mil litros a 60 mil litros ano, dependendo de condições climáticas, principalmente.

O coco da praia: os cocos são vendidos na casca dura, para a extração de carne. Não verifiquei as quantidades vendidas nem ralam coco para venderem já processados.

O buriti: A extração da polpa do buriti é considerada uma atividade do grupo familiar. O homem derruba os cachos e os abafa com mato verde no chão da casa. Quando os frutos estão pretos, colhem-nos, catam, e os armazenam em cofos ou sacos de náilon dentro d’água por mais ou menos 3 dias. Em uma espécie de “serão”, grupos raspam a polpa com casca e tudo, misturando-as com água para formar a “gôda” ou “tiquara”. Esse mingau é peneirado com a ajuda de um saco de náilon “pendurado em um pau”, de forma a separar a casca por filtragem. Do caldo que desce em um recipiente, a massa se separa do líquido por um processo de “precipitação”, sentando” no fundo do recipiente. A água é despejada e a polpa é utilizada para fazer o doce, em uma proporção de quantidades iguais de açúcar e polpa. Esse doce é comercializado a XXX o quilo. Seu Xita prepara o doce no fundo de seu quintal, dentro da casa de farinha, em fornos especiais. Também é preparado uma forma de polpa seca, que é extraída da semente e colocada para secar ao sol, em um forno de farinha.

O mirim, altamente presente na região, não é explorado comercialmente, servindo apenas de alimento para as famílias. O pessoal do projeto Abelhas Nativas considera sua florada uma das melhores e mais lucrativas no negócio do mel.

Observação: ao indagarmos no povoado seguinte em que paramos se eram praticadas as mesmas atividades de extração, fomos informados de que não se comercializava buriti nem murici na região por falta de compradores. O “atravessador”, Seu Raimundo Xita, nos revela as agruras de seu negócio e com que dificuldade conseguiu montar a rede de escoamento dos produtos acima referidos. Desde o murici. Que não pode passar mais do que 10 dias ensacado antes de chegar à câmara frigorífica da cooperativa em São Luis, às estradas de difícil acesso que percorre no ato da compra, aos compromissos que assume com fregueses e compradores, Se Xita parece ter caminhado um longo percurso de formação dessa rede de fornecimento. Não consegue, por exemplo, se estender ao povoado de Satuba, onde tais frutos são desperdiçados anualmente. Seu Xita anuncia que embora pague pelas castanhas em dinheiro vivo, o trabalho com as frutas é pago com mercadorias. Ele vende frutas por um cheque de – exemplo dado por ele – 350 reais, que repassa para o comércio em troca de mercadorias faturadas, e com isso alimenta o seu comércio com os locais, para quem vende as estivas normais, medicamentos e outros artigos de primeira necessidade ou pequenos luxos como colônias, desodorantes e itens de armarinho. Além de contar com 50 afilhados e de conhecer profundamente sua clientela, se Xita desenvolveu tal rede de “aviamento”, como diriam aqueles que conhecem o sistema de produção da borracha na Amazônia, otimizando recursos naturais existentes e criando um mercado para os mesmos.

5. Considerações finais:

A análise das atividades produtivas na região dos areais e adjacências imediatas, no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, chama atenção para os seguintes fatos:

Primeiramente, parece-nos que não haveria sustentabilidade econômica a partir da atividade agrícola, sem o acesso aos salários de professor e agente de saúde, às aposentadorias, bolsas famílias, salários maternidades e outras rendas que chegam aos moradores a partir do governo, medidas pela prefeitura e sindicatos. O acesso a tais programas de distribuição de renda confere maior estabilidade e segurança às famílias que deles dispõe, fazendo com que consigam inclusive administrar melhor os recursos da atividade agrícola ou extrativa no seu entorno. Esse acesso parece, em primeira análise, ter sido satisfatoriamente distribuído entre os povoados através do movimento sindical, mas não de forma universal, havendo casos de processos iniciados mas não concluídos e repetidas afirmações de que os sindicatos só poderiam aposentar aqueles que se associ-

assem. Percebemos a intermediação de bolsas Famílias pelos agentes de saúde municipais, de forma que o monopólio do acesso aos benefícios públicos pelo sindicato pode estar se transformando. O fato é que entre as famílias entrevistadas, as “mais escondidinhas” - como a de Lagoa Esperança que vendeu seus cajueiros para o nosso entrevistado, ou um casal de idosos não-evangélicos e produtores de tiquira em São José dos Sacos que não conseguia, há anos, resolver a transferência da aposentadoria da esposa para Barreirinhas - que não participam deste movimento e/ou que ainda não conseguem auferir nenhum desses benefícios, são as que sofrem de maior insegurança alimentar. Resta saber qual o processo social que manteve tais famílias excluídas ou mal atendidas pelas políticas públicas, questão essa que deverá pautar as próximas investigações.

Em segundo lugar, chama a atenção o fato de, ao serem interrogadas a respeito da presença ou ausência de abelhas nativas, caça e pesca na área, os locais informarem com segurança que, além de mudanças climáticas, ser o crescimento demográfico o principal fator de pressão ambiental. Os mais antigos acreditam que houve sobre-pesca diminuindo a quantidade de peixes, e que a fauna de caça sumiu por excesso de caçadas. No caso da agricultura, podemos questionar se a pressão deriva da produção de subsistência ou da produção para o mercado, visto que a produção de castanhas parece induzir a abertura de roças mais do que o plantio de mandioca e legumes para a família. Mas resta a insistente afirmação de que “foram roçando o carrasco daqui e foram roçando o carrasco de lá até que acabou tudo quanto era pau para as abelhas morar”. Considerando que um povoado como o de Satuba, com 24 famílias, aumenta os seus roçados de São Miguel em média duas linhas por ano, temos um avanço de aproximadamente 14 hectares por ano dos cajueirais por sobre a vegetação nativa. Os roçados de janeiro são feitos em capoeiras que nem ao menos se prestam para o plantio de legumes ou para a extensão dos cajueirais, necessitando de 15 anos para sua renovação. Isso indica a necessidade de estudos de técnicas agrícolas que aumentem a produtividade desse solo de forma a proteger o eco-sistema local.

Talvez uma dos problemas sociológicos mais interessantes que tenham surgido ao longo dessa visita inicial, seja a possibilidade de examinarmos com mais cuidado a sustentabilidade biológica do sistema tradicional para a população local, tomando a migrações e a rede de solidariedade familiar que se estende para a capital de São Luis e Barreirinhas e Santo Amaro, medindo com maior cuidado a quantidade de influxo de recursos. O que aconteceria com esse sistema se tantos jovens não houvessem partido? Até que ponto as famílias estão de fato recebendo os recursos das políticas públicas, e

qual seria o custo ao estado se não pudessem contar com o suporte de recursos naturais que, embora comprovadamente insuficientes, diminuem a pressão dessas populações sobre tais recursos? A necessidade de se aumentar sistematicamente a área de cajueirais está associada a pressões de preço e demanda? Haveria uma forma melhor de se obter lucro dos cajueirais para as famílias locais, de forma que diminuíssem a pressão? Seria o fortalecimento da rede de venda de produtos extrativistas como a que se iniciou em Buriti Grosso uma possível saída para se diminuir a pressão dos cajueirais?

No que tange ao projeto abelhas nativas, a atividade geradora de renda seria obviamente adequada gerando renda e contribuindo para o fortalecimento da flora através do incremento da polinização. Enquanto a equipe de biólogos se encantavam com a variedade de espécies melíferas localizadas no Buriti Grosso e com a quantidade de mirinzais no entorno do povoado, a nós pareceu que pelo fato dessa comunidade já ter tido experiências de diversificação da produção e de manter vivas práticas festivas, vigor na escola e na rede associativa, seria uma das mais interessantes a se começar o trabalhos.

RISCO ALIMENTAR E PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Sonia Cachoeira Stertz¹
Alfio Brandenburg²
Renato João Sossela de Freitas³
Leandro Martins e Silva⁴

RISCO ALIMENTAR E PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Sonia Cachoeira Stertz
Alfio Brandenburg⁵
Renato João Sossela de Freitas⁶
Leandro Martins e Silva⁷

Introdução

Nas sociedades contemporâneas, a agricultura baseada em insumos agrícolas e implementos tecnológicos parece estar cada vez mais consolidada. No entanto, existem iniciativas que colocam em xeque este modelo de desenvolvimento inspirado nos países de cultura ocidental que ocupam uma posição hegemônica em relação ao processo civilizatório.

Por um lado, as perdas na produção agrícola mundial provocadas por problemas fitossanitários parecem justificar a implementação do setor industrial dos agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos) e a disseminação da chamada Revolução Verde para os países de grande potencial agrícola, sobretudo aqueles do Terceiro Mundo. Assim, o emprego dos agrotóxicos vem cumprir o papel de proteger as culturas agrícolas das pragas, doenças e plantas invasoras. Por outro lado, é sabido que este modelo de desenvolvimento agrícola provoca erosão, perda de fertilidade e contaminação dos solos agrícolas, das águas superficiais e subterrâneas, dos alimentos, animais domésticos e intoxicação de

¹ Depto de Engenharia Química, PPGTA/ Universidade Federal do Paraná.

² Depto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento/Universidade Federal do Paraná.. e-mail: alfio@onda.com.br

³ Depto de Engenharia Química, PPGTA/ Universidade Federal do Paraná.

⁴ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal do Paraná.

⁵ Depto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento/Universidade Federal do Paraná.. e-mail: alfio@onda.com.br

⁶ Depto de Engenharia Química, PPGTA/ Universidade Federal do Paraná.

⁷ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal do Paraná.

trabalhadores rurais (WHO, 1990; EHLERS, 1996; GARCIA, 2001; KHATOUNIAN, 2001).

Assim, ao mesmo tempo em que se constata conquistas relevantes sob o ponto de vista do progresso técnico, agravam-se os problemas sociais com a tecnificação dos processos sociais. Nesse contexto, autores têm identificado o atual estágio da modernidade como modernidade crítica (TOURAINE, 1994), reflexiva (GIDDENS, 1991), ou de risco (BECK, 2001). Entre eles, Ulrich BECK tem chamado atenção para os efeitos colaterais dos processos técnicos situando-os na era dos riscos socioambientais. Desta forma, em todos os âmbitos produtivos da sociedade identificam-se riscos, cujos efeitos ainda são, em última instância, desconhecidos.

Na agricultura, os riscos decorrentes da modernização tecnológica expressam-se pela degradação dos ecossistemas naturais, pela poluição dos recursos naturais – em especial, água, solo e ar –, pelo uso de equipamentos, ou ainda na forma nem sempre perceptível dos resíduos tóxicos decorrente do manejo e uso de agroquímicos nos processos de cultivos. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo identificar os “eventuais” riscos socioambientais de hortaliças, avaliando os resíduos tóxicos contidos nos alimentos convencionais, orgânicos e hidropônicos relacionando-os com as diferentes categorias de agricultores e suas lógicas produtivas. Para tanto, mediante uma abordagem multidisciplinar, delimitou-se o universo empírico que compreende 17 municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) /Paraná (Araucária, Bocaiuva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Campo Largo, Colombo, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Morretes, Piraquara, Quitandinha, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, União da Vitória e Tijucas do Sul). Foram coletadas, no período de abril de 2001 a janeiro de 2002, 138 amostras de hortícolas (60 convencionais, 61 orgânicas e 17 hidropônicas) adquiridas em supermercados, feiras, CEASA-PR, associações de produtores e diretamente com produtores, em estágio de maturação comercial, de acordo com os procedimentos de retiradas de amostras (CCE, 1999; BRASIL, 2001a).

Realizada inicialmente para subsidiar a realização da tese de doutoramento de Sônia C. Stertz, a pesquisa de campo foi complementada em 2006 para melhor suprir novos questionamentos. Quem produz os alimentos, qual a lógica que orienta a produção de hortaliças, qual sua inserção no movimento ecológico, quanto tempo esses atores produzem

alimentos ecológicos, quais os sistemas de produção a ele relacionados? São algumas questões que se colocam.

Dentre os vários tipos de hortícolas/culturas produzidas e/ou comercializadas na RMC, a delimitação da amostra seguiu os seguintes critérios. De um modo geral procurou-se definir uma amostra que abrangesse as diversas variedades de hortaliças da Região Metropolitana: agrião d'água, cv. Folha Larga (*Nasturtium officinale* R. Be.), alface crespa, cv. Verónica (*Lactuca sativa* L), batata, cv. Mona Lisa (*Solanum tuberosum* L), cenoura, cv. Brasília (*Daucus carota* L), couve-flor (*Brassica oleracea* L), espinafre, cv. Nova Zelândia (*Tetragonia tetragonoides* (Pall.) O. Kuntze (T. expansa)), morango, cv. Tundlas e Camarosa (*Fragaria x ananassa*), pepino caipira, cv. Prima pax (*Cucumis sativus* L.), tomate cereja, cv. Cindy (*Lycopersicon esculentum* var. cerasiforme) e tomate tipo salada, cv. Caqui ou Cármen (*Lycopersicon esculentum* var. L). Desta forma, o que orientou a coleta de amostras foi a representatividade desses produtos agrícolas nas formas de cultivo convencional, hidropônico e orgânico.

As oriundas de culturas convencionais, por serem bastante abundantes, foram coletadas aleatoriamente tendo-se apenas a preocupação de conter uma quantidade mínima para cada cultura e de serem representativas das cidades e das espécies com maiores índices de contaminação com agrotóxicos em monitoramentos efetuados pela SESA-PR no período de 1982 a 2000.

As amostras das culturas orgânicas, dentre as poucas possibilidades e variedades presentes na região, foram localizadas através da Secretaria da Agricultura do Paraná e através de contatos anteriores dos pesquisadores do ramo.

Foi coletado um menor número e uma menor variedade de amostras hidropônicas pelo fato de que neste sistema de cultivo existe menor número de produtores, e os mesmos só investem em algumas culturas mais facilmente comercializáveis e com retorno econômico mais significativo, como é o caso do agrião, da alface, da rúcula, do tomate cereja e salada. As suas coletas foram, em sua maioria, realizadas junto a supermercados. Além disso, procurou-se saber, através de informantes no CEASA e em lojas de implementos específicos para a hidroponia, sobre a existência de demais produtores desta categoria.

Modernização, agrotóxicos e riscos na agricultura.

No Brasil, em 2000, os herbicidas foram mais usados na região Sul (38,9%), Centro-oeste (29,9%) e Sudeste (22,8%). Destacam-se quanto à utilização destes os Estados do Paraná (18,5%), do Rio Grande do Sul (16,8%), São Paulo (14,1%) e Goiás (10,1%). Em 1997 o Paraná foi o segundo Estado brasileiro em volume de vendas de agrotóxicos (SINDAG, 2004).

Os agrotóxicos são pesticidas utilizados para o controle de pragas nos produtos agrícolas (vegetais). Eles são considerados substâncias que previnem ou tratam as doenças das plantas e se dividem em muitas famílias, sendo as principais os fungicidas que destroem os fungos, os herbicidas utilizados para eliminar as ervas daninhas e os inseticidas para lutar contra os insetos e os acaricidas. Pelo termo resíduo compreende-se, em geral, o princípio ativo ou substância ativa, e seus respectivos metabólitos.

Um sistema de controle de agrotóxicos conta, como elementos importantes para um funcionamento eficaz, com um sistema de registro da substância química bem como com o controle e monitoramento da qualidade do produto agrotóxico, a identificação de riscos e o diagnóstico e tratamento das intoxicações (BRASIL, 2001 b)

Como já foi dito, o uso de agrotóxicos é justificado pela significativa perda de produtividade por problemas fitossanitários, que giram em torno de 35%, segundo dados da FAO. Porém, a questão da baixa produtividade reduz-se nestes dados às perdas por pragas, desprezando-se pontos fundamentais como o tipo de cultura e qualidade do solo, a adequação da seleção de sementes, a mecanização excessiva do solo, o equilíbrio biológico, a extensão da área cultivada e o acesso do agricultor a informações sobre o cultivo. Tais situações parecem que ainda não são justificativas suficientes para se questionar o uso dos agrotóxicos, mesmo que estes sejam produtos extremamente perigosos e danosos à saúde humana e também ao meio ambiente.

Normalmente, os benefícios obtidos pelo emprego de agrotóxicos são medidos apenas pelo retorno direto no rendimento das culturas, sem considerar os efeitos colaterais dessa utilização, características de uma modernidade de risco, conforme BECK (1998). Segundo PIMENTEL (1993), estima-se que para cada dólar investido em agrotóxicos, quatro dólares são salvos nas culturas onde são aplicados, mas o aumento no uso de agrotóxicos nem sempre significa a diminuição de perdas: nos EUA, de 1945 a 1989, as perdas por insetos quase

dobraram, passando de 7% para 13%, apesar do aumento de 10 vezes no uso de inseticidas; no caso mais específico da produção de milho naquele país, apesar do aumento de quase 1000 vezes no uso de inseticidas, as perdas por insetos nesta cultura aumentaram em quatro vezes.

São conhecidos e muito difundidos os benefícios imediatos que advêm da aplicação de pesticidas sobre a produtividade da atividade agrícola. No entanto, existe uma preocupação e certa indeterminação com relação ao efeito prejudicial que estes produtos podem ocasionar sobre a saúde humana e no ecossistema em geral. A World Health Organization (WHO) e o World International Resource (WIR) estimaram em cinco milhões os casos de intoxicação aguda por pesticidas, dos quais entre 10 e 20 mil foram fatais (LANG, 1993).

Geralmente, há um período muito longo entre a exposição às substâncias reconhecidamente nocivas e o surgimento das seqüelas, o que dificulta o estabelecimento de uma associação de causa e efeito. Essa dificuldade aumenta quando se leva em conta a multiplicidade de produtos químicos com os quais as populações entram em contato, sendo praticamente impossível isolar um único agente em estudos feitos após décadas de exposição (BRASIL, 2003).

Porém, é possível afirmar que no ser humano os agrotóxicos modificam o DNA, atacam o sistema imunológico, geram mutagenicidade, provocando cânceres e/ou teratogênese. Concomitantemente, bloqueiam a absorção de nutrientes, debilitando os organismos, com aumento do stress e alteração no comportamento (PINHEIRO, 1998; CHABOUSSOU, 1999)

A Organização Mundial da Saúde (WHO, 1990 e 1992), estimou que o uso de agrotóxicos no mundo seria da ordem de 3 milhões de toneladas/ano, expondo por meio do trabalho agrícola mais de 500 milhões de pessoas. Os casos anuais de intoxicações agudas não intencionais foram estimados em um milhão, com 20 mil mortes. Os efeitos crônicos são mais difíceis de serem avaliados, porém foram estimados em 700 mil casos/ano de dermatoses, 37 mil casos/ano de câncer e 25 mil casos/ano de seqüelas neurológicas. Até o final da década de 1990 existiam em todo o mundo cerca de 600 produtos químicos considerados agrotóxicos, com milhares de formulações diferentes e, destes, 200 deixam resíduos em alimentos (WHO, 1990).

Os acidentes ocupacionais com os venenos agrícolas no Brasil estão estimados em cerca de 300 mil intoxicações agudas por ano e 5000 óbitos (BRASIL, 2003). Somente na Região Metropolitana de Curitiba/ Paraná, que corresponde basicamente aos municípios da 2ª RS (SEGUNDA REGIONAL DE SAÚDE) da SESA/PR houve 222 ocorrências de intoxicação por agrotóxicos entre 1996 e 2002, resultando em 23 óbitos, em decorrência, principalmente, de suicídio (65,22%). Nos últimos três anos, Curitiba foi responsável por 41 ocorrências, correspondendo em média a 30% das ocorrências da 2ª RS (PARANÁ, 2003).

Configuração da crise e busca de alternativas.

Os problemas ambientais e sociais oriundos deste modelo hegemônico de modernização ganharam nos últimos anos uma visibilidade muito maior. Configurando-se como crise ecológica e social, após a Conferência do Rio de Janeiro em 1992, o reconhecimento mundial destes problemas abalou definitivamente a ação e o pensamento vigentes até então e colocou em pauta de discussão a questão da sustentabilidade. Iniciou-se uma nova fase de desenvolvimento em busca de alternativas viáveis em relação ao modelo hegemônico.

Dessa forma, numa atitude de reação aos efeitos indesejados da modernização, diversos atores e movimentos sociais têm buscado alternativas tanto no que se refere às práticas agrícolas como às formas organizacionais que permitem a inclusão de categorias sociais que foram excluídas pela política hegemônica. Surge daí a proposta de uma agricultura ecológica traduzida na forma da agroecologia, da agricultura orgânica, da biodinâmica, da agricultura natural, etc... Estas se propõem a serem menos degradadoras dos sistemas sociais e produtivos e, ao mesmo tempo, mais seguros sob o ponto de vista da saúde dos consumidores. Inseridas no contexto que poderia chamar-se de um novo paradigma de organização social e produtiva, essas formas de cultivos acabaram por suscitar outras formas que não se contrapõem à industrialização dos processos produtivos, mas que relevam impactos sobre o ambiente natural.

As agriculturas integrada, racional e de precisão podem ser definidas como de insumos reduzidos ou que se situam dentro dos limites desejáveis para obter aumento de produção e produtividade e de limites toleráveis para a saúde humana e ambiental. Essas

diversas linhas postulam a possibilidade de reduzir a quantidade de pesticidas utilizados em até 50%, sem mudanças significativas na produtividade e no custo final do produto agrícola (STERTZ, 2004).

Outra tendência controversa é a utilização da biologia ou engenharia genética para criar variedades de cultivos mais resistentes à ação das pragas. Quanto às possibilidades da engenharia genética, apesar de serem ainda muito embasadas em suposições, podemos fazer algumas considerações.

Muitas das inovações promovidas pelas multinacionais do ramo da biotecnologia parecem antes consolidar do que suprimir o uso de agrotóxicos. O caso da soja chama mais atenção pelas inúmeras disputas ocorridas nos últimos anos no Brasil sobre a sua legalidade. A variedade de Soja Roundup Ready, por exemplo, produzida pela MONSANTO, apresenta-se como uma vantajosa inovação pelas facilidades de plantio, pois suporta a aplicação do herbicida produzido pela própria empresa sobre a folhagem da planta. O surpreendente é que o princípio ativo deste herbicida, o glifosato, é o mesmo do “agente laranja”⁸. A cada dia, novos problemas estão surgindo com o glifosato. O governo dinamarquês impôs restrições ao uso deste princípio ativo em 2003, porque se descobriu que este era lixiviado do solo e se acumulava no lençol freático⁹. Além disso, o número de ervas daninhas que se tornam resistentes a esse produto é cada vez maior, fazendo com que as aplicações do herbicida sejam mais frequentes. (GREENPEACE, 2004).

Além da biotecnologia outras técnicas de cultivo são desenvolvidas sob ambiente controlado como a hidroponia. Esta, apesar de ser uma prática agrícola muito antiga, somente nas últimas décadas têm sido largamente praticada. Esse sistema de cultivo se caracteriza pela ausência de solo. Todos os nutrientes necessários ao desenvolvimento da planta são fornecidos por uma solução nutritiva, composta por água e de nutrientes dissolvidos nela de forma balanceada, de acordo com as necessidades de cada espécie vegetal. O sistema de

⁸ O “agente laranja”, bem como outros adubos, pesticidas e herbicidas foram desenvolvidos para atender à guerra química e, posteriormente, como supridores da agricultura. Como os EUA eram signatários do tratado contra armas químicas, demonstraram que tal produto era inócuo a humanos, causando apenas sintomas genéricos como náuseas e dores de cabeça. Terminada a guerra, observaram-se anormalidades no número de dedos dos pés e das mãos nos filhos de soldados vietnamitas expostos a altas doses do produto. Nos netos desses soldados há uma alta incidência de fecomielia, má-formação caracterizada pela ausência de braços e pernas, como nas focas (KHATOUNIAN, 2001).

⁹ www.pesticidvarsling.dk, www.geus.dk, http://www.mim.dk/nyheder/presse/Dep/040603_glyphosat.htm

cultivo hidropônico tem a vantagem de poder ser desenvolvido nas regiões mais inóspitas do planeta, com baixas temperaturas ou mesmo em regiões desérticas. A hidroponia pressupõe a criação de um ambiente controlado e protegido das intempéries da natureza. Em comparação com os outros dois tipos de cultivo analisados aqui, o hidropônico parece ser aquele em que se pretende ter um maior conhecimento técnico sobre os elementos essenciais para o desenvolvimento vegetal e por consequência um maior controle do homem sobre a natureza. Tal método de cultivo necessita de toda uma estrutura física e técnica que parece inibir a sua adoção por grande parte dos agricultores.

O sistema de cultivo hidropônico representa, portanto, os paradoxos de uma modernidade que é marcada pela pressuposição de um controle de todas as variáveis pertinentes e, ao mesmo tempo, como veremos adiante, pela convivência com riscos antes inexistentes.

Resumindo, identificam-se nos anos recentes e no Brasil a partir dos anos 90, em especial após a Eco 92, a emergência de modelos de cultivo que, se não dispensam o uso de agroquímicos, tendem a controlá-los, visando atenuar os riscos oriundos do processo de modernização. Dentre as várias formas de cultivo mencionadas, este trabalho elegeu três para as culturas de hortaliças e realizou uma análise comparativa dos índices de resíduos, considerando serem as mais significativas na Região Metropolitana de Curitiba. Desta forma, elegeram-se as hortaliças cultivadas na forma convencional, na forma de hidroponia, e na forma ecológica representado pelo sistema orgânico de produção.

Resíduos tóxicos, formas de cultivos e atores sociais.

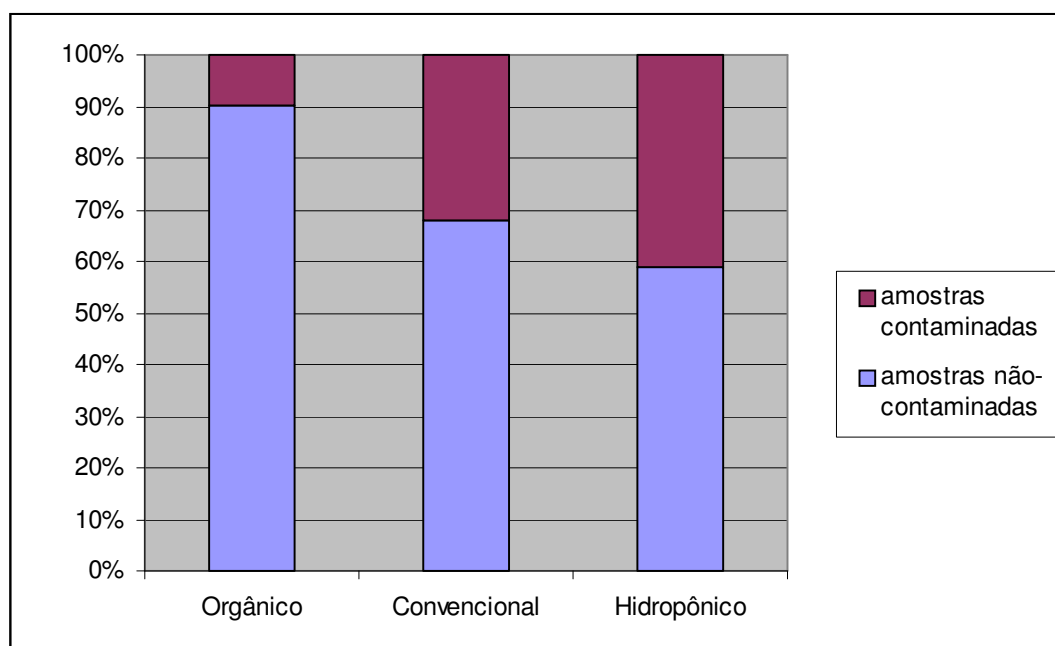
Apesar do enorme uso de insumos industriais no Estado do Paraná, surgem outras modalidades de cultivo além da convencional, entre os quais a agricultura ecológica. A Região Metropolitana de Curitiba é hoje no Brasil um dos espaços onde mais se pratica a agricultura orgânica e, portanto, contexto ideal para se analisar as propostas de cultivo de alimentos voltados para o desenvolvimento sustentável e uma melhor qualidade de vida.

A agricultura orgânica fundamenta-se historicamente na melhoria da fertilidade e da vida no solo, mediante o uso da matéria orgânica, negando a utilização de insumos industrializados em especial os adubos químicos minerais. Nesse sentido, a agricultura orgânica preconiza que a melhor forma de eliminação de pragas e doenças está na

qualidade da fertilidade natural dos solos, seguindo os princípios de Sir Howard (DAROLT, 2002). Estudos recentes vêm mostrando um ajustamento desta forma de cultivo, especializando os sistemas de produção, por força das regras de mercado (BRANDENBURG, 2002).

Com o intuito de mapear e entender melhor a orientação dos atores presentes na RMC envolvidos nas diferentes modalidades de agricultura é que nos propomos a desenvolver este trabalho. Apresentamos na sequência uma análise ainda preliminar dos dados referentes aos resíduos tóxicos contidos nos alimentos convencionais, orgânicos e hidropônicos e sua relação com as diferentes categorias de agricultores.

Gráfico 1. Percentagem de Contaminação de Hortaliças Segundo Diferentes Formas de Cultivo



Fonte: STERTZ, 2004

Os dados do gráfico 1 indicam que entre as hortaliças orgânicas, 9,6% das amostras apresentam algum tipo de contaminação. Já entre as convencionais este valor é de 32,2 % e entre as hidropônicas é de 41,1 %.

Desse modo considerando a frequência de algum tipo de resíduo de agrotóxico nas amostras de hortícolas analisadas pode-se afirmar em termos gradativos que: orgânicos < convencionais < hidropônicos, existindo diferença estatística significativa ($p \leq 0,05$) entre os

sistemas analisados. Em outras palavras, a contaminação é maior entre as hortaliças hidropônicas, seguidas das convencionais e por último das orgânicas.

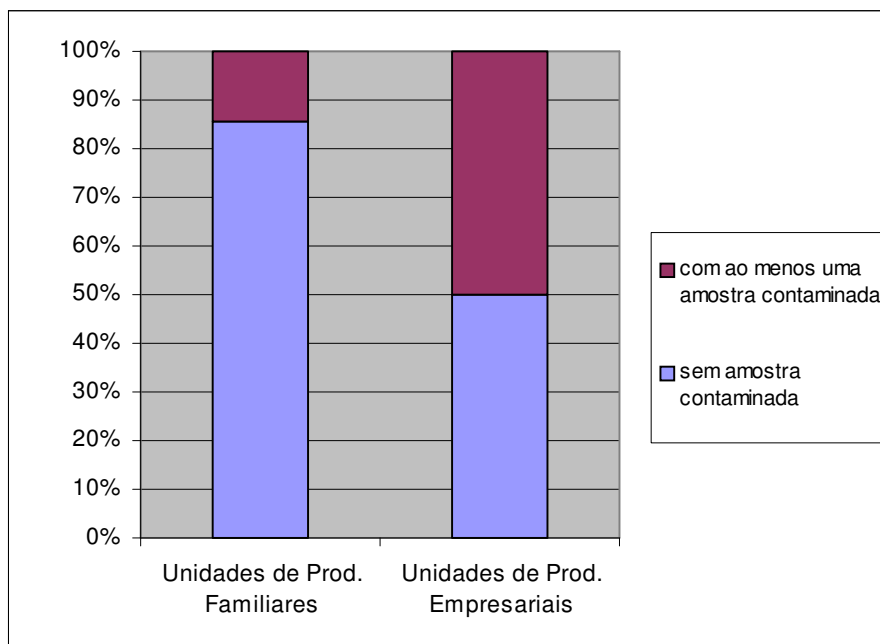
A pergunta que surge de imediato é sobre a razão da presença de resíduos nos produtos orgânicos uma vez que pela definição, a agricultura orgânica constitui uma forma de cultivo que dispensa o uso de agroquímicos industrializados e privilegia os insumos naturais. A primeira questão que se coloca é a de que no gráfico acima, não foram consideradas as categorias de produtores, ou as diferentes lógicas ou racionalidades que orientam esses cultivos. As amostras ali analisadas referem-se a variedades de hortaliças e não relacionam os atores que a produzem, ou seja, as diferentes categorias de agricultores, desde os fundamentalmente familiares e independentes de seu entorno até os tipicamente empresários, com força de trabalho assalariada e dependentes do mercado e/ou das políticas estatais.

Adotar a noção de agricultura familiar significa admitir a existência de lógicas familiares de funcionamento e reconhecer a função discriminante do papel da família na organização da produção agrícola. Existem propriedades nas quais a família cumpre um papel fundamental e outras nas quais a família pode estar parcialmente ou totalmente ausente. É evidente que entre esses dois extremos existem diversas situações que abarcam desde os estabelecimentos que produzem pouco e utilizam técnicas tradicionais visando prioritariamente a subsistência, até aqueles estabelecimentos tipicamente empresariais, baseados no assalariamento permanente ou temporário da maioria da força de trabalho e pela forte dependência no plano tecnológico, financeiro e comercial (LAMARCHE, 1998).

Sem adentrar nos pormenores da caracterização de uma agricultura familiar, procuramos neste trabalho apenas distinguir as propriedades nas quais as famílias desempenham um papel fundamental daquelas nas quais seu papel é limitado. As primeiras classificamos como familiares e as segundas como empresas agrícolas, já que estas contam com trabalho contratado e possuem uma lógica similar às das empresas capitalistas modernas. Portando a categoria empresa agrícola engloba as unidades de produção que ainda tem uma organização produtiva ancorada na produção familiar, mas a mão de obra já não é prioritariamente familiar, enquanto a categoria agricultor familiar, está estruturada no trabalho familiar, embora já possa contar eventualmente com alguma mão de obra contratada.

Um primeiro olhar nos dados que relacionam amostras hortaliças orgânicas com as categorias de agricultores familiares e empresas agrícolas, está representado na figura seguinte:

Gráfico 2. Porcentagem de Unidades de Produção Orgânica de Hortaliças com Amostras Contaminadas.



Fonte: STERTZ, 2004

Foram analisadas 61 amostras de hortaliças que correspondem a 32 unidades de produção agrícola. Destas, 28 foram classificadas como operadas por agricultores familiares e quatro por empresários. Dentre as quatro unidades de produção empresariais, duas delas possuem resíduos de agrotóxicos em pelo menos uma de suas amostras, ou seja, 50% das unidades de produção empresariais possuem resíduos de agrotóxicos em ao menos uma de suas culturas. Já dentre as vinte e oito unidades de produção familiares, em quatro delas foram encontrados algum tipo de resíduo de agrotóxico, ou seja, 14,2% das unidades de produção familiares analisadas não continham resíduos de agrotóxico (ao menos nas amostras coletadas). Resumindo, entre os produtores orgânicos com alguma cultura contaminada 50 % são empresários e 14,2 % são agricultores familiares. Proporcionalmente há um menor percentual de agricultores considerados empresários, mas os dados não permitem qualificar com maior precisão estes produtores. Poder-se-ia perguntar se estes

participam de movimentos sociais, se são recém ingressados no movimento, se em processo de conversão ou se há recursos como água ou mesmo solo que estão poluídos.

Questões para reflexão.

Este trabalho constata que embora em grau menor, mesmo as hortaliças orgânicas contém resíduos tóxicos e, portanto, apresentam risco para a saúde. Considerando os questionamentos já apresentados anteriormente e que devem ser investigados na continuidade deste trabalho há outras questões a considerar.

A primeira questão relaciona-se com a transformação da natureza de modo geral. A natureza parece cada vez mais humanizada mais híbrida e por isso com efeitos residuais dos processos de intervenção humana cujas conseqüências parecem difíceis de serem controladas.

A segunda questão diz respeito à lógica dos processos produtivos, aqui representados pelas práticas dos agricultores familiares e empresários rurais. As diferentes lógicas, ou racionalidades relacionadas com os atores sociais poderiam gerar diferenciais na produção de alimentos no que se refere aos riscos sociais?

Outra questão relaciona-se com a institucionalização dos movimentos ecológicos. Em que medida que a agricultura ecológica, à medida que se institucionaliza e passa a orientar sua produção pelas regras de mercado consegue manter um conjunto de princípios que a sustentam enquanto paradigma alternativo? A agricultura orgânica que aqui representa o paradigma ecológico ainda poderia ser considerada como um padrão alternativo, que articula técnicas produtivas e um modo de vida orientado para um projeto social diferenciado da moderna sociedade de consumo?

Enfim, qual a importância da inserção dos agricultores num movimento ecológico e da orientação de uma racionalidade que não privilegia a dimensão econômica e instrumental? Estaria gerando-se nos processos de produção em rede, conforme vem se organizando mais recentemente os agricultores ecológicos, uma racionalidade socioambiental ou prevalece a orientação clássica de uma sociedade de mercado?

Referências Bibliográficas

BECK, Ulrich. La société du risque: sur la voie d'une autre modernité. Paris: Aubier, 2001

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Normatização e monitoramento da produção.** Disponível: <<http://www.agricultura.gov.br/sda/ddiv/pdf/pnmcerv.pdf>> Acesso em 2 dez 2001 a.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ministério da Saúde.

Procedimentos de Retirada de Amostras, Anexo V da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/alimentos/tox/manual/anexo_05.htm> Acesso em: 02 fev 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Monografias de produtos agrotóxicos.** Resolução RE n.165, de 29 de agosto de 2003. D.O.U de 02/09/ 2003. Disponível em: <www.anvisa.gov.br/alimentos/tox/mono/index.htm> Acesso em: 2 jan. 2002 e 13 jan. 2004 a.

BRASIL. **Exposição Humana a Resíduos Organoclorados na Cidade dos Meninos, Município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro.** Relatório de Trabalho da Comissão Técnica Assessora ao Ministério da Saúde, Instituída pela Portaria MS/GM nº 896, de 9 de maio de 2002. 2. ed. revista. Brasília, 2003. 57p.

CCE - Comissão das Comunidades Europeias. **Recomendação da Comissão, de 3 de Março de 1999** Jornal Oficial nº L 128 de 21/05/1999 p 0025 - 0055 Disponível em <http://europa.eu.int/eur-lex/pt/lif/dat/1999/pt_399H0333.html> Acesso em fev 2001.

DAROLT, M.R. Agricultura orgânica: inventando o futuro. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná-IAPAR, 2002

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável: Origens e perspectivas de um novo paradigma.** São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178 p.

GREENPEACE (2004) More and more "superweeds" with genetically-engineered crops. Greenpeace Briefing Paper. www.greenpeace.org

GARCIA, E. G. **Segurança e Saúde no Trabalho Rural:** a questão dos agrotóxicos. São Paulo: FUNDACENTRO, 2001. 182p.

GIDDENS, Antony. Consequências da Modernidade. São Paulo:Unesp, 1991

KHATOUNIAN, CA. **A reconstrução ecológica da agricultura.** Botucatu: Agroecológica, 2001. 348 p.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

LANG, L. **Are pesticides a problem?** Environ. Health Perspec, v. 101, p. 578-583, 1993.

- PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde. Relatório do Programa de Análise de **Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos no Estado do Paraná**, junho de 2001 a junho de 2002/ Secretaria de Estado da Saúde. - Curitiba: SESA, 2003. 55 p.
- PIMENTEL, D. **Assessment of environmental and economic impacts of pesticide use**. In: PIMENTEL, D.; LEHMAN, H. The pesticide question - environment, economics, and ethics. New York, Chapman & Hall, Inc., 1993. p. 47-84.
- PINHEIRO, Sebastião. **Cartilha dos agrotóxicos**. Fundação Juquira Candirú, Porto Alegre, 1998. 66p.
- SINDAG – Sindicato Nacional das Industrias de Produtos para Defesa Agrícola. Disponível:<http://www.sindag.com.br> Acesso em 17 fev. 2004.
- STERTZ, Sônia Cachoeira. **Qualidade de hortícolas convencionais, orgânicas e hidropônicas produzidas e/ou comercializadas na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná**. Curitiba, 2004. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia de Alimentos, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná.
- TOURAINE, Alain. Crítica da Modernidade. Petrópolis: Vozes. 1994
- WHO - World Health Organization. **Public health impact of pesticides used in agriculture**. Geneva: WHO, 1990. 129p.
- WHO - World Health Organization. **Consecuencias sanitárias dei empleo de plaguicidas em la agricultura**. Genebra: OMS, 1992. 128 p.

RURBANIZAÇÃO COMO ESTILO DE DESENVOLVIMENTO EM GILBERTO FREYRE

Raimundo Santos

Nos últimos anos vivemos um tempo de retorno da sociologia de Gilberto Freyre. Assistimos, em nossas ciências sociais, a um diálogo, agora mais proveitoso, com um clássico que está de volta também por suas teses instigantes. Este texto se ocupará de uma delas: a do rurbanismo, formulada por Gilberto Freyre a partir da sua insistência no tema da reabilitação dos valores rurais em nossa modernização. Trata-se de uma tese composta por um conjunto de alusões desse autor considerado por um adepto seu como “teórico da sociedade civil” (Moreira, 1988); teórico de uma sociedade civil de economia patriarcal e cuja obra básica, de 1933, permitia-lhe, no dizer do poeta João Cabral de Melo Neto, exercitar-se “no brasileiro de sua língua: esse à vontade” que é *Casa Grande & Senzala* (Melo Neto, 1966-74; 1997). Em meados da década de 1950, simpático às reações anticientíficas de certo “neo” ou “pós-marxismo” (sic) que emergia com a crise do estalinismo, Freyre chegou a registrar que seguira o exemplo da “revolta” de Picasso a “aspectos da ciência Moderna” ao procurar “na Antropologia e nas ciências sociais” uma “metodologia unitária” habilitada a dar conta de um estudo do comportamento humano “que transbordasse em reinterpretações artísticas e filosóficas do Homem” (cf. Freyre, 1957; 1961). Referindo-se ao alcance democratizante da miscigenação, Gilberto Freyre reivindicava que, quando procurara explicar o Brasil a partir da “formação patriarcal”, estava, em seu modo “picassiano” de Materialismo Histórico, “apenas acrescentando a um sentido puramente material, marxista, dos fatos, ou antes, das tendências, um sentido psicológico. Ou psicofisiológico” (Freyre, 1931-33; 1961). Ao investigar a raiz da “civilização brasileira” na casa-grande – ecoando entre nós o *deep South* americano – Gilberto Freyre revelava ter o seu interesse mais na “estabilidade agrária e patriarcal” do Norte do que no movimentismo das bandeiras sulistas; mais num tema de antropologia e de cultura do que numa problematização de economia ou política.

No próprio pensamento clássico há um contraponto àquela valorização de Gilberto Freyre como ensaísta da nossa sociedade civil bem sugestivo: a teoria caiopradiana sobre a

colônia de produção com a qual este país se iniciou. Com efeito, em seu registro de “economia política”, o historiador de São Paulo trabalha a singularidade brasileira; vendo, porém, que o tema da nacionalidade não radicava no caldeamento racial, mas numa população com débil integração econômica, social e política. Caio Prado Jr. veria as possibilidades de elevação dessa nacionalidade inconclusa à “vida do mundo moderno” através de um marxismo capaz de dar conta desse traço primordial da sociedade. O marxista de São Paulo, como se sabe, debruça-se sobre uma formação social que não se constituía com base em um processo de criação no próprio povo do mercado para sua produção, primeiro mercantil, depois burguesa moderna. Assim, diferente do industrialismo europeu e americano, aqui, o mercado se tornara a questão básica, enquanto a produção o fora para a Economia Política daquela modernização clássica e para Marx. Segundo Caio Prado Jr., tal fato mereceria atenção, como passo indispensável à tematização dos países coloniais e dependentes da periferia capitalista. Caio Prado chegara a calibrar o marxismo brasileiro – abrindo sua Economia Política ao tema do consumo – assim procurando equacionar melhor os processos que explicariam uma formação social como a brasileira, ao mesmo tempo dependente (com aquela raiz na colônia de produção) e contemporânea (modernizada sob industrialismo débil e pouco incorporador). Com tal imagem de uma modernização burguesa inconclusa e de classes frágeis, o historiador militante, no entanto, não enveredaria por demiurgias e messianismos, mas divisara a vontade transformadora da sociedade referida a atores sociopolíticos cujo campo de ação estaria dado pela dinâmica da vida nacional manifesta sobretudo no mundo da política, no contexto de partidos ideológicos e de governos administrativos políticos (Santos, 2001a).¹

Tendo essa primeira referência como pano de fundo, sublinhemos duas marcas importantes das alusões de Gilberto Freyre ao seu ideal de rurbanidade. Desde logo, vê-se que é a imagem hibridizante de Brasil desenhada em *Casa Grande & Senzala* que serve de base à tese da rurbanização proposta pelo sociólogo pernambucano – “em seu alcance político” (Freyre, 1982a in 1982: 125) – como estilo brasileiro de desenvolvimento, vale dizer, tendo por horizonte uma paisagem de equilíbrio modelada por entre os extremos do atraso e do moderno. Nessa filiação àquele sentido da obra básica, realcemos, como sua segunda marca, o fato de o rurbanismo ter sua vocação de “política social” (como propõe o

¹ Para uma comparação entre os dois ensaístas, ver o artigo “Rurbanização e Revolução Agrária em Dois Registros Clássicos” (Santos, 2001b).

próprio Freyre) dependente de uma “vontade política” bem descondicionada. Ou seja, ao invés de associar a rurbanização a contextos sistêmicos – que convocam protagonistas a buscarem soluções ao nível de contextos econômico-sociais por meio da competição política, como o faz Caio Prado Jr. –, o intelectual de Apipucos atribui a concretização da tese rurbaria aos poderes governamentais, cifrando sua confiança nas convicções dos homens públicos que em geral seriam sensíveis aos valores do rurbarismo por ele inventado.

Também se pode aferir a interpelação “holística” do rural na “política social” rurbaria de Freyre à luz de outras construções intelectuais que se ocupam da reforma do mundo rural configurando um campo em torno do que se poderia chamar de “reforma agrária ampliada”. O mesmo Caio Prado Jr. aparece como um primeiro nome desse campo, com sua idéia de reforma agrária “não camponesa”, este conceito sugerindo uma “revolução agrária” bem diversa da revolução antifeudal que o marxismo-leninismo descreve centrada na luta camponesa por terra livre. Em Caio Prado Jr., uma “revolução agrária” no sentido americano (ampla abertura de mercado à “oeste” complementando um “leste” industrialista) e assentada na proteção de direitos na “generalidade do país” (sic) a lembrar certo trabalhismo; ou seja, o historiador propunha uma renovação do mundo rural para avivar – produtivamente – um capitalismo débil (de industrialização substitutiva e incorporação social seletiva) que não se alargaria social e territorialmente caso permanecesse entregue a evolução espontânea. Essa fórmula caiopradiana desperta interesse por esse seu “sentido abolicionista”, conotação com que, no início de 1964, o próprio historiador valorizava o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963 – peça-chave para o renovamento do mundo rural –, comparando o alcance dessa lei trabalhista ao impacto que tivera a Abolição ao tornar livre o grande contingente da força de trabalho nacional. Por sua natureza de proteção de direitos, o Estatuto viria universalizar processos sociais sob liderança dos sindicatos espalhados pelos municípios brasileiros à frente de reivindicações salariais e por emprego, nos grandes setores da agropecuária onde estava o núcleo estratégico capaz de difundir impulsos transformadores sustentáveis na economia agrária: os assalariados e os semi-assalariados agrícolas, vale dizer, os “empregados agrícolas”. Essa mobilização de tipo expansivo possibilitava um trabalho organizacional “em profundidade” em condições de vir a desequilibrar, a favor da força de trabalho, a lógica de

um sistema estruturado no mundo rural pelo que então se chamava de “contradição fundamental”, segundo Caio Prado Jr., entre os monopolizadores das condições de trabalho e os despossuídos rurais, e não, como pensavam as esquerdas comunistas, um mundo tensionado por uma contradição antifeudal e antilatifundiária; desequilíbrio que beneficiaria a luta pela posse da terra, a qual, por seu caráter pontual e esporádico, não possuía amplitude suficiente para impulsionar uma extensa renovação do mundo rural.

Nos últimos anos, um outro autor que também retorna configurando esse campo da “reforma agrária ampliada” é Ignácio Rangel. As alusões a seus textos não vêm apenas sugerir a setores de esquerda com responsabilidade na mobilização rural que sejam mais realistas, como também têm inspirado pesquisas sobre o que há alguns anos vem sendo chamado de “novo mundo rural”.² Com efeito, revive-se de Rangel, por um lado, a idéia que o autor defendeu no imediato pré-64 de uma reforma agrária em torno dos aspectos “não propriamente agrários”, vale dizer, aqueles que, em seu tempo, o autor achava ser de concretização viável por não envolverem transformações de classe ou mudanças revolucionárias inexeqüíveis no Brasil. Aspectos “não propriamente agrários”, tais como: problemas estritamente agrícolas, produção e preços, em especial a intermediação, etc.; e no que se refere a questões agrárias: abertura de novas áreas de colonização, abertura de estradas a regiões que aumentasse a oferta de terras, etc. Por outro lado, como José Graziano da Silva chama a atenção por sua atualidade, Rangel propusera a “questão agrária brasileira” em termos do excedente populacional que se agravava à medida que a modernização da agricultura avançava de modo acelerado liberando mão-de-obra muito rapidamente. O crescimento da produtividade do trabalho nos chamados “complexos rurais” (“não necessariamente dos rendimentos físicos por unidade de área, que só ocorreria depois de ocupadas as suas ‘fronteiras internas’”, anota Graziano, cf. idem: 80) terminava

² Duas referências a respeito desse “novo rural”. Primeiramente, uma conhecida passagem de Hobbsbawn a propósito das transformações ocorridas no mundo rural na segunda metade do século XX: “A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato” (Hobbsbawn, 1995: 284). Uma outra sobre o “novo rural brasileiro”, de José Graziano da Silva, autor que, a partir da UNICAMP, lidera uma pesquisa chamada “Projeto Rurbano”, passagem na qual ele afirma: “Mas o nosso mundo rural já não é mais só agricultura e pecuária, à semelhança do que ocorre em outras partes do mundo desenvolvido, em especial na Europa. Segundo o PNAD de 1990, de cada três pessoas que residiam no meio rural brasileiro duas estavam ocupadas em atividades agropecuárias e uma em outras atividades, com destaque para a prestação de serviços não-agrícolas, indústria de transformação, comércio e construção civil, evidenciando o que chamei de urbanização do meio rural brasileiro nos anos 80” (Silva, 1996; 1998: 82-83). E mais: “Vale a pena destacar ainda que, de acordo com as PNADs de 1981 e 1990, a taxa de crescimento das pessoas residentes no meio rural ocupadas em atividades agropecuárias cresceu a 0,7% a.a., enquanto a das pessoas residentes no meio rural ocupadas em atividades não-agrícolas cresceu a 5,9%” (idem: 83).

por gerar capacidade ociosa de terras não mais necessárias à produção; e nas cidades, de mão-de-obra que não conseguia se inserir produtivamente nos setores criados pela industrialização substitutiva (ibidem).³ Por sua vez, para o próprio Graziano, quer pela inexistência à época que escreve o seu texto ora comentado (1996, no primeiro mandato de Fernando Henrique) de condições políticas para uma ampla reforma agrária redistributiva (lembrando aquela primeira proposição de Rangel), quer pelo aumento do excedente populacional (o outro tema de Rangel), seria preciso agora (em plena globalização)⁴ uma “reforma agrária que permitisse a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas”; uma reforma agrária “não essencialmente agrícola”, como ele a chamou, a qual teria “a grande vantagem de necessitar de menos terra, o que poderia baratear significativamente o custo por família assentada, o que é um forte limitante para a massificação requerida pelo processo distributivo, especialmente nos estados do Sul e Sudeste” (idem: 83). Vinculada assim ao tema da população sobrando (“do ponto de vista estritamente agrícola e industrial, de ex-parceiros, ex-meeiros, ex-bóias-frias, ex-pequenos produtores rurais”; marginalizados pela modernização conservadora da agropecuária), esta reforma agrária “não essencialmente agrícola” almejaria forjar novas formas de ocupação “nas franjas do crescimento da *prestação de serviços pessoais* que caracteriza o mundo atual, um conjunto de novas ocupações artesanais que não exijam níveis de qualificação outro que não possam ser adquiridos através de um treinamento rápido para esse conjunto de milhões de ‘sem terra’, que, além de terem perdido o acesso à terra, não têm o privilégio de estarem organizados no Movimento dos Sem-Terra” (idem: 84).

Outrossim, esse tema do novo rural ensejou, no interior do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, uma tentativa de redimensionamento da reforma agrária que fosse além de uma “política social compensatória”, valorizando-se as potencialidades da agricultura familiar numa estratégia de desenvolvimento regional orientada à desconcentração da base produtiva e à dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos “espaços rurais” (pequenos e médios centros). Em um texto destinado a

³ José Graziano da Silva registra que depois, já nos anos 70, para não acirrar os ânimos dos latifundiários, Rangel passou a defender uma reforma agrária que utilizasse pouca terra. “O lote – comenta Graziano a idéia daquele autor – deveria ser suficiente apenas para recompor, nas periferias urbanas do Centro-sul do país, o núcleo familiar daquilo que para Rangel era o símbolo da população excedente expulsa do campo, os bóias-frias” (idem: 81).

⁴ Referindo-se ao novo mundo do trabalho do final século XX, Graziano da Silva observava que a equação fordista “*mais investimentos = maior produção = maior nível de emprego*” já é coisa do passado mesmo para o Brasil, um país com 160 milhões de pessoas, com um terço ou mais da sua população urbana com níveis de renda considerados insuficientes para permitir uma vida digna e que possui ainda 25% da população no meio rural” (idem: 82).

instâncias interministeriais, chamado *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural para um Novo Rural (Política de Desenvolvimento Rural com Base na Expansão da Agricultura Familiar e sua Inserção no Mercado* (1999), o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF/INCRA) pôs em discussão medidas de estímulo à agricultura familiar, de redistribuição dos ativos terra e educação e de geração de múltiplas atividades de renda “não necessariamente agrícolas”; programa imaginado para um mundo rural brasileiro que exigia ser percebido a partir de quatro dimensões, a saber: a) a do espaço produtivo, predominantemente agrícola e agro-industrial; b) a do espaço de residência, tanto para os agricultores como para trabalhadores urbanos que optam por um padrão de moradia diferenciado no cotidiano ou nos fins-de-semana; c) a do espaço de serviços, inclusive o de lazer, turismo, etc. e d) a do espaço patrimonial, como base de estabilidade das condições de subsistência, valorizado pela preservação dos recursos naturais e culturais (MEPF/INCRA, 1999a). Nesse registro, o programa reformista, no caso do fomento da agricultura familiar como eixo da reforma agrária, teria o seu horizonte redimensionado, “firmando-se mais num quadro territorial do que setorial. O rural não se confunde com o agrícola e a perspectiva setorial deve ser substituída pela perspectiva territorial, tendo como elemento central as potencialidades específicas de cada local, valorizadas pela dinâmica da globalização” (idem). Como se vê no mesmo texto, chegava-se a este tipo de ampliação da reforma agrária à medida que se reconhecia que o crescimento industrial e a ampliação das cidades médias não levavam, necessariamente, à melhor distribuição de renda nem sequer à redução do nível de pobreza urbana: “O que torna mais atual a idéia de que, no campo, existem oportunidades de geração de renda capazes de promover melhor integração das populações que aí vivem à dinâmica urbana do que sua simples migração em direção às cidades” (idem).⁵

Não é intenção deste texto seguir lembrando esses autores e seus atraentes argumentos em boa hora dotados de ressonância nestes nossos dias. Tão-somente se quer

⁵ Associada ao “Novo Rural”, falava-se também de uma “nova reforma agrária”. Aliás, um outro texto do MEPF/INCRA dessa mesma época aludia a uma reforma agrária que tinha por fim constituir os assentados em agricultores familiares e anunciava que havia chegado a “hora da qualidade” da área já reformada, o que viria superar o modelo reformista “compensatório e paternalista” antigo (reforma agrária – dizia-se – “que só tem porta de entrada, não de saída, tantas são as condições que o governo precisa propiciar aos assentados antes de poder entregar-lhes o título de propriedade e começar a cobrar o preço da terra e da infra-estrutura construída” (MEPF/INCRA, 1999b). Foram tão imediatas e fortes as reações a esse texto, acusando-se o governo de pretender retirar proteção pública aos assentados, que não vieram à tona as postulações do primeiro texto sobre o novo rural acima referidas. Ao que se sabe, tampouco prosperou no governo da época aquela discussão sobre a ampliação da reforma agrária no contexto do novo rural brasileiro.

aqui remontar a um quadro intelectual em relação ao qual se possa melhor aferir em que medida, não obstante o seu caráter desordenado, alguns textos de Gilberto Freyre sobre o que ele chama de rurbanidade⁶ encerram conjecturas e até mesmo antecipações que trazem o clássico aos tempos de nossos “novo rural”, a falar-nos sobre o que poderia ser recebido pelos pesquisadores de contornos novos da ruralidade brasileira como sugestões instigantes, o sociólogo em suas alusões ao tema pretendendo transcender a questões e áreas, inclusive áreas de definição multidisciplinar, que vêm convergindo, há alguns anos, na reproblemática do desenvolvimento regional.

UMA TERCEIRA VIA “ECOLOGICAMENTE BRASIL”

Em uma das suas reflexões “um tanto desordenadas”, inserida na citada coletânea de 1982, Gilberto Freyre revela que a idéia de desenvolvimento como rurbanização já tinha os seus “conceitos sociais” em *Casa Grande & Senzala* e em pequenos estudos que precedem essa obra (Freyre, 1982b, in 1982: 62). Nessa busca conceitual, Gilberto Freyre menciona as descrições que já fizera aos processos iniciais de constituição da nossa formação social, como, por exemplo, a da ocupação do espaço levada a cabo por Bandeirantes ou Paulistas e por Pernambucanos ou Nordestinos que, em sua ação civilizadora ou preurbanizante, “confraternizava com a natureza ou com o trópico que desvirginava” abrindo “o espaço para o que viria a denominar-se ecologicamente Brasil” (idem: 63). Processos esses e outros, correlatos ou posteriores, mas similares, que ele lembrava como uma “antecipação rurbanizante dentro de tendências para se separarem espaços urbanos dos rurais” (idem: 64). O sociólogo prosseguia esclarecendo esse tipo de cenário ao qual referia o conceito de rurbanidade, tornando a falar de “separações, dentro dos processos de ocupação luso-Católica de espaços” (que) “não se apresentam como tendo sido, sempre, absolutas” (ibidem). Aludindo a outras descrições de *Casa-Grande & Senzala*, de *Sobrados e Mucambos* (1936) e do livro *Nordeste* (1937), Gilberto Freyre voltava ao tema da formação e da

⁶ Aqui serão referidos textos da coletânea de 1982 *Rurbanização: Que é?* É curiosa a estruturação desse livro mais contemporâneo de Gilberto Freyre. O próprio sociólogo não só incluiu o subtítulo “um tanto desordenadas” às reflexões de um dos textos do livro, como comentou a pouco “correta” ordenação dos materiais do volume dizendo haver nele muitas “repetições”, inclusive o reaparecimento de artigo bem anterior servindo de base para uma introdução geral à publicação. Há indícios de textos compostos com remissões e passagens de escritos anteriores. Aliás, algumas tematizações da questão rurbanidade, incluídas nessa coletânea de 1982, também já haviam sido apresentadas em textos que Gilberto Freyre reunira num outro livro temático chamado *Brasis, Brasil e Brasília*, de 1968, e mereceriam ser cotejados com os da coletânea ora comentada nestas páginas.

modernização do país, mostrando, por exemplo, um *tertius* (social) igualmente muito relevante: “É que a unidade de produção econômica – agroindustrial – representada pelo complexo encarnado pelo engenho de açúcar, envolveu, além de duas específicas populações – a das famílias senhoriais das casas-grandes e a dos escravos das senzalas – numerosos lavradores ou moradores, residentes nos arredores das casas-grandes, vários deles compadres dos senhores de engenhos. Portanto, toda uma população de nível superior ao de puros ruralitas isolados, desde que desfrutava de vantagens civilizadoras irradiantes de casas-grandes. E essas vantagens civilizadoras tocadas de contatos de ruralitas de tipo superior – as famílias patriarcais das casas-grandes – com valores urbanos e, até certo ponto, urbanizantes de suas formas de vivência e de convivência. Mesmo porque era hábito dessas famílias passarem parte do ano em cidades” (ibidem). Ou seja, em longa trajetória, conhecemos, segundo Gilberto Freyre, retórica à parte, o “milagre brasileiro”: “Brasil vem sendo um equilíbrio de vários antagonismos que, precisamente como antagonismos coexistentes, é que parece concorrerem para a criatividade brasileira numa cultura em que, à primitividade ainda viva, se juntam, em suas inspirações e espontaneidades, sofisticações racionalizantes. Do que permanece exemplo magnífico a música genial de Villa-Lobos” (idem: 65-66). Ainda remontando a fontes, Freyre assim continuava expondo a tese rurbana: “De vários desses equilíbrios de antagonismos – o conceito brasileiro de ‘equilíbrio de antagonismos’ é dos que mais esclarecem aparentes contradições na formação sociocultural, apresentadas em *Casa-Grande & Senzala* – talvez se possa sugerir que tendem a integrar-se numa abrangente condição de urbanidade – com ruralidade que venha a expressar-se em sistemática “política social” de alcance nacional: a de rurbanização. A de juntar-se a um constante respeito pela natureza – a parte basicamente ecológica dessa política – um arrojo de modernização a que falte esta outra intenção: o apreço pelos, por alguns sociólogos chamados, ‘passados úteis’, susceptíveis de se prolongarem em presentes valiosos e até de se projetarem em futuros adaptados a constantes nacionais. ‘Passados úteis’ que não vêm faltando ao Brasil, em momentos em que lhe tem sido preciso refrear ânimos exageradamente modernistas ou desvairadamente neófilos. Aquele furor neófilo denunciado em brasileiros dos seus próprios tempos de intelectual ainda jovem, por Joaquim Nabuco” (ibidem).

Em um outro escrito, de 1976, o próprio Freyre relata que sua insistência no rurbanismo como estilo de desenvolvimento procedia da década de 1950, neste tempo já proposto como uma solução que juntasse “o técnico ao telúrico. Ao social, além do psicológico, o cultural” (Freyre, 1976, in 1995: 163). Com efeito, naquele que seria um dos principais textos anunciadores da questão rurbana chamado “Palavras às Professoras Primárias de Pernambuco em 1956”, o sociólogo reafirmava reflexões anteriores sobre o que já então ele queria que fosse uma reorientação rurbana do desenvolvimento brasileiro, “dialeticamente” superadora do “imenso erro sociológico” das “políticas megalopolistas” que só alimentavam a cada vez maior inchação urbana acompanhada de “depauperação do interior rural” (Freyre, 1956, in 1982: 83). Ele anunciava então sua fórmula de “política social” como uma busca “no equilíbrio, dentro dessa comunidade (chamada Brasil) complexa e já antiga e ecológica e sociologicamente diversa pelos seus vários espaços e naturezas culturais que devemos procurar transformar de elementos antagônicos em complementares – agrários, pastoris, industriais –, dos valores e estilos urbanos com os valores e estilos rurais. Mais que equilíbrio: interpretação. Compenetração” (idem: 82). Como lhe era peculiar, Gilberto Freyre estava pensando em uma terceira via que fosse além de uma simples busca de situações intermediárias “entre o puramente urbano e o puramente rural”. Ele almejava uma “terceira situação desenvolvida pela conjugação de valores das duas situações originais e às vezes contrárias e desarmonicas, quando puras” (ibidem).

EDUCAÇÃO RURAL, “RAPTO SOCIAL” E DESENRAIZAMENTO

Nesse discurso às educadoras de 1956 – seguindo o curso livre de suas tematizações, sem realçar constrangimentos socioeconômicos ou atribuir papel aos atores –, Gilberto Freyre não dá indicações de como se concretizaria o seu ideal rurbanizante significativamente distintas de fórmulas do tipo “Precisamos formar e desenvolver aqui uma mentalidade rurbana na aceção por assim dizer conjugal de rurbanidade” (ibidem). No entanto, quando no citado texto de 1956 procura dar vida a sua tese rurbana de desenvolvimento rural, o sociólogo se detém num *cálculo* de larga maturação: a terapêutica da ação educadora. Uma práxis como a das professoras rurais de Pernambuco, a quem Freyre dirigia suas reflexões, seria capaz de formar, no meio rural, o “espírito conjugal rurbano”, trabalhando os seus valores “escondidos no fundo dos sítios ou no fundo dos

baús, valores que os requintadamente urbanos não substituem nunca. Valores insubstituíveis como motivo de vida e fundamentos de existência e essenciais ao todo nacional” (idem: 83). O uso da “técnica ou arte missionária” na ação educativa era crucial para que “a esses valores essenciais ou, antes, existenciais – os agrários, os rurais, os telúricos – se juntem os urbanos, capazes de dar sentido mais amplo à vida, à atividade e à cultura das populações do interior” (ibidem). Freyre não duvidava da plasticidade dos valores urbanos e da sua capacidade de se moverem das grandes às pequenas cidades, urbanizando largos espaços rurais “a ponto de parte deles tornar-se saudavelmente rurbana ou mista nos seus modos de ser” (ibidem).

Ao descrever esse tipo de relação intracultural campo-cidade, Gilberto Freyre também realçava, naquele mesmo texto de 1956, o movimento negativo – oposto, grave se não interditado e revertido, alertava – de esvaziamento dos melhores valores humanos de que padeciam os meios rurais, perdendo cada vez mais líderes, sugados por um “rpto social”, por uma espécie de panurbanismo, movimento que iria criar problema maior adiante, como dizia ele, referindo-se ao fenômeno do desenraizamento dos jovens recém-cidadinos levados pelo êxodo rural às grandes aglomerações urbanas. Há inclusive um registro gilbertiano, posterior, acerca dos atrativos “psicoculturais e não apenas econômicos” da rurbanização. Esse registro aparece em passagem de um daqueles textos “desordenados” do livro *Rurbanização: Que é?*, na qual o sociólogo se referia à modernização da agroindústria canavieira e à crescente pecuarização da economia agrária. Estes processos convergiam deslocando o homem rural “polarizado por duas forças poderosas”: a que o expulsava para outras regiões em busca de uma “Canaã inexistente” e outra, “que o joga(va) dentro das nossas próprias fronteiras, numa transamazônica trágica...”; a modernização agroindustrial e a pecuarização debilitando e levando ao desaparecimento o morador, “figura típica e saudavelmente rural”, movendo-o para o campo “desnaturado” das cidades. Freyre chamava a atenção para os efeitos “valiosamente sociais da rurbanização” na profilaxia da proletarização no meio rural, à medida que ela abria caminho para a valorização daquele ser tradicional perpassando-lhe “valores e incentivos transferivelmente urbanos ou urbanizantes que lhes reforçariam o *status* de gente potencialmente média” (Freyre, 1982a, in 1982: 112).

No estilo escassamente “materialista” da sua publicística – vale repetir: sem conectar o conhecimento, por meio de mediações leninistas ou mannheimianas, a um ator sociopolítico –, como fazia boa parte do pensamento social brasileiro, Freyre chegava a aludir, naquele seu discurso às professoras, a um voluntarismo do tipo evangelização cultural do interior, falando da vinda às pequenas ou a grupo de pequenas cidades dos bens de alta cultura e eventos de grande porte (por exemplo, visitas, mesmo que esporádicas, de brasileiros ilustres, de um Villa-Lobos a um Niemeyer, de um Magalhães Júnior a um Érico Veríssimo), difundindo e ajudando na formação de uma “civilização dinamicamente rurbana”. Mas essa seria uma obra contínua, primariamente em mãos da professora rural, da qual Freyre, seguindo sua sociologia do traço corriqueiro, lembrava-lhe, no “tato de mulher” e na condição de “figura idealmente anfíbia” pela formação pedagógica urbana, traços essenciais para sua atividade no meio rural, atributos estratégicos para a tarefa de ultrapassar tanto o “sebastianismo dos velhos ainda nostálgicos do passado agrário brasileiro” quanto o “sectarismo urbanóide” dos adeptos do pan-industrialismo (Freyre, 1956, in 1982: 89). Em suma, é com tal estilo que, nesse texto-chave de 1956, o sociólogo pernambucano anunciava “formalmente” sua tese da rurbanização, referindo-se à mudança das coisas do mundo social com o mesmo “à vontade” (no dizer de João Cabral) com que descrevera em *Casa Grande & Senzala* a civilização construída pelo português nas novas terras brasileiras.

No já citado texto de 1982 em que repassava a conceituação da tese rurbana de 1956, reafirmando-a como política geral, Gilberto Freyre definia a rurbanização como “Um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdos de uma só vivência regional – a do Nordeste, por exemplo ou nacional – a do Brasil como um todo – valores e estilos de vida rurais e valores de vida urbanos. Daí o neologismo: rurbanos. Trata-se de uma rejeição à mística de urbanização, por um lado, e, por outro lado, ao sonho lírico de alguns de se conservarem populações inteiras dentro de formas arcaicamente rurais de vida. Numerosas populações poderiam viver com vida mista: juntando a urbanismos, ruralismos como que desidratados sem deixarem de corresponder ao apego que parece haver na maioria dos seres humanos a contatos com a natureza. Com a terra. Com águas de rios, com árvores, plantas e até matas” (Freyre, 1982b, in 1982: 57). Ainda nessas suas reflexões tardias, ele enumerava exemplos históricos de equilíbrio, entre

um termo e outro, do que viria a ser “ecologicamente Brasil”. Dois deles: o de uma Independência monárquica e não-republicana; o de um ciclo de mineração sob forma de enclave, mas com “um rumo peculiarmente mineiro de relações entre cidades e espaços agrestes” (idem: 66-67). Vale dizer, sem reduzir-se o enclave a um ponto econômico isolado num conjunto maior.

Gilberto Freyre contrastava aqueles exemplos históricos com Brasília, experimento que representaria o paradoxo de uma intenção, a princípio, boa: habitantes de diferentes partes do país viriam se instalar em centro nobre e se aliar aos candangos dos arredores da “cidade cidadíssima, como agentes de uma como sua ruralização de espaços tecnocraticamente de todo urbanizado” (idem: 65). Freyre continuava assim sua apreciação de Brasília: (esse) “Processo em situação dos brasileiros das chamadas cidades satélites, tem sido notavelmente abrasileirante, ao mesmo tempo em que ruralizante de excessos urbanóides. Daí Brasília estar atingindo um ponto ideal de equilíbrio entre sua modernidade urbana e a sua circunstância não só rural como quase saudavelmente selvagem” (ibidem). Brasília seria a síntese, lógica, do Brasil híbrido e rurbanizado. Ela, porém, se tornara no impasse de uma rurbanização desejada e construída por uma teoria de Modernismo importado dos seus planejadores. Dizendo isso, Gilberto Freyre referia-se ao projeto concebido e realizado “arbitrária e, num mau sentido, ditatorial ou faraonescamente”, feito de costas para a história da cultura brasileira como “o maior arrojo sectariamente Modernista”.⁷ Ele chegava a afirmar que o maior êxito dos Modernistas da Semana de 1922 fora Brasília: “O triunfador, Juscelino Kubitschek, ao entregar surrealisticamente a construção de uma cidade a dois arquitetos esculturais: Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Essa obra-prima de escultura escultural Modernista, de todo urbano-industrial: alheia à sua ecologia, ao seu ambiente, ao seu espaço: telúricos, rurais, selvagens, agrestes, tropicais” (idem: 69).

⁷ E explicava a adjetivação: “A Semana de Arte de São Paulo não foi toda de arrojos sectariamente Modernistas. Teve arrojos de uma espontaneidade juvenil na sua revolta a convenções academicamente literárias, a purismos gramaticais estagnantes da Língua portuguesa, a rotinas nas artes – na música, na pintura, na escultura – que vinha impedindo a cultura brasileira de ser criativamente nacional em vez de, nas piores maneiras de ser sub, subeuropéia e subacadêmica” (idem: 68).

A VIVÊNCIA NEO-URBANA DA SUBURBIA

A idéia de rurbanização também aparece associada ao dilema da civilização de massa do tempo contemporâneo posta ante o “empenho de juntar ao número a qualidade”; desafio, segundo dizia o sociólogo então, que tivera resposta mais rica nos casos inglês e americano do que na experiência rival “russo-soviético”. Gilberto Freyre considerava que, em relação aos tempos do Czar, o socialismo havia feito enormes e rápidos progressos na condição operária urbana e na modernização agrícola e quase nada realizara para integrar o seu mundo rural ao sistema de vida “urbanita”, como haviam feito os EUA em todos os campos do cotidiano dos lavradores pequenos e médios (Freyre, 1956, in 1982: 85).

Freyre ainda referia o seu ideal de homem rurbario ao “residente de subúrbio” das grandes cidades dos EUA, país onde a *suburbia* se tornara “crescente mito” como uma espécie de emblema de *The New American Plurality*. Segundo ele registrava no citado texto de 1982, ali se modelava um tipo de homem “que não se limite (va) a ter casa em local suburbano, mas a possuir, junto a essa casa de residência, um mais que decorativo jardim, bastante agreste para dar um toque de ruralidade ao espaço residente, um jardim-horta, maior, onde cultive suas plantas de flores, legumes para sua alimentação, e com árvores capazes de atrair pássaros. Cresce a tendência para valorizar-se esse tipo de residente de subúrbio que, mais que um simples suburbano, seja um pequeno mas efetivo e criativo rurbario” (Freyre, 1982b, in 1982: 70). Freyre punha outros traços, tão ao seu especial gosto sociológico. Por exemplo, ele dizia que o modo rurbario de vida em subúrbio prolongaria no adulto pequenas aventuras dos dias de meninice, inclusive – estende-se ele em descrições pormenorizadas – contatos com os pés descalços, e assim por diante. Diferente do que pode parecer, no emblema americano – acrescentava ainda o sociólogo –, essa nova população não era majoritariamente de homens de posses, uma vez que uma terça parte dela já se constituía, em 1971, de empregados em centros urbanos. Freyre fazia a apologia desses “surbanitas” por eles estarem se formando num “laboratório social” que, mesmo que ainda carecessem de todas vantagens do mundo urbano e conservassem reminiscências de algumas de suas patologias urbanas (alcoolismo, entre os mais adultos, até o uso de drogas, entre jovens), traziam em si – dizia ele nesse mesmo texto de 1982 – várias vantagens. Além daquelas características positivas já apontadas nas conceituações anteriores, resumindo a nova tendência do estilo de vida, o autor punha esta outra: “E parece

característico tanto em face de problemas para a defesa de vantagens, das facilidades de viver e do conviver neossuburbana, um maior envolvimento dos residentes em solidariedades cívicas” (idem: 73). No texto do ano da posse de Juscelino, “Palavras às Professoras Primárias de Pernambuco”, Gilberto Freyre também fizera alusão à Inglaterra dos anos 40 do século passado, na época em que alguns autores ingleses falavam da necessidade da “reabilitação da vida inglesa” ante o enfraquecimento da sua “fonte rural” sacrificada à excessiva valorização da urbanização (idem: 95). No entanto, Freyre dizia que esse tipo de valorização da “fonte rural” de civilização lembrava, aqui, o regionalismo recifense de meados da década de 1920, o qual, desde esse longínquo tempo, começara a ser bem ativo no Brasil, não obstante, insistia ainda o sociólogo, não ter despertado suficiente interesse para ser levado na devida conta pelos construtores de Brasília.

Outrossim, no texto que serve de introdução à coletânea de 1982, no qual também reivindica o seu conceito de rurbanização como “política social”, Gilberto Freyre menciona prescrições bem específicas, como, por exemplo, o aproveitamento de recursos físico-econômicos (casos de regiões nordestinas) e chegava a se referir a exemplos de ações governamentais mais contemporâneas. Ele elogiava muito o programa que então formulara o prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, chamado de “Comunidades Rurbanas” (reconhecendo-se nelas, o próprio Freyre as considerava “o mais objetivo exemplo, no Brasil atual, de crescimento harmônico de cidade ou de área, em termos, a um tempo, socioeconômicos, socioecológicos e socioculturais” (Freyre, 1982c, in 1982: 15). Inclusive, nesse mesmo texto, ele admitia que à época vira no advento do regime de 1964 a “oportunidade ideal para o começo, no Brasil, de uma ampla política de rurbanização”, pressupondo ser o imediato pós-64 – no tempo do governo Castelo Branco – também o momento para que se cumprira um dos (poucos que Gilberto Freyre anuncia) requisitos da sua tese – uma “reforma agrária viável” não-ideológica – a ser levada adiante pela força do governo militar (idem: 16).⁸

⁸ Freyre registrava que fora por conta do “lamentável recuo” do general Castelo Branco ante aquele requisito de “reforma agrária” necessário à política rurbanita que ele próprio recusara os altos cargos que o regime de 1964 lhe oferecera (ele menciona os postos de ministro da educação e de embaixador junto a Unesco). (Ibidem).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais esse é o ideal rurbanizante radicado no paradigma hibridizante com que Gilberto Freyre dissertara sobre nossa formação social na obra interpretativa de 1933. Remetendo-se a ela, Freyre tece sua tese da rurbanização interpelando um rural pretérito-telúrico a se transformar sob influxo de um urbanismo transmigrado num todo ecologicamente equilibrado e novo, nele buscando fonte existencial e base para uma política de alcance nacional. Embora não tão incisivas quanto os aportes dos autores referidos no início do presente texto, as alusões de Freyre à questão rurba trazem sugestões (“um tanto desordenadas”) à abrangência ampliada que as políticas públicas orientadas aos espaços rurais adquirem quando associadas ao conceito de territorialidade. Espaços hoje ricos não apenas de “passados úteis” aos quais se refere Freyre, mas que vêm sendo levados em conta por seu presente, tanto pelo dinamismo econômico e societário como também por estarem se tornando expressivos de processos de pluralização e democratização que aí se difundem em forma progressiva.

Espaços rurais significativamente modernizados pela agricultura empresarial, mas também possuidor de condições para se renovar socialmente hoje melhores – como a reforma agrária de Fernando Henrique (área reformada e fomento generalizado à agricultura familiar) seguida por Lula; a ação societária estimulada pela Igreja e pelo MST e o fortalecimento de esferas públicas; processos estes com os quais muito tem a ver, especialmente com a terceira condição, a histórica Contag. Nesse sentido, temos um novo rural no qual vem se desenvolvendo um reformismo expansivo e cada vez mais abrangente, sob forma continuada e mediante procedimentos democráticos; cujos efeitos, por esta sua dupla natureza, dinamizam não só a economia e as sociabilidades como promovem diversificação sociocultural nos pequenos e médios centros, estimulando o exercício da política propriamente dita; temas estes últimos divisados, bem mais do que no modelo freyriano, ao interior do campo intelectual que aqui chamamos de campo da “reforma agrária ampliada”. Em suma, um mundo que enseja processos autoconstitutivos de seres que cada vez mais se habilitam a viver um cotidiano enriquecido por relações complexas e mais cultas, como, sim, queria o próprio Gilberto Freyre quando reclamava da vida escassamente social com que a escravidão mutilara grandes contingentes desvalidos do nosso povo e quando idealizava o seu rurbanismo como uma via alternativa, dizia ele, ao

“sonho lírico” dos que pensavam em ligar o destino dos grupos sociais a formas puras arcaicamente rurais de vida.

Referências bibliográficas

- Freyre, G. Prefácio à 1ª ed. *Casa Grande & Senzala* (1931-33). Rio de Janeiro: JOE, 10ª. ed., 1961.
- _____. Palavras às Professoras Primárias de Pernambuco em 1956. In: *Rurbanização: Que é?* Recife: Massangana, 1982.
- _____. Prefácio à 9ª ed. *Casa Grande & Senzala* (1957). Rio de Janeiro: JOE, 10ª. ed., 1961.
- _____. Avanços Urbanos e Estagnações Rurais (1976). In: *Novas Conferências em Busca de Leitores*. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 1995.
- _____. Novas Reflexões em Torno de uma Reorientação para o Desenvolvimento Brasileiro: a Rurbana (1982a). In: *Rurbanização: Que é?* Recife: Massangana, 1982.
- _____. Da Ecologia à Rurbanização: Considerações Gerais um Tanto Desordenadas (1982b). In: *Rurbanização: Que é?* Recife: Massangana, 1982.
- _____. “Introdução” (1982c) a *Rurbanização: Que é?* In: Recife: Massangana, 1982.
- Hobbsbawn, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MEPF/INCRA. *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural para um Novo Rural*, Brasília, 1999a.
- _____. *A Nova Reforma Agrária*, Brasília, 1999b.
- Melo Neto, J. C. *Casa Grande & Senzala*, Quarenta Anos/Museu de Tudo. In: *Educação Pela Pedra e Depois*. Rio de Janeiro: N. Fronteira, 1997.
- Moreira, Adriano. O Teórico da Sociedade Civil. In: Maria do Carmo T. de Miranda (org.). *À Memória de Gilberto Freyre*. Recife: Massangana, 1988.
- Santos. Raimundo. Rurbanização e Revolução Agrária em Dois Registros Clássicos. In: *Estudos Sociedade e Agricultura* n. 16, Rio de Janeiro, abril 2001a.
- _____. Caio Prado Jr. na Cultura Política Brasileira. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001b.
- Silva. J. Graziano da. Uma Reforma Agrária Não Essencialmente Agrícola (1996). In: L. F. C. Costa e R. Santos. *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

TURISMO RURAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROF. DRA ELISABETE MANIGLIA.
Vice coordenadora do programa de pós-graduação da UNESP,
professora de direito agroambiental. UNESP:Franca Sp.

Noções introdutórias

A transformação histórica vivida desde os tempos da revolução industrial, ensejou modificações político-sociais, de cunho menos liberal que passaram a incidir em uma nova realidade com a intervenção do Estado nas mais diversas áreas, onde o social passa a ter primazia sobre o individual. Neste raciocínio cresce o sentido da coletivização, e se evolui para a afirmação da dignidade da pessoa humana, além da importância da segurança e da justiça social. (Lanfredi: 2002 p18)

Esta trilogia significa uma preocupação legal posta nas constituições democráticas que passaram a zelar por valores ainda não tutelados por uma ordem jurídica que se preocupa com a valoração do ser, numa composição holística, que perpassa desde o direito a vida com qualidade imposta por tutelas de meio ambiente saudável, de alimentação farta e segura e ainda com lazer ao alcance de todos, para coroar o sentido de satisfação psicológica que permita o crescimento físico, mental e cultural da pessoa humana.

Há que se falar que a preocupação do cotidiano social se volta para aspectos que numa primeira visão, podem não integrar o universo jurídico. Afinal os elementos lazer, qualidade de vida, alimentos seguros, pode refletir um distanciamento da esfera do direito que numa esfera legalista costuma contemplar outros institutos de natureza muito mais conflituosa, mais privatista e menos amigável. A construção de uma sociedade mais justa que semeie princípios educacionais que clamam para efetivação dos direitos humanos deve se pautar no oposto destas condutas: deve clamar por um Estado que numa visão integrada e solidária exerça ingerências jurídicas fundamentais para uma coletividade a partir de suas necessidades mais básicas; dignidade de vida! O direito se posicionando neste eixo construirá a compatibilidade com seu papel de ciência social aplicada, caso contrário alimentará a idéia de ciência mantenedora e aliada do poder neoliberal.

Ambiciona-se então neste texto valorizar institutos jurídicos que passam a considerar a preocupação social numa visão de direitos humanos voltados para a garantia de alimentação da aldeia global, de um meio ambiente saudável para todos e ainda para que as pessoas possam desfrutar de um lazer ao alcance de todos que democratize com efetividade o turismo para todos. O cerne da discussão repousará sobre o meio agrário e as razões para tal se justificam na simbiose de alimentos, recursos ambientais vitais: ar solo água e ainda na atual forma de se conseguir distração barata e acessível à boa parte da população que é o turismo rural. O cenário desta apresentação é o Brasil, berço de atividades agrárias, celeiro de grãos, com imenso solo de qualidade, problemas ambientais e com um potencial turístico sustentável de alto nível.

O desenrolar das considerações é oriundo de pesquisas, questões legais e de uma experiência vivida pelas legislações e discussões acadêmicas multidisciplinares. A escolha do tema se deu em virtude da busca em colocar o texto rural numa discussão, mais próxima do jurista para que estes atribuam a real importância do setor agrário como funcionamento vital para a garantia do ente humano, ser principal das relações sócias.

O triângulo formado pelo agrário, pelo ambiental e pelo turismo rural é explicado pelos elos em comum entre eles, além do que desta união resultam pontos fundamentais de explicação pontudas na função social que traz a tona fundamentos econômicos, ambientais e sociais capazes de transformar a rotina dos brasileiros, propiciando melhores condições de vida em geral, tanto para o pessoal urbano, como para o rural. Além do que esta experiência em anexar estes institutos, já foi realizada com êxito pelos países europeus e por parte dos países americanos e latinos. que encontram nestas atividades, as saídas para fixar o homem ao campo. Garantem as estes, cidadania, lucros, preservação ambiental, o que reflete diretamente em melhores condições para as cidades que deixam de crescer desordenadamente, diminuem a violência, adquirem melhores paisagens, e recebem opções de lazer barato.

Perpetuam por meio do turismo rural o ambiente cultural firmado em costumes, tradições, danças, músicas, preceitos, religião, cultuados no campo que fazem sem dúvida a alegria de muitos da cidade. Ainda fazem a história do povo brasileiro que pode construir sua vida, sua alimentação, seus anseios, seu ambiente seus propósitos jurídicos firmados em valores reais, típicos de sua realidade. Este estudo, então centra-se em apresentar a simbiose entre agrário e ambiental, a segurança alimentar que deve

ser oferecida a todos e o despertar para um turismo rural, que deve caminhar pari a passo com o direito agrário e o ambiental, para ao fim concluir que novos rumos podem ser construídos, se pensarmos no rural como ente colaborador das populações urbanas e como meio de melhoria da coletividade.

Objetivas-se, portanto, tentar demonstrar que o direito no cotidiano das pessoas pode construir uma sociedade mais justa buscando suas raízes no meio rural, que fornece via alimentos de qualidade, sobrevivência digna, que por meio de seus elementos ambientais naturais, artificiais e culturais constrói uma ambiente saudável. Por meio do turismo rural oferece aos cidadãos alegria e remédio para alma construindo neste entorno os princípios constitucionais fundamentais de uma dignidade humana fundada num funcionamento harmonioso, controlado pelo direito que age de forma rotineira, solidária, efetiva, selando seu compromisso ético de se pensar na coletividade

No dizer de Jose Eduardo Faria (1992: p106-108) “a eficácia do Direito diz assim respeito à aplicabilidade, exigibilidade ou executoriedade das diferentes normas em vigor, tais normas são efetivas quando tecnicamente podem ser aplicadas e exigidas dentro dos limites do sistema legal” Portanto pode-se falar em democracia plena quando há satisfação de necessidades vitais: alimentos, vida digna, lazer, renda educação meio ambiente saudável entre outras. Parte disto repousa neste estudo. Só assim pode-se pensar num direito humano, alavanca de transformação. Espera-se, ser esta, parte de uma contribuição ao menos para uma reflexão.

I - O direito agrário e o direito ambiental simbiose necessária para uma melhor qualidade de vida

O espaço rural é de fundamental importância para Hudault (1987 p29) pois com esta definição pode-se entender que a propriedade rural deve se desenvolver em função da sociedade em consonância com as funções sociais ecológicas almejando não só o agricultor. Sem embargo a associação dos elementos da função social é vital para a melhora da preservação e melhora do solo, regeneração do ar e qualidade da água o que constitui um novo biótipo de plantas e animais.

A atividade agrária funcionando desta maneira, com preocupações ecológicas pode oferecer melhor produção de alimentos. Em sintonia com uma produção natural mais rentável, o espaço rural ganha novos perfis onde a sustentabilidade passa a fazer parte, contribuindo desta forma para a diminuição do esgotamento do solo. Outros fatores podem aqui ser incluídos: a contaminação biológica é causadora de doenças ao

homem, sendo evitada propicia saúde maior e minimização de gastos públicos neste setor. A contaminação química derivada do uso indiscriminado de agentes contaminantes do ar gera alterações climáticas, doenças e poluição das águas, alterando setores diversos como fauna, flora atingindo o homem na sua totalidade. A deterioração social oriunda dos danos ambientais acontecidos nas atividades agrárias além de macular a saúde do homem geram problemas ambientais de diferentes monta. Caminham ao contrário das legislações modernas que clamam por um direito sustentável, que preserve a terra para as gerações presente e futuras. Estas legislações que desde o tratado de Roma, conferências internacionais sobre o meio ambiente da década de setenta insistem no direito ambiental para garantir a melhor qualidade de vida numa visão holística, visam acima de tudo a cooperação dos Estados em geral para

“ conservar as zonas rurais com o fim de salvaguardar seu potencial agroalimentar de assegurar o equilíbrio ecológico, das paisagens, de proteger o patrimônio cultural e natural que estes representam e permitir as atividades de recreio enquanto são compatíveis com os fins citados “ (Delgado de Miguel: 1993p350)

O autor espanhol consegue nesta definição juntar meio rural, produção, preservação ambiental e turismo demonstrando que estes elementos vivem no setor agrário em comum e em boa vizinhança e que o sucesso de um pode ser o sucesso de todos os demais elementos, exemplificando: Algum que produz de forma saudável têm alimentos de qualidade preserva o meio ambiente e ainda pode utilizar esta produção como forma de atrativo para o turismo rural, oferecendo visitas cobradas para a população urbana verificar e conviver com a realidade agrária. Agindo desta forma o homem agrário vive com dignidade, produz com qualidade, têm alternativas de ganho, e ainda oferece alimentos de boa referência para os cidadãos urbanos e opções de lazer para que estes desfrutem do meio rural preservando tradições e costumes. Ganha-se de todos os lados Sem contar nos rendimentos que o Estado deixa de investir em saúde, previdência, auxílio desemprego, e nos lucros que passa a obter derivados dos impostos do comércio vindos dos alimentos e do turismo e na ausência de meios de fiscalização em questões ambientais.

Mas para que tudo isto aconteça mister se faz que o direito contribua com normas atualizadas e com modificações legislativas constantes que acompanhem as demandas sociais. Faz necessário que o direito ambiental, o direito de propriedade, as obrigações contratuais, a responsabilidade objetiva imponham novas sanções e novos

direcionamentos que conduzam a se pensar um novo direito que valorize o meio rural sem preconceitos ou protecionismo.

O direito espanhol, o direito francês, o direito italiano e outros tantos com visão agroambiental têm –se constituído em criar e observar uma série de instituições dirigidas a evitar os ataques ao meio ambiente, a prever a existência de medidas que impeçam o dano ambiental preservando o meio agrário quer na paisagem quer na produção de alimentos a fim de que se evite os abusos do direito, os delitos ecológicos a lesão do meio ambiente em qualquer de suas formas.

Os recursos naturais que de que à agricultura vive ar, solo, água estão cada vez mais afetados pelas disposições ambientais e de fundamental importância se torna as opções de modelos agrícolas a serem desenvolvidos. Deverá haver equilíbrio entre as opções estatais para a agricultura e as questões de preservações ambientais. Não combinam legislações ambientais de preservação do solo água e ar, com monocultura, pecuária extensiva em áreas de reserva, devastação de florestas para madeiras, erosão de solo causada por adubos e pesticidas. A política agrícola e social deve traçar metas de anseios econômicos, industriais, para dimensionar a qualidade alimentar em equilíbrio com o meio ambiente. Da mesma forma deve-se falar em turismo rural sustentável que favoreça o lazer do homem, mas que não degrade a paisagem agrária. São nas bases jurídicas que se assentam as medidas de proteção ao meio ambiente quando estas servem para racionalizar as práticas de produção agrícola, facilitando assim o nexo vinculante entre uma e outra.

Delgado de Miguel (opcit p356 -357) aponta algumas questões de ordem fundamental para que haja esta simbiose, no ponto de vista de produção agrária:

1. desestímulo da produção agrícola sob o ponto de vista quantitativo e incentivo a qualidade.
2. obrigação dos Estados de financiar os excedentes agrícolas em medida proporcional à quantidade de produtos de venda do próprio território
3. incentivo aos agricultores que se distinguem na melhora do meio ambiente e da produção.

O mesmo autor afirma sob o ponto de vista ambiental:

4. a proteção dos solos reflete a proteção das águas e do ar, provocando regeneração em todos os processos ecológicos.
5. ao preservar a diversidade genética de que dependem os programas de cultivo melhoram-se as plantas cultivadas.
6. ao permitir o aproveitamento sustentado das espécies se favorece o uso racional dos recursos naturais bem como a diversidade dos aproveitamentos.

Os demais interesses ecológicos ambientais paisagísticos protetores em suma dos recursos naturais só podem ser exigidos com base na função social da propriedade e devem ser cumpridos em função do interesse social que a protege. Torna-se portanto o direito de propriedade um direito de uso limitado, visando sempre o interesse coletivo e que ambiciona a preservação ambiental e a qualidade alimentar. Ma mesma dimensão fundamenta-se o turismo rural que junto com o uso dos recursos naturais devem promover um uso de cultivo alternativo e uma conservação de paisagem de promoção ordenada restritiva de um turismo rural adequado a sua capacidade.

Seguindo os passo de Ballarin Marcial (1990:p41), Sans Jarque (1971: p117)e Delgado de Miguel (op.cit:p362-366) pode-se afirmar que é indubitável que o desenvolvimento tecnológico, modifica hábitos e escalas produtivas da agricultura moderna e que a concorrência dos preços e dos mercados produtores fazem com que haja massiva exploração. Entretanto esta normativa não pode ser dirigida contra o meio ambiente e somente a favor do lucro, pois este com certeza ao longo das práticas será diminuído e a destruição dos solos água e ar terão efeitos nefastos sem precedentes ao longo dos anos convertendo num total prejuízo quantitativo e qualitativo dos alimentos e das condições de vida em geral.há de se pensar que os recursos podem ou não ser renováveis.Deve-se passar a pensar numa concepção mais administrativista, com a qual a Administração pública passa mais a intervir na gestão dos recursos, em substituição à concepção civilista, onde o proprietário mensura a importância econômica em detrimento a à ambiental.

Finalmente a integração dos recursos naturais protegendo o solo, os alimentos e a qualidade destes, em simbiose com atividades que resultam em potencialidade econômica para a região campestre como o turismo rural e opções alternativas da agricultura constituem os caminhos a serem percorridos para a melhoria da vida do ser humano quer habitante rural, quer habitante urbano.

II - Segurança alimentar, preocupação social e políticas públicas de alimentação.

Não é de hoje, que a falta de alimentos se torna preocupação mundial. Todavia um novo posicionamento se volta para qualidade dos alimentos e a preocupação com a saúde revela um novo plano de vida que busca a qualidade dos produtos. Mas não é só. A moda conduz a silhuetas finas e a magreza passa a ser busca da maioria dos cidadãos.

Num paralelo as organizações de saúde, clamam pela redução da obesidade que cresce assustadoramente como resultado dos fast food, pela desnutrição que assola as crianças dos países pobres e pela fome ainda não erradicada no planeta.

Esta realidade movimenta o direito na busca de uma justiça social utilizando mecanismos de tutela da produção de alimentos e qualidade dos produtos alimentares por meio de legislações internas a cada país, mas sobremaneira por disciplinamentos internacionais que sinalizam para uma preocupação agroambiental via órgãos como a FAO, ong's, e associações de países como a Comunidade Européia, OMC., Mercosul e similares. Esta corrente cresce e destaca o direito agrário, o direito ambiental o administrativo em consonância com os direitos humanos para consolidar o estudo da segurança alimentar.

O combate a fome a pobreza do mundo ocupa a pauta dos Estados que em reunidos em número de 185 se uniram em Roma em 1996, num evento que se denominou Cúpula Mundial para a Alimentação e se comprometeram a se preocupar com a alimentação, criar propostas para acabar com a fome do mundo e reduzir pela metade até 2015 o número de desnutridos. As boas intenções não se concretizam em passos coerentes com a proposta e neste caminhar ao fim dos 20 anos muito pouco terá se conseguido. A América Latina e o Caribe conforme Gordilho (2002 p15) possuem 54 milhões de cidadãos que sofrem com a fome e a desnutrição. A África conta hoje com o maior contingente de miseráveis e ao que tudo indica a situação decorre em ambos locais, da pobreza existente nestas regiões Mustafa Koc (2002 p75) afirma que há mais de 800 milhões de pessoas em permanente situação de fome. A maioria destas pessoas vivem em zonas rurais, o que significa que, mais da metade das pessoas que vivem no campo são pobre e quase metade delas não pode satisfazer com sua renda, ao menos as necessidades alimentares básicas. Além do que, em destaque na América Latina, a desigualdade social é outro grave problema. Isto resulta num quadro grave e ameaçador: não há melhoria na renda, a pobreza aumenta dia a dia, não há melhoria na segurança alimentar, e, em contrapartida a expectativa de vida aumenta nos países de primeiro mundo, bem como diminui a mortalidade infantil o que é muito bom, mas que desencadeia a necessidade de alimentos e a qualidade destes, por parte de pessoas preocupadas com a longevidade de sua existência.

A globalização do sistema agroalimentar oferece potencial para soluções coletivas, reduz a vulnerabilidade a crises de segurança alimentar regionais e oferece maiores oportunidades de escolhas alimentares pelo menos para quem têm condições de

adquirir os alimentos. Mas globalização também traz problemas que ameaçam a segurança alimentar como a desigualdade entre os povos o que faz aumentar a pobreza a fome a deficiência da saúde e a perda da diversidade cultural. Computam-se também a exploração mais intensa da exploração do ambiente natural com a crescente poluição perdas e degradação de recursos e perda de bio diversidade. O poder político local e nacional são afetados o que implica na redução do poder democrático e do controle social. Conforme Mustafa ao mesmo tempo os níveis de produção globais aumentam e simultaneamente milhares de pessoas morrem de fome diariamente no mundo todo em especial crianças idosos e mulheres que mais sofrem com a desnutrição. Para Gordilho a existência de fome em países ricos que tem grande oferta de alimentos indica que a insegurança alimentar não se deve simplesmente a falta de comida, mas também à desigualdade de acesso a recursos sociais e econômicos básicos.

Portanto a agricultura é a principal atividade que incide diretamente sobre as possibilidades de melhoria das condições de vida. O progresso agrícola não só favorece as cadeias agroalimentares como movimenta o agronegócio que deve crescer para combater os problemas estruturais da fome e dos apelos de saúde via alimentação exemplar.

Visto a importância da agricultura compete analisar como esta produção vem sendo conduzida no mundo. Os países agrícolas coincidem com aqueles chamados em desenvolvimento e enfrentam a concorrência dos subsídios existentes nos países de primeiro mundo o que faz produzir uma concorrência desleal. Há produção, porém os lucros diminuem vertiginosamente. Os pobres continuam produzindo, mas sem acesso a lucros, o que impedem de ter vida saudável. As regiões agrícolas permanecem sem infraestrutura devida, sem saúde, sem educação, água potável e transferência tecnológica, pesquisa e extensão agrícola. Os Estados devem investir no campo, acelerar a luta contra a fome e isto se faz com investimentos, vontade política e disponibilidade de recursos suficientes. Os compromissos firmados entre as Nações devem estar estabelecidos em metas que segundo Gordilho (op.Cit. p31) se realizarão em três tarefas:

- 1) fortalecer o programa especial de segurança alimentar da FAO, nos países de baixo rendimento e deficit alimentar e prevenção de emergência das pragas e doenças fronteiriças em animais e plantas.
- 2) fortalecer e promover as alianças produtivas estratégicas entre o Estado, setor empresarial e sociedade civil que permitam alcançara segurança alimentar o desenvolvimento rural, e com isso fortalecer a vontade política de todos os setores.

- 3) promover a canalização de recursos privados e públicos para o desenvolvimento da agricultura e o desenvolvimento rural. Focalizar o gasto público em torno de um programa mínimo cujos ingredientes poderiam ser política de rendimentos rurais por intermédio de transferências diretas, um sistema de financiamento rural desenvolvimento de infra estrutura e redesenho que somassem tecnologia, instituições científicas e políticas de desenvolvimento sustentável.

Este modelo foi sugerido em especial para os países em desenvolvimento. Outros países, já desenvolvem outras técnicas de preocupação agrícola, como o Canada que se volta num esforço interno para colaborar nesta meta, estabelecendo que a fome deve desaparecer em todo país pois todos tem acesso a uma dieta saudável. A política de segurança alimentar deve ser a primeira posição do governo nacional como, o local. A agricultura e as atividades pesqueiras do país devem ser tratadas com prioridade fortalecendo a produção familiar e individual, em detrimento da centralização de produção que conduz os produtores cada vez mais a a pobreza. Deve ser posto fim a degradação ambiental e formular políticas sustentáveis de produção e distribuição de alimentos.

Há de se considerar que o Canada(Mustafá Op. Cit: p86-87). se configura entre os países de maior extensão terrestre perdendo apenas para a Rússia. Sua superfície é superior a 900milhões de hectares e seu clima é severo. Porém é um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo enquanto sua população gasta muito pouco com a alimentação, por volta de 9,8% de sua renda e somente 8% dos canadenses comprometem ao menos uma vez ao ano a qualidade e a quantidade de sua dieta por falta de dinheiro. Isto demonstra que os canadenses gastam uma quantia relativamente pequena da renda disponível em alimentos, em comparação com outros países e, a partir destes dados pode –se concluir que o Canadá não necessitaria se preocupar com segurança alimentar. Mas como integrante dos países que se comprometeram em fazer do alimento um direito a todos, reduzir a pobreza e promover a agricultura como meta para qualificar e produzir por meio de prática sustentável, segue firme em seus objetivos de responsabilidade social, fornecendo este exemplo para todo o mundo. Outros países se preocupam com políticas de segurança alimentar, o Estados Unidos têm programas desde 1930 em suas agendas, mas estes recebem muitas críticas que vão desde as freqüentes fraudes e abusos, falsificações e mau uso dos cupons até a falta de liberdade para escolher os produtos. O México apresenta políticas eficientes assim até como o Brasil, mas que frente aos distúrbios sociais intensos, tornam-se ineficaz. A complementação das políticas sociais com investimentos em educação renda familiar,

saúde emprego anulam as perspectivas de combate a fome. Quando estas não estão presentes as o combate a fome torna-se política de assistencialismo sem efeito futuro.

A comunidade européia aperfeiçoa o estudo do Direito agrário dia a dia tomando como meta que este é o responsável pela manutenção da cadeia agroalimentar e da manutenção sustentável dos alimentos e da natureza frente ao solo ar e água. Maria Adriana Victória (2005:p230) considera que a seguridade alimentar se baseia em três princípios: precaução, transparência e subsidiariedade que se tornam respaldados pelo assessoramento científico, análise do risco e controle de produção, metas postas pela CE em seu livro de seguridade alimentar.

A importância atribuída a produção de alimentos é vista como prioridade na Comunidade a partir da história de fome, que já viveu a Europa por diversas oportunidade e ainda pela consciência do desgaste ambiental global, pelo preço caro de seu alimento e pela preocupação com sua qualidade de vida. Assim atribuí as responsabilidades para os produtores de alimentos e simultaneamente aos consumidores e autoridades competentes que controlam e garantem o cumprimento destas obrigações. Para os consumidores fica a responsabilidade de manipular conhecer e adquirir os produtos de maneira apropriada. Os produtores devem seguir a risca a produção de alimentos com normas de qualidades e atentos as normas ambientais e os governos ficam com a responsabilidade de estabelecer normas fito sanitárias e controle via legal de toda cadeia de produção e consumo.

O controle esta sendo exercido em parte pelos governos locais mas também é manifesto pela OMC, através de políticas de controle e regulamentação da qualidades dos produtos, via medidas fito sanitárias, de aprovação e comercialização de produtos biotecnologicos. As disputas e reclamações envolvem não só problemas econômicos mas também de preservação alimentar. As ong's manifestam de forma diferenciadas seus clamores por vida mais saudável corroborando para o exercício de cidadania planetária face ao direito da quantidade e qualidade de alimentos.

A recepção jurídica da seguridade alimentar conforme Zeledon (200:p 68) se faz via direitos humanos que se faz fundamento interpretação e aplicação do direito agrário. O direito a alimentação, ao desenvolvimento sustentável, ao respeito pela vida humana se concretiza no fortalecimento da cultura da paz que converte para a responsabilidade social de alimentar e preservar o mundo sem fronteiras, rezas e credos poder econômico limitam outros direitos: a livre iniciativa privada, a livre produção e a livre circulação de mercadorias. Contudo o direito a alimentação é maior que o lucro mesmo para quem

mesmo ambiciona o lucro maior. Nada adianta Ter dinheiro e não Ter alimentos saudáveis.

O termo seguridade abarca saúde, integridade física e interesse econômico seguida de abastecimento e responsabilidade por danos alimentícios. O direito novamente esta presente. A seguridade alimentar e o direito são inerentes para preservar o sistema social e ambiental. Devem, caminhar juntos regulando as condutas dos produtores consumidores e dos organismos Estatais, afim de resguardar o mundo.

III - Turismo Rural, atividade agrária, preservação social e ambiental.

A valorização do meio ambiente rural tem sido estudada como forma social econômica e ambiental desde a aceitação da função social da propriedade. Paralelamente a qualidade de vida o lazer do homem stressado, a configuração de qualidade de vida, os modismos que clamam por produtos naturais permitem associar meio rural, descanso e lazer numa atividade hoje denominada turismo rural. E, mais, esta atividade pode ainda ser encarada como salvaguarda para muitos camponeses que na iminência de deixar o meio agrário, encontram nesta forma de atividade, sua recuperação social e econômica.

A fixação do homem ao campo tem preocupado estudiosos agraristas, sociólogos, economistas, ambientalistas por tudo que ele representa no contexto geral das cidades e do rural numa perda significativa para ambos os lados.

Outrossim (Maniglia 1999 p220)é que neste processo, se adentra ao setor turístico como forma de se criar no campo um modelo novo de atividade agrária firmada na busca intensiva de requisitos saudáveis para passeios e descanso, com ar puro, contato com a natureza, águas minerais, lagos para a pesca, passeios em montanhas alimentos sem agrotóxicos em suma vida saudável.

De um outro lado, a busca do ócio gera o que Del Masi explica (1998 p34) que o homem precisa assimilar a idéia de mais tempo para o lazer deixando parte do trabalho para os que necessitam deste para a sobrevivência. O sociólogo defende a busca do lazer como fundamento para a garantia de uma vida saudável e para fornecer outros empregos para os que desfrutam desta atividade. Aí se insere o turismo rural como fonte de prazer para os que anseiam por ócio enquanto esta atividade gera empregos, sustentabilidade e outras divisas econômicas.

Para Ruschmann (2004:p63) o turismo rural explora e capitaliza o meio rural ou natural que de outra forma, não agrega valor econômico só aquele diretamente relacionado ‘a produção agrícola ou pecuária ; estimula a aquisição de produtos artesanais e daqueles relacionados com a atividade do meio rural como lamparinas, ferramentas, objetos de decoração ; ao atrair fluxos de pessoas de outros espaços econômicos, o turismo rural estimula o consumo nas áreas onde ocorre desencadeando o tradicional efeito multiplicador das atividades turísticas. Como lembra o autor para que tais fatos ocorram de forma eficaz será preciso implantar estruturas que dêem suporte necessário para o incremento sustentável da atividade no meio rural e que estejam relacionadas com organizações locais, de apoio vinculadas as estruturas externas de turismo e consultorias.

O turismo no meio rural constitui uma atividade ainda exótica, esta consolidado na Europa e ensaia seus passos no Brasil, Argentina e Chile encontrando problemas na sua definição, implementação e consolidação.

Para Oxinalde (1994p23) o turismo rural engloba modalidades de turismo que não se excluem e que se complementam de forma tal que o turismo no espaço rural é a soma de ecoturismo, turismo verde, turismo cultural, esportivo, agroturismo e turismo de aventura. Todas envolvem de alguma forma habitat próprio, animais, solo, agrário, costumes e artesanatos peculiares ao meio rural, o que significa a somatória de especificidade agrária. José Graziano conclui que duas marcas do turismo rural se revelam: seu desenvolvimento pode produzir –se em zonas que não disponibilizam recursos turísticos extraordinários, o que significa que a aptidão para o turismo rural pode ser feita em amplas regiões do território. A segunda característica fundamental é seu baixo nível de barreiras à entrada, o que implica que o turismo rural pode criar postos de trabalho com reduzidos volumes de investimentos.

O turismo rural além de se ligar a políticas de lazer, empregabilidade, se manifesta numa forma de preservar o meio ambiente construindo aspectos culturais, manutenção das paisagens, qualidade dos campos, com planejamentos do uso do solo e da água envolvendo bem estar social e desenvolvimento em paralelo das cidades onde o imóvel rural se situa. As regras jurídicas para o seu estabelecimento decorrem de políticas públicas e se consolidam em normatizações de competência variável podendo estar na ordem federal, estadual e municipal.

Ballesterio Hernandez (1990 p 118) considera que as linhas definitivas do turismo rural são demasiadamente amplas para objetivar seu conteúdo preciso.

representa uma nova oferta turística que assume um compromisso com a natureza com a paisagem agrária com a cultura do lugar e seus costumes. Assinala Camata (1998 p73) que a atividade turística esta dirigida a valorização dos produtos agrários e a difusão de conhecimentos que encerra a cultura e o artesanato rural, em simbiose com a atividade agrária.

Importante frisar que a atividade turística rural decorre em sua maioria de empresas familiares agrárias que merecem respaldo diferenciado legal desde os incentivos até a tributação para se desenvolver tudo dentro do limite de sua capacidade sócio contributiva.

A prática do turismo rural ganha espaço em todo mundo embora sua origens são atribuídas aos Estados Unidos que iniciaram este trabalho na modalidade hospedagem para turistas que iam pescar ou caçarem determinados locais. Austrália, Nova Zelândia e diverso países europeus em destaque a França, Itália e Espanha oferecem o turismo rural inclusive permitindo que estes participem das atividades produtivas. Considera-se ainda que o turismo rural não deve ser visto como panacéia para os males financeiros dos proprietários rurais e sim como alternativa conjunta as atividades agrárias adicional a áreas com problemas de renda estagnada ou decadente.

No contexto global pode- afirmar que o titular da supervisão desta atividade é o Direito agrário em consonância com o Ambiental e que estão vinculadas as políticas de sustentabilidade e formulação de políticas de desenvolvimento que reafirmam os propósitos de democracia e dignidade dos povos. As metas de segurança alimentar, meio ambiente saudável estão aliadas ao turismo rural como manutenção de ambas numa simbiose possível regida pelas normas jurídicas.

IV - Meio ambiente. Turismo rural e Segurança Alimentar no Brasil.

Em que pese os conhecimentos acumulados ao longo desta reflexão, se apresentarem e se aplicarem ao Brasil em máxima, é preciso refletir que as peculiaridades rurais brasileiras clamam por institutos não ainda mencionados por retratarem realidades com conteúdo histórico jurídico cultural diverso.

O Brasil na questão agrária encontra-se em fase preliminar de divisão de terras e de luta por estas. Sem definição de suas escrituras, com terras devolutas, com corrupções cartorárias cerca que se movimentam por fraudes e grilagem, a terra brasileira necessita de políticas paralelas de cunho fundiário entendendo por estas,

reestruturação do solo e de políticas agrícolas que fixem o homem ao campo com mecanismos de proteção e incentivo. Portanto há que se falar em reforma agrária estruturada sustentável que ofereça ao homem do campo, condições de existência em seu habitat. Os movimentos sociais do Brasil tem clamado por reformas que visem a preservação ambiental mas sobretudo minimize os problemas de desigualdade social e miséria reinantes no meio agrário. Um país onde o trabalho análogo ao de escravo é apresentado em todas as regiões até nas mais prósperas, têm que se preocupar com problemas estruturais somando todas as possibilidades de se atenuar os problemas sociais com metas ambientais, segurança alimentar e criando possibilidades de incremento ao turismo rural como meta de propiciar ao homem do campo sua fixação e melhoria de vida e dignidade de cidadão.

Sem degradar a natureza o brasileiro pode se alimentar com base em seus costumes. Gursen de Miranda(2005 ;p 304) ressalta a importância a cultura local e ao costume da plantio da mandioca como elemento garantidor da segurança alimentar do amazonense. Como apresenta o autor apesar da potencialidade da mandioca como importante alternativa no combate a fome que mata milhões de pessoa no mundo todos os dias é de pouco interesse dos organismos oficiais na pesquisa dessa cultura típica da Amazônia. No Brasil a EMPRAPA pesquisa na Bahia fora portanto da região amazônica essa cultura vital para o homem pobre brasileiro e parte integrante de nossa cultura alimentar como um todo, sem todavia merecer uma proteção firme e saneadora da fome no Brasil. Ao contrário muitas culturas são deixadas para trás pelos trabalhadores que sem incentivo, ou ainda em disputa, com o grande latifundiário ou com o madeireiro que destrói suas reservas e os expulsa da terra. Os programas brasileiros de sustentabilidade como o fome zero, bolsa família, programa de amparo ao trabalho e outras medidas emergenciais estaduais ou municipais, perdem sua capacidade e valoração frente as desigualdades e injustiças celebradas no meio rural. Instrumentos como a reforma agrária sem planejamento transfere apenas os problemas de local. Os assentamentos devem ser planejados tanto no terreno a ser implantado para evitar danos ambientais como modelados de acordo com políticas públicas que valorizam o trabalho familiar dimensionando as práticas de agricultura, orgânica biológica, bio dinâmica conforme ensina Froncheti (2002: p88). Segundo este autor são estes modelos os que propiciam a eliminação de fertilizantes adubos criando fontes de energia e produtos saudáveis. A eliminação de dependência de produtos químicos, faz com que o assentado e o proprietário familiar exerça uma atividade mais pura e lucrativa sem filar a bancos e

pagamentos a cartéis formados por multinacionais estrangeiras que comandam os mercados agrícolas. A monocultura tão incentivada no Brasil faz do produtor refém de produtos internacionais, prende-os a preços internacionais e as políticas de subsídios dos países controladores da rede alimentar do primeiro mundo.

O Brasil desfruta de um território invejável assim como o Canada, exporta produtos de primeiríssima qualidade, mas tem também a maior concentração de terras, uma política barata e descontrolada de agricultura que sequer consegue realizar a prevenção para os grandes produtores, haja vista a atual febre aftosa que assola a carne bovina, suspendendo toda exportação e causando prejuízos inconsoláveis para a economia nacional. A ausência de planejamento nos financiamentos bancários e a dificuldade impostas por estes, afastam a população de produtos baratos e de boa qualidade pois, quem produz para o mercado interno são os pequenos produtores que sem crédito conseguem baixos índices de produtos e com qualidade a ser questionada. Os grandes produtores se voltam para as exportações.

O turismo Rural começa sua caminhada e ainda possui adeptos em locais privilegiados próximos de grandes centros. É uma excelente opção para o Brasil mostrar sua riqueza cultural, artesanal, ambiental se for motivo de incentivo e prerrogativas pelos organismos estatais.com já foi demonstrado ao longo de todas estas reflexões e ainda se caminhar com incentivos e em passos conjuntos com o Direito agrário e ambiental. Os beneficiários destas condições são os povos em geral, os direitos humanos a sociedade global. As razões para tal são sem dúvida que frente a globalização o Brasil representa o grande celeiro de alimentos, meio ambiente natural, podendo também configurar como ponto turístico nevrálgico no setor rural que têm muito a mostrar e muito a ganhar.

Breves Conclusões.

Muito ainda poderia ser discutido principalmente no que se tange as potencialidades brasileiras acerca do meio ambiente, turismo rural e segurança alimentar. Não resta dúvidas da importância do tema e da valoração como deva ser tratado embora a academia não pense e reflita de maneira preponderante sobre a questão. A garantia de alimentos saudáveis advém de políticas públicas. O meio ambiente capaz de produzir para estas gerações e as vindouras dependem de políticas públicas. O aumento de renda e condições de renda provém de políticas públicas. Estas são conduzidas e normatizadas pelo direito que deve agir visando o interesse público,

que já transpõe locais determinados, mas ao contrário visa a quebra de barreiras dos estados para fluir numa perspectiva internacional. Espera-se que o aqui discutido tenha como lição ao menos a reflexão sobre a questão alimentar sobre meio ambiente, sobre o meio rural e sobre a possibilidade do turismo rural criar novos meios para a realização dos primeiros institutos que garantem sobremaneira a vida do planeta. Que a academia possa ver no meio agrário a solução para muitos de seus problemas e colabore para que este alivie a vida urbana do planeta.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA JOAQUIM, FROENLICH, JOSE MARCOS, MARIO RIELD. (ORG) Turismo Rural e desenvolvimento sustentável. 4 ed. Campinas: Papirus 2000.
- ANDA, GUSTAVO GORDILHO. Um novo contrato de cidadania In: TAKAGI, MAYA, SILVA JOSE GRAZIANO, BELIK VALTER. Combate a fome no Brasil. São Paulo, Instituto Cidadania. 2002.
- BALLESTERO HERNADEZ. Derecho agrario. Zaragoza: Neo ediciones 1990.
- DELGADO DE MIGUEL. Derecho Agrário de la Union Europea. madrid; thebook 1994.
- _____ Estudios de derecho Agrário. Madrid. Montecorvo 1993.
- FRONCHETTI, ALCEU, ZAMBERLAIM JURANDIR. Agricultura ecológica. Petropolis Vozes. 2002.
- MADEIRA FILHO, WILSON. Direito e justiça Ambiental rio de janeiro: Universidade Federal Fluminense. 2002.
- MANIGLIA, ELISABETE. Da possibilidade do turismo rural ser integrado como atividade agrária In: Revista de estudos juridicos UNESP. Franca nº 8, ano 4 jul-dez. 1999.
- MARCIAL BALLARIN. El código civil y la agricultura sta de estudios agrosociales n2. p7 i ss.
- MIRANDA, ALCIR GURSEN. Segurança alimentar na Amazônia. In Revista de direito Agrário ambiental e da alimentação. Rio de Janeiro: Forense Ano I, jul- jun. 2005.
- MUSTAFA, KOC. Revistando a segurança alimentar. Perspectivas canadense. In; TAKAGI, MAYA, SILVA JOSE GRAZIANO, BELIK VALTER. Combate a fome no Brasil. São Paulo, Instituto Cidadania. 2002.
- OXINALDE, MR. Ecoturismo nuevas formas de turismo em el espaço rural. Barcelona: Bosch 1994.
- RUSCHMANN, DORIS. VAN DE M. O turismo rural eo desenvolvimento sustentável. In ALMEIDA JOAQUIM, FROENLICH, JOSE MARCOS, MARIO RIELD. (ORG) Turismo Rural e desenvolvimento sustentável. 4 ed. Campinas: Papirus 2000
- SANS JARQUE. Dercho Agrário Madrid: Reus. 1995.
- SILVA JOSE GRAZIANO. ET. ALLI. Turismo em áreas rurais ; suas possibilidades. In:. In ALMEIDA JOAQUIM, FROENLICH, JOSE MARCOS, MARIO RIELD. (ORG) Turismo Rural e desenvolvimento sustentável. 4 ed. Campinas: Papirus 2000
- TAKAGI, MAYA, SILVA JOSE GRAZIANO, BELIK VALTER. Combate a fome no Brasil. São Paulo, Instituto Cidadania. 2002.

VICTORIA, MARIA ADRIANA. Seguridad alimentária como derecho y deber. In.: Revista de direito Agrário ambiental e da alimentação. Rio de Janeiro: Forense Ano I, jul- jun. 2005.

ZELEDON Y ZELEDON, RICARDO. Derecho agrário y derecho humano. Curitiba: Juruá 2002.

Um ensaio sobre a gestão territorial no Estado do Amazonas: interfaces entre política agrária e as políticas ambientais na Amazônia

Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt
Engenheira Agrônoma e Cientista Social do INCRA/AM, doutoranda do
PPGSA/IFCS/UFRJ

Introdução

A Amazônia foi vista durante algum tempo como uma grande fronteira agrícola e, a partir do parâmetro ambiental, uma grande fronteira de biodiversidade. Esta reconceitualização da Amazônia propiciou a criação de diversos territórios a partir dos parâmetros ambientalistas como a criação de Unidades de Conservação de uso sustentável e os Projetos de Assentamento Agro-Extrativistas. Mesmo assim, ainda persistem na região estratégias de ocupação do território a partir da lógica desenvolvimentista, sobretudo em função da desconfiança por parte dos economistas e planejadores de governo acerca do potencial socioeconômico da atividade extrativista e das demais atividades cuja raiz se fixa em modos diferentes de se relacionar entre si e com o ambiente. O presente ensaio é parte de um Projeto de Pesquisa maior e se propõe a proceder a uma etnografia dos processos sociais envolvidos na criação e estabelecimento dos Projetos de Assentamento Agro-Extrativistas, tomando o caso do Estado do Amazonas, onde vem se gestando uma nova estratégia de se gerir territórios na Amazônia a partir da experiência das populações locais e de suas relações com os poderes públicos constituídos.

Historicamente a disputa pela terra sempre esteve relacionada ao seu uso. Os empreendimentos agropecuários, mesmo os projetos convencionais de assentamento, foram desenhados a partir do uso intensivo dos recursos naturais, sobretudo florestas, solo e água. Ainda hoje, os índices que avaliam a produtividade de uma área não são capazes de expressar que o não cumprimento da função social da terra também se refere ao mau uso dos seus recursos naturais, à falta de uma consciência conservacionista. Muito já se tem avançado neste debate, mas ainda não se conseguiu mudar de fato este quadro da avaliação dos imóveis rurais. O que isso significa? Quando avaliamos o grau de exploração de uma área, este índice está bastante relacionado ao tamanho da área antropizada, o quanto de floresta foi efetivamente convertido para fins agrícolas ou pecuários. A área desmatada é entendida como área beneficiada. Em sendo assim, é possível se falar numa reforma agrária verde, que seria medida por outros padrões de

exploração da terra? Tal reforma agrária seria viável economicamente? O que a Amazônia e a experiência dos “povos da floresta” tem a nos ensinar sobre este aparente impossível diálogo: uso da terra e conservação dos recursos naturais? Em que momento os projetos de assentamento agro-extrativistas passam a se tornar hegemônicos na política de reforma agrária no Estado do Amazonas? É sobre algumas destas questões que este ensaio se propõe a discutir, para começar esta conversa.

Desde os relatos dos viajantes que povoaram o imaginário popular com uma Amazônia mítica e idealizada, a região sempre foi pensada de fora para dentro, e mesmo os que a pensaram de dentro, o fizeram com a cabeça de fora (GONDIM, 1994; SILVA, 2000; FREITAS, 2000). Esta é a marca da “conquista” da região a custo da invisibilidade de suas populações tradicionais¹.

Desse modo, diversos períodos históricos foram importantes para a territorialização da região amazônica. Marcadamente os períodos em que a economia da borracha foi hegemônica, no final do século XIX e início do século XX. Mais recentemente, diversos outros territórios são formados, agora oficialmente pelo Estado, planejados e incentivados por meio das suas agências de desenvolvimento criadas entre os anos de 1960 e 1970 (SUDAM, BASA, INCRA)² que estruturam diferentes projetos de colonização, fundiários e de assentamento da região, marcadamente nas décadas de 1970 e 1980 embutidos na lógica de que a imensidão de florestas “desabitada” seria a grande fronteira³ agrícola do país.

¹ Por ora, vamos nos referir às populações locais como “tradicionais”, embora o termo esteja sendo bastante discutido nas Ciências Sociais. Tomaremos esta categoria em concordância com a sistematização de Paul Little (2002:23): “*O uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais analisados aqui mostram na atualidade. O fato que o termo tem sido incorporado recentemente em instrumentos legais do governo federal brasileiro, tais como a Constituição de 1988 e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, reflete essa ressemantização do termo e demonstra sua atual dimensão política. Em resumo, o conceito de povos tradicionais procura encontrar semelhanças importantes dentro da diversidade fundiária do país, ao mesmo tempo em que se insere no campo das lutas territoriais atuais presentes em todo Brasil. São, acredito, razões suficientes para utilizar o conceito dentro dos*”. *turbulentos âmbitos das Ciências Sociais.*”

² SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, criada em 1966, BASA – Banco da Amazônia, ambos criados em 1966 e INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária criado em 1971.

³ Usamos aqui o termo “fronteira”, a exemplo de José Grazino da Silva (1994), não como uma região distante, ou vazia no aspecto demográfico. Usamos o termo “fronteira” do ponto de vista do capital, entendido como uma relação social de produção. Adélia Engrácia e Philipe Léna (*Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*, Belém: CEJUP: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992, p.10) completam esta idéia a partir de Sawyer sustentando que “*O conceito de “fronteira” diz respeito a situações mais gerais e mais abrangentes, em que ocorre uma desconcentração espacial de certas atividades econômicas, que encontram condições favoráveis num espaço onde elas estavam antes ausentes ou pouco representadas*

Estabelece-se na região, uma espécie de “barril de pólvora” de conflitos entre diversos grupos de interesses, ora mediados pelo Estado, ora totalmente sem nenhuma intervenção ou tentativa de ordenamento. Assim como sustenta Ascelrad (2004: 18), “os conflitos ambientais podem ser entendidos como expressão de tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento”. Conflitos entre fazendeiros e posseiros ou demais pequenos agricultores, entre posseiros e indígenas, entre madeireiros e pequenos agricultores, entre extrativistas e ribeirinhos e fazendeiros, ou com povos indígenas e tantas outras ordens de conflitos, além é claro, a partir da criação das Unidades de Conservação, entre o Estado e os demais atores sociais, fazendeiros, madeireiros, extrativistas, pescadores, indígenas, pequenos agricultores, posseiros, etc. Nesse momento, o Estado, ao invés de mediador do conflito, torna-se um dos pólos deste.

Territorialização a partir do ordenamento agrário – etnografando as políticas agrárias no Estado do Amazonas

Até recentemente, a diversidade fundiária do Brasil, em especial a da Amazônia, que acompanha sua grande diversidade sociocultural, foi muito pouco conhecida e conseqüentemente muito pouco (re)conhecida pelo Estado brasileiro (Little, 2002). Isso nem se falando da imensa bacia hidrográfica da região que coloca uma grande diversidade não só fundiária, se a entendemos como questões relacionadas ao uso e posse das terras, mas também há um grande desconhecimento sobre os diferentes usos das águas e dos grupos sociais que até vivem sobre as águas. A Amazônia, até os anos de 1970, era considerada como uma imensa faixa de terras desabitada, e quando visivelmente habitada, boa parte das ocupações eram consideradas apenas posses, áreas de uso sem domínio pleno, o que dava ao Estado a total liberdade de, a partir do vetor político-tecnológico recortá-la conforme os seus interesses. Desse modo, o Estado, por meio de suas “agências de desenvolvimento”, visa ordenar o território na região tendo como argumento a possibilidade do chamado desenvolvimento, do modo como os governos militares assim o concebiam (Schweickardt, 2001).

Com estes objetivos, o governo federal se propôs a potencializar a sua política agrária por meio do fortalecimento do aparato do estado, criando o INCRA em 1970,

(...) trata-se da integração sócio-econômica, no âmbito de uma sociedade nacional, de espaços em geral pouco povoados, cujos habitantes muitas vezes não pertencem à mesma cultura, e/ou apresentam um quadro econômico que difere daqueles que caracterizam as regiões mais dinâmicas do país.”

órgão voltado à obtenção de terras para serem destinadas à colonização e à reforma agrária, a partir da fusão do IBRA e do INDA. Tanto a Amazônia era vista como válvula de escape para a problemática agrária do país que a primeira Coordenadoria Regional do INCRA no Brasil estava sediada em Belém do Pará. O processo de produção do espaço no Estado do Amazonas por ocasião do projeto desenvolvimentista e integracionista dos governos militares se deu de modo diferenciado do que ocorreu nos outros Estados da Amazônia, sobretudo por não estar interligado por estrada com o resto do país. A rodovia Transamazônica (BR-230) que o interligaria totalmente, sequer chegou a ser concluída, limitando a migração estimulada às regiões Sul e Sudeste do Estado, região atingida pela precária estrada, sobretudo nos municípios de Humaitá, Apuí, Novo Aripuanã, e Lábrea. Somente a partir de 1973 com a criação da Coordenadoria Regional do Extremo Norte, sediada em Manaus, é que o Estado do Amazonas passa a ter uma atuação institucional mais efetiva com relação à política agrária desenvolvida pelo governo federal até então desenvolvida apenas por Projetos Fundiários e de Colonização. Antes o Estado do Amazonas possuía apenas uma Divisão Técnica subordinada à Coordenadoria do Norte sediada em Belém.

Os Projetos Fundiários Manaus, Humaitá, Boca do Acre, Alto Solimões e Médio Madeira, com base no Decreto Lei nº 1164/71⁴, desenvolviam o trabalho de discriminação de terras ao longo de 100 km das rodovias federais criadas ou projetadas e ao longo da faixa de fronteira com outros países. Desse modo, separava o que era “devoluto” das terras de particulares de modo a arrecadá-las e matriculá-las em nome da União. Desse processo e de outras formas de obtenção como doação e desapropriação, o INCRA no Estado do Amazonas passou a jurisdicionar alguns milhares de hectares de terras. Atualmente o INCRA no estado do Amazonas possui mais de 25 milhões de hectares de terras em seu estoque que deveriam ser destinados à reforma agrária.

Implanta-se, na Amazônia em especial, uma política de reforma agrária de base colonizadora e não desconcentradora da terra, focada prioritariamente nos Projetos Integrados de Colonização em terras públicas aliados às licitações de terras para a empresa rural, e em menor escala abre-se a possibilidade de regularização fundiária de pequenas posses, visando dar aos pequenos e médios produtores posseiros o título definitivo de suas terras até o limite de 2.500ha previsto na Constituição Federal. Todo

⁴ Decreto-Lei nº 1.164 de 1º de abril de 1971 que “*declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências*”.

esse empreendimento na Amazônia, fica ao encargo dos Projetos Fundiários (PF's) gerenciados pelas Coordenadorias Regionais. Estes também eram responsáveis pelo zoneamento de micro-regiões definindo áreas homogêneas, o potencial das terras, limites dos imóveis e ratificando títulos expedidos pelo Império e até por outros países. Era também nos PF's que eram dirimidos os conflitos e as tensões sociais em razão da posse e uso da terra. No Estado do Amazonas, não houve empreendimentos da iniciativa privada, houve sim, 2 grandes Projetos Integrados de Colonização (PIC's), um abrangendo parte dos rios Negro e Solimões, o PIC Bela Vista criado a partir de uma doação do Governo do Estado do Amazonas por volta de 1945, territórios que hoje fazem parte dos municípios de Iranduba, Manacapuru e Manaus e um outro PIC na região do Alto rio Solimões o PIC Tabatinga, já na década de 1970. Tais Projetos de Colonização possuíam estruturalmente 12 programas (INCRA, 1985) o que os fazia ter toda uma infra-estrutura própria, se constituindo em verdadeiros territórios federais dentro dos municípios ou até mesmo dando origem a municípios como no caso do Projeto Rio Juma que gerou o município de Apuí (Schweickardt, 2001).

Como a maioria das autarquias federais, sobretudo as originadas da ditadura militar, o INCRA até o final da década de 1990 teve a definição de suas políticas concentradas na administração central, em Brasília, que na prática não considerou os particularismos regionais e se impôs aos planejamentos estaduais e municipais. A partir dos anos 80, fica evidente o fracasso do projeto militar de desenvolvimento para a região, com o foco nos grandes projetos e na pecuária incentivada. O Estado retira “o suporte ou incentivo à agropecuária regional para otimizar os resultados globais da produção” (COSTA, 1987) o que, de uma certa forma, vem de encontro às preocupações ambientais com a região que já começavam a despontar. Com a escassez de recursos e culturalmente ligados ao paternalismo com frágeis organizações de colonos, entram em decadência os Projetos de Colonização.

A partir da segunda metade da década de 1980, muda a configuração política do país que passa por um processo de redemocratização com a chamada Nova República e a abertura política. No mesmo período, a política de colonização começa a declinar, e as metas do governo federal, até então contabilizadas em números de títulos definitivos expedidos aos posseiros por meio da regularização fundiária, passam a se basear em outros indicadores. É que crescia a pressão do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, cuja atuação, embora mais expressiva em outros estados e regiões, acabou por repercutir nas superintendências regionais do INCRA nos estados do

Amazonas, Amapá e Roraima. Tais pressões operavam em dois sentidos: os indicadores da atuação passavam a ser o volume de terras desapropriadas para fins de reforma agrária e o número de famílias assentadas em Projetos de Assentamento. A tragédia produzida pelos grandes deslocamentos, induzidos pelas medidas governamentais, e a pressão do Movimento para que as famílias de sem-terra permanecessem nos seus municípios ou regiões de origem, foi a última pedra colocada sobre a política de colonização. Desse modo, para dar cumprimento às novas metas encetadas no seio do governo federal, que a partir de 1985 não estavam mais enfaticamente centradas na titulação de grandes áreas de terras públicas e nos grandes Projetos de Colonização, o foco da política agrária se desloca para a criação e implantação de Projetos de Assentamento.

Todas essas mudanças ocorridas no seio das políticas do governo federal, não se deram por geração espontânea. O renascimento da participação da sociedade civil nas críticas e proposições de novas políticas públicas abre espaço a emergência de um movimento inovador no campo das políticas que é o movimento ambientalista.

A territorialização do Estado do Amazonas a partir do parâmetro ambiental

Ao contrário do que correntemente se pensa, a preocupação ambiental no Brasil, em especial na Amazônia, não foi algo importado nem apenas imposto de fora. Desde a era colonial, o Brasil foi um dos principais focos do ambientalismo. Naquela época, já se discutia a insustentabilidade do modo de produção expropriatório nas colônias (Pádua, 1997).

O impulso à criação de Unidades de Conservação na Amazônia foi nas décadas de 1970 e 1980, tornando a região o bioma⁵ brasileiro de maior representatividade em termos da proteção de “áreas naturais”. Tal fato se deveu à deflagração da primeira etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, em 1979, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, do Ministério da Agricultura e o Programa das Estações Ecológicas da Secretaria Especial de Meio Ambiente do Ministério do Interior lançado em 1976. “O IBDF criou, entre 1979 e 1985, 10 Parques Nacionais, 4 dos quais na região amazônica e 13 Reservas Biológicas, 5 destas na

⁵ “É um termo largamente utilizado para denominar um grande biossistema regional (conjunto de ecossistemas), caracterizado por um tipo principal de vegetação ou outro aspecto identificador da paisagem como, por exemplo, o bioma das florestas tropicais” (Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, etc) (HATAHAWAY, 1993: 37)

mesma região. A SEMA, entre 1981 e 1985, criou 15 Estações Ecológicas, 11 na Amazônia Legal.” (Barreto, 1999: 75)

Nos anos 1980, a Amazônia estava praticamente fora das políticas ambientais propostas no Plano Nacional de Meio Ambiente - PNMA. Este quadro vai ter uma mudança substancial com a implantação do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais – PPG7 e pela Agenda Amazônia 21. A partir daí, estabelece-se uma política integrada para a região como parte do Projeto Amazônico, envolvendo desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

No Estado do Amazonas, as primeiras tentativas de institucionalização da questão ambiental se deram a partir da década de 1980, pelas Coordenadorias de Ecologia e de Recursos Naturais do Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia no Estado do Amazonas – CODEAMA. Em 1989 foi criado o IMA – Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Amazonas, que ao invés das questões ambientais, tinha o grosso de suas ações voltadas para as questões fundiárias do Estado, uma vez que este órgão também teria substituído o Instituto de Terras do Estado – ITERAM.

A questão ambiental passa a ter um direcionamento mais efetivo, em termos das políticas públicas estaduais, com a criação do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, em 1996, que com o apoio da cooperação internacional, tem tentado estabelecer estratégias para a gestão da política ambiental do Estado de modo participativo.

O Plano Ambiental do Estado do Amazonas foi elaborado com base nos princípios da Constituição Estadual, visando orientar as ações dos diversos grupos sociais para o desenvolvimento associado à utilização racional dos recursos naturais. O plano tem como principais instrumentos de ação o Zoneamento Econômico-Ecológico do Estado, o licenciamento ambiental e a proteção das áreas de relevante interesse para a conservação ou preservação. As áreas prioritárias definidas no plano são a Bacia do rio Uatumã, o Vale do rio Madeira e o Polígono Cuieiras-Apuai, este último voltado para o turismo.

A influência da definição dessas áreas foi significativa para a proposição de criação de unidades de conservação do Estado do Amazonas, embora nem sempre tenham logrado concretização. É o caso das áreas propostas em 1987 no contexto do desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Estado do

Amazonas – PDRI/AM, desenvolvido nos municípios de Barreirinha, Parintins, Urucará, Careiro e Manacapuru. (Nascimento, 2000: 94)

Motivado pela onda ambientalista e por ser detentor de boa parte do remanescente de floresta tropical do mundo, o governo estadual, também em busca de recursos e de ampliação de suas divisas internacionais, adota o carimbo verde em suas ações e estabelece por decreto uma série de áreas protegidas a partir da década de 1990. O estabelecimento destas áreas tem sido a principal estratégia para proporcionar a conservação da diversidade biológica territorializando espaços onde o Estado exerce o direito de posse e controle. “Esta proposta inscreve-se no quadro de compromisso do governo brasileiro de expandir a proteção ambiental na Amazônia, cobrindo pelo menos 10% do bioma amazônico, que se estende por uma área de 370 milhões de hectares”.⁶

Concebido inicialmente no seio do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais, PPG7, como Projeto Parques e Reservas em 1995, que depois passou a se denominar “Corredores Ecológicos”, estes seriam formados por grandes áreas que contêm ecossistemas florestais prioritários e viáveis para a conservação da diversidade biológica, compostos por conjuntos de Unidades de Conservação, terras indígenas e áreas de interstício⁷.

Boa parte das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas foram estabelecidas a partir deste novo paradigma de Corredores, pois se entende que o modelo de Unidades de Conservação já não é suficiente para a proteção de parte significativa da biodiversidade na Amazônia. Segundo o documento sobre Corredores Ecológicos do Ministério do Meio Ambiente – MMA – editado com o apoio do PPG7, as terras indígenas que hoje representam 12% do território brasileiro são uma prova da fragilidade da estratégia de conservação por meio de “ilhas isoladas”, uma vez que “seu isolamento facilita os conflitos com as populações que ocupam suas áreas ou vivem em seu entorno, na disputa por recursos naturais.” (MMA/PPG7, 1998: 7)

Embora neste novo Projeto o uso sustentável de recursos e a participação dos atores já figure entre os critérios fundamentais, critérios esses que estão ausentes em outros projetos que formularam a atual rede de áreas protegidas brasileiras, na prática,

⁶ SCA-MMA. *Projeto Expansão e Consolidação de um Sistema de Áreas Protegidas na Região Amazônica do Brasil – PROAPAM*. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/port/sca/fazemos/outros/aprot.html>> Acesso em: 18 ago. 2001.

⁷ “Áreas de interstício são aquelas situadas entre as Unidades de Conservação e Áreas Indígenas, podendo pertencer ao domínio público ou privado, tais como Áreas de Preservação Permanente, Reservas legais, Reservas Particulares de Patrimônio Natural e áreas não-protegidas.” (MMA/PPG7, 1998: 9.)

os grupos sociais permanecem invisíveis no planejamento espacial da região. Já é consenso a importância do envolvimento das populações locais na conservação ambiental, uma vez que este procedimento considera e incorpora dentro dos custos de proteção, as necessidades das populações locais, facilitando os investimentos nesta atividade, e relacionando-os aos benefícios sociais e econômicos. Mas esta, só tem sido considerada, se considerada, na fase de execução da conservação, quando é estratégica a sua participação, pois aos encontros para a definição das áreas participam quase exclusivamente os cientistas, sobretudo os biólogos.

A produção do espaço cartograficamente considerando apenas um conjunto de critérios que não dão conta da complexidade do fenômeno sócio-ambiental, acaba gerando sobreposição e concorrência de territórios e de políticas. O caso da área do Tarumã-Mirim é ilustrativo dessa problemática. Em 02 de abril de 1995, o governo estadual criou por meio do Decreto nº16.497 o Parque Estadual do Rio Negro, localizado nas áreas dos municípios de Manaus, Novo Airão, Iranduba e Manacapuru, com área de 436.042 ha (quatrocentos e trinta e seis mil e quarenta e dois hectares) circuncidado pelas Áreas de Proteção Ambiental (APA) da Margem Esquerda e da Margem Direita do Rio Negro. Tanto o Parque, quanto a APA da Margem Esquerda incidem sobre o perímetro do projeto de assentamento Tarumã-Mirim.

Estabelece-se aí o impasse, como podem ter sido projetados para o mesmo espaço territórios incompatíveis do ponto-de-vista do uso dos recursos naturais, uma vez que um assentamento prevê o uso intensivo destes recursos e as unidades de conservação prevêem, em sua essência a preservação destes? E por que em ambos os casos não houve participação da população local na definição dos limites territoriais e nas políticas que seriam empreendidas? (Schweickardt, 2001)

Sem considerar a contribuição das populações locais, o espaço se redefine como um sistema de “objetos cada vez mais artificiais” e as “ações são, cada vez mais, tendentes a fins estranhos ao lugar” (Santos, 1996: 180).

Em 2000 existiam, segundo o IPAAM (2000), 13 Unidades de Conservação Estaduais, já em 2005 eram 31, e 34 Unidades de Conservação Federais, sendo a grande maioria de Uso Sustentável.

Essa mudança na modalidade da maioria das Unidades de Conservação criadas nos últimos anos para uso sustentável, ao invés das de proteção integral, como eram no início do processo, se deve à compreensão do papel que as populações residentes têm na efetiva conservação dos recursos naturais das áreas em questão. Muito dessas conquistas

são reputadas aos movimentos dos seringueiros e extrativistas na Amazônia e às organizações dos povos indígenas no Brasil(Almeida, 2004: 36).

Reservas Extrativistas e Projetos de Assentamento Agro-Extrativistas – o diálogo entre a perspectiva agrária e ambiental a partir das populações tradicionais

Desde o final da década de 1970, seringueiros e posseiros iniciaram um processo de resistência pelo direito de permanecer na terra. Os conflitos aumentaram com a elevação das pressões dos fazendeiros, madeireiros e mineradores para expulsar os trabalhadores extrativistas de suas colocações, áreas nas quais eles garantiam a conservação dos recursos naturais. Se até os anos de 1970, esses trabalhadores eram invisíveis, a partir dos anos de 1980, se tornam, como sustenta Mauro Almeida (2004:33), “o paradigma de desenvolvimento sustentável com participação popular”.

Tal processo não foi manso e pacífico. A disputa com madeireiros e fazendeiros que persiste até os nossos dias, levou à morte algumas lideranças sindicais. Mas os fatos políticos advindos de algumas dessas perdas, em especial a do líder sindical e seringueiro Chico Mendes, com uma repercussão internacional, marca um importante momento no embate pela gestão territorial na Amazônia. Não é em vão que o INCRA que havia criado apenas 2 Projetos Integrados de Colonização – PIC’s, na década de 1970, e depois um único Projeto de Assentamento, o PA Rio Juma, em 1982, uma espécie de intermediário entre a política de colonização e a de assentamento no Estado do Amazonas, vai, a partir dos anos de 1980 adquirir áreas por compra e até por desapropriação de antigos seringais para a criação de uma modalidade de assentamento nos moldes das Reservas Extrativistas (Ver também Little, 2002). A propósito, a criação do primeiro Projeto de Assentamento Agro-Extrativista no Acre, antes da decretação da primeira RESEX deve-se, no meu entender a duas razões fundamentais, a primeira a re-significação da luta pela reforma agrária na Amazônia, não a partir de planos e políticas pensadas por demandas externas à região, e sim a partir das demandas, lutas e conquistas das populações locais. A segunda, e não menos importante, o fato de que ao ser reconhecida oficialmente a legitimidade de uma área extrativista para uma determinada população, o processo de reconhecimento conduzido pelo INCRA é muito mais rápido, pois envolve apenas uma Portaria do próprio órgão assinada pela autoridade competente. Já a RESEX não. Por ser uma Unidade de Conservação ela precisa de um Decreto de criação assinado pela Presidência da República, o que

demanda muitos investimentos em estudos prévios e uma longa caminhada burocrática até a sua efetiva criação.

De todo modo, desde a sua concepção, criação e implantação, os PAE's e as RESEX sempre foram territórios “primos em 1º grau” (se é que a metáfora é apropriada), embora especialmente no Estado do Amazonas, estes “primos” tenham se afastado durante um bom tempo e só muito recentemente estão voltando a se encontrar.

Com o fortalecimento do movimento dos seringueiros via Conselho Nacional dos Seringueiros, especialmente no Acre, as RESEX ganham visibilidade nacional e internacional, visto que como sugere Esterçi (2005), “os seringueiros são o exemplo mais conhecido e emblemático dessa incorporação de critérios ecológicos à sua identidade”. O mesmo processo organizativo só vai acontecer no Amazonas bem mais tarde. Os primeiros PAE's criados nos anos de 1980 e início dos anos de 1990, quando ainda não havia nenhuma RESEX no Estado, PAE Antimary, no município de Boca do Acre, criado num extenso seringal em 1988, o PAE Santo Antônio Mourão, criado num seringal adquirido por “compra e venda”⁸ no município de Eirunepé e o PAE Terruã, criado numa área desapropriada em 1989 no município de Pauini, foram formalmente criados e ficaram em seguida praticamente sem nenhum tipo de investimento por parte do governo federal. Tal fato se deve à priorização, da política de assentamento vigente, de um tipo de projeto padrão e que muito pouco incorporava as peculiaridades regionais.

Este processo de redemocratização é também o momento de emergência de outros movimentos sociais que serão fundamentais para a recondução das políticas públicas na esfera agrária como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Com isso, o direcionamento das políticas de gestão territorial executadas pelo INCRA vão ter como foco a desapropriação de terras e a criação de uma modalidade de assentamentos convencional, replicados até em Estados da Amazônia como o Amazonas, Roraima e Amapá, onde esta demanda era muito menor em termos quantitativos, já que a realidade ainda era voltada para uma demanda de regularização fundiária de pequenos posseiros e populações remanescentes de antigos seringais, áreas extrativistas, populações de várzeas, ribeirinhos e quilombolas. Tais projetos de assentamento vão se tornar estratégicos para o cumprimento das metas do governo federal e vão reproduzir um modelo nacional de assentamento com parcelamento de lotes e abertura de estradas

⁸ Modalidade de aquisição de terra para destinar à reforma agrária.

vicinais, com muito pouca abertura para as peculiaridades regionais, sobretudo para as demandas das diferentes localidades e para a diversidade de culturas amazônicas com seus variados modos de lidar com a floresta e com as águas na região.

Esta onda de projetos de assentamento convencionais que são criados no Estado do Amazonas vai durar até o final dos anos de 1990 além dos PIC's acima referidos e dos Projetos de Assentamento Agro-Extrativistas do final da década de 1980.

Os desafios colocados vão no sentido de se regionalizar a política nacional no Estado do Amazonas ampliando o acesso aos recursos do Programa Nacional de Reforma Agrária às populações caboclas, ribeirinhas, seringueiras que são residentes em Unidades de Conservação de Uso Direto, incluindo estas populações entre os legítimos beneficiários da “Reforma Agrária amazônica”.

Desse modo, a primeira tentativa real de aproximação foi a partir do reconhecimento como beneficiários da reforma agrária a população da Reserva Extrativista Médio Juruá, no município de Carauari, sendo esta primeira experiência no Brasil que vai desafiar até as normas internas do INCRA nacional. Tal parceria permite que a população do território que o IBAMA havia criado formalmente, tenha acesso aos créditos da reforma agrária, tanto para construção e melhoria de suas casas, como para a aquisição de instrumentos de trabalho, tendo sido adquiridos até barcos grandes, acesso ao Programa Nacional de Educação no Campo e na Floresta – PRONERA e ao Programa de Assessoria Social e Ambiental –ATES.

Em seguida, também espelhando outra categoria de unidade de conservação, o INCRA cria uma modalidade de Projeto de Assentamento voltado para o “desenvolvimento sustentável”, O Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, num paralelo com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS. O primeiro criado no Brasil foi também no Estado do Amazonas, o PDS Morena, no município de Presidente Figueiredo. Só que diferente da RDS, o PDS visava ser um intermediário entre o Projeto de Assentamento convencional, onde se tinha a formação do assentamento com populações de diferentes procedências e o loteamento individual, e o Projeto Agro-Extrativista onde a população seria local, com características ligadas à tradição e ao uso coletivo da terra. No PDS, embora as pessoas tenham diferentes origens, elas se propõem a trabalhar de modo coletivo e com atividades múltiplas e que visem a conservação dos recursos naturais.

A partir daí, boa parte das propostas de gestão agrária no Estado do Amazonas por meio da instituição de territórios demarcados vai ter presente esta nova postura que

pretende dar visibilidade às populações locais e um diálogo mais constante entre as diferentes instituições gestoras de territórios no Estado do Amazonas.

Podemos perceber estas mudanças no perfil da condução da política agrária, como uma política territorial, desenvolvida pelo governo federal por meio do INCRA no Estado do Amazonas pelo seguinte quadro, sistematizado a partir de informações prestadas pela Superintendência Regional:

1971- 1981	1982 - 1990	1991 – 1999	2000 - 2006
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de 2 PIC's e do PA Rio Juma • Ações de regularização fundiária 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de 8 PA's • Criação de 2 PAE's 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de 18 PA's • Criação de 1 PAE • Reconhecimento da RESEX Médio-Juruá 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de 19 PAE's • Reconhecimento de 5 RESEX Federais, 4 FLONAS, 3 RESEX Estaduais, 3 RDS • Criação de 4 PDS • Criação de 7 PA's

É evidente uma maior preocupação com as questões ambientais e elas coincidem com a emergência da temática no cenário sócio-político nacional e regional.

Nos últimos seis anos, têm havido no Estado do Amazonas uma tentativa de reabertura da fronteira agrícola, agora não mais incentivada pelo Estado, ao contrário, vista com reservas e preocupação por parte dos agentes públicos locais. Tal fato tem se dado de modo especial na região Sul do Estado, especificamente entre os municípios de Humaitá, Manicoré, Canutama, Lábrea, Boca do Acre, Apuí, Novo Aripuanã, chegando até o município do Careiro. O recrudescimento da legislação e da fiscalização ambiental em relação aos estados de perfil agrícola mais agro-exportador, como Mato Grosso e Rondônia, tem forçado a migração de alguns empreendimentos agropecuários e madeireiros, menos responsáveis em relação ao meio ambiente.

A criação e estabelecimento de inúmeros projetos agro-extrativistas e de várias unidades de conservação de uso sustentável nesta região parece fazer parte de uma estratégia maior de aliança entre os agentes públicos federais (INCRA e IBAMA) e estadual (SDS), no sentido de tentar blindar este avanço desordenado de uma frente de expansão agropecuária de caráter mais predatório que conservacionista.

Os PAE's Castanho e Canana, no município do Careiro, o PAE Botos em Humaitá, os PAE's Matupiri e Jenipapos em Manicoré, o PAE Lábrea, em Lábrea, e os PAE's Aripuanã-Guariba e São Benedito, ambos em Apuí, são parte desta estratégia adotada

pela Superintendência Regional do INCRA no Estado do Amazonas. Do mesmo modo o IBAMA criou a FLONA Humaitá, no município de Humaitá e a FLONA Mapiá-Uainí, no município de Boca do Acre e o Governo do Estado, por meio da SDS criou a RDS Amapá em Manicoré.

É preciso agora, colocar um zoom em cada um desses territórios criados e na medida da construção de seus planos de manejo e planos de utilização e de um trabalho mais sistemático com as populações residentes, se poder analisar a imbricação dos anseios e expectativas dessas populações com os anseios e expectativas dos agentes públicos e avaliar até que ponto elas (as populações tradicionais) vão se tornando protagonistas de suas próprias estratégias de produção de territórios.

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de (2004). *Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 19, nº55.
- ASCELRAD, Henri (2004). Conflitos ambientais – a atualidade do objeto. In: ASCELRAD, Henri. (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll.
- BARRETO FILHO, Henyo T. (1997). Da nação ao planeta através da natureza. Brasília/DF: UNB, Série Antropologia, nº 222.
- _____. (1999). *Construindo a natureza na Amazônia Brasileira: uma análise sócio-antropológica das Unidades de Conservação de proteção ambiental*. Resumo do conteúdo da tese. Mimeo.
- COSTA, Francisco de Assis (1987). *Questão Agrária e macropolíticas para a Amazônia*. In: Estudos Avançados. Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Avançados. Vol. 1, nº1.
- ESTERCI, Neide (2005). *Ambientalismo e conflito social na Amazônia Brasileira*. Caxambu, MG: XXIX Encontro Anual da ANPOCS, GT Conflitos Sociais e Meio Ambiente.
- FREITAS, Marcílio, SILVA, Marilene (2000). *Estudos da Amazônia Contemporânea: dimensões da globalização*. Manaus: EDUA.
- GONDIM, Neide (1994). *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero.
- HATAHAWAY, David (1993). Biodiversidade e biotecnologia: um glossário. Rio de Janeiro: AS-PTA; FLACSO.
- INCRA (1985). *Política de Assentamento*. Brasília: 1985.
- IPAAM (2000). *Resumo informativo das Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas*. Manaus/AM: IPAAM.
- LITTLE, Paul (2002). *Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília/DF: UNB, Série Antropologia.

- MMA/PPG7 (1998). *Corredores Ecológicos*. Brasília: MMA.
- NASCIMENTO, Izaura Rodrigues (2000). *Estadualização das políticas Ambientais no Amazonas*. Dissertação de Mestrado. Manaus: Universidade do Amazonas.
- SANTOS, Milton (1996). *Técnica Espaço e tempo*. São Paulo: HUCITEC.
- SCHWEICKARDT, Kátia H.S.C. (2001). *Um olhar sobre a produção do espaço na Amazônia: Os encontros e desencontros entre a política de reforma agrária e a política ambiental no Estado do Amazonas*. Dissertação de Mestrado. Manaus: UFAM.
- SILVA, Marilene Corrêa da (2000). *As metamorfoses da Amazônia*. Manaus: EDUA.
- SVIRSKY, Enrique, CAPOBIANCO, João Paulo R. orgs.(1997). *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: ISA: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.
- VELHO, Octavio G. (1976). *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo: Difel.

UM ESTUDO SOBRE SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Henrique Carmona Duval

Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara

henriquecarmona@hotmail.com

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em

Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara

vbotta@techs.com.br

Resumo: Este trabalho advém do projeto *Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência*, coordenado pela profa. Vera Lúcia S. Botta Ferrante e com financiamento do CNPq. A sustentabilidade é entendida a partir de aspectos sociais, econômicos e ambientais observados nos assentamentos da região de Araraquara-SP. Sua análise é focada nas formas de atuação das prefeituras através de programas que oferecem condições do excedente das produções de autoconsumo se inserirem nos mercados locais através da venda direta. Neste sentido, a prefeitura de Araraquara tem se destacado com três programas – Direto do Campo, Feira do Produtor e Programa de Aquisição de Alimentos – nos quais ocorre a venda direta para a população em espaços públicos ou para a própria prefeitura, que destina os produtos para merenda escolar, restaurante popular e instituições assistencialistas. Na agricultura de autoconsumo, na qual se utiliza bem menos agrotóxicos, ocorrem práticas agroecológicas na terra e principalmente a diversificação agrícola. Para além da alimentação, tem se constituindo uma fonte de renda das famílias assentadas que pode chegar até a R\$ 500,00 mensais, ampliada pela ausência dos atravessadores no escoamento da produção. Para a população urbana a produção chega com preço e quantidade de agrotóxicos menores. A metodologia utilizada é o acompanhamento dos programas municipais, entrevistas, visitas aos lotes, leitura do espaço e registros em diário de campo.

Introdução: conceitualizando e aplicando a sustentabilidade

Não pretendemos fazer um balanço geral das várias conceitualizações que se tem feito sobre sustentabilidade. Termos como esse e principalmente como o desenvolvimento sustentável são muito utilizados e criticados atualmente com a marca

da banalização de seus usos. No entanto, pretendemos caracterizar como sustentável um tipo de desenvolvimento que possui aspectos sociais, econômicos e ambientais no interior dos assentamentos de Araraquara. Usando as palavras de Carmo, sustentável é o “desenvolvimento social e de progresso econômico, mantendo e conservando os recursos naturais” (Carmo, 1998, p. 219).

Com essa idéia, partimos da avaliação de três programas municipais que impulsionam um tipo de agricultura que se destina ao autoconsumo – revelador de algumas práticas agroecológicas na terra – e a venda dos excedentes dos seus produtos tanto para a população do município como diretamente para a prefeitura.

A intenção deste artigo é discutir alguns conceitos e práticas da agroecologia e associá-los ao que vem sendo observado continuamente nos lotes de assentamentos rurais na região de Araraquara-SP, através do nosso trabalho de campo. Para pensar na sustentabilidade na agricultura usamos o exemplo do autoconsumo nos assentamentos, colocando que ele contém manejo da terra menos impactante ecologicamente, conhecimentos tradicionais e diversificação de culturas.

O desenvolvimento social pode ser pensado a partir da melhoria de vida que essa população teve ao ser assentada. É uma população que em sua maioria vem da condição de assalariamento rural no corte de cana ou colheita de laranja, vivendo anteriormente ao assentamento em condições precárias no trabalho, na moradia e em outros aspectos de suas necessidades básicas. Com a reforma agrária e, neste momento, com os programas municipais analisados no presente artigo, compreendemos haver desenvolvimento para essa população de acordo com, pelo menos, duas primeiras dimensões básicas do conceito: aumento da eficácia dos meios de produção e satisfação das necessidades básicas da população (Furtado, 2000).

Agricultura Sustentável: conceitos e práticas

Numa discussão preliminar sobre agricultura sustentável, percebemos que este conceito comporta diversas vertentes que na prática pouco se diferenciam. Suas diferenças são mais em função do local de origem e do contexto social em que viviam seus precursores (Ehlers, 1996). Existem, desta forma, alguns princípios gerais que caracterizam determinadas práticas agrícolas como sustentáveis.

Conhecimentos sobre o funcionamento do ecossistema em que se vive e se produz, grande diversificação de culturas, uso de insumos não-poluentes, reciclagem de material orgânico da propriedade são exemplos tidos como essenciais para a prática

agrícola sustentável. A proposta do artigo neste item é discutir alguns conceitos e práticas deste tipo de agricultura e associá-los ao que observamos nos lotes.

Baseando-se no levantamento de Ehlers sobre origens e perspectivas da agricultura sustentável, temos que vários movimentos alternativos ao padrão convencional de agricultura se destacaram por valorizar o uso de matéria orgânica e outras práticas favoráveis aos processos biológicos. Muitos foram influenciados por trabalhos científicos na área da biologia, como os de Charles Darwin e A. B. Frank. Tais trabalhos acabam influenciando muitos outros, os quais destacam cada vez mais a atividade agrícola de países orientais, como China, Coréia e Japão, descrevendo técnicas de reciclagem de material orgânico e como esses países vinham conseguindo, durante séculos, uma agricultura sustentável capaz de alimentar suas vastas populações.

Criada a base para estudos sobre a “eco-agricultura”, surgem na década de 20 diversos movimentos com nomes diferentes: permacultura, agricultura ecológica, agricultura ecologicamente apropriada, agricultura regenerativa, agricultura poupadora de insumos, renovável, entre outras. De acordo com Ehlers, elas podem se enquadrar em quatro vertentes principais, todas chamadas de agricultura sustentável: biodinâmica, orgânica, biológica e natural.

Segundo a agrônoma Ana Primavesi (1996), a terra cultivada também faz parte do ecossistema e os insumos químicos ajudam a acabar a biodiversidade de sua microvida. Como em cada parte do mundo existe um ecossistema característico, também a terra se difere e requer um manejo diferente em cada lugar de acordo com seu ecossistema. Para ela, o modelo agrícola convencional faz agricultores acharem que podem criar, através da tecnologia, condições para o desenvolvimento da agricultura. De tanto aplicar insumo químico e mecânico, o solo se tornou impermeável (compactado), não permitindo a penetração da água e só a faz escorrer. Outro grande problema que ela cita é a substituição e até a perda de conhecimentos tradicionais sobre os ecossistemas pela utilização de tecnologia.

Primavesi se referia criticamente à adoção do pacote tecnológico para produção agrícola, criado e produzido por multinacionais que controlam o mercado da produção de alimentos. Este modelo vai de encontro ao funcionamento dos ecossistemas locais, além de gerar poluentes pelo uso de insumos químicos e combustíveis fósseis. Para ela, se cada lugar produzisse de acordo com as exigências de seus ecossistemas característicos, haveria uma grande melhora na produção e na produtividade, ao mesmo

tempo em que a atividade agrícola teria menor impacto sobre os recursos naturais, pois de qualquer forma seria um tipo de agricultura sustentável.

Algumas práticas da agricultura sustentável que possibilitam entendermos seus conceitos são: agregar o solo com palhas, restolhos, compostos, adubo verde, capins (que significa reciclagem de material orgânico, manter a umidade e fornecer alimento para a microvida do solo); proteger o solo do calor excessivo típico de países tropicais com plantio adensado (de plantas cerradas, densas, que fornecem sombra), cultivos consorciados para aumentar o sistema radicular e quantidade de raízes no solo (para criar canais de oxigenação e fixação de nitrogênio); arborização; proteger do vento (medidas paisagísticas como plantas para quebrar o vento, pois ele além de causar a maior das erosões nos solos e plantas pode trazer insetos ou agrotóxicos); manter a saúde vegetal pela alimentação orgânica, com utilização de composteiras e assim evitar pragas e doenças; rotação de culturas (para não desgastar os solos); e reflorestar para produzir melhor, para obter mais variedade para alimentação da microvida e aumentar a biodiversidade.

Tais práticas e conceitos se referem sobretudo ao caso da agricultura em países tropicais como o Brasil, onde temos altas temperaturas e devemos proteger os solos do calor excessivo e favorecer a diversidade de microorganismos que disponibilizam os elementos químicos para nutrir as plantas. Colocada a necessidade de entendermos o ecossistema e trabalharmos na terra segundo esse conhecimento, para a produção agrícola tudo faz parte de um ciclo, ou nada acontece isoladamente.

Nos assentamentos pesquisados algumas dessas práticas são observadas principalmente na agricultura de autoconsumo, que é analisada, do nosso ponto de vista, não apenas em termos de integração à economia capitalista regional. Antes disso, se constituem em um comportamento específico de explorações agrícolas familiares, envolvendo necessidades sociais dessas pessoas que se reproduzem e precisam da terra para que suas famílias não passem fome. Da nossa perspectiva, como bem disse Ferrante e Queda, “(...) temos clareza de que, na análise de como os assentados vivem, impossível de ser apreendida por uma lógica externa, quer seja do capital, da integração do mercado, da reprodução da força de trabalho, existe uma clivagem atravessada pela história, pela memória, pela subjetividade, pelo querer, por um projeto familiar. Nesta rede de relações, o autoconsumo ganha relevância” (Santos e Ferrante, 2003, p.16).

Assentamentos Rurais, Autoconsumo e Sustentabilidade

Para a análise do autoconsumo nos assentamentos estudados levamos em consideração a diversidade de trajetórias de vida de cada um. A origem rural é um fator predominante nessa população, pois a maioria nasceu, foi criada e trabalha desde muito jovem em lavouras. A origem, portanto, também se enquadra no enfoque da diversificação, já que em cada assentamento podemos encontrar pessoas dos mais variados Estados brasileiros. Em função de pessoas tão diferentes serem assentadas no mesmo local coexistem culturas, práticas agrícolas, costumes, hábitos alimentares dos mais diversos e há uma constante troca desses “saberes” entre eles. A diversidade de produções agrícola encontrada nos lotes é considerada uma expressão dessas culturas.

Voltando à terra, o trabalhador assentado volta a viver uma interação profunda com a natureza, garantindo em parte sua preservação, já que é dela que se extrai a sobrevivência e a complementaridade (Baraona, 1994). Neste “retorno” à terra, conhecimentos tradicionais no manejo agrícola fragmentados pelos fluxos de migração e trabalho em outras atividades assalariadas são resgatados e novamente recolocados em prática, momento em que eles podem ser repassados para os filhos que crescem nos assentamentos e ajudam no trabalho no lote. Esta prática, no nosso entender, é uma expressão do *habitus* (Bourdieu, 1989) dos assentados que se manifesta principalmente na agricultura de autoconsumo, de acordo com suas experiências em lavouras, com suas preferências, culturas e tradições. Em um assentamento, cada família que o constitui possui conhecimentos e práticas agrícolas diferentes, já que são espaços marcados pela singularidade e pela heterogeneidade (Ferrante, 1994).

Ao chegar num lote para a pesquisa de campo é comum encontrarmos hortas, criações, pomares e plantações diversificadas e completamente livres de agrotóxicos. Esses alimentos são, como dizem os assentados, “para o gasto” da família. São diversificados, em primeiro lugar, pois a própria alimentação envolve a diversidade, ou seja, se houver condições ninguém se alimenta só de arroz ou só de milho ou de qualquer outra coisa. Segundo, na trajetória de vida dessas famílias observamos sempre a experiência na agricultura, a grande maioria já traz consigo uma rica bagagem e conhecimentos da chamada “lavoura branca”, produção de alimentos destinados primordialmente à alimentação.

Neste contexto do autoconsumo é que identificamos elementos comparativos às práticas da agricultura sustentável nos assentamentos pesquisados. O fato de não usarem

agrotóxicos nestas produções, de haver diversidade agrícola, consorciamento de plantas, uso de composteiras, adubação verde, reaproveitamento de matéria orgânica proveniente do próprio lote, arborização e plantas quebra-vento, dentre outras, estão de acordo com as práticas descritas por Primavesi. Muitas dessas práticas advêm de seus conhecimentos tradicionais sobre agricultura e mesmo sobre o funcionamento do ecossistema.

O conhecimento tradicional se faz presente na prática agrícola nos assentamentos, conhecimentos dos “antigos”, de épocas em que a agricultura não exercia tamanho impacto no ambiente como emissão de poluentes em rios, grandes desmatamentos e decalcaração dos solos como nas grandes monoculturas altamente modernizadas de hoje. Ou seja, antes mesmo de existirem conceitos de agricultura sustentável já havia na prática manejos ecológicos na terra, que só foram substituídos quando houve a apropriação da atividade agrícola pela industrial com a revolução verde. Observamos que os assentados detêm esse conhecimento tradicional, os quais são predisposições adquiridas desde suas origens e trajetórias na terra e funcionam “como princípios geradores e organizadores de práticas e representações” (Bourdieu, apud Antuniassi, 1998, p. 199). Por mais que tenham sido fragmentados (os conhecimentos) pelos ciclos migratórios e pelo assalariamento, ficaram guardados como sementes esperando o espaço e o tempo certo para serem praticados.

Assentamentos na Agenda Municipal

De toda produção de autoconsumo o excedente não utilizado pela família pode ser doado, trocado ou vendido. Os dois primeiros casos são bem frequentes no interior dos próprios assentamentos. Vizinhos mais necessitados ou mais amigos mantêm uma certa rede de doações/trocas entre eles, se estendendo também na troca de serviços em lavouras, construções, criações de vacas etc. Uma prática que, com certeza, aumenta os laços de socialização entre eles.

No caso das vendas do excedente da produção de autoconsumo, em Araraquara atualmente existem três programas municipais que favorecem alguns (na verdade ainda muito poucos) assentados no escoamento dessa produção e de certa forma impulsionam sua continuidade. Uma é a Feira do Produtor, aos sábados, localizada na região central da cidade. Outra é no terminal urbano de ônibus, de segunda a sexta-feira, chamada de Direto do Campo. Nestas duas iniciativas a prefeitura disponibiliza o transporte de ida e volta dos produtores e suas mercadorias, barracas para exposição e um avental para os

caracterizar. A renda dos produtores com a venda direta varia de R\$ 250,00 a R\$ 500,00 mensais. Já a terceira iniciativa é em parceria com o governo federal, através do Programa de Aquisição de Alimentos. Neste caso, cada produtor familiar tem direito a vender para a prefeitura até R\$ 2.500,00 por ano em alimentos. A prefeitura também vai buscar as produções nos lotes e destina parte dela para a merenda escolar e outra parte para instituições como albergues e restaurantes populares.

Desta forma, a prática agrícola realizada com fins de autoconsumo pelas famílias assentadas contempla as três exigências da sustentabilidade referidas neste artigo. A exigência ambiental se refere à agricultura sustentável, poupadora de combustíveis fósseis e insumos químicos poluentes. O resgate do conhecimento tradicional, a volta da diversidade agrícola e a recomposição da paisagem em um mosaico agrícola (Whitaker, 2000), inclusive com flora nativa da região, são elementos que contribuem para a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais locais. Este conceito de mosaico agrícola se refere à diversificação de culturas que quebram a homogeneização da paisagem com as monoculturas através dos assentamentos e dos diversos sistemas produtivos em seu interior. Uma constatação empírica que também comprova os assentamentos como locais da singularidade, pois cada família desenvolve uma estratégia diferente formando os mosaicos.

Além dessa diversificação de sistemas de produção, os assentados muitas vezes têm a preocupação de reflorestar áreas em seus lotes ou nas divisas de áreas de proteção permanente com árvores frutíferas e nativas da região, motivados pelo fato de proteger a natureza e de haver alimento para os pássaros e animais nativos também. Tal fato é comprovado sobretudo naqueles assentados que não passaram pelo assalariamento e que conseguiram se manter no trabalho agrícola como meeiros ou arrendatários. Um exemplo foi a ampliação da fronteira de uma área protegida por lei: ela se deu por reivindicação de um grupo de assentados, que pediram o fechamento de uma estrada na divisa com uma dessas áreas na qual caçadores de animais nativos passavam à noite. Tal estrada foi reflorestada só com árvores nativas.

A exigência econômica do conceito de sustentabilidade é contemplada também porque há geração de renda, por mais que não seja alta, serve para as necessidades do dia-a-dia dos assentados. Para uma produção que às vezes nem é colhida por não ser em grande escala produtiva e por isso ter sua comercialização dificultada, principalmente pela dependência do escoamento através de atravessadores, quando se fala em necessidades de geração de renda é muito vantajoso obter qualquer pagamento por elas.

No entanto, gostaria de frisar também que muitos assentados não fazem questão e até não gostam de vender esses alimentos, pois não são sistemas de produção comercial. O alimento tem um significado que vai além desse para alguns, visto a hospitalidade em nos receber oferecendo e doando tais alimentos quando estamos lá visitando-os. Mesmo para famílias que necessitam de complementação de renda, ouvimos de seus membros: “Eu vou vender limão que dá no pé?”. Eles preferem doar para quem não tem.

A exigência social abrange desde questões como as doações/trocas ao destino dos produtos quando vendidos. Chegam na cidade com um preço bem mais acessível e, ao mesmo tempo, com menos ou nenhum agrotóxico, além de serem direcionados pela prefeitura às instituições assistencialistas e escolas municipais. Envolver tais produções em projetos municipais é uma questão central para que haja sustentabilidade nos assentamentos. Os assentados sabem que podem plantar com alto nível de diversificação para a alimentação de suas famílias e ter, com a venda do excedente nos projetos municipais, a garantia de manter esse ciclo produtivo de autoconsumo sem a necessidade de investimentos de outras fontes para isso. Permite que o autoconsumo seja auto-reproduzido.

Uma outra análise da diversidade agrícola passa ainda pela possibilidade de maior autonomia dos assentados frente às alternativas econômicas criadas junto aos complexos agroindustriais regionais, incluindo o tipo de agricultura (dependente de insumos químicos, mecânicos e genéticos) praticado nos complexos e exigido de seus pequenos fornecedores assentados. Alternativas como essas são cada vez mais freqüentes nos lotes, geralmente ocupando uma parte deles com monocultura. Quanto maior o nível de diversificação agrícola, maiores as possibilidades de integração econômica. Diminuem com isso a dependência em relação ao mercado de um produto específico, ou seja, no caso de queda de preço num produto ou mesmo do ataque de pragas em um deles, o agricultor tem outras alternativas para diminuir o impacto no orçamento familiar.

A agricultura de autoconsumo observada nos lotes dos assentamentos estudados é uma consequência da própria necessidade que eles têm para suas subsistências. Já contém um dos aspectos da sustentabilidade por suas práticas agrícolas. Pode significar um pouco mais, com incentivos e programas municipais continuados e que atendam parcela mais significativa de assentados, uma alternativa produtiva sustentável frente àquela que hoje é a mais vista nos lotes: a cana-de-açúcar agroindustrial em parceria com usinas. De acordo com Maristela Simões do Carmo (1998), a produção familiar

pode ser o *locus* ideal da agricultura sustentável, no caso de conseguirmos vislumbrar essa idéia em conjunto com os diversos atores envolvidos nas políticas de assentamentos, incluindo-se os próprios assentados.

Conclusões

Apesar das iniciativas, os assentamentos ainda não compõem a agenda municipal. Observamos no discurso dos assentados que a alternativa mais viável nos lotes é aquela baseada no modelo de desenvolvimento rural predominante nesta região: o agronegócio canavieiro. A força econômica deste complexo agroindustrial tem se mostrado no número de lotes que a cultura de cana ocupa, cerca de 80% no PA Bela Vista e passando dos 50% no PA Monte Alegre. Investir na diversificação e em produções características da agricultura familiar é exceção, embora tenha suas expressões.

Atribuímos isso ao fato de que o poder local é um ator participante da trama de tensões, em alguns municípios da região um factótum do poder econômico representado pelas usinas. Quando entra novamente em cena a possibilidade de bons retornos financeiros plantando-se cana, tanto usineiros como parte significativa dos assentados, que contaram com a contrapartida do Itesp em 2002 através da portaria 075-2002, fizeram um insistente movimento pró-cana que envolveu até o governador do estado, configurando-se hoje como a produção mais evidente nos assentamentos.

Por mais que a cana ou qualquer outra monocultura predomine, exigindo ainda mais elementos em sua análise, a diversificação agrícola e o autoconsumo são fatores inerentes aos assentamentos. O envolvimento do poder local, mesmo influenciado pelo poder econômico não é passível às transformações baseadas nesta outra territorialização dos assentamentos. O que, por vezes, atribuem a seus representantes o mérito de proporcionar aos assentados alternativas mais condizentes com a lógica da propriedade familiar.

No atual artigo, através da análise sobre os programas municipais, temos uma possibilidade de com eles haver sustentabilidade nos assentamentos rurais. Mas, além de encontrar efetivamente alternativas que se contraponham a monocultura nos lotes, deve-se buscar a potencialização dos programas para atender mais assentados, o que necessariamente ampliaria a oferta de alimentos nos municípios do entorno, geraria mais trabalho familiar na terra, possivelmente empregando os jovens. A sustentabilidade nos assentamentos, neste caso, deve entrar como prioridade na agenda

municipal, de forma a se associar a outras políticas públicas voltadas à construção de um modelo de desenvolvimento rural alternativo ao comandado pelo agronegócio.

Referências Bibliográficas

- ANTUNIASSI, M.H.R. Os núcleos de reforma agrária como espaço de integração social: o caso da família Pereira. In: FERREIRA, A.D.D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.) **Para Pensar Outra Agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p. 197- 214.
- ANTUNIASSI, M.H.R., AUBRÉE, M., CHONCHOL, M.E.F. de De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação Seade, Vol. 7, nº 3, julho-setembro, 1993.
- BARAONA, R. **Un Campesino por Dentro**. Conferência de abertura do IV Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, Concepcion, Chile, dezembro, 1994. Mimeo.
- BERGAMASCO, S.M.P.P. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: MEDEIROS, L. et alii. **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. Edunesp, 1994, p. 225-236.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- CARMO, M.S. do A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A.D.D. e BRANDENBURG, A. (Orgs.) **Para Pensar Outra Agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.
- D'INCAO, M.C. e ROY, G. **Nós, Cidadãos. Aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- DUVAL, H.C. O Trabalho em Grupo e o Trabalho de Campo: um pesquisador em busca da visão poliocular. **Retratos de Assentamentos**. Ano X, Nº 9, Nupedor, Uniara, Araraquara, 2004.
- DUVAL, H.C. **Práticas Agroecológicas em Terras de Assentamentos Rurais**. Monografia de bacharelado, FCL/Unesp, Araraquara, 2005.
- EHLERS, E. **Agricultura Sustentável. Origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.
- FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos Rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos**. Ano I, Nº 1, Nupedor, Unesp, Araraquara, 1994, p. 75-148.

- FERRANTE, V.L.S.B. Experiências recentes de reforma agrária no Brasil: a sustentabilidade (re)construída? **Retratos de Assentamentos**. Ano VI, Nº 8, Nupedor, Unesp, Araraquara, 2000, p. 07-18.
- FURTADO, C. **Introdução ao Desenvolvimento. Enfoque histórico-estrutural**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MEDEIROS, L.S. de e LEITE, S. (Orgs.) **Assentamentos Rurais. Mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- PRIMAVESI, A. **Manejo Ecológico dos Solos**. São Paulo: Nobel, 1996.
- SANTOS, I.P. dos e FERRANTE, V.L.S.B (Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo**. Fundação Itesp/ Uniara, Araraquara, 2003.
- WHITAKER, D.C.A. e FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de Reforma Agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos** Ano VI, Nº 8, Nupedor, Unesp, Araraquara, 2000, p.19-32.

USO COMUM: SISTEMAS DE DIREITOS COMBINADOS E TERRITORIALIDADE¹

Marisa Barbosa Araujo Luna
Doutoranda em Antropologia Social, PPGAS - IFCH/ UNICAMP
Membro do CERES - IFCH/ UNICAMP

INTRODUÇÃO

O reconhecimento de formas específicas de territorialidade tem legitimado o acesso à terra de muitos grupos sociais. A proposta deste trabalho é a de contribuir para o debate acerca da gestão de recursos comuns a partir da experiência prática de co-gestão dos moradores da Reserva Extrativista do Alto Juruá, no Acre, definida como *propriedade da União* e destinada ao *usufruto* de moradores por meio de uma concessão de uso coletiva. Analisando casos concretos, é possível apresentar um panorama da articulação entre as regras costumeiras e regras institucionais, que compõem um sistema de direitos combinados. Na prática, como é estabelecido o uso, pelas pessoas e famílias, dos recursos naturais, ou seja, qual é a especificidade da territorialidade local? As regras que orientam o acesso e uso são regras costumeiras ou institucionalizadas? Em que contexto elas são acionadas? Há quem fiscalize o cumprimento de tais regras?

I - A RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ

A proposta dos seringueiros, elaborada em escala regional pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, era resolver o problema fundiário², desapropriando os seringais e fazendo uma reforma agrária adequada ao seu modo peculiar de usar a terra - como floresta e não apenas como local para agricultura³. Essa proposta, formulada inicialmente em 1985, evoluiu, combinando a idéia de preservação ecológica à justiça social e passando por uma reforma dos direitos sobre a terra. Como resultado de lutas locais de sindicalistas do rio Tejo, apoiadas pelo movimento dos seringueiros que, no

¹ Este trabalho é fruto de minha dissertação de mestrado (LUNA, 2003), realizado sob a orientação do Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida.

² Mesmo após quase um século de ocupação, por volta de 1990 a propriedade da terra ainda continuava irregular (Cf. Almeida, 1992; Wolff, 1999; Franco, 2001). A floresta pertencia aos patrões, porém os títulos de propriedade não eram regulares ou não existiam. No início da década de 1980, o INCRA iniciou um processo de regularização de direitos de propriedade sobre os seringais, reconhecendo os patrões como proprietários de direito sobre florestas que haviam ocupado com títulos inválidos. Os seringueiros, que trabalhavam nas *colocações*, raramente tiveram seus direitos reconhecidos. Na região que abrange o rio Tejo (bacia hidrográfica que hoje compõe o território da REAJ), esse processo resultou no reconhecimento de títulos de propriedade de uma empresa paulista sobre quase todo o rio, mas nenhum seringueiro que habitava a área recebeu qualquer título. Não havia nenhum mecanismo que garantisse a propriedade da terra aos seringueiros.

³ Para detalhes sobre a *posse agroecológica* ver Benatti, 2001.

final da década de 1980, ganhou repercussão nacional, sobretudo após o assassinato de Chico Mendes, foi criada a Reserva Extrativista do Alto Juruá (Cf. Costa, 1988).

O Decreto nº 98.897, de janeiro de 1990, criou a Reserva Extrativista do Alto Juruá - REAJ, declarando de interesse ecológico e social uma área de 506.186 ha, localizada no extremo oeste acreano, que passou a ser propriedade da União, cabendo ao IBAMA as desapropriações necessárias.

O usufruto da terra foi passado para os moradores em novembro de 2002 (John, 2002), por meio de títulos de concessão de uso, através da associação local, a Associação de Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá - ASAREAJ. Neste momento, entrou em vigência um outro sistema de direito sobre a terra e também novos atores sociais. As relações de poder foram alteradas: a figura do patrão monopolista e dono das estradas deixou de existir; chegaram os comerciantes, às vezes os mesmos padrões de outrora, além dos políticos e pesquisadores. Alguns moradores, sindicalistas ou não, passaram a ser capacitados enquanto membros da diretoria da ASAREAJ e, mais tarde, como *fiscais* do uso de recursos naturais, sempre em interação com órgãos federais. Os moradores passaram a ter pleno direito e maior autonomia sobre a sua produção e sobre os espaços da REAJ.

O reconhecimento da forma local de uso da terra, fundamenta a proposta das Reservas Extrativistas enquanto uma forma de regularização fundiária para a população de seringueiros (Cf. Almeida, 1995) e é muito importante para a compreensão da relação que os moradores da REAJ têm com o espaço. A peculiaridade na forma de utilização da terra extrapola os limites da Reserva Extrativista do Alto Juruá e, segundo Bennati (Benatti, 2001), é compartilhada por diversos outros grupos sociais e etnias amazônicas. Ao contrário da forma de uso e apropriação encontrados em outras regiões, estruturados em módulos rurais de terra, “que levam sempre à formação de um quadrilátero, de áreas contínuas e fechadas” (Benatti, 2001:40), as áreas de uso das colocações⁴ na REAJ não são fixas e permanentes: os roçados são cultivados anualmente em manejo rotativo e áreas alocadas para pastos podem variar sazonalmente. Tampouco as áreas de uso são necessariamente adjacentes.

⁴ As unidades locais de uso da terra são as colocações, áreas que compreendem: as *estradas de seringa*, que são os caminhos na mata determinados pela ocorrência espontânea das seringueiras, das quais se extrai o látex; os *roçados*, em sua maioria voltados para a subsistência; a *casa de farinha*, normalmente próxima ao roçado e utilizada no processamento da mandioca para o consumo doméstico; a *casa* e o *terreiro*, que são os espaços de moradia com algumas árvores frutíferas e pequenas criações de animais como galinhas, patos e porcos; o *campo* de gado, que normalmente circunscreve a casa⁴; e as *áreas de caçada*, que são na maioria das vezes perpassadas pelas estradas de seringa.

O uso e gestão do território e dos recursos naturais da REAJ são pautados na legislação ambiental, que se aplica a áreas protegidas de uso direto, como as Reservas Extrativistas. Existe ainda um Plano de Utilização escrito, formulado pelos moradores, que incorporou certas regras costumeiras, e que garante a gestão coletiva dos espaços da REAJ. Contudo, além dessas regras escritas, há outras regras e princípios em jogo, que regulam as ações cotidianas. Assim, a REAJ é gerida por um pacote de regras, pautadas também em princípios locais de direito e justiça que se sobrepõem e que se articulam, criando um sistema de gestão com uma dinâmica particular. Além do direito de uso dos recursos naturais e de direitos sobre os produtos do uso, os moradores são considerados detentores do direito de excluir outros moradores e de transferir o uso dos recursos a outras pessoas.

O fato da colocação constituir um território de múltiplos ocupantes coloca um problema constante a ser resolvido. A rigor, ela pode ser domínio de *um* grupo familiar representado por seu chefe, mas gerida por um *conjunto* de tais grupos domésticos⁵. Ela pode, também, pertencer a um único grupo familiar, que permite que outros passem a viver ali, mantendo-se como posseiros e assim submetendo-se, em última instância, às decisões do “dono” da colocação. No primeiro caso, os grupos familiares precisam entrar em acordo para resolver, por exemplo, como dividirão a área em zona de agricultura e zona de criação, já que não há limites ou cercas para o gado; a decisão de cada um afetará os demais. Devem resolver, também, como usar a clareira e onde se localizam áreas de uso comum, como por exemplo, o campo de futebol. Desse modo, embora roçados e casas sejam de uso *privado* - havendo direitos de chefes de família sobre esses bens -, o seu uso envolve decisões de interesse coletivo.

II - DIREITOS, REGULAMENTOS E REGRAS COSTUMEIRAS

As *questões*⁶ entre moradores são situações privilegiadas para a apreensão da dinâmica entre as normas legais e as costumeiras, pois, como afirma Van Velsen, a fonte de informações mais frutífera sobre normas conflitantes é constituída por disputas.

⁵ Em 1991, foi realizado um cadastro de moradores como parte do processo de implementação da REAJ. O cadastro tinha como meta registrar todos os moradores, bem como a colocação em que moravam e as estradas de seringa que efetivamente cortavam. Esse trabalho foi conduzido pela ASAREAJ com o apoio do Conselho Nacional dos Seringueiros, em convênio com o IBAMA, e coordenação do professor Mauro Almeida. Além do cadastro propriamente dito, o levantamento resultou em uma base de dados georeferenciada que localiza as colocações e situa os moradores em cada uma delas. O resultado foi apresentado ao IBAMA. Uma década depois, em diversas situações, os moradores da REAJ, ao afirmarem o domínio sobre uma estrada ou colocação, se utilizam do cadastro para a legitimação de tal afirmação. Contudo, esse documento não é visto por ninguém, tendo existência oral.

⁶ Questão é a definição local para conflitos entre moradores acerca de direitos sobre os recursos. Usa-se “fulano está de questão com cicrano”.

(Van Velsen, 1987:369). Desses contextos emergem também as noções de direito e justiça vigentes na Reserva Extrativista do Alto Juruá.

As narrativas e observações⁷ sobre algumas *questões*, com comentários dos atores, permitem delinear essa dinâmica entre normas legais e costumeiras interpretadas em casos concretos, além de reiterarem alguns princípios gerais do direito costumeiro: o da anterioridade e prioridade de ocupação, o da transferência de benfeitorias por venda e o de direito ao produto do trabalho investido (madeira serrada, mandioca, bananeiras).

A história da ocupação do Alto Rio Juruá explicita, em diversos momentos, a existência das regras de uso dos recursos. No início do séc. XX, o coronel Thaumaturgo de Azevedo, então prefeito do Departamento do Alto Juruá, através de um decreto, instituiu normas que definiram práticas de extração e manejo florestal (Azevedo, 1906).⁸ Anos depois, patrões ainda estabeleciam normas de uso para o manejo das seringueiras⁹. Na década de 1990, com a implementação da REAJ, foi institucionalizado um corpo de normas e regras de uso dos recursos naturais, o Plano de Utilização. (Brasil, 1995)

É possível perceber, portanto, que em diversos momentos existiram regras acerca do uso dos recursos. Algumas institucionalizadas e formalizadas, que deram origem a costumes; outras, que nunca passaram pelo plano da formalização e que, no entanto, sempre foram respeitadas. As regras variavam de acordo com a época e com as orientações ideológicas e econômicas locais. As questões acerca do cumprimento de tais regras também eram inúmeras, o que justificava a existência de encarregados da

⁷ Foram realizadas três pesquisas de campo na REAJ. A primeira ocorreu de agosto de 1994 e fevereiro de 1995, como parte do projeto “Can traditional forest-dwellers self-manage conservation areas? A probing experiment in the Juruá Extractive Reserve, Acre, Brazil” financiado pela Fundação McArthur, coordenado por Prof. Dr. Mauro W. B. Almeida, Prof. Dr. Manuela Carneiro da Cunha e pelo Prof. Dr. Keith S. Brown Jr. A segunda viagem, financiada pelo convênio CIFOR/ UNICAMP ocorreu em 1996 e teve duração de 2 meses. A terceira pesquisa de campo fez parte do Projeto de Pesquisa e Monitoramento Participativos em Área de Conservação Gerenciada por Populações Tradicionais, coordenado pelo Prof. Dr. Mauro W. B. Almeida, financiado pelo Plano Piloto para Florestas Tropicais Brasileiras – Subprojeto Projetos de Pesquisa Aplicada; ocorreu em 2000 e teve a duração de 2 meses.

⁸ Foi instituída, em todos os seringais, a figura dos inspetores de barracão, ou inspetores de quarteirão, nomeados pelos juízes de paz. Estes, por sua vez, eram nomeados pelo prefeito. No relatório de 1906, consta um resumo dos decretos da prefeitura concernentes às atribuições dos inspetores, elaborado por Thaumaturgo de Azevedo para auxiliá-los, “por serem estes servidores os mais modestos e não terem os elementos de consulta dos juízes de paz” (Azevedo, 1906:31). São 47 “instruções”, que vão desde a obrigação da realização de registros de moradores dos seringais, passando por intervenções e procedimentos em ocorrências criminais, limites à coleta de tracajás⁸, regras de corte de seringa, de plantação de roçados (como proibições de cultivo nas margens dos rios), de preservação de palmeiras e árvores frutíferas, limites e métodos para a pesca, garantia da propriedade, formas de caça, incluindo até serviços burocráticos e administrativos, como a elaboração de relatórios e distribuição de correspondências. O Decreto nº 6, de 18 de setembro de 1904, que cria os postos de fiscalização, ou *capatazias*, rege também a pesca, o regime das águas. O Decreto nº 16, de 24 de dezembro de 1904, regula a caça e a pesca em domínio público.

⁹ Durante o segundo ciclo da borracha, depois da década de 1940, existiu também uma grande preocupação com normas de manejo, havendo regras relativas ao corte da seringa, que eram fiscalizadas pelos mateiros. A figura do mateiro, conhecedor da mata e parte do corpo de empregados do patrão, tinha como função fiscalizar o cumprimento de normas relativas ao uso das seringueiras, visando impedir sua depredação e garantindo assim a manutenção dessa fonte de riqueza de fundamental importância nos seringais. Já no início dos anos 80, buscando o aumento da produção, patrões chegaram a incentivar o corte desregrado, que implicava muitas vezes no esgotamento do recurso. A conhecida frase local, “quem for macaco que trepe e quem for tatu que cave”, sugeria que o corte fosse realizado desde o chão até muito alto, contrariando uma das regras de manejo das seringueiras, que determinava que elas fossem cortadas somente com o “pé no chão”.

coerção, como o inspetor de barracão e o mateiro. Outra característica importante é que as primeiras regras institucionalizadas visavam, sobretudo, a preservação da propriedade de um patrão. Normas do uso dos recursos eram instituídas para garantir a otimização da fonte de renda sem a exaustão do recurso de uma propriedade privada. Depois de criada a REAJ, as regras formalizadas foram revestidas de um cunho ecológico e social: o intuito é preservar um bem comum.

O processo de elaboração do Plano de Utilização da REAJ, por sua vez, teve as suas peculiaridades. Propôs-se que os próprios moradores se encarregassem das atividades necessárias para a implementação da REAJ, e o plano de manejo era uma delas. Em assembléia da ASAREAJ realizada em dezembro de 1992, os moradores elaboraram uma minuta do documento, conhecida por Plano de Uso. Cartilhas foram confeccionadas para a divulgação desse plano, que também foi submetido ao IBAMA para aprovação. O Plano de Uso é composto de quatro grandes capítulos: Normas Gerais, Regulamentos, Fiscalização e Penalidades; cada capítulo é subdividido em seções e estas são, por sua vez, desmembradas em itens. Os Regulamentos dizem respeito às estradas de seringa, madeiras, palheiras, outros produtos da mata, roçados, criação, caça, pesca e áreas de uso comum.

Após alguns anos, em 1995, foi publicado em diário oficial o Plano de Utilização da REAJ, que tem por base, fundamentalmente, o Plano de Uso proposto pelos moradores. Este documento é organizado em grandes temas subdivididos em itens: Finalidade do Plano, Responsabilidade pela Execução do Plano, Intervenções Extrativistas e Agro-Pastorais, Novas Intervenções na Floresta, Intervenções na Fauna, Intervenções nas Áreas de Uso Comum, Fiscalização da Reserva, Penalidades e Disposições Gerais.

Em muitas falas e até em atitudes concretas, para resolução das questões, os moradores atribuem ao Plano de Utilização o caráter de *Lei da Reserva*, sobrepondo-o a soluções vistas como parciais e nas quais venha a prevalecer a “lei do mais forte”. Um exemplo disso é a questão entre Meiruoca e Zé do Lopes, intermediada por Pedrinho:

Pedro Gomes do Nascimento, conhecido por Pedrinho, nasceu em 1950 no rio Jordão e aos quinze anos mudou-se, com a família, para a Restauração, no rio Tejo. É casado com Maria de Fátima Damasceno de Araújo, com quem teve onze filhos. Pedrinho reside há mais de 20 anos na Colocação Cachoeira do Lago Grande, no Tejo.

Durante o processo de criação e implementação da REAJ, Pedrinho esteve sempre ativo, envolvido, já tendo sido membro da Diretoria e do Conselho Fiscal da

ASAREAJ. Faz parte de uma parentela muito ativa politicamente na REAJ¹⁰, sendo enteado de Milton Gomes da Conceição, Seu Milton, que já foi presidente da ASAREAJ. O contato de Pedrinho com os pesquisadores foi sempre muito estreito: trabalhou como guia e piloto de embarcação para muitos de nosso grupo. Em 1993, cedeu espaço na sua colocação para a construção da Base de Pesquisa, hoje extinta, da qual se tornou zelador.

José Virgílio do Nascimento, O Zé do Lopes, é vizinho de Pedrinho, morador da colocação Cachoeira do Lago Grande também há mais de vinte anos. Nasceu e foi criado no rio Tejo. Casado com Dinha, é cunhado de Pedrinho (as esposas são irmãs). Zé do Lopes, grande conhecedor da mata, já auxiliou muitos pesquisadores em campo.

Zé do Lopes estava de questão com o vizinho Meruoca, pelo fato deste ter construído uma casa na “volta” da sua estrada de seringa¹¹.

Pedrinho, sabendo da questão, sugeriu a Seu Antônio de Paula¹² - na ocasião presidente da ASAREAJ e em viagem pelo rio Tejo – que fizesse uma visita a Meruoca, para resolver a situação. Na casa de Meruoca, na presença de Pedrinho e de familiares do dono da casa, houve uma conversa na qual cada um expôs a sua opinião. Depois de ouvir a todos, Seu Antônio sugeriu uma votação, mas não antes de dar a palavra a Pedrinho, que era membro da diretoria da ASAREAJ.

Pedrinho discordou da solução de colocar em votação a questão: “Eu discordo. Eu discordo botar essa questão em votação. Eu nunca vi tribunal ser votado. Questão se resolve de acordo com a Lei. Ganha quem tem direito.” Havia percebido que a maioria dos presentes era da família de Meruoca e, se houvesse votação, Zé do Lopes provavelmente perderia a questão.

Pedrinho havia levado para a reunião o seu exemplar do Plano de Utilização; estava ali “com a Lei na mão”. Pediu para que Rui – o agrônomo que estava morando nas proximidades, membro da equipe do Projeto de Pesquisa - iniciasse a leitura. Antes de terminar, porém, Meruoca desistiu, percebendo que não estava com direito.

Nesse episódio, a leitura do Plano de Utilização encerrou a questão, pelo menos na ocasião. Convém, no entanto, destacar que é raro um morador ter consigo um

¹⁰ Para mais detalhes, ver Franco, 2001.

¹¹ Uma estrada de seringa pode ser descrita por um vocabulário bem específico. A volta da estrada é um desmembramento desta em função do número de árvores de seringa, ou *madeiras*. Por exemplo, uma estrada com muitas madeiras pode ser dividida em uma estrada e uma volta. Assim, os dias de atividade em uma e outra podem ser alternados.

¹² Antônio Francisco de Paula é cearense e chegou no Acre em 1950. Alfabetizado, foi seringueiro e empregado de barracão em diversos seringais no Tejo. Coordena as ações de saúde na REAJ desde 1992. Foi secretário da ASAREAJ de 1994 a 1996 e presidente entre os anos de 1996 e 1999. (Cf. Carneiro da Cunha & Almeida, 2002)

exemplar do Plano de Utilização, como Pedrinho. Apesar disso, a referência à Lei da Reserva é frequente, mesmo na ausência do texto escrito.

Em vista do exposto, pode-se concluir que existe um corpo de regras institucionalizadas, mas o processo de interpretação e aplicação destas regras é situacional. A história local sedimenta várias regras e costumes; porém, como os processos históricos, a aplicação e o cumprimento das regras são dinâmicos, contextuais.

Vê-se que, às vezes, é uma autoridade local que toma a decisão, em geral uma pessoa mais velha, mas outros atores como os fiscais colaboradores têm legitimidade para influir nas decisões, mesmo sendo mais jovens. Em situações de resolução de questões, figuras externas, que vão desde vereadores, delegados e outras autoridades em Thaumaturgo¹³ até funcionários do IBAMA ou, mesmo, o Presidente da ASAREAJ, podem ser acionados. Algumas vezes, através desses agentes fronteiriços, aparecem princípios e normas do Plano de Utilização ou da legislação de usucapião – contrapondo-se ou combinando-se aos princípios de anterioridade, de trabalho investido e de consenso do grupo local, como critérios para estabelecer direitos de alguém numa colocação.

III - OS MORADORES FISCAIS

Há, na REAJ, um grupo de pessoas que exerce a função de fiscais colaboradores do IBAMA. Fiscal colaborador é uma figura legal na qual o IBAMA incorpora a atuação de alguns moradores para fiscalizar o cumprimento da legislação ambiental e também do Plano de Utilização no interior da Reserva.

Inicialmente (i.e. aproximadamente de 1990 a 1995), havia representantes locais indicados pela ASAREAJ e a ela vinculados – os fiscais de base –, cujo papel era o de “discutir com a comunidade e fazer cumprir o Plano de Uso”, elaborado e implementado pela própria ASAREAJ. Os representantes ficaram localmente conhecidos como fiscais de base pois “houve um entendimento geral de que as pessoas eleitas eram os fiscais previstos no Artigo 20 do Plano de Uso, também chamados ali de fiscais mateiros”(Almeida & Franco, 2000). Deveriam ser responsáveis pelo

¹³ O atual município de Marechal Thaumaturgo era ainda, em 1994, a Vila Marechal Thaumaturgo. Em 2000, o município contava com uma população de 5486 habitantes, 1441 na sede ou zona urbana e 4045 na zona rural, incluindo a população da Reserva (Cf. Torrentino, 2001). A sede do Município fica fora do território da REAJ, sendo separada deste pela embocadura do rio Amônia. Na cidade, estão estabelecidos um posto de saúde, delegacia, escola de primeiro grau, prefeitura, farmácia, além de pequenas casas comerciais, que suprem moradores da própria cidade e da REAJ com produtos que vão desde víveres alimentícios até gasolina e diesel para os motores dos barcos. Os preços das mercadorias, no entanto, são superiores aos encontrados em Cruzeiro do Sul.

cumprimento do Plano de Uso, chamando a atenção dos infratores e encaminhando denúncias à ASAREAJ, caso houvesse necessidade. Entretanto, os fiscais de base reclamavam um poder coercitivo, pois não tinham mecanismos para fazer valer regras que tentavam implementar.

O IBAMA, ao aprovar o seu Plano de Utilização, regulamentou o papel dos fiscais, que se tornaram fiscais colaboradores do IBAMA: moradores da REAJ que têm o *objetivo de fazer cumprir a legislação ambiental vigente e a aplicação do Plano de Utilização da Reserva* (Plano de Utilização, 1995: 22). Essas pessoas participam de treinamentos realizados pelo CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais, comumente à convite da Diretoria da ASAREAJ.

Os moradores fiscais são conhecedores da legislação oficial da REAJ - o Plano de Utilização - e também dominam o corpo de princípios que regem o direito costumeiro. São atores-chaves do processo que articula o novo e o tradicional, o oficial e o costumeiro, a estrutura e as ações. Joan Vincent (Vincent, 1987:388), ao propor o enfoque da sociedade agrária como um fluxo organizado, trata dos *intermediários* das comunidades rurais, que pela natureza de sua atividade, são indivíduos em movimento, que transitam entre o Estado e a comunidade. O fiscal pode também ser visto como este intermediário, transitando entre regras costumeiras, redes de parentesco, relações sociais e regras institucionalizadas, e instituições como IBAMA e ASAREAJ.

Antônio Marcílio de Albuquerque, Coronel, é fiscal desde 1994, tendo sido convidado para a função por Chico Ginú, Presidente da ASAREAJ na ocasião. Desde então, vem participando de todos os treinamentos para fiscais, realizados por técnicos do IBAMA, na REAJ. Define o campo de atuação dos fiscais: “(...) todo problema que tem aqui na Reserva tá entregue à fiscalização. Questão de morador, de vizinhança, criação. Todo problema de roçado, de desmato na beira do rio. Finalmente, tudo o que acontecer irregular aqui dentro da Reserva, tá à disposição dos fiscais. Tem muito trabalho (...). Desmate, questão de vizinho com vizinho, criação de porco solto na mata. É, vários problemas.”

Antônio Pereira da Silva, seu Lico, é seringueiro e agricultor. Exerce a função de fiscal desde 1992. Seu Lico é participante ativo de assembléias, reuniões e treinamentos. Conta que “nessa época existia muito pouco apoio, e o pessoal era desobediente”, então os fiscais “acharam que eram muito pressionados, que não tinha pagamento, não tinha apoio, tal, e muitos enfraqueceram mesmo e procuraram a defender seus próprios direitos (...)”.

Em 1994, aconteceu o primeiro treinamento do IBAMA. Nessa ocasião, os fiscais foram formalmente reconhecidos como fiscais colaboradores do IBAMA. A partir de então, as denúncias eram encaminhadas ao funcionário do IBAMA em Cruzeiro do Sul¹⁴, que divulgava uma mensagem de alerta aos infratores em um programa da Rádio Verdes Florestas¹⁵, emissora que funciona na cidade. Com as inúmeras mensagens passadas através da Verdes Florestas, as pessoas passaram a “reconhecer mais” os fiscais.

Com os anos, a orientação do IBAMA também mudou. As mensagens foram extintas e a punição se tornou mais severa: “O IBAMA não manda mais mensagem, vem buscar o infrator”. Feita formalmente a denúncia, o funcionário do IBAMA de Cruzeiro do Sul pode realizar uma visita com poder punitivo. Ora, deve ser lembrado aqui que a legislação ambiental vigente tem punições extremamente severas – das quais os fiscais colaboradores devem ter conhecimento em seus treinamentos com o IBAMA. É raro que as penas da legislação sejam efetivamente cumpridas, mas a realização de uma “fiscalização séria” é vista pelos fiscais colaboradores como o último recurso, que deve ser evitado para com os vizinhos. Assim, tentam resolver a situação localmente, antes de formalizar a queixa para as autoridades. Dizem para os infratores que “agora é sério”, e que se não houver colaboração, as autoridades virão e nada poderá ser feito.

Na prática, contudo, a atitude pessoal do fiscal colaborador acaba sendo menos incisiva e radical, fundada na conversa e no esclarecimento, tentando evitar as denúncias que teriam consequências drásticas para o infrator e para a relação social existente entre ambos. Quanto às atitudes drásticas de denúncia, Toínho Grajaú, fiscal desde 1994, diz: “(...) a gente nem espera que aconteça isso, que isso é uma coisa que eu digo sempre quando eu tô trabalhando, eu digo prá um companheiro meu: companheiro, eu peço por tudo no mundo que você entre num acordo porque a coisa que eu acho mais lamentável é ver um pai de família ser penalizado por uma pouca coisa. Não adianta o camarada querer fazer questão por pouca coisa que dá prá gente resolver a gente entre a gente mesmo”.

No ano de 2000, os fiscais receberam, do IBAMA, carteiras de identificação: as credenciais ou os documentos, como são conhecidas localmente. Elas representam, para

¹⁴ O município de Cruzeiro do Sul tem cerca de 15000 habitantes e encontra-se às margens do Rio Juruá no oeste acreano. Localiza-se a cerca de 3 dias de barco ou 1 hora de avião monomotor da REAJ.

¹⁵ A Rádio Verdes Florestas é muito ouvida na REAJ. Muitas casas possuem rádios de pilhas, e famílias inteiras acompanham juntas os programas noturnos. Normalmente, aqueles que possuem rádio tratam de transmitir os recados e mensagens àqueles que não o têm.

os fiscais, o reconhecimento da autoridade da função. Ao ser perguntado quanto à legitimidade do seu trabalho, Toíño Grajaú respondeu: “(...) eles sabem que existe a lei, eles sabem que eu sou fiscal colaborador do IBAMA. Eu tenho aquele direito, de fazer aquilo mesmo. E antes, eu fui muito criticado, mas antes quando eu não era credenciado, não tinha os meus direitos mesmo. Eu era reconhecido como fiscal colaborador do IBAMA mas eu não tinha um documento que provasse que eu era aquela pessoa. Mas hoje, depois que eles entregaram os documentos (...) porque eles sabem que se o camarada vier contra a pessoa da gente e teimar fazer o que ele não tem por direito fazer, é uma denúncia (...)”. Segundo o depoimento de Toíño Grajaú, assim que tomaram conhecimento de que ele havia se tornado fiscal colaborador do IBAMA, as pessoas passaram a respeitá-lo. Antes, quando não era credenciado, ele não era reconhecido como fiscal, pois não tinha documento comprovador da função. Com os documentos, e depois de inúmeras mensagens passadas através do rádio pelo IBAMA, pedindo colaboração dos moradores, ele se tornou conhecido e solicitado para a intermediação em inúmeras questões.

A atividade de fiscalização esbarra, invariavelmente, em situações que explicitam a legitimidade da função, a autoridade dos fiscais, os conflitos entre poderes locais e a articulações de princípio normativos: institucionais (IBAMA), coletivos (ASAREAJ) e costumeiros.

Em 2000, Coronel foi procurado por dois moradores¹⁶ que denunciavam a saída da REAJ de um terceiro morador com um pequeno carregamento de madeira¹⁷. Ao interceptar a embarcação do infrator, o fiscal obteve a explicação de que este estava de mudança para a cidade mais próxima e levava somente o necessário para construir a sua casa no local; além disso, essa pessoa tinha em mãos uma autorização do então Presidente da ASAREAJ. Coronel permitiu a passagem da canoa, levando em consideração a justificativa apresentada e a autorização.

O caso permite pensar sobre situações de superposição de poderes e de normas na REAJ. Moradores cobraram de Coronel, uma atitude que proibisse uma prática que ia de encontro às normas do Plano de Utilização. Pelos dois moradores que o procuraram, ele era visto como uma autoridade, como alguém possuidor desse poder

¹⁶ Opter por não explicitar os nomes dos moradores envolvidos nas questões aqui mencionadas.

¹⁷ Cabe lembrar aqui que o Plano de Utilização proíbe explicitamente a “retirada de madeira para fora”. Segundo o Plano (na versão votada e aprovada em Assembléia, e conhecida como “Lei da Reserva” por muitos), é permitido o uso da madeira no interior da Reserva, para construções, embarcações e móveis por exemplo, mas é proibida a venda de madeira para outros lugares. Não é preciso mencionar que, além disso, a legislação relativa a áreas protegidas também proíbe tal tipo de comércio, sem licença prévia do IBAMA.

proibitivo. Entretanto, nesse caso a autorização do presidente da ASAREAJ se sobrepôs à sua autoridade, fazendo com que nessa determinada situação, essa perdesse a legitimidade.

Outro ponto a destacar são as possibilidade de aplicação das regras. No caso de retirada de madeira há a interpretação, dada por Coronel, de sua possibilidade nos casos de “moradores antigos em mudança para fora da Reserva”.¹⁸ Quando um morador sai da REAJ definitivamente e, portanto, deixa livre a sua colocação (vista como sua propriedade), Coronel acha que este tem o direito de levar madeira para construir a nova casa¹⁹. Quando um morador apenas pretende vender a madeira, ou manter duas moradias, uma dentro e outra fora da REAJ, esse direito não é reconhecido por Coronel. Essa interpretação indica, talvez, a aplicação de um princípio mais geral: o do direito ao produto do trabalho, no caso, a madeira serrada. O uso da madeira (como de outros bens não-produzidos) é legítimo, desde que feito para uso direto, sem acumulação ou comercialização.

Um outro caso explicita uma intermediação na qual o fiscal deixa prevalecer relações de parentesco e também faz uso do princípios normativos fundados na tradição e no costume para resolver a questão. Um morador da REAJ nasceu e se criou na colocação Campos Elíseos, no Rio Bagé, e sempre caçou na região. Mudou-se para Cruzeiro do Sul, mas voltou para a REAJ, instalando-se na Boca do Bagé. Com relativa frequência, ele ainda aparecia para caçar nas matas dos arredores da colocação em que nasceu.

Um morador de uma colocação próxima à Campos Elíseos, descontente com o fato, procurou o fiscal Toínho Grajaú para que ele tomasse uma providência. O fiscal não proibiu a caça, pois acredita que proibindo criaria uma questão maior: o dito infrator nasceu caçando naquela área, conhecia todos os cantos; não caçava por profissão: caçava apenas para a família. Além disso, era seu sobrinho.

Toínho não concorda com a saída de moradores de suas localidades para caçarem em outros lugares: “(...) a pessoa lá do Tejo sair prá caçar, por exemplo, aqui no Bagé, ou que, sair daqui do Bagé para ir caçar lá no Lico (...) isso foi proibido (...)”. Faz exceção, no entanto, neste caso, argumentando que aquela era uma prática antiga:

¹⁸ Não é claro se essa interpretação apóia-se nos “treinamentos do IBAMA” ou em regras costumeiras.

¹⁹ Esse tipo de interpretação das regras do Plano de Utilização é frequente, compatível com o espírito geral do Plano de Utilização, que afirma que situações imprevistas devem ser resolvidas com base no costume.

os rapazes da região tinham o hábito de convidar outros para caçarem nas suas colocações.

Da mesma maneira, Seu Lico acredita que caçadores de outras regiões da REAJ não têm o direito de caçar no rio Arara. Entretanto, há exceções, quando o morador for do rio Juruá, das proximidades. Nesse caso, o morador é autorizado contanto que respeite o limite do uso direto, sem a intenção de acumulação e, sobretudo, de comercialização.

Imbuído de autoridade - mesmo que relativa, já que subordinada à do agente do IBAMA - e de conhecimentos específicos sobre as normas que regulam diversas práticas cotidianas - no âmbito da relação com a natureza -, os fiscais passam a ter um papel ou *status* diferenciado, representado pelo domínio de diferentes códigos; pela sobreposição de um código de normas institucionalizado e de um código de normas costumeiro. Ao mesmo tempo, permanecem em vigor suas relações para com os moradores, dos quais o fiscal não se distingue claramente: vínculos sociais, relações de vizinhança, a vida cotidiana; e estas fazem com que não possa haver nenhum tipo de ruptura radical.

O fiscal torna-se assim, símbolo dos conflitos de poder e das ambigüidades dos princípios normativos. Por outro lado, sua atividade fundamenta-se no esforço interpretativo da diversidade de códigos. É o intérprete da hermenêutica da floresta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apropriação e o uso dos recursos naturais, pelos moradores da REAJ, pode ser focada em planos coexistentes e que formam um sistema de domínio. A colocação é o eixo central da organização do sistema, podendo ser vista como um bloco formado por recursos de uso comum geridos coletivamente, recursos apropriados por grupos domésticos e recursos individualizados. Circunscrevendo as colocações, há também uma série de recursos que são apropriados por uma coletividade, mas que reúne várias colocações.

Coexistem, na REAJ, dois sistemas de regras: as costumeiras, dadas pela prática cotidiana, e as institucionalizadas, que constam sobretudo no Plano de Utilização. Convém ressaltar que muitas das regras que integram este documento, aprovado pelo IBAMA, tiveram a sua origem nos costumes locais.

Moradores se orientam, para a resolução das questões locais, por um corpo de princípios gerais: anterioridade de ocupação, compra de benfeitorias, direito ao produto

do trabalho (madeira serrada, mandioca, bananeiras, estradas de seringa limpas, lagos cuidados) e consenso do grupo local. Esses princípios são legitimados e em si considerados justos, mas não formam, necessariamente, um todo coerente e organizado; eles podem se articular ou se contradizer. E a eles, são adicionadas as regras institucionalizadas.

Deve-se considerar, no entanto, que algumas relações externas, carregadas de poder, também fazem parte desse sistema maior do direito local e, às vezes, prevalece sobre algum princípio.

Quem está legitimado a interceder nas situações de conflitos?

É possível afirmar que, em muitos casos, os “juízes” podem ser as pessoas mais velhas, reconhecidas pelo princípio da experiência, do conhecimento das regras dado pelo tempo e vivência; o parentesco também pode ser um princípio acionado. São utilizados princípios locais para a escolha destas pessoas, que também dominam o código das regras locais. Agentes fronteiriços, como fiscais colaboradores, legitimados a tomar decisões, fundamentados em uma autoridade dada pela conexão com as instituições externas, constituem um grupo capaz de articular e interpretar tanto as regras locais como as institucionais. A possibilidade dessa dinâmica e articulações garantem que as soluções sejam consideradas justas pelos moradores.

Deste modo, a gestão compartilhada entre o Estado e moradores tem sido uma experiência que muitas vezes revela as dificuldades de articulação entre os diversos atores sociais e princípios na REAJ. Entretanto, esta dinâmica envolve a participação direta dos moradores da reserva – que vai desde o processo de elaboração do Plano de Utilização até a responsabilidade de zelar pelo seu cumprimento -, garantindo sobretudo a participação democrática dos moradores da reserva, a equidade no acesso e uso dos recursos da floresta e a promoção da justiça social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro W. B. Rubber tappers of the upper Juruá river, Brazil: the making of a forest peasant economy, 1992. Tese (Doutorado) Universidade de Cambridge: Cambridge.

_____ O estatuto da terra e as reservas extrativistas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995. (Mimeo)

ALMEIDA, Mauro W. B. & FRANCO, Mariana P. A justiça local: caça e estradas de seringa na Reserva Extrativista do Alto Juruá. (mimeo) 2000

- AZEVEDO, G. Thaumaturgo. Prefeitura do Alto Juruá – Relatório do Primeiro Semestre de 1906. Rio De Janeiro, Imprensa Nacional, 1906
- BENATTI, José H. Posse agroecológica e manejo florestal: um estudo das concepções jurídicas sobre os apossamentos das populações tradicionais da Amazônia brasileira, 2001. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Belém, ed. rev.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Alto Juruá / Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília: IBAMA, 1995
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela & ALMEIDA, Mauro W. B. (Orgs.) Enciclopédia da floresta: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- COSTA, Eliza M. L. Da Patronagem à Associação: poderes em disputa na Reserva Extrativista do Alto Juruá, 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campinas: Unicamp.
- FRANCO, Mariana P. Os Milton: cem anos de história familiar nos seringais. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Unicamp.
- JOHN, Liana. Reservas extrativistas ganham concessão: unidades de conservação sustentável também terão direito a crédito. O Estado de São Paulo, 22-11-2002.
- LUNA, Marisa B. Araújo. Afinal, quem tem mais direito? Conflitos e noções de justiça na Reserva Extrativista do Alto Juruá. Campinas dissertação de mestrado, IFCH, UNICAMP, 2003
- TORRENTINO, Marcos (Coord.). Guia para uso da terra Acreana com sabedoria: zoneamento ecológico e econômico do Acre. Brasília: WWF, 2001.
- VAN VELSEN, J. *A Análise Situacional e o método de estudo de caso detalhado*. In FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo: Global, 1987. pp 345- 374
- VINCENT, J. *A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes*. In FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo: Global, 1987. pp 375 - 402
- WOLFF, Cristina S. Mulheres da floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.

1º Encontro da Rede de Estudos Rurais

GT3

CANAIS E FORMAS DE EXPRESSÃO DE GRUPOS SOCIAIS

COORDENADORES

MARCELO CARVALHO ROSA (DEPTO. DE SOCIOLOGIA/UFF)

MARIA DIONE DE MORAES (UFPI)

RENATA MENASCHE (UERGS E FEPAGRO)

A ABORDAGEM TERRITORIAL E AS INSTITUIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Arilson Favareto
Sociólogo, Doutor em Ciência Ambiental (USP)
arilson@uol.com.br

Resumo

Assim como para os anos 90 a emergência da noção 'agricultura familiar' foi um traço marcante, tanto no debate acadêmico como no campo das políticas públicas, o mesmo acontece na presente década com a chamada 'abordagem territorial' do desenvolvimento rural. Os significados desta nova maneira de conceber os destinos do espaço rural e as políticas a ele destinadas têm sido explorados em trabalhos de diferentes autores. Neste artigo, pretende-se iluminar um aspecto ainda pouco tratado e que consiste em saber se os moldes em que a disseminação desta abordagem vem se dando significa um processo de mudança, ou se, diferente disso, trata-se de mais um processo onde os termos são incorporados ao vocabulário dos agentes sem a criação de novas instituições capazes de sustentá-la. Esta segunda perspectiva é a que informa a hipótese que guia a exposição e pode ser resumida na afirmação de que a tal movimento corresponde uma "inovação por adição", na qual pesam elementos típicos daquilo que parte da literatura chama de '*path dependence*' (dependência de caminho). O artigo faz um breve resgate de como tal abordagem é incorporada no âmbito dos organismos multilaterais dando origem à "nova visão do desenvolvimento rural" e de como, posteriormente, ela é incorporada no rol de políticas para o rural em países da América Latina. Sob o ângulo teórico, o artigo discute ainda os limites da explicação da mudança pela nova economia institucional, mostrando o que se poderia chamar de "*embeddedness* da dependência de caminho".

Palavras-chave: desenvolvimento rural, desenvolvimento territorial, mudança institucional

Introdução

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural já foi objeto de alguns importantes trabalhos (Veiga, 2000; Abramovay, 2003; Schneider, 2003). Sua origem está relacionada, de um lado, ao reconhecimento de novas dinâmicas espaciais, tendo como um dos marcos inegáveis o já clássico trabalho de Bagnasco (1977). Por outro lado, isto acontece num momento histórico também marcado por um certo realinhamento dos instrumentos tradicionais de promoção do desenvolvimento. A descentralização das políticas e também da atividade industrial, associado à redução e a um certo redirecionamento da intervenção estatal, contribuíram para que, particularmente nos meados dos anos 80 e nos anos 90, se instituísse um padrão onde, em lugar dos investimentos diretos e de corte setorial, caberia ao Estado criar condições e um certo ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem, eles mesmos, fazer a alocação, supostamente mais eficiente, dos recursos humanos e materiais. Aqueles

processos sociais e econômicos de corte eminentemente territorial, e não mais meramente setorial, e este novo padrão, são, em síntese, as principais razões da emergência e consolidação desta nova abordagem. Este artigo pretende iluminar um aspecto ainda não suficientemente abordado pelos estudos e pesquisas dedicados ao tema: a disseminação da abordagem territorial, inicialmente através da moldagem de um novo discurso nos organismos multilaterais de apoio e cooperação e, posteriormente, na sua adoção pelos governos de países da América Latina¹. Não se trata de uma avaliação ou balanço das políticas desenhadas com tal intuito mas, antes, de uma crítica às dificuldades do Estado e das sociedades em operar com a mudança de paradigma contida na nova ruralidade, de maneira a sustentar a definição e a implementação das iniciativas propostas com esse fim.

Embora em diálogo com uma questão normativa, o viés da análise procura proceder a uma abordagem realista de tais processos. Sob o ângulo teórico, este artigo pretende demonstrar aquilo que se poderia chamar de “*embeddedness* da dependência de caminho”. Se Douglass North acertou ao descrever os mecanismos da permanência através do conceito de *path dependence*, sua explicação para a mudança revela-se demasiado frágil e limitada às fronteiras do individualismo metodológico. Por isso um segundo objetivo é fornecer uma espécie de crítica ou contra-exemplo ao esquema esboçado em seus trabalhos mais recentes (North, 2005). Ali ele tenta mostrar como a mudança institucional depende dos mecanismos de aprendizagem dos agentes sociais e de como isto se traduz em formas de conduta. Ou, em outros termos, como se formam e como agem as “estruturas mentais partilhadas”. Embora North admita que as estruturas sociais funcionam como ambiente a este processo eminentemente cognitivo que é o aprendizado, em seu modelo explicativo as instâncias mobilizadas estão, por assim dizer, dentro dos muros do individualismo metodológico: trata-se de explicar como estímulos e sanções se transformam em regras, e como regras transformam-se em formas de conduta. As próximas páginas pretendem mostrar o outro lado do muro: propriamente, como as instituições são elas mesmas expressões de conflitos e de compromissos, isto é, resultado das interações propiciadas por estruturas sociais determinadas². Trata-se, portanto, de não só abordar como os sistemas mentais partilhados influenciam a tomada de decisão dos agentes, e sim de como este conjunto de crenças e valores é socialmente formado.

¹ Este artigo é uma versão modificada de um dos capítulos que conformam a Tese de Doutorado “Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial”, defendida pelo autor em março de 2006 junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo.

Não há dúvida de que nos últimos dez ou quinze anos se erigiu um novo discurso sobre a ruralidade, em muito apoiado sobre os achados de estudos e pesquisas realizados nos quatro cantos do mundo³. Este novo discurso acabou progressivamente tomando a forma de consensos e orientações, não raramente amalgamados por agências internacionais de apoio à cooperação e ao desenvolvimento, fundos de financiamento e organismos multilaterais como a FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação -, o Banco Mundial, a Cepal - Comissão Econômica para a América Latina -, o BID Banco Interamericano de Desenvolvimento, o IICA – Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola, a OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. Como se sabe, é enorme a influência destes organismos sobre a definição das políticas, sobretudo dos países da periferia e da semi-periferia do capitalismo mundial. O que se deve tanto ao papel de financiador de muitos desses organismos, como, talvez principalmente, pelo fato de funcionarem como uma espécie de pivô, através do qual gira uma articulação muito peculiar de interesses e competências envolvendo os campos acadêmico, político, econômico, em cuja dinâmica ocorre um movimento de legitimação recíproca entre os conhecimentos produzidos cientificamente, a definição de políticas no âmbito de países e governos locais, e a normatização dos procedimentos por estes organismos internacionais.

Por este motivo, a primeira das três seções que conformam o artigo é dedicada justamente a reconstruir e analisar a “nova visão” do desenvolvimento rural forjada no âmbito destes organismos. O interesse em tal movimento é duplo: trata-se de pôr em evidência um núcleo comum presente nos diferentes discursos que remetem a essa “nova visão”; e importa, igualmente, pôr em relevo omissões, impasses, disjunções existentes na passagem dos discursos científicos aos discursos normativos que nela se abrigam. Na seção seguinte a ênfase se desloca para as tentativas de levar à prática os elementos trazidos com a nova abordagem. Nesse momento, a unidade em análise é a experiência recente de países com problemas similares em passar da “nova visão à ação”. Em particular, uma dimensão crucial dessa experiência é destacada: a situação que envolve as reformas introduzidas nas políticas e programas de países como o Brasil, a Argentina, o México, o Chile. Com este exercício, pretende-se interrogar as razões que respondem pelo êxito parcial destas inovações e, com isso, iluminar a natureza dos constrangimentos que pesam sobre as opções dos agentes públicos e privados em sua

² Cf. é sugerido nos enfoques adotados por Pierson (2004) e Amable & Palombarini (2005).

³ Ver principalmente Favareto (2006), especialmente o Capítulo 3.

tentativa de promover o desenvolvimento dos territórios rurais, o que é tratado na terceira e última seção.

A afirmação principal que sustenta este artigo é que a “nova visão” do desenvolvimento rural se instituiu com força suficiente para reorientar o discurso e o desenho das políticas e programas formulados com este fim, mas isto não se fez acompanhado da criação de novas instituições capazes de sustentar este novo caminho. Ao contrário, o que parece estar ocorrendo é uma incorporação “por adição” dos novos temas onde, sob nova roupagem, velhos valores e práticas continuam a dar os parâmetros para a atuação dos agentes sociais, coletivos e individuais, estabelecendo aquilo que a literatura em economia institucional chama por dependência de percurso. Tornar esta assertiva palpável e interrogar as razões disto é, pois, o que se pretende com as próximas páginas.

1 – O jogo e as regras: a “nova visão do desenvolvimento rural”

Como mostra Navarro (2003), a idéia de desenvolvimento rural não é nova, mas houve, ao longo do tempo, um deslizamento no discurso político e acadêmico que é revelador das concepções orientadoras de tais propostas. Garcia (2002) vê, na América Latina, quatro grandes momentos. O primeiro marcado pelos projetos e iniciativas de desenvolvimento comunitário. O segundo, pelos grandes projetos de reforma agrária. O terceiro, por aquilo que se convencionou chamar de desenvolvimento rural integral. Até, por fim, o momento dos projetos que falam em desenvolvimento territorial e combate à pobreza. Um breve olhar sobre cada uma destas etapas ajuda a compreender as permanências e inovações introduzidas de período a período⁴.

Os projetos mais destacados e que poderiam ser qualificados como de apoio ao desenvolvimento comunitário remontam aos anos trinta, nos EUA e Índia. Desde 1945 esta denominação passa a frequentar os documentos oficiais das Nações Unidas e, em 1956, aparece como “*a expressão para designar os processos em virtude dos quais os esforços de uma população se juntam aos de seu governo para melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrá-las a vida do país, e permitir-lhes contribuir plenamente ao progresso nacional*” (ONU apud Garcia, p. 18). A partir dos anos 50, sob o patrocínio de agências como a Fundação Ford, várias experiências foram implementadas na África e Ásia, como resposta à Revolução Chinesa e à Guerra Fria. A idéia básica é que as comunidades possuem potencialidades que, com apoios pontuais, podem deslanchar. As principais estratégias, por sua vez, eram destinadas a

⁴ O histórico seguinte é fortemente apoiado em Garcia (2002).

satisfazer as necessidades básicas da população, propiciar maior participação, e apoiar a organização cooperativa. Elementos que, como se vê, ainda são muito presentes no discurso atual sobre desenvolvimento rural.

A partir dos anos 60 esta estratégia experimentou um descenso. As razões para isto são de fácil compreensão. Os projetos que vinham sendo implementados apresentavam uma enorme dependência de recursos externos, humanos e financeiros, tornando difícil sua ampliação e mesmo sua sustentação em longo prazo. Além disso, tais iniciativas revelaram-se frágeis no que diz respeito à necessidade de rápido aumento da renda e da produção nas comunidades atingidas. O caráter pontual e tópico dos investimentos realizados não contribuía para levar à dinamização desejada revelando-se meramente paliativos. Isto quando, pelo seu caráter restrito associado à introdução de elementos estranhos à tradição daqueles agricultores, os projetos apoiados não acabavam gerando atritos e conflitos nas próprias comunidades.

Nesta época, o pêndulo se desloca para a necessidade de mudanças estruturais. Na esteira dos movimentos revolucionários e de contestação que se espalhavam pela América Latina o tema da reforma agrária ganhou proeminência como principal política de desenvolvimento rural. As origens do debate remontam à Revolução Mexicana de 1910, mas ganharam influência decisiva com a introdução de processos similares ocorridos na Ásia nos anos 40 (Turquia, Coréia, Japão, China, Taiwan). Em 1950 a ONU encomendou à FAO um estudo sobre a relação entre perfil fundiário e pobreza. O estudo indicava minifúndios com área insuficiente para reprodução social e a presença do latifúndio como marca da estrutura agrária da região. Paralelamente a Cepal apontava um lento crescimento da produção em relação a demanda nacional e internacional e a necessidade de um processo de modernização acompanhado de uma reforma agrária. Diagnóstico similar era produzido pelo Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA), criado nos marcos da Aliança para o Progresso, de 1961. No início dos anos sessenta, sob o impacto destes estudos e de processos de reforma agrária levados adiante em Bolívia, México e Cuba, este era um tema fundamental em toda a América Latina, salvo na Argentina e Uruguai.

A experiência histórica demonstrou, no entanto, que as reformas eram parte de um projeto político para diminuir o peso dos latifundiários, mas não estava que tipo de propriedade deveria substituir o latifúndio. Esperava-se um impacto para além da produção agrícola, influenciando nos níveis de renda e o conseqüente impacto sobre o mundo urbano e, principalmente, liquidar as relações não-capitalistas. A ausência de tecnologias apropriadas aos pequenos produtores, as dificuldades de acesso ao crédito e,

enfim, todo o ambiente social e institucional desfavorável foram fatores que limitaram enormemente este intento.

Paralelamente às experiências de reforma agrária – ou de sua frustração como no caso brasileiro – ocorre uma rápida modernização do setor agrícola nestes países, com uma forte expansão da produção, aumento do comércio e uma urbanização rápida e crescente. Mas o efeito da chamada Revolução Verde para os pobres rurais foi nulo ou negativo. Uma das conseqüências foi a profunda heterogeneização destes espaços: alguns alcançam um modelo de integração competitiva enquanto outros aprofundam a situação de marginalização e decadência. Os organismos internacionais deram por fracassadas as políticas de reforma agrária. Como resultado, ocorre um realinhamento da estratégia de desenvolvimento, pondo ênfase em dispor aos pobres rurais todos os elementos que lhes permitiriam melhorar sua qualidade de vida e suas capacidades produtivas, o que incluía uma ampla gama de serviços sociais e serviços técnicos. Surgia a retórica do desenvolvimento rural integral. Entre 1948 e 1960 o BM havia investido 6% do financiamento total a programas rurais, cifra que passou a 24% (Garcia, 2002). Mudanças similares ocorreram no BID. E no mesmo ano se cria o FIDA.

Apesar da ampliação dos recursos, um problema que persistiu nesta etapa foi a carência de recursos humanos para levar adiante tais programas. A solução encontrada foi priorizar pequenos proprietários com posse da terra. Esperava-se que seu efeito se irradiasse e beneficiasse os mais pobres. Mas o problema da posse da terra também era delicado. Em muitas áreas era mesmo uma condição para qualquer esforço de desenvolvimento. E, no entanto, ele nunca havia sido parte do rol de estratégias apoiadas. Nesta etapa, quando houve investimentos nesse sentido, priorizou-se a colonização e a regularização fundiária, e não a partilha de terras a fim de evitar conflitos. Vale lembrar que vários países da América Latina viviam sob regimes de exceção à época e a intocabilidade da propriedade fundiária era um dos pilares destes regimes. Além desta dificuldade operacional havia um problema institucional. O desafio era passar de projetos produtivistas para projetos integrados, mas isto trazia um problema de articulação, derivado da enorme pulverização de habilidades e competências em um número significativo de estruturas governamentais. Como forma de contornar esta limitação, muitas vezes se criou aparatos específicos, gerando paralelismos com a estrutura estatal. Outro problema estava no descompasso entre as exigências técnicas das agências internacionais e os recursos humanos locais.

Formaram-se burocracias e desníveis salariais. Apesar do discurso, a participação dos pobres rurais não acontecia (Garcia, 2002).

O balanço geral até este período revela um quadro de difícil enfrentamento. As mudanças provocadas pela integração crescente de populações tradicionais aos circuitos de mercado trouxeram consigo uma crise das idéias mais tradicionais que orientavam as políticas voltadas para a economia camponesa. Além disso, as políticas já implementadas nas etapas anteriores não vinham apresentando impacto substantivo. A reforma agrária, a mais estrutural das tentativas ensejadas, chegou a alterar algumas estruturas, mas não alcançou a mudança preconizada. A desconexão entre políticas rurais e políticas macroeconômicas e a carência de recursos humanos revelaram-se fatores altamente limitantes para o êxito de qualquer política de desenvolvimento rural.

A tônica dos anos 60 aos 80 foi justamente a ausência de políticas estruturais para o mundo rural, ficando suas possibilidades de melhoria restritas à adequação às políticas macroeconômicas e de incremento tecnológico ou aos programas pontuais apoiados por organismos internacionais, na maior parte das vezes em resposta a situações de efervescência social. No caso brasileiro, isto pôde ser percebido com a instituição de uma forte modernização tecnológica, uma crescente integração da atividade agrícola aos complexos agroindustriais, e a formação de um padrão corporativista de organização do agro onde cabia ao Estado, a um só tempo, o papel de indutor da economia e de repressor dos conflitos que daí emergiam.

A partir dos 80 vai ficando claro que, embora as economias tenham crescido e a produção de alimentos aumentado significativamente, houve um aumento da pobreza e da desigualdade. O tema do desenvolvimento rural como política específica volta à arena. Os organismos internacionais influenciam a agenda dos governos recolocando o tema em pauta, e o fazendo pelo registro da associação entre desenvolvimento rural, redução da pobreza e conservação dos recursos naturais. Mas este era também o momento onde a crise da dívida deu lugar a um processo de reestruturação econômica, o “ajuste estrutural”, que levou a programas de modernização dos aparatos públicos, ordenamento das economias, busca do crescimento sustentado, abandono de políticas específicas de desenvolvimento.

Um dos eixos adotados foi justamente tomar a agricultura como uma saída produtiva, através do incremento e diversificação das exportações, da diminuição das importações, e da geração de saldo favorável para sanear as contas públicas e honrar compromissos externos. Este vetor obteve um razoável êxito nos seus intuitos fiscais e monetários imediatos, mas o impacto sobre a vida dos agricultores foi pequeno ou

simplesmente negativo por uma série de motivos. O principal deles está no fato de que a renda das famílias rurais deixava progressivamente de vir do trabalho agrícola.

Já nos anos 90, outro eixo se constituiu com a adoção do enfoque territorial às políticas. Desde este período há uma série de programas de pesquisa e iniciativas de políticas como a criação da divisão territorial da OCDE em 1994. E em 1996 o Banco Mundial publica seu relatório “*A nova visão do desenvolvimento rural*”, onde a marca é justamente uma tentativa de dar conta das mudanças porque havia passado o rural nas décadas anteriores e a necessidade que elas traziam em se passar de um enfoque setorial a um outro de caráter territorial, e, também, em se erigir um novo modelo institucional em torno destas políticas. Desde então foram vários os documentos nas diferentes agências multilaterais visando precisar o que seria esta “nova visão”⁵.

Estes vários documentos e as orientações neles contidas se apoiavam em alguns consensos sobre os problemas dos programas até aqui. Este consenso poderia ser resumizado em seis pontos: a) falta de coordenação dos programas; b) descentralização da implementação mas com centralização das decisões; c) pouca adequação local em termos de tecnologia e de recursos humanos; d) concentração do crédito e distorções na política de subsídios; e) hipertrofia da presença estatal; f) custos das intervenções alto, reduzindo os efeitos dos investimentos diretos. As lições daí derivadas: a) a necessidade de priorizar um caráter multisetorial; b) a ênfase na forma de estruturar e institucionalizar a ação; c) importância de se reforçar a descentralização, a agilidade e a instituição de mecanismos de incentivos e controles, além de estudos sobre marco inicial dos projetos, a introdução de fase de preparação, e de instrumentos de monitoramento e avaliação; d) separar as ações sociais das setoriais e produtivas visando simplificar o desenho de programas; e) considerar áreas mais homogêneas o possível para implementar as ações; f) considerar os não-pobres, isto é, o território e as articulações que ele implica (Garcia, 2002).

Salvo lições polêmicas e de eficácia no mínimo duvidosa, como a separação entre iniciativas sociais e produtivas, ao que parece as recomendações dos órgãos e agências internacionais se coadunam com as tendências recentes do desenvolvimento rural e com os achados dos programas de pesquisa citados no capítulo anterior. Contudo, um exame mais detido da estrutura e do sentido destes documentos revela claramente dois tipos de impasse, ou dois dilemas: o primeiro é a permanência de uma

⁵ Cf. The World Bank (2001-a, 2001-b), Cepal/FAO/Rimisp (2003), BID (2005). Ver também Echeverria (2001), Escobal (2002) Hopkins (2004).

visão agrária dos espaços rurais; o segundo, derivado do anterior, é o viés de política social subjacente às orientações.

Sobre a permanência da visão agrária, um olhar sobre alguns documentos destes organismos é bastante revelador. O relatório de 2001 do Banco Mundial (The World Bank, 2001-a) – *Plan de acción para el desarrollo rural em América Latina y el Caribe: um insumo para la revisión de la visión a la acción* – reafirma a estratégia de busca de inserção competitiva dos espaços rurais e destaca como um dos bloqueios a dificuldade de acesso a ativos fundamentais para tanto. Mas junto disso, destaca o peso que a agricultura deve continuar tendo no PIB. No rol de elementos a compor a estratégia aparece: a intensificação da agricultura entre pequenos, o melhoramento do acesso a terra e a serviços, as práticas de manejo sustentável, o fortalecimento do capital social. Elementos enfim que se combinam mais à velha visão do que a um caráter intersetorial do desenvolvimento rural. Este viés é reforçado no relatório de 2004, que tem o expressivo título – *Beyond the city* (The World Bank, 2005) –, mas no qual a principal ênfase recai sobre o efeito ampliado da agricultura na composição do PIB.

Da mesma forma o mais recente texto do BID – *Perfil de política de desarrollo rural* (BID, 2005) – apresenta problemas similares. Deixando de lado a compreensível generalidade que envolve esse tipo de documento, com pretensões amplas resumidas em sete páginas, chama atenção a ausência de uma verdadeira “estratégia” a sustentar o conjunto de considerações e proposições nele contidas. Por certo há uma incorporação das dimensões territorial, institucional e ambiental, mas isso se dá mais “por adição” ao léxico dos formuladores das políticas ou, no limite, como identificação de instâncias a serem, de alguma maneira, envolvidas ou mobilizadas com as orientações enunciadas. O melhor exemplo disso está no fato de que a primeira menção explícita a uma estratégia territorial só aparece na última página, no item “*Ejecución y cumplimiento*”; e aparece como “enfoque de aplicación”, não como “estratégia”. Disso resulta uma disjunção importante: na “*ejecución*” tenta se aplicar um viés territorial, mas nas considerações, nos instrumentos e nas orientações enunciadas o viés é claramente produtivista e setorial. Seria possível citar exemplos em quase todas as partes do texto, sobretudo nos “*objetivos*”. Da mesma forma o “problema institucional” aparece somente de maneira dispersa, com menções meramente pontuais.

Apesar da inovação discursiva, os documentos não expressam, portanto, uma interpretação dos problemas relevantes para a promoção do desenvolvimento dos espaços rurais e parecem não apreender os ensinamentos trazidos com a evolução recente dos estudos que vêm dando relevo à idéia de desenvolvimento territorial. A

consequência é a proposição de diretrizes com alguma abertura para novas instituições, coerentes com esse novo quadro de referências, mas sem uma estratégia coerente a sustentá-la, sem mecanismos que possam favorecer sua criação.

Sobre a associação entre promoção do desenvolvimento rural e pobreza também há uma forte ambigüidade. É inegável que baixos indicadores econômicos e sociais são uma das marcas destes espaços. Dados da Cepal e da FAO apontavam para a existência de 65 milhões de pobres em 1970, 82 milhões no meio da década de 80, e 109 milhões em 2000. Com exceção do Chile, em todos os outros aumentou a pobreza no período. No entanto, este caráter que demanda estratégias específicas de discriminação positiva muitas vezes se traduz na introdução de um viés marcadamente assistencial a estas populações e a suas regiões, que tem o efeito não antecipado de excluí-las de todo um outro rol de programas e políticas. As políticas de dinamização econômica e fomento à inovação ficam reservadas àquelas que apresentam potencialidades competitivas. Às áreas rurais são direcionados os programas com recursos a fundo perdido e as estruturas governamentais com capacidades estabelecidas para o atendimento de populações em situações de precariedade social. Com isso, muitas vezes aprofunda-se a dicotomização que atribui ao rural somente o lugar do atraso e da pobreza.

Há duas razões para isso. A primeira é cognitiva: existe toda uma visão instaurada nos quadros mentais da burocracia governamental, mas também de pesquisadores e mesmo destas populações, onde estes lugares e suas associações já estão pré-estabelecidos. A segunda é política: estas populações não dispõem dos meios e dos recursos para pleitear outro tipo de investimento e de inserção governamental.

Como resultado, os investimentos produtivos são capturados pelos agentes mais tradicionais do agro reforçando sempre a mesma visão baseada na valorização dos recursos primários, mesmo na contramão das tendências em curso não só nos países do capitalismo avançado, mas também na América Latina. No Chile, 40% das famílias já vive nas cidades e 53% da renda provém de atividades não agrícolas. A diminuição da solidariedade e o aumento da individualização são traços crescentes nas áreas rurais. Mudanças migratórias têm mudado o perfil populacional de muitas áreas rurais com a chegada de profissionais liberais ou de retornados, agora com maior grau de escolaridade e dotados de novos vínculos extra-locais.

Na prática, a associação entre ruralidade e pobreza traz uma contradição: os programas estabelecem um foco, um público prioritário – os pobres rurais, em geral famílias de agricultores - embora a abordagem se proclame territorial e, pois,

multisetorial. Além destes impasses na formulação mesmo do discurso, cabe perguntar qual tem sido o resultado da tentativa de passar “da visão à ação”.

2 – Da visão à ação

Um quadro geral das principais políticas e programas voltados para a promoção do desenvolvimento rural em países da América Latina no decorrer dos anos 90 deixa bastante claro o viés setorial destas iniciativas. A avaliação geral não é positiva quanto a seus êxitos, salvo no Chile, mas mesmo lá é difícil separar o que compete ao êxito dos projetos ou a própria trajetória de crescimento econômico experimentada ao longo dos últimos anos. Assim como no balanço das décadas anteriores, novamente se misturam aspectos operacionais com o lugar social das iniciativas. De um lado, influenciaram aspectos externos aos programas, como o enxugamento dos serviços públicos motivados pelas reformas estruturais ocorridas nesta década, ou a falta de diálogo entre instâncias econômicas e sociais ou entre diferentes níveis de governo. De outro, o amplo espectro de políticas e programas apresentavam baixa inovação e pouca complementaridade, como demonstra o quadro a seguir.

Influenciados pelas tendências das políticas nos países do capitalismo avançado e pelas descobertas de programas de pesquisa sobre a manifestação de processos sociais semelhantes também nos países da América Latina, vários países experimentaram a formulação ou o redesenho destas iniciativas em consonância com os marcos contidos na “nova visão” do desenvolvimento rural.

No caso brasileiro, o lugar institucional do principal programa de desenvolvimento rural – o Pronaf – sempre esteve vinculado às rubricas orçamentárias e aos fluxos da hierarquia administrativa federal relativos aos programas de combate à pobreza. Com isso, o Pronaf nunca foi alçado à categoria de política permanente, nem nunca dispôs de uma maior articulação com outras políticas estruturais do governo federal. As regras de acesso a algumas das linhas deste programa também são claros indicativos do foco no combate à pobreza. De 1996 a 2000 os municípios beneficiados com recursos do Pronaf/Infraestrutura - linha voltada para investimentos em infraestrutura e serviços de apoio ao desenvolvimento rural - eram escolhidos tendo por base o baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento Humano. A partir de 2001 o programa passa a apoiar projetos de caráter intermunicipal, agora escolhidos a partir de processo seletivo. Porém, na seleção dos projetos, pesa também o fato de se tratar ou não de projeto originário dos territórios considerados como prioritários pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, estes por

sua vez, escolhidos a partir de uma combinação de critérios que envolvem a presença de agricultores familiares e assentados da reforma agrária e, novamente, a ocorrência de baixo IDH. Em nenhum dos dois períodos, portanto, os investimentos na agricultura familiar e no desenvolvimento rural estiveram articulados estrategicamente em ações voltadas para a diminuição de desigualdades ou para a dinamização das economias rurais, nem houve tentativa de superar a dicotomização ascendente-descendente que marca a orientação das políticas nas últimas décadas⁶.

Já no recente caso argentino as articulações entre pobreza, desigualdade e desenvolvimento são de outra ordem. O documento síntese apresentado no *Taller Propuestas para el Desarrollo Rural y la Produccion Agropecuaria* - realizado em 2004 com o objetivo de definir diretrizes para os temas anunciados no título do evento -, parte do questionável diagnóstico de que aquilo que caracteriza as áreas rurais é a fragilidade dos seus mercados locais. Disto decorre que a única possibilidade de seu desenvolvimento passa pela conexão a mercados dinâmicos, o que acontece através de inovações na produção local e da criação de instituições que permitam tanto estabelecer estas relações virtuosas com o espaço extra-local como fazer com que os ganhos daí advindos possam beneficiar os mais pobres. Embora aqui a dinamização das economias locais apareça como uma condição e um meio para o desenvolvimento destes territórios, a sua assimilação a situações marcadas pela pobreza e por mercados locais frágeis acaba pondo ênfase em demasia nas articulações extra-locais em detrimento da dimensão intra-territorial. Sem falar no problema da origem das instituições capazes de gerar dinamismo e de partilhar seus resultados⁷.

Se é verdade que certas regiões rurais poderão alcançar o caminho da dinamização através da especialização produtiva combinada à exploração de segmentos de mercado dinâmicos, também é preciso reconhecer que os casos explorados pela literatura disponível, em parte tratada nos capítulos anteriores, enfatizam não ser esta a tendência nos países do capitalismo avançado. A evolução e o estado recente desta mesma literatura sugere que, em primeiro lugar, o desenvolvimento dos territórios é o resultado de determinadas formas de coordenação capazes de fazer convergir os benefícios privados e sociais, seja nas formas de organizar a produção e a distribuição de bens individuais, seja nas formas de garantir que os rendimentos provenientes sejam revertidos de maneira a razoavelmente repartir os ganhos. Além disso, sugere também que as formações sociais marcadas por uma maior desconcentração da posse dos

⁶ Cf. Abramovay & Veiga (1998), Schneider, Mattei & Cazella (2004), Favareto (2005).

diferentes recursos - materiais, simbólicos e cognitivos - e de uma maior diversificação de seu tecido social são aquelas que mais favorecem a formação deste tipo de instituição, em oposição àquelas estruturas sociais mais especializadas, rígidas e concentradas. Esta é a vinculação do desenvolvimento às estruturas locais e às instituições que a concepção apoiada no trinômio pobreza, instituições, mercados externos não opera.

O que os exemplos brasileiro e argentino parecem demonstrar, no fundo, é que há uma associação nos quadros de referência de cientistas, da burocracia governamental, das elites, entre a idéia de que o desenvolvimento é um atributo do urbano e a decorrente associação do rural à pobreza. Numa espécie de versão da profecia que se cumpre por si mesma, esta visão influencia a formação de um campo de questões que se tornam legítimas ou ilegítimas⁸.

Esta dinâmica não é, contudo, autônoma. A crítica às origens agrárias como uma das raízes dos males das ex-colônias, a ideologia do progresso, a rápida industrialização de países como os aqui tomados como exemplo, a constituição de portadores destes diagnósticos e dos processos sociais que lhes consubstanciam são fatores que se combinaram para criar uma *illusio*, no sentido dado por Bourdieu (2001-b): uma adesão imediata à necessidade de um campo, no caso de vários campos, para os quais a idéia de urbanização crescente e irreversível é a *doxa* fundamental. Ela é, nas palavras do sociólogo francês, a condição induscutida da discussão, é aquela que, a título de crença fundamental, é posta ao abrigo da própria discussão. Sempre segundo Bourdieu, a *illusio* não é da ordem dos princípios explícitos, de teses que se debate e se defende, mas sim da ação, da rotina, das coisas que se fazem. Isto está na raiz do que North (1990) chama de *path dependence* : a dinâmica impulsionada pela existência de incentivos e constrangimentos que reforçam uma determinada direção para as ações de indivíduos e organismos sociais uma vez que ela tenha sido adotada. North, quando fala desta dependência de caminho sublinha, sobretudo, o papel que a aprendizagem gerada por dinâmicas de longo prazo tem no caráter incremental da mudança ou, inversamente, na manutenção desse sentido inicialmente dado. Bourdieu, de uma outra maneira, fala do mesmo processo social, mas reforçando a dinâmica conflitiva entre os agentes de um campo.

⁷ Esta concepção encontra-se sistematizada em Schejtman & Berdegúe (2003). Ver também a crítica de Schattan et al (2005).

⁸ A própria diminuição de prestígio da sociologia e da economia rural perante outros ramos destas disciplinas é um sintoma disso, a forma como estão organizados os recortes estatísticos de definição do rural um outro, e a evolução dos debates sobre desenvolvimento um terceiro.

Em suma um dos principais dilemas da ação do estado nas suas tentativas de promover o desenvolvimento rural é esse lugar institucional da idéia de rural, de ruralidade, determinado tanto pela *illusio* no destino urbano do progresso social como pela *dependência de caminho* que ela gera nas ações de indivíduos e organizações. O caráter tido como residual do rural e sua associação automática à idéia de pobreza e de atraso restringem de partida as possibilidades de investimentos científicos, políticos e econômicos, o que contribui para gerar um ciclo onde esta posição marginal é sempre reforçada, seja simbolicamente, seja materialmente.

Outra face do mesmo dilema envolve a tensão entre uma inércia institucional fundada em toda uma orientação para a lógica setorial dos investimentos e ações e o sentido territorial, portanto intersetorial e multidimensional, da “nova visão”. Quem são os agentes de um e outro discurso e que interesses são mobilizados ou preteridos na ênfase a uma ou outra dentre estas orientações ? Novamente a experiência brasileira, mas agora também a mexicana, servem de exemplo.

No caso mexicano, a Câmara de Deputados e a Câmara de Senadores aprovaram uma Iniciativa de Lei de Desenvolvimento Rural (LDR) em 2000. No ano seguinte, a Iniciativa de Lei é vetada pelo Executivo Federal - o primeiro veto total nos últimos sessenta anos . As causas do veto presidencial foram basicamente três: uma concepção restrita ao agropecuário - de mais de duzentos artigos, a seção Fomento Agropecuário reunia cento e dzessete, ou 53% do total; a atribuição das responsabilidades de sua aplicação à Secretaria de Agricultura, Ganaderia, Desenvolvimento Rural, Pesca y Alimentacion (Sagarpa), mas sem a dotação dos instrumentos e recursos necessários; e o choque com outras leis especializadas, como a de associações agrícolas, de saúde animal e vegetal, águas e sementes (Del Toro, 2004).

Além destes argumentos, outros aspectos influenciaram a decisão do governo mexicano: a Lei previa a descentralização da participação mas centralizava a operacionalização dos programas e projetos, os recursos necessários para operá-la não estavam definidos, havia uma obrigatoriedade de organizações profissionais e econômicas participarem do *Consejo Mexicano para el Desarrollo Rural (CMDR)*, além do conflito com compromissos assumidos pelo governo mexicano em acordos comerciais internacionais (Del Toro, 2004).

Em resposta ao veto presidencial, grupos parlamentares formularam a Lei de Desenvolvimento Rural Sustentável considerando as inconsistências e problemas que haviam levado à recusa da primeira Lei. Esta nova proposta foi submetida a um amplo processo de consulta pública ao longo de 2001, até ser aprovado por unanimidade pela

Câmara dos Deputados e pela Câmara de Senadores, e posteriormente ser sancionada pelo Presidente da República no final do mesmo ano.

Somente o inédito veto presidencial à primeira versão da Lei e as razões que o fundamentaram já são, por si, um indicativo mais do que suficiente do viés setorial dos formuladores de políticas e dos grupos e interesses que influenciam em sua moldagem. Mas os contornos do arranjo institucional previsto na Lei reforçam ainda mais essa leitura. Primeiro, a Lei estabelece um papel de destaque para o CMDR, com a coordenação de diversos serviços e programas, muitos deles dispersos por várias secretarias. No entanto, ele próprio, o CMDR, é uma estrutura subordinada a um ministério de claro recorte setorial: a Sagarpa. Além disso, o enfoque dos seis serviços criados com o Artigo 22 da Lei, e os 12 Programas através dos quais eles são operacionalizados, deixam claro o enfoque territorial e, novamente, a primazia do destaque ao combate à pobreza na definição de suas linhas estratégicas.

No caso brasileiro, o conjunto de políticas que precisariam estar combinadas para promoção do desenvolvimento rural está disperso por, pelo menos, meia dúzia de estruturas ministeriais diferentes: os Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional, da Educação, da Saúde, do Meio-Ambiente. Os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, aqueles mais diretamente reportados ao espaço rural, têm como seus principais programas, iniciativas de caráter eminentemente setorial, respectivamente as políticas para o agronegócio e para a agricultura familiar. O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem também sob sua responsabilidade um recém criado Programa Territorial (Pronat), originário do desmembramento da linha infra-estrutura e serviços do Pronaf, ao passo que a principal política territorial do governo federal se encontra na alçada do Ministério da Integração Nacional e seu programa voltado para as mesorregiões.

E a confusão aumenta quando se olha para o interior do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem por missão a promoção do desenvolvimento rural: estudos apontavam desde o início da existência do Pronaf o crescente distanciamento entre as ações de investimento nos territórios, através da vertente infra-estrutura, e as ações de crédito e investimento setoriais, na agricultura. Com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial em 2003 e, mais recentemente, com o desmembramento da linha infra-estrutura do Pronaf, dando origem ao Pronat, este distanciamento só cresceu: não há nenhuma forma de colaboração e de complementaridade entre os diferentes

programas prevista no atual planejamento das secretarias que compõem o ministério e que são por eles responsáveis (Favareto, 2005)⁹.

Igualmente sintomático é o processo que envolveu a elaboração da Proposta de Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável entre 2001 e 2002 até a aprovação pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável da versão final no mesmo ano: embora a versão inicial apontasse para uma estratégia fortemente baseada em uma visão territorial do desenvolvimento rural, a Conferência Nacional que estava marcada para debatê-la e aprová-la foi cancelada; após várias negociações com setores de governo e movimentos sociais o próprio CNDRS aprovou uma versão menos ousada, que no entanto, também foi deixada de lado com a nova gestão à frente do Executivo Federal após 2003.

Os dois exemplos mostram como a inércia institucional, apoiada em interesses e em sistemas cognitivos afinados com a lógica setorial cristalizados nos agentes sociais, se não bloqueiam no mínimo limitam fortemente a operacionalização de uma visão de desenvolvimento de caráter territorial¹⁰. Além da *illusio*, que assimila o rural ao atraso e à produção de bens primários e da dependência de caminho que ela gera, dificultando a mudança institucional, contribui o fato de que, em uma e em outra visão, o tipo de agentes e as possibilidades de articulação de seus interesses são sensivelmente diferentes. A lógica do território incorpora o espaço consumível, mas também o espaço imobilizado em componentes não monetarizáveis. Por decorrência, o enfoque territorial implica em lidar com aspectos não diretamente mercantis a influenciar as regras para a apropriação ou regulação do uso social destes espaços. Além disso, no território os agentes são múltiplos e, sobretudo, difusos, enquanto no enfoque setorial eles são facilmente identificáveis e seus interesses menos dispersos.

Como se vê, apesar da forte espacialidade que marca o rural, as regras do jogo continuam fortemente orientadas pelo viés setorial, na formulação das políticas, e na mobilização dos atores. Embora o discurso sobre desenvolvimento territorial tenha entrado definitivamente para o discurso acadêmico e governamental na presente década, até o momento trata-se de uma incorporação “por adição” dos novos temas, sem a devida mudança institucional capaz de sustentar a inovação que ela deveria significar.

⁹ Uma tentativa de integração começou a ser esboçada em 2005 e tem como principal instrumento os chamados Planos Safra Territoriais. Trata-se de uma tentativa de integrar políticas no âmbito de um território. Mas, sintomaticamente, trata-se, mais uma vez, da integração das políticas de apoio à agricultura, agora em escala intermunicipal.

¹⁰ A noção de “bloqueio” foi utilizada por Nazareth Wanderley em seus estudos para falar da especificidade que cerca as possibilidades de reprodução social das famílias de agricultores em situações como a brasileira. Com diferenças, a mesma idéia é aqui aplicada para falar do lugar social das políticas de desenvolvimento de territórios rurais.

3 – Um novo compromisso institucional ?

Que instituições importam, eis um slogan do qual poucos ainda divergem. Os dois dilemas brevemente apresentados nas páginas anteriores bem o demonstram. Num aparente paradoxo, é curioso observar como várias vertentes das teorias institucionalistas estão presentes na formulação da “nova visão” do desenvolvimento rural pelos organismos internacionais. E, no entanto, a principal falha na implementação da “nova visão” via políticas e programas governamentais esbarra, justamente, na dificuldade da mudança institucional.

No já citado documento do Banco Mundial editado por Serageldin & Steeds (1997), as menções às reformas institucionais existem, mas elas são por demais genéricas e ocupam um lugar claramente secundário no rol de recomendações veiculadas. No documento elaborado por Escobal (2001) para a FAO, toda a ênfase recai sobre instituições, mas ali há uma visão restrita, onde história e conflitos não têm lugar, onde a dinâmica que incide sobre a criação ou a mudança institucional não é tratada.

O problema que envolve mudança institucional repousa principalmente nas instituições informais e nos conflitos entre instituições e organizações, com bem demonstra a obra de North (1990). Isso fica claro ao analisar não só as dificuldades da mudança nos países da América Latina tomados, por exemplo, nesta terceira parte do estudo, mas também na explicação das diferenças entre o recorte recente das políticas para o desenvolvimento rural na Europa e nos Estados Unidos, apontada na segunda parte.

Mas esta explicação ainda não é suficiente. Ainda é preciso fazer frente à crítica de Przeworsky (2003), segundo quem a explicação institucional afirma que instituições são importantes, mas não mostra como elas são criadas e qual é a dinâmica que responde por esta importância. Para superar esse dilema, é preciso inscrever instituições numa teoria social. Para além da determinação pela evolução dos custos de transação, certamente importante para a performance econômica de que trata North, o desempenho do desenvolvimento de determinadas sociedades e territórios, no sentido mais amplo que os melhores usos do termo sugerem, remete a outros conceitos que permitam lidar com uma idéia de agente, de sujeito, em cujas escolhas pese não somente o balanço racional de custos, mas também outras ordens de constrangimentos.

Conceitos úteis são, portanto, justamente aqueles que vão remeter às estruturas sociais. Os agentes da inércia ou da mudança institucional são motivados por interesses, e para fazê-los prevalecer jogam com recursos acumulados em diferentes esferas da vida

social numa luta incessante. A mudança pode, assim, ocorrer tanto como decorrência de longo processo incremental como pode, a depender do êxito nas estratégias dos agentes nestas lutas pela imposição de seus interesses, ser motivada por rupturas ou transições mais aceleradas.

A mesma idéia vale para a escala dos territórios e, nesse âmbito, a criação de instituições mais favoráveis à dinamização dos territórios e à diminuição das desigualdades parece ser fortemente influenciável por determinadas características da morfologia social local. Isto é, é mais fácil encontrar portadores de novas instituições em formações sociais que estão em afinidades eletivas com elas (Weber, 1998). Tecidos sociais marcados por uma maior desconcentração e descentralização da posse das diferentes formas de capital (social, humano, econômico, simbólico), para usar os termos de Bourdieu, tendem a ser ambientes mais propícios ao engendramento de formas mais dinâmicas de interação, facilitando o aprendizado coletivo e a cooperação que estão na base da formação de novas instituições.

Para os contornos das políticas para o desenvolvimento rural ao menos duas lições derivam do que foi aqui exposto. Primeiro, o estímulo a formas descentralizadas de produção e à diversificação das economias locais mostra-se claramente desejável para criar ambientes e instituições que possam favorecer a ampliação das possibilidades dos indivíduos e a diminuição dos constrangimentos negativos sobre suas escolhas. Segundo, mudança institucional pode até ser induzida, mas somente através de mecanismos cuja repercussão só se manifesta em termos de médio e longo prazo, seja pela via do aprendizado, seja pela via do acúmulo e conversão de recursos mobilizados na direção da mudança. São afirmações que sugerem o quão distante as instituições para o desenvolvimento rural ainda estão do intento muitas vezes desejado de promover a dinamização econômica com promoção da coesão social e através de formas responsáveis de uso social dos recursos naturais.

Conclusão

O objetivo deste artigo consiste em analisar as dificuldades dos Estados e governos locais em operar com a “nova visão” do desenvolvimento rural surgida da evolução, nas últimas três décadas, de estudos e orientações de políticas. Através de exemplos da trajetória recente das políticas de países como Brasil, México, Argentina e Chile, foi possível ver como estas iniciativas têm esbarrado em dois dilemas fundamentais. O primeiro representado pela ênfase no combate à pobreza e suas implicações tanto para a identificação dos territórios alvo dos investimentos como para

os tipos de complementaridades a serem buscadas com outros programas e políticas. O segundo diz respeito à tensão presente no caráter territorial das novas orientações em contraposição ao viés setorial das instituições existentes. Na raiz de ambos, viu-se como a *illusio* (Bourdieu, 2001), ou as formas de racionalização predominantes (Weber, 1998), associam o rural à pobreza e à imagem do lugar destinado a realizar a produção de bens primários, impulsionando a um determinado sentido no encaminhamento dos esforços visado o desenvolvimento rural, o que North definiu como dependência de caminho (1990).

Apesar das inovações introduzidas, o resultado desta dificuldade em promover mudanças institucionais compatíveis com a “nova visão” do desenvolvimento rural corrobora a afirmação de North (1990) de que é mais fácil promover mudanças nas regras formais do que nas regras informais que regem uma sociedade ou grupo social, sobretudo porque as segundas são mais difusas e formadas através da sedimentação de vários processos sociais, em uma escala de tempo que muitas vezes envolve gerações.

Se a dinâmica pela qual as instituições são criadas ainda é pouco conhecida, o que as teorias disponíveis insinuam ou atestam pode ser resumido nas três afirmativas a seguir: primeiro, a principal forma da mudança é a evolução incremental pelo aprendizado; segundo, a mudança pode também ser alcançada pela alteração das posições e do peso social dos agentes portadores das novas e das velhas instituições; terceiro, mudança pode ainda ser induzida por alterações nos sistemas de incentivos e constrangimentos. A primeira destas formas é a mais comum, mas também a menos direcionável. A segunda é aquela que se materializa em eventos e momentos de ruptura, tão importantes quanto raros. A terceira é aquela preconizada pelas políticas públicas. Todas as três revelam que a introdução do adjetivo territorial no repertório das organizações não-governamentais, da burocracia estatal e dos movimentos sociais é marcada pelos limites de uma incorporação “por adição”, como foi aqui sublinhado, e não como um sinal de mudança institucional.

Nos países da América Latina a emergência da abordagem territorial está ligada a processos históricos que em muito se assemelham, apesar de diferenças de extensão e de intensidade, a fenômenos vistos nos países do capitalismo avançado – como a mudança na composição setorial das economias locais ou da renda das famílias de agricultores, como as novas dinâmicas populacionais. Não se trata, portanto, de um debate europeu meramente transplantado para os países da periferia, em que pese as diferenças nas assimetrias entre populações rurais e urbanas e nas características dos compromissos institucionais. Mesmo assim é inegável que o caminho pelo qual esta

abordagem foi introduzida só pode ser compreendido quando se faz sua gênese, dos primeiros estudos nos anos setenta até a tentativa de sua implementação como projeto normativo na presente década. Neste movimento, fica claro como a disseminação da retórica do desenvolvimento territorial é resultado das injunções entre as esferas da economia, das ciências, e da política, num jogo de mútua legitimação, através do qual se pode compreender o tipo de interesses sociais que balizam os rumos deste debate, e onde as agência multilaterais ocupam um lugar de destaque, justamente por permitir estas interpenetrações entre as várias esferas e por funcionar como uma espécie de legitimador de abordagens ascendentes.

A dinâmica que envolve estas intersecções revela toda uma estrutura de bases cognitivas e interesses traduzidos em incentivos e constrangimentos estabelecidos em consonância com os aspectos mais marcantes da velha visão. Como resultado, a passagem do compromisso setorial ao territorial nas instituições e políticas para o desenvolvimento rural torna-se incompleto, uma espécie de “inovação por adição” no vocabulário, no discurso e nas políticas, de órgãos governamentais e de agentes sociais como organizações e apoio e movimentos sociais, sem, ainda, um correspondente em termos de mudança institucional.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo (2003). **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.
- AMABLE, Bruno & PALOMBARINI, Stefano (2005). **L'économie n'est pas une science morale**. Paris: Raisons d'Agir.
- BAGNASCO, Arnaldo (1977). **Tre Italie – la problematica territoriale dello sviluppo italiano**. Bologna: Società editrice il Mulino.
- BID (2005). **Política de Desarrollo Rural**. Consultado em www.rimisp.org/bidpoliticarural
- BOURDIEU, Pierre (1990). Droit et passe-droit: le champ des pouvoirs territoriaux et la mise en oeuvre des règlements. In: **Actes de la recherche en sciences Sociales**, n. 81-82, mars 1990, pages 96-96. Paris.
- BOURDIEU, Pierre (2001). **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CEPAL; FAO; RIMISP (2003). “La pobreza rural en América Latina: lecciones para una reorientación de las políticas”. *Série Seminários e Conferências*, n. 27. Santiago de Chile.
- COULOMB, Pierre (1991). “Du secteur au territoire – vers um nouveau modèle socio-politique”. *Pour*, 130/131: 21-28, Paris.
- DEL TORO, Victor M.C. (2004). “Alcances de la ley de desarrollo rural sustentable en Mexico”. *Taller Propuestas para el Desarrollo Rural y la Producción Agropecuaria*. SAGPYA-Banco Mundial y FIDA-BID. Buenos Aires.
- DIRVEN, Martine (2004). **Alcanzando las metas del milênio – uma mirada hacia la pobreza rural y agricola**. Serie Desarrollo Productivo, n. 146. Cepal. Santiago de Chile.
- ECHEVERRIA, Ruben – Ed. (2001). **Development of rural economies**. BID, Washington, D.C.
- ESCOBAL, Javier (2002). **Nuevas instituciones para el desarrollo agricola y rural en America Latina y Caribe**. CUREMIS II. FAO.
- FAO (2004). **Una propuesta para el desarrollo rural – Desarrollo Territorial Participativo y Negociado (DTPN)**. Grupo de Trabajo SDA.
- FAVARETO, Arilson (2005). “Do Pronaf ao desenvolvimento territorial – elementos para uma crítica das instituições e políticas para o Brasil rural”. *Paper* apresentado no **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**, Belo Horizonte/MG.
- FAVARETO, Arilson (2006). **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial**. Tese de Doutorado. São Paulo: Procam/USP
- GARCIA, Alex Barril (2002). **Desarrollo rural – concepto, institucinalidad y políticas en el 2001**. Santiago de Chile: IICA.

- MANTZAVINOS, C.; NORTH, Douglas C.; SHARIQ, Syed (2003). **Learning, institutions and economic performance**. Max Planck Institute for Research on Collective Goods, consultado em www.ssm.com/abstract=510902.
- NAVARRO, Zander (2003). “Desenvolvimento rural no Brasil – os limites do passado e os caminhos do futuro”. *Estudos Avançados – Dossiê Desenvolvimento Rural*. Vol. 15, n. 43, Setembro/Dezembro-2001.
- NORTH, Douglass (1990). **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge University Press.
- NORTH, Douglass (2005). **Learning, institutions and economic performance**. Princeton University Press.
- OCDE (1993). **What future for our countryside ? A rural development policy**. Paris: OCDE.
- OCDE (1996). **Indicateurs territoriaux de l’emploi – le point sur le développement rural**. Paris: OCDE.
- OCDE (2003). **The future of rural policy – from sectoral to place-based policies in rural areas**. Paris: OCDE.
- PIERSON, Paul (2004). **Politics in time – history, institutions and social analysis**. Princeton University Press.
- PRZEWORSKI, A. (2003). “Institutions Matter?”. *Paper* presented at the Seminar **Institutions, Behaviour and Outcomes**. Cebrap, São Paulo.
- RAY, Christopher (2000). “The EU Leader Programme – rural development laboratory”. In: *Sociologia Ruralis*, Vol. 40, N. 2, April/2000.
- RIMISP (2004). **Seminário-Taller Transformación Productiva e Institucional en el Mundo Rural de Argentina – Síntesis de las Ponencias y del Debate**. Buenos Aires: Rimisp.CD.ROM
- SCHATTAN, V.; FAVARETO, A.; GALVANEZZI, C.; MENINO, F. (2005). **Barragem de Tijuco Alto – território, recursos naturais e direitos das comunidades tradicionais em debate nos fóruns participativos do Vale do Ribeira**. Relatório de Pesquisa Cebrap/Rimisp.
- SCHEJTMAN, Alexander & BERDEGUÉ, Julio (2003). “Desarrollo territorial rural”. In: ECHEVERIA, R. – Ed. . **Desarrollo territorial rural en América Latina y el Caribe: manejo sostenible de recursos naturales, acceso a tierras y finanzas rurales**. BID. Washington, D.C.
- SCHNEIDER, Sérgio (2003). “A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas”. *Paper* apresentado no **I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia**, Fortaleza/CE, novembro de 2003.
- SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir (2004). “Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf.” In: SCHNEIDER, et al. orgs. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

- SERAGELDIN, Ismail & STEEDS, David eds. (1997). *Rural well-being – From vision to action. Proceedings of the Fourth Annual Bank Conference on Environmentally Sustainable Development*. Environmentally and Socially Sustainable Development Proceedings Series, n. 15. The World Bank, Washington, DC.
- THE WORLD BANK (1997). **Rural well-being – From vision to action. Proceedings of the Fourth Annual Bank Conference on Environmentally Sustainable Development**. Washington, DC.
- THE WORLD BANK (2001-a). **Plan de Acción para el Desarrollo Rural en America Latina y el Caribe – un insumo para la Revisión de la Visión a la Acción**. Resumen del Informe. Marzo, 2001.
- THE WORLD BANK (2001-b). **Rural development strategy and action plan for the Latin America and the Caribbean Region**. Vol. 1. Main Report. 2001.
- THE WORLD BANK (2005). Beyond the city – the rural contribution to development. Report. Consultado em www.worldbank.org.
- VEIGA, José Eli (1998). **A face territorial do desenvolvimento**. Relatório de pesquisa. Fapesp. São Paulo.
- VEIGA, José Eli (2000). **A face rural do desenvolvimento – natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- VEIGA, José Eli (2004). “Destinos da ruralidade no processo de globalização”. *Estudos Avançados*, n. 51, maio-agosto 2004, p. 51-67.
- YRUELA, Manuel P. et al. (2000). **La nueva concepción del desarrollo rural – estudio de casos**. CSIC/Instituto de Estudios Sociales Avanzados de Andalucía. Córdoba: 2000.
- WEBER, Max (1998/2000). **Economia e sociedade**. Brasília: Ed. UnB. 2 vol.

A PRESENÇA DE ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DE CAPITAL SOCIAL NOS ASSENTAMENTOS SÃO BENTO E SANTA CLARA/CHE GUEVARA – PONTAL DO PARANAPANEMA-SP¹

Vanilde Ferreira de Souza
Dra. em Eng. Agrícola pela Faculdade de Engenharia Agrícola-UNICAMP,
área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável.
Profa. da Universidade Estadual de Maringá – Campus Umuarama – PR
vanilde@yahoo.com
Sonia M. P. P. Bergamasco
Profa. Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola-UNICAMP
sonia@agr.unicamp.br

RESUMO

A luta pela terra é uma importante dimensão da questão agrária e da implantação de assentamentos rurais no país e no estado de São Paulo. A extensão dessa luta é conhecida através das diversas manifestações cotidianas dos trabalhadores rurais sem-terra. As diversas famílias assentadas estabelecem estratégias com as quais organizam-se de maneira a permitir sua permanência na terra. Para organizarem-se é necessário que haja confiança mútua e uma reciprocidade entre os atores envolvidos. Estes são elementos constitutivos do que é chamado de capital social. O objetivo do presente trabalho foi analisar o capital social nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, localizados no Pontal do Paranapanema – SP, a partir das relações estabelecidas entre os assentados, como vizinhança, compadrio. Existem indícios de que o capital social nos assentamentos se faz presente e pode se fortalecer a medida que aumenta o número de pessoas interessadas em participar e construir juntas uma nova realidade.

Palavras-Chave: Capital social, relações sociais, organização rural.

¹ Este trabalho faz parte da tese de doutorado da primeira autora, intitulada: “Acampar, Assentar e Organizar: relações sociais constitutivas de capital social em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema-SP”, a qual contou com financiamento do CNPq e Fapesp.

1. Introdução

Os assentamentos desempenham um importante papel no espaço rural brasileiro devido à contribuição social e econômica que podem gerar com a produção de emprego, a diminuição do êxodo rural, o aumento na oferta de alimentos, os incrementos na produção agropecuária e, a elevação do nível de renda com conseqüente melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores rurais.

No estado de São Paulo o debate sobre a reforma agrária tem-se intensificado bastante e apesar de possuir uma agricultura altamente modernizada e industrializada, este estado, configura-se no cenário de programas de reforma agrária, uma vez que conta com 167 projetos de assentamentos rurais, acolhendo 10.049 famílias em uma área total de 220.411,82 ha, com uma área agrícola total de 163.620,57 ha (Fundação Itesp, dez. 2005).

A extensão da luta pela terra é conhecida através das diversas manifestações cotidianas dos sem-terra, que vai desde o trabalho de base às ocupações de terra; dos acampamentos e dos protestos com ocupações de prédios públicos às intermináveis negociações com o governo; do assentamento à demanda por política agrícola, na formação da consciência de outros direitos básicos, como educação, saúde, moradia. Afinal, a transformação do latifúndio em assentamento é a construção de um novo território, o qual requer condições adequadas para a sobrevivência das famílias, transformando-se em uma lógica de organização do espaço geográfico. Em vista disso, as políticas não nascem apenas do interesse do estado, mas sobretudo da organização desses trabalhadores rurais (FERNANDES, 2000).

As famílias assentadas possuem estratégias com as quais organizam-se de maneira a garantir sua permanência na terra. Diante disso, essas famílias optam por participar de organizações como cooperativas, associações, e até mesmo unindo-se com parentes e/ou vizinhos mais próximos. Para organizarem-se é necessário que haja confiança mútua e reciprocidade entre os atores envolvidos. A confiança é uma das formas do capital social, que por sua vez não é apenas um atributo cultural, passado de geração a geração; o capital social pode ser criado, por meio de fortes organizações que indiquem aos indivíduos alternativas às convenções ditadas pela sociedade. Também não é simplesmente um novo termo para falar da organização de trabalhadores; é, antes de tudo, o estabelecimento de relações entre pessoas e grupos sociais cujos interesses comuns nem sempre se evidenciam. Assim sendo, sua construção exige uma ação voluntária e coordenada (ABRAMOVAY, 1998).

A noção de capital social surge cercada de diferentes debates em torno de sua teoria. A discussão acadêmica das diferentes teorias torna-se significativa à medida que as situações contrapõem-se com fatos empíricos e assim legitima-se a capacidade de explicar a realidade por meio da teoria.

As teorias sobre capital social nos indicam que o estabelecimento ou a reprodução das relações sociais altera as relações contingentes, como a vizinhança, o local de trabalho, entre outras. Essas relações também originam elos de obrigações subjetivas, como sentimentos de gratidão, respeito, amizade, etc., que geram e potencializam o capital social. Os indivíduos são agentes transformadores da realidade social, nos permitindo, portanto, o estudo das interações que ocorrem nos diversos tipos de relações sociais presentes nas diferentes organizações, como por exemplo, os assentamentos rurais, as instituições governamentais e não-governamentais atuantes numa determinada região, bem como, o estudo da ação de líderes para a modificação do espaço social.

Entendemos ser o capital social aquele que ocorre por meio das relações instituídas entre as pessoas, sendo essas relações mais ou menos fortes a partir de alguns elementos constitutivos desse tipo de capital como a confiança, a solidariedade, o sentimento de gratidão, a reciprocidade.

Dessa forma, o presente trabalho objetivou analisar o capital social nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, localizados no Pontal do Paranapanema – SP, a partir das relações estabelecidas entre os assentados, como vizinhança, compadrio.

2. Caminhos Metodológicos

Os dois assentamentos escolhidos foram: o assentamento São Bento e o assentamento Santa Clara/Che Guevara², os quais localizam-se no município de Mirante do Paranapanema com início em julho de 1994. Esses assentamentos foram escolhidos devido às relações estabelecidas durante o processo de sua constituição, contando com a atuação de diversas organizações/instituições e movimentos sociais, e porque a história dos dois assentamentos se encontra imbricada, uma vez que durante a luta das famílias pela conquista da Fazenda São Bento foi mobilizado um novo grupo para a ocupação da Fazenda Santa Clara, atual assentamento Santa Clara/Che Guevara.

² Utilizaremos nessa pesquisa a denominação assentamento Santa Clara/Che Guevara pelo fato de termos percebido as duas denominações ao assentamento, sendo que Che Guevara está mais comumente associado às falas da militância e Santa Clara aos demais assentados. Também nos documentos oficiais da Fundação Itesp aparecem as duas denominações.

Os instrumentos de investigação adotados foram: **1) Questionário:** os questionários tiveram por finalidade apresentar um panorama geral sobre os assentados, como por exemplo, a forma de aquisição do lote, o tempo na propriedade, capacitação técnica e política, o grau de confiança em algumas instituições, ou seja, o questionário nos serviu como um instrumento de obtenção de dados quantitativos.

A amostra para aplicação dos questionários foi calculada em 15% do total de lotes. Desta forma, no assentamento São Bento foram aplicados 27 questionários (182 famílias) e no assentamento Santa Clara/Che Guevara 10 questionários (46 famílias). **2) Entrevistas com agentes de atuação:** As entrevistas, na presente pesquisa, foram realizadas de forma diretiva, ou seja, estruturadas, onde as perguntas foram determinadas com antecipação. Essas entrevistas tiveram por objetivo compreender as relações existentes entre os assentados e os mediadores dos assentamentos. Escolhemos de maneira aleatória os assentados que seriam entrevistados, no assentamento São Bento entrevistamos 18 assentados e no Santa Clara/Che Guevara 05 assentados (10% do número total de famílias). **3) Histórias de vida:** a utilização da técnica da “história de vida” teve como objetivo resgatar a trajetória de vida de algumas lideranças e, a partir de então, compreender as estratégias de organização nos assentamentos rurais. As histórias de vida foram realizadas com três assentados do São Bento e três do Santa Clara/Che Guevara. Para tanto, utilizamos o recurso da gravação em fitas microcassetes, aliado às anotações de campo.

3. O capital social nos assentamentos

Na constituição de um assentamento várias ações coletivas são articuladas e concretizadas pelos atores participantes de tal processo, com isso essas pessoas têm o “poder” de transformar a realidade local criando condições que se passam através da cooperação entre os envolvidos durante o processo de transformação. Essas transformações se tornam possíveis diante da presença do capital social, já que este é um instrumento de transformação e desenvolvimento social. Diferentemente de outros tipos de capital, o capital social nasce das relações sociais e abre caminho para uma nova forma de relações entre os indivíduos; com a sua presença formas de cooperação mútua são facilitadas. Existem diversas teorias do que vem a ser capital social, sendo este um conceito bastante abrangente.³ Para a construção desse trabalho apresentamos algumas teorias sobre capital social, as quais acreditamos poder contribuir para a discussão sobre o tema.

³ Nesse sentido, há algumas críticas sobre o que vem a ser capital social. Para exemplificar, é citado o efeito negativo que o capital social pode, também, produzir; isto pode ser observado em algumas organizações “sociais” existentes

O autor que primeiro introduziu o conceito de capital social foi Pierre Bourdieu, nos anos 1980. Esse autor utilizou o termo para se referir às vantagens e desvantagens em se pertencer a determinadas comunidades. Para Bourdieu (1986), o capital é percebido como um acúmulo de trabalho que, quando apropriado de maneira privada, proporciona a apropriação da energia social. O capital visto dessa maneira, envolve-se de uma capacidade potencial na geração de lucros e, da mesma forma, para se autoproduzir, na mesma proporção ou de maneira expandida.

A teoria econômica tenta reduzir a análise de capital, centrando-se no aspecto de troca, originando uma orientação para a maximização do lucro. Com isso, a ênfase economicista impede o aspecto não econômico que o capital também possui. Assim sendo, Bourdieu (1986) em seu artigo *“The forms of capital”* identificou três diferentes tipos de capital. O primeiro deles é o econômico: este é convertido em dinheiro e pode se estabelecer como forma de direito à propriedade; o segundo tipo de capital foi definido pelo autor como cultural, sendo este convertido, sob determinadas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado na forma de qualificação educacional; e, por último, tem-se o capital social, o qual gera obrigações sociais, sendo transformado, sob certas condições, em capital econômico, podendo ser estabelecido na forma de títulos “nobiliárquicos” (DIAZ JR, 2001).

Bourdieu (1986) ao identificar essas três dimensões de capital, o econômico, o cultural e o social, acredita que estes três recursos tornam-se socialmente efetivos e a propriedade deles é legitimada pela mediação do capital simbólico, isto é, as posições sociais e a divisão de econômico, os recursos culturais e sociais, normalmente, são legitimados com ajuda do capital simbólico.

Estes vários tipos de capital sendo acumulados pelos agentes e simbolizados pelo poder que os mesmos detém, faz com que esse poder seja utilizado nas suas lutas simbólicas para impor a sua visão de mundo. Apesar do autor não tratar, explicitamente, da questão da confiança quando analisa o capital social, a confiança pode estar presente como parte das lutas simbólicas que ocorrem na sociedade. A análise central de Bourdieu supõe que a estrutura social se compõe de campos de luta pelo poder. Para o autor, os conflitos estão ligados ao conceito de capital social, que assim, como as outras formas de capital é também distribuído de maneira desigual; diante dessa visão, o capital é tido como poder (ROS e SCHNEIDER, 2003).

como a máfia, o ku klux klan, os skin heads, entre outros. Estes grupos também se organizam coletivamente, e determinantes econômicos, sociais, políticos e educacionais podem influenciar diretamente nos objetivos das ações dos grupos. (DIAS JR, 2001).

A posição que um determinado agente ocupa num espaço social pode ser definida pela posição que ele desempenha nos diferentes campos de atuação, isto é, na distribuição dos poderes que operam em cada um dos campos, seja o capital econômico, o capital cultural, o capital simbólico (geralmente nomeado de prestígio, reputação, etc.) e o capital social (BOURDIEU, 2003).

Sendo assim, compreendemos que a contribuição teórica da noção de capital social está no fato deste possuir a capacidade para explicar as lógicas das ações dos agentes, especialmente, nas suas articulações sociais para estabelecer as suas lutas simbólicas. Desta maneira, o capital social foi definido, por Bourdieu (1986), como um conjunto de recursos concretos ou potenciais que estão ligados à participação de uma rede durável de relações mais ou menos estabelecidas de mútuo entendimento e reconhecimento.

O estabelecimento ou a reprodução das relações sociais altera as relações contingentes, como a vizinhança, o local de trabalho, entre outras. Essas relações também originam elos de obrigações subjetivas, como sentimentos de gratidão, respeito, amizade, etc., que geram e potencializam o capital social. Nesse sentido, Bourdieu transfere para as pessoas a responsabilidade de transformação social, por serem essas pessoas possuidoras de capital social. Para ele, o capital social é propriedade dos agentes individuais e coletivos e não das sociedades.

A percepção do autor, ao definir capital social, de que os indivíduos são agentes transformadores da realidade social permite, neste sentido, estudar as ações que ocorrem nos diversos tipos de relações sociais presentes nas diferentes organizações, como por exemplo, os assentamentos rurais, as instituições governamentais e não-governamentais atuantes numa determinada região, assim como também, de maneira isolada, estudando a ação de líderes para a modificação do espaço social.

De acordo com Ros e Schneider (2003), o capital social tido como poder é algo que não se consegue tocar e se estabelece nas relações sociais onde existe a presença de reciprocidade e cooperação, com isso, este tipo de capital pode ser analisado a partir do modo como se manifestam estas relações, que podem estar formalizadas por meio de organizações ou instituições, mas em outras situações, as mesmas são informais, expressadas através das relações de compadrio, parentesco, amizade.

Nos dois assentamentos pesquisados, existem indícios de que o capital social se faz presente através de organizações formais como as associações e as cooperativas, ou por meio de organizações informais que são identificadas através da relação de vizinhança, parentesco ou compadrio. Bergamasco et al (1997) apontam para o fato de que nos assentamentos rurais as

redes de relações estabelecidas entre vizinhos e parentes se constituem em autênticas estratégias desenvolvidas no espaço rural. Ao analisar as relações de vizinhança nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara percebemos que estas foram se construindo ainda na época do acampamento.

“A gente não conhecia ninguém em noventa, não se conhecia ninguém e é a partir de noventa que a gente acampô junto, a gente passou a conhecê, então tá fazendo parte de várias família como se fosse da família. Do acampamento, que se tornou essa comunidade do setor 1. É uma boa parte do grupo que estava na época.” (Entrevista, Sra. M.C.S., Assentamento São Bento, 2005).

Existe nos assentamentos uma forte relação social entre os assentados, e isso é um potencializador para a formação do capital social, pois de acordo com Dirven (2003), as pessoas, em sua essência, são portadoras de capital social. As relações sociais existentes nos assentamentos são marcadas, principalmente, pelo fato dos indivíduos terem vivenciado a mesma situação, uma vez que nos dois assentamentos a principal forma de acesso ao lote foi por meio de participação na ocupação e no acampamento.

As relações de vizinhança são percebidas muitas vezes através de visitas que um faz na casa do outro. Tal fato foi identificado em quase todas as falas dos entrevistados que, ao serem questionados sobre os vizinhos, a grande maioria respondeu estabelecer uma boa relação entre eles.

“São tudo bom, meus vizinho são tudo bom, não tenho o que falar de nenhum. Eu vou na casa de qualquer um que venha à minha casa, eu vou, porque a pessoa vai na casa de quem vem na casa da gente. Se o nego não vem na casa da gente, a gente também não vai na casa dum cara que não, não dá valor na gente.” (Entrevista, Sr. N.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005).

Para que as relações de amizade entre vizinhos ocorram é necessário que haja uma reciprocidade entre as partes envolvidas. Quando o Sr. M.N.S. estabelece que apenas vai à casa de quem frequenta a sua, ele está pré-condicionando a sua ida a algo, ou seja, ele vai à casa de alguém, mas quer que isso seja recíproco. Ao contrário do que ocorre nos laços de parentesco, os laços de amizade não são um produto de uma situação já dada, pois a amizade não se ganha, ela é conquistada (WOLF, 1980).

“Bom, os vizinho são bom, os vizinho são bom (...), meus vizinho são bom. (...) os vizinho vem, todos os vizinho vem aqui, (...) eu prefiro ficar em casa, eu sou muito caseira, mas os vizinho todos vêm aqui, eles vêm sempre, vêm fazer visita, às vezes vem jantar, vem sempre. Mas eu nunca fui na casa dos vizinho, é só quando eu preciso de alguma coisa emprestada, eu vou rapidinho, peço e volto rapidinho.” (Entrevista, Sra. J.S.P., Assentamento São Bento, 2005).

A conquista da amizade, inicialmente no acampamento e depois no assentamento, é o que ocorre na maioria dos casos, ou seja, os vínculos de amizade vão se construindo ao longo do tempo.

Quando a Sra. I.S.P. diz que recebe os vizinhos na sua casa para jantar, significa que, mesmo sem ela ter o hábito de freqüentar a casa deles, os vizinhos conquistaram a sua amizade e retribuem oferecendo-lhe algo que falte à ela, seja isso material ou emocional. Em vista disso, isto é, de uma análise sociológica válida para o vínculo de amizade, Wolf (1980) distinguiu dois tipos de amizade, a amizade expressiva ou emocional e a amizade instrumental⁴. Utilizando-se do exemplo das falas dos assentados podemos dizer que é um caso de amizade emocional, pois este tipo de amizade implica numa relação entre um *ego* e um *alter* onde cada um vai satisfazer a necessidade expressiva ou emocional do outro. Assim sendo, podemos crer que o ponto de partida da amizade é a reciprocidade, uma vez que esse tipo de relação tem como objetivo a ocorrência da ajuda mútua, onde a carga afetiva pode ser considerada como um instrumento para que se mantenha o vínculo de confiança.

“Bom, vixe, aqui eu confio demais, a gente boa viu, tudo. Daqui até lá em cima a caixa d’água, onde você viu, mas issi aí é uma coisa muito bom, é esses vizinho, não pega nada de ninguém e a gente tudo se dá, é uma coisa demais, tudo amigo, tudo amigo. Ah, desde o começo, também desde noventa e um é todo mundo junto né.” (Entrevista, Sr. C.J.G., Assentamento São Bento, 2005).

Segundo Dirven (2003), o eixo das relações sociais conduz à existência de um capital social e à ênfase no potencial organizativo que se apresenta nas pessoas, nas comunidades e nas associações produtivas. Desta forma, o capital social nos assentamentos ocorre também, além das relações de vizinhança, por meio das relações de parentesco e compadrio. A relação de parentesco aparece como um campo de destaque nas relações sociais, pois o parentesco intervém diretamente na relação de trabalho, conferindo especificidade à parceria local (WOORTMANN, 1995).

Existem nos assentamentos muitas famílias que possuem pais e irmãos morando em outros lotes, o que significa que as famílias vão constituindo a parentela no interior do assentamento, podendo em muitos casos estabelecer um sistema de ajuda mútua entre os parentes (ANTUNIASSI, 2003). Observamos a existência de muitos filhos de assentados vivendo em outros lotes no mesmo assentamento, fato este presente tanto no assentamento São Bento, quanto no assentamento Santa Clara/Che Guevara.

“Meus vizinho são excelentes né, graças a Deus. Eu tenho esse aqui que é o meu cumpadre, esse aqui da frente. Tem o A.S. que tá lá no fundo, o V. também lá no fundo, esse de frente é o meu filho, quer dizer que são um pessoal, que graças a Deus nós convêi bem.”

⁴ Frente à amizade emocional está a amizade instrumental, onde cada um dos integrantes da amizade atua como um elo de conexão com outras pessoas do exterior.

Nós vai na casa um do outro, de vez em quando um precisa do outro, na hora de uma precisão quer dizer que todo mundo chega junto né.” (Entrevista, Sr. N.M.A., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005).

Os laços estabelecidos na comunidade (parentesco, amizade, compadrio) são freqüentemente fortalecidos quando as pessoas se unem para realizar algo em prol da comunidade, como ocorre em casos da realização de mutirão, troca de dias (serviços), missa Borges (2004) percebeu, através das histórias das pessoas, que no setor I do assentamento São Bento, ainda no momento do acampamento, havia uma forte união entre os que se assentaram nesse setor. Essa união, muitas vezes, ocorre pelo fato das pessoas desse setor serem bastante religiosas. A religião, em determinados casos, constitui-se no principal instrumento de preservação e manutenção de uma comunidade, uma vez que conta com a participação da grande maioria dos seus integrantes.

A questão da religiosidade está presente, não apenas no setor I, mas em todo o assentamento São Bento, já que 92,6% dos assentados pesquisados se identificaram como praticantes de uma religião, assim como no assentamento Santa Clara/Che Guevara, onde essa porcentagem chega a 90%. Observou-se no assentamento São Bento que as missas antes eram realizadas na escola do assentamento e, recentemente, com a construção de uma igreja por meio de mutirão pela comunidade são realizadas, uma vez por mês, missas católicas, que contam com a presença de assentados, não só do São Bento, mas também dos assentamentos vizinhos.

Nos dois assentamentos há a predominância da religião católica, seguida pela evangélica que também possui um número considerável de fiéis. No estudo realizado por Bergamasco et al. (2004) sobre a diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais, constatou-se que a grande maioria (72,27%) dos assentamentos pesquisados no estado de São Paulo tinha a religião católica como a predominante e as evangélicas somavam 5,04%. Os cultos evangélicos são realizados nas igrejas construídas, por meio de mutirão, pelos assentados pertencentes a essa religião. Em cada assentamento (São Bento e Santa Clara/Che Guevara) existe uma igreja evangélica.

Como foi observado por Borges (2004) há uma presença marcante de católicos no setor I do assentamento São Bento. Talvez o destaque da religiosidade (católica) no setor I se dê pelo fato deste grupo ter se unido desde o tempo do acampamento, pois naquela época tal grupo já se reunia para as celebrações religiosas. Ao entrar no assentamento o grupo juntou forças para a construção de uma capela no setor. Esta capela está localizada no lote de um dos assentados, que diz ter realizado um grande sonho ao se tornar assentado.

“Então é como eu te falei, esse grupo que tá aqui é da época do acampamento de noventa, é uma boa parte daquele grupo que se uniu em acampamento. Viemos pro

emergencial e definitivo ficamos aqui, firme na luta e firme na religião também, é não é que a gente se gaba não, mas a gente é bem religioso esse grupo aqui, em religião sim.” (Entrevista, Sra. M.C.S., Assentamento São Bento, 2005).

Nesse grupo, pelo fato das pessoas estarem sempre se reunindo, tendo a religião como promotora das relações sociais, suas ações são mais facilitadas e viabilizadas. Isto ocorre porque no grupo há, além da solidariedade entre as pessoas, um sentimento de confiança muito forte. Para Fukuyama (1996) a confiança é um dos principais elementos para se criar capital social em determinadas regiões ou comunidades.

A questão da religiosidade entre os assentados, mais especificamente no setor I do assentamento São Bento, poder estar diretamente relacionada com a presença de capital social, já que este é uma característica da organização social, que reúne as relações entre os indivíduos, as suas regras de comportamento, os laços de confiança, as obrigações mútuas. O capital social, quando presente em uma comunidade, torna possível a tomada de ações cooperativas as quais vão resultar no benefício de toda a comunidade, pois este tipo de capital tem a habilidade de criar e sustentar associações voluntárias. Desta perspectiva, a formação de uma associação voluntária pode, também, ser vista como estratégias coletivas e individuais de investimento, as quais apontarão para a criação de redes permanentes de relações que tornarão possível a acumulação de capital social (BOURDIEU, 1986).

Tanto no assentamento São Bento, quanto no Santa Clara/Che Guevara, percebemos indicativos de que o capital social foi se construindo ao longo do tempo. Tempo esse iniciado no acampamento. É claro que muitas pessoas já trouxeram consigo alguns elementos que são necessários para a construção do capital social, como a solidariedade, a religião, a fé, a confiança, o espírito participativo, a cooperação, a reciprocidade, entre outros. Ao ouvir a história de vida de algumas lideranças dos assentamentos percebemos que muitos deles já possuíam alguns desses elementos que ajudaram na constituição e fortalecimento do capital social nos assentamentos.

“Eu no meu nível que eu era na cidade eu não vou falar que aumentou a confiança né, porque eu sempre, eu procurei sempre ter amigos. O cara que trabalha bem na cidade, o cara tem uma grande confiança né, eu mesmo até hoje e qualquer cidade dessa aí que eu chego, qualquer lugar eu chego, eu tenho o meu crédito em qualquer lugar, mas não é um crédito que eu arrumei aqui dentro, eu já tinha ele. (...) E na cidade eu tinha, e tenho até hoje, muitos amigo.” (Entrevista, Sr. A.P.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005).

Nesse pequeno trecho da história de vida do Sr. A.P.S. podemos perceber que as relações sociais estabelecidas por ele ocorreram antes da sua chegada ao assentamento, sendo a confiança um dos pilares dessas relações, que por sua vez, é um dos elementos para a formação de capital social. Portanto, o conceito de capital social busca um sentido maior em relação não apenas à presença das

relações sociais, mas, sobretudo, à qualidade dessas relações, as quais poderão contribuir para o processo de desenvolvimento. Nesse sentido, foi percebido que 70% dos assentados amostrados do São Bento afirmaram confiar muito nos seus vizinhos. No assentamento Santa Clara/Che Guevara essa porcentagem é de 60%.

A confiança como um dos elementos para a presença de capital social é também importante na teoria de Robert Putnam, que tenta entender os processos organizativos a partir do capital social. Este autor definiu este tipo de capital como traços que as organizações possuem, como a confiança, as normas e os sistemas, que facilitam a ação e cooperação no esforço de se conseguir objetivos comuns, colaborando no aumento da eficiência da sociedade.

O que podemos perceber em nosso estudo, ao associarmos os dados empíricos à teoria, é que se a confiança, juntamente com a credibilidade, assim como os sentimentos de solidariedade e compaixão, têm o poder de ampliar as redes de relações sociais, tais redes se mantêm fortalecidas nos assentamentos, pois todos esses elementos se encontram presentes nas relações sociais estabelecidas entre os assentados. Uma dessas relações diz respeito à questão das trocas de dias que ocorrem constantemente nos assentamentos. Dificilmente encontramos nos assentamentos pessoas que não realizam esse tipo de atividade, seja pelo companheirismo, solidariedade, confiança ou mesmo pela necessidade e, ao realizarem esse trabalho, estabelece-se uma relação de confiança entre os envolvidos, pois, dificilmente, um faltará com a sua obrigação para com o outro. A garantia de que esse tipo de relação não se quebrará ocorre somente pela presença do sentimento de confiança. Há depoimentos que traduzem de maneira bastante elucidativa como ocorre essa atividade e a relação de confiança e amizade presentes.

“Outro dia foi esse Sr. aí mesmo, esse ano, nós colheu algodão bastante pra ele aí, já plantou de novo e eu também plantei agora, a gente trabalha um pro outro. Então quando ele tá apurado a gente trabalha pra ele e quando a gente tá apurado ele trabalha pra gente, e assim vai levando, vai tocando e com isso a gente vai indo, levando a vida.”
(História de Vida, Sr. J.P.L., Assentamento São Bento, 2005).

Nas trocas de dias existe uma certa cumplicidade entre os assentados que ocorre, sobretudo, pela confiança presente entre eles. Conclui-se que a confiança promove a cooperação e, conseqüentemente, quanto maior for o nível de confiança de uma comunidade, maior será a cooperação existente. As formas de capital social são denominadas de “recursos morais”, sendo que esses recursos aumentam conforme o seu uso e diminuem conforme o desuso, isto é, quanto mais as pessoas confiam umas nas outras, maior será a tendência de haver confiança mútua.

“Eu acredito que pelo menos a parte aqui, que nós mora aqui, eu acredito que é um pelo outro né, porque eu tenho um trator, eu vou lá, o cara vem, eu tenho um maquinário, nós

troca serviço, faz tudo então.” (História de Visa, Sr. A.P.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005).

Borges (2004), analisando a troca de dias no setor I do assentamento São Bento, acredita que esta ocorre por haver um forte companheirismo, compadrio e, também, pelas relações de vizinhança que se estabeleceram desde o acampamento, sendo isto o ponto favorecedor das práticas coletivas que se estabeleceram. É através da troca de dias que percebemos, nesse setor, a preservação do valor de cooperação, de ajuda mútua, *“pois ainda que as roças sejam cultivadas individualmente, os frutos do trabalho, quando se faz necessário, são colhidos por meio do trabalho coletivo”* (BORGES, 2004, p. 277). Desta forma, essas pessoas vivem, ao mesmo tempo, de maneira individual e coletiva inter-relacionando essas duas formas de viver.

“Quando nós tem roça, nós faz troca de dia. Tem uma parceria de treis aqui né, mais o meu vizinho aqui e o meu vizinho ali de cima (assentamento Estrela D’Alva). Nós planta mandioca. Eu planto no meu lote, ele planta no dele e ele outro no dele, aí nós faz parceria no serviço. Quando nós tivé perto deles capinã na deles, depois volta no Chiquinho, depois vem no nosso e é assim né, vai revezando.” (Entrevista, Sra. E.J.B.S., Assentamento São Bento, 2005).

Os contratos informais de uso da terra são maneiras claras de mobilização de capital social que apontam para uma estratégia destinada a melhorar a produção e a produtividade (DAVID e MALAVASSI, 2003). Para que as trocas de dias ocorram é necessário haver a confiança entre as pessoas, portanto, a confiança surge como sendo a crença na credibilidade de uma pessoa ou de um sistema, levando-se em conta os resultados obtidos. Assim, quando o exercício da confiança, bem como o da cooperação, é freqüentemente repetido em uma comunidade, cria-se uma disposição cada vez maior entre as pessoas a cooperar reciprocamente dentro da comunidade. A confiança se constrói sobre o passado e não sobre um futuro, ou seja, sobre uma experiência anterior que prova a confiabilidade entre as pessoas, e não sobre possíveis acordos e promessas futuras (DURSTON, 1999).

De acordo com Fukuyama (1996) o sentimento de confiança surge a partir do momento em que uma comunidade compartilha um conjunto de valores morais, de maneira que se cria uma expectativa na conduta das pessoas, a qual deve ser equilibrada e honesta. Normalmente, quanto mais elevados os valores éticos no interior de uma comunidade, maior será o grau de solidariedade e de confiança mútua entre seus integrantes. O capital social desempenha um importante papel ao estimular a solidariedade e a superar falhas da sociedade por meio de ações coletivas ou mesmo individuais, mas que irão beneficiar uma ou mais pessoas.

4. Considerações Finais

Observamos nos assentamentos estudados que há indicativos da presença de capital social, sendo este construído a partir das relações estabelecidas entre os assentados quando estes ainda estavam na fase de acampamento. Assim, essas pessoas quando acampadas, através de valores como a reciprocidade, a confiança, a solidariedade, foram formando suas redes de relações e à medida que essas redes se fortaleciam tais valores solidificavam-se. No momento em que passaram a ser assentadas e a conviverem próximas umas das outras, ou seja, à medida que o grupo do acampamento é perpetuado no assentamento, essas pessoas, já portadoras de elementos constitutivos de capital social, passam a potencializá-lo nas práticas do dia a dia.

Os sentimentos de confiança, reciprocidade surgem, sobretudo, nas parcerias informais estabelecidas pelos assentados, como por exemplo as trocas de dias. Também a participação das pessoas em pequenas associações objetivando a produção de um bem comum contribui para o fortalecimento desses valores e, conseqüentemente, do capital social.

5. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Capital social: cinco proposições sobre o desenvolvimento rural. In: **II Fórum CONTAG de Cooperação Técnica “A formação de capital social para o desenvolvimento local sustentável”**. São Luis, 1998, 16 p.

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. 15 anos de assentamentos de trabalhadores rurais no estado de São Paulo: o caso da família Pereira. In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira.; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta (Orgs.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; BLANC-PAMARD, Chantal; CHONCHOL, Maria-Edy. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello; OLIVEIRA, Rosângela Ap. Pereira de; PINTO, Leonardo de Barros. A diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais de São Paulo. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de;

LEITE, Sérgio. **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

BORGES, Maria Celma. **De pobres da terra ao movimento sem terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema-SP**. 2004. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Assis. 459 f.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: **Handbook of theory and research for the sociology of education**. 1986, p. 241-260.

_____. **O poder simbólico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque.; MALAVASSI, Laura M. Ortiz. El capital social y las políticas de desarrollo rural. Punto de partida o punto de llegada? In: **Capital social y la reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma**. Atria, Raúl et al. (Comp.). CEPAL: Santiago, Chile, 2003.

DIAS JUNIOR, Cláudio Santiago. **Capital social e violência: uma análise comparada em duas vilas de Belo Horizonte**. 2001. 125 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DIRVEN, Martine. Entre el ideário y la realidad: capital social y desarrollo agrícola, algunos apuntes para la reflexión. In: **Capital social y la reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma**. Atria, Raúl et al. (Comp.). CEPAL: Santiago, Chile, 2003.

DURSTON, John. Construyendo capital social comunitário. **Revista de la CEPAL** n. 69, Dic. 1999. p 103-118.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A questão agrária no limiar do século XXI. In: 15º Encontro Nacional de Geografia Agrária. Goiânia, 02 a 05 de dezembro de 2000 **Anais...**, CD-Rom.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS “JOSÉ GOMES DA SILVA” DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lista de Comunidades Atendidas. Dezembro, 2005.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança:** valores sociais e criação de prosperidade. Lisboa: Gradiva, 1996.

PUTNAM, Robert D.. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Trad. Luiz Alberto Monjardim. 2. ed.. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

ROS, Carlos Cowan; SCHNEIDER, Sergio. Capital social: um novo conceito e uma velha disputa teórica. In: **XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Juiz de Fora, 27 a 30 de julho de 2003, Anais..., CD-Rom.

WOLF, Eric R. Relaciones de parentesco, de amistad y de patronazgo em las sociedades complejas. In: **Antropologia social de las sociedades complejas**. Michael Banton (Org.). Madrid: Ed. Cast. Alianza Editorial, 1980.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres:** colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo: HUCITEC, 1995.

ALGUMAS QUESTÕES PARA SE PENSAR O ENVELHECIMENTO NO CAMPO: AS EXPERIÊNCIAS DOS IDOSOS DE SANTA RITA DE MINAS/MG

Jorge L. G. PEREIRA¹
Ivana C. B. dos SANTOS²

O envelhecimento populacional (ou o aumento da perspectiva de vida) é hoje uma realidade que atinge os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Está atrelado a uma série de fatores conjugados, entre os quais o melhor controle das doenças transmissíveis, a contenção de afecções crônicas, a melhoria na qualidade de vida. Estes fatos associados à redução das taxas de mortalidade e fertilidade têm proporcionado aumento quantitativo e proporcional de idosos na sociedade (Chaimowicz, 1997; Ramos, 2002; entre outros). Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1984), o conceito de população envelhecida é aquela em que a proporção de pessoas com 60 anos ou mais, atinge 7% com tendência a crescer em relação à população geral.

As estimativas apontam que, no ano 2020, 67% da população idosa mundial estarão vivendo nos países em desenvolvimento, mostrando que a longevidade deixará de ser característica do Primeiro Mundo. Por conseguinte, dois terços da população idosa mundial estarão sediados nos países menos desenvolvidos. Os idosos serão o grupo etário que mais terá crescido relativamente aos outros, e o aumento percentual na população idosa dos países em desenvolvimento será muitíssimo maior que nos países desenvolvidos (Kalache et. al., 1987; Paschoal, 2000).

No início do século passado, apenas 575 mil brasileiros haviam transposto a barreira dos 60 anos. Atualmente cerca de 14 milhões de cidadãos já ultrapassaram esta faixa etária. Existem projeções para uma população de aproximadamente 32 milhões de idosos no Brasil em 2025, quase 14% da população total (Kalache et al, 1987; Berquó, 1996; Camarano, 1999; Paschoal, 2000).

Pelo fato do Brasil possuir dimensões continentais apresenta características regionais muito variáveis, que ainda necessitam de pesquisas que esclareçam suas especificidades, principalmente no que diz respeito aos idosos localizados no meio

¹ Economista Doméstico, Mestre e Doutor em Sociedade e Agricultura/CPDA/UFRRJ, Professor do Mestrado Profissionalizante em Meio Ambiente e Sustentabilidade/UNEC/MG. Endereço eletrônico: jolugope@uol.com.br

² Fisioterapeuta, Professora de Fisioterapia Geriátrica e Gerontológica da UNEC/MG, Mestrando do Curso Profissionalizante em Meio Ambiente e Sustentabilidade/UNEC/MG.

rural. As diferenças se dão tanto pela dinâmica demográfica como também pelos variados caminhos que os indivíduos percorrem ao longo de suas vidas até atingir o envelhecimento, sendo que este não é um processo homogêneo e todos os aspectos a ele relacionados tais como gênero, classe social, etnia, saúde, educação, condições econômicas (Camarano & PASINATO, 2002; Minayo e Coimbra, 2002, entre outros), culturais e origem (rural ou urbano) desempenham um papel muito importante.

Geralmente a velhice tem sido associada ao estado de “doença”, “fim da vida”, um peso para a Previdência Social e para os parentes mais próximos. Se por um lado conceber a velhice como sinônimo de doença caracteriza-se como um estereótipo, por outro, depositar a responsabilidade de um envelhecimento saudável no indivíduo significa cair num reducionismo histórico e social criando-se um novo estereótipo da “eterna juventude”, do mito da imortalidade.

Na verdade, negar o processo do envelhecimento seja através de qualquer desses estereótipos constitui-se num erro metodológico, pois diversas pesquisas nacionais e internacionais têm apontado resultados que demonstram que o envelhecimento deve ser concebido como uma experiência heterogênea, devendo ser levado em conta o remapeamento do curso da vida que vem acompanhando as transformações na dinâmica demográfica brasileira, as quais estão em compasso com as mudanças em curso nas sociedades ocidentais contemporâneas (Debert, 1999; Peixoto, 2000; Barros, 2003; Attias-Donfut, 2004), como por exemplo, a organização familiar a partir da entrada das mulheres no mercado de trabalho.

Este artigo busca refletir sobre o envelhecimento no campo brasileiro, chamando a atenção para as experiências do município de Santa Rita de Minas, no Leste Mineiro, aonde vem se desenvolvendo pesquisas na área de Meio Ambiente e Saúde³, e para as questões de gênero. Nesse município encontramos a heterogeneidade da velhice e uma sobrecarga dos atributos femininos. Há também os “Grupos da Terceira Idade” que representam um novo sentido para o envelhecimento: a busca pela jovialidade e seus derivados.

O sentido da velhice na modernidade

Segundo Veras (1995:25), “nada flutua mais do que os limites da velhice em termos de complexidade fisiológica, psicológica e social”. Se, por um lado, o ciclo

³ O Mestrado Profissionalizante em Meio Ambiente e Sustentabilidade da UNEC é dividido em duas áreas: Meio Ambiente e Saúde e Gestão Ambiental.

biológico próprio do ser humano assemelha-se ao dos demais seres vivos - todos nascem, crescem e morrem -, por outro, as várias etapas da vida são social e culturalmente construídas. Isto é, as diversas sociedades constroem diferentes práticas e representações sobre a velhice, a posição social dos velhos e o tratamento que lhes deve ser dispensado pelos mais jovens. Diversos estudos antropológicos demonstram que a infância, a adolescência, a juventude, a vida adulta e a velhice não constituem propriedades substanciais, mas que os indivíduos adquirem com o avanço da idade cronológica. O processo biológico, que é real e pode ser reconhecido por sinais externos do corpo, é apropriado e elaborado simbolicamente por meio de rituais que definem, nas fronteiras etárias, um sentido político e organizador do sistema social (Veras et al., 1987; Guedes, 1999; Minayo, 2000). Assim, o envelhecimento deve ser abordado como um fenômeno universal que gera problemas comuns, mas que podem ser vividos e resolvidos diferentemente nas diversas culturas. A velhice recebe então, significados distintos, dependentes do sistema simbólico de cada cultura (Barros, 2004).

As sociedades constroem-se, portanto, saberes, práticas e instituições para períodos específicos que, examinados acabam por gerar novas possibilidades de construções de outras categorias etárias: primeira infância, pré-adolescência, adolescência, maturidade e velhice. E hoje: terceira idade, quarta idade, “velhos jovens”, “velhos-velhos”. Essas temporalidades do ciclo da vida marcam segregações entre elas, definem e institucionalizam as idades para escolaridade, para o trabalho, para o casamento, para a aposentadoria (Debert, 2003; Peixoto, 2004; Barros, 2004) e influenciam as políticas sociais. Bourdieu (1989:145) diz ser “a idade uma variável biológica, socialmente manipulada e manipulável”.

A percepção das diferentes e singulares idades se dá no contexto da ideologia individualista da sociedade moderna. A noção de indivíduo é a chave para a compreensão dessa configuração. Nas sociedades tradicionais, o grupo prevalece em relação ao indivíduo (holismo), estando este englobado por uma instância maior (o clã, a aldeia, a tribo, a linhagem), na sociedade moderna a ideologia individualista é dominante. O indivíduo passa, então, a ser um valor social (Dumont, 2000; Barros, 2004). Baseada nesta ideologia e na interpretação contrastante entre dois momentos do ciclo da vida (juventude e velhice) é que se desenvolve a polaridade entre um e outro instante da vida e que se estabelece um valor referente a cada um (Attias-Donfut, 2004).

Segundo Barros (2004), a juventude é eleita como idade-padrão da sociedade contemporânea, e nesta eleição podemos ver associadas às categorias de

desenvolvimento, mudança social, padrões estéticos a ponto de se estabelecer certa contigüidade entre as idéias de jovem, belo, moderno e progresso.

É com os olhos da juventude que se percebe a velhice. Desta forma, Featherstone (1998) aponta que a velhice é vista como um declínio e, sobretudo, como a impossibilidade de ser positivamente valorizada na medida em que já ultrapassou o ponto máximo do ciclo da vida, seja do ponto de vista da capacidade produtiva como trabalhador, seja do ponto de vista da capacidade física e psíquica, com a perda gradual da capacidade de controle do corpo e da mente. Em contrapartida, os indivíduos que ocupam posições importantes no país, em uma determinada área profissional, artística ou religiosa, teriam o “espírito” da juventude, reforçando com isso a idéia de que as representações de cada período da vida dizem respeito mais a construções sociais da realidade do que à idade cronológica dos indivíduos (Debert, 1999; Peixoto, 2004; Barros, 2004).

Pesquisadores já têm apontado uma progressiva responsabilização do velho e da velha por seu próprio bem-estar nessa fase da vida (é preciso negar a velhice), incluindo-se os cuidados com a saúde física e psíquica, associando-se às atividades de lazer, aos cuidados corporais, ao aprendizado permanente e à frequência de contatos sociais; soma-se a isto a busca de soluções individuais para o seu conforto financeiro como previdências privadas. Examinando-se esse quadro, depara-se, na verdade, com a exacerbação de princípios básicos da ideologia individualista e reforça-se o estereótipo de que se a velhice não é bem sucedida com tantos aparatos sociais disponíveis, é por incapacidade do próprio indivíduo (Debert, 1999; Barros, 2004; Peixoto, 2004). Barros (2004) aponta tal posicionamento como uma tentativa de encobrimento do estigma moderno da velhice, numa luta contra o estereótipo que parece agora adiado para mais adiante nos anos, uma vez que a perspectiva de vida se alarga.

O Envelhecimento no Campo

Segundo dados do IBGE, o grau de urbanização da população idosa, no ano de 2000, ficou em torno de 81%, acompanhando a tendência da população total. A proporção de idosos residentes nas áreas rurais caiu de 23,3%, em 1991, para 18,6%, em 2000. Os dados revelam que não houve melhora significativa na última década e ainda demonstram que residir na cidade pode beneficiar a idosa, especialmente aquela que é viúva, por causa da proximidade dos seus filhos, dos serviços especializados de saúde e de outros facilitadores do cotidiano. É comum ocorrer migração de apenas parte da

família. Neste caso, geralmente os indivíduos em idade produtiva vão tentar a vida na cidade, e os parentes mais idosos permanecem em seus locais de origem.

Além disso, em algumas regiões, como no sul brasileiro, as mulheres têm migrado mais do que os homens. O exame da situação brasileira mostra que o predomínio feminino nos processos migratórios rural-urbanos só não aconteceu no Brasil nos anos 60, para quando se estimou uma sobremigração masculina de aproximadamente 1.200 homens. Nas outras décadas, a migração feminina superou a masculina (Abramovay e Camarano, 1999). Associado a esses movimentos migratórios rurais está ocorrendo o *envelhecimento e masculinização* da população que vive no campo em algumas regiões do país. Essa realidade trás as seguintes questões: Qual é a situação dos idosos rurais? Se a população de idosos vem crescendo e o número de mulheres no campo vem diminuindo, quem cuidará deles? Os homens? Estaria ocorrendo uma transformação dos papéis culturais de gênero, já que os cuidados das crianças, dos idosos e dos enfermos culturalmente é considerado uma atividade feminina?

Por outro lado a emigração rural, aliada a mais alta fecundidade no campo, levou também a que a *razão de dependência rural* fosse mais alta do que a urbana. Em tais casos, o impacto na estrutura familiar é profundo, já que o amparo, antes provido pelos mais jovens, deixa de existir e, muitas vezes, o esperado suporte financeiro (que motivara a ida para a cidade em primeira instância) fracassa por se frustrarem as oportunidades de um bom rendimento após a migração (Veras et al., 1987). Além disso, as mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho, o que significa uma menor presença no espaço doméstico e uma reorganização das tarefas domésticas entre filhos, filhas, marido e agregados.

No caso dos aposentados, a aposentadoria de muitos idosos tem se tornado a renda principal do grupo familiar diante da precariedade do trabalho remunerado. O desemprego, a baixa remuneração da agricultura familiar e a sazonalidade do trabalho executado representam alguns dos motivos da importância dada ao rendimento dos aposentados no meio rural (Peixoto, 2004; Delgado e Cardoso Jr, 1999).

Há casos também que a presença de idosos no campo representa uma estratégia para a permanência na terra, como por exemplo, aquelas situações em que os idosos vão “tocando o sítio” para que os outros membros da família possam exercer outras atividades econômicas no campo ou na cidade. Isso é o que demonstra o estudo de Pereira (1999) ao relatar a necessidade dos idosos permanecerem no assentamento,

executando as atividades agrícolas, enquanto homens e mulheres, jovens e adultos vão para a cidade ou para as fazendas da região em busca de trabalho assalariado.

Essas realidades mostram que o meio rural constitui-se em um sistema de organização social que mantém um universo de práticas e representações com “particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que recortam uma realidade própria, da qual fazem parte inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba” (Wanderley, 1999).

Uma outra questão em relação à situação dos idosos no campo é a subestimação da população existente. Segundo a definição do IBGE (1997), “na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos”. Este critério contribui para uma certa subestimação da população rural, e sucessivamente para não visualizarmos os diferentes grupos etários que o constitui. Sedes municipais e mesmo distritais com algumas poucas centenas de residências são consideradas urbanas (Abramoway e Camarano, 1999). Essa subestimação da população de idosos no campo não contribuiria para a sua invisibilidade na elaboração de políticas públicas para o campo? Ela não ocultaria as dificuldades enfrentadas pelas famílias na assistência à velhice, principalmente dos idosos dependentes no meio rural? Quais os idosos e os tipos de famílias que têm sido beneficiadas pela Previdência Social? Existem dados sobre essa realidade, como por exemplo: quem cuida desses idosos rurais? Em que condições? Existem políticas diferenciadas para os idosos do campo? Essas interrogações representam novos desafios para o sistema de saúde do país e para os estudos rurais. Não temos intenção de respondê-las no momento, mas de incentivar a reflexão acadêmica.

Os Idosos do Leste Mineiro: o caso de Santa Rita de Minas

O Mestrado Profissionalizante em Meio Ambiente e Sustentabilidade/UNEC/MG vem desenvolvendo pesquisas sobre Saúde e Qualidade de Vida em municípios do leste mineiro, cuja economia está baseada na produção de café e banana. Duas pesquisas estão em andamento sobre o envelhecimento: uma em Caratinga, referente aos grupos da Terceira Idade; e outras em Santa Rita de Minas, discutindo as representações sociais dos cuidadores de idosos dependentes em relação à

velhice. São pesquisas socioantropológicas que apresentam dados qualitativos e quantitativos, levantados através de entrevistas semi-estruturas e observações participantes. Apesar das pesquisas ainda estarem em andamento, os dados já apontam para diferentes experiências quanto à realidade dos idosos nesses municípios. Nesse momento apresentaremos alguns dados da pesquisa em Santa Rita de Minas.

O município de Santa Rita de Minas apresenta uma população total de 5795 habitantes, sendo que a área urbana conta com 3988 e a área rural possui 1807 pessoas. O município pertencia a Caratinga e foi emancipado em 1992. A área urbana é dividida em dois bairros e o centro. A área rural é dividida em 16 córregos (que formam 14 micro-áreas do PSF). De acordo com o último Censo (2000), 506 pessoas representam a população total de pessoas com idade igual ou superior aos 60 anos (IBGE 2000).

Nossas entrevistas estão sendo realizadas com os cuidadores de idosos dependentes de ambos os sexos, que residem na zona rural do município.

Os dados preliminares apontam os seguintes resultados: Na zona rural residem 108 idosos e destes, 15 idosos dependem de cuidados. Os cuidadores são na sua quase totalidade familiares. Existe uma equipe de saúde composta por seis agentes de saúde responsáveis pelo atendimento na zona rural, uma enfermeira e um médico.

Segundo as informações colhidas com a equipe de saúde existe uma cobertura de 100% da área rural e não existe distinção no tratamento dispensado aos idosos da cidade e da zona rural, os agentes são responsáveis inclusive em agendar consultas com o médico que se desloca para um local de atendimento na zona rural e quando este visualiza a necessidade de um especialista, o idoso é encaminhado à cidade. Relatam que uma das maiores dificuldades no atendimento ao idoso é o acesso à cidade quando ocorre alguma urgência, pois precisam chamar a ambulância da prefeitura ou contar com a ajuda de algum vizinho que tenha carro para fazer o deslocamento do idoso. Nesse caso, as relações de vizinhanças são fundamentais para o auxílio aos idosos no meio rural. Entretanto, mesmo com a presença da equipe de saúde, a família é a principal responsável pelos cuidados aos idosos e enfrenta as dificuldades de acesso à cidade.

Todos os entrevistados fazem questão de enfatizar que o cuidado é prestado pela família e justificam: “ele é sangue do meu sangue”, “ele(a) já fez muito por mim quando eu era pequeno”, “também já dei muito trabalho”, “ajudar é muito bom”, “ele(a) pediu para não ficar na mão de empregado”. Só contratam a ajuda de terceiros quando,

segundo eles, “não dão conta”, “o serviço tá muito pesado”. Mesmo nestes casos, a pessoa contratada auxilia no preparo da comida, cuidado com a casa, lavagem de roupas (que, segundo alguns entrevistados, é uma das maiores sobrecargas devido à incontinência urinária), porém o cuidado direto com o idoso é reservado ao familiar (principalmente em relação ao banho e trocas de vestimentas). Nessas falas podemos notar que, ora o cuidado dedicado aos idosos representa “trabalho” (atenção) que alguém deve executar em contrapartida ao “trabalho” que deram aos pais e avós, ora representa uma solidariedade que todos devem praticar.

Os resultados preliminares encontrados corroboram os achados da literatura pesquisada que aponta quatro fatores, geralmente presentes, na designação da pessoa que, preferencialmente, assume os cuidados pessoais ao idoso incapacitado: parentesco; gênero (principalmente, mulher); proximidade física (vive junto ou próximo) e proximidade afetiva (conjugal, pais e filhos) (Araújo e Scalón, 2005; Néri, 1993; Lewis & Meredith, 1988; entre outros). Nesta pesquisa chamou-nos a atenção à participação também dos netos nos cuidados aos avós.

Outro fator que se destaca nos cuidados é que a responsabilidade pelo cuidado apresentou-se como resultante de um embasamento nas normas de “obrigação filial” e “obrigação familiar” presentes em códigos morais e religiosos tais como no Cristianismo e citados nos estudos de Kemp (2003) e Aboderin (2004).

A religiosidade destacou-se em diversas falas, como podemos observar: “tudo acontece como Deus escreve”, “aquilo que tá marcado, ninguém escapa”, “tá na Bíblia que os filhos têm obrigação de cuidar dos pais”.

Desta forma, a socialização de todos os membros da família para os cuidados com os idosos é um processo constante, corroborado pelo *ethos* religioso. Mesmo com as transformações que se seguem na família contemporânea, os valores ligados aos cuidados com a velhice ainda permanecem no espaço rural.

Foram observadas ainda algumas instituições e práticas direcionadas aos cuidados com os idosos, concentradas na área urbana, dentre elas: a Prefeitura contrata um educador físico para realizar atividades físicas com um grupo de “Terceira Idade” no Ginásio Poliesportivo e que conta com a participação de cerca de 80 pessoas (porém com idade variando de 45 a 80 anos). Existe ainda na cidade um asilo mantido pela Sociedade São Vicente de Paula, no qual residem cerca de 22 idosos. Na zona rural este asilo é citado nas entrevistas como “um lugar que só deveria existir para aqueles que

não tivessem ninguém no mundo”, “uma vergonha para família que coloca seu parente ali”, reforçando a importância dos valores familiares na área pesquisada.

São as mulheres cuja responsabilidade pelos cuidados dos idosos rurais dependentes é reforçada. A elas é atribuída a manutenção dos idosos em seus lares e os cuidados necessários.

Quem deve cuidar dos Idosos Dependentes? A sobrecarga das atividades femininas

A ausência de uma contrapartida social e pública que ofereça redes de segurança e atenção gera um déficit de *cuidado*, particularmente no tocante a crianças, idosos e enfermos, com impactos especiais sobre as mulheres. Por causas predominantemente culturais, o papel da mulher cuidadora, no Brasil, ainda é uma atribuição esperada pela sociedade (Neri, 1993; Araújo e Scalon, 2005). A visibilidade social desta personagem, porém, ainda é muito restrita, sobretudo, nos países em que o envelhecimento da população vem acontecendo há poucas décadas. No Brasil, cenário em que se concentra o envelhecimento saudável, também se acumula o envelhecimento com doenças crônico-degenerativas e na dependência de uma ou mais pessoas que supram as suas incapacidades para a realização das atividades de vida diária. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE, 2002), existem um e meio milhão de idosos dependentes no Brasil, remetendo a preocupação por mais de seis milhões de pessoas: idosos e suas famílias.

Por motivos vários, como a redução de custo da assistência hospitalar e institucional aos idosos incapacitados, a atual tendência, em muitos países e no Brasil, é indicar a permanência dos idosos incapacitados em suas casas sob os cuidados de sua família. No entanto, a recomendação não tem sido objeto de debates críticos, a não ser muito recentemente. Os pressupostos, nem sempre presentes, de um modelo estável de família nuclear, e de que qualquer família pode sempre contar com a disponibilidade de um de seus membros para assistir às necessidades dos idosos dependentes fazem parte, sem nenhuma crítica, das propostas de serviços de assistência médica domiciliar.

Por outro lado, a família contemporânea está sofrendo modificações rápidas ocasionadas por diferenciados motivos: separações; divórcios e novas uniões; mudanças nas relações familiares; instabilidade do mercado de trabalho e movimentos migratórios nacionais e internacionais em busca de oportunidades de trabalho; maior tempo de vida das gerações e um aumento do contingente de viúvas, geralmente morando sozinhas; idosos exercendo chefias de família; e a participação crescente da mulher no mercado

de trabalho, todos estes fatores têm reduzido a disponibilidade de cuidadores domiciliares (Veras et al, 1987; Chen, 1999; Chaimowicz & Greco, 1999; Karsch, 2005; Aboderin, 2004).

Em geral, estes cuidadores são familiares dos idosos, especialmente, mulheres que, na maioria das vezes, residem no mesmo domicílio e se tornam as cuidadoras de seus maridos, pais e até mesmo dos filhos (Neri, 1993; Araújo e Scalón, 2005). Contudo, a inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho informa que elas já não se fazem tão presentes na rotina diária de seus lares, partilhando com outros membros da família (no caso de famílias das classes populares) o cuidado de crianças e idosos, e uma sobrecarga das suas atividades.

Nos países em desenvolvimento da Ásia e África, por exemplo, as últimas décadas têm demonstrado um declínio significativo no suporte financeiro das famílias aos idosos. Este declínio expôs os idosos há um aumento da pobreza e privação e provocou elevação dos debates sobre como garantir segurança econômica e melhores condições de vida para os idosos no presente e no futuro, em um contexto de rápido envelhecimento populacional e de recursos públicos limitados. O declínio no suporte aos idosos ocorreu tanto nos países em desenvolvimento como nos desenvolvidos, principalmente nos períodos de mudanças econômicas e sociais maciças. Os governos dos países desenvolvidos estão avaliando o seu papel na provisão de políticas de bem-estar social, e a tendência à redução dos investimentos nos setores de saúde e de benefícios reverte na ampliação das responsabilidades familiares pelo sustento e pelos cuidados aos idosos dependentes e incapacitados (Brody, 1984; Chaimowicz & Greco, 1999; Kwon, 1999; Barrientos and Lloyd-Sherlock, 2002; Aboderin, 2004). Essa situação representa uma maior precarização das famílias pobres, principalmente daquelas chefiadas por mulheres, já que são as mulheres pobres que enfrentam as maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, isto é, se as famílias chefiadas por mulheres são as mais pobres, por outro lado, são essas mulheres que enfrentam o desafio de cuidar dos idosos sem apoio do Estado.

Historicamente, diferentes países do mundo têm desenvolvido variadas formas de apoio e cuidados aos seus idosos dependentes, e, em alguns países, o suporte oferecido é quase exclusivamente de responsabilidade estatal, em outros, são predominantemente as famílias que desempenham todos os encargos. Em alguns países, ainda, as responsabilidades são divididas, em graduações variadas, entre o setor público e o privado, incluindo benefícios, políticas e serviços previdenciários, de organizações

sindicais, de empresas para seus funcionários responsáveis por algum idoso dependente, de agências e unidades sanitárias estatais, assim como de organizações particulares de seguro-saúde e redes de suporte comunitário (Lechner & Neal, 1999).

No Brasil, vivemos um momento histórico de fragilidade no tripé Estado-família-sociedade e o Estado se apresenta como um parceiro pontual, com responsabilidades reduzidas, que atribui à família a responsabilidade maior dos cuidados desenvolvidos em casa a um idoso na dependência de outra pessoa. Constatase que inexistem políticas no que se refere aos papéis atribuídos às famílias e aos apoios que cabem a uma rede de serviços oferecidos aos idosos dependentes e aos seus familiares.

Surgem as seguintes questões: qual é a balança correta entre a responsabilidade do Estado e da família no suporte aos idosos? Como os sistemas de suporte familiar podem ser fortalecidos ou construídos? Podemos dizer que ainda cabe a mulher a responsabilidade total pelos cuidados dos idosos dependentes?

A velhice sem independência e autonomia ainda faz parte de uma face oculta da opinião pública porque vem sendo mantida no âmbito familiar dos domicílios ou nas instituições asilares, impedindo qualquer visibilidade e, conseqüentemente, qualquer preocupação política de proteção social. O estudo dos Idosos dependentes de Santa Rita de Minas representa um dos poucos casos relatados pelos trabalhos científicos sobre as condições de velhice no meio rural. Precisamos ampliarmos o debate para vislumbrarmos as transformações dos grupos etários dominantes no meio rural.

Observa-se que entre as Unidades da Federação há uma grande diversidade socioeconômica e cultural no país, o que torna necessário distinguir as múltiplas realidades que compõem os vários “Brasis”, convivendo num mesmo território, sob uma mesma língua, porém, apresentando dinâmicas e significados diferenciados (Duchiade, 1999; Delgado, 1999). Para se alcançar tal objetivo, faz-se necessário estimular pesquisas e, assim, planejar e desenvolver intervenções sociais e científicas, visando o mais alto nível de qualidade de vida para o maior número possível de idosos, principalmente para os invisíveis do campo.

A guisa de conclusões:

As condições dos idosos no campo ainda representam uma face oculta das pesquisas acadêmicas e das políticas públicas de saúde. Casos como o de Santa Rita de

Minas demonstra a heterogeneidade desse grupo social que vem crescendo significativamente e suas conseqüências para as relações de gênero.

Diante da realidade dos idosos no Brasil, principalmente dos que necessitam de cuidados especiais, os que residem no meio rural são os mais desprovidos de atenção. Isso representa uma sobrecarga para as famílias, principalmente para as mulheres que necessitam trabalhar fora do domicílio. Como o leste mineiro é uma região de produção de café, a época da colheita ocupa vários membros da família, mas cabe a mulher a responsabilidade pelos cuidados dos idosos dependentes, mesmo quando outros membros participam dessa atividade.

Para os moradores rurais de Santa Rita de Minas, levar os idosos para o asilo é algo que contraria as relações familiares culturalmente construídas, apoiada por sua religiosidade. Qualquer política de assistência aos idosos no campo deve passar necessariamente pela compreensão do universo simbólico que alimenta as relações entre idosos e seus cuidadores.

Referências Bibliográficas:

ABODERIN, I. Modernisation and ageing theory revisited: current explanations of recent developing world and historical western shifts in material family support for older people. **Ageing and Society**, 24, p. 29-50, 2004.

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A.A. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos**. Texto para discussão nº 621. IPEA.1999. Disponível em internet em www.ipea.gov.br. Acesso em: 13/10/2005.

ARAÚJO,C; SCALON,C. **Gênero, Família e Trabalho no Brasil, org.** Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005, 304 p.

ATTIAS-DONFUT, C. **Sexo e Envelhecimento. In Família e Envelhecimento**. Peixoto, C. E. (Org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BARRIENTOS, A; and Lloyd-Sherlock, P Older and poorer? Ageing and poverty in the South. **Journal of International Development**, 14, 2002, p. 1129-1131.

- BARROS, M. M. L. de (org.). **Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. 3 ed.- Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.236p.
- BARROS, M. L. Velhice na contemporaneidade. In: PEIXOTO, C.E (Org). **Família e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 13-22.
- BERQUÓ, E., Algumas considerações demográficas sobre o envelhecimento da população no Brasil. In: I Seminário Internacional Envelhecimento Populacional, **Anais**, 22 p., Brasília: Secretaria da Assistência Social, Ministério da Previdência e Assistência Social, 1996.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BRODY, E.M.; JOHNSEN, P.T.; FULCOMER, M.C. What should adult children do for their elderly parents? Opinions and preferences of three generations of women. **Journal of Gerontology**, 39, S736-46, 1984.
- CAMARANO, et al. **Como vive o idoso brasileiro?** In: CAMARANO, A. A. (org.) **Muito além dos 60. Os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro, IPEA, 1999. p.19-71.
- CAMARANO, A. A., PASINATO, M. T. **Envelhecimento, Condições de Vida e Política Previdenciária: Como Ficam as Mulheres?** IPEA. Texto para Discussão nº 883. Rio de Janeiro, 2002.
- CHAIMOWICZ, F. A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 31, n.2, p. 184-200, 1997.
- CHAIMOWICZ, F.; GRECO, D. B. A dinâmica da institucionalização de idosos no Município de Belo Horizonte. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 33, n. 5, p. 454-460, 1999.
- CHEN, S. and Adamchak, D.J. The effects of filial responsibility expectations on intergenerational exchanges in urban China. **Hallym International Journal of Aging**, v.1, 1999, p. 58-68.

- CHOI, S.-J. Changing attitudes to and promotion of filial piety in modern Korean society. **Paper presented at the 17th conference of the International Association of Gerontology (IAG)**. Vancouver, Canada, 1-6 July 2001, 2001.
- DEBERT, G. G. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento**. Editora Edusp. São Paulo, 1999.
- DELGADO, G. e CARDOSO Jr, J. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. In CAMARANO, A.A.(org). **Muito além dos 60. Os novos idosos brasileiros**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 1999.
- DUCHIADE, M.P. População brasileira: um retrato em movimento. In: **Os muitos Brasis: saúde e população na década de 80**. São Paulo: Ed.Hucitec, 1999.
- DUMONT, L. **O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- FEATHRSTONE, M. O curso da vida: corpo, cultura e o imaginário no processo do envelhecimento. In: Debert, G. G. **Antropologia e velhice**. Campinas: IFHC/Unicamp, 1998. (Textos Didáticos, 13).
- GUEDES, S. L. Dos muitos modos de envelhecer no Brasil: uma antropologia do envelhecimento. **Arquivos de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro, v. 3, p. 86-93, 1999.
- IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação, 1997.
- IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2002. Dados sobre População do Brasil, PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 Julho 2005.
- IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2002. Censo Demográfico. 2000. Rio de Janeiro: IBGE.

- KALACHE, A. et al. Crescimento da população idosa no Brasil: transformações e conseqüências na sociedade. **Rev. Saúde Pública.** vol.21, nº3, p. 225-233, jun. 1987.
- KARSCH, U.M. Idosos dependentes: famílias e cuidadores. **Cad. Saúde Pública.** Rio de Janeiro, v19, n.3, p.861-866, junho, 2005.
- KEMP, C.L. and Denton, M. The allocation of responsibility for later life: Canadian reflections on the roles of individuals, government, employers and families. **Ageing and Society**, 23, 737-760, 2003.
- KWON, H.J. Income transfers to the elderly in East Asia: testing Asian values. Case Paper Nº 27, Centre for Analysis of Social Exclusion, London School of Economics, London, 1999.
- LECHNER, V. & NEAL, M. The mix of public and private programs in the United States: Implications for employed caregivers. In LECHNER, V. & NEAL, M. (Eds.), **Work and caring for the elderly: International perspectives.** Philadelphia: Brunner/Mazel, 1999, p.120-139.
- LEWIS, J. & MEREDITH, B. **Daughters Who Care: Daughters Caring for Mothers at Home.** London: Routledge, 1988.
- MINAYO, M.C.S. Qualidade de vida e saúde um debate necessário. **Ciência e saúde coletiva.** v. 5(1) 2000.
- MINAYO, M.C.S.; COIMBRA JR, C. E. A. Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. In: MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JR, C. E. A.(org). **Antropologia, Saúde e Envelhecimento.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.
- NERI, A. L. **Qualidade de Vida e Idade Madura.** Campinas: Papirus, 1993.
- OMS. Aplicaciones de la epidemiología al estudio de los ancianos. Informe de un grupo científico de la OMS sobre la epidemiología del envejecimiento. Ginebra, 1984.

- PAPALEO NETO, M. O estudo da velhice no século XX: histórico, definição do campo e termos básicos. In: FREITAS, L et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002, p.2-12.
- PASCHOAL, S. M. P. **Qualidade de vida do idoso. Elaboração de um instrumento que privilegia sua opinião**. São Paulo, 2000, 263 p. Dissertação (mestrado)-Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo.
- PEIXOTO, C. E (Org). **Família e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 144 p.
- PEREIRA, Jorge L.G. Fazenda Batatal: Identidade Social e posse da terra em um grupo de assentados. **Dissertação de Mestrado**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999.
- RAMOS, L.R. Epidemiologia do envelhecimento. In: FREITAS, L et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002, p.72-78.
- VERAS, R.P.(org). **Terceira idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro**. Rio de Janeiro. Editora Relume-Dumará: UnATI/UERJ, 1995. 110 p.
- VERAS, R. P. et al. Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira. **Rev. Saúde Pública**, Jun 1987, vol.21, no.3, p.211-224.
- WANDERLEY, M.N.B. **Reencontro com o nordeste: itinerários de pesquisa e construção do campo intelectual dos estudos rurais**. Estudo de Sociologia, n.1, v.5. 28p. Disponível em: (<http://www.ufpe.br/eso/revista9/artigo3.html>). Acesso em: 25/06/2005.

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO PROJETO CINTURÃO VERDE DE ILHA SOLTEIRA: ATORES E MEDIADORES ENTRE A AUTONOMIA E A DEPENDÊNCIA.

Carlos Augusto Moraes e Araujo¹
Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol²
Luiz Antonio Barone³
Maria Aparecida Anselmo Tarsitano⁴

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo contribuir para a compreensão do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira sob várias perspectivas. A primeira delas é de sua própria definição enquanto um projeto de assentamento, diferente dos demais projetos implantados pela Cesp que tinham como finalidade promover o reassentamento de populações, em geral, atingidas ou impactadas pelos empreendimentos energéticos de responsabilidade da empresa. O Projeto Cinturão Verde é de fato, *sui generis*, a começar pela forma como é concebido e planejado, além de ter sido pensado como uma forma de arrendamento, através da “concessão onerosa de uso”. Neste sentido, diferenciá-lo dos demais projetos de reassentamento implantados pela CESP já consiste numa contribuição.

Outra perspectiva é a de seu entendimento no contexto de uma localidade – Ilha Solteira – criada para ser inicialmente acampamento de obra, porém, com a missão de transformar-se em cidade. O Cinturão Verde é uma das medidas concretas engendradas para viabilizar Ilha Solteira como cidade autônoma e auto-suficiente, inclusive no que tange à produção de gêneros alimentícios.

O objetivo central, no entanto, é o de contribuir para a compreensão da organização coletiva dos produtores rurais assentados no Projeto Cinturão Verde, através da análise da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde

¹ Professor assistente, docente dos cursos de agronomia, zootecnia e ciências biológicas da UNESP, campus de Ilha Solteira, email: coryong@agr.feis.unesp.br;

² Professora Assistente-Doutora, docente do curso de Geografia da UNESP, campus de Presidente Prudente, email: rosangel@prudente.unesp.br;

³ Professor Assistente-Doutor, docente do curso de Geografia da UNESP, campus de Presidente Prudente, email: labarone@uol.com.br;

⁴ Professora Livre-Docente, docente do curso de agronomia da UNESP, campus de Ilha Solteira, email: maat@agr.feis.unesp.br

de Ilha Solteira, uma vez que a problemática da organização coletiva dos agricultores é, ao lado da assistência técnica e extensão rural – ATER, uma das questões que afetam, de forma contundente, a vida dos trabalhadores rurais nos assentamentos.

1. Procedimentos teórico-metodológicos:

Para a realização desse trabalho foram utilizados diversos procedimentos teórico-metodológicos. A leitura de obras tratando da temática das associações de produtores rurais e do associativismo em geral, permitiu a seleção de aspectos, conceitos e categorias analíticas diversas, dentre as quais algumas foram priorizadas para o aprofundamento analítico e verificação na situação empírica da Associação em análise.

Um questionário contendo questões abertas foi aplicado junto a uma amostra dos produtores rurais⁵, com o objetivo de apreensão de questões diversas sobre a Associação, seu processo de criação, sua dinâmica, principais características, conflitos e ainda uma avaliação subjetiva da mesma por parte dos entrevistados.

Uma atividade que demandou tempo considerável foi a análise de todas as atas das assembléias realizadas pela Associação, desde o momento de sua criação em 21 de novembro de 1987, até a última assembléia de 2003, realizada no dia 20 de dezembro. Da leitura das atas foram extraídos aspectos os mais diversos, apontando para a própria dinâmica de sua atuação.

A etapa seguinte à leitura foi a sistematização destes tópicos e sua aglutinação, dando conta de uma série de questões que possibilitaram o aprofundamento nas entrevistas, tendo sido possível detectar, em última análise, os principais objetivos da organização bem como seus principais problemas, conflitos e sua dinâmica.

De modo a aprofundar a compreensão destes aspectos selecionados foram realizadas entrevistas gravadas com dirigentes da Associação, atuais e ex-integrantes de diretoria, com ênfase nas figuras dos ex-presidentes, com o objetivo de apreender as características da Associação em seus mandatos, além dos principais problemas vivenciados, os conflitos enfrentados, a relação com mediadores externos (em especial com a Cesp e a Prefeitura Municipal), o poder legislativo e outros. Objetivou-se, aí,

⁵ Foi definida como representativa, uma amostra de 12 agricultores, pertencente aos seis grupos – dois por grupo – que haviam sido formados na época do início das discussões no Cinturão Verde de Ilha Solteira, sobre a possibilidade de criação de uma associação, processo este de iniciativa da equipe técnica da Cesp.

captar nestes depoimentos os aspectos que legitimavam o referencial teórico selecionado, de modo a possibilitar a análise desta problemática.

Entrevistas foram também efetuadas com integrantes da equipe técnica da Cesp que atuaram junto ao Projeto Cinturão Verde e a Associação, sobretudo em seu início, em especial três assistentes sociais envolvidas – e contratadas especialmente – com a missão de promover a organização social da comunidade assentada.

Outras entrevistas foram realizadas junto a representantes de organizações como o legislativo de Ilha Solteira, ocupantes de cargos na Comissão de Seleção dos Assentados do Cinturão Verde, do poder executivo municipal, entre outros, com o propósito de possibilitar o entendimento do processo de mediação, bem como dos mecanismos legais existentes que possibilitam o aporte de recursos financeiros para a Associação, estímulos fundamentais à consecução de seus objetivos.

A busca de material tratando de Ilha Solteira e do Cinturão Verde foi outra tarefa empreendida durante toda a pesquisa e possibilitou situar o foco da análise. Grande parte deste material consiste em publicações e relatórios da própria Cesp, embora alguns trabalhos acadêmicos sobre Ilha Solteira também foram analisados.

Do cruzamento entre a literatura analisada e o material colhido junto aos agentes direta ou indiretamente envolvidos no Projeto do Cinturão e da Associação (agricultores, dirigentes e demais atores sociais no conjunto do trabalho de campo), foi possível selecionar alguns tópicos e aprofundar sobre eles a análise da Associação. O item 5 é uma complementação ao item 4, na medida em que apresenta as informações selecionadas a partir da leitura das atas das assembléias da Associação.

Os depoimentos dos diversos atores citados são fundamentais para o entendimento das relações e devem ser entendidos, neste trabalho, como papéis desempenhados pelos atores sociais, enquanto mediadores daquelas relações, em especial os atores políticos.

Assim, a Associação dos Pequenos Agricultores do Cinturão Verde de Ilha Solteira é analisada à luz do referencial teórico como uma Associação de máquinas, em virtude da preocupação que esta atividade demandou durante sua história, assumindo, no período recente, este caráter de forma mais acentuada. Também como instituição que atuou e atua bastante condicionada à ação de mediadores externos, em função do que se analisa sua dinâmica com base no binômio autonomia-dependência.

2. O PROJETO CINTURÃO VERDE DE ILHA SOLTEIRA

Concebido para ser um dos elementos de suporte da cidade, com a missão de produzir alimentos e de gerar empregos, o Cinturão Verde surge na prática, como resultado de demanda por terra que se apresenta no início da década de 1980, num momento de redução do nível de empregos no país e em Ilha Solteira. A distância entre as pretensões do projeto e sua expressão empírica é marcada por vicissitudes de várias ordens.

Em 1972, quando teve início o processo de esvaziamento de Ilha Solteira enquanto acampamento da construção da usina, surgem os problemas relacionados à oferta cada vez menor de empregos. Diversas alternativas começaram a ser aventadas para o desenvolvimento e emancipação do Núcleo Urbano, concebido e planejado para se tornar uma futura cidade. Uma dessas alternativas “seria a instalação de um pólo de produção agrícola, visando ao abastecimento do Núcleo Urbano e região, contribuindo para a economia local com a criação de empregos diretos e indiretos, para o aumento da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para a criação de agroindústrias, etc” (CESP, 1992, p 1 e 2)⁶.

Nascia, assim, a idéia da instalação, nos arredores do núcleo urbano, de um Cinturão Verde, aproveitando terras remanescentes da construção da barragem e da cidade de Ilha Solteira. Para fundamentar e justificar a viabilidade técnica e econômica de tal empreendimento, no ano de 1983 a Cesp encomendou ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT – a realização de estudos detalhados, reunidos sob o título de “Proposta DMGA-3677/83 - Projeto básico de assentamento rural em área irrigada e de sequeiro e recuperação de áreas degradadas nas proximidades da cidade de Ilha Solteira” (IPT, 1985, pág. 1).

Portanto, o Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira foi pensado e planejado como um projeto de assentamento. Os documentos da Cesp referem-se a esta iniciativa, implantada em 1984, como tendo um “duplo objetivo: de contribuir para a auto-suficiência do Núcleo Urbano de Ilha Solteira, e de assentar pequenos agricultores, os quais se caracterizam como posseiros, arrendatários, meeiros, diaristas, etc, do município de Pereira Barreto, contribuindo assim para o fortalecimento da economia

⁶ De acordo com relatos de moradores que trabalhavam na Administração do Núcleo Urbano, naquele momento, esta idéia já era cogitada pelo então administrador Guilherme Monteiro Junqueira, como uma das formas de dar vida própria ao ainda acampamento da obra de Ilha Solteira.

rural local e o desenvolvimento econômico social de parte de sua população.” (CESP, 1988, p. 1)

Para o processo de análise dos candidatos, classificação e seleção dos agricultores a serem assentados, foi constituída uma comissão de seleção, com representantes de diversas instituições, cujos trabalhos estenderam-se de 29 de junho de 1984, ocasião de sua instalação, até 03 de agosto do mesmo ano. A ênfase dada à seleção de candidatos exclusivamente de Pereira Barreto, por um lado, eliminou uma grande quantidade de interessados de municípios vizinhos e por outro, frustrou as expectativas daqueles que já vinham ocupando a área onde seria instalado o projeto.

A tabela 1 mostra em detalhes a distribuição dos agricultores selecionados segundo suas categorias e locais de origem.

Tabela 1: Selecionados por categoria e por município, no processo seletivo para assentamento no Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira.

CATE- GORIAS *	DISTRIBUIÇÃO ⁷								TOTAIS	
	Ilha Solteira		Bela Floresta		Suzanápolis		Per. Barreto			
	1º- 90º	Sup	1º- 90º	Sup	1º- 90º	Sup	1º- 90º	Sup	1º- 90º	Sup
A	8	-	1	-	5	-	19	-	33	-
B	4	1	1	-	1	1	4	-	10	2
C	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
D	2	1	-	-	1	-	4	1	7	2
E	2	1	1	-	4	1	20	2	27	4
F	7	11	--	-	-	-	-	-	7	11
G	4	6	-	-	-	-	1	5	5	11
TOTAIS	28	20	3		11	2	48	8	90	30

*Sendo **A** = Arrendatários; **B** = Meeiros / Parceiros; **C** = Posseiros em situação de iminente despejo; **D** = Empregados Rurais; **E** = Desempregados Rurais; **F** = Ocupantes da área do Cinturão Verde com mais de 5 anos de experiência agrícola, **G** = Desempregados urbanos com mais de 5 anos de experiência agrícola; Sup = Suplentes.
Fonte: CESP, 1992, adaptado pelo autor.

Para os idealizadores de um pólo de produção que pudesse abastecer o núcleo urbano e a própria região, contribuindo para o enfrentamento do esvaziamento do então acampamento e a consolidação da cidade, a implantação do Projeto Cinturão Verde, em outubro de 1984, representaria esta concretização.

No componente “Agroeconomia” do Relatório do IPT, registra-se que:

⁷ Na época da seleção e da implantação do Cinturão Verde de Ilha Solteira, o município de Pereira Barreto, era composto, além da sede propriamente dita onde ficava a cidade de Pereira Barreto, do Distrito de Bela Floresta, do núcleo urbano de Ilha Solteira e ainda do distrito de Suzanápolis. Atualmente, Suzanápolis, assim como Ilha Solteira, são municípios autônomos.

O objetivo desse projeto seria ocupar de forma racional, do ponto de vista agrônomo, uma área da ordem de 1147,02 hectares adjacente ao povoado, 100 hectares dos quais serão irrigados e 557,55 hectares em condições de sequeiro. Dessa forma, a cidade de Ilha Solteira será suprida com gêneros alimentícios de primeira necessidade, gerando excedentes que serão comercializados em outras localidades. (IPT, 1985, pág. 97)

O Projeto Cinturão Verde está situado em boa parte do entorno ou área perimetral do Núcleo Urbano de Ilha Solteira, a jusante da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, com lotes distribuídos ao longo dos quadrantes de leste até nor-noroeste da cidade. Seu arranjo físico e espacial, elaborado de acordo com a metodologia adotada, isto é, considerando um matriz resultante da combinação de critérios como classes de capacidade de uso dos solos, tamanho e composição das famílias e da força-de-trabalho familiar, em termos de equivalentes-homens/dia, resultou na definição de quatro tipos de Unidades de Produção Agrícola Familiar UPAFs, com área variando de 2,5 a 10,0 ha, como revelam as tabelas abaixo.

Para se compreender a lógica da determinação do tamanho dos lotes basta perceber que quanto pior as características agricultáveis do solo, maior deveria ser a área a ser cultivada, requerendo, por conseguinte, uma família com maior força de trabalho. A área irrigada, planejada para chegar a 100,0 ha, tem início com 35,0 ha e - como poderá ser visto ao longo deste texto - sequer esta área será totalmente ocupada. A extensão de cada lote agrícola destinado aos agricultores profissionais foi definida de acordo com a força de trabalho de cada família, ficando distribuídos de acordo com os dados da tabela 2.

Tabela 2: Descrição da distribuição dos lotes irrigados e de sequeiro do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira e suas respectivas áreas.

Número de Lotes	Tipo de Cultura	Área (ha)
14	Cultura irrigada	2,50
35	Cultura de Sequeiro	5,00
27	Cultura de Sequeiro	7,50
14	Cultura de Sequeiro	10,00

Quando implantou o projeto, a Cesp também garantiu equipamentos de infraestrutura em uma das áreas ou lotes comunitários, o qual, no futuro, acabou por se constituir na sede da Associação. Dentre estes equipamentos destaca-se o Armazém de Cereais, com área de 300 m², que é hoje utilizado como depósito de insumos e implementos agrícolas. Outra instalação importante é o centro comunitário, que consiste

de uma parte de construção aberta e outra fechada, com energia elétrica e hidráulica, com uma área construída de 238 m².

Por outro lado, desde que implantou o Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, a Cesp dotou-o de uma equipe constituída de um engenheiro agrônomo, dois a três técnicos agrícolas, uma assistente social, uma agente de enfermagem e quatro agentes administrativos. Com a transformação de Ilha Solteira em município autônomo, a partir de 1993 a prefeitura assume a responsabilidade pelo Cinturão Verde e constitui uma equipe técnica, com técnicos que atuam em convênio com a CATI/Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Atualmente, decorridos 21 anos do início do projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, a área encontra-se dividida em 77 lotes de sequeiro e 25 lotes irrigados, composta por 514,07 ha de sequeiro e 35,16 ha de lotes irrigados. (BORGES, 2004, pág. 5). Segundo dados fornecidos pela Casa da Agricultura de Ilha Solteira, dos 14 lotes irrigados originais com área de 2,5 ha, originaram-se 25 lotes, sendo a maioria com área de 0,8 há, reestruturação que ocorreu a partir de 1994, visando oferecer oportunidade para mais famílias serem assentadas.

3. A Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira.

Concebida como instituição representativa dos agricultores assentados no Projeto Cinturão Verde e como ferramenta habilitada para a captação de recursos externos, mediadora dos interesses desta nova coletividade a Associação passa por distintos momentos, revelando crises e suas superações que, analisadas à luz do binômio autonomia-dependência revelam sua natureza e principais características ao longo de quase duas décadas de existência.

Com a implantação do Projeto Cinturão Verde e com a distribuição dos lotes aos titulares e suas famílias⁸, a Cesp constituiu uma equipe para os trabalhos de assistência técnica, orientação e apoio aos agricultores do projeto, composta por três técnicos em agropecuária e, posteriormente, em maio de 1986, por uma assistente social, cuja atuação foi de grande importância no processo que resultou na criação da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira. A contratação de uma assistente social especificamente para o projeto de assentamento, além de

⁸ A grande maioria dos assentados ocupou os lotes em 09 de outubro de 1984.

contribuir para a contemplação das especificidades desta população, teve como principal propósito o de promover a organização social dos agricultores.

Apesar da determinação da empresa de que a assistente social deveria, como uma das ações prioritárias, montar uma associação no Cinturão Verde, a assistente social optou por uma estratégia intermediária: o agrupamento por vizinhança. A área do Cinturão Verde foi dividida em sub-áreas menores, de modo a permitir a formação de seis grupos com cerca de 15 lotes cada. Assim, os grupos foram montados pelo critério de localização geográfica, pela sua distribuição no território. Cabe destacar que os assentados não tinham, antes de virem para o Cinturão Verde, uma necessária relação de proximidade entre si, pelo fato de terem vindo de diferentes locais do município de Pereira Barreto.

A opção de trabalhar segmentando os agricultores em grupos, que os técnicos denominavam de ‘grupalização’ da comunidade, foi uma estratégia que visava também a atender os interesses dos técnicos que cuidavam das questões de agricultura. Aqueles profissionais perceberam que a discussão em pequenos grupos tornava-se mais produtiva para detectar, por exemplo, as razões da falta de planejamento diversificado da produção⁹, possibilitando a discussão e reflexão das razões da superprodução ofertada, bem como sobre outras formas de aproveitamento da produção e seu processamento com agregação de valor.

A estratégia de amadurecer os assentados, através da realização de reuniões nos pequenos grupos foi várias vezes questionada, segundo a assistente social, nas reuniões de coordenação dos projetos de assentamento e reassentamento da Cesp, realizadas em Ilha Solteira, sobretudo a partir da argumentação de que todos os outros projetos já estavam com associações formadas e já em pleno funcionamento. Ainda na visão desta importante agente, a forma como em Jupiá, por exemplo, montou-se a associação foi totalmente oposta à forma como o processo de organização da comunidade estava sendo concebido e planejado em Ilha Solteira. Ali, segundo seu relato, o modelo adotado de constituição da associação fez com que o processo decisório ficasse reduzido à diretoria, não tendo demorado muito tempo para gerar questionamentos por parte da comunidade assentada e, por conseguinte, problemas futuros que tiveram que ser trabalhados pelas colegas assistentes sociais que ali atuaram, justamente em função de não ter havido “um processo de amadurecimento da idéia de associação”.

⁹ Que pode ser ilustrado com casos, não raros, de produção de grande quantidade de apenas um produto, inclusive na área dos lotes irrigados.

Neuza complementa este pensamento, afirmando que

No nosso caso nós estávamos direcionando para a criação de uma associação, mas, em nenhum momento impondo. O pessoal do Cinturão Verde levou um tempo para amadurecer. Tinha grupo [dentre os seis grupos] que já pegava esta idéia dizendo ‘olha, se a gente tivesse uma associação’, ‘se a gente tivesse um grupo formado’, o que já era uma sinalização [no sentido]• de uma forma grupal de atuação. (N. A. Silva, março / 2005)

As necessidades concretas manifestadas pelos entrevistados, referindo-se aos motivos de criarem uma associação são várias. Mas, a necessidade de terem seu próprio caminhão era um dos mais fortes motivos apresentados, o que era verbalizado em expressões como: ‘se nós tivéssemos um transporte que não precisasse mais do intermediário para levar nossa produção pro CEASA, mesmo que a gente também mande pra lá, nosso lucro seria 100%’.

Os depoimentos revelam que havia intermediários de diversos lugares, que atuavam de maneira individual, isto é, procurando um a um os produtores rurais. A falta de organização dos produtores neste momento, revelava-se tanto em aspectos diretamente ligados à produção como também na comercialização, constatando-se que não era o agricultor do Cinturão Verde que vendia na ponta do circuito comercial - mesmo na feira de Ilha Solteira - e sim que sua produção era comercializada por outros agentes econômicos.

Foi necessário um período de três a quatro meses até que o conjunto dos agricultores tivesse amadurecido, no sentido de perceber a necessidade de se fortalecer através da organização coletiva. E isto foi feito, de acordo com os relatos dos depoentes, através da realização de diversas reuniões nos grupos menores. Muitas destas reuniões eram realizadas à noite, de modo a não prejudicar o horário de trabalho dos agricultores, principalmente no período da safra. As reuniões começavam às 18:00 horas e dependendo dos assuntos estendiam-se até as 22:00 horas.

Nestes três, quatro meses apareceu bem claro para eles, a força que o grupo tinha. A gente conseguiu colocar, neste processo de grupalização, que entre um intermediário puxando a corda e 90 agricultores puxando do outro lado, eles tinham uma força muito grande. E esta força era representada não pelo individual, mas da coletividade e daí surgiu então a necessidade de se formar uma associação. (N. A. Silva, março /2005)

4. Autonomia e Dependência na Associação

Embora na redação deste trabalho não se tenha adotado a estratégia de ligar a apresentação dos resultados à teoria que a sustenta, pretendeu-se aplicar, em parte, o

modelo preconizado pelos autores Berthome e Mercoiret (1999), analisando a Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira a partir de sua inserção e implicações na sociedade local e, mais do que isto, no que diz respeito às diversas mudanças que aconteceram com a mesma, ao longo de seus quase 18 anos de existência. Esta perspectiva de análise permitiu selecionar alguns dentre vários aspectos observados na situação empírica analisada. A ordem em que foram expostos estes aspectos é puramente um recurso formal de apresentação, dado que ocorrem de forma imbricada à realidade, no processo temporal de seu desenvolvimento.

A Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira esteve, desde o seu princípio, ligada à existência de mediadores externos. Seu surgimento não é fruto de um processo autônomo dos assentados, os quais, aliás, pela própria natureza do processo de seleção e, por conseguinte, da não existência prévia de uma organização dos futuros assentados ou qualquer forma de luta pela terra propriamente dita, chegam ao novo território com um mínimo de coesão social, de convivência enquanto grupo e de perspectiva coletiva para seu desenvolvimento.

Neste sentido, a Cesp, através de sua equipe técnica, formaliza o primeiro conjunto de mediadores, cujo trabalho será canalizado para a criação de uma organização formal. Para dar conta de tal missão, a empresa se vale da agregação à equipe de técnicos em ciências agrárias, de profissionais da área do serviço social, devidamente preparadas *ad hoc*.

Há, neste processo, um amadurecimento do grupo de assentados como um todo, e a gestação de novos grupos no seio do Projeto, como os de mulheres e o grupo de jovens, com diferentes graus de mobilização. O conflito entre o tempo da comunidade e o tempo estabelecido pelos cronogramas burocráticos, em parte, se torna evidente pela citada ansiedade do pessoal da coordenação dos projetos da Cesp, ávidos por resultados concretos e tendo como meta a emancipação do Cinturão Verde e a postura mais pedagógica da equipe técnica responsável pela organização interna do Projeto.

Como indicador marcante dessa dependência externa, cita-se, também, a postura pessoal da assistente social – contraditoriamente, a figura que mais lutou pela organização “a seu tempo” dos assentados, mas também portadora de um comportamento de tutela frente aos seus “assistidos”.

A partir do momento em que a Cesp vai diminuindo sua presença junto ao assentamento e aos agricultores, o poder público municipal, através da Prefeitura, vai assumindo a função de instituição mediadora, vale dizer, solucionadora de problemas de

diversas naturezas. Esta mudança acompanha as vicissitudes que estão acontecendo na sociedade local, através da emancipação político-administrativa de Ilha Solteira e sua transformação em município autônomo.

O poder público municipal cria um serviço voltado ao desenvolvimento de seu setor agropecuário, constituindo uma equipe técnica – que tem, entre suas atribuições, a tarefa de orientar, acompanhar, assistir a comunidade do Cinturão Verde – e cria mecanismos legais que habilitam a Associação a receber recursos do poder público, na condição de entidade de utilidade pública municipal.

A existência dos mecanismos apontados, não impede que a Associação passe por períodos de crises e dificuldades diversas, num período sucessivo de três gestões, que têm como principal resultado o enfraquecimento das relações interpessoais, dando lugar ao afloramento de manifestações de desconfiança, baixa participação e comprometimento por parte dos associados, motivados por dificuldades na gestão social do patrimônio coletivo.

Duas experiências, ocorridas a partir de 1998, demarcam um período de transição na Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira: o chamado “trabalho da Tina”, uma intervenção de caráter psico-social junto a boa parte dos agricultores e suas famílias, e o Diagnóstico Rural Participativo.

A viabilização destes trabalhos foi fruto da ação de mediação externa da equipe técnica do Setor Agropastoril da Prefeitura Municipal, dos integrantes do Conselho Municipal de Assistência Social do município, dos profissionais envolvidos naqueles trabalhos, sempre a partir da busca de superação daquele *status quo* vivenciado, por todos estes atores e pela diretoria naquele momento à frente da entidade.

Há, a partir destas iniciativas, uma mudança na forma de gestão da entidade, com a incorporação de mulheres e jovens na diretoria e adoção de uma forma de gestão qualitativamente distinta em vários sentidos: do aumento da participação dos associados nas assembléias, da adoção de procedimentos de gestão com maior controle – muitas vezes inexistente em momentos anteriores – com acompanhamento da situação financeira da entidade de forma regular e permanente por escritório de contabilidade.

Tais mudanças se acentuam no período de 2001 a 2004, quando a organização passa a contar, de maneira mais assídua e sistemática, com os recursos do poder público municipal, através do repasse de recursos que, conferem maior liquidez à Associação. Para que tal fato ocorresse, foi fundamental a ação de articulação e definição de compromissos por parte da diretoria da Associação, junto aos candidatos que

disputavam no ano 2000, as eleições para o próximo quadriênio. Essa atuação pode apontar para uma inflexão nessa relação de dependência, valorizando o pólo da autonomia. É um momento em que a Associação cobra uma definição política do Poder Municipal.

Desse fato decorre que o prefeito eleito manifestou-se, através do compromisso de campanha, de efetuar o repasse de recursos à Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, valendo-se do Pró-Rurisa. Neste processo, os dois vereadores petistas no legislativo ilhense desde 1996, foram mediadores importantes, ao lado de outros mediadores agregados à causa da Associação, na condição ainda de candidatos.

No ano de 2004, através do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, a Associação, que também é a Associação dos produtores familiares da Microbacia do Bairro Cinturão Verde, recebeu, recursos de informática para a sua sede, através do Programa de Fortalecimento Institucional, mediado pelos técnicos da CATI /SAA.

Outro aspecto selecionado da análise da Associação - e que merece ser destacado - é seu papel como Associação de Máquinas, conforme referido em diversos trabalhos dentre os autores pesquisados.

Analisando as informações sistematizadas nos documentos da Cesp, relativos aos momentos iniciais da 'grupalização' dos assentados, confirmadas por depoimentos dos atores que viveram aquele momento, surge como objetivo concreto da criação da Associação, a necessidade de obterem um caminhão para escoamento da produção e de um trator para a realização dos trabalhos mecânicos com a terra. Estes objetivos continuam a ser perseguidos e, via mediação da equipe técnica da Cesp, dois tratores são destinados ao Projeto em 1990, através da Associação, por meio de um projeto viabilizado com recursos da LBA.

Oito anos se passam, grande parte dos quais coincidindo com o período de ampliação dos problemas na Associação - que cai em descrédito perante grande parte de seus associados, os quais não contam com a mesma para os serviços de preparo da terra, ou contam muito pouco com isto. Aos problemas de gestão, se acrescentam o de reduzida participação dos sócios e o sentimento de que ela muito pouco pode fazer para ajudar os assentados.

No contexto de redinamização da entidade, o trabalho dos dois vereadores petistas já referidos, mobilizados pela diretoria empossada em 1998, viabiliza a apresentação de uma emenda ao orçamento da União, pelo deputado federal Arlindo

Chinaglia (PT-SP) que culmina com a destinação de verba para a aquisição de uma patrulha agrícola pela Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, constituída de um trator e vários implementos.

O caráter da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira como uma Associação de Máquinas se acentua e vem a se confirmar, em 2002, quando a mesma recebe, através de emenda constitucional ao Orçamento da União formulada pelo deputado federal Vadão Gomes (PP-SP), destinando à Associação recursos para aquisição de uma patrulha agrícola ainda maior, composta de três tratores, um caminhão, vários implementos, um veículo utilitário e um veículo de passeio.

A partir de então, dotada de uma frota invejável de máquinas, veículos e implementos agrícolas - e com a garantia de recebimento de subvenções praticamente mensais, da ordem de R\$ 3.200,00 mensais (em média) - a Associação além de poder contar com a Patrulha Agrícola, passa a contar também com recursos necessários para o pagamento dos quatro tratoristas contratados e para a efetuação das despesas de manutenção desta patrulha.

Outro indicador da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, como uma Associação de Máquinas pode ser apreendido através do depoimento da secretária da entidade, que registra dedicar 80% de seu tempo aos assuntos ligados às máquinas, veículos e implementos. De fato, o volume de informações rotineiras, controles de uso de cada uma das máquinas, relatórios de serviços executados, fichas de inscrição dos associados (e de terceiros) para serviços de máquinas, é significativo, corroborando as informações da secretária e, ao mesmo tempo, revelando os cuidados com a gestão dos serviços pela associação¹⁰. A elaboração de balancetes, a prestação sistemática das contas e as decisões ligadas à alteração de valores dos serviços são alguns sinais da administração efetuada com base em critérios tanto da transparência administrativa como da gestão dos recursos com base em custos reais. São mudanças que não eram práticas comuns nas gestões anteriores, principalmente como ações sistemáticas, mensais.

Um exame da contabilidade da Associação, aponta os gastos com manutenção como indicativo deste caráter de Associação de Máquinas da APAPCVIS. Outro referencial, neste sentido, é a ocorrência de clientes não associados que recorrem à

¹⁰ Pode-se neste sentido atribuir à Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, uma maior profissionalização.

Associação para realização de serviços, os quais por sua vez, transformam-se em receitas para a Associação.

A questão teórica central escolhida para a análise da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, através de sua dinâmica de atuação e de sua retrospectiva histórica, é a do binômio autonomia-dependência.

Ao mesmo tempo em que a Associação consegue se municiar de melhores instalações, equipamentos e de procedimentos administrativos, máquinas e veículos, etc., percebe-se que tais inovações dependem, para sua manutenção, de recursos cuja origem é externa, ou seja, canalizados para a Associação, por meio dos repasses de recursos feitos pelo poder público. A Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira tem um papel fundamental na mediação da relação entre os assentados e o poder público (seja ele a Prefeitura ou a Cesp). Se as relações se dão de forma clientelista, reforçando o pólo da dependência, não se exclui a possibilidade de reverter essa situação, como foi nas negociações com o titular da administração anterior, fazendo transitar a relação numa dialética entre autonomia e dependência.

Tais repasses, por sua vez, estão condicionados à vontade política e aos entendimentos e compromissos efetuados entre a Associação, através de sua diretoria, e o chefe do executivo municipal, não havendo uma garantia de que sejam alocados à Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, simplesmente porque existe um mecanismo legal que o ampara, no caso, o Pró-Rurisa. Este instrumento, realmente interessante e que não necessariamente significa dependência, mas acaba sendo utilizado como instrumento de barganha, reforçando o clientelismo e, indiretamente, a dependência.

Como até o momento, maio de 2005 não houve qualquer repasse de recursos pela prefeitura à Associação, a entidade vem desde o início do ano, cortando custos, precarizando as condições de trabalho de alguns de seus funcionários, isto é, transformando dois dos quatro tratoristas de contratados em diaristas, já que um deles se aposentou.

Tal situação, revela os limites de autonomia da Associação ao mesmo tempo em que aponta a necessidade da mesma estabelecer novas relações com o poder público local, através da sensibilização de novos mediadores, uma vez que a situação política atual não se manifesta favorável à Associação, conforme relatos de vários membros de sua diretoria.

Os limites da autonomia da Associação estão claramente colocados no que diz respeito à gestão com recursos próprios de um patrimônio conseguido através das ações da diretoria em parceria com seus distintos mediadores.

Apesar da gestão efetuada de modo racional, baseada no controle de custos e receitas, mês a mês, com a contratação dos serviços contábeis, com equipamentos modernos de informática, não há por parte da grande maioria dos associados um envolvimento participativo na gestão compartilhada da mesma. Ou seja, o poder ainda está bastante concentrado na diretoria que, segundo relatos dos associados, vem conduzindo os trabalhos de forma democrática. No entanto, não parece haver uma preparação de quadros que possam vir a substituir a atual presidência, talvez uma das razões da permanência do atual já por três mandatos consecutivos.

Há um aparente paradoxo vivenciado pela Associação que se apresenta, enquanto Associação de Máquinas, como detentora de uma patrulha agrícola de vulto, com uma estrutura administrativa igualmente consistente, associação esta que congrega agricultores familiares em situação muito diversa. Através dos Grupos de Produção, os agricultores têm tentado se viabilizar como produtores mercantis, embora o maior número subsista com base na produção de leite de forma rústica, com baixa utilização de tecnologia e de capital, enquanto outros ainda complementem suas rendas familiares com recursos de aposentadoria.

A autonomia da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, ainda está longe de vir a ser alcançada e, mercê da dependência de recursos externos para sua atuação, e condicionada às instabilidades das políticas locais, não está isenta da possibilidade de vir a sofrer reveses.

É inegável, contudo, que a Associação hoje tem condições de se articular de forma mais contundente no cenário local, bem como de ampliar o processo participativo de seus associados, movida pelas necessidades que os momentos de crise revelam.

REFERÊNCIAS

- BERGAMASCO, S.M.P.P. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: MEDEIROS, L.S. et al. (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. Unesp, 1994. **329p.**
- BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003. 191p.

- BERTHOME, J.; MERCOIRET, M.R. Organização dos pequenos agricultores. In: SPERRY, S. (Org.). **Organização de pequenos produtores**. Brasília: Embrapa. 1999. p.11-17.
- CARVALHO, H.M. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: Ipardes, 1999. 59p.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. **Atividades do serviço social frente à consolidação das atividades do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira**. São Paulo: CESP, 1988.13p.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. **Avaliação das atividades sociais desenvolvidas nos projetos no ano de 1990, cronograma de atividades sociais para o ano de 1991**. São Paulo: CESP, 1991. 87p.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. **Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira: concessão onerosa de uso**. São Paulo: CESP, 1988. 17p.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. **Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira**. São Paulo: CESP, 1992. Não pag.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. Plano de metas julho/91 – junho/92: Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira. In: ENCONTRO DE IBITINGA, Ibitinga, 1991. **Desenvolvimento dos projetos de reassentamento**. Ibitinga: CESP, 1991. Não pag.
- DANTAS, G.H. Perspectivas de organização da produção familiar. disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=228>>. Acesso em: 26 abr.2004.
- FROELICH, G. M. **Ilha Solteira: uma história de riqueza e poder (1952-1992)**. São Paulo: Educ/FAPESP, 2001. 286p.
- INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira**. São Paulo: IPT, 1985. v.1, 196p. (Relatório nº 20.752).
- MACHADO, E.P.. **Poder e participação política no campo**. São Paulo: CAR, 1987. 152p.
- MATOS, A.G. Desenvolvimento, autonomia e academia. In: LIMA, D.M.A.; WILKINSON, J. **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq /Paralelo 15, 2002. 399p.

- NEVES, D. P. O associativismo e a imposição do agricultor solidário. Jornada de Estudos sobre Assentamentos Rurais (II). In: JORNADA DE ESTUDOS SOBRE ASSENTAMENTOS RURAIS, II, 2005, Campinas-SP. **Anais...** Campinas: FEAGRI/UNICAMP, 2005: 23p.
- PINHEIRO, D. A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Edupaf, 1999. p.329-355
- SPERRY, S.; MERCOIRET, M.R.; FERRARIS, F. As organizações dos pequenos produtores rurais de Silvânia, GO. In: SPERRY, S. (Org.). **Organização de pequenos produtores**. Brasília: Embrapa. 1999. p.17-42.
- SPERRY, S.; MERCOIRET, J. **Associação de pequenos produtores rurais**. Brasília: Embrapa. 2003. 112p.
- SPÉRRY, S.; CARVALHO JÚNIOR, C.H.T.; MERCOIRET, J. **Ações coletivas praticadas pelos produtores rurais**. Brasília: Embrapa. 2003. 150p.
- TARSITANO, M.A.A. et al. Projeto de reassentamento rural cinturão verde de Ilha Solteira – SP, duas perspectivas de análise. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37,1999, Foz do Iguaçu-PR. **Anais...** Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.
- ZIMMERMANN, N.C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. et al. (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. Unesp, 1994. **329p**.

COMUNICAÇÃO, CULTURA E PARTICIPAÇÃO
Reflexões sobre a construção do desenvolvimento territorial
na Região Sisaleira da Bahia

Gislene Moreira Gomes

Graduada em Comunicação Social (UNEB, 1999)
especialista em Gestão Social (UFBA, 2004)
mestranda pelo Programa Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia
coordenadora de Comunicação Territorial da ong Cipó – Comunicação Interativa.
gilmoreirabr@yahoo.com.br

RESUMO

A Região Sisaleira, semi-árido nordeste da Bahia, apresenta alguns dos piores índices sociais do país. Concomitantemente, tem sido caracterizada como um território diferenciado por uma forte atuação da sociedade civil organizada. Neste universo, a comunicação comunitária aponta como estratégia na construção de democrática do desenvolvimento local. Ao debruçar-se sobre este universo, busca-se compreender a inter-relação entre as dimensões da cultura e política no complexo fazer dos movimentos sociais na tentativa de re-significação de valores e construção de uma “cultura de participação”.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação, Cultura e Participação

O Território do Sisal, mais conhecido como região sisaleira da Bahia, está localizado no semi-árido nordeste do estado e historicamente concentra alguns dos piores índices de desenvolvimento social e econômico do país. A renda média per capita é de meio salário mínimo mensal¹. Além das atividades de exploração do sisal, que enfrentou um período de decadência após os anos 70, e das pedreiras, a base econômica é a pecuária extensiva e a agricultura familiar de subsistência, sujeita a longos períodos de seca que ciclicamente atingem a região, agravando os problemas sociais. Estes problemas são ainda aprofundados pela falta de acesso da população aos serviços básicos como saúde, educação e a inexistência de políticas adequadas à realidade do semi-árido. (RAMOS E NASCIMENTO, 2001)

Recentemente, porém, a região tem sido apontada como um *locus* diferenciado de participação social, atribuída a uma ampla organização e mobilização dos movimentos sociais. Um destes espaços de gestão coletiva é o Conselho de Desenvolvimento Territorial (Codes Sisal), criado em 2002, e composto paritariamente

¹ Fonte: Índices de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Baianos, Seplantec, 2002

por representantes da sociedade civil e poder público de 20 municípios². A entidade é responsável por desenvolver as políticas de desenvolvimento local e administrar territorialmente as práticas e recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A partir destas iniciativas são apontadas novas formas de dizer e fazer este espaço do semi-árido. Em contraposição ao sertão atrasado e vítima da seca, os movimentos locais iniciam um novo discurso de convivência e potencialização dos elementos locais.

Sob esta perspectiva emerge um discurso de Nordeste como “Território da Possibilidade”³, de reconstrução a partir da vontade política e da mobilização social. Esta idéia da possibilidade de reconstruir o cenário do sertão, ainda estigmatizado pelo chão rachado em que sobrevivem um exército de miseráveis, é em muito expressa no slogan da Associação de Pequenos Agricultores da Bahia do município de Valente (APAEB): *“O sertão tem tudo que a gente precisa, e se faltar, a gente inventa”*.

Num exercício de interpretação deste contexto a partir da noção do poder simbólico, Bourdieu apresenta a reivindicação/ produção do discurso regionalista como produto de sua estigmatização e sua existência enquanto espaço periférico econômico e social, e não simplesmente geográfico (BOOURDIEU, 2001). A idéia do território não como mera questão geográfica ou divisão militar, mas como discurso construído, produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais diferentes. Edward Said desenvolve que a constituição de um território é uma narrativa, uma estratégia de dominação em que a construção do discurso se configura como a legitimação da subordinação do outro (SAID, 1995).

“Nossos territórios existenciais são imagéticos. Eles nos chegam e são subjetivados por meio da educação, dos contratos sociais, dos hábitos, ou seja, da cultura que nos faz pensar o real como totalizações abstratas”.
(ALBUQUERQUE, 2001: 27)

Dizer o nordeste hoje também é entrar na disputa. Não é à toa que emergem uma série de formas de se dizer nordestino, multiplicidade de territorialidades que compõem o “homogêneo Nordeste” e que não se restringe à visibilidade cultural e situa-se para

² Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, Serrinha, São Domingos, Teofilândia, Tucano e Valente. Fonte: Codes – Sisal, Ata de Fundação 2002

³ Durval Albuquerque Júnior, em seu trabalho *A Invenção do Nordeste e outras artes* (2001) utiliza a produção discursiva do momento de afirmação da regionalidade nordestina como ponto de partida para uma compreensão da constituição do território, produzido pela correlação das forças e do poder e aponta o Nordeste com Território da Revolta e Território da Miséria.

além da produção do discurso. Está no âmbito da legitimação, do fazer-se um enunciador competente e reconhecido socialmente.

“O discurso competente é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado (...). O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância”. (CHAUÍ, 2000: 07)

Sendo assim, a construção da região sisaleira não acontece descontextualizada. Ela emerge historicamente no movimento de profundas transformações sociais, culturais e tecnológicas do fim do Século XX, em que o avanço do processo de internacionalização da economia capitalista monopolista atinge seu ápice com o aprofundamento do fenômeno da globalização e seu discurso totalizante da ditadura do dinheiro e da informação.

Milton Santos reflete que o avanço desta imposição hegemônica, na sua configuração cotidiana, vivencia o *lugar* da experiência como espaço esquizofrênico em que se travam os embates entre o mundo global e a experiência concreta.

“O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados. (...) Nisso, o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo.” (SANTOS, 2001: 114)

Acirram-se assim as discussões sobre a importância do local como espaço privilegiado de disputas e ajustes, territórios em que se configuram as relações combinatórias entre cultura local e a assimilação e/ou refuncionalização da cultura hegemônica global (BARBERO, 2000). O território pensado como base de reconstrução da experiência, e não apenas espaços geográficos ou econômico-produtivos.

Situa-se neste debate a concepção de desenvolvimento mais ampla, que tenha o homem e sua relação com o mundo na dinâmica de compartilhamento cognitivo como perspectiva prioritária. Uma perspectiva que fuja aos modelos desenvolvimentista num processo de canalização das forças sociais.

“Sem dúvida a experiência tem demonstrado amplamente que o verdadeiro desenvolvimento é principalmente um processo de ativação e canalização das forças sociais, de avanço da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da invenção. Por tanto, se trata de um processo social e cultural, e apenas secundariamente econômico. Se produz o desenvolvimento

quando na sociedade se manifesta uma energia capaz de canalizar de forma convergente forças que estavam latentes ou dispersas”. (FURTADO, 1982: 149)

Também a configuração territorial coloca-se como disputa pela hegemonia, pelo consenso majotário, da dominação pela construção de novos mecanismos de coesão social. A construção do discurso e da narrativa, ferramenta essencial na criação e legitimação do entendimento do mundo e da forma como ele se constitui, é também um ambiente de disputa. Gramsci atenta para o papel dos intelectuais - produtores, organizadores e difusores do discurso – em que os grupos sociais, para se legitimarem socialmente no mundo da produção econômica, produzem seus próprios intelectuais. Ou seja, se esforçam em construir os atores legitimados do discurso, que darão sustentação ao pensamento e à ação dominante.

“Todo grupo social, nascendo do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais, camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: O empresário cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc...”. (GRAMSCI, 2004: 08)

A partir da percepção do processo de construção e imposição da hegemonia, faz-se necessário pensar o processo de constituição dos territórios como o resultado de complexas disputas pelo discurso homogeneizante destes espaços geo-político-culturais. A forma como as comunidades locais gerem a dinâmica interna de interesses frente aos rumos ditados pela globalização determina as conformações territoriais que vão além do processo de demarcação geográfica. O lugar de enunciação do discurso que cria, difunde e legitima o “sentimento de pertencimento”, a coesão social e as formas de interação do homem com o mundo em seu território cotidiano é o *locus* das disputas contemporâneas. A comunicação, como produtor e difusor privilegiado de cultura, é elemento fundamental no processo de afirmação hegemônica.

Processo que se apresenta nos meios de comunicação de massa da Região Sisaleira como legitimadores do discurso de interesse dos grupos oligárquicos. As freqüentes estiagens servem de justificativa pelos difusores competentes do discurso e legitima a manutenção da situação de pobreza e miséria historicamente fundamentada na má-distribuição de terras e na apropriação do poder local. Apropriação esta que se materializa em todos os aspectos e serviços: crédito, assistência técnica, saúde, poder político, econômico e outros. Incluindo-se a tutoria dos meios de comunicação locais

em que das sete maiores emissoras radiofônicas regionais⁴, cinco receberam outorga no período em que Antônio Carlos Magalhães era o então Ministro das Comunicações⁵ e as outras duas tem processo ainda do período ditatorial e ainda hoje permanecem veiculadas a grupos políticos relacionados ao senador de maior destaque na política baiana, numa explícita conversão e legitimação do privado como interesse público⁶.

O acesso e a produção local de informação configuram-se como elemento central na disputa e na re-significação de uma cultura marcada pela oralidade, pela dominação e por uma imagem de “aridez” social. Aos movimentos sociais locais, empenhados no contra-discurso, a comunicação apresenta-se como estratégia de re-afirmação dos ritos, ritmos e significações locais, e transformação dos valores de subserviência, motivando a convivência emancipatória com o sertão. Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Apaebis (Associações de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, conselhos, igrejas e o MOC (Movimento de Organização Comunitária) são algumas das entidades responsáveis pela mudança. A ênfase são os meios de comunicação popular, em especial o rádio que encontra fácil acolhida em uma população de cultura prioritariamente oral e semi-alfabetizada. A comunicação convertida em elemento de disputa na re-significação e valorização das identidades locais, na constituição de redes e mobilização de atores sociais, capaz de promover a circulação e difusão de informações de interesses comunitários. Sob esta perspectiva de uma comunicação plural e democrática, os processos comunicativos se configuram como um elemento novo e estratégico ao desenvolvimento territorial. (SHAFF, 1995).

As ações de comunicação da sociedade civil organizada da região sisaleira são fruto de um processo histórico de forte mobilização social e se acentuam na implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em 1996. A necessidade de mobilizar as famílias e a opinião pública quanto ao problema da exploração da mão-de-obra de meninos e meninas e à necessidade de adesão e participação da sociedade civil na gestão são impulsionadores da demanda comunicacional. Além da comunicação face a

⁴ Em Serrinha, Rádios Regional AM – 970 e Morena FM 97,9 de propriedade de Antônio Lopes do Nascimento, dono do Grupo Lomes de Radiodifusão com atuação em toda a Bahia, e a Continental AM 1330 pertencente ao Deputado Rubem Carneiro; em Conceição do Coité, Rádio Sisal AM 900 da família do antigo prefeito Tom, e a emissora educativa Sabiá FM de propriedade de Hélio. Monte Santo, conta com as emissoras Piquaraça FM 91.1 e Grande Sertão AM ligadas ao ex-deputado Ariston Andrade. Por fim, a Rádio Educativa Tucano FM também ligada a um grupo político local.

⁵ 1984 a 1988

⁶ Fonte: MOC – Movimento de Organização Comunitária (www.moc.org.br)

face, baseada nas relações interpessoais e na confiança e sociabilidade dos compromissos com rosto (GIDDENS: 1991), percebeu-se a necessidade de investir em processos comunicacionais de maior abrangência e alcance, inteirados às novas dinâmicas sociais mediadas e assentados na credibilidade institucional: A problemática do trabalho infantil deveria também ser alvo da mobilização através dos meios de comunicação de massa. Como estratégia de mobilização de veículos de maior impacto nacional e internacional, investiu-se, principalmente via o Unicef – Fundo das Nações Unidas para Infância, na sensibilização, atendimento e acompanhamento da grande mídia na cobertura sobre as questões do trabalho infantil.

Entretanto, a difusão das informações referentes ao andamento do PETI esbarram localmente na tutoria dos meios de comunicação regionais pelas oligarquias, que monopolizavam a produção, o acesso e a circulação de informação local. As freqüentes denúncias de má uso do dinheiro público, bem como iniciativas de mobilização popular eram sistematicamente manipuladas, ou simplesmente vetadas da programação.

As rádios comunitárias emergem da necessidade de viabilizar instrumentos alternativos. A maioria surge no final dos anos 90 e início de 2000, provocadas pelos movimentos sociais locais, como MOC, Apaeb's, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Pólos Sindicais, e grupos ligados as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, e apoio financeiro de organismos internacionais de cooperação como a CRS ligada a Igreja Católica Européia.

Além das atividades de fortalecimentos das rádios comunitárias, investiu-se na capacitação e apoio aos profissionais, que, na maioria dos casos, atuam voluntariamente e sem formação técnicas. A opção, já adotada com relativo sucesso pelos movimentos sociais e nas Comunidades Eclesiais de Base desde os anos 60 e 70, revela uma inserção e apropriação dos movimentos populares nas práticas e experiências comunitárias de comunicação. Se por um lado pode ser entendido como desobediência civil, por outro demonstra uma pro-atividade local no sentido de suprir as deficiências do Estado na garantia do direito à comunicação e à informação qualificada.

A reação dos políticos e emissoras locais frente a estas iniciativas foi uma resposta agressiva e constante de perseguição e marginalização das emissoras comunitárias e de suas lideranças, através do forte processo repressivo da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e da Polícia Federal. Cerca de 18 lacres e apreensão de pelo menos 11 transmissores e mais tantos outros equipamentos, além do

constrangimento público e agressões aos comunicadores, perseguidos como bandidos e alguns respondendo a processo judicial. Tudo isso num período de apenas três anos (entre 2002 e 2004). Sobre estas experiências, relatos das lideranças atestam casos como o de Retirolândia, em que a população, ao ouvir no ar a ação dos policiais, ocupou a frente da emissora em protesto e impediu a ação repressiva. Em Riachão do Jacuípe, município do território vizinho, 25 Policiais Federais invadiram a Igreja para apreender os equipamentos escondidos pela população.

Ao invés de desanimar o movimento recém-instituído, o movimento repressor provocou a articulação entre os atores, que buscavam encontrar formas de continuar reagindo. A repressão foi decisiva para a atuação embrionária de uma rede destas emissoras comunitárias que para fugir, ou pelo menos tentar driblar dos mecanismos de opressão, construíram ações regionalizadas de mobilização e de busca de apoio político junto a organizações de defesa de direitos humanos e parlamentares.

A partir da criação das rádios, foram empreendidas capacitações de comunicadores, articulação regional das emissoras, formação de lideranças em técnica, legislação e gestão da comunicação, e se desdobraram na criação de entidades regionais como a Abraço Sisal (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias) e na Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura, voltada a produção comunicacional junto aos movimentos locais.

A ação junto às emissores populares envolve 11 rádios comunitárias⁷ no território do Sisal desenvolvendo um projeto alternativo de viabilização de uma rede de comunicação em que se defende a idéia da população como produtora do conhecimento. A mobilização também já provoca outros atores, como a Universidade Estadual da Bahia, que prevê a implantação em 2006 de um Curso de Comunicação Social, com habilitação em rádio-jornalismo para o Campus XIV, localizado em Conceição do Coité.

É como base neste processo de discussão por alternativas de comunicação que se constituem discursos, formam-se atores e aprofunda-se uma compreensão crescente da necessidade de um modelo comunicacional alternativo⁸ para o território. Com a

⁷ Integram a rede: Rádio Arcos FM em Retirolândia; emissora Cultura FM de Araci, com habilitação provisória; Cruzeiro FM de Tucano; Coite Livre FM de Conceição do Coité; Independente FM em Ichú; Nordestina FM em Nordestina; Queimadas FM e Riacho FM em Queimadas; Serrinha FM de Serrinha; Santaluz FM em Santaluz; Valente FM em Valente também com concessão provisória; além de mais algumas emissoras de municípios vizinhos ao território que atuam em rede.

⁸ Os adjetivos para a comunicação que surge das reivindicações e fazeres dos movimentos sociais são muitos. Comunicação popular, alternativa, comunitária, participativa, dialógica e horizontal são alguns dos termos

consolidação do CODES Sisal, estas vozes emergem nas disputas e debates, e conquistam espaços essenciais para o estabelecimento da comunicação como demanda prioritária no Plano de Desenvolvimento Territorial. Como no CODES Sisal há uma inserção mais articulada da sociedade civil organizada, também os atores da comunicação ligados a estes movimentos potencializam sua atuação e conquistam espaço na tentativa de constituir processos comunicacionais diferenciados.

Um destes espaços relevantes foi a definição em Assembléia Geral, mecanismo de deliberação coletiva das decisões, da comunicação e da cultura como um dos seis eixos prioritários do Plano de Desenvolvimento Territorial do Sisal⁹. Para elaborar as estratégias nesta área, foi constituído o Grupo Temático de Comunicação (GT-Com), que reunia um grupo mais específico e direcionado a desenhar as propostas nesta área, também O GT de Comunicação era composto por representantes das rádios comunitárias (Abraço - Sisal), da Agência Mandacaru, e das organizações como MOC e Apaeb Valente, além do Pólos Sindical do Sisal e da Universidade Estadual da Bahia, Campus XIV. *“A comunicação comunitária está relacionada com as necessidades dos movimentos de resistência e reivindicação”*. (COGO, 1998: 39)

Um processo de comunicação que se apresenta numa configuração mais ampla que o modelo clássico emissor-receptor. Vivida em sua dimensão política, ela torna-se elemento central de um modelo comunicativo baseado no diálogo e na participação popular a partir da construção cotidiana da realidade. Tendo forte inspiração em Paulo Freire, boa parte destas iniciativas inspiram-se em sua teoria da comunicação dialógica e libertadora (LIMA, 1981). Um deslocamento da redução da comunicação e da cultura a campos isolados das dinâmicas políticas, econômicas e sociais.

A partir da análise dos depoimentos, dos documentos produzidos nas discussões locais e da observação do processo, faz-se uma leitura deste processo na região como uma compreensão de cultura e de comunicação, baseada na experiência concreta, que recoloca o homem com sujeito objetivo, criador da realidade social, referindo-se ao significado central da práxis e do trabalho na constituição da realidade humana¹⁰.

comumente utilizados. Vide PERUZZO, 1998: 120. Neste contexto, utilizamos o alternativo não como o complementar aos meios de comunicação de massa, mas como a busca por novos modelos que se diferenciem dos modelos tradicionais de comunicação.

⁹ O Plano de Desenvolvimento Territorial do Sisal, mais conhecido como PTDR 2005-2007 inclui como eixos Educação, Saúde, Infra-estrutura, Meio Ambiente, Comunicação e Agricultura Familiar.

¹⁰ Kosik, Karel. 2002, pp. 123-126. Com base na argumentação sobre o papel central da intervenção humana na natureza, na produção e reprodução da vida social, Kosik desenvolve a idéia de que o homem na criação de si mesmo

Cultura como síntese da dialética entre natural e artificial cede lugar a uma oposição entre cultura e natureza, entre trabalho intelectual e trabalho manual¹¹. Peruzzo, citando Tompson, alia a idéia de cultura com a construção e transformação humana na experiência cotidiana.

“Cultura nos parece que é antes de tudo um modo de organizar o movimento constante da vida concreta, mundana e cotidianamente. (...) É a rigor nosso sentido prático da vida. Mas a cultura não só permite domesticar nossa situação presente, ela é também constitutivamente sonho e fantasia, que transgride os cercos do sentido prático”. (PERUZZO, 1998: 139)

Em Eagleton, a afirmação da cultura como campo social autônomo seria um reconhecimento da separação prática das atividades morais e intelectuais da ação produtiva.

“A própria noção de cultura repousa assim, sobre uma estranhamente moderna alienação do social relativamente ao econômico, isto é, à vida material. Apenas numa sociedade cuja existência cotidiana pareça desprovida de valor poderia a palavra cultura vir a excluir a reprodução material; todavia, esta seria a única forma através da qual o conceito poderia transforma-se em crítica a este tipo de existência”. (EAGLETON, 2003: 47)

O tema da cultura emerge como elemento fundamental nestas disputas e adquire importância em contextos de quatro tipos de crise histórica: Quando se aponta como única alternativa a uma sociedade degradada; quando parece que as belas artes já não serão possíveis numa profunda alteração social; um grupo ou povo busca sua emancipação política; e por fim quando o poder imperialista transige com as formas de vida dos subjulgados (EAGLETON, 2003: 40).

Na redefinição da cultura, é fundamental a compreensão de sua natureza comunicativa. Isto é, seu caráter de processo produtor de significações e não de mera circulação de informações, no qual o receptor não é um simples decodificador da mensagem, mas também produtor.

“O que já não fará sentido é continuar programando políticas que separem aquilo que acontece na Cultura daquilo que acontece nas massas, na indústria e nos meios massivos de comunicação. Estas não podem ser políticas à parte, já que o que acontece culturalmente com as massas é fundamental para a democracia, se é que a democracia tem algo a ver com o povo”. (MARTÍN-BARBERO, 1997: 287)

como ser histórico-social produz: bens materiais, o mundo materialmente sensível; as relações e instituições sociais; e as idéias, concepções e sentidos correspondentes a esta intervenção.

¹¹ A respeito desta distinção, Kosik aprofunda: “O capitalismo rompe este vínculo direto, separa o trabalho da criação, os produtos dos produtores e transforma o trabalho numa fadiga acriativa e extenuante. A criação é arte, enquanto o trabalho industrial é ofício, repetitivo, pouco apreciado e que se autodespreza. (...) Com a perda do domínio sobre o mundo material criado, o homem perde também a realidade.” Pp. 123

Uma nova associação entre democracia, cultura e comunicação. Em que a participação popular em todas as esferas sociais e em seus espaços públicos se configura como a construção de uma democracia efetiva, e não apenas restritiva e discursiva. (BOBBIO 1986). Um exercício complexo e conflitivo em que o território do sisal se apresenta a este estudo como espaço e elemento de análise. Como se concretiza um projeto cultural que articule o político, o cultural e o pedagógico? Quais seus desafios e perspectivas? Que modelos de comunicação e desenvolvimento territorial são possíveis frente ao capitalismo monopolista? Não estariam estes modelos reproduzindo o dirigismo político a que se contrapõem? Questões que longe de respondidas, se fazem presente e inerentes ao desenvolvimento desta obra inacabada.

O debate a que se propõem situa-se no âmbito da comunicação e do poder, à medida que a cultura se expressa por meio das práticas e instituições integradas em um processo material, caracterizado por conflitos e disputas simbólicas. Os significados não apenas como luta política, mas constitutivo do campo político (ALVAREZ, 2000: 23). A experiência da comunicação comunitária na região Sisaleira consiste metodologicamente como um ambiente empírico de análise, em que se experimentam as dimensões fluídas de construção de uma cultura de participação, em que os entrelaçamentos entre cultura e política se exprimem na prática em um contexto hegemônico ainda pautado no autoritarismo oligárquico. Uma tentativa de análise sobre a inter-relação dinâmica entre as dimensões da cultura e política e sua manifestação nos discursos e práticas presentes numa ampla gama de movimentos sociais na América Latina, o que não se esgota nesta abordagem, mas que se propõem a se inserir no resgate da visibilidade e dos significados das lutas populares na disputa simbólica pela qual passa a construção da cidadania, constitutiva da democracia radical.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR Arturo (org). *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos – novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. (Coleção Humanitas)
- BHABHA, Homi. *O Local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 19-42.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

- BOISIER, Sérgio. *Y Si El Desarrollo Fuese Uma Emergência Sistêmica?*. In *Redes – Desenvolvimento Regional: Desafios de Uma Nova Era do Conhecimento – Parte I*. UNISC, v. 8, n. 1, jan/abr. 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas - 5ª edição* - São Paulo: Perspectivas, 1999.
- _____. *O Poder Simbólico - 4ª edição* – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CARVALHO, Maria do Carmo. *Participação Social no Brasil Hoje*. www.polis.org.br. 2004.
- CHALLENGE, *The Failure of Economic Development – Interview with William Easterly*. V. 45, n. 1, January-February 2002. p. 88-103
- CHAUÍ, Marilena Sousa. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas - 8ª edição* – São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. *Brasil: Mito Fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CODES - SISAL, *Ata de Fundação*. Valente, 2002.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- _____. *Gramsci – Fontes do Pensamento Político*. Volume 2; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COGO, Denise Maria. *No ar... uma rádio comunitária*. São Paulo: Paulina, 1998.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- DOWNING, John D. H. *Mídia Radical – Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. Tradução de Silvana Vieira. São Paulo: Senac, 2002.
- EAGLETON, Terry. *A idéia de Cultura*. Lisboa: Temas e Debates, 2003.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. In: SANTIAGO, Silviano (org) *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, v. 3, p. 1.499 - 1846. Biblioteca Luso-Brasileira; Série Brasileira, 2002.
- FERNANDES, Rubem César. *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. RJ: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. RJ: Paz e Terra, 2005.
- FURTADO, Celso. *A Nova Dependência*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 2; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 3ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Volume 4; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GIDDENS, Antony. *As Conseqüências da modernidade*. Tradução de Paul Fixer. São Paulo: UNESP, 1991.
- GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- HALL, Stuart. *Estudos Culturais e seu legado teórico*. In *Da diáspora; identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003.
- HOBBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. In: SANTIAGO, Silviano (org) *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, v. 3, p. 931 - 1102. Biblioteca Luso-Brasileira; Série Brasileira, 2002.
- KOSIK, Karel. *Metafísica da Cultura*. In *Dialética do Concreto*. RJ: Paz e Terra, 2002.
- LEAL, Suely. *Fetice da participação: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife*. Recife: Editora do Autor, 2003.
- LIMA, Venício Artur de. *Comunicação e cultura: as idéias de Paulo Freire*. RJ: Paz e Terra, 1981.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. *Pesquisa em Comunicação – 7ª ed.* - São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações. Comunicação, Cultura e Hegemonia*. RJ: UFRJ, 1997
- _____. *Ofício de Cartógrafo – Travessias Latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MENEGHETTI, Sylvia Bojunga. *Comunicação e marketing: fazendo a diferença no dia-a-dia das organizações da sociedade civil*. São Paulo: Global, 2001. – (Coleção gestão e sustentabilidade).
- MDA. *Desenvolvimento Territorial na Bahia – Caderno Informativo: Conceitos e Metodologias*. Salvador: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PERUZZO, Cecília Maria Krohling. *A comunicação nos movimentos populares – a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PUTNAM, Robert. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. In: SANTIAGO, Silviano (org) *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, v. 3, p. 1.105 - 1496. Biblioteca Luso-Brasileira; Série Brasileira, 2002.
- RAMOS, Alba Regina Neves; NASCIMENTO, Antônio Dias. *Resgatando a infância. A Trajetória do PETI na Bahia*. Salvador: MOC/OIT/UNICEF, 2001.
- SCHAFF, Adam. *A sociedade informática: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial*; Tradução Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes – 4ª edição – São Paulo: Editora da Universidade Paulista: Brasiliense, 1995
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org). *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. - 6ª edição – Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- _____. *Território e Sociedade*. Entrevistas com Milton Santos - 2ª edição - São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1993.
- SANTOS JÚNIOR, Orlando Alvez dos. *Democracia e Governo Local: Dilemas e Reforma Municipal no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2001.
- SEPLANTEC. *Índice de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Baianos*. Salvador: SEPLANTEC. 2002.
- SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2003.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- UNICEF. *Situação Mundial da Infância*, 2000.
- VEIGA, José Eli da. *A Face Rural do Desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

CONSELHO, ESTRADA E VOTO: FORMAS DE PENSAR A POLÍTICA EM UMA COMUNIDADE RURAL ¹.

Carolina Maria Heliadora Braga²
mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ).
Bolsista do CNPQ.
carolinaheliadora@yahoo.com.br

“Eu me envolvo, mas não me envolvo politicamente”
(presidente de associação)

“Uma parte considerável de nossa moral e de nossa
própria vida permanece estacionada nessa mesma
atmosfera em que dádiva, obrigação e liberdade se
misturam”

(Marcel Mauss)

Entender de que forma a criação de um conselho de desenvolvimento rural reconfigura relações sociais e políticas em Nova Friburgo, envolvendo uma dinâmica de trocas, favores, reciprocidades, reputações, sobretudo no que se refere às representações sobre o universo da política, é o objetivo deste artigo³. Tem também a intenção de analisar a política cotidiana e as relações institucionais, acionando elementos de personalismos menos como problemas do que como formas de organização social, e de problematização da falsa ambigüidade entre relações institucionais e pessoalizadas em uma localidade rural.

Na perspectiva de alguns autores – Bezerra (2001, 2004) e Comerford (1999, 2003) percebemos que o fenômeno da política deve ser compreendido no âmbito de um contexto maior de relações. As perguntas de ordem institucionais – do tipo os conselhos servem para isso ou para aquilo – são redutoras e não nos permitem captar de que forma são dinamizados e mobilizados interesses em torno da criação de novos espaços de participação popular.

¹ Esse artigo é uma forma modificada de trabalho realizado na disciplina sobre Comunidade, família e política, no CPDA/UFRRJ. É uma releitura de um dos capítulos da monografia: “Organização” e “Participação” de agricultores familiares. Um estudo a partir do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS/NF.

² Cientista social. Mestranda do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. CPDA/UFRRJ. Bolsista do Cnpq.

³ Refiro-me ao Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável de Nova Friburgo – CMDRS/NF, criado em 1997 e efetivado no ano de 2001, com a gestão da atual prefeita, reeleita e pertencente ao PSB. Foram realizadas observações em suas reuniões ao longo do ano de 2004 bem como análise de 16 atas.

Bezerra (2004) nos mostra a dinâmica de disputas locais em torno do monopólio da representação política através dos novos canais de acesso ao poder, ressaltando que não dá pra pensar os novos instrumentos de participação popular – imbuídos em um projeto de democracia, sem pontuar a lógica da democracia e do favor (Bezerra, 2004).

Nos trabalhos de Comerford (1999,2003) observamos a diversidade de percepções sobre reuniões sindicais em comunidades rurais, e as maneiras pelas quais tais reuniões estão inseridas em uma multiplicidade de significados, de forma que as relações de amizade, confiança, parentesco, troca, disputa estão imbricadas em uma trama de relações que compõem a dinâmica sócio-cultural.

Se partimos de uma pré-concepção do que seja a política – do que é, por exemplo, uma política democrática e uma política da comunidade (vista, muitas vezes como subordinada e/ou atrasada ou ainda em contraposição à primeira) - perdemos algumas especificidades presentes no âmbito da política local, como por exemplo, de perceber variadas explicações para a participação em espaços de decisões coletivas, como é a realidade de um conselho municipal.

O que está em jogo neste artigo não são apenas as práticas partidárias, apesar de sua importância no entendimento da política, ou da instância do político em uma dada realidade social - ou ainda da simples identificação de quem manda e quem obedece - mas são os partidos e a família, partidos e religião, partidos e amigos. Todos fatores interligados, relacionados e revigorados na esfera das reuniões do conselho.

Tal como Bourdieu (1965), julgamos que o sentimento de honra ou de prestígio social estão na esfera do político e que certas pessoas se destacam mais socialmente que outras. O sistema de valores está presente em diversas esferas da vida social, em que se naturalizam certos códigos através de um enraizamento de categorias de percepção de visões de mundo. As disputas em torno do conselho estão formuladas não apenas em termos reivindicações por infra-estrutura mas também por significações sociais, sendo um deles, como veremos adiante, prestígio político tanto de funcionários da administração municipal como de vereadores e presidentes de associação de agricultores.

Quando conflitos pessoais se tornam conflitos coletivos – ou quando demandas pessoais se tornam demandas coletivas - a esfera do político, da comunidade, passa a estar inserida dentro de um jogo de reputações morais e controles. Para Bailey (1971), a definição de comunidade não coincide com aquela de uma comunidade local, acionando, o autor, várias categorias de análise, tais como “comunidade moral”, “pequena política”, “mapa cognitivo”, “política de reputações”.

É na lógica da política de reputações, das relações *multiplex* – em que não há apenas um interesse em questão na relação entre indivíduos – e na noção de configuração de poder (Elias, 2000), que podemos pontuar que existem mecanismos de diferenciação social, e que os processos sociais devem ser lidos a partir de uma lógica relacional (Bourdieu, 1989). As configurações de poder não estão dispostas sempre da mesma forma e estarão sofrendo transformações de acordo com as mudanças de interesses de do jogo de reputações pessoais, morais e coletivas.

Segundo Bourdieu (1965), é preciso perceber o interesse no desinteresse. Quando o autor examina como as unidades econômicas congregam várias racionalidades específicas explicita que os códigos sociais são bastante complexos e possuem explicações e/ou justificativas na própria realidade social da qual eles emergem.

O semelhante também fora feito por Mauss (1974) quando analisava as multiplicidades de direitos existentes em diversas culturas através do paradigma da dádiva, ressaltando os elementos simbólicos que estão presentes nos processos de trocas. No trabalho de Mauss (*ibidem*), notamos que é preciso levar em conta a dualidade das trocas, o jogo que cria obrigações e laços.

Outros autores também já destacaram o risco que cometemos ao julgarmos os acontecimentos sociais a partir de um único ponto de vista, como o econômico – Polanyi (1980), Bourdieu (1965), Woortmann (1990) – que não dão conta, por si só, da multiplicidade de manifestações sociais.

No mesmo sentido, a inserção no universo da política deve ser examinada sobre múltiplas dimensões e interesses de forma que evidencie a complexidade das dinâmicas sócio-culturais.

O conselho é rural...

Um outro elemento que devemos destacar nesse artigo é o fato de o conselho examinado estar inserido em uma localidade rural e voltado para associações rurais. Isso quer dizer que existem especificidades que dizem respeito ao universo de relações trocadas em entre o rural e o urbano, ou entre a comunidade rural e o município, ou ainda entre distintas formas de representar, classificar e orientar as ações entre os atores sociais referidos (Durkheim, 1989).

O exame das relações sociais e políticas em torno de um conselho no meio rural requer uma primeira identificação: a de que esses espaços têm um escopo de ação em comum: a

agricultura e o agricultor familiar. Os espaços citados existem – pressupostamente - para atender a demandas específicas que tratem da melhoria das condições de vida, principalmente dos agricultores. É possível perceber de que forma essa dinâmica funciona socialmente pontuando os possíveis interesses do poder público e dos agricultores num jogo de alianças e tensões.

Há um interesse explícito na participação dos agricultores nas reuniões: a melhoria da situação da agricultura de uma maneira geral. Esse interesse se expressa – além da obtenção de créditos e financiamentos agrícolas – na realização de obras públicas, tendo a estrada como a mais recorrente delas.

A construção de estradas que facilitam o transporte de mercadorias – ou “escoamento de produção” - e representam melhora nas condições de infra-estrutura é uma decisão da prefeitura – e em alguns casos, do governo estadual - mediada pela figura do vereador, e não é uma política essencialmente voltada para a agricultura – como a liberação de verbas de custeio, por exemplo.

A estrada é, no meio rural de Nova Friburgo, um dos pedidos mais solicitados ao poder público pelos agricultores. Essas demandas ora se dão em espaços institucionais e ora em espaços não-institucionais, ou seja, através de relações personalizadas. Por outro lado, o poder público – representado pelo secretário de agricultura e pelo vereador, pode também ter interesses específicos, de acordo com conjunturas específicas, por exemplo, a busca por um reforço político da secretaria de agricultura no município e também de uma garantia de apoio eleitoral em comunidades rurais.

O estabelecimento de alianças tanto pessoais como políticas, isto é, a consolidação e criação de amizades e troca de favores que podem acontecer “fora da reunião” são reafirmadas num momento específico desta: a troca de palavras⁴. O elogio mútuo entre os membros do poder público entre si e os agricultores remarca posições e renova acordos pré-estabelecidos. Dessa forma, se institucionaliza a cobrança da “organização” e “participação” por parte dos agricultores, enquanto esses, muitas vezes, confirmam os elogios mútuos entre o poder público como forma de agradecimento aos benefícios conseguidos.⁵

⁴ O ato de falar é um dos procedimentos sociais que podem estar inseridos em contextos de trocas e dívidas recíprocas. Para isso, ver Caillé. (2002).

⁵ Em uma das reuniões do conselho, o secretário de agricultura e presidente do conselho solicitou que cada presidente de associação falasse a respeito da atuação da secretaria de agricultura e do conselho. Aos que não falaram no primeiro momento, ele em seguida solicitou pelo nome dos presidentes que esses se manifestassem. Apenas um agricultor não elogiou a atuação do então vereador. Essa reunião se deu em período eleitoral e a reunião seguinte na Câmara de Vereadores de Nova Friburgo.

As alianças com os políticos e lideranças municipais (vereadores, deputados, funcionários administrativos) se dão basicamente em função de demandas para a localidade. O caso da estrada é a mais recorrente delas, ou ao menos a justificativa legitimada socialmente para o estabelecimento de acordos dentro do conselho

Guardadas as devidas proporções históricas e sociais, essa situação leva a reflexão de Leal (1975) analisando o fenômeno do coronelismo no Brasil em seu clássico livro “*Coronelismo, enxada e voto*”:

é ao seu interesse (do chefe político local) e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde (...) tudo exige o seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo. É com essas realizações (...) que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança.” (pp.37)

O trabalho de Leal (1975) mostrou que os municípios rurais do país são historicamente marcados por uma política rural necessitada de mediadores – os chefes municipais, e hoje em dia os vereadores – que fazem uma ligação entre o poder local e nacional.

Em Graham (1997) podemos perceber a historicidade de outro fenômeno da realidade brasileira: a forma pela qual se constituiu o clientelismo no país ressaltando que esse fenômeno está relacionado a uma estrutura social e econômica específica, que no século XIX já se apresentava inserida numa dinâmica de lealdades e dependências entre trabalhadores livres – também os escravos - famílias proeminentes e Império.

Assim como Graham (1997) acreditamos que nesse tipo de conformação do social e do político, a matriz das relações sociais está fundada em prerrogativas de lealdade e obediência em que “*a estrutura política recria a hierarquia social*”, compondo um quadro de distintos princípios que compõem a unidade social.

A troca

Postular o que motiva as pessoas a participarem de um espaço político é um tanto complexo pois os diferentes atores têm distintas motivações e interesses que se renovam constantemente. No entanto, é possível notar que a presença nas reuniões pode se dar por motivos eventuais – como numa maior participação em períodos eleitorais ou para se atingir as demandas específicas, por relações de amizade com as lideranças locais (como no caso em que perguntei a um jovem agricultor porque de sua presença ali ao que me respondeu que era por ser primo do presidente da associação), por interesses de construir carreira política e alcançar cargos públicos etc.

Não se pretende afirmar ou reduzir todos os interesses de inserção do poder público (vereador e secretários municipais) no espaço do conselho a motivos eleitorais. No entanto, a questão do voto e do número de eleitores presentes em cada comunidade rural é acionada pelos atores sociais como uma importante característica quando das decisões de prioridades a serem realizadas, principalmente no das estradas para o escoamento da produção agrícola. O vereador reconhece o conselho como um significativo espaço de deliberação sobre as necessidades das comunidades rurais:

A: Que tipos de assuntos são deliberados no conselho? São discutidos?

B: Então, eu como representante do poder legislativo no conselho, procuro trazer sempre as minhas demandas das comunidades aqui para a câmara. E através disso eu faço indicações. Por exemplo, **o problema do asfalto lá de Vargem Alta saíram da discussão do conselho.** Quando nós começamos a discutir no Conselho e a associação veio falando da dificuldade da estrada, quer dizer, é um benefício que eu consegui hoje, mas que saiu da discussão do conselho. são todos votando para o benefício e interesse da comunidade em geral.(Vereador membro no conselho. Abril de 2004)

O vereador encontra no conselho uma forma de legitimar o seu discurso político, assim como os presidentes de associações que são conselheiros encontram naquele espaço uma forma de colocar suas demandas e reconhecimento ou prestígio social. Os recursos políticos de que o vereador dispõe estão centrados em sua identidade de agricultor, e sobretudo, de sua condição de representante da comunidade num local de poder central que ele tem acesso: a câmara de vereadores.

A estrada passa a ser promessa de campanha e assunto de pauta. Se as verbas do Pronaf⁶ não chegam a esse espaço, a reconfiguração política de disputas e decisões reaviva algo que era pra existir somente na forma de lei, já que não existem recursos para serem geridos. Mas quem consegue a construção da estrada é o vereador; o conselho apresenta suas demandas – especialmente as demandas dos agricultores – mas quem pode conseguir é o vereador. E isso não se dá à toa. Se dá justamente por ele dispor de um capital político e social, fruto de uma trajetória política traçada no reconhecimento da comunidade ao qual pertencia.

Perceber como a demanda por construção de estradas é acionada pelos atores sociais membros do conselho, permite estabelecer um esquema de análise fundado na prestação e contra-prestação, na dádiva e contra-dádiva (Mauss, 1974). A reciprocidade existe, ou ainda,

⁶ A criação de conselhos municipais rurais se deram por determinação do Programa Nacional para o Fortalecimento do Agricultura familiar – Pronaf. Nova Friburgo, por possuir um IDH alto, não foi contemplado.

o jogo de obrigações morais de dar estrada e da voto através do conselho nos auxilia a compreender de que forma um reordenamento de espaços coletivos e faz emergir uma ressignificação do universo da política, onde as configurações de poder são constantemente elaboradas. A correlação de poderes, evidentemente, altera tais configurações cotidianamente.

Os atores sociais não estão atrelados rigorosamente a este tipo de pacto político, mas é interesse de todos que tais formas de prestação social, de dívidas e disputas se renovem cotidianamente, para que a política possa estar legitimada e viva socialmente.

Há todo um emaranhado de afetos e desafetos que permitem que uma instituição moderna se torne justa na medida em que é capaz de ser incorporada por juízos e valores morais dos atores aos quais ela atinge. O conselho passa a ser parte da vida comunitária dos agricultores, um *locus* de representação na esfera municipal. A estrada se torna então algo a ser barganhado, bandeira de luta. O espaço que aglutina os debates políticos mais ideal é aquele em acordo com a lei e por ela criado, que garante uma paridade entre as partes e sustenta uma democracia formal legitimada.

Para um agricultor presidente de associação, os interesses do poder público podem, por vezes, divergir dos interesses dos agricultores, através de uma disputa por público eleitor maior representado pelos presidentes de associações que tenham um número de eleitores maior. Um agricultor presidente de associação alega que os distintos interesses presentes nas reuniões se dão por conta do poder público direcionar suas ações para as localidades onde haja uma possibilidade de se obter tanto apoio político – mostrando que fez algo para melhorar a localidade – como pelos eleitores a serem atingidos:

B -Na minha concepção de A., se eu vou concertar Janela das Andorinhas são 4Km e vou ganhar lá 280 votos, se eu vou p/ uma rua pequeninha que eu tenho 500 votos, o lado público eu acho que ele olha desse lado. O lado do retorno do voto, onde tem mais fonte de voto.

A- Ué, mas o conselho é um conselho voltado para o rural né?

B - mas é por isso que depois do conselho melhorou porque de primeiro eles olhavam assim. Hoje não, hoje vc tem que olhar para nós porque somos produtores, hoje conseguimos brigar, de primeiro não tinha. Brigar com quem se a gente não tinha como chegar lá? A gente não tinha caminhos para chegar. Mesmo presidente da associação a gente era ouvido, menos pouco atendido, mas ainda atendia, porque os outros produtores chegavam lá eram como um qualquer. Já teve dias de eu chegar na Secretaria de Ação Comunitária e o secretário falar: hoje eu não posso ouvir ninguém não. Eu não era ninguém, **sou um representante da comunidade**; mandei um cartão para ele e ele me atendeu. Quer dizer, se é um produtor, ficava como ninguém.

A contraposição entre público e privado, entre sociedade englobante e a comunidade é reificada na fórmula “briga do público com o produtor”. O que é briga na percepção do representante da comunidade é visto pelo poder público como necessária: é a paridade institucional, que se apresenta mediada por um jogo de alianças, dádivas, reciprocidades, reputações morais (Bailey, 1971).

O período eleitoral é um momento fértil para se perceber esse mecanismo de reciprocidades políticas de forma mais explícita (Palmeira, 2000). A estrada é a justificativa que legitima a disputa e a aliança. É o que é válido socialmente como justo e certo: construir asfalto para quem precisa e dar votos para quem constrói, para quem “olha” para os agricultores. No entanto, há que se construir para quem pode votar e vota-se em quem pode construir.

A criação de conselhos fez emergir socialmente um ator social: as comunidades com suas respectivas associações. Ser “da comunidade” é ser legitimado como ator político, e ser “representante” é ser respeitável perante os seus “próximos” e os diferentes, perante aqueles cujas relações devem ser nebulosas, para quem a confiança se dá através da dádiva e em que, passados os períodos eleitorais, em que as trocas e alianças estão mais publicizadas, tais relações se tornam mais “arriscadas”.

A categoria “comunidade” se torna uma categoria nativa que reivindica sua condição perante o poder público. Quanto mais “comunidades rurais” o vereador consegue estabelecer seu eleitorado e ações políticas, mais bem reputado socialmente ele passa a ser. Para tal empreendimento, as associações criadas – antes havia 8 e com a criação do conselho passou a ter 30 associações, no tempo de três anos – são campo de ação política para o vereador, que busca ter em seus presidentes – “representantes da comunidade” – aliados políticos.

Essa aliança é evocada através de um sentimento de comunidade moral (Bailey, 1971) pois o vereador, que já foi agricultor, se identifica como “homem do campo” e teve uma trajetória de vida dura e semelhante – segundo o próprio discurso - a de muitos agricultores que representa, atuando em espaços coletivos: igreja, futebol, bingos etc.

Woortmann apresenta uma interessante leitura sobre a subjetividade dos camponeses⁷ a partir da noção de *campesinidade* que, em vez de estar presa a conceitos rígidos sobre o que é o camponês e quais ou tais formas e variáveis analíticas seriam ideais para defini-lo

⁷ Reconhecemos as implicações teórico-metodológicas implícitas no conceito de camponês, especialmente em sua relação com a noção de agricultura familiar. Não pretendemos, no entanto, estabelecer, nos limites desse trabalho, tais distinções.

enquanto grupo social, reconhece a noção de *campesinidade* como uma forma de ler a cultura, em que valor-família e valor-trabalho estão também presentes no momento de analisar as trocas políticas posto que são pertencentes ao universo cultural, contendo subjetividades inerentes a realidade de tais atores.

Já na postura de Wolf (2003), há uma observação das relações de poder e dominação de acordo com a totalidade ou integração de grupos camponeses na civilização mexicana, tendo como preocupação a situação colonial. A pergunta que norteava seu trabalho era a de saber como refletir sobre a mediação entre princípios sociais distintos. O autor lembra que as comunidades, ainda que isoladas espacialmente, estão imersas em um contexto de rede de relações sociais não devendo os estudiosos considerar que nelas se observam “*apenas o terminal local de relações de grupos que vão além do nível da comunidade*” (idem, *ibidem*: 75)

Também Redfield (1965) procurava compreender quais formas eram dispostas as múltiplas interferências entre a sociedade global e as totalidades menores, comunidades. Para isso, o autor traçou os recortes analíticos de grande tradição e pequena tradição, numa relação de coextensividade entre parte e todo, entre o que era local e que era da esfera global. Segundo sua tradição intelectual, as pequenas comunidades rurais deveriam ser pensados enquanto “*part-time nucleation*” (idem, *ibidem*: 8)

De acordo com as perspectivas de Wolf (2003) e Redfield (1965) podemos pensar as relações ou redes de interdependência, da relação entre o poder local e nacional. Mas é na perspectiva de Geertz (1967) onde apreendemos de que forma os diferentes planos de organização social demonstram que as estruturas sociais não estão, necessariamente, rígidas e imutáveis quando o autor analisa as variações e formas na sociedade balinesa. Geertz (*ibidem*) explica que vários tipos de territorialidades podem ser acionadas nos planos de organização social dos balineses ao se pensar distintos âmbitos de organização de poder, religiosos, políticos, familiar. Em cada um desses planos se encontra uma lógica organizativa própria.

Assim, consideramos que existem amplas possibilidades de formação de grupos com distintas territorialidades – mesmo que um único indivíduo possa transitar nesses planos de organização social – e que um conselho municipal ajudar a compor o quadro desses múltiplos planos.

O vereador que consegue asfalto...

A trajetória política do vereador, uma importante liderança que serve como mediador de relações entre a prefeita e os agricultores de Nova Friburgo, além de ser citado nas falas de todos os outros membros do conselho, é um fenômeno importante a ser analisado.

O vereador inicia sua atividade política na comunidade em que cresceu, pertencendo a distintos espaços coletivos ao longo de sua vida. Possuía uma mercearia, participou da criação do time de futebol da localidade e presidiu grupo religioso da igreja católica. Segundo ele, sua trajetória facilitou seu ingresso na política local pois todos o conheciam e sabiam de seus interesses e preocupações com a localidade e por isso foi possível que se criasse a associação de produtores rurais.

A. vc participava de alguma Associação de Moradores, de Produtores ou era só essa questão da igreja e do futebol?

B – Não, na época era só igreja e futebol porque lá na época não tinha nem Associação (...) nunca foi pra frente, marcava uma reunião ali, ia quatro ou cinco pessoas, nunca foi pra frente, aí qdo fui eleito meu primeiro ato depois de eleito foi fundar a Associação de Pequenos Produtores de São Lourenço que é onde eu moro, que é hoje uma das mais organizadas do Município. (...) na época, quando eu resolvi mesmo ser candidato eu comecei a fazer uma pesquisa. Comecei a ouvir lideranças, pastores, o pessoal que tinha uma certa liderança na região. E todo mundo falava: oh, você entra sim, a gente precisa de um asfalto, a gente precisa de uma coisa, de outra., 28(...) quando eu fui eleito a estrada era de chão. Pra você ir lá era a maior dificuldade, se desse dia de chuva, as vezes a gente passava até 30 dias sem ônibus. Então eu consegui com o governo do estado, o governo garotinho, eu vim com esse projeto desde 92, mas só agora em 2001 foi que eu consegui o asfaltamento. Então eu já consegui pra lá também 6,5Km de asfalto, com projeto meu também junto com o deputado federal . Eu levei ele lá na região e foi ele quem me ajudou a fazer lá em São Lourenço, que era um compromisso que eu tinha com ele, então já consegui também esse asfalto para Vargem Alta. E consegui também, agora, 3,5Km lá para Salinas que fica perto ali de São Lourenço. (Vereador membro no CMDRS/NF. Abril de 2004)

É em Heredia (2002) que observamos que há uma necessidade recorrente dos parlamentares em manterem contato com seus eleitores e que não se pode pensar esse fenômeno de forma apartada do “tempo da política”, do tempo em que ocorrem as eleições. Interessante no trabalho da autora é pensar o universo da política como um *continuum* temporal que, muitas vezes, apenas um observador de fora pode notar posto que os atores sociais entendem a política como aquela do período das eleições, do “fazer a política”.

Os políticos locais procuram permanecer em contato com suas bases eleitorais para mostrar as localidades que não os “esqueceu”. No caso aqui referido, o vereador conselheiro impulsiona os contatos pessoais com os presidentes de associação de agricultores, evocando sua condição de “homem do campo”, e que, portanto, partilha sua identidade com seu público

eleitor. Diferentemente do caso apresentado por Heredia (2002), o contato pessoal no meio rural não pode ser substituído pelas cartas pois é através dos vereadores que se pode chegar aos deputados, aos parlamentares.

consegue também votos...

Nesse sentido é que se procura compreender qual o significado da ação política para os atores envolvidos que incluem mas também excluem certas práticas de acordo com suas distintas lógicas de percepção e ação nos novos contextos sociais aos quais passam a fazer parte.

A – Você não é de partido nenhum?

B - eu me envolvo, mas não me envolvo politicamente Porque se eu me declaro político fica ruim para a comunidade né. (...) não torço para partido nenhum. Ganhou fulano, você está do meu lado porque se não é a comunidade que leva desvantagem. Eu vejo um político, há eu não vou fazer nada por aquele presidente porque ele é do PFL, do PSDB, do PMDB, então eu aqui fico neutro.

A percepção sobre sua inserção no universo da política se dá de maneira apartada da vida cotidiana, das relações com os políticos profissionais. O fato de pertencer a diversos espaços políticos não significa, para ele, um envolvimento político, posto que a realização de benfeitorias para a comunidade com interesses eleitorais específicos é visto como algo ruim, como politicagem. Segundo Palmeira e Heredia (1995) na vida cotidiana do interior do país a política é tida como uma atividade extra e que no período das eleições há justamente uma subversão do cotidiano, é o “tempo da política”.

A atividade política é, dessa forma, um tanto nebulosa. Se por um lado, há um reconhecimento da necessidade de ação política principalmente por parte dos agricultores familiares, por outro, parece que “entrar no jogo da política” – no sentido de apoiar candidaturas e campanhas em períodos de eleição - é tido como algo não só negativo mas também como uma atividade que gera dependências que comprometem a comunidade através do apoio ou não da associação.

A - Quer dizer que em termos de planejamento (para a associação) vocês não têm nada definido?

B - É, por enquanto a gente ainda não tem nada definido. Então eu acho que isso tá acontecendo e a gente tá correndo atrás. Agora, se Deus quiser, a gente vai colocar asfalto aqui.

A- Ah é? da estrada até aqui?

B - É. Já tem um projeto. Na sexta-feira mesmo eu estive lá no Palácio Guanabara para ver isso com o deputado que prometeu isso para a gente e ele deu a perspectiva de começar esse ano e acabar ano que vem. Quer dizer, isso já um trabalho da associação.

A- E como é que vc chegou até o deputado?

B – Através do vereador daqui. Aí quando ele foi candidato ele trouxe para apresentar um candidato dele.

A- Um deputado candidato dele?

B - Um deputado candidato dele. Olha só, nós apoiamos, mas em troca nós queremos isso. Quando ele foi eleito ele retornou a gente e falou: ele foi eleito, eu agradeço, ele teve 68% dos votos foi só para ele e ele falou agora vcs me procuram. E quando eu assumi a presidência eu tive que procurar e ele me deu uma resposta verbal, mas eu acredito que sim porque ele falou na frente de mais gente que estava comigo e eu acredito que ele vai assumir essa responsabilidade.

A- O (vereador) mesmo tava falando que ele conseguiu asfaltar em outros lugares também, São Lourenço parece...

B - É, São Lourenço. Ele vai fazer mais 3Km para São Lourenço, vai fazer uma boa parte aqui na Estrada das Flores para Vargem Alta, então o nosso projeto aqui é o 4º projeto. Ele falou que já tem a licitação, já tem tudo em mãos. É mais um trabalhinho da associação. (Presidente de Associação de Produtores Rurais. Junho de 2004)

Assim, se a inserção na política é, por vezes, negada ou percebida como algo a ser evitado, são os resultados das ações políticas das lideranças locais, em conjunto com as alianças que são formadas com os centros de administração e poder do município, que são ressaltadas como um ganho ou como algo realizado através do esforço da associação.

Observando-se que a política partidária é evitada por alguns, encontramos que na política da vida cotidiana que os presidentes de associações rurais buscam, institucionalmente, efetivar seus interesses. É no espaço do conselho então que se dá a política partidária – ainda que de forma não tão explícita – e aquela que se proclama pura ou imparcial. A idéia de exclusão dos que são diferentes da comunidade pode ser encontrada na perspectiva de alguns autores tais como nas perspectivas de Tönnies (1973), Weber (1973), Elias (2000).

Para Palmeira (1997) a política brasileira carrega esse duplo aspecto, que o autor chama de “política ambígua”. Por um lado, se tem o medo e a rejeição da atividade política e por outro, no “tempo da política” – tempo das eleições – se consegue perceber, pelos atores sociais, uma funcionalidade da política, período em que algumas manifestações – como as festas e propagandas – podem estar mais explícitas, ainda que vista de forma um tanto receosa.

Segundo Bailey (1971), é o sentido de pertencimento a uma comunidade moral, e também a formas específicas de pensar sobre a própria comunidade que inclui e exclui os

indivíduos de acordo com suas relações sociais, que, dependendo do caso, pode se configurar enquanto uma relação *multiplex*. Para o autor “*As relações nas comunidades camponesas ou tribais, são, em sua maioria, multiplex. Todas as relações vão carregar elementos políticos, econômicos e rituais*”. (idem, ibidem: 304).

As representações sobre a política são conduzidas por um sentimento de pertencimento a um *espírito social comum*, a uma maneira de ser de uma comunidade. (Weber, 1974). A política partidária não pode entrar no universo da comunidade pois a primeira seria vista como algo espúrio, a ser negado e evitado (Bailey, 1971, Elias, 2000).

Bailey (1971) demonstra que a comunidade pode ser percebida enquanto inserida num jogo de reputações e controles, num processo de interação social em que “aos de fora” se atribuem distintas formas de reputação. É através da linguagem e da “sutileza dos sinais” que se conforma uma rede recíproca de direitos e de deveres. Desconstruindo a idéia de homogeneidade no sistema político que o autor traça o jogo de “gifts and poison”, de “dádivas e venenos”. Portanto, com aqueles que são iguais, “se é igual”, entre os próximos se compete e com “os de fora” se estabelecem conflitos.

A relação com os políticos locais – presidentes de associações e alguns vereadores – e com os políticos distantes, pode ser analisada sob tais perspectivas.

Consideramos, portanto, tal como Palmeira (2000) e Bezerra (2004) a necessidade de se fazer uma atualização dos padrões históricos e do exercício do poder político na sociedade brasileira, que molda e (re)molda sua política dinamicamente e de forma diversa.

Referências Bibliográficas

BAILEY, F. The peasant view of the bad life. In Shanin, T. (org) Peasant and Peasant societies. Penguin Books, Harmondsworth, Middlesex. England, 1971

_____. Gifts and Poison. The politics of reputation. Oxford: Brasil, Blackwell, 1971.

BEZERRA, Marcos Otávio. Participação Popular e conflitos de representação política: notas a partir de um caso de orçamento participativo. In TEIXEIRA, Carla e CHAVES, Christine (orgs) Espaços e tempos da política. Rio de Janeiro, Relume-Dumará / Nuap, 2004.

_____. Políticos, representação política e recursos públicos. In.: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 7, n.15, p.181-207, 2001.

BRAGA, Carolina Maria Heliodora. “Organização” e “participação” de agricultores familiares. Um estudo a partir do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Nova Friburgo - CMDRS/NF. Monografia de conclusão de curso. Niterói. UFF:2004

- CAILLÉ, Alain. “A dádiva das palavras – O que o dizer pretende dar.” In: A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social / MARTINS, Paulo Henrique (org), Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- COMERFORD, John. Como uma família. Sociabilidade, territórios de parentesco sindicalismo rural. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Nuap, 2003
- _____. Fazendo a luta. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Nuap/ Relume Dumará. 1999.
- DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa. Rio de Janeiro: Edições Paulinas, 1989.
- _____. Da divisão do trabalho social. São Paulo, Martins Fontes. 1999
- ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2000.
- GEERTZ, Clifford. Form and variation in Balinese village structure. In Peasant society: a reader. Potter et al (orgs). Boston, Little Brown., 1967.
- _____. Negara: The Theatre State in Nineteenth Century Bali. Princeton: Princeton University Press, 1980.
- LEAL, Victor N. “Indicações sobre a estrutura e o processo do “coronelismo”. In: Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa-Omega, 1975 [1949]
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In.: Sociologia e Antropologia, vol. II. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974
- PALMEIRA, Moacir. e HEREDIA, Beatriz. “Os comícios e a política de facções.” Anuário Antropológico. 94. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- _____. e _____. Política ambígua. In.: O mal à brasileira. Ed. Uerj, 1997.
- _____. *Eleição municipal, política e cidadania. Tempo e presença 311, maio-junho, 2000.*
- REDFIELD, Robert. “The little community as a whole”. In The little community and Peasant Society and Culture. Chicago: The University of Chicago Press, 1965.
- WEBER, Max. Ciência e Política. Duas Vocações. São Paulo: Editora Cultrix: 2002
- _____. Economia y sociedad: esbozo de sociologia comprensiva. México: Fondo de Cultura Economica. 1944.
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguncea. O campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico/87. Ed. Univ. Brasília / Tempo Brasileiro, 1990.

CONSELHOS MUNICIPAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: INDAGAÇÕES EM TORNO DOS PAPÉIS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA AGRICULTURA

Paulo Eduardo Moruzzi Marques
Professor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
Universidade de São Paulo
pmarques@esalq.usp.br

Georges Flexor
Professor do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
gflexor@uol.com.br

1. Introdução

A implantação do PRONAF aponta para novas bases para a formulação das políticas públicas de desenvolvimento rural. A partir da idéia de privilegiar a agricultura familiar no desenvolvimento rural, o programa postulou igualmente a constituição de instâncias locais participativas como espaço apropriado para a manifestação de interesses e a tomada de decisão democrática. Neste quadro, a intenção deste trabalho é discutir em que medida os conselhos municipais de desenvolvimento rural — cuja instalação pode ser motivada por incitações diversas daquelas vindas do PRONAF, como será visto no texto — constituem canais adequados para expressões da multifuncionalidade da agricultura, considerando a negligência histórica em relação aos papéis sociais e ambientais da agricultura brasileira. Com este propósito, este estudo aborda as dinâmicas dos referidos conselhos, discutindo visões, controvérsias e conflitos em torno da participação e dos valores em nível local.

Convém mencionar que este trabalho se inscreve no quadro dos esforços do grupo de pesquisa constituído em torno da noção de multifuncionalidade da agricultura.¹ Na seção seguinte, apresenta-se um breve

¹ O livro *Para além da produção, multifuncionalidade e agricultura familiar* (CARNEIRO e MALUF, 2003) pode ser citado como uma referência maior deste grupo de pesquisa. Particularmente, a elaboração deste trabalho se apoiou nos relatórios das pesquisas assinados por Georges Flexor (Parati/RJ), Miguel Ângelo da Silveira (Araras/SP), Ademir Antônio Cazela e Márcia Kuneski (São José do Cerrito/SC), Maria José Carneiro e Carolina Heliadora Braga (Nova Friburgo/RJ), Paulo Eduardo Moruzzi Marques,

histórico de tal noção e uma linha de reflexão sobre as possibilidades em torno da tradução da multifuncionalidade da agricultura para o caso brasileiro. Em seguida, discute-se conceitos associados à idéia da participação social nas políticas públicas de desenvolvimento rural, tomando-se particularmente em consideração a evolução recente do debate brasileiro. Finalmente, elabora-se uma interpretação dos fenômenos sociais acerca da instauração dos conselhos municipais de desenvolvimento rural a partir de seis casos estudados pelas equipes de pesquisadores vinculadas ao referido grupo de pesquisa. Trata-se de uma diversidade que procura tomar em conta as diferenças regionais brasileira, os estudos sendo realizados nos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Rio de Janeiro, de São Paulo e da Paraíba.

2. Tentativa de articular a noção de multifuncionalidade à realidade brasileira

Antes um referencial de política pública de que um conceito analítico estabilizado, a noção de multifuncionalidade da agricultura está associada, sobretudo, à reforma da política agrícola europeia. Entre os atores envolvidos na formulação e implementação da política agrícola comum (PAC), existem interpretações diversas, às vezes conflitantes, da noção de multifuncionalidade da agricultura. Porém, reconhece-se sua centralidade nas discussões dos países da União Europeia sobre a reforma da PAC e nas negociações agrícolas na OMC (MARTI, 2003; BURRELL, 2003, PETIT, 2002).

No contexto europeu, a política de modernização da agricultura e os incentivos ao produtivismo que orientavam a PAC são objetos de críticas desde o final da década de 1970, dificultando a defesa política e econômica do modelo em vigor. Em 1992, os Estados membros da EU assinaram um termo de compromisso introduzindo reformas substanciais da PAC, decidindo privilegiar mecanismos de apoio direto aos produtores e medidas ambientais visando incentivar as práticas agrícolas sustentáveis e o reflorestamento.

Por outro lado, a reforma de 1992 antecipava o Acordo Agrícola da Rodada Uruguai de 1994. Em Marrakech, a UE engajou-se em abrir o acesso a seus mercados, limitar seus subsídios a exportação e reduzir os incentivos a

produção. Negociou-se também outros aspectos que visam proteger a agricultura europeia com os acordos sobre os aspectos não tarifários, em particular sanitários. No entanto, os compromissos de Marrakech engajavam todos os atores numa reforma do modelo produtivo da PAC.

Esses aspectos formam o pano de fundo político e econômico no qual se desenvolveu o reconhecimento institucional da multifuncionalidade da agricultura. Além do contexto europeu, a noção de multifuncionalidade da agricultura aparece num documento publicado pela OCDE onde fica reconhecido que “*em vários países da OCDE, em razão do seu caráter multifuncional, a agricultura desempenha um papel particularmente importante na vida econômica das regiões rurais*” (MOREDDU, 2003, 77).² Na OMC, a noção de multifuncionalidade da agricultura, embora não de forma explícita, está no centro das negociações iniciadas no ciclo de Doha, através das diversas considerações não comerciais (NTC) mencionados por diferentes países, majoritariamente europeus.

Nos países em desenvolvimento, a institucionalização da noção de multifuncionalidade da agricultura tem sido abordada principalmente através do prisma das negociações comerciais e a questão das NTC's (*Non Trade Concern*). Como as principais considerações não comerciais dos países em desenvolvimento (segurança alimentar, pobreza rural, etc.) são diferentes da concepção defendida pela EU, o Japão, a Coreia, a Noruega ou a Suíça, a multifuncionalidade da agricultura não aparece delinear um referencial capaz de mobilizar um conjunto de atores e nortear a operacionalização de políticas públicas. Além disso, para alguns países exportadores de *commodities* como a Argentina ou o Brasil, a noção de multifuncionalidade da agricultura pode ser interpretada como novas formas de subsídios e barreiras ao comércio, afetando negativamente a renda e as oportunidades da agricultura local (ABRAMOVAY, 2003). Em outras palavras, a relação estreita com as considerações não comerciais e as tensões que caracterizam as negociações entre EU e o Mercosul sobre a liberalização do comércio agrícola não facilitam a difusão e a compreensão da problemática da multifuncionalidade da agricultura num país como o Brasil.

² Nesse âmbito, criou-se o grupo dos países “amigos” da multifuncionalidade, que agrega além da Europa, o Japão, a Coreia, a Noruega e a Suíça.

Traduzir e operacionalizar essa noção no contexto brasileiro representa um desafio para os pesquisadores e cientistas sociais empenhados em explorar suas capacidades heurísticas. Por exemplo, na ótica de Economia do Bem Estar, a problemática da multifuncionalidade da agricultura é caracterizada como um conjunto de externalidades associadas à agricultura, isto é, um conjunto de produtos e serviços não remunerados pelo sistema de mercado. No caso brasileiro, além da dificuldade para definir e medir essas externalidades, existe o problema de comparar os custos e benefícios de uma política de promoção da multifuncionalidade da agricultura que leva em conta uma hipotética demanda da sociedade, com os benefícios macroeconômicos do crescimento das exportações de produtos agrícolas. Aproximar essa noção da realidade brasileira requer, portanto, uma outra estratégia metodológica. Uma possível perspectiva de convergência pode ser encontrada no estudo e análise dos dispositivos institucionais implementados para promover processos de desenvolvimento rural que não tem como foco a produção agrícola, mas as capacidades dos atores de territórios rurais de encontrarem soluções aos problemas econômicos e sociais que os afligem. Por articular uma problemática comum à institucionalização da multifuncionalidade da agricultura, desenvolvida, sobretudo, na França (REMY, 2004), e às recentes evoluções do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), essa estratégia metodológica tem a vantagem de poder alinhar essa noção com os debates brasileiros acerca das dinâmicas sociais do mundo rural.

Com efeito, desde a institucionalização do PRONAF, houve esforços repetidos para estabelecer critérios de políticas de desenvolvimento rural que não estejam vinculados estritamente à produção agrícola. Em particular com o PRONAF infra-estrutura, atribui-se aos atores locais, através dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), a capacidade de escolher sobre a destinação dos recursos públicos. Além de explícita referência à dimensão territorial do desenvolvimento rural, o PRONAF infra-estrutura encoraja a participação de atores diversos, tanto privados como públicos, que não são estritamente vinculados a interesses agrícolas. Essa mudança institucional visava, além da promoção do desenvolvimento local, garantir que as decisões coletivas não estejam pautadas exclusivamente por critérios produtivos. Com esse propósito, o CMDR representa um dispositivo que, em

princípio, poderia estabelecer as bases de políticas de desenvolvimento rural capazes de responder ao desafio das transformações em curso nos espaços rurais. Entre outras coisas, cabe particularmente destacar dois processos com forte impacto nas dinâmicas desses espaços. Por um lado, o acesso às principais cadeias agro-alimentares está cada vez mais restrito a um segmento de produtores que dispõe de ativos fundiários, de recursos tecnológicos e de competências organizacionais e comerciais. Por outro lado, pesquisas realizadas ao longo da década de 1990 revelaram que a existência de um novo (ou outro) rural, marcado, em particular, pelo crescimento das atividades rurais não agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 1996). Nesse contexto e num ambiente institucional de reformulação do desenho das políticas públicas com vistas à valorização das capacidades dos agentes locais de participar e dar maior transparência às escolhas públicas, o CMDR emergiu como um dispositivo fundamental para dar sustentação a novas políticas de desenvolvimento rural.

Antes de apresentar as principais conclusões acerca da dinâmica política e social dos CMDRs em diferentes situações rurais e agrícolas brasileiras, precisamos retratar sinteticamente o pano de fundo histórico e intelectual no qual surgiram esses dispositivos institucionais.

3. Democracia, descentralização e desenvolvimento local no Brasil

O debate sobre a democratização brasileira ao longo dos anos 80 fertilizou um extenso terreno favorável à disseminação dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. De forma geral, os conselhos foram vistos como uma nova ferramenta democrática para permitir uma redistribuição de papéis em termos de tomada de decisão na sociedade. Como resposta aos aproximadamente vinte anos de centralização do regime militar, a descentralização constituiu uma reivindicação vigorosa, particularmente expressa na Constituição de 1988. O nível local de poder, na medida de sua proximidade com os cidadãos, tornava-se essencial na perspectiva democrática.

Esta percepção rompia com uma visão que enxergava no município um lugar de considerável dominação, arcaísmo e conservadorismo, a figura do coronel, destacada na obra pioneira sobre o poder local de Victor Nunes Leal

(1997), fornecendo uma dimensão do poder dos chefes políticos locais. Todavia, esta metamorfose na representação do local não deve implicar numa negligência do peso da tradição piramidal de distribuição de poder no Brasil – cuja formação social é marcada por arranjos autoritários fundados na tríade monocultura, grande propriedade e escravidão – que impregna a sociedade em todas as suas instituições.

Por outro lado, a crítica contra os limites da democracia representativa na América Latina – no que se refere à apatia político-partidária, associada à ausência de controle dos cidadãos e dos partidos sobre os eleitos, os quais desobrigam-se das plataformas políticas e vontades manifestas por atores sociais, num quadro de acentuada desigualdade social – favorece a implantação de experiências visando ampliar o cânone democrático, nos termos de Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2002). Neste experimentalismo na esfera estatal, a engenharia em torno dos conselhos municipais procura edificar novas formas de relação do Estado com a sociedade.

Na reflexão sobre essa relação, os conceitos de esfera pública e de sociedade civil merecem ser destacados. O primeiro se refere ao campo de relações sociais no qual se confrontam e se conformam interesses e reivindicações. Do ponto de vista da análise sobre a democracia, trata-se de averiguar em que medida os atores conseguem evitar o controle e manipulação pelo Estado e pelo mercado. Nesta linha investigativa, torna-se indispensável identificar e explicar as diferentes configurações da esfera pública, o que implica considerar tanto a mediação no campo político-administrativo quanto as diferentes dimensões da sociedade civil (SILVA, 2004).

A propósito desta última, convém observar uma diversidade considerável de interpretações, cada uma conferindo diferentes ênfases aos atores em cena. Em todo caso, Sérgio Costa (2002) sugere que este campo é marcado antes por relações sociais de solidariedade que de competição, o que conduz a pensar nas dinâmicas em torno das definições de ações e regras visando reger a vida comum. Mesmo considerando os diferentes perfis da sociedade civil, cuja trajetória histórica pode conduzir a fortes bloqueios às propostas de democratização da esfera pública, cabe aqui levantar as possibilidades de processamento e transmissão operados pelos atores da sociedade civil das

aspirações vindas das famílias rurais. Trata-se então de refletir sobre as circunstâncias nas quais temas do âmbito da multifuncionalidade da agricultura transformam-se em questões do debate nas esferas públicas locais e, particularmente, em que medida os conselhos municipais de desenvolvimento rural contribuem com este fenômeno.

Na reflexão sobre participação social e conselhos de desenvolvimento rural, convém igualmente salientar que o movimento ambientalista e a emergência de idéias em torno do desenvolvimento sustentável concorrem, por outras vias, para o fortalecimento de prescrições participativas, ao considerar o conhecimento local como essencial para a concepção de projetos fundados na valorização dos recursos disponíveis. Esta perspectiva pressupõe a multiplicação dos canais abertos à manifestação dos atores locais.

Em meio a estas diferentes visões, vale lembrar que as lógicas do programa Comunidade Solidária estimularam, ao longo dos anos 90, a instalação de conselhos municipais em diversas esferas da vida social, inclusive em relação às políticas de desenvolvimento rural. Nesse terreno, o debate esteve associado à invenção das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, cujas características, numa perspectiva de sustentabilidade, permitiriam um desenvolvimento socioeconômico qualitativamente superior.

A coletânea publicada pela série Estados Rurais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sobre experiências participativas em torno do desenvolvimento rural nos permite apontar os principais eixos da reflexão atual sobre estes conselhos municipais (SCHNEIDER, SILVA, e MORUZZI MARQUES, 2004).

Em primeiro lugar, a dependência dos conselhos municipais de desenvolvimento rural em relação aos fundos de instâncias estaduais e federais constitui um aspecto dos mais relevantes apontados nestes estudos. Assim, os programas concebidos nestas esferas determinam objetivos, problemas e formatos dos conselhos, o que tem implicado limites consideráveis para o desabrochar de iniciativas e mobilizações locais. O conselho funciona de maneira cíclica, flutuando em função das demandas dos programas estaduais e federais. De toda forma, cabe investigar aqui em que medida a constituição destes conselhos locais encoraja ou não a organização e

transmissão dos fluxos comunicativos entre o mundo da vida e a esfera estatal, tornando esta última mais permeável aos anseios de um número mais amplo de atores.

Em alguns aspectos, esta perspectiva de análise se aproxima da idéia segundo a qual os conselhos deveriam constituir mecanismos de geração e de reforço das sinergias entre as forças esparsas na sociedade. Nesta linha de reflexão, pode-se destacar os trabalhos em torno do capital social³ elaborados por Ricardo Abramovay (2003), cujas críticas, aliás, são contundentes contra a delimitação municipal dos conselhos de desenvolvimento rural. Para o autor, embora o município seja em princípio uma esfera propícia para os cidadãos poderem controlar a vida pública, ele não constitui uma unidade pertinente para a mobilização de recursos e criação de laços sociais em vista da inovação e do desenvolvimento. As exigências econômicas contemporâneas dos projetos de desenvolvimento implicam em considerar potencialidades e complementaridades presentes em territórios mais vastos que aquele do município.

Esta posição certamente contribuiu para a recente reformatação do PRONAF Infra-estrutura, agora um instrumento da política de desenvolvimento territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Nesta perspectiva, o programa anunciava um esvaziamento dos conselhos municipais de desenvolvimento rural que, de toda evidência, passam a desempenhar um papel menor nas políticas de desenvolvimento territorial. A crítica que pode ser apresentada diante desta nova arquitetura consiste em observar uma descontinuidade abrupta de uma política que imprimia, apesar de todas as debilidades, renovação no funcionamento do poder municipal.

³ Muito pertinente discutir aqui os limites da concepção de capital social proposta por Putnan (1996), autor muito mencionado no Brasil. Em instigante trabalho sobre o tema, o cientista social finlandês Martti Siisiäinen (2000) destaca que o excessivo enfoque de Putnan sobre a confiança e o consenso — vinculada à idéia de que associações voluntárias constituem a mais importante forma social de interação e reciprocidade, concepção presente na longa linha de estudo desde Tocqueville (1973) — negligencia a dimensão conflitual, presente num primeiro plano na obra de Bourdieu (2000), autor de outra conceituação de capital social. O autor finlandês menciona diferentes estudos mostrando que as sociedades nórdicas apresentam um dos maiores índices de confiança em todo o planeta e também os maiores graus de engajamento associativo voluntário. Provavelmente, estes países estariam no topo de uma escala medindo pontos positivos relativos ao capital social. Efetivamente, a confiança dos nórdicos reside, antes de tudo, na capacidade de antecipar o futuro, possibilitada pelas instituições do Estado de Bem Estar Social. Todavia, o nascimento deste último esteve envolto em conflitos não por detalhes, mas relativos ao sistema político e econômico como um todo. A profunda contestação dos movimentos sociais constitui, portanto, o alicerce no qual se edifica o Estado de Bem Estar Social e as redes associativas solidárias nos países nórdicos.

O terceiro eixo de reflexão sobre os CMDRs salienta a assimetria quanto à distribuição de competências exigidas dos atores implicados. Neste ponto, são observados os limites da paridade participativa entre agricultores e membros dos poderes públicos, pois estes exercem suas funções de forma remunerada, dispendo de tempo e de uma formação reconhecida como adequada para o manejo dos instrumentos burocráticos no âmbito do Estado. Nesta ótica, constituem questões importantes a defasagem temporal entre as exigências dos programas de desenvolvimento e a implantação de um processo participativo no seio das comunidades rurais e a prescrição de capacitação para os agricultores, cuja implementação não altera, em última instância, a dotação em capital simbólico dos agentes envolvidos nos conselhos.

Por fim, os estudos focalizam também a capacidade de mobilização dos atores sociais para processarem e expressarem interesses e demandas do mundo da vida, discutindo, por um lado, fenômenos de dependência, como em torno do clientelismo, ou, por outro lado, de busca por certa autonomia, como nos casos de recusa à participação nos conselhos em razão do receio de cooptação.

A partir deste olhar sobre a produção intelectual e os debates em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural, as próximas seções do artigo procuram analisar as dinâmicas destas instâncias nos casos do Vale do Taquari/RS, São José do Cerrito/SC, Araras/SP, Parati/RJ, Nova Friburgo/RJ e Lagoa Santa/PB.

4. A dinâmica dos CMDRs e os dilemas da democracia local no Brasil

Os estudos de casos realizados sob o prisma da multifuncionalidade da agricultura, no que se refere às lógicas que orientam o funcionamento dos conselhos municipais de desenvolvimento rural, renovam um problema persistente referente às particularidades da modernização social e política do Brasil.

Mas antes de tratar este aspecto, cabe insistir que os conselhos foram tomados como eixo de reflexão nesta segunda etapa da pesquisa sobre a multifuncionalidade da agricultura por representarem inovação notável no

âmbito das políticas públicas de desenvolvimento rural, o que carrega, apesar de todas as frustrações manifestadas por diferentes atores, sinais dos ventos transformadores que arejam a reflexão e os debates sobre as questões rurais. Portanto, é nesta perspectiva de ebulição potencial de um debate local sobre o desenvolvimento e a agricultura que se encontram as justificativas deste olhar privilegiado sobre os conselhos, sob uma ótica da multifuncionalidade da agricultura.

Com suas brilhantes linhas sobre as “idéias fora do lugar”, Roberto Schwarz (2000) revela profundas raízes da conciliação canhestra entre o tradicionalismo paternalista, fundado no favor, obediência e cooptação, e a modernização liberal, propalada pelos ideólogos do progresso e da razão. Esta reflexão nos parece bastante oportuna para nossa análise, na medida em que os conselhos induzem a uma recombinação desaprumada entre os objetivos concebidos na órbita do planejamento central e as lógicas apegadas ao poder das autoridades locais, cuja arbitrariedade é camuflada por trocas desiguais de favores.

Pois vejamos rapidamente os objetivos prescritos pelo PRONAF, programa de primeira magnitude no que concerne, como já visto, a propagação dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. Nas diretrizes do programa, estes últimos constituem um meio de superação das formas centralizadas e autoritárias de gestão das políticas públicas. Nesta perspectiva, os poderes públicos devem estabelecer condições para o exercício da “gestão social”, termo que ganha uma dimensão considerável nos documentos do PRONAF. Trata-se de um “modelo praticado com a participação majoritária e protagônica dos diferentes grupos sociais interessados na formulação, implantação, benefícios e impactos das ações de desenvolvimento”. Nesta linha, vislumbra-se a emergência de instrumentos gerenciais visando o aumento da sintonia entre ações governamentais e beneficiários, considerando notadamente as diferentes realidades agro-ecológicas e sócio-econômicas do Brasil. O planejamento participativo é fortemente recomendado a fim de que os diversos atores implicados possam democraticamente influir nos planos e projetos gerados, de uma maneira ascendente, refletindo, assim, os interesses das comunidades rurais (GOVERNO FEDERAL, 1995).

Nesta concepção, combate-se o favor, o clientelismo e a dependência que são substituídos pelas idéias de contrato de gestão, direito aos serviços públicos, descentralização do planejamento, fortalecimento das organizações comunitárias, participação dos beneficiários e mobilização dos agricultores e suas comunidades. As responsabilidades de cada uma das partes devem ser claramente identificadas e transparentes aos olhos dos interessados. Além de aprovar, acompanhar e avaliar os planos municipais de desenvolvimento rural, os conselhos deveriam controlar os gastos e a destinação dos recursos, numa abordagem de “gestão pública do orçamento público”.

Trazendo à tona estes termos do programa, concebido no plano do governo federal, não se pretende restituir uma dualidade entre política nacional e política local, como se a primeira fosse *locus* de disseminação da modernidade, reconhecendo notadamente novas formas de representação e participação, e a segunda se ancorasse profundamente na tradição e no atraso, associados às relações personalizadas e às trocas clientelistas de favores. Em acordo com outros atores (PALMEIRA, 2000; CARNEIRO e BRAGA, 2005), pensamos que estas duas formas de conceber a política estendem-se nas diferentes esferas, da nacional à local.

De toda forma, como será desenvolvido abaixo, a intenção aqui consiste em iluminar como as lógicas preponderantes do poder local desvirtuam grande parte dos objetivos mencionados acima. Em muitos municípios, os esforços realizados no âmbito dos CMDRs com vistas a cumprir tais preceitos encontram a resistência de um pensamento ancorado numa ordem doméstica (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991) que se opõe com vigor aos princípios com que nascem os conselhos. O resultado é um arremedo com pouca consistência de um espaço no qual o debate público e a gestão compartilhada ofereceriam soluções criativas e orientadas pelas aspirações majoritárias da população local.

Caracterizando um dos traços mais marcantes destes conselhos, uma sorte de “ciclos” de altos e baixos identifica de maneira muito apropriada um funcionamento irregular dos CMDRs. De fato, a instalação destes últimos busca atender, como mostrou-se acima com o exemplo do PRONAF, as prescrições de programas com viés participativo concebidos nas esferas estadual e federal. Porém, transformando-se em meros instrumentos de

captação de recursos, a mobilização dos conselheiros acaba ocorrendo, apenas, em função de acenos indicando a disponibilidade de fundos destinados aos municípios. Este fenômeno revela, quanto mais não seja, uma ausência de iniciativas com vistas a favorecer a constituição de um ambiente propício ao debate e à reflexão sobre os rumos do desenvolvimento local.

Neste horizonte, a contenção da alçada de intervenção do conselho é justificada pelas autoridades locais como forma de evitar a emergência de expectativas “irrealistas” ou o surgimento de conflitos que possam questionar a maneira pela qual a tomada de decisão é habitualmente realizada. Efetivamente, estas circunstâncias contribuem para que a formação da “vontade política” no município obedeça a dinâmicas e princípios pouco transparentes.

Observemos os estudos de caso. Mesmo que possa ser considerado de maneira favorável na medida em que permite a injeção de recursos financeiros na economia local (em particular, como uma oportunidade de investir na compra de equipamentos capazes de melhorar as capacidades de ação do poder público municipal), o conselho de desenvolvimento rural de Parati, instaurado essencialmente para que o município se beneficie dos fundos do PRONAF Infra-estrutura, é pouco robusto como espaço de mediação das políticas públicas e de mobilização dos atores locais. Com efeito, lamenta-se a falta de comunicação dos conselheiros (em maior medida, trata-se de uma manifestação do representante dos sindicatos dos trabalhadores rurais), a ausência de inovações e, enfim, a pouca autonomia do conselho em relação às autoridades públicas.

Em Santa Catarina, o estudo do caso de São José do Cerrito revela que, durante mais de quatro anos, o conselho municipal de desenvolvimento rural, criado em março de 1997 por decreto municipal, permaneceu inoperante. No segundo semestre de 2001, a seleção do município no âmbito da linha infraestrutura e serviços municipais do PRONAF permitiu um certo despertar. Porém se, em alguns casos, essa modalidade do PRONAF favoreceu o desencadear, mesmo que de forma incipiente, de dinâmicas participativas em torno da elaboração de planos municipais de desenvolvimento rural (PMDR), com um mínimo de discussão nas comunidades rurais, a instalação do

conselho em São José do Cerrito não foi minimamente acompanhada por estes estímulos à efervescência de idéias.

A incitação das políticas públicas elaboradas no plano estadual e federal explica também a constituição dos conselhos de desenvolvimento rural de Roca Sales e de Vespasiano Corrêa, no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. De fato, a proliferação deste tipo de conselho alastra-se, desde o início dos anos 1990, pela maior parte das prefeituras gaúchas.

Nos dois municípios examinados, é nítida a tendência dos conselhos em apenas se constituir como um dispositivo com vistas à habilitação para a captação de recursos provenientes do governo estadual e federal. Criado em junho de 1996, o conselho de Roca Sales (CONDER) previa reuniões mensais, mas cuja realização é, de fato, fortuita nos quatro primeiros anos de existência. Em Vespasiano Corrêa, observa-se que a primeira proposta de regimento interno para o conselho local (Conselho de desenvolvimento e apoio à agropecuária, criado por lei municipal no início de 1997) estabeleceu uma frequência mensal para as reuniões, alterada no momento da aprovação de tal regimento, cujo texto determina uma periodicidade trimestral. De fato, a trimestralidade apenas valeu para o ano de 1997. Entre 1998 e 2000, apenas duas reuniões ao ano tiveram lugar.

Em ambos os municípios, os conselhos passam a se reunir com uma frequência muito maior a partir do final de 2000. De toda evidência, foram novas competências atribuídas aos conselhos por programas como o Banco da Terra (federal) e o RS Rural (estadual) que explicam tal mudança. A avaliação e a aprovação de projetos de crédito fundiário — no caso, por exemplo, do Banco da Terra — motivaram a relativa dinamização dos conselhos.

Em Araras, o conselho municipal de desenvolvimento rural, em quatro anos de existência, se reuniu apenas duas vezes. Provavelmente, sua instalação se associa igualmente à intenção de promover o município de um meio para favorecer o acesso aos fundos públicos. Tal instrumento encontra-se em repouso num arsenal de dispositivos acionáveis caso eventualmente haja alguma exigência externa requerendo a caução de conselheiros em desenvolvimento rural para a transferência de recursos públicos ao município.

Notoriamente, a exceção aqui é o conselho municipal de desenvolvimento rural de Nova Friburgo. Criado em 1997 visando atender as

exigências do PRONAF Infra-estrutura – que, em fim de contas, não beneficiou o município, na medida em que ele não atendia aos critérios de enquadramento do programa – tal CMDR somente passa a operar em setembro de 2001, quando ocorre sua primeira reunião. De modo singular, o PRONAF praticamente não figura na pauta das reuniões do conselho, cujas atribuições se voltam à construção de propostas para a implantação da política agrícola do município. O funcionamento do conselho desvincula-se da exclusiva discussão sobre a utilização pontual dos recursos públicos oriundos de programas federais e, também, não é dependente de fundos municipais, na medida em que o orçamento da secretaria local de agricultura é irrisório e o conselho não dispõe de recursos próprios.

Assim, a vitalidade deste conselho, cujas reuniões ocorrem bimestralmente, se associa a uma notável vocação em favorecer a circulação de informações: os representantes dos agricultores são esclarecidos sobre temas de interesse social e econômico, como o acesso à infra-estrutura rural, a conversão em agricultura orgânica ou a organização em cooperativas. A troca de experiência com outros conselhos de municípios vizinhos é especialmente encorajada.

Nestes moldes, a administração municipal manifesta o propósito de tornar o conselho um meio para conscientizar os agricultores da importância da organização e da participação democrática. Entretanto, o conselho desempenha um papel de veículo de comunicação e transmissão de cima para baixo dos interesses da prefeitura para os agricultores. Ou seja, pouco se constitui como um mecanismo permeável à penetração dos interesses da população na esfera da tomada de decisão relativas à elaboração e à implementação de um plano de desenvolvimento rural sustentável.

Evidentemente, os outros casos estudados constituem modelos ainda muito mais acanhados do que aquele de Nova Friburgo. Em Vespasiano Corrêa como em Roca Sales, a população rural apresenta um desconhecimento notável da existência do conselho local de desenvolvimento rural. As famílias interrogadas na primeira etapa da pesquisa ignoravam, na grande maioria, a instalação deste organismo colegiado. Quando tinham conhecimento, eram vagas as idéias que os entrevistados transmitiam sobre as atribuições, as prioridades ou os temas tratados nos conselhos.

Em São José do Cerrito, apenas uma pequena parcela das comunidades rurais está representada no CMDR (nove das trinta e oito existentes). Diversamente de outros municípios catarinenses beneficiados pelo PRONAF Infra-estrutura, não se promoveram aqui reuniões nas comunidades rurais para debater os objetivos do programa e as prioridades locais de investimento.

De fato, a decisão sobre os financiamentos coube exclusivamente aos técnicos, políticos locais e agricultores pertencentes a categorias socioeconômicas situadas no topo da pirâmide produtiva. Efetivamente, o processo de constituição do CMDR reflete uma grande seletividade do público beneficiado pelos serviços da secretaria municipal de agricultura. No discurso oficial, a escolha da composição do conselho é justificada pela idéia de que seus membros são considerados os mais capacitados para planejar o desenvolvimento rural e agrícola do município.

A tendência em privilegiar uma visão técnica – daqueles que estão habituados a manejar projetos, a empregar a linguagem da burocracia estatal e, por conseqüência, a serem reconhecidos como competentes para realizar as escolhas relativas ao financiamento público – acaba por favorecer o produtivismo, na medida em que os técnicos foram preparados neste quadro de referências. A contenção de uma participação mais ampla dos agricultores e famílias rurais, participação que poderia moderar tal favorecimento, reforça a inclinação dos técnicos e das autoridades locais para os agricultores considerados capazes de responder aos preceitos técnicos e às demandas do mercado.

Mas a participação pode ser também objeto de troca, renovando estratégias de legitimação e sofisticando certos mecanismos clientelistas em resposta à instalação dos conselhos. O caso do conselho de Nova Friburgo, do qual partem insistentes apelos no sentido da organização e da participação dos agricultores,⁴ parece o mais nítido nesta linha de análise. As medidas propostas pelo secretário municipal de agricultura são aprovadas sem dificuldades. Após registro em ata, elas trafegam nas instâncias do governo municipal e se apresentam nos discursos oficiais como “demanda do

⁴ Nesta lógica, a presença nas reuniões do conselho constitui um meio para o acesso a determinados bens e serviços.

conselho”. A autoridade requer a anuência dos conselheiros para seus atos em troca de favorecimentos que a posição hierárquica superior pode oferecer àqueles que são resignados e não contestam tal distribuição de poder.

Efetivamente, observa-se que os conselheiros se considerem satisfeitos com o modo de funcionamento dos conselhos, como pode ser particularmente notado em Vespasiano Corrêa. De fato, o reduzido escopo de atribuições do conselho, implicando em seu notável desconhecimento no seio da população rural, não constitui motivo de contestação das forças sociais aí representadas, que acomodam-se, ao fim e ao cabo, às regras implícitas das autoridades locais.

Porém, mesmo em conselhos que conheceram importantes enfrentamentos, a hegemonia dos “pleitos da prefeitura” sufoca a participação da sociedade civil. O caso de Lagoa Seca na Paraíba é ilustrativo deste fenômeno. Com veemência, o STR e outras associações alegaram que o plano municipal de desenvolvimento rural não refletia a realidade do município, tanto por não afrontar problemas considerados muito importantes, como por ignorar as diversas ações concretas e experiências em andamento por iniciativa das organizações dos agricultores com vistas, em particular, a construção de uma agricultura com base ecológica. Em verdade, o plano apresentava duas listas autônomas de ações a serem executadas: na primeira, pleitos das comunidades e, na segunda, pleitos da prefeitura.

Incluída no PRONAF Infra-estrutura em 2001, Lagoa Seca teria direito aos benefícios do programa mediante a apresentação do PMDR. Nas negociações que se sucederam, tal plano foi aprovado às pressas para ser enviado a Brasília, ainda no início de 2002, sob a condição de que seria emendado com as “demandas reais” das comunidades e com propostas amadurecidas graças aos trabalhos em curso. Todavia, estas tratativas jamais foram respeitadas.

Trata-se de duas perspectivas bem distintas. Na lógica dos representantes da prefeitura, o plano deveria ser elaborado rapidamente por não ser um programa de intervenção compartilhado, mas uma condição para o acesso ao PRONAF, o que permitiria aproveitar oportunidades oferecidas pelo governo federal. Pelo lado da concepção da maioria dos conselheiros aliados ao sindicato dos trabalhadores rurais, o CMDR deveria ser um lugar de

coordenação visando estabelecer um plano de ação concertado, o que corresponde de forma mais íntegra aos preceitos de gestão social do PRONAF.

Seja como for, a reestruturação do PRONAF Infra-estrutura, que passa a ser, como mencionado acima, um instrumento da política de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, traz significativas modificações neste processo de planejamento descentralizado. O novo quadro suscita novas questões, que não serão todavia objeto de nossa reflexão.

5. Conclusões

A partir dos casos estudados, destacou-se os elementos que permitem uma interpretação das adaptações e acomodações locais das idéias concebidas com vistas a formatar programas participativos, como aquelas em torno da gestão social do PRONAF. Efetivamente, as dinâmicas dos conselhos municipais se ajustam às lógicas e representações fortemente incorporadas nas práticas dos atores locais implicados no debate sobre o desenvolvimento rural.

Com efeito, observa-se uma pouca permeabilidade dos conselhos à absorção e transmissão das aspirações das famílias rurais, o que implica numa repercussão bastante limitada da participação social na tomada de decisão em termos dos investimentos públicos. Por conseqüência, o debate local em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural pouco areja o ambiente político local, o que não favorece a incorporação, na pauta de discussão e escolhas municipais, de demandas que possam ser identificadas com aspectos multifuncionais da agricultura, supostamente associados às referidas aspirações.

Em todo caso, mesmo que as idéias visando tornar mais democrático o poder local sejam abafadas no seio dos conselhos municipais de desenvolvimento rural, estes aqui contribuem para a germinação de perspectivas mais democráticas com vistas a uma reconfiguração da esfera pública local, notadamente quando favorece a emergência de dúvidas, divergências e impasses acerca da tomada de decisão, como é o caso de Lagoa Seca. O reforço dos contornos destas perspectivas depende do grau de implicação e mobilização dos grupos mais atuantes nos CMDRs, em particular

os sindicatos dos trabalhadores rurais, na construção destes novos canais de expressão de demandas e interesses dos atores sociais locais.

6. Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo (2003), *O futuro das regiões rurais*, Série Estudos Rurais, Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- BOLTANSKI, Luc e THEVENOT, Laurent (1991), *De la justification*, Paris: Gallimard.
- BOURDIEU, Pierre (2000), *Les structures sociales de l'économie*, Paris: Seuil, 2000.
- BURRELL, Alison (2003), "Multifonctionnalité, considérations non commerciales au cycle de Doha", in *Economie Rurale*, 273 (274), Paris: SFER, pp. 13-29.
- CARNEIRO, Maria José e Braga, Carolina H. (2005), "A idéia de sustentabilidade na política participativa local: o CMDRS de Nova Friburgo/RJ", in *XII Congresso Brasileiro de Sociologia*, Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Sociologia.
- CARNEIRO, Maria José e MALUF, Renato [org.] (2003), *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*, Rio de Janeiro: Mauad.
- COSTA, Sérgio (2002), *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*, Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- GOVERNO FEDERAL (1995), *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*, Brasília: Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.
- LEAL, Victor Nunes (1997), *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, 3ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MARTI, Albert Massot (2003), "Le paradigme multifonctionnel: outil et arme dans la renégociation de la PAC", in *Economie Rurale* 273(274), Paris: SFER, pp. 30-44.
- MOREDDU, Catherine(2003), "Multifonctionnalité: un aperçu des travaux de l'OCDE", in *Economie Rurale* 273(274), Paris: SFER, pp. 76-90.
- PALMEIRA, Moacir (2000), "Eleição municipal, política e cidadania", *Tempo e Presença*, 310, Rio de Janeiro: Koinonia.
- PETIT, Michel (2002) "La multifonctionnalité de l'agriculture: base d'un nouveau contrat social européen? ", Séminaire Jean Monnet, Catania.
- PUTNAN, Robert (1996), *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

- RÉMY, Jacques (2004), "Os agricultores franceses: da especialização e intensificação da produção à multifuncionalidade e ao desenvolvimento sustentável", *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 12, nº 1, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ.
- SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo (2002), "Para ampliar o cânone democrático", in SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 39-78.
- SCHNEIDER, Sergio, SILVA, Marcelo K. e MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo [org.] (2004), *Políticas públicas, participação social no Brasil rural*, Série Estudos Rurais, Porto Alegre: Editora da UFRGS,.
- SCHWARZ, Roberto (2000), *Ao vencedor as batatas*, São Paulo: Editora Duas Cidades.
- SIISIÄINEN, Martti (2000), "Two Concepts of Social Capital: Bourdieu vs. Putnam", apresentado no ISTR Fourth International Conference, The Third Sector: For What and for Whom? Trinity College, Dublin, Irlanda.
- GRAZIANO DA SILVA, José (1996), *A nova dinâmica da agricultura brasileira*, Campinas: Instituto de Economia/Unicamp.
- SILVA, Marcelo Kunrath (2004), "Entre a norma e o factual: questões para uma análise sociológica dos processos de participação social na gestão pública", *Política e Sociedade*, v. 1, nº 1, Florianópolis: PPGSP/CFH/UFSC, pp. 185-200.
- TOCQUEVILLE, Alexis (1973), "A democracia na América", (primeira publicação 1835) *Os pensadores*, São Paulo: Abril Cultural.

COOPERAÇÃO, COOPERATIVISMO CORONELÍSTICO, COOPERATIVISMO POPULAR

Gilvando Rios *

Cooperação como abstração e como construção social

O conceito de cooperação só tem utilidade se não for pensado abstratamente, isto é, pouca valia tem um suposto processo social de cooperação, considerado isoladamente, desencarnado, desvinculado de um determinado contexto histórico-social. Ocorre que é muito comum esse tipo de reflexão abstrata preceder em certos textos didáticos, ou mesmo acadêmicos, à guisa de introdução ao tema «cooperativismo». Num certo sentido é como se fosse dito: antes de falarmos de cooperativismo como prática, vamos falar um pouco de teoria da cooperação. Aí entra o conceito, como uma espécie de qualidade humana universal e que apenas necessitaria ser operacionalizada nas instituições chamadas cooperativas. É como se à raiz comum das palavras *cooperação/cooperativismo* correspondesse na realidade uma espécie de vocação natural do ser humano, as cooperativas sendo apenas a expressão natural e decorrente daquela vocação humana e universal. Esse o pensamento abstrato, que tem como consequência a inexistência de pontes entre o pensar e o agir.

Ora, a cooperação precisa ser considerada antes de tudo como uma prática de que lançam mão justamente os que estão na dianteira econômica. Nesse sentido o sociólogo e grande estudioso de nossa realidade rural José de Souza Martins (Martins 1991: 57) assinala o descompasso entre a cooperação já praticada em grande escala pelo capital e a cooperação tolerada dos produtores isolados: «Onde a produção foi drasticamente ampliada através da cooperação no trabalho, agrícola ou industrial, o capitalismo já está presente para se apropriar de ganhos que deveriam ser sociais porque fruto do trabalho social; onde a produção permanece em bases artesanais e tecnicamente modestas, a cooperação tolerada se restringe à circulação das mercadorias produzidas e não à produção e ao trabalho.» É o sentido de cooperação como *inserção no processo econômico como projeto político* e não de cooperação como «disposição psicológica» que se trata de levar em conta.

* Sociólogo (Departamento de Letras e Ciências Sociais da UFRPE)

Martins ao discutir a questão agrária brasileira faz uma distinção entre o que chama “terra de negócio” e “terra de trabalho”. A primeira se caracteriza por ser apropriada com o intuito primordial de lucro, direto ou indireto, ou seja, especulativo. Enquanto o primeiro tipo configura a *propriedade capitalista*, o segundo tipo se exprime através da *propriedade familiar*. Apesar de ambas serem propriedades privadas são de natureza diversa, com resultados sociais distintos. O trabalhador-lavrador não recebe lucro. Os seus ganhos são oriundos do seu trabalho e do trabalho de sua família.

Em função dessa realidade Martins (idem: 59) opina que “quando se fala em reforma agrária é impossível ignorar ou marginalizar as formas populares de organização e as concepções populares de propriedade, com o seu direito implícito e semi-esboçado. Uma reforma agrária que não incorpore os projetos e formulações já revelados nas próprias lutas dos lavradores, que não combine as diferentes concepções e práticas alternativas de propriedade, e que ao mesmo tempo não abra a possibilidade de crescimento desses regimes alternativos sem a tutela do capital, poderia se transformar num mero exercício de ficção”.

Por este viés da propriedade familiar Martins aborda a questão do associativismo e do cooperativismo em particular, pois como durante muito tempo se acreditou que os impasses da pequena agricultura estavam na comercialização dos produtos agrícolas unicamente, esquecendo-se o próprio processo de trabalho. Considerava-se então que uma vez eliminados os intermediários que se apropriavam de uma parte significativa dos resultados do trabalho dos lavradores, «tudo se resolveria». Para ele entretanto “a coletivização da venda dos produtos agrícolas ou, até mesmo, a coletivização da compra de insumos e outras mercadorias necessitadas pelos lavradores, como se faz através do cooperativismo, não atinge o próprio processo de trabalho, a própria produção.” Daí a necessidade de um esquema de cooperativismo que não se preocupe apenas em assegurar maiores rendimentos individuais para lavradores isolados, mas que esteja baseado em ganhos sociais, introduzindo o cooperativismo na própria produção. Com isso se coloca a necessidade de se pensar a cooperação em termos de *processo de produção* como produção ampliada com ganhos de escala, indo além do feito tradicionalmente no nível da circulação de mercadorias. Nessa produção ampliada se insere a agregação de valor via beneficiamento e agroindústria. Naturalmente essa cooperação econômica para não ser

também uma abstração, pressupõe um projeto coletivo de mudança sócio-política com uma base social de interesses convergentes. Temos então três elementos nesse entendimento do termo cooperação: processo produtivo, projeto político, convergência objetiva de interesses.

Em seu mais recente estudo o mesmo sociólogo (Martins 2000: 103-4) chama a atenção para os aspectos qualitativos num processo de reforma agrária: «A reforma agrária é um tema político que se propõe em termos qualitativos e não em termos quantitativos. Não é o número de desapropriações ou o número de assentamentos em terras desapropriadas ou compradas que definem o perfil da reforma agrária brasileira, sua justeza ou não. O essencial é que haja um setor ponderável da sociedade reivindicando a ampliação do lugar da agricultura familiar no sistema econômico e que em parte essa agricultura familiar esteja nas mãos de pessoas que se ressocializaram na luta pela reforma agrária e nela se politizaram. É o que assegura no campo e no interior a diversificação das oportunidades de trabalho e a modernização não só econômica, como também das mentalidades e das relações sociais.» Neste nível de preocupação é que nos situamos, em termos de visualizarmos, hipoteticamente, o cooperativismo como um instrumento de modernização da agricultura familiar e de mudança qualitativa de mentalidades.

Em trabalho já antigo mas não desatualizado (Rios 1973: 315) assinala o autor que «o processo social de cooperação pressupõe uma convergência de interesses para concretizar-se. Caso contrário, se dá o conflito, aberto ou latente. Na melhor das hipóteses a acomodação.» Uma convergência de interesses pode ser objetiva ou subjetiva. Pode haver uma convergência de interesses objetiva, mas faltar a consciência da mesma, que seria a convergência subjetiva alimentadora de um projeto político. Entretanto o seu contrário não ocorre. Elaborar uma convergência subjetiva sobre uma divergência objetiva de interesses (reunindo num mesmo barco, por exemplo, grandes e pequenos produtores com suas especificidades econômicas e culturais), é criar uma falsa consciência. Falsa consciência esta, que, por sua vez, se cultivada com êxito, leva à acomodação dos interesses, à sua barganha, não propriamente à cooperação, e como a acomodação implica na não-supressão objetiva dos interesses divergentes, resulta o atendimento de uns em detrimento dos demais. Esta situação de não-atendimento aos interesses de uma das partes em presença não é, entretanto, absoluta. Há um nível de convergência mínimo que evita a ruptura, o conflito, tornando possível persistir a acomodação. Ocorre então ser muito comum confundir-se este

nível mínimo de convergência objetiva, coroado por uma superestrutura legal cooperativa, com um processo social de cooperação. Ora, pelo fato dos valores dominantes da sociedade global serem competitivos, resulta reforçada aquela acomodação, puro reflexo daqueles valores, ao invés de se atuar num processo de cooperação. O problema está pois em justamente potencializar as chances objetivas de cooperação, eliminando de antemão pontos de atrito e de divergência. Isto significa que não se pode esperar a ocorrência de uma cooperação diante de interesses objetivamente divergentes, não se pode esperar interesses cooperativos de categorias ou classes grandemente diferenciadas, constituídas por indivíduos extremamente heterogêneos, tanto do ponto de vista cultural como econômico. Não adianta, por exemplo, congregarmos armadores com pescadores, grandes produtores rurais com pequenos produtores, produtores e comerciantes e assim por diante. Quando situações desse tipo ocorrem, o que vai resultar ao invés de cooperação é antes o conflito de interesses, aberto ou camuflado, na forma de acomodação, uma acomodação que em geral implica, gerando apatia e descrença, na exploração dos menos bem situados sócio-economicamente pelos que estão nas posições sócio-culturais dominantes, situação observada de modo geral no modelo de *cooperativismo coronelístico* que tão bem difundiu-se no Nordeste brasileiro (embora não seja exclusivo desta região) na primeira metade do século XX, como trataremos no parágrafo seguinte. Antes entretanto ainda queremos discorrer um pouco sobre a interação dialética entre as esferas objetiva e subjetiva numa organização cooperativa.

A questão da objetividade e da subjetividade numa organização cooperativa de agricultores, por exemplo, se coloca na medida em que a entidade cooperativa apresenta uma *dupla natureza*, de um lado ela é uma *empresa* e como tal é uma estrutura administrativa cuja própria sobrevivência econômica depende de uma busca constante de eficiência e de eficácia na sua inserção no mercado, de ser também eficiente e eficaz nas relações intercooperativas, bem como na construção de redes de negócios cooperativos. Por outro lado entretanto, trata-se de uma empresa cuja *conotação social* não pode ser uma mera referência retórica sob pena de um esvaziamento do próprio termo cooperativismo. Como *entidade social* trata-se de um empreendimento não apenas financiado, administrado e controlado coletivamente pelos produtores associados, mas também informado ideologicamente, isto é por valores de mudança social, valores esses (de ajuda mútua,

solidariedade, democracia e participação) introjetados culturalmente nas mentes individuais. Neste sentido a cooperativa como instituição econômico-administrativa objetiva apresenta aspectos de expressão subjetiva via valores ideológico-utópicos configurando uma cultura vivenciada. Inversamente, os agricultores que antes de serem agentes econômicos são atores sociais, se objetivamente participam do processo produtivo, subjetivamente são detentores ativos de significados políticos, religiosos, familiares, culturais etc. Isto significa que a *dupla natureza* antes de configurar uma entidade cooperativa qualquer já está presente na própria realidade social dos agricultores.

A questão da subjetividade transparece também na medida em que se coloca a questão da comunicação num empreendimento cooperativo. Analisando um empreendimento autogestionário, Pedrini (2000) assinala o condicionamento cultural de trabalhadores mais afeitos à execução do que à capacidade reflexiva, sobretudo em relações interpessoais formais, isto é num contexto organizacional. Holzmann (2000: 54), ao pesquisar também outro empreendimento autogestionário assinala os limites subjetivos à participação provindos desse tipo de condicionamento cultural. Exemplifica com um depoimento de um entrevistado no qual este confessa a dificuldade de falar numa assembléia pelo fato de «ter pouco estudo», outros não se exprimem porque acham que «o pessoal vai rir». Esses fatos mostram como um condicionamento cultural interfere subjetivamente na participação objetiva no empreendimento cooperativo. Isto coloca pois o problema da comunicação. Ora, sabe-se que esta requer uma aprendizagem, para a qual destaca Melluci (apud Pedrini, op. cit.: 42) duas condições para sua realização: «a primeira é a de reconhecer o próprio ponto de vista como situado. O outro vê e define os fatos de outro modo, porque está colocado diversamente de nós; a segunda condição consiste em identificar o espaço do consenso. O reconhecimento do que é diverso, abre o caminho para reduzir a diversidade. As diferenças podem ser mantidas, mas pode-se também desejar reduzi-las para crescer em proximidade e integração com os outros.» Óbvio que esta integração (no contexto de uma cooperativa) malgrado as diferenças, diz respeito a diferenças de pontos de vista, de opiniões, de valores, não de diferenças de interesses econômicos objetivos situados estruturalmente, como vimos acima ao discutirmos o conceito de cooperação.

Vemos pois como os aspectos subjetivo e objetivo se interpenetram e mutuamente se condicionam. Isto decorre da própria «matéria-prima» do social, o ser humano, conter simultânea e sinteticamente as duas esferas da objetividade e da subjetividade. Somos matéria e valores, estrutura orgânica e ideologias e disso é feito também o universo social nas suas várias instituições, entre as quais se encontram as entidades sociais/empresas cooperativas. As instituições são constituídas simultânea e dialeticamente de estruturas objetivas (estatutos, regimentos, organogramas, fluxogramas, orçamentos, patrimônio, planejamentos etc.) e por outro lado são vivenciadas por indivíduos que «vestem (ou não) a camisa» dessa instituição, isto é, uma visão de mundo e de valores da mesma e aí interagem num quotidiano permeado por satisfações, insatisfações, auto-realizações, frustrações, conagraçamentos e conflitos, esperanças ou ilusões perdidas. Em suma, as instituições como produtos de nossa sociabilidade, refletem, como num espelho de dupla face, os agentes que as vivenciaram no passado e as vivenciam no presente. O próprio futuro dessas instituições não está desvinculado dos projetos utópicos de seus agentes, por seu turno condicionados pela ideologia daquelas. Ao multiplicar projetos objetivamente realizados na história o homem projetou sua subjetividade sedimentada em contextos diversificados de herança cultural.

Cooperativismo e coronelismo no Nordeste

No bojo da crise do capitalismo mundial da década de 20 e de seus reflexos políticos no Brasil dos anos 30 com a implantação do Estado Novo varguista, o cooperativismo é impulsionado como instrumento de modernização, mas vai de fato ser instrumentalizado em termos de controle social pelas oligarquias então vigentes. Segundo BORDA (1970: 136) o cooperativismo na América Latina sempre esteve associado, de uma maneira conservadora, às épocas de crises: «Así es como las campañas principales de fomento cooperativo aparecen por regla general en épocas de crisis económica (entre 1927 y 1936), en la época problemática de la postguerra y sus ajustes económicos (decenio de 1940), cuando se agita el espectro de la violencia rural (como en Colombia entre 1948 y 1957), o para hacer frente a la amenaza del comunismo y al impacto de la revolución cubana (decenio de 1960).» Atualizaremos esta lista se pensarmos, nesta atual época pós-

fordista de desemprego crescente a partir dos anos 80, nas atuais cooperativas de trabalho muitas vezes utilizadas como uma maneira de burlar a legislação trabalhista.

Em trabalhos anteriores (Rios op. cit.: 316) já analisou os efeitos do que chamou de «transplante ideológico» de estruturas formalmente modernas e igualitárias num contexto de desigualdade econômica e de dominação política. O historiador Manoel Correia de Andrade (1966) destaca para o caso pernambucano o papel do interventor federal Agamenon Magalhães na implantação massiva de cooperativas rurais.

Em sua dissertação de mestrado publicada pela editora da UFPB (Rios 1979: 127-8) destacou entre outras conclusões que «o tipo de liderança mais comumente encontrado à frente das cooperativas pesquisadas era idêntico ao tipo de liderança dominante no nível municipal. Isto é, os dirigentes das cooperativas são, via de regra, chefes políticos, pertencentes às famílias tradicionais do município, detentores de boa situação econômica e bem relacionados com os políticos dos centros urbanos maiores e das capitais.» Em seu livro sobre cooperativismo (Rios 1989: 52) correlacionou cooperativismo e ideologia conservadora em função do que chamo de um «cooperativismo elitista»: «é comum nessas cooperativas a figura do «dono da cooperativa», isto é, a pessoa física que é identificada como se fora proprietária da sociedade cooperativa, única a definir a política da mesma, manter contatos com os bancos e órgãos de assistência técnica, enfim, a clássica figura insubstituível.»

A linha de pesquisas sociológicas que desenvolvemos sobre cooperativismo foi destacada por Maria Tereza Leme Fleury (1983: 31) em sua tese de doutorado defendida na USP: «O grande mérito do trabalho de Gilvando Rios é retratar como a estrutura de poder vigente na sociedade nordestina é reproduzida no interior das cooperativas; neste sentido ele procura apreender o fenômeno cooperativista em suas dimensões políticas e econômicas.»

O pesquisador gaúcho João Elmo Schneider (1981: 13) que defendeu tese de doutorado na Universidade de Wisconsin, assinala que «o grau de participação nas atividades da cooperativa está condicionado à posição do associado no sistema de estratificação sócio-econômica em que ele se encontra, [isso] foi amplamente demonstrado por Gilvando Rios (1976) sobre as cooperativas do Nordeste.»

A eminente socióloga da USP, Maria Isaura Pereira de Queiroz, (1980: 40) em artigo publicado nos Archives de Sciences Sociales de la Coopération et du Développement destaca que

«Gilvando Rios étudia les caractéristiques et le fonctionnement de quelques coopératives du Nord-Est (...) le succès ou l'échec des coopératives semblaient étroitement liés à la structure politico-économique locale ou régionale. (...) elles fonctionnaient en tant qu'un instrument de domination des grands producteurs, leur organisation interne suivant de près l'organisation politico-économique des municipes et des régions, centrée autour d'un ou de plusieurs chefs politiques.»

Nossos estudos anteriores se situaram pois numa perspectiva de análise dos efeitos sócio-econômicos, nos anos 60-70, de um modelo de cooperativismo implantado embora nos anos 30-40, preocupado que estávamos então trabalhando, na extinta SUDENE, com a funcionalidade ou não dessas estruturas para o desenvolvimento.

Um novo cooperativismo - «cooperativismo popular»

Convém iniciar pela seguinte pergunta: «o que diferencia o cooperativismo dito popular do cooperativismo tradicional»?

Começo pelo termo, considerando-se que as palavras não são neutras, puras enunciações de «sentido verdadeiro», mas sempre carregadas de «sentido direcionado». Popular tem, queiramos ou não, ressonâncias tanto populistas de diversos matizes, inclusive de direita, quanto iluministas/assistencialistas.

Discorrendo sobre o que chama de “os usos do termo povo ou popular”, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1987: 178) chama a atenção para a “lógica da dominação simbólica” pela qual a identificação expressa com valores considerados “populares” (no nível da linguagem por exemplo), opera como um efeito bumerangue sobre os que se identificam expressamente com os mesmos. Isto é, a reivindicação distintiva como “popular” resulta efetivamente num reconhecimento das distinções estabelecidas pelas elites entre o erudito e o refinado de uma parte e o vulgar e o popular de outra. Nesse caso a busca de distinção apenas reforçaria o estigma e a exclusão. Pergunta o autor: “Se para resistir eu não faço senão reivindicar o que me identifica como dominado, seria isto uma resistência eficaz?” (Idem: 183). O mesmo autor (Bourdieu 1983: 98) nota como termos tais como «classes populares», «povo», «trabalhadores», seriam segundo a pitoresca

expressão do autor, «conceitos de geometria variável», pelo fato de exprimirem noções de extensão imprecisa, podendo-se manipular inconscientemente sua extensão e pertinência em função dos interesses, preconceitos e «fantasmas sociais» de quem os utiliza.

Por tudo isso prefiro o termo «cooperativismo solidário» por colocar de maneira explícita uma perspectiva ideológica/opção política em contraposição ao «cooperativismo de negócios», asséptico, nas aparências, quanto a interesses de classes. Ocorre nesse contexto (é só um paralelo, mas uma comparação esclarecedora) o que se passa na discussão acadêmica sobre a «neutralidade» ou não da ciência. Os defensores do «cooperativismo empresarial» puro e duro se comportam como se também o cooperativismo pudesse ser «neutro», isto é infenso à dinâmica dos interesses de classe numa sociedade tão desigual como a nossa. Nesse sentido Pedrini (2004: 102) demarca uma «radical diferença» entre os empreendimentos de economia solidária e as práticas do tradicional cooperativismo brasileiro, ao estudar cooperativas de trabalho e de agricultura familiar em Santa Catarina, as quais estariam propiciando uma «maior distribuição de renda e geração de novas oportunidades de trabalho, sob princípios da democracia e da autogestão».

Em termos porém de seu conteúdo o que diferenciaria o cooperativismo solidário do cooperativismo de negócios? Visualizo pelo menos dois aspectos: o primeiro, de cunho eminentemente sociológico no que diz respeito à configuração dos associados e o segundo de cunho eminentemente ideológico no que diz respeito aos mediadores.

No que diz respeito ao primeiro aspecto e desenhando um perfil sociológico diferenciado em termos de associados e de classe, dois tipos de cooperativa vão se destacar a partir dos anos 80 no cenário econômico nacional, as cooperativas de trabalho no meio urbano e as cooperativas de agricultura familiar no meio rural.

As cooperativas de trabalho surgem no contexto pós-fordista de flexibilização do trabalho e da abertura do mercado nacional em função dos interesses da globalização dos países centrais. Nesse contexto ocorre uma desproletarização do trabalho fabril, industrial, como consequência da chamada terceira revolução industrial (novas tecnologias nas áreas da informática, da micro-eletrônica e das telecomunicações). A indústria de transformação que na região metropolitana de São Paulo empregava 1.625,6 assalariados formais e 147,4 informais em 1981, passa a empregar 1.427,3 e 178,9, respectivamente, em 1993. Por outro

lado, enquanto os assalariados formais, sempre na mesma região, ocupavam 53,04% das posições ocupadas em março de 1989, em março de 1996 diminuíam para 43,07%, os assalariados informais que ocupavam 9,14% em março 1989, aumentavam sua participação para 11,37% em março de 1996. Ademais, para os mesmos períodos temos um acréscimo de 15,59% para 20,21% na categoria dos autônomos que em parte é constituída por ex-assalariados formais precariamente estabelecidos. Analisando essas cifras, Paul Singer (1998), assinala que, tanto pela supressão de assalariados formais como pelo aumento dos informais, essas mudanças dão o mesmo resultado para o capital pela poupança dos encargos trabalhistas ou salário indireto.

Em contrapartida à precarização crescente das relações de trabalho observa-se que se no mesmo estado de São Paulo havia apenas 31 cooperativas de trabalho em 1991, em 1998 já eram 178 e cerca de cem mil cooperados. Vieitez e Nakano (2004: 169) observam que o cooperativismo de trabalho «parece ser a forma de organização que apresenta maiores possibilidades para o desenvolvimento de uma economia solidária», ao mesmo tempo ressaltam que na década de 90 o cooperativismo de trabalho foi a modalidade que mais cresceu, inclusive internacionalmente. Em termos de Brasil, Pires (2004) refere o total de 2.109 cooperativas de trabalho e de 356.089 cooperados.

As cooperativas de trabalho, surgiram pois na esteira da precarização do trabalho, tudo isso já é bem conhecido, entretanto não cabe uma vinculação mecânica e economicista entre uma coisa e outra, esvaziando pois muitas dessas experiências de uma visão de economia política alternativa. Vieitez e Nakano (op. cit.) identificam tanto motivações de ordem estritamente pragmática como de ordem política e ideológica a nortear a ação de mediadores como dos sujeitos sociais diretamente interessados nos empreendimentos solidários. Gaiger (2004: 379) recusa uma explicação economicista justamente pelo fato da mesma elidir a iniciativa do trabalho: «torna-se questionável e no limite contraproducente a insistência em explicar a economia solidária a partir dos movimentos do capital e em buscar neles os fatores preponderantes, senão suficientes, dos movimentos do trabalho.» Nesse caso estamos em presença de um cooperativismo militante e contestador, cujas experiências na época pós-fordista reatam sintomaticamente com a experiência já secular das cooperativas de produção industrial da primeira revolução industrial. Tanto num caso como

num outro não temos apenas respostas reativas à exploração e à exclusão, mas também reptos ao modelo econômico vigente e construção concreta de alternativas.

Este cooperativismo militante e contestador apresenta ainda uma dupla face em termos de inserção sociológica: urbana e rural. Temos então de um lado as cooperativas de trabalho (de produção industrial ou de serviços) no meio urbano e as cooperativas vinculadas à agricultura familiar no meio rural. Neste último caso só o MST conta com 160 cooperativas compreendendo três formas de primeiro nível: CPA – cooperativas de produção agropecuária, CPS – cooperativas de prestação de serviços e cooperativas de crédito. Além do MST, outras entidades como o Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais – CEPAGRI, a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – AGRECO, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF/SUL, em Santa Catarina, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e suas filiadas nos vários estados, são algumas das entidades que militam em favor dos interesses da agricultura familiar. O reconhecimento crescente do papel econômico e social da agricultura familiar também se situa historicamente nos anos 80 a partir da redemocratização com o resgate da bandeira da reforma agrária que estivera entre parênteses no período do regime militar (1964-85), novo reencontro histórico portanto.

No que se refere ao segundo aspecto, o ideológico, é nítida a clivagem entre os mediadores do cooperativismo solidário e os do cooperativismo de negócios. Mas o que são mediadores? Segundo Novaes (1994) este termo faria referência ao papel de intermediário, de fazer a ponte, introduzir falas, traduzir, independentemente de se estar a serviço da reprodução da ordem vigente ou de um questionamento da mesma. Em função disso teríamos de um lado os técnicos, acadêmicos, religiosos, políticos, militantes de um cooperativismo solidário e de outro teríamos técnicos, acadêmicos, empresários e políticos, formuladores de um cooperativismo de negócios. Verdade é que, como bem observa Novaes (op. cit.: 183) «mediador é sempre o outro», pois «ninguém se autodefine como mediador». O fato porém é que a clivagem entre uma perspectiva de viés político e outra de viés econômico existe, pode-se dizer que os se que situam na primeira perspectiva seriam ou profissionais militantes ou simplesmente militantes, ao passo que os da segunda perspectiva militariam profissionalmente nas suas respectivas áreas. O primeiro viés, de

recusa a um cooperativismo economicista, onde o ato econômico só faria sentido significando uma construção política alternativa, diferencia, não retoricamente, mas na prática, nos atos, o cooperativismo solidário do cooperativismo de negócios. Verdade é que muitas vezes essa mediação de corte ideológico, político por vezes, corre o risco de perpetuar a submissão quando o mediador vislumbra em si mesmo, nas palavras de Gaiger (op. cit.: 382) o papel de «demiurgo, ao imaginar-se depurado da consciência falsa e desprovido de qualquer interesse, senão o afã de reconciliar o ator popular com a teleologia imaginariamente inscrita no devir histórico.» Esta constatação sugere-nos um apelo à reflexividade colocada por Bourdieu (1998) no sentido dos mediadores se verem eles próprios não apenas como condicionadores sociais mas também como condicionados socialmente.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Manoel Correia de. 1966. Cooperativismo e região Nordeste: condicionamentos e implicações. *Cooperativismo & Nordeste*, v. 1, n. 1: 11-15.
- BORDA, Orlando Fals. 1970. Formación y deformación de la política cooperativa en América latina. *Boletín*, n. 7: 135-165.
- BOURDIEU, Pierre. 1983. Vous avez dit «populaire»? *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 46: 98-105.
- _____. 1987. *Choses dites*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- _____. 1998. *O poder simbólico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,.
- FLEURY, Maria Tereza Leme. 1983. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Global Editora.
- GAIGER, Luiz Inácio (org.). 2004. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- HOLZMANN, Lorena. 2000. «Gestão cooperativa: limites e obstáculos à participação democrática». In: P. Singer e A. R. Souza, André Ricardo (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Editora Contexto: 49-62.
- MARTINS, José de Souza. 1991. *Expropriação e violência - a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 3a ed. revista e ampliada.

- _____. 2000. *Reforma agrária – o impossível diálogo*. São Paulo: Hucitec.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – Brasil. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/setores/produção/16.html>>. Acesso em 7 set. 2005.
- NOVAES, Regina Reyes. 1994. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: L. Medeiros et alii (orgs.). *Assentamentos rurais*. São Paulo: Editora UNESP: 177-183.
- PEDRINI, Dalila Maria. 2000. «Bruscor: uma experiência que aponta caminhos». In: P. Singer e A. R. Souza, André Ricardo (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Editora Contexto: 31- 48.
- _____. et alii. 2004. «Apontando caminhos: a solidariedade na economia catarinense». In: L. I. Gaiger, (org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: 91-137.
- PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. 2004. *O cooperativismo agrícola em questão*. Recife: Editora Massangana.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. 1980. Entreprises coopératives et recherche-action. *Archives de Sciences Sociales de la Coopération et du Développement*, n 51: 39-50.
- RIOS, Gilvando Sá Leitão. 1973. «Pré-cooperativismo: etapa queimada». In: J. Uwe (org.). *A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico*. São Paulo: Fundação Friedrich Naumann: 315-347.
- _____. 1979. *Cooperativas agrícolas no Nordeste brasileiro e mudança social*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- _____. 1989. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Brasiliense, 2a. ed.
- SCHNEIDER, João Elmo. 1981. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. In M. R. Loureiro (org.). *O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro*. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados: 11-40.
- SINGER, Paul. 1998. *Globalização e desemprego- diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Editora Contexto.
- VIEITEZ, Candido Giraldez e NAKANO, Nakano. 2004. «A economia solidária no Estado de São Paulo». In: L.I. Gaiger (org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: 139-171.

INTEGRAÇÃO RURAL-URBANA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: NOVOS RUMOS, NOVAS PERSPECTIVAS EM OUTRA LÓGICA DE EXPRESSÃO DE GRUPOS SOCIAIS.

Ana Carla Ferreira dos Santos
Colégio Estadual João Proença (RJ)
anacarlaf@globo.com

Sem requisitar profundos estudos, não é leviano falar que numa análise da questão agrária no Brasil facilmente pode-se evidenciar um descompasso entre a própria realidade e as práticas adotadas relacionadas ao tema por parte do Poder Público. E que nos leva a ver no mínimo dois caminhos até então ineficientes: o primeiro através da forma de quem reivindica e luta pela Reforma Agrária. E outro por parte de quem retém os meios para impedir que ela realmente aconteça. Através do descaso que trata a temática.

Quer seja através de uma assessoria jurídica bem aparelhada, que orienta os proprietários de terra no recadastramento de propriedades. Nas ações judiciais para obtenção de liminares contra desapropriações, em casos de solicitações de mandado de segurança para que a força policial despeje os trabalhadores rurais sem-terra que assim tentem se instalar em qualquer pedaço de terra – mesmo quando considerada devoluta ou improdutivo. E assim toca-se na essência da questão: mexer no direito de propriedade implica mudanças de poder. Além de outras medidas legais e ilegais que se desenvolvem na defesa da propriedade da terra, evidenciando que a luta pela terra ainda se dá no contexto da luta de classes.

Embora o debate teórico contemporâneo sobre o tema entre pessoas de bom senso, mostre que a Reforma Agrária é urgente e necessária, tanto por uma questão de justiça social, como também para que o Brasil possa alcançar o desenvolvimento. E que impedir a realização da Reforma Agrária é contribuir com o atraso e com a injustiça, conseqüentemente, com a miséria e a fome do país entre inúmeros outros argumentos.

Vemos em contrapartida que efetivamente a Reforma Agrária ainda é tratada como um conceito abstrato, no sentido de ser imaterial como algo intangível e fica subjugado ao âmbito dos inalcançáveis. Além de receber um tratamento por parte da imprensa, não no sentido dela ser responsável pela não efetividade da Reforma Agrária.

Mas como forte contribuinte na elaboração de uma forma de pensar e entender que acaba por reforçar um maior distanciamento de uma real mudança neste quadro. Fazendo com que aqueles que só a utilize como único meio de informação dificilmente se sinta mobilizado a querer uma Reforma Agrária. Mas parece que tem algo mudando no conjunto deste cenário...

Neste contexto o presente artigo tem por objetivo apresentar através de um breve delineamento a ação dos trabalhadores rurais e sua respectiva postura adotada e almejada em prol de uma efetiva e eficaz Reforma Agrária na contemporaneidade brasileira. Bem como, quais as mudanças ocorridas numa nova forma de expressão de grupo social como novos sujeitos da luta pela Reforma Agrária.

Procurou-se assim, um caminho onde as ações dos sem-terra ao longo do tempo, mostrassem as perspectivas de entender o enfrentamento e o conflito. Com o objetivo de contribuir para a compreensão do movimento destes trabalhadores em suas novas formas de organização social realizadoras da atual e futura dinâmica no espaço social.

Perante essa realidade, minha maior preocupação foi com a construção dos fundamentos teórico-metodológicos para compreender o processo de construção desse novo espaço social. Então busquei além dos livros, a fala mais recente através de entrevistas para saber sobre o posicionamento do Movimento dos Sem Terra quanto à construção e as dimensões do espaço de socialização política almejado. E como pretendem espacializar suas práticas, territorializar sua luta e, por conseguinte, o próprio movimento.

Partindo do pressuposto de que neste novo modo de ação, os trabalhadores rurais sem-terra entendem a Reforma Agrária como uma questão política na adoção de medidas sociais e optam por uma postura contra a criminalização do movimento social, numa nova construção do saber-poder. E conjuntamente apresentei o modo pelo qual a imprensa faz alusão a esta temática e os seus atores mais diretos, os trabalhadores rurais e como os apresenta à sociedade brasileira.

Falar de Reforma Agrária é um dos temas que de modo semelhante ao do preconceito racial no Brasil traz embutido um certo ar de constrangimento e incômodo, e que se puder se esquivar de abordá-lo é sempre a melhor atitude, como se nunca estivéssemos preparados para tratá-los de forma incisiva. Tem ar de simples inconseqüência, algo como a impontualidade brasileira ou qualquer coisa sem importância.

E com toda esta carga, torna-se muito mais fácil de se combater qualquer pretensão de abordá-lo. O tema torna-se desconcertante, desgastante, então é comum evitá-lo. Mas até quando poderá deixar de ser tratado com a seriedade que faz jus? Onde está o problema da Reforma Agrária? Será que está no trabalhador sem-terra? Qual a postura que este trabalhador deve adotar para resolver o seu problema?

Mas espera aí. Um momento, por favor? A Reforma Agrária é um problema do trabalhador sem-terra? Não. Será que fiz uma descoberta? Também não. Ainda falta muito para uma conscientização de que a grande questão é de que o problema não está na figura do sem-terra. O ponto-chave é que a Reforma Agrária é algo que diz respeito ao país inteiro. Mas é tratada como se fosse algo de interesse restrito de um determinado grupo... Pronto, consegui tecer a linha mestra do raciocínio que quero trabalhar.

Historicamente a Reforma Agrária nunca ocupou um lugar central dentro da política do estado brasileiro, sendo sempre deixada na periferia do sistema, tanto no que diz respeito à forma como é tratada quanto na marginalização dos trabalhadores que por ela se propõem a lutar. A realidade que se mostra no Brasil quanto à abordagem da temática reflete um descaso muito próximo a um entendimento de que a questão nunca foi tratada de forma prioritária.

A Reforma Agrária só entra na agenda e adquire certa visibilidade como programa de governo em época de eleição ou quando eclode um conflito com maiores proporções em alguma ocupação invariavelmente tida como invasão. Somente nestes momentos em que determinadas atitudes mais extremas são tomadas por parte dos trabalhadores rurais, a questão agrária passa a ser vista como importante em termos da repercussão dada pela mídia.

E também quando é tratada como questão policial, pela forma que é retratada pelos meios de comunicação e encarada por vários setores de nossa sociedade. O interessante é que a Reforma Agrária é um dos raros temas que consegue ser tratado como um fenômeno físico ao mudar de estado, como a água do estado líquido para o sólido. Como se uma questão social pudesse mudar de caracterização pelo entendimento de alguém.

Assim quando a Reforma Agrária é reivindicada verbalmente ou tratada com descaso é questão social, mas quando existe qualquer reação passa a ser questão policial. O fato é que só apenas dentro do modelo capitalista é que passam a ser alvo de notoriedade estas manifestações. E é neste ponto em que se dão as relações de saber-poder, das imposições das relações entre as distintas classes sociais; do apoderamento

do discurso; do uso das palavras e da manipulação dos acontecimentos através da apresentação dada pela mídia.

Na mais simples e descompromissada análise que se faça da postura da mídia através das reportagens sobre o tema da Reforma Agrária ou sobre as ações do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). O discurso veiculado pela imprensa nos revela uma tendência em se noticiar os fatos a partir de construções semanticamente negativas ao Movimento e/ou aos trabalhadores sem-terra, o que por sua vez nos leva a indagar sobre as relações de poder reforçadas pela imprensa.

Na mesma medida em que noticia os fatos, a imprensa o faz a partir de uma forma de discurso que dificilmente permite ao leitor uma interpretação favorável ao trabalhador rural, ao mesmo tempo em que expressam formas de violência contra os trabalhadores rurais sem-terra. Construindo assim, através de vários componentes lingüísticos, um tratamento discriminatório das ações de reivindicações do MST, que reforçam a idéia de um entendimento como caso de polícia e não de questões sociais.

A partir deste ponto aponta-se alguns pontos que devem ser observados a partir de algumas reflexões sobre as relações e articulações que se dão a partir da constituição das formas de construção do discurso. Mesmo não sendo nenhuma novidade, vale a pena dizer que a construção do discurso nos remete a noções de ideologia, práticas sociais e poder.

Ainda mais quando vemos que há também todo um lado perverso e oculto revelado através do uso das palavras de modo aparentemente despropositado. Mas que acarreta numa construção de imagem, numa formação de mentalidade que aumenta o preconceito contra os trabalhadores rurais. São práticas rotineiras e comuns, através do discurso jornalístico, que vão incutindo na sociedade uma má idéia a respeito destes trabalhadores e da causa que abraçam.

Assim sendo, o uso indiscriminado dos termos: invasão e ocupação como sinônimos, possibilita-nos conhecer a imagem construída sobre os trabalhadores rurais sem-terra e do MST em suas ações como uma construção sobre os movimentos políticos que se opõem ao sistema de governo no Brasil.

Só que a opção por qualquer uma destas palavras de acordo com o interesse, não é gratuita e se explica pelo sentido que está implícito em seu conteúdo. Em geral a manipulação de seu uso tende a considerar que os sem-terra são sempre os invasores, os baderneiros, os algozes e os fazendeiros e governo as vítimas da intransigência, intolerância e violência do MST.

Assim, deste modo de apresentação, o jornalismo não representa o real, mas o constrói pela linguagem, obedecendo a um modo de produção literária próprio, muitas vezes, numa linguagem travestida aparentando compromisso com a informação verdadeira, só que repleta de julgamentos em seus textos.

Com este tipo de análise ou leitura, podemos inferir que a mídia impede a possibilidade de se concluir a favor da ocupação. O que demonstra uma preocupação em impor uma forma única de entender o problema dos sem-terra, desconsiderando a miséria do campo, desconstruindo as ações do MST. Sempre desvalorizando o movimento ao impor-lhe os traços da ilegalidade e de violência.

O discurso da forma que é expresso pela imprensa apresenta um quadro que instiga rivalidade como se o trabalhador do campo e o trabalhador urbano fossem rivais e não complementares, e componentes de um mesmo quadro social. Como se não existisse ou pudesse existir um outro viés ou saída, um outro caminho onde ambos pudessem se aliar, ou ainda como se a questão agrária dissesse respeito a apenas um grupo específico e não a todo o país mesmo que indiretamente.

Mas a realidade que vivenciamos mostra que independente de qualquer enfoque dado pela mídia, nota-se que toda vez que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vai além daquilo que se supõe ou espera que um sem-terra faça, ocupar terra alheia, faz-se o maior estardalhaço, como se eles estivessem próximos a derrubar o governo e devastar a lei e a ordem do país.

É preciso enfatizar que certos excessos cometidos pelo MST são reprováveis, condenáveis e inaceitáveis. E nestes casos o correto é que a ordem seja mantida e a lei cumprida. Mas há de ser tomada atitude idêntica quando os excessos forem praticados do outro lado também – o lado dos fazendeiros. O esperado é que eles façam defender suas terras, porém dentro da lei. Mas o que vemos freqüentemente é o contrário, a postura dos fazendeiros é a de armar pistoleiros e de apontar o dedo para uma suposta cumplicidade do governo com o MST, onde uma entrelinha se instala e transmite o recado: se o governo não age, nós agimos.

Mas como imutabilidade em situação desfavorável é algo inimaginável de se esperar do ser humano, temos especificamente a partir da década de setenta os primeiros ensaios de uma trajetória dos trabalhadores rurais no Brasil¹. O grande passo que os

¹ RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *Caminhada e esperança da reforma agrária – a questão da terra na Constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 32,33. Os anos setenta e os anos oitenta assinalam que o homem rural brasileiro, sindicalizado e organizado, está disposto a ir às últimas conseqüências, no

sem-terra deram foi se organizar, eles se cansaram de boas intenções e nenhuma prática. O caminho da organização é progressivo, seus efeitos podem não ser imediatos, mas ofertam material para ser analisado, pensado e revisado e isto não tem volta, implicam em mudanças, conhecimento e aperfeiçoamento.

Estando desorganizados é difícil se organizar, mas uma vez organizados, a articulação flui e isso os projeta para querer transformar retórica, anseios e direitos em realidade. Esta atitude que observada puramente não apresenta nada de absurdo, para os grandes proprietários é percebido como afronta, como um desafio dos pressupostos das mais arraigadas tradições nacionais.

Dáí pode-se perceber que o cunho da ação abrange a mobilização no sentido em que os movimentos sociais precisam incomodar. E em detrimento e independente de qualquer imagem construída dos trabalhadores rurais, pelos meios de comunicação, eles se organizaram; e já conseguiram perceber que não basta mais ocupar terras, reclamar e lutar sozinhos, num percurso voltado para os excluídos do campo.

Quando anteriormente sugeri que tinha algo mudando no cenário da Reforma Agrária, estava me referindo a mudanças no modo de ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Para efeito de explicação irei mostrar duas entrevistas de coordenadores do MST, donde pode-se inferir que estamos prestes a presenciar no Brasil, uma nova roupagem no cenário da Reforma Agrária.

A primeira² dada por um membro da Coordenação Nacional do MST faz referência aos projetos para o ano de 2005 e diz que para abril do citado ano devem ser iniciadas articulações com outros movimentos sociais que estão descontentes com a política econômica do governo.

Valquimar Reis, fala sobre o intuito de fazer uma grande mobilização, uma grande marcha que sairá de Goiânia, caminhando durante 20 dias até Brasília, visando propiciar um grande debate na sociedade denunciando a política econômica excludente,

desespero de sua luta para se tornar um homem livre e autônomo. Aceita o conflito e expõe-se à violência, coloca a sua vida em jogo e tantas e tantas vezes morre. Período em que o homem rural organizado exige uma resposta do poder público, clama por justiça e reivindica a reforma Agrária imediatamente. [...] Aos poucos o protesto e as exigências do homem rural brasileiro assumiram especificidades próprias, fruto de sua inventividade, para exigir do poder público uma resposta e uma solução, e dando um tom mais forte ao seu clamor nos meados dos anos oitenta, fez o acampamento agrário. Adotado como forma democrática de reivindicar, ele funciona como uma greve do trabalhador rural sem terra, sua forma de protestar objetivando soluções. É um a greve social, buscando do poder público ação imediata e dirigida contra a sociedade como um todo, que o considera como excedente populacional.

² Reportagem: *Brasil nunca fez Reforma Agrária*. 14/01/05. Disponível em: <http://www.mst.org.br/>.

exigindo do governo a realização da Reforma Agrária e o assentamento das famílias e na necessidade de se repensar o país.

Nesta entrevista ainda, Valquimar Reis faz alusão a um acordo com o governo federal para o assentamento de 400 mil famílias; reforça a idéia de continuar com as ocupações por todo o Brasil; fala sobre aumentar o volume de apelos ao governo para que ele cumpra o prometido quanto ao assentamento e avisa que o primeiro semestre de 2005 será de muita luta.

A segunda³ entrevista usada como parâmetro foi em abril de 2006, onde o Coordenador do MST em São Paulo, João Paulo Rodrigues, fala que o MST está preparando a criação de um braço urbano do movimento, que terá atuação semelhante à da Via Campesina⁴. O ideal almejado é que através dessa organização urbana, as classes trabalhadoras do campo e da cidade possam atuar em conjunto para fazer uma revolução no país. Mas avisa que o vocábulo revolução não implica necessariamente no uso de armas, mas sim em uma forma de pressão popular organizada visando acabar com a desigualdade social. E que somente em 2007 o braço urbano do MST irá atuar de fato.

O coordenador fala ainda de sua convicção de que este será provavelmente o maior movimento dos últimos vinte anos, caso o governo brasileiro não avance nas políticas públicas voltadas para solução dos problemas dos sem-terra, dos sem-teto, dos sem-emprego, dos sem-educação. Afirma que o interesse é estabelecer ações conjuntas e diz: “Não queremos que a turma da cidade vista a camisa do MST”.

E que o papel da organização será o de lutar contra o agronegócio, contra os transgênicos, contra as ações imperialistas na América Latina e que esta tarefa não pode ser exclusiva do MST. Aponta como objetivos, fazer uma Via Campesina urbana, para que a Central Única dos Trabalhadores (CUT), os sem-teto, os estudantes, os perueiros, os desempregados, ajam na cidade de modo semelhante ao que o MST faz no campo. Deduz-se assim, a inviabilidade da efetivação plena das políticas públicas, cujas rédeas do planejamento e da execução, não estejam de certo modo sob o controle direto das comunidades organizadas no campo e nas cidades.

A partir da compreensão da mudança no aludido cenário da Reforma Agrária, vê-se que o novo modo de atuação dos trabalhadores sem-terra em busca da mesma,

³ LINS, Letícia. *MST prepara criação de braço urbano*. Caderno: O País. Jornal O Globo, 22/04/06.

⁴ A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa.

vislumbra o caminho da mobilização social. Não mais restrito a área rural, mas por trabalhadores de um modo geral que estão à margem de qualquer planejamento que os inclua como sujeitos de direitos numa democracia. Os trabalhadores sem-terra reivindicam deste modo, a relação imediata, a integração entre espaço e sociedade como movimento social.

Esta nova forma de agir quer maior atenção por parte do governo na solução dos seus anseios, querendo que os mesmos se transformem pelo menos em discurso institucional, ao invés de ser tratados com descaso até serem novamente subjugados a um plano secundário, quando deixam de ter importância para a mídia e o governo.

Deste modo os trabalhadores sem-terras, conduzidos pelas transformações atuais na agricultura; pelo avanço da globalização da economia, das políticas neoliberais, do aumento do desemprego, a informatização tecnológica com desdobramentos no mundo do trabalho e conseqüentemente a precarização das relações de trabalho enquadra-se nos mesmos moldes de qualquer trabalhador que sofre a intensificação do processo de exclusão social.

O nível de desemprego cresceu, os setores vitais da economia decresceram, a instabilidade econômica exacerbou e a inflação cresceu vertiginosamente. E se alastra atingindo não só as camadas populares, mas também as camadas médias da população que passam a conviver com o desemprego. Verifica-se assim que nestes últimos anos, o Brasil tem tomado caminhos que o afasta de solução para vários problemas.

Com esta visão vê-se que a luta pela Reforma Agrária não passa apenas pela distribuição de terras, vai muito mais além, se direciona a construção de novas formas de organização social que possibilitem a tão sonhada terra de trabalho – a propriedade familiar. Direciona-se à reconstrução da propriedade coletiva dos meios de produção, à construção de novas experiências realizadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra.

Nesse contexto o acirramento das lutas no campo é só mais uma faceta exemplificativa de um quadro de exclusão social. Porém fator determinante de mudança de postura que se volta para novas alternativas, sociais e políticas buscadas para os trabalhadores de um modo geral apresentando um novo redimensionamento. Assim unidas, as forças sociais dentro das quais as massas do campo encontrarão seus aliados naturais serão aquelas que lutam de forma conseqüente pela concretização de uma democracia social e política.

Neste sentido a noção de movimento social é compreendida como uma forma de organização da classe trabalhadora, tomando-se por base os grupos populares, ou as camadas populares, ou ainda os setores populares excluídos de seus direitos. Para compreendermos essa mudança é fundamental considerar uma nova realidade, materializada a partir das experiências construídas no cotidiano da vida desses trabalhadores que sem direito a terra se vêem como os trabalhadores urbanos sem emprego, ou seja, são os mesmos sujeitos da exclusão social só que em ambientes distintos. Ambos querem os seus direitos plenos de cidadão.

A diferença é que nas áreas urbanas, estando desempregado, sobrevive-se no mercado informal, sem reivindicar do Poder Público o porquê de não se estar empregado, não se luta por não trabalhar. Enquanto os trabalhadores rurais lutam pelo seu direito de acesso a terra, de permanecer na terra e condições para seu uso e exploração, para dela poder viver.

Mas em ambas as situações estes trabalhadores são marginalizados. E é nessa forma de desenvolvimento do processo de construção e transformação da realidade, produzida pela materialização da existência social, que se encontram inseridos estes trabalhadores no espaço social brasileiro.

Nesse ângulo a Reforma Agrária no Brasil não é exclusivamente nem um problema econômico nem uma questão de polícia, pelo aspecto marginalizador desses atores sociais. Mas sim, um problema eminentemente social, fruto da pobreza e do desemprego. Diante de uma economia que se torna incapaz de incorporá-los e gerar os empregos necessários no meio urbano e que cerceia e afasta os trabalhadores rurais. Assim, não existe, portanto, hoje no Brasil alguma camada social na agricultura que se encontre à margem da sociedade capitalista.

Em nossa realidade, a questão agrária hoje adquire um caráter muito mais complexo, tanto por sua ligação com o conjunto da dinâmica industrial como pelos diferentes estratos com interesses específicos que conformam a realidade social no campo. Assim, para alguns estratos de trabalhadores, a distribuição de terras ainda é importante, enquanto para outros o controle público das indústrias produtoras de insumos e maquinarias constitui o problema vital.

Dentro do contexto capitalista atual, a reforma agrária, em si mesma, não se apresenta como resposta suficiente aos problemas dos trabalhadores rurais. Assim, a solução dos problemas dos trabalhadores agrícolas diz respeito, hoje, mais ao efetivo

avanço do capitalismo do que a seu atraso e, portanto, as soluções para o subemprego rural só podem ser encontradas no seio de alternativas para o conjunto da sociedade.

Por outro lado, a questão agrária do ponto de vista social e político, não se esgota no problema do desenvolvimento econômico. A questão da modernização econômica da agricultura não ocorre paralelamente à solução da miséria dominante no campo. E a penetração do capitalismo na agricultura não conduz automaticamente a uma maior participação e integração das massas rurais na vida política da nação.

Temos assim a contextualização de um cenário aberto para novas alternativas a partir de um diálogo criativo e perseverante entre os próprios movimentos sociais na identificação de objetivos comuns. Além da trama de propostas conjuntas que valorizem as identidades de cada um dos sujeitos envolvidos na busca de solução não mais só para a Reforma Agrária, mas de inclusão social através de uma outra lógica de ação dos movimentos sociais unindo agora trabalhadores urbanos e rurais como um projeto que desperta a esperança coletiva. Um novo projeto transformador para enfrentar o capitalismo do século XXI.

Bibliografia referenciada

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BRUNO, R. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, UFRJ, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2000.

_____. *MST – formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 10ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *Microfísica do poder*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

JORNAL O GLOBO, 22/04/06.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *Caminhada e esperança da reforma agrária – a questão da terra na Constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 32,33.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Coleção Agricultura e Sociedade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

JUVENTUDE RURAL: DISCUTINDO A CONSTRUÇÃO DESSA IDENTIDADE

Maria Divaneide Basilio
Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte
Programa De Pós-Graduação Em Ciências Sociais
diva_basilio@yahoo.com.br

A discussão sobre o tema juventude nas Ciências Sociais ainda é muito recente, mas vem ocupando mais espaço no debate contemporâneo. Entretanto, a maioria das pesquisas existentes, tem se limitado à juventude urbana. Mesmo diante dessa limitação bibliográfica vários estudos apontam para o entendimento desse segmento – juventude – como plural, a este atribuído o sinônimo de “juventudes”.

Aqui, o enfoque será sobre a juventude rural, em primeiro lugar como tentativa de extensão desses estudos sobre juventude, em segundo para observar como essa categoria fluída –juventude rural – tem sido entendida no debate sociológico.

No entanto, é fundamental contextualizar a entrada de diversos outros atores e temas no universo rural. Certamente, esses atores já estavam ali, mas não identificados como tais, não havia essa identidade constituída, nem tão pouco esse entendimento classificatório político, jurídico e acadêmico.

Podemos citar dentre estes os remanescentes de quilombos, os remanescentes indígenas, a mulher e o debate de gênero, o meio ambiente e os jovens – a este último atribuiremos maior destaque nesse trabalho.

Quando separamos os temas dos sujeitos sociais, é possível perceber que a construções desses referidos sujeitos é constituída de um debate em torno de direitos sociais e políticos. Assim sendo, a discussão sobre a existência desses novos atores no campo abre um espaço de pesquisas acadêmicas que se reorientam para pensar o rural a partir de outros enfoques.

Essas construções identitárias, em geral, são realizadas recentemente como já dissemos, proporcionando reformas políticas, modificando as leis e gerando políticas sociais. Nesse sentido, estamos falando em uma identidade re-significada, que é capaz de fundar um debate em torno da identidade de grupo no meio rural.

A busca dessa identidade¹ também aparece associada a novas estratégias de enfrentamento das crises agrícolas e do acesso a terra, ou seja, a construção dessas memórias coletivas é ao mesmo tempo a luta por direitos sociais intimamente ligados a um território, que promovem mudanças culturais no interior da vida das comunidades.

Todavia, essas mudanças podem ser percebidas de forma processual, uma vez que não podemos negar a importância dessas comunidades, o papel que exercem ao apresentarem seus pontos de vista, bem como outras questões que não existem apenas em função da presença de mediadores e especialistas como a resistência e as representações sociais.

Ainda contextualizando, podemos citar alguns acontecimentos que são externos a academia, depois do ano de 1988 e que contribuem para pensarmos o lugar da questão racial, enquanto “novo tema” que gera uma “nova identidade coletiva” no espaço rural.

Nesse ano, o “Artigo 68” das disposições transitórias criou a possibilidade de se reconhecer às “comunidades remanescentes de quilombos” o direito sobre as terras que ocupam e, apesar de ainda não se ter lhe dado uma definição jurídica e institucional, seus efeitos sociais se fizeram sentir quase que imediatamente pela mobilização de ONG’s, aparelhos de Estado, profissionais de justiça e setores da área acadêmica, entre outros, nem sempre, todavia, em perfeito acordo, mesmo quando imbuídos de uma perspectiva política comum. Com isso, o campo de estudos sobre negros passa a ter que responder a novas demandas originadas da luta política, que o levam a uma aliança forçada com perspectivas até então apartadas, impondo aos estudos etnográficos sobre comunidades rurais negras a literatura histórica sobre quilombos e vice-versa. (ARRUTI, 1997:06)

Para Hoffmann (2000), que sintetiza com muita clareza esse debate em torno da construção de uma memória coletiva, ao refletir o caso do Pacífico Colombiano afirma que a construção de uma memória coletiva se elabora em uma dialética de interesses individuais e estratégias coletivas para responder a necessidades que no caso do Pacífico Colombiano são tanto de ordem prática (assegurar o controle do território), como política (constituir-se como ator político sobre as bases étnicas) e de ordem quase afetiva (sentir-se negro e reivindicá-lo).

Essa síntese, provavelmente, pode ser referência para o aprofundamento da questão racial enquanto campo de estudos, mas não só, pode contribuir para uma compreensão mais ampla desses novos atores no rural. Embora, não seja no mesmo patamar de legislação e de mediação, a afirmação da identidade juvenil passa a ser tema

¹ A construção dessas identidades não pode deixar de levar em conta a presença de mediadores (ONGs, técnicos, especialistas e legisladores) que ao lançarem mão de seus instrumentais, são, muitas vezes decisivos nesse processo.

dos padrões sucessórios de acesso a terra, da construção de atores políticos com base geracional e sobretudo, o sentir-se jovem num universo em que historicamente a entrada na vida adulta é precoce, característica singular da juventude rural.

Nessa mesma perspectiva pontuaremos o debate de gênero, em que aparece em muitas discussões com relação ao meio ambiente e o processo de diferenciação homem/mulher ao lidar com a terra. Para Ellen Woortmann (1998) o meio ambiente já não é agora percebido como palco onde se desenrolam papéis sexuais, ou como pano de fundo de dramas sociais, mas como parte fundante das relações sociais.

As diversas relações sociais formadas, contribuem para que a presença feminina nos espaços de trabalho, bem como no universo rural em geral, não continuem a operar no campo da invisibilidade. Dizemos isso, porque embora o meio ambiente tenha se tornado um tema interdisciplinar e que no rural, sobretudo nos anos 80, aparece em contraposição ao modelo produtivista e ganha espaço na construção de uma nova ruralidade, a discussão de gênero não se apresenta na mesma proporção como parte constitutiva dessas relações, como cita Woortmann.

Se o meio ambiente nos seringais é radicalmente distinto daquele das praias atlânticas, a perspectiva viricêntrica é bastante semelhante. Se nas comunidades “pesqueiras” – que seriam também agrícolas, se as mulheres tivessem lugar na auto-imagem – é o discurso público que faz a identidade do grupo, nos seringais tudo se passa como se apenas existissem homens. A própria produção acadêmica privilegia o seringueiro, ou seja, o universo masculino. Em ambos os casos, pescadores e seringueiros, ocorre um processo de invisibilização das mulheres.(WOORTMANN, 1998:169).

Outra nuance que podemos trazer, diz respeito ao próprio processo pelo qual as mulheres² vivenciam em suas comunidades, os papéis que desempenham e o lugar que passam a ocupar, seja na mudança de relacionamentos no lugar que vivem, bem como nas diversas políticas públicas específicas.

Não são apenas as leis capazes de mudar as relações e construir novos sujeitos, mas elas têm seu valor nesse processo. Mas, gostaríamos de insistir com o debate que também esses atores contribuem para mudar essas relações. Ao discutir esses elementos em sua obra “O Afeto da Terra”, Brandão (2000), se questiona se seria adequado falarmos em uma certa feminização dos sentimentos e das motivações nos relacionamentos entre os homens e os seres do mundo natural? Mesmo acreditando que

² Assim como na questão racial, no debate de gênero e geração faz-se necessário considerar a construção desses sujeitos levando em conta a presença de mediadores externos.

sim, Brandão relativiza essa idéia e nos ajuda através de seu trabalho a conhecer esse percurso.

Meninos dos Pretos de Baixo, adolescentes, jovens, adultos e velhos, todas as categorias etárias de homens do lugar parece preservar sobre o assunto à mesma carta de princípios e o mesmo mapa de afetuosas disposições de seus pais e avós (...) O respeito dado a um homem atravessa a responsabilidade familiar por meio do trabalho, a incorporação em si dos valores de uma ética relacional camponesa e uma ativa defesa de hora pessoal e familiar, traduzida em atos violentos, se necessário e, na fronteira sempre vizinha de uma aceita bravata dos gestos realizados e das ações futuras. No entanto, mudam alguns sujeitos e algumas relações, e é provável que os seres da natureza sejam mais agraciados com isto. Menos animais do campo e das florestas são aprisionados e mantidos sob cativeiro (BRANDÃO, 2000:55-56).

Não podemos, deixar de mencionar que essas mudanças culturais não ocorrem de forma rápida, mas acontece gradualmente, deixando para esses atores um caminho a ser percorrido e para a ciência uma nova e desafiadora demanda.

Todavia, o nosso objetivo não é explorar aqui todo esse vasto percurso da formação desses novos sujeitos, nem do reconhecimento de sua existência e da importância de seu papel, mas é, e ao mesmo tempo que recorremos a estes exemplos, nosso desejo de situar a formação dos jovens enquanto categoria e objeto de estudo, bem como registrar a existência de pontos em comum entre o debate racial, de gênero e geração no universo rural.

A categoria juventude como campo de investigação

Nos últimos anos tem-se atribuído a temática da juventude, a constatação generalizante de traços individualistas, de violência, de contestação e rebeldia. Não para negar a acentuação desses traços, mas procurando compreender a complexidade que envolve este tema, iremos evitar tais generalizações.

As tentativas de conceituação não devem, por sua vez, serem generalizantes, mas podem evidentemente perceber as características universais, biológicas, sócio-culturais ou de faixa etária como contribuições para essa conceituação. Nesse sentido Sousa expõe sua visão de conceito sobre juventude:

Através da literatura sobre o tema, conclui-se que não podemos trabalhar com um conceito único de juventude, mas com uma multiplicidade de condições juvenis, já que são muitas e diversas as formas sociais de conflito e solidariedade envolvendo os jovens que vivem um momento biológico e social transitório, e, portanto provisório, para o estabelecimento de relações estáveis. (SOUSA, 1999:23).

Outros autores sistematizam a idéia de se denominar juventudes e não juventude, uma vez que se trata de uma juventude plural, vejamos:

“Juventudes”, o substantivo plural ajuda a evitar que se opere com a categoria juventude uma faixa etária “objetivamente”definida ou um grupo naturalmente constituído por “problemas”ou “interesses comuns”. De fato, a idéia de juventude como “uma idade de vida”, pertencente a um ciclo suposto como universal e imutável (infância/adolescência/juventude/idade adulta/velhice), pode encobrir a diferença entre jovens em termos de culturas, classes, grupos e configurações sociais (cf MAUGER, 1985; NOVAES, 1997).

As novas formas de organização juvenil

Entendendo a juventude como plural, inicia-se um debate sobre essa diversidade de temas. Assim, é possível perceber que os grupos juvenis organizados podem se orientar pelo lugar social que ocupam, como o local de moradia e as ações que existem nele; pelas mais diversificadas modalidades esportivas: ciclismo, skate, capoeira, grupos de dança etc. Há também uma outra e efervescente discussão em torno dos grupos que buscam formas associativas de se organizar, ou ainda aqueles que não mais são os militantes, mas sim atores voluntários de causas que se pautem na solidariedade entre pessoas.

A discussão sobre sexualidade, as DST/AIDS, também instiga muitos agrupamentos, além da forte existência de grupos culturais como os de cultura HIP HOP, que trabalham muitas vezes temas de reflexão política em suas letras e reúnem em um grupo vários elementos da arte como a dança, a música, o grafite.

Com isso, o movimento estudantil não sai de cena, mas passa a dividi-la com outros atores, tendo como desafios reencantar e reformular métodos de envolvimento e intervenção. Assim, também a juventude partidária que é mais uma que se soma à existência e intervenção da juventude que atua em movimentos não especificamente juvenis como: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, de mulheres, de homossexuais, de saúde e luta pela moradia, Organizações não governamentais – ONGs, sindical, de igrejas, de portadores de deficiência, de defesa ambiental e de agricultura familiar.

Ao dialogar sobre essa diversidade de grupos e, portanto de interesses Sposito (1999) pontua que a diversidade de desejos que agregam os jovens inclui, além do consumo, a produção cultural que pode ser observada na formação de grupos musicais ou de outras formas de expressão, como a dança, o teatro e a poesia. Também estão relacionados outros interesses como afirma Abramo(1998): busca de crescimento e modificação pessoal, de auto-estima, de afirmação de sua capacidade, de autoconfiança;

desejo de convívio com outros jovens para compartilhar inquietudes, medos, desejos, sonhos; a busca de estar com outros jovens num espaço que propicie a sociabilidade, a amizade, o diálogo entre iguais, a construção de uma identidade coletiva.

A heterogeneidade das ações demarca identidades coletivas, em torno de linguagens comuns, de códigos, de interesses etc. Por todas essas razões as práticas juvenis não podem ser lidas isoladamente, sem levar em consideração a importância desses atores na construção de novas estratégias de aglutinação e ação coletiva.

Se não estamos falando de uma única juventude, a estudantil, hoje falamos de outras cenas juvenis e novas dificuldades, ou seja, a luta não é mais contra a ditadura, mas para muitos jovens a luta é pra dividir o tempo em estudar, trabalhar e cuidar da família.

As desigualdades e a fragmentação social se refletem na existência de uma grande heterogeneidade de condições juvenis (em termos econômicos, geográficos, culturais, étnicos, de orientação religiosa e filosófica) (...) os jovens dos setores de baixa renda são os mais afetados pelas situações de exclusão montadas pelo paradoxo entre integração e desintegração. Enfrentam problemas de várias ordens de inserção social, que afetam sua transição à idade madura (ABRAMO, 1998:05)

Deste modo, um dos desafios para os movimentos atuais, é à busca de alternativas para esses setores, bem como conciliar o tempo entre os que trabalham e estudam com o processo de envolvimento em grupos que buscam empreender ações coletivas voltadas para os problemas sociais existentes.

A escola também é um importante espaço de novas modalidades de ação coletiva, são elas em muitos lugares estimuladoras e parceiras de programas como a escola aberta, paz nas escolas, enfim, a informação que chega à escola pode ser potencializada como fortalecimentos dos sujeitos individuais e coletivos.

Uma possibilidade importante de ação do mundo adulto escolar reside na sua capacidade de dialogar com essas forças que podem estar submersas às vezes, na própria sala de aula, nos pátios e corredores, sob a aparência do aluno passivo e distanciado. Trata-se de pensar a escola como mais um dentre os espaços propícios a constituição de sujeitos que tentam compreender sua presença no mundo e buscam construir projetos em condições desafiadoras e adversas impostas pela sociedade atual. (SPOSITO, 1999:19)

É importante lembrar que a contribuição desse trabalho é instigar, elucidar, apresentar alguns elementos sobre a formação desses sujeitos sociais denominados jovens e por vezes conceituados como juventudes. Assim, embora nos parágrafos acima tenhamos registrado os jovens e os movimentos juvenis, o fizemos para possibilitar uma melhor compreensão e até acompanhar como tem se dado os estudos sobre o tema.

Entretanto, reconhecemos que é limitado falar de jovens envolvidos em movimentos e organizações sociais quando pretendemos ir além e entender os sonhos, os desejos de outros anônimos que vivem num dado momento da história em que é efervescente a busca por uma conceituação dessa categoria *juventude*.

Todavia, embora existam várias contribuições e uma vasta produção nas décadas de 60, 80 e 90, essa ainda é uma categoria que requer bastante atenção, não apenas por se tratar de uma categoria fluida, mas também porque toda essa produção existente é limitada a juventude urbana.

É certo, que os elementos acima ao refletirem um conceito de juventude, também podem ser referências para se pensar as várias juventudes existentes no espaço rural. Todavia, não se deve fixar atenção apenas neste debate, ou seja, é preciso também ir “ao encontro” das especificidades que recaem sobre o tema e evitar mais um tipo de generalização presente quando se discute essa questão.

Os jovens como novos atores no rural

Perguntar o que os jovens entendem sobre esta fase da vida em que vivem talvez seja um caminho para aprofundar um pouco mais sobre o tema. Várias outras questões também podem e devem ser feitas como por exemplo: Qual sonho e desejo desses jovens? Querem permanecer no campo ou ir para as cidades? Querem trabalhar na roça ou em atividades não agrícolas?

Certamente, não desenvolveremos todas as questões acima nesse trabalho³, mas as elucidaremos no debate teórico como forma de “perseguir” as especificidades dos jovens rurais e principalmente como forma de entender um pouco mais a formação desse novo sujeito social.

Em primeiro lugar, é preciso desconstruir alguns mitos como o de que a juventude rural se sente atraída pela cidade, ou de que a juventude rural deve permanecer no campo e por isso as políticas sociais devem priorizar esse foco formando e empoderando lideranças juvenis.

Uma segunda questão, é não partir do princípio de que a categoria juventude é auto-explicativa e auto-evidente, capaz de ser analisada através de comportamentos ou idade apenas, como sugere Guaraná (2004).

Em geral, quando a discussão é sobre juventude rural as explicações dadas para a migração como um grande problema a ser enfrentando, impedindo o destino dos jovens

³ Nesse trabalho nos utilizamos apenas de um levantamento bibliográfico.

associados aos programas de fixação dos jovens no campo são pontos comuns em vários estudos.

Assim, na próxima parte deste trabalho partiremos para algumas das questões elucidadas anteriormente, com o intuito de discutir como os diversos autores têm orientado suas reflexões.

O que é ser um jovem rural?

Os critérios de representação ou de auto-representação do universo rural para os jovens, obedecem a aspectos “elásticos” que não se limitam a uma faixa etária específica, ou seja, a entrada no mundo do trabalho pode ser um destes critérios.

Podemos citar ainda o casamento como a entrada na vida adulta e por conseguinte ser solteiro e não ter constituído unidade familiar é sinônimo de juventude. Entretanto, Carneiro (1999) pondera:

Ambos os critérios são igualmente frágeis e carregados de ambigüidades construídas culturalmente. Na realidade, ser jovem corresponde também a uma auto-representação que tende a uma grande elasticidade em termos etários, proporcional às dificuldades crescentes de ingresso e a sua informalização excessiva no Brasil (1999:01)

Mas, para além dessa definição individual existe ainda o reconhecimento do ser jovem enquanto processo coletivo, ou seja, fazer parte de um grupo de jovens pode ser uma definição e uma auto-representação do que venha a ser o significado da juventude em uma determinada comunidade

A dificuldade de definição da categoria juventude, também é influenciada pelas imprecisões do que vem a ser o rural na sociedade contemporânea. Discutir as novas demandas rurais, é antes de tudo reconhecer as mudanças ocorridas nos anos 90 do século passado, o que GOMES (2001) nos ajuda a entender quando afirma que Essa nova conformação que passa a ser definida como o **novo rural** começa a exigir um maior esforço reflexivo daqueles que se debruçam sobre as questões relativas ao modo de vida das populações rurais, na busca de desvendar e teorizar sobre a presença marcante de fenômenos, ações, processos e atores sociais novos ou revigorados que dão novos contornos a esse mundo rural.

Quais os sonhos/desejos dos jovens?

Essa questão está intimamente ligada aos projetos e perspectivas de futuro, aos projetos de vida individuais e coletivos. É certo que o compromisso com a família pode

“comprometer” os projetos individuais, mas á medida em que desejam melhor o padrão de vida ou “ser alguém de futuro”, esses desejos certamente os impulsionam a pensar estratégias de conquistas de novos espaços.

Sonhar em morar na cidade ou ter nos centros urbanos um fio condutor para os próximos passos, não significa a automática negação com sua identidade rural, mas oportunizadas.

Entretanto, este dilema campo/cidade não é de toda forma a continuidade de uma oposição histórica, mas é ao mesmo tempo uma dualidade que contribui para a formação dessa identidade mista.

Na pesquisa Perfil da juventude brasileira os três assuntos que aparecem como sendo de maior interesse da juventude rural são: educação, emprego e cultura e lazer. Carneiro (2005) analisa essas perspectivas de futuro:

Apesar das dificuldades atuais enfrentadas pelos jovens rurais para se estabelecerem no mercado de trabalho e da precariedade das condições de trabalho a que são submetidos, a avaliação que fazem do futuro próximo é, paradoxalmente, otimista. A quase totalidade deles vislumbra um futuro melhor para suas vidas pessoais com base em dois principais fatores: a possibilidade de virem a trabalhar (ou de terem uma profissão) e o término da formação escolar (um associado ao outro). (2005: 252).

Esses desejos não se encerram numa perspectiva previsível, mas o não previsível como sonhar diante de grandes adversidades, possibilita um novo desenho da juventude rural.

Os Jovens querem permanecer no campo? Qual a relação deles com a agricultura familiar?

Embora, esteja imbricada com a questão anterior, a discussão aqui pode nos levar a um debate sobre sucessão, hereditariedade e relação com os programas de fixação dos jovens no campo.

Seguindo o debate de projetos de vida, a opção pela permanência e o compromisso com a família pode se dar de diversas maneiras. Quando os jovens deixam o mundo rural e vão em busca das cidades com o objetivo de melhorar de vida, essa relação está na maioria das vezes ancorada na possibilidade de acesso ao mundo do trabalho.

A entrada nas estatísticas dos jovens que compõem renda não é simples, o desencanto ao concorrer com uma juventude urbana que teve maior acesso ao capital cultural se torna responsável pela volta de muitos jovens ao campo.

Mas apesar do otimismo dos jovens e do aumento de escolaridade em relação à geração de seus pais, a ida para a cidade nem sempre possibilita a realização de seus ideais. Considerando que o jovem do campo não conta com o mesmo capital cultural e social (o apoio familiar, sobretudo), dos jovens da cidade, a competição no mercado de trabalho urbano lhe é desfavorável. (CARNEIRO, 2005:253)

Na pesquisa perfil da juventude, Carneiro (2005), relata que as mudanças de valores em relação à cidade, mudam quando os jovens se sentem motivados a valorizar o lugar que vive diante da melhoria das condições de infra-estrutura local e das possibilidades de ocupações não-agrícolas.

Um outro fator interessante para pensarmos a permanência dos jovens no campo é a ocupação destes na cena pública. Se por um lado, as políticas sociais de fixação do jovem no campo como imposição de continuidade do trabalho dos mais velhos gera incômodo, por outro os próprios grupos juvenis organizados pautam o debate das políticas públicas, pensando em ações que beneficiem e dêem conta de resolver demandas atuais. Para Sposito e Carrano (2003), embora recente, observa-se na sociedade brasileira um consenso inicial em torno da necessidade de implementação de políticas públicas destinadas à juventude.

Assim, a questão da juventude deixa de ser tema da subjetividade, encarada como problema ou questão da vida privada, para ser pontuada como espaço de demandas de políticas públicas, tendo ainda nas ações da área de direitos destinadas as crianças e adolescentes um limite, uma vez que não dão conta da fase seguinte – a juventude. São por sua vez conflitantes as respostas nas áreas de segurança, de saúde, de educação e principalmente de inserção no mundo do trabalho.

Várias dessas políticas de capacitação, elevação de escolaridade, programa 1º emprego, PRONAF jovem, jovens empreendedores, ensaiam mudanças nos padrões de sucessão nas comunidades rurais em geral. Mas, ainda são iniciativas recentes, sendo muitas delas restritas e pouco adequadas as diversas realidades regionais.

Apesar de todas as questões levantadas acima, não podemos deixar de fora o debate sobre o jovem no interior da Agricultura Familiar, uma vez que quando pensamos em juventude rural e a associamos ao mundo do trabalho, geralmente o fazemos pensando nos processos de continuidades ou descontinuidades na relação com o trabalho agrícola que os mais novos possam ter.

Essa não é uma questão simples, está em jogo o destino de regiões que passam por severos processos de êxodo rural. Abramovay (1998), nos ajuda um pouco a pensar esta relação.

O que caracteriza a agricultura familiar neste sentido é que o pleno exercício profissional por parte das novas gerações envolve, mais que o aprendizado de um ofício, a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital (1998:18).

Não dedicaremos grande atenção as diversas contribuições sobre Agricultura Familiar⁴, mas apenas as relações dos jovens e a perspectiva de futuro quando se trata em permanecer no campo.

Certamente, não é tarefa fácil deixar essa questão para o final, pois talvez só ela nos desse um grande universo de diferenciação do jovem rural do urbano e de afirmação dessa identidade juvenil rural ao pensarmos no interior da agricultura, a relação entre trabalho, patrimônio (como bem simbólico) e família. Buscando elementos da vida cotidiana no local rural, na relação de proximidade rural e urbano.

Todavia, não consideramos essa questão menos importante que as outras e encerrar o debate com ela nos permite caminhar por onde tudo começa e voltar mais uma vez a questão do que é uma juventude rural e como não se trata de um receituário, a questão enriquece o nosso campo de investigação cada vez que se insinuam outras cenas juvenis.

Se pensarmos a partir da juventude como aprendiz no interior da agricultura familiar e sua “rápida” entrada na vida adulta, poderíamos concluir que nunca houve uma juventude rural. De fato, enquanto categoria nunca existiu e por isso se faz pertinente o questionamento, uma vez que o nosso esforço aqui é compreender a formação desse ator social.

Geralmente as pesquisas sobre organização social no campo referem-se ao jovem apenas na condição de membro da equipe de trabalho familiar, seja como aprendiz de agricultor, nos processos de socialização e de divisão social do trabalho no interior da unidade familiar, seja como trabalhador fora do estabelecimento familiar complementando a renda da família com seus salários precários e engrossando, assim, as estatísticas sobre a população economicamente ativa (PEA) no meio rural. (Carneiro, 2005:244)

Os jovens que ao completarem 15 anos passam a ter a responsabilidade de sustento da família, com uma série de fatores que os colocam nessa condição como casar, ter filhos e parar de ir à escola, também se apresenta como a interrupção da juventude, antes mesmo dela chegar.

⁴ sobre isso ver Tedesco (1999), Wanderley (2000), Carneiro (1998)

Essa ambigüidade em querer continuar por opção e não por “destino”, ao mesmo tempo que se tem a certeza das dificuldades a serem enfrentadas para dar continuidade ao trabalho da agricultura familiar, não é dúvida apenas dos mais jovens. Os pais também vivem esse dilema quando pensam nas crises vividas na produção agrícola, ou mesmo nos seus próprios sonhos de que seus filhos tenham uma vida diferente da que eles tiveram

Mesmo entre os que se consideram bem sucedidos na atividade agrícola, são poucos os que desejam que os filhos dêem continuidade à lavoura familiar, pesando nessa avaliação o pessimismo quanto ao futuro das condições de produção do pequeno produtor. (Carneiro, 2005:248).

Embora haja muitas queixas de que os jovens não queiram continuar o trabalho, não garantam a reprodução da produção familiar ao herdarem como ofício a agricultura familiar, é sabido também que a decisão de continuidade é uma questão bastante delicada.

As jovens mulheres que continuam no campo, ao optarem pelo casamento como única alternativa de futuro, também interrompem a juventude, deixando de participar de grupos, passando a ter outras obrigações em suas rotinas.

Mas, não podemos esquecer que quando falamos em sair do campo e “ousar” novos caminhos, é entre as jovens que o debate se assinala com maior força, ainda que seja para trabalhos domésticos, a ida destas jovens para outras localidades estão sempre associadas à possibilidade de acesso à educação.

A autonomia dessa geração em relação a outras também é um fator que permite aos jovens questionarem o seu papel dentro da unidade produtiva, ou seja, a migração não é apenas para escapar de uma grande crise, mas pode ser entendida também como uma característica da juventude atual.

Devemos ressaltar ainda, que a possibilidade de ruptura com a agricultura familiar por parte das mulheres jovens, se torna, em alguma medida, mas flexível já que em geral não compete a estas a continuidade da unidade familiar produtiva.

Para as famílias que vivem especificamente em assentamentos uma outra questão: Qual o futuro dos jovens ao se casarem, terão lugar para viver? Terão eles que passar por toda a luta pela qual os pais já passaram anteriormente pela conquista da terra?

Os dilemas quanto ao futuro parecem traduzir melhor o que é ser jovem nesse mundo rural, seja ele de que face for.

Considerações finais

Não temos a pretensão de encerrar este trabalho com a sensação de que já caminhamos o bastante pelas definições sobre juventude, nem tão pouco resumir a discussão dizendo que esta é apenas uma palavra que pode ser substantivada e adjetivada de todas as formas.

Ao contrário disso, queremos em primeiro lugar afirmar que o fato dessa dificuldade de vivência da transição para a fase adulta, não nos é resposta para afirmar que a juventude nunca existiu, dizendo de outra forma, essa questão nos leva a perceber que a juventude de fato não existia enquanto categoria analítica.

Assim, ao aproximarmos o debate de juventude em torno dos temas como meio ambiente, gênero e raça, podemos perceber que não é apenas a questão de geração que aparece como lacuna no que se refere ao campo de investigação científica.

Desta forma, a construção desses sujeitos sociais embora obedeça a percursos específicos, contam pontos em comum como a visibilidade dessa identidade construída não apenas no campo da investigação científica, mas sobretudo na mudança de relação e de posturas dos sujeitos e na construção de direitos sociais.

No que confere a juventude especificamente, traduzir o debate em torno da conceituação através de diversas óticas, contribui para percebermos o quanto é complexo falar em juventude. Essa discussão nos permite ainda reconhecer traços comuns e desejos compartilhados entre jovens rurais e urbanos, mas sem perder de vista as especificidades, as apropriações culturais dadas as diferentes formas de acesso a estas, citamos a educação como exemplo.

Por fim, podemos dizer que a juventude rural não pode ser vista apenas através de uma definição demográfica, mas para além dos limites territoriais existe a formação de um novo sujeito social, que sai da invisibilidade e ocupa seu lugar de forma bastante diversificada, assim como é o espaço em que vive.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. Participação e organizações juvenis. Fundação Kellog. 1998.

ABRAMO, Helena Wendel, BRANCO, Pedro Martoni (2004). Retratos da juventude brasileira; análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

ARRUTI, J. M. “A emergência dos remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas”, Revista Mana, vol. 3, nº 2, out. 1997.

- ABRAMOVAY, Ricardo *et all.* Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.
- BRANDÃO, C. R. O afeto da terra, Campinas, Ed. Da Unicamp, 2000
- CAMARANO, Ana Amélia et alii. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. Brasília, IPEA.
- CAMARANO, Ana Amélia (2004). Jovens e idosos nordestinos: exemplos de trocas intergeracionais? Rio de Janeiro, IPEA
- CARNEIRO, M. J. O ideal Rurbano: Campo e cidade no imaginário de jovens rurais in Mundo Rural e Política: Ensaios interdisciplinares. Ed. Campus/Pronex (1999).
- _____. Juventude Rural: Projetos e valores *in* Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional. Instituto de Cidadania/Fundação Perseu Abramo. SP, 2005.
- _____. “Ruralidades: novas identidades em construção” Estudos, sociedade e agricultura, UFRRJ, nº 11 out. 1998.
- _____.”Pluriatividade: uma resposta á crise da agricultura familiar” e “Urbanização e sociabilidade na aldeia” Camponeses, agricultores e plriatividade, rio de Janeiro, Contracapa, 1998.
- CARRANO, Paulo. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. Ediciones CIDPA. 2003.
- CASTRO, Elisa Guaraná de . (2004). Sonhos, desejos e a “realidade”: herança, educação e trabalho de “jovens rurais” da Baixada Fluminense/RJ. Rio de Janeiro. JUBRA.
- CASTRO, Elisa Garaná de. (2005). Juventude rural: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra”. Caxambu, ANPOCS.
- GOMES, A. .A dimensão urbano rural e as novas ruralidades *in* Brochura O Município no Século XXI. Base de Pesquisa Estado e Políticas Públicas/UFRN,2001.
- NOVAES, Juventudes cariocas: mediações e encontros culturais. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.
- SOUSA, Janice Tirelli Ponte. Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90.São Paulo: Hacker Editores, 1999
- TEDESCO, J. C. (org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. EDIUPEF, 1999.
- WAMDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedade modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo. Estudos, sociedade e agricultura, nº 15, out. 200, pp 87-145.
- WOORMANN, E. “Família, mulher e meio-ambiente no seringal”. Além dos territórios (orgs. Niemeyer e Pietrafesa de de Godoi), Campinas, Mercado de Letras, 1998.

ORGANIZAÇÃO E PLURIATIVIDADE: O RURAL CONTEMPORÂNEO E AS SUAS PERSPECTIVAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL

Denes Dantas Vieira
Mestrando do Programa De Pós-Graduação De Ciências Sociais
Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte
Centro De Ciências Humanas, Letras E Artes
denesdantas@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Em sua fase contemporânea o rural passa por mudanças significativas em sua base econômica, isso vem ocorrendo, principalmente, em áreas de interesse para atuação dos mais diversos atores sociais, que têm protagonizado o que muitos estudiosos denominam de “pluriatividade” (Alentejano: 1999 Gomes: 2001 Graziano: 1996 Carneiro: 1998). Não reduzindo o debate sobre a realidade rural a uma explicação econômica, a qual não leva em conta a sua complexidade, compreendemos o aspecto econômico nessa discussão como o “alicerce” de um rural que busca alternativas de renda frente às dificuldades em viver exclusivamente da agricultura tradicional.

A pluriatividade nesse contexto se desenvolve a partir de uma série de novas atividades, que surgiram em determinados espaços rurais. No entanto é importante enfatizarmos que esse não é um “fenômeno” comum a todo rural. Os pluriativos, ou para outros, “agricultores em tempo parcial”, têm surgido e, conseqüentemente, sido estudado em áreas muito delimitadas e específicas.

A exemplo do Estado do Rio Grande do Norte (Gomes: 2001), as agroindústrias da fruticultura e a carcinicultura, criação de camarão em cativeiro, mostram a vitalidade e o dinamismo das atividades desenvolvidas por estes grandes empreendimentos, assim como os desafios que os agricultores, principalmente os pequenos, têm sofrido para se adaptarem a essa nova realidade. A história do trabalho agrícola no Brasil, segundo Ianni (1984), pode ser dividida, através da predominância de três fases: Escravo; Lavrador; e a última, Operária Rural.

O surgimento do proletariado rural como categoria política fundamental da sociedade agrária brasileira, ocorreu na época em que se efetivou o predomínio da cidade sobre o campo (Ianni, 1984:117).

Neste trabalho ressaltamos o lugar da pluriatividade em um rural que ainda guarda consigo resquícios de uma “campesinidade” há muito tempo perdido. O agricultor pluriativo que fazemos referência pouco ou nada lembra o camponês originariamente estudado por Mendras (1969) ou Chayanov (1985).

Os agricultores “pluriativos” da agroindústria na pequena associação da fábrica de doces de Tabua em São Miguel do Gostoso/ RN se auto denominam “trabalhadores rurais”, uma definição política que caracteriza bem a formação e a história de uma comunidade rural moldada a partir de inúmeras lutas políticas. A ação coletiva desenvolvida em Tabua difere de experiências, que levam a total proletarização, por ser uma experiência associativista ela mostra o vigor e a superação dos desafios de um rural que, para muitos, estaria condenado ao atraso.

Em muitos casos percebemos que esse agricultor “pluriativo”, mesmo não fazendo da terra seu único meio de vida, continua pensando como “camponês” ou com fortes traços de uma campesinidade que se distancia radicalmente de seu modo de produção atual.

No intuito de contribuirmos com “provocações” que consideramos pertinentes para o debate em torno das questões atuais que se desenham no rural brasileiro, nesse trabalho apresentamos, de forma objetiva, o pensamento de autores que em alguns casos são divergentes, mas que em algum ponto se convergem em relação ao debate de conceitos como o de campesinato e tantos outros temas, e expomos de maneira sucinta a experiência de ação coletiva de agricultores que se reuniram em torno da construção e administração de um “sonho”, a fábrica de doces de Tabua.

A apresentação do estudo da ação coletiva desenvolvida pelos trabalhadores rurais de Tabua, em São Miguel do Gostoso/RN, é resultado de trabalhos de pesquisa realizados em comunidades rurais em 2004/2005 no litoral sul do RN.

O Desafio da reprodução Rural

Com o advento da cultura industrial e o surgimento de empresas agrícolas o campesinato, em algumas realidades, buscou formas de se adaptar a um rural de grande capacidade de produção, em curto tempo e com uma rapidez já mais vista, o papel do campesinato tradicional passa a ser marginal diante da magnitude do sistema econômico dominante. Abramovay (1998) mostra que nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e na Europa Continental o caráter da “empresa familiar” foi o grande responsável pelo desenvolvimento da agricultura moderna nessas regiões desconstruindo muitas idéias de que a “empresa familiar” era sinônimo de “pequena produção” .

A partir das experiências latino-americanas Wolf (2003) apresenta algumas características consideradas por ele, e, as quais concordamos que sejam norteadores para uma aproximação daquilo que podemos pensar como sendo camponesa. O termo Camponês é visto por Wolf (2003) através de uma “relação estrutural”, essas estruturas são percebidas umas em relação com as outras, interagindo em uma mesma realidade. Para efeito de distinção três características servem de base para pensarmos uma “aproximação” com o termo camponês.

A primeira é a do camponês como produtor agrícola, ter o cultivo da terra na centralidade para suas relações, isso ainda segundo Eric Wolf diferencia o camponês do pescador, mineiro, seringueiro e do vaqueiro “as implicações culturais (a exemplo do vaqueiro) são suficientemente distintas daquelas da agricultura para justificar um tratamento separado” (2003:120).

Separar os camponeses que possuem terra daqueles que não a tem, e, portanto estão sujeito a uma autoridade de um agente externo é a segunda característica desse entendimento. O direito e o acesso direto a terra torna-se algo essencial para que o camponês tenha autonomia e confiança na realização das atividades e na forma como ele concebe a terra e o seu processo de produção.

A terceira e última característica é a de que o camponês tem como objetivo a sua auto sustentação, ele, ao contrário do “fazendeiro” não trabalha visando o lucro e conseqüentemente o reinvestimento, sua plenitude está justamente em suprir as necessidades definidas por sua cultura. Mesmo quando ele vende parte de sua produção para o mercado, o dinheiro obtido é destinado à obtenção de “bens e serviços” necessários para se viver (Wolf: 2003).

O autor, em seus estudos sobre camponeses na América Latina, ainda observa dois tipos de comunidades camponesas, a que ele chama “comunidade corporada” é formada por grupos de camponeses que vivem em áreas “marginais” e sem muitas relações com a realidade externa, sendo suas necessidades restritas ao seu ambiente, suas técnicas tradicionais limitariam seu poder de produção.

A “comunidade aberta”, ao contrário da “comunidade corporada” é formada como Wolf (2003:131) enfatiza por “várias sub-culturas, das quais o campesinato evidencia apenas uma delas, embora seja o segmento funcional mais importante”. A “comunidade aberta” vende para o mercado externo, o qual mantém intensa relação, quase tudo que produz, a acumulação individual é algo que é perseguida e não há qualquer restrição à ostentação e a exibição da riqueza obtida com a produção.

Um debate que vai de encontro com a idéia de que o campesinato está em volta de um “todo maior”, no qual não podemos compreendê-lo sem a percepção das demais esferas que de forma direta ou indireta atuam na sua forma de ser e representar a realidade rural na qual está inserida, dessa maneira os camponeses são vistos como resultado de um processo.

Ao estabelecer uma tipologia de segmentos camponeses, defrontamo-nos imediatamente com a dificuldade de que os camponeses não são primitivos, isto é, a cultura do segmento camponês não pode ser entendida em termos dela mesmo, mas como uma cultura parcial, relacionada com um todo maior. (Wolf, 2003:121)

Na tipologia proposta por Eric Wolf à história passa a ser parte constitutiva de sua elaboração entendendo que o segmento em questão está inter-relacionado a uma série de fatores que o afetam e por ele são afetados. Portanto, Wolf (2003) afirma que devemos buscar a estrutura e não somente o “conteúdo cultural”, ainda procurarmos outros “traços” que estejam além das esferas econômicas e sócio-políticas, vendo-os como “parte de um todo maior”, por último ele lembra a importância de incorporarmos a idéia de “trajetória histórica” na caracterização de um tipo.

Pluriatividade em Questão: O Novo e o Velho em uma relação controversa

O surgimento do termo pluriatividade nasceu na Europa em meio aos processos de desconcentração industrial e expansão urbana (Alentejano: 1999). A pluriatividade como “relação social” é uma prática nova ou velha no rural? Há defesas de que a pluriatividade é algo que sempre fez parte do campesinato, isto é, ao longo da história ele sempre praticou atividades variadas para o cuidado de sua própria sobrevivência e reprodução. Essa reflexão leva a desconstrução da pluriatividade enquanto relação social “transformadora” da realidade rural, esvaziando inclusive de sentido boa parte dos estudos realizados em torno da temática.

Para análise temos a compreensão de que o campesinato sempre se utilizou da pesca, do extrativismo e até em algum grau de formas de metalurgia para a confecção de ferramentas de trabalho, sendo atividades, que ao longo da história, foram intrínsecas a existência e reprodução do campesinato e não podemos dessa forma trazê-las para o debate organizado da pluriatividade nos moldes em que se discutem atualmente. Por outro lado, a pluriatividade como resultado apenas do processo de desconcentração industrial e expansão urbana, no caso brasileiro, pouco se aplicaria, isso mesmo levando em conta os processos que estão em curso, a determinadas áreas rurais.

A pluriatividade não pode ser compreendida apenas como resultado desses processos, ela também tem origens em atividades e serviços que surgiram no rural, à expansão dos serviços de educação, o acesso a transporte e o oferecimento dos serviços de saúde e etc são exemplos da criação de novas ocupações.

As últimas décadas do século XX aceleraram mudanças significativas para determinadas áreas rurais, fazemos referência não somente aos fenômenos desencadeados nos países desenvolvidos, os quais tradicionalmente são alvos de estudos, que apontam redefinições nas estruturas do rural. Mas, também e em algum nível em determinadas regiões do Brasil, Carneiro (1998) destaca dois conjuntos de fenômenos ainda que antigos, adquirem novos significados para realidade brasileira.

O Primeiro deles é o de que “o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola”. O segundo está relacionado “à procura crescente de formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade” (Carneiro, 1998:56).

Muitos estudos vêm mostrando uma participação crescente das ocupações rurais não agrícolas (Gomes da Silva, 2001; Graziano: 1996) como elemento preponderante para o aumento e estabilidade nas rendas das famílias rurais, por uma outra dimensão os índices do emprego agrícola, vêm caindo desde meados da década de 80, no nordeste brasileiro e em particular no Rio Grande do Norte.

Essa diminuição do emprego agrícola rural está muito relacionada ao fim da cultura do algodão, antiga base econômica da agricultura potiguar, e da diminuição do cultivo da cana de açúcar, anteriormente muito presente no litoral do Estado (Gomes da Silva, 2001).

O processo de construção ou re-significação de identidade no contexto das novas ruralidades está moldado por formas culturais, econômicas e sociais diversas, como lembra Maria José Carneiro. O que não podemos, segunda autora é: “congelarmos no tempo o conceito de camponês no modelo medieval” (1998:55) como se fosse uma categoria estática, incapaz de absorver as transformações no campo do econômico e do social, e sem ao mesmo tempo manter, valores e “formas de saber” específicos das ditas sociedades rurais.

Superar a idéia dualista que opunha o rural, atrasado e primitivo, ao urbano, moderno e desenvolvido, é algo fundamental para formulações mais fieis das mudanças ocorridas em algumas regiões. Essas mudanças não representam necessariamente uma descaracterização do rural: “mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de

mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição dos atores, mas isso não significa uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social”. Afirma Maria José Carneiro (1998:58).

Ainda reforça a autora: “não se trata, portanto de um processo inexorável de descaracterização dos núcleos rurais, mas da sua reestruturação a partir da incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais” (Carneiro, 1995:4).

Como exemplo, podemos citar os significados da vida urbana, práticas sociais que são estranhas ao morador do rural, mas que são perfeitamente compreensíveis e assimiláveis para o “cidadino”, morador da cidade. Maria de Nazaré Baudel Wanderley aponta para questões acerca dos significados do desenvolvimento rural em uma sociedade moderna, e nos leva a refletir sobre o que é esse novo rural: É a implosão de uma sociedade ou é uma nova sociedade em gestação¹?

Nas sociedades modernas, o desenvolvimento dos espaços rurais dependerá, não apenas do dinamismo do setor agrícola, porém, cada vez mais, da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar uma profunda ressignificação de suas próprias funções sociais (Wanderley, 2000:96).

O que ocorre hoje é a emergência de novas ruralidades, de uma sociedade que guarda consigo elementos de uma identidade camponesa por um lado, e por outro lado vem se apropriando daquilo que no passado lhe era indiferente e essencialmente urbano, práticas e tradições das ditas sociedades modernas.

O ritmo nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem, mas à realidade distintas cultural e socialmente (Carneiro, 1998:53)

O rural é espaço de produção de relações sociais específicas, com uma realidade própria, possuindo suas particularidades históricas e culturais. Ergueu-se sobre uma estrutura de dominação social: posse, uso indiscriminado da terra e dos recursos naturais (Wanderley, 1999). O rural como reflete Nazaré Wanderley é uma sociedade com aspectos singulares e com uma identidade moldada, através de uma estrutura de poder construída sobre uma forte base patriarcal e centralizadora.

É também visto como “o lugar” onde se vive espaço consistente de identidade, diante disso se faz necessário, reforça a autora, pensarmos em “tipologias” para analisarmos o rural, para que dessa forma não nos deixemos atrair pela tentação de

¹ José Graziano da Silva (1997) defende a idéia de que as transformações ocorridas no rural apontam para uma “nova sociedade em gestação”.

análises generalizantes que conseqüentemente não conseguirão dar conta de todas as questões presentes na heterogeneidade rural.

Mesmo diante das tentativas de homogeneizar a vida rural e urbana, as representações sociais tanto do rural quanto do urbano reiteram identidades significativas: “as diferenças (entre rural e urbano) vão se manifestando no campo das identificações e das reivindicações na vida cotidiana construindo de forma que o rural se torna um ator coletivo, construído a partir de uma referência espacial e inserindo-se num campo ampliado de trocas sociais” (Wanderley, 1999:4).

Pluriatividade e Ação Coletiva em Comunidades Rurais

A compreensão das causas, êxitos e fracassos das estratégias de ação coletiva em comunidades rurais devem ser fonte principal de aprendizagem para melhorar as intervenções públicas e privadas, orientadas a combater a pobreza, modificar os sistemas de exclusão, promover o desenvolvimento rural e melhorar a administração de recursos. (Ramirez e Berdegú, 2002) ². As transformações no campo, e em particular na esfera daquilo que é comunitário, trouxeram consigo profundas mudanças culturais para as sociedades rurais. O desenvolvimento rural sugere proposições novas para resolução de problemas antigos.

No plano material e da transformação produtiva, apresentam-se problemas de coordenação nas cadeias produtivas, de acesso a mercados caracterizados por fortes barreiras (agricultura orgânica), de acesso a terra e financiamento, e até mesmo em relação ao crescente aumento de atividades não agrícolas desenvolvidas (Graziano: 1997). Que somadas as outras questões não podem ser resolvidas mediante apenas a ação individual, potencializar e mobilizar ações coletivas torna-se um grande desafio para o enfrentamento das mais variadas questões apresentadas ao mundo rural.

Para Ramirez e Berdegú (2002) as estratégias de ação coletiva em comunidades rurais possuem três propósitos principais: 1 – Melhorar os ingressos ou outra dimensão do bem-estar material imediato aos grupos envolvidos; 2 – Modificar as relações sociais no interior da população rural específica e, particularmente, as relações de poder (por exemplo, as relações de gênero) e 3 – Influenciar sobre as políticas públicas, para as oportunidades de desenvolvimento, e enfraquecer ou superar os sistemas de exclusão e discriminação.

² Eduardo Ramirez e Julio Berdegú escrevem a síntese da conferência sobre experiências de ação coletiva em comunidades rurais na América Latina, realizada pelo Fundo Mink'a de Chorvali em 2002.

Ainda segundo esses mesmos autores, a estes três propósitos principais podem se adicionar outros tipos de objetivos da ação coletiva: a) Desenvolvimento das capacidades dos indivíduos (capital humano); b) fortalecimento organizacional; c) construção de redes e alianças sociais; d) aprofundamento de normas e valores (tais como a solidariedade, reciprocidade, e confiança) que contribuem ao alcance do bem estar comum (capital social).

Sobre o desenvolvimento de ações coletivas, principalmente as realizadas em áreas rurais, na grande maioria das vezes, elas estão sendo acompanhadas, quando não “protagonizadas”, por instituições externas a comunidade. O Estado em suas várias esferas tem tradicionalmente atuando nesse sentido.

É ainda importante compreendermos que as políticas e projetos de apoio à ação coletiva desenvolvidas por agentes externos, não transferem automaticamente capital social e capital humano aos grupos envolvidos em ação coletiva. Para desenvolver potencializar essas ações, é necessário facilitar e consolidar processos de “aprendizagem social, através dos quais os grupos, comunidades ou organizações rurais desenvolvam progressivamente os seus capitais humanos e sociais” (Ramirez e Berdegué, 2002, p. 3).

Uma outra questão importante é que, somente a ação coletiva não possibilita a resolução de problemas nas relações de poder e de equidade no interior dos grupos envolvidos. Em algumas experiências, ocorre exatamente o inverso; a ação coletiva acaba aumentando as diferenças, porque aqueles que começam com maiores capacidades em termos de capital humano, físico, financeiro, social ou natural, tendem a ser os que têm acesso a maiores e melhores oportunidades e conseguem porventura uma maior proporção dos eventuais benefícios conseguidos pela força da ação coletiva desenvolvida.

A experiência dos trabalhadores rurais da comunidade de Tabua em São Miguel do Gostoso/RN

O nome de São Miguel do Gostoso, segundo registros antigos, vem de um vendedor ambulante, morador da localidade e grande contador de histórias sempre acompanhado de uma risada estridente, “gostosa” e contagiante. Devido a sua risada, o vendedor ficou conhecido como “Seu Gostoso” e rapidamente o nome passou a dominar o novo povoado.

A base econômica do município é centrada na pesca e agricultura. Nos últimos anos, tem crescido bastante o interesse turístico pelo município. O turismo tenta se consolidar, enquanto fonte de geração de emprego e renda para os moradores, e de lazer

e entretenimento para turistas que visitam a cidade. A população de São Miguel do Gostoso é em sua grande maioria residente em áreas rurais.

A Comunidade de Tabua está localizada a 15 km da sede do município de Gostoso, recebeu esse nome devido a grande quantidade de Tabua, planta típica da região existente na lagoa do vilarejo. Tabua, assim como o restante do município tem sua base econômica voltada para a agricultura familiar.

Com uma grande tradição de conflitos e movimentos comunitários ocorridos durante a década de 1980, os moradores da comunidade passaram por um período de intenso conflito em relação à posse de suas terras. A luta pelo direito a terra mobilizou trabalhadores rurais, sindicato e organizações não governamentais em um conturbado momento para história da comunidade.

O conflito entre as famílias dos posseiros e grupos econômicos do município foi um momento ímpar para Tabua, marcado pela determinação e coragem de seus moradores, através da luta pela terra. No auge do conflito o sindicato de trabalhadores rurais do município, entrou em contato com o Serviço de Assistência Rural - SAR/Arquidiocese de Natal e solicitou a assessoria da instituição junto aos trabalhadores da região, o maior temor dos posseiros era de que perdessem tudo que tinham construído ao longo de sua história na comunidade.

A organização dos trabalhadores naquele momento passou a ser, para a comunidade, uma condição importantíssima nas negociações frente aos proprietários e grileiros das terras. Durante esse período o SAR atuou no sentido de suscitar a consciência organizativa entre os trabalhadores. Devido o trabalho realizado pela instituição, a comunidade passou de uma fase de desarticulação, através de iniciativas individuais de confronto, para um momento de organização política e ações coletivas de enfrentamento.

Os moradores, e, sobretudo um grupo de mulheres e jovens, se reuniram para pensar em uma forma de geração de renda para a comunidade, algo que fosse uma alternativa a pesca e a agricultura. A idéia de unir a comunidade em torno de uma ação conjunta, a qual trouxesse “melhorias para os moradores de Tabua” passou a ser o eixo estruturador da experiência. Através de recursos do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor – PAPP, o grupo de trabalhadores rurais construiu uma pequena fábrica.

Nesta perspectiva experiências de organização social como a de Tabua, apontam para um redesenho de forças na conjuntura das comunidades rurais. Novas possibilidades se abrem, através do posicionamento político de novos atores sociais

frente aos desafios colocados pelos processos de globalização e exclusão em nossa época, como bem nos lembra Jose Graziano.

Parece não haver mais dúvida de que as transformações no campo político, econômico e social ocorridas no rural neste final de século apontam para uma nova sociedade em gestação (Graziano,1997:35).

O grupo de Tabua decidiu utilizar a grande quantidade de frutas que a comunidade dispunha e não era aproveitada. O potencial da região estava justamente na riqueza de suas terras, que de tudo produzia e com enorme facilidade, especialmente para o cultivo e produção de frutas tropicais, em particular o caju. A idéia era a de produzir doces e vender para as demais comunidades e turistas que visitavam “Gostoso” durante todo o ano.

As atividades que antes se restringiam ao trabalho e dedicação à agricultura tradicional passou há dividir o tempo com atividades agroindustriais e comerciais. A obtenção de uma nova renda possibilitou, sobretudo, a jovens e mulheres da comunidade a conciliarem as novas atividades com o trabalho agrícola.

A pluriatividade praticada pelos trabalhadores rurais de Tabua articula o trabalho familiar, a ação coletiva e o apego a terra, em volta de uma identidade comum, com o aumento da renda das famílias envolvidas na ação coletiva. Sua face política enquanto “trabalhador rural” os colocou em uma dimensão ativa na dinâmica das transformações que, a exemplo de Tabua, muitas comunidades passam nos confins pobres do Brasil rural, sua experiência nos mostra o poder de reação, frente às adversidades, sofrida pelos “pequenos rurais”.

A Organização como Diferencial

A produção de doces envolveu mulheres e jovens, os trabalhadores que permaneceram juntos possuíam características bem particulares, esse é o grupo que construiu mais afinidade, através de uma trajetória histórica contínua, muitos deles estão juntos a mais de uma década desenvolvendo atividades coletivas, são em sua maioria, componentes do grupo de jovens e do antigo grupo de mulheres que se juntaram e formaram inicialmente a Associação de Mulheres, Jovens e Produtores - AMJP.

há alguns desentendimentos, mas isso é normal, a gente é tudo junto trabalhando, junto construindo as coisas , (.....) o grupo aqui trabalha como uma família, e essa família é construída por várias outras famílias , por isso tem quer quebrar a cabeça. (ARAUJO, 2004)

São laços de solidariedade, forjados através de uma história construída em comum, não somente por morarem na mesma comunidade, mas por compartilharem

ações realizadas em conjunto. Jacob Lima nos lembra da importância das relações pessoais, para o desenvolvimento de ações cooperativas.

Mesmo com a crescente racionalização da vida moderna, as relações pessoais continuariam a serem determinantes na construção da sociabilidade, relações estas que podem ser utilizadas de forma positiva na implementação de programas sociais, daí serem consideradas um capital disponível na sociedade. (Lima, 2001:3)

Muitos dos que participam da experiência da fábrica, estiveram juntos no conflito da luta pela terra, durante a década de 1980, e hoje compartilham uma identidade, que os unem por fortes laços de reciprocidade, confiança e informação sobre o outro, unidos como afirma Putnam (1996) por uma “interação recíproca”.

As características do grupo que permaneceu na fábrica, remete a existência de um capital social alicerçado em uma forte base comunitária, a qual tem muito mais haver com a construção de uma identidade coletiva, através da realização de sucessivos trabalhos em conjunto, do que com “*o reino da perfeita solidariedade*” descrito por Ferdinand Tönnies em seus estudos sobre comunidade.

A afinidade entre os integrantes que permaneceram fiéis à experiência, se reproduz em uma reciprocidade que explica a persistência e o “acreditar” no trabalho coletivo. O grande diferencial do ponto de vista das relações internas entre os atuais e ex- integrantes da fábrica, está no grau de confiança e informação sobre o outro, isto é, quanto mais eu conheço o outro, mais informação eu tenho sobre ele, o que torna maior a possibilidade de confiança para a realização de ações coletivas (Putnam, 1996).

Uma outra questão curiosa é a de que, o grupo mais participativo da comunidade, não só fazendo referência à fábrica, mas aos diversos grupos existentes, tem residência na parte da comunidade que os moradores chamam de “parte baixa”. Segundo os depoimentos tanto dos entrevistados em Tabua, quanto dos técnicos das ONGs que atuam na região, os moradores “de baixo”, diferentemente dos moradores “da rua” possuem uma forte tradição de participação nas lutas da comunidade. Num primeiro momento poderíamos deduzir que, pelo fato da comunidade ser pequena, os laços familiares seriam fortes e isto explicaria a demarcação de espaços, posicionamentos e valores.

Porém ocorre, justamente, o contrário, a comunidade é formada por muitas famílias, lembrando que Tabua, assim como tantas outras comunidades de São Miguel do Gostoso, foi cenário de “lutas pela posse de terras” no passado, e atualmente é palco de conflitos em assentamentos rurais. Fato este, que tradicionalmente impulsiona a

migração para estas áreas. Maria Dilma da Silva, moradora “da rua”, traduz um pouco das diferenças existentes entre os moradores de Tabua.

É que tem muitas diferenças, quem mora aqui diz assim vamos lá pra baixo, e quem tá lá diz vamos lá pra rua, a rua é aqui. Mas é porque aqui é tudo perto a igreja, a praça, o comercio e lá não tudo é longe , mas o pessoal de lá se interessa mais pelas coisas, eles querem que todos da comunidade se juntem pra fazer as coisas, mas sei lá, o pessoal não tem fé, como essa fábrica, os daqui da rua não acreditam que ela var pra frente(DILMA, 2004)

Na mesma comunidade há representações de interesses antagônicos, em Tabua os moradores “da rua” não se identificam com os moradores “de baixo”, no entanto a desconfiança dos moradores “da rua” não impede os moradores “de baixo” de se empenharem pela busca por “melhores condições de vida” e pela união de todos na comunidade. Nesse contexto um questionamento pertinente vem a tona: Por que há, entre os moradores de tabua, tantas diferenças de posturas em relação ao andamento e entendimento de questões públicas na comunidade e em particular a da fábrica?

A ação coletiva desenvolvida em torno da fábrica de doces de Tabua, nos ajuda a entender alguns entraves e possibilidades desse tipo de experiência, como nos lembra Ramirez e Berdegue (2002), recorrer a ação coletiva para enfrentar os processos de exclusão social continua sendo uma importante alternativa para as comunidades rurais pobres.

A mobilização social, realizada pela Associação de Mulheres, Jovens e produtores – AMJP, para a construção Fábrica de Doces , assim como os desafios colocados em sua gestão, trazem a tona novas e velhas questões sobre a natureza das ações coletivas. O contexto onde as ações da AMJP se desenvolve, nos explica muito do que acontece em Tabua hoje e em particular sobre o processo que se desencadeou na fábrica

O grupo que idealizou o projeto para a construção da fábrica, possui uma história de lutas e conquistas bastante particular, processo este comum não a comunidade como todo, mas a um grupo de moradores, que em sua maioria jovens e mulheres tem demonstrado compromisso, confiança e cooperação em trabalhos realizados na comunidade. Um trabalho de parceria que teve início com a “luta pela terra” durante a década de 1980 e vem tendo continuidades ao longo dos anos.

Uma relação calcada em um forte “associativismo horizontal”, que possibilitou o desenvolvimento de ações participativas, o que veio caracterizar do ponto de vista das

relações internas, um grande sentimento de pertencimento e comprometimento. Algo por exemplo, não percebido naqueles que abandonaram a experiência, ou entre os demais moradores que nunca se envolveram nas lutas e nas atividades desenvolvidas na comunidade.

Por fim, O diferencial na experiência de ação coletiva em Tabua está justamente no estoque de capital social, construído, mobilizado e disponível no grupo e pelo grupo da associação. Onde com muita habilidade e disposição dos sujeitos envolvidos, tem compartilhado de forma responsável e otimista todos os êxitos e entraves desta experiência.

Considerações Finais

As discussões apresentadas nesse trabalho, extraídas em muitos casos de diferentes debates em relação às questões apresentadas, procuraram de alguma forma contribuir para pensarmos “os rurais” e não uma única “ruralidade”. Entendemos que a realidade não pode está moldada apenas através de “representações”, mas de uma dialética entre prática e representação.

Assim como não queremos “ver camponês onde não existe”, a prática dos “trabalhadores rurais de Tabua” nos ajuda há entendermos um pouco às várias faces do rural, são os “pequenos rurais” dando sinais de resistência e percebermos que as transformações não vêm apenas dos gigantescos empreendimentos gerados pelo agro negócio, o rural também se reproduz através de iniciativas “sinalizadoras” como a de Tabua.

A pluriatividade em algumas realidades pode contribuir de forma importante para a sustentação e manutenção de famílias rurais, sua vitalidade em criar espaços alternativos de geração de renda proporciona um bem estar material e social que são decisivos, em muitos casos, para que o rural se mantenha como espaço de reprodução e afirmação de uma sociedade que insiste em resistir às análises que pregavam sua total destruição.

Olharmos para uma subjetividade campesina em volta a uma suposta “ordem moral”, possivelmente em algumas realidades, sirva para compreendermos os resultados de um rural pluriativo e para percebermos a força de atores sociais que insistem em se reproduzirem, assim como das identidades reafirmadas em meio às novas ruralidades.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Campinas: Hucitec, Ed. UNICAMP, 1998.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Pluriatividade: Uma noção válida para a análise da realidade brasileira? (Org. João Carlos Tedesco) Agricultura Familiar – Realidades e Perspectiva, 2 edição, EDIUPF, Universidade de Passo Fundo, 1999.
- BAQUERO, Marcelo (org.). Raízes do Capital Social. In: _____. *Reiventando a sociedade na América Latina: Cultura Política, Gênero, Exclusão e Capital Social*. Porto Alegre: Editora Universitária, 2001.
- CARNEIRO, M. J. “Ruralidades: Novas Identidades em Construção, Estudos – Sociedade e Agricultura, UFRRJ, N. 11 Out. 1998.
- CARNEIRO, M. J. “Pluriatividade: Um respeito à crise da agricultura familiar?” e “Rurbanização e sociabilidade na aldeia”, Camponeses, Agricultores e Pluriatividade, Rio de Janeiro, Contracapa, 1998.
- GOMES DA SILVA, Aldenor. Relatório de pesquisa sobre as Agroindústrias no pólo fruticultor Açu/ Mossoró. Natal, 2001.
- GRAZIANO DA SILVA, J.O Novo rural brasileiro: Uma análise estadual – Nordeste. Jaguariuma (SP): EMBRAPA, 1996.
- IANNI, Octavio. Origens Agrárias do Estado brasileiro. Brasiliense, São Paulo, 1984.
- LOPES JUNIOR, Edmilson. Gênero e Capital Social nas Redes de Migração Nordestina para São Paulo. Natal, (Texto de Pesquisa), 2003.
- LIMA, Jacob Carlos. A teoria do Capital Social na Análise de Políticas Públicas. Revista Política e Trabalho, n. 17, 2001.
- MENEZES, M. A. “Itinerários migratórios e trajetórias sociais” e “Mulheres, relações conjugais e redes familiares”, Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: Um estudo de famílias de camponeses migrantes, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002.
- PUTNAM, R. D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RAMIREZ, Eduardo; BERDEGUÉ, Julio. Ação Coletiva e Melhorias nas Condições de vida da América Latina. Disponível em: < www.fundominkachorvali.org >.
- SHANIN, T. “A definição de Camponês: conceituação: Conceituações e desconceituações – O velho e novo em discussão marxista”. Estudos Cebrap, 26, 1980.
- WANDERLEY, Maria Nazaré b. “a emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – O rural como espaço singular e ator coletivo”, Estudos sociedade e Agricultura, n. 15, out. 2000

WOORTEMANN, K. “Com parente não se negoceia. O campesinato como ordem moral “Anuário antropológico /84, Rio de JaneiroEd. Tempo brasileiro, 1998.

WOLF, E. “Tipos de campesinato latino-americano:Uma discussão preliminar”Antropologia e Poder(Orgs. Bela Feldmam-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro), Brasília/ EdUnB, Campinas/Editora da UNICAMP, 2003

ENTREVISTAS REALIZADAS

ARAÚJO, Ivanildo Lavoisier Silva. Entrevista. Entrevistador: Denes Dantas Vieira, São Miguel do Gostoso ,2004

ALVES, Gilvaneide. Entrevista. Entrevistador: Denes Dantas Vieira, São Miguel
Do Gostoso ,2004

ANUNCIATA, Maria. Entrevista. Entrevistador: Denes Dantas Vieira, São Miguel do Gostoso ,2004

BARROS, Ilena. Entrevista. Entrevistador. Denes Dantas Vieira. Natal, 2004

BARBOSA DA SILVA, Maria. Entrevista. Entrevistador: Denes Dantas Vieira, São Miguel do Gostoso ,2004

CLESILMA, Maria. Entrevista. Entrevistador: Denes Dantas Vieira, São Miguel do Gostoso ,2004

DO CARMO, Maria. Entrevista. Entrevistador: Denes Dantas Vieira, São Miguel do Gostoso ,2004

DILMA, Maria. Entrevista. Entrevistador: Denes Dantas Vieira, São Miguel do Gostoso ,2004

DA SILVA, José. Entrevista. Entrevistador: Denes Dantas Vieira, São Miguel do Gostoso ,2004

DOS SANTOS, Salete. Entrevista. Entrevistador: Denes Dantas Vieira, São Miguel do Gostoso ,2004

RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo. Entrevista. Entrevistador: Denes Dantas Vieira, São Miguel do Gostoso ,2004

ROSILENE DA SILVA, Maria. Entrevista. Entrevistador: Denes Dantas Vieira, São Miguel do Gostoso ,2004

PARA ALÉM DO “GÊNERO”: UMA REFLEXÃO SOBRE OS MOVIMENTOS DE MULHERES NO CAMPO

Caroline Araújo Bordalo ¹

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar os caminhos trilhados pelos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs), a partir da recente unificação de diversos movimentos de trabalhadoras rurais em Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em 2004 e das questões que concorreram para tal unificação. Para tanto, considero o referido processo como o *locus* privilegiado para a compreensão das relações sociais e do campo político de onde emergiram e atualmente se inserem tais movimentos na luta pela representação dos trabalhadores rurais. A exceção de uma articulação regional, de significativa representatividade política, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), sugere a problematização desse processo e aponta para uma dimensão que tem merecido pouca atenção pelos estudiosos do tema: a das formas tradicionais de representação política dessa categoria, quais sejam, o sindicalismo rural, e os movimentos sociais rurais. A abordagem recorrente se dá através da perspectiva de “gênero”, que ao nosso ver tem negligenciado outras questões sociologicamente relevantes.

Nesse sentido, busco apontar um caminho para os estudos de movimentos de mulheres, especialmente, os que permeiam o âmbito rural. Não é minha intenção traçar uma genealogia política desses movimentos *ad infinitum* e tampouco determinar pontos originários para tais lutas, o que seria demasiadamente arbitrário. Limito-me a perspectiva de que essas “lutas” não são espontâneas, ou seja, que são socialmente construídas e historicamente determinadas devendo ser pensadas enquanto fenômenos heterogêneos.

A construção da categoria *camponesa* por parte do movimento é o fio condutor para o tipo de análise proposta nesse trabalho. É importante ressaltar que não pretendo partir do pressuposto de que tal categoria surge naturalmente de uma tomada de consciência, sob o efeito do tempo, por parte das agentes envolvidas de sua *real condição de classe*. Não se trata de deslocar para a análise das desigualdades de gênero uma tradição marxista de análise das desigualdades de classe. A hipótese desenvolvida é a de que o delineamento dessas categorias (*camponesa* – MMC - e *trabalhadora rural* –

¹ Mestranda em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ.

MMTR-NE) se configura no bojo de disputas políticas e possibilidades de mobilização de recursos sociais mutuamente excludentes, pelo menos no quadro das forças políticas e posições sociais em que os movimentos referidos se encontravam quando da proposta de fusão.

Nesses termos, analiso os dois movimentos, MMC e MMTR-NE, a partir da concepção de que são representantes de duas tradições políticas distintas. Nesse sentido, trabalho com a idéia de que há diferenças significativas entre os movimentos, fundamentalmente no que se refere aos expedientes a que cada um recorre em suas ações. O que significa dizer que se ambos surgiram de mobilizações que envolviam homens e mulheres, seus contextos e histórias distintas resultaram em características organizacionais, metas e estratégias significativamente diferentes.

O surgimento dos movimentos² - uma breve contextualização

“A delegação do capital político pressupõe a objetivação em instituições permanentes (...) em postos e estruturas de mobilização”

(BOURDIEU, Pierre, 1989)

A década de 1980 é o marco histórico de formação de muitos movimentos sociais, nacional e internacionalmente. É também nesse período e no bojo das transformações políticas que, no Brasil, os movimentos de mulheres ganham força e significativa expressão nos processos de luta no campo. A participação das mulheres nas lutas sociais no campo não é fato novo. No entanto, datam deste período as primeiras organizações formais com o objetivo de reivindicar o reconhecimento político de um estatuto profissional. Segundo Deere (2004), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e grupos de mulheres organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) na década anterior muitas vezes ofereceram a experiência formativa que levou as mulheres a questionarem sua condição social.

Navarro (1996) ressalta que as mulheres rurais aumentaram lentamente sua visibilidade política através de duas vias. Em primeiro lugar através do sindicalismo oficial que teria percebido que o crescente debate público sobre a condição feminina e a emergência de movimentos de mulheres poderia contribuir para o aumento da

² O termo está em destaque uma vez problematizado enquanto uma categoria chave para se entender a dinâmica de ação política dos movimentos de mulheres analisados. O sentido adotado neste trabalho para o termo advém da expressão cunhada por Rosa (2004) em tese recente, *forma movimento*, sobre o sentido do engajamento dos militantes de movimentos da zona canavieira de Pernambuco. Segundo o autor, a *forma movimento*, naquele contexto particular representou uma via importante para indivíduos que estavam, por diversos motivos, alijados das instâncias tradicionais de representação, legitimarem pontos de vista sobre suas questões específicas, tornando-se o meio de interlocução por excelência para com os órgãos governamentais.

participação nos sindicatos. Entretanto, coloca que tais iniciativas revelaram-se bastante seletivas, uma vez que na estrutura oficial do sindicalismo rural poucas mulheres ocupavam posições de liderança. Em segundo lugar, através da emergência dos movimentos sociais rurais, em especial através das oportunidades criadas com a expansão de movimentos como o MST. A esse respeito, Stephen (1996) aponta que mulheres que chegaram a alcançar posições de liderança na estrutura de tais movimentos frustraram-se com a inabilidade destes em evidenciar a importância de suas reivindicações específicas.

Nesse período, desenvolveram-se em muitos estados os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs), que frequentemente eram formados por mulheres membros de sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e à Central Única dos Trabalhadores, dado que as principais estruturas organizacionais em áreas rurais eram os sindicatos, ou ainda outros movimentos como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)³. Entretanto, Deere (2004) nos lembra que durante a metade da década de 1980, nos sindicatos filiados à CONTAG, assumiu-se que somente uma pessoa por família poderia ser membro do sindicato, geralmente o homem chefe de família, ficando a mulher enquanto sua dependente.

O reconhecimento de que as mulheres passam por problemas específicos tanto pelas instâncias sindicais como pelos demais movimentos sociais foi um processo lento. Esse é também um dos principais argumentos legitimadores da “autonomia”⁴ dos movimentos de mulheres frente a outros movimentos sociais, uma vez que consideram que suas demandas sempre foram secundárias nesses espaços que, por privilegiarem questões econômicas e os temas relacionados à classe e ao mundo do trabalho, não aprofundavam a discussão sobre gênero. (STEPHEN, 1997). Através de um discurso construído a partir de conceitos como opressão, liberdade, igualdade, justiça, emancipação, solidariedade, poder e dominação, os movimentos de mulheres no meio rural justificam sua existência histórica em termos de autonomia política.

Além disso, Stephen (1996) coloca que movimentos como o MST e a CUT rural, recrutavam deliberadamente mulheres e formavam departamentos especiais e estruturas

³ Durante uma entrevista com uma militante do MMC, em julho de 2005, esta fez questão de falar que o interesse de se criar um movimento de mulheres era anterior ao surgimento do MST. E que este por sua vez, teria se apropriado tanto das demandas (que já existiam), quanto de um ambiente favorável uma vez que a idéia de uma organização formal (inclusive a nível nacional) já existia. E que quando as mulheres se tornam lideranças, elas não tem espaço para desenvolver suas próprias demandas. E assim, o movimento consegue manter a retórica do estímulo a participação política de mulheres sem, contudo, dar importância às questões específicas de gênero.

⁴ O termo está em destaque por não se tratar de uma total separação em relação às demais instâncias políticas, mas, sobretudo, da construção de demandas específicas.

organizativas para as mesmas no interior de cada movimento. No entanto, ainda que os sindicatos e movimentos tenham gradualmente incorporado à sua estrutura instâncias específicas para o encaminhamento das reivindicações e para o debate sobre gênero, os MMTRs estaduais mantiveram-se relativamente independentes em relação a estes e investindo na criação de uma articulação a nível nacional. (DEERE, 2004). E, como aponta Ricci (1999), apesar do movimento sindical de trabalhadores rurais ser o mais vigoroso de toda estrutura sindical nacional, os movimentos sociais permaneceram organizados ao largo da estrutura sindical. Nesse momento, a questão colocada por tais movimentos é a de que a estrutura sindical não comporta as demandas específicas das mulheres, e com isso sua participação fica muito restrita e unívoca. Sendo assim, juntamente à luta pela sindicalização das mulheres, esses movimentos passam a desenhar novas trajetórias de participação política.

Em 1986, é realizado o primeiro encontro nacional de mulheres em Barueri, São Paulo, apoiado pela CUT e pelo MST, com o objetivo de criar uma organização nacional das trabalhadoras rurais. Contudo, ao final do encontro, a formação de uma articulação nacional de movimentos de mulheres rurais foi considerada prematura pelo conjunto de movimentos que lá estavam. Limitando-se a resolução de que os movimentos deveriam concentrar esforços para a criação de redes regionais. De acordo com as considerações de Deere (2004), esse encontro foi seminal para o surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Nordeste em 1986, e da Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sul (AIMTR – Sul), em 1988. E mais recentemente, em 1995, foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), organização que reunia os movimentos de todo o país.

O MMC e o MMTR-NE: tradições distintas de participação e representação política

Para além da importância sociológica do processo de unificação, uma vez que se conseguiu a unidade da quase totalidade dos MMTRs estaduais a partir dessa definição específica da categoria *camponesa(a)* e sob a bandeira do MMC⁵, a afirmação de uma líder do movimento de que não há mais nenhum movimento de mulheres organizado no campo a nível nacional que não seja o MMC, com a exceção do MMTR-NE⁶, indica que esse processo deve ser problematizado. De acordo com as questões apontadas anteriormente, especialmente no que se refere aos limites da literatura que se

⁵ Refiro-me aqui à importância dos símbolos na construção de *formas* de ação como sugere Sigaud em seu fecundo estudo sobre a *forma acampamento*. (Sigaud, 2000)

⁶ Presente em todo o nordeste, sua sede fica em Pernambuco, no município de Serra Talhada.

desenvolve a partir da perspectiva de “gênero”, o pretende-se apontar uma outra direção de análise compreendendo a formação do MMC a partir da hipótese de que esta se refere, sobretudo, às disputas políticas e às posições sociais em que os movimentos referidos se encontravam quando da proposta de fusão. Ou seja, de que não se trata apenas de se articular experiências de participação política das mulheres, mas da construção política que se desenrolou nas últimas décadas por meio das lutas específicas das mulheres rurais, a partir de encontros, seminários, tomadas de posição e deliberações dos próprios movimentos. E por isso, interessa menos a percepção de uma escala evolucionista de tais lutas, onde a tal formação representaria por si só uma etapa mais avançada, e mais a reflexão acerca dos espaços de socialização política dessas mulheres, sejam eles sindicatos rurais ou movimentos sociais.

O Movimento de Mulheres Camponesas conseguiu aglutinar vários movimentos estaduais em torno de uma forma de ação política e sob uma definição ampla do que representaria ser *camponesa*, termo que inclui a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de côco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. Contudo, é importante observar que os diversos movimentos estaduais citados no capítulo anterior já estavam desde 1995 articulados nacionalmente através da ANMTR, incluindo o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste.

Ou seja, além da mudança do nome do movimento, o resultado desse processo é a exclusão do MMTR-NE. Assim, longe de representar “a união das muitas experiências de luta das mulheres”, a formação do MMC acabou por revelar formas distintas de ação política. Sendo assim, e para além do discurso do movimento, ao alegar que a mudança do nome do movimento se relaciona às exigências de outros movimentos, a construção e a utilização da categoria por parte do mesmo podem ser indicativas mais de rupturas do que de supostos consensos.

Durante a década de 70, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (CONTAG, FETAGs e STRs) conseguiu manter o monopólio da representação. No entanto, em meados da mesma década, com a atuação da Igreja Católica no campo e sua intenção de retomada de orientação política, a supracitada autonomia dos STRs passa a conviver com mais um ator social que se saudado num primeiro momento como um aliado, dado seus laços históricos, num segundo momento levaria a divergências crescentes com conseqüências políticas importantes para a condução da representação dos trabalhadores rurais.

De acordo com Moacir Palmeira (1998), a chamada “abertura democrática” da década de 80 provocaria divisões que, ainda que advindas de outra ordem de forças, que antes havia instituído o MSTR, acabariam se somando àquelas que emergiram nas relações com a Igreja.⁷ O surgimento de várias centrais sindicais, em vez de uma única entidade que unificaria as lutas de todos os trabalhadores, acabou por cristalizar tensões e divisões entre os sindicatos de trabalhadores rurais, separando em blocos distintos algumas de suas principais lideranças. Nesse contexto, e lembrando que em 1986 e 1988, definem-se respectivamente, duas articulações regionais, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e a Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sul (AIMTR – Sul), pode-se já nesse período apontar para duas linhas distintas de ação política.

Entendendo que organizar um movimento de mulheres rurais assume significados diferenciados dados os diferentes contextos históricos em que surgiram, o objetivo deste capítulo é analisar dois movimentos, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e o Movimento de Mulheres Camponesas, como representativos de tradições distintas e historicamente consolidadas de representação política dessa categoria.

O MMC e a forma movimento

“Queremos avançar no processo de formação e construção de nossa identidade enquanto mulher, enquanto camponesa e enquanto movimento social”

(MMC, 2004)

Temos como ponto de partida para a análise da *forma movimento*, o fato de que os movimentos do Sul figuraram em todo o processo político de fortalecimento desses movimentos durante as duas últimas décadas como uma espécie de modelo de ação para outros através de uma crescente legitimação de diversos movimentos como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.⁸ Por isso, quando falamos em MMC nos referimos ao recorte possível, identificando características de ação que se

⁷ “A volta à vida política de antigas lideranças, sem contato com o desenvolvimento do sindicalismo de trabalhadores rurais no período e ciosas de aumentarem o espaço de suas organizações políticas nos “movimentos populares” e a cooptação de alguns dirigentes sindicais por essas organizações iriam questionar uma certa concepção de autonomia dos sindicatos diante de movimentos políticos e religiosos, de múltipla origem, e, conseqüentemente, estimular divisões”. (PALMEIRA, 1998)

⁸ O que significa dizer que os expedientes utilizados para a efetivação das demandas estão intimamente associados à *forma* de ação política utilizada para tal fim. Para ver a questão da luta por direitos em outro contexto ver Sigaud (1979).

relacionam com as dos movimentos da Região Sul. Em dois momentos da pesquisa esse argumento encontra respaldo nas falas de suas dirigentes. Em primeiro lugar, a afirmação sobre o interesse de se criar um movimento de mulheres antes do surgimento do MST. E o fato de que este teria se apropriado das demandas específicas das mulheres e da idéia de uma organização formal. Num segundo momento, uma outra dirigente me explicava que a unificação havia sido um importante passo, mas que “o movimento tem que ficar perto da sua base, uma vez que o Sul é sem dúvida a região mais “avançada” no sentido da luta, do que nas outras regiões”, sendo esse o principal motivo da secretaria ser lá.⁹

Considerando esse fato e relacionando-os com os caminhos tomados por esses movimentos e com as questões abordadas no processo de unificação em 2004, a noção de *movimento* proposta por Rosa (2004) torna-se fundamental para a compreensão das questões expostas neste trabalho. Ainda que essa noção esteja referida a um contexto sócio-histórico específico, a zona canavieira de Pernambuco, onde a *forma movimento* se tornou o meio de interlocução por excelência para com os órgãos governamentais, penso que ela pode ser seminal para se pensar os principais expedientes políticos desse *movimento*, bem como do fato de o Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Nordeste não estarem atualmente articuladas ao MMC.

Dado o contexto de surgimento dos movimentos de mulheres no Sul do país, o que me interessa tratar aqui são, sobretudo as características comuns não apenas aos movimentos de mulheres rurais, mas também de outras organizações políticas tais como o chamado “novo sindicalismo” e o MST. Sendo assim, o que busco demonstrar é que a conduta política do Movimento de Mulheres Camponesas não deve ser compreendida de forma isolada, mas em conformidade com sua posição no campo de disputas políticas. Desse modo, podemos dizer que as representações dos agentes dos grupos vão estar de acordo com a posição no mundo social, ou seja:

“...as representações dos agentes variam segundo sua posição e os interesses que estão associados a ela e segundo seu habitus como sistema de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição no mundo social. O principal fator responsável pelas variações das percepções é a posição no espaço social.” (Bourdieu, 1989)

⁹ Segundo uma militante, a atuação do MMC no nordeste ainda não é efetiva, e em alguns estados existem apenas salas do movimento com trabalhos voltados para divulgação do movimento etc. No estado de Pernambuco o MMC não está presente.

O surgimento, no campo, dos movimentos de mulheres da região Sul coincide com o surgimento do movimento de oposição sindical. O assim chamado “novo sindicalismo” apostava numa postura de ruptura com a agora “velha” forma de atuação política caracterizada como assistencialista e paternalista dos sindicatos tradicionais. Tal sindicalismo se auto-caracterizaria como “autêntico, combativo, envolvido com as bases. Segundo Stephen (1996), tais movimentos sociais e o “sindicalismo combativo” compartilhavam de um enfoque ideológico que privilegia o confronto com o Estado.

Entretanto, acredito que essa perspectiva tende a reificar a figura do Estado e de certa forma, incorporar o sentido de noções como “autêntico” e “combativo”. Ou seja, entendo que noções como “combativo” ou ainda “autêntico”, são categorias se constroem de forma relacional e assim me interessa menos entendê-las como expressão de uma verdade ou como representativas de um avanço nessas lutas e mais o que elas significam no campo dos atores políticos em que surgem.

Palmeira (1998) observa que é necessário aprofundar a reflexão em torno das transformações sofridas pelo Estado brasileiro e, sobretudo, como tem se dado a ação deste no campo, analisando os meios através dos quais essa ação tem se dado. Segundo o autor as lutas sociais nos anos 1970 e 1980 propiciaram aos movimentos sociais, o estabelecimento da necessidade de diálogo político, do reconhecimento de sua legitimidade e de suas reivindicações.

Nesses termos, a idéia desenvolvida aqui é a de que nessas últimas décadas se estabeleceu uma relação entre movimentos sociais e Estado que deve ser pensada de forma dinâmica e afastada dos discursos construídos pelos agentes políticos. E nesse sentido, a *forma movimento*, não é apenas um conceito atrelado aos movimentos em si, mas à essa relação que se fortalece, legitima e é dotada de sentido político para ambos os lados nesses anos. E que assim, o estabelecimento dessa forma específica de ação, a *forma movimento*, entendida dentro dos contextos históricos de formação das *bases* dos movimentos, tem sido importante na efetivação de suas demandas. Assim, ao se deslegitimar a atuação da esfera sindical, pode-se dizer que *movimento* passa a ser uma categoria importante na interlocução com Estado.

De acordo com Ricci (1999) em grande parte, as experiências inovadoras desencadeadas pelos movimentos sociais rurais dos anos 80 foram em grande parte catapultadas à esfera das ações governamentais e que estes teriam se transformado numa dimensão extremamente oficial. Esse tipo de perspectiva é ilustrativo da direção de análise que busco me afastar. Acredito que tal constatação confunde uma certa expectativa acadêmica em torno dos movimentos sociais, o que seria a meu ver pouco

sociológico. Ou seja, acredito que o descrédito que certas análises depositam nos movimentos sociais atualmente é decorrente da crença em excesso depositada há alguns anos atrás e não da conduta política do movimento propriamente dita. Assim, acredito que a *forma movimento* contempla de maneira mais adequada às questões propostas nesse trabalho enquanto um conceito que articula a trajetória de atuação política dessas organizações dentro do contexto de disputas políticas dos trabalhadores rurais e sua relação com o Estado.

Sendo assim, a conjugação das forças políticas pode ser um princípio de explicação para a afirmação das líderes do MMC de que atualmente a sindicalização das mulheres no campo deve ser refutada em prol da afirmação do *movimento* como ferramenta de conquista de direitos.

O MMTR-NE e a tradição sindical em Pernambuco

“Não tem nenhum movimento no Brasil que não tenha virado MMC, só em Pernambuco que não tem, lá as mulheres são viciadas em sindicato”

(S., uma das líderes do Movimento de Mulheres
Camponesas)

A vasta bibliografia sobre a organização dos trabalhadores rurais em Pernambuco¹⁰ nos revela que os sindicatos dessa categoria desde as décadas de 50/60 vêm se apresentando como a principal ferramenta desses trabalhadores em seus processos de lutas, tendo sua atuação nas greves de final da década de 70 e início da década de 80, sido uma referência nacional, mantendo sua hegemonia até meados da década de 90. (SIGAUD, 2000; 1980; 1979; PALMEIRA, 1998, ROSA, 2004).

Em muitos estudos sobre o sindicalismo rural no Brasil o ponto de partida é a constatação do lento processo que ampliou direitos do trabalho aos trabalhadores rurais. Como aponta Rosa (2003), “entre a regulamentação dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que versavam sobre a organização dos trabalhadores rurais, pelo decreto 7.038 de novembro de 1944, até o reconhecimento pelo Estado brasileiro dos primeiros sindicatos, se passaram mais de dez anos”.¹¹ (ROSA, 2003)

¹⁰ O caso de Pernambuco é ilustrativo para essa questão por dois motivos. Primeiro, pelo fato de ser clássico o exemplo desse estado no que se refere ao sindicalismo rural, já amplamente analisado por diversos autores. (Sigaud, 2000, 1980, 1979; ROSA, 2004, 2003) E segundo, por esse estado ser o único do nordeste em que o MMC não atua politicamente.

¹¹ De acordo com Ricci (1999) foi por meio dos sindicatos e da Contag que uma construção simbólico-política identitária de *trabalhadores rurais* se afirma nacionalmente.

No caso de Pernambuco, os estudos de Sigaud (2000; 1980; 1979) mostram que as conquistas de *direitos* situam-se em um sistema de compreensão da realidade social no qual os sindicatos se constituíram historicamente como elemento fundamental. Em tal contexto, desvincular a conquista de *direitos* dos sindicatos não implica somente um rompimento com uma tradição muito forte para os trabalhadores daquele estado, o que por si só poderia trazer dificuldades para a compreensão do sentido de “conquista de direitos”, mas implica também no potencial estabelecimento de uma disputa pelas *bases* de trabalhadores que legitimam e reforçam a atuação das organizações.

Em termos sociológicos pode-se afirmar que não é possível tratar das organizações de mulheres nesse estado sem estabelecer qualquer relação com essa tradição sindical. Assumo para pensar essa relação a perspectiva apontada por Stephen (1997), segundo a qual as formas pelas quais as mulheres dessas organizações lutam são determinadas pela história específica de suas organizações anteriores, o contexto político em que surgiram e também pelas múltiplas orientações em que cada organização se apresenta no campo dos atores políticos.

De acordo com Deere (2004), na composição do MMTR-NE quando da sua fundação em 1987, predominava a presença de mulheres que atuavam também nos STRs sendo essa relação evidenciada pelo fato de que, das 22 mulheres trabalhadoras rurais que participaram do encontro de fundação, 20 pertenciam a um sindicato. Nesses termos, a idéia desenvolvida neste ponto é a de que a tradição sindical do Nordeste e, sobretudo sua forma de ação teve é fundamental para se compreender a atuação do MMTR-NE ao longo dessas duas últimas décadas.

Segundo S., militante do MMC desde 1991, “os meios do MMC e o do movimento de PE (no caso, o MMTR-NE), estão sendo construídos em sentidos opostos”. Desse modo, o argumento desenvolvido aqui é que as diferenças no encaminhamento de suas lutas entre os movimentos devem ser compreendidos através das trajetórias organizacionais dos mesmos. Ou seja, no que concerne ao entendimento de sua atuação política ajuda menos observar as supostas “novidades” de tais movimentos do que para o modo de suas lutas são moldadas de acordo com um campo institucional de disputas políticas.

Em contraposição ao “novo sindicalismo”, as práticas do sindicalismo oficial são tomadas por clientelistas, porque atreladas aos Estado. Entretanto, pode-se perceber que diferentemente dos *movimentos* do Sul, a atuação dos MMTRs do nordeste se dá no sentido de estimular a presença de mulheres atuando na esfera reconhecendo esse espaço como um importante interlocutor com o Estado. Em estudo sobre o sindicalismo

entre as mulheres Boni (2004) ressalta que os movimentos de mulheres são vistos pelas sindicalistas apenas como uma etapa para que as mulheres se preparem para uma militância nos espaços públicos já existentes, como sindicatos, prefeituras e partidos, e não como tendo objetivos próprios.

Nesse sentido, ainda que seja possível estabelecer podemos pontos de convergências entre os dois movimentos analisados, MMC e o MMTR-NE, no que concerne às questões tidas como específicas das mulheres rurais, existem divergências significativas em outros aspectos. Ambas organizações se reconhecem politicamente enquanto representantes legítimas das mulheres e enquanto canais importantes na efetivação de suas demandas, e que por esse motivo devem buscar se fortalecer institucionalmente. Assim, apontamos que a chamada “questão de gênero” é um ponto que aproxima os movimentos, e que a literatura acadêmica ao partir do mesmo recorte tal como colocado pelos mesmos, passa ao largo de outras questões.

Desse modo, concluo com a colocação de que é no campo de disputas pela representação política dos trabalhadores rurais que poderemos encontrar um princípio de explicação que informe sobre suas ações. No caso do presente trabalho, os movimentos sociais e o sindicalismo rural, foram entendidos enquanto tradições políticas distintas que conformam a ação política dos movimentos de mulheres rurais nos dias atuais.

Conclusão

Acredito que, para compreendermos os caminhos trilhados pelos movimentos de mulheres rurais não é suficiente analisá-los apenas através da perspectiva teórica de gênero. Nesses termos, a pesquisa revela que muitos estudos sobre estes movimentos refletem o discurso político destes e se legitimam, sobretudo pela sua natureza de intervenção, dentro e fora da academia, feita nos discursos que compõem as falas com as quais dialoga. E que tais análises partem do mesmo recorte dado pelos movimentos, através do que seriam as questões específicas das mulheres no campo, da potencialidade de suas lutas na promoção de transformações significativas das relações sociais tidas como desiguais e opressoras. Assim, a despeito da pertinência teórica e política dessa perspectiva, o que busco destacar é o fato de que este ponto de análise isolado, tão comum em estudos de gênero, talvez se constitua num obstáculo para um fato sociológico que se refere também às questões acerca da representação política dessas mulheres construídas ao longo de mais de duas décadas de organização. O que significa dizer que tais estudos, ao privilegiarem “gênero” como categoria de análise, tendem a

reificar uma outra de igual importância sociológica: a categoria “trabalho”. É nesse sentido que, a partir do diálogo necessário com a literatura sobre “gênero”, a pesquisa revelou ser importante uma perspectiva alternativa que desse conta de outros processos sociais. Assim, a representação política dessa categoria apresentou-se como a entrada adequada para se compreender os rumos tomados por esses movimentos.

Nesses termos, ao privilegiarmos a formação do Movimento de Mulheres Camponesas como um momento importante para o entendimento da ação desses movimentos, levamos em conta a questão da representação política dessas mulheres. Sem considerá-lo como uma etapa mais “avançada” da luta desses movimentos, um dos objetivos desse trabalho era o de identificar não pontos de consenso, mas, sobretudo, pontos de rupturas entre os movimentos uma vez que o processo de formação do MMC é ao mesmo tempo o processo de exclusão do MMTR-NE. Assim, as diferenças fundamentais apontadas nesse trabalho é a da forma de ação entre eles compreendida através de suas histórias organizacionais e do encaminhamento de suas lutas entendendo que o campo dos atores políticos em que estes movimentos estavam e estão inseridos acabam por definir suas atuações. Para além das conquistas e das potencialidades de transformação das relações sociais desses movimentos, nosso trabalho, ao se distanciar desse objetivo, procura contribuir para a análise de um fenômeno que tem raízes na história da participação política dos trabalhadores rurais no Brasil.

No entanto, ressalto que este trabalho não tem pretensões conclusivas, restringindo-se ao levantamento de alguns temas e questões considerados relevantes para a análise dos movimentos de mulheres. Inclusive, porque o tema é demasiadamente amplo, e as proposições aqui são fruto de uma pesquisa que apenas se inicia.

Bibliografia

- ANMTR. *Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Cartilha do 1º Encontro Nacional*. Passo Fundo, 1995.
- BONI, V. *Poder e Igualdade: as relações de gênero entre Sindicalistas Rurais*. In: Maria Ignez Silveira Paulilo; Bernardete Wrublevski Aued. (Org.). *Agricultura Familiar*. 1ª ed. Florianópolis, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL, Editora Bertrand Brasil, 1989.
- CARNEIRO, Maria José e LEVINAS, Lena. *Espaço adquirido / espaço permitido no contexto da Reforma agrária*. Relatório do 12º Encontro Temático – PIPSA. Campinas, 1987.

- DEERE, Carmen Diana. *Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária brasileira*. Florianópolis: Revista Estudos Feministas. 2004.
- MMC. (Movimento das Mulheres Camponesas). *Deliberações do Movimento de Mulheres Camponesas*. Brasília, 2005.
- _____. *Gênero, Classe e Projeto Popular - compreender mais para lutar melhor*. Passo Fundo, 2004.
- MMTR-RS. *Missão do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – RS / Resoluções da IV Assembléia Estadual do MMTR-RS*. Passo Fundo, 1998.
- PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio, “Debates Econômicos, processos sociais e lutas políticas”. In: COSTA, Luiz Flávio & SANTOS, Raimundo. (org.) *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad. 1998.
- RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- ROSA, M. C. *Para Além do MST: O Impacto nos Movimentos Sociais Brasileiros*. Mimeo. 2005
- _____. *O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia. Rio de Janeiro: IUPERJ. 2004.
- _____. Sobre os sentidos das novas formas de protesto social no Brasil: os impactos das ações do MST sobre o sindicalismo rural. In: Alejandro Grimson. (Org.). *La cultura en las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires, 2004.
- SCHAFF, A. Van der. *Jeito de Mulher Rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo. 2001.
- SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise*. In: Educação e realidade. V.16, 1991.
- SIGAUD, Lygia. “A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana”. Novos Estudos Cebrap, n 58. 2000.
- _____. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1980.
- _____. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades. 1979.
- STEPHEN, Lynn. Relações de gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil. In: NAVARRO, Zander. *Política, protesto e cidadania no campo. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1996.

RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO - COMUNIDADE DOIS IRMÃOS, SÃO MATEUS DO SUL, PR.

José Maria Trajano Vieira

Doutorando em Antropologia Social na Unicamp

J058216@dac.unicamp.br

Introdução

O presente trabalho visa descrever e analisar os efeitos sobre os moradores da Comunidade Dois Irmãos que tem, parcial ou integralmente, suas terras requisitadas, pela Petrobrás em São Mateus do Sul, Estado do Paraná, para ampliação da exploração do xisto na região. E também a incidência dos impactos na área de influência do projeto.

Na delimitação da área de influência do empreendimento, para os fatores culturais, levou-se em conta os efeitos diretos e indiretos do empreendimento sobre a população localizada dentro e fora da área requisitada. Esses efeitos referem-se, por exemplo, aos incômodos causados por ruídos e poeira e às repercussões na estrutura social. Foram mostrados os prováveis efeitos da implantação da atividade do empreendimento sobre a qualidade de vida da comunidade afetada. Foram indicados os impactos benéficos e adversos. E propostas medidas mitigadoras.

O Objetivo é o de identificar e chamar a atenção para os fatores humanos e levantar as questões sociais decorrentes da implantação do empreendimento, a fim de que essas possam ser adequadamente conduzidas, e propor formas alternativas viáveis à partir do estabelecimento de um novo patamar de diálogo, certamente mais profícuo. Visando garantir a qualidade de vida e os direitos sociais da população afetada, independente de sua condição de proprietários ou não.

O presente trabalho está baseado em entrevistas às pessoas e principais famílias atingidas pela obra e em observações feitas em campo nos dias 14 e 15 de janeiro de 2006. As entrevistas foram realizadas seguindo no mapa das residências dos moradores, da Comunidade Dois Irmãos, de forma a abarcar a quase totalidade da comunidade. Algumas entrevistas também foram feitas na comunidade Taquaral do Bugre para onde algumas famílias já haviam se mudado.

Metodologia

Foram entrevistadas 35 famílias da Comunidade Dois Irmãos, sendo deste total, 2 empregados rurais, 1 comerciante, e 32 proprietários de terras e/ou arrendatários, assim distribuídos: 23 que ainda estão morando na própria comunidade e tiveram sua propriedade ou área de cultivo requisitada pela Petrobrás; 4 que já estão morando na nova área na Comunidade Taquaral do Bugre; 5 que moram no entorno da área requisitada e que não tiveram sua terra requisitada, mas foram diretamente afetados pela mina. Entrevistamos, também o padre da Paróquia Perpétuo Socorro, responsável pela igreja da comunidade e que participou do início das negociações entre os agricultores e a Petrobrás. Optou-se por entrevistas abertas, onde foi dada voz ao informante para que relatasse seu caso quanto ao processo de negociação com a Petrobrás. Algumas dessas entrevistas foram gravadas em fita cassete e depois transcritas, enquanto a maioria delas foram anotadas em caderno de campo. Recorreu-se também a fotografia.

A comunidade Dois Irmãos: Consequências do processo

Esse processo está acarretando o remanejamento de aproximadamente 120 famílias. Outras famílias foram afetadas sem, contudo necessitarem ser removidos de suas terras. A área de abrangência é formada por agricultores familiares policultores, que praticam a agricultura de subsistência, associada à produção voltada para o mercado. Essa população pertence, majoritariamente ao grupo étnico “polonês” ou “polaco”. As propriedades familiares, em sua maioria, são ao mesmo tempo áreas de moradia e de produção. Essa área possui alguns locais comunitários: escola, igreja. Por abrigar uma coletividade é também referida como comunidade. Entretanto, os laços comunitários voltados para objetivos coletivos geralmente não vão além das relações de vizinhança e parentesco. Constatou-se que há um sentimento de localidade nos seus moradores, cuja formação depende da posição geográfica, e, sobretudo do intercâmbio entre as famílias e as pessoas.

Não foi formulado para a Comunidade dois Irmãos um plano prévio para o reassentamento da população afetada, ou este fracassou. De modo que as questões sociais consequentes desse projeto foram tratadas de maneira improvisada. A região é densamente povoada e sofre sérios problemas em consequência da escassez de terras disponíveis para relocação. Os agricultores estão sendo indenizados e retirados da área e

a indenização pelas perdas continua sendo efetuada por meio de um programa de assistência que, segundo a maioria dos entrevistados, deixa muito a desejar.

Para a população potencialmente atingida pela mina, os transtornos começaram tão logo ocorreram os primeiros levantamentos na região. No início das negociações com a Petrobrás ocorreram mobilizações dos agricultores e sua reação ao Projeto. A reação inicial destes agricultores foi de medo. Ainda hoje ele persiste misturado à indignação diante de um futuro duvidoso. Os transtornos e prejuízos vividos pelos atingidos pela exploração de minas em comunidades vizinhas ainda estão bastante vivos na memória da população. A instalação, e ampliação da mina, na medida em que estão sendo requeridas novas propriedades familiares, está provocando um reordenamento territorial regional. Em decorrência, a elas cabe abandonar os lugares tradicionalmente ocupados, e migrar compulsoriamente em busca de outros, onde possam se estabelecer. Desse modo, esse trânsito espacial implica em um processo de desestruturação das redes de relações sociais e da organização territorial. Resulta no abandono de um espaço construído, que possui uma infra-estrutura básica já montada, tanto para fins produtivos como para residência e atividades comunitárias como educação, cultos e festas religiosas e de lazer etc. Resulta, também, na dispersão das unidades familiares e no conseqüente afrouxamento dos laços que formam as redes da sociabilidade local e regional, historicamente atados. Revela-nos o caráter desestruturante da migração forçada a que estão sendo submetidos. Tradicionalmente o grupo procura priorizar a possibilidade de deslocamento no interior da parentela, ou, pelo menos, sempre que possível, para lugares onde já residem parentes ou amigos. Enquanto essa migração e posterior assentamento tem ocorrido com frequência, apenas com a família nuclear. Esse processo implica a rápida transformação das formas preexistente em nível local.

O deslocamento coloca a prova as estratégias adaptativas tradicionais, que estavam voltadas para uma interação com um ambiente físico específico e que compreendem conhecimentos historicamente desenvolvidos e acumulados. Do mesmo modo, foi também ao longo dos anos que esse espaço foi ganhando significância, estendendo-se em várias direções à rede da sociabilidade comunitária. A reciprocidade expressa-se por meio da solidariedade. Assim, serão desatados, ou afluxados, esses laços entre as famílias a serem deslocadas.

Assim, a terra que ocupam, além de ser seu lugar de produção, também agrega muitos outros sentidos, na medida em que extrapolam seus limites geográficos, abarcando outros espaços domésticos – o dos vizinhos -, os espaços comunitários que

abrigam bens culturais, e as marcas de sua religiosidade, constituindo-se esse conjunto na vida comunitária.

São apontadas três alternativas para os agricultores, como compensação e solução para seu deslocamento das terras ocupadas: indenização financeira pelas terras e benfeitorias, troca de terra por terra e reassentamento coletivo.

Equivalente a indenização, a troca de terras por terras é uma solução que será aplicada a cada unidade familiar individualmente e também excluirá os não-proprietários de terras. Nesta negociação, cabe a Petrobrás assegurar o acesso ao agricultor a uma certa quantidade de terra, de valor equivalente ao da terra desapropriada.

O reassentamento poderia amenizar os efeitos disruptivos da dispersão das unidades familiares pelo seu caráter coletivo, além de poder contar com a assistência da empresa responsável pela sua instalação. Pode e deve incluir o não-proprietário.

Quanto aos equipamentos comunitários, no novo local, as reclamações registradas são no sentido, no caso de Taquaral do bugre, quanto a sua localização, especialmente em relação a igreja, à escola e à cidade, sendo considerados distante das residências.

Um outro aspecto revelado e criticado foi o suposto autoritarismo dos negociadores e o oportunismo das lideranças comunitárias. A conduta instrumental está presente de ambos os lados, cada um dos quais movido por uma lógica própria, com interesses específicos. Os depoimentos fazem referência à confiabilidade do processo, que estaria sendo posta em dúvida por meio da manifestação do receio de ser enganado, pela apropriação indevida das vantagens obtidas por parte de uns em detrimento de outros. Suspeita-se que alguns agricultores foram “cooptados”. A falta de capacidade organizativa da população afetada demonstrou ser um dos obstáculos a criação de condições mais favoráveis aos agricultores nas negociações com a Petrobrás. Os agricultores acabaram aceitando a possibilidade de compensação das terras necessárias a futura mina pelas indenizações, mas hoje fazem uma reavaliação do que fora inicialmente aceito. Os julgamentos de valores mudaram com a evolução dos fatos e do conhecimento já que seus efeitos adversos se tornaram claros.

A população atingida pelo processo de migração forçada está passando por alguns casos de mortalidade, sobretudo entre seus segmentos mais idosos. Pelo menos duas dessas mortes foram provocadas por problemas cardíacos, mas na concepção dos

familiares das vítimas são devidas ao “desgosto” do processo, ao qual culpam a Petrobrás.

As necessidades projetadas em tal cálculo circunscrevem-se não só ao domínio do econômico – deixando totalmente de lado as atividades que concorrem para a reprodução social e cultural dessa comunidade – as demandas territoriais não podem ser fixadas segundo o modelo de produtores rurais independentes, uma vez que configura um grupo comunitário, que partilha tradições culturais e que freqüentemente mantém uma relação simbólica específica com o local.

As unidades sociais mudam com uma velocidade sem precedentes no âmbito do processo de evolução natural. Nesse quadro de mutabilidade e instabilidade constrói-se simbolicamente. As representações sobre a comunidade foi investigada em todas as dimensões que possuem, isso atingindo o domínio do sagrado (onde entram as relações com os mortos, as divindades e os poderes personalizados da natureza), as classificações sobre o meio ambiente e suas diferentes formas de uso e de apropriação.

Entrevistas: as vozes dos atingidos

Os agricultores formularam e manifestaram, nas entrevistas e conversas informais que com eles mantive, considerações e avaliações a respeito das condições experimentadas pelo processo. Foram apontados problemas de várias ordens. Se para a maioria da população afetada o processo teve conseqüências sociais extremamente negativas, para alguns, além de muitos desafios apontou para ganhos. Vale a pena, portanto, transcrever alguns trechos das falas dos próprios moradores sobre quais foram esses constrangimentos e como, apesar deles, para uma parte significativa desses agricultores, o processo trouxe vantagens.

Pelos depoimentos coletados ficou evidenciado que a situação se torna crítica, também, para as famílias que não são proprietárias de terras. Pois, enquanto os proprietários rurais estão sendo indenizados pela Petrobrás, os não-proprietários estão na dependência da boa vontade de seus patrões para ter direito a compensações pelos prejuízos em decorrência da perda do emprego ou das áreas de cultivo. Diante da impossibilidade, de garantir por meio da herança a permanência de mais de um filho na terra. Por possuírem uma extensão menor de terras, há famílias que recorrem ao arrendamento, havendo ainda, aquelas que são empregados rurais. Nessa situação encontramos, por exemplo, um dos informantes que afirma quanto ao futuro: *“a gente terá que se amontoar na terra da mãe”*. Um outro informante se encontra em semelhante situação.

Assalariado rural, complementava sua renda trabalhando num secador de cereais de seu patrão, ao lado da sua residência. Em suas palavras transparece a violência do processo e, também sua visão pessimista quanto ao futuro:

“foi uma tragédia, dos 36 alqueires de terra no qual trabalhava a 12 anos com carteira registrada, recebi 1 alqueire num local onde vou ter que pagar energia elétrica e água mas cara. Outro problema é que estou acostumado no lugar, as crianças pegam o ônibus para a escola em frente de casa¹. Agora tenho que começar tudo de novo, foi a pior coisa que já me aconteceu. Em 12 anos morando aqui nunca sofri, lá (para onde vai se transferir) vou perecer”.

Para um outro informante, nas negociações *“a Petrobrás faz o preço que quer, se não acertar por bem acaba por mal na justiça”*. Assim como seu pai e o avô, também nasceu no local onde reside. Atualmente ele acha que o pagamento da terra feito pela Petrobrás esteve abaixo do valor de mercado, por isso não consegue mais adquirir outra propriedade na região pelo mesmo preço por alqueire. Diz estar acostumado a morar com sua esposa e duas filhas, ao lado da mãe, irmãos e sobrinhos: *“agora um vai para um lado, outro vai para o outro”*. Reclama que a Petrobrás disponibilizou um médico na cidade para atender a comunidade, mas logo tirou, assim que as pessoas começaram a procurar atendimento. Outra reclamação é quanto à cesta básica, fornecida pela Petrobrás aos atingidos, mas que segundo ele é muito pobre em alimentos e raramente chega, e quando vem é muita burocracia para retirá-la que nem compensa o dia perdido para tal fim. Segundo ele *“o pai morreu de desgosto. A Petrobrás só trouxe prejuízo: com a detonação das bombas estoura a lajota da casa, não conseguimos dormir direito com o barulho e também falta água no poço”*. Uma senhora, que mora há 52 anos no local com seis filhos, diz: *“não tenho mais força para começar tudo de novo, nós cuidávamos das árvores há muito tempo, o Ibama não deixava derrubar agora a Petrobrás destruiu tudo”*. Apesar de ter retirado algumas cestas básicas, fornecida pela Petrobrás, diz que o feijão da cesta não cozinha. Continua:

“a Petrobrás tem judiado do povo algumas famílias que foram obrigadas a deixar suas terras, se mudaram para um local onde não tem transporte escolar, além de perderem suas roças de milho, feijão, erva mate, batata-doce, hortas etc. As famílias afetadas não foram indenizadas das madeiras com a promessa de que poderiam retirá-las, mas muitas delas já deixaram a área sem a madeira, pois ainda não foram autorizadas pelo Ibama”.

¹ Além do ônibus escolar, para aqueles que não vão por meio de transporte próprio, há a alternativa do ônibus de linha com saída da comunidade dois irmãos para a cidade de São Mateus do Sul: segunda quarta e sexta (três vezes ao dia): manhã, meio-dia e à tarde; terça, quinta e sábado (duas vezes ao dia): manhã e tarde; domingo (uma vez ao dia): só à tarde.

Um de seus filhos lamenta a perda do seu erval que após anos de espera estava começando a produzir: *“a erva é uma aposentadoria”*. Uma senhora, que também terá que se mudar, explica as diferenças entre o local onde sua família reside a várias gerações e o novo local que conseguiu adquirir após as negociações com a Petrobrás: *“aonde eu vou não vou me acostumar, estou acostumada no gramado, no mato e lá é só terra”*. Um outro que se sentiu prejudicado e cobra uma reparação da Petrobrás, foi o dono do estabelecimento comercial da comunidade, herança familiar recebida em 1999 de um trabalho de décadas (desde 1966) agora, com a saída dos moradores, ele está perdendo seus clientes.

Uma das críticas dos agricultores quanto à nova terra adquirida é que *“alguns que pegaram terras com matas o IAP e o Ibama não liberam a derrubada”*. E que muitas famílias possuíam terras com erva, pinheiros e ponto de luz. Outro problema é quanto à estrada, um dos moradores afirma que com a interdição da estrada pela Petrobrás ele terá que fazer uma volta de quinze Km onde percorria dois Km. Numa outra propriedade de meio alqueire de terra, no qual vivem três irmãos, as detonações na mina ameaçam desmoronar o paiol. Mesmo que os irmãos não tenham sido indenizados, pois a divisa da área adquirida pela Petrobrás passa ao lado da sua casa, a proximidade da mina também traz uma *“fumaça preta do xisto”* que atinge sua casa, além do barulho. Por isso eles estão querendo sair do local. Falando sobre os tremores causados pelas explosões uma Sr^a afirma: *“pensei que o banheiro caiu”*, para ela *“quem ficar por perto da mina vai sofrer”*. E sobre o fato de ter que se mudar e deixar a igreja lamenta: *“meu menino é coroinha”*. Um outro Sr^o, vivendo com a família em pouco mais de ½ alqueire de terra, mesmo não tendo sido atingido pela mina dois irmãos assim o desejaria e quer que a Petrobrás o indenize, pois *“se a Petrobrás fechar a estrada vou ficar na contramão, e só conseguirei sair daqui de avião, quero sair e ir para o Mato Grosso”*.

Para um dos informantes em outro local

“até pegar o jeito do povo é difícil, não me adapto com o povo, vou para outro lugar é outro jeito, outro povo, até fazer amizade... aqui se precisar de um vizinho, um sabe o sistema do outro, até pegar o jeito do outro não é fácil, a melhor solução seria assentar toda a comunidade em outro lugar. Outra coisa aqui estamos na sombra, depois até formar tudo no novo lugar vão uns sete anos”.

A apreensão com a chegada da Petrobrás foi grande. Nas palavras de uma Sr^a: *“quantas noites sem dormir, tomava café, almoçava e jantava a Petrobrás”*. O depoimento de um dos moradores revela a arbitrariedade durante as negociações, mas também a impotência da comunidade para resistir ao empreendimento: *“alguns se saíram bem e*

outros mal. A maioria pegou terra de mata, ou sem nada, eu não queria sair do lugar, mas quem vai lutar contra um decreto do governo, não tem jeito". Uma outra moradora há 21 anos na comunidade relata o esfacelamento do grupo de relações: *"um grupo só, de amizade que ia para as novenas se esparramou"*. Uma outra moradora há 44 anos no local tem uma filha que diz sobre a ruptura das relações familiares: *"os primos foram para Taquaral do Bugre após serem desapropriados"*. E sua mãe acrescenta:

"...não me acostumo em outro lugar, às pessoas saem chorando daqui para ir embora. No mesmo lugar ficamos alegres. Agora aos domingos não temos para onde sair, ninguém quer sair daqui, muitos que foram para outro lugar estão voltando para a comunidade ou para o perto daqui".

Um dos moradores, pediu R\$ 260.000,00 pelos seus dois alqueires de terra e benfeitorias no lugar onde reside e foi chamado de louco pelo negociador da Petrobrás, em suas palavras: *"ele me ofereceu uma mixaria, R\$ 100.000,00, eu disse louco é você, pode ir embora"*. Nascido no local cultivava erva mate, uva, mimosa, pêssigo, maçã etc.:

"...em outro lugar até começar a produzir vai uns 10 anos. Meus vizinhos já foram embora para várias áreas: Faxinal e Taquaral do Bugre e estão vivendo sem vizinhos, tipo bicho no meio das roças e aqui eles tinham vizinhos. Por exemplo, eu e meu primo, quando ele morava aqui, era difícil um domingo que a gente não se visitava".

Um dos moradores, que está a quatro meses na nova área no Taquaral do bugre, que veio com sua mãe e um irmão, também casado, afirma:

"aqui é ruim de água, tentei fazer poço, mas desmorona, o local é mais retirado, dá 20 Km da cidade e a estrada é ruim, meu filho tem que andar cerca de 5 Km para pegar o ônibus escolar. Lá era beira de estrada a 12 Km da cidade, num local bom: escola, igreja, entrega de óleo para eu trabalhar com o trator".

Um outro agricultor, que também foi para o Taquaral após ser indenizado afirma: *"aqui tenho que começar do zero. Lá tinha ônibus na porta de casa, lá tinha tudo. A negociação com a Petrobrás foi ruim para nós: o pai se assustou, mas se fosse para a justiça era pior. A Petrobrás destruiu a comunidade: escola, catequese..."* De seus oito filhos, os três menores estudam, *"se chove não tem estrada. Estou sem luz, mesmo já tendo pagado a instalação"*. Um de seus filhos ficou na comunidade dois irmãos em 1 alqueire de terra que não foi adquirido pela Petrobrás e de visita a casa do pai, sua esposa também quer ser indenizada para vir reunir novamente a família junto do sogro. Com o dinheiro conseguido com a venda da terra algumas famílias optaram por comprar imóveis na cidade para residirem e/ou para alugar. Como algumas dessas famílias tem mais alguns anos (em alguns casos até 2009) para desocuparem a terra, continuam a cultivá-la. Outro informante, nascido na comunidade dois irmãos, assim como sua mãe,

de 87 anos, relata que mesmo tendo recebido um pouco mais de terra, de dois hectares para 2,5 hectares a 3 Km do lugar onde reside, na nova área não tem lenha e a água é difícil. Para solucionar o problema da água, segundo ele, existe uma proposta de se fazer um poço artesiano que abasteceria 12 famílias.

Para finalizar este relatório transcrevo abaixo alguns depoimentos na íntegra (com apenas algumas correções), que revelam em riqueza de detalhes a visão de parte da comunidade afetada pela ampliação da exploração do xisto pela Petrobrás na Comunidade Dois Irmãos. Um Srº de 82 anos, dos quais viveu 53 deles no mesmo lugar na Comunidade Dois Irmãos, e agora morador no Taquaral do Bugre, está esperando a liberação da madeira: imbuia, pinheiro, cedro, sassafrás e outras árvores. Além de reclamar que tem direito a madeira, também afirma:

“Para eu sair de um ninho meu lá, onde eu me criei, fiz a minha vida, agora para vir aqui nesse peladão, é muita coisa. Olha eu falo a pura verdade, a Petrobrás para nós foi um atraso de vida, para mim é, não sei para os outros. Para mim aquele lugar lá, eu gostei porque a igreja é perto, o ponto de ônibus é perto, escola é pertinho, vizinhança eu me dava bem com todo mundo. Aqui não é o lugar onde a gente cria, tem diferença, você olha aqui e só vê isso: peladão. E lá você via passarinho de todo tipo solto: pomba, vinha tucano, vinha um bando de biguá pousar nos pinheiros, lá para mim era uma alegria aquilo, e aqui não tem nada assim, só esse peladão aí. E não é só eu, várias gente, todo mundo que saíram de lá se revoltou. Lá a gente tinha poço que nunca faltava água. E aqui o poço está seco. Estou puxando água lá de baixo na subida. E lá com seca os vizinhos pegavam água de nós, e agora aqui? Tinha 2 tanques de peixe, tivemos que abandonar. Mas o que a gente faz? Só tinha que se arrancar e deixar tudo. E eles não pensam isso lá [na Petrobrás], que nós estamos sofrendo. Mas o de lá de cima está vendendo. Lá eu tinha árvores de frutas: laranja, mimosa... Nós queremos a madeira porque eles pagaram o terreno, mas a madeira não, e falavam que iam pagar a madeira e tudo, e não foi pago isso. Outra que no começo eles falavam assim: nós queremos só o que está embaixo da terra, o resto que está em cima da terra, isso é de vocês, e agora roeu a corda, aí que está. Lá tinha gente que tinha seu pedacinho de terra, pouca coisa, se obrigou a abandonar tudo, tirar a casinha, e comprar um terreno e às vezes, o dinheiro que ele pegou da Petrobrás, indenização, chegou mais ou menos para comprar um pouco de terra e agora ficou devendo. Tem três aqui que estão nessa situação. Eu briguei com eles [os negociadores da Petrobrás]. Essa casa não está terminada falta o banheiro, não temos luz: estamos no escuro. E lá nós tínhamos tudo: chuveiro, água encanada e aqui não, tem que tirar no balde é sofrido, está parecendo no nordeste. Trazer água para lá daquelas palmeiras, bem naquele capão de mato, tem que ir por lá. Dá mais de 200 m, e eu para subir com um balde de água ali, eu tenho que dar três descansos. É uma nascente, lavamos roupa lá. A Petrobrás judia do povo, Deus o livre, eu sou contra isso. O abandono duma propriedade que nós tínhamos lá, nunca mais nós vamos ter. Arvoredo nós tínhamos de todo tipo: uva, pêra, pêssego, mimosa, abacate. Aqui plantamos, mas quando que vai dar isso, isso é que eu falo. Lá a gente saía na sombra, aqui sai no sol. Outra coisa a Petrobrás aí já faz anos que eles andavam fuçando por lá. Primeiro andavam broqueando com as brocas, já faz uns 20 e poucos anos. Também não respeitavam: entravam na propriedade com um jipão, arrebentavam a cerca, aprontavam o diabo. O povão ficava com medo, lei do governo. Agora que o povo abriu o zóio. No começo o

povo dizia assim: não Srº na minha propriedade sem minha ordem ninguém entra, é meu. Eles entravam, cansaram de vir lá em casa, andavam dois, três lá com mandado. Tínhamos duas taperas, a minha e a do meu filho e um depósito de cento e poucos metros de tamanho, garagem, estrebaria, chiqueiro de porco, galinheiro, carro de poço, lavador de roupa, cerca tudo bem feita, casa que foi deixada, essa que estão desmanchando aí. Agora no mês de março ia fazer quatro anos que eu a havia construído, ela está nova. E aqui não tem terra, toda essa que vocês estão vendo aqui, tudo tem dono. Nós tínhamos dois poços lá, então com essa seca lá o povo podia pegar água a vontade. Sabe o que a jaguarada fizeram? Tinha um tambor de óleo queimado do motor, foram lá e derrubaram, despejaram tudo no poço, vai beber isso de que jeito, contaminado? A gente saiu sabe que não tem dono”.

Se para os moradores a Petrobrás trouxe prejuízo material, ao mesmo tempo ela confiscou o patrimônio imaterial da comunidade, como revela o depoimento de um dos moradores:

“Lá no bugre perto de um pinheirão eles estavam indo em 3 e daí o cara deu o brado e a alma bradou no mato:

- o que vem fazer aqui.

- Estamos indo tirar o dinheiro. E a alma disse:

- mas aqui você não tira o dinheiro. Vocês estão em três, dois vão ser mortos.

E daí eles voltaram para trás. Aqui nessa estrada era para ter dinheiro, acho que os caras da Petrobrás tiraram, por causa que eles andavam com muita sonda, eles tiraram esse dinheiro. Porque quem passava aqui corria de visagem. Ninguém passava e agora eu passo também, nunca vejo nada. Vi um vulto, viam caixão de defunto, viam fogo. O pai viu. O pai estava indo da igreja² com a mãe viram um caixão de defunto assim no barranquinho da estrada e outras pessoas ninguém viu. Numa outra ocasião, nós precisávamos levar a menina num homem, que dizem que ele benzia. Eu vinha com a mulher, mas tomei um susto, tipo um cavalo vinha correndo e não vimos nada, e ali tinha dinheiro, daí o meu cunhado com um vizinho falaram com o homem que trabalhava na Petrobrás, o tio dele:

- Ah nós temos um dinheiro em tal lugar...

Aqui tinham na quebrada Funda também. Os dois amigos estavam cavoucando o tal dinheiro e correram, às vezes não puderam tirar o dinheiro. O homem veio com a sonda e disse:

- não sejam burros, não tem dinheiro, era um ferrinho.

Eu acho que ele trouxe o ferrinho de casa e jogou dentro do buraco e o aparelho acusou um ferrinho. Passado, uns dias, terminou a visagem dali. Lá foram, mostraram para ele lá também ele diz que lá não tinha dinheiro era tudo furo, tiraram a panelinha de dinheiro assim na beiradinha do barranco, nessa fundurinha e a turma cavou um poço e ele foi lá na beiradinha assim cavoucou e

² A comunidade é majoritariamente católica. Segundo este informante há apenas uma família de não católicos, ou evangélicos que só reza cultos nas casas. Há também um benzedor que atende algumas pessoas da comunidade, quando estas procuram seu atendimento.

desenterrou. Ele veio com uma sonda e daí a sonda marcou, mostrou que tinha dinheiro, os dois moradores daqui foi na onda que não tinha dinheiro, ele veio de noite e tirou. No que adiantou o homem morreu já, morreu e tem aquela casa ali onde tem as máquinas, aqueles caminhãozinhos da Petrobrás ali, sabe tem aquela casa de quatro cantos. Ali naquela casa ninguém para. Alguma gente da Petrobrás vai e não param ali, ninguém passa ali de tanta visagem. Dizem que o velho guardou um dinheiro embaixo. Lá tem dinheiro, mas ninguém tira. O próprio sobrinho do velho foi tirar o dinheiro e não pode tirar: a alma não entrega o dinheiro. Dizem que o velho chora ali e não entrega o dinheiro, dizem que o velho fez muita coisa errada, ele lograva muito a turma.

Conclusão

Tal processo de mudança está condicionado a capacidade das pessoas de readaptação a um novo ambiente físico e social, onde haverá a necessidade de retomar o processo produtivo por meio da reestruturação, no novo local, das coisas que perderam. O peso dessas “perdas”, evidentemente dependerá das propostas de soluções para minimizar os custos sociais e os sofrimentos dos afetados: permitir o acesso a terra, à retomada do processo produtivo e da reestruturação de suas vidas. Neste sentido, no caso da migração para outras regiões, alguns agricultores estão sendo privados da possibilidade, regionalmente condicionada, da obtenção de certos recursos (como a erva, a madeira, a lenha, atualmente disponíveis na maioria dos sítios).

Considerando a possibilidade das famílias terem que se instalarem em um espaço físico e social com características diferentes daquelas do local a que estão adaptadas, também deve ser avaliado sua capacidade de prescindir da assistência, no que diz respeito às suas condições de produção, comercialização e consumo, o tamanho da família, a área das terras e sua qualidade, e que definirão o montante da indenização a ser recebida. Nas negociações, durante a implantação do projeto, precisam ficar cada vez melhor resolvidas as questões de reassentamento tanto de proprietários como de não-proprietários. Depois é necessário ter a responsabilidade de acompanhar o processo de adaptação dos reassentados em suas novas condições de vida e trabalho, objetivando garantir que esses contingentes possam efetivamente recompor suas vidas.

ROMARIAS DA TERRA E DAS ÁGUAS: NOVAS EXPRESSÕES DAS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS

Maria de Fátima Yasbeck Asfora^{*1}

Resumo:

Neste artigo pretendemos registrar a existência de um novo tipo de romaria, que expressa as reivindicações e resistências dos agricultores, denominada *Romaria da terra e das águas*. Diferentemente das romarias tradicionais, este novo tipo não está centralizado nas individualidades dos romeiros, não possui compromissos com promessas, nem apresenta demonstrações de fanatismo religioso. Inserindo-se no espaço da luta pela terra e pela água para o trabalho, compreendida na relação terra/igreja/estado, sua ênfase está situada nas reflexões sobre a conjuntura econômica nacional e nos seus rebatimentos na política agrária, elementos estes que ocupam destaque nas celebrações. Incentivada pela *Comissão Pastoral da Terra, CPT*, que seguindo a vertente *gramsciana*, pode ser considerada como *intelectual orgânico* no processo de consolidação do movimento dos trabalhadores rurais, as primeiras *Romarias da Terra* surgiram nos meados da década de setenta, consolidaram-se no decorrer dos anos seguintes, constituindo-se atualmente canais representativos da expressão dos trabalhadores rurais, caracterizados por um significativo potencial de articulação e mobilização.

Palavras-chave:

luta pela terra e pela água; empoderamento; romaria

1. Breve histórico das Romarias da Terra

Segundo Van der Pöel (2002) o vocábulo Romaria, literalmente, significa ir a Roma. Entretanto, diferentemente do judaísmo e do islamismo, a igreja católica nunca impôs a romaria como preceito geral para os cristãos, apesar da

¹ Socióloga, Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Bíblia apresentar várias referências nos livros do Antigo Testamento e nos Salmos 120-135 (Cântico das peregrinações).

As realizações das *Romarias da Terra* datam do período seguinte ao Concílio Vaticano II e não apresentam necessariamente ligações com os santuários das romarias tradicionais, embora possam ocorrer, como acontece com Bom Jesus da Lapa na Bahia.

As primeiras Romarias da Terra tiveram início no ano de 1978. No Sul do país a sua origem está relacionada as iniciativas do *Conselho Indigenista Missionário*, *CIMI* e da *Comissão Pastoral da Terra*, CPT para celebrar em fevereiro de 1978, nas ruínas de São Miguel – RS, o segundo centenário do martírio dos índios da República dos Guaranis.

No Nordeste a primeira *Romaria* ocorreu na gruta de *Bom Jesus da Lapa* (BA), em julho de 1978, representada pelo evento *Missão da Terra*. O motivo daquela Missão foi causado pelas conseqüências da implantação da barragem de Itaparica pela *Companhia Hidroelétrica do São Francisco*, *CHESF*, que deslocou a população da área inundada, afetando de forma danosa a população residente nas áreas do sub-médio São Francisco, dos estados da Bahia e Pernambuco. Diante daquela situação, representantes da CPT tiveram atuação marcante junto aos sindicatos dos trabalhadores rurais, esclarecendo sobre a necessidade de uma maior geração de energia “...não deveria esmagar o povo, que produz, que paga impostos e que sustenta a nação” (CPT - 2ª Assembléia Nacional 24/29 de setembro, 1979).

A partir daquele ano gradualmente as *Romarias da Terra* foram sendo difundidas nos demais estados, de acordo com as particularidades de cada área e dos seus organizadores.

Em 1990, conjuntura caracterizada pelo início da prática das ocupações nas áreas de plantação da cana de açúcar, foi realizada em Pernambuco a 1ª *Romaria dos Crucificados da Cana* por posseiros, assalariados, pequenos proprietários e trabalhadores sem terra, além de algumas representações de segmentos urbanos, residentes em cidades próximas, que apresentaram solidariedade à luta dos canavieiros.

No brejo da Paraíba a 1ª *Romaria* foi realizada em 1992, centralizada no tema *Terra Liberada, Esperança de vida*, seguida por outras que obtiveram repercussão mais ampla, tal como a de 1993, que marcou os dez anos do

assassinato da líder rural Margarida Alves, com o tema *Margarida: continuamos tua missão*.

No Sertão do Pajeú em Pernambuco a prática das *Romarias da Terra* também foi iniciada nos anos 90, motivada principalmente pelo período de seca, considerado pela *Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Sudene* (1993) como o maior do século vinte.

Em torno dessa problemática, Dom Francisco Austregésilo de Mesquita personalidade de forte capacidade conectiva e diretiva, própria do intelectual orgânico, no dizer *gramsciano*, concedeu entrevista à imprensa, criticando a omissão dos políticos nordestinos, além de legitimar os saques como arma a ser utilizada pelos agricultores famintos:

Os saques famélicos são excludentes de criminalidade, sendo reconhecidos pelo próprio Código penal brasileiro (...) É preciso um plano permanente que trate dos problemas e efeitos da seca. Nós somos gente, não somos coisas. Somos filhos de Deus e precisamos ter respeitados os nossos direitos humanos. Não podemos continuar sendo tratados como gado”.

Desse modo são enfatizados além da necessidade da fé, valores relacionados à coragem e resistência em face do conflito, semelhantes às narrativas bíblicas de Abraão e Moisés, que lideraram caminhadas em direção a uma terra livre. É possível constatar desenhos nos cartazes, que simbolizam os referidos valores, tais como o livro da Bíblia; a presença de um sol forte; uma multidão rompendo uma cerca e abrindo caminhos para uma terra de fartura, representada por plantas e animais resistentes aos períodos de seca: mandacaru, chique-chique, cabra, bode e jumento.

No litoral nordestino, as especificidades econômicas, políticas e sociais, bastante diferentes daquelas encontradas no sertão, motivam outros tipos celebrações Como exemplo, citaremos o caso da Romaria da Terra realizada em 2002, que apresentou uma particularidade, devido à participação de índios da Nação Potiguara, ao lado dos agricultores.

Tendo por inspiração a Campanha da Fraternidade da CNBB, que centralizou seu tema na questão indígena (Por uma terra sem males) a 4ª Romaria da Terra na Arquidiocese da Paraíba, realizada em 19/20 de outubro de 2002, com o lema *Acabar com a cerca, demarcar a Terra e Fecundar o Chão* reforçou a necessidade de demarcar as terras indígenas, além de divulgar a

necessidade de reconhecer os valores culturais dos Potiguara como um patrimônio para todo o mundo.

Naquela celebração padres e pajés ficaram juntos no altar; entoando cânticos, seguidos pelos romeiros que também usavam símbolos ligados as suas origens (cristã ou indígena) assinalando dessa forma uma convergência de objetivos visados. Ladainhas, uso da cruz, colares, cocais, maracás, enxadas e sementes, todos esses traços culturais se mesclavam, delimitando a existência de uma luta conjunta pela terra e pela vida, por parte dos pobres do campo, marcada pelo macroecumenismo. Em torno deste termo, lembremos que na 1ª *Assembléia do Povo de Deus*, realizada no Equador, sua definição foi apresentada por Dom Casaldáliga (1994) como

“... uma nova consciência, uma atitude, uma espiritualidade religiosa que convida todos os crentes no Deus da vida a se comprometer com uma luta comum pela defesa e promoção dos grandes bens da humanidade, a justiça, a igualdade, a vida”.

Naquela Romaria, realizada em Rio Tinto (PB) o caráter ecumênico ficou constatado através da sucessão de rezas e cânticos, tanto indígenas como cristãos, que assinalaram uma unidade no conteúdo das preces e uma identificação das categorias massacradas pelo poder das classes dominantes. Índios, assalariados, pequenos proprietários e sem-terra além de apaziguarem suas angústias, fizeram com que as suas reivindicações pelo direito de permanecer em suas terras fossem conhecidas pelos visitantes, ao mesmo tempo em que mostraram ter iniciado a elaboração de uma consciência coletiva, além da demonstração do seu potencial de empoderamento e de despertar a solidariedade de outros segmentos sociais.

2. Ampliação da temática das Romarias da Terra

2.1. A inclusão da questão da Água na questão agrária

Em 2005 a *Comissão Pastoral da Terra* registrou 32.463 famílias, representando 160 mil pessoas, atingidas por conflitos pela água. Alertando que o problema da água não está situado apenas no Nordeste, Malvezzi (2006: p.43) assinalou que as causas predominante desse tipo de conflito estão situadas na construção de açudes e barragens; na apropriação particular da água e no mau uso e na inadequada preservação dos mananciais.

No que se refere à situação específica do semi-árido nordestino, enquanto a visão predominante sobre essa área estiver como região problemática, que necessita de projetos faraônicos de irrigação para combater os efeitos da seca, crescerá uma nova classe de economia rentista, formada pelos proprietários de equipamento de irrigação, denominada por Chossudovsky (1999:p.139) de *Senhores da água*. E nessa conjuntura em que as linhas creditícias são oferecidas prioritariamente para os “Senhores da água”, os pequenos agricultores são excluídos do processo produtivo, ao mesmo tempo em que as inúmeras formas de convivência com o semi-árido não recebem o apoio necessário das políticas públicas.

Abordando este aspecto, não podemos deixar de ressaltar a valiosa contribuição do escritor Otávio Sitônio Pinto (2002:p.21,53) através de *Dom Sertão, Dona Seca* (2002), livro premiado três vezes pela Academia Paraibana de Letras. Em *Dom Sertão* o autor elabora uma crítica primorosa sobre as tentativas de solução da região semi-árida, ressaltando que o mal não está na Seca, mas na falta de adaptação cultural e econômica ao estio e sua exacerbação.

“Prevê-se mas não se previne a Seca: eis o erro imperdoável do poder público(...) Prevenir a Seca não é só estocar água e arraçoamento humano e animal para os anos difíceis;prevenir a Seca é, antes de tudo, uma atitude continuada, trabalhando-se os invernos como se eles fossem estios:com lavouras e pastagens xerófilas permanentes e os criatórios xerófilos mais resistentes. E a relação campo-criatório (índice de ocupação) deve ser dimensionada tendo como parâmetro a Seca,e não o inverno.”

Assim, argumentando e comprovando com exemplos de que a Seca constitui um fenômeno mais cultural do que físico, Sitônio Pinto (2002: p.53) adverte que “*Na tentativa desesperada de transformar, pela irrigação, o solo e o Caaclima do Semi-Árido irregular,o homem tem agravado o problema,às vezes de maneira irreversível*”.

2.2. O surgimento das Romarias da Terra e das Águas

Constatando o crescimento dos conflitos, causados pelas “soluções hidráulicas” a XV *Assembléia Nacional da CPT*, realizada em março de 2002, deliberou a inclusão da Água como um dos principais eixos das suas atividades. Foi desse período que foram ampliadas as temáticas das *Romarias da Terra*, que passaram a ser denominadas *Romarias da Terra e das Águas*.

A partir da inclusão da divulgação do valor da água para a sobrevivência dos homens e da natureza e de outros temas correlatos, as Romarias das Terras e das Águas ficaram mais reforçadas, devido à adesão dos trabalhadores rurais penalizados pela ausência de políticas públicas que contemplem uma gestão racional das águas.

Desse modo, ressaltando a importância das palavras e reflexões dos seus participantes nos rituais, ao invés da ênfase no altar e nos santos, nessas novas Romarias surgem de forma visível os clamores coletivos, objetivando solucionar os obstáculos existentes no cotidiano dos trabalhadores do campo e denunciar políticas agrárias e agrícolas, que favorecem apenas aos “Senhores das águas e aos grandes proprietários de terra”.

Em abril deste ano, a 12ª *Romaria da Terra e das Águas* reuniu aproximadamente 10 mil pessoas em Ipameri, GO, apresentando a expressão “*Terra e Água: Presentes de Deus-Direito Humano*” como tema da celebração. Buscando saídas para a exclusão social vivenciada naquela área.

Conclusões

Buscando um significado preciso das *Romarias da Terra e das Águas*, encontramos em Dallagnol (2002:p.16) uma diretriz segura, quando este autor explica essas novas celebrações como espaços que unificam a Fé (mística) e a luta do povo (Política), por uma convivência menos conflitiva e mais pacífica(...) Os pobres da terra podem dizer, neste espaço, o que sentem numa linguagem simples. Não são palavras vazias. São expressões da vida, da caminhada penitencial, do sentimento comum que ocupam todos aqueles que sonham com uma nova sociedade”.

Consideramos imprescindível acrescentar, que mesmo buscando uma convivência menos conflitiva e pacífica, nas novas romarias a indignação diante da injustiça e a resistência dos romeiros não são apagadas. Um exemplo que comprova este tipo de comportamento se refere à realização de uma retrospectiva das vidas daqueles que morreram na luta por justiça. Através dessa prática as *Romarias da Terra e das Águas* colaboram para solidificar a memória coletiva, porque recompõe a história de determinados casos com elementos irredutíveis, dificultando

desse modo a ocorrência de mudanças das narrativas no decorrer do tempo, como explica Pollak (1992:p.11)

A análise dos 28 anos de caminhada das *Romarias da Terra*, recentemente denominadas de *Romarias da Terra e das Águas* demonstra que estas significaram espaços de fortalecimento da luta, do ponto de vista dos trabalhadores rurais que denunciaram e combateram as conjunturas econômicas e práticas sociais opressivas. Cabe ressaltar que esse tipo de mobilização assinala o caminho do *empoderamento*, conceito que desde o final da década de 80 aparece nos Estados Unidos e Grã Bretanha como uma das opções periféricas do discurso institucionalizado da política social.

Paradigmático desse estímulo para o empoderamento, nos parece a saudação de Cláudio Antônio Prescendo (2002) na Romaria da Terra e das Águas, realizada em Vacaria (RS) no ano de 2002:

“Avante, não desanimemos, coragem, é hora de lutar(...) proclamar a primazia do trabalho sobre o capital, o sistema financeiro a serviço da economia e esta, a serviço do ser humano, a primazia da pessoa humana sobre todas as esferas da sociedade, sobre todas as instituições. A pessoa humana não é instrumento, não é mercadoria. Não se pisa, não se explora, não se engana, não se maltrata. A humanidade não está à venda. Parem de matar! (...) está amanhecendo um novo dia”.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. **Conflito e Mediação: Os antagonismos sociais na Amazônia, segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado**. Tese de Doutorado. Museu Nacional do Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

ASFORA, Maria de Fátima Yasbeck. New strategies of rural workers in Brazil: signs of Pastoral Land Commission. In: **Anais / XI World Congress of Rural Sociology**. Trondheim, Norway, 2004. p.17

BRITO, José Artur Tavares.”**O Moisés de nossa luta era nós mesmo**”: **As romarias da terra no sertão do Pajeú**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Recife: UFPE, 1999.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza**: Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

DALLAGNOL, Wilson. **As Romarias da Terra no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: La Salle, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985.

MESQUITA, Francisco Austregésilo. **Entrevista**. Jornal do Commercio. Recife, 17 de março de 1993.

PINTO, Otavio Augusto Sitônio. **Dom Sertão, Dona Seca**. Paraíba: A União, 2002.

PLOEG, Roberto van der. A Igreja dos Pobres no Nordeste. In: **Cadernos do Ceas**. nº 132, março/abril de 1991. Salvador. Ceas. pp.61—70.

POEL, Francisco Van der. **Dicionário da Religiosidade Popular** (no prelo), 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. vol2, nº 3, Cpdoc/FGV, Rio de Janeiro, 1989. p.3-15.

_____. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. vol. 5 nº 10, Cpdoc/FGV, Rio de Janeiro, 1992. pp.200-212.

“SOU QUILOMBOLA, MAS NÃO QUERO A DEMARCAÇÃO”.* ASPECTOS POLÍTICOS DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SIBAÚMA-RN.

Cyro H. de Almeida Lins

Curso de C. Sociais, bolsista do projeto "identificação e delimitação dos territórios das comunidades quilombolas no estado do RN", DAN - UFRN
Profa. Orientadora: Julie A. Cavignac - DAN - UFRN

Resumo:

Notamos, durante os trabalhos para elaboração do relatório técnico de identificação, na comunidade quilombola de Sibaúma-RN, situações ímpares, que demandam mais atenção de nossa parte: faccionalismo do grupo, conflitos internos relativos ao modelo de desenvolvimento futuro da localidade e ambigüidades relacionadas ao seu auto-reconhecimento enquanto remanescentes de quilombos.

Tradicionalmente, a posse da terra era transmitida por herança entre as três famílias que fundaram Sibaúma e que ainda reconhecem uma ancestralidade comum: Os Leandro, os Camilo e os Caetano. Com o avanço da especulação imobiliária e dos investimentos internacionais na região, pólo turístico do estado, os moradores foram se desfazendo gradativamente das suas terras. Hoje, encontramos dois grupos antagônicos de atores políticos: de um lado, a Associação dos Remanescentes de Quilombolas da Praia de Sibaúma; do outro, grande parte dos moradores, liderados por investidores locais e agentes externos que também se organizam em associações. Os moradores de Sibaúma se reconhecem como pertencentes ao mesmo grupo, reforçando, quando solicitados, sua distintividade étnica. Porém, encontramos posicionamentos contrários à titulação de suas próprias terras.

Nosso interesse, aqui, centra-se na análise dos registros dos discursos mobilizados por estes atores na constituição de suas identidades e expectativas quanto ao seu futuro. Analisaremos, em particular, os posicionamentos relativos às categorias identitárias oficiais, nem sempre reconhecidas e apropriadas pelo grupo.

Palavras-Chave: Remanescentes de quilombos, identificação étnica, agenciamentos políticos, emergência étnica.

* Frase proferida por um dos líderes, **contrário** ao processo de titulação das terras da comunidade quilombola de Sibaúma, durante uma reunião com representantes do INCRA, SEPIR e UFRN **realizada em 19/02/2006**.

Introdução:

No que se refere aos estudos das identidades étnicas no estado do Rio Grande do Norte, as referências - tanto no âmbito antropológico, como histórico - são escassas e pouco sistematizadas. (CAVIGNAC 2003).

Sibaúma figura como uma exceção no mapa étnico do estado, pois, sempre foi reconhecida como comunidade negra, sobretudo pelos seus antagonistas: os moradores das comunidades circunvizinhas, ou mesmo pessoas do convívio da comunidade freqüentemente referem-se ao povo de Sibaúma como “os negros de Sibaúma” ou “Sibaúma dos negros”. Não nos falta registros, principalmente orais, relatando a existência secular dos “negros de Sibaúma”, ou “a Sibaúma dos Negros Leandro”. (GALVÃO 1989). Na revista “Realidade”, datada de 1964, uma matéria intitulada “Os filhos de Zumbi”, dedicada ao povoado de Sibaúma, reforça essa afirmação. Porém, na hora da escolha de um projeto coletivo que envolva o reconhecimento dos direitos atribuídos aos remanescentes de quilombo, notamos uma situação de conflito exacerbado por múltiplos interesses econômicos. Sibaúma está localizada em uma das áreas mais visadas pelos investidores, sobretudo estrangeiros. Está a menos de cinco quilômetros da famosa praia de Pipa, internacionalmente conhecida, lugar onde os investimentos em serviços turísticos como bares, restaurantes, hotéis e resorts, reconfiguraram a paisagem sócio-cultural do local. Fato que coloca Sibaúma no mapa dos lugares mais valorizados da costa sul do RN. Diante desta situação, a comunidade encontra-se dividida: parte dos moradores, liderados pela Associação dos Remanescentes de Quilombolas da Praia de Sibaúma – responsável pela petição do processo de reconhecimento e titulação de seu território e, portanto desejosos da titulação. Outra parte dos cidadãos, sob a influência de investidores locais e externos, organizam-se, igualmente, em associações colocando-se, no entanto, contra o processo de titulação de suas terras, sob o pretexto de que tal fato poderia barrar o desenvolvimento econômico local. Tal divisão produz uma situação tal de faccionalismo, que leva alguns dos chamados “herdeiros” a abrir mão de um direito assegurado constitucionalmente a seu favor.

Nosso interesse, neste artigo, centra-se na análise dos registros dos discursos mobilizados por estes atores na constituição de suas identidades e expectativas quanto ao seu futuro. Analisaremos, em particular, os posicionamentos relativos às categorias identitárias oficiais, nem sempre reconhecidas e apropriadas pelo grupo.

Antes de abordar a análise da situação em que se encontra a comunidade, precisamos examinar a literatura produzida em nível regional e verificar como a comunidade quilombola de Sibaúma se pensa enquanto grupo.

A questão étnica no Rio Grande do Norte: uma história apagada.

Assistimos a um apagamento das populações autóctones nos registros históricos, sobretudo no período colonial. A inserção destes grupos em categorias genéricas e depreciativas – como “caboclos”, “mestiços” ou “misturados” - aprisionam estes grupos a um passado estanque e fugidio, de onde não são capazes de escapar. (Oliveira, 1998).

Os estudos potiguaros dedicados às figuras de “índios” e “negros” enfocam, quase que exclusivamente, aspectos folclóricos ou de religiosidades afro-descendentes em âmbito urbano, assim o vemos mais evidentemente nos trabalhos de “clássicos” como Câmara Cascudo, Hélio Galvão, dentre outros. Na maioria destes escritos, se muito encontramos, são contabilizações de escravos nos diferentes pontos de economia açucareira do estado, ou a descrição de seus hábitos e manifestações “exóticas”, bem característica dos estudos folcloristas, sendo estes atores reduzidos a categorias estatísticas e caricatas, sem nenhum exame crítico de sua situação.

Assim, o tema da emergência étnica no Rio Grande do Norte é um importante acontecimento no campo das ciências do social, especialmente da antropologia, já que constitui um novo e importante campo de estudos e atuações nessa área. Além de, evidentemente, por em questão toda uma tradição erudita que silenciava – quando não declarava extintos – os principais atores da história do Rio Grande do Norte; história esta

“[...] primeiramente escrita fora dos contextos acadêmicos, essencialmente, pelas elites locais que tentaram apagar, a todo custo, as especificidades étnicas ao longo dos séculos”.(CAVIGNAC 2003: 02).

Contudo, percebemos que tal “esquecimento” não se dá tão somente nos registros históricos. Quando voltamos nossa atenção para os atores desta questão – os próprios “índios” e “quilombolas” – percebemos que esse caráter de identidade diferenciada, tão prontamente postulado pelos órgãos oficiais, na maioria das vezes, não é assumido e valorizado por eles. Seu passado diferenciado, recai muito mais sobre aspectos positivos do que sobre a negatividade arraigada às categorias depreciativas e generalizantes.

Nos documentos históricos, como em testamentos deixados por fazendeiros ou senhores de engenho, vemos a figura do negro escravizado, sendo deixado como herança ao lado de objetos e animais. Em alguns relatos (escritos ou orais), percebemos a figura do negro (aquilombado ou não) como selvagem, incivilizado; ou mesmo como um animal já “domesticado” (BARROSO 1912 ; LIMA 1988).

No Rio Grande do Norte, como em outras partes do Nordeste, a figura do escravo passou por diversos processos que contribuíram para o seu “apagamento” histórico, sendo inseridos em categorias generalizantes, como a de camponês ou de sertanejo. Observamos, principalmente no sertão, uma escravidão, por assim dizer, fora dos padrões: os escravos gozavam de uma relativa liberdade, fato conseqüente, talvez, da não prosperidade da cultura canavieira potiguar, geralmente associada à escravidão; deste modo, a imagem do antigo escravo é geralmente associada ao do trabalhador rural, já que alguns até mesmo possuíam pedaços de terras, especialmente ao final do período escravocrata. Na região litorânea, onde a concentração de engenhos foi maior, por conseguinte, a atividade canavieira mais próspera, a escravidão parece ter sido, por assim dizer, mais típica e intensa. Inclusive, encontramos registros de possíveis revoltas e resistências na região de Goianinha e Canguaretama (LIMA 1990), foco da economia canavieira no estado. Mesmo assim, seu sistemático apagamento dos registros oficiais não foi mais suave: como já observamos, quando registrados, estes atores aparecem tão somente como números ou caricaturas, parte de um passado que, no mais das vezes, aparece como uma reminiscências fugidias.

Atualmente, deparamos-nos com um novo contexto no que se refere à presença de identidades diferenciais em nosso estado: Comunidades indígenas e quilombolas vêm a público declarar sua identidade étnica e exigir seus direitos. Dentre estas, cinco comunidades quilombolas já deram entrada ao processo de titulação de suas terras, direito previsto por lei, através do Art. 68 do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, da Constituição de 1988, que reconhece aos remanescentes das comunidades de quilombos, a propriedade definitiva de suas terras, bem como o dever de emitir-lhes o título definitivo de sua posse. Contudo, como procuramos demonstrar nos parágrafos anteriores, tal emergência se dá de uma maneira *sui generis*: o estatuto diferenciado pleiteado por estas populações apresenta certas especificidades, explicitamente percebidas através de seus discursos e de suas posturas diante dos “rótulos” produzidos pelas instâncias oficiais e órgãos tutelares. Procuramos, assim, analisar que categorias e discursos são mobilizados pelos próprios atores em questão, na

constituição e afirmação de sua identidade étnica. Para tanto, buscaremos desenvolver nossa análise especificamente em relação à comunidade de Sibaúma, uma das cinco comunidades, já reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como remanescentes de quilombo. Nesse caso, o processo para titulação de terras teve início com a elaboração do Relatório Técnico de Identificação, exigido através do decreto 4.887, de 20 de Novembro de 2003 e devidamente regulamentado pela instrução normativa nº 20, publicada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em 30 de setembro de 2005.

Esse trabalho, em curso, contou com uma fase de pesquisa empírica realizada em janeiro de 2006, em volta a um clima tenso, chegando a uma situação de conflito aberto. Porém é interessante analisar os conflitos como reflexos de uma situação histórica complexa, na qual os chamados "quilombolas" se posicionam diferentemente em relação aos seus interesses imediatos ou a seus envolvimento locais. Representam ocasiões onde são pensadas suas identidades e seu passado.

Sibaúma: uma história de famílias.

Não encontramos, na “história oficial” do Rio Grande do Norte, registros sobre o surgimento do povoado de Sibaúma, no entanto, relatos orais dos moradores mais antigos no local, apontam para uma história rica em elementos que remetem a uma ancestralidade comum.

Os relatos descritos pelo jornalista Talvani Guedes, para a revista Realidade, datada de abril de 1964, juntamente com outras narrativas coletadas por nós, indicam que um dos primeiros habitantes do lugar foi um certo Cosme de Souza, escravo fugido do Engenho Tacima de Cima, no estado da Paraíba. Cosme de Souza teria fugido com quatro filhas (Francelina, Helena, Belarmina e Maria) sua esposa - que veio a falecer no meio do caminho – e se estabelecido naquele lugar. Posteriormente, o soldado Manoel Vidal de Negreiros chega ao local, supostamente após um naufrágio, onde se casa com Belarmina, uma das filhas de Cosme de Souza. Depois, as outras filhas também desposam outros homens: Francelina casa-se com um homem chamado Leandro, provavelmente um escravo fugido do Engenho Bom Jardim, em Goianinha; Maria teria casado com Caetano, que, segundo alguns relatos, foi um negro fugido do "*batalhão de Arcoverde*", o que remete à história local que apresenta o último dono do engenho Cunhaú como um ser cruel e sanguinário. Os relatos coletados não nos indicam o casamento da outra filha, por nome Helena. Surgem, então, as três principais famílias

de Sibaúma: Os Leandro, Os Camilo e Os Caetano. A partir destes "troncos", a comunidade reconhece uma ancestralidade comum: muitos designam o "Henrique velho" como sendo o antigo chefe de Sibaúma. Em uma outra versão, relatos apontam para um naufrágio, quando um navio - supostamente negreiro - teria tombado na *Pedra do ferreiro*, uma parede de corais localizado a poucos metros da costa. Deste naufrágio, teriam sobrevivido Manoel Negreiros e Mãe Moça, e estes teriam dado origem ao povoado.

Ainda segundo relatos, o próprio Manoel Vidal de Negreiros providenciou um documento de posse das terras de Sibaúma, em nome sua esposa e cunhadas. Tal documento teria sido levado por Paulina, uma das filhas de Manoel, após uma briga de família, para a cidade do Recife, em data indeterminada. A partir de então, deu-se início, em Sibaúma, a uma infundável peleja pela posse legítima e legal de suas terras, fato largamente relatado pelos locais, e motivo de orgulho nos discursos de seus membros. Os relatos atestando as constantes ameaças sofridas pelo povo de Sibaúma são abundantes: por diversas vezes, os moradores foram expulsos de suas terras, largados à beira-mar, tendo que reaver seu território "na marra", ou seguindo diferentes estratégias, como no fato relatado por alguns moradores, onde um dos líderes, Pedro Camilo, teria ido a pé até a capital Natal, rogar ao então chefe de polícia do estado, João Café Filho, que lhes fossem restituídos as suas terras; o que deve ter acontecido nos anos 1930. O pedido foi atendido, e os moradores puderam retornar aos seus lares. Contudo, esta não foi a primeira nem a única investida de invasores ou supostos proprietários contra o povoado de Sibaúma.

Os Herdeiros de Sibaúma.

Os atores em questão afirmam uma identidade diferenciada, antes de tudo, através de um mito de origem, do reconhecimento de uma genealogia comum e, por fim, da memória das lutas por seu território. O passado marcado pelo sofrimento da escravidão é raramente evocado e "o povo de Sibaúma não alcançou o tempo dos cativos". Pelo contrário, os relatos coletados afirmam uma resistência contra várias investidas no território ocupado pela comunidade: não faltam, nos relatos orais dos moradores, principalmente dos mais antigos, acontecimentos envolvendo a luta de seus antepassados pela posse de suas terras, onde, por diversas vezes precisaram pegar foices e cacetes para defender seu território, repetidamente ameaçado por latifundiários. A

referência aos quilombos remete automaticamente ao "tempo dos cativos" do qual seus ancestrais conseguiram escapar.

Não é de se admirar, pois, que "o povo de Sibaúma", chamado agora de "remanescentes de quilombo" não se identifica com essa nova terminologia e busque desvencilhar-se de uma imagem tão caricata e depreciativa, que nada trazem de orgulho na afirmação de sua alteridade. É importante notar que o processo de identificação de comunidades remanescentes de quilombos leva, automaticamente, os agentes sociais em questão – tanto os chamados quilombolas, quanto seus antagonistas - a lidar com um passado doloroso e não resolvido, com a referência às designações mencionadas há pouco, mas também a lidar com todo um conjunto de categorias impostas por órgãos oficiais e agentes sociais, o que, como veremos, não é uma tarefa fácil, pois, assumi-las

“[...] implica, para a população que o assume, a possibilidade de ocupar um novo lugar na relação com seus vizinhos, na política local, diante dos órgãos e políticas governamentais, no imaginário nacional e, finalmente, no seu próprio imaginário, [...] trata-se de reconhecer naqueles grupos, até então marginais, um valor cultural absolutamente novo que, por ter origem em outro quadro de referências, era até então desconhecido deles mesmos”.(ARRUTI 1997:22)

Vemos, assim, no caso de Sibaúma uma dissonância entre as categorias atributivas dos órgãos responsáveis pelos direitos quilombolas. Inicialmente, notamos que a visão de quilombo partilhada pela maioria dos seus moradores é aquela que consta na definição arqueológica, “frigorificada” (ALMEIDA 2002), onde o mesmo aparece associado a um passado efêmero, como um lugar de abrigo de negros fugidos. Constatamos isto, através dos discursos proferidos por moradores, em várias ocasiões onde a afirmação de uma identidade diferencial foi solicitada, afirmando que “*Sibaúma vai voltar ao passado*”, ou que “*Sibaúma não é mais um quilombo, porque não tem mais somente negros*”, ou ainda que “*ser quilombola é andar pra traz, feito caranguejo*”.

No entanto, percebemos o alto grau de coesão em termos das relações de parentesco: quando indagados, todos reconhecem uma ancestralidade comum, “*todo mundo é parente*” ou “*Sibaúma é uma misturada da molesta*”. E é sobre este véis que ocorre no grupo a produção de limites e fronteiras (ARRUTI 2003: 35), no que se refere ao direito sobre o território. A categoria de “herdeiro” é automaticamente acionada pelos agentes sociais para diferenciar aqueles que simplesmente moram ou nasceram em Sibaúma daqueles que poderiam ter a posse legítima do território. Assim, é antes a

categoria de “herdeiros das terras” do que a de “descendentes de escravos”, que é mobilizada pelos agentes sociais na afirmação de uma identidade diferencial.

"Não queremos a demarcação!"

Apesar dos fortes laços genealógicos e do auto-reconhecimento enquanto herdeiros legítimos de seu território, a comunidade de Sibaúma encontra-se dividida no que se refere aos seus anseios relacionados ao processo de titulação de terras. Grande parte dos moradores é avessa ao processo, estimulados, de um lado, pela descrença generalizadas nos órgãos governamentais. De fato - como na maioria dos casos envolvendo territórios quilombolas - não tem tido uma atuação satisfatória junto à comunidade. De outro lado, influenciados por investidores, externos ou pessoas da própria comunidade que tem uma atuação política ao nível local e, com isso, conseguem benefícios, defendem a versão do “desenvolvimento” e “progresso”, apreendidos como sinônimos de urbanização e modernização. Nessa configuração, eles próprios – investidores e empresários – seriam os únicos e possíveis portadores. Contudo, como bem nos adverte o sociólogo Piotr Sztompka,

“Devemos sempre perguntar: progresso para quem e sob que aspecto? Não existe progresso absoluto. A especificação dos valores tomados como medidas ou critérios de progresso é sempre necessária”.(Sztompka: 1998).

Fato é que tal discurso tem mobilizado grande parte da população de Sibaúma - *herdeiros* ou não – que, hoje, organizam-se em associações que reivindicam a não titulação das terras, criando, assim uma situação tensa e um faccionalismo manifesto. Além disso, apesar de não aceitar a titulação dos territórios, os "contra" (a demarcação) declaram abertamente seu desejo de serem contemplados pelas políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas.* Desta forma, notamos ambigüidades em relação à posicionamentos políticos e confrontamo-nos à uma situação atípica: os mesmos se reconhecem enquanto quilombolas, desejam as políticas direcionadas, porém, e o que é mais curioso, não querem seu direito maior, ou seja, o reconhecimento, a demarcação e a titulação de seu território.

* Uma prova deste posicionamento e da pouca clareza que os diferentes atores tem do processo é o fato de alguns deles terem participado do II Encontro das Comunidades quilombolas do RN, evento realizado em março de 2006.

Conclusão:

Notamos, em Sibaúma, uma situação ímpar no que se refere à afirmação de uma identidade diferencial. Explicitamente, as categorias mobilizadas pelo grupo destoam daquelas postuladas pelos órgãos oficiais ou agências tutelares. Além disso, uma exacerbada situação de faccionalismo faz emergir ambigüidades fundamentais nos posicionamentos políticos relativos à mobilização destes atores: o fato de desejarem as políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas, porém sem a titulação definitiva de suas terras, apresentam um aspecto importante na questão das emergências de grupos étnicos, a saber, “as manipulações pelos atores sociais da identidade étnica” (O’Dwyer: 2002). Procuramos aqui, antes de tudo, questionar os conceitos e as categorias relativas à questão da emergência das chamadas “novas etnias” e, sobretudo, avaliar as repercussões locais de uma legislação e suas reinterpretações pelos principais interessados que, até então, não eram consultados nas decisões em relação ao seu futuro. Tentamos, assim, entender um fenômeno relativamente recente, as emergências étnicas no Rio Grande do Norte e seus desdobramentos para os grupos interessados no processo.

Desta forma, procuramos analisar de que forma os agentes sociais na situação de Sibaúma se posicionam diante de um fato novo em suas vidas: as exigências, internas e externas, de uma afirmação identitária que, até então, não era necessário; até então, a diferença era naturalizada e o grupo era chamado como "Os negros de Sibaúma". A partir do processo iniciado de reconhecimento da comunidade em nível nacional, a configuração mudou bruscamente e obrigou os moradores a se posicionar, reforçando os conflitos já existentes.

No que se refere à questões, especialmente conceituais, relacionadas à emergência étnica no estado do Rio Grande do Norte, é certo que estamos diante de um campo “em aberto”, sobre o qual novas reflexões carecem de ser realizadas, atentando sempre para o fato de que as dinâmicas envolvendo este campo têm suas peculiaridades em cada contexto onde se desenrolam, o que nos leva, conseqüentemente, a pensar nas particularidades de cada caso, e tomar o devido cuidado ao lidar com os conceitos e categorias - muitas vezes naturalizados - evitando a incursão no erro da simples transposição e aplicação destes. É preciso que os profissionais diretamente envolvidos na questão tomem consciência de que sua atividade passa de uma mera coleção de conceitos: a prática antropológica relacionada aos grupos étnicos dizem respeito ao

futuro destes grupos, nossas decisões e reflexões implicam diretamente no direcionamento tomado por estes agentes na construção do seu futuro e de suas identidades.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombolas e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. (org.) Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*. [online]. out. 1997, vol.3, no.2 [citado 26 Abril 2006], p.7-38. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200001&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0104-9313.
- BARROSO, Gustavo Dodt. 1912. *Terra de sol. Natureza e costumes do Norte*, Rio, Benjamim de Aguilá.
- CAVIGNAC, Julie A. A etnicidade encoberta: índios e negros no Rio Grande do Norte. *Mneme*. Agosto 2003, vol. 05, nº 08.
- GALVÃO, Helio. Derradeiras cartas da praia & outras notas sobre Tibau do Sul. Natal: Fundação José Augusto, 1989.
- LIMA, Nestor. 1990 [1937-1942] *Municípios do Rio Grande do Norte*, Coleção Mossoroense, serie C, DXCVI.
- LIMA, José Ayrton de. 1988. *A escravidão negra no Rio Grande do Norte*, Natal, Cooperativa dos Jornalistas de Natal.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. (org.). Introdução. In: Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- SZTOMPKA, Piotr. A As vicissitudes da idéia de progresso. In: A sociologia da mudança social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

UMA TRADIÇÃO SILENCIADA: A PRODUÇÃO ARTESANAL DA CORDA DE SISAL¹

Emmanuela de Almeida Lins
Aluna do PPGS/UFCG
emmanuelalins@yahoo.com.br
Dra. Ramonildes Alves Gomes
Professora do PPGS/UFCG
rmildes@hotmail.com

Da folha do Agave nós extraímos a sua fibra - o sisal.
Depois, pacientemente, unimos fio com fio e fazemos nascer a corda.
Descobrimos nesse trabalho que um fio só é fraco, mas que vários são fortes.
Assim como nós... Fracos sozinhos e fortes juntos.

Introdução

Este artigo propõe uma reflexão sobre as interações entre dimensões econômicas e culturais, a partir de um estudo de caso realizado na comunidade Cuiuiú que está localizada no município de Barra de Santa Rosa, situada na mesoregião do agreste paraibano. Num primeiro momento, ainda na introdução faremos uma descrição sucinta da comunidade, com intuito de compreender os significados materiais e simbólicos do artesanato para esta comunidade. No segundo momento, problematizaremos os distintos significados do conceito de desenvolvimento assumidos pelos diferentes atores, particularmente, a comunidade e os agentes de desenvolvimento local.

Vale ressaltar que neste projeto, cujo objetivo é a produção interdisciplinar de um conhecimento prático que considere além da simples base física, as relações entre os indivíduos entre si e indivíduos e agentes externos. Essas relações formam uma complexa organização nas quais os laços de pertencimento vão muito além dos seus atributos naturais, locais e econômicos. Pesquisar sobre a base de um território com características peculiares, significa compreender a trama das relações que dificultam sua inserção na economia nacional, como as raízes históricas, configurações políticas e identidades aspectos que desempenham um papel ainda pouco conhecido na compreensão dos desafios

¹ Este trabalho consiste numa análise, ainda preliminar da pesquisa que estamos iniciando como dos requisitos do curso de mestrado em sociologia rural, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia UFCG/UFPB

que se colocam para o desenvolvimento econômico e que influenciam a qualidade de vida dos grupos.

A comunidade Cuiuiú está localizada no município de Barra de Santa Rosa, situada na mesoregião do Agreste paraibano. É formada por aproximadamente 170 famílias, segundo dados fornecido pelo Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido – PEASA, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, e tem como principal fonte de renda a fabricação artesanal da corda de sisal, chamada de acordoalha, que é uma atividade remanescente do período em que a região foi a segunda maior produtora de sisal do Brasil.

Com o declínio da cultura, a população encontrou no artesanato subsídios para uma renda de subsistência, que seria complementada pela produção agrícola, porém, estas de baixo retorno e o que, segundo o PEASA, não garantia uma renda mínima capaz de assegurar à população que dependente delas, uma renda capaz de atender às necessidades materiais do grupo, tampouco, assegurar a qualidade de vida.

Em abril de 1999, foi criado o Projeto de Implantação de Unidade de Beneficiamento da Fibras de Sisal (*Agave sisalana*, Perr.) Para Confecção de Artesanato na Comunidade Cuiuiú – Barra de Santa Rosa/PB, que pertencia ao Programa de Fomento à Implantação de Unidades de Produção Agroindustrial no Semi-Árido Paraibano. Este programa foi criado pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, através da Fundação Parque Tecnológico, posteriormente, em 2002 quando ocorreu o desmembramento da UFPB, o programa ficou alocado na Universidade Federal de Campina Grande, contando ainda com apoio da Secretaria da Agricultura, Irrigação e do Abastecimento – SAIA/PB, com a Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia – SICTCT/PB, com Delegacia Federal da Agricultura na Paraíba – DFA/PB, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, e especialmente com PEASA. Esta parceria tinham como objetivos: “1) estimular a comunidade na busca de novas alternativas sócio-econômicas; 2) dinamizar a atividade da cordoalha na comunidade; 3) diversificar a produção de acordo com a demanda de mercado; 4) padronizar os produtos elaborados; 5) estimular a recuperação dos campos de sisal na comunidade e no município; e 6) e desenvolver campanha de marketing para lançamento dos produtos no mercado”².

² In: Projeto de Fomento à Implantação de Unidades de Produção Agroindustrial no Semi-Árido Paraibano: Projeto de Implantação de Unidade de Beneficiamento da Fibras de Sisal (*Agave sisalana*, Perr.) Para

Para a viabilização do projeto foi criado o Centro Artesanal Cuiuiú, que funciona ao molde de uma cooperativa e que, inicialmente, contava com um grupo de 15 artesãos. Este centro tinha com objetivo encontrar novas oportunidades para agregar valor à corda de sisal, aumentando, assim, a renda familiar. Nesse processo, o PEASA ficou responsável por pensar novas tecnologias para o processo de fabricação da corda e outros produtos a serem feitos a partir de então.



A alteração na espessura da corda possibilitou a criação de outros tipos de peças.

Como o macramé³ já era uma técnica praticada pela comunidade, foi feito um estudo com objetivo de aproveitar a tecnologia da produção da corda de sisal, utilizada para a feitura do artesanato, que era produzida em uma bitola de uma polegada para umas peças menores, que produziria uma corda mais fina e delicada e, a partir delas, foram pensados as novas linhas de artesanato como as luminárias, a linha de bandejas, os porta-guardanapos, os porta-revistas, e diversos outros tipos de artigos de decoração, que só foram possíveis com a mudança na espessura da corda.

Após a realização do estudo sobre as novas tecnologias utilizadas e os possíveis produtos a serem elaborados, os artesãos da localidade foram convidados a participar da cooperativa e fazerem capacitações, nestas os artesão (re)elaboraram o processo de produção. Uma vez que, o saber-fazer dos artesãos da comunidade havia sido aprendido através da transmissão geracional do ofício, ou seja, de pai para filho sucessivamente.

Segundo Christus Nóbrega, o interesse pela participação na cooperativa foi crescendo, na medida em que o projeto foi apresentando sinais de retorno econômico com a produção dos novos artefatos. Porém, percebemos que, atualmente, das 170 famílias da

Confecção de Artesanato na Comunidade Cuiuiú – Barra de Santa Rosa. Campina Grande: Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido – PEASA/UFPB, 1999.

³ Na entrevista realizada em março de 2006, Christus Nóbrega, o designer que projetou os novos utensílios produzidos em Cuiuiú, revelou que com o macramé os artesãos da comunidade “construíam tapetes e uns objetos de decoração, umas luminárias, uns objetos grandes” mas que estes eram objetos de decoração em desuso e que tinham pouco valor comercial.

comunidade, apenas 20 pessoas estão participando dos trabalhos no Centro Artesanal Cuiuiú, o que contradiz as expectativas criadas em torno do projeto e divulgadas no seu próprio site.

“Hoje, esse grupo aumentou e trabalham na confecção de produtos de decoração e utilitários, teve sua auto-estima elevada, pois de cordeiros, passaram a condição de artesãos e com a venda de seus produtos começam a realizar pequenos sonhos. A atividade tem proporcionado ocupação, sustento e renda para o um número de famílias da comunidade, impedindo que os jovens deixem suas famílias para tentar a vida no sul e sudeste do país. Artesãos que se alegram em saber que suas peças hoje decoram ambientes refinados de várias partes do Brasil”⁴.

Isto posto, parece-nos que estamos ante a uma proposta de desenvolvimento que reflete o consenso dos diversos atores, famílias e agentes institucionais. No entanto, o contato sistemático com a população tem revelado inúmeras contradições que adquirem visibilidade no cotidiano desta comunidade, deixando transparecer uma relação cheia de conflitos, alicerçada em lógicas distintas. Para as famílias, percebemos certa insatisfação e/ou não identificação com a produção, para as instituições, particularmente o Paqtec, amparado na lógica do *homo economicus* o projeto tem alcançado plenamente os seus objetivos que se resume a geração de renda para as famílias e a divulgação dos produtos no mercado local e nacional (Douglas e Irsheewood, 1998).

I - A (re)valorização da tradição

Muito se tem feito, através de políticas públicas, para legitimar o artesanato como uma fonte viável de sustentabilidade econômica das populações rurais, proporcionando uma renda complementar que aumente o potencial de consumo destas. Porém, o projeto que estamos analisando, atualmente, apresenta disparidades de diversas ordens: nas ações, nos significados e nos valores atribuídos.

Nesse exercício, vemos que, o cálculo da relação custo-benefício relativo à produção da corda destinada ao novo tipo de artesanato revela que, a corda com uma espessura menor, é mais rentável economicamente, pois, se gasta uma menor quantidade da fibra de sisal para produzi-la e o seu preço de mercado é maior do que a corda de espessura maior, no entanto, os artesãos cooperados nunca deixaram de produzir e vender nas feiras, ou para os atravessadores, a corda antiga. Além do fato de que das mais de 170 famílias

⁴ Texto retirado do endereço eletrônico <http://www.paqtc.org.br>

que integram a comunidade Cuiuiú, apenas 20 pessoas estão trabalhando diretamente com os novos produtos. Isto demonstra que esse tipo de ação, no caso específico, não tem refletido tão positivamente como o divulgado, talvez, pelo fato de que os novos produtos fragmentam a lógica de uma tradição passada de pai para filho naquela comunidade.

Como relatado por Câmara Cascudo (2004) “o povo tem uma cultura que recebeu dos antepassados. Recebeu-a pelo exercício de atos práticos e audição de regras de conduta, religiosa e social”⁵. Nisto, “há um instinto de conservação para manter o patrimônio sem modificações sensíveis, uma vez assimilado” e, nessa resistência, cria-se mecanismos para a manutenção da produção da acordoalha na comunidade, ou seja, uma manutenção dos símbolos e ritos que arrogam o poder do grupo pela valorização das suas próprias lógicas (Leach, 1996: 80).

No Brasil, o planejamento e a oferta de políticas públicas tende a descaracterizar a noção de sociedade, como um conjunto de relações sociais entre atores, num espaço de disputas, interesses e poder, que influenciam diretamente as identidades, os discursos e as ações dos indivíduos e grupos. Este pressuposto torna-se mais visível quando nos debruçamos sobre as políticas públicas em geral e, particularmente, aquelas direcionadas ao combate a pobreza nos espaços rurais.

A evidência do poder dos grupos revela-se nas múltiplas estratégias de resistência (Scott, 1996). Esta resistência configura-se no enfrentamento do modelo de prática artesanal implantada pelas agências fomentadoras, pois, esse mecanismo de transformações e inovações no artesanato da corda, mesmo agregando valor material, desejado e trazendo retorno econômico para os artesãos envolvidos, não valoriza as suas tradições, e talvez, esse seja um dos argumentos que explique, porque mesmo sendo esta atividade mais rentável, não consiga ganhar maiores repercussões na comunidade, justificando o pouco interesse das famílias em participar da cooperativa.

O olhar institucional, também é um dos fatores que pode influenciar a resistência que as famílias apresentam em relação ao projeto. A fala do *designer* Christus Nóbrega, quando abordado sobre a forma como ele avalia o desempenho da comunidade no projeto e se havia tido melhorias para as famílias, ele respondeu:

⁵ CASCUDO; 2004, p. 710.

“Esse contato com o mercado pra mim é fundamental para essa percepção e eles testarem lá, isso, para mim, é um ganho absurdo. Preferi ter essa relação de não querer mais essa exploração, é um dos ganhos. Trabalhar. Antes eles trabalhavam isolados, hoje eles trabalham em grupo, lógico, com todas as discussões e problemas que podem acontecer na construção de uma cooperativa. Mas, hoje, eles tem uma divisão de tarefas. Vêem que o trabalho de um também depende do trabalho do outro. Que o trabalho bem feito de um, influencia no seu trabalho bem feito”⁶.

Por mais que em sua fala o informante insista que um princípio básico no trabalho realizado em Cuiuiú, é o combate à prática de exploração do trabalho, deixa transparecer o não conhecimento da dinâmica das atividades artesanais da comunidade. Alegando que hoje o trabalho não é mais um “trabalho isolado”. Esta certeza vai de encontro ao que foi abordado por Lúcia Couto, em sua dissertação, *A saúde na fala dos trabalhadores do desfibramento do sisal: um estudo de caso – Paraíba*, em que calcula que na etapa do desfibramento da fibra era necessário, no mínimo, oito pessoas trabalhando em conjunto, além do que, a própria confecção da acordoalha é uma atividade feita, principalmente, pela família. Ela nunca foi um trabalho isolado como revela a narrativa do designer.

Adiante Nóbrega se contradiz afirmando que, com o trabalho na cooperativa, houve uma melhora significativa nas relações de trabalho e um maior comprometimento das famílias na execução das atividades. Tais interpretações reificam adjetivos cujos significados devem ser questionados. Por exemplo, com que autoridade um agente institucional julga as relações de trabalho de uma comunidade? Por que a intervenção significa melhorias? E, principalmente, por que as melhorias só apareceram após a intervenção do programa do PEASA?

Estes questionamentos trazem à discussão a necessidade de uma mudança de foco das instituições para com os artesãos, demonstrando que o saber tradicional estará sendo julgado por índices que não incorporam as subjetividades presentes nas ações humanas e que não conseguem entender o dinamismo cultural, cercados de significados afetivos e simbólicos, que não são explicados objetivamente pelos índices e estatísticas que inferem sobre o desenvolvimento de uma comunidade.

A dimensão cultural de uma comunidade é algo que não pode ser apreendido de forma fragmentada, como assinala Câmara Cascudo (2004: 720)

⁶ Entrevista dada em março de 2006.

“A impressão real da Cultura Popular é que ela não pode e não deve ser explicada pela enumeração dos seus elementos formadores. É um caso em que o todo não corresponde à soma das partes. É maior. Maior pela inteligência perceptiva que nunca deixa de ser modificadora. Essa modificação realiza a mecânica assimiladora, dividindo e recriando, às vezes, o que recebera compacto”⁷.

Com isto, mesmo com toda pressão dos agentes externos na implementação do trabalho artesanal em Cuiuiú, as famílias sempre resistirão na manutenção dos traços que compõem sua identidade, ou seja, na articulação das práticas tradicionais às práticas modernas.

II - A agências fomentadoras em busca do desenvolvimento local

Desde o final do século XX, pesquisadores das diversas áreas do conhecimento despertaram para a necessidade de responder aos desafios colocados pelo desenvolvimento em escala mundial. Em geral, as definições sobre desenvolvimento são avaliativas e julgadoras, no sentido de que elegemos um padrão de vida e procuramos aproximar a experiência concreta das pessoas desse padrão pré-estabelecido. Essa aproximação possibilita classificar, padronizar o desenvolvimento. Outras vezes, as definições expressam um sentido normativo e disciplinador, porque quando se define que essa ou aquela forma de desenvolvimento, na verdade, estamos determinando um modelo ideal que todas as pessoas deverão perseguir para ter crescimento econômico e qualidade de vida, como se qualquer outra maneira de viver que fuja a esse modelo não tivesse qualidade. Enfim, todas essas avaliações desconsideram um princípio, que para nós é básico, de que a avaliação substancial sobre o desenvolvimento almejado por indivíduos e grupos deverá ser feita pelos próprios sujeitos da experiência (Gomes, 2005).

Segundo Jorge Werthein, representante da UNESCO no Brasil,

“O final do século XX deixou claro um conjunto de preocupações que devem orientar a conduta intelectual dos cientistas. Protagonistas de um formidável poder de modificar nosso mundo, os pesquisadores encarnam agora, mais do que em qualquer outra época, um papel que representa ao mesmo tempo a esperança da solução de problemas e impasses”⁸ (Grifo meu).

Corroborando para essa lógica é que as agências fomentadoras, como o PEASA e o Sebrae, “protagonistas” neste processo, acreditam que a ciência, a tecnologia e o

⁷ CASCUDO; 2004, p. 720.

⁸ WERTHEIN, 2002, p. 7.

designe pode ser utilizados como inovação ao artesanato, na medida em que aperfeiçoa os produtos tornando-os mais rentáveis e, com isso, possibilitando o crescimento econômico na comunidade. Para as agências, o aperfeiçoamento sobre estas bases significa o moderno por oposição a tradição que simboliza o atraso, a economia retardatária, enfim a estagnação.

Contudo, as novas tecnologias e implementos não foram suficientes para criar, ou manter, a identificação dos artesãos com os produtos e com a nova dinâmica do trabalho. Como sugerido por Marcel Bursztyn (2002), esse processo “não assegura o desenvolvimento econômico” planejado, pois, entendemos, que acabam por originar problemas em relação a remuneração do trabalho que antes não existiam.

Eric Hobsbawm (1981), em um estudo sobre a história da classe operária traz uma questão interessante para reforçar os argumentos dessa discussão:

“Como um homem habilitado iria fixar o seu padrão salarial em relação a outro homem habilitado? O cálculo aqui, embora tácito e muitas vezes inconsciente, era bastante complexo. Por um lado cada trabalhador poderia ser considerado como pertencendo a uma camada particular – digamos de artesãos em contrapartida aos trabalhadores – e esperaria portanto um salário de acordo com o seu status social”⁹.

Quando Christus Nóbrega fala sobre a qualidade das relações do trabalho e com a maior valorização econômica do mesmo, seguindo os parâmetros de remuneração que o trabalho industrial, sindicalizado, tem, percebemos que as agências fomentadoras não compreenderam os sentidos desse processo de remuneração, através do trabalho da cooperativa. Anteriormente, os pais ficavam responsáveis pela remuneração que do trabalho da família, cabendo a eles a distribuição dos gastos necessários à manutenção do casa e do grupo familiar, já que era todo o processo era assumido integralmente pelo grupo, da produção à comercialização.

Hoje, na cooperativa cada artesão recebe sua remuneração de acordo com a quantidade de peças produzidas e vendidas, e isto acaba por gerar alguns conflitos dentro das famílias, pois, os pais se sentem desautorizados em relação aos filhos e julgam que a remuneração que eles recebem geralmente não está sendo bem empregada, pois, em alguns casos, muitos acabam gastando com o consumo de álcool, o que antes não era permitido pelos pais, já que estes detinham o controle financeiro das família.

⁹ HOBBSAWM, 1981, p. 350.

Talvez, esse seja um dos motivos que explique a rotatividade dos cooperados em relação aos membros do Centro Artesanal Cuiuiú.



Considerações finais

É importante registrar que as análises apresentadas, resultam dos primeiros dados coletados. Portanto, as conclusões são, por assim dizer, apressadas.. Um dos primeiros aspectos contraditórios na experiência de desenvolvimento de Cuiuiú é a maneira como as agências de fomento concebem o desenvolvimento local, pois o que é desenvolvimento para um, em determinado ponto, pode ser entendido como interferência na tradição local, implicando em perda da qualidade de vida.

A lógica do desenvolvimento para a população do Sítio Cuiuiú está diretamente relacionada ao bem estar. É impossível não indicar que eles desejam a valorização de sua economia, o reconhecimento do seu trabalho, o aumento no poder de compra, a capacidade de produzir mais e que essa produção seja vendida, mas, desde que elementos da tradição camponesa dessas famílias sejam respeitados. Por exemplo, a identificação com o produto produzido.

A nossa hipótese de investigação consiste no fato de que por mais que o novo artesanato traga retorno econômico, dificilmente haverá o abandono da produção da corda de sisal, pois, apesar do baixo preço obtido com a venda deste produto o pouco recurso, o retorno que se tem é a segurança da comercialização e a valorização da sua tradição. Já o artesanato produzido pela cooperativa, ainda representa instabilidade, insegurança e risco.

Essa insegurança, trás a tona uma desconfiança do restante da população local, que ainda não tem confiança nesse retorno. Percebemos, pois, que o sonho das famílias é alcançar sua própria emancipação, através da eficiência no trabalho que representa uma estratégia mais confiável e segura, independentemente, da vulnerabilidade do mercado consumidor que é transitório.

Referência Bibliográfica

- JBURSZTYN, Marcel. Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século. In BURSZTYN, Marcel (org). *Ciência, ética e sustentabilidade*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.
- COUTO, Lúcia. *A saúde na fala dos trabalhadores do desfibramento do sisal: um estudo de caso – Paraíba*. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba / Mestrado de Sociologia Rural, 1989 (mimeo).
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Civilização e cultura: pesquisas e notas de etnografia geral*. São Paulo: Global, 2004.
- DOUGLAS, Mary e ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- DOUGLAS, Mary e NEY, Steven. *Missing Persons: a critique of the social sciences*. London, England: Univerty California Press, LTD, 1993.
- GOMES, Ramonildes. A qualidade de vida das famílias do Perímetro Irrigado de São Gonçalo: ética e racionalidade. Recife: Universidade Federal do Pernambuco / Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2005
- HOBBSAWM, Eric. *Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva . Perspectiva do homem (col). Lisboa, Edições 70. 1950.
- SCOTT, J. C. *The moral economy of the peasant: rebellion and susistence in southeast Ásia*. New haven: Yale University, (1996).
- WERTHEIN, Jorge. Apresentação. In BURSZTYN, Marcel (org). *Ciência, ética e sustentabilidade*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.

1º Encontro da Rede de Estudos Rurais

GT4

AGRICULTURA FAMILIAR E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

COORDENADORES

ANITA BRUMER (UFRGS)

DALVA MOTTA (EMBRAPA)

ERIC SABOURIN (UNB/CIRAD)

A “MASCULINIZAÇÃO” DA PRODUÇÃO DE LEITE

Reginaldo Sales Magalhães
Plural Consultoria e Pesquisa

www.territorioplural.com.br

Grupo de Pesquisa as Instituições do Desenvolvimento

Universidade de São Paulo

regi.magalhaes@uol.com.br

1. Introdução

Para os agricultores familiares de origem italiana da região Sudoeste do Paraná, a produção de leite é uma atividade tradicionalmente feminina¹. Porém, um importante paradoxo atinge as organizações da agricultura familiar ao promover o desenvolvimento da produção e do mercado de leite. A formação das cooperativas de leite, apesar de melhorar a vida do conjunto da família, não promoveu a ampliação das liberdades das mulheres, pelo contrário, levou à manutenção da reclusão feminina ao âmbito doméstico, acentuando assim as desigualdades entre homens e mulheres. A ampliação da importância econômica da produção de leite para as famílias fez com que os homens passassem a exercer o domínio sobre a atividade.

A ampliação do acesso aos mercados provocou uma forte mudança nas relações sociais no ambiente intra-domiciliar. Tais mudanças tiveram impacto profundo na distribuição de recursos que é, tradicionalmente, muito desigual entre os membros das famílias. A tradicional divisão do trabalho nas unidades de produção familiar provoca uma masculinização não só da produção, mas de todo o meio rural. Este artigo trata de um exemplo dentre as várias condições sociais que fazem do meio rural um lugar menos propício às mulheres, especialmente às mais jovens, fazendo com que o meio rural torne-se cada vez mais idoso e masculino (Camarano e Abramovay, 1999). Analisar as relações de gênero nesta atividade específica ajudará a compreender os motivos da persistência da desvantagem feminina ainda presente no mundo rural. Esse é o objetivo desse artigo, que se baseia numa pesquisa realizada entre produtores familiares de leite no município de Francisco Beltrão, na região Sudoeste do estado do Paraná.

¹ Essa é um fenômeno específico, mas não é único. Na França, segundo relato de Maria José Carneiro (1998), ocorreu processo semelhante. Mas em outros grupos sociais na mesma região, a identificação da produção de leite com o trabalho feminino não é homogênea, nem estática. Fala-se, por exemplo, na região que “quando se vê um homem tirando leite, ou ele é alemão ou é do sindicato”.

Gary Becker (1991), autor da mais expoente e influente abordagem científica sobre as famílias baseada na escolha racional, aplica os pressupostos teóricos da economia neoclássica – comportamento maximizador, equilíbrio de mercado e preferências estáveis – para explicar decisões individuais no âmbito familiar, tais como escolher um cônjuge, ter e cuidar de um filho ou a alocação do tempo, e as relações entre essas escolhas e a produção de riqueza. Em seu “Treatise on the family”, Gary Becker (1991) compara a família a uma pequena fábrica que combina tempo e recursos para produzir mercadorias que diretamente entram na sua função de utilidade. Todas as atividades desempenhadas no domicílio, como o tempo despendido em cozinhar ou arrumar a casa, e até mesmo o tempo de dormir e ouvir música, são consideradas funções da produção de mercadorias. Elogiado pelo reconhecimento daquilo que é considerado o não-trabalho feminino não fornece, porém instrumental analítico suficiente para uma análise concreta da situação das mulheres no ambiente da produção doméstica. No modelo de escolha coletiva familiar, os domicílios são “caixas pretas” nas quais os indivíduos possuem preferências homogêneas onde cada escolha busca maximizar as utilidades individuais e coletivas (Pollak, 2002). Assim como nos pressupostos neoclássicos do mercado, a maximização do bem estar de cada indivíduo levaria ao melhor resultado familiar possível. Para Zelizer (2000) o problema das abordagens predominantes sobre as relações entre gênero e economia está exatamente em tais pressupostos metodológicos da análise dos fenômenos econômicos. A mesma crítica é feita por autores da Economia Feminista (International Association for Feminist Economics). Segundo Julie Nelson (1998) a abordagem individualista da ação econômica ignora a natureza social das ações individuais e das relações de poder e coerção no interior das famílias. As críticas feministas à economia neoclássica destacam o auto-interesse como uma visão androcêntrica.

Abordagens sociológicas, por outro lado, consideram que a gestão das economias familiares é o resultado de constantes conflitos de interesses e acordos entre os seus membros. As diferenças no comportamento econômico entre homens e mulheres são características culturais que exercem influência importante na forma de organização da gestão das famílias, em cada grupo social segundo suas características culturais. Relações sociais são determinantes para a formação dos interesses individuais e para as condições de acesso e controle de recursos. Formas específicas de inserção na sociedade e no trabalho geram diferenças de interesses, de acesso e de controle entre homens e mulheres. As defasagens entre homens e mulheres nos processos econômicos

podem ser explicadas pela existência de distintos interesses e de assimetrias na posse de recursos disponíveis entre cada membro dos núcleos familiares. É o pressuposto a partir do qual Swedberg (2003) propõe a análise das relações entre gênero e economia. Para England e Folbre (2005) a distribuição dos fluxos de recursos, principalmente, dinheiro e tempo, entre os cônjuges deveria ser um dos focos centrais da abordagem sociológica dos fenômenos econômicos.

2. As trocas intra-domiciliares

A unidade entre negócio e família é um dos traços mais importantes da agricultura familiar. Segundo Alexander Chayanov (1925/1986) essa é uma característica de todo empreendimento que se sustenta sobre o trabalho familiar e cujo resultado econômico destina-se às necessidades básicas da família. A distribuição dos recursos tem um fluxo contínuo, integrado e inseparável entre domicílio e atividade produtiva. É o que ocorre especialmente com os recursos financeiros (Magalhães, Bittencourt e Abramovay, 2003), que independente da fonte, seja da própria atividade agrícola, de salários, de aposentadorias, de transferências de outros membros da família ou de programas governamentais são administrados, normalmente, num caixa único, servindo ao mesmo tempo às necessidades produtivas ou às necessidades de consumo das famílias. Essa ausência de separação entre as finanças produtivas e as finanças domésticas exige uma abordagem integrada da vida financeira da agricultura familiar.

A vida financeira dos agricultores está constantemente submetida à incerteza e ao risco, seja por causa das oscilações nos resultados da atividade produtiva, provocadas por inúmeros eventos como secas, enchentes, doenças, etc., ou por causa dos riscos e incertezas da vida em geral (Rutherford, 1999). Como, na maioria dos negócios, as receitas são sazonais, imprevistos fazem com que os agricultores tenham que manter poupanças preventivas (Zeller, 1997). Gerenciar a liquidez é uma das estratégias de gestão dos recursos familiares e a vida financeira dos agricultores é uma constante tentativa de fechar as duas pontas do ano. Muitas vezes, as necessidades de recursos são maiores que os recursos disponíveis no núcleo familiar, o que faz com que o endividamento seja uma das principais estratégias de sobrevivência (Magalhães, 2005a). Compreender as diferenças de gênero na gestão dos recursos financeiros tem sido uma preocupação crescente nos estudos de microfinanças. Segundo Swedberg (2003), existe uma relação entre gênero e economia e as diferentes formas de inserção, masculina e

feminina, nos mercados podem ser compreendidas buscando-se as especificidades em termos de interesses individuais e controles de recursos. Em algumas situações os recursos de determinadas fontes são destinados para usos específicos. É o caso do dinheiro da aposentadoria, sobretudo no caso da aposentadoria da mulher. A possibilidade de a mulher passar a dispor de recursos sob seu controle pessoal, amplia seu poder de decisão sobre o uso, fazendo opções diferentes daquelas que o marido adota quando tem o controle sobre os recursos da família. Nas entrevistas com agricultoras, muitas dizem que com a aposentadoria, é a primeira vez que vêem dinheiro. A mesma fluidez no uso do dinheiro, como veremos a seguir, ocorre com a gestão do trabalho e do tempo livre. Nesse caso, acrescenta-se ainda o recurso ao uso de mão-de-obra externa, através da contratação eventual ou da troca de serviços com pessoas que não fazem parte da unidade familiar ou a realização de serviços externos por parte de membros da família, em situações eventuais ou contínuas.

Na agricultura familiar não é possível separar as transações econômicas intradomiciliares das hierarquias de gênero e de geração que se estabelecem entre os membros de um núcleo familiar, fazendo com que mudanças no nível produtivo provoquem mudanças nas relações de gênero (De Grandi, 2003). A distribuição do dinheiro, do trabalho e do tempo segue determinadas regras. O primeiro e mais profundo princípio de organização das regras da gestão econômica é o valor simbólico da família.

Para compreender o sentido das trocas existente no interior do universo familiar é preciso levar em conta não apenas a racionalidade na gestão do dinheiro, do tempo e do trabalho. É necessário considerar também a distribuição, na maioria das vezes desigual, dos diferentes capitais no interior da família. As diferenças nos interesses individuais entre homens e mulheres podem ser explicadas pelos processos históricos e culturais, ambientes institucionais, estruturas sociais de dominação, uma “ordem das coisas”, aparentemente normal ou natural, que faz perpetuar estilos de vida e visões de mundo que submetem homens e mulheres a uma estrutura hierárquica, sendo as mulheres colocadas em condições de desvantagem na maioria das sociedades e das famílias (Bourdieu, 2005).

3. A divisão sexual do trabalho

A agricultura familiar é caracterizada por uma marcante divisão sexual do trabalho. A produção de leite é tradicionalmente uma atividade realizada pelas mulheres e o aprendizado das técnicas de produção são passadas das mães para as filhas. Porém, a passagem da produção de leite de uma atividade voltada à reprodução familiar para uma atividade destinada ao mercado pode provocar profundas mudanças na divisão sexual do trabalho. A divisão de funções entre os membros das famílias depende do grau de inserção da produção no mercado. Atividades produtivas mais destinadas ao consumo familiar são normalmente desempenhadas por mulheres, enquanto atividades de caráter comercial são normalmente desempenhadas por homens (Menache e Escher, 1996).

Na maioria das famílias, dentre o conjunto de operações necessárias à produção de leite as mulheres se dedicam àquelas restritas ao âmbito interno das propriedades, enquanto que as relações externas, como venda da produção, compra de insumos, contato com técnicos, participação em reuniões e cursos, são, mais usualmente, executadas pelos homens. Segundo pesquisa sobre as relações de gênero na produção de leite (Menache e Escher, 1996), alguns papéis são recorrentes: as notas fiscais de venda do leite eram emitidas em nome dos homens; são os homens também que recebem o pagamento mensal da venda do leite ou que fazem a contratação de financiamentos; mas quando o produto vendido é o queijo, são então as mulheres as responsáveis pela comercialização, a relação com os “freteiros” é uma função das mulheres, principalmente para venda de queijo. Por outro lado, o contato com os profissionais de assistência técnica, na grande maioria dos casos era um papel masculino, assim como a participação em cursos e reuniões são também tarefas reservadas aos homens.

A reprodução dos modos de vida obedece a certa naturalização da continuidade das atribuições femininas e masculinas (Abramovay et alli, 2003). Quando se pergunta aos homens e às mulheres agricultoras o porquê de determinada divisão do trabalho eles e elas não conseguem encontrar outra justificativa senão “é assim porque sempre foi assim” (Celuppi e Panzer, 2005). Esta ausência de explicações racionais e a profundidade em que tais atitudes se inserem na vida e na mente dos indivíduos, faz parecer que tais fenômenos naturais, não têm origem, nem história.

A força da tendência à naturalização dos fenômenos sociais e do determinismo biológico nas explicações das diferenças de comportamento feminino e masculino é muito grande. Entretanto, os papéis sociais de homens e mulheres, as tarefas

identificadas como masculinas ou femininas, são crenças sociais, sujeitos a variações históricas e culturais (Ferber e Nelson, 1993). O próprio surgimento do conceito de gênero é uma tentativa de ruptura com a naturalização da situação das diferenças sexuais, passando da determinação biológica para a determinação social das relações (Machado, 2000). Isso não quer dizer que as diferenças biológicas não tenham importância na formação das identidades e na definição dos papéis sociais, mas que as diferenças sociais são, sobretudo a expressão de significados atribuídos pela humanidade à diferenciação anatômica e fisiológica entre os sexos (Buarque, 2003). Gênero é o significado social, culturalmente construído, das diferenças entre os sexos (Ferber e Nelson, 1993).

A divisão de trabalho muda quando o leite passa a ser uma atividade mais importante na renda familiar? Segundo a grande maioria das famílias entrevistadas não! Mesmo tendo o leite apresentado uma importância crescente na renda familiar, para a maioria dos entrevistados não houve mudanças na forma como as responsabilidades de cada uma das atividades que compõem o ciclo produtivo do leite são atribuídas. Existem aí aparentes contradições muito reveladoras da interpretação que os agricultores e as agricultoras fazem das suas atividades.

O efeito de mudanças de tecnologias sobre a divisão sexual do trabalho foi objeto de importantes trabalhos de pesquisa. O acesso às novas tecnologias é condicionado pelas relações de gênero e a forma como a assistência técnica se relaciona com os homens e as mulheres reforçam a hierarquia de gênero na divisão de trabalho. Em Francisco Beltrão, a relação com a assistência técnica e a participação nos cursos é uma função predominantemente masculina. As mulheres se relacionam com os extensionistas apenas quando o técnico visita a propriedade ou quando são realizadas reuniões na comunidade e, especificamente quando o conteúdo da assistência técnica ou da capacitação se refere ao processamento do leite ou à higiene e ordenha dos animais. O impacto de novas tecnologias na organização do trabalho não é, portanto independente das relações sociais. A mudança tecnológica na produção de leite analisada por Renata Menache (2004) em 7 municípios do Paraná, não alterou a hierarquia entre os membros das famílias, mas alterou a posição relativa da atividade na unidade de produção. Passando a ocupar um lugar de destaque no provimento de recursos da família, a atividade passou para o domínio masculino.

Há no processo da divisão sexual do trabalho condicionamentos culturais que determinam a posição de cada indivíduo na propriedade e na família (De Grandi, 2003).

São em espaços e atividades de domínio masculino ou feminino que se definem os papéis sociais de gênero. Maria José Carneiro (1998) mostra que a divisão de trabalho não se baseia numa oposição rígida entre masculino e feminino, pois as atividades masculinas contêm as femininas e vice-versa. No estudo etnográfico de agricultores da Zona da Mata nordestina Beatriz Heredia (1984) divide a unidade familiar em dois espaços: a casa e o roçado. A casa e suas extensões, o terreiro, a horta e as áreas de criação animal são espaços onde se realizam atividades de responsabilidade feminina. O roçado, mesmo sendo o resultado do esforço conjunto da família, é o espaço onde se realizam atividades de responsabilidade masculina.

Quando se encontram fora do seu lugar de domínio, o trabalho realizado seja por homens ou por mulheres é considerado uma ajuda, um não-trabalho (Maia, 2004). É assim que os agricultores interpretam a participação dos homens em atividades domésticas. Nas comunidades rurais de Beltrão, com certo constrangimento, tanto dos homens como das mulheres, se reconhece que os homens “ajudam” em tarefas como lavar louça ou arrumar a casa. Da mesma forma, os homens “ajudam” as mulheres na ordenha das vacas. As mulheres, por outro lado “ajudam” os homens na lavoura, no manejo do pasto e na manutenção das cercas, atividades consideradas masculinas. A atribuição de responsabilidades pode ser ainda mais complexa. Se o serviço na lavoura é a produção de alimentos para os animais, como milho ou produtos para silagem, a atividade pode ser considerada feminina, mas dificilmente as mulheres envolvem-se, mesmo na condição de ajudantes, na produção de soja (Celuppi e Panzer, 2005).

A força física é uma das explicações para os diferentes papéis exercidos por homens e mulheres, mas capacidades físicas são também influenciadas por aspectos sociais e culturais. Para Simone de Beauvoir (1949), é preciso que existam referências existenciais econômicas e morais para que a noção de fraqueza possa ser concretamente definida. Isto ficou evidente numa pesquisa realizada pelo Deser (Torrens, 1996), no Paraná, que mostrou o quanto a determinação dos papéis depende de realidades culturais específicas, a partir das quais, os significados de trabalho leve e de menor importância econômica, atribuídos às mulheres, e trabalhos pesados e de maior responsabilidade, atribuídos aos homens, são construções resultantes de distintos contextos sociais. É fundamental, portanto compreender os processos sociais e culturais que bloqueiam a participação das mulheres nos diferentes campos de relações sociais subjacentes à produção, ao mercado e às organizações. No estudo sobre a divisão do trabalho entre agricultores familiares da Paraíba, Paulilo (1987) observou que o trabalho

é leve ou pesado, dependendo de quem o realiza. No Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, Maia (2004) observa que a qualidade do trabalho (pesado ou maneiro) são representações. Tanto é que com o processo de migração que se verificou na região estudada, o mesmo “trabalho pesado”, que antes era desempenhado pelos homens, passou a ser considerado “trabalho leve” quando passou a ser assumido pelas mulheres (Maia, 2004).

Não são, portanto as características do trabalho, a necessidade de força ou resistência física que define, na representação dos agricultores, o peso do trabalho, mas o trabalho se define como trabalho pesado se for uma atividade do domínio masculino e leve se for uma atividade do domínio feminino. As diferenças anatômicas entre os sexos são mais justificativas das diferenças socialmente construídas do que determinantes da forma como os papéis são definidos (Bourdieu, 2005).

4. A participação nas organizações

A participação dos homens em organizações é significativamente maior que a participação de mulheres. Com exceção da Igreja, onde tanto homens como mulheres participam igualmente, nos sindicatos, associações comunitárias, associações de produtores, cooperativas de leite e cooperativas de crédito a participação é predominantemente masculina. Às mulheres está reservada apenas a participação nas organizações de mulheres e nas instâncias comunitárias dessas organizações. Pesquisa sobre relações de gênero nas associações de agricultores familiares do Paraná (Torrens, 2000) mostrou também uma presença majoritariamente masculina nas organizações da agricultura familiar. Existe uma clara delimitação dos espaços de participação feminina.

Na relação com os mercados se expressam importantes diferenças nos papéis sociais de homens e mulheres. A relação com o “freteiro” – nome dado ao encarregado de recolher o leite nas propriedades e importante agente de intermediação entre os produtores e as cooperativas ou indústrias – é tipicamente uma atividade feminina, mesmo nos estabelecimentos onde o leite é a atividade econômica mais importante. Sendo ela uma presença mais constante na casa, o contato diário fica sob sua responsabilidade. Um papel de grande importância, uma vez que é com esse agente que se estabelecem relações de proximidade e confiança essenciais para a estruturação do mercado. É com o “freteiro” que as famílias negociam os preços, através de quem são

comprados insumos, é quem controla a qualidade do leite e é através dele que se transferem informações entre os produtores e as indústrias (Magalhães, 2005b).

Devido ao grande poder centralizado nas mãos do “freteiro” a principal estratégia das cooperativas de leite foi deslocar essa relação e reduzir o papel desse agente no mercado. A cooperativa está restringindo o papel do “freteiro” apenas ao transporte de leite e as transações comerciais passam a ser feitas diretamente entre os produtores e as cooperativas, através do contato direto entre produtores e diretores, realizada na sede da cooperativa ou em reuniões nas comunidades. A ida às sedes das cooperativas é quase exclusivamente realizada pelos homens e a participação nas reuniões promovidas pelas cooperativas é predominantemente masculina, enquanto que as mulheres participam, junto com seus maridos, apenas nas reuniões que as cooperativas realizam nas comunidades. Ou seja, a nova organização de mercado estabelecida pela cooperativa, em nome de uma maior autonomia dos produtores, deslocou o centro de negociação entre produtores e mercados, do domínio feminino, para o domínio masculino.

O fortalecimento das organizações da agricultura familiar está sendo um importante processo de ampliação do poder de negociação dos produtores com os mercados. Porém, os métodos predominantes de organização, privilegiam maior concentração de poder na mão dos homens do que na das mulheres, o que é uma importante contradição a ser enfrentada pelas organizações.

As organizações são constantemente pressionadas a adotar políticas de redução das desigualdades de gênero. Além das pressões da sociedade em geral, no acesso dessas organizações a recursos da cooperação internacional, especialmente, e, de forma menos intensa, dos órgãos públicos, existem explícitas regras que impõem a adoção de políticas para reduzir a discriminação das mulheres. Essa pressão vem surtindo efeitos importantes. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf Brasil), da qual a região sudoeste do Paraná é uma das suas bases políticas e sociais mais importantes e influentes, adota uma política de cotas para a participação de mulheres. No seu congresso nacional de fundação, realizado em novembro de 2005, quarenta por cento dos delegados eram mulheres. Ainda mais significativo que essa expressiva e surpreendente participação feminina no congresso, foi a eleição de uma mulher para presidente nacional da organização.

Uma pesquisa realizada com os delegados do Congresso Nacional da Federação da Agricultura Familiar revela uma importante introdução do tema na agenda sindical.

A preocupação com as relações de gênero é expressiva entre os delegados. Apesar de metade dos delegados considerar que hoje em dia as mulheres não são tão discriminadas, outra metade considera que as mulheres enfrentam problemas nas unidades de produção familiar por meio de excesso de trabalho, desvantagens na renda e menor poder de decisão sobre a gestão da propriedade. Com relação às políticas públicas, dois terços dos delegados consideram que as mulheres são discriminadas no acesso ao crédito e à terra. Mais da metade dos sindicatos presentes no Congresso da Fetraf também adota políticas de cotas para a participação de mulheres nas diretorias e na escolha de delegados e representantes, quase metade organiza grupos de mulheres, cerca de um terço oferece cursos de capacitação para mulheres e um quinto dos sindicatos participa de lutas por políticas públicas para mulheres. Resultado do estímulo a adoção de políticas contra a discriminação das mulheres nos sindicatos é que apenas dez por cento dos delegados no Congresso da Fetraf acham que as mulheres apresentam dificuldades para participar das diretorias dos sindicatos e das cooperativas.

Na pesquisa realizada sobre as cooperativas de leite da agricultura familiar (Magalhães, 2005b) fica evidente que a existência de comissões de mulheres em alguns sindicatos contribui para mudanças no padrão tradicional de discriminação social. Nas cooperativas mais estreitamente relacionadas aos sindicatos há maior participação de mulheres nas reuniões, cursos e mesmo nas direções. Resultado disso é a participação de 8 mulheres numa diretoria composta por 26 pessoas. O aumento da participação feminina ainda é tímido, porém crescente, resultado também de mudanças culturais, sociais e econômicas no conjunto da sociedade brasileira e, especialmente, de um conjunto de políticas públicas que atingem de forma diferenciada homens e mulheres do meio rural.

O problema é que o incentivo à participação das mulheres nas organizações e o efetivo aumento da participação feminina, não se repercute em ações concretas que eliminem os principais bloqueios à ampliação da participação das mulheres nos mercados. As próprias dirigentes concordam que as propostas de ação das organizações se limitam a discursos demasiadamente genéricos, que apesar de já terem vivenciado os mesmos dramas familiares, há grande desconhecimento sobre as estruturas sociais que reproduzem a dominação masculina. Com tais limitações, as novas formas de organização reproduzem a mesma lógica do modelo tradicional que estabelece as antigas estruturas de divisão do trabalho masculino e feminino. Mulheres são estimuladas a exercer atividades que tradicionalmente fazem parte do domínio feminino

e, mais do que isso, as organizações não criam canais de participação que viabilizem a ampliação do universo de relações sociais nas quais as mulheres estão inseridas.

5. Conclusões

Podemos concluir que ainda vivemos sob a tutela do patriarcado na área rural? O conceito weberiano, que define as situações nas quais “*dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas*” (Weber, 2000) foi, durante muito tempo, a principal chave de explicação sociológica da dominação masculina na sociedade. Muitas evidências fazem crer que não. O principal indício de que a dominação masculina no meio rural não é mais absoluta é o fato dela não se impor mais de forma indiscutível, sem o mínimo de questionamento por parte das organizações ou das próprias mulheres.

O que falta para que as organizações sociais tenham uma contribuição efetiva na redução das desigualdades é o conhecimento das condições específicas sob as quais em cada contexto social a dominação masculina se efetiva. A divisão de papéis que atribui aos homens o relacionamento com o espaço público, da política e do mercado, e às mulheres a reclusão ao ambiente privado é um dos mais importantes fundamentos da estrutura de dominação masculina. Essa histórica condição exclui das mulheres um dos mais importantes ativos com o qual elas poderiam contar para conquistar maior autonomia social e econômica, o capital social. Ainda que cada dia mais presente na direção das organizações, a maior parte da população rural feminina está ausente não só dos espaços onde se formulam e se negociam as políticas, mas especialmente das instituições de mercado, dos espaços onde se dão os processos de capacitação e do acesso a novas tecnologias.

A perda de poder das mulheres na atividade de produção de leite é fruto não só de condições econômicas, sociais e institucionais objetivas, mas também de uma violência simbólica cotidiana que penetra na mente de cada indivíduo, tanto homens como mulheres. Por isso, é com ações transformadoras também no âmbito do capital simbólico que poderão se alcançadas mudanças na condição feminina. Nas áreas rurais, um conjunto de instituições concorre para preservar as estruturas de dominação, em especial a Igreja, a escola e o Estado e, no caso da agricultura familiar, os sindicatos e as cooperativas. Mas é na família que se dá o papel principal de reprodução da

dominação (Bourdieu, 2005). Nos grupos sociais onde a mulher se engaja no mercado de trabalho é estabelecida uma via externa de transformação das relações que vai da sociedade para o interior da família. Na agricultura familiar onde o trabalho da mulher é predominantemente agrícola, esta via é truncada, mantendo-se uma sobre-determinação das relações familiares sobre as demais relações sociais. As políticas públicas exercem influência pequena sob as regras das relações intra-domiciliares. Este é um dos pilares de manutenção de relações tradicionais de gênero na área rural em cujo processo de reprodução as organizações sociais ainda não conseguem agir de forma concreta.

6. Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo; MELLO, Márcio Antonio; SILVESTRO, Milton Luiz; DORIGON, Clovis; FERRARI, Dilvan Luiz e TESTA, Vilson Marcos. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. In: **Agricultura em São Paulo** - Revista de Economia Agrícola, volume 50, número 1: São Paulo, 2003.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo** – v.1 Fatos e Mitos. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1949.
- BECKER, Gary S. **Treatise on the Family**. Harvard University Press: Cambridge, 1981 - enlarged edition, 1991.
- BOURDIEU. **A dominação masculina**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2005.
- BUARQUE, Cristina. **A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo**. Seminário Internacional: Gênero no Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Banco Mundial e IICA: Natal, 2003 (mimeo).
- CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Texto para discussão no. 621. IPEA: Rio de Janeiro, 1999.
- CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Contra Capa Livraria: Rio de Janeiro, 1998.
- CELUPPI, Daniela e PANZER, Maria Helena. **A gestão do trabalho a partir do olhar das mulheres agricultoras familiares**. Relatório de pesquisa, RIMISP, UERGS: Francisco Beltrão, 2005 (mimeo).
- CHAYANOV, Alexander. **Peasant Farm Organization**. One of the Works of the Agricultural Economics Scientific Research Institute. The University of Wisconsin Press. Ed. Thorner, D.; Kerblay, B e Smith, R.E.F., 1925/1986.

- DE GRANDI, Alessandra. **Relações de gênero nas famílias agricultoras associadas a miniusinas de leite no estado de Santa Catarina**. Dissertação de mestrado em sociologia política. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 1999.
- ENGLAND, Paula and FOLBRE, Nancy. Gender and economic sociology. In: SMELSER, Neil J. and SWEDBERG, Richard. **The handbook of Economic Sociology**. Princeton University Press: Princeton and Oxford, 2005.
- FERBER Marianne and NELSON, Julie. The social construction of economics and the social construction of gender. In: FERBER Marianne and NELSON, Julie. **Beyond economic man: feminist theory and economics**. University of Chicago Press, 1993.
- HEREDIA, Beatriz Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1979.
- MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? **Série Antropológica**, n. 284, Brasília, p.2-19, 2000.
- MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **Economia, natureza e cultura: uma visão histórica e interdisciplinar dos sertanejos, dos mercados e das organizações no sertão da Bahia**. Dissertação de mestrado em Ciência Ambiental. Procam, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.
- MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **Habilidades sociais no mercado de leite**. Relatório de pesquisa. USP/Rimisp: São Paulo, 2005.
- MAGALHÃES, Reginaldo Sales; BITTENCOURT, Gilson Alceu e ABRAMOVAY, Ricardo. **O papel das microfinanças no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil: propostas de política pública**. Ministério do Trabalho: Brasília, 2003.
- MAIA, Cláudia J. Trabalho, família e gênero: estratégias de reprodução social camponesa no Médio Jequitinhonha. In: **Mulher e Trabalho**, v. 4, n. 1, p. 89-103. FEE: Porto Alegre, 2004.
- MENASCHE, Renata. **Capinar: verbo conjugado no feminine?** Notas de pesquisa sobre gênero e percepções de risco na agricultura familiar. Mneme – Revista Virtual de Humanidades, n.11, v.5, jul./set. 2004. Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme>.
- MENASCHE, Renata e ESCHER, Salete. **Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite**. DESER E Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná: Curitiba, 1996.
- NELSON, Julie. **Labour gender and the economic/social divide**. International Labour Review. 1998.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. In: **Ciência Hoje**. v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. SBPC: Rio de Janeiro, 1987.

- POLLAK, Robert A. **Gary Becker's Contributions to Family and Household Economics**. Washington University: St. Louis, 2002.
- RUTHERFORD, Stuart. **The poor and their money**. Institute for Development Policy and Management - University of Manchester: New Delhi, 1999.
- SWEDBERG, Richard. **Principles of economic sociology**. Princeton University Press: Princeton, 2003.
- TORRENS, João. **Gênero e associativismo na agricultura familiar**. CEMTR/Deser: Curitiba, 2000.
- ZELIZER. A gendered division of labor. In: SWEDBERG, Richard. Economic Sociology. **European Electronic Newsletter**, Vol. 1, No. 3. SISWO/Institute for the Social Sciences: Amsterdam, 2000.
- ZELLER, Manfred; SCHRIEDER, Gertrud; BRAUN, Joachim von; HEIDHUES, Franz. Rural finance for food security for the poor: implications for research and policy. International Food Policy Research Institute: Washington, 1997.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Editora Universidade de Brasília: Brasília, 2000.

A AJUDA MÚTUA RURAL, ENTRE INTERCÂMBIO E RECIPROCIDADE.

Eric Sabourin,

Sociólogo, pesquisador do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento, CIRAD, UR 'Ação coletiva, mercados e renovação das políticas públicas', pesquisador Visitante do CNPq e professor visitante no Departamento de Sociologia da UnB.
sabourin@cirad.fr

Resumo: A partir de olhares cruzados sobre a ajuda mútua na agricultura em várias sociedades rurais contemporâneas, o trabalho interroga a natureza e os princípios econômicos que regulam essas práticas, geralmente definidas como intercâmbios de serviços. A análise das formas de ajuda mútua e dos valores que mobilizam ou que produzem, revela que essas práticas não correspondem a categoria do intercâmbio ou da troca, mas do princípio de reciprocidade. A universalidade dessas práticas pelo mundo afora, permitem caracterizar diversas dinâmicas e estruturas de reciprocidade.

Palavras chaves : trabalho agrícola, ajuda mútua, intercâmbio, reciprocidade, dádiva.

Mutual assistance in agriculture: between exchange and reciprocity

Abstract: Based on transversal outlooks about mutual assistance in several contemporaneous rural societies, the paper examines the nature and the economic principles which rule these practises usually defined as exchange of mutual services. Analysis of mutual help forms and of the values they produced shows that these practises don't belong to the category of exchange, but to the reciprocity principle. The universality of these practices, all over the world, allows to characterize several dynamics and structures of reciprocity.

Key words: rural labour, mutual assistance, reciprocity, gift, exchange.

Introdução

Na maioria das sociedades rurais contemporâneas, uma parte importante do trabalho agrícola é ainda objeto de relações de ajuda mútua, mobilizando os membros de várias unidades de produção familiar, vizinhos, parentes ou aliados, quando não o conjunto da comunidade.

Na França ficou a figura camponesa dos mutirões de colheita e, sobretudo de debulha dos cereais que duraram até o fim dos anos 70 (Mendras, 1967, Gervais *et al.*, 1977). Na Europa, certas tradições permanecem apesar do fim da sociedade camponesa.

Trata-se, por exemplo, na França, da ajuda mútua ampliada aos próximos, amigos e parentes da família para a colheita de uvas, a matança do porco ou a fabricação da cidra. Novas formas de ajuda mútua agrícola apareceram com a evolução dos sistemas de produção : para a silagem de forragem ou no caso das Cooperativas de Uso de Máquinas Agrícolas Comum, as CUMA.

Nas sociedades rurais dos países do Sul, a ajuda mútua continua onipresente e

até essencial para certos sistemas de produção. Ela é muitas vezes associada à festas, cerimônias e rituais. Esse tema mobilizou poucos trabalhos recentes, mas conta com referências na Ásia (Condominas, 1973), na África (Belloncle, 1979), na América Latina, em particular nos Andes (Alberti e Mayer, 1974) e no Brasil (Caldeira, 1957, Galvão, 1959, Candido, 1983; Margarido, 1974).

As formas de ajuda mútua vêm sendo objeto de permanências e de transformações, o artigo interroga os fundamentos econômicos e sociológicos dessas práticas a partir da análise de exemplos nas sociedades rurais da França e de diversos países, em particular do Brasil.

Será que essas prestações têm a ver com a dádiva solidária identificada por Mauss (1924) ? Será que correspondem às categorias econômicas identificadas por Polanyi (1944) : a reciprocidade, a redistribuição e o intercâmbio ? Certas prestações, antes gratuitas, passam a ser pagas ou contadas, colocando a questão do modo de regulação econômica e social da ajuda mútua na agricultura.

A primeira parte do artigo analisa vários exemplos de permanência e transformação de práticas de ajuda mútua. A segunda parte examina as tensões entre tais práticas e os projetos e políticas de desenvolvimento rural. A terceira discute os fundamentos teóricos permitindo explicar essas transformações e tensões.

I . Permanência, diversidade e dinâmicas da ajuda mútua.

Unidade e diversidade das prestações de trabalho agrícola

Na maioria das sociedades rurais do mundo, existe um termo específico para designar a ajuda mútua, e, geralmente, diversas terminologias para declinar a sua variedade: *coubiage* no patois do Poitou na França, *juntamão* em crioulo da Guiné-Bissau, *n'catóa fungha quisif* para a etnia Balanta desse país, *Tiwi, waké ou Tapaï* na língua Kanak *Xaraaçu* da Nova Calédonia ; *musada* em ci-mahorais da ilha de Mayotte, *kihuate* em Kibundo do Angola ; *ipaamuu* em Jivaro do Peru ; *mitka, minka* e *ayni* nas comunidades camponesas Quíchua dos Andes, *mutirão* no Brasil.

No Nordeste brasileiro, o termo *mutirão*¹ pode designar dois tipos de ajuda mútua: os convites de trabalho em benefício de uma família, geralmente, para trabalhos pesados (desmatar uma parcela, fazer uma cerca, construir uma casa) e a que tem a ver com os bens comuns e coletivos (construção ou manutenção de estradas, escolas,

1 A palavra vem do tupi *mutirum* ou *muxirum*, ou do Guarani, *potyrom* que quer dizer colocar a mão na massa

barragens, cisternas). Neste caso a participação do conjunto das famílias é esperada: os homens para os trabalhos mais duros, as crianças e jovens para limpar as reservas de água, as mulheres para as *farinhadas* de mandioca (Caron e Sabourin, 2001).

Na Ilha de Mayotte (Arquipélago das Comores) a ajuda mútua ou *musada* é associada aos grupos reunindo os membros da aldeia por classes de idade, chamadas de *zikao* (*shikao* no singular).

O shikao é um grupo de ajuda mútua ligado a organização de eventos sociais como o matrimônio, a circuncisão, os funerais e rituais para comemorar os falecidos. É composto de homens ou de mulheres da mesma aldeia e tradicionalmente da mesma classe de idade. O objetivo do grupo é ajudar seus membros para assumir suas obrigações sociais, para manter a tradição (trad nossa) (Sourisseau et al., 2004).

A *musada* é um grupo de ajuda mútua mobilizado para os trabalhos agrícolas e a construção das casas.

A musada implica uma participação em trabalho ou, no mínimo, uma presença física para marcar seu envolvimento com o grupo. Se o indivíduo não participa, não poderá, por sua vez, solicitar os seus próximos. Além de uma degradação do seu reconhecimento social, perde seu acesso aos diversos serviços estabelecidos pela vizinhança e a família. A musada é compartilhada em diversas escalas e fortalece o pertencimento à comunidade, ao bairro ou ao grupo familiar. Shikao e musada governam a circulação de uma parte dos produtos e das riquezas e da redistribuição em trabalho, capital, serviços e bens, essencialmente de natureza agrícola (Sourisseau et al., 2004).

A rizicultura de manguezais dos camponeses Balantas da Guiné-Bissau e Diola do sul do Senegal é fundada num sistema de ajuda mútua mediante a mobilização de grupos de trabalho chamados *kilé* em Balanta e *ekafay* em Diola. São grupos de jovens da mesma aldeia que oferecem os seus serviços contra uma retribuição coletiva, a maior parte em alimentos e bebidas. Esse sistema leva os agricultores a acumular viveres permitindo o convite da mão de obra indispensável para o cultivo do arroz. Os grupos de trabalho Balantas, alimentados e pagos com arroz, álcool, fumo e dinheiro, apenas podem gastar sua retribuição na forma de consumo coletivo durante festas. Esse tipo de remuneração, apesar de individual, não permite uma acumulação (Sidersky, 1987). Nos Diolas do Senegal, os *ekafay* reúnem também de maneira separada os homens, as mulheres e os homens jovens. Os *ekafay* praticam uma ajuda mútua entre seus membros para os trabalhos agrícolas mais pesados (lavoura), e requerendo uma mão de obra importante (colheita) além das capacidades da família extensa (Mercoiret et al., 2004).

Na Europa, uma jurisdição específica.

Na França a ajuda mútua é juridicamente definida como um intercâmbio de serviços recíprocos pelo Código Rural (Couturier, 2001).

“A ajuda mútua agrícola entra na categoria jurídica dos contratos especiais. É uma convenção na qual existe uma reciprocidade de obrigações () é uma forma de intercâmbio de serviços , em trabalho e em meios de exploração da terra entre agricultores (Não existe ajuda mútua quando uma das partes não tem o estatuto de agricultor), exclusiva de toda contrapartida, em dinheiro ou em natureza (trad nossa).

O Code Rural francês (art. L.325-1 e seguintes) define a ajuda mútua como uma « convenção na qual existe uma *reciprocidade de obrigações* » (Lorvellec e Couturier, 2000). O mesmo tipo de definição pode ser observado em outros países europeus como Alemanha, Espanha e Itália.

O Code rural explica, portanto que não pode haver *contrapartida em dinheiro* e que *não existe ajuda mútua se uma das partes não é agricultor*. A reciprocidade na produção exerce-se entre pares. Bodiguel (2004) precisa também que « *a noção jurídica de atividade agrícola reflete uma agricultura irreduzível à uma só dimensão econômica (o intercâmbio) e ainda menos a única relação mercantil* » -(trad nossa).

O direito rural francês reencontra, portanto Mauss e os antropólogos peruanos ou africanistas, para reconhecer na ajuda mútua uma relação de reciprocidade no ato de produção e não uma relação de intercâmbio. Ora bem, como explicar a permanência da ajuda mútua de reciprocidade num mundo cada vez mais colonizado pelo livre câmbio capitalista, e como explicar a dinâmica original da ajuda mútua, a obrigação de devolver?

A devolução da ajuda e a dinâmica da reciprocidade

Cabe a Polanyi (1944) ter, na continuidade de Malinoski e Mauss, identificado a reciprocidade como uma categoria econômica diferente do intercâmbio e associada à redistribuição. Propõe uma tipologia dos sistemas econômicos dando conta das diferentes maneiras de institucionalização do processo econômico na sociedade. Polanyi identifica três formas de integração econômica e social : a reciprocidade que ele define como os « *movimentos entre pontos de correlação dos grupos sociais simétricos ; a redistribuição: movimentos de apropriação em direção de um centro e logo desse para o exterior e o intercâmbio : movimentos de ida e volta de bens tais como aqueles existindo num sistema mercantil* »

Essas três formas coexistem em quase todas as sociedades, mesmo se uma delas pode ser dominante. Para Polanyi, a reciprocidade supõe uma estrutura de grupos simetricamente ordenada. A redistribuição depende da existência de um centro no seio do grupo. O intercâmbio, considerado como modo de integração social e econômico, baseia-se sobre a existência de um sistema de mercado de concorrência, criador do preço, o tal mercado autoregulador.

Para Godbout (2004) a reciprocidade é um «*fenômeno tão importante que pode-se falar de uma força social elementar*». Temple (2004) define a reciprocidade como o redobramento da ação ou da prestação que permite reconhecer o outro, como outro ego, e participar assim de uma comunidade humana. Existe uma obrigação de devolver a ajuda ou de participar dos trabalhos comuns, segundo os princípios identificados por Mauss (1924): a tríplice obrigação de dar, receber e devolver.

Nas sociedades camponesas Diolas e Balantas, as transformações da ajuda mútua e dos grupos de trabalho por classe de idade, parecem precisamente, engajar o conjunto da organização da sociedade rural; portanto, essas prestações podem ser assimiladas ao fato social total de Mauss.

De fato, o retorno da ajuda mútua não é obrigatório em termos contratuais, nem em termos absolutos. Está sendo esperado em termos de sociabilidade e de humanidade. É uma das diferenças entre o princípio de intercâmbio e aquele de reciprocidade.

Em 1983, Temple, a partir de observações entre comunidades indígenas e camponesas da América do Sul, propunha já considerar a reciprocidade, não como uma contra-dádiva simétrica, mas como a *obrigação para cada um de reproduzir a dádiva como forma de organização da redistribuição econômica*.

Distingue assim o intercâmbio (a troca) da reciprocidade : «*A operação de intercâmbio corresponde a uma permutação de objetos, enquanto a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos*» (Temple, 1999:03).

A ajuda mútua não é tampouco obrigatoriamente igualitária e simétrica : existe uma devolução, mas sem contagem ou simetria das prestações, o que se espera é apenas o retorno do gesto, do ato ou a participação nos trabalhos comuns. Pode existir uma forma de competição entre os participantes, pelo amor do trabalho bem feito, por exemplo, para ser o melhor jovem lavrador entre os Balantas ou Diolas, ou entre as famílias que convidam em termos de redistribuição de alimentos e de bebidas. Na Guiné Bissau e na Angola, os grupos de trabalho por classes de idade (*Kilé* em Balanta da Guiné Bissau, *Kifukila* em Kibundo) gostam de cultivar essa concorrência entre seus

hóspedes (Sidersky, 1987). Era a mesma competição entre famílias para os banquetes e festas na debulha das cereais no Poitou, na França, até os anos 70. Eram, geralmente os peões e jovens que se encarregavam de motivar essa competitividade, com comentários, brincadeiras, mas também, louvando as cozinheiras com cantos e histórias no fim de cada mutirão de debulha em cada fazenda. As rivalidades e os desafios em matéria de força e de trabalho, de qualidade da recepção dos grupos de ajuda mútua podem mobilizar diversas formas de jogo. Nos sistemas econômicos de reciprocidade, a hospitalidade, a prodigalidade e a generosidade conferem prestígio e reputação que podem até se transformar em fonte de autoridade ou de poder.

Em Mayotte, no *zikao*, a participação em tempo, dinheiro e em alimentos é controlada pelo conjunto do grupo, pelo chefe do *shikao* e até, pela família ou a comunidade. Em certos casos, um membro do grupo que não participa, recebe advertências. Se o seu comportamento não muda, não pode mais beneficiar da ajuda dos seus pares, e dificilmente pode cumprir com as suas obrigações sociais.

Entre os agricultores Balantas e Diolas, ou em Mayotte, as classes de idade que estruturam os grupos de ajuda mútua, permitem diferenciar os estatutos de produção. Esse sistema permite, entre outras funções, superar as rivalidades que pode gerar a competição para o prestígio por meio da redistribuição. O mecanismo das classes de idade vem substituindo o prestígio obtido pela redistribuição das riquezas, por aquele da ética social reservada aos iniciados, e obtida ao longo de um percurso de todos os estatutos sociais da sociedade. Nos *ekafay* Diolas, a introdução da diferenciação por classes de idade é associada ao período da islamização. Mas de memória Balanta, do outro lado da fronteira, sempre houve classes de idade, apesar de uma resistência radical ao islã. Portanto, os vetores da organização simétrica em classes de sexo e de idade, em clãs, são diversos segundo as tradições, mas, obedecem aos mesmos princípios e geram os mesmos tipos de valores.

Esses exemplos no mundo afora, permitem entender a origem, as evoluções e a permanência da ajuda mútua. Ajudam também a compreender como ela pode ser mal interpretada, sofrer do domínio das relações de livre câmbio, e até desaparecer.

2. Tensões com as políticas públicas

As evoluções diferenciadas das formas de ajuda mútua no tempo e no espaço testemunham da dinâmica das estruturas de reciprocidade e da sua capacidade de adaptação. Mostram formas de atualização dos valores humanos de compartilhamento, de

solidariedade, inclusive em ambientes hostis, por exemplo, quando as condições de reprodução das sociedades indígenas ou camponesas não são mais garantidas ou quando os projetos e as políticas públicas privilegiam o desenvolvimento de estruturas de intercâmbio e ignoram as relações de reciprocidade.

As transformações da ajuda mútua e o desenvolvimento do intercâmbio

No Poitou francês, a ajuda bilateral entre duas famílias é chamada *coubiage*. Era indispensável entre os agricultores familiares para a colheita dos cereais e do feno. A partir dos anos 1920, com a introdução das debulhadoras a vapor, manejadas de maneira coletiva ou associativa, a debulha mecânica passa a exigir uma forma de ajuda mútua ampliada ao conjunto das famílias da aldeia. As “*batteries*” (debulhas) se tornaram uma das principais oportunidades de ajuda mútua e de festa rural, durante o fim da era camponesa nessa região. Foram o progresso técnico (mecanização e logo motorização) e a modernização institucional (cooperativas) que provocaram a ampliação da esfera da ajuda mútua e de redistribuição compartilhada do trabalho entre as famílias. De fato, esse sistema desapareceu com as arrumações fundiárias que permitiram a reunião de parcelas em campos maiores e a entrada das colheitadeiras automotorizadas no fim dos anos 1970. Os camponeses voltaram então as formas de ajuda reduzida, ao *coubiage* entre duas famílias.

Quando, mais tarde, apareceu uma nova inovação técnica com a silagem das forragens, os agricultores ativaram a CUMA esquecida para comprar uma ensiladeira em comum e mobilizaram de novo a ajuda mútua ampliada para dispor de tratores e carretas para satisfazer a capacidade da ensiladeira e mão de obra para amontoar o silo. Porém, a ajuda mútua ampliada funcionou sem a festa. Os camponeses tinham se tornados agricultores familiares modernos. Não podiam mais pagar assalariados e eram demasiado ocupados pelo trabalho ; suas esposas trabalhavam fora da fazenda, não tinham tempo de cozinhar para dez ou quinze homens. Os mutirões de silagem têm funcionado de fato, para satisfazer o interesse material de cada membro do grupo, mas sem redistribuição, sem banquete, até, às vezes, sem retorno da ajuda para certas famílias, em todo caso, sem produzir tanto laço social entre elas. Eram exatamente as mesmas famílias, os mesmos agricultores que, dez ou quinze anos antes, se reuniam para as debulhas, mas não existia mais sociedade camponesa. A força da reciprocidade tornou-se menor e a lógica do intercâmbio dominante. A solidariedade, de fato não desapareceu, mas corresponde principalmente a expressão moral (a cooperação) de um

interesse coletivo material, compartilhado por indivíduos.

Em Mayotte, houve também adaptações : os convidados da *musada* não são mais indivíduos membros da aldeia, mas associações esportivas, culturais, etc. Com a emigração dos jovens para a metrópole, *as dinâmicas podem se abrir aos que não nasceram na aldeia de maneira a manter as redes de reciprocidade* (Sourisseau *et al.*, 2004).

Hoje, no Nordeste do Brasil como na França ou na África do Oeste, no caso da ajuda mútua de reciprocidade, os dias de trabalho não são contabilizados, diferentemente do sistema de troca de diárias, também praticadas. Esse intercâmbio pode ser monetário. Certos agricultores pagam um diarista em lugar de assumir, eles mesmos, a sua prestação. Assumem, assim a sua obrigação material, mas não seu dever social por não participar fisicamente do mutirão (Sabourin, 2000). De fato, essa avaliação, e as suas conseqüências em termos de pressão social, dependem dos valores dominantes na comunidade: sociais ou materiais. Esse mostra que os limites entre intercâmbio e reciprocidade podem ser sutis, precisamente por depender de uma escala de valores éticos.

As sociedades rurais africanas são, ainda hoje, entre as mais ricas em matéria de práticas de reciprocidade. A ajuda mútua na produção reveste diversas formas e qualificativos. Distinguem-se no mínimo, os trabalhos comunitários na aldeia ou na concessão, a ajuda entre famílias e os convites de grupos de trabalho por classe de idade e de sexo (*Kifukila* na Angola, *kilé* na Guiné Bissau). Esses grupos de trabalho funcionam como associações e têm progressivamente incorporado formas de remuneração não apenas em natura (alimentos e viveres), mas em dinheiro, sem pelo tanto, que isto corresponda a um tipo de assalariamento. Até os anos 1980, esse dinheiro era destinado a financiar festas coletivas do grupo, incorporando a modernidade: luzes e musica elétrica. Mais tarde, essas remunerações passaram a ser objeto de um contrato verbal anterior entre o agricultor e o grupo. O *kilé* guinéense tornou-se um tipo de cooperativa de trabalho (Sabourin, 1988).

Na África como no Nordeste ou nos Andes, certas práticas de reciprocidade (ajuda mutua, festas) sofrem da concorrência com novas relações de intercâmbio: salário diário, venda de álcool ou pagamento de entrada nas festas. Mesmo se esse fato não é percebido pela população e, sobretudo pelos mais jovens, quando tais práticas passam a se mercantilizar, pouco a pouco, deixam também de garantir uma atualização “moderna” das relações e estruturas de reciprocidade, susceptíveis de manter a mesma qualidade da

relação humana e os mesmos valores. A troca de diárias torna-se então bem diferente do *kihuate*, do *ipaamu* ou do *mutirão*.

Os limites das organizações profissionais de agricultores

A integração ao mercado e à sociedade nacional (administração, escola, igrejas, serviços técnicos) tem levado as comunidades rurais a dotar-se de novas estruturas de representação, de cooperação e de troca monetária, sem abandonar, portanto as formas de organização e, sobretudo, os valores e as práticas da reciprocidade camponesa. Porém, além de trazer soluções, essas formas de organização criam também, novos problemas na medida que ignoram ou desrespeitam as regras da reciprocidade porque foram formatadas segundo os princípios da concorrência e do intercâmbio. Durante uma avaliação do fracasso das cooperativas de produtores de café na Província de Uíge na Angola (Sabourin e Ribaud, 1989), as explicações dos camponeses Kibundo levaram a entender que rechaçavam um modelo coletivista de cooperativa de produção que tornava anônimo o ato de produção e o fruto do trabalho de cada um. Porém, aceitavam a idéia de uma cooperativa de serviços, de uso de material em comum, que respeitasse a produção de cada família. Também, queriam acabar com o nome de *cooperativa* para usar o termo Kibundo de *kihuate* que significa ajuda ou reciprocidade na roça. Os técnicos da Direção das Cooperativas até podiam aceitar cooperativas de serviço, mas não mudar de nome.

A difusão do modelo da cooperativa ou da associação de produtores mediante programas de desenvolvimento, associada a recursos externos (embora temporários) tem estimulado as relações de troca ou de assalariamento, além de orientar a produção para uma especialização em função das exigências do mercado de intercâmbio capitalista.

De fato, existe uma contradição entre a lógica da obrigação social em comparecer para um *mutirão* e os princípios « democráticos » das organizações profissionais de agricultores (cooperativas, associações, etc). Nessas estruturas profissionais a adesão é voluntária, livre, mas também contratual mediante o pagamento de uma cota ou taxa.

O exemplo dos agricultores do Poitou mostra como as CUMA e a modernização das máquinas agrícolas não têm impedido, no início, as relações de reciprocidade, provocando pelo contrário a sua ampliação, mas em quanto existia uma sociedade local ou regional camponesa. Este tipo de atualização das práticas de reciprocidade e dos valores produzidos pode ser observado em outras regiões, onde a comunidade de

reciprocidade continua a resistir. É o caso entre as comunidades Quíchua e Aymara da Bolívia e as formas locais de estruturação dos sindicatos camponeses (Michaux et al, 2004; Temple, 2004a). Existe o mesmo princípio de atualização e modernização das estruturas - ou dos receptáculos - da reciprocidade na organização dos conselhos e das federações das comunidades indígenas da Amazônia peruana e equatoriana (Sabourin, 1981 ; Federacion Shuar, 1976; Descola, 1988). No Brasil foi o caso das associações comunitárias criadas para receber os títulos de propriedade coletiva e manejar as terras de fundos de pasto, pastagens comuns na floresta seca, a caatinga, no Nordeste da Bahia (Sabourin , 2001).

3. Ajuda mútua: entre reciprocidade e intercâmbio

A atualidade da reciprocidade

Godbout (2000) no Canadá, Caillé (2001) na França, Temple (1997, 2004) na África e na América do Sul, Martins no Brasil (2002) tem mostrado, entre outros autores, como os princípios da economia de dádiva podem ser aplicados às sociedades modernas do Ocidente, a partir do momento que deixam de ser analisadas pela única visão da economia de troca. Em todas as sociedades humanas encontram-se, as duas lógicas econômicas, intercâmbio e reciprocidade, cada uma sendo mais ou menos desenvolvida segundo as prioridades das comunidades: privilegiar o interesse privado ou os valores humanos.

Temple (1999) lembra como valores específicos podem ser associados a cada uma dessas duas lógicas econômicas. Utiliza-se o valor de câmbio, medido pelo equivalente da moeda no marco das prestações de intercâmbio, e recorre-se a outros valores (confiança, responsabilidade, equidade, prestígio, amizade, honra) gerando diversas formas de equivalência material e ou simbólica no caso das relações reguladas pela reciprocidade.

Pode-se verificar que as relações de intercâmbio produzem, sobretudo valores materiais, valores de uso e um mínimo vital ou funcional de valores humanos, comparadas com as relações de dádiva e de reciprocidade. O sistema do livre câmbio leva ao desenvolvimento da concorrência para a acumulação privada de valores materiais e à exploração do homem pelo homem, segundo a crítica marxista da alienação do sistema capitalista. Logo, foi demonstrado como o domínio desse modelo produz exclusão econômica e leva à destruição do laço social. Porém, como faltam

ferramentas ou referências para analisar como restabelecer, criar ou gerar o laço social (fala-se também de capital social) é importante estudar as relações e estruturas de reciprocidade, em primeiro lugar, onde elas existem ou subsistem, como nas práticas de ajuda mútua.

As estruturas de reciprocidade

Mauss (1924) viu a primazia da obrigação de devolver, da qual diz que ela é total e imperativa do fato social, mas sem extrair dessa preeminência, o princípio da reciprocidade. *Nas prestações totais, tudo é simbólico e tudo é recíproco* diz Mauss. Lévi-Strauss (1950) cobra de Mauss, não ter postulado o intercâmbio no centro dessa função simbólica. Mas, associando aliança e parentesco à tríplice obrigação : *dar, devolver e receber*, Mauss desenhou um projeto que Lévi-Strauss propõe logo nas *Estruturas elementares do Parentesco*, ordenando as relações de parentesco ao princípio de reciprocidade. Lévi-Strauss trata da *reciprocidade direta (ou bilateral)* com o termo de *intercâmbio restrito ou simétrico* (casamento com a prima cruzada bilateral) e da *reciprocidade indireta*, com o termo de *intercâmbio generalizado ou assimétrico*.

Segundo Lévi-Strauss (1947) a noção de estrutura designa as diversas maneiras pelas quais o espírito humano constrói valores e sistemas de valores. Mas Lévi-Strauss não estabelece uma diferença entre sistemas de intercâmbio e de reciprocidade, porque considera a reciprocidade como uma forma de troca recíproca e simétrica.

As estruturas elementares de reciprocidade foram sistematizadas por Temple (1998) quem identifica certos dos valores humanos que produzem ou reproduzem.

- a reciprocidade *bilateral* corresponde às relações interpessoais de aliança (matrimônio, compadrio) e de amizade que se estabelecem entre indivíduos, famílias e grupos. A ajuda mútua na agricultura é típica da reciprocidade bilateral na produção entre duas famílias. O *coubiage* do Poitou (a palavra vêm do velho francês : *couple, coupler*) é uma estrutura de reciprocidade bilateral simétrica que gera amizade, aliança e proximidade.

- a reciprocidade *ternária* implica, no mínimo, três partes. Pode ser unilateral: por exemplo, a dádiva intergerações (relação entre pais e filhos) que produz a responsabilidade. Ela pode ser bilateral, por exemplo, no caso do compartilhamento de recursos comuns, ela produz então a justiça e a confiança.

Assim o compartilhamento da força de trabalho de um grupo para o acesso ou o manejo de bens comuns, gera a confiança, valor que Douglas (2004) e Ostrom (1998)

colocam no centro da ação coletiva e da construção de instituições locais.

Mas o compartilhamento da gestão ou da preservação de um recurso renovável que interessa as gerações futuras (floresta, rios, fontes d'água) produz também o valor de responsabilidade.

- No caso da reciprocidade *centralizada*, as prestações e decisões são distribuídas por um centro de redistribuição: o chefe da aldeia, o patriarca, o poder da igreja ou do estado. No caso da reciprocidade ternária centralizada, a confiança torna-se obediência e obrigação ao centro de redistribuição.

Ajuda mútua e produção de valores humanos

A ajuda mútua na agricultura corresponde a pelo menos três tipos de estrutura elementar de reciprocidade:

a) *a reciprocidade bilateral* quando se trata de uma relação regular entre duas famílias ou dois agricultores, geralmente vizinhos ou até compadres. Nessa estrutura, em geral simétrica e entre pares, o principal sentimento produzido é a amizade que pode ser prolongada por alianças de parentesco (casamentos) ou institucionalizada no compadrio; o apadrinhamento mútuo das crianças constitui assim uma extensão das relações de parentesco.

b) *O compartilhamento de trabalho* constitui uma estrutura específica: cada um dá para a comunidade e recebe dos outros é o caso, por exemplo, quando todos os membros do grupo ou todas as famílias da comunidade se reúnem para realizar um trabalho em favor de um agricultor : roçar uma parcela, cavar um poço, etc. Há um compartilhamento bilateral. Quando se trata de construir a moradia de jovem casal, o compartilhamento é unilateral. Temple (2004a) lembra que não se constrói a casa dos seus pais, mas dos seus filhos. Além da amizade ou da aliança, essa estrutura pode produzir prestígio para o donatário quando ele retribui a ajuda com alimentos, bebidas ou com uma festa.

c) *A reciprocidade em estrela* (Temple, 2004a), é uma variante do compartilhamento; corresponde ao tipo de ajuda mútua que mobiliza o conjunto dos membros do grupo ou da comunidade para bens comuns : construir a escola, consertar o telhado do salão comunitário, cavar um açude comunitário. Essa estrutura produz sempre amizade, mas também a confiança entre os seus membros (e quanto a responsabilidade dos outros). Aqueles que não participam não são excluídos da comunidade, mas perdem prestígio e honra. Essa estrutura tem uma

variante específica nas comunidades andinas, entre outras, por meio do compartilhamento entre as famílias dos cargos comunitários rotativos. O sistema andino é até mais complexo, na medida em que além da rotação existe uma progressão hierárquica em termos de prestígio entre os cargos, mediante um processo iniciático e, sobretudo, uma necessidade de assumir uma redistribuição material para a comunidade, nas cerimônias e festas (Michaux et al, 2004; Temple, 2004b).

A criação de valores humanos por uma relação de reciprocidade em torno de uma produção material como no caso da ajuda mútua agrícola ou o manejo compartilhado de recursos comuns está também ligado à práxis, ao compartilhamento do esforço entre pares. As comunidades rurais, não têm uma consciência clara dessas estruturas, mas vêm nelas, uma maneira de manter as regras de compartilhamento e de solidariedade, e podem constatar e testemunhar de como produzem e reproduzem os valores de amizade, confiança e responsabilidade.

Conclusão

A ajuda mútua rural corresponde a diversas práticas em constante evolução no mundo afora. Porém, um conjunto de observações recorrentes nos exemplos mobilizados permite tirar algumas conclusões gerais.

A relação de ajuda mútua depende de laços sociais, sentimentais e até simbólicos e se diferencia da troca ou do intercâmbio mercantil primeiro porque não implica numa retribuição equivalente ou monetária que livraria o beneficiário da sua dívida. De fato, existe uma expectativa de retorno da ajuda, encorajada pela pressão social e por valores de honra e prestígio, mas, essa devolução não é contratual nem obrigatória. Pode ser diferida no tempo, assumida por outro membro da família e se traduzir também, por uma prestação de natureza diferente do trabalho, uma dádiva de sementes, um gesto de amizade, uma presença pessoal num momento de necessidade.

Como essas relações conseguem se manter, muitas vezes, além do benefício material para os seus participantes ? Precisamente, porque a relação de ajuda mútua produz também valores humanos específicos de amizade, de confiança e de responsabilidade ; esses valores contribuem para a reprodução dessas relações no seio de um grupo humano, seja de maneira consciente como inconsciente.

Tais valores não são dados culturalmente ou socialmente e inseridos nas estruturas simbólicas e nas representações culturais, são pelo contrario, construídas e

reproduzidas pelas relações humanas constituídas em estruturas de reciprocidade. É o ato, a relação que cria o valor e não o valor que precede o ato. É preciso esclarecer a confusão entre as categorias e lógicas de intercâmbio e reciprocidade. Nas sociedades rurais atuais, diferentemente das sociedades humanas das origens, encontramos situações mistas porque o sistema de livre câmbio tem se imposto progressivamente, chegando a esconder ou a paralisar as práticas de reciprocidade. Existe, portanto, um amplo campo de pesquisa para identificar, qualificar e diferenciar as relações e estruturas de reciprocidade daquelas de intercâmbio.

Referências bibliográficas

- Alberti G, Mayer E, Fonseca C, 1974. Reciprocidad e intercambio en los Andes peruanos, IEP, Lima
- Belloncle G, 1979. La question Paysanne en Afrique Noire, l'Harmattan, Paris
- Bodiguel L, 2004. Multifonctionnalité de l'agriculture. Le droit rural à la confluence de la sphère marchande et des considérations sociales, CNRS, UMR 6029, CRUARAP. Nantes
- Caillé A. 2001 *Anthropologie du don. Le tiers paradigme*. Desclée de Brouwers, Paris
- Caldeira C. 1957. Mutirão, formas de ajuda mutua no meio rural, Companhia Editora Nacional. São Paulo,
- Candido A. Os parceiros do Rio Bonito; Estudo sobre o caipira paulista ea transformação dos seus meios de vida. 4ª ed. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1977
- Caron P, Sabourin E, 2001, *Paysans du Sertão. Les mutations des agricultures familiales au Nordeste du Brésil*, CIRAD, Repères, Montpellier
- Condominas G, 1974. L'entraide agricole chez les Mnong Car in *Etudes Rurales*, 53--56, 19
- Couturier I, 2001 L'entraide, spécificité juridique de l'agriculture in *Installation, contrôle des structures et sociétés en agriculture*, Barthélémy D (eds) Actes et Communications, Paris, Inra Editions, 163p
- Descola P, 1988. Ethnicité et developpement économique: le cas de la Federation des centres Shuar". in GRAL: *Indianité, ethnocide, indigenisme en Amerique Latine*. CNRS. París. pp. 221-237
- Douglas M, 2004, *Comment pensent les institutions*, Mauss-découverte, Paris
- Federacion de Centros Shuar 1976 *La Federación Shuar. Solución original a un problema actual*. Mundo Shuar. Sucúa [Ecuador].

- Galvão H 1959. O Mutirão no Nordeste, MINAGRI, serviço de informação agrícola, UFRN, Natal
- Gervais M; Jollivet M; Tavernier Y, 1977 *Histoire de la France rurale, Tome IV (la fin de la France paysanne - depuis 1914)*, Seuil, Paris
- Godbout J, 2000, *Le don, la dette et l'identité*, La Découverte/MAUSS, Paris
- Godbout J, 2004. De la continuité du don, *La Revue du MAUSS*, 23 (1): 224-241
- Levi-Strauss C. [1950] 1977, *Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss*, in MAUSS M. Sociologie et Anthropologie, PUF, Paris, 482p. (7ème édition).
- Levi-Strauss C. [1947] 1967. *Les structures élémentaires de la parenté*, chap. XXVII. « les cycles de la réciprocité » Mouton, La Haye,
- Lorvellec L.; Coururier I., 2000, Code rural, code forestier, annotations jurisprudentielles et bibliographiques. Dalloz, Paris, 1991p.
- Margarido A, 1974, Réciprocité paysanne au Brésil, *Annales* (6) 1338-1345
- Mauss M. [1924] 1950 "Essai sur le Don", In: *Sociologie et Anthropologie*, PUF, Paris
- Mendras H, 1967 La fin des Paysans, Actes Sud, Aix en Provence
- Mercoiret, M R, Goudiaby B. Ba, C O, Bosc, P.M. 2004 La multifonctionnalité agricole comme relation entre fonctions marchandes et fonctions non marchandes Etude de cas dans la zone du Fogny, Bignona – Senegal, Cirad, Montpellier
- Michaux, J. Gonzales, M, Blanco E. 2004. Territorialidades andinas de reciprocidad, la comunidad <http://reciprocidad.chez-alice.fr/helicoidal.html> acesso 20/12/2004
- Ostrom E, 1998 A behavioral approach to the rational-choice theory of collective action *American Political Science Review* 92 :1-22,
- Polanyi K [1944] 1983, *La grande transformation : aux origines politiques et économiques de notre temps*, Gallimard, Paris, 420p.
- Polanyi K, Arensberg C., Pearson H. W. [1957] *Trade and Market in the Early Empires. Economies in History and Theory*, The Free Press, New York, 360p.
- Sabourin E, 1981. La réponse des Aguarunas et Huambisa...In: *Journal de la Société des Américanistes, Bulletin des Américanistes*, Tome LXVII. Musée de l'Homme, Paris. 442-450.
- Sabourin E, 1988 Reflexões sobre as dinâmicas associativas e comunitárias na Guiné Bissau. In: *Soronda* (6) 71-82.
- Sabourin E, 2000 Peasant reciprocity practises in Brazilian Northeast rural communities and endogenous development, X World Congress of Rural Sociology, Rio de Janeiro
- Sabourin E. 2001. Reciprocidad e intercambio en comunidades campesinas del Nordeste: Massaroa (Bahía, Brasil) *Revista Ibero americana de Autogestión y*

Acción Comunal, 35-36-37 : 101-112

Sabourin E ; Ribaud P. 1989 Organisation d'une structure d'appui aux producteurs privés et paysans. Institut National du Café d'Angola; CCCE, EDI-IRFED, Paris, 61p

Sidersky P. 1987. As relações de trabalho numa sociedade de cultivadores de arroz : o caso dos balantas de Tombali, *Soronda*, 3, 21-32

Sourisseau J M, Mouridi B, Burnod P, Bonnal P, Losch B. 2004, Le monde agricole mahorais, une lecture par l'articulation de relations marchandes et non marchandes, Cirad Tera, Montpellier.

Temple D., 1983, *La dialectique du don. Essai sur l'économie des communautés indigènes*. Diffusion Inti, Paris

Temple D., 1997. L'économie humaine in *La revue du MAUSS* n°10, (1) :103-109

Temple, D. 1998. Les structures élémentaires de la réciprocité *Revue du MAUSS* n°12 : 234-242

Temple, D. 1999, Théorie de la réciprocité: in : [http:// dominique.temple.chez.tiscali.fr/](http://dominique.temple.chez.tiscali.fr/)

Temple D., 2004a Réciprocité et valeur. in : [http:// dominique.temple.chez.tiscali.fr/](http://dominique.temple.chez.tiscali.fr/)

Temple D., 2004b. Teoria de la Reciprocidad, tomo III : La economía de reciprocidad, PADEP-GTZ , La Paz, Bolivia, 502p

AGRICULTURA FAMILIAR: DE CATEGORIA ANALÍTICA À PROJETO SOCIAL?

Everton L. Picolotto¹; Vivien Diesel²

1. Introdução

As sociedades contemporâneas são percebidas como “auto-reflexivas”, sociedades que se recriam a partir da reflexão sobre si mesma. A produção acadêmica, idealmente, deve aportar elementos para esta “reflexão sobre si” entretanto, para isto, deve haver efetivo diálogo entre os atores da produção acadêmica e demais membros da sociedade. O diálogo, por sua vez, implica aproximação dos atores com suas distintas “visões de mundo” e “categorias analíticas” utilizadas para descrevê-lo. Mas, cabe perguntar-se: o que acontece quando um movimento social se apropria de uma categoria acadêmica?

Na reflexão acadêmica sobre a realidade rural tem se recorrido a diversas categorias analíticas para descrever a diversidade social. A categoria da “agricultura familiar” constitui um caso interessante na medida em que foi concebida como categoria analítica e apropriada por movimentos sociais. O presente trabalho procura indagar sobre as implicações da apropriação desta categoria pelos movimentos sociais. A reflexão parte da análise de depoimentos de lideranças e de documentos de organizações relacionadas ao movimento dos agricultores familiares.

Apresenta-se, num primeiro momento, uma breve recuperação das categorias analíticas utilizadas para descrever a heterogeneidade social no meio rural - com ênfase na emergência da categoria agricultura familiar - e, num segundo momento, exploram-se as implicações teórico-conceituais associadas a este processo, investigando como foi apropriado por um movimento específico (dos agricultores familiares de Constantina, RS). Com o trabalho pretende-se levantar questionamentos sobre as implicações da dinâmica da apropriação das categorias acadêmicas pela sociedade e, especificamente, focar o caso da agricultura familiar.

2. Categorias analíticas utilizadas para descrever a diversidade social no meio rural brasileiro

A produção acadêmica das Ciências Sociais brasileira sobre o meio rural deslocou-se da tradição do “estudos de comunidade” para as abordagens de cunho marxista, que passaram a ser dominantes na Sociologia a partir da década de 1960.

¹ MSc Extensão Rural, UFSM. E-mail: picolottoae@yahoo.com.br

² Prof. Adj. DEAER/CCR/UFSM, E-mail: vivien@ccr.ufsm.br

Na tradição marxista buscou-se verificar a equivalência de processos históricos identificando-se, no meio rural, “resquícios” de uma sociedade feudal composta por latifundiários (identificados como equivalentes a “senhores feudais”) e formas camponesas dependentes. Essa era a posição predominante entre os quadros do PCB (Partido Comunista do Brasil). Identificava-se ser necessário realizar transformações (reforma agrária, “revolução democrático-burguesa”) para eliminar esta “herança do passado” e desenvolver as relações de produção capitalistas no campo (DELGADO, 2005).

Esta forma de descrever a realidade rural era contestada principalmente por Caio Prado Jr que identificava que a formação agrária brasileira possuía “caráter intrinsecamente capitalista”, sendo assim, para seu juízo era necessário estender a legislação trabalhista ao campo (DELGADO, 2005). Outra posição diferenciada da do PCB era a da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) que destacava o “caráter inelástico da oferta de alimentos às pressões da demanda urbana e industrial” (*id.* p. 25), ou seja, identificava a existência de um problema estrutural que “justificaria mudança na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo” (*id.* p. 25). E, de outro lado, construiu-se uma outra posição antagônica as demais, representada principalmente por Delfim Neto, e que se apresentou como defensora da proposta de “modernização agrícola sem reforma”, pois segundo esta posição o que se fazia necessário era modernizar a produção agrícola para que esta cumprisse funções³ ao desenvolvimento econômico nacional (*id.*). Esta última tese foi adotada pelos governos militares⁴.

Assim, por um longo tempo, as principais categorias analíticas adotadas pela Sociologia Rural para descrever a diversidade social relacionavam-se à interpretação da “questão agrária” (aos “entraves” ao desenvolvimento do capitalismo no campo – identificados nos latifundiários e nos setores camponeses tradicionais).

Na década de oitenta observa-se uma significativa “renovação” na produção intelectual sobre o meio rural. Os processos de modernização da agricultura passaram a chamar a atenção de diversos estudiosos que adotaram uma perspectiva histórico-crítica. Um dos focos de análise do processo de modernização referiu-se às suas implicações na estrutura de classes do meio rural (SORJ, 1986). Um dos desafios, neste momento, era criar novas categorias para enquadrar aqueles que diferenciaram significativamente seu modo de vida a partir da modernização.

É neste contexto que começa a ser utilizada a categoria “produção familiar” referindo-se ao conjunto dos estabelecimentos agropecuários “[...] caracterizados por serem dirigidos pelo

³ As funções a serem cumpridas pela agricultura seriam: a) liberação de mão-de-obra a ser utilizada no setor; industrial, sem diminuir a quantidade produzida de alimentos; b) a criação de mercado para os produtos da indústria; c) expansão das exportações; d) o financiamento de parte de capitalização da economia (DELFIN NETO *apud* DELGADO, 2005, p. 30).

⁴ Segundo Delgado (2005) ainda existia a concepção da Igreja Católica que exercia importante influência política nas décadas de 50 e 60, mas que era menos estruturada que as outras citadas.

produtor (chefe da família) e utilizarem mão-de-obra familiar” (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1988, p. 373). Assim, diferenciavam-se, fundamentalmente, de outra categoria denominada de “empresas capitalistas”⁵. A categoria “produção familiar” foi tratada por autores como: Graziano da Silva *et al.* (1986), Neves (1988), Wanderley (1988), Kageyama; Bergamasco (1988) e persistiu por longo tempo enquanto categoria analítica de relevância acadêmica, mas contou com pouca apropriação pelos movimentos sociais.

No princípio dos anos 90 alguns trabalhos⁶ introduziram a categoria “agricultura familiar” no debate acadêmico brasileiro ao demonstrarem que a agricultura familiar é uma forma reconhecida e legitimada social e politicamente na maioria dos países desenvolvidos. Segundo a perspectiva de Wanderley (1996, p. 02) a *agricultura familiar* deve ser entendida “como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. A autora ainda destaca que o “[...] caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” (WANDERLEY, 1996, p. 02). Realizou-se, também, um esforço de pesquisa internacional para identificar similaridades e diferenças entre as formas da “agricultura familiar” em diferentes contextos sociais. Deste esforço resultou a proposta conceitual de Lamarche (1998) que reconhece dentro da categoria uma significativa variabilidade dada pelas distintas posições quanto à importância da “lógica familiar” nas relações sociais e a dependência do mercado. A proposta de Lamarche (1998) de distinguir quatro modelos teóricos (modelo empresa, modelo empresa familiar, modelo agricultura camponesa ou de subsistência e modelo agricultura familiar moderna) tem sido bem aceita e aponta para a elevada diversidade interna da categoria.

Adicionalmente, a medida em que o conceito vem sendo percebido como de relevância analítica, diversos estudos (acadêmicos) vem buscando caracterizar suas especificidades em diferentes partes do Brasil, indicando elevada diversidade empírica dentro desta categoria.

⁵ Segundo Kageyama; Bergamasco (1988, p. 372) “[...]este grupo é formado por empresas que ou têm administrador (caso em que se trata, de empresa capitalista) ou apenas o responsável dirige a exploração, sem ajuda da família”.

⁶ Destaca-se os trabalhos de Veiga (1991) e Abramovay (1992).

3. A “agricultura familiar” enquanto identidade do movimento dos agricultores familiares em Constantina, Alto Uruguai, RS⁷

A região do Alto Uruguai está situada no noroeste do Rio Grande do Sul e teve uma ocupação tardia em comparação com as demais regiões deste Estado. Coberta originalmente por florestas, sua ocupação mais efetiva deu-se pela formação de “colônias” a partir do princípio do século XX. Os ocupantes eram colonos provindos, em sua maioria, de outras colônias do Rio Grande do Sul, mais antigas, que migravam pela inexistência de terras disponíveis na região de origem.

Conforme Schneider (1999a) o modo de vida dos colonos neste período inicial baseava-se, fundamentalmente, em uma *forma de produzir* e uma *forma de sociabilidade* particular das áreas coloniais, caracterizando o que chama de *sistema agrícola colonial*. Em função das condições em que se instalavam as famílias, a forma de produzir alicerçava-se sobre a propriedade da terra, a produção para subsistência e as trocas econômicas locais. Assim, era praticada uma agricultura baseada no corte e queima da mata que tinha como culturas principais o milho, o feijão preto, a abóbora, a mandioca e tabaco, além da produção da banha de porco (DESER, 2002) complementadas pela extração de madeira e de erva-mate (CARINI, 2005). As formas de sociabilidade predominantes eram as relações de parentesco, de solidariedade entre vizinhos, na prática de religião ou nas festas comunitárias. Ou seja, era em torno da comunidade que se estabeleciam às relações sociais (CONTERATO, 2004).

Na perspectiva de Schneider (1999a), o modo de vida dos colonos manteve-se socialmente ancorado no processo de expansão para áreas “virgens”. A medida em que eram necessárias novas terras para os descendentes dos colonos, eram abertas novas colônias em uma região “desabitada”⁸. Com o fim das “terras virgens”, principalmente no final dos anos 50 e início dos anos 60, emergiram expressivos conflitos fundiários na região. Estes conflitos foram protagonizados, notadamente, pelo MASTER⁹ (na reivindicação por reforma agrária) e por colonos e indígenas (na pressão de ocupação das reservas indígenas).

⁷ Este artigo faz parte das reflexões derivadas de um estudo de caso feito para realização da dissertação de mestrado intitulada: “‘Sem medo de ser feliz na agricultura familiar’: o caso do movimento dos agricultores familiares em Constantina-RS”, defendida no Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM. Para realização deste estudo partiu-se das narrativas dos líderes do movimento, recompondo-se a trajetória da mobilização e organização social e suas auto-definições quanto a identidade, projeto e adversário. Nas entrevistas adotou-se a técnica da entrevista semi-estruturada. Realizaram-se sete entrevistas com lideranças dos movimentos sociais da pequena agricultura na região do Alto Uruguai, durante os anos de 2004 e 2005. Para precisar e possibilitar uma adequada interpretação das entrevistas buscou-se a caracterização da estrutura agrária, recomposição do contexto histórico (especialmente quanto aos aspectos da evolução conjuntura econômica da agricultura na região e formas de organização política dos agricultores) e consulta a documentos diversos.

⁸ A carência de áreas na região determinou a migração e ocupação de áreas de florestas consideradas desabitadas nos estados de Santa Catarina e do Paraná, o avanço sobre terras indígenas e as ações coletivas de reivindicação de acesso a terra por parte dos “colonos sem-terra”.

⁹ Movimento dos Agricultores Sem Terra.

A história da organização política dos “agricultores familiares” de Constantina remete a fatos ocorridos há cerca de três décadas atrás. Nesta época os agricultores tinham aderido aos incentivos governamentais para modernização da agricultura, estavam relativamente especializados na produção de soja e manifestavam as primeiras preocupações com seu futuro devido as dificuldades de ordem financeira que estavam enfrentando desde o final da década de 70¹⁰.

A organização dos agricultores foi promovida pela Igreja. Segundo Zamberlam e Froncheti (1992, p. 51) a concepção teórica da Teologia da Libertação orientou a prática da Igreja junto aos “pobres” do campo¹¹, principalmente na busca da “permanência do agricultor no seu meio”, face à “agressão do capitalismo” e ao “esgotamento do modo de produção tradicional”, entendendo que a permanência deste agricultor em seu meio requeria o rompimento do projeto de integração aos mercados capitalistas e às agroindústrias. Com o trabalho da Igreja surgem as propostas de fortalecimento dos laços comunitários locais, de formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), de associações de cooperação agrícola, de movimentos reivindicatórios em torno de problemáticas específicas e a constituição de atores sociais autônomos (novas organizações). Do mesmo modo entendeu-se conveniente ocupar os espaços institucionais estabelecidos, o que levou os agricultores organizados a concorrer à direção do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) local. Os agricultores organizados conquistam o sindicato em 1986 e colocam-no a serviço da construção de um modelo alternativo para os agricultores.

Este processo inicial de organização política envolveu a “mobilização” e “formação” de identidades¹². Neste sentido a problemática inicial que propiciou a mobilização de identidades foi a situação de crise da agricultura “modernizada” e a constatação de que os agricultores haviam perdido sua autonomia, característica do seu modo de vida colonial (tradicional). Assim, assessorados pela Igreja, assumiram as identidades de “povo pobre”, “pequeno agricultor”, de trabalhador rural, de mulher trabalhadora rural, além de terem buscado resgatar a de “colono”.

O contexto de abertura democrática do final da década de 80 implicou a formação de diversos movimentos populares e a tendência a que estes assumissem identidades específicas¹³.

¹⁰ Para maiores informações sobre o processo ver Brum (1988).

¹¹ Segundo Martins (1988), o setor progressista da Igreja, a partir de meados de 1970, tomou uma “opção preferencial pelos pobres”, uma opção que não é ingênua, mas sim uma clara opção política.

¹² Segundo Castells (2002), resgatando uma tipologia que Touraine elaborou ainda nos anos 70, os movimentos sociais são constituídos de três elementos fundamentais, a saber: uma *identidade*, que se refere à autodefinição do movimento, sobre o que ele é e em nome de quem se pronuncia; um *adversário* que se refere ao principal inimigo do movimento, conforme é declarado pelo próprio e uma *meta societal* (ou *projeto* do movimento) que se refere à visão do movimento sobre a ordem ou organização social que almeja construir coletivamente.

¹³ Os movimentos sociais que surgem a partir do final dos anos 70 passam a constituir identidades com funcionalidades específicas, a saber: “sem-terra”, “atingidos por barragens”, “mulheres trabalhadoras rurais”, “pequenos agricultores”, entre outras.

Neste momento os agricultores mobilizados afirmam-se como “pequenos agricultores” estabelecendo um certo diálogo com a academia especialmente nas suas vertentes de crítica social, avançando no sentido da definição de um projeto e propostas para a categoria¹⁴.

No início da década de 90 há uma retração na articulação política entre as organizações de agricultores e ênfase na geração de alternativas de sobrevivência econômica num contexto de hegemonia do discurso neoliberal nas instâncias da política governamental. De um lado, constatava-se que as experiências conseguiam propiciar certa autonomia aos agricultores e que estas fortaleciam a capacidade de iniciativa e de construção de ações coletivas das comunidades rurais. Por outro lado, as lideranças entrevistadas destacaram que estavam tomando consciência que estas experiências não conseguiam atender a principal necessidade que a pequena agricultura possuía naquele período: superar o estrangulamento nas fontes de renda¹⁵. Em termos de projeto esta avaliação traz importantes constatações: a necessidade de manter um “carro-chefe” (produção geradora de renda monetária) e, portanto, a dificuldade de superar a dependência com relação à produção de *commodities*; e a dependência às políticas públicas uma vez que estas *commodities* devem ser produzidas segundo um modelo tecnológico com uso intenso de capital (maquinários, insumos, etc.).

Apesar desta avaliação crítica foram estruturadas organizações cooperativas locais para a viabilização econômica dos pequenos agricultores permitindo o rompimento (mesmo que relativo) do círculo vicioso da dependência das cooperativas tradicionais (da produção de trigo e soja) acreditando-se que a orientação para nichos de mercado (produção de “soja orgânica”) e a organização “cooperativa” promovem maior possibilidade de apropriação do resultado do trabalho pelos agricultores. Simultaneamente ao relativo fortalecimento das organizações locais observa-se a paulatina rearticulação das organizações de representação política com a unificação da “pauta nacional” (CUT/CONTAG¹⁶) e a mobilização dos agricultores – trazendo à cena política nacional suas reivindicações. Os “Gritos da Terra” (a partir de 1994) constituem um marco na retomada da “luta nacional” e eles têm participação dos agricultores de Constantina. É neste momento que criou-se, em torno da categoria agricultura familiar, uma oportunidade de

¹⁴ Neste aspecto, o movimento foi além da postura reivindicatória por políticas públicas buscando avançar na dimensão propositiva com a realização de experiências ao nível local-regional. A ênfase na promoção de experiências locais foi resultante de um processo de aprendizado de que as “lutas” reivindicatórias não bastavam para viabilizar a pequena agricultura. Com esta avaliação os sindicatos “combativos” (então aproximados à CUT - Central Única dos Trabalhadores), contribuíram para a formação, em 1986, na cidade de Passo Fundo, do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). O CETAP deve ser entendido como um reflexo da luta destes atores sociais pela elaboração de uma proposta tecnológica alternativa à pequena agricultura, que garantisse, antes de tudo, sua sustentabilidade e autonomia em relação aos mercados capitalistas.

¹⁵ Constatava-se que fazer as próprias sementes de milho, adubação verde, organizar associações não propiciava o desenvolvimento de fontes alternativas de renda. O que se conseguia era reduzir os custos de produção de algumas culturas que, na maioria das vezes, eram de subsistência. As principais fontes de renda continuavam sendo o plantio da soja e do trigo (culturas em que a adubação verde e a produção de sementes próprias eram de difícil aplicação) e a criação de suínos.

¹⁶ CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

aproximação entre a academia, classe política e os movimentos sociais. Schneider (1999b, p. 23) explicita como ocorreu a emergência da noção agricultura familiar:

De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece estar relacionada aos embates que os movimentos sociais, especialmente o sindicalismo rural ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tiveram nas discussões acerca do espaço e do papel dos pequenos produtores rurais, [...] no processo de integração comercial e econômica dos países que formam o Mercosul e, de outro, por intermédio de alguns trabalhos acadêmicos¹⁷ que passaram a buscar novos referenciais teóricos e analíticos, [...] e que introduziram a questão.

Entende-se que, a partir deste momento, a categoria “agricultura familiar” será crescentemente internalizada pelo movimento, nomeando organizações (FETRAF: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) e passando a assumir funcionalidade de “identidade de projeto”.

Segundo Castells (2002) as identidades coletivas são centrais na produção do social contemporâneo. Para ele a construção das identidades pode desenvolver-se de três formas distintas. Uma das formas caracteriza-se por ser a identidade introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação. Neste caso é denominada de *identidade legitimadora* e se aplica a diversas teorias de nacionalismo. Quando a identidade é criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferenciados dos que permeiam as instituições da sociedade, ela é denominada de *identidade de resistência*. No caso em que os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social, forma-se a *identidade de projeto*.

Para Castells, cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto na constituição dos movimentos na sociedade: a “*identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil*” (2002. p. 24), ou seja, um conjunto de organizações e instituições reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural; a “*identidade destinada à resistência*, leva à formação de *comunas, ou comunidades*, [...] dá origem a formas de resistência coletivas diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável” (2002. p. 25); a *identidade de projeto* produz *sujeitos*, os quais, conforme definidos por Touraine, não são meramente indivíduos, são “o ator social coletivo pelo qual os indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência” (2002, p. 26).

¹⁷ Os trabalhos acadêmicos a que se refere Schneider, são os trabalhos de Abramovay, Veiga e a tradução para o português de dois livros de Lamarche (1993,1999).

4. A trajetória da agricultura familiar enquanto “identidade de projeto”

A partir da metade dos anos 90 a condição de isolamento político destes agricultores se altera, quer seja pela articulação eficiente das principais organizações representativas gerais a nível nacional, quer seja pelo estabelecimento de negociações com o governo federal e o reconhecimento oficial da “agricultura familiar” como um segmento social digno de ser contemplado com políticas específicas (como o PRONAF). Ainda, o Estado, através de programas para públicos específicos, ações “públicas não-estatais” e construção “participativa” de políticas públicas aproximou-se dos movimentos que preconizavam a “democracia de base”, especialmente onde existiam *administrações populares*. Entende-se que uma das implicações desta aproximação com o Estado refere-se a necessidade de especificar suas demandas, seu projeto. Simultaneamente, a estratégia de participação nas estruturas do governo, o projeto da agricultura familiar e a forma de atuação da representação dos agricultores passaram a ser questionados.

Inicialmente cabe remeter a 1996 quando a negociação com o Estado mostrou-se insuficiente para os agricultores que enfrentavam uma situação de “calamidade pública”. No princípio de 1996 uma seca atingiu grande parte da região Sul e deu provas aos agricultores de que as centrais sindicais (CUT/CONTAG) não conseguiam negociar com os governos medidas suficientemente compensadoras às perdas da produção. Diante desta constatação, agricultores decidiram mobilizar-se e organizaram vários acampamentos no Rio Grande do Sul. Destas mobilizações surgiu o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). A criação do MPA pode ser interpretada como uma dissidência do sindicalismo da pequena agricultura que vinha se organizando desde os anos 80. A formação do MPA na região do Alto Uruguai implicou na divisão dos sindicatos até então vinculados ao Departamento Rural da CUT. Assim, enquanto alguns sindicatos buscaram fortalecer o sindicalismo cutista e o projeto da agricultura familiar que estava sendo gestado, outros preferiram mobilizar-se em uma organização (movimento social) mais flexível e dinâmica, que permitia desenvolver lutas mais radicalizadas e “por fora” da estrutura oficial do sindicalismo (considerada demasiado burocrática e formalista). Ambos, inicialmente, perseguem um projeto em favor da agricultura familiar, mas diferem, principalmente no que se refere a forma de luta e na relação com os governos.

A postura crítica do MPA, por exemplo, aproximava-se àquela já assumida por outros atores importantes, como o MST, MAB, MMTR, CPT¹⁸. Este conjunto de atores, ao final da década de 90, se agrega a um movimento internacional de resistência camponesa: a “Via Campesina”. A Via Campesina, criada em 1992, configura-se como uma organização de

¹⁸ MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MMTR (Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais) e CPT (Comissão Pastoral da Terra).

diversos movimentos camponeses da Ásia, África, América e Europa. Segundo Fernandes (2004), esta organização atua como uma rede mundial de movimentos camponeses, que se destaca pela busca de realização de um projeto contra-hegemônico baseado na agricultura camponesa (ecológica e sustentável) em contraponto à agricultura empresarial especializada e que, mais recentemente, tem se contraposto radicalmente à utilização de organismos geneticamente modificados na agricultura e à plantação de eucaliptos. Para os críticos as políticas de fortalecimento da agricultura familiar constituem uma clara opção do governo federal pela não-realização da reforma agrária e pela concessão de políticas compensatórias a um setor da “pequena agricultura” visando integrá-la e cooptá-la.

Entende-se que os processos de apropriação de uma categoria para fins de constituição de identidade implicam um processo de especificação e reelaboração desta categoria seja por si mesma seja pelos outros com os quais se relaciona.

5. Aproximando-se ao alcance do significado atribuído à categoria “agricultura familiar”

Colocou-se, anteriormente, que a aproximação com o Estado favoreceu um processo de especificação de projeto social. Para o entendimento deste trabalho, a recente valorização da “produção familiar” deve-se, de um lado, ao reconhecimento oficial e acadêmico desta agricultura como específica e produtora de grande parte dos alimentos consumidos no País e, de outro lado, ao trabalho de redescoberta dos produtos “artesanais”, “caseiros” ou “coloniais” promovido tanto pelas entidades dos agricultores familiares, quanto por setores do Estado e da academia. No caso da agricultura familiar as preocupações em torno à segurança alimentar (disponibilidade e padrões da produção de alimentos), o aumento dos mercados para produtos diferenciados têm representado uma oportunidade para aqueles que, há tempos, vinham buscando uma alternativa à produção de *commodities*.

O modelo de agricultura proposto pelos movimentos fundamenta-se na construção da oposição entre a produção de *commodities* para exportação e a produção de “alimentos” para o consumo interno. Segundo esta perspectiva, o setor do agronegócio pode dedicar-se à produção de *commodities* e a agricultura familiar responsabilizar-se com a produção dos alimentos para o “povo” brasileiro. Esta pretensão é explicitada no lema da FETRAF: “*Agricultura Familiar: as mãos que alimentam a nação*”, aparecendo também nas chamadas dos Congressos da Agricultura Familiar organizados pela FETRAF-Sul (conforme Figura 1).



Figura 1 - Cartaz Congresso de fundação da FETRAF-Sul, Chapecó, 28 a 30 de mar de 2001.

Observa-se, na Figura 1, referências à diversidade de alimentos produzidos pela agricultura familiar (na inscrição das palavras “Agricultura Familiar” com alimentos) e a influência ideológica da Igreja no que se refere às metáforas: “Plantando o Novo Sindicalismo” e “Semente de uma Terra Solidária”¹⁹. A agricultura familiar não busca outro papel na sociedade do que a volta a sua função da época do sistema agrícola colonial. Ou seja, com este “nova” identidade e “novo” projeto busca, primordialmente, reintegrar-se à sociedade nacional, auto-atribuindo-se a função de “alimentar a nação” (leia-se a produção de alimentos para o mercado interno).

A forma particular de representação do processo de produção de alimentos remete à especificidade da categoria. A Figura 2 apresenta os elementos desejáveis da agricultura familiar: família grande, coesa e socialmente estável (observa-se três gerações), descendente de colonos (uso de chapéu de palha) e produtora de variados alimentos para a nação.

¹⁹ Cabe assinalar que estes elementos fazem parte do discurso que fundamentava a ação da Igreja desde a década de 80, quando da deflagração das primeiras oposições sindicais (época em que se objetivava formar um “novo sindicalismo”, um “sindicalismo autêntico”, que defendesse os interesses dos agricultores, resolvesse seus problemas, etc.); e, da mesma forma, a expressão “Semente de uma Terra Solidária” refere-se aos objetivos de fortalecimento dos laços comunitários da cooperação, da ajuda mútua, da solidariedade ou em uma expressão síntese: da *agricultura familiar* integrada à comunidade.



Figura 2 - Capa da Revista Semear nº 1, nov 2005. Editada pela FETRAF-Sul.

Os princípios conservadores da identidade evidenciam-se na de intenção de preservação da unidade doméstica de produção enquanto unidade básica de reprodução da família agricultora. Estimulam-se formas de cooperação e de ajuda mútua, mas não além das estimuladas e recomendadas pela Igreja desde os anos 80. Ou seja, as atividades cooperativas não passam de atividades complementares à unidade produtiva familiar (como nas agroindústrias, nas associações de máquinas, nos condomínios) ou constituem atividades pontuais como o mutirão na construção de casas, galpões, estrebarias, o auxílio às famílias com pessoas doentes, etc. Assim, mantém-se individualizado o essencial da produção da unidade e as atividades cooperativas que propiciam renda (agroindústrias, condomínios, etc.) figuram como complementares à segurança familiar.

Este projeto de agricultura familiar ao reivindicar esta função (“alimentar a nação”), que havia perdido (ao menos ao nível oficial), produziu uma nova significação do processo de produção (que anteriormente era visto como penoso ou ineficiente), uma *ressignificação cultural positivada* dos elementos desta agricultura. São incorporados ao discurso elementos ecológicos, da qualidade dos alimentos, de valorização da diversidade, bem estar, etc. A passagem a seguir é ilustrativa:

[...] eu não tenho dúvida, enquanto dirigente de cooperativa e enquanto agricultor também, que **o meio rural hoje é um meio de se viver bem, basta organização e o agricultor acreditar em si mesmo.** Porque aquilo que a agricultura oferece hoje, a agricultura familiar, é uma coisa muito rica, é uma coisa que o amanhã vai valer muito dinheiro, o salame, a banha, as hortalças, as frutas, o mandiocal, o batatal, o mel das abelhas, as chimias. E, ainda, o que ele produz pra vender, pra ganhar renda, o leite, criar a

terneira corretamente, produzir leite a base de pasto, o soja orgânico hoje tem mercado diferenciado, ele ganha de 20 a 30% a mais por ele produzir um produto diferenciado. (Liderança A. L.).

Evidencia-se que a mobilização política e a organização dos agricultores familiares resultou na idéia, divulgada por suas organizações, de que “é possível ser feliz” como agricultor familiar (que a pequena produção pode sobreviver no capitalismo como produtora de alimentos para a Nação e que as famílias, ao exercerem este papel, podem viver bem ou serem felizes). A letra da música da agricultura familiar ilustra estas noções:

[...] **Sem medo de ser feliz na Agricultura Familiar/** Pois é esta a mão que faz a Nação se alimentar/ A cotia é pioneira na força de organizar/ Todos erguendo as bandeiras viva a luta popular.

É possível ser feliz com amor e muita paz/ Foi na terra que aprendi trabalhando com meus pais/ O sindicalismo novo é ferramenta pra lutar/ Trabalhadores fazendo a grande luta popular/ Unindo conhecimento com a coragem de mudar [...]. (GRUPO ECOSUL/FETRAF-SUL, 2006).

Destaca-se, assim, a postura de fortalecer a identidade da agricultura familiar como um elemento positivador da pequena produção, que tinha baixa auto-estima e estava em decadência desde os anos 80. Esta positivação resulta em uma inversão na forma de representação deste setor social. Observa-se uma *ressignificação* de atributos do passado colonial que, olhados com maior reserva, constituem elementos conservadores da fundamentação da identidade e do projeto da agricultura familiar.

Os elementos “conservadores” do projeto são ressaltados pelos críticos. A postura da FETRAF de preconizar a (re)integração aos mercados nacionais de alimentos se dá com o rompimento (ou pelo menos não priorização) das lutas pela reforma da estrutura agrária e pela transformação radical do Estado (via revolucionária). Devido a sua postura de “conformidade” com a distribuição social dos fatores de produção e a não problematização da subordinação camponesa à lógica do capital, a proposta da agricultura familiar é considerada, por alguns setores, como “conservadora” ou “integrada ao capital”²⁰ (FERNANDES, 2000; 2004). Assim, enquanto os movimentos identificados com o projeto da agricultura familiar visualizam na integração com mercados nacionais de alimentos melhoras nas possibilidades de reprodução de suas bases, os identificados com a Via Campesina apontam os limites destas políticas compensatórias e acreditam que os primeiros movimentos estão sendo cooptados, na medida em que às políticas disponibilizadas para capitalização de setores camponeses transforma-os em “pequenos capitalistas”.

²⁰ Segundo Fernandes (2000, p. 08-09): “No gradiente das organizações do campo vão se configurando e se delimitando novos espaços políticos. Em uma parte, pode-se situar – grosso modo – as organizações de *agricultores familiares* - vinculadas à Contag/CUT – que estão mais voltadas às políticas de *integração* ao capital. Noutra parte, estão o MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e, em certa medida, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, que defendem políticas de resistência na luta contra o capital.”

Estabelece-se, assim, um processo de disputa entre organizações pela adesão das bases.²¹ Neste processo a “Via Campesina” teve que avançar na definição de sua identidade e projeto. O projeto da Via Campesina (no Brasil) passa a ficar mais claramente definido com algumas elaborações teóricas recentes. Com a obra organizada por Carvalho (2004)²² esta organização vem buscando avançar na definição da identidade e projeto do campesinato²³. O camponês, para Carvalho (*id.* p.148), constitui-se “num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalista ainda que inserido na economia capitalista”. Com esta demarcação do sujeito camponês, o autor busca resgatar tanto a dimensão utópica do modo de vida camponês, quanto as alternativas de resistência camponesa ao capitalismo e a possibilidade de superação deste modelo econômico.

Para Carvalho (2004), em face da multiplicidade dos modos de apropriação da natureza e dos saberes utilizados para controlar o seu proveito, as famílias camponesas desenvolveram uma racionalidade que lhe é própria, ainda que plena de diversidade histórica, étnica e territorial: a *racionalidade camponesa*. Essa racionalidade, para Carvalho (2004), é um conjunto de valores que move o sujeito social camponês e apóia-se em dois elementos centrais: a *garantia continuada de reprodução social da família* e a *posse sobre os recursos da natureza*. Dessa forma, “a reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família” (*id.* p. 148). Carvalho (2004, p.149), a partir destas delimitações, busca mapear as várias formas de expressão camponesa no Brasil atual:

Essa diversidade camponesa inclui desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas; desde os camponeses que usufruem dos recursos naturais como os povos das florestas, os agroextrativistas, a *recursagem* (extração de recursos naturais pelos lavradores locais), os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros, os que usufruem dos fundos de pasto até os arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem da terra por cessão; desde camponeses quilombolas à parcelas dos povos indígenas já camponeizados; os serranos, os caboclos e os colonizadores, assim como os povos das fronteiras no sul do país (Bavaresco, 2004). E os novos camponeses resultantes dos assentamentos de reforma agrária.

²¹ Destaca-se que as divergências da Via Campesina com a FETRAF têm repercutido na disputa das bases sociais (para constituir-se em seu legítimo representante político). Para fortalecer uma organização em detrimento da outra, tem se buscado fortalecer e ampliar a identidade política mobilizadora e a influência sobre outros setores sociais. Exemplos disso são: a recente formação de uma organização de âmbito nacional (FETRAF-Brasil) aos moldes da FETRAF-Sul para abranger o setor da agricultura familiar nacionalmente, e a ampliação da abrangência da identidade política da Via Campesina para outras categorias sociais (quebradeiras de coco babaçu, catadores de caranguejos, pescadores artesanais, povos da floresta, etc.).

²² Horácio Martins de Carvalho em nome da Via Campesina do Brasil, através da coletânea “*Campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*”, busca resgatar alguns importantes trabalhos sobre a situação do campesinato brasileiro e dar suporte teórico para o debate sobre o desenvolvimento da agricultura camponesa.

²³ Cabe salientar a retomada, em certa medida, do trabalho de teóricos como Tepich e Chayanov, para a caracterização da especificidade das formas camponesas e, de Castells, para a caracterização dos desafios atuais dos movimentos sociais na transformação social.

Inspirando-se em Castells (2002), Carvalho (2004) avança na construção de bases teóricas para definição e fundamentação de uma estratégia para os movimentos sociais camponeses brasileiros. Propõe que se inicie com a tática de constituição de “identidades comunitárias de resistência ativa à exclusão social” ou como também chama: “Comunidades de Resistência e Superação” (CARVALHO 2002)²⁴.

Neste contexto é interessante observar que conformam-se processos de diferenciação de identidades restringindo-se, potencialmente, a amplitude da categoria “agricultura familiar”. Esta diferenciação fica bem clara na fala de um entrevistado. Ao remeter às diferenças com a Via Campesina, chamavam atenção para o fato de que eles (agricultores familiares) precisam preservar e fortalecer os agricultores já estabelecidos, que possuem uma cultura local, um modo de produzir, uma estrutura comunitária firmada, propriedades individuais de cada família, em uma expressão síntese: “os com terra”. Este entendimento da preservação da “agricultura familiar” (“com terra”) implica na negação de um outro tipo de pequena agricultura, que é encontrada nos assentamentos de reforma agrária: os grupos coletivos, sem lotes individuais. No entendimento dos entrevistados, não seria necessário “destruir” a agricultura familiar para formar fileiras de “sem-terras” e depois recriá-la nos assentamentos. Além disso, uma liderança argumentou que nos assentamentos coletivos as famílias ao mesmo tempo em que são “donas” de tudo, não possuem nada que seja “seu”, não possuem patrimônio, não caracterizando-se, assim, como “agricultores familiares”.

Do mesmo modo a compreensão do alcance do projeto da agricultura familiar enquanto proposta de mudança social requer algumas considerações adicionais sobre seu potencial e sua “seletividade”. Inicialmente, cabe reconhecer que não se pode dizer que a melhoria do reconhecimento público e o aumento da oferta de políticas públicas seja extensivo a todos os segmentos empobrecidos do campo. Tanto os programas públicos, quanto o projeto da agricultura familiar, defendido pelos atores sociais a ele afiliados, buscam fortalecer o segmento social que pode ser potencialmente sustentável (economicamente viável), desde que subsidiados com algumas políticas. Dessa forma, os segmentos camponeses que não são “potencialmente sustentáveis” (os mais fragilizados e marginalizados), aparentemente, não estão entre o público beneficiário (prioritário) nem das políticas de fortalecimento auferidas pelo Estado, nem das organizações representativas da agricultura familiar. Não o estão ou porque não possuem capacidade de responder aos recursos públicos com produção de matérias-primas ou porque não desenvolvem a “agricultura familiar”: são agregados, parceiros, ocupantes, “bóias-frias”,

²⁴ Para Carvalho (2004, p.168): “Seria fundamental, então, que a reafirmação da identidade social camponesa (e a do extrativista e a dos povos indígenas) fosse revivificada não pela volta à comunidade camponesa utópica pré-capitalista, mas segundo outros referenciais sociais capazes de constituírem uma ou várias identidades comunitárias de resistência ativa à exclusão social e de superação do modelo econômico e social vigente.”

cablocos, indígenas, etc. Assim, estes continuam a mercê de organização tanto para reivindicar a inclusão nas políticas já existentes, quanto para afirmar suas especificidades perante o Estado e a Sociedade. Estes setores “excluídos” das políticas públicas e “não prioritários” às organizações da agricultura familiar, têm merecido atenção dos movimentos afiliados a Via Campesina.

Assim, está dada ao segmento de agricultores estudados a possibilidade histórica de experimentar se “*é possível ser feliz como agricultor familiar*”. Para viver esta experiência, entretanto, colocam-se como aliados do Estado o que os afasta de antigos parceiros que continuam entendendo que somente é possível ser feliz com a mudança dos princípios organizadores da economia.

6. Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec, 1992.
- BRUM, A. J. *A modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CARINI, J. J. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2005.
- CONTERATO, M. A. *A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras*. Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. UFRGS, 2004, (Dissertação de Mestrado).
- CARVALHO, H. M. *Comunidades de resistência e superação*. Curitiba, 2002. Mimeo.
- _____. (org.) *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Curitiba, 2004.[No Prelo].
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DESER. *Estudo de sistemas agrários em Constantina-RS*. Curitiba: DESER, 2002. Mimeo.
- FERNADES, B. M. *A questão agrária no limiar do século XXI*. Presidente Prudente: NERA, 2000. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>>. Acesso em: 23 mai 2005.
- _____. *Questões da Via Campesina*. Presidente Prudente: NERA, 2004. Disponível em:<<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>>.Acesso em:23 mai 2005.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *et al.* Diferenciación campesina y cambio tecnológico: los productores de frijol em São Paulo, Brasil. In: PIÑERO, M.; LLOVET, I. (org). *Transición tecnológica y diferenciación social*. San José, Costa Rica: IICA, 1986.
- GRUPO ECOSUL/FETRAF-SUL. *Música da agricultura familiar*. Disponível em: <<http://www.fetrafsul.org.br>>. Acesso em: 10 jan 2006.
- LAMARCHE, H. As Lógicas Produtivas. In: LAMARCHE, H. (coord.) *Agricultura Familiar*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. vol. II: do mito à realidade. p.61-88.

- MARTINS, J. S. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação dos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- NEVES, D. P. *Diversidade das unidades de produção agrícola*. 12º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Paulo, 1988. Mimeo.
- SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999a.
- _____. *Agricultura familiar e pluriatividade*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFRGS, 1999b (Tese de Doutorado).
- SORJ, B. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- VEIGA, J. E. *Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- WANDERLEY, M. N. B. *Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1988. (Cadernos do IFCH, n.19).
- _____. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. 20º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1996. Mimeo.
- ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, A. *Cooperação agrícola: melhoria econômica ou novo projeto de vida?* Passo Fundo: Berthier, 1992.

AGRODIVERSIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR: O PAPEL DAS AGROINDÚSTRIAS CASEIRAS E DO ARTESANATO TRADICIONAL NO MEIO RURAL

João Carlos Tedesco

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO – RS

jctedesco@upf.br

Introdução

A agrobiodiversidade bem como os vínculos agroindustriais que as unidades familiares lançam mão e se inserem, não obstante suas diferenciações e, em alguns aspectos, concepções, são dinâmicas produtivas, mas não só, pois articulam-se a um complexo de relações mais amplas em outras esferas da totalidade da vida do colono/camponês e dos processos mercantis e mercadológicos que a realidade econômica e produtiva demarca na atualidade.

A agrobiodiversidade, por exemplo, como estratégia de viabilização da unidade de produção familiar na região de Passo Fundo – norte do RS - representa um tema atual e crítico dentro do contexto do desenvolvimento regional e local.

Através de levantamentos de dados nas unidades familiares e em agências públicas que armazenam dados (IBGE, Emater, Prefeitura Municipal, Associação de Feirantes, ONGs que prestam assessorias, etc), entrevistas diretas, questionários fechados, contatos diretos nos espaços das feiras em Passo Fundo, visitas aos estabelecimentos produtivos e agroindustriais rurais, foi possível fazer referências básicas, embora sucintas, sobre a natureza da agricultura familiar diversificada nessa região (que no caso, pode ser agroecológica ou não).

Esta pesquisa procurou abarcar alguns dos elementos econômicos, sociais e culturais dos agricultores associados à Feira do Pequeno Produtor no município de Passo Fundo. Nos orientamos em torno dos motivos que levaram esses produtores a optar pela diversificação de atividades em suas propriedades, assim como sua satisfação e insatisfação no que diz respeito à melhoria das suas condições de vida, os processos que envolvem a dinâmica das relações sociais e produtivas, de gênero, de vínculos com a terra, com o mercado, com os processos associativos, com as dinâmicas familiares, tecnológicas, de saber camponês, etc.

Para a condução empírica do trabalho foram aplicados questionários junto aos produtores rurais associados à Feira do Pequeno Produtor, por meio do qual foram

caracterizadas as famílias e suas unidades de produção. Obtivemos o retorno de 67 questionários, os quais foram acrescidos de um prolongado contato formal e informal com produtores e com vários consumidores por ocasião de nossa presença quase que semanal também junto a mesma. Informações outras e aleatórias foram obtidas e acrescidas pelo contato direto na unidade produtiva no meio rural com 12 produtores, principalmente os mais próximos ao entorno de Passo Fundo.

Pesquisamos também matérias de jornais sobre a Feira e constatamos que houve nesses últimos dez anos uma excelente cobertura midiática, incluindo aqui as várias rádios da cidade. Entendemos que essa questão se deve ao fato da presença de mediadores do poder público municipal, dos vínculos que a diretoria da Feira possui com a Prefeitura, da presença constante de vereadores e de candidatos em suas edições semanais na Gare por ser um espaço de aglutinação de pessoas, de visibilidade pública, bem como um mercado eleitoral junto aos feirantes. Um dos vereadores da atual gestão é um dos feirantes, inclusive, por vários anos, foi presidente da Feira. A presença de até três mil pessoas que circulam pelas bancas, principalmente aos sábados, não deve ser desprezível no campo político e nem da imprensa local!

Foram verificados aspectos econômicos e de mão-de-obra disponíveis em cada família, assim como as relações associativistas que se estabeleceram e se estabelecem, com a finalidade de determinar se tais aspectos têm relação com a diversificação das atividades dos produtores rurais no município. Também foram levantados aspectos como a área, a distância da propriedade à sede do município, as condições de infraestrutura das propriedades, a mão-de-obra utilizada nas atividades produtivas, a faixa etária dos trabalhadores rurais e o acesso desses ao ensino convencional e agrotécnico, a renda familiar, as atividades econômicas desenvolvidas na propriedade, a origem da propriedade rural e a descendência dos produtores, a existência de agroindústrias, as fontes de financiamento dos projetos diversificados já implantados, as condições de comercialização da produção, a filiação dos titulares das atividades econômicas a associações, sindicatos ou cooperativas.

O pequeno agricultor feirante

É comum ouvir dos produtores que da forma como está, é muito difícil dinamizar formas alternativas consistentes para a pequena agricultura familiar e principalmente para formas de culturas variadas. O que os produtores salientam é que não há uma política de seguro e de incentivo para atividades de pequeno porte e variadas, portanto,

os produtores, além de exprimidos por legislações e burocracias limitadores, precisam contar com o que dispõem na unidade para fazer frente aos limites existentes como é o caso do uso da mão-de-obra familiar, ausência de água em abundância e sem maiores custos, práticas associativas, assessoria sem custo de entidades não-governamentais e de um mercado que se demonstra cada vez mais dinâmico e exigente.

A estiagem que se abateu sobre o Rio Grande do Sul expôs ainda mais a fragilidade da produção da unidade familiar, ecológica ou não, frente às políticas públicas convencionais e aos limites funcionais que regularizam a ação mercantil dos mesmos.

Porém, não obstante, essa problemática limitadora e outras mais, há um esforço sem medida tanto de produtores, quanto dos órgãos de assessoria e incentivo para que a unidade familiar permaneça diversificando e em equilíbrio com a natureza. Novas práticas, novos saberes, novos espaços de venda, novos produtores, formas de organização e de representação, dentre outras, fazem com que a atividade se apresente com performance de grande aceitação pública.

Outro fator muito importante observado nesta pesquisa é a vinculação crescente dos agricultores familiares às agroindústrias e às originadas do associativismo dos mesmos, já que vários produtos são produzidos nos próprios domicílios das pequenas unidades produtivas familiares, em sistema cooperado ou associado, ou mesmo a partir de empreendimentos individuais.

A produção diversificada e a possibilidade da venda direta nas feiras (processo esse que precisa ser visto em correlação), principalmente de hortigranjeiros e bastante próximo da cidade, veio reduzir esse estigma do atraso, que compunha a identidade do colono pequeno produtor e que relutava em se desfazer da atividade e migrar para a cidade.

O contato com a terra, o amor a terra e seu sentido pragmático e simbólico formador do *ethos de colono* predispueram os colonos (uns mais, outros menos; outros quase nada) à motorização e à mecanização de atividades agrícolas. A adoção de um aparato técnico no universo familiar de trabalho do colono da região vem ao encontro de práticas e cotidianos no vivido. Padrões culturais perduram quando há uma conservação de elementos que lhe manifestam origem, ou quando mudam as significações para resolver os desafios cotidianos. As agroindústrias caseiras e mesmo as mais tradicionais que vinculam a criação de porcos manifestam esse saber redefinido no horizonte familiar.

A produção diversificada, principalmente, as horticulturas, condensa essa dimensão da família com o uso de técnicas mecânicas e químicas; abre espaços para formas e saberes tradicionais agregados ao horizonte das relações de trabalho, ao contato com a terra, à produção e conservação de sementes, ao uso do adubo orgânico, sinergicamente produzido na unidade por atividades também tradicionais, aos mecanismos informais de venda dos produtos, dentre outros.

As sinergias e as diferenciações internas

Observamos uma certa homogeneidade temporal no tocante ao plantio e colheita dos principais produtos. O colono se adequa às incursões do consumo interno e externo (esse em especial das feiras urbanas), dos instrumentos técnicos e dos recursos que o espaço urbano oferta e demanda.

Os produtores familiares diversificados se apresentam com dinâmicas variadas, porém circunstanciais e mescladas a fatores que os perpassam. Inúmeras relações se apresentam e nem todas têm na redução da estrutura fundiária uma explicação eficiente. Não é porque os produtores mais convencionais absorvem sua força de trabalho na roça que alguns membros, ou as mulheres, não podem se deslocar para outros trabalhos; isso está evidente; o que se pode diferenciar são as intensidades variadas, sempre ressaltando seu dinamismo e suas constantes alterações.

O importante, ao que nos parece é perceber o feixe de relações que se cruzam, as intencionalidades em movimento, os múltiplos sentidos em processo. Isso, sabemos, não é nada fácil! Vender parte da terra para colocar um aviário, por exemplo, não significa ser menos colono. Talvez, para a conjuntura atual e para as condições dos colonos na região, essa prática visa fortalecê-los amanhã. Ganhar renda no aviário para produzir melhor na terra e ter uma esperança de poder comprar um pedaço melhor amanhã também não é uma forma desprezível. Ser integrado, não significa não ser colono; há um horizonte relacional que integra passado-presente e futuro; ambas dimensões temporais e sociais se interpenetram; presença e ausência se combinam e se anulam, se aproximam e se afastam. A produção de alimentos aliada à conservação do meio ambiente é preocupação constante dos agricultores familiares participantes desta pesquisa. Em visita a algumas propriedades, pudemos perceber os cuidados com a preservação do meio ambiente através da noção de sustentabilidade, não dissociada da busca pela crescente produtividade, mostrada nos esforços dos produtores em implementarem processos naturais de produção e em adotarem práticas que permitam a

conservação do solo, de vertentes de água, do equilíbrio vegetal na terra, no uso do adubo orgânico já em intenso processo de decomposição. Muitos nos disseram que sem serem identificados e assessorados por grupos externos, são, de certa forma, produtores agroecológicos, senão puros, mas muitos dos processos “que os outros lá da outra feira fazem eu também desenvolvo, só é claro não é com aquele rigor e até porque os consumidores no fundo acreditam pouco que tu realmente consegue produzir sem nenhum tipo de veneno”.¹

Vimos que as propriedades rurais dos pequenos produtores feirantes constituem-se em unidades produtivas independentes, de razoável viabilidade econômica e estão territorialmente aglomeradas pelo fato de pertencerem a localidades situadas muito próximas do município, organizadas em forma de um sistema produtivo local e que têm quase toda sua produção voltada para o comércio na Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo, a qual, nos últimos anos, espalha-se, alternadamente, pelas vilas da cidade e de uma forma fixa e centralizada nas segundas, quartas e sábados na Gare da antiga viação férrea de Passo Fundo.

Quanto à área das propriedades dos produtores associados à feira, estas têm entre 5 e 20 ha, havendo casos isolados com áreas maiores, em torno de 25 ha, e de propriedades rurais com somente 1 ha.²

Constatou-se que, em termos de benfeitorias, as propriedades desses produtores contam com uma boa infra-estrutura; todas elas possuem energia elétrica; via de regra, as habitações são de boa qualidade; veículos, máquinas agrícolas e implementos agrícolas em 66 (98,5%); observou-se que 20 propriedades (29,8%) possuem poço artesiano, alguns individuais, outros em grupos comunitários.

No que se refere à origem da propriedade rural, 39 produtores (58,2%) informaram ser originária de herança. Esse dado evidencia, ainda que indiretamente, o processo de fracionamento das propriedades com o passar dos anos e a conseqüente necessidade da diversificação de atividades a fim de viabilizá-las. Oito produtores (11,9%) disseram tê-la adquirido; três (4,5%) têm a propriedade arrendada total ou parcialmente e os outros 17 (25,4%) desenvolvem suas atividades em propriedades urbanas próprias ou alugadas. Em 19 (28,4%) das 67 propriedades, verificou-se a presença exclusiva de mão-de-obra familiar; nas outras 48 (71,6%), a presença de mão-

¹ Entrevista direta com membro produtor que comercializa na Feira, em junho de 2005.

² Estas são produtoras de hortaliças (uma propriedade) e de pão, massas e doces (duas propriedades).

de-obra familiar e assalariada fica numa média de um empregado assalariado por propriedade.

Quanto à faixa etária das pessoas que exercem atividades nas propriedades analisadas, constatou-se que 20 propriedades (29,9%) caracterizam-se pela presença de trabalhadores na faixa etária com mais de 46 anos; em 35 delas (52,3%) os trabalhadores têm entre 31 e 45 anos de idade e, em 12 (17,8%), entre 15 e 30 anos de idade.³

No geral, constatou-se que a diversificação produtiva, principalmente em torno das atividades hortifrutigranjeiras, dinamizou as economias das propriedades rurais, aumentando o nível de satisfação de viverem e/ou trabalharem no campo, principalmente entre as novas gerações. Não esquecendo de mencionar que com a estiagem desses dois últimos anos (2004/5), a ausência de água para as hortaliças, as dificuldades financeiras da unidade familiar rural, os jovens são os mais sensíveis à possibilidade de mudança, de desistência das atividades, atraídos que estão para o trabalho urbano, até porque seus vínculos com a cidade (por intermédio do estudo básico e médio, de momentos de lazer e de contatos com o mercado, amigos, etc.) são constantes.

O trabalho braçal é visto como o mais difícil de ser aceito e realizado pelos jovens. Nesse sentido, algumas atividades produtivas diversificadas exigem menos trabalho como é o caso de criação de animais e de produção de leite. Nesse espaço, em geral, há participação dos jovens. Alguns deles precisam aliar auxílio na propriedade com atividades escolares, em geral levantam muito cedo para poder dar sua contribuição na unidade para, após, poderem se dedicar à escola.

Vimos que é muito difícil diferenciar as atividades como primárias e secundárias desenvolvidas nas propriedades, principalmente se identificarmos as diversificadas como secundárias. No decorrer da pesquisa, constatamos que as duas atividades se confundem, pois, em se tratando de pequenas propriedades rurais exploradas por agricultores familiares, a renda obtida é proveniente de todas as atividades nela desenvolvidas, não podendo se estabelecer uma ou outra como prioritária; fazem parte de um todo interligado que, em momentos intercalados e/ou fases mais sequenciais uma

³ Observa-se, com base nesses dados, a presença de um maior percentual de trabalhadores rurais com idade ativa entre 31 e 45 anos de idade e que têm, em média, dois filhos pequenos. Também chama a atenção a presença de jovens na faixa etária entre 15 e 30 anos, exatamente os que mostraram mais interesse em desenvolver atividades diversificadas em suas propriedades a fim de não precisarem se ausentar de seu meio à procura de trabalho.

se sobrepõe a outra, porém com dificuldade de concebê-las no todo que as agrupa por ordem de importância.

A produção artesanal seja de produtos novos quanto aos mais expressivos de saberes e fazeres antigos (em geral, fruto de uma temporalidade longa da vida camponesa) também se insere nesse complemento das atividades cotidianas. As tradições e saberes artesanais e culinários dos agricultores familiares dão suporte ao desenvolvimento de várias atividades econômicas, facilitando a implantação de pequenas empresas, geralmente informais, denominadas “agroindústrias”, as quais aumentam as oportunidades de geração de renda e emprego para todos os membros da família.

A presença de agroindústria foi constatada em 23 propriedades (34,4%); nas outras 44 (65,6%), os produtores afirmaram não possuir agroindústria pela falta de recursos próprios e de terceiros (mão-de-obra e financiamento e, não por falta de matéria-prima e/ou de possibilidade de mercado). Das 23 propriedades que possuem agroindústrias, 22 (95,7%) utilizam matéria-prima exclusiva e somente uma (4,3%) utiliza matéria-prima dela própria mais a adquirida de outros produtores, em geral, vizinhos.

Quanto aos recursos obtidos para a implantação da diversificação em suas propriedades, 35 produtores (52,3%) informaram que foram beneficiados por recursos oriundos do Pronaf, Pronafinho, Projeto Pró-Guaíba, Banco do Brasil, Banco Sicredi, Banrisul e Unibanco, ou, ainda, por recursos do Fundo Rotativo da Feira, do Fundap e de empresas integradoras, como a Frangosul/Doux; alguns conseguiram recursos mediados por sindicatos, por associações, por intermédio de vereadores da cidade de Passo Fundo.

Foi possível, entretanto, constatar que 48 produtores (71,7%) têm interesse em participar de novos projetos de diversificação em suas propriedades (“ou mais produtos, ou industrializar alguma coisa que pode ser do leite, da soja, as carnes mesmo, tentar fazer uns produtos que não sejam o de vender a carne só abatida”)⁴, com a finalidade de aumentar suas rendas, ou mesmo de terem uma garantia de renda mensal, como no caso dos integrados, o que, certamente, assegurará a melhora de sua qualidade de vida e, conseqüentemente, trará desenvolvimento ao campo.

⁴ Entrevista direta com feirante em outubro de 2005.

No entanto, alguns se mostraram descontentes e de certa forma desiludidos com as atividades agropecuárias, principalmente em razão das secas seguidas e, em especial a de 2005, desmotivando-os da perspectiva de aumento da diversificação de atividades em suas propriedades. Alguns acreditam que o leite seja a grande alternativa, porém o preço baixo do produto aliado ao alto custo de produção com alimentos adquiridos de fora da unidade e a dificuldade de pastagens próprias pelas secas contínuas desses últimos anos, bem como da pouca terra que as unidades possuem, dificulta o bom andamento da atividade. É por isso que alguns feirantes foram unânimes em dizer que o ideal seria não produzir muito, porque tem momentos que a oferta é demais e o preço cai, mas, sim, agregar valor ao produto fazendo produtos derivados dele e que estão presentes no cotidiano da mesa do consumidor. Mas para tanto, necessitariam de linhas de crédito para infraestrutura e de mais mão-de-obra na unidade.

Entrevistamos várias mulheres que atuam com agroindústrias caseiras e a informação que nos pareceu comum foi a de que a família está envolvida, que os filhos/jovens gostam porque apreendem, não é uma atividade pesada, trabalha-se em horários alternativos, etc. Ou seja, o âmbito familiar e as suas preocupações cotidianas de manter o (s) filho (s) em seu universo, diversificar atividades agregadoras de renda, estão no centro de toda e qualquer atividade.

No que diz respeito à migração de algum membro da família para a cidade, em busca de trabalho e de melhores condições de vida, antes da implantação da diversificação de atividades em suas propriedades, 16 produtores (23,9%) afirmaram terem familiares que migraram para a cidade pelos motivos elencados; 49 (73,1%) relataram que ninguém da família migrou e, dois (3%) não responderam à questão. Dos 16 produtores que responderam positivamente, 12 asseguraram terem algum membro da família retornado posteriormente ao meio rural para trabalhar nas atividades diversificadas, o que demonstra que, em determinadas circunstâncias, é possível haver um potencial de inversão da migração rural que a diversificação de atividades apresenta principalmente naquelas unidades que residem próximas da cidade, as quais foram favorecidas pelo aumento significativo do comércio nas feiras, pelo movimento financeiro obtido pela comercialização direta do leite, bem como o maquinário utilizado para preparar os canteiros; o uso do dessecante e do adubo orgânico da própria propriedade, também, possa ter favorecido o retorno de algum filho e/ou irmão para a unidade e atividade respectiva, pois a aplicação da força de trabalho em alguns dos processos produtivos já não é mais tão intensiva assim.

Como já mencionado, as atividades primárias e secundárias desenvolvidas pelos produtores rurais associados à Feira se confundem; assim, é necessário considerar a renda desses produtores como a totalidade dos seus rendimentos, obtidos através da exploração de diversas atividades em suas unidades de produção e não somente de alguma atividade diversificada desenvolvida secundariamente.

Há todo um processo sinérgico que se retroalimenta, que produz insumo-produtos, que se complementa com o ramo/atividade em questão; sendo, portanto, difícil contabilizar, administrar ou fazer uma gestão orçamentária das receitas e despesas, do lucro de uma atividade.

Essa é uma das características que expressam a complexidade que o trabalho da unidade familiar representa. Porém, isso, também, não é considerado por muitos dos entrevistados como um problema tendo em vista que parte dos custos não é historicamente considerada como é o caso da força de trabalho direta da unidade e das *forças marginais* da família (crianças, idosos, mulheres aleatoriamente, ajuda de vizinhos, de parentes, de membros de associações), bem como da utilização de recursos que a própria natureza produz como é o caso do uso do adubo formado por um composto de folhas e árvores em decomposição que a própria natureza fornece, bem como adubo de galinhas criadas em galinheiros, dentre outros aspectos que revelam a ineficiência de um processo contábil para mensurar custos/lucros.

Embora o levantamento de dados tenha sido efetuado com o objetivo, também, de se apurar a renda média mensal dos agricultores familiares em questão; essa intenção foi prejudicada pela pouca confiabilidade dos resultados obtidos em razão da dificuldade dos produtores em procederem aos cálculos e ao controle de suas receitas. Raramente é feito um controle contábil sobre determinada atividade, nem como o movimento de receita e despesas da unidade. Ao perguntarmos sobre a renda e o lucro de determinada atividade, a resposta sempre em evidência era de que é difícil isolar uma atividade, desmembrá-la senão do todo de alguma outra. E essa realidade deve ser vista como *clássica* no cenário da agricultura familiar mais tradicional e mais diversificada, o que não deve ser entendida como ignorância e/ou ingenuidade dos sujeitos envolvidos e, sim, como expressão da forma de organização funcional e *sistêmica* da mesma.

Constatamos também que a aposentadoria é representativa na renda mensal familiar do pequeno agricultor, embora não seja proveniente da exploração de atividade diversificada. Dezoito representantes de unidades de produção (26,9%) afirmaram possuir algum membro da família aposentado e, muitas unidades a tem como

fundamental não só para o orçamento geral, mas para cobrir gastos corriqueiros das mesmas.

A diversificação produtiva auxilia um pouco no sentido de fazer frente aos imprevistos tanto da natureza quanto do mercado. Por isso, foi linguagem comum nas entrevistas, a afirmação de que não podem deixar de produzir aves, suínos, peixes, hortaliças, frutas, feijão, milho, mandioca, batata, cebola, arroz, outros animais de corte (vimos criação de coelhos, cabritos, ovelhas...). Essa variação produtiva e de atividades em termos de intensidade, sazonalidade e importância vai depender muito de vários fatores: mão-de-obra, disponibilidade de água, alimentação, espaço fundiário, garantias de mercado, divisão sexual do trabalho, dentre outros fatores.

A produção de leite, a qual servia até não muito tempo atrás exclusivamente para o consumo interno e produção de derivados mais tradicionais, como o queijo, a manteiga, o requeijão e o soro para animais, tornou-se, nos últimos anos, uma grande alternativa para a reprodução da agricultura familiar tanto de renda bruta quanto de sua sistematicidade temporal, sendo essa última um fator fundamental para as características mercantis da unidade familiar que atua na produção agrícola.

Foram inúmeras as colocações, tanto de homens quanto de mulheres, reveladoras dos *fundos do leite* como dinamizadores do consumo de eletrodomésticos, benfeitorias, pinturas e arrumação de casa. O leite justifica o consumo de produtos dificilmente adquiridos com dinheiro de safras sazonais e tradicionais (soja, milho e trigo).

Com a estiagem do verão desse ano (2005), ainda que o plantel de vacas e a quantidade do leite tenham passado por limites, principalmente naquelas unidades que não estavam preparadas com alimentação (aveia, silagem, milho, etc), se tornou comum ouvir de produtores que se não tivessem as vacas, estaria a situação em calamidade, “as vacas ainda são as que seguram um pouco a renda na situação que ta”.⁵ Não temos a menor dúvida em afirmar que é a produção de leite a mais representativa da receita financeira das unidades, inclusive as que produzem agroecologia.

O processo de divisão do trabalho na família e na propriedade se expressa com bastante nitidez em torno da produção de leite. O domínio técnico e a sociabilização da atividade são atributos femininos. A diferenciação de gênero depende do equivalente de capacidade de trabalho na família; determina o número do plantel, o investimento em

⁵ Entrevista direta com produtor e feirante, em junho de 2005.

infra-estrutura e também os fatores organizativos. Esse processo mudou um pouco com a utilização da ordenhadeira, aliás, agora se fala em ordenhar, antes era “tirá leite”.

Nas famílias que não possuem ordenhadeira, a expressão “tirá leite” ainda é comum. Antes, falava-se em “dinheirinho”, uma espécie de remuneração concedida pelo marido à esposa para complementar as necessidades subsidiárias da alimentação e as incipientes vaidades (permitidas pelo marido/pai, diga-se de passagem!) do mundo feminino da colônia, o que não deixava de ser um processo de organização e decisão envolvendo a família. Além de redefinir relações internas à família e ao trabalho, o espaço agrícola também passa por alterações em função do leite. As pastagens cobrem os solos em pousio (os mais planos principalmente) no inverno, bem como em períodos do ciclo das culturas tradicionais. As cercas tradicionais estão sendo, aos poucos, substituídas pela cerca móvel, elétrica. A infra-estrutura (refrigeradores, aumento do potencial de energia elétrica, locais para estoque de alimentos, medicamentos, etc.), a higiene (cuidados com a assepsia dos estábulos, com a água, com o manuseio do leite...), o tipo de raças, dentre outras, redefinem-se e passam a influenciar um conjunto de fatores internos que vão da casa até a roça, transcendendo-se para a cidade, refletindo-se internamente na família, na convivência, na organização do espaço do saber, no acervo técnico, no trabalho, na concepção valorativa e discriminatória em relação aos tipos de animais (os “produtivos” e os “improdutivos”, os que “pegam doença e os resistentes”, os que “compensam” ou não, os que servem para fazer queijo e os que são para vender).

De certa forma, o colono, com a produção de leite, aguça mais sua racionalidade econômica, envolve mais a presença da família na atividade (inclusive as ditas forças marginais, ou seja, idosos e crianças em algum tipo de atividade), estabelece cálculos empíricos ou não de rendimento econômico relacionado ao consumo e disponibilidade de trabalho familiar, entre vender ou consumir, entre produzir agora ou mais tarde entre vender agora e comprar depois, entre necessidades internas de consumo e/ou de dinheiro.

As agroindústrias caseiras e suas lógicas internas e de gênero: os saberes e os fazeres

Já vimos que grande parte das indústrias de transformação de matéria-prima produzida na unidade familiar rural expressa um trabalho que se alimenta de uma *filosofia prática* e própria do *ethos de colono* da região, fundada na concepção de que a

produção familiar só se viabiliza com agregação de valores aos grãos e a outros produtos genuinamente comerciais.

Algumas mulheres encontraram na diversificação, na forma de (agro)indústrias caseiras, uma alternativa para evitar o assalariamento urbano. É uma atividade aleatória, sazonal e circunstancial que depende de inúmeros fatores interligados e/ou não, tais como preço de mercado, mercado consumidor, infra-estrutura, força de trabalho, ganhos, tempo disponível, ajudas internas e externas, fiscalização ou liberação, dinheiro disponível para investir (diversificação com um “pouco de capital”). As feiras urbanas são fundamentais para a indução de inovação e ampliação dessas atividades.

Os horários, ganhos, qualidades e quantidades são variados; são variáveis dependentes da organização interna, do desejo dos consumidores, dos retornos evidentes e possíveis. No entanto, obedecem a uma *racionalidade interna*; estão revestidos de um grau de *autonomia* e de *liberdade* em relação a possíveis determinações de preços (por mais que o parâmetro de mercado esteja presente), de tempo de trabalho, além, é evidente, de resgatarem, dinamizarem, inovarem e desenvolverem saberes internos, incorporados aos *novos* padrões alimentares da sociedade, mais voltados aos produtos *orgânicos*.

As formas de vinculação ao mercado consumidor são também variadas: diretamente com os consumidores, em suas casas ou na casa do produtor; nos supermercados pequenos ou médios, em feiras e na rua.

A dimensão das práticas aliadas aos saberes, ou melhor, aos *saberes práticos*, tem muito a ver com aquilo que pode se chamar de *cultura local* com a contraposição e/ou evolução ao/do progresso técnico externo, em geral, industrial, o qual articula, em suas práticas, formas de trabalho mais *modernas*, mas tecnificadas e no horizonte da divisão do trabalho.

Sabemos que a dimensão mais eficaz do artesanato estava em sua utilidade doméstica na unidade de trabalho e de convivência como um todo; sua correlação com a dinâmica mercantil deve ser entendida na correlação e alternatividade com a utilidade doméstica (valor de uso), com a disposição de força de trabalho, de tempos e espaços propícios, de oferta de matéria-prima (em geral madeira, palha, cipós, vimes, lã, frutas, carnes, leite, cana, milho, trigo, porcos...), de necessidades financeiras e do cotidiano da vida.

A necessidade monetária da família, a disponibilidade de matéria-prima e força de trabalho, aliados à possibilidade de mercado local determinam níveis de intensidade de

envolvimento da unidade familiar em atividades artesanais do ramo alimentar e de outros, consideradas aqui por nós como agroindústrias caseiras.

No entanto, há aspectos externos hoje e que são fundamentais para o desenvolvimento dessa dimensão de saberes desenvolvidos nas famílias rurais. Há carências de financiamentos para infra-estrutura, não há garantias de mercado, nem de preços compensadores; a organização interna da família (em termos *demográficos*, de tempo, de capacidade de inovação...) é muito tênue e passa por vieses nem sempre bem estruturados e duradouros.

A falta de assistência técnica da Emater e de outros órgãos de assistência creditícia e técnica, bem como de um processo organizativo interno entre famílias e ramos produtivos, dentre outros, *identifica*, caracteriza o *formato* das (agro)indústrias caseiras como processo “pouco seguro”; o que lhes garante melhor performance é a possibilidade de “fazer feira”, fora disso não é uma atividade que a conquista de mercado seja tão fácil, até porque a diversificação na oferta não é tão expoente nos últimos anos.

Enfim...

Poderíamos sintetizar alguns elementos que colaboram para dar o *formato* de grande parte das unidades familiares que agrodiversificam:

- A produção é, em geral, com características familiares; as famílias conservam uma performance que dá para considerar nuclear. Praticamente não visualizamos e nem obtivemos informações sobre a prática constante de trabalho assalariado, nem de arrendamento, ainda que aleatoriamente se façam presentes; há muitas sociedades entre irmãos, entre grupos de vizinhança e na forma de associações ou para plantar ou para comercializar, porém, o que mais se apresenta é a forma de produção individual bem como sua comercialização, apenas o espaço dessa última que é coletivo (através de espaços de feiras urbanas); os produtores atuam, em geral, em tempo integral em atividades agrícolas, canalizando maior tempo para a produção que será vendida em feiras.

- A produção agrodiversificada e vendida diretamente se transforma numa fonte de renda significativa para a totalidade das unidades pesquisadas, acrescida da aposentadoria de algum membro da família que coabita.

- Não obstante a falta de homogeneização identitária dos feirantes, a Feira da Gare pode ser considerada como exemplo bem-sucedido de associativismo e parceria no

âmbito comercial entre produtores e desses com o poder público municipal, envolvendo, em grande parte, agricultores familiares, tendo como objetivo básico a viabilização da comercialização da sua produção.

- A escolaridade é de média/baixa tanto para homens quanto para mulheres, ambos fazem parte de uma geração que não teve as oportunidades que seus filhos estão tendo agora para estudar. Na fala de muitos produtores, farão de tudo para que seus filhos incorporem esse capital cultural, ainda que tenham que arcar com o envolvimento de trabalho nas atividades e, no limite, percam definitivamente mão-de-obra na unidade.

- A terra é o fator fundamental na obtenção da renda da família, por isso está havendo uma grande preocupação em torno da segurança do mercado, em torno da ausência de água principalmente pelas estiagens que estão se apresentando no momento atual e no ano que passou.

- O processo econômico e relacional da produção do leite transcende a unidade produtiva. Há uma rede de relações econômicas entre colonos, transportadores (internos e os das empresas), empresas privadas e associações de produtores, agentes comerciais (ração, animais, farelos, nutrientes, medicamentos, mecanização, genética...), agentes financeiros, cooperativas, comerciantes, etc., o que nem sempre se materializa de forma harmônica.

- As formas de se relacionar com o trabalho são produtos da estrutura mais ampla da sociedade, criados e recriados em função dos desejos e de aspectos *internos* e *externos*. As formas artesanais desenvolvidas na unidade sempre estiveram articuladas a esse processo maior e constitutivo da vida do colono. Não temos dúvida de que os ditos *saberes da mão*, ou artigos/objetos *feitos à mão* são produtos e produtores de uma relação dinâmica entre espaços culturais com o ambiente o qual imprimiu e imprimiu-se de história, em geral, no âmbito coletivo. As relações com o espaço tecem um conjunto de ações e práticas, para não dizer, de *ações-práticas*, necessárias ao convívio cotidiano, aos seus limites, necessidades, saberes, fazeres e afazeres (essa última muito ligada à questão de gênero). É por isso que falar em artesanato é presentificar temporalidades; é historicizar vividos, daí a importância da tradição, da experiência, da mercantilização dos processos e dos usos, a subjetivação dos significados e sua materialização em objetos que perduraram no tempo e são reconstituídos hoje pela veio não mais do valor de uso, mas de uso como valor e/ou de sua dimensão mercantil que a modernidade, em seu aparente paradoxo, produziu.

Referências bibliográficas

- HAYGERT, M. L. L.; DICKIE, M. A. S. Produzindo vida: jovens rurais, *ethos* camponês e agroecologia. In: AUED, B. W.; PAULILO, M. I. (Org.). *Agricultura familiar*. Florianópolis: Insular, 2004, p. 109-132.
- PAULILO, M. I. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. *Cadernos de pesquisa*, PPGSP/UFSC. nº21. junho 2001, p.01.
- .; SCHMIDT, W. (Org.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*: Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.
- STRAPASOLAS, V. L. Visões de mundo rural dos jovens: da invisibilidade social à busca da cidadania. In: AUED, B. W.; PAULILO, M. I. (Org.). *Agricultura familiar*. Florianópolis: Insular, 2004, p. 153-170.

Cooperativa ou Cooperação: recriando fronteiras simbólicas em um processo de assentamento rural¹

Diego Soares

Mestre em Antropologia Social (UFRGS)

Pesquisador Associado ao Núcleo de Antropologia e Cidadania

E-mail: soares2br@yahoo.com.br

GT Agricultura Familiar e formas de Organização do Trabalho – Rede Rural

O assentamento 19 de Setembro foi fundado no início da década de 1990 e está localizado na região metropolitana de Porto Alegre/RS. As famílias de agricultores que vivem nesse assentamento começaram a participar de mobilizações políticas promovidas pelo MST em 1989. Durante os três anos de *luta pela conquista da terra*, as famílias viveram em acampamentos, onde participaram de discussões e palestras sobre cooperativismo promovidas pelos agentes de “formação” do Movimento (Brenneisen, 2003). Por outro lado, o decreto-lei que deu origem ao assentamento² estipulou de forma clara o principal critério adotado na concessão do uso de terras pertencentes ao estado: os agricultores sem-terra, para serem contemplados, tinham que estar associados em cooperativas (RIO Grande do Sul, 1991). Foi nesse contexto histórico que os assentados do 19 de Setembro formaram a “Cooperativa de Produção Agropecuária Integração Guaíba” (COOPAIG), oficialmente formalizada em março de 1992. Essa experiência demonstrou-se extremamente problemática e não durou mais do que três anos.

Neste artigo, após apresentar a forma como a noção de cooperativismo foi adaptada pelo estado e pelo MST tendo em vista os seus projetos de mudança social, vou sugerir que, apesar de ideologicamente diferenciados, esses dois projetos fazem parte de um processo mais amplo de *desencantamento do mundo e fabricação* de um sujeito moderno. Tendo como referência a forma como os assentados do 19 de Setembro reordenaram a sua experiência histórica de cooperativismo através de suas narrativas, vamos procurar esclarecer as contradições que estão na origem dessa experiência e, posteriormente, na própria instauração de um modelo diferenciado de gerenciamento da produção. Por último, a partir de uma discussão com outros autores que abordaram a mesma problemática, vou sugerir que a ruptura da cooperativa revelou o sujeito histórico da reforma agrária, que organiza a sua produção a partir de relações de parentesco e compadrio, tendo como referência simbólica o valor-família.

¹ Versão reduzida do capítulo IV da minha dissertação de mestrado, *Narrativa Histórica, Etnografia e Reforma Agrária em um Assentamento Rural* (2005, PPGAS/UFRGS).

² Lei estadual 9.411, editada pelo Governador Alceu Collares, em 1991.

Políticas públicas do estado brasileiro e a modernização cooperativa no norte do Rio Grande do Sul

As cooperativas empresariais implementadas no norte do Rio Grande do Sul serviram como uma ferramenta de modernização agrícola voltada principalmente para o beneficiamento das monoculturas de exportação, como a soja, o arroz e o trigo. Foi a partir de um conjunto de políticas públicas de incentivo ao cooperativismo que se formou um novo segmento social no sul do Brasil: o agricultor integrado ao complexo agroindustrial pela via do cooperativismo empresarial. A cooperativa, nesse contexto, foi utilizada como um instrumento privilegiado de intervenção governamental, tendo como objetivo a inclusão no processo de modernização de agricultores que não tinham condições próprias para se adaptar aos novos padrões tecnológicos (Heidrich, 2000, p. 91-92). Outros autores já mencionaram que o cooperativismo foi utilizado pelo estado brasileiro para promover a modernização do setor rural em diferentes regiões do Brasil (Ianni, 1976; Sorj, 1980). A partir da redemocratização do país, essa política de inclusão agrária tem se materializado em leis de amparo ao cooperativismo. O 2º parágrafo do artigo 174 da Constituição de 1988 é bastante expressivo no seu incentivo ao cooperativismo e outras formas de associativismo (Brasil, 1988). A lei nº 8.171, editada pelo governo federal em 1991, dispõe sobre a política agrícola nacional e tem todo um capítulo específico expressando a intenção do Poder Público de promover e estimular a organização, legislação e educação cooperativista para o público do meio rural. A leitura dessa legislação deixa claro que o cooperativismo é proposto como um instrumento de implementação do modelo agroindustrial (Brasil, 1991).

No que se refere à política pública voltada para os assentamentos rurais, esse apoio é mais evidente ainda. Ao analisarmos o “Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária” (Procer), que teve vigência durante toda a década de 1990, fica evidente a relação existente entre a noção governamental de “emancipação” e o projeto de inserção dos pequenos agricultores assentados no “mercado” através de cooperativas empresariais. Outros autores que desenvolveram pesquisas em assentamentos rurais, como Bussinger (1994), Zimmermann (1994) e Bergamasco (1994), também comentaram o incentivo do governo ao cooperativismo.

No Rio Grande do Sul, o “Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo (GRAC)” é o órgão responsável por assentamentos localizados em diferentes regiões do estado, inclusive o assentamento “19 de Setembro”. Desde a década de 1990, a política estadual direcionada para os assentados tem sido de apoio à formação de cooperativas empresariais. A

legislação recentemente instituída cristalizou essa tendência. O decreto lei nº 42.792, que versa sobre o “Programa Estadual de Política Agrária, Reassentamento e Cooperativismo”, instituído em 2003, apresentou como um dos principais objetivos programáticos do GRAC “elaborar e executar programas buscando o desenvolvimento do sistema cooperativista” nos assentamentos rurais sob sua responsabilidade (Rio Grande do Sul, 2003a). Além disso, o governo estadual instituiu, no mesmo ano, através da lei nº 11.995, uma “Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo”, que incluiu entre suas diretrizes “estimular, mediante incentivo financeiro, projetos cooperativos de desenvolvimento sustentável”, contando, para isso, com um crédito especial incluído no orçamento estadual (RIO Grande do Sul, 2003b).

Segundo o relato da funcionária do GRAC responsável pelo setor de regularização, a situação do 19 de Setembro é “problemática”, pois os assentados não conseguiram se organizar em cooperativa, único critério apresentado pelo governo na concessão das terras. Com isso, segundo ela, houve um mau gerenciamento dos recursos e financiamentos. Segundo essa funcionária, “os assentados só vão para frente se organizando em cooperativas”, pois “já está comprovado que é só através de cooperativas que os assentamentos dão certo”. Durante a sua fala, ficou evidente que para o assentamento “dar certo”, ele teria que se enquadrar no modelo hegemônico de agricultura organizando-se em cooperativa, pois esta era a única forma de manter os níveis de produção e competitividade exigidos pela agroindústria.

A análise do desenvolvimento da agricultura no Rio Grande do Sul e em outras regiões brasileiras demonstra claramente que o cooperativismo empresarial serviu como um instrumento de inclusão de agricultores de baixa renda na agroindústria nacional. Desde então, o cooperativismo tem se constituído como o modelo hegemônico de produção agrícola voltado para pequenos agricultores. A influência desse modelo no planejamento governamental dos assentamentos rurais do Rio Grande do Sul é evidente, pois está presente na lei e no discurso institucional dos funcionários responsáveis pelo gerenciamento da reforma agrária no estado. Essa observação permite o entendimento do ideal de reforma agrária implementado pelo estado no sul do país, onde reforma agrária, inclusão econômica, cooperativismo e agroindústria estão intimamente relacionados.

O Cooperativismo e o MST

O início da década de 1990 foi um período de intensa “experimentação cooperativista” nos assentamentos rurais, inclusive com a formação de “laboratórios experimentais de campo” em diversos estados, tendo como objetivo a “capacitação massiva” e a formação de “quadros” especializados em introduzir uma “consciência organizativa”

voltada para a administração do cooperativismo empresarial (Morais, 1986). O “Plano Nacional do MST” de 1989-1993 deu ênfase ao cooperativismo como forma de organização da produção nos assentamentos rurais (Brenneisen, 2003, p. 79). O cooperativismo foi apresentado como uma solução “socialista” para o problema da viabilidade econômica, problema esse que emergiu na confluência de interesses e agentes diferenciados, como o governo, as fontes de financiamento e a mobilização dos próprios assentados que precisavam de um apoio institucional.

Conforme os cadernos de formação do movimento, a concepção de cooperação do MST insere-se num conjunto relacional de valores de “mudança”, tendo em vista um projeto socialista onde o horizonte imaginário retrata imagens de uma nova sociedade a ser construída por um novo homem consciente dos seus interesses de classe e disposto a resistir ao capitalismo (MST, 1995). Ao analisarmos o material sobre cooperativismo e a sua inserção no projeto político do Movimento, encontramos diretrizes que advogam a necessidade de *superação* da *economia camponesa* pela modernização dos fatores de produção no campo, única forma de transformar o camponês em um *operário rural* consciente dos seus *interesses de classe*. No projeto político do MST, o cooperativismo e a agroindústria deixam de ser finalidades em si e se tornam instrumentos integrados em um projeto de uma *sociedade socialista*, ideal a ser conquistado em uma etapa posterior. É exatamente este ideal que permite ao movimento um elemento de diferenciação simbólica em relação ao que eles denominam de “cooperativa tradicional”, pois o seu objetivo “não se resume à cooperativa, mas sim à derrubada da burguesia do poder e à construção de uma nova sociedade, com outras relações de produção e novos valores” (MST, 1997, p. 82-83).

Ocorre, ao nível da simbologia política, uma integração do cooperativismo ao projeto político do MST. No modelo de cooperativa agropecuária elaborado pela Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil³ (CONCRAB/MST), fundada em 1992, a terra, o capital e a produção devem ser administrados pelo coletivo de associados. Isso significa que o trabalho deve ser organizado em setores de produção (administração; lavoura; comercialização e etc.), e a moradia em forma de agrovila, tendo em vista a construção de um espaço que possibilite uma certa integração entre as famílias. Essa forma de organização econômica é até hoje considerada superior pelo MST, pois exige um alto grau de “conscientização”, o que inclui um conhecimento dos procedimentos econômicos (contabilidade), administrativos (visão empresarial, desenvolvimento dos fatores de produção

³ Esta organização tem como objetivo representar e articular o Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA).

e recursos humanos) e jurídicos (legislação trabalhista, fiscal e previdenciária), assim como um esclarecimento sobre os valores socialistas do movimento.

O Cooperativismo e o *Desencantamento do Mundo*

A análise das narrativas dos assentados do 19 de Setembro aponta que, na época do acampamento, o cooperativismo foi uma fonte de renovação de uma utopia voltada para o estabelecimento de uma sociedade ideal e igualitária, onde todos os seus problemas seriam resolvidos. A sua função, portanto, foi de ordem expressiva: a sua força principal residiu no seu poder de renovação do “espírito de luta” e mobilização política dos acampados. Essas narrativas indicam que o acampamento é um período “provisório”, marcado pela suspensão temporária das relações de produção, constituindo-se em um espaço e um tempo definido pelas relações internas de cooperação e pelo embate político com as forças externas (fazendeiros; polícia e etc.).

Se o acampamento é marcado por um tempo e um espaço social “provisório”, o assentamento, por outro lado, é marcado por um amplo e complexo processo de constituição histórica do definitivo, um espaço e um tempo de “reordenação da experiência e da vida” (Martins, 2003, p. 123-124). Esse processo não ocorre de forma isolada e é caracterizado pela sua “grande complexidade”, representada através de rupturas e continuidades em relação ao passado vivido pelos sem-terra (Wanderley, 2003, p. 216) e os projetos de intervenção dos agentes de mediação.

Nos primeiros anos de assentamento, foi a cooperação que venceu os obstáculos iniciais (deslocamento, terra imprópria e abandono governamental), dando sobrevida aos sentimentos de solidariedade política forjados no “calor da luta”. A análise das narrativas dos assentados indica que o cooperativismo surgiu, em um primeiro momento, enquanto cooperação e, mais tarde, na sua forma alterada de cooperativa. Entre a prática da cooperação e a instituição da cooperativa existe um conjunto de rupturas e continuidades que se entrelaçam no processo de constituição da historicidade do assentamento. A ruptura da cooperativa, por exemplo, expressou a tensão existente entre a lógica racional presente na sua ordem administrativa⁴, identificada pelos assentados enquanto “burocracia”, e a lógica da produção agrícola familiar, conforme esta foi apreendida pelos sujeitos históricos que a personificam. A formalização jurídica da cooperação, que fez parte do processo de instituição

⁴ “Ordem Administrativa”, segundo Max Weber (2000), é “uma ordem que regula a ação associativa” (p. 32).

da cooperativa, representou uma adaptação das práticas de produção agrícola à lógica empresarial.

A análise do assentamento enquanto um processo que envolve diferentes agentes, projetos e dispositivos, permite romper com a ilusão do isolamento e inserir o assentamento no fluxo de relações de poder que perpassa a sociedade brasileira, expressando a relação existente entre o capital e o trabalho, entre o global e o local. Ao assumirmos a perspectiva processualista, percebemos que o assentamento emerge no eixo relacional composto por diferentes projetos de “inclusão” social: formas específicas de intervenção na ordem cotidiana dos “excluídos” do campo marcadas por uma concepção de “História” que não reconhece no outro a condição de sujeito ativo do processo histórico (Martins, 2002, p. 43-44). Por outro lado, ao assumimos um compromisso hermenêutico com o “outro-assentado” procurando compreendê-lo nos seus próprios termos, percebemos que a vivência histórica da reforma agrária é formada na experiência dramática dos sujeitos que a personificam e não mais na projeção de um “assentado” *idealizado* pelos agentes interventores.

O cooperativismo tem sido utilizado, desde a década de 1990, como um instrumento de inserção do agricultor de baixa renda na agroindústria, o que também significa a integração da produção dos assentados na realidade da sociedade capitalista, seja para reafirmá-la, como é o caso dos agentes governamentais, seja para superá-la, como é o caso do MST. A cooperativa, para funcionar, precisa que os seus associados sejam indivíduos conscientes dos seus direitos e deveres, assim como dos procedimentos e do cálculo presente na ação economicamente orientada. A sua estrutura interna, baseada na divisão social do trabalho, parte da necessidade inicial de expropriação (relativa) dos meios de produção, para que esses passem a ser utilizados pelo conjunto de associados, seguindo uma lógica estabelecida pela tensão existente entre os seus interesses e as relações econômicas que predominam no mercado. Enquanto o projeto governamental vê aí o seu ponto final, presente na incorporação dos sem-terra à sociedade capitalista, o MST vê aí uma etapa necessária de um projeto muito mais amplo a ser colocado em prática por um indivíduo moderno e consciente dos seus “interesses de classe”. Em ambos os projetos, no entanto, o que se verifica na pragmática da experiência histórica é a tentativa de efetivação de um processo mais amplo de *desencantamento do mundo*. Estamos diante de práticas e instrumentos de *ortopedia social* que tem na *fabricação* de um sujeito moderno o seu principal objetivo, algo que já foi mencionado antes nos estudos de Ricardo Abromavay (1994) sobre a organização econômica nos assentamentos rurais.

O Projeto Camponês: terra, trabalho e família

No caso do 19 de Setembro, no entanto, prevaleceu o projeto político dos assentados, forjado nos interstícios das rupturas e no percalço das continuidades que acompanharam suas trajetórias sociais. A observação etnográfica do cotidiano das famílias, inclusive em suas atividades diárias de trabalho, demonstrou que a produção do 19 de Setembro está hoje organizada em torno de redes de parentesco e compadrio. As formas específicas que essa produção assume, no entanto, são variadas. Existem muitos casos de famílias extensas compostas por mais de uma unidade doméstica que administram juntos mais de um lote, auxiliando-se nos momentos mais difíceis e participando das diversas etapas de produção, comercialização e consumo. Conforme os dados coletados em um levantamento genealógico realizado em 2004, das vinte e cinco famílias que vivem no assentamento, quatorze são extensas.

Um exemplo pode ser dado pela família Zewekof, proveniente da região de Santo Ângelo, que é formada por Cleufer, um senhor com quase setenta anos, descendente de imigrantes alemães que vieram para o Brasil no início do século XX; sua esposa, Viviani, um pouco mais nova do que ele; suas duas filhas mais velhas, Divina Vitória e Libertina; sua filha mais nova, Martíria; e o filho mais novo, Alvides, ainda um adolescente. O seu filho mais velho, Alitércio, também é beneficiário e mora em lote próprio. Nesse caso, a cooperação familiar ocorre através de mutirões realizados em momentos específicos e troca de ferramentas de trabalho que ocorrem durante o ano inteiro. As duas filhas mais velhas são casadas e possuem a sua própria casa, onde cultivam a sua horta em parceria com seus maridos. Alvides e Martíria, ainda solteiros, moram com os seus pais e ajudam na produção diariamente. Cleufer se orgulha de ter o restante da família junto com ele. As suas duas filhas mais velhas vieram para Guaíba logo após a ruptura da cooperativa, o que ele explica da seguinte maneira: “elas estavam passando trabalho na cidade, aí eu mandei vir morar comigo. Porque aqui, apesar de ser pouca terra, a gente se ajuda e dá um jeito”. Por outro lado, um dos seus genros me falou sobre as suas preocupações: “agora que as crianças estão crescendo, nós vamos ter que dar um jeito de conseguir a nossa própria terra”. Leoclides, que além de ajudar a esposa na horta, também faz “bicos” de pintor, eletricitista e pedreiro, sabe que com o crescimento da nova geração, “o jeito é pegar a estrada”.

A maioria das famílias extensas do 19 de Setembro é composta por grupos de irmãos. Este é o caso da família Laerte, composta por quatro irmãos, dos quais três são solteiros e um é casado. Eles compartilham entre si financiamentos, ferramentas de trabalho e animais,

cooperando diariamente nas atividades de produção. Um deles, Boanergis, namora há anos a irmã de Homércio, que também é assentado no 19 de Setembro. Conforme o que eles relataram, o casamento está se aproximando e as possibilidades da “parceria” entre os irmãos incorporar um novo membro é muito grande. Isso já ocorreu em parte. Em 2004, Homércio terminou de construir a sua nova casa e além de contar com a ajuda da sua mãe e irmã, também contou com o auxílio do seu cunhado.

Uma situação semelhante ocorre com a família Donatto, composta por Felicíssima, uma senhora de cinquenta anos, e o seu irmão mais novo, Gilbalbo, que tem trinta e cinco anos e é casado com Marvânia, uma jovem de vinte e três anos. Os dois se dizem filhos de “bugre misturado com alemão” e cooperam em todas as etapas de produção. Casos assim não faltam, pois ainda podemos citar os irmãos Nascimento, ambos casados e com filhos, que apesar de terem hortas separadas, comercializam junto a produção. Ou até mesmo as irmãs Lupi, ambas ainda solteiras, que além de morarem na mesma casa, cooperam diariamente na horta e na comercialização dos alimentos.

Também existem casos de beneficiários que se casaram durante o processo de assentamento, vindo a compor uma única família, ou até mesmo de filhos solteiros que estão namorando ou já se casaram com filhos de outros assentados. As formas mais comuns são os núcleos domésticos formados pelo casal de pais e seus filhos, que a partir dos dez anos são integrados ao processo de produção. A relação existente entre trabalho e educação dos filhos é interessante, pois permite perceber o valor simbólico presente na atividade de produção familiar, relacionado ao processo de reprodução social de um *saber-fazer* que é passado para as novas gerações na prática cotidiana. O acompanhamento do dia a dia das famílias nos permite utilizar aqui uma frase cunhada por Ellen e Klaas Woortmann (1997, p. 11) nos seus estudos sobre lavoura camponesa: “a transmissão do saber é mais do que transmissão de técnicas: ela envolve valores, construção de papéis, etc”.

A transmissão de um saber voltado para o trabalho com a terra também acabou levando boa parte dos jovens adultos do 19 de Setembro a ingressarem nas atividades e mobilizações do MST, tendo em vista a conquista de um *projeto camponês*: terra, trabalho e família. Podemos dar o exemplo de Justino, que tem o maior orgulho de contar que desde muito cedo ensinou os seus filhos “o que é certo, e o que é errado, trabalhando todo dia, de sol a sol”. Hoje em dia, um deles também é assentado, mas não no 19 de Setembro. Assim que chegou a época do “casório”, botou a mochila nas costas e foi para o acampamento. É claro que existem algumas exceções, presentes principalmente nos projetos educacionais. Jerônimo tem orgulho em afirmar que, contando com a ajuda do filho mais velho que vive no seu lote,

conseguiu garantir “a faculdade das gurias”. Hoje, as suas duas filhas são estudantes universitárias e vivem em Porto Alegre.

Os casos de mães solteiras ou viúvas que contam com a ajuda dos seus filhos, genros e noras, são bastante reveladores. Nessas situações, é muito comum que uma parte dos membros da família, geralmente do sexo masculino, estejam empregados em pequenos estabelecimentos comerciais localizados em bairros populares de Guaíba. Trata-se de uma condição situacional que integra um processo mais amplo de reprodução social da família, tendo em vista a necessidade de capitalizar a nova geração com renda extra para investimentos em festas realizadas em assentamentos e bairros populares da região, onde eles almejam encontrar a sua futura esposa. Este é caso da família Leão, composta por Severina, uma senhora de sessenta anos que ficou viúva depois de chegar em Guaíba; o seu filho mais velho, Palestino, que também é beneficiário de um lote, já está no seu segundo casamento e tem três filhos pequenos; a sua filha, Gerbina, que é casada e mora no seu lote; Guerrinha, que está namorando há alguns anos a filha de um outro assentado e trabalha atualmente em Guaíba; Armando, que, neste último ano, foi para um acampamento do MST; e o “caçula”, Vitorioso, que nasceu no mesmo mês e ano em que eles chegaram no 19 de Setembro. Neste caso, enquanto os seus dois filhos casados possuem a sua própria casa e horta, os mais novos ajudam na produção. Por outro lado, todos cooperam nos momentos de dificuldade, além de se auxiliarem na comercialização e compartilharem ferramentas de trabalho.

A situação dos solteiros também é paradigmática, pois expressa a dificuldade que uma única pessoa tem de cumprir com todas as etapas de produção. Nesses casos, o que se percebe é a opção por uma única atividade (horta, lavoura ou leite), onde o sujeito coloca toda a sua força, procurando tirar dali o seu sustento. Outra solução consiste em pedir para algum “compadre” comercializar ou até mesmo ajudar nos momentos mais difíceis do processo produtivo. Na maioria das vezes, as dificuldades enfrentadas pelos solteiros emergem na ausência de uma horta, ou até mesmo no aspecto mais simples da casa, principalmente no seu interior. É claro que existem algumas exceções, como é o caso de Alitércio, que acorda todos os dias antes das cinco da manhã para conseguir cumprir com todos os seus compromissos: tirar leite, cuidar da horta e da lavoura e comercializar a sua produção nos bairros populares de Guaíba. Mesmo assim, nos momentos mais difíceis, ele conta com o auxílio da sua família, que está quase toda assentada. A situação de Caruncho é bastante representativa, mesmo acordando de madrugada, tem que recorrer aos seus “compadres” para comercializar a sua produção.

Em geral, as famílias do 19 de Setembro estão ligadas por relações de compadrio e vizinhança. Essas famílias costumam unir-se em momentos específicos, principalmente através de mutirões e atividades dispersas, compartilhando instrumentos de trabalho e momentos de lazer. Se a cooperativa não deu certo, a cooperação ainda continua presente no dia a dia do assentamento. Durante o trabalho de campo, foi possível acompanhar as cenas cotidianas de empréstimos de ferramentas e máquinas agrícolas. Essas práticas de empréstimo e mútua ajuda acabam constituindo redes solidárias de troca que perpassam o conjunto das famílias.

Durante os três anos de pesquisa de campo, sempre ocorreram festas e atividades coletivas, principalmente no dia cinco de dezembro, quando os grupos familiares costumam se reunir para organizar em conjunto uma grande festa em comemoração ao aniversário do assentamento, que neste último ano completou treze anos de existência. Essas festas ocorrem sempre aos domingos, iniciando de manhã cedo com uma missa, que geralmente termina com a realização de uma “mística” onde os assentados valorizam o seu passado de lutas e a conquista da terra. A atividade continua com um churrasco e dura o restante do dia com a realização de jogos, baile e apresentações de música. Nessas ocasiões, o 19 de Setembro recebe a visita de pessoas provenientes de outros assentamentos da região e moradores de bairros populares de Guaíba. Essas atividades também são um reflexo da cooperação entre as famílias, que se encarregam da organização da festa.

O acompanhamento do dia a dia dos assentados revelou que a proximidade entre o 19 de Setembro e bairros populares da periferia de Guaíba⁵ foi importante na viabilização da comercialização direta da sua produção agrícola, que é feita de moto, bicicleta, carro ou charrete. Além do mais, a proximidade de outros assentamentos também facilitou na constituição de relações de produção e consumo, formalizadas simbolicamente em festas e atividades construídas em “parceria” com outros assentados da região. É claro que essas relações não foram constituídas de uma hora para outra, mas fazem parte de um movimento crescente de integração das famílias do 19 de Setembro no cotidiano dos bairros populares e assentamentos rurais que lhe são vizinhos.

Outro fator significativo é que a maioria dos assentados continua mantendo relações com os seus familiares que vivem distante, recebendo visitas e visitando nas férias, feriados e em outras situações especiais (casamentos, aniversários e etc.). Como exemplo, podemos citar a recente viagem de Mariana, que foi cuidar de um genro que se recupera de uma operação no hospital. Ou até mesmo o caso de Caruncho, que volta e meia se desloca mais de trezentos

⁵ Pequena cidade localizada na região metropolitana de Porto Alegre.

quilômetros para atender uma irmã solteira que tem problemas de saúde. João Guerreiro e sua família vão visitar os seus pais duas vezes ao ano. Além disso, não foi uma única vez que cheguei em sua casa e eles estavam recebendo um irmão ou uma irmã que veio de longe passar alguns dias no assentamento. Justino passou três meses na casa do seu filho mais velho, que vive atualmente em um assentamento localizado em Bagé, para ajudá-lo a construir a sua casa. Também é bastante comum que um tio, irmão ou sobrinho que esteja passando por dificuldades seja convidado a passar um tempo no assentamento, quando são integrados temporariamente nas atividades de produção. A prática social de circulação de crianças, já analisada em grupos populares por Fonseca (1995), também está presente no assentamento, principalmente na figura do filho que vai passar “um tempo” com a tia ou a avó, ou do sobrinho proveniente da “cidade grande” que vêm buscar um refúgio seguro no “interior”.

A Resistência do Sujeito Histórico da Reforma Agrária

Esse conjunto de dados permite afirmar que o sujeito histórico que emerge no processo de assentamento se distancia das imagens do “operário rural” organizado em cooperativas projetadas pelo MST, ou até mesmo do “indivíduo moderno” com “visão empresarial” projetado pelos agentes governamentais: o que percebemos, isso sim, é um sujeito que se constitui a partir das relações de parentesco e compadrio, voltado para os interesses familiares. Isso não significa que não existem assentados portadores de um certo “espírito empreendedor”, muito pelo contrário, o empreendimento familiar é comum no 19 de Setembro. Mesmo após a ruptura da cooperativa, as famílias continuaram tendo acesso a créditos e financiamentos. No entanto, essas ações estiveram sempre voltadas para o bem-estar da família. O projeto não é nunca individual, mas familiar. Podemos citar como exemplo mais recente a mobilização das famílias em busca de informações para acessar os recursos do “Plano Safra” destinados para a produção de arroz. Como foi possível acompanhar durante a pesquisa de campo, os projetos de lavoura não são nunca individuais, mas sempre envolvem uma rede ampla de relações de parentesco e compadrio.

Após a conclusão da pesquisa, retornei ao assentamento para entregar a dissertação diretamente aos assentados. Na ocasião, fiquei surpreso ao descobrir a mais recente novidade. A nova diretoria da associação de moradores do assentamento está tendo bastante sucesso com a aplicação de um projeto de gerenciamento e planejamento da produção que leva em conta e respeita a autonomia das famílias. Após a formalização em assembléia de metas e objetivos gerais para o assentamento como um todo, as famílias foram convidadas a elaborar

um planejamento semestral de sua produção. Ao mesmo tempo, uma comissão foi formada para fazer um levantamento qualitativo e quantitativo de tudo que é produzido por cada família durante o ano. Esses dados são utilizados como referência na superação dos problemas específicos enfrentados por cada grupo familiar. Dessa forma, após treze anos de luta e algumas acusações de insucesso proferidas pelo governo e por alguns setores do MST, os próprios assentados conceberam um modelo de organização da produção que respeita a autonomia familiar.

Mesmo reconhecendo que existem assentamentos em que o cooperativismo deu certo, mesmo levando em conta o papel desempenhado pelas cooperativas empresariais na transformação da configuração agrícola do Rio Grande do Sul⁶, não podemos deixar de reconhecer que os levantamentos quantitativos apontam que a participação dos assentados em cooperativas é bastante baixa (7,7%), apesar de ser um pouco maior nos estados do Paraná (31,3%), Rio Grande do Sul (29,5%) e Santa Catarina (18,8%) (Riedl e Navarro, 1998, p. 232). Além do mais, no que se refere à forma de trabalhar a terra, os dados também não são muito favoráveis ao cooperativismo (Schmidt, 1998, p. 69). Pesquisas mais recentes sobre a produção nos assentamentos rurais apontam que a “agricultura de subsistência”⁷ é mais freqüente do que o agronegócio familiar, principalmente na região sul e nordeste. Essa predominância é maior ainda se somarmos os índices da agricultura de transição subsistência-mercado (Spavorek, 2005, p. 33).

A observação etnográfica das atividades de produção no assentamento 19 de Setembro leva a reafirmação daquilo que já vem sendo apontado pelo trabalho de autores que desenvolveram pesquisas em assentamentos rurais, como os estudos de caso coordenados por José de Souza Martins, os quais receberam o seguinte comentário:

Em todos os casos estudados, as pesquisas observam a importância tanto da rede de parentesco na mobilização, na luta e no modo de inserção nos assentamentos, como na rede de parentesco simbólico, de lealdades comunitárias e de solidariedade antigas, baseadas em deveres de reciprocidade e de troca de favores. [...] O sujeito, portanto, da reforma agrária brasileira tem um núcleo basicamente familiar, e de família extensa (2003, p. 55).

Esse sujeito, no entanto, não emerge na liturgia política produzida pela mídia, que prefere reproduzir as falsas oposições presentes no mundo “espontâneo” fabricado pela visão

⁶ A agroindústria familiar é responsável por 55% do que é gerado pelo agronegócio no estado, índice bem acima da média nacional (33%). Além do mais, o norte do Rio Grande do Sul é marcado pela hegemonia da produção familiar. Uma parte importante dessa produção está organizada em cooperativas empresariais.

⁷ Definição de Spavorek de “agricultura de subsistência”: “predomina a produção para consumo próprio e apenas o excedente é vendido” (2005, p. 32).

ofuscada dos estereótipos simplistas. Ali, o sujeito histórico da reforma agrária não tem vez, estando presente apenas na forma de uma ausência virtual. O lugar em que ele emerge enquanto fato social surge na ruptura dos projetos de inclusão dos agentes de mediação, espaço de resistência de um *habitus* forjado na trajetória social dos sem-terra e que emerge na continuidade de um projeto familiar que é constituído e dá sentido as relações de produção. Como afirma Romano (1994, p. 254), o “tempo da mudança da história, do social ‘incorporado’ – das disposições, dos *habitus* – não é igual ao tempo de mudança da história, do social ‘reificado’ – das relações sociais e econômicas objetivadas numa cooperativa”. A tensão que percebemos, portanto, perpassa as relações de poder que constituem o processo de assentamento, marcado pelo embate silencioso e oculto entre a racionalidade burocrática dos sistemas econômicos e uma dinâmica própria que surge das relações comunitárias, organizadas em torno dos valores da família e do trabalho. No lugar da cooperativa, o que percebemos é a vitória da cooperação e da agricultura familiar, inscrita no sucesso de um projeto que é anterior aos projetos de inclusão dos agentes de mediação.

Para finalizar, talvez tenhamos que perguntar. Como fazer para avaliar o sucesso ou não dos assentamentos rurais? Será que essa avaliação deve se resumir à eficácia ou não de determinado modelo de produção agrícola? O cooperativismo empresarial voltado para a conquista dos parâmetros de produção da agroindústria é o único caminho e deve servir como referência nas avaliações da viabilidade econômica e social dos assentamentos? Ou melhor, será que o cooperativismo é a única solução para a “sobrevivência” da família camponesa que, supostamente, estaria fadada ao desaparecimento? A minha sugestão é que não. Apesar de concordar que a avaliação do sucesso ou não de um assentamento depende de sua viabilidade econômica e da sua capacidade de melhorar a qualidade de vida dos assentados, tenho consciência que existe uma luta constante pela definição do que entendemos como “viabilidade econômica” e “qualidade de vida”. Ao invés de abordar o assentamento como uma unidade de produção, devemos perceber a sua densidade simbólica, a sua complexidade hermenêutica, o seu espaço imaginário, as suas múltiplas tonalidades. Quando analisamos as trajetórias sociais dos assentados - quem eles são e de onde eles vêm -, percebemos a razão da satisfação que cada um deles tem com as suas conquistas. Quando estudamos suas narrativas, descobrimos a importância da conquista da terra, que representa o acesso ao trabalho e a dignidade. Quando vivemos o campo etnográfico ao lado das famílias, acompanhando o seu cotidiano, descobrimos que o reducionismo economista não explica as motivações, os sonhos, os projetos de vida que estão na origem das mobilizações políticas, dos conflitos com os fazendeiros e com o governo; descobrimos que o assentamento não é apenas uma unidade de

produção, mas um espaço de vivência da alteridade e de reinvenção de novas e velhas formas de sociabilidade.

Referências

- BERGAMASCO, Sonia. "Assentamentos Rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização". In: Medeiros, Leonilde et all (Org.). *Assentamentos Ruais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Edit. Universidade Paulista, 1994.
- BRASIL, Senado Federal. *Lei nº 8.171*, de 17 de Janeiro de 1991. Dispõe sobre a Política Agrícola. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legbras/default.html>. Acessado em: Junho de 2004.
- _____. *Constituição Federal*. Outubro de 1988. 8ª Edição. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2004.
- BRENNEISEN, Eliane. "Assentamentos Sepé Tiaraju: persistências do passado, fragmentos do presente". In: Martins, José de Souza (org.). *Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos rurais*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- BUSSINGER, Vanda. "As marcas políticas de um Programa de Governo: o caso do Espírito Santo". In: Medeiros, Leonilde et all (Org.). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Edit. Universidade Paulista, 1994.
- COMMERFORD, Jonh. *Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- FONSECA, Claudia. *Caminhos da Adoção*. São Paulo: Editora Cortez, 1995.
- HEIDRICH, Álvaro. *Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- IANNI, Octávio. *O Estado e o Trabalhador Rural*. São Paulo: HUCITEC, 1976.
- MARTINS, José de S. "Sujeito da Reforma Agrária: estudo comparativo de cinco assentamentos". In: Martins, José de S. (Org.). *Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- _____. *A Sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MORAIS, Carlos S. "Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo". In: MST (Org.). *Cadernos de Formação Nº 11*. São Paulo: Editora MST, 1986.
- MST. *Cadernos de Formação Nº 21*. 3ª Edição. São Paulo: Editora MST, 1997.
- MST, CONCRAB. *Caderno de Cooperação Agrícola Nº 4: perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos*. São Paulo: Editora MST, 1995.

RIEDL, Mario e NAVARRO, Zander. "Reforma Agrária na Região Sul". In: SCHMIDT, Benício et all (Org.). *Os Assentamentos da Reforma Agrária no Brasil*. Brasília: Unb, 1998.

RIO GRANDE DO SUL, Assembléia Legislativa. *Lei nº 42.792*, de 30 de Dezembro de 2003a. Dispõe sobre o Programa Estadual de Política Agrária, Reassentamento e Cooperativismo (Texto Norma). Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/>. Acessado em: 15 de Dezembro de 2004.

_____. *Lei nº 11.995*, de 30 de Outubro de 2003b. Define a Política de Apoio ao Cooperativismo (Texto Norma). Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/>. Acessado em: 15 de Dezembro de 2004.

_____. *Lei nº 9.411*, de 1991. Decreto-lei que deu origem ao assentamento 19 de Setembro (Texto Norma). Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/>. Acessado em: 20 de Setembro de 2004.

ROMANO, Jorge. "Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos: comentários a um debate". In: Medeiros, Leonilde et all (Org.). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora Universidade Paulista, 1994.

SCHMIDT, Benício et all. "Perfil socioeconômico das famílias assentadas". In: _____. *Os Assentamentos da Reforma Agrária no Brasil*. Brasília: Unb, 1998.

SORJ, Bernardo. *O Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SPAVOREK, Gerd. *Análise Territorial da Produção nos Assentamentos*. Brasília: MDA: NEAD, 2005.

WANDERLEY, Maria. "Morar e Trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de Nordeste)". In: Martins, José de S. (Org.). *Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

WOORTMANN, Klas e Ellen. *O Trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UNB, 1997.

ZIMMERMANN, Neusa. "Os desafios da organização de um assentamento rural". In: Medeiros, Leonilde et all (Org.). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora Universidade Paulista, 1994.

GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS: CRITÉRIOS ADOTADOS PELO PEQUENO PRODUTOR FAMILIAR DE CITROS DE BEBEDOURO-SP

Vanda Marques Burjaili Romeiro

IMESB (Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro) e FAFIBE (Faculdades Integradas Fafibe)

e-mail: vandaromeiro@mdbrasil.com.br

Vera Mariza Henriques de Miranda Costa

UNIARA (Centro Universitário de Araraquara) e UNESP (Universidade Estadual Paulista)

e-mail: verammcosta@uol.com.br

Edmundo Escrivão Filho

USP (Universidade de São Paulo) – EESC

e-mail: edesfi@prod.eesc.sc.usp.br

1. INTRODUÇÃO

Qualquer tipo de ação desenvolvida pelo proprietário ou pelo administrador de uma propriedade do setor agropecuário, voltada ao controle da produção, é considerado como uma atividade ligada às práticas de Administração Rural.

Maximiano (1997) define a administração como o processo de tomar e colocar em prática decisões sobre objetivos e utilização de recursos. Além do controle operacional dos recursos físicos, utilizados na unidade de produção agrícola, é fundamental classificar, registrar e controlar os recursos financeiros envolvidos na propriedade e na atividade (ZIGLIO, 1996).

Para Pasin (2000), a previsão orçamentária, o orçamento de caixa, o custo do recurso e a análise dos investimentos são aspectos importantes na gestão financeira nas unidades de produção agrícola.

O sucesso da empresa rural depende do grau de gerenciamento habilidoso para o aproveitamento racional dos recursos que seu gestor tem à sua disposição, visando à tomada de decisões a respeito dos fatores internos e externos à produção, para garantir o lucro e a continuidade da empresa (MARION, 1993).

A pequena produção familiar, no Brasil, não utiliza, habitualmente, profissional que lida com organização tributária, folha de pagamento, contas bancárias etc, conotando-se uma multiespecialização ou o desempenho empírico nesses serviços por

parte do próprio agricultor ou, ainda, a sua simples não atenção em relação a essas atividades. Muitos não realizam controles de custos de produção e planejamento de investimentos, revelando, neste último caso, caráter e postura imediatista (GIORGIO et al., 1994).

Nas unidades de produção familiar as decisões viabilizam o funcionamento e a evolução do sistema família–unidade de produção. O gestor toma decisões relativas à produção, aos investimentos e à utilização de recursos e as implementa em níveis e escalas diferentes. São as decisões estratégicas e operacionais que condicionam o sucesso da unidade de produção, pois determinam os resultados físicos e econômicos. O processo de decisão implica no confronto permanente entre os objetivos do gestor e da família frente a condicionantes no meio interno e no externo à unidade de produção, estando de um lado seus objetivos e de outro as possibilidades de sua realização (LIMA et al., 1995).

Conforme Muniz (1974) a grande maioria dos proprietários rurais, somente na hora da venda do produto é que faz um balanço de memória¹. A previsão baseada na ação racional e explicitada numa escrituração –essência da empresa capitalista – não é praticada pela maioria dos produtores rurais, sobretudo os de menor porte. Para alguns destes, a tomada de decisão tornou-se relevante nos anos recentes, em razão da escassez de capital e das modificações da política econômica brasileira, com destaque para o controle do processo inflacionário. Constitui também uma característica dos produtores de menor porte a não tomada ou a baixa utilização de crédito rural, tanto por ausência de linhas adequadas de crédito quanto pelo temor de endividamento.²

Diante das dificuldades para a obtenção de crédito, ou decorrentes de sua tomada, os agricultores se tornam refratários à sua utilização. No caso da citricultura, as dificuldades financeiras associadas às crises enfrentadas pela atividade citrícola têm impactado de forma negativa os produtores de citros, atingindo sobretudo os de menor porte.

Tendo em vista, por um lado, as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores na obtenção e gestão de recursos financeiros e, por outro, as condições vivenciadas pelo pequeno produtor de citros no estado de São Paulo, sobretudo no período recente, a investigação de questões relativas à *gestão da pequena unidade de*

¹ Outros proprietários somente vão saber se tiveram lucro ou não depois de terem pago todas as despesas.

² Por ocasião do Plano Real, os citricultores tiveram dificuldades em quitar suas dívidas, muitas delas provenientes da utilização de crédito rural.

produção familiar de citros se apresenta como problemática relevante não apenas em termos de disponibilizar informações para os estudiosos e os diretamente interessados, por estarem envolvidos nesse processo, mas objetivando sua utilização para a formulação de demandas e de políticas específicas para possíveis beneficiários delas.

Nessa direção, o presente trabalho tem por objetivo caracterizar o pequeno produtor de citros diferenciando-o, conforme seu porte, e caracterizando tanto suas necessidades de financiamento quanto as estratégias financeiras de que se vale na concretização do processo produtivo e no atendimento das necessidades de consumo da família. Pretende ainda apresentar subsídios para a formulação de políticas de apoio a esse tipo de produtor, conforme seu perfil.

Para o cumprimento dos objetivos, além do levantamento da literatura voltada à caracterização do pequeno produtor e, especificamente, do pequeno produtor de citros, bem como referente à gestão de sua atividade, foi realizada pesquisa de campo junto a produtores rurais de citros e a associações e órgãos técnicos que lhes dão apoio.

A delimitação do universo objeto de estudo a Bebedouro-SP foi feita em razão da importância da citricultura e do número expressivo de pequenas unidades de produção citrícola nesse município, além da importância dessa atividade para o processo de desenvolvimento local. Especificamente a questão da gestão dos recursos financeiros se apresentou oportuna frente às dificuldades enfrentadas pelo pequeno produtor citrícola e, de um modo geral, por todos os produtores agrícolas de pequeno porte.

2. PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES FAMILIARES DE CITROS DE BEBEDOURO - SP

Após a escolha da área geográfica abrangida pela pesquisa de campo fez-se necessária a definição dos parâmetros para a delimitação e caracterização do universo dos pequenos produtores familiares de citros, bem como a definição do tipo de produtor a ser investigado.

Alencar e Moura Filho (1988) caracterizam a empresa ou unidade familiar como aquela que apresenta: alto nível de capital de exploração; que produz com base na força de trabalho familiar (não remunerada) e, prioritariamente, para o mercado; e onde os sistemas de produção são intensivos, em geral com poucas linhas de produção; que

apresentam, ainda, superfícies de terra iguais ou superiores ao módulo rural³ regional. Os estudos dos referidos autores, desenvolvidos a partir da análise da estrutura agrária brasileira, lembram, ainda, que as empresas familiares são classificadas, dentre outras características, como as que têm superfície igual ou superior ao módulo regional.

Adotado esse critério, dado que em Bebedouro o módulo é de 14 ha., as unidades de produção com área inferior a ele - significativas no município - não seriam abrangidas. Segundo informações levantadas na Casa da Agricultura local, desprezando-se esse contingente seriam excluídos 48% dos produtores do segmento, cujas informações mostravam-se potencialmente – e o foram – relevantes para a pesquisa. Assim sendo, no caso específico da pequena produção familiar de citros, em Bebedouro não foi adotado como critério de corte, a área mínima de terra igual ou superior ao módulo rural regional – 14 hectares — abaixo da qual seriam desprezadas as propriedades, para efeito da investigação.

Segundo critérios da Casa da Agricultura, os pequenos produtores familiares de Bebedouro são os que se enquadram no Grupo D do Manual do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ressalvada a área da propriedade e que apresentem as seguintes condições: i) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária; ii) residam na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximo; iii) não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos [rurais] fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; iv) obtenham, no mínimo, 80% da renda familiar do empreendimento agropecuário e não agropecuário do estabelecimento; v) tenham o trabalho familiar predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até dois empregados permanentes, admitindo-se, ainda, o recurso eventual da ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir; vi) obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 8.000,00 e até R\$ 27.500,00.

³ “O conceito de *módulo rural*, utilizado como referência para a classificação dos diversos tipos de imóvel [rural], tem sua área fixada para cada região, a partir das características da produção agrícola regional (tipo de exploração) e numa extensão direta do conceito de “propriedade familiar”. Considerando-se, por sua vez, o conceito de propriedade familiar, ou seja, o imóvel que ‘direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área fixada para cada região e tipo de exploração, e, eventualmente, trabalhando com a ajuda de terceiros’, [Art.6º, Seção II, Capítulo I, Decreto nº 55.891 de 31.3.1965. (CONTAG, 1979, p. 94)] e que se estabelece que esse ‘tipo’ de imóvel deve ter, no mínimo, um módulo, a área fixada em cada região para propriedade familiar constitui o próprio módulo rural.” Vide maiores informações em Miranda Costa e Paulino, 1992.

Segundo Vieira (1998), são diversos os critérios utilizados para a classificação do porte dos produtores de citros. Alguns estudiosos utilizam classificação por área, outros por número de pés e outros ainda por volume da produção. A maior parte dos dados apresentados em trabalhos publicados baseia-se em classificação considerando hectares ou ainda número de pés. Vieira considera pequenos aqueles produtores com área inferior a 50 ha. – agrupando numa mesma classe tanto os mini (menos de 10 ha) quanto os pequenos (de 10 a 50 ha.). São classificados de médios aqueles com área entre 50 e 200 ha; de grandes os que têm de 200 a 1.000 ha e de muito grandes aqueles cuja área é superior a 1.000 ha.

Para Stuchi e Cyrillo (1997), existem duas classificações dos citricultores quanto ao tamanho: a proposta pelo Instituto de Economia Agrícola - IEA e a do Fundo de Defesa da Citricultura - Fundecitrus. Na primeira, são considerados pequenos os produtores ou as unidades de produção com número de plantas desde 500 até 12.000. O Fundecitrus considera pequenos os produtores que possuam de 201 a 20.000 plantas. Cabe salientar que uma questão sempre levantada – quando se discute a citricultura em pequenas e médias unidades de produção – está relacionada ao nível tecnológico e à produtividade dos pomares.

De acordo com a Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo – Coopercitrus – pode-se considerar como pequena propriedade citrícola a que possui uma área mínima de 2 hectares e máxima de 50 hectares, correspondente à área mínima para o cultivo de 500 plantas e máxima para o de 12.000 plantas. Esse critério foi estabelecido em razão de que, na grande maioria das unidades de produção existentes em Bebedouro, o cultivo de citros é predominante e com um conjunto de trator e pulverizador se consegue cultivar até 12.000 plantas cítricas, que correspondem ao plantio máximo numa pequena propriedade citrícola.

A classificação adotada no presente trabalho partiu das características da produção agrícola familiar, associando-as ao que se pode considerar o limite de área de uma pequena propriedade *citrícola*.

A partir da avaliação de informações fornecidas pela literatura e tendo em vista os objetivos do trabalho, foi considerada *pequena unidade de produção familiar citrícola* aquela que apresentava:

- as características da empresa ou unidade de produção familiar, definidas por Alencar e Moura Filho (1988), com exclusão do limite de área;

- o limite máximo de até 50 ha., conforme classificação de Vieira (1998) e o critério adotado pela Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo – Coopercitrus;
- o cultivo, de, no mínimo, 500 pés de citros e, no máximo, 12.000, tendo área mínima de 2 ha. e máxima de 50 ha. , segundo critério da Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo - Coopercitrus.

Essa classificação foi fundamentada, ainda, em informação de equipe técnica da Casa da Agricultura de Bebedouro. Segundo ela, o Instituto de Economia Agrícola, IEA, em reunião realizada no dia 31 de março de 2000, no Centro de Citricultura Silvio Moreira - Cordeirópolis, tomou como base, para a determinação do custo de produção de citros, 400 plantas por hectare. A partir desse parâmetro, um produtor pode cultivar 800 plantas em dois hectares e ter uma renda que o enquadra na categoria de um pequeno produtor de citros para efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, no município de Bebedouro.

As pequenas unidades de produção familiar, objeto deste trabalho, foram localizadas a partir de relatório do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA e tiveram sua presença conferida com o auxílio da Casa da Agricultura local.

Foram consideradas *pequenas unidades familiares citrícolas* aquelas que utilizam a força de trabalho familiar; cultivam, no mínimo 500 pés de citros e no máximo 12.000, em área mínima de 2 ha. e máxima de 50 ha., segundo critério da Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo – Coopercitrus.

Seguindo esse critério, foi detectada, em 2002, em Bebedouro, a existência de 107 pequenas unidades de produção familiar de citros, equivalendo a 15% do universo de 722, consideradas pequenas e 11% do total de unidades de produção do local, distribuídas entre 96 produtores, ocupando 1.528,88 ha. agricultáveis, correspondendo a 2,53% da área total, conforme dados do Quadro 1.

Quadro 1: Distribuição das pequenas unidades de produção familiar citrícolas de Bebedouro-SP por dois estratos de área (em ha).

Classificação Hectares	Número de Upas*	(%)	Área/Hectares	(%)
2 a 14	62	58	533,8	35
14,01 a 50	45	42	995,08	65
Total	107	100	1.528,88	100

* UPA – Unidade de Produção Agrícola

Fonte: ROMEIRO, 2002, p.102.

3. ATUAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES FAMILIARES DE BEBEDOURO DIANTE DE QUESTÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

A partir do suposto de que, mesmo tendo todos os produtores analisados as características de produtores familiares, o porte constitui um elemento diferenciador – tanto diante das questões internas quanto das externas enfrentadas pela unidade de produção citrícola – os produtores foram investigados conforme sua distribuição por estrato de área.

Assim sendo, tanto na apresentação quanto na análise dos dados, optou-se por colocar em evidência os pontos de vista dos produtores distribuídos por dois estratos de área. O primeiro, denominado de Grupo 1, reunindo os produtores cujas unidades de produção tinham de 2 a 14 ha.; o segundo, denominado de Grupo 2, abarcando unidades de produção de 14,1 a 50 ha..

3.1. Caracterização da postura dos produtores diante de questões econômico-financeiras

Os produtores foram indagados⁴ quanto à geração de receitas, à captação e à administração de recursos; à forma como estes são administrados; à sua capacidade de assumir gastos; aos critérios para realizar gastos; às projeções de ganhos futuros; às expectativas com a citricultura; e ao nível de endividamento.

3.1.1. Quanto à administração de receitas como forma de captação de recursos

No tocante à venda do produto, para captar recursos, 82% dos produtores do Grupo 1 e 100% do Grupo 2 vendem a produção mesmo que os preços não sejam os melhores. Justificam que há obrigatoriedade do cumprimento do contrato com a indústria. Reajustes contratuais podem ocorrer, mas são eventualidades com as quais não se pode contar. Também se referem ao fato de que o produto é perecível e não há como armazená-lo à espera de melhores preços. Caso não vendam a fruta, ela suporta algum tempo na árvore, após o que a safra é perdida e o produtor tem que assumir as despesas, inclusive com a limpeza do pomar. Vender a fruta mesmo que o preço não seja o ideal é considerado melhor do que perder a safra, pois os resultados da venda constituem a única fonte de renda do citricultor. Na opinião de apenas 9% dos produtores do Grupo 1 é

⁴ Foram entrevistados, em cada estrato onze produtores.

melhor tentar negociar para elevar o preço e não vender se este não for compensador; caso contrário, o produtor terá que pagar a colheita e o transporte e poderá ter prejuízo. Segundo opinião de outros 9% do Grupo 1, a venda depende dos citricultores - ou no caso de fazerem parte de “grupo de citricultores”⁵ – das tentativas de renegociação.

3.1.2. Quanto à capacidade dos produtores assumirem gastos

Para assumirem os gastos, 82% dos produtores do Grupo 1 têm recursos próprios e consideram a utilização desses recursos a melhor forma para evitar o pagamento de juros e de não ter preocupações com dívidas, sendo necessário, no entanto, controlar gastos. Dentre os demais 18%, 9% recorrem a instituições financeiras e 9% a terceiros e a pessoas da família.

São 55% os produtores do Grupo 2 que dispõem de recursos próprios para assumirem seus gastos, não se valendo de financiamento. Argumentam ser mais seguro, pois, do contrário, colocariam em risco o patrimônio, o trabalho e o valor sentimental que a terra representa para eles, por ter pertencido aos avós e pais. Os outros 45% recorrem a instituições financeiras, em razão de não remuneração por safras anteriores, com comprometimento de sua renda. Assim, com a obtenção de recursos junto aos bancos tentam regularizar ou equilibrar sua situação financeira.

3.1.3. Quanto à pesquisa de preços por ocasião das compras

No Grupo 1, comparar preços antes de comprar produtos e insumos de revendedores é considerada atitude importante para 82% dos produtores. Dentre os que não fazem cotações de preços, 18% preferem comprar em empresas onde são clientes, pela confiabilidade dos produtos oferecidos, pelo crédito e pelas facilidades de pagamento.

No Grupo 2, a pesquisa de preços é feita por 73% dos produtores antes de comprarem os produtos de que necessitam, visando melhor preço e melhores condições de pagamento, sem deixar de levar em conta a qualidade, que é considerada fundamental. A cotação de preços de defensivos e adubos é feita a partir de uma marca específica ou de um similar com a mesma qualidade. Uma parcela de produtores – 27%

⁵ Os “Grupos de Citricultores” são instituições formadas por agricultores que se unem visando à reunião de esforços voltados ao desenvolvimento das atividades do segmento, por meio da prestação de determinados serviços. Abrigam produtores de diversos portes, em busca de benefícios, que são bastante significativos para os de menor porte. Na opinião de alguns produtores familiares de citros de Bebedouro SP – comparativamente à atuação das Cooperativas e dos Sindicatos – os Grupos de Produtores oferecem maior segurança ao pequeno citricultor familiar, mesmo que os valores negociados não sejam os melhores. (ROMEIRO; ESCRIVÃO FILHO; MIRANDA COSTA, 2003).

– compra em lojas onde são clientes por algumas razões também apontadas pelos produtores do Grupo 1: confiabilidade dos produtos, condições de pagamento e crédito.

3.1.4. Quanto à projeção de ganhos futuros

A maior parte dos produtores do Grupo 1 – 64% – realiza projeções de ganhos futuros. Os planos são feitos para melhorar as condições da família e investir na terra, evitando contrair dívidas que coloquem o patrimônio e o trabalho em risco. Uma parcela de produtores – 36% – não faz projeções, justificando que os planos somente são estruturados depois que recebem os resultados (em dinheiro) da safra. Argumentam que atuam a partir de ensinamentos que receberam dos pais ou patrões, segundo os quais deve-se procurar guardar o resultado de uma safra para se ter uma garantia; e também porque o pequeno produtor deve estar ciente de sua realidade e de suas limitações, evitando perder tudo, inclusive a propriedade.

No Grupo 2, 73% fazem projeções para a utilização de ganhos futuros, mas não conseguem realizar todas elas porque são ações projetadas para o longo prazo, tais como pagar dívidas. O investimento na terra constitui sempre a prioridade. Para o consumo da família são considerados somente os bens essenciais, ficando a realização de algum sonho condicionada à sobra de dinheiro. Fazer projeções auxilia os produtores a se organizarem quanto aos objetivos e aos recursos disponíveis, mas os recursos nem sempre são compatíveis com o projetado. Dentre os que não fazem projeções, 27% justificam que tratam da cultura como podem, com produtos mais baratos e aguardam o resultado da safra sem fazer projeções de ganhos.

3.1.5. Quanto aos resultados com a citricultura

Do Grupo 1, 64% consideram que estão ganhando o suficiente: para sobreviverem, por estarem vendendo suas safras por intermédio de “grupos de citricultores”. Mesmo assim são feitas ressalvas: a) os resultados não têm sido suficientes para a manutenção de reservas; ou b) estão ganhando pouco mas conseguem saldar as dívidas e sobrevivem. Já os demais 36% declararam que estão tendo prejuízos, pois fizeram investimentos para tratar do pomar, não foram remunerados a contento nas safras anteriores e necessitam de recorrer sucessivamente a crédito para custeio, com a finalidade de pagar os recursos tomados anteriormente.

No caso do Grupo 2, 36% declaram estar tendo prejuízos, tendo sua sobrevivência garantida pela produção de mudas, uma vez que nas duas últimas safras⁶ a laranja não se pagou. Os restantes 64% consideram que estão ganhando para manter a família e a propriedade; consideram que o custo se elevou e que a produtividade diminuiu. Avaliam que se tratassem da cultura como é preciso ou teriam prejuízo ou não sobreviveriam.

3.1.6. Quanto ao endividamento

Do Grupo1, 64% afirmam não ter dívidas; os 36% que alegam que as têm, ressaltam que elas são menores do que o valor da propriedade.

A maior parte dos produtores do Grupo 2 – 55% – têm dívidas, mas seu valor é inferior ao da terra. Como medida de solução solicitam crédito para custeio, um após o outro, para saldar uma dívida assumida anteriormente, com outro crédito para custeio. Argumentam que não tinham medo de dívidas, mas pelas dificuldades que têm passado, estão mais cautelosos; julgam ser uma situação preocupante porque, embora as dívidas não sejam maiores que o valor da terra é esta que constitui a garantia deles. Esses produtores buscam como solução fazer um financiamento ou contratar crédito de custeio para pagar outro como uma forma de prolongar o vencimento da dívida. O restante dos produtores – 45% – não declara ter dívidas. Julgam que a situação mais comum é a do produtor maior endividado, uma vez que se ele ganha mais, no entanto consome mais em relação ao seu ganho e, na ocasião em que a laranja apresenta alta rentabilidade esses produtores gastam mais do que ganham.

3.2. Avaliação da postura dos produtores diante de questões econômico-financeiras

Para captar receitas o mais usual é que os produtores dos dois grupos vendam a safra, mesmo que os preços não sejam os melhores. Sendo o produto perecível, é impossível armazená-lo, aguardando a elevação de preços. Se o produtor não vende, o prejuízo é maior, pois perde a produção. Em razão dos contratos com as indústrias serem estabelecidos por safras seguidas, a valores pré-fixados, torna-se difícil a renegociação dos preços a favor do produtor. De modo geral ocorre o contrário: renegociação em detrimento do produtor, sem que este, individualmente ou via “grupos de citricultores”, consiga reverter a renegociação que, em geral, na forma proposta,

⁶ O levantamento de campo foi feito em 2001/2002. No entanto, segundo informações posteriormente levantadas, as condições pouco ou quase nada se alteraram.

beneficia somente a indústria.

Dado o desconhecimento por parte dos produtores dos valores finais negociados para a safra, que somente saberão por ocasião da última parcela do pagamento, em geral em abril do ano seguinte, fica difícil um planejamento financeiro – levando-se em conta receitas e despesas realizadas ou que se realizarão – mesmo porque os controles são feitos “de cabeça”, por esse tipo de produtor, adotando um critério empírico conforme afirmam GIORGIO et al. (1994).

Os Quadros 2 e 3 mostram os valores recebidos nas últimas safras negociadas através dos “grupos de citricultores” e individualmente. Os valores não seguem um padrão e os valores negociados (no caso em questão para a safra 2001) indicam a possibilidade de que esta variação pode significar o desconhecimento dos reais valores recebidos em safras anteriores ou decorrer do sigilo que envolve a participação em “grupos de citricultores”.⁷

Quadro 2: Valores negociados pelos produtores do Grupo 1, através dos grupos de citricultores e individualmente, nas safras de 1999, 2000, 2001.

Valores safras negociadas pelos grupos			Valores safras negociadas individualmente		
1999	2000	2001	1999	2000	2001
US\$ 2,80	US\$ 2,30	US\$3,00	(não recebeu)	R\$ 1,50	US\$ 3,00
R\$ 5,00*	US\$ 3,00	(não sabe)	R\$ 1,70	R\$ 2,50	x
US\$ 2,30	US\$ 2,20	(não sabe)	R\$ 4,00	R\$ 1,20	x
US\$ 3,60	US\$ 2,65	(não sabe)	(não vendeu)	R\$ 1,00	R\$ 5,50
US\$ 2,30	US\$ 2,20	(não sabe)	R\$ 2,50	R\$ 1,80	US\$ 3,00
x	x	x	R\$ 4,20	R\$ 1,70	US\$ 3,45

Fonte: ROMEIRO, 2002, p. 199.

* Em 1999 vendeu individualmente, passou a negociar através de “grupo de citricultores” a partir de 2000.

Quadro 3: Valores negociados pelos produtores do Grupo 2, através dos grupos de citricultores e individualmente, nas safras 1999, 2000 e 2001.

Valores safras negociadas pelos grupos			Valores safras negociadas individualmente		
1999	2000	2001	1999	2000	2001
US\$ 2,50	US\$ 2,80	(não sabe)	R\$ 1,80	R\$ 4,00	x
R\$ 2,45	US\$ 2,15	(não sabe)	R\$ 1,60	R\$ 2,50*	x
US\$ 2,55	US\$ 2,55	US\$ 2,55	R\$ 1,80	US\$ 3,00	x
(não sabe)	(não sabe)	(não sabe)	R\$ 1,90	R\$ 1,70	(passou a vender pelo grupo)
(não sabe)	(não sabe)	(não sabe)	R\$ 0,70**	R\$ 1,00**	(passou a vender pelo grupo)
US\$ 2,00***	US\$ 2,50	(não sabe)	R\$ 1,20***	R\$ 9,00	x

Fonte: ROMEIRO, 2002, p. 200.

* Posta na indústria.

** 1999 – a melhor por R\$ 0,70 a pior por R\$ 0,40. 2000 – a melhor por R\$1,00 a pior por R\$ 0,80.

*** Produtor que negocia através de “grupo de citricultores” e individualmente.

⁷ É freqüente o produtor guardar sigilo sobre o preço pago a ele pela indústria, mesmo no caso de estar negociando como participante de “grupo de citricultores”. Com freqüência são praticados preços diferentes, conforme o produtor.

Nota-se que os preços negociados individualmente, com poucas exceções, são menores que os negociados pelos “grupos de citricultores” e expressos em reais, fundamentando as declarações dos produtores não vinculados aos “grupos de citricultores”, de que, através destes se consegue melhor preço⁸.

Em razão dos valores recebidos não satisfazerem aos produtores dos dois grupos, em relação ao trabalho e aos custos do processo produtivo, as opiniões quanto à rentabilidade também não são as mais satisfatórias.

Quadro 4: Opinião dos produtores – Grupo 1 e Grupo 2 – sobre a rentabilidade na citricultura

Rentabilidade	Grupo de 2 a 14 hectares (grupo 1)	Grupo de 14,1 a 50 hectares (grupo 2)
Ganha o suficiente para viver	64%	64%
Tem prejuízo	36%	36%
Total	100%	100%

Fonte: ROMEIRO, 2002, p. 200.

Os produtores do Grupo 1 endividados são os que não negociaram em grupo, venderam a safra individualmente e a preços inferiores aos praticados pelos demais produtores, o que pode ser verificado no Quadro 2, e tiveram prejuízos com a citricultura. As dívidas foram contraídas para promover tratamentos culturais mais adequados. O ganho reduzido ou “suficiente para viver” está relacionado ao baixo valor pago pela fruta e aos altos custos de produção. Assim, mesmo que a produtividade do pomar seja satisfatória, o pequeno citricultor tem que controlar gastos ao extremo para não se endividar.

Os produtores do Grupo 2 têm as mesmas opiniões que os do Grupo 1, e o que os diferencia é o fato dos primeiros disporem de maior volume de recursos e de melhores condições de assumirem os encargos decorrentes do crédito para custeio, ao qual recorrem para subsidiar o processo produtivo. Dessa forma, o Grupo 1 apresenta menor índice de endividamento que o Grupo 2, conforme se verifica no Quadro 5.

Quadro 5: Endividamento dos produtores dos Grupos 1 e 2

Nível de endividamento	Grupo de 2 a 14 hectares (grupo 1)	Grupo de 14,1 a 50 hectares (grupo 2)
Não tem dívidas	64%	45%
Dívidas são menores que o valor da terra.	36%	55%
Total	100%	100%

Fonte: ROMEIRO, 2002, p. 201.

Chama a atenção a constatação de que o valor da dívida dos 36% dos produtores

⁸ Os valores negociados e pagos, por caixa de laranja pela indústria, nas safras subsequentes ao ano de 2001 não apresentaram variações substanciais.

do Grupo 1, endividados, representa um montante inferior ao valor de sua terra, pois caso contrário a liquidação das dívidas comprometeria a manutenção do patrimônio, embora este seja oferecido como garantia para a obtenção de crédito.

Os recursos próprios a que os produtores dos dois grupos se referem, conforme Quadro 6, são os destinados a promover as operações para as quais têm suporte para realizar, mas não todas as essenciais aos tratos culturais. Se assim procedessem teriam a necessidade de recorrer a outras fontes para, entre outras providências: captar recursos financeiros como, por exemplo, para adubar mais vezes durante o ano citrícola, adquirir produtos de melhor qualidade, irrigar o pomar, investir em máquinas e equipamentos.

Quadro 6: Procedência dos recursos financeiros utilizados.

Procedência dos recursos	Grupo de 2 a 14 hectares (grupo 1)	Grupo de 14,1 a 50 hectares (grupo 2)
Próprios	91%	55%
De particulares e de instituições financeiras	9%	x
De instituições financeiras	x	45%
Total	100%	100%

Fonte: ROMEIRO, 2002, p. 201.

O endividamento apresentado pelo Grupo 1 ocorreu, em 75% dos casos, para promover tratos culturais sendo que 25% dos produtores não revelaram as causas. Um dos produtores teve o montante da dívida para a quitação securitizada. Outro, para sobreviver, manter a terra e a citricultura tomou crédito para custeio seguidas vezes e se desfez de parte das terras para tentar quitar os débitos e investir em tratos culturais. Somente um produtor recorreu à família para captar recursos. No Grupo 2, 83% das dívidas decorreram de gastos com tratos culturais e compra de máquinas, num montante pouco significativo, que comprometa o patrimônio, embora este seja oferecido como garantia. Das opiniões restantes, 17%, se referem a dívidas com gastos excessivos com a família e decorrentes da falta de planejamento e de controle de receitas e despesas. Como solução são feitos financiamentos para custeio ou financiamentos sucessivos para a quitação das dívidas, sendo algumas securitizadas. No Quadro 7 pode-se verificar a incidência com que os produtores de cada “grupo” recorrem a linhas de crédito.

Quadro 7: Utilização de linhas de crédito

Grupos	Linhas de Crédito					
	Capital de giro		Infra-estrutura		Pronaf	
	utiliza	não utiliza	utiliza	não utiliza	utiliza	não utiliza
De 2 a 14 hectares (grupo 1)	27%	73%	x	100%	9%	91%
De 14,1 a 50 hectares (grupo 2)	55%	45%	18%	82%	9%	91%

Fonte: ROMEIRO, 2002, p. 170.

A projeção de ganhos futuros, de planos para a família e para a unidade de

produção é feita pelos produtores dos dois grupos, mas a concretização desses planos não ocorre em razão de restrições financeiras. Para implementação dos planos os produtores precisariam lançar mão de recursos de terceiros, o que poderia resultar no risco de endividamento e na perda da terra, bem como o comprometimento das possibilidades de trabalho da família, e da sobrevivência desta. Produtores que não fazem projeções trabalham segundo sua disponibilidade de recursos, fundamentando essa postura da mesma forma como os que as realizam, pois não vislumbram possibilidades da concretização de seus sonhos para a família e para a unidade de produção.

Nesse contexto, apesar do produtor formular objetivos é condicionado, por um lado, pelo meio interno – necessidades da família e da unidade de produção – por outro, pelo externo – fatores condicionantes do meio como o clima, a política governamental, o mercado, os órgãos representativos e a disponibilidade de tecnologia – que o impulsionam ou não para a realização dos planos idealizados, conforme discorre LIMA et. al. (1995). Nesse processo, as decisões visam garantir a reprodução do sistema produtivo e os resultados econômicos irão incidir diretamente sobre a sobrevivência da família.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O controle financeiro é realizado pelos pequenos produtores familiares citrícolas de maneira empírica, carecendo de critérios decorrentes de conhecimento que lhes proporcione um roteiro pré-estabelecido de como realizar controles de gastos e receitas. Sua prática está direcionada às necessidades prioritárias da unidade de produção, pois a garantia de recursos para promover as operações primordiais significa a manutenção do processo produtivo.

Por essa razão, os planos somente são concretizados se há a disponibilidade de recursos financeiros, especialmente no caso dos produtores do Grupo 1, pois a postura de assumir dívidas pode redundar no comprometimento da posse da terra e na sobrevivência da família, elementos intimamente relacionados. Nesse contexto, no Grupo 1 observa-se maior incidência de uso de recursos financeiros próprios e menor endividamento, comparativamente ao que ocorre no Grupo 2. As ameaças de endividamento mencionadas pelo Grupo 2 são as mesmas referidas pelo Grupo 1, porém com a atenuante de que os produtores do Grupo 2 têm a possibilidade de suportar com maior segurança os encargos decorrentes da captação de recursos de terceiros; tanto é

assim, que lançam mão de tais recursos com maior incidência do que o praticado pelo Grupo 1.

Quanto à política governamental de crédito pôde-se concluir que os produtores cujas unidades de produção têm área de 2 a 14 hectares possuem menores condições de buscar os recursos, por serem menos capitalizados. A restrição da renda não lhes permite assumir dívidas para investir na propriedade, pois quaisquer oscilações provenientes da variação da produção e da receita, decorrentes de flutuações na venda da safra, podem colocar em risco, ao mesmo tempo, a manutenção da propriedade da terra, o trabalho e a sobrevivência da família. Por essas razões e pelos encargos e valores do financiamento para a infra-estrutura serem altos os produtores estão mais voltados às linhas de crédito para o capital de giro para promover as operações básicas necessárias. Os produtores do Grupo 2, com unidades de produção de 14,1 a 50 hectares estão sujeitos às mesmas limitações e ansiedades, mas possuem melhores condições de buscar esses recursos para viabilizar a atividade produtiva, em razão do volume de sua produção ser maior e oferecer maior garantia de ganhos e segurança para assumir dívidas.

Os programas de apoio à agricultura familiar não atendem às necessidades dos pequenos citricultores familiares que, na verdade, acabam não utilizando tais créditos. Para que efetivamente atendessem aos interesses desses proprietários deveriam ser concedidos valores condizentes aos custos de produção de cada cultura, no caso em questão da citricultura. O Grupo 1 justifica o desinteresse pelos programas em razão dos juros cobrados serem altos em relação à sua renda. Por essa razão solicitam que as taxas de juros sejam menores e que haja a ampliação do número de parcelas para a quitação da dívida. Na avaliação dos produtores do Grupo 2, dadas suas possibilidades de maior rentabilidade, os juros dos programas não são considerados exorbitantes. Os produtores deste grupo enfatizam, no entanto, que os valores concedidos são irrisórios para o citricultor.

Outra medida que deveria ser adotada, no que se refere aos financiamentos e aos programas, diz respeito à fiscalização da concessão desses créditos, pois somente uma pequena parcela dos produtores aos quais se destinam – caso do PRONAF – tem acesso aos recursos. Portanto, tais programas não atingem os objetivos para os quais estão voltados.

Dessa forma, recursos financeiros e custos de produção são tidos como os fatores internos mais problemáticos na gestão, pois é tarefa difícil conciliar a capacidade

financeira com as necessidades do sistema produtivo e da família, sendo as primeiras as mais representativas no cômputo geral das despesas realizadas. Programas voltados à preparação dos produtores acoplados a programas de financiamento poderiam ser úteis de duas perspectivas: formando produtores e inteirando as fontes de financiamento das necessidades específicas dos produtores familiares, por porte e tendo em vista a atividade produtiva praticada.

5. REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E.; MOURA FILHO J.A. Unidades de Produção Agrícola e Administração Rural. *Informe Agropecuário*, São Paulo, v.14, n.157, p.25-29, 1988.
- CONTAG – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. *Questões Agrárias: Estatuto da Terra e Decretos Regulamentadores*. Brasília, 1979. (documento 8).
- GIORGIO, F. G.et al. Administração e tomada de decisão na cultura dos citros. *Coopercitrus Informativo Agropecuário*, São Paulo: Magraf n. 98, p.22-24, 1994.
- LIMA, A. J.P.; BASSO, N.; NEUMANN, P. S. et. al. *Administração da unidade de produção familiar*, Ijuí (RS): UNIJUÍ, 1995.
- MARION, J. C., *Contabilidade e controladoria em agribusiness*, São Paulo: Atlas, 1996.
- MAXIMIANO, A. C. A. *Teoria geral da administração*. São Paulo: Atlas, 1997.
- MIRANDA COSTA, V.M.H. de e PAULINO, S.R. A modernização da agricultura e o conceito de módulo rural. *Perspectivas* (São Paulo), v.15, p.121-141, 1992.
- MUNIZ, J. N. *Adoção de inovações tecnológicas no subsistema rural*. 1974. 206 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Rurais) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba.
- PASIN, L. E. V. (2000). *Apostila de administração e contabilidade agropecuária*. Taubaté, Curso de Ciências Agrárias – Universidade de Taubaté, 2000. 20p. (Apostila xerocada).
- ROMEIRO, V. M. B. *Gestão da pequena unidade de produção familiar de citros: uma análise dos fatores influentes no sucesso do empreendimento do ponto de vista do produtor de Bebedouro (SP)*. 2002. 241 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade de São Paulo, São Carlos.
- ROMEIRO, V. M. B.; ESCRIVÃO FILHO, E.; MIRANDA COSTA, V. M. H.de As relações com órgãos representativos na pequena produção familiar citrícola – o caso de Bebedouro – SP. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLI, 2003, Juiz de Fora. *Anais...* Juiz de Fora: SOBER, 2003. 20 p. CD-ROM

- STUCHI, E. S; CYRILLO, F. Como o Pequeno e o Médio Citricultor Podem Sobreviver. *Coopercitrus Informativo Agropecuário*, Bebedouro, n. 132, p.26-29, 1997.
- VIEIRA, A. C. *Desafios para os pequenos produtores de laranja do Estado de São Paulo diante de novos fatores na relação agricultura/indústria nos anos 90*. 1998. 191 p.191p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- ZIGLIO, M. J. C. *Administração da citricultura*. Encontro Du Pont de Citricultura Regional, Bebedouro, 1996.

JOVENS RURAIS E AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS PARA A MODERNIDADE

José Carlos Alves Pereira¹

O debate contemporâneo sobre agricultura familiar no Brasil revela que muitos agricultores reelaboram e criam estratégias de produção e reprodução social alternativas ao modelo produtivista. Uma estratégia é a pluriatividade. Mas, emergem questões como a dos jovens rurais com poucas perspectivas de permanecer habitando e trabalhando no campo em contextos sociais adversos à agricultura familiar. A partir dessa problemática, investiga-se as possibilidades dessa agricultura na perspectiva de jovens rurais em contextos de pluriatividade e modernidade. O lócus da investigação é o município de Araraquara-SP onde predominam as monoculturas de cana e laranja, altamente capitalizadas, mas persistem agricultores familiares e jovens rurais em constante empenho por sua reprodução social.

Palavras chaves: agricultura familiar, pluriatividade, jovens rurais, modernidade

1 - Introdução

Nesse ensaio procuro refletir sobre o lugar da agricultura familiar e das atividades não-agrícolas na perspectiva dos jovens rurais em contextos sociais de estímulos políticos e econômicos reduzidos à essa forma de produção e vida. Desenvolverei uma reflexão, cuja hipótese é que, não obstante a importância dos arranjos institucionais voltados para o setor, eles não descortinam para os jovens agricultores possibilidades plenas de suceder aos seus pais na propriedade familiar. Constatado isso estaríamos diante de uma contradição política e social da modernidade cuja prerrogativa fundante é a afirmação e o bem estar social dos indivíduos em parêntese com o desenvolvimento das forças produtivas.

Na análise desse processo, privilegiarei as ações do Estado, da família e as perspectivas individuais dos jovens agricultores como universos distintos, mas não desconexos na elaboração das estratégias coletivas e individuais. Isso permitirá compreender como esses atores percebem e reagem às transformações políticas, sociais, culturais e econômicas que influenciam fortemente sobre seu modo de vida social.

¹ Mestrando em sociologia pelo PPGS – IFCH/UNICAMP; bolsista Fapesp 2005-2007.

2 – Identidade, questão agrária e pluriatividade: novos e velhos temas na modernidade

O debate contemporâneo sobre as questões suscitadas pela agricultura familiar no Brasil, entre outras, revela duas questões chaves para a compreensão do estado da arte do meio rural. Uma questão se refere à identidade dos sujeitos/atores sociais envolvidos com a atividade agrícola no bojo de processos socioculturais que implicam transformações de pensamento e hábito de indivíduos e instituições. A outra se refere às estratégias de reprodução social dos pequenos agricultores diante do seu acesso limitado à tecnologia e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura de base familiar.

a) Identidade social dos pequenos agricultores

A primeira questão refere-se à identidade social dos pequenos agricultores que organizam e desenvolvem atividades agrícolas a partir de sua base familiar². A indagação é, quais desses sujeitos, e sob que circunstâncias podem ser identificados como camponeses, no sentido clássico que o termo denota (organização do trabalho, da vida política e social com instrumentos e valores morais destoantes dos padrões capitalistas, como a intensa produção de mercadorias), e quais seriam agricultores familiares no sentido moderno do termo (organização do trabalho com novas tecnologias, mudanças de hábitos, de expressão cultural, constante produção de mercadorias) dispostos a estabelecer fortes vínculos com o mercado e se distanciando, paulatinamente, da sua matriz social, o camponês?

Contudo, essas assertivas não podem ser generalizadas, pois nem sempre é fácil identificar - na prática – quem é camponês e quem é agricultor familiar. Alguns autores (WANDERLEY, 2001) indicam que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês³. Há ainda a questão da operacionalidade conceitual dos termos camponês e agricultor familiar. A idéia é que o termo camponês não dá mais conta de traduzir o modo de vida dos pequenos agricultores na sociedade capitalista

² Nessa questão de identidade há ainda outra problemática, não menos pertinente, acerca dos grandes produtores rurais fortemente capitalizados. Alguns autores apontam que há uma forte tendência de unificação da burguesia (atuação concomitante de um burguês, ou grupo de burgueses em diversos setores da economia como agropecuária, construção civil, comunicações, etc.) (Miglioli, 1998, pp.35-50). Assim, as questões de identidade não são exclusivas dos pequenos, mas também dos grandes agricultores, posto que a burguesia rural está envolvida no processo de unificação da burguesia enquanto classe social.

³ Ainda sobre essa questão – MARTINS (1983) faz uma discussão riquíssima sobre a formação e atuação do campesinato brasileiro na qual se percebe a diversidade da gênese social desses sujeitos/atores sociais.

moderna que elege o mercado como o principal *locus* de sociabilidade de seus indivíduos. Assim, o conceito de camponês teria se tornado inoperante, e esse agente social teria se diluído no caldo da modernidade capitalista.

Essas transformações socioculturais envolvendo os pequenos agricultores sob a dinâmica do capitalismo, em boa medida, já haviam sido percebidas por autores clássicos como Karl Marx ([1818-1883] 1988) e Karl Kautsky ([1854-1938] 1968). A tese de Marx de que o campesinato desapareceria sob as pressões do desenvolvimento capitalista (tese depois desenvolvida por Kautsky na “Questão Agrária”) carece de revisão. Mesmo nos países economicamente avançados (EUA, França, Espanha, etc.) os pequenos agricultores de base familiar não só resistem como conseguiram construir seu espaço econômico, político e social. Ricardo Abramovay (1998) não os vê como camponeses, mas como agricultores familiares amplamente vinculados ao mercado. É certo que essa constatação não pode ser generalizada. Ao contrário, deve ser relativizada quando o espaço social de análise passa a ser países como o Brasil – cuja questão agrária não foi resolvida, e, mesmo nalgumas regiões (Alpes) de países, como a França, onde o acesso à terra é democrático⁴. Entre outras coisas, o trabalho de Abramovay revela que a agricultura de base familiar se transformou, mas não se extinguiu na sociedade capitalista moderna. Mas, se isso sugere a revisão da tese de Marx desenvolvida por Kautsky, sugere também a revisão do modelo analítico de Alexander Chayanov (1974) que previa a persistência da agricultura familiar em sociedades capitalistas e sugeria que a unidade familiar camponesa era refratária às pressões externas, o que é um equívoco.

O que se percebe nos países desenvolvidos ou não é que os agricultores de base familiar reelaboram e assimilam novos valores e costumes culturais que modificam desde seus hábitos alimentares à suas visões de mundo⁵ sem que isso signifique, necessariamente, seu desaparecimento social ou uma efetiva ruptura com a tradição, pois no processo de assimilação de novos valores esses agentes sociais podem resignificá-los a partir de seu *ethos* ou tradição (MARTÍN-BARBERO, 1997). Nessa perspectiva, eles não são refratários às ordens culturais externas ou delas se isolam, mas

⁴ Para o caso da França, cf. Maria José Carneiro (1996).

⁵ Uma ampla discussão sobre os impactos da modernidade sobre os hábitos e valores culturais tradicionais é encontrada no âmbito dos trabalhos de pesquisadores da chamada Escola de Frankfurt, cujos membros mais proeminentes foram Theodor Adorno, Horkheimer e Walter Benjamim. No Brasil, a exceção dos trabalhos mais atuais sobre o assunto, destacam-se as pesquisas de Antônio Candido (1971) e João Manoel Cardoso de Melo (1987).

também não as assimilam passivamente. Ao contrário, interagem com elas mesclando e reelaborando valores tradicionais e modernos para orientar suas ações presentes e futuras. Assim, sua trajetória não pode ser entendida de modo unilinear ou unidimensional, mas numa perspectiva dialética. Os estudos de caso apontam para situações complexas que, não obstante escaparem à regra, não são meras exceções. Especificamente no caso do campesinato – embora a questão ainda não tenha sido esclarecida – as ações governamentais orientadas para o setor os denominam como agricultores familiares. Por um lado, essa prática passa a idéia de que todos, ou a maioria deles está plenamente socializada e integrada ao mercado, por outro subtrai a conteúdo político-ideológico inerente ao significado do termo camponês.

Mas, tanto o agricultor familiar, quanto o camponês, se conseguiram melhorias de vida através da participação em seus movimentos sociais, ainda não conseguiram – efetivamente – o seu espaço político e social na sociedade brasileira. Wanderley (1995, pp.37-68) observa que – diferentemente de países como Polônia e França – no Brasil, a agricultura familiar ainda se encontra em fase de construção como um projeto político e social de desenvolvimento.

b) Estratégias de reprodução social dos pequenos agricultores em contextos econômicos e políticos adversos a agricultura familiar

A segunda questão colocada indica ser baixo o percentual dos agricultores que, efetivamente, se firmaram nos novos padrões de produção ancorados nos processos produtivos da modernização tecnológica que melhorou a qualidade e ampliou a produtividade de animais e lavouras sem implicar, necessariamente, na ampliação das áreas de trabalho e contratação de mais trabalhadores. Todavia, contrariando perspectivas teóricas e políticas esse debate revela que apesar do caráter marginalizante da modernização muitos pequenos agricultores reelaboraram e criaram estratégias de produção e reprodução que lhes permitiram a permanência mesmo em áreas onde a monocultura altamente tecnificada e capitalizada é hegemônica.

Além das lutas pela democratização do acesso à terra e das reivindicações por políticas públicas para a agricultura familiar, uma das estratégias utilizadas pelos agricultores é a pluriatividade. A nomenclatura se assemelha mais a um termo técnico (CARNEIRO, 1999), mas ela se configura como desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas por famílias inteiras ou seus membros dentro ou fora da propriedade, porém mantendo vínculo de moradia e produção com o campo (SCHNEIDER, 2003).

Alguns autores (Lacombe, 1984; Sacco, 2003)– refletindo a partir da perspectiva de Karl Kautsky (1968) – concebem a pluriatividade como um processo de desintegração da unidade de produção familiar a partir da individuação dos membros, bem como um processo de proletarização do agricultor familiar, já que este passa a desenvolver outras atividades em caráter de assalariamento noutras propriedades ou áreas urbanas. O distanciamento espacial; a realização de atividades diferenciadas e a obtenção de rendas individuais concorreriam contra o trabalho coletivo e a indivisibilidade da renda familiar, típica desses agentes sociais, constituindo-se na desintegração da unidade familiar de produção. Por esse raciocínio a pluriatividade se constitui como um dos ardis de espoliação e sujeição que o capitalismo usa para bloquear ou extinguir formas sociais de produção que não se adequam plenamente àqueles seus paradigmas⁶.

Entretanto, outros autores, apoiados nas perspectivas de Alexander Chayanov (1974), compreendem a pluriatividade como sendo uma estratégia para obtenção de rendimentos complementares à renda agrícola viabilizando assim a reprodução social da unidade familiar de produção. Para Maria J. Carneiro (1999) a pluriatividade não conduz necessariamente à desintegração da unidade familiar de produção, pois o seu caráter familiar permite aos membros uma “plasticidade” maior na organização do trabalho interno e utilização de rendas auferidas fora da agricultura.

Moreira (1999) aponta que a investigação das unidades familiares de produção deve considerar dois aspectos: as relações entre os indivíduos e os valores que dão sentido a elas. O pressuposto é que, como toda relação social, “as relações familiares (seja na esfera do parentesco, seja na esfera da produção) incluem uma parte ideal do pensamento ou de representação que informa as atitudes e comportamentos” (MOREIRA, 1999, p. 102). Comportamentos e valores que refletem uma “tradição [...] acionada na formulação das estratégias familiares orientando as escolhas coletivas e informando os projetos individuais possíveis” (CARNEIRO, 1999, p. 329). Desse modo, a desintegração do grupo familiar se constitui como desdobramento possível e não como fatalidade da pluriatividade.

⁶ OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. (1986). Assentado no escopo teórico de Karl Marx – O capital - esse autor observa que há processos no capitalismo contraditórios à sua natureza. Ao mesmo tempo em que este modo de produção elimina formas sociais produtivas que se lhe opõem, ele cria mecanismos para que essas formas não se extingam de todo, pois são fonte de acumulação primitiva para os grandes capitalistas.

Todavia, a análise sociológica não pode passar ao largo dos crescentes percentuais de agricultores – sobretudo – jovens que têm se ocupado com atividades não-agrícolas e usam o campo mais como local de moradia e menos como local de trabalho. Em pesquisa realizada no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Sérgio Schneider (2003) aponta que as pessoas ocupadas com atividades agrícolas e não-agrícolas se concentram nos grupos que têm entre 35 e 59, ou ainda entre 11 e 18 anos. Sérgio Leite et al (2004) avaliando o impacto dos assentamentos rurais em diversas regiões do Brasil indicam que mais de 60% das pessoas responsáveis pelos lotes de terra têm entre 20 e 49 anos; mais de 40% das famílias têm só filhos menores de 14 anos, e cerca de 20% têm filhos menores e maiores de 14 anos. Um aspecto comum às duas pesquisas é que, em geral, entre a população ocupada são os membros de menor faixa etária os que mais se tornam pluriativos.

Nesse sentido, a despeito de ser pouco analisada, a propensão dos jovens rurais à pluriatividade não é fato isolado espacialmente mas um fenômeno constatado em diversas regiões brasileiras bem como em diversos países considerados desenvolvidos como Espanha, EUA, França, etc. (Carneiro, 1996; 1998); Abramovay (1998). No entanto, nesses países os altos índices de pluriatividade são mais explicados pelo tamanho pequeno das propriedades que não comportariam toda a mão-de-obra familiar apta ao trabalho e menos por falta de políticas públicas para o setor. No Brasil, diferentemente, a pluriatividade tem sido explicada tanto pela pouca terra disponível aos pequenos agricultores, bem como pela “timidez” e escassez de políticas voltadas para a agricultura de base familiar. Vejamos suas implicações para os agricultores do município de Araraquara-SP.

3 – Espaços, estratégias, desafios e os agentes sociais

No município de Araraquara-SP há três assentamentos rurais (Bela Vista, Bueno de Andrada e Monte Alegre⁷) e alguns bairros rurais como Machados, Cabeceira do Boi, Rosa Martins, etc. A população desses espaços é bastante diversificada, quanto à faixa etária. Todavia, há uma forte concentração de chefes de família nas faixas etárias de 41 a 50, 51 a 60 e, sobretudo, de 61 a 80 anos. Vejamos a Tabela 1.

⁷ Esse último assentamento ocupa terras de três municípios: Araraquara, Monte Alegre e Motuca.

Tabela 1: Idade dos agricultores chefes de família por faixa etária (%)

Faixa etária	20 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 80	Mais de 80	Total
Agricultores	5,8	11,7	23,1	23,7	33,8	1,9	100

Fonte: Trabalho de campo

No conjunto da amostra (308 famílias) 95% das pessoas que se identificaram como chefes de família são do sexo masculino o que, a priori, revela a preponderância masculina e uma questão de gênero seja porque as mulheres não conseguem chegar ao posto de chefe de família, ou exercem essa função mas não são reconhecidas como tal. A Tabela 1 mostra que poucos são os agricultores com até 40 anos que se identificaram como chefes. Entre os jovens, o percentual é mais baixo ainda. Isso pode ser explicado a partir de duas constatações: a) está em curso um envelhecimento da população rural; b) é cada vez maior o celibato masculino nas áreas rurais tendo em vista o crescente êxodo rural de jovens do sexo feminino em busca de trabalho e outro modo de vida na cidade. Entre outras coisas, esses dois fatores sugerem que os jovens, principalmente mulheres, têm buscado alternativas fora da agricultura. Já os homens, embora permaneçam no campo, têm dificuldade de constituir matrimônios devido à falta de mulheres.

Certamente que as cidades têm poderosas fontes de atração (perspectivas de trabalho, educação, lazer, saúde) para essa população rural jovem, mas a carência de financiamentos para a agricultura familiar também se constitui como um forte estimulante para o êxodo rural desse segmento populacional. Vejamos, na Tabela 2, o percentual de famílias com acesso a financiamento pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.

Tabela 2: Financiamento e atividades financiadas (%)

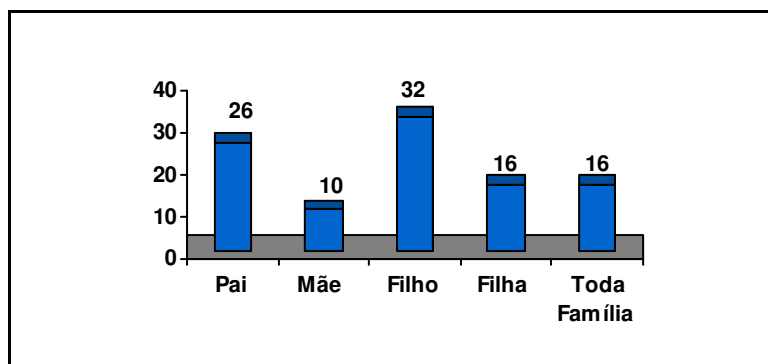
Famílias	Acesso a financiamento		Atividades financiadas	
	Sim	Não	Agrícola	Não-agrícola
	33,0	67,0	94,0	6,0
Total	100%		33%	

Fonte: Trabalho de campo

A grande maioria que não tem financiamento, 67% das famílias, alegou que não o conseguiu devido à situação de inadimplência por não ter conseguido quitar empréstimos anteriores ou porque não conseguiu elaborar um projeto de produção e apresentá-lo ao banco solicitando os recursos do Pronaf. A falta de financiamento tem feito com que muitos agricultores, principalmente jovens, exerçam a pluriatividade como uma estratégia de obtenção de recursos para investimento na alimentação e na atividade agrícola. 75% das 308 famílias entrevistadas são pluriativas. Tanto nos

assentamentos, quanto nos bairros rurais há muitos jovens buscando alternativas de vida fora da agricultura, ou estratégias de atuação que viabilizem sua permanência no campo num contexto socioeconômico adverso à agricultura familiar e no qual sua condição pluriativa se destaca. Desse modo, os membros familiares que mais desenvolvem a pluriatividade são os filhos. Vejamos o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Membros pluriativos nas famílias (%)

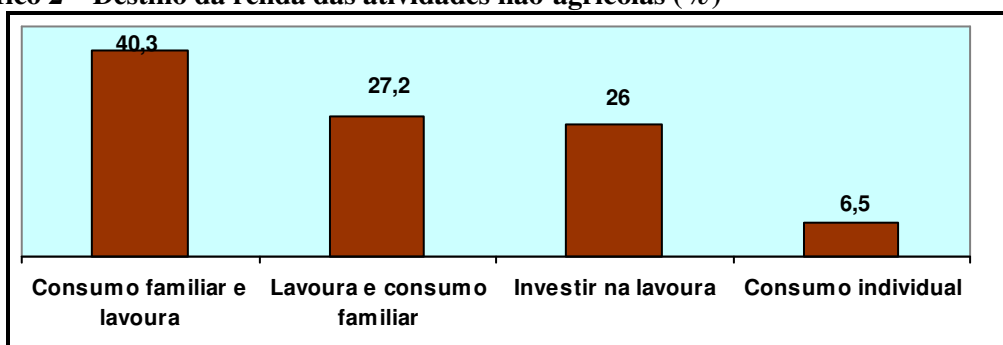


Fonte: Trabalho de Campo

A maior intensidade da pluriatividade entre os filhos do que nos pais aponta para uma série de questões, entre elas, a possibilidade de um novo projeto de vida fora do campo ou um projeto alternativo concomitante à agricultura. Para o curto prazo, os jovens falam em projeto alternativo concomitante à agricultura, entretanto não vislumbram projetos futuros para a agricultura familiar devido às dificuldades de obtenção de financiamento e pobreza que os pais sempre tiveram.

Entre os pais e filhos pluriativos, 78% deles desenvolvem as atividades não-agrícolas fora da propriedade. O Gráfico 2 mostra que a necessidade de complementar a renda familiar e/ou o investimento na lavoura é um dos fatores que levam os agricultores a buscarem alternativas fora da agricultura, mas concomitante a ela. O principal destino da renda obtida com as atividades não-agrícolas é o consumo familiar (alimentos, vestuário, eletrodomésticos) e o investimento na lavoura (compra de sementes, defensivos agrícolas, pequenos animais, contratação de trabalhadores temporários, etc). A renda não-agrícola, em geral, é canalizada para a realização de projetos coletivos. São poucos os agricultores que a utilizam na execução de projetos individuais.

Gráfico 2 – Destino da renda das atividades não-agrícolas (%)



Fonte: Trabalho de campo

É interessante destacar que se considerarmos o universo total (233 ou 75%) dos agricultores pluriativos veremos que 94,4% deles destinam a renda das atividades não-agrícolas para o consumo familiar e o investimento nas lavouras. Isso reflete a tentativa de suprir suas necessidades domésticas, bem como a dificuldade de obtenção de crédito agrícola. Vale ressaltar também outro dado: 43,6% dos que usam a renda das atividades não-agrícolas para o consumo familiar têm propriedades com até 20 ha. Parte do dinheiro repassado pelos jovens aos pais, em certos casos, é usado para a contratação de trabalhadores com pagamento em dinheiro e/ou em espécie. Vejamos a Tabela 3.

Tabela 3: Tipo e uso da mão-de-obra na propriedade

Mão-de-obra	Familiar				Assalariada permanente					Assalariada temporária				
Membros	1	2ª 4	5a 7	+ de 7	0	1	2	3	4 ou +	0	1	2	3	4 ou +
Propriedades (%)	8	72	18	2	77,4	16	5	1	0,6	62	23	9	3	3
Total	(100)				(100)					(100)				

Fonte: Trabalho de campo

A contratação de membros externos à unidade de produção é o modo pelo qual a família repõe a mão-de-obra dos filhos que migraram para a cidade, ou ainda para substituir a força de trabalho dos pais com idade avançada. Isso contribui para que a propriedade não se torne apenas local de moradia e lazer devido a falta de braços aptos ao trabalho. Várias famílias - cujos filhos realizam migração pendular - contratam informalmente trabalhadores do próprio bairro rural ou do assentamento para auxiliarem na execução de atividades como preparo da terra para plantio, aplicação de herbicidas, colheitas, cuidar de granjas, hortas, etc. Essas contratações não são perenes ao longo do ano. São mais frequentes e intensas nos períodos de preparação da terra para plantio e de colheita. Nos poucos casos de contratos perenes ao longo do ano, as atividades desenvolvidas eram granja (criação de aves para abastecimento de frigoríficos) e turismo rural.

Os jovens filhos de agricultores que se dirigem aos centros urbanos para trabalharem como assalariados – a despeito de contribuir com parte do seu salário para a reprodução social da condição de agricultores de seus pais e desejarem sucedê-los na propriedade – ainda não têm projetos de construir vínculos produtivos com a terra no futuro. Diante das dificuldades socioeconômicas para o desenvolvimento da agricultura familiar, eles vislumbram o campo mais como local de moradia e cada vez menos como local de trabalho. Em que pese esse comportamento dos filhos, a grande maioria dos pais (perto de 95%) declarou que não vende suas propriedades por nenhum motivo. Caso nenhum dos filhos optasse por sucedê-los, a propriedade ainda assim seria mantida para a recreação semanal dos filhos e netos. Vejamos as Tabelas 4 e 5, respectivamente, que nos informam sobre os locais de moradia, comunicação e informação dos agricultores.

Tabela 4: Local de moradia e tipo de construção

Famílias (%)	Local de moradia			Tipo de construção			Número de cômodos na habitação				Privada	
	Cam-po	Cida-de	Cida-de /cam-po	Alve-naria	Ma-deira	Bar-ro	1 a 3	3 a 5	5 a 10	+ de 10	Água enca-nada	Sem água enca-nada
	46,5	0,0	53,5	99,4	0,6	0,0	32,8	19,5	43,5	4,2	99,7	0,3
Total	100			100			100				100	

Fonte: Trabalho de campo

Embora seja significativo o percentual (46,5) de famílias que mantêm a moradia no campo, a maioria possui uma residência no campo e outra na cidade, sendo que a da área urbana é mais utilizada pelos jovens que aí vão estudar e/ou trabalhar retornando ao campo nos finais de semana e/ou feriados, durante os quais ajudam os pais nas lidas com a agropecuária. A Tabela 5 mostra que é significativo o uso de eletrodomésticos e meios de comunicação, como telefone, na região estudada. De igual modo, a grande maioria acompanha o noticiário sobre o meio rural – ainda que de vez em quando.

Tabela 5: Comunicação e informação

famílias (%)	Eletrodomésticos			Acompanha regularmente o noticiário sobre o meio rural		
	TV e rádio	TV, rádio e telefone	TV, rádio, telefone e computador	Sim	De vez em quando	Não
	18,5	76,5	5,0	52,0	42,0	6,0
Total	100			100		

Fonte: Trabalho de campo

Em síntese, os dados mostram que - embora as condições sejam adversas – os agricultores, inclusive os jovens do sexo masculino, têm desejo e se esforçam para

permanecer no campo. A pluriatividade, *a priori*, tem se constituído como a principal estratégia nesse processo, por um lado, por outro, ela também expressa a fragilidade desses agricultores, na medida em que as rendas auferidas fora da atividade agrícola, na maioria dos casos, são canalizadas para o consumo familiar. Isso demonstra que o modelo de desenvolvimento agrícola adotado não é capaz de viabilizar sua sobrevivência no campo, o que leva os jovens a buscar alternativas na cidade deixando suspensos os projetos futuros de reprodução social na agricultura familiar.

4 Considerações finais

Entre os desafios postos à permanência da agricultura familiar nessa sociedade moderna, além da democratização do acesso às novas tecnologias e o desenvolvimento sustentável, está a problemática de se criar perspectivas de melhores condições de trabalho e vida para jovens agricultores que sempre esperam viver mais e melhor do que seus pais. Contudo, trabalhar na cidade e/ou contextos de pluriatividade aparecem como principais alternativas fora da agricultura. Não obstante, vale ressaltar que a migração para a cidade não significa – necessariamente – uma ruptura fatal com os valores morais e solidariedade entre os jovens e seus familiares que permaneceram no campo, ou ainda o completo abandono - por parte dos jovens - das atividades agropecuárias em seus locais de origem. Este aspecto confere à agricultura familiar um caráter multiespacial e multitemporal (Martins, 2001). Isto é, sua organização não ocorre em um único espaço, tampouco numa só perspectiva de tempo. Há trabalhadores migrantes que do seu local de destino participam na produção agrícola da família no local de origem. Noutros casos, há trabalhadores migrantes que, mesmo trabalhando em indústrias urbanas, sempre esperam poder voltar – não necessariamente – para seu local de origem, mas para o trabalho na lavoura⁸.

Todavia, a agricultura familiar carece de projetos que lhe viabilizem sustentação política e social. Assim, no aspecto político, um eixo central seria a reflexão sobre a elaboração de um projeto de desenvolvimento para o país que contemplasse – entre outras coisas – a agricultura familiar como uma forma social de produção e nela os jovens rurais, como agentes sociais fundamentais no processo de produção e reprodução de médio e longo prazo. Ou seja, considerar a agricultura de base familiar como um dos componentes fundantes no projeto de nação. No aspecto social, os agricultores precisam

⁸ Sobre essas estratégias cf. ainda SILVA, Maria. A. Moraes. In: MARTINS, J. S. (Org.) (2003).

ser reconhecidos – não como apêndices – mas como agentes sociais chaves do setor produtivo, sobretudo, se termos em conta que sua produção atende às demandas do mercado interno e suas técnicas são mais condizentes às propostas de agroecologia.

Sobre a pluriatividade, se a entendermos como uma das estratégias de produção e reprodução social das unidades de produção familiar e, além disso, considerarmos que são os jovens agricultores ou os membros que têm até 49 anos os que mais se tornam pluriativos, cabe problematizar as políticas públicas voltadas para o setor e sua real contribuição à consolidação da agricultura familiar. Será que os jovens buscariam firmar estratégias de atuação como a pluriatividade visando superar as dificuldades técnicas, econômicas e sociais e se reproduzirem socialmente como agricultores familiares? Este é mais um desafio a ser refletido e superado como questão social, se é objetivo reconhecer – política e socialmente - a agricultura familiar e seus agentes na modernidade.

Diante desses processos, que sugerem a formação de novas identidades, continuaria a família a informar certas regras de conduta e ação que elessem a reprodução social do grupo como unidade familiar de produção? Ou será que os membros mais jovens – ao almejam condições de trabalho e vida melhores que a de seus pais – seriam refratários a essa tradição por não vislumbrarem na atividade agrícola utopias ou condições efetivas para a realização de seus projetos? Se a família continua a informar ou determinar comportamentos e atitudes, esta, por um lado é uma ação contraditória frente à crescente individualização do sujeito e afirmação da liberdade enquanto um dos valores mais significativos da sociedade contemporânea ou da modernidade (CASTELLS, 2001). Por outro lado, a permanência da família como instituição que lega ou determina a seus membros valores morais e culturais em contextos de afirmação de liberdade individual indica que pode estar em processo a formação de novas identidades, sobretudo, no segmento jovem da população. Este segmento - a despeito de demandar novas reflexões e ações na organização do trabalho e reelaboração dos espaços - é acionado por e aciona valores e símbolos formatados na experiência tradicional de seus pais e resignifica-os à luz dos processos políticos, sociais, econômicos e culturais modernos com objetivo não apenas de se reproduzirem socialmente, mas também de dialogar com valores culturais contemporâneos e a partir disso conquistar ou manter seu espaço social.

Assim, estimular ou criar lugares para esses sujeitos no campo é um desafio que deve ultrapassar de longe meros rearranjos ocasionais e conjuntural. Na verdade, trata-

se de uma questão sócio-estrutural que pode ter como ponto de partida a afirmação da alteridade jovem, mas que – certamente – enlaça também no seu horizonte a permanência da agricultura familiar como forma social de produção dentro de um projeto de desenvolvimento para o país, se quiser, dentro de um projeto de nação.

Nesse sentido, o desafio se redimensiona para maior, posto que só recentemente em nossa história, salvo exceções como os respectivos trabalhos de Maria S. Carvalho Franco; Maria Ieda Linhares⁹; etc. a agricultura familiar foi reconhecida, não como apêndice, mas como forma social de produção tão pertinente, quanto a agricultura empresarial dentro do pensamento político-social brasileiro. Até então, era uma questão social e politicamente escamoteada, sobretudo pelo patronato agrário, como sinônimo de atraso.

A compreensão e o esclarecimento dos processos que estimulam a formação dessas identidades e da ação desses agentes sociais pode colaborar para instrumentalizar políticas públicas sustentáveis para o setor. Assim, o tema jovens rurais e agricultura se vincula às questões da organização do trabalho e da produção internacionalizados tendo como novo paradigma a ser alcançado o uso sustentável dos recursos naturais; a melhoria da qualidade de vida no campo e na cidade a partir da valorização de identidades locais e formas sociais de produção diversificadas em relação ao padrão capitalista. Desse modo, poderia-se ampliar o alcance e a eficiência das políticas públicas para a agricultura familiar a partir da compreensão da organização do trabalho nas unidades familiares de produção pluriativas ou não. A pluriatividade não pode ser entendida – exclusivamente – como plataforma de ampliação da renda dessas famílias, mas como um fenômeno social que pode apontar para sua reprodução social, bem como revelar sua extrema fragilidade, na medida em que a atividade agrícola só é viável mediante constantes períodos de proletarianização condicionantes da permanência dos agricultores, principalmente os jovens, no campo. Ademais, todos esses eventos, inclusive certos contextos de pluriatividade, estão intimamente ligados à irresolução da questão agrária brasileira. Se um dos emblemas da modernidade é a vida digna, a liberdade de expressão e a democracia, então o desafio maior é democratizar o acesso aos meios de produção cultural e material, entre eles, a educação e a terra.

⁹ FRANCO, Maria S. de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: UNESP, 1997; LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pequena história da Agricultura no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Campinas: Hucitec, Ed. Unicamp, 1998.
- _____. et. al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. FAO/INCRA, EPAGRI, CPPP, Chapecó/Brasília, 1997.
- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, J. R.; BRUNO, R. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- _____. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.
- _____. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. (Orgs.) **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Campus/Pronex, 1998.
- _____. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 32, out. /1996.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- LACOMBE, Philippe. *La Pluriactivité et L'évolution des Exploitations Agricoles*. In: Association Ruraliste Française. **La Pluriactivité dans les Familles Agricoles**. Paris: ARF; 1.984.
- LEITE, S. et al. **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. (Estudos NEAD, n. 6).
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MARTINS, J.S. Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNO SOBRE DILEMAS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL, COM ÊNFASE NO AGRÍCOLA E NO RURAL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI, 2001, Santiago do Chile. **Anais....**Santiago do Chile: FAO, 2001.
- MENEZES, M. Ap. de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará; João Pessoa-PB: UFPB, 2002.
- MIGLIOLI, J.L. Burguesia e liberalismo: política e economia nos anos recentes. **Crítica Marxista**. Campinas-SP, n. 6, jan/jun de 1998, p. 35-50.
- MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: RFRJ/CPDA – REDCAPA-MAUAD, 1999.
- OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SILVA, M. A. M. Assentamento Bela vista: a peleja para ficar na terra. In: MARTINS, J. S. (Org.). **Travessias**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2/3, p.37-68, 1995.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. P. 21-55. In: João Carlos Tedesco (Org.). **A agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3^a ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2001.

MODOS DE VIDA E HETEROGENEIDADE DAS ESTRATÉGIAS DE PRODUTORES FAMILIARES DE PÊSSEGO DA REGIÃO DE PELOTAS

Adriana Paola Paredes Peñafiel¹

RESUMO

O artigo analisa de que maneira as unidades de produção familiar estão reorganizando as suas práticas e atividades e alterando os seus modos de vida diante das transformações nos mercados a partir de 1990. A abordagem de modos de vida utilizada neste trabalho proporciona elementos analíticos para examinar a unidade de produção familiar e sua capacidade de alterar ou reproduzir o repertório de práticas de produção conforme as formas de acesso aos recursos sociais e econômicos que lhes permitem gerar meios de vida para sobreviver no meio rural. Entre as principais conclusões, comprovaram-se alterações heterogêneas nos modos de vida, através de estratégias de adaptação, reação e diversificação. Realizou-se uma tipologia com relação à forma de como os agricultores pesquisados combinam os seus recursos produtivos para atingir os seus objetivos de reprodução social no meio rural.

Palavras-chave: estratégias, adaptação, diversificação, persicultura.

1. INTRODUÇÃO

As transformações recentes no espaço rural têm introduzido novos questionamentos sobre a dinâmica de reprodução de atividades e práticas, dirigida à manutenção de grupos sociais no meio rural. Independentemente do contexto social, econômico e cultural do qual formam parte os diversos grupos sociais rurais, (p.e. camponeses andinos ou agricultores familiares gaúchos) a importância de analisar estas transformações radica no entendimento das mudanças sociais e econômicas - inclusive a mercantilização - e as consequências destas na forma de criação de meios de vida. Considerando neste trabalho os agricultores familiares integrados ao mercado, a questão passa a ser como estes constroem e reconstroem as suas práticas e atividades para continuar se reproduzindo no meio rural.

A observação dos modos de vida é uma das recentes interpretações sobre os atores sociais, a agricultura e o meio rural por parte das Ciências Econômicas e da Sociologia. Essa abordagem teórica proporciona elementos analíticos para examinar a unidade de produção familiar e sua capacidade de alterar ou reproduzir o repertório de

¹ Mestre do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: adrianitaperu@hotmail.com

práticas de produção conforme as formas de acesso aos recursos sociais e econômicos que lhes permitem gerar meios de vida para sobreviver no meio rural.

Pretende-se demonstrar que, após 1990, com a liberalização de mercados e o acordo de Mercosul que criou um novo contexto competitivo, os persicultores da região de Pelotas estão se adaptando às condições de mercado, reagindo as externalidades negativas e diversificando as suas atividades de produção e comercialização. Compreender os modos de vida exigiu prestar atenção às relações sociais, tanto dentro como fora do estabelecimento familiar e à forma como esses estabelecimentos familiares se vincularam historicamente com o mercado, cuja importância cresceu à medida que as relações de troca se expandiram na região.

Nesta pesquisa, recorreu-se a diversas fontes de informações. Obtiveram-se dados primários quantitativos e qualitativos através da aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas a 30 estabelecimentos familiares, localizados em três municípios da região de Pelotas: Pelotas, Morro Redondo e Canguçu. Esses municípios apresentam um segmento significativo de estabelecimentos familiares dedicados à persicultura, e que confrontam dificuldades com as indústrias de conservas, principal mercado destas unidades de produção. Ao mesmo tempo, conforme foi avançando a pesquisa de campo, precisou-se de acompanhar o questionário com conversas informais para poder entender os motivos das modificações das atividades de produção e comercialização de pêssego por parte dos entrevistados. Realizaram-se, ainda, entrevistas não-estruturadas com informantes-chaves da região, que apontaram alguns aspectos interessantes, contribuindo para o entendimento destes processos.

O artigo está organizado em cinco partes, incluindo esta introdução. A segunda parte deste trabalho apresenta a abordagem que é utilizada para analisar as práticas e estratégias das unidades de produção familiar a partir das transformações nos modos de vida. O terceiro item demonstra a importância da família como fator mediador do acesso aos recursos humanos e econômicos. O seguinte item apresenta a heterogeneidade das estratégias relacionadas com a organização da produção e comercialização de pêssego. Finalmente, apresentam-se as considerações finais deste documento.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Entre os estudiosos que indagam por abordagens alternativas, o estudo de Long e Ploeg (1994) salienta claramente as duas perspectivas dominantes na análise de

desenvolvimento da agricultura, as teorias da modernização e a teoria neomarxista. A modernização foi estudada e definida nas teorias sociológicas norte-americanas de pós-guerra que partem de uma dicotomia entre dois tipos ideais: a sociedade tradicional (ou denominada de “rural”, “atrasada” ou “subdesenvolvida”), e a sociedade moderna (ou “urbana”, “desenvolvida”, “industrial”) (LARRAIN, 1996). Portanto, procuram identificar variáveis ao longo da história dos países “desenvolvidos” que foram cruciais para seu processo de desenvolvimento a fim de facilitar essa mesma trajetória de desenvolvimento nos países “subdesenvolvidos”.

Assim a modernização, na agricultura, representaria um processo de difusão, adoção e adaptação de tecnologias na medida em que se direcionam para padrões mais avançados e sofisticados de organização social, econômica e política. As teorias de modernização têm sido criticadas de inúmeras maneiras. As críticas mais importantes estão relacionadas com a falta de perspectiva histórica, que leva a uma explicação “universalista” dos processos sociais, políticos e econômicos em todos os países. Seria um equívoco assumir que um país deve passar por estágios e processos (que são normativos) pelos quais os países desenvolvidos passaram anteriormente para atingir tal patamar. De um modo geral, as críticas incidem em dois aspectos. Primeiro, o caráter estrutural da abordagem que não observava os anseios dos atores sociais e suas histórias particulares. Segundo, e ligado ao primeiro, o aspecto normativo do desenvolvimento, vinculado à adoção de tecnologias.

De outro lado, as teorias neomarxistas enfatizam o caráter de subordinação do avanço do capitalismo. Os estudos de Friedmann (1978, 1986a, 1986b) explicitam a subordinação das formas de produção não-capitalistas ao circuito mercantil de mercadoria. Para a autora, as formas familiares de produção na agricultura, em países de capitalismo avançado, têm-se submetido às pressões de competição (procura de produtividade, adoção de tecnologias, competição por preços), tal como as formas de produção capitalistas, mas sem ser dissolvidos pelo capital, porque os processos produtivos se organizam com base em relações sociais específicas.

O conceito de produção simples é amplamente aplicado por autores de tradição marxista para revelar as diferenças fundamentais entre as empresas capitalistas das empresas familiares, segundo Bernstein (1994 apud MAYER, 2004). Esta idéia permitia explicar o uso crescente de tecnologias e relações mercantis, sem produzir nenhuma mudança significativa na economia familiar. Tanto no meio rural como no meio urbano,

estas formas de produção surgem e se consolidam pelos baixos preços de venda que mantêm os ganhos ao nível de reprodução da família.

Ambos os modelos apresentam algumas similitudes, principalmente, em limitar as mudanças das atividades regulares na agricultura pelas formas de intervenção econômica pelo Estado, e interesses internacionais. Portanto, autores como Long e Ploeg (1994) manifestam a sua preocupação de explorar outras abordagens orientadas ao papel do ator social como capaz de internalizar essas mudanças externas e superá-las ou aproveitá-las para garantir a sua reprodução social.

Em seus estudos, os autores resgatam a noção de agente de Giddens para descrever a heterogeneidade de estratégias na agricultura, em circunstâncias e condições similares. Para os autores, a agência é entendida como a capacidade do ator social de processar experiências sociais, e de projetar diferentes formas de superar externalidades. A articulação é estratégica, porque dela se produz uma série de possibilidades de ação para os atores sociais, com condições semelhantes para se reproduzir socialmente em um mesmo panorama social.² É importante resgatar que a abordagem de Giddens (2003) não elimina a importância da estrutura na análise da conduta estratégica. Para o autor, as práticas reproduzidas ao longo do tempo e espaço exibem as suas “propriedades estruturais” (características estruturadas de sistemas sociais, principalmente as institucionalizadas), donde o ator social se apóia para interatuar (a estrutura como meio da ação social), e, ao mesmo tempo, a reconstrói pela ação social (a estrutura como fim da ação social).³ Ao mesmo tempo, não é de admirar que os economistas tenham se voltado para variáveis qualitativas e noções de bem-estar, como é o caso da importante obra de Sen (1999). O termo de capacitações é derivado da Amartya Sen e é referida por Chambers e Conway (1992) como a habilidade dos indivíduos para realizar o seu potencial humano (nutrir-se adequadamente, ser livre de doenças) e fazer (exercer escolhas, desenvolver habilidades e experiência, participar socialmente)⁴.

² Hindess (1986 apud Long, Ploeg, 1994 p.68) indica que o indivíduo não é o único dotado de agência. Podem existir outras entidades sociais que podem estar dotados com as qualidades de agência, capazes de formular decisões e agir, mas que deve se considerar de maneira estrita.

³ Giddens (2003, p. 20) define a estrutura como “às propriedades de estruturação que permitem a delimitação da de tempo-espço em sistemas sociais, às propriedades que possibilitam a existência de práticas sociais, discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e espaço, e lhes emprestam uma forma sistemática”. Nesse sentido, ela apresenta uma dualidade, “como meio e resultado da conduta que ela recursivamente organiza; as propriedades estruturais de sistemas sociais não existem fora da ação, mas estão cronicamente envolvidas na sua produção e reprodução”.

⁴ Na abordagem teórica de Sen (1999, p.33) sobre as capacitações, o autor também faz uso do termo “agente” como “...alguém que age e ocasiona mudanças e cujas realizações podem ser julgadas de acordo

Uma das novas interpretações sobre a agricultura e o meio rural por parte das Ciências Econômicas e da Sociologia é a observação acerca dos modos de vida rural (*rural livelihoods*). Dentro desse foco, a unidade de produção familiar é capaz de reorganizar as suas atividades conforme as suas formas de acesso aos recursos que lhe permitem gerar meios de vida para sobreviver no meio rural, para superar os estresses e choques que lhes dificulta a sua reprodução social.

Uma definição de modos de vida, trabalhada por vários pesquisadores da área, como de Hann (2000) e Ellis (2000), é a proposta por Chambers e Conway (1992). O modo de vida é definido como uma combinação de ativos [tangíveis e intangíveis], de capacitações [*capabilities*]⁵, e atividades que permitem ao indivíduo gerar meios de vida que garantam a sua reprodução social. Conforme a explicação dessa denominação pelos autores, os ativos tangíveis considerados compreendem tanto recursos essenciais como comida, vivenda, como recursos naturais, (terras, água), físicos e financeiros, que laborados geram os ingressos para sobreviver. Os ativos intangíveis, de outro lado, correspondem às oportunidades de acesso que permitem, aos indivíduos e às famílias, pôr em prática ou demandar os recursos tangíveis para obter meios de vida. Tanto os ativos tangíveis como os ativos intangíveis compreendem um portfólio de recursos que podem ser transformados nas atividades de reprodução social das unidades de produção doméstica.

O estudo de Ellis parte dessa definição para reconstruir o conceito de modos de vida, que é o referencial deste trabalho. Segundo Ellis (2000), seguidores de Chambers e Conway têm identificado cinco categorias de ativos a partir da definição anterior de modos de vida. Os ativos não se referem unicamente à estrutura física (capital físico), mas também incluem o capital natural representado pela terra fértil, fontes de água; o capital humano ou mão-de-obra familiar disponível, habilidades, experiência, criatividade; o capital financeiro que corresponde às diversas linhas de financiamento às quais tem acesso uma unidade de produção doméstica, como dinheiro poupado nos bancos, linhas de crédito; e, finalmente, o capital social, como, por exemplo, as relações de reciprocidade entre as famílias, as relações de parentesco, formas de associação, entre outras formas. Embora os autores utilizem a terminologia de *capital*, nem todos os recursos consistem de ativos no sentido econômico estrito do termo (que significa o

com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externos...”

⁵ Ver Sen (1999).

produto de um investimento que proporciona um retorno ao longo do tempo). Contudo, como expressa de Hann (2000), os ativos permitem gerar meios de vida, portanto, vale dizer que o trabalho sobre eles permite a sua reprodução social. Com relação aos ativos disponíveis, Ellis adapta a categorização de ativos realizada pelos seguidores de Chambers e Conway: capital natural (terra, água), capital físico (irrigações), capital humano (educação), capital financeiro (poupanças), e capital social. Embora alguns desses ativos encontram-se além das capacidades do agricultor de incrementar ou ampliar, existem formas de fortalecê-los para poder diversificar as fontes de renda. Por exemplo, o investimento em capital humano, através de educação, pode ampliar as oportunidades de que os membros de uma família obtenham melhores oportunidades de trabalho.

O estudo de Ellis (2000) sobre modos de vida no meio rural e diversidade em países em desenvolvimento enfatiza a importância do acesso aos capitais físico, humano, natural, social e financeiro. Na interpretação de Chambers e Conway (1992) este acesso é considerado como um ativo intangível. Ellis avança mais neste tema, e considera o acesso aos recursos como um fator mediador constituído pelas relações sociais, as organizações e as instituições. O fator mediador permite aos atores sociais a construção de articulações com instituições que possibilitam o exercício das capacidades dos indivíduos de agir, superar, transformar as externalidades negativas, e aproveitar as positivas. Assim, o autor constrói uma definição de modos de vida, fazendo certas modificações à definição de Chambers e Conway (1992), enfatizando o acesso como fator mediador.

Para Ellis (2000) é fundamental o impacto das relações sociais, das instituições e das organizações, que medeiam as capacidades da família para atingir as necessidades de consumo. De outro lado, as organizações são instâncias nas quais os indivíduos se relacionam e se organizam em grupos para atingir objetivos coletivos, tais como as ONGs, associações, administrações locais, agências estatais, etc. Finalmente, para Ellis as formas de trabalho pelas relações sociais, codificadas pelas relações de parentesco, compadrio, vizinhança, são importantes porque elas permitem um acesso a um portfólio diverso de atividades. Portanto, Ellis adota uma definição de modos de vida baseada em Chambers e Conway, mas enfatizando o papel daqueles fatores que determinam o acesso aos recursos dos indivíduos.

Um modo de vida compreende os ativos (natural, físico, humano, financeiro e social), as atividades, e o acesso a estas (mediados por instituições e

relações sociais) que em conjunto determinam a meio de vida de um indivíduo ou de uma unidade de produção doméstica. (Ellis 2000, p.10)

A análise de modos de vida contempla o processo das estratégias adaptativas, reativas ou de diversificação das unidades de produção familiar dentro de um contexto específico (de fatores que representam ameaças e choques); com os ativos disponíveis (os cinco tipos de capitais descritos pelos seguidores de Chambers e Conway), e mediados por fatores mediadores inseridos no entorno da unidade de produção familiar (as instituições, as organizações e as relações sociais). Uma estratégia reativa é aquela ação involuntária que permite reconstruir um modo de vida por necessidade. Dependendo da intensidade e durabilidade desta estratégia, a estratégia reativa poderá ir desaparecendo enquanto as atividades regulares irão se estabilizando ou transformando e passarem a ser estratégias adaptativas.

No entanto, Ellis faz uma distinção entre adaptação e diversificação. Para Ellis, a diversificação é positiva porque pode levar a unidade doméstica à ascensão e, talvez, a uma diferenciação social e econômica frente às demais, possivelmente pela maior capacidade de manter, renovar e “criar” os diferentes tipos de capitais necessários a sua sobrevivência. Portanto, para Ellis,

Diversificação (...) é interpretada como criação de uma diversidade [diferentes fontes de meios de vida atingidos, os quais podem ser atingidos através dos fatores mediadores] como um processo social e econômico que permite às famílias adotar estratégias que garantam a reprodução social. (ELLIS, 2000, p.15)

A abordagem teórica discutida neste capítulo provê elementos analíticos que procuram analisar as mudanças sociais e econômicas das unidades de produção familiar e as conseqüências destas alterações nos modos de vida. Considerando agricultores familiares integrados a mercados, a questão passa a ser como estes constroem ou reconstróem os seus modos de vida dirigidos a sua reprodução social como persicultores.

3. OS FATORES MEDIADORES NA PERSICULTURA FAMILIAR DE PELOTAS

Para Ellis (2000) é fundamental o impacto das relações sociais, das instituições e das organizações, que medeiam as capacidades das famílias para atingir as necessidades de reprodução social através da execução das estratégias reativas, de adaptação ou diversificação. Nos resultados da pesquisa de campo, encontraram-se dois fatores mediadores importantes para serem analisadas: a família e a Associação Gaúcha de

Produtores de Pêssego - AGPP e avaliaram-se as suas influências na tomada de decisões nas unidades de produção familiar entrevistadas.

Não é de esquecer que a abordagem de Ploeg (1993) indica que as relações, tanto internas (como salienta Friedmann) como uma gama de relações externas, que mantêm com diferentes organizações, tais como de crédito rural, extensão, e as relações mercantis, são as que configuram as posições dos agricultores familiares.

3.1. A família

Os estudos de Friedmann analisam a capacidade da família de adaptar-se a um conjunto diversificado de situações que lhe é imposto, e que permite a sua flexibilidade de adaptação ou de reação. Independentemente de quais sejam os objetivos que movam as decisões familiares ou de seus membros individualmente, segundo a autora, o que permite que esses indivíduos possam optar entre uma e outra alternativa é o fato de serem proprietários dos seus meios de produção e serem governados por relações de parentesco.

Nesse sentido procurou-se identificar na pesquisa de campo como os vínculos de parentesco influem como fatores que potencializam o acesso a atingir as necessidades da unidade de produção familiar de pêssego na região de Pelotas. De acordo com a pesquisa de campo, a parceria com familiares é uma das formas de trabalho que chama a atenção. Destacam-se dois tipos de parcerias: a parceria *entre irmãos* e a parceria *entre pai e filho*.

Com relação à parceria entre irmãos, foi encontrada nas UPFs mais prósperas da amostra. Os relatos dos agricultores indicam que os irmãos apreenderam a habilidade com o pai, desde pequenos, sendo o trabalho na terra um dos espaços compartilhados pelos parceiros. É muito provável que os irmãos que permaneceram no meio rural tenham compartilhado outros espaços em comum fora da propriedade como a igreja, o baile, o futebol. Estudos de sociólogos e antropólogos, como Bourdieu e seguidores, dão explicações interessantes sobre o poder inerente (simbólico) das relações de parentesco que envolvem a proteção do patrimônio, retribuição com a família, dádiva, dívida, etc. A esse respeito, observou-se que no momento de perguntar pelos membros da família, alguns futuros herdeiros mostraram certo desagrado com os irmãos que saíram do meio rural e passaram a morar na cidade. Demonstra-se assim que uma das “variáveis” que permitem estabelecer estas associações está baseada nas práticas sociais

que aqueles irmãos que ficaram no meio rural desenvolveram em conjunto e que foram fortalecidas através do tempo criando um laço baseado na confiança, apoio mútuo etc.

A parceria entre irmãos ocorre por vários motivos: um deles é pela falta de mão-de-obra em famílias cujos filhos não têm idade suficiente para trabalhar ou porque os filhos estudam na cidade. O estudo de Friedmann (1986a) já tinha assinalado que as unidades de produção familiar são famílias e empresas ao mesmo tempo, e, portanto sofrem as pressões de cada uma dessas características. Portanto, a UPF como família deve estar sujeita ao ciclo demográfico dela, e, de outro lado, como empresa deve encontrar formas de trabalho que lhe permita competir paralelamente com as unidades de produção capitalistas. Portanto, enfatizando o caso de Pelotas, a parceria com familiares é uma forma peculiar, tal como afirma Friedmann, que permite ao núcleo familiar concorrer em um mercado que exige maior produção, qualidade e uma maior aquisição tecnológica e outros ativos. O segundo motivo está relacionado à seletividade minuciosa das indústrias processadoras remanescentes no mercado, de trabalhar com produtores cuja extensão de terra seja maior a 50 hectares. A maior produção da fruta por estabelecimento familiar resulta ser uma condição para continuar competindo no segmento produtivo. No entanto, a parceria entre irmãos é a forma escolhida principalmente por aqueles produtores que permanecem submetidos ao poder da indústria.

A parceria entre pai e filho tem sido outra forma de parceria de sumo interesse na análise de estratégias de reprodução social. Conforme a pesquisa de campo, alguns chefes de família manifestaram trabalhar em parceria com o filho mais velho (o herdeiro), sendo este último responsável da parte mais operacional. Observa-se que esta forma de trabalho permite ao chefe de família reproduzir o seu modo de vida como persicultor, embora a idade não lhe permita participar ativamente do trabalho. Uma observação importante na pesquisa de campo é a importância (para o chefe de família) de ter um herdeiro para a continuação da atividade. Essa possibilidade se manifesta nas famílias cujos filhos moram e trabalham na propriedade. No entanto, naquelas em que o casal de idosos vive só, e um único filho profissão vive e trabalha na cidade, a possibilidade também se faz presente, pelo menos nos anseios do pai. Ocorre que nas famílias, em que isso se manifesta, o filho ainda exerce algum tipo de tomada de decisão, seja através de conselhos técnicos, dicas de plantio, etc.

3.2. As organizações: A associação gaúcha de produtores de pêssego

Assim como Friedmann tinha enfatizado o papel das relações internas da unidade de produção familiar, Ploeg (1993) tem ressaltado que as relações externas também configuram formas de acesso aos recursos para poder optar por um estilo agrário específico. Portanto, a vantagem competitiva da UPF, ressaltada por Friedmann como endógena, é discutida por Ploeg por compreender também as relações externas da UPF. Ellis (2000) explica que a organização pode ser um fator mediador crítico porque pode fortalecer ou debilitar as capacitações dos indivíduos para exercer as suas estratégias. Contudo, na pesquisa de campo, perceberam-se discrepâncias de objetivos comuns entre os entrevistados sobre a sua participação na Associação Gaúcha de Produtores de Pêssego (AGPP).

No entanto, conforme os dados coletados pela pesquisa de campo, aquelas UPFs que conseguiram superar as demandas da indústria com relação à quantidade e qualidade da fruta através da adoção tecnológica e as parcerias familiares, manifestaram desinteresse por participar na AGPP. Para este grupo, fazer parte da Associação de Produtores de pêssego de Pelotas não traz benefício porque o preço é sempre imposto pela indústria. Ao mesmo tempo, manter-se na atividade envolve se submeter às condições da indústria. Esses agricultores ponderam as relações de parentesco, interpretadas na seção anterior como parcerias, principalmente, entre irmãos, como forma de ter acesso aos recursos para sobreviver às condicionantes das indústrias.

De outro lado, aqueles produtores que possuem a menor quantidade de produção também indicaram não assistir às reuniões da AGPP porque consideram que não têm poder para negociar o preço da matéria prima. Entre as respostas manifestadas por este segmento de agricultores estão “as reuniões são longe daqui”, “a gente não fica sabendo” e “não temos tempo para isso”.

No entanto, identificou-se um grupo de agricultores que assiste ativamente às reuniões da AGPP. Na tentativa de procurar elementos comuns a estes agricultores percebeu-se que, a maioria deles, só de agricultores com vários anos de experiência na persicultura. Por estar vivenciando problemas com relação ao retardamento do pagamento do pêssego, e por terem investido, em anos anteriores, na produção de pêssego direcionado ao processamento industrial, eles manifestaram que a decisão de deixar o cultivo era difícil sem ter em conta todas as informações correspondentes ao setor, que era canalizado através da associação.

Por conseguinte, verifica-se nesta seção que os laços familiares representam fatores importantes e recorrentemente utilizados pelos agricultores para manterem na

atividade. A associação, como organização da sociedade civil, não tem tido um papel central, embora pudesse canalizar recursos de poder para afrontar as indústrias. Uma das razões é a forte relação direta e desigual da indústria com cada produtor.

4. ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO, REAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO. ALTERAÇÕES NOS MODOS DE VIDA.

Pretende-se demonstrar que, após 1990, com a liberalização de mercados e o acordo de Mercosul que criou um novo contexto competitivo, os persicultores da região de Pelotas estão se adaptando às condições de mercado, reagindo as externalidades negativas e diversificando as suas atividades de produção e comercialização. Nesse sentido, realizou-se uma tipologia com relação à forma de como os agricultores pesquisados combinam os seus recursos produtivos para atingir os seus objetivos de reprodução social no meio rural.

4.1 Produtores de pêssgo dedicados exclusivamente à indústria de conservas:

Durante a pesquisa de campo, encontraram-se apenas seis agricultores familiares que produzem e comercializam pêssgo exclusivamente para as indústrias de conservas. Todos eles, ou seus progenitores começaram nas décadas de 1960 e 1970, portanto contam com vários anos de experiência de trabalho e de acumulação de ativos.

As ações praticadas durante os últimos 15 anos estiveram orientadas pela insistência no aumento da quantidade produzida de pêssgo, planejamento do plantio com variedades novas para prolongar a safra, aquisição para produção e caminhões para transportar o produto até a planta de processamento e acelerar a entrega da safra às indústrias.

Embora, o alto grau de dependência com as indústrias os torne talvez mais vulneráveis, pela estrita dependência com a indústria, esse grupo apresentou maior perspectivas com relação à perpetuação da persicultura – perpetuam uma capacidade de se “adaptar” aos novos contextos. Portanto, sob essa relação de dependência, agricultor-indústria, os seus modos de vida se vêm afeitos ao conseguir se diferenciar dos demais produtores readequando os seus ativos para produzir um maior volume, melhor qualidade, e investindo em meios de transporte para levar a fruta até a fábrica de compotas, e conseguir se reproduzindo como persicultores.

4.2. Produtores de pêssego que complementam com outras atividades agropecuárias e/ou serviços de lavoura.

Neste grupo estão os agricultores familiares de pêssego que se dedicam a ampliar as suas práticas tradicionais com outras práticas produtivas e de comercialização, como estratégia para se reproduzir como persicultores. Classificou-se em três grupos: produtores de pêssego dedicados à produção de pêssego exclusivamente para a indústria de conservas, 2) produtores que complementam com outras atividades agropecuárias e/ou serviços de lavoura, e os pluriativos.

Um primeiro grupo de 7 famílias afirmam que a incerteza de receber o pagamento por parte das indústrias, nos últimos anos, é o que os levou a diversificar a produção a fim de construir outras fontes de renda, de pagamento *a vista*. Segundo Ellis (2000), práticas deste tipo poderiam ser consideradas estratégias reativas por não envolverem o exercício de atividades que gerem uma estabilidade ao grupo familiar, ou menor dependência das indústrias. Dentro desse segmento, existem UPFs que têm ampliado seu repertório com base na própria fruticultura, através da prática de cultivos permanentes, como bergamota, laranja, e culturas temporárias, como morango, uva, etc. Tais estratégias têm contribuído à ampliação das suas práticas relacionadas aos canais de comercialização. A bergamota, uva, e laranja são produtos comercializados, geralmente, na Ceasa (Centrais de abastecimento do Rio Grande do Sul, RS), e nas feiras e supermercados da localidade, ou que tem obrigado o produtor a sair da propriedade para procurar mercados alternativos para comercializar seus produtos. A ampliação das práticas de processos no processo produtivo tem ajudado o agricultor a encontrar alternativas de comercialização de pêssego.

Nesses casos, pode-se visualizar que se apresentam modificações tanto das atividades como da forma como interpretam as mudanças externas, na procura de uma autonomia da indústria. Não se nega que o consumo industrial é alto, existem parâmetros a cumprir pela delicadeza do fruto. O interessante destas ações é que permite aos produtores familiares reduzir a dependência da indústria, e continuar sendo produtores de pêssego, mantendo a tradição familiar, o sustento da família, e dando trabalho aos membros do grupo familiar. As perspectivas sobre continuar na persicultura tornaram-se alentadoras dado que encontraram um mercado alternativo que lhes permite continuar a sua atividade como persicultores.

Um segundo grupo está formado por 13 famílias que têm “diversificado” o mercado de pêssego, destinando parte da produção para o mercado de consumo *in*

natura. Deste grupo, observa-se novamente a ampliação do repertório em dois casos, primeiro UPFs que somente ampliaram o repertório do processo produtivo, e segundo, UPFs que ampliaram o repertório do processo produtivo e do processo de comercialização. Com relação ao primeiro grupo, alguns entrevistados indicaram estar cultivando pêssego de dupla finalidade (variedades de pêssego que podem ser comercializados tanto para a indústria como para o mercado de pêssego *in natura*). Nesses casos, a comercialização não apresenta modificações já que eles esperam o atravessador, ou o feirista na propriedade. De outro lado, outros agricultores manifestaram ter ampliado ambos os processos (de produção e de comercialização). Observou-se em mais de um produtor que o mercado de consumo *in natura* pode representar uma oportunidade para continuar se reproduzindo como persicultores. Neste caso, revela-se claramente uma modificação das práticas orientadas a uma maior autonomia do mercado industrial. Vale ressaltar que esse agricultor é quem obteve a maior renda anual bruta do total de entrevistados e quem mostrou maior otimismo com relação a perpetuação da persicultura.

É preciso observar ainda que há outros tipos de diversificação relacionado com as possibilidades locais de ocupação. É o caso de 2 UPFs que indicaram ter um membro da família praticando serviços relacionados com a agricultura em propriedades vizinhas. Geralmente, são famílias que recentemente adquiriram terras e, por ter poucos hectares, dispõem de tempo para complementar as suas atividades com outras atividades. Não obstante, encontrou-se uma característica comum nesses agricultores. Antes de sair da propriedade do pai, também persicultor, eles alternavam a renda do pêssego com a renda proporcionada por serviços prestados em outras propriedades. Ao se independizar, mantiveram as práticas desses serviços, no entanto, têm o desejo de abandonar tais práticas para que se dediquem mais à propriedade. Nesse sentido, observa-se que o filho pratica a atividade transmitida pelo pai, ofício que representa o saber da família, e que nunca foi trabalhado na sua totalidade pela falta de terras.

Pode-se ver que nestes casos que existe uma heterogeneidade de estratégias que permitem uma readequação dos ativos dirigidos a reproduzir a persicultura. A diversificação cria meios de vida para permanecer na atividade, criando perspectivas para sua continuação. Vale a pena destacar que o estabelecimento familiar de maior renda é justamente que produz prioritariamente ao mercado de consumo *in natura*

4.3. Produtores de pêssego que realizam atividades fora da propriedade.

Finalmente, identificaram-se 2 UPFs que têm pelo menos um membro que realiza atividades não-agrícolas fora da propriedade. Em ambos os casos, as terras estão ocupadas exclusivamente com pessegueiro. Ao mesmo tempo, ambos realizam fretes de caminhão de produtos agropecuários, principalmente arroz, entre cidades.

Ambos os casos tratam de famílias pluriativas uma vez que estão modificando o repertório com atividades não-agrícolas, o que lhes confere maiores chances de poder reduzir a sua vulnerabilidade com relação às ameaças do segmento produtivo. Em termos econômicos, ambos estão escolhendo uma atividade que cumpre duas funções: com relação ao mercado industrial, eles investiram em um ativo (um caminhão) para não ter que depender da indústria para entregar a tempo a safra de pêssego. Em segundo lugar, eles aproveitam o transporte para compensar com uma atividade que possui causas de risco diferente da persicultura. Observa-se que a experiência da atividade não-agrícola influi nas transformações dos modos de vida. Eles não estão interessados em vender pêssego para o mercado de consumo *in natura*, que consideram difícil.

Nesse sentido, para as famílias pluriativas, a atividade não-agrícola lhe permite gerar meios de vida naqueles meses de inatividade da persicultura. Por meio disto, também podem compensar a renda aqueles estabelecimentos familiares com falta de pagamento por parte das indústrias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Realizou-se este trabalho de pesquisa com o objetivo principal de entender as estratégias de adaptação, reação e diversificação de agricultores familiares de Pelotas, que lhes permitem mudar, produzir ou reproduzir um modo de vida que gere bem-estar ao núcleo familiar.

A família continua sendo fundamental (tanto a nuclear com a força de trabalho, como a família extensa com as parcerias). Ela cumpre três papéis importantes: representa um fator mediador para acessar os recursos necessários para a efetivação de estratégias tanto adaptativas, reativas como de diversificação. Para aqueles agricultores que insistem na especialização da persicultura, as relações de parentesco permitem as parcerias entre irmãos, entre pai e filho que juntos combinam os seus ativos para atingir a competitividade exigida pelas indústrias. Além disso, a família representa a mão-de-obra como ativos porque o ciclo demográfico da família interfere na decisão de permanecer, ampliar ou abandonar o repertório de práticas produtivas e de

comercialização. Ao mesmo tempo, a família representa a finalidade (o objetivo) da unidade de produção, porque, através da persicultura, o sustento e o bem-estar da família é almejado.

Comprova-se que as formas particulares pelas quais as unidades de produção familiar combinam seus recursos econômicos e sociais (adaptação, reação, ou diversificação) para atingir os seus objetivos de reprodução social diferem entre os pesquisados. Assim, os modos de vida são alterados heterogeneamente, desde 1990, na procura de uma reprodução da persicultura.

6. BIBLIOGRAFIA

CHAMBERS R.; CONWAY G. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. **Institute of Development Studies Discussion Paper**, n. 296, Brighton, UK, Institute of Development Studies, 1992.

De HANN, L.J. Globalization, Localization and Sustainable Livelihood. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 3, p. 339-365, 2000.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FRIEDMANN, H. Family enterprises in agriculture: structural limits and political possibilities. In: COX, G. et alii (Org.). **Agriculture, people and politics**. London: Allen and Uwin, 1986a.

_____. Patriarchy and property: A reply to Goodmann and Redclift. **Sociologia Ruralis**, v.26, n.2, p. 186-193, 1986b.

_____, H. World market, state and family farm: social bases of household production in the era of wage labour. **Comparative studies in society and history**, Cambridge, v.20, n. 4, p. 545-586, 1978.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martin Fontes, 2003.

LARRAIN, J. Modernização. In: OUTHWAITE W.; BOTTOMORE, T. (Ed.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 477-479.

LONG, N.; PLOEG, J.D. van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure", In: BOOTH, D. (Org.), **Rethinking social development: theory, research and practice**. Burnthill: Longmann, 1994. p. 62-89

PLOEG, J.D. van der. El proceso de trabajo agrícola. In: SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZALES DE MOLINA, M. (Ed.). **Ecología, campesinado e historia**. Madrid: la Piqueta, 1993. p. 153-195.

_____. La reconstitución de la localidad: tecnología y trabajo en la agricultura moderna. In: CONGRESO DE LA SOCIEDAD ESPAÑOLA DE AGRICULTURA ECOLÓGICA. 1., 1994, Toledo. **Prácticas ecológicas para una agricultura de calidad.** Disponible em: <<http://www.agroecologia.net/congressos%20sease/toledo/46.pdf>> Acesso em: 28 julho de 2005.

PLOEG, J.D. van der; et alii. Rural Development: The state of the art. In: _____. **Living Countrysides:** rural development processes in Europe. Netherlands: Elsevier, 2002. p. 8-17.

MUDANÇAS NO EMPREGO E NAS FORMAS DE OCUPAÇÃO NO MEIO RURAL BRASILEIRO: ANÁLISE COMPARATIVA DA DINÂMICA OCUPACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS REGIÕES SUL E NORDESTE DO BRASIL

Sergio Schneider¹

Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul

Programa De Pós-Graduação Em Desenvolvimento Rural

Resumo

O objetivo do trabalho consiste em analisar, comparativamente, a dinâmica ocupacional e o comportamento das rendas da categoria social dos agricultores familiares entre a região Sul e o Nordeste do Brasil, com base em tabulações especiais de dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD/IBGE. Além desta introdução, o trabalho se divide em várias partes, sendo a primeira destinada às considerações metodológicas sobre a forma de utilização da PNAD, seguida de uma breve caracterização sobre a estrutura do emprego no meio rural brasileiro segundo as principais categorias. Na sequência analisa-se o comportamento da dinâmica ocupacional da agricultura familiar no período de 2001 a 2004 e, na continuação, apresenta-se uma caracterização das principais fontes de rendimentos. Na última parte, busca estabelecer possíveis relações entre o comportamento do emprego e da renda da agricultura familiar no período examinado e o desempenho das principais políticas públicas que afetam o meio rural brasileiro.

Introdução

Na época em que vivemos, uma das notícias diárias a que mais nos acostumamos refere-se ao problema do desemprego e da falta de trabalho. Economistas, sociólogos e outros cientistas sociais tem se esforçado com afinco no estudo acerca do que está acontecendo com o ‘mundo do trabalho’. Entre os especialistas já há um consenso: as formas de trabalhar mudaram na sociedade contemporânea e nem sempre o trabalho que um indivíduo exerce implica em um emprego, com todas as garantias e direitos.

Por conta da rápida urbanização e da concentração da maior parte de população brasileira nas áreas metropolitanas, os meios de comunicação e mesmo os estudiosos, têm

¹ Sociólogo, Mestre e Doutor em Sociologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e do Departamento de Sociologia da UFRGS. Pesquisador do CNPq. Endereço: Av. João Pessoa, 31, Centro - Porto Alegre, RS: 90.040-000. F: (51) 3316-4115. E-mail: schneide@ufrgs.br

dado pouco destaque ao que ocorre no meio rural e no setor agrícola em particular no que tange à questão do emprego e do trabalho. No Brasil, quando se fala em rural e agricultura, o que vem a cabeça das pessoas são as imagens da televisão que reproduz cenas de grandes máquinas colhendo enormes lavouras de soja e cana-de-açúcar ou, pelo lado contrário, contingentes de trabalhadores protestando em nome da reforma agrária. Poucos se perguntam sobre os processos que fogem a este esteriótipo da ruralidade.

O desconhecimento do senso comum é ainda maior quando se trata de determinadas categorias sociais como os assim chamados agricultores familiares, mais corriqueiramente identificados como pequenos agricultores e até produtores de subsistência. Nomenclaturas à parte, o que vale a pena olhar com mais detalhes são as formas como as pequenas unidades familiares do meio rural brasileiro estão reagindo às mudanças do ‘mundo do trabalho’ e o modo pelo qual oferecem sua contribuição à melhoria das condições de vida da população brasileira em geral.

Neste trabalho, buscar-se-á demonstrar que as transformações do mundo do trabalho também estão afetando a conformação do mercado de trabalho rural, alterando e diversificando as atividades e as formas de ocupação. No Brasil, o trabalho por conta própria, identificado com a agricultura familiar, ainda é responsável por parcela significativa da população economicamente ativa domiciliada no meio rural. Para além de justificar e legitimar as ações e políticas que, pelo menos em parte, estão contribuindo para manutenção deste quadro favorável, acredita-se que por aí talvez se possa construir um caminho alternativo ao modelo de desenvolvimento que tem sido preconizado.

Baseando-se em tabulações especiais de dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD/IBGE, o objetivo deste trabalho consiste em analisar, comparativamente, a dinâmica ocupacional e o comportamento das rendas da categoria social dos agricultores familiares entre a região Sul e o Nordeste do Brasil. Além desta introdução, o trabalho se divide em várias partes, sendo a primeira destinada às considerações metodológicas sobre a forma de utilização da PNAD, seguida de uma breve caracterização sobre a estrutura do emprego no meio rural brasileiro segundo as principais categorias. Na sequência analisa-se o comportamento da dinâmica ocupacional da agricultura familiar no período de 2001 a 2004 e, na continuação, apresenta-se uma caracterização das principais fontes de rendimentos. Na última parte, busca estabelecer

possíveis relações entre o comportamento das ocupações e da renda da agricultura familiar no período examinado e o desempenho das principais políticas públicas que afetam o meio rural brasileiro.

Metodologia: considerações sobre o uso dos dados da PNAD

As informações sobre a dinâmica do mercado de trabalho e o desempenho do emprego rural em atividades agrícolas e não-agrícolas que serão utilizadas neste trabalho são resultantes de tabulações especiais produzidas no âmbito Projeto Rurbano, utilizando a base de dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, do IBGE². A PNAD é uma pesquisa amostral que toma como referência o universo dos dados fornecidos pelo último censo demográfico e utiliza as informações por domicílio como unidade de análise. Os dados dessa pesquisa são coletados em todo o país, inclusive em áreas rurais (a partir de 2004 foi incluída também a região Norte), e somente não são realizadas nos anos em que há levantamento censitário³.

A utilização da PNAD em análises sobre a dinâmica ocupacional requer que se considere os domicílios como unidade de referência, que podem estar localizados em áreas rurais ou urbanas. Para definir a localização de um domicílio o IBGE se baseia na definição da delimitação dos perímetros urbanos das cidades, dada pela legislação municipal vigente no período do censo. Na situação urbana consideraram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas rurais isoladas (povoados, núcleos e lugarejos), e a situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora desses limites⁴.

² O Projeto Rurbano é um esforço de um grupo de pesquisadores de diversos Estados que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural brasileiro no período recente. Maiores informações estão disponíveis na *home-page* <http://www.eco.unicamp.br>

³ As PNADs são pesquisas estruturadas por processos estatísticos e se baseiam em projeções de crescimento da população, o que faz com que à medida que ocorre o distanciamento da data do censo de referência aumentem, proporcionalmente, as possibilidades de erro que, na verdade, constitui-se em um problema relacionado à obtenção dos fatores de expansão da amostra. Para uma discussão mais detalhada consultar Graziano da Silva e Del Grossi (1997a), Del Grossi (1999) e Campanhola e Graziano da Silva (2000, Vol. 1).

⁴ Na introdução do Censo Demográfico de 1991 informa-se que para subsidiar as atividades de coleta de dados foram atualizadas as bases cartográficas e criados arquivos contendo informações de referência territorial, incluindo o de descrições dos perímetros dos setores censitários. Estabelecida essa malha territorial, o

Ao delimitar a situação do domicílio como rural ou urbana a partir da definição a legislação municipal os dados coletados pelo IBGE tornam-se suscetível à algumas distorções decorrentes da atualização das áreas nos períodos inter-censitário. Segundo Del Grossi e Graziano da Silva (2006) “por esta razão, infelizmente as informações das PNADs dos anos 2000 não são inteiramente compatíveis com as da década de 1990. Isso vale dizer, que os domicílios que residiam em periferias urbanizadas ao longo dos anos 90, só passaram a ser contados como ‘urbanos’ a partir do Censo Demográfico de 2000. Desta forma, a população rural reduziu-se de 32,6 milhões de pessoas em 1999, para 27,3 milhões de pessoas em 2001, uma diminuição de mais de 5 milhões de pessoas. Apenas parte desta redução, e talvez a menor delas, deve-se à tendência secular de queda da população agrícola. Outra parte deve-se a redução das áreas rurais pela reclassificação da base censitária”.

Visando atenuar esse problema decorrente da não atualização dos perímetros urbanos por parte de muitos municípios, o IBGE introduziu, a partir do Censo Demográfico de 1991, outras unidades territoriais além das utilizadas até então. As áreas urbanas foram classificadas como urbano exclusive, urbanas não-urbanizadas e urbanas isoladas e as áreas rurais foram reagrupadas segundo os critérios de tamanho (número de domicílios igual ou superior a 51) e densidade (a distância entre os prédios não deve ultrapassar 50 metros, exceto no caso de templos e estabelecimentos de comércio ou serviços para os quais se tolera até 150 metros). A partir daí definiram-se cinco novos cortes, que são rural extensão urbana, rural povoados, rural núcleos, rural outros e rural exclusive⁵.

Como estes sub-níveis de agregação estão disponíveis para as PNADs realizadas a partir de 1992, o Projeto Rurbano passou a utilizar uma reclassificação formando quatro novos níveis, sendo três considerados urbanos; a saber, o urbano exclusive, as periferias (formadas pela agregação do urbano não-urbanizado com o rural extensão do urbano) e os distritos e povoados (formado pela agregação do urbano isolado com rural povoado e rural

domicílio é associado ao setor censitário e suas agregações hierarquicamente superiores como os distritos, municípios, bairros e outras estruturas territoriais de interesse (IBGE, 1994).

⁵ Estas últimas são as áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, *caracterizando-se assim como as áreas rurais propriamente ditas* (grifo nosso). Ver IBGE. X Recenseamento Geral do Brasil : GR-7.09 - Manual de Atualização Cartográfica. Rio de Janeiro, Diretoria de Geociências. 20p., 1988.

outros) e apenas um como rural, que passou a se denominar de rural privado (formado pela agregação do rural núcleo com o rural exclusive) ou rural agropecuário.

Portanto, além de sofisticar o corte rural e urbano como indicador da localização dos domicílios estes quatro níveis de classificação permitem uma aproximação mais judiciosa dos processos sociais e econômicos e sua aderência a um determinado espaço porque podem ser aplicados tanto para as áreas metropolitanas (metro) como não-metropolitanas (não-metro). Isto se deve ao fato de que, mesmo que os dados da PNAD não possam ser desagregados por microrregiões homogêneas, pois são coletados a partir de uma amostra geral sobre cada a unidade da federação, a forma como é feita a amostragem permite operar com o corte metro e não-metropolitano. Assim, com o intuito de selecionar e isolar as áreas exclusivamente rurais onde ocorrem transformações no emprego e na ocupação que afetam os agricultores familiares, neste texto serão utilizadas informações sobre os domicílios localizadas na áreas rurais não metropolitanas definidas como rural agropecuário ou rural privado. Com isso, pretende-se isolar qualquer possível efeito de áreas urbanas contíguas aos espaços rurais nas áreas não metropolitanas como, por exemplo, as vilas e os pequenos povoados.

Além da localização e da unidade de análise, é preciso esclarecer a definição de ocupação e de família que será utilizada no texto. No que se refere ao conceito de trabalho adotado pela PNAD, a definição orienta-se pelo critério de atividade de ocupação (baseado-se, desde 2002, na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – e na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO⁶). Em 1992 a metodologia de levantamento dos dados das PNADs foi modificada pelo IBGE, tanto no que se refere à cobertura temática como, principalmente, em relação ao conceito de “trabalho”, razão pela qual os dados posteriores não podem ser comparados com aqueles de antes de 1992. O IBGE passou a considerar como “ocupadas” as pessoas de 10 anos ou mais de idade que realizavam algum trabalho (remunerado ou não) durante pelo menos uma hora na semana de referência (período de coleta das informações), visando captar determinados grupos de pessoas envolvidos em atividades econômicas que anteriormente não eram incluídas, abandonando o critério anterior que considerava ocupadas as pessoas que se envolviam em

⁶ Para maiores detalhes sobre estas mudanças, consultar Del Grossi e Graziano da Silva (2006b).

atividades durante pelo menos quinze horas de trabalho (Graziano da Silva e Del Grossi, 1997a)⁷.

Por esta razão, os dados utilizados neste texto referem-se à informações sobre a ocupação das famílias rurais classificadas segundo o tipo de ocupação de seus membros. Para efeito de classificação, serão consideradas ocupadas as pessoas que trabalharem (na última semana de setembro) durante pelo menos 15 horas, o que implica em restringir o tamanho da PEA ocupada. Além disso, é mister que se reconheça que esse procedimento ainda subestima o número de pessoas que consideram a atividade agrícola como ocupação principal durante o ano dada a grande variação sazonal das atividades agropecuárias.

Finalmente, no que se refere à definição das famílias, serão consideradas como tal as unidades nucleares, acrescidas dos parentes e agregados que viverem em um mesmo domicílio compartilhando entre si a moradia e os recursos monetários e não-monetários. De acordo com a posição na ocupação, uma família poderá ser considerada empregadora, conta-própria, empregada (assalariada) ou não ocupada (desempregada). Para efeito de classificação, as famílias serão também agregadas de acordo com a natureza da atividade que estiverem exercendo na semana de referência, podendo ser, portanto, famílias exclusivamente ocupadas em atividades agrícolas, exclusivamente não-agrícolas ou ainda pluriativas, caso em que pelo menos um dos membros da família exercer uma segunda atividade ou declarar ter dupla-atividade agrícola. Caso não tenham ocupação, serão consideradas não ocupadas.

Como o foco deste trabalho se volta ao entendimento das famílias de agricultores autônomos, também chamados de agricultores familiares, privilegiar-se-á a análise das famílias de ocupados na condição de conta-própria localizadas nas áreas rurais não metropolitanas, definidas como rural agropecuário ou rural privado. Neste sentido, o enfoque do trabalho volta-se para a ocupação das famílias de conta-própria que, nestes termos, são consideradas como a categoria social da agricultura familiar. Buscar-se-á demonstrar que esta categoria fornece importante contribuição ao emprego rural em geral, não se restringindo, neste caso, ao assalariamento na forma de trabalho contratado. Isto

⁷ Segundo Del Grossi, essa modificação, de fato, introduziu um “acréscimo conceitual” que gerou uma distorção na PNAD pois ampliou-se o universo de pessoas consideradas como ocupadas quando, segundo seus cálculos, essas pessoas, na verdade, trabalhavam em atividades de auto-construção ou para o auto-

significa, em última análise, que quando se focaliza os agricultores familiares como unidade de análise das mutações nas formas de trabalho, as noções de emprego e ocupação se confundem, pois neste tipo de situação as pessoas que pertencem à uma família estão ocupadas em atividades agrícolas e não agrícolas, embora não sejam nem empregados nem empregadores.

Breve caracterização da estrutura ocupacional do meio rural no Brasil

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2004 residiam nas áreas rurais não metropolitanas do Brasil em torno de 5.965.000 famílias. Nos quatro anos da década atual o número de famílias residentes aumentou em 118 mil em relação à 2001, quando eram 5.847.000 milhões, conforme indica a Tabela 1, a seguir.

Do total de 5.965.000 famílias que residiam nas áreas rurais da região não metropolitana em 2004, 2.167.000 eram de famílias de assalariados (36,3%), 279.000 famílias de empregadores (4,6%), sendo que 3,8% empregavam até dois assalariados de forma permanente e 0,82% empregavam mais de dois empregados permanentes.

A categoria mais numerosa do meio rural brasileiro é formada por 2.882.000 (48,3%) de ocupados por conta própria. Além dos empregadores, assalariados e conta-própria, em 2004 havia ainda 10,6% que encontravam-se desempregados ou sem ocupação na semana em que foram coletados os dados. Segundo esta classificação, baseada nos dados da PNAD/IBGE, chama a atenção a pequena quantidade de empregadores, indicando que no meio rural predominam as formas de propriedade gerenciadas de forma autônoma como ocupações por conta própria.

A região Nordeste concentra, isoladamente, 47,8% (2.852.000) do total de 5.965.000 famílias domiciliadas na área rural não metropolitana do Brasil e a região Sul contribui com 20,5% (1.226.000) das famílias. Somente estas duas grandes regiões respondiam, em 2004, por 68,3% do total de famílias, o que indica a relevância de se estudar estas áreas.

consumo. Nos cálculos de Del Grossi esta modificação fez com que a PEA fosse acrescida em mais de 4 milhões de pessoas entre 1990 e 1992, como efeito estatístico dessas mudanças no conceito de trabalho.

No que se refere ao tipo de atividades que exerciam as famílias domiciliadas nas áreas rurais, 3.145.000 estavam ocupadas exclusivamente na agricultura, 879.000 exclusivamente em atividades não agrícolas e 1.305.000 eram pluriativos, que é como são considerados os domicílios em que pelo menos um dos membros da família combina a ocupação em atividades agrícolas e não agrícolas.

Embora não seja o objetivo deste texto, vale a pena tecer um breve comentário sobre o comportamento das três categorias sociais mais importantes do mercado de trabalho rural, ainda que este tipo de análise seja mais interessante de ser realizada tomando-se como referência o comportamento das pessoas ocupadas na condição de PEA, o que exigiria outra unidade de análise (Del Grossi e Grazaiano da Silva, 2006). Tomando-se as evoluções dos tipos das famílias, os dados da Tabela 1 mostram que os empregadores e os conta própria mantiveram-se relativamente estáveis no período 2001 a 2004, enquanto que entre os empregados assalariados verificou-se um aumento de 114 mil postos de trabalho no Brasil, dos quais 65 mil no Nordeste e 23 mil no Sul. Na região Nordeste, em especial, registra-se um aumento de 793.000 em 2001 para 858.000 em 2004, a uma taxa de crescimento de 2,5% ao ano. Embora no conjunto do Brasil tenha sido registrado um leve aumento do número de desempregados rurais, as regiões Sul e Nordeste registraram pequena redução.

Tabela 1. Brasil, Sul e Nordeste: evolução das famílias ocupadas por conta-própria com domicílio na área rural não metropolitana segundo o tipo de atividade – 2001 - 2004 (1.000 famílias).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	BRASIL			SUL			NORDESTE		
	2001	2004	Tx cresc. (% aa.)	2001	2004	Tx cresc. (% aa.)	2001	2004	Tx cresc. (% aa.)
NÃO METROPOLITANO									
RURAL AGROPECUÁRIO									
Empregadora com mais de 2 empr	53	49	-2,0	15	15	-3,7	7	9	12,4 *
Agricultora	15	13	-7,2	4	4	-	1	3	-
Pluriativo	20	16	-5,5	3	4	-	3	3	-3,5
Não-agrícola	17	20	5,5 **	8	8	-3,8	2	3	-
Empregadora com até 2 empr	251	230	-0,6	51	55	6,4	104	100	-0,4
Agricultora	133	130	2,4	30	31	6,9	51	55	5,2
Pluriativo	93	84	-2,1	17	18	5,8	46	43	-3,1
Não-agrícola	24	16	12,5	5	6	-	7	2	-
Conta-Própria	2.859	2.882	0,4	697	708	0,3	1553	1551	0,1
Agricultora	1.756	1.713	-0,9	501	472	-2,1 *	896	886	-0,7
Pluriativo	874	908	0,9	142	178	5,5	550	546	-0,1
Não-agrícola	230	261	7,7	54	59	7,1	107	119	7,2

	BRASIL			SUL			NORDESTE		
LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2004	Tx cresc. (% aa.)	2001	2004	Tx cresc. (% aa.)	2001	2004	Tx cresc. (% aa.)
NÃO METROPOLITANO									
RURAL AGROPECUÁRIO									
Empregados	2.053	2.167	1,7	320	343	1,9 *	793	858	2,5 ***
Agrícola	1.269	1.289	0,7	148	164	4,1 *	518	556	2,4
Pluriativo	262	297	3,6 *	40	42	0,8	99	112	3,4
Não-agrícola	522	582	3,1	132	136	-0,2	176	190	1,9
Não-ocupado na semana	631	637	1,4	123	107	-4,0	338	334	1,2
TOTAL	5.847	5.965	0,9	1.206	1.226	0,5 ***	2.795	2.852	0,9 *

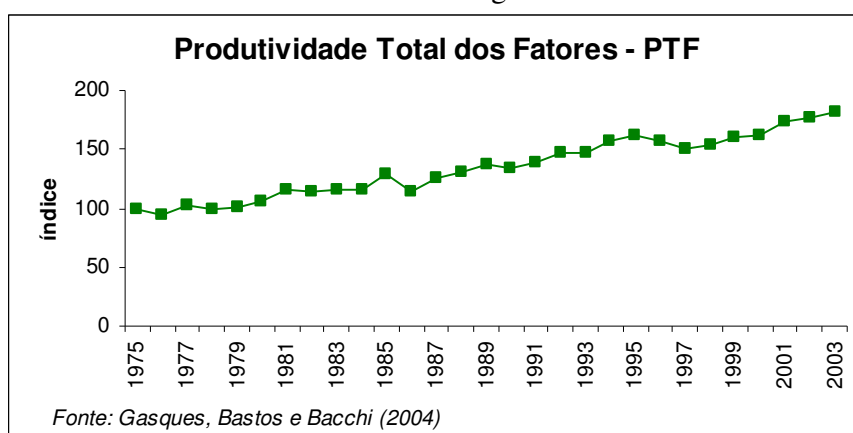
Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU, Fevereiro 2006. Já que os assalariados são a categoria social que registra alterações importantes no período 2001-2004, vale a pena buscar as razões. Entre os fatores que explicam este desempenho ocupacional dos assalariados estão fatores da natureza estrutural e conjuntural. Entre os fatores estruturais, pode-se listar o crescimento das monoculturas comerciais em diferentes regiões do Brasil⁸. A tendência à *commoditização* da produção agrícola inicia-se na década de 1970 e é acompanhada de uma crescente especialização da pauta de produtos, o que se reflete num crescimento histórico e evolutivo da produtividade dos principais fatores de produção. Em trabalho recente, Gasques et.alii. (2006) apresentam um Gráfico que vale a pena ser reproduzido e que mostra o comportamento das variáveis terra, trabalho e capital ao longo de quase 30 anos.

Gráfico 1 - Produtividade total dos fatores da agricultura brasileira – 1975-2003



⁸ Este é o caso, por exemplo, da cana-de-açúcar em São Paulo, Rio de Janeiro e alguns estados do Nordeste, do reflorestamento em Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná, das pastagens para pecuária extensiva no Centro-Oeste e Norte e, sobretudo, da soja, que se amplia em todas as regiões do país, notadamente nas áreas de fronteira das regiões Centro-Oeste e Norte.

Aliado a isto, deve-se registrar que entre 2000 e 2003 a agropecuária brasileira registrou excepcional desempenho positivo devido a fatores conjunturais como o aumento de preço das *commodities* internacionais, a política cambial favorável ao dólar e o aumento significativo do crédito agrícola. Isto resultou no crescimento do PIB agropecuário no período, que passou de 8,4% sobre o PIB total nacional em 2001 para 10,1% em 2004. Consequentemente, houve uma maior contratação de trabalhadores assalariados que, segundo Del Grossi e Graziano da Silva (2006b) “entre outubro de 2001 e setembro de 2004 a agropecuária teve um saldo de quase 190 mil novos empregos formais”⁹.

Além disso, não se deve esquecer da atuação mais severa que os órgãos de fiscalização do trabalho passaram a ter em relação às condições de trabalho no meio rural, bastando citar como exemplos a maior exigência de contratualização do trabalho temporário (exemplo dos trabalhadores volantes, também chamados de “bóias-fria”) e a maior coerção às formas de trabalho análogas à servidão (mais conhecido como trabalho escravo), que passou a ser vigiado por um órgão especializado. Estas medidas parecem ter ajudado na melhoria da formalização das relações de trabalho no meio rural e podem ter contribuído para a elevação da ocupação formal.

Não obstante, tanto os fatores estruturais como os conjunturais não significam que o êxodo rural tenha acabado ou que a população rural que trabalha na agricultura não esteja mais saindo do campo. É preciso destacar que os preços internacionais muito favoráveis das *commodities* agrícolas foram espasmódicos e que, no geral, os agricultores continuam a ter dificuldades crescentes para produzir devido aos aumentos constantes dos custos de produção, que crescem tanto por conta da extrema dependência de insumos e derivados de petróleo como do monopólio do acesso à sementes dominado pelas transnacionais, e, mais recentemente, por problemas sanitários que afetam o acesso aos mercados como a febre aftosa e outras.

Tabela 2 – Brasil. Valores dos principais produtos agrícolas-2000/05 (em milhões R\$*)

LAVOURAS	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Algodão herbáceo (caroço)	2.281	2.481	1.850	2.803	4.796	3.744
Arroz (em casca)	4.953	4.634	4.992	6.853	8.523	6.772
Banana	4.944	4.450	3.936	4.788	4.635	4.973
Cacau	533	656	1.121	1.062	845	814

⁹ Os dados dos autores foram extraídos do CAGED (Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho.

Tabela 2 – Brasil. Valores dos principais produtos agrícolas-2000/05 (em milhões R\$*)

LAVOURAS	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Café (em côco)	8.410	2.682	2.758	3.003	3.723	4.089
Cana-de-açúcar	10.873	13.491	11.625	13.305	11.990	13.433
Feijão (em grão)	3.364	3.582	4.282	5.085	3.462	4.057
Fumo (em folha)	2.279	2.087	2.153	2.706	3.878	3.997
Laranja	4.149	7.051	7.685	7.352	6.399	6.439
Mandioca	3.201	2.400	2.210	3.573	4.528	4.627
Milho (em grão)	11.636	10.404	11.317	17.249	12.801	10.345
Soja (em grão)	16.747	20.619	25.768	36.036	33.126	25.775
Trigo (em grão)	668	1.264	1.332	3.114	2.376	1.676
Uva	500	945	817	1.244	2.228	1.010
TOTAL	80.289	82.422	87.067	114.613	109.647	98.337

Fonte: MAPA/AGE (2006) Retirada de Gasques, J.G. et. alii (2006) Preços de terras no Brasil, financiamento e produtividade total dos fatores.

* Valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV – dezembro/2005

Os dados da Tabela 2, acima, organizados por Gasques et. alii. (2006), indicam que, de fato, os anos 2001, 2002 e 2003 foram muito positivos para agropecuária e, em especial, para determinadas culturas de lavoura, como a soja e o milho, além da laranja. Nestes cultivos houve aumentos expressivos nos preços, o que se materializou em valores maiores auferidos.

A análise dos dados da PNAD do período 2001-2004 mostram que a população rural diminuiu pouco, reduzindo-se de 27,5 milhões em 2001 para 27,4 milhões em 2004. Ocorre, contudo, que a relativa estabilidade da população rural como um todo, assim como dos ativos ocupados (população considerada economicamente ativa) deve-se, fundamentalmente, ao aumento das ocupações em atividades não agrícolas no meio rural. Isto é, vem crescendo no meio rural brasileiro o número de famílias domiciliadas mas que trabalham em atividades estranhas à agricultura. É muito freqüente, por exemplo, a combinação de ocupação em atividades agrícolas e não agrícolas por pessoas que integram uma mesma família. E as razões para isto são variadas, indo desde a sazonalidade dos processos produtivos até a crescente presença de atividades e ocupações ligadas aos serviços e a indústria. Nestes casos, as formas de ocupação variam desde as famílias que residem no rural mas se ocupam exclusivamente em atividades não agrícolas até aquelas que fazem algum tipo de combinação entre o agrícola e o não-agrícola, também chamados de pluriativos.

O comportamento da agricultura familiar no período 2001-2004

No que se refere especificamente aos agricultores familiares, é preciso destacar que do total de famílias rurais deve-se tomar apenas o grupo dos ocupados por conta própria, porque é nesta categoria que o IBGE (PNAD) classifica as famílias que operam em regime de trabalho autônomo. Os agricultores familiares trabalham sob o regime de economia familiar e constituem unidades formadas por grupos domésticos ligados por laços de sangue e parentesco que são proprietários dos meios de produção e se apropriam coletivamente dos resultados do trabalho¹⁰. É bem verdade que pela classificação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, poderiam ser incluídos como agricultores familiares as unidades que contratam até dois empregados permanentes, tal como inclusive está indicado na Tabela 3, a seguir. Contudo, optou-se por uma definição mais restrita de agricultura familiar tendo em vista que o objetivo deste trabalho é demonstrar que mesmo se tomando aquelas unidades produtivas da agricultura familiar que provavelmente são menos capitalizadas e intensivas no uso dos fatores produtivos, sua relevância social e econômica é muito expressiva no Brasil e suas respostas às mudanças recentes do mercado de trabalho são igualmente significativas.

Tabela 3. Brasil, Sul e Nordeste: evolução das famílias ocupadas por conta-própria com domicílio na área rural não metropolitana segundo o tipo de atividade-2001/04 (1.000 fam.)

Local domicílio / Famílias conta-própria	2001	2002	2003	2004	Tx cresc. (% aa.)	Tx cresc. (% aa.)
					2001/04 ^a	2002/04 ^a
BRASIL						
Total Famílias Conta-Própria	2.859	2.938	2.982	2.882	0,4	-1,0
Agrícola	1.756	1.780	1.749	1.713	-0,9	-1,9 ***
Pluriativo	874	938	920	908	0,9	-1,6 **
Não-agrícola	230	220	312	261	7,7	9,0
SUL						
Total Famílias Conta-Própria	697	723	715	708	0,3	-1,1 ***
Agrícola	501	504	492	472	-2,1 *	-3,3 *
Pluriativo	142	173	152	178	5,5	1,3
Não-agrícola	54	46	71	59	7,1	12,7
NORDESTE						
Total Famílias Conta-Própria	1.553	1.572	1.589	1.551	0,1	-0,7
Agrícola	896	902	871	886	-0,7	-0,9
Pluriativo	550	578	583	546	-0,1	-2,8
Não-agrícola	107	92	135	119	7,2	13,6

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações.

¹⁰ Portanto, nesta definição, não importa nem o tamanho de área de terra disponível nem o fato de estar ou não inserido nos circuitos mercantis.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU, Fevereiro 2006.

A Tabela 3 apresenta os dados especificamente sobre o comportamento das famílias ocupadas na condição de conta própria. É possível perceber que do total de 5.965.000 famílias que residiam nas áreas rurais da região não metropolitana em 2004, 48,3% (2.882.000) era formada por unidades de conta própria. Na região Sul havia, em 2004, um total de 1.226.000 famílias rurais, das quais 57,7% (708.000) eram de agricultores familiares. No Nordeste esta proporção alcança 54,3% (1.551.000). Em relação ao total de famílias conta própria do Brasil (2.882.000), em 2004, as regiões Sul e Nordeste concentram em torno de 78,3% do total de famílias conta própria. Mais do que uma justificativa, este dado permite afirmar que a análise da dinâmica ocupacional da agricultura familiar das regiões Sul e Nordeste contempla, em larga medida, os processos gerais que afetam esta categoria social, dada a sua relevância significativa em face ao total do Brasil.

Com base nas informações da Tabela 3 é possível afirmar que de um modo geral, não se verificou variação significativa no número de unidades da agricultura familiar entre 2001 e 2004. Nos primeiros anos da década atual, o nível de ocupação dos conta própria manteve-se estável, eram 2.859.000 em 2001 e passaram para 2.882.000 em 2004. Em parte, isto explica a estabilidade que também se verifica em relação ao conjunto da PEA rural (população ocupada) que era de 12,2 milhões em 2001 e passou para 12,4 milhões de pessoas em 2004.

Mas quando se analisa o tipo de atividade das famílias de ocupados por conta própria, ressalta-se o aspecto que já havia sido comentado para o conjunto da PEA rural, que se refere à redução das ocupações em atividades agrícolas e o aumento dos ocupados em atividades não agrícolas e pluriativos com domicílio nas áreas rurais. A taxa anual de crescimento dos ocupados em atividades não agrícolas foi superior a 7% ao ano no Brasil, assim como nas regiões Sul e Nordeste. Já as famílias brasileiras de trabalhadores ocupados na condição de conta própria em atividades exclusivamente agrícolas continuaram a diminuir, reduzindo-se de 1.756.000 em 2001 para 1.713.000 em 2004. Os conta própria ocupados em atividades não agrícolas aumentaram de 230.000 para 261.000 e os pluriativos

passaram de 874.000 para 908.000 entre 2001 e 2004. Isto significa que os ativos ocupados nas atividades agrícolas continuam a ter dificuldades e alguns acabam saído do rural mas, por outro lado, cresce o emprego e a população que tem domicílio rural e que trabalham em outras atividades.

A combinação de atividades agrícolas com outras não agrícolas pelos membros de uma mesma família parece ser um fenômeno mais acentuado no Sul do Brasil, onde se verifica um aumento mais expressivo, passando de 142 mil famílias em 2001 para 178 mil em 2004. Em outros trabalhos, (Schneider 2003; 2005) já se vinha destacando que a pluriatividade deve ser compreendida fundamentalmente como uma estratégia das famílias rurais e dos indivíduos que a constituem, podendo variar segundo o contexto em que se encontrarem ou mesmo de acordo com os objetivos específicos que estiverem perseguindo para garantir suas condições de vida. Embora seja um fenômeno diagnosticado e estudado a pouco tempo no Brasil (vide os trabalhos do grupo de pesquisa ligado ao Projeto Rurbano), não se trata de um processo inteiramente novo, pois a combinação de atividades sempre foi uma característica típica do campesinato e de outras formas sociais do meio rural. Não se pode ignorar, contudo, que a pluriatividade já se reflete no mercado de trabalho e, à medida que vão se transformando as relações de trabalho e os processos produtivos no espaço rural brasileiro, sobretudo relacionado ao aumento das oportunidades de trabalho em atividades não agrícolas, é possível esperar que sua importância cresça de significado.

Não obstante, conforme já indicado em outros estudos (Schneider e Radomsky, 2004; Balsadi, 2006; Nascimento 2005) vale salientar que estas novas formas de ocupação nem sempre expressam melhoria na qualidade do emprego gerado, pois muitas vezes a pluriatividade implica em aumento da jornada de trabalho para que se torne possível operar em mais de uma atividade ou exercem-se trabalhos em condições precárias e informais ou, ainda (o que não é raro), as remunerações obtidas são baixas, razão pela qual os agricultores buscam rendas em mais de uma fonte.

O que chama atenção na análise dos dados da PNAD que refletem o comportamento da agricultura familiar durante o período recente é que esta categoria social vem se mantendo estável no meio rural da região Sul e Nordeste do Brasil. Esta constatação é, de fato, uma novidade, pois desde a década de 1980 registravam-se reduções ininterruptas desta categoria social (Nascimento, 2005). O fato de não estar diminuindo, portanto, deve

ser entendido como uma sinalização de que há fatores que estão influenciando o seu desempenho positivo. Na seção final deste texto, serão apresentados alguns argumentos acerca deste comportamento.

Características dos rendimentos dos agricultores familiares no período 2001-2004

Analisando-se o desempenho dos rendimentos auferidos pelos agricultores familiares no Brasil no período 2001-2004, apresentados na Tabela 4, a seguir, verifica-se que houve crescimento da renda média mensal, que passou de R\$ 617,49 em 2001 para R\$ 685,93 em 2004, perfazendo um aumento de 3,6% ao ano. Na região Sul a renda média mensal dos agricultores familiares revela-se muito superior a do Nordeste, o que se deve, em larga medida, a um tipo de agricultura mais capitalizada e inserida nos circuitos mercantis. De um lado, as melhores condições da agricultura familiar no Sul são uma herança histórica dos processos de colonização com imigrantes de origem européia assentados em regime de trabalho livre em pequenas propriedades. Por outro lado, o atraso relativo da agricultura familiar no Nordeste é bastante variável, se forem observadas as especificidades intraregionais e, sobretudo, as condições edafoclimáticas e de acesso à fatores de produção mais eficientes tecnologicamente entre os produtores, o que não é o alvo deste texto. Em função destas diferenças, a renda média do Sul registrou um crescimento bastante significativo entre 2001 e 2004, passando de R\$ 998,06 para R\$ 1.124,31, ao passo que no Nordeste o aumento foi pouco expressivo passando de R\$ 443,5 em 2001 para R\$ 450,10 em 2004.

Tabela 4. Brasil, Sul e Nordeste. Evolução da renda média mensal das famílias conta própria domiciliadas na área rural da região não metropolitana, segundo o tipo de atividade - 2001-2004 (em R\$)

Somente Famílias Conta Própria	2001	2004	Tx cresc. (% aa.) 2001-2004
BRASIL			
Agrícola	540,46	599,10	3,5%
Pluriativo	748,98	831,60	3,5%
Não-agrícola	837,36	902,72	2,5%
TOTAL	617,49	685,93	3,6%

Somente Famílias Conta Própria	2001	2004	Tx cresc. (% aa.) 2001-2004
SUL			
Agrícola	885,73	1.014,08	4,6%
Pluriativo	1.219,72	1.458,36	6,1%
Não-agrícola	1.590,90	1.140,70	-10,5%
TOTAL	998,06	1.124,31	4,1%
NORDESTE			
Agrícola	379,04	382,32	0,3%
Pluriativo	576,39	585,54	0,5%
Não-agrícola	503,49	549,27	2,9%
TOTAL	443,50	450,10	0,5%

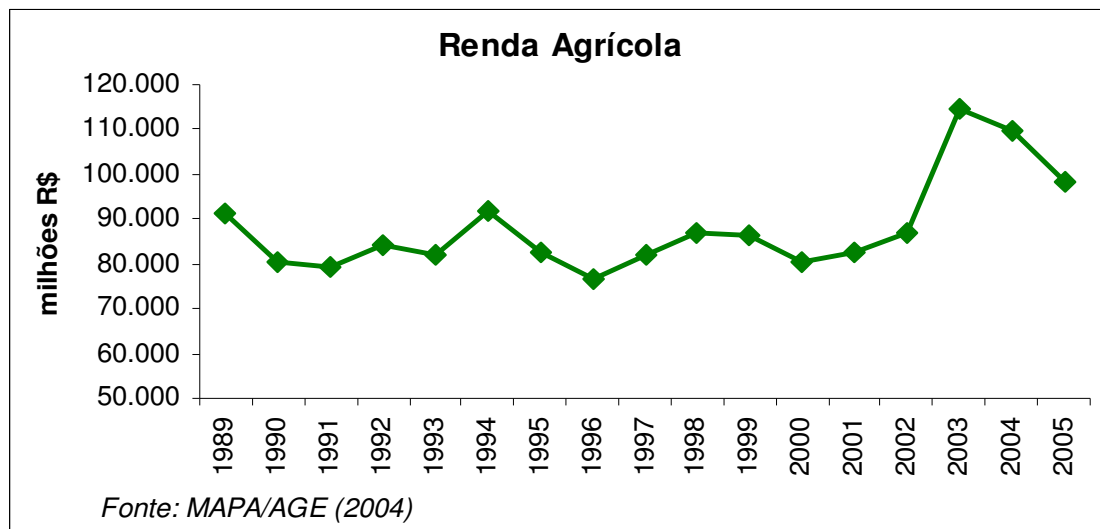
Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais UFRGS/PGDR, março de 2006.

* Renda mensal de todas as fontes (R\$ de 01/2006)

No que se refere à renda de atividades não agrícolas, a Tabela 4 indica que houve um aumento que foi maior no Brasil do que no Nordeste. No Sul registrou-se queda significativa, reduzindo-se de R\$1.590,90 em 2001 para R\$ 1.140,70 em 2004. A renda das famílias conta-própria pluriativas também aumentou no Brasil e na região Sul, ao passo no Nordeste permaneceu quase estável.

Mas a informação mais relevante da Tabela 4 parece estar no fato de que o crescimento da renda média total da agricultura familiar no Brasil e na região Sul parece ser bastante influenciado por um crescimento expressivo da renda agrícola, que aumentou 3,5% ao ano no Brasil e 4,6% ao ano no Sul, ao passo que no Nordeste este aumento foi de apenas 0,3%. O Gráfico 1, a seguir, retirado do trabalho de Gasques et. alii. (2006), mostra claramente que de 2000 até 2003 houve aumentos sucessivos da renda agrícola no Brasil, reduzindo-se nos anos seguintes.

Gráfico 2 – Comportamento da renda agrícola no Brasil – 1989-2005 (em milhões de R\$)



Retirada de Gasques, J.G. et. alii (2006) Preços de terras no Brasil, financiamento e produtividade total dos fatores.

A explicação para esta variação da renda média agrícola entre a agricultura familiar do Sul e do Nordeste encontra-se, obviamente, relacionada ao fatores diferenciais acima destacadas, o que faz com que a primeira reflita mais diretamente os efeitos das mudanças na elevação dos preços das *commodities* internacionais, tais como soja, trigo e milho, que foram particularmente favoráveis no período 2000 até 2003. No nordeste, onde estas culturas de exportação são menos expressivos, a variação da renda agrícola também foi menor. Uma outra forma de sustentar a hipótese de que o crescimento maior da renda agrícola na região Sul *vis-a-vis* o Nordeste deve-se ao efeito preço de *commodities*, é observar o comportamento das culturas como feijão e mandioca, típicos desta região, e que tiveram bem menos oscilação no mesmo período.

Na Tabela 5, a seguir, é apresentada a evolução da composição da renda das famílias de ocupados por conta-própria segundo a sua fonte entre 2001 e 2004, com base na seguinte classificação: rendas de atividades agrícolas, de atividades não agrícolas, de aposentadorias ou pensões advindos de benefícios previdenciários e outras fontes de rendimentos, que inclui transferências do governo como o bolsa família¹¹.

¹¹ No trabalho de Hoffmann (2006, p. 5), que analisa as mudanças na desigualdade da distribuição de renda no Brasil no período 1997 e 2004, utilizando os dados da PNAD, a desagregação do rendimento domiciliar é dividido em seis grupos, a saber: renda de todos os trabalhos, dois grupos de aposentadorias, doações, aluguéis e outros, que inclui juros e transferências oficiais como o bolsa família. Na opinião do autor, renomado estudioso do tema no Brasil, este último grupo expressa com fidedignidade os dados relativos as transferências oficiais como bolsa família e outros, uma vez que a informação sobre rendimento de juros é

Tabela 5. Brasil, Sul e Nordeste. Evolução da composição da renda das famílias conta própria domiciliadas na área rural da região não metropolitana, segundo o tipo de atividade - 2001-2004 (%)

Famílias Conta Própria	Agrícola		Não-Agrícola		Apos/Pens		Outras	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
BRASIL								
Agrícola	63,1	61,8	0,0	0,0	28,9	28,2	8,0	10,0
Pluriativo	43,8	47,2	31,3	28,8	16,0	15,6	8,9	8,3
Não-agrícola	0,0	0,0	79,7	77,7	10,7	13,5	9,6	8,9
TOTAL	50,8	50,9	17,8	17,2	22,9	22,6	8,5	9,3
REGIÃO SUL								
Agrícola	71,5	71,5	0,0	0,0	23,9	21,0	4,6	7,4
Pluriativo	41,8	50,0	35,8	29,9	14,2	13,9	8,3	6,2
Não-agrícola	0,0	0,0	79,1	80,7	10,2	8,9	10,7	10,4
TOTAL	56,8	59,8	17,0	14,8	20,1	18,0	6,1	7,3
REGIÃO NORDESTE								
Agrícola	51,2	47,9	0,0	0,0	37,1	37,1	11,7	15,1
Pluriativo	39,2	41,2	30,0	28,0	19,4	19,0	11,4	11,8
Não-agrícola	0,0	0,0	74,1	72,5	15,9	16,7	10,0	10,8
TOTAL	43,0	41,6	16,5	16,0	29,0	28,9	11,5	13,6

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais UFRGS/PGDR, março de 2006.

* Renda mensal de todas as fontes (R\$ de 01/2006)

Uma análise geral indica que a renda agrícola representa em torno de 50% da renda total das famílias de conta próprias domiciliados no meio rural do Brasil, a renda não agrícola representa 17%, as aposentadorias quase 23% e as outras rendas em torno de 9%. Entre 2001 e 2004, somente o grupo das outras rendas, que inclui as transferências do governo federal como o bolsa família (mas também juros e dividendos), registrou aumento relativo de 8,5% para 9,3%.

A região Nordeste registra estagnação em quase todas as fontes de rendas, com exceção das outras rendas, que passam de 11,5% em 2001 para 13,6% na proporção sobre a composição do rendimento total. A proporção das demais fontes de renda na renda total indica que a renda agrícola representa algo em torno de 42% (reduzindo-se de 43% em 2001 para 41,6% em 2004), a renda não agrícola contribui com 16% e as aposentadorias com 29%.

A região Sul, ao contrário, revela uma composição de renda em 2004 em que as atividades agrícolas representam quase 60% (em 2001 era de 56,8% e em 2004 passou para 59,8%) da renda total dos agricultores familiares. Na comparação com o ano de 2001, a

muito errática. Por este motivo, o grupo das outras rendas será tomado como forte indicador do impacto do programa bolsa família na renda domiciliar dos agricultores familiares.

renda não agrícola caiu de 17% em 2001 para 14,8% em 2004, a renda de aposentadorias também se reduziu de 20,1% em 2001 para 18% em 2004 e as outras fontes aumentaram sua participação de 6,1% em 2001 para 7,3% em 2004.

O conjunto das informações extraídas da Tabela 5, corrobora as conclusões de outros autores (Hoffmann, 2006)¹², indicando que as fontes de rendas que cresceram entre 2001 e 2004 tanto no Brasil como nas regiões Sul e Nordeste foram aquelas que incluem as transferências de recursos federais como o bolsa família, o que indica que os impactos do programa já se fazem perceptíveis nos dados analisados.

Além disso, vale notar que, não obstante, tenha havido um aumento da renda média entre 2001 e 2004, conforme indicado na Tabela 4, isto não se expressa quando se analisa a composição total da renda domiciliar, em que a proporção da renda agrícola não aumenta no período 2001-2004.

Efeitos das políticas públicas sobre agricultura familiar no período 2001-2004

Na tentativa de compreender e explicar quais seriam os condicionantes causais que estariam afetando o comportamento do emprego e da renda da categoria social dos agricultores familiares no Brasil e, comparativamente, entre a grande região Sul e Nordeste, no período recente, seria possível relacionar uma série de fatores de natureza estrutural. Entre estes fatores certamente se listariam os processos históricos de ocupação fundiária e as formas de organização do tecido produtivo, além de especificidades ambientais, edafoclimáticas e sócio-econômicas que afetam as dinâmicas intraregionais de cada uma destas grandes zonas geográficas.

Este exercício, no entanto, demandaria uma historicização de processos de longa duração e, mesmo assim, a determinação das relações de causa e efeito talvez não fossem imediatas. Neste sentido, nos limites dos objetivos deste trabalho, pretende-se avançar algumas interpretações sobre o comportamento do emprego e da renda que vêm afetando os agricultores familiares do Brasil e das regiões Sul e Nordeste no período 2000-2004 estabelecendo-se analogias com o desempenho de algumas das mais importantes políticas

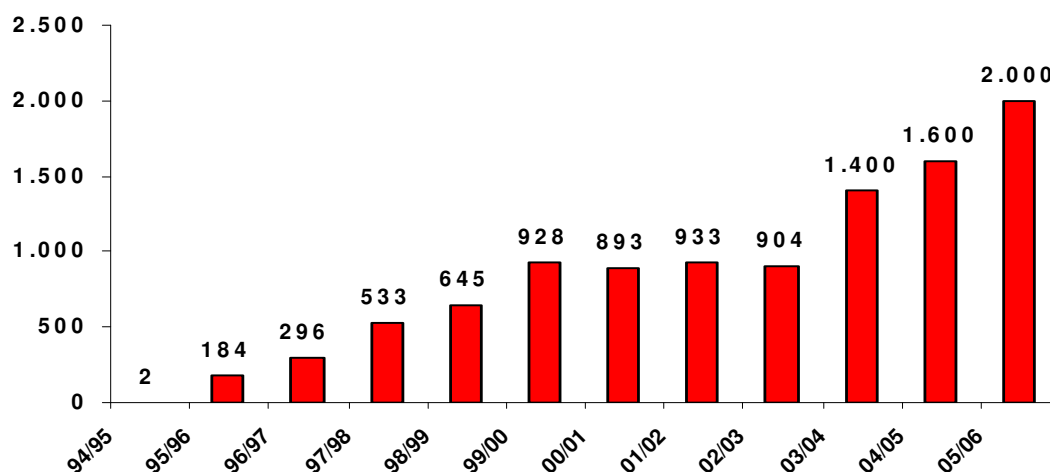
¹² Hoffmann (2006, p. 20) mostra entre 1998 e 2004 há uma redução no índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita no Brasil de 0,5984 para 0,5687, respectivamente, e que “28,0% dessa redução pode ser atribuída à parcela do rendimento total que inclui transferências do governo, como o bolsa-família (mas também inclui juros e dividendos).”

públicas atualmente em vigor e que tem este mesmo público como foco de suas operações. Este exercício analítico tem o propósito de estabelecer uma possível relação de causalidade entre a dinâmica do emprego e da renda dos agricultores familiares e as políticas públicas que vem operando com este universo social. Evidentemente, estudos mais aprofundados e de menor abrangência territorial serão necessários para averiguar a pertinência da hipótese aqui avançada, o que ficará resguardado para trabalhos futuros.

Especificamente em relação às famílias que trabalham em regime de economia familiar por conta própria algumas ações e políticas públicas parecem estar contribuindo para manutenção dos níveis de ocupação antes mencionados. Primeiro, vale salientar que o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que comemora seus 10 anos de existência, vem aumentando sistemática e significativamente o volume de recursos e o número de colocados à disposição dos agricultores familiares .

Os gráficos 3 e 4, a seguir, mostram a evolução do número de contratos e dos valores concedidos de crédito rural para agricultura familiar.

Gráfico 3 – Evolução do número de contratos do crédito rural destinado à agricultura familiar – 1994/95 – 2005/06



Fonte: SAF/MDA

O gráfico 3 indica que na safra 2000/01 o governo atendia a 893 mil contratos, já na safra 2004/05 o número de contratos atendidos passou para 1.600.000 e contratos. Relacionando-se o número de contratos com o total de unidades classificadas como ocupadas em regime de conta própria, pode-se dizer em 2001 o Pronaf atendia a 31,2% dos agricultores familiares no Brasil e em 2004 esta proporção aumentou para 55,5%. Dados da

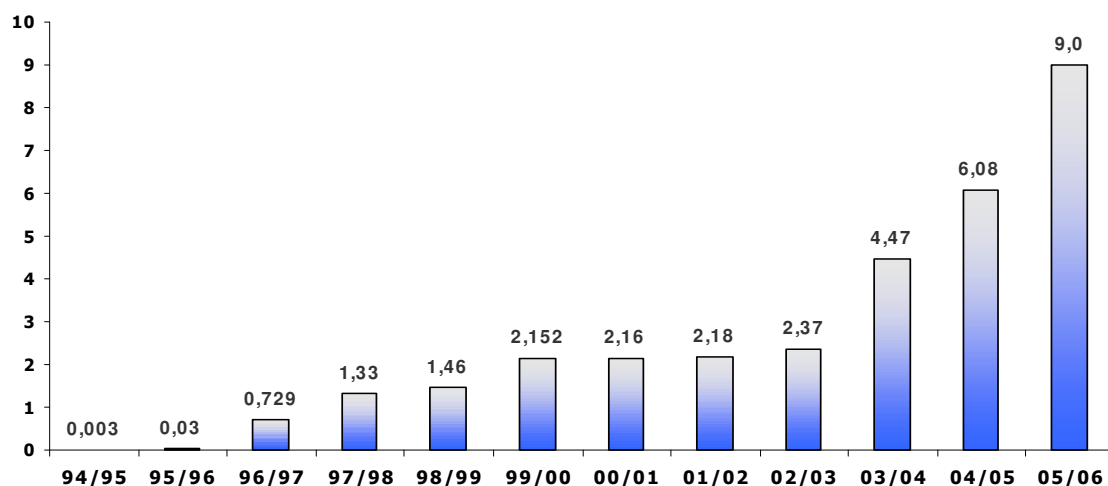
Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do desenvolvimento Agrário indicam que na região Nordeste o número de contratos aumentou de 266.000 em 2002/03 para 561.000 em 2004/05 e na região Sul passou de 435.000 para 594.000 no mesmo período.

O gráfico 4, a seguir, informa a evolução do montante de recursos destinados ao Programa, que passaram de 2,16 bilhões de reais na safra 2000/01 para 6,08 bilhões de reais na safra 2003/4. Também aqui verifica-se um expressivo crescimento em ambas as regiões, no Sul o aumento foi de 1,206 em 2002/03 para 2,590 bilhão de reais em 2004/05 e no Nordeste de 393 milhões para 1,141 bilhão, no mesmo período.

Gráfico 4 – Evolução do crédito rural destinado à agricultura familiar – 1994/95 – 2005/06 (em bilhões de R\$)

Fonte:

SAF/MDA



Em segundo lugar está a previdência social rural, que vem permitindo que um número significativo de famílias possam se manter no meio rural na condição de moradores, ainda que estudos venham demonstrado que parcela não desprezível das rendas de aposentadorias ajudam nas atividades produtivas (Delgado e Cardoso Jr., 2000).

Os dados da Tabela 6 indicam há um crescimento constante do montante de recursos que a previdência social gasta com benefícios de aposentadorias, pensões, rendas vitalícias e amparos com os segurados do setor rural, que são aqueles que tem domicílio em áreas rurais, o que não significa que o tipo de benefício seja exclusivamente advindo da condição de trabalhador rural ou outra condição, uma vez que muitos aposentados que trabalharam em outros setores de atividades passaram a morar no meio rural a partir do momento em que recebem o benefício. Vale lembrar que a partir da Constituição de 1988

(através do Art. 195, § 8º) houve a inclusão dos trabalhadores rurais e dos segurados em regime de economia familiar (considerados segurados especiais) nos planos de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)¹³. Essas normas, após regulamentações administrativas e outros procedimentos do Executivo através das Leis 8.212 e 8.213, somente entraram em vigor no último trimestre de 1992. Assim, apenas no ano civil de 1993 a universalização dos direitos previdenciários rurais passou efetivamente a contemplar os trabalhadores rurais pelo novo regime da seguridade social.

No total, a previdência social injetava no meio rural um montante de R\$ 6.925 bilhões de dólares em 2000, numa média de US\$ 77,25 por benefício pago, o que correspondia a um salário mínimo. Em 2002, último ano com dados disponíveis, este montante diminui para R\$ 5,419 bilhões de dólares (em face da variação da taxa de câmbio). Estes valores, ainda que não atualizados para o período aqui analisado, representam uma amostra do impacto que os recursos previdenciários tem sobre a renda do setor rural, especialmente porque se trata de um benefício líquido que é pago a cada mês.

Tabela 6 – Indicadores gerais da previdência social rural – 1991-2002

Anos	Valor dos Benefícios Mensais Pagos (US\$ milhões)	Número Total de Benefícios¹ (mil)	Número de Benefícios por Idade (mil)	Valor Unitário dos Benefícios Rurais (US\$ mês dez.)
1991	180,0	4.080,4	2.240,5	44,1
1992	234,4	4.976,9	2.912,8	47,1
1993	403,8	6.001,0	3.855,9	67,3
1994	526,8	6.359,2	4.176,2	82,8
1995	637,8	6.332,2	4.126,8	100,7
1996	705,2	6.474,4	4.102,2	108,9
1997	725,3	6.672,3	4.140,2	108,7
1998	749,8	6.913,1	4.305,3	108,5
2000	532,7	6.895,8	4.012,1	77,25
2001	548,6	7.070,6	4.117,3	77,6
2002	416,9	7.363,6	4.287,8	56,62

Fonte: Delgado e Cardoso Jr. (2000)., atualizados pelos Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS a partir de 2000.

¹ Inclui rendas mensais vitalícias rurais e benefícios de prestação continuada a partir de 1996, proporcionais às rendas mensais vitalícias (RMV) do setor rural em 1995.

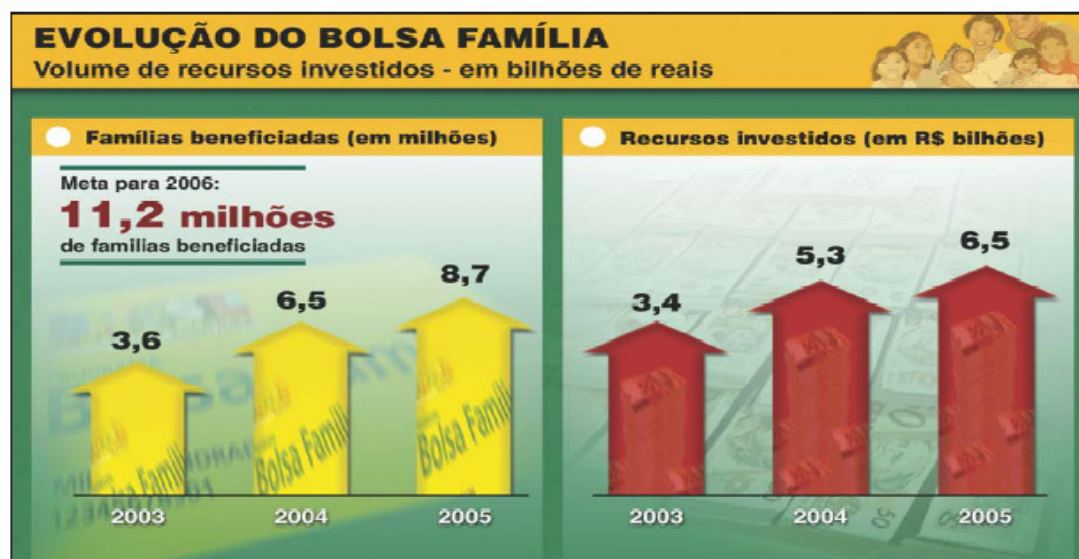
Em terceiro lugar, destacam-se os programas sociais como o Bolsa Família, que destina recursos públicos à manutenção de muitas famílias de agricultores no meio rural.

¹³ Com as novas regras constitucionais, as mulheres passaram a ter direito à aposentadoria por idade, houve redução no limite de idade para aposentadoria por idade dos homens (passou de 65 para 60 anos) e o valor

Tal como indicaram os dados sobre os rendimentos dos agricultores familiares, a repercussão das políticas de transferência de recursos do governo federal já se faz sentir entre as populações rurais e, de fato, tem influenciado na elevação da renda domiciliar. A Tabela 7 mostra que em 2003 o programa bolsa família atendia um total de 3,6 milhões de famílias que recebiam um montante de 3,4 bilhões de reais. Em 2005 o número de famílias atendidas aumentou para 8,7 milhões e os recursos destinados subiram para 6,5 bilhões de reais.

Embora o programa bolsa família tenha sido desenhado para o combate à pobreza e à iniquidade social em todo o país, nas áreas rurais seus impactos tem sido notáveis, pois é nestas áreas que se concentra parcela significativa das famílias em condição de indigência dentre as quais muitas são de pequenos agricultores que aparecem na PNAD como ocupados por conta-própria. Neste caso, é possível afirmar que parte do aumento das rendas das famílias conta-própria das áreas rurais brasileiras, sobretudo da região Nordeste, vêm recebendo a influência dos créditos do bolsa família.

Tabela 7. Brasil. Evolução do número de famílias atendidas e do volume de recursos do Programa Bolsa Família – 2003-2005



Fonte: Revista Brasil, Ano III - número 6 - Prestação de Contas de 3 Anos do Governo Federal

Enfim, em quarto lugar, pode-se relacionar o programa de assentamentos rurais como uma política pública que pode estar influenciando o comportamento do emprego e da

das aposentadorias aumentou de meio para um salário mínimo.

renda dos agricultores familiares do Brasil. A reforma agrária vem tendo um papel importante na reinserção social de famílias, gerando condições de trabalho e ocupação.

Ainda que seja numericamente pouco expressivo, em face do conjunto das famílias rurais ocupadas na condição de conta-própria do Brasil (que são quase 3 milhões), vale ressaltar que nas regiões Nordeste e Sul a presença de assentamentos é expressiva e vem contribuindo para reter parcela da população no meio rural. Neste sentido, entre o ano de 2000 e 2005 o programa de reforma agrária assentou um total de 369.059 famílias, o que não deixa de ser expressivo em um contexto onde a regra era o abandono do meio rural e não a permanência das famílias.

Tabela 8. Número de famílias assentadas da reforma agrária no Brasil – 1985-2005

Período/Ano	Número de Famílias
1985/1989	82.896
1990/1993	42.382
1993/1994	17.946
1995	42.912
1996	43.486
1997	81.944
1998	101.094
1999	85.226
2000	60.521
2002	63.477
2003	36.301
2004	81.254
2005	127.506

Fonte: INCRA/MDA

Considerações finais

Entre as verificações mais salientes que este trabalho demonstrou, está a de que no período 2001-2004 a estrutura ocupacional do mercado de trabalho rural do Brasil manteve-se relativamente estável. A PEA rural por exemplo, passou de 12,2 milhões em 2001 para 12,4 milhões de pessoas em 2004. Não se registraram aumentos no número total de famílias e as principais categorias ocupacionais, empregadores, assalariados e conta-própria não mostraram alterações significativas. O número de desempregados também não se alterou.

Entre as famílias de assalariados, verificou-se um aumento de 114 mil famílias entre 2001 e 2004, em grande parte atribuído à conjuntura favorável do aumento de preços dos

produtos agrícolas e ao crescimento do PIB da agropecuária, assim como à maior formalização das relações de trabalho, através da ação da fiscalização.

Os ocupados por conta-própria (agricultores familiares), também mantiveram-se estáveis entre 2001 e 2004, ainda que os ocupados em atividades agrícolas tenham diminuído, as famílias domiciliadas no rural e ocupadas em atividades não agrícolas cresceram a uma taxa superior a 7% ao ano, tanto no Brasil como no Nordeste e no Sul.

No que se refere ao desempenho dos rendimentos auferidos pelos agricultores familiares, verificou-se que houve crescimento da renda média mensal no Brasil, que passou de R\$ 617,49 em 2001 para R\$ 685,93 em 2004. No Sul a renda média das famílias de registrou um crescimento bastante significativo entre 2001 e 2004, passando de R\$ 998,06 para R\$ 1.124,31, ao passo que no Nordeste o aumento foi pouco expressivo passando de R\$ 443,5 em 2001 para R\$ 450,10 em 2004. Este crescimento da renda média total domiciliar da agricultura familiar no Brasil e na região Sul parece ter sido bastante influenciado pelo crescimento da renda agrícola, que aumentou 3,5% ao ano no Brasil e 4,6% ao ano no Sul, ao passo que no Nordeste manteve-se estagnada.

A análise da composição da renda domiciliar total demonstrou que a renda agrícola representa em torno de 50% entre as famílias de conta próprias do meio rural do Brasil, a renda não agrícola representa 17%, as aposentadorias quase 23% e as outras rendas em torno de 9%. Entre 2001 e 2004, somente o grupo das outras rendas, que inclui as transferências do governo federal como o bolsa família (mas também juros e dividendos), registrou aumento relativo de 8,5% para 9,3%.

Agradecimento:

A redação deste texto contou com a inestimável ajuda de Ely Mattos, que trabalhou com os microdados das PNADs e elaborou as tabelas. Foram ainda utilizados dados e informações de outros autores e cedidas por instituições, a quem cabem um reconhecimento formal. Os dados sobre o desempenho recente da agricultura foram obtidos através do texto de Gasques et. alii (2006), do MAPA. Os dados sobre aposentadorias rurais foram disponibilizados por Guilherme C. Delgado, do IPEA. Os dados sobre reforma agrária foram enviados pelo INCRA, através de Denise R. Kröeff. Os dados sobre Bolsa Família foram disponibilizadas pelo MDS, através de Antônio Claret Campos Filho. Os dados sobre

o PRONAF foram obtidos junto à SAF, através de Valter Bianchini. Também desejo agradecer ao colega Carlos A. Nascimento e Mauro Del Grossi pelos esclarecimentos sobre os dados da PNADs e pelo envio de informações. Sem estes, não teria sido possível elaborar esta reflexão ainda que não lhes caiba nenhuma responsabilidade pelo texto final.

Referências Bibliográficas

- BALSADI, O.V. Mudanças rurais e o Emprego no Estado de São Paulo nos Anos 90. São Paulo, Anablume, 2002.
- BALSADI, O.V. Qualidade do Emprego na Agropecuária Brasileira no Período 2001-2004. In: Seminário de Análise dos Resultados da PNAD 2004. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, Brasília/DF, 10-11 abril 2006.
- CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (orgs.) O Novo rural brasileiro. Jaguariúna/SP, Embrapa Meio Ambiente e UNICAMP, 4 Volumes, 2000.
- DEL GROSSI, M e GRAZIANO DA SILVA, J. As mudanças no rural brasileiro no início do milênio. In: Seminário de Análise dos Resultados da PNAD 2004. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, Brasília/DF, 10-11 abril 2006a.
- DEL GROSSI, M e GRAZIANO DA SILVA, J. Mudanças recentes no mercado de trabalho rural. Texto para discussão, mono, 12 páginas, 2006b.
- DEL GROSSI, M.E. Evolução das Ocupações Não-agrícolas no Meio Rural Brasileiro, 1981-1995. Campinas, IE/UNICAMP. 220p. (Tese de doutoramento), 1999.
- DELGADO, G. C.; CARDOSO JR., J. C. A universalização dos direitos sociais no Brasil: a Previdência Rural no anos 90. Brasília: IPEA, 2000.
- GASQUES, J.G.; PAUWELS, L.; BASTOS, E.T.; GEBARA, J.J. Preços de terras no Brasil, financiamento e produtividade total dos fatores. Brasília, MAPA, mono, 2006.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, (Coleção Pesquisas, 1), 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M. E. (1997) A mudança no conceito do trabalho nas novas PNADs. Economia e Sociedade, Campinas, n.8, p.1-16, jun. 1997.
- HOFFMANN, R. Transferências de renda e a redução da desigualdade e da pobreza no Brasil In: Seminário de Análise dos Resultados da PNAD 2004. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, Brasília/DF, 10-11 abril 2006.
- NASCIMENTO, C.A. Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas. Campinas, UNICAMP, Tese (Doutorado Economia), Instituto de Economia, 241p., 2005

SCHNEIDER, S. A Pluriatividade na Agricultura Familiar. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. Cadernos do CEAM, Brasília, v. 5, n. 17, p. 23-42, 2005.

SCHNEIDER, S. e RADOMSKY, G.F.W A pluriatividade e as transformações do mercado de trabalho rural gaúcho: estudo de caso no município de Barão/RS. In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (orgs.) O Novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais. Brasília, EMBRAPA, 2004, p. 263-320.

NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO: UMA REFLEXÃO SOBRE O CULTIVO DE MACONHA NO BRASIL¹

ANA MARIA MOTTA RIBEIRO²
Universidade Federal Fluminense
anamotta26@hotmail.com

Introdução

O estudo dos cultivos ilícitos quase pode ser classificado como tão interdito quanto o produto. A academia raramente opera com um enfoque que recupere a totalidade significativa que envolve esse tipo de agricultura que, no caso brasileiro, se enquadra numa escala comercial que nada tem a ver com os costumes culturais que se relacionam ao cultivo de coca, por exemplo, verificado na América andina.

A tendência maior passa pela segmentação e fragmentação do tema das drogas abstraindo a cadeia produtiva - normalmente praticado pelos trabalhos de sociólogos ou psicólogos, ou enfatizando as evidências da pressão hegemônica e autoritária do maior país consumidor de drogas do mundo, os EEUU, destacando, nesse caso, o âmbito da diplomacia das drogas auto denominado pelo congresso norteamericano de “guerra das drogas” – como é o caso dos textos produzidos por cientistas políticos.

O fato é que explorando a literatura, encontra-se dificuldades em incorporá-lo como um tema relativo ao mundo rural – lócus da produção³, dada uma certa obsessão que parece encobrir os pesquisadores conduzindo seu olhar para a apropriação urbana que caracteriza a distribuição e o consumo, levando o analista a se envolver com a confusa problemática da violência – lugar perigoso para uma análise sobre as drogas ilegais porque confunde processos distintos da economia e da cultura. E estas escolhas

¹ Este texto é parte de uma dissertação de doutorado a ser apresentada junto à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no programa do CPDA – Centro de Pós Graduação em Desenvolvimento Agrícola, e se baseia em dois momentos de trabalho de campo com apoio de Koinonia - organização não governamental que presta assessoria ao Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco que se viu atravessado por problemas envolvidos com o cultivo de maconha a partir do assassinato de uma liderança que fazia críticas ostensivas à essa prática verificada nos Projetos de Irrigação dos atingidos pela Barragem de Itaparica.

² A autora é professora do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense e coordenadora do Observatório Fundiário Fluminense da mesma instituição.

³ Exceção notável deve ser feita em relação à expressiva contribuição dos pesquisadores latinoamericanos em seus estudos sobre tais cultivos que conseguem apresentar o ponto de vista dos produtores diretos e dos consumidores tradicionais. Mas é certo também que a questão étnica e a dimensão dos costumes culturais em relação ao que denominam como “plantas mestras”, reveladores até de uma identidade nacional, podem ter influência na produção acadêmica e na escolha de enfoques mais críticos e objetivos. Citaria Rosa del Olmo, e J. Jaramillo, entre outros.

ainda resultam na perda do sentido da cadeia produtiva deste agronegócio ilícito e do conjunto de relações sociais e tramas políticas que são tecidas neste sistema onde a questão da terra tem um valor redefinido e a agricultura um novo sentido. O cultivo de plantas ilegais para mim representa uma dimensão emergente da questão agrária na América Latina.

Além disso, o campo minado da “violência em geral” pode favorecer conclusões que passem pela junção literária entre “indivíduos pobres reais” com “indole para o mal” o que também acaba forçando a indicação de causas aparentes muito superficiais que tencionem uma certa leitura da experiência social pela lente da psicologia ou da repressão, as quais podem hipnotizar a sobriedade acadêmica em torno de falsos dilemas entre dois entes abstratos – as ‘escolhas irracionais’ de indivíduos residentes em guetos que são contaminadoras e o ‘bem estar da sociedade’.

O usuário aparece sempre como o principal agente e o plantador dessas plantas proibidas se torna invisível para o Estado, para os organismos de representação de trabalhadores rurais, para a sociedade abrangente, e até para a sociologia rural. Juridicamente segundo a atual lei Antidrogas⁴ os usuários tiveram a pena abrandada – se considerados viciados o Estado os encaminha para clínicas em lugar de presídios, mas os plantadores foram mais visados: aquele plantador de maconha nordestino que não vê saída nas políticas agrícola e agrária do país, ao recorrer para essa prática acaba preso como “traficante” em cidades nas quais a defensoria pública – gratuita, nem existe.

Neste texto não pretendo resolver os dilemas que aponto, dada a dimensão de um artigo, mas tão somente centrar minha análise num estudo empírico que me permita perguntar mais do que responder e tentar pensar como se estabelece esse tipo de cultivo dentro de que contexto regional que identifique processos e agência humana de modo historiográfico. E, a partir disso oferecer dados de pesquisa sem muita ambição mas mais interessada em mapear situações. Apenas porque considero que o tema é tenso, contraditório, ambíguo mas acontece dentro da realidade de homens e mulheres reais, os quais – pobres, trabalhadores rurais e plantadores de maconha – representam o segmento possivelmente mais periférico e por isso invisível mas nem por isso menos socialmente relevantes.

⁴ A atual Lei Nº 10.409 é de 11 de janeiro de 2002 e foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso que se associa à Lei nº 6368 de outubro de 1976 para a realização dos procedimentos penais.

A pergunta que move o empreendimento deste texto será: considerando os processos de exclusão, empobrecimento e achatamento das alternativas de ascensão social, aliados ao isolamento do sertão nordestino e aos métodos invasivos de definição de políticas públicas para o interesse energético nacional que afetam de modo violento e segregário milhares de famílias atingidas pelas barragens, visando a construção de mega projetos hidrelétricos, seria razoável a indagação sobre como e porque esses pobres e invizibilizados segmentos sociais resolvem plantar maconha?

O Cultivo Ilícito no Brasil : A agricultura comercial de maconha

No Brasil, a economia ilícita da maconha absorve e substitui uma agricultura em escala comercial preexistente, que era voltada para o plantio de cebola e frutas, e que foi golpeada por políticas econômicas em escala nacional. Desenvolve-se no Submédio São Francisco sob condições agrícolas favoráveis, impregnada de uma nova modalidade de violência que se acomoda sobre a violência anterior e num contexto-território estigmatizado politicamente como área de domínio da marginalidade, identificado como o “polígono da maconha”⁵, e passa a ser assumida gradativamente, cada vez em maior escala, principalmente pela população camponesa ribeirinha do sertão nordestino – a do cultivo da maconha nas margens do São Francisco.

No cenário dos plantadores do São Francisco, encontram-se também, além dos casos tradicionais de grilagem,⁶ uma estrutura fundiária “frouxa” quer dizer, na qual muitas propriedades não estão regularizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA, propiciando a existência de terras aparentemente “sem dono”, sendo parte delas produto de expropriação pelo Estado decorrente do “Escândalo da Mandioca”⁷ que aumentou o estoque de terras públicas que permanecem quase

⁵ Segundo a concepção do governo, que criou agências especialmente para diminuir a presença do cultivo de maconha, fazem parte desse polígono ampliado como área estratégica, Curaçá na Bahia, e os demais em Pernambuco: Belém de São Francisco, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande, Orocó, Cabrobó, Floresta, Salgueiro e Serra Talhada. Esses municípios concentram maior número de assentamentos e maior presença do cultivo ilícito. Ver Plano de desenvolvimento Regional Sustentável do Submédio São Francisco. (2002)

⁶ Sobre a grilagem de terras públicas, existe notícia sobre o caso de Ibimirim, na década de 90, onde uma suposta Associação de Empresários (de Ibimirim) ameaça cerca de 200 colonos, segunda denuncia na imprensa, e ainda enviou um comunicado aos funcionários do DNOCS avisando que irá ocupar o escritório do órgão estatal na área, como legítima dona das terras. O Diário de Pernambuco, 21/8/91.

⁷ O evento conhecido como o Escândalo da Mandioca refere-se a caso ocorrido em Floresta na agência do Banco do Brasil, entre 1979 e 1981, envolvendo um grupo de funcionários públicos que, através de um esquema acionado em conjunto com fazendeiros e políticos locais, desviaram grande quantia de recursos que originalmente deveriam ter sido repassados e fiscalizado seu uso, para financiamento específico de projetos de plantio de mandioca que nunca aconteceu. Descoberto o

literalmente abandonadas pela União. Ou nos casos em que os Projetos de reassentamento – terras desapropriadas para fins de alocação dos produtores rurais atingidos pela Barragem de Itaparica - demoraram tanto a ser concluídos que alguns assentados, diante das vantagens econômicas do produto, mais a posse de um sistema de irrigação sofisticado, já concluído para alguns, optaram pelo plantio de maconha dentro desses projetos, como é o caso do Projeto Brígida ou do antigo Caraívas, atual Fulgêncio⁸, segundo destaques na imprensa pernambucana.

Dadas essas condições, por redefinir e recriar uma nova noção de agricultura ilícita, por aquecer o mercado de terras, reeditando conflitos com a polícia, e por revigorar economicamente o mercado de trabalho rural e a pequena produção deixada à margem do sistema produtivo da agricultura oficial, seria interessante perguntar, em que medida, poderíamos considerar os cultivos ilícitos na cadeia do tráfico de drogas (uma forma de agronegócio ilícito) como uma dimensão emergente da questão agrária no Brasil, tal qual já se define nesta proporção na América Latina?

Por outro lado, considerando as vinculações do crime organizado e da prática social ilícita com relações de mandonismo local, corrupção e autoritarismo, historicamente constituídos, e alimentados por elites rurais, trata-se também de problematizar sociologicamente; essa prática criminalizada como uma das expressões econômicas em curso que poderiam representar mais uma dimensão das relações de dominação de classe no meio rural .

Deste modo, poder-se-ia supor a construção de parâmetros peculiares na produção de uma sociabilidade rural tendo mais uma expressão de violência que se funde com as formas tradicionais, desta vez com um aporte urbano e global - pressionado pelos padrões da demanda -como fator de coesão no sertão, integrando a experiência social dos segmentos subalternizados. Mantêm-se ativas, portanto, as condições de impunidade em relação aos “donos do negócio”, e destaca-se uma representação do Estado pelos atores sociais como “ausência”, que se concretiza pela inexistência de um árbitro objetivo na produção de leis e regras impessoais no cotidiano, o que, no senso comum, acaba identificado como um território “sem Estado”, um lugar “vazio de Estado” para justificar, na voz corrente, a expansão do negócio da maconha.

esquema, as terras dos responsáveis foram expropriadas, e passaram para a guarda da União, sem um destino específico. Isso acarretou uma regularização fundiária incompleta, como definido pelo superintendente do INCRA do Submédio. (Gómez, 1993) Para ele esse caso “não se restringiu á dimensão de apropriação de recursos públicos, mas implicou também em disputas políticas que envolveram questões de honra e reputação”. (pp. 01)

⁸

Ver Diário de Pernambuco de 14/3/91,30/4/91,19/5/91,16/6/91 e Jornal do Brasil de 4/1/2004.

Isso afeta de modo cada vez mais radical a atuação do Pólo Sindical do Submédio São Francisco – PSSSF, órgão criado a partir das lutas dos atingidos pela Barragem de Itaparica que deslocou cerca de 40 mil famílias - uma vez que trabalhadores de sua base passam a se envolver com um negócio ilícito, e, na medida em que, gradativamente, se sucedem momentos de refluxo do sindicalismo, de perda de espaço nas negociações com o governo e de disputa desigual quando aparece a proposta de indenizações no lugar da conclusão dos projetos trazidos. pela CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, a partir de 2000.

Nessa época, o governo de FHC adota a postura de se recusar à concluir os projetos de reassentamento - base do acordo de 1986 firmado após intensa mobilização dos atingidos pela barragem - substituindo pela solução da indenização individual sem nenhum tipo de consulta ou negociação com as organizações dos ‘atingidos’ ou ‘reassentados’.

Do ponto de vista do Estado, tais indenizações representam uma redução de custos para o interesse público nacional tendo em vista a demora excessiva e as pendências dos projetos que onerariam excessivamente a União, considerando o fim das verbas específicas previstas para o custo social. Mas, do ponto de vista da população atingida, já se computava uma dívida histórica a ser cobrada pelo Pólo Sindical por que ainda se tratava da mesma luta contra os efeitos negativos da barragem sobre eles. E um Pólo enfraquecido financeiramente, como de resto toda a estrutura sindical do país, precisava se organizar nessa adversidade. Então, como situar, ou problematizar o crescimento do cultivo de maconha enquanto uma dimensão dos interesses políticos dentro da alçada do Pólo? De certo modo, a postura moral dos sindicalistas guiava a atuação do Pólo nesse âmbito, afirmando o preconceito como atitude e percepção. Tornando “invisíveis” os trabalhadores envolvidos no cultivo de maconha e o cultivo em si, como parte de seus problemas.

O Polígono da Maconha: A Região de Territorialidades Superpostas

No início do século XX, a região do Submédio São Francisco, hoje identificada pela mídia como “Polígono da Maconha”⁹, foi palco de Canudos - uma tentativa local

⁹ A definição desta região pela mídia, que usa como parâmetro a delimitação da polícia, é mais ampla que o recorte oficial estabelecido pelo Estado. Neste caso, além dos cinco municípios principais – Cabrobó, Floresta, Salgueiro, Belém de São Francisco e Orocó- envolve ainda, mesmo que marginalmente, outros 25. De acordo com a Polícia Federal em entrevista com o Superintendente na sede e comparada com as aparições na mídia do Rio de Janeiro e de Pernambuco.

de organização socio política, que se tornou luta de resistência com a “vinda do Estado” em forma de repressão e que se transformou num massacre sangrento de homens, mulheres e crianças. Foi região ocupada pelo cangaço e ainda tem influencia dos potentados e das parentelas.

Na segunda metade deste mesmo século, entretanto, esta região sofreu transformações importantes impostas pelo interesse nacional, tornando-se um espaço estratégico para a construção de mega projetos energéticos, forçando a retirada de milhares de famílias de seu habitat, afetando sua identidade, o que resultou na implantação de sistemas de irrigação tutorados pelo Estado na figura da CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. A reação organizada não tardou e um movimento sindical articulado produziu uma longa e coordenada ação política de resistência contra os projetos do Estado¹⁰.

Na sua história social, percebem-se as marcas na experiência comum de uma certa forma de “presença” do Estado nacional de modo recorrente enquanto agente externo com forte poder de mudanças nem sempre bem vindas e nem sempre solicitadas, ou promotoras de submissão. Assim, constrói - se uma relação de estranhamento (por imposição ou justaposição hierárquica quando relega a região à condição de dependência) mesmo quando o Estado chega em função de um processo de atração encaminhado por demandas do próprio poder público local do tipo, acionar pedido de socorro emergencial para enfrentar os dramáticos ciclos de seca a partir dos quais as elites sempre tentam negociar privilégios (fenômeno conhecido como “indústria da seca”)¹¹ preferencialmente à atender as necessidades gerais das comunidades atingidas.

O Submédio também foi o local onde ocorreu o “escândalo da mandioca”¹², quando o Estado investiu pesadamente na produção de mandioca para fins combustíveis, facilitando o repasse de crédito volumoso para fazendeiros através do Banco do Brasil a juros baixos e, muitos financiamentos depois, descobriu-se que o dinheiro foi pego mas nenhum pé da mandioca foi plantado, através de um esquema que retratava as relações de poder local numa fantástica experiência de ilegalidade contra o Estado.

¹⁰ Ver Correa de Araújo, Maria Lia (1990 e 2000)

¹¹ Aqui, destaca-se como importante aquele longo surto que tomou o final da década de 70, e os três primeiros anos da década de 80.

¹² Como já mencionado, trata-se de um esquema de desvio de recursos públicos motivados pelo investimento governamental no plantio da mandioca como alternativa energética, que envolveu funcionários do Banco do Brasil e fazendeiros da região.

Depois de 1981 as terras dos proprietários envolvidos foram confiscadas e se diz que, a partir daí, na segunda metade dos anos oitenta, com o fim do “grande negócio ilegal para os ricos” e com terras hipotecadas ao Banco do Brasil, transformadas no linguajar local em “terras sem dono” e com cidades que repentinamente perderam drasticamente a circulação de dinheiro, e, segundo a versão mais recorrente, foi aí que teve início o aquecimento da agricultura comercial de maconha na região, considerado desta vez um “grande negócio ilegal para os pobres”. Um acontecimento internacional e dados gerais da conjuntura no país também apontam para esse período.

“...Em 1987, numa reunião no departamento de Estado, nos Estados Unidos, foi-nos apresentado um mapa da rota da droga no mundo, e na época, a maior preocupação dos Estados Unidos era com o estado de Pernambuco e a produção da maconha. Eles mostraram que Pernambuco produzia a maior quantidade de maconha do país – para a minha surpresa. Eu, que morava em Pernambuco não tinha esse dado!” (depoimento da Sr^a Tânia Monteiro do Ministério da Justiça, à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Audiência Pública nº 1064/97, de 27/11/97, p.17) – cit Iullianelli-00¹³

A título de ilustração se poderia elencar um conjunto de acontecimentos marcantes que, como parte de sua história, configuram uma identidade à região a partir de dentro e a partir de fora - políticas de Estado pelo interesse nacional.

Destacam-se uma série de situações que aqui serão colocadas de modo desarticulado, apenas como indicação de processos variados mas de forte impacto, que atingiram essa região sertaneja: a existência antiga e detectada por antropólogos, entre eles Gilberto Freire e Donald Pearson¹⁴, do cultivo da cannabis na agricultura tradicional doméstica - ribeirinha e de sertão; as guerras de família (- em Salgueiro, os Sá e os Parente, em Cabrobó, os Freire; os Benvindos e os Gonçalves em Orocó, Benvindos, Araquã e Nogueira em Belém de São Francisco, Novaes e Ferraz em Floresta, os Coelho em Petrolina, entre outros)¹⁵; as dimensões do poder local; a barragem e a luta dos atingidos pela barragem¹⁶, a formação do Pólo Sindical; o impacto para os agricultores da importação de cebolas dentro da política de abertura do comércio internacional para produtos primários no governo Collor; a emergência do cultivo comercial de maconha e sua entrada na pauta sindical a partir do assassinato de

¹³ Iullianelli, Jorge Atilio – “Análise (curta) dos Confrontos (recentes) do Polo Sindical do Submédio São Francisco: Quando o Inimigo é Difuso e Criminoso”, CADERNO DO CEAS (185), Salvador, Bahia, Jan-Fev, 2000. Pp. 37-56. Pp.38

¹⁴ In, NORDESTE (1954) e O HOMEM DO VALE DO SÃO FRANCISCO (1972) respectivamente.

¹⁵ Esses nomes de famílias em briga há muitos anos são apontados na imprensa local e corroborados pelas entrevistas realizadas com o pessoal das polícias locais.

¹⁶ São mais de 10 mil famílias atingidas apenas pela barragem de Itaparica – 4 600 famílias da zona urbana e 5 900 famílias da zona rural, entre elas 200 famílias tuxás. Antes, duas outras foram construídas: Moxotó e Sobradinho.

uma liderança; e a repressão tecnologicamente apurada da economia ilícita na região mas seletiva – falha em localizar os “donos” das roças proibidas mas eficiente em achar as plantações, destruí-las e aprisionar os trabalhadores rurais flagrados em sua jornada de trabalho nessas áreas.

A conjuntura e o Novo Negócio da Planta Proibida: As Transformações Recentes do Submédio São Francisco

A política econômica brasileira dos anos 80 , representou uma década de transição que, segundo Cláudio Dedecca¹⁷, constituiu um período de redemocratização, com a finalização da ditadura, o crescimento da ação sindical no país, a grande mobilização para a Constituinte de 1988, entre outros eventos. Mas, entretanto, a ação política terminou pega no contra pé por uma crise econômica sem precedentes na história do Brasil.

O desdobramento desses processos se deu dentro de uma dinâmica qualificada pelo autor como “contra revolução conservadora” que emoldurou os anos 90. Em lugar da esperada retomada do desenvolvimento, o país viveu um período de quase estagnação, desemprego e aumento da desigualdade social.

Entre 80 e 90, segundo Abramovay e Camarano¹⁸, é do Nordeste que sai maior contingente populacional do campo, mas, segundo a questão regional do submédio, lá acontece o oposto, e o movimento populacional torna-se interessante do ponto de vista de novos reordenamentos socioeconômicos na região – em função do reassentamento dos trabalhadores rurais dos municípios submersos pela Barragem de Itaparica. Assim, enquanto o nordeste se “esvazia” em termos demográficos, na região surgem novas comunidades nos Projetos de Irrigação da CHESF. Comunidades sem uma identidade definida e com processos de coesão social ainda imaturos.

Mudanças importantes na dinâmica econômica regional acontecem entre 90 e 92, e envolvem crise de preço que leva à forte queda na produção de algodão e cebola, e atinge a produção agropecuária tradicional (milho, cebola e caprino), gerando desemprego rural, além de perda de propriedades de pequeno porte. Por outro lado, o início da safra nos projetos irrigados concluídos fortalece a posição do Pólo e favorece a agricultura familiar que passa a se incorporar no mercado de consumo regional e nacional.

¹⁷ Dedecca, Cláudio Salvadori (2002)

¹⁸ Abramovay e Camarano (1999)

Algumas datas merecem consideração. Em 1986 os trabalhadores organizados em torno do Pólo foram instalados na área de reassentamento dentro do acordo coletivo estabelecido com a CHESF; em 1987, o governo brasileiro recebe informação oficial dos Estados Unidos (DEA) de que Pernambuco é um grande produtor de cannabis e a polícia identifica a região que envolve também o estado da Bahia, como o “Polígono da Maconha” brasileiro. Pesquisa de Lais Menezes e Aurélio Viana¹⁹ na região, informa que sindicatos já acusam presença do plantio de maconha na área desde 1994; em 1997 ocorre o assassinato de Fulgêncio - uma liderança do Pólo sindical - supostamente encomendado pelo “pessoal da maconha” e, começam a ser organizadas ações públicas de denúncia e repressão: Comissão de Direitos Humanos, no Congresso, Operações Mandacaru e Asa Branca da Polícia Militar estadual.

Na dimensão política local, as disputas pelo dinheiro público relativas aos projetos de irrigação com fonte internacional (BID) criam ambiente tenso que afloram nas campanhas políticas sobretudo dos anos 90. Na dimensão política nacional os governos sucessivos de Collor, Itamar e FHC afetam negativamente a ação sindical e as demandas dos trabalhadores rurais, entre outros fatores por propiciarem uma demora de quase dez anos entre o assentamento nas agrovilas e a ocupação produtiva dos lotes irrigados (a conclusão dos projetos de irrigação se arrastou nesses três mandatos, com apenas parte minoritária dos projetos entregues aos trabalhadores e, mesmo assim, graças à pressão do Pólo).

O governo FHC (1994-2002) caracterizou-se como o mais adverso, impondo uma crise de representatividade junto ao Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco (doravante, PSSSF) em função de processos de cooptação nas direções de cooperativas dentro das agrovilas para o repasse de recursos público. Segundo o relato de diretores do Pólo verifica-se como recorrente a reclamação pelo fato do governo ter retirado deles o papel de mediação na distribuição desses recursos, os quais, alegam terem conquistado para os trabalhadores.

O ano de 1997 também se caracteriza por uma significativa mudança nas relações de poder no âmbito da ação sindical quando o Banco Mundial, responsável pelo financiamento das obras da Barragem, se recusou a trazer o Painel de Inspeção para o Brasil - que havia sido solicitado pelo Pólo em função de possíveis desvios de gastos públicos e de erros nas obras apontados por trabalhadores. Na mesma reunião da

¹⁹

Vianna e Menezes (1994)

coordenação do Pólo, acima mencionada, os dirigentes afirmaram que o BID ainda culpou o Pólo pela morosidade, por estar sempre “criando problemas”.

A partir daí, FHC também esvazia o poder de decisão da CHESF – agência pública que assinou o acordo coletivo com o Pólo em 1986 estabelecendo o reassentamento rural das regiões atingidas pela barragem - ao redefinir o papel da interlocução entre o Estado e os atingidos pela criação do GERPI - Grupo Executivo para os Reassentados nos Projetos de Irrigação, e, com determinação específica para passar a dirigir as ações relativas ao reassentamento de Itaparica.²⁰

Esse grupo executivo se recusa totalmente a dialogar com o Pólo que cuidava da conclusão dos projetos de reassentamento, e inicia a estratégia de indenizações aos trabalhadores rurais reassentados - com lotes irrigados em operação ou em vias de conclusão, e para aqueles situados ainda nas agrovilas aguardando a instalação do sistema de irrigação de seus lotes demarcados ou não – para saírem da área liberando o Estado de qualquer obrigação com a população que optasse pelas compensações oferecidas que variavam entre 30 e 50 mil reais.²¹

Finalmente, os anos 90 ainda assistem às diretrizes do GERPI, no sentido de estimular a criação de cooperativas “a toque de caixa” em cada projeto (independente das cooperativas já existentes, e ligadas ao Pólo) com as quais se relacionava preferencialmente para o repasse de recursos (volumes expressivos) nos projetos de irrigação já concluídos. ²²

É neste contexto de divergências do governo com o Pólo que Fulgêncio - liderança de base ligada ao PSSSF e coordenador no Projeto Caraívas, onde começaram a aparecer os cultivos clandestinos - irá se posicionar contra as plantações de maconha, atraindo inimigos e que culminará com seu assassinato porque, segundo relatos feitos por trabalhadores nas agrovilas que visitei, consta que algumas dessas “novas” cooperativas passaram a ser administradas por “gente perigosa”, referindo-se ao envolvimento direto ou não com o cultivo de maconha e outras práticas ilegais.²³

²⁰ A pesquisa mais ampla da qual esse artigo é um parte, precisará aprofundar a que corresponde essa mudança ou redefinição de poderes.

²¹ Boletim do Polo afirma “O GERPI em vez de concluir o reassentamento, quis acabá-lo, ignorando os reais interesses dos reassentados e da população” Op cit Iulianelli - pp. 6.

²² Ver Iulianelli, OP. Cit. p . 8

²³ Esses fatos precisam ser melhor explicados - na medida das possibilidades da pesquisa de campo - e desenvolvidos a partir da análise de novos depoimentos e documentos a serem localizados no arquivo do PSSSF. Para o presente artigo me limitei a fazer indicações que servissem de parâmetro para o contexto de adversidade em relação à militância de Fulgêncio.

Na realidade, esses repasses criavam um espécie de “poder paralelo” à organização dos trabalhadores com direção política do sindicalismo, consoante com suas bandeiras mais gerais por reforma agrária, e, por representar uma relação com poder e dinheiro atraiu gente “de fora” para os projetos e agrovilas quando então aparece, na leitura do Pólo, ter se consolidado a presença do “narcotráfico” dentro desses espaços e arregimentando a juventude que já havia perdido o elo com a identidade rural dos pais após 10 anos de espera para entrar no lote e plantar.

Enquanto isso - o que se define como uma boa hipótese - o cultivo de maconha em escala comercial se consolidou na região atraindo a prioridade da repressão e aparentemente embaçando a importância da conclusão dos projetos de reassentamento e a luta pela reforma agrária, ao deslocar na sociedade local a problemática principal.

Neste contexto redefinem-se as demandas da região para o Estado nacional. Essa perspectiva, aliás, será cada vez mais internalizada pelos próprios habitantes da área, ricos ou pobres, e inclusive por setores expressivos do movimento popular, entre eles o movimento sindical rural. A repressão para combater a violência passou a ser mais urgente que a reforma agrária inconclusa, se é que se pode chamar de reforma agrária, como classifica o Pólo, o processo de reassentamento nos projetos de Irrigação.

Essa demanda, alimentada pelo recrudescimento da violência, traz para a região dois desdobramentos federais organizados para solucionar o problema dos cultivos ilícitos: uma nova superintendência setorial da Polícia Federal, com o objetivo de erradicar as plantações de maconha, e uma nova superintendência regional do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (SR-29, Superintendência de Petrolina), com a finalidade de regularizar a estrutura fundiária até então indefinida, expropriando as terras do cultivo ilícito identificadas pela polícia e organizando novos assentamentos nessas áreas, sem resolver a tensão que existe sobre e em torno delas, já que foram terras “tomadas” do cultivo ilícito, e tornando os assentados, consequentemente, em herdeiros de uma disputa.

Mas, embora articuladas, essas ações apenas forçaram a mudança de endereço do cultivo e não afetaram decisivamente o “bom” negócio que continuava mantendo solidez, uma vez que as reformas mais estruturais acabaram passando para segundo plano.

A agricultura comercial de maconha, ainda que perseguida, se consolida como atividade econômica na região, e os produtores ilegais chegam a constar em documento do INCRA que faz diagnóstico do Submédio São Francisco - na análise e nas tabelas,

especialmente na que apresenta o “Demonstrativo dos resultados (econômicos e financeiros) por tipo de agentes econômicos” que permite uma comparação dos indicadores de produtividade (valor agregado por ha, por dia/homem de trabalho, por unidade monetária investida e unidade de trabalho humano) e renda agrícola, entre os diferentes agentes. No referido diagnóstico, os dados permitem apontar que:

“...nenhum dos sistemas de produção praticados pelos diferentes subtipos de produtores familiares ou extrativistas alcança o nível de atingimento do PRS (patamar de reprodução simples) obtido nas atividades ilegais de plantação da maconha, que é de 653%, (o máximo entre os demais é de 270%, para mineração, e o mínimo é de 17%, para goiaba/banana) o que mostra o porque do incremento desse tipo de atividade por razões econômicas.”²⁴

Deste modo, muitas questões ficam em aberto acerca do papel econômico e social desse cultivo que possui visibilidade real no plano oficial, em que pese ilegal. Como se daria, finalmente, a sua reprodução agrícola?

O sistema de produção agrícola da maconha no Submédio São Francisco

Na pesquisa de campo muitos elementos foram identificados e sugeriram um caminho de reflexão, e foi assim que pude detectar fatos sobre as características do cultivo.²⁵

A escolha do cultivo geralmente recai sobre áreas inóspitas e conta com a defesa estratégica da caatinga e suas plantas espinhentas que o nativo envolvido no plantio, tão bem conhece, esta é a ‘maconha de sequeiro’. Uma classe média emergente – a dos donos das roças que financiam a empreitada - se estabelece neste deslocamento de poder provocado pelas punições reais realizadas pelo Estado contra os fazendeiros. Muitos foram presos, a maioria faliu e quase todos perderam suas terras.

A outra vertente do cultivo se caracteriza do ponto de vista gerencial, como um resultado da organização militar privada que é incorporada culturalmente na estrutura das brigas de família, e pela ocupação produtiva de terras devolutas nas ilhas do São Francisco, onde as corredeiras protegem os plantadores da polícia ou o “rio avisa” - referindo-se aos motores dos barcos da repressão - que são ouvidos a tempo de permitir uma fuga. Esta é a ‘maconha molhada’, assumida pelas famílias que já se militarizaram há muito tempo e representam o lado marginal tradicional, que pratica assaltos nas

²⁴ IN Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Submédio São Francisco, op. Cit., pp. 34-35.

²⁵ Os depoimentos que serão apresentados foram obtidos em dois trabalhos de campo realizados em 2002 e 2003 na região e a identificação será apenas formal, tipo posição no negócio, cargo público ou local de produção da fala, se sindicato, igreja, ou comunidade. O tema impõe esse cuidado e os informantes precisam ser resguardados, exceto no caso de cargo publico, quando não solicitado o sigilo.

estradas e roubos de patrimônio alheio, muito anteriormente ao fortalecimento da agricultura comercial de maconha mas que com essa entrada, se potencializam.

Os donos desse negócio ilícito, geralmente são pessoas influentes e representam defesa política e social para os mais fracos. Na fala dos sertanejos em espaços públicos aparece como voz corrente a afirmação de que o Estado “está ausente para amparar quem precisa” e via de regra é reconhecido como “aquele que quando está presente vem para reprimir”! - Essa parece ser a opinião mais geral encontrada em conversas, sobretudo nas feiras, que por sinal representam o lugar por excelência das “negociações” e acontecimentos sociais no sertão.

De comum então, entre as duas diferentes práticas de cultivo de maconha, aparece a representação social da “ausência” sentida do Estado na experiência local, e a irregularidade fundiária, tanto na alternativa de cultivo da maconha de sequeiro como na molhada.

Perguntado, o Superintendente do INCRA para o Submédio – a agência anteriormente referida e que foi criada para responder ao problema do cultivo comercial de maconha, caracterizando quando e como o Estado “se volta” para a região - responde que se trata de uma região onde a maioria dos municípios não tem regularização fundiária definida, alguns estão com o processo discriminatório ainda em curso e parece existir, segundo ele, uma migração do cultivo para áreas sem regularização à medida que o INCRA vai regularizando e muito lentamente.

Ademais, o INCRA, que nem “existia” por lá, e agora apresenta-se como o grande parceiro da polícia, aparentando certa condição de “promiscuidade” nos relatos coletados (feiras, mercados, agrovilas, sindicatos, etc) quando opera ao lado da polícia enviando seus técnicos junto nas operações de repressão, para ajudar na identificação do dono da terra, tendo em vista ser parte interessada na expropriação ou desapropriação de terras encontradas com maconha que revertem para a União. Um morador da região, na feira, afirma:“- Quer dizer, nunca veio e agora vem pegar terra da gente!”(sic).

E ainda assim, as ações de repressão às drogas trazidas pelo Estado à região se auto - apresentam para a população local através da figura de um Estado pesado e lento, sem estrutura ou orçamento, sem condições materiais.

Um Estado – que apesar de lento, mantém-se posicionado no paradigma “proibicionista”²⁶ e que está ganhando a batalha da mudança de certos costumes, ao

²⁶ Os estudiosos da questão internacional das drogas definem dois paradigmas para o tema: o “proibicionista” que opera a perspectiva do controle e proibição radical das drogas ilícitas como papel do

expropriar algumas propriedades, mas que não consegue mudar as determinações do poder local, ao manter inalterado o sistema de intermediação de verbas públicas, por exemplo, entre os agentes da elite política pernambucana como indicam os jornais do estado, ou certo grau de impunidade dos proprietários que mesmo identificados pela presença do cultivo ilícito em suas terras, permanecem fora do sistema de repressão. De uma lista apresentada pela Polícia Federal à CPI do Narcotráfico, em que constavam cerca de 500 propriedades onde foram encontradas roças de maconha em 1991, apenas duas haviam sido incorporadas para fiscalização pelo INCRA em 1992 apesar de todas terem sido autuadas em flagrante pela polícia.²⁷

Mas de qualquer modo, a incorporação de apenas essas duas já criou um enorme impacto no padrão de impunidade das elites da região.

Estado sem necessidade de discussão e participação da sociedade civil, considerando que os organismos internacionais ao classificarem como entorpecente essas drogas já definiram jurídica e cientificamente os parâmetros do mal estar que causam para sociedade, dispensando assim qualquer questionamento nem mesmo de cientistas, assumindo o tema como resolvido em si mesmo pela interdição do consumo. A referência desta posição é fartamente apresentada pela mídia, pela Igreja e pela polícia.

O outro paradigma – “antiproibicionista”, oscila entre o mesmo partido pré assumido mas no sentido contrário, quando valoriza a anti- proibição como norma, mas se amplia algumas vezes quando abre para uma dimensão de questionamento participativo da sociedade através de campanhas de esclarecimento fomentando dúvidas, apoio ou financiamento de estudos e pesquisas visando a verificação acadêmica do potencial destrutivo ou curativo de cada droga em particular, lícita ou ilícita e vendo o problema das drogas dentro de novas dimensões como a étnica , da sociabilidade capitalística ou dos impactos do capitalismo sobre o meio ambiente (como na questão das fumigações de veneno sobre plantações de coca que atingem homens, sua cultura e o meio ambiente). Na atualidade, isso pode ser verificado em relação à questão dos transgênicos cujo debate e posicionamento que identifica grupos em debate também acompanha essa lógica binária, tornando assim escorregadios esses modelos do ponto de vista objetivo por representarem mais uma questão de tomada de posição ideológica. Mas, a meu ver, de algum modo essa categorização pode ser útil, se usada como uma classificação tipológica para os argumentos que elabora, criando assim dois grupos de postura sobre o tema. Para localizar os anti proibicionistas, sugere-se ver o site mamacoca.org.com que articula uma Rede de estudiosos e ativistas leigos e acadêmicos, entre os quais, botânicos, biólogos, médicos, sociólogos, antropólogos, psicólogos, advogados, filósofos - boa parte ligados à organizações de redução de danos -, membros de organizações da sociedade civil, cocaleros, sindicalistas rurais e ambientalistas (ambientalistasenaccion@censat.org ou boletin@iniciativaambiental.net), além de usuários, etc. Essa Rede é coordenada pela colombiana Maria Mercedes Moreno (mmm@mamacoca.org), e atua a partir da constituição do Comitê de Impulso Internacioanl (comite_de_impulso@mamacoca.org), visando a revisão dos critérios internacionais de definição das substâncias classificadas como drogas, com destaque àquelas por eles chamadas de ‘plantas-mestres’ ligadas à culturas e à hábitos religiosos. Esse Comitê já realizou pelo menos dez Seminários, Encontros ou Conferências Internacionais, cinco deles dentro do Fórum Social Mundial, têm ainda o suporte do Partido Radical Italiano que elabora um boletim semanal: o LIAFAX, editado pelo jornalista Marco Perduca (bulletinantiprohibitionistliafax@radicalparty.org).

²⁷ Diário de Pernambuco: – 11/5/91, 25/5/91, e 27/5/91. Na matéria do dia 11, “Diário revela as 520 propriedades que cultivam maconha em Pernambuco. Nas páginas internas do jornal, pode-se ler que esse total se refere à região, mas que Pernambuco entra com a cifra de 400 propriedades. Na do dia 25, a lista especifica os nomes das propriedades, não dos proprietários, e na matéria do dia 27 a reação dos fazendeiros rapidamente aparece: proprietários de Cabrobó foram à imprensa negar que plantassem maconha alegando a inexistência de inquérito policial que comprove a responsabilidade e afirmando que são absenteístas e que, portanto, não se pode cobrar deles controle sobre suas terras de grande extensão.

As operações de repressão ‘strito sensu’ aportadas pela Polícia Federal - que também criou uma superintendência regional para o Submédio como resposta ao cultivo comercial de maconha no “Polígono” – veio reduzindo de fato a produção na região do “Polígono”, e no ano de 2003 já possui um mapa da migração do cultivo deslocado para Mato Grosso e Paraguai. A produção do Submédio, hoje, reduz-se ao abastecimento das capitais do nordeste: é um produto do sertão para nordestinos, segundo afirmações apresentadas pelo Superintendente da Polícia Federal em Pernambuco.

Nesta região, enfim, sobrepõem-se várias dimensões sociológicas fortes e acontecimentos históricos relevantes que permitem uma aproximação entre Estado e sociabilidade sertaneja, aliado ao fato de que a área pode ser vista como uma espécie de território experimental de intervenções governamentais, tal a quantidade de projetos políticos e econômicos e planejamentos invasivos lançados por sucessivos governos e que se impuseram sobre sua dinâmica cultural própria.

Entretanto, de algum modo, moralmente positivo ou não, os atores sociais - independentemente de classe, embora vivenciado de maneira específica na experiência dos “de cima” em relação aos “de baixo” da sociedade - sempre produziram algum tipo de reação a essa presença de oportunidade ou de protesto, e fundaram uma experiência social eivada de contradições com a autoridade pública nacional, a ponto de tornar opaco o Estado enquanto parceiro na intermediação das verbas públicas, por exemplo, ou adversário na luta sindical.

Mas, esse mesmo Estado passa a ser visto como invisível enquanto presença constitutiva de cidadania, especificamente para os de baixo da sociedade. Talvez por isso, seja considerado paradoxalmente por todos, como “ausente”. Embora as elites que também reclamem dessa “ausência”, criativamente se aproveitem justamente dessa condição para reproduzir sua hegemonia. O Estado, na história sertaneja e até os dias atuais, permanece ausente em termos de saúde, educação e saneamento. Assim, o Estado aparece como um estranho.

E o Pólo encontra diante de sua ação essa reordenação político moral da realidade que vai se tornando cada vez mais crônica na região: uma economia cujos agentes locais (entre eles, Bispo, dirigentes sindicais e polícia - para citar alguns) reconhecem - embora sem que se possa encontrar qualquer fonte para esse dado - que passa a se sustentar cada vez mais nos resultados da produtividade crescente da maconha e no seu desempenho positivo para a circulação de dinheiro nas cidades.

Para a coordenação do Pólo, esta seria uma contradição flagrante com seu projeto, o de criar um impacto na economia através da agricultura familiar irrigada que representa sua identidade e sua bandeira de luta que associam como uma defesa da reforma agrária . Para o resto da comunidade esse crescimento assusta mas de algum modo funciona como uma forma de integração na era da globalização—pela via criminal – do nordeste com a dimensão social do sul e do sudeste que representam um ambiente de violência e crimes mas são a mais pura expressão da modernidade. Enfim, “tudo pode ser ao mesmo tempo o seu contrário!”²⁸

Considerações Finais

Até onde cheguei com a pesquisa acho que posso afirmar que abrindo mão de moralismos, na experiência social e econômica do sertanejo, muitas pessoas dos segmentos subalternizados encontram uma solução financeira nessa agricultura a seu alcance e dentro de suas redes de relações pessoais mais diretas, mais acessíveis que o sistema bancário, por exemplo ou que as hierarquias sociais assimétricas que passam pelos potentados que representam a agência da dominação, mas por outro lado sofrem uma perda identitária irreparável em sua condição de classe. Ao se organizarem para esse tipo de plantio como solução para seus problemas não apenas perdem sua condição corporativo sindical mas, em sua própria agência, enfraquecem e fragmentam a relação entre seus atos e o “fazer-se classe” na luta contra o capital.

Penso que essas considerações podem oferecer pistas para que se possa entender a pergunta do presente texto ao menos no plano da reprodução social e econômica desses nordestinos e na sua construção ideológica enquanto trabalhadores agrícolas pobres, quando são transgressores – e por motivos basicamente racionais.

Quanto ao fenômeno do cultivo ilícito no Brasil, entretanto, ainda temos muita coisa para compreender e a tarefa acadêmica está ainda em aberto. Mais do que deveria a meu ver, e, estou certa de que será melhor assumida se representar um trabalho de reflexão coletiva e multidisciplinar, articulando as dimensões locais, nacionais e internacionais. Porque mesmo através desse tema ainda permanecemos falando de mais uma metáfora que nasce da exuberante criatividade do capitalismo.

Bôca do Mato, 27 de março de 2006

²⁸

Referência à frase de Marx no Manifesto do Partido Comunista.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo e CAMARANO, Ana Amélia - “Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 Anos”. Tópicos Para Discussão. Instituto de Economia, UNICAMP, S.P., Jan., 1999
- BARROS, Luitgard Oliveira Cavalcanti - A DERRADEIRA GESTA. Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão. Mauad Ed./FAPERJ, Rio, 2000
- BHABA, Homi - O LOCAL DA CULTURA, Ed. UFMG, Belo Horizonte, 1998
- BOURDIEU, Pierre - O PODER SIMBÓLICO. Difel Ed, Lisboa, 1989
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto - “A Categoria de (des) Ordem e a pós modernidade” , IN, CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (et ali) - PÓS MODERNIDADE. Cadernos EDUNICAMP, S.P., 1986
- CARDOSO, Ruth (org) - A AVENTURA ANTROPOLÓGICA. Paz e Terra Ed., S.P., 1986
- CORREA DE ARAUJO, Maria Lia - NA MARGEM DO LAGO. Um Estudo Sobre o Sindicalismo Rural. Fundação Joaquim Nabuco, ed. Massangana, Recife, 1990
- (org) -SONHOS SUBMERSOS OU DESENVOLVIMENTO? Impactos Sociais da Barragem de Itaparica. Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, Recife, 2000
- DEDDECA, Cláudio Salvadori - “Nota Sobre o problema do emprego e do desemprego no Brasil”. Anais da sociedade Brasileira de Economia política. Nova friburgo, SBEP, 2002
- E. BEAUD, Stéphane et WEBER, Florence - GUIDE DE L’ ENQUÊTE DE TERRAIN. Paris, Éditions de de La Découverte, 1997
- FREIRE, Gilberto - NORDESTE. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1964
- GERTZ, Clifford - A INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS, Rio, Zahar Ed., 1978
- - “Um Jogo Absorvente; Notas Sobre a Briga de Galos Balinesa”, IN, A INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS, Rio, Zahar Ed., 1978
- IULIANELLI, Jorge Atílio - “Análise (curta) dos confrontos (recentes) do Pólo Sindical do Submédio São Francisco: Quando o inimigo é difuso e criminoso”, Cadernos do ceas (185), Salvador, Ba, Jan-Fev, 2000
- KOTHE, Flávio(org) - WALTER BENJAMIN. Ed. Ática, S.P., 1985
- MARCUSE, H. - THE MOVEMENT IN A NEW ERA OF REPRESSION. Berkeley journal of Sociology, 1971/72.
- MARESCA, Sylvain - LES DIRIGEANTS PAYSANS, Les Éditions de Minuit, Paris, s/d.

- MELLO, Frederico Pernambucano de - GUERREIROS DO SOL. O banditismo no nordeste do Brasil. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1984
- NUNES, Edson de Oliveira - A AVENTURA SOCIOLÓGICA. Zahar Ed., Rio, 1978.
- O DIÁRIO DE PERNAMBUCO (Recortes do Arquivo do pólo sindical de trabalhadores rurais do Submédio São Francisco, de 1986 à 1992)
- OFFE, Claus - PROBLEMAS ESTRUTURAIS DO ESTADO CAPITALISTA. Tempo Brasileiro, Rio, 1984
- OLIVEIRA, Francisco de - ELEGIA PARA UMA RE (LI) GIÃO. Paz e Terra Ed., Rio, 1977 (2ª ed.)
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO, VOL I: Diagnóstico. MDA, INCRA, FAO, CINDESF, Abril de 2002
- POLLAK, Michel - LA EXPERIENCE CONCENTRACIONAIRE: ESSAI SUR LE MAINTEN DE L'IDENTITÉ SOCIALE. Paris, Éditions Natalie, 1990
- PIERSON, Donald - O HOMEM DO VALE DO SÃO FRANCISCO. Ministério do Interior, Rio, 1962 (VOL. I, II E III)
- RÊGO, José Lins - PEDRA BONITA, José Olympio Ed., Rio, 1938
- RIBEIRO, Ana Maria Motta - "Por Uma Sociologia do Narcotráfico", IN, GOUVEIA, P. et alli (orgs) - DROGAS, QUALIDADE DE VIDA E CIDADANIA. Gestão Comunitária, Rio, 1999
- e IULIANELLI, Jorge Atilio (orgs) - NARCOTRÁFICO E VIOLÊNCIA NO CAMPO, DP&A/ KOINONIA, Rio, 2001
- VIANNA, Aurélio e MENEZES, Laís - "O Pólo Sindical e a Luta dos Atingidos pela Barragem de Itaparica", Koinonia, Rio de Janeiro, 1994
- THOMPSON, E.P. - SENHORES E CAÇADORES, EDUNICAMP, S.P., 1998

PLURIATIVIDADE: REFLEXO DA DEFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL

Suenya Santos da Cruz

Mestre pela Escola de Serviço Social da UFRJ

suenya_s@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo, fruto da dissertação de mestrado defendida em 2003, problematiza as estratégias de trabalho e reprodução social dos agricultores familiares do assentamento rural São Roque na atualidade. O recurso teórico-metodológico histórico-dialético nos permitiu uma análise qualitativa crítica tanto das entrevistas realizadas com os agricultores familiares que se reproduzem através do trabalho na agricultura ou que combinam essa atividade com atividades não-agrícolas (fenômeno da pluriatividade), bem como das entrevistas realizadas com as instituições envolvidas na criação e desenvolvimento do assentamento em questão. Ou seja, nos permitiu situar o assentamento historicamente para compreender o desenvolvimento atual da agricultura familiar num contexto de profundas transformações econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais. Nesse sentido, tornou-se evidente o crescente recurso a atividades pluriativas como forma de reprodução social, bem como o crescimento do recurso aos direitos previdenciários. Esse processo foi gestado, fundamentalmente, pela dinâmica de expropriação e exploração dos agricultores familiares em função da acelerada especulação imobiliária e da expansão turística com a abertura da rodovia Rio-Santos e em função das limitações produtivas por motivo de proteção ambiental. Por fim, abordamos as estratégias de reprodução dos agricultores familiares do assentamento São Roque na atualidade, dando destaque a discussão sobre pluriatividade.

Palavras-chave: Trabalho, reprodução social, agricultura familiar, assentamento rural e pluriatividade.

Introdução

A presente comunicação tem como objeto a *agricultura familiar* como *trabalho no campo* e suas *formas de reprodução* em um *projeto de assentamento de reforma agrária*. O campo empírico escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi o assentamento rural São Roque criado em 1987, situado no município de Paraty no sul do estado do Rio de Janeiro.

Para introduzir tal discussão faz-se necessário expor nossa compreensão acerca de duas categorias que iniciam esse debate, quais sejam: *agricultura familiar* e *assentamentos rurais*. A categoria agricultura familiar homogeneiza uma heterogeneidade de tipos de produtores rurais (produtores mercantis, camponeses, neo-rurais), privilegiando o aspecto político e secundarizando as dimensões econômica e social (Neves,s/d). A criação de uma política específica – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), fruto de lutas sociais dos trabalhadores rurais através de suas entidades representativas e da incorporação do Estado – reforçou e consolidou tal categoria política e academicamente.

Entretanto, entre os (as) produtores (as) com diferentes níveis de inserção na economia de mercado, esclarecemos que o nosso interesse particular diz respeito aos agricultores descapitalizados, que não conseguem reter o lucro e a renda da terra e se exaurem no trabalho e que na impossibilidade de sua reprodução recorrem ao trabalho assalariado e ainda, que constituem um público-alvo de política de reforma agrária, isto é, de projetos de assentamento. São produtores que se caracterizam pela dualidade do trabalho: ora direto, ora através da venda da força de trabalho (não restrita à atividade agrícola). Aqui reside a complexidade desse estudo.

Já os assentamentos rurais se caracterizam por um duplo caráter: como ponto de chegada, resultado de política social e de movimentos sociais no processo de luta pela posse da terra; e, como ponto de partida, ao refletir a situação em que o produtor beneficiado busca implementar projetos tecnoprodutivos, praticar uma nova sociabilidade interna nos núcleos de reforma agrária e se inserir num jogo de disputas políticas visando sua reprodução, principalmente na sua relação com o Estado (Leite, 1997). Com isso, escolhemos o assentamento rural como *locus* de investigação do nosso objeto de estudo, partindo do princípio de que se trata de uma demanda legítima de um segmento significativo da população, principalmente de agricultores familiares, que reivindicam a *terra* como *meio de trabalho*.

Metodologia

O referencial teórico-metodológico adotado foi o materialista histórico-dialético que prima pelos princípios de historicidade e totalidade. Além da pesquisa de referências bibliográficas e de documentos sobre a temática proposta, a pesquisa teve dois momentos de trabalho em campo.

Num primeiro momento, de fase exploratória, realizamos levantamento de dados empíricos junto aos técnicos (agrônomos) do município e da ONG Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO) e de pesquisadores do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA). O objetivo desse levantamento foi de identificar dentre os três assentamentos existentes no município o que tinha maior presença de agricultores familiares, isto é, de produtores que se dedicavam à agricultura para a comercialização de seus produtos, mesmo com a conciliação com atividades não-agrícolas ou pluriativas. Com isso, optamos pelo assentamento São Roque.

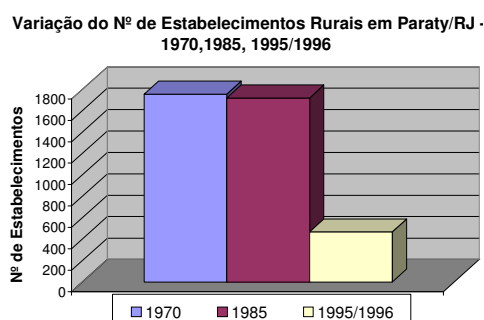
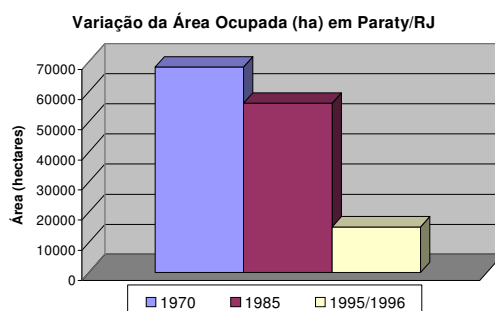
A partir dessa escolha criamos um roteiro de entrevistas para esses (as) agricultores (as) e para as instituições envolvidas na criação e no desenvolvimento do assentamento com o intuito de identificar e analisar as questões que se referem às estratégias de trabalho e de reprodução social e em que contexto se desenvolvem. O recurso teórico-metodológico adotado nos permitiu uma análise qualitativa crítica dessas entrevistas.

Um pouco de história

A história do assentamento está marcada por um processo de luta pela terra em função das expropriações que os agricultores, basicamente na condição de posseiros, vinham sofrendo ao longo do século XX.

Apesar do isolamento do município, até a década de 1970 a base de sua economia estava ligada à produção agrícola, tendo como principal produto a banana. Entretanto, com a abertura para o tráfego da rodovia Rio-Santos em 1975, houve uma mudança rápida e avassaladora na economia do município. As *especulações imobiliária e turística*, que já haviam se iniciado, tiveram um crescimento acelerado. Antes mesmo da abertura da rodovia já havia no município representantes de empresas agroindustriais e empresários isolados que se diziam proprietários de terras. Outro elemento que definitivamente marca a singularidade do município e de seus assentamentos rurais é a questão da *preservação histórica e ambiental* que tem início na década de 40. Portanto,

a especulação imobiliária e turística e as ações de proteção ambiental iniciaram um **processo de redução da área agrícola e do número de estabelecimentos rurais no município** (vide gráficos abaixo). Esse processo foi facilitado pela frágil atuação da organização dos trabalhadores na época, que era facilmente cooptada pelos empreendimentos e pelas autoridades locais.



Entretanto, na década de 80 houve uma inflexão na organização dos trabalhadores rurais, através de uma mudança na diretoria do sindicato com apoio da CPT. Através de sua atuação foram desapropriadas três fazendas, que deram origem aos três assentamentos do município, dentre eles o São Roque.

Fonte: IBGE

Estratégias de trabalho e reprodução social

Na ocasião da criação desse assentamento (governo Sarney), a preocupação era com a amenização dos conflitos sociais no campo e não com sua viabilidade econômica e sua sustentabilidade. Com isso, as atuações do INCRA, da EMATER e do poder local se caracterizam pela falta de planejamento, descontinuidade e desarticulação.

Nesse contexto, o início da vida no assentamento se caracterizou por falta de infra-estrutura, polêmica na divisão e tamanho dos lotes, fracasso da organização coletiva do trabalho (mutirão) e da comercialização (cooperativa da banana), restrição de financiamento e falta de sua continuidade (PROCERA), pouca assistência técnica. Soma-se a essas dificuldades o fato da área do assentamento fazer divisa com o Parque

Nacional da Serra da Bocaina, onde não é permitida a moradia e a produção agropecuária.

A partir de 1999 os assentados tiveram acesso ao PRONAF classe A para custeio do plantio de palmito e mandioca (projeto elaborado pela Emater local). Entretanto, há queixas com relação à falta de flexibilidade de culturas para plantio, ao período de carência e com isso surgem as dificuldades para quitar esse financiamento.

Com relação à comercialização, a forma predominante permanece a venda por atacado, o que implica em intermediários. Entretanto, os assentados comercializam no Mercado do Produtor Rural de Paraty, ou através de feira ambulante nos finais de semana, cada um com recursos próprios.

Diante dessas dificuldades e limitações, a maioria dos assentados abandonou a atividade agropecuária e nas próprias famílias dos que ainda trabalham na agricultura há membros que exercem outras atividades que exigem baixa qualificação profissional, em geral, ligadas ao setor de turismo. Essa conciliação entre atividades agrícolas e não-agrícolas constitui o fenômeno da *pluriatividade*, categoria utilizada para designar situações e processos sociais heterogêneos (Carneiro, 1998).

As ações existentes, dos órgãos públicos competentes e da ONG IDACO, no assentamento não foram suficientes para alterar a **diminuição progressiva da renda obtida através do trabalho na agricultura no assentamento**: em 2000/2001 a renda advinda do lote correspondia a 14%, enquanto 15% era da previdência, 29% de outras rendas e 42% do trabalho fora do lote (dados da pesquisa Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental). Portanto, em razão inversa houve o **aumento do trabalho em atividades não-agrícolas, bem como o aumento do recurso aos benefícios previdenciários**.

Entre os entrevistados constatamos uma variedade de estratégias de reprodução econômica: aposentadorias e pensões complementadas com a agricultura de subsistência ou para comercialização; complementação da renda familiar com a renda dos filhos que trabalham em atividades não-agrícolas; cônjuges que se dedicam a atividades não-agrícolas, seja como autônomo, empregado com carteira assinada, ou no serviço público municipal; e, os que parcelam seus lotes para a venda (apesar de ser atividade irregular).

Os limites da reforma agrária no assentamento em questão e o apelo a atividades não-agrícolas por parte das novas gerações estão registradas através do seguinte depoimento:

“Eu ganhei 5,1 hectares e estou aqui...A gente brinca muito dizendo: ‘Seu Josimar, essa terra não vai dar para viver...’. Conclusão: a terra hoje é toda feita de especulação. Foi aí que aconteceu a briga. E essa revolta minha é difícil.

E digo para o INCRA que todo apoio que o INCRA pedir para mim eu não dou porque isso não é reforma agrária. Não existe reforma agrária...A reforma agrária é para o povo sobreviver da terra. Conclusão: meus filhos hoje estão trabalhando na cidade porque não têm espaço para trabalhar” (Sr. Jussara, 20/10/2002; grifos nossos).

Por fim, registramos que os limites da reprodução econômica, impulsionou a reprodução política do assentamento, que desde o seu início tem uma associação de moradores, com ativa participação das mulheres. A associação hoje (2003) atua nos demais fóruns representativos do município como no Conselho Municipal de Associações de Moradores de Paraty (COMAMP), nos conselhos municipais de direito, como da saúde, da criança e do adolescente, de política agrícola e pesqueira, etc. Através do COMAMP as comunidades vêm discutindo uma ação coletiva sustentável através do *agroecoturismo*, que consiste na valorização nas comunidades rurais, conciliando atividades agrícolas, com preservação ambiental e atividades turísticas. Entretanto, até o momento da pesquisa os assentados de São Roque tinham iniciativas individuais nesse sentido.

Considerações finais

A permanência do trabalho por conta própria no meio rural brasileiro se caracterizou historicamente pela busca de rendas complementares quando o trabalho direto não permitia a reprodução da família. O fato novo é que o acúmulo de atividades dos membros das famílias de agricultores, através da pluriatividade, se realiza num contexto de desemprego estrutural, de globalização financeira e de diminuição do Estado no âmbito das políticas públicas e da regulação entre capital e trabalho. Portanto, num contexto cada vez mais desigual, em que a modernidade econômica do grande capital, concentrado e centralizado é legitimada pelo Estado.

Modernidade econômica que não tem sido capaz de homogeneizar as normas contratuais no âmbito das relações de trabalho fazendo conviver o assalariamento com outros tipos de relações de produção informadas por vínculos de dependência pessoal, pela escravidão, além do enorme contingente de desempregados e subempregados, excedentes para as necessidades médias de valorização do capital. Relações estas produzidas e reproduzidas no **mesmo movimento** que, com o decisivo aporte das políticas estatais, favorece os grandes conglomerados industriais e bancários, no contexto de financeirização da economia que vem imprimindo o norte ao desenvolvimento do país, integrado na divisão internacional do trabalho como uma economia de regulação monopolista ‘truncada’, nos termos de Oliveira (1982) (Iamamoto, 2001, p. 155, grifos originais).

A particularidade de Paraty e do assentamento São Roque se caracteriza pelo *forte processo de expropriação de terras de posseiros em favor da especulação*

imobiliária e expansão turística, aceleradas com a abertura da rodovia Rio-Santos, bem como pela *criação de áreas de proteção ambiental e pela ausência de uma política agrícola eficiente e coerente com as necessidades locais*. Com isso, os (as) agricultores (as) não conseguem reproduzir-se exclusivamente pelo trabalho familiar por conta própria, mas sim, e cada vez mais, pela mediação do tempo de trabalho excedente para o capital, através da **pluriatividade**. No caso da agricultura, Deere (2002) chama a atenção para o fato da divisão de gênero favorecer ao acúmulo de atividades por parte das mulheres que se sobrecarregam com o cuidado com a educação dos filhos, da casa e da produção agrícola enquanto outros membros da família recorrem ao trabalho fora do lote.

Por outro lado, a *pluriatividade* representa a **manutenção da propriedade rural, que garante o acesso à terra, representa uma proteção aos riscos do pauperismo absoluto, uma fonte de segurança contra o desemprego, além de constituir moradia** (Iamamoto, 2001) e **possibilitar a proteção previdenciária' para os produtores mais antigos**. Já as novas gerações de homens e mulheres do meio rural se encontram com restrições de perspectivas de trabalho, principalmente de emprego formal. Essa situação as coloca na condição de desproteção social e trabalhista, já que estão na **transição permanente entre o trabalho na agricultura e o trabalho precário, informal, temporário ligado à prestação de serviços para os neo-rurais e à sazonalidade do turismo municipal** que geralmente exige baixa escolaridade e qualificação profissional. Nesse sentido, a *pluriatividade* se constitui enquanto uma estratégia que ao mesmo tempo em que inclui em um mercado de trabalho precário, exclui da rede de proteção social e trabalhista.

Ou seja, nesse contexto, a *pluriatividade* em sua essência revela a generalização das relações mercantis de trabalho, portanto, da proletarianização. Entretanto, trata-se de

¹ Não é por acaso que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraty vem se dedicando, como uma de suas principais funções, à orientação e demais procedimentos para a garantia de direitos previdenciários. Desde 1993 foram 375 agricultores (as) beneficiados (as), entre aposentadorias, auxílio-doença e mais recentemente, auxílio-maternidade (informação de julho de 2003). Araújo chama atenção para o fato dos homens, aos 60 anos e das mulheres, aos 55 anos de idade, terem acesso aos direitos por causa de uma regra de transição, pois até 1991 (Lei 8.213/91) os trabalhadores rurais não contribuíam para a previdência: “*Nesse sentido, o artigo 143 da referida lei garantiu que os trabalhadores rurais (empregado, autônomo e segurado especial) podem requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, até 23 de julho de 2006, desde que comprovem o exercício da atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício, independente de terem efetuado contribuição à Previdência Social*” (Araújo, 2000, p. 16). Dessa forma, não sabemos ainda as alterações que ocorreram a partir de julho desse ano.

um *processo de proletarização inconcluso* (Iamamoto, 2001), que se caracteriza pelo emprego informal, pelo subemprego, pela contratação temporária.

*Processo de proletarização inconcluso, porque nos marcos da expansão oligopolista tem-se um excedente de força de trabalho que já não encontra lugar no mercado formal de trabalho, fazendo com que o surgimento de **trabalhadores livres não signifique necessariamente o surgimento de trabalhadores que sobrevivam fundamentalmente de rendimentos percebidos sob a forma de salário**. A expansão capitalista na era da 'acumulação flexível' dissocia o trabalhador livre da condição assalariada. Faz crescer os longos períodos de desemprego, formas de trabalho eventual e subcontratado, que se combinam com outros meios de sobrevivência através do trabalho autônomo por tarefas, do trabalho em domicílio, do artesanato, da posse provisória da terra em outras regiões etc. Produz o trabalho assalariado e não assalariado, formas de subordinação real e formal do capital* (Iamamoto, 2001, p. 155/156, grifos originais).

Portanto, no atual contexto de Estado Mínimo (Netto, 1995) a *pluriatividade* reflete as estratégias do salve-se quem puder, onde a disputa por trabalho está atrelada à idéia de sucesso ou fracasso individual, absolutamente descolado do contexto social mais amplo.

Na perspectiva liberal, ... a pobreza, a desigualdade, as injustiças sociais, não se constituem como problemas que exigem mediação dos direitos, da representação coletiva e da difícil negociação entre interesses conflitantes – diz respeito tão-somente aos azares da vida, com os quais cada um tem que lidar a partir de sua própria vontade, habilidade e empenho (Ewald, 1985 apud Kameyama, 1999, p. 23/25).

Na particularidade de Paraty, a beleza natural de suas praias, rios, costumes tradicionais, artesanato, constituem um campo de trabalho que possibilita a transformação desses valores de uso em valores de troca. Entretanto, essa não é uma característica que possa ser estendida à todo o território brasileiro. Ainda, a proposta do *agroecoturismo* constitui um *forte potencial de desenvolvimento sustentável*, mas vem sendo apropriada por iniciativas individuais no assentamento pesquisado.

Nesse sentido, a pluriatividade não deve ser compreendida como a solução econômica e social para a crise da agricultura familiar, mas como uma estratégia individual de reprodução num contexto de inúmeras limitações para o desenvolvimento do setor produtivo agropecuário cuja base seja o trabalho familiar direto. Na realidade, tais limitações revelam a necessidade da integração entre as políticas públicas, seja agrária, agrícola, de segurança alimentar, de seguridade social, de trabalho e renda, habitação, dentre outras. Faz-se importante resgatar que a reforma agrária e a política agrícola são de fundamental importância porque estão atreladas a problemas estruturais do modelo de desenvolvimento nacional e são políticas de garantia de trabalho no meio rural. Portanto, não se trata de políticas compensatórias.

Por fim, devemos atentar para as condições em que grande parte das atividades pluriativas se desenvolve, pois a crescente condição de duplicidade do trabalhador ora na condição de produtor direto e ora como assalariado, na busca por melhores rendas, dilui o caráter de classe (ou segmento de classe), sobrecarrega os trabalhadores que têm seu tempo livre escasso, tanto para o lazer quanto para a participação política. Na verdade o tempo excedente ou “livre” do trabalhador volta-se exatamente para a busca de mais trabalho para ampliação da renda e é cada vez mais mediado pelo capital, afastando por sua vez a possibilidade de emancipação humana. Ainda assim, a capacidade de organização dos trabalhadores rurais não deve ser subestimada.

“...Ser subalterno não é ser impotente. O campesinato mais submisso é capaz de trabalhar o sistema em vantagem própria – ou melhor, por um mínimo de desvantagem – mas também de resistir e, quando oportuno de contra atacar” (Hobsbawn, 1998, p.228).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- CARNEIRO, Maria J. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1998.
- DEERE, Carmen Diana. Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais. Em *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, nº18, abril/2002.
- HOBBSAWN, Eric. Os camponeses e a política. Em: _____. *Pessoas extraordinárias – resistência, rebelião e jazz*. 2ª ed, São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo, Cortez, 2001.
- IBGE. Censo agropecuário de 1995-1996.
- KAMEYAMA, Nobuco. A nova configuração das políticas sociais. Em *Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social*. Rio de Janeiro, UFRJ/PPGESS, nº5, 2001.
- LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados. Em: STÉDILE, João Pedro(org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.
- LINHARES, Elizabeth et al. *Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2002.
- MEDEIROS, Leonilde S. e outros. (orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo, ed. UNESP, 1994.
- NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 1995.
- NEVES, Delma P. Agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. S/d.

POBREZA, QUALIDADE DE VIDA E SEGURANÇA ALIMENTAR: as famílias rurais norte-rio-grandenses.

Aldenôr Gomes¹

1. INTRODUÇÃO

O Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2000) revelou que uma parcela substancial das famílias rurais no Brasil vive com menos de dois salários mínimos mensais. No Rio Grande do Norte, o dado é que a renda média do chefe de família, para todos os domicílios, é de R\$ 512,00. Sabe-se, além disso, que é no campo que se encontram os maiores índices de mortalidade infantil, de incidência de endemias, de insalubridade, de analfabetismo. Essa imensa pobreza decorre das restrições de acesso aos bens e serviços indispensáveis à reprodução biológica e social, à fruição dos confortos proporcionados pelo grau de desenvolvimento da sociedade.

Em todo o Brasil os pobres do campo têm um acesso precário à terra e às políticas para desenvolver a agricultura familiar. São pobres, também, porque recebem remuneração insuficiente pelo aluguel de sua força de trabalho. Pobres, ainda, porque os direitos de cidadania – saúde, educação, alimentação e moradia – não chegam ao campo. No Rio Grande do Norte, o déficit habitacional para todo o Estado foi estimado pelo atual governo em 156 mil moradias. Não há dados específicos para o meio rural.

Outro grave problema é que o trabalho existente é sazonal. Como a mão-de-obra é sempre abundante, o salário é aviltado. Embora essa situação venha de muito longa data, no Estado, tem se agravado bastante nas últimas décadas, em razão da reestruturação produtiva de alguns setores e também pelo surgimento da fruticultura em bases técnicas exigidas pela competição internacional. A substituição do trabalho humano por máquinas e insumos químicos encontra-se, principalmente, nas chamadas “manchas férteis” da agricultura irrigada do Rio Grande do Norte.

Avaliações dos projetos de desenvolvimento rural e de programas, nas décadas de 1970 e 1980 do século passado, comprovaram que parte substancial do aumento de renda, decorrente de estímulos proporcionados pelo governo, foi capturada por agentes econômicos melhor situados na estrutura agrária local.

¹ Engº Agrº; Dr. Economia; Prof. da UFRN; Bolsista Produtividade 2/CNPq; aldenor@ufrnet.br

O empobrecimento da população rural do Estado fez com que ela se tornasse mais dependente de outras fontes de renda, notadamente das transferências governamentais, na forma de pagamento de aposentadorias e pensões e outras formas de auxílio.

É fato notório que parte significativa dos recursos aos desfavorecidos é desviada por máquinas políticas a que estão submetidas às populações pobres do campo. Além disso, ninguém desconhece que a extrema pobreza da população rural frustra grande parte dos esforços de alfabetização e de instrução básica dos governos da União, dos Estados e Municípios.

A situação de pobreza rural termina por privar as populações do campo dos benefícios e facilidades oriundos do progresso. A má qualidade de vida no meio rural impede a democratização e a interiorização do acesso aos benefícios do desenvolvimento, emperrando o processo de universalização dos direitos de cidadania.

2. POBREZA E QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL

As condições de vida das famílias rurais no Rio Grande do Norte, a semelhança das demais famílias rurais nordestinas, mostram-se bastante precárias com referência ao acesso às condições mínimas de sobrevivência. Os dados das Tabelas 1 e 1.1, a seguir, ilustram essa precariedade para o ano de 2001. Alguns dados dessas tabelas chamam atenção. Por exemplo, apenas cerca de 35% daquelas famílias possuem água canalizada; 6,1% possuem linha telefônica; 25% possuem filtro e 50% possuem TV a cores. Ao abrirmos os dados para as famílias mais carentes, potenciais beneficiárias da reforma agrária (conta-própria, assalariados e não ocupados), os percentuais são mais reduzidos.

Tabela 1 - Condições de vida no meio rural. Rio Grande do Norte, 2001.
(Percentual de acesso das famílias)

Área Censitária Situação do Domicílio	Água Canalizada	Origem da água	Banheiro ou Sanit.	Ilumin. Elétrica	Linha Telefon.	Fogão
TOTAL RURAL	34,9	87,1	79,4	82,8	6,1	89,6
Empreg.c/ + de 3 emp.	66,7	100	100	100,0	100,0	100
Empreg.c/ até 2 emp.	57,1	80	85,7	100,0	20,0	100
Conta Propria	31,5	81,6	78,2	79,0	3,8	90,1
Assalariados	32,4	87,8	74,6	84,5	5,7	87,5
Não Ocupados	42,6	92,5	89,7	83,8	6,4	91,5

Fonte: Tabulações especiais do projeto RUBANO, IE/UNICAMP, outubro/2002.

Tabela 1.1 - Condições de vida no meio rural. Rio Grande do Norte, 2001.
(Percentual de acesso das famílias)

Área Censitária	Filtro	Rádio	TV	TV Preto	Geladeira
Situação do Domicílio			Cores	e Branco	Freezer
TOTAL RURAL	25,6	77,3	50,6	31,4	94,2
TOTAL RURAL	33,3	66,7	100	-	50,0
Empreg.c/ + de 3 emp.	57,1	71,4	85,7	-	100,0
Empreg.c/ até 2 emp.	26,6	78,2	51,6	31,7	87,3
Conta Propria	23,9	80,3	52,1	30,9	98,7
Assalariados	23,5	70,6	41,2	32,5	97,6

Fonte: Tabulações especiais do projeto RUBANO, IE/UNICAMP, outubro/2002.

O acesso aos serviços ligados à área de saúde também mostra a precariedade das condições de vida da população rural. À medida que a população se interioriza vai sendo privada de serviços tidos como essenciais às populações urbanas. A Tabela 2 mostra como nos distritos e povoados, por exemplo, 87% tem lixo coletado; o mesmo não acontece com as chamadas populações do rural agropecuário² onde somente 4,4% tem lixo coletado. Neste rural agropecuário, 55% queimam o lixo e 40% o depositam em terrenos baldios. Do mesmo modo, 100% dos povoados no Estado utilizam-se de fossas para o escoamento de dejetos. No espaço rural propriamente dito – o rural agropecuário, esse percentual desce para 89,5%, sendo ainda comum o uso de jogar os dejetos em valas ao ar livre.

No acesso aos bens de consumo há também marcantes diferenças no próprio meio rural. Um exemplo é visto pelo uso do fogão utilizado pelas famílias rurais. Nos povoados somente 8,6% possuem fogão a lenha ou carvão. Nessas localidades é difundido o uso do gás de cozinha. No rural agropecuário o fogão de lenha ainda representa 30% no consumo de combustível para cozimento.

Observa-se, ainda, que há, nas Tabelas nomeadas acima, sobre essa temática, bons percentuais relativos ao acesso à rede geral de água, utilização de banheiro, iluminação elétrica, fogão, uso do rádio e geladeira/freezer. A TV preto e branco ainda tem muito uso, quando já está totalmente descartada no meio de famílias pobres urbanas.

² A partir das aberturas do IBGE na PNAD de 1992 para captar com maiores detalhes o continuum rural-urbano, o Projeto RUBANO agrupou as áreas, dividindo o espaço rural em dois subespaços: **Distrito e povoado** – vilas e distritos considerados legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município e aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculados a um único proprietário; e **Rural agropecuário** – aglomerado rural isolado e áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se como as áreas rurais, propriamente ditas.

Tabela 2 - Aspectos gerais de controle ambiental pelas famílias, por espaço geográfico de localização das residências. Rio Grande do Norte, 2001. (Em Porcentagem)

Aspectos de controle ambiental	Povoado e Outros	Rural Agropecuário
Destino dado ao Lixo		
Coletado	84,5	11,2
Queimado ou enterrado	10,7	46,2
Terreno baldio e outros	4,8	42,7
Escoadouro do banheiro		
Fossa	100,0	90,6
Direto em rio ou lago	0,0	1,0
Vala e outros	0,0	7,8
Combustível para fogão		
Gás	91,4	69,5
Lenha ou carvão	8,6	30,5

FONTE: Tabulações Especiais do projeto RURBANO, IE/UNICAMP, outubro/2002

Os reflexos mais perniciosos, porém, sobre a maioria da população do meio rural, que se vê condenada a extrair sua sobrevivência das condições mais adversas possíveis, decorre do elevado índice de concentração fundiária que o Estado apresenta. Em 1996, o índice de Gini assumiu o valor de 0,857 para o Brasil e 0,807 para o Rio Grande do Norte, o que reflete um nível muito alto de concentração da distribuição da posse da terra no Brasil e no Estado. Privada do acesso ao meio básico da produção – a terra, vê-se obrigada a vender sua força de trabalho aos grandes proprietários, que em geral pouco investem em fatores de produção, ficando a depender dos programas de assistência dos governos, principalmente o federal.

Tamanha injustiça nas condições de acesso à terra no Rio Grande do Norte só poderia se traduzir numa situação generalizada de precariedade das condições de vida da população rural.

Em recente trabalho realizado sobre o desempenho da agropecuária do Rio Grande do Norte, no período entre 1985/2000, GARCIA (2004, p. 6) tem chamado a atenção para o fato de que *o desempenho da agropecuária potiguar fez com que a participação relativa do setor no valor adicionado bruto (VAB) total do Estado e no VAB da agropecuária regional caísse sensivelmente nos dezesseis anos analisados*. Nesse período, ainda segundo o mesmo estudo, em valores constantes de 2000, o VAB da agropecuária potiguar caiu de R\$ 527 milhões, que correspondia a 9,3% do VAB do Estado em 1985, para R\$ 223 milhões em 2000, correspondendo apenas a 2,4% do VAB total do Estado. Consequência disso foi a perda de 99.801 empregos,

representando uma redução de 23,09% dos postos de trabalho e um encolhimento do PIB *per-capita* da população rural de 58,18% entre 1991 e 2002 (GARCIA, 2004).

Para melhor ilustrar os reflexos das sucessivas perdas de importância relativa do setor agropecuário na economia do Estado sobre a estrutura de ocupação da população rural, utilizamo-nos dos dados da Tabela 3 na qual, com base nos dados das PNAD, são apresentados os resultados para população ocupada do Estado como um todo, nas duas últimas décadas.

Corroborando comentários anteriores, constata-se que houve um pequeno crescimento da população ocupada no Estado, de 0,9 % ao ano, refletindo-se esse crescimento no número de pessoas ocupadas no meio urbano que cresceu a 2,7% ao ano no período analisado. Em contrapartida, o espaço rural experimentou uma significativa queda no emprego da sua população ocupada de 4,6%^{aa} no subespaço distrito e povoado, e de 2,8%^{aa} no rural agropecuário entre 1992 e 2001. Embora essa perda tenha se refletido nos diferentes espaços e ramos de atividade da ocupação da população rural, no subespaço rural agropecuário, o espaço mais propriamente rural, ela só se mostrou estatisticamente significativa nas perdas de postos de trabalho da população rural ocupada em atividades agrícolas (-3,4%^{aa}). Isso reflete bem o comprometimento da produção agropecuária potiguar frente as sucessivas perdas de ocupação da população que vive no campo.

Nesse mesmo sentido, GARCIA (2004, p.13) detalha que, no período por ele analisado, de 1985 a 1996, a redução dos postos de trabalho do setor agropecuário como um todo teve uma maior contribuição do subsetor das lavouras, que perdeu 111.500 empregos, enquanto que na pecuária essa perda foi bem menor; apenas de 41.338 postos de trabalho. Essa constatação vem corroborar análises que realizamos em trabalhos anteriores (INCRA, 2004) sobre a utilização das terras no Estado, nos diferentes estabelecimentos, onde é preponderante o uso da terra na exploração de lavouras, tornando esse subsetor presa fácil à vulnerabilidade a que a produção agropecuária fica exposta.

Tabela 3 - População ocupada segundo a área censitária da amostra, situação do Domicílio e ramo de atividade. PEA Restrita, Rio Grande do Norte, 1992/2001.
(1.000 Pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA		taxas		
SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO		1992	2001	1992/01
RAMO DE ATIVIDADE				% ^{aa}
TOTAL		965	1.042	0,9**
Urbano exclusive		618	784	2,7***

ÁREA CENSITÁRIA				taxas
SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO		1992	2001	1992/01
RAMO DE ATIVIDADE				% ^{aa}
	Agrícola	54	61	1,5
	Não-agrícola	565	722	2,8***
Periferia		36	26	-3,3
	Agrícola	-	0	-
	Não-agrícola	34	26	-2,6
Distrito e Povoado		71	47	-4,6*
	Agrícola	23	17	-3,4
	Não-agrícola	47	29	-5,2**
Rural agropecuário		240	185	-2,8*
	Agrícola	159	117	-3,4*
	Não-agrícola	81	69	-1,8

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Maio/2002

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo teste "t".

Os reflexos dessa retração na participação relativa do setor agropecuário na economia total do Estado sobre o empobrecimento da população rural fica bastante evidente no encolhimento de postos de trabalho e, conseqüentemente, na queda do poder aquisitivo das famílias do meio rural. Senão, vejamos como as famílias rurais foram afetadas por essa perda de dinamismo do setor agropecuário potiguar.

A Tabela 4 mostra a distribuição dos tipos de famílias rurais segundo o local de domicílio. Observe-se que das 168.493 famílias rurais do Estado, 69.550 (41,3%) são famílias de trabalhadores ocupados, constituindo-se no maior contingente de famílias com residência no meio rural. Esse fato levanta uma questão bastante curiosa: o significativo contingente de famílias rurais do tipo trabalhadores ocupados deveria apontar para uma relevância da agricultura patronal no Estado. Contudo, o que se constata é que o contingente das famílias do tipo empregadora é inexpressivo, não atingindo nem 3,0% do total de famílias rurais. É possível que parte considerável daquelas famílias estejam ocupadas em atividades não-agrícolas ligadas a setores fora do meio rural.

O segundo contingente de famílias rurais mais numericamente representativo é o de famílias de conta-própria, que representa mais de 36% do total. Esse contingente, juntamente com o de família “empregadora com até 2 empregados permanentes”, constituem o público preferencial assistido pelo PRONAF³, e representam, juntos, mais de 38% das 168.493 famílias rurais do Estado.

³ Utilizamos o mesmo corte usado para classificar as famílias do meio rural definidos como possíveis beneficiários do Programa de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF). Por esse corte, os agricultores

Tabela 4: Distribuição dos tipos de famílias extensas⁴, segundo o local de domicílio: Rio Grande do Norte, 2001

	URBANO	RURAL		TOTAL
Empregadora com mais de 2 empr	15.184	1.470	0,8	16.654
Empregadora com até 2 empr	13.712	3.430	2,0	17.142
Conta-Própria	149.389	60.739	36,1	210.128
Agrícola	10.287	30.369	-	40.656
Pluriativo	12.734	18.124	-	30.858
Não-agrícola	126.368	12.246	-	138.614
Trabalhadores Ocupados	295.831	69.548	41,3	365.379
Agrícola	12.737	26.447	-	39.184
Pluriativo	9.795	7.349	-	17.144
Não-agrícola	273.299	35.752	-	309.051
Não-ocupado	92.568	33.306	19,8	125.874
TOTAL GERAL	566.684	168.493	100,0	735.177

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, maio de 2001.

O terceiro tipo de família rural mais importante no Estado é o de família de não-ocupados. Esse grande contingente de famílias rurais, que totalizam 33.310 famílias, corroboram a tese da insuficiência da produção da agricultura familiar no Estado por estarem a margem do processo produtivo. Entre essas famílias incluem-se aquelas 2.790 famílias que estão distribuídas entre os 36 acampamentos do Estado, cadastrados pelo INCRA-RN (INCRA, 2004).

Ainda com referência a análise da Tabela 4, queremos destacar o contingente de famílias residentes em áreas urbanas que desenvolvem algum tipo de atividade agrícola. Esse contingente, num total 45.553 famílias, corresponde ao somatório das famílias urbanas do tipo Conta-Própria e de Trabalhadores Ocupados com atividades agrícolas e pluriativas. O destaque que estamos fazendo dessas famílias corresponde ao fato de terem sido, no PRRA-RN (INCRA, 2004), incluídas como público alvo da reforma agrária, na medida em que, mesmo sendo moradoras de áreas urbanas, elas ainda mantêm alguma identidade com a atividade agrícola.

familiares situam-se em os tipos de famílias de “Empregadora com até 2 empregados permanentes” e as famílias por “Conta-Própria”.

⁴ Família extensa – compreende, para além da família nuclear, os parentes desta que vivem no mesmo domicílio (não obstante formem outro casal) e os agregados.

Essas famílias podem ser remanescentes de antigos moradores rurais que, por algum motivo, perderam o direito da moradia no campo tornando-se, portanto, potenciais demandantes de terra numa estratégia de retorno ao rural, ou ainda podem pertencer àquele contingente de famílias rurais que se desloca para áreas urbanas na tentativa de terem acesso a uma melhor qualidade de vida, mantendo suas atividades produtivas ligadas à agropecuária. Um plano regional de reforma agrária que priorize estratégias de desenvolvimento rural, como se propõe o PRRA-RN (INCRA,2004), reacende nessas famílias a esperança de poder viver dignamente no espaço rural.

Uma terceira possibilidade de explicação da presença dessas famílias agrícolas e pluriativas no meio urbano é a sua ligação direta com algum tipo de atividade ligada à agricultura urbana (hortifrutigranjeiro, floricultura e plantas ornamentais), ou *com atividades agrícolas irrigadas de grande porte que se desenvolvem em áreas rurais próximas a grandes centros urbanos. Esse é o caso, por exemplo, dos municípios do pólo fruticultor Mossoró e Açu e do cinturão verde em torno de Natal* (GOMES DA SILVA, 2000, p.38).

Os dados de renda (média, per capita e da composição) das famílias rurais, expostos nas Tabela 5 e 6, reforçam a caracterização da precariedade em que vivem essas famílias.

Observe-se na Tabela 5 que, no meio rural como um todo, a renda média *per capita* está abaixo de meio salário mínimo. Por outro lado, apenas as famílias do tipo empregadoras apresentam renda média e *per capita* acima dos valores médios e também acima de meio salário mínimo atual, para os dois subespaços do meio rural. Utilizando-se os critérios de definição de agricultura familiar do PRONAF, constatamos que as famílias do tipo “empregadora com até 2 empregados”, por esse critério de renda média e *per capita*, podem ser classificadas como de Agricultores Familiares Capitalizados. Os demais diferentes tipos de famílias rurais – conta-própria, empregados e não-ocupados – dos dois subespaços da área rural são consideradas como pobres por apresentarem renda média *per capita* inferior a meio salário mínimo.

Esse contingente de famílias rurais, além de não estarem participando diretamente do processo produtivo, auferem uma pequena renda média *per capita* que se situa sempre abaixo dos R\$ 75,00 (Tabela 5), renda esta que só atinge esse teto pela influência dos extremos no cálculo da renda média, representado pela população de aposentados e pensionistas que moram no meio rural.

Tabela 5 - Renda média e per capita das famílias rurais extensas, segundo o local de domicílio. Rio Grande do Norte, 2001. (R\$ set. 2001)

TIPO DE FAMÍLIA	Distrito e Povoado		Rural Agropecuário	
	R. Média	Per Capita	R. Média	Per Capita
TOTAL	344,8	81,12	394,75	95,44
Empregadora com mais de 2 empr	655,0	163,75	7895,50	2256,46
Empregadora com até 2 empr	423,5	169,39	860,00	252,91
Conta-Própria	392,7	86,30	356,91	86,04
Assalariados	379,7	81,06	333,50	72,55
Não-ocupado na semana	225,0	65,50	236,06	74,81

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Outubro 2002

Complementando esse quadro de caracterização do estado de pobreza das famílias rurais, a Tabela 6, que traz a composição das rendas médias, mostra o peso relativo assumido pelas “aposentadorias, pensões e outras” na composição da renda das famílias rurais. Nas famílias do tipo empregadora com até 2 empregados, que moram no subespaço distrito e povoado, o percentual desse componente vai da ausência total a uma pequena participação, de apenas 8,4%, naquelas que moram no rural propriamente dito. Os demais tipos de famílias mostram expressivos percentuais desse componente na formação de suas rendas. Inclusive, contraditoriamente, as famílias do tipo patronal, (Empregadora com mais de 2 empregados permanentes) que moram no subespaço rural agropecuário, têm a maior parcela de suas rendas proveniente de aposentadorias e pensões (57,2%), denunciando sua pouca vocação para o uso agrícola das terras e, conseqüentemente, constituindo-se em propriedades que não cumprem sua função social.

Destaque-se, porém, a significativa participação das rendas de atividade não-agrícolas na composição da renda média das famílias rurais ocupadas, inclusive superior à contribuição da renda da atividade agrícola, independente do tipo ou do local de domicílio.

Tabela 6 - Composição das Rendas Média das Famílias Rurais Extensas. Rio Grande do Norte, 2001 (R\$ set. 2001). **Em porcentagem**

TIPO DE FAMÍLIA	DISTRITO E POVOADO				RURAL AGROPECUÁRIO			
	Agric.	Ñ Agric.	Apos. Pensão	Outras	Agric.	Ñ Agric.	Apos. Pensão	Outras
TOTAL	26,9	40,8	23,7	8,6	29,6	30,7	34,6	5,0
Empregadora c/+ de 2 empr	0,0	70,2	27,5	2,3	38,0	4,7	57,2	0,1
Empregadora c/ até 2 empr	42,5	57,5	0,0	0,0	44,2	47,4	8,4	0,0
Conta-Própria	32,3	49,8	9,2	8,8	34,7	36,5	24,5	4,3
Empregados	34,0	48,2	15,0	2,8	27,8	43,9	21,2	7,2
Não-ocupado na semana	0,0	0,0	73,4	26,6	0,0	0,0	89,9	10,1

Fonte: Tabulações Especiais do projeto RURBANO, IE/UNICMP, outubro/2002

3. PRODUÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR

A política de garantia de segurança alimentar e nutricional da população brasileira se constituiu numa das principais estratégias do atual governo, a partir do compromisso assumido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando do lançamento do “Programa Fome Zero” (PFZ). Na construção deste programa, foi usado como base de dados a estimativa de 9,3 milhões de famílias brasileiras pobres – mais de 44 milhões de pessoas – (Tabela 7), com renda *per capita* inferior a um dólar/dia. São pessoas que não podem mais aguardar mudanças de planos econômicos para ter acesso aos alimentos indispensáveis à sua sobrevivência. Um programa de segurança alimentar deve estar centrado na solução desse problema, como um esforço singular, o que não invalida outras ações já postas em prática em todo mundo a esse respeito.

O mais grave de tudo isso é que o Brasil é um país dotado de recursos naturais e de uma capacidade tecnológica instalada capaz de produzir o dobro das necessidades de alimentos para suprir as carências nutricionais da sua população. Mesmo assim, tem um 1/3 da sua população que amarga elevados níveis de insegurança alimentar, com uma parcela dessa população mergulhada em históricos índices de indigência.

A falta de renda nas mãos dessas pessoas para comprar alimentos é o que explica sua exclusão do mercado de alimentos. E essa falta de renda é devido aos baixos salários recebidos pela maioria da parcela da população empregada e/ou subempregada e pelo índice elevado de desemprego que assola a sociedade brasileira. Esses dois

efeitos conjugados (baixos salários e elevado desemprego) contribuem para a concentração da renda nas mãos de poucos, desestimulando a produção de alimentos.

Essa redução na produção de alimentos vai afetar, principalmente, o setor da agricultura familiar, por se constituir no segmento mais vulnerável às regras de financiamento de mercado. Contraditoriamente, o setor com maior capacidade produtiva ociosa será o que conterà o maior contingente de pobres ou de famílias com insegurança alimentar e nutricional. Por isso que desde as primeiras iniciativas de construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar, em 1991, a Reforma Agrária tem recebido um grande destaque, constituindo-se na principal estratégia de criação de emprego e expansão da produção de alimentos.

Os dados de famílias pobres do Rio Grande do Norte, estimados no PFZ, também podem ser observados na Tabela 7.

Tabela 7 - Estimativa de pobres no Brasil e RN: 1999

	Pobres ¹			Não-pobres			População total ² (1.000)		% pessoas pobres	% famílias pobres
	Nº Pessoas (1.000)	Nº Famílias (1.000)	Renda média per capita disponível de todos os rendimentos (em R\$)	Nº Pessoas (1.000)	Nº Famílias (1.000)	Renda média per capita disponível de todos os rendimentos (em R\$)	Pessoas	Famílias		
Brasil	44.043	9.324	38,34	114.180	33.180	327,67	158.22 3	42.504	27,8	21,9
RN										
Urbana	650	138	40,35	1.081	290	286,97	1.731	428	37,5	32,3
Rural	480	96	33,92	409	104	150,27	897	199	54,4	47,9

Fonte: PROJETO FOME ZERO. Uma proposta de política de segurança alimentar pra o Brasil, 2001.

¹Pobres: renda familiar per capita até US\$ 1,08 (câmbio de setembro de 1999) por dia com imputação do autoconsumo e deduzidas as despesas com aluguel e prestação da casa própria.

²Exclui a população sem declaração de renda e sem declaração de aluguel ou prestação. Exclui empregado doméstico que moram no local de trabalho e pensionista.

A análise da Tabela 7 mostra que, estratificado por local de moradia, contabiliza-se, na Zona urbana, 650 mil pessoas ou 138 mil famílias na categoria de pobres. A Zona Rural, por ter um contingente populacional menor do que o número de pessoas que vivem nas cidades apresenta um número absoluto de pobres (480 mil ou 96 mil famílias) menor do que a população pobre do meio urbano. Contudo, as famílias pobres do meio rural apresentam uma renda média *per capita* menor: enquanto no campo a renda *per capita* das famílias pobres é de R\$ 33,92, na cidade essa mesma renda sobe para R\$ 40,35. No mesmo sentido, a pobreza relativa no meio rural é também mais elevada do que no meio urbano: enquanto 54,4% da população rural é

considerada pobre, no meio urbano esse percentual cai para 37,5%, como também a proporção de famílias pobres nas cidades (32,3%) é menor do que no campo (47,9%).

A análise conjunta desses dados evidencia a gravidade da situação de pobreza no campo potiguar. Essa realidade de penúria entre as famílias rurais é aguçada pelo reduzido volume de produção agrícola atingido pelas unidades de produção da agricultura familiar. Pela dificuldade de acesso aos instrumentos de política agrícola, principalmente o crédito de custeio, esse setor produtivo tem contribuído muito pouco, quando não ausente, para a consecução de níveis de produção que assegurassem, ao menos, o autoconsumo das famílias rurais. Um rápido exercício de aritmética pode ilustrar esse fato. Por exemplo, se dividirmos a área total reservada para cultivo dos gêneros de primeira necessidade para safra de 2003/04, que está estimada em 277.974 ha na Tabela 8, pelo total de famílias que poderia vir a ser o universo da agricultura familiar (Empregadora com até 2 empregados e/ou empregadas mais Família de conta-própria), que totaliza 64.170 famílias na Tabela 7, teremos uma média de 4,33 ha por família, o que já representa uma grande restrição de área para produção dessas famílias.

A produção da agricultura familiar tem se apresentado insuficiente para atender o autoconsumo desse setor produtivo, além de ser irrisória para atender as necessidades de alimentação básica das populações consideradas pobres no meio rural potiguar, que é de 96 mil famílias ou 480 mil pessoas (Tabela 7).

As possibilidades das famílias rurais atingirem um melhor padrão alimentar estão cada vez mais comprometidas, diante das estimativas de variação da produção que se vislumbra para Safra 2003/04 (Tabela 8).

Tabela 8 – Comparativo da área e produção no Rio Grande do Norte, safras 2002/03 e 2003/04, dos produtos de primeira necessidade.

PRODUTOS	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)		
	Colhida em 2003	Estimativa de Plantio 2004	Variação (%) Anual	Safra 2002/03	Estimativa Safra 2003/04	Variação (%) Anual
Milho	101.399	118.273	16,64	69.569	90.012	29,39
Feijão	89.794	107.879	20,14	42.752	56.610	32,41
Arroz	2.718	2832	4,19	8.040	8.193	1,90
Mandioca	37.193	48.990	31,72	394.572	531.799	34,78
TOTAL	231.104	277.974	20,28	514.933	686.614	33,34

Fonte: IBGE, 2004

Embora os produtos de primeira necessidade apresentem uma expectativa de variação positiva entre as safras 2002/03 e 2003/04, tanto da área como do volume da produção, este crescimento ainda é insuficiente se comparado com a necessidade demandada daqueles produtos pela população potiguar, expostos na Tabela 9. Observe-

se ainda nesta Tabela que as estimativas de produção e consumo realizadas pela CONAB-RN para o Rio Grande do Norte, do conjunto desses produtos, apontam para necessidade de complementação da produção dos mesmos, necessidade esta nunca inferior a 40% do total produzido atualmente, chegando a surpreendente cifra de 78,5 % de ampliação da produção atual do arroz.

Tabela 9 – Quadro de oferta/demanda dos produtos de primeira necessidade na dieta alimentar. Rio Grande do Norte, safra 2002/2003.

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (1000 t)	CONSUMO (1000 t)	IMPORTAÇÃO (1000 t)	
				Total	% Consumo
Arroz	2.514	7,3	34,0	26,7	78,5
Feijão	88.900	42,0	84,0	42,0	50,0
Milho	101.000	70,1	120,0	49,9	41,6
Farinha de Mandioca	-	56,0	40,0	16,0	40,0

Fonte: CONAB-RN

4. COMENTÁRIOS FINAIS

O pequeno volume de produção oriundo da agricultura familiar tende a inviabilizar a implementação do conjunto de Políticas Agrícolas (Compra Direta; Compra Local e Compra Antecipada) dirigidas à consecução de Segurança Alimentar proposto pelo Governo Federal, dado que essas políticas estão baseadas no dinamismo da produção da agricultura familiar, traduzido em termos do aumento da área, produção e produtividade dos gêneros de primeira necessidade.

Mantidas as condições atuais de precário acesso à terra, baixa renda *per capita* das famílias ocupadas e do expressivo contingente de famílias de não-ocupados fica muito difícil romper com o que se convencionou chamar de “ciclo vicioso da pobreza”.

O esforço feito pela CONAB-RN para implementação da Política de Compra Direta no ano de 2003 esbarrou na ausência de produção dos agricultores familiares. Em todo o Rio Grande do Norte foram beneficiados apenas 32 produtores, dos quais foram adquiridos 0,7 toneladas de milho e 37 toneladas de feijão macaçar. Toda essa compra totalizou R\$ 31.259,98. Nesse mesmo sentido, pesquisa realizada junto aos comerciantes que atendiam às famílias beneficiadas com o Cartão Alimentação do PFZ (GOMES DA SILVA, 2004), de quatro municípios do estado, revelou que a quase totalidade dos estabelecimentos comerciais não adquiriam os produtos da alimentação básica no local por ausência de produção nesses municípios.

Com referência à Compra Antecipada da Produção em áreas de assentamento, o resultado também foi muito pífio. Foram negociados apenas 2.205 contratos para

compra antecipada da produção de sorgo, para uma área de 8.430,5 hectares e uma produção estimada de 8.278,7 toneladas. Atualmente a CONAB-RN está negociando a política de Compra Antecipada de Mandioca. Para tanto, dispõe de um total de dois milhões e quinhentos de reais com o que espera beneficiar cerca de 2.100 famílias e negociar uma produção de cerca de 50.000 toneladas. Contudo, a implementação dessas políticas, embora ainda muito embrionárias, já têm se refletido positivamente na expectativa dos produtores, segundo relata técnicos da CONAB-RN que realizaram trabalho de levantamento da Safra agrícola 2003/04.

Ainda com relação à implementação de novas fórmulas de segurança alimentar no Estado, foi assumida pelo Governo Federal a tarefa de ampliação do programa do leite, que desde a gestão passada vem sendo executada no RN através do Governo do Estado. A nova versão deste programa, e sua vinculação com a política de segurança alimentar, repousa na exigência do Governo Federal de que seja garantida a compra do leite de pequenos pecuaristas, com produção de no máximo 100 litros/leite/dia e um valor máximo de R\$ 2.500,00 produtor/ano, e a sua distribuição às populações carentes do Estado. Foram investidos R\$ 6.861,227,00 pelo Governo Federal para o período janeiro/maio de 2004, visando uma ampliação do programa de 130.000 litros/dia para 153.000 litros/dias, sendo 140 mil litros de leite de vaca e 13 mil litros de leite de cabra. A renovação desse programa é tido como certa, desde que seja avaliada como satisfatória a sua implementação, dado que se constitui numa das prioridades do Ministério de Desenvolvimento Social.

A crueldade da pobreza no campo é tamanha que os menores esforços despendidos para mitigar os efeitos da fome já se refletem em melhorias nas condições de vida das pessoas. Nesse sentido, Figueiró e Balsadi (2003), utilizando a base de dados do Sistema de Informação da Atenção Básica do Ministério da Saúde – (SIAB/MS) em cinco municípios do RN (Campo Redondo, Lajes, Santa Cruz, São Bento do Norte e Tenente Laurentino) fizeram uma comparação entre os seis primeiros meses do ano de 2003, quando aqueles Municípios começaram a ser atendidos pelo Cartão Alimentação do PFZ (transferência de renda no valor de R\$ 50,00/família), com os mesmos dados para o ano anterior, 2002. Os resultados foram impressionantes tais como: a diminuição de óbitos de crianças menores de um ano, redução da taxa de mortalidade infantil e uma menor incidência do número e da porcentagem de crianças menores de dois anos com diarreia.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. *Levantamento da safra de grãos e de algodão do Rio Grande do Norte – 2004*. Natal: CONAB, maio/2004.
- GARCIA, Odair. *A economia do estado do Rio Grande do Norte no contexto da economia brasileira no período de 1985 a 2000*. Natal: UFRN, 2004 (Relatório de Pesquisa).
- GOMES DA SILVA, Aldenôr. Impacto econômico do cartão alimentação do PFZ em municípios da Paraíba e Rio Grande do Norte. Natal, 2004 (Relatório Preliminar de Pesquisa).
- GOMES DA SILVA, Aldenôr. Novas configurações no espaço rural do Rio Grande do Norte. In: *O novo rural brasileiro: uma análise estadual: nordeste*. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000, p. 13-44.
- IBGE. Censo Agropecuário 1995/96. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- IBGE. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- IBGE/LSPA - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Natal-RN: IBGE, 2004.
- INCRA. *Plano Regional de Reforma Agrária do Rio Grande do Norte – PRRA-RN*. Natal: INCRA/NEAD, 2004.
- PROJETO FOME ZERO: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: IC/Fundação Djalma Guimarães, 2001.
- SPAROVEK, Gerd. *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira*. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.
- USP/MDA/FAO. *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira*. São Paulo: USP, 2002 (Relatório de Pesquisa).

REVALORIZANDO A AGRICULTURA TRADICIONAL NO NORDESTE PARAENSE¹.

Maria Nilza de Jesus²

Resumo

O presente artigo é um trabalho etnográfico que se baseou num estudo de caso, ocorrido numa área de colonização antiga da Amazônia Oriental Brasileira, em duas Comunidades rurais, situadas no município de Santa Luzia do Pará, nordeste paraense, especificamente na microrregião do Guamá.

O objetivo desse trabalho é refletir sobre a dinâmica da agricultura tradicional a partir das mudanças ocorridas na paisagem local dessas Comunidades.

Os resultados foram obtidos a partir de uma convivência direta com as famílias, através da coleta de depoimentos espontâneos, anotações em diário de campo, entrevistas semi-dirigida e questionários.

Palavras-chaves: agricultura tradicional, saberes locais, inovação e agricultura familiar.

Aparentemente é crescente a preocupação do mundo para com as relações dos seres humanos com o meio ambiente. Neste aspecto é possível encontrar alguns trabalhos retratando como as populações, a partir de seus saberes locais, manejam, gerem e manipulam seus recursos naturais. Na Amazônia brasileira existe muitas pesquisas que tratam dos conhecimentos dos povos indígenas (Posey, 1987 e 1996), sobretudo junto as tribos Kayapós, no Pará. Dentre outros assuntos esses trabalhos chamam a atenção sobre a forma como esses indígenas realizam o remanejamento de suas florestas e savanas tropicais. Por outro lado, os conhecimentos dos agricultores familiares sobre seus recursos naturais raramente aparecem, é como se fosse uma literatura cinzenta.

Essa pouca importância dada ao conhecimento dos agricultores familiares, é reforçada nos projetos e programas de desenvolvimento rural, onde raramente ou sequer são mencionados como fontes de informações importantes. Na concepção da maioria

¹ Este artigo é produto da Dissertação de Mestrado da autora “Agricultores experimentadores e troca de conhecimento para criação de alternativas de preparo de área sem o uso do fogo: o caso de duas comunidades em Santa Luzia do Pará/PA”. MAFDS/NEAF/CAP/UFPA. Setembro/2003.

² Eng. Agrônoma; Ms. Desenvolvimento Rural – MAFDS/NEAF/CAP/UFPA. Setembro/2003. E-mail: mnilza2001@yahoo.com.br

desses projetos e programas direcionados para as Comunidades rurais, a agricultura tradicional praticada pelos agricultores familiares é desprezada e colocada em segundo plano pelos órgãos e pelas instituições responsáveis pela pesquisa e extensão rural no país. Esse comportamento está em razão de acreditarem ser a agricultura praticada por essas famílias enquanto atraso técnico. Acreditar que a agricultura tradicional desta região é estática e que chegou ali por acaso do destino (Richards, 1987; p.17), e desde então permaneceu sem grandes mudanças, é resultado do nosso olhar desatento, fragmentado e preconceituoso, o qual nos impossibilita de enxergarmos as variantes da agricultura tradicional.

Atualmente, a necessidade de criar um vínculo entre os saberes dos técnicos com o dos agricultores, vem sendo reforçado em alguns trabalhos (Albaladejo, 2000; Hocdé, 1999; Petersen, 1999; Veiga, 2003; Box, 1987; Reijntjes et al, 1994).

Neste trabalho partimos do princípio de que a agricultura tradicional é dinâmica, pois no nosso entendimento ela consegue acompanhar os acontecimentos do seu entorno ao longo do tempo, na tentativa de ajustar os seus sistemas de cultivo às condições locais. Entretanto é bom que não percamos de vista que, para o agricultor familiar o meio ambiente não representa apenas um meio para a produção de alimentos, onde a vegetação é alterada visando à construção dos seus roçados, mas é também um espaço de construção e expressão da sua cultura, pois o seu saber “... além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas...” (Woortmann & Woortmann, 1997; p. 15). Antes de agirem sobre o meio modificando-o, os agricultores familiares procuram fazer uma releitura desse ambiente, observando suas potencialidades e limitações na expectativa de criar um tipo de agricultura possível naquele local. Essa atitude é uma das maneiras que o agricultor familiar aborda a natureza, revelando então a sua percepção sobre o mundo, pois para eles a natureza é como algo vivo, capaz de responder positivamente quando se lida de forma correta com ela. Pois como diz Reijntjes, et al. (1994), “... o conhecimento nativo é bem mais que meramente aquilo que está refletido nas técnicas. Ele acarreta também muitos insights, percepções e intuições relacionadas ao meio ambiente, envolvendo frequentemente os ciclos solar e lunar, a astrologia e as condições meteorológicas e geológicas...” (p.48).

Ao analisar a geração e difusão de tecnologias voltadas para a realidade do agricultor familiar, alguns estudos têm enfatizado as mudanças negativas dessas inovações principalmente em razão da distância que separa a realidade do agricultor da natureza da tecnologia, as quais na maioria das vezes são criadas em “laboratórios” e

que não têm levado em consideração a diversidade e as especificidades dos pequenos agricultores do campo brasileiro. As instituições sempre os viram como um grupo homogêneo e, portanto, merecedor de uma tecnologia comum para todos. Graziano da Silva (1999), ao falar do setor público na geração e difusão de tecnologias, reporta-se ao papel da EMBRAPA dizendo que essa instituição “não tem favorecido os pequenos agricultores” (1999; p.38-39), principalmente porque se volta para “linha de pesquisa por produto” (1999; p.39). Ou seja, o produto sempre foi visto como alvo das atenções dos serviços de assistência técnica, enquanto o agricultor familiar trabalha, toma suas decisões e elabora suas estratégias em função do estabelecimento agrícola como um todo. Aparentemente essa postura de não levar em conta as especificidades locais e ver apenas o produto como alvo das atenções, justifica em parte o fracasso das políticas direcionadas para agricultura familiar.

Uma situação concreta de como as especificidades locais é subestimada pelos órgãos responsáveis pelas políticas de desenvolvimento rural, é a forma como alguns agricultores do Nordeste Paraense têm acesso ao crédito agrícola. Na maioria das situações eles são obrigados a adquirir certas linhas de crédito para trabalhar com produtos já pré-determinados pelos órgãos responsáveis. Esse comportamento evidencia a falta de diálogo entre as instituições públicas responsáveis pela assistência técnica e os agricultores. Além do mais, esta postura antidialógica tem gerado incertezas e desânimo, pois em alguns casos os agricultores lidam com determinados projetos com os quais não apresentam qualquer afinidade e que vão de encontro as suas estratégias, e acabam sendo abandonados pelos mesmos.

É importante ter em mente, que a introdução de novas tecnologias gera grandes mudanças para o estabelecimento agrícola. São mudanças complexas, pois não se restringem apenas a ferramentas e maquinários. Elas mexem com toda a vida do homem, e tem apresentado consequências de várias dimensões: econômica, social, cultural, agroecológica, cognitiva, na organização, duração e ritmo do trabalho.

No processo de trabalho agrícola, as operações mobilizadas para implantação dos roçados não se cristalizam com o tempo, são operações dinâmicas, adaptadas às diversas facetas do ecossistema e às condições sociais e econômicas de produção: a escolha das variedades cultivadas, o tipo de solo, o tipo da cobertura vegetal, entre tantos outros. Tudo isso é levado em consideração no momento em que os agricultores familiares elaboram as suas estratégias. Eles desejam a utilização mais eficiente possível dos limitados recursos e a busca de segurança. Um possível exemplo destas estratégias é

a implantação da roça de verão nos estabelecimentos agrícolas dos agricultores familiares da Comunidade São Francisco dos Gonzagas, localizada no município de Bragança (Jesus, 2000).

Cenário do estudo: localização das Comunidades.

Este estudo ocorreu nas Comunidades São João do Caeté e São Francisco, duas Comunidades próximas, localizadas no município de Santa Luzia do Pará. De acordo com Pereira & Reis (2000), Santa Luzia do Pará (emancipada em 1993), surgiu a partir de aglomerados que formaram ao longo da construção da BR 316.

Comunidade São João do Caeté

Localizada no Km 14 da BR 316, esta Comunidade conta hoje com aproximadamente 65 famílias que vivem da agricultura. Em termos de organização social esta Comunidade se divide em três categorias: “*o pessoal do ramal*”, moradores com melhores condições de vida, chegaram a região entre os anos 40 e 50, principalmente do estado do Ceará. O “*povo da onça*”, representa um grupo maior e mais antigo do local, chegaram nos anos 30 da região do caeté. E o terceiro grupo é o “*pessoal dos cumbucos*”, formado por aproximadamente cinco famílias, vindas de vários locais.

O pessoal do ramal vive em lotes demarcados de 25 ha, possuem casas de alvenaria, e além da mandioca, do milho e do feijão, plantam também culturas permanentes (coco, laranja e pimenta do reino). O feijão é a cultura principal.

O povo da onça todos são parentes, reside em áreas coletivas, onde num mesmo lote não demarcado, mora mais de uma família partilhando de todos os recursos. A área de trabalho desse povo, “Centrinho e/ou Retiro”, fica afastado das casas de moradia, aproximadamente 3 km, entre rios e mata. Lá plantam, caçam, pescam, fazem farinha e só retornam para suas casas no final da tarde. A mandioca (farinha) e o feijão, são os principais produtos do sistema de produção.

As famílias dos Cumbucos não são parentes. Nos lotes de 25 ha cada família trabalha individualmente, cultivando a mandioca e o feijão enquanto produtos mais importantes.

Comunidade São Francisco

Localizada no Km 26 da BR 316, esta Comunidade conta com 23 famílias, perfazendo um total aproximado de 100 pessoas que vivem do cultivo da mandioca e do feijão, como principais culturas. Também plantam culturas permanentes como o coco, a laranja e apimenta do reino. As casas são de alvenaria, cobertas de telhas de barro, cercadas por imensos quintais. Os laços de parentesco e de compadrio são fortalecidos pelas trocas de serviços: geralmente as trocas de dias ocorrem principalmente na capina e na fabricação de farinha, atividades que demandam muita mão-de-obra.

Os encontros bíblicos são momentos fortes de agregação das famílias; além desses encontros, os mutirões para “embarrear casas” e a formação de grupos para caçar, são importantes momentos de aglutinação das famílias.

A dinâmica da agricultura tradicional

Para descrever e refletir sobre a dinâmica da agricultura tradicional dessas famílias de agricultores que vivem numa área de colonização antiga, faz-se necessário retomar ao *“tempo dantes”*, pois pareceu mais lógico retornar ao passado para compreender melhor como as mudanças na paisagem local foram ocorrendo, como as famílias a perceberam, e como os sistemas de cultivo se comportaram diante de tais alterações sofridas pela paisagem. As mudanças ocorridas na paisagem referem-se à substituição gradativa da mata pelas capoeiras (vegetação secundária), que acabou ocasionando alterações no calendário agrícola local, no tamanho dos roçados, e conseqüentemente na organização do trabalho familiar.

Calendário agrícola local

A implantação da roça de tempo, ou de janeiro (arroz, milho e mandioca) como também é chamada, é a referência para o início do ciclo agrícola dessas famílias, que conforme depoimentos, na medida em que foram ocorrendo mudanças agroecológicas na paisagem (mata para capoeira), foi também sendo modificada à época de implantação de seus roçados. Quando mata, a área destinada a roça de tempo, começava a ser preparada em maio, queimava em setembro, para plantar em novembro, pois, *“nos tempo de mata, o inverno era mais cedo...chovia seis mês sem parar...a gente começava a plantar mais cedo...”*; hoje com a paisagem formada praticamente por capoeiras, o agricultor começa preparando a terra entre outubro e novembro, queima no final de

dezembro, para começar a plantar em janeiro, quando das primeiras chuvas pois “*hoje quando chove, já é janeiro e fevereiro, e a planta já é mais tarde*”.

No quadro abaixo podemos verificar melhor o calendário agrícola quando na região predominava mata e hoje formada por capoeiras.

Quadro 01 – Descrição do preparo da roça quando mata e capoeira

MATA		CAPOEIRA	
Operação	Mês	Operação	Mês
Derruba	Maio	Broca/Derruba	Outubro/Novembro
Queima	Setembro	Queima	Dezembro
Plantio	Novembro	Plantio	Janeiro

Fonte: Pesquisa de campo (2002)

Notamos a partir desse quadro, que no tempo da mata não existia a broca, em razão da vegetação ser bastante grossa, quase não existia cipós. Ao contrário das capoeiras, que entrelaçadas de cipós exigem a broca para que ocorra uma derrubada com sucesso; no entanto quando a capoeira é muito fina, a broca e a derrubada ocorrem simultaneamente.

Os depoimentos dos nossos interlocutores são reveladores de que as alterações no calendário agrícola começaram a ser notados entre os anos de 1956 à 1958, o que parece coerente com o fato de que foi justamente o período em que ocorreram grandes desmatamentos na região em razão da construção da BR 316/ PA-MA, o qual foi sentido pelos moradores que fixaram residências nas proximidades da BR.

Tamanho dos roçados

Em meados dos anos 70 as famílias começaram a diminuir o tamanho de suas roças em razão da grande infestação de “mato”, fato atribuído a redução do período de pousio (único recurso utilizado pelas famílias para a recuperação da fertilidade do solo) das capoeiras, o qual ocasiona a alta incidência de vegetação espontânea, que compete por nutrientes, água e luz com os produtos cultivados. Para sua eliminação, no caso dessas famílias, só através da capina, operação técnica bastante exigente em termos de esforço físico. Este fato faz com que a maioria das famílias procure mão-de-obra fora do grupo doméstico, através da empreita, pagamento de diárias e troca de dias ou adjunto. Com exceção da troca de dias, as outras duas modalidades são novas para essas famílias que viviam basicamente dos mutirões e da troca de dias.

Organização do trabalho

O mutirão ocorre com mais frequência nos trabalhos para “embarrear casas”, tem um caráter festivo, e os demais participantes não tem o compromisso de retribuir este mesmo serviço, como ocorre na troca de dias ou adjunto. Este caráter festivo dos mutirões foi também observado por Veiga & Albaladejo (2002, p.67), quando de sua análise sobre as trocas simbólicas entre duas coletividades locais na região de Marabá.

Nas duas Comunidades a troca de dias é realizada com mais frequência entre parentes, tendo em vista as relações de compadrio muito forte nesta região. Ela fundamenta-se em uma negociação entre os agricultores, em que o que vai precisar do trabalho convida algumas pessoas para executar uma determinada atividade, geralmente a capina. Sabendo ele que também terá que retribuir depois em diárias a mesma ou outra atividade que o seu convidado precisar. Conforme Reijntjes et al (1994), dentro da Comunidade são estabelecidos laços fortes onde a troca de trabalho além de representar um meio de fortalecimento das relações de reciprocidade, é também um sistema estratégico de reprodução social de um grupo, assim ele afirma: “... os membros da Comunidade, dão apoio uns aos outros através do trabalho comum ou da troca de trabalho... essas interações servem para atenuar os riscos e são parte das estratégias de sobrevivência das famílias e dos indivíduos...” (Op.cit, 1994; p.35).

Na empreita o dono da propriedade não é obrigado a participar, ele apenas convida uma pessoa para ser responsável por aquela atividade. O pagamento é acertado na hora do convite, que não é calculado sobre diárias, e sim a partir da natureza do trabalho, e principalmente do tamanho da área onde será executada a atividade. O contratado pode ou não convidar outras pessoas para lhe ajudar, ficando a seu critério. Quando convida o pagamento é por conta dele, que faz a divisão a partir do que recebeu.

No caso do pagamento de diárias, o proprietário contrata temporariamente a mão-de-obra que vai até a finalização de um dado serviço.

Ensinamentos importantes

Portanto, afirmar que os agricultores familiares são fechados para as inovações e as sugestões externas, não condiz com o dinamismo da agricultura tradicional. Quando as instituições e/ou organizações promotoras do Desenvolvimento Rural lançam uma nova proposta de intervenção técnica junto aos agricultores, a princípio, para ser apropriada, ela é retrabalhada cognitivamente por eles, na tentativa de adequarem-na às suas condições de trabalho. Na medida em que as intervenções são retrabalhadas, novas

categorias são criadas e velhas categorias são transformadas, transformando aos poucos os seus saberes. Pois ao contrário das instituições públicas de pesquisa agropecuária que têm freqüentemente as estações experimentais como referência para o desenvolvimento de novas tecnologias, os agricultores familiares têm as suas terras, onde testam, adaptam e implantam suas inovações, nas condições em que vivem, onde combinam o conhecimento e as aptidões locais para o desenvolvimento de técnicas agrícolas condizentes com a realidade local. Portanto, se faz necessário conhecer as inovações desenvolvidas pelos próprios agricultores familiares, pois a partir delas podem surgir novas idéias. Bem como, nos possibilita criar caminhos de um possível diálogo entre pesquisadores, técnicos e extencionistas.

BIBLIOGRAFIA

- ALBALADEJO, C. **O diálogo para uma interação entre os saberes dos agricultores e os saberes dos técnicos: uma utopia necessária.** In: HÉBETE, J. NAVEGANTES, R. (Ed.) CAT – Ano décimo: etnografia de uma utopia. Belém: UFPA, CAT, 2000. p. 173-214.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Tecnologia e campesinato. In:-----**Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999, p.137-174.
- HOCDE, H. **A lógica dos agricultores experimentadores: o caso da América Central.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1999, 36p.
- JESUS, Maria Nilza de. **Relatório final de funcionamento de um estabelecimento agrícola na Comunidade São Francisco dos Gonzagas no município de Bragança-Estado do Pará.** Belém:NEAF/UFPA, 2000. (Mimeo.).
- PEREIRA, C. L. DE O; REIS, M. N. F.; **Relatório final sobre Manejo de componentes ambientais no sistema de produção em estabelecimento agrícola de agricultor familiar no município de Santa Luzia do Pará/Belém-PA/NEAF/UFPA,** 2000. (Mimeo).
- PETERSEN, P. **Apresentação.** In: Hocdé, H. A lógica dos agricultores experimentadores: o caso da América Central. RJ: As-PTA, 1999, p. 5-7
- POSEY, D. A. **Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kaiapó).** In: Suma Etnológica Brasileira. Vol. 1. Etnobiologia. Ribeiro, B. G. (coord.). Petrópolis: Vozes. FINEP; 1987. p. 173-185.

- Os povos tradicionais e a conservação da biodiversidade.** In: Pavan, C. (org.). Uma estratégia latino-americana para a Amazônia. SP: Fund. Memorial da América Latina; 1996. p. 149-157.
- REIJNTJES, C.; HAVERKORT, B.; WATERS-BAYER, A **Agricultura para o futuro:** uma introdução a agricultura sustentável e de baixo insumos externos. Tradução: John C. Comerford – 2ª Ed. , RJ: AS-PTA, Leusden, Holanda: ILEA, 1999. 324p.
- RICHARDS, P. **Agricultores experimentadores & pesquisa agrícola.** In: Agricultores experimentadores e pesquisa. Texto apresentado no Seminário IED: Agricultores e pesquisa agrícola: Métodos complementares. Instituto de Estudos e Desenvolvimento da Universidade de Sussex. Brighton – Reino Unido. 26 à 31 de julho de 1987.
- VEIGA, I e ALBALADEJO, C. **A formação do território a nível local e a emergência da ação coletiva – Análise das trocas simbólicas em duas coletividades locais da região de Marabá, Amazônia Oriental.** In: Agricultura Familiar, Pesquisa, Formação e Desenvolvimento – A construção local dos territórios da agricultura familiar (Amazônia Oriental) partes 2 e 3. Organizações sociais e saberes locais frente a ação de desenvolvimento. Vol 1, n. 3. Belém/PA. UFPA/NEAF/CNRS; 2002.
- VEIGA, I. **Saber e participação na transformação dos sistemas de produção da agricultura familiar amazônica.** In: **Coleta amazônica** – Iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. Belém/PA. UFPA/NEAF; 2003.
- WOORTMANN, Ellen & WOORTMANN, Klauss. **O trabalho da terra – A lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília: Ed. UNB. 1997. 192p.

1º Encontro da Rede de Estudos Rurais

GT5

PROCESSO DE TRABALHO, TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA E DIREITOS SOCIAIS

COORDENADORES

MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA (UNESP)

MARILDA APARECIDA DE MENEZES (UFCG)

SERGIO SCHNEIDER (PGDR/UFRS)

(DES)REALIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO E OS LIMITES DA TEORIA (Repensar Crítico sobre a Classe Trabalhadora no Brasil)*

Antonio Thomaz Júnior

Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia
FCT/UNESP/Presidente Prudente;

coordenador do Grupo de Pesquisa

“Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT);

pesquisador do CNPq

thomazjrgeo@prudente.unesp.br

1. Introdução

O título desse texto, mais do que uma indagação, é uma questão de grande amplitude, que continuará nos motivando às pesquisas e ao debate crítico e construtivo, juntamente com os interlocutores que estão diretamente envolvidos na temática do trabalho e nas lutas emancipatórias da classe trabalhadora para além do capital.

Nossos estudos nos têm revelado que a sociedade do capital, encimada no ambiente contraditório da reestruturação produtiva, vem sendo modificada intensamente nas últimas décadas, e isso tem atingido a estrutura de classes, a própria dinâmica das dimensões objetiva e subjetiva dos trabalhadores.

Está-se diante, pois, dos rearranjos da ordem metabólica do capital em nível mundial, que adota as formas e procedimentos derivados/combinados do taylorismo-fordismo para o toyotismo, bem como outras formas de organização do processo de trabalho, e que impactam diretamente na diminuição do operariado industrial tradicional, na expropriação crescente de milhões de camponeses, no aumento crescente da legião de desempregados, na profunda redefinição do mercado de trabalho.

Esse é o caminho mais seguro para construirmos novos referenciais teórico-metodológicos para vislumbrarmos a compreensão do universo do trabalho, cada vez mais fragmentado, heterogeneizado e precarizado, particularmente sob o fogo cruzado da reestruturação produtiva do capital. Em síntese, temos o redimensionamento das configurações sociais que dão sustentação a diferentes expressões e significados do trabalho, seja nos campos,

* Este texto é parte das reflexões proporcionadas pelo projeto de pesquisa “Reestruturação Produtiva do Capital no Campo e os Desafios para o Trabalho”, em nível de pós-doutorado, realizado junto à Universidade de Santiago de Compostela (Espanha), com o apoio do CNPq, durante o período de outubro de 2004 a setembro de 2005. Com o título “(Des)Realização do Trabalho: Se Camponês, se Operário! (Repensar Crítico sobre a Classe Trabalhadora no Brasil)”, foi direcionado para a Comissão Organizadora do Tomo IV “Formas de recriação da condição camponesa”, do Coletivo “História Social do Campesinato, organizado pela professora Marilda Menezes.

seja nas cidades, e acrescenta novos valores e sentidos para os sindicatos, as centrais sindicais, as associações, os partidos políticos, e para os trabalhadores em particular.

Nos centros urbanos as principais marcas desse processo de reestruturação produtiva do capital se evidenciam no fato de que as plantas fabris estão sendo remodeladas para abrigar os rearranjos que apontam para a intensificação da concentração de capital, do crescimento inaudito da urbanização, seguido das maiores taxas de favelização e de desemprego da população trabalhadora. Nos campos esses fundamentos se expressam em nível mundial de forma também contundente e diferenciada, amparados, pois, de forma mais ou menos direta ao modelo agroexportador vinculado aos programas de ajustes estruturais do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI), e no regime de livre comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC).

É como se o projeto de desenvolvimento tivesse que ser *único* para o conjunto da sociedade, todavia que seu recorte para o campo fosse afinado aos interesses exclusivos de classe (das classes dominantes nacionais e estrangeiras). Estas, representadas, pois, pelas grandes empresas capitalistas relacionadas ao agronegócio, cujos vínculos se estendem de forma mais ou menos expressiva ao capital industrial (químico-agroalimentário), capital bancário e financeiro, aos latifundiários, grileiros de terras públicas e devolutas.

É importante destacar que a aceitação paradoxal por parte do capital do *ser* camponês está dimensionada pelos regramentos do padrão hegemônico de desenvolvimento rural que determina a adoção de formas de produção, de insumos, de tecnologias, de rotinas e de relações de produção, que não respondem historicamente aos anseios da autonomia e da preponderância da organização familiar do trabalho.

É sob as determinações desses referenciais que contingentes expressivos de camponeses, organizações sindicais, movimentos sociais populares no campo, intelectuais, defendem e multiplicam os valores da concepção burguesa de mundo. Claro está que esses são os horizontes válidos para toda a sociedade, não se restringindo a este ou aquele setor, tampouco aos trabalhadores envolvidos.

Para esse momento, colocamos em discussão as dificuldades de compreensão da complexa trama de relações da dinâmica geográfica do trabalho no Brasil, nessa viragem do século XXI, considerando especialmente os limites/barreiras sediadas no âmbito teórico-conceitual-ideológico do marxismo. Isto é, o que entendemos sobre o mundo do trabalho, quando nos utilizamos do instrumental teórico que vimos utilizando, amparado no marxismo? Se assalariado (rural e urbano), à primeira vista a identidade de operário se consoma, e se produtor autônomo no campo, camponês, subproletário, ou trabalhador em vias de extinção.

Não estamos nos distanciando dessa corrente de pensamento. Ao contrário, apenas estamos nos propondo a mapear o que conseguimos explicar da *totalidade viva do trabalho* (MÉSZÁROS, 2002), ou nos envolvermos concretamente nos desafios de fazermos a autocrítica

radical e consciente para que possamos entender os movimentos, os sentidos do trabalho, e os seus desdobramentos e significados no âmbito da classe trabalhadora.

2. (Des)realização do Trabalho

Então, a questão central permanece: o que entender do constante fluxo, e cada vez mais intenso de trabalhadores urbanos que realizam inúmeras tarefas/atividades nas cidades, e migram de categorias/corporações sindicais. E ainda, para alguns desses, ou para a maioria dos seus ascendentes que um dia já foram camponeses, e que retornam ao campo sobretudo, via as ocupações de terra, ou ainda as atividades realizadas nos centros urbanos por aqueles que de alguma maneira já estão no campo, e retiram parcialmente o sustento de sua família das atividades agrárias.

O recorte das nossas reflexões é priorizar o fluxo de relações que vincula as mudanças no perfil dos camponeses com a composição em suas fileiras dos operários urbanos e rurais, com suas trajetórias também específicas. As vias de comunicação entre essas frações do universo do trabalho no âmbito de uma realidade que está sendo construída por meio das ocupações de terra¹, ou da luta pela terra e pela Reforma Agrária.

É como se pudéssemos pensar esse quadro a partir da simulação se camponês, se operário, num movimento de ida e volta, a plasticidade refeita do trabalho, lastreada nas mediações que redefinem a (des)realização do trabalho e da classe trabalhadora, para expressar os recortes de identificação de classe sintonizados para aqueles que pensam, atuam e pesquisam cada uma dessas expressões concretas da existência do trabalho.

Com isso, se estão abordando situações e realidades específicas dos trabalhadores assalariados: todo esforço converge para esse recorte, sem contar se a opção incide sobre experiências urbanas e rurais, sendo que em algumas situações, outras formas de expressão do trabalho, como os camponeses, nem sequer são consideradas, para tomarmos um exemplo concreto.

O mesmo se passa quando estamos diante de estudos, discursos, documentos e posicionamentos, que têm como ponto de referência o campesinato, pois o campo fica restrito a essa forma específica da realidade social, resguardando às formas assalariadas uma segunda ordem de importância, ou ainda, sintonizadas a menor destaque caso se expressem no urbano, numa clara e inequívoca tomada de posição em favor do campo. Essa primazia equivocada também se expressa para aqueles que se dedicam unilateralmente ao operariado urbano, ou às formas de trabalho assalariado, e autônomos nos centros urbanos.

¹ Aqui não nos dedicaremos à temática das ações específicas dos trabalhadores Sem Teto, ou da luta pela terra nas cidades.

Os interesses corporativos prevalecem e o esvaziamento e neutralização do enfoque de classe são assumidos dessa forma, em favor da concepção estranhada de trabalho, com nítidos conteúdos de individualidade e unilateralidade social, política e ideológica do trabalho.

Isso nos põe a pensar na própria fundamentação da separação entre sujeito e objeto, que não é privilégio das correntes positivistas, mas para centrarmos as atenções aos objetivos desse texto, diríamos que se faz necessário um reexame profundo dos fundamentos teórico-metodológicos, que dão sustentação aos pressupostos e paradigmas interpretativos da sociedade atual. Isto, pois, para alcançarmos a emancipação da humanidade do metabolismo do capital como pleiteamos, temos que colocar sob o crivo da crítica e da autocrítica a superação dos limites teórico-científico-políticos.

Diante do cenário que questiona essas delimitações e, por consequência, as teorias e os conceitos que se apresentam para esse fim, porque estão apropriados para realidades específicas e particulares do trabalho, não queremos com isso defender que a teoria não é importante, tampouco que o esforço de teorização é substituível.

Mais precisamente, centramos nossas reflexões, com base nas pesquisas concluídas e em andamento², para colocarmos em questão os limites explicativos da realidade do trabalho em respeito ao movimento que requalifica constante e continuamente os sentidos do trabalho e a totalidade viva do trabalho³, por meio da reinserção laborativa dos trabalhadores, na grande maioria dos casos, circunscritas às expressões mais precarizadas, e informais.

Assim, a dialética da dinâmica geográfica do trabalho, ou do seu movimento contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização é a expressão concreta das formas geográficas que revelam o conteúdo do fenômeno do trabalho, ou mais propriamente, o conteúdo da luta de classes nos lugares. (THOMAZ JR., 2004).

Como se fosse a boa máxima para a humanidade, para os trabalhadores, para os homens, para as mulheres, os fundamentos do projeto de sociedade do capital se propõe único, homogeneizador de valores, e *sabores*, passando pelos princípios, pela ética, pela ideologia, etc., é como se metaforicamente estivéssemos diante da *mcdonaldização* do planeta à sua imagem e semelhança.

² Apenas destacamos aqui os projetos que são referência para o conjunto dos demais Projetos de Pesquisas em curso no âmbito do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), ambos sob nossa responsabilidade: 1) “Território Mutante e Fragmentação da Práxis Social do Trabalho”. (Projeto PQ/CNPq), em vigência; 2) “Agronegócio e Conflito pela Posse da Terra em São Paulo: A Dinâmica Territorial da Luta de Classes no Campo e os Desafios para os Trabalhadores”. (Auxílio à Pesquisa/Fapesp), em julgamento.

³ Essa proposição de Mészáros (2002), nos indica haver um complexo de relações, e redefinições de grande magnitude não somente na esfera econômica, mas também política, social, e no interior da classe trabalhadora. Ainda que para o autor essas redefinições não têm as mesmas preocupações que para nós, são essenciais para nossos estudos.

Municiado por esses referenciais o capital em nível internacional se propõe: a) sufocar a resistência dos camponeses, das comunidades nativas, indígenas, pescadores, atingidos por barragens, operários urbanos e rurais, desempregados, subempregados, para implementar a expropriação e a sujeição dos camponeses, sendo que ao recriá-los subordina-os com mais intensidade; b) blindar qualquer forma de acesso à terra que não seja via mercado; c) deteriorar e precarizar as condições de trabalho; d) intensificar as jornadas de trabalho; e) ampliar os horizontes da adoção da mão-de-obra infantil; f) desempregar assalariados; g) fragilizar relações de trabalho formais; h) intensificar as práticas da terceirização e das cooperativas de trabalho; i) rebaixar salários, etc.

É por dentro das contradições desse processo que entendemos a violência expressa também pelo crescimento intensivo da concentração de riquezas (terra, renda, capital) em escala planetária, e toda a manipulação que garante aos setores dominantes a imposição dos pressupostos do modelo destrutivo da sociedade do capital, e da barbárie social.

Quando recorrermos à história recente facilmente constatamos que os sucessos tão alardeados pela máquina midiática do capital sobre os resultados da *revolução verde*, que carrega os significados do progresso técnico-científico na agricultura, considerando a articulação da motomecanização aos insumos químicos e de outros matizes, iniciada nos anos 1950/1960, não poderíamos deixar de contrapor o quanto mais de miséria e de exclusão proporcionou para os camponeses e para os trabalhadores assalariados.

E é no centro de gravidade desse processo que temos de um lado, o rebaixamento dos preços como consequência do aumento da produção, da diminuição dos custos, e dos mecanismos regulatórios dos mercados preferenciais liderados pelos países e grupos transnacionais europeus, americanos e japoneses. Por outro lado isso tem causado a precarização das condições de vida e de trabalho das famílias camponesas e dos assalariados. Os desdobramentos mais perversos já são conhecidos, mas valeria destacar: 1) a redução das áreas de cultivo destinadas ao autoconsumo; 2) diminuição da capacidade de produção agrícola dos camponeses pobres; 3) a degradação da fertilidade natural das terras; 4) o abandono das terras; 5) o êxodo; 6) o desemprego; 7) o empobrecimento e a exterminação de milhões de famílias camponesas em todo o mundo. (MAZOYER, 2003).

Em consequência o que se assiste é o crescimento de pobres no campo e também nas periferias das cidades, que nessa viragem do século XXI está ainda mais acentuado e mundializado, pois os indicadores sociais⁴ mostram que a despeito de um êxodo rural de 50 milhões de pessoas, o número de pobres e famintos nos campos não diminui, o que implica no surgimento de mais de 40 milhões de novos pobres, famintos, sem condições de trabalho.

⁴ Cf. ONU, 2004. Essas informações também foram confirmadas por pesquisadores.

Para o Brasil, esse quadro é também alarmante⁵, pois a proporção de pobres no campo é mais do que o dobro da existente nas cidades, 57% e 27% respectivamente, ou em termos absolutos 40 milhões de pobres nos centros urbanos, e 16,5 milhões no meio rural.

De forma orquestrada estão sendo destruídas as culturas tradicionais, as comunidades camponesas, os empregos, os vínculos formais de trabalho, e ameaçadas as diferentes experiências organizativas que se efetivam no dia-a-dia das lutas. Em qualquer lugar onde se apresentam as resistências e se efetivam os conflitos, em confrontação com o modelo hegemônico e *único* de desenvolvimento, as ações em reação são rápidas e na maioria das vezes certeiras, por meio de diversos expedientes: perseguição, lista-negra, açoite, homicídio/genocídio, etc.

Assim, é no interior da ordem metabólica do capital, das contradições que regem os mecanismos centrais da produção, e ao processo mais geral da reprodução ampliada do capital e os impactos para o universo do trabalho, que podemos entender o campesinato no âmbito da classe trabalhadora. Dessa forma, imerso no metabolismo social do capital e, conseqüentemente, no ambiente da organização, das disputas e das alianças políticas do trabalho.

Em outros trabalhos pudemos apresentar os fundamentos dessa compreensão sobre o campesinato, e aqui sintetizamos três aspectos, com base no princípio de que: a) apesar de tratar-se de um ator-sujeito social que não vende força de trabalho para o capital (daí então a simetria de ser entendido como não trabalhador, mas sim como profissional), b) e também pelo fato de ser proprietário dos meios de produção e de portanto, possuir autonomia em relação ao trabalhador assalariado (o que o distancia ainda mais do universo do trabalho, com base nos parâmetros consagrados pelos modelos explicativos), c) estendemos nossa compreensão do camponês no universo do trabalho e da classe trabalhadora, o que nos mantém envolvidos para participar da construção desse conceito.

A oportunidade de avançar os estudos e investigações sobre a realidade do trabalho é a fonte concreta para atentarmos para a construção/destruição/reconstrução cotidiana dos significados e sentidos territoriais do trabalho nos diferentes lugares.

Aceitar esse desafio intelectual e político é participar sobremaneira da possibilidade de contribuir para a construção de instrumental teórico-metodológico capaz de subsidiar com capacidade explicativa e analítica, o entendimento da realidade que se apresenta nessa viragem do século XXI para a classe trabalhadora.

⁵ Segundo informações oficiais e amplamente divulgadas pela imprensa, em 2003, 54 milhões de brasileiros eram pobres, e viviam com renda familiar *per capita* de até ½ salário mínimo (R\$120,00)⁵; 22 milhões de indigentes, com renda domiciliar *per capita* de até ¼ do salário mínimo (R\$60,00); 1% dos brasileiros mais ricos (1,78 milhão de pessoas), apropria-se de 13% de toda a renda gerada, sendo que os 50% mais pobres (89 milhões) detêm somente 13% da renda.

3. Reestruturação Produtiva e Centralidade do trabalho

A reestruturação produtiva do capital produz novas fragmentações no interior da classe e, conseqüentemente, novas identidades do trabalho estranhado, bem como atinge expressivos segmentos de trabalhadores vinculados às relações de produção não essencialmente capitalistas. Apesar da sua forma clássica se expressar no assalariamento, também se estende aos trabalhadores por conta própria, para os autônomos, para os camponeses.

Assim, a precarização da força de trabalho (do trabalho vivo) em geral assume formas sócio-histórico-geográficas diferenciadas ao longo do processo de desenvolvimento capitalista.

A título de exemplo poderíamos elencar os trabalhadores de telemarketing, os digitalizadores, os trabalhadores envolvidos na cibernética de modo geral, que em grande medida se vinculam ao mercado de trabalho na modalidade de subcontratados, terceirizados, ou formas derivadas da informalização.

As repercussões desse processo para o conjunto dos trabalhadores refletem um quadro em que a classe trabalhadora aumentou de tamanho, em quantidade, porém de forma heterogênea, fragmentada, diferenciada pelos territórios e lugares, e crescentemente mais precarizada⁶.

Assim, na América Latina, África, Sudeste Asiático e mais porções periféricas da Europa e da Ásia Central, nota-se de forma muito mais intensa do que nas outras partes do planeta, diferentemente do que se assevera aos quatro cantos de que o trabalho está diminuindo ou está acabando, por meio de afirmações assemelhadas ao fim do proletariado, fim do trabalho, fim da centralidade do trabalho – aliás, afirmações amparadas nas realidades européia, nipônica e norte-americana – a presença de aumentos impressionantes dos contingentes de trabalhadores.

Disso poderíamos sintetizar que o trabalho não está acabando, o emprego sim é que está moribundo. A afirmação que se repete de forma equivocada, que se caminha para o fim do trabalho, tem que ser repensada, pois, o que está em questão é a eliminação/precarização do posto de trabalho com garantias, com reconhecimento dos direitos sociais e trabalhistas, portador de seguridade social e previdenciária, etc.

Como assevera Antunes (1995, p.78): “Mais fetichizada do que em épocas anteriores, a sociabilidade contemporânea (...) reafirma e intensifica a lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias e a conseqüente vigência do trabalho estranhado”.

No âmbito da crítica marxiana à economia política notamos que sob a vigência e mando do capital o trabalho estranhado é, por conseqüência, (des)efetivação, (des)identidade, e (des)realização, especialmente nos últimos tempos com a crescente e intensa mobilidade de

⁶ A esse respeito, Antunes (1999) apresenta reflexões de longo alcance teórico e explicativo do processo recente de transformações que recaem sobre o mundo do trabalho e que lhe permite indagar os sentidos do trabalho nessa viragem do século XXI.

formas de expressão e da plasticidade do trabalho vivenciadas pelo trabalhador diante dos signos imperantes do século XXI.

Se não entendemos esse processo pelo viés da dialética existente entre negatividade/positividade, e por via de consequência a potência emancipadora do trabalho, que ao negar a sociedade do capital se afirma enquanto ator-sujeito transformador, não nos será possível defender sua centralidade como pressuposto para a construção de uma sociedade anticapital. (MÉSZÁROS, 2002).

Seria impossível conceber a eliminação do trabalho, ou até em certo limite a classe trabalhadora, enquanto vigorarem os elementos constitutivos da estrutura societária do capital, a vigência do valor trabalho.

Portanto, quando se fala da crise da sociedade do trabalho, é absolutamente necessário qualificar de que dimensão se está tratando: “se é uma crise da sociedade do trabalho abstrato (...) ou se se trata da crise do trabalho também em sua dimensão concreta, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza” (ANTUNES, 1995).

Podemos dizer que apostar na infertilidade da não centralidade do trabalho, ainda que 2/3 da humanidade viva o flagelo da precarização, da exclusão, e de todas as formas de subordinação/dominação/expropriação/sujeição, do desemprego, é o mesmo que não conseguirmos ir além do visível, ou apostarmos na incapacidade de apreendermos as contradições objetivas e subjetivas da estrutura social.

O que estamos colocando em discussão é a íntima relação que existe entre a fragmentação do trabalho, e a fragmentação da práxis teórica que se propõe formuladora e propositiva para a emancipação do trabalho do jugo do capital. Ou seja, nossa linha de enfoque está direcionada para as limitações e os problemas concernentes às teorias formuladas no âmbito do marxismo libertário, voltado para a compreensão da classe trabalhadora (ou ainda restrita às frações de classe), portanto não priorizamos as polêmicas e as divergências com as demais correntes teóricas.

4. Os limites da Teoria: Viva a Teoria!

Os desafios estão postos, e para nós o mais importante é assumir que há limitações teóricas de elevada monta para entendermos o que está se passando no interior da classe trabalhadora, especialmente no Brasil.

Não seria o caso de recuperarmos aqui todo o percurso da crítica da economia política empreendida por Marx, fundamentalmente em sua obra seminal *O Capital*, tampouco ampliarmos os horizontes para autores que estão defendendo posicionamentos por fora do empreendimento de superação das amarras do capital. Todavia, é imprescindível para os nossos objetivos enfatizarmos a engenhosa elaboração crítica de Marx sobre o movimento contraditório

da acumulação de capital e as vinculações e desdobramentos para a organização dos trabalhadores e construção do socialismo. Esse é o referencial que seguimos e que nos possibilita reconhecer filosoficamente e cientificamente que Karl Marx é um autor vivo ainda no século XXI. Entendê-lo, decifrá-lo e manter o diálogo freqüente com os demais interlocutores é o caminho que estamos percorrendo para fundamentarmos a crítica radical ao capital.

Assim, tendo em vista que uma das conseqüências imediatas da extensão da lei do valor é acelerar a dissolução das comunidades e sociedades que produzem em conformidade com o valor de uso (concreto) ou ao autoconsumo, como é caso do campesinato, e que ao mesmo tempo, a verticalização dos pressupostos eminentemente capitalistas da reprodução do capital, dissolve e refaz relações não capitalistas no interior do trabalho, entendemos que se faz necessário ampliar os horizontes dos significados, tanto de trabalho (como categoria marxiana) quanto da classe trabalhadora.

Esse intento nos põe atentos e perseverantes porque a resistência a qualquer incremento na formulação original marxiana é muito marcante para alguns autores.

Lessa (2005) delimita uma blindagem a qualquer elemento novo nos pressupostos teóricos, quando nega a necessidade da ampliação do significado de trabalho e de classe trabalhadora, asseverando que o proletariado não se dissolveu nos trabalhadores, para se contrapor aos posicionamentos daqueles que protagonizam essa tese, particularmente quando argumentam, que não há mais o antagonismo da época de Marx entre proletariado e burguesia, mas sim uma contraposição mais global entre trabalho e capital⁷. Ou ainda como aponta Bernardo (2004), quando diz que o “desaparecimento da classe operária” corresponde a uma expansão sem precedentes da classe trabalhadora.

Não é mais possível afirmar e sustentar empírica e teoricamente que o proletariado é a única classe da sociedade burguesa que continua produzindo o conteúdo material da riqueza através da transformação da natureza com fins à reprodução social, e portanto, portadora exclusiva do significado da revolução, sem que isso neutralize nossa posição em relação à emancipação da classe trabalhadora e que, em decorrência, estaríamos mais propensos à reforma em detrimento da revolução ou que estaríamos fundindo as duas vertentes.

É nessa urdidura que compreendemos as contradições e a síntese das múltiplas determinações da totalidade expressa no conceito de classe trabalhadora que intentamos refletir com base nas múltiplas dimensões do contexto social do trabalho, com destaque, pois, para o papel da experiência na compreensão das contradições do processo histórico (THOMPSON, 2001).

⁷ Em sua crítica, o autor inclui Ricardo Antunes, Demerval Saviani, Antonio Negri, Maurício Lazzarato, autores com filiações distintas ao marxismo, mas que em algum momento atentaram para a necessidade de uma revisão crítica em relação ao tratamento da realidade social contemporânea, diante das limitações analíticas presentes no corpo teórico original das teses marxistas, particularmente considerando os rearranjos no universo do trabalho, nos últimos 20 anos.

Disso depreendemos que a classe trabalhadora se apresenta multifacética internamente, e diferenciada em frações e segmentos, o que dificulta ainda mais a constituição de uma consciência de classe para si. Ou ainda, se não consideramos as diferentes formas de expressão do trabalho que ultrapassa as demarcações preconcebidas, se nos campos ou se nas cidades não nos é possível compreender os fenômenos que estão na base das mudanças da estrutura de classe, tampouco os *novos* enfrentamentos e desafios para a construção de referenciais anticapital, ou a espacialidade dos *novos* territórios em conflito.

A questão que apresentamos não é de natureza semântica, mas sim teórico-conceitual, ideológica, política. Ou seja, o que se denomina como subproletário no contexto em que se atribui as denominações que escapam da formulação clássica de proletário, contém quais elementos explicativos de agora? A realidade atual pode ser entendida a partir desses referenciais?

É importante notar que o debate em torno da compreensão dos papéis do campesinato na contemporaneidade, na sociedade brasileira, tanto em sua defesa quanto em sua negação é polêmico e povoado de matizes ideológicos.

A presença do campesinato, notadamente pela sua resistência em não desaparecer era o sinal de que o período transitório para a definitiva implantação do capitalismo no campo ainda não se havia implementado, sendo que assim que se efetivasse os camponeses desapareceriam. (KAUTSKY, 1982).

Esse posicionamento que atravessa os tempos e que reserva aos camponeses uma segunda ordem de importância, tendo em vista não lhes corresponder nenhum papel relevante na luta de classes, está baseado, pois, no fato de que não ocupam lugar central na produção do valor. Diferentemente do operário, os camponeses não estão unidos entre si por relações múltiplas, e também pelo fato de ser proprietário da terra não lhe possibilita consciência crítica em relação à superação da propriedade privada, e pelas contingências políticas e históricas do passado, sobretudo os séculos XVIII e XIX na Europa (Inglaterra, França, Alemanha).

Em síntese, os camponeses entendidos no plano da subalternidade em relação à classe operária⁸, e conservadores por resistirem ao desaparecimento, sua prática conflitiva teria que ser neutralizada ou aliada aos pressupostos do protagonismo da classe operária (rural e urbana).

Para completar esse raciocínio acrescentam que nos países tipicamente capitalistas, a classe operária industrial/urbana revolucionária engloba sem restrições o operário agrícola das grandes empresas, mas evita a regressão do operário rural à condição de pequeno camponês.

Em vista disso, defendia-se que não fazia sentido esperar que na periferia do sistema pudesse gestar uma formulação alternativa mais à frente do que nos países centrais. Até porque

⁸ Para alguns, seria um forte sinal de deformação do marxismo ortodoxo colocar no mesmo plano camponeses e operários, em oposição radical à vertente estalinista, que entendia que a revolução comunista seria a obra de um bloco de classes colocadas no mesmo plano.

os resquícios do atraso eram dimensionados como semifeudalidade, portanto o camponês seguia atado à terra, por múltiplos procedimentos extraeconômicos, e como fornecedor de mão-de-obra para os grandes proprietários rurais e para o setor industrial urbano. (LENIN, 1982).

Essa avaliação estava delimitada à estratégia que prescrevia que a superação do metabolismo do capital ocorreria nas sociedades capitalistas desenvolvidas e maduras, tendo em conta que nestas a relação de exploração do trabalho estaria mais generalizada e plenamente desenvolvida.

O posicionamento fundante de que o modo capitalista de produção não permite a existência do campesinato, parte do princípio de que a produção de mercadoria é a força totalizadora do progresso e do desenvolvimento das forças produtivas. Isso subteve que somente o desenvolvimento pleno do capitalismo seria capaz de criar as condições para a construção e passagem para o socialismo. Isto é, depois da revolução burguesa viria a revolução operária ou do operariado, e o triunfo do socialismo.

Os fatos da realidade que marcaram as primeiras décadas do século XX, com a Revolução Russa, em 1917, depois a Chinesa nos anos 1940, subverteram essas previsões, todavia não foram suficientes para alterar a estrutura conceitual e a ordem de grandeza das categorias analíticas da sociedade do capital.

Engels (1981), numa crítica contundente endereçada ao Programa Agrário do Partido Socialista Francês, em 1894, na Europa pre-revolucionária, sustentava que os camponeses deveriam se constituir em outro sujeito político ou num operário agrícola, forjado no interior do processo de coletivização de terras, para assim contribuírem com a revolução e com a construção do socialismo.

Na mesma direção argumentava Kautsky (1981), quando asseverava que o parcelamento das terras não possibilita a emancipação dos camponeses, diante da subordinação que os mantinha no circuito da miserabilidade, sendo que deveria se adotar o sistema cooperativo como pressuposto para reunir proprietários dos meios de produção e o trabalho, sendo, pois, essa condição básica para superar a produção camponesa e construir o socialismo.

5. Os passos de um debate inconcluso

No Brasil, o comparecimento desse assunto, no ambiente acadêmico, a partir dos 1950 tem como alvo prioritário o projeto de desenvolvimento e de política industrial, onde o conceito de camponês aparece marginalmente no cenário intelectual e político por conta das Ligas Camponesas.

Nos anos 60, a intelectualidade de esquerda estava envolvida com os rumos da luta pela transformação social, sendo que as críticas mais contundentes foram dirigidas à manutenção do latifúndio que significava o atraso do desenvolvimento econômico e social do

país, tendo vista representar os resquícios feudais, semifeudais e coloniais, que obstaculizam o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e do aumento da produtividade do trabalho (SODRÉ, 1967).

É por esse viés que se vinculam ao debate as idéias de Alberto Passos Guimarães, sobretudo com os clássicos “Quatro Séculos de Latifúndio” (1979) e a “A Questão Agrária” (1980). A compreensão de que a rigidez do sistema latifundiário brasileiro se opunha obstinadamente às mudanças capazes de abalar sua continuidade era vinculada ao fato de que a revolução técnica na agricultura chegou demasiado tarde, e ainda é incompleta e parcial, firmando-se apenas em alguns setores e produtos determinados, e se referia à cana-de-açúcar na zona da mata pernambucana e alagoana e na área canavieira de Campinas e Ribeirão Preto, em São Paulo.

É com base nessa “leitura” que apresenta a formulação que marcou identidade para os pesquisadores e estudiosos do temário agrário das décadas seguintes, o caráter *conservador da modernização* da agricultura no Brasil, ou sinteticamente: a “modernização conservadora”⁹ que se verificava nos anos 1960.

No entanto, no outro polo do debate, se apresentava Caio Prado Júnior, que em 1966, com “A Revolução Brasileira”, defendia ser um equívoco aceitar a existência de relações feudais na sociedade brasileira. O direcionamento da crítica de Prado Jr., também expresso em outras obras, como em “A Questão Agrária” (1979), e em diversos artigos publicados na Revista Brasiliense, de forma pertinente confronta com a compreensão de que a história universal é uma sucessão ordenada dos modos de produção, ou dos “estágios sucessivos”, endossada, pois, na interpretação da inexistência de relações feudais no Brasil.

Em termos práticos, Prado Jr. (1979), não negava a existência dos camponeses na agropecuária no Brasil, todavia se tratava de um “setor residual da nossa economia”.

Os principais desdobramentos dessas formulações e que marcaram intensamente os debates políticos internamente aos setores da esquerda no Brasil sobretudo, no âmbito do Partido Comunista, desde a segunda metade dos anos 1960, e que ainda estão presentes é o fato de que como no Brasil não se vivenciou o feudalismo ou formas híbridas semifeudais, o camponês não existe e nunca existiu.

De essência risível e *irresponsável*, está-se diante de uma clara simplificação ou mutilação das reflexões de Prado Jr., e de toda a fundamentação dos próprios clássicos do marxismo, a começar pelo próprio Marx. Simplificação ainda maior quanto mais essas questões sejam abordadas e descontextualizadas do movimento contraditório que redefine os sentidos polissêmicos do trabalho, em cada tempo e lugar, tendo em vista as *necessárias* alianças

⁹ O contraponto a essa formulação era o desenvolvimento econômico do país exigia para seu pleno florescimento um projeto que removesse os resquícios semifeudais, latifundistas, neocoloniais, amparado numa política de Reforma Agrária que viabilizasse o mercado interno.

políticas para a gestão do Estado, radicadas no reformismo anacrônico do PCB, e de setores do sindicalismo sob sua influência ideológica.

Essas marcas que expressam, à primeira vista, desconhecimento, ingenuidade ou miopia intelectual e política, tamanho o desenraizamento do processo histórico, não nos têm permitido avançar teoricamente, quiçá no exercício da práxis das pesquisas.

Em outro momento do debate teórico, no Brasil, no final dos anos 1970, e que ainda hoje influencia sensivelmente as reflexões sobre o campesinato, mas seguindo os referenciais que indicavam seu fim, refletiam as teses defendidas por Lênin (1982), que sob a “leitura” de José Graziano da Silva (1982), indicavam que com a industrialização e a modernização da agricultura o campesinato estava fadado à extinção, e em seu lugar se teriam trabalhadores assalariados e capitalistas no campo. O conceito de pequena produção ganha visibilidade e substitui o de camponês, porque representava no plano teórico, segundo seus seguidores, a realidade do campo imerso às políticas “modernizantes” fortemente subvencionadas pelo Estado.

Então, se, para alguns, não há possibilidades de existência do camponês com a intensificação das relações capitalistas, tampouco é entendido como ator efetivo da resistência e das transformações sociais. No entanto, nas próprias formulações no campo marxista encontramos indicações importantes para entendermos o campesinato como parte do desenvolvimento desigual e combinado e da luta de classes.

Isso nos reserva as sinalizações para compreendermos a resistência, a luta e o conflito de classes como razão histórica do campesinato no capitalismo. Portanto, se os “leitores” de Marx o entenderem como teórico das uniformidades e não das rupturas, da luta de classes, nos passará despercebido o fato de que o campesinato é uma criação das relações contraditórias do capitalismo. A esse respeito, podemos destacar os estudos de Martins (1981, 1989), e de Oliveira (1991, 2004) que, apoiados em Rosa Luxemburgo, admitem a permanência do campesinato no interior do capitalismo. Esses autores entendem que as relações não capitalistas de produção no campo são criadas e recriadas pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Poderíamos acrescentar a esse respeito que a existência do camponês assentado não nega a lógica do capital, todavia ao mesmo tempo em que está vinculado à lógica deste, também descobre caminhos para o rompimento dessa submissão, por exemplo participando de novas ocupações e engrossando as fileiras das manifestações anticapital e, no limite, fazendo opções para estender e manter seus princípios de sociabilidade.

Isso retrata na contemporaneidade, tanto o revés da expropriação (contradição vinculada à reprodução e existência do campesinato), quanto da raiz camponesa dos sem-terra que sustenta vivo o movimento social que tem na luta pela terra e nas ocupações, a perspectiva de

fortalecimento da luta de classes no Brasil¹⁰, e espalhando referências para outros movimentos sociais (rurais e urbanos) de todo o planeta¹¹.

Da mesma forma que, mais recentemente, nos anos 90, há defesas de posicionamentos que entendem que estão ocorrendo *metamorfoses* no interior do campesinato¹², sendo que esse modo de trabalho e de vida estaria sendo substituído pelo agricultor familiar - para diferenciá-lo do setor patronal - integrado ao sistema produtor de mercadorias.

O alcance desse vínculo se enraiza no agronegócio, para captar uma expressão do momento, numa clara alusão à “necessária” inserção no sistema produtor de mercadorias em bases tecnológicas (mecânicas, químico-farmacêutico-biológicas, gerenciais), voltado para o mercado externo e de gestão empresarial. A agricultura familiar estaria se efetivando como alternativa para fortalecer as fileiras do desenvolvimento das práticas capitalistas, ou seja, uma aposta no fim do campesinato.

Está-se diante de uma orquestração ideológica por parte dos segmentos hegemônicos e do Estado, para despolitizar o debate em torno da questão agrária, da luta pela terra, da Reforma Agrária, que atingiu no início dos anos 1990, ponto de destaque, e logo abafada pelas ações repressivas do governo Collor para, na sequência, assumir novamente a dianteira nas lutas sociais, já na segunda metade desta década.

Mais do que pretender apresentar-se como alternativa à agricultura camponesa ou ao modo camponês de vida e de trabalho, fundado na família e na terra individual, há outros interesses que se somam a estes, e dão sustentação às estratégias da Política Agrária do governo brasileiro, que por sua vez está padronizada às formulações originárias no BM, particularmente na Reforma Agrária de mercado, no desenvolvimento territorialrural, e apregoadas pela Política Agrícola Comum (PAC), da União Européia, e pela *Fam Bill*, dos Estados Unidos da América (THOMAZ JR., 2005b).

No entanto, não se está diante de uma realidade estática, mas dinâmica e que revela os conteúdos contraditórios dos conflitos subjacentes por meio da não aceitação mecânica dessa condição defendida sob os elementos norteadores da metamorfose do campesinato, que exclui os Sem Terras e inclui o agricultor familiar.

Assim, entendemos que tanto a recriação do campesinato por meio do arrendamento, da compra de terra, e da ocupação de terra, que seguem rotinas específicas no tocante à dinâmica da sujeição da renda da terra ao capital, também reflete os pressupostos da expropriação dos camponeses que se desterritorializam e vão vivenciar as experiências da proletarianização, mas se

¹⁰ Carvalho (2005, p.5 e 7), nos indica que essas experiências de resistência fazem emergir elementos renovados das comunidades camponesas, ou reavivados de outros tempos, em contraposição às imposições da racionalidade capitalista.

¹¹ É o que observamos através das pesquisas que realizamos na Espanha, nas entrevistas, visitas, participações em eventos camponeses e operários, e o contato com a literatura específica, bem como a participação em eventos em outros países, e de âmbito internacional.

¹² Fernandes, (2004), apresenta um rico conjunto de reflexões críticas sobre esse entendimento.

recriam revitalizando os esquemas de sujeição e de subordinação, todavia também negando sua submissão à transferência de renda, e ainda à proletarização em outro momento.

6. Considerações Finais

Então, o apregoador fim do campesinato, em suas múltiplas compreensões, desde aquelas amparadas nas formulações mais conservadoras até aquelas que sua extinção pode significar o início de relações modernas e amparadas no desenvolvimento das forças produtivas, e portanto, tendo assento como trabalhadores assalariados e compondo o universo simbólico do operário rural, com *mentalidade* operária. Tanto a diferenciação gerada pela sujeição da renda da terra e pela materialização da renda capitalizada da terra que o destrói, transformando uma parcela pequena em capitalista e a grande maioria em assalariados, quanto a crença da inviabilidade da agricultura camponesa diante da hegemonia da agricultura capitalista, ofuscam sua existência.

A rigidez dos modelos e esquemas interpretativos está prevalecendo sobre o fenômeno histórico que se propõe teorizar. As formulações predefinidas refutam o processo histórico empírico real de formação das classes.

Em que medida essa formulação arraigada aos fundamentos do capitalismo do século XIX e início do século XX, base da fundamentação teórica dos clássicos, e portanto desfocada do atual embate da luta de classes nos permite entender a espacialização dos movimentos sociais, e o embate entre as classes sociais, no Brasil, nesse início de século XXI? E aqueles que estão diretamente envolvidos na temática da luta pela terra e pela Reforma Agrária, com vínculos e origens diferenciadas do ponto de vista histórico e geográfico, ou as especificidades dos territórios em conflito?

O que ponderamos é que as lutas em torno da posse da terra, ou mais ainda, da Reforma Agrária – mesmo com todas as limitações que essa estratégia de luta contém – têm sido capazes de mobilizar inúmeros setores do universo do trabalho no Brasil.

Inclusive, tem influenciado positiva e amplamente, a dirigentes, militantes e as próprias entidades e os trabalhadores de diversos continentes¹³. Poderíamos destacar: as experiências registradas pela Via Campesina; pelo Fórum Mundial dos Pescadores, explicitadas publicamente durante o Fórum Mundial de Reforma Agrária (FMRA), realizado em Valência, em dezembro de 2004; as ações e desdobramentos das seis versões do Fórum Social Mundial (FSM), que já foi identificado como espaço de atuação de uma Internacional Camponesa.

¹³ É o caso da *erupção* camponesa e do operariado mineiro/industrial na Bolívia, em resistência à política econômica do governo, as reivindicações do Movimento Ao Socialismo (MAS), que põe em relevo a estrutura de dominação de classe nesse país do altiplano andino, e mais recentemente a eleição de Evo Morales para presidente da República; as mobilizações em Chiapas, no Equador, na Colômbia, na Venezuela, e outros casos.

No entanto, diante dos imperativos da desinformação, e dos demais instrumentos de controle ideológico sob comando dos setores hegemônicos da burguesia, do Estado, do grande capital, tem-se a prevalência da anti-solidariedade reinante no interior do universo do trabalho, dos movimentos sociais em geral, e da classe trabalhadora em particular.

Entendemos ser de suma importância apresentarmos essas idéias para o debate público, para qualificarmos nossa compreensão sobre o conflito irreconciliável entre capital e trabalho. É imprescindível apostar na resistência e na busca de alternativas direcionadas para a construção da autonomia dos trabalhadores. Daí que a construção teórica do conceito de classe trabalhadora comparece como um dos nossos objetivos, e produto das contribuições que estamos colhendo das pesquisas, e dos aprendizados coletivos em curso. Todavia, estamos seguros de que a classe trabalhadora nesse início do século XXI, só pode ser entendida se formos capazes de enxergar o movimento constate de (des)realização do trabalho que qualifica a plasticidade existente entre as diferentes formas de materialização do trabalho, sob a regência das relações contraditórias da luta de classes.

A polêmica que esse assunto recobre tensiona um debate que não se circunscreve à instância acadêmica, mas se enraíza também internamente ao movimento social.

7. Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo, Hucitec. 1992.
- ALVES, G. A. P. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Trad. Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.
- BERNARDO, J. **Capital, sindicatos, gestores**. São Paulo: Edições Vértice, 1987.
- CARVALHO, H. M. **Campesinato e a democratização da renda e da riqueza no campo**. Curitiba, 2005. (Mimeografado).
- ENGELS, F. O Problema Camponês na França e na Alemanha. In: **Silva, J.G. e Stolcke, V.** (Orgs.). **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense. 1981. 59-80.
- FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- KAUTSKI, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural. 1986.
- KURZ, R. **Manifesto contra o trabalho**. São Paulo, 1998. (Mimeografado).
- LESSA, S. Centralidade ontológica do trabalho e centralidade política proletária. **Lutas Sociais**, São Paulo, n/ 13 e 14, pp.106-121, 2005.

- MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4^a ed., Petrópolis: Vozes. 1981.
- MARTINS, J. S. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Cortez, 1989.
- MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O Capital**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Moraes, 1987.
- MÉZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MAZOYER, M. **Defendendo al campesinado en un contexto de globalización**. Crise agrícola, crise alimentar e crise geral contemporânea. Disponível: www. Acesso em: 10 de outubro de 2004.
- OLIVEIRA, A. U. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1991.
- OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. **Cadernos do XII Encontro Nacional do MST**. São Paulo: MST, 2004.
- ONU. **Informações Estatísticas**. (Vários anos). Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/>
- PRADO JR., C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRADO JR., A. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- THOMAZ JR., A. A (des)ordem societal e territorial do trabalho. A (des)ordem societal e territorial do trabalho. (Os limites para a unificação orgânica). In: **MARQUES, M. I.** (Org.). São Paulo: Laboratório de Geografia Rural, 2004.
- THOMAZ JR., A. “Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, no Século XXI, e os Desafios para o Trabalho”. Fórum Mundial sobre Reforma Agraria – **Fondo Documental**, 2004. Disponível em: www.cerai.es/fmra/archivo/thomaz_junior.pdf Acesso em: 03/01/2005.
- THOMAZ JR., A. “Leitura” Geográfica da Práxis Social do Trabalho. **Abalar**, Santiago de Compostela, n.5, 2005a.
- THOMAZ JR., A. **Reestruturação Produtiva do Capital no Campo e os Desafios para o Trabalho. Relatório de Pesquisa/CNPq**. Estágio de Pós-Doutorado. Santiago de Compostela, 2005b. (Mimeogr.) 238 p.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (v. 1, 2 e 3).

EM BUSCA DE UMA SOMBRA: UM ESTUDO SOBRE O CORTADOR DE CANA-DE-AÇÚCAR NO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL NORTE FLUMINENSE

Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa
Universidade Federal Fluminense (UFF)
rodolfolobato@hotmail.com

I - INTRODUÇÃO

Este trabalho procura refletir sobre um segmento de trabalhadores no interior do Complexo Agroindustrial (CAI) da Cana-de-Açúcar no Norte Fluminense, durante a safra de 2004. Visa, em linhas gerais, colocar em discussão minha monografia de final de curso quando sistematiza informações sobre as condições de vida e existência desses trabalhadores diante das transformações técnicas e gerenciais.

Pode-se elucidar a metodologia pelo levantamento de dados através do monitoramento da safra de 2004, de questionários aplicados, temas que serão abordados em seguida no texto. Para os cortadores foram realizadas entrevistas, gravadas ou não, destacando trajetórias individuais e coletivas, os quais tive contato tanto no local de trabalho (no eito) quanto em suas residências ou alojamentos.

Esse monitoramento foi uma proposta experimental para atuação fiscalizadora no Estado do Rio de Janeiro pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/RJ). Auxiliado pelas Universidades, Federal Fluminense – UFF – e Federal do Rio de Janeiro – UFRJ-, o MTE procurou compreender as transformações na agroindústria canavieira, ao mesmo tempo em que acompanhava a aplicação de um acordo entre trabalhadores e usineiros.

Talvez pelo grau de complexidade do objeto recortado num cenário onde interagem múltiplos personagens, talvez pela liberdade deste trabalho ser uma monografia de final de curso de graduação, optei pela conjugação das mais diversas áreas de conhecimento.

A imagem e o estudo do cortador de cana assemelha-se a uma pintura impressionista, onde as formas dos objetos e cores se misturam, isto é, um universo composto de pequenos e médios proprietários, empreiteiros/gatos, fornecedores e cortadores de cana. A diferença, e aí se encontra o objeto, está no processo de expropriação da terra (dos meios de produção) que leva esses trabalhadores para a

periferia de Campos e, conseqüentemente, na transformação da força de trabalho em mercadoria.

Dentro dos marcos do desenvolvimento do capitalismo, a modernização da agricultura, sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada provocou mais concentração fundiária, as disparidades de renda aumentaram e o êxodo rural acentuou-se.

A reordenação das relações de produção, o progresso técnico e as novas formas de gerência do trabalho constroem um novo cenário na mudança do século XXI para o cortador de cana. Nesse contexto que serão apresentados os resultados do monitoramento da safra de 2004 como uma forma de fornecer os contornos do cortador de cana-de-açúcar no Norte Fluminense.

II - TEORIA

Ao analisar o universo do Norte Fluminense, devemos sublinhar a importância de Chayanov quando denomina de concentração vertical o processo de incorporação da economia dos pequenos produtores agrícolas ao capitalismo industrial. De acordo com Neves, na dinâmica de ascensão e queda, aparecem múltiplas formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital industrial e financeiro:

“Nesses termos, ao tentar basear-se nos mecanismos e alternativas que os produtores de cana tomados para objeto de estudo podem participar de duas trajetórias polarizadas. Uma, de reprodução da unidade familiar de produção, a partir da utilização de alternativas outras criadas pela própria cadeia de integração vertical que, em alguns casos, permite que o médio lavrador se transforme em empresário agrícola. A outra, de expropriação dessa condição, pela inserção lenta ou brusca no processo de proletarização.”¹

Esse mesmo processo é registrado no sul do país, no estudo de José Vicente Tavares dos Santos, relativo aos trabalhadores integrados à indústria do vinho. O autor destaca a existência de outras relações de produção – o trabalho acessório e o trabalho assalariado (incorporados como complemento à renda familiar): “O fenômeno do assalariamento ocorre no interior da produção camponesa em função do ciclo de existência da família²”.

Faz-se necessário compreender os mecanismos econômicos de apropriação do sobretrabalho por parte do capital. Nesse sentido, Santos coloca em pauta o capítulo

¹ Neves, D. P. Lavradores e Pequenos Produtores de cana. P. 38

² José Vicente Tavares dos Santos,
43

inédito do “Capital”, Karl Marx, onde encontramos as relações entre submissão formal e real do trabalho ao capital.

Essa discussão está inserida nas fases históricas do desenvolvimento da produção capitalista. Num primeiro momento deve-se diferenciar a mais-valia absoluta, proveniente do aumento da jornada de trabalho, da mais-valia relativa, correspondente à redução do trabalho necessário para produção de uma determinada mercadoria. Enquanto a mais-valia absoluta corresponde à submissão formal do trabalho ao capital, a produção da mais-valia relativa corresponde à submissão real do trabalho ao capital.

Em Campos encontramos ambas as formas de submissão do trabalho ao capital, uma vez que o fornecimento de cana é dividido entre grandes e pequenos produtores. De um lado, a suposta liberdade do camponês (pequeno proprietário rural) diante da carga horária repetitiva e fixa do proletariado industrial e urbano esconde uma forma de extração da mais-valia absoluta pela subordinação formal do trabalho ao capital. Isto é, a relação entre aquele que se apropria do sobretrabalho e aquele que o fornece é puramente monetária, isto é, encontra-se no processo de circulação, quando um possuidor de mercadorias (produto agrícola), $M-D-M^3$, encontra-se com outro possuidor de mercadorias (dinheiro), $D-M-D$.

De outro lado, visualizando a luta de classes entre o grande proprietário e o cortador de cana temporário (volante/bóia-fria/safrista/proletário rural), a possibilidade de extração da mais-valia relativa encontra-se ligada ao desenvolvimento do capitalismo e, por conseguinte, da manipulação da mão-de-obra diretamente pelo capital. Nesse momento encontramos os nossos trabalhadores rurais, condição *sine qua non*⁴ da reprodução do Complexo Agroindustrial da Cana-de-Açúcar do Norte Fluminense. E, em consequência do processo de expropriação do trabalhador dos meios de produção, a terra, encontrá-los-emos na periferia, em favelas, ou em alojamentos destinados a migrantes sazonais.

III - COMPLEXO AGROINDUSTRIAL NORTE FLUMINENSE

A) A Terra

Segundo dados do IBGE o município de Campos possui uma população de 422.731 residentes, sendo que 364.177 residem em área urbana. A urbanização não

³ Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria.

⁴ Ao mesmo tempo em que o pequeno camponês é essencial ao CAI somente uma massa de mão-de-obra à disposição das grandes plantações no período de colheita assegura a reprodução das grandes unidades produtivas.

significou um decréscimo no desenvolvimento da agricultura, nesse sentido é importante citar as seguintes culturas, além da cana-de-açúcar: abacaxi, arroz, batata-doce, feijão, mandioca, melancia, melão, milho e tomate⁵. Ainda segundo o IBGE, o valor da produção de cana-de-açúcar aproxima-se de 86.987 Mil Reais, com uma área plantada de 92.050 hectares.

Se o processo de ocupação das terras da região iniciou-se por uma invasão, não podemos classificar de pacífica sua administração posterior. Isto é, um dos elementos fundamentais para compreensão da proletarianização e lutas de classes é a grilagem.

A partir da primeira metade do século XX a especulação tornou a terra um bem caro, posseiros e pequenos proprietários do norte fluminense sofreram pressões, expulsão e invasões através de “jagunços” foram métodos de grilagem relatados. Segundo Ana Maria Motta:

“Resulta dos processos de grilagem de terras, portanto, a transformação mais imediata das condições de acesso à terra de boa parte dos lavradores [...] da região, cuja principal característica é a formação de um bolsão de mão-de-obra disponível em regra, via assalariamento.”⁶

B) O CAI⁷ e o Agrobusiness

Depois de demonstrado o processo de concentração fundiária e expropriação do trabalhador rural constatamos as linhas iniciais da formação do CAI Norte Fluminense. A industrialização dos processos de produção rural, com a implantação dos setores de bens de produção e insumos, e o favorecimento financeiro pelo Estado criam o ritmo do cenário estudado.

Segundo Neves, a consolidação dessas práticas intervencionistas, entretanto, foi efetivada pela criação do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA – em 1º de junho de 1933. A estabilidade do mercado açucareiro era perseguida através do estabelecimento de preços mínimos e máximos para o açúcar, da fixação dos limites da produção de cada unidade industrial, do aproveitamento dos excessos da matéria-prima para fabricação do álcool e do auxílio às usinas na montagem e reequiparação de aparelhos adequados à produção desse derivado.

⁵ IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2002.

⁶ RIBEIRO, Ana M. M. Passeio do Beija-flor: Dissertação de mestrado apresentada no Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA. Pág. 175

⁷ “Inicia-se com certo vigor um processo de mudança na *base técnica* da agricultura brasileira, com a consolidação integrada do denominado complexo agroindustrial brasileiro – CAI.” DELGADO, Guilherme C. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985. São Paulo: Ícone Editora Ltda e Editora da Unicamp, 1985.

O processo de modernização somente encontrará dinamismo e abrangência significativa a partir de meados dos anos 60, até o final dos anos 70, quando houve uma conjugação entre: um sistema financeiro apropriado (Sistema Nacional de Crédito Rural); substituição de importações de meios de produção; e a introdução de transformações na base técnica da agricultura.⁸

De acordo com Francisco Alves⁹, na década de 90, após 64 anos de tutela governamental, teve início a desregulamentação do setor canavieiro, envolvendo o desmonte do IAA e o fim do suporte governamental às usinas e destilarias.

A saída do Estado e a abertura do mercado interno sob influência das reformas neoliberais provocaram mudanças significativas. As empresas passaram a competir entre si, diferentemente de quando o Estado administrava os preços (cana, açúcar e álcool). Francisco Alves destaca os pontos que caracterizaram a situação de crise: 1) Tendência à queda dos preços mundiais das commodities; 2) Fim do Pró-álcool e pela indefinição da matriz energética nacional; 3) Elevação das taxas de juros e pela política cambial.

A resposta à crise aparece na busca de maior eficiência das usinas para se adequarem a esse novo quadro. Nesse sentido, podemos destacar: a redução dos custos, mecanização do plantio, aumento da produtividade industrial, continua diferenciação de produtos¹⁰, mudanças nas formas de gestão.

Dada a importância do setor na pauta de exportações do país¹¹, sujeito às oscilações do mercado internacional, a grande produção foi beneficiada com subsídios econômico-financeiros, públicos e técnico-científicos. Todavia, as relações de trabalho, em especial na agricultura, têm sido presididas por um forte caráter regressivo.

C) O Trabalhador Rural no Norte Fluminense

No auge dos anos 60/70, aliados ao processo de grilagem, encontramos a expulsão dos “moradores” das fazendas e a pauperização das unidades familiares de produção como as três formas básicas de constituição da força de trabalho no CAI norte fluminense.

⁸ DELGADO, Op. Cit..Página 34.

⁹ ALVES, Francisco. A Nova Dinâmica do Complexo Agroindustrial Canavieiro: Precarização dos direitos, concentração e exclusão social. In: No Eito da Cana.

¹⁰ Açúcar líquido, açúcar invertido, açúcar natural, produtos certificados, ácido cítrico, leveduras, rações, etc.

¹¹ Em primeiro de setembro de 2004, a revista “Carta Capital” debate a pujança do agrobusiness, responsável pelo superávit na balança comercial, por um terço do PIB, 42% das exportações e 37% dos empregos.

O trabalhador com terra tem na condição de trabalhador rural sua principal atividade produtiva, vinculando-se aos lavradores como possuidor da força de trabalho e como membro da turma. Segundo Neves, as Turmas expressam novas formas de rearticulação “das relações de parentesco, vizinhança e compadrio, que passam a compor as relações de produção e têm acentuado o seu caráter político”¹², enquanto grupo de ação básico. O comando da Turma é feito pelo lavrador dono da própria lavoura, ou, mais freqüentemente, quem a lidera é o *empreiteiro* (quem recruta e administra o desempenho dos trabalhadores), por vezes contratado pela usina.

As relações sociais presentes na constituição das turmas remetem a uma segmentação da força de trabalho que distingue os trabalhadores canavieiros segundo seus vínculos empregatícios. Composta em sua maioria de trabalhadores *clandestinos*¹³, sem vínculo empregatício legal, mas também encontramos nela trabalhadores regularmente contratados, *fichados* (contratado).

O “clandestino” recebe por tarefa e em geral trabalha em melhores condições, porque interessa ao empregador o uso intensivo das turmas. A constituição de empresas de arregimentação de trabalhadores paralelas, formais e informais, permite que os contratos de trabalho sejam cada vez menores, caracterizando os cortadores de cana como serventes burlam a legislação trabalhista.

D) Faces da luta de classes

Enquanto no meio urbano os trabalhadores possuem representações econômico-corporativas fracionadas, se dividindo em diversas estruturas, o movimento sindical de trabalhadores rurais mantém sua unicidade, independente das condições expressas pelas relações de trabalho. São associados das entidades sindicais rurais: assalariados, parceiros, arrendatários, pequenos proprietários e posseiros.

As demandas da categoria, segundo a pesquisa de Ribeiro nos anos 80, mesmo em momento de greve são basicamente voltadas para a aplicação da lei, e “usam a oportunidade do acordo homologado nos tribunais como referência localizada para organização de novas lutas pelo ‘comprimento do acordo’.”¹⁴

Em consequência, José Roberto Novaes destaca a impossibilidade de desenvolvimento de atividades fiscalizadoras e organizativas pelo sindicato: “Nesse

¹² Neves, 1981.

¹³ Ver SIGAUD, L.

¹⁴ Ribeiro, Op. Cit. Página 95.

período [posterior ao golpe militar] a ação sindical limitou-se ao assistencialismo e ao encaminhamento individual de questões para a Justiça do Trabalho”¹⁵.

Diferentemente da greve na zona da mata pernambucana, a revolta de trabalhadores canavieiros no interior do Estado de São Paulo, na cidade de Guariba, apresenta as seguintes características: “A greve de Guariba rompeu com o modelo de greve colocado em prática pelo movimento sindical; não cumpriu o ritual imposto pela lei 4330”¹⁶. Apesar das conquistas da greve de Guariba já constarem em lei, assim como em Pernambuco, não eram aplicadas.

IV - O CORTADOR DE CANA-DE-AÇÚCAR

A) Relações de produção

A produção é o conjunto das operações destinadas a fornecer a uma sociedade seus meios materiais de existência, articulando, simultaneamente, atos econômicos e políticos. Segundo Godelier, as operações de repartição são aquelas que determinam dentro de uma sociedade as formas de apropriação e de uso das condições da produção e de seu resultado – o produto social. A primeira categoria das regras de apropriação e de uso concerne aos fatores de produção (homens-técnicas-recursos). A segunda categoria concerne aos efeitos da produção, ao produto final, quer se trate de bens ou serviços.

Nos anos 90, os empresários, em nome de uma “organização científica do trabalho”, introduziram uma espécie particular de “taylorismo” na produção agrícola. A “racionalização” da produção agrícola não pode se dar nos moldes industriais. Contudo, se pensarmos o “taylorismo” menos enquanto uma técnica industrial racional específica da produção e mais enquanto uma técnica social de controle e dominação (Antunes; Braverman) pode-se identificar seus seguidores na agroindústria canavieira.

Enquanto técnica social de dominação, esse peculiar “taylorismo” promove a segmentação dos trabalhadores pela análise do processo de trabalho, gerindo seu parcelamento e segmentação, pelo local de morada, sexo e idade, pelas novas formas de arregimentação e contratos de trabalho.

O desenvolvimento do capitalismo em países como os Estados Unidos propiciou a liberação de mão-de-obra e de meios de produção para a indústria nascente, ao mesmo tempo expandiu o mercado interno, assegurando um destino para suas mercadorias. Já no caso brasileiro a industrialização ocorre em pleno *imperialismo*, a indústria que aqui

¹⁵ NOVAES, José Roberto. Uma Ruptura nos Rituais das Campanhas Salarias: A Greve de Guariba/1984. In: No Eito da Cana, Orgs José R. Novaes e Francisco Alves. Rio de Janeiro, 2003.

¹⁶ Novaes, Op. Cit., pág. 132.

se instala já traz embutida uma tecnologia que não permite absorver em larga escala a mão-de-obra liberada da agricultura(Graziano, 1981).

Liberando as fazendas para o uso extensivo do plantio de cana e intensificando os momentos de corte e transporte dessa matéria-prima, os usineiros e fazendeiros de Campos fizeram impor o trabalho descontínuo e a necessidade de o trabalhador perambular entre um empregador e outro. Para tanto, instituíram a função do empreiteiro ou gato, arregimentador e controlador da força de trabalho, que assegurou a colocação em prática da perda dos direitos trabalhistas dos cortadores da cana. O resultado foi o aumento da pobreza, a entrada de levadas e levadas de mulheres e jovens no processo de trabalho (corte e embarque de canas) e, em casos recorrentes, crianças (Neves, 1998; Sigaud).

Para permanecerem empregados, os trabalhadores têm que apresentar alta produtividade, pois o parâmetro de produtividade passa a ser determinado pelo corte mecanizado. Assim, justifica-se o aumento da jornada de trabalho e/ou a intensificação do ritmo de trabalho, responsáveis pela deteriorização das condições de saúde dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que só é possível o emprego intermitente ao dissolver as antigas relações de trabalho, vale destacar que as migrações sazonais desempenham o papel de evitar um crescimento nos salários rurais a partir da criação de um excedente de mão-de-obra.

B) O Cortador de Cana-de-Açúcar Hoje

Diante dos impactos sobre as condições de vida e de trabalho dos canavieiros, decorrentes das transformações recentes operadas no processo de produção da agroindústria canavieira, o Ministério do Trabalho e Emprego – DRT¹⁷, organizou uma proposta experimental para a atuação fiscalizadora no Estado do Rio de Janeiro, através de um convite para uma parceria com universidades públicas regionais (UFRJ e UFF), no sentido de prestar uma assessoria durante a safra de 2004. Visava a parceria, ao acompanhamento independente de um acordo entre trabalhadores e usineiros, produzido num intenso processo de negociações conduzido pela delegacia do trabalho, durante o ano de 2003.

¹⁷ Delegacia Regional do Trabalho.

Como produto das intervenções realizadas pelos pesquisadores das duas universidades, formulamos¹⁸ o “Relatório de Trabalho na Agroindústria de Campos/RJ: Safra 2004”, que até o momento se caracteriza dentro dos limites de um estudo exploratório. Nesse sentido, essa parte do capítulo procura sistematizar algumas idéias em cima de dados qualitativos e, em seguida, com dados quantitativos.

A partir de um conjunto de reuniões com o caráter de negociação, provocadas pela DRT, foi constituído um documento reconhecido pelos participantes¹⁹ como “Termo de Convenção Coletiva de Trabalho” para a região açucareira de Campos, datado de 30 de abril de 2004. As partes concordaram em alguns pontos, que passaram a formar uma pauta de compromissos, entre vários destacam-se: saber o preço da cana em metros lineares até no máximo 10 horas da manhã; receber pelos dias parados em função de chuva, falta de cana, quebra do ônibus ou outros motivos alheios à sua vontade; receber diariamente um comprovante de produção do dia anterior listando o nome do trabalhador, nome da empresa, número de metros cortados e preço do serviço.

O compromisso firmado serviu de base para a construção de um questionário que foi aplicado no eito, na casa dos cortadores de cana e no hospital de uma região periférica de Campos. Como uma forma de intervenção na realidade estudada os entrevistadores, após a entrevista, distribuíam um folheto do Ministério de Trabalho contendo os direitos conquistados no acordo citado anteriormente.

Numa **primeira etapa**, algumas questões foram levantadas quando fomos ao eito. Nesse cenário estávamos diante de um grupo de 130 trabalhadores migrantes, todos procedentes da cidade de Araçuaí, Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Eles nos informaram que outra parte do grupo estava no alojamento da usina. Lá eles cumpriam a folga obrigatória estabelecida pelo sistema de 5X1: trabalha 5 dias e descansa 1 dia.

Então, o auditor fiscal (DRT) solicitou aos representantes da usina a realização de uma amostragem daquela cana cortada para checar o rendimento. Este procedimento é conhecido como “uso do campeão”.

A equipe de pesquisa acompanhou o caminhão (cuja carroceria é modificada para transportar a cana) até a balança, que assemelha-se às balanças utilizadas pela polícia rodoviária nas estradas. Observamos os procedimentos de pesagem e os cálculos para chegar ao rendimento da cana cortada.

¹⁸ O desenvolvimento do trabalho contou com a participação de: profa. Ana Maria Motta Ribeiro, profa. Delma Pessanha Neves, prof. Roberto Novaes e Rinaldo (Fiscal do MTE), como coordenadores; envolveu também os pesquisadores Rodolfo Lobato, Ana Claudia Tavares e Juliana Gomes.

¹⁹ Sindicatos Rurais de Trabalhadores e Patrões, e Usinas.

Em síntese, podemos afirmar, a partir de perguntas diretas, que os trabalhadores não têm conhecimento sobre os mecanismos de formação do preço da cana e nem como fiscalizar a pesagem ou a metragem da cana cortada.

A **segunda etapa** do trabalho de campo foi desenvolvida nos locais de moradia dos cortadores de cana, ou seja: num conjunto habitacional de construção recente (o bairro Aldeia); e em duas localidades do distrito de Travessão (uma na zona rural, e outra uma favela, classificação dos próprios moradores).

No interior de uma das casas (dois quartos, sala, cozinha e um banheiro), em resposta à explicação da presença dos pesquisadores, para melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores envolvidos com a cana-de-açúcar, uma mulher com um filho no colo dá o seguinte depoimento²⁰:

“ - Meu marido aplicava agrotóxico, nunca teve nada, nunca faltou o trabalho ... era fichado [com carteira assinada] ... bom, aí, um dia ele volta pra casa com os olhos vermelhos. Eu perguntei logo: - Que que foi? Tá com uma cara estranha! Ele disse que só tava cansado, trabalhou o dia todo e queria dormir. Aí quando acordou, mal conseguiu levantar pra tomar café, faltou o trabalho e continuou dormindo. Acordou pra comer tontinho, tontinho! Ele não tava sentindo direito o rosto... dá até nervoso lembrar.. a gente foi procurar um médico... aí ele falou que o veneno, que quando tava aplicando, deu mole bateu um vento e foi tudo pra cara dele... teve intoxicação e paralisia do lado esquerdo do rosto. Ficou três anos fazendo tratamento e até hoje tem seqüela, quando ri dá pra ver.

- Conseguiu indenização?

- Quem dera! Se ele faz isso nunca mais arruma emprego.”

Por isso, eles incorporam a culpabilidade e atribuem o acidente de trabalho à indisciplina, ao devaneio e às brincadeiras inadequadas ao ambiente do canavial. Esta internalização da disciplina, contudo, não se apóia somente na aceitação da interpretação derivada da posição do empregador. A dignidade do sacrifício sustenta-se em valores que orientam os papéis e a divisão de trabalho familiar, ao homem cabendo o papel de provedor. (Neves, 1999)

Agora apresentarei os dados quantitativos²¹, vale lembrar que grande parte das questões estão relacionadas com o acordo entre DRT, Usinas e Cortadores de cana. Como podemos constatar pela faixa etária dos entrevistados²², a atividade física

²⁰ Entrevista realizada por mim no conjunto habitacional de Travessão, 2004.

²¹ A partir desta página todos os quadros foram retirados do “Relatório de Trabalho na Agroindústria Açucareira de Campos/RJ: Safra 2004”.

²² Em todas as etapas do trabalho de campo foram aplicados questionários, sendo a primeira etapa realizada no eito, a segunda na residência dos trabalhadores (alguns questionários foram aplicados por membros do Comitê de Erradicação do Trabalho Escravo e Degradante, no hospital).

exaustiva não permite a manutenção dos cortadores de cana na ativa acima dos 40 anos, a porcentagem cai drasticamente de 28 para 13%.

Um elemento importante revelado pela aplicação dos questionários foi o alto grau de ignorância sobre o cálculo do valor para determinar o preço da cana (56%), revelando um processo de alienação entre o produtor e o produto de seu trabalho.

Outra característica no processo de trabalho é a forma aleatória em que os representantes da Usina estipulam o preço da cana. Quando os lavradores são perguntados sobre a tabela de classificação da cana 85% não têm acesso. A tabela de preços por metro linear que é usada para se chegar ao preço da cana cortada, contendo o preço mínimo da tonelada e o espaçamento específico dos canaviais são peças fundamentais para acabar com a alienação entre o produtor e seu produto, além de ítem no acordo firmado com o MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

Observamos que 52% dos entrevistados são informados o quanto cortaram pelo encarregado, medidor ou fiscal, enquanto apenas 48% recebem por escrito (“papel, pirulito ou planilha”). Sobre o comprovante de pagamento, junto com o salário contendo o horário trabalhado dia a dia neste período, um entrevistado respondeu que “fica com o encarregado, a gente só assina”. Conforme o acordo entre usinas e MTE, o trabalhador deve receber diariamente comprovante de produção do dia anterior, listando o nome do trabalhador, o nome da empresa, o número de metros cortados, o preço do serviço e o valor total que o trabalhador tem direito. Isso além do comprovante mensal que não foi citado nos questionários.

Do total de entrevistados (55), 11 afirmaram que é comum a empresa mudar o preço da cana pela manhã depois que são informados.

A completa falta de informação sobre a entidade de classe, o que demonstram os dados, de fato, revelam a completa ausência da organização sindical no cotidiano do cortador de cana.

Do total, sete entrevistados disseram que não recebem o quanto cortam, enquanto 17 afirmam o contrário. Sobre a questão da diferença entre o que é cortado e o que é registrado apenas dois exemplificaram: 1º) de 164 metros são registrados 100 metros; 2º) de 220 reduzem para 200 metros.

Apesar do alto índice de equipamentos utilizados ainda continua havendo irregularidades na interpretação da segurança do trabalhador como algo voluntário, ou mesmo quando clandestino deve comprar, individualmente, sua proteção.

A partir de diversas entrevistas realizadas, incluindo a hora que acorda, o tempo de locomoção ao canavial, até a hora que chega em casa, podemos ter uma carga horária de 14 horas. O processo de deambulação dos trabalhadores é totalmente irreconhecido como tal pelos empregadores (Neves, 1999). Se contar com o tempo a mais que a mulher tem na dupla jornada de trabalho, podemos daí concluir que estamos diante a uma forma degenerativa de relação trabalhista.

Em relação ao transporte dos trabalhadores, constatamos que todos os entrevistados (19) se deslocam para o trabalho de ônibus. Sendo que três, contra 14, disseram que neste mesmo veículo existe transporte de agrotóxico ou de fertilizante. Àqueles que moram em casa ou alojamento dividido com outros trabalhadores (sendo que a maioria citou estar em Martin Lage), metade disse que não paga nada pela hospedagem, e a outra metade não soube responder a pergunta, evidenciando total falta de conhecimento.

Uma situação que merece um estudo mais aprofundado refere-se às mulheres que se “pensam como homens”, acreditam produzir como os homens, e, assim, trabalham como clandestinas unicamente ou além do contrato.

Escrito em 1840, o *Tableau de l'État Physique et Moral des Ouvriers dans les Fabriques de Coton, de Laine et Soie* de L. R. Villermé, infelizmente não perde sua atualidade: “Acontece que, à noite, chegam em casa vencidos pela necessidade de dormir e que, no dia seguinte voltam a sair, antes de terem repousado completamente, para estarem na fábrica [canavial] à hora da abertura”.

V - CONCLUSÃO

Há algum tempo Marx caracterizou o trabalho como objetivação da vida do homem, na produção o homem duplica-se de modo real e intui o seu reflexo num mundo por ele criado. Assim, o trabalho alienado subtrai ao homem o objeto da produção, furta-lhe a própria vida. O estranhamento, tanto do processo produtivo quanto do produto do trabalho, justifica a seguinte resposta de um jovem (17 anos) sobre a vontade de continuar cortando cana: “Ninguém merece isso”.

A segmentação entre trabalhadores contratados, migrantes e clandestinos se reflete na relação com as diferentes formas de cana-de-açúcar. As melhores canas vão para os migrantes, por serem jovens e mais fortes garantem maior produtividade. As canas medianas ficam com os trabalhadores clandestinos, que negociam mais

freqüentemente. Enquanto as piores canas (geralmente entrelaçadas) são impostas aos cortadores contratados, que não tem direito de barganha²³.

Essa situação coloca uma novidade no cenário Norte Fluminense, o trabalhador contratado vincula-se simultaneamente (faltando ou em seu dia de folga) ao regime clandestino de trabalho. Apesar disso, o rendimento na melhor cana é ilusório, porque o “roubo” é maior, o controle no eito é mais forte e disciplinador – o que pode ser visualizado no confuso cálculo da Usina sobre a produtividade.

A reordenação produtiva em São Paulo, e no resto no Brasil, significou a introdução de máquinas na agricultura. O fato de Campos não apresentar um aumento significativo do processo de mecanização do corte coloca duas questões: 1) Ou estamos nos passos iniciais do processo de modernização desse ramo agrícola; 2) Ou o fluxo de capitais, a partir do controle das usinas norte fluminenses, obrigou a manutenção da precariedade produtiva em nome de uma política de preços. Isto é, a segunda opção se insere na dinâmica de manter os altos custos de produção da cana-de-açúcar no Rio de Janeiro, jogando os preços para o alto, e, conseqüentemente, aumentando os lucros das unidades mais produtivas (São Paulo, uma forma de renda diferencial).

VI - BIBLIOGRAFIA

- ALVES**, Francisco. A Nova Dinâmica do Complexo Agroindustrial Canavieiro: Precarização dos direitos, concentração e exclusão social. In: Orgs Novaes, J. R & Alves, F. Rio de Janeiro, 2003.
- ANTUNES**, Ricardo. Adeus ao Trabalho? São Paulo: Ed. Unicamp, 9ªed., 2003.
- BRAVERMAN**, Harry. Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, (ano ???).
- CHAYANOV**, Alexander V. Sobre a Teoria dos Sistemas Económicos Não Capitalista. In: A Questão Agrária, Orgs José Graziano da Silva e Verena Stolcke. São Paulo: Ed Brasiliense, 1981.
- DELGADO**, Guilherme C. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985. São Paulo: Ícone Editora Ltda e Editora da Unicamp, 1985.
- GODELIER**, Maurice. Racionalidade e Irracionalidade na Economia. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário 9, (ano???)
- NEVES**, Delma P. Lavradores e Pequenos Produtores de Cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

²³ Segundo Roberto Novaes em São Paulo as melhores canas vão para as máquinas, as secundárias para os migrantes, e as piores para turmas de moradores locais.

- _____. Mudança Tecnológica e Emprego. In: Textos apresentados no Seminário Acumulação e Pobreza em Campos: uma região em debate. Série Monográfica nº 3, PUBLIPUR/UFRJ, 1986.
- NOVAES**, José Roberto. Uma Ruptura nos Rituais das Campanhas Salarias: A Greve de Guariba/1984. In: No Eito da Cana, Orgs José R. Novaes e Francisco Alves. Rio de Janeiro, 2003.
- PALMEIRA, M. & LEITE**, S. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L. F. & SANTOS, R. (orgs.) Política e Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- RIBEIRO**, Ana M. M. Passeio do Beija-flor: Dissertação de mestrado apresentada no Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA.
- SANTOS**, José V. T. Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Ed. Hucitec, 1984.
- SIGAUD**, Lygia. Greve nos Engenhos. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1980
- SILVA**, José Graziano. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. Ed.: Hucitec: São Paulo, 1981

O TRABALHADOR RURAL NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO DO ASSALARIADO FLORESTAL DE MINAS GERAIS: O CASO DO DISTRITO DE BAIXA VERDE

Rita Cosenza

O presente artigo, tendo como recorte o distrito de Baixa Verde, pertencente ao município de Dionísio, região Central de Minas Gerais, onde foi feita uma pesquisa em 2004 (Cosenza, 2005), abordará um momento particular de um dado processo de mudança social, que em alguma medida permite caracterizar o trabalhador rural daquela localidade no período entre o final da primeira metade do século XX e o final da segunda metade do mesmo século.

A partir da década de 1940, as siderúrgicas de grande porte e a economia florestal surgiram em Minas Gerais, primeiramente nas regiões Central e Rio Doce, desencadeando processos de transformações no contexto social dos trabalhadores rurais. (Costa, 1995; Monte-Mór, et alli 1997; Machado, 1998; Gonçalves, 2001). Uma decorrência fundamental da consolidação destas indústrias foi o processo de concentração de terras (através dos incentivos fiscais e dos processos legais e ilegais de expropriação de posseiros e pequenos proprietários). As primeiras aquisições de terras de posseiros e/ou proprietários que desde o início aceitaram vender suas áreas e, sobretudo, as aquisições (legais ou não) de terras públicas de grandes extensões, pressionou os demais posseiros ou pequenos proprietários a também venderem ou deixarem suas terras. Algumas terras de posseiros foram incorporadas àquelas legalmente adquiridas pelas empresas. Também a intensificação do acesso ao dinheiro e a consolidação do discurso que apontava a empresa como sinônimo de progresso de algum modo passaram a orientar o comportamento de antigos trabalhadores rurais locais. E, ainda há menções sobre o progressivo isolamento de pequenas áreas agrícolas decorrente da expansão dos plantios de eucaliptos como uma das causas de venda ou abandono destas áreas rurais (Gonçalves, 2001).

Já a partir do estudo em Baixa Verde constatou-se que, em algum momento da primeira metade do século XX, a região que circunscrevia este atual distrito apresentava a existência tanto de famílias de pequenos posseiros ou proprietários quanto de famílias que mesmo antes da década de 1940 já não possuíam terras próprias ou de posse e que

viviam e trabalhavam, sobretudo, como diaristas em propriedades por eles denominadas de *fazendas*¹.

A maior parte destas propriedades ou posses situava circunscrita a áreas de matas nativas. O próprio distrito de Baixa Verde foi, até o início dos anos de 1940, uma área de mata fechada (região de Mata Atlântica). Conforme um dos atuais moradores de Baixa Verde: “toda vida meu pai trabalhava... Só tocava cultura de roça... Aqui nessa região nossa mesmo... nós trabalhávamos lá para os lado de... estes trem a fora” (Entrevista 13). Para vários outros moradores *estes trem a fora* foram caracterizados como *matas*: espaço no qual havia floresta nativa fechada ou sendo explorada e áreas ocupadas por famílias residindo em posse ou propriedade: “a vida aqui não era fácil não... não tinha este negócio de Companhia... só fazendeiro... os fazendeiros que tinha por estas matas mesmo” (Entrevista 7). Também uma descendente desta época anterior às siderúrgicas, mencionou que: “meu pai trabalhava pra fazendeiro... na época não tinha Companhia não” (Entrevista 14).

Estas falas apontam para a atual existência em Baixa Verde tanto de moradores descendentes de trabalhadores do período anterior à economia florestal quanto de moradores que, entre os mais antigos, foram eles mesmos pertencentes àquele momento anterior.

Nas falas da maioria dos antigos moradores de Baixa Verde, se faz bastante presente a menção à lavoura nos *tempos antigos*: “Antigamente todo mundo mexia era com roça, só com plantio mesmo” (Entrevista 1). Alguns deles afirmam que, no período anterior à formação do distrito (quando seu espaço físico era mata fechada), moraram nas localidades circunvizinhas e iniciaram o trabalho na lavoura com oito a dez anos de idade, em terras de familiares. Como o tamanho das terras não proporcionava trabalho para um grupo familiar extenso, alguns passavam a trabalhar para outros posseiros, arrendatários ou proprietários de terras: “Nos morávamos no terreno do meu avô, mas era um terreno pequeno... um pouquinho que tinha... plantava né, meu pai já plantava com outro fazendeiro” (Entrevista 4). Além do trabalho na lavoura, foram mencionados trabalhos como fazer rapaduras, biscoitos, farinhas, socar arroz e outras atividades semelhantes feitas, sobretudo por mulheres, tendo em comum o caráter esporádico e a remuneração em espécie. Conforme uma trabalhadora:

¹ Expressões locais serão colocadas em itálico, quando utilizadas por mim e não nas citações dos entrevistados.

Só plantava para os outros. Trabalhava pros outros... Às vezes passava na rua, tinha uma dona que falava assim, vem cá amanhã, para socar um pilão de arroz pra mim... Chegava lá, me davam aqueles pilões cheios de arroz, socava aquele arroz. Tinha que catar. Quando eu saía para ir embora, ela falava assim: vou dar você meia rapadura para você fazer café. Pagava com aquilo, hem. Dinheiro que é bom você não via não (Entrevista 1).

Para além da caracterização do trabalho rural no período anterior à década de 1940, as falas descritas anteriormente apontam para o fato de que alguns dos mais velhos entre os atuais residentes de Baixa Verde foram jovens trabalhadores antes mesmo de irem residir nas matas nativas que deram lugar para a formação deste distrito; ou mesmo, foram crianças que já trabalhavam na lavoura acompanhando seus familiares. De modo geral, foram alguns destes trabalhadores rurais – meeiros ou diaristas – e, parte de seus descendentes que iniciaram o processo de ocupação da área de mata fechada de Baixa Verde.

A história de Baixa Verde, no relato de seus atuais moradores, iniciou-se nos anos de 1940, numa área de mata nativa, a partir da atuação da CSBM contratando *empreiteiros* que eram proprietários, arrendatários ou posseiros de terras circunvizinhas dispostos a produzir carvão por empreitada. A escolha destes empreiteiros pode ter considerado a proximidade de suas terras das matas nativas que forneceria a matéria-prima para produzir o carvão. Também famílias de trabalhadores, oriundas de locais próximos, foram sendo levadas para trabalhar e residir na área, à medida que iam derrubando a floresta e abrindo clareiras. Ocorrências de perdas ou transferências de terras complementam o contexto no qual se deu a ocupação.

Nas matas de Baixa Verde, os trabalhadores progressivamente abriram clareiras na floresta. Os empreiteiros da CSBM formaram *acampamentos* para fixar as famílias destes trabalhadores à medida que a floresta ia sendo aberta. Para isto, construíam casas de pau-a-pique, tetos de tábuas ou sapé. A precariedade da habitação também se coloca nesta situação de deslocamento permanentemente no interior da mata ao longo da abertura de clareiras que para irem sendo abertas, em alguma medida, necessitava de deslocar os trabalhadores. De qualquer forma, com os *acampamentos* nas *matas* tornou-se mais intenso o ritmo do desmatamento. A *mata* foi deixando de ser *mata*. Os trabalhadores estavam inseridos nas atividades de derrubada das árvores das *matas*, corte e transporte da lenha até os locais nos quais iriam produzir carvão e nas atividades finais de transporte do carvão produzido. Mas as famílias trabalhadoras também produziam plantio de lavouras em áreas cedidas pelos empreiteiros. Com a floresta

sendo devastada, os lotes de lavouras permitiam a fixação em um local mais propício para residir, ainda que não existisse agrupamento de população. A dispersão ocorreu à medida que se abria a floresta e que ia surgindo um maior número de trabalhadores. Conforme um morador que ainda trabalha nas atividades florestais:

Eu comecei a vida assim, trabalhando e mexendo com roça... eu plantava era roça ali em baixo. É da Belgo Mineira, isso aí é tudo da Belgo Mineira... a gente trabalhava mais é nas roças ou então picando lenha, fazendo carvão... plantava uma moita assim de milho. Plantar muito não tinha condições de plantar mesmo. A gente tinha que fazer dois serviços. Manter lá e manter pro patrão, e quando chegava a colheita a gente tirava a colheita... até hoje estou trabalhando, estou com 83 anos... (Entrevista 4).

As lavouras eram basicamente para a alimentação das famílias. Uma moradora, se referindo à vida nas *matas*, mencionou que: “às vezes você tinha as coisas de vende, mas não tinha quem comprar... Era muito difícil... rendimento, não tinha nada... quantos balaios de milho a gente jogava fora” (Entrevista 3). O mesmo se dava com as criações: “às vezes tinha muito porco, muita galinha, muito ovo, muita coisa, mas como é que vendia, vender pra quem? (risos) Não tinha jeito de vender... Tinha que ficar com aquelas coisas” (Entrevista 3). E, as dificuldades também se davam com o que se pescava: “eu pesquei muito... A gente morava na beira da lagoa... Às vezes a gente vendia... só que era difícil. Até o peixe que vendia era difícil... não tinha comprador. O pessoal não tinha dinheiro pra comprar” (Entrevista 3).

Pode-se dizer, portanto, que o trabalhador das *matas* de Baixa Verde possuía uma origem rural e que ao se inserir nas atividades de desmatamento da *mata* e carvoejamento não deixaram de trabalhar com lavouras, criar animais domésticos, como porcos e galinhas e ter acesso à lenha, à caça e à peixes. Assim, os trabalhadores, de algum modo, podiam ter acesso a dinheiro, devido aos serviços feitos para as empresas e, em razão das áreas liberadas para o plantio de lavouras, podiam, possivelmente, garantir a alimentação da família.

Frisar a relação entre o trabalho para as empreiteiras da CSBM e o trabalho com as lavouras e criações permite destacar a relação entre tempo e organização do trabalho no âmbito da família, situando o primeiro momento das relações de trabalho em Baixa Verde e algumas das mudanças que permeiam a história de formação do assalariado florestal.

No período das *matas*, os trabalhadores não possuíam horários pré-estabelecidos de trabalho: “trabalhava enquanto o dia desse” (Entrevista 10), tendo sido comum

jornadas que se estendiam da parte matutina à noturna: “saía às vezes quatro horas da madrugada, chegava ali, vinha em casa só pra almoçar e voltava pro serviço e largava de noite” (Entrevista 8). A entrega da produção do dia, não impedia os empreiteiros de exigirem que os trabalhadores continuassem a produzir. Neste contexto, foi enfatizado, o que os trabalhadores denominavam *bico*, que era uma área a mais para cortar lenha ou para abrir covas e plantar mudas:

A CAF fazia uma coisa com nós... num estou condenando. Trabalhei nela muitos anos, ne?! Mas eu achava que isso aí era um trabalho escravo. Minha filha, era assim... Dava cinco horas, já tinha tirado a produção. Já arrumava o tal do bico. Ficava no mato até de noite, e com fome... Tinha que tirar 500 covas... uma coisa que eu num concordava. Se eu tirar aquelas 500 covas eu recebia, mas eu podia tirar aquelas 500 covas e parar né? Não, tinha que tirar mais.

P: E recebia mais?

R: Recebia... Mas a gente estava cansado. Se esforçou né?! Se esforçou para tirar aquilo. Podia ficar folgado. Não, num podia parar... (Entrevista 6).

Da mesma maneira, a remuneração era fixada apenas após a entrega da produção, podendo ocasionalmente ser reduzida ou suprimida. E, alguns trabalhadores mencionaram – em tom de confidência – a ocorrência de fatos como a interrupção do trabalho pelos *chefes de turmas*, os conhecidos *feitores*, no momento do final do dia de trabalho, avisando que, como ainda não haviam alcançado a produção, poderiam ir embora. Os trabalhadores perdiam assim a remuneração do dia de trabalho, quando já estavam com a produção quase completa.

Esta natureza das condições do trabalho torna mais nítida a importância dos lotes de lavouras. O plantio podia permitir que a reprodução das famílias não dependesse unicamente da remuneração do trabalho florestal. Entretanto, é necessário indagar sobre o tempo e o modo pelo qual os trabalhadores se inseriam nas atividades com lavouras. Segundo um deles:

P: Que hora trabalhava na roça?

R: Num tinha horário não. Era só de tardinha mesmo, então a gente trocava dia com um cara, pagava pra pessoa... na roça né. Ai a gente arrumava aqueles que num estavam mexendo no serviço de carvoeiro, por que o serviço da gente era no carvão mas, era um serviço obrigativo, todo mês tinha que dá produção.

(Entrevista 8).

Esta fala aponta a existência de homens que não trabalhavam com produção de carvão e que então conseguiam trabalhar como diarista nos lotes de lavouras dos carvoeiros. No entanto, alguns moradores de Baixa Verde mencionaram que todos aqueles que moraram nas *matas* trabalharam com a produção de carvão e/ou com as atividades florestais. O que implica pensar que, em alguns casos, os chefes de família demandavam trabalho de moradores das localidades circunvizinhas. Não obstante, vários outros entrevistados indicaram o trabalho nos lotes de lavouras como uma atividade de responsabilidade exclusiva da família.

Algumas famílias de Baixa Verde se inseriam, de alguma forma, no clássico modelo patriarcal no meio rural brasileiro. Conforme Heredia (1979), o que deve ser ressaltado deste modelo é menos a dimensão autoritária do papel do homem e mais o papel da divisão sexual do trabalho na reprodução social da família em sentido amplo. Segundo um trabalhador:

Sempre trabalhei pra ganhar salário mínimo, sempre trabalhando no coisa e trabalhava na roça também... Quatro filhas moças e quatro filhos homens... De maneira que, o salário era pouco, então tinha que lutar. Trabalhando na firma e trabalhando na roça ajudando a esposa. Ela me ajudando e eu ajudando ela (Entrevista 13).

As mulheres no período das matas *ajudavam* os maridos, trabalhando nas lavouras, e com outras atividades como, por exemplo, lavando roupa para outras pessoas. E, também trabalharam nas atividades florestais e produzindo carvão, ainda que, em um número bem reduzido e sendo que, na maior parte das vezes, tratava-se de um trabalho de mulheres que estavam ajudando seus esposos ou pais. Conforme um trabalhador, houve um momento em que as mulheres trabalharam nas carvoarias: “num esqueço dos tempos de carvoaria e tinha moça, as meninas trabalhavam nos forno igual homem, as meninas ajudavam os pais, as mãe, todo mundo” (Entrevista 6). Portanto, de algum modo, o trabalho florestal e nas carvoarias eram atividades também permeadas pela lógica da prática familiar. Crianças *ajudavam* os pais, mesmo em atividades que exigiam porte de ferramentas: “muitas vezes ajudei ele [o pai] a cortar lenha... às vezes ele estava cortando e ah... quer saber de uma coisa? Vou arrumar uma machadinha pra vocês. Eu e meu irmão... ajudava ele a cortar. Ajudava a carregar lenha nas costas para colocar na boca do forno para pode encher” (Entrevista 3). De modo geral, os adolescentes, até a idade de 18 anos, trabalhavam junto do pai, o único que seria remunerado.

Este caráter familiar do trabalho florestal se adicionou ao trabalho com lavouras e criações completando e complexificando a lógica de reprodução social das famílias, sobretudo nas duas primeiras décadas de exploração daquela área de mata nativa. Isto porque, a vida nas *matas* foi caracterizada por dois tempos: primeiro, *o tempo da CSBM* quando se explorou a madeira nativa; segundo *o tempo da CAF Florestal* (CAF), subsidiária da CSBM que, com o início do esgotamento das matas nativas, surgiu como a empresa responsável para iniciar os plantios de eucaliptos. Ressalta-se que estes dois tempos não foram integralmente estanques: no início do reflorestamento, a parte final da mata ainda era explorada para dar continuidade à fabricação do carvão até que o maciço de eucalipto pudesse ser submetido ao primeiro corte.

É possível supor que no *tempo da CSBM*, a liberação das áreas para lavoura pode ter sido um mecanismo, em alguma medida, crucial para fixar trabalhadores nas *matas* de Baixa Verde. Posteriormente, no início do reflorestamento, as terras não só já estavam se tornando juridicamente propriedade privada das empresas siderúrgicas e reflorestadoras, como também se intensificava a contração do espaço que passava a ser ocupado por árvores plantadas, em contraste com o período anterior de desmatamento. Com isso, progressivamente diminuíram as condições de manter os trabalhadores vivendo nas *matas*. Se, inicialmente a maior parte das famílias trabalhavam tanto nas atividades florestais quanto no plantio de lavouras, em fins da década de 1970, as áreas para plantio não eram mais liberadas. Esta proibição se deu gradativamente. Segundo alguns trabalhadores, num primeiro momento, tinham o direito de toda a colheita: “eu cheguei aqui em 49... Mexia com roça. Picava lenha também. Este tempo aqui, era porque todo mundo plantava dado... Plantava sua roça..., de tudo nós plantávamos... plantava à vontade. Colhia, num tinha negócio de dar terça” (Entrevista 10). Depois, passou a ser necessário *dar a terça*: “a gente fazia três moles... ficava com dois e o empreiteiro levava um pra ele” (Entrevista 8). Nos anos de 1960, quando já havia iniciado o reflorestamento, a concessão dos lotes de plantios de lavoura foi substituída por empreiteiras especializadas em culturas de alimentos, para as quais trabalharam homens e, sobretudo mulheres. Mas com a expansão dos maciços florestais, as áreas de lavouras tornaram-se inexistentes e também se deu o fechamento daquelas empreiteiras agrícolas.

Até o momento buscou-se caracterizar algumas formas pelas quais o trabalho rural se colocou na vida daqueles que foram abrir as matas de Baixa Verde e mesmo na vida de seus antecedentes e descendentes. Considerando apenas a época das *matas*,

observa-se um período de quatro décadas nas quais o trabalho rural se dinamizou de formas diversas ao longo do tempo e, sobretudo, em decorrência das alterações que constituíram o processo de surgimento da siderurgia e da economia florestal dando, então, início à formação do assalariado florestal, consolidado somente em fins da década de 1990. Antes disso, houve uma outra forma pela qual o trabalho rural se colocou na vida dos trabalhadores de Baixa Verde: trata-se, em alguma medida, de um certo retorno às atividades de meeiros ou diaristas em *fazendas* circunvizinhas, após parte das famílias de trabalhadores que viveram nas *matas* terem sido deslocadas para uma vila habitacional sem nenhum espaço para plantio de lavouras.

A partir da década de 1970 a CAF passou a colher a madeira dos primeiros plantios e passou a intensificar o reflorestamento. Neste contexto, iniciou-se a construção de uma vila habitacional, espaço edificado por ruas e casas, construídas e financiadas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), antigo órgão imobiliário da Caixa Econômica Federal.

Em 1980, a maioria dos trabalhadores das *matas* já haviam sido deslocada para esta vila. Excetuando duas famílias que adquiriram direito de propriedade da terra onde residiam, parece ter havido larga aceitação à proposta de financiamento das casas. Entretanto, vários depoimentos mencionaram pessoas que não aceitaram facilmente sair das *matas*. Algumas resistiram recorrendo à justiça. Outras, apenas permaneceram em suas casas, recusando as primeiras propostas da CAF, o que foi um modo de pressão que, em muitos casos, resultou na obtenção de indenizações, como residências em outros municípios. Segundo um entrevistado:

Quando começou tirar o pessoal, foi em 1978...

Depois, quando foi em 1980, aí começou a isolar o povo dentro do mato... aí tinha os chefão né?! Daqui a pouco, fazia uma pressão na pessoa. A pessoa num concordava e por aí foi indo... Teve uns que ela [CAF] teve que pagar ele [trabalhador] pra tirar de lá. Têm muitos que, entrou na justiça para poder não sair. Ai, a Companhia ia lá, mexia daqui, mexia dali, para ver se ela ganhava o direito. O cara continuava quieto. Ai, o resto quando foi ficando muito isolado no mato, porque os moradores saíram tudo né?! Ai, eles mesmo fazia proposta. Eles viam, faziam proposta para ela [CAF], aí ela dava um dinheirinho e ele saía. Eles [CAF] chegaram e disseram tem que sair, tem que desocupar a área e, ele [trabalhador] falou: eu não saio... a Companhia foi deixando ele..., tem uns que foi na justiça, foi e ganhou... A Companhia foi apertando as pessoas pra tirar. Foi de acordo com ele [trabalhador], até que ele mesmo resolveu sair (Entrevista 8).

A despeito destas pressões, alguns moradores migraram para outras localidades, por não terem desejado, desde o início, deixar de viver em um lugar de *roça* (plantio de lavouras). Portanto, viver sem condições de plantio foi uma possibilidade negada por alguns trabalhadores que deixaram as *matas* de Baixa Verde sem nenhum tipo de indenização da CAF. Para um dos entrevistados, logo em seguida ao início do reflorestamento, quando os lotes para plantio de lavouras passaram a ser proibidos, algumas famílias decidiram migrar, recusando-se a residir em um local sem condições de se plantar pequenas lavouras:

Quando o eucalipto chegou, o pessoal gostava de roça... De mata, de roça. Quando o eucalipto chegou, o pessoal foi pra Mato Grosso...

P: Você sabe porque esse pessoal resolveu ir para o Mato Grosso?

R: Por causa da roça. Não queriam sair... da roça (Entrevista 6).

Sobre as razões da CAF em retirar os trabalhadores da área florestal e mediar um projeto de financiamento habitacional, deve-se ressaltar que a expansão dos plantios de eucaliptos passou a contrair o espaço físico da área. Entretanto, essa relação praticamente não apareceu nas falas da população atual de Baixa Verde. No discurso de todos, inclusive no dos representantes da CAF, foi a *lei do usucapião* a razão principal que motivou este processo. Para a atual presidente da Associação de Moradores de Baixa Verde que é também professora da escola e ex-funcionária administrativa aposentada pela CAF, não houve respeito por parte daqueles que procuraram tomar as terras da CAF:

Eu acho que as pessoas devem respeitar o direito dos outros. O povo passou a querer a tomar as terras da Companhia que haviam sido cedidas para que aquelas pessoas tivessem direito de ter suas roças. Assim que surgiu aquela história do usucapião começaram a querer tomar as terras. Por causa disso a Companhia doou parte de suas terras para a Caixa Econômica, para que a Caixa vendesse para os moradores (notas de campo).

Entretanto, constataram-se apenas duas famílias que recorreram à justiça e obtiveram direito de propriedade da posse na qual residiam. Neste contexto, uma outra hipótese para as razões de retirada dos trabalhadores das *matas* e para a construção da *vila* baseia-se no fato de que a CAF, naquele período, estava encerrando a formação do plantio de eucalipto e só retomaria as atividades de plantio cerca de duas décadas

depois. O primeiro corte de uma área plantada pode ser feito cerca de seis a sete anos depois do plantio das mudas de um *lote florestal* (área plantada num mesmo período de tempo). Dois outros cortes poderão ser efetuados em um prazo idêntico. Os três cortes, portanto, permitem um prazo mínimo de 18 a 20 anos sem que seja necessário fazer novos plantios. Neste sentido é possível ver relações entre o término da formação dos plantios nas *matas* de Baixa Verde por volta do início da década de 1980 e a demissão da grande maioria da mão-de-obra que se deu entre os primeiros anos daquela década de 1980 aos últimos anos da década de 1990. Conforme o atual presidente do Sindicato da Extrativa: “teve uma época... teve um desemprego... A CAF parou de plantar né?! a CAF plantava sempre. Ela colhia e ia plantando... Mas ela parou, passou só a colher... O carvão dela num parou não, mas diminuiu muita mão-de-obra” (Entrevista 15).

Talvez seja razoável supor que pode ter existido receios, por parte das empresas, de luta judicial pela terra por parte dos trabalhadores, caso demitissem os trabalhadores com eles ainda residindo na área. Também pode-se supor sobre o receio de se perder a mão-de-obra já especializada em reflorestamento que poderia ser novamente necessária após o uso do primeiro maciço florestal.

O fim das concessões de lotes para o plantio de lavouras dado de modo gradativo, podem, em alguma medida, ter obscurecido a dimensão de expropriação do processo de retirada dos trabalhadores das *matas*, sobretudo se se considera que tais concessões eram permeadas, em grande parte, por um caráter de *favor*. A posse da terra era uma concessão do grupo CSBM/CAF que ao longo das décadas de 1940 a 1980 foi formalizando juridicamente a apropriação das terras ocupadas. Também o modo pelo qual os trabalhadores foram retirados, permitiu obscurecer qualquer possível dimensão de expropriação, uma vez que a CAF buscou pressionar a saída de forma que o trabalhador saísse por sua própria decisão. Ademais, a maioria dos moradores que pressionaram a CAF receberam doação de uma moradia em outro município. Assim, entre os atuais moradores que portam a memória do local a maior parte aceitou a proposta da CAF de sair passivamente e comprar uma casa financiada. Sendo que esta proposta aceita, em alguma medida, acionou uma outra prática de concessão de *favor* por parte da CAF. Esta empresa interviu de maneira decisiva no processo de financiamento das residências. Assim, a atitude da CAF em possibilitar os moradores adquirirem suas casas próprias, também pode ser percebida como um mecanismo para obscurecer o processo de expropriação ocorrido nas *matas* de Baixa Verde. E, sobretudo, deve-se considerar que, promessas de infra-estrutura básica podem ter sido

utilizadas pelas empresas para mobilizar o maior número de pessoas a saírem das *matas*. Além das promessas de escola, posto de saúde, calçamento, luz e água encanada, algumas iniciativas da CAF aparecem como modo de “*levar civilização*” àquela população. Para um trabalhador que atuou na administração da CAF:

Começaram a trazer o pessoal... Não tinham nenhuma cultura, nenhuma educação para que pudessem realmente morar dentro de uma área tão grande... Ela [a CAF] criou um sistema de assistência social para poder ensinar o povo o que era um vaso sanitário. O pessoal não usava. Usava o mato, para suas necessidades fisiológicas... (Entrevista 2).

Assim, todo um processo de desqualificação do trabalhador rural e do trabalhador florestal favoreceu um outro processo que foi o de interiorizar a desqualificação em cada um dos trabalhadores ao mesmo tempo que os aproximava de um outro padrão civilizatório.

Como mencionado, a demissão não atingiu todo o conjunto dos trabalhadores. As atividades não foram totalmente encerradas. Entretanto, com a interrupção do reflorestamento, apenas o processo de colheita da madeira e a produção do carvão não garantiu que todos aqueles que trabalhavam nas *matas* continuassem empregados. Conforme um político local:

Na época que a empresa tirou as pessoas do mato... e prometeu mundos e fundos, que ia morar num lugar onde ia ficar todo mundo mais perto, onde ia ter ônibus..., ia ter iluminação..., ia ter mais conforto, mais perto de médico... Tirou o pessoal. Não tinha nenhum representante, não tinha um sindicato, num tinha um político da nossa região, aqui num tinha nada...² Foi um projeto do BNH..., onde a empresa enganou muita gente. Quando foi em 1982 mandou todo mundo embora e, todo mundo estava pagando prestação de casa, onde era a própria empresa que era para está fornecendo estas casas... Vender as casas, venderam, né?! A promessa deles é que eles iam vender as casas mas num falaram que iam mandar todo mundo embora. Quando foi em 1982 mandou muita gente embora... e as pessoas num tinham como pagar. O BNH... começou a tomar as casas das pessoas, começou a despejar pessoas aqui dentro (Entrevista 9).

Portanto, do início da década de 1980 a fins da de 1990 Baixa Verde se caracterizou como uma localidade na qual grande parte da sua população encontrou-se desempregada. Para alguns moradores as empresas desempregaram cerca de 70% daqueles que trabalhavam para ela. Parte dos demitidos migraram: “muitas pessoas...

² Esta percepção de ausência de representantes políticos se contrasta com outras informações que aponta para a existência do Sindicato da Extrativa que já existia desde fins da década de 1960 como uma associação.

foram embora daqui, porque houve muito desemprego, não tinha mesmo como a pessoa trabalhar, ficou difícil... Nesta época, o pessoal já estava mais agrupado aqui dentro dessa área entendeu?!” (Entrevista 3).

A migração se deu pelo desemprego e também pelo fato de alguns moradores terem sido despejados de suas residências devido a dificuldade de arcar com o financiadas do BNH. Entretanto, alguns moradores, que também não puderam quitar as parcelas do financiamento, ao invés da migração utilizaram vários mecanismos para recuperar suas residências. Estes mecanismos ressaltam, sobretudo, importantes questões de sociabilidade entre vizinhos (ver Cosenza, 2005), no entanto, não é o caso de analisá-los neste texto, que dado seu propósito mais específico, necessita é analisar uma possível hipótese para se explicar como se deu as estratégias de sobrevivência por parte das famílias que continuaram a residir em Baixa Verde.

De modo geral, as falas dos entrevistados apontaram para um período caótico no qual parecia que nenhuma oportunidade de trabalho ou geração de meios de sobrevivência existia:

Ah minha filha, meu esposo levantava de manha cedo, ele chegava no portão ai e cruzava os braços, a gente ia na pracinha ali, era homem purinho a toa! Mulher ficava dentro de casa, fogão seco, água esquentando, nada de fazer comida. Meu filho, meu esposo sentados ali fora, vem falar comigo... não sei o que eu vou arrumar, num sei para onde eu vou. Todo mundo desempregado (notas de campo)

Algumas outras falas destacam a importância da pesca neste momento: “a gente comia mais era peixe. A gente comia mais era peixe e nós não sabíamos que peixe era tão bom para saúde”. Também o trabalho das mulheres como domésticas, costureiras e como lavadeiras em povoados e municípios vizinhos foi apontado como o que garantiu a sobrevivência da maioria das famílias. E, para o caso dos homens desempregados, as oportunidades de trabalho se restringiram na busca de fazendas vizinhas, nas quais se trabalhou como meeiro ou como diarista, tal como no período anterior à vida nas matas de Baixa Verde.

No final dos anos de 1990, a CAF voltou a reflorestar. Passou a se centrar nas atividades administrativas e contratar *empreiteiras* para empregar trabalhadores.

Atualmente, há um silenciamento sobre o caráter cíclico do reflorestamento e seus impactos sobre o desemprego ocorrido e, sobre possíveis novos períodos de desemprego. No momento da pesquisa, observou-se que os trabalhadores, sem

vislumbrarem possibilidade de acesso a lotes para plantar lavouras, percebiam o fato de terem um emprego, como uma outra dívida com a CAF. Ademais, um bom relacionamento com a empresa garante acesso a lenha, a concessão de *ordens de autorização* para pescar em algumas lagoas e, a possibilidades de garantir trabalho para os filhos. De qualquer forma, apesar de menções às dificuldades que ainda permeiam a vida dos trabalhadores e ao caráter *braçal* do trabalho e da baixa remuneração, evidenciou-se uma percepção, por parte dos atuais trabalhadores, de melhoria em relação ao passado no tocante às relações de trabalho.

Desde suas origens, as empresas florestais se apropriaram de um discurso que correlacionava o uso do trabalhador rural com sua baixa escolaridade e com o fato do setor florestal utilizar tecnologia *branda*, compatível com a baixa qualificação do homem rural.

Para os propósitos deste texto, o interesse é pela análise sobre as mudanças no âmbito do processo de organização familiar do trabalho a partir da consolidação do assalariamento florestal, de modo a refletir sobre uma das especificidades do atual assalariado florestal quando em comparação ao trabalhador rural que fora anteriormente ou do qual é descendente.

Além da desqualificação do homem rural, o processo de assalariamento, ao menos em Baixa Verde, também provocou, em grande medida, a desqualificação do trabalho de crianças, mulheres e idosos, de modo a, entre outras coisas, justificar os baixos salários recebidos por eles e até mesmo, desqualificar o trabalho dos homens (Gonçalves, 2001).

Como já mencionado, é possível supor que, nas *matas* de Baixa Verde, quanto mais os homens eram demandados pelo trabalho florestal, mais as esposas assumiam o trabalho nas lavouras. Tratava-se de trabalhos que se fundamentava, sobretudo, no fato de estarem pouco ou não estarem dissociados de seus locais de moradia. Muitas mulheres foram enfáticas ao mencionar que seus filhos foram criados pelas *matas* e elas ficavam mais nas *roças* (onde plantavam lavouras) ou nas beiras das lagoas, pescando ou lavando roupas.

De qualquer modo, até o final da década de 1990, o trabalho feminino e também o trabalho infantil existiram em Baixa Verde, sobretudo, como *ajuda* aos homens, seus pais ou esposos, na realização da produção exigida a eles. Poucas mulheres foram formalmente contratadas. Somente após a reestruturação da CAF é que elas passaram a ser incorporadas nas atividades florestais, como assalariadas. Por sua vez, o trabalho

infantil, segundo os atuais moradores, deixou de ser utilizado. Já os idosos (homens e sobretudo mulheres) predominam nas atividades de manutenção do plantio, que compõem, no setor florestal, o nível mais baixo da hierarquia. Entre os moradores de Baixa Verde que não exercem nenhum tipo de atividade remunerada, predominam as mulheres casadas. Muitas mulheres afirmaram que, depois de algum tempo empregadas, elas saem e ficam durante um tempo, afastadas. Segundo uma delas: “todos os dias são dias cansados, para quem trabalha chega em casa tem que fazer uma janta, cuidar da casa. A sorte minha é que a mãe do meu esposo cuida dos meus filhos... a gente tem que dar comida, banho na hora certa, mandar para a escola na hora certa”.

Em algumas famílias, em que ambos cônjuges são assalariados, observou-se que o trabalho doméstico era dividido entre o esposo e a esposa. Entretanto, a maior parte dos depoimentos aponta para a predominância das mulheres nessas atividades. O que indica alterações na organização da atividade doméstica, a partir da consolidação do assalariamento das mulheres³. As mulheres, que tiveram suas jornadas de trabalho intensificadas, assumem, no ambiente de trabalho florestal, um papel tido como inferior em relação aos homens. A inserção no mercado de trabalho também contribui na desqualificação do ambiente doméstico: as mulheres, progressivamente, interiorizam o discurso no qual depreciam aquelas que apenas exercem atividades domésticas como esposas e mães.

Percebe-se, portanto, uma tensão. De um lado, há vontade e necessidade, por parte das mulheres, de não se assalariarem, ao menos em determinados períodos, para manter seus papéis domésticos, interiorizados por uma socialização tradicional. De outro, há vontade e necessidade de se assalariarem, devido a uma progressiva interiorização de uma ética do trabalho que vem se consolidando nas últimas décadas.

O assalariamento e as mudanças nas relações familiares reduzem as possibilidades dos trabalhadores auto-definirem o tempo a ser utilizado para cada trabalho a ser executado. Assim, o trabalho assalariado formaliza e disciplina o cotidiano do trabalhador. Não é ele mais quem define os ritmos do trabalho. O trabalho passa progressivamente a ser algo, exclusivamente, para o outro e que, portanto, não cabe ao trabalhador dirigir e ver sentido lógico⁴. Neste sentido ganham coerência os fenômenos de estranhamento sobre a atividade florestal por parte dos trabalhadores,

³ Questões semelhantes aparecem em pesquisas sobre outras localidades rurais brasileiras, como é exemplo o estudo de Martínez-Alier (1977) sobre bóias-frias em fazendas de café no interior paulista.

⁴ No período das *matas*, o trabalho já era para o outro. Mas, também havia o trabalho nas lavouras feito para o próprio trabalhador, ainda que trata-se de um trabalho que só existia dada a permissão do outro.

principalmente no tocante àqueles com mais forte raiz no trabalho agrícola. No entanto, há um processo de ressocialização. Os trabalhadores que tiveram inserção nas atividades com lavouras e, sobretudo seus pais, foram fundamentalmente socializados num ambiente social rural. Outros tiveram pais que foram ou são assalariados florestais. Assim, por mais que ainda pesem os costumes e as tradições, muitos trabalhadores interiorizaram uma nova lógica de trabalho e visão sobre necessidades e possibilidades. Ademais, ressalta-se que nenhum processo de socialização é essencialmente homogeneizador e destituído das tensões e ambigüidades vividas pelos indivíduos.

Considerações Finais:

O caso de Baixa Verde no contexto da história do campesinato Brasileiro

Inegavelmente, o estudo aqui apresentado diz respeito a um caso que, como vários outros fenômenos sociais e históricos, não permite generalizações, considerando os riscos de se comparar o que é incomparável (Thompson, 2002). Não obstante, é um caso constitutivo da história do campesinato brasileiro que, a despeito de todas as suas singularidades, apresenta traços comuns, sobretudo, em razão de pertencer a um mesmo tempo histórico, embutido de todas as forças do passado que ainda lhe pertencem.

A conclusão mais sólida que se pôde tirar da pesquisa em Baixa Verde é que se tem no momento uma situação visível de aceitação das atuais condições de trabalho, fundamentadas basicamente no assalariamento florestal. Isto, a despeito das insatisfações com as condições de trabalho e vida ainda existente e que foram explicitadas por alguns dos moradores (parte minoritária da população) e, também a despeito das insatisfações silenciadas, sobretudo pelo medo. O próprio fato de silenciar insatisfações com as empresas ou com as condições de trabalho e vida já aponta para uma certa aceitação da presença das empresas e das condições, ao menos em parte, por elas produzidas ou, no mínimo, aponta para uma certa descrença de que seja possível situação melhor.

No processo de construção da adesão do trabalhador rural ao assalariamento florestal, a intensificação da economia monetizada possuiu papel crucial. Segundo Gonçalves (2001):

Sair da roça para trabalhar na empresa, para ser fichado, constituía uma possibilidade única para ascender socialmente na economia monetizada dominada

pelas empresas siderúrgicas e de pasta e suas subsidiárias dedicadas às plantações... a junção das condições de obtenção de um emprego e de um salário (pois as empresas punham "caminhão passando na porta das roças todo dia") e de manutenção mesmo que precária da unidade familiar (pois os pais e/ou parte da família permaneciam como produtores) encontrou um conjunto de sujeitos que, por sua condição subordinada no tecido social local herdado da intervenção capitalista, não aprenderam a saber "ficar sem dinheiro" (Gonçalves, 2001, p. 203).

Em Baixa Verde, a pesquisa mostrou, por um lado, que a possibilidade de acesso ao dinheiro pela produção de carvão, pode ter influenciado na decisão de muitos trabalhadores rurais se aderirem aos empreiteiros que passaram a explorar a área de mata nativa que foi se transformando no distrito de Baixa Verde. Não obstante, por outro lado, a pesquisa mostrou, que alguns trabalhadores que chegaram nas *matas*, já haviam saído das propriedades de seus familiares e já atuavam como diaristas, de modo que, já tinham acesso a algum dinheiro. Sendo que, pelo contrário, o que não tinham mais acesso era a plantio de lavouras. Serve como ilustração situações como a de uma trabalhadora que, antes de ir viver nas *matas* de Baixa Verde, trabalhou como diarista em um contexto no qual, conforme ela, "dinheiro era muito penoso". As condições de trabalho de seus pais parecem ter sido semelhante:

P: Esse trabalho que a senhora fazia, era nos cafezais de outras pessoas ou de seus pais?

R: De outros... coitados... de fazendeiros, meus pais não tinham nada não... Lutavam com a vida, para viver, para comer. Porque naquele tempo nem comer direito a gente não podia comer não, o que ganhava de manhã, você já tinha comido de noite... Tudo você tinha que comprar, mas era com mais dificuldade, tinha que trabalhar a semana inteira para você pegar aquele dinheirinho para você comprar... você tinha que ter o dinheiro para comprar, se não tivesse, você passava fome né. E o dinheiro muito penoso mesmo. Dinheiro antigamente era sofrido por que só trabalhava pra fazendeiro então não tinha jeito (Entrevista 1).

Neste sentido, os lotes concedidos pelas empresas nas *matas* de Baixa Verde, podem ter sido mais atrativo do que o dinheiro pela produção do carvão. O que não quer dizer que, tal como observou Gonçalves (2001), os trabalhadores rurais não já estivessem desaprendo, gradativamente, a viver sem dinheiro.

Outra questão sobre a construção da adesão do trabalhador rural ao assalariamento florestal diz respeito ao fato que, em alguma medida, a classificação do rural como *atraso* foi incorporada pelos próprios trabalhadores rurais. Neste sentido, deve-se considerar, como já referido, que a origem do assalariado florestal é a família de

trabalhadores rurais e que esta origem foi apropriada pelas empresas de modo a desqualificar também o assalariado florestal. Em Baixa Verde, esta questão se explicita, sobretudo, a partir das auto-concepções dos atuais assalariados florestais que se percebem como braçais, sem estudos e qualificação técnicas, tais como os trabalhadores rurais. Esta auto-percepção é, para muitos deles, uma auto-justificação para baixa remuneração e baixo prestígio de suas atividades profissionais. Assim, deve-se considerar que a formação do trabalhador florestal em Baixa Verde pode ser observada como um exemplo de consolidação do assalariamento do trabalhador rural no interior de Minas Gerais, a partir de um processo de transformações das relações de trabalho de modo que, o assalariamento florestal, por um lado, se apropriou – a partir das necessidades das indústrias siderúrgicas e florestais – de parte das características tradicionalmente rurais e, por outro lado, renegou parte destas características.

Atualmente, Baixa Verde se apresenta, ao menos de modo mais imediato e visível, como uma vila habitacional que porta de um certo status de cidade e que possui a grande maior parte de sua população totalmente alheia ao trabalho agrícola.

Neste sentido, a questão da adesão pode levar à conclusão, ao menos em algum sentido, de que se consolidou em Baixa Verde um processo bem sucedido de desconstrução do campesinato. Para melhor analisar esta possível hipótese, deve-se buscar, primeiramente, apreender as semelhanças e dessemelhanças entre o trabalhador rural e o trabalhador florestal. Ressalta-se, desde já que toda a análise se restringirá à dimensão do trabalho.

Ao longo deste texto buscou-se descrever algumas das características apresentadas pelos trabalhadores rurais do período anterior às intervenções das empresas siderúrgicas e reflorestadoras e, a partir deste momento, buscou-se descrever algumas das características das mudanças apresentadas por estes trabalhadores em razão, do processo de formação do assalariado florestal e de distanciamento deste das condições de plantio de lavouras.

Do trabalhador rural que viveu nas áreas circunvizinhas às matas nativas, ao atual assalariado florestal de Baixa Verde, foi se desenvolvendo, entre outros, um gradativo processo, já em curso, de dinamização das relações sociais a partir da lógica do direito de propriedade que, sobretudo, afetou o nível de autonomia dos trabalhadores rurais e sua gradativa inserção em uma nova estrutura de autoridade. E, parece ser este contexto de mudanças, um lugar propício para se caracterizar o grau de semelhança e de

dessemelhança entre os trabalhadores rurais e os trabalhadores florestais ressaltados por este texto.

No tocante a autonomia oriunda do pertencimento de propriedade agrícola, pode-se dizer que o trabalhador rural anterior às siderúrgicas teve maior acesso a tais propriedades do que o atual assalariado florestal, sobretudo, considerando para o primeiro momento, um grau menos avançado da lógica do direito de propriedade. Entretanto, como referido, grande parte dos trabalhadores que foi residir nas *matas* já não possuíam posses ou propriedades de terras.

Já no tocante a autonomia oriunda do pertencimento de lotes de lavouras para plantio, observa-se outro ponto para diferenciar o trabalhador rural do atual assalariado florestal. Não obstante, deve-se – como ainda se ressaltará mais a frente – ter sempre em mente a especificidade da autonomia do trabalhador rural quanto ao pertencimento de um lote de lavoura. Antes da exploração das matas tratava-se de terras nas quais se podia trabalhar como meeiro ou como diarista. Após a exploração das matas tratava-se de terras de concessão por parte de empresas para as quais era necessário trabalhar com outras atividades, como desmatamento de matas e produção de carvão. A questão da estrutura de autoridade é portanto acionada, uma vez que, se se considera o pertencimento de lotes de lavoura para especificar um trabalhador como trabalhador rural, está se considerando um trabalhador rural que não existe por si mas que tem sua existência permitida por uma dada autoridade.

Por outro lado, também é possível argumentar a favor de uma separação tênue entre trabalhador rural e trabalhador florestal. Esta tenuidade se dá, sobretudo, quando (i) se pensa na origem rural do assalariado florestal; (ii) se pensa na desqualificação atribuída tanto ao trabalhador rural quanto ao assalariado florestal; (iii) se pensa que ambos trabalhadores possuem uma auto-percepção de trabalho braçal como o único trabalho possível para eles; (iv) se pensa nas semelhanças do trabalho florestal nas monoculturas de eucaliptos com o trabalho em monoculturas como o café ou a cana-de-açúcar. E, esta separação tênue se agravaria ainda mais se tivesse sido intuito deste estudo avançar a análise para além da dimensão trabalho e compreender outras relações sociais tais como as que envolvem a família, vizinhança, costume e valores para então colocar em questão o que se pode entender como rural ou não.

Como já mencionado, o estudo em Baixa Verde apontou a existência de trabalhadores despossuídos de terras ou que estavam em processo de perda ou venda de suas propriedades ou posses, em meados do século XX. Não obstante, o fato de irem

trabalhar nas *matas* de Baixa Verde demonstra que são trabalhadores que não rompem de imediato com seu padrão de trabalho e reprodução da família, uma vez que já lhes eram comum trabalhar plantando lavoura a meia ou a terça em terras alheias. Neste sentido, portanto, o trabalhador rural das *matas* de Baixa Verde e a natureza do seu trabalho com plantio de lavouras caracterizada por ter sido uma atividade de caráter familiar, dirigida para a produção de alimentos que seriam destinados ao consumo familiar, com pouca ou nenhuma existência de comercialização – é tal como se pode verificar em outros contextos rurais brasileiros. A semelhança também se dá em razão do trabalho nos lotes de lavouras ter sido um trabalho que existia apenas por concessão.

Esta concessão de lote para plantio de lavouras foi fundamental para especificar o trabalhador do período inicial do processo de formação do assalariado florestal. Neste sentido, o campesinato das *matas* de Baixa Verde foi essencialmente um **campesinato permitido**⁵ que, portanto, não existiu por si só autonomamente. No entanto, por maiores que tenham sido as relações com a formação do assalariado florestal, esta forma de campesinato – campesinato existente por permissão dos monocultores, proprietários de terras – não é uma forma nem recente nem minoritária na história do campesinato brasileiro. Serve de exemplo clássico: O *sistema de morada* nos engenhos de cana-de-açúcar no Nordeste do país e, seu fim em meados dos anos de 1950 (Palmeira, 1977; Sigaud, 1977; 1979)⁶.

O que decorre de inovador é a introdução de novas tarefas ao trabalho da família, como o desmatamento das matas e a produção do carvão. O que alterou a divisão de trabalho no interior da família com os homens passando progressivamente a se centrarem no trabalho florestal e de carvoejamento, gradativamente deixando as lavouras aos cuidados das mulheres.

Já quanto à questão do trabalho nos lotes de lavouras como um trabalho que existia apenas por concessão, a especificidade de Baixa Verde parece se dar em razão de uma certa apropriação pelas empresas de uma mão-de-obra socialmente desqualificada,

⁵ Agradeço esta idéia de *campesinato permitido* à professora Leonilde Sérvolo de Medeiros. A responsabilidade à interpretação dada a esta idéia, no entanto, é toda minha.

⁶ Deve-se aqui registrar duas alertas: (i) deve-se considerar as especificidades da economia de plantation no Nordeste brasileiro existentes na história brasileira por um período bastante extenso; (ii) deve-se considerar, no tocante ao estudo em Baixa Verde, que alguns dos trabalhadores rurais que existiram antes das siderúrgicas foram meeiros ou diaristas em posses ou propriedades agrícolas locais que por mais extensas que fossem não se fundamentavam em monoculturas, o que então os especificam dos trabalhadores rurais que viveram nas matas de Baixa Verde e só puderam plantar lavouras mediante suas relações de trabalho com as empresas siderúrgicas e reflorestadoras. De qualquer forma, parece que ambos tinham baixas condições de se reproduzirem ali de modo autônomo. Ou seja, sem a permissão daqueles que possuíam posses, terras arrendadas ou propriedades.

o que foi crucial para a formação do assalariado florestal. Entretanto, a despeito das especificidades de Baixa Verde, deve-se considerar neste instante da análise a importância da tese de Martins (1981) sobre o campesinato brasileiro percebido não como resquício do passado, mas como simultâneo ao processo de assalariamento do homem do campo⁷.

Neste contexto é possível reafirmar que, partindo da perspectiva e da memória dos atuais trabalhadores residentes em Baixa Verde, percebe-se a existência nos meados do século XX de um trabalhador rural que possuía um perfil comum com outros trabalhadores rurais de diferentes regiões brasileiras. Entretanto, para o caso de Baixa Verde a existência deste trabalhador rural já se dava em um contexto marcado pelo início das transformações das relações de trabalho que resultariam na formação de uma nova categoria social: a do trabalhador florestal ou trabalhador da extrativa. Esta nova categoria social se formou em um contexto de mudanças sociais, políticas e econômicas que consolidaram, nas regiões Central e Rio Doce de Minas Gerais, o setor siderúrgico, o setor florestal e posteriormente o setor de celulose, tendo como destaque a predominância destes setores sobre a dimensão fundiária daquelas regiões e, conseqüentemente sobre o controle do trabalho entre os trabalhadores rurais, entendendo-os como aqueles que sempre trabalharam a terra.

Outro elemento constitutivo do processo de formação do assalariado florestal foi o já referido campesinato que só existia por meio da permissão daqueles que estavam se tornando os principais proprietários das terras da área na qual o distrito de Baixa Verde se formou. Tratou-se, portanto, de trabalhadores sem autonomia para se reproduzir como campesinato ao menos que se decidissem pela migração (como fizeram alguns trabalhadores) no momento em que os proprietários das terras onde viviam deixaram de permitir o plantio de lavouras.

Neste sentido, parece ser possível apreender os vários momentos que especificaram os trabalhadores rurais que permearam a trajetória de construção da história de Baixa Verde, iniciando antes mesmo do processo de abertura da mata, como um processo simultâneo de formação do assalariamento florestal e de especificação de um campesinato que estava sendo socialmente desconstruído.

⁷ Baixa Verde, neste sentido, é um caso exemplar, também porque, parte da literatura que estudou o impacto da monocultura do eucalipto nas regiões Central e Rio Doce de Minas Gerais, caracterizou tais regiões como tradicionalmente agrárias, baseadas na pequena produção por meio do trabalho familiar, sem mencionar sobre algum tipo de ocorrência de assalariamento na produção de alimentos. Não obstante, Como já referido, em um dado momento da vida nas *matas*, trabalhadores e trabalhadoras foram assalariadas (mediante carteira assinada) em empreiteiras especializadas em culturas de alimentos.

Referências Bibliográficas:

- COSENZA, Rita A. 2005. **Do trabalho em matas à vila: As mudanças no trabalho em Minas Gerais e o assalariado florestal**. Dissertação de Mestrado, apresentada ao CPDA-UFRRJ: Rio de Janeiro, 2005.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura. **Vale do Aço: da produção da cidade moderna sob a grande indústria à diversificação do meio ambiente urbano**. Tese de Doutorado em Demografia, apresentada ao CEDEPLAR- UFMG: Belo Horizonte, 1995.
- GONÇALVES, Múcio Tosta. **Nós da madeira: mudança social e trabalhadores assalariados das plantações florestais nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais**. Tese de Doutorado, apresentada ao CPDA-UFRRJ: Rio de Janeiro, 2001.
- HEREDIA, Beatriz. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979
- MACHADO, Carlos W. C. **Reestruturação produtiva e trabalho florestal na produção de celulose no Vale do Aço, MG**. Dissertação de Mestrado, apresentada ao CEDEPLAR-UFMG: Belo Horizonte, 1998.
- MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MONTE-MÓR, R. L.; COSTA, H. S. M et alli. “Ocupação do território e estrutura urbana”. In: PAULA, João A de. **Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica**. Belo Horizonte: UFMG, 1997
- PALMEIRA, Moacir. “Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional”. In: **Contraponto**, Rio de Janeiro, ano II, n.º 2, pp. 103-114, novembro de 1977
- SIGAUD, Lygia. “A Idealização do passado numa área de Plantation”. In: **Contraponto**, Rio de Janeiro, ano II, n.º 2, pp. 115-126, novembro de 1977
- _____. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco**. São Paulo: Duas Cidades, 1979
- THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002

PRESOS EM NOME DA LEI? ESTADO PENAL E CRIMINALIZAÇÃO DO MST

Fernanda Maria da Costa Vieira
mestre pelo programa de pós-graduação em Direito e Sociologia da Universidade Federal
Fluminense,
prof. da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro

O presente trabalho busca compreender os mecanismos de controle social, exercido pelo Estado ao criminalizar o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Ao analisarmos as denúncias promovidas pelo Ministério Público, tipificando as ocupações coletivas em crime de formação de quadrilha, bem como as decisões judiciais determinando as prisões preventivas dos dirigentes do movimento, percebemos uma reorientação nas estratégias de controle estatal em um contexto de crise do Estado de Bem Estar Social e a ampliação do Estado Penal.

O crescimento do sentimento de insegurança, que se potencializou com a redução das políticas de proteção social, com o rebaixamento salarial e com o aumento das taxas de desemprego, gerou um terreno propício para as políticas de criminalização da pobreza, com o conseqüente encarceramento dos miseráveis.

Crescem os contingentes humanos de excluídos sociais: os sem teto, sem emprego, sem terra. Assim, incapaz de fornecer respostas no plano das políticas sociais, o Estado oferece a esses setores marginalizados o braço forte da sua política de segurança: trata-se agora da penalização da miséria.

É nessa perspectiva de ampliação do rol de categorias entendidas como perigosas – os ‘consumidores falhos’ – que se engendram novos mecanismos de controle social, no qual o Poder Judiciário exercerá um papel estratégico.

Entendemos, assim, que o crescimento do Estado Penal apontaria para formas mais ostensivas de controle sobre as classes entendidas ‘perigosas’, utilizando-se de uma política estritamente prisional.

Palavras-chaves: Sociologia. Justiça. Criminalização. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

1- Introdução

No dia 4 de janeiro de 2004, o Jornal do Brasil noticiou a prisão de um grupo de moradores de rua que se reuniam numa praça pública no bairro do Leblon, um dos mais caros de nosso Estado, para terem uma aula de artesanato ao ar livre. Enquanto aguardavam pelos professores, uma equipe da 14ª DP levou-os presos em flagrante, tipificados posteriormente em formação de quadrilha.

O mesmo ocorreu com um grupo de trabalhadores ambulantes no centro do Rio de Janeiro, que, no dia 26 novembro de 2003, foram presos em flagrante, tipificados em formação de quadrilha, a mesma tipificação que vem sendo adotada para o MST e para grupos de *sem teto* que ocupam imóveis urbanos.

Tais cenas estão se tornando cada vez mais corriqueiras em nosso cenário e traduz com perfeição o crescente processo de *penalização da miséria* - uma necessidade estrutural do atual modo de produção capitalista de cunho neoliberal.

A redução do Estado de Bem-Estar Social e a fragilização do Estado-Nação, marca do ideário neoliberal, vem empurrando massas humanas para a exclusão social: crescem os sem teto, os sem emprego, os sem terra. Incapaz de fornecer respostas no plano das políticas sociais, o Estado oferece a esses setores marginalizados apenas o braço forte da sua política de segurança.

Como nos alerta Loïc Wacquant, a redução do Estado de Bem-Estar Social, promovida pelas políticas neoliberais, foi acompanhada pelo crescimento do *Estado penal e policial*¹, como uma necessidade de fortalecimento dos vínculos de controle social² diante de uma população cada vez mais miserável.

Nessa lógica de penalização da pobreza e da redução da ação estatal em termos de políticas sociais, novas categorias são compreendidas como “perigosas”, em particular, as que acabam exercendo sua cidadania através de ações de enfrentamento à ordem legal estabelecida, exigindo novos mecanismos de controle social, no qual o Poder Judiciário vem exercendo papel fundante.

¹ WACQUANT, Loïc. A tentação penal na Europa *in* Discursos, Sediciosos, crime, direito e sociedade, ano 7, nº 11, RJ: Editora Revan/ICC, 2002.

² Adotamos aqui a noção de controle social dada por Lola Aniyar de Castro, para quem o controle social “*não passa da predisposição de táticas, estratégias e forças para a construção da hegemonia, ou seja, para a busca da legitimação ou para assegurar o consenso; em sua falta, para a submissão forçada daqueles que não se integram à ideologia dominante*”. CASTRO, L. A. de. Criminologia de la liberación, apud BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal**. Rio de Janeiro, Revan, 1990, p. 22.

Tal processo de criminalização e controle vem se dando de forma mais agressiva com relação ao MST e aos trabalhadores ambulantes. Em ambos os casos a tipificação penal é o de formação de quadrilha, que revela uma reorientação no sentido de se retirar da visibilidade pública o debate sobre a predatória estrutura fundiária de nosso país, marcado por um vergonhoso índice de concentração de terras; o direito legítimo ao trabalho; a ruptura com o sagrado direito à propriedade privada; a democratização da gestão do espaço público (uma das vertentes levantadas pelos trabalhadores ambulantes) e da garantia da dignidade da pessoa humana.

Não podemos nos furtar em analisar o papel que o Judiciário vem desempenhando na sustentação dessa hegemonia conservadora, que aponta para um recrudescimento dos discursos da lei e da ordem como forma de contenção das massas empobrecidas.

Ao analisarmos algumas decisões³, bem como, denúncias promovidas pelo Ministério Público, nos conflitos envolvendo o MST, fica demonstrado a atualidade do trabalho efetuado pelo Desembargador Sérgio Verani, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em seu livro “Assassinatos em nome da lei”⁴, que buscava demonstrar o papel ideológico do Poder Judiciário na sedimentação da exclusão e do exercício de controle social sobre as camadas mais baixas de nosso extrato social, legitimando o extermínio por parte dos agentes policiais desses setores excluídos, sempre em nome da segurança da sociedade.

Hoje em nome da mesma segurança social, joga-se esses *refugos humanos*, como nos lembra Bauman, no sistema carcerário, com a mesma facilidade em que se arquivava os processos de extermínio nas décadas de 70 e 80.

2 – Neoliberalismo, exclusão – breve contextualização

O ideário neoliberal se firmou num mundo cada vez mais sem fronteiras, apresentando-se como única alternativa viável (seja no âmbito político, econômico, social, ideológico e mesmo em termos de uma nova ética) à crise do capital vivida nas últimas décadas.

Apostando no mercado como única força de regulação do social, essa nova ordem dissemina por toda a sociedade sua lógica mercantil, onde tudo e todos têm um preço, transformados em mercadorias prontas ao consumo. Nessa nova ordem *tudo que é* (ou não)

³ Esse texto é fruto da dissertação de mestrado de mesmo título, na qual foram analisadas decisões judiciais de 1ª e 2ª instância, bem como as denúncias promovidas pelo Ministério Público no Pontal do Paranapanema. Analisamos os processos em que o MST foi tipificado em formação de quadrilha, tendo sido abrangido o período entre 1992 a 2002.

sólido, não se desmancha, e sim, se compra, mesmo no ar. A regra geral é competir, num jogo permanente, onde “vale-tudo”, pois o importante é “vencer ou vencer”.

Os indicadores econômicos nos dão a dimensão da exploração humana que o capitalismo neoliberal vem sedimentando. Os índices apontam para um processo selvagem de concentração de renda.

Para o historiador Hobsbawm, esse engessamento do papel do Estado, promovido pela ideologia neoliberal, representa “*a tragédia histórica das Décadas de Crise*”, pois “*a produção agora dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos para eles*”, tal quadro se agrava se tivermos em mente que

esse processo foi acelerado pela competição global, pelo aperto financeiro dos governos, que – direta ou indiretamente – eram os maiores empregadores individuais, e não menos, após 1980, pela predominante teologia de livre mercado que pressionava em favor da transferência de emprego para formas empresariais de maximização e lucros, sobretudo para empresas privadas que, por definição, não pensavam em outro interesse além do seu próprio pecuniário⁵

A deterioração dos serviços prestados pelo Estado, como saúde, habitação, educação; o crescente número de desempregados; a redução de postos de trabalho; a massa de excluídos sociais: os sem-teto, os sem-emprego, resumindo, os sem-nada que se avolumam nas praças, nos viadutos dos grandes centros urbanos

Em 1870, os 20% mais ricos do mundo possuíam renda 7 vezes superior à dos 20% mais pobres. Em 1960, a diferença aumentou de 30 para 1. Em 1990 dobrou de 60 para 1. E em 1994, atingiu de 74 para 1. Isso significa que, para cada 1 dólar produzido pelos 20% mais pobres, os 20% mais ricos geram US\$ 74! Basta dizer que a fortuna dos três mais ricos do mundo – Bill Gates, Warren Buffett e Paul Allen – supera a soma do PIB de 41 países subdesenvolvidos (incluindo o Brasil) e de seus 600 milhões de habitantes! Em 1998, a fortuna das 200 pessoas mais ricas do mundo somava US\$ 1,042 trilhão – mais que o PIB do Brasil e equivalente à renda de 41% da população do planeta (2 bilhões e 460 milhões de pessoas) ⁶

No Brasil, tais dados não são diferentes e demonstram um paulatino processo de concentração de renda. Em 1999, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresentou seu relatório na qual registrava que

os 20% mais pobres – cerca de 32 milhões de brasileiros – dividem entre si 2,5% da renda nacional (...). Já os 20% mais ricos abocanham 63,4% da renda nacional

⁴ VERANI, Sérgio. Assassinatos em nome da lei. Uma prática ideológica do Direito Penal. Rio de Janeiro: Aldebarã, 1996.

⁵ HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 404.

⁶ Dados obtidos no texto de BETTO, Frei, A avareza. Em: SADER, Emir (org.). **Sete pecados do capital**. Rio de Janeiro, Record, 1999, p. 18/19.

(...) Nossa elite é 32 vezes mais rica que aqueles que se encontram no andar térreo da escala social. 7.

No final de 2003, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lançou seu relatório: *Estatísticas do século XX*, no qual relata que a diferença entre o ganho dos mais ricos e os mais pobres em 2001 era de 47 vezes.

Revela ainda que o índice GINI ⁸ em 1960 era de 0,5, tendo subido a cada década: em 1970 o índice era de 0,56; em 1980 o índice foi para 0,59 e na década de 1990, o índice registra 0,63 ⁹. Não sem razão o Brasil irá figurar na lista dos campeões em desigualdade social.

O alto grau de desigualdade social, em especial a partir da década de 1990, produto direto da adoção de políticas de gestão neoliberal, pode ser expressa com extrema clareza nas palavras do Secretário de Trabalho da Inglaterra, Robert Reich, ao analisar os índices de desigualdade em seu país, em discurso para o Conselho de Liderança Democrática, em 22 de Novembro de 1994, mas que revela uma situação cada vez mais global, na qual estaríamos caminhando “*para nos tornar uma sociedade de duas camadas, composta de uns poucos vencedores e um grande grupo deixado para trás*” ¹⁰.

Como nos alerta Boaventura de Souza Santos, tal modelo é o mais voraz, pois é o mais refratário a qualquer intervenção democrática (...) Os mercados financeiros são uma das zonas selvagens do sistema mundial, talvez a mais selvagem. A discricionariedade no exercício do poder financeiro é total e as conseqüências para os que são vítimas dele – por vezes, povos inteiros – podem ser arrasadoras ¹¹.

Esse quadro de exclusão social, onde o espaço público é marcado por relações desiguais, de valores individualistas exacerbados, pelo rompimento dos laços de solidariedade, acaba por gerar “*um comportamento cotidiano que envolve a desconsideração do outro. Esse padrão de mentalidade e de ação que apodrece o espaço público e solapa a democracia pode ser chamado de 'cognição bandida'*” ¹².

⁷ BETTO, Frei, A avareza. Em: SADER, Emir (org.). **Sete pecados do capital**. Rio de Janeiro, Record, 1999, p.18.

⁸ Índice Gini foi criado para medir o grau de desigualdades existente nos países. Sua escala vai de 0 (zero) a 1,0 (hum). Quanto mais próximo for o índice apurado do zero, menor o grau de concentração de renda.

⁹ Fonte: IBGE, publicado no jornal O Globo, 30 de setembro de 2003, caderno economia, p. 19.

¹⁰ Ver SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro, Record, 2003, p.62/63.

¹¹ SANTOS, Boaventura de S. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In SANTOS et alii. A Crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI. RJ/ Contraponto – CORECON.

¹² “*Por cognição bandida pode-se entender a afinidade entre a prática ética cotidiana e a erosão de padrões institucionais de legalidade democrática, ou seja, um universo de representações e ações desprovidas do sentido*

Este terreno apresenta-se “fértil” no agravamento das contradições, não somente entre países ricos e pobres, mas também nos cenários nacionais. O acirramento da luta de classes, em termos nacionais, produz como resposta da elite política-econômica discursos sobre o aumento da violência e, portanto, a necessidade de se promover o endurecimento das políticas de segurança. Para os excluídos não há Estado Democrático de Direito e sim políticas de “Lei e Ordem”.

Nessa lógica, movimentos como os que lutam pelo acesso à terra (como o MST, CPT, MSLT), pela reforma urbana (como o MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e pelo acesso ao trabalho e gestão democrática do espaço público (como o Movimento Unido dos Camelôs) são vistos como perigosos, sendo portanto criminalizados.

3 - Estado Penal e penalização da pobreza

Como já dito, na ordem neoliberal, o mercado dita as regras e rompe ferozmente as fronteiras do Estado-Nação. Nessa lógica, trata-se de romper com a rigidez, como nos alerta Bauman, significa dizer “*soltar o freio: da desregulamentação, da liberalização, da flexibilização, da fluidez crescente, do descontrole dos mercados financeiro, imobiliário e de trabalho, tornando mais leve o peso dos impostos*”¹³.

O preço para se ser “leve” e “líquido” é a fragilização do Estado-Nação, tornando o planeta, imagem criada por Cerqueira. Filho, numa “*espécie de super-mercado*”¹⁴. Assim, com a redução do espaço-tempo, através das redes virtuais, aguçam-se os desejos, com uma multiplicidade de mercadorias postas nas prateleiras. Nunca o mercado foi tão farto, e, por isso mesmo, “*imprimem uma certa banalização à mercadoria*”.

Tal qual a esfinge grega que a todos devora por não decifrá-la, a sociedade de mercado vem devorando multidões humanas, os outsiders, os *consumidores falhos*, incapazes de decifrar (logo, usufruir/consumir) suas regras (suas ofertas), restando a eles, “*as políticas da lei e ordem*”: “*a preocupação dos nossos dias com a pureza do deleite pós-moderno expressa-se na tendência cada vez mais acentuada a incriminar seus problemas socialmente*” (BATISTA, 1999, p. 135)¹⁵.

de reconhecimento da existência e do direito de interpelação do outro como fonte de convivência social” in FRIDMAN, L. C. Cognição Bandida. Proposta, Rio de Janeiro, FASE, Dez./Fev. de 2001/02, nº 91, p. 41.

¹³ BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., p. 11.

¹⁴ CERQUEIRA FILHO, Gisálio: *Édipo e excesso. Reflexões sobre lei e política*. Porto Alegre: Fabris ed. 2002.

¹⁵ BATISTA, Vera M. Medo, genocídio e o lugar da ciência in Discursos Sediciosos, crime, direito e sociedade, ano 4, nº 7 e 8, RJ, Freitas Bastos/ICC, 1999, pág. 135-142.

É nesse sentido que aponta Loïc Wacquant ao demonstrar como a redução do Estado de bem estar social, promovida pelas políticas neoliberais, foram acompanhadas pelo crescimento do Estado penal e policial ¹⁶.

O crescimento do sentimento de insegurança, que se potencializou com a redução das políticas de proteção social, com o rebaixamento salarial e com o aumento das taxas de desemprego, gerou um terreno propício para as políticas de criminalização da miséria, com o conseqüente encarceramento dos miseráveis.

Essa é a hipótese central do autor, para quem *“uma gestão penal carcerária da pobreza é mais provável e pronunciado quando a política econômica e social é fortemente inspirada nas teorias neoliberais e o Estado do bem estar em questão é, desde o princípio, pouco desenvolvido”* (Wacquant, 2002a, p. 9) ¹⁷.

Incapaz de dar respostas no plano econômico-social, o Estado-Nação se apresenta como um Leviatã no quesito segurança,

“desenha-se a figura de um novo tipo de formação política, espécie de ‘Estado-centauro’, dotado de uma cabeça liberal que aplica a doutrina do ‘laissez-faire, laissez-passer’ em relação às causas das desigualdades sociais, e de um corpo autoritário que se revela brutalmente paternalista e punitivo quando se trata de assumir as conseqüências dessas desigualdades” (Wacquant, 2002b, p. 11).

Wacquant apresenta dados numéricos demonstrando o aumento das taxas de encarceramento em toda a Europa. Tal crescimento expressa uma ampliação de categorias criminalizadas sempre em nome da manutenção da ordem pública – o projeto zona sul legal criado pelo atual executivo estadual reproduz com perfeição tal lógica ao retirar da visibilidade dos centros urbanos, os sem tetos, os meninos de rua, camelôs ¹⁸.

O Estado penal se sustenta num processo crescente de criminalização e controle social das camadas excluídas. Tornando a situação dos sem emprego mais frágil, pois esse setor é colocado como integrando o conjunto denominado de *classes perigosas*: os vadios ¹⁹.

¹⁶ WACQUANT, Loïc. A tentação penal na Europa *in* Discursos, Sediciosos, crime, direito e sociedade, ano 7, nº 11, RJ: Editora Revan/ICC, 2002.

¹⁷ Wacquant ao analisar a União Européia coloca que um dos pontos centrais para a criação da U.E, além das políticas de ajuste fiscal com a redução dos déficits fiscais, foi um endurecimento no sistema prisional nos países tidos como mais flexíveis em termos de sistema penal, como os Países Baixos.

¹⁸ “A direita americana se lança, então, a um vasto projeto de rearmamento intelectual, criando celeiros de idéias (...) contra o Estado Providência (...) a fim de legitimar a política de tolerância zero. (...) Esta política permite efetuar uma limpeza de classe no espaço público, afastando os pobres ameaçadores à ordem (ou percebidos como tais) das ruas, dos parques, dos trens, etc. Para aplicá-la, o Chefe de Polícia transformou sua administração em verdadeira empresa de segurança com a contratação de 12.000 agentes a mais, atingindo um total de 48.000 empregados, cifra esta que vale comparar com a dos 13.000 empregados dos serviços sociais da cidade depois do corte de 30%”. Entrevista de Lóic Wacquant ao Le Monde em 29 de Novembro de 1999. Traduzida pela Mais Humana - Nº 2 - ABRIL/MAIO 2001.

¹⁹ Como exemplo dessa razão segregacionista, Wacquant cita uma matéria do Jornal The Guardian: “*Em um artigo brutalmente intitulado ‘impedir os pobres de viver nas nossas costas’, Madeleine Bunting, repórter do*

A proliferação do temor da desordem e do caos justificam as estratégias de exclusão e controle social sobre as *classes perigosas* (pobres, desempregados, toxicômanos, moradores de rua, camelôs...). Assim, o genocídio se manifesta no aniquilamento dessas *classes perigosas*, impondo-lhes uma invisibilidade profundamente perversa, quando se tem dimensão de que as chamadas *classes perigosas* a cada dia crescem abandonadas nas marquises dos grandes centros urbanos.

Para Cerqueira Filho, a marca dessa nova ordem de globalização neoliberal é a de vivermos sob o domínio de um “*individualismo fóbico*”, que se traduz não só na ausência de “*solidariedade social, mas um estranhamento da ordem da fobia com relação ao outro, ao diferente (...) na prática política acentuando-se uma cultura cínica mas também narcísica e auto-centrada*” (2002, p.32).

Essa exacerbação individualista, onde o indivíduo se auto-referencia, apresenta no plano da normatividade, o que Cerqueira Filho chama de *self-service* normativo. As fontes de produção de normas se multiplicam, em especial no que se refere às normas internacionais de comércio, gerando uma verdadeira concorrência normativa no interior do Estado-Nação.

Essa multiplicidade de normas não se traduz numa ampliação de direitos e da ordem democrática. Ao contrário, pois os valores que transitam na definição da norma a ser utilizada não são os da “*equanimidade, distributividade, extensibilidade e igualdade*”.

Não se trata de se negar a possibilidade de reconhecimentos de direitos pelo poder Judiciário. Apenas alertamos para o fato de que organizações como o MST e o Movimento de trabalhadores ambulantes, que possuem um pauta de reivindicação marcadamente de classe, tenderão a ser criminalizadas, sob a lógica desse Estado Penal.

Afinal, como nos alerta Murilo de Carvalho, no

Brasil, quando autoridades e editoriais da grande imprensa começam a acusar de baderneiros movimentos políticos de oposição, é preciso botar as barbas de molho. Faça democracia ou ditadura, essa é a senha de que o sistema está chegando ao limite de sua capacidade de absorver participação e que tempos difíceis aguardam os democratas. Aumentam as razões de preocupação se, além do xingamento de baderneiro, revive-se a Lei de segurança Nacional, proíbem-se os opositores de falar em TV estatal, raspa-se a cabeça de presos, viola-se pela força o direito de ir e vir, fala-se em reestruturar o serviço de inteligência da segurança pública federal, em criar uma Guarda Nacional, em usar o Exército como polícia. O pacto de poder selado pela Constituição de 1988 pode estar fazendo água 20

Guardian, faz um retrato lisonjeiro de Charles Murray (...) para quem ‘o Estado Providência deve ser arquivado a fim de salvar a sociedade da underclass’ que já semeia ruína social e desolação moral nas cidades inglesas depois de ter devastado os bairros segregados das metrópoles americanas” (WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 41).

²⁰ CARVALHO, José M. O ovo da serpente, *Folha de São Paulo*, caderno MAIS, 11/06/2000, p. 10.

4 – Criminalização dos Movimentos sociais

Torna-se fundamental para compreendermos esse processo crescente de criminalização e, conseqüentemente, penalização da miséria²¹, analisar o papel que o Poder Judiciário vem desempenhando na sustentação dessa hegemonia conservadora, reforçada pelo recrudescimento dos discursos da lei e da ordem como forma de contenção das massas empobrecidas.

O crescimento do sentimento de insegurança, que se potencializou com a redução das políticas de proteção social, com o rebaixamento salarial e com o aumento das taxas de desemprego, gerou um terreno propício para as políticas de criminalização da miséria, com o conseqüente encarceramento dos miseráveis.

Razão pela qual Loïc Wacquant irá apontar para uma conexão entre as políticas neoliberais e a ampliação das políticas de segurança, tendo em vista que *“uma gestão penal carcerária da pobreza é mais provável e pronunciado quando a política econômica e social, é fortemente inspirada nas teorias neoliberais e o Estado do bem estar em questão é, desde o princípio, pouco desenvolvido”*²².

O medo e a insegurança que invade corações e mentes se tornam categorias justificadoras de políticas de segurança mais ofensivas e legitimam as práticas policiais/penais. A proliferação do sentimento de medo, que vê o outro como um eterno inimigo a ser combatido, será potencializada por uma mídia constante, responsável pela reprodução de práticas/discursos de exclusão.

Vera Malaguti tem sido uma importante autora nas análises sobre o papel do medo, explorado por uma mídia sempre pronta a amortecer nossos sentidos, nas políticas de endurecimento do sistema penal.

Para ela, é o medo,

“o medo do inimigo interno (leprosos, bruxas) e externo (muçulmanos, judeus)”
que alimenta as políticas persecutórias. Assim, *“a necessidade de ordem fez com que a*

²¹ Entendemos aqui criminalização como a imputação num tipo previsto no código penal, já o processo de penalização expressa-se numa série de criações estereotipadas acerca do indivíduo ou grupo social, produzindo uma imagem de periculosidade, que vulnerabiliza tais grupos, gestando dessa forma um terreno propício para sua criminalização. Para Zaffaroni, temos dois níveis de criminalização. *Criminalização primária*, que é “o ato e o efeito de sancionar uma lei penal material que incrimina ou permite a punição de certas pessoas” e a *criminalização secundária* que é “a ação punitiva sobre pessoas concretas”. Dentre os mecanismos adotados na *criminalização secundária* se encontraria a ação seletiva pelos meios de comunicação, das agências policiais, judiciário. Nesse sentido, o conceito por nós adotado de penalização se insere no que Zaffaroni intitula criminalização secundária, apenas para efeito de redação adotamos o termo penalização. ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. **Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria geral do direito penal**. Rio de Janeiro, Revan, 2003, p. 43.

²² WACQUANT, L. A tentação penal na Europa. **Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade**, RJ, ano 7, nº 11, 2002, p. 9.

*modernidade européia dessacralizasse a loucura, instituindo a partir do século XIV também o medo dos pobres (numa conjuntura de desemprego, monopólio da terra, etc..)”*²³.

Como nos alerta Malaguti, a difusão do medo e do caos vem atuando como mecanismo de produção de um controle social sobre as massas empobrecidas, reforçando, assim, a hegemonia conservadora²⁴.

A defesa da ordem e da lei, sempre em nome de toda a sociedade, e, portanto, da nação, serve de justificativa para desvios da própria ordem legal, quando se trata de criminalizar os inimigos internos. A mídia, nesse sentido, vem exercendo um papel exemplar na manutenção do *status quo*.

A mídia vem se revelando bastante eficiente na construção de um imaginário de caos quando se trata de trabalhadores ambulantes. As imagens de guerra urbana produzidas pela imprensa acabam por legitimar as ações de repressão violenta por parte dos guardas municipais. Cresce o número de camelôs presos, são inúmeros os relatos de espancamento e tortura efetuados pela guarda municipal.

No entanto, a imprensa silencia. Trata-se de reforçar o estereótipo de que trabalhadores ambulantes são “*fachada do crime organizado*”, o que por si só justifica as práticas de barbarização no processo de repressão.

Se ainda não há uma sedimentação dos discursos jurídicos com relação aos camelôs, o mesmo não se pode dizer do MST. Ao romper com a construção de uma cidadania regulada²⁵, reconstruindo sua agenda de direitos em conflito com o Estado, o MST torna-se um inimigo a ser vencido.

A imagem de uma organização desordeira, torna-se justificadora de medidas mais duras sobre o movimento²⁶.

²³ BATISTA, Vera M. Medo, genocídio e o lugar da ciência. Em: **Discursos Sediciosos, crime, direito e sociedade**. Rio de Janeiro, Editora Freitas Bastos/ICC, ano 4, nº 7 e 8, 1999, p. 135.

²⁴ BATISTA, Vera Malaguti S. W. **O medo na Cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Tese de doutorado da autora pelo programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2003.

²⁵ “*Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas as raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei*”. SANTOS, W.G. Cidadania e Justiça. RJ, Campus, 1979, p. 75, grifos no original.

²⁶ “*Fazendo análise detalhada, sensata e realista a propósito do movimento que se intitulou dos `sem-terra`, o magistrado pôs em destaque o inequívoco estado de anarquia gerado por um grupo que, se fazendo senhor das leis, dono da verdade e legítimo executor do direito que, sem admitir contestações, dizem ser o ideal, passou, num gesto até de atrevimento e de ousada afronta ao direito de propriedade, que a Constituição, cujo respeito ele tanto reclama, a invadir terras, destruir construções, abater animais, num procedimento inequivocamente anárquico e que, certamente, cumpre reprimir e obstar.*”

É em nome da ordem pública, da paz social, enfim, da manutenção do Estado Democrático e de Direito que se torna necessário impor políticas persecutórias ao MST, como as decisões que decretam as prisões preventivas:

Lembrando-se que ordem pública não é simplesmente a ausência de cometimento de ilícitos penais; seu conceito é mais abrangente. A ordem pública aqui é considerada como a normalidade da convivência social, é o respeito do cidadão à autoridade. Tem o conceito de ordem pública a finalidade de acautelar não só o meio social mas também a própria credibilidade da justiça. (Proc. nº 229/2002 – Comarca de Teodoro Sampaio – Vara Única – seção criminal)

De fato, a criminalização do MST revela-se plena quando se analisa as denúncias promovidas pelo Ministério Público, isto porque, conquanto não haver responsabilidade penal objetiva, o *parquet*, como forma de concretizar a conduta delituosa acaba por valorizar o vínculo do denunciado com o movimento:

Narram os autos que os denunciados e os demais elementos não identificados, fazem parte de um movimento intitulado MST (...). Os denunciados tem se destacados dos demais integrantes devido a liderança que ostentam no grupo, sempre divulgados pela imprensa como os mentores intelectuais, posto que conseguem fomentar a massa hipossuficiente vinculada ao movimento, fazendo todos agirem de maneira uniforme, ao mesmo tempo, buscando sempre o mesmo fim, de acordo com as ordens da liderança, ludibriados por um pretexto legítimo que é a luta pela reforma agrária e consequentemente solucionarem um problema social. (...)É certo, ainda, que por expressa deliberação da liderança, ora denunciados, todo o grupo também se une para descumprir ordens judiciais de reintegração de posse, fazendo sempre o Estado recuar (um absurdo) para se evitar um confronto armado. (Proc. nº 275/00 – Promotoria de Justiça da Comarca de Teodoro Sampaio).

As imagens estereotipadas estão presentes em diversos momentos e criam um território propício à penalização do MST, ao mesmo tempo em que revelam toda a face ideológica do Poder Judiciário, desestimulando a resistência coletiva organizada e manifestações populares, como estratégias na definição de políticas públicas. Na mesma denúncia acima mencionada, o *parquet* expõe de forma cristalina o horror que lhe causa o MST ao afirmar que:

A liderança do movimento conhece os riscos que submetem os integrantes humildes, inclusive mulheres e crianças, fazendo que sirvam de escudos durante as invasões, muitas vezes, na busca de uma vítima para servir de bandeira do movimento, já que o conceito do MST tem recebido inúmeras críticas pela imprensa nos últimos anos.

(2ª Câ. Crim do TJSP, acórdão unân. Habeas Corpus nº 386.660-3/9, Desem. Rel. Cangaçu de Almeida – grifo nosso).

Trata-se aqui de uma construção ideológica profundamente perversa, pois a reprodução desse imaginário amplia-se com o apoio dos órgãos de imprensa, cujo objetivo é criar um contraponto negativo, onde se “demonizam” os trabalhadores que de forma organizada lutam por seus direitos, no caso, o acesso à terra, e se enaltecem os que pacificamente esperam pelas “portei­ras abertas”²⁷.

Essa onda de penalização, em especial da pobreza organizada, encontrará endosso em setores amplos da sociedade, que potencializará a manutenção de um processo crescente de repressão violenta a pobreza. A formação autoritária que percorre vários segmentos da sociedade irá contribuir para uma penalização da pobreza quando esta se organiza e passa a reivindicar direitos em espaços antes não freqüentados por esses setores.

Um exemplo dessa manifestação penalizadora é a observação do antropólogo Rubem César Fernandes, noticiada pela Folha de São Paulo, da ONG Viva Rio, a respeito do movimento de organização das favelas, muito desses movimentos ocorridos em 2000, que efetuaram uma série de ocupações reivindicatórias nos espaços públicos, sob o slogan de que *a favela vai descer o morro*:

Dois especialistas ouvidos pela Folha concordaram em apontar o risco de um aumento do confronto entre a polícia e os moradores de favelas do Rio. O antropólogo Rubem César Fernandes, do Viva Rio – que a FLP (Frente de Luta Popular) chama de “Viva Rico” –, diz que os sinais oferecidos até agora são ‘perigosos’. **‘É claro que as favelas têm o direito de se organizar, mas espero que seja de forma pacífica. Ou a repressão vai aumentar, como aumentou esta semana’**, afirma.²⁸.

Ao se organizarem e reivindicarem serão então os “culpados” pela repressão violenta, pelos seus próprios extermínios. Sob essa ótica, a pobreza, ao romper com a domesticação dos corpos de que nos fala Michel Foucault, ao romper com a disciplina que *“fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’”*, cuja função é garantir um aumento das

²⁷ “As portei­ras estão abertas” foi uma campanha nacional veiculada pela televisão no segundo mandato do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, que objetivava criar uma imagem de que o MST era um movimento marcado pela intolerância para o MST, pois a não havia necessidade de se “invadir” terras, visto que a reforma agrária estava sendo feita.

Uma recente pesquisa, realizada durante dois anos por 83 pesquisadores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, traça um panorama dos assentamentos rurais no Brasil. A pesquisa realizou um estudo entre os períodos de 1985 e 1997. Uma das conclusões apontadas pelos pesquisadores está no fato de que “96% dos assentamentos pesquisados tiveram como origem movimentos de resistência ou ocupação de áreas. Ou seja, foram feitos na marra, sem esperar pela boa vontade do poder público, empunhando bandeiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra (MST), do Movimento Luta pela Terra (MLT), além de organizações sindicais e regionais, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra. ‘Isso quer dizer que os movimentos atuaram como *deuses ex-machina* alternativos, como inversões do Estado planejador’, escrevem os autores”. Revista Carta Capital, ano X, nº 288, 2004, p. 23/24.

²⁸ Trecho extraído da revista **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, ano 7, nº12, 2002, p.270.

“forças do corpo (em termos econômicos de utilidade)” e, paralelamente, reduzir “essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”²⁹, será mais brutalmente penalizada e combatida.

Assim, os trabalhadores rurais que se organizam e efetuam ocupações coletivas serão facilmente criminalizados e possibilitarão as justificativas de prisão preventiva sob o argumento de antecedentes criminais, comprovados através do rol de ocupações coletivas ou, como narra o acórdão a seguir, que os acusados “fazem da prática delituosa (...) um meio de vida”:

(...) Ao contrário do alegado, o despacho de fls. 388 está bem fundamentado e **aponta o envolvimento dos pacientes com várias condutas semelhantes às aquelas constantes dos autos**. Além do mais, **os antecedentes** indicados a fls. 430/455, demonstram que os pacientes fazem da prática delituosa, em especial às aquelas **contra o patrimônio alheio, um meio de vida**, o que deve ser obstado com a segregação social, tudo a garantir a ordem e a paz públicas, constantemente ameaçadas. (Acórdão da *Habeas Corpus* nº 430.714/8 – 15ª Câm. Criminal do TJ/SP).

A rebeldia dos integrantes do MST em se recusar a aceitar passivamente que algum dia haja a reforma agrária servirá de elemento para uma contra-ofensiva por parte do Estado, do Judiciário, dos órgãos de segurança, da mídia sempre pronta a reproduzir discursos intolerantes ao movimento, gerando um horror ao MST, cuja raiz se encontra no fato de que, como nos diz Marilena Chauí, o “*Movimento dos sem-terra que se recusam a ocupar o lugar da vítima sofredora, passiva, muda e inerte, que recusam a compaixão e por isso mesmo, numa típica inversão ideológica, são considerados não sujeitos éticos e sim agentes da violência*”³⁰.

5 – Conclusão

Acreditamos que as análises realizadas das ações criminais em face dos integrantes do movimento do Pontal do Paranapanema apontam para uma reorientação no processo de criminalização efetuado pelo Judiciário. A tipificação em crime de formação de quadrilha permite que se retire da visibilidade o conflito fundiário, a noção de função social da propriedade, para transformar-se num conflito entre crime organizado X Estado.

²⁹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir. Nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987, p. 119.

³⁰ CHAUI, M. Ética e violência. **Revista Teoria e Debate**, nº 39, out/nov/dez de 1998, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, p. 35.

Essa reorientação se efetivou com a sedimentação de uma série de estereótipos veiculados, via mídia, gestando um terreno de demonização do MST, como um movimento de desordeiros, baderneiros, enfim, uma ameaça ao Estado Democrático de Direito.

Essa criminalização vivenciada pelo MST, se insere num processo mais amplo de criminalização da miséria. Com Wacquant vimos que o capitalismo neoliberal, ao promover a redução da ação estatal em termos de políticas sociais, requererá, em especial pelo progressivo aumento da miséria, uma ampliação da ação estatal em termos de políticas de segurança – é o *Estado Penal*.

Assim, uma das características desse *Estado Penal* é uma intolerância com relação ao pequeno delito, à mínima transgressão. Nesse sentido, esse *Estado Penitenciário*, como nos lembra Wacquant, necessitará ampliar o rol de categorias entendidas como perigosas. Trata-se agora de exercer uma pressão máxima (o outro lado da lógica da tolerância zero) sobre os *refugos humanos*, esses *consumidores falhos* de que nos fala Bauman.

Nesse ponto a criminologia vem sendo o instrumental científico, legitimador, das práticas de controle sobre as classes subalternas. De fato, o papel que a criminologia vem desempenhando, como um discurso técnico-científico, portanto verdadeiro, no controle social, na estigmatização (*seletividade*) dos setores dos extratos mais baixos da sociedade não chega a ser novidade em termos de pesquisa acadêmica.

Diversos autores apontam nesse sentido: Alessandro Baratta, Vera Malaguti, Gizlene Neder, Zaffaroni, Nilo Batista, entre outros. Autores que analisaram a co-relação entre mercado de trabalho, sistema penal e controle social. Acreditamos então o que há de novo nesse processo *seletivo, violento*, que se encontra por trás dos discursos que apontam para o endurecimento penal como alternativa de combate ao caos que se instalou em nossas cidades, seja justamente o cenário em que vêm se desenvolvendo os atuais discursos de lei e ordem. Assim, o capitalismo neoliberal veio acompanhado por uma série de transformações, que potencializaram valores marcados por uma banalização da vida, onde o outro, os *refugos humanos*, não é visto mais como um semelhante.

Tornou-se um bárbaro e como tal pode ser eliminado, ou um *quase humano* como narra Galeano através da fala de um gerente de empresa de transporte mexicana ao declarar para imprensa sobre os meninos de rua que surfavam em cima do ônibus: “*Não desejamos que os meninos morram, pois de algum modo são humanos*”³¹. Hobsbawm, ao analisar a perspectiva futura do socialismo, credita toda a potência desse movimento ao fato de que continua tão necessário quanto antes, (...). A sua defesa assenta-se no fato de que o

capitalismo ainda cria contradições e problemas que não consegue resolver e que gera tanto a desigualdade (que pode ser atenuada através de reformas moderadas) como desumanidade (que não pode ser atenuada)³².

Assim, entendemos que o grau de barbarização da vida que o capitalismo neoliberal vem produzindo, revela a verdadeira face do capitalismo, sem nenhum atenuante. O capitalismo neoliberal é o capitalismo sem maquiagem, é o *mundo ao avesso*, um mundo do *mal-estar social*, como nos lembra o escritor Eduardo Galeano.

Por isso mesmo, o capitalismo neoliberal amplia seus braços penais, na mesma proporção em que promove a exclusão de enormes contingentes humanos através do desemprego, da precarização do trabalho, da lógica competitiva que envolve o mercado, em que transforma cada vez mais seres humanos em “mercadorias descartáveis”.

Essa é marca do atual cenário, na qual o outro é *quase humano* ou *não humano*. Esse olhar desumanizador do outro, essa indiferença com relação à vida humana é a principal ferramenta para a legitimação dos discursos de endurecimento penal, que como vimos, no limite, adota o extermínio da massa empobrecida sem nenhum constrangimento, afinal trata-se de uma guerra contra os bárbaros.

Desvelar as construções ideológicas, os valores sedimentados, as idéias reificadas pelo neoliberalismo é ponto central para a superação desse processo de barbarização da vida. Pois nos fazem ter a dimensão concreta dos discursos de endurecimento penal.

As análises dos processos em face dos integrantes do MST nos demonstram a penetração que tais discursos de endurecimento penal alcançaram e o papel desempenhado pelo judiciário na construção dessa ordem.

As decisões apontam para uma demonização do MST, que justifica/legitima as práticas persecutórias adotadas pela mídia, polícia e judiciário aos integrantes do movimento. Revelam toda uma construção discursiva, que visa manter a idéia de neutralidade, imparcialidade do judiciário.

Essa construção se faz necessária, pois visa ‘camuflar’ o caráter ideológico das decisões, recolocando-as como uma necessidade devido à *desordem*, ao *caos* que as ocupações coletivas promovem. Decretar a prisão preventiva em face de integrantes do MST torna-se necessário para a manutenção da ordem legal e social, portanto, do Estado de Direito.

³¹ GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso**. Porto Alegre, L&PM, 1999, p. 15.

³² HOBBSBAWM, Eric. Renascendo das cinzas. In BLACKBURN, Robin (org). Depois da Queda, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. p. 268/70.

Entendemos que a criminalização ao MST expressa essa conjuntura global de fortalecimento do Estado Penal, que necessita impor freios, “cercas” aos que lhe são avessos, embora não tenhamos perdido de vista que há um agravante no que se refere ao MST, pois este *provoca* na raiz, um direito intocável, absoluto, na ótica burguesa: a propriedade.

Essa demonização, sofrida pelo MST, integra a lógica *seletiva* do sistema penal. As análises dos discursos dos operadores jurídicos nos permitem perquirir o papel que o judiciário vem desempenhando no exercício de controle das camadas empobrecidas da sociedade e como o direito vem sendo o instrumento pela qual essas *cercas* estão sendo sedimentadas. Roberto Lyra Filho, grande jurista do campo do direito alternativo, fundador da ‘Nova Escola Jurídica’, aponta para o direito como um processo em construção. Portanto, algo vivo e dinâmico, dado que é produto da própria relação humana. Tal interpretação choca-se com o conceito que vem sendo sedimento em nosso poder judiciário. Os discursos analisados demonstram que atravessa esse exercício de controle efetuado pelo Judiciário, um ‘engessamento’ do direito, uma construção ideológica de um direito formal, que expressa uma noção de ‘ordem social’, hierarquizada e ‘imutável’.

Assim, percebe-se na construção das falas do poder judiciário, nos processos analisados, um permanente movimento duplo: neutralidade/imparcialidade X ideologização via criminalização. Por isso mesmo nas falas detecta-se um embate com as correntes alternativas, pois estas buscam romper com o engessamento imposto pela lógica liberal-positivista. A lei, entendida como uma síntese do pacto social, portanto, uma expressão da vontade coletiva, será o instrumental estratégico, utilizado pelo judiciário como forma de se legitimar o processo de *disciplinamento* das classes subalternas, trata-se de domesticá-las.

Assim, a visível banalização da vida humana, marca dos novos tempos neoliberais, revela a banalização do próprio discurso penal. O caráter ‘profilático’, eminentemente ideológico do sistema penal, que encontra na fala, na prática cotidiana do Poder Judiciário sua legitimidade, visto se tratar de um exercício ‘neutro’, impõe para a efetivação da emancipação humana a sua superação.

Assim, quem sabe poderemos escrever uma nova história, onde a sociedade poderá adotar um direito não mais abstrato como forma de dominação/alienação, mas sim, um direito concreto, transformador, dialético, que expresse a relação humana em sua plenitude, onde o lema seja, como já nos propôs Marx, “*de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades*”³³.

³³ MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. Rio de Janeiro, Ciência e Paz, 1984, p. 13.

PROCESSO DE TRABALHO. TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS E DIREITOS SOCIAIS

A assistência familiar nos contratos dos soldados da borracha durante o
Governo Vargas.

Uma aproximação à discussão dos direitos dos trabalhadores.

María Verónica Secreto
Prof^a. CPDA/UFRRJ

A conjuntura

O desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial e os acordos assinados pelo Brasil em 1942 em Washington condicionaram a política externa, além da ocupação e exploração dos espaços internos. O controle japonês do abastecimento de borracha colocou aos aliados mais uma dificuldade: conseguir rapidamente um fornecedor de borracha sobretudo para a indústria bélica. O ingresso dos Estados Unidos na guerra tirou o Brasil da neutralidade, comprometendo-o a produzir “mais borracha em menos tempo”. Para isso, seria necessário mobilizar grande quantidade de trabalhadores de forma rápida para a região amazônica, o que não permitiria levar adiante o plano de colonização que o governo Vargas vinha apregoando nos últimos anos.

Péricles Melo Carvalho, diretor de seção do Departamento Nacional de Imigração dizia que, com a *Marcha para Oeste*, era a primeira vez que um governo no Brasil dirigia a conquista do interior do país. A *Marcha* e seu complemento de ocupação da região amazônica tinham como objetivo a colonização, a fixação da família sertaneja nos territórios interiores. Num discurso pronunciado em Belém, em 1933, Vargas afirmava que o desafio maior para a Amazônia era o de transformar a exploração nômade em sedentária, e para isso era necessário povoá-la, colonizá-la, fixar o homem à terra.¹

Em Manaus, em 1940, em outro discurso, que ficaria conhecido como “Discurso do Rio Amazonas”, Vargas disse aos amazonenses reunidos no Ideal Club daquela cidade que, sem demora, eles seriam *incorporados ao corpo da nação*, sendo

necessário adensar o povoamento, incrementar o rendimento agrícola, aparelhar os transportes. Até o momento, segundo Vargas, o caluniado clima amazônico tinha impedido que partissem contingentes humanos de outras regiões com excesso

¹ - Carvalho, “A concretização da ‘Marcha para o Oeste’”. *Cultura Política*, Ano 1, n. 8, Out. 1941.

demográfico. Somente o nordestino, com o seu “instinto de pioneiro”, teria se embrenhado pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre. Mas esta, segundo ele, tinha sido uma etapa que era desejável superar – embora dois anos depois se voltaria a aclamar por esse “pioneirismo”.²

O Discurso de Rio Amazonas era uma “carta de intenções” que não seria cumprida. A Segunda Guerra Mundial e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil “demandavam” extrativismo. No biênio 1942/43, se fazia urgente obter borracha para fornecer aos aliados.

A idéia de povoamento, de famílias sendo encaminhadas para a região amazônica, foi substituída pela de recrutamento de trabalhadores, homens sós, a serem trasladados em caráter de urgência para os seringais.

Em 1941, Péricles Melo Carvalho, diretor de seção do Departamento Nacional de Imigração, tinha dito:

“Quem examinar o panorama que nosso país oferece no momento ... vê, com pesar, que durante longos anos se processou no país o inverso do objetivo colonizador, na *marcha lenta e assustadora da população rural para as cidades litorâneas do leste*” (grifo nosso). Carvalho explicava esse movimento da população reconhecendo que os trabalhadores rurais estavam privados do “progresso dos operários das cidades do litoral”.

A legislação social, continuava ele, só poderia ter começado nos centros urbanos para avançar nas esferas rurais em um momento posterior. Por isto, no seu balanço da legislação social, considerava que esta foi “prejudicial” aos efeitos da Marcha para Oeste, concorrendo, pelo contrário, à drenagem de trabalhadores rurais para as cidades do litoral em busca da proteção de que gozavam os operários urbanos. Tudo isto teria contribuído, segundo Carvalho, para o desequilíbrio da balança entre o urbanismo e o ruralismo. Nas cidades, os trabalhadores desfrutavam de ensino gratuito, garantia de assistência policial e segurança da propriedade, cooperativismo político, econômico e sindical, assistência social com a proteção da família, das mulheres e menores, etc. Mas no presente, afirmava, o Brasil voltava-se para o interior, buscando conquistar-se.

Carvalho salientava a importância do Departamento Nacional de Imigração (DNI) na tarefa de encaminhar os trabalhadores rurais para lugares onde sua falta se fazia sentir “no seu respectivo habitat”. Com o movimento de internalização dos trabalhadores, buscava-se afastar as tensões sociais no campo. Carvalho lembrava que no ano anterior, 1940, O DNI tinha encaminhado 8.000 trabalhadores nordestinos para

² - Getúlio Vargas, “Discurso do Rio Amazonas”. In: *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José

os seringais do Alto Amazonas e do Território do Acre. Lembremos que isto aconteceu antes dos acordos de Washington, selados em 1942. Estes acordos, na conjuntura da Segunda Guerra, modificariam os planos. O programa original de “sedentarização” dos habitantes da região amazônica deu lugar ao já conhecido modelo de exploração extrativa tradicional e ao “nomadismo”. Apesar disso, quando do recrutamento dos soldados para a Amazônia, se criou a ilusão de que se tratava de um programa geral de colonização de um território “vazio” com garantias e proteção do Estado e não de providenciar mão-de-obra barata para a elite agrária amazônica.

O Serviço de Mobilização de Trabalhadores para Amazonas (S.E.M.T.A.)

Os milhares de trabalhadores nordestinos recrutados desde inícios de 1943 para trabalhar na região amazônica na extração da borracha assinaram um contrato de “encaminhamento”, no qual podiam optar – e a grande maioria optou – pela assistência que o S.E.M.T.A. (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia) oferecia para suas famílias que ficavam no Nordeste. Muitas mulheres e filhos desses trabalhadores permaneceram nos seus lugares de origem ou nas hospedarias improvisadas, esperando o momento para empreender, também elas, a viagem que as levaria ao encontro de seus maridos, ou aguardando o retorno destes ao termo de dois anos de ingresso no seringal.

Nas hospedarias chamadas de “núcleos”, longe dos maridos, entre pessoas estranhas e tendo que seguir normas e ordens antes desconhecidas, essas mulheres escreveram cartas angustiadas a seus esposos. Cartas pedindo desculpas pela fraqueza de se queixar; contando das injustiças contra elas cometidas; do desejo de ir ao encontro deles; das saudades sentidas por elas e pelos filhos. Cartas nas quais uma mulher podia assim se definir: “tua triste e sem sorte esposa”. Impregnadas de um certo estilo de folhetim:

“Meu querido Cursino Felicidades! Hoje as saudades cruxificam-me mais do que nunca e faço-te estas para ver se obtenho ao menos em sonho uma notícia tua. Já estou quase sem esperança de ti me dar as notícias porque sei que as dificuldades são muitas com esta já são duas cartas que ti escrevo para ver se tenho alívio mas nada. Por que? Já estou por ti esquecida?”³

Dizia Elcidia Galvão a seu marido.

Olympio, 1941.

³ - Arquivo Regina Frota, MAUC, Fotaleza.

Depois, em junho de 1944, quando foi suspenso o pagamento da assistência, sentiram-se novamente abandonadas e escreveram ao presidente da República, Getúlio Vargas, como último recurso, apelando por justiça.

Em 1942, foi criado o S.E.M.T.A., com sede na cidade de Fortaleza, dependente da Comissão da Mobilização Econômica, que seria substituído em setembro de 1943 pela C.A.E.T.A (Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia). O alinhamento do Brasil com os Estados Unidos e os acordos assinados com este país previam que a região amazônica proveria de borracha aos aliados, substituindo os estoques asiáticos, naquele momento indisponíveis. Nessa nova conjuntura de aliança, o povoamento e a fixação de famílias na bacia amazônica já não eram empreendimentos prioritários e, por isso, conforme já analisamos, recorreu-se ao tradicional recrutamento de trabalhadores nordestinos para serem conduzidos aos seringais. Tradicional nos dois pólos da imigração: na origem e no destino.

Na origem, apesar das novidades nos mecanismos de recrutamento – alojamento em hospedaria, assistência médica e social, serviço de propaganda, transporte gratuito e contrato –, também se usou dos agentes de recrutamento tradicional, já que a classe proprietária do Nordeste não abria mão tão facilmente daqueles trabalhadores/moradores que constituíam sua força política e econômica. Em todas as oportunidades que os proprietários no Nordeste havia aberto mão de “sua” força de trabalho, fizeram-no em condições-limite, quando já não podiam reter essa população no território, quase sempre nos complicados quadros de seca. Os agentes tradicionais sabiam, mais ou menos, como lidar com os coronéis. Tradicional também foi o “aproveitamento” que se fez da conjuntura de seca, quando em 1942 milhares de sertanejos rumaram para o litoral em busca de auxílio.

No destino, em lugar de famílias povoando e ocupando a região amazônica na qualidade de pequenos proprietários, como o discurso varguista vinha salientando, a urgência da demanda e as condições impostas pelo financiador do projeto – os Estados Unidos, por intermédio da *Rubber Development Corporation* – vieram reforçar uma velha prática. Assim, os seringalistas se beneficiaram de uma política nacional numa conjuntura internacional específica.

Ângela de Castro Gomes afirma que, desde a Primeira República, vinha-se abandonando o liberalismo, o que se evidenciava na política tarifária, de valorização do café e imigração. A novidade, a partir dos anos 1930, era a demanda por uma intervenção do Estado no mercado de trabalho. Mas, no caso dos trabalhadores rurais do

Nordeste, essa intervenção também tinha seus antecedentes. Não foi a primeira vez que o Estado intervinha para agenciar trabalhadores para outras oligarquias regionais.⁴

Como em muitos outros aspectos do Estado Novo, produziu-se uma cisão entre o escrito e a realidade concreta. A respeito da legislação trabalhista plasmadas na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), John French analisa a distância entre o real e o ideal. Este historiador afirma que, considerada no seu momento como uma das leis mais avançadas no mundo, quando se examina mais acuradamente o mundo do trabalho, vê-se que na prática ela era aplicada de forma muito irregular e insatisfatória. Havia desigualdades evidentes entre campo e cidade, entre regiões do país e, inclusive, entre setores e ocupações nas áreas urbanas.⁵ Os benefícios das “leis sociais” não eram para os trabalhadores do campo.

A peça fundamental: o contrato

As denúncias dos abusos cometidos durante o período áureo da borracha não permitiam encaminhar os trabalhadores em idênticas condições às do período anterior. Para minimizar os efeitos sociais desastrosos do novo surto produtivo, elaborou-se um contrato: o de *Encaminhamento*, que trazia anexadas as *cláusulas gerais* do contrato padrão de trabalho nos seringais. De acordo com a primeira parte do contrato, os órgãos do estado encarregados de encaminhar trabalhadores para a Amazônia se comprometiam a oferecer assistência médica aos trabalhadores, concentrá-los, transportá-los, vesti-los e alimentá-los até a sua colocação nos seringais. No item “assistência às famílias”, havia algumas diferenças entre os contratos do S.E.M.T.A. e os da C.A.E.T.A. Pelo primeiro, às famílias assistidas seriam creditados Cr\$ 2,00 por dia por dependente, não superando o montante de Cr\$ 8,00, qualquer que fosse o número de dependentes (cláusula quarta). À família do trabalhador que optasse pela assistência do S.E.M.T.A., mediante desconto dos vencimentos ou de quaisquer outros proventos obtidos pelo contratado, seria assegurada a continuação da assistência prevista durante toda a vigência do contrato do trabalhador no seringal. Para assegurar transparência, o valor dessa assistência seria escriturado mensalmente na caderneta a ser

⁴ - Angela de Castro Gomes, “A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro”. In: Lúcia Lippi de Oliveira, Mônica Pimenta Velloso e Angela de Castro Gomes. *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

⁵ - John French, *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros* (São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001), pp. 13-21.

emitida pelo empregador na forma da lei e dos regulamentos que vigiam. Essa assistência somente cessaria em caso de rescisão de contrato ou quando a família do trabalhador viesse a se unir a este no local de trabalho. Semelhante ao S.E.M.T.A., a C.A.E.T.A. comprometia-se a fornecer como assistência à família Cr\$ 2,00 por pessoa, até um total de Cr\$8,00 por trabalhador, desde a data da assinatura do contrato até a colocação nos seringais. Após a colocação do trabalhador no seringal, a assistência à família continuaria a ser prestada, sendo as importâncias correspondentes debitadas na caderneta do respectivo trabalhador, por ocasião da liquidação da safra, por intermédio do Banco da Borracha S. A.

De acordo com a segunda parte do contrato, o seringalista se obrigava a: entregar ao seringueiro as estradas arrendadas em condições que permitissem a sua exploração imediata; fornecer adiantamento em gêneros alimentícios, peças de roupa e medicamentos de uso comum, utensílios e ferramentas, necessários ao serviço e à extração de látex, inclusive arma e munição de caça. Esses fornecimentos, supostamente, não poderiam visar lucro e deveriam ser lançados na caderneta do seringueiro.

O seringueiro comprometia-se a trabalhar seis dias por semana, quer na época apropriada à extração do látex, quer no período de entressafra. Toda a borracha produzida deveria ser entregue ao seringalista. Da borracha produzida pelo seringueiro, seriam-lhe creditados no mínimo 60% sobre o preço oficial que vigorava nas praças de Manaus e Belém. O seringueiro também teria direito aos animais abatidos e poderia cultivar um hectare de terra, livre de qualquer ônus.

Um contrato “para inglês ver” ou, neste caso, para americano ver. Uma vez que o trabalhador ingressava no seringal, era impossível fiscalizar. Nelson Prado Alves Pinto considera as garantias do contrato impraticáveis nas condições peculiares da Amazônia. Como indicador da impraticabilidade da fiscalização, ele assinala: a) a precariedade das comunicações da região, deixando os trabalhadores em áreas que distavam dias ou semanas de viagem do

populacional mais próximo e; b) o fato de que um banco recém-criado, o Banco Nacional da Borracha, fosse encarregado de fiscalizar as relações de trabalho adotadas pelos seus clientes.⁶

⁶ - Nelson Prado Alves Pinto. *Política da Borracha no Brasil*. A falência da borracha vegetal. São Paulo: Hucitec, 1984, pp. 96- 97.

Maridos e esposas

O S.E.M.T.A. recrutava e encaminhava homens, somente homens. Porque, como mostramos, já não se tratava mais de um projeto de colonização, mas de uma campanha de exploração: “mais borracha em menos tempo”. Entretanto, essa preferência não implicou que todos os recrutados fossem solteiros e não tivessem família.

Os trabalhadores podiam assinar tipos de contrato que estabeleciam assistências diferenciadas para suas famílias. Os contratos de encaminhamento eram idênticos para todos os trabalhadores, o que mudava era o tipo de assistência familiar. Os dependentes do trabalhador, em sua maioria mulher e filhos, podiam permanecer em hospedagens administradas pelo S.E.M.T.A., comprar os alimentos nos barracões do S.E.M.T.A. a preços mais baixos que o de mercado ou poderiam receber a assistência somente até a chegada do trabalhador no seringal. Paulo de Assis Ribeiro, diretor do S.E.M.T.A., comunicava aos funcionários em São Luiz e Belém que os contratos dos trabalhadores cujas famílias eram assistidas levavam um carimbo indicando o tipo de assistência e o número de dependentes.

O folheto de propaganda “*Rumo à Amazônia*”, destinado a motivar trabalhadores para se apresentarem como voluntários para a batalha da borracha, depois de apelar ao patriotismo e às vantagens econômicas para o trabalhador, dizia, na sua décima página: “AMPARO À FAMÍLIA: A família deste homem – a sua esposa, os seus filhos?... Também não foram esquecidos. As pessoas de família, que dependem do trabalhador alistado no SEMTA, ficarão a salvo das necessidades, amparadas financeiramente com a quantia de Cr\$ 2,00 (dois cruzeiros) até Cr\$ 8,00 (oito cruzeiros), cada uma, ou cabendo-lhes, alojamento, alimentação – e, em todos os casos assistência médica, prática da religião católica, etc. À família do soldado da borracha não faltarão elementos para manter dignidade de vida...”⁷

O *Regulamento do S.E.M.T.A* dedicava-se no capítulo 2, seção III, à assistência social. Um grande número de mulheres e crianças, dependentes dos “soldados da borracha” que optaram pelo que era definido como assistência “nucleada”, ficaram na cidade de Fortaleza no núcleo Porangabussú, dirigido pela senhora Regina Frota, mulher de Jean Pierre Chabloz – o artista plástico contratado para realizar tudo o que implicasse propaganda e desenho gráfico.

⁷ - Arquivo Nacional. Fundo: Paulo Assis Ribeiro. Folheto Rumo à Amazônia.

Entre os materiais pertencentes ao *corpus* documental “Regina Frota” depositado no Museu de Arte da Universidade do Ceará (MAUC), encontramos um conjunto de cartas escritas pelos soldados e por suas esposas. As cartas dos maridos foram enviadas de diferentes pontos da Amazônia e chegaram ao destino – o núcleo – ou, mais precisamente, a Regina Frota, porque estavam endereçadas a ela, com quem esses esposos tinham conversado antes de partir e na qual confiavam, segundo se depreende da leitura das correspondências. As cartas das esposas, por sua vez, não chegaram ao destino. Pelo fato de encontrar-se entre os papéis do arquivo mencionado, é evidente que nunca saíram do núcleo. Mas porque não teriam saído? Na realidade, não é muito difícil de se imaginar. O tom das cartas dá um indício forte sobre os motivos de sua “retenção”. Somos propensos a pensar que não chegaram aos seus destinatários em razão de seu conteúdo. Mas também podemos salientar a dificuldade de se conseguir o endereço para enviá-las. Na ocasião de declarar ante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Borracha, em 1946, o diretor do S.E.M.T.A., Paulo de Assis Ribeiro, disse: “Devo ainda informar que dispúnhamos de uma secretária, encarregada da correspondência das famílias dos trabalhadores, que escreviam por dia, centenas de cartas. A dificuldade estava em saber para onde endereçá-las. Enquanto os trabalhadores estavam em viagem, até Belém, eram remetidas para os nosso pousos. Daí em diante não tínhamos endereço certo. Em Belém, conseguimos com a S.A.V.A., o endereço de algumas famílias e desse modo pudemos manter a correspondência entre o trabalhador e a família, até 1943.”⁸

Em 14 de maio de 1943, na hospedaria de Belém, José Rodrigues de Carvalho, um dos trabalhadores recrutados no Ceará, que tinha deixado sua família composta de seis pessoas no núcleo Porangabussú, escreveu diretamente à senhora Regina Frota. Escreveu porque um “fulano” na hospedaria tinha recebido carta da mulher dizendo que ela e as filhas estavam passando fome. Conforme escreveu, “Além de vossa mercê já ter feito muita fineza ... não acredito ... acho impossível” Depois de recomendar a família e pedir para que desmentisse os “dizeres” que chegaram em Belém, informa que fizeram boa viagem, consideraram ótimo o pousos em que estavam, tinham saldado o dinheiro e não lhes faltava nada.

⁸ - Depoimento de Paulo Assis Ribeiro ante a Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. *Diário da Assembléia*, em 24 de agosto de 1946.

Esta carta de José Rodrigues é o primeiro registro de que alguma coisa não estava se passando no como era o esperado e de que essas notícias viajavam com a correspondência das mulheres até seus maridos.

Há uma primeira carta muito significativa da saudosa Elcidia Galvão, de 20 de junho de 1943. Sua saudade é tão grande que a leva a escrever a seu Cursino frases como estas: “Hoje as saudades cruxificam-me mais do que nunca”; “Quantas noites, quantos dias o meu coração invadido de umas infindas saudades e muitas vezes derramam-se meus olhos lágrimas por esta tua ausencia [sic] por tão longos tempos”; “vivo neste núcleo de tristeza sem você”. Mas suas cartas não são somente de saudades, pois Elcidia se queixa amargamente das condições de vida no núcleo, onde “já botaram inquisição por causa do fumo”. Ela informa ao marido que advertira à “mulher do Doutor”, dona Ivete, e ao doutor também que preferia ser “enxotada” a deixar de fumar, já que fumar e chorar eram seus únicos confortos.

Seis dias depois, Joana Abreu escrevia a seu esposo Guilhermino, desejando-lhe que suas linhas o encontrassem gozando de saúde e felicidade. Já ela, dizia, passava seus dias horivelmente devido a problemas que tinham aparecido no núcleo. “A mulher do doutor Pinto tem implicado com o fumo, pois tu sabes que eu não passo sem o fumo. Quero que tu mandes dinheiro para eu comprar”.

Quase um mês depois, Maria Filisolina de Abreu escrevia a seu esposo, Abel, para comunicar-lhe a situação em que se encontrava no núcleo: “aqui – dirá – sou uma desprezada”. Segundo ela, todos os problemas começaram quando o dr. Pinto levou a mulher para o núcleo e esta “inventou umas leis que não podem ser criadas”; primeiro, quis proibir o fumo, mas como não obteve êxito, então decidiu cercar um dos barracos para as fumantes.

Estava se organizando outro núcleo para o qual as mulheres e crianças seriam trasladadas e, dizia-se em Porangabussú, que seria coordenado pela mulher do dr. Pinto. Maria Filisolina prognosticava ao marido que nesse dia, quando dona Ivete fosse diretora do Núcleo, começaria a “guerra civil”, porque as mulheres não aceitavam as leis dela, que era do Rio de Janeiro, porque elas eram do interior, conforme a carta. Filisolina o informa também de que o inconformismo não era de uma ou duas famílias, mas de muitas. Muitas “que combinam que a liberdade da escravidão foi acabada”. Mas por que essa relação com a escravidão? Não somente pela regras do “bom viver”, como não fumar; mas porque se dizia que no outro

as mulheres iriam trabalhar sem receber nenhuma remuneração. Joana tinha escrito para Guilhermino: “O cativo aqui está de não suportar. Vamos para o outro com mais sujeição que os presos, é para todo mundo trabalhar.”

Embora as cartas de Elcidia, Joana e Maria Filisolina não tivessem chegado ao destino, outras o conseguiram. Eram cartas que deveriam conter mais ou menos as mesmas queixas. Alfredo Mesquita de Oliveira, por exemplo, escreveu de Manaus, em 15 de julho, a dona Regina pedindo como favor que, quando fizessem trabalhar às mulheres, dessem serviços mais “maneiros” a sua esposa, Antonia Araújo, e que esta levasse as filhas sempre consigo. Alfredo pedia trabalhos “mais maneiros”, pois tinha tomado conhecimento de que no

elas iriam fazer tijolos, telhas e “trabalhar de enxada”, e a mulher dele não tinha costume de fazer esses trabalhos. Além disso, escreve ele, “quando eu fui fazer a *ficha de família* falamos em trabalhos maneiros como tem de fazer rendas e engomar bordados, criar galinhas e diversos maneiros.”

Em 13 de agosto, Manoel Souza Viana escrevia também a Regina Frota. Dizia que tinha recebido informação de que no núcleo havia problema com o trabalho pesado e difícil, que ele achava não ser adequado para essas mulheres e mães de família, sendo “irresistível principalmente para a minha senhora [porque] ela não tem costume e mesmo eu nunca botei ela para fazer esses trabalhos, (...) não assinei este contrato de nuclear a minha mulher para ela trabalhar pesado. O contrato que eu assinei foi para ela ficar no obtendo o conforto assistida e amparada.”

O contrato poderia ser um pedaço de papel para o seringalista, mas não para o seringueiro.⁹ Não era por acaso que Alfredo e Manoel sublinhavam, respectivamente: “*quando eu fui fazer a ficha...*”, “*o contrato que eu assinei...*”. O papel que eles tinham assinado implicava “assistência e amparo”: assim estava escrito e assim o compreenderam. O contrato mencionava 20 vezes o termo “assistência” e isso não tinha passado despercebido pelos trabalhadores.

As mulheres do núcleo Porongabussú não estavam de favor ali e assim também não se sentiam. Segundo o contrato, ao trabalhador que optasse pela assistência providenciada pelo S.E.M.T.A. para seus dependentes, lhe seriam creditados Cr\$ 7,00 por dia transcorrido, sem prestar serviço, e Cr\$ 11,00 por dia em que o prestasse. Além

⁹ - Isabel Guillen, “Cidadania e exclusão social: a história dos soldados da borracha em questão”, *Trajeto*, n. 2, 2002, pp. 69-82.

disso, como assistência à família, seriam creditados pelo S.E.M.T.A. Cr\$ 2,00 por dependente. No momento de assinar a ficha familiar, os trabalhadores foram informados de que as mulheres realizariam alguns trabalhos no núcleo, mas estes seriam “maneiros”, como costurar, bordar, engomar, etc. Trabalhos que eles e elas consideravam apropriados para uma mulher.

Sabemos que a origem destas mulheres, na sua imensa maioria, era o interior do Ceará, sendo elucidativa a esse respeito a frase “porque ela é do Rio e nós somos do interior”. Foi lá, nos sertões, que se incentivaram os mecanismos do recrutamento dos trabalhadores para serem encaminhados ao Amazonas. Devemos lembrar que 1942 foi ano de seca, a qual, embora não tenha sido tão grave como a de 1932, disponibilizou grande número de trabalhadores do interior. Essa conjuntura foi aproveitada pela agência recrutadora, assim como pelo discurso oficial, de forma a apresentar a migração para Amazônia como uma ação de socorro público.

As mulheres e os filhos que estavam no núcleo aí permaneceriam temporariamente, à espera do retorno de seus cônjuges ou de serem encaminhadas para junto deles. Essa última alternativa era a forma que tinha encontrado o S.E.M.T.A. para conciliar os interesses norte-americanos de mais borracha, e os estadonovistas, de povoamento. Por esse motivo, as cartas das mulheres citadas aqui lembram seus maridos sobre o prazo de seis meses a partir do qual eles poderiam levá-las.

Em uma segunda carta, Elcidia Galvão dirá a seu Cursino: “se você não tomar providência aí com o chefe eu aqui tomo, retirando-me *“nem que seja para a Emigração Getúlio Varga”* (sic), e quando menos você espera eu chego como “aflagelado” ainda no Pará.” As opções destas mulheres eram muito restritas. Uma era a rua: “João você mande nos buscar para nós ir, se você não mandar, você vai ver eu sair daqui nem que seja *para o meio da rua* porque eu nunca levei descomposta de ninguém para hoje eu levar”. Outra opção era o distante e complicado encontro com seus maridos na Amazônia. Não obstante isso, elas não se deixaram amedrontar. Chegar como “aflagelado”, como anunciava Elcidia a seu marido, era posicionar-se num lugar de extrema inferioridade. “‘Aflagelado’ - diz Lúcia Arrais Morales - é alguém no extremo da sobrevivência em condições de inferioridade e cuja ida para o Norte somente pode ser realizada no marco dos socorros públicos”. Flagelado se opunha a mobilizado.¹⁰

¹⁰ - Lúcia Arrais Morales: Vai e vem, vira e volta. As rotas dos soldados da borracha, São Paulo: Annablume, Fortaleza: Secult, 2002. P. 284-295

A partir da idéia de “miserabilidade” da população nordestina na conjuntura de crise, chegou-se à errada conclusão de que as esposas aceitariam qualquer condição. Não era bem assim. Essas mulheres não sentiam que lhes estavam “matando a fome”, não se conformavam com um prato de comida balanceado por uma nutricionista, não fariam qualquer trabalho por um teto e uma cama limpa. Elas tinham alguns costumes que pretendiam manter. Elas queriam fumar e estavam cientes de que era o trabalho de seus maridos o que as mantinha. Não sentiam nenhum tipo de agradecimento pela “assistência”.

Entre os maridos, o sentimento de gratidão é maior. Eles tinham deixado suas famílias na “segurança” de que seriam amparadas. A figura maternal de Regina Frota, com que trataram antes de partir, é muito importante no seu julgamento do núcleo e na decisão de empreender a viagem sozinhos.

A vida do S.E.M.T.A. foi curta, sendo substituído, em 14 de setembro de 1943, pela Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia (C.A.E.T.A.). As explicações dadas para esta mudança não foram muitas nem convincentes. No relatório realizado depois de um ano de funcionamento, a C.A.E.T.A. assim explicava sua existência:

“Trabalhadores já haviam sido recrutados no Nordeste e encaminhados para a Amazônia por dois órgãos federais: o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico. O primeiro fazendo o recrutamento e encaminhamentos até Belém, no Estado do Pará, e o segundo continuando o encaminhamento além de Belém, até a colocação dos trabalhadores nos seringais. A prática havia demonstrado que a execução do serviço em dois setores não era aconselhável. Surgiu, assim a necessidade de se continuar o serviço sob a administração de um único órgão.”¹¹

O ministro João Alberto, Coordenador da Mobilização Econômica, emitiu uma portaria em novembro de 1943, na qual comunicava que, através do Acordo celebrado em 14 de setembro de 1943 entre o presidente da Comissão de Controle de Acordos de Washington, a Rubber Development Corporation, e a sua repartição, extinguia-se o contrato firmado em 21 de dezembro de 1942 entre o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazonas e a Rubber Reserve Company, (nesse momento Rubber Development Corporation). Considerava ainda que o S.E.M.T.A. já tinha organizado e posto em funcionamento os serviços de recrutamento para o vale Amazônico, previstos no extinto contrato. Na “novíssima conjuntura”, segundo ele, era

¹¹ - Relatório da Comissão de Encaminhamento de trabalhadores para Amazônia. s/l, s/e, Dezembro de 1945, p. 2

necessário estabelecer uma unidade de serviços administrativos e de controle destinados ao cumprimento do acordo de 14 de setembro de 1943, criando-se para tal fim a Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, à qual caberia administrar o fundo especial estatuído no mesmo acordo e cumprir as funções que antes desempenhava o S.E.M.T.A.

O próprio Paulo Assis Ribeiro, diretor do S.E.M.T.A., diz ter sido tomado de surpresa. Naqueles dias deixou Fortaleza e viajou para o Rio de Janeiro para se reunir com o Coordenador da Comissão de Mobilização Econômica e organizar o traspasse - experiência que parece ter sido um pouco dolorosa.

A nova Comissão, a C.A.E.T.A., cortou o pagamento da assistência familiar, quando então as mulheres voltaram a escrever para reclamar, apelar por humanidade e algo mais - justiça. Mas desta vez escreveram para Getúlio Vargas. E esta é outra parte da história da fúria epistolar dessas mulheres do Nordeste.

A assistência às famílias

Do Crato (Ceará), um grupo de mulheres escreveu ao presidente dizendo que a assistência às famílias tinha sido cortada e, em seu lugar, eram oferecidas passagens ao Amazonas para, supostamente, encontrarem-se com seus maridos, dos quais não sabiam se ainda estavam vivos, muito menos o domicílio. A resposta que deu a Presidência da República a essas mulheres não a conhecemos por que não aparece no processo, não obstante este caso tenha sido mencionado como um antecedente, quando a C.A.E.T.A. teve que dar uma resposta pouco tempo depois a outro telegrama escrito em termos semelhantes, enviado pelas mulheres de Mossoró (Rio Grande do Norte), motivo pelo qual acreditamos que a resposta deve ter sido mais ou menos a mesma.

No telegrama a Vargas, apresentando-se como esposas, mães, irmãs e noivas dos soldados da borracha. Reclamavam também do fim do pagamento da “assistência às famílias”. O encarregado de dar uma resposta foi o auditor jurídico da C.A.E.T.A., José Maciel Luz. Esse caso é muito interessante porque deu lugar a um processo administrativo.

Apesar de sabermos que o conjunto de cartas encaminhadas a Vargas constitui um dos fundos mais volumosos da Presidência da República – o que demonstra a convicção que tinham os trabalhadores de ser esta uma via livre de comunicação e uma forma de serem atendidos nas suas demandas –, os pedidos, na sua imensa maioria, não eram atendidos, embora todos obtivessem resposta.

Quando telegramas desesperados começaram a chegar do Nordeste, eles foram encaminhados, como corriqueiramente se procedia, para o setor que se incumbia de dar resposta. No caso do telegrama assinado por Jovelina Luciana de Sousa e outras 53 mulheres, depois de um percurso por algumas repartições do Estado, ele foi para a C.A.E.T.A.

Segundo o auditor, não cabia o reclamo feito pelas mulheres. Em primeiro lugar, diz não querer comentar a lamentável situação de miséria em que se encontravam e contra a qual se colocavam, porque esta precedia à ida dos maridos para a Amazônia, como elas afirmavam no telegrama. Desta forma, a autoridade naturalizava a miséria do Nordeste e dos nordestinos. Essas mulheres estariam nessa situação antes ou depois da campanha da borracha, e a C.A.E.T.A. não se considerava responsável por elas serem pobres. É importante frisarmos este aspecto, explorado cruamente pelo auditor. Toda a campanha de recrutamento foi sustentada ideologicamente no apelo ao patriotismo, ao esforço de guerra, à condição do “soldado” tão necessário no front da borracha como na frente armada européia. Embora em alguns momentos da propaganda se tenha frisado a possibilidade de “enricar” na Amazonas com slogans como “*Terra da fartura*”, muito mais explorado foi o tema do esforço em prol do bem do Brasil e de seus aliados, expresso no lema “*Mais borracha para a Vitória*”. O folheto de propaganda para o recrutamento, desenhado por Chabloz, dizia em sua primeira página:

“O Brasil – insultado na sua honra e compreendendo o dever de lutar pela liberdade do mundo, na guerra de vida ou morte que ora se trava – assumiu compromissos internacionais que precisa cumprir, custe o que custar. É nossa própria dignidade que está em jogo. O APELO DA PÁTRIA. E tão grande se apresenta a necessidade de respondermos ao chamado da pátria, que todos nós, todos sem exceção de um só, temos de oferecer a nossa quota de sacrifício, que é glória, para a vitória final. SOLDADO DA BORRACHA, HERÓI DA AMAZÔNIA. Mas não só pelas armas podemos e devemos concorrer para o triunfo completo da liberdade humana. Ao Nordestino, ao nosso trabalhador do campo, cabe uma tarefa tão importante como a do manejo das metralhadoras nas frentes sangrentas de batalha: - impõe-se-lhe o dever de lutar pacificamente na retaguarda, dentro do seu próprio país, nas terras abençoadas da Amazônia, extraindo borracha – produto indispensável para a vitória, como a bala e o fuzil.”¹²

E, baseadas nestes argumentos do voluntariado, do *status* de “soldado”, que em lugar de metralhadora carregava nas suas costas a mochila e o machadinho para abrir os cortes na seringueira por onde escorregaria o látex, foi que as mulheres do Nordeste escreveram a Vargas. Mas o auditor tomava o argumento da “miséria” para dizer que

¹²- Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Folheto *Rumo à Amazônia*.

esta condição – fundamental no apelo das mulheres, pois era a partir desta realidade que esperavam despertar o sentimento de justiça no presidente – preexistia ao momento do recrutamento, citando textualmente no seu parecer o trecho do telegrama, datilografando-o em vermelho: “...forçados pela situação de miséria que encontravam-se na sua terra natal, viajaram para Amazônia, etc....”). Mas foi obviamente negligenciada no seu parecer a frase seguinte, em que Jovelina e as outras dizem: “com esperanças de serem bem sucedidos e prestarem relevante serviço à pátria no combate ao inimigo comum, produzindo *borracha para a vitória* das nações unidas” (o grifo é nosso). É bom observar que esta última passagem está repleta de expressões do discurso oficial.

Mas continua o auditor dizendo que, já em resposta às mulheres do Crato, teve a oportunidade de explicar que a assistência às famílias não poderia continuar sob a responsabilidade da Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia, mediante o que estabelecia o decreto federal número 5813, de 14 de setembro de 1943, que criou a C.A.E.T.A.

Segundo o auditor, não se fazia outra coisa senão cumprir a cláusula segunda do contrato, de acordo com a qual a assistência às famílias seria paga até a colocação do trabalhador no seringal. Mas não tinha acontecido nenhuma das três causas mencionadas no contrato para se suspender a assistência de forma justificada.

José Maciel Luz afirmava que muitos trabalhadores que tinham seguido para o Amazonas por intermédio da C.A.E.T.A., uma vez chegados lá, desviaram a sua atividade para outro setor que não a borracha. Não obstante isso, continuava ele, até 30 de junho de 1944 a C.A.E.T.A. pagara a quota de assistência aos seus beneficiários, sem que houvesse qualquer reembolso.

Na realidade, não se sabia se o trabalhador tinha abandonado o trabalho no seringal, pois a C.A.E.T.A. não sabia o paradeiro dos trabalhadores. Presumia, como o fazia o auditor no seu escrito, que muitos trabalhadores, uma vez chegados no Amazonas, desviavam-se para outro setor, mas não se sabia quais trabalhadores. Porém, se os contratos eram nominais e individuais e as famílias estavam cadastradas, como poderia, então, o auditor dizer “muitos trabalhadores”? O importante era saber se esses trabalhadores de que ele falava genericamente eram os maridos das mulheres que escreviam. Qual era a solução que ele dava para as esposas? Seguir seus maridos. A C.A.E.T.A., dizia ele, daria as passagens, como já estava fazendo. Afirmava que não cabia responsabilidade à Comissão pela recusa da família do trabalhador a unir-se a ele,

sob fúteis e cavilosos pretextos. Mas quais seriam esses “pretextos fúteis”? Não saber onde eles estavam, o que não era absurdo se consideramos que aproximadamente 50% dos trabalhadores recrutados nunca voltaram, não deram mais notícia e, provavelmente, tenham morrido lá. Mas, para o auditor, o fato delas não aceitarem a passagem, que ele considerava como o meio da família do trabalhador unir-se a este no local de trabalho, era como se a união se houvesse dado, motivo pelo qual o desamparo desaparecia, com todo o cortejo de misérias que trazia. Devemos lembrar que um ano e meio depois de iniciada esta marcha para a Amazônia, no Nordeste já se conhecia, em grande parte, suas catastróficas conseqüências.

Outro dos reclamos das mulheres de Mossoró era sobre a indenização por viuvez, continuando a demonstrar conhecimento de seus direitos. Elas afirmavam que havia muitas viúvas que recebiam mil cruzeiros, quando de direito o montante correspondia a dez mil e oitocentos cruzeiros. Segundo o auditor, no caso daqueles que morreram no serviço, como conseqüência do exercício de suas funções, suas famílias foram indenizadas, de acordo com a Lei de Acidentes, mas a C.A.E.T.A. não poderia pagar como acidente de trabalho pela morte natural do trabalhador. Morte natural era a que não decorria de moléstia adquirida no trabalho. Mas se a doença era preexistente à ida do trabalhador, como este então foi recrutado depois de cuidadoso exame médico, para o qual tinha sido criado o SESP (Serviço Especial de Saúde Pública)? Não conseguimos imaginar a natureza dessas mortes naturais.

A legislação social tinha chegado até o sertão através dos contratos do S.E.M.T.A. e C.A.E.T.A., no sentido da marcha Leste-Oeste, tão almejado pelo Estado Novo, e agora os sertanejos não abriam mão tão facilmente daquilo que tinham adquirido.

Um dos primeiros argumentos do auditor foi que o corte da assistência às famílias estava de acordo com o Decreto-Lei 5813, de 14 de setembro de 1944 – o que criou a C.A.E.T.A. O decreto aprovava o Acordo Relativo ao Recrutamento, Encaminhamento e Colocação de Trabalhadores para a Amazônia. O acordo era assinado entre o presidente da Comissão de Controle dos Acordos de Washington, o Coordenador da Mobilização Econômica e a Rubber Development Corporation. Segundo esse acordo, a RDC se comprometia a depositar em uma conta especial do Banco do Brasil, à disposição do governo brasileiro, a quantidade de dois milhões e quatrocentos mil dólares. O governo brasileiro, por sua vez, se comprometia a aplicar essa importância no recrutamento e encaminhamento de 16.000 trabalhadores para os seringais amazônicos a tempo de realizar a extração de borracha na safra de 1944, “bem

como na assistência às famílias dos trabalhadores já recrutados pelo S.E.M.T.A. e dos que o forem em virtude do presente Acordo”. Mas também cancelava as outras obrigações assumidas pela Rubber Development Corporation e a Rubber Reserve Company, que eram as que depositavam o dinheiro para realizar o pagamento da assistência às famílias.

O corte do pagamento da assistência às famílias era exigência da agência norte-americana.

Em 1946, a campanha da borracha já era um “escândalo” de dimensões nacionais. Formou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito que, em 13 de Agosto de 1946, tomou o depoimento de Paulo Assis Ribeiro, o já conhecido diretor do extinto S.E.M.T.A.

Quando foi feito o comentário “No Ceará e em todas partes há grande clamor contra uma falha grave: o não cumprimento da cláusula referente à família”, Assis Ribeiro respondeu simplesmente: “Isso é gravíssimo”, com a tranqüilidade de quem nada tinha a ver com o problema. E, de fato, enquanto ele foi diretor do S.E.M.T.A., a assistência às famílias foi paga regularmente porque a RDC providenciava o dinheiro para isso. O único comentário que fez foi que a *Rubber* é que suspendera o pagamento, não podendo compreender como o governo consentiu nisso. Ainda segundo ele, “Grande foi a luta que teve, inclusive com o sr. Russell com o objetivo de que mandassem efetuar semelhante pagamento. (...) O Sr. Bouças pode esclarecer bem essa parte.”

Valentim Bouças havia sido o diretor da C.A.E.T.A. Com esta última frase, Assis Ribeiro deixava uma questão e tanto para ser respondida por Bouças, já que tinha sido a C.A.E.T.A. a responsável por cortar a assistência às famílias.

O desinteresse dos Estados Unidos pela borracha brasileira, dada sua baixa produtividade, teve, em termos sociais, um resultado catastrófico. Já que não podia ser paga a assistência familiar, então se retomou a idéia de “colonização” e se intentou de todas formas que as famílias dos seringueiros embarcassem para lá.

Mas voltemos aos telegramas. As mulheres se apresentaram perante Vargas como responsáveis pelas famílias, mas desamparadas, liderando lares nos quais seus chefes estavam longe. O fim do pagamento da assistência significava a miséria das famílias. Elas definiam a ação da suspensão do pagamento como desumana e apelavam para o envolvimento de Vargas, dizendo acreditar que ele não ficaria alheio ao sofrimento. A ação era desumana porque lançara na miséria mais de 4.500 pessoas,

famílias de homens que acudiram ao chamado da pátria. Pediam a Vargas que examinasse a causa e a resolvesse de forma que elas saberiam agradecer, como outras vezes já o fizeram, referindo-se com isso ao reconhecimento de outras “assistências” recebidas nas horas críticas do Nordeste. Elas expuseram o duplo abandono em que se encontravam, sem maridos e sem Estado. E finalizaram: “Certas de que V. Excia saberá ouvir o grito de angustia [sic] de milhares de mães para não saber da notícia [sic] de que morreu de fome junto aos filhos longe de seus chefes.”

Esta última é uma imagem muito forte que perpassa todo o texto e, por isso, o auditor se encarregou minuciosamente de desarmá-la por meio da figura do que podemos chamar de “desamparo voluntário”.

Este material epistolar, formado pelas cartas dos trabalhadores e suas esposas, e os telegramas para Getúlio Vargas, constituem um material riquíssimo para analisarmos as idéias de direitos e deveres das famílias trabalhadoras. Nos telegramas, algumas se definem como mulheres “dos soldados da borracha”, enquanto outras como mulheres, irmãs, mães, etc. dos “trabalhadores”. Angela de Castro Gomes e Maria Helena Capelato afirmam que a categoria cidadão, durante o varguismo, estava intimamente vinculada à categoria trabalho, ou à figura do trabalhador. Somente este era cidadão. Esta construção estava implícita na ‘ideologia da outorga’ que orientou o governo na elaboração da política trabalhista. Segundo tal ideologia, as leis trabalhistas seriam dádivas de um estado protetor, de um chefe clarividente que se antecipava às demandas da sociedade e que, por ser clarividente, dava o necessário. Assim a dádiva tinha duas dimensões, uma obrigatória e outra voluntária. Mas o ato de doar implica a obrigação de receber. Aquele que recebe precisa aceitar o benefício e, quando necessário, retribuir. Para Castro Gomes, o mais importante é ainda manifestar gratidão, só ela sela o “pacto”. Isto estava implícito nas palavras das mulheres do Nordeste.¹³

¹³- Angela de Castro Gomes, “A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro”. In: Lúcia Lippi de Oliveira, Mônica Pimenta Velloso e Angela de Castro Gomes, *Estado Novo, Op. Cit.*; Maria Helena Capelato. *Multidões em cena, – Propaganda política no varguismo e no peronismo*, Campinas: Papirus, 1998. pp. 173-180 e Angela de Castro Gomes, *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice, Editora Revista dos Tribunais/ IUPERJ, 1988, pp. 246-254.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO CERRADO BRASILEIRO

Matuzalem Bezerra Cavalcante

Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – Unesp/Campus de Presidente Prudente
Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Nera

Bernardo Mançano Fernandes

Professor do Departamento de Geografia da Unesp/Campus de Presidente Prudente
Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Nera
Coordenador do GT Desenvolvimento Rural do Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales – Clacso
Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento – CNPq

1. Reestruturação produtiva do campo brasileiro

Segundo Soja (1993), o conceito de reestruturação diz respeito a uma combinação da desconstrução das tendências de reprodução espacial e de sua reconstituição sob nova ótica, traçando uma “expressiva mudança estrutural”. Sob o idealismo evolucionista, a reestruturação é vista, vulgarmente, como uma “marcha inelutável para o progresso” por meio de um processo mecânico, encobrindo o conflito gerado pelo choque entre o velho e o novo, “entre a ordem herdada e a ordem projetada”. Soja vai contra essa compreensão e afirma que é possível estabelecer uma análise que reconheça as contradições no espaço.

A reestruturação produtiva do campo brasileiro é fundada pelo *contrato social* estabelecido entre o capital internacional e o Estado, tendo em vista a potencialidade produtiva em ampla escala com baixos custos, num acordo que favorece o equilíbrio da balança comercial brasileira, as estratégias de expansão e enriquecimento das grandes empresas e o atendimento das necessidades dos mercados consumidores. Esse contrato tem em vista a redefinição da divisão internacional do trabalho e da distribuição global do poder político e econômico.

O campo brasileiro, frente às inúmeras transformações de ordem estrutural, renova a sua existência de novos sentidos. Com a expansão e aprofundamento de relações da sociedade tecno-mercantil no território brasileiro, a técnica passa a redefinir a configuração territorial, as formas de trabalho, as relações de produção e, conseqüentemente, um novo código de ética e valores.

Na década de 1990, mecanismos coercitivos neoliberais incorporam no Brasil a heterogênea malha de territórios marginalizados antes pelo capital, seja em áreas de fronteira, seja em espaços historicamente *usados* e economicamente decadentes. As necessidades de atendimento da demanda comercial de certos mercados, associadas à fase de abertura

comercial do Brasil para o mercado internacional, criaram uma conjuntura propícia para o investimento externo e aceleração transformações territoriais.

Nesse contexto, o campo brasileiro metamorfoseado de novos sentidos sofreu brusco impacto. O fato das tradicionais formas e relações agrárias não passarem por gradativa mudança, de *uma hora para outra* os sujeitos sociais sofrem um *choque de territorialidades*, impondo uma outra racionalidade, dominante e apropriadora dos recursos e da força de trabalho por meio especulativo.

Com a apropriação das atividades econômicas, a dinâmica produtiva tradicional passa a ser desintegrada e revitalizada, pelo que Milton Santos chamou de meio técnico, científico e informacional. No campo, o rural caracterizado pela paisagem, modos de vida e relações de trabalho e produção engrena-se num complexo de redes técnicas mundializadas que “desprezam” a força de trabalho do homem do campo e exige a presença da força de trabalho profissionalizado de acordo com os domínios da automação. Do espaço incorporado pelo capital restam pouquíssimas oportunidades para a mão-de-obra “desqualificada” dos racionais métodos de trabalho “profissionalizado”.

À classe camponesa¹ resta migrar para áreas de fronteira agropecuária ou resistir nas áreas habitadas, proletarizando-se, integrando-se aos movimentos socioterritoriais² ou em formas criativas do trabalho informal. Considerando que esse avanço e aprofundamento das relações de produção capitalistas se alastram em todo o Brasil, os camponeses passam por uma ampla fase re-existência social.

Classificamos essa fase de pós-moderna, pelo fato do “progresso técnico” ingressar bruscamente nos territórios não somente no sentido da “revolução” das formas de trabalho e produção, mas através pelo forte teor de sentidos subjetivos que exige repentinas mudanças comportamentais. As bruscas mudanças culturais são propagadas pelos extratos espaciais que o capitalismo se territorializa (empresas, educação, mídia, *et cetera*), pelos meios de reivindicação dos movimentos sociais, das associações e dos sindicatos, além da presença do Estado que, de certa forma, mantém-se mais presente nesses territórios. Nesse contexto se incorporam, além das formas de produção flexibilizadas e financeirizadas, significativos simbolismos de ação e reação ao “progresso” técnico.

¹ De acordo com Silva (1998), Thompson critica a definição de classe marxista. Para ele a definição de classe deve estar relacionada à consciência dos sujeitos sociais. Oliveira (2005) considera o campesinato como classe não necessariamente nesse sentido, mas no sentido da organização e reivindicação das suas causas.

² Movimentos socioterritoriais é uma construção teórica de Fernandes (2000) que busca realizar uma leitura geográfica dos movimentos sociais por ser o território o trunfo das reivindicações. Falaremos sobre isso mais adiante.

Hoje, a automação e as novas formas e relações de produção se instalam nos mais isolados *cantos* (territórios) que o *capital* incorpora. As áreas de fronteira, antes caracterizadas pelo “atraso” nas relações e forças de produção, hoje são palco de verdadeiros espetáculos de produção e produtividade nos moldes capitalistas. As próprias formas de apropriação e exploração da terra, marcadas pela expansão demográfica dos camponeses de forma “arcaica”, estão perdendo o sentido tradicional, uma vez que as próprias empresas rurais estão, gradativamente, tomando frente nessa exploração, por meio de procedimentos “modernos”.

Acompanhando essa perspectiva, percebemos que a dinâmica da fronteira está além da abstração de Martins (1997). A reprodução ampliada do capital, mediante a conversão da terra em mercadoria, está assumindo a primeira fase de expansão da fronteira, antes denominada por Martins como frente demográfica. Diante disso, resta-nos reconhecer, qual o novo caráter assumido pelos camponeses nesse momento histórico.

2. Reestruturação produtiva e a questão do trabalho no cerrado brasileiro

No que diz respeito às transformações do território, Castillo (2005) enumera nove fatores que caracterizam as mudanças ocorridas no cerrado: a sofisticação, às custas de grandes investimentos do Estado; os enclaves de modernização (espaços alienados); a dependência crescente de informação (técnica e financeira); o surgimento de empresas de consultoria especializadas em produção, logística e transporte agrícola; a grande demanda por bens científicos; a obediência a normas internacionais de qualidade; o novo perfil do trabalho no campo; a informacionalização da produção agrícola (agricultura de precisão, monitoramento agrícola por sensoriamento remoto orbital); e o deslocamento ou marginalização dos agentes recalcitrantes.

A soja é escolhida pelo governo brasileiro, empresas e produtores³ agrícolas como o produto agrícola que auxiliará a economia nacional por meio da exportação. O superávit da balança comercial, tão almejado pelo governo federal, é o fator de primordial do contrato social com o complexo empresarial global, que estabelece a capitalização dos meios de produção e do espaço brasileiro. Isso implica numa obediência aos novos parâmetros de produção que modela um desenvolvimento voltado para atender a demanda internacional, o

³ Essa união é um bom exemplo de individualismo coletivo, ou ainda, individualismo de mercado, que pode ser visto como de caráter negativo. (Castel, 2001) Essa “união” assegura a existência da individualidade política da classe burguesa. Esse contrato social estabelecido é um desdobramento do que Fernando Henrique Cardoso já dizia na década de 1960, que a classe burguesa dividiu sua hegemonia política do território brasileiro ficando na condição de sócio-menor, na estratégia de permanecer no poder.

que o coloca numa condição de extrema dependência. O capital público brasileiro é destinado para atender as normas técnicas e científicas que condicionam a plantação, a colheita, o armazenamento, o empacotamento, o transporte e a comercialização. Essa “racionalização” imposta é contagiante a ponto de tomar conta de todos os setores da sociedade, sendo insensível aos limites do humano e do ecossistema, o que garante um caráter imediatista, desfiliador e degradador.

O desenvolvimento da tecnologia se impõe diante do imediatismo de lucro, e as relações sociais passam para uma escala inferior no interior de uma hierarquia dos valores. Nesse sentido, a tecnologia e as novas territorialidades que ela impõem se mostram extremamente ricas do ponto de vista econômico-lucrativo, mas extremamente pobres no sentido das relações sociais que ela estabelece.

Os trabalhadores do campo expropriados de sua função social de camponeses ingressam nesse processo de requalificação das relações de produção, que de acordo com Thomaz Júnior (2000) consistem no fortalecimento do assalariamento, “sob características que desafiam as formas clássicas de organização do processo produtivo as custas de ações que racionalizam fortemente o uso de mão-de-obra” (pp. 106-107); na manutenção das formas de dependência; e na configuração do agricultor a tempo parcial, devido ao exercício de atividades rurais não agrária, etc.

Com os aparatos técnicos e infra-estruturais que possibilitam à soja ultrapassar os limites do Sudeste e do Sul, se evidencia o poder intrinsecamente direcionado para a expansão territorial e a concentração da riqueza produzida. Segundo Bernardes (2003), a produção da soja faz parte do processo de seletividade do capital, mas também de regulação do Estado, que conduz e organiza a sociedade em função da soja. Prova disso são os projetos de desenvolvimento dos estados e municípios, que buscam viabilizar infra-estruturas (energia elétrica no campo, abertura e asfaltamento de estradas, construção de aeroportos, *et cetera*), isenção de impostos e atração de investimentos externos que garantam a chegada do agronegócio da soja.

Outro fator a ser destacado é o forte incentivo do governo federal e das empresas multinacionais, que tentam promover uma macroestrutura que dê apoio de produção e logística. É com esse impulsionamento que a soja se locomove no cenário brasileiro incorporando a cada dia propriedades rurais de todas as dimensões, até então não-utilizadas ou semi-utilizadas. Também as políticas de financiamento do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial fecham acordos de empréstimos ao Brasil na garantia de sustentar a sobrevivência do complexo empresarial que os compõem, dentre elas as multinacionais que

investem na soja brasileira, que lideram o mercado mundial de alimentos, como, por exemplo, a Cargill, líder mundial no ramo.

Esse processo de racionalização, no entanto, tem como finalidade, tão somente, atender as necessidades das empresas de entrarem em concorrência no mercado internacional. Gilberto Dupas (2005, pp. 100-101) nos lembra que é no desenvolvimento destas estruturas e da consolidação de novas redes (equipes e processos) que as corporações metanacionais apostam para adentrar os mercados globais.

[...] As corporações metanacionais não querem mais só mão-de-obra e matéria-prima baratas. Irão explorar o alto potencial de construir novas estruturas, equipes e processos em torno de clientes globais, plataformas globais e atividades globais. Uma rede operacional flexível, alavancada por fornecedores, subcontratos e parceiros irá transformar essas inovações metanacionais em lucro global e valor para os acionistas. Vencer no jogo global é, pois, ganhar três diferentes corridas: identificar e acessar novas tecnologias; transformar esse conhecimento disperso em produtos e serviços originais; e operá-los em escala e exploração adequada nos mercados globais.

Uma visão retrospectiva aqui, no entanto, é necessária. Pois é em detrimento de inúmeros impactos sociais, culturais e ambientais que o projeto de desenvolvimento econômico com vistas à conquista destes mercados internacionais estão se tornando concretude.

No contexto do aprofundamento das relações capitalistas, o “progresso” técnico no modo de produção capitalista proporciona o aumento da dominação capitalista e a subordinação dos trabalhadores e dos produtores aos complexos empresariais. A heterogeneização, a subproletarização e a precarização do trabalho manual, industrial e fabril, fez com que houvesse uma “diminuição do operariado industrial tradicional e aumentasse a classe-que-vive-do-trabalho”. (ANTUNES, 2001, p. 221)

O neoliberalismo, como uma nova expressão do capitalismo, diminui o emprego, apesar de não diminuição quantidade de trabalho (em tempo parcial), aprimorando mecanismos de fuga as legislações trabalhistas. Essa é uma faceta moderna da regulação socioespacial, aniquilando o poder de intervenção sindical em detrimento dos trabalhadores, que são visto como meras mercadorias cada vez mais dispensáveis.

A articulação local-global faz com que fluxos de decisões, técnicas, tecnologias, *et cetera*, aconteçam sem o controle do Estado, fazendo, de acordo com Machado (1995), que a expansão e a intensificação da cultura da soja no Cerrado conduza uma diferenciação crescente da área na macroestrutura regional, formatando dinâmicas internas e conexões externas bastante diferenciadas das demais áreas de entorno ainda não incorporadas por essa nova dinâmica. De acordo com essa diferenciação espacial que articula o agronegócio da soja,

constituída por redes e nós, formando fluxos diversos, achamos coerente denominar o espaço constituído por “território da soja”. Essa denominação, ainda, vem ressaltar não apenas uma configuração espacial específica, mas também a discussão do “poder”, haja vista que, como nos lembra Raffestin (1993), o território é a apropriação do espaço (econômica, política e culturalmente) por atores que realizam determinadas atividades sociais. Sendo assim, o território é um espaço onde se efetuou ou se concretizou um trabalho, e onde se encontram inerentes relações de poder e interesses.

No que diz respeito às articulações políticas municipais, pode-se dizer que boa parte das prefeituras esperam ansiosos a territorialização do circuito soja em seus municípios. Além da renda gerada, o circuito soja é definidor do direcionamento de investimentos dos governos federais e estaduais para os municípios. Asfaltamento de rodovias, energia elétrica no campo, novas escolas e novos hospitais. O comércio se dinamiza, novos serviços são disponibilizados. Enfim, essa ótica de desenvolvimento introduz um dinamismo econômico imediato, na expressão do “moderno” vilipendiado nos veículos de comunicação.

No Jornal Folha de S. Paulo de 19 de novembro de 2005 mostrava que dentre os 53 novos municípios criados desde 1999, os que se destacam na produção da soja apresentam o maior dinamismo econômico. Dentre eles se destacam os casos do município Luiz Eduardo Magalhães, no Oeste Baiano, que representa 0,06% do PIB nacional, estando entre um dos maiores contribuintes do Estado da Bahia. Nesse mesmo sentido estão os municípios de São Desidério, que possui o 12º maior PIB da agropecuária do país e os municípios de Santo Antonio do Leste e Santa Rita do Trivelatto, no Estado de Mato Grosso.

Alguns dias antes, 4 de novembro de 2005, a Folha de S. Paulo divulgou que a soja tem alavancado a economia dos estados produtores, sendo que o Mato Grosso do Sul apresentou o maior crescimento do PIB nacional.⁴

Os resultados do *Agrishow Cerrado*, feira agropecuária realizada em Rondonópolis, nos concede outra imagem da grande movimentação financeira que o agronegócio da soja é capaz de gerar num curto período de tempo: em cinco dias foram movimentados mais de 1,3 bilhão de reais na venda de silos, armazenagem, fertilizantes, pulverizadores e aviões agrícolas (SODRÉ, 2004). O *Agrishow* também acontece em dinâmicas cidades como Barreiras, na Bahia.

⁴ Esses dois artigos foram resultados do estudo do IBGE sobre as potencialidades da soja, divulgada no início de novembro.

2.1. Migração e mobilidade do trabalho no cerrado

É importante destacar que, na origem das transformações territoriais impulsionadas pela expansão da fronteira agrícola do Centro-Oeste estão os movimentos migratórios, incentivados por sucessivos projetos de colonização. Embora autores, como Cunha (1997), apontem que as altas taxas de crescimento demográfico da região, principalmente durante as décadas de 1960 e 1970, estejam ligadas também às elevadas taxas de fecundidade (que em 1960 eram de 6 filhos por mulher), reconheceu-se destaque aos movimentos populacionais nas composições das elevadas taxas apresentadas. De uma taxa de crescimento demográfico de 3,3% a.a. em 1940, a região passa a taxas subsequentes de 5,5%, 6,9% e 4,1% as décadas de 1950, 60 e 70, entrando, então, em um progressivo declínio a partir de 1980, com uma taxa de 3,1% neste ano e 2,55 na década de 1990. De acordo com o mesmo autor, essa diminuição relaciona-se diretamente com “o esgotamento ou, simplesmente, a redução dos recursos destinados ao incentivo à colonização e ocupação das fronteiras agrícolas, o processo de modernização da agricultura, a mudanças de cultivos, modificações na estrutura fundiária, etc.” (p. 91).

No entanto, esse processo de diminuição dos fluxos migratórios não pode ser tomado como regra para toda a região, haja vista as sucessivas etapas de expansão da fronteira agrícola. É então que vemos diferentes taxas de crescimento demográfico entre os estados e municípios do sul e norte do estado. Enquanto algumas localidades ao sul perdem sua posição de destaque como localidade atrativa, outras ao norte adquirem essa função. É assim que vemos, atualmente, o Estado de Mato Grosso do Sul perder esta posição para o Estado de Mato Grosso, área de expansão da fronteira mais recente.

Os projetos de colonização trouxeram para a região Centro-Oeste, de um lado, pequenos, médios e grandes produtores de outras regiões do país – com atrativos como baixo valor da renda da terra para um solo bastante fértil – e, de outro, trabalhadores desempregados e desapropriados (muitas vezes forçosamente) pelos grandes latifundiários do Sudeste, Sul e Nordeste do Brasil. Também as migrações internas foram estimuladas com a constituição de latifúndios sobre as pequenas propriedades características da região e expulsão de posseiros, moradores, arrendatários ou mesmo pequenos proprietários. Então se sucedem, simultaneamente, deslocamentos inter e intra-regionais, inter e intra-estaduais e ainda inter e intra-municipais.

Quanto aos movimentos inter-regionais, o estudo de Cunha (1997) aponta uma tendência para a região Centro-Oeste: nas regiões de fronteira agrícola predominam migrantes

provenientes do Paraná, e em menor medida de São Paulo; nas regiões mais urbanizadas, que se tornaram núcleos industriais e administrativos, percebe-se uma maior diversidade de origens. A primeira afirmativa se justifica pelo próprio movimento da fronteira: do sul do país para o norte. Com a expansão da fronteira para o norte, migram também camponeses e grandes capitalista que já possuíam experiência e interesse no cultivo da soja. O estudo de Zaar (2001) nos informa também que dos 42.000 expropriados pela construção da Hidrelétrica binacional Itaipu, 24% migraram para as regiões do Centro-Oeste e Norte do país no início da década de 1970, essencialmente em função do baixo valor da renda da terra na região.

Ao contrário do que acontece em São Paulo, que passa, recentemente, por um processo de redistribuição espacial da população para o interior, processo denominado “desconcentração urbana”, na região Centro-Oeste há ainda uma coincidência entre as regiões de destino dos migrantes inter-regionais e intra-regionais: as localidades que mais recebem migrantes são, em geral, a capital e uma ou outra área que se destaque pela produção agropecuária. No entanto, há que se destacar que nas regiões de fronteira o fluxo migratório inter-regionais é quase sempre superior ao intra-regional, enquanto nas áreas de fronteira consolidada ou grandes centros urbanos, a migração intra-regional tem predominância.

Acompanhando a intensificação do movimento populacional para a região Centro-Oeste, as taxas de urbanização elevam-se rapidamente, passando de uma taxa de 34% em 1960 para 81% de habitantes residindo em áreas urbanas no ano de 2000. Novas cidades surgem passando de um total de cerca de 300 cidades em 1960 para quase 700 cidades em 2000. Com as novas áreas industriais, cresce o emprego no ramo, atingindo um crescimento relativo de 27,6% e 18,6% em 1996 e 2002, respectivamente. (RODRIGUES, 2005)

No entanto, embora cresçam o emprego no setor terciário e secundário, autores como Almeida (2002) concluem que no mínimo o Centro-Oeste terá grande dificuldade de manter o nível de emprego na região dada a crescente dificuldade de absorção de trabalhadores nas atividades agropecuárias, causada tanto pelo fechamento da fronteira agrícola quanto pela desruralização progressiva. Jardim (1990) afirma que em função das características do mercado de trabalho urbano nas capitais da região, grande parte dos desempregados do setor primário (e dentre esses com destaque estão os migrantes) não foi absorvido pelos outros setores, o que permitiu a formação de bolsões de pobreza na Região.

No trabalho realizado por Goetttert (2000), é demonstrado, no caso específico de Mato Grosso, que o processo migratório dos sulistas para o cerrado nada mais era que a mobilidade do trabalho que foi propositalmente investida em nome do sucesso do investimento capitalista na região. As grandes empresas rurais precisava de mão-de-obra “qualificada” de maior

“espírito de empreendedorismo”. A força de trabalho “gaúcho” foi, assim, a mercadoria específica para os capitalistas.

3. Últimas considerações

Na caracterização do processo de constituição da territorialidade da soja, faz-se necessário analisarmos os dados da estrutura fundiária nos estados produtores. Observamos, então, que ocorre uma expansão do número de propriedades e de sua extensão nestas regiões. Este fato confirma a possibilidade de valorização das terras nas áreas em que ela avança. O índice de Gini indica um tendenciamento para a desconcentração da terra, ao passo que se formam, a cada ano, grandes propriedades nas *faixas* de fronteira agropecuária.

A elevada concentração fundiária têm desencadeado, ainda, o agravamento das lutas no campo por desapropriação de terras. Alentejano (2003), analisando os dados de ocupações de terras da Comissão Pastoral da Terra (CTP), considera o Centro-Oeste como a região brasileira com maior percentual de famílias do meio rural envolvidas em ocupações de terra. Essa realidade, segundo ele, pode conduzir fazendeiros que estão em situação irregular, a legalizarem a documentação e/ou cadastrarem suas terras. Lopes (1986) e Alexandrino (1997) também constataram, em seus estudos sobre o processo de ocupação da região Centro-Oeste, o acirramento das questões sociais ligadas à posse da terra.

A re-ocupação repentina do cerrado pelos migrantes rompeu com as estruturas camponesas, indígenas e de fazendeiros tradicionais, dando novo sentido às relações de trabalho, ao conteúdo político e às práticas sociais, que viriam, então, a adequar sua territorialidade à nova região descoberta, visando à construção de novas e diferentes formas fundiárias, na qual se abre o mercado de terras. O agronegócio da soja nesse sentido, manifesta-se como uma nova territorialidade carregada de sentidos e potencialidades degeneradoras daquilo que Santos (2001) chamou de territorialidades genuínas, ou, pelo menos, dos resquícios delas nas relações sócio-culturais do cerrado brasileiro.

O agronegócio da soja intensificou as diferenças. Os fazendeiros tradicionais dependiam do trabalho e da convivência dos camponeses. Dentro da ótica tradicional os fazendeiros tradicionais e camponeses tinham regras de uso compartilhado dos recursos naturais. O agronegócio não precisa. Pelo contrário: exige o afastamento. Nesse sentido, a propriedade capitalista acaba por originar uma relação conflituosa de territorialidades mutuamente “excludentes”. (GONÇALVES, 2004)

A transformação territorial impulsiona a solvência das populações tradicionais, que são impotentes diante da força da frente econômica fincada em bases capitalistas de forte

poder degeneração. Os povos tradicionais pertenciam ao território de suas posses, forte condicionador de sua identidade. No contato com a natureza existe uma apropriação real, relação direta do trabalho com os meios de produção.

Os povos tradicionais das áreas de fronteira são “expulsos” das suas posses ou áreas arrendadas onde viveram décadas. Tomam o destino da proletarização ou subemprego na cidade e/ou no campo ou da migração para novas áreas de fronteira. O estabelecimento de uma nova disciplina no contexto do tempo da técnica, rompe com a identidade “genuína” do ser social.⁵

No que diz respeito às propriedades, a reestruturação produtiva transforma áreas de “economias naturais”, onde se estabelece o modo de produção pré-capitalista, em economias capitalizadas, onde, na visão marxista, é estabelecida uma relação de propriedade. O proprietário (não trabalhador) mantém uma relação de apropriação formal, que converte o trabalhador em instrumento direto de valorização do capital. Nesse sentido, podemos analisar das relações de produção a realidade partindo da “separação do produtor direto de suas condições naturais de trabalho” (Marx, 1983, p. 457), ou mais exatamente, a implantação de relações capitalistas de produção.

No campo, o processo de apropriação do sobretrabalho do operário (do campo) pelo capitalista talvez seja mais intenso. Em áreas de fronteira não se houve falar de direitos trabalhistas. Não é difícil encontrar *operários do campo* trabalhando os quase todos os dias do ano, sem horário para começar e para terminar. Eles são sujeitados por diversos mecanismos. Desde o fato de se criar a *concepção do homem preguiçoso* que é motivo de *chacota* diante da comunidade local ao fato de ser estabelecida exigências bem claras, onde a desobediência pode ser motivo de expulsão e desmoralização diante da comunidade. Nesse sentido, mesmo o trabalhador do campo tende a se alienar porque sua produção é medida pelo mercado e dele depende a sua sobrevivência.

Desse processo de implantação capitalista, pode-se desdobrar relações não capitalistas, como o arrendamento e o trabalho escravo, que nada mais são do que “necessidade” do empresário rural de ampliar imediatamente sua lucratividade.

O arrendamento costuma ocorrer com mais frequência nas fases de alto fluxo produtivo da economia agrícola, em momentos de desvalorização monetária e diminuição do preço dos produtos agrícolas no mercado internacional, o que ocasiona a viabilidade de produzir a capacidade máxima das terras.

⁵ Importante análise, nesse sentido, é feita por Thompson (2002).

Quanto ao trabalho escravo, é um grande engano considerar que é um fato originário em áreas de fronteira. O Ministério do Trabalho e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) detectam que sua frequência mais intensa está em regiões capitalizadas. Martins (1979) explicita isso considerando que a acumulação primitiva não está somente no princípio histórico do capitalismo, mas, também, no interior da reprodução ampliada do capital.

Os movimentos socioterritoriais, junto com a CPT e a Contag (que são agências de mediação dos camponeses com o Estado), articulam-se e estabelecem uma luta de classes contra a violência e a desfiliação do *homem* e da *mulher* do campo. O estabelecimento dessa conflitualidade faz do Brasil um dos mais atrativos cenários de uma tentativa de reviravolta dos camponeses contra o sistema capitalista. Os movimentos socioterritoriais colocam que o campesinato é uma forma de segurança dos trabalhadores, e utilizando as palavras de Thomaz Júnior “[...] para um trabalhador proletário bastaria estar desempregado para situar-se fora do universo das relações, sendo que o mesmo não aconteceria aos trabalhadores camponeses [...]”. (THOMAZ JÚNIOR, 2003)

Para Fernandes (2005), essa conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultaneamente e conseqüentemente, considerando que não existe desenvolvimento sem conflito, compreensão que vai na mesma direção do pensamento de Marson (1990) e Santos (1998). Essa é uma condição essencial para entender os movimentos sociais.⁶

Tentando abafar os conflitos sociais, o *capital* cria e recria políticas compensatórias que sustentem a sua estabilidade. Para Paugam (1999), a “integração social” por meio do assistencialismo é um sistema de regulação da realidade. É processo de desqualificação social, por concordar que os indivíduos sejam marginalizados, dependentes (assistidos) e frágeis. Essa é uma ação baseada nas teorias da economia clássica que considera que a “exclusão” é um processo natural, baseado no processo de seletividade natural. Para Marx a “exclusão” é uma lógica inerente ao processo de produção.

Vale considerar que no contexto da reprodução ampliada do capital as políticas compensatórias são formas de fornecer condições para que os indivíduos excluídos do processo produtivo capitalista continue se mantendo regularmente sem causar grande impacto para a sociedade. Isso quer dizer que o capital engendra formas de continuar se mantendo. E esse é um dos fortes argumentos que se podem “derrubar” a teoria do colapso da modernização, de Kurz (1999).

⁶ Marson compreende que uma manifestação ou uma reivindicação isolada no espaço e no tempo não formar necessariamente um movimento social. Fernandes (2000), por sua vez, entende que os movimentos sociais podem se criar e recriar no momento em que conquistam os seus objetivos.

Diante do exposto, a crise do contrato social moderno se estabelece no contexto do processo de “exclusão” social em sentidos cada vez mais amplos. Essas novas relações de “contrato” (na verdade um falso contrato), não promovem a estabilidade do trabalhador e da trabalhadora, não permitem os processos de reivindicação e possuem um caráter individualista (no sentido negativo). Com esse contexto estabelecido está cada vez mais difícil se pensar em modelos alternativos de desenvolvimento. (SANTOS, 1998)

Referências bibliográficas

- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo Alentejano. Os conflitos pela terra no Brasil: uma breve análise a partir dos dados sobre ocupações e acampamentos. **Conflitos no campo – Brasil, 2003**. Goiânia: CPT Nacional, 2003. pp. 112-117.
- ALEXANDRINO, Ricardo. As transformações do processo de ocupação das áreas rurais dos municípios da região centro-oeste: notas introdutórias. **1º Encontro Nacional sobre Migração**. Curitiba: ABEP, 1997. pp. 411-421.
- ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de, *et ali*. Mercado de Trabalho e Migração no Centro-Oeste Brasileiro. **Anais do XIII Encontro da Associação de Estudos Populacionais**. Outro Preto: ABEP, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.
- BERNARDES, Júlia Adão. Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso. **Revista Terra Livre**. São Paulo, v. 2, n. 21, pp. 157-167, jul./dez. 2003.
- CASTILLO, Ricardo; VENCOVSKY, Vitor Pires. **A soja nos cerrados brasileiros: novas regiões, novo sistema de movimentos**. <http://www.comciencia.br/200404/reportagens/16.shtml>. Acessado em 17/10/2005.
- CUNHA, José Marcos Pinto da. Os movimentos migratórios no Centro-Oeste na década de 80. **Anais do 1º Encontro Nacional sobre Migração**. Curitiba: ABEP, 1997, pp. 91-137.
- DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global**: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2005. (inédito)
- GOETTERT, Jones Dari. **“O vô das pandorgas”: migração sulista para Rondonópolis – Mato Grosso**. 2000. (Dissertação de Mestrado) (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
- JARDIM, Antonio de Ponte. A influência da migração no mercado de trabalho das capitais do Centro-Oeste – 1980. **Textos para discussão nº 35**. FIBGE, ago. 1990.

- KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LOPES, Maria Beatriz Afonso. Características da migração no Centro-Oeste nos anos setenta. **Anais do 5º Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. ABEP: Ouro Preto, 1986.
- MACHADO, Lia Osório. A fronteira agrícola na Amazônia. In: BEKCER, Bertha Koiffmann; CHRISTOFOLETTI, Antonio; DAVIDOVICH, Fany; GEIGER, Pedro Pinchas. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, 1995.
- MARSON, Adalberto. Lugar e identidade na historiografia de movimentos sociais. In: BRESCIANI, Maria Stella; SAMARA, Eni de Mesquita; LEWKOWICZ. **Jogos da política**: imagens, representações e práticas. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- MARX, K. *O Capital*: crítica da economia política (livro I). In: **Os Economistas**, V. I. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- MORENO, Gislaene. **Os (des) caminhos da apropriação capitalistas da terra em Mato Grosso**. 1993. 620 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. vol. 15, n. 43. São Paulo set./dez. 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A fronteira amazônica mato-grossense**: grilagem, corrupção e violência. 1997. 496 f. (Tese de livre-docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. il.
- PAUGAM, Serge. O debate em torno de um conceito: pobreza, exclusão e desqualificação social – resumindo o debate europeu. VÉRAS, Maura Pardini Bicudo; SPOSATI, Aldaíza; KOWARICK, Lúcio. **Por uma sociologia da exclusão social**: o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ, 1999.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.
- RODRIGUES, Juciano Martins Rodrigues. Novas áreas industriais e alguns aspectos da imigração no período de 1995/2000: um enfoque no Centro Oeste. **Anal do 4º Encontro Nacional das Migrações**. Rio de Janeiro: ABEP, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Reinventar a Democracia**. Lisboa: Gravidia: Fundação Mário Soares, 1998.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
- SILVA, Sergio. Thompson, Marx, os marxistas e outros. In: Thompson, Edward Palmer. **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Antonio Negro e Sergio Silva (orgs.). Textos Didáticos nº 10, vol. 1, 3ª ed., IFCH/Unicamp, 1998.

- SODRÉ, Márcio. Negócios ultrapassam RS 1,3 bilhão. **Jornal A Tribuna**, Rondonópolis, 17 abr., 2004.
- SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a redefinição do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O metabolismo do capital no campo no Estado de São Paulo: fragmentação e alienação do trabalho. In: BATISTA, Roberto Leme; ARAÚJO, Renan. **Desafios do trabalho**: capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis, 2003. pp. 83-114.
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Território em transe – (Re) divisão territorial do trabalho e redefinições de funções na agricultura (Evidências e perspectivas para o século XXI). In: MENEZES, Ana Virginia Costa de; PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira. (org.) **Geografia 2001**. Aracaju: NPGeo/UFS, 2000. pp. 105-122.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- ZAAR, Miriam Hermi. A migração rural no Oeste Paranaense-Brasil: a trajetória dos “brasiguaios”. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, nº 94, 2001.

1º Encontro da Rede de Estudos Rurais

GT6

SABER E PODER NO CAMPO

COORDENADORES

GUTEMBERG ARMANDO DINIZ GUERRA (UFPA)

JOEL ORLANDO BEVILAQUA MARIN (UFGO)

ROBERTO MOREIRA (CPDA/UFRRJ)

A “CONSTRUÇÃO” DO HOMEM RURAL: INTELECTUALIDADE E DIAGNÓSTICOS SOBRE A NACIONALIDADE BRASILEIRA.

Gabriela Carames Beskow*

Durante o primeiro Governo Vargas (1930-1945), especialmente durante o Estado Novo (1937-1945), observamos a tentativa do Estado de construir um imaginário sobre o homem rural brasileiro, que, para além dos usos políticos, tornou-se peça fundamental para a construção do imaginário da nacionalidade brasileira, em busca da superação das idéias de atraso e tristeza do campo, e com a valorização dos diferentes tipos regionais. Essa construção foi feita principalmente por intelectuais que desde a Revolução de 1930 passaram a fazer parte do corpo de funcionários de diversos órgãos estatais.

As elaborações e ações políticas destes intelectuais sobre o homem rural estavam inseridas em um projeto amplo de desenvolvimento do país, tanto em termos econômicos, como em termos de uma efetiva constituição da nacionalidade brasileira. Essa constituição se daria a partir da superação dos problemas nacionais que vinham sendo diagnosticados por diversos intelectuais desde a Primeira República.

O objetivo deste artigo é, de maneira breve, analisar alguns destes diagnósticos feitos por intelectuais sobre a questão da nacionalidade e das condições do homem rural no período anterior à Revolução de 1930, e a partir destes diagnósticos buscar compreender as diretrizes políticas que o Estado elaborou durante o primeiro governo Vargas para a resolução dos problemas apontados.

Creio ser necessário fazer algumas observações sobre a maneira como os intelectuais pensavam o seu papel social. Enfocando o período da virada do Império para a República, o trabalho de Nicolau Sevcenkoⁱ propõe uma importante discussão sobre o papel da intelectualidade e dos intelectuais nesse período, principalmente no que diz respeito ao papel social do intelectual como “mosqueteiro” ou farol que guia e conduz a sociedade ao caminho da modernidade, do desenvolvimento, de maior igualdade social. O autor destaca a forma como o Estado, e mesmo setores da intelectualidade, encaravam a

questão da participação do intelectual no âmbito da política. Neste momento, a intelectualidade permanecia em isolamento, marginalizada das questões políticas, devendo ater-se somente às preocupações literárias. Certos intelectuais negavam esta posição conformista, atribuindo-se um papel quase que missionário para com a sociedade brasileira, entre os quais podemos destacar como importantes exemplos Euclides da Cunha e Lima Barreto. Lúcia Lippi Oliveira compartilha desta visão de Sevcenko, afirmando que

“Através da história foi destacado o papel do intelectual como mediador entre aspirações populares ou nacionais e políticas governamentais. Os intelectuais, ao atuarem na construção de consciências coletivas, nacionais ou não, consideram-se como imbuídos de uma missão. Um sentido messiânico de verdade, do conhecimento, encontra-se presente na autoconsciência do intelectual. O aspecto missionário, derivado da consciência social, leva a intelectualidade a aderir a propostas modernizadoras que rompem com o passado, ou a atuar no sentido de reinterpretar continuamente a tradição.” ii

Setores da intelectualidade viam a si próprios como capazes de concretizar as aspirações da sociedade seja através de seu conhecimento, seja através de sua experiência ou sua sensibilidade artística. Segundo Mônica Pimenta Velloso:

“Assim, o ideal da representação, o falar em nome dos destituídos de capacidade de discernimento e expressão, foi facilmente absorvido pelo intelectual brasileiro. Sentindo-se a consciência privilegiada do “nacional”, ele reivindicou para si o papel de guia, condutor e arauto.”iii

Durante a década de 1910, importantes pensadores como Alberto Torres pregaram a participação de grupos intelectuais nas questões de Estado. Para a construção da nacionalidade, Torres acreditava ser necessário um trabalho conjunto de intelectuais e Estado. Para tal, a elite intelectual existente precisava ser expandida e melhor educada, a fim de dar conta deste processo com empenho e comprometimento.

A aproximação dos intelectuais com o Estado pode ser percebida no período anterior, porém, é após a Revolução de 1930 que estes intelectuais encontrarão de forma efetiva espaço na máquina do Estado para agir de acordo com suas propostas. Como destaca Mônica P. Velloso, “*é a partir da década de 1930 que eles [os intelectuais] passam sistematicamente a direcionar sua atuação para o âmbito do Estado, tentando identificá-lo como a representação superior da idéia de nação*”. iv

A Primeira Guerra Mundial deu origem a um processo de reflexões entre

intelectuais de todo o mundo e, no Brasil, abriu espaço para análises mais profundas sobre problemáticas como a nacionalidade, a identidade do povo brasileiro e o modelo de desenvolvimento proposto para o Brasil. Na verdade, desde Canudos e a repercussão da obra de Euclides da Cunha “*Os Sertões*”, a intelectualidade brasileira vinha se questionando sobre a possibilidade de desenvolvimento do país frente a tão grande abandono do povo, se tão precária era sua formação, se tão miseráveis eram suas condições de vida.

Como marca do pensamento científico dominante daquele contexto, Euclides da Cunha construía um diálogo com as tendências européias na discussão da questão racial. Leva em conta o autor a história da ocupação da região, o meio ambiente e a evolução na adaptação às condições locais para traçar o retrato do homem resultante desses processos. A mestiçagem, para Euclides da Cunha, era um fator de enfraquecimento do indivíduo e de perda da sua identidade, considerando que o resultado deste fenômeno nas cidades deu origem a indivíduos degenerados, enquanto no sertão o homem resultante foi considerado retrógrado. Porém, em seu isolamento, o sertanejo tornou-se o único tipo de indivíduo capaz de adaptar-se a tão duras condições de vida. O clima, a fauna, a flora, a geografia, tudo é adverso no sertão e, juntamente com o processo de mestiçagem, esses fatores deram origem a um homem que tem o físico e o psicológico necessários à sua sobrevivência. Por isso, apesar de em geral o mestiço resultar em um enfraquecimento das raças, no caso do sertanejo possibilitou sua sobrevivência - “*o sertanejo é antes de tudo, um forte*”.^v

Ao analisar o evento de Canudos, Euclides da Cunha marca de forma negativa os aspectos culturais e religiosos do sertanejo, tendo na figura de Antônio Conselheiro sua síntese. Denunciava uma vida em que todos os acontecimentos cotidianos estariam profundamente ligados a questões místicas, de forma que seriam considerados loucos os sertanejos sob o olhar das gentes citadinas. Esse misticismo resultaria de um grande “caldeirão”, onde se encontravam a fé ingênua, sebastianismo, fetichismo e catolicismo.

Talvez a herança maior da obra de Euclides da Cunha seja o olhar sobre o lado “esquecido” do Brasil. Este aspecto foi brilhantemente sintetizado por Monteiro Lobato, mais de dez anos após o lançamento de “*Os Sertões*” (sua primeira edição é de 1904):

“Já Euclides da Cunha entreabriu nos Sertões as portas interiores do país. O brasileiro galicismoado do litoral: pois há tanta coisa inédita e forte e heróica e formidável lá dentro?

Revelou-nos a nós mesmos. Vimos que o Brasil não é São Paulo, enxerto de garfo italiano, nem Rio, alporque português. (...)

É preciso frisar que o Brasil está no interior, nas serras onde moureja o homem abaçanado pelo sol; nos sertões onde o sertanejo vestido de couro vaqueja; nas cochilas onde se domam poldros; por esses campos rechinantes de carros de bois; nos ermos que sulcam tropas aligeiradas pelo tilintar do cincerro.

Está nas “fazendas de ferro”, onde uma metalurgia semi-bárbara revive um passado morto.

Está nas caatingas estorricadas pela seca, onde o bochorno cria dramas, angústias e dores inimagináveis da gente litorânea.

Está na palhoça de sapê e barro, está nas vendolas das encruzilhadas, onde, ao calor da pinga, se enredam romances e se liquidam pendengas com argumentos de gatambu chumbado.

É desse filão de aspectos que há de sair o punhado de obras afirmativas da nossa individualidade racial.”^{vi}

A obra de Monteiro Lobato, por sua vez, fornece importantes contribuições para o tema, destacando-se aqui as reflexões feitas por este autor durante a década de 1910, quando nasce uma personagem símbolo da cultura brasileira: o Jeca Tatu. A personagem teria nascido do contato de Monteiro Lobato com caboclos trabalhadores de sua fazenda no Vale do Paraíba. Sobre o início da vida da personagem, Ricardo Augusto dos Santos afirma que

“Neste momento, Lobato denunciava uma determinada corrente de interpretação dos elementos nacionais, denominada por ele de “caboclisto”, e atribuía ao Jeca, espécie degenerada em sua origem mestiça e adaptada ao ambiente natural, a responsabilidade por todos os problemas do universo rural. O Jeca era indolente, incapaz de participação na política e na produção do trabalho no mundo moderno. Não possuía qualquer noção de pátria ou de nação. Era, portanto, incapaz de evolução e progresso.”^{vii}

Ao analisarmos a obra “*Idéias de Jeca Tatu*”, uma coletânea de artigos jornalísticos, observamos a crítica do autor pela ausência da construção de uma nacionalidade verdadeiramente brasileira. Essa ausência gerou uma sociedade “citadina moderna” que vive em função de uma estética e de uma cultura européia – mais especificamente francesa. Refletindo principalmente em relação ao campo das artes, Lobato clamava pelo nascimento de uma

produção artística realmente nacional, livre de plágios. Fazia duras críticas principalmente ao Estado, que era o fomentador de uma estética oficial voltada para a importação de referências culturais.

Alguns anos após o nascimento da personagem, Lobato entrou em contato com os debates dos médicos sanitaristas da época, que o levou a passar da crítica ao que era o Jeca para a crítica à situação que o levou a tal estado de coisas: o abandono por parte do Estado e do restante da sociedade. Como bem coloca Ricardo Augusto dos Santos:

“É através de uma explicação médico-científica que Lobato, preocupado com a reprodução da força de trabalho improdutiva, mudaria a sua concepção do caboclo brasileiro. A ineficiência do Jeca não era mais uma questão de inferioridade racial, mas sim um problema médico-sanitário. O caipira é doente. Ele é pobre porque é doente e assim não produz. A epígrafe do livro *O Problema Vital* é, neste sentido, elucidativa: “O Jeca não é assim, está assim”. Esta mudança de concepção passava pela crença positiva de Lobato na ciência.”^{viii}

Em 1914, Alberto Torres lança dois livros de grande importância para o pensamento intelectual brasileiro: “*O problema nacional brasileiro*” e “*A organização nacional*”. Em relação à questão do brasileiro e sua identificação, o trabalho de Torres apresenta importantes avanços, com a superação da questão racial. Para o autor, a questão do meio físico é fundamental para o entendimento da questão racial, seguindo as teses evolucionistas. Seria o meio físico o responsável pela definição da raça que ali tem melhores condições de se adaptar e sobreviver – o que nos faz lembrar a questão do sertanejo euclidiano. Ricardo Luiz de Souza, citando Torres, faz uma interessante observação sobre esse tema:

“A degeneração racial do brasileiro – tema comum a autores de seu tempo – é recusada por Torres como “o hábito de menoscar do nosso sangue, de depreciar a nossa idoneidade física e moral, de nos dar por um povo degenerado, corrompido, em franco estado de abatimento corpóreo e moral”. Ele reage a esta concepção e acentua que os fatores que levam a tal abatimento são de ordem social – pouca ou nenhuma instrução, alimentação escassa, péssimas condições de saúde e higiene, moradias inadequadas – e não racial. Inverte, portanto, a escala de fatores ainda predominante no pensamento brasileiro e abre caminho a uma análise, acima de tudo, social da realidade brasileira.”^{ix}

Em relação à questão de uma identidade nacional, Alberto Torres afirma que os brasileiros não a possuíam, assim também como não existia uma cultura brasileira. Torres afirma que o que existia, na realidade, era um

conjunto de idéias exóticas – e errôneas – sobre o Brasil, que vinha a acobertar o verdadeiro caráter nacional, que era exatamente a falta de conhecimento sobre o Brasil real. Nacionalidade e cultura ainda estavam para serem construídas e, segundo o autor, para este processo de construção seriam necessárias as ações de dois agentes: o Estado e a elite intelectual.

Assim como Alberto Torres, muitos dos intelectuais atuantes neste período acreditavam na necessidade de mudanças para o país, coordenada por uma elite capacitada, e também que as mudanças não rompessem com a ordem estabelecida, sendo na realidade reformulações dos modelos contemporâneos. A análise realizada por Bolívar Lamounier sobre a tradição do pensamento político autoritário da Primeira República destaca que este pensamento operava uma mudança que deve ser entendida como a busca por um sistema ideológico que conceituasse e legitimasse a autoridade do Estado como entidade tutelar da sociedade nacional. O autor considera que esta perspectiva de uma *ideologia de Estado* foi construída em oposição a uma *ideologia de Mercado*. Na primeira é o Estado que regula o Mercado e, no segundo caso, era o Estado teorizado em função do Mercado. O modelo da ideologia de Estado teria se desenvolvido no Brasil como uma resposta aos problemas específicos daquele contexto.

Entre os principais expoentes do pensamento autoritário da Primeira República, vale destacar as figuras de Alberto Torres, Gilberto Amado, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Oliveira Viana.

A obra de Paulo Prado denuncia nos anos de 1920, como Monteiro Lobato na década anterior, a importação da cultura estrangeira:

“Um vício nacional, porém, impera: o vício da imitação. Tudo é imitação, desde a estrutura política em que procuramos encerrar e comprimir as mais profundas tendências da nossa natureza social, até o falseamento das manifestações espontâneas do nosso gênio criador. (...) Imitação quer dizer importação. Nesta terra, em que quase tudo dá, importamos tudo: das modas de Paris – idéias e vestidos – ao cabo da vassoura e ao palito. Transplantados, são quase nulos os focos de reação intelectual e artística. Passa pelas nossas alfândegas tudo que se constitui as bênçãos da civilização: saúde, bem-estar material, conhecimentos, prazeres, admirações, senso-estético.”x

Ao contrário do realismo presente na obra dos autores anteriormente citados, quando lançam o olhar sobre os problemas brasileiros, os autores modernistas dos anos de 1920

“Enxergavam o país como um mito enorme, profético, de que seriam símbolos os totens amazônicos. As fortes e belas imagens antropofágicas de Tarsila, os manifestos de Oswald e a rapsódia de Mário de Andrade não poderiam ter nascido senão na cabeça de artistas que pensavam lúdica e surrealmente o Brasil, aquela vaga e espantosa realidade pré-industrial que era a cidade de São Paulo.” xi

Ao falarmos do movimento modernista devemos levar em conta que este não se apresentou de forma homogênea e coesa, dividindo-se em diferentes vertentes que buscavam, cada uma, afirmar qual era a solução ideal para a superação dos problemas nacionais. Nas artes plásticas, na literatura, estes artistas buscavam trazer à tona os “verdadeiros” brasileiros, valorizando os diversos tipos físicos, as etnias, os resultados da fusão das diversas raças. Os brasileiros em seu cotidiano, em seu trabalho, em sua realidade, eram descobertos através dos quadros dos pintores e das imagens suscitadas pelos escritores em suas obras.

Assim, busco traçar de maneira breve algumas das principais tendências da intelectualidade brasileira na reflexão sobre a nacionalidade e sobre o brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Essas tendências muitas vezes possuíam pontos de contato, e em outras tomavam rumos contrários. O que acredito ser mais importante é salientar que esta intelectualidade deixou sua posição de isolamento característica dos primeiros anos da República e tornou-se voz ativa na denúncia da realidade brasileira. Após a Revolução de 1930, o Estado assumiu a missão de elaborar respostas para os desafios colocados até então.

Os discursos de Getúlio Vargas, desde a Plataforma da Aliança Liberal, apontam para a construção de uma imagem do homem brasileiro que se apresentava em harmonia com o pensamento da intelectualidade nacional nas décadas anteriores, buscando a superação dos problemas desse homem de forma a garantir o fortalecimento da raça nacional e o desenvolvimento do país.

Em discurso sobre as realizações do Governo Provisório, ressaltava Getúlio Vargas que:

“Há, no Brasil, três problemas fundamentais, dentro dos quais está triangulado o seu progresso: sanear, educar, povoar. O homem é produto do habitat. (...) Combater as verminoses, as endemias, as condições precárias de higiene, é criar o cidadão capaz e consciente. (...) Educar equivale, também, a uma forma de saneamento. Educar não é, somente, instruir, mas desenvolver a moralidade e o caráter. (...)” xii

A fala de Vargas aparece como resposta à questões diagnosticadas, por exemplo, por Lobato e Torres sobre as condições do homem rural e a necessidade de sua superação, como pré-requisito para o desenvolvimento da nacionalidade e da nação. Reconheceu-se a questão do abandono do homem rural, que gerou consequências como o êxodo rural, e buscava-se reverter essa situação, promovendo um “retorno” ao campo. Para o cumprimento deste objetivo propunha-se educar as populações rurais, valorizando economicamente o interior, e promovendo seu saneamento e povoamento^{xiii}.

De acordo com os estudos de Linhares e Silva^{xiv}, as questões da agricultura e do homem do campo estiveram sempre presentes durante o governo Vargas, tanto do ponto de vista da política elaborada para o campo pelo Estado, como em relação ao imaginário construído sobre o homem rural brasileiro. Para os autores, a política elaborada para o campo pelo governo Vargas vinha de encontro às preocupações com a urbanização e a industrialização crescente, tendo como objetivos o abastecimento das cidades e a satisfação da demanda de matérias-primas, o que tendia a reorientação da agricultura do mercado externo para o interno. A intervenção estatal buscava, entre outros fatores, incentivar a mobilidade da fronteira econômica, visando incorporar amplos espaços vazios do ao processo produtivo, ocupando os sertões; reunir diversos núcleos demográficos isolados, ou, conforme Vargas, povoar racionalmente o país, através de uma boa rede viária, assumindo assim a ideologia da fronteira ou do bandeirantismo, de suma importância na tática governamental.

Aspásia de Alcântara Camargo fornece importantes informações sobre as perspectivas levantadas pelo grupo do Clube 3 de Outubro, formado pelos tenentes e simpatizantes e que apresentava grande prestígio no meio político após a Revolução de 1930, envolvendo o tema da questão agrária. O programa do Clube 3 de Outubro pregava a limitação dos latifúndios, com o estímulo à formação e à manutenção da pequena propriedade, a participação dos trabalhadores agrícolas como beneficiários da legislação trabalhista, além de sua inclusão nos lucros e a co-gestão da propriedade. Para Camargo,

“As medidas de proteção ao trabalhador rural não aparecem no programa como meramente tópicos. Elas correspondem, de fato, a uma ênfase tanto na proteção e na diversificação da produção agrícola, como no aumento da produtividade, representando ainda uma tentativa de

introduzir o modelo econômico que ora se implanta maior complementaridade entre uma Agricultura poderosa e dominante e uma Indústria incipiente que ainda busca consolidar-se”. xv

Os aspectos econômicos do povoamento salientados por Linhares e Silva, e também por Camargo, são identificados nos discursos governamentais. A proposta era realizar um povoamento “racional” do interior, verificando-se as condições do meio físico (como a fertilidade do solo, salubridade, facilidade de escoamento da produção), prestando assistência técnica e social. Através dos estudos e relatórios anuais elaborados pelo Ministério do Trabalho, percebe-se a existência de uma consciência formada pelos técnicos de que, no conjuntural estágio do desenvolvimento industrial brasileiro, a expansão deste estava subordinada ao trabalho agrícola e ao poder de compra dos trabalhadores rurais.

Alguns autores ressaltam a utilização da fronteira em expansão como uma forma de “barganha” política entre setores da “nova” elite econômica industrial e os latifundiários. Esta é a visão de José Graziano da Silva, que afirma que

“Somos tentados até a dizer que a expansão da fronteira tem sido a garantia da perversa aliança entre a burguesia industrial e o latifúndio, nem pacto político que, além de manter a estrutura agrária existente nas regiões de colonização mais antiga, impediu qualquer medida destinada a democratizar o acesso à posse da terra nas regiões mais novas”.xvi

Para Ruy Moreira,

“A ‘fronteira em movimento’, antes de ser um processo de ocupação econômico-demográfica de terras virgens ou devolutas, é um mecanismo estatalmente conduzido de regulação das relações econômicas e de poder de classe. Constitui a transformação em política de Estado, do processo espontâneo de ocupação econômico-demográfico que historicamente ocorre na formação econômico-social brasileira desde a Colônia. Enquanto política de Estado, a ‘fronteira em movimento’ é um instrumento de distensão das contradições rurais localizadas, e, no mesmo ato, de neutralização de suas incidências e interconexões com as contradições capital-trabalho”.xvii

As observações de José Graziano da Silva e Ruy Moreira chamam a atenção para a necessidade de analisar com cuidado as delicadas relações que se estabelecem entre o Estado e os latifundiários após a Revolução de 1930, e os reflexos que estas terão para as tomadas de decisões políticas, em um processo complexo e extremamente tenso.

Entre os setores da população que seriam direcionados para política do povoamento estavam trabalhadores pobres, flagelados e retirantes das secas e ex-reservistas, que seriam direcionados para grandes áreas de assentamentos agrícolas, expandido as fronteiras internas. Além destes setores, os projetos de ocupação e colonização do interior do Brasil contavam com a elaboração de uma política imigratória. A Constituição de 1934 havia determinado os rumos da política imigratória a partir de então, subordinando-a aos *“interesses de nossa formação racial, por meio de largo plano de seleção, distribuição, localização e assimilação do imigrante”*.^{xviii} Foram fixadas cotas provisórias para a entrada de imigrantes no país, dando preferência aos que fossem agricultores, em complementaridade às medidas que vinham sendo tomadas para limitar a ação dos imigrantes operários militantes nos centros urbanos. A maioria destes imigrantes teve como destinos os estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco. Os imigrantes recém-chegados que buscavam o auxílio oficial e os trabalhadores nacionais que aguardavam encaminhamento para o interior do país eram hospedados pelo Governo.

A importância de um projeto racional de imigração se justificaria pelas consequências das leis imigratórias anteriores que, sob influência do liberalismo da Constituição de 1891, não davam nenhuma atenção à qualidade do imigrante como elemento de integração étnica, estando o problema da imigração vinculado a apenas dois aspectos: o braço trabalhador e o povoamento. A seleção étnica, a integração do colono na sociedade como elemento plástico e constitutivo da nacionalidade, identificando-o com os nossos ideais e tendências, eram fatores secundários para esta política. O artigo *“Serviço de Povoamento”*^{xix}, de autoria de Teixeira Leite, enfatiza a necessidade de uma política de acompanhamento dos imigrantes por parte do Governo, verificando a eficácia da integração dos estrangeiros e a sua eficiência como fator social e econômico para o país.

A nova política imigratória impedia a formação de colônias de imigrantes homogêneas, determinando que cada núcleo ou centro agrícola, fosse ele particular ou oficial, apresentasse um mínimo de 30% da população formada por colonos brasileiros. Os elementos nacionais funcionariam como agentes de aglutinação e assimilação dos estrangeiros, promovendo sua nacionalização. Para solidificar esse processo de nacionalização dos colonos, ficou

determinado por lei que nenhuma escola das colônias poderia ser regida por professores que não fossem brasileiros natos e nenhuma criança de até 12 anos poderia ser ensinada em língua que não fosse a portuguesa^{xx}. A política imigratória sofreria variações durante todo o período do governo Vargas, principalmente devido às mudanças da conjuntura internacional.

Além da questão do povoamento, propostas para o homem rural foram elaboradas sobre o problema da sua educação. Vale lembrar que a idéia de educação presente nos discursos do Estado estava vinculada tanto ao aspecto da instrução quanto ao aspecto de formação moral e cívica. Em discurso sobre a instrução profissional e a educação, Getúlio Vargas afirma que

“No Brasil, o rude homem do sertão, sempre pronto a atender aos reclamos da Pátria nos momentos de perigo, é matéria prima excelente e, se vegeta decaído e atrasado, culpemos a nossa incúria e imprevidência. (...) Daí a esse espectro farta alimentação e trabalho compensador; creai-lhe a capacidade de pensar, instruindo-o, educando-o, e rivalizará com os melhores homens do mundo. (...) Para isso conseguirmos, há só um meio, uma só terapêutica, uma só providência: - é preciso que todos os brasileiros recebam educação.”^{xxi}

A idéia de criação de escolas que se adaptassem às necessidades de cada região era salientada: nos centros urbanos, populosos e industriais, deveria ser adotada a formação técnico-profissional, com institutos especializados e liceus de artes e ofícios; no interior, o modelo seria rural e agrícola, em forma de escolas, patronatos e internatos. O caráter comum a estes modelos seria o prático e o educativo que dotaria cada cidadão de um ofício que o possibilitaria ganhar a vida, com hábitos de higiene e de trabalho, consciente de seu valor moral.^{xxii}

Em relação à questão da construção de um imaginário sobre o homem rural, Linhares e Silva abrem importantes perspectivas de estudo, apesar de tratadas de maneira breve. Esta construção, por parte do Estado, contava com o eficiente aparato do Departamento de Imprensa e Propaganda. Mas os autores chamam a atenção para outros caminhos desta construção, através da literatura, com os romances regionalistas, da música popular e da produção cinematográfica.

Ana Maria Daou^{xxiii} destaca a importância do Estado na construção da identidade nacional, inclusive no que diz respeito à criação de um imaginário e de elos “naturais” em que os membros da comunidade se identificam com os

lugares, enfatizando a associação entre nação e território. Daou destaca a obra “Tipos e Aspectos do Brasil”, produzida em série, como parte do projeto pedagógico do Estado Novo, onde a população e as tradições do país passam a ser o centro da identidade nacional. A autora destaca que

“A identificação de pessoas com uma determinada área ou região operada nos quadros dos ‘Tipos e aspectos do Brasil’ constituiu valorosa estratégia em direção à construção da unidade perseguida pelo ideário nacional do Estado Novo, elegendo tipos humanos fixados a determinados lugares como manifestações concretas de variedade étnica e cultural”.^{xxiv}

“Tipos e aspectos do Brasil” serve como importante referência para o entendimento da noção de identidade nacional brasileira dominante em determinado período de nossa história, mostrando principalmente a importância da geografia para a construção desta noção, já que as relações entre povo e lugar, nação e território, estão no cerne dessa construção de identidade.

O estudo de Newton Dângelo^{xxv} sobre o uso do rádio como instrumento para se ensinar História durante os anos de 1930 e 1940 fornece algumas referências interessantes, principalmente em relação às diretrizes que eram trabalhadas por esta disciplina sobre a nacionalidade brasileira. Estas diretrizes abordavam, por exemplo, a questão da formação de um caráter nacional, mesmo com a composição do povo a partir de diversas raças. É significativa também a referência do autor à importância adquirida no período pela ideologia da Marcha para Oeste:

“Colocava-se a nação em movimento para abrigar a todos os brasileiros, estendendo-se as fronteiras agrícolas (e recrutando mão-de-obra para a indústria) e estabelecendo-se sistemas de comunicação à distância para ‘levar o Brasil aos brasileiros’. Na bandeira todos são soldados disciplinados que lutam contra o desconhecido, guiados por um incansável comandante. O sentido de participação coletiva no movimento, efetuada com obediência e disciplina, conduziria a massa anônima, mas militarmente organizada, à integração nacional”.

Idéias como as de obediência e disciplina, e a formação de uma imagem de Exército de desbravadores apontadas por Dângelo servem como referências para observarmos a construção de um modelo de povo neste período, de organização social. A seguinte passagem de Francismar Lopes de Carvalho^{xxvi} também aborda este aspecto, mas salientando desta vez a posição de liderança deste Exército, comparada à do líder dos bandeirantes, na análise da obra de Cassiano Ricardo

“Para Ricardo, o chefe da bandeira concentrava todo o poder em suas mãos, de executar disposições, fazer regras e julgar situações. Ele mesmo era o executivo, o legislativo e o judiciário. Sem autoridade não há bandeira. Segundo Ricardo, a bandeira é um Estado em miniatura, e portanto tem que ser democrática e autoritária(...)”.

O estudo das políticas para o campo e o imaginário sobre o homem rural durante o primeiro governo Vargas oferece ainda muitas possibilidades de pesquisa, pois a historiografia parece ter dado uma maior atenção aos aspectos industriais e urbanos da política deste período. O que busquei identificar de forma breve neste artigo, é a existência de uma ligação profunda entre as políticas traçadas por este Estado e o pensamento da intelectualidade durante as primeiras décadas do século XX. Esta intelectualidade apresentou uma nova proposta para o seu papel social, encarregando-se de diagnosticar os grandes problemas nacionais. Dentre estes problemas, encarreguei-me aqui de analisar alguns relativos ao tema do homem rural. Minha hipótese é de que, coma abertura promovida pelo Estado após a Revolução de 1930 para a participação de intelectuais como funcionários deste Estado, houve uma tentativa de se recuperar diagnósticos realizados e solucionar os problemas até então constatados. A novidade é que as políticas elaboradas foram acompanhadas pela tentativa de se construir uma nova imagem do homem rural. Esta imagem era fundamental para o modelo de nacionalidade que se tentava forjar, o de nacionalidade brasileira una, porém constituída de uma grande variedade étnica, cultura e social – porém sempre positiva.

A positivação de imagens não se referiu apenas ao homem do campo neste período. A imagem do trabalhador vinha adquirindo novos significados no imaginário popular desde o processo de abolição da escravatura, quando o teor negativo do ato de trabalhar foi sendo modificado para a adaptação a um novo contexto de mão-de-obra livre e de entrada dos trabalhadores imigrantes.

A partir das análises apontadas neste artigo, observa-se que, mais do que uma conclusão sobre o tema, o que se torna latente é a necessidade de elaborar estudos mais aprofundados sobre a questão, que virão a contribuir enormemente para a compreensão do longo processo – para muitos ainda não terminado – da construção da nacionalidade brasileira.

Notas:

* Doutoranda em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA da UFRRJ.

ⁱ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ⁱⁱ OLIVEIRA, Lucia Lippi. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In: D'ARAUJO, Maria Celina. *As instituições brasileiras na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/ EDUERJ, 1999. PP. 84.

ⁱⁱⁱ VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano Vol. II – O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

^{iv} VELLOSO, Mônica Pimenta. Idem.

^v CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

^{vi} LOBATO, Monteiro. *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1957. 8ª Edição. Pp.49 e 50.

^{vii} SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Lobato, os Jecas e a questão racial no pensamento social brasileiro*. In: http://www.achegas.net/numero/sete/ricardo_santos.htm

^{viii} SANTOS, Ricardo Augusto dos. Idem.

^{ix} SOUZA, Ricardo Luis de. *Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres*. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 315.

^x PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 8ª Edição. Pg. 204.

^{xi} BOSI, Alfredo. As letras na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* Tomo III: O Brasil Republicano. Vol. 2: Sociedade e instituições (1889 – 1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Pg.304.

^{xii} VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil – vol III*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, sd. Pg. 246.

^{xiii} VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil – vol II*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, sd.

^{xiv} SILVA, Francisco Carlos Teixeira da & LINHARES, Maria Yedda. *Terra Prometida – Uma História da Questão Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

^{xv} CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930 – 1964). In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 3 – Brasil Republicano, Volume 3 – Sociedade e política (1930 – 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. Pg. 136.

^{xvi} SILVA, José Graziano. *A modernização dolorosa - Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

^{xvii} MOREIRA, Ruy. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

^{xviii} MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *O MTIC e a sua função na economia brasileira*. Rio de Janeiro, 1936.

^{xix} TEIXEIRA LEITE. Serviço de Povoamento. In: *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, Janeiro de 1935.

^{xx} MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Idem.

^{xxi} VARGAS, Getúlio. A instrução profissional e a educação. In: *A Nova Política do Brasil* – vol II. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, sd.Pg. 117.

^{xxii} VARGAS, Getúlio. Idem. Pg. 119.

^{xxiii} DAOU, Ana Maria. Tipos e Aspectos do Brasil: imagens e imagem do Brasil por meio da iconografia de Percy Lau. In: CORREA, Roberto Lobato & Rosendahl, Zeny (org). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

^{xxiv} DAOU, Ana Maria. Idem. Pg.147.

^{xxv} DÂNGELO, Newton. Ouvindo o Brasil: O Ensino de História pelo Rádio - décadas de 1930/40. In: *Revista brasileira de História*, São Paulo Volume 18, nº 36, 1998.

^{xxvi} CARVALHO, Francismar Alex Lopes. Representações da fronteira nas obras de Frederick Jackson Turner e Cassiano Ricardo. In: <http://nethistoria.com>.

A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E A EXTENSÃO RURAL NO PERÍODO FORDISTA E PÓS-FORDISTA. UMA REFLEXÃO ACERCA DO CARÁTER TUTELAR DA EXTENSÃO RURAL.

Ana Louise de Carvalho Fiúza¹

Adriano Almeida²

1 - Introdução

Este texto apresenta uma reflexão acerca do processo de mediação exercido pelos “agentes de desenvolvimento rural”, mais comumente, designados de extensionistas rurais, à luz do novo paradigma agroecológico que vem sendo incorporado nas políticas, programas e projetos de assistência técnica e extensão rural, em substituição ao paradigma produtivista. A inquietação que motivou esta reflexão se dá, justamente, no sentido de percebermos se a mudança de orientação de um modelo produtivista de intervenção para outro agroecológico possibilita a construção de um processo de mediação ou se tal mudança continua a perpetuar um parâmetro tutelar de extensão rural, dentro do qual os agricultores ainda seriam percebidos como “fiéis” em potencial para uma nova seita redentora, estando aqueles outrora alijados do processo de modernização, mais próximos, agora, da “terra prometida”, bastando adequar, um pouco, suas práticas ao modelo salvador.

É sabido que o modelo de extensão rural que se instituiu no Brasil, do pós-Segunda Guerra até fins da década de 80, foi, nas palavras de Fonseca (1985)³, um projeto educativo para o capital, industrial e financeiro. A concepção de educação presente neste modelo difusionista de extensão rural estava marcada por uma prática pedagógica que visava ao condicionamento de comportamentos para que a tomada de atitudes dos agricultores se enquadrasse à modernização agrícola proposta. Mas, e no que diz respeito a este novo modelo de intervenção agroecológico, estaria ele efetivando práticas reflexivas, realmente dialógicas e geradoras de atitudes pró-ativas por parte dos agricultores? Estariam as possibilidades de desenvolvimento social dos agricultores familiares vinculadas a um modelo agrícola específico, no caso, o agroecológico? E ainda, podemos tomar um determinado modelo de agricultura, produtivista ou

¹ Profa. Adjunta do Mestrado em Extensão Rural da UFV.

² Estudante do curso de geografia e bolsista de iniciação científica.

³ FONSECA, Maria Teresa Lousa da. *A Extensão Rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. São Paulo, Loyola, 1985.

agroecológico como uma variável determinante para a promoção do desenvolvimento social sustentável dos agricultores familiares. Começamos nossa reflexão analisando as características do modelo agrícola produtivista.

2 - A crise do modelo agrícola produtivista e da extensão rural de caráter difusionista.

Segundo Júlio Berdegú (2002), dentro do modelo agrícola produtivista de difusão de tecnologia da Revolução Verde, os agricultores tinham um papel bastante passivo de usuários de tecnologias. A única decisão que lhes cabia era a de adotar ou não os pacotes tecnológicos propostos. Nos anos 70 surgem as primeiras vozes contrárias ao difusionismo tecnológico reivindicando uma nova concepção centrada em facilitar os processos de comunicação com os produtores e as comunidades rurais, na qual estes teriam papel ativo. Nos anos 80, segundo Abramovay (1994) fatores externos como a mudança da política agrícola da Comunidade Européia, pressionada pelos excedentes agrícolas que tornaram os subsídios agrícolas insustentáveis economicamente, e fatores internos como a política de descentralização administrativa, pós-Constituição de 88, que levaram à crise e ao colapso da maioria das agências nacionais de extensão agropecuária, colocaram em xeque, como aponta Berdegú (2002), o modelo de extensão rural produtivista praticado até então. A retração da intervenção governamental provocou a precarização da oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), em virtude da transferência de responsabilidade para os Estados e municípios. A pluralização na oferta dos serviços de ATER⁴ oferecidos aos agricultores trouxe como inovação o fato de o financiamento por parte do Estado não mais estar vinculado à oferta do serviço de assistência técnica. Assim, passou a existir a possibilidade de escolha por parte dos agricultores da empresa ou instituição prestadora de assistência técnica que seria contratada. Esta nova realidade, embora trazendo os problemas relativos à descentralização e à transferência de responsabilidades, pode vir a favorecer diretamente as comunidades rurais pobres visto que estas não tinham oportunidade de acesso aos bens e serviços de assistência técnica e extensão rural,

⁴ A prestação de serviços de ATER como consta no documento “Perfil das instituições de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e assentados no Brasil”, produzido pela FAO, MDA, SAF, em 2003, aponta um cenário de prestação de Serviços formado por 495 ONGs; 498 Instituições representativas dos agricultores, como os sindicatos e movimentos sociais; 1858 Prestadores Privados de Serviços de Ater; 867 Cooperativas de Produção; 397 Instituições de Ensino e Pesquisa; 131 Cooperativas de Crédito; 78 agroindústrias; 80 Instituições públicas estaduais e municipais; e 43 Instituições do Sistema S.

sempre, canalizados para aqueles produtores tidos como modernizados ou em processo de modernização.

Dentro desta nova filosofia de parceria público-privada, Berdegú destaca que os agricultores passam a se enquadrar dentro de diretrizes políticas que determinam que eles devem assumir uma porcentagem crescente do pagamento dos serviços de assistência técnica e extensão rural prestados. A mentalidade assistencialista, que considerava como uma obrigação quase ética do Estado o financiamento total dos serviços de assistência técnica passa a ser compreendida pelos agentes financiadores dos programas e projetos de desenvolvimento rural sustentável, como perpetuando uma inércia por parte dos produtores e dos próprios prefeitos. A ênfase no desenvolvimento da capacidade pró-ativa é tanta, que o Estado e as instituições de fomento de programas e projetos para o meio rural passam a considerar que para atingir o desenvolvimento social nem sempre investir em assistência social (sistema de extensão ou assessoria agropecuária) é a melhor opção. Pode ser preferível um programa de fomento produtivo. Eis, portanto, o cenário político-administrativo em que o novo modelo de assistência técnica e extensão rural vai se configurar.

3 - A ATER face ao paradigma agroecológico

Como já destacado anteriormente, a preocupação com o meio ambiente entrou na vida dos agricultores, primeiro dos europeus e mais recentemente dos do Terceiro Mundo, segundo Abramovay (1996), através da porta da Reforma da Política Agrícola Comum, de 1992. Segundo ele, o mecanismo de sustentação da renda agrícola baseado em preços garantidos que incentivavam o produtivismo desmoronou face à formação de uma “bola de neve” de excedentes agrícolas, cada vez mais ameaçadora para a economia. Assim, desde a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) feita pelos países da Europa ocidental, em 1992, o subsídio agrícola começou a ser substituído por *ajudas diretas*, descasadas da remuneração que se obtinha com a venda dos produtos agrícolas. Um dos objetivos explícitos desta reforma da PAC, segundo Abramovay, foi o de permitir uma “extensificação” dos métodos de produção, visando assegurar a preservação do meio ambiente, a redução dos excedentes agrícolas. Este novo discurso passa, então, a valorizar a multifuncionalidade da agricultura, destacando que para além do aspecto produtivo a ela associado, deveria-se destacar o seu papel como possibilitadora da construção de um território, um lugar, onde se deve *imperiosamente*

viver. Assim, conforme destaca Abramovay, a questão ambiental passa a integrar a política agrícola a partir do momento em que a prioridade não está mais no desenvolvimento da produção, na intensificação, mas num território e numa sociedade que devem imperiosamente viver tanto quanto produzir. Um dos objetivos explícitos da reforma da PAC é o de permitir uma extensificação dos métodos de produção, visando assegurar a preservação do meio ambiente e a redução dos excedentes agrícolas. É, portanto, na vinculação entre redução dos excedentes agrícolas e preservação ambiental que a sustentabilidade na agricultura entra nas políticas de desenvolvimento rural, também no Brasil.

Dentro desta nova premissa liberal de sustentabilidade que guia as políticas de ATER, o objetivo não pode continuar sendo o da ocupação produtiva do espaço rural. Segundo Abramovay (1994), os agricultores profissionais, os 20% mais competitivos e produtivos, devem estar ladeados por outros que se encarregarão de zelar pela paisagem, que no limite serão guardiães da integridade do território, compreendido como um mais com um espaço de vida, de reprodução social dos laços de parentesco e da cultura local. O que nos parece interessante de se destacar nas mudanças de direcionamento político vivenciadas hoje pelas instituições governamentais prestadoras de assistência técnica e extensão rural, é o argumento que Abramovay (1994: 18) traz acerca da questão ambiental.

“A idéia de que a reversão dos danos ambientais provocados pela agricultura altamente intensiva teria que passar necessariamente pela adoção da agricultura biológica, da rotação de culturas, da complementariedade entre agricultura e pecuária, em suma, pela ruptura com as técnicas e as bases econômicas do sistema até aqui vigente parece pouco verossímil, pois as grandes unidades produtivas possuem uma imensa capacidade de adaptação às exigências sociais e econômicas da integridade ambiental. Pesticidas melhor dirigidos a finalidades específicas e de maior biodegradabilidade, utilização de variedades mais resistentes a certas doenças, adaptação da fertilização sintética às necessidades precisas das plantas etc. O principal problema desta visão não é propriamente ambiental: é bastante provável que a pesquisa agrônômica consiga resolver a maior parte dos problemas ambientais hoje provocados pelas unidades produtivas altamente especializadas. O problema é social, econômico e político. Nada indica que, mesmo concentrada entre os maiores produtores, a produção agrícola poderá dispensar o apoio estatal na sustentação da renda.” Abramovay (1994: 18)

Assim, antes dos extensionistas adotarem um discurso messiânico de que a sustentabilidade da agricultura só pode ser alcançada através de um determinado direcionamento agrícola, no caso o agroecológico, é preciso, perceber que a questão da sustentabilidade da agricultura familiar é fortemente dependente da opção política em se

manter altos subsídios para um pequeno número de proprietários de grandes unidades produtivas, em detrimento de se empregar este gasto público com um grande contingente de pequenos agricultores familiares. Neste sentido, um argumento levantado por Wilkinson (1997) que relativizaria a responsabilidade da tecnologia, em si, como determinante para o agravamento das desigualdades sociais entre os diferentes segmentos de produtores rurais, se referiria aos limites existentes à potencialidade do modelo tecnológico produtivista. Segundo ele, a própria "natureza" e o "trabalho" justificariam pelo menos a multiplicidade de alternativas tecnológicas, ao invés do uso compulsório de um pacote que a tudo serve.

A natureza, segundo Wilkinson se constituiria em fator concorrencial à tecnologia produtivista, por possuir atributos como a fertilidade do solo, que dispensaria ou minimizaria a necessidade de adubo químico, por exemplo. Isto se constituiria em uma alternativa mais econômica e rentável que o consumo de insumos industrializados. Também o trabalho se constituiria em um fator limitante à tecnologia produtivista, por poder se revelar mais eficaz que a mecanização em determinadas etapas do ciclo produtivo. Assim, a mão de obra familiar, tal como a fertilidade do solo, que também não implicaria em gastos, se constituiria em uma alternativa às formas produtivistas de cultivo e produção, apoiadas no desenvolvimento tecnológico.

Considerações Finais

Pode-se concluir, portanto, que o peso que se dá a um sistema produtivo como mais apropriado é muito relativo, visto que a dinâmica da agricultura é muito heterogênea, e justificaria no mínimo a adoção de tipos diferenciados de tecnologia. O que novamente reforça a proposição de Wilkinson (1997), de que a ciência, a técnica, o mercado, os preços, não são causas da conformação institucional, mas resultante das suas relações.

A visão de Habermas acerca da tecnologia reforça este ponto de vista de Wilkinson. Segundo Habermas (1968), a questão parece ser que, além de se reconhecer que a tecnologia tem um *à priori* político, visto que na medida em que ela transforma a natureza ela tem como consequência também a transformação do homem, a técnica em si *não conteria* já em sua imanência uma racionalidade do dispor, uma racionalidade da dominação. Pelo contrário, a técnica teria uma racionalidade própria, que não poderia ser reduzida a um projeto político.

Isto pode ser bem ilustrado pelo que Wilkinson aponta como o caráter *sui generis* da atividade agrícola, se vista do ângulo da "natureza" e do "trabalho". A tecnologia dentro destes limites da natureza e do trabalho poderia favorecer a agricultura familiar com suas técnicas mais autosustentáveis, que tiram vantagem da fertilidade do solo e da mão de obra familiar. Quer dizer, independente de projeto político que a favorecesse, a tecnologia camponesa teve sua racionalidade construída dentro dos desafios do homem frente a natureza. Para Habermas a técnica, enquanto universo de meios, pode tanto debilitar como aumentar o poder do homem, mas ela não necessariamente decorre de uma conformação pela disputa de poder e riqueza dentro da sociedade. Embora no estágio presente, ele reconheça que o homem ,é mais impotente do que nunca, perante o seu próprio aparelho.

Segundo F. Brüseke (1997), a transformação da natureza pelo homem, através do desenvolvimento, desde os tempos mais remotos da história do homem, esteve ligada à luta contra os membros da própria espécie. Apoiando-se em estudos como os de Gehlen (1957) e Sombart (1928), defende Brüseke (Ibid., 1997) a perspectiva de que a técnica faria parte da essência do homem, porque seria através dela que ele se libertaria da necessidade de adaptação orgânica, válida para os animais, e capacitar-se-ia para a transformação das circunstâncias às suas necessidades.

A técnica seria, para o homem, natureza artificial e essencial. Esta caracterização da técnica como natureza artificial e essencial do homem está em consonância com a percepção que Marx⁵ tem da relação que o homem estabelece com a natureza através do trabalho. O processo de trabalho que o homem impõe à natureza, segundo Marx, constitui-se numa progressiva humanização da mesma. Não existe, portanto, dentro desta perspectiva, uma natureza em si. Conforme lembra, também, Lenoble (1990: 17), “na natureza, os primitivos procuravam compreender a vontade dos deuses do mar, dos vulcões e dos rios; Aristóteles, uma hierarquia de formas organizadas; Descartes e os modernos, as alavancas de uma máquina em que tudo se passa por número e movimento”. Segundo destaca Brüseke (1997), a técnica moderna expressaria a mesma tentativa de estabilizar o ritmo do mundo, através do domínio das irregularidades e exceções, presente nas práticas mágicas em todos os tempos e culturas humanas, que utilizaram a magia para garantir a repetição homogênea de certos fenômenos naturais,

⁵ G. Lukács. Trabalho. In: *Per uma Ontologia del'Essere Sociale*. (Texto mimeo.) Tradução: Prof. Ivo Tonet, Universidade Federal de Alagoas.

como a chuva, a chegada da estação certa para o plantio e a colheita, a proteção contra secas e enchentes, etc.

Mas, se o exposto acima mostra a existência de um ponto em comum contido na técnica de antes e depois da revolução científica dos séculos XVII e XVIII⁶, há também que se ressaltar que a forma como a ciência impregna a técnica a partir da modernidade, tornando-se o meio de produção por excelência dentro da dinâmica capitalista, cria uma distância enorme entre a técnica científica e a “técnica antropocêntrica” anterior. Na cauda desse “progresso”, a técnica moderna traz em seu bojo, como marco diferencial, a consciência, por parte do homem, da finitude dos recursos naturais e o desencantamento com as potencialidades da Razão Iluminista⁷, o que se manifesta, hoje, no processo constitutivo de uma mentalidade ecológica, que procura pensar um vínculo mais duradouro entre natureza e sociedade. Contudo, há que se estar atento, frente a este cenário, de predomínio da razão instrumental, potencializadora das desigualdades sociais, para o fato de que a caracterização da técnica e da razão como um reducionismo antropocêntrico incorpora uma visão fatalista da técnica, abortando a possibilidade de alternativas ou adaptações da mesma às exigências críticas.

A pergunta que Brüseke (1997) lança então é a seguinte: Será que entre os defensores do progresso e os profetizadores da destruição iminente não se poderia abrir um campo de reflexão e comunicação social com a chance de conformar um agir diferente? A resposta para tal indagação parece promissora, pois, segundo ele, há um dado novo no contexto atual. Para este autor⁸, o funcionamento da técnica foi tratado, durante muito tempo, quase como um *a priori*. São recentes as preocupações com as possibilidades do não funcionamento da técnica e seus acidentes prováveis. Segundo este autor, a observação da técnica moderna sob o ângulo de seu possível não funcionamento possuiria um alto valor para a compreensão da responsabilidade dos

⁶ H. Marcuse, *Razão e revolução*. Rio de Janeiro: Saga, 1969. Mesmo assinalando a politização da técnica e a inclusão da dominação na sua estrutura, Marcuse aponta para um certo “essencialismo” da técnica. Segundo ele, o *a priori* tecnológico é um *a priori* político, na medida em que as criações derivadas do homem brotam de uma totalidade social e a elas retornam. Entretanto, pode-se insistir que a maquinaria do universo tecnológico é indiferente perante os fins políticos – pode servir de acelerador ou de freio a uma sociedade. Uma calculadora pode servir tanto a um regime capitalista como socialista.

⁷ T. Adorno e M. Horkheimer. *Dialectica del Iluminismo*. Buenos Aires: SUR, 1970. Os frankfurtianos Horkheim e Adorno evidenciam tal fato com sua “teoria crítica”, que denuncia as mazelas da indústria e da técnica moderna.

⁸ Franz Brüseke, op. cit, nota 9. À propósito desta questão, ver também, M. C. MORAES. e M. DUAYER. Richard Rorty: a ética pragmática do neoconservadorismo. In: *Ética*. Rio de Janeiro: UAPÊ (Espaço Cultural Barra) e SEAF (Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas). 1997. Nesta obra, eles observam que a ênfase na natureza fragmentária do mundo e do conhecimento humano que conformam a modernidade ocidental têm como consequência mais dramática impossibilitar qualquer política emancipatória em uma perspectiva totalizante.

cientistas sobre as técnicas e tecnologias que produzem, se os mesmos passam a vislumbrar as possíveis consequências de seus experimentos, ou seja, passem a considerar os riscos sociais de seus inventos, admitindo o imprevisto como o mais esperado e o funcionamento da técnica como uma surpresa. Eis o campo real onde pensar a técnica e a tecnologia, pois que através dos arranjos que delas se fazem podemos tentar transformar uma realidade coercitivamente desigual.

Levando em consideração que o desenvolvimento é hoje concebido do ponto de vista da sustentabilidade sócio-ambiental, percebemos que as pessoas em nível local passam a ser consideradas como atores indispensáveis dos projetos de intervenção que lhe são propostos. Neste sentido, não é coerente que os agentes de desenvolvimento mantenham uma prática extensionista diretiva, tutelar. Entendendo que para se alcançar o desenvolvimento social é necessário a existência em nível local de atores propositivos, envolvidos e interessados em construir horizontes de superação de “seus” problemas e necessidades cotidianas, a prática extensionista não pode ser feita com horizontes de ação pré-definidos, defendendo um determinado tipo de modelo agrícola porque ele é ambientalmente mais adequado, visto que as tecnologias modernas também podem ser ambientalmente sustentáveis.

Assim, mais importante que se comportar como um messias salvador, que apresenta aos “agricultores não iniciados” a prática redentora para os males por ele cometidos, seja por falta de produtividade, seja por falta de cuidado com a natureza, o que o técnico precisa é ser um *mediador social*. Segundo Neves (2006: 09) a mediação se assenta na produção de consensos coletivos e códigos comuns. O diálogo é, portanto, a ferramenta para se estabelecer “projetos de envolvimento” de acordo com a realidade de cada grupo de produtores rurais. Segundo Neves (2006: 06), “a mediação opera como espaço de institucionalização do que pode ser partilhado, de modo a permitir a interação a partir do debate e da comunicação em torno de temas comuns que propiciem a troca de experiência”. Concluindo, é importante neste momento de crise do paradigma agrícola produtivista e de busca por um novo paradigma pró-sustentabilidade sócio-ambiental, não elegermos a natureza no lugar da produtividade como sendo a meta. Esta deve ser entendida como construção contextualizada, dependendo da cultura e da história de cada grupo.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. A dualização como caminho para a agricultura sustentável. Estudos Econômicos. v. 24, n. especial: 157-182 – 1994 – FIPE - 1994
- BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa livraria. 2000.
- BERDEGUÉ, Júlio A. Las reformas de los sistemas de extensión em América Latina a partir de la década de los 80. 2002.
- BROSE, Markus (Org.). Participação na extensão rural. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.
- BRÜSEKE, Franz Josef. A crítica da técnica moderna. Estudos Sociedade e Agricultura. Nº 10, 1998, p. 5-56.
- FERRINHO, Homero. Comunicação educativa e desenvolvimento rural. Porto: Edições Afrontamento. 1993.
- HABERMAS, J. Técnica e Ciência Como Ideologia. Lisboa. Edições 70, 1968
- MANHEIM, K. O pensamento conservador. In: MARTINS, J. S. Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- MUCHAGATA, Márcia.. Perfil das instituições de assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares e assentados no Brasil. Brasília: FAO, MDA, SAF. 2003.
- MOREIRA, Roberto José. Renda da natureza e territorialização do capital: reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista. Estudos Sociedade e Agricultura. Nº 4, 1995, p. 89-112.
- MOREIRA, Roberto José. Formação Profissional das Ciências Agrárias: Questões da Atualidade. Palestra proferida na 1ª Reunião Plenária do Programa ALFA-Rede ESTRELA realizada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no período de 11 a 13 de março de 1996.
- NEVES, Delma Pessanha. Importância dos mediadores culturais para a promoção do desenvolvimento social. (No prelo).
- THOMPSON, E.P. Senhores e caçadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
- WEBER, Max. A dominação carismática e sua transformação. In: Economia e Sociedade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- WILKINSON, John. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Nº 8, abril de 1997.

A PESQUISA NO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU COMO SUBSÍDIO PARA O ESTÁGIO JURÍDICO-SOCIAL.

Graziella Aparecida Garcia de Lima,
Qelli Viviane Dias Rocha,
Priscila Santos de Almeida¹ (priscilasantosdealmeida@yahoo.com.br)
Raquel Santos Sant'Ana².

O trabalho que ora se apresenta é fruto de uma pesquisa realizada no Assentamento Sepé Tiaraju localizado nos municípios de Serrana e Serra Azul-SP, um dos focos de atuação do Estágio Jurídico-Social realizado pelo “Núcleo Agrário Terra e Raiz” – NATRA no ano de 2005 em convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

O NATRA é um grupo de extensão universitária da Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Franca-SP, composto por cerca de 35 alunos dos quatro cursos desta faculdade (História, Direito, Serviço Social e Relações Internacionais). Desenvolve um trabalho interdisciplinar desde 1998 em acampamentos e assentamentos da região de Ribeirão Preto-SP pautado na metodologia Paulo Freire, com objetivo de fortalecer e apoiar os movimentos sociais, a luta pela terra e a viabilização da Reforma Agrária, bem como ampliar o debate acerca da temática agrária no âmbito acadêmico. Subdivide-se em grupos que abordam questões como: crianças, jovens, gênero, educação e produção.

Em 2005 firmou o Convênio de Estágio Jurídico-Social entre UNESP/NATRA e INCRA, o qual estabeleceu enquanto locais de atuação o Assentamento Sepé Tiaraju e o Assentamento Bela Vista do Chibarro³. A equipe de trabalho era composta por 13 estagiários, sendo 7 do curso de Serviço Social e 6 do curso de Direito, os quais eram supervisionados pela Prof^ª. Dr^ª. Raquel Santos Sant'Ana que também coordena o grupo.

O Estágio Jurídico-Social tinha como objetivo a contribuição na efetivação das políticas públicas existentes, considerando as particularidades da realidade local, o auxílio na construção e/ou aperfeiçoamento de projetos sociais, a realização de ações sócio-educativas visando o fortalecimento dos sujeitos coletivos e valorização do espaço rural. Além disso, a instrumentalização dos assentados com informações a respeito do funcionamento das

¹ Discentes do Curso de Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, Franca-SP.

² Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da UNESP de Franca.

³ O estágio Jurídico-Social no Assentamento “Bela Vista do Chibarro” no município de Araraquara-SP foi foco de uma atuação específica e pontual de acordo com as necessidades locais.

instituições jurídicas e normas sociais que lhes possibilitassem o progressivo resgate de seus direitos e cidadania, bem como a assessoria acerca da assistência previdenciária e formação de associações e cooperativas.

Ao analisar a conjuntura dos dois assentamentos para traçar as diretrizes do trabalho, o que perpassou pelas demandas, necessidades e expectativas de cada comunidade, as atividades do estágio foram direcionadas de forma sistemática ao Assentamento “Sepé Tiaraju”, uma vez que a partir de sua criação, o assentamento inaugura uma série de demandas como: divisão nos lotes, construção de moradias e infra-estrutura, saúde, educação, transporte, formação de associações, produção agrícola, entre outros, delineando desafios a serem transpostos na efetivação do processo de Reforma Agrária para os sujeitos que os compõem:

A existência dos assentamentos como unidades territoriais e administrativas resulta numa ampliação das demandas de infra-estrutura e em pressão sobre os poderes políticos locais, estaduais e federal. Ao mesmo tempo em que podem ser vistos como “ponto de chegada” de um processo de luta pela terra, os assentamentos tornam-se “ponto de partida” para uma nova condição de vida, onde muitas vezes tudo está por fazer. (LEITE: 2004, contra capa)

O Assentamento Sepé Tiaraju é resultado de um processo de luta iniciado em 17 de abril de 2000, ocasião em que ocorreu a ocupação da fazenda Santa Clara, propriedade pertencente a uma usina que, por contrair várias dívidas junto ao governo estadual teve sua área arrecadada em 1992. Contudo, tal arrecadação não se realizou de fato, a medida que as terras continuaram a ser exploradas e arrendadas pela usina.

Este cenário caracteriza a constituição dos assentamentos rurais no Brasil que, majoritariamente derivam de situações de conflito, da disputa pela propriedade da terra, sobretudo das iniciativas dos trabalhadores e movimentos sociais que pressionam os órgãos públicos no processo de desapropriação de terras. Neste caso, a organização e mobilização dos trabalhadores foi liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que passou a reivindicar a área para fins de Reforma Agrária.

Após quatro anos e meio no acampamento, espaço e tempo na transição da luta pela terra, local onde mesclam-se o desgaste e a resistência, as perdas e as conquistas, é que as famílias conseguiram possibilitar a concretização do assentamento, mediante a compra da fazenda pelo INCRA⁴. O envolvimento e apoio da sociedade de Ribeirão Preto e região foram fundamentais para a efetivação deste processo.

⁴ A aquisição desta propriedade justificou-se sobretudo pela forte necessidade de preservação ambiental da área.

O Assentamento Sepé Tiaraju organiza-se em quatro núcleos de 20 famílias cada: Paulo Freire, Dandara, Chico Mendes e Zumbi dos Palmares, segundo afinidade entre famílias e/ou de plantio. Nos núcleos, os lotes de moradias ficaram com cerca de 3,6 ha para estabelecimento das casas e produção particular; cerca de 3 ha destinou-se para desenvolvimento de um espaço social (praça) e 60 ha para a produção coletiva de cada núcleo. O recorte dos lotes e a abertura de estradas respeitaram o relevo local, preservou as curvas de nível, aproveitou e melhorou as estradas já abertas e os terraços delineados na área⁵.

No local, é desenvolvido o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), primeiro do estado de São Paulo, baseado nas experiências de assentamentos do Pará e Acre. Tal Projeto articula defesa ambiental, manejo sustentável e questão social através da implementação do modelo de Agrofloresta e Agroecologia, voltados para a produção e combinação de várias culturas e espécies da vegetação nativa.

Diversos estudos (Medeiros:1994; Bergamasco:2003) comprovam que os assentamentos organizam-se predominantemente através das associações ou grupos coletivos, que via de regra é um critério para o repasse de verbas do Estado. É nesse meio que vão se (re)criando novas formas de sociabilidade, tendo por base as redes de solidariedade – relações familiares e de parentesco, amizade e vizinhança.

No Assentamento Sepé Tiaraju, cada núcleo desenvolverá sua organização do trabalho – o quê, como e quando produzir – constituindo uma “associação filha”. Essas “associações filhas” estarão sob regimento da “associação mãe”: Agrosepé, acordada por todos os assentados.

Uma das pesquisas mais abrangentes sobre o assunto⁶ mostra que os assentamentos, ao gerarem trabalho, alimento e moradia, propiciam aos beneficiários da Reforma Agrária vislumbrarem perspectivas de um futuro melhor para a família. Além disso, é importante ressaltar a relação dos assentados com a cidade, que acontece sobretudo por meio da compra e venda de produtos. Isso por sua vez, ocasiona melhoria no comércio local, bem como a presença dos assentados contribui para uma nova percepção da população urbana sobre eles e conseqüentemente acerca da Reforma Agrária.

A passagem para a condição de “assentado” dá novo lugar social para essa população e coloca novos atores na cena econômica, social e política local, o que traz

⁵ Dados de documento mimeo disponibilizado pela Regional Nordeste/SP do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), 2005.

⁶ LEITE, Sérgio, HEREDIA, Beatriz, MEDEIROS, Leonilde (et. al.). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. – Brasília: Instituto Interamericano de cooperação para Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural: São Paulo; Editora Unesp, 2004.

consequências não somente para suas vidas, mas para a região onde está inserida. (LEITE: 2004, p. 257)

Todavia, o processo inicial de constituição do assentamento configura a fase de maior dificuldade para as famílias beneficiárias, ocasionada principalmente pela morosidade na liberação dos créditos de instalação e implantação – fomento, alimentação e habitação. São esses recursos que garantem num primeiro momento as condições mínimas de inserção produtiva, econômica e social desses sujeitos, os quais levam em média quatro anos para serem repassados às famílias, uma vez que são disponibilizados somente a partir do reconhecimento formal dos assentamentos.

Mediante tais aspectos, os assentamentos são espaços de referência para as políticas públicas. Nesse momento, novas demandas emergem na construção dessa dinâmica social, pressionando os poderes públicos responsáveis pela prestação destes vários serviços:

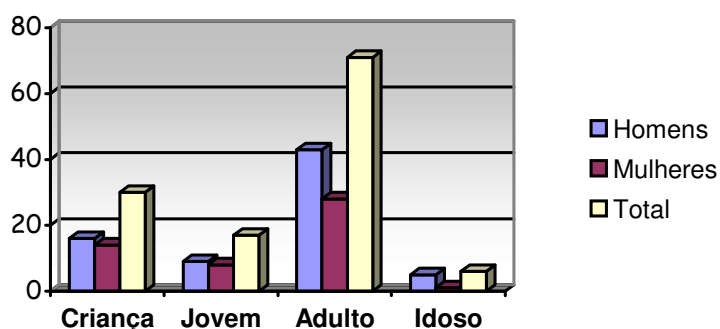
Os assentamentos se constituem em espaços diferenciados de relação com o Estado: são uma criação do Estado e ficam sujeitos à sua gestão e à sua ingerência. É essa relação diferenciada que faz existir o assentamento e, por consequência, os assentados, como segmento social diferenciado de outros camponeses. (LEITE: 2004, p. 111)

Com o objetivo de conhecer a realidade com qual iria atuar, os estagiários de Direito e Serviço Social elaboraram um roteiro de perguntas a ser aplicado no assentamento, o qual abrangia questões referentes à composição familiar dos assentados, grau de escolaridade, renda, bem como perguntas relacionadas ao cotidiano vivenciado pelas famílias no que tange ao lazer, saúde e ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável, o que trouxe subsídios para a realização das atividades propostas pelo estágio.

O levantamento dos dados foi realizado no dia 28 de outubro de 2005, por 10 estagiários que se dividiram em duplas – um estagiário de Direito e um de Serviço Social. Optou-se por visitar as famílias em suas casas, como forma de familiarizar-se com o espaço, bem como estabelecer vínculos com a população atendida. Foram entrevistadas 40% das famílias assentadas (32), envolvendo 124 pessoas nos quatro núcleos do assentamento.

Constatou-se que os homens correspondem à 59% dentre os entrevistados. Sobre a faixa etária, predominam os adultos (71), os quais concentram-se em maior número no núcleo Dandara. Nota-se também um número expressivo de crianças 24%, das quais mais da metade possui menos de 7 anos de idade, sendo o núcleo Chico Mendes com maior quantidade destas (13). O núcleo Zumbi dos Palmares é o que tem mais jovens (7) e metade dos idosos (3) do assentamento.

Distribuição por sexo e faixa etária



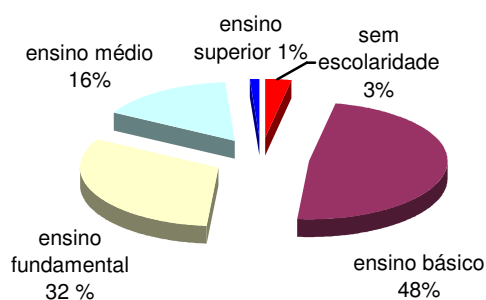
Faixa etária /Sexo	Homem		Mulher		Total	
	f	%	f	%	f	%
Criança (0 a 12 anos)	16	13	14	11	30	24
Jovem (12 a 18 anos)	9	7	8	7	17	14
Adulto (18 a 60 anos)	43	35	28	22	71	57
Idoso (acima de 60 anos)	5	4	1	1	6	5
Total	73	59	51	41	124	100

Legenda: f.: frequência

No que tange ao grau de escolaridade, observa-se que quase metade os sujeitos desta pesquisa possuem o ensino básico (completo e incompleto), o que significa 48% dos assentados.

O baixo grau de escolaridade é típico desse segmento social que ao longo dos anos teve pouca oportunidade de concluir os estudos.

Distribuição por escolaridade e faixa etária



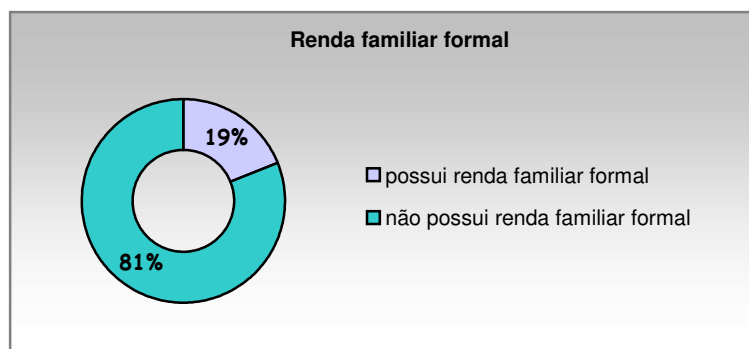
Faixa etária/ Ensino	Sem escolaridade	Básico		Fundamental		Médio		Superior	
		c.	i.	c.	i.	c.	i.	c.	i.
Criança ⁷	--	5	8	--	1	--	--	--	--
Jovem	--	2	1	2	7	2	1	--	--
Adulto	2	13	17	7	15	4	9	--	1
Idoso	1	2	1	--	--	--	--	--	--
Total	3	22	27	9	23	6	10	--	1

c.: completo i.: incompleto

⁷ No assentamento há 16 crianças com menos de 7 anos de idade.

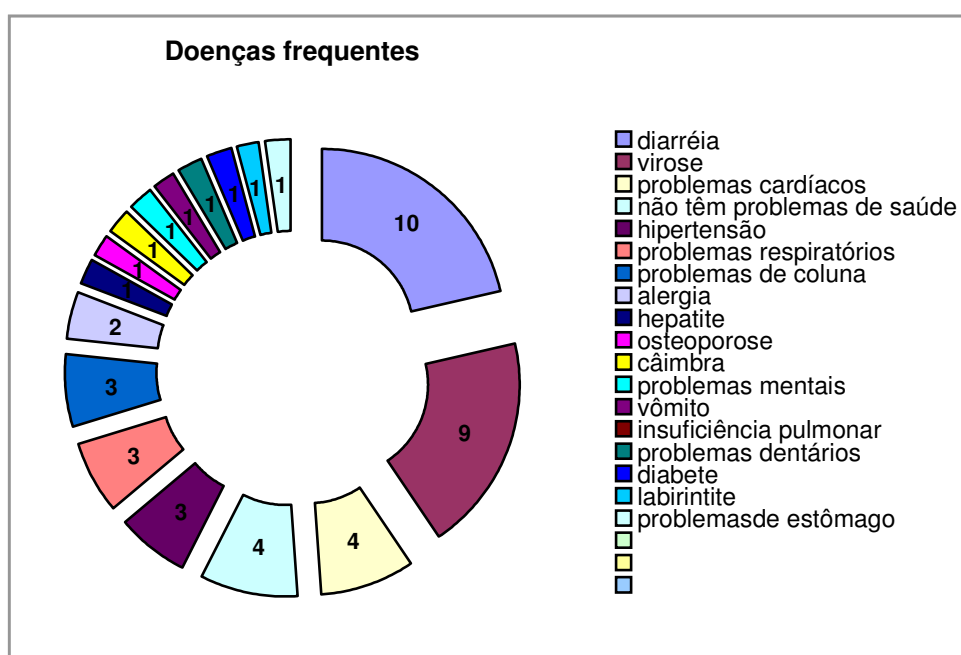
A população assentada caracteriza-se por não possuir renda familiar formal, o que equivale à 81% das famílias entrevistadas. Das famílias que declararam renda formal, esta não ultrapassa o valor de um salário mínimo (R\$300,00), exceto em apenas 1 caso.

A falta de renda monetária deve-se ao fato do assentamento ainda estar em processo de divisão dos lotes, o que dificulta as atividades de produção como plantio e criação de animais, embora essas já sejam desenvolvidas em menor escala auxiliando na reprodução social dessas famílias.



No que concerne às informações sobre a saúde, quando questionadas sobre os problemas que mais atingem as famílias, as doenças mais citadas foram: diarreia (10) e viroses (9), seguidas por problemas cardíacos (4) e hipertensão (3).

Constatou-se que 77% das famílias assentadas utilizam a medicina alternativa. No entanto, quando necessitam de atendimento médico, recorrem ao posto de saúde do município de Serro Azul, o qual, segundo 47% das famílias, presta um bom atendimento, já 16% delas classificam como ruim.



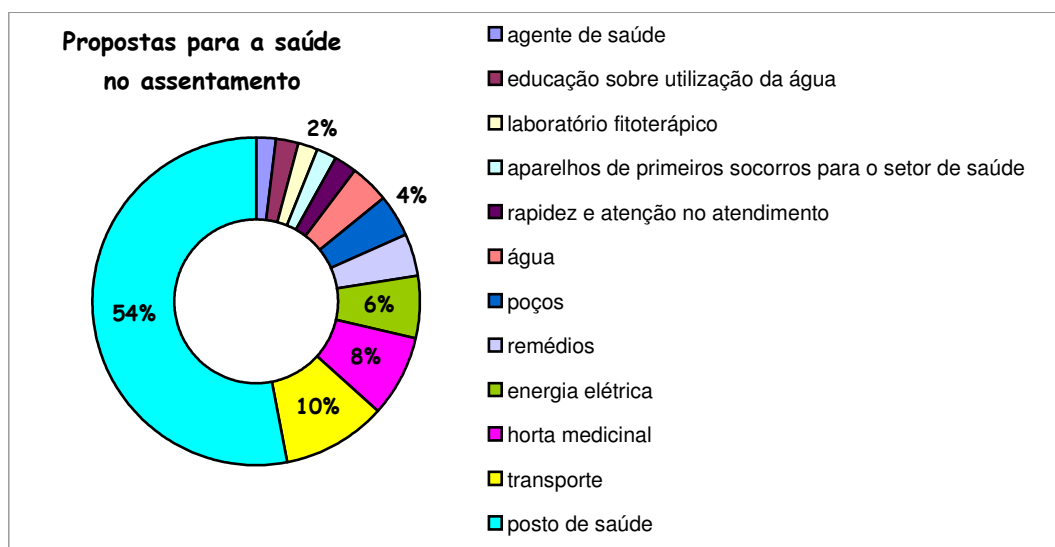
Medicina alternativa	<i>f</i>	%
Utilizam	23	77
Não utilizam	7	23
Total	30*	100

f ∴ frequência

Atendimento de saúde	nº de famílias	
	<i>f</i>	%
Bom	14	47
Regular	11	37
Ruim	5	16
Total	30**	100

f ∴ frequência

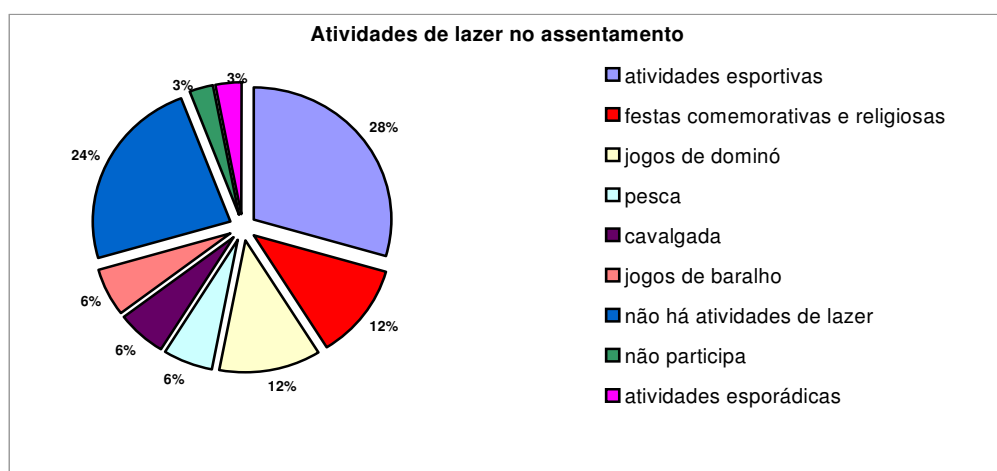
Além disso, as famílias sugeriram sobre a área da saúde no assentamento. Mais da metade (54%) propôs a construção de um posto de saúde, seguidos pelo transporte (10%) e horta medicinal (8%).



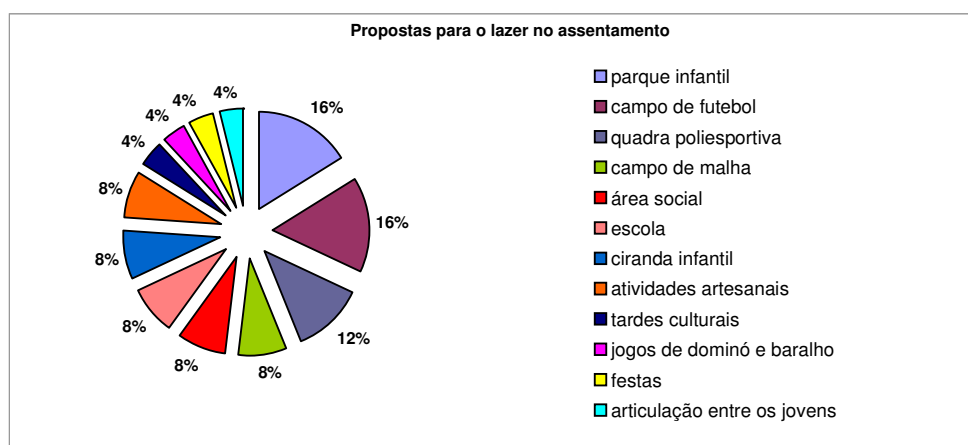
A respeito do lazer no assentamento, 28% das famílias mencionaram atividades esportivas como futebol e vôlei. Já 24% das famílias relataram a ausência de atividades de lazer. Dentre as demais respostas, destacou-se as festas comemorativas e religiosas e os jogos de dominó com 12% cada.

* Na coleta de dados, duas informações ficaram prejudicadas.

** Na coleta de dados, duas informações ficaram prejudicadas.



Predominaram as propostas relacionadas às atividades esportivas – campo de futebol, quadra poliesportiva e campo de malha. Juntas elas totalizam 36% das sugestões, seguidas pelo parque infantil com 16%.



Constatou-se que mais da metade dos assentados maiores de 18 anos participam das reuniões e/ou setores do assentamento - 53% dos entrevistados. No entanto, desse total, predomina a presença masculina (29) em relação às mulheres (12).

Participação em reuniões e/ou setores	Homem		Mulher		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Participa	29	38	12	15	41	53
Não participa	19	25	17	22	36	47
Total	48	63	29	37	77	100

f.: frequência

Quanto à opinião sobre o Projeto de Assentamento, 28 famílias consideram bom, ressaltando a importância agroecológica e o trabalho coletivo que proporciona. Destas famílias, duas ressaltaram a necessidade de mais discussões sobre o Projeto. Três famílias não responderam e apenas uma delas ressaltou as dificuldades vivenciadas neste processo.

Sobre a formação de associações no assentamento, a grande maioria das famílias assentadas (83%) já discutem ou no núcleo sobre as associações já previstas – mãe e filhas – ou junto a outras famílias.

Formação de associações	nº de famílias	
	<i>f</i>	%
Discutem	24	83
Não discutem	5	17
Total	29***	100

f.: frequência

Frente às principais demandas que estão postas no assentamento Sepé Tiaraju, buscou-se articular os diversos agentes envolvidos nesse cenário (movimentos sociais, universidade, Estado, entre outros), com o objetivo de atender as necessidades desta população mediante a elaboração de projetos sociais, os quais são instrumentos básicos para requisição de recursos e materialização de tais interesses.

A pesquisa supra-citada subsidiou a elaboração de três projetos sociais que são a sistematização e formatação das propostas dos sujeitos partícipes do processo de Reforma Agrária: o “Banco de Projetos” que contém os dados quantitativos e qualitativos concernentes às demandas do assentamento bem como sua análise; o “Projeto de Atendimento à saúde” e o “Espaço Comunidade” referente ao lazer, os quais pautaram-se nos anseios da população assentada.

Nesse sentido, esta experiência constituiu um importante momento de aprofundamento das relações entre a extensão universitária e as políticas governamentais, em uma união de esforços indispensável ao adequado tratamento das questões pertinentes à luta pela terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGAMASCO, S. M. P. P., AUBRÉE, M., FERRANTE, V. L.B. (org.). *Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo*. Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara, SP: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003.
- BRASIL. *II Plano Nacional de Reforma Agrária de novembro de 2003*. Brasília, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária, pesquisa e MST*. São Paulo; Cortez, 2001.
- LEITE, Sérgio, HEREDIA, Beatriz, MEDEIROS, Leonilde (et. al.). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. – Brasília: Instituto

*** Neste item, três famílias não souberam responder.

Interamericano de cooperação para Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural: São Paulo; Editora Unesp, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 5 ed. Petrópolis; Vozes, 1995.

MEDEIROS, Leonilde S. & LEITE, Sérgio (org.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas* – Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Editora Universidade/ UFRGS/ CPDA, 1999.

_____(org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

Sítios Consultados:

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Disponível em <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em setembro/2005.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em <http://www.itesp.sp.gov.br/>. Acesso em setembro/2005.

COMO AVALIAR A CONTRIBUIÇÃO DE UMA FORMAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL? REFLEXÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE CAMPONESA NO TERRITÓRIO DO CARIRI PARAIBANO.

Emilie Coudel
doutoranda CIRAD - Université de Montpellier 1 (France)
coudelemilie@yahoo.fr

Jean-Philippe Tonneau
pesquisador CIRAD (France)
jean-philippe.tonneau@cirad.fr

Introdução

O governo brasileiro, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), optou pelo enfoque territorial como elemento norteador de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para o campo, com enfoque importante na agricultura familiar. No entanto, na implementação das políticas governamentais, houve dificuldade de encontrar vias e meios adequados para favorecer o desenvolvimento territorial. Tanto as competências quanto as metodologias faltaram. Um grande esforço tem sido organizado pelo Estado Brasileiro e as diferentes instituições parceiras para tentar responder a estas necessidades.

Uma dessas tentativas foi a criação de uma rede Universidade Camponesa no Nordeste do Brasil, com objetivo de fortalecer as competências de atores da agricultura familiar para que eles possam lançar projetos nas suas comunidades e contribuir com as políticas públicas, nomeadamente territoriais. A primeira experiência foi conduzida no Cariri paraibano de Setembro de 2003 a Dezembro de 2005, formando cerca de trinta líderes camponeses. Na perspectiva duma eventual “replicação” em outros territórios do Nordeste, é importante avaliar essa iniciativa para saber sua contribuição real no desenvolvimento territorial. Isso nos leva a seguinte pergunta: como avaliar uma formação numa perspectiva territorial?

Esse artigo apresenta a reflexão que está sendo feita a respeito dessa avaliação, como premissa a um doutorado em economia rural. O trabalho não tem a pretensão de propor conclusões ou soluções, mas de levantar as principais perguntas e hipóteses no decorrer do processo de construção do quadro referencial.

A primeira parte da comunicação apresenta as ambições da pesquisa. Numa segunda parte, são detalhados os elementos constitutivos dos três componentes do quadro de referência para a avaliação: uma componente empírica, sobre desenvolvimento territorial e formação no Brasil; uma componente teórica, sobre competências e capital humano, social e institucional; uma componente metodológica, sobre os tipos de avaliação que podem ser usados. Finalmente, na terceira parte, as observações de um primeiro trabalho de campo permitirão discutir a pertinência do quadro avançado.

1. Análise de uma formação numa perspectiva territorial

Como produzir competências para o desenvolvimento sustentável?

Várias políticas foram lançadas para promover a construção de territórios, com a criação da Secretaria do Desenvolvimento Territorial, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em várias regiões do Brasil, as políticas de desenvolvimento territorial, ao lado das políticas sociais de educação e saúde, têm sido apresentadas como uma forma privilegiada, para não dizer única, de intervenção do Estado.

A principal justificativa para a utilização do conceito de desenvolvimento territorial é que ele aparece como uma das possibilidades de resposta articulada entre o poder público e a sociedade civil diante dos problemas apontados como causas do subdesenvolvimento, a saber: o tradicionalismo, a dominação e a exploração, a ausência de empresários e de dinamismo social (Tonneau, 2006). O desenvolvimento territorial, numa visão ideal, favorece a emergência de valores universalistas, baseados no regaste da identidade dos habitantes e do território; reforça a coesão social, os laços de proximidade e de solidariedade comunitária objetivando ressaltar a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento e inclusão; aumenta a capacidade de ação da sociedade civil (historicidade) e dos movimentos de base; confora a ação dos empresários portadores de iniciativa.

Um dos desafios principais deste desenvolvimento territorial é a definição de políticas públicas e a capacidade dos atores de contribuir ativamente para a sua elaboração e a sua implementação (FLS/Contag/Sebrae, 2003). Contudo, perante os bloqueios devidos aos conflitos de interesses, a instauração de espaços ou quadros de concertação e de animação é frequentemente necessário. Deve permitir uma responsabilização dos atores, desenvolvendo uma capacidade de compreender (e ao

final reconhecer e negociar) todas as posições em presença. Este processo supõe diferentes modalidades (Tonneau, 2006):

- A criação de espaços e de instâncias de diálogo, "de governança", institucionalizados ou não;
- A construção de sistemas de informação, para permitir a divulgação de informações e a coordenação entre atores;
- O reforço das competências dos atores, para aumentar as suas capacidades de agir (Argyris, 1995) (pela construção de visões, de valores, de responsabilidades e de "saber-fazer"), via processos de formação formais ou informais.

Nessa perspectiva, não se pode falar de desenvolvimento territorial, sem fazer referências ao "empowerment" (empoderamento). Para Laverack e Labonte (2000), o empoderamento pode ser definido como o meio pelo qual as pessoas adquirem maior controle sobre as decisões que afetam suas vidas; ou como mudanças em direção a uma maior igualdade nas relações sociais de poder. Para Vasconcelos (2004), o empoderamento significa o aumento do poder e da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social. Nesta perspectiva, uma ação de empoderamento estimula e favorece a coesão social e territorial das regiões onde ela é empregada como elemento harmonizador dos processos de ordenamento (regulação descendente) e de desenvolvimento (reação ascendente) das sociedades (Duncan, 2003).

A questão principal que é levantada aqui é como formar e produzir as competências dos atores, gerar o empoderamento. Para contribuir a essa reflexão, é importante analisar experiências que pretendem formar os atores nessa perspectiva e avaliar seus resultados.

A UniCampo: uma experiência piloto

É precisamente com o objetivo de contribuir para o reforço das capacidades dos atores da agricultura familiar que uma Universidade Camponesa foi lançada em 2003 (Universidade Camponesa, 2003). A primeira experiência, chamada UniCampo, foi desenvolvida por iniciativa da UFCG (Universidade Federal de Campina Grande), do CIRAD (Centro Internacional de Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento) e do Projeto Dom Helder Camara (Ministério do Desenvolvimento Agrário), no Cariri, um território da Paraíba. Entre Setembro de 2003 e Dezembro de 2005, cerca de trinta

jovens rurais seguiram uma formação para implementar projetos de desenvolvimento que conciliam inserção profissional e desenvolvimento sustentável comunitário (Caniello et al, 2003; UniCampo, 2004). Essa experiência piloto foi organizada em quatro etapas:

- sensibilização aos problemas do subdesenvolvimento na região semi-árida,
- formação pela investigação (análise das situações do Cariri),
- elaboração de projetos de desenvolvimento,
- formações técnicas e instrumentais para responder às necessidades dos projetos.

Após essa experimentação, está previsto estender esta formação a outras regiões do Nordeste, já que o Projeto Dom Helder Camara necessita de uma rede de agentes de desenvolvimento para a implementação de projetos de desenvolvimento territorial. Esta perspectiva oferece uma oportunidade para lançar uma reflexão crítica sobre as competências desenvolvidas na UniCampo e sobre a sua implementação pelos atores locais na construção do desenvolvimento territorial.

Analisar essa experiência

Para poder aprofundar essa reflexão foi iniciado um doutorado, que pretende estudar a questão do desenvolvimento territorial e da formação de competências a partir do exemplo da UniCampo. A tese defendida (submetida a um estudo crítico científico) é que o processo de formação da UniCampo teve um impacto no território já que permitiu dotar os atores de competências necessárias para fazer viver o desenvolvimento territorial (transformando conceitos em realidade).

Um primeiro trabalho de observação da experiência e de discussão com os atores permitiu definir algumas hipóteses para dirigir o estudo da tese.

- Hipótese 1: O desenvolvimento territorial exige “competências” que combinam capital humano, capital social e capital institucional.
- Hipótese 2: Um projeto de educação inserido na realidade e preocupado com a produção de competências (como capacidade de agir) permite responder as necessidades operacionais do desenvolvimento.
- Hipótese 3: O projeto de educação tem um impacto sobre os atores, os grupos e as instituições comprometidos com o projeto de sociedade que inspirou a UniCampo.

Essas hipóteses são as que justificam a intervenção e o seu modo operacional. São uma interpretação da realidade. Deverão por conseguinte ser verificadas sob dois

ângulos: se forem compartilhadas pelos diferentes atores e se forem verificadas pela prática e os impactos.

A metodologia e as etapas do trabalho de pesquisa previstas para permitir a discussão dessas hipóteses são as seguintes:

1. Sistematizar a experiência a partir do material que foi conservado durante a formação: documentos oficiais de orientação do processo, atas de reuniões do conselho ou da equipa pedagógica, os currículos e planos ou notas para cada aula, filmagens das atividades, avaliações efetuadas ao longo de todo o processo.
2. Definir um quadro de análise para avaliar a contribuição da formação no desenvolvimento territorial, se apoiando em elementos empíricos, teóricos e metodológicos.
3. A partir desse quadro de análise, lançar uma pesquisa de campo baseada em:
 - entrevistas com os vários atores implicados no processo (alunos, professores, parceiros, observadores exteriores) para conhecer a percepção de cada um;
 - observação das atividades dos ex-alunos (projetos implementados nas comunidades, implicação nas comunidades e no território) para medir o impacto em termo de desenvolvimento, através de indicadores quantitativos e qualitativos;
 - reuniões com os alunos para elaborar de maneira participativa umas avaliações.
4. Enfim, aplicar o quadro de análise aos resultados e tirar conclusões (discutir a tese definida).

A parte seguinte vai enfocar no segundo ponto para discutir como está sendo construído o quadro de referência da pesquisa e quais são as perguntas que surgem nesse processo. Os primeiros resultados observados vão ser discutidos em seguida, mas isso numa perspectiva de reforçar a definição do quadro avançado.

2. Construção de um quadro de referência para avaliar a formação

O objetivo do quadro de referência para avaliar a formação é “mapear” os elementos a serem considerados na análise: empíricos (tipos de formações para o desenvolvimento territorial), teóricos (os conceitos), metodológicos (as metodologias de avaliação).

Referencial empírico: formações e desenvolvimento territorial

Perante as necessidades de empoderamento para o desenvolvimento rural e territorial, diferentes organizações brasileiras retomaram reflexões sobre uma educação de campo, adaptadas às necessidades dos movimentos sociais rurais (Kollin et al, 1999 e 2002; Arroyo et al, 1999; Benjamin et al, 2000). O Ministério da Educação esta encorajando estas diferentes iniciativas (Ministério da Educação, 2004), financiando uma rede.

Nesta rede, várias iniciativas localizadas podem ser destacadas: as Escolas de Campo ("Farm Field School") vinculadas pela FAO em parceria com o Ministério da Agricultura e a EMATER (Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural); as ações de formação de agricultores pela AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa); ou a Rede de Educação para o Semi-Árido Brasileiro (RESAB). As formações atuais são baseadas em torno dos princípios seguintes (Tonneau et al, 2003): valorização do local (meio ambiente, recursos, "gente", conhecimentos, cultura); importância do diálogo, da escuta, dos processos de aprendizagem mútua entre agricultores, com outros grupos e com os formadores.

As metodologias aplicadas seguem uma metodologia de descoberta (pedagogia da pergunta), teorizados por Bordenave e Pereira (1977): 1) conhecer a realidade; 2) representar esta realidade, na forma de modelo; 3) analisar o possível; 4) planificar ações; 5) implementar e no caminho, construir as competências; 6) promover um projeto (geralmente). Muitas destas experiências recentes fazem referência a problematização de Paulo Freire (Freire, 1968) e afirmam uma ação-reflexão-ação (conhecer, analisar, transformar) privilegiando a construção de saberes, em oposição às técnicas de vulgarização e de transferência de saberes.

É importante estudar as reflexões feitas em redor destas experiências para orientar a análise da UniCampo. Num artigo comparando ações e formações para o desenvolvimento, Sabourin et al. (2004) destacam três fatores de sucesso: a adequação a um projeto, a competência dos formadores e a qualidade dos líderes. Se dois destes fatores são contingentes (os formadores e os líderes), a adequação a um projeto parece um elemento importante a ser refletido. Isso faz referência à ligação entre um projeto de educação e o projeto de sociedade, destacado por vários autores (por exemplo Piaget, 1974).

Estes elementos apontam na qualidade em si dos processos de educação. Mas a avaliação do impacto em termo de desenvolvimento levanta outras perguntas: Como

consolidar essas ações em projetos de desenvolvimento territorial fazendo articulações com políticas públicas? Isso traz notadamente duas reflexões (Tonneau et al, 2005):

- **a institucionalização da formação:** Um processo de formação pode rapidamente tornar-se um elemento de manipulação, "fazer cabeças". Como garantir num processo de formação as possibilidades de "libre-arbitre". Como a "escola" pode ser um espaço livre de afirmação e de debate? Como evitar problemas de apropriação e de poder?
- **a amplitude da formação:** qual é a eficiência de um modelo localizado ou de um número limitado de experiências? Como valorizar experiências "pilotos", sempre atípicas devido à qualidade dos atores ou ao investimento realizado, em políticas educacionais?

Para completar esse quadro empírico, vai ser preciso continuar o levantamento de experiências e reflexões, e definir com mais precisão os fatores de sucesso e de limite, para afinar melhor a análise da UniCampo.

Referencial teórico: competências e capitais para o desenvolvimento territorial

Ligar formação e desenvolvimento territorial supõe utilizar um conceito comum, que permita fazer o fio diretor da análise. Educação-formação mobiliza o campo das aprendizagens e dos conhecimentos, enquanto que o desenvolvimento territorial utiliza o campo de capacidades de agir ("capabilities" de acordo com Sen, 2003). A capacidade de mobilizar conhecimentos para um processo de ação é qualificada de competência (Zarifian, 2001). É por conseguinte este conceito que decidimos usar para guiar a análise. O seu interesse é abranger uma larga gama de conhecimentos: conhecimentos acadêmicos e conhecimentos práticos; conhecimentos técnicos, econômicos e institucionais; capacidades de agir ou refletir. No entanto, uma crítica frequentemente dirigida ao termo "competência" é o seu alcance individual e utilitarista (Bronckart, 2002). É por isso que é importante estender a perspectiva individual para estudar o que a UniCampo permitiu construir em termos de coletivo (conscientização, identidade e sentimento de pertença, aprendizagens coletivas, redes, organizações e instituições).

O desafio posto pelo doutorado é pensar nas ligações entre formação e desenvolvimento através de um quadro teórico essencialmente econômico, disciplina da tese. Um primeiro olhar global pode ser dado pelas teorias da **economia da educação** (Gurgand, 2005), nomeadamente cruzada com as teorias do desenvolvimento: assim, as teorias de crescimento endógeno põem adiante o fato que a educação

determina a capacidade de transformação, inovação e adaptação à mudança dos indivíduos e das economias. Estas teorias permitem por conseguinte dar mais importância ao capital humano, em frente do capital econômico e técnico. A **economia do conhecimento** permite compreender melhor a construção/produção de conhecimento: formatando e estruturando conjuntos de dados brutos, é possível obter informações; seguidamente associando a informação à aprendizagem, o conhecimento é gerado (Foray, 2000). A reprodução de conhecimento aparece então muito mais complexa que a da informação, que só basta copiar. Esta teoria coloca por conseguinte o acento sobre as modalidades de produção dos conhecimentos. Estes conhecimentos podem aparecer como um conjunto de capacidades (Hatchuel et Weil, 1992): cognitivo (mobilização de métodos conhecidos e memorizáveis, resolução de enigmas, definição de uma tática); interativo (diálogo, supervisão, autonomia); maquinal (gesto, manipulação). Contudo, para realmente poder falar de competências, é necessário introduzir a noção de ação e de processos. É na **economia dos recursos humanos** (Rotillon, 2000) que conhecimento e processos de ação completam-se na análise. A construção destas competências segue varias etapas de aprendizagem (Rivoire, 2005): a informação torna-se conhecimento por um processo de assimilação; o conhecimento torna-se competência por um processo de aplicação; a competência torna-se desempenho numa progressão mensurável. Em um processo de melhoria de uma ação, a aprendizagem é inscrita naturalmente neste ciclo. Mas num processo educativo, é necessário permitir que este ciclo realize-se por completo, para realmente desenvolver competências (Perrenoud, 2004).

Nessa perspectiva, é preciso aplicar as aprendizagens em um contexto real para obter competências. Frente da necessidade de pensar além das únicas competências individuais, para considerar as dinâmicas coletivas surgindo do processo de formação, se pensou em considerar os vários níveis influenciados: no nível individual, é construído um **capital humano**; no nível do grupo, é construído um **capital social**; é no nível da instituição da formação, é construído um **capital institucional**. Pode-se considerar, do mesmo jeito que no nível individual acontece a transformação aprendizagem-competência na passagem a realidade, que uma transformação pode acontecer também ao nível do grupo e da instituição. O grupo de estudantes vira uma rede de atores engajadas no desenvolvimento territorial, e a instituição de formação pode virar uma instituição engajada com outras instituições para promover o desenvolvimento territorial.

Isso leva a aprofundar os conceitos de capital humano, social e institucional. Carneiro (2005) define de maneira larga o capital humano:

- Capital de conhecimentos: explorar problemas complexos e interdisciplinares.
- Capital imaginativo: favorecer a inovação e o espírito de empresa.
- Capital emocional: criação das condições de estabilidade emocional e de tranquilidade capazes de reter os atores em seu território.

O capital social é geralmente entendido como a densificação das redes comunitárias básicas. Ele pode se definir como um processo de ação coletiva que se funda em laços de proximidade, reciprocidade e confiança mútua e que podem ser traduzidas “em crescimento e geração de riquezas” (Duncan, 2003). Putnam explica as diferenças entre o desenvolvimento dos territórios pelo desempenho institucional das administrações, ligada à falta de capital social, definido como "o conjunto de características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas" (Putnam, 1996). Muitos trabalhos estudam o nível de capital social em relação ao desenvolvimento. Mais raro é analisar a constituição desse capital social (Rey-Valette, 2004).

O capital institucional é uma noção ainda pouco usada. Ela é utilizada nos documentos e guias da SDT/MDA (2005). Pode ser entendido como o valor contribuído por uma instituição formal no desenvolvimento territorial (a diferença do capital social que depende de redes mais informais). No entanto, vai ser preciso aprofundar esse aspecto ainda pouco visível nas correntes teóricas.

Referencial metodológico: avaliações de formações numa perspectiva territorial

Para construir um referencial metodológico ligando formação e desenvolvimento territorial, se pensa de imediato nas metodologias de avaliação. Dois tipos de referências têm uma relação com nosso assunto: as metodologias de avaliação de formações, e as metodologias de avaliação de impacto sobre o desenvolvimento territorial. As primeiras estão numa fase de reconstrução dos objetivos (Quintella, 2005), para se tornar mais processuais, numa perspectiva de aprendizagem coletiva entre alunos, professores e comunidade. As segundas estão sendo elaboradas junto ao conceito de desenvolvimento territorial, com base nas várias metodologias de avaliação de impactos de programas de desenvolvimento (Banco Mundial, 2004). Porém, metodologias combinando ambos aspectos, avaliando especificamente os impactos numa formação sobre o

desenvolvimento territorial, são difíceis de se encontrar. Por isso propomos construir nossa própria metodologia, usando reflexões de outras metodologias sobre os tipos de avaliação, os elementos a ser avaliados, e os indicadores a ser usados.

A respeito do **tipo de avaliação** a ser desenvolvido, nos parece uma evolução legítima, inserir a formação na comunidade (ou no território), tomando em conta as avaliações das várias partes: alunos, professores, pessoas da comunidade. A avaliação da UniCampo já foi começada de maneira processual, ao longo do processo de formação numa perspectiva de aprendizagem continuada. Nessa perspectiva de aprendizagem, é enfatizada a importância de metodologias participativas, por permitir aos atores uma melhor apropriação dos resultados da avaliação (Robinson, 1994).

É a respeito dos **elementos a serem avaliados** que se encontra a maior variabilidade de uma metodologia para outra. De maneira muito geral, definimos vários elementos que nos parecem importantes para avaliar o impacto da experiência da UniCampo na dinâmica de desenvolvimento territorial do Cariri: (1) a inserção da instituição de formação no território, (2) a inserção coletiva dos alunos através de redes, (3) a inserção individual dos alunos em redes territoriais, (4) os pesos individuais e coletivos dos projetos lançados pelos alunos no seguimento da formação, e (5) a construção de conhecimento novo.

Para avaliar cada elemento, usamos **critérios** avançados por várias metodologias: o sucesso atribuído pelos atores, a eficiência, a amplitude, etc.

Tabela 1: critérios de avaliação

Contribuição da UniCampo	Critérios
Inserção da instituição no território	Nível de estruturação do projeto de educação Capacidade de contribuir a construção do projeto de sociedade Papel na implementação desse projeto (lugar de educação, fórum de trocas de saberes, de discussão. Ex :Projeto do Centro de Formação do Cariri...)
Inserção coletiva no território (grupo, rede de alunos)	Participação na construção do Projeto Papel na implementação de projetos (expertise, rede, serviços) Nível de participação em fóruns Competências utilizadas Institucionalização
Inserção individual	Nível de participação Ações começadas Escala das ações Competências utilizadas Reconhecimento pela comunidade Motivações para começar novos projetos
Importância dos projetos	Impactos sobre as condições de vida Inserção nos mercados locais

Contribuição da UniCampo	CrITÉrios
	Escala dos projetos Competências utilizadas Perenidade
Criação de novos saberes	Saberes criados Utilização pelos alunos Difusão: Utilização por terços

Ainda é preciso aprofundar muitos aspectos da avaliação, antes de definir os **indicadores** (quantitativos e qualitativos) que vão permitir medir cada critério.

Síntese dos elementos dos três quadros: primeiros passos na construção de um quadro

Depois de ter mostrado os elementos interessantes em cada componente (empírico, teórico e metodológico), é necessário tentar agrupar os componentes num quadro coerente. O quadro empírico mostrou a importância de ter um **projeto inserido na realidade**, a formação não sendo isolada, mas em relação com a sociedade, com o território. O quadro teórico aborda os **mecanismos** para passar das aprendizagens (na formação) as competências (na realidade), assim como permitiu definir três **níveis de transformação** (capital humano, social e institucional). E o quadro metodológico insistiu sobre a importância do **processual** (aprender no processo), e definiu vários elementos a ser considerados, assim como critérios para avaliar cada elemento.

Isso nos permite propor um quadro de análise com duas dimensões. Uma primeira dimensão distingue os níveis de formação de capital a ser considerados. Uma segunda dimensão caracteriza a passagem da formação a realidade (e os mecanismos de transformação), e as perspectivas de evolução (integrando a dimensão processual).

Tabela 2: quadro de referencia proposto

		Evolução no tempo		
		Características da formação	Passagem à realidade	Perspectivas, evolução possível
Nível de avaliação	Instituição (capital institucional)	Parceiros, escala Projeto de educação Princípios, objetivos	Relação às outras instituições presentes no território Relação ao projeto de sociedade/território	Institucionalização
	Grupo (capital social)	Educadores, educandos Relações, trocas, etc.	Relação às outras redes no território	Fortalecimento, ampliação da rede
	Indivíduo (capital humano)	Conhecimento, aprendizagem Condições (metodologia, pedagogia)	Competências aplicadas em projetos reais	Evolução possível das competências

Na nossa identificação de elementos interessantes, também foram destacados as perguntas e limites a ser aprofundadas. Esse quadro ainda precisa ser reforçado através de um aprofundamento da análise de outras experiências, dos diferentes conceitos usados, e das várias metodologias acessíveis. No entanto, pela articulação das duas dimensões (níveis influenciados pela formação) e momentos da formação, ele já permite formular algumas perguntas para orientar a pesquisa.

Uma leitura horizontal (dimensão dos momentos) permite focalizar a análise na construção de competências, por exemplo, através de perguntas:

- quais tipos de competências são usados pelos diferentes atores na implementação de projetos de desenvolvimento e nas negociações de políticas públicas territoriais?
- em que medida e como as competências foram construídas na UniCampo (itinerário pedagógico, papel das interações, papel da implicação em projetos)?
- evolução possível das competências: como as competências adquiridas são valorizadas seguidamente nos itinerários profissionais dos alunos?

Uma leitura vertical vai permitir para cada momento identificar as relações entre capital humano, social e institucional, para entender os mecanismos cruzados que permitem suas aparições, através de perguntas tais:

- As aprendizagens realizadas no nível individual permitem criar aprendizagens no nível coletivo? Através de quais mecanismos (convivência, trabalho em grupo, debates)?
- Quais são as relações entre a implicação individual, as ações de desenvolvimento territorial efetuadas em rede informal e o reforço da instituição de formação?

3. Primeiros resultados e pistas de reflexão

As entrevistas e reuniões de pesquisa ainda não foram todas realizadas. No entanto, através duma primeira observação e convivência com a experiência, já é possível destacar alguns resultados para discutir a pertinência do quadro de análise construído. Durante as entrevistas livres com atores do processo, três pontos focais aparecem: a qualidade das aprendizagens dos alunos, o sucesso da Associação dos

alunos, e as fraquezas da instituição de formação. Isso confirma a importância de considerar os impactos nesses três níveis.

Orgulho de ser camponês, crítica aos agrotóxicos e ao desmatamento, desejo de construir projetos nas comunidades: esses são alguns dos vários aprendizados citados pelos alunos. Isso revela um impacto positivo, mas a **passagem à realidade** não é tão fácil. Confrontados com problemas reais, é difícil não usar agrotóxicos ou não desmatar. Do mesmo jeito, passar da vontade de fazer um projeto a sua realização confronta o aluno com várias barreiras. Houve aprendizados na UniCampo, mas a fase de construção das competências nem sempre foi bem realizada. Atualmente, um monitoramento dos projetos dos alunos está sendo feito pela equipe pedagógica, tentando continuar a problematização na realidade, para ajudar estes alunos a encontrar, a partir dos aprendizados que fizeram na UniCampo, soluções adequadas. Isso revela a importância de considerar essa fase de transição no quadro de análise, para avaliar realmente a passagem dos aprendizados e competências.

Um dos sucessos incontestáveis da experiência da UniCampo é a **mobilização dos alunos através de uma associação** criada para ter mais peso nas decisões ligadas à formação. Mas a AAUC (Associação dos Alunos da UniCampo) ampliou sua ação, atuando em vários projetos engajados no território: mobilização social em assentamentos com o Projeto Dom Helder Camara, parceria com a EMBRAPA em um programa de experimentação de manejo da Caatinga, representação no Fórum Territorial promovido pela SDT, implicação na difusão de cisternas nos municípios do Cariri. No entanto, existem ainda várias fragilidades: dos trinta alunos da formação, somente a metade se implicaram realmente: os que eram mais próximos do “**projeto de sociedade**” proposto pela UniCampo. Isso confirma o interesse de analisar o projeto de educação em conjunto com o projeto de sociedade, e acrescentar com o projeto de cada indivíduo. Os alunos insistem muito nesse ponto: a seleção na entrada da formação deve estar mais focada, para atingir as pessoas que vão realmente querer se investir no desenvolvimento territorial. Isso levanta alguns pontos de reflexão: quais são os perfis que devem ser privilegiado? É possível detectar o potencial de uma pessoa antes da formação?

Um outro elemento muito discutido é a estrutura institucional que teve essa primeira formação: no início, para o lançamento do projeto, foi constituído um Conselho Deliberativo, juntando a equipe pedagógica, pessoas das prefeituras

interessadas, representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Mas no decorrer do processo, esse Conselho foi um pouco esquecido, fragilizando a instituição dentro do Cariri. Agora que está sendo discutido a replicação para uma outra turma, a questão das parcerias surge de novo. Para ancorar a instituição na paisagem do Cariri, muitos são a favor duma parceria maior com as prefeituras (através das Secretarias de Educação ou Agricultura) e outras instituições de desenvolvimento (EMBRAPA, AS-PTA, PATAC, etc.). Isso representa um desafio grande, pois seria realmente construir uma Universidade fora da Universidade: a UniCampo não seria mais vinculada a UFCG, mas ao território do Cariri, com sua diversidade de instituições. Nessa discussão “ideológica” é necessária também uma reflexão teórica: qual é a institucionalização que se quer nesse processo? Como dar perenidade a um processo como a UniCampo sem prendê-lo nos limites de uma instituição rígida? Nessa reflexão, pode ser importante ligar a formação do capital humano, social e institucional, para pensar como o capital humano e social contribuirão com o capital institucional.

Conclusão

Esse artigo apresenta alguns elementos de construção de um quadro de análise de uma pesquisa. No entanto, a reflexão aberta pode se revelar muito rica no futuro, tanto para a continuação da experiência da UniCampo, quanto para contribuir com as discussões sobre formações e desenvolvimento territorial em geral. Pretendemos a posteriori aplicar nosso quadro de análise a várias outras experiências de formação, para ampliar o debate. Mas como nos mostra a experiência da UniCampo, esse debate não pode ficar entre universitários, nem profissionais de ONG's. Ele precisa ser apropriado pelos próprios atores do território, para que eles se tornem portadores desses processos de formação em seus territórios .

Bibliografia

- ARGYRIS, C. 1995. **Savoir pour agir. Surmonter les obstacles à l'apprentissage organisationnel**. Paris : InterÉditions.
- ARROYO, M.; FERNANDES, B. 1999. **A educação básica e o movimento social do campo** (n.º 2). Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, Brasília.
- BANQUE MONDIALE, 2004. Suivi et évaluation: quelques outils, méthodes et approches. Banque, Mondiale, Washington. <http://www.worldbank.org/evaluation/>
- BENJAMIN, C.; CALDART, R. 2000. **Projeto popular e escolas do campo** (n.º 3). Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, Brasília.

- BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. 1977. **Estratégias de Ensino-Aprendizagem**. Vozes, Petropolis.
- BRONCKART, J.-P. 2002. **Les conditions de construction des connaissances humaines. Le développement par les connaissances?**, Genève.
- CANIELLO, M.; TONNEAU, J-P; LEAL, F.; LIMA, J. 2003 **Projeto UniCampo: pela Universidade Camponesa**. Campina Grande, UFCG.
- CARNEIRO, 2006. **Nouveaux savoirs, nouvel apprentissage et création de valeur**. http://www.elearningeuropa.info/index.php?page=doc&doc_id=7013&doclng=8&menuzone=0&focus=1
- DUNCAN, M. 2003. **O desenvolvimento territorial: o projeto do MDA**, in Tonneau et al "Desenvolvimento Territorial e Convivência com o Semi-Árido Brasileiro" - Experiências de Aprendizagem. Relatório Final. Embrapa semi arido. Petrolina 2003. 46 p.
- FLS/Contag-Sebrae. 2003. **Projeto de Fortalecimento de Localidades Rurais Desenvolvimento Territorial e Estratégias Inovadoras**. Brasília, FLS-Contag, 35 p.
- FORAY, D. 2000. **Economie de la connaissance**. Collection Repères, La Découverte.
- FREIRE, P. 1968. **Educação e conscientização: extencionismo rural**. Cuernavaca, México, CIDOC/Cuaderno 25.
- GURGAND, M. 2005. **Economie de l'éducation**. Collection Repères, La Découverte.
- HATCHUEL, A. et B. WEIL (1992). **L'expert et le système**. Paris, Economica.
- KOLLING, E.; NÉRY, I.; MOLINA, M. 1999. **Por uma educação básica do campo**. Fundação Universidade de Brasília.
- KOLLING, E.; CERIOLO, P.; CALDART, R. 2002. **Educação do campo: Identidade e políticas públicas** (n.º 4). Articulação Nacional por uma Educação do Campo, Brasília.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Secretaria de Educação Continuada, 2004. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CEB Nº1 de 3 de abril de 2002. Brasília, Ministério da Educação.
- LABONTE, R. & LAVERACK, G. 2001. Capacity building in health promotion, Part 1: For whom? And for what purpose? *Critical Public Health*, 11 (2), 111-127.
- PERRENOUD, P. 2004. **L'université entre transmission de savoirs et développement de compétences**. Congrès de l'enseignement universitaire et de l'innovation, Girona, www.unige.ch/fapse/SSE.
- PIAGET, J. - **La prise de conscience** - Paris : Presses Univ. de France, 1974. - 282 p.
- PUTNAM R., (1993a), avec R. Leonardi & R. Nanetti, *Making democracy work – Civic traditions in modern Italy*, Princeton University Press.
- PUTNAM R. (1993b), *The prosperous community. Social capital and public life.*, *The American Prospect* 4(13):35-42, (www.prospect.org/print/V4/13/putnam-r.html)
- QUINTELLA BAPTISTA, N. 2005. **Avaliação – Instrumento e processo de crescimento**. In: Educação Rural e Sustentabilidade do Campo. MOC-BA, SERTA-PE, UEFS-BA, Feira de Santana, Brasil, 2ª edição.
- REY-VALETTE, H. 2004. **Politique de gouvernance et nouveaux enjeux pour le secteur informel en termes d'apprentissage collectif et de capital social**.
- RIVOIRE, G. 2004. **La compétence, résultat de la connaissance inscrite dans les processus**. http://solutions.journaldunet.com/0404/040423_chro_bpms.shtml.
- ROBINSON, M. 1994. **Avaliação Participativa de Impacto: Reflexões Provenientes**

- do trabalho de Campo.** Rio de Janeiro, AS-PTA.
- ROTILLON, S. 2000. **Economie des ressources humaines.** Repères, La Découverte.
- Sabourin E., Tonneau J.P., De Menezes M.A. 2004. **Is there a new peasant agriculture project? An analysis based on brazilian and french examples.** Acta agriculturae serbica. vol.9:n 17 : p. 19-32
- SDT/MDA, 2005. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil.** Série Documentos do SDT: número 1. Brasília.
- SEN, A. 2003. **Development as capability expansion.** In Fukuda-Parr et Shiva Kumar (éds) Readings in Human Development, Oxford University Press, p.3-17
- TONNEAU J P, SILVA P, VIEIRA C W, MENEZES E A, GAVIRIA L, 2003. **Desenvolvimento Territorial e Convivência com o Semi-Árido Brasileiro - Experiências de Aprendizagem.** Embrapa, FAO, FAGRO, Cirad, Anais do Seminário, Petrolina, Embrapa Semi-árido, 30 setembro de 2003.
- TONNEAU JP, DINIZ P, DUQUE G, SILVEIRA LM, SIDERSKI P, VON DER WEID JM, 2005. **Développement territorial au Nordeste du Brésil. Le lent apprentissage de la démocratie.**
- TONNEAU JP, 2006. **Eau et territoires : Quelles priorités pour la recherche?** Lyon, 9-10 janvier 2006, Sécheresse et développement territorial, Cemagref.
- UNICAMPO, 2004 : **A construção da Universidade Camponesa no Brasil,** UFCG, DVD.
- UNIVERSIDADE CAMPONESA NO BRASIL, Comité Executivo, 2003. **Carta Magna do projeto Universidade Camponesa no Brasil,** Campina Grande, UFCG, UFPE, CIRAD.
- VASCONCELOS, E. 2004. **O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias.** Ed. Paulus, Rio de Janeiro.
- ZARIFIAN, Ph. 2001. **Le modèle de la compétence.** Paris : Éditions Liaisons.

CONSTRUÇÃO DO SABER E EMPODERAMENTO: A EXPERIÊNCIA DA ASA/PB

Ghislaine Duque
Doutora em Sociologia, professora colaboradora da UFCG, pesquisadora do CNPq.
ghduque@uol.com.br

Maria do Socorro de Lima Oliveira
Mestre em Sociologia, Professora da UNESC, Campina Grande.
mdelimaoliveira@yahoo.com.br

Resumo

A Articulação do Semi-Árido (ASA/PB) desenvolve, desde 1993, ações de resgate e divulgação do saber camponês, bem como de construção do conhecimento agroecológico e de formação política, que têm como consequência o empoderamento do campesinato no semi-árido. Esta comunicação não tem a ambição de elaborar uma teoria científica sobre o tema proposto pelo Grupo de Trabalho. Apenas pretende resgatar uma experiência que poderá eventualmente servir de subsídio para uma elaboração teórica ulterior. Após uma rápida introdução sobre as circunstâncias que incentivaram a criação da ASA/PB e umas informações sobre as ações e a extensão da rede, o essencial desta comunicação dividir-se-á em duas partes: a apresentação de um instrumento particularmente significativo para a construção da consciência política e o empoderamento camponês, ou seja os Fundos Rotativos Solidários; e a análise da pedagogia da ASA/PB.

Palavras chaves: Saber camponês, Empoderamento, Articulação do Semi-Árido, Fundos Rotativos Solidários, Práticas pedagógicas.

APRESENTAÇÃO

A Articulação do Semi-Árido (ASA/PB) desenvolve, desde 1993, ações de resgate e divulgação do saber camponês, bem como de construção do conhecimento agroecológico e de formação política, que têm como consequência o empoderamento do campesinato no semi-árido. Esta comunicação não tem a ambição de elaborar uma teoria científica sobre o tema proposto pelo Grupo de Trabalho. Apenas pretende resgatar uma experiência que poderá eventualmente servir de subsídio para uma elaboração teórica ulterior.

Após uma rápida introdução sobre as circunstâncias que incentivaram a criação da ASA/PB e umas informações sobre as ações e a extensão da rede, o essencial desta comunicação dividir-se-á em duas partes: a apresentação de um instrumento particularmente significativo para a construção da consciência política e o

empoderamento camponês, ou seja os Fundos Rotativos Solidários; e a análise da pedagogia da ASA/PB.

INTRODUÇÃO

Após os anos 80, os camponeses, que tinham sido duramente reprimidos pela ditadura militar (ver a experiência das Ligas Camponesas), voltaram a se expressar. No Semi-Árido, o grande problema era a descontinuidade e o caráter assistencialista de uma política que só se manifestava a cada seca, uma política que reforçava o poder do latifúndio. Em março de 1993, na oportunidade de mais uma seca, centenas de trabalhadores rurais de todo o Nordeste ocuparam a Sudene, o que provocou um processo de discussão e crítica do modelo de desenvolvimento vigente.

Na Paraíba, esse processo culminou com um Seminário (junho de 1993) que definiu orientações para um outro modelo de desenvolvimento, autônomo, sustentável, baseado nas características da agricultura familiar e oposto ao modelo do agro-negócio. Esse seminário constitui o marco de criação da Articulação do Semi-Árido Paraibano: um fórum de pessoas e entidades unidas para o desenvolvimento da Paraíba¹.

Ao mesmo tempo estavam se desenvolvendo, especialmente por iniciativa do PATAC², a ONG mais antiga da Paraíba na área rural, umas experiências de parcerias com outros ONGs, STRs, pastorais, associações comunitárias, etc. visando a implantação de tecnologias simples facilitando a convivência das famílias camponesas com as características do semi-árido. As primeiras ações em parceria foram a construção de cisternas de placas e a constituição de Bancos de Sementes Comunitários. As cisternas permitem o armazenamento de água de chuva recolhida nos telhados, solução descentralizada, oposta à política de concentração de água em grandes açudes; elas quebram a dependência do caminhão pipa e do clientelismo, além de contribuir consideravelmente para a melhoria da saúde das famílias e de poupar as mulheres que tradicionalmente vão apanhar água, passando horas em andanças cansativas carregando baldes de água na cabeça. Os Bancos de Sementes Comunitários permitem o armazenamento de sementes locais, favorecendo a manutenção da biodiversidade (contra a imposição de sementes certificadas que, elas também, criam dependência)³.

¹ Para maiores informações, ver Diniz, 2002.

² Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas Às Comunidades.

³ A ação organizada pela ASA/PB conseguiu que o Estado (via CONAB) abasteça os Bancos de Sementes comprando e distribuindo as sementes crioulas dos camponesas (chamadas por estes de

As parcerias mobilizadas em torno dessas ações foram atingindo um número sempre crescente de comunidades e municípios e promoveram ao mesmo tempo o resgate e a divulgação do saber camponês já existente, a diversificação das ações, a difusão de informações e o debate relativo às políticas públicas: crítica do modelo dominante, propostas alternativas apropriadas às características físicas e culturais da região e que aos poucos foram se identificando como modelo camponês de base agroecológica. A ASA foi se fortalecendo nessas ações e nesses debates até integrar mais de 300 entidades diversas.

A divulgação das tecnologias se tornou financeiramente possível pela prática dos Fundos Rotativos Solidários, que contribuíram por sua vez para a organização, fortalecimento e empoderamento das comunidades.

A primeira parte de nossa exposição mostrará como se dá essa contribuição dos FRS para a organização das comunidades e seu empoderamento. A seguir resumiremos as grandes linhas da pedagogia da ASA/PB, visando tanto a construção de um saber comum quanto a auto-estima das famílias agricultoras e a alegre descoberta de seu poder.

1. OS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS

Os Fundos Rotativos Solidários constituem uma estratégia adotada pela ASA/PB para todas suas ações de implementação de tecnologias apropriadas à convivência com a região semi-árida. Trata-se de uma forma de associação de crédito rotativo que possibilita, através da cooperação entre seus membros, a construção de um bem material preestabelecido.

O objetivo inicial dos FRS era de disponibilizar recursos financeiros destinados à construção de cisternas de placas, barragens subterrâneas, ou qualquer outro bem que possibilitasse o convívio ecologicamente sustentável com o Semi-Árido, sem ter que passar pela burocracia bancária ou pagar juros; pois, frente ao banco, o camponês está numa situação de inferioridade, tendo que aceitar “pacotes” geralmente estranhos às suas lógicas e mal adaptados a suas necessidades. Os recursos dos FRS são administrados pela comunidade e lhe são retornados (segundo modalidades definidas localmente) para que todas as famílias sejam beneficiadas.

“sementes da Paixão”) e que o PRONAF (Programa de financiamento da agricultura familiar) autorize a compra dessas sementes nos projetos por ele financiados.

O primeiro FRS da Paraíba foi criado em 1993 na Comunidade de Caiçara, Município de Soledade no Cariri paraibano; tratava-se de um fundo rotativo destinado à construção de cisternas de placas. Ele funcionou da seguinte maneira: certa quantia de dinheiro, correspondendo ao material de uma ou duas cisternas, foi emprestado a um grupo de famílias – após entendimento com a comunidade. Esse grupo comprometeu-se solidariamente a devolver o empréstimo, segundo as modalidades e o ritmo decididos em conjunto. A primeira família a ser beneficiada foi sorteada, e o trabalho foi geralmente realizado em conjunto, pelo sistema do mutirão. À medida que o volume das devoluções o permitia, as famílias seguintes eram sorteadas e novas cisternas construídas. Quando todas as famílias do grupo obtiveram suas cisternas, as últimas devoluções permitiram a criação de um novo fundo rotativo na comunidade, ou a aquisição de outro bem para o grupo.

O sistema de FRS difundiu-se por toda Paraíba; em primeiro lugar para as comunidades do município de Soledade, e em segundo lugar para outros municípios do Estado. O trabalho de implementação dos FRS em outros municípios se deu através da parceria com diversas instituições que compõem a ASA/PB. A propagação dos FRS através das entidades que formam a ASA/PB conferiu-lhes modificações na forma de funcionamento. Isso porque cada instituição, cada município do Estado da Paraíba, bem como cada comunidade, possuem suas especificidades. Portanto, a gestão dos fundos rotativos passou a ser responsabilidade de cada localidade.

Cabe a cada instituição fomentadora dos recursos para os FRS motivar o primeiro grupo de cada comunidade e dar o treinamento para a construção das cisternas, barragens subterrâneas, poços, etc. Além do processo de “mobilização” social cujo objetivo é explicar os princípios norteadores dos FRS e organizar os grupos, é realizado um curso de gerenciamento de recursos hídricos. Após a primeira experiência, a mobilização fica por conta da comunidade. Quanto à construção dos bens, geralmente um membro de outra comunidade que participou do processo de construção outrora, é convidado para ensinar o ofício aos membros da comunidade onde o trabalho está sendo iniciado.

As comunidades, ao gerenciarem esses recursos, têm consciência de sua origem externa. Ao optarem por geri-los na forma de fundos rotativos, criam associações de crédito próprias e com regras adaptadas às suas realidades. Dentro da dinâmica comunitária foi inserido um processo onde as regras de gestão dos recursos, os

beneficiários e as formas de atendimento das famílias mais empobrecidas são discutidos internamente.

As atividades produtivas apoiadas pelos fundos são as mais diversas: na área de recursos hídricos, todo tipo de capacitação e armazenamento de água de chuva como (além das cisternas que continuam sendo a benfeitoria mais procurada): tanques de pedra, barragem subterrânea, poços amazonas; na área de criação animal: compra de matrizes e reprodutores de diversas espécies, apriscos, palma forrageira, processamento de forragem e construção de silos, cercamento das pastagens e quintais, criação de abelhas, cultivo ecológico com canteiros econômicos, esterco e caldas, contenção de solo, produção de mudas diversas. Também são apoiados o beneficiamento de produtos (queijos e doces) e sua comercialização. Finalmente, além dessas atividades no campo da produção e renda, os FRS também são utilizados, em menor proporção, para necessidades de conforto e higiene (reformas de casa, construção de sanitários), para cobrir gastos com saúde (transporte para o hospital, compra de remédios) bem como, custos comunitários (material de construção da sede das associações, realizada em mutirão).

Até 2005, as atividades da ASA/PB apoiadas pelos Fundos Rotativos Solidários envolviam 18.000 famílias em 1.824 localidades rurais de 140 municípios, e isto graças às parcerias de 350 organizações as mais diversas que compõem a ASA/PB.

Um resultado importante, além da aprendizagem da gestão coletiva de recursos, é o incentivo à organização da comunidade, à autonomia e cidadania de seus membros. Os camponeses passam a descobrir sua capacidade de decidir de seu próprio destino e, abandonando a atitude dependente dos tempos do clientelismo, se tornam protagonistas, inclusive na formulação de políticas públicas mais adaptadas.

O sistema de Fundos Rotativos Solidários tem vários aspectos. Em primeiro lugar ele responde a essa necessidade de pequenos investimentos produtivos ou de infraestrutura que permitem a decolagem da economia familiar. Em segundo lugar, não é um favor, é um empréstimo que ao ser pago (pelo menos parcialmente, pois tem um tipo de rebate) é revertido para um fundo comum comunitário, chamado pelos camponeses de poupança comunitária, e que, portanto, não cria dependência. O camponês sente-se orgulhoso de mostrar o bem construído com os esforços seus e do grupo. Em terceiro lugar, o sistema dos Fundos Rotativos Solidários é o pontapé inicial para a organização da comunidade, e talvez seja nisso que reside seu valor essencial para modificar a situação de subdesenvolvimento.

Dentro da dinâmica comunitária, os fundos rotativos se inserem num processo rico de formação onde os valores da democracia e da transparência são exercitados pelas comunidades na gestão deste recurso coletivo. As regras de gestão dos recursos, os beneficiários e as formas de atendimento das famílias mais empobrecidas são permanentemente discutidos. Os FRS constituem assim um verdadeiro processo pedagógico e político de organização, e não simplesmente uma operação econômica.

Os FRS são elementos que favorecem um tipo de pedagogia voltada à cidadania e à organização das comunidades. Eles fortalecem as associações dos pequenos produtores rurais porque incentivam a participação. Outro aspecto é o favorecimento de famílias carentes que não teriam como adquirir cisternas de outro modo, a não ser pelo favor de políticos (Presidente da Associação de Produtores Rurais de Caiçara).

Nas comunidades, os FRS apresentam de fato a sua verdadeira forma, já que esta é vinculada diretamente à realidade das relações sociais lá estabelecidas. Os fundos dependem da maneira como os membros dos grupos se relacionam e conduzem suas ações individuais e coletivas. Portanto, o sistema de fundos rotativos é baseado na cooperação a partir das inter-relações que os membros dos grupos mantêm entre si. Essa cooperação solicita os laços sociais de solidariedade, reciprocidade e confiança que os camponeses disponibilizam e compartilham em seu cotidiano.

A troca intensiva de experiências e ações através do sistema de Fundos Rotativos Solidários possibilita o fortalecimento e a valorização do modo de vida camponês. A aprendizagem coletiva faz parte de uma complexa construção de saberes que se inicia com a mobilização e formação dos grupos de fundos rotativos e permanece durante todo o processo que os envolve. Desde o princípio do trabalho, é solicitado o conhecimento dos camponeses acerca do que se quer construir, em relação ao tipo de atividade produtiva, bem como ao tipo de ação coletiva que se propõem a realizar, havendo um intercâmbio de saberes oriundos de suas práticas ancestrais e cotidianas⁴.

A efetivação da cooperação não ocorre do dia para a noite. Ela depende de um emaranhado de normas e regras sociais que são reforçadas a partir das práticas sociais dos grupos. Ela depende de experiências compartilhadas. Neste sentido, os FRS, ao se apoiarem nas relações sociais dos grupos reforçando-as, torna-se um potente instrumento de aprendizagem coletiva e de fortalecimento a serviço dos camponeses.

⁴ Ver a esse respeito a dissertação de Mestrado de Maria do Socorro de Lima Oliveira, 2006.

2. A PEDAGOGIA DA ASA/PB

A pedagogia da ASA na Paraíba se baseia em alguns princípios que constituem ao mesmo tempo estratégias eficazes: resgatar a auto-estima dos camponeses, e para isso valorizar suas práticas; assegurar sua participação, e portanto saber escutá-los, provocar sua fala; dar-lhes informações e promover um processo de formação/capacitação a partir da prática; incentivar sua organização e intervenção política.

Os instrumentos pedagógicos são em primeiro lugar os intercâmbios de experiências – valorizando a figura do produtor-experimentador. Eles são acompanhados ou preparados por um “diagnóstico” da situação local realizado numa conversa em reuniões ou a partir de um levantamento de dados em campo (“diagnóstico rápido participativo”): O resultado do diagnóstico é explicitado com a ajuda de mapas e seguido de um plano de ação, geralmente inspirado por visitas a experiências bem sucedidas. Uma família conta os resultados desse diagnóstico:

Veja só quantos problemas as comunidades tinham em relação à água. Poucos reservatórios só abasteciam a metade do ano. O jeito era recorrer aos carros-pipa, Os reservatórios serviam pra todo uso: para consumo de casa, beber, cozinhar, lavar roupa e até para os animais.

Na época das chuvas, a água era quase sempre barrenta. E no verão salobra. A água era de baixa qualidade e muito distante de casa. Era preciso fazer alguma coisa: pra água barrenta tinha duas soluções, tratar ela limpando com a semente de moringa e construir cisterna de placas para captar água de chuva. Era preciso fazer barreiros nas propriedades, ampliar os tanques de pedra e construir um açude maior. Com isso os animais não usariam a água do uso familiar.

Já na agricultura os problemas encontrados eram os seguintes: erosão nos altos das propriedades. Dificuldades de situar hortas e fruteiras, invernos irregulares e a salinização dos baixios. Foram discutidas algumas propostas para esses problemas: como variantes com capim e agave em nível, barreira de pedra, construção de barragem subterrânea e variedades adaptadas à região. Como também o aproveitamento da água servida para situar fruteiras e hortas nos quintais (STR de Solânea e AS-PTA, fev. 2002)⁵.

Outro instrumento importante são os encontros a nível microrregional, regional e estadual. Têm vários objetivos: em primeiro lugar a divulgação de informações e o debate sobre os mais diversos temas: o diagnóstico da comunidade, a história da região, o modelo de modernização defendido pelo agronegócio e seus efeitos, a agroecologia, a política agrícola, as experiências realizadas, o funcionamento dos Fundos Rotativos Solidários, as ações propostas, etc. Esses debates alimentam a reflexão das famílias e

⁵ Para mais exemplos, ver Documentos e Cartilhas.

reforçam seu orgulho em relação à importância da agricultura familiar e dos resultados do modelo agroecológico defendido pela ASA. Outro objetivo é a preparação de eventos regionais ou estaduais como a comemoração da Semana da Água ou a Festa da Semente da Paixão, ou ainda o Encontro Paraibano de Agroecologia.

Muitas vezes, os encontros incluem um “carrossel” que é precisamente uma forma de intercambiar experiências. Os participantes do encontro desfilam de local em local – barracas, salas - assistindo à apresentação de experiências (de regiões, de tecnologias) ilustradas por fotos, cartazes, mapas, produtos etc., experiências que são depois discutidas em grupos e/ou em plenária. Também é frequente a apresentação das problemáticas na forma de encenações que sempre provocam risos e discussões animadas.

Os intercâmbios se dão também na forma de visitas às propriedades dos agricultores experimentadores. Certas comunidades recebem todo ano centenas de visitas. Outra forma de divulgação das experiências são cartilhas elaboradas com a participação dos próprios camponeses e boletins que contam a história de uma comunidade ou de uma família. A ASA também divulga fitas DVD onde as experiências são mostradas, explicadas pelos próprios camponeses.

É impressionante assistir ao progressivo empoderamento dos agricultores e agricultoras manifestado nas visitas e nos encontros. Há alguns anos atrás, todos ficavam calados, as opiniões eram expressas timidamente, ou apenas na forma de aprovação. Hoje, quase brigam para se apoderar do micro. O cronograma previsto estoura porque não se consegue fechar um tema. É a manifestação de um protagonismo sempre mais seguro.

Esses instrumentos pedagógicos repousam numa estrutura de organização flexível em diversos níveis. As comunidades têm suas associações que assumem a gestão dos Fundos Rotativos Solidários, preparam os encontros microrregionais e repercutam os resultados desses encontros. A nível municipal, microrregional ou regional, existem diversos tipos de organização: a paróquia, o Sindicato, diversos “Coletivos” que reúnem as associações e paróquias de um ou vários municípios, o Pólo Sindical (o da Borborema abrange sindicatos e associações de 16 municípios), diversos Foros de Assentados, etc. Estas entidades têm seu próprio ritmo de encontros e assumem sucessivamente a organização de eventos estaduais. Finalmente, a nível

estadual, têm comissões por tema: as duas mais ativas são a Comissão Água⁶ e a Rede Semente, cada uma animada por um grupo de lideranças. Constituem espaços de reflexão e planejamento de ações sobre esses temas mais específicos. Quase todo ano desde 2002, a ASA/PB organiza um Encontro Paraibano de Agroecologia (EPA); este ano, o IV EPA (08 a 10 de maio/2006) esteve preparando o próximo Encontro Nacional de Agroecologia (II ENA, no próximo mês de junho). Finalmente representantes da ASA participam de diversas redes – como a Rede Abelha ou a Rede ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) – ou de Grupos de Trabalho que reúnem representantes do Governo e da sociedade civil para elaborar diversas políticas.

A co-construção de políticas públicas constitui um importante aspecto da atuação da ASA. Já falamos da defesa da biodiversidade e da luta pelo reconhecimento das sementes nativas. O Programa Um Milhão de Cisternas⁷ criado pela ASA/Brasil (esta, nascida em 1999) não deixou de se inspirar do programa de construção de cisternas desenvolvido na Paraíba como também em outros Estados. No campo da economia solidária, a ASA/PB participa de um Grupo de Trabalho reunindo representantes do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), e de várias entidades da sociedade civil, onde a experiência dos FRS é aproveitada para repensar a Política de Inclusão Social e Desenvolvimento Solidário. A ASA exerce ainda seu papel de defensora da agricultura familiar no Grupo de Trabalho interministerial de Combate à Desertificação, na Rede de Educação no Semi-Árido Brasileiro – RESAB; junto ao CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional), etc.

Essas ações são discutidas na base, por todos, de forma democrática. A ASA (seja a nível de Paraíba ou a nível nacional) não tem presidente nem hierarquia, apenas Coordenações e Comissões. Todos participam em pé de igualdade, tal uma mulher analfabeta que, recentemente, defendia publicamente e veementemente seu ponto de vista em discussão com uma liderança. É claro que as lideranças e os mediadores têm um papel importante, mas os produtores e as produtoras, os jovens e até as crianças vão ocupando seu espaço, afirmando suas opiniões e compartilham sua alegria ao tomarem consciência do conhecimento que estão acumulando e de sua capacidade de

⁶ É a Comissão Água que nos encomendou uma pesquisa sobre o funcionamento dos Fundos Rotativos Solidários e organizou as reuniões microrregionais que serviram de ponta-pé inicial. Os resultados foram debatidos numa reunião estadual e redirecionados para as regiões. Continuam sendo lembrados a quase cada reunião. Daí resultaram vários artigos e uma dissertação de mestrado (Oliveira, 2006).

protagonismo. Tal o testemunho de uma mulher, expresso em poesia que ela intitulou: “Resumo das oficinas”⁸, que expressa suas descobertas com convicção:

Pensando no que vimos
Eu procuro escrever
Na época de 70 a 80
O que puderam nos fazer
Destruindo o pasto nativo
Para algaroba trazer

(...)

Continuamos preocupados
Com o trabalho da mineração
Traz um pouco de dinheiro
Mas grandes destruição (*sic*)
Além de destruir as terras
Mata os próprios cristão. (*sic*)

A cana todos sabemos
Que é necessário plantar.
Que plante com dignidade
Sem precisar explorar
Que todo trabalho é digno
Quando se sabe trabalhar.

Porque tanta exploração
Se a escravidão acabou.
Hoje escraviza a consciência
Daquele que não estudou
E só sente na pele
Depois que tudo passou.

(...)

Aqui termino o relato
do estudo que passou.
Ainda falta muita coisa
Mas a mente não gravou.
Outros que também ouviram
Completem o estudo que passou.

Assinado: Luzia
(Mocinha, Nova Palmeira)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DINIZ, Paulo César Oliveira. *Ação Coletiva e Convivência com o Semi-Árido: A experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano*. Campina Grande: UFPB, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, março de 2002, 121 p. e anexos, Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural.

OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima. *Cooperação entre camponeses: Um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Campina Grande: UFCG/PPGS, 2006, 167 p. e anexos.

Documentos e Cartilhas diversas publicadas pela AS-PTA, pelo PATAC, pelo Pólo Sindical da Borborema, pelos STR de Solânea, Soledade, etc.

⁷ Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais.

⁸ Após ter participado do IV Encontro Paraibano de Agroecologia, onde diversas oficinas tinham discutido os “dissabores” do modelo dominante.

CULTURA ORGANIZACIONAL E ASSESSORIA TÉCNICA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

Sônia Rampim Florêncio¹

Marcilene Costa²

É intenção desse trabalho problematizar a existência, no interior das instituições chamadas de prestadoras de serviço de ATES³, de **procedimentos e formas de agir e trabalhar** específicas de cada uma delas conforme classificação proposta que se verá mais adiante. Esses procedimentos se inserem em uma **cultura organizacional** própria de cada grupo de prestadoras.

Para tal propósito, intenciona-se discutir a noção de cultura, emprestada da Antropologia, e relacioná-la com o conceito de cultura organizacional vindo da Administração. Também é importante perceber como se dá a recepção, por parte dos agentes das instituições, a essa pretensa tentativa de homogeneização de atitudes, procedimentos, visão de mundo e até mesmo posicionamentos políticos de seus gestores.

Utilizou-se para essa pesquisa, além da investigação bibliográfica, questionários e entrevistas qualitativas com os dirigentes de todas as prestadoras de serviço(em número de onze) conveniadas com o INCRA na abrangência da SR 027 que responderam a uma série de questões relativas ao funcionamento da ATES em sua instituição.

Nos limites desta pesquisa, a intenção é a de se ater aos conceitos de cultura das escolas funcionalista e simbólica posto que é destas vertentes teóricas que procedem, ao que parece, as matrizes de inspiração dos autores que tratam do tema *cultura organizacional*, termo que ganhou força nas análises de **gestão das organizações** nas décadas de 1980 e 1990. Segundo FLEURY (1989), as dificuldades encontradas por pesquisadores ao tentar captar a essência de certos fenômenos

¹ Socióloga, mestre em Educação pela UNICAMP/SP, integrante da Equipe de Articulação de ATES (Sul e Sudeste do Pará)

² Antropóloga, mestre em Antropologia pela UFPA/PA, integrante da Equipe de Articulação de ATES (Sul e Sudeste do Pará)

³São assim conhecidas as instituições governamentais e não-governamentais conveniadas com a Superintendência 027(sul e sudeste do PA) do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para os serviços de ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental para os projetos de assentamentos rurais),

organizacionais ou os obstáculos enfrentados por administradores/consultores para implantar processos de mudanças, tecnicamente bem justificados, mas que não conseguem decolar, indicam a necessidade de incorporar a questão da cultura organizacional que é definida segundo a autora (*apud* Edgar Shein), como

“o conjunto de pressupostos básicos que um grupo inventou, descobriu ou desenvolveu ao aprender como lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna e que funcionaram bem o suficiente para serem considerados válidos e ensinados a novos membros como a forma correta de perceber, pensar e sentir em relação a esses problemas.” (1989:5)

Normand Pèpin (1998), elabora um sugestivo quadro comparativo entre o conceito de cultura na Antropologia e suas derivações nos escritos de gestão organizacional. Para a escola funcionalista:

“a cultura é um instrumento que permite aos indivíduos enfrentar os problemas concretos que eles encontram quando procuram satisfazer melhor suas necessidades. Explica-se, portanto, as principais manifestações da cultura (instituições, mitos, etc) tendo-se como referências as **necessidades fundamentais** do ser humano.” (PÈPIN, 1998:287, negritos nossos).

Como se sabe as tais necessidades fundamentais já haviam sido pensadas por Malinowski ao analisar a sociedade trobriandesa no Pacífico a partir das instituições sociais identificadas pelo autor como um conjunto de ações, normas etc, todas elas interagindo entre si. O autor propunha então que o que dava vida às instituições e as colocavam “em funcionamento” eram as necessidades imediatas da coletividade. A esta visão da organização institucional foi atribuída a denominação de **teoria das necessidades**, amplamente criticada por autores como Claude Lévi-Strauss em sua obra *O pensamento selvagem*, sobretudo no capítulo “A ciência do concreto”. Para o antropólogo francês – que reconhecia a importância dos trabalhos de Malinowski – a teoria das necessidades equivaleria a um rebaixamento da cultura à natureza pois o Homem agiria, como os animais irracionais, a partir de seus instintos iniciando pelo da sobrevivência. É importante lembrar que Malinowski, mesmo não estabelecendo hierarquias entre as instituições sociais, dará mais atenção ao *Kula* (trocas comerciais entre os habitantes das ilhas) e à sexualidade, nas obras *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* e *A Vida Sexual dos Selvagens*, respectivamente.

Assim, também para os modernos funcionalistas, tanto da Antropologia quanto da Administração, o sistema sociocultural das organizações reflete ou deve refletir a procura do homem para a satisfação de suas necessidades por meio do trabalho

organizacional. As organizações são, de algum modo, lugares de explicitação e encenação visando à satisfação das necessidades dos participantes.

Já para a escola simbólica, representada por Clifford Geertz, a cultura, produto do espírito, é o sistema de significados e de símbolos coletivos segundo os quais os homens interpretam suas experiências e orientam suas ações. Então, produto de sua história e das ideologias dos atores dominantes, uma organização comporta um sistema simbólico que interpreta as ações dos membros e solicita seu engajamento. As organizações são construções sociais intersubjetivas oriundas de uma decodificação contínua por seus membros de suas ações e interações organizacionais.

Sendo a cultura uma ciência interpretativa à procura de um significado, para Geertz, “o homem é um animal amarrado a uma teia de significados que ele mesmo teceu” (1989:15). Por isso, o investigador social que pretende desvendar comportamentos, ações etc, precisa praticar a pesquisa etnográfica, precisa realizar a “descrição densa” da realidade, termo que o autor utiliza citando Gilbert R. Ryle.

Somente com essa “descrição densa” do real, o investigador conseguirá distinguir as diferentes interpretações subjetivas dos sujeitos envolvidos na gestão das organizações. É importante não esquecer que essa subjetividade, para o autor, está inserida nas experiências sócio-culturais. É interessante, aqui, recorrer a VYGOTSKY para quem o homem é, ao mesmo tempo, constituído **pela** e constituinte **da** cultura num processo dinâmico, por que histórico e contraditório por que dialético. Já nos primeiros anos de vida, aprende a cultura de seu meio, que é determinante do processo de desenvolvimento de cada indivíduo. No entanto, o contexto de desenvolvimento não é só o meio físico imediatamente próximo da pessoa; ele é composto pelas práticas culturais, pelo meio natural, pelos instrumentos e objetos, pelas idéias que circulam, pelas informações que lhe chegam. Trabalha com a noção de que a relação do homem com o mundo não é uma relação direta mas fundamentalmente uma **relação mediada**.

“Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de uma outra pessoa. Esta estrutura humana complexa é o produto de um desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre **história individual e história social**” (VYGOTSKY 1984 , negritos nossos)

Na medida em que cada indivíduo traz em sua formação elementos culturais e individuais, a recepção a esses sistemas simbólicos organizacionais seria, também,

individualizada e reelaborada a partir de sua própria experiência de interação com o mundo.

Partindo do pressuposto de que cada indivíduo dirige suas ações e seu comportamento segundo uma cultura interpretativa simbólica, que foi construída socialmente, a recepção às práticas de gestão, pretensamente homogeneizadoras por parte de seus dirigentes, não será uniforme. Nas ações cotidianas das organizações empresariais, governamentais ou não governamentais, olhares apressados podem concluir que os trabalhadores, forçosamente, agem de forma homogênea para a garantia de reconhecimento, por parte dos agentes organizacionais, de seu empenho dentro da instituição. Porém, um olhar mais atento perceberá que, nas relações interpessoais, na resolução de problemas, na tomada de decisões enfim, na sua prática profissional, cada trabalhador contará com sua dose de individualidade cultural.⁴

Na busca de construir uma nova identidade de trabalho para esses profissionais o que ocorre, então, é um processo que depende da construção de identidades dos sujeitos e que, quando vivido em uma organização de forma coletiva, não significa, necessariamente que todos os indivíduos/sujeitos que lá estão vivenciarão essa identidade ou essa construção e que isso se dará sem contradições. Além disso, a construção de uma identidade não se dá por si só e sim em contraste com o outro e pelo próprio reconhecimento social da diferença pelo sujeito. Segundo CARDOSO DE OLIVEIRA (1976) os mecanismos de identificação de um sujeito ou de grupos sociais perante outros grupos ou pessoas, refletem que as identidades assumidas em diferentes situações concretas podem ser mantidas, modificadas e até mesmo remodeladas pelas relações sociais desse indivíduo ou grupo social.

A construção de uma identidade pode ser considerada uma tarefa eminentemente política e dependente de imposições externas. ANDRADE (2003) afirma que, muitas vezes, elas são elaboradas “por entidades de representação, de apoio e mediação, sejam as de uso de instituições oficiais ou aquela de autoria de estudiosos.”(2003:38).

Sendo assim, quando os agentes das instituições se deparam com uma série de exigências de procedimentos e atitudes padronizadas para o cotidiano do trabalho, recebem-nas de formas muito diferenciada e diversificada de acordo com os diferentes

⁴ Indo ao encontro dessa percepção de que as práticas organizacionais podem ser mediadas por fatores identitários, ver RUBEN, G.R. – “Cultura e Gestão de Empresa no Brasil: um estudo comparativo” Campinas: UNICAMP/ IFCH, 1989 (mimeo).

fatores identitários dos agentes. As práticas de gestão nas organizações indicam para essa tentativa de homogeneização que pretende unir procedimentos, ações com a finalidade de adequação ao modo de ser dessas instituições.

A cultura organizacional nas instituições pesquisadas

As análises das instituições chamadas de prestadoras de serviço foi baseada em questionários preenchidos por informantes-chave das instituições e, também, em entrevistas qualitativas com os mesmos. Essa pesquisa foi realizada no período de setembro de 2004 a dezembro de 2005 pela Equipe de Articulação⁵ de ATES, contratada pelo LASAT (Laboratório Sócio Agrônomo Tocantins) em convênio com a SR 027 do INCRA.

Quanto ao perfil dessas instituições, 81,8% são ligadas a movimentos sociais que buscam a organização política dos trabalhadores rurais, enquanto 18,2% são filiadas à ASBRAER (Associação Brasileira de Extensão Rural). Este dado, no entanto, não indica o peso destas instituições em termos do número de famílias atendidas.

Vínculo das instituições a Movimentos Sociais⁶

Prestadora	Vínculo a Movimentos Sociais	Famílias atendidas (ATES)	Soma por movimento social
Extensão Amazônia	FECAP ⁷	934	10736
GR	FECAP	944	
Amazon Rural	FECAP	1147	
PROCAMPO	FECAP	2650	
COOPVAG	FECAP	5061	
COOMAFASP	FETAGRI	2031	15864
FETAGRI Sul	FETAGRI	4072	
COPSERVIÇOS	FETAGRI	9761	
COOMARSP	MST ⁸	2412	2412
EMATER Sul	Sem vínculo	613	1683
EMATER Sudeste	Sem vínculo	1070	

Fonte: Banco de dados da Equipe de Articulação/LASAT, 2006

⁵ As autoras desse trabalho integram essa Equipe, juntamente com mais nove integrantes com formação nas áreas de Ciências Agrárias e Ciências Humanas

⁶ Não é intenção desse trabalho discutir a proporcionalidade do atendimento às famílias em relação a cada movimento social. Só a fins de esclarecimento, a FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) atua na região há pelo menos 30 anos.

⁷ Federação das Centrais e Uniões de Associações de Pequenos Produtores Rurais do Pará

⁸ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

É interessante notar que há uma diversidade de vínculos entre os diferentes movimentos sociais e as instituições prestadoras de ATER. Só a distribuição do número de famílias atendidas não é suficiente para analisar esses vínculos. Há, evidentemente, uma complexidade muito maior que é difícil de ser captada. As filiadas a ASBRAER tendem a ser independentes dos movimentos e a ter vínculos com o poder local nos municípios onde atuam e com algumas lideranças nos assentamentos, já que também precisam ser referendadas pelas associações de assentados. Quanto às instituições vinculadas aos movimentos há casos onde o convênio é feito diretamente e outros em que o movimento indica uma cooperativa de serviços para os convênios com o INCRA e esta contrata os técnicos.

A maioria das instituições aponta como “missão”⁹ o desenvolvimento da agricultura familiar e a organização e conscientização das associações dos assentados. Capacitação, multidisciplinaridade e parcerias são os itens apontados pelos informantes-chave como pontos fortes da atuação das instituições. No entanto, muitos outros aparecem evidenciando, assim, a diversidade de compreensão da identidade e ações das instituições, o que também fica claro nas respostas relativas à missão das mesmas.

Esse resultado pode estar relacionado à atuação anterior de parte dos técnicos das instituições pesquisadas que hoje estão, em sua maioria, na coordenação dessas entidades.

Segundo ALVES(2006) o serviço de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) terceirizado surgiu como uma ferramenta de mudança de paradigma de atuação anterior da assistência técnica para os agricultores familiares que tinha como base teórica e prática principal o desenvolvimento baseado na revolução verde. O contato mais direto, o envolvimento dos movimentos sociais e a participação dos agricultores nas prestadoras de serviço impulsionaram o novo modelo de assistência técnica que passou a consolidar-se durante o Projeto LUMIAR¹⁰.

“No Pará, a estadualização da ATER implicou em um declínio da capacidade operacional, decorrente principalmente dos baixos investimentos. A

⁹ Essa foi a expressão utilizada nos questionários respondidos pelos coordenadores das prestadoras com a intenção de agrupar em um único campo semântico a razão da existência, por eles atribuídas, das instituições.

¹⁰ O projeto LUMIAR foi criado como uma resposta às pressões internas e externas pela dinamização da reforma agrária, criou-se o projeto piloto Lumiar – Projeto de Assistência Técnica nos Assentamentos da Reforma Agrária –, em 1997, em caráter emergencial, para suprir a deficiência da extensão rural, por entender que esta área aliada ao acesso à terra mais infra-estrutura e crédito são os propulsores de um programa de Reforma Agrária comprometido com a sustentabilidade e a qualidade de vida das famílias (INCRA, 1997).

grosso modo, porém, o trabalho esteve sempre restrito aos aspectos agro-técnicos dos sistemas de produção, repassados na forma de pacotes tecnológicos, pouco adaptáveis às diversidades locais, especialmente às da agricultura familiar, uma vez que eram e continuam a ser gerados fora do contexto específico. As conotações sociais, políticas, econômicas, culturais e infra-estruturais eram pouco trabalhadas e, quando tratadas, apareciam de forma desarticulada da área técnica. A participação do público alvo não era garantida em nenhuma das fases do processo. Por outro lado, os serviços prestados pela EMATER em muitos estados eram muito limitados. Segundo dados oficiais, no Pará, o número máximo de famílias atendidas foi de 100 mil, no ano de 2.000 (EMATER, 2000), equivalentes a aproximadamente 25% do total de famílias, com base no censo demográfico (IBGE, 2.000). Então, se nem mesmo os agricultores tradicionais da região podiam ser atendidos em sua maioria, menos ainda eram aqueles recém instalados, como os assentados, mesmo porque a reforma agrária era completamente marginalizada por ferir interesses econômicos e políticos de importantes oligarquias rurais dos estados.” ALVES (2006:2)

Enquanto isso, os trabalhadores rurais e suas organizações reivindicavam políticas públicas mais adaptadas a suas realidades e a uma concepção de desenvolvimento que não tivesse a produção como principal objetivo, mas apenas como um dos elementos da reforma agrária.

Das instituições pesquisadas, com exceção da EMATER, todas foram criadas na época ou após o término do Projeto LUMIAR e estão participando da ATER desde os convênios firmados com o INCRA a partir de julho de 2000.

Parte das equipes técnicas desse projeto foi capacitada pela metodologia do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e outra parte pela metodologia construída a partir do LASAT - Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins, vinculado à UFPA (Universidade Federal do Pará). Esta última metodologia, de acordo com representantes dessa instituição, é centrada na chamada abordagem sistêmica e holística do estabelecimento agrícola. Além disso, valoriza as parcerias, a atuação multidisciplinar e a capacitação continuada dos atores sociais envolvidos com a agricultura familiar.

Em relação ao perfil das instituições pesquisadas, uma primeira classificação¹¹ é possível levando em consideração as observações de campo da Equipe de Articulação, relativas à parcerias, ações políticas e, também, ao discurso apresentado pelos informantes chave dessas instituições. Nesse sentido, essa primeira classificação tem a

¹¹ A classificação das prestadoras nesses três grupos não significa que elas não compartilhem elementos entre si. O que ocorre é que alguns deles são mais fortes em umas do que em outras. Nem significa que essa classificação é estanque. Como fruto de relações sociais e de poder, tais características são dinâmicas e remetem a uma realidade histórico-social.

intenção de um agrupamento das instituições levando em consideração os elementos apontados acima.

Agrupamento das instituições pesquisadas

Empresas	GR
	Procampo
	Extensão Amazônia
	COOPVAG
	Amazon Rural
Ligadas a movimentos sociais	COPSERVIÇOS
	FETAGRI Sul
	COOMAFASP
	COOMARSP
Governamentais	EMATER Sul
	EMATER Sudeste

Nas instituições classificadas como **empresas** é comum o aparecimento de discursos, amplamente utilizados nas empresas modernas, que remetem à “qualidade total” ou “modelo japonês” de gestão¹², também conhecido como toyotismo. O relacionamento de trabalho interno das prestadoras é, quase sempre, apontado como “harmônico”. Também é comum, em algumas dessas instituições, a valorização à suposta independência política e a não participação em ações políticas para a chamada luta e conquista da terra. A maioria delas tem como entidade parceira o SEBRAE - Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas, instituição empresarial que possui um leque de atuação bastante amplo (capacitação empresarial, assessoria, treinamento, comercialização, geração de renda entre outros).

O depoimento¹³ do coordenador da Extensão Amazônia é representativa para observar essa tendência acima referida:

“(...)a gente tá criando um programa propondo um programa amplo aí, com algumas parcerias, vai discutir com o LASAT mais na frente e testar isso em... em pelo menos 25 propriedades a nível piloto. Só que a gente quer tipo assim, usar a bovinocultura porque pra atrair eles a partir disso aí, eles que digo os produtores, a

¹² Existe uma vasta bibliografia que analisa as transformações pelas quais passaram as empresas modernas para a adaptação ao “novo modelo de gestão”. Para uma consulta rápida e didática ver Tomazi, N.D. Sociologia da Educação, SP, Atual Ed., 1997, no capítulo sobre as transformações no processo de trabalho das empresas capitalistas.

¹³ Os depoimentos aqui reproduzidos estão na forma *ipsis verbis* para preservar a originalidade etnográfica da manifestação dos entrevistados.

partir disso aí e trabalhar a qualidade que a gente chama de... de...boas práticas agropecuárias e trabalhar a questão da qualidade total na agricultura (...) Tem o programa iluminação, tá sendo implantado agora é... aqui no Estado. Foi treinado agora no Maranhão pelo SEBRAE pra isso, são várias instituições, vários órgãos federais. E a gente quer vê se implanta isso a nível piloto, pela visão dessa questão da sustentabilidade da bovinocultura, mas só que trabalhar o que a gente tá propondo é trabalhar... com qualidade na propriedade de maneira geral, tipo assim... a gente dá é... **um programa que a gente dê selo de qualidade em pontuação** pras propriedades em tudo, ou seja, propriedade que vai ter o nível máximo é o quê? É aquele que a criança toda tá na escola, que a carteira de vacinação tá em dia, que... a dona de casa, até lá, já recebeu a questão do auxílio maternidade, que a criança trabalhe só naquelas coisas mais leves, que seja respeitada a questão de gênero, a questão da... da área lá de desmatamento se foi boa parte desmatada mas que tenha sido reflorestada, ou seja, uma pontuação em conjunto que tenha uma placa em cada frente dessas propriedade que pudesse ir... pontuando isso... se tivesse premiação a cada semestre, alguma coisa assim. Então a gente tá montando essa proposta aí, eu discutir ela no SEBRAE e vai discutir com outros órgãos pra poder fechar um plano piloto disso aí pra gente ver se consegue implementar isso até 2007 antes da gente é... deixar aí... o, o esse bloco de assentamento”¹⁴(negritos nossos)

No grupo de instituições **ligadas fortemente aos movimentos sociais**, identifica-se a valorização de aspectos ligados às questões sócio-organizativas dos assentamentos, do comprometimento com as lutas políticas desses movimentos, na busca de direitos dos trabalhadores rurais e na importância da organização sindical. Além disso, percebe-se que essas instituições são consideradas como braço produtivo dos respectivos Movimentos Sociais, como declarou o representante da COOMARSP, vinculada ao MST. Frequentemente, as instituições participam das ações políticas dos movimentos, inclusive em suas operacionalizações. Valoriza-se, também, em algumas delas, a participação efetiva dos assentados nas prestadoras. Em algumas delas, os assentados aparecem como atores aglutinadores de lutas políticas. Os agentes dessa organizações são bastante cobrados em relação à compreensão e aceitação da ligação da instituição com o Movimento Social ou sindicatos. A fala do coordenador da COOMARSP, e do coordenador da FETAGRI SUL são ilustrativas dessa postura:

“A COOMARSP é importante porque ela ao mesmo tempo que dá assistência técnica mas é também, né, a instituição representativa e aglutinativa dos trabalhadores porque é uma cooperativa de trabalhadores mas que a, a característica de assistência técnica também nos seus objetivo, não tem esse objetivo de prestar assistência técnica, mais ela é dos trabalhadores assentados agindo em diversos assentamentos, então ela é importante enquanto instrumento para aglutinar forças, né, no sentido de melhorar a produção, a comercialização, mais uma coisa é importante e talvez supera esse dois primeiros pontos que eu falei que é a organização deles.”¹⁵

¹⁴ Entrevista realizada em 17/02/2006, pela Equipe de Articulação.

¹⁵ Entrevista realizada em 17/02/2006 pela Equipe de Articulação

“A principal função da Fetagri, da federação é preparar uma organização sindical ma achamos que o que pode contribuir o que pode a Fetagri até agora pôde contribuir com os trabalhadores é nessa parte das conquistas, das lutas que a gente tem feito várias lutas aí pra questão da organização sindical e aí junto com essas ações agora a gente na verdade estamos num novo, numa nova etapa que é essa etapa de ATEs”¹⁶.

Em relação à tentativa de homogeneização dos procedimentos de trabalho e aceitação dos parâmetros vindos dos Movimentos Sociais, algumas falas merecem ser destacadas:

“Os meninos que chegam na COOPSERVIÇOS têm que aprender no fim das contas a... a saber como tratar justamente o Movimento. A gente não é peão do movimento, mas por outro lado **a gente é amarrado**, enfim... tem que explicar pra eles que nós temos vários relacionamentos à fora, que é com as **entidades companheiras**, que é tudo que é ligado ao movimento sindical. Bom, que não é preciso citar e todos sabem que é tudo o que faz parte do FERA[Fórum da Reforma Agrária] , esse é um **relacionamento de companheiro**, vamos dizer **que estamos casados por bem, por mal, na alegria, na tristeza** (...) Na seleção tem uns que não agüentam. Uma coisa interessante que ... se a gente vê um movimento dentro COOPSERVIÇOS de gente, eu acho que tem 21 pessoas ano passado que saíram da COOPSERVIÇOS, só foi três que foram demitidos. É... os outros foi porque não se sentiram à vontade lá dentro. **O grande desafio nosso é como manter a democracia, mas por outro lado é... uma certa disciplina, certo.(...)**”¹⁷
(negritos nossos)

“É aí onde tu tem uma produção de carvão grande, se precisa dessa produção de carvão, e que a prestadora ela é contrária, mas que na concepção do técnico ele acha importante pra geração de renda do assentado. Então há esse choque de idéias a isso, é um entrave pra nós, daí a gente pensou ‘- pera aí, não pode ficar nesse negócio’(...).[Então o quer é feito?] **No convencimento a curto prazo, no convencimento e a longo prazo formando os nossos profissionais** (risos). A longo prazo, é, eu acho que é esse caminho que tá a gente e tá os companheiros da FETAGRI e essa turma lá da FATA [Federação dos Agricultores do Araguaia Tocantins].”¹⁸(negritos nossos)

No caso da EMATER, autarquia da administração indireta do Estado, os escritórios regionais possuem estrutura e funcionamento próprios com bastante autonomia quanto às linhas de atuação e relações com os atores locais; porém, estão submetidos à gerência estadual. Como o convênio da EMATER foi assinado somente no início desse ano, não foi possível fazer as mesmas observações feitas nas outras categorias pois a Equipe de Articulação ainda não acompanhou seus técnicos em campo. As análises aqui apresentadas referem-se somente às respostas dos questionários

¹⁶ Entrevista realizada em 18/11/2005 pela Equipe de Articulação

¹⁷ Entrevista realizada em 22/02/2006 pela Equipe de Articulação

¹⁸ Entrevista realizada em 17/02/2006 pela Equipe de Articulação

e às entrevistas qualitativas, diferente das outras prestadoras onde estas visitas foram realizadas o que , conseqüentemente, possibilitou uma observação mais detalhada.

Assim, as prestadoras de serviço de ATEs, supostamente procuram implantar uma cultura organizacional em seu cotidiano de trabalho, na relação com os agentes sociais envolvidos , na visão de mundo e do devir histórico, enfim procuram unificar procedimentos, atitudes que são direcionados para a vivência de um determinado “ethos” específico de cada uma, para utilizar a terminologia weberiana. Max Weber introduz , como se sabe, esse conceito ao analisar a instauração de um típico modo de acumulação de riquezas atribuído aos protestantes puritanos da América do Norte:

“Na verdade, o que é aqui pregado não é uma simples técnica de vida, mas sim uma ética peculiar, cuja infração não é tratada como uma tolice **mas como um esquecimento do dever**. Esta é a essência do problema. O que é aqui preconizado não é um mero senso comercial – o que não seria nada original – mas sim um ethos. Esta é a qualidade que nos interessa” (WEBER, 1983:31, negritos nossos)

A construção dessa “nova identidade” sugerida pelos gestores das instituições não se efetiva de forma hegemônica e também não significa que todos os agentes a vivenciarão em sua plenitude e que isso se dará sem conflitos. É importante levar em consideração que essa construção de identidade é **mediada** pelos próprios agentes organizacionais, pelos gestores e , também , pelos próprios assentados. Essa mediação é única em cada indivíduo e repleta de fatores identitários.

Dessa forma, não parece ser possível a formação de padrões de procedimentos e ações que visam homogeneizar a maneira de ser nas instituições ou visto que aparecem como uma espécie de mecanismo de controle para a consolidação do “ethos”. Durante as observações de campo da Equipe de Articulação , percebeu-se que os técnicos das prestadoras, agentes dessas organizações, manifestavam resistências à assimilação de uma *práxis* homogeneizada construída externamente e levada a cabo , quase que de forma impositiva, relembrando os velhos autoritarismos gestados na idéia de que iluminados devam conduzir aqueles que estão na escuridão ao caminho da Verdade.

Importa ressaltar que esta estratégia ocupa, historicamente, tanto as organizações ditas de vanguarda dos Movimentos Sociais quanto aquelas que se assemelham , na gestão, ao modelo de qualidade total amplamente criticado pelo pensamento dito crítico e de esquerda. Ironicamente, “retrógrados” e “avançados”

parecem construir armadilhas que impedem a emancipação do trabalhador, seja da cidade, seja do campo.

Parece , então, que os recursos públicos destinados pelo Estado para políticas públicas de assessoria técnica, social e ambiental que deveriam trazer a informação e a formação libertária tornando o trabalhador sujeito como queriam Vygotsky e Paulo Freire, por exemplo, acabam por ser destinados para a construção de obstáculos que impedem a inclusão de uma ampla maioria excluída no campo da cidadania.

Referências bibliográficas

- ALVES, Livia Navegantes & NAVEGANTES, Raul da Silva *O técnico e o humano: a construção de uma nova assistência técnica no Sul do Pará*. Marabá-PA : 2005. (mimeo)
- ANDRADE, Maristela de Paula. “De pretos, negros, quilombos e quilombolas – notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de quilombos” IN Boletim Rede Amazônia, n. 1, Rio de Janeiro/Belém: IRD, PPGSA/UFRJ, NAEA/UFPA, 2003
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social* São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.
- FLEURY, Maria Tereza Leme “Cultura organizacional e estratégias de mudanças: recolocando estas questões no cenário brasileiro atual” in Revista de Administração , São Paulo: FGV, 1991
- FLEURY, Maria Tereza Leme “Cultura organizacional – os modismos, as pesquisas, as intervenções: uma discussão metodológica in Revista de Administração, São Paulo – SP, FGV, 1989.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas Rio de Janeiro: LTC, 1989
- INCRA. *Projeto LUMIAR: assistência técnica nos assentamentos*. Brasília -DF, 1997. 69 p
- INCRA; IICA. *Roteiro Básico de Elaboração dos Planos de Desenvolvimento Sustentáveis dos Assentamentos*. Brasília, 2000, (mimeo)
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA-IBGE. *Censo Demográfico*, 2.000.
- PÉPIN, N. “Cultura de Empresa. Nascimento, alcance e limites de um conceito” IN MOSAICO – Revista de Ciências Sociais, v.1, nº1. Vitória:UFES, 1988

- RUBEN, G.R. – “Cultura e Gestão de Empresa no Brasil: um estudo comparativo”
Campinas: UNICAMP/ IFCH, 1989 (mimeo)
- VYGOTSKY, L. S. – A formação Social da Mente, São Paulo: Martins Fontes, 1984
- WEBER, M. – A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, 3^a. edição, São Paulo,
Livraria Pioneira Editora, 1983

DA SENZALA AO QUILOMBO

A Construção de Territórios Alternativos a Escravidão no Rio Trombetas – PA

Luiz Jardim de Moraes Wanderley*
Programa de Pós-graduação em Geografia – UFRJ
lulajardim@click21.com.br

Introdução

Apesar de haver ocorrido algumas incursões religiosas, militares e científicas no rio Trombetas, considerava-se este um dos afluentes do Amazonas menos explorado e conhecido pelos colonizadores, devido à existência de difíceis barreiras naturais (cachoeiras, corredeiras e densas florestas) a serem enfrentadas. Foram os índios e, posteriormente, os negros, escravos fugidos, quem transpuseram tais obstáculos e ocuparam os terrenos encachoeirados, que na atualidade ainda contém ínfima densidade populacional (ANTUNES, 2000).

O vale do Trombetas não chegou a presenciar uma densa ocupação capitalista até o fim do século XIX. O processo de ocupação do Trombetas ocorreu de forma lenta, gradual, e em épocas e por grupos étnicos distintos. Sobreposição e conflitos territoriais foram feições características neste espaço. O vale do rio Trombetas primeiramente foi ocupado por índios, que pressionados pela ocupação e perseguição dos colonizadores europeus fugiram das proximidades do baixo vale do rio Amazonas e se reterritorializaram nas regiões mais afastadas, nas terras firmes e protegidas dos rios tributários. A segunda territorialização se deu por grupos de escravos fugidos das senzalas das fazendas de cacau e gado localizadas nas proximidades do rio Amazonas. Os negros temendo as expedições de captura se juntaram aos índios nas áreas mais protegidas pelos sítios acidentados. Tal contato resultou em respostas variadas. Em alguns casos houve o convívio mútuo entre os dois grupos étnicos no mesmo território. Em outros provocou o afastamento ainda maior dos índios em relação ao Amazonas. O Baixo e Médio vale do rio Trombetas foram regiões pouco ocupadas até meados do século XIX. Nesta região existiam poucos e esparsos povoados de negros, que se

* Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestrando do Cursos de Pós-graduação em Geografia da UFRJ.

intensificaram com o descenso destes das partes altas dos rios, no século XIX. No mesmo período, iniciou-se a ocupação branca no vale do Trombetas. Os brancos se limitaram a ocupar a parte baixa do rio, onde fundaram, em 1877, a cidade de Oriximiná. Mais tarde se expandindo para o Médio Trombetas e sobrepuseram aos territórios negros, levando à transformação da organização sócio-territorial através da criação de fazendas locais.

O Sistema Escravista Cacaueiro

A colonização portuguesa no Brasil, diferentemente dos outros tipos de domínios europeus até então existentes, não se limitou à exploração comercial através de feitorias ou de extração de riquezas minerais. Portugal, segundo Freyre (1975), desenvolveu na colônia do Brasil e na Amazônia um novo tipo de colonização, a '*colônia de plantação*'. Formou-se então uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica e híbrida de índio, branco e negro na composição (FREYRE, 1975). Entretanto, nesta sociedade os europeus se embasaram no determinismo geográfico para defender a existência da superioridade racial branca, tanto em relação ao negro quanto ao índio (MACHADO, 2003). Essas disparidades raciais, segundo argumentavam, eram causadas por certa influência patogênica peculiar, em caráter ou intensidade, ao clima tropical (FREYRE, 1975).

O colonizador português do Brasil foi o primeiro dentre os colonizadores modernos a deslocar a base da colonização tropical da pura extração da riqueza mineral, vegetal ou animal – o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim – para a de criação local de riqueza. Ainda que riqueza – a criada por eles sob a pressão das circunstâncias americanas – à custa do trabalho escravo: tocada, portanto, daquela perversão de instinto econômico que cedo desviou os portugueses da atividade de produzir valores para a de explora-los, transporta-los ou adquiri-los (FREYRE, 1975 , p.17).

A partir de meados do século XVIII, alterou-se o movimento de ocupação do Baixo Amazonas, até então caminhando em marcha lenta. Foram as novas políticas coloniais implementadas por Marquês de Pombal (1750 – 1771), que transformaram a idéia de ocupação e desenvolvimento das colônias portuguesas e reorganizaram o espaço colonial do Estado do Grão-Pará. Pombal compreendeu a necessidade de ocupar física e economicamente a Amazônia, não se limitando às fortificações e as estratégias militares de defesa, para então não vir a perder territórios para outras potências. Sendo assim, desenvolveu políticas de ocupação territorial e econômica na região, formando

cidades e promovendo atividades produtivas, de modo a constituir um território luso-amazônico.

No século XVIII, a vila de Óbidos era um aglomerado inexpressivo, cuja função estava relacionada à fortaleza construída pela Coroa nos primeiros tempos de penetração na região amazônica. Todavia, por seu caráter estratégico se destacava como importante aglomerado humano na região ao lado de Santarém. Essa região (conhecida no período como região de Santarém, se refere ao noroeste do atual Estado do Pará, também conhecida como região do Baixo Amazonas). , composta pelas freguesias de Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Faro e Santarém, bem como parte do restante do Grão-Pará, começou a ser ocupada no fim do século por plantações de cacauais nativos e cultivados, visando o mercado europeu, e criações de algumas cabeças de gado. Para auxiliar o desenvolvimento destas novas atividades foram sendo adquiridos, em diversas localidades da África, trabalhadores negros, escravizados nas fazendas e cidades do Estado do Grão-Pará. Os negros apesar de pouco numerosos foram sendo introduzidos pouco a pouco, mas em escala crescente e com apoio das instituições religiosas, formando com os reduzidos escravos indígenas a base do sistema de produção colonial (SALLES, 1971).

A escravidão não teve origem nas colônias européias. Sua primeira expressão foi em Roma Antiga. Porém, o que foi específico na relação social e de poder entre o negro africano e o escravizador europeu, foi que o primeiro estatuiu a exclusividade de sujeição ao negro, estigmatizando-o como “inferiores” ao branco (COQUERY-VIDROVITCH, 2004). Na África negra também houve escravidão antes da chegada dos árabes e europeus. Como inexistia a noção de propriedade da terra, a única fonte de riqueza era homens e mulheres capturados em guerras tribais ou adquiridos via comércio. Essa atividade foi estimulada pela demanda externa dos árabes desde o século XI e dos europeus a partir de século XVI. Transformou-se, então, o capturado em ‘*gado humano*’ e moeda de troca, posteriormente, deportado para o mundo árabe e além-atlântico. Os escravos eram requisitados principalmente para trabalharem em plantações. O Brasil, segundo Frédéric Mauro (apud FERRO, 2004), até 1800 recebeu aproximadamente 2,25 milhões, em 1870 a cifra chegara à 4 milhões. O fluxo e o preço dos escravos se elevaram muito nos séculos XVIII e inícios do XIX, atingindo 80 mil/ano, em 1780. Contudo, a grande magnitude do fluxo de escravos não oferece os dados exatos de quantos negros foram retirados da África. Os principais países

forneecedores eram Golfo da Guiné, Biafra, Angola e Congo. Eles não se limitavam aos prisioneiros de guerra e promoviam expedições de capturas no interior (FERRO, 2004).

O tráfico negreiro teve maior expressão no Brasil e na Amazônia por causa das lutas dos Jesuítas pelo controle e proteção dos povos indígenas. Essa luta culminou com a lei colonial de 1755, que decretou a liberdade aos índios, dava aos religiosos o poder de gerir e fundar aldeamentos indígenas e a função de proteger e fiscalizar o trabalho dos nativos, não permitindo a escravidão (ACEVEDO e CASTRO 1998; ANTUNES, 2000). Por não ser a região amazônica suficientemente provida de comércio de escravos africanos, neste período, a lei de 1755 e as ações dos jesuítas eram mal vistas pela sociedade colonial. Outro elemento estimulador do tráfico negreiro foi a capacidade desta atividade de gerar vultuosos lucros à Metrópole portuguesa, por meio da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A entrada da Companhia resolvera o problema de oferta de mão de obra escrava e de escoamento da produção para Europa (ACEVEDO e CASTRO 1998).

Em três séculos de comércio escravista europeu para as Américas retiraram-se africanos de várias regiões do continente, sendo incerto precisar quais as origens geográficas e étnicas dos grupos escravizados. Para o Brasil, estima-se que os fluxos de escravos tenham origem, desde o século XVI, na região do Golfo da Guiné (correspondente hoje a países como: Serra Leoa, Guiné, Guiné-Bissau e Gâmbia), nos dois séculos seguintes ampliando-se para Costas da Mina e de Angola (Costa da Mina corresponde a: Gana, Togo, Benin, Nigéria e Camarões; e a Costa da Angola corresponde a: Angola, Gabão e Guiné Equatorial) e por fim, no século XIX, incluindo a região de Moçambique e Madagascar (ANJOS, 2005). A proximidade geográfica e as rotas marítimas indicam que os escravos da região amazônica são possivelmente oriundos do Golfo da Guiné e da Costa da Mina.

Na colônia escravista do Grão-Pará, a relação entre desenvolvimento produtivo e escravidão se estabelecia de forma direta, ou seja, o aumento da produção de cacau acompanhava o crescimento da população escrava. Todavia, as constantes fugas também poderiam levar à instabilidade da atividade. As plantações de cacau também influenciaram o aumento do cultivo de produtos alimentícios básicos para sustentabilidade da colônia como arroz, café, milho, feijão e algodão. Em 1823, devido aos altos índices comerciais, a região de Santarém exercia um papel importante na ocupação portuguesa no espaço Amazônico, representado pelo segundo maior povoamento do Grão-Pará. A população escrava regional, concentrada em Santarém e

Óbidos, estava entre as mais elevadas, perdendo apenas para região de Belém. Em 1823, a população absoluta da região de Santarém encontrava-se em torno de 23.845, 18,6% da população total do Estado do Grão-Pará, a população escrava total estava em 3.657, 13% do total do Estado, este contingente estava apenas abaixo da região de Belém com 27,1% da população total e 55% da população escrava total (ACEVEDO e CASTRO, 1998).

Foi a exploração do cacau, segundo Dauril Alden (apud ACEVEDO e CASTRO, 1998), que promoveu a colonização amazônica durante o século XVIII. Contudo, os proprietários de sesmarias foram sendo afetados pelas variações do preço do cacau, pela concorrência no mercado internacional, pela pesada relação entre credor e devedor, pelo precário nível tecnológico e pelas dificuldades com a mão de obra escrava. Como reflexo houve a decadência da produção de cacau e o aumento da fuga de escravos, que conseqüentemente aprofundou ainda mais a crise dos fazendeiros e do regime escravista, no início do século XIX. Outros elementos que abalaram a sociedade escravocrata amazônica foram o movimento por Independência (1822) e a Cabanagem (1831-1835).

A fuga - da Senzala ao Quilombo

No fim do século XVIII e durante o XIX na Amazônia (intensificando-se no período da Cabanagem), os negros em reação às condições desumanas de vida, aos maus tratos do senhor, à falta de autonomia individual e, sucessivamente, em contraposição ao sistema escravista intensificaram as fugas e a formação de aglomerados alternativos e livres da escravidão, conhecidos como quilombos ou mocambos (denominação na região amazônica). Portanto, os atos de fuga e construção dos quilombos significavam ao mesmo tempo a luta por sobrevivência e resistência ao sistema. Os quilombos propunham fornecer uma possibilidade de liberdade e autonomia no interior do sistema escravista, e também se tornaram elemento de pressão dos escravos por melhores condições. No entanto, essa alternativa de sobrevivência era bastante difícil e arriscada, por causa dos perigos da floresta, das dificuldades de sobreviver nas matas e das freqüentes e violentas expedições dos capitães-do-mato.

Os mocambos eram territórios formados majoritariamente por escravos fugidos, mas incluíam indivíduos de outros grupos excluídos da sociedade escravista, como indígenas, desertores ao tempo de recrutamento compulsório, criminosos etc. (SALLES,

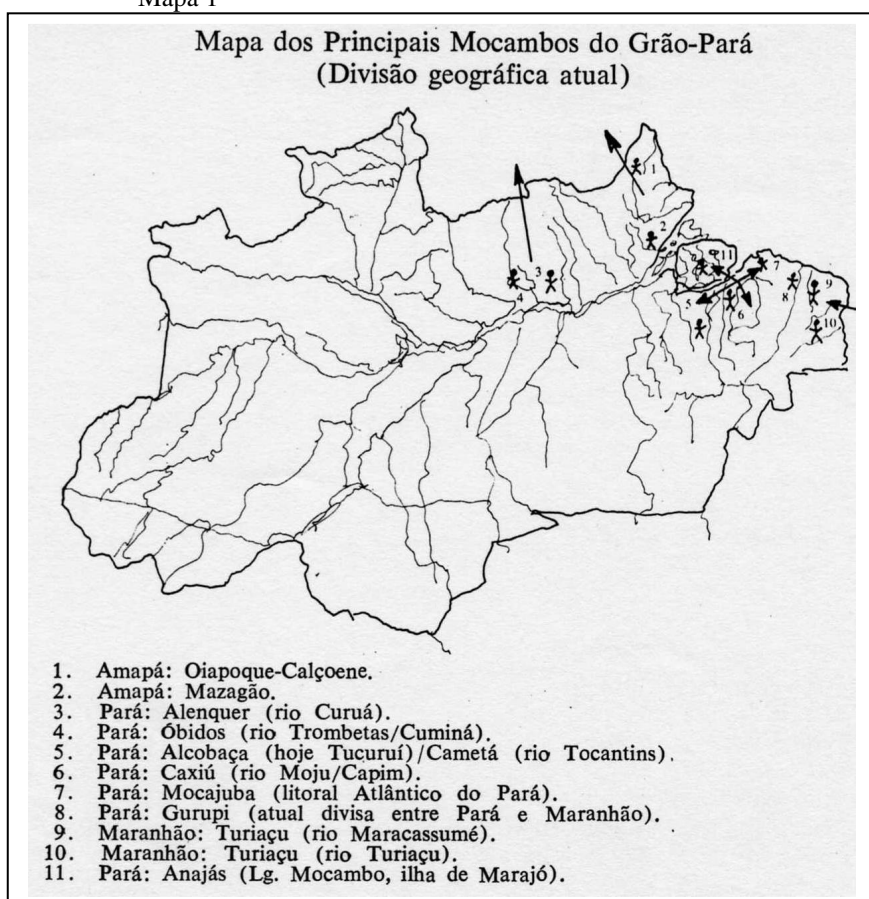
1971; ACEVEDO e CASTRO, 1998). Localizavam-se geralmente em sítios estratégicos como regiões de topografia acidentada (chapadas, áreas de cachoeiras e serras) e/ou vales florestados e férteis com sistema de vigilância nas áreas mais altas ou na entrada do vale (ANJOS, 2005). Esses posicionamentos visavam uma maior proteção territorial e condições próprias ao cultivo de alimentos. O quilombo representava o território vital construído pelos negros fugidos. Isto é, o território que lhes permitia satisfazer suas necessidades básicas, como as de se alimentar, habitar e reproduzir, onde a sobrevivência social encontra-se subordinada às condições territoriais, permitindo um maior ou menor enraizamento no solo – território (RATZEL, 1990). Os negros organizavam-se de forma unida, coletiva, em sociedades relativamente fechadas, regidas por leis socialmente construídas, administradas autonomamente e governadas por representantes eleitos.

Os quilombos se espalharam por várias regiões do Brasil e da Amazônia. Os principais na região Amazônica estão nos atuais, estados do Pará: nas cabeceiras do rio Trombetas no município de Óbidos, no rio Curuá em Alenquer, no rio Anajás no Marajó, na margem do Tabatinga em Cametá, no Alcobaça (hoje Tucuruí), nas Margens do rio Guamá, Moju e Capim (Caxiú), em Mocajuba (litoral atlântico) e em Gurupi (divisa co Maranhão); do Amapá: nas regiões de Oiapoque-Calçoene e Mazagão; e do Maranhão: em Turiaçu nos rio Turiaçu e Maracassumé (SALLES, 1971, ver mapa 1).

As fugas dos negros em direção ao vale do rio Trombetas e seus tributários começaram nas primeiras décadas do século XIX, com a decadência do cultivo de cacau em Alenquer, Óbidos e Santarém, cidades que possuíam bom número de escravos. O período de fuga dos escravos, de forma individual ou coletiva, geralmente encontrava-se relacionado à época de cheia dos rios – de dezembro a maio –, quando a navegabilidade por atalhos era facilitada, e nos períodos de festividades – juninas e natalinas – quando a fazenda estava preocupada com outras atividades (FUNES, 2000). Os quilombos do Trombetas tiveram importâncias significativas na luta dos escravos na Amazônia, por ter sido um dos maiores e mais difíceis de ser destruído. Eram considerados o ‘*Palmares*’ amazônico (em referência ao maior quilombo formado no nordeste Brasileiro em Alagoas) e estima-se que tenham abrigado mais de 2 mil indivíduos. Os quilombos da bacia do Trombetas são originários do re-agrupamento dos quilombos *Inferno e Cipotema*, destruídos, em 1812, pela expedição punitiva no rio Curuá em Alenquer (SALLES, 1971; ANDRADE, 1995; ACEVEDO e CASTRO, 1998).

Segundo relatos de viajantes, em 1821, existia no vale do Trombetas o que poderia ser o primeiro quilombo, um aglomerado de negros do devastado mocambo do Curuá localizado no lago conhecido como Lago do Mocambo. Neste mesmo período, havia chegado fugido de Santarém um grupo de escravos que se abrigara acima das cachoeiras no rio Erepecuru, onde teve o primeiro contato com os índios (ANDRADE, 1995). Em 1822, registrou-se uma expedição punitiva bem sucedida no Trombetas, que resultou na destruição de um quilombo. Mas essa relativa derrota não inibiu a reprodução de outro e o aliciamento de novos camaradas para integrar os mocambos. Nesta época o bom relacionamento com índios e desertores possibilitaram aos negros aprimorar as fugas, alcançado maior sucesso e menos riscos. Em 1827, outra excursão foi promovida com algum sucesso para as tropas. A constante pressão das tropas de captura obrigou os negros a abandonar as águas calmas do Trombetas e organizarem novos territórios em sítios mais defensivos acima das cachoeiras.

Mapa 1



Fonte: Salles, 1971: p.219.

Os Territórios sob proteção das Cachoeiras

Como estratégia de fuga das senzalas e das expedições de milícias os negros ocuparam os espaços acima das cachoeiras nos rios Trombetas e Erepecuru, fundando lá novos territórios de escravos fugidos. O curso estreito dos rios, a floresta densa e as grandes quedas d'água permitiram aos negros adquirirem maior proteção. Essas características físicas do território dificultavam a chegada das milícias, facilitavam a vigilância no sopé das cachoeiras, permitindo que os negros evacuassem os quilombos antes de serem surpreendidos pelas tropas. Outra estratégia era não se concentrar numa única localidade, erguendo diferentes mocambos às margens do rio principal e seus tributários. As posições eram escolhidas de forma estratégica a fim de exercer um maior controle sobre o território. Costumavam ocupar os terrenos altos às margens do rio (terra firme), fora do alcance das enchentes e oculto da visão de quem por rio chegasse. Deste modo, exerciam total poder sobre o espaço, ao ver a chegada do inimigo e não ser visto e por ter o conhecimento total das redes de circulação, lhes permitindo o controle de entrada e assegurando as rotas de fuga. Os territórios também forneciam abundante quantidade de alimentos no interior da mata e solo fértil, possibilitando a sobrevivência e a autonomia dos quilombos.

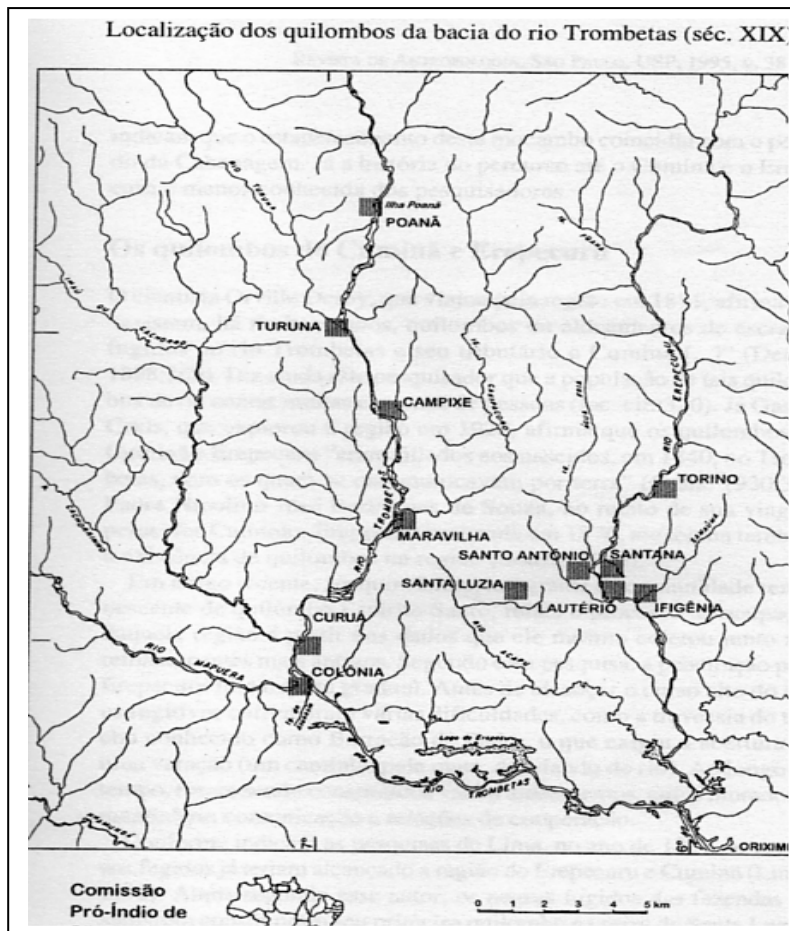
Os africanos se adaptaram às condições ecológicas da Amazônia. Adequando-se aos diversos recursos alimentícios e suas sazonalidades, construindo aos poucos um calendário extrativo. No sentido de possibilitar sua reprodução, os negros se organizaram de forma coletiva no uso e na apropriação do território, fixando normas elaboradas em consenso e construindo uma identidade comum, por meio de práticas, concepções e princípios (ACEVEDO e CASTRO, 1998). Há então a concretização de uma territorialidade, cuja ligação entre solo e sociedade é essencial. O espaço vital, da satisfação das necessidades básicas, se transforma em espaço vivido, das práticas, dos símbolos, dos mitos, da história e da identidade para com o território. O espaço vivido é a expressão do profundo enraizamento territorial dos negros, ou seja, a construção de uma territorialidade.

Durante o movimento cabano os negros desceram os rios para engrossar o contingente revoltado e lutar por liberdade. A presença dos escravos libertos e dos índios demonstrava as raízes populares do movimento. Os escravos aproveitaram as mortes e fugas dos senhores para fugirem e se reorganizarem nos mocambos no Trombetas, elevando ainda mais a população aquilombada.

Por ocasião da Cabanagem, esses negros se colocaram ao lado dos revoltosos, auxiliando-os. A revolução de 1835 foi extraordinariamente propícia aos mocambeiros. Os negros, aproveitando-se da morte ou fuga dos senhores, reorganizaram-se e fundaram acima da décima quinta cachoeira, denominada esta de Caspacura, uma povoação por eles mesmos denominada *Cidade da Maravilha* (SALLES, 1971, p.234).

Cidade da Maravilha se tornou o maior quilombo da região, atingindo número superior a 2.000 escravos fugidos (ver mapa 2) . Ao mesmo tempo, virou a ira dos senhores de Óbidos e Santarém, que cobravam do poder público o uso dos aparelhos policiais para captura e destruição dos mocambos. Desta forma, garantindo o retorno da propriedade privada dos cidadãos, o escravo, e zelando pela segurança pública. A partir de 1854, várias expedições constituídas por policiais, pela Guarda Nacional e por índios *Mundurucus*, que serviam como guias, subiram o Trombetas pretendendo acabar com o quilombo. Numa destas tentativas, antes da milícia chegar à *Cidade da Maravilha*, esta já havia sido queimada pelos próprios negros, que fugiram. Acredita-se que os delatores do ataque ao quilombo tenham sido os regatões (comerciantes nômades), que pretendiam não ver destruído seus lucrativos negócios com os negros.

Mapa 2



Ainda temerosos com as incursões de captura, socialmente justificadas pela ideologia do modelo escravocrata e intensificadas com o fim do tráfico negreiro e pelo déficit de escravos, os fugidos subiram ainda mais cachoeiras para ocupar terrenos com maior proteção. Os negros deixaram de se organizar de forma nucleada, como no caso do mocambo *Cidade da Maravilha*, e voltaram a se dispersar espacialmente pelo território, porém no entorno de dois núcleos maiores (SALLES, 1971). Tal estratégia almejava facilitar as fugas e propiciar maior resistência às investidas dos inimigos. Este processo de reterritorialização da população negra avançou sobre territórios indígenas empurrando-os cada vez mais para norte.

As Redes de Relações Sociais dos Mocambeiros

As relações entre negros e índios era dúbia e conflituosa. Por um lado os negros eram temidos pelos indígenas, e vice versa, pelo fato de serem violentos e invadirem seus territórios, muitas vezes para seqüestrar índias – consequência da relativa ausência de mulheres nos quilombos. Tais conflitos causaram o deslocamento dos indígenas para o norte e delimitaram novas fronteiras mutuamente respeitadas (como a cachoeira da Fumaça limite entre a ocupação negra, abaixo da cachoeira, e dos indígenas, acima). Por outro lado, a relação entre eles, em alguns casos, podia ser bem amistosa, levando até mesmo a convivência conjunta, a ajuda nos atos de fuga e a proteção do território. A heterogeneidade étnica das sociedades dos quilombos proporcionou o processo de miscigenação etno-cultural, que pode ser observada ainda hoje pelo biótipo das populações quilombolas e em suas manifestações culturais. Foi o contato com os índios que deu condições aos negros de sobreviver na mata, a partir do ensinamento dos conhecimentos sobre os recursos naturais e do território.

Esse mesmo processo de povoamento de escravos, fugidos das crueldades de seus senhores a procura de asilo e liberdade na espessidão da selva amazônica, foi identificado por viajantes no Cuminá (tributário do Trombetas) e em vários outros rios da Amazônia (ver mapas 1 e 2). A presença de palhoças humildes, contendo indispensavelmente o pilão, podia ser encontrada facilmente nas regiões consideradas mais inóspitas e insalubres na vizinhança de terras indígenas.

Os quilombos que por aqui (*vale do rio Cuminá*) existiam e, segundo consta, ficavam acima da cachoeira do Cajual e do rio Penecura, eram filiados aos nascidos, em 1840, no Trombetas, com os quais se comunicavam por terra. Aliás quase todos os rios da Amazônia tiveram desses refúgios de escravos e até no alto Içá, Crevaux foi surpreender a choça de uma preta velha. Parece que tanto no

Trombetas como no Cuminá, os mocambeiros, temendo o gentio, nunca se localizaram muito acima das primeiras cachoeiras. Contudo, diz-se que eles acabaram por manter relações com os selvagens e há quem adiante que, por meio das tribos Ariquena, Charuma e Tunayana, através dos Tiriôs da Guiana, e passando pelos Pianacotós, eles chegaram a estabelecer contactos com seus irmãos, os negros da mata (bush-negros) de Suriname, também escapos ao cativo (CRULS, 1930, p. 33-34).

As redes de relação social da sociedade aquilombada não se limitavam aos segmentos excluídos da sociedade amazônica. Os ex-escravos mantinham relações próximas com os regatões com quem trocavam e vendiam, de forma clandestina, produtos plantados e coletados na floresta, como farinha, madeira, tabaco e gêneros da floresta, principalmente a castanha-do-pará. Os negros também promoviam empreitadas, na calada da noite, em direção aos portos de Óbidos e Oriximiná, desejando vender e comprar mercadorias com os comerciantes. Os comerciantes faziam parte da importante rede de informação contida na estratégia de defesa do território dos quilombos. Era através destes que chegavam as informações relativas ao movimento de perseguição aos mocambos. Por fidelidade aos seus interesses mercantis, os regatões também negavam informações aos perseguidores (SALLES, 1971). O papel exercido pelos quilombos na economia local e as relações com os comerciantes, homens que ocupavam cargos públicos e com prestígio político, permitia aos mocambos gozar de certa legitimidade. Esta legitimidade era expressa na relativa inserção destes territórios na sociedade local, nas visitas de cientistas, viajantes, negociante e religiosos e majoritariamente pelo fato de se extinguirem as expedições punitivas ao Trombetas ainda na década de 1860 (FUNES, 2000). O fim da caça aos escravos foi também resultado da decadência e do enfraquecimento dos donos de escravos por meio de leis. Em importante aponta que apesar de não ter havido, após a década de 1860, mais nenhuma incursão de capitães-do-mato no Trombetas, em 1870, o então presidente da província assinou uma lei autorizando a destruição dos mocambos do Trombetas e em 1876 ocorreu a expedição que destruiu o mocambo do rio Curuá, vizinho ao rio Trombetas

A aproximação com os regatões e com a igreja Católica é mais um elemento à comprovar que os quilombos não eram territórios completamente fechados e intransponíveis (O'DWYER, 2002). A relação com a entidade religiosa só foi possível devido ao maior contato dos ex-escravos com a cidade e pelas missões religiosas, em 1877, 1878 e 1888, lideradas pelo padre José Nicolino de Souza, da ordem dos Franciscanos. Os Franciscanos eram os encarregados pela Coroa portuguesa de

catequizar os índios localizados na margem direita do rio Amazonas. Tais missões objetivavam catequizar os índios e alcançar os campos gerais. A Igreja Católica exerceu uma função importante no controle dos quilombos, possibilitando aumentar o contato econômico e social dos negros com a sociedade regional. Ela substituiu o relacionamento imposto pela força das expedições de captura pelo processo de pacificação e cristianização dos mocambeiros. Foi o próprio padre Nicolino, que durante suas missões religiosas, desbravou a terra firme na margem esquerda do rio Trombetas, em 1877, onde fundou o povoado de Uruáa-Tapera, futura cidade de Oriximiná.

Descenso – o Processo de Reterritorialização

No terceiro quartel do século XIX e primeiro do XX, o aumento da aceitabilidade da existência dos quilombos, o melhor relacionamento social com a sociedade urbana regional, o fim das expedições de captura e posteriormente a abolição da escravidão, permitiram que os negros descartassem a proteção das cachoeiras e começassem a descê-las para ocupar as margens dos lagos abaixo delas. O descenso tinha a finalidade de se aproximar de Óbidos para facilitar o comércio clandestino e de montar bases para vigiar possíveis invasões aos quilombos acima das cachoeiras. Apesar dos principais mocambos se localizarem acima das cachoeiras, os pequenos quilombos que se formavam abaixo delas, nos lagos e igarapés, como Cachoeira Porteira, Mocambo, Conceição, Macaxeira, Abui, Tapagem, Erepecú e Moura, funcionavam como apoio ao comércio e a proteção dos situados acima, sendo fundamentais para resistência, reprodução e sobrevivência daquela sociedade (FUNES, 2000). Por volta de 1866 frente a promessa de liberdade do governo Imperial, os mocambeiros fundaram o quilombo *Colônia*, localizado nas proximidades de Cachoeira Porteira (ver mapa 2), contudo não se atreveram a descê-la por completo, neste momento (ANDRADE, 1995).

Primeiro só foi possível descer as cachoeiras e se posicionar na parte baixa do rio os ex-escravos cuja liberdade estava assegurada e os que mantinham relações amigáveis com seus antigos senhores. No entanto, o posicionamento no interior dos lagos e o fato de não se localizarem abaixo do encontro do Trombetas com o Cuminá fazem parte da cautela dos negros ainda temerosos de alguma possível represália. A proximidade dos recursos naturais da terra firme e dos lagos também foi um elemento determinante na escolha da ocupação. Pouco a pouco os mocambeiros foram abandonando os antigos

territórios das cachoeiras e ocupando as margens do Médio Trombetas, se reterritorializando nos espaços ocupados por eles até a atualidade. Nos novos territórios os ex-escravos e seus descendentes mantiveram as relações com o meio aprendidas nos tempos de fuga e que lhes permitiu alcançar certa autonomia, baseada na caça, na pesca, na agricultura e na extração de recursos da floresta, tanto com fins alimentícios, como comerciais. Apesar de ser um ator importante na economia local, de freqüentar e circular livremente pela cidade de Óbidos e Oriximiná, de se relacionar com comerciantes, religiosos e até mesmo com seus antigos senhores, os mocambeiros permaneciam à margem da sociedade amazônica e muitas vezes tendo seu território ignorado pelos brancos, por ainda serem vistos como inferiores e vagabundos.

Na segunda metade do século XIX, a economia cacauêira é ultrapassada pela de produtos naturais extrativos como a salsaparrilha, cravo-do-maranhão, borracha, peixe seco, madeira, castanha-do-pará etc. na região do Baixo Amazonas, que se tornaram as novas mercadorias de exportação. Foram a economia extrativista e a agropastoril que recuperaram a economia da região em crise com o cacau. Cobiçados pelos lucros da atividade extrativa, os colonizadores brancos iniciaram o processo de ocupação das terras ricas em castanha-do-pará, madeira e outros produtos da floresta no Baixo e Médio Trombetas, até então ocupadas e sob controle dos negros. (ACEVEDO e CASTRO, 1998). Sendo assim, o processo de descida dos negros se chocou com o de privatização das terras públicas, juridicamente devolutas, por compradores urbanos interessados na economia extrativista da castanha. As *terras de preto*, recém ocupadas no Médio Trombetas começaram a ser sobrepostas pelas titulações dos brancos que subiam os rios. Até porque os negros não se pautavam no direito burguês de propriedade privada, mas sim na relação de trabalho e uso coletivo da terra.

Considerações Finais

Os quilombolas ainda hoje localizados na bacia do rio Trombetas, no município de Oriximiná, estado do Pará são exemplos remanescentes da existência passada da organização sócio-territorial dos escravos fugidos e dos reflexos dos impactos das transformações espaço-temporais sofridos por esse grupo social, que provocaram uma contínua saga de lutas da senzala até os dias atuais. As lutas territoriais desenvolveram no espaço do Trombetas um grande campo de força composto por redes de relações

sociais e de poder (RAFFESTIN, 1993). A formação das redes condicionou nos diferentes períodos quem exercia o poder sobre o espaço, a população e os recursos.

As lutas sociais dos negros no Trombetas iniciaram-se no século XVIII, quando os negros escravizados fugiram das fazendas de cacau e gado do Baixo Amazonas e formaram quilombos no alto das cachoeiras. Os embates entre as milícias de captura (Capitães-do-mato) e os negros aquilombados foram as primeiras disputas pelo território. Eles enfrentaram militares armados, aprenderam como promover evasões eficazes, promoveram redes de comunicação e informação que lhes permitiam preceder os ataques e tiveram em alguns casos seus territórios destruídos.

Neste contexto conturbado de opressão, este grupo social tão heterogêneo - composto por negros de origens distintas no território africano, por indígenas e por brancos excluídos do sistema escravocrata - criando uma identidade, uma sociedade e um território próprio. Foi por causa da característica diversificada da sociedade do quilombo que se possibilitou resistir às constantes invasões territoriais por meio da aliança de conhecimentos dos indígenas, dos negros e dos brancos excluídos. Deste modo, conseguiram se consolidar no espaço e no tempo, sobrevivendo à exclusão social e as ideologias da sociedade escravocrata, desenvolvendo uma relação íntima e recíproca entre sociedade e território que se enraizava cada vez mais por meio da cultura.

Aos poucos os ex-escravos integraram-se a sociedade amazônica através da comercialização do extrativismo. Os mocambeiros ou quilombolas se estruturam sobre um modo de organização social específico, onde se vivia de forma coletiva e socializada, dividindo entre as famílias os trabalhos sobre terras comuns (ALMEIDA, 1989). Criou-se assim uma forma de resistência e de alternativa para os escravos contra o sistema escravista vigente até o fim do século XIX.

Referências Bibliográficas

- ACEVEDO, R. & CASTRO, E. **Negros de Trombetas: guardiões de matas e rios**. 2 ed.. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.
- ALMEIDA, A. W. B. Terra de Preto, Terra de Santo, Terra de Índio – Uso comum e conflitos. In: CASTRO, E. & HÉBETTE, J. (Org.) **Na Trilha dos Grandes Projetos: Modernização e conflitos na Amazônia**. Caderno NAEA, No. 10. Belém: UFPA/NAEA, 1989

- ANDRADE, L. Os Quilombos da Bacia do Trombetas: Breve Histórico In: **Revista de Antropologia**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Volume 38 No 1, 1995. p. 79-99.
- ANJOS, R. **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil**: Primeira configuração espacial. 3ª ed. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2005.
- ANTUNES, J. C. dos R. **A Missão nos Quilombos de Oriximiná**. VERBUM SVD, 2000.
- COQUERY-VIDROVITCH, C. postulado da Superioridade Branca e da Inferioridade Negra. In: FERRO, M. (Org.) **O Livro Negro do Colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 748-787.
- CRULS, G. **A Amazônia Que Eu Vi**. Rio de Janeiro, 1930.
- FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 17ª edição. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1933. Reedição 1975.
- FERRO, M. Sobre o Tráfico e a Escravidão. In: _____ (Org.) **O Livro Negro do Colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 118-135.
- FUNES, E. **Comunidade Remanescente dos Mocambos do Alto Trombetas**. São Paulo: Fundação Pró-Índio, 2000.
- MACHADO, L. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870 –1930) In Castro et al. (Orgs) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 309-352.
- O` DWYER, E. C. Remanescentes de Quilombos na Fronteira Amazônica: A etnicidade como instrumento de luta pela terra. In: **Boletim Rede Amazônia**: Diversidade Sócio cultural e Políticas Ambientais, Ano 1 n. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p. 77-86.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, F. O povo e o seu território. In: MORAES, A. **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, 1990. p. 73-82.
- SALLES, V. **O Negro no Pará**, Sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas e Universidade Federal do Pará, 1971.

DO ESPÍRITO PIONEIRO AO EMPREENDEDOR: O CASO DO MIGRANTE “GAÚCHO” EM MATO GROSSO¹

Betty Nogueira Rocha²

A década de 1930 é considerada um marco na política de colonização brasileira, pois, se até este período estimulava-se a imigração européia para fins de colonização, o governo de Getúlio Vargas com o slogan “A Marcha para o Oeste” conduziu uma política orientada pelas migrações internas com a intenção de ocupar os “espaços vazios”³ da Amazônia Legal⁴.

Os projetos de colonização dirigida configuraram-se na principal forma de controle político do espaço rural matogrossense sendo que, a adoção e fortalecimento desta política geraram, conseqüências sobre a forma e os meios de utilização da terra. A primeira conseqüência está relacionada a três fatores: ao perfil fundiário do Estado baseado no latifúndio; à determinação do tipo de cultivo (em especial a soja em larga escala) e à seleção de um tipo de trabalhador “ideal” preferencialmente oriundo do sul do país⁵. A segunda conseqüência teve como desdobramento a criação de todo um aparato legal que regulamentou a ocupação do espaço rural inclusive selecionando aqueles produtores que teriam acesso aos créditos e subsídios com a criação de instituições⁶ que auxiliassem na implantação do modelo de colonização (geralmente mediante o incentivo ao cooperativismo).

¹ Este trabalho é parte das reflexões da dissertação de mestrado “*Em qualquer chão: sempre gaúcho!*”: a multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso (2006). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, orientada pela Prof^a Dr^a Maria José Carneiro, com apoio do CNPq. Uma versão deste artigo foi apresentada na 25^a reunião da Associação Brasileira de Antropologia no grupo de trabalho Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Regional.

² Economista, doutoranda em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ e bolsista do CNPq.

³ O discurso utilizado desde o governo Vargas até meados da década de 1970 concebia o território da Amazônia Legal como um “espaço vazio” a espera de projetos de colonização dirigida. Esta noção de “vazio” demográfico orientou as políticas públicas daquela região tida como uma fronteira que deveria ser ocupada mediante a intervenção direta do Estado e da iniciativa privada. Ver Tavares dos Santos (1993) e Becker, Miranda & Machado (1990).

⁴ Criada em 6 de janeiro de 1953, e regulamentada pelo decreto-lei nº 1.806, a Amazônia Legal é composta dos estados Amazonas, Acre, Pará, Rondônia, Roraima, Acre e ainda a porção leste do Maranhão e a porção norte do Mato Grosso. A ocupação da Amazônia Legal, e em específico o Mato Grosso, é parte importante de um processo de desenvolvimento agrícola calcado na abertura de fronteira e na modernização da agricultura.

⁵ Este “tipo ideal” de trabalhador ou, aqui no caso, migrante, será analisado na seqüência.

⁶ Sobre a criação destas instâncias consultar Schaefer (1985). Para fins desta reflexão destaco a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA em 1970.

Em 1970, no bojo do Programa de Integração Nacional – PIN, o governo sancionou a construção da BR 163 que liga Cuiabá (Mato Grosso) a Santarém (Pará) sendo delimitada uma faixa de 10 km de cada lado da rodovia destinada à colonização e reforma agrária. A modalidade de colonização particular com base na empresa privada⁷ passou a ocupar a preferência governamental por possibilitar o aproveitamento econômico da terra, de modo a incrementar a produção agrícola nacional mediante a parceria entre o capital privado (empresas colonizadoras) e o Estado. Estas colonizadoras recebiam os mais diversos incentivos e estímulos oficiais, tais como, terras financiadas a longo prazo, apoio em infra-estrutura, financiamentos de projetos, dentre outros (Ianni, 1979:87-89). No Mato Grosso há uma concentração de projetos de iniciativa privada em duas áreas representativas: na parte leste, na bacia do Araguaia e, na parte norte, no eixo da rodovia Cuiabá-Santarém justamente onde se localiza Lucas do Rio Verde, município onde se realizou o presente estudo.

O fio condutor desta análise é a (re)construção da identidade gaúcha informada pela auto-imagem deste grupo social – migrantes “gaúchos”⁸ – que se vê como desbravador e pioneiro que, ao deixar o seu território de origem, carrega consigo, em sua bagagem, todo um cabedal de representações e referências sócio-culturais que são acionadas no território de adoção como marca distintiva de sua territorialidade. O objetivo é investigar como as categorias “desbravador” e “pioneiro” são re-semantizadas por este ator social e, suas características valorativas, passam a ser expressas na categoria “empreendedor”.

Lucas do Rio Verde: um olhar sob o processo de migração

O município de Lucas do Rio Verde está localizado na região norte de Mato Grosso há 350 km da capital, Cuiabá, e situado às margens da BR 163. A história de Lucas, como é comumente chamada por seus habitantes, está diretamente relacionada à estratégia de integração nacional e expansão econômica da ditadura militar cuja construção da BR 163 representou um dos principais empreendimentos. A rodovia

⁷ O processo migratório na fronteira agrícola do Mato Grosso alicerçou-se no programa de colonização particular ou privada através de duas modalidades: colonização empresarial e colonização de povoamento. A primeira destinada à implementação de projetos agropecuários e a segunda vinculada a uma política fundiária das grandes empresas capitalistas nas áreas da fronteira.

⁸ Utilizo no decorrer deste trabalho o termo “gaúcho” - entre aspas - como opção metodológica em virtude do grupo de migrantes analisados empiricamente generalizarem os indivíduos naturais dos estados do sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) como “gaúcho”. Tal opção é inspirada no trabalho de Haesbaert (1995), pois constatei o mesmo fenômeno analisado pelo autor na sua pesquisa sobre os “gaúchos” de Barreiras (cidade localizada na Bahia) em Lucas do Rio Verde.

começou a ser construída em 1973 para fomentar a colonização e produção agrícola na Amazônia e estende-se por 1.764 km dos quais apenas 801 km estão pavimentados, no trecho de Cuiabá a Nova Santa Helena (MT) próximo à divisa com o Pará.

Em 1976 o 9º Batalhão de Engenharia e Construção - 9º BEC, departamento do exército brasileiro, foi direcionado para a região com a missão de abrir a rodovia e no mesmo ano a coordenadoria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA de Mato Grosso, criou judicialmente a gleba Lucas do Rio Verde abrangendo uma área de 270.000 hectares. Neste mesmo período chegaram as primeiras famílias de migrantes vindas do sul do país atraídas pela possibilidade de comprar terras “baratas” e decididas a “desbravar o cerrado” matogrossense motivadas pelo sonho de “dias melhores”⁹. O intenso fluxo migratório para Lucas é perceptível pelos dados censitários do município que em 1991 tinha uma população de 6.693 habitantes, passando para 19.322 habitantes em 2000 e, atualmente, possui uma população estimada em cerca de 27.224 habitantes¹⁰.

O processo de colonização de Lucas envolve um cenário onde se observa a atuação, distinta, de três atores sociais: os “posseiros”, os “parceiros” e os “assentados da cooperativa”. Não é meu objetivo contar a história de Lucas pelas lentes destes atores¹¹, entretanto, é possível identificar no município três movimentos migratórios: o primeiro está relacionado com a migração espontânea dos “posseiros”; o segundo associado ao assentamento das famílias de “parceiros” que vieram de Ronda Alta (Rio Grande do Sul) e o terceiro viabilizado pelo Prodecir e operacionalizado pela Cooperlucas os quais identifico como “assentados da cooperativa”.

O primeiro movimento migratório iniciou em 1976 com a construção da BR 163. Em 1979 vinte e seis famílias de migrantes estavam estabelecidas em Lucas e eram denominados “posseiros” por terem adquirido a posse das terras. Este “posseiro” geralmente era um pequeno agricultor no sul do país que foi estimulado a vender suas terras para o vizinho imediato e com o capital comprar grandes extensões de terras no Mato Grosso. Se diferencia da usual categoria “posseiro” já que, apesar de não possuir legalmente a terra, tem posse de um determinado capital que lhe confere um status diferenciado pela possibilidade modernizante e pela racionalização da produção.

⁹ São categorias acionadas pelos migrantes de Lucas do Rio Verde para explicar as motivações e razões do seu deslocamento.

¹⁰ Fonte: IBGE, 2005.

¹¹ Zart (1998) realiza sua pesquisa em Lucas do Rio Verde e irá contar a história da colonização sobre o prisma destes três atores sociais. Ver Zart (1998).

Tratava-se, então, de pequenos produtores rurais em fase de transição para capitalistas (Ribeiro, 1987) e a aquisição de grandes extensões de terras facilitou a sua mobilidade social.

Em 1982, o Incra, ao regularizar a situação fundiária destes “posseiros”, possibilitou um processo de diferenciação social desta categoria já que o “posseiro de Lucas do Rio Verde é alguém que faz negócios, que acompanha o mercado, que financia a safra, os implementos e as máquinas agrícolas. Ele é um modernizado que carrega entre seus valores a crença e a atitude no teor do trabalho” (Zart, 1998:121). Uma das características marcantes deste “posseiro” é que, apesar de possuir grandes extensões de terras, empregar alta tecnologia no plantio e organizar seu sistema produtivo de forma empresarial, ele não se reconhece como empresário agrícola, tampouco, como grande produtor rural. Por outro lado, ele se sente e é legitimado pelos seus pares como “pioneiro” do município, o que o leva a reconhecer em si um “espírito empreendedor”. Neste caso, a utilização do conceito de empreendedorismo está relacionado com a construção do imaginário social em torno da figura do “pioneiro”. Irei aprofundar a análise desta imagem posteriormente.

O segundo movimento migratório começou em terras longínquas, mais especificamente no Rio Grande do Sul, onde se configurava o cenário de uma importante parte da história dos movimentos sociais no país, a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST iniciado no acampamento de Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, palco da caracterização social de um outro personagem luverdense, o “parceleiro”. A concentração de terras e a modernização da agricultura ocasionou a expulsão dos trabalhadores do campo que, aos poucos, se articularam e montaram um acampamento. Diante disto, o governo federal organizou um projeto de colonização da então Gleba Lucas do Rio Verde, direcionando o assentamento destas famílias de Ronda Alta e, de uma certa maneira, mascarando o seu objetivo principal, o de desmobilizar um movimento que se constituiu num marco da Reforma Agrária no país.

As primeiras famílias de sem terra de Ronda Alta chegaram em Lucas na madrugada do dia 7 de novembro de 1981¹². Eram 71 famílias que enfrentaram cerca de setenta horas de viagem entre o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso trazendo na bagagem roupas, algumas ferramentas para a lida no campo, e, totalmente desprovidas

¹² Dados levantados junto à prefeitura municipal, reportagens do jornal Folha Verde, Jornal O Globo (22/11/1981) e Revista Veja (05/06/2002 e 01/10/2003). .

de recursos financeiros, apenas com a esperança de conquistar a terra e integrar-se efetivamente no sistema produtivo. Em maio de 1982 chega outro grupo totalizando o assentamento de 203 famílias¹³ no Projeto de Assentamento Conjunto – PAC¹⁴, Lucas do Rio Verde. Estes assentados eram denominados, localmente, como “parceleiros” por terem adquirido uma parcela no programa de colonização, categoria também utilizada para identificar os atores sociais na pesquisa realizada por Tavares dos Santos (1993)¹⁵. Este termo se relaciona com programas de colonização oficiais do Incra e o que lhes confere uma conotação particular é o fato de serem organizados por uma cooperativa de colonização particular. Na ata de fundação de Lucas do Rio Verde, datada de 5 de agosto de 1982, é prevista a implantação de uma cooperativa cuja responsabilidade era atender demandas da área social e assistência técnica aos “parceleiros” e “posseiros”. Assim, foi constituída a Cooperativa Agropecuária Mista de Lucas do Rio Verde – COOPERLUCAS, por um grupo de 50 famílias oriundas de São Paulo ligadas à Cooperativa Agroindustrial Holambra. A Cooperlucas se configurou numa importante ferramenta organizacional daquele espaço fronteiriço.

O terceiro movimento migratório foi organizado pela Cooperlucas que selecionou migrantes das mais diversas origens, prevalecendo os de origem sulista¹⁶ que, além de terras, receberam apoio logístico e financeiro do Programa Nipo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado – PRODECER, assinado em 1985, responsável, também, pelos investimentos que resultaram na “impulsão” da cooperativa. Como requisitos básicos os “assentados” do projeto Piúva – nome dado a área incorporada ao Prodecer II em Lucas do Rio Verde – tinham que ter experiência na agricultura e possuir uma parcela de recursos próprios.

¹³ Segundo informações coletadas em campo, cerca de 10 famílias de “parceleiros” ainda permanecem em Lucas. Os demais venderam seus lotes e retornaram para o sul do país ou direcionaram-se para outros assentamentos na região, sendo citados, frequentemente, os assentamentos de Tapurah e de Ipiranga do Norte.

¹⁴ Consistia na divisão de tarefas e custos com a colonização entre a iniciativa privada e o poder público federal. Esta modalidade previa uma parceria entre o Incra, enquanto órgão federal, e uma colonizadora, geralmente cooperativas do sul do país. As colonizadoras além de dividir os custos e oferecer apoio logístico e de infra-estrutura para implantação do projeto, funcionavam como um agente legitimado pelas instâncias públicas com a tarefa de selecionar grupo de migrantes oriundos das regiões em que se intensificavam os conflitos decorrentes da luta pela terra. Ao Incra cabia a parte de regularização fundiária e demarcação dos lotes.

¹⁵ Tavares dos Santos (1993) analisa o processo de reprodução social das famílias assentadas nos projetos de colonização localizados em Canarana e Terra Nova do Norte, municípios localizados no norte matogrossense.

¹⁶ “Nós viemos em quarenta. Quatro mineiros, um matogrossense do sul, o resto era gaúcho, ou catarinense ou paranaense, era sulista. Ah! Não. Desculpe tinha paulista no meio, paulista que já residiam no Mato Grosso já. Acho que dois ou três paulistas”. Trecho da entrevista com Torfbio Chanuca, natural de Monte Carmelo/MG, empresário do setor agrícola.

Diferentemente dos “posseiros” e “parceiros”, os “assentados da cooperativa”¹⁷ receberam financiamento, apoio logístico e de infra-estrutura da Cooperlucas caracterizando uma “reforma agrária elitizada”:

“(...) quando nós viemos pra cá em 1986 eu vim com um projeto de colonização PC-Piúva (...) do Prodecer mas vamos dizer assim era uma reforma agrária, não querendo se menosprezar, mas uma reforma agrária elitizada porque nós viemos com maquinário, viemos com casa, com barracão e tudo. Quando nós entramos ali nós éramos quarenta companheiros”.

(Toríbio Chanuca, natural de Monte Carmelo/MG, empresário agrícola)¹⁸

Devido sua condição material de existência, este grupo assume um perfil empresarial. Esta “elitização” estava associada ao modelo fundado no padrão produtivista da agricultura modernizada cujo personagem principal era o agricultor empresarial. As unidades produtivas do agricultor empresarial modernizado assumem um caráter de empresa cuja gestão é de responsabilidade dos familiares. Vale aqui destacar que, este ator social, não se reconhece como “assentado da cooperativa” e, tampouco, como “empresário”, mas como “empreendedor” (tal como os “posseiros”) chamando para si a tarefa de viabilizar o crescimento e o desenvolvimento do município baseado, sobretudo, nos valores do cooperativismo.

Surge, assim, um novo perfil de migrante no cerrado luverdense que se aproxima da denominação de “colono forte” que tem sua dicotomia identitária no “colono fraco”, diferenciação utilizada por Tavares dos Santos (1993:156), guardando, todavia, uma especificidade. Por “colono forte” o autor entende uma diferenciação social construída com base no critério de “volume” e de “qualidade” dos recursos trazidos pelos colonos¹⁹ no momento de sua chegada. Trazendo para o universo empírico de Lucas do Rio Verde, esta oposição entre “forte” e “fraco” é válida para a distinção entre “posseiros” e “assentados da cooperativa”, de um lado, e “parceiros”, de outro. O critério de diferenciação entre o “posseiro-forte” (ou “assentado da cooperativa-forte”) e o

¹⁷ Categoria que passo a utilizar para referir-me aos assentados do projeto Piúva – Prodecer que foram organizados e selecionados pela Cooperlucas.

¹⁸ Vale destacar a minha decisão de manter o sigilo dos informantes. Neste sentido, os nomes utilizados nesta pesquisa são fictícios, porém não foram escolhidos ao acaso. São todos nomes de personagens de duas histórias gaúchas: *O tempo e o Vento*, de Érico Veríssimo considerada uma importante obra sobre a história do Rio Grande do Sul de 1680 até 1945 através da saga das famílias Terra e Cambará; e *A casa das sete mulheres*, romance de Letícia Wierzchowski cuja história tem como cenário a Revolução Farroupilha ocorrida no Rio Grande do Sul no período de 1835-1945. Quanto aos sobrenomes, apesar de fictícios, mantêm a lógica de descendência dos migrantes, pois, se o sobrenome do informante era de origem alemã, optei por selecionar um sobrenome que revelasse a mesma origem.

¹⁹ Importante assinalar que a categoria “colono” não aparece no discurso dos migrantes de Lucas, creio que por esta categoria estar associada, usualmente, com camponês e pequeno agricultor familiar, e, no caso de Lucas do Rio Verde, o migrante vincula a sua condição social à idéia de “pioneiro”, “empreendedor” e “desbravador”.

“parceleiro-fraco” também se sustenta no “volume” e na “qualidade” do capital (social, econômico e financeiro) trazido desde a origem por estes atores sociais.

A auto-imagem dos “posseiros” e “assentados da cooperativa” está, então, relacionada com a de “pioneiro” e “empreendedor” conferindo a este grupo uma relativa homogeneidade social, muito embora sua trajetória migrante seja distinta. Via de regra, valorizam a sua condição social a partir de uma porção nômica, ou seja, fazendo referências à categorias adjetivadas como “coragem”, “espírito empreendedor”, “cooperação”, “solidariedade”, “união”, etc. Já a categoria “parceleiro” é acionada sempre com uma imagem negativa, valorizando sua porção anômica de “inaptidão para o trabalho” no campo, por serem “desordeiros”, pela “falta de coragem”, etc. Desta forma, toda vez que me referir ao “pioneiro”, “empreendedor” ou “desbravador” de Lucas, estarei acionando, imediatamente, as categorias “posseiros” e “assentados da cooperativa”.

Diante desta assertiva, é possível constatar que, embora tenham origens sociais distintas, os atores sociais de Lucas do Rio Verde – parceiros, posseiros e assentados do Prodecer – possuem uma semelhança: são “gaúchos”. Isto demonstra outra aproximação com o estudo de Tavares dos Santos já que, dentro do modelo de colonização privada, há uma seleção social do “migrante ideal” que não é feita ao acaso. O migrante de origem sulista era preferido por já ter passado pela experiência da colonização, por evocar um “espírito pioneiro” e por tratar-se daqueles que viveram a tradição de seus avós, imigrantes europeus.

Esta situação social de origem, de maioria sulista, foi percebida durante a realização da pesquisa de campo sempre corroborada nas falas dos entrevistados ao reconhecerem que, em Lucas do Rio Verde, “a maioria é gaúcho” ou “aqui é tudo gaúcho”.

O guardião do passado heróico

A figura mítica do “gaúcho”, construída ao longo do processo de ocupação e formação do território rio-grandense, não tem uma origem única e incorporou várias significações até alcançar a denominação gentílica dada aos nascidos no Rio Grande do Sul. Historicamente, chamado de “guasco” e depois de “gaudério” o termo assume uma conotação pejorativa referindo-se a “ladrões de gado” e “vagabundos errantes” (Oliven, 1999). Esta figura marginal e pejorativa do “gaúcho” foi gradativamente transformada evocando um componente heróico decorrente do seu envolvimento nas disputas de

fronteira conferindo ao “gaúcho” uma aura de mito que envolve o passado de lutas e conflitos armados.

Este verniz mítico consolidou a imagem do “gaúcho” como um tipo social *sui generis*, oriundo da região da Campanha²⁰, em torno da figura do estancieiro (que em épocas de guerra assumia a função de general) e do peão (que assumia a função de soldado). A representação mitificada do “gaúcho” associada com a lida do campo e valores como o heroísmo, valentia, coragem e honestidade serviu de elo entre estancieiros e peões e projetou, ideologicamente, o que Oliven (1991) denominou como a matriz da “fabricação do gaúcho”. A construção social da identidade gaúcha é atualizada, corroborada e referenciada a partir do tripé analítico: fronteira, conflitos e colonização.

O caráter fronteiriço do estado, primeiro elemento deste tripé, foi responsável pelo isolamento da região e sua tardia inclusão ao território nacional. Isto possibilitou a construção de um poderoso sistema de práticas e representações que adquirem força na imagem de um tipo humano positivo, capaz de grandes feitos como o “homem da fronteira” (Kaiser, 1999:39) ou o “sentinela da fronteira” (Haesbaert, 1995:115). O segundo elemento está relacionado com os diversos conflitos armados nos quais o Rio Grande do Sul esteve envolvido e que fazem parte do imaginário social do gaúcho levando Oliveira Vianna a afirmar que o “gaúcho é socialmente um produto do pampa, como politicamente é um produto da guerra” (citado por Oliven, 1999:54). E, o terceiro elemento refere-se ao tipo de povoamento do estado que é tido como singular em relação ao restante do país devido ao movimento migratório europeu. A peculiar formação deste tipo social também é reconhecida no depoimento de um entrevistado:

“Às vezes até acho que o gaúcho pela maneira como se forjou a cultura gaúcha, pela tempera, como se forjou a tempera do gaúcho, todos aqueles confrontos, aquelas disputas de divisas que teve, no Paraguai, aquelas guerras e tudo mais até mesmo a divisão de terras lá no Rio Grande acho que por tudo isso, acho que de repente o gaúcho seja um pouquinho mais despojado em algumas coisas, talvez, do que alguns habitantes de outros estados. Mas eu acho que isso não se aplica a todo gaúcho também. Acho que o gaúcho moderno já perdeu muito disso”.

(Bolívar Rosas, natural de Panambi/RS, trabalhador assalariado)

Eis que surge, no depoimento de Bolívar, uma importante categoria, “moderno”. A fabricação do gaúcho, nos termos de Oliven, referencia a dialética entre o “moderno” e o “tradicional”, entre o “velho” e o “novo”, entre o “passado” e o “presente”. Esta

²⁰ Região localizada ao sudoeste do Rio Grande do Sul na fronteira com Argentina e Uruguai também conhecida como “pampa gaúcho” ou “metade sul” (Fialho, 2005:55).

fabricação é latente quando observamos que esta construção identitária está envolvida numa produção simbólica que (re)constrói o presente evocando uma história e tradição passada. A materialidade do “gaúcho moderno” se dá através da “invenção da tradição” que baseia-se num “conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras, tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam a inculcar certos valores e normas através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (Hobsbawn & Ranger 1984:9). Sendo assim, o tipo social “gaúcho”, tal como se conhece hoje, baseou-se na eficácia da tradição como legitimação de uma identidade e de práticas sociais. O que não se pode perder de vista é que a invenção de uma tradição implica o reconhecimento de um conjunto de práticas e/ou valores simbólicos e também materiais aos quais se fará referência e, neste sentido, os atores sociais funcionam como verdadeiros guardiões da tradição que têm a responsabilidade de perpetuar esta tradição repassando-a de pai para filho.

Desbravador e pioneiro: O migrante “gaúcho” no Mato Grosso

“Gaúcho é um desbravador, eu acho que a gente veio aí desbravando Santa Catarina, Paraná viemos para o Mato Grosso do Sul, chegamos em Mato Grosso. Eu acho que ser gaúcho é você dar o sangue pelo seu país, pelo seu estado, por onde você está. (...) E nós viemos como desbravadores né. Nós estamos aqui e você traz o sangue, o sangue europeu...nós somos descendentes acho que você vai trazendo...eles vieram da Europa, nós somos descendentes e nós viemos para o Mato Grosso. Eles foram para o Rio Grande e de lá nós saímos para Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, enfim... e estamos aqui e tem gente indo para o Pará e já chegam lá na divisa com outros países né”.

(Rodrigo Nogueira, natural de Ronda Alta/RS, comerciante)

Deste depoimento podemos evidenciar como a auto-imagem deste ator social que se reconhece - e é reconhecido - por “gaúcho” é construída a partir de uma tradição europeia de movimento, de uma história de sucessivas migrações, como se a mobilidade fosse um componente genético que, segundo Rodrigo, está inscrito no “sangue”. A categoria “sangue” aparece aqui no sentido figurado como uma substância transmissora de qualidades físicas e morais. Estas qualidades são transmitidas de geração para geração através da educação, da cultura, dos valores morais e éticos, da história, enfim, das mais diversas maneiras e são conformadoras do caráter e do corpo do indivíduo. O “sangue”, enquanto categoria de percepção, circunscreve, além de uma relação de parentesco (que define quem é - ou não - parente), uma articulação entre a “ordem da natureza” e a “cultura” já que, ao nascer, o indivíduo, de certa maneira, já está “moralmente” constituído como “representante de uma família e de uma tradição”

(Abreu Filho,1980:98-99). Neste sentido, a identidade “gaúcha” também é acionada pelas relações consangüíneas e, esta relação se expressa no discurso de Rodrigo quando ele afirma que seus antepassados migraram da Europa para o Rio Grande do Sul e como “descendente” se vê continuando a história de “desbravar” novas terras, saindo do seu local de origem – o Rio Grande do Sul – indo para Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, etc.

A mobilidade pode, neste contexto, ser entendida como uma categoria de percepção transmitida por relações consangüíneas que se expressa no “espírito desbravador” recorrente no discurso dos migrantes “gaúchos” de Mato Grosso como uma característica que está inscrita no “sangue”, permitindo-lhes a construção de uma identidade social que nasce de sua situação de origem pois, como descendentes, consideram-se como aqueles que viveram a tradição de seus avós, imigrantes italianos e alemães, e desbravaram o cerrado matogrossense da mesma maneira que seus antepassados, inclusive experimentando dificuldades e situações semelhantes.

O sentido de “desbravador” associado ao “gaúcho” tem como substrato identitário o universo ligado ao mundo rural²¹, mais especificamente àquele que trabalha com agricultura. Importante observar que a categoria “desbravador” aparece vinculada à de “migrante” de origem “gaúcha” e, na maior parte dos casos, refere-se ao indivíduo que busca novas terras, preferencialmente em grandes extensões e boas oportunidades de expansão agrícola (Kaiser:1999). Nesta direção, Mato Grosso apresenta-se no imaginário “gaúcho” como o novo Eldorado devido a possibilidade de aquisição de grandes extensões de terras agricultáveis que podiam ser “desbravadas” por serem consideradas um “vazio” demográfico.

“Não tinha nada, mas a gente foi se ajeitando. (...)A gente quando saiu do sul fazia uma imagem...eu fiz a imagem certa. Fazia imagem de uma mata, do desmatamento, aquelas picadas no mato e quando eu vim para cá era assim mesmo. (...)Aqui não tinha nada. Isso aqui era cerrado e mato”.

(Bento Nardelli, natural de Giruá/RS, comerciante)

“Não tinha nada, era chão, era poeira... não tinha nada”

(Manuela Zettermann, natural de Santo Ângelo/RS, advogada)

“Nós chegamos aqui [Mato Grosso] e fomos parar em Sorriso. Sorriso era uma vila na época, acho que tinha umas 40 ou 50 casas, e Lucas do Rio Verde nós passamos e nem percebemos porque aqui não existia nada aqui ainda”.

²¹ Cumpre esclarecer que toda vez que utilizar a categoria mundo rural estou me referindo, assim como Moreira (2003), a todos os processos associados com a terra, a natureza e os processos naturais. Sobre este assunto ver Moreira, 2003.

(Rodrigo Nogueira, natural de Ronda Alta/RS, comerciante)

Abrir o cerrado, catar raízes, (re)aprender a lida com a terra e ter que enfrentar as dificuldades impostas por um lugar onde não tinha “nada”. Este foi o desafio destes “desbravadores”. A categoria “nada” acionada nestes depoimentos reforça a idéia de vazio demográfico que foi utilizado como discurso da colonização para estabelecer “novas terras” utilizando-se da expressão “terra prometida” para forjar um personagem digno de merecer tais terras: o “colono moderno”. Esse colono seria o agricultor capitalizado com “espírito empreendedor” que utilizaria técnicas agrícolas modernas para exploração das “novas terras” tendo a possibilidade de estabilizar a sua situação social podendo “até mesmo enriquecer”. Este personagem é melhor compreendido, na realidade empírica de Lucas, através da figura do “pioneiro”, responsável por abrir as franjas pioneiras do cerrado, sempre organizado por empresas particulares ou cooperativas, que estimulavam e orientavam a agricultura modernizada mediante a inserção da tecnologia no campo. No intuito de entender como esta categoria, “pioneiro”, é acionada pelos migrantes “gaúchos” de Lucas recorro aos termos da nomenclatura analisada por Vianna Moog (1981).

Moog procede uma análise cristalina do processo de colonização dos Estados Unidos e do Brasil com o intuito de compreender o “progresso quase milagroso” dos norte-americanos frente a realidade de atraso brasileiro. Frequentemente, a explicação para este fato é dada pela “idéia de superioridade racial” dos colonizadores, já que os Estados Unidos foram colonizados pela “raça superior dos anglo-saxões” e o Brasil pelos “retrógrados portugueses”. Entretanto, o autor não se contenta com esta costumeira explicação e, dentre as nuances teóricas que se envereda para analisar o contraste entre “bandeirantes” e “pioneiros”, uma delas servirá de inspiração para a análise deste estudo de caso: a construção simbólica do migrante “pioneiro” que se instalou no Rio Grande do Sul (Moog, 1981).

Moog trabalha com duas figuras representativas dos tipos sociais norte-americanos, o pioneiro e o ianque. O pioneiro “é o pequeno produtor rural (...), o povoador e conquistador de terras” enquanto o ianque “é o pioneiro capitalista, empreendedor e urbano”. A síntese destes dois tipos sociais se dá na figura do “pioneiro” que, na esfera de símbolo, transmutou-se como mito para o imaginário americano e, nas palavras de Moog, “povoa de lenda, de poesia e de sonho as lareiras americanas” (Moog, 1981:165).

Esta imagem romantizada do “pioneiro” tornou-se consciência nacional norte-americana sendo convertida em símbolo e uma vez idealizada uma imagem, é muito difícil deslocá-la ou substituí-la. Foi o que aconteceu à vanguarda paulista com o advento do café em fins do século XIX quando desembarcaram em terras brasileiras imigrantes de “estilo nitidamente pioneiro” responsável pelo progresso de São Paulo. Entretanto, o autor nos alerta, que a vasta literatura sobre São Paulo atribui o progresso do Estado como sendo obra “exclusiva do bandeirante” mesmo que para valorizar o símbolo que lhe é caro fosse preciso “torcer a história” e tomar emprestado do “pioneiro” para dar ao bandeirante, qualidades e intenções que ele nunca teve” com a função de idealizar sua imagem (Moog, 1981:172-173).

Um aspecto sugestivo é que, para Moog, o “colono do sul”²² é o nosso correlato mais próximo do “pioneiro” norte-americano devido às semelhanças da formação e desenvolvimento dos núcleos coloniais açoriano, alemão e italiano (sobretudo o italiano e alemão) com os núcleos pioneiros dos Estados Unidos. “A analogia é quase perfeita: o sistema de emigração em casais e comunidades; a formação das aldeias, vilas e cidades com um sentido de cooperação e assistência recíproca (...), depois o crescimento industrial, a pequena propriedade, o espírito religioso e o associativismo” além do “isolacionismo político” e a “divisão entre católicos e protestantes”. Em meio a estas semelhanças o autor aponta um dos contrastes, qual seja, a imagem do colono projetada nas estâncias da Campanha gaúcha responsável pela incorporação de muitos hábitos como o “nomadismo de fronteira, o cavalo, as bombachas, o chimarrão” (Moog, 1981:173-175). Obviamente que, deste conjunto de características, já se percebe uma semelhança com o modelo de migração de Lucas do Rio Verde, porém outros elementos ainda precisam vir a tona para que possamos compreender o “pioneiro” luverdense.

Se para Moog o “colono do sul” apesar de incorporar elementos do “pioneiro” norte-americano não expressa no imaginário popular esta categoria, não posso dizer o mesmo dos seus descendentes que migraram do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso. Apresento, aqui, uma analogia entre os “pioneiros” que marcharam para o oeste norte-americano no início do século XIX e os “gaúchos” que migraram para o norte matogrossense.

Os “pioneiros” norte-americanos foram responsáveis por desbravar as pradarias do meio-oeste onde as terras eram consideradas improdutivas até o momento em que

²² O autor se refere aos imigrantes portugueses, italianos e alemães que colonizaram o Rio Grande do Sul no século XIX. Ver Moog, 1981.

inseriram o arado de aço responsável por transformar a região numa das mais promissoras e produtivas dos Estados Unidos estimulando, assim, o movimento migratório. Já os “pioneiros” “gaúchos” do norte matogrossense seguiram rumo ao oeste brasileiro, primeiramente, incentivados por um programa governamental do início do século XX que, não por acaso, denomina-se “Marcha para o Oeste”. Foi justamente dos estados do sul do Brasil que saíram os agricultores que transformaram o cerrado, tido como um solo improdutivo onde as sementes não germinavam, numa das regiões mais produtivas do país. Se a “Marcha para o Oeste” norte-americana levou para as pradarias o tão sonhado “progresso”, como nos conta Moog; a sua versão brasileira criada e sustentada pelo discurso getulista do Estado Novo proporcionou para o cerrado o tão esperado “desenvolvimento”.

É possível que estas semelhanças, apesar de não serem senso comum, tenham acionado no imaginário destes migrantes a categoria “pioneiro” como sendo aquela capaz de sintetizar a sua história de vida como é possível observar no depoimento:

“Fui pioneiro, ajudei bastante. (...) Os pioneiros não mediram esforços pra ajudar. A gente quando criou isso aqui e fazia um oba-oba aqui e pedia a participação, todo mundo ia, a coletividade, ia todos, todos, todos. Todos participavam... e lutavam e viam crescer com orgulho isso aqui”.

(Bento Nardelli, natural de Giruá/RS, comerciante)

O pioneirismo, no entendimento dos “gaúchos” de Lucas, está associado àqueles que chegaram para desbravar um “espaço vazio”, onde não se tinha “nada”. Esta auto-imagem de “pioneiro” foi evocada constantemente nas entrevistas e conversas com os “gaúchos” de Lucas, geralmente associada à categoria de “desbravador”.

O “pioneiro” de Lucas apresenta traços do “pioneiro” e do “ianque” norte-americano. “Pioneiro” que na origem era filho de pequenos agricultores e migrou com o intuito de conquistar terras e melhores condições de existência. “Ianque” no sentido de ter se transformado em empresário rural, capitalizado, de espírito empreendedor e urbano.

Diante do exposto, acredito que ocorreu uma re-semantização da categoria “pioneiro” através da valorização de determinados elementos e surgimento de outros. Como? Se partirmos da analogia proposta por Moog entre os núcleos coloniais do Rio Grande do Sul e os núcleos pioneiros dos Estados Unidos e transmutarmos para o caso de Lucas do Rio Verde temos: (1) o sistema de emigração foi realizado através de uma rede de parentesco onde a família é o núcleo dinamizador; (2) o núcleo urbano foi criado a partir de um esforço da “coletividade” (como nos indica os relatos orais)

baseado num sentido de cooperação e vínculos de solidariedade; (3) depois de formada e estruturada a base do núcleo urbano com casas, escolas, hospitais, igrejas, etc., a atenção do poder público local (prefeitura) e comunidade está voltada para a expansão do núcleo industrial; (4) de pequenos proprietários no sul do país, grande parte dos migrantes “gaúchos” são atualmente grandes proprietários rurais que se vêem como “empreendedores”; (5) o espírito religioso é fortemente acionado pelos “gaúchos” seja no âmbito da família, seja no âmbito comunitário e, por fim, (6) a valorização do trabalho como um dos componentes do *ethos* “gaúcho” é, em grande medida, utilizado pelos migrantes para justificar o rápido desenvolvimento da região.

Diante do exposto, creio que a categoria “pioneiro” passou por um processo de mudança associado ao novo padrão de produção capitalista que exigiu do “gaúcho” não só uma atitude de pioneirismo, mas, sobretudo, um espírito “empreendedor”.

Mudança de habitus: do espírito “pioneiro” ao “empreendedor

“Gaúcho não é um povo acomodado, é um povo empreendedor, é um povo que vai à procura. Se você pegar lá na história a questão dos desbravadores lá da Revolução Farroupilha você percebe que é um povo que vai à luta”.

(Afonso Zanella, natural de Barracão/PR, professor educação básica)

Evocar o passado e lembrar as origens é recorrente no discurso destes atores sociais. É interessante perceber que, tal como no estudo de Mocellin (1993), há uma “constante em relação a estrutura de pensamento que produz no presente uma fala que evoca o passado e que esta mesma fala dimensiona o futuro à medida em que a narrativa trás consigo um modelo exemplar a ser seguido” (Mocellin, 1993:120). Para auxiliar a pensar na relação dialética entre presente-passado-futuro utilizo como instrumental teórico o conceito de habitus.

Embora o conceito de habitus tenha uma longa trajetória nas ciências humanas, opto pela abordagem de Bourdieu (1996). Para este autor o habitus surge como um conceito capaz de conciliar a aparente dualidade entre indivíduo e sociedade através dos princípios de “sociação” e de “individação”. Sociação em virtude das nossas categorias de juízo, de valor e de ação, vindas da sociedade, serem partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais semelhantes. Individação porque cada ator social ao ter uma trajetória individual, de experiências e vivências únicas, internaliza uma composição incomparável de esquemas. O habitus é simultaneamente estruturado – por meios sociais passados – e estruturante – de ações e representações presentes e, desta maneira, expressa a dinâmica entre o mundo objetivo e

o mundo subjetivo das individualidades o que sugere uma análise relacional entre indivíduo e sociedade enfatizando o seu caráter de interdependência²³.

Neste sentido, ao apreender o conceito de *habitus* como um sistema onde “as ações práticas transcendem ao presente imediato, referem-se a uma mobilização prática de um passado (trajetória) e de um futuro inscrito no presente como estado de potencialidade objetiva” (Setton, 2002:65), entendo que o “gaúcho” ao classificar as coisas, no sentido proposto por Durkheim e Mauss²⁴, que compõem a sua figura mítica resgatou do passado elementos que fazem parte de um sistema de representações inserido num universo simbólico capaz de dar coerência ao presente e potencializar as ações futuras. O que não pode se perder de vista é que este conjunto de representações que definem o *habitus* do “gaúcho” é uma construção social susceptível de ser transformada.

O propósito, aqui, foi analisar como as categorias de “desbravador” e “pioneiro”, constante no sistema de classificação mítica do “gaúcho” de Lucas do Rio Verde, foram capazes de instituir uma ligação entre o tempo originário e o tempo histórico através das narrativas acerca das origens dos entrevistados. Estas narrativas adquirem valor de paradigma para o tempo presente conferindo ao mito uma função prática passível de um modelo de ação expresso na categoria de “empreendedor”.

Neste cenário, o protagonista desta história, o migrante “gaúcho”, dotado das mesmas características de bravura e coragem dos seus antepassados, configurou-se no “pioneiro” capaz de domar a exuberante natureza do cerrado matogrossense com a ação civilizadora de desbravar e transformar o ambiente selvagem em terra produtiva trazendo o desenvolvimento para a região. Se no caso analisado por Mocellin (1993)²⁵ a figura do “pioneiro” como “herói civilizador” está associado àquele protagonista do “progresso”, no caso de Lucas do Rio Verde o “pioneiro” se percebe e é percebido pelos seus pares como o “herói do desenvolvimento”, aquele que por meio do “trabalho”, da “cooperação”, da “solidariedade” e do “empreendedorismo” superou as adversidades impostas pela natureza a fim de garantir uma qualidade vida para a comunidade. Ser “gaúcho” na visão destes migrantes é, pois, um diferencial:

²³ Esta relação de interdependência entre indivíduo e sociedade é melhor compreendida através do conceito de configuração proposto por Elias. Sobre o assunto ver Elias (1994).

²⁴ DURKHEIM, Émile. MAUSS, Marcel. Contribuição para o estudo das representações coletivas. In MAUSS, Marcel. Ensaio de Sociologia. São Paulo: Perspectiva, 1969.

²⁵ Sua pesquisa é sobre a memória mítica entre os descendentes italianos no Rio Grande do Sul.

“Na motivação, no próprio ritmo do trabalho. Você compara, por exemplo, Nobres²⁶ (...). Nobres é uma terra de matogrossense enquanto que você pega outras regiões, Nova Mutum²⁷, Lucas, quer dizer é diferente. Até a maneira de tratar do povo é diferente, o ritmo de vida é outro, as pessoas parecem que estão em constante busca, não se acomodam facilmente. Acho que isso que gera o desenvolvimento sabe. (...) Tu vê as pessoas não ficam paradas esperando. Não esperam por decisões do governo, elas vão buscar. (...) A história de Lucas do Rio Verde é basicamente uma história de conquista do próprio povo de Lucas do Rio Verde. (...) E as pessoas aqui são muito participativas, bastou você chamar que elas estão ali ajudando. (...) Quer dizer se não fosse este espírito empreendedor, este espírito de solidariedade, que nós aqui chamamos muito de empreendedorismo cívico. Se não fosse este espírito você conseguiria fazer?”

(Caetana Scarpeline, natural de Caiçara/RS, autônoma)

O “gaúcho” se percebe e valoriza os seus atributos numa relação de alteridade já que, ser “gaúcho” é ser “diferente” do matogrossense. A diferença está no sistema de valores do grupo, ligado às práticas familiares, religiosas e comunitárias, além disso, o trabalho e a família constituem categorias (dentro de uma ordem valorativa) que fazem parte da tradição cultural, na medida em que, até hoje, são vivenciadas e exaltadas como valores fundamentais (Mocellin, 1993) e são valores capazes de acionar outras categorias tais como “solidariedade” e “empreendedorismo”. Estes valores diferenciam “gaúchos” e “matogrossenses” e, se a história de Lucas na visão da entrevistada é a “história de conquista do próprio povo de Lucas”, por analogia, pode-se dizer que a história de Lucas é a história de conquista do povo “gaúcho” no Mato Grosso. Esta percepção grupal de indivíduos que estão em constante busca vai além dos atributos valorativos sintetizados na categoria “pioneiro” já que exige deste ator social uma atitude ou um “espírito empreendedor”. Ser “empreendedor” é trabalhar na base da “cooperação” (“as pessoas se uniram”), é ter “solidariedade”, é construir cidades, é não ficar parado esperando ações governamentais. Para ser “empreendedor” na visão do “gaúcho” de Lucas é preciso, antes de mais nada, ser “diferente” e ter “coragem”

Nesta direção, destaco que estes dados empíricos apontam para uma possibilidade analítica, qual seja: pioneirismo e empreendedorismo como face de uma mesma moeda para os “gaúchos” de Lucas e são categorias que fazem parte do seu sistema de representações. Mas afinal de contas, o que é ser empreendedor?

Numa visão schumpeteriana, toda mudança na economia tem origem na iniciativa de indivíduos empreendedores. Para Schumpeter (1982) a dinâmica de crescimento do capitalismo depende de uma importante categorização, a destruição criadora. Esta

²⁶ Município localizado na região do médio norte do estado a 210 km de Lucas do Rio Verde.

²⁷ Município localizado na região norte do Mato Grosso distante 95 Km de Lucas do Rio Verde.

categoria fundamenta-se no princípio de que o comportamento empreendedor reside nas inovações e nas novas combinações produtivas que perturbam e rompem com o equilíbrio pré-existente. O empreendedor schumpeteriano é o indivíduo cuja iniciativa “rompe com o equilíbrio existente e promove, por isso mesmo o desenvolvimento econômico” (Abramoway, 2003:5) e faz parte de suas características pessoais a intuição (ter visão de futuro) e liderança (ter capacidade de dar um passo além da rotina) que são, para Schumpeter, mais importantes que características objetivas como técnica, facilidade para sistematizar dados, gerenciamento financeiro, etc.. Isto quer dizer que a capacidade de empreender está associada às características objetivas e subjetivas dos indivíduos. A formação técnica, o nível de conhecimento (educação) e a quantidade de informações que dispõe um indivíduo podem ser consideradas características objetivas, ao passo que, talento, feeling empresarial e capacidade de liderança seriam alguns exemplos de características subjetivas.

As características subjetivas, sobretudo, àquelas culturais que refletem uma tradição transmitida de pai para filho através de um sistema de valores grupais são perceptíveis no depoimento de Caetana. O “ritmo de vida”, o não se acomodar facilmente e o estar em “constante busca” são predicados subjetivos do “gaúcho” empreendedor. Fica evidente também que, tal como a visão schumpeteriana, atitudes empreendedoras são geradoras de desenvolvimento. Questionado sobre a que ele atribuía o desenvolvimento do município, um dos entrevistados prontamente respondeu:

“Ao empreendedorismo. (...) Acho que as pessoas vieram pra cá mais do que nunca em busca do poder econômico, de você ter uma vida econômica melhor, de você ter um poder aquisitivo melhor ... e Lucas deve tudo ao empreendedorismo (...) Isso tu pode pegar, toda essa região (...) é extremamente desenvolvida aqui pra cima. (...)Acho que Lucas é esse Eldorado que as pessoas consideram por causa das pessoas que vieram pra cá. Pela origem e as pessoas vieram pra cá com gana de trabalhar, de desenvolver de correr atrás e fazer as coisas acontecerem”.

(Rodrigo Nogueira, natural de Ronda Alta/RS, comerciante)

Ser “empreendedor” para o “gaúcho” de Mato Grosso é, antes de tudo, ser “pioneiro”, ser audacioso, não ter medo de desafios. Ser “empreendedor” é construir cidades, é abrir novas frentes produtivas, é investir em tecnologia de ponta, é participar das atividades da comunidade na qual está inserido, é não ter medo de correr riscos, é ser constantemente um agente de mudanças.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte**. Relatório final. Fortaleza, novembro de 2003. Disponível em www.econ.fea.usp.br/abramovay. Acesso em 20 de janeiro de 2006.
- ABREU FILHO, Ovídio. Parentesco e Identidade Social. In **Anuário Antropológico 80**. Fortaleza – Rio de Janeiro: Ed.Universidade Federal do Ceará – Tempo Brasileiro, 1982.
- ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**. Revised Edition. Londres: Verso, 1991.
- BECKER, Berta K. MIRANDA, Mariana. MACHADO, Lia O. **Fronteira Amazônica – Questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora UNB; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 6ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- CASTRO, Sueli Pereira et al. **A Colonização Oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”**. Cuiabá: ED. UFMT, 1994.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Rincões de Pobreza e Desenvolvimento: Interpretações sobre comportamento coletivo**. Tese de doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005.
- HAESBAERT, Rogério. **“Gaúchos no Nordeste” Modernidade, Des-territorialização e Identidade**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. USP, 1995.
- _____. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. In **Território/LAGET**. UFRJ. Ano III, n. 4, (jan./jun.). Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- HOBBSBAWN, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IANNI, Octávio. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- KAISER, Jaksam. **Ordem e progresso: o Brasil dos Gaúchos**. Florianópolis: Insular, 1999.
- MOCELLIN, Maria Clara. **Narrando as origens: Um estudo sobre a Memória Mítica entre Descendentes de Imigrantes da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.
- MOOG, Vianna. **Bandeirantes e Pioneiros: Paralelo Entre Duas Culturas**. 14 ed. Rio: Editora Civilização Brasileira, 1981.
- OLIVEN, Ruben. **Nación y modernidad. La reivención de la identidad gaúcha en el Brasil**. (tradução livre) Buenos Aires: Eudeba, 1999.

-
- . Em Busca do Tempo Perdido: o Movimento Tradicionalista Gaúcho. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Ano 6, nº 15, fevereiro, 1991.
- RIBEIRO, Iselda Corrêa. **Pioneiros Gaúchos: A colonização do norte matogrossense**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- SCHAEFER, José Renato. **As Migrações Rurais e Implicações Pastorais : um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte do Mato Grosso**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- SCHUMPETER, Joseph. **A teoria do desenvolvimento econômico**. Série Os Economistas. São Paulo: Editora Abril, 1982.
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. In **Revista Brasileira de Educação**. n. 20, agosto, 2002.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Matuchos: exclusão e lutas**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ZART, Laudemir Luiz. **Desencanto na Nova Terra: Assentamento no município de Lucas do Rio Verde – MT na década de 80**. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC, 1998.

**EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA, CONTROLE SOCIAL E
COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL: UMA AVALIAÇÃO DA
EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE FEIRA DE
SANTANA – BAHIA***

Jeciné do Nascimento Almeida¹

jecine@hotmail.com

Jerônimo Rodrigues Souza²

jubiabah@yahoo.com.br

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

ASCOOB – Associação das Cooperativas de Apoio à Economia

Familiar Cooperativa de Crédito Rural de Feira de Santana

Resumo:

O empoderamento das pessoas e das entidades no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira dá passos significativos no sentido de crescimento e fortalecimento de suas organização. Esse quadro tem se traduzido em avanços sociais, econômicos, políticas e culturais, mas carrega em si um conjunto de limites e desafios. No sentido de contribuir com o referido processo de empoderamento, a educação cooperativista é praticada junto aos cooperados, aos futuros cooperados e às entidades parceiras. Por conta disto, este trabalho tem por objetivos analisar e fomentar o debate acerca da experiência de educação cooperativista desenvolvida pela Cooperativa de Crédito Rural de Feira de Santana, bem como identificar e refletir sobre elementos da estrutura e funcionamento da cooperativa à luz de seu percurso histórico, e por fim, analisar as experiências de educação cooperativista na referida cooperativa, com seus resultados e desafios.

Palavras Chaves: educação cooperativista, controle social, cooperativismo de crédito rural, agricultura familiar.

* Texto dirigido ao I Encontro da Rede Rural, **GT: Saber e poder no campo**.

¹ Graduando do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e integrante da rede de educadores cooperativistas da Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (ASCOOB) pela Cooperativa de crédito de Feira de Santana (CCRFS).

² Mestre em Política e Desenvolvimento Rural, professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UEFS e dirigente da CCRFS.

1. INTRODUÇÃO

Cooperativa é uma sociedade de pessoas sem fins de lucro, que se unem em bases democráticas para suprir determinadas necessidades comuns, as quais muito dificilmente conseguiriam atendê-las individualmente. É uma empresa de participação, com duas dimensões que se inter-relacionam: a econômica e a social. Nesse sentido trata-se de uma organização complexa, na qual o cooperado é a um só tempo, dono e usuário da entidade.

Enquanto dono tem o direito-dever de tomar parte dos problemas e sucessos da cooperativa, sugerir ações corretivas e de fortalecimento, propor a criação de novos produtos ou serviços, responder pelos resultados apurados ao final do exercício. E, enquanto usuário, tem o direito de usufruir dos serviços disponibilizados pela cooperativa.

Por sua vez, cooperativa de crédito é uma instituição financeira que oferta produtos e serviços típicos de bancos comerciais, em conteúdo, mas com o diferencial do formato adequado ao propósito de melhoria das condições de vida e trabalho dos grupos sociais a que se destinam. São regulamentadas pela lei nacional do cooperativismo 5764/71, lei do sistema financeiro nacional 4595/64 e pela resolução 3321/05 do Banco Central do Brasil.

A educação se insere como um dos princípios fundamentais do cooperativismo, conforme o modelo rochadaliano, e tem por tarefa principal promover a integração social (cooperados/cooperados, cooperados/dirigentes, cooperados/funcionários, cooperativa/entidades de apoio) e a participação ativa e passiva dos cooperados. Por participação ativa entendemos, conforme Purper (1980), a intervenção crítica dos cooperados na gestão do empreendimento. E por participação passiva, segundo o mesmo autor, a utilização dos produtos e serviços econômicos e assistenciais.

Concretamente, numa cooperativa de crédito rural a educação cooperativista deve orientar os cooperados para melhor entenderem a estrutura e o funcionamento da organização, familiarizarem-se com os termos técnicos empregados, para, de maneira consciente, participarem dos processos decisórios e fiscalizar o cumprimento das decisões coletivas. Além disso, deve levar a conhecimento do cooperado as formas de acesso aos serviços e contribuir para o fortalecimento das relações da cooperativa com outras entidades de apoio e representativas do seu quadro social, numa estratégia de divulgação da filosofia cooperativista às comunidades e sociedade em geral.

Nota-se, com base nas experiências dos autores junto à cooperativa foco deste estudo e em depoimentos colhidos de dirigentes, lideranças sociais e assessores, dificuldades na implementação de um trabalho educativo que contemple as necessidades da instituição. Buscaremos identificar elementos estruturais da cooperativa, com o auxílio de formulações de alguns teóricos que se dedicam ao tema, para localizar os problemas e avaliar as iniciativas de educação cooperativista implementadas pela instituição.

O trabalho está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção tratamos do histórico da cooperativa em questão, com enfoque para a formação de sua estrutura e modelo de funcionamento e implicações ao processo de participação dos sócios. Na terceira seção, estudamos as experiências concretas de educação cooperativista investidas na cooperativa analisando seus limites e acertos. Por fim, têm-se a conclusão preliminar, trazendo as lições extraídas das práticas observadas, e as referências.

2. A TRAJETÓRIA DA C. C. R. DE FEIRA DE SANTANA - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO.

A Cooperativa de Crédito Rural de Feira de Santana foi fundada em 1997 pelos agricultores familiares representados por suas organizações da microrregião de Feira de Santana, dentre elas destaque para o STR-Feira – Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana e a APAEB-Feira – Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Feira de Santana, contando desde o princípio com a assessoria do MOC – Movimento de Organização Comunitária, no intuito de viabilizar aos agricultores o acesso ao crédito rural, em contraposição ao estilo operacional dos agentes financeiros tradicionais, os bancos, que excluem essa parcela da população, além de carrear recursos de comunidades menores para os grandes centros urbanos.

Atua diretamente em cinco municípios, nos quais mantém PAC (Posto de Atendimento Cooperativo), a saber: Feira de Santana, Riachão do Jacuípe, Tanquinho, Santa Bárbara e Santo Estevão. E outros municípios circunvizinhos, que pela proximidade são também atendidos pela Cooperativa, completando sua área de atuação: Anguera, Antonio Cardoso, Candéal, Coração de Maria, Amélia Rodrigues, Serra Preta, São Gonçalo dos Campos (Estatuto Social da Instituição).

A criação da cooperativa inseriu-se numa estratégia regional iniciada pelas entidades local e regional da sociedade civil, que a partir da necessidade dos

agricultores familiares da região de Feira e Sisal, desenvolveram experiências de fundo rotativo como alternativa para viabilizar o crédito de longo prazo a taxas de juros acessíveis aos produtores. Dado os limites para expansão de tais experiências, quanto ao volume limitado de recursos e dificuldades operacionais, a opção feita foi incentivar a criação de cooperativas de crédito rural em toda a região, tendo início no território sisaleiro.

Dado a afinidade de interesses existente entre estas cooperativas, decorrente de suas origens vinculadas ao compromisso de fortalecimento da agricultura familiar, características diferenciadas dentro do cooperativismo de crédito baiano, o nascimento de uma organização que as representassem e assegurasse seus objetivos não tardou a acontecer. Em 1999, foi criada a Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar, ASCOOB.

Purper (1980) relaciona a origem de uma cooperativa com o modelo de gestão que se segue. Segundo o autor, o processo de criação de uma cooperativa – a origem – interfere na sua estrutura e funcionamento, que definirão, por sua vez, as formas de participação social. Quanto a origem, pode ser de dois tipos: vertical ou horizontal.

Por vertical entende-se a cooperativa criada por entidades externas ao grupo de cooperados através de uma estratégia previamente definida, gerando uma cooperativa hierarquizada e controlada por um grupo dirigente, implicando em dificuldades posteriores de integração dos cooperados à cooperativa. Este é o modelo dominante do cooperativismo brasileiro, segundo o mesmo autor.

E a cooperativa de origem horizontal, como aquela nascida da organização de um grupo de pessoas estimuladas pelas necessidades comuns percebidas e na qual a interferência de agentes externos se limita ao apoio e a orientação. São cooperativas geridas num ambiente mais democrático e apesar do período de gestação ser maior, tem mais facilidade de envolver os cooperados nos processos de participação.

Podemos concluir com base na observação e falas de dirigentes, lideranças sociais e sócios fundadores sobre o processo de constituição da cooperativa, que esta se enquadra, quanto a sua origem, no perfil horizontal. Nasceu da necessidade comum sentida pelos agricultores organizados em suas entidades representativas, do crédito para produção e da constatação de exclusão bancária em que estavam submetidos. O processo de mobilização durou mais de um ano, e se deu através de amplas discussões nas comunidades rurais, marcando o sentido democrático da nova organização, compreensão que se mantém presente no ideário da maioria dos sócios fundadores.

Nessa fase, contou com o apoio de entidades como o MOC e Cediter (Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra), ambas na condição de assessoria.

Embora tenha nascido de um processo democrático (horizontal), notamos que no decorrer de sua história a cooperativa foi tomando formas verticais de atuação, como demonstram: a baixa renovação do quadro dirigente ao longo do tempo, corpo de associados à margem dos processos decisórios, baixa integração cooperado – cooperativa, separação entre núcleo técnico e base social. Esse caminho, no entanto, não foi seguido de maneira consciente e deliberada pelos dirigentes, nem mesmo percorrido sem conflitos.

Aqui precisamos ponderar o modelo de Purper, pois peca por linearidade, não reconhecendo os limites concretos vivenciados por um empreendimento cooperativo em sua relação com o mercado capitalista, o ambiente do entorno e as pressões daí decorrentes que afetam a estrutura de uma cooperativa constituída horizontalmente, podendo levá-la a um formato hierarquizado e burocrático. Por outro lado, o modelo de Purper, mesmo rígido nesse aspecto, auxilia estabelecendo parâmetros de avaliação para definição do perfil de uma cooperativa seguidora dos princípios rochadalianos.

No caso analisado, as pressões externas encontraram maior espaço devido à falta de uma estratégia regional previamente definida, no sentido de se ter claro o modelo de cooperativismo adequado ao público e ao contexto da região, bem como as ações necessárias para viabilizá-lo. Dentre algumas, pode-se citar a formação sistemática de dirigentes e cooperados em cooperativismo de crédito, a definição de um plano de expansão gradual para as cooperativas, com limite ideal de tamanho a partir de um público homogêneo em termos de atividades econômicas desenvolvidas e com a garantia de uma gestão efetivamente democrática, a criação de uma cooperativa central de perfil adequado à proposta de fortalecimento da agricultura familiar.

A necessidade de fazer parte de uma cooperativa central está dentre os principais fatores de pressão externa sofrida. A cooperativa de Feira filiara-se a então CREDI Bahia, mais tarde SICOOB Central Bahia, seguindo a orientação traçada em conjunto com as demais cooperativas irmãs (vide sítio da Ascoob na internet). Essa relação impôs uma dinâmica à gestão, típica dos formatos verticais do cooperativismo dominante brasileiro, e direcionamento institucional da singular para padrões seguidos pelo sistema SICOOB.

Duas questões são daí extraídas: 1º) As cobranças para crescimento do número de associados; e 2º) A orientação para avançar sobre segmentos sociais mais dinâmicos economicamente, a exemplo do setor empresarial.

A elevação indiscriminada do número de associados, motivada pela necessidade de expansão do capital social, colocou dificuldades a participação dos associados, pois não foi acompanhada por um trabalho educativo capaz de permitir o entendimento do cooperativismo e funcionamento da instituição. Um dos efeitos observados é a limitada participação dos cooperados nas assembléias gerais. Argolo (2002) completa que esse processo ainda impõe uma separação entre o corpo de associados e o grupo dirigente e técnico no processo decisório.

A segunda questão levantada implicou na exigência de atenção e dedicação por parte dos dirigentes no atendimento às necessidades desses cooperados por produtos e serviços apropriados e a pressão sobre a estrutura para adequação ao *modus operandi* dessa fração, afim de mantê-los sócios, dado que já representavam muito em termos de geração de receitas para a cooperativa. Outro fator é a não formação desse público em cooperativismo, reproduzindo internamente uma relação cliente-banco.

Mesmo não tendo discurrido a fundo sobre as implicações de uma composição heterogênia do quadro social para uma cooperativa, em termos culturais e econômicos, Purper (1980) acentua essa questão como um empecilho ao processo de integração social numa cooperativa.

Ademais, o frágil desenvolvimento do cooperativismo no nordeste, de modo geral, e no interior da Bahia, de maneira particular, contribuiu decisivamente para esse estado de coisas. A inserção do cooperativismo numa realidade onde tais práticas são estranhas ao cotidiano das pessoas³ gera maiores dificuldades de entendimento das peculiaridades dessas organizações e, por sua vez, a necessidade de maior esforço para viabilização dessas experiências. Pesa nessa conta a estrutura da economia e da sociedade nordestina, de alta concentração das riquezas geradas nas mãos de algumas oligarquias locais e de forte influência e poder político, sustentando índices sociais deprimentes. Embora este seja um elemento capital, aqui não será aprofundado, pois extrapola os objetivos propostos pelo trabalho.

³ Pelo menos a níveis que extrapolam as relações comunitárias informais estabelecidas em torno do trabalho, como os mutirões, os digitórios e outras formas de solidariedade assemelhadas e que são comuns no meio rural da região.

No entanto, fica a compreensão de que ações para superação de limitações ao desenvolvimento de um cooperativismo popular, cada vez mais próximo do compromisso com o desenvolvimento solidário e o fortalecimento da agricultura familiar, devam incorporar a dimensão territorial. E nesse sentido, ganha importância o papel desempenhado pela ASCOOB em virtude de sua presença em mais da metade dos 417 municípios baianos, de sua capacidade de articulação dos atores sociais e de todo esforço promovido para a formação da rede de educadores cooperativistas e da rede de técnicos agrícolas.

3. A INTEGRAÇÃO SOCIAL VIA PROCESSO DE EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA

Numa cooperativa, a baixa integração social é expressa por uma frágil identificação do associado com a instituição, que responde a fatores gerais da sociedade e a fatores ligados ao funcionamento e ao controle da cooperativa, estes passíveis de modificação através de uma intervenção no âmbito da própria instituição, conforme Tagliapietra (1979), *apud* Argolo (2002).

Conforme analisado anteriormente, esse processo de verticalização da cooperativa não foi pacífico, em decorrência da formação democrática dos dirigentes e sócios fundadores, junto aos sindicatos dos trabalhadores rurais e associações comunitárias e de produtores assessorados pelo MOC. O distanciamento entre a proposta inicial e o formato que a cooperativa foi tomando, deveu-se às restrições do ambiente socioeconômico e da falta de uma estratégia regional das cooperativas irmãs, no sentido de se antecipassem a tais problemas.

Ainda assim, uma série de iniciativas foi desenvolvida pela cooperativa de Feira nos primeiros cinco anos de atuação, buscando aproximar a proposta da prática. Destacamos a realização de pré-assembléias nas comunidades, os cursos de cooperativismo aos cooperados, um primeiro esboço de uma espécie de agentes comunitários e a definição compartilhada da destinação dos recursos para crédito rural com as entidades parceiras.

A realização de pré-assembléias comunitárias, ou mini-assembléias, visava melhorar a qualidade participação dos associados nos espaços de decisão, através da antecipação de assuntos a serem abordados na assembléia geral, da aproximação dos associados à linguagem técnica usada no dia a dia de uma cooperativa de crédito e do fortalecimento do vínculo entre a cooperativa e os associados.

Conta o fato de essas reuniões nas comunidades, em proporções menores que de uma assembléia geral, deixarem os cooperados mais à vontade para intervenções. Embora uma proposta viável e importante para maior aproximação entre dirigentes e cooperados, a linguagem técnica usada nas apresentações dos dados financeiros não era trabalhada no sentido de torná-la mais acessível ao público da cooperativa, agricultores familiares e trabalhadores rurais de baixa escolaridade. Requereu o desenvolvimento de uma metodologia que permitisse o diálogo entre as partes: dirigentes, técnicos e cooperados.

Os cursos de capacitação em cooperativismo promovidos pela cooperativa eram fruto de convênios entre o MOC e o MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário do Governo Federal e eram ministrados pelos próprios diretores nas comunidades rurais dos municípios da área de atuação da cooperativa. O principal limite dessa atividade, conforme vinha sendo executada, era o caráter esporádico do contato da cooperativa com as comunidades contempladas, não criando o vínculo necessário para uma formação processual dos participantes.

Outra iniciativa, esta inspirada na troca de experiências entre a ASCOOB e o Sistema Cresol⁴, foi o envolvimento de conselheiros residentes na zona rural no trabalho de base, a partir da realização de reuniões nas comunidades e estabelecimento de um elo de comunicação da cooperativa com seus cooperados. A idéia careceu de maior planejamento para intervenção dos conselheiros junto às comunidades e de método de avaliação dos resultados, para adequação da metodologia empregada.

Teve ainda a iniciativa de definir em conjunto com as entidades parceiras as destinações dos repasses de crédito rural, desde as comunidades a serem contempladas, a definição do perfil de famílias a serem atendidas até a mobilização dessas famílias nas comunidades. Trata-se de uma ação importante para integração externa da cooperativa.

Mesmo tomadas em conjunto, essas iniciativas não conseguiam fazer frente a “deseducação” cooperativista proporcionada por uma estrutura rígida da cooperativa, corpo de funcionários ex-bancários formados numa concepção avessa a do cooperativismo, quadro social em crescimento acelerado e, principalmente, a inexistência de uma cultura do cooperativismo consolidada na região.

Daí a necessidade de uma intervenção sistemática e agressiva de educação cooperativista, que só poderia ser implementada com a criação de um setor

⁴ Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária, organização financeira da agricultura familiar da Região Sul do país.

exclusivamente dedicado questão e que articulasse ações não apenas locais, mas de caráter territorial, para fazer avançar o processo de educação cooperativista iniciado por diretores e conselheiros de administração e fiscal da cooperativa.

O incentivo para formação de um departamento de educação cooperativista (DEC) partiu da ASCOOB, a partir de seu próprio departamento de educação. O fato de a ASCOOB tomar a dianteira do processo já decorre de uma compressão da necessidade de ações de maiores dimensões, umas das maiores conquistas foi à formação da Rede de Educadores Populares Cooperativas, compostas pelos educadores das cooperativas filiadas e que desenvolvem ações conjuntas de intervenção nos territórios de atuação da ASCOOB.

Os departamentos de educação constituem-se, por sua própria natureza, num instrumento político da direção das cooperativas para fomentar a participação dos cooperados com vistas no controle social efetivo da instituição, por meio da intervenção crítica na gestão da cooperativa para atendimento de suas necessidades individuais e coletivas.

Desde sua criação, em 2003, o DEC da cooperativa de Feira contou com a participação das entidades parceiras, que contribuíram na definição da metodologia de trabalho, passaram suas experiências e contatos com as comunidades rurais, participam das atividades de planejamento e avaliação. Desde então, o departamento veio se consolidando com um setor estratégico dentro da cooperativa, reconhecido por dirigentes, funcionários, lideranças sociais e entidades parceiras como peça importante para fortalecimento da instituição.

Tem focado seus esforços no aprimoramento das experiências anteriores e na implementação de um projeto intitulado “Projeto Agentes Multiplicadores”, que se propõe fomentar uma maior participação dos cooperados através da atuação de jovens multiplicadores nas comunidades rurais, com vistas a contribuir para o controle social da instituição, a organização da demanda por serviços oferecidos pela cooperativa.

Os 22 jovens do projeto foram selecionados com base nos critérios construídos em conjunto com as entidades parceiras, para o desenvolvimento de atividades não-remuneradas, de animação, realização de reuniões, visitas a cooperados e atividades de capacitação direcionadas a cooperados e não cooperados. E para tal, passam por um processo sistemático de capacitação numa perspectiva de formação de novas lideranças cooperativistas.

Os propósitos e efeitos do trabalho não se fecham na cooperativa. As parcerias estabelecidas com as entidades locais, movimento de jovens e mulheres na realização de atividades e mesmo no planejamento e avaliação do projeto, garante o comprometimento do mesmo com a mobilização das famílias sócias e não sócias à cooperativa, para a participação comunitária, engrossando as bases dessas organizações para a luta em defesa da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável, resultando num empoderamento das comunidades.

A metodologia utilizada inspirou-se no “Projeto Agentes de Família” do MOC – Programa de Políticas Públicas, criado para fomentar a fiscalização do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do Governo Federal) pelas próprias famílias atendidas, bem como a construção de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos da criança e ao adolescente, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Outra referência importante foi o “Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito” do Sistema Cresol.

O DEC de Feira também tem atuado na coordenação das ações de comunicação da cooperativa, tendo como principal produto um programa de rádio semanal para difusão dos ideais cooperativistas, debates sobre a agricultura familiar, o funcionamento da cooperativa e informações sobre os produtos e serviços oferecidos.

Estas intervenções são importantes para restaurar a participação dos cooperados, mas é preciso conjugar o plano de educação com ações para reorientação institucional, a fim de adequar a estrutura e forma de funcionamento da cooperativa. A título de observação, é válido verificar as práticas das cooperativas de crédito rural do sistema Ecosol⁵ no interior da Bahia, em que o desenvolvimento de suas cooperativas acompanha o avanço cultural e econômico de seus cooperados. Busca adequar sua estrutura de custos e a oferta de serviços e produtos às necessidades reais dos agricultores familiares. Se os agricultores ainda não lidam com conta corrente, por exemplo, a cooperativa manterá apenas serviços básicos de poupança e crédito com recursos próprios ou repasses, evitando nessas circunstâncias custos desnecessários e insustentáveis para a ocasião.

⁵ Sistema nacional de cooperativas de crédito de fortalecimento da economia solidária, constituído pela ADS-CUT (Agência de Desenvolvimento Solidário - Central Única dos Trabalhadores).

4. CONCLUSÕES PRELIMINARES

A educação cooperativista é um dos princípios fundamentais do cooperativismo e tem por tarefa principal promover a integração social (cooperados/cooperados, cooperados/dirigentes, cooperados/funcionários, cooperativa/entidades de apoio) e a participação ativa e passiva dos cooperados. A participação ativa requer os cooperados intervindo criticamente na gestão do empreendimento e a participação passiva o usufruto dos produtos e serviços econômicos e assistenciais oferecidos pela instituição.

O principal desafio da educação cooperativista na cooperativa de Feira é fazer frente a todo o processo de “deseducação” cooperativista proporcionada por uma estrutura rígida da cooperativa, corpo de funcionários ex-bancários formados numa concepção avessa a do cooperativismo, quadro social em crescimento acelerado, inexistência de uma cultura do cooperativismo consolidada na região.

Daí a necessidade de uma intervenção sistemática e agressiva de educação cooperativista, num processo de efetivo empoderamento social, e que ultrapasse os limites da comunidade, para uma intervenção territorial. A conjugação dessas ações precisa contribuir com a cooperativa, no sentido de ajustá-la num novo formato organizativo que possibilite novas práticas cooperativas de seus cooperados e da instituição como um todo. Uma adequação das estruturas para permitir maior participação dos cooperados nas decisões políticas para garantia do atendimento das necessidades de crédito e outros serviços, particularmente dos agricultores familiares.

O aprendizado decorrente de todo esse processo de experimentação de metodologias que promovessem melhores resultados diante do contexto regional e da realidade das cooperativas, permitiu consolidar a compreensão em torno da necessidade de organização de base dos cooperados, casamento de ações comunitárias sistemáticas com outras de âmbito territorial, maior entrosamento com demais setores internos da cooperativa (a exemplo do atendimento, carteira de crédito e assistência técnica), o fortalecimento das relações externas através das parcerias com as associações rurais, sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos de jovens e de mulheres com o intuito fazer avançar o processo de organização e as conquistas possibilitadas a partir daí.

5. REFERÊNCIAS

- ARGOLO, Antônio Carlos Martins. **A influência da educação cooperativista na gestão cooperativa**. Tese de mestrado. Salvador: Ufba. 2002.
- ASCOOB. Endereço eletrônico: <http://www.ascoob.org.br>, acessado em 29/03/2006.
- Cooperativa de Crédito Rural de Feira de Santana. Estatuto Social. 2002.
- CRESOL. Endereço eletrônico: <http://www.cresol.org.br>, acessado em 03/04/2006.
- ECOSOL. Endereço eletrônico: <http://www.ecosol.com.br>, acessado em 03/04/2006.
- FOLLMANN, José Ivo. “Participação cooperativa e mudança social”. **Perspectiva Econômica**. Ano XV, Vol. 10, n° 27. p. 51-72, 1980.
- GALLO, Ana Rita. “Empreendimentos econômicos solidários: alternativas organizacionais e (re) inserção social e econômica”. **Organizações e Democracia**, v. 5, n° 2, p. 149-166, 2004.
- MOC. Endereço eletrônico: <http://www.moc.org.br>, acessado em 29/03/06.
- PURPER, Dornalli L. “Integração social: condição para o desenvolvimento cooperativo”. **Perspectiva Econômica**. Ano xv, vol. 10, n°27, p. 73-98. 1980.

ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL NA FORMAÇÃO DA COLÔNIA PORTO NOVO

Patrício Reichert*
Rosa Maria Vieira de Medeiros
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

RESUMO

Neste texto pretende-se refletir sobre os fatores que foram determinantes para que em plena terceira década do século XX se concretizasse um projeto de colonização de homogeneidade étnica e religiosa como o de Porto Novo. Partindo desta problemática, se fará uma análise de duas estruturas de poder, vistas como de fundamental importância para a concretização do processo em seu conjunto: a conjuntura política brasileira e catarinense nas estratégias de organização territorial e a *Volksverein*¹, liderada pelos jesuítas alemães do Rio Grande do Sul.

Palavras –Chaves: Política – Religião – Etnia – Colonização.

O projeto de colonização Porto Novo, na microrregião do extremo-oeste de Santa Catarina, teve seu início na segunda década do século XX, abrangendo um território de 583.974 Km². Política e administrativamente dependia do município de Chapecó, atual área ocupada pelos municípios de Itapiranga, São João do Oeste, Tunápolis e parte de Mondaí. Em 1928 o nome foi substituído por Itapiranga.

A partir de 1926, levas de migrantes oriundos das colônias velhas do Rio Grande do Sul (vale do Rio dos Sinos, Caí e Taquari), passaram a ocupar o “vazio demográfico” do Oeste catarinense.

A Igreja Católica, através da União Popular (SUP) ou *Volksverein*, recrutou os migrantes gaúchos que deveriam enquadrar-se nos requisitos que ela impunha, principalmente o de ser de origem germânica e de pertencer à religião Católica. Desta forma a estrutura organizacional “sui generis” do

* Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia. Orientadora: Professora Dr. Rosa Maria Vieira Medeiros.

¹ “‘*Volksverein*’ foi uma organização social filantrópica criada em 1912, no Rio Grande do Sul. [...] tinha como objetivo reunir os alemães para preservar os bons costumes, a cultura, a religião católica”. (JUNGBLUT, 2000, p. 46).

Projeto Porto Novo tornou-se como um dos projetos de colonização mais homogêneos étnica e culturalmente do sul do país.

Para compreender os fatores que contribuíram para a estruturação de uma colonização étnica e religiosamente homogênea, devem-se analisar os motivos pela qual o poder político federal e estadual permitiu a efetivação do projeto da colonização e quais os objetivos da Volksverein com a formação da colônia Porto Novo.

ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA E CATARINENSE

O projeto da colonização Porto Novo, iniciada na terceira década do século XX, teve estratégias de uma colonização de ocupação, tanto por parte do governo federal, quanto pelo estadual. A região que incorporava a colônia Porto Novo, se encontrava em atritos de fronteira entre Brasil e Argentina até 1889, e entre Paraná e Santa Catarina até 1916.

Os argentinos só definiram sua interpretação ao Tratado de Santo Idelfonso em 1881, quando declararam ser os rios Chapecó e Chopim, o limite entre os dois países. O Brasil por sua vez, apontava como divisa os rios Peperi – Guaçu e Santo Antônio. Esta diferença representava uma área contestada de 30.621 quilômetros quadrados. O Brasil, diante disso, passou a se preocupar com a efetivação da posse do território que ainda não tivesse devidamente ocupado. Tinha em mente o princípio do *Uti possidetis*, que era diplomaticamente usado em Convenções e Tratados, segundo o qual, um país teria direito a um determinado território somente por sua ocupação efetiva e prolongada².

Dentro desta concepção, conforme Piazza³, foram criadas por parte do governo imperial, as colônias militares de Chapecó e Chopim, em 1859. Tiveram como objetivo a defesa da fronteira, a proteção dos habitantes (brancos) contra a invasão dos índios (que deveriam ser catequizados) e a concessão de terras para projetos de colonização.

Após ter ganhado a causa dos limites de fronteira com a Argentina pelo Tratado de Arbitramento, onde o arbitro da questão foi o presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, logo o governo imperial preocupou-se em construir a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, que passou a cruzar o Estado de Santa Catarina de União da Vitória (PR) a Marcelino Ramos (RS) ao

² RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense**. Joaçaba: UNOESC, 1997, p. 29-30.

³ PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987, p. 216.

longo do Vale do Rio do Peixe. A construção desta estrada de ferro pode ser compreendida como uma estratégia de interligar o sudeste com o extremo Sul e assegurar esta extensa área com projetos de colonização, através de fixação de imigrantes europeus e seus descendentes⁴.

Parte do projeto para construção da grande ferrovia foi repassada à empresa norte-americana *Brasil Railway Company*, inclusive o trecho ferroviário catarinense. Em troca foi concedida à empresa grande extensão de terras para extrair a madeira e promover projetos de colonização. Na medida em que os investimentos da empresa se expandiam, os caboclos posseiros e indígenas foram expulsos da sua terra. “Em 1911, começou a colocar para fora de seus domínios todas as pessoas que ocupavam terras e que delas não possuíam títulos de propriedade⁵”.

Este processo desencadeou posteriormente a Guerra do Contestado (1912 a 1916). “A Guerra do Contestado não foi a disputa pelos limites entre o Paraná e Santa Catarina, foi sim o massacre dos sertanejos envolvidos na luta pelas terras onde moravam⁶”.

Na análise de Radin ⁷, “Em 1911, antes do acordo de limites interestaduais, o governo do Paraná reconheceu o direito da empresa construtora da estrada de ferro, na faixa contestada”. Assim a empresa *Railway Company*, tornou-se proprietária da maior parte das terras oficialmente devolutas do oeste catarinense. A empresa norte americana terceirizou os serviços de colonização ou vendeu grandes faixas de terras a empresas colonizadoras. Uma das empresas foi a Chapecó-Peperi Ltda, da qual a Volksverein comprou uma parte, a área delimitada do projeto Porto Novo.

O governo federal e estadual, ao terceirizarem os projetos de colonização, desvincularam-se dos compromissos de assistencialismo social, tanto da população indígena e cabocla que passou a ser expulsa por não terem os seus registros de propriedade, quanto à dos migrantes de origem européia que se tornaram proprietários dos lotes de terra.

⁴ SANTOS, Sílvio Coelho dos. A modernidade chega de trem. In: **Santa Catarina no século XX: ensinos e memória fotográfica**. Florianópolis: UFSC, 2000, p. 16.

⁵ Ibid., p. 17.

⁶ TODESCATTO, Cleusa. As (inter) faces da Guerra do Contestado: história e ficção. **Visão Global** / Universidade do Oeste de Santa Catarina, São Miguel do Oeste: Mclee, 2001, p. 28.

⁷ RADIN, op. cit., 35.

Os caboclos, rejeitados historicamente pela política agrária brasileira, em Porto Novo eram ainda mais mal vistos pelas autoridades públicas. O extremo oeste catarinense, na confluência do rio Peperí-Guaçu com o Uruguai, era um lugar propício para os refugiados da lei, de vinganças, das revoltas ou guerras (Maragatos e Contestado) e dos caboclos expulsos nas frentes de colonização do norte rio-grandense. Ali conseguiam refúgio e trabalho nas madeireiras que contrabandeavam madeira para a Argentina e Uruguai, além de praticarem uma agricultura de subsistência.

Em 18 de março de 1903 o intendente do município de Palmeiras das Missões, manda um ofício ao governador Borges de Medeiros, solicitando o fechamento do porto do Peperí, devido o contrabando e o refúgio de revolucionários maragatos.

‘...na parte que limita com a confederação da Argentina (...)no lugar denominado Pary, (...)uma estrada que transpõe o Uruguai na barra do Pepiry Guassu desembarcando no território argentino, seguindo dali estrada até o Paraguay cujo caminho (...)foi aberto pelos maragatos, por onde recolhiam elementos bélicos obtidos no estrangeiro, evadiam este estado e imigravam quando lhes convinha . . .8

E apontava a existência de:

‘um negociante na barra do Pepery aonde os moradores do Pary (...) me consta comprarem gêneros para (...)o consumo como contrabandeiam mercadorias para o comércio (...)pagas com produtos do município (...)que (...)são contrabandeados. Aquela zona Argentina consta-me estar povoada (...)por revolucionários brasileiros (...)e por esse (...)caminho imigrou (...)Leonel Rocha com seu grupo quando fugou após o assalto a esta vila em 24 de setembro do ano pp o qual se acha em Santo Thomé....9

Neste sentido, os projetos de colonização étnica e religiosamente homogêneos de migrantes de origem européia eram de interesse favorável ao governo federal e catarinense, em especial na colônia de Porto Novo. A fixação de migrantes teuto-brasileiros com uma concepção de propriedade privada, assegurava a fronteira entre Brasil e Argentina pelo rio Peperí-Guaçu, garantia o território do extremo oeste ao estado de Santa Catarina e dava a entrada (mesmo que tímida) de uma produtividade agrícola capitalista para aquela

⁸ REIS, Serafim Moura apud MARTINI, Maria Luíza Fillipozzi. **Sobre o caboclo-camponês: “um gaúcho á pé”**. Dissertação (mestrado). UFRGS. Instituto de filosofia e ciências humanas. Programa de pós-graduação em sociologia. Porto Alegre, BR-RS, 1993, p. 324.

⁹ Ibid., p. 325

região. A Volksverein, ao assumir a função que caberia ao poder público, coordenando todas as estruturas institucionais, garantia no espaço geográfico de Porto Novo uma “ordem” social e uma auto-sustentabilidade da colônia.

COLÔNIA PORTO NOVO: UM PROJETO SOCIAL IDEALIZADO PELA VOLKSVEREIN

Ao refletir-se sobre os fatores que possibilitaram a formação étnica e religiosamente homogênea do projeto de colonização Porto Novo (católicos de origem alemã), em plena terceira década do século XX, deve-se considerar, que diferente dos inúmeros empreendimentos coloniais do extremo oeste catarinense, este projeto não foi organizado por uma empresa privada e sim por uma associação com forte caráter de uniformidade étnica e religiosa, a *Volksverein für die deutschen Katholiken im Rio Grande do Sul* (Sociedade de União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul), popularmente conhecida como *Volksverein* (União Popular). Esta instituição associativa, liderada pelos jesuítas de descendência alemã, concentrou em seu poder toda uma estrutura social da colônia, com formas padronizadas de conduta e comportamento, de normas a serem rigorosamente cumpridas, de uma articulação de um conjunto de valores morais opostos aos novos valores divulgados pelo liberalismo econômico e cultural do século XIX e XX¹⁰.

A luta contra o liberalismo econômico e cultural e a manutenção da identidade étnica e religiosa das populações germânicas, principalmente das comunidades camponesas, não é uma preocupação recente da congregação jesuítica de origem alemã. Ela já se destacava nos movimentos de restauração católica e do conservadorismo romântico antes de 1824, em especial na região de Hunsrueck no sul da Alemanha, da onde descende a maior parte dos migrantes católicos alemães do Rio Grande do Sul e conseqüentemente os de Porto Novo. Após a metade do século XIX, as posições da Igreja Católica e o Mundo Moderno tornaram-se sempre mais aceiradas. Bismarrck, sentindo que o Partido Católico havia se tornado uma forte oposição política, lançou uma campanha contrária, tendo o apoio dos luteranos e dos nacional-liberais.

¹⁰ EIDT, Paulino. **Porto Novo: da escola paroquial ao projeto de nucleação: uma identidade em crise**. Ijuí: UNIJUÍ, 1999, p. 10.

Neste movimento da Igreja Católica contra o liberalismo, a congregação de maior destaque foi a dos jesuítas, por isto foram expulsos da Alemanha em 1872. Então “boa parte dos jesuítas foi trabalhar junto á colonização alemã do Rio Grande do Sul, onde assumiram todo um projeto de atividades religiosas e sociais”¹¹, continuando ali o movimento de restauração católica e do catolicismo social.

No catolicismo social do Rio Grande do Sul, destacou-se a figura do padre Theodor Amstad, um jesuíta suíço. Ele liderou vários movimentos e associações, como os Congressos Católicos, Associação de Professores, Associação de Agricultores (*Bauernvereine*), Cooperativas de Crédito (*Sparkassen*) e por fim, em 1912, a União Popular (*Volksverein*).

A *Volksverein* estava apresentando uma decadência institucional nas “colônias velhas”¹², em parte pela dificuldade de relacionamento como o governo estadual e a hierarquia católica, em outra, pela aceitação dos valores liberais por uma parte da população, valores vindos principalmente a partir dos centros urbanos. Então, surge à preocupação em a *Voksverein* liderar um projeto de colonização restritamente para católicos de origem alemã, onde ela pudesse concentrar a coordenação das atividades materiais e espirituais, para assim fortalecer a instituição e preservar os seus fiéis contra a filosofia do pensamento liberal, dando continuidade ao movimento do catolicismo social iniciado na Alemanha durante o século XIX.

Não recebendo uma autorização do governador Borges de Medeiros em fundar uma colônia para católicos de origem alemã, Pe. Rick consultou o governador de Santa Catarina Felipe Schmidt, onde obteve uma boa aceitação, no entanto, estrategicamente no extremo oeste. Assim estrutura-se a partir de 1926 a colonização de Porto Novo, um projeto coordenado e idealizado pela *Volksverein*.

A homogeneidade étnica mantida pela liderança jesuíta na colônia Porto Novo corresponde aos interesses de um ideal religioso e um modo de vida em sociedade, e assimilação da população com outras etnias ou religiões representava uma ameaça à estrutura social.

¹¹ KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial: magistério e imigração alemã.** Porto Alegre – Florianópolis – Caxias do Sul: UFRGS – UFSC – EDUCS, 1991, p. 35.

¹² O termo “colônias velhas” se refere à região do Rio Grande do Sul onde os imigrantes de origem alemã se instalaram no século XIX.

A Volksverein não podia contemplar passivamente como os camponeses alemães riograndenses eram induzidos, através da propaganda de empresas privadas, a se instalar com colônias com diferentes nacionalidades e religiões. O espírito de intolerância em relação à nacionalidade e religião não está presente em seu modo de pensar e sua atitude foi competente. Somente foi decisiva a preocupação em relação ao bem-estar espiritual e cultural do colono emigrado. Comunidades paroquiais, escolas, fundamentos cooperativos, mesmo a instituição de associações recreativas são possíveis somente dentro de povos e religiões uniformes e são benéficas para a sociedade¹³.

Junto com a homogeneidade étnica e religiosa houve uma preocupação muito grande em manter a língua alemã, por que ela não é um simples canal de comunicação, mas carrega toda uma subjetividade de valores culturais. A importância da língua é exaltada de forma poética pelo Pe. Balduino Rambo, um jesuíta de grande destaque no projeto Porto Novo.

A língua humana significa muito mais que uma mera forma de expressão. Ela brotou do sangue e da índole de um povo. Por isso cintilam sobre suas folhas, como as gotas do orvalho, as reminiscências, desde os tempos primigênicos do homem e de seu cálice desprende-se ainda hoje o aroma exalado pela alma humana. A língua materna é uma flor milagrosa plantada à beira da estrada de cada povo, para que nela se alegre. Quem a pisoteia danifica a sua alma. Aquele que a rouba, sob qualquer pretexto, invade indevidamente o próprio santuário da alma do homem¹⁴.

Enquanto que a população preservava a sua língua materna, mais sólida se manteve a identidade cultural e melhor se concretizava o ideal social e religioso da Volksverein. Analisando desta forma, um grande questionamento poderá ser feito sobre a colônia Porto Novo: a Volksverein atendeu as necessidades dos seus associados ou aos interesses da liderança religiosa jesuítica? Talvez Castells nos possa indicar uma resposta ao teorizar sobre a construção da identidade.

Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação. Embora [...] as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal

¹³ METZLER, Franz apud ROHDE, Maria F. **Pioneirgeist, der Väter Erbe – Porto Novo**. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1951, p. 20.

¹⁴ RAMBO, Balduino apud RAMBO, Arthur Blásio. Nacionalidade e cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. (org). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ulbra, 1994, p. 45.

condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com esta internalização¹⁵.

Existe uma reciprocidade de trocas entre o migrante teuto-brasileiro e a liderança da Volksverein. Os religiosos jesuítas oferecem a população uma estrutura social de assistencialismo espiritual e material dentro dos moldes de uma identidade cultural já internalizada pela população, e em troca exercem um poder sobre o grupo social, fortalecendo a sua instituição.

A Volksverein, preocupada em manter uma certa ordem social, com mínimas transformações possíveis, asseguradas por uma homogeneidade étnica e religiosa, formou na colônia uma estrutura social fechada. O caboclo que ocupava antes do migrante teuto-brasileiro o espaço delimitado pela Volksverein, passou a ser visto como um intruso e por ter uma identidade étnica diferente, não teve o requisito mínimo de ser incluído no projeto da colonização. A sua assimilação com descendentes alemães era condenada pela liderança jesuíta, difamada como uma ameaça à integridade social.

Ao analisar-se o processo de ocupação da colônia Porto Novo e a “expulsão” do caboclo é preciso ter o cuidado de não condenar o migrante teuto-brasileiro pelo não acesso do caboclo a terra. A Volksverein, representando uma instituição de descendentes católicos do Rio Grande do Sul, comprou as terras que eram vistas como “devolutas” pelo governo estadual. Além de não poder ser incluído pelo projeto de colonização por ser de um diferente grupo étnico e ter uma outra concepção religiosa, o caboclo não tinha dinheiro em adquirir uma propriedade privada, e mesmo que tivesse, na sua cultura a idéia de propriedade privada era inexistente. Quando o papel do grande vilão do processo da colonização é dado ao colono teuto-brasileiro, esconde-se a realidade da política agrária brasileira. “Esse fato, porém nada tem a ver com os imigrantes, mas com a própria política de colonização, que privilegiou o imigrante europeu como colono ideal, alijando os nacionais do processo”¹⁶.

¹⁵ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhard. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 23.

¹⁶ SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. (org). **Os alemães no sul do Brasil**: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ulbra, 1994, p. 13.

Atualmente, ao observar-se o espaço geográfico da antiga colônia de Porto Novo, a paisagem nos revela a existência de duas identidades culturais bem segmentadas: em uma parte a maioria teuto-brasileira, em outra, uma minoria cabocla. Acredito que a compreensão dos fatores que moldaram este “*apartheid*” poderá muito contribuir para que os sujeitos sociais deste espaço geográfico possam se autoconhecer e entender as suas diferenças. Diferenças, nem superiores ou inferiores, nem tão acentuadas a ponto de serem incapazes de conviver numa sociabilidade mais integrada.

MEDIAÇÕES CULTURAIS: TELEVISÃO E AGRICULTURA FAMILIAR EM DOIS VIZINHOS¹

Fagner Carniel*

Alfio Brandenburg (co-autor)**

Apresentação:

O meio rural brasileiro é extraordinariamente revelador para aqueles que buscam compreender os efeitos da modernidade (desde o subdesenvolvimento até a modernização compulsiva) em nosso território. Sobretudo quando se percebe a diversidade de realidades existentes na conformação do espaço rural como um modo de vida distinto da vida urbana. Hoje, não é preciso viajar muito pelo interior do país para perceber a coexistência de diferentes ruralidades, habitadas por pessoas que desempenham múltiplas tarefas e partilham identidades distintas.

O presente estudo utiliza-se da *comunicação* como um viés de análise possível para compreender esse universo de diálogos (de saberes), negociações (políticas e culturais) e contradições (sociais) infindáveis que foram sendo construídas ao longo dos séculos no mundo rural brasileiro. Mais especificamente, trata-se de discutir a presença das modernas tecnologias da informação no cotidiano rural a partir dos sujeitos concretos desse processo (os agricultores familiares). A comunicação, assim, tem sido considerada como um lugar (teórico) de entrada para investigar os problemas e ambigüidades que envolvem os modos de produção da vida (as técnicas de produção) e os modos de produção de sentido para vida (a identidade cultural) na prática diária no meio rural. Portanto, a estratégia de investigação aqui utilizada procura compreender as profundas hibridizações entre cultura e comunicação no campo.

Uma vez que estudar recepção implica “sair” do campo profissional da comunicação e eleger o cotidiano como espaço-tempo da análise, penso que este trabalho pode contribuir – a partir de um estudo de caso localizado em Dois Vizinhos-PR – na discussão de algumas das

¹ O presente artigo traz apontamentos preliminares sobre o percurso de pesquisa realizado com agricultores familiares do município de Dois Vizinhos, ao Sudoeste do Paraná.

* Mestrando em Sociologia pela UFPR, BRASIL. Email: fagner_carniel@hotmail.com

** Sociólogo. Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais, Mestrado em Sociologia e Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, BRASIL. Email: alfio@onda.com.br

questões “clássicas” da sociologia rural brasileira. Como são os rurais brasileiros? Quem são as pessoas que vivem nestes rurais? Que Brasil elas conhecem e vivenciam a partir do campo? Questões estas que vem sendo marcadas pelas transformações recentes no mundo rural brasileiro e que apontam para os pequenos proprietários, camponeses ou agricultores familiares, como os principais personagens da construção do rural como um espaço de vida.

Contudo, é importante notar que investigar o meio rural a partir da presença dos meios de comunicação em seu cotidiano significa admitir que o objeto desta análise esteja inserido dentro de um amplo processo de modernização. Ainda que pela via do consumo eletrônico ou visual. Afinal, nossa “cultura do olhar” não é independente das revoluções técnicas da modernidade (DEBRAY, 1994).

No momento em que a sociedade se moderniza, as condições de vida tradicionais tendem a se desagregar. Quando o camponês se integra à sociedade de mercado e participa das relações comerciais, tem-se um processo de mudanças e ajustamento da vida social tradicional no campo. Trata-se de um ajustamento de seus sistemas produtivos – agora não mais voltados para subsistência – que implica em um rompimento com relações sociais centradas na vida comunitária. Uma transformação nos modos de vida marcada pela inserção do rural na modernidade pela via econômica, o que significa a inserção destes agricultores na indústria, no consumo e no urbano².

Os meios de comunicação desempenharam um papel decisivo neste processo de modernização³. Foram eles que ocuparam um espaço significativo na mediação do tradicional com o moderno, isto vale tanto para as cidades como para o campo. Muito embora eles tenham mediado apenas uma relação já existente nestas sociedades, há um fator objetivo que modificou sua importância e alcance: a proliferação de rádios, televisores, jornais, revistas, etc. Tal processo não foi decisivo apenas no que se refere a profusão de informações e invenções, mas também, ou principalmente, na difusão da idéia de desenvolvimento e progresso via tecnologia – que por muito tempo foi sustentada pela imagem da indústria.

Do ponto de vista da cultura, a questão que precisa ser posta em discussão é quais são as possibilidades concretas de apropriação social e cultural daquilo que nos moderniza? Isto,

² A modernização da agricultura brasileira não é propriamente o tema deste estudo, sobre este assunto ver os trabalhos de CANDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades; 1975, e GARCIA Jr, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, Brasília:UNB, MCT-CNPq, 1989

³ Para um maior aprofundamento sobre o assunto ver: MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.a

porque as tecnologias não são meras ferramentas transparentes, mas sim a materialização de um modelo global de “organização do poder” (CASTELLS, 1997). O que se observa no caso brasileiro é a dificuldade de compreender o sentido da apropriação destas tecnologias. Disto resulta que a contemporaneidade de nossas tecnologias anda em descompasso com uma “certa” não-contemporaneidade dos usos.

Embora o meio rural brasileiro venha sofrendo progressivas transformações com a modernização da sociedade, ainda “não se pode falar nas condições brasileiras de um rural modernizado” (BRANDENBURG, 2005: 5). Se nos países capitalistas avançados os processos de modernização alcançaram as mais distantes áreas rurais e se estenderam a quase toda atividade agrícola, o mesmo não ocorreu no Brasil. O que se observa por toda parte é o fracasso da idéia de “modernização em geral”. A imagem do “caipira” – herança de um país colonial centrado na comunidade, no latifúndio e na verticalização das relações – sempre conviveu, mesmo que marginalizada, com os modernos processos de industrialização em que, a partir da segunda metade do século XX, procurou-se promover (por parte do Estado) um movimento de subordinação da agricultura à indústria.

Tais transformações ocorridas no campo – marcado pela convivência de diferentes temporalidades culturais – hoje também encontram reação no resgate de relações e valores sociais rurais “outros”. Este rural vem sendo reconstruído principalmente na pequena propriedade e nos espaços deixados de lado pelo agronegócio. Trata-se de atores sociais⁴, dentre os quais a agricultura familiar é o principal personagem deste rural cuja identidade esta ancorada em raízes históricas camponesas e a prática reedita tradições herdadas de uma vida em comunidade (WANDERLEY, 1996). Em certa medida ele vem se apresentando como uma reação aos efeitos da modernização produtivista justamente no momento em que houve um esvaziamento do rural. O campo, nesse contexto, passa a ter múltiplas funções. A atividade agrícola não se torna única, e muitas vezes nem prioritária.

De qualquer forma, não são apenas situações sócio-econômicas distintas, mas estilos de vida, crenças, valores, práticas e concepções acerca do próprio rural que partilham, muitas vezes, um mesmo território. Tais ruralidades não são o resultado de etapas que se sucedem no tempo. Mas modos de produzir e reproduzir a vida que se caracterizam como temporalidades históricas, sociais e culturais distintas, que vivem e se reproduzem a partir de saberes *híbridos*

⁴ A noção de ator, aqui utilizada, se refere a idéia de sujeito de Alain Touraine. O sujeito, por definição, seria uma reação a qualquer processo de dominação. Articulando, desse modo, subjetividade e racionalidade em seu projeto de vida. TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis. Vozes.1999.

– nem moderno, nem tradicional. Portanto, o rural brasileiro descobre sua diversidade e revela sua ambigüidade na convivência destas diferentes ruralidades.

Televisão e cotidiano rural: situando a questão

Hoje, em particular pela popularização da televisão, os meios de comunicação penetram com força nos mais distantes locais. Sobrecarregada pela emergência de novos sujeitos e novas identidades, a comunicação está se convertendo em um espaço estratégico de diálogos e conflitos. Um espaço que confronta múltiplas racionalidades e identidades, que configuram tempos e sentidos distintos para a vida. Assim, o ponto de partida desta análise em comunicação se situa além da teoria. Está no (re)conhecimento da diversidade de verdades culturais e sujeitos sociais.

Nesse sentido, é possível afirmar que os meios de comunicação foram decisivos na radicalização dos processos de modernização do campo. Se a vida rural foi marcada pelo isolamento no tempo e no espaço de comunidades inteiras, hoje se observa com facilidade a progressiva separação entre tempo e espaço. Ou seja, as transformações na vida cotidiana das pessoas através do encurtamento das distâncias e da reedição dos saberes. “O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a ‘forma visível’ do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza” (GIDDENS, 1995: 27).

Este estudo, que está sendo realizada no município de Dois Vizinhos no sudoeste do Paraná, investiga o cotidiano rural de agricultores familiares da região para compreender o lugar e o papel da televisão na produção de *conhecimentos técnicos* sobre a agricultura, bem como os processos de constituição de sua *identidade profissional*. Contudo, discutir o meio rural sempre requer que se recorra a história da ocupação de seu espaço. Isto não significa compreender os *contínuos* históricos de um território, pelo contrário, e como apontei acima, o rural brasileiro é constituído pela convivência de discontinuidades históricas que hoje compõe sua multiplicidade (de atores) e pluralidade (de identidades).

No Sudoeste do Paraná, em parte devido a sua ocupação tardia – datada de fins do século XIX –, não é difícil perceber algumas características culturais, sociais e até religiosas, que marcam a vida rural nesta região e são relevantes para compreender os agricultores familiares da região de Dois Vizinhos. Trata-se de um tipo específico de sociabilidade: a familiar, que tem suas raízes na migração de gaúchos e catarinenses. Colonos que, em última instância, reproduziram técnicas e saberes de imigrantes europeus (em particular italianos,

alemães e poloneses), o que estrategicamente foi incentivado na região (pelo Estado). Nesse sentido, é um rural em que o tradicional não é substituído pelo moderno, mas resignificado. Uma agricultura familiar que se configurou como um modo de reação aos crescentes processos de colonização do sistema social (Estado e mercado)⁵ a partir do resgate de saberes e práticas tradicionais. Portanto, a revelia da literatura marxista clássica sobre o tema⁶, este estudo não compreende a agricultura familiar, assim como os novos atores que começam a surgir no campo, como sujeitos de um movimento de industrialização/urbanização do campo. Pelo contrário, a agricultura familiar está sendo compreendida como parte de um processo de resgate de relações e valores sociais que vem (re)construindo o rural a partir de suas especificidades⁷.

A televisão brasileira vem, cada vez mais, assumindo um papel relevante neste processo de revalorização da vida no campo. O que por muito tempo foi domínio quase exclusivo do rádio (CALEBRE, 2003) – na valorização de modos de vida comunitários, de sentimentos de não-pertencimento, de desterritorialização, de ser estrangeiro no tempo e no espaço, enfim, como reação a um estilo de vida metropolitano, o que conseqüentemente culminou na construção de um imaginário rural – hoje parece penetrar com força também no imaginário televisivo (SILVA, 2004). Quando se trata especificamente da programação pautada sobre questões rurais, a atenção do telespectador rural passeia por interesses diversos. Das técnicas de plantio às receitas de comidas típicas, da biotecnologia à música sertaneja, da criação de animais ao turismo rural e a preservação do ambiente. A questão que investigamos

⁵ Habermas propõe a compreensão das contemporâneas relações sociais no contexto do capitalismo transnacional como um processo múltiplo, em que sempre há tentativa de “colonização” de todos os espaços da vida social por parte do “sistema social”. Contudo, a ação unilateral do sistema esbarra nas práticas e relações sociais cotidianas das pessoas, que a partir do mundo vivido, reagem comunicativamente. Desse modo, o conceito de mundo vivido emerge dos processos de entendimento no qual diferentes pessoas se entendem a partir de um pano de fundo comum sobre algo no mundo objetivo dos fatos, no mundo social das normas de ação e no mundo subjetivo das vivências. Portanto, o mundo vivido surge como condição de possibilidade do processo comunicativo: ele é um reservatório de evidências e de condições inabaladas, que constitui o sentido intersubjetivo partilhado a partir do qual as pessoas podem comunicar-se. HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa: crítica de la razón funcionalista*. Madri. Cátedra. 1994.

⁶ Em particular me refiro aos clássicos estudos de Lênin e Kautsky, que problematizaram o rural como um espaço em vias de desintegração e o camponês como um operário em vias de proletarização. KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Rio de Janeiro, Laemmert. 1968. LÊNIN, Vladimir Ilitch. O capitalismo na agricultura (O livro de Kautsky e o artigo do senhor Bulgákov). In: GRAZIANO DA SILVA, José e STOLKE, Verena. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense. 1981.

⁷ Conforme Wanderley (1996:3), a agricultura familiar “é um conceito genérico que busca compreender as distintas formas de organização assumidas na produção rural que tem a família como proprietária dos meios de produção e ao mesmo tempo assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *Raízes históricas do campesinato*. Caxambu. XX Encontro Nacional da ANPOCS. 1996.

é: em um cenário que aponta para a multiplicidade de identidades culturais e sujeitos sociais, até que ponto a presença da televisão modifica os saberes e práticas locais?

Nesse sentido, este estudo pretende se debruçar sobre a *prática produtiva* e a *identidade profissional* dos agricultores familiares em contato com os conteúdos veiculados pela televisão, para buscar compreender em que medida a presença da televisão suscita *mudanças ou transformações no cotidiano rural* destes.

No caso da agricultura familiar de Dois Vizinhos, e para os fins deste estudo, o programa *Globo Rural* foi eleito objeto desta investigação. O intuito aqui proposto é o de perceber como estes agricultores familiares recebem a programação veiculada pelo programa e em que medida essas informações acompanham as transformações (e ajudam a transformar) recentes e recorrentes na agricultura familiar. Portanto, este é um estudo sobre *comunicação rural*. Ou melhor, um estudo que transita das ruralidades à comunicação.

O Globo Rural foi escolhido por “abocanhar” uma parcela significativa da audiência nacional da televisão aberta. Hoje, exibido diariamente de segunda à sexta (das 6:15 as 6:30h.) e especialmente aos domingos com horário prolongado (das 7:55 as 8:55h.), o programa atinge 12,5 pontos do Ibope nacional e 60% de *share* (número de televisores ligados). Com uma programação voltada para o espectador rural, o intuito deste programa é difundir e modernizar a agricultura a partir da exibição jornalística de novas técnicas de cultivo, agro-pecuária, maquinário, sementes, pesticidas, etc. Trata-se de um gênero⁸ midiático em expansão na televisão brasileira desde a década de oitenta⁹.

Meios e mediações: trama conceitual para o estudo de recepção

Uma vez que a “visualidade eletrônica” (televisão) passa a ser parte constitutiva da “visualidade cultural”, a imagem e a técnica precisam ser recolocadas no debate sociológico a partir das novas modalidades de ver, perceber, ler e ouvir o que estas linguagens sucitam. Afinal, na experiência social que a televisão introduz, pode estar emergindo uma relação constitutiva das tecnologias da comunicação com as *transformações na discursividade*.

⁸ Gênero esta sendo utilizado como estratégias de comunicabilidade empregadas pelos meios. Sobre isso ver: MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos Meios as mediações*. Rio de Janeiro. UFRJ. 2001a: 307-310.

⁹ O surgimento de programas dirigidos ao público rural vem ampliando o mercado de consumo de informações e transformando as estratégias de comunicabilidade frente à diversidade de demandas sociais, econômicas, culturais e políticas. Sobre esse assunto ver: BRITTOS, Valério Cruz. *As Organizações Globo e a reordenação das comunicações*. In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo. v. XXIII, nº 1. 2000.

Historicamente a imagem sempre foi tomada como um meio singular de expressão, mas também de adivinhação, encantamento e cura. Enquanto representação, ela é dotada da capacidade de representar aquilo que está ausente. Por isso mesmo não é nenhuma surpresa que entre as primeiras imagens fabricadas pelo homem estejam representações de Deuses ou de mortos. “Mais orgânica do que a linguagem, a imagística procede de outro elemento cósmico, cuja mesma alteridade é fascinante.” (DEBRAY, 1994: 56). Advém daí sua condenação platônica ao mundo do engano e da manipulação religiosa e ideológica. Diante desta carga de suspeitas e desqualificações, “é que abre caminho um novo olhar que, por um lado, descobre a envergadura atual entre as hibridizações entre visualidade e tecnicidade e, por outro, resgata as imagísticas como lugar de uma estratégica batalha cultural” (MARTÍN-BARBERO, 2001b: 16).

Assim, este estudo – que pretende dar um passo adiante às amarras dos clássicos estudos de recepção – apóia-se na hipótese de que os meios de comunicação, em particular a televisão, constituem espaços estratégicos de manifestações (de identidades culturais), atualizações (de práticas sociais) e negociações (políticas e culturais). Algo próximo daquilo que John B. THOMPSON formulou em termos de uma “*ágora* eletrônica” (1995). Ou seja, um espaço virtual de acesso público. Nesse sentido, para além das técnicas de produção e da rentabilidade agrícola, a televisão está sendo percebida como uma forma de mediar os interesses técnicos e comerciais com as identidades culturais e as práticas sociais locais que reivindicam identificação e disputam por espaços de representação – mesmo que, em última instância a reivindicação se apresente em termos de índices de audiência.

O que interessa, portanto, é compreender o processo comunicativo (dos meios às mediações) como um âmbito onde conhecimentos são produzidos e como um espaço de produção e de troca de sensibilidades – seria aquilo que vem sendo buscado pela literatura recente sobre os meios na América Latina: os modos de reabilitar a criatividade, a iniciativa, o caráter lúdico e libidinal da relação entre receptor e meio.

Doravante, é preciso compreender o processo de comunicação que se estabelece entre a televisão (nacional) e os agricultores familiares situados no município de Dois Vizinhos (local). Portanto, são as *mediações* que interessam. Por mediação, entenda-se uma determinada forma de encarar a relação entre cultura e comunicação, em que se investiga os processos de constituição do massivo a partir das transformações das culturas populares. E para isso é necessário penetrar na esfera das práticas sociais cotidianas, naquilo que, segundo

Jesús MARTÍN-BARBERO (1995), de fato pode carregar o estudo das comunicações para um “outro lugar”. Assim, deslocando o foco tradicional de análise dos meios e passar a encarar a comunicação como um processo múltiplo e interdependente, em que as culturas populares não são anuladas pela cultura de massa, mas subsistem em meio aos formatos industriais como matrizes culturais.

A exemplo desta proposta, procuramos partir de uma compreensão ampla dos processos de emissão e recepção das mensagens produzidas pelos veículos de comunicação em massa. Ampla, pois pressupõe uma revisão do próprio conceito de cultura, que estaria sofrendo progressivas transformações a partir da presença dos modernos meios de comunicação no cotidiano das pessoas.

Pensando a recepção não como uma etapa dos estudos, mas como um “lugar” histórico, político, cultural e epistemológico, é possível repensar não apenas os processos comunicativos, mas o próprio movimento da cultura. Isto porque a comunicação, quando pensada no âmago das manifestações culturais, permite que se alcance o contexto prático e concreto em que a comunicação está sendo processada.

A perspectiva das mediações culturais configura um vasto caminho em que a recepção passa a ser investigada a partir da manifestação concreta dos sujeitos envolvidos em qualquer contrato de comunicação. Tais práticas sociais, entretanto, não se realizam de modo homogêneo, mas a partir das diferentes mediações que estruturam a vivência destes sujeitos em sua relação cotidiana com os meios. Desse modo, é fundamental compreender os *usos sociais* que as pessoas fazem da mídia. A compreensão destes “usos” nos remete diretamente a lugares, acessos, rotinas e contextos, mas também memórias e modos de compreensão. Ou seja, interpretar a intersecção entre cultura e comunicação como a manifestação e produção de sentidos para as práticas sociais.

Ao considerar as mediações como “lugares” que estruturam a produção do sentido, torna-se possível mapear processos identitários a partir de lugares, práticas e concepções de mundo. Compreendendo, desse modo, a identidade local destes agricultores como uma experiência *híbrida*¹⁰, de onde é possível perceber a recepção não apenas como um processo de reprodução, mas de co-participação. Construindo sentido para práticas e representações sobre o cotidiano rural através de movimentos da própria cultura na configuração de pactos, recusas,

¹⁰ Nestor Garcia-Canclini utiliza o termo híbrido para referir-se a cultura como um conceito relacional. Desse modo, ela não é definida por objetos culturais, mas pelo que as pessoas fazem com tais objetos. Sobre isso ver: GARCIA-CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas*. São Paulo. Edusp. 1998.

negociações, e, por vezes, diálogos entre os formatos industriais dos meios e os gêneros populares da comunicação.

Imagens do mundo rural: discurso, prática social e identidade profissional

O Globo Rural é um programa jornalístico por excelência. Contudo, como alerta Christa BERGER (1998), o jornalismo não produz apenas um “tipo” de discurso midiático. Ou seja, o discurso jornalístico nunca é apenas informação. E isto é correto, ao menos, no que diz respeito ao Globo Rural, em que o gênero informativo é constantemente atravessado por outros gêneros – como o entretenimento e a instrução, não raro visando à promoção de novas tecnologias e a transformação (modernização) das práticas agrícolas. Porém, ainda que produza um discurso híbrido, o jornalismo ocupa uma posição distinta no interior do campo da televisão. Como já constatou Pierre BORDIEU (1997), ele detém um capital simbólico privilegiado para construção de “efeitos de verdade”.

Esta especificidade do jornalismo confere ao Globo Rural o potencial de “falar” sobre o mundo rural com propriedade e veracidade. Uma veracidade que não é atestada unicamente por técnicos e especialistas, mas por gestos, sonoridades e, sobretudo, imagens. Modalidades da linguagem televisiva que configuram sentido(s) a determinadas representações do mundo rural. Este espaço privilegiado das imagens no interior da linguagem midiática advém de seu poder de “mostrar o real”, em afirmar o discurso. A imagem ignora a negação, ignora o conceito. Ela só conhece um modo gramatical: o indicativo. E o faz na simultaneidade do presente. Portanto, a imagem fabricada pelo Globo Rural nada mais é do que a produção de sentido(s) sobre o cotidiano rural. Uma apropriação cultural da corporalidade, da sociabilidade, da identidade e do imaginário rural pelos meios.

Tendo isto em vista, este estudo, aqui apresentado preliminarmente, tem procurado compreender como estas construções discursivas sobre o meio rural são percebidas pelos agricultores familiares de Dois Vizinhos. Para isto é necessário compreender como estes discursos circulam entre os meios e os agricultores. Aquilo que Eliseo VERÓN (1997) tem chamado de uma “história social dos textos”. Ou melhor, a percepção de que o processo comunicativo encerra diversos tempos. O tempo da produção do discurso e o tempo da recepção do discurso.

Enquanto produção o discurso fabricado e costurado pelo programa Globo Rural obedece regras próprias ao campo televisivo. Assim, como sofre influência direta da

concorrência de outros subcampos que tematizam o rural – estejam eles vinculados a outras emissoras, como é o caso do programa *SBT Rural* ou Canal Rural, ou mesmo como estratégia de diferenciação dentro da própria programação da Rede Globo, como é o caso do programa *Caminhos do Campo*, da RPC. Enquanto recepção, ou melhor, no momento em que são consumidos pelos receptores, as emissões e os efeitos das mensagens e imagens dirigidas aos telespectadores rurais passam a sofrer influências diversas. Trata-se das múltiplas mediações culturais que interferem no processo de emissão e recepção, descobrindo (colocando à descoberto) mensagens e resignificando sentidos.

Dentro desse cenário, a estratégia de investigação esta concentrada no cotidiano, seja na apreensão de práticas sociais, ou no mapeamento de identidades culturais. E isto porque é no espaço-tempo cotidiano que as mediações culturais se manifestam. Essas referências permitem refletir sobre os momentos de reformulação que estão no dia-a-dia destes agricultores e compreender os processos de atribuição de sentido que estão presentes na vivência diária destes agricultores. Para o caso de Dois Vizinhos, é interessante ainda notar como a categoria profissional orienta todo um sistema de práticas e representações sociais pelas quais os agricultores familiares da região organizam sua atividade. E isto vale tanto para o roçado, ou o trato com os animais, como para suas relações familiares (de casa). Portanto, o modo como estes agricultores se reconhecem e são reconhecidos vêm interferindo diretamente no modo como relacionam o discurso midiático produzido pelo Globo Rural à sua prática (rotina) social.

Ora, a partir da perspectiva das mediações culturais, é a ênfase nas circunstancias do próprio contexto em que a recepção se processa que oferecerá as pistas para que o pesquisador capte a mediação “por excelência”. Isto é, aquela, ou aquelas, cuja interferência afeta de maneira singular o processo de comunicação. Portanto, a partir desse modelo de investigação a tarefa do pesquisador é construir um itinerário original como quem desvenda *o mapa noturno* de que nos fala Martín-Barbero.

Referências Bibliográficas:

- BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre. Ed. UFRGS. 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1997.

- BRANDENBUG, Alfio. *Do Rural tradicional ao rural socioambiental*. Texto apresentado no XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 31/05/2005 a 03/06/2005, FAFICH/UFMG Belo Horizonte-MG.
- BRITTOS, Valério Cruz. *As Organizações Globo e a reordenação das comunicações*. In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo. v. XXIII, nº 1. 2000.
- CALEBRE, Lia. A participação do rádio no cotidiano da sociedade brasileira (1923-1960). In: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia*. Rio de Janeiro. Ed. Universidade. 2003
- CANDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo. Duas Cidades. 1975.
- CASTELLS, Manuel. *The Power of identity – The information age: Economy, society and culture*. Oxford. Blackwel. Vol. II. 1997
- DEBRAY, Régis. *Vida e morte da Imagem: uma história da imagem no Ocidente*. Petrópolis. Vozes. 1994.
- GARCIA-CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas*. São Paulo. Edusp. 1998.
- GARCIA Jr, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo. Marco Zero. 1989.
- GIDDENS, Anthony, *Consequências da modernidade*. São Paulo. Unesp. 1995.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa: crítica de la razón funcionalista*. Madri. Cátedra. 1994.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes. In: SOUSA, Mauro Wilton de. (Org). *Sujeito: o lado obscuro do receptor*. São Paulo. Brasiliense. 1995.
- _____. *Dos Meios as mediações*. Rio de Janeiro. UFRJ. 2001a.
- _____. *Os Exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo. Senac. 2001b.
- SILVA, Gislene. *Mídia e Recepção: sinapses possíveis*. São Bernardo do Campo. XXII Encontro Nacional da COMPOS. 2004.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis. Vozes. 1999.

VERÓN, Eliseo. Semiose do Ideológico e do Poder: La mediatización. Buenos Aires. CBC-UBA. 1997

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo*. Recife: UFPE, 2000.

_____. *Raízes históricas do campesinato*. Caxambu. XX Encontro Nacional da ANPOCS. 1996.

MENINO DE ENGENHO: uma análise socioantropológica da sociedade rural do início do século XX

Mônica Mello – CPDA – UFRRJ

msbmello@ig.com.br

AUTOR E OBRA

Obra de José Lins do Rego publicada, em sua primeira vez, em 1932, sendo esta a primeira obra do autor. Rego é um importante autor regionalista, incluído entre os autores *romancistas de 30*, literatos conhecidos por suas visões críticas das relações sociais. Descendentes da oligarquia canavieira, neto de senhor de engenho, o romancista soube aliar a linguagem forte e poética à dura realidade da vida nordestina, colhida de dentro. E talvez, por isso o seu trabalho literário seja tão impregnado de afetividade e emoção, é uma narrativa onde a literalidade aparece sobrepujante a preocupação estilística. Também, por este motivo é inserido no grupo de autores que com bastante realidade, retratam o cotidiano do interior do país e que enfocam as relações sociais ocorridas neste contexto, incluídos assim como autor com cunho sociológico.

Classificado como um romance social-regional, por fazer analogia entre a estrutura da obra e a estrutura social, **Menino do engenho** é considerado uma das obras mais significativas “do ciclo da cana-de-açúcar” e do período de transição da economia canavieira nordestina, tempo de tensões socioeconômicas dos engenhos de açúcar.

Carlos Drumond de Andrade ao prefaciar a obra, ressalta ser este um dos romances mais autênticos, onde aparece, claramente, a presença do autor envolvido nos problemas políticos e econômicos, pelos quais passavam o povo do nordeste brasileiro, período de crise para os grandes coronéis, que atingiria, também, sua família. Como declara João Ribeiro (em Rego, 2003, 85ª edição) a obra é o “espelho do se passa na sociedade rural (...) é a vida tal como ela é”.

A obra tinha, em princípio, a intenção de ser a biografia do avô materno de Rego, Coronel José Paulino, um representante do patriarcalismo rural, dono do Engenho Santa Rosa, entretanto, transformou-se na biografia do próprio autor, memórias de um menino de engenho, mais tarde mais bem explicitada em outra obra, *Meus verdes anos* (1956).

A história se passa no interior da Paraíba, retratando a vida dos engenhos, já em fase de decadência. Retrata, portanto, a paisagem e os atores sociais presentes na região. Diante disso, provoca reflexões, compartilhadas com outros autores da época, sobre o quanto entender o Brasil de ontem nos faz elucidar o Brasil de hoje.

A obra sucinta vária pontos, que serão mais bem trabalhados adiante:

- Sentido de posse em relação à terra e aos subordinados
- Cotidiano intrafamiliares
- O poder institucionalizado, religião, político e econômico.
- O cangaço e o paternalismo – coronelismo
- Educação – formal e informal.

Diante das particularidades mencionadas sobre a obra e autor, pretende-se construir uma análise sobre a égide da antropologia, principalmente detectando conceitos importantes para este campo de saber como troca, reciprocidade e conflito, entre outros.

INTRODUÇÃO

O autor relata, com detalhes a infância de Carlos Melo, passada até os quatro anos aos 12 anos de idade, no Engenho Santa Rosa de propriedade de seu avô, Coronel José Paulino.

A obra é constituída de 40 breves capítulos. Os três primeiros capítulos tratam da sua primeira infância, ainda vivida na grande Recife, até a morte de sua mãe e a prisão de seu pai. No quarto capítulo, transcorre a primeira grande transformação da sua vida, após ficar órfão de mãe, é levado por seu tio materno para o engenho de seu avô, onde se passará o resto da história. O relato termina, quando Carlinhos aos doze anos de idade, parte de novo no mesmo trem que o tinha trazido anos atrás, para o colégio, onde deveria sair da ignorância, já um pouco atrasado, carregando uma profunda tristeza e a saudade da vida de moleque.

A ANÁLISE

A história inicia quando Carlinhos é obrigado aos quatro anos de idade a lidar com a morte, o mais grave, a de sua mãe e que segundo comentários da criadagem, tinha sido assassinada por seu pai. Seu pai matará sua mãe e fora preso, fato muito drástico para uma criança de apenas quatro anos.

A idade de Carlinhos não lhe permitia ainda o uso de juízo moral a respeito do ocorrido, para ele naquele momento o mais relevante era a saudade dos pais. Os adultos ao redor, vizinhos, criados e a polícia, estes sim, comentavam e julgavam o fato moralmente. Fato que pode ser considerado um fato social e que segundo Durkheim (em Costa Pinto, sd.) a sua causa deve ser procurada em fatos sociais antecedentes e não ‘*entre os estados de consciência individual*’. Só depois de estudado é que se pode caracteriza-lo como” *patológico* “ou não.

Franco (1974) nos chama a atenção que fatos violentos não são esporádicos no Nordeste e se integram nas “*modalidades tradicionais*” de agir. E acrescenta, ainda, que nas relações familiares ‘*observa-se à violência incorporada, com alguma regularidade (...) agressões sérias aparecem associadas à rotina doméstica*’.

No segundo capítulo aparecem menções de grandes discussões que ocorriam entre os pais de Carlinhos, tratada com naturalidade por este, justificando que após as discussões tudo voltava ao normal, seus pais voltavam a se tratar com carinho.

No capítulo quatro, Rego descreve a chegada de Carlinhos ao engenho, a sua estranheza em relação ao novo mundo, mas reafirma a idéia de alegria e sossego que o senso comum destina ao mundo rural. O engenho que o autor descreve possuía uma casa grande, onde viviam o senhor do engenho, sua família e a criadagem, negros e negras, agora libertos. Havia um pomar com muitas frutas, chamado pelos da região de horta, um curral com vacas de leite, este para consumo próprio.

Bem perto da casa grande ficava a fábrica, parte do engenho onde se cozinha o açúcar, mais afastado um pouco a casa de purgar e nele restava ainda a senzala do tempo do cativo, como bem descreve o autor, cheio de detalhes carregado de afeição. A descrição do local coincide com tantas outras encontradas em outras obras, o que nos faz acreditar ser quase um padrão.

Marques (2002) descreve paisagem semelhante no interior de Pernambuco, município de Monte Verde. Local que desfruta de agricultura para subsistência e comercialização do excedente, e de forrageira para o gado e a criação, apesar da economia mais rentável ser a cana-de-açúcar, apesar de não apresentar mais o vigor de outrora. O engenho funciona em prédios rústicos de pedra, perto da casa grande. As fazendas canavieiras, geralmente, ficam perto da sede do município, onde aparecem velhas edificações e a igreja na praça central. Coincidentemente como descreve Rego.

Ao redor do engenho existem os “sítios”, pequenas extensões de terra doadas pelo proprietário do engenho, normalmente, patenteado de coronel como fala Carlinhos,

quando se refere ao avô – Coronel José Paulino. Nos sítios existiam pequenas plantações, denominadas na região de “roçado”, e criações. Os excedentes eram comercializados na feira no centro da cidade, no caso da obra analisada, a feira acontecia em São Miguel, Itabaiana e no Pilar. Lá era comercializado algodão, carne-seca, farinha, etc.

Essa categoria descrita pelo autor é o que Palmeira (1977) denomina de “morador”, que para ele está sempre associado a engenho. Há uma relação particular entre o morador e o senhor de engenho, que lhe cede um roçado em troca de alguns dias estipulados de trabalho – então chamado “morador de condição” segundo Palmeira (*op cit*).

Ainda baseando-se em Palmeira (*op cit*) o trabalhador pede casa antes de pedir trabalho ao senhor de engenho. Este fato é relatado por Rego que descreve a relação de seu avô com os moradores de seu engenho. A cobrança de seu José Paulino em relação àqueles que fugiram do trabalho, assim como quando corria sua propriedade para “*saber das precisões de seu povo*” pode ser associado a um sistema de trocas, “*parte integrante de todo um sistema de mutualidade*” como descreve Mallinowski (2003) se fizermos uma comparação com o “Kula”, onde “*a troca estabelece um sistema de laços sociológicos de natureza econômica (...) dois grupos, que trocam serviços e funções, cada um supervisionando o cumprimento e a correção da conduta do outro*”. Um mecanismo psicológico que faz com que o homem cumpra suas obrigações e a troca de bens e serviços em geral “*é realizada em parceria permanente, associada à parceria permanente, associada a laços sociais definidos*” ainda segundo Mallinowski (*op cit*). Só que neste caso com algum interesse econômico que vai beneficiar a ambos os lados.

Este fenômeno pode ser reconhecido também como o paternalismo, apesar do senhor de engenho, neste caso ser chamado de coronel.

Em relação às feiras citadas por Rego, Garcia (em Woortmann, sd.) afirma que comumente são realizadas em espaço urbano, como acontece no contexto da obra. É o espaço do negócio opondo-se ao engenho, que é o espaço da reciprocidade, confirmando o comércio como espaço de negação da reciprocidade. Elas são a demonstração da autonomia do trabalhador, pois são elas o “*prolongamento da autonomia existente na unidade de produção*”, é o local de trocas mercantis entre os “moradores”. Woortmann (sd.) declara que vender a própria produção é a expressão da autonomia camponesa.

Em alguns engenhos o sitiante não pode vender seus produtos, como descreve Wootmann (*op cit*) “o morador (deste tipo de engenho) não ‘governa’ o ganho; é sujeito (objeto de sujeição), já que não pode dispor livremente do produto do processo de trabalho”. Não parece que seja este o caso da relação do Coronel José Paulino e seus moradores, que comercializam seus produtos na feira com o conhecimento do Coronel.

Um outro tipo de relação que ocorre no Engenho Santa Rosa, é a relação de parentesco de sangue e de consideração, que formavam a família do Coronel, família típica do Nordeste brasileiro – família patriarcal, que assume todas as funções sociais dentro de seu território e defende a sua ordem social como descreve Costa Pinto (*op cit*) e acrescenta que “a família luta por seus interesses, sua honra, seu culto, pela integridade de seus membros – tudo sem o que não conseguiria sobreviver”.

A base da sociedade brasileira é nossa família patriarcal que Costa Pinto (*op cit*) relaciona diretamente a colonização brasileira, assim como a autarquia do domínio – a escravidão, notório na obra de Rego. Na obra fica claro que mesmo depois de liberados pela Abolição da Escravatura os negros, principalmente as negras, ainda permaneciam no engenho, morando na senzala e vivendo em um sistema de trocas e senhor de engenho continua a comandar e a vigiar o seu exército de trabalho. As negras vão sendo sucedidas por filhas e netas “na servidão, com o mesmo amor a casa-grande e a mesma passividade de bons animais domésticos ” (Rego, p. 84).

Woortmann (*op cit*) afirma que para o campesinato o fenômeno mais acertado para interpretar as relações é o da reciprocidade, pois esta não impõe necessariamente a troca de objetos. O espírito da reciprocidade se finda enquanto princípio moral. Em etnografias citadas pelo autor fica claro a importância do que é trocado, que é normalmente altamente significativo. No caso das negras, o elemento central da troca é a comida e a morada, que “tem um valor social grande demais para ser mercadoria”. O autor utiliza as idéias desenvolvidas por Sahlins (em Woortmann, *op cit*) para reiterar que o que vigora no interior do sítio é a lei dos homens e não das coisas, o que impera é o princípio da honra “A ordem social, que é gerada pelo princípio da reciprocidade, é gerada, também, pelo princípio da honra e da hierarquia” (Woortmann, p. 60).

No relato de Rego outro ponto ressaltado é que o hábito de “usufruir” das mulatas e engravida-las, usando um poder hierárquico, persiste.

No rural, com exceção do coronel, senhor do engenho, não há estratificação social, porque não há divisão de trabalho, todos vivem da agricultura e esses grupos, denominados por Franco (*op cit*) de marginalizados, ficam excluídos de uma

participação na sociedade mais ampla, elaborando um estilo de vida próprio ou como interpreta Woortmann (*op cit*) um *mundus camponês* que separa-se do *civilizado* por imprecisos limites. Rego relata que na hora da desgraça a hierarquia desaparece, todos são iguais:

“(...) nós da casa-grande, estávamos ali reunidos no mesmo medo, com aquela ‘pobre gente do eito’(grifo meu). E com eles bebemos o mesmo café com açúcar bruto e comemos a mesma batata-doce do velho Amâncio. (p.59).

Segregação que em situação cotidiana, era mais destacada:

“Depois mandaram-me para aula dum outro professor, com outros meninos, todos de ‘gente pobre’(grifo meu). Havia para mim regime de exceção. Não brigavam comigo. Existia um copo separado para eu beber água, e um tamborete de palhinha para o neto do coronel Zé Paulino”(p.63).

No nono capítulo há o relato da primeira relação de Carlinhos com a Educação, com o aprender. Para ele aprender tinha conotação de castigo, de tristeza. Enquanto os outros moleques usufruíam suas liberdades, ele era obrigado a ficar trancado na casa grande, onde sua tia lhe ensinava as primeiras letras, que talvez por contingência da situação *não lhe entravam na cabeça* (p.47).

No capítulo dez o autor relata um fato costumeiro para época e local, a visita de cangaceiros as fazendas da região. O cangaceiro é considerado o bandido social é, em geral, membro de uma sociedade rural e, por várias razões, encarado como proscrito ou criminoso pelo Estado e pelos grandes proprietários. Apesar disso, continua a fazer parte da sociedade camponesa de que é originário e é considerado como herói por sua gente, seja ele um 'justiceiro', um 'vingador' ou alguém que rouba dos ricos. À origem deste fenômeno são atribuídas várias causas: cada coronel procurava formar bandos armados (jagunço, cabra ou cangaceiro manso); no final do século XIX, a concentração da terra e as secas pioraram a situação dos pobres; muitos se organizaram em bandos para assaltar e conseguir alimentos. Outros grupos surgiram para combater desmandos ou injustiças de algum coronel ou ainda para resistir ao alistamento militar obrigatório, como ocorreu durante a Guerra do Paraguai. Nesse contexto se formaram bandos autônomos de cangaceiros, independentes dos proprietários rurais. Alguns coronéis tinham interesse em manter contato com esses bandos, para evitar ataques e, às vezes, por precisarem de algum "serviço"¹. O que talvez seja o caso do coronel José Paulino.

¹ Pesquisa feita na Enciclopédia Brasileira –História – História do Brasil (enciclopédia virtual).

Durante toda sua narrativa Rego refere-se a seu avô como coronel, era costume no interior do país, em uma certa época, adotarem patente do serviço militar para grandes proprietários, fenômeno denominado coronelismo.

O fenômeno descrito por Leal (1949) como o ato de conceder poder a pessoas que exerciam a liderança no interior do país, podendo ser estes proprietários de terras ou não, o importante era o prestígio frente à população local e a legitimação de poder concedido pelo Estado.

Para o autor “*coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da Republica, envolvendo compromissos recíprocos*” e ressalta que o fenômeno é datado historicamente. Acrescenta que o poder dos “coronéis” se consolidou a partir do governo de Campos Sales em 1898, onde estes eram os representantes do poder dos governadores republicanos, antigos presidente de Província, durante o Império, quando arregimentavam as oligarquias locais. Então o “*coronelismo é um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os “coronéis”*” no qual aos “coronéis” é cedido o direito ao controle de cargos públicos do delegado de polícia a professora primária do local, o favor é retribuído sobre a forma de votos. O *coronelismo* é enterrado definitivamente em 1937, apesar de já vir decaindo desde 1930 com a prisão dos grandes “coronéis” baianos.

No capítulo dezessete rego trabalha com outra característica típica das famílias do interior do país, o culto aos santos que como Marcelin (1999) afirma, toda casa tem um espaço deixado para divindades que Rego descreve como o “*quarto dos santos*” e concorda com a afirmação de Marcelin (*op cit*) que é este o lugar menos acessível da casa, o mais fechado. Na obra o quarto só ficava aberto, com o acesso liberado para todo mundo, nos dias de festa, principalmente nas festas santas.

Apesar da religiosidade ser bastante importante para o povo do interior e de a maioria dos engenhos terem capelas, não havia no Santa Rosa. O autor justifica a ausência pela proximidade do engenho das duas igrejas matrizes. Porém, acrescenta não ser o seu avô um devoto e não havia no seu engenho o costume da oração diária. Esse descaso com a religiosidade era estendido a todos do engenho, que segundo o autor apesar de não tirarem “*Nossa Senhora da boca*” e fazerem “*novenas a propósito de tudo*” só se confessavam na hora da morte.

No capítulo vinte e três faz menção a um hábito também comum no mundo rural, dar o filho em batismo ao senhor de engenho e/ou a sua família, ficando estes

praticamente responsáveis pelos seus afilhados e afilhadas, que devem lealdade e obediência aos padrinhos.

A vida no interior do engenho era pobre em relação a entretenimento e ludicidade. Em algumas ocasiões chegava ao Santa Rosa, uma velha que passava a vida andando de engenho em engenho, contando velhas histórias. Franco (1974) chama a atenção que em local de cultura tão simples a literatura oral assume primordial importância. Rego dedica um capítulo de sua obra, o vinte e um, para relatar as histórias contadas pela velha Totonha, encarregada da literatura oral na região, tamanha relevância o fato assume na sua infância. O que mais tarde o leva a publicar um livro com essas histórias, um livro infanto-juvenil *Histórias da Velha Totonha*.

No trigésimo segundo capítulo o autor relata o episódio de um incêndio no canavial e suas conseqüências, no qual refere-se a outras duas categorias de trabalhadores: *foreiros e lavradores*. Estes tipos de trabalhadores eram requisitados por seu avô quando em caso de necessidade ou quando os moradores e os negros do engenho não davam conta do *eito*. No episódio do incêndio, que o autor refere-se como “*tempos de emergência*”, estes trabalhadores vinham para avolumar o eito. Palmeira (*op cit*) os classifica como “*trabalhador de fora*”, aquele que não é morador, mas é requisitado por um morador ou proprietário.

Woortmann (*op cit*) atenta que as “*categorias de representação são historicamente constituídas e historicamente constituintes*” e acrescenta-se que devem ser contextualizadas. Rego menciona, ainda, outras categorias de trabalhadores típicas de engenhos: “*os ferreiros, carpinas (carpinteiros), mestres de açúcar, combiteiro (indivíduo que transporta lenha, cana, etc, no lombo de animais), tanoeiros (quem conserta ou faz cubas, tinas, barris)*”.

O autor faz comparações entre o engenho de seu avô – Santa Rosa e os engenhos vizinhos. E demonstra a admiração pelo prestígio e poder que seu avô exercia na região, fato que atribuía a quantidade de terras que possuía e o número de pessoas a seu serviço.

(...) Tinha mais de três léguas de extrema a extrema. E não contente de seu engenho possuía mais oito, comprados com os lucros da cana-de-açúcar e do algodão (...) Tinha para mais de quatro almas debaixo de sua proteção. Senhor feudal ele foi, mas seus parias não traziam a servidão como ultraje” (p.104).

Era comum na época, final do século XIX e início do XX, o poder e prestígio das pessoas serem mensurados pela quantidade de terras que possuía e de escravos

(antes da abolição) ou de libertos que possuía nas suas propriedades. Este fato toma destaque quando o autor compara o engenho de seu avô com o engenho vizinho:

(...) Ao lado da propriedade e da riqueza do meu avô eu vira ruir, até no prestígio de sua autoridade, aquele simpático velhinho, que era o Coronel Lula de Holanda, com seu Santa Fé aos pedaços (p.105).

Reforça a idéia de Comerford (2003) de que a posse de terras tem importância na execução de uma política local, ou seja, “*como condição para respeitabilidade*”.

E como não podia deixar de existir, no penúltimo capítulo, o trinta e oito, aparece à referência ao conflito, uma briga entre trabalhadores do engenho: *Mane Salvino* e o negro *José Gonçalo*. Uma briga com arma branca, que resultou na morte de José Gonçalo, com duas facadas na barriga. Após o incidente o defunto foi carregado em uma rede para o corpo delito na sede do município, acompanhado por toda família. O outro, o assassino, após apanhar muito, de seu Juca, filho do Coronel Zé Paulino, foi entregue a justiça. Foi levado, também, para a sede do município, “*com um bando atrás*”.

O termo utilizado por Rego para o episódio, condiz com as conclusões de Comerford (*op cit*) para designar este tipo de conflito. Briga para Comerford é um termo amplo que é mais utilizado para “*apontar um episódio específico de agressão entre duas ou várias pessoas*”, o que confere com o fato relatado. Os motivos que provocaram a briga não foram mencionados, há apenas a fala do Mane Salvino, na tentativa de amenizar sua culpa: “*O negro me afrontou, seu coronel*”, o que nos leva a deduzir que a motivação tenha sido a ofensa por palavras, que Comerford (*op cit*) interpreta como “*provocação entre antagonistas do mesmo círculo social*”. O que nos remete ao início da obra, onde também aparece um conflito seguido de morte, cujo qual também não há menção a causa, que também ocorreu entre antagonista do mesmo círculo social, sendo que este muito íntimo, já que ocorre entre marido e mulher.

O que pode ser observado em relação aos dois incidentes é, como afirma Franco (*op cit*) “*é a desproporção entre os motivos imediatos, que configuram um determinado contexto de relações e seu curso violento*” e acrescenta:

“(...) A agressão ou defesa a mão armada, da qual resultam, não raro, ferimentos graves ou morte, aparecem com frequência entre pessoas que mantêm relações amistosas e irrompem no curso dessas relações” (p. 23).

A naturalização da violência como forma de conduta, conforme salienta Franco (*op cit*) pode ser percebida na “*atitude de aceitação das situações antagônicas como se fossem parte natural das coisas*”. E segundo a autora esse comportamento é evidenciado quando os espectadores optam na maior parte das vezes, por não interferir na briga, como fica claro no texto de Rego, quando o velho Zé Paulino gritava “*Deixem os negros se estragarem*”.

Franco (*op cit*) acredita que as intervenções podem provocar resultados diferentes: a mudança de foco da agressão, que com frequência se desloca para o intercessor ou pode ocasionar a propagação da luta, multiplicando-se os contendores. E conclui que a violência aparece institucionalizada como padrão de comportamento no mundo caipira. E finalmente um fato, que particularmente, chamou muito a atenção foi à conotação dada a escolarização durante todo o percurso da obra. A escolarização em nenhum momento recebe a representação de algo agradável e de formação. Durante o transcorrer da história é passada a idéia de escola como um lugar de maus tratos, de castigo, um local triste, que tira a liberdade de brincar dos meninos. “*Recorriam ao colégio como uma casa de correção*” como escreve o próprio autor “*colégio amansa menino!*”. É a idéia que acatada por Carlinhos que acreditava que “*o colégio iria consertar o dismantelo desta alma*”.

À escola fundamental, em sua primeira fase, na alfabetização, pouca importância lhe é atribuída. Nenhuma menção é feita, em toda a obra, sobre a escola rural como instituição. A escolarização inicial de Carlinhos e dos outros meninos do engenho é feita por leigos e de maneira informal, por alguém que se dispunha a ensinar, em alguma sala improvisada no engenho. Sempre provocando tristeza e conseqüentemente desinteresse nas crianças.

Mais tarde os da família dos grandes proprietários, filhos e netos, vão aos colégios, internatos das grandes cidades vão estudar para ser “*um homem instruído*”. E aí cabe a pergunta: e os outros meninos, filhos dos moradores, que não têm a oportunidade de ir para os internatos, como vão estudar? Não podem virar “*homens instruídos*”?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

COMERFORD, Jonh C. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/UFRJ, 2003.

- COSTA PINTO, L. A. *Lutas de família no Brasil: introdução ao seu estudo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, sd.
- FRANCO, Maria Silvia de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.
- LEAL, Vitor. *Coronelismo, enxada e voto*.
- MALINOWSKI, B. *Crimes e costumes na sociedade selvagem*. Trad. Maria Clara C. Dias. Brasília: Editora Universitária de Brasília; São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- MARCELIN, Louis H. A linguagem da casa entre os negros no recôncavo baiano. *Mana: estudos de antropologia social*. Vol. 5 n. 2, outubro de 1999.
- MARQUES, Ana Claudia. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/UFRJ, 2002.
- PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. *Cotraponto: revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nuteis*. Ano II n. 2 novembro de 1977.
- REGO, José Lins. *Menino de Engenho*. 85 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. In: ELSTER, J. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, sd..

MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES DO CAMPO E A AFIRMAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO: UMA QUESTÃO QUE ENVOLVE SABER E PODER

Salomão Mufarrej Hage¹

Luciane Soares Almeida²

Os movimentos sociais populares do campo nas últimas décadas têm intensificado sua participação nas disputas que envolvem a conquista da terra, o fortalecimento da agricultura familiar e o controle social das políticas públicas relacionadas ao meio rural, assumindo o protagonismo com relação às reivindicações pela concretização do direito à vida com dignidade. Nesse processo eles têm se constituído enquanto sujeitos coletivos de direito, entre os quais encontra-se o direito à educação.

Destacamos em nossa reflexão o direito à educação em face da complexidade que envolve essa temática em nossos dias, especialmente quando focalizamos sua relação com o meio rural em nosso país. Num aspecto, reconhecemos a real importância que a educação pode assumir no apoio a formação e qualificação dos sujeitos individuais e coletivamente, contribuindo para a transformação das relações sociais, ao oportunizar melhores condições de participação, de produção e de intervenção nos processos de desenvolvimento da sociedade. Em outro, as análises sobre a dinâmica histórica que envolve a evolução do sistema de ensino brasileiro têm revelado as marcas profundas que são impressas em face das vantagens que assume o fator de localização da população com relação à oferta de oportunidades de educação/ escolarização, refletindo-se numa correlação positiva muito elevada entre urbanização e oferta de ensino, ao indicar que quanto mais próximo dos centros urbanos, maiores são as oportunidades de ensino das populações e todas as vantagens advindas da aquisição da experiência educativa.

Como desdobramento dessa complexidade evidenciada, os dados oficiais nos revelam a presença de 32 milhões de brasileiros vivendo no meio rural em desvantagem

¹ Salomão Mufarrej Hage, doutor em Educação pela PUC/ SP, é professor do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará. salomao@uol.com.br.

² Luciane Soares Almeida é estudante do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará e bolsista PIBIC/ CNPq. lualmeidasjc@yahoo.com.br

quando comparamos à população urbana, situação que pode ser identificada tanto em relação ao rendimento médio mensal do trabalhador do campo, que corresponde a 38% do rendimento médio do trabalhador urbano, quanto em relação ao acesso à educação dado que 29,8% da população do campo com 15 anos ou mais é analfabeta, enquanto que na área urbana esse índice atinge 10,3% da população. (MEC/ SECAD, 2005)

Em termos absolutos, os dados oficiais revelam que existem 16,2 milhões de pessoas no campo com 15 anos e mais de idade sem instrução ou com menos de um ano de estudo; e quanto à escolaridade média da população com 15 anos ou mais, a desigualdade também se faz notar à medida que no meio rural corresponde a 3,4 anos, enquanto que para a população urbana a média estimada é de 7 anos. (IBGE, 2001)

Essa realidade existente desafia os dispositivos aprovados na legislação educacional brasileira, que já apresenta uma vasta base legal para a instituição de políticas públicas diferenciadas para o atendimento escolar das pessoas que vivem e trabalham no meio rural, conquistados inclusive, com a participação efetiva dos movimentos sociais populares do campo.

Os novos marcos legais instituídos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN), definem a obrigatoriedade da educação para crianças de 7 a 14 anos e a ampliação da duração do Ensino Fundamental para 8 anos.

A LDBEN, em seu Art. 4º estabelece que “o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria (Inciso I). No Art. 5º, essa mesma Lei determina que “o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo”. E mais, ela indica que para assegurar a obrigatoriedade escolar o poder público deverá criar “formas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior” (Art. 5º § 5º).

Entretanto, em que pese toda essa determinação legal, a demanda por atendimento no ensino fundamental em 2003 já chegava a 68 milhões entre a população que possui 15 anos ou mais, conforme nos revela o quadro a seguir apresentado:

Jovens e adultos que não concluíram ensino fundamental no Brasil

ESCOLARIDADE	MILHÕES DE PESSOAS
Menos de 4 anos	32
De 4 a 7 anos	36

Fonte: IBGE/ PNAD, 2003

Em relação às particularidades que envolvem a vida no meio rural, a LDBEN, em seus Art. 28º e 23º, estabelece que os sistemas de ensino devem promover as adaptações necessárias para que a educação básica seja ofertada adequadamente, indicando a possibilidade de definirmos o currículo, a organização da escola, o calendário escolar e metodologias considerando às necessidades dos estudantes face às especificidades do ciclo agrícola, das condições climáticas; e do trabalho no campo. Essas adequações são importantes, pois, a simultaneidade entre trabalho e escolarização no meio rural tem incentivado sobremaneira o fracasso escolar.

Visualizamos dessa forma, a extensão do esforço de articulação e mobilização que precisa ainda ser efetivado por parte dos órgãos oficiais e dos movimentos sociais populares do campo para materializar os avanços conquistados na legislação educacional e impedir que sejam reeditadas as tradicionais políticas de manutenção precária das escolas rurais de cunho assistencialista, compensatório e compassivo, que reforçam o atraso e o abandono secular da educação dos povos que vivem da agricultura, do extrativismo e do trabalho do campo. (II CNEC, 2004)

Respondendo a essa necessidade premente, tem se destacado sobremaneira a articulação nacional *Por uma Educação do Campo*, considerada atualmente, uma das expressões de mobilização pela afirmação da educação do campo no Brasil, que reúne em sua composição, órgãos do poder público, ONGs e movimentos sociais do campo, entre os quais se encontram: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Universidade de Brasília (UnB), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

(NEAD), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e a Coordenação Geral de Educação do Campo do Ministério da Educação.

A primeira e a segunda Conferência Nacional de Educação do Campo ocorridas respectivamente em 1998 e 2004 em Luziânia – Goiás, constituíram-se em marcos históricos dessa articulação nacional nesse processo de afirmar o direito das populações do meio rural à educação, ao reivindicar que a educação do campo seja assumida como política pública de maneira mais explícita; que os órgãos públicos responsáveis pela educação em nosso país se façam mais presentes reconhecendo a dívida social, cultural e educativa que tem para com os diversos sujeitos que vivem no campo e na floresta; e que seja reconhecida a especificidade desses povos e de suas formas de viver e de ser, de formar-se, socializar-se, aprender, de produzir e relacionar-se com o conhecimento, com as ciências e as tecnologias, com os valores e com a cultura. (Ibid., 2004)

A criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA em 1998 também se constitui num exemplo bastante significativo das ações de mobilização empreendidas por essa articulação nacional que envolve os movimentos sociais, as Universidades e o Governo Federal, numa proposta de gestão colegiada, participativa e democrática, onde as decisões estratégicas são tomadas por um conselho em que todas as partes possuem representação. Esse programa que tem sua sede atualmente no INCRA/ MDA e objetiva promover ações educativas nas áreas da reforma agrária, até 2003, já havia atendido um contingente de cerca de 123 mil jovens e adultos em projetos de Alfabetização de jovens e adultos assentados (EJA); Escolarização nos níveis Fundamental, Médio e Superior; formação continuada de educadores que atuam no ensino de crianças, jovens e adultos nos assentamentos; formação técnico-profissional para as áreas de produção e administração rural; e produção de materiais didáticos a partir das demandas das atividades citadas. (ANDRADE et al, 2004)

Uma conquista mais recente desse processo de mobilização no âmbito das políticas públicas educacionais, envolvendo a participação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, a Secretaria de Ensino Fundamental do MEC, o Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED, a União dos Dirigentes Municipais de Educação -UNDIME, universidades e instituições de pesquisa, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e ONGs; foi a aprovação das “*Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*”, que se constituem num conjunto de princípios e procedimentos que visam adequar o projeto institucional das

escolas do campo às políticas curriculares nacionais visando legitimar a identidade própria dessas escolas, que deve ser definida, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos povos do campo, em sua memória coletiva, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais; contemplando o campo em sua diversidade social, cultural, política, econômica, de gênero, geração e etnia. (Resolução 1/2002 do CNE/ CEB).

Em seus Artigos 3º, 6º e 7º, respectivamente, a Resolução indica, que o Poder Público deve garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional; proporcionar Educação infantil e Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para os que não concluíram na idade prevista; e que os sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, devem regulamentar estratégias específicas de atendimentos escolar do campo, salvaguardando, os princípios da política da igualdade.

Outro indicativo desse processo organizativo em curso tem sido a pressão sobre as várias instâncias governamentais para que renovem os processos de gestão da educação, ação que tem resultado num esforço de determinadas Secretarias de Educação para se tornar mais sensíveis à inclusão da educação do campo em sua agenda política, criando espaços e situações em que as especificidades do campo sejam reconhecidas e valorizadas. Nessa perspectiva, o próprio MEC tem respondido a essa mobilização, com a criação em 2004 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, onde se insere a Coordenação Geral da Educação do Campo que assumiu como meta, pôr em prática uma política de educação que respeite a diversidade cultural e as diferentes experiências de educação em desenvolvimento, em todas as regiões do país, como forma de ampliar a oferta de educação de jovens e adultos e da educação básica nas escolas do campo. (MEC/ SECAD, 2006)

Nos documentos que expressam as intencionalidades oficiais com relação à definição e implementação de políticas educacionais, têm-se reconhecido a reivindicação dos movimentos sociais de conceber e valorizar o campo em sua diversidade, “que engloba os espaços da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, dos pescadores, dos caiçaras, dos ribeirinhos e dos extrativistas como espaço de inclusão social, a partir de uma nova visão de desenvolvimento”. (Ibid., 2006)

Não obstante a identificação dos indicadores de vitalidade desencadeados através dos processos de mobilização sinalizados, a situação de penúria vivenciada pelos sujeitos que estudam nas escolas existentes no meio rural, nos remete a focalizar e

compreender com mais radicalidade as contradições que se materializam entre os discursos inovadores e entusiastas e a realidade existencial que revela situações de abandono e descompromisso para com a qualidade da educação que é ofertada aos sujeitos do meio rural em nosso país.

Na prática temos identificado pouca alteração na histórica defasagem do atendimento às populações do campo em todos os níveis e modalidades com exceção, em certa medida, ao primeiro segmento do ensino fundamental.

Em termos de realidade, as escolas do meio rural em geral possuem instalações precárias e improvisadas e oferecem apenas as séries iniciais do Ensino Fundamental, sendo que aproximadamente 80% das turmas nesse nível de ensino são multisseriadas com professores unidocentes pouco qualificados e mal remunerados. No conjunto, essas escolas atendem aproximadamente 95% das crianças da área rural na faixa etária de 10 a 14 anos, porém apresentam uma taxa de distorção idade-série de 50% dos estudantes, atingindo até 64,3% no segundo segmento do Ensino Fundamental. Na faixa etária de 15 a 19 anos, 21,7% dos jovens não concluíram o equivalente às quatro séries iniciais do ensino básico e 66,7% não completaram os oito anos de escolaridade obrigatória. (IBGE, 2001)

Esses índices de defasagem na escolarização são elevados em função de que as trajetórias escolares dos sujeitos no meio rural são caracterizadas pelas interrupções e reprovações decorrentes na maioria das vezes do ingresso precoce como mão-de-obra familiar.

A análise dessa realidade dramática, num aspecto, nos propicia a compreensão de como o Estado brasileiro historicamente tem demonstrado ser incapaz de atender dignamente às demandas de escolarização das populações do campo; e mais, que a educação que tem sido ofertada no meio rural brasileiro ainda contribui muito pouco com as necessidades de desenvolvimento de suas populações, num contexto em que os discursos e as teorias atuais não cessam de evidenciar a importância estratégica que a educação assume na formação dos seres humanos e no desenvolvimento da humanidade.

De fato, nossas análises poderiam se restringir a destacar que as políticas públicas implementadas nas últimas décadas, não conseguiram melhorias substanciais na qualidade de vida da população, sobretudo no meio rural, apresentando-se limitadas para realizar um efetivo enfrentamento ao aumento da pobreza, da concentração fundiária

e a persistência das desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas em nosso país.

No entanto, sem deixar de reconhecer as mazelas que envolvem a presença e atuação do setor público na garantia dos direitos básicos das populações do meio rural no país, consideramos importante tratar a questão de forma mais abrangente e destacar que é justamente nesse contexto de privação de direitos, de expropriação de oportunidades de emprego, saúde, educação e de desigualdade social galopante, que nas últimas décadas as populações organizadas do campo têm se mobilizado para agendar na esfera pública a educação do campo como uma questão de interesse nacional.

Para superar as lacunas do poder público em relação à oferta de uma educação de qualidade, conforme indicado anteriormente, os movimentos sociais e organizações não-governamentais envolvidas com as populações do meio rural têm efetivado um conjunto de experiências educacionais que se configura como um terreno de experimentação de diferentes concepções educativas e de propostas pedagógicas, e de produção teórica sobre a educação do campo, entre as quais citamos: a ANARA – Associação Nacional pela Reforma Agrária, os CEFFA's – Centros Familiares de Formação em Alternância, a CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, a CUT – Central Única dos Trabalhadores, o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a RESAB – Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro. (MEC/ SECAD, 2005)

Essas iniciativas, diferentemente de outras experiências convencionais, foram construindo uma proposta pedagógica que contempla a identidade do campo e que reconhece a heterogeneidade dos sujeitos sociais que vivem e/ou trabalham no meio rural e seus diferentes modos próprios de vida. Essa proposta têm assumido a educação como uma força mobilizadora que faz emergir o compromisso coletivo com as estratégias de desenvolvimento e de inclusão social e política ao oportunizar o acesso aos conhecimentos e inovações que são requisitadas para a transformação da realidade produtiva, ambiental, política e social.

Nesse processo, tem-se reconhecido o papel fundamental da educação enquanto condição necessária para materialização do desenvolvimento em suas múltiplas dimensões e para a inclusão social e política, desde que associada à implementação de um conjunto de políticas públicas, que de forma integrada, oportunizem o fortalecimento dos sistemas produtivos locais e da governança local, gerando trabalho e renda, e

construindo a gestão participativa com suas estratégias de exercício do poder. (CONDRAF, 2005)

Entendidos nessa perspectiva, os processos educativos que têm sido construídos e fortalecidos no âmbito da articulação nacional *Por uma Educação do Campo*, têm estimulado as populações do campo a assumirem seu papel como protagonistas da história, reconhecendo-se enquanto sujeito de direitos e não apenas como usuário de políticas e programas públicos resultados de ações e demandas distanciadas de seus interesses próprios. E mais, tem oportunizado a essas populações participar ativamente em processos de tomada de decisões e de gestão compartilhada de políticas públicas que se voltam para a materialização da cidadania, da justiça social, da democracia e solidariedade, da autonomia, liberdade e emancipação.

Destacamos assim, a importância que a educação tem assumido como mecanismo que estimula a participação e a gestão social no meio rural, oportunizando às populações do campo o envolvimento nos processos de disputa e negociação, formação de alianças e consensos no tocante ao papel e intervenção do Estado na sociedade e nas políticas públicas, aos padrões de sociabilidade existentes, e aos rumos do próprio desenvolvimento local e global; como também o engajamento na construção de mecanismos de controle social que envolva cada vez mais os sujeitos do campo no acompanhamento e intervenção nos rumos traçados em termos do desenvolvimento social.

Esse movimento todo, cobstruído a partir do vínculo orgânico que tem se estabelecido entre a luta por educação e as lutas pela transformação das condições sociais de vida no campo, têm influenciado a decisão do governo brasileiro em propor uma política nacional que apóie o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, com vistas à diminuição da pobreza e exclusão social e o enfrentamento das desigualdades sociais e regionais. Nessa perspectiva se deu a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT dentro da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA com a missão de apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais, na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas. Inclui-se nessa intencionalidade, o fortalecimento da Rede Nacional de Órgãos Colegiados - formada pelos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e pelos Colegiados de Desenvolvimento Territorial. (SDT/MDA, 2006)

Entre os desafios mais significativos que envolvem a implantação e consolidação desses mecanismos e políticas de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, destacamos o fortalecimento do protagonismo dos agricultores familiares nos processos de gestão social das políticas públicas, que inclui a participação da diversidade de atores sociais nos processos de elaboração, planejamento, implementação e gestão do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração e raça. (Ibid, 2006)

Referências Bibliográficas

- ABRAÃO, José Carlos (coord.) **A educação básica e o movimento social do campo.** Brasília, DF, 1999. Vol.2
- ALMEIDA, M.das Graças C de - **Micropoderes Como uma Possibilidade de Ação para o Desenvolvimento Local** - Anais do Encontro Internacional sobre Michael Foucault - UFSC - 2004
- ANDRADE, Márcia Regina. PIERRÔ, Maria Clara Di. MOLINA. Mônica Castagna. SANTOS Sonia Meire(orgs) - **Educacão na Reforma Agrária em Perspectiva: uma avaliação do PRONERA.** São Paulo: Ação Educativa, Brasília.PRONERA, 2004.
- ARROYO, Miguel. Escola, **Cidadania e Participação no Campo.** Em Aberto. Brasília: INEP. 1. N. ° 9, P.1-6, set., 1982.
- ARROYO. M. G. & FERNANDES, B. M. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo.** Coleção Por uma educação do campo, nº 2, Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.
- BRASIL/PR. Lei 9394 de 20 /12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** Brasília: Gráfica do Senado, 1996.
- CNE/ CEB. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo.** Resolução CNE/ CEB Nº 1, de 3 de Abril de 2002.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. 1999. (mimeo).
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CONDRAF/Grupo Temático de Educação do Campo - **Proposição de Estratégias para uma Política de Educação do Campo** - Documento Final - Brasília - junho/2005
- CONDRAF/NEAD/MDA - **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável** - Série Documentos SDT: número 01 - Brasília - 2005

- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Diretrizes de uma caminhada**. IN: KOLLING, E. J. et. Al. (Orgs.). **Educação do Campo: Identidades e Políticas Públicas**. Coleção Por uma educação do campo, nº 4, Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2000.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. 2001.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. 2003.
- II CNEC. **Por uma Política Pública de Educação do Campo**. Texto Base – da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo. Luiziana – GO. 2004.
- de Estudos e Pesquisas Educacionais/ MEC. Brasília, 2003.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Básica: censo escolar 2002**. Brasília, 2002.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Básica: censo escolar 2003**.
- KOLLING, Edgar Jorge; et al (Orgs.). **Por Uma Educação Básica no Campo**. nº 1 Coleção Por uma educação do campo, nº 4, Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.
- _____. **SABERES DA TERRA: Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores (as) Familiares (Projeto pedagógico)**. Brasília. 2005.
- _____. **Elementos para um plano nacional de educação do campo: Por uma Política de Educação do Campo**. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/secad/> - capturado em 06 de março de 2006.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Proposta técnica de intercâmbio de experiências inovadoras de educação e cultura para o fortalecimento do desenvolvimento territorial sustentável**. (s.d.). (mimeo).
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Buscando as Raízes: agricultura familiar e reforma agrária**. Brasília: PRONAF. Julho de 2002. (Caderno de Capacitação)
- MDA/ Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Proposta técnica para inserção da Educação do campo no processo de desenvolvimento territorial (versão preliminar)**. Texto-base do I Encontro Nacional de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. Brasília, 2006 (mimeo)

- MOURA, Abdalaziz de. **Princípios e Fundamentos da Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável - PEADS: um proposta que revoluciona o papel da escola diante das pessoas, da sociedade e do mundo.** Glória de Goitá, PE: SERTA, 2003.
- SILVA, Maria do Socorro. **Os Saberes do Professorado Rural: construídos na vida, na lida e na formação.** Dissertação de Mestrado. UFPE, Recife, 2000.

NÚCLEO AGRÁRIO “TERRA E RAIZ” (NATRA): UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA MILITANTE.

Camila de Castro Dias, camiladdias@gmail.com;

Juliana Lemes Avanci, j_avanci@hotmail.com;

Juliana Martins, ju_briba@yahoo.com.br;

Pedro Willian Vieira dos Santos, pedrinhopj@yahoo.com.br;

Raquel Santos Sant’Ana, raquelssfranca@yahoo.com.br;

Suellen Cristina Pinheiro Bastos de Sousa, suheik@yahoo.com.br;

Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP Campus Franca.

O NATRA (Núcleo Agrário “Terra e Raiz”) é um grupo de extensão da UNESP-FRANCA que estuda a luta pela terra e busca fortalecer e apoiar os movimentos sociais. Atualmente é composto por 40 integrantes dos quatro cursos da faculdade (História, Relações Internacionais, Serviço Social e Direito), é coordenado pela Profª Dra. Raquel Santos Sant’Ana e conta com a assessoria de alguns profissionais de Serviço Social, Agronomia, Psicologia e Relações Internacionais.

Tendo em vista o trabalho interdisciplinar já desenvolvido pelo grupo, cuja atuação é focada na temática agrária, sua realidade, seus conflitos e sua dinâmica, o NATRA faz o aprofundamento do debate da questão agrária no meio acadêmico e o intercâmbio de saberes distintos, propiciando um melhor aproveitamento do conhecimento produzido na Universidade e abertura desta aos anseios populares.

O conceito de extensão universitária mais difundido é aquele que associa o chamado tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Definido como um “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”. (definição de 1º fórum de pró-reitores de extensão – 1989 in CD-ROM, 1998)

Segundo Thiollent, 1998, a extensão inclui muitas ações com objetivos e orientações diferenciados, pois, para desenvolver trabalhos com a comunidade, seja, ao nível de intervenção ou pesquisa, os diversos atores podem basear-se em concepções diferentes e, até antagônicas da realidade social e política, do tipo de intervenção e dos objetivos que pretendem atingir.

Esta diversidade de ações vai de encontro tanto a assistência e prestação de serviços, quanto à organização popular através de assessoria a movimentos sociais de cunho libertador; ambas as perspectivas são relevantes e proporcionam ao aluno o confronto direto com a realidade concreta. Porém, um grande desafio é posto: é preciso desenvolver um trabalho crítico e voltado para um projeto de sociedade que contrapõe-se ao atual ideário vigente.

E o NATRA, vai de encontro com esse desafio. Desenvolve uma extensão com inserção na comunidade, com compromisso de classe, com formação crítica e proposta libertadora.

O trabalho do grupo abarca a filosofia de Paulo Freire, acreditando na horizontalidade, na dialogicidade e na realidade local como pontos indispensáveis para o resgate das origens, da cidadania e dos direitos dos camponeses.

“Contudo, a educação popular não deve ser compreendida enquanto meio para conduzir as populações a níveis de consciência mais elevados, tão menos deve corresponder à capacitação dos pobres para práticas mais políticas. Ela mesma deve ser uma prática política. Deve ser, gestionariamente, um espaço político-democrático de ação e reflexão das massas sobre suas condições de vida, sobre os problemas enfrentados diariamente. Um espaço onde as diferentes trajetórias de vida e as particularidades das experiências individuais de diversos sujeitos sejam valorizadas e se encontrem enquanto vivências comuns a uma mesma classe. Um espaço de troca de sonhos e esperanças comuns. Um espaço que, conduzido por essa mesma classe, leve ao fortalecimento de uma identidade coletiva e uma solidariedade revolucionária”. (PRADO, 2005; 14).

Os extensionistas acreditam que esse processo proporciona a troca, trazendo um crescimento contínuo e uma leitura crítica da realidade.

A atuação acontece principalmente na região de Ribeirão Preto, cidade conhecida como a “Capital do Agronegócio” brasileiro e que está desde seus primórdios submetida a modelos externos que aplicam culturas monocultoras voltadas à exportação. Cultura essa ampliada pela participação de arrendatários e que se consolida essencialmente através da exploração da mão-de-obra barata e das riquezas naturais.

A expansão canavieira na região de Ribeirão Preto (em detrimento das demais culturas), intensificou o êxodo rural e destrói a cada dia o meio ambiente, tanto que hoje quase não há mata nativa.

O modelo aplicado na região prioriza a produção monocultora, sem levar em conta a biodiversidade local e sem respeitar os períodos do solo o que acarreta no seu esgotamento (agravado pela queimadas – prática comum para a colheita da cana), criando o conhecido “deserto verde”.

É possível notar que a região apresenta enorme concentração fundiária, além de ser claro o desrespeito com o trabalhador rural, condicionando-o a uma situação de extrema pobreza e exaustão por trabalho no corte da cana. Embasando esses dados, 10 mortes que ocorreram na região de Ribeirão Preto desde o ano de 2.004 estão em processo de investigação e podem estar ligadas ao excesso de trabalho.

Por toda essa conjuntura é que se faz preciso o fortalecimento da luta pela terra nesta região, trazendo um debate fundamental, que é a respeito da Função Social da Terra, passando pelo respeito à natureza e ao ser humano. Lembrando que o Aquífero Guarani localiza-se sob este local, tendo prejudicado sua reserva pelo excessivo uso de agrotóxicos utilizados na cultura de cana-de-açúcar.

A história da luta na região de Ribeirão Preto é marcada pela busca de melhorias das condições de trabalho no campo e pela reivindicação de um espaço negado ao longo dos tempos, efetivando a conquista da terra.

Como exemplo de alternativa ao modelo imposto, surge na região o Assentamento “Sepé Tiaraju”, apresentando na sua produção o excelente desempenho do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), além de desenvolverem o “berçário” de mudas e o Banco de Sementes, reforçando a idéia de que as sementes são patrimônio da humanidade.

Por ser um grupo de debate e apoio à Reforma Agrária, o NATRA tem uma participação constante e dinâmica junto aos Movimentos Sociais (particularmente o MST) realizando atividades que visam proporcionar espaços de reflexão e de vivência coletiva e contribuir com a capacitação de educadores da própria comunidade (agentes multiplicadores) nos mais diferentes setores do acampamento.

No final de 1997 surge o interesse entre os alunos do Campus de Franca de montar um grupo voltado para estudos sobre questão agrária, em especial na região da cidade. A aproximação da *práxis* com a teoria era um dos objetivos do grupo, fortalecendo a metodologia defendida e aplicada.

A atuação prática não demorou a acontecer, pois no ano 1998 um conflito agrário aconteceu na vizinha cidade de Restinga (18Km de Franca): a ocupação do Horto da Fazenda Boa Sorte. Essa ocupação foi articulada pelo Sindicato dos Sapateiros de Franca e por algumas lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), com a participação de 200 trabalhadores aproximadamente.

Com a presença de um acampamento nas proximidades de seu local de estudos, os alunos começaram uma atuação prática, de início pontual, mas que com o tempo ganhou força e sistematicidade.

Os estudantes acompanharam os rápidos 9 meses que duraram o processo de posse da terra, desde o momento da primeira ocupação até a efetivação do assentamento que recebeu o nome de “17 de Abril”. A participação do grupo funcionou também como interlocução entre os acampados e o espaço universitário, viabilizando discussões sobre a conjuntura agrária da região, campanhas para o auxílio das famílias e para a efetivação do assentamento.

Com a efetivação do processo de reforma agrária nesta área, 154 famílias receberam seus lotes e puderam construir suas moradias e iniciar a plantação. Essas famílias se dividiam em duas agrovilas, nomeadas de 1 e 2.

Sendo a luta pela terra muito mais ampla do que os anseios de um único Movimento Social, acompanhamos também algumas reivindicações de outros grupos durante o processo de efetivação do assentamento, entre eles o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST). Constituído o assentamento, as lideranças desses movimentos acabaram se separando, ficando o MST na agrovila 2 e o MLST na agrovila 1.

O NATRA, no ano de 2000, com o grupo já consolidado e assentamento organizado, iniciou um trabalho mais sistemático de grupalização com as mulheres e com os jovens do assentamento. Nesses grupos, os extensionistas colaboravam nas discussões de diversos temas, mas dois temas eram eixos centrais: a questão de gênero, no grupo de mulheres, e a identidade e cultura, com os jovens. Esse trabalho se estendeu até 2002.

Participando frequentemente da vida do assentamento, foi possível estabelecer vínculos fortes e ouvir da comunidade quais eram as demandas para contribuição do grupo. Percebemos a necessidade de novas frentes de atuação. Uma delas voltada à educação de jovens e adultos, o que fez surgir o terceiro subgrupo do NATRA, o GAPATERRA, que inicia seus círculos de cultura no ano de 2003. No ano seguinte se efetivaram mais dois trabalhos, um junto às crianças, com mediação de leituras, e outro junto a uma cooperativa, na tentativa de auxiliar na distribuição da produção.

Enquanto crescia o grupo e suas frentes de trabalho, a verba diminuía, chegando a ponto de no ano de 2004 a Pró-reitoria de Extensão da UNESP, principal financiadora do projeto, não repassar nenhum recurso financeiro para realização das atividades. Isso prejudicou a atuação e o trabalho sistemático, o que pôs o grupo num período de reflexão.

Nesse mesmo período, ainda em 2003, acontece uma ocupação em Ribeirão Preto, com cerca de mil participantes, onde se reivindicava a desapropriação da Fazenda da Barra. Novamente o grupo se fez presente e se solidarizou com a luta agrária.

O Acampamento “Mário Lago” , como foi denominado, fica dentro da cidade de Ribeirão Preto e sofreu várias mudanças desde a sua primeira ocupação, entre elas cinco desocupações e durante tal processo muitas pessoas anteriormente acampadas foram desistindo frente às dificuldades encontradas. Hoje, o acampamento possui aproximadamente 450 famílias, sendo parte delas oriundas de outras ocupações que sofreram reintegração de posse, destacando as famílias do “Salete Strozake” (Batatais-SP) e da ocupação da Fazenda Santa Maria (Ribeirão Preto-SP). O NATRA acompanhou todos os momentos de ocupação, desocupação e reintegração de posse. A cada mudança estrutural dos acampamentos, os natrianos¹ se aproximavam mais das famílias acampadas.

Unindo-se a reflexão e os problemas financeiros do grupo com a conjuntura do período, decidiu-se por uma atuação mais pontual nesse acampamento. De pontual à sistemático, o trabalho passa a ser feito no acampamento, ainda em 2004, com recursos advindos de outras fontes. Os cinco subgrupos do NATRA começaram a discutir os seus respectivos temas junto aos acampados.

O grupo devido a sua trajetória e a realidade universitária, que é de constante mudança, já contou com a colaboração de muitas pessoas que não eram integrantes do núcleo, profissionais de outras áreas, que unidos aos membros somam-se mais de 200 pessoas que em algum momento desses nove anos do grupo contribuíram para a constituição e efetivação do núcleo e de seus objetivos.

Atualmente, o NATRA desenvolve seu trabalho com crianças, jovens, adultos, incluindo homens e mulheres. Para realização deste, o grupo subdivide-se em cinco frentes de trabalho: Coletivo de crianças, Coletivo de jovens, Coletivo de gênero, Coletivo de produção e Coletivo de educação, também chamado Gapaterra.

Cada coletivo realiza oficinas quinzenais, estudadas e preparadas antecipadamente, com os acampados onde utiliza a metodologia paulo-freiriana, que inclui como princípios fundamentais o diálogo, a horizontalidade e o respeito ao universo dos educandos.

O Coletivo de Crianças realiza seu trabalho através de mediação de leitura para as crianças do acampamento. Tendo em vista a importância da literatura como papel instrumental no desenvolvimento humano e pessoal, fomentando, portanto, o

¹ Termo utilizado pelos integrantes do núcleo como meio de identificação.

exercício pleno da cidadania. Proporciona ao leitor uma ampliação de seu universo de conhecimento, abrindo caminho para outras culturas, povos e pontos de vista, o que significa novas formas de se relacionar com a sociedade e com a natureza. Assim, o acesso à boa leitura alimenta a imaginação e desperta o prazer do contato com o mundo da escrita.

Este Coletivo realiza também atividades complementares na forma de resgatar a cultura popular, entre elas estão as brincadeiras, músicas, desenhos e cantigas de roda. Nesses momentos, as crianças recriam e estabilizam aquilo que sabem, sobre as mais diversas esferas do conhecimento, de forma espontânea e imaginativa.

Todas suas ações são desenvolvidas como atividades complementares às da Ciranda Infantil do MST, a qual procura auxiliar.

O Coletivo de Jovens desenvolve oficinas que buscam a ligação do jovem acampado com a terra a partir da sua relação rural/urbano, já que a maioria veio da periferia de Ribeirão Preto.

Nessas oficinas estudantes e acampados fazem um resgate histórico de jovens que se tornaram marco de luta, e assim discute-se o papel do jovem como agente transformador da realidade partindo das suas experiências de atuações no MST. Os movimentos sociais juvenis como o HIP-HOP, movimento estudantil e outros também fazem parte da discussão.

São utilizados, para despertar o interesse do jovem, manifestações artísticas como músicas, principalmente a de maior interesse dos participantes que é o Rap, poesias, e filmes (para realização dessa atividade são encontradas muitas dificuldades devido à falta de estrutura do acampamento).

O Coletivo de Gênero desenvolve e viabiliza oficinas sócio-educativas que constituem-se em duas metodologias diferenciadas; uma com homens e mulheres, que visa a discussão de gênero com ambos, já que seu estudo não se define somente com o gênero feminino, mas a relação que se dá entre os dois; e outra somente com mulheres, para construir e fortalecer uma identidade de gênero. Em cada oficina são realizadas místicas e dinâmicas em seu início e seu término.

A questão de gênero não é um tema fácil de ser abordado porque sua dimensão e significados vão além da esfera física e biológica, assumindo as relações sociais. Relações estas que se dão a partir de construções de papéis femininos e masculinos, não determinados pelo sexo e sim pelas atribuições da sociedade. Ocorre então uma naturalização dos atributos diferenciados entre os sexos e de desvalorização da mulher.

Desta maneira as discussões com a presença dos homens se tornam mais difíceis, pois eles inibem e chegam a oprimir a participação das mulheres. Esse é o desafio que o coletivo pretende superar.

O Coletivo de Produção desenvolve oficinas que perpassam temas como a produção orgânica e o meio ambiente, cooperação e produtividade a fim de incentivar as produções coletivas. O grupo juntamente com os acampados debatem problemas como falta de água e demais recursos no acampamento.

São realizadas também oficinas que trabalham alguns aspectos como a presença de latifúndios no Brasil, o agronegócio, a atuação do MST, e a militância na luta pela terra.

Com o objetivo de contribuir com a qualidade de vida, cooperação e união entre os acampados, as oficinas tratam do tema da produtividade, da agricultura orgânica e das formas de conservação do solo. No entanto o grupo não tem conhecimentos técnicos e específicos com relação a tipos de plantações mais resistentes, de como evitar o número de erosões, desgaste do solo, etc. Para suprir tal necessidade, o coletivo atua em parceria com um técnico agrônomo que realiza as atividades mais práticas, enquanto os extensionistas, as mais teóricas.

Além disso, tenta viabilizar um projeto de parceria entre a UNESP/Franca e o assentamento “17 de abril” em Restinga, que propõe a comercialização, uma vez por semana no pátio da universidade, de pães e doces fabricados pela associação de mulheres “Margarida Alves” aos estudantes.

O Gapaterra, coletivo de educação, iniciou o seu trabalho com visitas domiciliares para um levantamento dos interessados em participar das aulas de alfabetização de jovens e adultos, e logo depois aplicou uma atividade escrita aos educandos para definição do grau de alfabetização individual.

Desde então, realiza-se oficinas de formação com os educadores com as temáticas: método Paulo Freire, educação popular, ervas medicinais e agroecologia.

Feito isso, o Gapaterra discute o programa de alfabetização com o setor de educação. Depois o Coletivo faz o planejamento das aulas junto com os alfabetizadores e acompanha os círculos de cultura com os educandos, que integra o processo de alfabetização.

A academia nunca foi deixada de lado pelos integrantes do NATRA, visto que sempre promoveram debates e oficinas sobre a questão agrária, e realizaram quatro simpósios sobre o tema. Desde 2003, anualmente, o grupo propõe essa discussão aos universitários e demais interessados sobre a questão agrária.

Como o NATRA proporciona aos seus extensionistas uma maior aproximação dos movimentos sociais e uma leitura crítica da realidade social e política, ele não só desperta o

interesse dos seus integrantes para a sua prática como desperta ainda em muitos deles para a pesquisa sobre questão agrária, o que originou um grupo de estudos e pesquisa do grupo, com a presença de alunos dos quatro cursos. Nota-se também esse interesse devido à quantidade de Trabalhos de Conclusão de Curso referentes ao tema, foram oito em 2005, e estão em andamento sete para o final de 2006.

Concomitante com sua extensão desenvolvida no acampamento “Mário Lago”, no ano de 2005, o grupo assinou um convênio de estágio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Em seu primeiro ano, a equipe de estágio foi formada por 12 natrianos do curso de Direito e Serviço Social, atuando nos assentamentos “Sepé Tiaraju”, em Serra Azul, e “Bela Vista do Chibarro”, em Araraquara.

Visto a importância da interdisciplinariedade nas atuações do estágio, o grupo sentiu a necessidade de renovar o convênio incluindo os demais cursos da Faculdade, História e Relações Internacionais.

Estreitando laços com a direção do MST, o NATRA se encontra hoje com possibilidades de rever sua atuação e sua organização a fim de colaborar ainda mais na efetivação da Reforma Agrária na região de Ribeirão Preto.

Referências Bibliográficas:

- BRUGNHARA, A. C. **A importância do Serviço social junto aos movimentos sociais:** uma experiência de estágio supervisionado em Serviço Social no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Franca: 2005.
- CD-ROM da Universidade Federal Fluminense “A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE”. Rio de Janeiro: 1998.
- PRADO, G. **Educação Popular e MST:** uma reflexão a partir do acampamento “Mário Lago”. Franca:2005
- THIOLLENT, M. II SEMINÁRIO DE METODOLOGIA DE PROJETOS DE EXTENSÃO – II SEMPE. Rio de Janeiro: 1998.
- SANT’ANA, R. S. **O desafio de extensão comprometida com a realidade social.** 2º Congresso de extensão da UNESP.

O ACESSO ÀS INOVAÇÕES NOS SISTEMAS DA AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL E EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA

Rômulo Vinicius C. C. de Souza¹
Flávio Silva de Santana²
Maria das Graças C. de Sena³

RESUMO

A agricultura familiar no Brasil é marcada pela diversidade. Tendo como ponto de partida essa característica, o presente artigo analisa dois modelos de agricultura familiar e respectivas inovações tecnológicas adotadas. A base para a análise foram os diagnósticos dos sistemas produtivos e os resultados preliminares obtidos pelo projeto “Transferência de Tecnologia para a Agricultura Familiar”, coordenado pela Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, nos municípios baianos de São Domingos (comunidade Boa Fé) e Itaetê (Assentamento Baixão), tendo como referencial teórico estudo coordenado por Hugues Lamarche em diversas partes do mundo, inclusive Brasil, em três regiões (NE, S e SE). Dentre as conclusões, destaca-se a caracterização da heterogeneidade na agricultura familiar tradicional e no assentamento, o que, por sua vez, influenciou a forma de apropriação de novas tecnologias. Apesar do maior reconhecimento vivido atualmente pela agricultura familiar, observa-se que o segmento ainda carece de políticas públicas que o fortaleçam e sirvam de alicerce para o seu pleno desenvolvimento, com inclusão social e equidade.

INTRODUÇÃO

A exploração familiar tal como é compreendida por parte dos estudiosos do tema, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho, estão intimamente ligados a família (LAMARCHE, 1993).

A agricultura familiar constitui-se tema de alta relevância por se tratar de um grupo social que ocupa lugar de destaque na produção agropecuária brasileira, pela capacidade de produzir, movimentar a economia nos âmbitos local e nacional, utilizar de forma sustentada os recursos naturais e gerar postos de trabalho em ocupações social e economicamente produtivas (MOTA *et al*, 1998). Antes de tudo, é necessário que se

¹ Aluno de Graduação Centro de Ciências Agrárias da UFRB, bolsista do PET – Programa de Educação Tutorial. E-mail: rvccsouza@yahoo.com.br

² Aluno de Graduação Centro de Ciências Agrárias da UFRB, bolsista CNPq. E-mail: flaviosantanna@yahoo.com.br

³ TNS III da Embrapa Mandioca e Fruticultura. Doutora em Sociologia. E-mail:graca@cnpmf.com.br

entenda o termo exploração familiar como equivalente à agricultura familiar e suas diversas situações.

A exploração familiar é mais do que nunca, por estar presente no mundo todo, o objeto de um novo desafio (LAMARCHE, 1993). No Brasil, apenas atualmente, tendo em vista a sua importância, ela passou a receber atenção do Estado por meio de políticas públicas (crédito, assistência técnica e social, programas ~~—~~etc), os números da agricultura familiar, por si só, já justificariam a adoção de políticas públicas mais estimulantes e desenvolvimentistas para esta categoria. Mas carece ainda da formalização de um conceito abrangente e sólido que englobe as suas diversas formas. Este conceito deve demonstrar que a exploração familiar está relacionada com a produção e o consumo, o trabalho familiar não pode ser avaliado em termos de lucro, porque o custo objetivo dessa categoria de trabalho não é quantificável, visto a sua finalidade ser a de produzir valor de uso, conforme explicado por Marx (1980).

Aproximadamente, 85 % do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar são 13,8 milhões de pessoas em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77 % da população ocupada na agricultura. Cerca de 60 % dos alimentos consumidos pela população brasileira e 37,8 % do Valor Bruto da Produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares.(AGRICULTURA FAMILIAR, 2005)

A agricultura familiar é uma atividade heterogênea e no Brasil suas características variam conforme o local ou a região e demanda uma necessidade específica para as diversas condições dos agricultores e agricultoras.

Apesar dos números acima citados, apresenta principalmente no Nordeste, uma produção baixa devido a alguns fatores tecnológicos, como uso de variedades não-adaptadas e práticas inadequadas. Isso demonstra a grande necessidade de discutir modelos tecnológicos apropriados para esse segmento.

Segundo Lamarche (1993), independentemente de quais sejam os sistemas sóciopolíticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde o mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa na produção. Por outro lado, existem diversas situações em que a exploração familiar favorece o desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado, em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência.

O objetivo deste artigo é analisar os modelos de agricultura familiar e as inovações tecnológicas em uso por esse segmento, a partir de um estudo de caso integrante do projeto “Transferência de Tecnologia para a Agricultura Familiar” em desenvolvimento pela Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, tendo como referencial teórico o trabalho de Lamarche (1993), especialmente o capítulo 2 - A exploração familiar no Brasil.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizados alguns dos resultados do projeto acima citado, obtidos por meio de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), em oficinas realizadas nas comunidades de Boa Fé e Assentamento Baixão, respectivamente nos municípios de São Domingos e Itaetê, no Estado da Bahia, assim como visitas a essas áreas visando conhecer *in loco* a sua realidade concreta. Ainda como subsídio, foi feita uma revisão bibliográfica sobre os temas agricultura familiar e transferência de tecnologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados obtidos durante as observações de campo, identificam-se algumas diferenças e semelhanças entre os dois locais. Mesmo não sendo objeto deste artigo a análise comparativa, é importante ressaltar a existência de uma heterogeneidade de valores na qual cada agricultor e agricultora familiar possui uma perspectiva diferente de futuro que é de caráter individual, mas construído ao longo do tempo, influenciado pelo meio em que vivem. Nesse caso, existem duas situações diferentes: numa em que a agricultura familiar segue os preceitos culturais como referência e outra em que na agricultura familiar se imagina e organiza suas estratégias para o futuro, projetando uma nova situação para a sua exploração. (LAMARCHE, 1993)

Isso pode ser exemplificado pelas diferenças marcantes entre a agricultura praticada nos assentamentos e a adotada nas comunidades tradicionais. Essas comunidades são formadas por agricultoras e agricultores com tradição no trabalho familiar e conhecimento adquirido de geração em geração. Conforme Lamarche (1993) comenta, esse conhecimento é comum entre eles variando apenas nas ambições para o futuro de cada família. Além disso, este segmento possui residência no próprio local de

trabalho, sua terra, o que possibilita a inserção de novas tecnologias bem como o seu acompanhamento.

Já nos assentamentos, a heterogeneidade começa pela sua própria formação, pois há uma diversidade de origem por parte de seus membros (pessoas oriundas tanto do campo como da cidade), assim não existe um conhecimento comum e variam entre eles as perspectivas de futuro.

O assentamento Baixão localiza-se no município de Itaetê, região da Chapada Diamantina, numa faixa (segundo classificação de Koppen) definida como clima do tipo BSw_h, semi árido, chuvoso no verão e seco no inverno, onde o período chuvoso vai de novembro a janeiro, correspondendo aos maiores índices pluviométricos; o período menos chuvoso estende-se de maio a outubro. A precipitação média é de 715,8 mm. A temperatura média é de 24,3° C, com média das máximas de 25,7° C e média das mínimas de 21,8° C. O risco de seca é alto estando a área inserida no polígono das secas. (FAPEX/INCRA, 2002).

A comunidade Boa fé está localizada no município de São Domingos região semi árida, chuvoso no verão e seco no inverno, onde o período chuvoso vai de novembro a janeiro, correspondendo aos maiores índices pluviométricos. A precipitação média é de 500 mm. A temperatura média é de 24 °C, com médias máximas de 29,2 °C e médias mínimas de 20,2 °C. O risco de seca é alto estando a área totalmente inserida no polígono das secas. (CEI,1994)

Esses locais se diferenciam também na organização comunitária, pois Baixão se constitui de um assentamento em sistema de agrovila e Boa fé é uma comunidade de agricultura familiar tradicional.

A forma de agrovila que o INCRA mais incentiva é a em que a casa do assentado fica localizada numa vila afastada de sua parcela, do lote individual. Quanto à proposta do INCRA, de organizar o assentamento em forma de agrovila, um estudo demonstra que assentados entrevistados se manifestaram contra, alegando principalmente que o INCRA favorece este tipo de organização por facilitar e baratear a implementação do fornecimento de água e energia. Expressaram sua posição da seguinte maneira: "negócio de agrovila só é mais fácil para o governo, entendeu, porque coloca energia mais fácil, coloca água mais fácil, somente é mais vantagem para o governo, mas benefício para o agricultor, não tem não". Além disso, os assentados acreditam que, com a organização em forma de agrovila, suas casas ficam muito distantes da área de criação e plantio, possibilitando o furto de seus pertences e

produção, devido à falta de vigilância constante. Isto pode ser exemplificado por expressões do tipo: "a gente viu que fica complicado a gente morar em agrovila e deixar as parcelas distantes de casa"; "imagine o cara que mora na agrovila que fica distante do roçado (...) pode ser até o vizinho mesmo, que tem deles que se escoram, que vai na plantação de milho e quebra, e o cabra não sabe quem foi".(ALBUQUERQUE *et al* 2002)

No caso de comunidades de agricultura familiar tradicional, esta se organiza em forma de parcelas, que correspondem à localização da casa do agricultor e agricultora dentro do seu lote de terra isso facilita a gestão e viabiliza a implementação de várias práticas usuais dentro da propriedade, assim como os avanços tecnológicos a exemplo do método de irrigação “mandala”, utilizado na comunidade de Boa Fé, que consiste no uso de água residencial para irrigar hortas e outras plantas.

Dentre as culturas agrícolas, tanto na comunidade como no assentamento, destacam-se os alimentos básicos de cada região. Em Boa Fé, o feijão, a mandioca e o milho, este utilizado principalmente na alimentação animal, são os mais produzidos pela maioria das famílias, seguidos da batata e da abóbora. Já no Baixão, além desses cultivos, acrescentam-se mamona, feijão de corda, andú, amendoim, caxixe, aipim, abóbora, capim e palma. Em relação às frutas, as mais cultivadas são acerola, pinha, caju, goiaba, laranja e manga, em Boa Fé e pinha, melancia e mamão no Baixão. Tanto na comunidade como no assentamento, a principal criação é de galinhas, destacando-se também o gado bovino e os ovinos. (OLIVEIRA *et al*, 2005; SANTANA *et al*, 2005)

A evolução dos sistemas de produção na agricultura familiar verifica-se de acordo com a realidade de cada região, onde percebe-se que fatores influenciadores são o governo local com políticas de incentivo, o nível de organização e também o grau de instrução dessas pessoas. Isso sem esquecer as questões culturais que também têm uma boa contribuição para a tomada de decisão desses agricultores e agricultoras familiares em encarar suas propriedades como fator de promoção de qualidade de vida, uma vez que eles podem trabalhar, produzir alimentos de qualidade para se manter e ainda comercializar o excedente.

Tanto no Assentamento Baixão como na comunidade de Boa Fé é possível constatar criação de animais, em pequena escala, algumas frutíferas, além do cultivo de subsistência, com comercialização ou troca de parte da produção para aquisição de bens necessários não existentes na propriedade. Esses sistemas de produção podem ser observados tanto em cultivo solteiro como em consórcio. O diagnóstico permitiu

identificar que ainda são utilizadas sementes, mudas e cultivares pouco produtivas bem como a não otimização no uso de adubos orgânicos diversos em ambos locais. Em se tratando de inovação tecnológica, a comunidade de Boa Fé apresenta avanços no sentido de utilizar o sistema de irrigação denominado “mandala”, já definido anteriormente. Todavia, esta inovação não se adequaria às condições dos assentamentos organizados na forma de agrovilas, a exemplo do Baixão, pelas suas características peculiares já mencionadas.

Apesar disso, em ambos os casos, a agricultura familiar ainda se apresenta com baixos níveis tecnológicos e conseqüentemente, problemas tanto de caráter produtivo (baixa capacidade de produção, mecanização inadequada, terras insuficientes) como também de caráter social e econômico (baixa escolaridade e poucos recursos) dentre outros que variam a cada região. Por causa disso, busca-se, no momento, a transferência de novas tecnologias, mais adaptadas às condições da agricultura familiar local de forma a tornar seus empreendimentos mais rentáveis, com redução da necessidade de recorrer a uma segunda ocupação (pluriatividade) ou mesmo ao êxodo para as periferias das grandes cidades. A inovação tecnológica é de suma importância para garantir a sobrevivência da agricultura familiar, uma vez que o incremento na produção ou a implementação do seu sistema produtivo contribui para a sustentabilidade da exploração familiar evitando o risco de sua saída do mercado pois os demais componentes deste estão em contínua transformação.

A introdução de tecnologias na agricultura familiar poderá ser um instrumento fundamental e decisivo para a contínua e mais eficiente participação deste importante segmento no desenvolvimento social e econômico do Brasil. Entretanto, tecnologias devem ser configuradas como parte de uma estratégia de desenvolvimento que requer uma análise *ex-ante* em relação a sua natureza e pujança, associadas a um conjunto de intervenções complementares, que permitam maximizar seus efeitos benéficos e mitigar os custos sociais. (AGRICULTURA FAMILIAR; TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA, 2005)

Embora autores como Bauanain & Silveira (2003) entendam que o perfil da agricultura familiar revela uma diversidade tão grande de sistemas produtivos, de estratégias de produção e sobrevivência, de condições estruturais e disponibilidade de recursos que seria impossível pensar em desenvolver tecnologias para os agricultores familiares, tal afirmativa não se sustenta, na medida em que tecnologias simples como plantio em fileiras duplas, uso de variedades mais produtivas, instrumentos que facilitem a colheita

e/ou plantio contribuem para as agriculturas de base familiar se desenvolverem com sustentabilidade paralelamente à melhoria das condições de trabalho.

Outro ponto a ser considerado é que, no Nordeste, a agricultura familiar se desenvolveu entre ou dentro das grandes propriedades (latifúndios) nas quais os agricultores familiares prestavam serviços aos donos da terra em troca de seu uso ou a troca de salários aviltados.

Essa situação contribuiu sobremaneira para o nível de organização e desenvolvimento vivenciado pela região. Outro fator importante é que, no Nordeste, o clientelismo acabou por contribuir para que a agricultura familiar não se organizasse na forma de associações e cooperativas para buscar a melhoria das suas condições sociais e de produção ou então o fazem de forma frágil, apenas para atender a interesses específicos (crédito rural, assistências ou políticas). A dispersão dos agricultores também contribuiu para isso.

Atualmente, embora o clientelismo ainda se faça presente, já não se refere à figura do coronel latifundiário mas aos chefes políticos em cada região, onde a população fica a mercê de “favores” políticos, o que acaba por influenciar na organização da comunidade e, por conseguinte, no acesso a informações de caráter tecnológico.

CONCLUSÕES

1. Pode-se confirmar a existência da heterogeneidade (origem, tradição, grau de instrução, capacidade de produção, tamanho das propriedades, grau de mecanização e recursos financeiros) entre comunidades de agricultura familiar tradicional e assentamentos rurais, bem como na forma de adoção de novas tecnologias.

2. A organização de assentamentos em agrovilas dificulta a adoção de tecnologia pela distância entre as residências e as áreas de cultivo.

3. A agricultura familiar carece de inovações tecnológicas adaptadas à sua realidade e de um meio de compartilhamento de saberes adequado a cada situação.

4. o nível de organização na comunidade ou assentamento é um fator fundamental para o desenvolvimento desse segmento.

REFERÊNCIAS

AGRICULTURA FAMILIAR Disponível em
<<http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp07.htm>> Acesso em 28 de dezembro de 2005.

AGRICULTURA FAMILIAR; TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. Disponível em <http://www.cib.org.br/pdf/elibio_agricultura_familiar.pdf> Acesso em 28 de dezembro de 2005.

AGRICULTURA FAMILIAR; TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. Disponível em <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/217pag02.pdf> Acesso em 28 de dezembro de 2005.

ALBUQUERQUE, F. J. B. de; COELHO, J. A. P. de M.; VASCONCELOS, T. C. Public policies and settlement projects. **Estud. psicol.** (Natal), Jan./Apr. 2004, vol.9, no.1, p.81-88. ISSN 1413-294X.

CEI. **Informações dos municípios baianos: região nordeste.** CEI: Salvador, 1994 . v. 3 p. 178-179

FAPEX/INCRA. **Plano de desenvolvimento sustentável para o projeto de assentamento Brasília (Baixão):** Município de Itaetê. Salvador: [s. n.], 2002.150p.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional.** Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p14 - 23.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** 10 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1985.

MOTA, D. M. da; TAVARES, E. D.; GUEDES, V. G. F.; NOGUEIRA, L. R. Q. (eds.). **Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade.** Aracaju: EMBRAPA-CPATC, 1998. 276 p.

OLIVEIRA, S. P. de; *et al.* Avaliação do padrão de consumo alimentar de comunidades rurais do semi-árido baiano: principais resultados e considerações finais. *In: Projeto: desenvolvimento de tecnologias de processamento de produtos do*

semi-árido baiano, visando a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar. Cruz das Almas: EMBRAPA, 2005. 7p – Relatório Interno

SANTANA, F. S. de; SOUZA, R. V. C. C. de; SENA, M. das G. C. de. Caracterização dos sistemas de produção agrícola do Assentamento Baixão, município de Itaetê – BA. **Anais da V Semana de Atualização Agronômica, Set. 2005, CD-ROM.**

O DEBATE SOBRE A EDUCAÇÃO NAS ÁREAS RURAIS: CRÍTICAS E PROPOSTAS PARA A ESCOLA PRIMÁRIA

Milton Ramon Pires de Oliveira¹

O presente artigo enfoca o debate sobre a educação que foi delineada para os habitantes das áreas rurais. A partir de investimentos preliminares na análise de uma proposta que foi formulada e desenvolvida para parte do referido segmento social – “a nova escola rural” - aponto a recorrência de determinadas representações sociais, as quais enfocavam as condições sociais da produção agropecuária, bem como os moradores do campo, definindo-os como “roceiros” e (des)qualificando-os como “preguiçosos” e “inimigos do trabalho”.

Na obra de Amaral Fontoura, “Aspectos da Vida Rural Brasileira. Seus problemas e soluções”, é apresentada uma proposta de redefinição do ensino elementar agrícola (primeiros níveis). Detendo-me sobre esta obra; destaco o delineamento da proposta, analisando-a preliminarmente, e busco apreender as representações sociais que a subsidiaram. Ainda, enfatizo a articulação da escola rural que é redesenhada com os objetivos propostos para as diferentes instâncias do ensino agrícola, tal como este é apresentado nos relatórios ministeriais. Intento argumentar que, a despeito das diferenças, as propostas e ações enfocadas são intervenções frente a situações sociais que tomam como suporte concepções que, em parte, desqualificam os habitantes das áreas rurais, suas condições de vida e de trabalho.

A obra enfocada trata-se de um trabalho premiado no concurso de monografia de 1945, promovido pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. No texto são apresentados os elementos que especificam a proposta de “uma nova escola rural”, bem como o debate, então, contemporâneo sobre a situação social dos habitantes das áreas rurais, para aí inserir as proposições que tomam a educação, destacadamente aquela que pode ser realizada na escola primária. Ao final, são apresentados relatos sobre unidades escolares que implementavam a proposta, bem como as opiniões de políticos e profissionais que diretamente estavam vinculados aos interesses em discussão.

¹ Milton Ramon Pires de Oliveira, doutor em Educação Brasileira, coordena o Núcleo de Políticas Públicas da Universidade Federal de Viçosa (MG); mramon@ufv.br

A escola primária rural – críticas e proposta para sua redefinição

Amaral Fontoura produz uma crítica à escola primária rural para assim dar suporte à sua proposta. Ainda que tais críticas sejam recorrentes à época, o autor detém-se em especificar os aspectos que são apontados, articulando-os ao seu objetivo de apresentar o que define como “a nova escola rural”.

Sob tal perspectiva, Amaral Fontoura aponta os limites da ampliação do número de unidades escolares que sigam o modelo então existente.

“A solução do problema não é, no entanto, como muita gente ainda pensa, simplesmente abrir escolas na roça. Não será criando milhares de escola elementares que se modificará o desolador panorama do ‘hinterland’ nacional, se tais escolas continuarem a ser, como até hoje tem sido as existentes, meras *agências de alfabetização*. É inútil abrir simples *máquinas-de-ensinar-a-ler*, destinadas a infelizes que depois jamais terão ocasião de ler coisa alguma, pois não possuem livros, nem dinheiro para adquiri-los, nem existem bibliotecas na zona rural.”² (Fontoura, 1945: 2 e 3)

As suas críticas são suportadas pela idéia central de que as escolas rurais eram “urbanizadas”, isto é, todo o sistema educacional tinha a “feição citadina”, o que considerava um erro, apontando duas dimensões do mesmo. Em primeiro lugar, tomando como pressuposto a diferença entre “uma sociedade urbana e uma sociedade rural”, reafirma a pertinência da escola rural ter forma e estrutura diferente daquela situada nas cidades. Outra dimensão, apontada pelo autor como erro, foi desconsiderar os diferentes fins de uma e de outra. Para Fontoura, a maior diversidade das atividades urbanas leva a que várias agências de socialização tenham existência nas cidades; já nas áreas rurais, a inexistência ou falta de grande parte de tais agências demanda da própria unidade escolar atuações que ultrapassam àqueles conhecidas e realizadas nas cidades.

Para reafirmar suas críticas, apresenta a síntese de um “inquérito” que realizou com cerca de 200 moradores de áreas rurais do Estado do Rio de Janeiro. A inutilidade da escola rural seria reconhecida. “Tudo o que ela ensina é apenas *verbalismo*. Nada de útil, nada de aplicável à vida diária do campo, nada que toque às crianças [...]”. Os materiais didáticos utilizados, bem como a atuação dos professores, desde de sua formação inicial, estariam voltados para os interesses urbanos, “ignorando as realidades da vida no campo”. Tais concepções, presentes entre aqueles para quem a referida educação estava voltada, reafirmariam a situação diagnosticada pelo autor: a escola do

² Os destaques são apresentados como no texto original.

campo seria “desprezada ou, pelo menos, olhada com indiferença pelos habitantes do mesmo”.

Mais uma vez, os argumentos apresentados apontam a pertinência de se redesenhar o perfil da agência voltada para as intervenções educacionais básicas junto ao conjunto dos habitantes das áreas rurais. “É urgente, pois, reformá-la. É imprescindível seguir uma nova política de educação rural, criando uma verdadeira escola *para o campo*”³.

A pertinência das críticas sistematizadas por Amaral Fontoura não impediu que em torno da escola primária fossem delineados aspectos que diretamente interviriam frente aos problemas diagnosticados, configurando-se uma proposta cujo núcleo estaria nas possibilidades de atuação das unidades do sistema educacional nas áreas do campo: sua proposta voltava-se para as possíveis atuações das escolas.

O fato da escola ocupar o lugar central na proposta, deveu-se ao reconhecimento vigente na época de que a mesma era “a única força social organizada no campo” e que conseguia estar presente nos mais difíceis e longínquos lugares. As intervenções no campo, a partir das escolas, teriam custos menores porque tomariam por base equipamentos e atividades sociais pré-existentes. Os segmentos populacionais sob os quais a escola já atuaria seriam outra condição favorável para a implementação da referida proposta: “a escola vai atuar sobre a juventude, isto é, sobre a parte da população menos desanimada, menos derrotada pelas lutas e pelo esquecimento em que foram deixados os campos” (Fontoura, 1945: 82). Ainda, o potencial de adaptabilidade da instituição escolar às demandas apresentadas pelo seu entorno foi um dos aspectos mais enfatizado pelo autor da proposta.

O cerne daquilo que foi proposto estava na transformação da escola existente, dita tradicional, em lócus de atividades diversificadas, direcionadas para atender ao leque de demandas recorrentes entre os habitantes do campo. As ações decorrentes eram classificadas como educativas e a implementação das mesmas configurariam um perfil institucional à escola que ultrapassaria aquele que era comumente encontrado nas unidades existentes em áreas urbanas.

“Logo, é imprescindível criarmos uma nova escola rural para o Brasil, a qual, tanto por sua organização, como por seu funcionamento, seja capaz de alcançar a nobilíssima finalidade que lhe está iniludivelmente traçada. Não a de instruir o campônio, apenas, mas a de dar-lhe educação, hábitos higiênicos, conhecimento do meio e das formas produtivas de trabalho. Numa palavra: a

³ Destacado no texto original.

escola rural deve dar ao pequeno roceiro uma mentalidade nova e colaborar, de maneira decisiva, pela elevação do nível de vida do campo.

A nova escola rural precisa ser organizada como núcleo de vida ativa e de trabalho inteligente.” (Fontoura, 1945: 97)

O leque das atividades classificadas como educativas deveria abarcar os valores morais (“ensinar o campônio a amar a natureza”), os conhecimentos técnicos aplicados ao trabalho agropecuário (“conhecimentos agrários e perícia manual”) postos como bases para o trabalho educativo, sendo destacados e comparados às atividades curriculares corriqueiras em torno da leitura e da aritmética. A divisão sexual do trabalho implementada nas unidades familiares de produção repercutia na elaboração da proposta educativa: as atividades classificadas como femininas foram objeto de atenção. “A arte de coZinhar, de confeccionar roupas e de cuidar da casa são os companheiros naturais da carpintaria e da plantação” (p.105).

A proposta do autor ganhou contornos definidos, possibilitando que as diretrizes pretendidas para a chamada “nova escola rural” fossem delineadas, ainda que em termos gerais.

“O alfabeto por si só nada vale, ele não é um fim em si mesmo, [...] Mais importante do que ensinar o campônio a conhecer as letras do alfabeto é fazê-lo cuidar da sua saúde, é mostrar-lhe como deve alimentar-se, trabalhar e agir pelo soerguimento da vida rural. O alfabeto, evidentemente, é indispensável; mas, ao lado dele, é urgente realizar toda uma revolução de hábitos e processos educacionais, no sentido de tornar o campônio uma criatura útil a si mesma e à sua família, bem como um elemento de progresso da comunidade.

Vamos levantar a criatura humana que jaz na roça! Vamos cuidar da formação da sua personalidade! Criemos Centros Sociais que lutem pela valorização do elemento humano e pelo soerguimento da comunidade rural! Organizemos verdadeiros centros de civilização no campo, com finalidade ao mesmo tempo cultural, social, econômica e moral! Sem o desenvolvimento de um sólido plano educacional, jamais poderá o rurícola abandonar sua condição de paria. A esses centros de civilização do campo caberá, pois, uma tarefa nitidamente educativa, usando a palavra educação no seu mais largo sentido, de ‘formação da personalidade’ e ‘adaptação do indivíduo ao meio”. (Fontoura, 1945: 3)⁴

A escola primária rural redefinida e as formas educativas de intervenção no campo

Ao propor a redefinição da escola primária no campo como centro social, o autor apontou para as suas articulações possíveis e pretendidas com outras formas de

⁴ Trechos com destaques como no texto original.

intervenção que tomavam as condições sociais da produção agropecuária e os habitantes das áreas rurais como objeto de atenção. Teceu críticas gerais ao que vinha sendo proposto e implementado, especialmente pela ênfase na vertente econômica, com predomínio da difusão de técnicas de produção. Inscreveu a sua proposta num investimento ampliado, de urgente realização, no qual diversos elementos deveriam ser incorporados com o objetivo de tornar eficiente a solução para o chamado “problema rural brasileiro”. Ao listar e especificar cada um dos elementos (econômicos, sanitários, culturais, morais e religiosos e sociais), foi inscrevendo a educação, bem como as possibilidades de atuação da escola rural.

Destaco que ao voltar-se para a articulação da escola primária rural com as demais formas de intervenções que tomavam a educação como proposta, o autor ensaiou adentrar o debate que, no período da Primeira República (1889-1930), integrou os investimentos do governo federal na constituição do seu projeto de ensino agrícola. Neste caso, a escola primária aparece de forma tênue, como um elo frágil na corrente que deveria ser fortalecida para fazer frente às situações qualificadas como problemas e que eram amplamente diagnosticadas nas áreas rurais.

Para o delineamento de um projeto para o ensino agrícola no referido período, trabalhei com os relatórios anuais produzidos pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), os quais eram direcionados ao Presidente da República e contemplavam as ações, limites e pretensões de cada setor ou órgão ministerial (Oliveira, 2004)⁵. Para dar suporte ao referido objetivo, foi constituída uma rede social de projetos, abarcando o território nacional.

Cabe destacar que as intervenções incorporadas a tal rede eram qualificadas e apontavam para o propósito de atender demandas diferenciadas, buscando abranger desde iniciativas que integravam o sistema formal de ensino, bem como outras tantas voltadas para especializar a preparação profissional ou aperfeiçoando-as conforme eram exigidas pela divisão do trabalho agropecuário. Para este caso, foram apresentados os Cursos Complementares dos Patronatos Agrícolas, os Centros Agrícolas, o Ensino Ambulante de Agricultura, as Escolas Permanentes de Laticínios, as Inspetorias Agrícolas, as Fazendas-Modelos e os Campos de Demonstração. Já os investimentos que eram inscritos no sistema formal de ensino buscavam cobrir toda a trajetória

⁵ Foram trabalhadas as informações coletadas junto aos relatórios ministeriais do MAIC, bem como do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, incorporados ao acervo da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), abarcando todo o período da chamada Primeira República (1889 até 1930).

recorrente, indo desde o ensino elementar agrícola até o curso superior. Eram integrados pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, as escolas médias ou teórico-práticas de agricultura, os aprendizados agrícolas, os patronatos agrícolas, o ensino elementar agrícola. Este seria implementado junto à escola primária oficial, cujas atividades estavam presentes em asilos, orfanatos e colônias, voltadas para o preparo do trabalhador rural e dos pequenos produtores, público considerado alvo direto e primeiro dos investimentos dirigidos para a incorporação de uma “nova ética do trabalho”, na qual a disciplina e a regeneração eram pontos centrais.

A articulação do ensino elementar agrícola à escola primária era objeto de desconfiança dos ruralistas. Para estes aos trabalhadores rurais deveria ser dirigido um mínimo de instrução, com a maior parte do tempo, especialmente no período diurno, voltado para a realização das atividades agrícolas. Declarava-se que as fazendas-modelos seriam as instituições apropriadas para tais atividades de ensino (cf. Mendonça, 1997).

Os habitantes das áreas rurais frente às propostas de intervenção social

No debate sobre as condições sociais da produção agrícola, diversos segmentos com interesses sociais vinculados, direta ou indiretamente, aos temas em discussão inscreveram suas contribuições e críticas. A preparação do trabalhador rural era definida como uma das variantes do problema amplo, o qual afetava a todo o país.

Os trabalhadores do campo eram definidos como um dos problemas. A situação na qual se encontravam chegava a ser classificada como obstáculo para as mudanças pretendidas. Eram desqualificados pela ótica dos proprietários e das elites em geral ao serem nomeados de preguiçosos, apáticos, presos a práticas atrasadas, resistentes ao progresso e às mudanças. Esse foi o perfil delineado para o trabalhador nacional.” (Oliveira, 2004, 131-2)

As alternativas vislumbradas, entre elas o ensino elementar agrícola, propunham a intervenção direta sobre parte da população, qualificando-a como ignorante, cujas maneiras de viver e trabalhar eram tidas como empecilhos à implementação de ações consideradas como geradoras do progresso definido como necessário para o campo.

Tal sentido de desqualificação é recorrente nas representações sociais que tomavam a população rural, em especial, e a pobre em termos mais gerais, incluindo assim aquelas das áreas urbanas. É o caso da argumentação registrada em torno da relevância da criação dos patronatos agrícolas, instituições de perfil específico, em cujos objetivos estava a incorporação de crianças, adolescentes e jovens moradores nos grandes centros

urbanos, que ingressavam na referida instituição com o propósito de serem disciplinados e regenerados (cf. Oliveira, 2003).

A recorrência das concepções desqualificadoras dos habitantes das áreas rurais é registrada nas variantes do debate sobre o ensino agrícola, do nível elementar ao superior, como também entre as representações que subsidiavam intervenções para além do sistema formal de ensino.

Cabe destacar que, mesmo frente aos discursos cívicos, como o da Associação Brasileira de Educação, com exaltação ao potencial das propostas educacionais e críticas à atuação das elites e às concepções científicas, em voga na época, as representações que tomavam a população do campo eram reproduzidas em sua visão negativa.

“Afirmar a importância da educação era, muitas vezes, espécie de exorcismo de angústias alimentadas por doutrinas deterministas que, postulando efeitos nocivos do meio ambiente ou da raça, tornariam infundadas as esperanças de progresso para o Brasil, país de mestiços sob o trópico. Esperava-se superar o Jeca Tatu no trabalhador produtivo, tarefa da educação, concebida deterministicamente, como alteração do meio ambiente. Tratava-se de introduzir, mediado pela ação de elites esclarecidas pela campanha educacional, um novo tipo de fator determinante no que era pensado como processo necessário de constituição do povo brasileiro: a educação.” (Carvalho, 1997:121)

Por fim, a natureza do presente texto, com registros preliminares de trabalhos investigativos em curso possibilita que algumas observações sejam apresentadas, com a intenção de estimular o debate sobre as tantas tarefas ainda por realizar, em especial no campo da história da educação.

Dentre elas aponto para a pertinência de se olhar mais detidamente para os investimentos regionais e locais que foram pensados e realizados buscando dar especificidade às agências educativas voltadas para a população rural. A proposta analisada neste texto foi pensada para o país como um todo, ainda que tome como base o que foi realizado no interior do Estado do Rio de Janeiro. Cabe apontar que tal debate – a especificidade da educação para o campo – tendeu a ser objeto de atenção de intelectuais em geral, especialmente políticos, profissionais da educação e daqueles com interesse direto no campo, levando-os aos registros de suas idéias, planos e realizações. Elementos estes que estão em grande parte por ser objeto de análise dos historiadores da educação, como oportunidade de se retomar as críticas, sugestões e opiniões sobre as relações entre intelectuais; entre instâncias governamentais; entre representações

sociais; entre regiões (tema caro àqueles que retomam recorrentemente às críticas ao federalismo e a sua tendência à centralização).

Bibliografia

- CARVALHO, M. M. C. de. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. Org. Helena Carvalho De Lorenzo e Wilma Peres da Costa. São Paulo: Fund. Editora da UNESP, 1997
- FONTOURA, A. Aspectos da vida rural brasileira. Seus problemas e soluções. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola/Ministério da Agricultura, 1945.
- MENDONÇA, S. R. de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- OLIVEIRA, M. R. P. *Formar cidadãos úteis: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República*. Bragança Paulista: Edusf, 2003.
- _____. Civilizar e modernizar: o ensino agrícola no Brasil republicano (1889-1930). *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 15, p. 129-142, abr. 2004.

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL À LUZ DA PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR

Cidonea Machado Deponti

Doutoranda em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

cidonea@yahoo.com.br

Resumo: A perspectiva orientada ao ator, lançada na segunda metade do século XX, é resultado de um trabalho de pesquisa de longos anos realizado por Norman Long, contando com a colaboração de Jan Douwe van der Ploeg. Long apresenta uma abordagem teórica e metodológica para análise da ação social e da intervenção para o desenvolvimento sob um ângulo construtivista, opondo-se às tradicionais análises estruturalistas e institucionalistas. Essa perspectiva e os estudos realizados em torno deste tema permitiram a Ploeg, juntamente com outros autores, apresentar um novo paradigma de desenvolvimento rural que requer uma reavaliação e uma reinvenção da *arte da agricultura e da localidade* (Ploeg et al, 2000). O presente artigo objetiva, a partir de um estudo teórico-analítico, compreender e entender os principais conceitos da perspectiva do ator e verificar a possibilidade de aplicação desse enfoque para análise do caso da extensão rural brasileira. Concluiu-se que o enfoque orientado ao ator objetiva explicar e entender as respostas diferenciais dos atores sociais diversamente localizados e afetados a circunstâncias estruturais similares e a condições que pareçam relativamente homogêneas. No Brasil, a aplicação do enfoque orientado ao ator para o caso da extensão rural exigiria uma transformação da atividade de extensão e dos extensionistas.

Palavras-chave: desenvolvimento rural, extensão rural, atores sociais

INTRODUÇÃO

A perspectiva orientada ao ator foi desenvolvida por Norman Long a partir de um profundo e cuidadoso estudo sobre o processo de desenvolvimento e de mudança social. O objetivo de Long não foi formular uma teoria genérica baseada em princípios universais, mas entender os processos de mudança pelos quais as formas sociais surgem, são transformadas e retrabalhadas na vida cotidiana das pessoas. O enfoque orientado ao ator encontra espaço para análise da multiplicidade de racionalidades, desejos, capacidades e práticas (Long, 2001).

Esta abordagem e estudos realizados em torno deste tema permitiram a Ploeg, juntamente com outros autores, apresentar um novo paradigma de desenvolvimento rural que defende a sustentabilidade da agricultura e requer uma reavaliação e uma reinvenção da *arte da agricultura e da arte da localidade* (Ploeg et al, 2000).

O presente artigo utiliza-se de uma metodologia teórico-analítica para compreender e entender os principais conceitos da perspectiva do ator e verificar a

possibilidade de aplicação desse enfoque para análise do caso brasileiro. Para tanto, dividiu-se o artigo em duas seções. A primeira, trata da concepção teórica, conceitos, características e considerações sobre o enfoque. A segunda, aborda o processo de desenvolvimento rural à luz da perspectiva do ator e o caso brasileiro. Com isso, busca-se responder as seguintes questões:

- 1) A perspectiva orientada ao ator pode ser considerada uma teoria social ou apenas uma abordagem ou enfoque teórico?
- 2) A perspectiva orientada ao ator expõe uma forma de operacionalização desta proposta?
- 3) Há necessidade de intervenção social? Que tipo de intervenção? Não havendo necessidade, os atores sociais estão preparados para o desempenho de ações locais?
- 4) Seria uma solução a simples substituição de políticas *top down* por políticas *bottom up* ?

1 PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR

A perspectiva do ator surge como uma resposta às teorias que não acreditam na capacidade de o “homem comum” alterar a direção da sociedade e fazer sua própria história. Segundo o autor, essas teorias são simplificadoras, centralistas, deterministas e, em boa medida, excluem da análise a possibilidade dos atores influenciarem de maneira significativa os processos de mudança.

Tanto a teoria da modernização como as teorias marxista e neomarxista¹ não são adequadas para análise dos modelos de desenvolvimento porque não compreendem a relação estrutura-ator. Essas interpretações “sofrem” de fatalismo, pois consideram que os indivíduos sucumbem ao destino (são incorporados) (Long, 1988).

A teoria da modernização visualiza o desenvolvimento da sociedade moderna em termos de um movimento progressivo para formas mais complexas e integradas tecnologicamente e institucionalmente. As teorias marxista e neomarxista acentuam a natureza exploradora, a tendência expansionista do capitalismo mundial e sua necessidade de abrir novos mercados, de aumentar o nível de mais-valia e de acumular capital. Essas duas perspectivas macro representam posições opostas ideologicamente, mas, segundo Long (2001), são modelos similares, porque vêem o desenvolvimento e a mudança social emanando dos centros de poder externos, via intervenção de corpos estatais ou internacionais, e concordam com a idéia de que o capital e o Estado

¹ Maiores informações sobre as teorias da modernização, marxista e neomarxista, ver Long (1982) nos Capítulos 2 e 4.

penetram gradualmente nas áreas rurais e assumem o controle do funcionamento da vida familiar e das dimensões institucionais locais.

Para Long (2001), essas teorias estão vazias de pessoas e obcecadas com as condições, os contextos e as forças impulsionadoras da vida social, não observando as práticas auto-organizantes daqueles que habitam, experimentam e transformam os contornos e detalhes da paisagem social.

Long (2001) destaca que as pessoas são parte ativa dos processos de desenvolvimento. Todas as formas de intervenção externa entram necessariamente no mundo sócio-vital dos indivíduos e dos grupos sociais afetados e, deste modo, atravessam certos filtros sociais e culturais. Portanto, os fatores externos são mediados e transformados pelas estruturas internas. Por isso, a adoção de um enfoque mais dinâmico, que reconheça a inter-relação e a determinação mútuas dos fatores e das relações externas e internas, é importante para a compreensão da mudança social.

A análise do processo social centrada nos atores evita o determinismo das teorias gerais e examina, detidamente, os diferentes modos de os indivíduos e grupos sociais enfrentarem mudanças nas circunstâncias e, assim, criarem espaços para que eles mesmos obtenham proveito dos novos fatores que intervêm a sua volta.

1.1 Desmistificando a intervenção

Para Long é interessante focar nas práticas de intervenção, porque, assim, é possível entender as formas de interação, os procedimentos, as estratégias, os tipos de discursos e as categorias culturais dos atores envolvidos e agentes interventores.

O autor afirma que a tendência de muitos estudos era conceituar o processo de intervenção como de natureza linear, implicando em uma progressão gradual da formulação de uma política, de sua aplicação e, posteriormente, de seus resultados. Este processo é muito mais complicado e envolve reinterpretação ou transformação da política durante o próprio processo de sua aplicação. Isso porque a intervenção é uma realidade múltipla, composta por percepções culturais e interesses sociais diferentes, constituída por contínuos esforços sociais e políticos dos vários atores envolvidos, não representando simplesmente um plano de ação já especificado e com resultados esperados.

Para Long (1992; 2001), a definição de intervenção para o desenvolvimento, como um conjunto discreto de atividades definidas no tempo e no espaço, que envolve a interação entre as partes interventoras e os grupos recipientes, dissimula o ponto teórico importante de que a intervenção nunca é um projeto com limites claros no tempo e no espaço como é definido pelo aparato institucional do Estado ou pela agência que a

aplica. As intervenções sempre são parte de uma cadeia de eventos localizados dentro de uma estrutura mais ampla de atividades de corpos estatais e/ou internacionais, das ações de diferentes grupos de interesses operantes na sociedade civil.

Long (2001) critica a intervenção vista como aplicação de um pacote do exterior que se desenha para o interior e que objetiva estimular a emergência de certas atividades internas. Esse entendimento reafirma a necessidade de os grupos beneficiados precisarem de habilidades organizacionais e/ou da ajuda de intermediários, facilitadores, ou agentes especializados com o fim de obterem acesso às instituições e aos recursos externos. Sem tais contribuições os beneficiários seriam considerados absolutamente incapazes de dirigir suas próprias vidas e resolver situações problemáticas. Assim, por exemplo, as agências de desenvolvimento tenderiam a aplicar suas tarefas de acordo com as estratégias interpretativas por elas próprias desenvolvidas, suplantando, na maioria das vezes, o conhecimento e as capacidades de desenvolvimento locais.

Conforme Long, estão enganados aqueles que acreditam que o desenvolvimento ocorrerá através da transferência de técnicas mediadas por *experts* através de projetos. O desenvolvimento resulta de um longo processo de experimento e inovação, através do qual as pessoas constroem habilidades, conhecimento e confiança em si mesmas para formar seu meio ambiente de maneira a promover o progresso e até alcançar metas como o crescimento econômico, a equidade, a distribuição da renda e a liberdade política (Edwards, 1989 apud Long, 2001).

O problema central da análise é compreender o processo de intervenção dentro dos “mundos de vida²” dos grupos afetados, conhecer como os fatores externos são internalizados e o significado de diferentes coisas para os vários grupos ou diversos atores individuais envolvidos. A intervenção implica a confrontação ou interpretação de mundos de vida diferentes e de experiências sócio-políticas que podem ser significantes para gerar novas formas de práticas sociais e ideologia.

Long e Ploeg (1994) igualmente criticam as intervenções planejadas, na medida em que estas não dão conta do conhecimento detalhado e do domínio das situações locais altamente diversas e desconsideram a heterogeneidade como traço estrutural e não casual do desenvolvimento agrário.

A perspectiva do ator aceita a existência de diferentes agricultores e de diversas formas de operacionalização de seus objetivos e de administração de práticas agrícolas. Assim, exige-se que sejam considerados os interesses, as identidades e as perspectivas

² Mundo de vida é um termo usado por Shutz (1962 *apud* Long, 2001) para desenhar o vivido e o mundo do ator social tomado por dado. Segundo o autor a compreensão da vida social deve centrar-se na noção de mundos de vida.

dos atores independente da retórica da intervenção. Faz-se mister, ainda, identificar os modelos específicos de interação e de acomodação dos diferentes atores (coletivos e individuais) e analisar suas histórias, recordações e concepções espaço-temporais. Ao fazer isso, este enfoque coloca-se contra as teorias da modernização e a marxista, já que estas dão pouca importância ao papel das formas locais de organização e do conhecimento do desenvolvimento e tendem a reforçar a imagem e a eficácia da planificação convencional de cima para baixo das políticas de intervenção (Long e Ploeg, 1989).

1.2 Desconstruindo o conceito de estrutura

O estudo da mudança agrária requer que se teorize sobre a variação estrutural e as respostas diferenciadas as mesmas circunstâncias. Não se deve assumir que a mudança é linear, gradual ou que converge até alguma forma predeterminada, mas sim considerá-la altamente heterogênea e divergente.

As estruturas não são entidades desencarnadas, nem têm efeito linear de estruturação uniforme da prática social ou das opções dos atores. Requer-se uma desconstrução completa da noção de estrutura, principalmente onde esta é vista como um conjunto de forças externas ou condições que delineiam e/ou regulam modos específicos de ação pensados como requeridos ou necessários (Long e Ploeg, 1994).

A história não é linear ou uniforme, e sim essencialmente dialética, envolvendo tanto elementos do possível como do real. A história sempre contém mais de uma possibilidade, onde o presente é a realização de uma delas (Long, 2001).

Deve-se construir a compreensão da sociedade desde baixo, isto é, documentando situações cotidianas micro e práticas sociais situadas. Contudo, não se deve conceituar as estruturas macro simplesmente como agregações de episódios ou situações micro, porque certas estruturas globais não são explicáveis nem descritíveis em termos de eventos micro (Long, 2001).

O estruturalismo visto como um conjunto específico de forças impulsoras que postula e explica certos fenômenos não proporciona uma explicação suficiente quando se introduz a heterogeneidade na análise. O enfoque do ator não deseja excluir a idéia de estrutura, mas considerar a construção, a reprodução e a transformação das relações sociais específicas como tema central da análise.

Entender a estrutura como um produto de contínua interação e transformação mútua dos projetos dos atores torna possível a integração teórica da análise de cenários interativos de pequenas escalas com estruturas institucionais ou sociais mais amplas.

1.3 Agência humana: reconciliação das noções de estrutura e ator

A noção de agência humana é o coração que revitaliza o paradigma do ator social e forma um pivô que objetiva reconciliar as noções de estrutura e de ator. Os atores sociais possuem habilidade para conhecer e habilidade para captar. Eles resolvem seus problemas, aprendem a intervir nos fluxos de eventos sociais, observam a reação dos outros e supervisionam suas próprias ações (Long e Ploeg, 1994).

Segundo Giddens (1984 *apud* Long, 2001), as relações ator e estrutura não podem ser compreendidas sem a análise da agência humana. Para Giddens as ações se constituem e reconstituem nas condições institucionais das ações dos outros.

Uma interpretação teórica da ação social deve ir além da consideração da habilidade de conhecer, da consciência e das intenções, também deve abraçar os sentimentos, as emoções, as percepções, as identidades e a continuidade dos agentes através do espaço e do tempo. A vida social nunca é unitária, atores sempre encontram maneiras alternativas de formular seus objetivos, despregando-se de modos específicos de ação e dando razão a seu comportamento (Long, 2001).

Em termos gerais, a noção de agência atribui ao ator (individual ou grupo social) a capacidade de processar a experiência social e inventar caminhos para as situações problemáticas, sob as mais extremas formas de coerção. A noção de agência requer a organização de capacidades e a estratégica geração/manipulação da rede de relações sociais, não sendo somente o simples resultado da posse de certas habilidades cognitivas, poderes persuasivos e formas de carisma (Long e Ploeg, 1994).

A noção de agência apresenta importância estratégica para compreender o significado das redes sociais, garantir informações, formar opiniões, legitimar pontos de vista e, assim, gerar diferentes relações de poder. A incorporação de novas idéias e modos de comportamento carregam, simultaneamente, processos de transformação.

1.4 Arenas, domínios e campos sociais

Para se compreenderem as ações, os desejos e as decisões dos atores sociais é necessário lidar com processos constritores, habilitadores de similitude e de diferença social. Três conceitos enfatizam a questão de ligamentos dos espaços sociais, a saber: campos sociais, domínios e arenas.

A noção de campo social incita um quadro de espaços abertos, uma paisagem irregular com limites mal definidos, composto em termos de disponibilidade e de distribuição de elementos diferentes: recursos, informações, capacidade tecnológica, grupos, estruturas físicas (Long, 2001).

Os conceitos de domínio e de arena permitem a análise dos processos de ordenamento, regulação, disputa de valores sociais, utilização de recursos, autoridade e poder.

Os domínios servem para identificar as áreas da vida social que estão organizadas por referência a um núcleo central ou racismo de valores. Apesar de não serem percebidos da mesma maneira por todos os envolvidos, são reconhecidos como um lugar de certas regras, normas e valores que implicam em grau de compromisso social (Long, 2001).

As arenas são espaços onde se apresentam práticas diferentes e valores de domínios diferentes ou são espaços dentro de um só domínio onde se fazem esforços para resolver discrepâncias nas interpretações de valor e incompatibilidades entre os interesses dos atores (Long, 2001) .

A arena é uma noção especialmente útil para analisar projetos de desenvolvimento e programas, já que os processos de intervenção consistem em complexo conjunto de arenas de esforço entrelaçadas, cada uma caracterizada por específicas restrições e possibilidades de manobra.

1.5 Interface, conhecimento e poder

A noção de interface social é relevante para explorar e entender problemas de heterogeneidade social, de diversidade cultural e de conflitos inerentes aos processos que envolvem intervenções externas. Interface contém a idéia de algum tipo de encontro/contato face a face entre indivíduos com diferentes interesses, recursos e poderes. As situações de interface são assunto central na compreensão da implementação das políticas de desenvolvimento rural (Long, 1988; 2001).

As interfaces apontam para diferentes conflitos, mundos de vida e interseção dos campos sociais e objetivam elucidar os tipos de discontinuidades sociais presentes em tais situações e caracterizar diversos tipos e formas culturais e organizacionais que são reproduzidas e transformadas.

A noção de interface pode, por exemplo, ser utilizada para compreender os serviços de extensão rural, em que o extensionista depara-se com o conflito entre os seus próprios interesses, os interesses do grupo assistido e os interesses da instituição a qual pertence. A interface entre o extensionista e o agricultor implica a possibilidade de modificação de percepções e metas desses atores que podem ser desviadas ou redefinidas, devido aos interesses e objetivos contraditórios ou às relações de poder desiguais.

As experiências, os encontros e as discontinuidades nos mundos de vida dos diferentes atores promovem a construção cognoscitiva e social do conhecimento³. O processo de conhecimento está enraizado no processo social que implica aspectos de poder, de autoridade e de legitimação. O conhecimento não é alguma coisa possuída, acumulada e imposta aos outros sem problemas. Não pode ser mensurado em termos qualitativos ou quantitativos. O conhecimento envolve lutas entre atores na tentativa de envolver outros em seus projetos. O poder sempre implica lutas, negociações e compromissos (Long, 2001).

A criação e a transformação do conhecimento podem ser estudadas e analisadas através das práticas da vida social cotidiana, envolvendo as estratégias dos atores, as manobras, os discursos, as lutas e as identidades que provocam a interligação de como o conhecimento é internalizado e reconstruído pelos diferentes atores.

A compreensão do sistema de conhecimento agrícola exige a visão de diferentes atividades interligadas, formal e informalmente, e exige, também, a compreensão da multiplicidade dos atores envolvidos, da diversidade das fontes, dos tipos de conhecimento e das informações disponíveis. O conhecimento emerge como um produto de interação e diálogo entre atores específicos e o mundo de vida dos atores, implicando novas concepções de conhecimento, poder e intervenção (Long, 2001).

As populações rurais são essencialmente heterogêneas em termos de estratégias que os agricultores adotam para solucionar problemas de produção e em termos de condições ecológicas, políticas, demográficas, mercadológicas e econômicas. Diferentes tipos de agricultores combinam diversas formas de domínio social, como família, mercado, estado e instituições. Essas decisões são baseadas em preferência de valores e conhecimentos disponíveis, recursos e relacionamentos (Long, 2001).

Os agricultores inventam alternativas para solução de seus próprios problemas, mas, muitas vezes, seu conhecimento local é marginalizado pela introdução do conhecimento científico. Isso cria o que Ploeg chama de *esfera da ignorância*, em que os agricultores são rotulados de *homens invisíveis* em contraste com *experts* que são visíveis e autoritários. O processo social é altamente complexo e não pode ser manipulado através da injeção externa de fontes de poder e de autoridade (Long, 2001).

³ Para maiores informações sobre o tema poder e conhecimento, ver Long (2001) na Parte 3, Capítulo 8 – Knowledge, Networks and Power.

A análise orientada ao ator possibilita a identificação da oposição entre a visão de desenvolvimento dos agricultores e dos agentes externos (agências, agentes de desenvolvimento)⁴.

1.6 Algumas considerações sobre a abordagem orientada ao ator

A abordagem orientada ao ator é acusada de negligenciar as relações sociais e/ou o amplo cenário estrutural e centrar suas explicações de forma demasiada na agência e na racionalidade instrumental dos indivíduos.

Contudo, Long e Ploeg (1994) não negam o significado das relações sociais de produção e nem dispensam o conceito de relação social de produção, mas apenas enfatizam que as relações sociais específicas são construídas, reproduzidas e transformadas. O ponto importante de referência é a elaboração, negociação e confrontação dos projetos dos atores. A análise do ator não deseja excluir a idéia de estrutura, mas considerar a construção das relações sociais específicas como tema central na análise.

A abordagem orientada ao ator permite ver atrás dos mitos, dos modelos, das políticas de desenvolvimento e das instituições; permite explorar os valores locais e conhecimentos, descortinar os detalhes do “*vivido en los mundos de la gente*”. Esta perspectiva pode servir como um antídoto contra os excessos das explicações estruturalistas e culturalistas e como um novo modo de conceituar as complexidades e dinâmicas da vida social (Long, 2001).

Um outro ponto que deve ser esclarecido é que a perspectiva do ator é, muitas vezes, confundida com a abordagem do planejamento participativo. É necessário deixar claro que os autores consideram esta última abordagem insuficiente, porque suas propostas representam interesses específicos, na maioria das vezes, diversos das expectativas e dos projetos dos atores envolvidos. Além disso, alguns grupos são selecionados para serem empoderados, sem uma análise cuidadosa do conhecimento da dinâmica de implicação do poder nos projetos dos atores envolvidos. O empoderamento não depende, no primeiro momento, de características das pessoas beneficiadas ou da intervenção de *experts* que objetivam desenvolver habilidades adequadas, mas depende, crucialmente, das redes e das capacidades estratégicas que inter-relacionam os projetos dos atores particulares com outros e da expansão do espaço de interface e de negociação (Long, 1994;1995).

⁴ Maiores informações sobre este tema podem ser adquiridas em Long (2001), Parte 3, Capítulo 9 - The Dynamics of Knowledge Interfaces between Bureaucrats and Peasants.

2 O DESENVOLVIMENTO RURAL E A PERSPECTIVA DO ATOR

A abordagem orientada ao ator é interessante e útil para analisar as práticas de desenvolvimento rural como atividades construídas pelas estratégias das unidades domésticas agrícolas (*households*). O paradigma de desenvolvimento rural que emerge como substituto do paradigma da modernização apresenta-se como um processo multi-nível, multi-ator e multifacetado enraizado na tradição histórica. O desenvolvimento, assim entendido, conforme Ploeg et al (2000), deve considerar os seguintes pontos:

a) as inter-relações globais entre a agricultura e a sociedade - salienta a capacidade da agricultura de produzir uma variedade de bens não importáveis ou bens públicos como a paisagem e os valores naturais, além de destacar a reestruturação da economia conduzida pelas mudanças nos modelos de interação entre a sociedade e as empresas. O sucesso econômico não está necessariamente interligado com a escala de operação e a integração vertical. Os sistemas devem ser reorganizados para encontrar as novas necessidades e expectativas. As práticas de desenvolvimento rural podem, em parte, serem vistas como respostas dos empreendimentos agrícolas às tendências de reestruturação geral;

b) os novos modelos de desenvolvimento para o setor agrícola – refere o desenvolvimento rural a partir da compreensão dos elementos que poderiam fazer parte do novo modelo emergente. A importância da sinergia no desenvolvimento rural parece personificar o modelo de desenvolvimento agrícola, dando particular importância para as sinergias entre os ecossistemas locais e regionais, os estilos de agricultura, os bens e serviços específicos e as carreiras e movimentos sociais;

c) as unidades domésticas agrícolas individuais - destaca a emergência de uma redefinição de identidades, estratégias, práticas, inter-relações e redes. O assunto da sinergia reaparece como uma fonte que é alimentada pela coordenação e pela alocação do trabalho dentro da família, das diferentes atividades agrícolas e não-agrícolas e da pluriatividade;

d) os countryside e seus atores - define que a zona rural é um espaço social e geográfico bem definido em que novas formas de articulação podem ser desenvolvidas. O rural está longe de ser um monopólio dos agricultores. Novas atividades de desenvolvimento rural emergem e diferentes atores competem por oportunidades e recursos nas novas arenas, tais como o turismo rural e a conservação da paisagem;

e) as políticas e instituições - destaca a existência de um contexto institucional complexo que torna o desenvolvimento rural um processo multi-ator. A direção para

uma política rural descentralizada, em que a localidade e as novas relações entre o local e o global são os principais princípios projetados, podem servir para reforçar o processo; e

f) a natureza multifacetada do desenvolvimento – salienta que o desenvolvimento abre caminho para práticas diferentes e algumas vezes interconectadas, por exemplo: administração da paisagem, conservação dos novos valores naturais, agroturismo, produção orgânica, produção de alta qualidade, produtos regionais específicos. Conforme Ploeg et al (2000), são necessárias novas teorias que adequadamente reflitam sobre estas novas redes, práticas e identidades.

O desenvolvimento rural também está relacionado com a reconfiguração dos recursos rurais: terra, trabalho, natureza, animais, plantas, redes, mercados, relações entre rural e urbano, todos devendo ser reformados e recombinaados. O novo paradigma de desenvolvimento rural deve ajudar a clarear como novos recursos-base são criados, como os irrelevantes tornam-se valorizados e como combiná-los com outros recursos. Há uma emergência de regras orientadas para novas necessidades, perspectivas e interesses. O desenvolvimento rural deve reconsiderar as múltiplas e heterogêneas realidades. Este processo não é apenas sobre coisas novas, sendo um elemento decisivo e particular a combinação do velho com o novo. O desenvolvimento rural é sobre a reconstrução de novas redes, a revalorização e recombinação dos recursos, a coordenação e remolduração do social e do material, e ainda a renovação do capital social, cultural e ecológico (Ploeg et al, 2000).

Esta compreensão do desenvolvimento rural está de acordo com a perspectiva do ator porque reconhece suas premissas e sobretudo valoriza os estilos de vida e formas de vivência que a vida rural pode assumir.

2.1 A extensão rural e o desenvolvimento: o caso brasileiro

Resta agora tratar do caso brasileiro, especialmente no que tange à intervenção para o desenvolvimento rural.

No Brasil, o Estado sempre esteve à frente como agente principal de qualquer proposta de desenvolvimento rural, sendo a única esfera da sociedade com legitimidade assegurada para propor e impor mecanismos no sentido de uma mudança social. Para tanto, o Estado apóia-se em estratégias pré-estabelecidas, metas definidas, metodologias de implementação, lógica operacional e demais características específicas de projetos e ações governamentais que têm como objetivo o desenvolvimento rural (Navarro, 2001).

Portanto, como no Brasil o desenvolvimento rural constitui-se, na maioria das vezes, num conjunto de práticas, sempre houve a necessidade de atores (agentes) que

promovessem esse desenvolvimento. Esses atores, na maior parte dos casos, se encontravam associados às instituições promotoras do desenvolvimento, constituindo-se como transferidores de conhecimento para um grupo ou comunidade, como é o caso da extensão rural.

O modelo que a extensão rural oficial brasileira adotou supunha o estabelecimento de uma cadeia eficiente de transferência de tecnologia, com forte ênfase na comunicação e nas mensagens motivadoras e persuasivas para promoção de uma atitude inovadora. O modelo proposto de difusão de tecnologias centrou-se na figura do extensionista rural como “braço direito” da ação difusionista.

A postura acima descrita, adotada no período do difusionismo, não atende e não contribui para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural. A extensão rural continua sendo um dos principais instrumentos de intervenção, ordenação e controle do Estado sobre o meio rural. Deliberar sobre a alocação de recursos, decidir o início e o término de atividades, beneficiar a certos grupos em detrimento de outros, se constituem numa relação de poder. Quando se debate sobre a extensão rural, está se debatendo sobre o poder no meio rural (Brose, 2004).

O trabalho do extensionista se reconfigura e este passa a ser um agente de desenvolvimento, muito mais do que um educador e um difusor de tecnologias. O extensionista deverá compreender a dinâmica da realidade rural, privilegiar uma atuação em que o agricultor possa ser protagonista do processo social, definir com os grupos sociais os projetos de desenvolvimento adaptados às suas condições sócio-culturais, econômicas e ambientais. A extensão rural deverá favorecer o intercâmbio de conhecimentos que colabore para a construção do desenvolvimento rural, mas que, ao mesmo tempo, respeite e potencialize as capacitações, os projetos e as estratégias dos agricultores.

Considerando a situação atual em que os serviços de extensão passam por uma redefinição de objetivos, o momento é oportuno para discussões sobre o desenvolvimento rural, sobre as políticas públicas para o mundo rural e sobre o conhecimento e saberes dos atores locais e de suas racionalidades, estratégias e ações, pois os antigos modelos são inadequados para o desenvolvimento e compreensão do processo complexo de geração, de aquisição, de utilização e de transformação do conhecimento.

No Brasil, a aplicação do enfoque orientado ao ator para o caso da extensão rural exigiria uma transformação da atividade de extensão e dos extensionistas. Em primeiro lugar, a formação acadêmica ortodoxa dos profissionais que irão trabalhar com os

agricultores é incompatível com a própria busca por desenvolvimento. Aliás, no Brasil, há necessidade de um amplo debate sobre desenvolvimento rural. A compreensão do desenvolvimento rural como sinônimo de crescimento agrícola não responderá à redução da pobreza e da exclusão social, não permitindo o verdadeiro desenvolvimento do país e do mundo rural.

Em segundo lugar, a perspectiva do ator exige profissionais ou equipes de profissionais com visão multidisciplinar, que trabalhem de forma conjunta, para que se possa alcançar a tão almejada sintonia entre a extensão e os agricultores, aproximando-se, dessa forma, da concretização do desenvolvimento rural.

Outro ponto controverso, centra-se na capacidade de os atores desempenharem ações locais. Muitas vezes, tem sido salientado que os atores locais não estariam devidamente preparados para o desempenho de ações locais, pois as organizações dos agricultores familiares, dos assalariados rurais e dos sem-terra no Brasil seriam insuficientes em número e pouco representativas, com baixa capacidade de mobilização social, sendo que a escassa tradição associativa existente no campo seria um claro limitador de iniciativas centradas nos âmbitos exclusivamente locais⁵.

A perspectiva de Long e Ploeg permite uma reflexão sobre esse ponto, ao ressaltar a importância de serem estudados, entendidos e valorizados os estilos de vida locais. Com isso, colabora para a compreensão de que os pacotes ou políticas aplicadas pelos agentes interventores não são necessariamente o melhor para os grupos locais, pois desconsideram os projetos, as identidades e as motivações dos recipientes. Assim, indaga-se: Quem de fato não está preparado, os atores locais ou os agentes interventores?

Não se pode fechar os olhos para grandes dificuldades que se apresentam no mundo rural e colaboram para o impedimento da concretização do desenvolvimento rural. Contudo, cabe uma reflexão sobre as formas de intervenção e de ação social. A perspectiva do ator permite um entendimento mais profundo de aspectos antes não considerados, colaborando para um processo mais qualificado e oxalá mais efetivo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfoque orientado ao ator objetiva explicar e entender as respostas diferenciais e as experiências vividas pelos atores sociais diversamente localizados e afetados a circunstâncias estruturais similares e a condições que pareçam relativamente

⁵ Nesse sentido cita-se, a título de exemplificação, o trabalho de Navarro (2001).

homogêneas, e compreender os projetos de desenvolvimento, desde sua concepção até sua realização.

Afirmar categoricamente se esta perspectiva é uma teoria ou uma abordagem ou enfoque teórico é muito difícil, uma vez que o próprio Long não deixa isso claro em seu trabalho. Em seus primeiros escritos sobre o tema, ele denomina de análise, abordagem e orientação teórica, nos últimos trabalhos denomina, muitas vezes, de teoria. Isso pode ser reflexo de seu amadurecimento em relação ao estudo.

Long define orientação teórica como uma série de idéias, suposições e abordagens metodológicas que servem para guiar ou orientar o pesquisador no exame de questões substantivas que oferece modos de selecionar, conceitualizar, caracterizar e orientar dados relacionados com certos tipos de problemas analíticos. A orientação teórica não constitui, portanto, segundo ele, o que é normalmente considerado uma teoria, ou seja, um sistema coerente de proposições inter-relacionadas, passíveis de serem testadas empiricamente (Long, 1982)

Long afirma que as abordagens teóricas do estudo do desenvolvimento rural foram formuladas em resposta a tipos específicos de perguntas que influenciaram a maneira pela qual os problemas foram postulados. O autor considera a abordagem da modernização, as análises marxistas do subdesenvolvimento, o modelo transacional como contribuições paradigmáticas, não as definindo, em um primeiro momento, como teorias (Long, 1982).

Mais do que definir ou classificar a perspectiva do ator como uma teoria ou enfoque teórico deve-se ter a clareza quanto a sua referência epistemológica, ou seja, esse enfoque está baseado na fenomenologia. Deste fato resulta a dificuldade de integrá-la às perspectivas estruturalistas, porque as bases teóricas e epistemológicas divergem. Mesmo assim, o próprio Long (2001) afirma que não é impossível combiná-las dentro de um único marco de análise.

Não existe teoria perfeita, as teorias vão sendo substituídas e/ou qualificadas para explicar os fatos. Um novo fato pode promover a rejeição ou reformulação das teorias existentes, ou, ainda, pode provocar o surgimento de novas teorias. O momento é intrigante, crítico e excitante, porque há espaço para novas formas de pensar que poderão colaborar e engrandecer o debate, mas que exigem uma postura aberta à compreensão de diferentes aspectos.

A perspectiva do ator desenvolve conceitos básicos e apresenta pedras angulares que permitem uma compreensão mais ampla e completa do enfoque. Além disso, Long faz esforço para tornar mais concreta a discussão teórica, demonstrando análises

empíricas baseadas em estudos que procuram conciliar a teoria e a prática, principalmente, em contextos latino-americanos. O objetivo do autor é apresentar um telão de fundo reflexivo útil para compreensão de seus argumentos teóricos. Inclusive em um determinado momento há uma demonstração de como foi realizada a pesquisa⁶, que critérios foram utilizados, quais as dificuldades enfrentadas e as possíveis soluções para o caso.

Long e Ploeg apresentam críticas aos modelos de intervenção que são aplicados de cima para baixo, através de projetos desenvolvidos por agências de desenvolvimento com objetivos definidos e esperados e aplicados por agentes de desenvolvimento, como por exemplo extensionistas.

É necessário esclarecer dois pontos. Primeiro, os autores criticam as formas de intervenção mais do que a própria intervenção. Segundo, defendem que o desenvolvimento, sendo um processo multifacetado, multi-ator, multi-nível, multidimensional, multi-setorial permite ampla forma de objetivação, pois sua heterogeneidade e diversidade admitem diversas possibilidades, não excluindo e sim valorizando novos diálogos, redes, produtos, instituições, capitais ecológicos, sociais e culturais.

Long e Ploeg são a favor da compreensão da sociedade desde a base, da documentação da situação cotidiana micro e prática social. Eles não aconselham o esquecimento ou negligência das questões macro, mas o cuidado de verificar que muitas situações macro dependeram de escolhas, estratégias e ações micro. Eles salientam que não há uma predefinição dos acontecimentos, determinismo histórico, mas que a história é construída a partir dos conflitos de interesses entre os diversos mundos de vida.

Conforme os autores, da forma com que a intervenção é realizada não é possível alcançar desenvolvimento rural, porque a gênese do desenvolvimento está dentro das próprias comunidades, dentro dos grupos e das redes rurais. O desenvolvimento não é algo que vem de fora e que se concretiza através de projetos. Os grupos locais possuem seus próprios projetos, práticas, estratégias, ações, identidades, motivações. A importância está em entender o mundo de vida dos locais, as alternativas e soluções estão nos seus estilos de vida e formas de vivência e na sua valorização, compreensão, potencialização e estimulação.

⁶ Para maiores informações sobre a pesquisa empírica, ver Long (2001, p.20-30)

Portanto, não se trata de substituir políticas *top down* por políticas *bottom up*, mas redefinir e reorientar o olhar sobre o rural, considerando as interfaces, os jogos de poder, as arenas, os domínios, as redes, etc.

Há necessidade de compreensão do tema desenvolvimento rural. É urgente que se quebre *tabus*. Somente o entendimento do processo multifacetado, a percepção dos elementos de continuidade e de mudança e da multitude de estilos de agricultura permitirá a valorização da arte da agricultura. Conforme as palavras de Ploeg et al (2000, p. 40): “*It can be fully explored and elaborated or it can be neglected and ignored. There is a world to win, but also a world to loose*”. Tudo depende da atitude tomada frente ao processo que se delinea.

4 BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J. A agronomia entre a teoria e a ação. **Revista de Educação Agrícola Superior** (18) 02: 7-13 jul-dez, 2000.
- BROSE, Markus. **Participação e extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Porto Alegre: Tomo editorial, 2004. 256 p.
- CAPORAL, F. R. Em direção à extensão rural do futuro – caminhos possíveis no Rio Grande do Sul. In: CAPORAL, Francisco R. “**La extensión agraria del sector publico ante los desafios del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**”. Córdoba. Espanha. Tese de Doutorado. 1998.
- CAPORAL, F. R. & COSTA BEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. In: **Reforma Agrária**, São Paulo, ABRA, M.3, vol. 24, set-dez. 1994.
- LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London and New York: Routledge, 2001. 293 p.
- LONG, N. **Introdução à sociologia do desenvolvimento rural**. RJ: Zahar, 1982. 237 p.
- LONG, N. En búsqueda de un espacio para el cambio. Una perspectiva sobre la sociologia del desarrollo. **Tiempos de Ciência. Revista de Difusión científica de la Universidade de Guadalajara**. 1988, (abril- junio), p. 1-10.
- LONG, N. From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development. In LONG, N. & LONG, A. **Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development**. London and New York, 1992, 300 p., p. 16-45.
- LONG, N. e PLOEG, J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In BOOTH, D. **Rethinking Social Development theory, research and practice**. England, Longman Scientific & Technical, 1994, p. 62-90.
- LONG, N. e PLOEG, J. D. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. **Sociologia Ruralis**, Vol XXIX, 1989, p. 226-249.
- LONG, N. e PLOEG, J. D. Reflections on Agency, ordering the future and planning. In FLERKS, G. & OUDEN, J. (ed). **In search of the middle Ground: essays on the Sociology of planned development**. Wageningen Agriculture University, 1995, 238 p.

- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista de Estudos Avançados**. v. 16, n. 43. São Paulo: USP. set-dez, 2001.
- OLINGER, Glauco. **Ascensão decadência da Extensão Rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996. p. 100-174
- PLOEG, J. D. et al. Rural Development: form practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, 40 (4): 391-407, 2000.
- PLOEG, J. D., LONG, N., BANKS, J. (ed) **Living countrysides: rural development processes in Europe the state of the art**. Elsevier: Netherlands, 2002, p. 8-17.
- PLOEG, J. D. and RENTING, H. Impact and potential: a comparative review of European rural development practices. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, 40 (4): 529-543, 2000.

OBSERVAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE UMA SOCIEDADE RURAL DO RIO GRANDE DO SUL: UM OLHAR SOBRE AS SUBJETIVIDADES DE UMA AÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA

Marco Antônio Verardi Fialho¹

Resumo:

Este artigo apresenta parte do processo de desenvolvimento de uma comunidade rural do município de Canguçu – Metade Sul – RS. Comunidade que na década de 1970 era identificada como pobre, mas que atualmente é reconhecida pelo dinamismo. A análise centra atenção no Programa de Desenvolvimento de Comunidade (SUDESUL) que esteve presente na localidade no início da década de 1980, mas principalmente na contribuição dessa ação de política pública para a transformação da personalidade individual e coletiva. Esse programa governamental, combinado com outros fatores, contribuiu, relativamente, para a mudança de mentalidade da população local. Uma das inquietações deste trabalho é mostrar que ações de políticas públicas podem ser pensadas de forma mais complexa, articulando outros campos do viver, permitindo resultados positivos e perduráveis.

1 Introdução

Este estudo circula, de forma mais ou menos livre, por orientações disciplinares diversas. Empenha-se em compreender e explicar o processo de desenvolvimento da sociedade rural do Rincão dos Maia – Canguçu/RS, atentando para o Programa de Desenvolvimento de Comunidade da SUDESUL implementado no início da década de 1980. Objetivando compreender as relações desse programa com o processo de desenvolvimento da sociedade do Rincão dos Maia, já que esta sociedade passou por uma significativa transformação (em aproximadamente 20 anos) – de uma *localidade* pobre e, de certa forma, individualista para uma *comunidade* dinâmica e coesa. Esforço analítico em compreender a sociedade como coletividade em contínua relação com o ambiente, num processo aberto e interdependente. Ambiente constituído por um conjunto de elementos materiais, culturais, psicológicos e morais inter-relacionados.

Canguçu situa-se sobre a Serra do Sudeste, na região sul do Rio Grande do Sul (aproximadamente 300 km de Porto Alegre), uma das regiões com maior incidência de pobreza rural. Como características, a maior parte da população do município vive no meio rural em pequenas propriedades em que se destina a cultivar, principalmente,

¹ Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Pesquisador Bolsista Pós-Doutorado Júnior (CNPq) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: marcoavf@hotmail.com

milho, feijão e fumo. A população predominante é de descendentes de portugueses miscigenados com o espanhol, o índio e o negro, mas há descendentes de imigrantes alemães e italianos, entre outras etnias de menor representatividade.

Rincão dos Maia, para observadores menos atentos, pode ser identificada como uma localidade típica de descendentes de imigrantes alemães ou italianos (o contingente populacional, na sua grande maioria, é de descendentes de portugueses miscigenados com índio). Em nada lembrando seu histórico ligado a economia pastoril gaúcha. Famílias de agricultores dedicadas ao cultivo do pessegueiro, fumo, milho, feijão, tomate, morango, aspargo, entre outros produtos destinados ao autoconsumo e comercialização.

Este trabalho é fruto de um estudo que compreendeu, basicamente, dois momentos: a pesquisa bibliográfica e de dados secundários e a pesquisa de campo com entrevistas abertas e observações sobre as pessoas e suas relações com o meio ambiente e com as instituições realizadas ao longo do período que iniciou em abril de 2001 e findou em dezembro de 2004.

2 Passado e Presente: inter-relações relevantes para o processo de desenvolvimento

A condição de vida no Rincão dos Maia, no passado, era precária. Famílias numerosas, atividade agrícola incipiente e casas de pau-a-pique, a pobreza era generalizada. Hoje os agricultores, com padrão de vida razoável, identificam o Rincão dos Maia do passado com o Nordeste do presente: “Aqui era tipo o Nordeste, um pessoal muito pobre. Às vezes aparece na televisão uma mulher com dez, doze filhos, aqui também era assim!”² “Um dia eu estava vendo na televisão lá o Nordeste, as casa iguais a gente fazia, de pau-a-pique, trincha com vassoura e tapeia com barro.”³

Rincão dos Maia há trinta anos ou mais, era uma localidade de agricultores, na grande maioria, descendentes de portugueses e índios, não descartando a miscigenação com o espanhol e o negro. Herdeiros da cultura do gaúcho primitivo. As pesquisas em fontes bibliográficas e os relatos dos moradores dão conta da relação com os antepassados criadores de gado na região. Um dos poucos descendentes dos antigos proprietários da região salienta: “Essa terra era da minha família, foram vendendo e repartindo. Morria um se repartia, isso aqui é herança da minha mãe. (...) Na época dos

² 75 anos – agricultor no Rincão dos Maia.

³ 74 anos – agricultor no Rincão dos Maia.

meus avós era mais gado, umas laranjeiras e um pouquinho de milho e feijão”.⁴ Há outras informações que ajudam a relacionar essa população com o gaúcho primitivo, como a utilização de certas palavras do linguajar do gaúcho (principalmente de origem espanhola), ou fotografias antigas expostas nas salas das casas, algumas sobre o lombo do cavalo, com ar altivo.

As famílias numerosas e os sucessivos desmembramentos das estâncias não deixaram alternativa para a população do Rincão dos Maia que não a agricultura em pequena escala. A transformação de um passado de criação para um presente de cultivo, processo de metamorfose de peão para agricultor.⁵

O Rincão dos Maia era antigamente um dos últimos focos de resistência da cultura indígena em meio ao avançar dos colonos de origem germânica que subiam a Serra do Sudeste vindos de São Lourenço do Sul. Também em épocas passadas, os italianos começaram a chegar na região e a ocupar áreas próximas à localidade do Rincão dos Maia. Esse cercamento étnico levou ao isolamento, tanto por iniciativa própria como por parte dos *invasores*, talvez os últimos sejam mais responsáveis do que os primeiros, principalmente pela segregação étnica imposta pelos mais claros.

Sob o olhar da própria sociedade do Rincão dos Maia, as pessoas eram isoladas, fechadas, individualistas, as regras sociais eram mais flexíveis, possibilitando um modo de vida menos adequado aos padrões do resto da sociedade canguçuense. Por essas características, os desentendimentos eram comuns na localidade, seguidos, por vezes, de atitudes de violência. Hoje a relação entre as pessoas mudou, são passivos, receptivos e alegres – uma comunidade integrada à sociedade como um todo. O acesso à informação colaborou para a transformação da mentalidade da sociedade do Rincão dos Maia, mudou a percepção sobre si e sobre os outros, incorporando atitudes que lhes apresentavam como *mais* civilizadas. A inferioridade admitida pelas pessoas da localidade, e atribuída pela sociedade externa, pode ter produzido a reação necessária para a transformação rápida do modelo de vida das pessoas do Rincão dos Maia, em consonância com a vontade do poder público que disponibilizou meios que colaboraram com o processo.

Boa parte dos agricultores não tinha equipamento para trabalhar a terra, o preparo das lavouras era apenas com a utilização de enxada; tração animal era para poucos. As técnicas de cultivo eram rústicas e inadequadas ao tipo de solo e relevo da

⁴ 68 anos – agricultor no Rincão dos Maia.

⁵ Ver Holanda (1995) – discussão sobre aventureiro e trabalhador.

região, provocando, em poucos anos de exploração, o esgotamento. As sementes eram próprias, reserva do ano anterior, fracas e pouco produtivas tendo em vista as condições de baixa fertilidade que foram produzidas. Pelas dificuldades de cultivo, muitos se dedicavam ao trabalho externo à propriedade, a produção de lenha e carvão; a agricultura resumia-se a pequenas lavouras de feijão, milho e batata-doce. Com o trabalho fora da propriedade, cortando arroz nas granjas do extremo sul do Rio Grande do Sul – fronteira com o Uruguai, os agricultores compravam alimentos necessários para passar o ano e alguns instrumentos de trabalho para a lavoura. Nesse período era comum o empréstimo de animais para o preparo das lavouras. Com a aquisição de equipamentos foram pouco a pouco abandonando o trabalho externo nas granjas de arroz e dedicando-se à agricultura de subsistência e a algumas poucas e pequenas lavouras, quase que estritamente comerciais, como o caso da soja, da ervilha e cebola. O processo de mecanização vinha ano após ano substituindo o trabalho manual nas granjas de arroz.⁶

A partir da segunda metade da década de 1960, a indústria de doces e conservas de Pelotas começa a buscar no meio rural mão-de-obra para trabalhar em diversas ocupações, como, por exemplo, ajudante geral, operador de caldeira, manutenção, descaroçador, entre outras. Uma das localidades com maior número de mão-de-obra disponível era Rincão dos Maia. O trabalho nas empresas de Pelotas e região possibilitou a capitalização dos agricultores, os salários eram utilizados tanto para a subsistência alimentar das famílias como para a compra de equipamentos para a produção agrícola. O trabalho externo, além de proporcionar mudanças no comportamento social das pessoas da localidade, mostrou que os moradores do Rincão dos Maia poderiam ser fornecedores tanto de mão-de-obra como de matéria-prima para a indústria de doces e conservas. A partir desse período, Rincão dos Maia passou a fornecer, segundo as necessidades e exigências da indústria de doces e conservas, aspargo, cebola, ervilha, morango, tomate, entre outros produtos agrícolas. Mas o destaque cabe ao pêssego. O desenvolvimento rápido do cultivo do pêssego no Rincão dos Maia começou a partir de 1978, principalmente pelo incentivo da indústria de doces e conservas de Pelotas, fornecendo e financiando insumos e equipamentos, além da assistência técnica.

⁶ O processo de mecanização era efeito da política de modernização tecnológica da agricultura. Sobre esta questão ver Moreira (1999).

A transformação da sociedade do Rincão dos Maia é rapidamente percebida quando questiona-se sobre o passado. Passado que traz lembranças de dor, fome e humilhação, mas também de orgulho pela capacidade de transformação. A partir deste momento, o objetivo é tentar perceber as contribuições do Programa de Desenvolvimento de Comunidade – SUDESUL – para a transformação vivenciada pelas pessoas do Rincão dos Maia.

3 O Programa de Desenvolvimento de Comunidade – SUDESUL

Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, a Universidade Católica de Pelotas realizou levantamento sobre as condições sociais e econômicas do meio rural de Canguçu. Nesse estudo destacaram-se três localidades pela precária condição de vida das pessoas: Rincão dos Maia, Faxinal e Melão e Flores (Rincão dos Melões e Coxilha das Flores). Com base nesse estudo, Rincão dos Maia foi escolhido pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) para aplicação do Programa de Desenvolvimento de Comunidade.⁷

O Programa de Desenvolvimento de Comunidade tinha como objetivo articular três linhas básicas de ação: a) Comunidade: atuar junto às populações carentes, analisar de forma sistemática a realidade em que vivem, e mobilizar esforços para solução de seus problemas, buscando a participação da sociedade local ao nível de planejamento, execução e avaliação de programas e projetos; b) Ministério do Interior: buscar junto aos diversos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, executar ações de desenvolvimento comunitário, particularmente com relação aos programas e projetos especiais de desenvolvimento; c) Órgãos, Entidades e Instituições Externas: obter maior articulação com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, e instituições privadas, integrando esforços e recursos com vistas ao desenvolvimento de comunidade.⁸

Além da articulação das três dimensões, o Programa de Desenvolvimento de Comunidade possuía as seguintes diretrizes: 1) Incorporar a dimensão social nos planos, programas e projetos econômicos; 2) Considerar prioritário, na programação de Desenvolvimento de Comunidade, o apoio ao pequeno e médio produtor, o artesanato, e

⁷ Sobre Programas de Desenvolvimento de Comunidades, ver Nelson (1973a).

⁸ MINTER (1982, p. 05). Fukui (2003, p. 03) salienta que os programas de desenvolvimento de comunidade na década de 1970 partiam do pressuposto que “(...) as populações rurais ancoradas em relações baseadas na tradição tinham resistência à mudança e que cabia aos profissionais a difusão de inovações, a modernização econômica das populações rurais fazendo-as focalizar a produtividade e a racionalidade.”

outros programas que objetivavam a criação de emprego e aumento de renda, como também programas que visassem a prestação de serviços e benefícios sociais às populações; 3) Desenvolver ação sócio-educativa junto à população através das organizações já existentes, ou propiciar condições para a auto-organização das populações na constituição de seus próprios instrumentos de participação (grupos de trabalho, conselhos comunitários, cooperativas e outras associações específicas); 4) Assegurar a utilização de metodologia que possibilitasse a participação das populações em todos os momentos e fases do processo de desenvolvimento; 5) Considerar, nos projetos, a participação das populações em todas as fases, criando condições para que elas pudessem autogerir os empreendimentos; 6) Considerar as organizações comunitárias como canais de comunicação entre as populações e os níveis de decisão e planejamento; 7) Capacitar em Desenvolvimento de Comunidade os técnicos dos níveis de planejamento e execução; e 8) Garantir a integração de órgãos e entidades, objetivando a compatibilização de programas. Diretrizes orientadas para promover a distribuição regional do desenvolvimento brasileiro em suas três dimensões básicas: econômica (acelerando o crescimento das regiões menos desenvolvidas), social (redução da pobreza e melhoria nas condições de habitação, saneamento, meio ambiente, humanização das cidades) e política (descentralização das decisões quanto ao desenvolvimento e maior participação dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios). Respeitando estas orientações, o Programa de Desenvolvimento de Comunidade deveria levar em consideração a diversidade regional, adequando-se à realidade.⁹

No caso específico da Região Sul, o Programa de Desenvolvimento de Comunidade tinha por objetivo geral atuar junto às populações carentes do meio rural, através do planejamento participativo, com vistas à redução das desigualdades sociais.¹⁰ Especificamente, no que diz respeito às famílias de agricultores, possibilitar o acesso às atividades produtivas, assegurando melhoria no nível de vida (adequar às suas reais necessidades), reduzindo a marginalização social e a migração compulsória.

Na prática, uma das primeiras intervenções do Programa de Desenvolvimento de Comunidade na localidade do Rincão dos Maia foi a “1º Agregação de Produtores Rurais do Rincão dos Maia” realizada entre os dias 28 de setembro e 01 de outubro de

⁹ MINTER (1982, p. 05-06).

¹⁰ O Programa de Desenvolvimento de Comunidade era executado no âmbito do convênio integrado pela SUDESUL, Prefeitura Municipal e EMATER/RS, esta responsável pelo suporte técnico.

1981 na cidade de Pelotas.¹¹ MINTER/SUDESUL (1981) buscou no vocábulo da zoologia o significado da palavra *agregação*, referindo-se a uma família de moluscos que não têm concha, representada pela reunião de muitos indivíduos dentro de uma pele comum, lhes conferindo a aparência de um indivíduo único. Associando ao significado usual na língua portuguesa, o Programa de Desenvolvimento de Comunidade atribui à palavra *agregação*: o *reunir*, o *associar*; objetivando, segundo MINTER/SUDESUL (1981):

(...) AGREGAR, portanto, pequenos agricultores que, isoladamente, têm dificuldades em melhorar a vida de sua própria comunidade e de sua própria família, mas que se estiverem reunidos, AGREGADOS, formarão como que uma só cabeça, falarão com mais força e poderão ajudar-se melhor, uns aos outros, para resolver seus problemas. O Programa quer associar pessoas, somar vontades, reunir esforços, acumular conhecimentos, juntar meios de trabalho, acrescentar serviços; a todos e a tudo CONGREGANDO, para atingir um objetivo comum.

Pelas palavras acima e pelas entrevistas com os agricultores que participaram dessa *agregação*, percebe-se que foi, para muitos, um marco em suas vidas, principalmente quanto diz respeito à afetividade. Talvez esta tenha sido a tônica da reunião, despertar e fortalecer os laços de afetividade e amizade entre os presentes, apostando nessas como caminho para a transformação social. A transformação observada geralmente é material, física, de fácil percepção, como, por exemplo, melhoria nas habitações, nas lavouras, aquisição de bens. A mudança percebida no aspecto material é reflexo da mudança de comportamento, de visão de mundo, por se tratar de aspecto subjetivo, menos observável aos olhos. Sobre a 1ª Agregação de Produtores Rurais do Rincão dos Maia um dos participantes relata:

Eles ensinaram de tudo. Lá não tinha religião, não tinha partidaria, era exclusivamente o meio da agricultura. Como tinha que produzir direito, diversificar as coisa. Não era pra todo mundo plantar feijão, era pra plantar milho, feijão. Um plantar pessegueiro, outros plantar soja, todo mundo plantando uma coisa só não funciona.¹²

Para o agricultor, no primeiro momento, o objetivo da reunião estava *exclusivamente* na questão agrícola, mas percebe-se na fala que, por detrás desta questão, tinha a noção de perceber a localidade como um corpo, com organismos integrados e não competitivos, ou menos competitivos. A diversificação da produção agrícola dentro do estabelecimento familiar e também dentro da localidade reduziria os riscos e amenizaria as consequências de possíveis crises advindas de problemas

¹¹ Além desta, foram realizadas *agregações* com as esposas dos agricultores e com os professores das escolas rurais, em momentos distintos.

¹² Comerciante e agricultor no Rincão dos Maia.

climáticos ou do mercado, tanto de aspectos relativos à subsistência familiar como de auto-estima. Auto-estima, esta era uma das questões fundamentais para que o programa alcançasse os objetivos propostos.

Acostumados à rejeição e à estigmatização por parte da sociedade, conseqüentemente reconhecendo-se como seres humanos inferiores, não acreditavam que poderiam ser respeitados e bem-tratados como qualquer outra pessoa. A valorização, como seres humanos iguais, trouxe reações de espanto entre os agricultores participantes da agregação. Não vivenciavam, no cotidiano, relações de cordialidade. Para esquecidos e ignorados, as atitudes de valorização mostraram que o *medo da poluição*,¹³ por parte da sociedade externa ao Rincão dos Maia, representava, de certa forma, a falta do auto-reconhecimento, da própria sociedade do Rincão dos Maia, como iguais, iguais e com os mesmos direitos que qualquer outro cidadão canguçuense. Mas para serem respeitados precisavam da união.

A 1ª Agregação de Produtores Rurais do Rincão dos Maia foi realizada, segundo depoimentos, na praia do Laranjal, a beira da Lagoa dos Patos (Pelotas), num estabelecimento da Igreja Católica utilizado para reuniões de grupos de jovens, de casais, reflexões religiosas/espirituais. Local agradável, sossegado, próximo à natureza e ao céu. Mesmo não tendo a participação direta da doutrina católica nas palestras proferidas, o ambiente espiritual sugeria algo de mais profundo, comunhão e fraternidade (tônica da doutrina católica), facilitando a aproximação das pessoas. Aspecto que, de alguma forma, influía na psique dos agricultores, perpetuando as relações afetivas para além da Agregação.

A palavra *comunidade* tem a capacidade de transmitir algo além da união de pessoas que vivam numa mesma área, inspira o espiritual, o divino, o eterno. Esta palavra aliada, explícita ou implícita, à conotação religiosa pode produzir relações sociais sólidas, principalmente pela permanente observação do onipotente (onipresente).

No passado, os valores da sociedade do Rincão dos Maia eram mais liberais, os mecanismos de controle menos rígidos, um modo de viver que não era para a própria sociedade local adequado. Observando a vizinhança (localidades) e a sociedade urbana, com as quais tinham contato, as pessoas de Rincão dos Maia questionavam os seus próprios valores, atitudes, que na comparação com outras sociedades, estavam em desvantagem, chegando a autodenominarem-se de *pouco civilizados*. Necessitavam

¹³ “(...) evitação de qualquer contato mais estreito com os membros do grupo outsider (...)”, conforme Elias e Scotson (2000, p. 26).

reestruturar suas vidas, seus valores. Talvez este seja um dos fatores que contribuiu para a transformação dessa sociedade.

A sociedade de Rincão dos Maia estava angustiada tanto pelas condições precárias dos meios de produção como pela forma que conduziam suas vidas. As reuniões promovidas pela equipe da SUDESUL com as pessoas do Rincão dos Maia tinham por objetivo, *camuflado* entre temas relativos à atividade produtiva, mostrar uma outra forma de orientar suas relações interpessoais. A agregação, segundo relato, contribuiu para a mudança de comportamento da sociedade local: “(...) lá receberam essa nova forma de se viver.”¹⁴

Nos depoimentos dos agricultores participantes da 1ª Agregação de Produtores Rurais do Rincão dos Maia, observa-se algumas questões que foram abordadas sobre comportamento das pessoas, destacando as relativas à convivência entre as pessoas da própria família, à vida em comunidade e à ajuda mútua. Questões estreitamente ligadas às relações de afetividade, respeito à individualidade e confiança, estas pouco observadas em períodos passados, conforme apresentado na seção anterior.

O tema comportamento social ganhou destaque nas agregações posteriores, nas de participação exclusiva das comissões locais, denominadas de *Agregação de Treinamento das Comissões Locais de Desenvolvimento de Comunidade*. Nesse encontro um dos objetivos era o treinamento dos membros das comissões locais sobre o bom desempenho de suas atribuições como representantes da comunidade, especificamente em termos de conhecimento dos tipos de comportamento humano, de liderança comunitária e de organização.

As reuniões promovidas pela SUDESUL, com a participação dos agricultores, também incentivavam o amor-próprio (auto-estima) e o amor a terra, e, na união destes dois, a valorização do agricultor como ator fundamental no desenvolvimento em geral, e da sua função como provedor do alimento para a sociedade.

Para uma população estigmatizada e inferiorizada, a auto-estima era questão importante. Readquirir a valorização pessoal, a satisfação como pessoa, e passando a ter confiança em seus atos, contribuindo, conseqüentemente, para o desenvolvimento da sociedade local. O amor a terra como um bem, uma mãe, que provê o alimento e a subsistência da família, e que deve ser tratada com carinho para garantir sua fertilidade. Dessa forma, incumbindo a sociedade do Rincão dos Maia a recuperar a *saúde* de sua

¹⁴ Funcionária pública municipal e agricultora no Rincão dos Maia.

terra, esta vista como degradada pela má utilização e como uma das restrições ao desenvolvimento econômico da localidade. Garantindo a auto-estima e a boa qualidade da terra, um dos objetivos do Programa de Desenvolvimento de Comunidade, a melhoria das condições de vida da população e a fixação desta no meio rural seriam facilitadas.

Lembradas pelos agricultores até hoje, músicas e frases de impacto compunham a gama de instrumentos utilizados para elevar a auto-estima e a valorização da terra. Uma das músicas cantarolada durante as entrevistas pelos agricultores que participaram das reuniões era o “Canto da Esperança” (Letra e adaptação de Olmiro Tavares Dias):

Eu nasci na agricultura
E plantando me criei
A semente do progresso
A plantar continuarei.

Ai, ai, ai, ai,
Como é bom viver
A vida do campo,
Sem esmorecer.

Ai, ai, ai, ai,
Como é bom viver
A vida do campo,
Sem esmorecer.

Como estamos unidos,
Com a intenção de trabalhar,
Agregados continuaremos,
Para a vida melhorar.

Na lavoura da esperança
Brilha o sol da liberdade,
Pela estrada da fartura,
Nos chega a felicidade.

Ai, ai, ai, ai,
Como é bom viver
A vida do campo,
Sem esmorecer.

Pela letra desta música, pode-se observar algumas palavras-chave, usadas para inspirar a valorização da agricultura, do viver no meio rural, da união dos agricultores, e da esperança e da luta pela felicidade. Trabalhando com a psique das pessoas, incorporando princípios e valores novos ou esquecidos pela sociedade do Rincão dos Maia, destacando as boas qualidades do viver da agricultura, e, apesar das adversidades, viver *sem esmorecer*. De certa forma, esta música utiliza elementos que exaltam o comprometimento (na união e no trabalho) da sociedade local em busca de melhores condições de vida.

Na 1ª Agregação de Produtores Rurais do Rincão dos Maia (Praia do Laranjal - Pelotas), a comissão organizadora promoveu a eleição da frase mais significativa para a comunidade do Rincão dos Maia. A eleita como lema da comunidade foi a seguinte frase: “Confiança em São Pedro, trabalhando em harmonia e cultivando o espírito de 20 de Setembro, faremos da união a nossa força, e um Novo Rincão dos Maia”. Uma frase com significados a desvendar. Logo de início o apelo espiritual, sob o olhar e a proteção divina de São Pedro, a sociedade local sente-se mais segura e confiante, funcionando

positivamente na auto-estima das pessoas. Também tem a função de mecanismo de controle social, aos transgressores: sanções divinas – mecanismo de coerção social para assegurar a harmonia e a união da comunidade. Outra questão refere à fração “cultivando o espírito de 20 de Setembro”, data significativa para a sociedade rio-grandense, lembra a Revolução Farroupilha (1835-1845). Inspira força, honra, espírito de luta, e, na guerra, como lembra Vianna (1987), o sentimento de solidariedade é mais intenso. Criando na psique da sociedade local uma *atmosfera* de luta, de guerra, contra as dificuldades que assolam a vida das pessoas da comunidade, imputando-nas garra e perseverança, estimulando a coesão. Por fim, a transformação do Rincão dos Maia no Novo Rincão dos Maia, expurgando *marcas* e estigmas do passado. A conjunção de significados produziu na comunidade forças sociais capazes e convictas da transformação, resultando na união de todos contra a exclusão social e econômica da sociedade do Rincão dos Maia. Não se pode esquecer que há outras questões envolvidas no processo de desenvolvimento da localidade, algumas que antecederam o Programa de Desenvolvimento de Comunidade e que são relevantes para o entendimento do processo de desenvolvimento do Rincão dos Maia, não cabendo atribuir a um único responsável o atual contexto social e econômico.

Prosseguindo no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Comunidade da SUDESUL, após a 1ª Agregação de Produtores Rurais do Rincão dos Maia iniciaram-se as atividades complementares do processo, dedicadas à melhoria das condições de produção agrícola e de vida. As principais dificuldades das famílias eram a baixa fertilidade do solo, a técnica arcaica de trabalho na terra, a pouca disponibilidade de meios de produção (animais de tração e ferramentas de trabalho), e a ruínosa condição de saneamento. As primeiras ações foram: interiorização de um técnico agrícola (residindo na localidade e dispondo de uma motocicleta para agilizar a locomoção), estruturação da Comissão Local de Desenvolvimento de Comunidade (integrada por membros da localidade), aquisição de equipamentos agrícolas (patrulha agrícola: trator e implementos), melhoria do saneamento (construção de fossas sanitárias), oferta de cursos do MOBREAL e SENAR,¹⁵ entre outras. Posteriormente, foi instalado um posto de saúde na localidade e a ampliação da rede de energia elétrica.

As pessoas do Rincão dos Maia reconhecem a transformação, em vários aspectos, da sociedade e da economia local, atribuem parte das conquistas ao Programa

¹⁵ Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBREAL); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

de Desenvolvimento de Comunidade (SUDESUL). Conquistas, como destaca o entrevistado (54 anos):

Ela [SUDESUL] deu muita ajuda. Ela levava o pessoal para fora, para tomar conhecimento de outros lugar, vê as outras comunidade, vê como funcionava, isso chama a atenção né! Pegava daqui o pessoal e fazia excursão, levava em outra comunidade, para o pessoal vê como a outra comunidade participava, funcionava, aí então pegava a noção daquilo lá pra vê o que que podia aplicar aqui. Além da patrulha agrícola, do técnico agrícola que foi muito importante, foi muito importante, para nós aqui! (...) A rede de açudagem, mas ainda tem carência de água. Veio a rede de luz, até veio aquela rede trifásica, se não fosse a SUDESUL nós não teria essa rede. O miniposto de saúde, através da SUDESUL, foi um grande desenvolvimento na área da saúde e agora está bem ampliado. Cada vez a intenção é de melhorar! E começou com a SUDESUL!¹⁶

Uma senhora também salienta:

O melhor que ficou foi esta mudança de mentalidade! Se não fosse a SUDESUL trazer essa nova forma eu não saberia lhe dizer o que seria de nós hoje! (...) O que veio pela SUDESUL foi a convivência das pessoas, a ajuda mútua das pessoas, como viver em comunidade, e a conservação do solo. Isso foi o passo primordial para o Rincão dos Maia, a conservação do solo.¹⁷

E um senhor (44 anos), com entusiasmo, faz o seguinte balanço:

Que bom que a gente passou três dias lá em Pelotas! Aquilo pra mim transformou! Trouxe o meu conhecimento, trouxe o meu valor, mostrou o valor que eu tinha que era a terra e que eu não sabia aproveitar, pois isso eu não sabia. Ora calcário, ora calcário, na época, o que é isso? Ora cisco (matéria orgânica)! Os meus vizinho, até pouco tempo, vendo eu transformar a minha terra em terra eles ainda botavam fogo no próprio pasto para depois lavar, e vendo eu carregando cargas e cargas de quando eu fazia limpeza no meu campo, eu tirava a carqueja e a cana e levava para a lavoura, no lugar de queimar a gente levava para a lavoura. Eles me olhavam e chegavam a me chamar várias e várias vezes de louco. Principalmente aqueles que não foram lá em Pelotas. Hoje é difícil enxergar um fogo, é difícil. Olha, faz vinte e dois anos que eu não boto fogo, só botei fogo nuns espinhos por causa das cobras. Fogo só no fogão! Tinha uma terra que não dava mais nada, só uns gravatazinhos. Depois que eu fui na agregação eu resolvi esse problema.¹⁸

Três percepções sobre as contribuições do Programa de Desenvolvimento de Comunidade, de certa forma distintas, mas há uma questão comum nos depoimentos, apesar da forma como é expressa em cada um deles. Essa questão é a transformação da mentalidade das pessoas da comunidade, tendo participado direta ou indiretamente das atividades do Programa. Deve-se a essa transformação o acesso ao conhecimento, não só pela educação convencional (institucional), mas, também, pelo conhecimento de novas experiências, como as excursões a outras comunidades. Acesso, até mesmo, ao

¹⁶ Agricultor no Rincão dos Maia.

¹⁷ Funcionária pública municipal e agricultora no Rincão dos Maia.

¹⁸ Agricultor no Rincão dos Maia.

autoconhecimento, ao (re)conhecer o seu valor como indivíduo e agente da própria transformação. Não só desse Programa, mas do processo de desenvolvimento da comunidade do Rincão dos Maia, uma das maiores conquistas, senão a maior, é a *mudança de mentalidade* da sociedade local.

Elias (1994a), ao perceber a sociedade como uma configuração mutante, indica que as estruturas de personalidade dos seres humanos mudam, acompanhando as mudanças de configuração. Entende a sociedade como um conjunto de pessoas interdependentes, ligadas por relações de dependência. As pessoas são mais ou menos dependentes entre si, como destaca o autor, “(...) inicialmente por ação da natureza mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas (...)”¹⁹ A sociedade do Rincão dos Maia mudou sua estrutura de personalidade à medida que as relações internas e externas foram intensificadas, gerando *necessidades recíprocas*. A intensificação das relações pode ocorrer, ora em maior velocidade, ora em menor velocidade, depende de uma série de fatores inter-relacionados, alguns desses induzidos intencionalmente. Neste momento da discussão, a participação do Programa de Desenvolvimento de Comunidade da SUDESUL na localidade do Rincão dos Maia é responsável por alguns desses fatores induzidos intencionalmente (políticas públicas), estimulando e proporcionando acesso a outros meios (sociais) pouco conhecidos pela sociedade, criando, de certa forma, necessidade de aprendizagem social (conhecimento) e contribuindo para a referida (pela própria sociedade) mudança de mentalidade.

A intensificação das relações sociais dentro da localidade produzidas pela curiosidade de uns e pelo entusiasmo de outros, processo relacional reflexivo, *contaminou* a sociedade local, disseminando conhecimento e informação e agregando as pessoas. Os ensinamentos adquiridos na Agregação foram repassados aos que ficaram na localidade, integrando e equalizando o sentimento de *nós* do Rincão dos Maia. Nesse sentido, o Programa de Desenvolvimento de Comunidade parece ter sido democrático, mas lacunas ou clãs foram esquecidos ou deixados de lado, talvez por vontade própria. Entrevistou-se *excluídos* do Programa de Desenvolvimento de Comunidade que, ao serem perguntados sobre a 1ª Agregação de Produtores Rurais do Rincão dos Maia respondiam com desdém: “Ouvi falar, mas não fui. Foram lá de ônibus, mas não sei o que aconteceu.” Na conversa com um senhor percebeu-se que a condição de vida da sua

¹⁹ Elias (1994a, p. 249).

família melhorou pouco, não alcançou o desempenho das participantes ativas do Programa. As condições de moradia e a atividade produtiva pouco mudaram no decorrer dos anos, as conquistas materiais vieram em momento posterior à aposentadoria: “Agora está melhor, nós estamos aposentados, todo mês vem aquele salário. Então dá para ir indo.”

O Programa de Desenvolvimento de Comunidade teve seus pontos positivos e negativos, talvez tenha-se dado ênfase às conquistas, principalmente pelo otimismo e empolgação transmitidos pelos entrevistados, mas observou-se *áreas*, da localidade e do viver, que conservam características do passado, heranças culturais. Entretanto, a sociedade do Rincão dos Maia, alguns eufóricos e outros cautelosos, foi unânime em afirmar que a comunidade passou e está passando por um processo de desenvolvimento acima da média das localidades rurais do município.²⁰

Segundo um extensionista rural, a maior contribuição do Programa de Desenvolvimento de Comunidade, realizado pela SUDESUL na localidade do Rincão dos Maia, foi a quebra do isolamento:

Através do Programa de Desenvolvimento de Comunidades, EMATER, Prefeitura e SUDESUL, acho que trouxe um grande desenvolvimento para eles, porque até aquele momento eles eram isolados dentro do município. Então, através daquele momento as autoridades começaram a se preocupar com eles, e eles tiveram acesso às políticas públicas. À medida que eles conseguiram conversar com as autoridades, manifestar seus problemas, o que eles estavam sentindo, aí as coisas começaram a fluir.

As contribuições do Programa de Desenvolvimento de Comunidade para a transformação da comunidade do Rincão dos Maia são evidentes, mas o programa não é o único responsável. Há questões que precedem à intervenção do poder público, acontecimentos e características que foram e são significativos para o processo de desenvolvimento no seu todo.

Considerações Finais

A análise das contribuições do Programa de Desenvolvimento de Comunidade da SUDESUL no processo de desenvolvimento da localidade de Rincão dos Maia aponta para algumas conclusões que merecem destaque. Inicialmente, foi possível perceber que a ação de agentes externos, como o Programa de Desenvolvimento de Comunidade, contribuiu, em parte, para a transformação da sociedade, estimulando o

²⁰ Conhecedores dos *rincões* de Canguçu, as lideranças municipais também expressaram a mesma opinião sobre o desenvolvimento da localidade.

desenvolvimento em diversas áreas do viver. Entretanto, destaca-se que a mobilização social já vinha se desenvolvendo no interior da sociedade do Rincão dos Maia, com a união pelo ensino formal e religioso, possibilitando a coesão social, e potencializando os resultados da intervenção externa. Tanto a mobilização da sociedade local como o Programa de Desenvolvimento de Comunidade foram significativos para o desenvolvimento observado na localidade, auxiliando um ao outro. O Programa de Desenvolvimento de Comunidade, por um lado, permitiu a aproximação da sociedade do Rincão dos Maia com o poder público local para discutir possíveis restrições ao desenvolvimento, permitindo acesso a políticas públicas e ao conhecimento, questões que, além dos resultados materiais e observáveis, transformaram, em certa medida, na relação com a sociedade exterior, a mentalidade das pessoas.

A aproximação do poder público com a sociedade representou, de certa forma, atribuição de valor humano à sociedade do Rincão dos Maia, melhorando, por exemplo, a auto-estima das pessoas. Por outro lado, o dinamismo preexistente na sociedade local auxiliou nos resultados da intervenção do Programa de Desenvolvimento de Comunidade, conferindo-lhe destaque como indutor do desenvolvimento da localidade.

A proximidade com a cidade de Canguçu e com o município de Pelotas, e a vizinhança com sociedades rurais com modos de vida distintos aos da sociedade de Rincão dos Maia, permitiu a troca de informações e a intensificação das relações sociais com o meio externo, motivando a crítica e autocritica quanto ao modelo de vida (social e econômico) perpetuado pelas famílias da localidade. A troca de experiências de vida ou apenas a observação de um outro modelo pode motivar transformações (relações interdependentes), como no caso da sociedade do Rincão dos Maia.

No passado, as pessoas do Rincão dos Maia eram identificadas pela sociedade externa como um grupo à parte, de qualidade inferior, tanto pela formação étnica como pela condição social e econômica. Estigmas produzidos, principalmente, na relação com a sociedade externa, e incorporados como características intrínsecas das pessoas da localidade. A análise desta questão mostrou que o conhecimento adquirido, tanto pela educação formal como pelas trocas informais de informação, e a melhoria das condições sociais e econômicas proporcionaram mudanças de mentalidade da sociedade do Rincão dos Maia, permitindo auto-reconhecer-se como igual à sociedade externa. Mudanças de percepção que repercutiram na auto-estima, contribuindo para a contra-estigmatização (cerrar fileiras), esta que, de alguma forma, estimula a perpetuação das conquistas

sociais e econômicas, conquistas usadas para equilibrar a relação de poder entre as sociedades, e para destacar a capacidade de transformação.

Ações governamentais que conseguem desenvolver, econômica e socialmente, e *contagiar* a sociedade, no sentido de despertar sentimentos de cumplicidade, produzem efeitos duradouros, talvez aqueles salientados por Hirschman (1996). Sociedades motivadas exercem, em certa medida, atração de novos parceiros, sejam da iniciativa privada ou pública, resultando em alternativas, econômicas e/ou sociais, que possibilitem a perpetuação, de forma satisfatória, do processo de desenvolvimento.

Este trabalho teve como preocupação principal mostrar, por outro prisma, as contribuições do Programa de Desenvolvimento de Comunidade (SUDESUL). Demonstrando que ações de políticas públicas podem ser pensadas de uma forma mais complexa, articulando outros campos do viver.

Bibliografia

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.

FUKUI, Lia. Terapia comunitária e o conceito de comunidade: uma contribuição da sociologia. **Anais do I Congresso Brasileiro de Terapia Comunitária**. Morro Branco – Ceará, 2003.

HIRSCHMAN, Albert O. **Auto-Subversão – Teorias Consagradas em Xequê**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MINISTÉRIO DO INTERIOR (MINTER). **I Seminário Nacional do Programa de Desenvolvimento de Comunidade**. Brasília, 1982 (agosto).

MINISTÉRIO DO INTERIOR (MINTER)/SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL (SUDESUL). **2º Agregação de Treinamento das Comissões Locais de Desenvolvimento de Comunidade**. Bagé, 1983 (02 a 05 mai.).

MINISTÉRIO DO INTERIOR (MINTER)/SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL (SUDESUL). **Relatório sobre projetos e atividades técnicas**. Brasília, 1982 (1º trimestre).

MINISTÉRIO DO INTERIOR (MINTER)/SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL (SUDESUL). **1º Agregação de Produtores Rurais do Rincão dos Maia – Município de Canguçu, RS.** Pelotas, 1981 (28 set. a 01 out.).

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade.** Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1999.

NELSON, Bardin H. Programas de Desenvolvimento de Comunidades. IN: BERTRAND, Alvin Lee. **Sociologia Rural: uma análise da vida rural contemporânea.** São Paulo: Editora Atlas, 1973a.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Cia das Letras, 2000.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: o campeador rio-grandense.** Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

PERCEPÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE UMA INTERVENÇÃO TÉCNICA: ROÇA SEM QUEIMA¹

Carlos Douglas Oliveira;²
Iran Veiga Junior;³
Socorro Kato⁴

INTRODUÇÃO

Toda intervenção técnica voltada para agricultores/as familiares visando mudança ou adaptação de sistemas de produção tradicionais, mesmo que atue de forma participativa, sem dúvidas irá implicar em alterações nestes sistemas. Tais alterações trazem consigo técnicas que podem provocar mudanças profundas no saber tradicional.

Ao contrário do que alguns técnicos ainda pensam, os agricultores familiares dificilmente irão deixar totalmente de lado seus saberes e seu modo de fazer, em favor de uma tecnologia cujo saber demandado para sua utilização lhes é totalmente estranho. Isso não quer dizer que os/as agricultores/as sejam avessos a mudanças técnicas e sim que, para serem aceitas, tais mudanças têm que dar lugar ou se articularem com os saberes de seus/suas beneficiários/as e não excluí-los totalmente.

O ideal é tentar criar condições para que eles/as gerem tecnologias a partir de seus próprios saberes e necessidades locais, ou então dar condições para que possam apropriar-se de inovações técnicas a partir de seus saberes localizados “dialogando” com os saberes externos. Nessa pesquisa, tenta-se entender os sistemas cultural e cognitivo dos agricultores em um contexto de intervenção, procurando identificar mal entendidos e redirecionar certos aspectos de maneira que esta intervenção possa ser apropriada com mais facilidade. Como fazer isso? É o que tentaremos responder.

Acreditamos, assim como Geslin (1999), que uma mudança técnica só pode “... ser aceita em uma sociedade, dada a condição de satisfazer aos valores desta sociedade e às suas necessidades socioeconômicas do

¹ Trabalho financiado pelo CNPq e Projeto Tipitambra/Embrapa Amazônia Oriental.

² Consultor Autônomo Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, e-mail: dognaea@yahoo.com.br.

³ Professor Universidade Federal do Pará-UFPA, e-mail: iveiga@ufpa.br.

⁴ Pesquisadora Embrapa Amazônia Oriental, e-mail: skato@cpatu.embrapa.br.

momento, garantindo sua reprodução (tradução nossa)” (1999a, p. 9). Este mesmo autor lembra ainda que “a escolha técnica é (...) também uma escolha social [e que a mudança técnica] deve encontrar seu lugar no sistema técnico preexistente [e também] deve encontrar pontos para ancorar-se na realidade sociocultural.” (Geslin, 1999a, p.9). Além de poder ser “objetivada” (Descola, 1994), ou seja, ser representada a partir do conjunto de saberes da população em questão.

Nesse sentido, acreditamos que os sistemas cultural e cognitivo dos agricultores familiares podem representar um obstáculo à incorporação de inovações tecnológicas, mesmo quando essas inovações são bem planejadas. O estudo desses sistemas em um contexto de intervenção, seja esta participativa ou não, pode ajudar a identificar mal entendidos e a redirecionar certos aspectos de maneira que estas intervenções possam ser apropriadas com mais facilidade.

Procuramos estudar a percepção e o saber dos agricultores familiares de acordo com o entendimento de Albaladejo (2000), Roué (1997) e Veiga (2002), isto é, levando em consideração que estes agricultores possuem saberes, visões de mundo, técnicas e estratégias de produção agrícola que ao interagir de forma dialógica com os saberes, técnicas e estratégias dos pesquisadores e técnicos, podem resultar em sistemas de produção mais sustentáveis do ponto de vista socioeconômico, cultural e ecológico, podendo ser facilmente apropriados tanto por agricultores quanto por pesquisadores e técnicos, uma vez que estes também podem apropriar-se do saber não formalizado dos agricultores.

Optamos por utilizar como exemplo a Embrapa Amazônia Oriental, por ser a instituição responsável pela intervenção técnica (sistema de cultivo corte e trituração) que nos propomos estudar. Este sistema foi introduzido pelo Projeto Tipitamba, que é formado por vários projetos do Programa SHIFT⁵. Um desses projetos, o SHIFT-Capoeira tem a Embrapa Amazônia Oriental como executora e conta com a cooperação das Universidades de Bonn e de Göttingen na Alemanha. Seus idealizadores tentam promovê-lo como uma

⁵

Studies of Human Impact on Forests and Floodplains in the Tropics

proposta viável, com base agroecológica, de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar da Amazônia.

Vários estudos comprovam a viabilidade ambiental da tecnologia, porém falta a viabilidade sociocultural, que iremos estudar a partir da percepção de agricultores familiares. Para isso foi preciso acompanhá-los de perto, isto é, procuramos manter contatos freqüentes através de visitas semanais aos seus estabelecimentos e esporadicamente com toda a comunidade através de reuniões ou dias de campo organizados por pesquisadores/as da Embrapa.

Os contatos iniciaram-se em agosto de 2000, quando foi apresentada a proposta do Projeto Tipitamba de experimentar o novo sistema junto a seis agricultores familiares da comunidade São João,⁶ que tivessem vegetação secundária ou “capoeira” com idade entre três e cinco anos e interesse em participar da pesquisa por dois anos.

No início de 2001 foram montados seis experimentos individuais com agricultores considerados parceiros do projeto, escolhidos pelos líderes da comunidade São João; cada agricultor preparou uma área de 0,33 ha (“1 tarefa”) com culturas anuais, sendo dividida em duas partes: uma através do sistema corte e queima e a outra através do sistema corte e trituração.

PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES PARCEIROS DO PROJETO

O acompanhamento dos agricultores parceiros do projeto teve de ser limitado a um ciclo de cultivo nos roçados construídos nas áreas experimentais dos mesmos com o objetivo de testar o sistema corte e trituração. O ciclo refere-se ao cultivo de milho e mandioca consorciados, tendo sido iniciado em janeiro de 2001 e concluído entre os meses de maio e junho para a cultura do milho, período de colheita para alguns agricultores e de armazenamento na própria área ou “dobra do milho” para outros. Em relação à cultura da mandioca, só foi possível acompanhar o ciclo completo de dois agricultores.

Lamentavelmente não foi possível acompanhar todo o ciclo da mandioca cultivada nos experimentos dos demais agricultores. Acreditamos que isso seja um fator limitante para nossa interpretação sobre a percepção de nossos interlocutores, demonstrada no quadro 1, pois quando eles dizem que as

⁶ Situada no município de Marapanim – Pará, vizinho ao município de Igarapé Açu, onde o projeto vem atuando desde a década de 90.

vantagens do sistema corte e trituração em relação a mandioca, são “... a maniva fica mais desenvolvida;” “... dá menos batata, mas é mais gorda” e que no sistema corte e queima “... dá mais batata, mas são mais finas;” eles estão considerando apenas a colheita de dois plantios de mandioca.

Logo nos primeiros contatos dos agricultores da comunidade São João com a tecnologia de não queima dos roçados, estes já se mostraram bastante interessados em utilizá-la outras vezes; sobretudo porque na ocasião eles estavam tão entusiasmados e admirados com a tecnologia, que só conseguiam enxergar as vantagens da máquina e do contato com os pesquisadores do Projeto Tipitamba. Na visão deles, o Projeto iria lhes garantir assistência técnica e a máquina (Tritucap) lhes pouparia o trabalho de preparar seus roçados; assim sobraria mais tempo para outras atividades por causa da flexibilização do calendário agrícola, podendo “plantar em qualquer época” (Quadro 1). O mesmo foi observado por Galvão *et alii* (2001, p. 28) junto a agricultores do Nordeste Paraense que haviam “adotado” o sistema de mecanização e por Saturnino & Landers (1997, p. 91) junto a agricultores do Sul do País que se apropriaram do sistema de plantio direto.

Outra vantagem percebida pelos agricultores foi a “redução da mão-de-obra com a broca e a capina” (Quadro 1), que também foi percebida pelos agricultores da comunidade Perpétuo Socorro, acompanhados por Silva (2001, p. 15-16) e da comunidade Cumaru, pesquisados por Santos (2001a) . O diálogo abaixo explicita a satisfação dos agricultores com relação ao controle de invasoras no sistema corte e trituração:

Pesquisador: Tem muita diferença na capina de uma área [queimada] pra outra [triturada]?

Sr. Raul: “... na terra queimada eu já dei duas capina né! E na terra triturada ainda num mexi com capina.”

Sr. Walmir: “na área queimada [que foi capinada uma vez] já tem o mesmo tanto de mato da onde foi triturado, que num foi capinado nenhuma vez.”

Sr. Manoel: “agora! Nós temo a vantagem logo agora sobre a terra queimada porque é o seguinte: eu já vou dá duas [02] capina na terra queimada e na triturada agora que eu vou dá uma capina.”

Sr. Raimundo: “no toco a gente capina duas vezes, três e, no caso da triturada uma vez; então é bem melhor o sistema [corte e trituração]

porque, no caso, se a gente for ter como triturar dez [10] tarefa então a gente ia ter um descanso muito grande de capina né!”

O efeito positivo notado por eles sobre a “redução de mão-de-obra” ocasionada pela redução da quantidade de capinas deve-se a cobertura do solo com material vegetal triturado que, como eles mesmos dizem: “abafa a semente do mato impedindo a germinação”. Assim como os agricultores, entendemos que essa camada de material vegetal triturado impede a germinação tanto das sementes de espécies herbáceas que precisam de bastante luz para germinar, quanto das espécies arbóreas e arbustivas, cujas sementes podem nessas condições, de acordo com Garwood (1989, p.152-153), apodrecer devido a alta umidade proporcionada pela cobertura morta.

As principais desvantagens do sistema corte e trituração percebidas pelos agricultores parceiros e por outros/as agricultores/as de duas comunidades vizinhas foram: a demora na atividade de plantio e a dificuldade em efetuar a primeira capina. Os nossos parceiros reclamaram do material triturado “abafa a maniva”⁷ reduzindo a germinação no primeiro ano de cultivo. Do ponto de vista destes agricultores, os problemas com a capina na área triturada, assim como o plantio de milho e mandioca, são evidenciados somente no primeiro ano de cultivo porque o material triturado “... ainda num apodreceu...” Pode até ser, mas por enquanto é difícil qualquer afirmativa dos agricultores nesse sentido, já que eles só têm essa experiência. Sobre a adubação não notaram diferenças em relação aos dois sistemas, como podemos confirmar nos discursos abaixo que demonstram também as dificuldades sobre a capina e o plantio:⁸

Pesquisador: foi difícil adubar a área triturada?

Sr. Manoel da Silva: “... num deu muito trabalho pra adubar na triturada não, teve só diferença, tá tudo anotado eu anotei as hora todinha; porque sempre a triturada ela dá o dobro de tempo [de trabalho realizado].”

Sr. Veríssimo: “no caso o plantio e a adubação [é que dão mais trabalho], porque a capina já vai ser menos.”

Sr. Raimundo: “eu fui exprementar capinar [na área triturada] quando ainda tava meio verde; rapaz!, o pau tava muito duro; agora não, começou amolecer, (...) agora tá bom de capinar, aqueles pauzinhos já

⁷

Estaca para propagação da mandioca.

⁸

Extraído de discussões coletivas na comunidade São João, 2001.

apodreceu, a enxada já tá..., porque no começo era difícil. Eu já fiz duas capinas no toco e uma na triturada.”

Sr. Manoel: “e tem um exemplo aí, eu comecei a capinar na terra, na queimada, aí plantemo na triturada; rapaz!, mas ruim aquele serviço [de plantio na área triturada], aí amolemo as enxada até que fomo pegando a prática; que quando nós terminemo! Aí quando nós fomo pra queimada já achamo ruim, muito toco, aquela terra joga pra cima dos pé da gente, aí nos achamo uma dificuldade.”

Os agricultores percebem que o material resultante da trituração dificulta a utilização de ferramentas como enxada e terçado no processo de controle de invasoras no roçado porque “... fica ruim pra roçar no pé da pranta [e para capinar] porque o bagaço empata ...”⁹ Nesse aspecto percebe-se que o sistema corte e trituração provoca mudança na maneira de utilização das ferramentas. Já na segunda capina, “...o serviço foi igual [nas áreas queimada e triturada] porque o basculho já tava podre.”¹⁰

Os agricultores citaram ainda como desvantagem do sistema corte e trituração, a existência de raízes vivas (Quadro 5) das espécies da capoeira que foram cortadas e trituradas; disseram que possivelmente existem raízes vivas da capoeira, que poderão prejudicar a colheita da mandioca. Neste caso eles querem dizer que é difícil colher a mandioca nesse sistema porque ela pode ficar presa entre as raízes da capoeira, as vezes até ocorrendo a “quebra da batata,” e também porque segundo os agricultor a mandioca produz menos por causa da competição com as raízes da capoeira.

Do ponto de vista dos pesquisadores do projeto¹¹, esse não é um bom parâmetro para comparar o sistema corte e queima com o sistema corte e trituração, porque no primeiro as raízes também permanecem vivas. Estes técnicos acreditam que se essa interferência realmente ocorrer num sistema, terá de ocorrer no outro; mas será que a questão é tão simples como demonstram os pesquisadores? Quanto a interferência na “produção,” os resultados obtidos até o momento (descritos na tabela 3) não confirmam a hipótese de que no sistema corte e trituração há competição entre a mandioca e as raízes vivas da capoeira, mas há de se considerar que utilizou-se adubação química nos dois sistemas.

⁹ Walmir Monteiro. Conversa informal, 2001.

¹⁰ Benedito Raul. Extrato de discussões coletivas, 2001.

¹¹ Osvaldo Kato. Comunicação pessoal, 2002.

Embora não tenha aparecido no quadro 1 a redução do custo de produção das culturas anuais, através do sistema corte e trituração, foi bastante ressaltado por nossos parceiros,¹² ou seja, eles acreditam que com o novo sistema eles trabalhariam menos e não precisariam dispor de muitos recursos financeiros para preparar seus roçados. Vale lembrar que a percepção deles sobre os custos financeiros do sistema está limitada a uma situação experimental, onde eles não precisaram arcar com nenhum custo referente ao serviço realizado pela máquina.

Com certeza a percepção seria outra se a situação não fosse experimental; por isso não podemos dizer se é negativa ou positiva. Ainda assim, um de nossos interlocutores acredita que o novo sistema de cultivo é mais vantajoso, mesmo se ele tivesse que pagar pelo serviço de trituração, "... porque diminui dois tipos de mão-de-obra, que é a broca e a coivara ..." ¹³ Outra vantagem apontada por ele foi sobre a economia de tempo, isto é, "... depois de brocar espera muito tempo pra poder queimar, é um tempo que a gente já pode ir fazendo outras coisas;" outros agricultores também compartilham dessa idéia.

Por se tratar de uma tecnologia de alto custo, o Projeto tem sido alvo de críticas vindas tanto de pesquisadores, quanto de extensionistas, apesar de ter boa aceitação em grande parte e principalmente pela comunidade científica, que vê na fundamentação agroecológica do Projeto a justificativa para sua difusão aos agricultores familiares. Sobre este aspecto vale dizer que o sistema de plantio direto, hoje consagrado e apropriado por uma quantidade bastante significativa de agricultores familiares do sul do país, também foi alvo de críticas nos seus primórdios e considerado como privilégio de grandes agricultores (Pereira, 1997, p. 25). Porém este sistema conseguiu conquistar também os pequenos e médios produtores pelo benefício que gera aos sistemas tradicionais de cultivo.¹⁴ Denardin & Kochhann (1993, p. 19) informam que a introdução desse sistema de cultivo na Região Sul ocorreu simultaneamente ao nível de produtor rural e da pesquisa.

¹² Percepções extraídas em reuniões após a implantação dos experimentos, 2001.

¹³ João Barros. Conversa informal, 2002.

¹⁴ O sistema de plantio direto foi introduzido no Brasil no início da década de 70 tendo como principal objetivo controlar a erosão em lavouras cultivadas pela sucessão trigo/soja na região sul (Borges, 1993, p.13; Denardin, 1993, p.19 e Henklain & Medeiros, 1995, p.2).

Após a primeira trituração das capoeiras nas áreas experimentais de nossos parceiros, fez-se o seguinte questionamento a eles: a próxima trituração que será feita na sua propriedade deve ser diferente? Eles responderam que para a trituração ficar melhor ela deveria¹⁵: “Melhorar o acabamento [do trabalho de trituração],” sem deixar vegetação não triturada e teria também que “Ficar mais triturado o material,” ou seja, “era melhor se o basculho ficasse mais miúdo.” Estas percepções ficam mais claras com as passagens abaixo:

Sr. João Barros: “na realidade ela [máquina Tritucap] num triturou, ela só fez passar por cima, amassar. Eu tive que amaciar a trituração da máquina porque ficou um monte de pau tombado. Eu só plantei na área [triturada] porque eu sou meio peitudo.”

Sr. Manoel Silva: “agora é aquele caso, a máquina não amoleceu bem (...). Eu acho que o companheiro que trabalhou lá na máquina também num tinha muita experiência, a máquina tava trabalhando de ré né! Aí já viu..., num fez bem feitinho, mas eu quero dizer que se fosse bem feitinho aquele serviço pra nós tinha sido muito bom, porque aí tinha ficado um pouco mais bem baixo.”

Sr. Raimundo Pinheiro: “quando eu olhei lá [na comunidade Cumaru] aí que vocês [técnicos] disseram que vinha triturar aqui, rapaz!, eu disse: isso é muito bom. Aí quando a máquina chegou aqui que começou a fazer eu fiquei assim...; aqui ficou muito diferente. Eu acho que aquele sistema de colocar a máquina pra trás é ruim, eu acho que na frente fica mais prático, eu acho que fica mais bom porque ali eu vejo que aonde ela dá aquela volta, sempre onde o pneu passa, quando a máquina volta num tritura mais porque já baixou [a vegetação].”

Sr. Veríssimo Carvalho: “eu também acredito que lá no experimento que tá lá [experimento na comunidade Cumaru] foi feito um trabalho bem mais caprichoso, tudo isso também pode ser razão né?. Porque lá a máquina faz bem esse aceiro aqui num fica amassado, aí ele faz outro sistema: corre nesse outro aceiro aqui de novo e fica tudo cortado certinho. Já o nosso trabalho aqui é todo tempo levando assim, levando pra lá, quer dizer que essa parte aqui era onde..., quer dizer que nunca vi esse sistema como a gente vimo lá que era passado por todas laterais, era cortado e talvez várias vezes passando ficasse melhor.”

Sr. José Borges: Quando a máquina veio fazer o trabalho nosso aí, dele [do Walmir] né? mas de qualquer maneira eu sempre tô à frente que sou o pai né..., que eu vi o trabalho! Eu fiquei triste; desse jeito não tinha condição porque o trabalho que eu vi lá num foi dessa maneira, foi outra maneira que nós vimos, ficou muito diferente. Nós vimos a máquina lá trabalhando, era um alemão que tava trabalhando lá. Pois bem!

¹⁵ Os depoimentos foram extraídos das discussões com os seis agricultores envolvidos com o projeto: Manoel da Silva, João Barros, Benedito Raul, Veríssimo Carvalho, Raimundo Dias, José Borges e seu filho Walmir, em reuniões realizadas durante o primeiro semestre do ano de 2001.

Quando ele fez o trabalho aqui, que ele tava no meio do serviço eu saí né?, que eu tava colhendo maracujá, quando eu voltei que eu vi varinha pra lá e pra acolá eu disse: espera aí, aqui num passou um trator de esteira, passou uma trituradeira aqui, mas tá bom né?

Sr. Raimundo Pinheiro: “porque também o cara que fez lá [no Cumaru] não era o mesmo que fez aqui [na comunidade São João]; aí que eu vi que teve diferença também do operador. (...) Mas é o que eu sempre disse: quanto mais a máquina caprichar, mais ela ajuda a gente. Se num ficar pau é melhor.

Admitimos que a observação do seu Raimundo sobre a posição da máquina interferindo na qualidade do trabalho é pertinente, pois da forma como ela realizou o trabalho na comunidade São João, não resta dúvidas de que a qualidade foi prejudicada, considerando-se o padrão de qualidade demandado por três agricultores que haviam conhecido uma área triturada em outra comunidade (Cumaru) e também o padrão de qualidade demandado pelos/as técnicos/as, que não é muito diferente dos agricultores neste caso.

Segundo os técnicos que operam a Tritucap, o certo mesmo é passar com a máquina sobre a vegetação somente uma vez, o que não aconteceu na comunidade São João segundo observações dos agricultores. Na visão dos técnicos, o trabalho foi prejudicado nesta comunidade porque a máquina já havia realizado inúmeras triturações em outros locais, por isso ela já estava com a lâmina desamolada (ou cega) e a serra também precisava ser trocada porque já estava com alguns dentes gastos e outros cegos.

Apreende-se claramente através do discurso dos agricultores que para eles é importante que o material seja bem triturado porque facilita o processo de plantio nos cultivos desenvolvidos no sistema corte e trituração. Essa é a mensagem dos agricultores para os técnicos em relação ao processo de trituração. Essa informação serve principalmente para os pesquisadores que estudam ou tentam adaptar a máquina para realizar o processo de trituração da capoeira condizente com a realidade dos sistemas de cultivo dos agricultores, como fez Block (2000).

No geral pode-se dizer que na percepção destes agricultores, o trabalho de trituração não foi bem feito, sendo comparado por eles a uma “queimada mal feita,” precisando de uma “limpeza” da área, que no caso da queima seria uma “... coivara pra área ficar prontinha pra pranta [plantio].” No início do trabalho, essa observação não nos pareceu tão importante, talvez porque

ingenuamente nós acreditássemos que isso não seria um problema para os agricultores. Já que eles estavam acostumados a realizar a coivara após a queima, provavelmente não se importariam em “limpar” a área triturada, assim como o fazem no sistema corte e queima.

Entretanto, este raciocínio só faria sentido se considerássemos apenas o modo como a maioria dos agricultores vêm desenvolvendo seus roçados, a partir do sistema corte e queima; mas se considerarmos a visão de futuro e as aspirações desses agricultores, que inclui o sistema mecanizado, veremos que o raciocínio anterior não corrobora com a vontade que os técnicos têm de ver a tecnologia ser apropriada pelos agricultores. Em outras palavras significa dizer que os agricultores estarão sempre relacionando o sistema Tritucap ao processo de mecanização e não ao processo de queima, isso porque os agricultores a que nos referimos almejam implementar o sistema mecanizado em seus estabelecimentos.

A opinião destes agricultores vem reforçar o argumento anterior de que os agricultores provavelmente irão comparar o sistema Tritucap com o trabalho realizado pelo trator convencional, como podemos observar na fala deste agricultor:

“... o serviço dessa máquina aí eu tive calculando que é a mesma coisa que você gradear uma área. Se você meter uma grade numa área e deixar aquilo tudo arrupiado num tem condição, tem que fazer bem feito o serviço ...” (João Barros. Extrato de discussões coletivas, 2001).

“...É bom porque o trator [Tritucap] fuça a terra todinha. Com o trator [convencional] a terra dá 50 sacos de farinha e a queimada dá só 30 sacos. Isso eu tenho a base todinha. Se eu tivesse trator [?], eu não queria saber de queimar terra. Só de dizer que a terra fica fofa já é uma beleza; porque a mandioca sai que é uma beleza” (João Silva. Conversa informal, 2001).

No final da fala do Sr. João Silva fica a dúvida sobre a qual “trator” ele se refere, se à máquina Tritucap (que não é um trator e sim uma máquina acoplada a um trator, e que não “fuça a terra” como o trator) ou se ele referiu-se ao trator convencional acoplado à grade ou arado. A confusão aqui gerada deve-se ao fato deste agricultor não ter tido, antes dessa conversa, nenhum contato com os técnicos do projeto, por isso ele ainda não conseguia fazer distinção entre a máquina e o trator, isto é, ele nunca viu a máquina e nem

ouviu nenhuma explicação técnica sobre a mesma e, conseqüentemente, sobre o processo de trituração.

Talvez por isso esse agricultor ainda tenha confundido o sistema corte e trituração com o “sistema trator”, mesmo depois de termos explicado em diversas reuniões na comunidade que a máquina tritura a capoeira, diferente do trator que “fuça a terra todinha” como diz nosso interlocutor. Outra hipótese é que a confusão feita por este agricultor só vem explicitar a importância do sistema trator para estes agricultores. Uma vez comprovada tal hipótese, terá de mudar o pensamento dos pesquisadores que acreditam que o sistema corte e queima é o sistema mais importante na comunidade.

A discussão que relaciona o sistema trator com a tecnologia tritucap partiu de um agricultor que levantou a possibilidade de rejeição dessa tecnologia por agricultores que utilizam a mecanização em seus estabelecimentos. De acordo com este agricultor, o sistema corte e queima “... teria problema pra quem trabalha com área gradeada [porque] vem logo o adubo na cabeça deles [e também porque] eles preferem trabalhar no limpo” (Douglas Alves Vales. Extrato de entrevista, 2001).

O que nosso interlocutor quis dizer é que os agricultores que trabalham com o sistema de mecanização podem rejeitar o sistema corte e trituração pelo fato de estarem acostumados com o solo descoberto, sem nenhuma camada de material vegetal sobre o mesmo, o que não acontece no sistema corte e trituração que proporciona ao solo uma cobertura constituída de material vegetal triturado. Do ponto de vista dos agricultores parceiros do projeto, uma das vantagens do sistema trator é que “... ele deixa a área limpa ...,” isso é importante para eles, não só por uma questão estética, mas também porque facilita o trabalho dentro da área de cultivo, como podemos observar nas justificativas de nossos informantes:

“... a terra gradeada é melhor pra trabalhar porque é mais limpa. Meu genro trabalhava numa área queimada, aí ele topou num toco e caiu; até hoje ele sente dor no peito” (José Borges. Extrato de entrevista, 2001).

“Eu trabalhei esse ano com terra gradeada e gostei mais do que com terra queimada, porque dá menos trabalho com o trator. O que mata o homem é arrancar toco; com o trator a terra fica mais macia pra se trabalhar” (Manoel da Silva. Extrato de entrevista, 2001).

“Se eu pudesse [financeiramente], só trabalhava com área gradeada, porque não tem toco que dificulta o trabalho” (Raimundo Dias. Extrato de entrevista, 2001)

Outro motivo que pode contribuir para que a tecnologia de corte e trituração seja rejeitada pelos agricultores que utilizam o sistema trator, segundo o agricultor Douglas Vales (Extrato de entrevista, 2001), é que o mesmo prevê adubação química, recomendada (Kato *et alii*, 1999a) apenas no primeiro ano de cultivo do roçado. Na visão deste agricultor isso seria um problema porque quem trabalha com o trator está acostumado a utilizar adubação química a cada ciclo de cultivo. Porém acreditamos que isso não constitua um problema grave haja vista que o sistema corte e trituração não exclui totalmente a adubação.

Se esse fosse o único problema, estaria resolvido, pois não há nenhum impedimento em se adubar qualquer cultura após o primeiro ano de cultivo no sistema corte e trituração. Acontece que a coisa não é tão simples assim; sabemos que se estes agricultores vêm realizando seus cultivos com sucesso a partir do sistema trator, complementando-o com a adubação química, não será nada fácil, e nem é o que se deseja, fazer com que eles de repente se apropriem do sistema corte e trituração, dessa forma excluindo seus saberes sobre adubação.

Consideramos a hipótese de exclusão de parte dos saberes dos agricultores sobre adubação química no sistema trator, porque o fato de continuar praticando-os no sistema corte e trituração da mesma forma que se pratica no sistema trator, seria extremamente inviável do ponto de vista econômico; uma vez que o novo sistema tem a vantagem de disponibilizar no segundo ano de cultivo os nutrientes resultantes da decomposição da vegetação triturada. Porém não podemos esquecer que para isso há um custo resultante do processo de trituração que quando comparado ao sistema corte e queima é bastante elevado; todavia não estamos considerando aqui a redução desse custo resultante da valoração dos recursos naturais que são aproveitados no sistema corte e trituração e perdidos no sistema corte e queima.

O agricultor Benedito Raul demonstra ter uma certa intimidade com o sistema trator; não o utiliza com frequência por não ter condições financeiras.

Este também é o motivo pelo qual o Sr. João Barros não tem utilizado esse sistema. Por outro lado vemos que os agricultores Veríssimo Carvalho e José Borges já utilizam o sistema há bastante tempo; inclusive sabemos que o Sr. José Borges só pratica o sistema corte e queima para produzir mandioca exclusivamente para o consumo de sua família ou então quando vai preparar um novo cultivo de maracujá em área de capoeira; mesmo assim esse agricultor utiliza o sistema trator para “limpar a área,” após a queima. Observamos essa prática também na propriedade do Sr. Veríssimo e em estabelecimentos de vizinhos destes agricultores como o do Sr. Josias Caetano, que realizou a queima da vegetação secundária antes de gradear a terra.

É interessante notar que na visão de Marcos, agricultor da comunidade Cumaru, a importância do sistema trator também é evidente. Neste caso, como o agricultor já tem contato com a tecnologia de corte e trituração há bastante tempo (desde o início do Projeto SHIFT em Igarapé-Açu) parece que isso facilitou a introdução desse sistema no processo de gestão da sua área de cultivo:

“... Já dá pra fazer [a trituração] de novo né; aí já vai descansando um pouco a terra e também tem um pedaço que eu já faço com o trator, mas com trator já é mais fácil, que é só gradeando” (Marcos. Extraído de Santos, 2001, p.177).

Analisando o discurso desse agricultor percebe-se que ele vem organizando ou dividindo seu espaço de cultivo (... também tem um pedaço que eu já faço com o trator ...) entre os sistemas corte e trituração, mecanizado e corte e queima. Resta saber se quando ele diz “... mas com o trator já é mais fácil, que só é gradeando,” ele está confirmando a dificuldade de apropriação do sistema corte e trituração por agricultores que valorizam o sistema de mecanização, como nos alertaram os agricultores Douglas Vales e João da Silva.

Analisamos também as desvantagens do sistema trator, indicadas por nossos informantes. Vemos que a adubação, apesar de ser bem vista por uns, não é por outros, uma vez que ela é citada como uma das desvantagens do sistema mecanizado:

O que podemos interpretar sobre as desvantagens do sistema de mecanização é que a adubação química, embora utilizada em cultivos de

maracujá e principalmente de pimenta-do-reino¹⁶, parece não ser tão importante para os agricultores parceiros. Porém quando recorremos a este contexto, avaliamos que não podemos generalizar nossa primeira análise porque além de não ter aparecido o uso de adubação como desvantagem no discurso dos outros agricultores, ainda não temos ciência de que a adubação não é realmente tão importante para os agricultores que a apontaram como desvantagem.

Sendo assim, continua a hipótese de que a ausência de adubação no sistema corte e trituração a partir do segundo ano de cultivo em uma mesma área pode apresentar dificuldades no processo de apropriação pelos agricultores que praticam o sistema de mecanização. No entanto, para os que praticam exclusivamente ou principalmente o sistema corte e queima a dificuldade está justamente na apropriação da prática de adubação no primeiro ano de cultivo no novo sistema, como mostrou o quadro 1, referente aos agricultores da comunidade São João, que apontam a adubação como uma das desvantagens do sistema corte e trituração.

Outro ponto importante levantado pelos agricultores está relacionado com a coleta de lenha, que é bastante praticada por eles após as queimadas. Na percepção destes agricultores, o sistema corte e trituração traz a desvantagem de tornar a lenha indisponível para eles. Sobre este aspecto, os coordenadores do Projeto Tipitamba argumentam que o uso das espécies arbóreas que compõem a tecnologia de não queima, foi desconsiderado até o momento. “... Todavia já foram observados aspectos interessantes de um possível uso [da lenha]. Ela não prejudicaria muito o balanço nutricional do sistema e forneceria material de construção e energia renovável” (Vielhauer & Sá, 2000, p. 34).

Do ponto de vista dos pesquisadores, aconteceria uma inversão na seqüência das atividades do sistema corte e queima (Figura 1). “... Enquanto neste [corte-queima] se tem adubo [natural] disponível no início do cultivo, no corte e trituração se tem no segundo ano. A mesma coisa é a madeira: enquanto no sistema tradicional ela é retirada após a queima, na área triturada ela é retirada antes da trituração.”

¹⁶

Cujos recursos para adubação são garantidos pelo BASA através do FNO.

Mesmo assim os agricultores ainda vêem a questão como uma desvantagem da tecnologia, porque a lenha que é retirada antes da trituração não se compara com a retirada após a queima, pois esta “... já tá pronta pra ser queimada, porque tá seca e também já tá queimada ...” Esse é um ponto que merece a atenção dos pesquisadores, pois esta prática tem papel importante para toda a comunidade, uma vez que a lenha é requisitada diariamente para o preparo dos alimentos em praticamente todos os estabelecimentos, além de ser um componente imprescindível para a fabricação de farinha, já que é a única fonte de combustível utilizada na comunidade para garantir este processo.

Tentou-se levantar a percepção das mulheres, sobretudo das esposas de agricultores que participam do projeto, porém não foi possível aprofundar a questão. O insucesso na obtenção destas informações aconteceu, sobretudo pela insistência das entrevistadas em encerrar a conversa, dizendo “... quem sabe do projeto” é o esposo. Duas das seis esposas de agricultores que acompanhamos dizem não saber quase nada sobre a roça de corte e queima, porque não se envolvem com o roçado, desenvolvem exclusivamente atividades domésticas¹⁷. Com um pouco de insistência de nossa parte sobre este assunto, geralmente consegue-se que elas repitam parte do discurso dos esposos para falar do sistema corte e trituração.

CONCLUSÕES

As opiniões dos agricultores sobre os efeitos do sistema corte e trituração não mudaram muito comparando o início e o final do trabalho experimental. O que mudou foi a atitude deles com os técnicos, pois com o tempo passaram a dar mais atenção aos experimentos. Nesse aspecto, observou-se que os agricultores passaram a confiar na equipe técnica, melhorando a compreensão deles sobre a importância dos experimentos. Consequentemente houve um maior envolvimento dos pesquisadores com a comunidade. Isso facilitou em muito o processo de pesquisa, uma vez que os agricultores passaram a confiar mais nos pesquisadores.

¹⁷ Mulheres que desenvolvem exclusivamente atividades domésticas representam aproximadamente 12% da população feminina da comunidade São João.

É sabido que algumas opções técnicas podem ser geradas e adotadas através de agricultores envolvidos com a pesquisa. Todavia, no caso dos agricultores aqui estudados, isso poderá acontecer, desde que eles tenham efetivamente um espaço garantindo no processo de pesquisa, ou seja, em alguma parte da pesquisa os agricultores têm que ter a oportunidade de tomar suas decisões e terem credibilidade para recorrerem aos saberes locais em momentos decisivos deste processo.

Para os pesquisadores e técnicos a questão ambiental mereceu maior destaque, pelo menos no início do projeto. Para os agricultores, os benefícios que o novo sistema promove ao meio ambiente, está em grande parte relacionado com a ausência da “queimada,” pois eles se preocupam principalmente com os riscos de incêndios acidentais. No entanto, para eles o efeito mais positivo é a economia de trabalho familiar, sobretudo no processo de preparo da roça e também no controle de invasoras, que na visão deles é muito mais eficiente que no sistema corte e queima.

Por esse motivo acredita-se que não haja barreiras para que o sistema corte e trituração consiga encontrar seu lugar no sistema de saber dos agricultores familiares da comunidade São João, uma vez que a principal vantagem apontada por eles foi o fato de o mesmo exigir apenas duas capinas em um ciclo de cultivo da mandioca, enquanto que no sistema tradicional são necessárias três capinas.

No sistema corte e trituração não se pôde dizer que tipo de mudança ele poderia provocar no planejamento dos agricultores. Isso porque no momento de realização desta pesquisa, a disponibilidade da máquina (Tritucap) estava vinculada à programação dos pesquisadores e não dos agricultores. Por fim, ressaltamos a necessidade de estudos para comprovar a viabilidade econômica da tecnologia e que tipo de políticas públicas poderão ser implementadas para que a mesma possa ser apropriada pela agricultura familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBALADEJO, C. O diálogo para uma interação entre os saberes dos agricultores e os saberes dos técnicos: uma utopia necessária. In: Hébette, J., Navegantes, R. (Org.). CAT-Ano décimo: etnografia de uma utopia. Belém: UFPA/CAT, 2000. p. 173-214.

- BLOCK, A. **Test, Evaluierung und Weiterentwicklung von Gehoelzmaehhaeckslern zum Einsatz in Sekundaerwaldvegetation in Nord-Ost-Amazonien**. 1999. (Doktorarbeit) - Institut fuer Agrartechnik, Fakultaet fuer Agrarwissenschaften, Universitaet Goettingen, Deutschland.
- BORGES, G. O. Resumo histórico do plantio direto no Brasil. In: **Plantio direto no Brasil**. Passo Fundo: Aldeia Norte. 1993. p. 13.
- DENARDIN, J. E.; KOCHHANN, R. A. Requisitos para a implantação e a manutenção do sistema plantio direto. In: CNPT-EMBRAPA; FUNDACEP-FECOTRIGO; FUNDAÇÃO ABC. **Plantio direto no Brasil**. Passo Fundo: Editora Aldeia Norte, 1993. p. 19-28.
- DESCOLA, P. Conclusion. In: _____. **La nature domestique**: symbolisme et praxis dans l'écologie des Achuar. Paris: Ed. De la Maison des sciences de l'homme, 1994.
- GALVÃO, E. U. P. *et alii*. A pesquisa participativa no âmbito da Embrapa Amazônia oriental. In: Simões, A. *et alii* (Orgs.). **Agricultura familiar: métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento**. Belém: NEAF/CAP/UFPa/GRET, 2001. p. 260-277.
- GESLIN, P. Introduction. In: _____. **L'apprentissage des mondes**: une anthropologie appliquée aux transferts de technologies. Paris: Ed. De la Maison des sciences de l'homme, 1999a, p 4-23.
- _____. Épilogue méthodologique. In: _____. **L'apprentissage des mondes**: une anthropologie appliquée aux transferts de technologies. Paris: Ed. De la Maison des sciences de l'homme, 1999b, p. 180-193.
- HENKLAIN, J. C.; MEDEIROS, G. B. Evolução e estado da arte do plantio direto na agricultura. In: SEMINÁRIO SOBRE CULTIVO MÍNIMO DO SOLO EM FLORESTAS, 1., 1995. Curitiba. **Anais**. Piracicaba: IPEF, 1995. p. 1-7.
- KATO, M. S. A.; KATO, O. R.; DENICH, M.; VLEK, P. L. G. Fire-free alternatives to slash-and-burn for shifting cultivation in the eastern Amazon region: the role of fertilizers. **Field Crops Research**, Amsterdam, s.v., n.62, p. 225-237, 1999 (a).
- OLIVEIRA, C. D. S. Percepção de agricultores familiares na adaptação do sistema de cultivo de corte e trituração. 2002, 140 p. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Estudos Integrados Sobre Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém.
- PEREIRA, M. H. A segunda revolução verde. In: **O meio ambiente e o plantio direto**. Brasília: Embrapa-SPI, 1997. p. 25-28.
- ROUÉ, M. Novas perspectivas em Etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: CASTRO, E. & PINTON, F (Org.). **Faces**

do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP/UFPA-NAEA, 1997, p. 187-200.

SANTOS, N. R. C. Desenvolvimento, camponeses e organizações no agrário do Pará. In: Santos, N. R. C. **Agricultura, tecnologia e organizações no agrário do Pará:** o Projeto Shift-Capoeira em Igarapé-Açu. 2001a, p. 62-184. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

SATURNINO, H. M.; LANDERS, J. N. Plantio direto e transferência tecnológica nos trópicos e subtrópicos. In: _____. **O meio ambiente e o plantio direto.** Brasília: Embrapa-SPI, 1997. p. 89-112.

SILVA, W. R. da. **Aplicação de técnicas de pesquisa participativa para ações experimentais de tecnologias de preparo de área sem queima da capoeira, na agricultura familiar do Nordeste do Pará.** Belém/Brasília: Embrapa Amazônia Oriental/CNPq, 2001, p. 11-18. Relatório de conclusão de bolsa DTI.

VEIGA I. Saber e participação na transformação dos sistemas de produção da agricultura familiar amazônica. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 5., 2002, Florianópolis. No prelo.

VIELHAUER, K.; SÁ, T. D. de A. Efeito do enriquecimento de capoeiras com árvores leguminosas de rápido crescimento para a produção agrícola no Nordeste Paraense. In: SEMINÁRIO SOBRE MANEJO DA VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA PARA A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR DA AMAZÔNIA ORIENTAL, 1., 1999, Belém. **Anais...**, Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000. p.27-34. Embrapa Amazônia oriental. Documentos, 69.

QUADRO 1. Vantagens e desvantagens dos sistemas corte-queima e corte-trituração, apontadas por agricultores da comunidade São João, 2001.

SISTEMA CORTE E QUEIMA		SISTEMA CORTE E TRITURAÇÃO	
VANTAGENS	DESVANTAGENS	VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ O plantio é mais rápido; ➤ As madeiras que ficam na área servem como lenha; ➤ Maior quantidade de batata, mas são mais finas; ➤ Queima as raízes da capoeira (espécies) e as batatas produzem mais; ➤ Não usa adubo. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ficam muitos tocos; ➤ Mais matos para a capina; ➤ Longo período para preparar a terra (tem de aguardar os períodos para brocar e queimar); ➤ Aguardar a chuva para plantar; ➤ Possíveis coivaras; ➤ Possíveis prejuízos com fogo na área de vizinhos; ➤ Destruição do material orgânico; ➤ Afasta os animais; ➤ Grela mais capim; ➤ A maniva [parte aérea da mandioca] é mais fina; ➤ No segundo ano reduz o fortalecimento da terra e a produção diminui; ➤ No terceiro ano já não produz ou produz pouco. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Pode plantar em qualquer época; ➤ Conservação da umidade na terra; ➤ Reduz mão-de-obra com broca e capina; ➤ Menos capina e mais rápida; ➤ Abafa a semente do mato impedindo a germinação; ➤ Pode plantar duas vezes na mesma área; ➤ Não existe toco na área; ➤ O material orgânico fica todo; ➤ Preservação do meio ambiente; ➤ A maniva fica mais desenvolvida; ➤ Dá menos batata, mas é mais gorda* 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Plantio demorado por causa da forragem; ➤ Não fica madeira para possíveis usos; ➤ Possivelmente vai existir raízes vivas de espécies da capoeira; ➤ Uso de adubo; ➤ A primeira capina é mais difícil; ➤ Abafamento da maniva, reduzindo germinação no primeiro ano.

Fonte: Oliveira, 2002.

- Baseados na colheita de duas plantas (uma de cada sistema) no experimento do Sr. João Barros.

TABELA 1. Produtividade da mandioca* nos sistemas corte-queima e corte-trituração.

AGRICULTOR	MANDIOCA (t.ha ⁻¹)	
	Área Queimada	Área Triturada
João Barros	13,4	18,1
Manoel da Silva	9,3	9,4

Fonte: Oliveira, 2002.

Adubada com NPK 10-28-20.

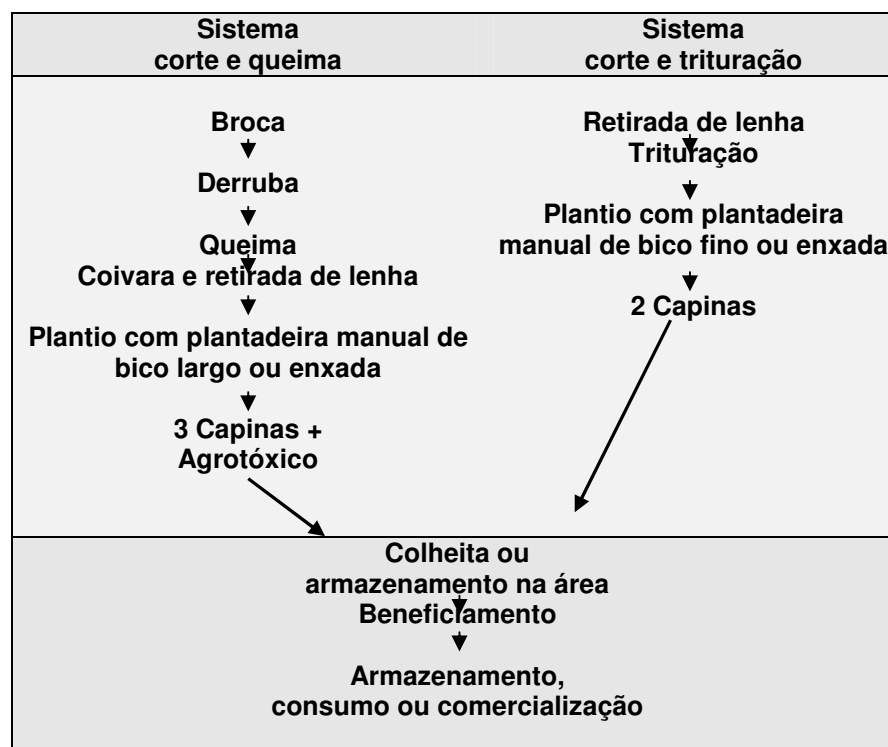


Figura 1. Alterações provocadas pelo sistema corte e trituração nas atividades do sistema corte e queima.

Fonte: Oliveira, 2002.

SABERES RURAIS: O CASO DA FAZENDA MODELO E DAS ESCOLAS RURAIS DO SERTÃO CARIOCA

Maria Sarita Mota*

Quando Diretor Geral da Instrução Pública, no Distrito Federal, entre 1922 e 1926, sem legislação que nos autorizasse a agir, nem recursos para empreendemos alguma coisa de amplo, ensaiamos, em algumas escolas da zona rural carioca, uma educação conforme as necessidades e as carências indiscutíveis do meio. Pelo menos quatro escolas iniciaram então um programa nitidamente rural: uma em Magarça, outra em Santa Cruz (Escola Estados Unidos) outra em Curral Falso e outra em Guaratiba. (Carneiro Leão, 1926:280).

O objetivo desse trabalho é apresentar a tematização da questão da educação rural, tendo como fio condutor o ruralismo pedagógico e a criação das escolas rurais e de uma Fazenda Modelo no Distrito Federal nas décadas de 1920-30. Compreende estas ações políticas-ideológicas como consequência da crise dos anos 20 e do projeto nacional de modernização conservadora em curso no país e que ganharia força com a revolução de 30; reafirma o caráter elitista da educação brasileira, ao promover uma capacitação profissional mínima voltada para os interesses do mercado, e discute o papel das instituições educacionais como reprodutoras do processo estatal-capitalista. Nesta perspectiva, as formulações de Antonio Gramsci ajudam a entender a função hegemônica do Estado, bem como a reação de um bloco histórico ruralista influente nas decisões políticas acerca da função que deveria desempenhar uma educação rural.

Num esforço de apresentar de forma conceitual e contextual a problemática que envolve a questão da educação rural, partimos, primeiro, da consideração contextual no sentido de que ela não apenas é necessária em si, mas também porque só dentro e fora destas interdependências, as variáveis e vertentes conceituais podem ser identificadas.

A leitura de Antonio Gramsci contribui para o entendimento da mudança do bloco histórico na década de 1930. Um breve passar de olhos sobre o panorama cultural dos anos 1930-40 nos revela que a reflexão dos intelectuais, ao fim do período estadonovista, já não se restringia às preocupações puramente estéticas. O fim do ciclo iniciado pelo Modernismo e a abertura de novas tendências como o *regionalismo*, mostraram um Brasil sem enfeites, um povo que lutava arduamente para sobreviver. Ao ufanismo das décadas precedentes, contrapunham as “vidas secas” do povo brasileiro e suas contradições; um nacionalismo pragmático que só prevalecia em certas

* Doutoranda do CPDA/UFRRJ.

circunstâncias. Atuando como pacificador de setores antagônicos como o agrário-exportador versus o urbano-industrial, o projeto nacionalista de Getúlio Vargas creditava ao processo educacional a capacidade de inserir o país na modernidade do século XX. Nesta perspectiva, a política educacional proposta por Vargas visava beneficiar as classes populares por meio de um processo escolar voltado para as necessidades urbanas-industriais, propiciando uma capacitação profissional de acordo com as novas especificidades do mercado, em detrimento do ensino rural. As reações a esse modelo viriam do setor agrário-exportador paulista, que insistiam, desde longa data, na utilização de técnicas modernas aplicadas à agricultura, bem como na qualificação agrícola dos trabalhadores rurais.

Somente em 1937, as proposições getulistas voltaram-se para o ensino rural, com a criação da Sociedade Brasileira de Educação Rural

com o objetivo de expansão do ensino e preservação da arte e folclores rurais. O sentido de contenção que orienta as iniciativas do ensino rural se mantém, mas agora, colocava-se explicitamente o papel da educação como canal de difusão ideológica. Era preciso alfabetizar mas sem descuidar dos princípios de disciplina e civismo (Maia, 1982:28).

Antes, porém, nos anos 1930, já se destacava a existência de vários projetos de construção de nacionalidade, alguns modernizantes, outros reacionários, mas todos valorizando o papel que a educação deveria cumprir na execução do projeto nacional, coerente ao “panorama ideológico”, parafraseando Antonio Gramsci.

Verificaremos, a seguir, a conjuntura nacional que propiciou o ressurgimento da questão educacional na República Velha e, conseqüentemente, influenciaram as legislações posteriores acerca do sistema educacional, marcado pelo processo de modernização conservadora do Estado brasileiro.

Desde a proclamação da República torna-se mais nítido o processo de construção do capitalismo e da sociedade civil. As perspectivas de um cenário urbano e industrial tornaram evidentes para o Estado a necessidade de uma intervenção orgânica no campo com o objetivo de corrigir as debilidades da economia rural e, conseqüentemente, do homem rural, potencialmente transformado em mão-de-obra migrante carente de qualificação profissional.

Nesta ótica, no período revolucionário, a escola passa a ter uma função no trato da questão social: a educação rural, na lógica capitalista, deveria conter a migração do campo para as cidades; já a formação técnico-profissional de trabalhadores visava solucionar o problema das agitações urbanas.

A orientação político-educacional para o mundo capitalista ficou bem explicitada no texto da Constituição de 1937, ao sugerir a preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado. Neste sentido a nova Constituição enfatizava o ensino pré-vocacional e profissional.

O Estado educador

O desenvolvimento do país continuava desigual. “Diz que em São Paulo um homem ganha dinheiro, trabalhador é gente, por aqui trabalhador não vale nada, tá sobrando, eles só quer pagar porcaria”, comenta com o filho a mãe de uma família de migrantes no romance *Seara Vermelha*, de Jorge Amado.

Os principais fatores das migrações eram a industrialização no Sudeste, sobretudo nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, a ampliação da rede de comunicações e transportes e a pobreza do campo (concentração da propriedade de terra, espoliação do trabalhador). A produção na região Sudeste, tanto agrícola quanto industrial, concorria com a das outras regiões, concentrando capital, produzindo os mesmos gêneros agrícolas a preços mais baratos e, por último, atraindo mão-de-obra dessas regiões.

No final dos anos 1930, São Paulo e Rio de Janeiro eram as sedes da expansão capitalista-urbana do país. Fortaleciam-se as novas camadas da burguesia industrial, principal beneficiária do novo “desenvolvimento”, enquanto se ampliavam também as camadas médias e o proletariado das fábricas e empresas de serviços. Com a diminuição das imigrações, grande parte destes últimos originava-se agora do campo.

Por outro lado, a crise da economia agro-exportadora nos anos 30 abalava o poder das classes proprietárias, embora atingisse desigualmente os Estados. Sabemos que o apoio dos grandes proprietários de terra foi uma das bases do Estado Novo, assegurando a “pacificação” nos Estados e a conseqüente estabilidade política. Em troca, o governo não só procurou proteger a exportação agrícola, como manteve intacta a grande propriedade rural, recusando-se a realizar aí qualquer reforma que beneficiasse os trabalhadores. No entanto, essa crise também provocou a venda em massa de terras, sobretudo na região Sudeste, onde houve diversificação e modernização dos cultivos para atender às necessidades internas. Contudo, a propriedade rural continuou concentrada. Os trabalhadores continuaram sem meios de se tornar proprietários e sujeitos a péssimas condições de vida: baixa remuneração, subnutrição, falta de assistência médica e de proteção trabalhista.

O governo tinha assim dois fortes motivos para intervir nos assuntos ligados ao trabalho: conter o avanço do movimento dos trabalhadores e, paralelamente, criar mercado para alguns setores da indústria nacional. Por isso, passou a cuidar com enorme interesse da chamada questão social. Para os limites deste trabalho, interessa-nos compreender as ações referentes às políticas educacionais adotadas no período, tendo por base o contexto político e econômico sumariamente apresentado aqui. Neste sentido, concordamos que

as proposições e o movimento revolucionário de 1930 — fortemente centrados na visão liberal — trouxeram à sociedade brasileira uma nova forma interpretativa do processo produtivo e econômico que desembocava em situações concretas de bem-estar, direitos, participação etc. Confirmadas na Constituição de 1934, tais prerrogativas viriam a ser substituídas pela interpretação nacionalista de Vargas, cuja prioridade maior estava na instalação de um processo industrial de base (bens de produção), possibilitando as condições de equilíbrio social e ao mesmo tempo de manutenção do ideário do Estado Novo. (Leite, 1999:30).

Para a manutenção do ideário do Estado Novo, a questão educacional aparecia como prioridade do governo. Na verdade, desde 1920, o governo Federal em ação conjunta com os Estados de São Paulo, Minas e Ceará, entre outros, procuravam diminuir os altíssimos índices de analfabetismo. A estratégia getulista para a educação foi centralizar as ações, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, ainda em 1930. Demarcavam-se, enfim, os termos de uma política educacional que reconhecia o lugar e a finalidade da educação e da escola: lugar de ordenação moral e cívica, da obediência, do adestramento, da formação da cidadania e da força de trabalho necessárias à modernização administrativa (Shiroma, 2002).

A trajetória sócio-histórica da escola rural tem por base a situação política e econômica do país. A historiografia tem definido a Primeira República como “um organismo em que predominam os interesses do setor agrário-exportador, voltado para a produção do café, representado pela burguesia paulista e parte da burguesia mineira”, (Fausto, 1882:227). Adotando-se esta perspectiva de análise, pode-se dizer que as proposições de Vargas enfatizavam o trabalho manual nas escolas ao mesmo tempo desenvolvendo uma política educacional “voltada para o ensino vocacional urbano, destinado especialmente às classes populares” (Leite, 1999:30). Assim entendido, a instituição escolar torna-se uma necessidade para a ordem dominante. Pode ser então compreendida como o principal agente de transmissão de uma cultura econômica estadonovista.

Neste ponto, as formulações de Antonio Gramsci ajudam a entender a trajetória que estamos a analisar, ou seja, da transmissão da cultura econômica pelas instituições educacionais. Para garantir a função hegemônica é preciso que o Estado torne-se um bloco histórico bem sucedido; isto é possível na medida em que o Estado possa ser “educador”: o Estado tem e pede o consenso mas também “educa” esse consenso utilizando as associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa particular da classe dirigente.” (Gramsci, 1976:145). A responsabilidade desse processo social é dividida entre governantes e governados (os partidos forneceriam os meios mais adequados de aperfeiçoar a capacidade dos dirigentes); contudo, o pensamento político de Gramsci sempre tem uma dimensão pedagógica, pois preocupa-se com a ação dos intelectuais orgânicos entre as massas subalternas, no sentido da elevação da consciência destas do senso comum à consciência filosófica. A máxima “todos os homens são filósofos”, isto é, todos os homens têm uma prática filosófica quando interpretam o mundo ainda que de forma não-sistemática e não-crítica, pressupõe, na pedagogia gramsciana, a intervenção do sujeito sobre a realidade. Daí, a necessidade de uma “filosofia da práxis”, da transformação revolucionária; a filosofia converteria-se em força material com efeitos sobre o senso comum. Desta forma, a filosofia da práxis ajudaria as massas a se tornarem protagonistas da história. No entanto, faz-se necessário um processo de reforma intelectual e moral indissociável das lutas econômicas e políticas. Assim, se constituiria um “bloco intelectual-moral”, que tornaria possível a ascensão das massas, ou seja, para Gramsci, o processo de desenvolvimento está sempre vinculado a uma dialética “intelectuais-massas”. (Gramsci, 1971).

A escola, como instituição, deveria contribuir para a elevação cultural das massas, e não apenas produzir o conformismo e a adesão ao sistema. No livro *Os intelectuais e a organização do poder*, Gramsci examinou a instituição escolar em dois fragmentos intitulados “Para a investigação do princípio educativo” e “A organização da escola e da cultura”. No primeiro ensaio, Gramsci elabora uma crítica ao sistema educacional tradicional italiano no momento da reforma proposta por Giovanni Gentili; reforma que pretendia estabelecer uma distinção entre formação intelectual e humanista geral e formação profissional, restringindo, para Gramsci, o caráter comum e único da escola. Nas palavras do autor, “a escola tradicional era oligárquica, pois era destinada à nova geração dos grupos dirigentes, destinada por sua vez a tornar-se dirigente: mas não era oligárquica pelo seu modo de ensino.” (Gramsci, 1968:136).

E continua sua crítica em outro trecho do ensaio “A organização da escola e da cultura”. Dizia o autor que

a tendência hoje é abolir qualquer tipo de escola “desinteressada” (não imediatamente interessada) e “formativa”, ou conservar delas tão-somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. (Gramsci, 1968:118).

Nota-se que esta crítica radical de Gramsci a escola profissionalizante destinada a dar ao homem do povo uma formação técnica moderna, adequada às transformações da indústria e aos novos empregos que se criam, mesmo que à primeira vista possam parecer democráticas, e que no Brasil irá influenciar os educadores interessados na educação popular estabelecida na lei 5692/71, na verdade perpetua as diferenças sociais.

A formação voltada à lógica da produção foi a tônica dos debates sobre educação a partir da década de 1930. No entanto, é possível rastrear a emergência de um pensamento conservador-nacionalista que, no campo educacional, visava a destruir o que Gramsci denominava de “escola unitária”, no decênio anterior a revolução de 30.

A Fazenda Modelo como valor social

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa privada dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.” Carta Constitucional de 1937.

A necessidade de assegurar a “vontade de conformismo” essencial ao funcionamento da hegemonia e a urdidura do bloco histórico, ou seja, o governo com o consentimento dos governados, cria para o Estado a obrigação de formular uma política de educação e de sustentar uma escola que possa garantir a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessária ao fim de governar. Face à essa necessidade “estrutural”, o Estado, na década de 1920, inicia um processo de criação de escolas rurais e de órgãos da administração como a fazenda modelo, entre outros, que deveriam atender a um princípio educacional voltada para as classes populares residentes no sertão do antigo Distrito Federal. Faremos, a seguir, um breve percurso histórico para situar a instalação dessas instituições no sertão carioca.

Nas duas primeiras décadas da República, a União teve um aumento considerável de seu patrimônio proveniente das aquisições de várias chácaras e fazendas no Distrito Federal. Cada propriedade adquirida tinha uma destinação específica determinada pelos órgãos municipais, cujas maiores preocupações estavam na melhoria da prestação dos serviços públicos, como saneamento, abastecimento de água, abertura de estradas e ampliação da rede ferroviária.¹

A Fazenda do Saco, antiga fazenda de criação, aparece como tal desde 1859 no Almanaque Laemmert, sendo seu proprietário Joaquim Luiz Rangel. Foi adquirida por 48 contos de réis pela Prefeitura para servir de pasto aos animais da Superintendência da Limpeza Pública e Particular e à Companhia de Transportes e Carruagens, através de escritura assinada em 01 de agosto de 1907. A Fazenda localiza-se no 23º Distrito, em Guaratiba, antiga freguesia rural do Distrito Federal.

Os Decretos 2.441, de 26/01/1921 e 1.536, de 07/04/1921, estabeleceram a criação da Colônia Agrícola e Granja de Criação da Prefeitura em substituição à Superintendência da Lavoura com sede na Fazenda do Saco. A Fazenda torna-se, então, Fazenda Modelo, por força política, destinada a funcionar desenvolvendo atividades voltadas para melhorar a qualidade da produção agrícola do Distrito Federal.

Do ponto de vista econômico, as freguesias rurais do Distrito Federal constituíram-se como o maior suporte agropecuário da cidade, haja vista os lucros com a produção de açúcar e café até fins do Império e, posteriormente, com a exportação da laranja, nas primeiras décadas do século XX, que dinamizou a economia da zona oeste até a década de 1960.

A intervenção do Estado fazia-se necessária tendo em vista o contexto de crise de abastecimento que passava o país pós Primeira Guerra Mundial. A Fazenda Modelo deveria constituir-se como modelo de educação para a transformação moderna do meio rural. Neste sentido, a Fazenda Modelo, como valor social, internaliza uma questão política e uma visão de mundo: o trabalhador rural, o homem do campo, era visto como aprendiz; aquele que precisa constantemente ser educado para uma lógica de produção agrícola racionalizada.

No Boletim da Prefeitura de 1923, a Diretoria Geral de Instrução Pública estabeleceu o programa de ensino das escolas primárias diurnas e noturnas do distrito Federal. Para as séries iniciais, entre outras disciplinas, havia a de “trabalhos manuais”,

¹ Para melhor entendimento desse processo, ver Fania Fridman. *Donos do Rio em nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Garamont, 1999.

que propunha como atividades de ensino: “jardinagem para as escolas que dispõem de terreno: cultivo de plantas de um canteiro; para as demais, cultivo de plantas em vasos. (Estimular o cultivo de plantas nas escolas). Na zona rural, além de jardinagem, pomicultura e horticultura”.²

No mesmo ano, o Decreto 2.839, de 19 de setembro, autorizava o prefeito a abrir créditos suplementares para efetuar pagamentos de gratificações e reforço de verbas destinadas às Diretorias Gerais. A Superintendência da Colônia Agrícola recebeu 1:800\$000, quantia semelhante aos demais órgãos da Prefeitura, o que revela a atenção dada à lavoura no Distrito Federal. No entanto, nem todos os projetos voltados para a agricultura da zona rural tiveram êxito. Por exemplo, o Decreto 1.912, de 12 de novembro de 1923, anulou a concorrência aberta no ano anterior para a construção de um Matadouro Modelo, um Entrepasto Frigorífico e mais serviços correlativos. Os projetos de criação da Fazenda Modelo, do Matadouro Modelo e das Escolas Rurais mostram as intenções da institucionalização da região como área rural da cidade do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que estabelecem diretrizes para a educação rural.

A Fazenda Modelo também se equipara às escolas rurais localizadas no sertão carioca. Se a escola rural fornece a educação básica que deve assentar os jovens camponeses em seu meio, é no interior da Fazenda que as técnicas de produção agrícola (plantio, cultivo, colheita, beneficiamento, etc) são ensinadas em larga escala para os trabalhadores rurais.

Na década de 1920, a Superintendência do Serviço da Lavoura editou as Instruções Complementares ao Regulamento, relativas às obrigações dos instrutores agrícolas da Fazenda Modelo. Entre as obrigações da rotina de trabalho dos instrutores constava que

o ensino será dado em linguagem simples e clara, usando termos de fácil compreensão, acompanhado, sempre que for possível, de demonstrações racionais de cultura, lavra, manejo da terra, seleção de sementes, adubação, plantação, multiplicação de plantas, colheita, beneficiamento, transporte, embalagem, mercado, etc, moléstias de plantas e animais, etc.³

Percebe-se que a educação rural criava tipos comportamentais específicos que, em nível de transmissão e aprimoramento de conhecimentos, reclamava um atendimento quase que exclusivo. Portanto, as escolas rurais e a Fazenda Modelo, pensavam o homem

² Boletim da Prefeitura do Distrito Federal, jan/dez, 1923, Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1926, p.354.

³ Boletim da Prefeitura do Distrito Federal, jan/mar, 1918, Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1920, p.383 e 384.

do campo ainda como “gente da roça” que requer “uma linguagem simples e clara, de fácil compreensão”, acentuando, assim, estigmas e a negação dos direitos de cidadania daquela população.

Não só a paisagem rural era determinada pela legislação, organizada pelo direito. A criação da Sociedade Nacional de Agricultura, nos primeiros anos da República, como movimento social, representando os interesses da classe dominante agrária, estabelecia critérios de funcionalidade e definia projetos e sua implementação para o melhoramento da agricultura brasileira, porém, voltados para mercado interno. Exerciam, portanto, pressão junto aos poderes constituídos e a um público mais amplo através da produção de manuais escolares, de cartilhas agrícolas, realização de congressos a nível nacional e por meio de seu maior veículo de propaganda, a *Revista A Lavoura*.⁴ A Sociedade também recebeu parte da área da antiga Fazenda Grande para o estabelecimento de campos de experimentação e de multiplicação agrícola para menores. Em 1906, essa Fazenda tornou-se o Horto da Penha, ampliando seu ensino, e atraindo pessoas de várias regiões do país para estudar nesta instituição.

Ruralismo pedagógico: as escolas rurais do sertão carioca

Sobre os sertanejos cariocas e suas “vidas secas”, dizia Magalhães Corrêa na década de 1930: "Estes pobres trabalhadores não calculam o mal que fazem a eles e aos seus descendentes. O Nordeste teve as suas matas e, por culpa de seus habitantes, é, hoje, deserto" (Corrêa, 1936:125). Magalhães Corrêa compreendia que a agricultura é uma das atividades humanas que mais afetam a qualidade ambiental. Antecipando o discurso do movimento social por uma agricultura ecológica, do desenvolvimento agrícola sustentável (que somente tomaria corpo no Brasil a partir da década de 80), o autor apresenta percepções ambientais fortemente influenciadas pela defesa da vocação agrícola do país. Para ele, os sertanejos do Distrito Federal encontravam-se "abandonados completamente pelos poderes públicos, sem código rural, sem assistência médica eficiente, sem instrução adequada, vivem esquecidos nessa vasta região do Distrito Federal, como se não fossem brasileiros" (Corrêa, 1936, p. 236).

O discurso ruralista defendia a necessidade de por em curso um sistema educacional que garantisse a preservação do meio ambiente, bem como melhores

⁴ Ver Sonia Regina de Mendonça. "Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura". *Mundo Agrário. Revista de Estudos Rurais*, nº1, segundo semestre de 2000, Centro de Estudos Histórico Rurais. Universidad Nacional de La Plata.

condições de vida aos rurícolas habitantes do sertão carioca. No entanto, o que poderia parecer uma contradição, à primeira vista, nas expressões “sertão” e “carioca”, na verdade apontavam para as antinomias do espaço, em última instância, para as singularidades do urbano e do rural.

Na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels afirmaram que

a maior divisão do trabalho material e intelectual é a separação entre a cidade e o campo. A oposição entre a cidade e o campo surge com a passagem da barbárie para a civilização, da organização tribal para o Estado, do provincialismo para a nação, e persiste através de toda a história da civilização ate nossos dias (...). A cidade constitui o espaço da concentração, da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia o oposto, o isolamento e a dispersão. (Marx e Engels, 1989:53-54).

A expressão “sertão carioca”, utilizada tanto nos mapas e plantas quanto para designar os espaços não colonizados da cidade do Rio de Janeiro, trazia a idéia de um processo civilizador (indicada tanto pelo gentílico “carioca” atribuído aos habitantes da cidade, quanto por aquele que a pronuncia de um lugar), que deveria organizar a ocupação do sertão, otimizar o sistema produtivo e transformar os próprios sertanejos, revalorizando o mundo rural. Essa visão dualista, talvez motivada pelo avanço do industrialismo nos anos 1910-20, contrastava os habitantes das cidades, “racionais” com aqueles dos sertões, “ignorantes”. Sobre esses últimos recairia a pedagogia ruralista com a experiência da implantação das escolas rurais no Distrito Federal.

Na década de 1920, implantou-se na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, uma experiência pioneira nas escolas denominadas *rurais*, que tinham por objetivo estabelecer critérios educacionais orientados para atender as vocações locais. Logo se verificaria que a falta de especialização dos professores atuantes naquelas escolas prejudicava a própria comunidade. Eram “gentes da cidade” mandadas para o interior e “alheios aos problemas com que se defrontam, à vida que os cerca, às necessidades que os circundam, ao destino e à felicidade dos alunos e da própria comunidade” (Leão, 1926:281).

A crítica proferida por Carneiro Leão, um dos principais ideólogos do ruralismo pedagógico, era, sem dúvida, procedente, tendo em vista a inexistência na época de cursos de formação profissional; a falta de integração das escolas com a comunidade (trabalhadores, familiares); a não-coincidência do período letivo com a época do plantio e da colheita. Enfim, situações que acabariam por inviabilizar, parcialmente, o projeto da educação rural.

Em 1948, contava-se na região 26 escolas rurais, distribuídas por Santíssimo, Realengo, Senador Câmara, Campo Grande, Magarça, Vila Eugênio, Covanca, Padre Miguel, Emboabas, Guaratiba, conforme levantamento realizado por José Fróes.⁵ A quantidade expressiva de escolas demonstra a importância atribuída à região pela municipalidade no sentido de consolidar a zona rural do Distrito Federal.⁶ Nesta mesma época, é criada a União dos Lavradores de Campo Grande; teve início um processo de criação de associações e cooperativas de trabalhadores rurais que lutavam por garantias que assegurassem o aumento da produtividade agrícola. No seu conjunto, esses trabalhadores enfrentavam sérios problemas como “a exploração dos intermediários e comerciantes, a ineficiência do sistema de cultura do solo, a falta de assistência técnica, além da inexistência de transporte e mercado adequados para escoamento da produção” (Fróes, 2004:194). O surgimento dessas associações classistas refletia o alcance da proposta do ruralismo como movimento político na medida em que o ensino voltado para a formação humanista não proporcionava, no entender da classe, a garantia das condições de existência do trabalhador rural.

É interessante notar que o ensino nas escolas criadas na década de 1920-30 no Distrito Federal não foi sempre laico e público. Entre as escolas rurais do sertão carioca existiram aquelas de cunho religioso, que pareciam refletir o antigo pacto do Estado com a Igreja. Entre as que ainda atuam na região, destacam-se a Escola Rural São Vicente de Paulo e o Instituto Metodista Ana Gonzaga. Esta última instituição, tendo como desafio missionário a prestação de serviços assistenciais para a construção do Reino de Deus e a promoção da sociedade brasileira, contribuiu para o ensino rural oferecendo diversos oficinas de trabalhos manuais e cursos profissionalizantes de acordo com as necessidades regionais. Já a Escola Rural pertencente à Ordem Vicentina, atuante na região desde a década de 1950, implantou o ensino rural no seu currículo escolar, cuja ementa do curso propiciava aos alunos das séries iniciais o aprendizado de técnicas de plantio e colheita em uma área reservada no pomar do educandário. Após a fase da colheita, os alunos podiam levar as hortaliças que plantaram para as suas casas. As mesmas hortaliças e legumes eram utilizados na merenda escolar. As missões vicentinas deveriam responder ao desafio de uma

⁵ Fróes, José de Souza. Gelabert, Odaléa Enseñat. *Rumo ao Campo Grande: por trilhas e caminhos*. Rio de Janeiro: (s.n.), 2004.

⁶ Os arquivos da Secretaria de Estado de Educação sobre as escolas rurais criadas na década de 1920 foram depositados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, porém encontram-se em processo de catalogação, não disponíveis ao público, o que dificultou nossa pesquisa sobre dados estatísticas referentes a estas instituições.

“educação para todos” e tinham como destino as áreas periféricas das grandes cidades. A zona oeste, no momento da instalação da Escola Rural São Vicente de Paulo, configurava-se como região decadente do ponto de vista de sua produção agrícola, uma população empobrecida, o que justificava a instalação do colégio e o ensino rural com o objetivo de promover uma melhoria na qualidade de vida da população local. A escola contava com uma mini-fazenda instalada na sua propriedade, produtora de leite, hortaliças, frutas, legumes e ovos, e atende ainda hoje os moradores locais com venda desses produtos. A instituição também mantinha um internato para meninas órfãs, e funcionava em regime de semi-internato para os estudantes carentes.

Mas não se pode esquecer o papel da escola para a introdução dos rurícolas na “ordem social e estatal”. O acesso aos códigos sociais de “direitos e deveres” visava tão-somente uma adequação do educando à modernização em curso, ou seja, uma educação voltada para a adesão, para a inserção dos “cidadãos” em uma ordem civil burguesa e moderna.

É interessante notar que a primeira escola rural do Rio de Janeiro recebeu o nome de Escola Rural Alberto Torres (designação ER-1), localizada em Santíssimo. Apesar do pensamento de Alberto Torres somente ter alcançado maior repercussão nos anos 1930, e a criação das escolas ser anterior a esta data, é possível estabelecer nexos entre o discurso de Torres e os propósitos ideológicos que orientaram a criação das escolas rurais no subúrbio carioca.

Em linhas gerais, Alberto Torres enfatizava que a criação de uma democracia dependia da existência de um estado autoritário. Seu discurso antiliberal e sua crença na justiça do Estado construíram argumentos fundamentais para um projeto de construção da nacionalidade brasileira que permanecia dispersa e inorgânica. A primazia do Estado sobre a sociedade civil justificava-se pelo evolucionismo-positivista do pensamento de Torres no qual o Estado surgia como solução, “como órgão da vida social das nações”. (Torres, 1915:40). Na segunda década do século XX, acreditava que uma das vias para a solução do desenvolvimento era a exploração sistemática e racional dos recursos agrícolas, deixando em segundo plano a industrialização e a urbanização, prova de uma consciência ecológica aguçada para o seu tempo.

Alberto Torres e Carneiro Leão pensavam que uma educação apropriada para o trabalhador rural poderia fixá-lo no campo. Essa concepção, baseada em um discurso essencialmente conservador-nacionalista, manteve a tradição escolar brasileira e não foi

capaz de definir claramente os objetivos da educação rural para além da manutenção do *status quo* não só da sociedade como do Estado.

Magalhães Corrêa, que fazia parte dos quadros da Sociedade de Amigos de Alberto Torres,⁷ talvez imbuído do espírito do ruralismo pedagógico, ao escrever o seu célebre “o sertão carioca” e divulgando os tipos sociais que formavam a população rural dos subúrbios cariocas, acreditava na possibilidade de que os próprios sertanejos, na medida em que o Estado lhes proporcionassem a necessária assistência técnica (insumos, maquinários, financiamentos), se transformariam nos principais protetores do seu ambiente, ali permanecendo. No entanto, o processo escolar apenas atingia o nível primário, isto é, as crianças e adolescentes matriculadas naquelas escolas municipais. Espera-se que essas crianças, no futuro, constituíssem o grosso da mão-de-obra rural e local. No entanto, o processo histórico mostrou que essa geração de estudantes, educada nas primeiras escolas rurais da década de 1920, não encontraram os meios para a sua reprodução econômica. Apesar dos esforços de uma educação visando a formação profissional necessária às lides agrárias, não foi possível a fixação do homem à terra por não encontrarem condições para a sua subsistência.

Portanto, a experiência da educação rural empreendida nas décadas de 1920-30 no Distrito Federal, mesmo constituindo certo avanço positivo em relação ao sistema de ensino brasileiro, não foi capaz de fixar os trabalhadores na terra, pois os mesmos não tinham acesso à propriedade nem aos meios adequados que assegurassem as condições mínimas de manutenção do trabalho rural. O acesso ao “ensino rural” não resolveu as dificuldades da condição de vida do camponês. Deve ser entendido apenas como um ponto de partida para um processo mais elevado, inseparável dos movimentos sociais, mesmo que não se saiba ainda qual a educação apropriada para o homem do campo. O que é possível obter e deve ser garantido é o acesso irrestrito a todo conhecimento produzido na e pela sociedade, ou, dizendo com Gramsci, “uma escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa”. No entanto, a Constituição de 1937 informava que

o ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe

⁷ Ver Franco, José Luiz de Andrade; Drummond, José Augusto. **Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão quase metropolitano**. Hist. cienc. saude-Manguinhos, vol.12, n.3, Rio de Janeiro Set./Dec. 2005. Ver também Sarmento, Carlos Eduardo 1998 **Pelas veredas da capital: Magalhães Corrêa e a invenção formal do sertão carioca**. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em www.cpdoc.fgv.br

dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa privada dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público” (Carta Constitucional de 1937).

A obrigatoriedade do ensino primário estava garantida por lei desde a Constituição de 1934, de frequência obrigatória aos que nele estiverem matriculados, isto quer dizer que não era garantido o acesso de todas as crianças à escola. E, ainda: da parcela da população em idade escolar, matriculada no ensino primário, somente os filhos da classe economicamente favorecida teriam acesso ao ensino superior; enquanto que aos filhos das classes subalternas estavam destinados ao ginásio industrial, comercial ou agrícola e, conseqüentemente, ao curso técnico industrial, comercial ou agrícola, concluindo assim sua trajetória educacional, sem as mínimas possibilidades de alcançar o ensino superior.

Portanto, estávamos longe de trilhar o caminho para a formação integral do indivíduo, pensada por Antonio Gramsci. Gramsci tinha em mente a instrução profissional em uma escola desinteressada e humanística, que, também, se destine ao proletariado, ou seja, que ofereça a formação humanista, formativa capaz de equilibrar tanto o desenvolvimento do aprendizado técnico quanto o do intelectual.

No município do Rio de Janeiro não existem mais as escolas denominadas de *rurais*. Atualmente, os *Pólos de Educação pelo Trabalho* atuam no sentido de oferecer oficinas de formação específicas, entre elas a de técnicas agrícolas e de educação para o lar. A inexistência de profissionais capacitados para ministrar essa disciplina dificulta o seu oferecimento pelos Pólos. Esses profissionais atuantes nas escolas fundamentais do Rio de Janeiro eram, em sua maioria, formados pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. No entanto, o Município não realiza concursos para esta disciplina há quase 20 anos. Os poucos professores atualmente em exercício encontram-se às vésperas da aposentadoria. A alternativa tem sido a capacitação de professores da área de Biologia e a disciplina passa a ser parte integrante do currículo da educação ambiental. Destina-se ao primeiro segmento da educação fundamental e geralmente são oferecidas oficinas de horta e jardinagem para os alunos da 5ª e 6ª séries. Outros Pólos estabelecem uma idade mínima para o aprendizado de algumas oficinas, como a de Educação para o lar. Nos cursos oferecidos em Vila Isabel, por exemplo, pintura em tecido é oferecida para

alunos a partir de 11 anos; *découpage* a partir dos 13 anos e modelagem em massa para os alunos a partir de 8 anos. No Pólo de Santa Cruz, a mesma disciplina oferece oficinas de artesanato e alimentação alternativa. Outros da mesma região ainda oferecem cursos de hidroponia, flora medicinal, criação de aves, piscicultura etc. A viabilidade do projeto depende dos espaços disponíveis nas escolas e da disponibilidade de professores. Os Pólos localizados na zona oeste atendem a 4.620 alunos regularmente matriculados na rede de ensino. A participação nos Pólos é opcional e as disciplinas são oferecidas em turnos alternativos, visando conciliar o horário das aulas.⁸

Para concluirmos, citamos a criação do Pólo Turístico e Gastronômico de Guaratiba, em 2004, no terreno da Fazenda Modelo. Esta ação busca capacitar os trabalhadores locais para a mão-de-obra nos vários restaurantes da região da Baixada de Guaratiba-Sepetiba, especializados em frutos do mar. Também pretende construir um mercado de produtores locais nas imediações da antiga Fazenda Modelo, o que reflete certa continuidade das políticas públicas que insistem na preservação das características rurais da região. A iniciativa faz parte do Programa de Arranjos Produtivos e Revitalização de Áreas Comerciais do Município, da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (Sedect), cujo objetivo é agregar valor aos produtos e incentivar o desenvolvimento local.⁹

Desta forma, podemos dizer que um *lugar de memória* do rural é permanentemente reconstruído pela memória social. Assim, “o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.” (Nora, 1993: 27).

A preservação da área e das atividades rurais depende principalmente, da reorientação dessas atividades. Recentemente, a Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo Decreto 25.788, de 20 de setembro de 2005, criou uma Assessoria Especial de Agricultura Familiar, localizada na Fazenda Modelo, em Guaratiba. A gestão da *nova* Fazenda Modelo estará voltada para executar ações de apoio aos pequenos produtores rurais do município. Nos quadros desta Assessoria, funciona a Associação Carioca de Produtores Rurais.

⁸ Dados obtidos através de entrevistas realizadas com alguns coordenadores pedagógicos de alguns destes Pólos. A relação dos PET pode ser obtida no *site* da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

⁹ Para maiores informações sobre a criação dos pólos gastronômicos na cidade do Rio de Janeiro, pode ser consultado o *site* da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SEDECT). Acessar: http://www.rio.rj.gov.br/sedect/projetos_polos_gastro.htm.

Referências Bibliográficas

- CORREIA, Armando Magalhães. O sertão carioca. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Garamont, 1999.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FÁVERO, Osmar (Org.). **Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. “Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão quase metropolitano”. *Hist. cienc. Saúde, Manguinhos*, vol.12, n.3, Rio de Janeiro Set./Dec. 2005.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. **El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1971.
- _____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento autoritário na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, Volume II, São Paulo: DIFEL, 1983.
- LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.
- LUZ, Nícia Vilela. “A década de 1920 e suas crises”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiro**, São Paulo, nº 6, USP, 1969.
- MAIA, Eny Marisa. “Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos”. **Em Aberto**. Brasília, INEP, 1(9):27-33.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. “Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: O caso da Sociedade Nacional de Agricultura”. **Mundo Agrário. Revista de Estudos Rurales**, nº 1, Universidad Nacional de La Plata, segundo semestre de 2000.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. São Paulo: **Projeto História 10, História e Cultura**, 1983.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. “Pelas veredas da capital: Magalhães Corrêa e a invenção formal do sertão carioca”. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998. Disponível em www.cpdoc.fgv.br
- SHIROMA, Eneida Oto, MORAES, Maria Célia M. de, EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- TORRES, Alberto. **As fontes da vida no Brasil**. Rio de Janeiro: Papelaria Brasil, 1915.

“SOLTANDO AS AMARRAS”: A EXPERIÊNCIA DE ATER DOS ALUNOS DO RESIDÊNCIA AGRÁRIA¹

Janisse Viero Garcia²

Vivien Diesel³

Pedro Selvino Neumann³

1. INTRODUÇÃO

Dentre os movimentos sociais rurais destaca-se o Movimento Sem Terra (MST) que, desde a década de 1980, vem lutando pela realização de reformas estruturais no campo. As estratégias de luta do movimento implicam a mobilização de agricultores em acampamentos, a ocupação, o assentamento e a viabilização produtiva dos assentados; todos estes processos requerendo forte vínculo com a educação.

Entende-se que a luta do MST foi mostrando aos seus líderes que era necessário refletir sobre a especificidade dos processos educativos em diferentes contextos (no âmbito dos acampamentos, nas escolas de educação básica, de educação técnica, de educação superior) e, neste contexto, também emergiu uma preocupação com a formação dos técnicos que exercem os trabalhos de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural). Recentemente o MST articulou com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a realização de uma experiência piloto para formação de técnicos de ATER para áreas de assentamento e agricultura familiar (Programa Residência Agrária).

O presente trabalho tem como objetivo contribuir para a identificação dos desafios implicados na formação de profissionais de nível superior com perfil diferenciado – para trabalho com agricultores familiares e assentados. Busca, especificamente, explicitar a percepção dos participantes do Programa Residência Agrária sobre suas principais dificuldades no trabalho de ATER. A pesquisa está em desenvolvimento de modo que as considerações que são aqui apresentadas constituem reflexões preliminares acerca deste processo.

¹Trabalho submetido ao Grupo de Trabalho : Saber e poder no campo.

² Pedagoga, aluna do Curso de Mestrado em Extensão Rural (CPGExR/UFSM). E-mail: janisseviero@pop.com.br

³ Profs. Adj. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria.

2. O PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA

2.1. A origem do “Residência Agrária”

Historicamente houve uma tendência de aproximação entre o movimento estudantil e o MST criando-se, inclusive, Núcleos de Apoio à Reforma Agrária em algumas universidades brasileiras. No âmbito desta aproximação, desenvolveram-se “estágios de vivência”, concebidos como formas de aproximação social de atores sociais que têm mesmos objetivos de luta.

O programa específico de formação de graduados para trabalho em ATER remete à gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso.⁴ Na tentativa de se aproximar mais as Universidades à problemática da Reforma Agrária foi montado um grupo que passou a se chamar “Grupo Interdisciplinar Básico para a Reforma Agrária” (institucionalizado dentro da UNB com atuação conjunta como MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário)). Este grupo de estudo e pesquisa fez um mapeamento de quais Universidades no Brasil trabalhavam com Reforma Agrária e Assentamentos e realizou diversos encontros para discutir as ações que poderiam ser iniciadas e, desses esforços, resultou o Iº Censo da Reforma Agrária do Brasil no ano de 1996.

No Censo ficou evidente o alto índice de analfabetismo e a baixa escolaridade dos assentados, ressaltando a importância de ações no campo da educação. A idéia de avançar na proposta de uma educação diferenciada foi trabalhada no “Iº Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária” (ENERA), realizado em Brasília no ano de 1997, promovido pelo MST em conjunto com várias entidades parceiras entre elas a UNB, Unesco, o Unicef e a CNBB. Seguiu-se a realização da “Iª Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo”, em Luziânia (GO), em 1998. A mobilização resultou na implementação do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) enquanto política pública do MDA, expressão de uma parceria estratégica entre o Governo Federal, as instituições de ensino superior e os movimentos sociais do campo.

Na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, se articulou a criação, dentro do MDA, de um setor que cuidasse especificamente dos programas de educação para Reforma Agrária. Neste momento se decide implantar efetivamente o PRONERA, em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o MDA. Idealizou-se que as Universidades que já se encontravam trabalhando com Reforma Agrária passariam a trabalhar com capacitação nas áreas de Assentamentos e Reforma Agrária.

⁴ O relato sobre a origem do Programa Residência Agrária segue a descrição apresentada por Sônia Bergamasco em palestra proferida ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural na UFSM em 2006.

A idéia de buscar um aprimoramento na formação de graduandos para o trabalho de ATER com assentados surge no contexto da discussão do PRONERA. A partir de uma tomada de consciência sobre as deficiências do processo formativo convencional nas Ciências Agrárias para a promoção do Desenvolvimento Sustentável e avaliações sobre os limites do Projeto Lumiar ⁵, ficou claro que muitas vezes não eram atendidas satisfatoriamente as demandas do movimento em virtude das carências de formação do corpo técnico.

Diagnosticou-se que existe nas universidades uma tendência à reprodução do sistema de educação voltada para os interesses de uma classe elitizada. No caso da educação para profissionais de ATER as universidades possuem uma visão que é baseada no modelo da modernização tecnológica, onde o técnico, pela ATER, promove apenas a difusão das tecnologias. Segundo o Programa Nacional de Educação do Campo (2004, p.2):

Os profissionais que estão atuando não têm a formação necessária para a construção do campo que se deseja. Temos hoje um quadro técnico marcado historicamente pela chamada Revolução Verde, um modelo de desenvolvimento da agricultura, implantado na década de 60, onde técnicas seculares foram sendo substituídas por insumos “modernos”, tratores, fertilizantes, agrotóxicos, pacotes tecnológicos que eram gestados em clima temperados, sem considerar os ecossistemas tropicais. Os técnicos são marcados socialmente e historicamente por uma concepção de campo excludente e imperialista, pela hierarquização do trabalho (manual, intelectual e doméstico) que desqualifica o trabalho na roça, a construção do conhecimento dos povos do campo, segrega a mulher e impede a geração de um conhecimento prático-esclarecido, que é fruto da interação de conhecimentos vários: acadêmicos e populares.

Avalia-se que este modelo de atuação favorece o processo de exclusão social. Assim, neste mesmo período estava se delineando no país uma reformulação da proposta de ATER pública e a preocupação no momento era em relação a capacitação dos técnicos para desenvolver esta nova forma de trabalhar a assistência técnica (ATER) – a serviço de um desenvolvimento sustentável.⁶ Neste contexto consolida-se uma proposta de promover um programa de formação específica para graduandos das ciências agrárias para atuação em áreas de agricultura familiar e reforma agrária, o que resultou no Programa Residência Agrária, o qual compõe-se de Projeto de Extensão em Vivência Agrária e Curso de Especialização em “Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo”.

⁵ Entre as avaliações da questão da assistência técnica para assentamentos cita-se Guanzirolí et al (2003) e do projeto Lumiar incluem-se os trabalhos de Echenique (1998), Cardoso e Ferreira (2001) e especialmente de Ribeiro (2000).

⁶ A nova orientação da política de ATER consubstancia-se no documento Nova Política Nacional de ATER (MDA, 2004) e tem um correspondente para os assentamentos na política de ATES, conforme descreve Dias (2004).

2.2. A operacionalização do Programa “Residência Agrária”⁷

O Programa Residência Agrária foi concebido em 2004, como um programa para graduandos do último semestre dos cursos de graduação das Ciências Agrárias. Previu-se que durante o último semestre do Curso o graduando, além das disciplinas, desenvolveria um conjunto de atividades formativas específicas e vivência em áreas de assentamento e de agricultura familiar.⁸ Posteriormente (após formados) engajarse-iam em um Curso de Especialização. Os objetivos do Projeto Básico do Curso de Especialização da UFPR, “A Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo”, Curitiba (2005) esclarecem sobre o perfil de profissional almejado: “a formação de especialistas capazes de intervir técnica e cientificamente na melhoria da qualidade de vida da população, com critérios ecológicos e numa perspectiva economicamente viável, partindo da compreensão da agricultura familiar e da necessidade da Reforma Agrária”.

A especialização prevê a alternância de Tempo-Escola e Tempo -Comunidade.

No Tempo-Escola está prevista a participação nas disciplinas das pós-graduações, a participação em atividades complementares e a apresentação de uma monografia. O currículo do curso de Especialização foi pensado em eixos temáticos transversais, que pudessem ser trabalhados com conteúdos que a Universidade não desenvolve na graduação e conteúdos significativos para o trabalho de campo. Partiu-se deste desafio para definir os eixos centrais que norteiam as ações pedagógicas do curso, que são: Sociedade e Desenvolvimento Rural Sustentável e Princípios e Fundamentos em Agroecologia; Planejamento e Gestão Participativa de Projetos de Desenvolvimento Rural; Cultura e Comunicação; Educação do Campo e Metodologias Científica e de Ensino.

Considerou-se que a relação Sociedade e Agricultura é pouco trabalhada na grade curricular dos cursos das Ciências Agrárias. Deste modo na especialização tenta-se fazer uma leitura mais abrangente do sistema econômico capitalista e de como os agricultores vão se comportando dentro deste sistema, dando suportes teóricos para entender o desenvolvimento do campo dentro do sistema capitalista e para se pensar alternativas para ele. A temática da Agroecologia foi incorporada pois, segundo algumas pesquisas, esta temática é pouco abordada e, quando é trabalhada na graduação, é vista apenas como uma disciplina optativa em algumas Universidades. O eixo que trabalha a Educação do Campo levou em consideração

⁷ Para descrever a operacionalização do Programa Residência Agrária toma-se como referência básica a experiência da região sul e sudeste examinando-se a proposta básica do Curso de Especialização (sediado em Curitiba) e o projeto local da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria)

⁸ A fase da Vivência tem por objetivo possibilitar aos futuros especialistas observações, diálogos, análises, reflexões e trocas de experiências com agricultores familiares e assentados, como também apontar dificuldades e avanços, limites e possibilidades de desenvolvimento.

a necessidade da formação de um técnico com um olhar de educador (a), de formador(a), que trabalha as relações sociais do campo de forma mais humana e solidária. Prevê-se, ainda, que no Tempo-Escola sejam criadas situações problemas para que o aluno se instrumentalize e aponte soluções, apresentando seus conhecimentos vivenciados no Tempo-Comunidade, exercendo assim a reflexão crítica sobre uma realidade dinâmica e em constante transformação. Também neste espaço seriam discutidas teorias, conceitos e reflexões sobre as diferentes linguagens, formas de expressão e comunicação, e debates e registros para problematizar as concepções dos estudantes relativos à temática dos sujeitos do campo.

O Tempo-Comunidade foi concebido como o momento que o estudante atua no campo, de modo que este profissional não só estaria sendo capacitado mas já estaria atuando em campo junto com os órgãos de ATER. A vivência e o Tempo- Comunidade oportunizam ao estudante o conhecimento da realidade que vai atuar, a análise das condições de vida e de trabalho dos agricultores, a identificação de problemas e a atuação com propostas de intervenções para solucionar ou melhorar as situações-problema detectadas. Este período tem como função particular vincular as disciplinas com a realidade local através de ações, trabalhos, pesquisas e execução de projetos, podendo implicar observações, registros em diários de campo e estudos de casos.

No planejamento do processo educativo concebeu-se que a pesquisa acontecerá em todas as atividades do curso.⁹ A pesquisa organiza-se idealmente através dos princípios da pesquisa-ação no movimento dialético do conhecimento de ação-reflexão-ação com abordagem qualitativa. O trabalho de pesquisa pressupõe acompanhamento do professor orientador. O desenvolvimento da pesquisa no Tempo-Comunidade não envolve a participação direta do orientador, mas requer a articulação de agricultores, agentes das comunidades e dos movimentos e segue um plano de estudos que o estudante deverá realizar sob as orientações temáticas do curso, do orientador e dos demais agentes colaboradores do processo.

2.3. O caso do Projeto Residência Agrária da UFSM

A Universidade Federal de Santa Maria vem mantendo há muito ações de apoio à movimentos sociais, embora nem sempre como uma política institucional. Dentre as

⁹A pesquisa seguirá três linhas de ação, coerentes com a produção das Ciências Agrárias em pós – graduação, partindo do problema, da dúvida em torno das temáticas do Desenvolvimento Sustentável; Agricultura Sustentável e Sistemas de Produção Agroecológicos. Em torno destas linhas desenvolvem-se as etapas da Pesquisa Científica: Levantamento de problema dentro do tema escolhido e as linhas de pesquisas do curso, Coleta de Dados, Formulação de hipótese, Experiência e problematização, Sistematização e conclusão, momento em que se confirma ou não a hipótese, e no final, a Devolução dos dados.

iniciativas destacam-se aquelas protagonizadas pelo movimento estudantil com a criação de um núcleo de apoio à Reforma Agrária (NARA) e a realização de estágios de vivência. Conforme consta no Projeto Residência Agrária da UFSM:

(...) com a abertura democrática no país, desde o final da década de 1970, a questão agrária e os movimentos de luta pela terra ressurgiram no cenário sociopolítico com grande intensidade. Desde este período a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), principalmente através de segmentos consideráveis de corpo discente, vem desenvolvendo importantes ações de apoio ao movimento de luta pela terra e aos agricultores familiares. Durante os anos de 1980 até meados dos anos 90 destacaram-se as ações desenvolvidas e organizadas pelo GAMST (Grupo de Apoio ao Movimento dos Sem-Terras), integrado por estudantes de diversos cursos da UFSM, especialmente os de Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia e Engenharia Florestal da UFSM. O referido grupo desenvolveu inúmeras ações de apoio à luta pela terra na UFSM e no espaço social de Santa Maria e região, promovendo de maneira pioneira estágios curriculares de estudantes em assentamentos (experiência que mais tarde iria derivar os atuais “estágios de vivência” em assentamentos de reforma agrária, organizados pelos estudantes universitários em todo país) e proporcionando uma diferenciada formação a um considerável grupo de egressos.

Posteriormente os estágios de vivência foram articulados pelo NARA (Núcleo de Apoio à Reforma Agrária) da UFSM. O 1º Estágio de Vivência coordenado pelo NARA contou com a participação de 35 estagiários que foram distribuídos nos assentamentos que perfazem 4 das regionais do MST no RS: Cruz Alta, Jóia, Sarandi e Santana do Livramento. Em 2003 foi realizado, em fevereiro, o 4º Estágio de Vivência em Assentamento de Reforma Agrária, contando com a participação de mais de 30 estudantes dos mais diversos cursos da UFSM. É dentro deste contexto de discussão que a UFSM se engajou no Programa Residência Agrária através do “Projeto Piloto de Assistência Técnica Planificada aos Assentamentos de Reforma Agrária e Agricultores Familiares”.¹⁰

O Projeto Piloto do Residência Agrária em Santa Maria foi concebido em 2004, inseriu-se no Programa Nacional Residência Agrária e tem como objetivo geral contribuir para o estabelecimento de referências de formação de agentes de assistência técnica e extensão rural para trabalho junto à agricultura familiar e assentamentos rurais. Busca uma formação mais humanista, com um olhar não só para a parte técnica, mas com um olhar mais humano em relação ao outro e também das comunidades rurais e de assentamentos. O projeto foi percebido como propiciador de avanços em diversos planos:

- capaz de proporcionar uma experiência concreta de ensino-aprendizagem e um espaço de reflexão aos estudantes das Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Maria acerca da problemática agrária e do desenvolvimento rural;

¹⁰ Este projeto piloto tem como precedentes institucionais locais um conjunto de discussões que vinham sendo feitas dentro dos grupos de pesquisa existentes nesta universidade sobre o assunto do novo perfil profissional de ATER já que esta Universidade mantém um Curso de Mestrado em Extensão Rural.

- através de metodologias participativas, possibilita diagnosticar e trazer os principais problemas vivenciados pelos assentados e agricultores familiares para os contextos de ensino e pesquisa da instituição, contribuindo para sua resolução mediante construção participativa de alternativas, discutidas coletivamente entre estudantes, técnicos e agricultores envolvidos no projeto; e
- criar referências sobre processos formativos para ATER em áreas de assentamento e agricultura familiar.

Quanto a organização, o projeto é gerido por um Conselho Gestor que conta com a participação de quatro entidades: duas estudantis (uma entidade de agroecologia formada por estudantes do Centro de Ciências Rurais (UFMS) e um grupo de apoio à Reforma Agrária - o NARA) e duas entidades de Assistência técnica (a COOPTEC - que está vinculada ao MST no estado do RS - e a COESPERANÇA (Projeto Esperança) - entidade não governamental que trabalha basicamente com pequenos agricultores na região central do Rio Grande do Sul).¹¹

A primeira etapa, vinculada ao Projeto de Extensão e Vivência Agrária, realizada no primeiro semestre de 2005, implicou a seleção dos alunos e realização de um conjunto de atividades específicas de formação (palestras, viagens de estudo, etc) e vivência. A vivência teve como objetivo fundamental além do reconhecimento das diferentes comunidades, fazer uma primeira aproximação a um diagnóstico da realidade na área de atuação e, a partir deste diagnóstico, elaborar um plano de atividades e um plano de estudo para cada aluno envolvido no projeto. Foram as entidades que compõe o núcleo gestor do programa que escolheram a área de atuação do projeto: dois locais vinculados a COOPTEC e dois locais vinculados a agricultura familiar.

As duas áreas de atuação em assentamentos são as regiões de Jóia e Sarandi. Em cada uma destas regiões o projeto tem um técnico de campo – que já atuava em ATER na organização parceira- e um grupo de estudantes vinculado a ele.

As duas áreas de atuação na agricultura familiar são: uma na região central do estado, no município de Santa Maria R/S, e outra no município de Alegrete -considerado o maior município do Brasil, onde o trabalho se desenvolve junto a uma associação de pequenos pecuaristas familiares.

¹¹ Em termos financeiros, o projeto conta com auxílio financeiro do MDA e da Fundação Banco do Brasil (que concedeu bolsas aos alunos durante a primeira fase do projeto – vivência – e auxílio financeiro para aquisição de equipamentos).

Embora estes quatro núcleos se integrem no projeto maior, cada um tem relativa autonomia e estabelece um programa ao qual articulam-se os planos de estudo e os planos de ATER dos alunos.

O grupo selecionado vinculou-se ao Curso de Especialização e vem desenvolvendo as atividades de Tempo-Escola e Tempo-Comunidade desde o segundo semestre de 2005. O projeto manteve até os dias atuais a idéia de realizar encontros mensais de todos os integrantes em Santa Maria, RS para troca de experiência e também para ajustes na atuação. Mas, como não era de interesse do projeto retirar este pessoal frequentemente da área de atuação e, devido a distância dos núcleos à região central, foi revista esta proposta e optou-se por descentralizar o programa, fazendo encontros em núcleos diferentes e possibilitando a todos o reconhecimento dos núcleos e das atividades desenvolvidas nestes núcleos. Esta proposta está para ser implementada.

2.3.1. Perfil dos alunos selecionados e atividades que eles exercem no âmbito do projeto

A primeira turma é composta por treze (13), estudantes quatro (4) técnicos de campo, e sete (7) professores orientadores. Dos entrevistados, 10 são oriundos de famílias de agricultores familiares.¹² A grande maioria tem sua formação nas Ciências Agrárias, especialmente no Curso de Agronomia (10 dos 14 entrevistados).¹³ Sobre as experiências prévias ressalta-se que oito (8) vinham trabalhando com temáticas relacionadas a agricultura familiar em projetos de pesquisa ou extensão durante a graduação e nove participaram do movimento estudantil. Todos realizaram as atividades previstas na fase de vivência.

2.3.2. Percepção dos participantes sobre suas principais dificuldades no desenvolvimento de atividades de ATER

Inicialmente cabe colocar que, por tratar-se de Projeto Piloto, o conjunto das ações de formação foi desenvolvido num ambiente de “fragilidade institucional”. Neste sentido, cabe reconhecer que, inicialmente, houve insuficiente informação sobre a etapa da especialização: o cronograma, a forma como seria encaminhada e mesmo sobre sua concretização. Este quadro de “fragilidade institucional” se reflete na fala de alunos entrevistados uma vez que condiciona seus “projetos de vida” no curto prazo. Como este aspecto não é o foco da presente pesquisa, cabe apenas reconhecê-lo como contexto no qual se realizam as entrevistas. A análise aqui apresentada se refere a percepção dos alunos sobre as dificuldades para o desenvolvimento de atividades de ATER dentro do projeto e tem como base principal 14

¹² Neste caso são dez de um total de doze dos quais se dispõe de informação confiável sobre a origem.

¹³ Encontra-se 1 formado em Cooperativismo, um Zootecnista, um Veterinário e um Engenheiro Florestal.

entrevistas realizadas na primeira etapa do Curso de Especialização, em Curitiba, entrevistas a idealizadores e gestores do projeto, que são contrapostas à observações realizadas durante as atividades de formação do projeto e consulta de documentos ¹⁴. A análise dos dados é eminentemente qualitativa buscando revelar aspectos pouco explorados nas abordagens convencionais sobre os processos de formação. Selecionaram-se três aspectos para abordar: o desafio de “fazer parte”; a construção dos “padrões de relação” com agricultores e a construção das competências.

. O desafio de “fazer parte”

Uma das dificuldades apontadas no Programa foi a concretização da proposta inicial de se trabalhar com alunos formandos (do último semestre da graduação), pois percebeu-se que não existiam muitos alunos que estavam nesta condição e tinham o perfil exigido pelo curso. No Programa estava estabelecido que um dos critérios de seleção era o de que o aluno tivesse uma certa afinidade com os objetivos do Programa (os alunos deveriam ter participado de Estágios de Vivência de Movimento Estudantil ou de trabalhos com agricultura familiar e assentamentos), evitando-se incorporar pessoas que tivessem outro interesse que não fosse o de trabalhar com agricultores familiares e assentados.

Algumas Universidades não conseguiram ter o número exigido de profissionais nas Ciências Agrárias e, por esse motivo, optaram em abrir a seleção, incorporando alunos que não tinham experiência anterior com essa realidade, mas que manifestavam vontade de conhecê-la e uma certa sensibilidade em relação à temática.

A incorporação de alunos sem envolvimento prévio com este público, na visão de alguns estudantes, se tornou um fator gerador de dificuldades. No entendimento destes se formou um grupo heterogêneo, com uma diversidade concepções, favorecendo as discordâncias de opiniões e a ocorrência de conflitos.¹⁵ Essa visão é evidenciada na fala dos alunos entrevistados durante o curso de especialização que manifestam restrições a inserção de indivíduos sem formação prévia “(...) Tem outra questão que é trabalhar com pessoas que passaram durante toda a graduação vendo um modelo convencional de produção e chega no final, e elas nunca se aproximaram de uma discussão com o grupo de Agroecologia que tinha dentro da Universidade, chega no final do curso e elas aderem a uma proposta de participação técnico diferenciado com uma visão Agroecológica, é uma formação que precisa ser muito mais acirrada (...)” (Sujeito11) Esta preocupação se justifica com o argumento de que esta falta de identificação poderá acarretar, no final, prejuízo para os agricultores e também na

¹⁴ O autor principal deste trabalho....

¹⁵ A instabilidade na concessão das bolsas aos estudantes é considerada fator de agravamento destes conflitos.

credibilidade dos técnicos nas suas áreas de atuação “(...) estas pessoas de repente podem manter resistência a essa proposta em vários momentos daqui para a frente, então isso gera ansiedade porque está dentro dum trabalho que a gente vem desenvolvendo, a gente vai envolver estas pessoas na região de atuação da gente”. (Sujeito 14)

É importante perceber que tais posições se refletem num processo de discriminação sutil que passa a constituir uma “barreira” para efetiva inserção de certos indivíduos no grupo. Quando são analisadas as falas destes indivíduos sobre suas experiências observa-se um “abrir-se” para uma nova realidade: “No meu curso..., eu não pensava em trabalhar com agricultura familiar (...) agora eu vejo as coisas com outros olhos, talvez se eu tivesse tido contato com isso no início do curso, talvez eu já tivesse me direcionado de maneira diferente, lá no 1º, 2º (...) estou adorando adoro o campo(...) embora eu vejo que no grupo ainda existe algum tipo de resistência quanto a algumas coisas (...)” (Sujeito 2)

Este tipo de preocupação com a identidade do grupo não pode ser desconsiderado dentro da proposta, mas muitas vezes pode também tornar-se um entrave dentro do processo de formação, pois é possível que pessoas que não conhecem ou que não participaram de certas atividades possam vir a se integrar e desenvolver as atividades de forma coerente com a proposta do Programa. Se negar-se o direito a este tipo de experiência com base na competência discursiva prévia de um indivíduo sobre dada realidade está-se correndo o risco de cair mais uma vez na valorização do saber formal. Corre-se o risco de, novamente, ater-se ao espaço técnico. Negar o direito a experiência é, segundo Borba (2000,pg,12), negar que a aprendizagem humana dá-se dentro de um contexto sócio- histórico mediado por instrumentos e signos: os símbolos sociais que, ao trazer, ao permitir o novo, permitem um imaginário criador.

. Construindo os padrões de relação

Uma das preocupações apontadas por alguns dos entrevistados é em relação à sua aceitação pelos agricultores indicando que o Tempo-Comunidade implica a ocorrência de um processo de construção de padrão de relações.

Muitos deste sujeitos quando questionados sobre quais as ansiedades em relação a sua atuação de ATER dentro do programa relataram que tiveram um certo medo em relação às primeiras visitas, isso pode ser confirmado nas falas dos sujeitos “(...) nas primeiras visitas eu....para falar a verdade fui meio com medo....no primeiro contacto com os produtores (...)” (Sujeito 7) Hoje este mesmo sujeito quando questionado sobre a superação do medo responde que sim, se sente bem mais a vontade, mesmo quando questionado pelos agricultores sobre algum conhecimento técnico. Complementa colocando que caso se sentir sem condições de

responder no momento, consegue se sentir a vontade em dizer que irá buscar este conhecimento em outro lugar para depois dar retorno.

Algumas falas remetem à importância de estabelecer uma relação que ultrapassa as trocas relativas às questões técnicas. Apontam para o estabelecimento de vínculos afetivos, relações de amizade que surgem como elementos novos, como pré-requisitos para o trabalho de ATER. Entende-se que é o estabelecimento deste tipo de relação que permite superar a condição de insegurança na medida em que admite-se na relação a possibilidade do “erro”.

O “erro” surge como elemento novo, como elemento inerente ao processo de aprendizagem do sujeito de modo que a “permissão” (do agricultor) à possibilidade de errar, funciona como um passaporte de entrada para o trabalho de ATER. Seria este um componente essencial da “nova relação” entre técnico e agricultor ? Seria este um componente essencial da ATER comprometida com a Agroecologia ?

Algumas falas revelam que a aceitação do erro não é comum em certos contextos convencionais de atuação do técnico de ATER. Um dos sujeitos entrevistados, quando se refere a sua experiência em trabalhos de ATER em uma Cooperativa no interior do Rio Grande Sul trabalhando diretamente com o grande produtor coloca: “(...) até gostava... mas a responsabilidade muito grande e se eu por ventura errar, não vão levar em consideração o meu lado pessoal e emocional (...).” (Sujeito 1) Outro sujeito em relação ao mesmo questionamento complementa: “(...) a responsabilidade é muito grande pois eles querem ver o lucro e não o ser humano.” (Sujeito7)

Os entrevistados percebem que na sua atuação junto à agricultura familiar há menor pressão sobre o técnico: “(...) tu tem a responsabilidade mas os erros são menos danosos pelo fato de você trabalhar com Agroecologia, o grande cai em cima, a pressão é maior.... o pequeno não envolve tanto o material, ele não pensa só no lado econômico....” (Sujeito 12)

Outras falas (ainda comparativas) apontam para que o “padrão de relações” estabelecidos com o agricultor familiar possibilita uma experiência diferenciada do “técnico” :

(...) o erro dentro deste trabalho [com agricultores grandes] é visto quase sem chance de se corrigir com dimensões bem maiores... Se eu errar e por algum motivo eles não querem nem saber o porque me mandam embora na hora e se não acontecer desta forma é porque eu tenho as costas quentes lá, mas fico desacreditado no meu trabalho. Dentro já no programa com agricultura familiar eu construo, já no trabalho com Agroecologia e Agricultura Familiar **eu construo junto com eles uso da minha criatividade** pois tenho condições de executar essa ação porque me sinto amigo das famílias dos produtores , conheço eles, e conhecendo eles permiti que eles me conhecessem também e acreditassem no meu trabalho. (Sujeito 3, grifo nosso)

(...) hoje eu me sinto tranquilo em relação ao trabalho (Sujeito 5)

A aceitação da possibilidade de errar vincula-se, neste caso, com a possibilidade de criar, de experimentar, de manifestar-se enquanto ser de experiencial. Assim, a aceitação do erro no processo de ATER pode se tornar um elemento chave na construção de um novo sujeito e como tal contribuir para torná-lo mais humano e mais solidário, desconstruindo o viés tecnicista de sua formação?

Para Charlot (2004, p.41) “o sujeito é um ser humano aberto ao mundo que possui uma historicidade, é portador de desejos, e é movidos por eles, além de estar em relação com os outros seres humanos eles também são sujeitos”. Ao mesmo tempo o sujeito é um ser social, com uma determinada origem familiar que ocupa um determinado lugar social e inserido nestas relações. Dentro desta concepção o sujeito é um ser social inserido neste mundo interpretando e dando sentido a ele. Para o autor o sujeito é ativo, age no e sobre o mundo e nesta ação se produz e, ao mesmo tempo é produzido no conjunto das relações sociais na qual está inserido.

Evidencia-se que existem várias maneiras do ser humano se construir e uma delas se refere aos espaços onde o sujeito é “proibido de ser”, quando ele se torna privado de desenvolver suas potencialidades e de desenvolver sua criatividade. A aceitação da possibilidade do erro torna-se, assim, o reconhecimento da necessidade de dar condições para que venham a se constituir sujeitos.

. Construindo as competências

A concepção do projeto “Residência Agrária” remete ao desencadeamento de processos de formação através da pesquisa-ação. Nestes, há uma centralidade dos processos de encaminhamento de ações, muitas vezes percebidas como orientadas à resolução de problemas. Ou seja, cria-se uma expectativa de que os alunos terão uma participação efetiva em um processo de “desenvolvimento social”. Assim, um conjunto de falas remete as angústias relacionadas a esta “contribuição” no processo de mudança ao nível local.

Inicialmente cabe reconhecer que as condições de trabalho encontradas nos diferentes núcleos são variadas de modo que, em alguns casos, a infra-estrutura disponível (especialmente quanto a meios de locomoção) é percebida como um limitante das ações de ATER.¹⁶

¹⁶Na realidade o programa pressupôs que estes estudantes integrariam as instituições de ATER, mas as instituições de ATER tem uma estrutura muito precária, não comportando mais esta demanda de pessoal para locomoção e assim desenvolver as atividades. Em alguns casos o pessoal engajou-se inicialmente no processo de organizar a estrutura de apoio, inclusive com sede própria junto a associação e uma estrutura de locomoção com aquisição de veículos.

Quando alcançadas as condições de infra-estrutura mínimas, o engajamento no processo de mudanças, remete à questão do desenvolvimento das competências. Para Perrenoud (2000, p.69) "Competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.) para solucionar uma série de situações", é a capacidade que temos de encontrar, de reunir, de reconstruir, de reler e até mesmo a habilidade que temos de reaprender, conhecimentos ou saberes antes esquecidos e que de alguma forma se apresentam como situações reais ou potenciais na nossa vida.

Le Boterf (1994) apud Perrenoud (2000) compara a competência a um "saber-mobilizar", onde possuir conhecimentos ou capacidades não significa ser competente, logo, trabalhar a competência equivale a formar para a competência mais do que para apenas conhecimento, para o autor:

O potencial de competência não reside em um estoque inicial de conhecimento ou capacidade que se trata de atualizar até uma situação limite ('ele deu todo o seu potencial'), mas de uma capacidade de inferência capaz de produzir informações novas a partir de representações existentes e em função de um contexto particular que condiciona sua possibilidade (LE BOTERF, 1994, p.53 apud PERRRENOUD, 2000, p. 69).

Portanto nesta visão a competência é indissociável da capacidade de enfrentar o novo, e esta se dá na ação do sujeito. Para Perrenoud (2000) o saber-mobilizar que está na raiz de toda competência não é uma representação, ou seja, um saber no sentido exato. É uma "aquisição incorporada", que na visão de diferentes autores assumem varias denominações: "Piaget (1974) denomina "esquema", "Bourdieu (1983), de habitus"¹⁰, "Vergnaud (1996), de conhecimento-em-ato". Conseqüentemente a operacionalização desse esquema será responsável pelas "representações operatórias" (LE BOTERF,1994), das situações e das possibilidades de ação, sem na realidade confundir-se ou apropriar-se delas.

Estas representações, citadas por Perrenoud (2000) são as representações disponíveis em memória de trabalho, orientadas para a ação, que podem ser construídas a partir de representações prévias disponíveis na memória a longo prazo. Portanto, para o autor, "toda a competência joga constantemente com as representações, mas não é, em si mesma, uma representação ou um conhecimento em sentido estrito" (PERRRENOUD,1999 apud PERRRENOUD, 2000, p. 154). Assim se a competência manifesta-se na ação, ela não é inventada na hora, se faltam os recursos a mobilizar, não haverá competência, e se estes

¹⁰ Bourdieu (1983, p.65) apud Perrenoud (2000) define "habitus", como sendo " sistema de disposições duráveis", ele exprime o resultado de uma ação organizadora, de uma "prática", que para o autor seria uma atividade ao mesmo tempo necessária e relativamente autônoma em relação à situação considerada em sua imediatidade pontual, porque ela é produto da relação dialética entre uma situação e um habitus e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que

recursos estiverem presentes, mas não são mobilizados em tempo útil e conscientemente, então, na prática, é como se eles não existissem.

Analisando a problemática da formação dentro desta abordagem de competências, percebe-se que os professores e os alunos estarão em um constante processo de formação através do trabalho com os estudantes, e estes nas discussões com os orientadores irão construindo uma nova concepção de pesquisa e de trabalho de campo etc.. Estando assim todos em processo de formação. E isso, no geral, é um processo de superação.

Entretanto, cabe salientar que a formação de competências implica um processo educativo diferenciado. Deste modo um fator que se torna desafiador dentro do processo é o fato de se estar trabalhando com professores formados na escola tradicional das Ciências Agrárias e não terem contemplado, em seus currículos, a formação necessária e coerente com a proposta do curso. Estes são os orientadores, que terão papel importante na formação dos futuros profissionais do campo. Estudos realizados pelos profissionais que trabalham na área de formação, distinguem a concepção do profissional como prático reflexivo em oposição à concepção do profissional como técnico especialista (FURTADO; FURTADO, 2006, p.13). A formação do técnico especialista propicia “a redução da racionalidade prática a uma mera racionalidade instrumental obrigando o profissional a aceitar a definição externa das metas de sua intervenção”, o que certamente, segundo os autores, incorrerá em problemas para o desenvolvimento de uma proposta diferenciada de atuação profissional. Na visão de Furtado e Furtado (2006) a consequência dessa concepção para a formação profissional se torna preocupante na medida em que passa a instituir, do ponto de vista teórico, os papéis e as competências dos profissionais, assim como a natureza dos conteúdos e a estrutura dos programas. Para Schön (1983) apud Furtado e Furtado (2006), ao agirem desta forma, direcionando as ações, as instituições abandonam os fenômenos sociais como “complexidade, incerteza, instabilidade, singularidade e conflito de valores”, que a cada dia se tornam mais comuns nas situações normais do cotidiano.

O grande questionamento é se terão condições de realizar estas atividades em conformidade com os objetivos do curso ou estarão apenas reproduzindo o sistema educacional, constituindo uma força contrária à formação do profissional criativo, reflexivo.

Do exposto depreende-se que faz-se necessário um projeto formativo específico, que considere os aspectos da prática, da realidade na qual o profissional está inserido; um projeto formativo que o prepare para refletir “na” e sobre” a ação, e que por ser diferenciado requer novas formas de aprender e ensinar, exigindo uma nova abordagem em termos de

permitem resolver os problemas da mesma forma, e as correções incessantes dos resultados obtidos,

competências que possa vir a instrumentalizar estes atores sem abandonar os saberes teóricos adquiridos na academia. Nesse sentido, caminhar para a identificação das competências e sua regulação faz parte de um movimento em direção ao aparecimento de profissionais reflexivos e autônomos, em suma, em direção a uma maior profissionalização dos atores envolvidos no processo.

As falas dos entrevistados revelam, sobretudo, o momento de transição que vivem e a falta de clareza sobre a natureza do processo educativo capaz de implicar a qualificação de sua atuação de ATER. Suas demandas remetem, em parte, a um referente de formação tradicional uma vez que requerem aporte por terceiros de referências, que aparecem como formas possíveis de simplificar a complexidade do real e assim dirimir suas angústias. Remetem, assim, as insuficiências dos conteúdos trabalhados no Tempo-Escola¹⁷, ou carências relativas ao “conhecimento acumulado” e disponibilidade do orientador para tratamento de temáticas específicas. Alguns se referem ao fato de ficarem surpresos com “tal” profissional orientar suas atividades: “(...) eu fiquei surpresa quando vi que era(...) não entende nada deste assunto(...) escreve alguma coisa na área mas não exatamente com o enfoque que se dá a temática, que é necessário para clarear minhas angústias.” (Sujeito 7) Outro entrevistado complementa: “(..) estou procurando orientações fora do curso pois as disciplinas ainda não clarearam minhas reflexões e à orientação que eu estou recebendo não está ajudando, por isso eu fui ler algumas coisas e é eu que estou fornecendo material para (...) fundamentar a minha pesquisa.” (Sujeito 1).

A preocupação com a mudança reflete-se também na referência à carência de tempo para alcançar o conjunto dos objetivos propostos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais, poderíamos ressaltar a dimensão humana que se faz transparecer na análise do processo de formação e como é difícil romper as amarras que nos prendem as concepções tradicionais. O medo do novo do diferente surge como desafios a serem enfrentados e superados no processo de formação dos sujeitos pesquisados, e é dentro desta dimensão humana que precisamos perceber este processo.

dialeticamente produzidos por esses resultados”.

¹⁷ Neste sentido exemplifica-se o tratamento do tema da Agroecologia. Entrevistados questionam o fato desta disciplina não ter sido priorizada dentro das duas etapas de Especialização.

4. BIBLIOGRAFIA

- BORBA, S. da C. **Espaço de Formação** Maceió- São Paulo: Edição Catavento, 2000.
- CARDOSO, A. ; FERREIRA, S. F. M. Uma nova experiência de assistência técnica nos assentamentos da reforma agrária no nordeste paraense, através do projeto Lumiar. In: SIMÕES, A. et al. (Org.) **Agricultura Familiar: Métodos e Experiências de Pesquisa-Desenvolvimento**. Belém: NEAF/CAP/UFPA:GRET, 2001. p.320-358
- CHARLOT, B. **Da relação com o saber: Elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artemed, 2000.
- DIAS, M. M. Extensão Rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATEs”. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004
- ECHENIQUE, O. S. **Perspectivas de evolucion de los servicios de Asistencia Técnica Agrícola em Brasil: Analisis del Proyecto Lumiar y de las empresas de asistencia tecnica y extensión rural**. Informe de Consultoria. Brasilia, 1998. Convenio FAO-INCRA. Proyecto UTF/BRA/036/BRA.
- FURTADO, R. FURTADO, E. **Capital humano e Capital social nos territórios rurais: Uma imposição para a nova formação para os profissionais do campo**. <http://spinoza.tau.ac.il/~toury/works/traducao2001.htm>. Acesso em 2006.
- GUANZIROLI, C. E.; BRUNO, R.; SOUZA, I. C. de; DIAS, M. M. **Assistência Técnica para Assentamentos Rurais: Análise a partir do Sistema de Gerenciamento da Reforma Agrária (SIGER) Relatório de Consultoria**. Brasília: MDA, 2003
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural** . Brasília: MDA, 2004.
- PERRENOUD, P. **Pedagogia Diferenciada: Das intenções à ação**. Porto Alegre:Artes Médicas Sul, 2000.
- PROJETO BÁSICO DO CURSO “**AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO**”. Curitiba: MDA/MST/UFPR/UNICAMP/UFSM/UFRRJ, 2005.
- PROJETO DE PESQUISA EM REDE PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: **Formação de Estudantes e Qualificação Profissional para Assistência Técnica- Residência Agrária-** Sub-Projeto da UFSM - Universidade Federal de Santa Maria RS- 1ª versão,2004.
- PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO ”**Organizando o Curso de Especialização**”. Curitiba: MDA/MST/UFPR/UNICAMP/UFSM/UFRRJ, 2004.

RIBEIRO, M. **Relatório Final de avaliação do Projeto Lumiar/RS**. Porto Alegre: DEBAS-FACED-UFRGS, 2000. Pesquisa: A Viabilidade dos Assentamentos de Reforma Agrária como uma Resposta à Questão Social do Desemprego: uma avaliação do trabalho técnico-pedagógico do Lumiar/RS. Convênio INCRA - COCEARGS - CAPA - UFRGS

UNIVERSIDADE E PROFESSORES DESCOBRINDO NOVAS REALIDADES DO ESPAÇO AGRÁRIO.

Carmen Rejane Flores Wizniewsky¹

Universidade Federal de Santa Maria/RS

carmenrejane@brturbo.com.br

Rosa Elane Antoria Lucas²

Universidade Federal de Pelotas/RS

rclucas.sul@terra.com.br

APRESENTAÇÃO

A escola do campo hoje é um espaço onde se reproduzem na maioria das vezes dinâmicas mais próximas das vivências e ambiências urbanas, o que leva o ensino rural ao desencontro dos anseios e necessidades das comunidades escolares. Essa prática, até então, desenvolvida no campo brasileiro, é reflexo de diversos fenômenos que ainda persistem e, em parte, são responsáveis pela baixa qualidade da prática educativa no campo.

Para tanto, é imprescindível que o professor se integre à realidade local, e se identifique como agente daquela comunidade, o que segundo Cunha “[...] é um processo que acontece no interior das condições históricas em que ele mesmo vive. Faz parte de uma realidade concreta determinada, que não é estática e definitiva, é uma realidade que se faz no cotidiano” (CUNHA, 1991, p. 169).

A escola “do” campo e não “no” campo, representa a plena cidadania, direito dos camponeses e seus descendentes, que é fundamental para o desenvolvimento sustentável, uma vez que este prega a igualdade de direitos e a regular distribuição de riquezas e renda. O ambiente escolar tem uma grande responsabilidade com o educando, a família e a comunidade como um todo, já que esta pode ser um veículo fundamental para a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais. Além disso, pode ser uma proposta de construção coletiva

¹ Doutora em Geografia Agrária pela Universidade de Córdoba/Espanha. Professora Adjunta do Departamento de Geociências /CCNE da Universidade Federal de Sta.Maria/RS. Curso de Licenciatura Plena em Geografia.

² Mestre em Desenvolvimento Social e Econômico/UCPel. Professora Assistente/Depto. de Geografia e Economia da Universidade Federal de Pelotas/RS. Curso de Licenciatura Plena em Geografia.

que aproxime o homem da terra, incluindo-o em um projeto social, no qual o educando, filho de agricultor, sinta-se valorizado e projete na sua vivência comunitária um novo olhar sobre a terra – o desenvolvimento sustentável.

É de fundamental importância que a escola participe desse processo, para tanto, seus professores devem estar preparados para desenvolver uma reflexão crítica quanto ao aspecto pedagógico das escolas do campo, bem como, elaborar propostas de práticas educativas contextualizadas, que incluam o agricultor como um agente do desenvolvimento do *lugar*, pois “[...] a educação na realidade camponesa se expressa não apenas no espaço escolar, mas nas diversas formas de manifestação do movimento camponês” (THERRIEN, 1993, p.08).

Portanto, a sociedade acadêmica é solicitada a fazer uma profunda reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem nas escolas do campo de fundamental enriquecimento para a cultura da zona rural (CALDART, 2001). Também é importante que se desenvolva dinâmicas pedagógicas com base em metodologias e didáticas que aprofundem a complexidade do ato de pensar, de refletir, de analisar, de criar e de saber criticar as relações que constituem o dia a dia da sociedade, apropriando-se de novas propostas (re) construtivas.

A partir desse contexto o presente trabalho pretende apresentar os projetos de extensão universitária, intitulados **“Formação do professor da escola do campo: um desafio à cidadania”** e **“Formação de Professores das Escolas do Campo: Inclusão Cidadã e Valorização do Espaço Agrário”**, de um grupo multidisciplinar e interinstitucional de pesquisadores da Universidade Federal de Pelotas e Santa Maria, Quinta e Oitava Coordenadoria Regional de Educação de Pelotas e Santa Maria do Estado do Rio Grande do Sul e a Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria.

2. MARCO TEÓRICO

O processo de modernização da agricultura brasileira – conservador, parcial, excludente e insustentável, genericamente, chamado de “Revolução Verde”, acelerou a exclusão social e a degradação ambiental no campo. Utilizou-se do padrão tecnológico para romper com a cultura organizativa dos agricultores. As famílias rurais integraram-se a novas formas de racionalidade produtiva, por sua vez, mercantilizando a vida social e fragilizando os processos cooperativos e solidários existentes no campo.

O mundo rural passou a ser subordinado a um novo e insustentável padrão de consumo, de caráter eminentemente urbano definido pelas variações do mercado. O modelo neoliberal agrava e acentua aspectos negativos e amplia danos à biodiversidade como a exclusão social, o extermínio cultural, a dependência das economias nacionais aos capitais especulativos, o abandono das políticas sociais essenciais à população, a desigualdade de gênero e a falta de perspectivas para jovens e pessoas da terceira idade.

Os rumos atuais do desenvolvimento brasileiro vêm acentuando o intenso processo de exclusão social, característico da natureza histórica das estruturas econômica e social do país. As altas taxas de desemprego, miséria, violência e marginalidade dos grandes e médios centros urbanos apontam para a exclusão, cada vez maior, de parcelas da população que já possuem condições mínimas de trabalho e, portanto, de cidadania.

No entanto, o quadro pode ser alterado se a agricultura passar a ser entendida como um importante setor da atividade produtiva, geradora de trabalho e renda, merecendo incentivo e apoio através de políticas públicas específicas e, também, de um contexto macroeconômico favorável. Ainda, ocorre uma demanda crescente das populações rurais pelo acesso às políticas públicas que são expressas através das suas organizações sociais e que clamam por iniciativas que favoreçam o ambiente educacional ofertado às populações rurais. Essas populações entendem como oportunidades de educação escolar – programas e projetos de qualificação profissional, de serviços de pesquisa tecnológica e de assistência técnica.

Na atual estrutura agrária, a Reforma Agrária seria o principal instrumento político para a ruptura com o atual modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de terra e renda, reproduzindo o poder das oligarquias. A democratização da propriedade da terra impulsiona e condiciona a democratização do poder político, econômico e social no campo.

Por sua vez, a Reforma Agrária só terá sustentabilidade econômica e social se estiver inserida num contexto de políticas globais de valorização e ampliação do papel estratégico da agricultura em regime de economia familiar para o desenvolvimento do país. Visto que, é uma política pública necessária e prioritária, sem a qual os problemas decorrentes da concentração de terra e renda existentes no nosso planeta não serão resolvidos, devido à falta de articulação com outras políticas de acesso a terra base fundamental para a construção da justiça social e da soberania alimentar.

O discurso político da soberania alimentar continuará sendo apenas mais uma palavra de ordem, se não forem construídos os instrumentos efetivos para a sua concretização, ou seja, mecanismos de fortalecimento e a expansão da agricultura em regime de economia familiar. Estudo realizado pela FAO/INCRA (1994) afirma a importância da opção pela agricultura familiar como a base econômica para o desenvolvimento rural

(...) no seu perfil gerador e distributivo de renda, na geração de oportunidades de ocupações rurais e não agrícolas, na valorização dos espaços socioculturais e nas suas vantagens com relação à sustentabilidade, devido à sua ênfase na diversificação e flexibilidade de seu processo decisório. Além do fato de, se comparada à agricultura patronal, produzir mais na maior parte dos produtos agropecuários brasileiros, exceção feita à produção de cana, soja, arroz irrigado e na pecuária de corte (FAO/INCRA, 1994: p. 6).

O meio rural por ser um espaço prioritário de combate ao desemprego e à miséria no Brasil, tem a sua importância social na redução do êxodo rural e das graves consequências para a vida das cidades. Uma política agrária abrangente permitiu o acesso à terra dos trabalhadores e trabalhadoras sem terra ou com terra insuficiente para assegurar seu desenvolvimento.

A opção pela agricultura familiar, com a incorporação de novos contingentes de trabalhadores é fundamental para a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o campo. Além de ser um setor estratégico para a manutenção e a recuperação do emprego, também é para a redistribuição de renda e o impulso ao desenvolvimento sustentável o que contribuirá na superação da crise social e econômica do país.

A educação brasileira reflete o momento histórico pelo qual passa a nossa sociedade. A democratização ao mesmo tempo em que oportuniza o afloramento de novas idéias, não permite a concretização das mesmas. Essa realidade é consequência da homogeneização dos setores econômicos, políticos e sociais ao capitalismo ocidental. A intensificação do capitalismo industrial, o processo de urbanização crescente, a ascensão de classes sociais e as idéias do liberalismo burguês ao lado das alterações políticas desencadearam o aparecimento de novas exigências educacionais.

O sistema educacional nunca teve como preocupação fomentar políticas educacionais humanizadoras que atendessem as necessidades do campo. Não obstante, a escola brasileira desenvolveu-se voltada ao sistema como um todo, tendo em sua base uma estrutura urbana. Os objetivos desta educação estavam baseados no atendimento ao

mercado, com a criação de cursos profissionalizantes com formação técnica, visando atender as necessidades do capital.

O Brasil há muito tempo, vêm construindo uma instância de reflexão, de elaboração e de orientação para uma educação no meio rural, mas não demonstra uma contribuição para diminuir o êxodo rural, porque não considera a prática dos agricultores como um valor cultural do local, da região na implantação de um novo paradigma o “desenvolvimento” sem o equívoco de sinônimo de crescimento (SACHS, 2004).

As comunidades rurais contam com importantes recursos, que podem ser à base de aportes chaves para a melhoria do ensino rural, elas podem ser pobres em capital material, mas dispõem de capital humano (com conhecimentos formais e informais), de capital cultural (normas e visões de mundo em constante evolução) e de capital social (relações grupais de confiança e cooperação). Essas três formas de capital não material podem apoiar a acumulação de capital humano formal no campo pedagógico e na gestão, visando a uma comunidade educacional ampliada (DURSTON: 1999).

As políticas públicas para o meio rural, entre elas a educação, devem contribuir com a formação de redes territoriais densas e diversificadas, ampliando o capital social das comunidades locais a partir da criação e do fortalecimento das instituições, da participação dos agricultores na definição e na execução das políticas públicas. Isso aponta para um papel ativo a ser cumprido pelos agricultores e por suas organizações o fato de que é necessário visar o desenvolvimento rural e repensar o papel a ser cumprido pelo Estado, nas suas diferentes esferas, desde a regulação e execução dessas políticas.

Para melhor compreendermos a realidade educacional na qual temos que intervir, é necessário perceber que o sistema educacional pensado para o meio rural não contempla as necessidades rurais do local, por exemplo, a ausência de escolas, especialmente, no Ensino Médio, forçando os alunos a freqüentarem estabelecimentos localizados na área urbana; as escolas de 5ª a 8ª série apresentarem uma estrutura física precária; as distâncias percorridas pelos alunos de transporte escolar para chegarem até à escola, provocam o precoce abandono dos estudos.

Um dos grandes problemas enfrentado pelo sistema educacional rural é o número de escolas rurais com pequeno número de alunos, que aliado à histórica precariedade de condições de infra-estrutura defronta-se com políticas públicas de nucleação e com ações específicas sem considerar as características geográficas e

sociais de cada região. A política de nucleação é uma decisão que vem sendo tomada somente em função de argumentos econômico-financeiros, de caráter gerencial, não se considerando o papel que as escolas têm no desenvolvimento social e cultural das comunidades. Infelizmente, essa parece ser a única diretriz de política educacional, para o meio rural, levada adiante pelas Instituições Municipais e Estaduais.

Além dos aspectos estruturais, outra mudança necessária na educação rural é o desenvolvimento de propostas pedagógicas inovadoras, adequadas à realidade sociocultural e ao potencial agropecuário do município ou região, para que tal processo educativo possa ser à base da integração do aluno ao seu meio, auxiliando a transformação da realidade e a construção de um modelo de desenvolvimento integrador. Isso implica, necessariamente, em mudanças que venham a readequar a formação docente do técnico em agropecuária, do currículo, do calendário escolar e da infra-estrutura existente.

A qualificação profissional no meio rural deve levar em conta que todos os agricultores, os cooperativados, os pequenos proprietários, os assentados, os indígenas precisam, mais do que nunca, qualificar a sua produção. Para isso, precisam de técnicos em gestão e planejamento de custos, em cooperativismo, em pesquisa agropecuária e pesca ecológica, capazes de articular a sua experiência de trabalho agrícola ao conhecimento aprendido dos pais e avós com o tratamento científico que é colocado pelas escolas técnicas, instituições de pesquisa e universidades.

O ensino rural não deve separar trabalho e formação, porque a articulação entre a produção, o meio-ambiente e o mercado constroem um espaço integrado e integrador de experiências, de participação, de produção de novos conhecimentos, de identidades indígenas e camponesas, na luta por direitos contra a discriminação e a opressão. Essa escola deve integrar campo e cidade sem ocorrer uma subordinação entre as mesmas. Os jovens devem cultivar suas raízes para formar homens e mulheres compromissados com o seu trabalho, a sua cultura, a sua vida, a sua comunidade, a fim de contribuir na formação de um mundo em que haja justiça, solidariedade, democracia, respeito à diferença na igualdade de condições de vida, trabalho e participação política.

A escola do campo deve ter à mesma estrutura de uma escola básica da cidade, porque os filhos dos trabalhadores urbanos e rurais também carecem de condições mínimas para permanecerem na escola, deixando-a, muitas vezes, a partir da 5ª série do ensino fundamental. A escola que temos, seja na cidade ou na zona rural, ainda precisa aprender muito sobre o mundo do trabalho, sobre suas relações e a sua cultura. A

relação do trabalho e a formação para a vida não tem sido aprofundado nos cursos que formam professores e professoras para a escola básica. Depois de formados precisam aprender a enfrentar os desafios que vêm daqueles alunos que trabalham ou têm suas famílias desestruturadas pelo desemprego dos pais, ou ainda, estão envolvidos com drogas, porque o tráfico paga melhor do que os empregos convencionais.

O ambiente educacional hoje existente no campo brasileiro deixa clara a complexidade de se pensar – e – de se fazer – uma educação rural e uma qualificação profissional articulada entre si e integrada a novas diretrizes de desenvolvimento rural, buscando a inclusão e a sustentabilidade. Esses são os parâmetros básicos que deveriam orientar ações, projetos e políticas públicas voltadas para o ambiente educacional rural, buscando potencializar e articular novas estratégias de desenvolvimento rural.

A escola rural, dentro do contexto da educação nacional, deve merecer uma atenção especial, tendo em vista as particularidades que a envolvem, bem como a sua dinâmica peculiar; considerando que o universo rural possui “leis” próprias na conjugação do trabalho e da produção, além da coexistência de valores culturais e de competências específicas dos seus membros. A urgência de uma política educacional voltada para a sociedade rural com base num conjunto de experiências, deve fundamentar-se nos princípios da solidariedade, da cidadania e do direito de todos vivenciarem a democracia, a justiça social e o acesso aos meios de instrução e de formação do ser humano (LEITE, 1999).

Assim, entende-se que para enfrentar o problema da educação rural, é necessário gerar um ambiente institucional que possibilite a reformulação e a reestruturação formadas pela seguinte tríade: ensino básico, formação profissional e extensão tecnológica sempre articulada com a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias. Essa visão parte do entendimento de que o nível educacional será um dos principais trunfos do sucesso dos agricultores, tanto para os que conseguirem superar os obstáculos impostos pela corrida tecnológica para se manterem atualizados e acompanhando o desenvolvimento, quanto àqueles que tiverem de se tornar pluriativos ou forem obrigados a transitar para ocupações externas à agricultura, sejam elas rurais ou urbanas.

Elaborar uma educação do campo não é dicotomizá-lo e sim trabalhar com as suas especificidades. O rural e o urbano possuem formas de vida diferenciadas, a medida que essas forem sendo trabalhadas, há a tendência de superar as diferenças entre o campo e a cidade, extinguindo as discriminações e preconceitos próprios do tipo de

estrutura social capitalista, vigente entre nós. O Ensino Rural conforme Caldart

[...] é a combinação entre estudo e trabalho, quer dizer que na ou através da escola, todos os alunos desde as primeiras séries, devem ter a oportunidade de realizar algum tipo de trabalho produtivo ou socialmente útil, como forma de complementar a educação de sua personalidade e combinado com o ensino da sala de aula (CALDART, 1995, p.8).

A partir dessa perspectiva levou os camponeses a pensarem na educação dos seus filhos, mas veio a pergunta: A escola que queremos é esta que hoje esta aí? Uma escola que não contempla a nossa realidade? É excludente, acrítico! Porque não nos faz pensar e entender como as coisas acontecem. É no passado a idéia de que a falta de emprego, moradia, saúde, escola é um acontecimento natural. Queremos um ensino que contenha conteúdos gerais, trabalhados com a realidade rural, não contendo somente conteúdos urbanos, que acabam estimulando à cidade, pois enfatizam que na cidade é melhor de se viver, de conseguir emprego, moradia, meios de transporte, saúde e escola (LUCAS, 1999).

A preocupação apontada pelos camponeses demonstra uma reflexão no ato de planejar um ensino voltado para o meio rural, porque “[...] a educação na realidade camponesa se expressa não apenas no espaço escolar, mas nas diversas formas de manifestação do movimento camponês.” (THERRIEN e DAMASCENO (orgs.) 1993, p.8).

Uma estrutura curricular para o ensino rural vai muito mais além do que simplesmente elaborar legislações, pois estas desde a década de 30 sempre foram pensadas em nível de papel, esbarrando na prática, porque têm no seu bojo determinações que não vem de encontro as expectativas do homem do campo, provocando ao longo dos anos estudos e pesquisas, para elucidar as reais condições de precariedades porque vem passando as escolas rurais. (CALAZANS, THERRIEN, DAMASCENO, 1993).

A escola rural deve criar alternativas para que as pessoas tenham acesso a uma educação de qualidade e elaborar um projeto político pedagógico que estimule o conhecimento administrativo e organizacional através de “exercícios práticos nas áreas de conhecimentos necessários ao meio rural como a agricultura, a administração, a contabilidade e outros” (MORISSAWA, 2001, p.241).

A administração rural deve ser trabalhada em conjunto com o produtor, respeitando as suas especificidades, de nada adianta um projeto com determinações pré-estabelecidas, mas não tendo nada a ver com a realidade do produtor. O mesmo não vai

conseguir perceber que o seu esforço no plantio, na colheita, está encaminhando novos resultado, porque as técnicas utilizadas foram inadequadas, devido o solo, o clima serem diferentes e isso na maioria das vezes não é levado em consideração.

[...] um dos objetivos da Administração Rural é fazer com que os pequenos produtores familiares tivessem condições de avaliar o desempenho econômico do seu esforço produtivo. Para tanto, esses agricultores deveriam saber quanto gastavam para produzir, quanto ganhavam com resultado das produções e quanto lhes sobrava efetivamente, para poderem projetar suas explorações (LIMA, 2001, p.11).

As práticas agrícolas e administrativas contribuirão com o desenvolvimento da comunidade rural, desde que seja oportunizada aos produtores a participação no processo de elaboração e decisão dos projetos (LIMA, 2001).

Dentre essas alternativas e outras que surgirão no decorrer da formulação do projeto pedagógico da escola do campo, a construção dialógica não só valorizará a cultura da zona rural como também possibilitará o aprofundamento das relações locais e globais. O processo ensino-aprendizagem através da complexidade dos níveis mentais, o mais simples – a memória – para os mais complexos como o ato de pensar, de refletir, de analisar, de sintetizar, de criar e de criticar as situações que constituem o dia a dia da sociedade, na perspectiva de propostas (re) construtivas.

Portanto, é sobre esses fundamentos que os projetos se propõem observar e analisar as comunidades rurais escolares e o poder público, a fim de elaborar propostas pedagógicas sustentáveis por uma escola “no” e “do” campo através não só das histórias de vida das pessoas daquela realidade como também a dinâmica da agricultura familiar.

Dessa forma, a escola cumprirá o papel que a sociedade dela espera se esta realmente ajudar as crianças e jovens a desencadear seu processo de desenvolvimento integral, processo este que começa na interpretação da realidade imediata, no despertar da curiosidade e o interesse pelo processo ensino-aprendizagem. O ensino do meio rural deverá priorizar conteúdos que abordem temas relacionados à realidade local, por isso é imprescindível que a escola dentro de uma visão interdisciplinar busque conhecer não só a realidade local como também revelar que o conhecimento pode ser compartilhado, objetivando o crescimento local e o trabalho coletivo.

A preocupação apontada pelos camponeses está ligada com o ato de planejar um ensino voltado para o meio rural, conforme Freire a escola pública brasileira exige:

[...] o desenvolvimento de ações concretas no sentido de uma educação crítica e criticizadora;
o implemento de uma educação que possibilite ao educando a discussão corajosa e franca de sua problemática;

o fortalecimento de uma educação capaz de enfrentar a discussão com o homem comum, de seu direito de participação, isto é, do pleno exercício da cidadania; a modificação dos conteúdos programáticos e dos currículos, adequando-se à realidade de cada população-alvo [...] (FREIRE, 1980, p.86-107).

A luta por uma escola do campo desencadeada nas últimas décadas do século XX, surge em conjunto com a luta pela terra e a Questão Agrária, buscando não só a transformação do meio rural brasileiro como também exige novas reflexões com relação à posse da terra no contexto da Reforma Agrária. Caldart aponta que a educação no campo precisa:

Ampliar o conceito de educação; acabar com o analfabetismo no campo; Democratizar o acesso à escola; desenvolver uma nova proposta pedagógica para as escolas do meio rural; rever os currículos (conteúdos e metodologia de formação profissional) e educar para a produção e para a cooperação (CALDART, In: SILVA, 1995, p.221-223).

3. OBJETIVOS:

3.1. Geral

Oferecer aos professores das escolas do campo (na área de abrangência da quinta e oitava Coordenadoria Regional de Educação de Pelotas e Santa Maria e escolas ligada a Secretaria Municipal de Educação do município de Santa Maria) subsídios teóricos e metodológicos com o fim de abrir novas perspectivas no que se refere ao modelo e dinâmicas pedagógicos para o ensino rural no contexto de novos paradigmas emergentes como o desenvolvimento rural sustentável.

3.2. Específicos:

- a) Criar um espaço para reflexão em torno da educação que está sendo desenvolvida no campo;
- b) analisar o sistema educativo dentro de uma perspectiva histórica agrária em nível nacional, estadual e municipal;
- c) apontar uma reestruturação metodológica em torno a uma educação “no” e “do” campo, a fim de tratar o camponês como um agente de sua história;
- d) participar e se inserir na comunidade escolar rural;
- e) organizar projetos interdisciplinares que visem à construção da história da comunidade;
- f) elaborar trabalhos junto às famílias dos estudantes que aproximem a escola da realidade agrária local (características produtivas, problemas, mercados e

outros);

g) integrar à cultura da comunidade como forma de valorização a raízes do meio rural;

h) desenvolver práticas pedagógicas que busque a valorização da figura do camponês, num processo de resgatar a sua identidade social;

i) promover uma reflexão teórico-metodológica sobre as novas perspectivas de desenvolvimento no campo, tendo como referência a sustentabilidade e a agroecologia.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia a ser adotada estará fundamentada na pesquisa-ação, na qual a cada passo do processo será construído e analisado junto com os participantes do Poder Público, das comunidades em torno da escola, das Associações comunitárias, da estrutura escolar como pais, alunos, professores, funcionários, direção, coordenação pedagógica e supervisão escolar.

A pesquisa-ação está enraizada na prática-concepção de Educação Popular de Paulo Freire, que tem como princípios a relação dialógica entre educador-educando, podendo alternar-se as posições entre sujeitos: pesquisador e pesquisados; a leitura engajada do e no mundo; o enfoque político da educação; a perspectiva de uma educação transformadora. Tais princípios rechaçam a postura historicamente descomprometida do pesquisador, que tanto mitifica o conhecimento científico quanto expropria o conhecimento popular. Este aprendizado construído na relação entre pesquisadores, técnicos, animadores culturais e membros da comunidade ressignificam o papel do intelectual (professor, assistente social, técnico) e a função social da pesquisa que passa a estar diretamente vinculada a uma ação transformadora que tem o conjunto das pessoas como sujeito (THIOLENT, 1998).

Os cursos ministrados aos professores das escolas de ensino fundamental e médio, objetivam dar um suporte teórico e metodológico, que propiciem aos educadores condições de reorganizar suas práticas educativas, indo de encontro com a realidade dos alunos envolvidos dedicadas ao aprofundamento teórico e resgate histórico e caracterização do “lugar” onde se insere a escola.

Em contrapartida a proposta de formação continuada, os parceiros terão atribuições compatíveis com suas possibilidades, tanto no que se refere a

responsabilidade como a liberação de profissionais para auxiliar nos cursos de formação, local para realização de cursos, despesas como diárias e transportes para os participantes dos cursos vindos de outros municípios.

Para operacionalizar essa metodologia, sugerem-se alguns passos que poderão ser reformulados ao longo do processo, tais como: 1) reuniões para o estudo dos objetivos e intenção do projeto; 2) leitura de estudos já realizados sobre o assunto, a fim de familiarizarem-se com o conteúdo e as categorias a serem trabalhadas durante a elaboração do instrumental de coleta de dados; 3) visitas às escolas, comunidades, assentamentos, associações e o poder público (entrevistas semi-estruturadas, observações, análise de documentos); 4) reuniões entre todos os setores da comunidade escolar; 5) caracterização do espaço geográfico e mapeamento das condições sócio-econômicas das propriedades que compõem o entorno da realidade escolar; 6) entrevistas com pessoas antigas da comunidade como forma de resgatar a história do lugar e as manifestações artístico-culturais; 7) pesquisa com a participação dos alunos para descrever as características agrárias da comunidade onde está alocada a escola (entrevistas semi-estruturadas, observações, análise de documentos); 8) elaboração do instrumental de coleta de dados a partir das informações obtidas através de documentação existente sobre os assuntos e das visitas realizadas às áreas pesquisadas; 9) a elaboração de um documento final com a síntese das visitas, reuniões; 10) organização de um seminário mais amplo, a fim de expor as análises das atividades desenvolvidas pelas escolas, pais, alunos, professores e a comunidade em geral.

4.1. O projeto está dividido em três etapas distintas:

A primeira etapa – momento do olhar para dentro da escola, que é também o momento do encontro, onde estarão representados todos os segmentos da comunidade escolar (alunos, pais, funcionários, equipe diretiva e professores), ou seja, a troca de experiências e reflexões entre os professores quanto às práticas educativas e metodológicas nas escolas do campo, como também os anseios dos alunos e comunidade escolar. Nesta primeira etapa, será construída, de forma coletiva, parte do programa de formação, com tratamento diferenciado no que se refere às perspectivas de uma reconstrução da escola do campo, que satisfaça as necessidades e dê novas perspectivas de um futuro melhor.

Segunda etapa consiste em fornecer subsídios teóricos e metodológicos, que serão um importante suporte para a reflexão e reconstrução metodológica da escola do campo.

Terceira e última etapa consiste na reestruturação metodológica das escolas, no que se refere ao Projeto Político Pedagógico e Plano de Estudos, transformando a escola do campo em um espaço de vivência e convivência com os valores e saberes inerentes ao campo, como também um espaço de construção do conhecimento técnico científico que leve a um desenvolvimento sustentável e por fim a construção de uma escola do campo cidadã.

Depois de concluídas todas as etapas, será realizada uma exposição sobre a construção socio-espacial e histórica e a reestruturação metodológica das escolas envolvidas no projeto.

Aos professores e profissionais das escolas do campo, que participarem no mínimo de 75% das atividades desenvolvidas, será entregue um certificado de participação com um total de 60 horas, destas 40 horas presenciais e 20 horas dedicadas ao aprofundamento teórico e resgate histórico e caracterização do “lugar” onde se insere a escola.

5. DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS

5.1. O PROJETO DE EXTENSÃO FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA ESCOLA DO CAMPO: UM desafio à cidadania – coordenado pelas Profas Rosa Elane Antória Lucas – UFPel e Carmen Rejane Flores Wizniewsky – 5ª Coordenadoria Regional de Educação de Pelotas/RS. Os encontros começaram em outubro de 2003 com a participação de professores das escolas do campo (na área de abrangência da Quinta Coordenadoria Regional de Educação de Pelotas/RS) dos municípios de Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cristal, Pelotas, São Lourenço do Sul e Santana da Boa Vista.

No primeiro encontro foi organizado uma atividade interacionista entre os professores do Estado, UFPel e 5ª CRE, a fim de conhecerem não só os objetivos do projeto como também refletirem sobre a realidade da Escola do Campo, através da exposição de trabalhos com as seguintes indagações: a) como você vê a escola, hoje? b) quem são os seus alunos e os seus familiares? c) qual o papel da escola no meio rural em que está inserida? d) até onde vai a participação da escola na comunidade? e) você

conhece a realidade agrária social e econômica da região de sua escola?

As conclusões apresentadas pelos professores das escolas de cada município tornaram o encontro enriquecedor, devido à socialização da realidade rural apresentada. Após o resgate histórico do lugar onde está inserida a escola, perceberam-se os limites com relação à Escola “do” ou “no” Campo. No segundo encontro foram distribuídos dois textos, o primeiro a “Política Fundiária: oportunidades perdidas, revolução cultural e lampedusa” de José Juliano de Carvalho Filho e o segundo “A agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições” de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a fim de proporcionar aos professores uma leitura da realidade agrária do Brasil.

A partir dessas atividades interativas sugerimos que para o recomeço das atividades em 2004, organizassem reuniões com os pais a fim de observarem as seguintes questões: a) como é a escola dos seus filhos? b) como você pensa ser a escola rural nos dias de hoje? c) o que significa esta escola para a sua família? d) qual a contribuição que a escola poderá estar desenvolvendo junto à comunidade rural? e) quais os principais problemas enfrentados pelas famílias camponesas que fazem parte da comunidade escolar?

Para o desenvolvimento dessa pesquisa sugerimos que fizessem visitas às comunidades em torno da escola, a fim de familiarizar-se com as origens da comunidade e da escola. Concomitante, foi organizado encontros de estudos com os seguintes temas:

- a) A escola do campo: teoria e prática (Conhecendo a “minha escola”. A escola do campo ontem e hoje. A escola básica do campo em busca da cidadania. O fazer pedagógico);
- b) O “lugar” como categoria de análise – compreensão da realidade local (O resgate histórico do lugar. A caracterização espacial. Estudo da realidade: sujeitos e contextos);
- c) A escola do campo no contexto rural (Caracterização agrária do RS. Características do modelo agrícola em curso. O papel da agricultura familiar na construção da sociedade. A valorização do agricultor familiar; A importância dos movimentos sociais);

d) A escola do campo: em busca do desenvolvimento sustentável (Desenvolvimento sustentável. Agroecologia. O papel da escola na busca de uma consciência ambiental no campo);

e) Propostas pedagógicas para as escolas do campo (A reconstrução curricular, um processo participativo. Relato de experiências de reformulações).

No decorrer dos anos de 2004 e 2005 as escolas apresentaram suas realidades através de vídeos, de pessoas mais antigas da comunidade. Após os professores conhecerem um pouco da realidade escolar, foi recomendada uma reflexão sobre a prática pedagógica dos docentes, em que propusemos os seguintes questionamentos: a) Quais são os principais problemas relacionados com o trabalho, a produção e a educação que a Direção, Coordenação Pedagógica e Professores enfrentam para desempenharem suas funções na escola? b) A Direção, Coordenação Pedagógica e os professores da escola têm alguma proposta, sugestão para melhoria das condições de educação e de trabalho na escola e na localidade? c) Como os professores percebem o ensino desenvolvido pelos mesmos? d) De que maneira a Escola do Campo deveria estar estruturada?

5.1.1. AVALIAÇÃO

Os professores apontaram os seguintes aspectos:

- ✓ O curso proporcionou um conhecimento da realidade da comunidade a qual está inserida a escola.
- ✓ As escolas não participavam e nem dialogavam temas voltados para a área rural.
- ✓ Não percebiam a relação existente entre os comportamentos urbanos e rurais.
- ✓ A participação dos pais, dos alunos, dos funcionários, dos professores e da direção na elaboração do projeto político pedagógico.
- ✓ A importância da integração dos professores com a comunidade rural.
- ✓ A interação dos conteúdos com a realidade local.
- ✓ A valorização do trabalho agrário e o aumento da auto-estima dos alunos e pais.
- ✓ Os professores urbanos passaram a demonstrar interesse em buscar conhecimentos da realidade local.
- ✓ A socialização das experiências proporcionou aos professores uma reflexão sobre a prática pedagógica.

- ✓ Reformulação dos planos de estudos das escolas, baseados na realidade produtiva e cultural da comunidade escolar.
- ✓ Maior interação entre as escolas e a comunidade por meio da agricultura sustentável.
- ✓ Um novo olhar sobre os assentamentos rurais e agricultura familiar.

Para o ano de 2006 os professores estão propondo oficinas pedagógicas sobre processo de avaliação e interdisciplinaridade. Em um primeiro momento, começou-se a escutá-los sobre o que eles entendem e como desenvolvem o processo avaliativo.

5.2. O PROJETO DE EXTENSÃO FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO: Inclusão Cidadã e Valorização do Espaço Agrário, coordenado pela Profa. Carmen Rejane Flores Wizniewsky. O desenvolvimento do projeto consiste na oferta de cursos de formação continuada para professores de educação básica, das escolas do campo de nove municípios pertencentes à área de influência da Universidade Federal de Santa Maria. Os professores participantes do referido curso serão profissionais em educação das escolas públicas do campo nas redes municipais (Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria) e estadual (Oitava Coordenadoria Regional de Educação do Estado do Rio Grande do Sul) dos municípios de Santa Maria, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jaguari, Nova Palma, São Pedro do Sul e São Vicente do Sul. Os cursos ministrados aos professores das escolas de ensino fundamental e médio objetivam dar um suporte teórico e metodológico, propiciando aos educadores condições de reorganizar suas práticas educativas, indo de encontro com a realidade dos alunos envolvidos, dentro de uma perspectiva de valorização do espaço e da identidade dos agricultores familiares, dos assentados, bem como dos assalariados rurais.

O referido projeto irá beneficiar as comunidades escolares de nove municípios da área de influência da Universidade de Santa Maria, atingindo diretamente um público alvo de 40 professores da 8ª CRE e cerca de 50 professores do município da Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria, bem como beneficiarão de forma indireta mais de trezentos alunos, filhos de agricultores familiares.

Sem embargo, é importante fazer uma ressalva sobre a importância social do projeto, já que o mesmo alcança de forma indireta centenas de famílias que nos

próximos anos terão seus filhos em idade escolar, como também a influência que a melhoria da qualidade do ensino nas escolas do campo representa para o desenvolvimento local e regional.

As atividades terão início no dia 05 de junho de 2006, tendo como dinâmica os temas do projeto acima descrito como A escola do campo: teoria e prática. O “lugar” como categoria de análise – compreensão da realidade local. A escola do campo no contexto rural. A escola do campo: em busca do desenvolvimento sustentável. Propostas pedagógicas para as escolas do campo.

Nos meses de setembro, outubro e novembro de 2006 serão realizados visitas às escolas como forma de acompanhamento dos projetos de reformulação dos Planos de Ensino e Projeto Político Pedagógico, bem como a construção de material (escrito e/ou artístico/cultural) referente ao resgate histórico, cultural e sócio-econômico do “lugar” (comunidade) onde esta inserida a escola.

Em 30 de Novembro de 2006 será feito o encerramento das atividades com fórum de discussões e apresentação dos Relatos de Experiências.

6. BIBLIOGRAFIA

- CALDART, Roseli Salete. **Escola pública popular: uma proposta o meio rural**. Setor Pedagógico do MST. Texto escrito p/ Encontro Estadual de Educação. CPERS, 1995.
- _____. **Pedagogia do Movimento Sem terra: do acampamento às escolas**. Boletim da Educação MST. Porto Alegre. 2001.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural - traços de uma trajetória. In: THERRIEN, Jaques, DAMACENO, Maria Nobre (coords). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.
- CUNHA, Maria Izabel. **O bom professor e sua prática**. Campinas: Papirus, 1991.
- DAMASCENO, Maria Nobre. A construção do Saber Social Pelo Camponês na sua Prática Produtiva e Política In: THERRIEN, Jaques, DAMACENO, Maria Nobre (coords). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.
- DURSTON, John. *Gestión comunitária de la Escuela Rural - lecciones de seis experiencias internacionales*. DEAL. Santiago de Chile, 1999.
- FAO/ONCRA, Relatório: **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**, Brasília, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da liberdade**. 11ª ed. São Paulo: Paz e terra, 1980.
- LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e política educacional**. S. Paulo: Cortez, 1999.

- LIMA, Arlindo Prestes de et al. **Administração da Unidade de Produção Familiar**. Ijuí:UNIJUI, 2001.
- LUCAS, Rosa Elane. A escola em assentamentos de Reforma Agrária na cidade de Piratini. In: FERRARO, Alceu; RIBERIO, Marlene. **Trabalho, Educação, Lazer: construindo políticas públicas**. Pelotas/ RS: EDUCAT, 2001, p.91-12.
- THERRIEN, Jaques e DAMACENO, Maria Nobre (Orgs.). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.
- MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. Expressão Popular: S.Paulo. 2001.
- SILVA, Luis Heron e Azevedo, José Clóvis (orgs). **Reestruturação curricular: teoria e prática no cotidiano da escola**. Petrópolis. R.Janeiro: Vozes, 1995.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1998.

REALIZAÇÃO:

